



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



Relatório de Atividades - 2016

Prestação de Contas Anual do Governador

ANEXO IV



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Prestação de Contas Anual do Governador – Anexo IV

- 2016 -



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

**GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Rodrigo Rollemberg**

**VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Renato Santana**

**SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Leany Barreiro de Sousa Lemos**

**SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Dalmo Jorge Lima Palmeira**

**SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO
Joseilda Mendes de Mello**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Equipe Técnica

Adriane Freitas de Oliveira Cotias e Silva; Ana Carolina da Silva Ramos; Emilson Ferreira Fonseca; E'len de Oliveira; Eudóxia Maria Machado da Silva Andrade; Erinaldo da Silva Lêla; Júlio César Lima; Maria Auxiliadora Fernandes; e Otávio Verissimo Sobrinho.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

SUMÁRIO		
	Apresentação	
	Nota Explicativa	
1.	Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.....	12 – 15
1.1	Fundo de Assistência à Saúde da Câmara Legislativa do DF – FASCAL.....	16
2.	Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.....	17 – 19
3.	Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal – CACI.....	20 – 37
3.1	Arquivo Público do Distrito Federal - ARPDF	38 – 47
3.2	Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS.....	48 – 55
3.3	Fundação de Apoio à Pesquisa – FAPDF.....	56 – 63
3.4	Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FUNDAP.....	64
4	Vice-Governadoria do Distrito Federal.....	65 – 66
5	Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF.....	67 – 72
5.1	Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal.....	73 – 76
6	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI	77 – 98
6.1	Central de Abastecimento de Brasília – CEASA	99 – 104
6.2	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER	105 – 133
6.3	Fundo de Aval do Distrito Federal - FADF.....	134 – 135
6.4	Fundo de Desenvolvimento Rural do DF – FDR.....	136 – 142
6.5	Fundo Distrital de Sanidade Animal - FDS.....	143 – 144
7	Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal - SECULT.....	145 – 177
7.1	Fundo de Apoio à Cultura - FAC.....	178 – 182
8	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF.....	183 – 212
8.1	Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB.....	213 – 218
8.2.	Fundo de Apoio ao Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos do Distrito Federal – FUNALF.....	219
8.3	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	220 – 231
9	Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF.....	232 – 310
9.1	Banco de Brasília S.A - BRB.....	311 – 334
9.2	BRB Crédito, Financiamento e Investimento S/A – BRB CFI.....	335 – 336
9.3	BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – BRB DTVM	337 – 339
9.4	Cartão BRB S/A.....	340 – 342
9.5	BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A.....	343 – 345
9.6	BSB Administradora de Ativos S/A.....	346 – 348
9.7	BSB Participações S/A.....	349 – 350

SUMÁRIO		
9.8	DF – Gestão de Ativos S/A.....	351
9.9	Fundo de Modernização e Reparcelamento da Administração Fazendária do DF - FUNDAF.....	352 – 354
9.10	Fundo da Receita Tributária do Distrito Federal – PRÓ-RECEITA.....	355
10	Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável – SEDS.....	356 – 366
10.1	Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP.....	367 – 381
10.2	Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE.....	382 – 383
10.3	Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal - FPP.....	384
11	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA.....	385 – 404
11.1	Jardim Botânico de Brasília - JBB.....	405 – 422
11.2	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento DF - ADASA.....	423 – 433
11.3	Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB	434 – 445
11.4	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IBRAM.....	446 – 463
11.5	Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal - FUNAM	464 – 467
12	Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP.....	468 – 531
12.1	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP	532 – 544
12.2	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB.....	545 – 551
12.3	Companhia Energética de Brasília - CEB.....	552 – 556
12.4	CEB Lajeado S/A.....	557 – 559
12.5	Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS.....	560 – 562
12.6	CEB Distribuição S/A.....	563 – 572
12.7	CEB Geração S/A.....	573 – 575
12.8	CEB Participações S/A.....	576 – 577
12.9	Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU.....	578 – 605
13	Secretaria de Estado de Saúde - SES.....	606 – 712
13.1	Fundação Hemocentro de Brasília - FHB.....	713 – 730
13.2	Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPCS.....	731 – 755
13.3	Fundo de Saúde do Distrito Federal - FSDF.....	756 – 757
14	Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social do DF - SSP.....	758 – 770
14.1	Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF	771 – 777
14.2	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF	778 – 785
14.3	Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF.....	786 – 788
14.4	Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN.....	789 – 794
14.5	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso.....	795 – 797
14.6	Fundo de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal - FSPMDF.....	798
14.7	Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - FSCBMDF.....	799 – 803
14.8	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da PMDF.....	804
14.9	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento do CBMDF.....	805
14.10	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da PCDF.....	806
14.11	Fundo Penitenciário do Distrito Federal.....	807 – 808
15	Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal - SEDESTMIDH.....	809 – 866

	SUMÁRIO	
15.1	Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal - FUNGER.....	867 – 875
15.2	Fundo de Assistência Social do Distrito Federal - FAS	876 – 886
15.3	Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso - FAAI.....	887 – 888
15.4	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.....	889 – 895
16	Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB.....	896 – 916
16.1	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB.....	917 – 921
16.2	Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS.....	922 – 938
16.3	Departamento de Estradas e Rodagens - DER.....	939 – 983
16.4	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô DF.....	984 – 993
16.5	Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal	994 – 995
17	Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal - SEGETH.....	996 – 1004
17.1	Administração Regional de Plano Piloto – RA I.....	1005 – 1014
17.2	Administração Regional do Gama – RA II.....	1015 – 1023
17.3	Administração Regional de Taguatinga – RA III.....	1024 – 1029
17.4	Administração Regional de Brazlândia – RA IV.....	1030 – 1036
17.5	Administração Regional de Sobradinho – RA V.....	1037 – 1042
17.6	Administração Regional de Planaltina – RA VI.....	1043 – 1050
17.7	Administração Regional do Paranoá – RA VII.....	1051 – 1057
17.8	Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII.....	1058 – 1061
17.9	Administração Regional de Ceilândia – RA IX.....	1062 – 1073
17.10	Administração Regional do Guará – RA X.....	1074 – 1082
17.11	Administração Regional do Cruzeiro – RA XI.....	1083 – 1094
17.12	Administração Regional de Samambaia – RA XII.....	1095 – 1101
17.13	Administração Regional de Santa Maria – RA XIII.....	1102 – 1113
17.14	Administração Regional de São Sebastião – RA XIV.....	1114 – 1121
17.15	Administração Regional do Recanto das Emas – RA XV.....	1122 – 1130
17.16	Administração Regional do Lago Sul – RA XVI.....	1131 – 1142
17.17	Administração Regional do Riacho Fundo – RA XVII.....	1143 – 1147
17.18	Administração Regional do Lago Norte – RA XVIII.....	1148 – 1165
17.19	Administração Regional da Candangolândia – RA XIX.....	1166 – 1170
17.20	Administração Regional de Águas Claras – RA XX.....	1171 – 1175
17.21	Administração Regional do Riacho Fundo II – XXI.....	1176 – 1181
17.22	Administração Regional do Sudoeste/Octogonal – RA XXII.....	1182 – 1189
17.23	Administração Regional do Varjão – RA XXIII.....	1190 – 1197
17.24	Administração Regional do Park Way – RA XXIV.....	1198 – 1202
17.25	Administração Regional do Setor Compl. de Indústria e Abastecimento – RA XXV.....	1203 – 1211
17.26	Administração Regional de Sobradinho II – RA XXVI.....	1212 – 1225
17.27	Administração Regional do Jardim Botânico – RA XXVII.....	1226 – 1237
17.28	Administração Regional de Itapoã – RA XXVIII.....	1238 – 1242
17.29	Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – RA XXIX.....	1243 – 1248
17.30	Administração Regional de Vicente Pires – RA XXX.....	1249 – 1252

SUMÁRIO		
17.31	Administração Regional da Fercal - XXXI.....	1253 – 1263
17.32	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB.....	1264 – 1284
17.33	Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB.....	1285 – 1288
17.34	Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS.....	1289 – 1291
18	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG.....	1292 – 1319
18.1	Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN.....	1320 – 1343
18.2	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS.....	1344 – 1345
18.3	Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV.....	1346 – 1385
18.4	Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB.....	1386 – 1389
18.5	Fundo de Melhoria da Gestão Pública – PRÓ GESTÃO.....	1390 – 1392
19	Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal.....	1393 – 1427
19.1	Fundo de Apoio ao Esporte.....	1428 – 1429
19.2	Fundo de Fomento à Indústria do Turismo – FITUR.....	1430 – 1431
20	Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS	1432 – 1445
20.1	Instituto de Defesa do Consumidor do DF	1446 – 1447
20.2	Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor - FDDC.....	1448 – 1449
20.3	Fundo Antidrogas do Distrito Federal - FUNPAD.....	1450 – 1451
21	Controladoria Geral do Distrito Federal - CGDF.....	1452 – 1473
22	Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF.....	1474 – 1480
22.1	Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Distrito Federal.....	1481 – 1482
23	Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal	1483 – 1532
23.1	Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - FDCA	1533 – 1536
24	Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal - SeCid.....	1537 – 1546



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, como Órgão Central de Planejamento do Governo do Distrito Federal, é responsável pela elaboração do Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal que integra a Prestação de Contas Anual do Governador.

O Relatório de Atividades tem por objetivo demonstrar as realizações efetivadas pelo Governo, no exercício de 2016, conforme estabelecem o inciso XVII, do art. 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o inciso V do art. 1º da Instrução Normativa nº 01/2016 – TCDF, editada em observância ao disposto nos arts. 186 e 222 da Resolução nº 286/2016-RI/TCDF e o artigo 90, do Decreto nº 32.598/2010, de 15/12/2010 - Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

Para apresentação dos resultados alcançados em cada área de atuação do governo, o Relatório de Atividades foi elaborado em conjunto com Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do GDF e estruturado por esta Secretaria.

A SEPLAG, por meio da Subsecretaria de Planejamento – SUPLAN, buscando manter coerência, compatibilidade e uniformidade das informações do Relatório Consolidado do Governo, adotou os seguintes procedimentos:

- I) Realizou reunião técnica com as Unidades Orçamentárias;
- II) Elaborou estrutura básica do relatório de cada unidade contendo informações específicas, tais como execução orçamentária e financeira preliminar por programa temático e programa de gestão e indicadores. Tal iniciativa objetivou permitir a visualização do quanto foi executado em relação ao que foi previsto no PPA e possibilitar às unidades descreverem as realizações físicas compatíveis com a execução orçamentária e financeira;
- e
- III) Elaborou as Instruções para a Prestação de Contas Anual do Governador contendo inclusive orientações para elaboração do Relatório em pauta, as quais foram disponibilizadas no site da SEPLAG: <http://www.seplag.df.gov.br>. Nas instruções enfatizou-se que ao final de cada Programa a Unidade deveria apresentar texto descritivo das realizações finalísticas referentes à sua área de atuação, considerando o proposto nos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019, os resultados alcançados e, ainda, o público-alvo beneficiado.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Conforme a metodologia adotada para a elaboração do Relatório, a informação quanto aos resultados alcançados deve ser acompanhada do diagnóstico da Unidade, visando contextualizar a análise de suas realizações à luz das dificuldades encontradas ou os fatores favoráveis ao seu desempenho e ainda as perspectivas para 2017.

A partir dos relatórios elaborados pelas Unidades, a SUPLAN/SEPLAG realizou criteriosa revisão, sempre com a preocupação de preservar a essência do texto original enviado pelas áreas setoriais de planejamento e sem interferir em seu conteúdo, o qual é de responsabilidade das Unidades. Em alguns casos, as informações foram complementadas com dados do Sistema de Acompanhamento Governamental - SAG/SIGGO e do Sistema Integrado de Administração Contábil - SIAC/SIGGO.

Este Relatório de Atividades representa a consolidação dos trabalhos encaminhados pelas Unidades, os quais foram elaborados a partir das informações prestadas pelas equipes de Governo que atuam em cada Unidade.

Visando aprimorar o processo de planejamento, a SUPLAN buscou conscientizar os gestores quanto à importância do Relatório de Atividades para sua Pasta, visto que este se configura em uma oportunidade de demonstrar o seu desempenho frente à Unidade; de apresentar o compromisso com a oferta de bens e serviços à população e, ainda, promover a transparência da gestão dos recursos públicos.

Ressalta-se que este Relatório por apresentar de forma detalhada as realizações de todas as áreas do Governo constitui-se com os demais documentos que integram a Prestação de Contas Anual do Governador um importante instrumento de transparência da atuação governamental na gestão dos recursos públicos no âmbito do Distrito Federal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

NOTA EXPLICATIVA

Na estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, em 2016, ocorreram as seguintes alterações:

DECRETO	DE	PARA	OBSERVAÇÃO
37.132, de 23/02/2016	44.202 – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF.	24.202 – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF.	O Decreto dispõe sobre o remanejamento da Unidade, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania para a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social.
	44.907 – Fundo Penitenciário do Distrito Federal.	24.908 – Fundo Penitenciário do Distrito Federal.	
37.140, de 29/02/2016	18.101 – Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal.	18.101 – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.	O Decreto dispõe sobre a nova estrutura da Secretaria de Educação e a nova denominação da Secretaria
37.141, de 29/02/2016	18.101 – Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal.	34.101 – Dispõe sobre a nova Estrutura de Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer	A Secretaria estava incorporada anteriormente à Secretaria de Estado de Educação.
37.625, de 15/09/2016	10.101 – Vice-Governadoria.	59.101 – Secretaria de Estado das Cidades.	A Subsecretaria de Gestão das Cidades da Vice-Governadoria fica transformada na Secretaria de Estado das Cidades.

Em razão das alterações, os recursos orçamentários e financeiros foram transferidos e executados nas respectivas Unidades que absorveram.

As Unidades integradas a outras constam no Relatório de Atividades com as realizações ocorridas até a data do Decreto e, após este período, as realizações e valores executados estão nos Relatórios das Unidades que as absorveram.

1. CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – CLDF - UO: 01.101

A Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, descrita no art. 32 da Constituição Federal de 1988, tem suas competências detalhadas no Capítulo II do Título III da Lei Orgânica do Distrito Federal, em especial artigos 58, 59 e 60. Com base nos princípios de independência e harmonia entre os Poderes, a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF exerce o Poder Legislativo e tem como competências precípua representar a população do DF, legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, prerrogativas conferidas a ela pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Distrito Federal. A CLDF é composta por 24 deputados Distritais, representantes do povo brasileiro, eleitos pelo sistema proporcional, para mandato de 4 anos. Atualmente a Câmara Legislativa do Distrito Federal encontra-se na sua sétima legislatura, que compreende o período entre 2015 e 2018.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	3
Cedidos – fora GDF	4
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	643
Estatutário - afastado	7
Sem vínculo – em exercício	1146
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	1789
Total ativos - afastado	7

Fonte: DRH/1ª Secretaria/CLDF

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**6204 – ATUAÇÃO LEGISLATIVA****Execução Orçamentária e Financeira 2016**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4143 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF	582.000	492.000	307.255	307.255
0001 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF--DISTRITO FEDERAL	582.000	492.000	307.255	307.255
4192 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PELA OUVIDORIA DA CLDF	126.000	86.000	3.128	162
0001 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PELA OUVIDORIA DA CLDF--DISTRITO FEDERAL	126.000	86.000	3.128	162
4193 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE INTEGRAÇÃO DA CLDF COM A SOCIEDADE	2070.000	170.000	0	0
0001 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE INTEGRAÇÃO DA CLDF COM A SOCIEDADE--DISTRITO FEDERAL	1.070.000	170.000	0	0
0002 - PROCURADORIA DA MULHER INTINERANTE - CL/DF - ATENDIMENTO DA MULHER	1.000.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6204	2.778.000	748.000	310.383	307.417

Indicadores 2016 a 2019:

Código	Indicador Descrição	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Resultado	Desejado em				Fonte Informação
						1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
1460	Eventos do Projeto Cidadão do Futuro (Ensino Fundamental)	%	97,14	30/nov/14	Desejado	100	100	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
					Alcançado	173				
1461	Eventos do Projeto Jovem Cidadão (Ensino Médio)	%	13,33	30/nov/14	Desejado	100	100	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
					Alcançado	127				
1462	Eventos do Projeto Cidadania para Todos (Terceira Idade)	%	50	30/nov/14	Desejado	100	100	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
					Alcançado	50				
1463	Seminários/Ciclo de Palestras (Sociedade)	%	100	30/nov/14	Desejado	100	100	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
					Alcançado	33				
1464	Curso de Educação Política (Sociedade)	%	150	30/nov/14	Desejado	100	100	100	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
					Alcançado	100				
1465	Indicador de transparência	%			Desejado	70	75	80	85	CLDF / UO 01101 / OE 1
					Alcançado	31				
1466	Indicador de resolubilidade	%	90	31/dez/14	Desejado	100	100	100	100	CLDF / UO 01101 / OE 1
					Alcançado	86				
1467	Indicador de participação popular	%	1,4	31/dez/14	Desejado	1,5	2	3	5	CLDF / UO 01101 / OE 1
					Alcançado	0,0345				

A Câmara Legislativa deu continuidade, ao longo do exercício de 2016, às atividades voltadas para educação e cidadania, por intermédio dos projetos Cidadão do Futuro e Jovem Cidadão, atingindo, nesses dois casos, patamares superiores àqueles estabelecidos e mantendo-se dentro dos níveis desejados no caso do projeto Educação Política. A realização do projeto Cidadania para Todos e Seminários/Ciclo de Palestras para a sociedade que ficou abaixo do percentual desejado.

Com relação ao Desenvolvimento e implementação de Sistema de Captação e Tratamento de Informações pela Ouvidoria, com impacto nos indicadores de transparência, resolubilidade e de participação popular, constata-se que os resultados alcançados ainda não atingiram os patamares programados. Essa situação pode ser imputada à falta de recursos tecnológicos e humanos para captação e tratamento de informações, notadamente a aquisição do software de ouvidoria integrado com o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Quanto ao indicador de participação popular verificou-se constatou-se equívoco no lançamento dos índices previstos e no mais recente, sendo, respectivamente quanto aos previstos: 0,0250%, 0,0251%, 0,0252% e 0,253% e o mais recente, apurado em dez/2014: 0,0249%. Assim considerado, o índice teria tido desempenho acima do esperado em 2016.

6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4196 - APOIO A PROGRAMAS CULTURAIS PELA CLDF	618.000	618.000	226.650	226.650
0001 - APOIO A PROGRAMAS CULTURAIS PELA CLDF--DISTRITO FEDERAL	618.000	618.000	226.650	226.650
TOTAL DO PROGRAMA -6219	618.000	618.000	226.650	226.650

Em 2016 ocorreu a 49ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Durante a programação do Festival Brasília foi realizada a 21ª edição do Troféu Câmara Legislativa. O Júri Oficial escolheu os melhores filmes em 11 categorias. Já a população indicou por manifestação popular os vencedores de melhor longa e melhor curta-metragem. O Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal – DCL (de 28/09/2016, páginas 55 e 56) publicou os premiados.

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1006 - REFORMA E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF	1.200.000	500.000	0	0
0001 - REFORMA E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF-- PLANO PILOTO	1.200.000	500.000	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	9.488.000	3.388.000	1.470.606	23.980
0006 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CÂMARA LEGISLATIVA	9.488.000	3.388.000	1.470.606	23.980

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL				
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3.257.880	1.437.880	365.148	116.830
5349 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	3.257.880	1.437.880	365.148	116.830
2414 - PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA LEGISLATIVA EM INSTITUIÇÕES LIGADAS ÀS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	141.000	141.000	131.891	122.775
0001 - PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA LEGISLATIVA EM INSTITUIÇÕES LIGADAS ÀS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	141.000	141.000	131.891	122.775
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	8.261.000	3.561.000	1.395.773	1.134.641
2627 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	8.261.000	3.561.000	1.395.773	1.134.641
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	262.000	262.000	29.562	29.479
9711 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E BEM ESTAR-DISTRITO FEDERAL	262.000	262.000	29.562	29.479
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	800.000	300.000	169.798	169.798
0040 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ESCOLA DO LEGISLATIVO-DISTRITO FEDERAL	800.000	300.000	169.798	169.798
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	344.550.000	309.350.000	301.378.680	300.822.388
0070 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	344.550.000	309.350.000	301.378.680	300.822.388
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	28.810.000	29.510.000	28.194.027	28.194.027
0062 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	28.810.000	29.510.000	28.194.027	28.194.027
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	35.570.000	26.670.000	25.200.136	12.691.591
0020 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL- CÂMARA LEGISLATIVA DO DF-DISTRITO FEDERAL	26.070.000	26.070.000	25.171.811	12.663.266
0021 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-FUNIONAMENTO DA TV LEGISLATIVA DA CLDF-DISTRITO FEDERAL	8.500.000	500.000	28.325	28.325
8706 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-FUNIONAMENTO DA RÁDIO LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	100.000	0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	33.747.120	27.847.120	18.231.110	14.784.134
0065 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CÂMARA LEGISLATIVA-DISTRITO FEDERAL	33.747.120	27.847.120	18.231.110	14.784.134
TOTAL DO PROGRAMA 6003	466.087.000	402.967.000	376.566.731	358.089.643

Sobre a gestão e manutenção das atividades da CLDF deve ser destacado o desafio administrativo do Poder Legislativo pautado pela colegialidade e alternância no exercício das funções internas. Tais desafios tornam importante a participação da CLDF em instituições ligadas às atividades do Poder Legislativo, cujas despesas correspondem às contribuições mensais e/ou anuais devidas às instituições na qual encontra-se regularmente filiada. As instituições são: União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE); Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL) e Associação Brasileira de Câmaras Municipais – (ABRACAM) e tem por objetivos precípuos promover a integração, a troca de experiências, o fortalecimento institucional e o aperfeiçoamento das atividades legislativas.

A transparência e a prestação de contas das atividades legislativas para a sociedade também tem papel relevante. Nesse ponto merece destaque a TV Legislativa, onde até o momento foram executadas apenas a transmissão via internet e em tempo real para a TV WEB através de link no portal da CLDF, mas que aguarda a concorrência referente à contratação de empresa para a prestação de serviços de gerenciamento técnico-operacional para sua expansão, ações que devem se somar às demais ações de publicidade e propaganda institucional.

Por fim, sobre a Administração de Pessoal convém ressaltar o cumprimento dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal que permitiu que fosse, por intermédio do Ato da Mesa Diretora n. 58, de 2016, autorizada a realização de concurso público de provas e títulos para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da CLDF, encontrando-se atualmente na fase de estudos do quantitativo de vagas e escolha da instituição executora do certame.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Quanto às proposições legislativas, parte bastante visível da atividade parlamentar, a produção seguiu em número elevado. Foram 765 proposições, entre Propostas de Emendas à Lei Orgânica (PELO), Projetos de Lei (PL), Projetos de Lei Complementar (PLC), Decretos Legislativos e Resoluções. O quadro a seguir detalha esses números.

Quadro – Proposições Legislativas 2016

	Projeto de Lei	Projeto de Lei Complementar	Proposta de Emenda à Lei Orgânica	Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Resolução	Total
Tramitando	435	35	30	94	11	605
Redação Final	19	1	-	-	-	20
Sancionado	51	5	-	-	-	56
Promulgado	3	-	-	13	1	17
Vetado	5	-	-	-	-	5
Aprovado	5	2	-	7	2	16
Indeferido	-	-	-	-	-	-
Prejudicado	4	-	-	-	-	4
Rejeitado	-	-	-	-	-	-
Retirado	25	-	-	2	-	27
Apensado	11	-	-	3	1	15
Transformado	-	-	-	-	-	-
Arq. Fim Legislatura	-	-	-	-	-	-
Arquivado	-	-	-	-	-	-
Total	558	43	30	119	15	765

Fonte: LEGIS - Sistema de Informações Legislativa – 20/01/2016

Além dessas proposições, merece registro as 2.860 indicações apresentadas, das quais 1.749 foram aprovadas, e outras 1.100 continuam em tramitação. Tais proposições atuam de forma bastante imediata no encaminhamento de demandas da população na forma de sugestões formais do Poder Legislativo ao Executivo.

No que diz respeito às deliberações colegiadas, foram realizadas quase 300 reuniões e sessões, sendo mais da metade desse número de sessões ordinárias e extraordinárias do plenário. Os números estão detalhados a seguir:

Quadro – Sessões do Plenário e Reuniões das Comissões Permanentes - 2016

	Ordinárias	Extraordinárias	Total
Plenário	113	34	147
CCJ	28	3	31
CEOF	13	9	22
CAS	6	2	8
CDC	13	5	18
CDDHCEDP	9	6	15
CAF	6	5	11
CESC	14	2	16
CS	0	2	2
CDESCMAT	6	7	13
CFGTC	4	7	11

Fonte: Portal CLDF – Atividades Legislativas: Atas das Sessões Plenárias e Reuniões das Comissões Permanentes – 20/01/2016. CDC (DCL de 03/01/17, p.2)

Além dessas reuniões e sessões deliberativas, foram realizadas 128 audiências públicas e 20 comissões gerais para tratar de assuntos de interesse da população, além de 130 sessões solenes (fonte: Portal CLDF – Agenda de Eventos).

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Uma das principais características do Poder Legislativo é a sua colegialidade e constante renovação, quer seja quanto à composição de seus membros, eleitos pelo voto popular, quer seja à ocupação dos cargos na estrutura decisória e operacional. Tais características, se por um lado conferem o compartilhamento de variadas visões de mundo, a necessária alternância no exercício do poder e uma oxigenação da estrutura, por outro acabam por se mostrar como desafio na agilidade das medidas, na preservação da memória e continuidade no ritmo de desenvolvimento da instituição. A dificuldade em dar maior aderência e consequência a todas as ações do Planejamento Estratégico Institucional é um exemplo desse desafio, que pode ser notada no desempenho de algumas ações.

1.1. FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA – UO: 01.901

A assistência complementar à saúde da Câmara Legislativa do Distrito Federal é assegurada aos Deputados Distritais, aos servidores ativos e inativos, aos pensionistas e aos respectivos dependentes a qual compreende as ações necessárias à prevenção da doença e à recuperação, manutenção e reabilitação da saúde, na forma regulada na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e na Resolução CLDF nº 155, de 5 de julho de 1999.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	0
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	7
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	36
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	4
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	47
Total ativos - afastado	0

Fonte: SUGEP/SEPLAG

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA: 6003 – GESTÃO PÚBLICA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2042 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF	29.214.000	33.123.285	33.036.005	27.734.262
0001 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF-DISTRITO FEDERAL	29.214.000	33.123.285	33.036.005	27.734.262
TOTAL DO PROGRAMA 6003	29.214.000	33.123.285	33.036.005	27.734.262

PROGRAMA: 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.400.000	2.400.000	1.156.622	948.399
0047 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF-DISTRITO FEDERAL	2.400.000	2.400.000	1.156.622	948.399
TOTAL DO PROGRAMA 0001	2.400.000	2.400.000	1.156.622	948.399

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Fundo de assistência à saúde dos Deputados Distritais e dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – Fascal, criado pela resolução nº 38/91 e regulamentada pela resolução 155/99, é um fundo de natureza contábil, mantido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e pela contribuição e participação de seus associados, que tem como finalidade proporcionar assistência complementar à saúde dos Deputados Distritais, dos servidores ativos e inativos, dos pensionistas, de ex-servidores e dos respectivos dependentes;

Neste biênio de 2015/2016, o Fascal está subordinado administrativamente à Vice- Presidência, bem como ao Conselho de Administração do Fascal – CAF, nas funções deliberativas e fiscais;

Durante o exercício de 2016 a contribuição da Câmara Legislativa para o Fascal continuou como no exercício anterior, ou seja, na ordem de 4% (quatro por cento), conforme consta na Lei Orçamentária Anual aprovada para o exercício de 2015, incidentes sobre a folha de pagamento da CLDF.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O número de servidores lotados no FASCAL atende plenamente às necessidades do Fundo de Saúde, mas há necessidade de profissionalizar os servidores no FASCAL.

2. TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - UO: 02.101

O Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão por excelência do Controle Externo da Administração Pública do Distrito Federal, foi criado pela Lei nº 3.751, de 13/04/60 e instalado em 15/09/60. Tem, conforme previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, a missão de exercer o Controle Externo da administração dos recursos públicos do Distrito Federal, em auxílio à Câmara Legislativa, zelando pela legalidade, legitimidade, efetividade, eficácia, eficiência e economicidade na gestão desses recursos.

De acordo com a Lei Orgânica do DF, a Lei Complementar do Distrito Federal nº 1 de 09/05/94, e ainda segundo o disposto no Regimento Interno do Tribunal, o TCDF tem por principais competências:

Apreciar, mediante emissão de parecer prévio, as contas anuais do Governador e julgar aquelas relativas aos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos;

Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões;

Avaliar a execução das metas estabelecidas no Plano Plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual;

Realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo;

Fiscalizar as aplicações do Poder Público em empresas de cujo capital social o Distrito Federal participe de forma direta ou indireta;

Fiscalizar a aplicação de recursos repassados ou recebidos pelo Distrito Federal, a qualquer título;

Atender às solicitações da Câmara Legislativa relativas às atividades de Controle Externo;

Aplicar, em caso de ilegalidade ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei e sustar, se o Tribunal não for atendido, a execução de ato impugnado.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	3
Cedidos – fora GDF	2
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	503
Estatutário - afastado	6
Sem vínculo – em exercício	67
Sem vínculo – afastado	0
# Requisitados - dentro GDF	41
# Requisitados – fora GDF	12
# Estagiários	114
Total ativos – em exercício *	-
Total ativos – afastado *	-

Fonte: Serviço de Cadastramento Funcional – SEGAF/SEGEDAM – Posição em 31/12/2016

*Totalização das categorias não feitas, em virtude de orientação recebida da SEPLAG/SUPLAN (Manual não explicou como totalizar)

Acréscimo de informação em relação ao quadro original da SUGEP/SEPLAG

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA: 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	6.569.490	3.638.882	3.638.846	2.001.504
0005 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO	6.569.490	3.638.882	3.638.846	2.001.504
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	500.000	0	0	0
9817 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- PLANO PILOTO .	500.000	0	0	0
2386 - MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO	353.500	137.389	137.389	137.389
0001 - MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO-TRIBUNAL DE CONTAS- DISTRITO FEDERAL	353.500	137.389	137.389	137.389
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3.500.000	2.034.019	2.034.018	1.555.809
5363 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	3.500.000	2.034.019	2.034.018	1.555.809
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	1.800.000	1.410.787	1.410.786	1.239.208
9637 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-TRIBUNAL DE CONTAS DO	1.800.000	1.410.787	1.410.786	1.239.208

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO				
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.757.500	1.864.993	1.864.992	1.555.168
2568 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	3.757.500	1.864.993	1.864.992	1.555.168
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	3.500.000	848.163	848.163	713.137
9702 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO	3.500.000	848.163	848.163	713.137
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	964.000	859.547	858.661	721.119
0035 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO	964.000	859.547	858.661	721.119
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	258.485.565	211.277.313	210.858.121	210.853.067
0021 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO	258.485.565	211.277.313	210.858.121	210.853.067
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	33.620.018	35.407.139	35.405.696	35.405.696
0020 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO	33.620.018	35.407.139	35.405.696	35.405.696
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	345.000	44.900	44.405	42.621
0008 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - TRIBUNAL DE CONTAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	345.000	44.900	44.405	42.621
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	25.205.500	23.082.544	22.998.576	19.464.699
0019 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO	25.205.500	23.082.544	22.998.576	19.464.699
TOTAL DO PROGRAMA 6003	338.600.573	280.605.676	280.099.651	273.689.417

Fonte: SIGGO – dados atualizados até 31.12.2016 – Posição em: 17.01.2017

As atividades de controle externo compreendem basicamente a realização, pelas Secretarias de Controle Externo, de fiscalizações externas — auditorias e inspeções — e de instrução de processos, que depois de finalizadas são submetidas à apreciação do Plenário do Tribunal. As principais realizações finalísticas estão a seguir discriminadas:

Auditorias e Inspeções

Fiscalizações Externas

2014	2015	2016
119	123	128

Instrução de Processos

Processos Instruídos

2014	2015	2016
5.882	5.834	5.834

Apreciação de Processos pelo Plenário

Decisões Plenárias

2014	2015	2016
6.549	6.311	6.662

O Tribunal de Contas do Distrito Federal tem desenvolvido atividades e projetos objetivando, sobretudo, ao aprimoramento de sua forma de atuação, com vistas à oferta de melhor serviço público à população do Distrito Federal. A capacitação de seu quadro de pessoal e a modernização de equipamentos, instalações e processos de trabalho nas áreas meio e fim do Tribunal tem possibilitado a esta Corte de Contas exercer as suas competências com atendimento aos princípios de economia, eficiência e eficácia.

PROGRAMA: 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000.000	0	0	0
6165 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO	1.000.000	0	0	0
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	5.500.000	9.428.311	9.428.311	9.428.311
0045 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	5.500.000	9.428.311	9.428.311	9.428.311
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.040.000	6.106.586	6.106.584	5.687.319
0013 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO	6.040.000	6.106.586	6.106.584	5.687.319
TOTAL DO PROGRAMA 0001	12.540.000	15.534.897	15.534.894	15.115.630

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em complemento às ações de fiscalização acima descritas, o Tribunal tem atuado de forma proativa na orientação dos entes jurisdicionados, mediante a promoção de eventos de integração e compartilhamento de informações, consubstanciados em palestras, reuniões, visitas e outros eventos, que visam, sobretudo, evitar e corrigir erros que possam causar prejuízos ao erário. Nesse contexto, além da realização de auditorias de regularidade, esta Corte tem privilegiado a realização de auditorias operacionais que visem ao aperfeiçoamento de atividades e de programas de responsabilidade dos entes distritais.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O Tribunal tem envidado esforços no sentido de manter atualizado seu conjunto normativo em resposta às alterações nas normas federais e distritais que regulam a sua atividade finalística, bem como outras matérias das áreas de suporte, a exemplo das áreas de pessoal, orçamentária, financeira, patrimonial, contábil, dentre outras.

Além disso, o Tribunal tem realizado regularmente concursos de seleção para manutenção do quantitativo de pessoal em seus quadros, de forma a dispor de força de trabalho compatível com as crescentes demandas que lhe são apresentadas.

Para 2017, na área administrativa, uma das prioridades desta Casa é priorizar a atuação da Escola de Contas Públicas do Tribunal, com a intensificação da oferta de eventos de capacitação ao corpo técnico do TCDF, aos servidores dos órgãos jurisdicionados, e a segmentos específicos da sociedade, visando, sobretudo, fortalecer o controle social a cargo do cidadão.

Na área de controle externo, o TCDF continuará estabelecendo acordos e termos de parceria com outros órgãos de fiscalização, de controle e de inteligência, para ampliar a eficiência e a eficácia das suas atividades finalísticas.

Neste contexto, o exercício de 2017 apresenta-se promissor, tendo em vista a expectativa de aperfeiçoamento e evolução da forma de atuação do Tribunal, em sintonia com as avançadas práticas utilizadas pelos mais modernos órgãos brasileiros de fiscalização e controle.

3. SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL - UO 09.101

A Casa Civil do Distrito Federal foi recriada pelo Decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012, alterado pelo Dec. nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, com a estrutura mantida e a Comunicação Institucional e Interação Social criada como Chefia-Adjunta da Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal. No entanto, o Decreto nº 36.559, de 19 de junho de 2015, remanejou os cargos e as unidades administrativas da Chefia-Adjunta para a Governadoria, ficando a Chefia de Comunicação Institucional e Social diretamente vinculada à Governadoria. Em 26 de outubro de 2015, com a reestrutura da Casa Civil, os Decretos nº 36.839 e nº 36.840 - DODF nº 207 -, suplemento-A, alteraram a denominação para Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal. Assim, a Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal passaram a integrar a Casa Civil do Distrito Federal, com atuação e competências nas seguintes áreas:

I – assessoramento direto ao governador, em assuntos relacionados à coordenação e à integração de ações de governo;

II - acompanhamento da gestão governamental da Administração Pública;

III- coordenação e articulação político-governamental da Administração Direta e Indireta;

IV - publicação dos atos oficiais;

V - análise das proposições a serem encaminhadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal, ou por ela submetidas à sanção do governador;

VI – análise das proposições de decreto encaminhadas à Governadoria;

VII - gestão orçamentária e financeira da Casa Civil, do Gabinete do Governador e do Conselho de Governo;

VIII- coordenação das relações institucionais com os poderes do Distrito Federal, da República e dos governos estaduais e municipais;

IX - articulação com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, inclusive no acompanhamento do Processo Legislativo;

X - articulação com os demais entes da Federação, inclusive com o Congresso Nacional;

XI - relações com a sociedade civil;

XII - relações com entidades sindicais, categorias profissionais, movimentos sociais e terceiro setor.

XIII - promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal;

XIV - fomento a projetos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação tecnológica;

XV - promoção de iniciativas de base tecnológica que contribuam para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal;

XVI - promoção e articulação do sistema distrital de educação profissional técnica.

Vinculam-se, também, à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, conforme Decreto nº 36.840, de 26 de outubro de 2015, DODF nº 207, suplemento A:

I - Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP;

II - Conselho de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal;

III - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal – CDES/DF;

IV - Agência de Fiscalização do Distrito Federal - Agefis;

V - Arquivo Público do Distrito Federal;

VI - Conselho de Governo.

A Casa Civil, a Casa Militar e o Gabinete do Governador compõem a Governadoria do Distrito Federal, órgão de apoio direto e imediato do governador. A gestão orçamentária e financeira desses órgãos compete à Casa Civil, conforme o Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015.

Quadro de Pessoal

Casa Civil

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	366
Cedidos – fora GDF	24
Requisitado fora GDF – Pasus	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	95
Estatutário – afastados	4
Sem vínculo – em exercício	460
Sem vínculo – afastados	5
Total ativos – em exercício	945
Total ativos – afastados	9

Fonte: Sigrh_Net/COORDGESP/SUAG/CACI - Referência: DEZEMBRO/2016

A força de trabalho soma 952 servidores. Destes, 48,74% são servidores com vínculo; percentual idêntico de servidores sem vínculo; e 2,52% de servidores cedidos por órgãos fora do Governo de Brasília.

A mão de obra está distribuída entre Casa Civil, Governadoria e Casa Militar.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	985.000	47.078	11.000	11.000
2540 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	985.000	47.078	11.000	11.000
1959 - IMPLANTAÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	5.000	1.297	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DA CASA DA CIDADANIA--DISTRITO FEDERAL	5.000	1.297	0	0
1988 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS COMUNITÁRIAS	30.763	26.467	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS COMUNITÁRIAS--DISTRITO FEDERAL	30.763	26.467	0	0
2499 - EXPRESSO DA CIDADANIA	20.000	14.202	0	0
0002 - EXPRESSO DA CIDADANIA-ATENDIMENTO ÀS COMUNIDADES VIA UNIDADE MÓVEL-DISTRITO FEDERAL	20.000	14.202	0	0
2502 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	10.000	8.602	0	0
0002 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA--DISTRITO FEDERAL	10.000	8.602	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.310.000	344.966	344.946	312.694
2562 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1.310.000	344.966	344.946	312.694
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	10.000	8.602	0	0
0021 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	8.602	0	0
3042 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIAS TÉCNICAS EM GESTÃO PÚBLICA	700.000	0	0	0
0001 - APOIO A IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS INSTITUCIONAIS E DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - PRODOC.	700.000	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	10.000	8.601	0	0
6197 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS--DISTRITO FEDERAL	10.000	8.601	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1.065.000	12.932	3.206	3.206
2386 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	1.065.000	12.932	3.206	3.206

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	18.051	4.681	0	0
5761 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CASA DA CIDADANIA E FORMAÇÃO CIDADÃ-DISTRITO FEDERAL	18.051	4.681	0	0
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.000.000	259.323	146.220	135.660
3080 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL--DISTRITO FEDERAL	1.000.000	259.323	146.220	135.660
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	99.121.086	89.226.261	87.778.531	72.729.362
8735 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	41.601.086	41.855.939	41.132.841	34.622.617
8736 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	50.720.000	47.370.322	46.645.690	38.106.744
8746 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1.900.000	0	0	0
8747 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	4.900.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6203	104.284.900	89.963.013	88.283.903	73.191.922

Fonte: Siggo_QDD_Referência: Dezembro/2016

O Programa Temático pretende promover eficiência e eficácia da máquina administrativa, visando ao equilíbrio fiscal, gestão eficiente de recursos financeiros, orçamentários, humanos e tecnológicos, e assegurar a transparência e controle social no processo de planejamento e implementação de políticas públicas e ações do Governo. É instrumento de organização da ação governamental o conjunto sistematizado de ações orçamentárias, ou não, destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Em 2016, a **Coordenação de Tecnologia da Informação – Coordti**, proveu apoio técnico, operacional e tecnológico às unidades administrativas integrantes da Casa Civil do Distrito Federal – Caci e seus órgãos vinculados, como a Governadoria e a Comunicação Institucional e Interação Social do GDF. O apoio tecnológico compreende disponibilização e manutenção de infraestrutura e equipamentos de tecnologia da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas institucionais, bem como suporte operacional aos usuários das diversas unidades administrativas da Caci.

Ao longo do ano, desenvolveu e estimulou a produção de sites e aplicativos com vista à disponibilização de serviços e informações digitais à população, a saber:

- Manutenção e Aprimoramento do Portal de Comunicação e Serviços Internos (Intranet);
- Desenvolvimento do Portal do Governo de Brasília;
- Desenvolvimento do Sistema de Pesquisas do DODF para dispositivos móveis;
- Preparação de ambiente para funcionamento do Sistema Eletrônico de Informações-SEI;
- Implantação de sistema de reconhecimento textual para digitalização;
- Manutenções Adaptativas da Infraestrutura de Rede Lógica;
- Implementação de controle de acesso de usuários nos computadores e serviço de wi-fi;
- Desenvolvimento dos portais das regiões administrativas;
- Consulta pública virtual;
- Portal do Sistema Eletrônico de Informações - SEI;
- Siga Brasília Mobile;
- Portal da Agência Brasília;
- Implantação do Sistema do DODF na Imprensa Nacional;
- Implantação do Sistema LDAP na Sutic.

Realizou a aquisição de softwares, hardwares e executou contrato de impressão e disponibilização de impressoras multifuncionais para apoio aos órgãos que compõem a Governadoria.

Em paralelo às atividades especiais, realizou 5.482 atendimentos de suporte técnico.

O **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal – CDES/DF** é órgão de assessoramento direto do governador na formulação de políticas, indicações normativas e ações governamentais específicas para o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

Em 2016, promoveu reuniões com os diversos setores representativos da sociedade, quando chegou a uma representação ampla e significativa do tecido social do Distrito Federal. Promoveu reuniões das câmaras temáticas *Água, Resíduos Sólidos, Educação como Plataforma para o Desenvolvimento, Dinamização da Economia e Uso e Ocupação do Solo*. Não houve realizações orçamentárias em 2016.

A **Secretaria-Adjunta de Relações Institucionais e Sociais - Saris** tem como objetivo prestar assistência ao governador do Distrito Federal, auxiliando-o no desempenho das atribuições do cargo. Cabe a ela proporcionar um ambiente de

interlocução permanente e sistemático entre o Governo e os diferentes atores que participam do protagonismo político, social e institucional representados pelos movimentos sociais organizados, entidades sindicais e pelos Poderes Legislativo e Judiciário.

Os mecanismos de aperfeiçoamento do Estado - participação popular, casas da cidadania e expresso da cidadania - constituem-se em espaços de cooperação e integração social, que viabilizam iniciativas de organização e empoderamento popular. Nesses espaços serão ofertados cursos de capacitação em parceria com outros órgãos do governo, com entidades do terceiro setor e com instituições privadas, criando referência para articulação de demandas junto ao governo e de fortalecimento institucional das entidades. Ali serão abrigadas exposições culturais, programas educativos, reuniões de conselhos, formação para lideranças, bibliotecas para movimentos sociais, campanhas educativas, entre outros.

As ações de implantação da Casa da Cidadania, que passou a chamar-se Casa Comunitária e Bibliotecas Comunitárias, por força do Decreto nº 37.625, de 15 setembro de 2016, passaram à Secretaria de Estado das Cidades, e suas realizações ocorrerão de forma cumulativa em 2017. O Expresso da Cidadania também faz parte das entregas no ano vindouro.

O projeto de capacitação de pessoas da Casa Cidadã, por falta de pessoas habilitadas a seu desenvolvimento, foi excluído das entregas em 2016 e postergado para o ano de 2017.

O Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores-Prodóc não foi contemplado com disponibilidade orçamentária pela Seplag em 2016.

Quando se trata de Capacitação de Servidores, o servidor público é elemento fundamental na implementação da estratégia de mudança do governo mediante mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados. Nesse diapasão, foi custeada a participação do servidor no fórum de *Formação em Parceria Público-Privadas*, realizado nos dias 23 e 24/11/2016. Outras ações de capacitação foram realizadas com apoio da Escola de Governo e com o Fundo de Melhoria da Gestão Pública - Pró-Gestão.

A **Chefia de Comunicação Institucional e Interação Social – CIIS**, na execução de suas atividades de comunicação social, realizou serviços de clipping, de mídia impressa e eletrônica, local e nacional, bem como matérias televisivas de interesse do Governo de Brasília. Por intermédio da **Subchefia de Publicidade e Propaganda - SPP**, coordenou 94 campanhas publicitárias, 55 de propaganda institucional e 39 de utilidade pública. Desse total, 12 campanhas foram realizadas sem ônus para o Governo. Os resultados foram avaliados por intermédio de pesquisas e por observações da área técnica específica.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 22, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal; na Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003; e no artigo 16 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, tornaram-se públicos, por intermédio da Subsecretaria de Administração Geral da Casa Civil – Suag/Caci, os gastos com publicidade de utilidade pública e de interesse institucional, realizados no exercício de 2016, a saber:

- 1º Trimestre de 2016 – DODF nº 69, de 12-4-2016, pág. 3;
- 2º Trimestre de 2016 – DODF nº 130, de 8-7-2016, pág. 3;
- 3º Trimestre de 2016 – DODF nº 192, de 10-10-2016, pág. 6;
- 4º Trimestre de 2016 – DODF nº 5, de 6-1-2017, pág. 3.

A SPP buscou cumprir o disposto no parágrafo 9º do artigo 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que destina 10% do orçamento de publicidade do Poder Executivo para contratação de veículos alternativos de comunicação comunitária impressa, falada, televisiva e online, sediados no Distrito Federal, conforme detalhado nas publicações dos gastos do 2º e 3º trimestres acima informados.

Para o ano de 2017 descortina-se um novo horizonte, haja vista o encerramento de procedimento licitatório para contratação de novas agências de publicidade, com a qual se espera alcançar mais produtividade e melhor qualidade nos serviços prestados.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
						2016	2017	2018	2019	
Taxa de efetividade da divulgação das ações, atos, fatos e políticas públicas	%	100	31-dez-14	Anual	Desejado	100	100	100	100	CASA CIVIL / UO 09101 / OE 6

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL	50.000	12.967	0	0
9324 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL-- PLANO PILOTO.	50.000	12.967	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	10.000	2.593	0	0
9823 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DA SEDE DA GOVERNANÇA DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL- PLANO PILOTO.	10.000	2.593	0	0
2998 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO	4.825.000	4.857.209	4.398.750	4.010.984
0004 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO-- PLANO PILOTO.	4.825.000	4.857.209	4.398.750	4.010.984
3226 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	4.021.000	52.733	0	0
2705 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL--DISTRITO FEDERAL	4.021.000	52.733	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	100.000	25.932	0	0
6047 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS-DISTRITO FEDERAL	100.000	25.932	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	200.000	51.864	0	0
5833 - APOIO A PROJETOS-PROMOÇÃO DO INTERCÂMBIO E DIFUSÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	200.000	51.864	0	0
4210 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	3.087.667	633.932	590.344	541.213
0004 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL--DISTRITO FEDERAL	3.087.667	633.932	590.344	541.213
5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	100.000	25.932	0	0
0322 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL-PROJETO PARQUE TECNOLÓGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	100.000	25.932	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	2.850.000	1	0	0
8748 - REALIZAÇÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA DE UTILIDADE PÚBLICA EM PROL DE TODAS AS AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	2.850.000	1	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	15.243.667	5.663.163	4.989.094	4.552.198

Fonte: Siggo_QDD_Referência: Dezembro/2016

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
						2016	2017	2018	2019	
Espaço público do DF atendido com internet wi-fi gratuita	Unidade	10	30-jun-15	Anual	Desejado	12	22	32	36	SAD CIENCIA, TEC, INOV/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 5
Start-ups instaladas no Parque Tecnológico	Unidade			Anual	Desejado	50	75	125	200	SAD CIENCIA, TEC, INOV/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 5

O Programa Brasília Competitiva objetiva dotar, mediante políticas de desenvolvimento sustentável, de geração de trabalho, emprego e renda, e de inovação, a capital do país com condições singulares para atrair negócios e investimentos. A melhoria do ambiente de negócios é condição primordial para que se obtenha excelente nível de atratividade, como os principais destinos de investimentos do país.

Diante do desequilíbrio econômico-financeiro pelo qual tem passado o Estado brasileiro e o Distrito Federal, adotou-se política austera de redução e contenção de gastos, com vista ao saneamento do déficit financeiro do Estado. Isso resultou em sobrestamento dos programas de tecnologia, inovação e inclusão digital; não sendo realizado diretamente pela Casa Civil nenhum dispêndio financeiro no ano de 2016.

Desde setembro, o **Planetário** tem apresentado apenas as sessões agendadas por instituições, utilizando equipamento analógico *Spacemaster* e digital *Power Done VIII*, ferramenta digital que possui 8 projetores distribuídos ao redor da cúpula e sistema de som formado por 12 caixas acústicas, o que proporciona projeções multidisciplinares imersivas, com

efeitos visuais tridimensionais. Para tanto, é necessária **manutenção** periódica dos equipamentos de projeção, além de gastos com infraestrutura e fornecimento de energia elétrica, água e esgoto.

O número total de visitantes das exposições gira, mensalmente, em torno de 1.800 pessoas, dividido entre alunos de diversas escolas, públicas e privadas, e público em geral.

Para a **Gestão da Iluminação Digital**, a Secretaria-Adjunta de Ciência e Tecnologia-Sacti mantém contrato de Serviço de Comunicação de Dados com acesso à Internet Banda Larga (wi-fi).

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	500.000	379.999	0	0
0004 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA--DISTRITO FEDERAL	500.000	379.999	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	500.000	379.999	0	0

Fonte: Siggo_QDD_Referência: Dezembro/2016

O Governo de Brasília, com boas práticas na gestão territorial, leva em conta as funções estratégicas da água, a fim de proporcionar segurança alimentar, econômico-produtiva e institucional-administrativa à Capital Federal, bem como qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

As ações caracterizam-se pelo conjunto de projetos de preservação da água e de recuperação ambiental das bacias hidrográficas e áreas estratégicas de água do Distrito Federal; pelo manejo integrado de água, solo e cerrado; pelo fortalecimento das Áreas de Proteção de Mananciais, com proteção de nascentes e manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APP) e áreas de recarga de aquíferos.

Em 2016, em face do desequilíbrio econômico-financeiro pelo qual passou o Estado brasileiro e o Distrito Federal, não houve dispêndios financeiros na execução do objeto do programa. Para o ano de 2017, acreditando na melhoria do cenário econômico financeiro, deverão ser retomados os projetos.

PROGRAMA TEMÁTICO 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	30.000	9.874	0	0
8535 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA--DISTRITO FEDERAL	30.000	9.874	0	0
2512 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	10.000	2.593	0	0
0002 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA--DISTRITO FEDERAL	10.000	2.593	0	0
2516 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES	10.000	2.593	0	0
0002 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES--DISTRITO FEDERAL	10.000	2.593	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	50.000	15.060	0	0

Fonte: Siggo_QDD_Referência: Dezembro/2016

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
						2016	2017	2018	2019	
Coleta Seletiva implantada nos Órgãos e Entidades do GDF	%			Anual	Desejado	10	30	30	30	SAD REL INST E SOCIAIS/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 2

O Programa pretende promover a defesa e a garantia dos direitos humanos, assegurando a cidadania plena, com dignidade, por meio da oferta de informações e serviços integrados com qualidade, e implantar políticas públicas voltadas à inclusão social e econômica da população privada de liberdade, com ações de promoção de cidadania, acolhimento e dignidade da pessoa humana.

O projeto da Coleta Seletiva e o plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores têm por finalidade a inclusão social e econômica dos catadores. Para isso, realizou no decorrer de 2016 dezenas de reuniões para debater o tema com a participação do órgão do governo e de entidades representativas dos catadores de recicláveis, que somam 32 associações e cooperativas - aproximadamente 3.244 catadores. Os trabalhos continuam em 2017.

Realizou eventos de conscientização, com cerca de 2.500 servidores públicos e prestadores de serviços, sobre a importância e os benefícios da redução de geração de resíduos e o correto descarte de lixo no ambiente de trabalho, bem como sobre os ganhos financeiros decorrentes da ação, que gira em torno de R\$ 50 mil/ano. Não foi realizado diretamente pela Casa Civil nenhuma atividade em 2016.

Foi implementada coleta seletiva em 10 órgãos e entidades sediadas no Palácio do Buriti e Edifício Anexo. Tais ações não demandaram recursos financeiros da Casa Civil em 2016. E para o ano de 2017, realizam-se estudos e planejamento de ações de apoio à implantação de coletas seletivas em outros órgãos do Distrito Federal.

PROGRAMA TEMÁTICO 6219 – CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	10.000	2.593	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA- PLANO PILOTO.	10.000	2.593	0	0
5928 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS	15.000	3.890	0	0
9280 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS-BIBLIOTECAS PARA MOVIMENTOS SOCIAIS-DISTRITO FEDERAL	15.000	3.890	0	0
TOTAL DO PROGRAMA - 6219	25.000	6.483	0	0

Fonte: Siggo_QDD_Referência: Dezembro/2016

O programa Capital Cultural objetiva incentivar, fomentar e difundir a cultura como direito fundamental do cidadão, tão importante quanto voto, moradia, alimentação, saúde e educação. O programa compreende a cultura em toda a sua diversidade e sob uma perspectiva integrada, envolvendo Brasília e Entorno, com base em concepção que considera a cultura, em suas dimensões simbólica, cidadã, artística, educativa, patrimonial e econômica, como vetor estratégico para a inovação e o desenvolvimento do Distrito Federal.

Constitui objetivo do Governo de Brasília, por meio de política específica, fortalecer o patrimônio cultural, com a implementação de programa de gestão integrada, consolidando-o como sistema de participação social na gestão da política pública para museus e para os espaços e equipamento culturais.

A intenção do Programa é contemplar, também, a Formação Cidadã, com a criação de bibliotecas para os movimentos sociais em local público e de fácil acesso, podendo, também, ser alojadas nas casas comunitárias, com acervos de livros, revistas, periódicos e mídias de temas afins, e desenvolvimento de cursos de formação cidadã para líderes comunitários e de associações (Escola Cidadã).

PROGRAMA: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	15.000	12.905	0	0
2540 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	15.000	12.905	0	0
1765 - BRASÍLIA SEM FRONTEIRA	0	3.286.570	3.167.610	3.167.610
0001 - BRASÍLIA SEM FRONTEIRA--EXTERIOR	0	3.286.570	3.167.610	3.167.610
1767 - PROMOÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM ÂMBITO INTERNACIONAL	380.000	53.162	23.255	23.255
0001 - PROMOÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM ÂMBITO INTERNACIONAL--EXTERIOR	380.000	53.162	23.255	23.255
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	979.078	8.567	0	0
2520 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-CASA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	979.078	8.567	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.335.042	34.081	0	0
5312 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	1.335.042	34.081	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000	32.593	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2562 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	10.000	32.593	0	0
2578 - CERIMONIAL DO GOVERNADOR	290.000	59.999	13.510	13.510
0006 - CERIMONIAL DO GOVERNADOR--DISTRITO FEDERAL	290.000	59.999	13.510	13.510
2901 - MODERNIZAÇÃO E EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL	4.992.256	1.977.787	1.931.777	1.510.646
0003 - MODERNIZAÇÃO E EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL-CASA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	4.992.256	1.977.787	1.931.777	1.510.646
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	100.000	99.999	84.963	84.963
6046 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FEIRAS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS-DISTRITO FEDERAL	100.000	99.999	84.963	84.963
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	475.000	51.288	0	0
9722 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CASA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	475.000	51.288	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10.000	3.990	2.290	2.290
2386 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	10.000	3.990	2.290	2.290
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	86.565.699	70.858.799	69.312.325	69.312.325
8804 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	86.565.699	70.858.799	69.312.325	69.312.325
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	6.639.421	2.922.068	2.917.223	2.917.223
9623 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	6.639.421	2.922.068	2.917.223	2.917.223
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	26.839.833	5.669.298	4.862.332	4.723.226
9699 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	18.720.361	1.799.413	1.492.473	1.370.597
9700 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-RESIDÊNCIA OFICIAL- ÁGUAS CLARAS	1.265.880	220.707	98.894	93.884
9701 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇOS DE SEGURANÇA-DISTRITO FEDERAL	6.853.592	3.649.178	3.270.965	3.258.745
9051 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	150.000	38.898	0	0
0007 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS--EXTERIOR	150.000	38.898	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6003	128.781.329	85.110.004	82.315.285	81.755.048

Fonte: Siggo_QDD_Referência: Dezembro/2016

O programa **Brasília sem Fronteira**, criado pelo do Decreto nº 34.546, de 1º de agosto de 2013, busca promover a expansão, internacionalização e consolidação da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade do Distrito Federal, bem como proporcionar acesso a níveis mais elevados de ensino, por meio da imersão internacional. Em 2016, efetuaram-se os pagamentos da Universidade do Estado do Arizona e da Universidade de George Washington/EUA, que estavam em restos a pagar desde o ano de 2014. O Programa encontra-se em fase de reestruturação e não houve ação relacionada ao ano de 2016.

A **Assessoria Internacional** desenvolve atividades que envolvem embaixadas, órgãos e autoridades estrangeiras que visitam o Distrito Federal, e/ou missões internacionais do governador do Distrito Federal. A seguir, serão demonstradas parte das realizações em 2016:

- contratação de serviços técnicos de profissionais de tradução simultânea – português x inglês x português, para atender ao Gabinete do Governador, Secretaria-Adjunta de Esporte e Lazer, e Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer, por ocasião da visita da Universidade Chapman, Califórnia/EUA e da visita do Comitê Olímpico Internacional – COI;

- serviços de tradução de documentos inglês x português e espanhol x português para atender às necessidades do chefe de Assessoria Internacional do *XI Encontro de Diretores e Coordenadores de Relações Internacionais*, e participação em fóruns, conferências e eventos que envolveram as temáticas pertinentes às prioridades políticas do Governo e da 39ª edição do Programa Ibero-Americano de Formação Municipal, entre outros;

- assinatura do projeto de Cooperação Técnica Internacional entre a Unidade de PPP da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – Seplag e o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos - Unops, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, para conclusão do projeto de Cooperação Técnica Internacional, intitulado Avaliação do contrato de concessão administrativa para a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal;

- apoio às negociações do projeto de Cooperação Técnica Internacional entre a Secriança, a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, a OEI, a Unicef e a Unesco, para fortalecimento da capacidade institucional da Secretaria em seus processos de gestão e planejamento das unidades de internação e na formulação e implantação de medidas socioeducativas;

- organização do evento Brasília Cidade Internacional, que visa proporcionar oportunidades de cooperação, investimentos e negócios em que os participantes apresentaram aos atores internacionais presentes suas boas práticas, centradas em três dimensões de atuação: Cidade da Paz, Cidade Sustentável e Cidade Patrimônio, de forma a estabelecer e fortalecer parcerias bilaterais e multilaterais. Todas as instituições e entes federativos participantes do evento – realizado na Escola de Governo em 3 de junho - tiveram espaço para exposição de iniciativas, oportunidades de negócios e investimentos;

- captação de bolsa de estudos para Curso de Verão na Universidade de Haia – *Water Global Challenges*, com apoio da *Nuffic Neso Brasil* e Embaixada dos Países Baixos;

- prospecção de recursos financeiros junto à Assessoria Internacional do Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para projeto da Administração do Lago Norte, Cerratenenses, ICMBio e Secretaria de Mudanças Climáticas/MMA;

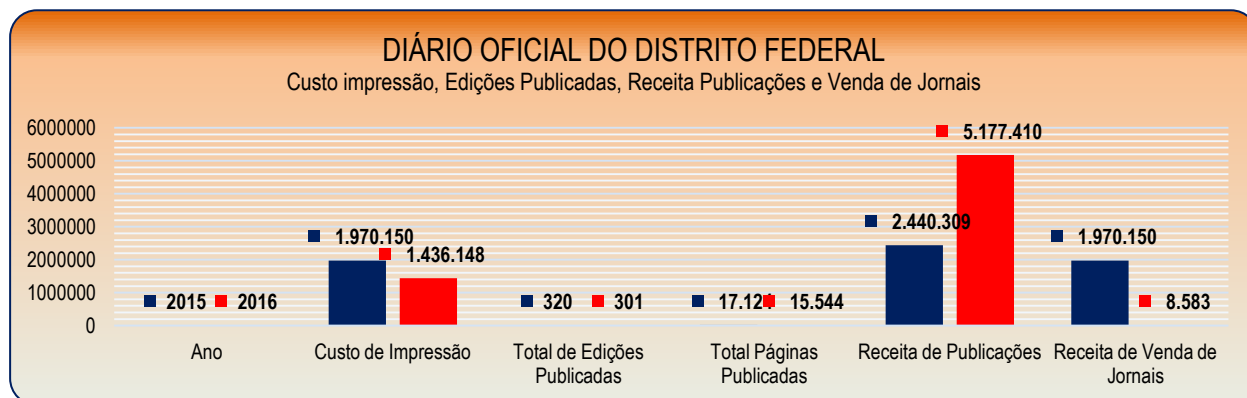
- participação na reunião da União de Cidades Capitais Ibero-Americanas, em La Paz, Bolívia.

As agendas bilaterais incluíram reuniões com as prefeituras de Medellín, Barcelona, Cidade do México, Montevideu e com a empresa britânica Cities Today; com as redes UCCL, Metrôpoles, Mercocidades, Iclei ; e com a equipe implementadora do Projeto AL-LAS, parceria da União Europeia para financiamento do desenvolvimento local da América Latina.

O **Cerimonial do Governador** é responsável por coordenar, organizar, supervisionar e acompanhar os eventos, solenidades e recepções oficiais programadas na agenda dele, referentes aos diversos órgãos do Governo, bem como pelas demandas de âmbito externo.

A execução financeira em 2016 restringiu-se aos contratos de fornecimento de coroas fúnebres destinadas a autoridades e personalidades da sociedade civil e de arranjos florais destinados a autoridades e embaixatrizes, em solenidades e datas comemorativas. Incluiu, ainda, os serviços de impressão de fichas/cartão com brasão utilizados para nominatas e cartões de cumprimentos, pastas para discursos e documentos e pastas para assinatura de documentos em eventos.

O **Diário Oficial do Distrito Federal** é a ferramenta responsável pela publicidade dos atos e decisões do poder público distrital, atendendo diretamente ao art. 19 da Lei Orgânica, que versa sobre o princípio da publicidade, e ao art. 37 da Constituição Federal de 1988. A publicação é sistemática, eficiente e eficaz, para atender à necessidade do Governo de Brasília e dos órgãos de Gestão Pública.



Fonte: Siggo_QDD_Referência: Dezembro_2016

Em 2016, o contrato de editoração e impressão do jornal custou aos cofres públicos R\$ 1.436.148,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e seis mil, cento e quarenta e oito reais), uma redução de custos na ordem de 27,10% em relação a 2015, em benefício das contas públicas e do ajuste fiscal adotado em todo o governo na atual gestão.

Além disso, em 2016, o DODF arrecadou R\$ 5.177.410,00 (cinco milhões, cento e setenta e sete mil, quatrocentos e dez reais) em publicações de editoriais e matérias de empresas públicas e afins, e arrecadou o total de R\$ 8.583,00 (oito mil, quinhentos e oitenta e três reais), em vendas de exemplares de jornais avulsos ou na modalidade assinatura, mediante guias de recolhimento à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal. Os valores arrecadados totalizaram, R\$ 5.185.993,00 (cinco milhões, cento e oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e três reais), representando um aumento de 17,58% em relação à 2015.

A partir de 12 de novembro de 2016, o veículo oficial, que dá transparência a todos os atos governamentais do Poder Executivo no DF, passou a ser totalmente digital, ou seja, sem a versão impressa. Com a certificação digital, o jornal eletrônico passou a ter validade de documento oficial, o que traz facilidade à vida dos usuários. Além de reduzir custos, tanto para o governo quanto para a população, a medida é ecologicamente sustentável, já que toneladas de papel deixarão de ser consumidos. O Governo de Brasília reduzirá os custos em R\$ 240 mil/ano. A parceria firmada com a Imprensa Nacional diminuiu o valor do contrato em 16%, gastando menos, oferecendo mais comodidade ao leitor e permitindo o acesso por um número maior de pessoas.

O evento realizado em dezembro de 2016, **Fórum Brasília Cidadã – Protagonismo Social e Inovação**, contou com a participação média de 596 pessoas. Espaço reservado para discutir a importância da participação da sociedade civil no desenvolvimento social, econômico e sustentável da Capital Federal, instituiu a Carta Brasília Cidadã, um instrumento de cidadania e transformação.

A **Coordenação de Gestão de Pessoas** da Casa Civil reconhece que capacitação é processo que promove e estimula o desenvolvimento profissional dos servidores. Em 2016, com objetivo de valorizar, motivar e qualificar os servidores no exercício de suas funções, desenvolveu diversas ações que resultaram na realização de 486 capacitações. Ressalte-se que esses cursos foram custeados pela Casa Civil e pela Escola de Governo do Distrito Federal – Egov:

Quadro Geral de Capacitação/Desenvolvimento 2016:

Quantitativo de Capacitação/Desenvolvimento - Referente a 2016				
Órgão	Capacitação (Formação Continuada)		Desenvolvimento (Seminários, Palestras, Encontros, Congressos, Fórum)	
	Interno	Externo	Interno	Externo
Governadoria	57	1	34	11
Casa Militar	1	6	0	0
Casa Civil	137	0	21	20
Suaq	130	6	18	44
Total Individual	325	13	73	75
Total (Capacitação/Desenvolvimento)	338		148	
Total Geral			486	

Fonte: COODRGESP/CACI

Entre as capacitações realizadas durante o ano de 2016, destaca-se o treinamento efetuado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com 171 servidores da Casa Civil e Governadoria capacitados a implementar essa nova ferramenta de gestão, para melhoria, controle e agilidade nos processos organizacionais.

Para suprir as necessidades administrativas gerais e operacionais da Casa Civil, da Governadoria e das Secretarias-Adjuntas, são mantidos contratos de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, aquisição de materiais, serviços de telefonia, serviços de fornecimento de energia elétrica e água e de tratamento de esgoto.

A coordenação, supervisão e manutenção da **Residência Oficial de Águas Claras** é exercida pela Casa Militar da Governadoria do Distrito Federal, à qual compete coordenar e supervisionar atividades de mordomia, limpeza e conservação; planejar e supervisionar atividades de administração de material, de serviços e de controle do patrimônio mobiliário, artístico, histórico, cedidos ou de propriedade da Governadoria.

Em 2016, realizaram-se gastos com aquisição de gêneros alimentícios, com limpeza e conservação, manutenção corretiva e preventiva de gerador, fornecimento de água e energia elétrica, dedetização, desratização e descupinização, e limpeza de piscina.

Os **serviços de segurança** vêm atender às demandas das operações de segurança sob responsabilidade da **Casa Militar**, conforme Decreto nº 36.842, de 26 de outubro de 2015, e é responsável pela segurança pessoal do governador do Distrito Federal e familiares, quando nas instalações do Palácio do Buriti, na residência particular ou na Residência Oficial de Águas Claras.

No ano de 2016, foram solicitados 17 suprimentos de fundos, com base no inciso V do artigo 4º do Decreto nº 13.771/92, para realizar despesas com alimentação, transporte e hospedagem do governador do Distrito Federal em outros estados da federação, ou no exterior, durante viagens oficiais.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	900.000	900.000	0	0
0047 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DF	900.000	900.000	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.395.001	11.049.375	10.729.664	10.227.468
7101 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DF	14.395.001	10.049.375	10.729.664	10.227.468
TOTAL DO PROGRAMA 0001	15.295.001	11.949.375	10.729.664	10.227.468

Fonte: Siggo_QDD_Referência: Dezembro/2016

Em 2016, a Câmara de Governança Orçamentária, após tomar conhecimento da real situação das contas públicas pendentes de quitação, com o intuito de produzir ambiente institucional necessário para promover equilíbrio financeiro e orçamentário e dar estabilidade e sustentabilidade à execução das políticas públicas por parte do Distrito Federal, elaborou cronograma de pagamento das despesas contraídas em exercícios anteriores, segundo prioridades e relevâncias sociais, visando a honrar todos os compromissos assumidos pelo Governo de Brasília.

Diante desse cenário, e em face do desequilíbrio econômico-financeiro vivido pelo país e pelo Distrito Federal, adotou política austera de redução e contenção de gastos, com vista ao saneamento do déficit financeiro, o que implicou suspensão do pagamento de licenças-prêmio, de forma a assegurar o equilíbrio fiscal e a garantir a capacidade de investimento do Governo.

São 14 servidores que fazem jus ao benefício **conversão de licença-prêmio em pecúnia**. Desses, 10 tiveram a conversão em pecúnia publicada no DODF e 4 aguardam disponibilidade orçamentária para publicação do ato de concessão. Todos aguardam disponibilidade financeira para o pagamento.

Foi efetuado o pagamento de indenizações e restituições a servidores (acertos de contas, auxílio maternidade), bem como o ressarcimento da remuneração e encargos sociais de servidores cedidos à Casa Civil no exercício de 2016, conforme segue:

- Indenizações pagas a 200 servidores no valor de R\$ 757.146,00;
- Ressarcimentos de 48 servidores cedidos à Casa Civil no valor de R\$ 10.192.803,88.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

À **Assessoria da Subsecretaria de Administração**, unidade administrativa de “staff”, diretamente subordinada ao subsecretário de Administração Geral, cabe elaborar e controlar as comunicações oficiais, acompanhar os processos de viagens e de pagamento de diárias aos servidores da Governadoria, da Casa Militar e desta pasta, e assistir o subsecretário, entre outras competências.

As autorizações de viagens que impliquem gastos à Administração Pública, no que se refere ao custeio de diárias e passagens, ou seja, **com ônus total** para o Governo de Brasília, devem ser instruídas, observando o disposto no Decreto nº 37.121, de 16/2/2016, que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo de Brasília.

Na sequência são apresentados os gráficos e tabelas referentes aos deslocamentos de servidores:

Tabela 8

Viagens Autorizadas/Assunto/Órgão – 2016						
Órgão	Afastamento do País (1)	Autorização de Viagens Com Ônus			Dispensa de Ponto (2)	Total Geral
		Diárias e Passagens	Diárias	Passagens		
AGEFIS	-	-	-	-	1	1
ARQUIVO PÚBLICO	-	-	-	-	2	2
ASSINTER	3	1	-	-	2	6
BRB	1	-	-	-	-	1
CAESB	2	-	-	-	-	2
Casa Civil	-	8	1	-	2	11
CASA MILITAR	-	32	17	-	-	49
CBMDF	-	4	-	-	-	4
CCOM	2	12	3	-	-	17
Cerimonial	-	-	1	-	-	1
CODEPLAN	2	-	-	-	1	3
CODHAB	-	1	-	-	-	1
Consultoria Jurídica	-	3	-	-	-	3
Controladoria-Geral	4	8	-	-	-	12
DER/DF	-	19	-	1	-	20
DETRAN	-	-	7	2	-	9
EMATER-DF	1	-	-	-	-	1
FAPDF	-	6	-	-	-	-
FEPECS/SES	-	2	-	-	-	2
Governadoria	-	1	2	-	-	3
IBRAM	1	-	-	-	-	1
IPREV	-	7	-	-	-	7
Metrô	3	9	-	-	-	12
NOVACAP	-	1	44	-	-	45
PCDF	10	4	-	-	-	14
PROCURADORIA GERAL	-	28	-	-	-	28
SDE	-	1	-	-	-	1
SEAGRI	1	3	6	-	1	11
SEC. CULTURA	4	6	2	-	-	12
SEC. EDUCAÇÃO	3	4	3	-	-	10
SEC. ESPORTE	-	15	2	1	1	19
SEC. FAZENDA	1	31	7	-	1	40
SEC. SAÚDE	43	26	-	-	1	70

Viagens Autorizadas/Assunto/Órgão – 2016						
Órgão	Afastamento do País (1)	Autorização de Viagens Com Ônus			Dispensa de Ponto (2)	Total Geral
		Diárias e Passagens	Diárias	Passagens		
SECRI	4	4	-	-	-	8
SECTI	1	2	1	1	-	5
SEDESTMIDH	3	2	2	-	-	7
SEGETH	2	2	-	1	-	5
SEJUS	-	6	-	-	-	6
SEMARH	3	6	1	-	2	12
SEPLAG	2	20	-	-	-	22
SETUR	2	1	-	-	-	3
SLU	2	-	-	-	-	2
SSP	2	73	8	-	5	88
Total Geral	102	348	107	6	19	582

- (1) Afastamentos do país com ônus limitado à remuneração;
 (2) Afastamentos do serviço em território nacional com ônus limitado à remuneração.

Gráfico 10

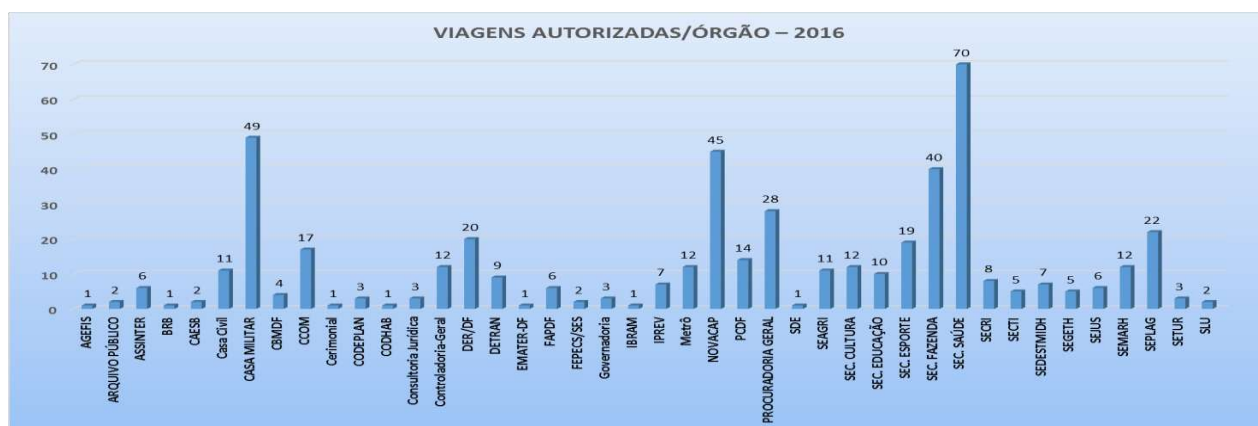
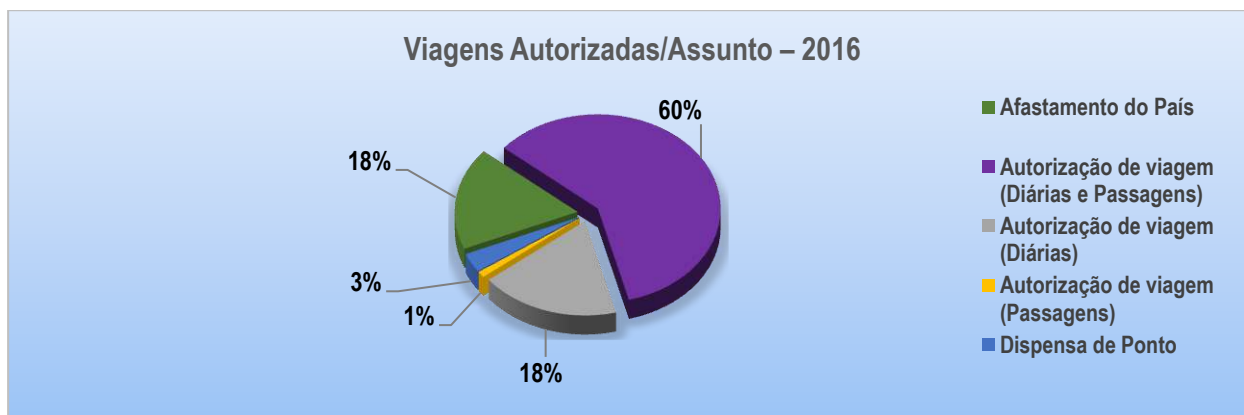
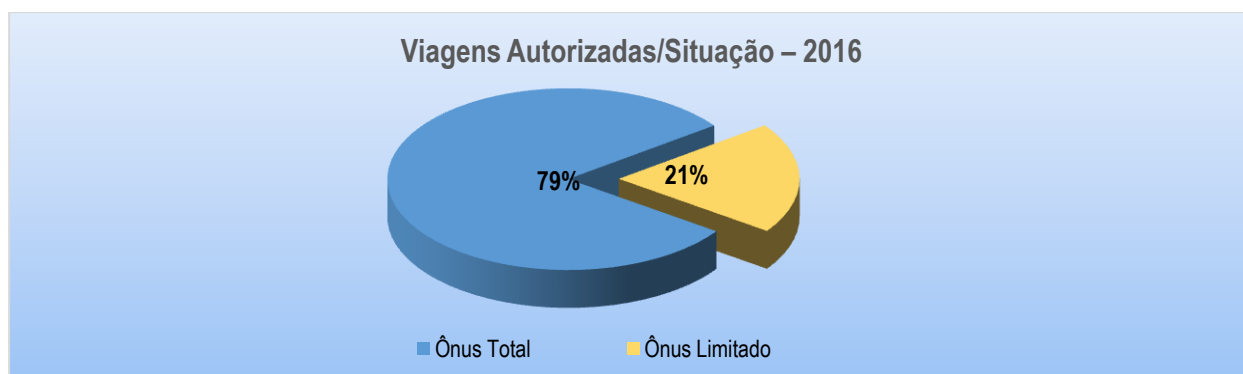


Gráfico 11



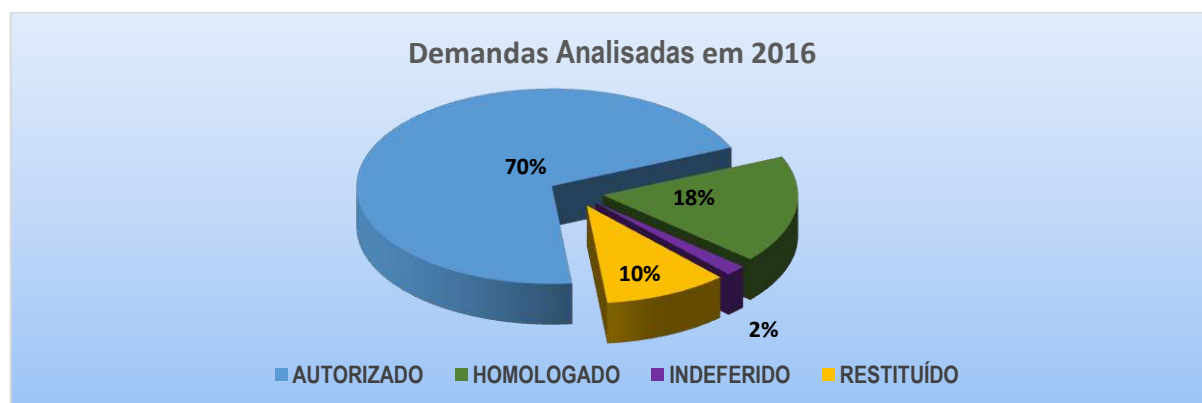
Pelo gráfico 11, observa-se que grande parte dos deslocamentos dos servidores ocorreram por autorização de viagem, com ônus total para o Governo de Brasília, com despesas de diárias e passagens aéreas.

Gráfico 12



O gráfico 12 apresenta o percentual de deslocamentos de servidores com ônus total e ônus limitado das viagens que ocorreram em 2016, autorizadas pelo secretário de Estado desta Pasta.

Gráfico 13



Pelo gráfico 13, observa-se que 10% das demandas foram restituídas aos órgãos de origem, para a devida instrução processual, considerando o cumprimento de legislação vigente. O percentual de homologações publicadas no DODF refere-se aos processos de deslocamento, em exercícios anteriores, entregues na SUAG/CACI, após o período de viagem.

Tabela 9

Viagens Homologadas/Assunto/Órgão – 2016					
ÓRGÃO	Autorização de viagem				Total Geral
	Afastamento do País (1)	Diárias e passagens	Diárias	Dispensa de Ponto (2)	
CERIMONIAL			1		1
CODHAB		1			1
DETRAN	1	5			6
FEPECS/SES	1				1
IPREV				1	1
PCDF	1				1
PROCURADORIA-GERAL			1		1
SEC. ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	1				1
SEC. ECONOMIA	1	2			3
SEC. EDUCAÇÃO	12				12
SEC. FAZENDA	1	1			2
SEC. SAÚDE	112				112
SECRI				1	1
SECTI	1				1
SEDESTMIDH		2			2
SEDHS	1				1
SSP	1				1
Total Geral	133	11	2	2	148

(1) Afastamentos do país com ônus limitado à remuneração;

(2) Afastamentos do serviço em território nacional com ônus limitado à remuneração.

Gráfico 14

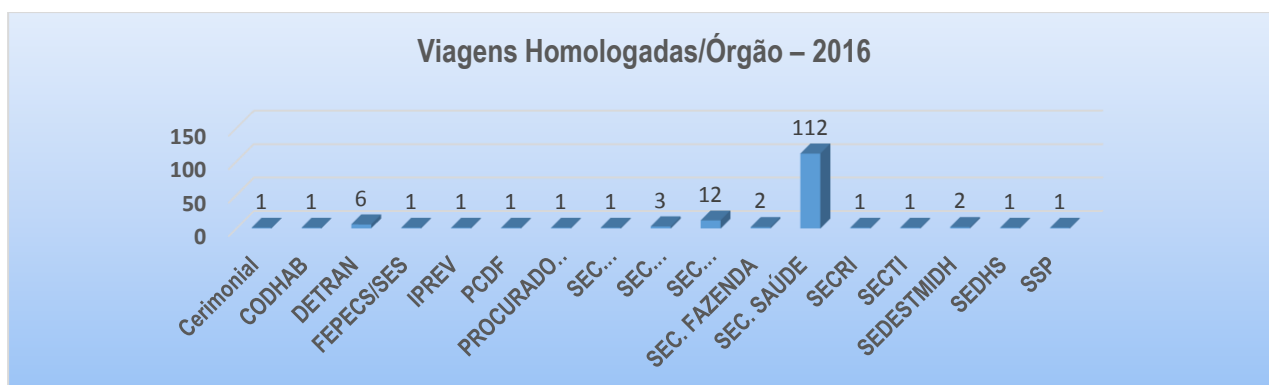
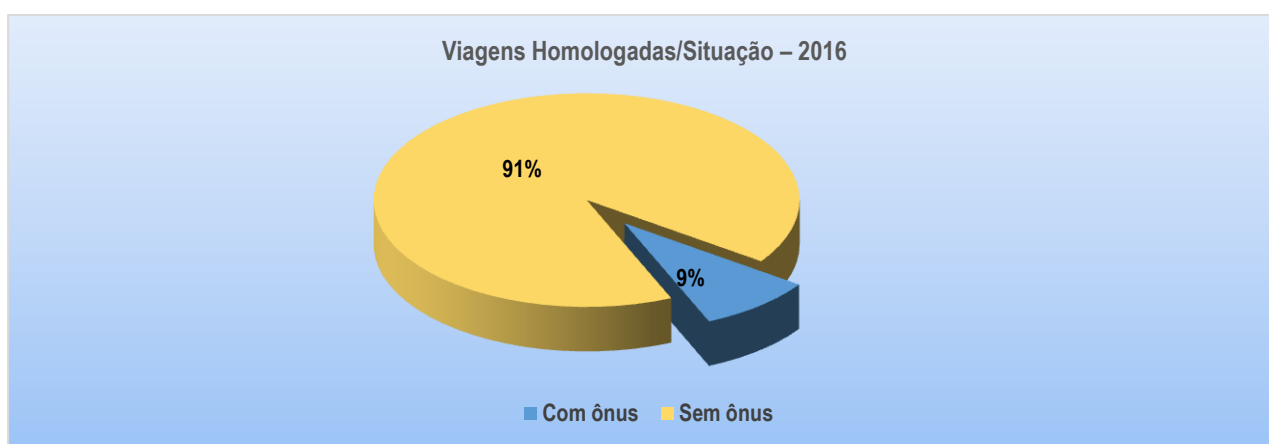


Gráfico 15

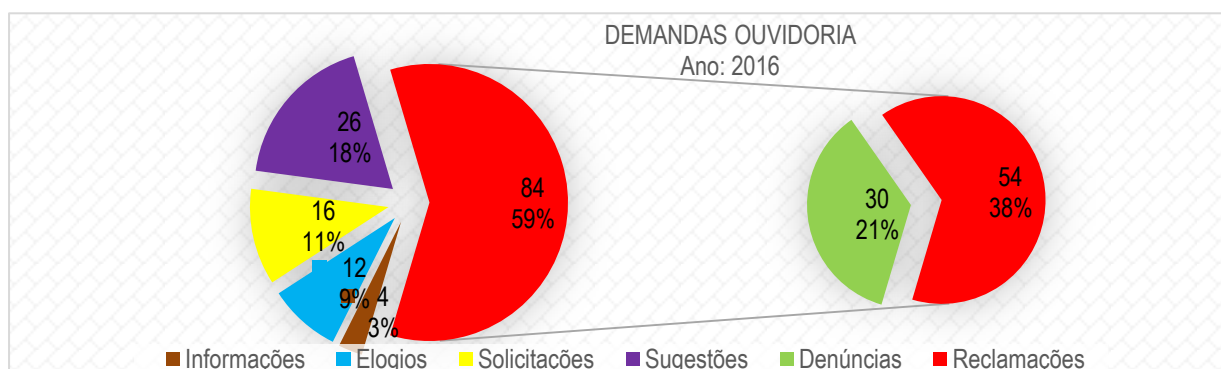


Pela tabela 9 e pelos gráficos 14 e 15, depreende-se que a maior parte das viagens de exercícios anteriores, homologadas neste ano, ocorreram com ônus limitado para o GDF e foram referentes a afastamentos do país, sem despesas de diárias e passagens.

A **Ouvidoria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal** está a serviço da população do Governo de Brasília para ouvir, orientar, facilitar a comunicação entre o cidadão e o governo, criar vínculos e auxiliar no controle e monitoramento das ações de governo. É espaço constituído para facilitar a comunicação entre o cidadão e o governo e para garantir a participação popular, a transparência, além de auxiliar na eficiência da prestação dos serviços públicos. Sua atuação busca a excelência no atendimento ao cidadão, em atenção aos princípios administrativos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

No período de janeiro a dezembro de 2016, recebeu: 90 pedidos de informações (e-Sic) e 142 manifestações de Ouvidoria. Após análise e apuração, algumas foram encaminhadas aos órgãos competentes, com justificativa para o cidadão.

As demandas encaminhadas pela população foram atendidas, cumprindo os prazos determinados pela Lei 4.990/2012 e pelas orientações técnicas da Controladoria-Geral do Distrito Federal, com 100% de transparência, em busca da eficácia e da eficiência dos serviços prestados.



A **Coordenação de Gestão de Pessoas**, da Subsecretaria de Administração Geral – **Coordgesp/Suag** realizou várias ações e eventos, para integração e promoção da qualidade de vida dos servidores.

– 1º Encontro de Integração da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais: realizado no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, contou com a participação de 270 servidores e teve como objetivo motivar, integrar e promover o debate sobre a responsabilidade e a atuação de cada servidor;

– Ginástica Laboral: realizadas diariamente nos vários setores da Casa Civil e Governadoria, as sessões são coordenadas por estagiários de Educação Física, contratados junto ao CIEE e supervisionados por servidores efetivos com formação na área;

– Programa Jovem Candango: visa, prioritariamente, incluir socialmente os jovens participantes, com elevação da autoestima oferecendo-lhes oportunidade e primeira chance de emprego, com dignidade e boas condições de trabalho. Teve sua primeira edição encerrada em 12/8/2016, com 47 jovens beneficiados;

– Estagiários : a orientação e acompanhamento de 84 estagiários, ao longo do ano de 2016, lotados nas diversas áreas da Casa Civil, sendo 14 de nível médio e 70 de nível superior;

– Campanha de doação de sangue: duas mobilizações em adesão à campanha de doação de sangue da Fundação Hemocentro de Brasília. Na primeira, 37 servidores; na segunda, 26 servidores - todos da Casa Civil;

– Festa julina: em parceria com a Aster - Associação dos Servidores da Terracap, realizou o Arraiá Dois pra Lá, Dois pra Cá, com buffet de comidas e bebidas típicas, Banda Chicão do Forró e os Brasas do Nordeste, cama elástica e touro mecânico;

– Festival do servidor: participação de estudantes de Educação Física, na realização dos 6º *Jogos Esportivos e Atividades Culturais dos Servidores Distritais*, em comemoração ao dia do servidor. Participaram do evento aproximadamente 1.000 servidores;

Em 2016, a **Assessoria Jurídica-Legislativa- AJL**, entre instauração e continuidade de processos disciplinares existentes, registrou um total de 60 processos, entre eles, 35 sindicâncias, 7 sindicâncias punitivas, 12 processos administrativos disciplinares (PAD) e 1 investigação preliminar.

A **Secretaria-Adjunta de Assuntos Legislativos** tem como principal atribuição assessorar o governador, os secretários de Governo e as demais autoridades do Governo de Brasília em suas relações com a Câmara Legislativa do Distrito Federal; por meio de articulação político-institucional, viabilizar a aprovação dos projetos de interesse do Governo, acompanhar a tramitação na Câmara Legislativa do Distrito Federal dos projetos de lei do Executivo; e analisar, previamente, todos os anteprojetos de lei a serem submetidos ao governador do Distrito Federal. De acordo com seu perfil e competência, desempenhou a movimentação de proposições legislativas e de matérias administrativas, no exercício de 2016, resumidamente, da seguinte forma:



Em 2016, entre outras, tramitaram na Câmara Legislativa as seguintes proposições:

– PL 1066/2016: propõe estender para o exercício de 2018 a data de revogação do Regime Tributário Simplificado do DF – SIMPLES CANDANGO;

– PL 777/2015: dispõe sobre a regulamentação da prestação de Serviços de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em tecnologia de comunicação em rede no DF – UBER;

- PL 1176/2016: autoriza ao Poder Executivo a reversão e doação de imóveis pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal à Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap (ITAPOÃ PARQUE);
- PL 1368/2016: altera a lei que institui o Refis, Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal;
- PLC 76/2016 – Altera a Lei Complementar nº 679, de 30 de dezembro de 2002, que cria área para instalação do Parque Tecnológico Digital.

A **Coordenação de Logística – Coordlog/Suag** compreende serviços de patrimônio, serviços gerais, de documentação e arquivo, transporte, material, compras e almoxarifado.

No atual cenário de escassez econômico-financeira, o Governo de Brasília tem adotado medidas para controle de despesas públicas, consubstanciadas nos Decretos Distritais nº 36.757/2015 e 37.121/2016, racionalizando as aquisições de materiais de consumo e permanentes, bem como as contratações de serviços necessárias à manutenção das suas atividades.

Os resultados obtidos com as aquisições de materiais e serviços, sob a supervisão/orientação da Coordlog, pelas Gerências (Compras e Almoxarifado) são os seguintes:

Modalidade de Licitação	Quantitativo de Processos	Valor Contratado
Sistema de Registro de Preços - SRP	37	R\$ 548.382,36
Dispensa de Licitação – Pequeno Valor (art. 24, inciso II)	22	R\$ 69.241,31
Dispensa (art. 24, incisos VIII e XVI)	01	R\$ 1.027.260,00
Inegibilidade de Licitação	04	R\$ 232.004,26
Licitações específicas da Casa Civil	03	R\$ 145.396,40
Total	67	R\$ 2.022.284,33

A Coordlog, no cumprimento de sua missão institucional, realizou diversas tarefas para promover a racionalização dos gastos da Casa Civil, ao conferir maior eficiência aos procedimentos licitatórios sob sua supervisão.

É prudente destacar que a egrégia Corte de Contas do DF tem exigido nos certames licitatórios, sobretudo os processados pelo Sistema de Registro de Preços, justificativas detalhadas para o incremento nos quantitativos verificados nas demandas dos órgãos participantes, acompanhadas das respectivas memórias de cálculos (Decisão TCDF nº 3.139/2015).

Com o mesmo pretexto, foram editadas normas pelo Governo de Brasília: Decreto Distrital nº 36.220/2014, implementando regras mais claras e precisas sobre as pesquisas de preços públicos e no mercado local;

Vale salientar que foram impostos ao almoxarifado maior rigor e critérios de observação mais eficientes, supervisionando o recebimento, o armazenamento e as requisições de material de consumo, com controle físico dos estoques. A publicação da Ordem de Serviço nº 02-Seplog, de 14 de março de 2016, passou a cobrar do Governo do DF inventários físicos trimestrais de almoxarifado, além do relatório anual.

Quanto aos trabalhos desenvolvidos no âmbito de controle patrimonial e de serviços gerais, foram verificadas as seguintes ocorrências:

Bens da Carga Patrimonial da Casa Civil	Bens Incorporados Somente no Exercício de 2016	Bens Recebidos de Outras Unidades/Secretarias	Bens Recolhidos ao Depósito de Bens Inservíveis	Bens Movimentados para Outras Unidades
8.282	369	520	936	1384

Processos de Regularização (Doação e Incorporação de Bens Patrimoniais)	
Processo Nº	Assunto
002.000.194/2016	Regularização de bens patrimoniais junto à Coordenação Geral de Patrimônio/SEF – doação de 172 bens móveis ao SLU
002.000.209/2016	Regularização de bens patrimoniais junto à Coordenação Geral de Patrimônio/SEF – doação de 119 bens móveis à FAP
002.000.298/2016	Incorporação de bens patrimoniais à Coordenação Geral de Patrimônio
002.000.446/2016	Incorporação de bens patrimoniais à Coordenação Geral de Patrimônio

Relação de bens imóveis da Carga Patrimonial da Casa Civil:

Imóvel	Situação
Setor de Expansão Econômica Quadra 14 Lote 28 – Sobradinho	Bem edificado
Setor Norte AE 06 – Brazlândia	Terreno não edificado
Setor Industrial 01 Qd 13 Lotes 01 a 20 – Ceilândia	Terreno não edificado
Setor de Divulgação Cultural Lote 10 – Eixo Monumental	Terreno não edificado
Setor de Divulgação Cultural Lote 04 – Eixo Monumental	Bem edificado – Prédio do Planetário de Brasília
Parque Tecnológico – Granja do Torto Lote 04	Terreno não edificado
Parque Tecnológico – Granja do Torto Lote 02	Em construção

No âmbito de serviços gerais, a Coordlog realizou deslocamentos de divisórias, alterando os layouts das salas; montagem e desmontagem de mobiliário; realocação de pontos elétricos; instalação de aparelhos de ar condicionado, de telefonia, de redes e de dados. É também responsável pelo controle da frota de veículos de serviços da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais e órgãos vinculados, que é formada atualmente por 21 veículos - 17 locados por esta pasta e 4 veículos próprios, cujos condutores atenderam, durante o ano de 2016, a 6.282 demandas.

Na área de documentação de arquivo, composta pelas atividades de arquivo e de protocolo, constam acervos dos órgãos absorvidos pela Casa Civil, segundo os Decretos nº 36.839/2015 e 36.840/2015, com processos e documentos diversos para consulta. Vale mencionar que os seus servidores atuam no monitoramento da carta de serviços desta pasta, junto ao Comitê Gestor de Credenciamento e Segurança da Informação da Casa Militar, na implantação do Sistema Eletrônico e de Informações – SEI. É, também, a unidade gestora dos contratos de serviços de correios e de fornecimento de jornais e revistas.

Quanto aos resultados, os números obtidos no exercício de 2016:

Processos Autuados	817
Documentos Recebidos	16.320
Documentos Expedidos	13.400
Cartas Enviadas	1.587
Processos Tramitados	3.700
Documentos Encadernados	223
Documentos Digitalizados	735

Por intermédio da **Coordenação de Administração e Controle de Contratos – Coordcac/Suag**, são realizados os acompanhamentos e as contratações para atender a órgãos vinculados direta ou diretamente e à estrutura da própria Governadoria do Distrito Federal.

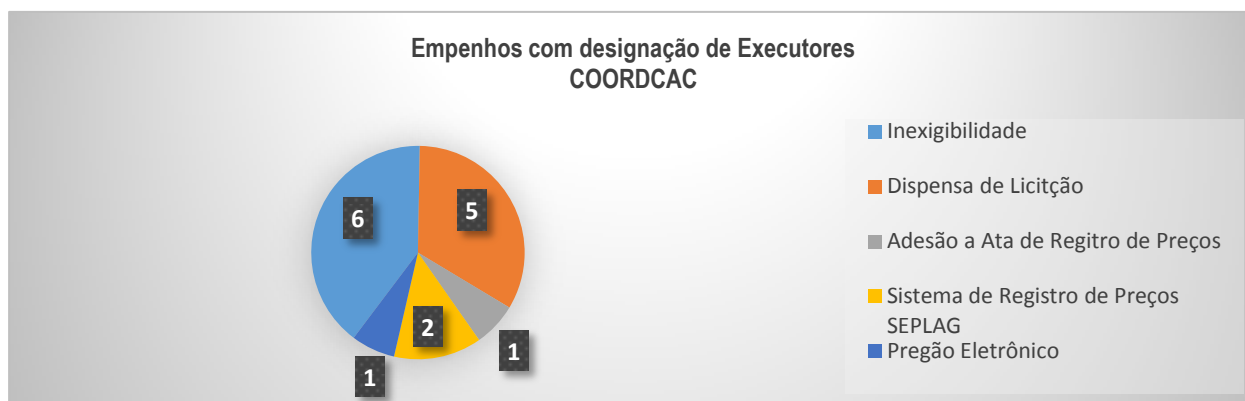
É importante frisar que a partir do mês de setembro de 2016, a Coordenação assumiu o acompanhamento dos Contratos de Receita, cujo objeto é a publicação de matérias no Diário Oficial do Distrito Federal por órgãos da Administração Indireta e Empresas, totalizando 35 contratos vigentes.

Abaixo, o panorama dos Contratos/Convênios do exercício em tela:

2016	
Tipo	Quantitativo
Contratos vigentes	45
Contratos firmados	19
Convênio firmado	01
Acompanhamento de Contratos de Receita - DODF	35

Em 2016, a Coordenação passou a analisar e registrar os Termos de Cessão de Uso junto à Terracap, totalizando 26 processos, além de instruir 5 processos de doação de bens móveis. No que diz respeito aos Acordos de Cooperação, Cooperação Técnica e Protocolo de Intenções, foram analisados 17 processos.

No quesito referente às contratações por meio de notas de empenho, com designação de executores, esta Coordenação analisou 15, conforme demonstrativo:



Há de se destacar que no exercício foram realizados 4 encontros com os executores de contratos, conforme recomendado pelo Controle Interno, em que orientações, legislações e decisões do TCDF são divulgadas, com o objetivo de aprimorar a execução dos contratos.

No tocante às sanções administrativas a fornecedores, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e do Decreto nº 35.831, de 19 de setembro de 2014, no ano de 2016 foram instruídos 4 processos de penalidades, sendo que 3 foram aplicadas.

No quesito supressão contratual, registra-se que 5 contratos sofreram redução, com economia de R\$1.021.962,60 (um milhão, vinte e um mil, novecentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos) aos cofres públicos, atendendo, assim, orientações do Decreto nº 36.757/2015, no que se refere à redução de despesas no âmbito do Governo do Distrito Federal, e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, quanto à contratação de produtos e serviços consoantes à real necessidade do órgão.

Quanto à rescisão, constata-se que um contrato de R\$ 1.305.917,65 (um milhão, trezentos e cinco mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos) foi rescindido. A soma das supressões contratuais com a rescisão atinge o montante de R\$ 2.327.880,25 (dois milhões, trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos).

A **Unidade de Controle Interno - UCI** tem como finalidade executar atividades de Controle Interno, acompanhar e controlar concomitantemente a gestão do órgão e minimizar a ocorrência de desvios. No ano de 2016, a Unidade analisou 172 processos: 13 de tomada de contas especiais, 4 de instrução prévias à tomada de contas especiais, 146 de reconhecimento de dívidas, 5 de tomada de contas de ordenador de despesas e 4 de relatórios de inspeção da Subcontroladoria de Controle Interno da Controladoria-Geral do Distrito Federal.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Secretaria de Estado da Casa Civil do Distrito Federal é responsável por coordenar as prioridades de governo junto a órgãos e entidades federais e do DF, a fim de buscar soluções e garantias para executá-las.

Em 2016, em face do desequilíbrio econômico-financeiro pelo qual passou o Estado brasileiro e o Distrito Federal, adotou-se política austera de redução e contenção de gastos, com vista ao saneamento do déficit financeiro, portanto não houve dispêndios financeiros em alguns programas e/ou ações. Para o ano de 2017, acreditando na melhoria desse cenário, deverão ser retomados projetos, em busca de atingir as metas estabelecidas. A falta de pessoal técnico qualificado impediu a elaboração de projetos como o de conservação das estruturas físicas e reformas dos prédios e próprios do Distrito Federal.

Há perspectiva de execução de alguns projetos a serem acompanhados pela Secretaria, destacando-se:

- implantação do Projeto Orla;
- consolidação do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, mediante implementação do Parque Tecnológico de Brasília;
- implantação do Museu de Ciência e Tecnologia.

Os resultados alcançados por meio da articulação da Casa Civil e, fundamentalmente, pelo desempenho das diversas Secretarias e entidades do GDF, nortearão a execução das políticas. A Casa Civil atuará no planejamento e desenvolvimento de projetos, no acompanhamento das ações, na supervisão dos trabalhos e na coordenação de programas, sempre em conjunto com os demais órgãos.

3.1. ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL – ArPDF – UO 09.102

O Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF foi criado há 31 anos, por meio do Decreto nº. 8.530/1985, com a finalidade de recolher, preservar e garantir proteção especial aos documentos arquivísticos públicos, por servirem como elementos de prova e informação, e se tratarem de instrumentos de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico do Distrito Federal.

A partir da publicação da Lei nº 2.545/2000, o Arquivo Público somou, às suas principais competências, a de atuar como Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF – SIARDF, sendo responsável pela capacitação e orientação dos órgãos integrantes desse Sistema, com vistas a assegurar a eficiência na gestão, preservação, divulgação e acesso aos documentos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

Dessa forma, os serviços especializados prestados pelo Arquivo Público do Distrito Federal abrangem tanto a orientação, a capacitação e o acompanhamento da gestão de documentos (conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente) no âmbito do GDF, quanto o recolhimento, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos históricos - que datam desde o período anterior à fase da construção da Nova Capital até a década de 90. Soma-se também a realização de pesquisas e do atendimento ao público interessado no acesso e utilização de peças documentais que narram a memória de Brasília.

O acervo sob sua custódia é composto por, aproximadamente, 808 metros lineares de documentos textuais, 46.101 documentos cartográficos (plantas e mapas), 691 fotografias aéreas, 660.826 negativos, 20.770 ampliações fotográficas, 17.367 diapositivos, 22.501 cópias por contato, 2.314 documentos micrográficos, além de 153 películas cinematográficas e mais de 500 vídeos em diversos suportes.

Essa importante fonte de informação é integrada por documentos relativos à construção da cidade e à administração do DF, destacando-se entre eles o Fundo Documental da NOVACAP, reconhecido em 2007 pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa da Memória do Mundo da Unesco como Patrimônio Documental da Humanidade.

Além disso, o ArPDF guarda, também, os fundos arquivísticos históricos da Secretaria de Comunicação Social, do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública, da Fundação Cultural DF, do Gabinete do Governador, da Administração Regional de Taguatinga, tendo ainda assumido a responsabilidade pela guarda e preservação dos seguintes fundos privados: Brasília Palace Hotel; Engenheiro Juca Chaves; Jornalista Yvonne Jean, Professora Ecilda Ramos, Ex-Prefeito Paulo de Tarso Santos, Arquiteto Gladson da Rocha e Doutor Ernesto Silva, estes três últimos recolhidos em 2015.

Apesar da importante missão institucional de harmonizar a gestão de documentos, garantir a conservação e a preservação física da documentação arquivística governamental, bem como de facilitar o acesso ao patrimônio documental público do DF, o ArPDF enfrenta situações que impactam diretamente no cumprimento eficiente de suas atividades, como o atual quadro funcional, por exemplo.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	03
Cedidos – fora GDF	--
Requisitado fora GDF – PASUS	--
Temporário – em exercício	--
Temporário – afastado	--
CLT – em exercício	--
CLT – afastado	--
Conselheiro	--
Estatutário – em exercício	27*
Estatutário - afastado	01
Sem vínculo – em exercício	12
Sem vínculo – afastado	--
Total ativos – em exercício	39
Total ativos - afastado	01

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. * Dos estatutários em exercício, 11 são requisitados de outro Órgão

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1329 - GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS	515.000	35.552	6.972	6.972
0002 - GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS--DISTRITO FEDERAL	515.000	35.552	6.972	6.972
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	15.000	261.506	18.528	18.528
0008 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE--DF ENTORNO	15.000	261.506	18.528	18.528
TOTAL DO PROGRAMA 6203	530.000	297.058	25.500	25.500

Foi feita a contratação de empresas para prestação de serviço de sonorização e *Coffee Break* para o I Encontro de Gestão de Documentação e Informação do DF, promovido pelo ArPDF, no dia 31/08/2016, o qual contou com a presença de 241 participantes de 61 órgãos do GDF.

Foram adquiridos os seguintes equipamentos: Expositores, Carrinhos para transportar caixas-arquivo e Gravador. A isto, somam-se as despesas com a ampliação de imagens e Suprimento de Fundos.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – GESTÃO DE PESSOAS: Implementar uma política que vise a readequação de pessoas com base no perfil de competências, necessidades das unidades, buscando ainda a valorização por resultado, mérito e qualidade dos serviços prestados.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

32.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp.
						1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Servidores Capacitados	Pessoa			Anual	Desejado	6000	7000	7000	7000	EGOV / SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 4
					Alcançado					
Atendimento ao Servidor	Pessoa			Anual	Desejado	700	750	750	800	OUVISER/SE PLAG / UO 32101 / OE 4
					Alcançado					

Em dezembro de 2015, o Arquivo Público teve nova estrutura publicada, a fim de se adequar às políticas do Governo do Distrito Federal quanto à redução do quadro e de gastos de pessoal. Entretanto, não houve impacto negativo nas atividades desempenhadas pelo Órgão. Isso se confirma quando se observa os resultados alcançados pelos indicadores, os quais superaram as previsões quando da elaboração do PPA 2016-2019.

Gestão de Procedimentos Arquivísticos

Foram realizadas 85 orientações técnicas quanto à gestão de documentos arquivísticos aos órgãos do Governo do Distrito Federal.

Essas atividades consistem em orientar os diversos órgãos que compõem o Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivística Federal e do DF, no que se refere à elaboração e aplicação de instrumentos de gestão de documentos arquivísticos (códigos de classificação e tabelas de temporalidade), além dos procedimentos a serem observados para a eliminação de documentos, recolhimento e transferência de acervos, dentre outros.

Alguns dos órgãos que obtiveram essas orientações técnicas foram: CEASA, IPREV, SEAGRI, Conselho Tutelar do Lago Norte, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Administração Regional do SIA, PGDF, PROCON, Administração Regional do Gama, SSP/DF, NOVACAP, CBMDF, HEMOCENTRO, DETRAN, Administração Regional do Núcleo Bandeirante, Administração Regional de Planaltina, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Administração Regional do Plano Piloto, CODHAB, SEGETH, Fundação Hemocentro de Brasília, DER, Unidade

Básica de Saúde de Brazlândia, Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, CODEPLAN, Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, CAESB, SEJUS e Agência Brasília.

Além das orientações, o ArPDF realizou, durante o ano de 2016, 20 inspeções técnicas com o objetivo de conhecer o espaço físico de alguns arquivos de órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, a fim de tratar de temas como gestão de arquivos, ambiente adequado para o armazenamento de documentos em fase intermediária, avaliação de acervos para recolhimento e gestão de acervos resultante da fusão de órgãos.

Ressalta-se que o ArPDF é o Órgão Central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal, conforme o Decreto nº 24.204, de 10 de novembro de 2003. Assim, visando fortalecer e harmonizar a gestão de documentos nos Órgãos que compõem tal Sistema, o Arquivo Público instituiu, por meio da Portaria CACI nº 106, de 20 de agosto de 2015, Grupo de Trabalho para a atualização do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade da Atividade Meio do GDF, que data de 1998. O mencionado GT é presidido pelo Arquivo Público e tem a participação de representantes da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Polícia Militar e Controladoria Geral do Distrito Federal. A atualização do PCTT-Meio foi concluída em 2016 e em 2017 irá para consulta pública.

Por meio da Portaria CACI nº 01, de 6 de março de 2016, foi instituído Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documento das Administrações Regionais. O GT, integrado por representantes das Administrações Regionais do Lago Norte, Águas Claras, Octogonal, Sudoeste e Ceilândia, é coordenado pelo ArPDF. A elaboração do Plano de Classificação foi concluída em outubro de 2016, estando em andamento a construção dos prazos da respectiva Tabela de Temporalidade. Pretende-se, em 2017, realizar uma reunião técnica com todos os Administradores Regionais, chefes e servidores das unidades de protocolo e arquivos das RAs, a fim de apresentar os instrumentos, sensibilizá-los acerca da importância da sua implementação e dar início ao período de validação.

Outra importante atividade desenvolvida é o Grupo de Trabalho para Análise da Legislação Arquivística em vigor no Distrito Federal, que tem como objetivo propor alterações na legislação distrital sobre gestão de documentos, a fim de harmonizá-la com a realidade contemporânea do Governo do Distrito Federal. O Grupo, instituído por meio da Ordem de Serviço nº 6, de 8 de abril de 2016, já possui propostas de alterações normativas serem apresentadas ao Superintendente do ArPDF no início de 2017.

Ainda no âmbito da gestão de documentos, durante todo o ano de 2016, o ArPDF adotou ações a fim de integrar os órgãos que compõem o SIARDF e de fortalecer seu papel como Órgão Central do mesmo. Dentre tais ações, podem ser citadas a orientação quanto à necessidade de criação das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos – CSADs em todos os órgãos e entidades do GDF, uma vez que estas são responsáveis pela condução do processo de avaliação documental, que consiste na determinação do ciclo de vida dos documentos, fixação de prazos de guarda e sua destinação final nos respectivos órgãos. Devido a essa iniciativa, foi realizado levantamento, no qual constatou-se que, até dezembro de 2016, 33 CSADs foram constituídas no GDF.

Outras duas importantes iniciativas para a gestão de documentos no DF foram a elaboração do Manual de Gestão de Documentos, em parceria com a Coordenação de Documentação e Informação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, e a Elaboração do Projeto de Diagnóstico Arquivístico, que consistirá no levantamento da situação de todos os arquivos dos Órgãos e Entidades do Distrito Federal, para traçar um diagnóstico que subsidiará a construção da Política Distrital de Arquivos do DF. A parte do Manual elaborada pelo ArPDF foi concluída em 2016 e enviada à SEPLAG para revisão. O Projeto do Diagnóstico Arquivístico foi apresentado à Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP/DF e em setembro de 2016, foi selecionado, sendo a assinatura do Termo e todas as formalidades concluídas em dezembro. As atividades do Projeto serão iniciadas em fevereiro de 2017.

O Arquivo Público também presidiu a Comissão Central de Arquivos do Distrito Federal – CCA/DF. De acordo com as suas atribuições, os trabalhos da Comissão consistem na análise das propostas de eliminação de documentos apresentadas pelos órgãos do GDF; análise das propostas de códigos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos das atividades-fim dos órgãos do GDF e na análise de propostas de alterações nos códigos de classificação e tabelas de temporalidade de documento vigentes. Em 2016, foram realizadas 13 reuniões, tanto para análise das propostas de eliminação de documentos, quanto para a realização de visitas in loco, a fim de inspecionar a documentação apresentada para descarte, por meio das respectivas listagens. Enviaram processos de eliminação de documentos para análise da CCA/DF, os seguintes órgãos:

- a. Secretaria de Estado de Saúde do DF
- b. Controladoria-Geral do Distrito Federal
- c. CEB Distribuição S.A.
- d. Administração Regional de Vicente Pires
- e. Banco de Brasília S.A.
- f. Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS

Quanto às propostas de códigos de classificação e tabela de temporalidade, somente foi apresentada e analisada pela CCA aquela apresentada pela CEB Distribuição S.A. Como demanda extraordinária, a CCA também se manifestou acerca de pedido de orientação de cancelamento e incineração de selos de licença de funcionamento apresentado

pela Administração Regional de Vicente Pires e proposta de recolhimento de documentos da atividade meio formulada pela Secretaria de Estado de Saúde do DF.

Como Órgão Central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal, o ArPDF tem como competência capacitar os servidores da Administração Direta e Indireta das unidades integrantes do SIARDF quanto ao ciclo vital de documentos, no que se refere ao tratamento técnico dos arquivos em fase corrente e intermediária, cumprindo todos os prazos de guarda até sua destinação final. Nesse sentido, deu-se continuidade à parceria estabelecida com a Escola de Governo – EGOV quanto à realização do Curso de Tratamento de Acervos Arquivísticos. O curso tem 20 (vinte) horas semanais, é ministrado pelos técnicos do Arquivo Público nas dependências da EGOV e, em 2016, teve como resultado a capacitação de 5 (cinco) turmas com cerca de 155 servidores, todos integrantes das Unidades de Protocolo e Arquivo ou das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos do GDF.

Por meio do curso, foi possível incentivar e conscientizar os servidores dos diversos órgãos integrantes do SIARDF acerca da importância da implantação de ações de gestão documental, tais como: produção, classificação, organização, prevenção e conservação de documentos, bem como da devida aplicação da legislação arquivística. Cabe frisar, ainda, que órgãos e entidades que enviaram seus servidores para realizar a capacitação receberam, posteriormente, auxílio e assessoria técnica do ArPDF para atender casos específicos de suas respectivas unidades, com o objetivo de corrigir o fluxo de seus documentos.

Ainda no âmbito da capacitação, em 2016, foram realizadas 9 (nove) visitas de órgãos técnicos, entidades arquivísticas, ou alunos de cursos técnicos às dependências do ArPDF, com vistas a conhecerem as instalações e atividades desenvolvidas pelo Órgão.

Preservação da Memória Documental do DF e Ride

Outra atribuição do Arquivo Público de grande relevância para o Distrito Federal é a Preservação e Difusão da Memória Documental da Construção da Capital Federal. Essa competência traz à tona duas grandes áreas de atuação do ArPDF: o tratamento e preservação do acervo arquivístico de valor permanente e o acesso a essa documentação, estando incluídas neste último as atividades de pesquisa, difusão e atendimento ao público. Dessa forma, antes falar de acesso à documentação permanente, é preciso abordar ações que foram realizadas pelo ArPDF, em 2016, no âmbito do Tratamento e Preservação desse acervo.

Quanto às atividades de tratamento técnico e conservação preventiva (higienização, organização, classificação, descrição, digitalização e elaboração do quadro de arranjo) do acervo textual sob a custódia do Arquivo Público, em 2016, deu-se continuidade ao controle das condições climáticas do Depósito Honestino Guimarães, onde fica acondicionado o acervo textual de valor permanente, sendo que as variações de temperatura e umidade relativa do ar foram registradas diariamente, a fim de identificar melhorias que devem ser realizadas na estrutura predial para a melhor conservação do acervo.

Em 2016, foi realizada a identificação topográfica do depósito Honestino Guimarães em várias etapas. Durante a atividade, foram remanejadas 112 caixas-arquivo do fundo Brasília Palace Hotel e listados todos os fundos em cada um dos corredores do depósito e foram identificadas 232 caixas-arquivo que estavam sem identificação, não tinham espelho definitivo ou não estavam devidamente acondicionadas de acordo com o fundo ao qual pertenciam. Foram elaboradas e fixadas as placas de identificação das estantes, além de remanejadas caixas-arquivo a fim de que ficassem armazenadas 6 caixas por prateleira, para facilitar a mensuração dos acervos e para facilitar sua guarda e manuseio sem danos físicos a elas.

Foram identificadas 942 caixas dos fundos Administração Regional de Taguatinga, Brasília Palace Hotel, Gabinete do Governador do Distrito Federal, Secretaria de Educação do Distrito Federal, Secretaria de Segurança Pública, Yvonne Jean e 1275 caixas do fundo Fundação Cultural. Além disso, foram identificados os conteúdos, até então desconhecidos, de 9 caixas do fundo Gabinete do Governador do Distrito Federal, provenientes do cerimonial e que os Fundos SEDUMA e Ecilda Ramos são formados, respectivamente, por 21 e por 35 caixas-arquivo.

Foi estabelecida metodologia para sistematização dos dados dos Fundos que o Arquivo Público do Distrito Federal tem sob sua guarda. Na metodologia, definiu-se que o documento será integrado pelos seguintes dados: [nome do fundo] – [número de caixas] – [estágio de tratamento] – [termo de recolhimento/localização] – [instrumento de pesquisa]. O total de Fundos, de acordo com levantamento realizado, é de 16 Fundos Públicos e 12 Fundos Privados.

Trabalhou-se na localização de termos de recolhimento e de doação de acervos ao ArPDF e no mapeamento da situação dos fundos com o objetivo de regularizar alguns procedimentos de recolhimento e doação, além da revisão e organização da listagem de recolhimento do fundo SEDUMA.

Foi feita a higienização, listagem e acondicionamento de 151 fotografias, 220 folhas de transparências e 21 documentos textuais da SEGETH, a análise do acervo audiovisual, o estudo da documentação administrativa existente no acervo e foi elaborado programa de trabalho e cronograma de execução de atividades de identificação do acervo da SEGETH para justificar recolhimento dos documentos existentes no conjunto bibliográfico doado ao ArPDF.

Foi realizado, também, um pequeno diagnóstico sobre o mobiliário que está ali instalado. O Depósito Honestino Guimarães conta com 22 estantes, porém, nem todas estão ocupadas. Cada estante possui 12 módulos, portanto, são 264 módulos. Módulo é o conjunto de prateleiras, sendo que 1 módulo possui 5 prateleiras; (c) são 40 mapotecas que se encontram

dentro do Depósito; (d) 14 módulos não possuem qualquer identificação e não estão sendo usados para guarda de documentos; (e) 1 armário de aço com porta é utilizado para guarda de material de limpeza; (f) 8 mesas de trabalho e 3 cadeiras; (g) 1 mesa de higienização e 3 carrinhos para transporte de caixas-arquivo. Verificou-se que o Depósito Honestino Guimarães somente tem a capacidade de ser integrado por mais 2.250 caixas-arquivo.

O Fundo Novacap também recebeu tratamento. Foi identificada a existência de processo contendo 18 fotografias em seu âmbito e tais fotografias foram retiradas dos autos, higienizadas, identificadas, de acordo com o quadro de arranjo e a descrição que contém nas respectivas páginas nas quais estavam grampeadas, acondicionadas e transferidas para o depósito climatizado. Foi preenchida planilha com a descrição de 128 diapositivos do Fundo e iniciada a elaboração de texto descritivo das imagens do mesmo Fundo, obedecendo ao quadro de arranjo utilizado para classificação.

No depósito do acervo textual foram identificados sete dossiês que, de acordo com pesquisa no quadro de arranjo e no acervo digital, fazem parte da notação NOV D. 8 que se refere a seção administrativa; subseção folha de pagamento/Informações funcionais do Fundo Novacap. Esses documentos receberam tratamento e serão digitalizados, pois não fizeram parte da digitalização realizada em 2014.

As Revistas Brasília constantes do acervo bibliográfico do ArPDF (exemplares nº 1 a 52 e nº 65) foram restituídas ao seu Fundo de origem, Novacap, tendo em vista o princípio da proveniência¹. Para a realização desse trabalho foi elaborada a seguinte rotina de trabalho: a) seleção dos exemplares que apresentam melhor condição de preservação; b) higienização das revistas com auxílio de pincel macio; c) acondicionamento em camisas confeccionadas em papel sulfite A3 alcalino; d) elaboração da notação do código de referência ao fundo que pertence; e) acondicionamento nas caixas-arquivo; f) elaboração dos espelhos para as caixas, e g) arquivamento no depósito Honestino Guimarães junto com os outros documentos do Fundo Novacap.

Os cartazes do Fundo “Fundação Cultural de Brasília” passaram por uma avaliação com vistas a identificar se estavam descritos ou não no instrumento de pesquisa respectivo. Na ocasião, constatou-se haver três grupos distintos de cartazes: a) aqueles que estavam no instrumento de pesquisa e que possuíam notação; b) aqueles que estavam no instrumento de pesquisa e que não possuíam notação; e c) aqueles que não estavam no instrumento de pesquisa e que não possuíam notação.

Os cartazes tiveram sua descrição revisada e foram organizados junto aos demais documentos do Fundo, tendo por base o quadro de arranjo respectivo.

Durante a organização topográfica do Depósito, foram localizados documentos de Armando José Buchmann, engenheiro civil e ex-presidente da Novacap. Além de documentos textuais, dos quais 19 (dezenove) peças foram identificadas como sendo parte do acervo bibliográfico do ArPDF, a documentação estava composta por 27 (vinte e sete) fotografias em preto e branco e 2 (duas) coloridas. Desde dezembro, está sendo realizado estudo para identificar se a documentação referida será parte de um fundo próprio.

Além do tratamento dos fundos públicos, o ArPDF procedeu ao tratamento dos acervos privados sob sua guarda. Quanto ao Fundo Paulo de Tarso, foram executadas as seguintes atividades: readequação do quadro de arranjo; reclassificação de 1,5 metros lineares com a notação registrada em todos os documentos. O Fundo, que recebeu complementação por meio da doação do 2º lote de documentação da família do ex-prefeito em 23 de março de 2016, é composto pelas seções Vida Pessoal (Relações Sociais e Relações Familiares), Produção Intelectual (Produto Autoral e Produto de Terceiros) e Atividade Política (Vereador, Deputado Federal, e Prefeito de Brasília). Todas as fotografias que fazem parte do Fundo foram higienizadas, descritas e indexadas e foi iniciada a digitalização das peças que o compõem.

Em abril de 2016, foi doado pela senhora Sônia Naves David Amorim ao ArPDF fragmento de fundo composto por recortes parciais da história do projeto Combinado Agrourbano de Brasília – CAUB. Os documentos recebidos em doação passaram a integrar o Fundo Sônia Naves Amorim e foram devidamente higienizados e acondicionados em caixas-arquivo adequadas e camisas de papel sulfite A3 alcalino.

Grande parte do acervo textual do Arquivo Público foi digitalizado, em 2014, por meio de parceria firmada com a Fundação de Apoio a Pesquisa - FAP e a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Como resultado desse processo, foram geradas cerca de 6.000.000 (seis milhões) de imagens digitais. Essas imagens, juntamente com outras, oriundas da digitalização, por demanda do acervo iconográfico (mapas, plantas arquitetônicas e cartazes), pertencentes ao acervo do Arquivo Público, foram tratadas, em 2016, alcançando as seguintes marcas:

Tratamento Realizado	Quantidade 2015	Quantidade 2016
Arquivos digitais organizados em diretórios ramificados	107.434	47.446
Imagens renomeadas com a notação correta	68.020	81.862
Imagens transformadas em itens pesquisáveis por meio da aplicação de OCR.	54.116	57.604
Documentos (textuais, iconográficos, bibliográficos) digitalizados	--	9.308

¹ Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado de princípio do respeito aos fundos. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p. 136.

O acervo audiovisual do ArPDF é formado por fotografias, películas cinematográficas, fitas VHS, betacam e U-matic e, ainda, vídeos e negativos, os quais ficam armazenados em depósitos climatizados em sua sede. Em 2016, definiu-se a organização das fotos dentro das pastas do acervo digital, os parâmetros de digitalização, um padrão para renomeação das fotografias já digitalizadas e a nomeação das que serão digitalizadas, os metadados que serão informados em cada item iconográfico e a forma de preenchimento dos campos, resultando em uma base de dados no Excel que será migrada para o metadado de cada uma das imagens no Windows. Além disso, o acervo audiovisual recebeu o seguinte tratamento:

a. Fichas-contato: Foram organizadas e verificadas 14.024 fichas-contato relativas aos Fundos Novacap, Secretaria de Comunicação Social e Brasília Palace Hotel. Foram classificados e incorporados 220 contatos no Fundo Secretaria de Comunicação Social (série KF), que estavam no Acervo da SEGETH;

b. Documentação filmográfica: Foram identificados os conteúdos de 457 fitas VHS e 74 slides do Fundo ArPDF: Brasília 20 anos. 1980, objeto de recolhimento em anos anteriores. Organizadas 337 fitas cassete do Fundo SCS, datadas dos meses de agosto, setembro e outubro de 2002 e as fitas VHS e os DVDs do Fundo Secretaria de Comunicação Social e do Fundo Polo de Cinema e Vídeo. Também foi realizada a higienização de 503 latas e estojos; 919 VHS; 734 U-matic; 16 betacam; 60 fitas cassete; 33 caixas de disquetes; 14 discos de vinil; 133 fitas magnéticas de áudio; 46 CDs e 43 DVDs e a identificação topográfica dos VHS e U-matic dos fundos Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap –, Secretaria de Comunicação Social – SCS –, Fundação Cultural do Distrito Federal – FCDF – e Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF;

c. Negativos fotográficos: Digitalizados 462 negativos em preto e branco do Fundo da SCS/FF e 128 negativos, também em preto e branco, do Fundo SCS/GF;

d. Fotografias: Foi iniciado projeto piloto de preenchimento de planilha de descrição de fotografias, com a descrição de 101 fotografias do fundo Novacap e de 23 fotografias do fundo Secretaria de Cultura do DF. Também foi feita a transcrição, para planilha própria, de dados de 69 slides do Fundo Novacap, bem assim de dados das Fichas-Contato do Armário “A”, da Gerência de Preservação do Acervo Audiovisual;

e. Fotografias Digitais: Foram disponibilizados para o acervo digital 2.236 imagens do Fundo Novacap, 1.654 imagens do Fundo SCS/FF e 1.140 imagens do Fundo SCS/GF, todas em 300 DPIs. Para o atendimento de Pesquisadores externos, foram reproduzidas em alta resolução 669 imagens e 11 filmes. Já para o atendimento de demandas internas do próprio ArPDF, foram digitalizadas 332 fotografias. Também foram contadas as 87.994 imagens dos CDs do fundo ArPDF e dos CDs do Fundo da Secretaria de Comunicação Social, com o seguinte montante: Série SCS/RF = 74.338 - Joaquim Roriz; Série SCS/SF = 527.003 - José Roberto Arruda, e Série SCS/TF = 419.849 - Agnelo Queiroz, totalizando 1.021.190 imagens e das 87.994 imagens dos CDs do fundo ArPDF. Realizada a contagem das imagens digitais do fundo ArPDF dos anos de 2006 a 2015, onde chegou-se no total de 100.095 imagens;

f. Instrumentos de Pesquisa: Foram digitalizados 2 instrumentos de pesquisa sobre a documentação fotográfica do Fundo SCS/RF e Gerência de Documentação Não-Textual – GDNT, onde estão discriminadas todas as atividades realizadas entre os anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 e foi publicado o novo instrumento de pesquisa da Secretaria de Comunicação Social – SCS, tendo sido sua capa, contracapa e tabelas respectivas elaboradas e preenchidas pela equipe do ArPDF.

Além dos acervos textual, digital e audiovisual, o ArPDF também possui significativo acervo cartográfico, formado por mapas e plantas datados desde os períodos anteriores ao da construção de Brasília. Esse acervo também é objeto de tratamento técnico sendo que, em 2016, foi realizado o inventário da documentação cartográfica de 140 escaninhos do Fundo SEDUMA, totalizando 18.225 plantas arquitetônicas e urbanas. Na ocasião, foi realizada troca e atualização da numeração dos mencionados escaninhos. O inventário também compreendeu a documentação de detalhamento técnico dos projetos arquitetônicos e de cópias de plantas originais do Fundo SEDUMA, que se encontram armazenados em 21 caixas-arquivo do acervo textual. O resultado do trabalho foi registrado em instrumento de pesquisa próprio.

Sob o aspecto da difusão do acervo e da Memória do Distrito Federal, ArPDF desenvolveu, durante o ano de 2016, 13 pesquisas que abrangeram os seguintes temas:

a. Projeto do Programa de História Oral: Pesquisa em 15 publicações do acervo bibliográfico do ArPDF para elaboração do novo Projeto do Programa de História Oral para o período de 2016 a 2018;

b. Lúcio Costa: Pesquisa fotográfica e textual para elaboração da exposição de painéis temáticos: “Brasília, cidade que inventei”, sobre o Plano Piloto de Lúcio Costa, lançada por ocasião do Aniversário do ArPDF;

c. Planaltina/DF: Pesquisa (textual, iconográfica, bibliográfica) sobre o prédio da “Prefeitura Velha” de Planaltina-DF, por solicitação da PRODEMA - Promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural;

d. Biografia de Walter Mello: Foram realizadas pesquisas nas pastas funcionais do Sr. Walter Albuquerque Mello, idealizador e fundador do Arquivo Público do Distrito Federal. Também foram realizadas pesquisas na Secretaria de Cultura e no Correio Braziliense, sobre eventos relativos ao mesmo, para elaboração de sua biografia;

e. Comissões Cruls: Pesquisa (textual, iconográfica, bibliográfica) para pesquisadora belga. Temas pesquisados: Luis Cruls, Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (1892) e Comissão de Estudos da Nova Capital da União (1894-1895);

f. Israel Pinheiro: Pesquisa textual e iconográfica para elaboração de 10 painéis temáticos (2,34m x 1,25m): “Israel Pinheiro – o homem que dirigiu a construção de Brasília”, sobre a vida de Israel Pinheiro, com vistas à participação do ArPDF no aniversário de 60 anos da Novacap, em setembro/2016;

g. Honestino Guimarães e Agenor de Faria: Pesquisa no acervo do Fundo ArPDF e no arquivo intermediário do órgão - com vistas à localização de documentos que justificassem e relatassem a história do nome do depósito Honestino Guimarães e da doação do acervo privado do Sr. Agenor Gomes de Faria, fotógrafo durante a construção de Brasília;

h. O Primeiro Mapa do DF: Pesquisa para o artigo “O primeiro mapa do Distrito Federal – um ilustre desconhecido”, apresentado no Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, realizado em outubro/2016.

Pesquisas Realizadas no Acervo do ArPDF	
2015	2016
13	08

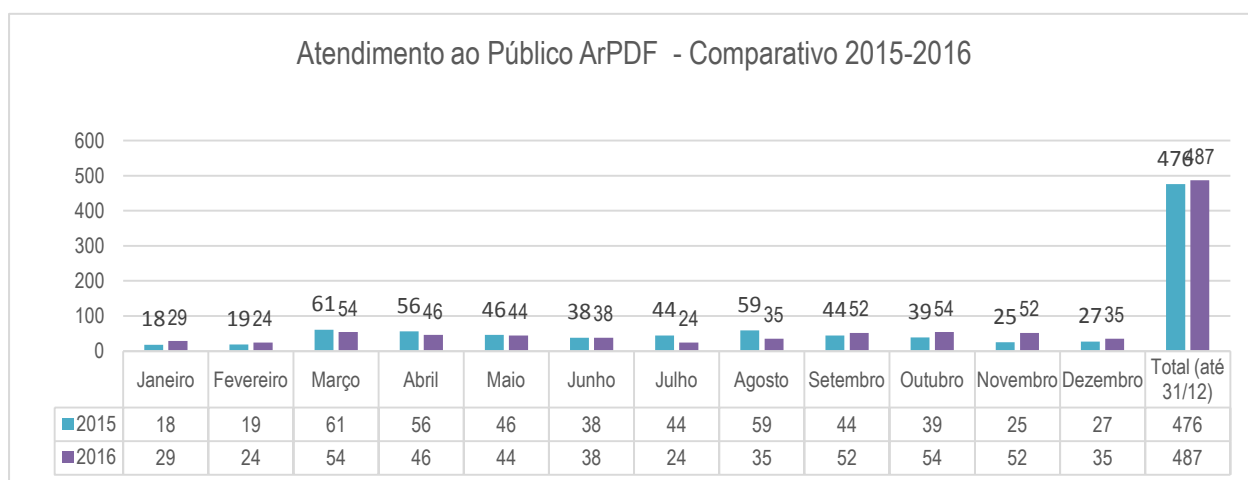
Importante iniciativa para a preservação e difusão da Memória do DF e também para a compreensão de peças do acervo sob guarda do ArPDF, o Projeto do Programa de História Oral consiste em registrar depoimentos orais dos pioneiros acerca do cotidiano na época da construção da Capital. Ele foi apresentado à Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP/DF e selecionado para ser realizado com suporte da Instituição. As atividades serão iniciadas em fevereiro de 2017.

Além das pesquisas mencionadas, em homenagem ao aniversário de 31 anos do ArPDF, no dia 14/04 foi lançado, em parceria com a Rádio Cultura FM, o Projeto “Minuto da Memória Candanga”. O programa de rádio vai ao ar todas às segundas-feiras, às 12h, com reprise às 18h55, na Cultura FM, 100.9, com cerca de 5 minutos de duração. Ele apresenta a história de Brasília a partir do acervo textual e sonoro do Arquivo Público. Neles, os documentos públicos e livros servem de base para os textos lidos pelos radialistas da emissora e as vinhetas sonoras são viabilizadas por meio das dezenas de depoimentos de pioneiros que ajudaram a construir Brasília, os quais compõem o Programa de História Oral do ArPDF.

Ao todo, em 2016, foram transmitidos 37 programas, com os seguintes temas: O Arquivo Público do Distrito Federal; A Missão Cruls; Aniversário de Ceilândia; O Hino de Brasília; Mariana Peretti - A Dama dos Vitrais; A Inauguração de Brasília; O Prefeito Paulo de Tarso Santos; Affonso Heliodoro, o escudo de JK; O Projeto do Plano Piloto de Lúcio Costa; Fundo Privado Juca Chaves; Joffre Mozart Parada; Mário Fontenelle; Aniversário de Taguatinga; Dia Internacional dos Arquivos; Igrejinha; Israel Pinheiro; 55 Anos da TCB; Francisco Ozanan e os Ipês; Athon Bulcão; Burle Marx; O Acervo Bibliográfico do ArPDF; I Encontro de Gestão de Documentos; O Mês da Fotografia; Nasceu JK; Vértice 8; O ArPDF no Festival de Brasília; Exposição Israel Pinheiro; Curso de Tratamento de Acervo Arquivístico; Projetos do Arquivo Público contemplados pela FAP-DF; Participação do historiador Elias Manoel da Silva no Seminário de Cartografia Histórica; O primeiro mapa de Brasília; Engenheiro civil Joaquim Cardozo; Parceria Arquivo Nacional e Arquivo Público do DF; Os 60 anos do Catetinho, e Visita Estudantes de Arquivologia da UNB ao ArPDF.

O Arquivo Público executou projetos para impressão dos painéis temáticos “Brasília, cidade que inventei”, sobre o Plano Piloto de Lúcio Costa e “Israel Pinheiro – o homem que dirigiu a construção de Brasília”, sobre a vida do próprio Israel Pinheiro.

Todo o trabalho de preservação e conservação dos acervos realizado pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, 2016 foi um ano de muito trabalho, o que ficou registrado, também, no âmbito do atendimento ao público, como pode ser observado abaixo e, inclusive, nas comparações com o ano anterior, 2015:



Ainda sobre o acesso à informação pública, o Arquivo Público elaborou 4 (quatro) publicações em 2016. A primeira delas é o Guia de Fundos do ArPDF, que contém as informações acerca de todos os fundos que integram o acervo permanente da Instituição, o qual foi lançado em 14 de março, em comemoração ao aniversário de 31 anos do ArPDF. Também

foi atualizado e impresso o instrumento de pesquisa "Registro Topográfico", referente aos Fundos: Gladson da Rocha; Jethro Bello Torres, Taguatinga e Cartografia do Fundo Novacap, e iniciada a elaboração da biografia do fundador do ArPDF, Walter Melo, cuja publicação deve se dar em 2017.

Com relação ao Guia de Cartografia Histórica do Goyaz, a elaboração foi iniciada em 2015, foi feita a preparação dos textos e imagens dos articulistas, a revisão textual e a editoração gráfica. Também foi elaborado novo projeto básico para a impressão da publicação com orçamento próprio do ArPDF e o processo encaminhado à Subsecretaria de Licitações da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG para a contratação dos serviços de impressão.

Finalmente, em relação às atividades de acesso a informações, procedeu-se à adequação dos procedimentos de acesso e pesquisa ao conjunto documental do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública. Com o auxílio do Departamento de História da Universidade de Brasília, foram cumpridas as formalidades legais e efetuado o reconhecimento do acervo como fonte para a recuperação de fatos históricos de maior relevância (nos termos do parágrafo 4º do artigo 33 da Lei nº 4.990, de 12/12/2012, e seu decreto regulamentador). Deste modo, todas as informações constantes nos documentos que integram o Fundo do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública do DF encontram-se totalmente disponíveis para a pesquisa.

PROGRAMA: 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	7.000	1.815	109	109
2528 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	7.000	1.815	109	109
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	515.000	1	0	0
5369 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- PLANO PILOTO .	515.000	1	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	8.000	2.075	0	0
2615 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	8.000	2.075	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10.000	2.594	2.240	2.240
2418 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	2.594	2.240	2.240
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3.495.165	3.483.165	3.287.587	3.287.587
8738 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	3.495.165	3.483.165	3.287.587	3.287.587
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	150.000	125.500	124.707	124.707
9665 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	150.000	125.500	124.707	124.707
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	83.640	45.727	37.649	36.955
9741 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	83.640	45.727	37.649	36.955
TOTAL DO PROGRAMA 6003	4.268.805	3.660.877	3.452.292	3.451.598

Foram realizadas as seguintes atividades em 2016:

- a. Modernização dos sistemas de informação do Arquivo Público do DF com aquisição de material de consumo;
- b. Inscrição de servidor no ArPDF em Congresso Multidisciplinar, e do Chefe da Unidade de Tecnologia da Informação em Curso de Web Design;
- c. Gasto com despesas de telefonia; locação de copiadora; serviço postais; aquisição de Relógio Protocolador, material de consumo em Ata de Registro de Preços; dedetização; contratação Certificação Digital e chaveiro; Concessão de Suprimento de Fundos e Reconhecimento de Dívida;

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000	20.700	19.588	19.589
7142 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	20.700	19.588	19.589
TOTAL DO PROGRAMA 0001	10.000	20.700	19.588	19.589

Pagamento de indenização decorrente de exonerações de servidores ativos, requisitados ocupantes exclusivamente de cargo em comissão no órgão.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Arquivo Público também atuou junto aos projetos prioritários do Governo, tendo representação no Grupo de Trabalho para Mudança para o Centro Administrativo do DF – CADF, no qual seus representantes participaram de visitas aos órgãos que serão transferidos ao Centro Administrativo do Distrito Federal. Ao todo, foram realizadas 19 visitas aos seguintes órgãos: Casa Militar, Secretaria de Segurança Pública, Casa Civil, PGDF, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Cultura, Secretaria de Fazenda, IBRAM, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Mulher e Direitos Humanos, Secretaria de Justiça, Secretaria da Criança, Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, Secretaria de Gestão do Território, Defensoria Pública do DF e Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Os questionários acerca da situação dos arquivos dos órgãos que ocuparão o Centro Administrativo foram consolidados pelo ArPDF e enviados para a área de tecnologia da SEPLAG, sendo depois retornados ao Arquivo Público para elaboração do relatório final e proposição de solução para a mudança dos acervos, cujo prazo para entrega foi publicado no DODF em 27/09/2016, por meio de Portaria da SEPLAG.

Ainda no aspecto da Gestão de Documentos do DF, em novembro de 2016, o Arquivo Público acordou com a Coordenação de Documentação e Informação da SEPLAG que o Sistema Eletrônico de Informações – SEI será implantado em todos os seus processos de trabalho, a partir do dia 02 de janeiro de 2017, tornando-se o primeiro órgão no Governo do Distrito Federal a implantar o SEI em sua totalidade, sob acompanhamento da SEPLAG.

Além de cuidar da gestão documental distrital, o Arquivo Público também aplica as normas e procedimentos em seu âmbito interno. Em 2016, a Comissão Setorial de Avaliação de Documentos – CSAD do Arquivo Público atuou no tratamento do arquivo intermediário, com a aplicação dos Códigos de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos elaborados por ela, em 2015, e publicados no DODF de 11/10/2016, por meio da Ordem de Serviço nº 46, de 06 de outubro de 2016. Além disso, deu início ao processo de seleção de associações e cooperativas de catadores para a coleta seletiva para eliminação dos documentos constantes da listagem de eliminação de documentos aprovados pela CCA-DF e pelo ArPDF em 2016. O Edital de seleção foi publicado no site da instituição em dezembro de 2016 e até o encerramento do prazo não houve inscrição de nenhuma cooperativa, razão pela qual deverá ser republicado em 2017.

O acervo bibliográfico do órgão também passou por organização técnica (classificação, catalogação e acondicionamento), que resultou na catalogação de 1441 títulos de livros e folhetos e de 20 títulos de periódicos, além do registro/tombamento de 44 títulos de livros e folhetos. Foi realizado o empréstimo de 128 peças do acervo bibliográfico, entre livros e publicações e providenciado o arquivamento das publicações recebidas de outros órgãos/entidades.

Em fevereiro de 2016, foi concluído processo de doação de estantes de aço e parte do acervo bibliográfico da Secretaria de Gestão do Território e Habitação – SEGETH para o Arquivo Público. Foram recolhidos, para posterior organização, catalogação e incorporação ao acervo bibliográfico do ArPDF, cerca de 61,45 metros lineares de documentos bibliográficos, dos quais, após triagem, verificou-se que 60 metros se tratavam de documentação de arquivo e não bibliográfica. Em dezembro, iniciou-se estudo para encontrar a melhor forma de formalizar o recolhimento dessa documentação ao ArPDF.

Buscando aproximação com outros órgãos e entidades, bem como o aprimoramento da execução de suas atividades, o ArPDF se fez representar em eventos relacionados com os temas de sua competência, como o 3º *Integrar*, realizado em São Paulo, de 19 a 21 de julho de 2016; visita técnica ao Arquivo do Estado de São Paulo, no dia 22 de julho de 2016; VIII *Seminário Nacional do Centro de Memória da Unicamp – Memória e acervos documentais: o arquivo como espaço produtor de conhecimento*, realizado no período de 26 a 28 de julho de 2016, no campus da Universidade Estadual de Campinas; o V *Colóquio Internacional de Arquitetura da Informação e Multimodalidade - V CIAIM*, realizado nos dias 22, 23 e 24 de agosto de 2016, na UNICAMP e o *Seminário Nacional de Documentação da Aeronáutica/2016*, realizado pela UNB, com palestras que abordaram o tema de preservação e documentação digital e nato digital.

O ArPDF se manteve atuante no Conselho Nacional de Arquivos, coordenado pelo Arquivo Nacional, tendo estreitado os laços com esse Órgão e sua Coordenação Regional em Brasília por meio de diversas reuniões de trabalho e troca de experiências, realizadas ao longo dos anos. Também se fez presente nas 85ª e 86ª reuniões plenárias que ocorreram nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, realizadas no Ministério da Justiça.

Passados dois anos da mudança para a Sede do ArPDF, houve necessidade de adaptar a instituição às novas demandas, principalmente no que diz respeito ao seu espaço físico. Dessa forma, foram muitas ações para viabilizar a adaptação e reforma da estrutura física dos blocos 'A' e 'C' do Complexo ArPDF. Nesse sentido, foram realizadas reuniões com a Secretaria de Segurança Pública e com o DETRAN, com vistas a negociação da desocupação dos blocos 'A' e 'C', e iniciadas

tratativas com a Secretaria de Estado de Saúde do DF para custeio das obras, em contrapartida ao armazenamento de seu arquivo intermediário no ArPDF e com a Novacap visando a formalização de convênio para elaboração dos projetos básicos para a reforma das edificações. Somente o pleito feito à Novacap está sob análise e deverá ter continuidade no próximo ano.

Paralelamente às tentativas junto aos órgãos e entidades do Distrito Federal mencionados acima, buscou-se orientações à Subsecretaria de Captação de Recursos da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão quanto a possibilidade de conseguir recursos no próprio GDF para a aquisição de mobiliário e reforma das instalações do ArPDF. A mesma medida foi adotada junto à Câmara Legislativa do DF, onde foi solicitado a todos os legisladores que verificassem a possibilidade de destinarem emendas parlamentares para realização das ações de adaptação predial do Arquivo Público, da qual ainda se aguarda manifestações.

Também foram elaborados projetos para captação de recursos para tratamento e preservação do acervo permanente da Instituição, através do programa de financiamento do Banco Internacional do Desenvolvimento – BID “Prosperity Fund: Brazil 2016 Bid Round is now open”, entretanto o Arquivo Público não foi contemplado.

No aspecto administrativo, 2016 trouxe um grande desafio à equipe do Arquivo Público, que foi a instauração e o processamento de uma série de procedimentos preliminares de tomadas de contas especial e sindicância para solucionar questões internas de exercícios anteriores.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Como se observa nos quadros de indicadores, em 2016, as ações foram superadas em grande número pelo Arquivo Público. Isso se deve, em grande parte, às modificações ocorridas nos últimos dois anos como, por exemplo, a mudança de estrutura ocorrida em dezembro de 2015, que possibilitou a Instituição o estabelecimento de corpo técnico mais especializado e qualificado para o exercício das atividades de sua competência.

Isso vem se refletindo não só nos indicadores, mas em toda a produção da Instituição, que vem tomando proporções cada vez maiores. Dessa forma, pode-se dizer que o ano de 2016, para o Arquivo Público do Distrito Federal, foi um ano produtivo, no qual se conseguiu adquirir e construir instrumentos importantes para a gestão documental no DF e interna e para a preservação e o tratamento do seu acervo permanente.

Todo o esforço empreendido pelo ArPDF, juntamente com o apoio institucional do Governo do Distrito Federal, fez com que a gestão de documentos e a preservação da memória do DF fossem elevados a tema prioritário na agenda de governo, o que fortaleceu o Arquivo Público e fez com o que fosse possível sua reafirmação enquanto Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF.

Dessa forma, o ano 2016 se reafirma como um ano muito produtivo e de grande desenvolvimento para o Arquivo Público, uma vez que, mesmo com quadro de pessoal e orçamento limitados, conseguiu-se realizar ações de grande relevância no que diz respeito às suas competências regimentais.

Para o próximo ano, ainda há desafios a serem enfrentados, entretanto, pretende-se seguir nesse mesmo caminho, buscando o aprimoramento da infraestrutura física do ArPDF, da gestão de documentos no âmbito do GDF, bem como o acesso à informação histórica e recuperação de informações de forma mais rápida. Tudo isso, por meio de ações que promovam os avanços necessários ao bom desempenho institucional e à geração de bons resultados na prestação de serviços ao cidadão. Buscar-se-á, portanto, dar continuidade e efetividade às ações e responsabilidades históricas, culturais, sociais e administrativas da Instituição, além de possibilitar a concretização de produtos e a realização de serviços que agreguem valor às políticas públicas com impacto positivo para a sociedade.

3.2. AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 09.201

A Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS foi criada pela Lei nº 4.150, de 05 de junho de 2008, e normatizada através da Instrução nº 01, de 13 de junho de 2008. A Lei nº 4.479, de 01 de julho de 2010 alterou a denominação da carreira Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal passando a denominar-se Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal. De acordo com o Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2.015, Art. 13, §3º, alínea III, a AGEFIS passou a ser vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

Compete exclusivamente à AGEFIS:

I - executar as Políticas de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal, em consonância com as Políticas Governamentais;

II - supervisionar, planejar e coordenar as ações de fiscalização desenvolvidas pelos integrantes da carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal;

III - coordenar a implantação e administrar a arrecadação de preços públicos e dos tributos cuja competência de lançamento seja dos integrantes da carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal;

IV - conceder, controlar e cancelar o parcelamento dos créditos não ajuizados referentes aos preços públicos e as taxas administradas pela AGEFIS, na forma da lei;

V - expedir normas e padrões a serem cumpridos no âmbito de suas atribuições;

VI - deliberar, na esfera administrativa, quanto a interpretação da legislação dentro da área de sua competência;

VII - administrar suas receitas e elaborar proposta orçamentária;

VIII - firmar convênios, contratos e parcerias, na forma da lei;

IX - privativamente: receber, instruir e julgar, em primeira instância, reclamações, representações, impugnações, recursos e processos oriundos do exercício da fiscalização de atividades urbanas e da fiscalização de limpeza pública, na forma do seu Regimento Interno;

X - fiscalizar as vias e os logradouros públicos, visando a higienização das áreas urbanas e rurais do Distrito Federal, bem como aplicar todas as sanções previstas em lei, especialmente as cominadas na Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989; e,

XI - supervisionar, planejar e coordenar as ações de fiscalização de limpeza pública no Distrito Federal.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	70
Cedidos – fora GDF	05
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	06
Estatutário – em exercício	669
Estatutário - afastado	03
Sem vínculo – em exercício	74
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	749
Total ativos - afastado	04

Fonte: SIGRHNET/SUAL / AGEFIS

As ações dos Auditores e Auditores Fiscais visam atender ao esculpido na Lei nº 2.706, de 27 de abril de 2001. A carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana criada pela Lei nº 4.464, de 15 de janeiro de 2010 teve sua denominação alterada para carreira de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas, por meio da Lei nº 5.194, de 26 de setembro de 2013.

A AGEFIS é dotada do poder de polícia, poder este exercido exclusivamente pelos servidores integrantes da carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal, no exercício regular de suas atribuições. Fazem parte da carreira as seguintes especialidades vinculadas diretamente a AGEFIS: Fiscalização de Obras e Fiscalização de Atividades Econômicas. A AGEFIS congrega ainda a carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana, que exerce suas atividades dentro das competências da Agência.

Em 8 de abril de 2016 foi publicado o Decreto nº 37.239, de 7 de abril de 2016, que **regulamentou a Política de Fiscalização de Atividades Urbanas do DF**, prevista na Lei nº 4.150 e estabelece as diretrizes para definir e priorizar ações da AGEFIS. Trata-se de dispositivo legal inédito em todo o Brasil e foi construído com a ampla participação e colaboração dos servidores da instituição.

A Reestruturação Administrativa da Agência, aprovada pelo Decreto nº 36.944 de 03 de dezembro de 2.015, levou à confecção de **novo Regimento Interno da Agência** aprovado pela Instrução Normativa nº 098 de 29 de julho de 2016 publicado no DODF nº 162 de 26/08/2016.

A execução de políticas de fiscalização de atividades urbanas bem como a supervisão, o planejamento e a coordenação de ações de fiscalização no Distrito Federal são de competência exclusiva da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS.

Em prol do ordenamento urbano e da qualidade de vida da população do DF desde 2008, ano de sua criação, a Agência de Fiscalização do Distrito Federal vem buscando a maturidade organizacional. Para tal, em dezembro de 2016, foi revisado o Planejamento Estratégico da instituição, para a redefinição dos objetivos estratégicos, dos projetos, iniciativas e ações, dos mecanismos de acompanhamento e controle e da estrutura de planejamento estratégico, assimilando as importantes mudanças havidas na Agência em 2015 e 2016, incluindo novas tecnologias e métodos e procedimentos de gestão.

Como resultado, foram retificados a Missão, a Visão de Futuro e os Valores utilizados para o exercício profissional da fiscalização, definidos novos objetivos estratégicos, tendo como resultado o Mapa Estratégico da AGEFIS para o ciclo 2017/2020.

Missão: Promover, preservar e proteger a qualidade de vida da população do Distrito Federal, atuando como agente transformador, mediante ações de Educação e Fiscalização de Atividades Urbanas.

Visão de Futuro: Ser uma instituição de Estado autônoma, reconhecida pelos seus servidores e pela sociedade como defensora da legalidade e da ética e imprescindível para a promoção da qualidade de vida da população e do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal.

Valores: Ética, Legalidade, Transparência, Responsabilidade, Imparcialidade e Comprometimento.



Fonte: DIRES/SUGEPI/AGEFIS

Estas ações e iniciativas, começadas, continuadas ou implementadas em 2016, de ordem operacional, tática, estratégica e de gestão, foram determinadas ao mesmo tempo pelo planejamento estratégico de Governo, pelo planejamento setorial vigente e ainda compõem proposições e perspectivas decorrentes do realinhamento da AGEFIS, em razão do novo posicionamento da gestão atual, da Reestruturação Administrativa havida e também do Planejamento Estratégico 2017/2020, que corre simultaneamente às ações correntes da Agência.

Cabe reforçar que, dentre os desafios da AGEFIS, sobressai-se a compatibilização entre os instrumentos de fiscalização, os de planejamento de uso do solo e os investimentos necessários e previstos nos demais instrumentos da gestão orçamentária e financeira, tais como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento, uma vez que parte das ações preconizadas se concretizarão em gastos públicos a serem priorizados.

O processo de planejamento urbano não pode prescindir da **fiscalização** enquanto instrumento efetivo de controle do uso e ocupação do solo, indispensável para a implementação do próprio Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF - PDOT, Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009. Uma vez que, do ponto de vista puramente normativo, os planos diretores não são suficientes para promover o desenvolvimento urbano almejado.

O planejamento urbano deve estar combinado com as necessidades de toda a sociedade, permitindo uma melhor funcionalidade da ocupação do espaço, propiciando o acesso à moradia e condições básicas de habitação às comunidades mais carentes, assegurando uma utilização sustentável do ambiente urbano, protegendo o patrimônio histórico, estimulando a cultura local, disponibilizando locais de lazer, aprimorando a mobilidade espacial e garantindo a proteção hídrica dos mananciais, dentre outros. Enfim, são atribuições que não se hierarquizam, muito menos que devem ser interrompidas.

Por isso o controle e o acompanhamento da implementação do PDOT são determinantes para que o desenvolvimento urbano ocorra em conformidade com o seu critério regulador. Portanto, o papel da **fiscalização** é fundamental no desenvolvimento de ações de controle e vigilância destinadas a impedir o estabelecimento ou a continuidade de atividades consideradas em desconformidade com o que foi planejado.

O controle para a realização dos objetivos e metas desse Plano Diretor é uma atribuição dos gestores públicos e o baixo investimento em recursos financeiros e humanos nos serviços de **fiscalização**, delineado nos últimos anos, vem desenhando o grave cenário de excessiva quantidade de usos e ocupações ilegais no território do Distrito Federal, configurando dificuldades no seu controle e impactando negativamente a qualidade de vida da população.

Urge para o enfrentamento dessa questão a aplicação de mecanismos para o **fortalecimento da fiscalização**. A AGEFIS tem aprimorado a gestão para melhorar sua produtividade, mas o baixo orçamento aliado aos reiterados contingenciamentos de recursos escasseando a disponibilidade financeira, a redução da força de trabalho ano a ano, a falta de equipamentos para realização da atividade fim, de investimentos em tecnologia de informação tem impactado negativamente sua atuação, conforme relataremos a seguir.

São detalhadas adiante, neste relatório, as principais ações que concretizaram os avanços e a produção da organização no último ano, compreendendo as atividades desenvolvidas em 2016, e informações relevantes quanto a situação da Agência, sistematizadas em resultados quantitativos e qualitativos.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira:

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	500.000	78.490	78.489	39.007
5198 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	500.000	78.490	78.489	39.007
2630 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO	1.790.975	369.708	164.533	111.686
0001 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO--DISTRITO FEDERAL	1.790.975	369.708	164.533	111.686
3053 - EDUCAÇÃO URBANA	406.737	12.642	11.850	9.892
0003 - EDUCAÇÃO URBANA--DISTRITO FEDERAL	406.737	12.642	11.850	9.892
4053 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS	400.000	2	0	0
0006 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	400.000	2	0	0
4214 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	400.000	7.950	7.950	7.950
0002 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	400.000	7.950	7.950	7.950
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	120.000	542.000	445.830	392.535
8743 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	120.000	542.000	445.830	392.535
TOTAL DO PROGRAMA 6208	3.617.712	1.010.792	708.652	561.069

Fonte: SUAL / AGEFIS

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em 2016 (metas):	Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
Fiscalização Integrada de Atividades Urbanas	%			Trimestral	80	AGEFIS / UO 09201 / OE 2
Áreas Desobstruídas	M²			Trimestral	1.200.000	AGEFIS / UO 09201 / OE 2
Educação Urbana para Fiscalização	Pessoas			Trimestral	05	AGEFIS / UO 09201 / OE 2

O indicador denominado "Fiscalização Integrada de Atividades Urbanas" é acompanhado pelo Acordo de Resultados firmado entre a AGEFIS e o Governo do Distrito Federal - GDF e possui como fórmula de medição: (somatório das operações de desobstrução realizadas / somatório de operações planejadas) x 100; sendo, em 2016, aferido em 97,7% (noventa e sete inteiros e sete décimos por cento) que, em relação à meta de 80%, representa o realizado de cerca de 122% (cento e vinte e dois por cento), sendo registrado a superação da meta. No que tange ao Acordo de Resultados, o referido indicador será excluído para os próximos ciclos de avaliação, permanecendo apenas as apurações no Planejamento Estratégico da AGEFIS, ciclo 2017-2020.

Vale destacar que o indicador "Áreas Desobstruídas" obteve, em 2016, o maior percentual de alcance registrado entre as metas propostas no Acordo de Resultados, sendo registrado o resultado de 833% (oitocentos e trinta e três por cento) de alcance em relação à meta, ou seja, foram desobstruídas a metragem total de 10.001.839,00 m2 de terras públicas durante as 289 (duzentas e oitenta e nove) operações realizadas no período avaliativo, sendo superada a meta pactuada.

Por fim, o indicador "Educação Urbana para Fiscalização" meta de 2016 foi estimada em 05 (cinco) eventos de

capacitação voltados para acessibilidade, limpeza urbana e caminhadas urbanas e foram realizados 06 (seis) eventos das temáticas propostas, sendo o realizado apurado em 120% (cento e vinte por cento), ou seja, a meta foi superada e o indicador permanecerá sendo mensurado no Planejamento Estratégico da AGEFIS.

PROGRAMA: 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	500.000	484	0	0
5334 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	500.000	484	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	240.555.673	197.936.252	197.936.250	197.936.250
8883 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	240.555.673	197.936.252	197.936.250	197.936.250
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	4.070.693	4.250.493	4.128.187	3.909.571
9689 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	4.070.693	4.250.493	4.128.187	3.909.571
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	17.413.257	13.663.370	7.852.738	6.572.483
9806 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	17.413.257	13.663.370	7.852.738	6.572.483
TOTAL DO PROGRAMA 6003	262.539.623	215.850.599	209.917.174	208.418.304

Fonte: SUAL / AGEFIS

Os recursos alocados foram utilizados, quase que na sua totalidade, no custeio da AGEFIS, tais como: manutenção de material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, telefonia móvel e fixa, serviços de correio, contrato de prestação de serviços continuados administrativo, técnico operacional, encarregado de transporte e motoristas, encarregado geral, supervisor de equipe, atendente, apoio operacional, operador de máquinas, técnico em telecomunicações, artífice em manutenção, contrato com serviços de fornecimento de refeições preparadas, dentre outros.

Verificou-se que com metodologias administrativas na concentração de sua estrutura em um mesmo local, houve ganho de eficiência e eficácia na atuação da Agência, na melhoria da interação entre os servidores (locação da nova Sede) e uma redução nos custos de aluguéis no montante de R\$ 1.225.193,16 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil, cento e noventa e três reais e dezesseis centavos), correspondente a uma economia ao erário distrital de 32,71% (trinta e dois e setenta e um por cento) dos valores praticados à época.

O programa de trabalho de Publicidade e Propaganda (Ação 8505) refere-se às publicações de Atos Legais e Administrativos que são de competência dos setores pertinentes da AGEFIS, por se tratarem de instrumentos públicos, sendo necessária uma suplementação orçamentária no valor de R\$ 422.000,00 (quatrocentos e vinte e dois milhões de reais), por meio de remanejamento orçamentário, para dar a publicidade dos atos no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

Vale destacar que a redução de gastos com o Pessoal, na ordem de 5,0811%, teve impacto direto na gestão orçamentária e financeira da AGEFIS; contudo, se deu pelas aposentadorias de servidores durante o período avaliativo e, ainda, em relação ao orçamento autorizado na fonte 220 (recursos próprios da AGEFIS) no valor de R\$ 4.532.638,00 (quatro milhões, quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e trinta e oito reais), em 2016, não houve repasse a esse Órgão pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, recurso esse que poderia ter sido utilizado atender as necessidades de investimentos nas suas atividades fim.

No boletim de arrecadação retirado do SIGEST e encaminhado pela SUREC/SEF consta o montante de R\$ 6.888.677,67 (seis milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos), na fonte 220, ou seja, valor superior ao orçamento autorizado à AGEFIS.

Vale ressaltar que, conforme prevê a Legislação, todas as contas contábeis possuem códigos de receitas específicos deste Órgão.

PROGRAMA: 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	33.077	27.289	1.841	1.841
6193 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	33.077	27.289	1.841	1.841
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	2.974.656	2.774.656	2.474.656	2.080.225
9560 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2.974.656	2.774.656	2.474.656	2.080.225
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	15.000.000	1.415.748	1.071.009	1.071.009
0040 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	15.000.000	1.415.748	1.071.009	1.071.009
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.300.433	10.609.264	10.434.306	10.434.528
7166 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	13.300.433	10.609.264	10.434.306	10.434.528
TOTAL DO PROGRAMA 0001	31.308.166	14.826.957	14.291.812	12.702.215

Fonte: SUAL / AGEFIS

Em atendimento ao Artigo 1º e 3º, Lei nº 3.624, de 18 de julho de 2005, foram realizados três pagamentos com requisição de pequeno valor por meio dos processos nº 361.000.369/2015 e 020.001.905/2016, no montante de R\$ 1.840,89 (um mil, oitocentos e quarenta reais e oitenta e nove centavos), em atendimento as decisões judiciais impetradas em desfavor da AGEFIS, bem como foram realizados os recolhimentos mensais devidos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de acordo com os repasses recebidos pela Unidade.

Em 2016, foi pago o valor de R\$ 7.195.894,29 (sete milhões, cento e noventa e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e nove centavos) em licenças prêmios devidas aos servidores da AGEFIS, inscrito em Restos a Pagar não Processado e referentes aos meses de junho e julho de 2015, e, ainda, o valor de R\$ 1.071.009,00 (um milhão, setenta e um mil e nove reais) devidas e instruídas no processo nº 361.000.025/2016, sendo contabilizado o montante de R\$ 8.266.903,29 (oito milhões, duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e três reais e vinte e nove centavos).

Por fim, houve o pagamento no valor de R\$ 9.836.310,07 (nove milhões, oitocentos e trinta e seis mil, trezentos e dez reais e sete centavos) de indenização de atividades externas.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O aprimoramento da gestão buscado em 2016 pela AGEFIS impactou positivamente sua produtividade, que, apesar da redução da força de trabalho ano a ano, do orçamento restrito e dos constantes contingenciamentos de recursos e da falta de equipamentos, evoluiu em relação aos anos anteriores. Buscou-se consolidar o papel de protagonista na implementação da Política de Fiscalização Urbana do Distrito Federal, em consonância com a Política de Desenvolvimento Urbano prevista no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT. Neste contexto, podemos destacar as seguintes ações:

2.1. Seminário de Combate à Grilagem de Terra no DF

O 1º Seminário de Combate à Grilagem de Terras Públicas no DF, uma iniciativa do Comitê de Governança do Território do DF, realizado em 29/03/2016 pela AGEFIS em parceria com outros órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, foram anunciadas 05 (cinco) medidas ou ferramentas, de caráter preventivo, para evitar o aparecimento de novos parcelamentos irregulares e coibir a cultura de invasão de terras no DF. Visando disseminar e discutir com comunidade medidas para coibir a cultura de invasão de terras no Distrito Federal, a AGEFIS promoveu, com o apoio do Comitê de Governança do Território do DF, a realização do **Seminário de Combate à Grilagem de Terras Públicas no DF**, no dia 29 de março de 2016, que contou com a participação de 500 pessoas ao longo do dia, com representantes de diversos órgão afins e com palestras dos titulares da TERRACAP, Secretaria de Segurança, Polícia Civil, SEGETH e da AGEFIS.

Estas medidas, descritas a seguir, formam a base da **Fiscalização Integrada de Atividades Urbanas**, um modelo de fiscalização que integra ações, cria arranjos de governança, define instâncias de decisão, contem objetivos claros e apresenta diretrizes norteadoras para os seus instrumentos de atuação, visando um controle mais eficiente e efetivo das ações fiscais.

i. **Mapa de Combate à Grilagem e Ocupações Irregulares** O mapa apresenta de forma simplificada as áreas prioritárias de fiscalização, representadas também no mapa MARIT, e as áreas passíveis de regularização, definidas no Plano Diretor de Ordenamento Territorial, Lei Complementar nº 854 de 15 de outubro de 2012, denominadas ARIS – Áreas de Regularização de Interesse Social e ARINE – Áreas de Regularização de Interesse Específico. Além dessas, também estão no Mapa de Combate à Grilagem e Ocupações Irregulares, as áreas reservadas a implantação de infraestrutura urbana (rede de água, esgoto, drenagem, energia elétrica) equipamentos públicos (escolas, hospitais), praças, áreas verdes, programas habitacionais. O mapa surgiu com a idéia de democratizar a informação. Todos que procurarem por um endereço conseguirão identificá-lo e verificar se a área é regular, se está em regularização ou se é ilegal. As áreas que estiverem pintadas na cor vermelha são aquelas nas quais as novas obras, construídas a partir de julho de 2014, serão demolidas. As áreas foram selecionadas levando em consideração questões legais que envolvem aspectos urbanísticos, fundiários, ambientais e de vulnerabilidade social. O mapa é atualizado periodicamente e sempre que surgirem novas áreas ocupadas irregularmente estas serão imediatamente pintadas de vermelho. O mapa está disponível no site da AGEFIS, www.agesfis.df.gov.br.

ii. **Matriz Multicriterial de Impacto Territorial - MARIT** Em 2016, o uso da **Matriz de Análise Rápida de Impacto Ambiental - MARIT** foi consolidado com a conclusão do Mapa da MARIT, que identifica as áreas e o grau de risco, sendo definidos em médio, alto e muito alto (representadas pelas cores verde, amarela e vermelha respectivamente) e da respectiva Tabela de Classificação, que apresenta a classificação das áreas com ocupações irregulares para subsidiar as deliberações do Comitê de Governança do Território do Distrito Federal – CGT/DF, em relação à priorização das operações de grande porte da AGEFIS. É a matriz que classifica a prioridade das áreas a serem desobstruídas. Antes, não havia critérios sistematizados para o processo de classificação das operações de desobstrução das áreas invadidas. Agora as ocupações irregulares são hierarquizadas de acordo com critérios urbanísticos, ambientais, fundiários, de vulnerabilidade social, entre outros. Esse talvez seja o maior legado a ser deixado para a cidade, uma vez que anula o poder discricionário na decisão da agenda de operações, torna o processo isento de interferências e prioriza a desobstrução daquelas irregularidades que causam maiores danos à sociedade.

iii. **Aplicativo AGEFIS MOBILE** A necessidade de identificar as novas invasões ainda no seu início levou a AGEFIS a criar um aplicativo para tablets e smartphones pelo qual a comunidade poderá denunciar o surgimento de novas ocupações irregulares de terra. A idéia é agir enquanto as ocupações ainda estão no começo, na abertura de ruas ou na construção da base das edificações, por exemplo. O aplicativo aumentou a capilaridade e a capacidade receber a informação em tempo real melhorando a agilidade do Governo. Todo cidadão que presenciar uma construção irregular sendo erguida poderá, pelo celular e em poucos minutos, fazer a denúncia, anexando fotos inclusive com localização geográfica. O objetivo é contar com a participação de toda população do DF na guerra contra a grilagem. O aplicativo está implantado e em funcionamento. O aplicativo está disponível para download nas lojas de aplicativos.

iv. **Monitoramento do Território Via Satélite** Outra ferramenta que utiliza tecnologia de ponta e que será utilizada no combate é o contrato de serviço de monitoramento do território via satélite, que contempla o fornecimento de imagens Georreferenciadas a cada 15 dias, com identificação automática de eventuais modificações decorrentes de obras ou parcelamentos irregulares. Qualquer alteração do estado do solo, por menor que seja como uma simples roçagem da área ou a implantação de um canteiro de obras, é imediatamente detectada por esta ferramenta que especifica o polígono no mapa, possibilitando o agendamento de operações imediatas para coibir as irregularidades constatadas. As imagens são obtidas por meio de Termo de Cooperação Técnica celebrado em 11/11/2015 entre a AGEFIS e a TERRACAP tendo como objetivo a cooperação mútua para a realização de Fiscalização Integrada, visando o controle da ocupação e o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação de invasões.

v. **Força Tarefa de Pronta Resposta** Das cinco medidas, quatro tem caráter preventivo e apenas uma tem caráter repressivo. A força tarefa foi organizada para combater de imediato as irregularidades constatadas, uma vez que de nada adiantaria ter a informação das invasões em tempo real se não houvesse condições de coibi-las com a mesma agilidade. Essa força tarefa é composta pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS) e Subsecretaria de Ordem Pública (SOPS). Quatro equipes diárias estarão prontas para realizarem operações de combate imediato às novas ocupações, coibindo as irregularidades ainda na origem e evitando o seu crescimento e a sua consolidação.

2.2. Acordo de Resultados e Sistema Gestão-DF

Composição do **Acordo de Resultados** para o ano de 2016 entre a AGEFIS e o Governo do Distrito Federal, junto à Subsecretaria de Programas, Projetos e Processos estratégicos - SUPPE/SEPLAG. As entregas acordadas e resultados alcançados pela Agência encontram-se lançados no site <http://www.gestao.df.gov.br>

2.3. Operações de Desobstrução de Áreas Ocupadas Irregularmente

Foram realizadas 289 operações de **desobstrução de áreas ocupadas ilegalmente**, empreendidas em operações integradas de fiscalização, sendo 182 pequenas e médias operações e 107 grandes operações, perfazendo um total de 10.001.839,0 m² de áreas desobstruídas. Nesse montante estão incluídos 231.174,0 m² de áreas públicas desocupadas na Orla do Lago Paranoá.

Em 2016 houve um aumento de áreas desobstruídas de 526% em relação ao exercício anterior e uma redução no número de operações, com a realização de operações de maior porte, denotando um aumento da eficiência e efetividade no controle e vigilância, tanto em escala territorial quanto na das desconformidades de uso e ocupação do solo em aglomerados urbanos e rurais. As operações foram realizadas em parceria com os demais órgãos do governo, com logística e planejamento integrados, regidas pelo Comitê de Governança, de acordo com o Planejamento Estratégico do Governo.

Objetivando minimizar as liminares judiciais, foram desenvolvidos e instituídos os **Relatórios de Caracterização de Área (Kit Justiça)**, que servem de subsídio às operações de grande porte como ação preventiva junto às 8 Varas de Justiça, visando disponibilizar à justiça as informações técnicas e legais para toda a área envolvida. O relatório contém imagens comparativas, com a evolução da ocupação, aborda o impacto da ocupação nos aspectos urbano, ambiental, fundiário e social na área de estudo. Foram elaborados 110 relatórios entregues ao TJDFT e PGDF.

2.4. Modernização do Sistema Informatizado de Serviços de Ações Fiscais - SISAF

O novo **Sistema Informatizado de Serviços de Ações Fiscais - SISAF**, "software" baseado na WEB, com arquitetura compatível com a infraestrutura disponível, inteligência geográfica e interoperabilidade, foi construído em módulos de funcionalidade e de integração, com Inserção de base cartográfica, aerofotogrametria e imagens satélites georreferenciadas. Já estão em operação os módulos para atendimento de denúncias do Aplicativo da AGEFIS, dos Administradores Regionais, de Gestão de Pessoas, Instrução de Serviço, Programação Fiscal, Ouvidoria e Habite-se.

2.5. Acessibilidade

Nas atividades de **Orientação Técnica** à comunidade técnica foram realizadas 66 vistorias de orientação para acessibilidade em edificações e obras de urbanização, 139 vistorias de orientação para acessibilidade em obras de adequação de calçadas e 31 orientações para a aplicação de normas de acessibilidade na elaboração de projetos de edificação e urbanização, prestadas para executores, engenheiros, arquitetos, responsáveis técnicos, técnicos, síndicos, proprietários e autores de projetos. Foram construídas em 2016 na cidade de Águas Claras 7552 metros lineares de calçadas acessíveis - em conformidade com as normas técnicas, com o apoio da orientação prestada.

2.6. Ouvidoria

A Ouvidoria Especializada da AGEFIS atua em conjunto com a Ouvidoria-Geral do Distrito Federal - OGD, que é o órgão central do Sistema de Gestão de Ouvidorias, dentro de uma mesma estrutura e coordenação. Em 2016, ocorreram 14.784 **Demandas de Ouvidoria** pelo sistema TAG/OUV, sendo que 5.508 foram atendidas no prazo legal de 20 dias, perfazendo um total de atendimento de 37,26%.

2.7. Carta de Serviços

A Carta de Serviços está em revisão para dar publicidade aos serviços prestados ao Cidadão.

2.8. Normas e Legislações

No campo das atividades normativas a AGEFIS atuou na elaboração de **Normas e Legislações** dos Food Trucks, da revisão do Código de Edificações, da revisão do anteprojeto de Lei do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB, da revisão do anteprojeto da Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS, dentre outros. Foram produzidos ainda **Procedimentos e rotinas de trabalho** internas de Controle de ponto eletrônico, Talonários de atuação, Programação Fiscal tática e operacional, Tramitação de requerimentos, bem como a **Prestação de suporte legal** para atuação em ARIS e ARINES - Etapa II e a **Divulgação de acompanhamento de normas** com o controle de publicações do DODF e a atualização da legislação na pasta pública na Intranet.

2.9. Atividade Fim - Fiscalização

Cabe registrar inicialmente a implementação das ações fiscais baseadas em **Programações Fiscais**, previstas na Lei de criação da Agência. Em razão dessa mudança, as ações fiscais que até então eram distribuídas por trechos físicos em cada Região Administrativa, passaram a ser executadas de forma centralizada e regidas por programações táticas e operacionais, contendo de forma clara e uniforme os procedimentos para cada tipo de ação de competência da AGEFIS. A partir de então, toda e qualquer ação passou a ser baseada em uma Programação Fiscal específica e predefinida em seus aspectos gerais. Foram definidas e elaboradas 58 Programações Táticas e 138 Programações Operacionais.

Em relação às atividades de **Fiscalização de Obras** foram emitidos 2744 Relatórios de Vistoria de Habite-se - RVH e 5936 Autos de Notificação, Infração, Embargo e Interdição. Ocorreram ainda 1649 atendimentos às demandas externas de ouvidoria. No **Controle e Acompanhamento de Obras** foram embargadas 754 obras com irregularidades e emitidas 1940 intimações demolitórias.

No **Controle e Acompanhamento das Atividades Econômicas** foram realizados 1940 apreensões, totalizando 163.855 bens apreendidos e 907 interdições de estabelecimentos irregulares, bem como mantidas desobstruídas as calçadas dos grande centros ocupadas por ambulantes.

2.10. Recursos Administrativos

Com relação ao **Julgamento de atos administrativos**, foram cadastrados 20.953 processos para julgamento em **1ª instância** referentes a Autos de Notificação, de Intimação Demolitória e de Infração. Foram julgados 12.041 processos, representando 57,47% do total. Já em **2ª instância** foram instaurados 1272 processos em 2016 e julgados 2427 processos, dentre eles incluídos os processos relativos a períodos anteriores, publicados 2079 acórdãos e 679 intimações no DODF. Cabe salientar a **Reformulação do Regimento Interno do Tribunal de Julgamento Administrativo** da AGEFIS, publicado no DODF de 30/07/2016.

2.11. Arrecadação

A arrecadação da AGEFIS totalizou em 2016 R\$ 22.544.946,82. Ela é decorrente principalmente da aplicação das Taxas de Execução de Obras - TEO, das Taxas de Funcionamento e Estabelecimento - TFE e dos Preços públicos, conforme detalhado a seguir:

Ações	Tipo	Total
Arrecadação (R\$)	TEO	6.320.604,53
	TFE	7.616.147,77
	Multas FLP 4	110.945,75
	Multas OEU 4	863.856,90
	Multas AEU 4	108.400,58
	Outros (juros do ITBI)	54.155,24
	Preço Público	2.195.274,31
	Parcelamentos	1.887.198,27
	Custos Operacionais 1	116.099,87
	Dívida Ativa/Ajuizamento*	3.272.263,60
	Total	22.544.946,82

FONTE : COREC / AGEFIS

* - Receita Dívida Ativa TEO/TFE e Receita da Dívida Ativa Ajuizada

1 - Custos Operacionais: TX DEPÓSITO + TX EXPEDIENTE

4 - Multas AGEFIS no exercício de sua competência (AEU, OEU, FLP)

2.12. Outros

A AGEFIS iniciou em 2016 os **Estudos de Monitoramento do Território/UTMF**, com o procedimento de mapeamento do Morro do Preá - RA SÃO SEBASTIÃO. Este projeto objetiva a definição de metodologia de trabalho para o Monitoramento do Território do DF, realizado pela UNITE.

Foi iniciado ainda o **Mapeamento de Programações Fiscais**, que visa a mapear no território, todas as Programações Fiscais Operacionais de 2016, das Superintendências de Fiscalização, de Obras, de Atividades Econômicas e de Limpeza como ferramenta de gestão e planejamento, almejando análises de eficiência e eficácia.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A reestruturação gerou mudanças de alto impacto, que culminaram na extinção das Regiões Administrativas Fiscais - RAFs, unidades descentralizadas da AGEFIS, com lotação própria de auditores, auditores fiscais e inspetores fiscais. Com a reestruturação, o trabalho de fiscalização passou a ser distribuído em unidades orgânicas especializadas por temas e com esfera de atuação em todo o território do Distrito Federal.

Sob essa perspectiva, é forçoso citar os avanços decorrentes da reestruturação e da mudança de endereço, sem olvidar da iniciativa corajosa consistente em implantar mudanças substanciais de tamanho impacto, que contribuíram não só para a melhoria da atuação da AGEFIS a médio e a longo prazo, mas também para a redução de gastos com aluguel.

Em relação à melhoria da atuação da Agência, registre-se que o Decreto n.º 36.944/2015, de 3 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a reestruturação administrativa em apreço, implementou medidas que atenderiam à determinação contida no item II, alínea “b”, da Decisão n.º 5.827/2015 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, de 8 de dezembro de 2015, a saber: “reavalie o atual sistema de divisão dos trechos de fiscalização e estabeleça critérios técnicos e objetivos para a distribuição dos Agentes Fiscais nesses espaços, de sorte a conferir maior efetividade à atuação da autarquia”.

Quanto à redução dos gastos com aluguel, considerando que: i) o custo anual de locação do imóvel ocupado pelas RAF's 1, 3 e pela Diretoria de Gestão de Pessoas era no importe de R\$ 877.193,40; ii) o custo anual de locação dos imóveis ocupados pela Sede e pelas RAF's 2, 4, 5 e 6 era no importe de R\$ 2.867.999,76, totalizando R\$ 3.745.193,16 com o custo constante na alínea “i” e iii) o custo de locação do imóvel da atual Sede é no importe de R\$ 2.520.000,00, houve uma economia no valor de R\$ 1.225.193,16, o que representa uma redução de 32,71% com gastos locatícios.

3.3. FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 09.202

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP-DF, Fundação pública vinculada à Casa Civil do Distrito Federal, conforme publicação do Decreto nº 36.839, de 26 de outubro de 2015, publicado no Suplemento-B ao DODF nº 207, de 27 de outubro de 2015, instituída pela Lei nº. 347, de 04 de novembro de 1992, alterada pela Lei nº. 3.652, de 09 de agosto de 2005, tem personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio, sede e foro na cidade de Brasília, jurisdição em todo o Distrito Federal, com prazo indeterminado de duração. Em razão desta mudança, a UO, cujo código anterior era 40.201, passou a utilizar 09.202.

É regida pelo Decreto nº. 27.958, de 16 de maio de 2007, que aprova o Estatuto Social, tendo por finalidade estimular, apoiar e promover o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, viabilizando as ações de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem-estar da população, defesa do meio ambiente e progresso da Ciência e Tecnologia, em consonância com a Política de Estado de Ciência e Tecnologia e Inovação, definida pelo Governo do Distrito Federal, por meio das seguintes ações, a saber:

- I. Articular a formulação da política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal;
- II. Executar e incentivar a execução da política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal;
- III. Fomentar programas, projetos e instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal;
- IV. Custear, total ou parcialmente, projetos de pesquisas, individuais e institucionais, oficiais e particulares;
- V. Custear, total ou parcialmente, a aquisição de equipamentos que estimulem os docentes a realizarem pesquisas no campo educacional;
- VI. Articular-se, de forma permanente, com órgãos e instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais que atuem em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, visando:
 - a. Promover, participar e fomentar a criação e operacionalização de redes de cooperação técnica;
 - b. Promover a colaboração entre instituições públicas e privadas de pesquisa do Distrito Federal, mediante apoio técnico e financeiro a projetos integrados;
 - c. Promover programas voltados para o fortalecimento de grupos emergentes de pesquisa;
 - d. Apoiar a realização de cursos de pós-graduação, com ênfase no stricto sensu, e de eventos técnico-científicos, organizados por instituições públicas ou privadas, que atuem em ciência, tecnologia e inovação, na área de ensino, estudo e pesquisa;
 - e. Apoiar a difusão e a transferência de resultados de estudos, pesquisas, dissertações e teses, bem como o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas e de inovações, promovendo ou subvencionando sua publicação;
- VII. Identificar fontes de financiamento, disseminar informações e captar recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal;
- VIII. Estabelecer parcerias com o setor privado da economia, visando o engajamento desse setor no desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e de inovação no Distrito Federal;
- IX. Estimular e apoiar a criação e desenvolvimento de empresas de base tecnológica;
- X. Custear, total ou parcialmente, a criação, instalação ou modernização da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa, em instituições públicas e privadas, de acordo com as diretrizes da Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- XI. Custear e financiar, total e parcialmente, despesas com registro de propriedade intelectual, decorrente de pesquisa realizada sob seu amparo total e parcial;
- XII. Patrocinar a formação e capacitação de pessoal técnico especializado em ações e atividades de ciência, tecnologia e inovação, promovendo:
 - A concessão de bolsas e auxílios para pesquisas, projetos e programas estratégicos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal, para viagens de estudo, para apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais, para participação em estágios, cursos de formação e aperfeiçoamento e para organização de eventos;
 - A fixação de pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, no Distrito Federal, por meio de bolsas e de auxílios;
 - O apoio a programas de iniciação científica e tecnológica de estudantes;
- XIII. Manter e participar de sistemas de informação estadual, regional, nacional e internacional da área de ciência e tecnologia, inclusive sobre a capacidade instalada em ciência, tecnologia e inovação, recursos humanos e infraestrutura disponíveis no Distrito Federal;
- XIV. Gerir o Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, instituído pela Lei Complementar nº 153, de 30 de dezembro de 1998;
- XV. Fiscalizar e avaliar a aplicação dos auxílios concedidos, observando o estabelecido no projeto aprovado e os indicadores de avaliação e de desempenho adotados, bem como a contrapartida;

XVI. Desenvolver ações e atividades compatíveis com a sua finalidade ou que lhe forem atribuídas em Lei.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	3
Cedidos – fora GDF	1
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	1
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	28
Estatutário - afastado	2
Sem vínculo – em exercício	15
Sem vínculo – afastado	1
Total ativos – em exercício	45
Total ativos - afastado	3

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa – FAPDF.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	15.000.000	22.348.063	14.713.479	14.451.677
9801 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DE GOVERNANÇA DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL - FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA- PLANO PILOTO .	15.000.000	22.348.063	14.713.479	14.451.677
2781 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	2.900.000	2.550.000	178.000	178.000
0001 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	2.900.000	2.550.000	178.000	178.000
2786 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.000.000	4.125.000	492.303	0
0002 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	5.000.000	4.125.000	492.303	0
4067 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA	7.530.000	7.530.000	915.169	2.439
0001 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	7.530.000	7.530.000	915.169	2.439
4090 - APOIO A EVENTOS	15.805.195	16.105.195	12.558.662	12.548.683
5974 - APOIO A EVENTOS-CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E DE INOVAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	15.805.195	16.105.195	12.558.662	12.548.683
6026 - EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	122.583.390	140.458.632	48.544.081	34.200.834
3134 - EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-FAPDF-DISTRITO FEDERAL	122.583.390	140.458.632	48.544.081	34.200.834
6037 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS	6.000.000	2.250.000	0	0
0002 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS-FAPDF-DISTRITO FEDERAL	6.000.000	2.250.000	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3.000.000	2.825.000	791.625	341.625
6965 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	3.000.000	2.825.000	791.625	341.625
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	14.170.000	12.099.341	9.009.977	4.743.177
0002 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	14.170.000	12.099.341	9.009.977	4.743.177
TOTAL DO PROGRAMA 6207	191.988.585	210.291.231	87.203.296	66.466.435

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Beneficiários de recursos da FAPDF	Unidade	250	30-jun-15	Anual	1.000	1.500	2.000	2.000	FAPDF / UO 09202 / OE 5
Acordos firmados com captação de recurso	Unidade	6	30-jun-15	Anual	10	15	20	20	FAPDF / UO 09202 / OE 5

Em 2016, foram disponibilizados pela FAPDF recursos para 1.485 beneficiários diretos com intuito de fomentar programas, projetos e instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação, o que representa acréscimo de 48,5% do resultado desejado. Em consonância com o novo Acordo de Resultados assinado em outubro, foram firmados 7 acordos com captação de recursos.

Resumo do repasse de recursos anteriores a 2016

Em 2016, a FAP deu continuidade a diversos editais lançados e convênios firmados em anos anteriores e ainda não concluídos em razão dos compromissos previamente assumidos anteriormente com outras instituições parceiras e com a comunidade científica:

Convênio/Edital	Projetos	Atividades
Edital 03/2015- Demanda Espontânea	2	Repasse financeiro referente 2 projetos remanescentes do edital de Demanda Espontânea de 2015. Valor R\$ 153.950,00
Edital 04/2015 – Bolsa de Iniciação Científica	3	Renovação de bolsas institucionais de iniciação científica: ICDF 05 cotas, UCB 50 cotas, UNB 300 cotas. Valor R\$ 1.846.400,00
Edital 05/2015- Startups	38	Repasse financeiro a 2 projetos remanescentes da 1ª parcela do edital Startups de 2015, valor R\$278.050,00. Pagamento integral da 2ª parcela. Valor R\$ 3.419.596,43
Edital 06/2016- Bolsa Institucional de Mestrado	2	Renovação de bolsas institucionais de Mestrado: 120 cotas para UNB, 03 cotas para CEUB. Valor R\$1.715.174,51
Edital 07/2015- Bolsa Institucional de Doutorado	2	Renovação de bolsas institucionais de doutorado: 60 cotas para UNB, 03 cotas para CEUB. Valor R\$1.072.002,44
Edital 05/2013 – PPP/FAPDF	31	Repasse financeiro a 2 projetos que estavam pendentes de pagamento, após regularização do credenciamento da instituição gestora e pagamento da 2ª parcela de 29 projetos. Valor R\$2.511.461,79
Edital 06/2013 – Equipamentos Multiusuários	14	Repasse financeiro a 4 projetos que estavam pendentes de pagamento, 2 após apresentação de documentação e os demais após regularização de credenciamento da instituição gestora. Valor R\$2.406.993,76
Chamada 1/2015 – CNPQ/MCTI/FAPDF-PROTAX	3	Pagamento de 3 projetos contemplados em 2015. Valor R\$ 296.983,39
Convênio 820968/2015- PPSUS-2015	1	Repasse financeiro efetuado pela FAPDF a conta do convênio, no valor de R\$1.770.000,00, e pelo CNPq no valor de R\$ 675.000,00. Falta repasse por parte da CNPq.
Convênio 794486/2013 - PRONEX	1	Repasse financeiro efetuado pela FAPDF a conta do convênio, no valor de R\$ 4.049.880,00. Falta repasse por parte da CNPq.

A obra do Parque Tecnológico Capital Digital, meta do Acordo de Resultados, iniciou o ano de 2016 na 14ª etapa do cronograma físico-financeiro e encerrou o ano com aproximadamente 52% de obra concluída.

Editais Lançados em 2016

Para a execução de suas atividades, a FAPDF conta com recursos próprios que são repassados na forma de duodécimos, conforme disposto no artigo 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e com recursos oriundos de convênios nacionais e internacionais para o lançamento de seus editais. Em 2016, foram lançados 12 editais com recursos exclusivos e 01 com contrapartida do CNPq. Ocorreram, ainda, três chamadas, sendo duas em parceria e uma com recursos exclusivos. Foram cinco convênios (três internacionais e dois nacionais), os quais estão distribuídos nos 07 Programas de fomento, aprovados pelo Conselho Superior desta Fundação.

Programa 1 - Difusão Científica:**Edital nº 01/2016 – Apoio à Participação em Eventos**

O valor inicial previsto para esse edital foi de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), com possibilidade de suplementar 30% desse valor havendo demanda qualificada, o que resultou num acréscimo de 1,84% do valor inicial do Edital. O quadro seguinte mostra o número de propostas apresentadas, valor demandado e aprovado, por período de ocorrência do evento.

	Chamada para eventos de:	Nº propostas submetidas	Nº propostas aprovadas	Valor solicitado (R\$)	Valor aprovado (R\$)
2016	Março /Abril	58	33	R\$ 415.594,09	R\$ 271.566,56
	Maio	124	66	R\$ 918.769,85	R\$ 480.862,62
	Junho	168	96	R\$ 1.320.040,45	R\$ 732.453,89
	Julho	272	145	R\$ 2.174.502,41	R\$ 1.077.516,09
	Agosto	167	95	R\$ 951.992,43	R\$ 560.572,92
	Setembro	259	156	R\$ 1.536.757,78	R\$ 887.845,07
	Outubro	249	136	R\$ 1.534.335,85	R\$ 848.837,32
	Novembro	164	92	R\$ 963.513,60	R\$ 547.097,43
2017	Dezembro - 2016				
	Janeiro	174	95	R\$ 1.310.122,62	R\$ 703.720,60
	Fevereiro				
	Março				
	TOTAL	1635	914	R\$ 11.125.629,08	R\$ 6.110.472,50

A maior demanda para participação em eventos científicos, tecnológicos e de inovação ocorreram nos meses de julho, setembro e outubro. A maioria dos beneficiários participou de eventos em outros países. Pesquisadores e estudantes de 27 instituições foram beneficiados nesse edital, entretanto a Universidade de Brasília lidera no número de contemplados.

Edital nº 02/2016 – Apoio à Promoção de Eventos

A FAPDF disponibilizou R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), com possibilidade de suplementar 30% desse valor havendo demanda qualificada, o que resultou num acréscimo de 29,58% do valor inicial do Edital.

O número de pessoas beneficiadas é difícil de ser mensurado, pois alguns eventos beneficiam mais de 1.000 pessoas enquanto outros são menores.

O ápice dos eventos científicos, tecnológicos e de inovação que ocorreram em Brasília, financiados pela FAPDF, ocorreu em outubro e novembro de 2016. A FAPDF fomentou cerca de 58% das propostas submetidas. As categorias de eventos que ocorreram em Brasília foram equilibradas: 26% de eventos internacionais, 50% de eventos nacionais, 23% de eventos regionais e 1% de eventos mundiais. Os eventos foram coordenados por nove Instituições do Distrito Federal, sendo que a maioria foi coordenada pela Universidade de Brasília.

	Chamada para eventos de:	Nº propostas submetidas	Nº propostas aprovadas	Valor solicitado (R\$)	Valor aprovado (R\$)
2016	MARÇO /ABRIL	03	03	R\$ 213.993,10	R\$ 213.993,10
	MAIO	04	01	R\$ 254.847,80	R\$ 49.000,00
	JUNHO	17	08	R\$ 783.098,64	R\$ 366.627,96
	JULHO	07	04	R\$ 880.708,27	R\$ 568.595,80
	AGOSTO	14	08	R\$ 690.908,51	R\$ 434.968,75
	SETEMBRO	21	16	R\$ 1.281.104,15	R\$ 920.126,33
	OUTUBRO	25	12	R\$ 1.062.531,68	R\$ 494.056,90
	NOVEMBRO	33	21	R\$ 1.896.334,05	R\$ 849.993,08
2017	DEZEMBRO - 2016 JANEIRO FEVEREIRO MARÇO	28	15	R\$ 1.401.436,78	R\$ 638.068,71
	TOTAL	152	88	R\$ 8.464.962,98	R\$ 4.535.430,63

Chamada nº 02/2016 – Feiras de Ciências e Mostras Científicas

A FAPDF disponibilizou R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). O número de pessoas beneficiadas é difícil de ser mensurado, pois alguns eventos beneficiam mais de 1.000 pessoas, enquanto outros são menores. A FAPDF fomentou maior parte das propostas submetidas. As categorias de feiras que ocorreram em Brasília foram equilibradas: 67% de feiras do Grupo A, 28% de feiras do Grupo B e 5% de feiras do Grupo C. As feiras foram executadas por onze Instituições do Distrito Federal, sendo que a maioria foi executada pela Universidade de Brasília.

Chamada para eventos de:	Nº propostas submetidas	Nº propostas aprovadas	Valor solicitado (R\$)	Valor aprovado (R\$)
SETEMBRO	02	01	R\$ 289.550,00	R\$ 92.400,00
OUTUBRO	15	13	R\$ 1.750.347,58	R\$ 1.067.897,58
NOVEMBRO	03	03	R\$ 507.420,00	R\$ 427.420,00
DEZEMBRO	01	00	R\$ 49.995,00	R\$ 0,00
TOTAL	21	17	R\$ 2.597.312,58	R\$ 1.587.717,58

Edital nº 10/2016 - Desenvolvimento dos Ambientes da Rede Distrital de Educação e Divulgação Científica

Para o edital foram disponibilizados recursos da FAPDF no valor total de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). O edital tem por objetivo apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento de estratégias voltadas para a consolidação e a melhoria dos ambientes de educação científica, não formais, integrantes da Rede Distrital de Educação e Divulgação Científica, mediante o aporte de recurso financeiro, para todas as áreas do conhecimento. Foram submetidas 13 propostas e financiadas 8. Valor total financiado R\$ 445.611,20 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, seiscientos e onze reais e vinte centavos.)

Edital nº 11/2016 - Prêmio Brasília de Ciência, Tecnologia e Inovação - Estudante Destaque.

O valor total do prêmio era de R\$ 301.200,00 (trezentos e um mil e duzentos reais). O resultado final alcançou R\$178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais). Pela segunda vez, a FAPDF premiou Estudantes-Destaque das Escolas Públicas do Distrito Federal por meio de edital específico. Os prêmios foram concedidos a cinco modalidades: Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação Especial. O prêmio foi atribuído ao professor-Coordenador, à equipe de estudantes e a respectiva escola. Resultado – 13 equipes foram premiadas, sendo 14 orientadores e 62 estudantes de 11 escolas.

Edital nº 12/2016 – Ações de Popularização da CTI no DF

A FAPDF disponibilizou R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para esse edital, que tem o objetivo de apoiar a realização de propostas que visem ações e atividades de Popularização da Ciência, bem como a produção, veiculação e distribuição de materiais de difusão e divulgação científica e educativa, visando disseminar e democratizar a informação sobre a produção de Ciências, Tecnologia e Inovação. Das 26 propostas submetidas, 13 projetos foram aprovados resultando no valor de R\$ 1.046.216,18 (um milhão quatrocentos e seis mil duzentos e dezesseis reais e dezoito centavos).

Programa 2 – Pesquisa Demanda Espontânea

Edital nº 03/2016 - Demanda Espontânea

Com o objetivo de fomentar projetos de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação em todas as áreas do conhecimento, a FAPDF disponibilizou R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para o referido edital. Foram submetidas 530 propostas em diversas áreas de conhecimento. Para financiar as 213 propostas aprovadas e distribuídas, o Conselho Diretor da FAPDF autorizou a suplementação dos recursos do Edital em 30%, conforme previsão editalícia, sendo possível financiar o total de R\$ 12.990.519,76 (doze milhões novecentos e noventa mil quinhentos e dezenove reais e setenta e seis centavos).

O número de pessoas beneficiadas pode atingir mais de 1000, considerando que as propostas são apresentadas por uma equipe e que há previsão de bolsas para estudantes. Esse número pode ser aumentado consideravelmente, conforme os resultados das pesquisas.

Programa 3 – Capacitação – Programas Bolsas

Edital nº 06/2016 – Programa de Capacitação Programa de Pós-Doutorado

A FAPDF disponibilizou R\$ 4.560.000,00 (quatro milhões quinhentos e sessenta mil reais) para 85 quotas de bolsas, sendo 35 na modalidade Pós-Doutorado no Exterior – PDE e 50 para modalidade Pós-Doutorado Júnior – PDJ.

Houve uma demanda de 246 quotas, sendo que 76 para PDE e 170 para PDJ. Foram aprovadas pelo Conselho Diretor da FAPDF 38 quotas para PDE, com valor total de R\$ 2.064.000,00 (dois milhões e sessenta e quatro mil reais) e 47 quotas para PDJ, com valor total de R\$ 2.312.400,00 (dois milhões trezentos e doze mil e quatrocentos reais), totalizando R\$ 4.376.400,00 (quatro milhões trezentos e setenta e seis mil quatrocentos reais).

Programa 4- Tecnologia e Inovação

Edital nº 09/2016 – Startups Brasília

O Edital tem por objetivo conceder apoio financeiro, na forma de subvenção econômica, para microempreendedor individual, empreendedores de microempresas e de empresas de pequeno porte, de base tecnológica, sediadas no Distrito Federal-DF, cujas áreas de atuação estejam prioritariamente voltadas para o desenvolvimento de novos produtos e processos inovadores.

A FAPDF disponibilizou o valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo que na etapa I foram recomendadas 199 propostas. Na etapa II - Resultado preliminar - foram aprovados 42 propostas de até R\$ 150.000,00 cada. Após a fase recursal, foram aprovados 48 projetos. O Conselho Diretor aprovou suplementação de 30%. Valor total de aprovações R\$ 6.590.233,36 (seis milhões quinhentos e noventa mil duzentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos).

Programa 5 – Áreas Estratégicas

Edital nº 04/2016 – Aedes aegypti, arboviroses Zika, Chikungunya e Dengue

O edital foi lançado com os seguintes objetivos:

- 1.1 Apoiar projetos de pesquisas sobre Aedes aegypti e as arboviroses – Zika, Chikungunya e Dengue;
- 1.2 Fortalecer as redes de pesquisa e consolidar a base científica e tecnológica, referente ao A. aegypti, considerado de importância estratégica para o Distrito Federal;
- 1.3 Promover o bem-estar e a saúde da população; priorizando as seguintes linhas de pesquisa: a) Estudos de prevenção, controle, monitoramento de vetores e desenvolvimento de novos produtos como inseticidas e larvicidas; b) Estudos de ecologia, mecanismos de resistência, genética de populações e interação vetor-vírus; c) Estudos relativos aos diversos aspectos das doenças, como clínicos, novas metodologias de diagnóstico, epidemiologia e fisiopatologia; d) Caracterização e variabilidade genética de vírus circulantes no DF; e) Criação de um banco de dados com informação genômica e proteômica; f) Produção de kits diagnóstico molecular e imunológico; g) Produção de vacinas e desenvolvimento de drogas antivirais.

A FAPDF disponibilizou R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para o Edital. Foram aprovadas 02 propostas no total de R\$ 5.985.599,94 (cinco milhões novecentos e oitenta e cinco mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos), pagas em 2 parcelas. A 1ª parcela foi executada, em 2016, no valor de R\$ 3.367.835,34 (três milhões trezentos e sessenta e sete mil oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos). A 2ª parcela será paga em 2017 após aprovação da prestação de contas parcial.

Edital nº 05/2016 – Pesquisa sobre águas

O edital tem o objetivo de apoiar pesquisas sobre a ÁGUA em seus diversos contextos, fortalecer as redes de pesquisa e consolidar a base científica, tecnológica, referente ao tema Água, considerada de importância estratégica para o Distrito Federal e para o país; promover o bem-estar da população e a defesa do meio ambiente.

As linhas de pesquisa prioritárias são: a) Água, saúde e educação; b) Água, meio ambiente e agricultura; c) Água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, resíduos sólidos, saúde e poluição; d) Água e cidade: demanda e consumo, disponibilidade, segurança hídrica e gestão de riscos; e) Água e campo: conservação e uso racional da água/solo, segurança hídrica e alimentar; f) Planejamento e gestão integrada das águas, direitos humanos e políticas públicas; g) Tecnologias e sistemas inovadores voltados ao uso e reúso da água, conservação e aproveitamento de águas pluviais, recuperação de corpos d'água.

A FAPDF disponibilizou R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para o edital em questão. Foram submetidas 19 propostas e contemplados 10 projetos. Total aprovado R\$ 5.886.063,34 (cinco milhões oitocentos e oitenta e seis mil sessenta e três reais e trinta e quatro centavos).

Edital nº 08/2016 - Pesquisa Histórico-Documental sobre Memória, Identidade Cultural e Patrimônio Material e Imaterial de Brasília

Pela 1ª vez lançado no DF, o edital inovador tem por objetivos apoiar projetos de pesquisa que promovam o resgate da memória e da história, a identidade cultural e o patrimônio material e imaterial da capital da república e a articulação interinstitucional de forma a identificar qualitativamente o patrimônio histórico-documental de Brasília, mediante o apoio financeiro.

Foram disponibilizados recursos da FAPDF no valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Para financiar as 17 propostas aprovadas, o Conselho Diretor da FAPDF autorizou a suplementação dos recursos do Edital em 30%, conforme previsão editalícia, sendo possível financiar o total de R\$ 1.287.643,43 (um milhão duzentos e oitenta e sete mil seiscentos e quarenta e três reais e quarenta e três centavos).

Edital nº 13/2016 - Educação Inclusiva

Esse edital tem o objetivo de apoiar pesquisas sobre a Educação Inclusiva em seus diversos contextos, especialmente aquelas que subsidiam as práticas pedagógicas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e fortalecer as redes de pesquisa e consolidar a base científica, tecnológica referente ao tema, considerado de importância estratégica para a educação do Distrito Federal.

O valor disponível para esse edital foi de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Foram submetidas 21 propostas, das quais 11 foram contratadas, no valor de R\$ 1.711.101,14 (um milhão setecentos e onze mil cento e um reais e catorze centavos).

Programa 6 – Convênios Nacionais

Edital nº 07/2016 – PRONEX

O edital tem por finalidade apoiar a execução de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação por meio de apoio financeiro aos núcleos de excelência consolidados e reconhecidos nacional e internacionalmente em áreas relevantes e estratégicas para o país e para o Distrito Federal.

Para o presente edital, foram aplicados recursos no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), sendo R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) da FAPDF e R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) oriundos do CNPq/FNDCT/Fundos Setoriais, a serem liberados em 2 parcelas. Foram submetidas 28 propostas e recomendadas para financiamento 13, totalizando R\$ 11.388.612,19. Valor total da 1ª parcela R\$ 6.469.606,09 (seis milhões quatrocentos e sessenta e nove mil seiscentos e seis reais e nove centavos).

Chamada nº 01/2016 - Chamada Pública FAPDF/MS-DECIT/CNPQ/SESDF Nº 001/2016 Programa Pesquisa Para O SUS: Gestão Compartilhada Em Saúde

Para a presente chamada pública, foram aplicados recursos no valor global de R\$ 3.120.000,00 (três milhões cento e vinte mil reais), sendo R\$ 1.770.000,00 (um milhão setecentos e setenta mil reais) oriundos da FAPDF e R\$ 1.350.000,00 (um milhão trezentos e cinquenta mil reais) oriundos do DECIT, repassados através do CNPq, nos Termos do Convênio nº 820968/2015 (SICONV).

Com o objetivo de selecionar propostas e apoiar a execução de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que promovam a formação e a melhoria da qualidade de atenção à saúde no Distrito Federal no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), foram submetidas 99 propostas e aprovadas 23.

Chamada nº 03/2016 - Cooperação Internacional FAPDF/FAPs/INRIA/INS2i-CNRS

A presente Chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, de equipes principais e de equipes orbitais, na área das ciências e tecnologias da informação e comunicação (TIC), mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos conjuntos, a serem executados por uma equipe de pesquisadores brasileiros (equipe principal), com colaboração eventual de outras equipes brasileiras (equipes orbitais), e uma equipe de pesquisadores franceses do INRIA ou do INS2i-CNRS.

A Chamada encontra-se na fase de julgamento de 1 (uma) proposta submetida. A divulgação do resultado no sítio da FAPDF e no DODF está prevista para fevereiro de 2017. Previsão de disponibilidade de até R\$ 100.000,00 para a proposta.

Chamada INCT - MCTI/CNPq/CAPES/FAPS nº 16/2014

Chamada lançada pelo CNPq com contrapartida FAPDF, na ordem de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais), a serem utilizados durante os próximos 5 anos, com o objetivo de apoiar atividades de pesquisa de alto impacto científico em áreas estratégicas e/ou na fronteira do conhecimento, mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos voltados à consolidação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), que ocupam posição estratégica no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e à formação de novas redes de cooperação científica interinstitucional de caráter

nacional e internacional. O Acordo de Cooperação Técnica foi assinado pela FAPDF e, em 2016, foram selecionadas 8 propostas pelo CNPq.

Chamada CNPq/Capes/FAPs/BC-Fundo Newton/PELD nº 15/2016 Pesquisa Ecológica de Longa Duração

Chamada lançada pelo CNPq que tem por objetivo apoiar financeiramente projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de sítios de Pesquisa Ecológica de Longa Duração - PELD em ecossistemas brasileiros, no sentido de garantir a continuidade do PELD. Teve 1 proposta aprovada para pesquisador do Distrito Federal, que será executada em 2017, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Programa 7 – Convênios Internacionais

Cooperação Internacional CONFAP/FAPs/BRITISH COUNCIL - RESEARCHER LINKS

Como resultado da terceira chamada do Programa no âmbito do Distrito Federal, em parceria com o Conselho Britânico, o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – CONFAP, o Fundo Newton recomendou 02 propostas referentes workshops que serão coordenados por pesquisadores do Distrito Federal. Os workshops serão realizados no segundo semestre de 2017, no valor de R\$ 100.000,00 cada.

Cooperação Internacional FAPDF/FIOCRUZ/BRITISH COUNCIL - INSTITUTIONAL LINKS - VÍRUS ZIKA

Em parceria com o Conselho Britânico e a Fundação Oswaldo Cruz, foi lançada chamada do programa Institutional Links com a utilização de recursos do Fundo Newton no Brasil com o objetivo de contribuir para a geração de conhecimento, metodologias, protocolos e programas de treinamento para os diversos profissionais em saúde, pesquisadores de diversas disciplinas e para diferentes setores da comunidade, todos envolvidos ou impactados pelo Zika, buscando diminuir os impactos na saúde e sociais deste vírus. Foram submetidas 02 propostas que estão em fase de julgamento pelo British Council, sendo disponibilizado até £ 100,000 (cem mil libras esterlinas) por projeto.

Chamada CONFAP-ESRC-MRC

A Chamada 001/2015 lançada em 2015, fruto da parceria entre a FAPDF com outras Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados, o Instituto francês de Pesquisa em Informática e Automação e o Centro Nacional de Pesquisa Científica resultou em 01 proposta aprovada para o Distrito Federal no valor de total R\$ 675.587,58. A primeira parcela no valor de R\$ 337.793,79 foi paga em 2016 e o projeto encontra-se em execução.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO-DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	6.400.241	4.850.241	0	0
5871 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	6.400.241	4.850.241	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	30.000	30.000	0	0
5290 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA- PLANO PILOTO .	30.000	30.000	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	555.000	555.000	0	0
5200 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	555.000	555.000	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3.403.450	4.763.450	4.596.479	4.596.479
8917 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	3.403.450	4.763.450	4.596.479	4.596.479
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	225.000	225.000	158.154	158.154
9721 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	225.000	225.000	158.154	158.154
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	9.275.887	7.642.329	1.273.576	642.777
9800 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	9.275.887	7.642.329	1.273.576	642.777
TOTAL DO PROGRAMA 6001	19.889.578	18.066.020	6.028.209	5.397.410

No exercício de 2016, a despesa com pessoal representou somente 5% do orçamento executado da FAP, comprovadamente insuficiente para atender a demanda de trabalho. Houve um chamamento público a fim de convidar outros servidores efetivos de outras secretarias do DF para compor o quadro da FAP, porém não houve resultado satisfatório.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	3.600.000	847.500	0	0
6195 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDAÇÃO DE APOIO À	3.600.000	847.500	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
PESQUISA-DISTRITO FEDERAL				
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	65.000	53.625	41.930	41.930
9563 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	65.000	53.625	41.930	41.930
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	258.364	198.364	0	0
0028 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	258.364	198.364	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	288.580	671.580	399.157	399.157
7200 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA-DISTRITO FEDERAL	288.580	671.580	399.157	399.157
TOTAL DO PROGRAMA 0001	4.211.944	1.771.069	441.087	441.087

Em 2016, a FAPDF realizou o ressarcimento de 1 servidor requisitado da esfera federal e efetuou a indenização trabalhista de servidora gestante exonerada de cargo em comissão. Executou, ainda, pequenas indenizações trabalhistas de diferença de férias e 13º salários.

No exercício de 2016, a despesa com pessoal representou somente 5% do orçamento executado da FAP, comprovadamente insuficiente para atender a demanda de trabalho. Houve um chamamento público a fim de convidar outros servidores efetivos de outras secretarias do DF para compor o quadro da FAP, porém não houve resultado satisfatório.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A FAPDF, como gestora da modalidade de bolsa com estágio a estudantes de Instituições de Ensino Superior, privado, que comprovem condições econômicas insuficientes para assumir despesas com sua instrução educacional, conforme instituído pela Lei Complementar nº 770-2008, concedeu, em 2016, 75 bolsas referentes ao 2º semestre de 2013, 43 bolsas referentes ao 1º semestre de 2014, 29 bolsas referentes ao 2º semestre de 2014, 9 bolsas referentes ao 1º semestre de 2015, 8 bolsas referentes ao 2º semestre de 2015 e 1 bolsa referente ao 1º semestre de 2016.

Quanto à execução orçamentária, esclarece-se que, em outubro, houve bloqueio de aproximadamente 21 milhões de reais dos recursos liberados de nosso orçamento (despesa autorizada), o que gerou prejuízo na suplementação de alguns editais e a redução de repasses em outros. Ressaltamos que o contingenciamento foi liberado antes do encerramento do exercício financeiro, porém após o prazo legal para a execução orçamentária e financeira.

Contudo, pode-se verificar que foi investido o montante de R\$ 64.555.812,83 (sessenta e quatro milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e doze reais e vinte e três centavos) em projetos de Pesquisa e Inovação, representando 34% da dotação inicial de 2016, que foi de R\$ 188.988.585,00 (cento e oitenta e oito milhões novecentos e oitenta e oito mil quinhentos e oitenta e cinco reais). Destaca-se, também, que entre os pagamentos, repasses, restos a pagar, convênios e outros dispêndios realizados foi executado o montante de R\$ 70.545.019,57 (setenta milhões quinhentos e quarenta e cinco mil dezenove reais e setenta e sete centavos)

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No 2º semestre de 2016, a gestão da Fundação de Apoio à Pesquisa foi alterada sem, no entanto, haver interrupção no fluxo de trabalho das atividades administrativas. A gestão atual e seus Conselhos Deliberativos corroboraram esforços consecutivos para a realização eficiente dos trabalhos no sentido de sanar as dificuldades organizacionais e alcançar a excelência na prestação de serviços para a comunidade científica do DF, mantendo a continuidade dos compromissos acordados e honrando o cronograma de lançamento de editais de incentivo a projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação.

Apesar do bom resultado dos indicadores de resultado, ressalta-se que o cronograma de publicação de resultado de alguns editais ao final do 2º semestre prejudicou a execução orçamentária e financeira, uma vez que se fez necessária a solicitação de excepcionalidade para emissão de empenho e grande volume de recursos registrados em restos a pagar.

Para 2017, a FAPDF planeja fortalecer seu quadro de pessoal, com ampliação e recomposição, que possibilite a supressão de capacidade e eficiência na execução total do orçamento disponibilizado pelo governo de Brasília, regulamentado no artigo nº 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal, prevista para atingir 2% da Receita Corrente Líquida até o ano de 2021, com o lançamento de editais de fomento ainda no primeiro bimestre para evitar distúrbios no processo de avaliação e no planejamento da execução orçamentária.

3.4. FUNDO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 09.901

O Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FUNDAP, criado pela lei complementar nº 153, de 30 de dezembro de 1998, regulamentado pelo Decreto nº 25.794, de 02 de maio de 2005, tem por finalidade apoiar financeiramente e estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal, visando ao bem-estar da população, a defesa do meio ambiente e o progresso da ciência e da tecnologia.

A gestão do Fundo compete à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/ DF, por meio de um Conselho Gestor, também denominado Gestor do Fundo.

Conforme Decreto nº 36.839, de 26 de outubro de 2015, o Fundo passa a ser vinculado à Casa Civil do Distrito Federal.

1. REALIZAÇÕES**PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	DESPEZA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	495	128	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	495	128	0	0
0016 - APOIO A PROJETOS-DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-DISTRITO FEDERAL	495	128	0	0

Não houve execução orçamentária e financeira.

4. VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL- UO: 10.101

A Vice-Governadoria foi reestruturada, em janeiro de 2015, conforme Decreto nº 36.292, de 21/01/2015, publicado no DODF nº 17, de 22/01/2015 e alterada pelo Decreto nº 36.344, de 29/01/2015, publicado no DODF nº 23, de 30.01.2015.

Conforme Decreto nº 25.511, de 19/01/2005, publicado no do DF nº 14 de 20/01/2005 que aprovou o Regimento Interno, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, as seguintes competências, em síntese, são exercidas pela Vice-Governadoria:

- I. Assessorar o Vice-Governador no que concerne aos assuntos políticos, sociais, econômicos e de natureza parlamentar;
- II. Auxiliar o Vice-Governador em suas representações política e social;
- III. Acompanhar os programas, projetos e atividades do Governo do Distrito Federal, mantendo o Vice-Governador permanentemente informado;
- IV. Assistir diretamente o Vice-Governador em sua segurança pessoal, em assuntos de natureza militar e na segurança da Residência Oficial;
- V. Executar as atividades de cerimonial do Vice-Governador;
- VI. Executar as atividades de secretaria executiva do Vice-Governador.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	06
Cedidos – fora GDF	01
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	00
Temporário – afastado	00
CLT – em exercício	00
CLT – afastado	00
Conselheiro	00
Estatutário – em exercício	21
Estatutário - afastado	00
Sem vínculo – em exercício	25
Sem vínculo – afastado	00
Total ativos – em exercício	53
Total ativos - afastado	00

Fonte: SUGEP/SEPLAG

Observação: Servidores Militares Requisitados da Polícia e Bombeiro Militar do DF, para ocuparem a Função Gratificada de Segurança Militar (GMSI) - Total – 40.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	100.000	22.928	0	0
6032 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-"LEVANTA DF SOCIAL" --DISTRITO FEDERAL	100.000	22.928	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	100.000	22.928	0	0

PROGRAMA: 6003 GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO P**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	30.000	15.186	0	0
2492 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-VICE-GOVERNADORIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	30.000	15.186	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	20.000	2.793	0	0
5348 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	20.000	2.793	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	781.000	754.797	683.677	683.677
2572 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-VICE-GOVERNADORIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	31.000	4.797	275	275
5208 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DA SUBSECRETARIA DA GESTÃO DAS CIDADES-DISTRITO FEDERAL	750.000	750.000	683.403	683.403
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	10.557.399	11.060.399	10.947.320	10.947.320
0027 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-VICE-GOVERNADORIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	10.557.399	11.060.399	10.947.320	10.947.320
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	853.151	448.151	434.474	434.474
6982 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-VICE-GOVERNADORIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	853.151	448.151	434.474	434.474
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2.080.857	1.126.584	963.020	941.379
0026 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-VICE-GOVERNADORIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	560.857	286.584	201.260	179.619
9799 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DAS CIDADES-DISTRITO FEDERAL	1.520.000	840.000	761.760	761.760
TOTAL DO PROGRAMA 6003	14.322.407	13.407.909	13.028.492	13.006.850

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	650.000	675.000	674.976	674.976
0016 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-VICE-GOVERNADORIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	650.000	675.000	674.976	674.976
TOTAL DO PROGRAMA 0001	650.000	675.000	674.976	674.976

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Vice-Governadoria executa atividades de apoio ao Vice-Governador no exercício de suas atribuições legais, conforme descrito no Regimento Interno, Decreto nº 25.511 de 19 de janeiro de 2005, publicado no DODF nº. 14 de 20 de janeiro de 2005.

A Vice-Governadoria não executa programas e projetos prioritários e estratégicos; obras e serviços de engenharia custeados com recursos do próprio orçamento; obras em parcerias público-privadas e com a comunidade; atividades de fundos especiais e não possui convênios firmados com a União.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No exercício 2016, a Vice-Governadoria cumpriu suas principais competências regimentais sem que ocorressem problemas relacionados a recursos orçamentários, humanos e materiais.

5. PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – PGDF – UO: 12.101

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, órgão central do Sistema Jurídico do Distrito Federal, é instituição de natureza permanente, essencial à Justiça e à Administração, dotada de autonomia funcional, administrativa e financeira, na forma do artigo 132 da Constituição Federal.

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal tem por finalidade exercer a advocacia pública, cabendo-lhe, ainda, prestar a orientação normativa e a supervisão técnica do sistema jurídico do Distrito Federal e tem por objetivos:

Orientar sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais e pedidos de extensão de julgados relacionados com a Administração Direta do Distrito Federal;

Zelar pelo cumprimento, na Administração Pública Direta e Indireta, das normas jurídicas, das decisões judiciais e dos pareceres jurídicos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

Publicar, manter e divulgar matéria doutrinária, legislativa e de jurisprudência visando o aperfeiçoamento de pessoal;

A PGDF tem por diretrizes:

- Representar o Distrito Federal em juízo;
- Cumprir suas competências legais e regimentais;
- Defender os interesses públicos e a manutenção do patrimônio do Distrito Federal;
- Exercer a Consultoria Jurídica do Distrito Federal;
- Uniformizar matérias de interesses comuns com Procuradorias Gerais e outros Estados e jurisprudências administrativas existentes;
- Efetuar a cobrança administrativa e judicial da dívida ativa do Distrito Federal;
- Ajuizar ações de improbidade administrativa e medidas cautelares e de sequestro de bens;
- Zelar pela obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais regras expressas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Distrito Federal, nas leis e atos normativos aplicáveis aos atos da Administração Pública Direta e Indireta do DF.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	21
Cedidos – fora GDF	04
Requisitado fora GDF – PASUS	03
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	481
Estatutário - afastado	07
Sem vínculo – em exercício	95
Sem vínculo – afastado	03
Total ativos – em exercício	604
Total ativos - afastado	10

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas - PGDF

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO		DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	500.000	74.662	0		0
5343 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	500.000	74.662	0		0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	146.506.767	150.086.767	149.422.941		149.422.941
8766 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	146.506.767	150.086.767	149.422.941		149.422.941
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	3.583.503	3.076.110	3.050.460		3.050.460
9583 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	3.583.503	3.076.110	3.050.460		3.050.460
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.345.627	756.847	700.200		646.111

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9689 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1.345.627	756.847	700.200	646.111
TOTAL DO PROGRAMA 6003	151.935.897	153.994.386	153.173.601	153.119.511

O orçamento inicial aprovado para a ação 9689 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS – seria suficiente para atender as despesas essenciais ao funcionamento da PGDF, tais como: fornecimento de água, luz, telefonia, correios, reprografia e manutenções em geral, durante o exercício, entretanto, houve forte contingenciamento do mesmo ao longo do ano, o que inviabilizou a sua plena execução, obrigando a remanejamentos e solicitação de suplementação orçamentária para atender tais despesas, fato que limitou a execução orçamentária a 52% do orçamento aprovado. Para que as atividades do órgão não fossem prejudicadas houve necessidade de transposição de despesas com contratos continuados para a Unidade Orçamentária 12901 – Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

A ação 5343 - Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas não teve execução durante o exercício haja vista o contingenciamento quase na sua totalidade, logo no início do exercício de 2016, fato que impossibilitava a realização de procedimento licitatório para contratação de serviços ou bens necessários à sua execução.

Constata-se que em média, mensalmente, foram remunerados 612 servidores, recolhidas contribuições patronais para o RPPS, concedidos 729 benefícios, dentre auxílios-creche, auxílios-alimentação e auxílios-transporte. Os números evidenciam uma execução pouco inferior ao inicialmente previsto para o exercício, explicado pelo número de servidores desligados (exonerados e aposentados) ou afastados do órgão, os quais totalizam 34 neste exercício. A execução desta ação revela necessidade de readequação do número de servidores para recomposição da sua força de trabalho, e consequente melhoria na prestação dos serviços para atendimento à sempre crescente escala de demandas da sociedade. Foça de trabalho esta que vem sofrendo forte redução com o elevado número de desligamentos e aposentadorias de servidores.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	3.000.000	2.921.000	824.789	824.789
0044 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	3.000.000	2.921.000	824.789	824.789
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.953.021	3.702.100	3.675.596	3.656.582
7056 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	2.953.021	3.702.100	3.675.596	3.656.582
TOTAL DO PROGRAMA 0001	5.953.021	6.623.100	4.500.383	4.481.368

Apesar da existência de dotação orçamentária para atender à ação 9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA, a limitação de recursos financeiros, vigente durante todo exercício de 2016, impossibilitou a sua execução, sendo que próximo ao final do exercício o saldo orçamentário disponível teve sua fonte de financiamento alterada de 100 - Recursos do Tesouro para 178 - Recursos Decorrentes de Juros Sobre o Capital, para atender despesas de outros órgãos.

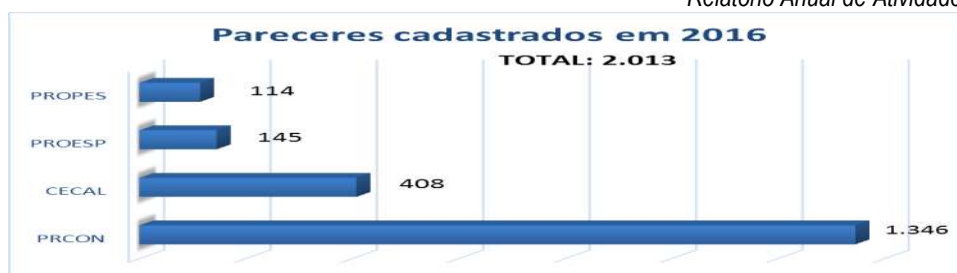
Quanto à ação 7056 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições - houve necessidade de suplementação orçamentária em função do elevado número de ressarcimentos realizados, o qual totalizou 2.815 durante o exercício.

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Procuradoria Geral do DF envidou esforços para implantação do SAJ - Sistema de Acompanhamento Judicial, tendo concluído com enorme sucesso sua instalação na Procuradoria Administrativa-PROCAD, a qual passou a utilizar o PJe – Processo Judicial Eletrônico, eliminando assim o manuseio físico dos processos, traduzindo-se em enorme ganho de celeridade no trâmite processual, economia em termos materiais e de pessoal, bem como permitiu a realocação da força de trabalho do órgão. Ainda com o objetivo de informatização das suas atividades foi dado início em 2016 a utilização do sistema SEI – Sistema Eletrônico de Informações, o qual elimina a utilização de processos administrativos em meio físico tornando-os eletrônicos a partir da sua autuação, permitindo acesso rápido, prático e seguro para todos os setores envolvidos, inclusive entre órgãos do Governo Distrital.

No decorrer do ano de 2016 foi emitido um total de 2.013 Pareceres pelas várias unidades especializadas da Procuradoria do DF, a saber:

- Total de Pareceres, Notas Técnicas e Precatórios distribuídos por Especializada e cadastrados no Sistema “Pesquisa de Pareceres” da PGDF



Fonte: Base de dados "Pesquisa de Pareceres"

Na recuperação da Dívida Ativa foi desenvolvida, a partir do SITAF-Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal, uma ferramenta para captação eletrônica das Certidões de Dívida Ativa - CDA.

Além disso, foi implementada a cobrança extrajudicial dos créditos por meio de parceria entre a Procuradoria Geral do DF e a Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal - ANOREG. Este procedimento, no primeiro lote de cobranças realizadas, obteve êxito de 10% do total encaminhado para protesto, sem custo adicional para os cofres públicos.

As principais dificuldades enfrentadas pelo órgão, ao longo de 2016, estão relacionadas à restrição orçamentária e financeira por que passa o Distrito Federal e à falta de mão de obra qualificada para desenvolvimento e gestão de projetos de informática que permitam desenvolvimento e implantação de soluções para as demandas da clientela interna e para o público externo que necessita dos serviços prestados pela PGDF.

A cobrança realizada através da Procuradoria Fiscal em execuções fiscais e administrativas representou importante fonte de recuperação de recursos financeiros para o Governo do Distrito federal, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

Diretoria de Arrecação Tributária – DIRAT

Ajuizamento – Ações Distribuídas	32.025 processos
Valores Ajuizados	R\$ 1.549.897.503,98
Arrecadação de Deb. Ajuizado (Jan A Nov)	R\$ 207.421.678,37

Coordenação de Execução Fiscal

Execuções Fiscais Movimentadas	28.820
Recursos Judiciais em Execução Fiscal	439

Gerência de Falências e Inventários – GEFAL

Processos Movimentados	3.939 processos
Arrecadação Em Inventário	R\$ 14.339.940,52
Arrecadação Em Falência	R\$ 86.707,61

Valores Arrecadados por Meio de Alvará de Levantamento

Mês	Valor
Janeiro	R\$ 108.215,80
Fevereiro	R\$ 1.242.207,40
Março	R\$ 813.940,97
Abril	R\$ 79.444,96
Maiο	R\$ 861.731,05
Junho	R\$ 768.681,30
Julho	R\$ 1.202.969,90
Agosto	R\$ 371.092,57
Setembro	R\$ 140.899,76
Outubro	R\$ 476.568,79
Novembro	R\$ 162.627,82
Dezembro	
Total	R\$ 6.228.380,32

Outra importante atividade desenvolvida que, de forma direta ou indireta, representa economia para os cofres públicos do Governo local é a revisão dos cálculos, pelo Centro de Cálculos da Procuradoria do DF, apresentados para execução pelos seus credores, que em 2016 representou uma possível economia de R\$ 609.950.179,50 (Seiscentos e nove milhões, novecentos cinquenta mil, cento e setenta e nove reais e cinquenta centavos).

Relatório Anual Gerência de Cálculos

GECAL - 2016					
Mês	Quant. de Processos	Cálculos de Cobrança do DF	Valores de Execução (R\$)	Cálculos do Cecal (R\$)	Diferenças Resultantes
JANEIRO	887	36.292.591,42	58.823.448,81	13.857.189,54	44.966.259,27
FEVEREIRO	1155	21.003.987,80	74.071.163,47	16.817.671,69	57.253.491,78
MARÇO	1060	39.161.940,04	127.853.246,14	29.788.912,90	98.064.333,24
ABRIL	980	79.912.385,88	48.235.192,34	17.052.363,36	31.182.828,98
MAIO	1076	16.872.198,37	117.839.143,91	28.812.122,62	89.027.021,29
JUNHO	1004	54.407.635,48	73.604.831,03	24.026.608,33	49.578.222,70
JULHO	972	17.959.917,93	55.924.240,32	35.309.607,40	20.614.632,92
AGOSTO	1033	16.334.142,54	93.924.189,24	25.818.813,58	68.105.375,66
SETEMBRO	1028	18.904.360,48	56.619.938,84	43.235.298,17	13.384.640,67
OUTUBRO	915	17.965.464,46	21.886.903,29	16.340.356,03	5.546.547,26
NOVEMBRO	858	15.020.804,53	46.544.435,23	11.339.737,19	35.204.698,04
DEZEMBRO	856	20.129.567,06	133.748.486,87	36.726.359,18	97.022.127,69
	11.824	R\$ 353.964.995,99	R\$ 909.075.219,49	R\$ 299.125.039,99	R\$ 609.950.179,50

Através da Procuradoria do Meio Ambiente, Patrimônio Urbanístico e Imobiliário e Saúde a PGDF participou ao longo de todo o ano de diversas reuniões relacionadas à ação civil pública na qual foi determinada a desocupação da Orla do Lago Paranoá. As reuniões no início do ano culminaram na celebração de acordo com o Ministério Público. Posteriormente, as reuniões com os diversos órgãos do Poder Executivo tiveram como objetivo viabilizar o cumprimento dos termos do acordo. Outra importante ação em andamento é tratamento da questão envolvendo a desocupação de áreas públicas adjacentes às residências oficiais e embaixadas no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União.

Na defesa do Distrito Federal a Procuradoria de Pessoal tem atuado nos movimentos parestas liderados pelas entidades sindicais dos servidores. Existem pelo menos 3 (três) greves sob os cuidados da especializada, as quais abrangem atividades essenciais do Distrito Federal. Outro ponto que merece destaque são as ações de reajuste (implementação da última parcela do aumento), que estão se multiplicando ao longo do ano, em virtude do disposto na Lei Distrital 5.248/2013. Hoje existem aproximadamente 200 (duzentos) processos sobre o tema, e a tendência é que este número cresça até o final do corrente ano. A atuação da PROPES na operacionalidade do Distrito Federal, assegurando o reconhecimento da ilegalidade de greves e atuando frente aos inúmeros pedidos de reajuste salarial, revela-se essencial. Sem embargo, o desempenho desta não se limita em propiciar gerenciabilidade aos serviços do DF. Notório o alto grau de economicidade gerado pela especializada – cujo trabalho evita o adimplemento de benefícios funcionais que se mostram indevidos no caso concreto.

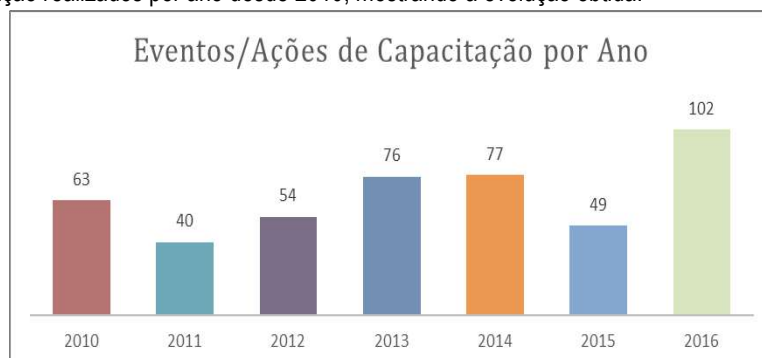
Além de assegurar a continuidade dos serviços públicos distritais e destacar-se como foco de importante economicidade, apresenta emblemática função arrecadatória.

A atuação da Procuradoria do DF em assuntos constitucionais de interesse do Distrito Federal foi decisiva na análise de Projetos de Lei que foram submetidos ao crivo do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal. Foram propostas pelo Governador do Distrito Federal com auxílio da PROESP 13 Ações Diretas de Inconstitucionais perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, sendo 5 delas já tiveram sua liminar ou mérito julgados procedentes. Ainda foram propostas no Supremo Tribunal Federal 4 ações diretas de inconstitucionalidade. Dentre as demandas relevantes podemos citar: Processo TCU 27750/2006-9: Processo relativo à contribuição previdenciária descontada dos integrantes das Forças de Segurança do DF. O TCU decidiu que os valores correlatos devem ser aportados ao Fundo Constitucional, sem possibilidade de dedução dos recursos devidos pela União Federal. Processo TCU 11704/2015-2: Processo referente à gestão financeira dos recursos do Fundo Constitucional. O TCU havia decidido que tal gestão deve ser feita em nível federal, no âmbito do SIAFI. A PGDF obteve prorrogação de prazo no cumprimento de tal decisão, além de obter ato decisório do Tribunal reconhecendo a possibilidade, por enquanto, de custeio de inativos/pensionistas com recursos do FCDF. ADI 5582 – Ação proposta pelo Governador Distrito Federal, com pedido de liminar, contra ato normativo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que altera a regra de cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos casos de aquisições de bens e mercadorias por entes públicos que envolvam operações interestaduais. ADC 46 – RECUPERAÇÃO JUDICIAL: Ação ajuizada em 09.09.2016 pelo Governador que busca a declaração de constitucionalidade dos arts. 6º e parágrafo 7, da Lei 11.192/2005 (ações de natureza fiscal não se submetem aos efeitos da recuperação judicial) e art. 57 da Lei 11.101/2005 (exige a apresentação de certidões negativas de débitos tributários) e do art. 191-A do CTN (estabelece que a concessão de recuperação judicial depende de prova da quitação de todos os tributos).

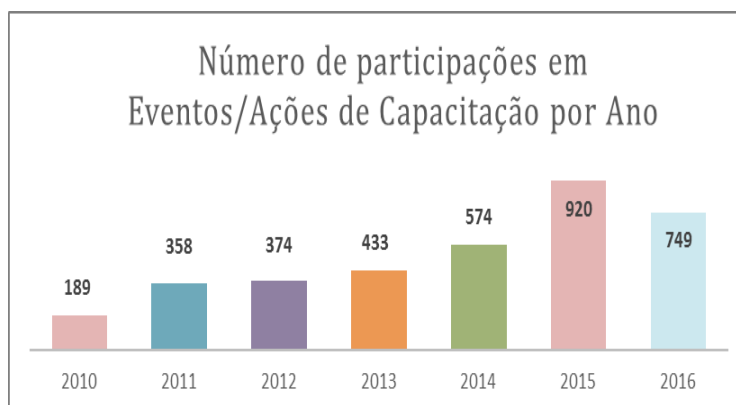
No exercício da Consultoria Jurídica do Distrito Federal houve atuação em demandas de grande relevância jurídica e social na concretização de valores e objetivos do Distrito Federal pelo Executivo, tais como:

- Acordos Coletivos de Trabalho
- Desocupação da Orla do Lago Paranoá
- Legislação Sobre Icms
- Operações de Crédito
- Centro Administrativo do Distrito Federal
- Marco Regulatório do Terceiro Setor

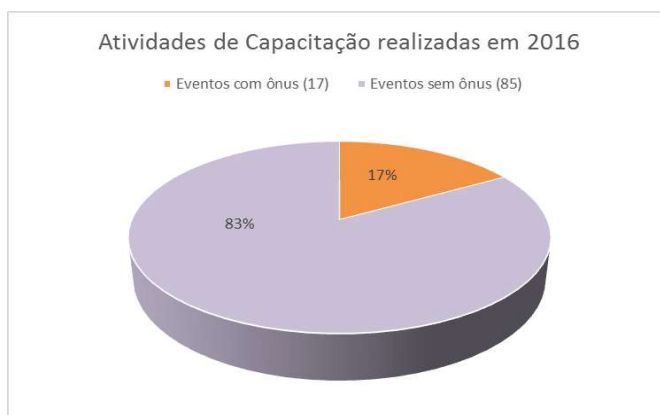
Na área de desenvolvimento e capacitação a Procuradoria atuou para manter sempre elevado o nível de treinamento dos servidores, de modo que sua força de trabalho esteja em constante atualização. A figura abaixo apresenta o total de eventos de capacitação realizados por ano desde 2010, mostrando a evolução obtida.



Quantitativo de participantes em atividades de capacitação nos anos de 2010 a 2016.



Percentual de atividades custeadas com recursos do Fundo Pró-Jurídico (eventos com ônus), e o percentual de atividades não custeadas, em geral realizadas por outros órgãos, como EGOV, ou empresas, em áreas de interesse da PGDF (eventos sem ônus).



Para 2017, está prevista a continuidade da implantação do SAJ - Sistema de Acompanhamento Judicial nas demais unidades da Procuradoria Geral do DF, que representará a inserção definitiva no ambiente de sistema de informação utilizado pela grande maioria das Procuradorias Estaduais do País.

No mês de janeiro, a partir da implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe na Vara de Execução Fiscal, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a Procuradoria Geral do DF passará a fazer o ajuizamento automatizado de ações, eliminando assim todo o processo manual e demorado para o ajuizamento.

Atuação no Superior Tribunal de Justiça dos processos referentes ao Plano Collor, que tem um grande impacto financeiro para o Distrito Federal. Atualmente já temos algumas decisões favoráveis, sendo as perspectivas favoráveis ao Distrito Federal.

Intensificação das ações de recuperação de créditos inscritos em Dívida Ativa, por meio de cobrança judicial e extrajudicial.

Está em curso o processo para contratação de empresa que dará continuidade à obra do novo Edifício Sede da PGDF, paralisada por conta de falência da empresa anterior e, após a desistência da 2ª colocada na licitação inicial, com previsão de retomada das obras a partir do 2º semestre/2017.

5.1. FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 12.901

O PRÓ-JURÍDICO, desenvolvido e coordenado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 2.605, de 18 de outubro de 2000, regulamentada pelo decreto nº 21.624, de 20 de outubro de 2000, tem por finalidade propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual e material, que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício da advocacia pública.

Objetivos

- I. Aparelhamento das instalações da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- II. Aquisição de bens e serviços;
- III. Qualificação profissional dos seus integrantes;
- IV. Apoio aos setores jurídicos dos órgãos da Administração Direta e Indireta do DF;
- V. Realização de outras atividades relacionadas ao bom exercício da advocacia pública.

Produto de Arrecadação

Constituem recursos financeiros do Pró Jurídico:

- I. Os honorários advocatícios arbitrados em favor do Distrito Federal, em face da aplicação do princípio da sucumbência;
- II. Os honorários de sucumbências deferidos a autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economias públicas e sociedade de economia mista, quando essas entidades forem representadas por Procurador do Distrito Federal;
- III. Os honorários decorrentes de acordos extrajudiciais celebrados pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- IV. Os encargos de que trata o parágrafo único do art. 42 da Lei Complementar nº 4 de 30 de abril de 1994, em relação aos créditos cobrados de acordo com o inciso II do mesmo dispositivo.
- V. As contribuições, as subvenções e os auxílios da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;
- VI. As doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privadas, nacionais e internacionais, além de outros recursos;
- VII. Os recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios outros ajustes;
- VIII. Os valores advindos da aplicação dos recursos do Fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;
- IX. As contribuições, as subvenções de outros valores destinados a propiciar a melhoria das condições necessárias ao exercício da advocacia pública;
- X. Outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
4090 - APOIO A EVENTOS	100.000	100.000	0	0
5921 - APOIO A EVENTOS-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	100.000	100.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6203	100.000	100.000	0	0

Não houve realizações neste subtítulo.

PROGRAMA: 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5.396.000	10.050.694	3.676.442	3.676.442
0034 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	5.396.000	10.050.694	3.676.442	3.676.442
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	5.802.384	5.122.384	181.284	108.498
9768 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF- PLANO PILOTO	5.802.384	5.122.384	181.284	108.498
2484 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	3.400.000	13.767.109	10.299.218	10.299.218
0001 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS-DISTRITO FEDERAL	3.400.000	13.767.109	10.299.218	10.299.218
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA	2.250.000	7.178.110	2.758.032	2.503.386

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
INFORMAÇÃO				
0019 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	2.250.000	7.178.110	2.758.032	2.503.386
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	55.000	105.000	3.699	3.699
5929 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	55.000	105.000	3.699	3.699
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	20.000	20.000	0	0
9712 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF- PLANO PILOTO	20.000	20.000	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	200.000	650.000	175.329	175.329
0069 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	200.000	650.000	175.329	175.329
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	11.140.000	20.045.056	3.233.900	3.133.418
0007 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	11.140.000	20.045.056	3.233.900	3.133.418
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	503	503	0	0
6007 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	503	503	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	220.000	320.000	115.852	113.067
0004 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	220.000	320.000	115.852	113.067
TOTAL DO PROGRAMA 6003	28.483.887	57.251.434	20.443.757	20.013.057

O Conselho de Administração do Fundo Pró-Jurídico no que lhe confere o disposto no Decreto nº 21.624, de 20 de outubro de 2000, que aprovou o Regimento Interno, empregou os recursos arrecadados nos programas acima discriminados, mediante aprovação das despesas apresentadas em reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no exercício de 2016.

Com o compromisso de trabalhar para o melhoramento institucional dos investimentos para a modernização da Procuradoria Geral do Distrito Federal, priorizou-se o investimento na área de tecnologia, visando o sucesso na obtenção da excelência dos serviços prestados, assegurando-se a integridade das informações e contribuindo para que elas sejam ágeis, flexíveis e eficientes. Neste diapasão, foram adquiridos 500 (quinhentos) computadores com suporte técnico e garantia de 60 (sessenta) meses.

Quanto à construção do novo edifício da PGDF, suas atividades foram suspensas durante o exercício de 2016, tendo em vista a falência da Construtora RV, a previsão para retomada das atividades está prevista para o segundo semestre de 2017, mediante nova licitação.

O Plano Anual de Capacitação 2016 foi composto dos seguintes Programas: Programa de Capacitação e Atualização Profissional, Programa de Desenvolvimento Gerencial, Programa de Desenvolvimento da Qualidade de Vida, Programa de Instrutoria Interna e Programa de Incentivo à Pós-Graduação. A seguir, estão descritas as atividades realizadas em cada programa:

- Programa de Capacitação e Atualização Profissional - Com o objetivo de realizar atividades para envolver mais servidores e procuradores nas ações de capacitação, no exercício de 2016, a GECAP promoveu, mediante contratação com outras instituições, a participação de servidores e procuradores em 17 cursos e eventos integrantes do Programa de Capacitação e Atualização Profissional, resultando em 484 capacitados mediante custeio. Além disso, manteve intercâmbio com a Escola de Governo, com o TCDF, com a SEPLAG e com a SEGETH para a disseminação de informações sobre capacitação e desenvolvimento, buscando divulgar cursos e eventos de interesse dos servidores, o que resultou em 265 servidores capacitados, em um total de 85 cursos/eventos sem ônus.
- Programa de Desenvolvimento Gerencial - No exercício 2016, as ações do Programa de Desenvolvimento Gerencial foram desenvolvidas por meio de cursos abertos na modalidade presencial, como o curso de Modelagem de indicadores na Administração Pública, no qual participou 1 servidor, bem como cursos sem ônus ofertados pela Escola de Governo, dos quais participaram 46 servidores.
- Programa de Desenvolvimento de Qualidade de Vida - Em 2016, a Escola de Governo - EGOV - ofertou o curso de Educação Financeira e Pessoal, ministrou palestra de "Política sobre drogas no contexto laboral – A saúde mental do Servidor do GDF", com o objetivo de auxiliar os servidores a ter uma melhor qualidade na vida pessoal, a gerir adequadamente suas finanças pessoais, de forma a desenvolver a capacidade de equilíbrio, elemento fundamental na vida, e, consequentemente, no trabalho. Participaram dos cursos um total de 3 integrantes da PGDF.
- Programa de Instrutoria Interna - Em 2016, foram realizados dois cursos ministrados por instrutores internos e voltados para os servidores da Casa. A Palestra "Panoramas do Novo Código de Processo Civil", ministrada por procuradores do próprio GDF, capacitaram 54 servidores em aspectos básicos do Novo Código de Processo Civil voltados à realidade da PGDF. O treinamento PJE "Curso Interno de Operação do PJE", por sua vez, capacitou 54 servidores com vistas ao aprimoramento das principais funcionalidades na utilização do painel do PJE. Houve ainda o curso "Cadastramento no Sistema

SAJ” que capacitou 27 servidores com vistas ao aprimoramento das técnicas e ferramentas disponíveis para a atividade de cadastro dentro do sistema.

Durante o exercício 2016, a PGDF contou com a colaboração da empresa de gerenciamento de estagiários, cujo valor atualmente totaliza o montante de R\$ 1.664.760,00 (um milhão seiscentos e sessenta e quatro mil setecentos e sessenta reais) por ano. Atualmente o Programa de Estágio conta com a participação de 155 estudantes, sendo 81 estagiários de ensino médio e 74 estagiários de ensino superior.

No que se refere à Concessão de Bolsa de Estudos, no ano de 2016, por meio do Fundo Pró-Jurídico, foram concedidas uma bolsa de mestrado e 12 bolsas de pós-graduação.

Ao longo do exercício de 2016, encerraram-se dois contratos de Tecnologia da Informação, que se referia a serviços de assistência técnica e atualização evolutiva da solução firewall appliance aker box 611, atualização de duas licenças de sistema de firewall aker, aquisição de antivírus gateway, analisador de url e IPs para integrar ao firewall aker da Procuradoria e além disso, houve os serviços de implantação da solução, instalação, configuração e recuperação automática de dados e aplicações entre sites distintos, transferência de conhecimento em operação e sustentação do ambiente, a garantia e o suporte técnico contínuo às configurações implementadas nos sistemas de processamento de dados. Inclui a virtualização e o gerenciamento de servidores e aplicações, armazenamento e backup de dados.

O principal contrato de TI, que se refere ao fornecimento de licenciamento do sistema aplicativo de Gestão de Processos para Advocacia Pública (SAJ/Procuradorias ou "PGE.Net."), levantamento de informações para o atendimento ao projeto de informatização, capacitação dos usuários, serviços de implantação, suporte técnico, manutenção e serviços sob demanda, foi ampliado no exercício de 2016, com o objetivo de expandir o sistema SAJ para outros setores da PGDF.

Ressalta-se que o SAJ/Procuradorias encontra-se atualmente em operação na PROCAD, unidade piloto para a qual se contratou a implantação pela Softplan, bem como em todas as unidades envolvidas com atividades de apoio da atividade-fim, tais como cadastro de processos, elaboração de ofícios, protocolo e carga de autos. A implantação do aludido sistema nas demais Especializadas, bem como do módulo de integração MNI que conectará automaticamente o SAJ Procuradorias com o PJe do Poder Judiciário, é de fundamental importância para continuidade da virtualização dos processos judiciais.

Em virtude do art. 7º da Lei Complementar nº 904, de 28 de dezembro de 2015, os encargos dos créditos em dívida ativa não ajuizadas são destinados para o custeio das despesas de cobrança na proporção de 50% ao Fundo Pró-Jurídico. Já os encargos dos créditos em dívida ativa ajuizadas são destinados na proporção de 80% para o pagamento de honorários advocatícios e de 20% para o Fundo Pró-Jurídico.

Deste modo, a proporção de 80% para o pagamento de honorários advocatícios resultou num valor total distribuído de R\$ 10.299.218,00 (dez milhões, duzentos e noventa e nove mil, duzentos e dezoito reais). Ressalta-se que esta distribuição deu-se nos moldes definidos pela Assembleia Geral dos Procuradores do Distrito Federal, realizada em 23 de setembro de 2015, em ata registrada no 2º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas em 05 de outubro de 2015.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500.000	459.583	179.249	179.249
7197 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- RESSARCIMENTO, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - FUNDO DA PROCURADORIA DO DF-DISTRITO FEDERAL	500.000	459.583	179.249	179.249
TOTAL DO PROGRAMA 0001	500.000	459.583	179.249	179.249

Conforme o Plano Anual de Capacitação 2016, que teve como objetivo guiar as ações da Gerência de Desenvolvimento e Capacitação Profissional - GECAP, com vistas ao aprimoramento das competências requeridas aos integrantes da PGDF, à elevação do nível de serviços por eles prestados e ao alcance da excelência desta Procuradoria no exercício de suas atribuições legais, houve o pagamento de bolsa de estudos concedidas por meio de ressarcimento a 8 s beneficiários.

Além disso, houve alguns ressarcimentos de valores levantados a maior ou que ingressaram equivocadamente na conta do Fundo Pró-Jurídico.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em 2016, a arrecadação diminuiu comparada ao ano de 2015, tendo em vista a diminuição do montante repassado pela Secretaria de Estado de Fazenda, a distribuição dos encargos da dívida ativa como verba honorária e o valor relativo aos honorários que compunham a arrecadação do Fundo passarem a ser definidos como verba de natureza privada.

Neste ano ingressaram para levantamento 1.703 (um mil, setecentos e três) alvarás, sendo executados 1.484 (um mil, quatrocentos e oitenta e quatro); 142 (cento e quarenta e dois) a serem levantados e 77 (setenta e sete) foram

devolvidos às Especializadas por apresentarem restrições que inviabilizaram o levantamento dos recursos. Ingressou à conta deste Fundo o montante de R\$ 2.268.988,10 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e oitenta e oito reais e dez centavos) oriundo do levantamento dos referidos alvarás por este Fundo junto aos bancos.

Em virtude da aplicação da Lei Distrital nº 5.369, de 09 de julho de 2014, que dispõe sobre o Sistema Jurídico do Distrito Federal e dá outras providências, foi transferido a título de honorários advocatícios aos procuradores do Distrito Federal o montante de R\$ 3.024.585,71 (três milhões, vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos).

O Fundo Pró-Jurídico é responsável por receber processos administrativos e autos suplementares para pesquisa e emissão de respostas às unidades especializadas desta Casa Jurídica, objetivando a confirmação dos depósitos realizados na conta corrente do Fundo Pró-Jurídico; além dos processos com proposta de despesas para aquisições e contratação de serviços, os quais foram devidamente analisados e preparados para a apreciação do Conselho de Administração do Fundo Pró Jurídico.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O Fundo Pró Jurídico possibilitou o desenvolvimento de projetos de natureza intelectual e material, com aquisições de equipamentos e capacitação dos integrantes das carreiras que compõem a Procuradoria Geral do Distrito Federal. O Fundo, também, possibilitou a manutenção e a continuidade das atividades da Procuradoria, tendo em vista que despesas relativas a aquisição de material de consumo, serviços de impressão, reprografia, internet, manutenção de elevadores, central telefônica passaram a ser custeadas com recursos deste Fundo.

Para o exercício de 2017, a Procuradoria, por meio do Fundo Pró-Jurídico, priorizará o investimento em tecnologia, materiais e equipamentos, treinamento e desenvolvimento do capital humano da organização, bem como a manutenção da PGDF, visando atingir os objetivos individuais e organizacionais. Dentre as ações a serem desenvolvidas destacam-se a conclusão da obra do novo edifício sede da Procuradoria; o início dos processos para aquisição de mobiliário e equipamentos para a nova sede; a concessão de bolsas de estudos aos servidores; a manutenção do programa de estágio, a aquisição de computadores e softwares; e a conclusão da implementação do AS digital.

6. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - UO: 14.101

A Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI/DF, Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, para execução de suas atividades, nos termos do Decreto nº 36.236, de 01/01/2015, tem atuação e competência nas seguintes áreas:

- I - agricultura, pecuária, aquicultura e agroindustrialização;
- II - produção e fomento agropecuário;
- III – Política agrícola, abastecimento e planejamento agropecuário;
- IV – Defesa sanitária animal e vegetal;
- V – Fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias;
- VI – Inspeção de produtos de origem animal e vegetal;
- VII – Fiscalização fundiária e administração de terras públicas rurais;
- VIII – Proteção, conservação e manejo do solo e água, voltado ao processo produtivo agropecuário;
- IX – Assistência técnica e extensão rural;
- X – Inovação tecnológica na agropecuária.

Missão: Coordenar e promover o desenvolvimento rural, econômico e ambientalmente sustentável, administrar as terras públicas rurais e zelar pela segurança alimentar da população por meio de ações de fiscalização e inspeção animal e vegetal.

Visão: Ser reconhecida como agente inovador e de excelência no desenvolvimento sustentável da atividade agropecuária.

Planos e Programas Perspectiva para a Sociedade

Brasília mais alimentos e menos desperdício

- Promoção e ampliação do abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros, para a população do Distrito Federal e Entorno.
- Diminuir os índices de desperdício de alimentos no DF envolvendo ações promovidas na produção, comercialização e consumo.

Brasília Qualidade e Inovação Rural

- Promover a excelência, qualidade, presteza e inovação na prestação de serviços de responsabilidade da SEAGRI.
- Promover estudos e avaliações, junto a sociedade e a comunidade agropecuária, sobre os resultados e impactos sociais, econômicos e ambientais causados pelas políticas públicas implantadas.

Brasília Terra Legal

- Fortalecer e sedimentar a regularização das ocupações das terras públicas rurais do Distrito Federal.
- Promover o levantamento de informações relativas às propriedades tais como: dados pessoais do produtor, de sua família, condições da propriedade em termos de posse de uso, situação econômica e de exploração do imóvel, tornando-se um instrumento para o planejamento e a proposição de políticas públicas locais, como o crédito rural e a assistência técnica.

Brasília Alimentos Seguros

- Promover o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.
- Fortalecimento da Agricultura Urbana e Peri-Urbana visando estimular a produção de alimentos orgânicos nas áreas urbanas, aproveitando as áreas ociosas para promover o plantio de: hortaliças, ervas medicinais, ervas aromáticas e plantas ornamentais, visando o auto consumo e/ou também para abastecer as Cozinhas Comunitárias; Restaurantes Populares; PAA; e venda o excedente no Mercado Local – Feira Popular, resultando em inclusão social, melhoria da alimentação; geração trabalho e renda dos envolvidos.
- Promover o acesso a alimentos seguros, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, contribuindo, também, para a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, comercialização e ao consumo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar e ampliação das aquisições diretas de produtos da agricultura do DF e RIDE.
- Promover a utilização e a implementação de procedimentos adequados em todas as etapas da obtenção, produção, processamento, armazenamento, transporte e distribuição de matérias-primas, insumos e produtos agroalimentares desde os elos primários de produção, devendo ser mantidos ao longo de todas as etapas e demais elos das cadeias e sistemas de produção de alimentos e animais.
- Articular políticas e ações de incentivos ao cultivo de alimentos orgânicos e com base agroecológica visando incentivar a produção orgânica por agricultores familiares, aumentando sua renda e ampliando a oferta de alimentos saudáveis.

Brasília Competitividade Rural

- Promover ações que visem a comercialização dos produtos oriundos da agricultura de forma a proporcionar a melhoria na qualidade de vida, através da garantia de renda aos produtores agrícolas.
- Promoção da Agregação de Valor aos Produtos da Agricultura através da inovação tecnológica e melhoria da gestão do setor agropecuário.
- Promover e estimular parcerias entre os agentes rurais visando o desenvolvimento de projetos e/ou solução de problemas específicos do meio rural.
- Apoiar o fortalecimento das cadeias produtivas do setor agropecuário, por meio da assistência técnica, da capacitação, do fomento à inovação tecnológica e à criação e ampliação de empreendimentos no meio rural e as boas práticas agropecuárias.
- Apoiar e sensibilizar a população rural para as iniciativas de organização, em especial de associativismo e cooperativismo, de forma a contribuir para a geração de renda e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e agricultores
- Promover ações que contemplem a utilização, a instituição, o incremento de linhas de financiamento, mecanismos de seguro rural, a captação de recursos nacionais e internacionais e disponibilidade de linhas de crédito que visem dar segurança, apoiar e estimular financiamentos e investimentos que contemplem o produtor rural, o financiamento de atividades industriais e empreendimentos rurais.
- Promover ações que visem a expansão competitiva da base industrial no setor agropecuário.

Brasília Inclusão Rural

- Promover e apoiar o assentamento de famílias de agricultoras e a regularização dos assentamentos, pré-assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária e o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a proporcionar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e melhoria de renda.
- Fomentar a geração de renda no campo e promover a inclusão produtiva da população rural, com a estruturação de canais de comercialização de produtos e serviços da agricultura, a agregação de valor e possibilitando o acesso ao crédito e aos mercados.

Brasília Excelência Produtiva

- Promover a prevenção, controle e erradicação das doenças em animais de interesse socio-econômico para nosso estado através de seus pilares de sustentação: vacinação de animais, base cadastral sólida e auditável do sistema agroprodutivo, atenção veterinária com vigilância epidemiológica ativa e passiva bem como o monitoramento, controle e erradicação de focos de doenças; controle do trânsito de animais e educação sanitária.
- Prevenir e evitar a introdução e a disseminação de pragas vegetais, assegurando e preservando a qualidade e sanidade de vegetais, suas partes, produtos, subprodutos, materiais biológicos e resíduos de valor econômico.
- Promover ações visando o fortalecimento da vigilância e a inspeção sanitária aos produtos de origem animal e vegetal.
- Elaborar e desenvolver ações educativas a partir da identificação dos graus de conhecimento, atitudes e comportamento de uma comunidade frente a um problema sanitário, identificado, dimensionado, priorizado e acompanhado pela Defesa Agropecuária.

Brasília Aprendizagem Rural

- Desenvolver ações de capacitação visando a aquisição de novas competências que serão requeridas em médio e longo prazos, determinantes para o desenvolvimento do aumento da produtividade, de novos mercados, da renda rural e da qualidade de vida.
- Desenvolver ações de capacitação orientadas para o presente, focalizando a melhoria do desempenho atual e buscando melhorar habilidades e competências gerando ganho de produtividade, de renda e de qualidade de vida.

Brasília Crescimento Rural

- Promover ações que visem o uso de princípios e técnicas para induzir ideias e novas atitudes, dar ao acesso a informações através das ferramentas de marketing e comunicação aplicadas ao desenvolvimento rural e divulgar as potencialidades e particularidades do DF e da RIDE para atração de negócios.
- Promover ações que visem o conhecimento, a utilização e a captação de recursos nacionais e internacionais e disponibilidade de crédito que visem apoiar e estimular o desenvolvimento de planos, programas, projetos, ações e eventos.

Brasília Rural Sustentável

- Promover a Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF
- Promover a gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo água e energia, através da integração dos requisitos de proteção ambiental às políticas de desenvolvimento agropecuárias.
- Promover a correta destinação de dejetos animais, embalagens de agrotóxicos, materiais recicláveis, resíduos sólidos e outros resíduos gerados pela atividade agrícola.
- Incentivar a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

Brasília Infraestrutura e Mobilidade Rural

- Ampliar e assegurar a infraestrutura do setor agropecuário e do meio rural.
- Apoiar ações que visem melhorar a mobilidade rural, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico local e regional.

Qualidade Tecnológica

- Aprimorar a produção de informações de valor agregado e de conhecimento em tempo adequado e com confiabilidade visando subsidiar necessidades específicas, reduzir incertezas e apresentar soluções propiciando uma atuação e tomada de decisão mais eficiente e efetiva.
- Promover a aquisição de recursos tecnológicos que permitam o avanço técnico e qualitativo e que deem o devido suporte aos objetivos da SEAGRI.

Soluções Tecnológicas Rurais

- Aperfeiçoar os processos de prestação de serviços agrícolas em relação à infraestrutura.
- Aprimorar processos e atividades relacionadas ao planejamento, elaboração e acompanhamento da execução das políticas estabelecidas pela SEAGRI, visando promover, inclusive, regulamentações e alterações legislativas necessárias ao estímulo ao agricultor familiar, incluindo a unificação de políticas que envolvam municípios da RIDE, Estados e o Governo Federal.
- Aprimorar e desenvolver os processos de gestão ambiental e sustentabilidade rural.
- Aperfeiçoar os processos de regularização de terras públicas rurais visando melhor eficiência e eficácia.
- Promover a melhoria e o aperfeiçoamento de processos que visem o desenvolvimento sustentável do segmento rural, de modo a propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e melhoria de renda.
- Aperfeiçoar processos de defesa e vigilância sanitária e inspeção.
- Desenvolver ações de aperfeiçoamento da infraestrutura física da SEAGRI, visando promover melhorias nas condições de trabalho, melhoria da qualidade no atendimento aos usuários e nos níveis de serviços a serem prestados.
- Promover o desenvolvimento de tecnologias (processos, produtos e serviços) que garantam o aumento da produção agropecuária e o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros, garantindo alimentos de qualidade, assegurando ao produtor preços que permitam sua manutenção na atividade rural.

Desenvolvendo Parcerias

- Promover o aperfeiçoamento dos processos de captação de recursos nacionais e internacionais e disponibilidade de crédito que visem apoiar e estimular o desenvolvimento de planos, programas, ações, projetos e eventos.
- Promover a organização e sistematizar a integração e o uso de parcerias estratégicas visando fortalecer os espaços de participação popular e as instâncias de controle social com o objetivo de implantar a gestão colaborativa e consolidar um governo ético, democrático e transparente.
- Desenvolver e aprimorar processos e ferramentas de aprendizagem rural; de processos e ferramentas de marketing e comunicação aplicadas ao desenvolvimento rural.

Excelência Administrativa

- Desenvolver e aperfeiçoar processos que promovam a eficiência e transparência na gestão orçamentária e financeira, como também, atingir e manter o equilíbrio fiscal, por meio do aumento da eficiência da geração de receita, da qualidade do gasto e da gestão da máquina administrativa.
- Promover ações que garantam o desenvolvimento de uma cultura institucional voltada para a obtenção de resultados através da prática da conciliação das políticas públicas com as demandas do agronegócio para melhorar a competitividade do setor, incluindo o diálogo prévio com o setor produtivo, sociedade civil, instituições públicas.
- Desenvolver um conjunto de melhorias nas práticas de gestão visando, alavancar a capacidade da instituição de produzir, medir e comunicar resultados relevantes para o seu público-alvo
- Desenvolver ações visando a aumentar a capacidade de ação da instituição de atuar em parceria e em rede com outras organizações e com a sociedade, na formulação, implementação e execução de políticas públicas, no alcance dos objetivos.

Sustentabilidade Organizacional

- Aperfeiçoamento da gestão da informação e estruturação da gestão do conhecimento visando garantir a gestão integrada de sistemas e da informação com foco na melhoria dos serviços, e com aumento da transparência e do controle.
- Desenvolver ações visando a gestão do clima organizacional e bem estar dos empregados.
- Desenvolver ações que possam contribuir para que os servidores sugiram novas direções e/ou um diferencial competitivo, aprimorar a habilidade de definir e alcançar objetivos, capacidade de manter um alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-o para detectar oportunidades de negócio à inovação e desenvolvimento da capacidade criativa.
- Promover ações que possibilitem o estabelecimento de canais que favoreçam o relacionamento, ágil e transparente, da direção com o público interno e entre os próprios elementos que integram este público.

- Promover a introdução de métodos de gestão do setor privado e ações que viabilizem o alinhamento estratégico entre os processos que compõem a governança
- Desenvolver mecanismos para retenção de talentos visando implementar uma política de pessoas que valorize a produtividade, o mérito e a qualidade dos serviços prestados.
- Desenvolvimento de competências gerenciais, técnicas e administrativas visando implementar uma política de desenvolvimento de pessoas focada na melhoria dos serviços públicos.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	63
Cedidos – fora GDF	07
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	432
Estatutário - afastado	11
Sem vínculo – em exercício	24
Semvínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	526
Total ativos - afastado	12

A estrutura do quadro de pessoal da SEAGRI/DF é composta por 555 servidores, sendo que deste quantitativo 25 são comissionados sem vínculo, conforme consta na tabela acima, e 17 requisitados de outros órgãos, sendo: 3 federais e 14 distritais (não inclusos na tabela acima).

Compõe esse quadro também 77 funcionários terceirizados, os quais atuam nas áreas de apoio administrativo, limpeza/conservação, segurança e mecanização agrícola.

Observa-se no demonstrativo acima que a força de trabalho efetivamente disponível é de 473 funcionários, considerando que 70 servidores encontram-se cedidos e/ou à disposição de outros órgãos e 12 afastados.

Cabe salientar que no exercício de 2015 a Pasta contava com **557** servidores efetivos, tendo reduzido esse número, em 2016, para **513**, em decorrência das vacâncias provenientes de aposentadorias, exonerações e óbitos.

Do mesmo modo, em relação ao exercício anterior, houve diminuição no quantitativo de terceirizados, de 165 para 77. O contrato de 40 jovens candangos também teve término de vigência.

Convém consignar, por oportuno, que a crescente diminuição da força de trabalho, principalmente em relação ao quadro efetivo, revela a urgente necessidade de realização de novo concurso público para assegurar a manutenção, eficiência e eficácia dos serviços públicos ofertados ao cidadão. Nesse sentido, já foi realizado um estudo visando futuras contratações (processo nº 070.002.136/2016).

Estima-se que no ano de 2017 aproximadamente 75 servidores devem aposentar-se, grande parte destes no primeiro bimestre do ano, impactando ainda mais a já insuficiente força de trabalho.

Outro fator que merece ser destacado, por fim, é que em dezembro/2016 o órgão dispõe de 99 cargos comissionados, sendo que 74 cargos estão ocupados por servidores vinculados à administração pública, representando um índice de **74,4 %**, isto é, muito superior ao percentual de **50 %** estabelecido no art. 19, inciso V, da Lei Orgânica do DF.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	500.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DA FEIRA PERMANENTE DO ARAPOANGAS	500.000	0	0	0
1715 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA EM PISCICULTURA	10.000	2.053.645	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA EM PISCICULTURA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	2.053.645	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	10.000	7.208	0	0
3196 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0
2173 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	100.000	0	0	0
0001 - ENTREPOSTOS DE OVOS CAIPIRAS	100.000	0	0	0
5653 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-ENTREPOSTOS DE OVOS CAIPIRAS-DF ENTORNO	0	0	0	0
2612 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA	46.000	844.345	839.192	839.192

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0001 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	46.000	494.345	490.192	490.192
0002 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA-AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES PARA A ESTRUTURA LOGÍSTICA DA SEAGRI - DF-DISTRITO FEDERAL	0	350.000	349.000	349.000
2614 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	10.000	7.208	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL--DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0
2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	31.000	186.242	91.631	91.631
0001 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	31.000	10.242	0	0
0005 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS-APOIO À MANUTENÇÃO DA GRANJA DO IPÊ-DISTRITO FEDERAL	0	56.000	3.907	3.907
0006 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS-APOIO À MANUTENÇÃO DA GRANJA DO TORTO-DISTRITO FEDERAL	0	100.000	87.724	87.724
0008 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS-APOIO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ESCOLINHA-DISTRITO FEDERAL	0	20.000	0	0
2639 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES	190.000	185.409	176.302	176.302
0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES- DA GRANJA DO TORTO- PLANO PILOTO	190.000	185.409	176.302	176.302
2643 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA	10.000	0	0	0
0001 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA--DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
2780 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	25.000	9.515	9.515	9.515
0001 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	25.000	9.515	9.515	9.515
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	1.030.000	3.673.699	1.809.921	1.809.921
0003 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	3.647.069	1.797.361	1.797.361
5682 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-FOMENTO À PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR-DISTRITO FEDERAL	10.000	19.422	12.560	12.560
5683 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-APOIO AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR-DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0
5684 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO FEDERAL	1.000.000	0	0	0
3041 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS	31.000	10.811	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - PLANALTINA	31.000	10.811	0	0
3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	10.000	7.208	0	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1.260.000	1.310.000	0	0
0004 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - DF	0	60.000	0	0
9557 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS-DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
9581 - APOIO A AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.	1.250.000	1.250.000	0	0
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	0	80.000	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO COMUNITÁRIO - SÃO SEBASTIÃO	0	80.000	0	0
4115 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	10.000	7.208	0	0
0001 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA-COMPRAS INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR-DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	585.000	1.601.001	1.074.742	1.074.742
0003 - RECUPERAÇÃO DE CANAIS DE IRRIGAÇÃO - DISTRITO FEDERAL	0	300.000	0	0
2900 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	1	0	0
5691 - APOIO A RECUPERAÇÃO DOS CANAIS DE IRRIGAÇÃO - DISTRITO FEDERAL.	575.000	0	0	0
5692 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-APOIO A RECUPERAÇÃO DOS CANAIS DE IRRIGAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	801.000	574.974	574.974
5693 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-RECUPERAÇÃO DE CANAL DE IRRIGAÇÃO NA COMUNIDADE RECANTO DA CONQUISTA EM SÃO SEBASTIÃO - RA XIV- SÃO SEBASTIÃO	0	300.000	299.862	299.862
5694 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO-	0	200.000	199.906	199.906

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
APOIO A RECUPERAÇÃO DE CANAIS DE IRRIGAÇÃO RURAL-DISTRITO FEDERAL				
4120 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS	10.000	7.208	0	0
0001 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	3.868.000	9.990.706	4.001.302	4.001.302

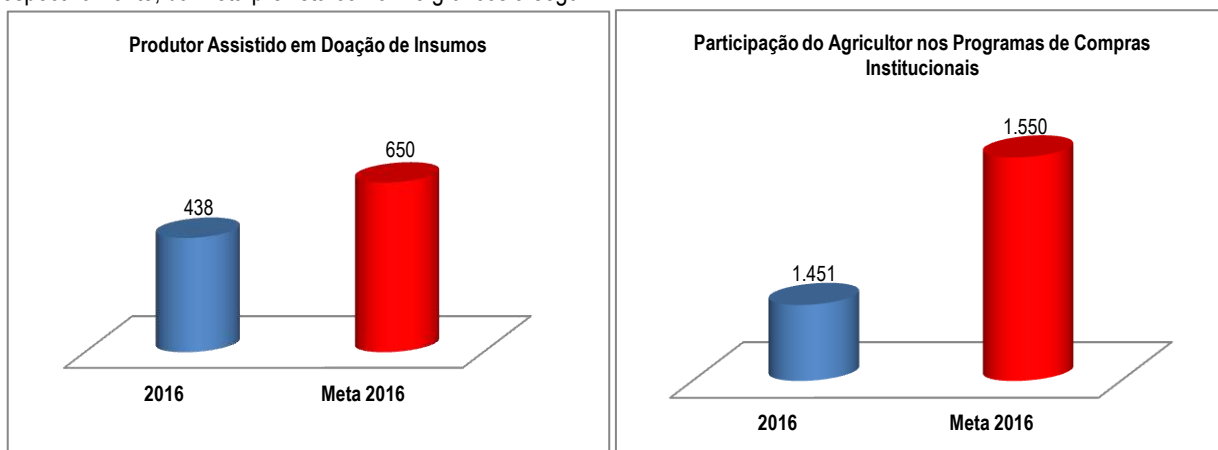
Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Canal recuperado	Km	11	31-dez-14	Quadrimestral	15	15	15	5,5	SDR/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
Produtor Assistido em doação de insumos	Pessoa	1.030	31-dez-14	Bimestral	650	650	650	650	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
Participação do Agricultor nos Programas de Compras Institucionais	Pessoa	1.161	30-jun-15	Anual	1.550	1.700	1.850	2.000	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
Fiscalização realizada em estabelecimentos e veículos	Unidade			Anual	7.500	7.500	7.500	7.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7
Ações de Defesa Sanitária Animal e Vegetal	Unidade			Anual	117.300	127.500	127.500	137.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7

Na área de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário a Secretaria de Agricultura tem como competência o planejamento, a orientação e o apoio no desenvolvimento organizacional no processo de capacitação de agricultores (as) familiares, com destaque para a formação de agentes comunitários de desenvolvimento sustentável.

Dirigir e coordenar a inclusão socioproductiva e a segurança alimentar dos agricultores(as) familiares, principalmente dos mais carentes, mediante o apoio à organização do seu processo produtivo, à agregação de valor (armazenamento, processamento, transporte e distribuição) e à certificação de seus produtos, bem como seu acesso aos mercados; orientar e apoiar os agricultores(as) familiares no acesso aos serviços essenciais das políticas públicas, mediante processos de articulação institucional; elaborar relatório mensal de atividades e executar outras atividades na sua área de atuação e que lhes forem atribuídas.

No ano de 2016 a Secretaria de Agricultura obteve a participação de 1.451 agricultores nos Programas de Compras Institucionais promoveu a distribuição de insumos a 438 produtores assistidos, alcançando 93% e 67%, respectivamente, da meta prevista conforme gráficos a seguir:



Com relação aos segmentos que compõe o público-alvo beneficiado do plano de reforma agrária foram os trabalhadores rurais e Assentados da reforma agrária, os assentamentos pré-existent e os novos, os posseiros regularizados e os agricultores familiares que transformam os sistemas locais de produção rural integrantes de um plano de desenvolvimento territorial.

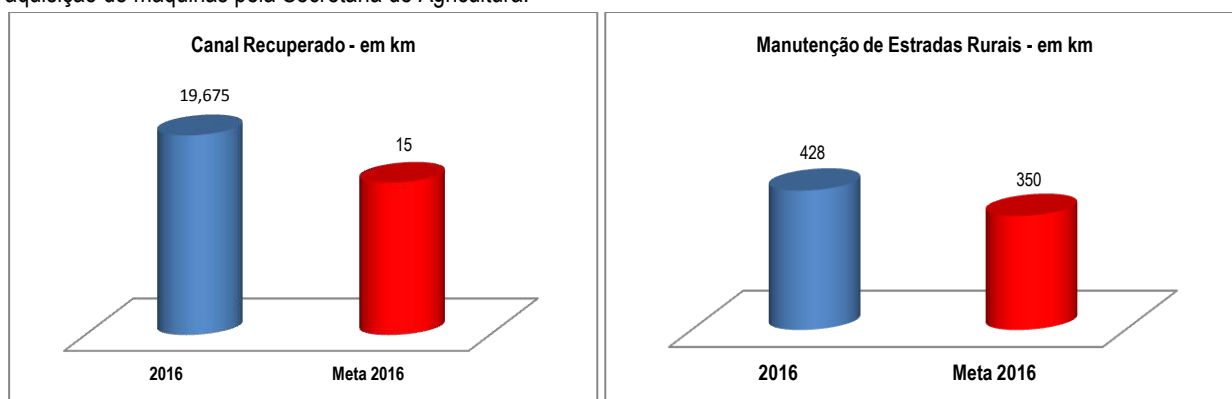
Destacamos a seguir os contratos e convênios assinados pela Secretaria de Agricultura para melhorar o plano de reforma agrária, sendo:

- ✓ Contrato de Repasse SICONV 833.391 – 2016 – MAPA. Objeto: Aquisição de patrulha agrícola;
- ✓ Convênio SICONV 837.678 – 2016 – MDA. Objeto: Implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Distrito Federal e RIDE;
- ✓ Contrato de Repasse SICONV 839.394 – 2016 – MDA. Objeto: Construção de Centro de Comercialização e Capacitação;

- ✓ Contrato de Repasse SICONV 840.951 – 2016 – MDA. Objeto: Apoiar a estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF através da aquisição de patrulhas agrícolas;
- ✓ Convênio 839.454 – 2016 – INCRA Objeto: Implantação de sistemas de abastecimento de água nos assentamentos rurais no Distrito Federal e RIDE.

Ainda dentro do Programa Temático, na área de Abastecimento e Desenvolvimento Rural, a Secretaria de Agricultura realizou ações envolvendo qualificação e certificação de agricultores que resultou em 78 agricultores fomentados na transição agroecológica que anteriormente atuavam na produção convencional e foram feitas as concessões do Selo Brasília Alimento Seguro em 11 propriedades, além de 25 em fase de certificação. Foi também criado o Concurso de Boas Práticas Agropecuárias no Distrito Federal.

Dentro das ações relacionadas à recuperação e manutenção de infraestruturas do meio rural, houve também a ampliação, assegurando não somente a recuperação dos sistemas coletivos de abastecimento de água para irrigação na infraestrutura de canais ultrapassando a meta anual de 15 km, atingindo 19,675 km, como também, a infraestrutura de mobilidade no meio rural através da execução direta de adequação e manutenção de estradas rurais ultrapassando a meta anual de 350 km, atingindo 428 km, conforme gráficos a seguir. Em 2016 foi possível a superação dessas metas devido à aquisição de máquinas pela Secretaria de Agricultura.



A realização de serviços de levantamento de terraços alcançou 3.800 metros lineares, atendendo todas as demandas solicitadas, sendo: Núcleo Rural Rodeador – Brazlândia 1.800 metros lineares e Núcleo Rural Pipiripau 2.000 metros lineares. Foram executados serviços de preparo de solos por demanda, sendo: 40 hectares de aração; 569,2 hectares de gradagem; 04 hectares de sulcagem; 50,2 metros quadrados de mistura de matéria orgânica em canteiros; 31 unidades de destoca; 03 hectares de construção de canteiros; 90 toneladas de distribuição de adubo; 04 hectares de sulcagem; 04 hectares de abertura de covas e também 90 covas individuais.

A Secretaria de Agricultura entregou, por meio de transferência de patrimônio, um total de 30 equipamentos agrícolas, sendo 16 equipamentos para a Administração Regional de São Sebastião e 14 para a Administração de Brazlândia com a finalidade de atendimento a serviços diversos e a produtores rurais.

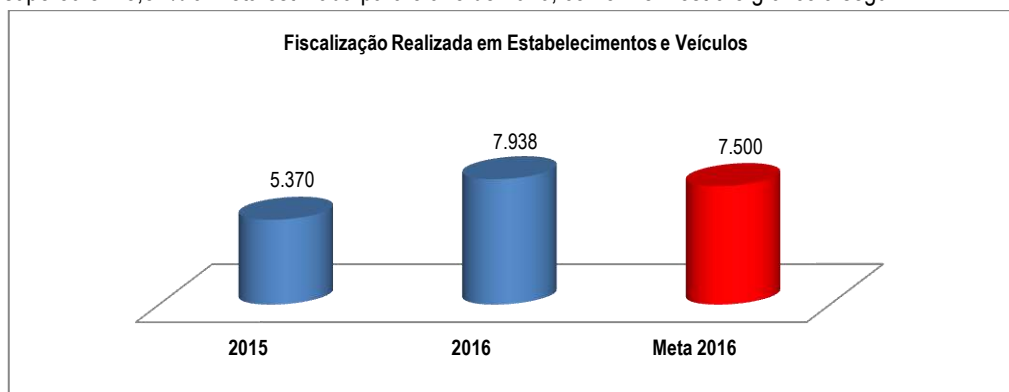
Ainda em 2016, na implantação e reforma de equipamentos públicos comunitários, destacou-se a melhoria no Parque de Exposições da Granja do Torto – PAGT para a realização da 2ª edição da Mostra Tecnológica da Pecuária do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) — PecBrasília (26 a 29/10/2016), com uma média de público de 700 pessoas por dia. A ação estimulou a cadeia produtiva da pecuária regional e retomou as atividades do local que não recebia exposições deste modelo há sete anos, estando representados seis segmentos: apicultura industrial, avicultura, bovinocultura de leite e de corte, caprinocultura, equideocultura e ovinocultura. Este ano foi também elaborado a Resolução N° 02/2016 que aprovou o Regulamento do PAGT e seguem os esforços para que o PAGT receba mais recursos de infraestrutura, ampliando a realização de eventos agropecuários nos próximos anos.

Já na área de Defesa Agropecuária compete a Secretaria de Agricultura planejar, propor políticas de fiscalização e normatizar a execução dos trabalhos de defesa agropecuária; dirigir a elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos, referentes à inspeção e sanidade animal e vegetal; fazer cumprir as normas e regulamentos sanitários; planejar, promover e supervisionar ações de educação sanitária e de conscientização da população relativas à defesa agropecuária. Destaca-se ainda a execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória, demandados pelo Ministério da Agricultura - MAPA em cada Estado da Federação, por meio de mapeamento e monitoramento de ocorrências fitossanitárias e zoonosológicas, para estudo epidemiológico, controle do trânsito animal e vegetal e de ações educativas sanitárias.

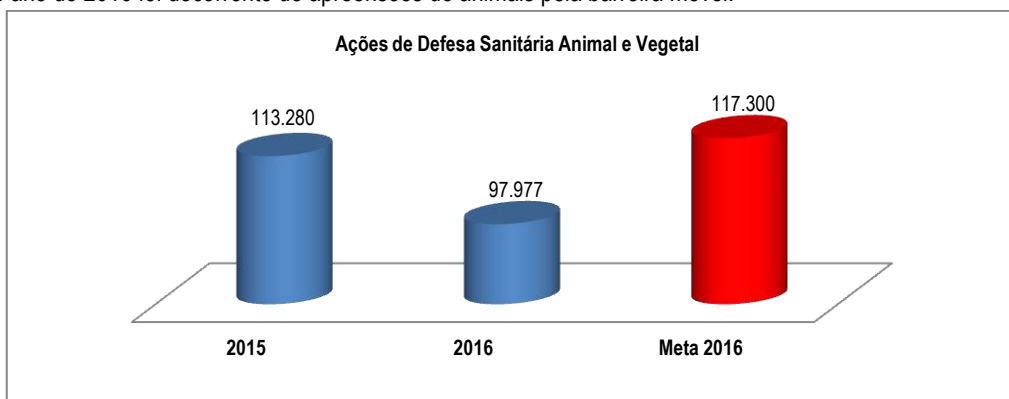
Sendo beneficiados produtores rurais e criadores; os comerciantes de vacinas, vegetais, partes de vegetais e de agrotóxicos; a cadeia produtiva de flores, de suínos, leite, peixes, aves, de hortaliças, grãos e oleaginosas; bem como os frigoríficos, as agroindústrias de produtos de origem animal, vegetal e artesanal; os supermercados; os entrepostos; e principalmente o consumidor, por receber produtos de boa procedência e de boa qualidade.

Dentro do Programa Brasília Competitiva, a Secretaria de Agricultura tem ainda como objetivo garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras do Distrito Federal, para evitar a entrada e proliferação de doenças que possam comprometer a produção agropecuária e a qualidade dos produtos destinados ao consumo da população.

A Secretaria de Agricultura realizou 1.422 ações de inspeção e fiscalização sanitária em agroindústrias de produção de produtos de origem vegetal e animal. Foram elaboradas 921 Notas Técnicas relacionadas à rotulagem, à avaliação de plantas e às condições de funcionamento de alguns estabelecimentos. Além disso, foram protocoladas 89 plantas de reforma e/ou construção de agroindústrias, 1.408 formulários de rotulagem e, ainda, foram autuados 17 processos de registros de novas agroindústrias. Foram atendidas 21 denúncias de transporte irregular de produtos ou de unidades de processamento clandestino no Distrito Federal. Em um total de 138 fiscalizações realizadas em veículos, tanto em horário diurno quanto noturno, foram fiscalizados 6.516 veículos, destes foram autuados 25 veículos que transportavam produtos em desacordo com a legislação sanitária. Em relação às ações de fiscalizações realizadas em estabelecimentos e veículos a Secretaria de Agricultura superou em 5,84% a meta estimada para o ano de 2016, conforme mostra o gráfico a seguir:



Em relação às ações de defesa sanitária animal e vegetal cumpriu-se 83,5% da meta prevista para o ano de 2016, e comparando com o ano de 2015 teve uma redução de 13,5%, conforme aponta o gráfico a seguir. Apesar de não ter atingido a meta, em 2016 houve um aumento na quantidade de fiscalizações realizadas na área de defesa sanitária animal e a Secretaria de Agricultura passou a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de animais oriundos de outros estados. Em 2016, houve um inquérito de Peste Suína Clássica, com colheita de material e aplicação de questionário em aproximadamente 300 propriedades. A barreira móvel mostrou melhora significativa em eficiência, evidenciada pelo aumento na quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos. A maior parte dos autos de infração emitidos no ano de 2016 foi decorrente de apreensões de animais pela barreira móvel.



No caso das ações de Defesa Sanitária Vegetal, algumas atividades são diretamente relacionadas à demanda do setor, e por isso houve uma redução em 2016 no número de atendimento de denúncias, na inscrição de unidades de produção para emissão do Certificado Fitossanitário de Origem, e também no número de CFOs emitidos. A redução do número de unidades de consolidação inscritas teve por consequência a redução da emissão das Permissões de Trânsito de Vegetais (PTV) e das fiscalizações dessas unidades. Foram realizados dois levantamentos fitossanitários em 2016 em relação aos 4 realizados em 2015, reduzindo assim, a área inspecionada e o número de amostras enviadas aos laboratórios. No entanto, o Distrito Federal mantém-se como área reconhecida de livre ocorrência de pragas de importância econômica.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3100 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	10.000	1.510.928	0	0
0003 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	10.000	1.510.928	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	10.000	4.176.846	1.507.897	1.507.897
9580 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-ESTRUTURAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DO DF E RIDE-DISTRITO FEDERAL	10.000	4.176.846	1.507.897	1.507.897
4109 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS	710.000	300.000	154.101	154.101
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS--DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
0002 - APOIO A PROJETOS DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO	700.000	300.000	154.101	154.101
TOTAL DO PROGRMA 6208	730.000	5.987.774	1.661.998	1.661.998

Na busca da consolidação do processo de regularização das ocupações das glebas públicas rurais, ou com características rurais inseridas em Zona Urbana, pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal, ou da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), a Secretaria de Agricultura contou com os esforços das unidades envolvidas no processo de regularização no sentido de rever os seus procedimentos administrativos com o objetivo de aperfeiçoar e dar mais celeridade ao processo.

Assim, no âmbito da Secretaria de Agricultura foram propostas diversas minutas com o objetivo de modificar e aprimorar as normas em vigor. Dessa forma, por meio do processo nº 070.002.050/2015 foi proposto à alteração do Decreto Distrital nº 34.931/2013, que regulamentou a Lei Distrital nº 2.689/2001, sendo que este texto traria impactos diretos na regularização das glebas inseridas em Zona Rural. Por outro lado, em relação às glebas com características rurais inseridas em Zona Urbana foi proposto, por meio do processo nº 070.001.895/2015, a alteração do Decreto Distrital nº 32.555/2010 que regulamentou o art. 278 da Lei Complementar nº 803/2009, alterado pela Lei Complementar nº 854/2012 – Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Ainda em relação a estas glebas foi proposto o decreto regulamentador aplicado a estas áreas, o qual seria análogo ao Decreto nº 34.931/2013, por meio do processo nº 070.002.033/2015.

Ademais, foram encaminhadas propostas de alteração de normas de abrangência restrita a esta Secretaria. Então, com o intuito de se aprimorar a Portaria SEAPA nº 25/2011, foram propostas duas portarias. A primeira, encaminhada por meio do processo nº 070.000.327/2016, propõem o estabelecimento dos procedimentos administrativos visando à instrução de processos de regularização das ocupações de glebas públicas rurais e das glebas públicas com características rurais inseridas em zona urbana no Distrito Federal. Já a segunda, encaminhada por meio do processo nº 070.000.326/2016, propõem o estabelecimento dos procedimentos administrativos para o recebimento e análise do Plano de Utilização da Unidade de Produção – PU e do Parecer Técnico. Ressaltamos que estas normas abrangem os procedimentos iniciais da regularização das ocupações até a declaração da legítima ocupação.

Por outro lado, em relação à celebração do contrato de concessão de direito de uso oneroso (CDU), ou do contrato de direito real de uso (CDRU) das glebas pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal foi proposta, por meio do processo nº 070.002.057/2015, a portaria que dispõe sobre os critérios e a uniformização dos procedimentos legais para concessão de uso e de direito real de uso de imóveis rurais de propriedade do Distrito Federal, com ou sem opção de compra, diretamente ou por meio de Licitação Pública. E ainda, por meio do processo nº 070.002.056/2015 foram propostas as minutas dos contratos CDU e CDRU.

No entanto, tendo em vista a proposição do texto que institui a nova Política de Regularização das Terras Públicas Rurais Pertencentes ao Distrito Federal, ou à TERRACAP, optou-se por sobrestar todos os processos que continham as minutas de alterações das normas vigentes ou das proposições novas normas. Esta nova política de regularização foi proposta pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto Distrital nº 36.991/2015, e os seus trabalhos foram sintetizados no processo nº 070.001.769/2015. Participaram deste grupo de trabalho a Secretaria de Agricultura e diversos outros órgãos e entidades da Administração do Governo do Distrito Federal, além de órgãos e entidades da União, ainda, Tribunal de Justiça, Ministério Público, e também entidades da sociedade civil organizada. O trabalho deste grupo resultou na edição do Projeto de Lei nº 1.281/2016, que foi aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Então, após a promulgação da lei a expectativa desta Secretaria é que as minutas com as proposições de normas sejam retomadas.

Há ainda que se destacar que foi modelado o fluxograma do processo de regularização das glebas rurais, por meio do software Bizagi, que é uma ferramenta de modelagem de processos de negócio. Posteriormente, esse fluxograma foi analisado e debatido, e assim, foi remodelado o processo atual, otimizando-se procedimentos administrativos e tramitações de processos. Desta forma, o processo que levava em média 255 dias para ser concluído, passou para 120 dias. Foi proposta ainda a modelagem do processo de regularização das glebas com características rurais inseridas em Zona Urbana, além da modelagem do processo de fiscalização que abrange todas as glebas tanto as da zona urbana, quanto as da Zona Rural.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	160.000	1.450.892	199.163	199.163
5607 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	1.250.892	0	0
5608 - CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS EM BRAZLÂNDIA	150.000	200.000	199.163	199.163
7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0	150.000	0	0
6035 - CONSTRUÇÃO DE POÇO ARTESIANO NA GRANJA DO IPÊ - PARK WAY	0	150.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	160.000	1.600.892	199.163	199.163

Dentro do programa temático, a ação de promover a reabilitação ambiental na área rural do Distrito Federal por meio de revegetação nativa / Reflorestar atingiu sua meta de 90 hectares este ano. Diversas ações de sustentabilidade envolvendo qualificação e certificação de agricultores resultou em 78 agricultores fomentados na transição agroecológica que anteriormente atuavam na produção convencional e foram feitas as concessões do Selo Brasília Alimento Seguro em 11 propriedades, além de 25 em fase de certificação. Foi também criado o Concurso de Boas Práticas Agropecuárias no DF.

Foi feita a implementação da Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica - PDAPO, com a elaboração e seu lançamento. Foram desenvolvidas ações envolvendo a atividade de criação de peixes/Piscicultura, desde a capacitação de 394 interessados, no total de 12 treinamentos, além de ações visando fortalecer o núcleo de piscicultura e pecuária da Granja do Ipê, o que irá transformá-la em 2017 em Centro de Referência em Piscicultura.

A meta 2016 referentes às ações de implantação de 02 polos agroindustriais no DF até 2019 foi atingida nos 02 Polos: Núcleo do Rio Preto e na Região do PAD-DF. Foram feitas as Notas Técnicas e aberto os processos, com as Reuniões nas comunidades onde foram feitas apresentações e discutidos direcionamentos e colhidas propostas para aperfeiçoamento dos projetos em 2017, com bases no anseio público e visando à implantação.

Dentro da ação de ampliar o número e adequar os reservatórios de água para agricultores, foram construídos 02 novos reservatórios na BR 251 km 05 – AgroBrasília - Rodovia Júlio Garcia; 01 reparo no reservatório na DF 250 km 7,5 Chácara Rem Paranoá; 01 novo reservatório na DF 250 km 8,5 – Chácara Canaã nº7; 01 novo reservatório no Assentamento Pequeno Willian em Planaltina; 01 novo reservatório no Núcleo Rural Fazenda Larga em Planaltina e 01 reparo no reservatório do Assentamento Nova Vitória em São Sebastião, assim sendo atendidos dentro da demanda ocorrida em 2016.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	130.000	137.092	137.091	121.193
0019 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	130.000	137.092	137.091	121.193
TOTAL DO PROGRAMA 6211	130.000	137.092	137.091	121.193

O Programa de Trabalho 20.421.6211.2426.0019 – Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família tem como finalidade assistir e ressocializar sentenciados à disposição da Secretaria de Agricultura, conforme contrato de prestação de serviços nº 02/2013 firmado com a FUNAP.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – FAMÍLIAS FORTES**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3246 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO	200.000	220.000	0	0
0001 - APOIO À CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO FETRAF-DFE	200.000	0	0	0
0003 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO COMUNITÁRIO NO SETOR RURAL AGUILHADA DO ASSENTAMENTO PINHEIRAL - RAXIV - DISTRITO FEDERAL	0	220.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6228	200.000	220.000	0	0

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	80.000	0	0	0
2487 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	80.000	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES	20.000	14.416	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
PÚBLICAS				
5301 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	20.000	14.416	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	134.500	36.977	21.714	21.714
2566 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	134.500	36.977	21.714	21.714
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	10.000	7.208	0	0
9709 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	7.208	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	20.000	6.487	0	0
1432 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO-DISTRITO FEDERAL	20.000	6.487	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	9.500	137.000	37.416	37.416
0003 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-APOIO À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ESCOLINHA-DISTRITO FEDERAL	0	74.000	0	0
0005 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-APOIO À REALIZAÇÃO DA OBRA DO BANHEIRO DA SDR-DISTRITO FEDERAL	0	50.000	37.416	37.416
9659 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	9.500	13.000	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	30.000	0	0	0
0011 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	30.000	0	0	0
4231 - TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL	10.000	6.487	0	0
0002 - TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL- PLANO PILOTO .	10.000	6.487	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99.652.845	79.274.634	69.989.588	69.989.588
0004 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	99.652.845	79.274.634	69.989.588	69.989.588
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	4.225.032	2.677.232	2.617.808	2.617.808
0005 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	4.225.032	2.677.232	2.617.808	2.617.808
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3.111.881	3.323.494	3.312.567	3.090.295
0004 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	3.111.881	3.323.494	3.312.567	3.090.295
TOTAL DO PROGRAMA 6001	107.303.758	85.483.936	75.979.093	75.756.821

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	5.000.000	24.312	0	0
0014 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	5.000.000	24.312	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	696.000	1.716.787	1.691.862	1.546.185
0031 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL-DISTRITO FEDERAL	696.000	1.716.787	1.691.862	1.546.185
TOTAL DO PROGRAMA0001	5.696.000	1.741.099	1.691.862	1.546.185

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

No ano de 2016 a Secretaria de Agricultura prestou contas de 05 Convênios/Contratos de Repasse de números SICONV, 778560, 804485, 805655, 771226 e 771370, devido à finalização da execução dos mesmos, permanecendo 12 Convênios/Contratos de Repasse em vigência, somando um montante de R\$ 42.556.646,24, conforme quadro seguinte.

Informamos que existem, além dos Convênios/Contratos de Repasse abaixo relacionados, 09 Propostas/Pré-Convênios em andamento para assinatura somando um montante de R\$ 16.696.759,98.

Nº SICONV	Objeto	Órgão Concedente	Valor de Repasse	Valor da Contrapartida	Total dos Recursos
771685	Aquisição de máquina classificadora.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	537.685,32	59.742,82	597.428,14
771686	Aquisição de patrulha móvel para tratamento de resíduos sólidos.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	481.570,19	129.129,81	610.700,00
832958	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários para fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.072.500,00	11.950,00	1.084.450,00
794371	Aquisição de máquinas e equipamentos.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	975.000,00	243.750,00	1.218.750,00
795520	Aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilização de serviços de mecanização, aquisição de maquinário e construção de edificações para apoio ao transporte e comercialização da produção.	Ministério do Desenvolvimento Agrário	18.691.389,42	983.757,34	19.675.146,76
833391	Aquisição de patrulha agrícola.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	144.342,51	144,49	144.487,00
808705	Aquisição de máquinas e equipamentos (patrulha motomecanizada).	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.462.500,00	47.500,00	1.510.000,00
835505	Apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o fortalecimento das ações de Defesa Agropecuária	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	999.740,00	53.000,00	1.052.740,00
764040	Recuperação da bacia hidrográfica do Ribeirão Pipiripau - Programa Produtor de Águas.	Ministério da Pesca e Aquicultura / Agência Nacional de Águas	2.000.000,00	284.580,00	2.284.580,00
776528	Implantação do Centro de Referência em Piscicultura do RIDE/DF com objetivos de reformar e ampliar o laboratório de pesquisa e reprodução de peixe da Granja do Ipê e ampliar a unidade de Comercialização de Pescado de Brasília na CEASA/DF.	Ministério da Pesca e Aquicultura	3.003.836,50	1.457.454,26	4.461.290,76
776751	Aquisição de veículos, caminhões, equipamentos e construção de 6 (seis) unidades de recebimento e distribuição de alimentos no âmbito do Distrito Federal e consultoria gerencial para 6 (seis) organizações de produtores rurais do Distrito Federal.	Ministério da Integração Nacional	5.305.498,58	589.475,00	5.894.973,58
795760	Construção e implantação de um Centro de Capacitação de Assentados da Reforma Agrária.	Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.000.000,00	1.022.100,00	4.022.100,00
Total			37.674.062,52	4.882.583,72	42.556.646,24

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O Sistema Público da Agricultura do Distrito Federal é constituído pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI, cuja estrutura contempla cinco Subsecretarias, e suas empresas vinculadas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, com o papel da transferência de conhecimento e de tecnologias, e as Centrais de Abastecimento de Brasília – CEASA, que contribui para a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal.



Figura 1: O Sistema Público de Agricultura do Distrito Federal.

O foco de trabalho do Sistema Público da Agricultura do Distrito Federal é a geração de renda no campo, como estratégia de favorecer a permanência ativa e sustentável das famílias no espaço rural. Assim, podemos destacar, de forma objetiva, os principais alcances no ano de 2016 e as perspectivas para 2017.

Na área de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário

A Secretaria de Agricultura desenvolveu diversas ações para implantar políticas públicas e alcançou diversas conquistas no ano de 2016, a seguir destacamos as principais conquistas na área de Agricultura e Desenvolvimento Agrário obtidas, como:

- Entrega dos contratos de concessão de uso probatório das 23 famílias assentadas no Assentamento Santarém;
- Criação do assentamento Patrícia e Aparecida que beneficiará 24 famílias;
- Alteração do decreto do PRAT;
- Alteração do decreto do Assentamento Estrela da lua, aumento de 5 para 7 unidades;
- Articulação do Crédito Fundiário;
- Entrega de Insumos em assentamentos;
- Apoio aos eventos do Projeto Movimento Agroecológico 2016, do 1º encontro de Agrofloresta do Distrito Federal e Entorno e do 1º Circuito de Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno;
- Contratação de projeto executivo do Convênio com o INCRA, no valor de R\$ 99.000,00 com finalidade de Construir o Centro de Capacitação de Assentados que irá atender a reivindicação dos movimentos sociais e das famílias acampadas no Distrito Federal;
- Aquisição de 5 patrulhas mecanizadas, 9 cultivadores mecanizados (mini tratores com implementos) com a finalidade de promover o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Distrito Federal por meio de fomento à mecanização agrícola nos assentamentos rurais;
- Exposição AgroBrasília realizada no PADF em parceria com a EMATER. Houve atendimento aos Agricultores dos Núcleos Rurais sobre assuntos concernentes à produção de hortifrutigranjeiros e outros produtos relacionados à Agricultura Familiar; e
- Diante das demandas, a Secretaria de Agricultura obteve êxito durante todo o ano de 2016, onde: 2.299 produtores familiares foram beneficiados por meio de ações desta Secretaria.

Bens adquiridos pela Secretaria de Agricultura:





As perspectivas para 2017 são a execução dos contratos de repasse e os convênios vigentes. Em relação às compras institucionais, pretende-se cumprir as metas acordadas. Quanto às entregas de insumos, as perspectivas são a entrega de pelo menos 1000 m³ de aparas de poda e de composto orgânico de lixo – COL aos agricultores familiares e assentados.

Na área de Defesa Agropecuária

Assim como em 2015, no ano de 2016 a falta de veículos para a realização de fiscalizações em estabelecimentos de produção de produtos de origem vegetal e animal e em veículos que transitam nas rodovias do Distrito Federal interferiram negativamente na execução das atividades, comprometendo o atendimento das demandas pertinentes dessa área e impedindo o crescimento das atividades. De forma análoga, o número de servidores disponíveis para a realização das atividades diminuiu bastante, o que compromete o crescimento das ações de defesa sanitária e de inspeção. A título de exemplificação, em 2016 a lotação da Gerência de Sanidade Vegetal teve redução de 25% do seu efetivo, com aposentadorias e remanejamento de servidores, o que interferiu no desempenho das atividades e reduziu o número de fiscalizações de comércio e uso de agrotóxicos. É extremamente necessária a ampliação do quadro de analistas (engenheiros agrônomos, veterinários, zootecnistas), técnicos agropecuários e administrativos, e a análise da possibilidade de terceirização de alguns serviços para permitir que as atividades possam se desenvolver com maior eficiência, eficácia e qualidade aos usuários do Sistema Agricultura.

De modo geral, as maiores dificuldades encontradas giraram em torno de problemas administrativos e burocráticos que fogem à competência da área fim, e que persistem apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos internos da Secretaria de Agricultura, relacionados aos procedimentos de aquisição. É fundamental observar a recorrência de dificuldades no andamento de procedimentos licitatórios, causando impactos notáveis na produtividade do serviço público e comprometendo a utilização de recursos oriundos de fontes diversas, inclusive aquelas de convênio.

Cabe ressaltar que foi observada uma diminuição de ações de processamento, transporte e comércio de produtos clandestinos de produtos de origem vegetal e animal no ano de 2016. Esse fato pode ter sido impulsionado pelas ações de educação sanitária e as orientações realizadas tanto nas ações em trânsito quanto nas ações de fiscalização de estabelecimentos que visa orientar e educar produtores, manipuladores e transportadores dos produtos alimentícios de origem vegetal e animal. A Secretaria de Agricultura conseguiu captar recursos por meio de convênio com o Ministério da Agricultura, o que possibilitará a aquisição de veículos para ampliar as ações de fiscalização, e câmara fria para aumentar a capacidade de armazenamento dos produtos apreendidos durante as fiscalizações de veículos.

Ocorreram também avanços no desenvolvimento de propostas de novas normativas para as atividades da Secretaria de Agricultura, como a construção da proposta de portaria que visa formalizar o processo de doação e inutilização dos produtos apreendidos em decorrência de infrações sanitárias, o encaminhamento da nova lei de inspeção de produtos de origem vegetal e animal para a Câmara Legislativa, a revisão da Lei Complementar que regula o Fundo Distrital de Sanidade, a criação da lei de apreensão de animais, a revisão da lei de agrotóxicos e a alteração no decreto vegetal que prevê o registro de micro estabelecimentos produtores de bebidas.

O que mais impactou na diminuição do número de ações de defesa sanitária animal e vegetal foi o número de Guias de Trânsito Animal - GTAs emitidas: foram quase 10.000 guias emitidas a menos durante o ano. A diminuição na emissão das GTAs foi observada nas empresas de aves e suínos em que os veterinários habilitados são os responsáveis pela emissão. A crise econômica que o país vive foi o fator que mais influenciou nessa queda, já que uma empresa de avicultura suspendeu suas atividades durante boa parte do ano, e as demais empresas diminuíram muito a quantidade de animais alojados em granjas.

Destacam-se ainda os esforços da Secretaria de Agricultura para ampliar o acesso do sistema Sidagro para toda a população. Assim, os médicos veterinários habilitados foram devidamente treinados e já estão usando rotineiramente o sistema para emissão da GTA online desde setembro de 2016. Além disso, em 31/10/2016, foi lançado o módulo Sidagro Produtor, que permite que o produtor declare as vacinações contra febre aftosa e raiva, emissão de GTA dos animais dos rebanhos de sua propriedade (bovinos, bubalinos, suínos, ovinos e caprinos), entre outras ações. Em menos de dois meses, quase 300 produtores já possuíam acesso ao sistema, e esse número vem se ampliando a cada dia. Para 2017, entre outras

metas, espera-se habilitar o Sidagro Produtor para a emissão de GTA de equídeos e ampliar o acesso do público ao sistema online, objetivando melhor atender a população e aumentar a execução e eficiência das atividades da Secretaria de Agricultura.

Espera-se para 2017 a intensificação da fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e afins almejada pela sociedade. Isso se concretizará com a implantação do módulo vegetal do Sidagro, já em fase de testes, e a inserção de módulo no sistema para a emissão de PTV pelo próprio usuário. Esse sistema ainda sistematizará os dados de cadastro de propriedades de exploração agrícola para direcionar as ações de fiscalização. Por fim, é esperado que seja realizado, em 2017, o monitoramento de resíduos de agrotóxicos em consonância com o programa de Boas Práticas Agrícolas em andamento, para que a população do DF possa a cada dia mais consumir produtos seguros e de qualidade.

Na área de Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Dentro das ações propostas, observa-se que houve desempenho e resultados alcançados em aproximadamente 70% das ações, considerando que no prazo dos projetos existem várias ações com projetos em andamento que não podem ser concluídos devido à continuidade no ano que vem, assinalando uma ótima perspectiva de entregas em 2017. As principais dificuldades (naturais) em alguns projetos, foram: tempo de tramitação legislativa e alteração de pessoas/cargos que lideravam projetos.

Na área de Regularização e Fiscalização Fundiária

De modo geral as realizações alcançadas ficaram abaixo do desejado. No entanto, deve-se assinalar que em relação aos documentos de legitimação ocupação, neste ano, até o momento foram autuados 279 processos de regularização de ocupações rurais. Desse total, 73 foram declarados legítimos ocupantes, 167 estão tramitando dentro do fluxo, 26 foram indeferidos (por parcelamento irregular do solo, não comprovação de ocupação), 11 estão inseridos em área não pertencente ao patrimônio da TERRACAP ou do Distrito Federal, 2 foram arquivados por duplicidade de processo. Além disso, em relação ao passivo de processos de regularização, já foram realizados 2.861 despachos, e 1.376 notificações.

Ressaltamos que embora a meta numérica para o ano de 2016 não tenha sido alcançada, a análise do quadro a seguir demonstra que o índice de eficiência por ano, ou período analisado, aproxima, ou supera, alguns anos ou períodos anteriores.

Dados da regularização das ocupações

Indicadores	Ano										Total	Quantidade
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2009-2014	2015-2016	2016	2009-2016	Processos excluindo-se os arquivados
Quantidade de processos autuados	43	330	1.461	1.343	553	557	280	4567	519	279	4806	4368
Quantidade de CLO	0	82	122	257	240	338	101	1140	175	81	1214	1200
Proporção de CLO por quantitativo de processo autuado em	0	24,84	8,35	19,13	43,39	60,68	36,07	24,96	33,71	29,03	25,26	27,47

Observação: Índice de alcance de legitimação de ocupação em relação ao quantitativo de processos autuados por ano ou por período considerado. Foi levada em consideração a razão de processos autuados pelo quantitativo de legitimação de ocupação.

A regularização fundiária no Distrito Federal tem passado por um processo de descrédito ao longo dos anos. Muitos dos ocupantes de glebas públicas desconhecem os rumos atuais da regularização de ocupação e fundiária praticadas por esta Secretaria de Agricultura e pela TERRACAP, além de desconhecerem, desacreditarem ou ignorarem a legislação em vigor. Esse desconhecimento faz com que muitos dos ocupantes não venham intentar a regularização, outros tantos destes creem que ainda possuem contrato válido com a extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF), outros ainda acreditam que por terem adquirido cessão de direitos de posse de outros ocupantes – por meio de instrumento particular de cessão de direitos – já são proprietários da terra. Todas essas questões têm influenciado na desistência do ingresso no processo de regularização.

Além disso, deve-se assinalar o reduzido quadro de pessoal desta Secretaria que se contrapõem à alta demanda de atividades que o processo de regularização impõe.

Um das perspectivas que deve ser alcançada é o significativo incremento no quantitativo de servidores lotados nas unidades desta Secretaria, para que se possa equalizar a elevada demanda de serviços/atividades a se desenvolver e o quantitativo de servidores necessários para o bom desempenho das mesmas.

Outra perspectiva é a alteração e/ou edição de normas relacionadas à regularização das ocupações. Sendo que, algumas dessas alterações ou mesmo novas normas já foram redigidas e encaminhadas para análise e deliberação. Já outras propostas de normas estão em fase de finalização para posterior encaminhamento.

Convém ainda mencionar que de um total de cerca de 4.000 processos de regularização, ou de áreas regularizáveis, já existem cerca de 1.280 áreas com certificações, ou seja, com Certificado de Legitimação de Ocupação.

Ademais, o Projeto de Lei aprovado pela CLDF dispõe em um de seus dispositivos que o ocupante terá um prazo de até dois anos para ingressar nesta Secretaria de Agricultura com o pedido de regularização de ocupação, caso este não seja realizado o atual ocupante de glebas públicas estará aliado da regularização nos termos da Lei Federal nº 12.024/2009 e da Lei Distrital publicada.

Agora, passamos às justificativas em relação aos resultados alcançados neste ano de 2016 em relação às metas traçadas:

a) Regularização fundiária de áreas públicas rurais com a entrega de 200 Documentos de Legitimação da Ocupação

No ano de 2016 foram realizadas 81 declarações de legítima ocupação, no entanto, a meta estabelecida para o ano seria de 200 certificações. Esse baixo resultado se deve a inúmeros fatores, dentre estes:

I) A baixa credibilidade no processo de regularização por parte dos ocupantes que acabam influenciando na redução de novos processos ou prosseguimento dos processos de regularização ou, até na desistência do processo em curso;

II) O avanço do parcelamento irregular de solo que pressiona parte dos ocupantes a desistirem da utilização da terra; e,

III) O reduzido quadro de pessoal para a realização de todas as atividades relacionadas à regularização das áreas rurais, ou com características rurais inseridas em Zona Urbana e a falta de recursos materiais e equipamentos.

Ademais, há uma expectativa que, com a iminente celebração de termo de cooperação técnica com a Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE-DF), o processo de regularização ganhe mais celeridade e dinamismo, e principalmente confiança por parte dos ocupantes das áreas rurais do DF.

Contudo, há uma expectativa que com a sanção da Lei que Institui a Política de Regularização, aprovada pela Câmara Legislativa, o processo de regularização ganhe mais celeridade e dinamismo, e principalmente confiança por parte dos ocupantes das áreas rurais do DF e, assim, as áreas rurais sejam regularizadas.

b) Elaboração da política de regularização das áreas públicas rurais do DF

A política de regularização das áreas públicas rurais do DF foi elaborada pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto Distrital nº 36.991, de 17 de dezembro de 2015, cujos trabalhos constam no processo administrativo nº 070.001.769/2015. Constituíram o Grupo de Trabalho diversos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal e da União, além de entidades da sociedade civil organizada, ainda contribuíram com os trabalhos diversos servidores desta Secretaria. Assim, ao final dos trabalhos foi apresentada à Casa Civil a minuta do texto, que seguiu para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, tornando-se o Projeto de Lei nº 1.281/2016. O PL foi aprovado e aguarda sanção do Governador do Distrito Federal.

c) Entrega de 2.250 CDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

A elaboração e assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, documento máximo da regularização das ocupações rurais, atualmente, está a cargo da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) em relação às terras pertencentes ao seu patrimônio. Esse contrato só é possível após a realização do acerto fundiário, que está a cargo da proprietária da terra. Dessa forma, somente a Terracap é capaz de celebrar o CDRU das terras pertencentes ao seu patrimônio. Assim, a inclusão desses contratos nas metas desta Secretaria torna-se um equívoco, pois é uma atividade que não está sob o seu controle. Esta Secretaria é responsável só pela análise dos processos de regularização, limitando-se no momento apenas à declaração de legítima ocupação, momento em que a Administração atesta a regularidade do processo administrativo, estando este apto à celebração de contrato de concessão de uso oneroso – CDU - ou de CDRU.

Por outro lado, foi elaborada e proposta minuta de termo de cooperação a ser firmado com aquela Companhia no qual a Secretaria de Agricultura passará a celebrar o CDU das terras pertencentes à Terracap, permanecendo a CDRU a cargo daquela Empresa.

As terras pertencentes ao patrimônio do Distrito Federal objeto do mesmo processo de regularização fundiária, contudo, a área total é diminuta em relação àquela pertencente à Terracap. Assim, se for considerado a dimensão e as ocupações existentes nestas áreas pertencentes ao Distrito Federal, o quantitativo descrito nas metas está superdimensionado. No momento está sendo realizado o trabalho de acerto fundiário da Fazenda Várzeas, localizada em Planaltina, que, num primeiro momento, resultará na celebração de 24 CDRU.

Na área de Administração Geral

Um dos aspectos relevantes que devem ser ressaltados no diagnóstico do desenvolvimento da Secretaria de Agricultura, diz respeito ao significativo aumento no nível de escolarização da sua força de trabalho, traduzindo um excelente resultado da política de valorização dos servidores do Distrito Federal.

Anota-se que a Gratificação por Habilitação em Atividades Agropecuárias – GHAA e a Gratificação por Habilitação em Planejamento Urbano – GHPU, instituídas, respectivamente, pelas Leis distritais n.ºs 5.195/2013 e 5.218/2013, concedidas aos portadores de títulos, diplomas ou certificados obtidos mediante conclusão de cursos de ensino médio, graduação, especialização, mestrado e doutorado, estão servindo de importante incentivo aos servidores quanto à busca da constante qualificação profissional. Veja-se o quadro abaixo:

Escolaridade	Quantidade (*)	%
Doutorado	001	0,18
Mestrado	033	5,95
Especialização	177	31,89
Ensino Superior	100	18,02
Ensino Médio	99	17,84
Ensino Fundamental	136	24,50
Sem instrução	009	1,62

Escolaridade	Quantidade (*)	%
Total	555	100

(*) servidores que possuem matrícula no SIGRH (incluindo requisitados e sem vínculo).

No exercício de 2015, **48,64%** do quadro possuía títulos de graduação e pós-graduação (stricto e lato sensu); **22,28%** nível médio e **29,08%** ensino fundamental/sem instrução. Comparativamente a 2016, **56,04%** possuem títulos de graduação e pós-graduação (stricto e lato sensu); **17,84%** nível médio e **26,12%** ensino fundamental/sem instrução.

O Adicional de Qualificação – AQ, criado pela Lei nº 4.426/2009, também tem estimulado os servidores a se aperfeiçoarem de forma contínua. Atualmente **323** recebem o benefício, o que corresponde a **62,96%** do quadro de efetivos.

No tocante à estrutura etária, foi verificado que **63,35%** da força de trabalho está nas faixas de 48 a 68 anos de idade. Esse cenário merece atenção especial, já que tais faixas etárias contemplam servidores que detêm direito à aposentadoria voluntária ou que estão próximos a esta condição.

Tendo em vista o risco de redução de sua força de trabalho nos próximos anos, a SEAGRI deve se mobilizar visando a aprovação de novo concurso que venha a substituir esses servidores, de modo a recompor o seu quadro de pessoal.

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
25 a 27	02	02	04
28 a 32	28	21	49
33 a 37	33	36	69
38 a 42	16	16	32
43 a 47	22	12	34
48 a 52	77	29	106
53 a 57	128	18	146
58 a 62	51	06	57
63 a 67	11	02	13
>= 68 anos	03	00	03
Total	371	142	513

(*) estão inclusos apenas servidores de carreira.

Nota-se, no quadro seguinte, que 179 servidores da SEAGRI/DF possuem mais de 30 anos de serviço público, podendo já terem preenchidos os critérios de aposentadoria. Esses dados convergem com as informações citadas no tópico anterior, reforçando a urgente necessidade de realização de concurso público para a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária.

Tempo de Serviço	Homens	Mulheres	Total
01 a 04	47	37	84
05 a 09	61	51	112
10 a 14	05	03	08
15 a 19	03	00	03
20 a 25	34	09	43
26 a 30	59	25	84
31 a 35	123	16	139
>= 36 anos	39	01	40
Total	371	142	513

(*) estão inclusos apenas servidores de carreira.

O demonstrativo adiante nos mostra o crescente quantitativo de aposentados e pensionistas nos últimos 08 anos:

Referência	Aposentados	Pensionistas	Total
Dezembro/2009	510	295	805
Dezembro/2010	529	317	846
Dezembro/2011	535	347	882
Dezembro/2012	556	359	915
Dezembro/2013	583	368	951
Dezembro/2014	593	376	969
Dezembro/2015	612	383	995
Dezembro/2016	643	347	990

Vale destacar, ainda, que no mês de dezembro/2016 48 servidores estão recebendo Abono de Permanência.

Os servidores efetivos que compõem a força de trabalho da Secretaria de Agricultura estão distribuídos pelas carreiras de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária e Políticas Públicas e Gestão Governamental, conforme tabela a seguir:

Carreiras	Cargos	Quantidade
Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária	Analista	076
	Técnico	243
	Auxiliar	177
Subtotal		496
Políticas Públicas e Gestão Governamental	Gestor	03
	Analista	09
	Técnico	05
Subtotal		17
Total		513

Verifica-se que a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária é composta praticamente por técnicos (243) e auxiliares (177), fato que demonstra a necessidade de contratação de novos analistas (76) para fomentar as atividades finalísticas desta Secretaria, principalmente na área de defesa agropecuária.

O ano de 2016 foi bastante desafiador em todos os sentidos, principalmente para a área de manutenção e Administração Geral, pois mesmo diante de diversas dificuldades que se acumulam ao longo dos anos, tendo aumentado consideravelmente no exercício de 2015, e ainda do agravamento da crise financeira que assola o país, em especial o Governo do Distrito Federal, ainda assim conseguimos neste exercício promover ações relevantes, executando manutenção corretiva e preventiva na rede elétrica predial, esgoto e águas pluviais, pintura e conservação de próprios, serviços gerais de manutenção de jardins, remoção e montagens de divisórias, estações de trabalho, remanejamento de equipamentos de informática, redes, etc., e muitas outras no edifício sede da SEAGRI/DF e Unidades que a compõem nas adjacências do prédio e outras localizadas mais distribuídas no âmbito do Distrito Federal.

Dentre essas ações, destacamos as seguintes:

- Substituição de parte da tubulação hidráulica (instalações da SDR, da GETRANS, casinhas e outras), visando solucionar focos de vazamentos e reduzir o consumo de água;
- Manutenção da rede elétrica, com a substituição dos quadros de energia e fios elétricos das instalações da SEDE e Laboratório da DIPOVA, a fim de solucionar problemas pontuais de sobrecarga da rede, aquecimento da fiação elétrica e queimas constantes de lâmpadas;
- Melhoria das condições estruturais e de acessibilidade na unidade da Defesa Agropecuária, por meio do apoio operacional e logístico: na construção de rampa de acesso e instalação de corrimão na sede; criação de um ambiente próprio para a prática das refeições diárias dos servidores e conservação do prédio por meio de pintura e instalação de cerâmicas na barreira da BR-020 e base de Planaltina, dentre outras;
- Apoio Operacional e ações semanais em atividades de limpeza da área externa do complexo da SEAGRI, objetivando a eliminação de possíveis focos dos mosquitos transmissores do vírus da zika, dengue e chikungunya, em adesão à campanha feita pelo GDF para diminuição dos casos dessas doenças pelo Distrito Federal;
- Apoio Operacional no parque de Exposições da Granja do Torto, inclusive nos eventos lá ocorridos (2ª PEC Brasília 2016 – 26 a 30/10 – e Natal Rural – 17 e 18/12); e
- Início dos trabalhos relacionados à gestão documental do acervo arquivístico da Secretaria de Agricultura, por meio da promoção da catalogação e início da organização em prateleiras adquiridas neste exercício.

Como um dos resultados dessas ações, obtivemos reduções consideráveis de 15,1% no consumo de água em metros cúbicos e ainda de 8,1% no valor gastado como pagamento de faturada CAESB, quando comparado ao ano anterior. E ainda de 35,4% e de 9%, respectivamente, se comparado a 2014, conforme dados da tabela e gráfica a seguir:

CONSUMO DE FORNECIMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - CAESB						
Mês	2014		2015		2016	
	m ³	Valor	m ³	Valor	m ³	Valor
Janeiro	1.579	22.680,00	1.032	18.507,07	1.140	23.931,16
Fevereiro	1.700	23.954,70	1.445	25.834,04	590	12.405,78
Março	1.540	22.402,59	1.021	18.442,29	1.005	21.615,97
Abril	1.427	21.003,23	969	20.325,88	899	19.271,76
Mai	1.533	22.111,12	1.029	21.604,26	1.057	22.715,86
Junho	1.811	27.641,26	652	15.443,98	1.189	25.832,58
Julho	1.408	21.040,47	991	20.738,78	797	18.367,80
Agosto	1.821	28.078,83	1.033	21.377,04	1.359	28.087,80
Setembro	1.301	23.543,78	1.298	27.273,94	1.189	26.755,60
Outubro	1.637	28.794,62	1.384	29.091,70	1.163	27.067,80
Novembro	1.383	24.726,15	1.183	24.806,98	594	13.519,80
Dezembro	888	15.853,72	1.683	35.702,72	673	16.950,92
Total	18.028	281.830,47	13.720	279.148,68	11.655	256.522,83

Isso significa que a Secretaria de Agricultura, mesmo enfrentando dificuldades estruturais e financeiras (material, mão de obra, falta de contrato de manutenção predial, dentre outros), ainda assim conseguimos, mediante os esforços de toda equipe, contribuir com a redução das despesas dos serviços públicos continuados.

Cumpramos ressaltar que a situação de vazamentos na rede, ainda está temporariamente sob controle, entretanto para que haja um efeito definitivo, espera-se novamente para o exercício de 2017 que a rede hidráulica seja substituída e que a caixa d'água seja totalmente recuperada, para que não haja mais qualquer problema neste sentido. Além disso, espera-se também que, após a substituição da rede, seja realizada a individualização dos hidrômetros, a fim de se fazer um controle mais efetivo do consumo de água por unidade consumidora, ações essas impossibilitadas de serem feitas no exercício de 2016 por razões financeiras.

Como já destacado anteriormente, outras medidas continuam sendo adotadas para reduzir e/ou controlar o consumo de energia elétrica e assim otimizar os recursos financeiros desta Secretaria, como o fiscalização mês a mês do consumo de energia, substituição de parte da fiação elétrica, lâmpadas, reatores, disjuntores e ainda campanhas de conscientização dos servidores por meio de mensagens eletrônicas e solicitações de apoio divulgadas na Intranet da Secretaria de Agricultura.

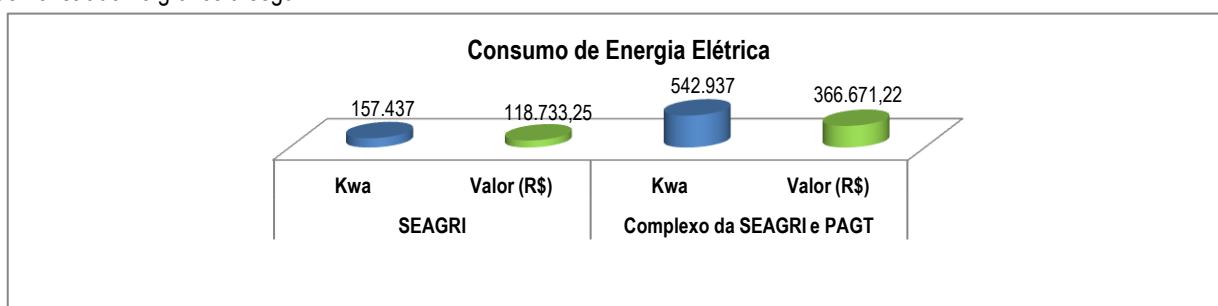
Como consequência, observamos que o consumo anual em Kwa no complexo da Secretaria de Agricultura, no ano de 2016, se comparado a 2015, teve uma redução de 3,6%, bem como de 4,6% no valor pago com a referida despesa. E ainda de 31,8% e de 1,4%, respectivamente, se comparado a 2014, conforme tabela e gráfico a seguir:

Consumo de Energia Elétrica Complexo da SEAGRI						
Mês	2014		2015		2016	
	Kwa	Valor (R\$)	Kwa	Valor (R\$)	Kwa	Valor (R\$)
Janeiro	27.337	13.048,35	14.626	13.876,00	11.856	9.044,83
Fevereiro	25.769	10.907,59	12.932	9.170,35	11.174	8.395,89
Março	25.177	12.795,42	12.932	8.516,02	14.411	10.275,51
Abril	25.018	13.062,15	13.286	9.544,05	16.182	11.256,69
Mai	24.553	12.774,80	14.445	10.010,15	13.870	10.205,42
Junho	21.776	12.026,04	13.262	9.601,17	13.184	9.783,54
Julho	14.175	7.404,28	13.181	9.869,40	11.582	8.729,29
Agosto	11.460	6.535,97	13.586	9.738,49	11.776	8.567,05
Setembro	12.169	7.285,74	13.469	10.856,33	13.781	10.200,90
Outubro	13.804	8.019,13	14.705	11.430,46	15.078	11.004,05
Novembro	15.945	8.684,87	12.770	10.447,63	10.043	10.468,33
Dezembro	13.645	7.885,79	14.135	11.410,07	14.500	10.801,75
Total	230.828	120.430,13	163.329	124.470,12	157.437	118.733,25

Todavia, ressaltamos que, com o advento do Decreto n° 36.644, de 04 de agosto de 2015 – que dispõe sobre o Parque de Exposições Agropecuárias Granja do Torto - PAGT, sobre o Regulamento do PAGT e sobre o Conselho Gestor –, a titularidade para a administração e pagamento das faturas da Companhia Energética de Brasília – CEB – daquela localidade passou a ser competência da Secretaria de Agricultura, onde a despesa no exercício de 2016 teve um acréscimo de R\$ 247.015,84, por um consumo de 386.400 KWh daquela localidade, conforme tabela abaixo.

Parque d Exposições Granja do Torto - PAGT				
Mês	2015		2016	
	kWh	Valor	kWh	Valor
Janeiro	-	-	20.400	14.704,05
Fevereiro	-	-	21.600	15.271,33
Março	-	-	26.400	17.748,13
Abril	-	-	22.800	14.967,87
Mai	-	-	22.800	15.223,58
Junho	-	-	21.600	14.077,73
Julho	-	-	72.000	45.221,60
Agosto	-	-	64.800	39.087,24
Setembro	22.800	15.532,65	27.600	17.726,31
Outubro	25.200	17.310,70	26.400	17.149,50
Novembro	25.200	17.700,72	31.500	18.159,92
Dezembro	25.200	17.908,20	27.600	18.600,71
Total	98.400	68.452,27	385.500	247.937,97

Desta forma, considerando-se a incorporação da despesa de energia elétrica do referido Parque à Secretaria de Agricultura, notamos que houve um aumento em 2016 de 209% no valor e de 245% no consumo em kWh, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Como já dito anteriormente, varias foram as dificuldades enfrentadas ao longo do ano e os principais entraves ao atendimento das demandas foram e continuam sendo: escassez de recursos orçamentários e financeiros, o que torna difícil a efetivação das aquisições e contratações para o órgão; bem como a falta de pessoal qualificado para o desempenho das atividades de manutenção, tais como eletricista, bombeiro hidráulico, marceneiro, pedreiro, motorista, auxiliares de serviços gerais, operador de máquinas de pequeno, médio e grande porte, tendo em vista o grande número de aposentadorias efetivadas e que vem ocorrendo com frequência, sem a necessária reposição.

Esperamos para o exercício de 2017 que a Secretaria de Agricultura possa contratar empresa especializada em serviços de manutenção predial, para que este órgão não só ofereça ambientes mais agradáveis de trabalho, como também estrutura adequada e segura para os servidores. Além disso, espera-se também com tal contratação que as redes elétrica e hidráulica de todo o complexo da Secretaria sejam substituídas, a fim de não só trazer mais segurança para os frequentadores, como também possibilitar um controle mais efetivo do consumo de água e energia, evitando-se assim desperdícios e,

consequentemente, otimizando os recursos financeiros disponibilizados à Secretaria de Agricultura e tão escassos nos dias atuais em virtude da crise instalada no Brasil.

Na oportunidade, ressaltamos que no ano de 2016 foi incluído no Plano Anual de Compras e Contratações, decorrente do Projeto de Lei Orçamentária, os valores necessários para a contratação de serviços continuados de manutenção predial, com fornecimento de mão de obra, materiais e insumos, o que, caso aprovado na LOA, poderá finalmente permitir que se realize a contratação no exercício de 2017, solucionando-se as deficiências atuais em relação, inclusive, ao fornecimento de materiais tempestivamente para as rotinas de manutenção no Órgão.

Quanto à manutenção dos veículos, a Secretaria de Agricultura contou novamente com serviços contratados pela antiga Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização – SEGAD/SEPLAG, objeto do processo nº 414.000587/2015, por meio do qual a Secretaria de Agricultura realizou junto às empresas cadastradas na TikeCar a manutenção preventiva e corretiva de toda a frota, inclusive daqueles em que a garantia contratual perdeu a validade, bem como dos maquinários agrícolas, a saber:

I) Da Subsecretaria de Defesa Agropecuária – SDA: 3 caminhões, 28 automóveis de fiscalização, e 1 Van da Diretoria de Sanidade Agropecuária e Fiscalização – DISAF; 1 caminhão, 1 caminhoneta e 1 automóvel de fiscalização da Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal – DIPOVA;

II) Da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SAF: 4 caminhões e 2 caminhonetas do Programa de Aquisição de Alimentos administrado pela Diretoria de Compras Institucionais – DCI; 1 caminhoneta, 1 automóvel e 2 caminhões;

III) Da Subsecretaria de Administração Geral – SUAG: 1caminhão baú e 1caminhão carroceria; manutenção de 1 mini trator – aparador de grama;

IV) Da Subsecretaria de Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SDR: 11 caminhões, 3 caminhonetas, 1 camioneta e 1 automóvel; máquinas agrícolas.

Cabe destacar que após o cadastramento das máquinas agrícolas a Secretaria pôde realizar as manutenções corretivas necessárias para viabilizar os apoios oferecidos às áreas rurais na recuperação de estradas e outros em outras atividades.

Sendo assim, esperamos para o próximo exercício que haja a continuidade desse tipo de contratação, para que as manutenções de veículos não sejam paralisadas e a Secretaria de Agricultura não tenha a sua frota ainda mais reduzida por falta dos reparos necessários.

Ainda sobre o transporte, convém ressaltar que durante o ano de 2016 a Secretaria de Agricultura pôde colaborar com outros órgãos do Governo do Distrito Federal e entidades, disponibilizando veículos e condutores para apoio no transporte de materiais, conforme relacionado abaixo:

Órgão	Período	Realização
AGEFIS	23 a 26/02	operação de mobilização nacional contra o Aedes Aegypti
	01 e 02/03	Operação de erradicação de edificações irregulares da Região Administrativa da Estrutural
	08 a 11/03	Operação de erradicação de edificações irregulares na Região Administrativa de Ceilândia
SEDESTMIDH	28/07	Para auxílio no evento na Casa das Nações Unidas do Brasil
	06 e 07/09	Realização do transporte de materiais (CCC/CEASA até Recanto das Emas) para o evento Virada do Cerrado,
IBRAM	08/08	Para o transporte de bens materiais depositados no Parque Três Meninas
EMATER	27/07; 03, 10, 24 e 30/08; 14 e 20/09; 19, 21 e 23/10	para realização da Campanha de Recolhimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos, nos períodos:
PLANALTINA	02 a 16/05	Festa do Divino Espírito Santo Folia de Roça 2016

Um dos fatores que interferiu significativamente na execução dos serviços prestados pelo setor de transporte foi o recolhimento de 27 veículos da frota locada e ainda de mais 3 veículos da frota própria do Governo do Distrito Federal, ocorridos nos anos de 2014 e 2015.

Neste aspecto, torna-se extremamente necessária a aquisição ou mesmo a locação de veículos para possibilitar o atendimento de todas as demandas de forma mais imediata e satisfatória. Além disso, e em razão da crescente demanda, espera-se igualmente para o ano de 2017 a contratação de motoristas terceirizados para a condução dos servidores em seus trabalhos diários, haja vista a insuficiência de condutores na realização das atividades de transporte de carga e pessoas.

Quanto ao combustível utilizado pela Secretaria de Agricultura durante o exercício de 2016, verificou-se um aumento de 3.183,83 Litros (diesel/gasolina) no consumo médio mensal, o que corresponde a aproximadamente 22% da quantidade média gasta por mês em 2015, conforme evidenciado na tabela a seguir. Tal fato decorre do aumento de demandas relacionadas ao comboio.

Consumo de Combustível: Diesel e Gasolina - em Litros			
Mês	2014	2015	2016
Janeiro	17.349,45	14.611,07	13.250,66
Fevereiro	20.856,61	11.857,33	13.588,23
Março	17.041,26	17.343,92	20.255,32
Abril	20.225,32	12.061,40	18.106,45
Maio	23.053,24	19.155,91	18.258,39
Junho	17.717,67	17.937,07	19.270,42
Julho	20.764,71	18.563,20	17.955,80
Agosto	23.779,63	14.322,93	21.740,10
Setembro	23.224,84	16.714,71	21.482,74
Outubro	21.252,36	6.034,37	18.372,27
Novembro	19.144,36	13.502,36	22.416,53
Dezembro	14.882,70	15.352,43	10.965,76
Total	239.292,15	177.456,70	215.662,68

No que se refere ao ambiente tecnológico da Secretaria de Agricultura, cabe destacar a distribuição de 50 computadores, oriundos da doação realizada feita pelo Supremo Tribunal Federal, o que possibilitou não só o fornecimento de máquinas a algumas unidades da Secretaria que estavam desprovidas, bem como o estabelecimento de uma reserva técnica para a área de manutenção e suporte em TI substituir aquelas com defeito ou necessidade de reparos, uma vez que o prazo de vigência da garantia dos computadores adquiridos para a Secretaria de Agricultura findou.

Além disso, destacamos algumas ações e implementações de sistemas, objetivando melhoria nos processos de arrecadação de recursos, de atendimento ao usuário e de ferramentas eletrônicas de trabalho, possibilitando assim aos servidores desta Secretaria uma maior agilidade e aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos, tais como:

I) Lançamento do novo Sistema de Gerenciamento de Emissão de Documento de Arrecadação – SGDAR, visando a administração dos recursos arrecadados para o Fundo de Desenvolvimento Rural e Fundo de Sanidade Animal.

II) Atualização da versão do Sistema de Defesa Agropecuária – SIDAGRO, sistema utilizado para gerenciamento das atividades da Defesa Agropecuária, cujas atualizações tiveram como objetivo a melhoria da fiscalização das atividades agropecuárias no Distrito Federal. Neste sentido, destaca-se também a implantação do módulo “SIDAGRO Produtor” o qual visa o oferecimento de alguns dos serviços prestados pela Secretaria de Agricultura ao cidadão por meio da internet;

III) Implantação de sistemas de código aberto - softwares livres, como:

- Sistema Banco de Talentos da Câmara dos Deputados – em produção;
- Sistema de Gerenciamento de Impressão (visa o controle das impressões de cada usuário) – em teste pela GETI;
- Sistema de Gerenciamento de Atendimento por Senha – Em homologação pela GETI e entrará em fase de produção pela sala do produtor em Janeiro/2017, facilitando a organização do atendimento;
- Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) – Disponibilização da nova versão para a Gerência de Contratos e Convênios - em produção.

Apesar da dificuldade financeira que o Governo do Distrito Federal vem enfrentando, a Secretaria de Agricultura tem buscado alternativas que não impactam financeiramente, mas sim que contribuam para o desempenho dos trabalhos desenvolvidos por todas as unidades, o que pode ser verificado por meio da implantação dos sistemas de código aberto relatados acima.

É sabido que em 2016 quase não houve a disponibilização de recursos para investimento, todavia as maiores dificuldades que impedem e/ou impossibilitam que a área de TI da Secretaria de Agricultura promovam melhorias no polo tecnológico desta Pasta tem a ver com as frequentes reprogramações orçamentárias, bem como contingenciamento de recursos ao longo do exercício, fatos estes que comprometem a execução das atividades desenvolvidas pela unidade de TI em razão das necessidades de reformulações no planejamento anual desta, constante no Plano de Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria de Agricultura.

Para o ano de 2017 é esperado um melhor investimento na área de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação, a fim de que a Secretaria de Agricultura possa oferecer uma melhor infraestrutura aos servidores que nela desempenham suas atividades.

No que tange aos estoques da Secretaria de Agricultura ressalta-se que:

- Os estoques gerais diminuíram 15% em 2016, como consequência da política de redução de estoques adotada pelo Órgão;
- A redução de estoques (aumento da saída de material em comparação com a entrada) foi 55% inferior a redução ocorrida em 2015, pois 2015 foi um ano de intensa baixa de estoques por transferência para outros Órgãos, e em 2016 os estoques gerais do Órgão já estão mais próximos de uma situação considerada normal e aceitável;
- Embora tenha ocorrido redução dos valores em estoque, a quantidade de materiais estocados aumentou (ouve entrada de 20.000 unidades a mais do que as saídas) em razão da redução de estoques de alto valor agregado (óleo,

pneus), maior controle dos estoques de maior custo (papel A4, copos descartáveis, gás e outros) e reposição de estoques de itens de maior necessidade e menor custo (lâmpadas, tomadas, envelopes, caixas arquivo, etc).

Em termos gerais, o giro de estoques em 2016 está muito próximo da meta considerada ideal (giro=1) para uma política de reposição de estoques anual (princípio da anualidade). Isto significa que, no exercício, os estoques giraram uma vez, ou seja, foram totalmente consumidos e repostos ao longo de um ano.

Uma das atividades desenvolvidas que merece destaque é elaboração da "Cartilha do Almoxarifado", manual onde constam as informações necessárias para uso do sistema e compreensão das atividades do setor e da gestão de suprimentos no Órgão, a qual está sendo distribuída, em versão digitalizada, aos requisitantes de material.

Além disso, foi promovida a realização de palestra de capacitação para os usuários do Sigma.net, em maio, em conjunto com a Gerência de Capacitação e Desenvolvimento;

Outra ação que merece destaque é a realização de 3 inventários no período, nos quais observou-se que os estoques estão saneados, não tendo ocorrido perdas de material, nem assim ociosidade ou outras inconsistências;

Por fim, fica registrado que o ano de 2016 foi desafiador na área de Administração Geral desta Secretaria, pois mesmo diante dos problemas estruturais e materiais, aliados à grave crise financeira que dificultaram o desempenho das atividades de manutenção e suprimento do órgão, não poupou esforços para que os serviços administrativos desta Secretaria de Agricultura fossem feitos de forma satisfatória e de modo a atender a todas as unidades, com ambientes de trabalho minimamente adequados ao desenvolvimento das tarefas dentro do órgão e pelo órgão.

6.1. CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - UO: 14.202

As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA-DF é uma sociedade de economia mista da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, autorizada pela Lei nº 5.691/71 e criada em 11/10/1972. O Estatuto Social foi aprovado na sua constituição, ocorrendo alterações estatutárias nas Assembleias Gerais Extraordinárias dos Acionistas de números 38ª, 39ª, 40ª, 41ª, 53ª, 73ª e 77ª e 78ª realizadas para esse fim.

A empresa entrou em processo de liquidação por meio da Lei Distrital nº 3.125/03, sendo revogado em 2006, pela Lei Distrital nº 3.929/06. O ato administrativo só foi consolidado na 73ª Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da CEASA, voltando a empresa ao seu pleno funcionamento.

Foi aprovada a alteração estatutária, objeto de adequação aos termos da Lei nº 4.361 de 15/06/2009, quando então foi assinado o contrato de gestão entre o Governo do Distrito Federal e o Centro de Abastecimento Alimentar do DF, com a finalidade de transferir para essa Organização Social as atividades fins no âmbito do mercado hortifrutigranjeiro, tornando-se então responsável pela manutenção e investimentos necessários para o bom funcionamento de todo o complexo.

Em fevereiro de 2011, foi revogado pelo GDF o Contrato de Gestão com a Organização Social, o qual foi declarado nulo pelo TJDF, a pedido do Ministério Público do Distrito Federal, voltando assim a compor a administração indireta do GDF.

Em 2011, houve nova reforma estatutária para adequá-la aos termos do Parecer nº 02/2011-GAB/PGDF. Conforme o art. 3º do Estatuto Social, a empresa tem por objeto:

- a. construção, instalação, exploração e administração, de Centrais de Abastecimento destinadas a operar nos moldes de um centro polarizador coordenador do abastecimento sustentável de gêneros alimentícios e incentivador da produção agrícola;
- b. participar dos planos e programas de abastecimento coordenados pelo Governo do Distrito Federal e ao mesmo tempo prover e facilitar o intercâmbio com as demais Centrais de Abastecimento;
- c. firmar convênios, acordos, contratos ou outros tipos de intercâmbio com pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou estrangeiro, a fim de facilitar e/ou participar de atividades destinadas à melhoria do abastecimento de produtos agrícolas;
- d. desenvolver em caráter especial ou sistemático, estudos de natureza técnico-econômica, a fim de fornecer base à melhoria, ao aperfeiçoamento e inovações nos processos e técnicas de comercialização, com vistas ao abastecimento de gêneros alimentícios;
- e. promover a política de abastecimento, segurança alimentar e nutricional distrital que articule as ações dos setores de produção, circulação, beneficiamento e consumo de alimentos fortalecendo sistemas públicos de segurança alimentar priorizando pessoas e famílias em vulnerabilidade social, com vista a contribuir na garantia do direito humano à alimentação.

O planejamento estratégico 2015/2020 estabelece os seguintes pontos:

Missão: Promover a política de abastecimento, visando garantir a segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal e entorno, de forma inclusiva, transparente e com excelência operacional.

Visão de futuro: Ser reconhecida nacionalmente como instituição pública forte e sustentável, referência na execução da política de abastecimento.

Objetivo Geral: Incrementar a produtividade no setor de distribuição de hortifrutigranjeiros, empregando novas tecnologias nos processos de reunião, manipulação e comunicação, com a finalidade de beneficiar produtores, distribuidores e consumidores.

Objetivos Específicos:

- a. Reduzir os custos de comercialização em nível de atacado;
- b. Melhorar as condições de abastecimento, propiciando melhor concorrência na formação de preços mais justos;
- c. Elevar o nível de renda dos produtores agrícolas;
- d. Criar facilidades de comercialização para os produtores;
- e. Manter um programa confiável de informação de mercado agrícola;
- f. Interagir com o Ministério da Agricultura na instituição de normas para a classificação de padronização de produtos hortifrutigranjeiros;
- g. Formar um banco de dados que permitam aos produtores elaborar o planejamento da produção e comercialização de hortifrutigranjeiros;
- h. Ofertar infraestrutura física ao produtor rural para o escoamento da produção agrícola do Distrito Federal e RIDE através da comercialização no Pavilhão B-8 (PEDRA);
- i. Ofertar infraestrutura física aos comerciantes atacadistas usuários do setor permanente, fomentando a aquisição de produtos produzidos na região e em outros estados da federação, bem como a importação de frutas e hortaliças de outros países;

j. Promover as políticas sociais de abastecimento, através do Banco de Alimentos, que atua nos programas de compras institucionais PAA e PAPA, e do Desperdício Zero.

k. Ofertar infraestrutura física ao produtor rural para o escoamento da produção agrícola do Distrito Federal e RIDE através da comercialização no Pavilhão B-8 (PEDRA);

l. Ofertar infraestrutura física aos comerciantes atacadistas usuários do setor permanente, fomentando a aquisição de produtos produzidos na região e em outros estados da federação, bem como a importação estrangeira de frutas e hortaliças.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	01
Cedidos – fora GDF	01
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	32
CLT – afastado	-
Conselheiro	08
Estatutário – em exercício	-
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	16
Sem vínculo – afastado	03
Total ativos – em exercício	73
Total ativos - afastado	-

Observação 1: Requisitados dentro do DF: 06

Observação 2: Diretores: 06

Observação 3: Requisitado fora do GDF: 01

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	4.750.000	4.750.000	230.769
7903 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	4.750.000	4.750.000	230.769
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	120.000	120.000	114.481
0005 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-CEASA-DISTRITO FEDERAL	120.000	120.000	114.481
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	3.000.000	3.000.000	145.619
0001 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	3.000.000	3.000.000	145.619
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1.900.000	1.900.000	44.695
9563 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1.900.000	1.900.000	44.695
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	20.000	20.000	12.343
6194 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	20.000	20.000	12.343
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	50.000	50.000	0
6080 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	50.000	50.000	0
4090 - APOIO A EVENTOS	20.000	20.000	12.000
0036 - APOIO A EVENTOS-AGROPECUÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	20.000	20.000	12.000
TOTAL DO PROGRAMA 6207	9.860.000	9.860.000	559.907

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Agricultores com espaço para comercialização na CEASA-DF	Unidade	392	31-dez-16	Anual	506	552	607	667	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
Área (box) disponíveis para Empresas atacadistas com permissão de uso	Unidade	226	31-dez-16	Anual	245	256	256	256	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
Organizações de Agricultores Familiares com incentivo para comercialização	Unidade	35	31-dez-16	Anual	48	50	53	55	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
Pessoas em insegurança	Unidade	35.754,00	31-dez-16	Anual	45.000	50.000	55.000	60.000	CEASA-DF / UO

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
alimentar beneficiadas através das instituições atendidas pelo Banco de Alimentos									14202 / OE 4
Resultado financeiro operacional líquido	%	3,5	31-dez-16	Anual	2	5	7,5	10	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4

Em 2016, a CEASA/DF realizou a ampliação dos espaços destinados a comercialização de hortifrúti. O varejão e a comercialização na pedra foram ampliados para funcionamento também as sextas-feiras, além das tradicionais segundas, quintas e sábados. Dessa forma, algumas melhorias de infraestrutura e funcionamento foram realizadas para facilitar o trabalho de comercialização. Em janeiro de 2016 foram trocadas as iluminações dos pavilhões, além disso os banheiros destinados aos usuários e clientes da CEASA/DF foram reformados, proporcionando um maior conforto no dia a dia do usuário do espaço. Foi construído também em 2016, bancos de concreto por todo o espaço da CEASA/DF, com o objetivo de melhorar o conforto do usuário, não só interno, como também o externo.

O estacionamento rotativo teve sua obra finalizada em 2016, o mesmo tem como objetivo melhorar a segurança e o dia a dia do usuário da CEASA/DF, através de uma melhor iluminação, segurança mais efetiva, dentre outras melhorias.



Estacionamento rotativo da CEASA/DF

Através dessas ações a CEASA/DF conseguiu proporcionar mais segurança e qualidade no atendimento ao seu usuário, seja produtor rural ou empresário. Não seria possível a ampliação dos dias de funcionamento do mercado na CEASA sem que fossem melhoradas as condições físicas para o seu funcionamento.

Visando ampliar sua visibilidade e o cumprimento de suas metas, a CEASA/DF em 2016 realizou o apoio a eventos como a Agrobrasil e a Festa da Goiaba, dessa forma a empresa conseguiu participar ativamente de eventos agropecuários fortalecendo sua marca e ampliando sua visibilidade em Brasília.

Com tudo isso, a boa gestão financeira e o cumprimento do plano estratégico da CEASA/DF fez com que a empresa funcionasse de forma estável no ano de 2016, cumprindo suas principais metas e iniciando os trabalhos para ampliação ainda maior de seus resultados. Houve o início de licitações para a construção de novos boxes e a licitação do projeto da construção do mercado central de Brasília, o qual vai proporcionar não apenas o aumento no atendimento a empresário e produtores rurais, mas também o impacto da CEASA/DF em todo o Distrito Federal.

Além disso, a CEASA/DF visando ampliar e melhorar o bom funcionamento do mercado elaborou manual de boas práticas de comercialização distribuído e divulgado para todos os usuários da empresa. Além da constante fiscalização realizada no mercado, com ampliação da equipe, visando harmonizar a dinâmica de funcionamento tanto da Pedra, quanto dos boxes.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	226.000	156.000	219.128
8403 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	226.000	156.000	219.128
TOTAL DO PROGRAMA DE TRABALHO 6211	226.000	156.000	219.128

Devido às características de comercialização inerentes da CEASA/DF, ao longo de 2016 foi muito discutido e planejado ações sobre a prevenção e erradicação do trabalho infantil, a fim de conscientizar os comerciantes, produtores rurais e até mesmo os usuários, sobre os riscos e malefícios que podem acarretar sobre as crianças e adolescentes nesta condição.

Ao abandonarem a escola, ou se dividirem entre o trabalho e a escola, o rendimento escolar dessas crianças/adolescentes torna-se muito baixo, podendo ocasionar o abandono escolar e conseqüentemente o despreparo para o mercado de trabalho. Levando esses e outros fatores em consideração, a CEASA/DF realizou ações integradas junto ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social de várias regiões administrativas para combater tais riscos.

A CEASA/DF possui uma parceria com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF, na qual os sentenciados têm a oportunidade de trabalhar em algumas áreas da empresa. Além de receberem uma ajuda de custo, os trabalhadores mantêm o convívio social, contribuindo assim para sua reintegração junto à sociedade. Cumpre ressaltar que para cada três dias trabalhados, os sentenciados ganham um dia de remissão em sua pena.

Jovem Aprendiz: Visando promover a inclusão social por meio de ações integrativas, a CEASA/DF oferece o primeiro contato dos jovens ao mercado do trabalho, por meio do Programa Jovem aprendiz, no qual os adolescentes matriculados no ensino médio são acompanhados e devidamente instruídos em áreas estratégicas da empresa, possuindo a oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.922.638	1.922.638	1.047.484
0014 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA-DISTRITO FEDERAL	1.922.638	1.922.638	1.047.484
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	144.000	144.000	129.848
5212 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	144.000	144.000	129.848
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	68.000	50.000	51.796
0013 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	68.000	50.000	51.796
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	11.290.000	9.500.000	11.209.154
6985 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	11.290.000	9.500.000	11.209.154
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.100.000	1.100.000	789.954
6978 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	1.100.000	1.100.000	789.954
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	250.000	250.000	173.274
8755 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	250.000	250.000	173.274
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	10.726.339	7.410.876	10.726.333
6978 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	10.726.339	7.410.876	10.726.333
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	9.860.000	9.860.000	559.907
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	4.750.000	4.750.000	230.769
7903 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	4.750.000	4.750.000	230.769
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	120.000	120.000	114.481
0005 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-CEASA-DISTRITO FEDERAL	120.000	120.000	114.481
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	3.000.000	3.000.000	145.619
0001 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL- SIA	3.000.000	3.000.000	145.619
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1.900.000	1.900.000	44.695
9563 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1.900.000	1.900.000	44.695
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	20.000	20.000	12.343
6194 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	20.000	20.000	12.343
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	50.000	50.000	0
6080 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	50.000	50.000	0
4090 - APOIO A EVENTOS	20.000	20.000	12.000
0036 - APOIO A EVENTOS-AGROPECUÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	20.000	20.000	12.000
TOTAL DO PROGRAMA DE TRABALHO 6001	25.500.977	20.377.514	24.127.843

Em 2016, a CEASA/DF realizou a aquisição de câmeras de segurança para vigilância e monitoramento de todo o seu espaço. Com tecnologia de ponta e monitoramento eficaz a ampliação do sistema de monitoramento eletrônico fez com que a empresa conte agora com 104 câmeras fixas e móveis, telões e software de alto desempenho para a vigilância em todas as áreas comuns da Ceasa-DF. O investimento foi de R\$ 1,18 milhões. O sistema é dotado de diversas funções que potencializam o seu desempenho, dentre elas: visão 360°, aproximação de imagem em alta definição em até 500 m de distância, detecção automática de movimentos suspeitos, leitura da placa dos veículos, transmissão em tempo real a central de monitoramento e mais dois pontos extras.

O impacto das câmeras de segurança foi sentido no dia a dia do usuário na CEASA/DF, diversos clientes de empresas elogiaram a presença de câmeras na empresa. Com isso, há uma diminuição gradual do número de roubos a veículos na empresa nos últimos meses.

Com relação a gestão de pessoas, em 2016 a CEASA/DF investiu em capacitação efetiva dos seus funcionários, foram oferecidos diversos cursos, acompanhados pelo RH da empresa, além de proporcionar aos gerentes e diretores da empresa a participação em eventos de liderança e gestão. O impacto é sentido diariamente na empresa, há um aumento na celeridade dos processos de contratação, na fiscalização do mercado e em todo serviço prestado ao usuário da CEASA/DF.

Foi implantado na empresa também, um novo programa de desligamento voluntário incentivado. Com um investimento inicial de R\$ 2.018.409,26 (dois milhões, dezoito mil, quatrocentos e nove reais e vinte e seis centavos) e um investimento total previsto de R\$ 5.271.158,73 (cinco milhões, duzentos e setenta e um mil, cento e cinquenta e oito reais e setenta e três centavos), o PDVI proporcionou não apenas uma redução nos custos da empresa, como também uma renovação do quadro de pessoal, trazendo novos conhecimentos e oportunidades para a organização. A economia mensal gerada pela implantação do PDVI na CEASA/DF é em média de R\$ 70.067,78 (setenta mil, sessenta e sete reais e setenta e oito centavos), dando vida e longevidade a existência da empresa.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	20.000	20.000	10.023
6186 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DISTRITO FEDERAL	20.000	20.000	10.023
9040 - IMPOSTOS SOBRE O LUCRO REAL	4.446.000	3.600.000	4.383.863
0001 - IMPOSTOS SOBRE O LUCRO REAL-CEASA DF-DISTRITO FEDERAL	4.446.000	3.600.000	4.383.863
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	146.512	146.512	64.010
6972 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CENTRAIS DE ABASTECIMENTO-DISTRITO FEDERAL	146.512	146.512	64.010
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	4.612.512	3.766.512	4.457.896

A CEASA/DF em 2016 realizou o pagamento de todos os seus tributos devidos, possuindo controle e planejamento real da situação financeira da empresa. Além disso, a CEASA/DF contou em 2016 com 01 (um) funcionário cedido do Banco de Brasília com ônus para empresa, esse tipo de permuta fortalece a comunicação e o conhecimento dentro das empresas do Governo do Distrito Federal.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A CEASA/DF conta atualmente com um Banco de Alimentos que realiza a captação e a distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade. Hoje a empresa conta com os programas de aquisição de alimentos – PAA, o programa desperdício zero – PDZ e o programa de doação simultânea, que juntos contribuem para 151 instituições impactando a vida de 35.754 pessoas, conforme informações do banco de alimentos. Em 2016, foi adquirida uma van para o Banco de Alimentos visando o fortalecimento do PDZ e criada uma equipe própria para atuar junto aos permissionários da CEASA/DF de modo a buscar doações, além de um trabalho de conscientização sobre a importância de não desperdício e a doação de alimentos.

Devido a necessidade de adequação à resolução nº 72 do MDS – que criou critérios para o recebimento de alimentos oriundos do PAA – algumas entidades tiveram de ser suspensas após a verificação de não adequação à resolução. Além disso, o corte de recursos do PAA, por agentes externos a CEASA/DF, que é o maior programa do Banco, constituiu um limitador para o aumento de beneficiários. Entretanto, houve uma busca ativa por novas entidades, através de visitas de monitoramento, visando ampliar o cadastro. Mas a falta de novas entidades que possuam a documentação exigida dificultou a ampliação de beneficiários no ano de 2016.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Foi possível em 2016, a CEASA/DF ampliar sua segurança e conforto para os usuários, tanto interno, quanto externo. Essas melhorias ocorreram devido ao empenho da gestão de empresa na qualidade dos serviços oferecidos, bem como na celeridade dos processos internos da empresa. Essas ações auxiliaram na ampliação da visibilidade da CEASA/DF no Distrito Federal e trouxeram confiança para o nosso usuário interno, o produtor rural e os empresários.

No entanto, por se tratar de um ano em que a crise financeira foi presente em todo o país, houve certa dificuldade na cobrança dos nossos usuários, dessa forma, para evitar um aumento da inadimplência a CEASA/DF promoveu sério trabalho na cobrança, de forma a promover o diálogo e cooperação com seus usuários. Dessa forma, ocorreu a diminuição na inadimplência média da empresa, de 18% (dezoito por cento) para 12,5% (doze e meio por cento). O que comprova a forma do mercado agrícola no Distrito Federal.

Os investimentos em capacitação e a implantação do PDVI na empresa trouxeram motivação para os funcionários, além da melhoria nos processos internos da empresa. Com isso, foi possível aumentar equipes, motivá-los e

oferecer um serviço de melhor qualidade ao usuário da empresa, refletindo no resultado financeiro da empresa, além do seu impacto na sociedade.

Por fim, a CEASA/DF iniciou em 2016 diversos projetos que trarão a ampliação de seus espaços e o cumprimento do seu plano estratégico. Iniciou-se a licitação para contratação de empresa especializada em projetos para construção de novos boxes e mercado central de Brasília, além de projetos de melhoria na infraestrutura da empresa. Para 2017, pretende-se dar continuidade a esses projetos, realizando licitação para a construção dos novos boxes, o que ampliará a oferta de espaços para empresários dentro da CEASA/DF. Além disso, será implantado definitivamente em 2017 o estacionamento rotativo pago dentro do espaço da CEASA, o que proporcionará segurança e conforto para os usuários, além de fonte de novas receitas para a empresa.

6.2. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - UO: 14.203

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER-DF é uma instituição criada pelo Decreto nº 4.140, de 07/04/1978, de acordo com a autorização constante da Lei nº 6.500, de 07/12/ 1977, e ratificada pelo Decreto nº 32.716, de 01/01/2011, o qual dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.

A Empresa teve o seu Estatuto vigente aprovado pelo Decreto nº 28.900, de 25/03/2008 e alterado pelo Decreto nº 31.729, de 26/05/2010.

A Empresa teve o seu Regimento Interno alterado através da Deliberação nº 13/2016 do Conselho de Administração publicado no DODF nº 176, de 16/09/2016.

De acordo com o artigo 6º do estatuto, são objetivos da EMATER-DF:

I - Colaborar com os órgãos competentes do Governo do Distrito Federal, na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural;

II - Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando ao aumento da produção, da produtividade, da renda líquida e a melhoria da qualidade e das condições no meio rural do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE.

III – Difundir conhecimento de natureza técnica, econômica, ambiental e social, em consonância com as políticas do governo do Distrito Federal e do Governo Federal”.

A EMATER tem como missão “Promover o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar, por meio de Assistência Técnica e Extensão Rural de excelência, em benefício da sociedade do Distrito Federal e Entorno”. E como visão “Ser reconhecida pela sociedade na promoção do desenvolvimento rural sustentável e da segurança alimentar”.

A Empresa contou, durante o ano de 2016, com 366 empregados distribuídos. Estão lotados em 15 Escritórios Locais, situadas nos Núcleos Rurais ou na Sede das Administrações Regionais do DF e 04 Escritórios de Projetos Especiais no Entorno; 02 Gerências Regionais, 01 Centro de Capacitação Tecnológica e Desenvolvimento Rural (Centrer), instalado no Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar – CCC/CEASA – DFe 01 Escritório Central, conforme quadro de atuação abaixo.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	14
Cedidos – fora GDF	01
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	329
CLT – afastado	01
Conselheiro	06
Estatutário – em exercício	05
Estatutário – afastado	-
Sem vínculo – em exercício	08
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	360(*)
Total ativos – afastado	01

(*) Observação: No total de 360, será acrescido 03 servidores requisitados fora do GDF, resultando em um total de 366 servidores ativos.
Fonte: SIGRH – Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	200.000	153.157	150	150
0020 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-EMATER-DISTRITO FEDERAL	200.000	153.157	150	150
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	82.411	0	0	0
0046 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	82.411	0	0	0
2173 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	750.000	3.610.521	1.261.465	1.261.465
0002 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATER-DF ENTORNO	750.000	3.610.521	1.261.465	1.261.465
2239 - BOLSA DO MENOR APRENDIZ	85.000	65.596	51.646	50.606
2922 - BOLSA DO MENOR APRENDIZ-CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DO MENOR APRENDIZ-DISTRITO FEDERAL	85.000	65.596	51.646	50.606

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	524.774	243.102	169.203	169.203
2607 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-EMATER-DISTRITO FEDERAL	524.774	243.102	169.203	169.203
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	0	300.000	146.937	146.937
5685 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-APOIO AO DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO HIDROPÔNICA NO DF-DISTRITO FEDERAL	0	100.000	24.154	24.154
5686 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR-APOIO AO DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO HIDROPÔNICA DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	200.000	122.783	122.783
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0	0	0	0
9583 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-PROJETO DE INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL - ABATEDOURO MÓVEL-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	200.000	1.300.000	1.225.251	1.225.251
0001 - APOIO A REALIZAÇÃO DA FEIRA NACIONAL DA CADEIA PRODUTIVA DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS - "FEST FLOR BRASIL - DISTRITO FEDERAL".	200.000	200.000	200.000	200.000
6085 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DA FEIRA NACIONAL DA CADEIA PRODUTIVA DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS - FEST FLOR BRASIL - DF-DISTRITO FEDERAL	0	300.000	240.800	240.800
6086 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A MÉTODOS COLETIVOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-DISTRITO FEDERAL	0	200.000	184.459	184.459
6087 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A AGROBRASILIA - FEIRA INTERNACIONAL DOS CERRADOS-DF-DISTRITO FEDERAL	0	200.000	200.000	200.000
6088 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO AGROBRASILIA-DISTRITO FEDERAL	0	400.000	399.992	399.992
4107 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	1.150.000	1.678.627	857.034	857.034
5666 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA-DIFUSÃO E MOMENTO DE INOVAÇÕES CIENTÍFICAS-DISTRITO FEDERAL	200.000	778.627	27.709	27.709
5667 - APOIO A ESTRUTURAÇÃO PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	900.000	900.000	829.325	829.325
5668 - AGROINDÚSTRIA E QUALIDADE DO ALIMENTO	50.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	2.992.185	7.351.003	3.711.686	3.710.646

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Agricultor assistido	Unidade	10.000	31-jan-15	Anual	10.900	11.800	12.700	13.600	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4
Participação no PAA/PNAE/PAPA-DF	Pessoa	637	31-dez-14	Anual	870	1110	1360	1600	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4

Com recursos alocados no âmbito do Programa 6207–Brasília Competitiva, que tem como objetivo tornar Brasília mais competitiva por meio de políticas de desenvolvimento sustentável, de geração de trabalho, emprego e renda, e de inovação com melhores condições de competitividade e substituindo mais produtos agropecuários importados dos outros Estados, criando assim um maior lastro econômico local que influi diretamente na qualidade de vida de toda sociedade de Brasília –urbana e rural-. Isto ocorre por meio da execução de políticas em parceria com diversas instituições públicas e privadas, atendendo aos preceitos da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a qual institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). A EMATER-DF contribui para os alcances do Programa 6207, principalmente através da assistência técnica introduzindo inovações tecnológicas mais sustentáveis, com atendimentos e capacitação da população rural e suas organizações sociais, com foco nos seguintes objetivos específicos:

“Ambiente de Negócios: Criar ambiente favorável aos negócios, geração de trabalho, emprego e renda, com políticas públicas inovadoras e sustentáveis ao encontro das potencialidades do DF e RIDE.

Brasília Criativa: Promover o desenvolvimento econômico e territorial sustentável de Brasília, por meio do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos intensivos em economia criativa, visando projeção da cidade como polo de inovação, criatividade, cultura e turismo.

Economia Rural: Consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor a produção e a comercialização no Distrito Federal e RIDE.

Ciência e Inovação Tecnológica: Transformar Brasília em referência pela capacidade de realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e inovação, com a presença de institutos de pesquisa, centros de pesquisa científica, centros de educação tecnológica e de educação superior, e empresas intensivas no uso de tecnologia.”

Desenvolvimento da Gestão Empreendimentos Rurais

Gestão, Comercialização e Mercado

Foram realizadas capacitações e atendimentos na área gerencial, visando melhorar a administração da unidade produtiva dos empreendedores rurais, com foco na diversificação dos canais de comercialização, munindo os agricultores de informações para que esses possam ser mais eficientes na gestão das atividades da propriedade e na comercialização da produção. Ações foram realizadas com agricultores participantes das 39 Feiras Orgânicas acompanhadas pela EMATER-DF, e com agricultores familiares que comercializam seus produtos no Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar – CCC, inaugurado em 2015 com objetivo de capacitar e tornar o espaço como mais uma opção de comercialização para este segmento produtivo do DF e Entorno.

Na implementação de Políticas Públicas de Compras Institucionais, área de comercialização da agricultura familiar, foram promovidas atividades para melhorar a agregação de valor e a competitividade no mercado privado e público. A dinâmica de preços dos principais alimentos produzidos no Distrito Federal foi acompanhada e divulgada, focando em técnicas de classificação e padronização de produtos e formação de preços, de forma a auxiliar os agricultores na comercialização e inclusão mais sustentáveis nos canais de comercialização disponíveis. As compras institucionais são ferramentas poderosas do Estado para ampliar os canais de comercialização da Agricultura Familiar. Essas ferramentas também contribuem para a segurança alimentar e nutricional dos equipamentos públicos e da rede sócio assistencial, promovendo a renda das famílias e estimulando o desenvolvimento local.

As hortaliças são o maior foco das compras governamentais. São os produtos mais ofertados para essa modalidade de comercialização. Certamente, por ser essa atividade a que mais gera renda para a agricultura familiar. A EMATER-DF apoia os agricultores familiares a participarem das seguintes políticas de compras institucionais:

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: na modalidade PAA Termo de Adesão, firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA contemplou a inscrição de 980 agricultores familiares em 2016, com um recurso financeiro disponibilizado de R\$ 2,2 milhões, que possibilitou a compra de frutas, hortaliças, frango caipira, iogurte, doces de frutas e panificados que foram distribuídos para 112 entidades socioassistenciais (creches, asilos, institutos de combate às drogas, entre outros) do DF, totalizando a participação de 30 mil beneficiários nessas instituições. Na modalidade PAA Institucional, cujo objetivo é a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar pelos órgãos públicos federais, através de chamamento público, foi contratado pelo Ministério da Defesa (Ranchos da Marinha, Exército e Aeronáutica) o valor de R\$ 2,2 milhões para suprir seus refeitórios de hortifrutigranjeiros e agroindustrializados, garantindo a participação de 111 agricultores familiares que pertencem a quatro diferentes associações/cooperativas locais: A EMATER-DF apoiou o Ministério da Defesa para incluir na chamada de compra de 2016, novos produtos, sendo contratadas carne de frango caipira, palmito de pupunha, panificados e linguiça defumada. Houve também o apoio a uma associação e uma cooperativa na execução de projetos de PAA, com doação simultânea, aprovada pela CONAB. Esses projetos possibilitaram a participação de 47 agricultores familiares, totalizando R\$ 376 mil. Dentre todas as modalidades do PAA, a EMATER-DF realizou 4.000 ações em 2016, nas quais foram atendidos 1.359 agricultores familiares. Todo recurso aqui discriminado vem da esfera federal e entra direto na economia do DF, ajudando a aumentar também o lastro econômico do DF.

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: no Distrito Federal foram obtidos avanços que foram contemplados na Chamada Pública nº 004 de 2016, resultado da atuação do grupo de trabalho composto por membros da SEAGRI-DF, SEDFe EMATER-DF. Houve a renovação e a execução de contratos firmados em anos anteriores com a participação de 232 agricultores familiares. Destaca-se no PNAE, a Chamada Pública do Instituto Federal de Brasília (campus Planaltina), onde foram adquiridos alimentos orgânicos no valor de R\$ 24 mil, que possibilitou a participação de 18 agricultores familiares. A EMATER-DF realizou 150 ações relacionadas ao PNAE nas quais foram atendidos 110 agricultores familiares.

Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura do Distrito Federal – PAPA-DF: também é uma política pública que vem contribuindo para o desenvolvimento rural do DF, sendo criado pela Lei nº 4.752 de 2012 com a finalidade de garantir a compra de produtos agropecuários e artesanato, produzidos por agricultores familiares através de chamamento público. No ano de 2016, 3 órgãos do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal contrataram pelo PAPA-DF o valor de R\$ 2 milhões com a participação de 63 agricultores familiares pertencentes a três organizações sociais. Também 175 agricultores comercializaram pelo PAPA-DF com a execução de contratos firmados em anos anteriores. A Empresa realizou 286 ações relacionadas ao PAPA, nas quais foram atendidos 173 agricultores familiares.

A participação em Feiras de Economia Solidária foi incentivada para o segmento da produção de pequena escala, tanto nas atividades agrícolas (orgânicos, plantas ornamentais, animais exóticos, entre outros) como nas não agrícolas (artesanato e agroindústria), para agricultores que tem dificuldade de comercialização. Uma das alternativas para esse público é a organização em grupos e comercialização em feiras, espaços em eventos e pontos de comercialização cedidos por terceiros. A EMATER-DF em parceria com a SEAGRI - DF estimula esse trabalho solidário e em 2016 oportunizou alguns espaços para esse tipo de comercialização, principalmente para os produtos das atividades não agrícolas. No total foram 4 espaços em exposições/feiras, realizadas pela própria EMATER; um espaço em exposição em Parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário- MDSA; 2 (dois) pontos fixos, sendo um na Torre Digital e outro no Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar- CCC, no Ceasa. Além disso, existem outras pequenas feiras que são realizadas em espaço de órgãos parceiros.

A EMATER-DF e a SEAGRI-DF organizaram pontos de comercialização na Agrobrasília, CNATER – Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Festa do Morango, Fest Flor, Feira da Colônia Rajadinha, CCC e Torre Digital. Foram vendidos produtos da agroindústria, artesanato, plantas ornamentais, hortaliças orgânicas, entre outros, com o valor de R\$ 157 mil.

Crédito Rural

É uma política pública acessível à boa parte dos produtores do Distrito Federal, independente de sua classificação. Pode-se inferir que, qualquer setor produtivo ligado ao meio rural responde positivamente aos incentivos de fomento ligados ao crédito, e que isto o torna ferramenta fundamental nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER.

Em termos de política agrícola de fomento, foram prestados serviços na divulgação, elaboração e acompanhamento técnico dos projetos de crédito, além de verificar o andamento desses, junto aos agentes financiadores, sendo um instrumento facilitador no acesso ao crédito.

Por problemas relacionados à crise fiscal e econômica enfrentada pelo Brasil no ano de 2016, o acesso ao crédito rural por parte dos empreendedores foi reduzido, uma vez que os produtores enfrentaram maiores dificuldades, tais como garantias, acesso aos agentes financeiros, etc.

Destaca-se a oferta de crédito pelas linhas do Governo do Distrito Federal onde foram contratados cerca de 270 projetos do Próspera, totalizando cerca de R\$ 4,4 milhões e Fundo de Desenvolvimento Rural - FDR com a contratação de 14 projetos, totalizando cerca de R\$ 1,7 milhões.

Os principais itens financiados são custeio agropecuário, caminhões, tratores, micro tratores, implementos agrícolas, matrizes bovinas, veículos utilitários, estufas agrícolas, dentre outros.

Crédito Rural 2016	
Número de projetos elaborados	808
Número de projetos contratados	476
R\$ projetos elaborados	28.017.103,70
R\$ projetos contratados	13.445.086,35

Programa Empreender e Inovar

Atualmente, agricultores e organizações do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE recebem serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para o sistema de produção, carecendo de serviços que “extrapolem a porteira”, tais como a organização da produção, do negócio e desenvolvimento de produtos, conforme demanda do mercado. Para que o negócio agropecuário tenha êxito, faz-se necessário atuar em temas contábeis, jurídicos, contratuais, financeiros, dentre outros.

O Programa Empreender e Inovar do Sistema Agricultura do Distrito Federal surgiu da necessidade de assistir e fomentar estrutura de apoio gerencial às entidades rurais quer sejam coletivas ou individuais, num espaço multifuncional, capaz de dar suporte às atividades dessas entidades. A demanda por esse serviço está identificada no cotidiano da assistência técnica e extensão rural, desenvolvida pela EMATER-DF.

Esse acompanhamento terá duração de 18 meses, dividido em 03 etapas:

Diagnóstico: análise profunda do empreendimento, onde será elaborado o diagnóstico completo e o Plano de gestão a ser implantado;

Plano de Gestão: é apresentado um Plano de Gestão ao Empreendedor e este receberá auxílio na implantação de melhorias de acordo com o objetivo do empreendimento;

Monitoramento: acompanhamento das ações implantadas e melhoria contínua.

No final dos 18 meses, será apresentado Relatório da evolução do empreendimento.

Programa Empreender e Inovar 2016	
Número de assessorias	60
Número de propriedades envolvidas com a atividade	07
Números de empreendedores	07
Empreendedores capacitados	07
Extensionistas rurais capacitados	13

Atividades Não Agrícolas

Artesanato e Turismo Rural

São alternativas econômicas para incrementar a renda das famílias, oportunizando a inclusão social, resgatando a cultura, promovendo a participação no desenvolvimento e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como as mulheres, idosos, jovens, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

O artesanato é gerador de renda. Existem famílias da área rural que tem o artesanato como renda principal. Para outras famílias, o artesanato insere-se como um complemento no orçamento da agricultura e pecuária familiar. Em 2016, a EMATER-DF deu continuidade ao incentivo dos trabalhos com recursos naturais existentes na localidade e produtos como tecidos, linhas e bordados tradicionais da cultura brasileira. O apoio e capacitação das artesãs e artesãos da área rural do DF, são direcionados para atividades individuais e para 4 grupos, acompanhados nas comunidades com artesanato em recursos

naturais, retalhos, bordados e bonecas de tecidos. Além da qualificação, receberam apoio na busca de mercado para comercialização de seus produtos e inserção nas políticas públicas.



Capacitações em artesanato

Na área do turismo, foram atendidas as demandas por parte dos proprietários de empreendimentos rurais e dada continuidade ao incentivo para a inserção da agricultura familiar no contexto da produção associada ao turismo, ou seja, as atividades não agrícolas (artesanato e a agroindústria, principalmente a agroindústria artesanal), as manifestações culturais e as atividades agrícolas (plantas ornamentais, plantas medicinais, fruticultura etc.). Foi trabalhada junto aos agricultores e artesãos, a geração de renda, propiciando interação com as atividades turísticas. Como resultado nesse segmento, destacamos a realização da III Feira da Colônia em Rajadinha, onde 32 expositores (agricultores familiares, artesãos e empreendedores rurais das regiões administrativas de Planaltina, Paranoá, Sobradinho e Brasília) exploram os seus produtos como flores, artesanatos, comidas típicas, agroindústria, pequenos animais, horta para pequeno espaço, além do receptivo nas propriedades.



III Feira da Colônia

Destaca-se também o primeiro “Colhe e Pague de Morango”, realizado em uma propriedade na Comunidade Betinho, em Brazlândia - DF, onde os visitantes tinham como base a Festa do Morango. Os visitantes colheram, levaram as cestinhas com o morango e degustaram um café com produtos feitos com a fruta (sucos, geleias, tortas, etc).



1º Colhe e Pague do Morango



1º Curso de Qualificação e Gestão da Produção Associada ao Turismo

Agroindústria

Para incentivar a transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura, suinocultura, avicultura, dentre outros, a EMATER – DF assessora na implantação dos empreendimentos de agroindústrias que fazem parte das cadeias produtivas, verticalizando a produção.

Na área de agroindústria, foram realizadas regularmente a assistência técnica e capacitações nas áreas de Tecnologia de Processamento e de Boas Práticas de Fabricação - BPF, apoio para implantação, adequação e legalização de unidades de processamento. As atividades foram desenvolvidas para produção de um alimento seguro e diferenciado para as pequenas agroindústrias do Distrito Federal e para gerar renda aos beneficiários.

Resultados alcançados em 2016:

- 14 capacitações em Tecnologias de Processamento de produtos de origem animal e origem vegetal, para 206 participantes do Distrito Federal e 4 capacitações para 95 agricultores de assentamentos da RIDE, realizados no Centro de Capacitação Tecnológica e Desenvolvimento Rural da EMATER-DF – CENTERER;
- 22 pessoas capacitadas no curso de Gestão e Qualificação para Agroindústria e 32 pessoas capacitadas no curso de Boas Práticas de Fabricação, cujo certificado de 40 horas qualifica o agricultor a ser responsável pela produção perante legislações da DIPOVA/SEAGRI-DF, diminuindo os custos com contratação de responsável técnico;
- 25 agricultores dos sistemas agroecológicos e orgânicos capacitados nos cursos Gestão e Qualificação para Agroindústria e de BPF;
- 127 rótulos para produtos elaborados;
- 3 unidades de processamento participaram de estudos microbiológicos e físico-químicos para avaliação da qualidade de seus produtos, em parceria com a Universidade Católica de Brasília;
- 45 agroindústrias formais e informais participaram de eventos e pontos de comercialização apoiados pela EMATER, SEAGRI-DF, Secretaria de Turismo e Presidência da República;
- 1 agroindústria de panificados e geleias registrada na Lei do Processamento Artesanal;
- 75 agroindústrias formais e informais atendidas, sem repetição;
- 237 pessoas assistidas em Tecnologia de Processamento, totalizando 474 atendimentos;
- 54 pessoas capacitadas em Tecnologia de Processamento, com 18 cursos;
- 196 pessoas assistidas em BPF, totalizando 306 Atendimentos;
- 58 pessoas capacitadas em BPF, com 10 cursos.

Segue algumas fotos desses eventos:



Curso de Derivados do leite do Jardim



Curso de Derivados do leite de São Sebastião



Curso de Processamento de hortaliças



Excursão Técnica a Agroindústria Maldaner - Capacitação em Gestão e Qualificação para Agroindústria



Excursão Técnica a Agroindústria Altoé - Capacitação em Boas Práticas de Fabricação

Desenvolvimento Humano e Social

A EMATER-DF trabalha com os agricultores, trabalhadores e suas famílias e entende que para que haja desenvolvimento local não basta apenas ter o crescimento econômico, é necessário trabalhar o desenvolvimento humano para que de fato, ocorra desenvolvimento local. Através das ações em Desenvolvimento Humano e Social a Empresa desenvolve projetos como Segurança Alimentar Nutricional - Qualidade do alimento e Alimentação Adequada; Saúde Preventiva; Cidadania e Benefícios Sociais; Educação, cultura e Lazer; Sistemas de Saneamento e Organização Social voltado para o público rural.

Nas ações realizadas junto às comunidades são observados os três pilares da coesão social:

- Oportunidades de acesso às necessidades básicas para melhor qualidade de vida, como educação, segurança alimentar e nutricional, emprego, segurança e geração de renda;
- Habilidades como conhecimento do ser humano, suas competências e condições para realizar;
- Proteção, como ações sociais e políticas públicas para assegurar ou manter condições necessárias para o bem-estar do ser humano.

Segurança Alimentar Nutricional – Qualidade dos Alimentos

Existem basicamente dois vértices nos quais podem ser tratadas a Segurança Alimentar e Nutricional: na oferta de alimento e na qualificação sanitária e nutricional, desde a produção até a colocação dos produtos à disposição do consumidor.

Em 2016 foi lançado o Programa Brasília Qualidade no Campo, em parceria com o Sistema Agricultura e a Diretoria de Vigilância Sanitária - DIVISA da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES-DF que promove as Boas Práticas Agropecuárias (BPAs) na produção de alimentos *in natura* e certifica as propriedades que seguem práticas.

As ações foram focadas em capacitações e orientações, com foco na adequação e certificação das propriedades. Foram realizados 1 concurso de BPA, 1 vídeo educativo para auxiliar nas capacitações e 467 análises de água. A seguir fotos dessas ações:



Capacitação de BPA para agricultores e trabalhadores rurais



Capacitação de manejo adequado de agrotóxico



Capacitação de Técnicos em BPA



Certificações de 10 Propriedades – Programa Brasília Qualidade no Campo e 08 no Programa de Pró-folhas

Segurança Alimentar – Alimentação Adequada

Em relação às atividades de educação alimentar, no Distrito Federal existe um número significativo de hortaliças que são produzidas para a comercialização. No entanto, muitos agricultores e suas famílias não consomem estes produtos. Esse é um dos fatores que faz a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ser um dos projetos mais trabalhados nas unidades locais e de grande importância no atendimento às famílias rurais. No projeto, uma das principais atividades é a educação alimentar e nutricional, onde são incentivados o consumo de hortaliças e frutas, o aproveitamento integral de alimentos, a alimentação saudável e a utilização dos frutos nativos do cerrado. Além disso, cria alternativas de geração de renda pelo processamento de alimentos.

Foram realizadas 12 capacitações (cursos, oficinas, palestras) pelo CENTRER – Centro de Capacitação Tecnológica e Desenvolvimento Rural, 1 curso de horta doméstica no Gama, 3 cursos de receitas (com morango na Festa do Morango, com hortaliças em Vargem Bonita e com mandioca na Exposição de São Sebastião), além do

acompanhamento/monitoramento em educação alimentar e qualidade de vida de um grupo composto por 19 mulheres. A seguir fotos dessas ações:



Curso de Aproveitamento Integral de alimentos e produção de geléia



Concurso de Horta Doméstica



Concurso do Aproveitamento do Morango



Concurso de aproveitamento de hortaliças



Concurso de Aproveitamento da mandioca



Acompanhamento/monitoramento em educação alimentar e qualidade de vida

As atividades relacionadas à saúde da família e do trabalhador tiveram ações educativas e preventivas de zoonoses, como a campanha de vacinação antirrábica; Dias Especiais em Saúde do trabalhador e Saúde da família, com palestras; e Mutirões contra o Aedes Aegypti, composto por vários órgãos do GDF. Estes trabalhos foram realizados com a parceria da Secretaria de Estado de Saúde, por meio do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), Centro de Informação e Assistência Toxicológica (CIAT), Diretoria de Atenção Primária Saúde e Estratégica da Saúde da Família (DIAPS), Diretoria de Saúde do Trabalhador (DISAT), Corpo de Bombeiros do DF, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), Serviço de Limpeza Urbanado Distrito Federal (SLU), Laboratório Central (LACEN) e Diretoria de Vigilância Ambiental (DIVAL).

A campanha antirrábica na área rural do DF vacinou 32.657 animais e realizou 452 exames de colinesterase em 12 áreas de atuação da EMATER-DF. A seguir fotos dessas ações:



Dia Especial de Saúde da Família e Exame de Colinesterase

Foram feitos 23 mutirões contra o mosquito *Aedes Aegypti*, com 1.579 famílias assistidas, 50 palestras e 2.363 pessoas orientadas.



Força Tarefa contra o *Aedes Aegypti*

Saneamento Rural

Entendendo que o saneamento básico é um dos fatores determinantes e condicionantes na promoção da saúde, o trabalho educativo é feito através de atendimentos, palestras, mutirões, capacitações, reuniões técnicas, dias especiais e outras metodologias, em que a EMATER-DF orienta o público rural sobre sistemas de saneamento (fossa séptica, ecológica); importância da análise de água, tanto para o consumo humano quanto para qualidade final dos alimentos; limpeza dos arredores de casas e propriedades; pragas domésticas; destino do lixo; limpeza de caixa d'água; proteção de cisternas; tratamento de água.

Em 2016, foram realizados 4 mutirões de limpeza em comunidades rurais, curso de capacitação em saneamento (água e esgoto) para 40 técnicos e 49 análises de água para consumo humano, em parceria com o DIPOVA/SEAGRI-DF.



Capacitação de técnicos

Cidadania e Benefícios Sociais

Foram realizados atendimentos voltados para políticas públicas, orientações para o agricultor familiar segurado especial do INSS, emissão de declarações e carteiras do agricultor e ações no Programa Nacional de Habitação Rural. Além disso, a EMATER-DF vem desenvolvendo ações com as mulheres rurais, jovens, idosos, buscando integrá-los ao processo de desenvolvimento local e estendendo as questões de organização, cidadania, educação, cultura e lazer. A EMATER-DF auxiliou/acompanhou a assinatura de 296 carteiras de trabalho, 60 aposentadorias/loas/Pensões, 8 salários maternidade, 10 auxílios doenças e 1 auxílio reclusão. Também foi realizado o lançamento do Programa de Juventude Rural em outubro/2016 com diretrizes para 2017, Dia Especial para os idosos com a participação de 2 gerências locais (PADF e Tabatinga) e realização do V Encontro Distrital do DF com a participação de 503 mulheres da área rural.

Roda de conversa com idosos



Reunião Técnica sobre Aposentadoria/Segurado Especial

Roda de conversa com idosos



Reunião preparatória - V Encontro Distrital de Mulheres

V Encontro Distrital de Mulheres Rurais

A EMATER-DF apoia e desenvolve atividades desde a implantação do projeto, onde as famílias passaram a ter melhor qualidade de vida, possibilitando a sua inclusão social e a participação em ações que proporcionam: acesso a informações sobre o empreendimento, educação ambiental, sanitária e patrimonial, capacitação profissional e noções de organização comunitária, além de atividades de cultura e lazer.

Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR

O Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida. Ele foi criado pelo Governo Federal para beneficiar quem vive no campo e quer construir ou reformar sua casa, diante desta demanda, realizamos várias ações do Programa, seguindo uma agenda conjunta com Sistema Público de Agricultura do Distrito Federal, Secretaria de Agricultura-SEAGRI-DF, EMATER-DF e CEASA.

Em 2016, foi acompanhado o Plano de Trabalho Social do Assentamento Pequeno William; apresentação do Programa para Oziel Alves, Buriti Vermelho, Capão Seco, 1º de Julho, Estrela da Lua; participação em evento como o Agrobrasília e atendimentos locais nas comunidades: Jardim, São José, Rio Preto, Fazenda Larga, Planaltina, Paranoá, Pequeno Willian, Tabatinga, Barra Alta e Oziel Alves.

Resultados das atividades: 16 assinaturas de contrato no Assentamento Pequeno William.



Assinatura de contrato

Participação no Agrobrasília

Projeto Técnico Social - Assentamento 1º de Julho



Projeto Técnico Social - Assentamento 1º de Julho

Educação, Cultura e Lazer

A EMATER-DF em toda sua área de ação desenvolve atividades que integram a educação, a cultura e o lazer. Isso se deve ao fato que existem uma diversidade de culturas na área rural do Distrito Federal que é manifestado pela população rural, através de atividades em diversos núcleos e ou comunidades rurais. Por outro lado, a área rural é carente de lazer, que é considerado um fator indispensável para se pensar a qualidade de vida e o bem-estar humano. As ações mais comuns que são levadas às comunidades são com temas educativos voltados para a área rural, ações culturais e de lazer, principalmente em comunidades mais carentes.

Organização e Gestão Social/Econômica

Com o objetivo de promover os processos de empoderamento das comunidades rurais e o engajamento dos beneficiários da ATER, a fim de facilitar a emancipação político-social e o acesso às políticas públicas, torna-se necessário o desenvolvimento de ações metodológicas vinculadas aos diagnósticos multidimensionais das comunidades rurais. Para apoiar essa ação, os extensionistas rurais da EMATER-DF desenvolveram o Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR), o qual faz um levantamento de diversos temas e assuntos, que é concretizado em um relatório e serve de base para a construção coletiva do Plano de Ação Interinstitucional (PAI), instrumento que sintetiza as ações e possibilita a discussão de soluções, às questões levantadas pela comunidade.

Com a edição do Decreto nº 33.406, de 12 de dezembro de 2011, o qual alterou o Decreto 28.860, de 13 de março de 2008, que dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS-DF), proporcionou-se uma nova dinâmica nas ações dos Conselhos Rurais, com a discussão e encaminhamento de temas importantes para o desenvolvimento do espaço rural do Distrito Federal, além de potencializar o papel de controle social das organizações sociais rurais presentes no Conselho Distrital e nos Conselhos Regionais. Ao longo dos anos, os conselhos valorizaram ainda mais a participação, a cooperação, a organização, a gestão e o envolvimento da comunidade rural no processo participativo de construção de propostas e alternativas de desenvolvimento sustentável para a área rural do DF, a exemplo de: O Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) continua a proporcionar grande mobilização dentre as organizações representativas do meio rural, discutindo e apresentando as suas demandas setoriais e coletivas, as quais levaram a aquisição de máquinas, caminhões, tratores, implementos, dentre outros.

Foram realizados os seguintes esforços/resultados em 2016:

- Lançamento de edital para seleção de agricultores e organizações sociais;
- Construção de análises de gestão de mais 7 empreendimentos, dentro do Programa Empreender e Inovar;
- Aprimoramento e consolidação de um longo processo de renovação de nove conselhos regionais de desenvolvimento, o que exigiu a qualificação de novas entidades representativas dos agricultores rurais do DF.

A EMATER-DF e a SEAGRI-DF atuaram junto às Associações para apoiar a regularização do acesso às políticas públicas, em especial as compras governamentais (PAA, PAPA e PNAE) e os projetos de apoio e fomento agropecuário (patrulha mecanizada da SEAGRI-DF), inserindo novas instituições.

Ao final do ano, foi lançado o Programa Associar e Cooperar, com objetivo de assessorar de forma mais intensiva a organização de agricultores que participam de compras institucionais.

Nesse tema, 2.294 pessoas foram atendidas e 658 foram capacitadas. Também foram atendidas 57 organizações, dentre associações, cooperativas, grupos de interesses e CDRS – Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Cadeias Produtivas

A EMATER-DF oferece apoio aos produtores rurais em assistência técnica com o objetivo de potencializar a interação entre os diferentes tipos de mercado, aprimorando suas habilidades, a fim de garantir o equilíbrio econômico, social e ambiental para o Distrito Federal. Desse modo, foram realizados atendimentos para produtores e trabalhadores rurais por meio de diversas metodologias de extensão rural, para o alcance das ações abaixo descritas:

Olericultura

A cadeia produtiva olericultura é uma das mais importantes atividades econômicas do setor rural no DF. As condições favoráveis de clima e solo, aliado ao investimento em capacitação de técnicos, agricultores, trabalhadores rurais e

em infraestrutura, possibilitaram um crescimento constante e seguro desse setor que hoje gera mais de 30 mil empregos. Além da importância econômica, é relevante que a atividade possui grande potencial de inclusão produtiva. Hoje, temos mais de 2.500 empreendedores no Distrito Federal e esses são, em sua maioria, agricultores familiares (83%). Em 2015, esses agricultores cultivaram 8.386 ha de espécies diversificadas e produziram mais de 303.600 toneladas de alimentos. Para a manutenção da viabilidade dos empreendimentos nessa cadeia produtiva tão competitiva e com foco na produção de alimentos com mais qualidade para a população do Distrito Federal e Entorno, a EMATER-DF promoveu ações em:

Transição agroecológica: A implantação de formas de produzir hortaliças mais sustentáveis, com a redução na contaminação dos alimentos, é hoje, uma das grandes demandas da sociedade. Objetivando inicialmente a utilização mais racional de insumos e seguindo com o incentivo a transformações graduais, para uma maior “ecologização” dos sistemas produtivos. Além de reduzir e racionalizar o uso de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos, incentivamos a adoção de técnicas como o uso de adubo verde, adubação orgânica, quebra-ventos, espécies e variedades mais adaptadas, controle biológico e alternativo de pragas, inoculação e outras que podem ser indicadoras de que a Unidade de Produção Familiar - UPF está num processo de transição agroecológica.

Produção de hortaliças orgânicas: A produção de hortaliças orgânicas tem se mostrado uma excelente possibilidade de geração de renda para as famílias rurais. É uma fatia do mercado onde os pequenos empreendimentos podem competir e se manter viáveis.

Irrigação: A redução na quantidade e a distribuição irregular das chuvas nos últimos anos impõe aos agricultores um aumento na eficiência da irrigação de seus cultivos. Essa é a mais nova demanda da sociedade que quer a produção de alimentos, mas exige racionalidade no uso da água. Em 2016, ampliamos os investimentos em capacitação de agricultores em manejo da irrigação. Comprovadamente, essas tecnologias que estão sendo divulgadas pela EMATER-DF reduzem o consumo de água para a irrigação e os resultados já começam a aparecer nas regiões em que os produtores já adotaram as tecnologias. Nesse ano, os agricultores beneficiários dos conjuntos de irrigação continuaram a receber assistência técnica como forma de garantir a sustentabilidade de seus novos empreendimentos.

Defesa sanitária vegetal: A EMATER-DF faz um trabalho diferenciado nesse tema. Em seus atendimentos, orienta para o controle de pragas por meio do manejo integrado. Incentiva o agricultor a planejar seus cultivos, como forma de minimizar o risco de ocorrência de pragas. Assim, a recomendação de técnicas como o manejo dos ambientes, nutrição correta das plantas, uso de cultivares mais tolerantes, dentre outras, antecedem à recomendação de agrotóxicos.

Cultivo Protegido: O cultivo de hortaliças, sob estufas, telados ou túneis, que são estruturas que criam ambientes adequados às necessidades de cada espécie de hortaliça, é uma tendência no setor e tem se mostrado extremamente viável para as condições do Distrito Federal. Além de possibilitar a obtenção de alimentos com maior qualidade sanitária, possibilitam ainda a estabilidade na oferta de alimentos à população. Garantem também maiores rendimentos aos empreendedores por reduzir os riscos da produção, em períodos de entressafra, quando as hortaliças alcançam maiores preços no mercado. A tecnologia mais comumente utilizada pelos produtores é o equilíbrio entre a melhor tecnologia e o menor custo de implantação, ou seja, existem tecnologias para o cultivo protegido que visam uma produção mais intensiva, mas seu custo de implantação e manutenção é muito alto. Ainda assim alguns produtores estão investindo para chegar o mais próximo possível dessa Tecnologia.

No Distrito Federal, já estão implantados 127 hectares (ha) com o uso das tecnologias de cultivos protegidos e existe tendência de crescimento dessa área.

Grãos

A produção de grãos na região leste do DF ao longo dos últimos 39 anos, vem se desenvolvendo e ocupando os espaços antes destinados à pecuária. Como o preço dos produtos mantém-se acima da média histórica, especialmente nos últimos 5 anos, a posição do setor consolida-se na ocupação das áreas destinadas à produção de grãos em larga escala, confirmando o Plano de Implantação da Capital Federal, que destinava esta região para esse fim.

O Distrito Federal, além de ter um clima bastante favorável à produção de grãos, oferece uma infraestrutura de estradas e serviços muito bem distribuídos, dando ao agricultor uma vantagem comparativa boa em relação a outros estados. Ainda em relação ao clima, este permite a produção de sementes de boa qualidade, o que é explorado por aproximadamente.

46% dos agricultores, uma vez que a rentabilidade neste tipo de exploração mostra-se mais favorável que a simples produção de grãos. Entretanto, a situação fundiária ainda permanece como entrave ao melhor desempenho das propriedades. Hoje a produção é realizada, aproximadamente, por 2 mil produtores, embora a produção em escala comercial limita-se a 210 agricultores, notando-se um índice de concentração de posse da terra elevado.

O setor conta com duas cooperativas que trabalham com produtores de grãos, que são a COARP (Cooperativa Agropecuária do Rio Preto) e a COOPA/DF (Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal) as quais agregam 146 agricultores do Distrito Federal.

A soja é a cultura principal, com área plantada da ordem de 85 mil ha, seguida pelo milho, com aproximadamente 45 milha, depois vem o feijão com 12 mil ha, o sorgo com 2 mil ha e o trigo com 300 ha. As culturas são plantadas sob o sistema de plantio direto, mas ainda com muitas deficiências, como pouca palhada, falha no sistema de terraceamento, rotação de culturas, dentre outros. Estes temas tem sido alvo do serviço de extensão rural. Com relação às

produtividades, podemos dizer que são boas: soja, 55 sc/ha; milho 150 sc/ha; feijão 40 sc/ha; sorgo 100 sc/ha e trigo com 100 sc/ha.

A área irrigada com cultivo de grãos é de 14 mil ha, que são multiplicados por 2,2, uma vez que se cultiva safra, safrinha e cultivo de inverno. De modo geral, os solos já apresentam fertilidade razoável, já que vêm sendo corrigidos e cultivados há quase 40 anos. Entretanto, o uso de gesso para correção de subsuperfície ainda não é utilizado por 40% dos agricultores, o que sujeita a safrinha a riscos maiores, em caso de veranitos.

O apoio dos serviços de ATER, dentre outras atividades, foram realizados através do acompanhamento das lavouras das principais culturas na região, com foco voltado ao diagnóstico de pragas e doenças e posterior recomendação técnica de controle fitossanitário.

Floricultura

A Floricultura no Distrito Federal vem se consolidando e expandindo, gradativamente, ao longo dos últimos anos, apresentando crescimento anual de 15 % no consumo. Demonstra um mercado em plena expansão e diversificação, com destaque para a decoração de eventos e cerimoniais, jardinagem e paisagismo, fazendo da floricultura uma grande oportunidade para a área rural. A cidade de Brasília, por exemplo, destaca-se nacionalmente como primeiro mercado consumidor de flores do país, com consumo per capita de R\$ 44,23 comparados aos R\$ 26,00 da média nacional (fonte Sebrae Nacional 2014), e essa demanda é coberta por apenas 20% pela produção local.

A EMATER-DFvem, a cada ano, promovendo ações para o desenvolvimento da floricultura local, através de ações de sensibilização no campo, capacitação de seus técnicos, trabalhadores e dos produtores, promoção de missões técnicas, excursões internas e em outros Estados, incentivo ao associativismo e cooperativismo.

São 139 pequenos produtores assistidos, cultivando flores e folhagens de corte, flores em vasos, plantas verdes em vasos, plantas ornamentais, palmeiras e gramas cultivadas em aproximadamente 545 ha. A cooperativa Multiflor é um dos exemplos onde a floricultura inseriu-se dentro do contexto da agricultura familiar. O grupo teve início com 21 cooperados e após 3 anos conta com 54 membros, sendo 78,7% agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao Pronaf -DAP individual, emitida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário -MDSA; o qual procura ampliar tanto o número de cooperados familiares quanto o *mix*de seus produtos. Como fornecedor das compras institucionais do GDF, por meio do PAPA DF, tiveram a oportunidade de celebrar contrato de entrega para a NOVACAP de produtos para forrações de canteiros urbanos.

Em 2016, foram realizadas capacitações de produção de flores, em parceria com a NOVACAP, cujos temas abordados foram produção de flores, produção de herbáceas, produção de arbustos, produção de árvores (nativas e adaptadas ao bioma cerrado), coleta e beneficiamento de frutos e sementes e produção de palmeiras. Também houve a capacitação de técnicos agrônomos da Empresa, que participaram da Feira Hortitec, em Holambra-SP. Abaixo algumas fotos das capacitações:



Curso em parceria com a NOVACAP 2016

A feira FestFlor Brasil 2016 foi realizada no Pavilhão de Exposições da Embrapa Sede. A Empresa apoiou 86 produtores de flores e de plantas ornamentais, através da participação como expositores no Salão dos Produtores de Flores e de Plantas Ornamentais do DF e apoiou a realização do Seminário Nacional de Paisagismo. Os produtores de agroindústria e artesanato, ao todo 40, participaram como expositores dentro do estande institucional da EMATER-DF. Esses produtores tiveram a oportunidade de fazer vendas diretas e indiretas, ou seja, vendas programadas a partir dos contatos realizados durante a feira.

Durante o evento aconteceu o Seminário Nacional de Paisagismo, além de capacitações nas oficinas de produção de flores com produtos naturais desidratados e de flores e de plantas ornamentais. Durante os 4 dias de evento, estima-se que o público visitante foi de cerca de 15 mil pessoas. Isso demonstra que o FestFlor Brasil é uma feira de referência nacional da cadeia produtiva da floricultura, um fórum de discussões dos problemas do setor e principalmente, uma mola propulsora do negócio de flores e de plantas ornamentais no Distrito Federal.



FestFlor 2016



Desenvolvimento da Agroecologia e da Agricultura Orgânica

As ações transcorrem por todas as cadeias produtivas e os principais temas abordados na assistência técnica foram em torno de manejo e conservação de solo; sistemas agroflorestais; produção agrícola, pecuária e florestal de base agroecológica e orgânica; boas práticas no uso e manejo da água; gestão e agregação de valor aos produtos; acesso a mercados e organização produtiva da agricultura familiar; otimização no uso de insumos; orientações quanto à preservação e regularização ambiental; instrumentalização e acesso a políticas públicas da agricultura familiar. No ano de 2016, foram assistidos 357 agricultores e agricultoras familiares no âmbito do Contrato MDA-EMATER-DF nº 146/2012 - Projeto Sustentabilidade, visando fomentar técnicas e ações mais sustentáveis de produção. Ao todo foram realizadas no âmbito deste Contrato 1.368 horas de atividades coletivas, com o objetivo de capacitar agricultores e agricultoras na perspectiva do desenvolvimento da produção em bases agroecológicas e em aspectos relacionados à sustentabilidade da atividade rural em suas diversas dimensões (ambiental, social, econômicas). Além disso, mais 1.428 atendimentos individuais de 2 horas foram realizados promovendo assistência técnica de qualidade em atividades produtivas, conservação ambiental e promoção de ações sociais, tão necessárias à promoção da sustentabilidade.

O crescimento da comercialização foi atrelado a uma importante ação da EMATER-DF no campo da certificação orgânica. Com relação a este tema, a Empresa apoiou e organizou mais 2 Organizações de Controle Social (OCS), incorporando mais de 30 agricultores assentados da reforma agrária no processo produtivo orgânico com certificação. Além disso, continuou o apoio às OCS organizadas anteriormente. Outra importante ação, foi o apoio na disposição de uma Organização Participativa de avaliação da conformidade orgânica (OPAC) em Cristalina-GO e apoio na formação de mais 2 grupos de certificação na OPAC Cerrado, uma organização do Distrito Federal apoiada desde sua fundação pela EMATER-DF.

Foi desenvolvido um importante trabalho de incentivo à formação de bancos comunitários de sementes e materiais propagativos, que resultou na implementação da ideia, com intensa e protagonista participação da comunidade de agricultores e agricultoras, na região do Lago Oeste-Sobradinho-DF.

Foram publicados 6 livros e artigos técnico-científicos sobre agroecologia e produção, sendo 3 deles em parceria com a Embrapa e abordando os seguintes temas: Comercialização e agregação de valor para produção de hortigranjeiros, em pequena escala; Produção Orgânica e Organização de Controle Social (OCS); *Heterogeneity in intention to adopt organic strawberry production practices among producers in the Federal District, Brazil*; *Economic and productivity incentives to produce organically in Brazil: Evidence from strawberry production in the Federal District*; Diagnóstico dos problemas fitossanitários na agricultura de base ecológica no Distrito Federal e Entorno; Catálogo de insumos naturais e biológicos para uso na agropecuária.

Em parceria com a EMBRAPA, IFB, UnB, SEAGRI-DF, visando à organização do X Congresso Brasileiro de Agroecologia e VI congresso Latino-americano de Agroecologia, que ocorrerão simultaneamente em Brasília, entre os dias 11 a 15 de setembro de 2017, foram realizadas 4 oficinas técnicas pré-congresso, abordando aspectos operacionais, metodológicos, com a participação de técnicos, cientistas, agricultores do Brasil e América latina.

Para os assentados da Reforma Agrária, que serão beneficiários no programa de fomento da produção agroflorestal em 2017, nas ações da SEAGRI-DF, a EMATER-DF realizou o I Encontro de Agrofloresta do Distrito Federal, que congregou mais de 20 técnicos e 80 agricultores familiares. Este projeto irá beneficiar entre 80 e 100 agricultores familiares.

Foi realizado também o I Encontro Paranoá Orgânico, que recebeu mais de 150 agricultores e técnicos do Distrito Federal e Entorno, com o objetivo de promover e apoiar a cadeia produtiva da produção orgânica local, o desenvolvimento tecnológico e a geração de emprego e renda. O evento contou com apoio das autoridades públicas do executivo e legislativo do DF e despertou grande interesse dos agricultores para o tema. Resultou na consolidação e formação de grupos de produção de orgânicos e na certificação orgânica de novos produtores orgânicos. Outro resultado foi a formação de um grupo de produção orgânica de frango de corte, com a realização de reuniões e uma excursão técnica visando a capacitação em manejo alimentar, sanitário, instalações e produção de alimentos orgânicos para as aves. Até o momento foram engajados 3 agricultores na produção de frango orgânico e a realização de compra de semente orgânica de milho por 41 agricultores das regiões de Sobradinho e Paranoá.

Com objetivo de fomentar a adoção de técnicas de plantio direto de hortaliças e recuperação da fertilidade dos solos, a EMATER-DF distribuiu em 2016 mais de 500 kg de sementes de adubo verde da espécie, *Crotalaria ochroleuca*, a produtores rurais de diversas regiões.

Avicultura

Diversas ações foram realizadas para desenvolvimento e aprimoramento da Avicultura no Distrito Federal, por tratar-se de uma das atividades agropecuárias com perfil mais apropriado para os agricultores familiares, por requerer baixos investimentos, proporcionar boa lucratividade e ter uma importância fundamental para a segurança alimentar das famílias. Promover ações na avicultura alternativa colabora para a valorização da atividade, reconhecimento do seu papel cultural, econômico e social, gerando rendas estáveis e regulares para grandes contingentes de mão-de-obra, minimizando o êxodo rural.

A produção de frango caipira não compete, em escala de produção e custo, com o frango industrial, mas em qualidade e sabor da carne, atendendo a uma fatia de mercado que paga mais por essas características de apelo ecológico. A produção sustentável e agroecológica vêm ganhando espaço dentro das propriedades, alinhada com viabilidade econômica e sistemas semi-intensivos. Houve várias reuniões técnicas para produção de frango orgânico na região do Paranoá.

Com a procura por alimentação natural, a demanda por galinha caipira vem crescendo nos últimos anos, ganhando espaço nas prateleiras dos supermercados e na mesa do consumidor. Empresas do ramo crescem de 15 a 20% com a expansão da atividade, a exemplo disso, a empresa, fornecedora de pintinhos, que obteve crescimento de 60% em 2015. Em 2016, o preço elevado dos insumos desfavoreceu a produção e criação de animais em geral, diminuindo a quantidade de produtos ofertados. Porém para 2017 o quadro já é promissor, com oferta maior de milho e soja a valores compatíveis.

A produção originada das famílias de agricultores e agricultoras familiares dos assentamentos rurais do DF e da RIDE atendidas pela EMATER-DF, que desenvolvem a produção da avicultura de corte semi-intensiva, a avicultura caipira de subsistência e a produção de ovos somadas, representa cerca de 4 mil famílias. No Distrito Federal, o plantel identificado significa uma produção de carne na ordem de 997 mil quilos de carne de frango e de 781 mil dúzias de ovos.

Atualmente, há 2 Associações voltadas para a atividade de criação de aves e ovos, AVINA e MISTA que estão se aprimorando para melhorar a cadeia produtiva, dentre elas, facilitar o escoamento da produção. Para tal, a passagem por abatedouros inspecionados e entrepostos de ovos se faz necessária para regularização dos produtos comercializados em mercados públicos e privados. Projetos estão sendo elaborados para fomentar a agroindustrialização coletiva em apoio ao setor.

Piscicultura

Em 2016, a piscicultura no DF teve um crescimento pouco significativo, devido a alguns entraves dentro da cadeia produtiva, tais como, aumento expressivo dos preços dos insumos, dificuldades de crédito e restrições para legalização ambiental. Estima-se uma produção menor que do ano de 2015, de aproximadamente 2.100 toneladas de peixe, sendo a tilápia predominante. Mesmo com esse panorama, as ações de assistência técnica qualificada da Empresa contribuíram para manter os trabalhos já desenvolvidos e promover melhorias na produção da região. Inovações tecnológicas, comercialização, melhoria da qualidade, segurança dos alimentos, agregação de valor e organização do setor foram o foco da atuação da EMATER-DF para esse setor. Foram ofertados cursos de Fundamentos da Piscicultura e um específico de Boas Práticas de Despesca, atendendo um total de 98 produtores. Grupos de interesse foram consolidados objetivando compras em conjunto e desenvolvimento da atividade. A seguir as fotos dessas atividades:



Curso de Boas Práticas de Despesca – Centro Tecnológico em Piscicultura Granja do Ipê

Bovinocultura do Leite

Em 2016, a EMATER-DF assistiu 999 produtores de leite. O rebanho acompanhado foi de 23 mil animais sendo 10 mil matrizes leiteiras. A produção estimada destes produtores somam 22,7 milhões de litros de leite produzidos no ano. A média de produção de leite do rebanho acompanhado foi de 2.230 litros de leite/matriz/ano. A maior concentração dos rebanhos está nas regiões administrativas de Planaltina e Gama.

A assistência técnica na área de manejo, alimentação e sanidade animal, principalmente, e também apoio na gestão da propriedade, visando a sustentabilidade dos pequenos e médios produtores de leite da região, tem sido o foco da atuação. Também são realizadas atividades de interesse do setor como reuniões técnicas e encontro de produtores, a exemplo do realizado durante a Semana Tecnológica do Rio Preto, que contou com a participação de mais de 40 produtores da região.

As tecnologias preconizadas são as que melhor se adaptam ao sistema de produção, que em sua grande maioria são semi-intensivos. Há também uma preocupação quanto ao fortalecimento das linhas de leite existentes para facilitar o escoamento da produção, pois os problemas na comercialização são recorrentes no mercado local. Observa-se nos últimos

anos um crescimento da produção de leite dos produtores especializados, mas uma redução no número de pequenos produtores que exploram a atividade.

O fortalecimento das organizações de produtores na atividade leiteira é importante para superar alguns desafios enfrentados pelos pequenos produtores na atividade. A EMATER-DF apoia às associações de produtores, incentiva grupos informais de pequenos produtores, para uso de tanques de resfriamento comunitariamente, e também a compra coletiva de insumos, facilitando a comercialização e reduzindo o custo de aquisição de insumos para a atividade.

No ano de 2016, foi promovida pela Associação de Produtores de São Sebastião (EXPOTIÃO), a exposição agropecuária regional na qual a EMATER-DF realizou palestras técnicas sobre manejo animal e melhoramento genético de bovinos leiteiro e apoiou a realização do torneio leiteiro e exposição de animais de aptidão leiteira. Essa atividade é fundamental para a capacitação de produtores e trabalhadores rurais, troca de experiências de campo, incentivo da atividade e também favorece a divulgação de criadores e a comercialização de animais na região. Foto ilustrativa dessa atividade:



Pesagem do Leite – Torneio Leiteiro Expotião 2016

Existem duas cooperativas de leite no DF: A Cooperativa Agropecuária de São Sebastião (Copas) e a Cooperativa Mista do Vale do Currealinho (COOMVALE), sediadas em São Sebastião e Brazlândia respectivamente, onde seus cooperados recebem assistência técnica da EMATER-DF. Esta última comercializa apenas leite in natura. Juntas, essas cooperativas somam em torno de 200 produtores rurais. A COPAS, no ano de 2016, enfrentou dificuldades para conduzir suas atividades, o que acarretou a adesão desta cooperativa a dois projetos ofertados pela EMATER-DF, para apoio a esta organização. O Empreender e Inovar, que apoia as questões de gestão administrativa e financeira e o Associar e Cooperar, que busca melhorar a relação da cooperativa com seus cooperados e os serviços prestados a estes.

A EMATER-DF auxilia também as associações de produtores na gestão de patrulhas mecanizadas cedidas pela SEAGRI-DF, que contam com os implementos para a produção de silagem e plantio de forrageiras. O apoio é importante para que esses equipamentos atendam melhor às comunidades, e também atendam as necessidades de produção de alimentos para os rebanhos, na qual os técnicos prestam todas as informações técnicas necessárias.

No que diz respeito à defesa sanitária animal, a EMATER-DF atua em consonância com a SEAGRI-DF e de acordo com os programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), visando à erradicação da brucelose, tuberculose, febre aftosa e controle da raiva em nossa região, ainda contribui na vigilância sanitária animal, notificando casos suspeitos ou diagnosticados das principais doenças de importância epidemiológica. Por meio de visitas e contatos, a Empresa trabalha na divulgação das campanhas anuais de vacinações contra febre aftosa e raiva. Outro trabalho relevante que é realizado pelos médicos veterinários e técnicos credenciados é a vacinação contra brucelose bovina, que atende principalmente os pequenos produtores familiares. No ano de 2016, foram vacinadas 2 mil bezerras.

Entre as capacitações técnicas em 2016, destacam-se os cursos: Vaqueiro Competente; Inseminação Artificial; Manejo Racional de Bovinos Leiteiros, que abrangeu os conceitos de bem estar animal; Cerca Elétrica; Formulação de Ração e Genética animal. Alguns cursos e outros eventos foram realizados em parcerias com outras instituições como MAPA, IFB e Embrapa Cerrados (CTZL). Fotos ilustrativas:



Curso Vaqueiro Competente – CENTRER

Foi realizada também, em parceria com o SEBRAE-DF, uma missão técnica à região de Castro-PR e Curitiba-PR, para conhecer propriedades leiteiras, cooperativas de leite e a Associação Paranaense dos Criadores de Bovinos da Raça Holandesa. Na Associação foi possível conhecer o trabalho desempenhado no seu projeto de melhoria da qualidade do leite no Estado. A missão contou com a participação de técnicos e produtores rurais. Fotos ilustrativas:



Missão Técnica – Castro PR

Inovação Tecnológica

A articulação da Extensão Rural, que intervém sobre a realidade mediante os preceitos da educação informal, com as instituições de pesquisa, que são importantíssimas para o desenvolvimento das ciências, conduzem a mudanças significativas nos processos de produção, sendo a aprendizagem baseada na troca de conhecimento e experiência para os profissionais e comunidade.

A inovação, diferentemente da lógica da invenção, não se baseia na busca de novas propriedades técnicas ou novos produtos, sua ênfase recai sobre a compatibilização entre o avanço tecnológico e as instituições sociais existentes. A estrutura organizacional deve ser assentada nos fluxos de informação que são essenciais. A escolha de determinadas tecnologias e a recusa de outras não são baseadas em critérios puramente econômicos ou racionais, mas sim na compatibilização envolvendo crenças e interesses dos diversos grupos e setores estratégicos que se encontram na atividade tecnológica. O conceito de redes de atores adquire importância crucial, pois através delas é possível detectar simultaneamente tanto o sentido das práticas sociais como das inovações tecnológicas em implicações complexas e dinâmicas.

Os objetivos do programa são *identificar* as necessidades de tecnologia das populações rurais; *Qualificar* esta demanda para escolher as prioridades; *Criar* as condições objetivas para circulação da informação e para *Retroalimentar* o processo de inovação. Avaliar se o impacto da tecnologia nas várias dimensões (tecnológica, econômica, social, cultural, política, legal e ambiental) de fato se tornou uma inovação.

Em 2015 foi criado um grupo de trabalho interinstitucional para planejar e coordenar as inovações tecnológicas para o espaço rural. As entidades efetivamente participantes são: Embrapa Agroenergia, Embrapa Cerrados, Embrapa Hortaliças, UnB, UPIS, e IFB.

Atividades de Inovação Tecnológica por temas:

Energias renováveis

- Visitas da Eco-inov aos escritórios locais para capacitação em Energia Fotovoltaica. As equipes foram orientadas com noções básicas sobre energia fotovoltaicas, modos de utilização e custos;
- Curso de Capacitação em Energias Renováveis para técnicos da EMATER-DF. No curso participaram também técnicos de outras instituições e produtores rurais;
- Excursão dos técnicos da EMATER-DF a uma propriedade leiteira com Biodigestor para geração de Energia Elétrica Público;
- Assessoria técnica a grupo de produtores de macaúba;
- Grupo de Trabalho de Biodiesel – Avaliação da utilização do Biodiesel na frota do GDF. Visa também a reativação do Projeto Biofrito, máquina instalada na Caesb;
- Estande na Agrobrasil onde foram demonstrados energia fotovoltaica, energia eólica e biodigestores;
- Seminário de Energias Renováveis da Agrobrasil.

Meio Ambiente

- Curso de Recomposição da Vegetação do Cerrado. Participaram também técnicos, outras instituições e proprietários de viveiros de mudas.

Gestão

- Unidades de experimentação: Análise econômica e financeira de propriedades leiteiras. As propriedades estão selecionadas e o trabalho está em estágio inicial.

Articulação, pesquisa e extensão

- Unidade demonstrativa na Agrobrasil de banana, café, pupunha, pitáia e maracujá pérola;
- Tectransfer – projeto de avaliação de resultados de Transferência de Tecnologia;
- Unidades de multiplicação de cultivares de mandioca com avaliação de produtividade e qualidade;
- Expedição Safra;
- Reunião técnica sobre a parceria Embrapa, EMATER-DF e produtor rural. A Embrapa apresentou o portfólio de pesquisa e a EMATER-DF as demandas dos produtores. Uma agenda conjunta está sendo construída a partir desse encontro;

- Reunião Técnica Grãos Articulador do CPAC provocou a reunião para tirar dúvidas dos técnicos da EMATER-DF.

Políticas Públicas

- Avaliação dos Processos do Pró-Rural com CT CPDR – Câmara Técnica do Comitê de Política de Desenvolvimento Rural do DF.

- Reuniões com a Câmara Setorial do Leite - CSL

Informações Conjunturais

- Fornecimento de dados ao IBGE, além da análise e crítica dos mesmos.

Produção Agropecuária

- Apoio na Integração Lavoura Pecuária (ILPF) presente no Agrobrasil e responsável pela organização, logística, fornecimento do lanche e divulgação

Agroecologia e Produção Orgânica

- Projeto Estratégias de produção, avaliação e uso de alimentos para sistemas de produção animal de Base Ecológica. Projeto de parceria com a Embrapa, com recursos da Embrapa.

Transferência de Tecnologia

- Projeto Transferência de Tecnologia, Intercâmbio e Construção do Conhecimento para o desenvolvimento sustentável da Região Centro Oeste. Recursos da SUDECO, colocado na Embrapa Agroenergia para projeto de TT em parceria com a EMATER-DF e outras instituições.

Agricultura Urbana

O Programa de Agricultura Urbana tem por objetivos básicos incentivar a segurança alimentar e a geração de renda pelo incentivo à produção de hortaliças orgânicas em hortas comunitárias e escolares no DF. No ano de 2016, além do foco principal do programa nas atividades de hortas escolares e hortas comunitárias, foi incluído o curso Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis por Meio da Hidroponia, numa parceria com a Fábrica Social (SEDESTMIDH - Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos) com a capacitação das 2 primeiras turmas de público urbano (25 participantes em cada turma) iniciada no mês de novembro. Como subsídio à produção das hortas escolares e hortas comunitárias foram disponibilizados insumos na forma de adubos, sementes, ferramentas e assistência técnica a 97 hortas escolares, beneficiando estimados 48.500 alunos, 3 hortas comunitárias e ainda 11 entidades assistenciais, tais como centros de atendimento à população de rua (Centro POP - Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e centros de saúde, além desses, também foram atendidas 6 unidades de internação socioeducativas da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF.

Métodos coletivos de ATER

A implantação destes projetos se dá através de métodos coletivos próprios de extensão rural como: unidades de experimentação, dia de campo, oficinas, cursos, reuniões, encontros, semanas tecnológicas, feiras, dentre outros. Em se tratando de um processo educativo, tais métodos vão gerar diversas demandas, que são respondidas pela prestação de serviços de assistência técnica, através de atendimentos pessoais e personalizados. Abaixo, os principais métodos coletivos realizados no ano:

Atividade – Métodos Coletivos	Data	Tipo de Público	Participantes
Espaço de Valorização da Agricultura Familiar - AgroBrasília	10 a 14/05/2016	Agricultores rurais / Público Urbano / Idosos / Jovens Rurais / Estudantes / Outros	8441
Semana do Produtor de Tabatinga	30/05 a 03/06/2016	Agricultores rurais / Público Urbano / Idosos Jovens Rurais / Estudantes / Outros	1127
Paranoá Orgânico	02 a 04/06/2016	Agricultores rurais / Público Urbano / Idosos Jovens Rurais / Estudantes / Outros	341
Semana do Pimentão - Taquara	03 a 06/08/2016	Agricultores rurais / Público Urbano / Idosos/ Jovens Rurais / Estudantes / Outros	190
Exposição Agrícola de São Sebastião - Expotião	03 a 07/08/2016	Agricultores rurais / Público Urbano / Idosos Jovens Rurais / Estudantes / Outros	210
Semana de Integração Rural – Vargem Bonita	06 a 13/08/2016	Agricultores rurais / Público Urbano / Idosos Jovens Rurais / Estudantes / Outros	205
Expoampa no Gama	12 a 14/08	Agricultores rurais / Público Urbano / Idosos / Jovens Rurais / Estudantes / Outros	57
XIX Semana de Tecnologia do Rio Preto	23 a 27/08/2016	Agricultores rurais / Público Urbano / Idosos / Jovens Rurais / Estudantes / Outros	414
12º Concurso de Receitas do Morango (Festa do Morango)	23 e 24/08/16	Agricultores rurais / Público Urbano / Idosos Jovens Rurais / Estudantes / Outros	18
Encontro Técnico – Dia Especial do Cultivo Semi-Hidropônicoe Manejo de Fertilização do Morango (Festa do Morango)	03/09/2016	Agricultores rurais / Público Urbano / Idosos Jovens Rurais / Estudantes / Outros	88
Manejo e Conservação do Solo e da Água – manejo da irrigação com uso de irrigas	06/09/2016	Agricultores rurais / Público Urbano / Idosos Jovens Rurais / Estudantes / Outros	23
Circuito da Rajadinha	17 e 18/09	Agricultores rurais / Público Urbano / Idosos Jovens Rurais / Estudantes / Outros	400
Encontro de Mulheres Rurais do Distrito Federal	07/10/2016	Mulheres Rurais	503

Atividade – Métodos Coletivos	Data	Tipo de Público	Participantes
FestFlor	27 a 30/10	Agricultores rurais / Público Urbano / Idosos Jovens Rurais / Estudantes / Outros	15.000
Total Geral			27.017

Quadro Resumo Programa 6207 – Brasília Competitiva

Tema	Atendimentos	Pessoas assistidas com repetição	Pessoas capacitadas com repetição
Desenvolvimento Humano e Social (DHS)	17.677	6.534	8.727
Olericultura	16.880	3.377	4.719
Gestão ambiental	13.181	4.516	2.863
Bovinocultura	6.821	1.847	1.969
Avicultura	4.828	1.641	1.101
Fruticultura	2.999	817	796
Piscicultura	2.904	1.004	591
Qualidade dos alimentos	2.141	646	985
Grandes culturas	2.115	814	538
Agroecologia	2.024	596	1.916
Agroindústria	1.803	333	422
Suinocultura	1.381	728	146
Outras cadeias produtivas, ovinocultura, turismo rural, floricultura, artesanato, equinocultura, agricultura urbana, entre outros	4.341	1.496	2.392
Total	79.095	24.349	27.165

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4116 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL	50.000	999.518	389.749	389.749
0001 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL-EMATER-DISTRITO FEDERAL	50.000	999.518	389.749	389.749
TOTAL DO PROGRAMA 6210	50.000	999.518	389.749	389.749

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Recuperação de APP e reserva legal	Ha	20	31-dez-14	Anual	105	120	150	185	EMATER-DF / UO 14203 / OE 5

A EMATER-DF tem papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável como processo da extensão rural no fator de mudanças a ações da ética socioambiental.

A Gestão Ambiental contribui na transformação do cenário atual e na mudança comportamental, com tomada de decisão e o desenvolvimento de mecanismos, a fim de garantir a sustentabilidade nos processos produtivos e, sobretudo, na consciência ambiental em que o meio ambiente não pode ser comprometido por interesses empresariais, nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica. Nessa perspectiva as ações no âmbito do programa visam alcançar os seguintes objetivos:

Capital das Águas: Promover a cultura do cuidado com a água, o aperfeiçoamento do marco normativo e institucional e garantir a oferta de água em quantidade e qualidade para a população e os ecossistemas naturais, a conservação e a recuperação das áreas de recarga de aquífero, nascentes e matas ciliares e áreas de proteção de mananciais.

Saneamento Ambiental: Garantir serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e gestão de resíduos sólidos, com regularidade e qualidade, segurando a proteção ao meio ambiente e à saúde da população.

Brasília Verde: Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental.

A Gestão Ambiental é uma das diretrizes operacionais que a EMATER-DF vem desenvolvendo para adequar as propriedades rurais, conforme a legislação ambiental vigente. Tem como objetivo, minimizar os impactos ambientais produzidos nos processos de produção de bens e serviços das propriedades rurais no Distrito Federal.

Propiciar às gerações futuras um ambiente que lhes garanta qualidade de vida e perspectiva de futuro é o ponto de partida para as transformações que deixarão um ambiente mais equilibrado e harmonioso a todos. Nesse contexto, a EMATER-DF atua em comissões, conselhos, comitês ambientais e grupos de trabalho.

Dentre esses, destacam-se as ações no Programa Produtor de Água, iniciativa da Agência Nacional de Águas (ANA), cujo objetivo é estimular a política de pagamento por serviços ambientais voltados à proteção hídrica no Brasil. No DF, o programa foi implantado na bacia do Ribeirão do Pipiripau e recebeu o nome de Projeto Produtor de Água no Pipiripau. Desde o início do Projeto em 2012 até o ano de 2016, na modalidade Conservação de Solo, foram realizadas 1005 ondulações transversais, construção e/ou manutenção de 545 bacias de retenção, readequação de 315 km de estradas e recuperação e/ou

construção de 1200 ha de terraceamento. Na modalidade Restauração e Conservação de Área de Preservação Permanente e/ou Vegetação Nativa, no ciclo 2012/2016, houve o plantio de 323.500 mudas. A modalidade Conservação de Remanescentes de Vegetação Nativa se detém na manutenção da vegetação existente. Destaca-se a implantação de 12 km de cercas para proteção de áreas destinadas a conservação e/ou restauração, especialmente em propriedades com criação de animais.

Entre 2012 e 2016, a EMATER-DF elaborou 131 Projetos Individuais da Propriedade (PIP), sendo 31 em 2016, que contemplam os usos do solo e as práticas ambientalmente adequadas a serem implementadas, para que o produtor possa ser remunerado pelos serviços ambientais prestados. Fotos ilustrativas dessa atividade:



Área de Plantio

Conservação do Solo

A EMATER-DF, em convênio com o Ministério da Agricultura, atua no Plano ABC – Agricultura de Baixo Carbono, que visa mitigar e reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) por meio da concessão de incentivos e recursos para os produtores rurais, substituírem práticas convencionais, por sistemas de produção sustentáveis, possibilitando a garantia da produção agrícola e pecuária, com baixa emissão de carbono, gerando mais renda ao produtor, mais alimentos para a população e maior proteção ao meio ambiente. O Plano ABC contempla e incentiva a execução das seguintes práticas: integração lavoura-pecuária-floresta, sistema de plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, florestas plantadas, tratamento de dejetos animais, recuperação de pastagens degradadas e produção orgânica. Em 2016 os recursos foram investidos na capacitação técnica e confecção de materiais técnicos informativos. Em 2017 serão intensificadas as ações de capacitação de técnicos e produtores e implantação de Unidades Demonstrativas das tecnologias do Plano ABC.. Fotos ilustrativas dessa atividade:



Integração Lavoura-Pecuária-Floresta



Sistema de Plantio Direto

A EMATER-DF também integra as ações do Projeto Descoberto Coberto, realizado na bacia hidrográfica do rio Descoberto, principal manancial de água do DF. O Projeto é desenvolvido por meio da adesão voluntária dos produtores rurais da região, com o apoio governamental, em busca da reversão do desmatamento, dos processos erosivos e da sedimentação do Lago do Descoberto. Entre 2009 e 2013, foi realizada a revegetação com espécies nativas do cerrado, totalizando 163.102 mudas distribuídas em 36 propriedades na orla do Lago do Descoberto e em 60 propriedades nas áreas contribuintes do Lago. Em 2014, essas propriedades foram orientadas quanto ao manejo das áreas recuperadas e entre, 2015-2016, houve ações de educação ambiental para sensibilizar os moradores da região quanto à importância hídrica do rio Descoberto. Cabe destacar ainda em 2015 a assinatura do acordo do Governo do Distrito Federal com o Projeto Cultivando Água Boa de Itaipu Binacional, bem como o lançamento do Plano de Manejo e Conservação de Água e Solo, ambos estão em fase de implantação na bacia hidrográfica do rio Descoberto.

O Plano de Manejo e Conservação da Água e do Solo em Áreas de Produção Rural no Distrito Federal busca promover a adoção de boas práticas voltadas para adequação ambiental da infraestrutura e da produção rural, pois propõe a construção de uma política pública estruturante, envolvendo o setor rural e as diversas organizações de apoio, com responsabilidade compartilhada, visando à sustentabilidade das atividades agrossilvopastorino DF e como consequência, a melhoria da qualidade de vida da população. Ele é dividido em quatro programas que são Água, Solos, Regularização Ambiental e Ações Transversais. Tem como base a do planejamento da unidade hidrográfica do DF, e, iniciados os trabalhos de conservação de solo em imóveis rurais, reparo e manutenção de estradas rurais na bacia do Rodeador em Brazlândia. Nesse contexto, em 2016 houve a construção de 14 bacias de retenção, implantação e manutenção de 41,09 hectares de terraços, adequação de 1,1 km de estradas rurais e realização de um curso de treinamento para operadores referente à adequação de estradas rurais. Houve ainda, a realização de 5 campanhas de outorga em conjunto com a ADASA. A bacia do Rodeador foi

região prioritária para preenchimento do Cadastro Ambiental Rural - CAR e foram realizadas 2 oficinas com a comunidade Guariroba, para discussão da realidade local.

Além da construção do Plano, a EMATER-DF, em parceria com a SEAGRI e CAESB, contribuiu na revitalização de 5 canais de irrigação: Olaria, Vargem Bonita, Tabatinga, Recanto da Conquista e Santos Dumont (alguns trechos).. Fotos ilustrativas dessa atividade:



Revitalização de Canal de Irrigação

A adequação ambiental das propriedades, especialmente relacionadas ao licenciamento ambiental de empreendimentos familiares e agroindústrias é uma das prioridades da EMATER-DF. Dentre as adequações ambientais, destaca-se a Regularização Fundiária que possibilita a consolidação do espaço rural do Distrito Federal para viabilizar a assinatura dos Contratos de Concessão de Direito Real de uso. Esse mecanismo promove aos agricultores uma maior segurança jurídica das ocupações que, em alguns casos, poderão comprar as terras. Em 2016, a EMATER-DF elaborou 19 PUs (Planos de Utilização), documento que fornece informações da propriedade para o processo de regularização fundiária.

Com o objetivo de simplificar os procedimentos de licenciamento ambiental, visando dar maior celeridade ao financiamento da produção agropecuária, face às exigências dos órgãos ambientais, foi criada a Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária (DCAA), que possibilitou o acesso ao crédito rural para centenas de produtores rurais. Em 2016, foram elaboradas 141 declarações pela EMATER-DF.

Ressalta-se também, o contínuo trabalho na requisição de outorgas de águas. A EMATER-DF realiza a visita na propriedade para coleta de dados, como fotografias, georreferenciamento do ponto de captação, medição de vazão, cálculo de quantidade de água necessária para atender o imóvel rural, preenchimento do requerimento da ADASA, auxilia o produtor na análise de qualidade da água (somente para captação de água subterrânea) e protocola o pedido de Outorga na ADASA. Em 2016, foram protocolados na ADASA, via EMATER-DF, 322 requerimentos de outorga.

Tendo em vista a gestão de resíduos sólidos cabe destacar a atuação da EMATER-DF junto à utilização do COL (Composto Orgânico de Lixo), que beneficiou centenas de produtores rurais com substanciais ganhos para a sociedade urbana. Em 2016, foram atendidos 635 produtores em uma área de 1.050 hectares, perfazendo um total de 32 toneladas de composto.

Os técnicos da EMATER-DF incentivam os produtores ao correto manuseio de agrotóxicos por meio de treinamentos, visando maior segurança alimentar e do trabalhador rural. Sendo assim, as 10 Campanhas de Recolhimento de Embalagens de Agrotóxicos realizados no DF em 2016 beneficiou 237 produtores e tem gerado significativos resultados na redução do impacto ambiental destes produtos.. Fotos ilustrativas dessa atividade:



Posto de Recolhimento de Embalagens de Agrotóxico PAD/DF

Recolhimento de Embalagens de agrotóxico N.R Tabatinga

Destaca-se a atuação marcante da EMATER-DF na Comissão do ZEE - Zoneamento Ecológico e Econômico do DF, que fornecerá importantes subsídios para o planejamento do desenvolvimento sustentável do DF.

Além do mais, a EMATER-DF auxilia na execução do Projeto REFLORESTAR da SEAGRI-DF através da identificação de imóveis rurais com áreas degradadas em APP (Área de Preservação Permanente).

Com a exigência do Código Florestal Vigente (Lei 12.651/2012) da inscrição de todos os imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural-CAR, a EMATER-DF executou em 2016 em todo DF, 21 mutirões de atendimento, perfazendo 2.655 CARs elaborados. Ademais, foi realizado curso de capacitação técnica para 49 estagiários que estão auxiliando os produtores na elaboração do CAR no Distrito Federal.. Fotos ilustrativas dessa atividade:



Curso de Capacitação Técnica para Estagiários



Elaboração do CAR

Destaca-se em 2016, a organização da capacitação em Educação Ambiental da Fábrica Social, cujo objetivo é promover inclusão sócio produtiva por meio da educação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com vistas a sua autonomia socioeconômica. O primeiro módulo capacitou 50 trabalhadores em 2016.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	429.971	244.910	5.816	5.816
5338 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	429.971	244.910	5.816	5.816
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	415.000	81.511	67.484	67.484
9633 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-EMATER-DISTRITO FEDERAL	415.000	81.511	67.484	67.484
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	20.000	1.112.029	0,00	0,00
9699 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	20.000	1.112.029	0,00	0,00
9801 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DA EMATER-DF-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	250.000			
0016 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-EMATER-DISTRITO FEDERAL	250.000	43.750	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	90.430.543	90.146.043	88.672.824	88.672.824
0006 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EMATER-DISTRITO FEDERAL	90.430.543	90.146.043	88.672.824	88.672.824
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	4.869.700	4.049.700	3.747.556	3.747.556
6986 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-EMATER-DISTRITO FEDERAL	4.869.700	4.869.700	3.747.556	3.747.556
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	60.000	59.999	45.349	45.349
0003 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-EMATER-DISTRITO FEDERAL	60.000	59.999	45.349	45.349
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2.500.036	3.806.556	2.923.910	2.832.013
0093 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	2.500.036	3.806.556	2.923.910	2.832.013
TOTAL DO PROGRAMA 6001	98.975.250	99.500.748	95.371.042	95.371.042

A natureza dos serviços prestados pela Empresa - EMATER-DF, para a população e instituições rurais, tem como base as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural capazes de estimular, implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, tendo como foco o fortalecimento da Agricultura Familiar e suas organizações, através de processos educacionais baseados no conhecimento da realidade rural e adequados às necessidades do meio com a participação dos atores locais beneficiários das políticas públicas no meio rural e/ou urbano do DF e Entorno. Sendo esta uma instituição que atua com processo educacional de forma continuada, conforme a literatura nos afirma em termos conceituais, a "Educação Informal" é o que melhor define e caracteriza a atuação do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública. O principal capital da Empresa, os recursos humanos, é formado por um quadro multidisciplinar de profissionais, em sua maioria de nível superior e pós-graduado, alguns com mestrado e doutorado em áreas correlatas com a função da instituição.

As alocações dos recursos no Programa 6001 permitiram o funcionamento das unidades descentralizadas e da unidade sede, cobrindo despesas tais como manutenção de veículos; combustível; limpeza e manutenção de bens móveis e imóveis; material de consumo e almoxarifado; energia elétrica, água e esgoto; telefonia móvel e fixa; serviços de correio; taxas de associação e de conselhos de classe; taxas bancárias; auditoria em medicina do trabalho; além de despesas com publicidade institucional, que são utilizados para tornar público os atos administrativos no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF e no Diário Oficial da União - DOU, quando cabível.

Com os recursos alocados em Pessoal e Manutenção de Serviços Administrativos é dado o suporte a todo o trabalho de extensão.

Os consertos e pequenos reparos para manutenção predial são realizados por equipe própria de empregados, atendendo as demandas de todas as unidades da EMATER-DF.

Desde 1982 a Empresa oferece a oportunidade de realização de estágio curricular e extracurricular a estudantes com o objetivo de complementar seus estudos acadêmicos, por meio da prática profissional. O Programa de Estágio da EMATER-DF oferece vagas para alunos regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino médio e superior, da rede

oficial e particular do DF e do Entorno, dando oportunidades a centenas de alunos, em especial aos matriculados em cursos da área de Ciências Agrárias.

O acesso ao Programa de Estágio é possível por meio de convênios celebrados com instituições de ensino, atendendo ao disposto na Lei n.º 11.788 de 25 de setembro de 2008 e outros dispositivos legais em vigor. O referido programa aprimora relações interinstitucionais entre o GDF e as 14 (quatorze) instituições conveniadas, assim como 2 em fase de credenciamento.

Foram alocados e executados recursos para concessão de bolsas de estágio, pagamento de auxílio transporte e seguro de vida para a maioria dos graduandos contemplados com o Programa de Estágio. Os estágios de nível superior foram oferecidos nas áreas de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Administração, Direito, Gestão do Agronegócio, Gestão Ambiental e Florestal, Ciência da Computação e Análise de Sistema, Comunicação Social e Publicidade e Propaganda. Dessa forma, a EMATER-DF cumpre seu papel social como opção para diferentes áreas profissionais relacionadas às Ciências Agrárias.

Em 2016 foi firmado convênio com o FUNAM-DF (Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal) para realização de estágio extra-curricular na área ambiental, o que possibilitou a ampliação do número de vagas, totalizando 71 oportunidades. A alocação do recurso foi no Programa 6210 de acordo com o objeto do Convênio.

Em cumprimento aos normativos vigentes a EMATER-DF implementa o Bolsa do Menor Aprendiz, que é um programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, com especificação do público-alvo, dos conteúdos programáticos a serem ministrados, período de duração, carga horária e prática, mecanismos de acompanhamento, avaliação e certificação do aprendizado, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria TEM nº 615, de 13 de dezembro de 2007. Aprendiz é o jovem com idade entre 14 e 24 anos, matriculado em curso de aprendizagem profissional e admitido por estabelecimentos de qualquer natureza que possuam empregados regidos pela CLT. Em 2016 foram oferecidas 7 vagas, sendo distribuídos nas diversas unidades da Empresa. Os candidatos a empregado aprendiz passaram por seleção interna a critério da empresa, onde foram selecionados filhos de produtores rurais, concretizando o papel social de atuação da EMATER-DF. A instituição formadora legalmente qualificada e escolhida foi o Fecomércio, que organiza um programa de aprendizagem continuado para participação dos empregados aprendizes, e ocorre uma vez por semana durante a vigência do contrato, conciliando o desenvolvimento profissional do empregado aprendiz com orientação profissional na EMATER-DF.

A capacitação de servidores é uma ação destinada aos empregados do quadro permanente e aos empregados não efetivos (requisitados ou comissionados). O Plano Anual de Capacitação – PAC é a principal ferramenta de planejamento dos treinamentos realizados pela EMATER-DF e está dividido em cinco eixos de formação: Programa de Capacitação Inicial, Programa de Capacitação Profissional em Administração e Gestão Pública, Programa de Capacitação Profissional em ATER, Programa de Seleção Interna e Pós-graduação, e Programa de Desenvolvimento Gerencial. Cada eixo está voltado para desenvolver o corpo funcional da EMATER-DF e contribuir para o alcance das metas previstas no Planejamento Estratégico 2012/2021. No ano de 2016, ocorreram 55 ações de capacitação que envolveram 346 empregados, com repetição, nas seguintes modalidades: cursos presenciais e a distância, palestras, intercâmbios, viagem técnica etc. Como não houve dotação orçamentária liberada por força de Decreto, a Emater-DF não pode contratar cursos externos pagos, mas realizou capacitações internas ou por meio de parcerias, como a Escola de Governo, Embrapa, Universidade de Brasília e outras. Alguns dos cursos realizados foram: Curso CAR – Sustentabilidade; Treinamento no Sistema Integrado de Controle de Processos (SICOPWEB); 23º Hortitec 2016 - Exposição Técnica de Horticultura, Cultivo protegido e Culturas Intensivas; Manejo racional de bovinos leiteiros; Treinamento sobre EmaterWeb; Palestra “O Coaching Aplicado à Gestão Pública”; Palestra sobre Assédio Moral; Excursão à Araguari-MG – novos cultivares e híbridos de hortaliças; dentre outros. No que tange ao Processo Seletivo Interno de Pós-Graduação, 2 empregados aprovados no processo de 2014 estão cursando mestrado, sendo um na área de Administração e Gestão Pública e outro na área de Assistência Técnica e Extensão Rural. Também foram aprovados 4 candidatos no processo seletivo interno que ocorreu em 2016, sendo 1 para mestrado na área de Administração e Gestão Pública; 1 para mestrado na área de Assistência Técnica e Extensão Rural; e 2 para especialização na área de Assistência Técnica e Extensão Rural.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	500.000	1.084.500	1.022.206	1.022.206
6150 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-EMATER-DISTRITO FEDERAL	500.000	1.084.500	1.022.206	1.022.206
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	8.770.000	0	0	0
0015 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-EMATER-DISTRITO FEDERAL	8.770.000	0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500.000	9.990.000	9.944.350	9.944.350
0035 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-EMATER-DISTRITO FEDERAL	500.000	9.990.000	9.944.350	9.944.350
TOTAL DO PROGRAMA '0001	9.770.000	11.074.500	10.966.556	10.966.556

A EMATER-DF possui assistência legal em diferentes ramos do direito empresarial, tributário, trabalhista e civil, para que no desenvolvimento de suas atividades e negócios sejam resguardados os direitos e prevenidos os conflitos.

A representação judicial da EMATER-DF, nos polos ativos e passivos, em 130 Ações Judiciais, perante a Justiça do Trabalho, dentre as quais 109 referentes à Gratificação de Titulação (Lei nº 3.824/2006), e 21 referentes a outros assuntos (Jornada de Trabalho, Adicional de Insalubridade, Cumprimento de Acordo Coletivo, Progressão Funcional, Ressarcimento de Pagamentos Indevidos, Ação Civil Pública, dentre outros), com atuação junto às Varas do Trabalho de Brasília-DF, ao Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região – TRT-10, ao Tribunal Superior do Trabalho – TST e ao Supremo Tribunal Federal – STF, levou a execução de despesas referentes a custas judiciais e depósitos recursais.

Elaboração de 453 manifestações, por escrito, em Processos Administrativos, dentre as quais 216 (duzentos e dezesseis) pareceres jurídicos, e 237 despachos, referentes a diversos assuntos de interesse da EMATER-DF, especialmente processos de Contratações e Despesas Públicas: Licitações, Dispensas, Inexigibilidades e Adesões a Ata de Registro de Preços, Contratos, Convênios, Termos de Cooperação Técnica e Aditivos a Contratos, Concessão de Benefícios a Empregados, Acordo Coletivo de Trabalho-ACT, Plano de Empregos e Salários-PES, Normas Internas, Procedimentos de Reconhecimento de Dívida de Exercícios Anteriores, Respostas a Consultas Externas junto à Ouvidoria da EMATER-DF etc.

Representação Judicial da EMATER-DF, nos polos ativos e passivos, em 08 Ações Judiciais perante a Justiça Comum, referentes a assuntos diversos (Ações de Cobrança, Execuções, Mandado de Segurança, Repetição de Indébito etc.), com atuação junto às Varas da Fazenda Pública de Brasília-DF, ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, ao Superior Tribunal de Justiça – STJ e ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Representação Extrajudicial da EMATER-DF junto a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Entidades Privadas, mediante elaboração de Consultas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, respostas à Ouvidoria Geral do Distrito Federal e à Controladoria Geral do Distrito Federal, elaboração de Recursos e Defesas Prévias de Infrações de Trânsito junto ao Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, Recursos de Revisão de Benefício, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e Notificações Extrajudiciais a Entidades Privadas.

O Programa aloca também a execução do pagamento das indenizações do Plano de Demissão Voluntária.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A captação de recursos, por meio de Convênios, Contratos de Repasse e de Prestação de Serviços, continua cumprindo papel imprescindível no apoio às atividades-fim da EMATER-DF.

Convênios

Em 2016, a empresa celebrou 6 novos convênios e manteve ativos outros 10, referente a recursos já captados em anos anteriores. Como concedente, a EMATER-DF mantém outros 14 convênios em vigor.

A tabela a seguir demonstra os recursos captados pela Empresa junto às instituições nos últimos anos e que se mantiveram em vigor em 2016, percorrendo o montante de R\$ 4.702.650,24 (quatro milhões setecentos e dois mil seiscentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos).

Convênios ativos em 2016 (EMATER-DF Conveniente)			
Concedente	Objeto	Valor total R\$	Fim da vigência
MDS	Reestruturar e ampliar as hortas comunitárias instaladas nas cidades e escolas do DF	800.000,00	30/11/2016
MDA/CEF	Aquisição de veículos, equipamentos de informática e audiovisual para fortalecimento da estrutura pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Distrito Federal.	613.079,43	31/03/2017
MAPA/CEF	Aquisição de duas unidades móveis para atendimento e capacitação de pequenos agricultores do Distrito Federal e Entorno.	649.000,00	30/05/2017
MPA	Disponibilizar ações de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola – ATEPA, no território do Distrito Federal e assentamentos da Região Integrada do DF e Entorno (RIDE).	406.012,81	30/05/2017
MAPA	Desenvolver as Boas Práticas Agrícolas para produtores rurais de frutas e hortaliças do Distrito Federal com base no programa Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil), coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).	176.908,00	02/04/2017
MAPA	Implementar e difundir tecnologias do plano abc no distrito federal por meio de capacitação, implantação de unidades de referência para transferência de tecnologias e produção de material de divulgação	149.650,00	28/06/2017
MDA/CEF	Fortalecimento da estrutura pública de ATER do DF para o desenvolvimento das ações da	918.000,00	31/03/2017

Convênios ativos em 2016 (EMATER-DF Convenente)			
Concedente	Objeto	Valor total R\$	Fim da vigência
	estratégia para o meio rural, por meio da aquisição de equipamentos.		
MDA	Formar e capacitar agentes de ATER com habilidades de percepção e interação transdisciplinar nas dimensões do contexto social, econômico, cidadania, apropriação tecnológica, ambiental e agroecológico.	440.000,00	31/12/2017
MDA/CEF	Fortalecimento da estrutura pública de ATER do DF para o desenvolvimento das ações da estratégia para o meio rural, por meio da aquisição de veículos.	330.000,00	31/03/2017
MDA/CEF	Fortalecimento da estrutura pública de ATER do DF por meio da aquisição de software do tipo Data Discovery, que vise a gestão das atividades.	220.000,00	31/03/2017

Fonte: SICONV

Em 2016, a EMATER-DF celebrou seis novos convênios, conforme demonstra planilha abaixo, percorrendo um total de recursos captados no valor de R\$ 5.156.823,90 (cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e vinte e três reais e noventa centavos), apenas neste ano.

Novos Convênios celebrados em 2016 (EMATER-DF Convenente)			
Conveniente	Objeto	Valor total R\$	Fim da vigência
MDA/CEF	Viabilizar Assistência Técnica e Extensão Rural ATER aos agricultores familiares, por meio da aquisição de veículos.	748.620,00	31/07/2017
MDA/CEF	Viabilizar ATER aos agricultores familiares, por meio da aquisição de veículos.	110.000,00	30/10/2018
ANA	Reverter os processos de degradação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Ribeirão Pipiripau, no âmbito do Programa Produtor de Águas.	2.382.580,00	27/10/2019
MAPA	Promoção de assistência técnica e extensão rural, no âmbito do Distrito Federal, a produtores rurais com ações que visem o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento nas principais atividades produtivas locais, no contexto social, econômico, cidadania, apropriação tecnológica, ambiental e agroecológico por meio de capacitações de produtores rurais, suas organizações e assessoria especializada.	801.109,20	05/12/2018
SEMA/FUNAM/SEAGRI	Programa de Assistência à Inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR dos Imóveis Rurais localizados na APA da Bacia do Rio Descoberto DF e aos que tiverem até 4 Módulos Fiscais em todo o DF.	1.114.514,70	11/3/2017

Fonte: SICONV

Em 2016 a EMATER-DF atuou em Convênios como concedente, conforme tabela abaixo:

Outros Convênios ativos em 2016 (EMATER-DF Concedente)		
Contraparte	Objeto	Fim da vigência
Associação Comunitária do Núcleo Rural Córrego da Onça - ACONURCO	Disponibilização de Conjunto Agrícola (trator e implementos)	03/06/2017
Associação dos Produtores do Projeto Contagem - Aprocon	Disponibilização de Conjunto Agrícola (trator e implementos)	03/06/2017
Associação dos Produtores Rurais Novo Horizonte Betinho - ASPRONTE	Disponibilização de Conjunto Agrícola (trator e implementos)	03/06/2017
Associação Rural de Samambaia - ARUSAM	Disponibilização de Conjunto Agrícola (trator e implementos)	03/06/2017
Banco do Brasil S/A	Troca de informações e prestação de serviços atinentes ao programa de formação do patrimônio do Servidor Público-Pasep	26/03/2017
Banco do Brasil S/A	Assistência técnica em nível de imóvel crédito rural	Indeterminado
BRB	Concessão de empréstimo pelo BRB a servidor	23/11/2019
Cooperativa Agrícola do Rio Preto Ltda - COARP	Disponibilização de Conjunto Agrícola (trator e implementos)	03/06/2017
Cooperativa dos Produtores de Flores E Plantas Ornamentais do Distrito Federal - MULTIFLOR	Disponibilização de 02 estabilizadores, 01 furgão Ducato e 2 computadores	30/04/2017
Embrapa/CNPq	Licenciamento, a título não-exclusivo e gratuito, do programa de computador AINFO - Versão 6	01/04/2020
Grupo de Apoio Aos Moradores do Núcleo Jardim I - GAMNRJ	Disponibilização de Conjunto Agrícola (trator e implementos)	03/06/2017
Inst. de Educação Superior - IESB	Convênio para Realização de Estágio Curricular Obrigatório	31/12/2018
UBEC/UCB	Propiciar estágio obrigatório e não obrigatório aos estudantes de Nível Superior	30/03/2017
Única Educacional	Convênio para propiciar estágio curricular e extracurricular de estudantes	30/08/2021

Fonte: Gerência de Contratos e Convênios – GCONV/EMATER-DF

Contratos de ATER

A planilha a seguir demonstra a captação de recursos com a prestação de serviços de ATER, por meio de chamadas públicas do INCRA, bem como MDA e FURNAS, totalizando R\$ 10.686.479,40 (dez milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos).

Contraparte	Objeto	Valor total R\$	Fim da vigência
Furnas Centrais Elétricas S/A	Prestação de Serviços (ATES)	2.729.030,00	30/06/17
INCRA SR (28) DFE - 100	Assessoria técnica, social e ambiental a trabalhadores rurais do Programa de ATER-PRONATER (Contrato decorrente da Chamada Pública referente ao processo 072.000.247/2014)	1.782.373,11	08/05/17
INCRA SR (28) DFE - 200	Assessoria técnica, social e ambiental a trabalhadores rurais do Programa de ATER-PRONATER (Contrato decorrente da Chamada Pública referente ao processo 072.000.247/2014)	1.531.597,18	08/05/17
INCRA SR (28) DFE - 300	Assessoria técnica, social e ambiental a trabalhadores rurais do Programa de ATER-PRONATER (Contrato decorrente da Chamada Pública referente ao processo 072.000.247/2014)	2.083.944,77	08/05/17

Contraparte	Objeto	Valor total R\$	Fim da vigência
INCRA SR (28) DFE - 400	Assessoria técnica, social e ambiental a trabalhadores rurais do programa de ATER-PRONATER (Contrato decorrente da Chamada Pública referente ao processo 072.000.247/2014)	369.880,15	08/05/17
INCRA SR (28) DFE - 500	Assessoria técnica, social e ambiental a trabalhadores rurais do Programa de ATER-PRONATER (Contrato decorrente da Chamada Pública referente ao processo 072.000.247/2014)	494.010,52	08/05/17
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Prestação de serviços de ATER no DF	1.695.643,70	30/4/17

Fonte: Gerência de Contratos e Convênios – GCONV/EMATER-DF

Parcerias Internacionais

No ano de 2016 a cooperação internacional brasileira, no nível do Governo Federal, continuou sofrendo uma desaceleração nas atividades, perdendo o impulso que havia ocorrido nos anos anteriores. Dessa forma, o papel de protagonismo do Brasil diminuiu tanto nas políticas de cooperação norte-sul, quanto na política sul-sul. Esta mudança atenuou a busca pelo conhecimento do modelo de desenvolvimento brasileiro, das políticas de segurança alimentar, com inclusão da agricultura familiar. Não obstante, durante o ano de 2016 foram renovados os Termos de Cooperação, por mais três anos, tanto com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, quanto com o Programa Mundial de Alimentação – PMA, através do Centro de Excelência Contra a Fome.

O acordo com o PMA foi consequência do reconhecimento internacional que as políticas brasileiras de Segurança Alimentar e Valorização da Agricultura Familiar vinham alcançando, junto aos organismos internacionais de desenvolvimento, notadamente a FAO. O PMA utiliza o trabalho desenvolvido pela SEAGRI-DF e suas vinculadas, EMATER-DF e CEASA-DF, como modelo institucional para implantação dessas políticas de Estado.

Dentro deste acordo, em 2016, recebemos 2 comitivas internacionais de alto nível: uma composta por 3 membros do Ministério do Desenvolvimento Internacional do Reino Unido e de 4 técnicos da FAO, outra da Índia, com o Ministro de Estado de Assuntos do Consumidor, Alimentação e Distribuição Pública, acompanhado de 3 funcionários do ministério, além do Diretor do PMA na Índia, e o Diretor Executivo do PMA em Roma. Recebemos ainda, por demanda do PMA, uma comitiva de pesquisadores do *EconomicPolicyReserchInstitute*, com sede na África do Sul, que irá desenvolver uma análise do trabalho do PMA.

Outro fator que tem atraído os olhares internacionais além dessas políticas de alcance social, que produzem profundas mudanças nas comunidades, estabelecendo processos de desenvolvimento local, cada vez mais sustentáveis, é o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O trabalho da extensão rural tem reforçado o processo de utilização de tecnologias sustentáveis e adaptadas à agricultura familiar, com alta produtividade e custos relativamente baratos na sua implantação. A EMATER-DF tem se destacado neste contexto de modernização da produção familiar, o que torna o Distrito Federal uma vitrine deste modelo de desenvolvimento, onde você tem uma produção de qualidade e em quantidade suficiente para atender as demandas desses programas sociais.

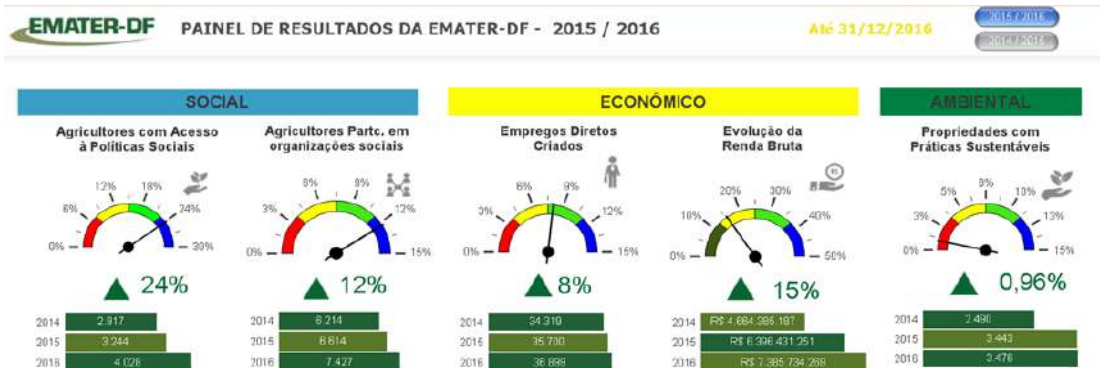
Esta conjugação de fatores, aliada a situação geopolítica do DF, ao lado do Governo Federal desperta o interesse dos representantes de outros países, que visitam a Empresa com a intenção de conhecerem o modelo institucional, para implantação desse processo de desenvolvimento sustentável, principalmente no que diz respeito ao papel da extensão rural. Dessa forma, ao longo do ano de 2016 foram recebidas 2 comitivas de representantes de instituições de ensino e pesquisa. Uma comitiva do *Centro de Estudios de la Orinoquia*, de *la Universidad de los Andes*, da Colômbia, composta do Diretor do Centro e mais 3 membros, uma segunda comitiva da Unidade Avançada de Villavicencio, da *Corporación Universitaria Autónoma de Nariño*, da Colômbia, composta do Diretor e 2 membros.

A EMATER-DF também foi acionada por outros órgãos que trabalham com a política de Segurança Alimentar e Valorização da Agricultura Familiar, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE, para receber uma comitiva da Diretoria Nacional de Nutrição e Saúde Escolar de Moçambique, composta da Diretora e 3 membros, além de 2 funcionários do PMA de Moçambique. Outra instituição demandante foi o SENAR que solicitou uma visita para uma comitiva composta de 6 funcionários da JICA e 9 funcionários do Governo de Moçambique, interessados em conhecer o sistema de extensão rural brasileiro.

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social a Empresa ajudou a organizar e participou como palestrante de uma visita para os participantes do Seminário Internacional, onde foi registrada a presença de 42 delegações estrangeiras e representantes de 44 embaixadas, num total de 60 países representados, abrangendo África, América, Ásia, Europa e Oceania. Ocorreram ocasiões em que houve o contato diretamente pelas embaixadas, tal como Moçambique, para uma visita do Embaixador a uma propriedade de aquaponia; e pela embaixada da Nicarágua, para uma visita da Embaixadora a uma propriedade de desidratação de frutas e legumes.

Gestão por Resultados

A inovação nos sistemas de planejamento e acompanhamento foram o diferencial na implementação da gestão por resultados. A tecnologia do sistema de informação aliado ao processo de formulação dos 5 indicadores de resultados (agricultores com acesso a políticas públicas, agricultores participantes em organizações sociais, empregos diretos criados, evolução da renda bruta e propriedades com práticas sustentáveis), propiciaram um acompanhamento do desempenho da unidade através da mensuração do impacto gerado nas dimensões Social, Econômica e Ambiental.



O painel com os Dados do Painel de Resultados contém o fechamento do Ano 2016.

O trabalho é orientado pelas seguintes Diretrizes Estratégicas-EMATER-DF 2016:

1. Desenvolvimento e fortalecimento institucional

Aprimorar a estrutura organizacional e consolidar Modelo de Gestão Estratégica Orientado por Resultados nas áreas fim e meio, visando a integração de toda a Empresa, para otimizar recursos e cumprir todos os compromissos institucionais.

2. Parcerias Institucionais

Desenvolver e executar ações interinstitucionais públicas e privadas, que tenham políticas voltadas para a redução das desigualdades, negociando a busca da valorização da cidadania, pelo aprimoramento da rede de parceiros.

3. Participação Social

Promover ações de Ater com base em processos participativos, estimulando a adoção de enfoques metodológicos que potencializem o envolvimento e protagonismo dos beneficiários da ATER, para o desenvolvimento de ações sustentáveis que visem o seu empoderamento.

4. Inovação Tecnológica

Estabelecer processos de soluções tecnológicas, nos diversos elos das cadeias produtivas, para o conjunto de negócios do setor rural do Distrito Federal/parte da RIDE, por meio de uma rede de inovação e qualificação demandas para construção de novos conhecimentos para o desenvolvimento rural.

5. Sustentabilidade

Implementar projetos e desenvolver ações para preservar e recuperar o meio ambiente, com prioridade a água e o solo de modo a garantir segurança hídrica e condições de produção para gerações futuras, por meio do manejo de agro ecossistemas.

6. Sistemas de Produção

Incentivar a adoção dos princípios da agricultura de base sustentável com enfoque econômico, ambiental e social, que estimule o processo organizativo e o protagonismo dos beneficiários da ATER.

7. Segurança Alimentar e Nutricional

Fomentar a diversificação da produção no Distrito Federal/parte da RIDE e o consumo de alimentos locais, com base nas especificidades culturais e em práticas alimentares promotoras da saúde, de forma a garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

8. Gestão do Negócio Rural

Estruturar a ATER para Tecnologia de Gestão dos Negócios Rurais com vista ao aprimoramento dos processos de cada elo da cadeia produtiva dos produtos e serviços agropecuários e não agropecuários.

9. Desenvolvimento Econômico

Fomentar processos de crescimento da produção, da produtividade e da renda, nas atividades econômicas do espaço rural; com ações que promovam mais ocupações trabalhistas, compreendendo apoio aos arranjos produtivos locais e incentivando a comercialização da produção, para aumentar a importância do espaço rural na economia do Distrito federal.

10. Agricultura Urbana

Consolidar o projeto de agricultura urbana, buscando integrar as atividades rurais e um ambiente de diálogo com a população urbana e a interação com jovens e adultos em ambientes educacionais.

11. Comunicação Social

Desenvolver ações que vise à tomada de consciência da população da importância do espaço rural para a qualidade de vida da população urbana e rural.

Vale destacar a finalização do desenvolvimento do novo sistema da área finalística da Empresa, o EMATERWeb, além da consolidação do Painel de Resultados, que agregam não só pela ferramenta em si, mas principalmente pela mudança de paradigma dos processos de gestão.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Entre as realizações alcançadas não se pode deixar de citar, ao final, as ações de Desenvolvimento Institucional que aconteceram durante o exercício, pois elas contribuem para o alcance dos resultados obtidos nas ações/realizações pela área finalística da EMATER-DF.

Em 2016 foi operacionalizada a Avaliação de Desempenho dos empregados, que é atrelada à progressão por mérito, e visa mensurar o grau de desempenho de cada empregado por meio de auto avaliação e avaliação da chefia imediata. Esta avaliação foi aplicada em sistema próprio tendo como ganho principal o preenchimento online dos formulários, facilitando a sistematização dos dados e dos resultados.

Cabe ressaltar que a empresa continua cumprindo o Plano de Benefícios EmaterDF-FlexCeres, plano de previdência complementar patrocinado e estruturado na modalidade de contribuição variável e administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social.

No tocante às Normas Institucionais, no ano de 2016 foi dada ênfase à atualização, divulgação e consolidação das normas da empresa. A principal ação foi à divulgação dos normativos vigentes na intranet e extranet e circulares internas, estando disponível o acesso a todos os empregados.

Ressalta-se ainda a posse da nova Diretoria da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, que colaborou com as ações voltadas para qualidade de vida e segurança no trabalho dos empregados. Foi dada continuidade a outras ações de gestão do clima organizacional, entre elas a SIPAT – Semana Interna de prevenção de acidente de trabalho, que aconteceu entre 21 a 25/11/2016 e contou com palestras informativas sobre brucelose humana, alimentação, controle do stress, impacto do sono na saúde e sua influência nos acidentes de trabalho, manejo de animais peçonhentos e investimentos financeiros.

Também houve exposições de diversos parceiros, como a prevenção do câncer de mama, próstata e hipertensão arterial; sobre tabagismo e a importância da alimentação saudável, realizados pelos SESC; aferição de pressão ocular realizado pelo Centro Brasileiro de Visão (CBV); aferição da pressão arterial, realizado pelo SABIN; e também encerramento das atividades com aula funcional, realizada por uma profissional de educação física.

Também foram renovados os exames periódicos de todos os empregados da EMATER-DF e requisitados, por meio de consulta médica realizada nos próprios estabelecimentos da Empresa. Os exames foram feitos por meio de anamnese clínica e solicitação de exames laboratoriais para grupos específicos de empregados.

No ano de 2016 foram implementadas rotinas para melhoria da efetividade no controle e incremento de arrecadações próprias, por intermédio de contratos de ATER, especialmente com o INCRA, Furnas e MDA. Em decorrência dessas ações foram quitadas as dívidas de exercícios anteriores e feito um plano de investimento devidamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A fim de otimizar a utilização dos recursos e sanear algumas dificuldades diagnosticadas, foi feito esforço ao longo do ano no desenvolvimento do Sistema de Gestão de Frotas, em fase de implementação. Em detrimento de uma frota desgastada pelo tempo de uso e condições das estradas rurais, necessitando de manutenções periódicas e sem condições de serem realizadas de maneira tempestiva por motivo de restrição orçamentária imposta pelo contingenciamento de recurso, enfrentamos sérias dificuldades chegando a ter apenas um veículo por unidade descentralizada funcionando para realização das atividades pactuadas.

Para 2017 a unidade conta com um incremento em investimento por parte do Governo Federal, nos pactos de Convênio e Contrato de Repasse, para renovação da frota, rede de dados, equipamentos de informática e construção do Centro da Agricultura Familiar. O Decreto de Execução Orçamentária normalmente imputa dificuldades com contingenciamentos restritivos. Para 2017 a expectativa é de atuar de forma preventiva na gestão dos recursos e geração de despesas.

6.3. FUNDO DE AVAL DO DISTRITO FEDERAL - UO: 14.901

O Fundo de Aval do Distrito Federal - FADF é um instrumento financeiro, criado pela Lei nº 2.652, de 27/12/2000 e regulamentado pelo Decreto nº 22.024, de 21/03/2001, administrado por um Conselho Administrativo e Gestor sob a Coordenação da SEAGRI/DF.

Missão

Promover o desenvolvimento rural no Distrito Federal com ações que permitam o aumento da produção e da produtividade, da renda, da segurança alimentar e a permanência do homem no meio rural.

Objetivos

O FADF tem como objetivo conceder garantia total ou complementar, necessária à contratação de financiamentos junto às instituições financeiras e aos fundos governamentais do Distrito Federal, para projetos de atividade rural que não consigam apresentar outras formas de garantia.

A alavancagem de cobertura financeira do FADF na concessão de Garantias Complementares fica limitada em até cinco vezes o seu patrimônio líquido financeiro.

As concessões de Garantias Complementares do FADF serão suspensas, sempre que a inadimplência atingir 5% do valor do patrimônio líquido financeiro do Fundo.

Conselho Administrativo e Gestor

O Conselho Administrativo e Gestor do FADF é presidido pelo Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e composto pelo titular dos seguintes órgãos e entidades, ou por seus representantes formalmente indicados: Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI/DF; Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER/DF; Banco de Brasília S.A – BRB; Federação dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal e Entorno – FETA/DF; Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAPE/DF.

Beneficiários

São beneficiários do FADF, os produtores rurais, assentados da reforma agrária ou suas cooperativas no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno – RIDE que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I. Para os produtores rurais:
 - a. Não deter, a qualquer título, área maior do que vinte módulos fiscais;
 - b. Administrar sua propriedade com sua família;
 - c. Ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento, excluindo do cômputo total da renda os rendimentos provenientes de aposentadoria rural e de benefícios sociais; e
 - d. Residir na propriedade rural ou em comunidade rural próxima.
- II. Para as cooperativas:
 - a. Comprovar que pelo menos 70% dos seus membros atende aos requisitos do inciso I; e
 - b. Comprovar o regular funcionamento de suas atividades perante o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal, na forma estabelecida em resolução do Conselho Administrativo e Gestor do FADF.
- III. Para os assentados da reforma agrária, comprovar condição de beneficiários do Programa de Reforma Agrária, por meio de documento emitido pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária – INCRA.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
9089 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS	507.324	329.760	0	0
0001 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS--DISTRITO FEDERAL	507.324	329.760	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	507.324	329.760	0	0

Arrecadações 2016

Meses	Arrendamentos R\$	Total R\$
Janeiro	36.110,21	36.110,21
Fevereiro	18.396,74	18.396,74
Março	47.597,85	47.597,85
Abril	115.329,22	115.329,22
Maió	95.658,84	95.658,84
Junho	55.809,61	55.809,61
Julho	28.090,92	28.090,92
Agosto	29.036,36	29.036,36

Meses	Arrendamentos R\$	Total R\$
Setembro	56.416,49	56.416,49
Outubro	12.223,77	12.223,77
Novembro	25.634,03	25.634,03
Dezembro	84.309,99	84.309,99
Total	604.614,03	604.614,03

Metas Previstas e Realizadas – 2016

Indicadores	Previsto		Realizado	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor
Arrecadação com taxas de arrendamentos	-	530.000,00	-	604.614,03
Taxas de concessão de aval	-	3.350,00	-	0,00
Totais	-	533.350,00	-	604.614,03
Concessão de Cartas de Aval	33	729.984,60	-	-
Financiamentos garantidos	33	2.674.302,19	-	-

Avais Concedidos 2013 a 2016

Ano	Beneficiários da garantia*						Geral		
	BRB			FDR/SEAGRI			R\$ C. Aval	R\$ Garantias	R\$ Financiamento
	C. Aval	R\$ Garantias	R\$ Financiamento	C. Aval	R\$ Garantias	R\$ financiamento			
2013	17	501.887,46	1.137.901,05	23	503.338,96	2.002.778,27	40	1.005.226,42	3.140.679,32
2014	24	421.107,83	1.426.396,52	12	270.112,57	1.350.665,84	36	691.220,40	2.777.062,36
2015	9	194.384,45	646.962,13	14	315.847,87	1.527.163,29	23	510.232,32	2.174.125,42
2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	50	1.117.379,74	3.211.259,70	49	1.089.299,40	4.880.607,40	99	2.206.679,14	8.091.867,10

Recursos Comprometidos x Recursos Disponíveis

Discriminação	(R\$) Concedidas	(R\$) Encerradas	(R\$) Ativas
Garantias concedidas em 2013	1.005.226,42	175.648,54	829.577,88
Garantias concedidas em 2014	691.220,40	239.088,40	452.132,00
Garantias concedidas em 2015	510.232,32		510.232,32
Total	2.206.679,14	414.736,94	1.791.942,20
Saldo na conta do FDR em 27/12/2016 (Conta Contábil 111110201)			2.807.702,46
Alavancagem de cobertura financeira (5x1)			14.038.512,30
Garantias Ativas			1.791.942,20
Garantias disponíveis - alavancagem (-) garantias ativas			12.246.570,10

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Desde sua criação o Fundo de Aval- FADF concedeu R\$ 2.206.679,14 em garantias, alavancando R\$ 8.091.867,10 em negócios agropecuários, para 99 produtores rurais do Distrito Federal. Essas garantias propiciaram a aquisição de caminhões, veículos utilitários, tratores microtratores, implementos e custeio agropecuário.

No exercício de 2016 não houve demanda por garantias do FADF.

As garantias ofertadas somente serão honradas pelo FADF, em caso de inadimplemento por parte dos beneficiários. Frise-se, até o final do exercício de 2016 não houve nenhum pedido de honra do Aval.

No tocante a arrecadação, cujo percentual de 30%, que em princípio, deveria também incidir sobre os contratos de arrendamento sob a responsabilidade da TERRACAP, porém, até a presente data não foram repassados ao FADF conforme determina o inciso VI, § 2º do art. 3º da Lei 5.024, de 25/02/2013. Todavia a Empresa, por meio do Processo nº 370.000.093/2015, propôs alteração no percentual a ser repassados ao FADF, que se encontra sob a análise da Secretaria da Agricultura.

Perspectivas para 2017

As perspectivas para 2017 são defomentar, inovar e divulgar ações visando aumentar a procura das garantias pelos beneficiários do FADF.

Outro foco é manter a parceria com Banco de Brasília e buscar outras instituições financeiras e Fundos Governamentais, no sentido de disponibilizar o FADF como mais uma ferramenta de financiamento agropecuário, especialmente à agricultura familiar. Neste sentido o Fundo já iniciou, no último trimestre de 2016, as tratativas junto ao Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal - Programa Prospera, administrado pela Secretaria de Trabalho, visando garantir os projetos de atividades rurais financiados com recursos daquele Programa.

Independente do impasse gerado na fonte de receita do FADF, para ano de 2017, estima-se uma arrecadação de R\$ 640.844,72 oriunda de taxas dos contratos de arrendamentos sob a responsabilidade da Secretaria da Agricultura e com as taxas de concessão de aval. Estas metas e as demais estão demonstradas a seguir:

Metas para 2017

Indicadores	Quantidade	Valor R\$
Arrecadação com taxas de arrendamentos (1)	-	634.844,72
Taxas de concessão de aval (2)	-	6.000,00
Total		640.844,72
Garantia Complementar	50	1.200.000,00
Financiamentos com garantias do FADF	50	4.000.000,00

(1) Arrecadação de 2016 + 5%

(2) 0,5% da garantia complementar

6.4. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - UO: 14.902

O Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR é um instrumento financeiro, regido pela Lei nº 5.024, de 25 de fevereiro de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 34.235, de 16 de abril de 2013, administrado por um Conselho Administrativo e Gestor sob a coordenação da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI/DF.

Missão

O FDR tem por missão promover o desenvolvimento rural no Distrito Federal, com ações que permitam o aumento da produção e da produtividade, da renda, da segurança alimentar e a permanência do homem no meio rural.

Objetivos

O FDR possui dois objetivos específicos. O primeiro visa financiar projetos de atividades rurais no Distrito Federal e na Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal – RIDE. O segundo visa apoiar financeiramente, em caráter não reembolsável, projetos de fomento à produção agropecuária no Distrito Federal, com foco no desenvolvimento territorial em suas múltiplas dimensões, por intermédio do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CRDRS, no atendimento às demandas dos produtores rurais, apresentadas por suas organizações. Aqui denominados, respectivamente de **FDR-Crédito** e **FDR-Social**.

Conselho Administrativo e Gestor

O Conselho Administrativo e Gestor do FDR, presidido pelo Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal é composto pelo titular dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Secretaria de Estado de Fazenda; Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural do Distrito Federal; Banco de Brasília S.A.; Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A.; Federação dos trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno; Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal; e Um representante indicado entre os titulares dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CRDRS.

Beneficiários

São beneficiários do FDR:

- I. Produtores rurais do Distrito Federal e da RIDE; e
- II. Associações, Cooperativas e Empresas Rurais do Distrito Federal.

Modalidades

O Fundo de Desenvolvimento Rural possui duas modalidades: FDR-Social e FDR-Crédito.

A modalidade FDR-Crédito, concederá financiamentos para projetos de investimento e custeio associado a investimento às atividades e sistemas de produção rurais, abaixo relacionados:

- I. Plasticultura: implantação e ampliação de cultivo protegido para atividades orgânicas e convencionais de olericultura, floricultura, fruticultura, piscicultura e produção de mudas;
- II. Sistemas Agroflorestais: implantação, ampliação e adequação de sistemas agroflorestais, inclusive, a Integração Lavoura, Pecuária e Floresta - ILPF;
- III. Agricultura Orgânica: implantação, ampliação e adequação de sistemas de produção agropecuários orgânicos;
- IV. Boas Práticas Agropecuárias - BPA: implantação, ampliação e adequação de sistemas de produção baseados em boas práticas agropecuárias, inclusive atividades pecuárias e agrícolas convencionais;
- V. Irrigação localizada: implantação e ampliação de sistemas de irrigação, incluindo os investimentos necessários para infraestrutura elétrica, captação e reservação de água;
- VI. Agroindústria: implantação, adequação e ampliação de agroindústrias, incluindo obras, equipamentos e utensílios;
- VII. Implantação, ampliação e adequação de sistemas de energia renováveis.

A modalidade FDR-Social apoiará financeiramente, em caráter não reembolsável, projetos de fomento à produção agropecuária no Distrito Federal, apresentados pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CRDRS, cujos bens adquiridos e a obras realizadas depois de incorporadas ao patrimônio do Distrito Federal poderão ser cedidos às entidades beneficiárias mediante convênio firmado, no atendimento as seguintes demandas:

- I. Realização de estudos;
- II. Elaboração de projetos;
- III. Aquisição de máquinas; equipamentos agrícolas e veículos utilitários e, implantação de projetos de infraestrutura social; produtiva; ambiental; hídrica; de transportes; e, de lazer comunitário na zona rural.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	27.000	42.550	0	0
0003 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	27.000	42.550	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.560.242	3.759.017	120.245	120.245
9574 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	2.560.242	3.759.017	120.245	120.245
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	50.000	742.501	0	0
9639 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO-DISTRITO FEDERAL	50.000	742.501	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	59.300	138.546	0	0
6193 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-DISTRITO FEDERAL	59.300	138.546	0	0
5523 - REFORMA DE GALPÃO	53.100	365.015	0	0
0001 - REFORMA DE GALPÃO-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	53.100	365.015	0	0
9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	2.626.298	1.936.117	1.531.643	1.531.643
0001 - APOIO FINANCEIRO AOS PRODUTORES RURAIS-DF	2.626.298	1.936.117	1.531.643	1.531.643
TOTAL DO PROGRAMA 6207	5.375.940	6.983.746	1.651.888	1.651.888

Arrecadações - Exercício 2016

Meses	Arrendamentos	Amortização de Empréstimos			Total
		Principal	Juros e Moras	Total	
Janeiro	84.257,16	49.157,61	8.519,93	57.677,54	141.934,70
Fevereiro	42.925,73	101.441,73	14.993,88	116.435,61	159.361,34
Março	111.061,65	174.052,19	36.431,72	210.483,91	321.545,56
Abril	269.101,50	87.580,58	10.239,31	97.819,89	366.921,39
Mai	223.203,95	256.741,91	45.624,45	302.366,36	525.570,31
Junho	130.222,41	234.441,37	90.628,16	325.069,53	455.291,94
Julho	65.545,49	79.614,53	7.883,69	87.498,22	153.043,71
Agosto	67.751,52	242.216,42	36.538,36	278.754,78	346.506,30
Setembro	131.638,47	165.109,36	43.139,78	208.249,14	339.887,61
Outubro	28.522,13	84.352,25	7.841,73	92.193,98	120.716,11
Novembro	59.812,73	235.205,28	38.675,08	273.880,36	333.693,09
Dezembro	196.723,30	274.734,79	57.681,52	332.416,31	529.139,61
Total	1.410.766,04	1.984.648,02	398.197,61	2.382.845,63	3.793.611,67

FDR - Projetos 2004 a 2016

Exercício	FDR - CRÉDITO			FDR - SOCIAL				TOTAL (R\$)
	Projetos Financiados			Recursos Disponibilizados		Projetos Liquidados		
	Qtde.	Recursos Disponibilizados	Liquidados (R\$)	Qtde.	R\$	Qtde.	R\$	
2004	9	65.044,09	65.044,09					65.044,09
2005	8	66.482,58	66.482,58					66.482,58
2006	34	1.039.658,91	1.039.658,91					1.039.658,91
2007	14	270.614,17	270.614,17					270.614,17
2008	32	1.068.605,21	1.068.605,21					1.068.605,21
2009	21	850.985,89	850.985,89					850.985,89
2010	11	569.623,02	569.623,02					569.623,02
2011	18	1.295.040,73	1.295.040,73					1.295.040,73
2012	45	3.016.992,07	3.016.992,07					3.016.992,07
2013	58	5.108.208,08	5.108.208,08	31	4.400.000,00			5.108.208,08
2014	18	1.998.373,51	1.998.373,51	22	1.020.000,00	22	2.402.382,82	4.400.756,33
2015	38	3.609.374,95	3.609.374,95	0	1.282.228,68	0	0	3.609.374,95
2016	15	1.873.296,03	1.873.296,03	0	0	0	0	1.873.296,03
Total	321	20.832.299,24	20.832.299,24	53	6.702.228,68	22	2.402.382,82	23.234.682,06

Metas Estimadas e Realizadas – Exercício 2016

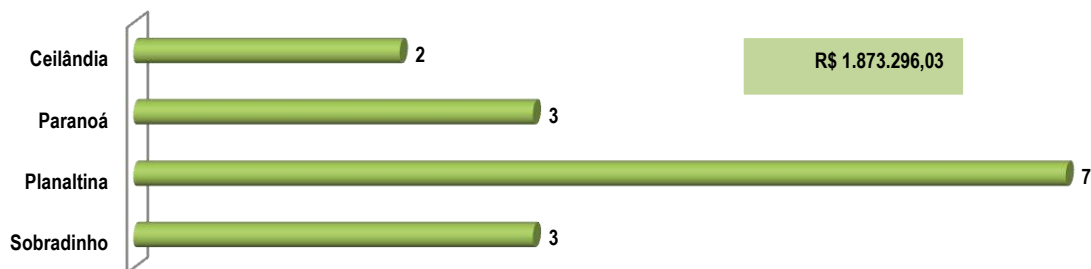
Indicadores/Descrição	Unidade	Metas Estimadas	Metas Realizadas	%
		Qtde/Valor	Qtde/Valor	
Arrecadação com taxas de arrendamentos	R\$	1.371.223,96	1.410.766,04	102,88%
Arrecadação com retorno de financiamentos	R\$	2.677.168,37	2.382.845,63	89,01%
Total	R\$	4.048.392,33	3.793.611,67	93,71%
Financiamentos*	R\$	3.230.563,27	1.873.296,03	57,99%
Projetos Agropecuários*	Projetos	48	15	31,25%
Agroindústrias	Equipamentos	1	0	0,00%
Carretas Agrícolas	Und.	5	1	20,00%
Custeio agrícola (incluindo sistema de irrigação)	Hectares	21,5	118	548,84%

Indicadores/Descrição	Unidade	Metas Estimadas	Metas Realizadas	%
		Qtde/Valor	Qtde/Valor	
Custeio pecuário	Res	40		0,00%
Estufas	Und	35	22	62,86%
Bovinocultura Leiteira e de corte	Rês	40	230	575,00%
Microtratores Agrícolas	Und	5	0	0,00%
Outros Implementos Agrícolas	Und	60	9	15,00%
Tratores Agrícolas	Und	15	2	13,33%
Veículos Utilitários (caminhões/Furgões)	Und	10	0	0,00%
Ocupação do Solo	Hectares	720	1.651	229,30%
Mão-de-Obra	Pessoas	288	197	68,40%
Familiar	Pessoas	144	25	17,36%
Contratada	Pessoas	96	156	162,50%
Temporária	Pessoas	48	16	33,33%

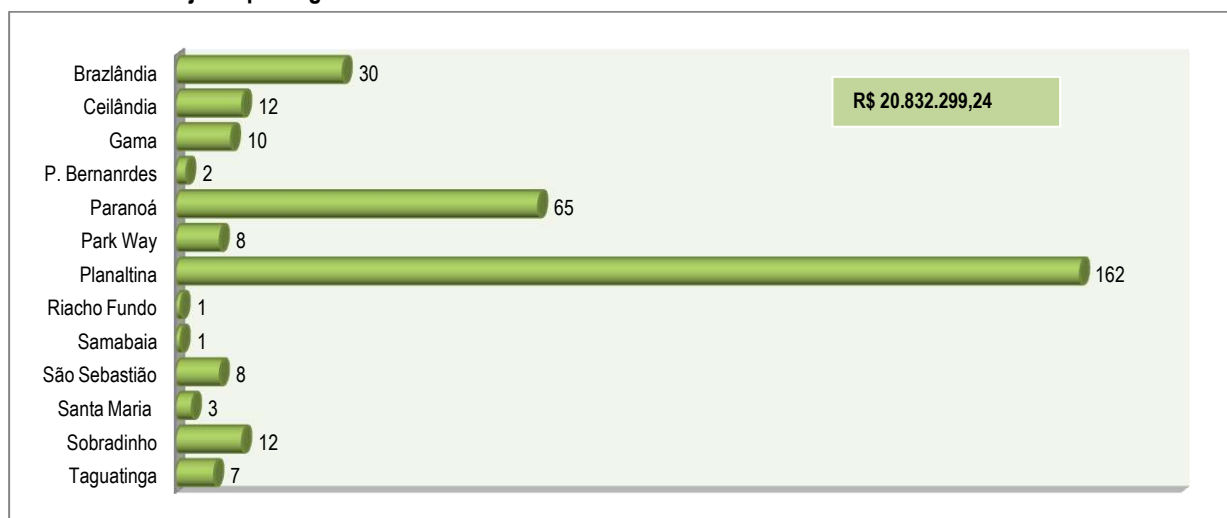
FDR-Crédito - Projetos por tamanho de áreas e mão de obra - Exercício 2016

Processo	Dados do Contrato				Área da implantação do projeto						Mão de obra			
	Contrato	Nº	Data	Valor (R\$)	Total	>50ha	>50ha %	<50ha	<50ha %	Oc. Solo	Familiar	Contratada	Temporária	Total
070.001.377/2015	NCR	2016/001	15/01/2016	199.972,83	304	304	18			36,06	1	1	0	2
070.001.404/2015	NCR	2016/002	15/01/2016	149.250,00	322	322	20			265	0	18	0	18
070.001.329/2015	CRP	2016/001	25/01/2016	144.360,00	8			8	0,48	6	2	1	1	4
070.001.372/2013	CRP	2016/002	02/02/2016	150.000,00	18			18	1,08	13,62	1	0	0	1
070.001.490/2016	NCR	2016/003	01/09/2016	47.122,80	90	90	5			67	0	120	0	120
070.001.809/2016	NCR	2016/004	15/12/2016	67.287,00	6			6	0,36	4,8	2	0	4	6
070.001.810/2016	NCR	2016/005	15/12/2016	112.145,00	48			48	2,89	28,79	6	4	1	11
070.001.839/2016	NCR	2016/006	15/12/2016	63.678,40	3			3	0,15	2,5	2	1	1	4
070.001.892/2016	NCR	2016/007	15/12/2016	19.200,00	6			6	0,39	3,5	2	0	0	2
070.001.997/2016	NCR	2016/008	15/12/2016	170.000,00	342	342	21			269,52	0	1	1	2
070.001.998/2016	NCR	2016/009	15/12/2016	200.000,00	273	273	17			165	1	5	0	6
070.002.008/2016	NCR	2016/010	15/12/2016	28.000,00	94	94	6			69	0	1	1	2
070.002.048/2016	NCR	2016/011	15/12/2016	200.000,00	85	85	5			60,08	1	2	1	4
070.002.025/2016	NCR	2016/012	15/12/2016	125.000,00	3			3	0,15	2	4	0	1	5
070.001.999/2016	NCR	2016/013	15/12/2016	197.280,00	50			50	3,03	36	3	2	5	10
Total				1.873.296,03	1.652	1.510	92	142	8,53	1.028,87	25	156	16	197

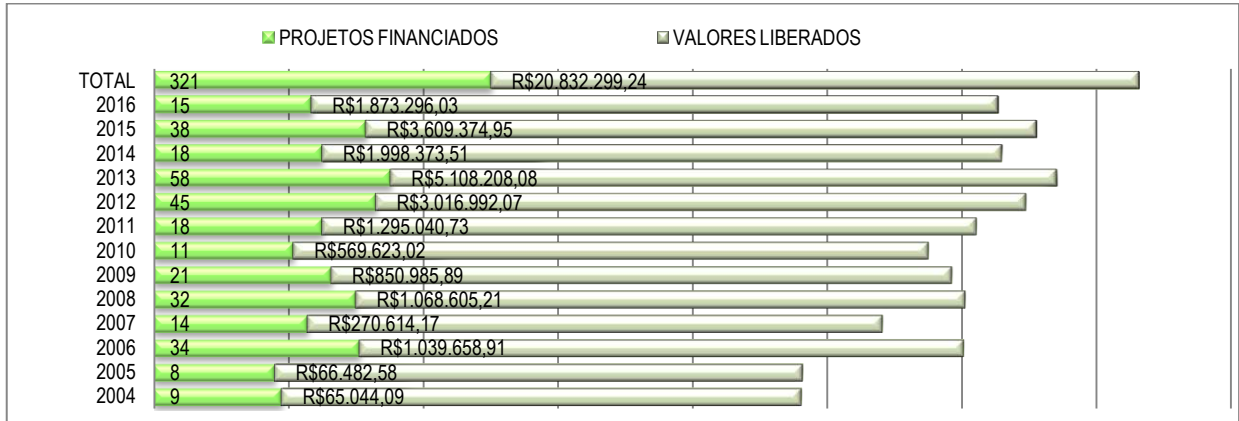
FDR-Crédito - Projetos por região - Exercício 2016



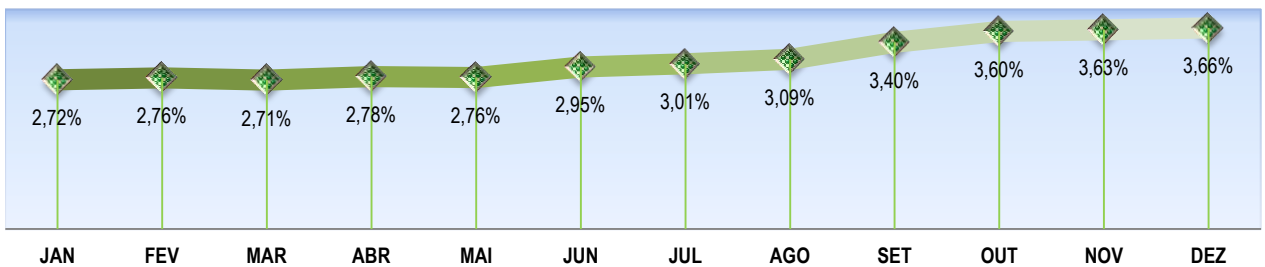
FDR-Crédito - Projetos por região - 2004 a 2016



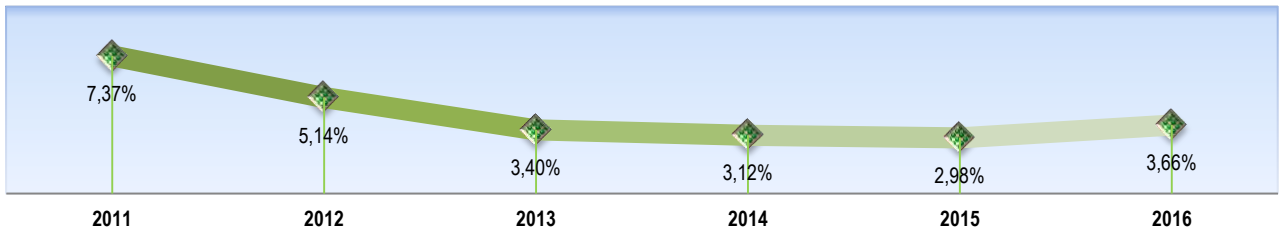
FDR-Crédito - Projetos 2004 a 2016



FDR-Crédito – Histórico da Inadimplência 2016



FDR-Crédito - Histórico da Inadimplência 2011 a 2016



FDR-Crédito - Exemplo de Bens e Atividades Financiadas



NCR 2016/001 - Sistema de irrigação



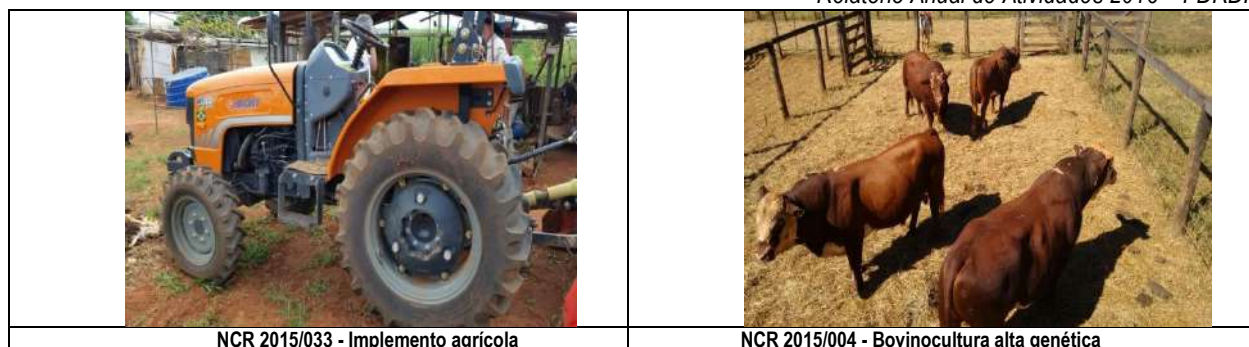
NCR 2015/004 - Cultivo protegido



NCR 2015/003 - Fruticultura irrigada



NCR 2015/007 - Trator agrícola



NCR 2015/033 - Implemento agrícola

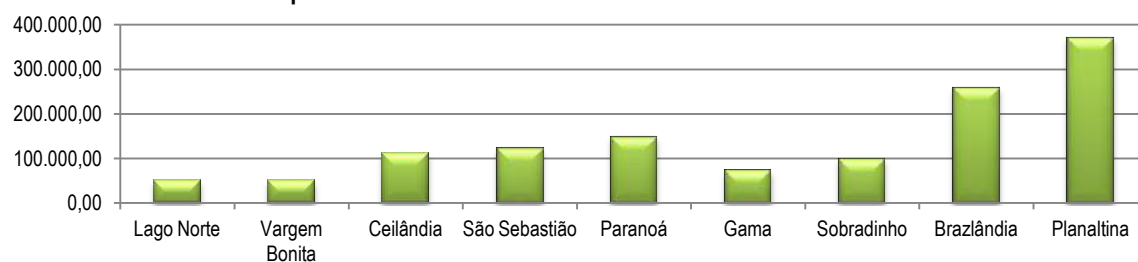
NCR 2015/004 - Bovinocultura alta genética

FDR-Social - Recursos (R\$) Disponibilizados 2013 a 2016

Conselho Regional	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Lago Norte	100.000,00	30.000,00	50.000,00	0	180.000,00
Vargem Bonita	150.000,00	50.000,00	50.000,00	0	250.000,00
Ceilândia	300.000,00	70.000,00	110.529,50	0	480.529,50
São Sebastião	350.000,00	80.000,00	122.864,68	0	552.864,68
Paranoá	450.000,00	100.000,00	148.022,14	0	698.022,14
Gama	450.000,00	100.000,00	73.523,96	0	623.523,96
Sobradinho	500.000,00	120.000,00	98.194,31	0	718.194,31
Brazlândia	800.000,00	180.000,00	259.038,74	0	1.239.038,74
Planaltina	1.300.000,00	290.000,00	370.055,35	0	1.960.055,35
Total	4.400.000,00	1.020.000,00	1.282.228,68	0	6.702.228,68

FDR-Social - Total de Recursos (R\$) Disponibilizados e Realizados 2013 a 2016

Conselho Regional	Disponibilizado (R\$)		Realizados (R\$)				Total	Saldo
	2013 a 2016		2013	2014	2015	2016		
Lago Norte	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
Vargem Bonita	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Ceilândia	480.529,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480.529,50
São Sebastião	552.864,68	0,00	146.049,99	0,00	0,00	0,00	146.049,99	406.814,69
Paranoá	698.022,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	698.022,14
Gama	623.523,96	0,00	366.500,00	0,00	0,00	0,00	366.500,00	257.023,96
Sobradinho	718.194,31	0,00	417.241,12	0,00	0,00	0,00	417.241,12	300.953,19
Brazlândia	1.239.038,74	0,00	534.797,00	0,00	0,00	0,00	534.797,00	704.241,74
Planaltina	1.960.055,35	0,00	777.002,11	0,00	0,00	0,00	777.002,11	1.183.053,24
Total	6.702.228,68	0,00	2.241.590,22	0,00	0,00	0,00	2.241.590,22	4.460.638,46

FDR-Social – Recursos Disponibilizados 2013 a 2016**Recursos Comprometidos a serem Executados em 2017**

Discriminação	(R\$) Destinado	(R\$) Liquidado	(R\$) Comprometido
Resolução nº 01/2013 - destina recursos ao FDR-Social	4.450.000,00	2.402.382,82	2.047.617,18
Resolução nº 01/2014 - destina recursos ao FDR-Social	1.021.982,00	0	1.021.982,00
Resolução nº 02/2015 - destina recursos ao FDR-Social	1.282.228,68	0	1.282.228,68
Resolução nº 02/2015 - destina recursos para aquisição de equipamentos, materiais de consumo e de divulgação.	150.000,00	120.245,00	29.755,00
Valores comprometidos com projetos do FDR-Crédito, processos: 070.001.857/2016; 070.002.020; 070.002.146/2016 e 070.002.151/2016.	492.326,81	0	492.326,81
Total	7.396.537,49	2.522.627,82	4.873.909,67
Saldo na conta do FDR em 31/12/2016 (Conta Contábil 111110201)			5.111.526,25
Saldo na conta do FDR em 31/12/2016 (Conta Contábil 111110301)			179.514,05
		Saldo 31/12/2016	5.291.040,30
Saldo líquido em 31/12/2016 menos valor comprometido			417.130,63
Valor mínimo (30%) destinado ao FDR-Social para o Exercício de 2017			125.139,19

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

FDR-Crédito

Desde sua criação em 2004 até o final do exercício de 2016, o FDR, modalidade **Crédito**, financiou 321 projetos de atividades rurais, atingindo um montante de R\$ 20.832.299,24.

Dos 321 financiamentos 114 contratos foram liquidados. Até o final do exercício de 2016 havia retornado ao Fundo um montante de R\$ 9.697.129,81, dos quais R\$ 8.048.789,56 referem-se ao valor principal e R\$ 1.648.340,25 aos juros e acessórios dos financiamentos.

O FDR monitora sistematicamente a implantação dos projetos e o ressarcimento dos valores financiados. Essas ações melhoram o relacionamento com os produtores rurais beneficiários do Fundo, aumentam a demanda por projetos e mantém baixo o índice de inadimplência.

Em 2016, no mês de março o Fundo atingiu o menor índice, 2,71%, porém, em abril passou a registrar leves aumentos na inadimplência.

Fatores atípicos na região do Distrito Federal em 2016, especialmente climáticos (estres hídrico) e a notável recessão econômica, contribuíram para o aumento da inadimplência. Por este motivo e, especialmente buscando manter a política de baixa inadimplência, já em agosto de 2016, quando o índice chegou a 3,09%, o Conselho Administrativo e Gestor, visando à recuperação dos créditos, editou a Resolução nº 06. Esta ação está possibilitando aos produtores a renegociação de suas dívidas, via administrativa, junto ao Fundo, evitando demandas judiciais dispendiosas e demoradas tanto para o produtor quanto para o Governo.

No tocante as metas estimadas para o exercício de 2016, o cumprimento das mesmas restaram prejudicadas, frisa-se, possivelmente pelos mesmos fatores que elevaram o nível de inadimplência mencionado anteriormente.

Além disso, a alteração das atividades financiáveis - Resolução nº 03 de agosto de 2015 - pode ter influenciado na diminuição da demanda por financiamentos com recursos do FDR., visto que nos últimos exercícios a demanda maior era por financiamento de tratores e veículos de carga, em desfavor das atividades produtivas. Doravante busca-se financiar projetos com maior sustentabilidade tais como: cultivo protegido para atividades orgânicas e convencionais de olericultura, floricultura, fruticultura, piscicultura e produção de mudas; sistemas agroflorestais; boas práticas agropecuárias; irrigação localizada; agroindústria e sistemas de energia renováveis.

A referida Resolução não proibiu o financiamento de tratores, microtratores, implementos agrícolas e veículos utilitários, porém limitou o financiamento destes itens em 60% do valor do projeto. Essa nova normatização, embora sendo tendência, provocou, de início uma menor demanda de projetos para financiamentos de veículos e tratores. Todavia houve um aumento de projetos para financiamento das atividades de bovinocultura de leite e de corte, cultivo de horticultura em estufas e a implantação de sistemas de irrigação localizada.

Aliado a estes fatores soma-se a insegurança do produtor em não poder honrar seus compromissos, devido recessão econômica que o país vem enfrentando.

Porém, buscando revigorar as ações do FDR, em 25/07/2016 o Conselho Administrativo e Gestor, editou nova Resolução nº 03, desta feita permitindo o financiamento de até 100% de tratores, microtratores, implementos agrícolas e veículos utilitários, desde que as unidades de produção estejam certificadas no Programa de Boas Práticas Agropecuárias da SEAGRI/DF ou inseridas nos mecanismos de controle de Sistema de Produção Orgânico do Brasil.

Outra inovação trazida pela citada Resolução foi à permissão para financiamento de projetos destinados a implantação, ampliação e adequação de sistemas de energias renováveis.

FDR-Social

Na modalidade Social, foi disponibilizado até o presente exercício o valor de R\$ 6.702.228,68, para aplicação em projetos selecionados no âmbito dos nove Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CRDRS em atendimento as demandas dos produtores rurais do Distrito Federal. Com este montante foram projetos apresentados por 16 Associações de produtores rurais, totalizando R\$ 2.402.382,82. O saldo de R\$ 4.299.845,86 encontra-se disponibilizado para execução em 2017, de 26 propostas/projetos apresentados pelos Conselhos, nos exercícios anteriores.

Perspectivas para 2017

Dando seqüência aos propósitos do Fundo e as novas tendências sociais, doravante, o foco principal é financiar atividades com maior sustentabilidade, no sentido de diminuir os contaminantes e os resíduos físicos, químicos e biológicos na produção de alimentos agropecuários, buscando a melhoria nas condições de trabalho no espaço rural; o aumento da produção e da renda e o melhor aproveitamento do solo, tais como: projetos de investimentos e custeios cujas atividades e sistemas de produções sejam realizados em espaço protegido (pláticultura), especialmente o cultivo orgânico de olericultura, floricultura, fruticultura, piscicultura e produção de mudas, bem como, a implantação, ampliação e adequação de sistemas agroflorestais, inclusive a Integração Lavoura, Pecuária e Floresta – ILPF; as boas práticas agropecuárias - BPA; agroindustrialização e sistemas de irrigação localizada e de energias renováveis.

Quanto à inadimplência espera-se chegar ao final do exercício de 2017 com um índice inferior a 2,7%.

No tocante a arrecadação, cujo percentual de 70%, que em princípio, deveria também incidir sobre os contratos de arrendamento sob a responsabilidade da TERRACAP, frisa-se, até a presente data não foram repassados ao FDR conforme determina o inciso VI, § 2º do art. 3º da Lei 5.024, de 25/02/2013. Todavia a Empresa, por meio do Processo nº 370.000.093/2015, propôs alteração no percentual a ser repassados ao FDR, que se encontra sob a análise da Secretaria da Agricultura.

Independente do impasse gerado na fonte de receita do FDR, conforme determina a Lei 5.024, para ano de 2017, estima-se uma arrecadação de R\$ 3.996.864,05 oriundos de taxas dos contratos de arrendamentos sob a responsabilidade da Secretaria da Agricultura e com o retorno dos financiamentos concedidos anteriormente. Esta meta e as demais estão demonstradas a seguir:

Perspectivas de arrecadação para 2017

Discriminação	Valores (R\$)
Taxas de arrendamentos (1)	1.371.223,96
Retorno de financiamentos (2)	2.625.640,09
Total	3.996.864,05

Perspectivas de financiamento de projetos de atividade rural para 2017

Discriminação	Projetos	Und	Qtde	Valor (R\$)
Bovinocultura Corte	3	Rés	50	3.996.864,05
Bovinocultura Leiteira	3	Rés	150	
Custeio Agropecuário	3	Und	3	
Estufas Agrícolas	4	Und	20	
Implementos/Equipamentos p/ Agroindústria	2	Cj	2	
Implementos/Equipamentos Agropecuários	5	Cj	5	
Sistemas Agroflorestais	2	Und	2	
Sistemas de Energia Renovável	2	Cj	2	
Tratores Agrícolas	3	Und	3	
Veículos Utilitários	3	Und	3	
Microtratores Agrícolas	3	Und	3	
Ocupação do Solo (3)		Ha	720	
Mão-de-Obra (4)		Pessoa	288	
Familiar		Pessoa	144	
Contratada		Pessoa	96	
Temporária		Pessoa	48	
Total	33			

(1) Considerando a média de arrecadação de 2016.

(2) Considerando o bônus de adimplência e não considerando os juros de mora.

(3) Média de 50 hectares (ha) por projeto.

(4) Média de 6 mão de obra por projeto.

6.5. FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 14.903

O Fundo Distrital de Sanidade Animal - FDS é um instrumento indenizatório emergencial, regido pela Lei Complementar nº 763, de 30 de maio de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 33.785 de 13 de julho de 2012, administrado por um Conselho de Administração sob a coordenação da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal/DF.

Missão

O FDS como missão indenizar as propriedades, no âmbito do Distrito Federal, visando mitigar os prejuízos financeiros causados pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas.

Objetivos

O FDS possui dois objetivos distintos. O primeiro visa indenizar, as propriedades no âmbito do Distrito Federal, pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário do Distrito Federal. O segundo objetiva suplementar recurso para atender ao desenvolvimento de ações ou à execução de serviços relativos à vigilância e à fiscalização em saúde animal e educação sanitária.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do FDS presidido pelo Subsecretário de Defesa e Vigilância Sanitária – SDS é composto por representantes titulares e suplentes indicados pelos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI/DF; Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF; Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal – SFA/DF; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER/DF; Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAP/DF; Associação dos Produtores e Processadores de Leite do Distrito Federal – Aproleite/DF; Associação dos Avicultores do Planalto Central – Avioplac; Associação dos Criadores de Ovinos do Distrito Federal – Acob/DF; Associação dos Criadores do Planalto – ACP.

Beneficiários

Serão beneficiários do Fundo Distrital de Sanidade - FDS as propriedades que possuam animais atingidos ou que sejam considerados suspeitos de contaminação por doenças infectocontagiosas, podendo representar perigo de disseminação da enfermidade, de acordo com o Código Zoossanitário Internacional e que forem abatidos ou sacrificados sanitariamente por determinação do Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal do Distrito Federal.

Em qualquer hipótese, as propriedades somente serão beneficiadas se possuírem animais que tenham sido adquiridos de acordo com as normas de trânsito vigentes e com certificados sanitários exigidos pelo serviço de defesa sanitária animal, e que estejam sendo criados ou mantidos em locais apropriados e condições adequadas de manejo, nutrição, higiene e profilaxia de doenças e de proteção ao meio ambiente e, se estiverem adimplentes com as obrigações e compromissos relacionados aos serviços de cadastro da propriedade, comprovados pelo órgão executor da defesa sanitária animal, bem como a débitos de tributos distritais e federais, comprovados pela Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal e pela Receita Federal do Brasil, respectivamente.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2772 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL--DISTRITO FEDERAL	10.000	6.500	0	0
0002 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL--DISTRITO FEDERAL	10.000	6.500	0	0
9110 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS	120.355	78.293	11.128	11.128
0001 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS-SACRIFÍCIO DE ANIMAIS SUSPEITOS OU DOENTES-DISTRITO FEDERAL	120.355	78.293	11.128	11.128
TOTAL DO PROGRAMA 6207	130.355	84.793	11.128	11.128

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	10.000	6.500	0	0
0019 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNDO DISTRIAL DE SANIDADE ANIMAL-DISTRITO FEDERAL	10.000	6.500	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6001	10.000	6.500	0	0

Recursos Financeiros

Recursos financeiros		
Conta Contábil	Banco	R\$
111110201	Banco de Brasília S/A	8.871,56
111110301	Banco de Brasília S/A	38.892,17
Saldo em 31/12/2016		47.763,73

Realizações

Discriminação	Execução		Total
	2015	2016	
Indenizações	1	3	4
Animais abatidos	2	5	7
Valores (R\$)	3.935,39	11.128,44	15.063,83

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No início do exercício de 2016 existiam 18 processos em tramite, como solicitação de indenização de animais suspeitos de estarem acometidos por doenças infectocontagiosas. No decorrer do mesmo exercício houve a formalização de mais 3 pedidos.

Dessas solicitações 3 foram atendidas neste exercício, totalizando R\$ 11.128,44 em indenizações pelo abate/sacrifício de 5 animais. Foram indeferidos 5 pleitos e 15 processos que se encontram em trâmite na Diretoria de Defesa e Vigilância Agropecuária da Secretaria da Agricultura, para a avaliação e posterior deliberação do Conselho Administrativo e Gestor do FADF.

Perspectivas para 2017

As perspectivas para 2017 são de concluir a análise dos processos em tramite e posterior indenização aos produtores se for o caso. Superado esta fase, espera-se que não haja no Distrito Federal nenhum animal suspeito ou atingido por doenças infectocontagiosas e nem a necessidade de indenizações pelo abate/sacrifícios de animais acometidos por tais doenças.

7. SECRETARIA DE ESTADO CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - UO: 16.101

A Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal - SECULT, órgão integrante do Governo do Distrito Federal e conforme Decreto nº 36.236, de 1º/01/2015 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - Elaborar e implementar políticas públicas de cultura, garantindo as condições para o exercício efetivo e progressivo dos direitos culturais dos habitantes do Distrito Federal;

II - Implementar programas e ações visando o desenvolvimento cultural do Distrito Federal, em articulação com os demais setores da administração pública e com a comunidade;

III - Incentivar a criação artística em todas as suas formas de expressão, garantindo o acesso da população à produção e fruição de bens culturais por meio da oferta de um sistema público e diversificado de programas, projetos e serviços;

IV - Contribuir para a afirmação da identidade cultural dos habitantes do Distrito Federal.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	6
Cedidos – fora GDF	4
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	302
Estatutário - afastado	03
Sem vínculo – em exercício	103
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	415
Total ativos - afastado	4

Observação: O total de servidores ativos é de 415 mais 2 servidores requisitados fora do GDF que totalizam 417 servidores

Fonte: SUGEP/SEPLAG

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4090 - APOIO A EVENTOS	1.250.000	1.020.001	693.923	693.923
5921 - APOIO A PROJETOS, ATIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS	700.000	670.000	500.000	500.000
5922 - APOIO AO PROJETO BATUCADEIROS	150.000	150.000	0	0
5923 - APOIO À REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DE MÚSICA POPULAR DO GAMA-DF	100.000	1	0	0
5924 - APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTO DO CENTRO CULTURAL FERROCK	200.000	199.999	193.923	193.923
5925 - APOIO AO PROJETO HAIR BRASÍLIA AND BEAUTY 2016	100.000	1	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6203	1.250.000	1.020.001	693.923	693.923

No Programa Temático supracitado, houve a realização de dois eventos, a saber:

- Via Sacra de Planaltina - A "43º Via Sacra ao Vivo" aconteceu no dia 25 de março. Conhecida nacionalmente, a Via Sacra de Planaltina-DF (Patrimônio Imaterial do Distrito Federal) é o maior Teatro Popular encenado a céu aberto do Centro-Oeste, atraindo ao longo de suas encenações mais de 150 mil pessoas por ano. Em 2016 se deu por meio de Termo de Fomento, com público aproximado de 80.000,00 pessoas, alcançando o objetivo esperado;

- Festival Ferrock Ecologia - Termo de Fomento entre a Secretaria de Cultura e o Centro Cultural Ferrock para realização do Festival. Festivais dividem em duas etapas, a primeira realizada com duas apresentações musicais no dia 10 de dezembro de 2016 na Ceilândia; valor da Emenda: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); valor autorizado e realizado: 193.923,15 (cento e noventa e três mil novecentos e vinte e três reais e quinze centavos); resultado concreto alcançado: Parceria na execução; público: 5.000,00 pessoas.

Em 2016 O Encontro do Rock Brasil com Cultura Popular e Tradicional foi por meio de Termo de Fomento, no período de 20 de outubro a 30 novembro de 2016, na Ceilândia, com público aproximado de 20.000 pessoas durante todo o evento. O objetivo foi alcançado com êxito.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DE ESPORTE E LAZER**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	300.000	0	0	0
6069 - REALIZAÇÃO DA III FEIRA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLANALTINA	300.000	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	200.000	0	0	0
5920 - APOIO AOS EVENTOS DAS PARÓQUIAS DO GAMA	200.000	0	0	0
6021 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DA III BIENAL BRASIL DO LIVRO E DA LITERATURA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	500.000	0	0	0

Não houve realização no Programa Temático em decorrência de indisponibilidade orçamentária e financeira.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2846 - RODADAS DE NEGÓCIOS DA LEI DE INCENTIVO À CULTURA	100.000	1	0	0
0001 - RODADAS DE NEGÓCIOS DA LEI DE INCENTIVO À CULTURA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	100.000	1	0	0
2856 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO CULTURAL	300.000	1	"	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO CULTURAL-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	300.000	1	0	0
3174 - BRASÍLIA CAPITAL CRIATIVA	100.000	473.592	4.450	4.450
0002 - BRASÍLIA CAPITAL CRIATIVA-SECRETARIA DE CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	100.000	473.592	4.450	4.450
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	200.000	78.035	0	0
0001 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK	200.000	78.035	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	700.000	551.627	4.450	4.450

No Programa Temático supracitado o recurso orçamentário foi utilizado para contratação de serviços de transporte, embalagem, montagem e desmontagem, carregamento mobiliário, equipamentos, divisórias para transporte do Conic até a Biblioteca Nacional. O objetivo foi parcialmente alcançado.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4090 - APOIO A EVENTOS	0	200.000	0	0
6013 - APOIO A EVENTOS-NO-DISTRITO FEDERAL	0	200.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA - 6210	0	200.000	0	0

Não houve realização no programa temático em decorrência de indisponibilidade orçamentária e financeira e, portanto, o objetivo não foi alcançado.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	90.000	88.716	74.571	55.169
8389 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	90.000	88.716	74.571	55.169
TOTAL DO PROGRAMA 6211	90.000	88.716	74.571	55.169

No Programa Temático supracitado o recurso orçamentário foi utilizado para acolher 06 trabalhadores sentenciados terceirizados através de convênio com a FUNAP – Fundação Nacional de Amparo ao Trabalhador Preso, cujos detentos executaram serviços administrativos de atividade-fim, alcançando-se o objetivo proposto ao final do período.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CULTURA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2417 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	30.000	51.001	43.000	0
0001 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA-SECRETARIA DE CULTURA-PLANO PILOTO .	30.000	51.001	43.000	0
2478 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	49.200	13.150	12.300	6.600
0002 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	49.200	13.150	12.300	6.600
2803 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	2.258.000	636.144	636.144	523.932
0001 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	2.258.000	636.144	636.144	523.932
2815 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA	4.900.000	1.080.754	1.080.754	1.040.580
0001 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	4.900.000	1.080.754	1.080.754	1.040.580
2817 - REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DE CINEMA DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO	4.500.000	1.697.205	1.692.879	1.677.401
0001 - REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DE CINEMA DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO-SECRETARIA DE CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	4.500.000	1.697.205	1.692.879	1.677.401
2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	23.318.160	18.408.050	8.624.104	6.432.287
0001 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-SECRETARIA DE CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	23.018.160	16.983.762	7.222.026	5.057.508
0002 - APOIO AO PROJETO SOL NA LATA DA COMUNIDADE DO SOL NASCENTE REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA	300.000	0	0	0
0003 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO AO XVI ENCONTRO DE VIOLEIROS DE BRAZLANDIA- BRAZLÂNDIA	0	100.000	99.128	99.128
0004 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO AO PROJETO "CORO SINFÔNICO COMUNITÁRIO DA UNB"-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
0005 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO ÀS ATIVIDADES CULTURAIS REALIZADAS PELO "T-BONE AÇOUGUE CULTURAL"- PLANO PILOTO .	0	150.001	150.000	150.000
0006 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO AO MAIOR SÃO JOÃO DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL	0	1	0	0
0007 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO ÀS ATIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS-DISTRITO FEDERAL	0	100.000	100.000	100.000
0009 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO À XXI FESTA DO MORANGO DE BRASÍLIA- BRAZLÂNDIA	0	294.286	273.793	273.793
0010 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO À III BIENAL BRASÍLIA DO LIVRO E DA LEITURA-DISTRITO FEDERAL	0	500.000	500.000	472.700
0011 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO A REALIZAÇÃO DO PROJETO EDUCARTE - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE- SÃO SEBASTIÃO	0	280.000	279.158	279.158
0012 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO AO PROJETO ARTCEI-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
0013 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO AO PROJETO MOTIM DAS CORES-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
0014 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-APOIO AO PROJETO MÚSICA DAS ESFERAS-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
2837 - REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA ORQUESTRA SINFÔNICA	600.000	0	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA ORQUESTRA SINFÔNICA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	600.000	0	0	0
2838 - MOSTRA BRASÍLIA	200.000	1	0	0
0001 - MOSTRA BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	200.000	1	0	0
2843 - REALIZAÇÃO DO PROJETO CULTURAL MÚSICA NAS ESCOLAS	1.500.000	1	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO CULTURAL MÚSICA NAS ESCOLAS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	1.500.000	1	0	0
2844 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA	1.000.000	377.884	206.078	200.360
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	377.884	206.078	200.360
2845 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES	3.000.000	277.452	277.452	195.486
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	3.000.000	277.452	277.452	195.486
2978 - APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS	1.150.000	107.827	107.827	83.773
0001 - APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DF ENTORNO	1.150.000	107.827	107.827	83.773
3110 - REFORMA DO PÓLO DE CINEMA	200.000	2	0	0
0002 - REFORMA DO PÓLO DE CINEMA-SECRETARIA DE CULTURA-	200.000	2	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
SOBRADINHO				
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	760.000	51.865	0	0
0007 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA - SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	260.000	51.865	0	0
5772 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	300.000	0	0	0
5773 - REFORMA DO CENTRO CULTURAL ITAPOÃ NO GAMA	200.000	0	0	0
3304 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MOVIMENTA CULTURA	1.900.000	7.500	7.500	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MOVIMENTA CULTURA- SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	1.900.000	7.500	7.500	0
3308 - REALIZAÇÃO DO PROJETO "FORA DA ESTANTE"	2.505.460	267.842	202.342	7.842
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO "FORA DA ESTANTE"-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	2.505.460	267.842	202.342	7.842
3340 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ARTE E CULTURA DO DF	4.100.000	434.439	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ARTE E CULTURA DO DF- SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	4.100.000	434.439	0	0
3348 - REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO	1.506.137	1	0	0
0001 - REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	1.506.137	1	0	0
3350 - REFORMA DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS	4.000	1	0	0
0001 - REFORMA DO MEMORIAL DOS POVOS INDÍGENAS-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	4.000	1	0	0
3364 - REFORMA DO MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA	200.000	928.874	0	0
0001 - REFORMA DO MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	200.000	928.874	0	0
3402 - REFORMA DO ESPAÇO CULTURAL RENATO RUSSO	200.000	2	0	0
0001 - REFORMA DO ESPAÇO CULTURAL RENATO RUSSO- SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	200.000	2	0	0
3458 - REFORMA DO CENTRO DE DANÇA	200.000	3.055.922	2.103.138	760.323
0001 - REFORMA DO CENTRO DE DANÇA-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	200.000	3.055.922	2.103.138	760.323
3508 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS CULTURAIS	250.000	1	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS CULTURAIS--DISTRITO FEDERAL	250.000	1	0	0
3510 - DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES	150.000	0	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES--DISTRITO FEDERAL	150.000	0	0	0
3531 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO CULTURAL	50.000	1	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO CULTURAL-- CEILÂNDIA	50.000	1	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	13.620.000	8.593.597	5.873.202	5.343.504
0004 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO XVI ENCONTRO DE VIOLEIROS-DISTRITO FEDERAL	0	250.000	250.000	250.000
0005 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DA EXPOGAMA- GAMA	0	0	0	0
0006 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM- TAGUATINGA	0	0	0	0
0007 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO PROJETO "O BOI VAI ÀS ESCOLAS"-DISTRITO FEDERAL	0	100.000	100.000	100.000
0011 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS NO DF- DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
6045 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-TEMPORADA OFICIAL DE CONCERTOS DA ORQUESTRA SINFÔNICA TNCS-DISTRITO FEDERAL	50.000	3.800	3.800	3.777
6046 - APOIO A AÇÃO SOCIO CULTURAL DO TEMPLO BUDISTA - DESENVOLVIDO PELO TEMPLO HONGWANJI DE BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.	250.000	0	0	0
6047 - FOMENTO CULTURAL PARA AS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL	750.000	0	0	0
6048 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS NA R.A. DE CEILÂNDIA	400.000	40.000	40.000	38.341
6049 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PROMOÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS EM PROL DE TODAS AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	2.000.000	1.080.000	998.674	700.324
6050 - APOIO A REALIZAÇÃO DA VIA SACRA DOS SURDOS EM PLANALINA	200.000	0	0	0
6051 - APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	300.000	0	0	0
6052 - APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO MARRECORE E GAMAICA NO GAMA	100.000	0	0	0
6054 - APOIO AO FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE BRASÍLIA	200.000	0	0	0
6055 - APOIO À REALIZAÇÃO DA FESTA EM LOUVOR AO DIVINO ESPÍRITO SANTO	100.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
6056 - APOIO À TV COMUNITÁRIA	150.000	150.000	0	0
6057 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS NA R.A. DE SOBRADINHO	500.000	370.000	261.550	261.550
6058 - APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO O MAIOR SÃO JOÃO DO CERRADO	200.000	200.000	49.404	49.404
6059 - APOIO À FESTA SERTANEJA DA M NORTE	150.000	0	0	0
6060 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS NA R.A. DE SOBRADINHO II	150.000	31.814	31.814	31.814
6061 - FOMENTO À FEIRA INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DO ARTESANATO - FINNAR	100.000	0	0	0
6062 - FOMENTO AO SALÃO INTERNACIONAL DA MULHER - SIM	100.000	0	0	0
6063 - APOIO AS ATIVIDADES DA ESCOLA DE SAMBA ACADÊMICOS DA ASA NORTE	200.000	0	0	0
6064 - APOIO A REALIZAÇÃO DA VIA SACRA AO VIVO DE PLANALTIMA - 2016	200.000	0	0	0
6065 - APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	1.200.000	1.150.000	1.098.208	1.090.208
6066 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM TODAS AS CIDADES DO DF	1.700.000	1.568.000	763.328	701.524
6067 - APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO MOVIMENTO CULTURAL DO DF	1.000.000	0	0	0
6068 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	600.000	500.000	299.590	299.590
6070 - APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM TODO DF - 2016	900.000	635.000	479.921	448.064
6071 - APOIO À REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA DA FEIRA PERMANENTE DA GUARIROBA/P SUL	50.000	0	0	0
6072 - APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E EDUCACIONAIS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	1.850.000	745.000	382.962	312.962
6073 - APOIO AO BLOCO DE FOLIA DENOMINADO PACOTÃO - RA I	20.000	0	0	0
6074 - APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO PRÊMIO ENGENHO DE COMUNICAÇÃO	200.000	0	0	0
6078 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO PROJETO ELEMENTO 5-DISTRITO FEDERAL	0	99.981	99.981	99.981
6079 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO 1º PRÊMIO DE HIP HOP DO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
6080 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO MAPEAMENTO DOS TERREIROS DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
6081 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO ROCK CERRADO NO- GAMA	0	0	0	0
6082 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO EVENTO EVANGÉLICO FESTA DAS TRIBOS EM- SAMAMBAIA	0	0	0	0
6104 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO FESTIVAL DE MÚSICA "YO MUSIC" A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
6107 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DA II BIENAL BRASIL DO LIVRO E DA LEITURA-DISTRITO FEDERAL	0	450.000	449.885	403.880
6108 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	0	120.000	120.000	120.000
6109 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E EDUCACIONAIS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	0	100.000	29.996	29.996
6110 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO PROJETO GRAFITE PELA VIDA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
6111 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A EXPOSIÇÃO MULTIMÍDIA CATADORES DE HISTÓRIA-DISTRITO FEDERAL	0	300.000	300.000	300.000
6113 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO PROJETO CULTURAL "BACURAL DAS ARTES"-DISTRITO FEDERAL	0	100.000	0	0
6123 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FESTA MAIOR SÃO JOÃO DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL	0	100.000	93.390	81.390
6124 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO PROJETO "MEMÓRIAS DA ARUC"-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
6125 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO MAIOR SÃO JOÃO DO CERRADO-DISTRITO FEDERAL	0	100.002	20.700	20.700
6126 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NO-DISTRITO FEDERAL	0	400.000	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	40.000	0	0	0
5760 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-SECRETARIA DE CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	40.000	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	470.000	2.760.000	2.519.545	2.519.545
0004 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO EVENTO DE REPENTE... "OUTROS CANTARES"- CEILÂNDIA	0	30.000	0	0
0005 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0007 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTOS CULTURAIS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
5926 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS EM BRAZLÂNDIA 2016	350.000	0	0	0
5927 - APOIO A EVENTO CULTURAL VIA SACRA DE BRAZLÂNDIA 2016	100.000	0	0	0
5928 - APOIO A EVENTO CULTURAL FESTA DE SÃO SEBASTIÃO PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO DE BRAZLÂNDIA	20.000	0	0	0
5991 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO CORAZÓN SALSERO LATIN CONGRESS EM BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
6009 - APOIO A EVENTOS-EXECUÇÃO DO PROJETO PARA A REALIZAÇÃO DA 10ª EXPOGAMA RODEIO E CAVALGADA.- PLANO PILOTO .	0	0	0	0
6015 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO EVENTO MARRECORE E GAMAICA NO GAMA- GAMA	0	0	0	0
6016 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO EVENTO BAIANIDADE CANDANGA - DO BERÇO AO CORAÇÃO DO BRASIL-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
6017 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROJETO BOM DE GINGA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
6018 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO CIRCUITO DE FEIRAS E MOSTRAS CULTURAIS DA REFORMA AGRÁRIA DO-DF ENTORNO	0	500.000	497.177	497.177
6020 - APOIO A EVENTOS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	0	760.000	677.385	677.385
6028 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO EVENTO "YO! MUSIC"-DISTRITO FEDERAL	0	400.000	400.000	400.000
6029 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO "PORÃO DO ROCK"-DISTRITO FEDERAL	0	700.000	595.158	595.158
6030 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROJETO "TENHO MAIS DISCOS QUE AMIGOS"-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
6033 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO EVENTO "I'LL BE THERE"-DISTRITO FEDERAL	0	200.000	199.825	199.825
6034 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO EVENTO "SAMBA DE 7"-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
6035 - APOIO A EVENTOS- CULTURAIS NO- GAMA	0	100.000	80.000	80.000
6038 - APOIO A EVENTOS-APOIO A 5ª EDIÇÃO DO FESTIVAL DE ARTES INTEGRADAS SAI DA LATA- PLANO PILOTO .	0	70.000	70.000	70.000
4091 - APOIO A PROJETOS	640.000	200.001	198.841	198.841
5832 - APOIO A PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	10.000	1	0	0
5833 - APOIO AO PROJETO "RODAS DE MULHERES"	210.000	0	0	0
5834 - APOIO À PRODUÇÃO DO FILME- "DULCINA DOCE SINA"	200.000	0	0	0
5835 - APOIO A PROJETOS - SE LIGA 16	200.000	0	0	0
5837 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS	20.000	0	0	0
5847 - APOIO A PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
5848 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO METAMORFOSE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE- SÃO SEBASTIÃO	0	200.000	198.841	198.841
5968 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	500.000	0	0	0
8995 - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO CULTURAL DE PLANALTINA	500.000	0	0	0
9112 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK	3.742.000	3.212.235	3.212.234	3.212.234
0001 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	3.742.000	3.212.235	3.212.234	3.212.234
TOTAL DO PROGRAMA 6219 - CAPITAL CULTURAL	73.542.957	42.161.752	26.797.338	22.202.706

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Agentes culturais mapeados no portal da cultura	Unidade			Anual	4000	5000	6000	7000	SPC/SECULT / UO 16101 / OE 1
Equipamentos culturais mapeados no portal da cultura	Unidade			Anual	30	50	75	100	SPC/SECULT / UO 16101 / OE 1
Eventos culturais mapeados no portal da cultura	Unidade			Anual	50	80	120	150	SPC/SECULT / UO 16101 / OE 1
Equipamentos e Espaços Culturais revitalizados	Unidade			Anual	1	1	1	1	SUPAC/ SECULT / UO 16101 / OE 2
Investimento para a Fundação das Artes	%			Anual	0,015	0,08	0,12	0,16	SECULT/ UO 16101/ OE 3
Implementação de programas e/ ou ações para as Artes	Unidade			Anual	5	7	9	11	SECULT/ UO 16101/ OE 3
Premiações a grupos historicamente excluídos em situação de vulnerabilidade	Unidade			Anual	10	15	20	25	SCDC / UO 16101 / OE 4
Atividades culturais de base comunitária apoiadas	Unidade			Anual	12	15	20	20	SCDC / UO 16101 / OE 4
Agentes culturais capacitados	Pessoa			Anual	50	80	80	80	SCDC / UO 16101 / OE 4
Cumprimento das metas do Plano de Cultura do Distrito Federal	%			Anual	10	20	30	40	SECULT/ CODEPLAN / UO 16101 / OE 5
Implementação dos Conselhos Regionais de Cultura	Unidade	10	31-jul-15	Anual	20	24	28	31	SECULT; SAD REL INST SOCIAIS/ CASA CIVIL / UO 16101 / OE 5

No âmbito de suas atribuições a SEC desenvolveu em 2016 numerosas atividades a seguir:

- Comemoração dos 60 anos do Museu do Catetinho, em 10 de novembro de 2016, com apresentação do Sexteto da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional;
- Realização do projeto “Poderes da Arte” no Centro Cultural Três Poderes, com sete espetáculos musicais gratuitos entre maio e dezembro de 2016, com artistas locais e nacionais. O projeto contou com o apoio do SESC-DF;
- Realização do Projeto “SESC Cineclub”, com exibição gratuita de filmes no paredão do Panteão da Pátria, de maio a setembro de 2016. O projeto contou com o apoio do SESC-DF;
- Realização da mostra coletiva “Minha Cor: Historicidade, Representatividade e Identidade” no Museu Vivo da Memória Candanga, de 14 a 18 de novembro de 2016. A exposição contou com o apoio da SEDESTMIDH;
- Realização de cursos de cerâmica no Museu Vivo da Memória Candanga, em nível iniciante e intermediário;
- Realização do 1º Salão de Cerâmica do Museu Vivo da Memória Candanga, de 17 de novembro a 9 de dezembro de 2016, com a exibição de peças confeccionadas por alunos e ex-alunos das oficinas de cerâmica do MVMC;
- Carnaval - apoio institucional e logístico ao evento para atendimento a 61 blocos carnavalescos; investimento realizado no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), com a contratação de Blocos Tradicionais, e de R\$ 718.138,78 (setecentos e dezoito mil, cento e trinta e oito reais e setenta e oito centavos), estrutura de blocos, totalizando R\$ 898.138,78 (oitocentos e noventa e oito mil, cento e trinta e oito reais e setenta e oito centavos); festa popular, evento realizado com sucesso; público: 1.500.000 pessoas;
- 56º aniversário de Brasília, ocorrido no mês de abril onde foram realizadas apresentações musicais nos dois dias de evento que ocuparam o gramado da Torre de TV com artistas locais. Investimento: R\$ 217,5 mil em cachês dos artistas participantes, R\$ 550.000,00 em estrutura de palco, totalizando R\$ 767.500,00 (setecentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais); evento cívico cultural realizado com sucesso; público: 10.000 pessoas;
- 49º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, ocorrido de 20 a 27 de setembro, com modificações no quantitativo de filmes, teve uma edição histórica que pela primeira vez colocou em competição nove longas-metragens, com produções representativas de todas as regiões do Brasil, oferecendo um amplo painel da produção cinematográfica nacional. Foram inscritos 132 longas-metragens e 473 filmes curta e médias metragens. Durante os oito dias de festival, aproximadamente 30 mil pessoas passaram pelo Cine Brasília, pelo Cine Cultura Liberty Mall e pelo Auditório do Museu Nacional, para assistir aos filmes das mostras competitivas, das mostras paralelas, das sessões especiais e do Festivalzinho, além de comparecerem aos debates, seminários, encontros, palestras, workshops e lançamentos de livros, realizados em vários espaços do Kubitschek Plaza Hotel, que sediou o evento. O 49º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro teve o patrocínio do BNDES, da Petrobras, da Terracap e do Banco de Brasília - BRB. Investimento: bens, serviços no valor de R\$ 1.423.601,58 (um milhão, quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e um reais e cinquenta e oito centavos); o evento aconteceu em conformidade com o planejamento da Coordenação Geral; público: 30.000 pessoas;

- Revezamento da Tocha Olímpica - deu início às comemorações da chegada da Tocha Olímpica na cidade de Brasília. A participação efetiva da população de Brasília em festividades de modo geral justifica os esforços da Secretaria de Cultura em realizar o projeto proposto, demonstrando que a cidade tem se consolidado cada vez mais como uma possibilidade de destino turístico, artístico, cultural e esportivo, como motivação para atrair turistas das mais diversas localidades, sem contar que a grande manifestação cultural também fomenta a economia local com a geração de emprego e renda; investimento: R\$ 494.766,65 (quatrocentos e noventa e quatro mil setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos); parceria com o Comitê Olímpico – Rio 2016 para a realização do evento; público: 7.000 pessoas;

- Revezamento da Tocha Paralímpica – encerrou as comemorações da chegada da Tocha Olímpica na cidade de Brasília; investimento: R\$ 94.274,17 (noventa e quatro mil duzentos e setenta e quatro reais e dezessete centavos); evento realizado em parceria com o Comitê Olímpico – Rio 2016; público: 500 pessoas;

- Festa do Morango - selecionou 14 artistas e/ou bandas para compor a programação da festa; investimento: R\$ 79.999,92 (setenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos); evento de cultura popular realizado com sucesso; público: 100.000 pessoas;

- Sexta do Repente e Sabadão do Forró – Casa do Cantador. O projeto consiste no chamamento público para contratação artística de 42 duplas repentistas no valor de apresentações musicais para realização do projeto; investimento: R\$ 96.000,00 Sexta do Repente; R\$ 195.000,00 Sabadão, totalizando R\$ 471.000,00 (quatrocentos e setenta e um mil reais); evento de cultura popular realizado com sucesso; público: 9.000 pessoas.

- Virada do Cerrado - apoio ao programa colaborativo de mobilização para a educação ambiental que promove atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais, integrando todo o Distrito Federal em um grande movimento pela sustentabilidade socioambiental. Realizado de 7 a 11 de setembro, com mais de 500 atividades realizadas no DF, mais de 400.000 pessoas envolvidas nas redes sociais e 4.000 mudas de plantadas; investimento: apoio institucional e bens e serviços de produção; evento realizado com sucesso; público em geral 45.000 pessoas;

- Circuito de Circo - com espetáculos circenses e workshops gratuitos nos dias 23, 24 e 25 de dezembro de 2016 em 10 (dez) Regiões Administrativas: Ceilândia, Itapoã, Varjão, Planaltina, Estrutural, Samambaia, São Sebastião, Brazlândia, Recanto das Emas e Taguatinga (Areal); investimento: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); os espetáculos e workshops realizados conforme o proposto. Público: 1.500 pessoas;

- Virada Viva 2016/2017 - produção do Reveillon 2016/2017, ocorrida no mês de dezembro onde foram realizadas apresentações musicais, atividades circenses, workshops e feira criativa no período de 28/12/2016 a 01/01/2017 que ocuparam no Museu Nacional e na Prainha, com o chamamento público para artistas locais e nacionais convidados; investimento: R\$ 937.000,00 (novecentos e trinta e sete mil reais); evento cultural realizado com sucesso; público: 20.000 pessoas.

Termos de Fomento e colaboração em 2016

- Espetáculo Musical 'I'll Be There – parceria entre a Secretaria de Cultura e a Associação Cultural Namastê para realização em homenagem ao cantor Michael Jackson com 04 apresentações gratuitas nas RA's do Gama e Ceilândia, bem como realização de pocket show como contrapartida social na AC Namastê no Núcleo Bandeirante; investimento através de emenda parlamentar: R\$ 200.000,00; valor autorizado e realizado: 199.825,00 (cento e noventa e nove mil oitocentos e vinte e cinco reais); resultado alcançado com sucesso; público: 760 pessoas;

- III Bienal do Livro e da Leitura - Termo de Cooperação entre a Secretaria de Cultura e o Instituto Terceiro Setor, para contratação artística musical, escritores e contadores de história por meio de chamamento público e convite para artistas nacionais, bem como adesão à Ata de Registro de Preço para realização de serviços de RH, Estrutura e aquisição de passagens aéreas; investimento através de emenda parlamentar e o restante recurso da SEC: R\$ 1.500.000,00; valor autorizado e realizado 1.584.360,90 (um milhão quinhentos e oitenta e quatro mil trezentos e sessenta reais e noventa centavos); evento realizado com sucesso; público: 150.000 pessoas;

- Porão do Rock – a 19ª edição foi realizada no dia 29 de outubro de 2016, com apresentações de 28 artistas/bandas e ações sociais, contribuindo para resgatar Brasília como a Capital do Rock e incluir a cidade no circuito de grandes festivais, por meio da realização regular e continuada do festival. Investimento através de emenda parlamentar no valor de R\$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais); valor autorizado e realizado: R\$ 595.157,80 (quinhentos e noventa e cinco mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta centavos); resultado obtido com êxito; como seleção de bandas da cidade através de pequenos festivais fomentando a cultura, para a realização de shows durante o dia do evento; público: 15.000 pessoas;

- Caravana Cultural Quilombos da Liberdade - realizado durante o mês de novembro de 2016, o projeto aconteceu em escolas públicas das regiões administrativas de Samambaia, do Riacho Fundo I e II. A 5ª edição do projeto abordou a temática das manifestações culturais como metodologia de ensino e potencialização da criação intelectual de crianças e jovens, a partir de oficinas práticas de capoeira, palestras sobre metodologias de aplicação e seus fundamentos, rodas de conversas temáticas, fóruns culturais, dentre outras atividades que buscaram, através da vivência da capoeira com os mestres promover a cultura popular e integrar o processo de preservação e popularização dos Saberes e Fazeres culturais na formação de alunos dos níveis de ensino básico, fundamental e médio.

- Salvaguardando o Patrimônio Cultural de Brasília - entre os dias 23 de maio e 12 de setembro, o Boi de Seu Teodoro levou Bumba Meu Boi e Cultura Popular para as escolas públicas do Distrito Federal. Esse foi o objetivo do projeto que passou por escolas do Gama, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Asa Sul e Recanto das Emas;

- Avivar Hip Hop - 9ª Edição - o evento reuniu representantes da cultura urbana, sobretudo representantes do segmento de Hip Hop Gospel, na Área Central de Santa Maria, em frente à Administração Regional. A atividade foi voltada para jovens em situação de vulnerabilidade social.

- Festival de Cultura Namastê - no dia 12 de junho na Funarte. O evento ofereceu apresentações musicais, oficinas diversas, foodtrucks, exposições, ações sociais e de consciência ambiental. A programação foi mais voltada para o rap, mas trouxe também cultura popular e MPB. As oficinas oferecidas foram em diversas áreas e linguagem, como na música, sustentabilidade, circo e terapias. A entrada foi um quilo de alimento não perecível.

- Via Sacra dos Surdos - O teatro a céu aberto é todo encenado por atores surdos e tem tradução para Língua Portuguesa simultânea. É um espetáculo acessível e inclusivo, com diversos recursos de acessibilidade para pessoas com diferentes deficiências. Aconteceu no dia 02/04, na comunidade Obra de Maria, na Vila Cauhy, no Núcleo Bandeirante, com entrada franca;

- Ação Social Jovens Com Atitude - O evento aconteceu nos dias 18 e 25 junho, na Ceilândia, contemplando os segmentos da cultura urbana, em especial do movimento Hip Hop (Break, DJ, Grafitti e MC);

- Elemento 5 - realizou uma série de atividades na Ceilândia, por meio da reunião de artistas de várias partes do país para uma troca de saberes e oficinas dos elementos que compõem a cultura Hip Hop (Rap, Break, Graffiti e DJ), incluindo o basquete de rua. A iniciativa buscou, ainda, envolver diversos segmentos artísticos, tais como poesia, música e dança popular e urbana, em um grande sarau a fim de valorizar os artistas locais nesse intercâmbio com artistas de todo o Brasil. As atividades aconteceram entre os dias 7 e 19 de novembro;

- Metamorfose - projeto de restauração e revitalização dos 102 murais de arte no muro da Escola Pública CAIC UNESCO de São Sebastião, com temática de diversidade cultural, pintados em 2012. Os murais foram idealizados pelo artista plástico Chico Metamorfose e pintados de maneira colaborativa por participantes do Instituto Metamorfose Cidadão com Profissão, formado por artistas plásticos, jovens aprendizes e convidados. Os 462,60 metros lineares do muro resultaram na maior intervenção urbana com arte já realizada em São Sebastião e carece de restauração urgente, devido à ação destrutiva da intempérie. A sensação de abandono no local e o prejuízo estético das obras já não produz o mesmo efeito inibidor da ação de vândalos e pichadores. Através da restauração desta obra de arte pretende-se resgatar o vínculo com o espaço em São Sebastião e o compromisso com a preservação do patrimônio, através da identificação da população com as obras;

- Conferência Conjunta dos Direitos Humanos - realizada de 9 a 13 de março, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, reuniu quatro segmentos: direitos humanos, pessoas com deficiência, direitos da pessoa idosa, e LGBT. A Secretaria de Cultura apoiou a realização da Conferência Conjunta;

- Brasília Junina - seleção por meio de chamamento público de 30 grupos ou coletivos de quadrilhas juninas do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno que se apresentaram em seis regiões administrativas: Ceilândia, Itapoã, Paranoá, São Sebastião, Sobradinho e Plano Piloto entre os dias 23/06 e 16/07;

- Hip Hop Contra A Fome - nos dias 08 e 09 de julho, no Taguaparque e no Estádio Serejão, em Taguatinga, com apresentações culturais, encontro automotivo, e uma edição do Lazer das Antigas dentro do projeto Hip Hop contra a Fome, que coletava um quilo de alimento como ingresso. Mais de 30 atrações de rap se apresentaram nas atividades.

- Dia Mundial do Skate – aconteceu no mês de junho no Museu Nacional, com apoio da Secretaria de Cultura. O evento contou com obstáculos para a prática do esporte e apresentações culturais para celebrar a data;

- 19ª Parada LGBT de Brasília - no dia 26 de junho, na Esplanada dos Ministérios. Tendas ofereciam apoio a vítimas de preconceito e testes rápidos de HIV. A concentração ocorreu no Congresso Nacional e teve um público aproximado de 15.000 pessoas;

- Caravana das Histórias - apresentando “Histórias de Encantamento e de Respeito à Natureza e à Sabedoria”, a Caravana voltou-se em 2016 principalmente para o público infantil, crianças de séries iniciais e as creches da rede pública do Distrito Federal. Foram 76 apresentações de contação de histórias em 26 dias, o que corresponde a 3.420 minutos contando e cantando histórias para cerca de 22.800 alunos em julho;

- Il Mostra de Contadores de Histórias - realização entre os dias 03 e 09 de dezembro, voltada para o incentivo à leitura com base no trabalho dos contadores de histórias da Associação Amigos das Histórias e convidados, oferecendo ambiente e espaço para que a sociedade e o poder público comemorem, avaliem, qualifiquem e planejem ações e políticas voltadas para o incentivo à leitura no Distrito Federal;

- Rock Ecologia - Iniciativa da Secretaria de Cultura do DF em convênio com o Ministério da Cultura que selecionou 20 bandas e coletivos de rock para se apresentar nos dias 18/09, 25/09 e 1 e 2/10 nos parques vivenciais localizados nas regiões administrativas de São Sebastião, Samambaia e da Ceilândia. Além de shows e atividades artísticas, foram realizadas oficinas de permacultura, material reciclável, brinquedos populares, plantio de mudas de árvores nativas do cerrado, entre outras ações. Todas as atividades foram gratuitas e abertas a todos os públicos;

- Seminário de Equidade de gênero nas Profissões da Cultura - iniciativa que aconteceu entre os dias 08 e 11 de dezembro, e contou com painéis, palestras e workshops na sala Cássia Eller, na Funarte e no Museu Nacional da República.

Também compôs a programação a exposição Monólogos de Gênero, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) Brasília. Todas as atividades foram gratuitas. O evento debateu os desafios encontrados pelas mulheres nas profissões relacionadas à cadeia produtiva da Cultura no Distrito Federal e de que maneira as desigualdades de gênero no mercado de trabalho refletem na cadeia produtiva da cultura, especialmente nas profissões técnicas;

- 8ª Parada LGBT da Ceilândia - teve por tema: “Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT”. Aconteceu no dia 21 de agosto, na Ceilândia Centro;

- 8ª Parada LGBT do Gama - O tema da edição de 2016 abordou a questão da importância da regulamentação de uma lei que criminalize a LGBT fobia no âmbito do Distrito Federal: Minha vida, minha luta. Lei nº 2.615 já! A Parada aconteceu no dia 14 de agosto, no estacionamento do Estádio Bezerrão;

- Sarau da Ponta da Asa - aconteceu nos dias 05 e 06 de agosto e homenageou a artista nacional. Trata-se de um evento gratuito, que possui grande apelo da comunidade e foi realizado no gramado da SQN 216 Norte, com o objetivo de promover e valorizar a cultura local enquanto homenageia uma artista nacional;

- Yo Music - foi uma iniciativa cultural de acesso pago que celebrou a diversidade de ritmos, rimas e formas de expressão no universo da cultura urbana, comandada pelo Hip Hop. Com uma estrutura de quatro palcos, o Yo!Music intitulou-se o maior festival de Hip Hop do Brasil, com 12 horas de apresentações musicais e atividades referentes aos quatro elementos que compõem a cultura Hip Hop (MC, Break, Graffiti e DJ);

- Encontro de Bboys e BGirls - acontece em Brasília e reúne Bboys e BGirls do Distrito Federal e do Entorno. O encontro surgiu no final da década de 1980 e hoje é realizado uma vez por mês, no primeiro sábado do mês, na área externa da Biblioteca Nacional de Brasília;

- Festival Hip Hop - Periferia 360º - em meio às celebrações pelo Dia Mundial do Hip Hop, comemorado nos dias 11 e 12 de novembro e teve 15 dias de atividades, representando os quatro elementos do Hip Hop (Break, Grafite, MCs, DJs). A iniciativa contou com mais de 50 atrações entre bboys, grafiteiros, DJs, poetas e rappers de todo o país;

- Circuito de Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária - compreendeu um circuito com 03 feiras realizadas nas cidades de Brazlândia, Planaltina-DF e Formosa, uma feira em cada cidade, para comercialização de produtos e comidas típicas oriundas dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária do DF e Entorno e realização de mostras culturais. Paralelamente às feiras, foram realizadas atividades de debates, oficinas, seminários e palestras, com temas relacionados à agroecologia, segurança alimentar, economia solidária, entre outros, além de um circuito de mostras culturais relacionados ao universo da Reforma Agrária e do campo. Toda a programação das feiras foi gratuita e aberta ao público em geral do DF e Entorno e teve atividades para o público infantil, jovem e adulto. Aconteceu nos dias 09, 10 e 11 de dezembro;

- XVI Encontro de Violeiros - ofereceu gratuitamente mais de 20 apresentações de músicos, duplas de violeiros e repentistas, além de exposições temáticas, oficinas, feiras de produtos agrícolas e artesanais entre os dias 17 e 20 de novembro na Casa do Cantador, na Ceilândia;

- 5ª Edição do Festival Sai da Lata - realizado nos dias 16 e 17 de setembro, no Complexo do Museu Nacional da República, foi um festival de artes integradas que celebrou a juventude e a diversidade cultural existentes em Brasília, visando gerar, através da arte e da cultura, benefícios socioculturais. Teve um público de 30.000 pessoas e se tornou referência para o público e os artistas da cidade. Tem como objetivo defender e promover a juventude e a diversidade cultural existente em Brasília, divulgando as artes integradas por meio da economia criativa, com o intuito de conscientizar as pessoas sobre temas de relevância na atualidade, tais como: igualdade racial, valorização da cultura nacional, reciclagem, consumo dos recursos naturais, tecnologia e a sociabilização através da música;

- Exposição Multimídia Catadores de História – Reflexões sobre Lixo, Consumo e Impermanência - realizada entre os dias 15 e 30 de setembro, no Museu Nacional da República, trouxe temas como incineração x reciclagem, coleta seletiva x coleta seletiva solidária, logística reversa x logística perversa, tecnologias de tratamento de resíduos:mecanização x reciclagem popular, lixo x aterro sanitário, jovens catadores, etc. Vários objetos produzidos com a participação dos catadores compõem a mostra, conduzindo poeticamente os visitantes ao universo da reciclagem;

- Satélite 61 –24 Horas no Ar - realizado nos dias 24 e 25 de setembro, na Torre de TV e no teatro SESC Garagem, é uma iniciativa cultural que ofereceu shows com gratuidade de acesso ao público e também apresentações de artes cênicas e visuais no teatro SESC Garagem. Traz vários representantes da cultura independente, com uma extensa programação de arte autoral nas áreas de música, teatro, dança, performance, artes visuais e arte urbana, idealizados por coletivos culturais ou artistas locais, nacionais e internacionais;

- Casa Abrigo – Dia das Crianças e Carnaval - no dia 14 de outubro, foram disponibilizados brinquedos infláveis e atividades lúdicas para celebrar o Dia das Crianças. Essa ação contou ainda com a discotecagem, s brincadeiras, brinquedos infláveis e diversas barracas de comidas. Realizou ainda um baile de carnaval na instituição no dia 04 de fevereiro,;

- Mossoró Day -trazendo aos palcos a ancestralidade através da corporeidade, o grupo cultural Obará realizou uma nova temporada com o espetáculo Mossoró Day onde apresenta dança, teatro, cantos em iorubá e a música para falar das condições atuais da população negra e da cultura afro-brasileira. O espetáculo foi apresentado nos dias 22 e 23 de novembro no teatro Ulysses Guimarães - UNIP (Asa Sul, Brasília);

- Educarte, Roda de Cultura e Cidadania - destinado a promover acesso às fontes de cultura a 120 crianças, de 06 a 12 anos, oriundas de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social da região administrativa de São Sebastião-DF.

Aconteceram oficinas de: artesanato; desenho e pintura; literatura e contação de histórias; rodas de músicas e brincadeiras tradicionais; dança e expressão corporal. Como forma de integração sociocultural entre os participantes e as famílias, a comunidade; realiza 02 “saraus culturais” com a participação de artistas locais de distintas expressões culturais, estimulando a produção, valorização e difusão da cultura local de forma a possibilitar a fruição, o intercâmbio, a troca de saberes e a continuidade das tradições. O projeto durou 07 (sete) meses com atividades gratuitas ao público;

- Grito de Liberdade - O espetáculo “Quilombos da Liberdade” rodou por diversas escolas públicas do Distrito Federal, a fim de promover as manifestações culturais afro-brasileiras como metodologia de ensino e potencializar a criação intelectual de crianças e jovens. Foram oferecidas oficinas práticas de capoeira; palestras sobre metodologias de aplicação e fundamentos; rodas de conversa; fóruns culturais, dentre outras atividades que buscaram, por meio da vivência da capoeira com os mestres, a preservação e a popularização da cultura afro-brasileira nos níveis básico, fundamental e médio. O projeto foi realizado entre os meses de abril e outubro, em escolas das regiões administrativas do Riacho Fundo I e II, Gama, Núcleo Bandeirante, da Ceilândia, Asa Sul e do Recanto das Emas. Em sua 5ª edição, o projeto visou facilitar o acesso e valorizar a arte através do sentimento de pertencimento e de identificação com a cultura brasileira;

- Boi de seu Teodoro - entre os dias 23 de maio e 12 de setembro, o Boi de Seu Teodoro levou Bumba Meu Boi e Cultura Popular às escolas públicas do Gama, Núcleo Bandeirante, da Ceilândia, Asa Sul e do Recanto das Emas. Teve por finalidade desenvolver apresentações artísticas culturais do Boi de Seu Teodoro nas Escolas Públicas. Esta manifestação cultural originada no Estado do Maranhão é desenvolvida no Distrito Federal há 53 anos;

-Noite Cultural T-Bone - evento tradicional há 18 anos. Faz parte do calendário cultural oficial do Distrito Federal, conforme Lei nº. 3.193, de 25 de setembro de 2003 e tem apoio da Secretaria de Cultura do DF e da administração regional de Brasília. É um projeto cultural multilinguagem, que reúne música, poesia, artes visuais e artes cênicas em uma programação que contempla várias faixas etárias, realizado ao ar livre, em espaço público, com acesso gratuito, contribuindo para a democratização do acesso à arte e à cultura;

- Dia da Consciência Negra - no dia 20 de novembro, Ellen Oléria convidou Lazzo Matumbi e Paula Lima para uma apresentação histórica na Praça dos Orixás - Prainha, numa noite de valorização e promoção da cultura afro-brasileira;

- Duas Asas – Fase 1 – por meio de chamamento público, teve por objeto a seleção de artistas com vistas à prestação de serviços relativos às funções de coordenador pedagógico, oficinairo, oficinairo assistente e grupos/artistas para realização das atividades previstas na primeira fase do projeto, realizada a partir de 03/11/2016 onde serão selecionados 01 educador cultural, 01 oficinairo, 01 assistente e 01 atração artística.

- Ballet Tradicional de Angola Nzinga Mbandi – celebrando o 41º aniversário da independência da República de Angola, comemorado no dia 11 de novembro. A Secretaria de Cultura promoveu, em parceria com a Embaixada de Angola, uma apresentação do grupo de ballet Tradicional Nzinga Mbandi. Formado em 2012, o grupo Nzinga Mbandi divulga várias danças folclóricas de Angola: Kudima, Rainha Njinga, Força dos Indígenas, Muxiki, Chianda, Xinguilamento e Semba. Apresenta, além destes estilos, acrobacias e números que incluem pirotecnia, tradicionais na cultura do país. O espetáculo foi apresentado no dia 09 de novembro, na sala Plínio Marcos da Funarte com entrada franca.

- Seminário de Acessibilidade para Produtores - Voltado para produtores de atividades culturais do Distrito Federal, o seminário teve por objetivo apresentar as normas de acessibilidade aplicadas à cultura, explicar a Lei Brasileira de Inclusão e o seu impacto nas produções culturais do DF, bem como oferecer um panorama a respeito de acessibilidade cultural, arte inclusiva e assuntos relacionados. Aconteceu no dia 02 de março no Museu Nacional da República.

- Mapa nas Nuvens - foi lançado em 30 de junho de 2016, em parceria com o Observatório de Economia Criativa da Universidade de Brasília. Seu lançamento foi parte integrante do I Encontro da Rede Articuladora de Informações Culturais (RAIC), onde foram realizados a III reunião da Rede Mapas Culturais, com 6 estados e 7 municípios que aderiram ao projeto, e o primeiro encontro do GT Indicadores Culturais do DF, com participação da CODEPLAN e IPEA.

Como ações de disseminação e promoção da plataforma, a Secretaria de Cultura realizou, nos dias 18 e 19 de julho, 16 horas de capacitação sobre a usabilidade da plataforma Mapa nas Nuvens aos servidores da cultura da SEC/DF, em parceria com o Instituto TIM. Além disso, apresentou a plataforma:

✓ na reunião mensal Diálogos Culturais: Gerentes de Cultura, em julho de 2016, disponibilizando apoio, presencial e virtual aos gerentes de cultura na inserção dos dados na plataforma;

✓ em 29 Seminários sobre Conselhos Regionais de Cultura, entre os meses de maio e dezembro de 2016;

✓ na 55ª Reunião Ordinária do Conselho de Turismo do Distrito Federal, em 20 de setembro de 2016;

✓ na mesa redonda do VIII módulo do Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, na Fundação Joaquim Nabuco (Recife/PE), em 25 de novembro de 2016, como caso de sucesso do projeto Mapas Culturais. O curso é promovido pela UFBA, em parceria com o Ministério da Cultura (MinC), a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), a Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco (SECULT-PE), a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e a Universidade de Pernambuco (UPE); e

✓ na oficina Arte e Novos Mercados, conduzida por Baixo Ribeiro e Mariana Martins, na mostra Ondeanda 2 - cartografia das artes plásticas do Distrito Federal, realizado no Museu Nacional, em 20 de dezembro de 2016.

Em 4 meses, o projeto Mapa nas Nuvens mobilizou 470 agentes culturais, mapeando 175 espaços culturais, entre públicos e privados, e 86 eventos em todo o território do DF; investimento: R\$37.574,15; o investimento foi realizado para estruturar o evento de lançamento e contou com cerca de 200 pessoas, entre agentes culturais, gestores de equipamentos culturais, produtores, assessores de imprensa, servidores da cultura, conselheiros regionais de cultura, membros da Rede Articuladora de Informações Culturais e da Rede Mapas Culturais.



Reformas de Equipamentos Culturais

Em 2016, intensificou-se o compromisso da Secretaria de Cultura com a reabertura e revitalização dos espaços culturais do Distrito Federal. Em setembro de 2016 teve início a obra de readequação do Espaço Cultural Renato Russo, fechado desde janeiro de 2014. A obra está sendo executada com recursos da Terracap, fiscalização da NOVACAP e acompanhamento de técnico da SEC. A previsão de reabertura do equipamento é para o primeiro semestre de 2017. Continua em andamento a obra de readequação do Centro de Dança, iniciada em outubro de 2014 e realizada por meio de parceria entre a Terracap, a Novacap e a Secretaria de Cultura. A SEC desenvolveu o projeto de reforma, compatibilizando a arquitetura e propondo soluções, e segue alocando técnico responsável que tem acompanhado a execução da obra. A previsão de reabertura do equipamento é no primeiro semestre de 2017.

Eventos Culturais

Em 2016 foram realizados eventos culturais que incluíram encontros para a realização do Circuito de Feiras e III Bienal Brasil do Livro e da Leitura, Conferência de Direitos Humanos e LGBT – Pré-Conferência, Seminário A importância do contador de histórias contemporâneo/Dia Internacional do Contador de História – Amigos da História, Encontro de Cinco Poetas numa Não-Esquina de Brasília, Evento Tocantins Poético e Lendário, Simpósio da Rede Inclusiva do DF, Palestra Acessibilidade Cultural e Modalidades de Audiodescrição, palestra Coleções Especiais e Livros de Arte, Encontro de Agentes de Leitura e Coordenadores de Bibliotecas Públicas do DF, Palestra Inteligência Emocional, Encontro Editais do FAC-2016, Curso “Traçando Rotas, Redescobrimo Caminhos com Google Maps”, lançamento do livro “Cultura da Informação: Os valores na construção do conhecimento”, Tributo ao Poeta “A Irreverência e a Criatividade”; além de visitas guiadas e eventos na área externa da BNB como Revoada Poética de Pipas ilustradas, Entre Olhares Brasília, Projeto The Street Store, Zouk (IZD). Abaixo, alguns eventos:

Encontro de poetas e música – Auditório

Realizado no dia 29 de março de 2016, o Encontro de Cinco Poetas numa Não-Esquina de Brasília - Apresentação de poetas e de músicos. Evento organizado por Railssa Alencar, do setor cultural do Ministério das Relações Exteriores, com o apoio da Biblioteca Nacional de Brasília.



Curso “Traçando Rotas, Redescobrimo Caminhos com Google Maps” – Projeto CDI

No período de agosto a outubro de 2016, a Biblioteca Nacional de Brasília, com o apoio do RECODE (Organização Social que visa o empoderamento digital), promoveu o curso “Traçando Rotas, Redescobrimo Caminhos com Google Maps” visando à redução do analfabetismo digital. O público-alvo foram funcionários responsáveis pela manutenção da BNB. Teve carga horária de 10 horas e formou duas turmas.



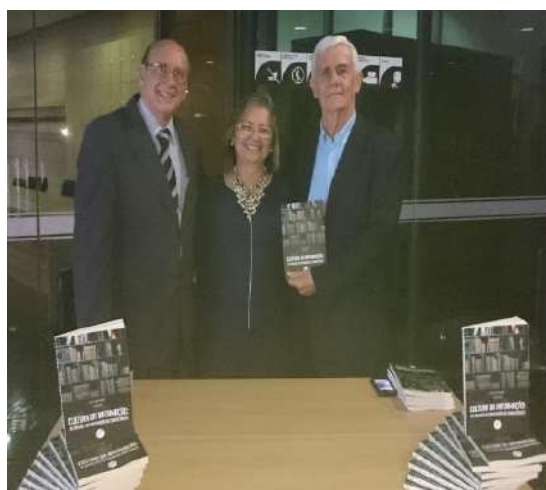
Pipaço Poético na BNB - Praça do Conjunto Cultural da República, em frente à Biblioteca Nacional de Brasília

Foi realizado em 14 de outubro de 2016, a Revoada poética que teve a participação de 120 crianças do SESC da Ceilândia. Foram empinadas pipas confeccionadas pelos autores e ilustradores participantes do festival itinerante de leitura e distribuídas gratuitamente.



Lançamento de livro sobre Cultura da Informação – Hall da BNB

No dia 08/ de novembro de 2016, foi o lançamento do livro “Cultura da Informação: Os Valores na Construção do Conhecimento”.



Tributo ao Poeta – Auditório

No Dia 28 de novembro de 2016, a Biblioteca Nacional de Brasília reiniciou a série Tributo ao Poeta, sendo realizada uma sessão especial sobre um crítico e poeta paulista, uma das marcas extraordinárias da literatura brasileira do século 20.

Mês	Freq.	Visitante turistas	Inscr. Novos Leit.	Atend.	Empréstimo	Devolução	Auisição	Seleção	Doações	Acervo	Acervos títulos	Acervos exemplares	Visita
Jan	4.260	1.596	201	6.082	1.590	1.371	197	116	69	31.939	287	355	-
Fev	3.975	1.345	92	2.827	709	639	963	570	138	32.244	250	305	-

Mar	5.252	1.115	105	3.304	1.867	1.717	105	131	235	32.598	286	355	1
Abr	5.461	1.050	109	3.035	1.119	1.093	134	95	39	32.732	113	135	5
Mai	5.329	910	105	7.137	899	886	162	127	29	32.979	194	247	-
Jun	5.546	1.353	81	4.227	875	887	180	149	31	33.273	241	294	-
Jul	4.821	2.831	51	5.524	794	856	46	40	6	33.636	276	363	-
Ago	4.454	1.360	96	3.098	839	750	135	119	16	34.139	412	503	-
Set	4.452	1.320	104	7.398	1.027	925	1.168	1.062	106	34.549	295	410	-
out	4.703	1.122	146	2.612	886	874	78	47	31	34.752	169	203	-
Nov	3.951	1.566	70	2.547	790	843	171	133	56	35.048	324	375	-
Dez	2.963	1.098	78	1.821	594	669	176	233	804	35349	287	301	1
Total	56.167	16.866	1.238	49.812	11.989	11.510	3.515	2.822	1.560	35.349	3.134	3.846	7

Ações 2016 quanto às bibliotecas:

- Total de Bibliotecas Públicas: 28 (cerca de 302.000 Atendimentos/ano);
- Público Alvo: Estudantes, e comunidade em geral e concurseiros;
- Acervo das BPs: Cerca de 513.000 títulos;
- Programa Domiciliar Mala do Livro: 271 (margem estimada de 630.000 Atendimentos/ano);
- Público Alvo: Estudantes da rede pública e comunidade;

Dados sobre leitura no DF/Espaços

- Hábito de leitura: 16,58% não têm hábito de leitura
- Livro lido/ano: 10,26% leem entre um a dois livros ano
- Frequência à biblioteca: 90,98% não frequentam (2.535,351)
- Livrarias: Cerca de 52 (17/Shopping, 5/Rua e 30 Escolares)
- BPs mais frequentadas / Dez.2016: Ceilândia(55.681), Taguatinga (39.465), Brasília (20.543)/ Livros

Recebidos 10.000 e Livros Doados 9.000) , Gama (23.821).

- Possui além das PBs: 9 Bibliotecas Comunitárias e 1 infantil / SEE
- Cultura no ônibus – (doação semanal estimada de 320 livros)
- T Bone- Livros em paradas de ônibus (doação semanal estimada de 430 Livros)

A Secretaria de Cultura é responsável pelo suporte técnico e operacional às 28 Bibliotecas Públicas do DF , pelo programa de extensão bibliotecária Mala do Livro e pela Gerência de Gestão da Informação no desenvolvimento de coleções e processamento técnico da BNB.

Resultado Quantitativo/2016

- Livros Processados: 3.948 Exemplares.
- Livros recebidos da comunidade e instituições parceiras para Sistema e Biblioteca Nacional de Brasília:7.531 Exemplares.
- Livros doados às Bibliotecas Públicas, Comunitárias, ao Programa Mala do Livro e Instituições parceiras:6.113 Exemplares.



Cursos de Capacitação Técnica das Bibliotecas Públicas

Inauguração da Biblioteca Pública da Vicente Pires



Inauguração da Biblioteca Pública da Cidade Estrutural



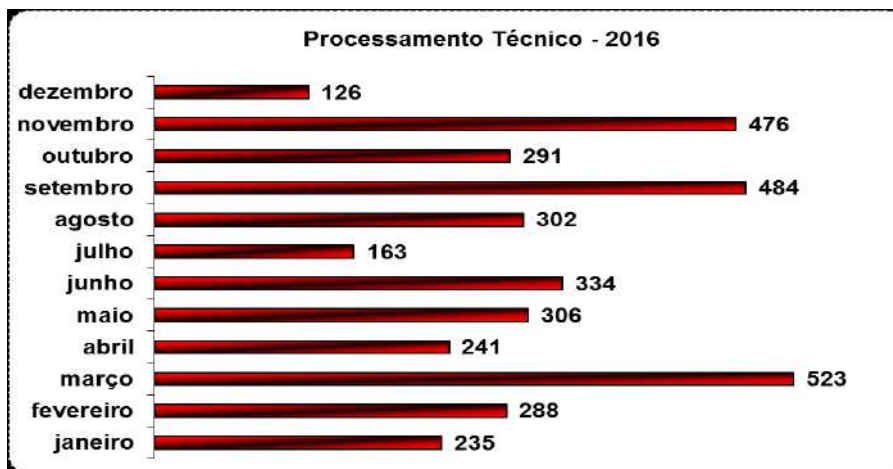
Cultura no Ônibus



Prêmio Cassiano Nunes – Escritores do DF

No ano de 2016 foram processados 3.769 livros, distribuídos ao longo do ano conforme demonstrado no gráfico

abaixo:



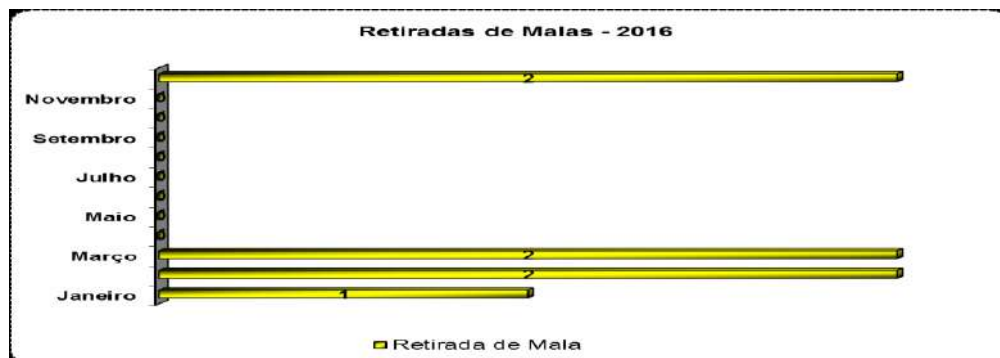
Visitas aos Agentes

Os Agentes da Mala do Livro cadastrados no programa foram visitados 163 vezes por servidores disponibilizados à Mala do Livro, conforme distribuição mensal demonstrada abaixo:



Atualização de acervo e retirada de Malas –

Ressaltamos que foram atualizados 126 acervos de Malas, por servidores do Programa Mala do Livro e 07 Malas do livro foram retiradas da posse de agentes e de pontos de disponibilização de acervo, conforme disposto abaixo:



Comparativo 2015 x 2016

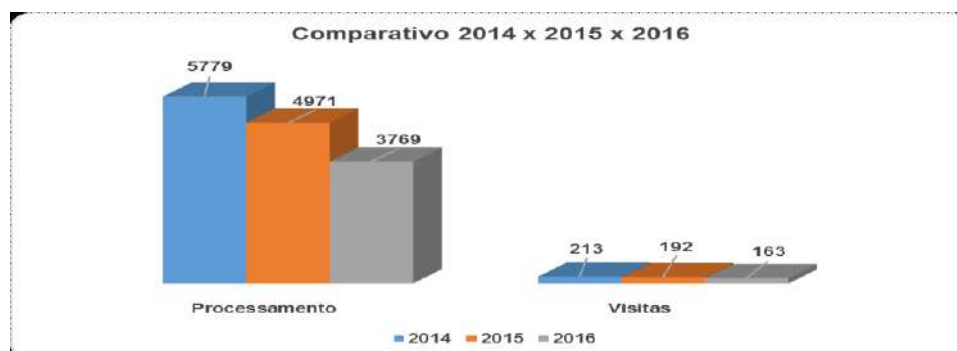
No ano de 2016 foram processados 3769 livros, totalizando um saldo negativo de 1202 livros a menos, se compararmos ao ano de 2015, apesar desse fato a atualização dos acervos registrou o quantitativo de **126** malas com acervos atualizados no ano de 2016, com apenas 07 retiradas de malas dos agentes, ou seja, **o fator qualitativo** das análises da equipe reflete em um ganho significativo dos acervos disponibilizados à população do Distrito Federal e Entorno.

Foram realizadas 163 visitas aos agentes e pontos de empréstimos de Malas no ano de 2016, se compararmos a 2015.

2015.

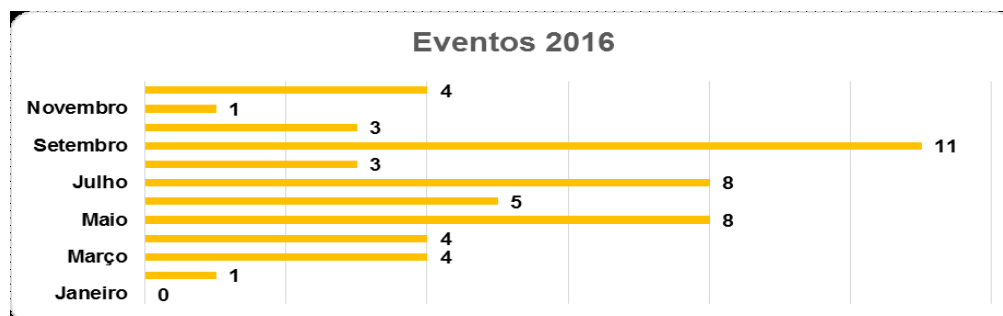
Computou-se um saldo negativo de 29 visitas aos agentes do programa em 2016, comparando com o ano de

Exercício	Processamento	Visitas
2014	5779	231
2015	4971	192
2016	3769	163
Varição 2015>2016	-1212	-29



Eventos com Participação da Equipe Mala do Livro

No ano de 2016 a equipe Mala do Livro participou de diversos eventos públicos, representando a Secretaria de Cultura do Distrito Federal e apresentando sua forma de atuação, assim como os serviços prestados à sociedade, totalizado 52 eventos distribuídos ao longo do ano.



Eventos Realizados com a Participação na "Mala do Livro"		
Evento	Data	Local
Fevereiro		
Rota 156	28/02/2016	Guará II
Março		
Prêmio SEBRAE – mulher de negócios	03/03/2016	606 Sul
Domingo no Zoo – Ação com a agente Cida – São Sebastião	06/03/2016	Zoológico de Brasília
Dia Internacional do Contador de Histórias	16 e 18/03/2016	Auditório da BNB e Câmara dos Deputados
Circuito de Feiras do Livro do DF	28 a 31/03/2016	Ceilândia e Taguatinga
Abril		
Circuito de Feiras do Livro do DF	01 a 27/04/2016	Várias cidades
Encontro de agentes	09/04/2016	Biblioteca de Taguatinga
Agentes e voluntários da cidade Estrutural visitam a BNB	24/04/2016	BNB
Evento – Unidades Móveis de Atendimento à Mulher	30/04/2016	Brazlândia
Maio		
Ação Cultural – Dia do Trabalhador	01/05/2016	SESI – Gama
Simpósio de Leitura Inclusiva	04/05/2016	BNB
Apresentação Cultura – contrapartida FAC	12/05/2016	Riacho Fundo I
Evento – Unidades Móveis de Atendimento à Mulher	14/05/2016	Área Rural – Brazlândia
Evento – Unidades Móveis de Atendimento à Mulher	17/05/2016	Funarte – Brasília
Evento – Unidades Móveis de Atendimento à Mulher		Arniqueira
Evento – Unidades Móveis de Atendimento à Mulher	21/05/2016	Sol Nascente – Ceilândia
Evento – Unidades Móveis de Atendimento à Mulher	28/05/2016	Águas Claras
Junho		
Mala recebe doação de Livros – Fundação Republicana Brasileira	03/06/2016	Secretaria de Cultura
Evento – Unidades Móveis de Atendimento à Mulher	08/06/2016	Acampamento Nova Canaã

Eventos Realizados com a Participação na “Mala do Livro”		
Evento	Data	Local
Encontro Nacional dos Agentes de Leitura	14 a 16/06/2016	Auditório Biblioteca Nacional de Brasília
Evento FAC – Cerimônia de entrega de Livros	29/06/2016	Cine Brasília
Reunião com agentes da Mala, coordenadores de bibliotecas e secretário de cultura.	30/06/2016	BNB
12º Piquenique com Arte	09/07/2016	Parque Três Meninas
I Jornada de Leitura do Distrito Federal	12/07/2016	Paranoá
Evento – Unidades Móveis de Atendimento à Mulher		Itapoã
32ª Feira do Livro de Brasília	16 a 24/07/2016	Centro de Convenções
Encontro com agentes de leitura	17/07/2016	Centro de Convenções
Tributo aos Ganhadores do Prêmio Cassiano Nunes	20/07/2016	Centro de Convenções
Lançamento Bienal do Livro	27/07/2016	Centro de Convenções
9º Arraiá entre Vizinhança	28/07/2016	São Sebastião
Encontro anual da SPP Ceilândia	06/08/2016	Ceilândia
Reunião com agentes de leitura e coordenadores de bibliotecas sobre campanha de doação de livros	17/08/2016	BNB
Ação Cultural nos Trilhos da Leitura – Meg e Edson	21/08/2016	Condomínio Lúcio Costa – Guará
Evento – Unidades Móveis de Atendimento à Mulher	02/09/2016	Brazlândia – Roteador
Virada do Cerrado	04/09/2016	Estação do Metrô – Guará
Evento – Unidades Móveis de Atendimento à Mulher	11/09/2016	Morro Azul – São Sebastião
Evento – Unidades Móveis de Atendimento à Mulher	16/09/2016	Itapoã
Reunião para tratar do projeto Biblioteca no ônibus		BNB
Evento – Unidades Móveis de Atendimento à Mulher		Recanto Fascinação Sete Estrelas
Encontro com a comunidade rural Portal do Sol		Portal do Sol
Evento – Dia Mundial “Sem Carro”	22/04/2016	SCS
Encontro de agentes Santa Maria e Gama	24/09/2016	Biblioteca de Santa Maria
Evento – Unidades Móveis de Atendimento à Mulher	24/09/2016	Área rural de Sobradinho
13º Piquenique com Arte	25/09/2016	Parque Três Meninas
Bienal do Livro de Brasília	21 a 30/10/2016	Estádio Mané Garrincha
I Sarau Cultural – Comemoração ao Dia do Livro – Cultura no ônibus	29/10/2016	Rodoviária de Brasília
Semana nacional do Livro		Câmara Legislativa do Distrito Federal
Semana Nacional do Doador de Sangue	22 a 26/11/2016	Hemocentro de Brasília
Formatura dos cursos dos Centros de Juventude da Ceilândia e cidade Estrutural	03/12/2016	Instituto Federal de Brasília
II Sarau Literário – Cultura no Ônibus	03/12/2016	Planaltina
Encontro Anual de Agentes de Leitura	07/12/2016	Biblioteca Nacional de Brasília
I Fórum Distrital Brasília Cidadã	03 a 06/12/2016	Centro de Convenções

PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4091 - APOIO A PROJETOS	50.000	0	0	0
5836 - APOIO ÀS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO LEÃO DE JUDÁ	50.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA -6221	50.000	0	0	0

Não houve realização no programa temático em decorrência de indisponibilidade orçamentária e financeira.

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	200.000	1.644.575	0	0
2539 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	200.000	1.644.575	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.500.000	484.632	161.792	119.804
5284 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO - SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	484.110	161.792	119.804
5372 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-REFORMA E CONSERVAÇÃO DO TEATRO NACIONAL CLAUDIO SANTORO - TNCS-DF	500.000	522	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	200.000	1	0	0
2625 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	200.000	1	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	62.600.604	57.069.231	56.574.278	56.544.653
8715 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE	62.600.604	57.069.231	56.574.278	56.544.653

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
CULTURA-DISTRITO FEDERAL				
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	3.124.000	2.617.124	1.950.757	1.950.757
9551 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	3.124.000	2.617.124	1.950.757	1.950.757
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	9.514.000	9.292.347	9.057.837	8.191.343
9634 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	9.514.000	9.292.347	9.057.837	8.191.343
TOTAL DO PROGRAMA 6002 -	77.138.604	71.107.910	67.744.664	66.806.557

O recurso orçamentário indicado no Programa supracitado foi utilizado para serviços de avanço de palco do Cine Brasília e confecção de depósito para acomodar os instrumentos da orquestra sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, bem como para serviço de gravação no Livro de Aço de Três Nomes dos Heróis e Heroínas do Panteão da Pátria; confecção de grades para calhas do Panteão e adaptação de janelas ACJ, e manutenção corretiva e preventiva do grupo gerador de energia de emergência do Teatro Nacional e do edifício sede da secretaria. Alcançou-se o objetivo proposto.

Dentro do Programa também a Secretaria de Estado de Cultura remunerou, durante o exercício 2016, em média, 442 servidores ativos e manteve com êxito os serviços administrativos gerais desta SEC; concedeu quatro tipos de benefícios aos servidores ativos e, de acordo com o quadro abaixo, houve uma estimativa de servidores que participaram de cursos oferecidos pela EGOV, Escola de Contas do TCDF, além do congresso CONSAD:

Órgão	Modalidade	Quantidade	Curso
Escola de Governo do DF	À distância	33	Diversos
	Presencial	105	
Escola de Contas do Tribunal de Contas do DF	Presencial	7	Diversos
Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração – CONSAD 2016	Presencial	10	Palestras, painéis e debates.
Total		155	

Foram mantidos os serviços essenciais com CEB, CAESB, telefonia fixa e móvel, manutenção dos serviços administrativos gerais da sede e dos próprios culturais, alcançando-se o objetivo proposto.

Por meio de parcerias com órgãos distritais também foi concedido estágio a jovens, conforme quadro abaixo:

Órgão cedente	Contratação	Quantidade
Secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescentes e Juventude do DF	Jovem Candango	36
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF	Estagiários	17
Total		53

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	4.000.000	500.000	326.976	326.976
0001 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	4.000.000	500.000	326.976	326.976
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.535.060	1.636.069	1.393.551	1.073.374
0076 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	2.535.060	1.636.069	1.393.551	1.073.374
TOTAL DO PROGRAMA 0001	6.535.060	2.136.069	1.720.527	1.400.350

No exercício 2016 a Secretaria de Estado de Cultura ressarciu a 4 órgãos a saber: Ministério da Cultura; Advocacia Geral da União; Novacap e Ministério das Relações Exteriores, pela cessão de 4 servidores a esta pasta, sendo 1 cedido por órgão. O objetivo foi alcançado com êxito.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Dados Estatísticos do Centro Cultural 3 Poderes:

Panteão da Pátria

Em 2016 as visitas às dependências do Panteão totalizaram 43.226 pessoas, conforme quadro abaixo:

2014	2015	2016
57.177	35.654	43.226

Espaço Lúcio Costa

O espaço recebeu visita às suas dependências de 100.130 pessoas, conforme consta no quadro abaixo:

2014	2015	2016
51.577	83.280	100.130

Museu da Cidade

No exercício espaço recebeu a visitação de público de várias faixas etárias, num total de 9.637 pessoas, conforme quadro abaixo.

2014	2015	2016
11.198	10.358	9.637

O Centro Cultural 3 Poderes, em seu conjunto, recebeu um total de público visitante de todo o Distrito Federal, do Entorno, dos Estados e do Exterior de 152.993 pessoas, conforme quadro abaixo:

2014	2015	2016
119.952	129.292	152.993

- Participação no Grupo de Trabalho Executivo de Gestão Compartilhada do Conjunto Urbanístico de Brasília (GTE-CUB): o GTE-CUB foi criado pelo IPHAN para atender, provisoriamente, à exigência da UNESCO de dotar Brasília de um instrumento de gestão integrado e eficaz para a proteção do sítio inscrito no Patrimônio Mundial. Reúne-se ordinariamente com periodicidade quinzenal, havendo, também, frequentes reuniões extraordinárias para tratar de questões urgentes. O GTE-CUB vem assumindo importante papel na defesa do sítio do Patrimônio Mundial, desenvolvendo, em 2016, ações tais como: análise e discussão da minuta da Portaria n.º 166/2016-IPHAN, antes da sua publicação; análise do projeto Drenar DF; análise e demandas de adequação a projetos na SQS 108 e no Setor de Divulgação Cultural, visando coibir intervenções deletérias à preservação da ambiência do conjunto urbanístico; entre outros temas. A SUPAC é a representante da Secretaria de Cultura no GTE-CUB;

- Iniciativas de Tombamento e Registro: a Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento (CPRT), composta de 05 servidores, é responsável por instruir processos referentes ao patrimônio cultural, bem como se pronunciar sobre assuntos atinentes a Dele. Os processos de tombamento referem-se à declaração de um bem como patrimônio material e os de registro de um bem como patrimônio imaterial. Em 2016, foi instruído o processo de tombamento da Casa do Artesão (antigo Paço Municipal) de Planaltina. No entanto, o encaminhamento do processo foi suspenso ao se tomar conhecimento da decisão judicial que retira do Governo do Distrito Federal a jurisdição administrativa sobre o Setor Tradicional de Planaltina, onde se encontra o referido imóvel. Está em fase final de instrução o processo de tombamento da Fazenda Velha, casarão rural da segunda metade do século XIX situado na zona rural de Sobradinho. Está em estudo um plano de gestão para o imóvel, de modo a viabilizar sua preservação diante da forte pressão imobiliária da região;

- Participação no Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPPTM), órgão colegiado de caráter permanente que tem por finalidade contribuir no processo decisório e na implementação das políticas de preservação e do planejamento metropolitano. Coordenado pela SEGETH, o CCPPTM é composto por 64 conselheiros do governo e da sociedade civil. Secretaria de Estado de Cultura, no âmbito do CCPPTM, tem participado ativamente nos debates do Conselho, em particular no âmbito das câmaras técnicas sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e sobre a LUOS - Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal;

- Vitorias técnicas para monitoramento de bens tombados em âmbito distrital: técnicos da SEC fizeram vitorias nas Igrejas São Geraldo, no Paranoá, e São José Operário, na Candangolândia, e elaboraram relatório com recomendações para a preservação dos bens, encaminhado à Cúria Metropolitana de Brasília;

- Recuperação do Conjunto Fazendinha (Vila Planalto): a SEC desenvolveu projetos de restauro para duas das cinco casas do Conjunto Fazendinha, no âmbito do Plano de Ação para a Vila Planalto e de forma a atender à Notificação n.º 3/2015, expedida pela 1ª Prurb/MPDFT por meio do Ofício n.º 146/2015-PGJ-MPDFT. A elaboração dos projetos executivos contou com o apoio da SEGETH e da NOVACAP;

- Projeto do Estacionamento do Museu Nacional e da Biblioteca Nacional: realizou-se projeto básico para ampliação do estacionamento e abertura de entrada no Eixo Monumental. O projeto foi encaminhado para a NOVACAP em junho de 2016 para a elaboração de projeto executivo;

- Restauro do Mobiliário do Museu Histórico e Artístico de Planaltina: elaboração do projeto básico e laudos técnicos de conservação e mapeamento de danos das peças descritas no processo;

- Realização do projeto “Moitará” no Memorial dos Povos Indígenas, entre março e setembro de 2016, com diversas apresentações gratuitas de artistas e lideranças indígenas do Brasil e do exterior. Contou com o apoio da FUNARTE/MiNC, de diversas instituições nacionais e estrangeiras ligadas à questão indígena e de representações diplomáticas sediadas em Brasília, como as embaixadas da Austrália e do México;

- Realização da exposição “Armadilhas indígenas” no Memorial dos Povos Indígenas, de 19 de abril a 19 de junho de 2016, com trabalhos de diferentes artistas indígenas e não-indígenas, fotografias de Claudia Andujar e filmes do projeto “Vídeo nas Aldeias”. A exposição contou com o apoio da FUNARTE/MinC;

- Realização da Mostra de Cinema Feminino no Museu Vivo da Memória Candanga de 20 a 22 de abril de 2016, com exibição gratuita de diversos filmes dirigidos e produzidos por cineastas de Brasília;

- Realização da exposição “Delei & Paulino Aversa” no Museu Vivo da Memória Candanga, de 20 de abril a 20 de junho de 2016, com obras dos dois artistas brasileiros em diferentes formatos e técnicas;

- Realização da exposição “Zezé – Obras raras” no Museu Vivo da Memória Candanga, de 20 de abril a 20 de junho de 2016, com obras da artista pioneira de Brasília;

- Realização da exposição “Em Três Tempos” no Museu Vivo da Memória Candanga de 8 de outubro a 5 de novembro de 2016, com infografias de Alexandre França Ricciardi;

- Estatísticas de visitação: A SEC unifica, mensalmente, as estatísticas diárias de visitação dos museus próprios, coletadas mediante livro de visitas e agendamentos escolares. Tais estatísticas são encaminhadas ao Observatório do Turismo, vinculado à Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer.

- Cine Brasília - A partir de agosto/2016 as atividades do espaço foram restringidas em função da realização dos ensaios e concertos da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro, sendo as sessões comerciais das terças-feiras suspensas, bem como, a pauta para agendamentos nos turnos manhã e tarde limitadas a tão somente as quartas-feiras.

Programação: a programação comercial do espaço constou de 54 filmes de longa-metragens, mediante negociações com distribuidoras de filmes que foram exibidos em 03 sessões diárias, com exceção das terças-feiras, e tiveram um público de 26.746 pagantes.

Concertos Didáticos - No dia 1º/12/2017 o Cine Brasília foi palco do Concerto Didático, realizado pela do Teatro Nacional Claudio Santoro para o quantitativo de 500 crianças, de 07 a 09 anos, de escolas públicas do DF. Sendo o mesmo concerto, também, realizado no Teatro Pedro Calmon no dia 16/012/2017 com um público de 900 crianças; investimento através de bens e serviços de logística; a programação comercial, as mostras temáticas e os festivais aconteceram em conformidade com o planejado pelo curador do espaço; público: 1.500 crianças de 07 a 09 anos.

Mostras: foram realizadas 13 Mostras Cinematográficas entre elas Mostra da Alemanha, Festival de Cinema Europeu, Cine Esloveno, Festival de Cinema de Escolas Públicas do DF, Festival Internacional de Cinema - BIFF, com o quantitativo de público de 25.051 pessoas. A programação das Mostras Temáticas foi realizada em parceria com Embaixadas, órgãos públicos e associações; investimento através de bens e serviços; a programação comercial, as mostras temáticas e os festivais aconteceram em conformidade com o planejado pelo curador do espaço; público: 51.797 pessoas.

A Política de Microcrédito Cultural gerou ao longo de 2015 e 2016, importantes acúmulos institucionais sobre o debate dessa agenda, tendo sido modelado um Acordo de Cooperação Técnica entre a SECULT-DF, BRB e Sebrae com foco no cadastramento de agentes interessados, avaliação das propostas financeiras, operacionalização dos recursos de financiamento reembolsável e capacitação técnica de empreendimentos para elaboração de planos de negócio e gestão dos recursos acessados. Outras possibilidades de arranjo institucional, conjugando entidades de fomento e operadoras bancárias foram iniciadas, como a articulação junto ao Fundo de Geração de Emprego e Renda do DF, que, instituído pela Lei Complementar nº 704/2005 e regulamentado pelo Decreto nº 34.720/2013, tem por objetivo o apoio e financiamento a empreendedores econômicos, urbanos e rurais, com vistas a contribuir para o incremento do nível de ocupação, emprego e renda no âmbito do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (RIDE/DF).

Dessa forma, apesar de não ter sido realizadas ações de natureza financeira em 2016, diversas ações relacionadas ao amadurecimento dos arranjos institucionais e modelagem da política foram acumuladas, gerando condições oportunas para implementação da política em 2017. Em tempo, dessa forma, vale salientar a previsão para, em 2017, realização de um ciclo de capacitações voltadas à qualificação de acesso à crédito produtivo por parte de agentes e entes culturais do Distrito Federal, bem como o desenvolvimento de campanha de promoção para sensibilização e orientação voltadas a promover o acesso de agentes culturais locais a linhas de financiamento reembolsável existentes adequadas à natureza de suas atividades produtivas.

No exercício 2016 as principais atividades realizadas pela Biblioteca Nacional de Brasília sem custo foram:

Acesso à informação e cultura:

- População atendida 56.167

Exposições

- De janeiro a novembro/2016 - Exposição Capas Jornalísticas do dia 21 de abril – Salão de Exposições do 2º andar;

- De janeiro a novembro/2016 - Exposição Você e o Cerrado no Planalto Central - Biblioteca Nacional de Brasília e a Associação de Ilustradores Científicos do Centro Oeste Brasileiro (AICCOB) – Térreo

- De dezembro/2016 a abril/2017 - Exposição Fotográfica - Projeto Re(vi)endo Êxodos – Salão de Exposições do 2º andar.

Seminário Conselhos Regionais de Cultura

Em maio de 2016 iniciou-se o processo de comunicação sobre a nova estrutura dos Conselhos Regionais e o processo de eleições de cada um dos Conselhos Regionais. Com a meta de instituir 24 Conselhos até dezembro de 2016, foram realizados 29 seminários, o que resultou em 25 Conselhos Regionais de Cultura eleitos, 4.531 eleitores e mais de 600 partícipes nos seminários até dezembro de 2016.

No dia 16 de novembro, 142 de 264 Conselheiros Regionais tomaram posse em cerimônia no Palácio do Buriti estando vigentes os Conselhos Regionais de Cultura de Samambaia, Santa Maria, Sobradinho II, Recanto das Emas, Guará,

Paranoá, Itapoã, Planaltina, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Varjão, Brazlândia e Ceilândia. Nova posse coletiva será realizada em março de 2017 para tornar vigente os Conselhos Regionais de Cultura de Sobradinho I, Estrutural/SCIA, São Sebastião, Fercal, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Águas Claras, Vicente Pires, Jardim Botânico, Plano Piloto e Park Way.



Cartaz de apoio ao processo de eleição do Conselho Regional de Cultura, produzido pela Administração de Samambaia.

Matérias publicadas:

- População de Samambaia escolherá novos membros do conselho regional de cultura". Fonte: Agência Brasília. 23 de maio de 2016.
- "Reestruturação do conselho regional de cultura chega a Santa Maria". Fonte: Agência Brasília. 27 de maio de 2016.
- "Conselheiros regionais de cultura do Recanto das Emas serão eleitos em 26 de junho". Fonte: Agência Brasília. 13 de junho de 2016.
- "Secretaria de Cultura realiza processo inédito de reestruturação das representações culturais das RAs". Fonte: Fato Online. 18 de agosto de 2016.
- "Seminário e Eleições - Conselho Regional de Cultura - Plano Piloto". Fonte: BrasiliaWeb. 22 de novembro de 2016.

Mapa nas Nuvens

O Mapa nas Nuvens (mapa.cultura.df.gov.br) é um espaço livre e colaborativo de identificação e mapeamento georreferenciado de pessoas, culturas, lugares, territórios e ações artísticas e culturais do Distrito Federal e RIDE. O Mapa servirá como bússola para a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal na elaboração de diagnósticos e formulação de ações, programas e políticas culturais. Para os artistas e gestores culturais, ele servirá também como página de divulgação de seus projetos e espaços, por meio da criação de sua própria página com fotos, vídeos, áudio, logos, histórico de atuação. A partir da ferramenta é possível criar informações sobre agenda cultural do DF, acessar o registro completo dos produtores e espaços culturais de uma região, assim como contatar produtores culturais da cidade. Em paralelo, foi também criada a plataforma Cultura nas Nuvens (agenda.cultura.df.gov.br), agenda atualizada dos projetos que estão acontecendo no território do DF e sincronizada com as informações inseridas na base de dados do Mapa nas Nuvens.

Lançamento Mapa nas Nuvens. Crédito: Agência Brasília. Matérias publicadas e entrevistas cedidas:

1. "Plataforma colaborativa mapeará eventos culturais do DF". Fonte: Agência Brasília. 30 de junho de 2016.
2. "Agenda cultural do DF é construída com participação de entidades civis". Fonte: Agência Brasília. 20 de julho de 2016.
3. "Mapa nas Nuvens tem artistas, produtores e empresários inscritos". Fonte: Agência Brasília. 20 de setembro de 2016.
4. "Projeto vai mapear as atividades culturais no Distrito Federal". Fonte: EBC. 01 de julho de 2016.

Não houve investimento de recursos financeiros.

Rodadas de Negócio

As Rodadas de Negócio foram compreendidas como método importante para essa finalidade. Em 2016, apesar de não terem sido realizadas novas edições da Rodada de Negócios, a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal empreendeu iniciativas que possibilitarão desenvolvimento de ambientes mais democráticos e qualificados para a mediação entre os produtores e realizadores culturais e as empresas incentivadoras. Dentre elas, poderíamos destacar o fortalecimento

da rede de empresas incentivadoras, a qualificação e ampliação do acesso de agentes culturais ao mecanismo de incentivo fiscal e fortalecimento institucional da Lei de Incentivo Fiscal local.

O ano de 2016 foi investido para equacionar diversas questões relacionadas à realização das atividades previstas conforme segue: a logística de mudança da sede executiva do BSB Criativa, saindo do prédio localizado no Setor de Diversões Sul para a Biblioteca Nacional; as readequações que se fizeram necessárias no plano de trabalho do Convênio nº 774952/2012 para possibilitar a continuidade das ações e a utilização dos rendimentos para geração de ativos do projeto; o desenvolvimento de edital de chamamento público para seleção de organização da sociedade civil para operar de forma cogerida o ambiente executivo da ação e das ações empreendidas em seu âmbito; e realização de contratações de serviços e aquisição de equipamentos necessários às novas instalações. Além desses elementos, vale salientar, a gestão da proposta, ainda não conveniada, junto ao MinC para fortalecimento da BSB Criativa, Edital aberto pelo Ministério no qual o projeto apresentado pela Secretaria de Estado de Cultura obteve primeiro lugar na classificação.

Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro em 2016

Durante o exercício 2016 a orquestra atendeu, por meio de concertos semanais, um universo ampliado de segmentos da sociedade do Distrito Federal. Neste sentido, realizaram-se concertos sinfônicos em várias regiões administrativas do DF e também ampliaram-se substancialmente a atuação através da celebração de diversas parcerias, o que permitiu minimizar as restrições orçamentárias do período.

Parcerias realizadas:

No campo internacional, com as embaixadas: da Holanda, Turquia, União Europeia, Coreia, Alemanha, do Uruguai, Chile, da Argentina, Colômbia, Costa Rica, do México, dos Estados Unidos. Foram realizados 13 concertos com artistas internacionais, sempre com a presença dos embaixadores respectivos e do corpo diplomático, o que possibilitou uma agenda e visibilidade internacional para a cultura em Brasília.

Com diversos Institutos Culturais Internacionais

Houve ainda parceria com os Salesianos, o que proporcionou a celebrada série de concertos no Santuário Dom Bosco, resultando em sucesso absoluto de público em uma ação aliando o turismo à cultura.

No campo educacional foram realizados 13 concertos didáticos que atenderam 5.000 alunos da rede pública de todas as regiões administrativas do DF. Foram parceiros: o Sindicato dos Bancários, o Projeto Música na Estrada e o Sindicato dos Professores das Escolas Particulares – SINPROEP.

A parceria com o Sindicato dos Bancários proporcionou a utilização gratuita do Teatro dos Bancários para a temporada regular nos meses de abril a agosto, além da divulgação, produção gráfica, arte e impressão dos programas e folders dos concertos didáticos.

A mídia televisiva também tem tido um papel de grande importância como meio de divulgação constante do trabalho da OSTNCS.

Outra parceria relevante foi com o Exército Brasileiro que permitiu utilizar, sem custos, o Teatro Pedro Calmon para a realização de diversos concertos e também o II Concerto da Independência que levou à concha acústica do QG do Exército mais de 6.000 ouvintes. Foram ainda arrecadadas 6 toneladas de alimentos não perecíveis.

Realizada parceria com instituições comerciais teve com a realização do II late in Concert, concerto na orla do lago que reuniu 5.000 pessoas e arrecadou 6 toneladas de alimentos não perecíveis também, entregues à Ceasa em cerimônia oficial. Além disso a orquestra recebeu a doação de 30 novas estantes de música para utilização diária em ensaios e concertos.

Foram celebradas parcerias também com a Universidade de Brasília – UNB; o DNIT; DER e CAPES.

O concerto do Dia Nacional da Conscientização do Autismo, realizado no teatro Sarah Kubistchek Centro, também foi muito significativo dentro da sintonia com a saúde. E ainda o concerto beneficente na ABRACE para arrecadar fundos para o Hospital da Criança seguiu também essa linha de ação pró-saúde.

O exercício encerrou com 8 apresentações das Cantatas Festivas que levou um grande público à Torre de TV para celebrar o Natal.

Tabela com o total de apresentações da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro durante o exercício 2016.

Nome do Evento	Tipo	Público	Data	Local	Horário
Concerto de Dom Bosco	Regular	630	16/02	Igreja Dom Bosco	20 horas
Concerto de Dom Bosco	Regular	600	23/02	Igreja Dom Bosco	20 horas
Concerto de Dom Bosco	Regular	580	01/03	Igreja Dom Bosco	20 horas
Apresentação da OSTNCS	Regular	450	08/03	Teatro Pedro Calmon	20 horas
Apresentação da OSTNCS	Regular	580	08/03	SESC/Ceilândia	20 horas
Apresentação da OSTNCS	Regular	150	15/03	Sala Planalto C. Convenções	20 horas
Apresentação da OSTNCS	Regular	150	22/03	Sala Planalto C. Convenções	20 horas
Apresentação da OSTNCS	Regular	720	27/03	Sala Planalto C. Convenções	20 horas
Concerto Dia Mundial de Conscientização do Autismo	Extra	500	02/04	Teatro Sarah Kubistchek	10 horas
Apresentação da OSTNCS	Regular	600	05/04	Sala Planalto C. Convenções	20 horas
Concerto do Dia do Exército	Regular	1.200	12/04	Teatro Pedro Calmon	20 horas
Concerto Aniversário de Brasília	Extra	400	21/04	SESC/Gama	20 horas

Nome do Evento	Tipo	Público	Data	Local	Horário
Apresentação da OSTNCS	Regular	450	29/04	Teatro Pedro Calmon	20 horas
Concerto Europeu	Regular	760	10/05	Teatro Pedro Calmon	20 horas
Temporada OSTNCS 2016	Regular	360	17/05	Teatro dos Bancários	20 horas
Temporada da OSTNCS 2016	Regular	415	24/05	Teatro dos Bancários	20 horas
Temporada da OSTNCS 2016	Regular	420	31/05	Teatro dos Bancários	20 horas
Concerto do Meio Ambiente	Extra	200	04/06	Museu da República	17 horas
Concerto de Aniversário do DNIT	Extra	800	06/06	Auditório do DNIT	15 horas
Concertos da OSTNCS	Regular	480	07/06	Teatro dos Bancários	20 horas
Concertos da OSTNCS	Regular	480	14/06	Teatro dos Bancários	20 horas
Concertos da OSTNCS	Regular	482	21/06	Teatro dos Bancários	20 horas
Concertos Didáticos	Extra	400	27/06	Teatro dos Bancários	15 horas
Concertos Didáticos	Extra	400	30/06	Teatro dos Bancários	09 horas
Concertos da OSTNCS	Regular	480	05/07	Teatro dos Bancários	20 horas
Concertos Didáticos	Extra	385	07/07	Teatro dos Bancários	09 horas
Concertos Didáticos	Extra	400	08/07	Teatro dos Bancários	09 horas
Concertos Didáticos	Extra	415	11/07	Teatro dos Bancários	15 horas
Concertos Didáticos	Regular	476	12/07	Teatro dos Bancários	20 horas
Concertos Didáticos	Extra	415	14/07	Teatro dos Bancários	09 horas
Concertos Didáticos	Extra	415	14/07	Teatro dos Bancários	10:30 horas
Concertos Didáticos	Extra	415	14/07	Teatro dos Bancários	15 horas
Concertos Didáticos	Extra	415	15/07	Teatro dos Bancários	10:30 horas
Concertos da OSTNCS	Regular	486	02/08	Teatro dos Bancários	20 horas
Concertos da OSTNCS	Regular	486	09/08	Teatro dos Bancários	20 horas
Concertos da OSTNCS	Regular	170	16/08	Centro Cultural UnB	20 horas
Aniversário do Lago Sul	Extra	500	20/08	Pontão do Lago Sul	17:30 horas
Concerto Uruguaio	Regular	720	23/08	Cine Brasília	20 horas
Concertos OSTNCS	Regular	486	30/08	Cine Brasília	20 horas
late In Concert	Extra	4.300	03/09	late Clube de Brasília	17:30
Concerto da Independência	Extra	6.000	07/09	Concha Acústica do QG	17:30
Concerto Mexicano	Regular	720	13/09	Cine Brasília	20 horas
Concerto Chileno	Regular	485	20/09	Teatro dos Bancários	20 horas
Concerto DER	Extra	500	22/09	Sala Planalto C. Convenções	18:30 horas
Concerto Alemão	Regular	480	27/09	Teatro dos Bancários	20 horas
Green Movie	Extra	500	01/10	Jardim Botânico	17 horas
Concerto da OSTNCS	Regular	200	04/10	Centro Cultural UnB	20 horas
Green Movie Festival	Extra	500	08/10	Museu da República	17 horas
Concerto Coreano	Regular	1.200	11/10	Teatro Pedro Calmon	20 horas
Concerto OSTNCS	Regular	250	18/10	Cine Brasília	20 horas
Concerto Internacional	Regular	800	25/10	Cine Brasília	20 horas
Concerto do Dia do Professor	Regular	720	01/11	Cine Brasília	20 horas
Concerto de Abertura do BIF	Extra	710	04/11	Cine Brasília	20:30hs
Concerto Argentino	Regular	600	08/11	Centro de Convenções	20 horas
Aniversário do Catetinho	Extra	100	10/11	Museu do Catetinho	18:30
Concerto Colombiano	Regular	700	15/11	Cine Brasília	20 horas
Concerto CAPES	Regular	710	22/11	Centro de Convenções	20 horas
Concerto Sinfônico	Regular	700	29/11	Cine Brasília	20 horas
Concerto Didático	Extra	700	01/12	Cine Brasília	10 horas
Concerto da Paz	Regular	850	06/12	Cine Brasília	20 horas
- Concerto Americano	Regular	1.200	13/12	Teatro Pedro Calmon	20 horas
- Concerto Didático	Extra	900	16/12	Teatro Pedro Calmon	10 horas
- Cantata de Natal	Extra	400	15/12	Platô da Torre de TV	19 horas
- Cantata de Natal	Extra	720	16/12	Platô da Torre de TV	19 horas
- Cantata de Natal	Extra	830	17/12	Platô da Torre de TV	19 horas
- Cantata de Natal	Extra	700	18/12	Platô da Torre de TV	19 horas
- Cantata de Natal	Extra	926	20/12	Platô da Torre de TV	19 horas
- Cantata de Natal	Extra	810	21/12	Platô da Torre de TV	19 horas
- Cantata de Natal	Extra	1.500	22/12	Platô da Torre de TV	19 horas
- Cantata de Natal	Extra	1.760	23/12	Platô da Torre de TV	19 horas
- Total de Concertos - 71	Regulares:40	Extras:31			
- Público Total:49.782	Regulares:22.426	Extra: 26.956			

Na tabela abaixo constam os principais eventos realizados nos auditórios, na área externa e no anexo do **Museu da República**, seguindo com as exposições realizadas durante o exercício 2016.

Evento	Data	Público	Proponente
Janeiro			
Evento de posse dos novos Conselheiros Tutelares	10/01	700	Defensoria Pública e IESB
Dia nacional de Combate à Intolerância Religiosa	21/01	70	Defensoria Pública e IESB
Planejamento do movimento junino	25/01	50	Liga Independente das Quadrilhas Juninas do DF e Entorno
Planejamento do movimento junino	28/01	50	Liga Independente das Quadrilhas Juninas do

Evento	Data	Público	Proponente
Data Nacional de Cuba	27/01	85	DF e Entorno Embaixada de Cuba
<i>Estimativa: 955 visitantes</i>			
Fevereiro			
Reunião do Encontro de Tatuadores	26/02	30	BSB Tatoo (Tatuadores de Brasília)
Planejamento do Movimento Junino	27/02	75	Liga Independente das Quadrilhas Juninas do DF e Entorno
<i>Estimativa: 105 visitantes</i>			
Março			
Seminário de Acessibilidade	02/03	70	Secretaria de Cultura
Recital - divulgação denominada de acadêmicos e patronos	04/03	90	Academia Internacional de Cultura
Encontro em homenagem a Charlie Brown Jr.	05/03	90	Produtor cultural Henrique Paulo
Planejamento do movimento junino	05/03	80	Liga Independente das Quadrilhas Juninas do DF e Entorno
Dia do Bibliotecário	11/03	100	Associação dos Bibliotecários do DF
Planejamento do movimento junino	20/03	70	Liga Independente das Quadrilhas Juninas do DF e Entorno
Assembleia Geral da Associação dos Artistas	24/03	50	Associação Candanga de Artistas Visuais - ACAV
<i>Estimativa: 550 visitantes</i>			
Abril			
UNA-DF	02/04	60	Secretaria de Economia Criativa/MinC
Palestras do Cinquentenário do CRO-DF	06/04	-	Conselho Regional de Odontologia/DF
Palestra Assistência Técnica – Oportunidade de trabalho e atuação social	08/04	-	Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH/DF
Evento externo de música do Projeto Samba Móvel	10/04	-	Projeto Samba Móvel (apoio FAC)
Reunião da Revista Traços	01/04	-	Revista Traços
Apresentações do Projeto Brasília para Crianças	6 a 8/04, 12 a 15/04, e 19/04	8000	Produtora Alquimia (Fernando Fernandes)
Constelações familiares segundo a HellingerSciencia	19/04	1000	
Lançamento do programa: ÁGUA – Uma Agenda para a Vida.	20/04	-	Secretaria de Estado de Educação DF
Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.	23/04	-	Subsecretaria de Cidadania e Diversidade Cultural/ Secretaria de Cultura DF
Apresentação da nova estrutura da SEGETH aos servidores	25/04	-	Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH/DF
Programa Educador Social Voluntário	26/04	-	Secretaria de Economia Criativa – SEC/MinC
<i>Estimativa: 9.060 visitantes</i>			
Mai			
Lançamento do livro Domus	03/05	80	Defensoria Pública da União
Plena Harmonia	04/05	100	Secretaria da Criança DF
Reunião da Revista Traços	06/05	30	Revista Traços
Mostra CineCAL	10 a 13/05	240	CAL/UnB e Museu da República
SESC Circuito Internacional de Triathlon	14/05	500	SESC
Planejamento do movimento junino	15/05	70	Liga Independente de Quadrilhas Juninas do DF e Entorno
Casamento coletivo	07/05	310	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF
Exibição do filme “Yorimatã”	18/05	30	Ateliê Anjico
Corrida Wings for Life	08/05	4000	Red Bull
Evento do FAC	23/05	50	Fundo de Apoio a Cultura/ Secretaria de Cultura DF
A arte de uma nova cultura	27/05	1500	Instituto Vida Brasil
<i>Estimativa: 6.910 visitantes</i>			
Junho			
Chegada e encontro do Cortejo Moçambique do Tonho Pretinho em Brasília	02/06	150	IPHAN e FUNAPE/Universidade Federal de Goiás
Semana do Meio Ambiente	03/06	700	Ministério do Meio Ambiente
Facebook – Eleições	07/06	800	Facebook Brasil
Debates do Grupo Geração de Brasília	10/06	70	Grupo Geração de Brasília
Cine Portugal – Filmes: O inimigo sem rosto O que há de novo no amor? 4 copas. Os gatos não tem vertigens	14/06	200	UnB / Embaixada de Portugal
Palestra sobre participação do curta “Em defesa da família” no Short FilmCorner – Festival de Cannes	21/06	30	Daniella Cronemberger
Exibição do filme “O Ouro, o ladrão e sua família”	01/06	600	FAC, FUNARTE e UNB
Seja Digital	22/06	50	RUAS – Rede Urbana de Ações Socioculturais
2º CONUESF – Congresso da União dos Estudantes	24/06	70	União dos Estudantes Secundaristas do DF

Evento	Data	Público	Proponente
Secundaristas do DF			
Prática e Ensino Musical com Programação de Software	25 e 26/06	50	Quase-Cinema Lab
Dia Mundial do Skate	26/06	1000	ASC – Associação de Skate da Capital
6º Festival de Cinema Transcendental	29/06	200	Fundo de Apoio a Cultura/ Secretaria de Cultura DF
Lançamento Mapa nas Nuvens	29 e 30/06	200	Instituto TIM e OBEC-DF
<i>Estimativa: 4.150 visitantes</i>			
Julho			
Cinema Transcendental	01/07	200	Casa de Cultura da América Latina CAL/UnB
Reunião da Revista Traços	01/07	25	Revista Traços
XI SimposiumPlatonicum: PlatosPhaedo	04/07	80	Instituto de Ciências Humanas/ UnB
I Encontro Nacional de Juristas e o Parlamento	05/07	350	Senado Federal
II Encontro Regional do Centro Oeste de Estudantes de Museologia	09/07	80	Executiva Nacional de Estudantes de Museologia
Premiação da Olimpíada de Matemática	12/07	70	Secretaria de Educação/DF
Debate "Vidas Refugiadas"	12/07	25	ACNUR/ONU
Lançamento do Edital RockEcologia	21/07	30	Secretaria de Cultura do DF
Prática e Ensino Musical com Programação de software	23/07	50	Quase Cinema Lab
Festival Latinidades (Debates, palestras e showmusical)	25 a 31/07	10.000	Griô Produções e Secretaria de Cultura DF
<i>Estimativa: 10.910 visitantes</i>			
Agosto			
CodeMuzik – Oficinas de música experimental – Software SonicPi	20/08	60	Quase Cinema Lab
Apresentação: A Floresta que anda	24/08	-	Cena Contemporânea
Apresentação: A gruta da garganta	25/08	-	Cena Contemporânea
Mostra de Filmes Teatro da Vertigem	25/08	-	Cena Contemporânea
Encontro com os curadores da exposição coletiva Mês da Fotografia	03/08	100	Lente Cultural, SESC e Oi Futuro
Brasília Noites Fotográficas – Projeção 180º na Cúpula do Museu	03/08	300	Lente Cultural, SESC e Oi Futuro
Fórum Brasileiro pelos Direitos Autorais	30/08	100	Itaú e MINC
Lançamento do Livro Reedição "Achados de Assis – A fotografia em Dom Casmurro", autor Sandro Alves	13/08	40	Apoio FAC e FUNARTE
Filme e Debate	19/08	50	Associação Coturno de Vênus
<i>Estimativa: 650 visitantes</i>			
Setembro			
Lançamento do livro: "Diversos Dias - Uma experiência teatral colaborativa da poética da plenitude do ser" Sobre o trabalho realizado com deficientes físicos em teatro.	01/09	120	Apoio FAC
Cena Contemporânea – Tempo, memória e dor: Arte e política nas reescrituras da história.	02/09	-	Cena Contemporânea
Cena Contemporânea – Encontros do Cena 2016	02/09	-	Cena Contemporânea
Cena Contemporânea – Looping Bahia Overdub	04/09	-	Cena Contemporânea
Encontro Arte Cibernética	13/09	100	Itaú Cultural
CodeMuzik – Oficinas de música experimental – Software SonicPi - Guitarra	10/09	60	Quase Cinema Lab (apoio FAC)
Palestra sobre fotografia Contemporânea no Brasil	04/09	70	Galeria de Fotografia Casa da Luz Vermelha
Festival de Música Sai da Lata	17/09	3000	Coordenação do FestivalSai da Lata
Palestra sobre Noções de proteção e respeito ao Meio Ambiente – Convívio social no trânsito e exposição de viaturas e helicóptero do DETRAN	17/09	700	DETRAN/DF
Pedalada Holandesa	23/09	30	Secretaria de Mobilidade/DETRAN/DF
Cine Pedal	24/09	40	Secretaria de Mobilidade/DETRAN/DF
<i>Estimativa: 4.120 visitantes</i>			
Outubro			
Green Move – Seminário, Oficinas, foodtrucks, exposição de fotos, apresentação da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, Orquestra da Sociedade de Concertos, Projeção de Cinema na cúpula do Museu.	07/10	7000	UPiano Entretenimento
15º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia: Arte, Ação e Participação.	03/10	250	UnB
Treinamento da equipe da Fundação Athos Bulcão	08/10	21	Fundação AthosBulcão
Apresentação da Cia de Dança Anti Status Quo	22/10	90	Anti Status Quo Cia de Dança
Encontro Avançar Mulheres em Ação	15/10	50	Encontro Avançar
De Carne e Concreto	21/10	120	Movimento Internacional de Dança
Amana – Dança para Bebês	22/10	148	Grupo Pessoas e Pessoinhas

Evento	Data	Público	Proponente
CodeMuzik – Oficinas de música experimental – Software SonicPi – Bateria	23/10	60	Quase Cinema Lab(apoio FAC)
MIRA – Mostra de Novo Cinema Espanhol	25/10	50	Embaixada da Espanha
Seminário do Conselho Regional de Odontologia	25/10	300	Conselho Regional de Odontologia/DF
Nos Caminhos do Audiovisual	31/10	90	TV E
Formatura PRONATEC Mulheres Mil	31/10	400	MEC
<i>Estimativa: 8.579 visitantes</i>			
Novembro			
Apresentação da Orquestra Filarmônica de Brasília	05/11	200	AMABRA – Associação dos Amigos das Artes Brasília
Desfile SENAI Brasil Fashion	11/11	400	SENAI
Cine CAL - Transgêneros	08 a 11/11	120	UnB
Dia Mundial da Filosofia	12/11	700	Nova Acrópole
CodeMuzik – Oficinas de música experimental – Software SonicPi – Composição e Performance	12/11	60	Quase Cinema Lab (apoio FAC)
Le Fresnoy - Tecnologias e possibilidades II – Oficinas de Videoarte	22 a 26/11	60	Le Fresnoy e Museu da República
Festival Favela Sounds – Festival Internacional de Cultura de Periferia – Roda de conversa, Baile e Desfile	18/11	3.000	Fundo de Apoio a Cultura/ Secretaria de Cultura DF
Premiação Festival de Filmes Galois em Cena	26/11	600	Colégio Galois
Eleição da nova diretoria da LINQ-DFE para o triênio 2016/2019.	26/11	60	Liga Independente das Quadrilhas Juninas do DF e Entorno
<i>Estimativa: 5.200 visitantes</i>			
Dezembro			
Gravação do Programa Saia Justa	05/12	900	Canal GNT
Le Fresnoy - Tecnologias e possibilidades II – Oficinas de Videoarte	05 a 11/12	65	Le Fresnoy Escola Francesa, Embaixada da França e Museu da República
Diálogos Culturais	03/12	80	Secretaria de Cultura do DF
I Seminário Mídias, Educação e Linguagens Audiovisuais	06/12	2000	Secretaria de Educação do DF
Apresentação da Cantata de Natal do Jardim de Infância 312 Norte	10/12	700	Secretaria de Educação do DF
Show da cantora Céu	11/12	2000	Vivo Open Air
TEDx Brasília	11/12	700	OnGTEDx
Seminário Crítica, Mercado e Terceiro setor.	15/12	200	Secretaria de Cultura DF
Projeto Música para Crianças	17/12	40	Célia Porto
IDEFACE	19/12	300	IDEFACE
Eventos Réveillon 2017 Virada Viva	31/12	10.000	Secretaria de Cultura DF
<i>Estimativa: 16.985 visitantes</i>			
<i>Estimativa de 68.174 visitantes nos eventos</i>			

Exposições 2016

- Moderna para Sempre: Fotografia Modernista Brasileira na Coleção Itaú Cultural

Exposição que apresentou um apanhado de obras e artistas que são referência para a fotografia moderna brasileira. A observação do conjunto de trabalhos apresentou o potencial e a importância dessa produção que busca transfigurar a objetividade do aparelho através do experimentalismo.

Período: 26 de novembro 2015 a 14 de fevereiro 2016.

Espaço: *Expositivo Principal.*

Público: 52.107 visitantes.

- Preto & Branco: Acervos MAB/MUN –Fotografia Contemporânea

A seleção das imagens, em preto e branco, foi pensada para promover o diálogo com outra mostra fotográfica – “Moderna Para Sempre” – da coleção Itaú Cultural, exibida no mesmo período no Museu Nacional.

Período: 26 de novembro a 21 de fevereiro 2016.

Espaço: *Mezanino.*

Público: 57.041 visitantes.

- DOMUS Moradias Visuais

Mostra fotográfica que retrata o cotidiano do povo indígena, quilombola, catadores, refugiados e imigrantes.

Período: 11 de dezembro a 21 de fevereiro 2016.

Período: Área Externa.

Público: 122.640 visitantes.

Transpiração – Desenhos e Colagens

Artista berlinense que começou o seu tempo ativo de produção artística na época “selvagem” experimental depois da queda do muro, quando Berlim virou um magnete para artistas do mundo inteiro. Todo o trabalho do artista foi feito a mão, no entanto, as colagens foram tecnicamente aumentadas nas impressões expostas. Dos 14 desenhos e 13 colagens que compõem a exposição, uma parte veio de Berlim e a outra foi produzida durante os últimos dois anos que o artista residiu em Belém do Pará.

Período: 15 de janeiro a 28 de fevereiro de 2016.

Espaço: Galeria Acervo.

Público: 40.699 visitantes.

- **DusanKochol - Like a drop of ink in a glass of milk**

Exposição do fotógrafo promovida pela Embaixada da República Eslovaca.

Período: 20 de janeiro a 21 de fevereiro de 2016.

Espaço: Sala 02.

Público: 17.789 visitantes.

- **Cerâmica do Japão – A Geração Emergente do Forno Tradicional Japonês**

A partir do tema “Vasilhames”, cada artista propôs seu olhar criativo e original sobre a funcionalidade deste objeto tão comum no cotidiano, e propôs ainda, interpretações contemporâneas para as técnicas tradicionais da cerâmica japonesa, originárias das regiões de Arita e Karatsu, Hagi, Bizen, Kyoto e Tamba, Kutani e Kanazawa, Seto e Mino, Tóquio e Mashiko. Para o curador da exposição e diretor do Museu de Arte da Província de Yamanashi, Masami Shiraishi, a mostra destaca as obras que melhor representam a cerâmica japonesa antiga e atual.

Período: 18 de fevereiro a 13 de março de 2016.

Espaço: Anexo.

Público: 8.429 visitantes.

- **A Vitória de Todos – Coletivo Salto**

Exposição composta de 100 fotografias retiradas da comunidade intitulada “A Vitória”, pelo Coletivo SALTO, fundado em 2007 e constituído com a primeira letra dos nomes dos artistas: Samuel Shats, Arthur Conning, Lincoyan Parada, Teodoro Schmidt, Oliver Hartley. Todos os artistas são chilenos, com exceção de Arthur Conning que é norte-americano e tem residência permanente em Santiago do Chile.

Período: 02 a 31 de Março de 2016.

Espaço: Galeria Térreo e Sala 02.

Público: 10.454 visitantes

- **Formas D’Água – Integração por Dispersão**

Exposição de artista chilena, que aproveitou o Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março, para homenagear um dos nossos bens naturais mais preciosos.

Período: 22 de março a 24 de abril de 2016.

Espaço: Mezanino.

Público: 37.158 visitantes.

- **A Arte Monumental**

A exposição trouxe um apanhado das principais obras de grande, médio e pequeno formatos assinadas pela artista: esculturas, painéis escultóricos, vitrais e objetos de design. Um dos destaques foi o salão especial “Gênese” que abriga todo o nascimento criativo do projeto da Catedral de Brasília, no qual o público pode ter a dimensão exata da grandiosidade do trabalho desenvolvido pela artista, onde estava exposto o desenho original feito à mão do vitral criado para o altar da catedral, os esboços que originaram o desenho, a maquete de estudo de aplicação do vitral e um grande painel ilustrativo de todo o processo construtivo da catedral.

Período: 06 de abril a 26 de junho de 2016.

Espaço: Expositivo Principal.

Público: 87.899 visitantes.

- **A Forma e Arte da Cidade**

Mostra da obra do artista com desenhos inéditos, obras do acervo do MAB e CAL/UNB, e o conjunto doado ao Museu da República através do Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça – 7ª edição – Funarte, Minc, FNC.

Período: 07 a 30 de abril de 2016.

Espaço: Galeria do Térreo e Sala 2.

Público: 17.550 visitantes.

- **HiperFoto – Brasília**

Exposição fotográfica do artista francês inaugurada no Museu da República às vésperas do aniversário de Brasília, que mostrou capital brasileira sob um olhar jamais antes visto.

Período: de 19 de abril a 05 de junho de 2016.

Espaço: Galeria Acervo.

Público: 52.776 visitantes.

- **Cruzamentos no DF**

Exposição internacional, multicultural e multimídia que trouxe obras de artistas. A mostra foi composta também de performances artísticas e pinturas ao vivo (Live painting).

Período: 04 a 31 de maio de 2016.

Espaço: Galeria do Térreo.

Público: 17.106 visitantes.

- **Consensus**

Mostra individual inédita de artista plástica. A exposição reúne um conjunto de obras de grande formato: pintura, escultura e desenho, nas quais a figura humana é projetada em cenários de crises individuais e sociais provocadas pela indiferente fluidez de nossos tempos.

Período: de 02 de junho a 31 de julho de 2016.

Espaço: Sala 02.

Público: 34.500 visitantes.

- **Vidas Refugiadas**

Mostra com imagens do fotógrafo Victor Moriyama, a exposição revela as necessidades, os dilemas e as conquistas das mulheres retratadas, apresentando ao público uma oportunidade de reflexão sobre a adaptação das refugiadas à vida no Brasil.

Período: 20 de junho a 24 de julho de 2016.

Espaço: Galeria do Térreo.

Público: 27.233 visitantes.

- **Acervos em Movimento IV**

A exposição apresentou ao público obras que se somaram ao patrimônio artístico do Governo do Distrito Federal por meio de prêmios e doações, que no seu conjunto representam a nossa rica identidade visual.

Período: 31 de julho a 21 de agosto de 2016.

Espaço: *Mezanino*.

Público: 37.823 visitantes.

- **Calçadas**

Assim como o nome sugere, a exposição, retratou os trabalhos resultantes da apropriação de uma faixa cimentada de passeio público localizada nas proximidades do Museu Nacional da República.

Período: 02 a 28 de agosto de 2016.

Espaço: Galeria do Térreo.

Público: 13.265 visitantes.

- **Mês da Fotografia: A Vida – Uma Celebração da Fotografia**

6ª edição da mostra fotográfica coletiva, fruto da parceria entre o “Coletivo Fotográfico Lente Cultural” e o Serviço Social do Comércio (SESC) e com o patrocínio da Oi, por meio da Lei de Incentivo à Cultura do GDF.

Período: 03 a 31 de Agosto de 2016.

Espaço: Galeria Acervo.

Público: 23.204 visitantes.

- **Sinergia ou Terapia Infinita**

Exposição de pintura montada com obras do artista cubano Alexander Lobaina. Período: 05 de agosto a 04 de setembro de 2016.

Espaço: Sala 02.

Público: 12.627 visitantes.

- **Arte Cibernética – Coleção Itaú Cultural**

Incorporada à coleção Itaú Cultural recentemente e exibida pela primeira vez como parte do acervo do Instituto Itaú Cultural. Foram exibidas 10 das 15 obras extraídas do acervo iniciado em 1997, incluindo o projeto artístico Desertesejo, produzido em 2014 pelo artista multimídia Gilberto Prado.

Período: 14 de setembro a 04 de novembro de 2016.

Espaço: Expositivo Principal.

Público: 47.812 visitantes.

- **Antologia**

Mostra de artista plástico paraibano, radicado há 40 anos em Olinda, expôs 32 obras, entre pinturas, desenhos, serigrafias, impressões em cavernas e escultura, produzidas dos anos 1960 até hoje. A exposição foi realizada pelo Instituto Cultural Raul Cândido de Figueiredo Museu Nacional da República com produção da Jaraguá, do Recife, e incentivo do edital Funcultura/Governo de Pernambuco.

Período: 15 de Setembro a 16 de outubro de 2016.

Espaço: Mezanino.

Público: 33.122 visitantes.

- **“Lixo”, Consumo e Impermanência**

Exposição montada nas áreas interna, externa e anexo do Museu Nacional, apresentou, com instalações, fotografias e vídeos, a realidade de milhões de brasileiros que vivem da coleta de material reciclável e ainda provocou nos visitantes a reflexão sobre o que é “lixo”; (Como ele surge? Para onde vai quando sai de nossas casas? Quem é o responsável por ele?).

Período: 23 de setembro a 07 de outubro de 2016.

Espaço: Área Externa, Galeria do Térreo e Anexo.

Público: 23.659 visitantes.

- **15º Encontro de Arte e Tecnologia**

O Encontro Internacional de Arte e Tecnologia (#.ART) é um evento anual do programa de Pós-Graduação em Arte da Universidade de Brasília, Instituto de Artes, Departamento de Artes Visuais promovido pela linha de pesquisa Arte e Tecnologia e pelo Midialab Laboratório de Pesquisa em Arte Computacional.

Período: 03 a 30 de setembro de 2016.

Espaço: Galeria Acervo.

Público: 27.336 visitantes.

- **A Água é Viva e Janelas Contemporâneas**

Trabalho realizado por bordadeiras participantes do “Projeto 1+1”, projeto de inclusão social, idealizado e mantido por Elisa Lobo em Carmo da Cachoeira, MG, cidade com 12.000 habitantes, a fim de iniciar, com um grupo de 150 mulheres ex-colhedoras de café, varredoras de rua e donas de casa, um trabalho

de capacitação com o bordado.

Período: 06 a 30 de outubro de 2016.

Espaço: Galeria do Térreo e Sala 2.

Público: 15.164 visitantes.

- **Diálogo Design: Polônia Brasil**

A exposição é organizada pelo Culture.pl, em colaboração com The Spirit of Poland, como parte de seu programa para promover o design polonês em todo o mundo.

Período: 01 a 27 de novembro 2016.

Espaço: Mezanino.

Público: 19.435 visitantes.

- **Salvatore Garau**

As pinturas de Salvatore Garau retratam espaços animados por movimentose eventos pictóricos. Esses espaços devem ser reavivados, vividos e filtrados através das emoções, identificando-se com um palco.

Período: 08 de novembro a 04 de dezembro 2016.

Espaço: Galeria do Térreo.

Público: 11.425 visitantes.

- **O Olhar do Pensador**

Exposição fotográfica resultante do concurso realizado em comemoração ao Dia Mundial de Filosofia.

Período: 12 a 30 de novembro 2016

(exposição destruída durante a manifestação do dia 29/11/16).

Espaço: Área Externa.

Público: estimado em 20.000 visitantes.

- **Murmuro BèAfrik**

Murmuro BèAfrik é uma exposição de fotografias de Marilu Cerqueira, feitas na República Centro-Africana, que trazem a Brasília um pouco desse país quase desconhecido. As imagens são reveladoras da cultura de diferentes etnias e inclui em seu repertório traços da dominação colonial e seus vínculos com a modernidade.

Período: 12 de dezembro 2016 a 29 de janeiro 2017.

Espaço: Galeria do Térreo.

Público: 11.826 visitantes.

- **Desenhos - Paulo Andrade**

A mostra composta de 64 obras sobre papéis variados e montadas individualmente ou em trípticos ou ainda em número de até 7 desenhos. Abrangem o período entre 1984 e 2016 e são, em sua maioria, inéditos.

Período: 15 de dezembro 2016 a 29 de janeiro 2017.

Espaço: Sala 2.

Público: 10.771 visitantes.

- **Ondeandaonda II**

Exposição em comemoração aos 10 anos do Museu Nacional. Mostra contou com a participação de 15 galerias, cerca de 150 artistas e mais de 300 obras.

Período: 14 de dezembro de 2016 a 26 de fevereiro de 2017.

Espaço: Expositivo Principal, Acervo e Mezanino.

Público: 19.711 visitantes até 31/12/16.

Em 2016 foram realizadas o Total de 29 Exposições com público total estimado em 910.561 visitantes.

Informática

Dentre as atividades realizadas durante o exercício 2016 destacam-se:

- Interligação do Espaço Cultural 508 Sul e da Rádio Cultura à rede GDFNet. Quanto aos outros próprios culturais não houve interligação, tendo em vista que a SUTIC dispensou seus esforços para atender outras demandas mais prioritárias.

- modernização do Telecentro da Biblioteca Pública de Brasília, em parceria com o Instituto CDI – Comitê para a Democratização da Informática;

- renovação do serviço de outsourcing de impressão para a sede e seus próprios culturais;

- atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria de Cultura – PDTI/SEC – para o quadriênio 2016-2019.

- novo sistema de monitoramento e segurança da sede da Secretaria de Cultura;

- apoio a eventos culturais realizados pela SEC, tais como: Aniversário de Brasília; Festival de Brasília do Cinema Brasileiro; Reveillon entre outros.

- apoio na elaboração e implantação do sistema de Gestos com Eventos Artísticos.

Rádio Cultura Fm

Durante o exercício 2016 foram desenvolvidas pela Unidade de Radiodifusão as seguintes atividades:

Transmissões:

- comentários diários e/ou em tempo real sobre os fatos de maior relevância do cenário local, nacional e internacional;

- prestação de serviço público, com jornalismo de informações através de boletins e entrevistas sobre: saúde, educação, cultura e serviços públicos;

- transmissão da “Voz do Brasil” e Propagandas Partidárias Gratuitas;

- programas diários e/ou semanais, com produção e/ou parceria com a Rádio Cultura FM (relatório abaixo);

- transmissões ao vivo: da Feira do livro e do Festival de Cinema de Brasília;

- Veiculação do programa semanal: “Conversa Franca”, com o governador do Distrito Federal.

Divulgações

- a Rádio Cultura promoveu diversos shows e espetáculos culturais através de parcerias entre seus locutores e diversos produtores culturais;

- principais acontecimentos culturais na cidade através de boletins diários, “Agenda Cultural”;

- entrevistas com artistas locais e nacionais;

- trabalhos apoiados pelo FAC – “Programa feito em casa”;

- interagiu com o público por meio das mídias de rede e campanhas promocionais.

Administrativamente

- negociação com os agentes fiscalizadores e credores;
- manutenções preventivas e implementações necessárias à melhoria do sinal e da qualidade da transmissão;
- aperfeiçoamento da gestão das escalas de programas e da programação musical, elevando o número de ouvintes e participações nas promoções.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Secretaria de Estado de Cultura no exercício 2016 desenvolveu suas atividades conforme planejamento dentro das limitações orçamentárias, havendo grande quantidade de realização de eventos decorrentes de emendas parlamentares e termos de fomento. As dificuldades encontradas foram em relação a bloqueios orçamentários, bem como morosidade no andamento de processos de licitação, e ainda indisponibilidade financeira para algumas realizações.

Com relação à reforma do Teatro Nacional Cláudio Santoro, fechado desde janeiro de 2014, cumpre recordar que a Secretaria de Cultura, à época, realizou licitação para elaboração de projeto executivo de reforma, que buscava não só atender as exigências legais para concessão de alvará de funcionamento, mas também modernizar o equipamento cultural, para torná-lo um dos teatros mais modernos do país. A complexidade arquitetônica do projeto e sua ousadia quanto aos recursos tecnológicos pretendidos resultaram em um orçamento superior a R\$ 200 milhões.

Nos exercícios seguintes, a crise econômica do país e, em especial, a constatação de uma delicada situação financeira do Distrito Federal, levaram o Governo do DF a adiar muitos de seus investimentos e a rever valores de iniciativas entendidas como prioritárias para a população. Diante desse cenário econômico-financeiro nacional e distrital, a Secretaria de Cultura, sob nova gestão, constatou a extrema dificuldade de dar seguimento ao processo relativo à reforma do Teatro Nacional caso seja necessária a disponibilidade imediata do valor integral do projeto. Portanto, verificou-se a importância da realização de adequações. Em vez de um planejamento cujo cronograma prevê a realização da obra como um empreendimento único/integral é preciso que o projeto permita a realização da obra em etapas, de modo que os investimentos possam ser feitos paulatinamente, a cada etapa, de acordo com a real disponibilidade de recursos financeiros.

A Secretaria de Estado de Cultura tem mantido diálogo com entidades do sistema interessadas em contribuir para o desenvolvimento cultural do Distrito Federal e está desenvolvendo tratativas para que o sistema apoie a realização das adequações necessárias ao fracionamento da obra. Foi aprovado o projeto executivo de arquitetura e complementares junto à Central de Aprovação de Projetos da SEGETH e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e desenvolveu termos de referência para a adequação do projeto de forma a permitir sua execução por etapas.

Em relação a outras ações, com a implantação do Mapa nas Nuvens a Secretaria de Estado de Cultura ganha ferramentas para mapear o alcance territorial das políticas públicas de cultura. E, ao conhecer a realidade de cada Região Administrativa do DF, propor e incrementar políticas estruturantes que possam apoiar o desenvolvimento territorial, garantindo condições favoráveis para a criação, produção e promoção das iniciativas culturais de cada região, assim como os direitos dos cidadãos de acesso à cultura em todo o DF. A RIDE, por ser importante território de desenvolvimento na rede de fazedores e fruidores de cultura, também pode ter suas iniciativas cadastradas.

É o primeiro passo para a implementação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SIIC/DF e do Portal da Cultura do DF e possibilitará:

- gerar dados para a formulação de políticas públicas de cultura mais consistentes e coadunadas com o contexto cultural do DF;
- promover eficiência, transparência e qualificação da gestão da cultura;
- gerar mapas das presenças e das ausências da cultura no DF;
- promover ações e agentes culturais, gerando ampla visibilidade nos cenários local e nacional;

As perspectivas para 2017 são as seguintes, dentre outras:

Para a temporada 2017 da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro espera-se maior produtividade com planos de expansão destes projetos da orquestra no sentido de atender um público mais extenso e mais diversificado.

A Secretaria dará continuidade a projetos provenientes de emendas parlamentares que são disponibilizadas anualmente além dos projetos referentes aos Termos de Fomento.

Em 2017 objetiva-se ainda, no âmbito das ações promovidas pelo BSB Criativa a realização de novo ciclo de Rodadas de Negócios, a reativação do escritório, agora localizado no andar térreo da Biblioteca Nacional, e a realização de ciclos de capacitação e consultoria voltados ao desenvolvimento de empreendimentos criativos locais.

Festival Ferrock Ecologia- Termo de Fomento entre a Secretaria de Cultura e o Centro Cultural Ferrock para realização da segunda etapa que será realizada dia 15/04/2017.

- Duas Asas – Fase 2 – a ser realizada até 03/05/2017 – para essa etapa serão selecionados 01 educador cultural, 01 oficineiro, 01 assistente e 01 atração artística.

Programa da Mala do Livro - Metas para o PML/2017 - Revitalização e Modernização do Programa

Dificuldades	Ações Propositivas
Veículo inapropriado para atender a demanda do Programa;	Destinação de veículo robusto para o PML (picape) devidamente adesivado como nome do Programa para transporte de doação e recolhimento de

	acervo.
Recurso de pessoal insuficiente para o trabalho braçal;	Contratação de pessoal.
Cota de combustível insuficiente	Ampliação da Cota de Combustível de 200 para 450 litros.
Falta de espaço físico para melhorar a logística do PML visando agilidade dos processos de recolhimento, seleção e distribuição do acervo.	Destinação do Espaço para o PML no Térreo da BNB (Mediateca) ou de um pavimento na edificação.
Organograma inadequado e insuficiente para a atividade de gestão do PML.	Criar no organograma da DSBP a destinação do cargo de Assessor Técnico para a Gerencial do Programa Mala do Livro.
Falta de recursos orçamentários para: premiar as melhores práticas de leitura e de ações culturais; realizar cursos de capacitação técnica para Agentes Comunitários de Leitura; divulgação e aquisição de material (sacolas, folders, panfletos, cartilhas, canetas, camisetas, vídeos, filmes; confecção de placas de identificação do programa e ainda para o encontro anual dos agentes de leitura.	Destinar recursos orçamentários próprios para essa finalidade.
Empreender ações para a revitalização e ampliação do PML no Metrô.	Ampliar meios para o desenvolvimento de um projeto para as novas instalações e ampliação do PML no Metrô. (layout, mobiliário, painel de divulgação).

Metas/2017: Revitalização e Modernização das Bibliotecas

Dificuldades	Ações Propositivas
Organograma inadequado para a abrangência das atividades de gestão da SEC.	Reestruturação do organograma da SEC relacionado à Mala do Livro e às bibliotecas, incluindo a Biblioteca Nacional de Brasília (Cercado 33.000 atendimentos/ano)
Recursos escassos para revitalizar e modernizar o sistema de bibliotecas públicas.	-Desenvolver estudos para implantar um modelo de gestão; institucionalizar o sistema; fortalecer o programa com a automação das BPS, apoio às PBs com acervo atualizado, Internet com disponibilização de WI-FI para usuários, cursos de formação; atuar junto a outros órgãos do governo para contratação de pessoal qualificado e instituir as BPS no organograma das ARs; -Verificar o aspecto legal das visitas do profissional Bibliotecário às PBs. Junto à equipe Jurídica; -Verificar a questão jurídica quanto à responsabilidade das competências e sustentabilidade da automação das BPs da rede.
Veículo insuficiente para atender a demanda dos serviços dada às áreas de abrangência do Sistema.	Destinação de veículo para transporte de profissionais em ação de visita técnica às PBs e aos pontos de instalação do PML.
Indisponibilidade orçamentária para: premiação de leitura e ações culturais; realizar cursos de capacitação técnica; divulgação e aquisição de material (sacolas, folders, panfletos, cartilhas, canetas, camisetas, vídeos, filmes; confecção de placas de identificação do programa e para o encontro anual dos coordenadores de BPS.)	Destinar recursos orçamentários próprios para essa finalidade.
Distribuição de processos administrativos disciplinares e a diminuição das atividades dos serviços da DSBP.	Definição de critérios de forma transparente sobre a distribuição desses processos.
Precariedade das condições prediais e de mobiliário da BP de Brasília. Espaço insuficiente para atender a demanda dos usuários. (funciona em prédio alugado da SAB).	Proceder à reforma das instalações prediais da Biblioteca Pública da EQS 312/313 contemplando: pintura, reparos na parte elétrica, hidráulica, substituição do forro do teto que se encontra deteriorado pela ação do tempo e com peças desprendendo, troca de vidros quebrados, aquisição de mobiliário e restauração das calçadas. Viabilizar recursos para a construção de uma nova edificação ao lado, em terreno existente da SE.

7.1. FUNDO DE APOIO À CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - UO: 16.903

O Fundo de Apoio à Cultura – FAC foi criado pela Lei Complementar nº 267, de 15/12/1999 e regulamentado pelo Decreto nº 31.414, de 11/03/2010, tem por finalidade prover recursos financeiros a pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Distrito Federal e inscritas no Cadastro de Entes e Agentes Culturais - CEAC, para a realização de projetos que tenham por finalidade a difusão e incremento das atividades artísticas e /ou culturais, e tem por objetivos:

- Incentivo à formação artística e cultural;
- Fomento à formação artística e cultural;
- Preservação e restauração do patrimônio artístico, cultural e histórico;
- Pesquisa e difusão dos bens e valores artísticos e culturais;

E outros objetivos considerados relevantes pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, ouvido o Conselho de Cultura do DF.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA	150.000	350.000	199.322	199.322
0001 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA-FUNDO DE APOIO A CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	150.000	350.000	199.322	199.322
3307 - REALIZAÇÃO DO PROJETO PONTES CULTURAIS	800.000	800.000	744.080	744.080
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO PONTES CULTURAIS-FUNDO DE APOIO À CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	800.000	800.000	744.080	744.080
3313 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FINANCIA CULTURA	500.000	500.000	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FINANCIA CULTURA-FUNDO DE APOIO À CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	500.000	500.000	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	60.721.113	59.089.345	33.373.290	33.373.290
0012 - APOIO A PROJETOS-ARTÍSTICOS E CULTURAIS - FUNDO DE APOIO À CULTURA DO-DISTRITO FEDERAL	60.721.113	59.089.345	33.373.290	33.373.290
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	2.655.919	2.655.919	416.471	412.744
0003 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-MANUTENÇÃO E SUPORTE PARA AÇÕES DO FAC-DISTRITO FEDERAL	2.655.919	2.655.919	416.471	412.744
TOTAL DO PROGRAMA 6219 - CAPITAL CULTURAL	64.827.032	63.395.264	34.733.163	34.729.436

*houve disponibilização de parte do recurso apenas nos dois últimos dias de 2016, impossibilitando a destinação de recursos aos projetos culturais contemplados em 2016 devido ao prazo estabelecido pelo Decreto nº 37.728/2016.

O Fundo de Apoio à Cultura – FAC, no exercício de 2016, cumpriu sua finalidade de financiar projetos artísticos e culturais através da contratação e pagamento de projetos contemplados em seleções realizadas por meio de editais lançados nos anos de 2014, 2015 e 2016. Os projetos apoiados pelo FAC em 2016 não se restringiram apenas às produções culturais, foram apoiados também projetos direcionados à formação e qualificação artística e cultural, estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, manutenção de grupos e espaços culturais, promoção, circulação e difusão da produção cultural do Distrito Federal.

Dos projetos contratados e pagos em 2016, 284 foram contemplados no Edital do FAC nº 1/2015, que teve seu resultado final publicado no dia 2 de fevereiro de 2016. Abaixo segue quadro com a quantidade de projetos contemplados no edital nº 1/2015 do FAC e pagos no exercício de 2016. A relação está organizada por área cultural / linha de apoio.

Artes Plásticas, Visuais e Fotografia	Qtd. de Projetos apoiados em 2016
Ações de capacitação/formação (oficinas, cursos, ações educativas ou de formação de plateia, etc)	2
Exposições, Instalações e/ou Salões	8
Pesquisa Cultural	3
Projeto Livre	4
Publicação (catálogos, periódicos, livros, revistas especializadas etc)	3
Total	20

Artesanato	Qtd. de Projetos Apoiados em 2016
Ações de capacitação/formação (oficinas, cursos, ações educativas ou de formação de plateia, etc)	2
Exposições ou Feiras	2
Total	4

Cultura Popular e Manifestações Tradicionais	Qtd. de Projetos apoiados em 2016
Ações de capacitação/formação - Módulo II (oficinas, cursos, ações educativas ou de formação de plateia, etc)	1
Circulação - Módulo I	6
Eventos (festejos, mostras e festivais)	4
Montagem de Espetáculo	2
Pesquisa Cultural	2

Cultura Popular e Manifestações Tradicionais	Qtd. de Projetos apoiados em 2016
Projeto Livre	3
Publicação (catálogos, periódicos, livros, revistas especializadas etc)	2
Total	20

Dança	Qtd. de Projetos apoiados em 2016
Circulação	1
Eventos (mostras e festivais)	9
Montagem de Espetáculo	13
Projeto Livre	5
Vídeo Dança	1
Total	29

Design e Moda	Qtd. de Projetos Apoiados em 2016
Seminários, fóruns e outros eventos afins	2

Literatura, Livros e Leitura	Qtd. de Projetos apoiados em 2016
Apoio a Bibliotecas Comunitárias e Pontos de Leitura	2
Desenvolvimento (catálogos, periódicos, livros, revistas especializadas etc)	4
Eventos (feiras, mostras, saraus)	7
Formação e/ou Circulação de Contadores de Historias	3
Pesquisa Cultural	1
Projeto Livre	5
Publicação (catálogos, periódicos, livros, revistas especializadas etc)	7
Total	29

Manifestações Circenses	Qtd. de Projetos apoiados em 2016
Ações de capacitação/formação - Módulo II (oficinas, cursos, ações educativas ou de formação de plateia, etc)	1
Circulação	3
Eventos (mostras e festivais)	3
Montagem de Espetáculo	4
Pesquisa Cultural	1
Projeto Livre	2
Total	14

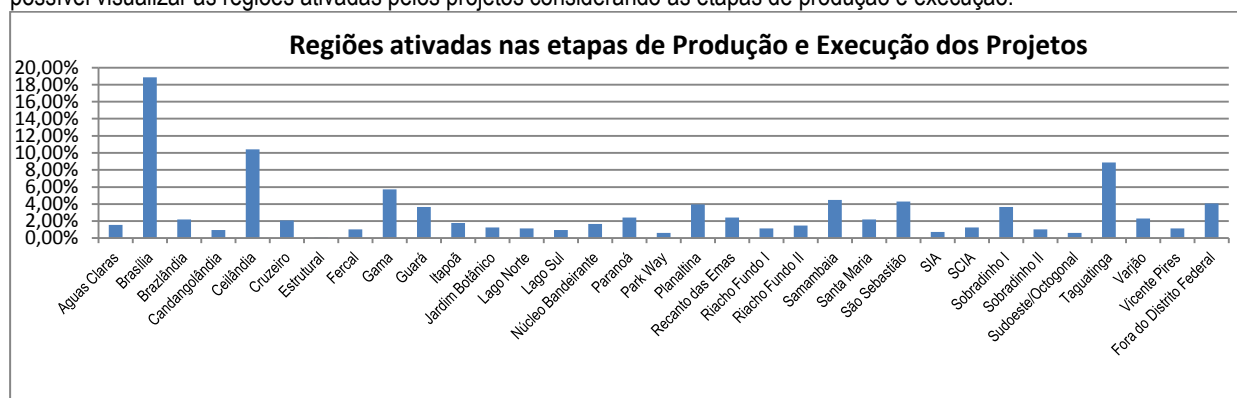
Música	Qtd. de Projetos apoiados em 2016
Capacitação, oficinas ou ações para formação de plateia	6
Circulação	15
Eventos (festas, mostras e festivais)	9
Gravação, lançamento e/ou distribuição de áudio e/ou vídeo	41
Pesquisa Cultural	1
Projeto Livre	4
Publicação (catálogos, periódicos, livros, revistas especializadas etc)	2
Total	78

Ópera e Musical	Qtd. de Projetos apoiados em 2016
Capacitação, oficinas ou ações para formação de plateia	1
Circulação	3
Montagem Musical	4
Montagem Ópera	3
Projeto Livre	2
Total	13

Patrimônio Histórico E Artístico Material E Imaterial	Qtd. De Projetos Apoiados Em 2016
Pesquisa Cultural, Inventário ou Registro Documental	8

Teatro	Qtd. de Projetos apoiados em 2016
Apoio a Temporada	3
Capacitação, oficinas ou ações para formação de plateia	5
Circulação	13
Eventos (festas, mostras e festivais)	12
Montagem de Espetáculo	26
Pesquisa Cultural	1
Projeto Livre	6
Publicação (catálogos, periódicos, livros, revistas especializadas etc)	1
Total	67

Os projetos referentes ao edital n° 1/2015, apoiados em 2016, contemplaram diversas regiões do Distrito Federal, atingindo um público de mais de 500 mil pessoas e gerando cerca de 5.200 empregos diretos. No gráfico a seguir é possível visualizar as regiões ativadas pelos projetos considerando as etapas de produção e execução.



No ano de 2016, também foram contratados e pagos dois projetos de audiovisual contemplados na categoria de Produção de Longa Metragem de Ficção para exibição no circuito de salas de cinema, referente ao Edital n° 7/ 2014 do FAC. Além desses o FAC também apoiou um projeto de Manutenção de Grupos Artísticos contemplado no Edital de Manutenção de Grupos e Espaços n°12/2014.

Além dos projetos selecionados e apoiados através dos editais lançados no decorrer do ano o FAC apoiou ações de intercâmbio através de programa permanente Promoção, Difusão e Intercâmbio Cultural. O Programa instituído desde 2011 apoia solicitações de passagens e diárias de agentes e grupos culturais do DF que pretendem participar de eventos, festivais, feiras, mercados, seminários, congressos ou rodadas de negócios, que interessem ao Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, em âmbito nacional e internacional. Através do Programa também é concedido apoio financeiro a entes e agentes culturais do DF que pretendam realizar intercâmbio em instituições das artes, culturas, gestão e economia da cultura de ensino formal, não formal, e outras entidades de ensino nacionais ou internacionais. Em setembro de 2016 o programa foi reestruturado e ampliado através da Resolução n°3/2016 do Conselho de Cultura do Distrito Federal que trouxe inovações como a nova linha de apoio “Circulação Nacional, Internacional ou Mista” que destina-se a pedidos de concessão de apoio financeiro para apresentações e exposições artísticas e culturais de circulação nacional, internacional ou mista de pessoas físicas ou jurídicas que atuam como agentes ou grupos artísticos e culturais no Distrito Federal. Em 2016 foram 45 projetos apoiados na linha de participação de eventos, 3 na nova linha de Circulação e 18 na linha de Concessão de Bolsas de Estudo, Capacitação, Pesquisa e Residência. Ao todo o programa beneficiou 374 agentes e entes culturais do Distrito Federal.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Conforme já mencionado o FAC tem como finalidade fomentar projetos artísticos e culturais do Distrito Federal selecionados por meio de seleções públicas de projetos realizadas através de editais, sendo esta a melhor forma de resguardar os interesses públicos envolvidos na constituição desse fundo, bem como responder aos anseios da sociedade civil por maior transparência na gestão dos recursos. No dia 2 de março de 2016 foi publicado no DODF n° 41, páginas 76 a 85, o primeiro edital de 2016 do FAC, Edital 1/2016 - FAC Audiovisual. O edital foi realizado através de um Termo de Cooperação firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura, Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Para firmar o termo de cooperação a Secretaria de Cultura participou de processo de seleção através da Chamada Pública FSA n°1/2015, na ocasião, a agência convocou Estados e Municípios a apresentar propostas para uma parceria na qual suplementaria recursos voltados à produção de novas obras audiovisuais. Esse foi o segundo edital do FAC, voltado para área de audiovisual, que recebeu suplementação de recursos através do Fundo Setorial do Audiovisual. O edital lançado em 2016 disponibilizou 72 vagas, divididas em 14 linhas de apoio, que contemplavam as diversas etapas da cadeia produtiva do audiovisual. O resultado final do edital foi publicado em dia 11 de outubro de 2016 no DODF n° 193, páginas 69 a 73.

O processo seletivo deste edital contou com uma grande inovação, a análise de mérito cultural dos projetos foi realizada pela primeira vez por uma comissão específica proposta pelo Conselho de Cultura e designada pelo Secretário de Cultura do Distrito Federal, sendo a comissão a responsável por atribuir notas aos projetos considerando os quesitos de avaliação descritos no edital. A inovação tem como objetivo aprimorar o processo de análise de mérito cultural e melhor balancear a carga de trabalho do Conselho de Cultura. Caso a análise de mérito cultural fosse realizada pelo Conselho de Cultura, como em processos anteriores, esta seria realizada pela 1ª. Câmara do Conselho, composta por apenas quatro conselheiros, sendo que apenas um deles tem formação e experiência na área de audiovisual. Além da grande quantidade de projetos a serem analisados por apenas quatro conselheiros, ainda existia a dificuldade em relação a não especialização e formação de todos os conselheiros que se envolveriam nas análises. Considerando as dificuldades apresentadas, o Conselho de Cultura do Distrito Federal indicou profissionais com notória especialização e comprovada formação na área de audiovisual para atuarem como membros dos grupos técnicos de avaliação técnica e de mérito cultural que atuaram no âmbito do edital.

Tendo como o objetivo principal da realização de um processo de seleção de projetos através de edital de chamamento público a contratação por parte do Fundo de Apoio à Cultura dos melhores projetos, fica explícita a importância da contratação de profissionais competentes para analisarem e definirem quais projetos serão contemplados no edital e que posteriormente serão contratados e receberão apoio financeiro do Fundo de Apoio à Cultura – FAC. Através da seleção e apoio a projetos culturais com reconhecida qualidade e mérito cultural o Fundo de Apoio à Cultura contribui na produção, divulgação e distribuição de bens culturais, atuando na formação da identidade Cultural do DF. Além de atuar como um dos principais mecanismos do estado em ações voltadas para a democratização do acesso à cultura. Ao todo foram indicados pelo Conselho de Cultura e designados pelo Secretário de Cultura 15 profissionais de diversas regiões do país: dois da Bahia, dois do Ceará, um de Minas Gerais, dois do Paraná, um de Pernambuco, um do Rio de Janeiro, um do Rio Grande do Sul, um de Santa Catarina e quatro de São Paulo. Os profissionais foram divididos em cinco Grupos Técnicos de Avaliação Técnica e de Mérito Cultural que tinha como competência a análise de determinadas linhas de apoio do edital. Os projetos que passaram para etapa de Mérito Cultural no edital de Audiovisual 2016 foram encaminhados aos profissionais para que fosse realizada uma análise preliminar. Passado o período de análise preliminar, os membros dos Grupos Técnicos participaram de encontro, realizado em Brasília – DF, onde aconteceu a socialização dos projetos analisados, acompanhado de discussões e debates e, que serviram para esclarecer dúvidas que surgiram durante o processo de análise técnica e avaliação dos projetos, ao final cada Grupo emitiu os pareceres finais de cada um dos projetos.

Além do edital nº 1/2016 – Audiovisual, no ano de 2016, foram publicados mais quatro editais de seleção de projetos do FAC: nº 2/2016 – FAC Regionalizado, nº 3/2016 – FAC Ocupação, nº 4/2016 – FAC Áreas Culturais, nº 5/2016 – FAC Manutenção de Grupos e Espaços. Os editais foram lançados e publicados em setembro e foram construídos com ampla participação social, com linhas específicas para fortalecer a produção cultural das RAs, além de projetos voltados para cultura e cidadania, destinados a ações continuadas em centros POP, Casa Abrigo e demais iniciativas socioeducativas. Além disso, foram disponibilizadas linhas transversais com uma interface com meio ambiente e educação, além do edital de linguagens artísticas e ocupações de espaços. Os editais também contemplaram projetos livres, que permitem a inovação por meio de projetos que levem em consideração a transversalidade da cultura. Abaixo segue resumo de cada um dos editais que compuseram este bloco.

– **FAC Regionalizado:** apoio a projetos artísticos e culturais, que garante a realização de projetos apresentados e realizados por artistas locais em oito macrorregiões do DF.

– **FAC Ocupação:** promoção de ações transversais que dimensionem a cultura em sua função estruturante no desenvolvimento do DF. Está previsto quatro módulos específicos para projetos de: cultura e educação, com apoio a oficinas de formação; cultura nos parques, com ações destinadas a parques do Distrito Federal; cultura e cidadania, com apoio a projetos voltados para unidades do sistema socioeducativo, Casa Abrigo e os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centros POP; ações voltadas à ocupação cultural de equipamentos públicos do DF, como espaços culturais no Plano Piloto (Biblioteca Nacional, Centro de Dança, Centro Cultural Três Poderes, Concha Acústica, Museu Nacional e Galeria Athos Bulcão), CONIC e o Setor Comercial Sul; bem como toda a rede de Bibliotecas Públicas do DF e equipamentos públicos de Ceilândia (Casa do Cantador), Recanto das Emas (CEU das Artes) e Núcleo Bandeirante (Museu Vivo da Memória Candanga).

– **FAC Áreas Culturais:** O já tradicional apoio financeiro para fomentar iniciativas nas mais diversas formas de manifestação cultural: artes visuais, fotografia, artesanato, circo, cultura popular, dança, design e moda, livro e leitura, música, ópera, patrimônio, radiodifusão e teatro.

– **FAC Manutenção de Grupos e Espaços:** Apoio e valorização a espaços independentes e Pontos de Cultura de todo o DF, que viabilizará a manutenção e a programação dos contemplados por até dois anos.

O resultado preliminar de admissibilidade, primeira fase das seleções do FAC, dos editais nº 2, 3, 4 e 5/2016, foi publicado no dia 2 de janeiro de 2017. O resultado final destas seleções está previsto para abril de 2017, onde há expectativa que sejam contemplados cerca de 460 projetos culturais.

Ainda no final de 2016, foram lançados e publicados mais dois editais apoiados pelo FAC. No dia 12 de dezembro foi lançado o primeiro edital do programa Conexão Cultura DF, para promoção, difusão e intercâmbio da cultura do Distrito Federal. Este edital, batizado de Conexão FAC, visa à participação de produtores e agentes culturais locais em feiras e mercados estratégicos, nacionais e internacionais. As inscrições para integrar as delegações que terão a oportunidade de participar de seis eventos de música e quatro de audiovisual estão abertas até o dia 27 de janeiro de 2017. No dia 16 de dezembro foram publicados no DODF quatro editais inéditos voltados a seleção e premiação de personalidades artísticas, grupos, coletivos ou organizações com reconhecida atuação no Distrito Federal e significativa atuação e contribuição nas áreas de Igualdade de Gêneros na Cultura, Cultura Afro-brasileira, Culturas Populares e Hip Hop. As inscrições para estes editais se encerram no dia 1º de fevereiro de 2017.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Em 2016 o FAC continuou seguindo suas diretrizes realizando iniciativas voltadas à descentralização da execução de projetos, democratização no acesso aos recursos, garantia da diversidade de iniciativas apoiadas, promovendo o

atendimento às necessidades e interesses da população do Distrito Federal e o seu desenvolvimento simbólico, econômico e cidadão, contribuindo assim para a formação da identidade cultural do Distrito Federal.

Apesar dos significativos avanços alcançados na Gestão do Fundo nos últimos anos, algumas dificuldades ainda são encontradas. O número de servidores ligados aos processos relacionados ao Fundo (seleção, contratação e pagamento, acompanhamento e prestação de contas) é insuficiente considerando a demanda de projetos apoiados por um dos maiores fundos de fomento à cultura do país, com dotação orçamentária que está por volta de R\$ 60 milhões por ano. Só nos processos seletivos com inscrições encerradas em 2016 foram mais de 1.800 projetos inscritos. Atualmente mais de 450 projetos apoiados pelo FAC estão em execução e cerca de 490 em processo de análise de prestação de contas.

É importante ressaltar também que após autorização para movimentação de recursos dos Fundos a Conta Única por meio das Leis Complementares n° 894 e 900, respectivamente, de 2 de março e 14 de dezembro de 2015, está sendo necessário solicitar a liberação orçamentária e financeira à Governança-DF para que seja possível dar continuidade ao processo de emissão de Notas de Empenho, contratação e pagamento dos projetos contemplados nas seleções do FAC. Em 2016, 51 projetos, contemplados no edital n° 1/2016 Audiovisual ou no edital n° 1/2015 – Áreas Culturais, não foram contratados e pagos no exercício devido a não liberação orçamentária e financeira em tempo hábil. Até o início da última semana de dezembro mais de 35% dos recursos destinados ao Fundo no ano de 2016 se mantinham bloqueados, sendo disponibilizados apenas nos dias 30 e 31 de dezembro, impossibilitando a contratação e o pagamento dos projetos no exercício, uma vez que, conforme o Decreto n° 37.728/2016, ficava vedado à emissão de notas de empenho a partir do dia 27 de novembro de 2016.

Para o ano de 2017 a previsão é que sejam lançados pelo menos cinco editais de seleção de projetos culturais que apoiarão cerca de 530 projetos culturais, além de apoiar por volta de 70 projetos através do programa permanente Promoção, Difusão e Intercâmbio Cultural.

8. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 18.101

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, unidade orgânica de direção superior, subordinada ao Governo do Distrito Federal e reestruturada por meio do Decreto nº 37.140, de 29 de fevereiro de 2016, tem por competência planejar, implantar, organizar, coordenar, regulamentar, fiscalizar, acompanhar e avaliar o Sistema de Ensino do Distrito Federal, assim como elaborar, coordenar, executar e fiscalizar as políticas públicas do setor.

Esta Secretaria é constituída por 06 unidades setoriais responsáveis pela execução das políticas públicas educacionais: Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB; Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV; Subsecretaria de Infraestrutura Educacional - SIAE; Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SUGEP; Subsecretaria de Administração Geral - SUAG; Subsecretaria de Modernização Tecnológica - SUMTEC; além das 14 Coordenações Regionais de Ensino e das atuais 703 Unidades Escolares. Estão ainda vinculadas à SEEDF, a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB; o Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF; o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CAS/FUNDEB e o Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal – CAE/DF.

A SEEDF tem atuação e competência nas seguintes áreas:

- I - educação básica: etapas e modalidades;
- II - educação superior;
- III – apoio ao estudante;
- IV- formação e capacitação dos servidores.

No ano de 2016, a Secretaria contou com o seguinte quantitativo de pessoal para execução de suas atividades:

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	250
Cedidos – fora GDF	112
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	181
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	36.480
Estatutário - afastado	1.841
Sem vínculo – em exercício	71
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	36.913
Total ativos - afastado	1.842

Fonte: Subsecretaria de Gestão de Pessoas Memorando nº 514/2016-SUPLAV (REG.039145/2016)

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	300.000	0	0	0
2484 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	300.000	0	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	600.000	0	0	0
9541 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	300.000	0	0	0
9542 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA NA ESCOLA CLASSE 412 DE SAMAMBAIA	300.000	0	0	0
2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	4.120.000	0	0	0
5825 - APOIO AO DESPORTO E LAZER-FOMENTO AO ESPORTE E LAZER NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	600.000	0	0	0
5826 - APOIO AO DESPORTO E LAZER--DISTRITO FEDERAL	520.000	0	0	0
5827 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PROMOÇÃO DE EVENTOS DO DESPORTO COMUNITÁRIO EM PROL DE TODAS AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	2.000.000	0	0	0
5828 - APOIO AO DESPORTO E LAZER-APOIO AO DESPORTO E LAZER EM TODAS AS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.950.000	0	0	0
5375 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ESPAÇOS ESPORTIVOS-DISTRITO FEDERAL	300.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
5376 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CENTROS ESPORTIVOS-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	0	0	0
5377 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-AUTÓDROMO INTERNACIONAL-DISTRITO FEDERAL	50.000	0	0	0
5378 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	600.000	0	0	0
2425 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS	1.542.000	43.352	43.352	43.352
0003 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	1.542.000	43.352	43.352	43.352
2474 - MANUTENÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	100.000	0	0	0
0002 - MANUTENÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-PAC E CENTRO DE INICIAÇÃO ESPORTIVA-DISTRITO FEDERAL	100.000	0	0	0
2631 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA	677.049	38.393	38.392	38.392
0004 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	677.049	38.393	38.392	38.392
3047 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	200.000	0	0	0
9155 - CONSTRUÇÃO DE PISCINA COM AQUECIMENTO NA ESCOLA CENEBAZ	200.000	0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	50.000	0	0	0
9592 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	50.000	0	0	0
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	100.000	0	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU-- PLANO PILOTO .	100.000	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	0	0	0	0
9638 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-REFORMA DE QUADRA DE ESPORTES NA ESCOLA CEF TELEBRASÍLIA - CETELB- RIACHO FUNDO	0	0	0	0
3507 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA	5.000.000	0	0	0
0004 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA-DISTRITO FEDERAL	5.000.000	0	0	0
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	97.500	0	0	0
8530 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA--DISTRITO FEDERAL	97.500	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.415.300	0	0	0
6038 - APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EM TODO DF - 2016	900.000	0	0	0
6049 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CIRCUITO DE CORRIDAS-DISTRITO FEDERAL	335.000	0	0	0
6050 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CORRIDA DE REIS-DISTRITO FEDERAL	42.000	0	0	0
6051 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CIRCUITOS DE LAZER E MULTIESPORTIVO DE PARTICIPAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	138.300	0	0	0
4035 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS	30.932.887	1.836.476	1.836.475	1.836.475
0005 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	30.932.887	1.836.476	1.836.475	1.836.475
4090 - APOIO A EVENTOS	4.700.000	0	0	0
5923 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS NA R.A. DE SOBRADINHO- SOBRADINHO	500.000	0	0	0
5924 - APOIO AO ESPORTE NO DISTRITO FEDERAL	500.000	0	0	0
5925 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS NA R.A. DE SOBRADINHO II- SOBRADINHO II	500.000	0	0	0
5926 - APOIO A PROGRAMA BOLEIROS NO DISTRITO FEDERAL	1.000.000	0	0	0
5927 - APOIO AS ATIVIDADES ESPORTIVAS NAS REG. ADM. DO DF	500.000	0	0	0
5928 - APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	700.000	0	0	0
5983 - APOIO A EVENTOS-ESPORTIVOS-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	3.681.420	0	0	0
5828 - APOIO A PROJETOS - COMPETE BRASÍLIA	800.000	0	0	0
5829 - APOIO A PROJETOS - COMPETE BRASÍLIA PARAOLÍMPICO	300.000	0	0	0
5830 - APOIO A PROJETOS - BOLEIROS DO DISTRITO FEDERAL	300.000	0	0	0
5831 - APOIO AO PROJETO CAMPEÕES DA VIDA E DO JUDÔ	300.000	0	0	0
5832 - APOIO AO DESPORTO E LAZER PARA IDOSOS DO DF	831.420	0	0	0
5834 - APOIO A PROJETOS-ESPORTIVOS-DISTRITO FEDERAL	50.000	0	0	0
5835 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROGRAMA ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	200.000	0	0	0
5836 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROGRAMA JOVEM COMPETIDOR-DISTRITO FEDERAL	100.000	0	0	0
5837 - APOIO A PROJETOS-LIGAS DE FUTEBOL AMADOR-DISTRITO FEDERAL	800.000	0	0	0
4170 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	2.335.000	88.406	88.406	88.406
0003 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	2.335.000	88.406	88.406	88.406
4178 - APOIO AO ESPORTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	10.000	0	0	0
5404 - APOIO AO ESPORTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA--DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	600.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
5792 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	600.000	0	0	0
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	1.507.234	0	0	0
9506 - REFORMA DE ESTÁDIO--DISTRITO FEDERAL	1.507.234	0	0	0
9084 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA	805.000	0	0	0
0005 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA--DISTRITO FEDERAL	805.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	60.723.390	2.006.627	2.006.624	2.006.624

Ressalta-se que o Decreto Nº 37.141, de 29 de fevereiro de 2016, redefiniu a estrutura da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal, *in verbis*: “A Secretaria Adjunta do Esporte e Lazer, da Secretaria de Estado da Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal e a Secretaria Adjunta de Turismo, da Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Distrito Federal, são transformadas em Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal”. Dessa forma, as atividades desenvolvidas neste Programa são de responsabilidade da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	868.629	1.790.764	1.712.179	1.024.451
8424 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA--DISTRITO FEDERAL	868.629	1.790.764	1.712.179	1.024.451
TOTAL DO PROGRAMA 6211	868.629	1.790.764	1.712.179	1.024.452

Programa desenvolvido desde 1986 pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF. Em parceria com a SEEDF, os apenados desenvolvem atividades administrativas e de marcenaria, como manutenção e recuperação de cadeiras escolares e pintura do mobiliário escolar da Rede Pública de Ensino, visando à reintegração e à ressocialização. Em dezembro 2016, esta Secretaria contou com a prestação de serviços de 134 servidores dessa Instituição.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3097 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	300.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE UM POLO ADMINISTRATIVO DO BATALHÃO ESCOLAR NA ESCOLA CLASSE 501 SAMAMBAIA SUL	300.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	300.000	0	0	0

Não houve desenvolvimento do Programa devido à alteração da programação da execução orçamentária.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.954.240	0	0	0
2484 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1.954.240	0	0	0
1731 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA ESCOLAR	73.786	0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA ESCOLAR-SE-DISTRITO FEDERAL	73.786	0	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	150.000	0	0	0
9540 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 10 DE TAGUATINGA SUL - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA	150.000	0	0	0
9565 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-REFORMA E COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL- GAMA	0	0	0	0
9566 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DE QUADRA DE ESPORTE NO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 417- SANTA MARIA	0	0	0	0
9567 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO POLIESPORTIVO NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 4- PLANALTINA	0	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1755 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TECNICO E EMPREGO - PRONATEC	8.880.001	16.690.189	5.185.662	2.940.051
0001 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TECNICO E EMPREGO - PRONATEC-PRONATEC-SE-DISTRITO FEDERAL	8.880.001	8.880.001	0	0
0006 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TECNICO E EMPREGO - PRONATEC-SE-DISTRITO FEDERAL	0	7.810.188	5.185.662	2.940.051
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	17.298.902	2.381.815	381.814	342.108
2512 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	1.157.850	1.342.109	342.108	342.108
2513 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	1.107.850	1.000.000	0	0
2516 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE-SE-DISTRITO FEDERAL	14.033.202	39.706	39.706	0
2520 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - ENSINO FUNDAMENTAL	500.000	0	0	0
2521 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - ENSINO MÉDIO	500.000	0	0	0
2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1.689.800	1.571.411	1.444.797	1.397.721
0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	1.689.800	1.571.411	1.444.797	1.397.721
2387 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	77.300.000	93.996.286	86.906.267	86.653.267
0001 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PROGRAMA PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	520.000	520.000	520.000
0002 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	250.000	250.000	250.000
0003 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PROGRAMA - PDAF - SWAP - SE-DISTRITO FEDERAL	77.000.000	78.889.060	73.025.267	73.022.267
0004 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - SE-DISTRITO FEDERAL	0	350.000	350.000	350.000
0005 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS-DISTRITO FEDERAL	0	200.000	200.000	200.000
0006 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS PROGRAMA-PDAF/DF.-DISTRITO FEDERAL	0	150.000	150.000	150.000
0007 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS PROGRAMA-PDAF/DF.-DISTRITO FEDERAL	0	800.000	800.000	800.000
0008 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS PROGRAMA-PDAF/DF.-DISTRITO FEDERAL	0	500.000	500.000	480.000
0009 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS PROGRAMA-PDAF/DF.-DISTRITO FEDERAL	0	200.000	200.000	100.000
0010 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS PROGRAMA-PDAF/DF.-DISTRITO FEDERAL	0	30.000	30.000	0
0011 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS PROGRAMA-PDAF/DF.-DISTRITO FEDERAL	0	100.000	100.000	0
3861 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF	300.000	0	0	0
3864 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	2.000.000	2.000.000	2.000.000
3865 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PROGRAMA PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	790.000	790.000	790.000
3866 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PROGRAMA PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	4.000.000	3.981.000	3.981.000
3873 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (PDAF) DA SEDF-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3874 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS PÚBLICAS DE BRASZLÂNDIA-DISTRITO FEDERAL	0	1.057.226	500.000	500.000
3875 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PROGRAMA - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	2.150.000	1.500.000	1.500.000
3876 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS	0	100.000	100.000	100.000

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
ESCOLAS-APOIO A DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF/DF-DISTRITO FEDERAL				
3877 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	400.000	400.000	400.000
3878 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS-PROGRAMA - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	460.000	460.000	460.000
3879 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF DA REGIONAL DE ENSINO -SOBRADINHO I E II-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3880 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS - PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	1.000.000	1.000.000	1.000.000
3881 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PDAF- SAMAMBAIA	0	0	0	0
3882 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS-PDAF-CENTRO DE ENSINO MÉDIO 2 CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	0	0	0	0
3883 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS-PDAF-DISTRITO FEDERAL	0	50.000	50.000	50.000
2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	195.153.059	211.972.672	156.665.028	153.951.497
0003 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL- IMPLANTAÇÃO DE PARQUE INFANTIL NA ESCOLA CLASSE 501 EM- SAMAMBAIA	0	100.000	0	0
4379 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	111.898.869	123.832.357	98.389.569	97.576.066
4380 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-UNIDADES DE ENSINO PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	83.254.190	88.040.315	58.275.460	56.375.431
4382 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL-REVITALIZAÇÃO DE PARQUES DAS UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	115.180.885	333.044.731	291.739.448	219.975.011
0001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	115.180.885	333.044.731	291.739.448	219.975.011
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	67.004.729	121.952.243	86.831.895	80.214.046
0001 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-REDE PÚBLICA -SE-DISTRITO FEDERAL	67.004.729	121.952.243	86.831.895	80.214.046
4390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-REDE PÚBLICA-SE-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
2391 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	21.308.797	2.561.656	1.826.466	1.677.272
0001 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	17.297.807	1.930.268	1.804.466	1.665.407
0003 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA-SE- PLANO PILOTO .	4.010.990	631.388	22.000	11.865
2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.382.186	7.787.169	4.718.528	4.441.950
0003 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	5.654.834	5.670.748	3.824.712	3.574.231
4386 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-DF ALFABETIZADO - SE-DISTRITO FEDERAL	4.727.352	2.116.421	893.816	867.720
2393 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	4.689.105	3.583.007	3.258.793	2.857.986
0001 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	4.439.105	3.583.007	3.258.793	2.857.986
5550 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ATRAVÉS DO APLICATIVO DIGITAL DE ALFABETIZAÇÃO LIVOX	250.000	0	0	0
5552 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL-DIGITAL DE ALFABETIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
5553 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL-MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ATRAVÉS DE APLICATIVO DIGITAL DE ALFABETIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
2442 - CARTÃO CRECHE	533.750	346.938	0	0
0001 - CARTÃO CRECHE-AUXÍLIO PRÉ-ESCOLA-SE-DISTRITO FEDERAL	533.750	346.938	0	0
2446 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR	12.156.560	6.360.213	6.360.212	6.360.212
0001 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	10.115.060	4.332.667	4.332.666	4.332.666
0002 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	2.041.500	2.027.546	2.027.546	2.027.546
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.737.500	9.230.102	9.206.978	8.004.770
0020 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-UNIDADES DE ENSINO - SE-DISTRITO FEDERAL	5.737.500	9.230.102	9.206.978	8.004.770

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2863 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL	500.000	500.000	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL	500.000	500.000	0	0
2964 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	47.647.484	59.843.771	55.801.824	49.889.322
0001 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	33.625.241	37.114.216	34.681.335	31.695.784
0004 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-ALUNOS DO ENSINO MÉDIO (LEI Nº 4.121/08) - SE-DISTRITO FEDERAL	5.530.419	8.810.875	7.941.164	7.059.003
9314 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -SE-DISTRITO FEDERAL	2.885.436	4.225.355	4.044.332	3.363.221
9316 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	4.328.155	6.453.078	6.075.846	5.300.991
9317 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	240.452	2.184.590	2.120.728	1.737.912
9318 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-DF ALFABETIZADO -SE-DISTRITO FEDERAL	556.875	1	0	0
9319 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	480.906	1.055.656	938.418	732.411
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	27.278.682	30.134.178	54.570	54.570
0038 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC- CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	7.604.450	11.029.856	54.570	54.570
0039 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC- CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVA NAS UNIDADES DE ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	1.515.700	1.500.000	0	0
0069 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC- CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS NAS UNIDADES DE ENSINO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	1.407.850	1.400.000	0	0
3874 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC- COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL-SE-DISTRITO FEDERAL	13.833.630	13.386.180	0	0
3875 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC- COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES - ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	2.329.874	2.254.514	0	0
3876 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC- COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - SE-DISTRITO FEDERAL	436.851	422.721	0	0
3877 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC- COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES - ENSINO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	145.617	140.907	0	0
3878 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC- COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS ESCOLARES - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SE-DISTRITO FEDERAL	4.710	0	0	0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	100.000	0	0	0
0001 - REFORMA DA BIBLIOTECA DO CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS DE CEILÂNDIA	100.000	0	0	0
3230 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	383.450	808.451	233.152	0
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL- AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DA FRATERNIDADE CÍCERO PEREIRA-DISTRITO FEDERAL	0	500.000	0	0
2708 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL-EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	133.450	308.451	233.152	0
3896 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA COM RAMPAS DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL 4 DE TAGUATINGA	250.000	0	0	0
3231 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	2.412.342	1.259.693	921.953	0
2710 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-SE-DISTRITO FEDERAL	12.342	1.259.693	921.953	0
5571 - CONSTRUÇÃO DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 12 DE CEILÂNDIA	500.000	0	0	0
5572 - CONSTRUÇÃO DE SALA MULTI USO E AUDITÓRIO NO CENTRO EDUCACIONAL 123 DE SAMAMBAIA	200.000	0	0	0
5573 - CONSTRUÇÃO DE AUDITÓRIO NO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 111 NO RECANTO DAS EMAS	300.000	0	0	0
5574 - CONSTRUÇÃO DE BLOCOS DE SALA DE AULA NO CENTRO EDUCACIONAL INCRA 9	500.000	0	0	0
5575 - CONSTRUÇÃO DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 9 DE CEILÂNDIA	400.000	0	0	0
5576 - COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES DA ESCOLA CLASSE 07 DE BRAZLÂNDIA	500.000	0	0	0
3232 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	6.085.924	3.876.336	3.509.913	1.795.475
2712 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-	35.924	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA CLASSE 501 - SE- SAMAMBAIA				
3901 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-SE-DISTRITO FEDERAL	100.000	3.876.336	3.509.913	1.795.475
3902 - CONSTRUÇÃO DE SALA DE VÍDEO NA ESCOLA CLASSE 26 DE CEILÂNDIA	200.000	0	0	0
3903 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA COM COBERTURA NA ESCOLA CLASSE DO SETOR P NORTE DE CEILÂNDIA	450.000	0	0	0
3904 - CONSTRUÇÃO DE NOVO BLOCO NA ESCOLA CLASSE VILA AREAL	500.000	0	0	0
3905 - AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO	300.000	0	0	0
3906 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA COM COBERTURA NA ESCOLA CLASSE 39 DE CEILÂNDIA	500.000	0	0	0
3907 - CONSTRUÇÃO DE SALA MULTI-USO NA ESCOLA CLASSE 35 DE CEILÂNDIA	200.000	0	0	0
3908 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL EM TODAS AS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL	3.600.000	0	0	0
3909 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA CLASSE VILA NOVA - SÃO SEBASTIÃO - RA XIV	200.000	0	0	0
3920 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTE DA ESCOLA CLASSE NOVA COLINA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3922 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 407- SAMAMBAIA	0	0	0	0
3923 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA NA ESCOLA CLASSE 614- SAMAMBAIA	0	0	0	0
3234 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	8.438.697	31.047.690	8.536.669	7.705.312
2929 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE-ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONALIZANTES - SE-DISTRITO FEDERAL	8.088.697	26.783.690	4.272.669	4.035.778
2932 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA TÉCNICA EM BRAZLÂNDIA	350.000	0	0	0
2933 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE-CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO GUARÁ-GUARÁ	0	4.264.000	4.264.000	3.669.535
3235 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	169.260	2.634.017	2.633.986	2.578.018
0013 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA CLASSE - SE- RIACHO FUNDO	75.360	2.549.292	2.549.291	2.535.670
2716 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-CONSTRUÇÃO DE SL. DE AULA NA ESC. CLAS. CACHOEIRIN-SE- SÃO SEBASTIÃO	14.440	0	0	0
2718 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL - VILA PLANALTO - SE- PLANO PILOTO	38.400	0	0	0
2725 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA CLASSE 01 DA ESTRUTURAL-SE- GUARÁ	41.060	0	0	0
2728 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-RECONSTRUÇÃO DO CED 07 DA QNN 13 ÁREA ESPECIAL- CEILÂNDIA	0	84.725	84.695	42.347
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	9.851.308	150.000	0	0
0003 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-REDE PÚBLICA - SE- PLANO PILOTO	51.507	0	0	0
0010 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PROGRAMA PDAF/DF - FERORMA ESCOLA CLASSE 5- BRAZLÂNDIA	0	80.000	0	0
0011 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS-PROGRAMA/PDAF-DF, REFORMAS CED 02- BRAZLÂNDIA	0	70.000	0	0
5502 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA CLASSE MENINOS E MENINAS DO PARQUE - SE-DISTRITO FEDERAL	25.952	0	0	0
5504 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA - SE- PLANO PILOTO	21.403	0	0	0
5505 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA DO PARQUE DA CIDADE/PROEM - SE- PLANO PILOTO	51.809	0	0	0
5508 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA PARQUE 304 NORTE - SE- PLANO PILOTO	33.545	0	0	0
5510 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-CEF CASEB - SE- PLANO PILOTO	67.092	0	0	0
5513 - REFORMA DE SALAS DE AULA NA ESCOLA CLASSE VICENTE PIRES	200.000	0	0	0
5514 - REFORMA DO PISO DA QUADRA COBERTA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 09 DE TAGUATINGA	200.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
5515 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA CLASSE 19 EM TAGUATINGA	200.000	0	0	0
5516 - REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA CLASSE 54 DE TAGUATINGA	200.000	0	0	0
5517 - REFORMA DA ESCOLA ENGENHO DAS LAGES NO GAMA	200.000	0	0	0
5518 - REFORMA DA CANTINA E DO PISO DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL PROF. MARIA DO ROSÁRIO - CEILÂNDIA	400.000	0	0	0
5519 - REFORMA DO ESTACIONAMENTO INTERNO DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL N° 08 DO GAMA	100.000	0	0	0
5520 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 31 DE CEILÂNDIA	350.000	0	0	0
5521 - REFORMA DA ESCOLA CLASSE 64 DE CEILÂNDIA	600.000	0	0	0
5522 - COBERTURA DA QUADRA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 10 DE CEILÂNDIA	300.000	0	0	0
5523 - REFORMA DOS BANHEIROS DA ESCOLA CLASSE 13 DE CEILÂNDIA	150.000	0	0	0
5524 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 34 DE CEILÂNDIA	300.000	0	0	0
5525 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 312 DE SAMAMBAIA	300.000	0	0	0
5526 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 20 DE CEILÂNDIA	300.000	0	0	0
5527 - REFORMA DE ESCOLAS PÚBLICAS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF	1.000.000	0	0	0
5528 - REFORMA DO PLAY GROUND DA ESCOLA CLASSE 06 DO CRUZEIRO	100.000	0	0	0
5529 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 25 DE CEILÂNDIA	300.000	0	0	0
5530 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA CLASSE 38 DE CEILÂNDIA	300.000	0	0	0
5531 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA CLASSE 40 DE CEILÂNDIA	300.000	0	0	0
5532 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	1.000.000	0	0	0
5533 - REFORMA DA ESCOLA DE MÚSICA DE BRÁSILIA	500.000	0	0	0
5534 - REFORMA DA ESTRUTURA FÍSICA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	1.100.000	0	0	0
5535 - REFORMA DA ESCOLA CLASSE 22 DE CEILÂNDIA	1.000.000	0	0	0
5536 - REFORMA DA ESCOLA CLASSE CÔRREGO DAS CORUJAS EM CEILÂNDIA	200.000	0	0	0
5537 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-REFORMA DA ESCOLA CLASSE CÔRREGO DAS CORUJAS- CEILÂNDIA	0	0	0	0
5546 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO MURO DA ESCOLA CLASSE 02- GAMA	0	0	0	0
5547 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA NA ESCOLA CLASSE 17 DE CEILÂNDIA, COM A TROCA DO PISO DA REFERIDA UNIDADE EDUCACIONAL.- CEILÂNDIA	0	0	0	0
3237 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	13.262.102	105.314	0	0
0003 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-REDE PÚBLICA - SE- PLANO PILOTO .	46.075	0	0	0
0005 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-CENTRO DE ENSINO MÉDIO 10-SE- CEILÂNDIA	50.020	0	0	0
0007 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COZINHA DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 414 DE SAMAMBAIA, LOCALIZADA NA QS 414 AE 01- SAMAMBAIA	0	105.312	0	0
5365 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-CEM ELEFANTE BRANCO - SE- PLANO PILOTO .	66.007	0	0	0
5366 - REFORMA DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO N° 2 DO GAMA	400.000	0	0	0
5367 - REFORMA DA SALA DOS PROFESSORES DO CENTRO EDUCACIONAL 11 NA CEILÂNDIA	150.000	0	0	0
5368 - REFORMA DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO N° 1 DO GAMA	150.000	0	0	0
5369 - REFORMA DA REDE ELÉTRICA DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 3 DE TAGUATINGA	200.000	0	0	0
5370 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO EDUCACIONAL 5 DE TAGUATINGA	300.000	0	0	0
5371 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO EDUCACIONAL 6 DE TAGUATINGA	300.000	0	0	0
5372 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA CENTRO DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO GAMA - CEMI	300.000	0	0	0
5373 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA CENTRO DE ENSINO	300.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
MÉDIO 111 DO RECANTO DAS EMAS				
5374 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA NAS UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	1.000.000	0	0	0
5375 - PADRONIZAÇÃO DE ESCOLAS - ENSINO MÉDIO	10.000.000	0	0	0
5376 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 2 NORTE-CEILÂNDIA	0	0	0	0
5377 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-REFORMA DE INSTALAÇÕES FÍSICAS NA ESCOLA CLASSE 431- SAMAMBAIA	0	0	0	0
5378 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-REFORMA DE INSTALAÇÕES FÍSICAS NA ESCOLA CLASSE 08 - EQNN 05/07- CEILÂNDIA	0	0	0	0
5379 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA DE ESPORTE NO CENTRO DE ENSINO MÉDIO 10- CEILÂNDIA	0	0	0	0
5380 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO MURO DO CENTRO EDUCACIONAL 01- CRUZEIRO	0	0	0	0
5381 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COZINHA DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO LOCALIZADO NA QS 414 - AE 01- SAMAMBAIA	0	0	0	0
5382 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO INTERESCOLARES DE LÍGUAS - CIL QUADRA 407- SAMAMBAIA	0	2	0	0
3238 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	1.065.378	0	0	0
2733 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	15.378	0	0	0
3908 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	950.000	0	0	0
3909 - REFORMA DO PRÉDIO DAS OBRAS ASSISTENCIAIS EM SÃO SEBASTIÃO - OASAS, EM SANTA MARIA	100.000	0	0	0
3911 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL-CONSTRUÇÃO DE PARQUE INFANTIL NA CEF TELEBRÁSILIA CETELB- RIACHO FUNDO	0	0	0	0
3913 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL-REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COZINHA DA ESCOLA CLASSE 13, LOCALIZADA NA EQNM 24/26- CEILÂNDIA	0	0	0	0
3239 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL	400.000	0	0	0
0001 - REFORMA DO AUDITÓRIO DA ESCOLA TÉCNICA DE CEILÂNDIA	400.000	0	0	0
3241 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	83.851	0	0	0
0003 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-SE- GAMA	21.720	0	0	0
0004 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO-CED CASA GRANDE-SE- GAMA	62.131	0	0	0
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	86.224.585	95.577.108	5.049.917	4.412.080
9354 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE-PAC2-SE-DISTRITO FEDERAL	83.674.345	95.577.108	5.049.917	4.412.080
9359 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-JARDINS MANGUEIRAL-SE- SÃO SEBASTIÃO	50.240	0	0	0
9360 - CONSTRUÇÃO DE CRECHES NOS CONDOMÍNIOS POR DO SOL E SOL NASCENTE - CEILÂNDIA	1.000.000	0	0	0
9361 - CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO PARANOÁ	500.000	0	0	0
9362 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS REG. ADM. DO DF	500.000	0	0	0
9363 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE NO BAIRRO BURITIZINHO -SOBRADINHO II - RA V	500.000	0	0	0
3272 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO	2.065.219	1.451.207	0	0
9328 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO-REDE PÚBLICA - SE- SÃO SEBASTIÃO	1.474.739	1.451.207	0	0
9332 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO-CENTRO EDUCACIONAL CASA GRANDE-SE-DISTRITO FEDERAL	40.240	0	0	0
9333 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO-JARDIM MANGUEIRAL-SE- SÃO SEBASTIÃO	50.240	0	0	0
9334 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NO RIACHO FUNDO II	500.000	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	300.000	0	0	0
9626 - COBERTURA DE QUADRA DE ESPORTES DO CEM 01 - REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ	300.000	0	0	0
3482 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	5.495	0	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE-SE-DISTRITO FEDERAL	5.495	0	0	0
3632 - SAÚDE ESCOLAR	732.622	430.563	209.723	200.212
0001 - SAÚDE ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	261.292	169.843	82.150	75.344
0002 - SAÚDE ESCOLAR-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	197.307	179.274	67.969	65.437
0004 - SAÚDE ESCOLAR-EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA - SE-	202.409	81.445	59.603	59.431

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
DISTRITO FEDERAL				
0006 - SAÚDE ESCOLAR-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - DF ALFABETIZADO - SE-DISTRITO FEDERAL	71.614	1	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.125.591	317.640	6.500	6.500
2787 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	825.591	317.640	6.500	6.500
6052 - REALIZAÇÃO DA OLIMPIADA DO CONHECIMENTO	300.000	0	0	0
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	71.829.016	127.175.683	97.341.822	78.531.416
0002 - TRANSPORTE DE ALUNOS-ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	42.250.339	79.962.588	69.286.226	57.613.847
9533 - TRANSPORTE DE ALUNOS-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - SE-DISTRITO FEDERAL	7.084.542	9.315.141	4.220.392	2.348.452
9534 - TRANSPORTE DE ALUNOS-ENSINO MÉDIO - SE-DISTRITO FEDERAL	8.189.781	13.435.377	9.729.175	8.764.299
9535 - TRANSPORTE DE ALUNOS-EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	10.641.780	18.326.464	10.724.143	6.781.245
9537 - TRANSPORTE DE ALUNOS-UNIDADES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - SE-DISTRITO FEDERAL	3.662.574	6.136.113	3.381.885	3.023.574
5023 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	3.244.126	0	0	0
9525 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-CENTROS INTERESCOLARES DE LÍNGUAS/CIL - SE-DISTRITO FEDERAL	44.126	0	0	0
9526 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA RURAL CASA GRANDE	1.000.000	0	0	0
9527 - CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS NOS CONDOMÍNIOS POR DO SOL E SOL NASCENTE - CEILÂNDIA	1.000.000	0	0	0
9528 - CONSTRUÇÃO DO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES - POLÍCIA MILITAR	300.000	0	0	0
9529 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	900.000	0	0	0
9530 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-CONSTRUÇÃO DA ESCOLA RURAL CASA GRANDE- GAMA	0	0	0	0
5051 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	2.169.403	2	0	0
0002 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	19.403	0	0	0
0008 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 01 DE CEILÂNDIA	300.000	0	0	0
0009 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 02 DE CEILÂNDIA	300.000	0	0	0
0010 - REFORMA DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 01 - REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ	500.000	0	0	0
0011 - REFORMA DO CENTRO ESPECIAL DE PLANALINA	150.000	0	0	0
0012 - REFORMA DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 1 DE TAGUATINGA	200.000	0	0	0
0013 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA NAS UNIDADES DE ENSINO ESPECIAL	700.000	2	0	0
0014 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-REVITALIZAÇÃO DE QUADRA DE ESPORTES, CALÇAMENTO E OBRAS DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL - GUARÁ	0	0	0	0
0015 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA DE ESPORTE NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 01- GAMA	0	0	0	0
0016 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-REFORMA DA PISCINA DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 2 NORTE- CEILÂNDIA	0	0	0	0
0017 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-REFORMA E COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 2 NORTE- CEILÂNDIA	0	0	0	0
5112 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	206.320	0	0	0
0003 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	16.320	0	0	0
0004 - CONSTRUÇÃO E REFORMA NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 01 DE SOBRADINHO	190.000	0	0	0
5924 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.217.820	861.781	208.161	208.161
9316 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL-REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	17.820	861.781	208.161	208.161
9320 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL-ESCOLA CLASSE EM ITAPOÃ-SE- PARANOÁ	50.000	0	0	0
9322 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL-JARDINS MANGUEIRAL-SE- SÃO SEBASTIÃO	50.000	0	0	0
9323 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL NA QN 1031 - SAMAMBAIA NORTE - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA	600.000	0	0	0
9324 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA RURAL CASA GRANDE	500.000	0	0	0
9325 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL-CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL NO BAIRRO MORRO DA CRUZ- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
TOTAL DO PROGRAMA 6221	826.291.975	1.167.651.865	829.034.078	714.196.957

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Ampliação de unidades escolares com salas de leitura ou bibliotecas escolares e comunitárias	%	50	31-dez-14	Anual	55	60	70	80	SUPLAV/ SEEDF / UO 18101 / OE 1
Unidades escolares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio com oferta de educação em tempo integral	%	46	30-jun-15	Anual	47	48	49	50	Censo Escolar / SEEDF / UO 18101 / OE 2
Estudantes da Educação infantil, Ensino Fundamental, e Ensino Médio atendidos em tempo integral	%	12	30-jun-15	Anual	13,50	15,00	16,50	18,00	Censo Escolar / SEEDF / UO 18101 / OE 2
Cobertura da população por etapa/modalidade de ensino – educação infantil	Unidade	47.072	31-dez-14	Anual	51.780	54.134	56.134	58.842	Censo Escolar / SEEDF / UO 18101 / OE 2
Estudantes da Rede Pública de Ensino participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal	Unidade	4.005	31-dez-14	Anual	4.155	4.305	4.455	4.606	CEFDESC/SEEDF / UO 18101 / OE 2
Centros de Educação Infantil e Jardins de Infância com atendimento em educação física	%	17	31-mai-15	Anual	19,5	23,5	28,7	35	Censo Escolar/ SEEDF / UO 18101 / OE 2
Profissionais da educação atendidos em cursos de formação continuada para atuar na Educação Integral	Unidade	250	30-jun-15	Anual	250	250	250	250	EAPE/ SEEDF / UO 18101 / OE 3
Taxa de atendimento a professor efetivo e à carreira assistência pelo Sistema de Gestão de Pessoas	%			Anual	50	80	100	100	SUGEPE/ SEEDF / UO 18101 / OE 3
Taxa de atendimento pleno de estudantes por meio da oferta do Sistema de Gestão <i>i-Educar</i>	%	70	31-jul-15	Semestral	80	85	95	100	Censo Escolar/ SEEDF / UO 18101 / OE 4
Percentual de unidades escolares que ofertam Ensino Fundamental cadastradas no Programa <i>Mais Educação</i>	%	60	30-jun-15	Anual	63	67	71	75	PDE Interativo / Censo Escolar/ SEEDF / UO 18101 / OE 4
Média, no IDEB, do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal	Unidade	3,60	31-dez-13	Bianual	-	4,4	-	4,6	IDEB/ SEEDF / UO 18101 / OE 4
Avaliação de desempenho dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Nota	5,50	31-dez-13	Bianual	-	6	-	6,3	IDEB/INEP/ SEEDF / UO 18101 / OE 4
Avaliação de desempenho dos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental	Nota	4,10	31-dez-13	Bianual	-	4,8	-	5	IDEB/INEP/ SEEDF / UO 18101 / OE 4
Taxa média de reprovação no Ensino Médio (diurno e noturno) da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal	%	17,79	31-mai-14	Anual	17,3	16,9	16,4	16	Censo Escolar/ SEEDF / UO 18101 / OE 4
Quantitativo de abandono no 1º ano do Ensino Médio noturno da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal	Unidade	6.873	31-mai-14	Anual	6.358	5.843	5.328	4.811	Censo Escolar/ SEEDF / UO 18101 / OE 4
Taxa média de estudantes atendidos em turmas de distorção idade-série no Ensino Fundamental	%	5,05	31-dez-14	Anual	7,6	19,9	33,6	50	Censo Escolar/ SEEDF / UO 18101 / OE 4
Taxa média de estudantes no ensino médio com defasagem de idade em relação à série correta	%	31,77	31-jul-15	Anual	30,09	28,41	26,73	25,5	Censo Escolar/ SEEDF / UO 18101 / OE 4
Unidades escolares que ofertam Ensino Fundamental e Ensino Médio participantes da Avaliação do Desempenho Escolar do Estudante	%			Anual	10	25	50	75	GERADE/SEEDF / UO 18101 / OE 5

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp	
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano		
Indicadores educacionais de todas as unidades escolares que ofertam todas as etapas e as modalidades da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal	%				Anual	50	75	100	100	GAVARE/SEE DF / UO 18101 / OE 5
Gestores das unid. escolares da Rede Pública de Ensino participantes da avaliação/ total de unid. escolares cadastradas no Censo Escolar no referido ano	%	80		30-jun-14	Anual	85	90	95	100	GAVAED/SEE DF / UO 18101 / OE 5
Gestores das instituições de ensino da rede particular participantes da avaliação/ total de instituições de ensino particulares cadastradas no Censo Escolar no referido ano	%				Anual	50	55	60	70	GAVAED/SEE DF / UO 18101 / OE 5
Docentes das unidades escolares da Rede Pública de Ensino participantes da avaliação	Unidade	924		30-set-14	Anual	15.000	20.000	25.000	30.000	GAVAED/SEE DF / UO 18101 / OE 5
Estudantes matriculados nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino participantes da avaliação, conforme Censo Escolar anual	Unidade	17.285		30-set-14	Anual	100.000	150.000	200.000	250.000	GAVAED/SEE DF / UO 18101 / OE 5

Desde 2015, com a implantação do *Centro de Referência para os Anos Iniciais* – CRAI, por meio da Portaria 51/2015, a SUBEB, por meio da Diretoria de Ensino Fundamental, vem estruturando os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com a qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, com a finalidade de garantir alfabetização plena de todas as crianças.

No ano letivo de 2016, o CRAI ofertou, em cada Coordenação Regional de Ensino – CRE, para os professores do 1º e 2º ciclo, 30 encontros formativos (palestras, oficinas, cursos e outras estratégias de formação), 10 Fóruns para coordenadores pedagógicos e 14 encontros para os professores do 2º ciclo, com foco na discussão dos direitos de aprendizagem por parte dos estudantes, destacando a leitura e a escrita baseadas na análise das avaliações externas e de outros índices de avaliação.

A SEEDF, em parceria com a Universidade de Brasília - UnB e com o Ministério da Educação – MEC e por meio do *Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa* - PNAIC, promoveu a formação de professores alfabetizadores visando assegurar condições pedagógicas específicas para alfabetização de todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental. Dessa forma, as ações desse programa apóiam-se em quatro eixos de atuação: formação continuada, material didático, avaliação sistemática e gestão. O aprofundamento dos estudos e as perspectivas resultantes da formação do professor-pesquisador via PNAIC são fundamentais para assegurar a permanência dos estudantes com sucesso na escolarização, o que impacta na elevação dos índices de aprendizagem dos estudantes matriculados nos anos iniciais. Prova disso foi que, em abril de 2016, o PNAIC foi responsável pela capacitação de 2.603 professores e 49 orientadores educacionais e, conseqüentemente, os reflexos dessa ação foram sentidos na melhoria dos índices da Educação Básica – IDEB.

Quanto às ações voltadas aos 4º e 5º anos do ensino fundamental, houve forte investimento principalmente na área de leitura inferencial. Os dados colhidos das avaliações externas (IDEB, Sistema de Avaliação de Educação Básica – SAEB e de outros instrumentos) foram utilizados junto ao planejamento pedagógico das unidades escolares – UEs para apontar os caminhos específicos a serem percorridos nesta área. Nesse sentido, foram promovidos encontros com os professores das 14 CREs com foco na discussão do direito de aprendizagem por parte dos alunos, a partir da análise dos dados das avaliações externas e de outros índice e com destaque para a leitura e a escrita.

Em relação aos índices dos anos finais do ensino fundamental, foi publicada a Portaria 256, que instituiu o *Centro de Referência para os Anos Finais* – CRAF com o objetivo de acompanhar, orientar, avaliar, subsidiar as práticas dos professores dessa etapa da Educação Básica.

De acordo com o Censo Escolar 2015, a Rede Pública de Ensino possui 59.992 estudantes em defasagem idade-ano no ensino fundamental. A fim de superar essa condição, a Secretaria instituiu o *Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares* – PAEE, que foi aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, por meio do Parecer nº 43/2016-CEDF e da Portaria 69/2016. O PAEE, com vigência de 2016-2018, destina-se a aproximadamente 285 mil estudantes do ensino fundamental e tem como principal objetivo a promoção de aprendizagens e de correção do fluxo escolar, por meio da realização permanente de capacitação dos professores coordenadores locais, intermediários e centrais que acompanham turmas do PAEE.

Os *Ciclos para as Aprendizagens* buscam valorizar as aprendizagens dos estudantes e reduzir os índices de retenção e evasão escolar. Esta nova organização escolar é uma política pública preconizada no artigo 23 da Lei nº 9.394/96 – LDB; na Meta 2, estratégia 2.3 do Plano Distrital de Educação – PDE; no Plano Plurianual – PPA; assim como no Planejamento Estratégico da SEEDF 2015-2018.

A SEEDF tem como meta universalizar até 2017a implantação das *Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar do 2º e 3º ciclos*. Para tanto, em 2016, promoveu-se a formação continuada de gestores e professores acerca da organização escolar em ciclos para as aprendizagens e orientação para as práticas pedagógicas, visando à potencialização dos estudantes, por meio do trabalho desenvolvido por professores e equipe pedagógica. Foi realizada ampla discussão e a reflexão das ações que objetivam as aprendizagens na perspectiva da organização escolar em ciclos nas 14 Coordenações Regionais de Ensino, conforme a seguinte distribuição:

Atividades	Quantidade	Participação de Professores/Gestores CRAI/CI
Fóruns	14 - 1 por CRE	80% de professores por encontro
Visitas pedagógicas às CREs/UNIEB/CRAI	04 Visitas por CRE	100% dos integrantes das equipes de anos iniciais das UNIEBS
Reunião com Coordenadores Articuladores do CRAI	07 Encontros mensais	100% dos integrantes das equipes de anos iniciais das UNIEBS
Encontros Pedagógicos com Gestores Escolares	3 CREs	70% de professores por encontro
Total de encontros	28 - 2 por CRE	

Atualmente, dentre as 382 unidades escolares da Rede Pública de Ensino que atendem o ensino fundamental, 229 UEs aderiram ao 2º Bloco (4º e 5º anos) do 2º Ciclo. Até 2019, busca-se a ampliação dessa adesão para mais 137 unidades escolares e, conseqüentemente, a universalização desse atendimento. Entretanto, importante ressaltar que as 16 UEs restantes não possuem 4º e 5º anos.

Em 2016 a Secretaria contou com 210 unidades escolares para atender aos anos finais do ensino fundamental. Dessas, 15 UEs aderiram à organização escolar em Ciclos para as aprendizagens. Nesse sentido, visando aumentar a adesão das UEs, foram realizados 13 Encontros Pedagógicos com as CREs/UNIEBs e gestores das UEs, tendo como foco as discussões referentes a transição, desempenho, evasão escolar e ciclos para as aprendizagens; 04 seminários com professores e gestores das unidades escolares; 09 Fóruns com os coordenadores intermediários; além de diversas outras ações pontuais voltadas a propiciar esclarecimentos necessários junto à comunidade escolar. Ainda buscando potencializar o trabalho pedagógico foi realizado acompanhamento presencial nas unidades escolares que aderiram ao 3º ciclo para apoio, orientação e encaminhamento das demandas surgidas ao longo do ano.

A SEEDF, a fim de ampliar a promoção dos Circuitos Pedagógicos nas áreas de ciências, cultura, arte e mídia, e agenda pedagógica, por meio da participação efetiva de professores e estudantes, realizou um mapeamento dos projetos/ações na área de ciências em toda Rede Pública de Ensino e a socialização de projetos e ações. Como resultado forma efetivados 104 projetos de ciências naturais realizados em 85 UEs.

Buscando maior abrangência do conhecimento quanto ao desenvolvimento dos trabalhos, foi realizado o 1º *Diálogo de Ciências*, encontro com a participação de aproximadamente 160 professores e apresentação de 14 projetos. A partir disso, foi elaborado o 1º *Caderno Diálogos de Ciências* com resumo dos trabalhos apresentados. Como desdobramento, publicou-se também o 2º *Caderno Diálogos de Ciências* contemplando 18 projetos.

O Projeto *Círculo da Matemática do Brasil* visa despertar nas crianças o gosto pela matemática bem como a potencialização da sua aprendizagem. O foco é a participação e a cooperação do estudante dos anos iniciais (1º ao 5º ano) na construção de conhecimento, tendo o professor como mediador desse processo. O componente lúdico e o erro também são utilizados como ferramentas pedagógicas com o objetivo de contribuir para a formação de um raciocínio lógico-matemático e despertar o gosto por esta disciplina nos estudantes de anos iniciais. Na primeira formação houve a participação de 400 professores.

Ainda em 2016, aproximadamente 3.870 estudantes da Rede Pública de Ensino participaram das seguintes Olimpíadas do Conhecimento: *Olimpíada de Robótica* – OBR, *Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente* – OBSMA, *Olimpíada de Língua Portuguesa* – OLP, *Olimpíada Brasileira de Matemática* – OBMEP, *Olimpíada Brasileira de Astrofísica* – OBA, *Olimpíada Brasileira de Física nas Escolas Públicas* – OBFEP, *Olimpíada de Química* – OBQ, *Olimpíada Brasileira de Informática* – OBI, *Olimpíada Nacional de História Brasileira* – ONHB, e *Olimpíada Brasileira de Geografia* – OBG. Foram apresentados 632 trabalhos de 247 unidades escolares que resultaram em 81 premiações.

A SEEDF, diante da condição de baixa formalização da escolarização nas Unidades Prisionais, deparou-se com a necessidade de buscar alternativas que favorecessem a completa formalização e a concretização da oferta de educação para todos esses jovens e adultos. Tal busca culminou em um processo chamado Institucionalização, que é a sistematização da oferta da modalidade de educação de jovens e adultos – EJA no Sistema Prisional do Distrito Federal em substituição à forma organizacional anteriormente posta, na qual os então núcleos de ensino existentes nas unidades prisionais estavam vinculados a seis escolas do ensino regular, chamadas vinculantes. A Institucionalização foi amplamente debatida por vários setores desta Secretaria, em parceria com os demais instâncias governamentais envolvidas, ao longo de uma década. A instituição do Núcleo de Educação no Sistema Prisional permitiu um acompanhamento pedagógico mais próximo dessas unidades. Desse modo, a oferta de escolarização até então existente no ambiente prisional, foi acompanhada sistematicamente por meio de visitas técnicas aos núcleos de ensino, reuniões intersetoriais mensais com todos os profissionais envolvidos e ainda a formação continuada do corpo docente. Aproximadamente 1.400 pessoas foram atendidas por meio desse sistema.

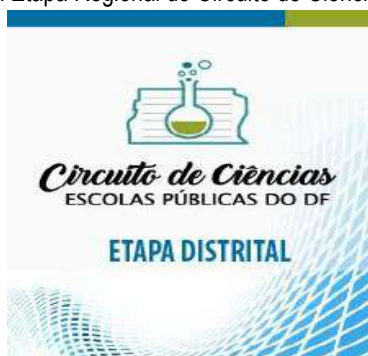
A fim de ampliar a proposta de integração do ensino médio com a educação profissional e garantir a qualidade das unidades escolares que já aderiram ao Ensino Médio Inovador – EMI ou que atuam como Centros de Ensino Médio

Integrado – CEMI, a Secretaria realizou, no período de fevereiro a maio de 2016, reuniões em 09 Coordenações Regionais de Ensino, priorizando aquelas que ainda não possuem unidades escolares integradas. Ao final desse período, 03 UEs optaram por organizar-se em EMI: CED Stella dos Cherubins de Planaltina, CED 07, e CEM 03 de Taguatinga.

Ampliar a oferta de educação em tempo integral para 50% do total das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, no período 2016-2019, é uma das metas da SEEDF, em consonância com as metas estabelecidas no PDE 2015-2024. Dessa forma, a SUBEB, por meio da Diretoria de Ensino Médio, indicou 08 EU's para adesão ao programa. Em 2016 a educação pública do Distrito Federal na perspectiva da educação em tempo integral atendeu 42.046 estudantes em 298 EU's. Para ampliar o suporte a essa forma de atendimento, foram contratados, por meio de edital público, 1.875 Educadores Sociais Voluntários, para atuar junto a essas unidades escolares.

A Secretaria, visando promover e difundir as experiências pedagógicas, as práticas de gestão e de atuação social exitosas nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, realizou ainda as seguintes atividades:

VI Circuito de Ciências das Escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que reafirma a política pública educacional implementada para o desenvolvimento e o fortalecimento da cultura científica no ambiente escolar. Foi realizado em duas fases: a Regional, realizada nas 14 CREs e a Distrital, composta por três trabalhos de cada etapa/modalidade de ensino selecionados na Etapa Regional do Circuito de Ciências.



- 2º Festival de Filmes Curta-Metragem das Escolas Públicas de Brasília, realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, envolveu cerca de 250 mil estudantes da Rede Pública de Ensino, incluindo alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, do ensino médio, da educação profissional e da educação de jovens e adultos. Dentre os principais objetivos desse Festival, estão a visibilidade à produção audiovisual dos estudantes da Rede Pública de Ensino; a formação e o intercâmbio dos professores mediadores, e a formação do público em relação à linguagem audiovisual. Os filmes tiveram tema livre e concorreram às categorias de melhor filme, roteiro, direção, fotografia, montagem, ator e atriz. Essa edição contou com a participação de 103 filmes, sendo 74 do ensino médio. A ação conjunta entre a SEEDF e a Secretaria de Estado de Cultura foi determinante para o sucesso deste evento. Dentre os participantes, destacaram-se: “Mãos que narram o amor” – feito por alunos surdos-mudos da Escola Bilíngue Libras e Português Escrito de Taguatinga, premiado com o troféu de Melhor Montagem; a Melhor Fotografia foi a do filme “Fear”, do Centro de Ensino Médio Paulo Freire; “Solitário Indagador”, do Centro Educacional 310 de Santa Maria, recebeu o prêmio de Melhor Roteiro; João Vitor Conceição, do Centro Educacional 01 do Guará, foi eleito o Melhor Ator por sua atuação em “Paranóia”; Mayara Costa, do Centro Educacional 310 de Santa Maria, que atuou em “O minuto”, foi premiada como a Melhor Atriz; o prêmio de Melhor Direção foi entregue a “A cada 15”, do Centro Educacional 310 de Santa Maria; e os dois últimos troféus de Melhor Abordagem do Tema e Melhor Filme, foram, respectivamente, para os filmes “O mistério da vida”, do Centro Educacional 08 do Gama, e “Silêncio”, do Centro Educacional 02 do Guará.



Fotos: ASCOM/SEEDF

- *Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas* - OBMEP é uma realização do *Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada* - IMPA e tem como objetivo estimular o estudo da Matemática e revelar talentos na área. A participação das escolas é por adesão e as provas são divididas em duas etapas classificatórias, nas quais os mais bem classificados na primeira fase realizam a segunda etapa, concorrendo a bolsas de estudo e a outras premiações. A OBMEP premia, além do estudante, também o professor e a Unidade Escolar. Em sua 12ª edição contou com a adesão de aproximadamente 252 mil estudantes e 256 unidades escolares de ensino médio da Rede Pública de Ensino.

- *5ª Olimpíada de Língua Portuguesa - Escrevendo o Futuro* é um concurso de produção de textos para estudantes de escolas públicas de todo o país, do 5º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Iniciativa do Ministério da Educação e da Fundação Itaú Social, com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - Cenpec. O tema escolhido no ano de 2016 foi “O lugar onde vivo”, que propiciou aos alunos estreitar vínculos com a comunidade e aprofundar o conhecimento sobre sua realidade, contribuindo assim para o desenvolvimento de sua cidadania. Essa edição contou com a participação de 123 artigos de opinião de estudantes de 20 unidades escolares de ensino médio.

- *Olimpíada Brasileira de Robótica* - OBR

- O Centro Integrado de Educação Física - CIEF recebeu mais uma etapa regional da *Olimpíada Brasileira de Robótica*. Foi a décima vez que o evento nacional aconteceu no Distrito Federal. Este é o primeiro ano, porém, que a competição é realizada pela Secretaria de Estado de Educação e suas UEs alcançaram grandes resultados pelo quarto ano consecutivo. O Centro de Ensino Fundamental 08 de Sobradinho conquistou uma medalha de ouro e o Centro de Ensino Fundamental 05 do Paranoá recebeu o prêmio de melhor escola estreante.



Estudantes calibrando seus robôs para os rounds.



Premiação das equipes vencedoras

A importância pedagógica e social do ensino de robótica nas escolas públicas foi relatada pelos professores que consideram os projetos desenvolvidos nessa área como de grande relevância social, uma vez que dão a eles a possibilidade de ter acesso a novas tecnologias, considerando que somente a tecnologia da escola já não é suficiente para criar um diferencial no mundo de trabalho.



Equipe vencedora nível 2 CEF 08 de Sobradinho

Retomando as demais ações desta Secretaria, no âmbito da formação continuada dos profissionais da educação, destaca-se nos a realização do *Seminário Distrital da Base Nacional Comum Curricular*, tendo como escopo o documento com indicações do Distrito Federal para composição do currículo nacional. Ressalta-se também a realização do *II Seminário de Integração da Educação Profissional com Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos*, voltado ao aprofundamento dos debates acerca da integração curricular. Como resultando desse encontro, houve a publicação da 3ª

edição da revista *Com Censo*, na qual foram publicados os trabalhos apresentados no seminário e o relato das ações de integração realizadas pela Secretaria no primeiro semestre.

Ainda quanto à formação continuada, foram desenvolvidos os seguintes cursos de capacitação os profissionais que atuam no ensino médio, na educação profissional e na EJA: “Ensino Médio Integrado a Educação Profissional” com carga horária de 180 horas para 69 profissionais da educação; Ensino Médio: Semestralidade e seus Desafios”, com carga horária de 180 para 98 profissionais da educação; “Aspectos Pedagógicos da Matriz de Referência da Redação do ENEM”, com carga horária de 60 horas e oferecido para 72 professores.

No âmbito das atividade de educação física e desporto escolar, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

- Projeto Centro de Iniciação Desportiva – CID
- O Projeto objetiva a garantia do acesso de iniciação esportiva aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e ainda, a ampliação de espaços e oportunidades educacionais de forma a prover condições objetivas de emancipação humana. Visando consolidar e fortalecer tal Projeto vem sendo desenvolvido ao longo dos anos tais ações: cursos de formação/atualização para os professores do Projeto CIDs; processo de seleção de professores para ingressar no Projeto; disponibilização de recursos financeiros, por meio do PDAF para o atendimento exclusivo do CID. Nesses espaços, são desenvolvidas práticas corporais relacionadas às diversas modalidades esportivas, tais como: futsal, futebol de campo, basquetebol, voleibol, handebol, judô, capoeira, natação, ginástica rítmica, ginástica artística. Tais práticas corporais são oferecidas exclusivamente aos alunos da Rede Pública de Ensino. Em 2016, participaram do Projeto 11.077 estudantes distribuídos dentre as 14 Coordenações Regionais de Ensino, com a seguinte distribuição:

Modalidades	Polos Por Modalidade	
	2015	2016
Atletismo	5	6
Badminton	2	3
Basquetebol	10	10
Capoeira	3	3
Ciclismo	0	2
Futebol Campo	4	3
Futsal	22	27
Ginástica Artística	7	7
Ginástica Rítmica	6	7
Handebol	7	9
Judo	6	7
Karatê	1	0
Luta Olímpica	1	1
Natação	2	2
Paralimpico	17	18
Taekwondo	1	1
Tênis Mesa	3	3
Voleibol	15	15
Xadrez	5	4
Total	117	128

A culminância do Projeto CID deu-se por meio de festivais nas seguintes modalidades: Vôlei – participação de 53 equipes; Handebol – participação de 41 equipes; Futebol de campo – participação de 22 equipes; Basquete – participação de 44 equipes; Futsal – participação de 54 equipes.

Atualmente as 14 CREs dispõem de polos de CID e tem apresentado um relevante aumento no número de estudantes participantes do Projeto ao longo dos anos, sendo que em 2016 participaram 10.467 estudantes. Esse incremento deve-se à melhoria da qualidade e da diversidade dos materiais esportivos adquiridos via *Programa de Descentralização Administrativa e financeira* – PDAF e ao investimento na qualificação dos professores. Para suprir as atuais carências de professores do Projeto, o setor responsável ratificou a necessidade de abertura de novos polos, cujas vagas foram disponibilizadas no Procedimento de Remanejamento de professores.

- Jogos Escolares do Distrito Federal - JEDF

Os *Jogos Escolares do Distrito Federal* envolveram a participação de estudantes das Redes Pública e Particular de Ensino. São divididos em duas etapas: 12 a 14 anos e 15 a 17 anos, servindo como seletiva para a participação nos Jogos Escolares da Juventude, os Jogos Nacionais. Os JEDF consistem em competições com modalidades esportivas individuais e coletivas e visa promover, divulgar e estimular a prática da cultura corporal entre os diversos estudantes. Além disso, é o indicador seletivo para participação nos Jogos Escolares Nacionais da Juventude. Em 2016 os estudantes puderam competir nas modalidades de Atletismo, Badminton, Basquetebol, Ciclismo, Futsal, Ginástica Rítmica, Handebol, Judô, Karatê, Luta Olímpica, Natação, Tênis de Mesa, Voleibol, Voleibol de praia e Xadrez. Para os estudantes com deficiência, foram oferecidas as modalidades: atletismo, bocha, natação, tênis de cadeira de rodas e equitação especial. A etapa de 12 a 14 anos foi realizada entre os dias 05 de maio e 27 de agosto e contou com a participação de 119 escolas da rede pública e 71 escolas da

rede particular de ensino, totalizando 190 unidades escolares, totalizando 4.246 estudantes. A etapa de 15 a 17 anos, foi realizada no segundo semestre de 2016 tendo a participação de 200 unidades escolares, das quais 136 da rede pública e 64 da rede particular de ensino e a participação de 4.308 estudantes.

- Jogos Escolares Noturnos

Também conhecido como CORUJÃO, envolvem os estudantes das Escolas Públicas e Particulares do turno noturno do Ensino Regular, da Educação de Jovens e Adultos, além de estudantes que estão acima da idade limite de participação do JEDF. O CORUJÃO acontece anualmente, no 2º semestre do ano letivo e tem como foco possibilitar a esses estudantes, independente da etapa/modalidade de educação, a participação nos Jogos Escolares, além disso, promove momentos diferenciados à realidade escolar, ofertando a aprendizagem por meio do jogo e do lazer. Em 2016, houve a participação de 447 estudantes de 24 unidades escolares das 14 coordenações Regionais de Ensino do DF.

- Jogos Escolares Nacionais da Juventude – JEJ

Os *Jogos Escolares da Juventude* é o maior evento estudantil esportivo do Brasil. Essa competição de abrangência nacional cresce a cada edição e reúne milhares de estudantes-atletas de instituições de ensino públicas e privadas de todo o país. Atualmente é tida como referência internacional. Consideradas as fases seletivas, os números chegam a mais de dois milhões de atletas e cerca de 3.900 cidades participantes. O Distrito Federal participa anualmente com uma Delegação formada por estudantes e professores. Em 2016 os jogos foram realizados em João Pessoa. A SEEDF participou com uma delegação de 159 atletas da etapa 12 a 14 anos e 160 atletas da etapa 15 a 17 anos.

Participantes dos Jogos Escolares de 2016

Evento Esportivo	Nº de estudantes
JEDF - 12 A 14 Anos	4.218
JEDF - 15 A 17 Anos	4.308
Jogos Escolares Paraolímpicos	300
Jogos Escolares Noturnos	447
Total	9.273

- Programa Escola Comunidade Ginástica nas Quadras - PGINQ

Professores de Educação Física do quadro efetivo da SEEDF atuam oferecendo para a comunidade práticas corporais como ginástica localizada, ginástica laboral, yoga, condicionamento físico, danças, pilates, hidroginástica, natação, dentre outras atividades. São ofertadas aulas regulares gratuitas nos turnos matutino, vespertino e noturno, nas 14 Coordenações Regionais de Ensino. Por meio deste trabalho, a SEEDF vem repassando às comunidades práticas corporais orientadas, conhecimentos e vivências, estimulando o lazer, a cultura e a cidadania, além da promoção da saúde. O PGINQ visa também consolidar a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal e os vínculos de cooperação social, por meio de atividades de integração entre a escola pública e a comunidade do Distrito Federal. Em 2016, 60 professores atenderam a 8.569 pessoas em 263 turmas distribuídas pelas 14 Coordenações Regionais de Ensino.

- Educação com Movimento: Educação Física nos Anos Iniciais

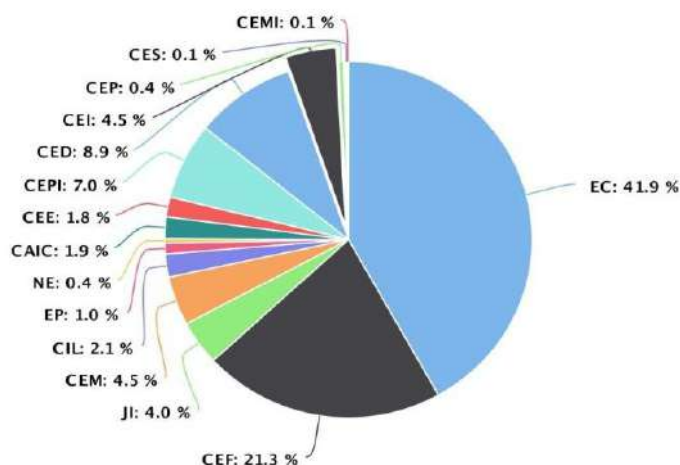
O Projeto visa à melhoria da qualidade do atendimento das necessidades educacionais dos estudantes da rede pública de ensino, por meio da inserção do professor de educação física no ensino fundamental – anos iniciais, preferencialmente em escolas que possuam um significativo número de estudantes em defasagem idade/série, organizados em turmas de correção da distorção idade/série escolar. Baseado nessa premissa, a Educação Física foi inserida de forma significativa ao cotidiano escolar do estudante ampliando-se, dessa forma, os espaços e tempos que oportunizam o desenvolvimento da sua integralidade no que se refere às dimensões afetiva, motora, intelectual e sociocultural. Ficou evidenciado que os estudantes tiveram avanço na auto-estima, concentração, corporeidade, socialização, além de melhor compreensão sobre as regras de convivência social perante os professores e a comunidade escolar, bem como maiores possibilidades de aprendizagens voltadas ao desenvolvimento do ser integral. Em 2016, aproximadamente 33 mil estudantes foram atendidos em 79 UEs participantes, contemplando as 14 Regionais de Ensino. Encontra-se em processo de realização o procedimento de remanejamento da Carreira Magistério, que abriu cerca de 100 carências de professor de educação física para o Projeto, o que possibilitará sua ampliação em mais 29 unidades escolares, entre Unidades com Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Uma relevante ação no âmbito da modernização tecnológica desta Secretaria em 2016 foi o aperfeiçoamento e a expansão da implantação do *software* público *i-Educar* no sistema educacional. Tal sistema visa centralizar as informações, diminuir a necessidade de uso de papel, evitar a duplicidade de documentos, reduzir o tempo de atendimento ao cidadão, além de racionalizar o trabalho do servidor público. Esse *software* auxilia também na gestão das informações educacionais, disponibilizando desde aos gestores escolares até ao Secretário de Estado de Educação e ao Governador, informações da Rede Pública de Ensino em tempo real, via sistema de banco de dados centralizados e totalmente disponibilizado via *web*.

Ressalta-se que, quanto à gestão escolar, além do aporte à matrícula, o i-Educar é utilizado para auxiliar na gestão dos recursos da merenda e do transporte escolar, na gestão de pessoas - gratificação dos professores, e no preenchimento dos dados do censo escolar do Ministério da Educação –MEC; enquanto que, no âmbito da prática escolar, há os benefícios de sua implantação no uso diário dos professores e secretários escolares para lançamento de frequência escolar, notas, boletins e históricos escolares, podendo inclusive ser ainda acessado via *smartphones*. Atualmente, mais de 719 escolas e 411.000 alunos são diretamente beneficiados pelo uso do Sistema i-Educar.

Com base nos dados do i-Educar, é possível a qualquer tempo, gerar dados quantitativos e gráficos demonstrativos da estrutura física, organizacional e de capacidade de atendimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, tal qual pode ser observado no gráfico a seguir:

Unidades Escolares por Tipologia



LEGENDA:	
EC – Escola classe	CEE – Centro de Ensino Especial
CEF – Centro de Ensino Fundamental	CEPI – Centro de Educação da Primeira Infância
Jl – Jardim de Infância	CED – Centro Educacional
CEM – Centro de Ensino Médio	CEI – Centro de Educação Infantil
CIL – Centro Interescolar de Línguas	CEP – Centro de Ensino Profissional
EP – Escola Parque	CES –
NE –	CEMI - Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
CAIC – Centro de Atendimento Integral à Criança	

FONTE: SUMTEC/i-eduicar

No âmbito da infraestrutura, destaca-se a construção de 04 Unidades Escolares destinadas à educação profissional, em parceria com o Governo Federal – Programa Brasil Profissionalizado/FNDE, localizadas nas Regiões Administrativas do Paranoá, Brazlândia, Santa Maria e Guará, sendo esta última prevista para ser concluída no primeiro semestre de 2017. Além dessas construções, a educação profissional vem sendo beneficiada com reformas de prédios, instalação de laboratórios de marcenaria e mecânica e aquisição de mais instrumentos musicais para a Escola de Música de Brasília. Paralelamente a isso, estão sendo elaborados os documentos norteadores: Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno das unidades de ensino e os Planos de três cursos técnicos, sendo: Técnico de Nível Médio em Enfermagem; Técnico e Nível Médio em Computação Gráfica e Técnico de Nível Médio em Finanças, este último integrado à EJA.

Construção da Escola Técnica do Guará



Como parte das adequações necessárias à expansão da educação profissional, nos laboratórios que atendem ao Programa Brasil Alfabetizado estão sendo disponibilizados para esse atendimento, conforme descrito abaixo.

Levantamento de necessidades e distribuição de computadores:

Unidade Escolar	Quantidade de computadores necessária para ampliação e criação de laboratórios	Quantidade de computadores disponibilizada pela SUMTEC
CED 01 do Cruzeiro	80	60
CED 02 do Cruzeiro	20	20
CED Irmã Maria	20	15
CEMI GAMA	21	17
CEP-EMB	90	
CEP- ETB	200	185 (Substituição LINKNET)
CEP-ETC	200	183 (Substituição LINKNET)
CEP-ETSP	30	20 (Substituição LINKNET)
CESAS-EAD	20*	10

Em 2016, foram publicados oito editais de processo seletivo para ingresso de estudantes na Educação Profissional de Nível Técnico, no primeiro semestre, e sete para o segundo semestre letivo, nas suas diversas formas de oferta: subsequente, concomitante e integrada. Os cursos técnicos ofertados foram:

Unidade Escolar	Cursos	Vagas	
		1º Semestre	2º Semestre
CEP – Escola Técnica de Ceilândia	Administração; Informática; Logística.	600	600
CEP – Escola Técnica de Brasília	Eletrônica; Eletrotécnica; Informática; Telecomunicações.	1280	980
CEP – Escola Técnica de Saúde de Planaltina	Análises Clínicas; Enfermagem; Nutrição e Dietética; Saúde Bucal; Segurança no Trabalho.	280	280
CEP – Escola de Música de Brasília	São entre 33 e 36 cursos aprovados pelo CEDF.	235	204
Centro Educacional 01 do Cruzeiro	Informática para Internet	140	140
Centro de Ensino Médio Integrado do Gama	Informática	80	80
Centro Educacional Irmã Maria Regina Velanis Regis	Controle Ambiental	38	38
Centro Educacional 02 do Cruzeiro	Serviços Públicos	70	70

Visando atender à demanda por ampliação da oferta da educação profissional, a Secretaria, por meio do PRONATEC, ofertou em 2016, aproximadamente 5.000 vagas distribuídas entre cursos técnico e cursos de formação inicial e continuada – FIC. As ações tiveram início em março com de seis turmas de cursos técnicos em São Sebastião, uma turma de Análises Clínicas e uma turma de Enfermagem em Planaltina-DF. No mês de agosto, mais três turmas de Técnico em Segurança no Trabalho foram abertas: duas em Planaltina e uma no HFA- Hospital das Forças Armadas. Os cursos FIC foram ofertados em diversas Regiões Administrativas nas escolas da SEEDF. Houve também parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, a Fábrica Social, o Programa Esporte a Meia Noite, as Unidades de Internação Socioeducativas fechadas, pertencentes à Secretaria da Criança do DF, todos em âmbito distrital e ainda incorporou o programa do Governo Federal, Mulheres Mil. Além desses programas, foram atendidas as demandas do Ministério do Turismo, com capacitação de profissionais por meio das Agências do Trabalhador. A seguir apresenta-se quadro demonstrativo das vagas ofertadas de janeiro a outubro de 2016:

Tabela de inscritos e matriculados – Janeiro a Outubro de 2016

Ordem	Cursos	Estudantes Inscritos	Estudantes Matriculados
01	Técnico em Análises Clínicas	80	40
02	Técnico em Enfermagem	240	120
03	Técnico em Nutrição e Dietética	160	80
04	Técnico em Saúde Bucal	160	80
05	Técnico em Segurança no Trabalho	171	114
06	Cursos de Formação Inicial e Continuada	6314	4857
Total		7125	5291

Ainda no intuito de ampliar a oferta de Educação Profissional na SEEDF, está em fase de credenciamento uma nova Unidade Escolar: Centro de Educação Profissional EaD – Escola Técnica da Asa Sul. Para tanto, foi constituído o Grupo de Trabalho para acompanhar a criação e o credenciamento do Centro de Educação Profissional – Escola Técnica da Asa Sul, via Portaria nº 357/2016, e responsável por elaborar os documentos norteadores da unidade escolar e escrever e encaminhar para aprovação do Conselho de Educação do Distrito Federal 06 novos cursos técnicos na modalidade EaD, quais sejam: Curso Técnico em Logística; Curso Técnico em Alimentação Escolar; Curso Técnico em Secretaria Escolar; Curso Técnico em Informática; Curso Técnico em Vendas; Curso Técnico em Secretariado.

Na modalidade de Educação a Distância – EAD, foram credenciados cursos técnicos a ser ofertados nas Escolas Técnicas e nas demais escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Estão em processo de aprovação dos Planos de Cursos: Técnico em Jogos Digitais; Técnico em Secretaria Escolar; e Técnico em Registro e Informações em Saúde.

Para fortalecer e ampliar a formação continuada e permanente dos profissionais em educação, a SEEDF desenvolveu um curso de aperfeiçoamento para professores, coordenadores do ensino médio e educação de jovens e adultos, coordenadores intermediários das Coordenações Regionais de Ensino e membros das Diretorias da Coordenação de Políticas Públicas para Juventude e Adultos, com o tema: Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos Integrados à Educação Profissional. O curso teve duração de 8 meses, carga horária de 180 horas, com encontros mensais e desenvolvimento das demais atividades em ambiente virtual, realizado com atividades teóricas e práticas nos encontros presenciais.

As parcerias realizadas entre a SEEDF e outros Sistemas de Ensino têm como objetivo ampliar a oferta da educação profissional, possibilitando a participação dos estudantes em eventos promovidos por esses órgãos. A parceria com o SENAI/DF teve como intuito consolidar as políticas públicas que objetivam aproximar o mundo do trabalho do universo da educação por meio da oferta de cursos de Educação Profissional aos estudantes do ensino médio, residentes no Itapoã e matriculados nas escolas CED Darcy Ribeiro e CEM 01 do Paranoá. O SENAI ofertou 40 vagas para cada curso, totalizando 120 matrículas nos cursos de: Assistente Administrativo – 160h; Assistente de Recursos Humanos – 160h; Operador de Computador – 160h.

A *Olimpiada do Conhecimento*, maior competição de Educação Profissional das Américas, é um projeto de divulgação científica voltada para a comunidade. É desenvolvida entre a Secretaria de Educação do Distrito e o Sistema SENAI-FIBRA para realização e a socialização de propostas pedagógicas aos estudantes e demais membros da comunidade local. Nesta edição participaram cerca de 40.000 estudantes da SEEDF.

O *Conecta IF* é um evento realizado pelo Instituto Federal de Brasília -IFB, Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica -CONIF e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica –SETEC e foi constituído por 18 eventos de arte, ciência, cultura, inclusão, inovação, internacionalização e tecnologia e ocorreu no período de 3 a 7 de outubro de 2016 no campus de Samambaia. Algumas escolas que ofertam a Educação Profissional participaram desse evento, através da exposição nos estandes ou palcos de atividades e projetos desenvolvidos no âmbito escolar, de acordo com o seguinte cronograma:

Unidade Escolar	Data	Atividades/projetos apresentados nos estandes
CED 01	04/10	1) Automação Residencial com Automação Ecológica. Maquete: Residência com iluminação autônoma; 2) Canteiro de horta, com tanque de aproveitamento de água, alface, rúcula e cebolinha, demonstrando a produção de alimentos.
CEP/EMB	05/10	Apresentações de orquestra e banda: 1) Orquestra Sinfônica- Turno Vespertino; 2) Banda Sinfônica- Turno Noturno.
CEP/ETSP	06/10	1) Saúde na escola: Uma ação para salvar vidas; 2) Pesquisa de bactérias <i>Salmonella Spp.</i> e <i>Shigella Spp.</i> em maioneses oferecidas em estabelecimentos comerciais das Regiões Administrativas do DF; 3) Sustentabilidade e segurança na manipulação de alimentos: Um estudo nos restaurantes comunitários do Distrito Federal; 4) Influência da deficiência de consumo do ferro nas relações escolares crianças de 07 a 10 anos; 5) Educação para a saúde bucal.
CEP/ETC	07/10	1) Robótica; Oficina Imagem Pessoal; 2) Corte de cabelo.



CEP/ETC



CED 01 do Cruzeiro



CEP/ETSP



CEP/EMB

Em cumprimento ao *Planejamento Estratégico 2015-2018*, em 2016, entraram em funcionamento 04 Centros Interescolares de Línguas – CILs :São Sebastião, Paranoá, Samambaia e Núcleo Bandeirante.. Essa expansão foi responsável pela ampliação do atendimento para mais 4 mil estudantes no ano de 2016. Desse modo, a rede de CILs passou a atender a todas as CREs por meio de 15 UEs, as quais são consideradas centros de excelência no ensino de inglês, francês, espanhol, alemão e japonês, contando com 700 servidores e mais de 43.000 alunos atualmente matriculados.

Em relação ao Atendimento da Educação Especial em Salas de Recursos, verificou-se um aumento no número de estudantes beneficiados e, atualmente, conta com 549 salas de recursos generalistas e 111 salas de recursos específicas, visando garantir os apoios especializados ao processo de inclusão.

Os estudantes identificados, em parceria com os coordenadores intermediários da CRE, para atendimento educacional especializado foram encaminhados aos atendimentos em sala de recurso, o que impactou positivamente em seu desempenho escolar nas turmas inclusivas. A implantação de duas salas de recursos para estudantes com altas habilidades garantiu a suplementação curricular para 40 estudantes nas CREs do Recanto das Emas e Paranoá. No período de 16 a 24 de julho, na 32ª *Feira do Livro de Brasília*, em comemoração aos 40 anos das Altas Habilidades no DF, a Secretaria participou com o lançamento dos livros escritos pelos alunos das Salas de Recursos de Altas Habilidades/Superdotação.

No ano letivo de 2016, a Rede Pública de Ensino acompanhou a um total de 12.576 estudantes da modalidade Educação Especial, conforme quadro a seguir:

Tipo de deficiência	Estudantes com deficiência
Precoce	2.114
Deficiência Intelectual	4.315
Deficiência Física	1.536
Deficiência Múltipla	462
Deficiência Auditiva	1.485
Deficiência Visual	345
Transtorno Global do Desenvolvimento/ Transtorno do Espectro Autista – TGD/TEA	719
Altas Habilidades/ Superdotação	1.600
Total	12.576

A fim de fomentar a utilização das mídias educacionais, a SEEDF ofertou o curso “Nos Caminhos do Audiovisual”, cujo objetivo foi fomentar a produção de audiovisuais, estimulando a apropriação da linguagem, a autoria e a transversalidade das mídias audiovisuais na construção do conhecimento em sala de aula e fora dela.

De acordo com o levantamento de dados de 2016 realizado pela Secretaria, constatou-se que 86,2% das unidades escolares da Rede Pública de Ensino possuem sala de leitura/biblioteca escolar. Como aporte ao desenvolvimento da leitura e formação do leitor, foram ofertadas 22 oficinas aos profissionais atuantes em salas de leitura/bibliotecas escolares das 14 Coordenações Regionais de Ensino e ainda o curso “Técnico em Multimídias Didáticas” - Programa Profucionário, em parceria com a IFB. Visando garantir o acesso às tecnologias e aos conteúdos que promovem o desenvolvimento do corpo docente e discente, por meio da ampliação do acesso à internet e aos equipamentos em todas as unidades escolares, houve a oferta de formação continuada nas seguintes áreas: Internet, Plataformas Virtuais de Aprendizagem, Tecnologias de Informação e Comunicação, além de oficinas diversas de aplicativos de cunho pedagógico. Também foi promovido o I Simpósio de Mídias e Conteúdos Digitais, destinado a todos os profissionais de educação desta Secretaria.

A plataforma Moodle, software livre de apoio à aprendizagem e executado em ambiente virtual, permite a criação de cursos on-line, páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem. Foi implantada em 21 Unidades Escolares e 5 Núcleos Tecnológicos com a finalidade de complementar as atividades realizadas em sala de aula, sendo mais um meio de acesso virtual para comunicação e disponibilização de conteúdo e informação. Para otimizar o trabalho, foram distribuídos, ao longo do segundo semestre, 976 tablets, contemplando diversas UEs da Rede Pública de Ensino.

O Programa de Descentralização de Recursos Financeiros – PDAF, destinado às Unidades Escolares da Rede Pública do Distrito Federal, tem por objetivo garantir atenção direta às UEs por meio da descentralização de recursos financeiros para a realização de compras e serviços necessários ao pleno funcionamento de suas atividades pedagógicas e administrativas e com a finalidade de aperfeiçoar ações educativas nas escolas e fortalecer as instituições escolares. Em 2016 foi efetuado o maior repasse do PDAF desde a criação do programa em 2007. Os recursos foram distribuídos entre despesas de capital e de custeio a 667 escolas e 14 Coordenações Regionais de Ensino participantes do Programa.

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.414.847	42.057	0	0
2532 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-UNIDADES ADMINISTRATIVAS - SE-DISTRITO FEDERAL	1.414.847	42.057	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	35.865	1	0	0
9778 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SE-DISTRITO FEDERAL	26.667	0	0	0
9811 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-MUSEU DA EDUCAÇÃO - SE- CANDANGOLÂNDIA	9.198	1	0	0
9833 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO- CANDANGOLÂNDIA	0	0	0	0
9834 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO NA CONDANGOLANDIA- CANDANGOLÂNDIA	0	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10.913.616	18.074.133	17.952.893	15.796.386
5293 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-SE-DISTRITO FEDERAL	500.000	526.324	526.322	343.593
5294 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO FUNDAMENTAL-SE-DISTRITO FEDERAL	5.923.047	7.883.047	7.880.171	7.421.118
5295 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO MÉDIO-SE-DISTRITO FEDERAL	2.080.350	2.230.350	2.112.069	1.734.349
5296 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-SE-DISTRITO FEDERAL	176.614	176.614	176.614	156.970
5297 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE-SE-DISTRITO FEDERAL	20.654	20.654	20.625	13.425
5298 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE-ESCOLA-SE-DISTRITO FEDERAL	1.698.128	1.848.128	1.848.127	1.707.148
5299 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	169.856	44.049	44.000	44.000
5300 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ENSINO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	344.967	344.967	344.967	242.395
5380 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-IR ENSINO FUNDAMENTAL DAS EPS-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
5381 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-IR ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL-DISTRITO FEDERAL	0	5.000.000	4.999.999	4.133.388
5382 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- IR ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
5383 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES IR PÚBLICAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.093.390	224.290	199.577	199.577
2576 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	1.093.390	224.290	199.577	199.577
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	179.055	117.247	23.278	23.278
5882 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	179.055	67.247	11.000	11.000
6114 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SE-DISTRITO FEDERAL	0	50.000	12.278	12.278
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	248.595	0	0	0
9773 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - EAPE - SE-DISTRITO FEDERAL	98.595	0	0	0
9774 - REFORMA DA ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA	150.000	0	0	0
9806 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REGIONAL DE ENSINO, SOBRADINHO I- SOBRADINHO	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	154.350	2	0	0
0078 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	122.175	2	0	0
5814 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-CURSO DE MESTRADO-SE-DISTRITO FEDERAL	32.175	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2.950.435.967	2.979.161.874	2.908.462.876	2.908.462.876
0036 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL - SE-DISTRITO FEDERAL	149.047.516	147.084.984	147.084.984	147.084.984
0037 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROF. EM ATIV. ALHEIAS À MAN. E DES. DO ENSINO - SE-DISTRITO FEDERAL	33.262.248	27.271.441	27.271.441	27.271.441
0038 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO -SE-DISTRITO FEDERAL	590.442.953	520.542.953	520.523.661	520.523.661
0039 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - REDE PÚBLICA - SE-DISTRITO FEDERAL	20.043.465	20.043.465	20.043.465	20.043.465
6977 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SE-DISTRITO FEDERAL	1.607.883.519	1.761.408.554	1.690.976.611	1.690.976.611
8842 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - SE-DISTRITO FEDERAL	30.889.093	30.889.093	30.641.593	30.641.593
8843 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO INFANTIL-PRÉ-ESCOLA - SE-DISTRITO FEDERAL	298.389.037	267.490.387	267.490.125	267.490.125
8844 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -SE-DISTRITO FEDERAL	144.183.650	93.136.511	93.136.511	93.136.511
8845 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-EDUCAÇÃO ESPECIAL-SE-DISTRITO FEDERAL	76.294.486	111.294.486	111.294.485	111.294.485
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	337.109.564	347.568.221	343.555.617	343.546.700
5277 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AUXÍLIO SAÚDE (LEI 4862/2012) - SE-DISTRITO FEDERAL	70.288.501	40.230.716	39.733.640	39.733.640
6980 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SE-DISTRITO FEDERAL	266.821.063	307.337.505	303.821.976	303.813.059
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	28.766.424	22.508.750	21.116.595	16.473.190
0036 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	28.655.428	22.087.754	20.774.548	16.131.143
9691 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONSELHO DE EDUCAÇÃO - SE-DISTRITO FEDERAL	110.996	360.996	342.047	342.047
9813 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS-DISTRITO FEDERAL	0	60.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6002	3.330.351.673	3.367.696.574	3.291.310.836	3.284.502.007

PROGRAMA: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	200.000	0	0	0
9692 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA O INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - IFB	200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6003	200.000	0	0	0

Não houve desenvolvimento do Programa devido à alteração da programação da execução orçamentária.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	131.000.000	12.692.474	12.692.474	12.692.474
0006 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SE-DISTRITO FEDERAL	131.000.000	12.692.474	12.692.474	12.692.474
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.974.462	53.751.398	53.454.804	52.765.549
0085 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SE-DISTRITO FEDERAL	294.462	53.751.398	53.454.804	52.765.549
7217 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ESPORTE-DISTRITO FEDERAL	1.680.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001	132.974.462	66.443.873	66.147.278	65.458.024

O Programa para Operação Especial consiste na concessão de pagamento a servidores relativo a Licenças Prêmio e indenizações. Em 2016, foram concedidos 198 pagamentos para servidores que fizeram jus à Licença Prêmio em pecúnia e 173 pagamentos relativos a indenizações diversas para os servidores desta Secretaria.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividades complementares também foram desenvolvidas em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura – SECULT, como o *Festivalzinho de Cinema*, que levou 3.500 estudantes da SEEDF, prioritariamente da Educação Integral - anos iniciais e finais do ensino fundamental. Foram apresentados os filmes *As aventuras do Pequeno Colombo* e *O que queremos para o mundo?*

Outra atividade foi a *Semana Distrital da Educação Infantil*, instituída pela Lei Distrital nº 4.681/2011, que estabeleceu também o *Dia Distrital da Educação Infantil*, a ser comemorado no dia 25 de agosto de cada ano. Durante a Semana Distrital de Educação Infantil, as Coordenações Regionais de Ensino promovem Mostras Regionais dos trabalhos produzidos pelas crianças e/ou Plenárias referentes ao projeto da *IV Plenarilha da Educação Infantil*, cujo tema é “A cidade e o campo que as crianças querem”, com a participação de toda a comunidade escolar, de modo a divulgar e a dar visibilidade à primeira etapa da Educação Básica e evidenciar o protagonismo infantil. Nesse sentido, a Semana Distrital da Educação Infantil vem corroborar o trabalho desenvolvido durante todo o ano letivo, destacando a importância dos eixos do Currículo da Educação Infantil: educar e cuidar, brincar e interagir, vislumbrando a qualidade do atendimento das crianças de 0 a 5 anos nas Redes Pública e Conveniada do Distrito Federal.



Na perspectiva de ressignificar o ensino de tempo integral e o trabalho pedagógico das Escolas Parque, em agosto de 2016, foi realizada, em parceria com a UNIEB/CRE Plano Piloto/Cruzeiro, ação de formação continuada para os professores das Escolas Parque do Plano Piloto, durante a Coordenação Coletiva Integrada e contou com a participação de mais de 130 professores, coordenadores e gestores das cinco unidades do Plano Piloto.

A Portaria 265, de 17 de agosto de 2016, estabelece a política de Educação Patrimonial Formal na Rede Pública de Ensino do DF, a qual prevê ações voltadas à preservação do bem público comum e do patrimônio cultural de natureza material e imaterial, incluindo os bens naturais, paisagísticos, históricos e arqueológicos.

O programa *Água: uma Agenda para a Vida*, realizado pela Secretaria em parceria com a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do DF – ADASA, tem como objetivo a mobilização da Rede Pública de Ensino para a necessidade de cuidado e uso sustentável da água. A culminância dessas ações será o 8º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Brasília, em março de 2018.

Uma parceria da Secretaria com o Instituto TIM vem promovendo o desenvolvimento do projeto *Programa TIM Faz Ciência*, que tem como objetivo a promoção do letramento científico nos anos iniciais, 4º e 5º anos do ensino fundamental, a partir de um ensino de ciências baseado em experiências e vivências de momentos de investigação.

Com o objetivo de propor reflexões teórico-metodológicas da atuação institucional e visando o alinhamento do trabalho pedagógico desenvolvido por esses profissionais com as diretrizes da Orientação Pedagógica do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem – SEAA, foram desenvolvidas duas Ações Formativas junto aos profissionais do SEAA, a fim de reconhecer e disseminar boas práticas na atuação desses profissionais na Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio, no atendimento nas salas de apoio, no assessoramento ao trabalho pedagógico e ainda no desenvolvimento do mapeamento institucional. Já no segundo momento, foram desenvolvidas reflexões acerca da Fundamentação Teórico-Metodológica que sustenta as ações do SEAA, com a atuação do Psicólogo Escolar no contexto do referido Serviço. Estiveram presentes profissionais atuantes no SEAA de todas as Coordenações Regionais de Ensino por meio dos cursos:

Foi realizado em Curitiba, nos dias 04 e 05 de maio de 2016, o *III Seminário do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio -PNEM*, que reuniu representantes das Secretarias Estaduais de Educação de todo o país e Universidades públicas participantes deste programa. Em uma parceria entre Ministério da Educação, Universidade Federal do Paraná e Secretarias. O evento teve por objetivo avaliar as etapas I e II da formação realizadas anteriormente e discutir perspectivas futuras no que se refere à formação continuada dos professores de ensino médio. A SEEDF foi representada por professores atuantes na Diretoria de Ensino Médio.

O *Programa Parlamento Jovem Brasileiro*, desenvolvido pela Câmara Federal, é realizado anualmente e tem por objetivo possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático, mediante participação em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados, em que os estudantes tomam posse e atuam como Deputados Jovens.

No dia 21 de março, foi realizada a cerimônia de abertura do *Encontro Anual de Coordenadores Estaduais do Parlamento Jovem Brasileiro 2016*, como parte da etapa de articulação da 13ª edição do programa desenvolvido pela Câmara dos Deputados em parceria com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – Consed.



Cerimônia de abertura do Encontro Anual de Coordenadores Estaduais do Parlamento Jovem Brasileiro 2016

A Secretaria encaminhou à Câmara dos Deputados quatro projetos de lei de estudantes das escolas públicas e particulares para a escolha de um deles que representará o DF. Os servidores da área legislativa da Câmara dos Deputados escolheram o projeto da estudante *Tais Lopes Montalvão*, matriculada no Centro de Ensino Médio 02 de Planaltina – CEM 02, para participação da jornada parlamentar, que aconteceu entre os dias 26 e 30 de setembro. O projeto apresentado pela estudante selecionada determina o fim da prisão especial para ministros de Estado, governadores ou interventores de Estados

ou Territórios, o governador do Distrito Federal, seus respectivos secretários, os prefeitos municipais, os vereadores e os chefes de Polícia, membros do Parlamento Nacional, do Conselho de Economia Nacional e das Assembleias Legislativas dos Estados.

Nessa linha, apresenta-se também o *Programa Jovem Senador*, que é um projeto anual por meio de um concurso de redação destinado a selecionar 27 estudantes para vivenciarem o trabalho dos Senadores. Foram produzidas 3.125 redações na Secretaria para indicação de 3 redações a serem submetidas ao Senado Federal para seleção do representante do DF.

O *Projeto Parlamento Juvenil do MERCOSUL*, desenvolvido pelo Ministério da Educação, o qual visa contribuir para a integração regional, por meio de políticas educativas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente, destina-se aos jovens de 14 a 18 anos matriculados no ensino médio em todos os Estados e no Distrito Federal, que selecionaram três projetos – de autoria de um jovem do sexo masculino, de uma jovem do sexo feminino e de um representante da diversidade brasileira, adolescentes negros, indígenas, moradores de áreas rurais ou portadores de deficiência.

Em articulação com a Agência Espacial Brasileira - AEB, foi implementado o *Programa GLOBE - Aprendizagem Global e Observações* com o objetivo de promover o ensino e a aprendizagem das ciências, fomentar a educação ambiental e a descoberta científica nos estudantes do ensino fundamental e médio das escolas públicas do Distrito Federal, assim como o interesse pela ciência, tecnologia e meio ambiente, identificando talentos, gerando uma rede de multiplicadores de conhecimento e incentivando a vocação de futuros pesquisadores, técnicos e empreendedores. Esse programa visa proporcionar aos estudantes em todo o mundo a oportunidade de participar na coleta de dados, aprender sobre processo científico e contribuir significativamente para a nossa compreensão do sistema terrestre e meio ambiente global, conectando pessoas de todo o mundo. O programa iniciou suas atividades em 1995, e hoje, conta com uma rede formada por escolas em 112 países. Mais de 100 milhões de dados ambientais obtidos em todo o mundo foram inseridos ao banco de dados do *Globe* e podem ser utilizadas em diversas investigações científicas. Os professores são capacitados para conduzir atividades de aprendizagem. O *Globe* é flexível ao currículo escolar e pode ser adaptado para atender as necessidades individuais de cada escola, permitindo que os alunos com a orientação de seus professores desenvolvam uma vasta gama de habilidades, incluindo o pensamento crítico, metodologias de investigação científica, análise de dados e a aprendizagem independente. Além disso, os estudantes têm a oportunidade de se conectarem, por meio de projetos de ciência, com estudantes e cientistas de todo o mundo. No Brasil, a Agência Espacial Brasileira - AEB é a instituição responsável pela do programa e suas atividades iniciaram em junho de 2016 com a realização do *1º Workshop Globe - Brasil*, realizado em Brasília e em novembro ocorreu o *2º Workshop Globe - Brasil*, em Brasília, aberto a todos os professores das Redes Pública e Particular de Ensino do DF.

No ano de 2016, em continuidade ao programa *Por dentro dos Exames do Ensino Médio*, a Secretaria implementou ações de divulgação, análise e orientação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo programa, tais como:

- acompanhamento da formação sobre o Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília – PAS/UnB, destinados à equipe pedagógica das unidades escolares de ensino médio. Essa ação faz parte do Eixo 1 do Programa “Por dentro dos exames do Ensino Médio”: “Por dentro PAS/UnB” e tem como objetivo o desenvolvimento de ações de divulgação, compreensão e utilização das informações dos exames de acesso ao ensino superior para os estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Essa formação foi conduzida pela Gerência de Interação Educacional da UnB em parceria com a Secretaria.

- acompanhamento da aplicação do *Simulado DF* aos estudantes da 3ª série do ensino médio e do 3º segmento da EJA das Redes Públicas e Particulares de Ensino do DF como uma das ações do Eixo de trabalho 2: “Por dentro do ENEM” nos dias 6 e 7 de julho de 2016. O Simulado teve as mesmas características de uma prova do ENEM, com o mesmo número de itens, preenchimento do cartão-resposta e elaboração de um texto dissertativo-argumentativo. A aplicação teve como objetivo reproduzir para o estudante o momento da aplicação do Enem, além de propiciar a mensuração de suas potencialidades e fragilidades quanto ao desempenho nas áreas de conhecimento. Para as Unidades Escolares, os dados dos resultados poderão ser utilizados para gerar ações pedagógicas. Para o setor de gestão da SEEDF, permite, em integração com outros exames e índices externos, o alinhamento de políticas públicas. O estudante teve acesso ao seu desempenho, por meio de um sítio eletrônico. Já para a Unidade Escolar o resultado foi disponibilizado de forma global.

Como uma das atividades de apoio aos estudantes, a Secretaria executou o *Programa de Alimentação Escolar*, seguindo atribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar, definido pela Lei 11.947/2009 e a Resolução CD/FNDE/20013. Tal programa visa contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicosocial, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de boas práticas alimentares do aluno, de modo a ofertar refeições que cubram necessidades nutricionais durante o período letivo. Em 2016, o Programa atendeu a 405.210 alunos por dia, assim distribuídos:

Modalidade de Ensino	Alunos atendidos/dia	Refeições servidas/ano
Creche	351	333.050
Pré Escola	38.180	8.533.941
Ensino Fundamental	274.251	67.309.550
Ensino Médio	59.198	12.024.574
Educação de Jovens e Adultos	29.386	5.584.324
Ensino Especial	3.844	726.389
Total	405.210	94.511.828

Quanto ao *Programa Material Escolar*, instituído pela Lei Distrital nº 5.490/2015, com o objetivo de atender a aos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família no Distrito Federal ou do *Programa DF Alfabetizado*, via concessão de auxílio financeiro para aquisição de material escolar por estudantes da Rede Pública de Ensino, em 2016 contemplou 83.989 alunos regularmente matriculados entre o 1º ano do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio, o que representa a totalidades do público beneficiário do *Programa Material Escolar*.

Outra política pública executada em apoio ao estudante foram as ações médico-ofalmológicas realizadas por agentes de saúde destinadas a realizar consultas dos estudantes com suspeita de deficiência visual detectadas pelos testes de acuidade visual (TAV). Como desdobramento desta ação, foram fornecidos 2.426 óculos para os alunos do ensino fundamental e 68 alunos do ensino médio.

O *Programa Transporte Escolar* destina-se aos estudantes matriculados em escolas públicas é ofertado quando não há a disponibilidade de linha regular de ônibus na região, ou no caso de a escola ser interditada por motivo de reforma ou segurança do prédio, ou ainda para acesso aos novos núcleos populacionais. Também pode ser solicitado se houver demanda em locais onde a construção de unidade de ensino não tenha sido aprovada pelos órgãos próprios e, ainda, caso as escolas da região esgotem sua capacidade de absorção. Desse modo, em 2016, a SEEDF proporcionou o transporte escolar a 480.234 estudantes em todas as Regiões Administrativas, distribuídos nas diversas modalidades de ensino.

Como ações de infraestrutura, em 2016, a SEEDF acompanhou, fiscalizou e/ou entregou as seguintes obras:

Centros de Educação para a Primeira Infância – CEPI entregues em 2016			
Nome Do CEPI	RA	Endereço	Metragem Da Obra
Cutia	XII- Samambaia	QS 127, Área Especial 01	1.211,92 m² (área construída)
Sagui	IV- Brazlândia	PIQ 02 - Lote 02 - Bairro Veredas	1.211,92 m² (área construída)
Pinheirinho Roxo	XV- Recanto das Emas	QUADRA 300 CONUNTO 17 A LOTE 01	1.211,92 m² (área construída)

Escolas entregues em 2016				
Nome da Escola	Endereço	Objeto	Metragem da Obra	Executado
Centro Educacional 07 de Ceilândia	QNN 13 - Área Especial	Reconstrução do CED	8.348,20 m² (área construída)	100,00%
Escola Classe Café sem Troco	Rodovia DF 130, KM 32, Núcleo Rural Café sem Troco (Paranoá)	Reforma parcial	728,96 m² (área construída)	100,00%
*EC 01 da Estrutural	Avenida S/Nº - Cidade Estrutural - RA XXV	I Etapa : Implantação de sistema para cessar a instrusão do gás metano nas edificações (Sistema SVE - Soil Vapor Extration) no Termo da escola	Não se aplica ao tipo de serviço	100,00%

Obras em execução				
Nome Do CEPI	RA	Endereço	Metragem da Obra	Executado
Flamboyant	IV- Brazlândia	Área Especial 01 - Setor Sul	1.211,92 m² (área construída)	82,00%
Bem-te-vi*	XII- Samambaia	QS 409, Área Especial 03	1.211,92 m² (área construída)	15,00%
Capim Estrela	XII- Samambaia	QS 613 - Área Especial 02	1.211,92 m² (área construída)	95,00%
Periquito*	XII- Samambaia	QS 607, Área Especial 01	1.211,92 m² (área construída)	58,00%
Azulão*	XII- Samambaia	QN 425, Área Especial 02	1.211,92 m² (área construída)	14,45%
Cajuzinho*	XVIII- Lago Norte	SHIN CA 02, Lote 24	1.211,92 m² (área construída)	11,00%
Araçá-mirim	XXVI- Sobradinho II	Quadra AR 03, Lote 03	1.211,92 m² (área construída)	80,00%
Mandacaru*	XII- Samambaia	QR 204, Conjunto 16, Lote 01	1.211,92 m² (área construída)	20,00%
Algodão-do-cerrado*	XII- Samambaia	QS 617, Área Especial 02	1.211,92 m² (área construída)	15,00%
Papagaio*	IX- Ceilândia	EQNP 06/10 - Área Especial - P Sul	1.211,92 m² (área construída)	3,00%
Raposa-do-cerrado*	XII- Samambaia	QS 415, Área Especial 01	1.211,92 m² (área construída)	0,00%
-	IV- Brazlândia	Núcleo Rural Incra 06 - DCAG - DF 180 - KM 06	1.211,92 m² (área construída)	12,00%

*Obras paralisadas

Reforma e Ampliação dos Setores de Alimentação					
Nome Da Escola	RA	Endereço	Metragem da Obra	Objeto	Executado
Centro de Ensino Médio 03 de Taguatinga	Taguatinga	QSW 05, AE 14, Taguatinga/DF	506,86 m² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	5%
Centro Educacional Ave Branca	Taguatinga	QSA 03/05, Área Especial 01, Taguatinga/DF.	99,02 m² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	5%
Centro de Ensino Fundamental 04 do Guará,	Guará	EQ 12, AE A, Guará/DF	87,63 m² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	5%
Escola Engenho Velho	Sobradinho	DF 150 (DF-007) 7km após a URBRAS, Sobradinho/DF;	110,84 m² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	5%

Reforma e Ampliação dos Setores de Alimentação					
Nome Da Escola	RA	Endereço	Metragem da Obra	Objeto	Executado
Centro de Ensino Médio 414 de Samambaia	XII- Samambaia	localizado na QS 414, AE 01, Samambaia/DF;	149,14 m ² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	72%
Escola Classe 15 de Ceilândia	IX- Ceilândia	EQNM 08/10, Ceilândia Norte/DF;	97,39m ² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	61%
Centro de Ensino Fundamental 20 De Ceilândia	IX- Ceilândia	EQNM 08/10, Ceilândia Norte/DF;	69,39 m ² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	70%
Escola Classe 13 de Ceilândia	IX- Ceilândia	EQNM 24/26, Ceilândia/DF	124,93m ² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	68%
Escola Classe 08	Sudoeste	AOS 06/08, Lote 03, Sudoeste/Octogonal/DF;	244,81 m ² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	67%
Centro de Ensino Fundamental 02 de Brasília	I- Plano Piloto	SQS 107, AE, Brasília/DF;	85,55 m ² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	61%
Escola Classe 209 e Brasília	I- Plano Piloto	SQS 209, AE, Brasília/DF;	69,93 m ² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	69%
Escola Classe Eta 44 (Embrapa)	Planaltina	BR-020, km 18, EMBRAPA – Área Rural de Planaltina/DF;	194,19 m ² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	71%
Centro Educacional Lago Norte (Cedlan)	Lago Norte	SHIN CA 02 Lt 24, Lago Norte/DF	80,84 m ² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	71%
Centro Educacional Várzeas	Planaltina	DF-120 (DF-455), Núcleo Rural Tabatinga, Planaltina/DF;	249,00 m ² (área construída)	Reforma e ampliação dos setores de alimentação	70%

Outras Obras					
Nome Da Escola	Ra	Endereço	Metragem Da Obra	Objeto	Executado
Escola Técnica - FNDE	X- Guará	SRIA II EQ 17/19 Lote A	5.577,39 m ²	Escola técnica	85,00%
EC 01 da Estrutural	Estrutural	Avenida S/Nº - Cidade Estrutural - RA XXV	Não se aplica ao tipo de serviço	II Etapa - Monitoramento Técnico do sistema de remediação, monitoramento dos gases e emissão de relatórios - da EC 01 da Estrutural	NÃO SE APLICA
Centro de Primeira Infância 01 de Taguatinga	Taguatinga	QSE 14 - ÁREA ESPECIAL 01		Demolição de muro existente	0,00%

Por fim, apresentam-se as atividades desenvolvidas pelo *Fórum Distrital de Educação* - FDE, que é órgão colegiado formado por representantes do Estado e da Sociedade Civil, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, realizou a II Conferência Distrital, em novembro de 2016, reunindo representantes de cada segmento das unidades escolares do Distrito Federal e delegados de toda comunidade escolar do DF: estudantes, pais, mães, responsáveis, profissionais da educação, conselheiros e gestores de políticas educacionais. O objetivo da Conferência foi assegurar ampla participação no debate e aprimoramento dos projetos que constam no Plano Distrital de Educação - PDE e, para isto, o Fórum, em cumprimento ao art. 11, incisos II a IV, do Plano Distrital de Educação (Lei nº 5.499/2015), desenvolveu em conjunto com a Secretaria de Educação, minutas de projetos de lei sobre o Sistema Distrital de Ensino (SDE), o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, a Lei de Responsabilidade Educacional (LRE), além de minuta que dispõe sobre os critérios de Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno Qualidade (CAQ).



3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Em 2016, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal apresentou relevantes avanços quanto à consolidação de ações em direção ao cumprimento das Metas estabelecidas pelo *Plano Distrital de Educação – PDE* e em consonância com o programa Temático: *Educa Mais Brasília*. Nesse sentido, esforços foram envidados em prol do aperfeiçoamento e da ampliação da oferta de educação pública democrática, de qualidade e voltada à formação integral do ser humano, de modo a tornar ainda mais próxima à universalização do acesso à escola, com êxito no processo ensino-aprendizagem, às crianças, aos jovens e aos adultos de todo o Distrito Federal.

Dentre as inúmeras ações voltadas a assegurar o cumprimento das previsões legais estabelecidas para a educação pública e, especialmente, a propiciar uma aprendizagem consistente ao longo de toda a Educação Básica, destacam-se a estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental de modo articulado às estratégias desenvolvidas na pré-escola, bem como ao investimento em qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e em apoio pedagógico específico. Nessa perspectiva, o *Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa – PNAIC* demonstrou ser um expressivo aporte à formação dos professores alfabetizadores e, conseqüentemente, à concretização da alfabetização de crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental. Essa formação contemplou aproximadamente 2.700 professores do ensino fundamental e seus resultados puderam ser visualizados no aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB relativo aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Ainda com o propósito de garantir a qualidade da Educação Básica, ao longo de todo ano, foi desenvolvida a formação de todos os gestores escolares com a finalidade de promover o aperfeiçoamento das ações de gestão nas esferas pedagógica e administrativa das unidades escolares - UEs da Rede Pública de Ensino. Quanto à prática pedagógica, área fim desta Secretaria, foi desenvolvida formação continuada de professores de toda Educação Básica em diversas áreas do conhecimento, com destaque para os temas referentes às *Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar*, principalmente no que tange a *Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens*, de modo a ressaltar a imprescindibilidade da potencialização da aprendizagem dos estudantes.

Quanto à meta de ampliar a oferta de educação em tempo integral para 50% do total das unidades escolares da Rede Pública de Ensino no período 2016-2019, registra-se que atualmente essa organização escolar é efetuada via adesão das unidades escolares e favoreceu, no ano letivo de 2016, a um total de 42.046 alunos, distribuídos em 298 unidades escolares.

Em cumprimento ao *Planejamento Estratégico 2015-2018*, o ano letivo de 2016 contou com a expansão do atendimento complementar na área de Língua Estrangeira para todas as 14 Coordenações Regionais de Ensino – CREs, por meio da inauguração e do início de funcionamento de 04 novos Centros Interescolares de Língua – CILs nas seguintes CREs: São Sebastião, Paranoá, Samambaia e Núcleo Bandeirante. Essa nova oferta viabilizou a ampliação de vagas a mais de 4 mil estudantes e, principalmente, promoveu a democratização do acesso a essas unidades escolares aos estudantes de todas as localidades do Distrito Federal.

Em busca de aprimorar as condições de atendimento às necessidades internas e de contemplar as especificidades de cada Coordenação Regional de Ensino e Unidade Escolar, esta Secretaria efetuou o maior repasse financeiro realizado pelo *Programa de Descentralização de Recursos Financeiros – PDAF* desde sua criação em 2007. Esse investimento visou, sobretudo, assegurar condições de ampliação da autonomia das unidades escolares para realização de compras e serviços necessários ao pleno funcionamento de suas atividades, de aperfeiçoamento das ações pedagógicas nas escolas e, especialmente, de fortalecimento da gestão democrática. No total, foram alocados recursos distribuídos entre despesas de capital e de custeio a 667 UEs e 14 CREs participantes do programa.

Em prol do aperfeiçoamento do sistema educacional da Rede Pública de Ensino, consolidou-se a implantação do *software* público i-Educar, cuja finalidade, no âmbito administrativo, atinge desde a centralização das informações, a redução do uso de papel, a segurança contra a duplicidade de documentos, a melhoria do tempo de atendimento ao cidadão, até a racionalização do trabalho dos servidores da educação. Além dos benefícios desse sistema para a consolidação das matrículas escolares, dos benefícios sociais e de sustentabilidade, o i-Educar é uma importante ferramenta para auxiliar os gestores escolares quanto à gestão dos recursos da merenda escolar e do transporte escolar, ao preenchimento dos dados do Censo Escolar do Ministério da Educação – MEC, e às questões de gestão de pessoas, tais como gratificação dos professores. Por fim, esse sistema encontra-se como primordial ferramenta de apoio aos professores e secretários escolares, visto que é utilizado para o preenchimento do diário escolar, o registro de frequência e notas dos estudantes, e a expedição de históricos escolares, dentre outras ações. A fim de facilitar o uso do i-Educar, seu acesso pode ser efetuado inclusive via *smartphones*. No ano letivo de 2016, os benefícios desse sistema alcançaram um total de 719 escolas da Rede Pública de Ensino e de Instituições Educacionais Conveniadas e favoreceram aproximadamente 411 mil estudantes em todo o Distrito Federal.

No âmbito da assistência ao estudante, o *Programa Material Escolar*, instituído pela Lei Distrital nº 5.490/2015, tem como objetivo a concessão de auxílio financeiro para aquisição de material escolar por estudantes da Rede Pública de Ensino cujas unidades familiares sejam beneficiadas pelo *Programa Bolsa Família* ou pelo *Programa DF Alfabetizado*. No ano letivo de 2016, esse programa contemplou 83.989 alunos regularmente matriculados entre o 1º ano do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio. Diante disso, faz-se destaque ao fato desse atendimento ter sido assegurado a 100% dos estudantes previstos na referida Lei.

Seguindo a temática de assistência ao estudante, outra relevante ação realizada em 2016 foram as consultas médico-ofalmológicas destinadas a estudantes com suspeita de deficiência visual detectadas via testes de acuidade visual – TAV. Ao todo foram fornecidos 2.426 óculos para os estudantes do Ensino Fundamental e 68 óculos para os do Ensino Médio.

Outra relevante ação de assistência ao estudante é a oferta de transporte escolar para os matriculados na Rede Pública de Ensino e residentes em áreas urbanas e rurais não atendidas por transporte público, assim com as destinadas à condução de estudantes da modalidade ensino especial e, ainda, as conduções relacionadas às atividades da educação em tempo integral. Em 2016 foram efetuadas 480.234 rotas via transporte escolar em todas as Regiões Administrativas.

Em 2016, o *Simulado Enem* foi ampliado e sua aplicação alcançou mais de 42 mil estudantes de 136 unidades escolares da Rede Pública de Ensino e 50 instituições educacionais da Rede Privada de Ensino. As provas do simulado tiveram 180 questões, seguindo o mesmo formato do Enem, e abordaram as áreas de Ciências Humanas e da Natureza, além de Linguagem, Matemática e Redação. Na dissertação, os estudantes discorreram sobre a influência da cultura nas mudanças sociais.

No âmbito da formação continuada, há que se destacar, dentre diversas outras ações e cursos, a realização do *Seminário Distrital da Base Nacional Comum Curricular* e do *II Seminário de Integração da Educação Profissional com Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos*, em consonância com as discussões travadas nacionalmente com vistas às melhorias da Educação Básica e, sobretudo, da reestruturação do ensino médio.

O ano de 2016 também foi marcado pela nomeação de novos profissionais da educação e pela abertura de concurso público destinado ao preenchimento de 800 vagas e 1.200 para cadastro reserva na Carreira Magistério Público e 370 vagas e 530 cadastro reserva na Carreira Assistência à Educação.

Por fim, ressalta-se que o ano de 2017 será contemplado por ações voltadas à ampliação da oferta de Educação Básica a ser viabilizada pela expansão da estrutura física da Rede Pública de Ensino que contará com a conclusão das obras de 04 novas UEs e com o início da construção de mais 12 UEs a serem subsidiadas por meio da liberação de Emendas Parlamentares Distrital e Federal.

Por todo exposto e com base no acompanhamento das ações macro e micro desenvolvidas e considerando ainda as limitações orçamentárias presentes na atual realidade do Governo do Distrito Federal, avalia-se positivamente a execução, ao longo do ano de 2016, das políticas públicas educacionais pela Secretaria de Estado de Educação.

8.1. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 18.202

A Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB) é uma fundação pública da administração indireta do Governo do Distrito Federal, com personalidade jurídica de direito público, de caráter educacional, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF).

Tem como finalidade ofertar e manter o ensino superior público do Distrito Federal, desenvolver pesquisas e promover atividades de extensão universitária, promovendo sua inserção regional mediante atuação *multicampi* e multiespacial, obedecidos aos princípios da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

Rege-se pelas seguintes normas:

- **Lei de criação:** Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013 (DODF nº 157, de 1º/08/2013) – *autoriza a criação da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal;*

- **Decreto de instituição da Fundação:** Decreto nº 34.591, de 22 de agosto de 2013 – *institui a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB;*

- **Estatuto:** Decreto nº 36.114, de 10 de dezembro de 2014 – *aprova o Estatuto da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB;*

- **Vinculação:** Decreto nº 36.839, de 26 de outubro de 2015, (Suplemento-A ao DODF nº 207 de 27/10/2015 e republicado no Suplemento-B ao DODF nº 207 de 27/10/2015) – *em conformidade com o artigo 2º, Parágrafo Único, a FUNAB passa a ser vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.*

São competências da FUNAB:

- Elaborar e executar a política de educação superior pública;
- Manter, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de educação superior pública do Distrito Federal;
- Promover a implantação de unidades e cursos de educação superior pública;
- Expedir normas para o desempenho de suas competências;
- Elaborar sua proposta orçamentária e administrar suas receitas e despesas;
- Firmar convênios, contratos e parcerias voltados à realização de seus objetivos, na forma da lei.

São diretrizes de atuação da FUNAB:

- Manutenção e programação de cursos e outras atividades orientadas, prioritariamente, para as necessidades e os problemas do Distrito Federal e Entorno – RIDE;
- Atendimento prioritário a localidades do Distrito Federal e dos Municípios da RIDE com menor acesso à educação superior pública;
- Integração do ensino superior público com as políticas públicas, programas e ações institucionais desenvolvidos em âmbito locorregionais;
- Fomento à utilização de metodologias de ensino problematizadoras, respeitadas as referências curriculares para cada área profissional;
- Formação profissional baseada em práticas desenvolvidas em ambiente de trabalho;
- Organização administrativa descentralizada, flexível e horizontalizada, observados os referenciais da multiespacialidade.

Os cursos mantidos pela FUNAB serão ministrados preferencialmente em áreas de interesse da administração pública distrital.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	8
Cedidos – fora GDF	1
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	-
Estatutário – afastado	-
Sem vínculo – em exercício	3
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	12
Total ativos – afastado	-

Fonte: SUGEP/SEPLAG

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1813 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	381.241	0	0	0
3188 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	381.241	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	95.310	61.057	0	0
3198 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	95.310	61.057	0	0
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	304.992	54.992	0	0
0007 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO-PRESENCIAL-DISTRITO FEDERAL	304.992	54.992	0	0
2175 - FOMENTO À PESQUISA	90.620	17.893	0	0
4369 - FOMENTO À PESQUISA-EM EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	90.620	17.893	0	0
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	406.431	5.397	0	0
0003 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO-EM EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	406.431	5.397	0	0
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	164.750	64.750	0	0
0004 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	164.750	64.750	0	0
2618 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	95.311	95.311	7.964	7.964
0001 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	95.311	95.311	7.964	7.964
2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	50.620	30.551	0	0
2565 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	50.620	30.551	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	43.196	26.164	0	0
6027 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	43.196	26.164	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	847.200	143.775	0	0
6078 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	847.200	143.775	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	84.720	84.720	0	0
5817 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	84.720	84.720	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	84.720	971	0	0
5753 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	84.720	971	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	52.950	32.556	0	0
5975 - APOIO A EVENTOS-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	52.950	32.556	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	32.950	20.349	0	0
5830 - APOIO A PROJETOS-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	32.950	20.349	0	0
5023 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	1.000.000	3.951	0	0
9524 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	3.951	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	102.950	99.745	3.255	3.255
8752 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	102.950	99.745	3.255	3.255
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	111.800	68.188	0	0
0003 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	111.800	68.188	0	0
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	111.800	68.188	0	0
5118 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	111.800	68.188	0	0
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	11.800	7.152	0	0
0004 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	11.800	7.152	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6221	4.073.361	885.711	11.219	11.219

- Ação: 2618 - 0001 – Material pedagógico, composto por 22 (vinte e dois) kits de alfabetização denominado “O Pulo do Gato – Jogos para Alfabetizar”, para utilização no Projeto de Extensão - Metodologias Ativas: Alfabetização por meio de Jogos com Jovens Educadores”, com previsão de realização no 1º trimestre/2017.
- Ação: 8505 - 8752 – Contratação formalizada mediante Nota de Empenho, cujo objeto é a prestação de serviços de publicação institucional da FUNAB no Diário Oficial do Distrito Federal, no exercício de 2016.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Matrícula na Graduação	Unidade			Anual	240	720	1440	2400	FUNAB / UO 18202 / OE 6
Matrícula na Pós-Graduação	Unidade			Anual	60	120	120	120	FUNAB / UO 18202 / OE 6
Matrícula na Extensão	Unidade			Anual	120	180	300	300	FUNAB / UO 18202 / OE 6
Matrícula na Graduação Educação à Distância	Unidade			Anual	-	1500	3000	4500	FUNAB / UO 18202 / OE 6

- **1672** Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de graduação da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta não foi cumprida em razão do não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), devido ao cancelamento do Processo Seletivo Interno Simplificado de professores da carreira de magistério da SEDF, determinado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
- **1673:** Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de pós-graduação da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta não foi cumprida pois, cursos de pós-graduação, pela legislação atual, só se dão em instituições de ensino superior. Nesse sentido, o não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), também impediu o desenvolvimento da pós-graduação.
- **1674:** Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de extensão da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta foi parcialmente cumprida com a matrícula de 72 (setenta e dois) cursistas da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APC), Instituto Federal de Brasília (IFB) e Escola Técnica de Saúde de Planaltina, em dois Cursos de Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).
- **1675:** Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados na graduação – educação à distância da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. Não existe meta estabelecida para o exercício de 2016.

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	465.667	29.493	0	0
5873 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	465.667	29.493	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	223.600	27.985	0	0
5201 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	223.600	27.985	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	9.086.193	940.193	872.976	872.976
8918 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	7.000.000	940.193	872.976	872.976
8921 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DOCENTES-DISTRITO FEDERAL	2.086.193	0	0	0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	82.940	68.426	9.074	9.074
9722 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	82.940	68.426	9.074	9.074
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.350.474	109.586	4.859	4.859
9803 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	1.350.474	109.586	4.859	4.859
TOTAL DO PROGRAMA 6002	11.208.874	1.175.682	886.908	886.908

- Ação: 8502 - 8918 - A FUNAB não possui Quadro Próprio de Pessoal e sua estrutura organizacional é composta por 65 (sessenta e cinco) cargos comissionados, dos quais apenas 12 (doze) estão ocupados até o momento.
- No exercício de 2015 não houve execução orçamentária e financeira, em função de, sobretudo, não haver pessoal suficiente para as principais etapas da execução (empenho, liquidação e pagamento).
- A partir de janeiro de 2016, adquirimos autonomia orçamentário-financeira, ao iniciarmos a execução do orçamento da FUNAB, com a reativação da Empresa 653 no SIGRH – Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos, assumindo os encargos com a Folha de Pagamento de Pessoal, até então, paga pela Secretaria de Estado de Educação.

- Ação: 8504 - 9722 – Desses 12 (doze) servidores, apenas 3 (três) não possuem vínculo com a Administração Pública e fazem jus aos benefícios concedidos (vale alimentação). Os demais, por serem cedidos de outros órgãos do GDF e do Governo Federal, recebem os auxílios pelo órgão de origem.

- **Ação 8517 – 9803** – Nesta ação foram pagas diárias a servidores para participação na “PBL – 2016 International Conference”, evento organizado conjuntamente pela Rede Pan-Americana de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP – do inglês PBL – Problem-Based Learning), realizado em setembro/2016, na cidade de São Paulo/SP.

Foi celebrado o Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2016 – FUNAB, registrado no SIGGO sob o nº 033971 com empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, que compreende a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, para servidores e convidados da FUNAB, com vigência até 25/11/2017.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	52.950	52.950	0	0
6196 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	52.950	52.950	0	0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	152.950	16.184	9.072	9.072
9564 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	152.950	16.184	9.072	9.072
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	70.358	3.246	0	0
7202 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA-DISTRITO FEDERAL	70.358	3.246	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001	276.258	72.380	9.072	9.072

- **Ação: 9033 – 9564** - Em conformidade com a Lei Complementar nº 8, de 03 de dezembro de 1970 e Lei Federal nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, foram efetuados os recolhimentos das contribuições dos servidores da FUNAB para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, calculados com base nos repasses financeiros recebidos no exercício de 2016.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ao longo do ano de 2016, a FUNAB realizou diferentes atividades em âmbito estratégico e pedagógico, onde podem-se destacar as ações voltadas às parcerias interinstitucionais, por meio de reuniões técnicas e grupos de trabalho, e as ações formativas, por meio da oferta de cursos em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).

Principais Ações Estratégicas

- Participação no Grupo de Trabalho “Formação Docente e Adoecimento Profissional”, de iniciativa da Secretaria de Estado de Educação do DF, por meio da Diretoria de Acompanhamento e Apoio do Servidor/DISER da Subsecretaria de Gestão de Pessoas/SUGEP, de atribuição da Gerência de Apoio e Desenvolvimento de Pessoas da Subsecretaria de Gestão de Pessoas/GADEP e composto por vários setores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Além de reuniões periódicas, esse GT realizou dois eventos: Colóquio Interno - Formação Inicial Docente, Adoecimento Profissional e Absenteísmo: *contribuições possíveis para o enfrentamento na Carreira Magistério na SEDF*, que ocorreu em 21 de setembro de 2016 na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE; e o *Colóquio Externo - Formação Inicial Docente, Adoecimento Profissional e Absenteísmo: contribuições possíveis para o enfrentamento na Carreira Magistério na SEDF*, que ocorreu em 08 de novembro de 2016, na Escola de Governo – EGOV.

- Participação no “Fórum Distrital de Educação”, constituído por organizações e entidades da sociedade civil envolvidas com a educação pública e pela Secretaria de Estado de Educação do DF, por meio de reuniões periódicas, onde a FUNAB apresentou seu apoio à implantação da Escola Superior de Magistério - ESM e a Universidade Distrital, conforme está previsto no Plano Distrital de Educação – PDE. Ainda, o Fórum realizou 04 (quatro) Conferências Preparatórias Presenciais, em outubro e novembro de 2016, que culminou na realização da *2ª Conferência Distrital de Educação*, em 26 de novembro de 2016, onde a FUNAB coordenou e participou do subgrupo para o fortalecimento do capítulo de ensino superior e da proposta de Universidade Distrital. Como encaminhamento, foi proposta a constituição de um Grupo de Trabalho para tratar da Universidade Distrital (a ser definido em 2017).

- Elaboração e aplicação, em caráter de projeto-piloto, do Kit “O Pulo do Gato – Jogos para Alfabetizar”, que é um Projeto de extensão criado pela FUNAB, em parceria com a SEDF, para atender às escolas públicas que tiveram estudantes com desempenho crítico na Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) 2015. O Kit é fruto de uma metodologia desenvolvida e testada na RIDE-DF e recomendada pelo Guia de Tecnologias Educacionais do MEC. Em novembro de 2016 o projeto ocorreu,

de forma experimental, na Escola Classe 115 Norte. Seu objetivo é estender-se para mais 15 (quinze) unidades escolares ao longo de 2017.

- Celebração do Convênio nº 01/2016 com o Instituto Federal de Educação (IFB), que prevê uma série de ações conjuntas e que, em 2016, resultou na elaboração dos quatro primeiros Cadernos dos Módulos Temáticos da Escola Superior de Magistério – ESM, com sua edição e distribuição previstas para 2017, por meio da Editora IFB.
- Constituição de parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), publicada no DODF nº 90 de 12/05/2016, por meio da comissão de implantação da Escola Superior de Gestão e elaboração de projeto específico para criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a ser encaminhado em janeiro de 2017.
- Constituição de parceria com a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APC), DODF nº 94 de 18/05/2016, com vistas à implantação da Escola Superior de Polícia Cidadã e elaboração de projeto específico para criação de curso de graduação, na modalidade Superior Tecnológico.
- Participação na Comissão de Implantação da Escola Superior de Magistério, criada por meio da Portaria nº 187, de 28 de outubro de 2015, constituída por representantes de diferentes setores da SEDF.
- Participação no Grupo de Trabalho da Escola de Música de Brasília, constituído por meio da Portaria nº 205, de 02 de dezembro de 2015, que teve por finalidade regularizar a oferta de serviços educacionais na Escola de Música de Brasília, bem como estudar, elaborar e apresentar proposta que viabilize a implementação e a ampliação da oferta desses serviços. Como produto final desse GT, foi apresentado o Relatório Final ao Secretário de Estado de Educação do DF, que desencadeará, em 2017, a constituição de uma Comissão de Implantação do Instituto Superior de Artes.
- Participação em reuniões técnicas junto à Diretoria Executiva do Jardim Botânico de Brasília para a criação de cursos nas áreas de meio ambiente e de gestão das águas, resultado de duas reuniões de trabalho e a indicação para a formação de uma Comissão de Implantação, ainda sem efeito.
- Participação em reuniões técnicas com o Núcleo de Educação Ambiental da Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE) com finalidade de mobilização para estabelecimento de parceria envolvendo o Jardim Botânico, FUNAB e ESECAE para a criação de cursos de extensão e/ou pós-graduação em áreas afins.
- Elaboração e publicação do Edital de Credenciamento Nº 002/2016 - FUNAB, disponível no site oficial da SEDF, que trata de Credenciamento de Pessoas Físicas para Prestação de Serviços Profissionais: Consultor, Assessor, Orientador de Monografia e Apoio às Atividades Educacionais da FUNAB.

Principais Ações Pedagógicas

- A partir da parceria com a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APC), a FUNAB elaborou e realizou dois cursos de Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). O primeiro curso, realizado de 04/05 a 24/05/2016 nas dependências da APC, com carga horária de 60 horas, envolveu os formadores da instituição, entre eles: Agentes de Polícia, Delegados e Papiloscopistas. O segundo curso, nos mesmos moldes, realizado no período de 23/11 a 14/12/2016, envolveu os Peritos Criminais que irão atuar como formadores no curso de pós-graduação a ser ofertado na APC em 2017. Ambos os cursos contaram com a participação de cursistas de outros dois parceiros institucionais da FUNAB: o Instituto Federal de Brasília (IFB) e a Escola Técnica de Saúde de Planaltina, com os quais a FUNAB deverá articular formações específicas em 2017.
- A Portaria nº 190, de 28 de junho de 2016, credenciou a Escola Superior de Magistério – ESM, junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal, pelo prazo de cinco anos, bem como autorizou a oferta do curso de Pedagogia, Licenciatura, na modalidade presencial, nas seguintes unidades: Centro de Ensino Médio 2 da Ceilândia, Escola Classe 22 do Gama e Centro de Ensino Fundamental 2 de Planaltina.
- Elaboração do Edital nº 01/2016, publicado no DODF nº 45/2016, de 08/03/2016, p. 60, que tratava da Seleção de Docentes para a Escola Superior de Magistério - ESM.
- Elaboração do Edital nº 08/2016, publicado no DODF nº 106, de 06/06/2016, Seção III, p. 35/37, que tratava do Processo Seletivo Interno Simplificado (PSIS) de professores da carreira de magistério da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para compor banco de talentos para exercício futuro de tutoria, no curso de graduação em pedagogia, da Escola Superior de Magistério – ESM da SEDF. O Edital deu origem a 02 (duas) etapas: 1ª etapa) seleção de professores, por meio de análise documental; 2ª etapa) realização do *Curso de Introdução a Metodologias Ativas e Tutoria para a Escola Superior de Magistério – ESM da SEDF*.
- O *Curso de Introdução a Metodologias Ativas e Tutoria para a Escola Superior de Magistério – ESM da SEDF* foi iniciado em 11 de julho de 2016, na Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), nos horários matutino (8h às 12h) e vespertino (14h às 18h), com duração de 80 horas (60h presenciais e 20h a distância), em conformidade com os itens 7 e 8 do Edital nº 08/2016. O curso foi interrompido por determinação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Neste item foram inseridos os pontos fracos que interferiram em um melhor desempenho da instituição. Estes pontos, por representarem desvantagens internas, merecem atenção, no sentido de se buscar resoluções para a melhoria dos processos de trabalho e, com efeito, da prestação dos serviços.

O ainda não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), no âmbito da SEDF, impõe um limite importante para as ações de execução da FUNAB. Nesse sentido, sua atuação pedagógica restringiu-se à elaboração e execução de cursos de formação continuada (conforme exposto acima), elaboração de materiais didático-pedagógicos para a futura ESM e participação em Grupos de Trabalho, já especificados nos itens anteriores.

Ainda, em seu quadro geral, a FUNAB conta com as seguintes dificuldades:

- Déficit de pessoal: pedagógico e técnico-administrativos;
- Impossibilidade de nomeação dos cargos estratégicos nas áreas meio e fim;
- Estrutura física inadequada para as atividades da mantenedora;
- Estrutura física insuficiente para a execução pedagógica, tais como: cursos de formação docente;
- Dentre outras.

8.2. FUNDO DE APOIO AO PROGRAMA PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL – FUNALFA – UO: 18.902

Instituído pela Lei nº 1511/97, o FUNALFA tem os objetivos de prover recursos para dar suporte ao Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos e de:

- I – criar condições para erradicar o analfabetismo no Distrito Federal;
- II – promover a educação básica de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou foram excluídos dela;
- III – garantir o direito de todos à educação para o pleno exercício da cidadania.

A força de trabalho deste Fundo é realizada pelos servidores da Secretaria de Estado de Educação, UO – 18.101.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	250
Cedidos – fora GDF	112
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	181
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	36.480
Estatutário - afastado	1.841
Sem vínculo – em exercício	71
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	36.913
Total ativos - afastado	1.842

Fonte: Subsecretaria de Gestão de Pessoas - Memorando nº 514/2016-SUPLAV (REGISTRO - .039145/2016)

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 - EDUCAÇÃO BÁSICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	5.630	3.436	0	0
4385 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-DF ALFABETIZADO-DISTRITO FEDERAL	5.630	3.436	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6221	5.630	3.436	0	0

A dotação orçamentária foi contingenciada e o recurso não foi liberado.

Não houve execução da despesa, visto que todas as atividades relacionadas à educação de jovens e adultos foram realizadas na Unidade Orçamentária 18.101 – Secretaria de Educação.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Todas as informações estarão no Relatório de Atividades da UO 18.101 – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Todas as informações estarão no Relatório de Atividades da UO 18.101 – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

8.3. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – UO: 18.903

A Secretaria de Estado de Educação unidade orgânica de direção superior, subordinada ao Governo do Distrito Federal, desde 29 de fevereiro de 2016, por meio do Decreto nº 37.140, data da última reestruturação, tem por competência planejar, implantar, organizar, coordenar, regulamentar, fiscalizar, acompanhar e avaliar o Sistema de Ensino do Distrito Federal, assim como elaborar, coordenar, executar e fiscalizar as políticas públicas do setor.

É constituída por 06 unidades setoriais que executam as políticas definidas pela Secretaria de Estado de Educação: Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB; Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV; Subsecretaria de Infraestrutura Educacional - SIAE; Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SUGEP; Subsecretaria de Administração Geral - SUAG; Subsecretaria de Modernização Tecnológica - SUMTEC; além de 14 Coordenações Regionais de Ensino e 703 Unidades Escolares.

Vinculada a ela existe ainda, a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal; o Conselho de Educação do Distrito Federal; o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e o Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal.

Conforme estabelecido no mencionado Decreto, a Secretaria de Estado de Educação tem atuação e competência nas seguintes áreas:

- I - educação básica: etapas e modalidades;
- II - educação superior;
- III – apoio ao estudante;
- IV- formação e capacitação dos servidores.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	250
Cedidos – fora GDF	112
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	181
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	36.480
Estatutário - afastado	1.841
Sem vínculo – em exercício	71
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	36.913
Total ativos - afastado	1.842

Fonte: Subsecretaria de Gestão de Pessoas Memorando nº 514/2016-SUPLAV (REG.039145/2016)

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1.895.947.353	1.895.947.353	1.289.286.976	1.289.286.976
0015 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	1.304.449.621	1.304.449.621	1.231.147.502	1.231.147.502
6978 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	298.834.515	298.834.515	298.834.515	298.834.515
6979 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	10.410.581	10.410.581	10.410.581	10.410.581
8848 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	12.425.533	12.425.533	12.425.533	12.425.533
8849 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	154.983.360	154.983.360	154.983.360	154.983.360
8856 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	74.889.033	74.889.033	68.267.503	68.267.503
8857 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	39.954.710	39.954.710	39.954.710	39.954.710
TOTAL DO PROGRAMA 6002	1.895.947.353	1.997.273.718	1.912.883.288	1.911.210.890

Este Programa remunerou em 2016, mais de 36 mil servidores que colaboraram na consolidação das metas propostas por esta Secretaria. Foi marcado também pela abertura de concurso público destinado ao preenchimento de 800 vagas já existentes e 1.200 para cadastro reserva na Carreira Magistério Público. Já para a Carreira Assistência à Educação, foram designadas 900 vagas, sendo 530, destinadas para cadastro reserva.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	70.125.922	71.191.778	70.962.221	70.858.485
0002 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-SWAP - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	70.125.922	74.984.233	74.357.991	73.895.580
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	25.766.217	22.585.938	22.487.165	21.277.177
3115 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO-SWAP - FUNDEB-DISTRITO FEDERAL	25.766.217	26.342.132	22.501.592	21.291.604
TOTAL DO PROGRAMA 6221	95.892.139	98.326.365	96.859.583	95.187.184

Desde 2015, com a implantação do Centro de Referência para os Anos Iniciais – CRAI, por meio da Portaria 51/2015, a SUBEB, por meio da Diretoria de Ensino Fundamental, vem estruturando os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com a qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, com a finalidade de garantir alfabetização plena de todas as crianças.

No ano letivo de 2016, o CRAI ofertou, em cada Coordenação Regional de Ensino – CRE, para os professores do 1º e 2º ciclo, 30 encontros formativos (palestras, oficinas, cursos e outras estratégias de formação), 10 Fóruns para coordenadores pedagógicos e 14 encontros para os professores do 2º ciclo, com foco na discussão dos direitos de aprendizagem por parte dos estudantes, destacando a leitura e a escrita baseadas na análise das avaliações externas e de outros índices de avaliação.

A SEEDF, em parceria com a Universidade de Brasília - UnB e com o Ministério da Educação – MEC e por meio do Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, promoveu a formação de professores alfabetizadores visando assegurar condições pedagógicas específicas para alfabetização de todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental. Dessa forma, as ações desse programa apóiam-se em quatro eixos de atuação: formação continuada, material didático, avaliação sistemática e gestão. O aprofundamento dos estudos e as perspectivas resultantes da formação do professor-pesquisador via PNAIC são fundamentais para assegurar a permanência dos estudantes com sucesso na escolarização, o que impacta na elevação dos índices de aprendizagem dos estudantes matriculados nos anos iniciais. Prova disso foi que, em abril de 2016, o PNAIC foi responsável pela capacitação de 2.603 professores e 49 orientadores educacionais e, conseqüentemente, os reflexos dessa ação foram sentidos na melhoria dos índices da Educação Básica – IDEB.

Quanto às ações voltadas aos 4º e 5º anos do ensino fundamental, houve forte investimento principalmente na área de leitura inferencial. Os dados colhidos das avaliações externas (IDEB, Sistema de Avaliação de Educação Básica – SAEB e de outros instrumentos) foram utilizados junto ao planejamento pedagógico das unidades escolares – UEs para apontar os caminhos específicos a serem percorridos nesta área. Nesse sentido, foram promovidos encontros com os professores das 14 CREs com foco na discussão do direito de aprendizagem por parte dos alunos, a partir da análise dos dados das avaliações externas e de outros índice e com destaque para a leitura e a escrita.

Em relação aos índices dos anos finais do ensino fundamental, foi publicada a Portaria 256, que instituiu o Centro de Referência para os Anos Finais – CRAF com o objetivo de acompanhar, orientar, avaliar, subsidiar as práticas dos professores dessa etapa da Educação Básica.

De acordo com o Censo Escolar 2015, a Rede Pública de Ensino possui 59.992 estudantes em defasagem idade-ano no ensino fundamental. A fim de superar essa condição, a Secretaria instituiu o Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares – PAEE, que foi aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, por meio do Parecer nº 43/2016-CEDF e da Portaria 69/2016. O PAEE, com vigência de 2016-2018, destina-se a aproximadamente 285 mil estudantes do ensino fundamental e tem como principal objetivo a promoção de aprendizagens e de correção do fluxo escolar, por meio da realização permanente de capacitação dos professores coordenadores locais, intermediários e centrais que acompanham turmas do PAEE.

Os Ciclos para as Aprendizagens buscam valorizar as aprendizagens dos estudantes e reduzir os índices de retenção e evasão escolar. Esta nova organização escolar é uma política pública preconizada no artigo 23 da Lei nº 9.394/96 – LDB; na Meta 2, estratégia 2.3 do Plano Distrital de Educação – PDE; no Plano Plurianual – PPA; assim como no Planejamento Estratégico da SEEDF 2015-2018.

A SEEDF tem como meta universalizar até 2017a implantação das Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar do 2º e 3º ciclos. Para tanto, em 2016, promoveu-se a formação continuada de gestores e professores acerca da organização escolar em ciclos para as aprendizagens e orientação para as práticas pedagógicas, visando à potencialização dos estudantes, por meio do trabalho desenvolvido por professores e equipe pedagógica. Foi realizada ampla discussão e a

Relatório Anual de Atividades 2016 – Fundo de Man. e Desenv. da Edu Básica e Val dos Prof. de Edu
reflexão das ações que objetivam as aprendizagens na perspectiva da organização escolar em ciclos nas 14 Coordenações Regionais de Ensino, conforme a seguinte distribuição:

Atividades	Quantidade	Participação de Professores/Gestores CRAI/CI
Fóruns	14 - 1 por CRE	80% de professores por encontro
Visitas pedagógicas às CREs/UNIEB/CRAI	04 Visitas por CRE	100% dos integrantes das equipes de anos iniciais das UNIEBS
Reunião com Coordenadores Articuladores do CRAI	07 Encontros mensais	100% dos integrantes das equipes de anos iniciais das UNIEBS
Encontros Pedagógicos com Gestores Escolares	3 CREs	70% de professores por encontro
Total de encontros	28 - 2 por CRE	

Atualmente, dentre as 382 unidades escolares da Rede Pública de Ensino que atendem o ensino fundamental, 229 UEs aderiram ao 2º Bloco (4º e 5º anos) do 2º Ciclo. Até 2019, busca-se a ampliação dessa adesão para mais 137 unidades escolares e, conseqüentemente, a universalização desse atendimento. Entretanto, importante ressaltar que as 16 UEs restantes não possuem 4º e 5º anos.

Em 2016 a Secretaria contou com 210 unidades escolares para atender aos anos finais do ensino fundamental. Dessas, 15 UEs aderiram à organização escolar em Ciclos para as aprendizagens. Nesse sentido, visando aumentar a adesão das UEs, foram realizados 13 Encontros Pedagógicos com as CREs/UNIEBs e gestores das UEs, tendo como foco as discussões referentes a transição, desempenho, evasão escolar e ciclos para as aprendizagens; 04 seminários com professores e gestores das unidades escolares; 09 Fóruns com os coordenadores intermediários; além de diversas outras ações pontuais voltadas a propiciar esclarecimentos necessários junto à comunidade escolar. Ainda buscando potencializar o trabalho pedagógico foi realizado acompanhamento presencial nas unidades escolares que aderiram ao 3º ciclo para apoio, orientação e encaminhamento das demandas surgidas ao longo do ano.

A SEEDF, a fim de ampliar a promoção dos Circuitos Pedagógicos nas áreas de ciências, cultura, arte e mídia, e agenda pedagógica, por meio da participação efetiva de professores e estudantes, realizou um mapeamento dos projetos/ações na área de ciências em toda Rede Pública de Ensino e a socialização de projetos e ações. Como resultado forma efetivados 104 projetos de ciências naturais realizados em 85 UEs.

Buscando maior abrangência do conhecimento quanto ao desenvolvimento dos trabalhos, foi realizado o 1º *Diálogo de Ciências*, encontro com a participação de aproximadamente 160 professores e apresentação de 14 projetos. A partir disso, foi elaborado o 1º *Caderno Diálogos de Ciências* com resumo dos trabalhos apresentados. Como desdobramento, publicou-se também o 2º *Caderno Diálogos de Ciências* contemplando 18 projetos.

O Projeto *Círculo da Matemática do Brasil* visa despertar nas crianças o gosto pela matemática bem como a potencialização da sua aprendizagem. O foco é a participação e a cooperação do estudante dos anos iniciais (1º ao 5º ano) na construção de conhecimento, tendo o professor como mediador desse processo. O componente lúdico e o erro também são utilizados como ferramentas pedagógicas com o objetivo de contribuir para a formação de um raciocínio lógico-matemático e despertar o gosto por esta disciplina nos estudantes de anos iniciais. Na primeira formação houve a participação de 400 professores.

Ainda em 2016, aproximadamente 3.870 estudantes da Rede Pública de Ensino participaram das seguintes Olimpíadas do Conhecimento: *Olimpíada de Robótica* – OBR, *Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente* – OBSMA, *Olimpíada de Língua Portuguesa* – OLP, *Olimpíada Brasileira de Matemática* – OBMEP, *Olimpíada Brasileira de Astrofísica* – OBA, *Olimpíada Brasileira de Física nas Escolas Públicas* – OBFEP, *Olimpíada de Química* – OBQ, *Olimpíada Brasileira de Informática* – OBI, *Olimpíada Nacional de História Brasileira* – ONHB, e *Olimpíada Brasileira de Geografia* – OBG. Foram apresentados 632 trabalhos de 247 unidades escolares que resultaram em 81 premiações.

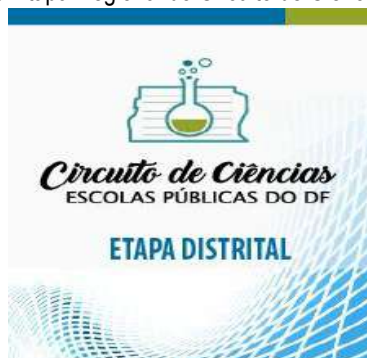
A fim de ampliar a proposta de integração do ensino médio com a educação profissional e garantir a qualidade das unidades escolares que já aderiram ao Ensino Médio Inovador – EMI ou que atuam como Centros de Ensino Médio Integrado – CEMI, a Secretaria realizou, no período de fevereiro a maio de 2016, reuniões em 09 Coordenações Regionais de Ensino, priorizando aquelas que ainda não possuem unidades escolares integradas. Ao final desse período, 03 UEs optaram por organizar-se em EMI: CED Stella dos Cherubins de Planaltina, CED 07, e CEM 03 de Taguatinga.

Ampliar a oferta de educação em tempo integral para 50% do total das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, no período 2016-2019, é uma das metas da SEEDF, em consonância com as metas estabelecidas no PDE 2015-2024. Dessa forma, a SUBEB, por meio da Diretoria de Ensino Médio, indicou 08 UEs para adesão ao programa. Em 2016 a educação pública do Distrito Federal na perspectiva da educação em tempo integral atendeu 42.046 estudantes em 298 UEs. Para ampliar o suporte a essa forma de atendimento, foram contratados, por meio de edital público, 1.875 Educadores Sociais Voluntários, para atuar junto a essas unidades escolares.

A Secretaria, visando promover e difundir as experiências pedagógicas, as práticas de gestão e de atuação social exitosas nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, realizou ainda as seguintes atividades:

VI Circuito de Ciências das Escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que reafirma a política pública educacional implementada para o desenvolvimento e o fortalecimento da cultura científica no ambiente escolar. Foi

Relatório Anual de Atividades 2016 – Fundo de Man. e Desenv. da Edu Básica e Val dos Prof. de Edu realizado em duas fases: a Regional, realizada nas 14 CREs e a Distrital, composta por três trabalhos de cada etapa/modalidade de ensino selecionados na Etapa Regional do Circuito de Ciências.



- 2º Festival de Filmes Curta-Metragem das Escolas Públicas de Brasília, realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, envolveu cerca de 250 mil estudantes da Rede Pública de Ensino, incluindo alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, do ensino médio, da educação profissional e da educação de jovens e adultos. Dentre os principais objetivos desse Festival, estão a visibilidade à produção audiovisual dos estudantes da Rede Pública de Ensino; a formação e o intercâmbio dos professores mediadores, e a formação do público em relação à linguagem audiovisual. Os filmes tiveram tema livre e concorreram às categorias de melhor filme, roteiro, direção, fotografia, montagem, ator e atriz. Essa edição contou com a participação de 103 filmes, sendo 74 do ensino médio. A ação conjunta entre a SEEDF e a Secretaria de Estado de Cultura foi determinante para o sucesso deste evento. Dentre os participantes, destacaram-se: “Mãos que narram o amor” – feito por alunos surdos-mudos da Escola Bilingue Libras e Português Escrito de Taguatinga, premiado com o troféu de Melhor Montagem; a Melhor Fotografia foi a do filme “Fear”, do Centro de Ensino Médio Paulo Freire; “Solitário Indagador”, do Centro Educacional 310 de Santa Maria, recebeu o prêmio de Melhor Roteiro; João Vitor Conceição, do Centro Educacional 01 do Guará, foi eleito o Melhor Ator por sua atuação em “Paranóia”; Mayara Costa, do Centro Educacional 310 de Santa Maria, que atuou em “O minuto”, foi premiada como a Melhor Atriz; o prêmio de Melhor Direção foi entregue a “A cada 15”, do Centro Educacional 310 de Santa Maria; e os dois últimos troféus de Melhor Abordagem do Tema e Melhor Filme, foram, respectivamente, para os filmes “O mistério da vida”, do Centro Educacional 08 do Gama, e “Silêncio”, do Centro Educacional 02 do Guará.



Fotos: ASCOM/SEEDF

- Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP é uma realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA e tem como objetivo estimular o estudo da Matemática e revelar talentos na área. A participação das escolas é por adesão e as provas são divididas em duas etapas classificatórias, nas quais os mais bem classificados na primeira fase realizam a segunda etapa, concorrendo a bolsas de estudo e a outras premiações. A OBMEP premia, além do estudante, também o professor e a Unidade Escolar. Em sua 12ª edição contou com a adesão de aproximadamente 252 mil estudantes e 256 unidades escolares de ensino médio da Rede Pública de Ensino.

- 5ª Olimpíada de Língua Portuguesa - Escrevendo o Futuro é um concurso de produção de textos para estudantes de escolas públicas de todo o país, do 5º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Iniciativa do Ministério da Educação e da Fundação Itaú Social, com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - Cenpec. O tema escolhido no ano de 2016 foi “O lugar onde vivo”, que propiciou aos alunos estreitar vínculos com a comunidade e aprofundar o conhecimento sobre sua realidade, contribuindo assim para o desenvolvimento de sua cidadania. Essa edição contou com a participação de 123 artigos de opinião de estudantes de 20 unidades escolares de ensino médio.

- *Olimpíada Brasileira de Robótica - OBR*

O Centro Integrado de Educação Física - CIEF recebeu mais uma etapa regional da *Olimpíada Brasileira de Robótica*. Foi a décima vez que o evento nacional aconteceu no Distrito Federal. Este é o primeiro ano, porém, que a competição é realizada pela Secretaria de Estado de Educação e suas UEs alcançaram grandes resultados pelo quarto ano consecutivo. O Centro de Ensino Fundamental 08 de Sobradinho conquistou uma medalha de ouro e o Centro de Ensino Fundamental 05 do Paranoá recebeu o prêmio de melhor escola estreante.



Estudantes calibrando seus robôs para os rounds.



Premiação das equipes vencedoras

A importância pedagógica e social do ensino de robótica nas escolas públicas foi relatada pelos professores que consideram os projetos desenvolvidos nessa área como de grande relevância social, uma vez que dão a eles a possibilidade de ter acesso a novas tecnologias, considerando que somente a tecnologia da escola já não é suficiente para criar um diferencial no mundo de trabalho.



Equipe vencedora - nível 2 CEF 08 de Sobradinho

No âmbito das atividades de educação física e desporto escolar, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

- *Projeto Centro de Iniciação Desportiva – CID*

O Projeto objetiva a garantia do acesso de iniciação esportiva aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e ainda, a ampliação de espaços e oportunidades educacionais de forma a prover condições objetivas de emancipação humana. Visando consolidar e fortalecer tal Projeto vem sendo desenvolvido ao longo dos anos tais ações: cursos de formação/atualização para os professores do Projeto CIDs; processo de seleção de professores para ingressar no Projeto; disponibilização de recursos financeiros, por meio do PDAF para o atendimento exclusivo do CID. Nesses espaços, são desenvolvidas práticas corporais relacionadas às diversas modalidades esportivas, tais como: futsal, futebol de campo, basquetebol, voleibol, handebol, judô, capoeira, natação, ginástica rítmica, ginástica artística. Tais práticas corporais são oferecidas exclusivamente aos alunos da Rede Pública de Ensino. Em 2016, participaram do Projeto 11.077 estudantes distribuídos dentre as 14 Coordenações Regionais de Ensino, com a seguinte distribuição:

Modalidades	Polos Por Modalidade	
	2015	2016
Atletismo	5	6
Badminton	2	3
Basquetebol	10	10
Capoeira	3	3
Ciclismo	0	2
Futebol Campo	4	3
Futsal	22	27
Ginastica Artística	7	7
Ginastica Ritmica	6	7
Handebol	7	9
Judo	6	7
Karatê	1	0
Luta Olímpica	1	1
Natação	2	2
Paralímpico	17	18
Taekwondo	1	1
Tenis Mesa	3	3
Voleibol	15	15
Xadrez	5	4
Total	117	128

A culminância do Projeto CID deu-se por meio de festivais nas seguintes modalidades: Vôlei – participação de 53 equipes; Handebol – participação de 41 equipes; Futebol de campo – participação de 22 equipes; Basquete – participação de 44 equipes; Futsal – participação de 54 equipes.

Atualmente as 14 CREs dispõem de polos de CID e tem apresentado um relevante aumento no número de estudantes participantes do Projeto ao longo dos anos, sendo que em 2016 participaram 10.467 estudantes. Esse incremento deve-se à melhoria da qualidade e da diversidade dos materiais esportivos adquiridos via *Programa de Descentralização Administrativa e financeira* – PDAF e ao investimento na qualificação dos professores. Para suprir as atuais carências de professores do Projeto, o setor responsável ratificou a necessidade de abertura de novos polos, cujas vagas foram disponibilizadas no Procedimento de Remanejamento de professores.

- Jogos Escolares do Distrito Federal - JEDF

Os *Jogos Escolares do Distrito Federal* envolveram a participação de estudantes das Redes Pública e Particular de Ensino. São divididos em duas etapas: 12 a 14 anos e 15 a 17 anos, servindo como seletiva para a participação nos Jogos Escolares da Juventude, os Jogos Nacionais. Os JEDF consistem em competições com modalidades esportivas individuais e coletivas e visa promover, divulgar e estimular a prática da cultura corporal entre os diversos estudantes. Além disso, é o indicador seletivo para participação nos Jogos Escolares Nacionais da Juventude. Em 2016 os estudantes puderam competir nas modalidades de Atletismo, Badminton, Basquetebol, Ciclismo, Futsal, Ginástica Rítmica, Handebol, Judô, Karatê, Luta Olímpica, Natação, Tênis de Mesa, Voleibol, Voleibol de praia e Xadrez. Para os estudantes com deficiência, foram oferecidas as modalidades: atletismo, bocha, natação, tênis de cadeira de rodas e equitação especial. A etapa de 12 a 14 anos foi realizada entre os dias 05 de maio e 27 de agosto e contou com a participação de 119 escolas da rede pública e 71 escolas da rede particular de ensino, totalizando 190 unidades escolares, totalizando 4.246 estudantes. A etapa de 15 a 17 anos, foi realizada no segundo semestre de 2016 tendo a participação de 200 unidades escolares, das quais 136 da rede pública e 64 da rede particular de ensino e a participação de 4.308 estudantes.

- Jogos Escolares Noturnos

Também conhecido como CORUJÃO, envolvem os estudantes das Escolas Públicas e Particulares do turno noturno do Ensino Regular, da Educação de Jovens e Adultos, além de estudantes que estão acima da idade limite de participação do JEDF. O CORUJÃO acontece anualmente, no 2º semestre do ano letivo e tem como foco possibilitar a esses estudantes, independente da etapa/modalidade de educação, a participação nos Jogos Escolares, além disso, promove momentos diferenciados à realidade escolar, ofertando a aprendizagem por meio do jogo e do lazer. Em 2016, houve a participação de 447 estudantes de 24 unidades escolares das 14 coordenações Regionais de Ensino do DF.

- Jogos Escolares Nacionais da Juventude – JEJ

Os *Jogos Escolares da Juventude* é o maior evento estudantil esportivo do Brasil. Essa competição de abrangência nacional cresce a cada edição e reúne milhares de estudantes-atletas de instituições de ensino públicas e privadas de todo o país. Atualmente é tida como referência internacional. Consideradas as fases seletivas, os números chegam a mais

Relatório Anual de Atividades 2016 – Fundo de Man. e Desenv. da Edu Básica e Val dos Prof. de Edu de dois milhões de atletas e cerca de 3.900 cidades participantes. O Distrito Federal participa anualmente com uma Delegação formada por estudantes e professores. Em 2016 os jogos foram realizados em João Pessoa. A SEEDF participou com uma delegação de 159 atletas da etapa 12 a 14 anos e 160 atletas da etapa 15 a 17 anos.

Participantes dos Jogos Escolares de 2016

Evento Esportivo	Nº de estudantes
JEDF - 12 A 14 ANOS	4.218
JEDF - 15 A 17 ANOS	4.308
Jogos Escolares Paralímpicos	300
Jogos Escolares Noturnos	447
Total	9.273

- Programa Escola Comunidade Ginástica nas Quadras - PGINQ

Professores de Educação Física do quadro efetivo da SEEDF atuam oferecendo para a comunidade práticas corporais como ginástica localizada, ginástica laboral, yoga, condicionamento físico, danças, pilates, hidroginástica, natação, dentre outras atividades. São ofertadas aulas regulares gratuitas nos turnos matutino, vespertino e noturno, nas 14 Coordenações Regionais de Ensino. Por meio deste trabalho, a SEEDF vem repassando às comunidades práticas corporais orientadas, conhecimentos e vivências, estimulando o lazer, a cultura e a cidadania, além da promoção da saúde. O PGINQ visa também consolidar a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal e os vínculos de cooperação social, por meio de atividades de integração entre a escola pública e a comunidade do Distrito Federal. Em 2016, 60 professores atenderam a 8.569 pessoas em 263 turmas distribuídas pelas 14 Coordenações Regionais de Ensino

- Educação com Movimento: Educação Física nos Anos Iniciais

O Projeto visa à melhoria da qualidade do atendimento das necessidades educacionais dos estudantes da rede pública de ensino, por meio da inserção do professor de educação física no ensino fundamental – anos iniciais, preferencialmente em escolas que possuam um significativo número de estudantes em defasagem idade/série, organizados em turmas de correção da distorção idade/série escolar. Baseado nessa premissa, a Educação Física foi inserida de forma significativa ao cotidiano escolar do estudante ampliando-se, dessa forma, os espaços e tempos que oportunizam o desenvolvimento da sua integralidade no que se refere às dimensões afetiva, motora, intelectual e sociocultural. Ficou evidenciado que os estudantes tiveram avanço na auto-estima, concentração, corporeidade, socialização, além de melhor compreensão sobre as regras de convivência social perante os professores e a comunidade escolar, bem como maiores possibilidades de aprendizagens voltadas ao desenvolvimento do ser integral. Em 2016, aproximadamente 33 mil estudantes foram atendidos em 79 UEs participantes, contemplando as 14 Regionais de Ensino. Encontra-se em processo de realização o procedimento de remanejamento da Carreira Magistério, que abriu cerca de 100 carências de professor de educação física para o Projeto, o que possibilitará sua ampliação em mais 29 unidades escolares, entre Unidades com Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Em cumprimento ao *Planejamento Estratégico 2015-2018*, em 2016, entraram em funcionamento 04 Centros Interescolares de Línguas – CILs :São Sebastião, Paranoá, Samambaia e Núcleo Bandeirante.. Essa expansão foi responsável pela ampliação do atendimento para mais 4 mil estudantes no ano de 2016. Desse modo, a rede de CILs passou a atender a todas as CREs por meio de 15 UEs, as quais são consideradas centros de excelência no ensino de inglês, francês, espanhol, alemão e japonês, contando com 700 servidores e mais de 43.000 alunos atualmente matriculados.

Em relação ao Atendimento da Educação Especial em Salas de Recursos, verificou-se um aumento no número de estudantes beneficiados e, atualmente, conta com 549 salas de recursos generalistas e 111 salas de recursos específicas, visando garantir os apoios especializados ao processo de inclusão.

Os estudantes identificados, em parceria com os coordenadores intermediários da CRE, para atendimento educacional especializado foram encaminhados aos atendimentos em sala de recurso, o que impactou positivamente em seu desempenho escolar nas turmas inclusivas. A implantação de duas salas de recursos para estudantes com altas habilidades garantiu a suplementação curricular para 40 estudantes nas CREs do Recanto das Emas e Paranoá. No período de 16 a 24 de julho, na *32ª Feira do Livro de Brasília*, em comemoração aos 40 anos das Altas Habilidades no DF, a Secretaria participou com o lançamento dos livros escritos pelos alunos das Salas de Recursos de Altas Habilidades/Superdotação.

No ano letivo de 2016, a Rede Pública de Ensino acompanhou a um total de 12.576 estudantes da modalidade Educação Especial, conforme quadro a seguir:

Tipo de deficiência	Estudantes com deficiência
Precoce	2.114
Deficiência Intelectual	4.315
Deficiência Física	1.536
Deficiência Múltipla	462
Deficiência Auditiva	1.485
Deficiência Visual	345
Transtorno Global do Desenvolvimento/ Transtorno do Espectro Autista – TGD/TEA	719
Altas Habilidades/ Superdotação	1.600
Total	12.576

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividades complementares também foram desenvolvidas em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura – SECULT, como o *Festivalzinho de Cinema*, que levou 3.500 estudantes da SEEDF, prioritariamente da Educação Integral - anos iniciais e finais do ensino fundamental. Foram apresentados os filmes *As aventuras do Pequeno Colombo* e *O que queremos para o mundo?*

Outra atividade foi a *Semana Distrital da Educação Infantil*, instituída pela Lei Distrital nº 4.681/2011, que estabeleceu também o *Dia Distrital da Educação Infantil*, a ser comemorado no dia 25 de agosto de cada ano. Durante a Semana Distrital de Educação Infantil, as Coordenações Regionais de Ensino promovem Mostras Regionais dos trabalhos produzidos pelas crianças e/ou Plenárias referentes ao projeto da *IV Plenarilha da Educação Infantil*, cujo tema é “A cidade e o campo que as crianças querem”, com a participação de toda a comunidade escolar, de modo a divulgar e a dar visibilidade à primeira etapa da Educação Básica e evidenciar o protagonismo infantil. Nesse sentido, a Semana Distrital da Educação Infantil vem corroborar o trabalho desenvolvido durante todo o ano letivo, destacando a importância dos eixos do Currículo da Educação Infantil: educar e cuidar, brincar e interagir, vislumbrando a qualidade do atendimento das crianças de 0 a 5 anos nas Redes Pública e Conveniada do Distrito Federal.



Na perspectiva de ressignificar o ensino de tempo integral e o trabalho pedagógico das Escolas Parque, em agosto de 2016, foi realizada, em parceria com a UNIEB/CRE Plano Piloto/Cruzeiro, ação de formação continuada para os professores das Escolas Parque do Plano Piloto, durante a Coordenação Coletiva Integrada e contou com a participação de mais de 130 professores, coordenadores e gestores das cinco unidades do Plano Piloto.

A Portaria 265, de 17 de agosto de 2016, estabelece a política de Educação Patrimonial Formal na Rede Pública de Ensino do DF, a qual prevê ações voltadas à preservação do bem público comum e do patrimônio cultural de natureza material e imaterial, incluindo os bens naturais, paisagísticos, históricos e arqueológicos.

O programa *Água: uma Agenda para a Vida*, realizado pela Secretaria em parceria com a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do DF – ADASA, tem como objetivo a mobilização da Rede Pública de Ensino para a necessidade de cuidado e uso sustentável da água. A culminância dessas ações será o 8º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Brasília, em março de 2018.

Uma parceria da Secretaria com o Instituto TIM vem promovendo o desenvolvimento do projeto *Programa TIM Faz Ciência*, que tem como objetivo a promoção do letramento científico nos anos iniciais, 4º e 5º anos do ensino fundamental, a partir de um ensino de ciências baseado em experiências e vivências de momentos de investigação.

Com o objetivo de propor reflexões teórico-metodológicas da atuação institucional e visando o alinhamento do trabalho pedagógico desenvolvido por esses profissionais com as diretrizes da Orientação Pedagógica do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem – SEAA, foram desenvolvidas duas Ações Formativas junto aos profissionais do SEAA, a fim de reconhecer e disseminar boas práticas na atuação desses profissionais na Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio, no atendimento nas salas de apoio, no assessoramento ao trabalho pedagógico e ainda no desenvolvimento do mapeamento institucional. Já no segundo momento, foram desenvolvidas reflexões acerca da Fundamentação Teórico-Metodológica que sustenta as ações do SEAA, com a atuação do Psicólogo Escolar no contexto do referido Serviço. Estiveram presentes profissionais atuantes no SEAA de todas as Coordenações Regionais de Ensino por meio dos cursos:

Foi realizado em Curitiba, nos dias 04 e 05 de maio de 2016, o *III Seminário do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio -PNEM*, que reuniu representantes das Secretarias Estaduais de Educação de todo o país e Universidades públicas participantes deste programa. Em uma parceria entre Ministério da Educação, Universidade Federal do Paraná e Secretarias. O evento teve por objetivo avaliar as etapas I e II da formação realizadas anteriormente e discutir perspectivas futuras no que se refere à formação continuada dos professores de ensino médio. A SEEDF foi representada por professores atuantes na Diretoria de Ensino Médio.

Em articulação com a Agência Espacial Brasileira - AEB, foi implementado o *Programa GLOBE - Aprendizagem Global e Observações* com o objetivo de promover o ensino e a aprendizagem das ciências, fomentar a educação ambiental e a descoberta científica nos estudantes do ensino fundamental e médio das escolas públicas do Distrito Federal, assim como o interesse pela ciência, tecnologia e meio ambiente, identificando talentos, gerando uma rede de multiplicadores de conhecimento e incentivando a vocação de futuros pesquisadores, técnicos e empreendedores. Esse programa visa proporcionar aos estudantes em todo o mundo a oportunidade de participar na coleta de dados, aprender sobre processo científico e contribuir significativamente para a nossa compreensão do sistema terrestre e meio ambiente global, conectando pessoas de todo o mundo. O programa iniciou suas atividades em 1995, e hoje, conta com uma rede formada por escolas em 112 países. Mais de 100 milhões de dados ambientais obtidos em todo o mundo foram inseridos ao banco de dados do *Globe* e podem ser utilizadas em diversas investigações científicas. Os professores são capacitados para conduzir atividades de aprendizagem. O *Globe* é flexível ao currículo escolar e pode ser adaptado para atender as necessidades individuais de cada escola, permitindo que os alunos com a orientação de seus professores desenvolvam uma vasta gama de habilidades, incluindo o pensamento crítico, metodologias de investigação científica, análise de dados e a aprendizagem independente. Além disso, os estudantes têm a oportunidade de se conectarem, por meio de projetos de ciência, com estudantes e cientistas de todo o mundo. No Brasil, a Agência Espacial Brasileira - AEB é a instituição responsável pela do programa e suas atividades iniciaram em junho de 2016 com a realização do 1º *Workshop Globe - Brasil*, realizado em Brasília e em novembro ocorreu o 2º *Workshop Globe - Brasil*, em Brasília, aberto a todos os professores das Redes Pública e Particular de Ensino do DF.

A fim de fomentar a utilização das mídias educacionais, a SEEDF ofertou o curso “Nos Caminhos do Audiovisual”, cujo objetivo foi fomentar a produção de audiovisuais, estimulando a apropriação da linguagem, a autoria e a transversalidade das mídias audiovisuais na construção do conhecimento em sala de aula e fora dela.

De acordo com o levantamento de dados de 2016 realizado pela Secretaria, constatou-se que 86,2% das unidades escolares da Rede Pública de Ensino possuem sala de leitura/biblioteca escolar. Como aporte ao desenvolvimento da leitura e formação do leitor, foram ofertadas 22 oficinas aos profissionais atuantes em salas de leitura/bibliotecas escolares das 14 Coordenações Regionais de Ensino e ainda o curso “Técnico em Mídias Didáticas” - Programa Profucionário, em parceria com a IFB. Visando garantir o acesso às tecnologias e aos conteúdos que promovem o desenvolvimento do corpo docente e discente, por meio da ampliação do acesso à internet e aos equipamentos em todas as unidades escolares, houve a oferta de formação continuada nas seguintes áreas: Internet, Plataformas Virtuais de Aprendizagem, Tecnologias de Informação e Comunicação, além de oficinas diversas de aplicativos de cunho pedagógico. Também foi promovido o I Simpósio de Mídias e Conteúdos Digitais, destinado a todos os profissionais de educação desta Secretaria.

A plataforma *Moodle*, software livre de apoio à aprendizagem e executado em ambiente virtual, permite a criação de cursos *on-line*, páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem. Foi implantada em 21 Unidades Escolares e 5 Núcleos Tecnológicos com a finalidade de complementar as atividades realizadas em sala de aula, sendo mais um meio de acesso virtual para comunicação e disponibilização de conteúdo e informação. Para otimizar o trabalho, foram distribuídos, ao longo do segundo semestre, 976 *tablets*, contemplando diversas UEs da Rede Pública de Ensino.

O *Programa de Descentralização de Recursos Financeiros* – PDAF, destinado às Unidades Escolares da Rede Pública do Distrito Federal, tem por objetivo garantir atenção direta às UEs por meio da descentralização de recursos financeiros para a realização de compras e serviços necessários ao pleno funcionamento de suas atividades pedagógicas e administrativas e com a finalidade de aperfeiçoar ações educativas nas escolas e fortalecer as instituições escolares. Em 2016

Relatório Anual de Atividades 2016 – Fundo de Man. e Desenv. da Edu Básica e Val dos Prof. de Edu foi efetuado o maior repasse do PDAF desde a criação do programa em 2007. Os recursos foram distribuídos entre despesas de capital e de custeio a 667 escolas e 14 Coordenações Regionais de Ensino participantes do Programa.

No ano de 2016, em continuidade ao programa *Por dentro dos Exames do Ensino Médio*, a Secretaria implementou ações de divulgação, análise e orientação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo programa, tais como:

- acompanhamento da formação sobre o Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília – PAS/UnB, destinados à equipe pedagógica das unidades escolares de ensino médio. Essa ação faz parte do Eixo 1 do Programa “Por dentro dos exames do Ensino Médio”: “Por dentro PAS/UnB” e tem como objetivo o desenvolvimento de ações de divulgação, compreensão e utilização das informações dos exames de acesso ao ensino superior para os estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Essa formação foi conduzida pela Gerência de Interação Educacional da UnB em parceria com a Secretaria.

- acompanhamento da aplicação do *Simulado DF* aos estudantes da 3ª série do ensino médio e do 3º segmento da EJA das Redes Públicas e Particulares de Ensino do DF como uma das ações do Eixo de trabalho 2: “Por dentro do ENEM” nos dias 6 e 7 de julho de 2016. O Simulado teve as mesmas características de uma prova do ENEM, com o mesmo número de itens, preenchimento do cartão-resposta e elaboração de um texto dissertativo-argumentativo. A aplicação teve como objetivo reproduzir para o estudante o momento da aplicação do Enem, além de propiciar a mensuração de suas potencialidades e fragilidades quanto ao desempenho nas áreas de conhecimento. Para as Unidades Escolares, os dados dos resultados poderão ser utilizados para gerar ações pedagógicas. Para o setor de gestão da SEEDF, permite, em integração com outros exames e índices externos, o alinhamento de políticas públicas. O estudante teve acesso ao seu desempenho, por meio de um sítio eletrônico. Já para a Unidade Escolar o resultado foi disponibilizado de forma global.

Quanto ao *Programa Material Escolar*, instituído pela Lei Distrital nº 5.490/2015, com o objetivo de atender a aos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família no Distrito Federal ou do *Programa DF Alfabetizado*, via concessão de auxílio financeiro para aquisição de material escolar por estudantes da Rede Pública de Ensino, em 2016 contemplou 83.989 alunos regularmente matriculados entre o 1º ano do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio, o que representa a totalidades do público beneficiário do *Programa Material Escolar*.

Outra política pública executada em apoio ao estudante foram as ações médico-ofalmológicas realizadas por agentes de saúde destinadas a realizar consultas dos estudantes com suspeita de deficiência visual detectadas pelos testes de acuidade visual (TAV). Como desdobramento desta ação, foram fornecidos 2.426 óculos para os alunos do ensino fundamental e 68 alunos do ensino médio.

Por fim, apresentam-se a atividades desenvolvidas pelo *Fórum Distrital de Educação - FDE*, que é órgão colegiado formado por representantes do Estado e da Sociedade Civil, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, realizou a II Conferência Distrital, em novembro de 2016, reunindo representantes de cada segmento das unidades escolares do Distrito Federal e delegados de toda comunidade escolar do DF: estudantes, pais, mães, responsáveis, profissionais da educação, conselheiros e gestores de políticas educacionais. O objetivo da Conferência foi assegurar ampla participação no debate e aprimoramento dos projetos que constam no Plano Distrital de Educação - PDE e, para isto, o Fórum, em cumprimento ao art. 11, incisos II a IV, do Plano Distrital de Educação (Lei nº 5.499/2015), desenvolveu em conjunto com a Secretaria de Educação, minutas de projetos de lei sobre o Sistema Distrital de Ensino (SDE), o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, a Lei de Responsabilidade Educacional (LRE), além de minuta que dispõe sobre os critérios de Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno Qualidade (CAQ).



3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Em 2016, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal apresentou relevantes avanços quanto à consolidação de ações em direção ao cumprimento das Metas estabelecidas pelo *Plano Distrital de Educação – PDE* e em consonância com o programa Temático: *Educa Mais Brasília*. Nesse sentido, esforços foram envidados em prol do aperfeiçoamento e da ampliação da oferta de educação pública democrática, de qualidade e voltada à formação integral do ser humano, de modo a tornar ainda mais próxima à universalização do acesso à escola, com êxito no processo ensino-aprendizagem, às crianças, aos jovens e aos adultos de todo o Distrito Federal.

Dentre as inúmeras ações voltadas a assegurar o cumprimento das previsões legais estabelecidas para a educação pública e, especialmente, a propiciar uma aprendizagem consistente ao longo de toda a Educação Básica, destacam-se a estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental de modo articulado às estratégias desenvolvidas na pré-escola, bem como ao investimento em qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e em apoio pedagógico específico. Nessa perspectiva, o *Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa – PNAIC* demonstrou ser um expressivo aporte à formação dos professores alfabetizadores e, conseqüentemente, à concretização da alfabetização de crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental. Essa formação contemplou aproximadamente 2.700 professores do ensino fundamental e seus resultados puderam ser visualizados no aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB relativo aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Ainda com o propósito de garantir a qualidade da Educação Básica, ao longo de todo ano, foi desenvolvida a formação de todos os gestores escolares com a finalidade de promover o aperfeiçoamento das ações de gestão nas esferas pedagógica e administrativa das unidades escolares - UEs da Rede Pública de Ensino. Quanto à prática pedagógica, área fim desta Secretaria, foi desenvolvida formação continuada de professores de toda Educação Básica em diversas áreas do conhecimento, com destaque para os temas referentes às *Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar*, principalmente no que tange a *Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens*, de modo a ressaltar a imprescindibilidade da potencialização da aprendizagem dos estudantes.

Quanto à meta de ampliar a oferta de educação em tempo integral para 50% do total das unidades escolares da Rede Pública de Ensino no período 2016-2019, registra-se que atualmente essa organização escolar é efetuada via adesão das unidades escolares e favoreceu, no ano letivo de 2016, a um total de 42.046 alunos, distribuídos em 298 unidades escolares.

Em cumprimento ao *Planejamento Estratégico 2015-2018*, o ano letivo de 2016 contou com a expansão do atendimento complementar na área de Língua Estrangeira para todas as 14 Coordenações Regionais de Ensino – CREs, por meio da inauguração e do início de funcionamento de 04 novos Centros Interescolares de Língua – CILs nas seguintes CREs: São Sebastião, Paranoá, Samambaia e Núcleo Bandeirante. Essa nova oferta viabilizou a ampliação de vagas a mais de 4 mil estudantes e, principalmente, promoveu a democratização do acesso a essas unidades escolares aos estudantes de todas as localidades do Distrito Federal.

Em busca de aprimorar as condições de atendimento às necessidades internas e de contemplar as especificidades de cada Coordenação Regional de Ensino e Unidade Escolar, esta Secretaria efetuou o maior repasse financeiro realizado pelo *Programa de Descentralização de Recursos Financeiros – PDAF* desde sua criação em 2007. Esse investimento visou, sobretudo, assegurar condições de ampliação da autonomia das unidades escolares para realização de compras e serviços necessários ao pleno funcionamento de suas atividades, de aperfeiçoamento das ações pedagógicas nas escolas e, especialmente, de fortalecimento da gestão democrática. No total, foram alocados recursos distribuídos entre despesas de capital e de custeio a 667 UEs e 14 CREs participantes do programa.

Em prol do aperfeiçoamento do sistema educacional da Rede Pública de Ensino, consolidou-se a implantação do *software* público i-Educar, cuja finalidade, no âmbito administrativo, atinge desde a centralização das informações, a redução do uso de papel, a segurança contra a duplicidade de documentos, a melhoria do tempo de atendimento ao cidadão, até a racionalização do trabalho dos servidores da educação. Além dos benefícios desse sistema para a consolidação das matrículas escolares, dos benefícios sociais e de sustentabilidade, o i-Educar é uma importante ferramenta para auxiliar os gestores escolares quanto à gestão dos recursos da merenda escolar e do transporte escolar, ao preenchimento dos dados do Censo Escolar do Ministério da Educação – MEC, e às questões de gestão de pessoas, tais como gratificação dos professores. Por fim, esse sistema encontra-se como primordial ferramenta de apoio aos professores e secretários escolares, visto que é utilizado para o preenchimento do diário escolar, o registro de frequência e notas dos estudantes, e a expedição de históricos escolares, dentre outras ações. A fim de facilitar o uso do i-Educar, seu acesso pode ser efetuado inclusive via *smartphones*. No ano letivo de 2016, os benefícios desse sistema alcançaram um total de 719 escolas da Rede Pública de Ensino e de Instituições Educacionais Conveniadas e favoreceram aproximadamente 411 mil estudantes em todo o Distrito Federal.

No âmbito da assistência ao estudante, o *Programa Material Escolar*, instituído pela Lei Distrital nº 5.490/2015, tem como objetivo a concessão de auxílio financeiro para aquisição de material escolar por estudantes da Rede Pública de Ensino cujas unidades familiares sejam beneficiadas pelo *Programa Bolsa Família* ou pelo *Programa DF Alfabetizado*. No ano letivo de 2016, esse programa contemplou 83.989 alunos regularmente matriculados entre o 1º ano do Ensino Fundamental e a

Relatório Anual de Atividades 2016 – Fundo de Man. e Desenv. da Edu Básica e Val dos Prof. de Edu
3ª série do Ensino Médio. Diante disso, faz-se destaque ao fato desse atendimento ter sido assegurado a 100% dos estudantes previstos na referida Lei.

Seguindo a temática de assistência ao estudante, outra relevante ação realizada em 2016 foram as consultas médico-ofalmológicas destinadas a estudantes com suspeita de deficiência visual detectadas via testes de acuidade visual – TAV. Ao todo foram fornecidos 2.426 óculos para os estudantes do Ensino Fundamental e 68 óculos para os do Ensino Médio.

Outra relevante ação de assistência ao estudante é a oferta de transporte escolar para os matriculados na Rede Pública de Ensino e residentes em áreas urbanas e rurais não atendidas por transporte público, assim com as destinadas à condução de estudantes da modalidade ensino especial e, ainda, as conduções relacionadas às atividades da educação em tempo integral. Em 2016 foram efetuadas 480.234 rotas via transporte escolar em todas as Regiões Administrativas.

Em 2016, o *Simulado Enem* foi ampliado e sua aplicação alcançou mais de 42 mil estudantes de 136 unidades escolares da Rede Pública de Ensino e 50 instituições educacionais da Rede Privada de Ensino. As provas do simulado tiveram 180 questões, seguindo o mesmo formato do Enem, e abordaram as áreas de Ciências Humanas e da Natureza, além de Linguagem, Matemática e Redação. Na dissertação, os estudantes discorreram sobre a influência da cultura nas mudanças sociais.

No âmbito da formação continuada, há que se destacar, dentre diversas outras ações e cursos, a realização do *Seminário Distrital da Base Nacional Comum Curricular* e do *II Seminário de Integração da Educação Profissional com Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos*, em consonância com as discussões travadas nacionalmente com vistas às melhorias da Educação Básica e, sobretudo, da reestruturação do ensino médio.

O ano de 2016 também foi marcado pela nomeação de novos profissionais da educação e pela abertura de concurso público destinado ao preenchimento de 800 vagas e 1.200 cadastro reserva na Carreira Magistério Público e 370 vagas e 530 cadastro reserva na Carreira Assistência à Educação.

Por fim, ressalta-se que o ano de 2017 será contemplado por ações voltadas à ampliação da oferta de Educação Básica a ser viabilizada pela expansão da estrutura física da Rede Pública de Ensino que contará com a conclusão das obras de 04 novas UEs e com o início da construção de mais 12 UEs a serem subsidiadas por meio da liberação de Emendas Parlamentares Distrital e Federal.

Por todo exposto e com base no acompanhamento das ações macro e micro desenvolvidas e considerando ainda as limitações orçamentárias presentes na atual realidade do Governo do Distrito Federal, avalia-se positivamente a execução, ao longo do ano de 2016, das políticas públicas educacionais pela Secretaria de Estado de Educação.

9. SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 19.101

A Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF tem sua estrutura definida pelas disposições constantes nos Decretos 36.879, de 17 de novembro de 2015, 37.187, de 15 de março de 2016, e 37.401, de 13 de junho de 2016.

Compete à SEF, conforme disposto no Decreto nº 35.565, de 25/06/2014, que aprova o seu Regimento Interno, promover a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira distrital; supervisionar, coordenar e executar a política tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização; administrar as dívidas públicas interna e externa do Distrito Federal; executar as operações de crédito do Distrito Federal; elaborar estudos voltados para o acompanhamento da conjuntura econômico-financeira e de natureza tributária do Distrito Federal; supervisionar as atividades do Banco de Brasília S/A – BRB e executar outras atividades inerentes ao seu campo de atuação e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

Norteadas pela missão institucional que integra as áreas de administração tributária, financeira e contábil do Governo, a SEF implementou, em 2016, ações objetivando garantir o equilíbrio fiscal e o nível adequado de receita governamental do Distrito Federal, mesmo em face dos efeitos da crise econômica mundial, atuando preponderantemente na gestão tributária, priorizando meios para garantir efetiva fiscalização dos setores econômicos, reduzindo a inadimplência e combatendo a sonegação fiscal.

Quadro de Pessoal

Casa Civil

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	76
Cedidos – fora GDF	11
Requisitado fora GDF – Pasus	1
Temporário – em exercício	50
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	49
CLT – afastado	-
Conselheiro	17
Estatutário – em exercício	1.246
Estatutário – afastados	21
Sem vínculo – em exercício	40
Sem vínculo – afastados	-
Total ativos – em exercício	1.403
Total ativos – afastados	21

Fonte: SUGEP/SEPLAG

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**1.1. PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	100.000	182.639	180.680	180.680
0012 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	100.000	182.639	180.680	180.680
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.515.363	18.381.369	18.377.266	15.733.581
0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	6.515.363	18.381.369	18.377.266	15.733.581
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	200.000	3.221	3.215	3.215
0004 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	200.000	3.221	3.215	3.215
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	637.288	1	0	0
0004 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- SIA	637.288	1	0	0
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – PNAFM	0	2.408.966	1.007.828	1.007.720
0001 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM--DISTRITO FEDERAL	0	2.408.966	1.007.828	1.007.720
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO	25.074.000	16.328.100	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0001 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO-DISTRITO FEDERAL	25.074.000	16.328.100	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.000.000	1	0	0
6972 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	1	0	0
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	19.500.000	12.676.413	12.474.795	11.609.967
0004 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-PROGRAMA NOTA LEGAL-DISTRITO FEDERAL	19.500.000	12.676.413	12.474.795	11.609.967
TOTAL DO PROGRAMA 6203	53.026.651	49.980.710	32.043.785	28.535.163

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp.
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
ICMS (taxa de arrecadação em relação ao ano anterior)	%	9,24	31-dez-14	Anual	3,7	4,9	7,8	7,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
ISS (taxa de arrecadação em relação ao ano anterior)	%	11,03	31-dez-14	Anual	9,5	7,6	7	6,6	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
IPTU (taxa de arrecadação em relação ao ano anterior)	%	4,78	31-dez-14	Anual	5,7	5,1	4,9	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
IPVA (taxa de arrecadação em relação ao ano anterior)	%	16,31	31-dez-14	Anual	4,8	5,1	4,9	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
ITBI (taxa de arrecadação em relação ao ano anterior)	%	-3,53	31-dez-14	Anual	65,3	7,2	6,6	6,2	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
ITCD (taxa de arrecadação em relação ao ano anterior)	%	-41,83	31-dez-14	Anual	-17,5	9,8	9,1	8,4	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
TLP (taxa de arrecadação em relação ao ano anterior)	%	2,03	31-dez-14	Anual	38,5	5,4	5,2	5,1	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2

1.1.1. GESTÃO TRIBUTÁRIA**1.1.1.1. Arrecadação de Origem Tributária**

No mês de dezembro de 2016, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.361,7 milhões em valores correntes. No confronto com dezembro de 2015, aponta-se acréscimo nominal de 10,7%, que corresponde a um crescimento real de 3,9%, tendo como índice de correção monetária a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE no período. A tabela abaixo apresenta a receita de dezembro discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA								
Dados SIGGO em 23/01/2017								
VALORES EM R\$ MIL								
ITEM	dez/16	dez/15	dezembro/2015 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em dezembro/16
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	634.437	520.643	554.901	+113.794	+21,9%	+79.536	14,3%	46,6%
ISS	150.148	153.306	163.393	-3.158	-2,1%	-13.245	-8,1%	11,0%
SIMPLES	30.460	29.325	31.254	+1.135	+3,9%	-794	-2,5%	2,2%
IRRF	406.955	367.857	392.062	+39.098	+10,6%	+14.893	+3,8%	29,9%
IPVA	24.756	13.065	13.946	+11.671	+89,2%	+10.810	+77,5%	1,8%
IPU/TLP	15.055	13.196	14.064	+1.859	+14,1%	+991	+7,0%	1,1%
ITBI	36.423	43.731	46.608	-7.307	-16,7%	-10.185	-21,9%	2,7%
ITCD	12.520	23.171	24.695	-10.650	-46,0%	-12.175	-49,3%	0,9%
Outras Taxas	5.878	5.816	6.199	+62	+1,1%	-321	-5,2%	0,4%
Receita Tributária Total (A)	1.316.632	1.170.129	1.247.123	+146.503	+12,5%	+69.509	+5,6%	96,7%
Dívida Ativa	28.474	47.118	50.219	-18.644	+39,6%	-21.745	-43,3%	2,1%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	4.991	5.226	5.569	-234	-4,5%	-578	-10,4%	0,4%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	11.613	7.697	8.204	+3.916	+50,9%	+3.409	+41,6%	0,9%
Total das Outras Receitas (B)	45.078	60.041	63.992	-14.963	-24,9%	-18.914	-29,6%	3,3%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.361.710	1.230.170	1.311.115	+131.540	+10,7%	+50.595	+3,9%	100,0%

Fonte: SIGGO.

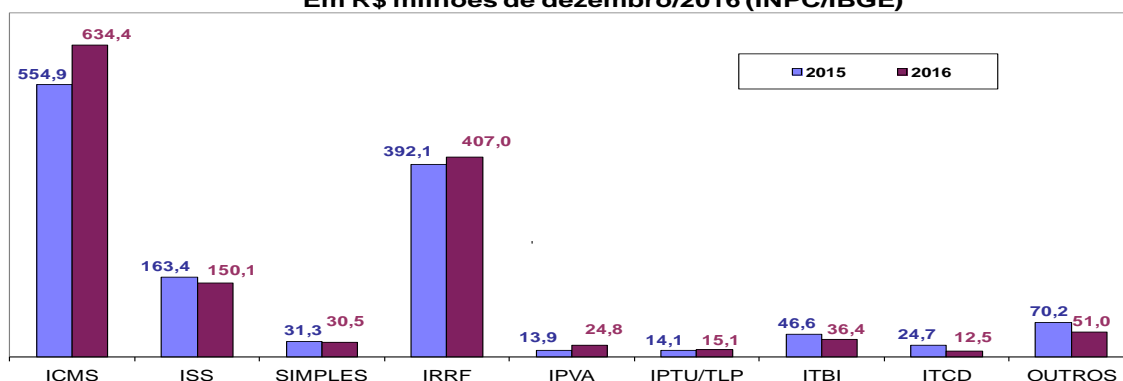
No resultado acumulado do período de janeiro a dezembro de 2016, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 14.831,4 milhões em valores correntes, o que representa acréscimo nominal de 8,6%, porém decréscimo real de 0,7% em relação ao mesmo período de 2015. A tabela a seguir, apresenta a receita acumulada no ano, discriminando os principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2016									
Dados SIGGO em 23/01/2017									
VALORES EM R\$ MIL									
ITEM	2016	2015	2016 pelo INPC/IBGE	2015 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
	(a)	(b)	(c)	(d)	(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	7.375.552	6.481.462	7.500.473	7.208.862	+894.090	+13,8%	+291.611	4,0%	49,7%
ISS	1.503.033	1.459.916	1.528.178	1.621.714	+43.116	+3,0%	-93.536	-5,8%	10,1%
SIMPLES	347.899	339.868	353.893	377.998	+8.031	+2,4%	-24.105	-6,4%	2,3%
IRRF	2.858.091	2.862.951	2.901.704	3.178.326	-4.860	-0,2%	-276.622	-8,7%	19,2%
IPVA	918.686	782.035	942.351	881.395	+136.651	+17,5%	+60.956	6,9%	6,2%
IPU/TLP	839.237	713.226	847.328	786.634	+126.011	+17,7%	+60.695	7,7%	5,6%
ITBI	322.855	306.014	327.677	339.946	+16.841	+5,5%	-12.269	-3,6%	2,2%
ITCD	109.201	133.417	111.110	146.784	-24.216	-18,2%	-35.674	-24,3%	0,7%
Outras Taxas	80.596	76.572	81.917	85.312	+4.025	+5,3%	-3.394	-4,0%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	14.355.151	13.155.462	14.594.631	14.626.971	+1.199.689	+9,1%	-32.339	-0,2%	96,8%
Dívida Ativa	299.165	365.790	303.569	404.468	-66.625	-18,2%	-100.899	-24,9%	2,0%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	72.090	59.263	73.366	65.894	+12.827	+21,6%	+7.472	11,3%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	104.973	79.339	106.432	87.802	+25.634	+32,3%	+18.630	21,2%	0,7%
Total das Outras Receitas (B)	476.229	504.392	483.368	558.164	-28.164	-5,6%	-74.796	-13,4%	3,2%
Total da Arrecadação (A) + (B)	14.831.380	13.659.854	15.077.999	15.185.134	+1.171.525	+8,6%	-107.136	-0,7%	100,0%

Fonte: SIGGO.

Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em dezembro de 2016 frente a dezembro de 2015, verifica-se que o ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, tributo com maior representatividade no conjunto das receitas, cresceu 14,3% (+R\$ 79,5 milhões). Já o IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, segundo tributo com maior representatividade no total de receitas tributárias auferidas, apresentou acréscimo de 3,8% (+ R\$ 14,9 milhões).

**Arrecadação em dezembro/2016 contra dezembro/2015
Em R\$ milhões de dezembro/2016 (INPC/IBGE)**



Também deve ser registrado que o **IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores** atingiu aumento acentuado de arrecadação, de 77,5%, ao passo que o **ITCD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação** apontou queda acentuada de arrecadação, de 49,3%.

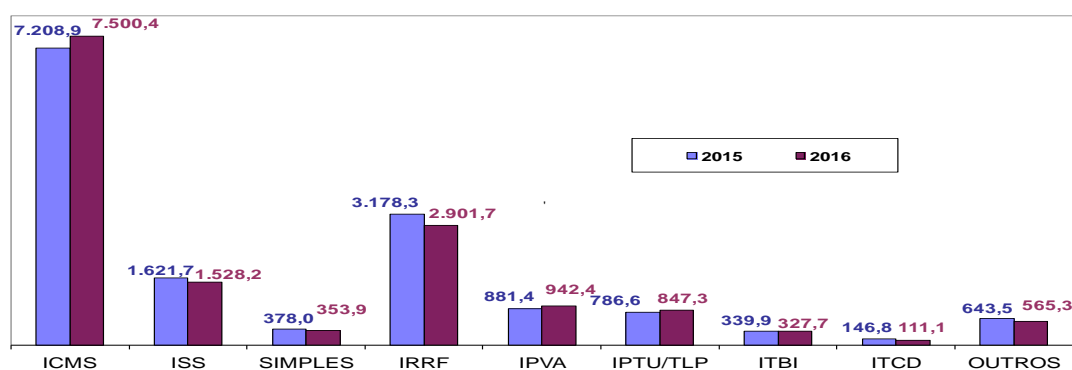
Na comparação acumulada de janeiro a dezembro de 2016 com correspondente período de 2015, observam-se acréscimos reais significativos de ICMS de 4,0% (+R\$ 291,6 milhões), decorrentes de medidas legislativas implementadas em dezembro de 2015; de IPTU/TLP de 7,7% (+R\$ 60,7 milhões); e de IPVA de 6,9% (+R\$ 61,0 milhões), decorrentes do incremento de alíquota promovido pela Lei nº 5.452/2015.

Por outro lado, foram registradas quedas reais expressivas de arrecadação do **IRRF** de 8,7% (-R\$ 276,6 milhões), provavelmente devido às medidas de contenção de despesa de pessoal; da **Dívida Ativa** de 24,9% (-R\$ 100,9 milhões), decorrente da elevada base comparativa de 2015, alavancada pelo Programa de Incentivo à Regularização do Distrito Federal (REFIS); do **ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza** de 5,8% (-R\$ 93,5 milhões); do **Simplex Nacional** de 6,4% (-R\$ 24,1 milhões), decorrentes do cenário econômico; do **ITCD** (-R\$ 35,7 milhões), apesar da implementação da progressividade do imposto através da Lei nº 5.549/2015; como também do **ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis** – de 3,6% (-R\$ 12,3 milhões), apesar do incremento de alíquota promovido pela Lei 5.452/2015, devido à deterioração do mercado imobiliário. Para esses dois últimos impostos, foi verificada redução na quantidade de transações tributadas, conforme apresenta o quadro abaixo.

	quantidade de transações tributadas		diferença (b) - (a)
	2015	2016	
ITBI	41.861	40.977	-884
ITCD	38.588	19.722	-18.866
TOTAL	80.449	60.699	-19.750

Fonte: CCALT/SUREC

**Arrecadação em 2016 contra 2015
Em R\$ milhões de dezembro/2016 (INPC/IBGE)**

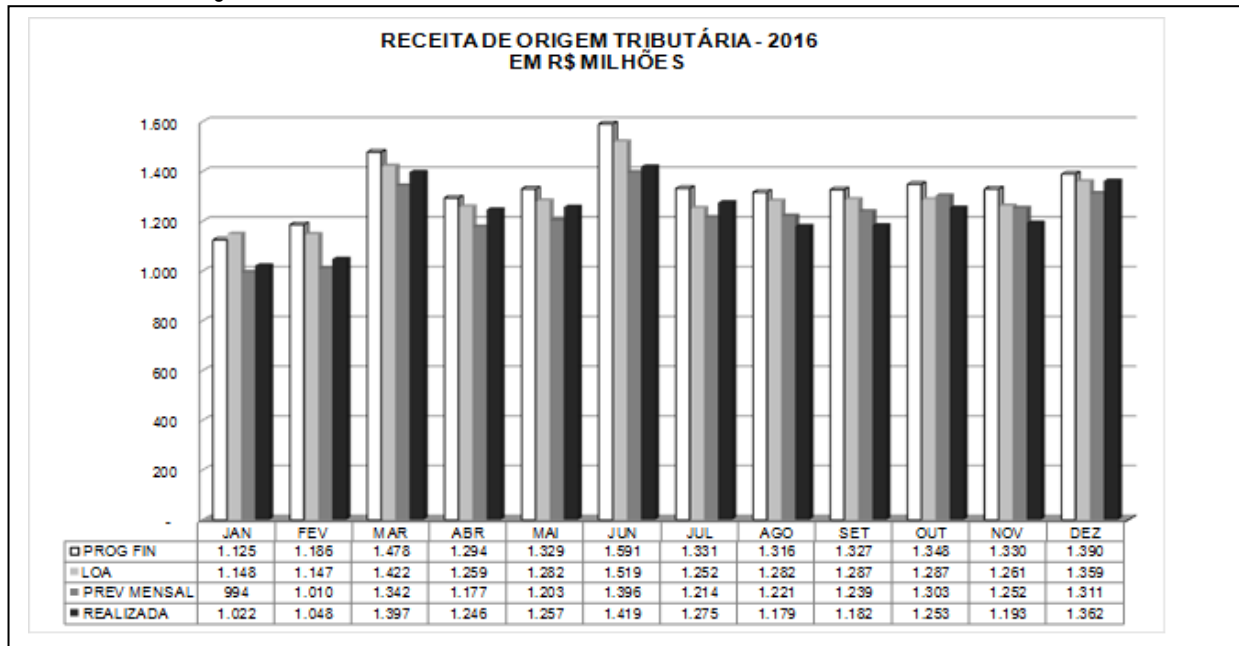


O Índice FipeZap – que acompanha o preço de venda dos imóveis em 20 cidades brasileiras – apresentou variação de 0,13% entre novembro e dezembro de 2016. Com isso, encerrou o ano de 2016 com uma variação acumulada de 0,57%.

Tanto em dezembro como no acumulado do ano, as variações foram inferiores à inflação (IPCA/IBGE), que segundo o Boletim Focus do Banco Central (BC) foi de 0,30% no último mês e de 6,29% para 2016 completo. Individualmente, sete das vinte cidades pesquisadas apresentaram variação negativa no mês, enquanto que apenas em duas cidades o aumento dos preços dos imóveis superou a inflação do mesmo período. No acumulado de 2016, quatro das vinte cidades pesquisadas registraram queda nominal de preço e todas registraram queda real.

Com o aumento de 0,57% de 2016 do Índice FipeZap, o preço médio anunciado do m² apresentou no último ano queda real de -5,38%.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na programação financeira, na LOA – Lei Orçamentária Anual, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO– Sistema Integrado de Gestão Governamental.



Observa-se que a receita realizada ficou acima da contida na previsão mensal em R\$ 50,2 milhões, que correspondem a um desvio positivo de 3,8% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA para o mês de dezembro, obteve-se um acréscimo de realização de R\$ 2,4 milhões, conforme se verifica no quadro abaixo. Discriminando os desvios pelos principais itens que compõem a receita tributária, os principais desvios positivos observados foram para o ICMS e o IPVA, correspondentes a R\$ 44,7 milhões e R\$ 17,3 milhões, respectivamente. Por outro lado, os maiores desvios negativos ficaram a cargo do IRRF e do IPTU/TLP – Imposto Predial e Territorial Urbano / Taxa de Limpeza Pública, correspondentes a R\$ 46,5 milhões e R\$ 12,0 milhões, respectivamente.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL -DEZEMBRO 2016							
	PREVISÃO MENSAL (A)	PREVISTA LOA 2016 (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D-A)	(D -B)	(D-C)
ICMS	636.041	589.741	656.700	634.437	(1.604)	44.696	(22.262)
ISS	127.321	144.523	128.834	150.148	22.826	5.625	21.314
SIMPLES	34.280	34.623	33.831	30.460	(3.820)	(4.163)	(3.371)
IRRF	387.421	453.439	453.439	406.955	19.534	(46.484)	(46.484)
IPVA	11.853	7.463	13.260	24.756	12.902	17.292	11.496
IPTU/TLP	13.257	27.073	9.606	15.055	1.797	(12.018)	5.449
ITBI	34.380	45.924	44.569	36.423	2.043	(9.501)	(8.146)
ITCD	7.870	7.018	8.018	12.520	4.650	5.502	4.502
OUTRAS TAXAS	5.770	5.779	5.772	5.878	108	99	106
RECEITA TRIB TOTAL	1.258.194	1.315.584	1.354.028	1.316.632	58.438	1.048	(37.396)
DÍVIDA ATIVA	38.269	29.750	22.242	28.474	(9.795)	(1.276)	6.232
M/J DÍVIDA ATIVA	10.031	6.546	6.207	4.991	(5.040)	(1.555)	(1.216)
M/J TRIBUTOS	4.974	7.416	7.157	11.613	6.639	4.197	4.456
TOTAL OUTRAS REC	53.274	43.711	35.606	45.078	(8.196)	1.367	9.472
TOTAL DA ARRECAÇÃO	1.311.468	1.359.295	1.389.634	1.361.710	50.242	2.415	(27.924)

Com relação à programação financeira, a receita realizada ficou abaixo da prevista em R\$ 27,9 milhões, sendo que o maior desvio negativo foi do IRRF, de R\$ 46,5 milhões, seguido do ICMS, de R\$ 22,3 milhões. Observa-se que a receita do ICMS na programação financeira contém expectativas de receitas provenientes da fonte 900, que é um código originário de Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, é receita proveniente da aprovação de novos projetos de arrecadação, o que não ocorre na LOA. No caso do ICMS, este fato explica a diferença negativa obtida da programação financeira em relação à realização, uma vez que a expectativa de receita inicialmente considerada na fonte 900 não se cumpriu e sofreu revisões para baixo nas previsões mensais, desde o mês de março.

No acumulado do ano de 2016, houve desvio positivo de realização, referente à previsão mensal, de R\$ 168,5 milhões, explicado em larga medida pelos desvios positivos ocorridos com o ICMS (+R\$ 221,1 milhões) e com o ISS (+R\$ 137,0 milhões). Quanto aos desvios negativos, destacam-se o IRRF (-R\$ 190,9 milhões); e o ITBI (-R\$ 52,5 milhões), impactado pela antecipação de negócios imobiliários em dezembro de 2015, diante da perspectiva de elevação da alíquota a partir de janeiro de 2016, mencionada anteriormente.

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A DEZEMBRO 2016							VALORES EM R\$ MIL	
	PREVISÃO MENSAL(A)	PREVISTA LOA 2016 (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D-A)	(D-B)	(D-C)	
ICMS	7.154.456	6.918.839	7.629.022	7.375.552	221.096	456.713	(253.470)	
ISS	1.366.073	1.591.184	1.541.999	1.503.033	136.959	(88.151)	(38.967)	
SIMPLES	384.629	391.168	386.726	347.899	(36.730)	(43.269)	(38.826)	
IRRF	3.048.969	3.738.505	3.738.505	2.858.091	(190.879)	(880.414)	(880.414)	
IPVA	860.318	934.817	901.000	918.686	58.369	(16.131)	17.687	
IPTU/TLP	876.159	753.687	772.250	839.237	(36.922)	85.550	66.988	
ITBI	375.394	512.084	496.975	322.855	(62.539)	(189.229)	(174.120)	
ITCD	80.669	81.181	88.114	109.201	28.532	28.020	21.087	
OUTRAS TAXAS	85.007	84.229	83.897	80.596	(4.411)	(3.633)	(3.300)	
RECEITA TRIB TOTAL	14.231.674	15.005.694	15.638.487	14.355.151	123.477	(650.543)	(1.283.336)	
DÍVIDA ATIVA	292.990	341.986	255.686	299.165	6.176	(42.821)	43.479	
M/J DÍVIDA ATIVA	72.039	78.045	74.008	72.090	51	(5.955)	(1.918)	
M/J TRIBUTOS	66.143	79.779	76.990	104.973	38.831	25.194	27.983	
TOTAL OUTRAS REC	431.171	499.810	406.684	476.229	45.058	(23.582)	69.544	
TOTAL DA ARRECAÇÃO	14.662.845	15.505.504	16.045.172	14.831.380	168.534	(674.125)	(1.213.792)	

Quanto à LOA e à programação financeira, em relação à receita realizada, houve déficit nos montantes de R\$ 674,1 milhões e de R\$ 1.213,8 milhões, respectivamente, ressaltando-se que em ambos os casos, a maior frustração de realização ocorreu no IRRF (-R\$ 880,4 milhões). No que tange à LOA, a maior superação foi a do ICMS (R\$ 456,7 milhões), que não incorpora receitas da fonte 900, ao passo que, no que diz respeito à programação financeira, o IPTU/TLP apresentou a maior superação (R\$ 67,0 milhões).

Cabe observar que o desvio negativo de realização do ICMS em relação à programação financeira decorre da inclusão, nesta previsão, da expectativa de receita do comércio eletrônico a partir do mês de fevereiro. Essa expectativa foi revisada para baixo na previsão mensal desde março.

Cenário Macroeconômico

PIB – Produto Interno Bruto

A economia brasileira registrou contração de 0,8% no terceiro trimestre, em relação aos três meses anteriores, o sétimo resultado negativo nesse tipo de confronto. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tiveram retração a agropecuária (-1,4%), a indústria (-1,3%) e os serviços (-0,6%).

No entanto, os principais setores produtivos tiveram desempenho positivo em novembro. A produção industrial cresceu 0,2% frente a outubro, as vendas no varejo ampliado subiram 0,6% e o volume de serviços aumentou 0,1%.

Em 2016, até novembro, o IBC-Br registrou baixa de 4,59% (4,76% com ajuste). Nos 12 meses encerrados em novembro, a retração foi de 4,76% na série sem ajuste e recuo de 4,96% no dado ajustado. Devido às revisões constantes do indicador, o IBC-Br medido em 12 meses é mais estável do que a medição mensal, assim como o próprio PIB. Na comparação com novembro de 2015, o decréscimo é de 2,02% na série sem ajuste e de 2,08% com ajuste.

As projeções coletadas pelo BC no Boletim Focus sugerem retração do PIB de 3,49% em 2016 e crescimento de 0,5% em 2017. O Ministério da Fazenda trabalha com crescimento de 0,7%. No Relatório de Inflação (RI) de dezembro, o BC apontou queda de 3,4% para 2016 e avanço de 0,8% em 2017.

Embora seja anunciado como “PIB do BC”, o IBC-Br tem metodologia de cálculo distinta das contas nacionais calculadas pelo IBGE. O indicador do BC leva em conta a trajetória das variáveis consideradas como bons indicadores para o desempenho dos setores da economia (agropecuária, indústria e serviços). A estimativa do IBC-Br incorpora a produção estimada para os três setores, acrescida dos impostos sobre produtos. O PIB calculado pelo IBGE, por sua vez, é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país durante certo período.

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

A inflação medida pelo IPCA ficou em 6,29% em 2016, a menor taxa anual em três anos, informa o IBGE em 11/01/2017. O resultado é inferior ao registrado em 2015, de 10,67%, a maior alta em 13 anos.

Assim, o IPCA encerrou 2016 abaixo do teto do intervalo do sistema de metas de inflação, de 6,5%. Segundo economistas, a recessão é responsável por grande parte da contenção dos preços nos últimos meses e seguirá fazendo esse papel ao longo de 2017, quando a inflação tende a se aproximar mais do alvo central de 4,5%. Neste ano, o teto da meta de inflação é de 6%.

Em dezembro, o índice de preços subiu 0,30%, após marcar 0,18% um mês antes. Mesmo assim, foi a menor taxa para o mês desde 2008, quando a inflação correspondeu a 0,28%. Em dezembro de 2015, o IPCA avançou 0,96%. O mercado esperava uma alta de 0,34% para o último mês de 2016.

A alta do IPCA entre novembro e dezembro foi influenciada principalmente pelo comportamento de alimentação e bebidas (-0,20% para 0,08%), despesas pessoais (0,47% para 1,01%) e transportes (0,28% para 1,11%). Subiram ainda vestuário (de 0,20% para 0,32%) e educação (de 0,06% para 0,07%).

Por outro lado, houve deflação em habitação (0,30% para -0,59%) e artigos de residência (de -0,16% para -0,31%), enquanto saúde e cuidados pessoais (de 0,57% para 0,49%) e comunicação (de 0,02% para 0,01%) recuaram menos.

Em 2016, como um todo, alimentação, saúde e despesas pessoais responderam por 67,5%, ou 4,25 pontos percentuais, da inflação do período. No caso de alimentos e bebidas, houve avanço de 8,62% no calendário e representaram quase 35% do IPCA do ano.

Regionalmente, sete dos 13 locais pesquisados terminaram 2016 com inflação acima do teto de 6,5% estipulado pelo BC e ficaram acima do IPCA médio do país, de 6,29%. O maior índice foi o de Fortaleza, onde o IPCA acelerou de 0,13% para 0,6% entre novembro e dezembro e fechou 2016 com alta de 8,34%, de acordo com o IBGE.

O índice regional mais elevado em dezembro foi o de Brasília (1,12%), onde os preços das passagens aéreas tiveram alta de 21,30%, com impacto de 0,40 ponto. A elevação de 1,06% nos preços dos alimentos consumidos em casa também pressionou o resultado do mês.

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a taxa básica de juros, a Selic, para 13% ao ano em 11/01/2017. A redução de 0,75 ponto percentual marca uma aceleração no ritmo de corte que até então vinha sendo feito em doses de 0,25 ponto percentual. A redução acima do esperado pelo mercado foi justificada pela melhora nas expectativas de inflação e um ritmo de atividade econômica aquém do esperado, com expectativa de retomada da atividade mais demorada e gradual que a antecipada previamente.

O BC também faz uma ressalva, apontando que a extensão do ciclo e possíveis revisões no ritmo de flexibilização continuarão dependendo das projeções e expectativas de inflação e da evolução dos demais fatores de risco monitorados, como cenário externo, itens da inflação, como serviços, e o processo de implementação das reformas fiscais.

O Copom entende que a convergência da inflação para a meta de 4,5% no horizonte relevante para a condução da política monetária, que inclui os anos-calendários de 2017 e, com peso gradualmente crescente, de 2018, é compatível com a intensificação da flexibilização monetária em curso.

As projeções de inflação consideradas melhoraram. No cenário de referência, o IPCA projetado está em 4% para este ano e em 3,4% para 2018. Já no cenário de mercado, o IPCA estimado é de 4,4% neste ano e de 4,5% em 2018.

O ciclo de baixa começou em outubro do ano passado, com a Selic saindo de 14,25% ao ano. O juro básico estava estacionado naquele patamar desde setembro de 2015, marcando o maior período de estabilidade da Selic desde a introdução do regime de metas, em 1999.

No comunicado apresentado após a decisão, o Copom apontou que o cenário externo ainda é bastante incerto, mas que até o momento os efeitos das baixas taxas de juros globais e consequente excesso de liquidez têm sido limitados. Tal cenário vem mudando desde que o Federal Reserve (Fed), banco central americano, retomou o ciclo de alta de juro em dezembro do ano passado, mas tal processo foi bem assimilado pelo mercado. Outra incerteza externa monitorada pelo BC é a política econômica do presidente americano recém empossado..

Sobre a inflação de 2016, de 6,29%, o Copom apontou que ela ficou bem abaixo do esperado há poucos meses e dentro do intervalo de tolerância da meta para a inflação estabelecida para 2016. Em junho do ano passado, o IPCA esperado para 2016 estava acima de 7%, enquanto em 2015 foi de 10,67%.

Projeções PIB, IPCA, SELIC

A estimativa para o desempenho do PIB de 2017 foi mantida em crescimento de 0,50%. No caso de 2018, a previsão revisada de expansão foi de 2,30% para 2,20%.

Na pesquisa Focus de 16/01/2017, o mercado reduziu ligeiramente a expectativa para a alta do IPCA neste ano, de 4,81% para 4,80%, e em 12 meses, de 4,84% para 4,80%. A estimativa para 2018 seguiu em 4,5% de avanço. Houve uma ligeira revisão para o dado de janeiro, de 0,50% para 0,52% de elevação.

Quanto à Selic, os analistas do mercado financeiro reduziram a expectativa para o fim deste ano de 10,25% para 9,75%. Até o fim de 2018, a taxa deve recuar mais um pouco, para 9,50%, segundo dados do Boletim Focus, divulgados em 16/01/2017.

Arrecadação do ICMS

No mês de dezembro de 2016, a receita do ICMS registrou o ingresso de R\$ 634,4 milhões em valores correntes. No comparativo com dezembro de 2015, houve acréscimo nominal de 21,9%, e aumento real de 14,3%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado do exercício de 2016, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 7.375,6 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 13,8% e real de 4,0% frente ao mesmo período de 2015.

Em dezembro de 2016, no cadastro fiscal do Distrito Federal, havia 152.334 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CICALT/SUREC (Coordenação de Cadastro e Lançamentos Tributários/Subsecretaria da Receita). Após significativa retração em novembro, houve expansão de 1.665 inscrições em relação ao mês anterior. Deste total, 85,1% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI (Simples Nacional do Microempreendedor individual) com 44.171 e 85.433 contribuintes, respectivamente.

DEZEMBRO DE 2016 NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	5	10	5	2			1		26
2) Regime Normal de Apuração	675	4.185	1.480	1.910	1.523	575	2.608	794	4.118	196	18.064
3) PRO-DF Logístico				4							4
4) Regime Especial de Refeições	5	203	4	112	2	3	44	1	39		413
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		1		13			1		3		18
6) Revendedor Porta-a-Porta				24							24
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	4.919	14.700	12.818	1	12.678	5.147	7.667	5.354	20.256	1.893	85.433
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.078	10.964	4.593	11	4.536	1.867	5.600	2.262	11.634	626	44.171
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				898							898
10) Telecomunicações-Centralizada				65							65
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF (E-Commerce)	8	13	9	3.168	5		2		5		3.210
TOTAL	7.686	30.069	18.909	6.223	18.749	7.594	15.922	8.411	36.056	2.715	152.334
participação das agências no total:	5,05%	19,74%	12,41%	4,09%	12,31%	4,99%	10,45%	5,52%	23,67%	1,78%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	0,89%	1,43%	1,09%	-0,05%	1,03%	0,81%	0,94%	0,73%	1,34%	1,23%	1,11%

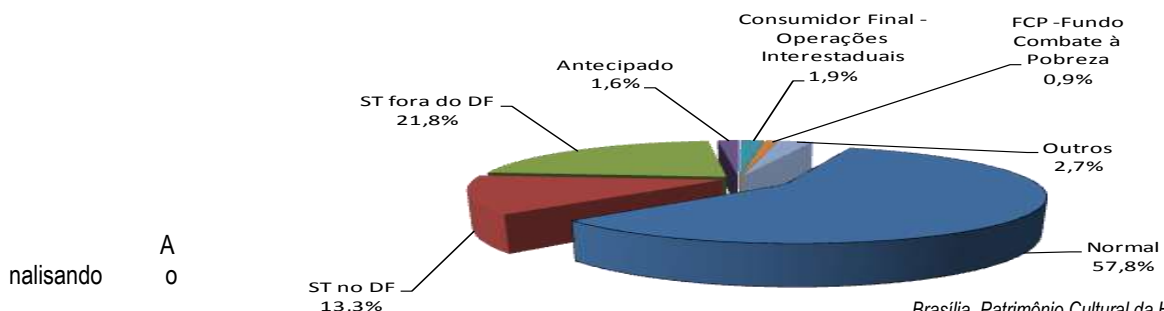
Fonte: CICALT/SUREC, em 31/12/2016

O principal destaque de dezembro de 2016 dentre as principais modalidades de recolhimento, foi a expansão da base de contribuintes do Regime Normal de Apuração (+3.750 contribuintes), em detrimento dos registros consignados no Simples Nacional (-2.724 contribuintes).

Essas importantes mudanças no quadro cadastral se deram de forma disseminada por todas as regiões administrativas, contudo de maneira mais incisiva nas maiores bases cadastrais, ou seja, nas agências de Brasília e de Taguatinga. Cumpre ainda resaltar que o regime de apuração SIMEI continua expandindo seu quadro cadastral com registro de 616 novos contribuintes.

No que se refere à composição do ICMS por situação de recolhimento em dezembro de 2016, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua advindo do Regime Normal, com 57,8% seguido da Substituição Tributária (ST) fora do Distrito Federal (DF), com 21,8%, representando quase 80% da receita total do imposto.

ICMS por Situação de Recolhimento dezembro de 2016



Analizando o

ganho real de R\$ 79,5 milhões na receita total do ICMS em dezembro de 2016 na comparação com o mesmo mês do ano precedente, depreende-se que as formas de recolhimentos de maior relevância apresentaram expansão de receita, com destaque para o ICMS Normal (+R\$ 60,9 milhões) e para a Substituição Tributária fora do DF (+R\$ 18,3 milhões). Por outro lado, apresentaram quedas reais nos recolhimentos o ICMS Antecipado (-R\$ 9,9 milhões) e Auto de Infração (-R\$ 10,5 milhões, incluída em Outros).

Vale salientar que esse último item sofreu forte retração em função de elevada base comparativa registrada em dezembro de 2016.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹							
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (dezembro/16)
	dez/16	jan - dez/16	dez/15	jan - dez/15	dez/16	jan - dez/16	
	dez/15	jan - dez/15	dez/15	jan - dez/15	dez/15	jan - dez/15	
Normal	366.874	4.600.864	305.944	4.453.153	19,9%	3,3%	57,8%
ST no DF	84.088	926.018	73.825	817.569	13,9%	13,3%	13,3%
ST fora do DF	138.298	1.491.745	120.034	1.462.909	15,2%	2,0%	21,8%
Antecipado	10.412	140.434	20.303	211.044	-48,7%	-33,5%	1,6%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	11.775	143.334	-	-	-	-	1,9%
FCP ³	5.641	63.069	5.007	63.076	12,7%	0,0%	0,9%
Outros	17.349	135.009	29.789	201.110	-41,8%	-32,9%	2,7%
Total da Arrecadação	634.437	7.500.473	554.901	7.208.862	14,3%	4,0%	100,0%

Fonte: SIGGO.

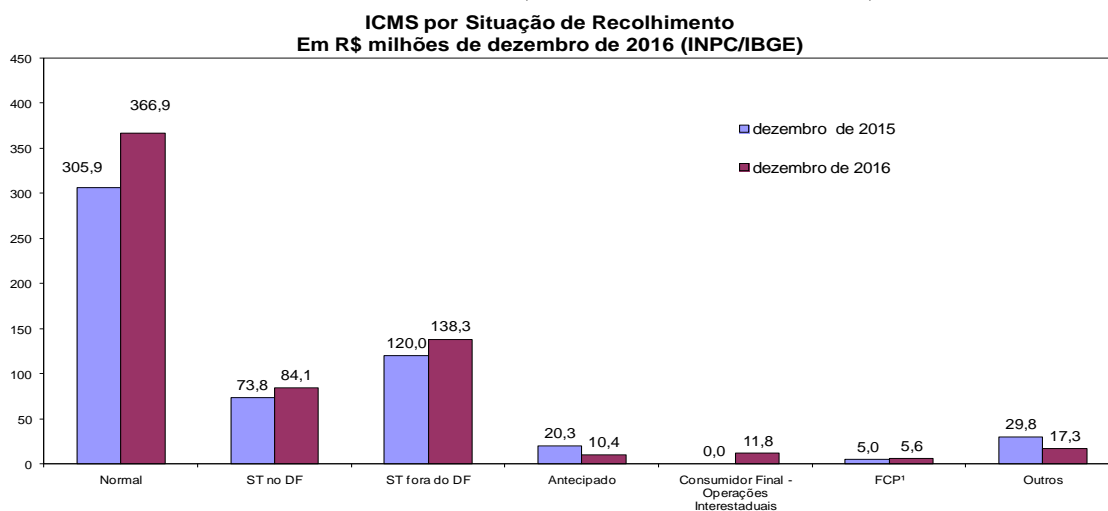
Nota 1. Apuração com base no INPC/IBGE

Nota 2. Outros = Importação, Auto de Infração, LC 52/97, Energia elétrica+transporte+comunicação

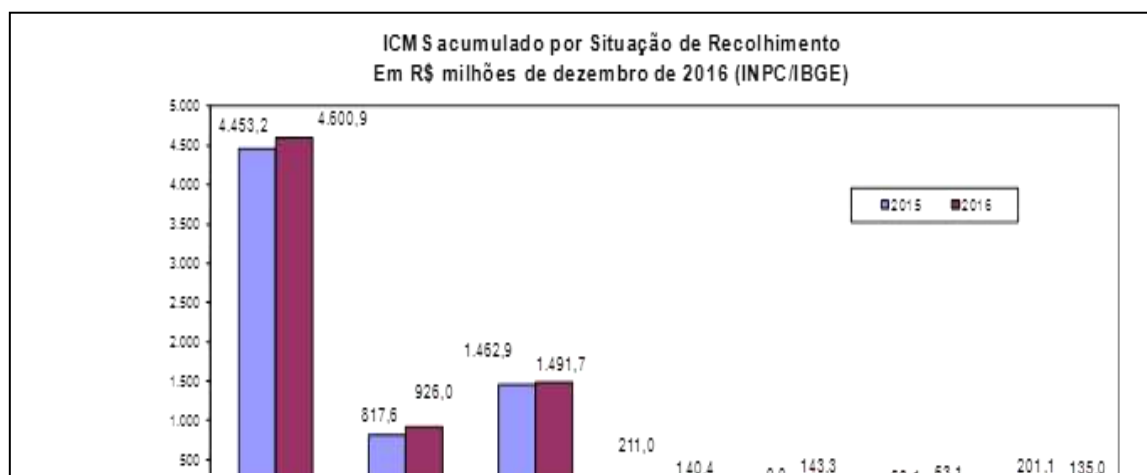
Nota 3. FCP - Fundo de combate a pobreza

A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de dezembro de 2016 com igual mês em 2015.

Quanto à análise acumulada no ano de 2016, houve acréscimo real de R\$ 291,6 milhões na receita total do



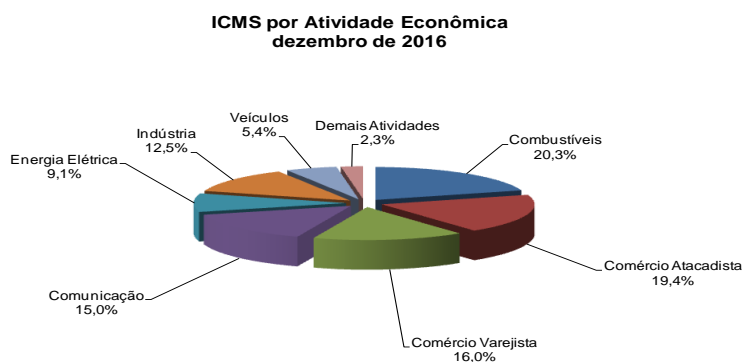
ICMS, na comparação com correspondente período de 2015.



Na análise acumulada, houve incrementos significativos de receita nas modalidades Consumidor Final para Operações Interestaduais referentes ao Comércio Eletrônico (+R\$ 143,3 milhões), ICMS Normal (+R\$ 147,1 milhões) e Substituição Tributária Interna do DF (+R\$ 108,4 milhões), os quais acabaram por determinar trajetória ascendente para o desempenho do imposto. Registraram-se expressivas quedas nas modalidades Antecipado (-R\$ 70,6 milhões) e Auto de Infração (-R\$ 44,6 milhões), incluída em Outros. A modalidade Importação apresentou, também, uma queda de arrecadação significativa (-R\$ 16,0 milhões), incluída na categoria Outros. Vale salientar que o bom desempenho do imposto em 2016 foi impulsionado pelas arrecadações suplementares do REFIS-ICMS (Programa de Incentivo à Regularização do Distrito Federal-ICMS), no montante de R\$ 140,6 milhões, recursos da fonte 900, estimados em R\$ 427,6 milhões, além do incremento de alíquota promovido pela Lei nº 5.452/2015, que gerou o acréscimo do montante de R\$ 349,5 milhões, todos em valores correntes, conforme demonstram os quadros abaixo:

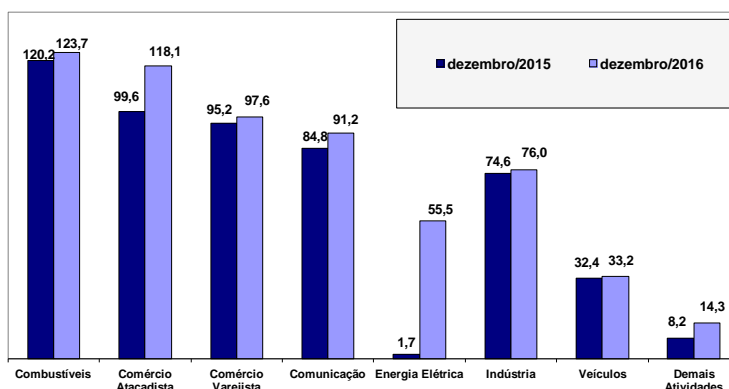
QUADRO RESUMO - ICMS - FONTE 900 (VALORES EM R\$ MILHÕES)				QUADRO RESUMO - ICMS - LEI 5.452/2015 (VALORES EM R\$ MILHÕES)			
FONTE 900			REALIZAÇÃO	Lei 5.452/2015			REALIZAÇÃO
			2016				2016
ICMS - Alíquota sobre TV fechada			6,6	ICMS - Combustíveis			232,5
ICMS - Alíquota sobre bebidas e tabacaria			104,5	ICMS - Comunicação			116,9
ICMS - Alíquota sobre comércio eletrônico			146,3	TOTAL			349,5
ICMS - Aumento alíquota modal 1 p.p.			106,9				
ICMS - Diferença alíquota sobre op. Interestaduais			63,3				
TOTAL			427,6				

No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em dezembro de 2016, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis com 20,3%, seguido pelo Comércio Atacadista com 19,4%, Comércio Varejista com 16,0%, e, por fim, Comunicação com 15,0%.



Delineando o desempenho real da receita de dezembro de 2016 frente ao correspondente mês de 2015, pelas principais atividades econômicas sujeitas ao ICMS, observa-se que todos os segmentos apresentaram elevação de receita, sobremaneira a energia elétrica (+R\$53,8 milhões), devido à base fraca de comparação em 2015, proveniente da antecipação do imposto de dezembro para novembro daquele ano, seguida do comércio atacadista (+R\$ 18,6 milhões).

ICMS por Atividade Econômica
Em R\$ milhões de dezembro/2016 (INPC/IBGE)

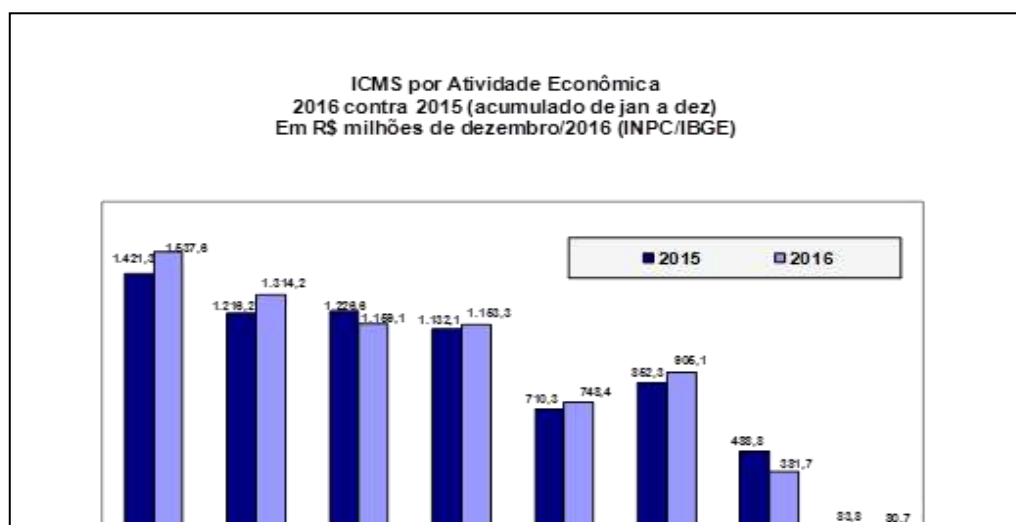


Quanto ao desempenho acumulado do ano de 2016 em relação a 2015, destacam-se os segmentos de combustíveis (+R\$ 116,3 milhões), decorrente da Lei 5.452/2015, que promoveu o incremento de alíquota da gasolina e óleo diesel; de comércio atacadista (+R\$ 98,0 milhões) e indústria (+R\$ 52,8 milhões).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS ¹							
ITEM	Valores Reais ² (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (dezembro/2016)
	dez/16		jan-dez/16		dez/16	jan-dez/16	
	dez/16	jan-dez/16	dez/15	jan-dez/15	dez/15	jan-dez/15	
Combustíveis	123.745	1.537.612	120.162	1.421.349	3,0%	8,2%	20,3%
Comércio Atacadista	118.138	1.314.188	99.552	1.216.164	18,7%	8,1%	19,4%
Comércio Varejista	97.583	1.159.140	95.156	1.226.558	2,6%	-5,5%	16,0%
Comunicação	91.180	1.153.329	84.757	1.132.090	7,6%	1,9%	15,0%
Energia Elétrica	55.508	748.448	1.675	710.332	3214,1%	5,4%	9,1%
Indústria	76.010	905.082	74.582	852.328	1,9%	6,2%	12,5%
Veículos	33.180	381.723	32.404	488.823	2,4%	-21,9%	5,4%
Demais Atividades	14.256	80.663	8.202	83.793	73,8%	-3,7%	2,3%
TOTAL	609.600	7.280.185	516.489	7.131.437	18,0%	2,1%	100,0%

Fonte: SITAF.
Notas: 1. Valores sem incentivado.
2. Apuração com base no INPC/IBGE.

Por outro lado, foram observados decréscimos expressivos no segmento de veículos (-R\$ 107,7 milhões) e comércio varejista (-R\$ 69,7 milhões), impactados pelo cenário recessivo de restrição de crédito e elevado nível de desemprego.



Desempenho da Arrecadação Perante o Cenário Econômico

Combustíveis

O consumo de combustíveis, no Brasil, caiu 2,3% em novembro, na comparação com igual período do ano passado, e acumula retração de 4,5% no ano. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), foram vendidos, no mês passado, 10,982 bilhões de litros, o menor volume para o mês desde 2011.

A comercialização de diesel recuou 3,4% em novembro, para 4,4 bilhões de litros. No acumulado do ano, a queda é de 5%. As vendas de etanol hidratado, por sua vez, caíram 28,6% no mês passado e acumulam baixa de 17,6% entre janeiro e novembro.

Por outro lado, o consumo de gasolina subiu 14% em novembro. No ano, a alta acumulada das vendas é de 4,3%, mas ainda insuficiente para sustentar o crescimento do mercado do Ciclo Otto (veículos com motores a gasolina, álcool ou ambos). Nesse segmento, em gasolina equivalente, a queda no acumulado do ano é de 0,84%.

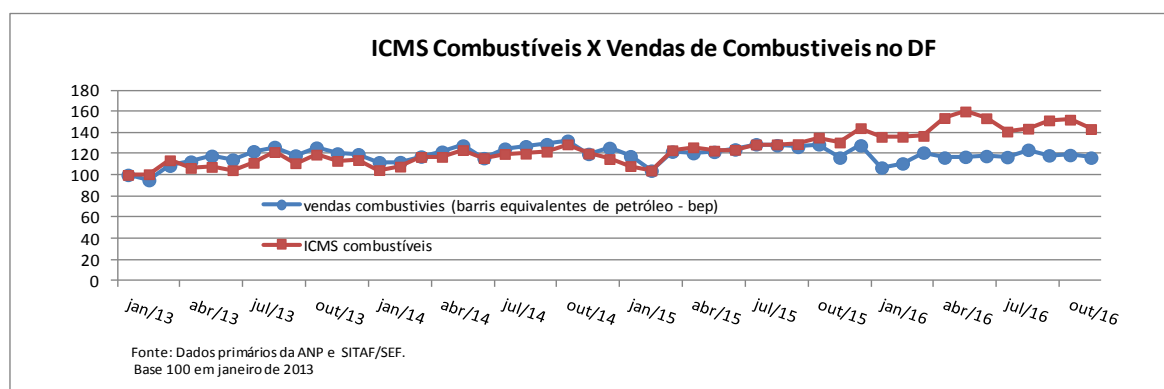
Outro destaque positivo é o consumo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), que subiu 6,4% em novembro e acumula, no ano, alta de 1%.

As vendas de óleo combustível, contudo, caíram 40% no mês passado. Entre janeiro e novembro, a queda acumulada é de 33,1%, em função do menor despacho termelétrico.

No segmento de aviação, o cenário também é de retração no consumo de derivados, enquanto as vendas de querosene de aviação registram baixa de 9,9% em novembro e de 8,1% no ano, a comercialização de gasolina de aviação caiu 4,3% no mês passado e, em 2016, acumula queda de 11,1%.

No Distrito Federal, para avaliação do segmento de combustíveis, foram levantadas as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da ANP.

Assim, foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. A partir da figura abaixo, observa-se que, após outubro de 2015, houve descolamento das duas curvas, o que pode ser explicado em parte pelo aumento das alíquotas promovido pela Lei nº 5.452/2015 a partir de janeiro de 2016. Quanto ao mês de novembro de 2016, houve queda tanto para as vendas de barris equivalentes de petróleo, quanto para o ICMS combustíveis, sendo que, essa última, com maior intensidade.



De acordo com dados da ANP, o consumo de combustíveis no Distrito Federal ficou estável em novembro, na comparação com igual período do ano passado, porém apresentou retração de 4,1% no ano. Em novembro, foram vendidos 1.054,8 mil barris, as menores vendas desde março deste ano.

Quase todos os tipos de combustíveis líquidos apresentaram variações negativas, excetuando-se a gasolina C, que subiu 18,3% em novembro, com alta acumulada no ano de 6,25%. Em que pese esse aumento no consumo de gasolina, em se tratando de combustíveis para veículos automotores, o desempenho das vendas se mostra negativo, haja vista a queda expressiva das vendas de etanol hidratado: 69,8% no mês e 61,6% para o ano de 2016 frente a 2015.

A comercialização de diesel recuou 12,1% em novembro. No acumulado do ano, a queda foi de 13,3%.

Outro segmento que mereceu destaque foi o de querosene de aviação, com retração de 7,7% no ano, possivelmente atrelada à racionalização e à redução de ofertas de voos implantadas pelas companhias aéreas.

Comunicações

A crise financeira nos Estados recaiu em grande parte sobre as operadoras de telecomunicações. Levantamento da consultoria Teleco indica que 12 das 27 unidades da federação têm hoje alíquotas de ICMS iguais ou superiores a 30% para serviços de comunicação, contra cinco em 2015. O Distrito Federal, através da Lei nº 5.452/2015, promoveu incremento de alíquotas de 25% para 28%, a partir de janeiro de 2016.

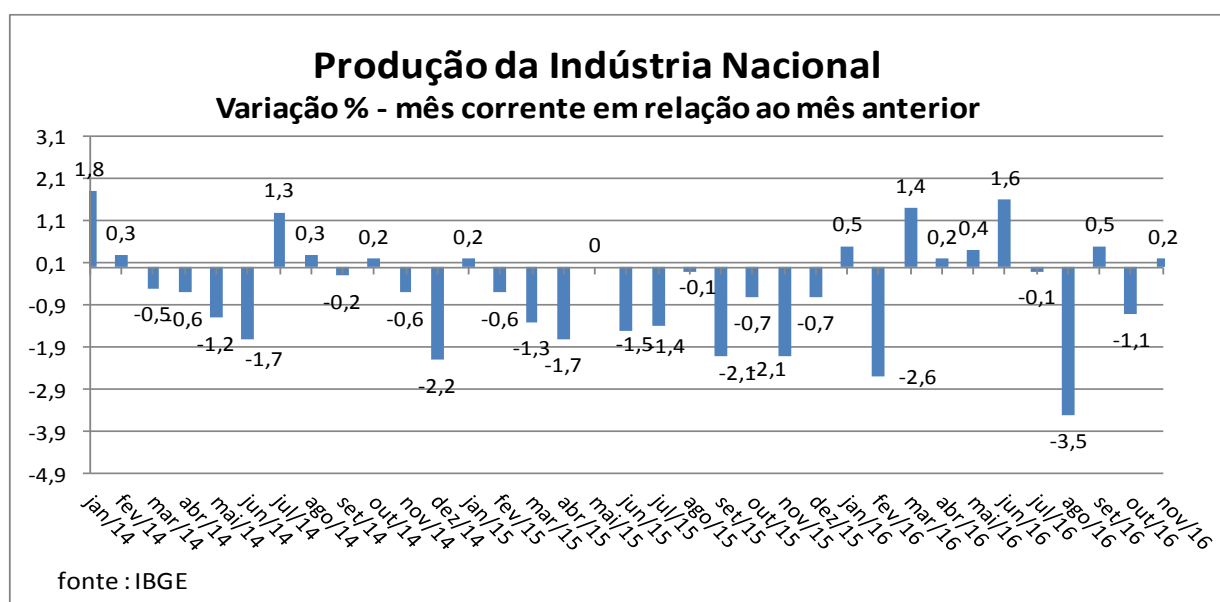
Esse esforço tributário, no entanto, foi insuficiente para ampliar a arrecadação do setor. Até o fim do terceiro trimestre do ano passado, o montante de ICMS Brasil recolhido apresentava queda real de 5,3% diante do mesmo período de 2015. No caso do DF, no entanto, foi verificado aumento real de 1,9% no acumulado do ano de 2016 diante de 2015.

Conforme a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), no acumulado até novembro, o número de assinantes de serviços de TV paga, essenciais na montagem dos pacotes das operadoras, havia encolhido 1,83%. Na telefonia móvel, a retração foi ainda maior. Na comparação entre novembro de 2016 com o mesmo mês do ano anterior, o total de linhas caiu 7,85%.

Segundo a consultora Teleco, a carga tributária cresceu a ponto de afetar o nível de investimentos e a margem *Ebitda* (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) das operadoras. Calculada pela Teleco, a margem *Ebitda*, média das teles brasileiras, foi de 26,4% nos nove primeiros meses do ano passado, percentual inferior ao registrado no período por companhias internacionais como Telecom Italia (42,2%) e Verizon (32,5%).

Indústria

Em novembro de 2016, a produção da indústria nacional contabilizou expansão de 0,2% frente ao mês precedente, feitos os ajustes sazonais do IBGE, informa a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF). A produção de outubro foi revisada de queda de 1,1% para queda de 1,2%. Alternando quedas e aumentos, a produção industrial denota comportamento errático para os últimos seis meses, conforme ilustração abaixo:



No confronto com o penúltimo mês de 2015, a produção industrial brasileira caiu 1,1%, 33ª taxa negativa consecutiva nesse tipo de comparação, mas a menos intensa desde março de 2014 (-0,4%). No ano, até novembro, a produção industrial cedeu 7,1%. Em 12 meses, houve baixa de 7,5%.

Entre as quatro categorias econômicas, três registraram alta de produção na passagem de outubro para novembro: bens de capital (2,5%), bens duráveis (4%) e bens intermediários (0,5%). Apenas bens semi e não duráveis caíram, 0,5%. Perante novembro de 2015, a produção de bens de capital subiu 1,1% e a de bens duráveis aumentou 9%. Mas a de bens intermediários teve decréscimo de 0,6% e a de semi e não duráveis recuou 4,8%. No ano, as quedas de produção ainda são bem expressivas: bens de capital declinaram 13,2%, bens intermediários recuaram 6,8%, bens duráveis diminuíram 15,4% e semi e não duráveis cederam 3,7%.

Quanto às atividades, no penúltimo mês de 2016, 13 das 24 atividades da indústria analisadas pelo IBGE cresceram na comparação com outubro. A maior alta foi da produção de produtos de fumo, que subiu 17,2% no comparativo mensal, mas o principal impacto em novembro foi o avanço de 6,1% registrado por veículos automotores, reboques e carrocerias. O melhor resultado em veículos impulsionou a produção de bens duráveis e em caminhões alavancou a produção de bens de capital.

Outras contribuições positivas relevantes sobre o total da indústria nacional foram registradas em indústrias extrativas (1,5%), de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (6,6%), de máquinas e equipamentos (2,4%), de confecção de artigos do vestuário e acessórios (4,4%), de produtos de minerais não metálicos (2,2%) e de produtos de borracha e de material plástico (2,2%).

Pelo lado negativo, 11 ramos produziram menos em novembro do que em outubro, em especial coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, que caíram 3,3%. Esse é um setor que tem relação direta com o consumo das famílias e das empresas, avalia o IBGE, e, por isso, puxou para baixo o resultado do mês.

Outros impactos negativos importantes foram observados nos setores de perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-1,8%), de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-3,1%), de outros equipamentos de transporte (-5,7%), de produtos alimentícios (-0,3%) e de produtos de metal (-1,6%). Essas atividades também apontaram taxas negativas em outubro, de 1,9%, 3,4%, 4,2%, 3,3% e 2,6%, respectivamente.

Na comparação com novembro de 2015, a baixa de 1,1% na indústria reflete uma queda muito espalhada pelos segmentos. São resultados negativos em duas das quatro grandes categorias econômicas, 16 dos 26 ramos, 43 dos 79 grupos e 55,7% dos 805 produtos pesquisados.

No trimestre de setembro a novembro, a produção da indústria cresceu em dois meses na série com ajuste sazonal, mas ainda assim acumula perda de 0,2% nesse período, o que indica que o setor ainda sofre com a forte retração passada.

A indústria vem diminuindo o tamanho da queda ao longo do ano e aponta para um baque menos intenso do que em 2015, quando recuou 8,3%. No bimestre de outubro e novembro, perante igual período do ano anterior, a queda é de 4,4%. Menor que no terceiro trimestre (-5,3%) e do segundo trimestre (-6,5%). Mas os resultados menos negativos, segundo o IBGE, refletem mais a baixa base de comparação do que uma melhora efetiva dos níveis de produção, que ainda estão baixos. A indústria opera 21,4% abaixo do seu pico de produção, que foi registrado em junho de 2013.

Não obstante o fraco desempenho da indústria nacional, a arrecadação do setor no Distrito Federal apresenta resultados satisfatórios, com aumento real de 1,9% em dezembro frente ao correspondente mês de 2015 e crescimento de 6,2% no ano de 2016 frente a 2015. Como destaque positivo, o ramo de bebidas apresentou expansão real de R\$ 82,9 milhões em 2016, suplantando as quedas advindas de ramos ligados à construção civil, tais como cimento (-R\$ 45,4 milhões) e tintas (-R\$ 15,1 milhões).

Incremento de Receita da Indústria		
		R\$mil
SETOR INDUSTRIAL	mês	ano
ALIMENTOS	1.753,8	11.195,8
BEBIDAS	5.243,5	82.894,3
CIMENTO	(5.317,0)	(45.395,9)
HIGIENE E COSMETICOS	(439,0)	(3.622,3)
MEDICAMENTOS	(847,7)	4.298,7
MOVEIS	369,5	2.556,3
TINTAS	(1.649,8)	(15.112,9)
OUTROS	2.412,9	15.726,8

Veículos

Com o agravamento da recessão econômica no País, um dos setores que mais vem sofrendo é o de venda de veículos. As fábricas produziram 2,2 milhões de unidades em 2016, o menor volume desde 2004, apresentando queda de 11,2% frente a 2015, conforme informações divulgadas pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Em dezembro, foram fabricados 200,9 mil unidades, o que representa expansão de 40,6% em relação a dezembro do ano anterior, que foi o pior mês de 2015 e teve o menor nível de produção para o mês, desde 2008. Na comparação com novembro, houve queda de 7,1%.

Para automóveis e veículos comerciais leves, a produção de 2016 contabilizou baixa de 11% em relação ao ano anterior. Em dezembro, o volume produzido nos dois segmentos teve queda de 6,5% em relação a novembro, mas alta de 40% em relação a igual mês do ano anterior.

O desempenho das fábricas de caminhões, por sua vez, caiu 18,2% em 2016 ante 2015, ao totalizar 60.604 unidades montadas. Somente em dezembro foram 4.224 caminhões produzidos, recuo de 21,1% diante de novembro, porém, avanço de 63,6% sobre igual mês do ano anterior.

No caso dos ônibus, foram produzidas 18.711 unidades, baixa de 13% na comparação com 2015. No último mês do ano, a queda foi de 38,7% em relação a novembro, com 979 unidades. Já na comparação com dezembro de 2015, houve crescimento de 81%.

Conforme a ANFAVEA, os emplacamentos de veículos totalizaram 2,05 milhões de unidades no ano passado, baixa de 20,2%. Considerando apenas o último mês de 2016, os licenciamentos foram de 204,3 mil unidades, 10,3% a menos do que em dezembro do ano anterior, mas avanço de 14,7% perante novembro.

Além disso, a ANFAVEA divulgou os dados de exportações. Foram vendidas 520,3 mil unidades ao exterior em 2016, crescimento de 24,7%. Em dezembro, foram exportadas 62,9 mil unidades, alta de 36,1% em comparação anual e de 11% frente a novembro. Foi o melhor volume de vendas ao exterior para o mês em toda a série da associação.

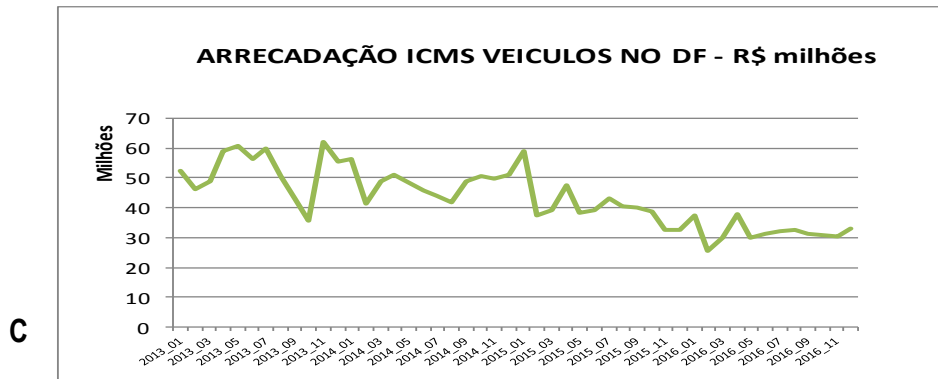
Atualmente, a capacidade ociosa do setor automotivo está acima de 50%. Para veículos pesados, a ociosidade é de 75%.

Quanto às projeções, a ANFAVEA prevê 2,13 milhões de unidades em 2017 para licenciamentos de veículos leves e pesados, o que representaria alta de 4% frente ao ano passado, primeiro ano de crescimento após quatro consecutivos de queda. Considerando apenas veículos leves, a projeção é de um avanço também de 4%, para 2,1 milhões de unidades.

Além disso, a entidade estima em 2,4 milhões de unidades o nível de produção durante o ano, o que significaria aumento de 11,9%. Para o segmento de leves, a previsão é de avanço em 11,3%, para 2,3 milhões de unidades. Quanto às exportações, a expectativa é que totalizem 558 mil unidades neste ano, ou seja, um crescimento de 7,2%. Considerando apenas veículos leves, a projeção é de alta em 7%, para 523 mil unidades.

Para a ANFAVEA, o primeiro trimestre de 2017 é ainda frágil devido a uma série de dificuldades e instabilidades políticas. A oferta maior de crédito para o financiamento de veículos ajudaria a acelerar o crescimento das vendas

Em relação ao Distrito Federal, a figura abaixo apresenta a evolução mensal da arrecadação do ICMS Veículos, a partir de janeiro de 2013. Apesar da nítida tendência de queda, a partir de maio de 2016, a arrecadação começa a apresentar um comportamento mais estável.



Comércio Varejista

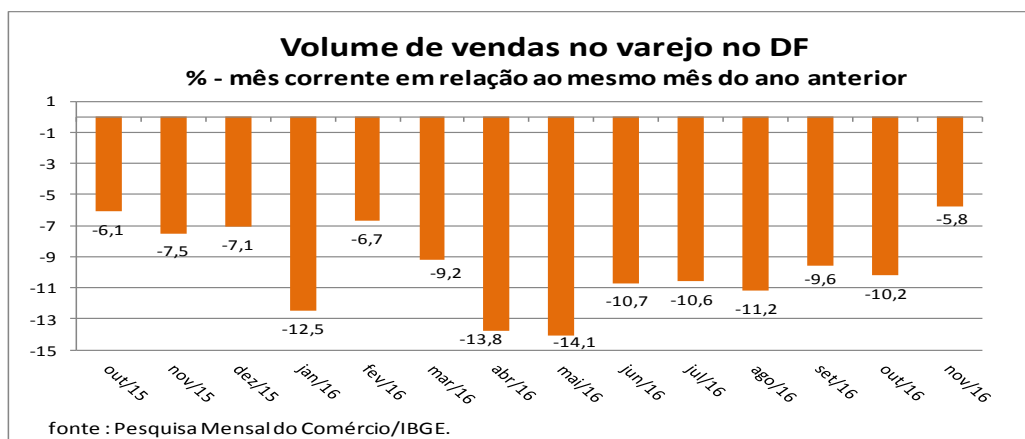
O volume de vendas do varejo cresceu entre outubro e novembro do ano passado e interrompeu uma sequência de quatro meses consecutivos de queda. Mesmo assim, a tendência é que a alta seja pontual e não melhore a situação do comércio ou da atividade econômica no quarto trimestre.

Em novembro, o varejo restrito (exclui automóveis e materiais de construção) cresceu 2% em relação a outubro, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). O resultado foi fortemente influenciado pela *Black Friday*, refletido na alta de vendas de móveis e eletrodomésticos (2,1%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (4,3%). Outros itens, pouco ligados às promoções, também foram influenciados, como hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,9%) e materiais de construção (7,2%). Esse último item não é levado em conta para o varejo restrito, mas entra no cálculo do varejo ampliado, que cresceu 0,6% em novembro.

No entanto, a expectativa de analistas, é que a maior parte do resultado positivo seja revertida já em dezembro. A *Black Friday* teria estimulado uma antecipação de compras para o Natal, considerando principalmente esses tempos de crise. Na visão dos analistas, fatores estruturais, tais como o desemprego, têm impedido a recuperação do varejo, o que traz também consequências negativas para a atividade econômica. A aposta é que a queda esperada dos juros e o recuo da inflação ajudem o setor, mas a recuperação do comércio só deve vir com o fim da crise no mercado de trabalho, em meados deste ano.

O varejo restrito acumula queda de 6,4% de janeiro a novembro de 2016, segundo ano seguido com perda recorde de vendas. Em 2015, a redução foi de 4,3%. No varejo ampliado, a queda chega a 8,8% no acumulado de 2016, terceiro ano seguido de baixa.

As vendas de varejo no Distrito Federal continuam contabilizando queda real. Em novembro de 2016, a queda foi de 5,8%, na comparação com o mesmo mês de 2015, de acordo com dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, porém a involução apresentada é a menor dos últimos doze meses.



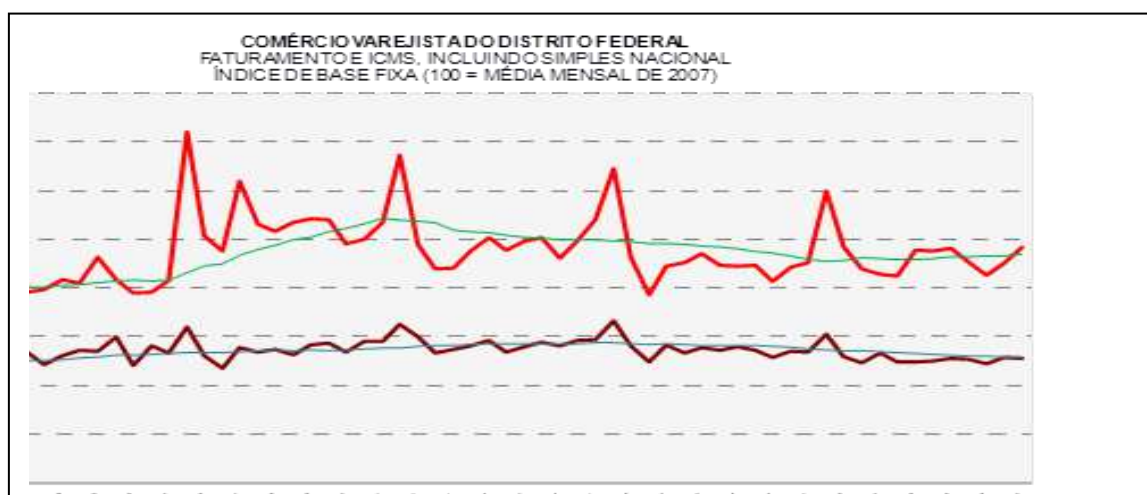
Em consequência do comportamento das vendas, a arrecadação do ICMS dos principais segmentos varejistas, tais como, hipermercados, produtos eletrônicos, de vestuário e calçados, os quais representaram 7,6% da receita total do imposto em 2016, apresentaram resultados depreciados em 2016 com quedas reais de R\$ 51,6 milhões, R\$ 2,9 milhões e R\$ 14,1 milhões. Por outro lado, o ramo dos medicamentos apresentou desempenho positivo com acréscimo real de R\$ 19,2 milhões.

Variação De Arrecadação do ICMS em Dez/2016 (em R\$)

Ramos do Comércio Varejista

COMÉRCIO VAREJISTA	MÊS	ACUMULADO	% Part. ICMS
HIPERMERCADOS	269.474,52	(51.608.347,96)	2,8%
MEDICAMENTOS	1.327.867,09	19.172.839,03	1,2%
PROD. ELETRONICOS E INF.	(2.382.594,40)	(2.860.029,09)	1,8%
VESTUARIO E CALÇADOS	2.335.092,32	(14.120.605,17)	3,0%

No confronto da arrecadação do ICMS do comércio varejista no Distrito Federal, incluindo os recolhimentos do tributo do Simples Nacional, com a receita nominal ampliada do segmento pela Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE (PMC/IBGE) para o Distrito Federal até novembro de 2016, depreende-se que, na última observação, houve um leve aumento do ICMS, enquanto o faturamento do setor computou ligeira perda. O gráfico abaixo sugere possível alteração de tendência, uma vez que a média móvel começa a apresentar inclinação positiva.



Comércio Atacadista

As empresas atacadistas no Brasil registraram queda real de 1,9% no faturamento acumulado de 2016, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ABAD), apurados pela Fundação Instituto de Administração (FIA).

Considerando apenas o mês de novembro, o ganho da real do setor foi de 11,35% em relação ao mesmo mês de 2015.

No Distrito Federal o comércio atacadista continua apresentando bons resultados. A receita desse segmento contabilizou elevação real de 18,7% em dezembro em relação a igual mês de 2015 e ganho de 8,1% em 2016.

Variação de Arrecadação do ICMS em Dez/2016 (em R\$)

Ramos do Comércio Atacadista

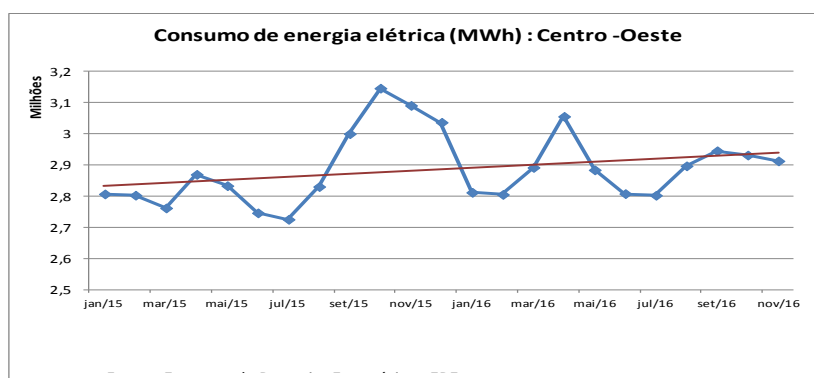
COMÉRCIO ATACADISTA	MÊS	ACUMULADO	% Part. ICMS
ALIMENTOS	6.975.076,84	36.206.241,42	4,6%
BEBIDAS	(222.085,04)	(10.575.635,16)	3,2%
MEDICAMENTOS	1.275.269,36	15.799.842,89	2,3%
PROD. ELETRONICOS E INF.	3.238.886,65	17.033.910,51	0,5%

Energia Elétrica

O consumo de energia elétrica no país caiu 1,2% em novembro, totalizando 38.645 gigawatts (GWh), segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A classe comercial teve queda de 5%, o que a EPE atribuiu às temperaturas mais amenas no mês e ao cenário econômico.

As classes industrial e residencial registraram estabilidade em relação a novembro do ano passado, com o consumo da indústria aumentando apenas 0,1% no mês e das residências 0,2%. No acumulado do ano até novembro, o consumo de energia pelo setor industrial caiu 3,2% na comparação com o mesmo período de 2015, o que indica ainda impossibilidade de visualizar, por meio da demanda industrial de eletricidade, recuperação da atividade econômica das indústrias.

O consumo de energia na região Centro-Oeste volta a apresentar queda em novembro após a diminuição em outubro, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Levando-se em conta que houve queda de 1,8% no consumo da região nos onze primeiros meses de 2016 diante de igual período de 2015, pode ser considerado satisfatório o desempenho da receita do ICMS de energia elétrica no Distrito Federal, onde se observa ganho real de 5,4% em 2016.



ICMS Brasil

Tendo em vista que na data do fechamento deste relatório apenas três unidades federadas (Distrito Federal, Paraná e Santa Catarina) disponibilizaram os dados da arrecadação à COTEPE/CONFAZ/MF (Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação/ Conselho Nacional de Política Fazendária/Ministério da Fazenda) o comentário sobre o comportamento da arrecadação do imposto em nível nacional fica prejudicado. Assim sendo deixamos de apresentar o comentário em questão.

Arrecadação do Regime Simplificado

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em dezembro de 2016 totalizaram R\$ 31,3 milhões, que representa um acréscimo de 8,65% em relação ao mês precedente. No mesmo período, houve acréscimo para o ICMS de 8,33%, porém retração para o ISS de 9,10%.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES						
Mês/Ano		ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
		Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
julho	2016	17.656.437,45	48.821	12.686.296,30	46.447	30.342.733,75
agosto	2016	18.099.147,89	50.049	12.160.745,00	46.308	30.259.892,89
setembro	2016	17.402.121,44	45.562	12.589.081,02	43.910	29.991.202,46
outubro	2016	15.401.970,03	43.390	13.142.783,96	46.557	28.544.753,99
novembro	2016	16.768.603,27	47.025	12.035.305,59	43.750	28.803.908,86
dezembro	2016	18.165.318,56	53.175	13.130.857,91	50.213	31.296.176,47

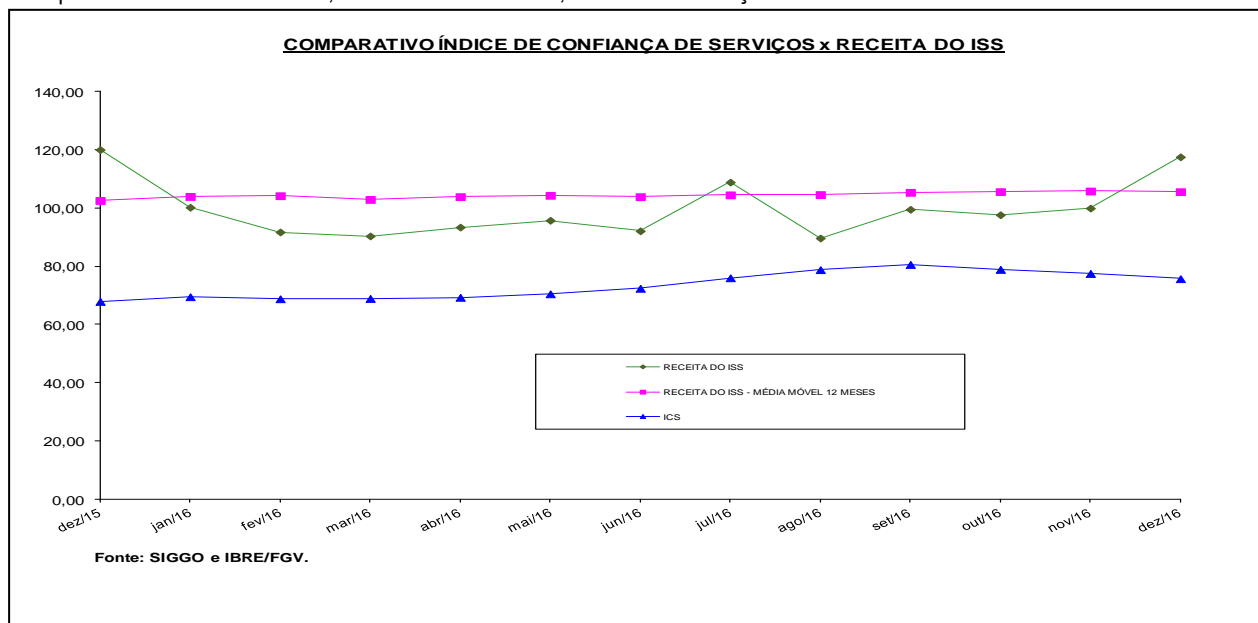
Nota: Nº de contribuintes pagantes.

Arrecadação do ISS

No mês de dezembro de 2016, a receita do ISS totalizou o montante de R\$ 150,1 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um decréscimo nominal de 2,1% na arrecadação, correspondente a um decréscimo real de 8,1%.

Quanto ao resultado acumulado do exercício de 2016, a receita do ISS alcançou o montante de R\$ 1.503,0 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 3,0% e queda real de 5,8%. Em ambas as comparações reais, utilizou-se o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento desse indicador, até dezembro de 2016, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



Observa-se que a arrecadação do ISS apresentou no mês de dezembro um expressivo aumento, o que, entretanto, não ocorreu com a média móvel referente aos últimos doze meses, que teve leve queda.

O ICS caiu 1,8 pontos na comparação com o mês anterior, na série dessazonalizada, ao passar de 77,5 para 75,7 pontos, configurando o terceiro mês consecutivo de queda.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passa a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2016, considerando todos os dados disponíveis.

Em 31 de dezembro de 2016, o cadastro fiscal do DF possuía 155.819 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir:

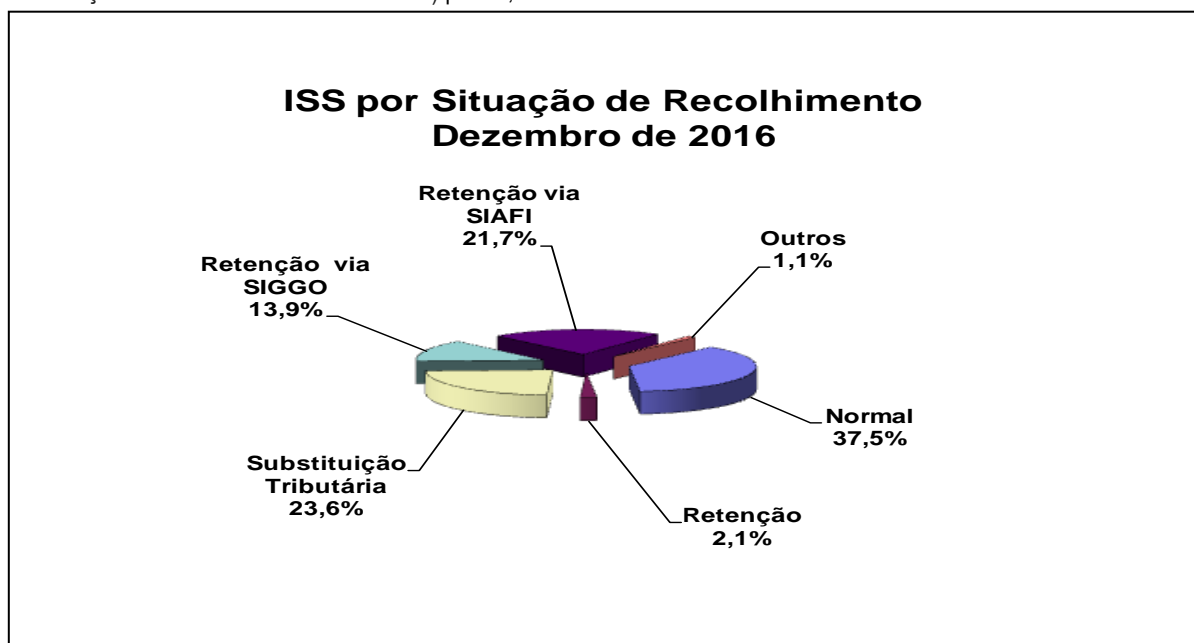
DEZEMBRO DE 2016											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	913	12.337	1.406	2.230	1.481	473	4.329	865	5.736	173	29.943
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) PRO-DF Logístico				1							1
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	4.647	15.360	11.575		11.430	4.204	7.434	5.119	18.903	1.647	80.319
5) SIMPLES NACIONAL	2.053	14.092	3.533	8	3.424	1.202	5.789	1.993	11.127	436	43.657
6) Sociedades Uniprofissionais	3	804	6	9	2	1	60	7	72	1	965
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				57							57
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)				42						1	43
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF	4	9	2	761	4		1		2		783
TOTAL	7.620	42.606	16.522	3.155	16.341	5.880	17.613	7.984	35.840	2.258	155.819
PARTICIPAÇÃO	4,89%	27,34%	10,60%	2,02%	10,49%	3,77%	11,30%	5,12%	23,00%	1,45%	100,00%

Fonte: CCALT/SUREC, em 31/12/2016.

No mês de dezembro de 2016 em relação ao mês anterior houve um acréscimo de 1.867 inscrições, tendo contribuído principalmente para isso o aumento de 3.055 inscrições do regime Normal de tributação o que compensou a diminuição de 1.835 inscrições ocorridas no regime do Simples Nacional.

Em termos de participação por localidade, 27,3% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,0% na circunscrição de Taguatinga e 49,7% nas demais localidades. Do total de inscrições, 19,2% estão no Regime Normal de Apuração, 51,6% no SIMEI, 28,0% no Simples Nacional, e apenas 1,2% nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em dezembro de 2016, o ISS Normal respondeu por 37,5% dos ingressos do imposto, a Substituição Tributária por 23,6% e a retenção via SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) por 21,7%.

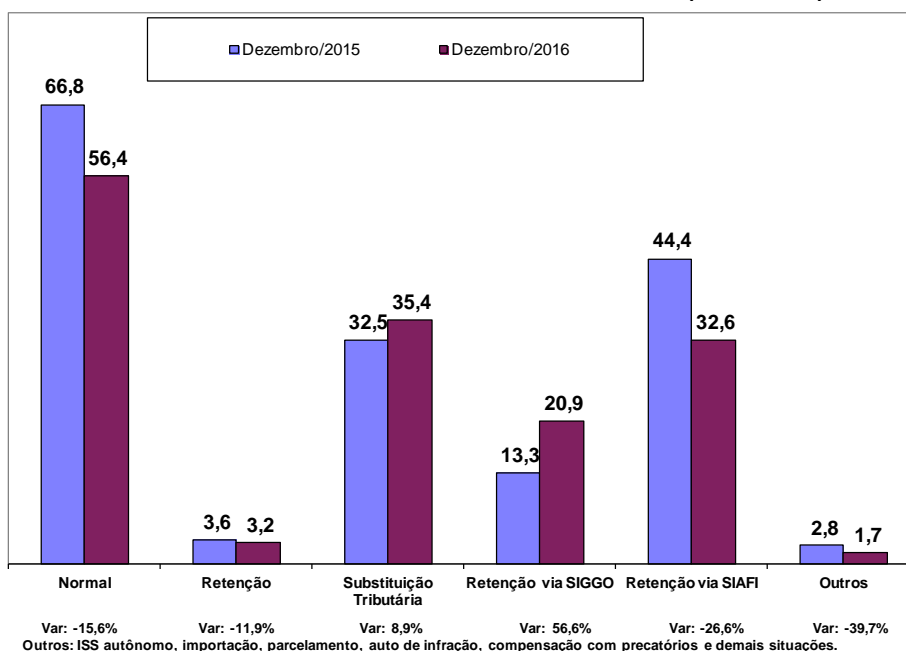


Verifica-se na tabela abaixo que no mês de dezembro de 2016, em comparação a igual período do ano anterior, houve queda real em todas as modalidades de recolhimentos à exceção das modalidades de recolhimento/retenção via SIGGO e Substituição Tributária.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (dez-16)
	dez/16		jan-dez/16		dez/16	jan-dez/16	
	dez/16	jan-dez/16	dez/15	jan-dez/15	dez/15	jan-dez/15	
Normal	56.377	650.934	66.762	675.729	-15,6%	-3,7%	37,5%
Retenção	3.173	35.590	3.604	47.917	-11,9%	-25,7%	2,1%
Substituição Tributária	35.431	390.050	32.532	384.402	8,9%	1,5%	23,6%
Retenção via SIGGO	20.895	125.041	13.341	132.063	56,6%	-5,3%	13,9%
Retenção via SIAFI	32.600	302.468	44.384	355.026	-26,6%	-14,8%	21,7%
Outros	1.672	24.095	2.771	26.577	-39,7%	-9,3%	1,1%
Total da Arrecadação	150.148	1.528.178	163.393	1.621.714	-8,1%	-5,8%	100,00%

Fonte: SIGGO
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

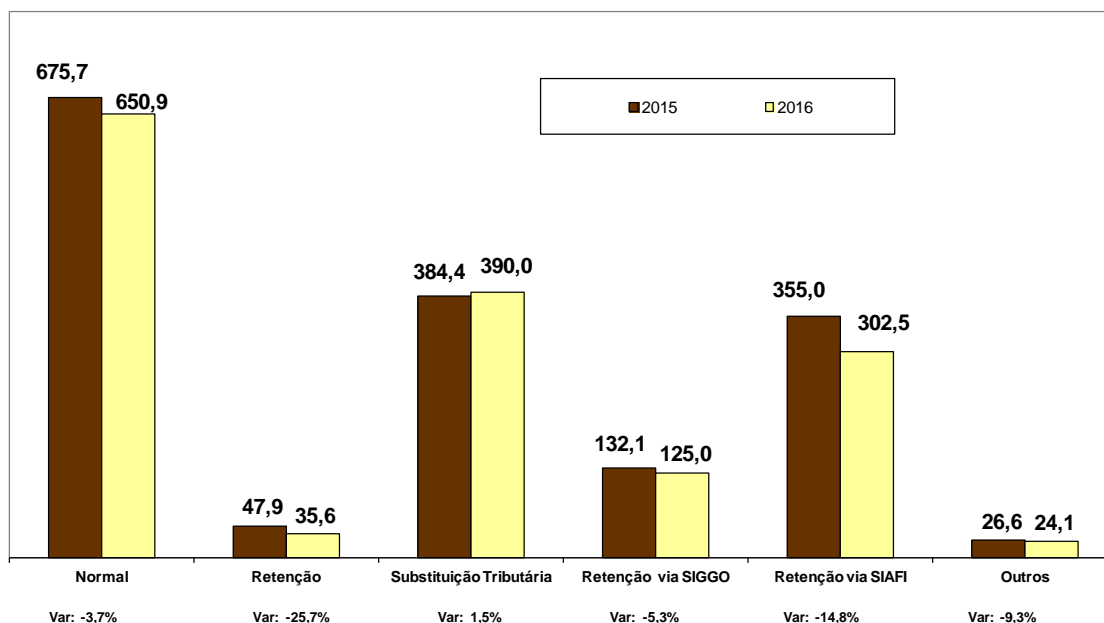
ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de Dezembro/2016 (INPC/IBGE)



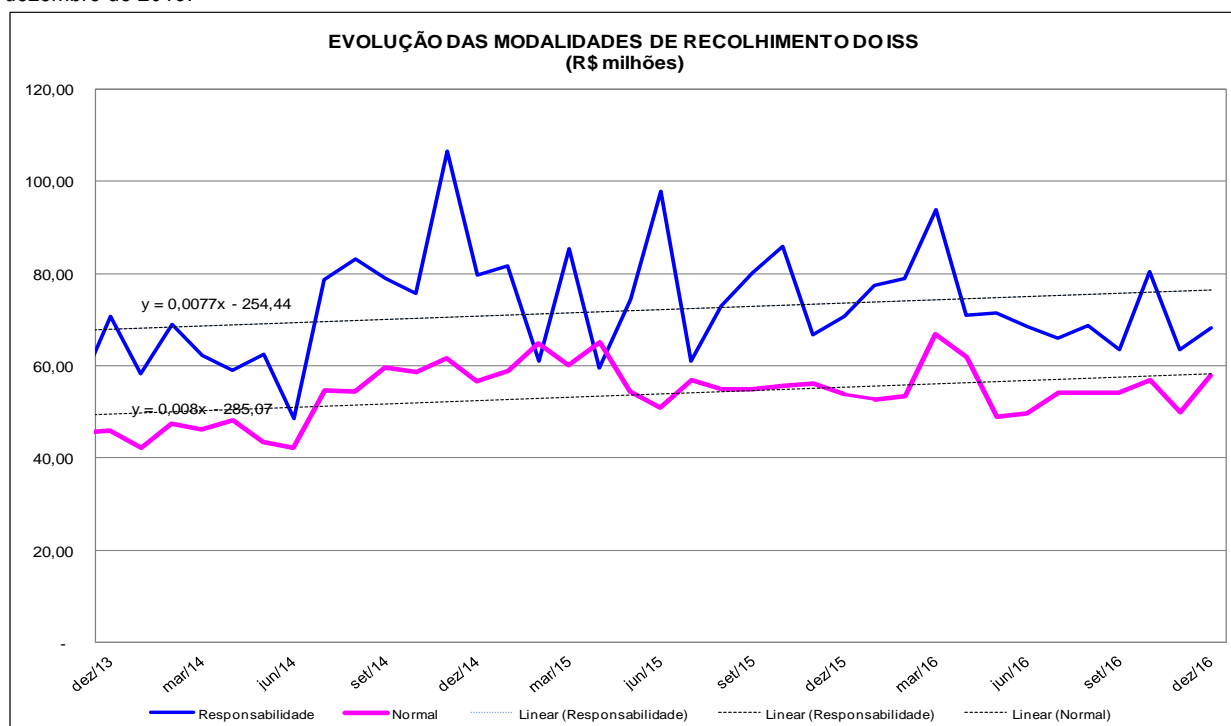
Delineando o decréscimo real de R\$ 13,2 milhões em dezembro de 2016 frente a igual mês de 2015, verifica-se que as maiores quedas ocorreram nas modalidades Retenção via SIAFI (-R\$ 11,8 milhões) e Normal (-R\$ 10,4 milhões). Por outro lado, o destaque positivo ficou para o aumento na modalidade Retenção via SIGGO (R\$ 7,6 milhões).

O gráfico abaixo, por sua vez, reflete a comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a dezembro de 2016 com a observada no mesmo período do ano anterior. Observa-se que houve queda em todas as modalidades de recolhimento à exceção da Substituição Tributária. As quedas mais expressivas foram observadas para as modalidades Retenção via SIAFI (-R\$ 52,6 milhões) e Normal (-R\$ 24,8 milhões).

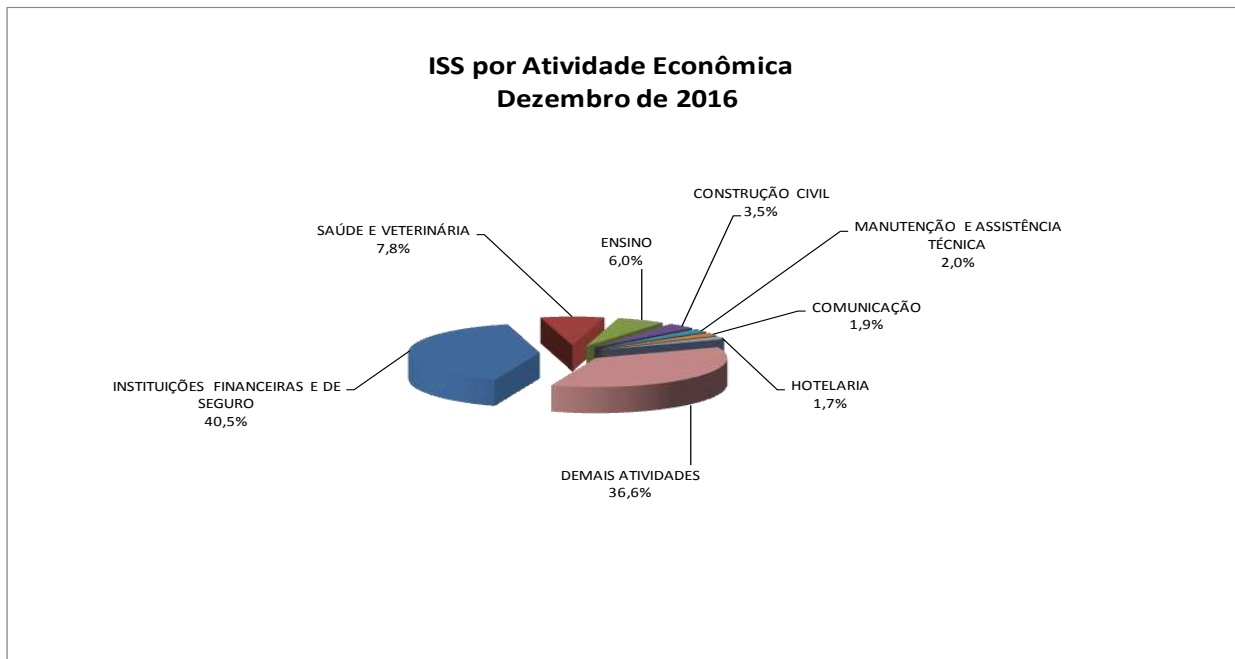
**ISS por situação de recolhimento
2016 contra 2015 (acumulado até dezembro)
Em R\$ milhões de dezembro/2016 (INPC/IBGE)**



O gráfico subsequente mostra a tendência de crescimento na arrecadação do ISS, tanto na modalidade Normal quanto nas modalidades sob responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO), desde dezembro de 2013.



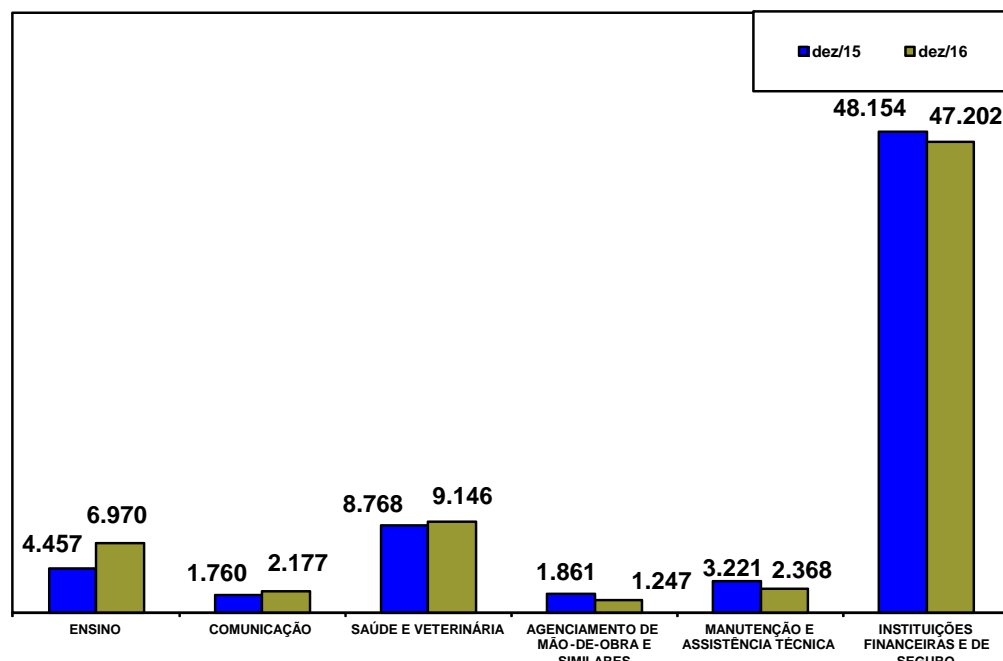
Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em dezembro de 2016, verifica-se pelo gráfico abaixo que a maior participação na arrecadação do imposto foi do segmento de instituições financeiras e de seguro, de 40,5%, seguido pelos segmentos de saúde e veterinária de 7,8% e de ensino de 6,0%.



Os gráficos a seguir discriminam a arrecadação do ISS realizado pelos principais setores econômicos, na comparação mensal. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para esta análise.

Na comparação da arrecadação dos segmentos econômicos de dezembro de 2016 com o correspondente mês do ano anterior verifica-se que o maior crescimento ficou a cargo de ensino (+R\$ 2.513 mil), seguido por comunicação (+R\$ 417,7 mil) e saúde e veterinária (+R\$ 378,1 mil). Por outro lado, as maiores quedas ocorreram nos segmentos de instituições financeiras e de seguro (-R\$ 952,1 mil), manutenção e assistência técnica (-R\$ 852,4 mil) e agenciamento de mão de obra e similares (-R\$ 614,4 mil).

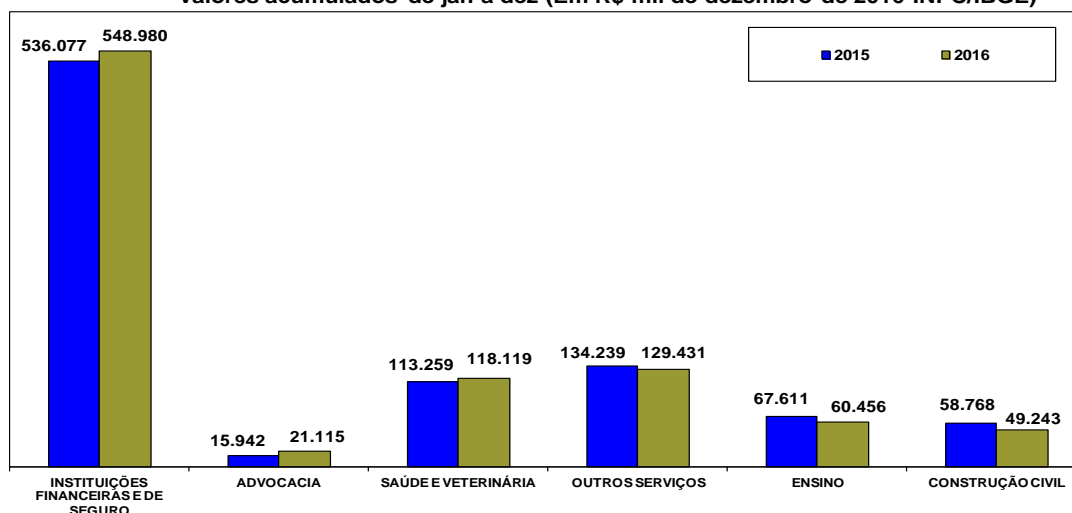
ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações Absolutas - Atividades Seleccionadas*
 Em R\$ mil dezembro/2016 (INPC/IBGE)



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação acumulada observa-se que os maiores aumentos em termos absolutos foram para os segmentos de instituições financeiras e de seguro (+R\$ 12.903,2 mil), de advocacia (+R\$ 5.173,3 mil) e de saúde e veterinária (+R\$ 4.859,9 mil). Por sua vez, as maiores quedas foram observadas nos segmentos de construção civil (-R\$ 9.525,7 mil), de ensino (-R\$ 7.155 mil) e de outros serviços (-R\$ 4.807,6 mil).

ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações - Atividades Seleccionadas
 *Valores acumulados de jan a dez (Em R\$ mil de dezembro de 2016-INPC/IBGE)



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

1.1.1.2. Fiscalização Tributária

As atividades da fiscalização tributária dividiram-se em quatro focos principais:

i) **Monitoramento:** acompanhamento do comportamento tributário e identificação de eventuais inconsistências para comunicação aos contribuintes com vistas à correção espontânea. São monitorados os contribuintes de segmentos econômicos específicos considerados relevantes, principalmente em termos de potencial de arrecadação (empresas de energia elétrica, combustível, comunicação, substitutos tributários etc.), bem como quaisquer outros em que o cruzamento de informações aponte indícios de irregularidades fiscais;

ii) **Auditorias:** realização de ações fiscais para constituição de crédito tributário em contribuintes com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias, identificados pela programação fiscal por meio de cruzamento de dados;

iii) **Diligências:** alcance de elevado número de contribuintes em ações pontuais, cujo objetivo maior é ostentar a presença do fisco;

iv) **Fiscalização de mercadorias em trânsito:** verificação da regularidade fiscal das mercadorias destinadas ao Distrito Federal e constituição de crédito tributário relativo às infrações identificadas em tais operações.

1.1.1.2.1. Programação Fiscal

Ações Fiscais – Resumo

Ações fiscais planejadas e distribuídas	Quantidade (em unidades)		
	Até o mês anterior, em 2016 (a)	No mês referência (b)	Até o mês de referência, em 2016 (a)+(b)
Auditorias	837	39	876
Diligências	760	29	789
Monitoramentos	396	31	427
Outros	24	3	27
Total	2.074	87	2.119

Obs: Divergências de valores apresentadas na coluna "Até o mês anterior" foram corrigidas no mês de dezembro de 2016.

Tipo de ação fiscal	Descrição do Indício/ /Procedimento esperado	Ações até até 30/11/20
AEC - ALÍ. FÓRA	Aproveitamento de créditos indevidos nas operações interestaduais	5
AEC - ANTECIPADO	Existência de ICMS Antecipado não recolhido no ingresso da mercadoria	3
AEC - CANCELAMENTO CDA / RETIFICAÇÃO LFE	Retificação de LFE ou alterações que implicaram em cancelamento de CDA	101
AEC - CARTÃO	Receitas informadas pelas administradoras de cartão e não escrituradas	229
AEC - CERBERUS		22
AEC - EX-REA		19
AEC - MISSING	NFE de saída emitida sem registro no LFE	24
AEC - OUTRAS NÃO ESPECIFICADAS	Auditorias especiais concentradas com indícios pontuais (não massificados)	392
AEC - PRO DF		1
AEC - VALOR FIXO SIMPLES NACIONAL	Uso indevido do pagamento simplificado de R\$ 62,50 por contribuinte que fatura mais do que R\$ 120mil/Ano	0
AEC - CARTÃO SIMPLES NACIONAL	Empresas que declararam na PGDAS receitas inferiores às declaradas pelas administradoras de cartão	29
AEC - IMOBILIZADO	Aquisição de ativo imobilizado com alíquota interestadual sem recolhimento do diferencial de alíquota	14
AUDITORIA	Auditorias sem escopo previamente definido	37
Baixa de Inscrição de Substituto	Auditoria em substituto tributário decorrente de baixa no CFDF	22
DIL. ESPECIAL		75
DIL. GEJUC/TARF	Diligências decorrentes do julgamento de processos	31
DIL. GEMAE	Diligências de monitoramento	217
DIL. NUOPE/GEAUT	Diligências realizadas pelo Núcleo de Op. Especiais, normalmente para reposta a demandas externas (CORF, PVF, MPDFT, TJDFT, e outros)	228
DIL. PREPARO	Diligências realizadas em contribuintes por motivos diversos	20
DILIGÊNCIA ESPECIAL	Projeto para verificações diversas	201
DILIGÊNCIA PADRÃO		5
DILIGÊNCIA X. KABRA	Diligência com o objetivo específico de fazer a leitura dos ECFs do contribuinte	12
MONITORAMENTO	Empresas para acompanhamento em monitoramento	427
OP ESPECIAL XK		-
OPERAÇÃO ESPECIAL		1
PERÍCIA JUDICIAL - ASSIST. TÉCNICO.		4
Totais		2.119

Projetos de diligências executados no mês de referência:

- ICMS ST dos segmentos cosméticos e material de limpeza, mercadorias oriundas de estados não signatários dos respectivos Protocolos e de estados signatários cujos substitutos não tenham inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CFDF);
- Diligências em empresas do Simples Nacional, para que haja correção espontânea de eventuais incorreções nas PGDAS, conforme indícios apurados com base no faturamento dos cartões de crédito;
 - Vistorias porta a porta, para verificar regularidade cadastral e emissão de Nota Fiscal;
 - Diligências para leitura do Emissor de Cupom Fiscal (ECF) em contribuintes selecionados pela GEPRO;
 - Vistorias em contribuintes que se encontram há mais de dois anos sem vistoria fiscal;
 - Diligências para estabelecimento de PMPF, para estabelecer o preço médio dos produtos para atualização da base de cálculo de combustíveis;
 - Visita a contribuintes substitutos e responsáveis tributários do ISS, para atender demandas SIGAC e processos, identificar novos substitutos do ISS e cobrar irregularidades;
 - Vistoria em shows e eventos a serem realizados, para cobrança do ISS devido.

1.1.1.2.2. Auditoria Tributária

Tem como foco principal, a realização de auditorias com vistas à constituição do crédito tributário. Abaixo quadro-resumo das ações fiscais realizadas e crédito tributário constituído:

	Nº AFR*	Distribuídas (a)		Concluídas com débito (b)		Concluídas sem débito (c)		Auditorias em andamento (d)	Crédito constituído (em R\$ 1.000) (e)	
		No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	Ao fim do mês	No mês	Até o mês
NUAUD I	07	8	98	8	66	1	12	19	32.442,36	301.779,38
NUAUD II	10	4	121	3	84	2	21	15	14.610,48	134.133,94
NPISS	05	6	115	5	79	2	21	14	50.411,88	91.558,75
FT-SN	05	5	24	3	15	0	1	10	15.826,84	29.417,44
NUOPE	05	5	249	9	59	3	174	9	134,47	398,92
NUAFI	02	0	17	0	17	0	0	0	-	32,32
TOTAL	34	28	624	28	320	8	229	67	113.426,02	557.320,75

1.1.1.2.3. Monitoramento e Auditorias Especiais

As atividades consistem basicamente no monitoramento dos contribuintes, por meio do acompanhamento constante do comportamento tributário com vistas à correção espontânea de desvios identificados. Nesse trabalho é feita a orientação aos contribuintes e emitidas notificações de lançamento com vistas à correção de irregularidades relativas à obrigação principal. Caso persistam as irregularidades, a empresa é incluída em auditoria com vistas à lavratura de auto de infração.

O “Malha DF” é um sistema que, por meio de cruzamento de dados, identifica divergências na escrituração fiscal dos contribuintes e dá oportunidade para a correção espontânea dessa escrituração. Estão detalhados nos quadros a seguir os resultados decorrentes desta atividade em 2016 até a presente data:

Autos de Infração lavrados – Núcleo de Monitoramento da Malha Fiscal Mês de referência: Dezembro/2016			
	Até o mês anterior, em 2016 (a)	No mês referência (b)	Até o mês de referência, em 2016 (a)+(b)
Quantidade	13	0	13
Crédito tributário constituído	27.226.089,46		27.226.089,46

Número de Atendimentos Virtuais Concluídos- Malha Fiscal

Até o mês anterior	No mês de referência (DEZ/2016)	ACUMULADO
3.838	581	4.419
CONTRIBUINTES		
JAN/NOV		84.425
DEZ		1.113
ACUMULADO TOTAL		85.538

Resultado de Alteração de Declarações: Dez/2016

	ICMS	ISS	SALDO CREDOR	ICMS_ST
JAN/NOV	1.278.105.263,98	109.520.319,09	118.109.827,21	349.054.741,91
DEZ	94.678.247,26	11.731.488,98	8.278.310,50	1.958.908,76
ACUMULADO TOTAL	1.372.783.511,24	121.251.808,07	126.388.137,71	351.013.650,67

Obs: Os números acima são referentes à alteração de declarações de contribuintes que foram objeto de ação pelo MALHA Fiscal DF, podendo ser exclusiva ou não.

Quantidade de ocorrências por tipos de divergência – Malha-DF Mês de referência: DEZ/2016					
Tipo de divergência	Até o mês anterior, em 2016 (a)	No mês de referência (b)	Até o mês de referência, em 2016 (a)+(b)	Saldo anterior	Saldo Atual de Divergências (considerando o estoque de 2015)
01 – Faturamento declarado no Livro Fiscal Eletrônico – LFE x Movimentação do Cartão Débito/ Crédito	447.209	13.326	460.535	535.157	536.710
02 – Saída de Mercadoria do Livro Fiscal Eletrônico – LFE x Saída de Mercadorias de NF-e emitidas	26.458	1.097	27.555	30.213	30.066
03 – Transporte do Saldo Credor do Mês Anterior	2.168	269	2.437	5.774	5.908
04 – Aproveitamento Indevido de Crédito	20.064	345	20.409	21.551	21.552
05 – Cupom Fiscal Analítico x Mapa Resumo ICMS	1.134	65	1.199	31.039	30.917

Quantidade de ocorrências por tipos de divergência – Malha-DF					
Mês de referência: DEZ/2016					
06 – Limite MEI x Compras NF-e	2.688	622	3.310	7.044	7.327
07 – Limite MEI x Faturamento do Cartão Débito/ Crédito	11.643	741	12.384	18.595	19.336
08 – Valor do ICMS ST – Nota Fiscal Eletrônica X ICMS – ST Declarado no LFE – Livro Fiscal Eletrônico.	3.016	158	3.174	4.168	4.139
09 – Valor do ISS da Nota Fiscal Eletrônica Nfe x Valor do ISS Declarado no Livro Fiscal Eletrônico – LFE	37.295	1.688	38.983	36.789	36.184
10 – Cupom Fiscal Analítico ICMS x Valor Contábil do Mapa Resumo Declarado no Livro Fiscal Eletrônico	1.302	117	1.419	63.986	63.906
11 – Valor da Nota Fiscal de Serviços – Valor Contábil Declarado no Livro Fiscal Eletrônico	57	14	71	965	981
12 – Valor da Nota Fiscal de Serviços (Simplificada) x Valor Contábil Declarado no Livro Fiscal Eletrônico	24	0	27	303	291
13 – Cupom Fiscal Analítico ISS x Valor Contábil do Mapa Resumo Declarado no Livro Fiscal Eletrônico	64	7	71	1.019	1.035
14 – Valor da Nota Fiscal (Código 01 e 04) – Valor Contábil Declarado no Livro Fiscal Eletrônico	276	9	285	6.246	6.263
15 – Valor da Nota Fiscal de Venda ao Consumidor – Valor Contábil Declarado no Livro Fiscal Eletrônico	44	9	53	377	374
16- LFe/Cartão/NFeXPGDAS	472.924	10.464	483.388	353.131	355.109
TOTAL	1.026.366	28.931	1.055.300	1.116.357	1.120.098

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES - MONITORAMENTO					
Núcleo	Quantidade contribuintes monitorados	Notificações emitidas	Empresas com irregularidades		Crédito Tributário induzido por monitoramento (R\$)
Monitoramento de Combustíveis	137 *	01	-		10.036.840,75
Monitoramento de Comunicação e Energia Elétrica	05**	10	-		-
Monitoramento do ICMS	448	39	-		18.518.904,51
Monitoramento do ISS – monitoramento substitutos tributários	528	116			14.335.851,65
Monitoramento do ISS – monitoramento de shows e eventos	273	-	-		1.303.021,40
Monitoramento de ME / EPP	42.000	55***	47		
TOTAL	43.391	220	47		44.194.618,31

(*) 6 concessionárias de transporte público, onde 4 concessionárias possuem benefício previsto na Lei 4.242/2008 com ICMS desonerado no valor de R\$ 5.381.610,33 e, também, mais 12 pontos de abastecimento. Não foram quantificados os monitoramentos (via SCANC) nas empresas distribuidoras de combustíveis e TRR.

(*) *sistema Telecom não disponível; (***) Termos de Exclusão do Simples Nacional-TEExSN

AUDITORIAS			Exclusão de empresas do Regime Simples Nacional	
Núcleo	Quantidade autos infração /auditorias	Crédito Constituído (R\$)	Núcleo	Quantidade contribuintes excluídos do regime
Monitoramento de Combustíveis	12	27.641.660,14	Monitoramento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	55
Monitoramento do ICMS	108	20.074.743,44		
Monitoramento do ISS	41	268.679,74		
Monitoramento Malha Fiscal -	13	27.226.089,46		
Monitoramento de Comunicação e Energia Elétrica - NUCEL	5	291.589.043,47		
TOTAL GEMAE	179	366.800.216,25		

1.1.1.2.4. Fiscalização de Mercadorias em Trânsito

Destaca-se a atuação do Centro de Monitoramento Eletrônico de Mercadorias em Trânsito, que com a utilização do aplicativo Posto Fiscal Eletrônico tem direcionado a fiscalização com base nas informações das Notas Fiscais Eletrônicas – NFe destinadas ao Distrito Federal.

Atividades realizadas - 2016

ITENS	TOTAL
Quantidade De Not Emitidas	5.053
Pagamento Decorrente Notificações	R\$ 95.681,07
Quant Danfes C/ Registro Passagem	421.363
Quantidade Autuações Realizadas	2.579
Valor Total Cred const Autuações	R\$ 169.868.321,63
Quantidade Dar/Gnre	588
Valor Total Arrecadado Dar/Gnre	R\$ 1
Operações Icms Imp Sem Desoneração	1.166
Arrecadação Icms Importação	R\$ 14.505.243,93
OPER Com Cred ICMS Imp Exonerado – Glmes	2.996
Valor IMP Exonerado	R\$ 884.291.520,43
ICMS Diferido Importação	R\$ 37.203.397,76
Notificações Analisadas	415
ICMS Original das Not Analisadas	R\$ 2.422.120,67
Pedidos de Denegação De Nfes SIMEI	25
Término De Denegação SIMEI	9
Despacho Detran	41

1.1.1.2.5. Controle de Processos Administrativos Fiscais

Análise da admissibilidade da impugnação, declaração de revelia bem como da verificação da consistência material e formal dos autos de infração.

1.1.1.3. Tributação**1.1.1.3.1. Julgamento do Contencioso Administrativo Fiscal**

Em 2014, foram julgados 1.013 processos com crédito constituído de cerca de R\$ 469,4 milhões, em 2015 662 processos, com crédito constituído de cerca de R\$ 3,03 bilhões, até dezembro de 2016 foram julgados cerca de 1.845 processos, correspondendo a R\$ 1,8 bilhões em termos de crédito tributário constituído.

Evolução do Crédito Tributário Julgado – 2014/2016

	2014	2015	2016
Crédito Tributário (R\$ bilhões)	0,47	3,03	1,8

Fonte: GEJUC/SGEJUC. Até dezembro de 2016.

Atualmente o estoque de processos aguardando julgamento é de cerca de R\$ 1,46 bilhão em termos de crédito tributário constituído, o que, comparado com o estoque ao final de dezembro de 2014, cerca de R\$ 3,7 bilhões, corresponde a uma redução nominal de 60,5% no estoque de crédito tributário decorrente do esforço de reorganização, realizado de junho de 2015 a dezembro de 2016.

Crédito Tributário Constituído/Estoque de Processos a Distribuir

	2014	2015	2016
Crédito Tributário (R\$ bilhões)	3,70	1,67	1,46

Fonte: GEJUC/SGEJUC. Até dezembro de 2016.

O desempenho auferido pela Primeira Instância durante o exercício de 2016, tanto em termos de valor de crédito tributário constituído, quanto em termos de quantidade de processos julgados, evidencia reflexos positivos das iniciativas de automação e racionalização de procedimentos e, também, das ações voltadas para o incremento da arrecadação própria do Distrito Federal, segundo as quais se buscou a seleção e distribuição de grupos de processos para julgamento por tema e similitude das autuações, objetivando maior eficiência e celeridade na atividade jurisdicional, maior valor de crédito tributário, otimização do tempo/trabalho de análise/relatoria e da avaliação/decisão da lide pelo corpo técnico.

Em termos quantitativos, o estoque de processo a julgar em dezembro de 2016 corresponde a 2.131 processos, contra 3.163 processos em dezembro de 2015 e 3.161 processos em dezembro de 2014.

No quadro a seguir são detalhados os quantitativos de processos julgados mês a mês ao longo de 2016 e o crédito tributário constituído correspondente.

Quantitativo de processos julgados/mês-2016 e Crédito Tributário Constituído

Mês	Número de Processos	Crédito Constituído Antes do Julgamento (R\$)
2016-01	65	174.457.242
2016-02	146	162.817.727
2016-03	291	29.210.804
2016-04	161	59.514.286
2016-05	143	79.789.413
2016-06	93	366.647.311
2016-07	76	268.301.049
2016-08	186	170.181.562
2016-09	295	41.834.246
2016-10	218	169.156.183
2016-11	229	39.740.709
2016-12	98	212.184.590
Total geral	2001	1.773.835.123

Fonte: GEJUC/SGEJUC – Até dezembro de 2016

Os resultados auferidos decorrem da busca constante da dinamização da sistemática de gestão e da contínua busca da efetividade administrativa.

Vale mencionar que a dinamização das ações da Administração Tributária, buscando o incremento da arrecadação do DF, refletiu naturalmente no quantitativo de lançamentos realizados pelo conjunto de unidades lançadoras da SUREC o que conseqüentemente reverbera no quantitativo de impugnações administrativas incrementando o estoque de crédito tributário e de processos a julgar. Entre janeiro e dezembro de 2016 ingressaram no estoque de processos cerca de 1.511 novos processos que somaram R\$ 1,87 bilhões em termos de crédito constituído.

GEJUC - Quantitativo de processos recebidos 2016 e Crédito Tributário Constituído

Ano-Mês	Quantidade de Processos	Valor Lançado (R\$)
2016-01	33	130.801.182,08
2016-02	88	36.122.320,89
2016-03	140	196.903.100,98
2016-04	186	320.902.439,95
2016-05	198	375.741.204,11
2016-06	233	186.415.851,37
2016-07	50	44.796.206,28
2016-08	72	70.378.773,17
2016-09	202	76.434.726,10
2016-10	202	357.653.873,08
2016-11	77	51.614.339,91
2016-12	30	19.151.620,07
Total geral	1.511	1.866.915.637,99

Fonte: GEJUC/SGEJUC – Até dezembro de 2016

Visando contribuir para o incremento de receitas, para a redução do tempo de resolução dos lançamentos sob impugnação administrativa, e para maior transparência externa e interna, a SEF vem atuando fortemente nas ações de modernização, automação e padronização de procedimentos.

O eixo principal desse processo de modernização tem sido o sistema SGEJUC, que tem contribuído para o considerável desempenho no exercício de 2016. No entanto, a consecução de maior eficiência envolve, também, a busca de um fluxo ágil/constante de informações com as unidades responsáveis pelos lançamentos tributários impugnados, visando aprimoramento do processo de constituição do crédito e do cumprimento de diligências/determinações. Merece registro, também, o permanente contato com as áreas atuantes na recuperação de créditos tributários, isto a fim de acelerar a recuperação/realização dos lançamentos tributários julgados em primeira instância, em vista da soma expressiva dos créditos tributários envolvidos.

No que diz respeito ao SGEJUC, cabe consignar que a SEF vem atuando em demandas que envolvem ajustes, correção e implementação de novas funcionalidades desse Sistema. Trata-se de evoluções, modernizações e correções necessárias e prementes, em face das metas definidas no planejamento estratégico da SEF; das alterações no campo jurídico institucional e da premissa de maior transparência e do melhor atendimento aos contribuintes.

Projetos/metras para 2017

Permanecem como prioridade o julgamento célere dos contenciosos fiscais e também ações que objetivam a eficiência e a eficácia administrativa pela contínua melhoria das atividades.

Dar prosseguimento à implementação do SGEJUC, bem como realizar alterações para automatizar atividades de Julgamento do Contencioso Administrativo-Fiscal e desenvolver demandas evolutivas voltadas à adequação do sistema às novas sistemáticas de lançamento, ao novo contexto jurídico e à gestão de transparência de atividades públicas, de acordo com Documento de Oficialização de Demandas - DOD nº 05/2015 e seguintes, assim como, alterações que estão em fase de análise para aprovação, desatacam-se as seguintes demandas

1.1.1.3.2. - Legislação Tributária

Conforme detalhado nos quadros a seguir, as propostas de alteração legislativa elaboradas 04 de janeiro a 3/12/2016, totalizaram 125 realizadas cumprindo as competências do setor e no desempenho de seus processos rotineiros

O setor de Esclarecimento de Normas produziu um total de **66** atos administrativos voltados ao esclarecimento de normas, de janeiro a dezembro de 2016. Estão incluídas neste total as demandas oriundas dos públicos externo (processo de Consulta) e interno (Solicitação de Esclarecimento de Normas – SEN).

Em que pese a diminuição do número de relatores, em um esforço adicional e com o ingresso de um parecerista, em meados deste ano de 2016, o setor conseguiu produzir mais pareceres do que o mesmo período do ano anterior. Isso tem sido o suficiente apenas para manter o nível de pendências fixo. Cumpre, pois, reiterar a imperativa necessidade de recomposição dos quadros de relatores do setor que demanda um mínimo de três relatores.

1.1.1.3.3. Controle e Acompanhamento de Processos Especiais

No que se refere aos Benefícios Fiscais existem em estoque o montante de 571 processos.

A SEF vem empreendendo esforços no sentido de automatizar e/ou simplificar os processos de reconhecimento de benefício fiscal de caráter não geral.

Nesse sentido, após reuniões com o Ministério de Relações Exteriores e com o Departamento de Trânsito – DETRAN – está em andamento a automatização do reconhecimento de isenções para embaixadas, organismos internacionais e seus respectivos funcionários.

Também está em desenvolvimento a utilização de plataforma virtual para trâmite e análise de processos de competência desse núcleo. Entre os processos que iniciarão esse novo procedimento insere-se o reconhecimento de redução de base de cálculo para empresas locadoras.

Ainda, de forma a promover a economicidade processual, a SEF vem alinhando entendimentos de análise com os constantes da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Desta forma, foram revistos critérios para reconhecimento de imunidade de templos bem como, gradativamente, está sendo revisado o lapso temporal de análise de documentos fiscais do interessado para o ano de fruição do benefício.

PERSPECTIVAS PARA 2017

PROJETO	OBJETIVOS
Regimes Especiais	<ul style="list-style-type: none"> - Criar modelos de requerimento de regime especiais e disponibilizá-los na internet, juntamente com a lista de documentos necessários; - Revisar, a legislação de regimes especiais e, se for o caso, propor alteração; - Revisar os Termos de Acordo de Regime Especial concedidos nos exercícios anteriores à publicação do novo PAF. - Propor melhor instrução dos processos visando reduzir o número de notificações e o tempo de permanência dos processos no NUPES. - informatizar o pedido e a análise dos processos de substituto tributário nos termos do Decreto nº 34063/2012. - Revisar os Atos Declaratórios de impressão conjunta NFST.

1.1.1.4. Cobrança Tributária

1.1.1.4.1. Gestão do Rito Especial

Diferencial de alíquotas do Comércio Eletrônico:

No ano de 2016, em função da Emenda Constitucional 87/2015 e do Convênio nº 93/2015, foi implementada, a cobrança do diferencial de alíquotas nas vendas efetuadas a consumidor final, localizado no Distrito Federal, por remetentes estabelecidos em outras unidades da federação.

Nessas operações, ao invés do destaque da alíquota interna do estado remetente, passa a ser destacada na NFe a alíquota interestadual e a diferença de alíquotas entre esta e a interna do estado de destino, partilhada entre este e o estado remetente.

Nesta partilha, caberá ao estado de destino 40% da diferença de alíquotas no ano de 2016, 60% no ano de 2017, 80% no ano de 2018 e, a partir de 2019, 100% da mesma.

Para o monitoramento dessas operações está sendo utilizado um painel na ferramenta Qlik View, que calcula o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando a cobrança efetiva dos valores devidos.

Também tem sido realizado um trabalho por telefone, visando à cobrança e ao esclarecimento de dúvidas sobre a matéria.

Até o mês de dezembro/2016, os dados parciais mostram que foi calculado o total de R\$ 276.204.403,74 de diferencial de alíquotas devido em função das notas fiscais enviadas para o DF. Deste total, R\$ 137.796.478,37 foram pagos, perfazendo 49,89%, restando a cobrar o valor de R\$ 138.407.915,10.

Esses dados ainda são parciais, já que os números de dezembro só estarão completos a partir do dia 15/01/2017, data do vencimento do diferencial de alíquotas devido pelos remetentes que possuem inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CFDF).

Rito Especial:

A sistemática do Rito Especial consiste em rotina que efetua o cruzamento entre as informações prestadas pelos contribuintes em seus Livros Fiscais Eletrônicos e os valores recolhidos nos respectivos períodos. Essa sistemática, tem se revelado de suma importância para a elevação da percepção de risco por parte do contribuinte, quanto à eficiência da administração tributária no controle das informações prestadas.

O trabalho desenvolvido no ano de 2016, consistiu na execução da rotina do Rito relativa ao 1º semestre de 2016, até o mês de abril e repescagens para os anos de 2013, 2014 e 2015, com a identificação de diferenças tributáveis no montante de R\$ 546.871.847,72, em desfavor de 53.167 contribuintes, tendo sido pago, a vista ou parcelado o montante de R\$ 73.169.812,06, correspondente a 13,38% do total identificado. Aqueles que não pagaram ou regularizaram as pendências, foram inscritos na Dívida Ativa.

Atendimento a demandas relativas ao Rito Especial:

Apesar de todo o esforço em sanear diversas situações antecipadamente à sua inscrição em dívida ativa, por meio de execução de rotinas preliminares, contatos telefônicos e comunicados via Agência Net, muitos contribuintes formalizam suas reclamações junto à SEF apenas por ocasião da inscrição de seus débitos em dívida ativa. Em razão disso, chegam inúmeras demandas de reclamação acerca dos débitos inscritos, por meio de processos administrativos, SIGAC ou encaminhados pela Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF), para análise dos pleitos e manifestação a respeito de sua pertinência.

Ações de correção/manutenção da carga e execução do Rito Especial:

A sistemática do Rito Especial é feita de forma automatizada. Todavia, para o seu funcionamento de forma eficaz faz-se necessária a constante intervenção em suas rotinas, bem como nas ações de carga de informações que o alimentam. Essa ação, absolutamente imperiosa para o desempenho do Rito Especial, é também desenvolvida no âmbito da Gerência de Gestão do Rito Especial (GCORE).

1.1.1.4.2. Cobrança Tributária

Diferencial de alíquotas do Simples Nacional:

No ano de 2016, em decorrência de previsão disposta na Lei Complementar nº 123/2006, que rege o regime do Simples Nacional e da Lei nº 5.558/2015, foi implementado o monitoramento e cobrança do diferencial de alíquotas incidente sobre as mercadorias para comercialização, adquiridas por empresas optantes pelo Simples Nacional, localizadas no DF, de fornecedores estabelecidos em outras unidades da federação.

A Lei nº 5.558/2015 limitou o valor do imposto apurado nesta diferença a 5% do valor da operação.

Como a apuração dos dados do DIFAL-SN é feita com base nos períodos de competência, os dados de dezembro só estarão disponíveis após o dia 20/01/2017, com a apresentação do LFE de dezembro. Por esta razão estamos apresentando os dados até o mês de novembro.

Até 30/11/2016, foram enviados, 191.527 comunicados aos contribuintes do DF, optantes pelo Simples Nacional, informando a existência de notas fiscais a eles endereçadas no total de R\$ 2.668.067.905,68, que poderiam estar sujeitas ao recolhimento do diferencial de alíquotas. Deste montante, R\$ 62.004.784,75 foram recolhidos.

Está sendo desenvolvido um painel na ferramenta Qlik View, para monitoramento dessas operações, que irá calcular o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando o início da cobrança efetiva dos valores devidos.

Até então, tem sido realizado um trabalho por telefone, visando à cobrança e o esclarecimento de dúvidas sobre a matéria.

Destaca-se também a realização de 4 seminários em conjunto com o SESCON, direcionados a contadores que participaram de palestras sobre o DIFAL do Simples Nacional e sua operacionalização.

Protesto:

Foram desenvolvidas ações de remessa de débitos inscritos em dívida ativa a Cartórios de registro de Protesto. Essa ação, iniciada no exercício de 2014, trouxe resultados financeiros bastante significativos, elevando sobremaneira o patamar do DF na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, visto que traz um novo elemento de risco para o contribuinte.

No ano de 2016 foram enviadas 29.350 CDAs para protesto, perfazendo um total de R\$ 901.162.918,29 e tendo sido pagas 11.721 CDAs, no valor de R\$ 397.318.059,58, a vista ou parcelados, o que significa um percentual de recuperação de 44,09%.

A implementação do Programa de Incentivo à Regularização do Distrito Federal (REFIS), no período de setembro a dezembro, com certeza colaborou para o incremento do percentual de recuperação apresentado.

Parcelamentos:

No exercício de 2016, foram deferidos 78.175 parcelamentos administrativos, no montante de R\$ 991.669.246,51.

Inscrição de Débitos em Dívida Ativa:

Os valores inscritos no exercício de 2016 perfazem o total de R\$ 1.662.393.571,17 referentes a 776.604 CDAs. Deste montante, foram pagos, a vista ou parcelado, R\$ 522.950.813,29, o que corresponde a 31,46% do total inscrito.

Intimação a contribuintes com Autos de Infração julgados pelo Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF):

Foram desenvolvidas ações de análise dos processos julgados pelo TARF e posterior envio de intimação aos contribuintes autuados.

Em 2016, foram intimados 266 contribuintes, perfazendo o valor de R\$ 252.205.354,77. Deste total, 56 efetuaram pagamento, à vista ou parcelado, no montante de R\$ 1.092.262,34.

REFIS

Coordenação do Programa de Incentivo à Regularização do Distrito Federal (REFIS) implementado a partir de setembro. Os resultados alcançados nesta ação foram os seguintes:

TRIBUTÁRIO:

Adesões	Pagamento a vista	Parcelamentos	Total
8.681	109.487.970,11	1	812.015.576,95

NÃO TRIBUTÁRIO:

Adesões	Pagamento a vista	Parcelamentos	Total
285	9.594.260,44	66.240.465,43	75.834.725,87

Suporte às Agências de Atendimento e manutenção de sistema:

Realizado suporte a todas as Agências de Atendimento ao Contribuinte, orientando os servidores daquelas unidades quanto aos procedimentos de inclusão/exclusão/manutenção de parcelamentos administrativos e protestos, bem como toda a gestão dos sistemas de parcelamento.

1.1.1.5. Cadastro e Lançamento Tributários

1.1.1.5.1. Tributos Diretos

Realizados esforços para o saneamento de inconsistências nos diversos cadastros de contribuintes, bem como para a melhoria dos processos de lançamento e arrecadação dos tributos diretos (IPTU, TLP, IPVA, ITBI e ITCD).

Lançamento de Tributos Diretos 2016

IPTU

Total de imóveis do cadastro	Quantidade de imóveis tributados	Total do IPTU lançado (excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
917.005	917.005	1.145.497.443,77	702.404.969,03

Obs: O total do lançamento inclui os imóveis da TERRACAP

IPVA

Total de veículos do cadastro	Quantidade de veículos tributados	Total do IPVA lançado (excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
1.217.502	1.162.150	R\$ 1.067.801.350,70	914.807.459,32

Impostos sobre a transmissão (ITBI e ITCD)

	Quantidade de transações tributadas	Imposto lançado	Total da receita (com acréscimos)
ITBI	40.977	375.321.065,97	321.892.222,15
ITCD	19.722	166.414.457,58	108.457.218,21
TOTAL	60.699	541.735.523,55	430.349.440,36

Com relação aos imóveis houve continuidade das ações de vistorias fiscais “in loco” para verificação de área construída. Foram realizadas aproximadamente 42.530 vistorias na região de Samambaia, Recanto das Emas e Santa Maria.

Tendo em vista a necessidade de atualização do cadastro de empresas integrantes do SIMPLES NACIONAL, não foram feitas vistorias de imóveis durante os meses de junho e julho de 2016.

A partir do mês de agosto foram retomadas as vistorias de imóveis para fins de atualização do Cadastro imobiliário Fiscal.

Destaque, que há projeto de atualização do cadastro imobiliário com base nos dados disponibilizados pela TERRACAP, que serão entregues em 2016 e ao longo do exercício de 2017. A partir do recebimento das imagens, serão efetuadas vistorias no local para verificação de inconsistências dos dados recebidos da TERRACAP.

1.1.1.5.2. Controle da Arrecadação e do Cadastro da Dívida Ativa

Seguem abaixo os dados relativos à Dívida Ativa do Distrito Federal:

		TRIBUTÁRIA AJUIZADAS	NÃO TRIBUTÁRIA AJUIZADA	TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA	NÃO TRIBUTÁRIA NÃO AJUIZADA
Saldo Anterior	QTDE. CDAS	1.488.469	47.209	945.970	7.449
(31/12/2015)	VALOR (R\$)	17.668.023.669,40	1.020.178.786,59	1.979.134.638,61	33.897.766,87
Acréscimos Legais	QTDE. CDAS				
(+)	VALOR (R\$)	2.016.900.271,11	121.279.304,86	154.554.001,11	5.239.133,11
Ajuizamentos/Inscrições	QTDE. CDAS	276.325	1.973	611.845	7.015
(+)	VALOR (R\$)	1.471.154.827,12	74.592.057,97	2.839.032.351,94	129.589.740,22
Exigibilidade Suspensa	QTDE. CDAS	492.089	9.875	433.331	4.124
(+)	VALOR (R\$)	7.460.751.338,50	183.546.764,17	5.815.257.678,28	164.946.758,18
Suspensões	QTDE. CDAS	332.197	5.821	346.047	2.744
(-)	VALOR (R\$)	6.923.378.961,01	135.363.468,90	5.634.812.933,34	157.303.751,06
Parcelamentos	QTDE. CDAS	159.775	4.054	87.160	1.379
(-)	VALOR (R\$)	535.157.648,86	48.183.295,27	177.336.144,43	7.640.863,28
Cancelamentos	QTDE. CDAS	13.376	434	152.767	1.119
(-)	VALOR (R\$)	135.213.817,41	10.233.793,02	350.635.041,77	2.445.647,26
BAIXA	QTDE. CDAS	66.535	1.860	219.256	1.814
(-)	VALOR (R\$)	2.214.728,63	25.776.451,68	173.329.499,93	6.239.147,99
Ajuizados	QTDE. CDAS			253.981	1.932

(-)	VALOR (R\$)			1.318.570.254,99	74.235.708,61
Precatórios Aguardando Requisitos ART 100 DA C.F.	QTDE. CDAS	117		124	1
(-)	VALOR (R\$)			3.108.600,51	2.143,84
	QTDE. CDAS	1.684.883	46.888	931.811	9.599
TOTAIS (31/12/2016)	VALOR (R\$)	20.691.339.066,64	1.180.039.904,72	3.130.186.194,97	85.806.136,34

1.1.1.5.3. - Tributos Indiretos

- Total de contribuintes de tributos indiretos ativos (2013 / 2016)

PESSOAS JURÍDICAS				PESSOAS FÍSICAS			
2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
165.957	185.860	220.390	234.725	14.880	14.657	14.203	13.906

Dentre as principais ações relacionadas ao Cadastro Fiscal do DF, destaca-se a Depuração Cadastral, que consiste em um conjunto de levantamentos sistêmicos para promover a alteração em massa da situação cadastral dos contribuintes. Essa alteração pode implicar medidas punitivas para o contribuinte (ex: suspensão ou cancelamento da inscrição) ou automatização de procedimentos visando à diminuição de processos em papel (ex: baixa automática de contribuintes cancelados há mais de 5 anos).

É também realizado o lançamento do Imposto Sobre Serviços - ISS devido pelos profissionais autônomos, os dados referentes a esta atividade estão discriminados abaixo.

ISS AUTONOMOS - 2016

	Quantidade de profissionais inscritos/lançados	Valor total Lançado	Valor total vencido até 31/12/2016	Valor pago até 31/12/2016	% inadimplência
Nível médio	3.388	3.490.497,80	2.614.249,35	774.900,61	70,36%
Nível superior	4.863	10.019.478,29	7.500.426,94	3.957.557,81	47,24%
TOTAL	8.251	13.509.976,09	10.113.676,29	4.732.458,42	53,22%

Realizado o controle das informações fiscais prestadas pelos contribuintes, que incluem a emissão de documentos fiscais e a escrituração fiscal eletrônica.

Além da nota fiscal eletrônica, há obrigatoriedade, no Distrito Federal, da emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe e do Manifesto de Documento Fiscal Eletrônico – MDFe. A obrigatoriedade do CTe iniciou-se em 2012 e a do MDFe em 2014.

Em 2016 teve início a obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal ao Consumidor – Eletrônica (NFC-e).

Quanto à recepção dos Livros Fiscais Eletrônicos, estão discriminadas abaixo as quantidades de declarantes e livros fiscais transmitidos:

Envio de LFE – 2015/2016

Mês/Ano	Livro Fiscal Eletrônico		
	Número de contribuintes	Qtd livros processados com sucesso	Qtd livros rejeitados
01/2015	70.833	102.366	8.958
02/2015	64.291	85.963	8.213
03/2015	72.334	111.063	14.867
04/2015	63.394	96.776	12.552
05/2015	67.576	101.777	9.853
06/2015	73.569	124.366	12.955
07/2015	75.203	139.849	15.61
08/2015	71.951	132.596	12.020
09/2015	74.857	217.782	15.070
10/2015	77.441	178.816	14.758
11/2015	74.805	141.920	13.847
12/2015	67.654	104.157	10.246
01/2016	76.855	127.013	12.152

02/2016	65.083	93.316	9.798
03/2016	68.462	100.071	10.504
04/2016	61.622	85.960	11.013
05/2016	78.940	133.676	18.408
06/2016	74.769	125.061	16.008
07/2016	73.404	111.835	14.126
08/2016	75.801	126.933	13.978
09/2016	76.819	139.659	17.262
10/2016	76.715	120.742	14.974
11/2016	77.047	124.933	14.912
12/2016	81.225	145.890	17.722

Com o objetivo de coibir a omissão na entrega do Livro Fiscal Eletrônico, foi iniciada em julho de 2014, ação visando à suspensão da inscrição cadastral dos omissos. Foram notificados 8.508 contribuintes, sendo que 5.736 foram efetivamente suspensos. Em 2015, a mesma ação foi iniciada em fevereiro com prazo para regularização até maio, tendo sido 10.533 contribuintes notificados e 3.069 contribuintes efetivamente suspensos. Em 2016 foram realizadas 12.086 suspensões de inscrição por omissão na entrega dos arquivos LFE.

Um ponto importante em relação ao LFE é a elaboração do Manual Técnico, que consolida as normas de diversas fontes relativas à geração dos arquivos do Livro Fiscal Eletrônico - LFE. Esse manual está sendo confeccionando para ser um produto único de referência para contribuintes e técnicos desenvolvedores de software para geração de arquivos LFE, observando-se a harmonização entre o Ato Cotepe 35/2005, a Portaria 210/2006 e as regras de validação do Programa Validador. O Manual foi submetido à COFIT para críticas e sugestões.

1.1.1.5.4. - Execução de Projetos Especiais

- Atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Nota Legal – DEZEMBRO/2016:

Atividade	Quantidade
Protocolos de reclamação para análise	90.903
Análise de reclamações	75.552
Autos de Infração gerados *	-
Processos analisados (consumidores)	44
E-mail's / demandas SIGAC respondidos	1.642
Documentos fiscais digitalizados	109.393
Número de contadores/CRC participantes de reuniões para dirimir dúvida sobre o LFE voltado para o PNL **	10
Treinamento de Agências de Atendimento da Receita sobre o PNL e o CCR Web	-

(*) Não houve emissão de auto de infração devido à edição do REFIS-DF; contudo, há cerca de 70.000 reclamações preparadas para a geração de autos; aguarda-se também a manifestação da PGDF sobre os critérios de rateio de 50% da multa com o consumidor ou o ingresso de ADIN contra a Lei nº 5.474/2015 (processo 127-002246/2015);

(**) As reuniões foram suspensas após a reunião realizada em junho em razão da proximidade da expectativa de disponibilização do novo portal do Agenci@Net.

1.1.1.6. - Atendimento ao Contribuinte

Ações desenvolvidas com o objetivo primordial de prestar um atendimento de qualidade cada vez melhor aos cidadãos que procuram a Subsecretaria da Receita, com destaque para a ampliação da oferta de serviços pela internet.

1.1.1.6.1. - Atendimento virtual

Eventos - atendimentos virtuais	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Central - 156 (atendimentos por telefone)	260.241	267.576	292.650	329.746	296.937	26.076
AGREM ¹	46.616	67.569	61.534	61.135	67.337	110.200
Agenci@net (serviços)	147.103	161.670	188.512	203.973	180.755	109.802
Nota Fiscal Avulsa – SENFA	34.462	46.144	65.312	97.406	123.796	166.166
Total	488.422	542.959	608.008	692.260	668.825	712.244

Fonte: AGREM e SIGAC

Observações:

1) Os serviços disponibilizados na área pública da página da SEF na internet não são quantificados e, portanto, não foram contabilizados acima;

2) Motivos da redução dos serviços prestados pela Agenci@net:

a) implantação do Registro e Licenciamento de Empresas (RLE) que reduziu, significativamente, os pedidos de inscrição, alteração e baixa de inscrições por este canal de atendimento;

b) Aumento do número de contribuintes que passaram a utilizar NFe e NFCe reduziu, significativamente, o número de Autorizações de AIDF.

1.1.1.6.2. - Arrecadação promovida pela Agência de Atendimento Empresarial

Item	2015	2016
Pagamentos efetivados em decorrência de cobranças	7.082.683,45	4.158.382,78
Lançamentos por notificação (REFIS)	0	5.314.748,32
Lançamentos por notificação, inscritos em DAT	12.995.444,70	36.836.719,62
Convênio ICMS 64-06 – alienação veículos locadoras	108.871,68	0,00
TOTAL	20.186.999,83	46.309.850,72

Fonte: AGE

Notificações De Lançamento AGEMP - 2016*				
EMPRESA	VALOR – R\$	SITUAÇÃO	CDA Nº	VALOR PAGO – R\$
BYTE COM INFORMÁTICA LTDA	8.861,40	INSCRITO EM DAT	50180341774	NÃO PAGO
AMBEV S/A	27.938.015,44	INSCRITO EM DAT	50180803417	AJUIZADO
ZTL DO BRASIL IMPORTAÇÃO	932.437,94	INSCRITO EM DAT	50180909932	NÃO PAGO
ATLANTICO SUL	363.844,99	INSCRITO EM DAT	50180924362	NÃO PAGO
BIOSINTETICA FARMACÊUTICA	7.705.550,99	PAGO PELO REFIS/DF		5.226.801,02
INTEROURO ALIMENTOS LTDA	71.873,90	PAGO PELO REFIS/DF		40.201,96
GRAVOMATIC INDÚSTRIA E SERV.	75.936,93	PAGO PELO REFIS/DF		47.745,34
Total constituído em 2016	37.096.521,59			5.314.748,32

* Dados acumulados até 31/11/2016.

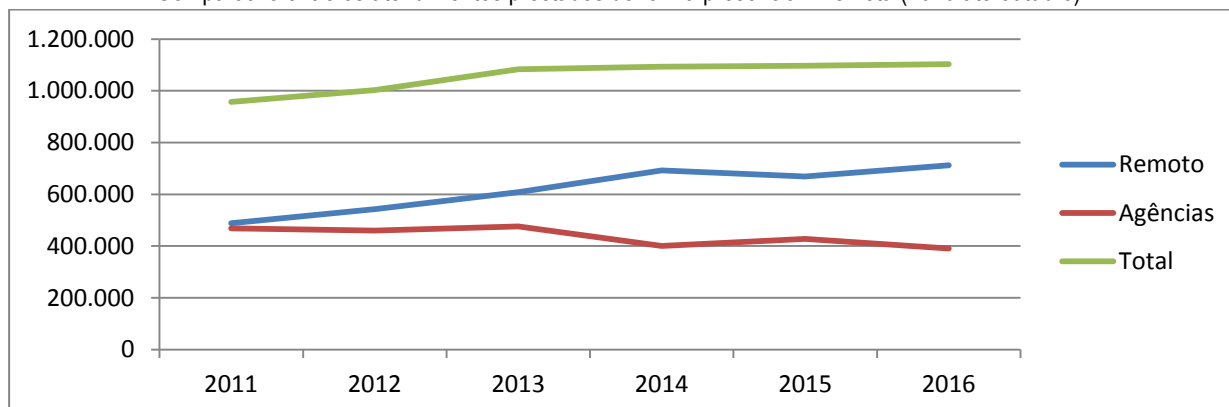
1.1.1.6.3. - Atendimento Presencial X Remoto

Ano	Canal	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL ANUAL
2011	Remoto	115.369	120.619	116.973	135.461	488.422
	Agências/CAEMI	123.473	130.997	114.283	100.205	468.958
	TOTAL	238.842	251.616	231.256	235.666	957.380
2012	Remoto	153.435	128.338	123.298	137.888	542.959
	Agências/CAEMI	127.341	132.073	126.047	74.341	459.802
	TOTAL	280.776	260.411	249.345	212.229	1.002.761
2013	Remoto	143.536	156.708	153.093	154.671	608.008
	Agências/CAEMI	121.529	132.174	112.071	109.952	475.726
	TOTAL	265.065	288.882	265.152	264.623	1.083.734
2014	Remoto	154.261	174.258	192.892	170.849	692.260
	Agências/CAEMI	107.224	98.605	103.935	91.010	400.774
	TOTAL	261.485	272.863	296.827	261.859	1.093.034
2015	Remoto	174.814	168.638	164.422	160.951	668.825
	Agências/CAEMI	94.797	114.975	122.027	96.074	427.873
	TOTAL	269.611	283.613	286.449	257.025	1.096.698
2016	Remoto				*	712.244
	Agências/CAEMI	100.949	101.801	89.220	99.132	391.102
	TOTAL					1.103.346

Fontes: BD OS-COATE nº 36/2007 e AGREM .

*Acumulado de Janeiro a Dezembro 2016

Comparativo entre os atendimentos prestados de forma presencial x remota (2016 até outubro)



1.1.1.6.4. - Inscrições e alterações promovidas no Cadastro Fiscal do DF

Mês	Quantidade de inscrições	%	Quantidade de alterações	%	TOTAL
Janeiro	303	10,76	2.513	89,24	2.816
Fevereiro	296	7,05	2.484	92,95	2.780
Março	332	10,42	2.855	89,58	3.187
Abril	288	9,03	2.901	90,97	3.189
Maio	286	8,60	3.040	91,40	3.326
Junho	357	9,25	3.503	90,75	3.860
Julho	319	9,09	3.189	90,91	3.508
Agosto	347	10,29	3.024	89,71	3.371
Setembro	362	10,47	3.095	89,53	3.457
Outubro	331	9,23	3.254	90,77	3.585
Novembro	280	9,93	2.541	90,07	2.821
Dezembro	306	8,86	3.147	91,14	3.453
TOTAL	3.807	9,67	35.546	90,33	35.900

Fonte: SIGEST/CAEMI

1.1.1.6.5. - Agências: Inscrições e alterações promovidas no Cadastro Fiscal do DF

Mês	Quantidade de inscrições	%	Quantidade de Alterações	%	TOTAL
Janeiro	102	5	56	35	158
Fevereiro	108	1	68	39	176
Março	104	2	141	58	245
Abril	89	5	73	45	162
Maio	135	3	49	27	184
Junho	149	6	76	34	225
Julho	94	0	93	50	187
Agosto	129	6	67	34	196
Setembro	110	4	63	36	173
Outubro	69	3	40	37	109
Novembro	80	5	44	35	124
Dezembro	75	5	90	55	165
TOTAL	1.244	9,1	860	40,9	2.104

Fonte: SIGEST

Observações: As inscrições e alterações realizadas pela AGEMP (substitutos tributários e comércio eletrônico) representaram 38% deste tipo de serviço realizado nas Agências.

1.1.2. TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

O TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS é um órgão colegiado, paritário, integrado por 14 Conselheiros efetivos e igual número de suplentes, sendo 07 representantes do Distrito Federal, integrantes da Carreira Auditoria Tributária e 07 representantes dos contribuintes, indicadas por entidades representativas da sociedade organizada.

A Fazenda Pública é representada no TARF por dois procuradores integrantes da Carreira de Procuradores do Distrito Federal.

A Presidência do TARF é exercida por um Conselheiro representante do Distrito Federal, que também preside a Primeira Câmara, e, a Vice-Presidência, por um Conselheiro representante dos contribuintes, que preside a Segunda Câmara. O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos pelos seus pares para mandato de um ano, permitida a reeleição. As decisões são tomadas por maioria de votos, cabendo à Presidência o voto de desempate.

Dados Estatísticos – 2012 A 2016

Recurso Voluntário	194	66	382	85	11
Reexame Necessário	38	28	40	00	1
Recurso Extraordinário	38	2	34	4	9
Reexame Necessário ao Pleno	16	-	17		
Recurso Contra a Decisão do Presidente	4	2	4		
Embargos de Declaração	78	2	18	0	6
Pedido de Avocação	1	1	-		
Recurso de Jurisdição Voluntária	166	135	189	37	67
TOTAL	535	236	684	87	97

	2012	2013	2014	2015	2016
QUANTITATIVO DE PROCESSOS PARA JULGAMENTO	479	505	78	94	28
RECURSOS NEGADO SEGUIMENTO	1	30	18	29	4
RECURSOS RECEBIDOS POR ESPÉCIE					
Recurso Voluntário	3	57	70	62	97
Reexame Necessário	3	30	9	98	3
Recurso Extraordinário	2	3	6	7	2
Reexame Necessário ao Pleno	9	7	3	0	
Recurso Contra a Decisão do Presidente	2	-	2	1	3
Embargos de Declaração	1	4	9	4	8
Pedido de Avocação	-				
Recurso de Jurisdição Voluntária	0	237	56	9	66
TOTAL	20	338	36	04	79

RECURSOS PAUTADOS	2012	2013	2014	2015	2016
	348	261	94	91	63
RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE					
Recurso Voluntário	79	61	41	86	28
Reexame Necessário	32	14	3	1	1
Recurso Extraordinário	13	1	4	5	2
Reexame Necessário ao Pleno	15	10	18	1	3
Recurso Contra a Decisão do Presidente	3	0	1	1	2
Embargos de Declaração	133	18	4	4	3
Pedido de Avocação	1	0	0	0	0
Recurso de Jurisdição Voluntária	32	96	244	119	109
TOTAL	308	200	485	487	448

DECISÕES	2012	2013	2014	2015	2016
NEGADO PROVIMENTO	123	150	374	392	329
DADO PROVIMENTO	29	30	71	50	52
FEITO ANULADO	4	1	1	1	4
PROVIMENTO PARCIAL	9	12	17	16	18
NÃO CONHECIDO O RECURSO E EMBARGOS	141	6	21	28	42
DECISÃO DE PRIMEIRA INST. ANULADA	0	0	1	0	3
DECISÃO CAMERAL ANULADA	1	0	0	0	0
RECURSO PREJUDICADO	1	1	0	0	0
TOTAL	308	200	485	487	448

ACÓRDÃOS PUBLICADOS	2012	2013	2014	2015	2016
1ª CÂMARA	48	21	108	128	144
2ª CÂMARA	47	20	110	133	161
PLENO	172	109	227	154	115
TOTAL	273	150	445	415	420

1.1.3. REFAZ

Representação do Distrito Federal na Comissão Técnica Permanente do ICMS – REFAZ é uma estrutura organizacional que visa, dentre outras atribuições, assistir e assessorar o Secretário de Estado de Fazenda nos assuntos de competência do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ; representar o Distrito Federal na COTEPE/ICMS; assessorar o Secretário de Fazenda nas questões tributárias nacionais junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo Federal.

Principais atividades desenvolvidas:

1) Assessoramento ao Secretário de Fazenda ou seu representante nas reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ – em 4 (quatro) Reuniões Ordinárias (160ª a 163ª) e 15 (quinze) Reuniões Extraordinárias (256ª a 270ª);

2) Assessoramento ao Secretário de Fazenda ou seu representante nas 3 (três) Assembleias da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF;

3) Participação em reuniões da Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE/ICMS – para apreciação e discussões de propostas de convênios, protocolos, ajustes e atos COTEPE em 4 (quatro) reuniões ordinárias (163ª a 166ª) e 17 (dezesete) reuniões extraordinárias (246ª a 262ª);

4) Participação nas reuniões da Câmara Técnica Permanente da ABRASF;

5) Assessoramento o Secretário de Fazenda no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e na Câmara Distrital.

- Em decorrência das reuniões ocorridas, no âmbito do CONFAZ, foram celebrados e publicados os seguintes atos: 142 Convênios ICMS; 78 Protocolos ICMS; 25 Ajustes SINIEF.

1.1.4. GESTÃO FINANCEIRA

1.1.4.1. Despesa Pública

Para o acompanhamento da despesa pública por parte dessa Coordenação são observadas as seguintes atribuições:

- a. Elaboração da programação financeira anual;
- b. Execução e controle da programação financeira;
- c. Análise e controle das folhas de pagamentos de pessoal custeadas com recursos do Tesouro;
- d. Análise e controle da programação financeira para o repasse dos recursos financeiros da administração indireta, entidades dependentes do Tesouro, (Fundações, Autarquias e Empresas Públicas);
- e. Liberação dos limites financeiros programados a liquidar, solicitados pelas Unidades Gestoras por meio de ofícios e mensagens no Comunica/SIGGO;
- f. Emissão de pareceres (financeiros e sobre outros aspectos pertinentes às normas financeiras), em processos enviados à SUTES pelos diversos órgãos/entidades do complexo administrativo do GDF;
- g. Ajuste periódico da programação financeira, visando adequar o cronograma de desembolso à execução orçamentária;
- h. Orientação técnica às Unidades Gestoras sobre aspecto da gestão da despesa pública, no que tange às normas de execução financeira em vigor. Para tanto, os meios utilizados são: mensagens via SIGGO, contatos telefônicos e pessoalmente, despachos em processos etc.

1.1.4.1.1. Programação Financeira

Para viabilizar o cumprimento das metas fiscais e o efetivo controle das finanças públicas, foi editado o Decreto nº 37.093, de 28/01/2016, aprovando os limites anuais e mensais da programação financeira de 2016, para o Poder Executivo do Distrito Federal, estabelecendo cronograma para pagamento de pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida consolidada, conforme valores detalhados nos Anexos II a VII do citado decreto.

Considerando a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do DF e o ajuste do fluxo de gastos previstos na Lei Complementar nº 101/2000; visando a redução do custo da máquina Pública; objetivando o funcionamento contínuo dos serviços públicos, a manutenção das obras e investimentos, bem como a preservação dos empregos públicos e, ainda, o pagamento a fornecedores e aos servidores públicos do Distrito Federal, foi criada em 2015 e ainda continua em vigor, a Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (GOVERNANÇA-DF), conforme Decreto nº 36.240, de 02/01/2015.

Os limites anuais e mensais da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas do DF foram programados no SIGGO na proporção de duodécimos das dotações orçamentárias autorizadas na LOA/2016, em atendimento ao art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 79 da LDO/2016 (Lei nº 5.514, de 03/08/2015), que estabelecem o repasse financeiro até o dia 20 (vinte) de cada mês, de acordo com critérios estabelecidos entre os Poderes Executivo e Legislativo. As dotações autorizadas para as unidades orçamentárias que compõem a função legislativa na LOA/2016 (CLDF e TCDF), portanto, o Poder Legislativo, representa o valor total de R\$ 870 milhões e estão apresentadas na 3ª Coluna do Quadro 1, por categoria de gastos.

A AEEF/GAB/SEF, considerando o hiato temporal entre o envio do Projeto de LOA-PLOA e a publicação no final de 2016 da LOA, reavaliou as estimativas das receitas de origens tributárias e apontou uma frustração da ordem de R\$ 361,5 milhões. Assim, a COFIN procedeu a reestimativa com fundamento no histórico real de arrecadação do triênio 2013 a 2015 e assinalou para uma frustração em torno de 133,3 milhões para receitas não tributárias (não estimadas pela AEEF/GAB/SEF). Desta forma, o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o exercício 2016 apresentou o contingenciamento de 494,8 milhões de receita.

Para os órgãos do Poder Executivo foram programados, conforme Quadro 1, abaixo, um total de R\$ 29.448.793.561, nos grupos de despesas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de um total de R\$ 32.605.678.893 das dotações orçamentárias aprovadas na LOA/2016, incluindo a Reserva de Contingência (grupo 9) e o Poder Legislativo.

QUADRO 1 – Valores Programados (Poder Executivo e Legislativo)

R\$ 1,00

CONSOLIDADO	LOA-2016 (INICIAL)	PODER LEGISLATIVO	VALORES CONTINGENCIADOS	PODER EXECUTIVO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.072.024.157	625.307.309		19.446.716.848
2 - Juros e Encargos da Dívida	258.841.307			258.841.307
3 - Outras Despesas Correntes	7.483.683.415	218.008.518	1.381.168.643	5.884.506.254
4 - Investimentos	3.289.971.929	26.813.490	150.879.522	3.112.278.917
5 - Inversões Financeiras	380.327.285		84.031.380	296.295.905
6 - Amortização da Dívida	450.154.330			450.154.330
SUBTOTAL	31.935.002.423	870.129.317	1.616.079.545	29.448.793.561
9 - Reserva de Contingência	670.676.470			670.676.470
TOTAL	32.605.678.893	870.129.317	1.616.079.545	30.119.470.031

Fontes: Lei nº 5.601, de 30/12/2015 (LOA/2016); Decreto nº 37.093, de 30/01/2016 (Programação Orçamentária e Financeira/2016)

1.1.4.2. Execução da Despesa Pública (Janeiro a Dezembro/ 2016)

Quadro 2 – VALORES AUTORIZADOS E EXECUTADOS/2016

R\$ 1,00

Despesas Fiscais	Despesas Autorizadas (A)	Despesas Realizadas (B)	Realização (%) B/A
Despesas correntes (I)	29.898.292.704	25.795.693.636	86,28
Pessoal encargos sociais (a)	21.215.041.412	19.103.785.074	90,05
Juros e encargos da Dívida (b)	236.086.235	197.127.951	83,50
Outras Despesas Correntes (c)	8.447.165.056	6.494.780.612	76,89
Despesas de Capital (II)	3.517.881.221	866.243.222	24,62
Investimentos (d)	2.993.865.440	561.278.778	18,75
Inversões Financeiras (e=e1 + e2)	296.058.448	80.700.700	27,26
Concessão de Empréstimos (e1)	177.400.737	11.255.093	6,34
Outras Inversões (e2)	118.657.711	69.445.607	58,53
Amortização de Dívida (f)	227.957.332	224.263.744	98,38
Despesa Primária (III) = (I) + (II) - (b + e1 + f)	32.250.713.840	25.924.325.627	80,38
Reserva de Contingência	493.534.156	0	0,00

Fonte: SIAC/SIGGo-2016. Consulta extraída em 10/01/2017 no SIGGo Gerencial da Execução Orçamentária por Categoria de Gasto, sendo (A) Desp. Autoiz+Bloq e (B) Empenho Liquidado - Posição ABERTA

Os dados do Quadro 2 demonstram que do total de R\$ 32.250.713.840 das dotações programadas para despesas primárias, sendo que, 80,38% já foram realizadas no exercício 2016. Para tanto, considerou-se como despesa realizada o total da despesa empenhada e liquidada. Ressaltando-se que, para o alcance desse percentual, foram excluídas as despesas com juros e encargos da dívida pública, concessão de empréstimos e amortização da dívida pública. Cabendo frisar que 90,05% da despesa com pessoal e encargos sociais, 76,89% de outras despesas correntes e 18,75% de investimento foram executados em 2016.

1.1.4.2.1. Programação Financeira (Exercício/2016)

Para viabilizar o cumprimento das metas fiscais e efetivo controle das finanças públicas, foi editado o Decreto nº 37.093, de 28/01/2016, aprovando os limites anuais e mensais da programação financeira de 2016 para o Poder Executivo do Distrito Federal, estabelecendo cronograma para pagamento de pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida consolidada, conforme valores detalhados nos Anexos II a VII do citado decreto.

Considerando a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do DF e o ajuste do fluxo de gastos previstos na Lei Complementar nº 101/2000; visando a redução do custo da máquina Pública; objetivando o funcionamento contínuo dos serviços públicos, a manutenção das obras e investimentos, bem como a preservação dos empregos públicos e, ainda, o pagamento a fornecedores e aos servidores públicos do Distrito Federal, foi criada, em 2015 e continua em vigor, a Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (GOVERNANÇA-DF), conforme Decreto nº 36.240, de 02/01/2015, que dispõe sobre GOVERNANÇA-DF no âmbito do DF.

Os limites anuais e mensais da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas do DF foram programados no SIGGO na proporção de duodécimos das dotações orçamentárias autorizadas na LOA/2016, em atendimento ao art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 79 da LDO/2016 (Lei nº 5.514, de 03/08/2015), que estabelecem o repasse financeiro até o dia 20 (vinte) de cada mês, de acordo com critérios estabelecidos entre os Poderes Executivo e Legislativo.

A AEPOF/UEE/SEF, considerando o hiato temporal entre o envio do Projeto de LOA-PLOA e a publicação no final de 2015 da LOA, reavaliou as estimativas das receitas de origens tributárias e apontou uma frustração da ordem de R\$ 361,5 milhões, já para as receitas de origens não tributárias a COFIN reestimou fundamentado no histórico real de arrecadação do triênio 2013 a 2015 e assinalou para uma frustração em torno de 133,3 milhões. Desta forma, o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o exercício 2016 apresentou o contingenciamento de 494,8 milhões de receita.

1.1.4.3. Fundo Constitucional do Distrito Federal

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) tem orçamento para 2016 no valor de R\$ 12.017.318.201,00. Lei nº 13.255, de 14/01/2016, publicada no DOU nº 10, 15/01/2016, seção 1. A partir de janeiro de 2017, em face da determinação do Acórdão nº 2334/2016-TCU-Plenário, que restabeleceu a sistemática de execução orçamentário-financeira vigente até o exercício de 2014, referidas áreas passarão executar seus orçamentos no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal).

A tabela abaixo demonstra, por área, grupo de natureza de despesa e outros benefícios, o quê foi orçado inicialmente e o cenário atual.

Tabela 1

		Em R\$ 1,00		
ÁREA	DESPESA	VALOR INICIAL	VALOR ATUAL	% ATUAL
Segurança	Pessoal	5.924.962.657	5.579.305.062	-6%
	Outros Benefícios	272.910.120	259.330.120	-5%
	Custeio	783.906.349	854.016.378	9%
	Investimento	127.331.254	46.458.820	-64%
	SUBTOTAL	7.109.110.380	6.739.110.380	-5%
SEE e SES	Pessoal - Educação	2.345.425.157	2.385.425.157	2%
	Pessoal - Saúde	2.562.782.664	2.892.782.664	13%
	SUBTOTAL	4.908.207.821	5.278.207.821	8%
TOTAL FCDF		12.017.318.201	12.017.318.201	-

Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a novembro/2016

Os percentuais da coluna % ATUAL refletem os remanejamentos efetuados no decorrer do exercício entre a dotação inicial e a final, observando-se que houve decréscimo para alguns grupos de despesas e acréscimo em outros.

Os dados da tabela acima demonstram que o maior impacto relativo às alterações solicitadas pelas Unidades Gestoras da área de segurança pública foi para atender o custeio da própria segurança pública, isto aconteceu em virtude do aumento concedido, em setembro/2016, no auxílio moradia dos policiais militares e bombeiros militares.

No corrente exercício, os remanejamentos orçamentários solicitados e autorizados pela Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração (SPOA/MF), até o mês de novembro/2016, somam o montante de R\$ 729.281.400,00, correspondendo alteração no orçamento inicial em torno de 6,07%, sendo: R\$ 359.281.400,00 para a área de segurança pública e R\$ 370.000.000,00 para assistência financeira à execução de serviços públicos de educação e saúde.

1.1.4.3.1. Análise de processos e documentos que demandam recursos

No período em análise (janeiro a novembro/2016) foram emitidas, aproximadamente, 83 (oitenta e três) manifestações em instrução processual, referentes a aspectos orçamentário e financeiro dos pleitos oriundos das Unidades Gestoras que compõem o FCDF, submetidos à apreciação e deliberação da Governança-DF, tendo em vista dispositivo legal da Instrução Normativa nº 01/2016.

1.1.4.3.2. Proposta orçamentária para 2017

A partir de junho de 2016, foi dado início à elaboração da Proposta Orçamentária Anual do FCDF, tendo sido enviado ofícios às Unidades Gestoras que compõem o FCDF para apresentarem suas demandas orçamentárias relativas ao exercício de 2017. Recebidas as demandas pela Coordenação de Gestão do FCDF, as mesmas foram analisadas, consolidadas e inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOF.

Em agosto/2016, a SPOA/MF comunicou o referencial monetário destinado à elaboração do PLOA/2017 do FCDF no montante de R\$ 12.807.001.268,00. Posteriormente, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP), face ao teor do Acórdão nº 2189/2016-TCU-Plenário, comunicou que as retenções oriundas das contribuições do pessoal integrante da segurança pública não se confundem com o limite de que trata a Lei nº 10.633/2002. Por esta razão, foi acrescido valor estimado de R\$ 382.778.593,00, resultante da contribuição da PCDF, PMDF e do CBMDF, totalizando, assim, R\$ 13.189.779.861,00, com a seguinte configuração de valores:

Tabela 2

Em R\$ 1,00		
GRUPO	VALOR	Δ % GRUPO
Pessoal	10.876.033.801	82,5%
Custeio	2.061.065.713	15,6%
Investimento	252.681.347	1,9%
TOTAL	13.189.780.861	100%

1.1.4.3.3. Série histórica de aportes anuais do FCDF**Tabela 3**

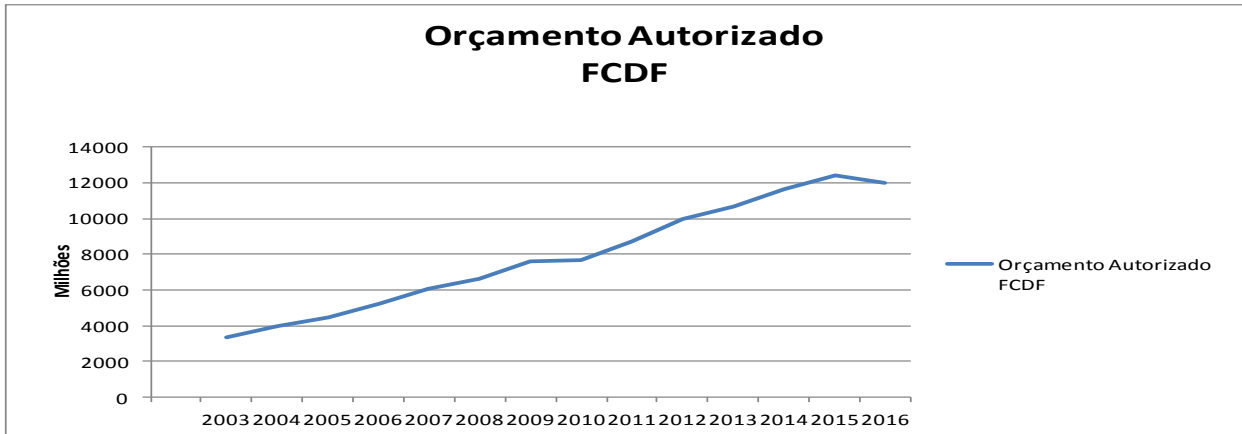
Ano	Orçamento Autorizado FCDF	Dotação		%	
		Segurança	Educação e Saúde	Segurança ₁	SE ₂
		Em R\$ 1,00			
2003	3.356.357.953	1.700.764.243	1.655.418.629	51	49
2004	3.975.924.185	1.907.137.692	2.068.786.493	48	52
2005	4.449.279.076	2.143.179.975	2.306.054.076	48	52
2006	5.257.655.452	2.543.486.940	2.714.168.512	48	52
2007	6.054.980.102	2.965.426.683	3.089.553.419	49	51
2008	6.595.079.327	3.534.122.560	3.057.687.434	54	46
2009	7.604.519.609	3.931.107.687	3.672.420.618	52	48
2010	7.685.571.324	4.099.145.234	3.586.426.090	53	47
2011	8.748.271.757	4.675.005.927	4.073.265.830	53	47
2012	9.967.887.188	4.887.447.932	5.080.439.256	49	51
2013	10.694.936.470	5.089.777.886	5.605.158.584	48	52
2014	11.664.776.507	5.429.547.818	6.235.228.689	47	53
2015	12.399.541.238	6.296.206.536	6.103.334.702	51	49
2016	12.017.318.201	6.739.110.380	5.278.207.821	56	44
Total	110.472.098.389	55.941.467.494	54.526.150.153	51	49

Obs. 1: Segurança = Segurança Pública. Obs. 2: SE = Saúde e Educação

A série histórica do FCDF demonstra que as dotações autorizadas para as áreas de segurança pública e assistência financeira à educação e saúde vêm se comportando de forma equilibrada desde o ano de 2003. Destacando-se que as correções feitas, ao longo dos anos, no valor original do fundo (base de cálculo para 2003: R\$ 2.900.000.000,00), têm proporcionado distribuição equânime dos recursos entre as áreas, com flutuação de valores ora para mais, ora para menos, porém, sem perda da essência e finalidade a que se propõe o FCDF.

Importante ressaltar, à luz da Tabela 3, que as relações percentuais verificadas em 2003 repetiram-se em 2015 e na totalidade dos recursos até 2016. No entanto, o ponto de maior destaque na citada tabela é, sem dúvida, o ano de 2016, onde indica que a área de segurança pública recebeu 56% dos recursos do fundo *versus* 44% destinados às áreas de educação e saúde, ainda que o aporte tenha decrescido de 2015 para 2016 em 3,0826% aproximadamente.

O gráfico abaixo demonstra o comportamento dos orçamentos autorizados para o FCDF até 2016. A trajetória da curva demonstra que houve crescimento constante nos aportes anuais de recursos até 2008, com estagnação no período de 2009 a 2010, voltando a crescer no período 2011 a 2015, ocorrendo sensível perda ou retração em 2016.



1.1.4.3.4. Prestação de contas anual

O FCDF, Órgão (25915), Unidade Orçamentária (73901) e Unidade Gestora central (170392) do MF, é composto pelas seguintes Unidades Gestoras executoras (UGs): UG 170393 – PMDF; UG 170484 – Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF; UG 170485 – Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal da PMDF; UG 170394 – CBMDF; UG 170495 – Assistência Médica do CBMDF; UG 170395 – PCDF; UG 170397 – Secretaria de Estado de Saúde – SES; e a UG 170399 – Secretaria de Estado de Educação – SEE.

A prestação de contas do FCDF, referente ao exercício 2015, apresentada em 2016 ao Tribunal de Contas da União – TCU, diferente dos exercícios anteriores em que havia a exigência de encaminhamento de forma consolidada, foi encaminhada no formato individual, ou seja, o TCU exigiu que cada UG da área de segurança pública do DF que compõe o FCDF apresentasse seu relatório de gestão.

Ressalte-se, que todo o procedimento de elaboração dos relatórios, obedecidas as regras editadas pelo TCU, foi orientado, monitorado e controlado pela Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, unidade orgânica subordinada a Subsecretaria do Tesouro, da Secretaria de Estado de Fazenda do DF.

Cabe destacar que a FCDF, que tem como missão principal fazer a gestão do FCDF sob as orientações do gestor do mesmo, bem como do seu gestor financeiro, elaborou e enviou, no mês de maio/2016, o Relatório de Gestão (RG) 2015 do Fundo, no qual foram prestadas informações consolidadas da UG central, UG 170392, compostas por aspectos técnicos contábeis sobre a execução orçamentário-financeira e atendimento as recomendações dos órgãos de controle interno e externo. No referido relatório foram apresentados dados consolidados referente às execuções das despesas das áreas da educação e saúde custeadas com recursos do FCDF no SIGGO.

1.1.4.3.5. Acompanhamento e controle

Pelos dados do Quadro 1 abaixo, verifica-se que foram recebidos e expedidos 492 documentos no período de janeiro a novembro/16, os quais devidamente registrados em controle interno da GECON/FCDF.

Quadro 1

Unidades Relacionadas / Documentos Recebidos	Quant.	Unidades Relacionadas / Documentos Recebidos	Quant.
Órgãos controladores	43	Órgãos deliberativos (cont.)	
CGDF	5	PRGDF	5
CGU (atual MTFC)	13	GAB/SEF	11
CLDF	4	UCI/SEF	5
TCDF	1	Unidades executoras:	114
TCU	8	PCDF	25
TJDFT	1	PMDF	57
UCI/SEF	11	CBMDF	32
Unidades supervisoras	19	Unidades assistidas	4
MF	17	SESDF	3
MP	2	SEEDF	1
Órgãos deliberativos:	28	Total documentos recebidos	208
Vice Governador do DF	2	Documentos expedidos	284
Governança	5	Total Geral	492

Fonte: GECON/FCDF/SUTES/SEF

Por meio da Nota Técnica 01/2016, de 04/02/2016, foram prestados esclarecimentos quanto aos remanejamentos realizados em 2015 no âmbito do FCDF, em decorrência de requerimento apresentado pela CLDF ao Secretário de Estado de Fazenda do DF, onde se concluiu que tais remanejamentos foram necessários em decorrência da priorização das despesas com pessoal.

Na Nota Técnica 02/2016, de 24/3/2016, restou esclarecido quanto à execução orçamentário-financeira do FCDF em relação aos restos a pagar de 2015.

A Nota Técnica 03/2016, de 2/6/2016, esclareceu a necessidade de aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 1.342/2015 com vistas a pacificar questões relacionadas quanto à aplicação dos recursos oriundos do FCDF para pagamento de inativos e pensionistas das áreas de saúde e educação e para manter o planejamento e a organização das finanças distritais.

A GECON/FCDF/SUTES/SEF elaborou respostas aos questionamentos formulados pela CGU (atual MTFC), por meio de Solicitações de Auditorias, num total de 35 itens de instrução de respostas versando sobre execução orçamentário-financeira; ressarcimentos de salários de servidores/militares cedidos; pagamento de inativos e pensionistas das áreas de saúde e educação; auxílio-moradia etc.

Foram expedidos 54 documentos de cobrança de ressarcimentos ao FCDF referente a servidores/militares cedidos, no montante de R\$ 29.963.640,65 em dívidas, dos quais R\$ 3.012.106,97 foram ressarcidos sendo R\$ 1.443.389,03 decorrentes das cobranças efetuadas pelas UGs e R\$ 1.568.717,94 decorrentes de cobranças da SUTES/SEF. Deve-se considerar, entretanto, que R\$ 15.978.357,15 referem-se a despesas de exercícios findos da Câmara Legislativa do Distrito Federal para com a PCDF.

Dentro da linha de atuação da GECON/FCDF/SUTES/SEF, foram expedidos documentos solicitando orientações e providências a órgãos da União e do Distrito Federal visando resolver questões sobre os seguintes pontos: orientação da SEGRT-MP quanto ao período pretérito a ser considerado na cobrança dos créditos não quitados de anos anteriores a 2016, tendo em vista o teor da Portaria Normativa nº 1, de 11/1/2016 e publicação de normativo, no âmbito do GDF, tratando das cessões de servidores/militares das UGs pertencentes ao FCDF (Processo 040.000295/2016).

No início do corrente ano, foi realizada reunião técnica com representantes dos órgãos pertencentes ao FCDF, objetivando orientar quanto à elaboração da prestação de contas exercício 2015.

Foram adotados procedimentos junto às UGs do fundo, visando orientá-las quanto à contabilização das retenções e recolhimentos referentes ao IRRF e PSSS, em atendimento a questionamentos formulados pela CGU.

Por solicitação da PGDF, foram encaminhadas planilhas referentes às retenções e recolhimentos do PSSS das forças de segurança pública do DF (PMDF, CBMDF e PCDF), com a finalidade de atender determinação expressa no Acórdão nº 1633/2016-Plenário-TCU.

Providenciou-se revisão do Planejamento Estratégico (PE) devido à necessidade de ajustes, tendo em vista o cenário econômico-financeiro mostrar-se desfavorável à manutenção e a ampliação das despesas públicas.

Elaborou-se despacho nos autos do Processo 040.006.512/2014, recomendando ao gestor do FCDF quanto à necessidade de adotar medidas junto às autoridades competentes do Ministério da Fazenda (MF) no sentido de pleitear os valores dos superávits financeiros dos fundos de saúde da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (FSPM/DF e FSCBM/DF).

Da mesma forma, elaborou-se despacho nos autos do Processo 040.006.513/2014, o qual versa sobre o superávit financeiro do FCDF que está sendo tratado nos autos do Processo nº 11.356/2006-1 no âmbito do TCU, recomendando o encaminhado do assunto à PGDF.

1.1.4.3.6. Conformidade contábil

O processo de verificação da conformidade contábil ocorre, mensalmente, de forma a obedecer ao calendário estabelecido pelo Governo Federal para o fechamento contábil do mês quanto a consistência das informações contábeis, sintética e analítica, bem como a conformidade dos registros realizados pelos executores de cada Unidade Gestora. Para tanto, são verificadas e analisadas, no SIAFI, as seguintes transações: CONRAZÃO, BALANSINT e Balancete, bem como o “módulo auditor de rotina contábil” CONDESAUD (Consultor Desequilíbrio de Equação e Auditor). Por sua vez, para fins de registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras do FCDF, UGs: 170392, 170393, 170394, 170395, 170484, 170485 e 170495 e do órgão 25915, utiliza-se o módulo “CONFORM”.

1.1.4.4. Dívida Pública e Ajuste Fiscal

No exercício de 2016, atuou na produção de diversos relatórios gerenciais e legais, relacionados à situação fiscal do Distrito Federal envolvendo a apuração do resultado primário e dos limites de endividamento do Distrito Federal, seguindo metodologia definida pela legislação em vigor e adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, como também, no acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF/DF.

No desempenho de suas competências prestou, ainda, por força legal, informações sobre a evolução da dívida pública fundada, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Câmara Legislativa do DF e ao Tribunal de Contas do DF.

Além disso, atuou na elaboração das projeções e cálculos dos juros e amortizações da dívida pública fundada, do PASEP, que subsidiaram a elaboração do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a proposta orçamentária e o demonstrativo da situação do endividamento, exigido pela Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 149, § 7º, inciso III.

Para subsidiar a captação de operações de crédito acompanha sistematicamente o Serviço Auxiliar para Transferências Voluntárias – CAUC.

Com a necessidade de garantir o cumprimento dos ditames da Lei Complementar 101/2000, elaborou quadros mensais, bimestrais e quadrimestrais sobre evolução da dívida pública e serviço da dívida da Administração Direta além de consolidar os quadros da Indireta, para publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e fornecer demonstrativos contendo a posição da Dívida Pública Fundada para a execução do Relatório de Gestão Fiscal.

1.1.4.5. Evolução da Dívida Pública Fundada

1.1.4.5.1. Projeção do Serviço da Dívida

O pagamento do Serviço da Dívida Fundada Interna, Externa e Parcelamento de Tributos Federais, até novembro de 2016 alcançou R\$ 358 milhões. A projeção para a liquidação total da dívida se estende até 2039. Observamos uma trajetória de crescimento até o ano de 2019, em função de liberações dos empréstimos externos e internos. Dentre os empréstimos externos, três encontram-se em fase de liberação, que são: Programa de Transporte Urbano do DF, Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – PROCIDADES e Projeto de Desenvolvimento Fazendário – PRODEFAZ/PROFISCO, contratados junto ao BID. Já os contratos de empréstimos internos em fase de liberação são:

Junto ao BNDES:

- Complementação de Fonte de Aquisição de Trens do Metrô e Construção de Terminais Rodoviários; e
- Programas de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - PROINVEST

Junto à CAIXA:

- Implantação do Sistema de Abastecimento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Implantação de Sistema de Abastecimento de Esgotamento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Pró-Moradia para Infraestrutura e Saneamento do DF,
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Mestre D'armas;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Arapoanga;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Sol Nascente/Ceilândia;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul - Complementação;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros – Eixo Oeste;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Arniqueira – DF;

- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Buritizinho - Sobradinho – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Vicente Pires – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Ribeirão - Porto Rico;
- Ampliação da DF – 047 para o acesso ao aeroporto;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Sul - Pró-Transporte; e
- Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC – CPAC – Paranoá Parque.

Junto ao Banco do Brasil:

- Empreendimento Residencial Parque do Riacho - 5ª Etapa - Riacho Fundo II; e
- Mobilidade Integrada.

Assim, a partir de 2020, será retomada a trajetória de decréscimo conforme as projeções demonstradas no quadro a seguir:

Quadro 101

				\$Mil			
ANO	MORTIZAÇÃOES	ENCARGOS	TOTAL	ANO	AMORTIZAÇÃOES	ENCARGOS	TOTAL
2.016	268.309	232.961	501.271	2.029	332.142	89.562	421.704
2.017	306.069	283.806	589.875	2.030	240.174	72.310	312.484
2.018	337.423	328.287	665.711	2.031	232.634	58.180	290.815
2.019	367.590	336.323	703.913	2.032	230.471	44.255	274.726
2.020	415.209	312.552	727.761	2.033	183.405	30.545	213.949
2.021	424.936	285.065	710.001	2.034	156.262	18.394	174.656
2.022	399.817	259.550	659.367	2.035	114.327	8.837	123.164
2.023	391.749	235.439	627.188	2.036	61.484	2.390	63.874
2.024	393.244	211.510	604.754	2.037	8.020	340	8.360
2.025	389.868	186.142	576.011	2.038	8.020	189	8.209
2.026	388.553	161.437	549.990	2.039	4.010	38	4.048
2.027	388.101	136.958	525.059				
2.028	381.487	112.572	494.059				

1.1.4.5.2. Estoque da Dívida Interna por Credor

A Dívida Fundada Interna é composta por trinta e três contratos, sendo um junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, referente ao refinanciamento da dívida, vinte e seis com a Caixa Econômica Federal, quatro contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e dois junto ao Banco do Brasil - BB.

O Distrito Federal assinou, em 24 de março de 2016, o Quarto Termo Aditivo ao Contrato 003/99, alterando as condições financeiras no âmbito da Lei Complementar nº 148/2014 - contrato da STN, reduzindo o saldo devedor em R\$ 339 milhões. O estoque da Dívida do contrato da STN sofreu acréscimo, devido à elevação do IPCA no decorrer do ano. A STN é credora de 37%, o BNDES de 12%, o BB de 18% e a CAIXA de 33%.

Quadro 102

R\$ Milhões

CREDOR	2011	2012	2013	2014	2015	2016*
STN	1.149,6	1.192,0	1.211,8	1.211,0	1.280,3	1.042,2
BNDES	301,5	278,0	254,0	396,6	363,5	344,6
BB	0,1	0	0	0	553,7	507,3
CAIXA	306,7	465,1	631,9	907,3	952,2	943,6
TOTAL	1.757,9	1.935,1	2.097,7	2.514,9	3.149,7	2.837,7

Em valores correntes. *Até novembro.

1.1.4.5.3. Estoque da Dívida Externa por Credor

A Dívida Fundada Externa refere-se a seis contratos, sendo quatro contraídos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dois junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Houve uma redução da dívida em virtude das amortizações ocorridas no período, bem como pela queda do dólar.

Quadro 103

R\$ Milhões

CREDOR	2011	2012	2013	2014	2015	2016*
BID	502,3	520,7	552,5	598,4	845,1	712,8
BIRD	104,7	123,2	132,7	136,9	181,2	140,5
CAF	1,9	2,1	2,4	0,9	0,0	0,0
TOTAL	608,9	646,0	687,6	736,2	1.026,3	853,3

Em valores correntes. *Até novembro

1.1.4.6. Evolução do Serviço da Dívida -

1.1.4.6.1. Serviço da Dívida Interna

Em 2016, até novembro, as despesas com serviço da Dívida Interna do Distrito Federal (administração direta) foram de R\$ 126,9 milhões com amortização e R\$ 154,5 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 281,4 milhões.

Quadro 104

R\$ Milhões

Pagamento do Serviço Da Dívida Interna												
Credor	2011		2012		2013		2014		2015		2016*	
	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E
STN	5,0	0,1	9,3	1,9	4,4	3,8	9,8	4,8	6,2	6,8	6,2	8,2
BNDES	2,7	4,2	2,5	3,6	4,0	8,3	5,1	6,9	4,3	8,3	3,4	4,3
CAIXA	3,6	8,7	5,5	9,8	7,0	8,4	5,9	1,6	2,0	4,6	7,4	8,4
BB	0,1	0,01	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	14,5	1,6	32,0
Parcel. RFB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,3	1,6
TOTAL	81,5	123,0	97,4	125,3	85,4	140,5	100,8	163,3	142,5	204,2	126,9	154,5

Em valores correntes. *Até novembro

1.1.4.6.2. Serviço da Dívida Externa

As despesas com o serviço da Dívida Externa do Distrito Federal, até novembro de 2016, foram assim distribuídas: R\$ 58,6 milhões com amortização e R\$ 18,3 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 76,9 milhões.

Quadro 105

R\$ Milhões

Pagamento do Serviço da Dívida Externa			
ANO	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL
2011	29,4	12,4	41,8
2012	38,0	11,5	49,5
2013	57,1	12,2	69,3
2014	65,2	12,5	77,7
2015	73,4	18,0	91,4
2016*	58,6	18,3	76,9

Em valores correntes. * Até novembro

1.1.4.7. Operações de Créditos – Liberações

Em 2016, até novembro, foram liberados R\$ 88,6 milhões em operações de crédito. Foram liberados recursos nos seguintes contratos:

CAIXA – Implantação do Sistema de Abastecimento de água de Águas Lindas e Adjacências R\$4.371.755,82; Implantação do Sistema de Esgotamento de Águas Lindas R\$6.674.597,66; Programa Pró-Moradia - Obras de infraestrutura e saneamento - Sol Nascente R\$9.174.352,66; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Buritizinho R\$4.889.989,41; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Vicente Pires R\$12.103.124,27; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Porto Rico R\$3.362.272,82; e Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC – CPAC R\$1.432.895,89.

BNDES – Programa de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano – PROINVESTE R\$10.000.000,00.

BB – Empreendimento Residencial Parque do Riacho - 5ª Etapa - Riacho Fundo II R\$20.513.487,63.

Nos contratos da dívida externa as liberações ocorreram da seguinte forma:

BID – Programa de Transporte Urbano do DF R\$ 15.828.545,00;

O quadro a seguir demonstra a evolução das liberações nos últimos 6 anos:

Quadro 106

R\$ Milhões

LIBERAÇÕES OCORRIDAS						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016*
DÍVIDA INTERNA	109,9	191,6	181,2	461,1	557,9	72,5
DÍVIDA EXTERNA	43,3	21,7	9,2	26,8	22,8	15,8

Em valores correntes. * Até novembro

1.1.4.8. Novas operações de crédito

Em 2016, até novembro, foi contratada operação de crédito externa Projeto de Desenvolvimento Fazendário do DF – PROFISCO, junto ao BID, no valor de \$ 31.997 milhões de dólares americanos.

Quando das negociações de novos pleitos de operações de crédito interna e externa no decorrer de 2016, o anexo V, da 12ª revisão do Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal teve como base as previsões de novas operações de crédito a seguir discriminadas:

1.1.4.8.1. Operações de crédito externas

1. Brasília Sustentável II – BID, valor do financiamento: R\$390 milhões, para o período de 2017 a 2021 e
2. PROCONFINS – BID, valor do financiamento: R\$449 milhões, para o período de 2018 a 2020.

1.1.4.8.2. Operações de crédito internas

CPAC São Sebastião Crixá - Caixa, valor do financiamento: R\$ 45 milhões, período de 2018 a 2020;
 CPAC São Sebastião Nacional - Caixa, valor do financiamento: R\$ 46 milhões, período de 2018 a 2020;
 CPAC Riacho Fundo II - 3ª etapa - Caixa, valor do financiamento: R\$ 18 milhões, período de 2017 a 2018;
 CPAC Itapoã Parque - BB, valor do financiamento: R\$ 47 milhões, período de 2017 a 2019;

Obras Eixo Norte – BNDES, valor do financiamento: R\$ 322 milhões, para o período de 2017 a 2020;
Aquisição de 10 Trens para o a Linha 1 do Metrô - BNDES, valor do financiamento: R\$ 220 milhões, para o período de 2017 a 2019;
Estação 104, 106 e 110 Sul Metrô – BNDES, valor do financiamento: R\$ 75 milhões, para o período de 2017 a 2018;
Pavimentação e Qualif. de Vias Urbanas Por do Sol - Caixa, valor do financiamento: R\$ 50 milhões, para o período de 2017 a 2019;
Modernização e Aparelhamento Defensoria Pública – BNDES, valor do financiamento: R\$ 7 milhões, período de 2018 a 2019;
PNAFM – 2ª etapa - CAIXA, valor do financiamento: R\$ 30 milhões, período de 2016 a 2017; e
Infraestrutura Urbana e Social - BB, valor do financiamento: R\$ 600 milhões, para o período de 2016 a 2018.

1.1.4.9. Capacidade de Endividamento

Com relação à aprovação de novas operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização submetem-se aos ditames da Resolução 40 e 43 do Senado Federal de 2001. Os dados apurados da Capacidade de Endividamento são publicados anualmente no Balanço Geral do Distrito Federal.

1.1.4.10. Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal

No ano de 1999, o Governo do Distrito Federal refinanciou sua dívida fundada interna com a União, ao amparo da Lei 9.496/97, assinando o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal – PAF/DF, parte integrante do contrato de renegociação da dívida com previsão para o período de 30 anos. O PAF/DF é revisado anualmente com ações corretivas de ajuste fiscal ao longo do referido contrato.

O Programa prevê em sua revisão anual a definição de metas que envolvem o controle efetivo da execução da despesa e realização da receita pública, o cumprimento de compromissos e ações previstas, a elaboração de relatório anual com prazo de entrega para até 31 de maio de cada exercício e ainda, o recebimento da equipe de técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional, com objetivo de verificar o cumprimento das metas estabelecidas pelo PAF/DF para o exercício em análise e formulação de metas para o triênio seguinte.

A última revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF/DF, pelo Governo do Distrito Federal foi realizada em 10 de dezembro de 2014, para o período de **2014-2016**.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN avalia, anualmente, a execução do programa de ajuste referente ao exercício anterior. Para o ano de **2015**, o Distrito Federal apresentou os seguintes resultados:

- a) Meta n.º 1: manter relação ajustada Dívida Financeira/Receita Líquida Real a 1; O DF cumpriu a meta com a relação de 0,26 da RLR.
- b) Meta n.º 2: apresentar resultado primário deficitário em até R\$ 1.173 milhões; O DF apresentou resultado primário deficitário de R\$ 1.472 milhões, expurgadas receitas e despesas previdenciárias. Contudo, cumpriu a meta estabelecida, pois não gerou atrasos/deficiências.
- c) Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 60% da Receita Corrente Líquida; O DF não cumpriu a meta com a relação de despesa com pessoal/RCL igual a 64,19%, excluídas as despesas previdenciárias.
- d) Meta n.º 4: alcançar receita de arrecadação própria no valor de R\$ 13.256 milhões; O DF não cumpriu a meta estabelecida, pois arrecadou receitas no montante de R\$ 12.167 milhões, excluídas as receitas previdenciárias, aquém da meta em 1.089 milhões.
- e) Meta n.º 5: estabelecida na forma de compromissos, com destaque para limitar a relação de 43,51% para as Outras Despesas Correntes em relação à RLR; O DF apresentou o índice de 41,29% com Outras Despesas Correntes em relação à RLR, expurgadas receitas e despesas previdenciárias.
- f) Meta n.º 6: limitar os gastos de investimentos e demais despesas de capital a 17,96% da Receita Líquida Real anual – RLR; O DF apresentou um índice de 4,08% para as despesas de investimentos em relação à RLR.

Em 2015, como o DF cumpriu as metas 1 e 2 do Programa, foi considerado adimplente em relação a todas as metas e compromissos.

Verifica-se na tabela abaixo os resultados apresentados pelo Distrito Federal em cumprimento às metas estabelecidas no PAF-DF para o período de **2010 a 2015**.

Quadro 107 - Evolução das Metas Acordadas no PAF-DF

ACOMPANHAMENTO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL-PAF/DF

ANO METAS	REALIZADO					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
META 1 Dívida Financeira/RLR	0,24	0,24	0,23	0,22	0,23	0,26
META 2 Resultado Primário (R\$ milhões)	130	54	-433	-946	-2.277	-1.472
META 3 Despesa Pessoal/RCL	48,99%	53,06%	52,28%	51,51%	56,98%	64,19%
META 4 Receita Própria (R\$ milhões)	7.819	8.649	9.496	10.818	11.465	12.167
META 5 * Outras Despesas Correntes/RLR	43,87	40,38%	44,40%	46,12%	43,21%	41,29%
META 6 Investimentos/RLR	11,51%	10,35%	15,76%	15,55%	14,52%	4,08%

* A meta n.º 5 é estabelecida também na forma de compromissos não mensuráveis.

Por fim, o Distrito Federal encontra-se em fase final de negociação da 13ª revisão do programa, com definição de metas e compromissos para o período **2016-2018**.

1.1.4.11. Cadastros Informativos

O CAUC foi criado pela Instrução Normativa (IN) nº 1, de 4 de maio de 2001, sucedida pela Instrução Normativa nº 2, de 2 de fevereiro de 2012, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a qual disciplina a coleta e o fornecimento de informações acerca de requisitos fiscais dos Estados, do Distrito Federal e de Municípios, para a realização de transferências voluntárias.

O CAUC consiste em um subsistema desenvolvido dentro do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), disponibilizado em rede a todas as unidades do Governo Federal e, na internet, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional.

O objetivo do CAUC é simplificar a verificação, pelo gestor público do atendimento pelos entes federativos beneficiários de transferência voluntária de recursos da União, das exigências estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e legislação aplicável.

O CAUC consolida num só lugar, a verificação das documentações comprobatórias exigidas no momento da formalização de um convênio, bem como para contratar operações de créditos.

O acompanhamento é diário e visa identificar a inclusão do Governo do Distrito Federal como inadimplente junto à União ou entidades federais. Tarefa de caráter inadiável, em se considerando as diversas implicações para o governo local, inclusive quanto ao impedimento de órgãos e entidades do GDF receberem transferências de recursos da União e contratar operações de crédito.

1.1.4.12. Certidão Negativa – CND junto a RFB e a PGFN

A Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União é um documento emitido pela Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que comprova a inexistência de débitos, com validade de 180 dias.

Regularmente são feitas consultas ao site da Receita Federal do Brasil, com a finalidade de acompanhar o relatório de situação fiscal, pois caso algum órgão do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal, apresente alguma pendência, é necessária sua regularização imediatamente, para não ocasionar atrasos quando da renovação da citada Certidão. A atual certidão relativa ao Governo do Distrito Federal tem prazo de validade até o dia 17 de fevereiro de 2017.

1.1.4.13. Contribuição ao Programa e Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP

O PASEP foi instituído pela Lei Complementar nº 8, de 03/12/70, com a finalidade de constituir um fundo para prover o servidor público de um abono anual e saque dos depósitos em seu nome, por motivo de casamento, aquisição de casa própria, aposentadoria ou morte.

Posteriormente, por força do art. 239 da Constituição Federal, o PASEP passou a financiar, também, programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES e o programa de seguro-desemprego.

A Lei nº 9.715, de, 25/11/98 estabeleceu que as pessoas jurídicas de direito público interno, passariam a contribuir para o PIS/PASEP com base no valor mensal das suas receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades públicas.

Quadro 108 – Contribuições da Administração Direta e Fundos

R\$ milhões					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016 (*)
Valores pagos	111,40	124,98	134,45	107,24	97,62

(*) Com apuração até novembro/2016.

1.1.5. . GESTÃO ESTRATÉGICA

O Planejamento Estratégico – PE é o instrumento oficial da SEF/DF que no qual constam políticas, planos diretores, planos de ação e diversas outras atividades setorizadas que nortearam as realizações de 2016.

O PE, desenhado para o período de 2016-2018, foi concebido atentando para dificuldades encontradas em exercícios anteriores, mas com foco no futuro, no intento de ser um instrumento dinâmico e ágil, que aproximasse o nível estratégico ao tático e ao operacional.

O PE SEF/DF 2016/2018 foi aprovado pelo Comitê de Gestão Estratégica – COGET SEF/DF em 12 de julho de 2016, como um instrumento institucional a ser incorporado por todas as áreas para que se alcancem as metas organizacionais e como permanente orientador para a visão de futuro, o que o torna importante referencial para guiar os esforços coletivos a caminho do sucesso almejado.

No Decreto 36.879/2015 foi criada a Assessoria de Planejamento e Gestão – AGEP/SEF, composta pela Gerência Projetos (GEPRO) e a Gerência de Execução e Monitoramento de Programas (GEMP), para desenvolver as competências relativas à gestão estratégica previstas no Regimento Interno da SEF, dentre elas, elaborar o planejamento estratégico da SEF; coordenar o alinhamento, a elaboração, a execução e o monitoramento de programas, projetos e ações estratégicas da Secretaria; identificar os processos de trabalho e propor melhorias àqueles considerados críticos ou prioritários; identificar e desenvolver metodologias de gestão de projetos, processos, pessoas, conhecimento e qualidade.

No ano de 2016, a AGEP desenvolveu as atividades abaixo, além de suas atividades rotineiras:

- Elaboração e lançamento em 30/08 do Planejamento Estratégico da SEF (PE SEF/DF 2016/2018);
- Criação do Escritório de Projetos com a finalidade de monitorar a execução dos projetos do PE SEF/DF 2016/2018; com os seguintes projetos: Implantação de Gestão com Foco nos Resultados; Implantação de Metodologia do Potencial de Arrecadação; Institucionalização da Disseminação do Conhecimento e de Programa de Intercâmbio e de Cooperação Técnica com Instituições Nacionais e Internacionais; Modernização da Fiscalização de Trânsito de Mercadorias; Modernização da Fiscalização de Estabelecimentos; Otimização das Ações de Inteligência Fiscal; Aperfeiçoamento da Gestão da Cobrança Administrativa; Aperfeiçoamento do Sistema de Arrecadação Tributária; Reestruturação dos Serviços Prestados ao Contribuinte; Aperfeiçoamento do Programa Nota Legal; Implantação da Sistemática de Julgamento de Processos – TARF; Melhoria da Gestão Financeira; Implantação da Sistemática de Gestão de Ativos; Implantação do Plano de Comunicação Institucional; Atualização do Parque Tecnológico; Modernização da Gestão Documental; Implantação do Plano de Capacitação Continuada; Modernização da Gestão de Pessoas; Aperfeiçoamento da Carta de Serviços do Cidadão; Elaboração do Plano de ampliação do corpo funcional; Implantação de Novo Modelo de Cruzamento de Dados dos Contribuintes Substitutos e Substituídos do ISS; *Implantação de Certificação Obrigatória das Unidades Gestoras e Ordenadoria de Despesas do GDF*; Atualização do cadastro imobiliário do DF para aferir a incidência dos tributos diretos; Estruturar operação de securitização da carteira de parcelamentos do GDF para aferir a incidência dos tributos diretos; *Proposição de Parcerias Público-Privadas para o desenvolvimento econômico*; Melhoria da Gestão de Planejamento e Orçamento (SEPLAG); Instrumentalização da Gestão de Compras Governamentais (SEPLAG); Modernização do Controle Interno do GDF (CGDF): Ampliação do Programa de Educação Fiscal (CGDF) e ainda, custeados com recursos os PNAFM-Varição Cambial os projetos a seguir, Fiscalização Modernizada; Parque Tecnológico Modernizado e/ou Ampliado; Programa de Capacitação Implantado e/ou Modernizado e, finalizando, Unidades Municipais Modernizadas.

- Criação da carteira de projetos do PROFISCO com 32 projetos, acompanhados pelo Secretário de Fazenda, seguindo o modelo Gestão DF, todos inclusos no PE SEF/DF 2016/2018;

- Em 29 de fevereiro de 2016 a SEF/DF aderiu ao Programa de Apoio a Gestão dos Fiscos do Brasil – Profisco, por meio do Contrato de Empréstimo nº 3040/OC-BR firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
- Elaboração da carteira de projetos do PNAFM com 4 projetos, acompanhados pelo Secretário de Fazenda, seguindo o modelo Gestão DF;
- Condução do processo de alteração da legislação para contratação do PNAFM-Varição Cambial (Lei Distrital nº 5708/22016);
- Em 29 de dezembro de 2016, foi celebrado entre a Caixa Econômica Federal – CAIXA e o Município de Brasília, o Contrato de Subempréstimo nº 0478.430-02/2016, decorrente do Contrato de Empréstimo nº 2248/OC-BR, a partir dos recursos provenientes da variação cambial no valor de US\$ 9.336.669,00;
- Coordenação da elaboração do Caderno de Indicadores para SEF-DF, aderente ao modelo de gestão implantado pelo Governo;
- Coordenação da revisão da Carta de Serviços ao Cidadão, atendendo o novo modelo de gestão do DF
- Coordenação da 31ª Reunião da Comissão de Gestão Fazendária – COGEF, em Brasília, no auditório da SEF/DF, nos dias 16 e 17 de junho de 2016;
- Acompanhamento do sistema GESTÃO/DF, para atualizações do Acordo de Resultados de 2016;
- Participação na celebração do convênio de cooperação técnica firmado entre a SEF e a SEPLAG, firmado pela Portaria Conjunta Nº 06, de 15 de setembro de 2016, entre esta Secretaria de Estado de Fazenda e a Secretaria de Estado de Planejamento Orçamento e Gestão;
- Participação na celebração do convênio de cooperação técnica firmado entre a SEF e a CGDF, firmado pela Portaria Conjunta Nº 07, de 03 de outubro de 2016, entre esta Secretaria de Estado de Fazenda e a Controladoria-Geral, ambas do Distrito Federal;
- Internalização do modelo de gestão do DF, de acordo com as prescrições do Decreto nº 37.573/16, que institui o Modelo de Gestão para Resultados do Distrito Federal, que começou a ser implantado em janeiro de 2015 e reúne um conjunto de ações que visam alcançar os objetivos estratégicos do governo para o período de 2016 a 2019. O decreto estabelece que esse modelo abrange o alinhamento organizacional, a execução da estratégia de governo e o monitoramento de programas, subprogramas e projetos estratégicos e, ainda, a avaliação sobre o desenvolvimento e resultados efetivos dessas ações;
- Encerramento e prestação de contas do PNAFM – 2ª fase, com elaboração do Relatório de Monitoramento e Avaliação do Programa e o Relatório de Conclusão do Programa;
- Consolidação do Relatório de Atividades da SEF/DF do ano de 2016, reunindo documentos enviados pelos setores da SEF;

Situação Atual de Execução do Projeto PNAFM – Variação Cambial

Programa	Valor Previsto (R\$)
Parque tecnológico modernizado e/ou ampliado	25.647.230,00
Fiscalização modernizada	1.900.000,00
Programa de capacitação implantado e/ou modernizado	600.000,00
Unidades municipais modernizadas	2.452.769,00
TOTAL	30.599.999,00
TOTAL DO CONTRATO (US\$)	9.336.669,00

Situação Atual de Execução do Projeto PROFISCO por Componente

Componente	Valor Previsto (Us\$)
Administração do projeto	498.000,00
Integração da gestão fiscal	2.197.000,00
Administração tributária e do contencioso fiscal	13.464.000,00
Administração financeira, patrimonial e controle interno da gestão fiscal	5.870.000,00
Gestão dos recursos corporativos	13.842,00
Sem alocação específica	869.000,00
TOTAL DO CONTRATO	36.740.000,00

1.1.6. GESTÃO CONTÁBIL

Demonstrativos bimestrais (Relatórios Resumidos da execução Orçamentária – RREO):

- Balanço Orçamentário;
- Demonstrativo Consolidado da Execução da Despesa Por Função e Subfunção;
- Demonstrativo Consolidado da Receita Corrente Líquida;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
- Demonstrativo do Resultado Primário;
- Demonstrativo do Resultado Nominal;
- Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar Por Poder e Órgão;
- Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital;
- Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
- Demonstrativo das Transferências da União;
- Apuração do limite de aplicação em MDE, MDEF e FUNDEB;
- Demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços de Saúde;
- Demonstrativo Simplificado da Execução Orçamentária;
- Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação, conforme Decreto nº 17.256, de 28/03/96 e Art.

241, § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF.

- Demonstrativos quadrimestrais (Relatórios de Gestão Fiscal – RGF):
- Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Poder Executivo;
- Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
- Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- Demonstrativo das Operações de Créditos;
- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa (anual);
- Demonstrativo da Inscrição dos Restos a Pagar (anual);
- Demonstrativo dos Limites.

Lançamento de dados contidos nos Demonstrativos da LRF junto ao SICONFI/STN:

- Os dados dos Demonstrativos inseridos no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Lançamento dos dados Contábeis Consolidados do exercício de 2015 do DF no SICONFI/STN:

Lançamento das contas anuais na forma do estabelecida no §1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, referentes ao exercício de 2015, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, mediante o preenchimento do QDCC- Quadro de Dados Contábeis Consolidados.

Atualização dos Demonstrativos da LRF no sítio da Secretaria de Fazenda:

Atualização dos Demonstrativos da Secretaria de Fazenda na Rede Mundial de Computadores.

- Elaboração de relatórios gerenciais e montagem de bancos de dados para atender às demandas dos poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal, bem como às demandas de diversos órgãos e poderes da União;

- Aprimoramento das atividades de análise e consolidação dos Balanços do Governo do Distrito Federal, de modo a contribuir para a melhoria dos processos de elaboração de relatórios, controle, análise e acompanhamento dos registros contábeis do SIGGO. As atividades realizadas resultam na elaboração de documentos que atendem tanto as demandas internas quanto externas (exemplo: Agências de Classificação de Riscos, BNDES, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco do Brasil S/A, dentre outros);

- Acompanhamento das informações inseridas pelas Unidades Gestoras no SIAC/SIGGO, dentre as quais se destacam aquelas que compõem o Balanço Geral do GDF, que integra a Prestação de Contas Anual do Governador;

- Verificação da consistência e do fechamento das contas que integram o Balanço Geral. Na medida em que são efetuadas as conciliações das contas, fechamentos contábeis, acompanhamento da legislação entre outras atividades;

- Minucioso trabalho exigindo conhecimentos técnicos da estrutura do Sistema, das contas contábeis e dos eventos com seus respectivos reflexos. Estes procedimentos são realizados de forma compartilhada com as demais Unidades da SUCON;

Realização de atividades envolvendo a preparação para o encerramento do exercício, abertura do exercício seguinte e a organização da Prestação de Contas Anual do Governador, na forma detalhada a seguir:

– Elaboração do Balanço Geral e preparação da Prestação de Contas Anual do Governador, elaborado anualmente para integrar a Prestação de Contas Anual do Governador. Esse demonstra sinteticamente as informações da execução orçamentária e financeira do GDF, e traz em si a conjugação dos dados do SIAC (Balanço Geral) com os dados das empresas independentes que estão no Orçamento de Investimento e Dispendio (Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista);

A Prestação de Contas Anual do Governador é composta pelo conjunto de documentos relacionados na Instrução Normativa nº 1/2016 – do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme determina a Resolução 296/2016 – TCDF.

– Organização do conjunto de documentos elaborados por diversos órgãos do GDF que compõem o Balanço Geral encaminhado aos órgãos de Controle Interno e Externo, conforme previsto no inciso XVII, artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal;

Elaboração dos Balanços e Demonstrativos Contábeis que integram a Prestação de Contas Anual do Governador;

Organização do Processo de Prestação de Contas Anual do Governador e posterior encaminhamento aos órgãos de controle. Integram a referida Prestação de Contas, o Balanço Geral e os seguintes anexos:

- Relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil – SIAC/SIGGO;
- Demonstrativos gerenciais;
- Conciliação Bancária;
- Relatório de Atividades dos órgãos do GDF (consolidado);
- Indicadores de Desempenho por Programa de Governo; e
- Outras informações complementares exigidas pelo TCDF.

Encaminhamento dos Balanços a diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, Governo Federal, Institutos de Pesquisas, sociedade civil entre outros, tem por principais objetivos:

- disponibilizar informações quanto à gestão dos recursos públicos;
- Prestar contas à sociedade sobre a utilização dos recursos arrecadados pelo GDF;
- Dar transparência as informações do GDF por meio do Sítio da Secretaria de Estado de Fazenda, com a disponibilização dos balanços dos exercícios de 2004 a 2014;

Elaboração dos demonstrativos consolidados que são enviados à Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

Coordenações participam da elaboração de demonstrativos, acompanhamentos e fechamentos contábeis;

Análise qualitativa de contas e acompanhamento quanto ao fechamento para fins de consolidação dos demonstrativos contábeis em vários níveis: por Unidade Gestora, Unidade Orçamentária, Tipos de Administração e Consolidação;

Elaboração de documentos de natureza técnico contábil referente à análise de legislações e documentos que tratam de assuntos da área;

Revisão constante das normas visando atender às exigências legais do Governo Federal e do Governo Distrital, que visam à adoção das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, principalmente no que se refere à elaboração dos Balanços na estrutura definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

– Elaboração de Instrução Normativa em conjunto com as áreas da SUCON definindo as regras quanto aos procedimentos orçamentários e contábeis de natureza intra e os impactos nos balanços e demonstrativos consolidados da receita e despesa, com vistas a evitar dupla contagem nos resultados.

1.1.7. TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

Tendo por competência principal o planejamento, coordenação e orientação das atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação da SEF/DF, esta Subsecretaria desenvolve suas atividades por meio das seguintes Diretorias: (i) de Infraestrutura de Tecnologia da Informação; (ii) de Sistemas Tributários; (iii) de Sistemas Administrativos, Financeiros e Contábeis; e (iv) de Projetos.

Os esforços das Diretorias na busca dos resultados desejados foram centrados no alcance dos objetivos estratégicos da SEF/DF: (i) Aperfeiçoar a governança corporativa; (ii) Melhorar o atendimento aos clientes internos e externos; (iii) Incorporar mecanismos de análise e melhoria dos processos da SEF/DF; (iv) Buscar o equilíbrio fiscal do GDF, com aumento da receita e controle das despesas. Portanto, as ações que compõem este documento focalizaram a atenção sobre tais objetivos estratégicos.

A gestão de TIC da SEF/DF, durante o exercício 2016, vem sendo realizada por equipe de servidores fazendários, com formação específica (cerca de 50% com especialização em TIC) e com elevada experiência (100% com mais de 05 anos de experiência em TI).

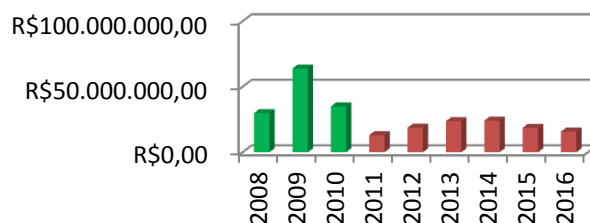
Essa composição permitiu que o Modelo de Governança de TIC, adotado desde 2011, contribuísse para a manutenção das atividades e instituição de novos projetos, de modo a oferecer à SEF/DF o suporte estratégico tecnológico necessário ao cumprimento de sua missão governamental..

As ações de Modernização dos Sistemas de Informação e da Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação foram pontuadas pela manutenção dos sistemas corporativos (SIGGO, SITAF, SIGEST etc.) e desenvolvimento de novas aplicações, assim como pela manutenção dos serviços de infraestrutura tecnológica, com destaque para Infovia, Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade (SIADI), certificação digital, suporte e operações.

Por outro lado, a Governança de TIC foi fortalecida pela instituição de dois órgãos:

Comitê de Gestão de Mudanças e de Incidentes – COGEM: Instituído pela Ordem de Serviço nº 03, de 18 de março de 2016, e Comissão de Assessoramento do CTIC – CATIC: Instituída por meio da Portaria nº 80, de 10 de maio de 2016, a CATIC/SEF

Histórico das Despesas de TIC – 2008 a 2016



Portanto, as principais realizações da SUTIC em 2016 estão a seguir detalhadas:

• Manutenção dos Sistemas Administrativos, Financeiros e Contábeis, com destaque para a evolução das aplicações:

- Sistema Geral de Patrimônio – SISGEPAT
- Sistema SIGGO-SEGURANÇA
- Sistema de Gestão da Dívida Pública (SIGGO-DPU)
- Módulo de Elaboração e Execução da Programação Financeira no SIGGO
- SIGGO-Documentação
- SIGGO-PPA
- SIGGO-SAG
- SIGGO-SIAC
- SIGGO-Precatórios: Disponibilizado em produção evoluções (relatórios) que possibilitaram a confecção do

Relatório de Gestão Fiscal com valores atualizados, o que não ocorria desde 2009. Efetuadas baixas e contabilização dos pagamentos de precatórios até 2015. As baixas em 2016 estão sendo realizadas de forma on-line (sem planilhas) pela PGDF. Elaborado Plano de Ação conjunto entre SEF/DF e Procuradoria-Geral do Distrito Federal para evoluções no sistema contemplando a Cessões e Compensações Tributárias para atendimento de nova decisão nº 3732/2016

- Manutenção dos Sistemas Tributários, com destaque para a evolução das seguintes aplicações:
- Sistema SIGEST-CCR: Evoluções e ajustes nas funcionalidades de indicação de créditos
- Sistema SITAF-PARC: Atualização das funcionalidades para atender ao REFIS_2016 em ambiente Web
- Sistema Extrator Fiscalização – PGDAS&DASN: Evoluções e busca de melhorias de performance no processamento de arquivos do Projeto Extratores (TELECOM)
- Sistema SIGEST-DEC: Criação da extração de XML, para o Contribuinte via internet, para os documentos (CT-e, MDF-e, NFC-e, NF-e). Implantação da alteração dos documentos (CT-e, MDF-e, NFC-e, NF-e) visando receber dados referentes a Emenda Constitucional EC-45. Implantação do cadastro centralizado do CSC para o documento NFC-e
- Sistema SUTIC INFRA: Implantação do sistema de versionamento – SCP (Sistema de Controle de Produção) e inclusão do SVN (Sistema de Versionamento) em substituição ao VSS (sistema antigo)
- Sistema SGEJUC: Evoluções e ajustes nas funcionalidades do sistema de gerenciamento do julgamento em Primeira Instância
- Sistema ATENDE-REST: Evoluções e ajustes nas funcionalidades do sistema (Exemplo: Ajuste na tela de inclusão de processos objetivando evitar erro no cadastro dos dados de conta corrente do beneficiário para recebimento de valores a restituir)
- Sistema AGENCI@NET: Migração finalizada do Portal Agenci@Net para nova plataforma com algumas funcionalidades corrigidas/ajustadas no decorrer do ano
- Sistema SITAF-DAT: Adequações e evoluções no Relatório Contábil da Dívida Ativa
- Sistema SITAF-IPVA: Evoluções e adequações diversas nas rotinas do IPVA

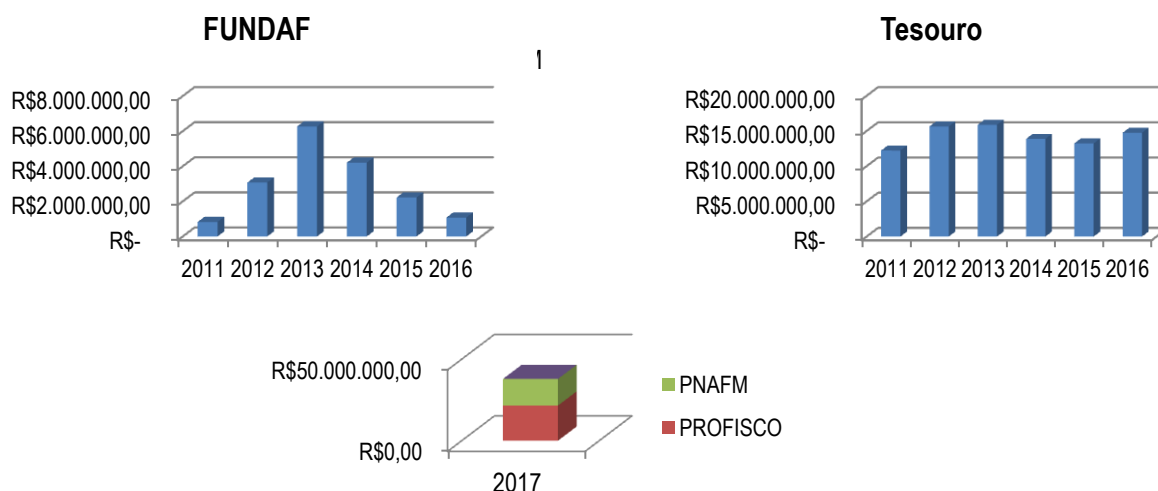
- Sistema SIGEST-DCO: Evolução nas críticas de aceitação dos livros retificadores. Implantação da GIA-ST versão 3.0. Migração da GIA-ST do SISDEC (Natural/ADABAS) para o ReceitaWeb (.Net e Oracle)
- Sistema SIGEST-CFI: Evoluções diversas no Projeto RLE WEB – RLE (Registro de Licenciamento de Empresas), como a implementação do Controle de Baixas de CF/DF
- Sistema SITAF-BAIXA: Adequações e melhorias no sistema, como o desenvolvimento da transação ACERTPAR para execução rotina BATCH ou online para acerto do número da parcela no financeiro do lançamento de IPTU/TLP e IPVA nos casos os quais o contribuinte pagou todas parcelas no vencimento usando código de barras em duplicidade
- Sistema de Registro de Protestos da Dívida Ativa: Implantado para pronto atendimento à SUREC
- Manutenção do projeto de Certificação Digital: Este projeto tem por escopo serviços de certificação integrante da raiz ICP-Brasil, para a criação de Autoridade de Registro (AR) vinculada à Autoridade Certificadora (AC) do Serviço de Processamento de Dados – SERPRO. Como resultado, a SEF/DF foi instituída Autoridade de Registro (AR), na mesma hierarquia da Receita Federal na ICP-Brasil.
- Manutenção do projeto de Aferição de Ponto de Função: O projeto de Aferição de Ponto de Função tem por objetivo segregar as funções de execução das atividades de desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos e de validação da execução dessas atividades. Os resultados gerados por este Projeto estão associados ao direcionamento dos servidores de tecnologia da informação e comunicação às atividades típicas de gestão e controle e à celeridade no controle do atendimento às demandas.
- Manutenção do projeto de Atendimento aos Usuários – Help Desk: Este projeto, em complemento ao Projeto de Infraestrutura de TIC, tem por objetivo segregar os serviços distintos de TIC: atendimento e suporte técnico de 1º e 2º níveis e serviços típicos de infraestrutura de TIC. Tal segregação deu-se em cumprimento às determinações do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisão nº 4983/2010 e Decisão nº 4521/2010). Com a implantação deste Projeto houve aumento da qualidade do atendimento ao usuário final, bem como redução do tempo de resposta dos chamados técnicos.
- Manutenção do projeto de Infraestrutura de TIC: Este Projeto, em complemento ao Projeto de Atendimento ao usuário – Help Desk, tem por objetivo segregar os serviços distintos de TIC: atendimento e suporte técnico de 1º e 2º níveis e serviços típicos de infraestrutura de TIC, tais como administração de banco de dados, de redes de comunicação, segurança da informação e suporte a sistemas operacionais e servidores. Tal segregação deu-se em cumprimento às determinações do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisão nº 4983/2010 e Decisão nº 4521/2010). A implantação deste projeto permitiu a manutenção do elevado desempenho e disponibilidade dos sistemas corporativos.
- Continuidade do projeto de manutenção do Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade – SIADI: Este projeto tem por objetivo prover a manutenção da solução SIADI, implantada em 2011, a fim de garantir a efetividade do funcionamento da solução nas unidades da SEF/DF (Sites Primário e Secundário, Agências de Atendimento da Receita e Postos de Fiscalização da Receita). Como resultado, este projeto possibilita a manutenção do ambiente de alta disponibilidade e maior segurança para os dados e informações fazendárias.

Considerando as realizações, o total de investimentos realizados pela SUTIC, no exercício 2016, por fonte de recurso, está apresentado a seguir:

Investimentos por Fonte de Recurso

Tesouro	FUNDAF	Total
14.756.474,97	1.075.868,01	15.832.342,98

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO



1.1.8. OUVIDORIA FAZENDÁRIA

Atualmente são disponibilizados ao cidadão/contribuinte os seguintes canais de atendimento: Atendimento Virtual - Portal SEF – SIGAC (www.fazenda.df.gov.br), OUV-DF – Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal (www.ouv.df.gov.br), que substitui o Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG (www.ouvidoria.df.gov.br/registre-sua-manifestacao.html) em 05/09/2016, e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC (www.e-sic.df.gov.br/sistema/site/Default.aspx). Além dos serviços eletrônicos é oferecido o atendimento por telefone pelas centrais de atendimento 156, opção 3 e 162; que são gerenciadas pela Agência de Atendimento Remoto/COATE/SUREC/SEF-DF e Ouvidoria Geral do DF, respectivamente. Acrescentando que o contato também poderá ser feito via carta/telegrama ou presencial.

Em relação às metas previstas para o exercício, foram realizadas revisões técnicas no Sistema de Gestão de Atendimento ao Contribuinte – SIGAC, agregando serviços e funcionalidades.

A Controladoria Geral do Distrito Federal por meio do Decreto 36.419/2015 de 25.03.2015 instituiu a Carta de Serviços ao Cidadão, instrumento elaborado por servidores indicados da área de Planejamento, Ouvidoria, Comunicação e Atendimento. A Ouvidoria Fazendária, em conjunto com as demais áreas, no ano de 2016 efetuou a revisão da referida Carta.

1.1.9. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO

Procedimentos Disciplinares

Os procedimentos disciplinares em curso estão descritos no quadro abaixo:

Procedimentos (*)	Iniciados	Instaurados	Em andamento	A instaurar	Em Julgamento
Processo Administrativo Disciplinar – PAD	8	8	03	23	-
Processo Administrativo de Responsabilidade de Empresas - PAR	-	-	-	04	-
Sindicância	4	4	06	-	-
Instrução Prévia (**)	8	8	-	29	-
Acidente de Serviço	2	2	-	-	-
Grupo de Trabalho	-	-	-	-	-
Trabalhos Externos Processos TCE	2	2	-	-	-
Total	24	24	9	56	-

(*) Ainda atendemos demandas SOIWEB, diligências determinadas por autoridades julgadoras e investigações de caráter reservado.

(**) Os processos de IP que estão “em julgamento” referem-se àqueles que foram conclusos com a sugestão de arquivo.

Evolução Anual do Quantitativo de Procedimentos Instaurados

Dentre os Procedimentos instaurados estão PAD's, Sindicâncias, Sindicâncias de Acidente em Serviços, Instruções Prévias e outros, totalizando **24** (vinte e quatro) em 2016.

Tabela 1

Média Anual de Procedimentos Instaurados
Período: 2003 a 2016

	Quantidade
(a) Instaurações	539
(b) Períodos	14
Média Anual de Instaurações (a/b)	38,5

Punições Administrativas Aplicadas a Servidores da SEF

Punições administrativas (expulsórias e não-expulsórias) aplicadas em servidores estatutários da Secretaria de Estado de Fazenda por ano, a partir de 2011:

Punições	2015	2016	Total
Demissão	-	-	5
Cassação de Aposentadoria	-	-	1
Suspensão	-	1	3
Advertência	-	-	4
Total	0	1	13

Programação para 2017

Em 2017, a Unidade de Corregedoria Fazendária instaurará cerca de 50 processos, referentes à Decisão TCDF nº 1830/2016, proferida nos autos do processo TCDF nº 30.392/2015.

Além disso, devemos absorver os Processos Administrativos de Responsabilidade de Empresas – PAR, conforme a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

Destaca-se, também, que em face das alterações legislativas promovidas pelo Decreto 33.370/2011, a PGDF, atendendo a questionamento da SEF, elaborou o Parecer PROPES 3.128/2012, indicando a urgência de edição de lei ordinária para a correção de possíveis incongruências com a extinção de mandatos via decreto, que foram criados por lei, além de dúvidas quanto às competências da unidade e de seus membros.

Complementarmente, o Parecer PGDF 413/2015 apontou a ilegalidade de dispositivos do Decreto 35.565/2014 - Regimento Interno da SEF -, no tocante à escolha do Corregedor Chefe, dentre outras questões.

Neste ano, foram editados dois importantes instrumentos legais que servirão para aperfeiçoar os trabalhos disciplinares: 1) Instrução Normativa CGDF Nº 03, de 23 de setembro de 2016, instituiu o Termo de Ajustamento de Conduta para as infrações leves, aquelas alcançadas pela penalidade disciplinar de advertência; 2) Instrução Normativa Nº 02, de 25 de julho de 2016, que dispõe sobre a mediação de conflitos entre servidores como meio de solução de controvérsias.

Esses dois normativos poderão reduzir o quantitativo de processos disciplinares.

Além disso, pretende-se implantar, logo no início de 2017, o Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Os servidores iniciaram treinamento através de curso tutorial da ENAP, de 08/12/2016 a 28/12/2016.

Ações estratégicas:

b) Adesão imediata ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI;

a) Lotação de pelo menos mais seis servidores para atuação em processos disciplinares e no PAR;

b) Capacitação de servidores da UCF e das demais unidades da SEF para atuação em Comissões de PAD, Sindicâncias e investigações preliminares, por meio de cursos disponibilizados pela EGOV, ENAP e outros;

A UCF pretende, ainda, adotar novas práticas, considerando a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, são elas:

a) Definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos atinentes às atividades de correição, mediante a edição de enunciados e instruções, tendo em vista a Lei nº 4.932/2012, que trata do Sistema de Correição do Distrito Federal – SICOR/DF;

b) Aprimoramento de procedimentos relativos à investigação reservada e preliminar previstos Na LC 840/2011 (arts. 210 e 211, § 4º);

c) A partir do SEI, pretende-se: Aprimorar o controle do andamento dos processos; Geração de relatórios gerenciais de forma mais ágil; Aprimorar os indicadores de desempenho de Celeridade Processual e de Índice de Desempenho de Instauração de procedimentos administrativos;

1.1.10. CONTROLE INTERNO

As atividades realizadas pela Unidade de Controle Interno – UCI foram distribuídas em áreas temáticas, a saber: orçamentária, contábil e financeira, suprimentos de bens e serviços, licitações, contratos, convênios, almoxarifado, patrimonial, bens apreendidos, recursos humanos, prestação de contas da Gestão, acompanhamento de auditorias da Controladoria Geral e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, elaboração de Planos de Atividades e Relatórios e assessoramento e orientações.

A Unidade de Controle Interno, no cumprimento das tarefas constantes do Plano Anual de Atividades de Controle Interno – PAACI/2016, efetuou o acompanhamento dos dados do Sistema de Gestão Governamental - SIGGO e do Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH procedendo a verificações em registros funcionais, análise de processos referentes às diversas áreas internas e às demais atividades que competem à Secretaria de Estado de Fazenda, visitas e inspeções em vários setores do órgão, reuniões com executores de contratos e convênios, instruções prévias para verificação de indícios de existência de prejuízo e outros, além do atendimento a demandas extras, oriundas, em sua maioria, da Corregedoria Geral do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Apresentamos, a seguir, os resultados obtidos em 2016 para as seguintes áreas:

ÁREA DE GESTÃO**I – acompanhamento das Decisões do TCDF**

A Unidade de Controle Interno, em cumprimento ao artigo 3º V do Decreto nº. 34.367/2013, acompanha as recomendações da Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF e as decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal, concernentes as atividades afetas à a Secretaria de Estado de Fazenda, assessorando os gestores responsáveis e o respectivo Secretário de Estado a fim de dar cumprimento nos prazos devidos.

Para isso, a Unidade de Controle Interno organiza respostas das áreas afetas e as encaminha ao Gabinete do Secretário de Fazenda para oficiar a Egrégia Corte o devido atendimento no prazo determinado.

Além disso, esta unidade redirecionou para seus interessados algumas decisões que foram remetidas a esta Secretaria pela Colenda Corte de Contas.

Há, ainda, as decisões que tratam de Tomada de Contas Anual de administradores de dinheiros e valores. Quando se decide pela quitação dos responsáveis de órgãos da Administração Direta, Fundos e de Relativa Autonomia, essas as encaminhamos para a Subsecretaria de Contabilidade para proceder às providências de alçada.

Existem, também, casos de decisões que tratam de encerramento de Tomada de Contas Anual cujo processo é de código 040. Para esses casos, além do encaminhamento para a SUCON/SEF, elaboramos despacho para o órgão de origem da TCA, conforme dispõe art. 3º do Decreto nº 32.074/2010 c/c Decreto nº 32.598/2010, alterado pelo Decreto nº 33.261/2011 que estabelece que as prestações de contas consideradas regular sejam arquivadas no órgão de origem, sob a responsabilidade do ordenador de despesas.

A Unidade tratou das providências próprias deste Órgão e, posteriormente, encaminhamos aos órgãos de origem da Tomada de Contas em questão, para providências subsequentes, inerentes a suas competências.

Vale esclarecer que a Unidade de Controle Interno acompanhou respostas a 374 decisões do TCDF, de janeiro a dezembro de 2016.

A seguir, o quantitativo de decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal, por trimestre, que tiveram apreciação desta Unidade de Controle Interno/SEF:

Órgão responsável por atender à informação requerida	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4 Trimestre	Subtotal
AJL	0	0	2	0	2
ASCOM	0	0	0	1	1
SUCON	57	73	44	56	230
DIGEP	5	0	2	11	58
SUAG	3	2	1	4	10
SUTES	1	4	3	7	15
SUTIC	0	2	0	0	2
OUVIDORIA	0	0	0	1	1
UCI – Acompanhar e coordenar resposta institucional	13	7	4	21	55
Subtotal	79	18	6	101	374

Recursos Humanos

Na área de Gestão de Pessoas foram verificados os procedimentos referentes à Averbação de Tempo de Serviço – ATS, com o objetivo de verificar se as concessões das averbações registradas nos processos enviados pela DIGEP/SUAG/SEF, estavam de acordo com a legislação que rege a matéria, quanto às concessões para efeitos de aposentadoria ou de aposentadoria e adicional por tempo de serviço. Os processos foram escolhidos aleatoriamente dentre os fornecidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas, sendo analisados 94 processos.

Foi verificada a entrega de Declaração de Bens e Valores 2015 por parte dos servidores desta Secretaria, sendo que do total de 1335 servidores ativos, foram excluídos 56 servidores requisitados por não pertencerem a SEF e do restante, 55 não apresentaram a Declaração de Bens até a data do relatório.

Área Convênios

Processo nº 030.005.728/1999 – refere-se a Termo de Autorização de Uso especial da área verde ao SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS INTEGRANTES DA CARREIRA AUDITORIA TRIBUTÁRIA DO DF – SINAFITE/DF, área esta de 23.154,72 m2, contígua à Gerencia de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito - GEFMT/SEF, localizada no Lote H, Trecho 01, do Setor de Áreas Especiais - SAE, destinada exclusivamente a prática de esportes e lazer dos servidores da SEF.

Área de Gestão Orçamentária

A Lei nº 5.601 – Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2016 – de 30 de dezembro de 2015, que fixou as despesas da Secretaria de Estado de Fazenda, no valor de R\$ 1.652.638.375,00 que, com as movimentações e alterações orçamentárias, obteve até 15 de dezembro de 2016, uma Despesa Autorizada de R\$ 1.575.302.023,98 e o Liquidado no montante de R\$ 627.866.165,11, conforme Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD desta Secretaria de Estado de Fazenda obtido no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO.

Verificou-se que do total geral do orçamento da SEF para o exercício de 2016, ou seja, R\$ 1.652.638.375,00, esta Secretaria já realizou, aproximadamente 61% do montante, no valor de R\$ 627.866.165,11.

Importante lembrar que dos 26 programas de trabalho constantes na LOA para o exercício de 2016, não houve execução de 10 deles, ou seja, próximo de 38%. Este dado reforça a necessidade de um planejamento orçamentário mais apurado para o exercício de 2017.

Área Contábil E Financeira

No exercício de 2016, além das atividades constantes no PAACI/2016 da área citada, esta UCI finalizou a atividade de levantamento, atualização e devolução das cauções dos contratos encerrados da SEF, conforme informações obtidas no Sistema SIGGO na Conta Contábil 711410100 – Depósitos de Cauções em Espécie. Com isso, constam agora nesta conta contábil apenas as cauções dos contratos vigentes na SEF.

Outra conta contábil que foi tratada neste exercício a Conta Contábil 712310000 – Contratos com Terceiros. Foram analisados os contratos inscritos nesta conta contábil quanto a sua vigência e/ou formalidades no encerramento. Esta atividade atualizou as inscrições dos contratos no SIGGO bem como a rotina na formalização dos encerramentos dos contratos conforme a legislação vigente.

Área De Contratos

- Foram verificados 6 contratos quanto a formalidades e/ou execução contratual;
- Foram verificados aproximadamente 170 Processos, visando atualizar as inscrições no Lista Contratos do Sistema SIGGO, bem como o saldo dos contratos na conta de escrituração 712310000 – Contratos com Terceiros.
- Foram analisados 28 processos referentes a Reconhecimentos de Dívidas de Exercícios Anteriores, nos termos do Art. 3º do Decreto nº 37.120/2016.

1.1. PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3486 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	0	2.100.153	1.176.400	1.176.400
0002 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS-DF ENTORNO	0	2.100.153	1.176.400	1.176.400
TOTAL DO PROGRAMA 6207	0	2.100.153	1.176.400	1.176.400

A Secretaria de Estado de Fazenda, por meio de sua Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, assinou o Acordo de Cooperação Técnica Internacional com a UNOPS que tem por finalidade a construção de capacidade institucional por meio de transferência e compartilhamento de boas práticas relacionadas às PPPs.

A capacidade institucional ocorrerá durante toda a estruturação de projetos, por meio de estudos prévios, de viabilidade técnica, modelagem econômico-financeira e modelagem jurídica.

Como o Acordo de Cooperação Técnica foi assinado em 02/12/2016, as ações estão tendo início agora, e ainda não tem nenhum produto efetivamente.

Realizações

As Parcerias Público-Privadas são um importante mecanismo de gestão e de desenvolvimento na busca pela otimização de projetos de interesse público. Esse tipo de articulação com a iniciativa privada permite elevar o patamar de investimentos públicos em serviços oferecidos diretamente à população. Isso afetará de modo direto o desenvolvimento do Distrito Federal e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Assim como no ano anterior, as PPPs têm sido apontadas como um importante mecanismo de promoção de desenvolvimento do Distrito Federal e, portanto, se inserem de maneira estratégica na agenda da Secretaria de Estado de fazenda e do Governo como um todo. Abaixo são listadas as realizações da Subsecretaria de PPPs em 2016:

Projetos da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas

a. **Projeto Via Transbrásia** - 09 de maio de 2016 publicou no Diário Oficial do Distrito Federal o Edital de Chamamento Público de PMI nº 001/2016 para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para o desenvolvimento, implantação, operação e manutenção da via Transbrásia e seu complexo urbanístico.

No dia 1 de junho de 2016 a SUBPPP publicou um Aviso de retificação do Edital de Chamamento Público nº 001/2016, com o objetivo de atender o disposto no Decreto nº 36.554, de 17 de junho de 2015 e para realizar adequações no termo de referência do referido projeto.

No dia 14 de julho, a SUBPPP publicou o Termo de Autorização autorizando as seguintes empresas a efetuarem os estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica referente ao projeto da Via Transbrásia e seu complexo urbanístico: I - Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda; II - As empresas, em conjunto: Base Investimentos e Incorporações S.A; Basevi Construções S.A; Brasal Incorporações e Construções de Imóveis Ltda; Companhia Brasileira de Engenharia Participações e Negócios - COBRAPAR; Construtora ARTEC S.A; Construtora Villela e Carvalho Ltda; CONTERC Construção, Terraplanagem e Consultoria Ltda; JW Participações e Investimentos S.A.; Mais Construtora Ltda; MM Participações Ltda; Soltec Engenharia Ltda.

No dia 12 de agosto saiu publicação da Revogação do Termo de Autorização, a pedido da empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda, a autorização a ela concedida, para efetuar os estudos.

b. **Iluminação Pública do Distrito Federal** - 06 de junho de 2016 publicou no Diário Oficial do Distrito Federal o Edital de Chamamento Público de PMI nº 002/2016 para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a modernização, efficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do Distrito Federal.

No dia 30 de junho de 2016 a SUBPPP publicou um Aviso de retificação do Edital de Chamamento Público nº 001/2016, com o objetivo de atender o disposto no Decreto nº 36.554, de 17 de junho de 2015 realizando adequações no termo de referência do projeto. Em decorrência das alterações, o prazo para entrega dos requerimentos de autorização para realização dos estudos técnicos foi estendido em 10 (dez) dias, a contar do prazo original, dia 04/07/2016.

No dia 06/09/2016, DODF nº 169, o Termo de Autorização autorizando as seguintes empresas a efetuarem os estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a modernização, efficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Distrito Federal: I - GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda; II - Barbosa Mello Participações e Investimentos S.A. e Construtora Remo Ltda; III - Tree Partners Participações e Investimentos LTDA; e IV - EPC Construções S.A.

No dia 09/09/2016, a SUBPPP recebeu um pedido de reconsideração das empresas em conjunto URBELUZ ENERGÉTICA S.A; CITÉLUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S.A E FM RODRIGUES & CIA LTDA., fundada na decisão que autorizou 4 (quatro) das 11 (onze) empresas que manifestaram interesse em realizar os estudos de Iluminação Pública do DF.

No dia 21/09/2016 foi encaminhado ofício contendo uma Nota técnica, avaliando novamente o requerimento da referida empresa, ao Diretor da empresa URBELUZ ENERGÉTICA S.A. Após a análise a decisão foi de negar provimento ao pedido de reconsideração em questão.

No dia 27/09/2016, a empresa consorciada URBELUZ ENERGÉTICA S.A solicitou cópia de todo o processo nº 370.000.317/2015. No dia 07/10/2016 foi disponibilizado à empresa cópia integral do processo.

Em dezembro houve mais uma retificação no Edital de Chamamento Público nº 002/2016 para adequação do termo de referência.

Em 05/12/2016, o Tribunal de Contas do Distrito Federal encaminhou a esta Secretaria, por meio do Ofício nº 12116/2016-GP, a Decisão nº 6094/2016, proferida nos autos do Processo nº 35089/2016-e, que trata das Representações ofertadas pelas empresas BRASILUZ Eletrificação e Eletrônica Ltda. e URBELUZ Energética S/A, com pedido de cautelar, versando sobre possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 00/2016.

Em 13/12/2016, esta Secretaria encaminhou ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, por meio do Ofício nº 1034/2016 – GAB/SEF a manifestação acerca da matéria deliberada na Decisão nº 6094/2016.

c. **Shopping Popular** - Em 13 de julho de 2016 foi publicado Edital de chamamento Público nº 003/2016, tornando publico PMI/003-2016, para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica do Shopping Popular.

Em 27 de julho de 2016 foi publicado Extrato do Edital de Chamamento Público nº 003/2016, a fim de retificar o anexo III do mesmo Edital.

Em 30 de Agosto de 2016 foi publicado Aviso de abertura de Prazo para complementação dos requerimentos apresentado no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 003/2016, abrindo prazos para empresas apresentarem requerimento.

Em 09 de setembro de 2016, foi publicado termo de autorização sobre Edital de Chamamento Publico 003/2016, aprovando as empresas, a efetuar estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica referente a modernização, revitalização, manutenção referente ao Shopping Popular.

No dia 22 de setembro de 2016, foi publicado revogação do termo de Autorização, publicado no Diário Oficial do distrito Federal de 13 de julho de 2016, revogando a pedido da empresa ABL Prime LTDA, a autorização a ela concedida.

No dia 07 de novembro de 2016, foi publicado Aviso de Prorrogação de prazo autorizado para entrega dos estudos referente à revitalização do shopping Popular.

Em 08 de dezembro de 2016, foi publicado ato prorrogando prazo concedido à empresa autorizada para entrega dos estudos, até dia 30 de dezembro de 2016. Além disso, a empresa autorizada realizou a entrega dos Cadernos 1 e 2 que encontra-se em análise pela SUBPPP.

d. Complexo Esportivo e de Lazer do Guará - No dia 27/09/2016, no DODF nº 183, foi publicado o extrato do Edital de Chamamento Público tornando público o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 004/2016, para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a revitalização, modernização, manutenção e operação do Complexo Esportivo e de Lazer do Guará.

No dia 10/11/2016 no DODF nº 212 foi publicado um Aviso de reabertura de prazo para apresentação dos requerimentos no âmbito do Edital nº 004/2016. O prazo foi prorrogado em 20 (vinte) dias sendo a entrega final no dia 01/12/2016.

No dia 01/12/2016 dois consórcios apresentaram requerimentos, como descrito a seguir:

- Consórcio Novo Kartódromo do Guará, composto pelas empresas: AV Comunicação e Marketing LTDA.; RBC Preparação de Motores LTDA.; e Prospecta Engenharia LTDA. – apresentou requerimento para o Grupo 1 (Kartódromo Ayrton Senna);

- Consórcio Novo CAVE, composto pelas empresas: AV Comunicação e Marketing LTDA.; e Prospecta Engenharia LTDA. – apresentou requerimento para o Grupo 2 (Estádio Antônio Otoni Filho, Ginásio de esportes e o Clube Vizinhança).

No dia 05/12/2016, foi publicado no DODF nº 227 a Portaria nº 258 tornando pública a relação das empresas interessadas que apresentaram requerimento para o Complexo Esportivo e de Lazer do Guará.

No dia 12/12/2016 ocorreu a primeira reunião de acompanhamento do projeto com os consórcios autorizados. O prazo para entrega final dos estudos é dia 09 de fevereiro de 2017.

e. Parque da Cidade - No dia 09/12/2016, no DODF nº 231, foi publicado o extrato do Edital de Chamamento Público tornando público o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 005/2016, para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a revitalização, modernização, manutenção e operação do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek.

f. Centro de Convenções Ulysses Guimarães - Em 20/04/16 foi aberto o processo de Consulta Pública para divulgação do projeto que visa à concessão, tendo por objeto a expansão, reforma, modernização e operação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães e áreas adjacentes para a realização de feiras, exposições e eventos. No dia 10/05/16 foi realizada a Audiência Pública a fim de obter informações técnicas necessárias e suficientes para o estudo, esclarecer dúvidas e dar maior publicidade aos requisitos dos objetos desejados.

Publicou-se em 22/08/2016, DODF nº 158, o Aviso de Consulta Pública com a finalidade de esclarecer e colher contribuições para futuro processo de Concorrência Pública Nacional. A Consulta Pública ficou aberta do dia 22/08/2016 até o dia 29/08/2016 e os interessados poderiam se manifestar pelo e-mail da SUBPPP ou por escrito mediante protocolo geral da Secretaria de Estado de Fazenda.

Foi publicado no dia 08/09/2016, no DODF nº 170, o Aviso de Publicação de Edital de Concessão nº 001/2016, tornando pública a licitação para Concessão na modalidade Concorrência tendo por objeto a reforma, manutenção e operação do CCUG. Os documentos de credenciamento, proposta comercial e documentos de habilitação deverão ser entregues até o dia 24/10/2016. A sessão pública de abertura do certame acontecerá no dia 25/10/2016 na sede da SEF.

Em 17/10/2016, foi protocolado pedido de Impugnação do Edital nº 001/2016. Após análise, a Comissão Especial de Licitação julgou improcedente o pedido de impugnação, mantendo-se na íntegra os termos do edital bem como a data de abertura.

Em 24/10/16 foi publicado Aviso de Suspensão de Licitação conforme determinação o Despacho Singular 306/2016-GCMM, do Tribunal de Contas do Distrito Federal com prazo indeterminado.

g. Formalização de Cooperação Técnica Internacional – UNOPS - tratativas com o Escritório de Projetos das Nações Unidas - United Nations Office for Project Services (UNOPS) - para formalização de Cooperação Técnica Internacional para apoiar o desenvolvimento e execução do Programa de PPPs do GDF permitindo identificar “gargalos”, mapear processos e construir o marco legal de PPPs para o DF.

As tratativas com a Agência Brasileira de Cooperação – Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE e UNOPS foram analisadas e o PRODOC foi ajustado conforme revisão final. Restando apenas a aprovação da Procuradoria do GDF para assinatura do Documento de Projeto.

Segue abaixo as atividades desenvolvidas:

22/09/2016 – PGDF conclui parecer sobre o PRODOC pela viabilidade jurídica do Acordo, solicitando somente algumas alterações;

21/10/2016 – aprovação da versão final do PRODOC pela ABC

25/10/2016 – Envio de nota técnica de esclarecimento/ alterações à AJL/SEF para aprovar PRODOC e assinar o Acordo de Cooperação Técnica Internacional.

O Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/03 foi celebrado em 02/12/2016. Após a nomeação do Diretor e do Coordenador do projeto, o plano foi formalizado e aceito 13/12/2016 para início da execução do referido acordo.

h. Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas – CGP - Ao longo do ano de 2016, o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas reuniu-se para a análise e deliberações sobre a carteira de projetos da SUBPPP.

Seguem as deliberações do Conselho:

- Tornou público, por meio da Resolução nº 73, a intenção de constituir parceria para a implantação, gestão, operação e manutenção do empreendimento MIRANTE FLOR DO CERRADO, delegando a gestão do projeto à TERRACAP;
- Autorizar a abertura de procedimento licitatório para a concessão, que tem por objeto a expansão, reforma, modernização e operação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães - CCUG, e áreas adjacentes, para a realização de feiras, exposições e eventos, bem como a instalação de equipamentos de apoio, por meio da Resolução nº 74/2016;
- Autorizar o lançamento de Edital de Chamamento Público de Manifestação de Interesse para a realização de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica referente à modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do Distrito Federal, em conformidade com o Decreto nº 36.554, de 17 de junho de 2015; Resolução nº 75/2016;
- Autorizar o lançamento de Edital de Chamamento Público de Manifestação de Interesse, por meio de concessão, do Shopping Popular de Brasília, por meio da Resolução nº 76/2016;
- Autorizar a abertura de procedimento licitatório para a Concessão de Direito Real de Uso da Estação nº 19 - Estrada Parque do METRÔ-DF, Resolução nº 77/2016;
- Autorizar o lançamento de Edital de Chamamento Público de Manifestação de Interesse para a realização de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a revitalização, modernização, manutenção e operação do Complexo Esportivo e de Lazer do Guarã, em conformidade com o Decreto nº 36.554, de 17 de junho de 2015, por meio da Resolução nº 78/2016;
- Autorizar a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP a comunicar a intenção de receber Manifestação de Interesse Privado - MIP para o empreendimento AUTÓDROMO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA, Resolução nº 79/2016;
- Autorizar o lançamento de Edital de Chamamento Público de Manifestação de Interesse do PARQUE DA CIDADE DONA SARAH KUBITSCHKEK, Resolução nº 80/2016;
- Resolução nº 81/2016 – Criar no âmbito do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas, o Comitê de deliberação do Centro Administrativo do Distrito Federal.

1.2. PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	500.000	349.479	349.478	315.631
8390 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	500.000	349.479	349.478	315.631
TOTAL DO PROGRAMA 6211	500.000	349.479	349.478	315.631

Programa Reintegra cidadão, que tem por objetivo reintegrar à sociedade pessoas que estiveram ou estão respondendo judicialmente por infringir o código penal Brasileiro.

A Secretaria de Estado de Fazenda participa do programa desde 2012. O Contrato nº 02/2012 – SEF x FUNAP, expirou em março do corrente pelo qual executamos neste exercício R\$ 90.303,15 (noventa mil trezentos e três reais e quinze centavos). Posteriormente começou a vigorar o Contrato nº 08/2016 – SEF, Processo nº 040.000.614/2016, que tem por objeto a prestação de mão de obra, por meio de reeducandos em busca de ressocialização.

1.3. APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL**PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	339.555.047	410.329.644	310.230.951	310.215.977
0009 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-PRECATÓRIOS-DISTRITO FEDERAL	339.375.908	408.864.354	309.174.686	309.174.686
0010 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR-DISTRITO FEDERAL	169.139	1.457.040	1.055.048	1.040.074
6174 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-OUTRAS DECISÕES-DISTRITO FEDERAL	10.000	8.250	1.217	1.217
9003 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL	86.775.943	119.122.955	70.816.477	69.445.607
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	86.775.943	119.122.955	70.816.477	69.445.607
9029 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA – EXTERNA	96.228.000	0	0	0
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA--DISTRITO FEDERAL	96.228.000	0	0	0
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA – INTERNA	380.026.000	2.167.037	0	0
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-REFINANCIADA-DISTRITO FEDERAL	74.424.200	1.053.128	0	0
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-SERVIÇO DA DÍVIDA-DISTRITO FEDERAL	305.601.800	1.113.909	0	0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	103.485.000	109.300	0	0
6963 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-- PLANO PILOTO	103.485.000	109.300	0	0
9043 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA ORIGINÁRIA DE DEA	200.000.000	0,00	0,00	0
0001 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA ORIGINÁRIA DE DEA--DISTRITO FEDERAL	200.000.000	0,00	0,00	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	34.000.000	28.664.518	25.578.761	25.513.883
0063 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	31.000.000	23.260.001	20.224.165	20.163.954
7002 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESTITUIÇÕES DE TRIBUTOS DA SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	3.000.000	5.404.517	5.354.596	5.349.929
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	5.769.000	2.167.829	0	0
0010 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP-- PLANO PILOTO	5.769.000	2.167.829	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001	1.245.838.990	562.561.283	406.626.189	405.175.467

No que se refere à execução de sentenças judiciais, foram realizados os repasses ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, para pagamento de **Precatórios**, obrigação do Governo do Distrito Federal, sob responsabilidade e gestão desta Pasta, relativos a repasses mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) de 1,5% (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL, bem como relativo ao **Convênio nº 02/2012**, que trata de repasse mensal de no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para pagamento de Requisição de Pequeno Valor – RPV.

Ressalta-se que foram efetuados doze repasses atinentes ao Convênio 02/2012 e onze relativos à despesa com **Precatório**, restando pendente o repasse do mês de dezembro/2016.

Foram realizados ainda diversos repasses ao Tribunal Regional do Trabalho – TRT 10ª Região, para pagamento de despesas a título de Requisição de Pequenos Valores – RPV, sendo efetuados neste exercício 512 pagamentos.

A ação relativa à Participação Acionária em Empresas do Distrito Federal refere-se, em sua quase totalidade, à integralização de capital da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, referente às obras de saneamento básico, contratados pelo GDF junto aos órgãos e agentes financeiros da União, conforme Lei. 5.339, de 07/05/2014.

Quanto às restituições de tributos, trata-se de devolução de impostos e taxas pagos indevidamente por contribuintes, tais como IPTU/TLP, ICMS, ISS, entre outros. Durante o exercício foram efetuadas restituições de aproximadamente 1.171 processos, sendo priorizados idosos, deficientes e portadores de doenças crônicas, bem como embaixadas. Ressalta-se que, não obstante o empenho esta Pasta no sentido de complementar o Programa de Trabalho para quitação destas despesas, restaram pendentes de pagamento aproximadamente 1.142, importando ao montante de R\$ 11.299.440,41 (onze milhões duzentos e noventa e nove mil quatrocentos e quarenta reais e quarenta e um centavos).

Foi efetuado ressarcimento de salários de 03 (três) servidores cedidos de outros órgãos para esta Secretaria importando o valor anual total de R\$ 520.680,58 (quinhentos e vinte mil seiscentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos). Foram concedidas 5.444 indenizações de transporte a servidores da SEF, cujo valor total importou em R\$11.379.334,05 (onze milhões trezentos e setenta e nove mil trezentos e trinta e quatro reais e cinco centavos).

PROGRAMA: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3.600.000	2.978.490	2.865.324	2.519.770
5331 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	3.600.000	2.978.490	2.865.324	2.519.770
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100.000	2.536	2.535	935
0010 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	100.000	2.536	2.535	935
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	330.200.001	396.463.532	334.344.818	334.336.425
0055 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	330.200.001	396.463.532	334.344.818	334.336.425
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	6.372.733	7.162.692	6.109.534	6.109.534
6999 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	6.372.733	7.162.692	6.109.534	6.109.534
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	13.000.000	30.898.907	23.527.836	19.991.862
0051 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	13.000.000	30.898.907	23.527.836	19.991.862
TOTAL DO PROGRAMA 6003	353.272.734	437.506.157	366.850.047	362.958.526

Na ação de capacitação, ao longo do exercício de 2016, foram realizados 34 (trinta e quatro) cursos de capacitação o que resultou na capacitação de 178 (cento e setenta e oito) servidores.

Foram concedidas 47 (quarenta e sete) aposentadorias, bem como concedidas 28 (vinte e oito) pensões em decorrência de falecimento de servidores.

1.3.1. Orçamento e Finanças

No presente exercício, foi necessário reduzir contratos em andamento, bem como rever reservas orçamentárias realizadas, e ainda, para evitar o comprometimento de pagamento de contratos de caráter essencial ao funcionamento das atividades desenvolvidas por esta Secretaria, foram solicitados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão suplementações orçamentárias para o atendimento, em especial, dos Programas de Trabalho: 04.122.6003.8517.0051 - Manutenção dos Serviços Administrativos – SEF e 04.126.6203.2557.0007 – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia – DF. As suplementações foram suficientes para evitar a solução de continuidade das atividades desenvolvidas pela SEF.

1.3.2. Licitações, Contratos e Convênios

A DILIC monitora diariamente as atividades desenvolvidas pelas gerências e é responsável pela instrução dos processos de aquisições, licitações, gerenciamento de atas de registro de preços, contratações, publicação de nomeação de executores contratuais, de extratos de contratos e aditivos, o controle do pagamento de faturas, o reequilíbrio econômico-financeiro e repactuação dos preços, instrução de processos de reconhecimento de dívidas, dentre outros.

De igual modo, por meio de acompanhamentos permanentes realiza o monitoramento contínuo do vencimento dos contratos e o pagamento de INSS e FGTS.

A execução dos contratos é simultaneamente acompanhada com efetivo controle e avaliação; busca-se adequar as necessidades e demandas do contrato ou serviço às possibilidades da Administração, seja no que se refere aos reajustes pleiteados, apresentação de propostas mais vantajosas, concessão de descontos, negociação de obrigações entre a contratada e a Secretaria de Estado de Fazenda - SEF, dentre outros.

No exercício de 2016 foram celebrados 65 (sessenta e cinco) novos contratos, buscando uma melhoria na prestação de serviços à comunidade do Distrito Federal.

Considerando também os Contratos celebrados em anos anteriores, bem como aqueles que tiveram seu prazo de vigência expirado e outros que tiveram seu prazo de vigência prorrogado, atualmente a SEF/DF tem o montante de 119 (cento e dezenove) contratos.

1.3.2.1. Suprimentos, Compras e Especificações

As atividades iniciam-se com a análise, para verificação da adequabilidade dos Termos de Referência/Projetos Básicos às normas tanto aquelas referentes à Lei nº 10.520/2002, quanto ao Decreto nº 5.450/2005, ou à Lei nº 8.666/1993, conforme o caso, bem como aquelas pertinentes às aquisições de modo geral. Se os instrumentos estiverem dentro da conformidade, será dado prosseguimento à licitação, à dispensa ou inexigibilidade de licitação, conforme a situação,

Com a edição dos Decretos nº 36.519/2015 e 36.520/2015, que estabeleceu as regras para o Sistema de Registro de Preços para aquisição de materiais e serviços de uso comum a todo o Distrito Federal, e as regras para as compras, esta Assessoria estabelece rotinas de acompanhamento dos saldos das Atas de Registros de Preços gerenciadas pela COLIC/SEPLAG, das quais a SEF é participante, bem como das futuras aquisições/contratações.

Nos casos em que a licitação tratar de objeto de interesse das áreas finalísticas da SEF, com a informação da disponibilidade orçamentária e a autorização da autoridade competente para prosseguir com a licitação, à Assessoria compete a instrução de processos de dispensa/inexigibilidade de licitações, e aos Pregoeiros a incumbência da elaboração de editais, e a submissão de minutas à análise e parecer conclusivo da Assessoria Jurídico-Legislativa, abertura, julgamento e adjudicação de pregões eletrônicos ou presenciais, se for o caso, bem como à homologação pela autoridade competente.

Quando se tratar de compras de materiais e serviços de interesses comuns da administração do GDF, a rotina seguirá aquela prevista na legislação em conformidade com o disposto no Decreto nº 36.519/2015.

Além daquelas atividades já incorporadas no tocante à pesquisa de preços de mercado, no sentido de aprimorar a análise mais acurada nos preços do que se pretende adquirir, esta Assessoria adotou a sistemática de, em cada processo, utilizar o Formulário “check list” de modo a comprovar o cumprimento das exigências nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, bem como de pregão, para facilitar o acompanhamento na instrução processual.

Quanto ao controle das Atas de Registro de Preços, concluído o processo licitatório sob o Sistema de Registro de Preços, a(s) licitante(s) vencedora(s) recebe(m) a(s) ARP(s) para assinatura e posterior publicação do extrato, o controle de saldos, autorizações de uso, análise de reequilíbrio econômico financeiro, etc. Também verifica periodicamente se o preço é vantajoso junto a órgãos da administração pública ou aos fornecedores do mesmo ramo do produto/serviço. Se há órgãos interessados na ARP, seguem todos os procedimentos para atendimento com a máxima urgência enviando Ofício ao fornecedor e ao órgão, comunicando a concordância do pleito, se for o caso. Exige-se dos órgãos participantes das ARP que comuniquem a emissão de Notas de Empenho para a efetiva baixa nos quantitativos, resultando num controle mais apurado do saldo das Atas vigentes. Da mesma forma, para controle interno da gerência, a área de contratos também deve nos comunicar quando efetivarem sua celebração.

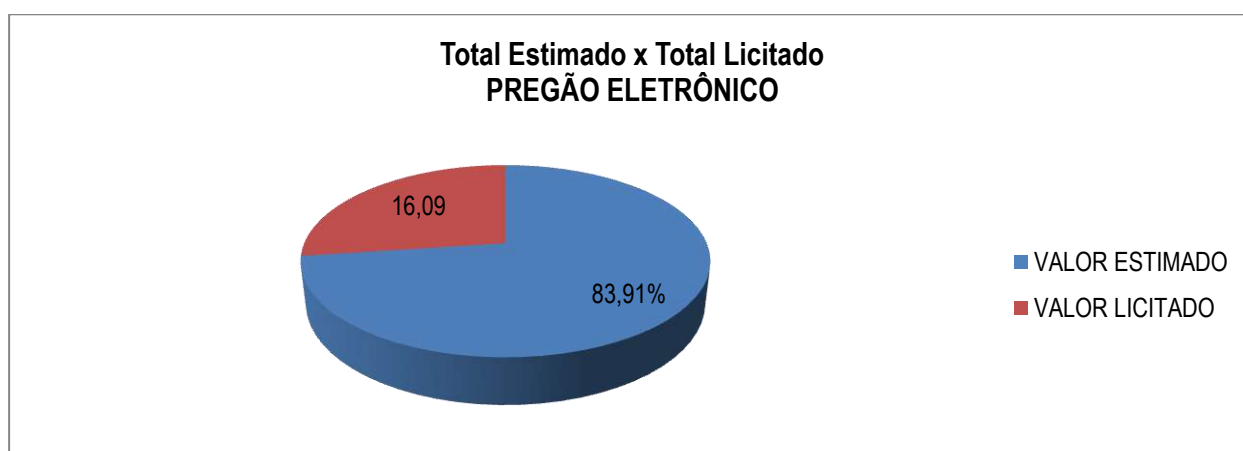
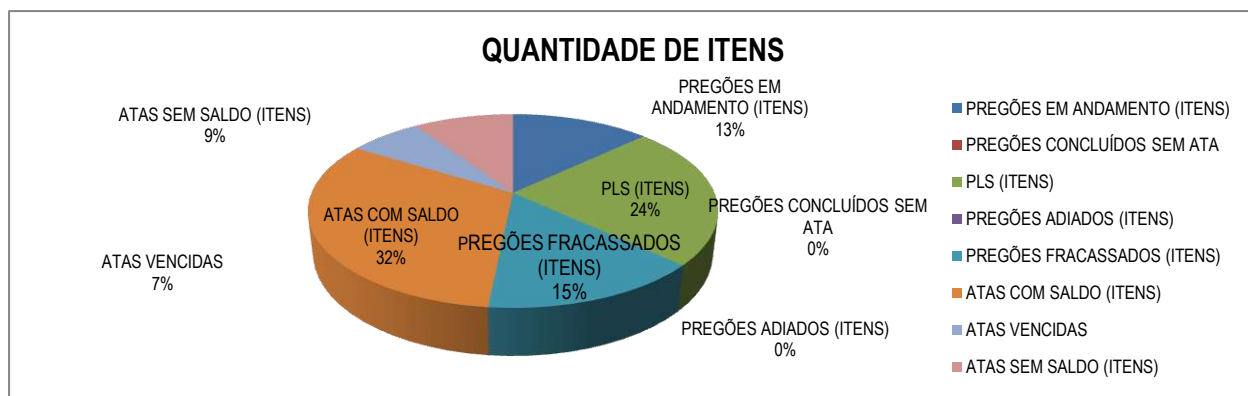
No caso de adesão a outras atas, quando há indicação da área demandante, também é feita a verificação se o preço é vantajoso seguindo orientação dos órgãos de controle, do TCDF, AJL/SEF.

1.3.2.1.1. Capacitação

Com o advento do Decreto 37.1321, de 16/02/2016, que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do GDF, não houve a participação de servidores em cursos de capacitação.

1.3.2.1.2. Portal

Em sintonia com a ASCOM acompanhamos a atualização do Portal da SEF, para divulgação de todas as licitações realizadas pela Secretaria de Fazenda desde 2012, com vistas a dar mais transparência às contratações da Secretaria de Estado de Fazenda, atividades estas que compõem os processos rotineiros do setor.



1.3.2.1.3. Convênios SEF-DF

Contrato	Nº. Processo	Empresa	Objeto	Início	Termino	Valor
Termo De Cooperação Técnica 01/2012	040.003.923/2012	CODEPLAN	Visa firmar cooperação técnica entre a SEF-DF e a CODEPLAN.	18/12/2012	17/12/2017	Não Há
Termo de Acordo de Cooperação 01/2013	040.003.887/2012	CIELO	Estabelecer as condições para instalações do software denominado Connect Direct, doravante denominado simplesmente ("Software"), nas dependências da SEFAZ.	01/11/2013	31/10/2018	Este Acordo será operacionalizado mediante ações de interesse das partes envolvidas, ficando estabelecido que, não haverá envolvimento ou repasse de recursos financeiros.
Termo de Convênio Sef/Detran/Seguradora Líder	040.004.890/2011	Seguradora Líder	Seguro DPVAT	05/03/2013	05/03/2017	Não Há
Convênio Cooperação Técnica 11/10/2013	040.005.839/2013	SEFAZ/RS e demais Estados	DISPONIBILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO SISTEMA (SEFAZ/VITAU) SINTEGRA	01/01/2014	31/12/2019	Repasse anual no total de R\$ 144.000,00
040027630000001/84	035.879.242/2011	Caixa Economica Federal	Contrato de repasse (subempréstimo) entre União, Caixa Econômica e o Distrito Federal com intervenção no âmbito da segunda fase do PNAFM	14/06/2012	28/12/2027	160000000,00
Convênio de Cooperação da Receita Federal do Brasil	040.006.533/2013	Secretaria Da Receita Federal Do Brasil	Programa de cooperação técnico-fiscal dirigido ao aperfeiçoamento do planejamento e execução fiscal e cobrança dos tributos fiscais	11/11/2013	Sem Vencimento	Não Há
Convênio BRB – Banco de Brasília S.A	125.000.789/2013	BRB – Banco de Brasília S.A	Cooperação Administrativa, sem ônus econômico para as partes, tem por objetivo ampliar os pontos de atendimento ao contribuinte do Distrito Federal	22/11/2013	21/11/2018	Não Há

Contrato	Nº. Processo	Empresa	Objeto	Início	Termino	Valor
Termo De Cooperação SEJUS	040.001.996/2012	Termo De Cooperação SEF X SEJUS	Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes com vistas ao desenvolvimento de ações destinadas à implantação e operacionalização das Unidades fixas da Rodoviária, Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho e Gama da Subsecretaria de Modernização do Atendimento ao Cidadão - NA HORA, cuja finalidade é prestar atendimento de alto padrão	29/01/2013	26/01/2016	Não Há
Convenio Entre SMPE/JCDF/ACDF/SEF	040.006.608/2013	Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Secretaria de Racionalização e Simplificação, Junta Comercial do Distrito Federal e Associação Comercial do Distrito Federal	Prestação de serviços do registro público de empresas, por meio da instalação de Escritório Regional da JCDF em espaço físico cedido pela ACDF, interessada diretamente na desconcentração destas atividades no Distrito Federal	02/09/2014	01/09/2017	Não há repasse
Acordo De Cooperação TÉCNICA N° 002/2013	040.004.470/2013	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Uso compartilhado de imóvel na BR 020, pertencente ao Governo do Distrito Federal que abriga as instalações do 1º DRPRF/DF	12/11/2013	11/11/2018	Não Há
Não tem número (emenda constitucional)	360.000.479/2012	TJDF	Pagamento de Requisição de Pequeno Valor (ações trabalhistas)	Não se aplica	Não tem vencimento	12.000.000,00
002/2012	040.002.597/2012	TJDF	Repasse de 1,5% de duodécimo da Receita Corrente Líquida - RPL	10/07/2012	01/07/2018	276.000.000,00
Termo de Cooperação Técnica Operacional	040.002.009/2012	Conselho Regional de Contabilidade CRC	Cooperação Técnica por meio da SEF na disponibilização de dados cadastrais, compreendendo estas, as pessoas jurídicas e profissionais autônomos, bem como das empresas que estão sob sua responsabilidade.	21/05/2015	21/05/2017	Não Há
Termo de Cooperação Mútua T R E	040.003.326/2013	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	Integração entre os partícipes, sem ônus, considerando a necessidade de intercâmbio de informações, com vistas ao aperfeiçoamento das atividades.	11/11/2014	10/11/2019	Não Há
Termo de Cooperação Técnica	040.003.368/2015	Tribunal de Contas do DF	Disponibilização ao TCFDF do acesso ao Mapa de Preços do DF desenvolvido a partir de preços de mercadorias e serviços constantes base dados Nota Fiscal Eletrônica	01/03/2016	01/03/2021	Não Há
Termo de Cooperação Técnica	040.003.843/2015	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Disponibilização ao TCFDF do acesso ao Mapa de Preços do DF desenvolvido a partir de preços de mercadorias e serviços conta constantes base dados Nota Fiscal Eletrônica	29/02/2016	29/02/2021	Não Há
Convênio SEFAZ Virtual	040.005.839/2013	SEFAZ/Estado do Rio Grande do Sul	Disponibilização dos serviços de processamento de autorização para emissão de documentos Fiscais eletrônicos, denominado de SEFAZ/VIRTUAL.	01/01/2014	31/12/2019	Não há
Termo de Cooperação Técnica	040.001.015/2016	Ministério Público Federal	Disponibilização ao TCFDF do acesso ao Mapa de Preços do DF desenvolvido a partir de preços de mercadorias e serviços constantes base dados Nota Fiscal Eletrônica	26/02/2016	26/02/2021	Não Há

1.3.3. Apoio Operacional

1.3.3.1. Segurança Institucional

- Implementação e acompanhamento da Política de Segurança da Informação (PSI) da SEF;
- Gestão e aprimoramento do sistema de controle de acesso do Ed. VRD mediante expedição de crachás e registros em sistemas próprios;
- Aprimoramento do monitoramento de vídeo e acompanhamento na execução dos serviços de manutenção nas Agências de Atendimento, Postos de Fiscalização, Tribunal Recursos Fiscais, Central de Arquivo, Corregedoria e em outros setores da SEF;
- Gestão de Relatório de Incidentes e situações de risco, em especial nos casos de invasão predial por grupos de pressão organizados;
- Capacitação e conscientização de segurança;
- Julgamento dos casos relacionados à liberação de acesso a conteúdo internet na rede SEF;

- prioritários;
- Realização de ações de gestão em segurança institucional nos setores identificados pelo Gabinete como prioritários;
 - Definição de regras e perfis de acesso a sites internet;
 - Capacitação em qualidade no atendimento no serviço de recepção e portaria da SEF;
 - Elaboração de artefatos padrões para suprir os processos de registro e acompanhamento de incidentes registrados;
 - Desenvolvimento de campanhas de conscientização interna em torno da temática de segurança corporativa;
 - Elaboração de Termos de Referência visando à realização de licitação pública para aquisição e manutenção de componentes do sistema CFTV com vistas à ampliação e a modernização desse sistema nas diversas unidades que compõem a SEF;
 - Acompanhamento, a partir da nomeação do Gerente da GSI como executor contratual, das ações decorrentes dos contratos 38 e 39/2013, firmados entre a empresa Paulista Serviços e Transportes Ltda e a Secretaria de Estado de Fazenda do DF, tendo como objeto o fornecimento de mão de obra à SEF.

1.3.3.1.1. Acompanhamento de Obras e Serviços

No exercício de 2016, foram realizadas 2.234 solicitações de reformas nas instalações onde funcionam os Órgãos subordinados à Secretaria de Estado e de Fazenda do Distrito Federal, totalizando um gasto com materiais de manutenção predial de R\$ 595.275,50,

Os dados foram extraídos do Sistema de Gerenciamento de Ordens de Serviços – SISGEOS, que é o sistema de acompanhamento e controle das demandas de manutenção dos órgãos da Secretaria de Estado e de Fazenda do Distrito Federal.

Distribuição dos Valores Gastos com Materiais de Manutenção Predial no Exercício de 2016	
LOCAIS	VALOR (R\$)
Edifício Vale do Rio Doce	166.297,60
Edifício Parque Cidade	129.416,23
Edifício Lino Martins Pinto	81.551,52
Depósito da Gerência da Fiscalização de Merc. em Trans e Transporte	53.418,53
Posto de Fiscalização BR—060	11.363,92
CMEMT	19.250,08
Posto de Fiscalização da BR – 040	7.158,46
Posto de Fiscalização do Aeroporto	2.499,27
Agência de Atendimento de Planaltina	7.003,07
Agência de Atendimento de Ceilândia	7.879,09
Agência de Atendimento de Brasília	9.778,65
Agência de Atendimento do SIA	4.162,49
Agência de Atendimento do Gama	7.266,92
Agência de Atendimento de Sobradinho	12.378,11
Agência de Atendimento de Taguatinga	4.250,52
Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais	3.518,97
Agência Empresarial da Receita	26841,01
CAEMI	2.868,54
Agência de Atendimento 108 Sul	11.100,74
Agência de Atendimento do Núcleo Bandeirante	18.827,21
Agência de Atendimento de Brazlândia	1.794,73
Galeria Norte	1.513,11
SAAN	2.804,51
Corregedoria Fazendária	381,55
Arquivo Geral	1.332,82
Palácio do Buriti - Anexo	617,85
Valor Total	595.275,50

1.3.3.2. Serviços Gerais

Participação no processo de mudança do Edifício Lino Martins Pinto para o Edifício Parque Cidade Corporate.

O Contrato nº 02/2012 – SEF x FUNAP, expirou em março do corrente pelo qual forma executamos R\$ 90.303,15 então começou a vigorar o contrato nº 08/2016 – SEF, processo nº 040.000.614/2016, que tem por objeto a prestação de mão de obra, por meio de reeducandos em busca de resocialização, até o momento executamos pelo novo contrato R\$218.962,14.

Atualmente a SEF dispõe de 24 reeducandos prestando serviços em algumas dependências desta Secretaria de Fazenda.

Valor total do Contrato nº 08/2016	R\$ 511.782,00
Valor executado até o momento	R\$ 218.962,14

1.3.4. Gestão e Pessoas

Em relação à capacitação/desenvolvimento de recursos humanos:

- Elaboração de Projeto Básico e instrução do Processo de Nº 040.003.895/2016, para a contratação de instituição de ensino especializada para executar as atividades presenciais e à distância de capacitação, formação, treinamento e desenvolvimento dos servidores conforme Plano de Capacitação e Educação Continuada – PCEC, elaborado pelo Núcleo de Capacitação e Desenvolvimento – NUC da DIGEP;
- Desenvolvimento de minuta de portaria com normas relativas ao Plano de Formação Pós-graduada, aplicáveis aos servidores desta Secretaria. Processo Nº 040.002.740/2016;
- Revisão da Portaria 161/2013 que disciplina a capacitação dos servidores da SEF-DF de modo geral;
- Desenvolvimento do SISPEC- Sistema de Acompanhamento da Execução do Plano de Capacitação e Educação Continuada, sistema que possibilita a realização de inscrições em cursos de capacitação da SEF-DF via intranet e gera relatórios Gerenciais;
- Realização de treinamento do SICOPWEB para todos os servidores da Secretaria de Fazenda DF no dia 27 de abril de 2016;
- Certificação de 159 servidores que participaram do 1º Ciclo de Treinamento – COATE;
- Realização de Palestra de Estimulação Neural para os Servidores da SEF/DF em 13 de julho de 2016;
- Organização e Realização da 31ª Reunião da Comissão de Gestão Fazendária – COGEF, realizados nos dias 16/06/2016 e 17/06/2016;
- Elaboração de projeto básico e instrução do processo para realização de capacitação emergencial em Gestão e Técnicas de Planejamento Estratégico - 1 Turma; Metodologia de Mapeamento, Otimização e Gestão de Processos Organizacionais - 4 Turmas; Gestão, técnicas e Práticas de Gerenciamento de Projetos – 4 Turmas.

As demais atividades executadas são parte inerente aos processos rotineiros do setor

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

2.1. ASSESSORIA JURÍDICO-LEGISLATIVA

Em 2016, foram acompanhadas as seguintes demandas junto à CLDF:

Proposição	Propostas/Ementa	Tipo de Norma	STATUS
PL 1840/2014 (1)	Cria o Programa IPTU Verde que Dispõe sobre a redução no Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU como incentivo ambiental e dá outras providências. (Autoria do Projeto: Deputado Robério Negreiros)	Lei	Tramitando
PL 1954/2014 (1)	Dispõe sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISS incidente na prestação de serviços que especifica e dá outras providências. (Autoria do Projeto: Deputado Wasny de Roure)	Lei	Tramitando
PL 1957/2014 (1)	Dispõe sobre o incentivo à utilização de bicicletas da compensação de tributos pagos na aquisição do veículo e dá outras providências. (Autoria do Projeto: Deputado Robério Negreiros)	Lei	Tramitando
PL 1966/2014 (1)	Dispõe sobre a compensação de crédito tributário com débito do distrito federal decorrente de precatório judicial . (Autoria do Projeto: Deputado Robério Negreiros)	Lei	Tramitando
PLC 102/2014 (1)	Altera a Lei Complementar nº 52, de 23 de dezembro de 1997 , que dispõe sobre a compensação de créditos líquidos e certos devidos pelo Distrito Federal, e suas autarquias e fundações com créditos tributários de competência do Distrito Federal. (Autoria do Projeto: Deputada Eliana Pedrosa)	Lei Complementar	Tramitando
PL 470/2015	Dispõe sobre a aplicabilidade, a integração e a produção de efeitos na legislação distrital de convênios e demais atos celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ , nos termos da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, e dá outras providências.	Lei	Tramitando
PL 668/2015	Altera a Lei federal nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, que institui a Taxa de Limpeza Pública no Distrito Federal e dá outras providências (TLP DE GRANDES GERADORES DE LIXO) - Desmembrado do PL 649/15	Lei	Tramitando
PL 702/2015	Altera a Lei federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências (IPVA – REGRA DE CORREÇÃO DA PAUTA PELA TABELA FIPE), e a Lei nº 3.830, de 14 de março de 2006, que dispõe quanto ao Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos – ITBI (ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO) , e dá outras providências.	Lei	Tramitando
PL 743/2015 (1)	Altera a Lei nº 3.932, de 28 de dezembro de 2006, que institui a Taxa de Licenciamento Anual de Veículos e dá outras providências	Lei	Tramitando
PL 1014/2016 (1)	Dispõe sobre a restituição proporcional do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, referente a roubo ou furto de veículos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências. (Autoria: Dep. Chico Vigilante)	Lei	Veto total
PL 1040/2016 (1)	Dispõe sobre a Lei de Incentivo ao Esporte do Distrito Federal - LIEDF e dá outras providências. (Autoria: Dep. Júlio César)	Lei	Tramitando
PL 1165/2016	Revoga a Lei nº 4.006, de 17 de agosto de 2007 , que estabelece valores fixos mensais para o recolhimento do ICMS e do ISS devido por microempresa optante do Simples Nacional, na forma do art. 18, § 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências (Memorando nº 294/2015-SUREC/SEF - SCD 28977)	Lei	Tramitando (CEOF: Aprovado; CCJ: Aprovado)
PL 1322/2016	Estabelece a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do IPTU e determina limitador para cobrança do imposto, para o exercício de 2017, e dá outras providências.	Lei	Redação Final
PL 1321/2016	Estabelece a pauta de valores venais de veículos automotores para lançamento do IPVA/2017 (Memo 468/2016-SUREC/SEF)	Lei	Redação Final
PL 1366/2016	Reduz em 10% o montante dos benefícios e incentivos fiscais do ICMS que especifica, nos termos do Convênio ICMS 42, de 3 de maio de 2016 , e dá outras providências	Lei	Redação Final
PL 1376/2016	Altera a Lei nº 4.220/2008, que "cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e dá outras providências", para tornar definitiva a incidência do adicional de ICMS sobre "perfumes e cosméticos". (SCD 31.758)	Lei	Tramitando
PL 1390/2016	Suspende a exigibilidade e concede remissão e isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública – TLP à Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap , na forma que especifica, e dá outras providências (Memorando nº 353/2016-SUREC/SEF - SCD 31178)	Lei	Redação Final
PL 1393/2016	Altera a Lei nº 5.422, de 24 de novembro de 2014 , que dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação dos impactos das políticas fiscais, tributárias e creditícias do Governo do Distrito Federal e dá outras providências	Lei	Tramitando
PL 1396/2016	Altera a Lei nº 4.733, de 29 de dezembro de 2011, para prorrogar a isenção do IPVA para veículo 0 Km . (SCD 31.779)	Lei	Redação Final

PDL 230/2016	Proposta de implementação do Convênio ICMS 56/12 , que dispõe sobre a instituição de crédito presumido em substituição aos estornos de débitos decorrentes das prestações de serviços de telecomunicações, prorrogado pela Convênio ICMS 107/15 (SCD 31341)	Decreto Legislativo	Tramitando
PDL 231/2016	Homologação do Convênio ICMS 130/15 , de 04 de novembro de 2015, que dispõe sobre a adesão dos Estados da Bahia, Maranhão e Mato Grosso e do Distrito Federal ao Convênio ICMS 16/15, que autoriza a conceder isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de que trata a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (SCD 30118)	Decreto Legislativo	Tramitando
PLC 95/2016	Anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro de órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Distrito Federal, e dá outras providências (superávit e fundos)	Lei Complementar	Tramitando
PL 1066/2016	Altera a Lei nº 4.595/2011- prorroga o prazo de revogação da Lei nº 2.510/99 - SIMPLES CANDANGO - para 1º de janeiro de 2018	Lei	Lei nº 5.654, de 27/04/2016
PDL 151/2016	Proposta de homologação da Cláusula Segunda do Convênio ICMS 107/15 (prorroga, até 31/03/2017, os benefícios previstos no Convênio ICMS 37/01, que concede isenção do ICMS às operações internas e interestaduais com automóveis de passageiros, para utilização como taxi)	Decreto Legislativo	Decreto Legislativo nº 2072/2016
PDL 017/2015 (1)	Homologação do Convênio ICMS 11/14, que altera do Convênio ICMS 143/10	Decreto Legislativo	Decreto Legislativo nº 2.087/2016
PDL 018/2015 (1)	Convênio ICMS 163/2013 que prorroga a eficácia de vários Convênios ICMS, em especial dos Convênios ICMS 116/98 e 01/99	Decreto Legislativo	Decreto Legislativo nº 2.088/2016
PL 1108/2016 (1)	Altera a Lei nº 3.874, de 20 de junho de 2006, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à União, por meio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências (ref. Memorando nº 44/2015-AGEP/SEF)	Lei	LEI Nº 5.708, DE 02/09/2016
PL 1271/2016 (1)	Altera a Lei nº 5.514, de 3 de agosto de 2015, a Lei nº 5.695, de 3 de agosto de 2016, que dispõem sobre as diretrizes orçamentárias para os exercícios financeiros de 2016 e 2017, respectivamente.	Lei	LEI Nº 5.718, DE 29/09/2016
PL 1259/2016	Altera a Lei nº 5.463, de 16 de "Institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS-DF e dá outras providências".	Lei	LEI Nº 5.719, DE 29/09/2016
PLC 37/2015	Altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1996, que regula o sistema tributário do Distrito Federal, e dá outras providências - declaração espontânea de correção de área do IPTU	Lei Complementar	Lei Complementar nº 919, de 28/11/2016
PLC 90/2016	Autoriza a reversão de parte do superávit técnico atuarial do Fundo Previdenciário do Distrito Federal e dá outras providências (Ofício nº 192/2016-GOVERNANÇA-DF)	Lei Complementar	LC Nº 920, DE 02/12/2016
PDL 189/2016	Homologação do Convênio ICMS 163/2015 , que altera o Convênio ICMS 133/2008, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção do ICMS nas operações com produtos nacionais e estrangeiros destinados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.	Decreto-legislativo	Decreto Legislativo nº 2.104, de 2016
PDL 190/16	Homologação do Convênio ICMS 28/15 , que altera o Convênio ICMS 71/95, que dispõe sobre concessão de redução de base de cálculo do ICMS nas saídas de aeronaves, peças, acessórios e outras mercadorias que especifica (SCD 29219)	Decreto-legislativo	Decreto Legislativo nº 2.105, de 2016
PL 1368/2016	Altera a Lei nº 5.463, de 16 de março de 2015, que institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF e dá outras providências (Convênio ICMS 122/16) (SCD 31838)	Lei	LEI Nº 5.777, DE 15/12/2016.

Observação: (1) Simples monitoramento.

A despeito da competência da Unidade de Controle Interno desta Pasta (Decreto nº 34.367/2013), esta Assessoria chama a atenção para as seguintes demandas junto ao TCDF:

Processo	Assunto	Situação
15.063/2012 (1)	Representação formulada pelo Ministério Público junto à Corte, na qual é requerida a análise da Lei 4.732/11 em face dos princípios da economicidade, legalidade, moralidade e legitimidade.	15/10/2013 - Decisão nº 5069/2013 : Sobrestamento dos autos até o deslinde da ADI n.º 2012.00.2.014916-6.
30.178/2012 (1)	Análise de informações fornecidas pelo MPDFT, por meio do Ofício nº 1543/2012-PGJ/MPDFT e anexos, acerca do descumprimento, por parte do Distrito Federal, das exigências para a renúncia de receitas elencadas nos diplomas legais pertinentes, em especial na LRF e na LODF (ref. PROACADISTA).	27/03/2014 - Decisão 1358/2014 : Sobrestamento do feito até o desfecho da ADI nº 2012.00.2.011535-3, que trata do exame da constitucionalidade das Leis distritais nº 4.808/2012 e 4.878/2012.
35.934/2014 (1)	Consulta relativa aos procedimentos administrativos a serem observados para concessão de aposentadoria especial aos integrantes da carreira de auditoria tributária do Distrito Federal (040.006.339/2014).	05/05/2015 – Decisão 1761/2015 : (..) II – no mérito, determinar o sobrestamento do exame das questões levantadas pelo consulente, até que haja decisão definitiva nos Mandados de Injunção nº 833 e 844, em trâmite no Supremo Tribunal Federal; (..)

Processo	Assunto	Situação
<u>3.830/2015-e</u> (1)	Representação nº 01/2015 – CF, do Ministério Público junto à Corte, acerca de possível descumprimento de exigências obrigatórias para a renúncia de receita aprovada pela Lei distrital nº 5.096/13, que instituiu o Programa de Recuperação de Créditos Tributários do Distrito Federal.	01/03/2016 – Decisão 665/2016: (...) I – tomar conhecimento dos esclarecimentos prestados pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (Peça 9), considerando-os satisfatórios; II – considerar improcedente a Representação nº 1/2015-DA acerca de possível descumprimento de exigências obrigatórias para a renúncia de receita aprovada pela Lei nº 5.096/13 (RECUPERA/DF). (Obs. Entendimento pela possibilidade de se alterar a LDO vigente, considerando os seus reflexos nas metas fiscais e na LOA, para incluir renúncia não prevista originalmente. Confirmado, em sede de pedido de reexame, pela Decisão nº 4203/2016 , que também autorizou o arquivamento dos autos)
<u>34.860/2015-e</u> (1)	Representação do Ministério Público junto à Corte, requerendo que o Tribunal determine a análise, ainda em 2015, dos efeitos da aplicação dos Decretos nº 36.240/15, 36.243/15 e 36.755/15 e da legalidade dos atos praticados em decorrência dos mesmos, mormente quanto à possível inobservância da ordem cronológica de pagamentos determinada no art. 5º da Lei 8.666/93.	27/10/2016 – Decisão 5545/2016: (...) I) tomar conhecimento: a) da manifestação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF (peça 54) acerca das Representações formuladas; b) da Informação nº 14/2016-NAGF (peça 57); c) do Parecer 0813/2016–CF (peça 83); d) do Ofício nº 1386/2016-GAB/SEPLAG (eDOC 085175E7-c); II) em decorrência da revogação dos Decretos nº 36.243/15 e 36.755/15, considerar que houve perda de objeto em relação às Representações formuladas (...); III) em face da revogação dos Decretos nº 36.243/2015 e 36.755/2015 e da perda de objeto das Representações em exame, revogar a medida cautelar objeto da Decisão nº 6047/2015; IV) determinar ao Exmo. Senhor Governador e à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que: a) no prazo de 10 (dez) dias, apresentem circunstanciados esclarecimentos em face das constatações da inspeção realizada pelo corpo técnico desta Corte, para os fins do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, que revelam a existência concomitante de uma ordem cronológica de pagamento das despesas relativas ao exercício vigente, e, de outra, referente às dívidas de exercícios anteriores; b) no prazo de 10 (dez) dias, informem ao Tribunal o andamento do processo de pagamento das dívidas de exercícios anteriores , instituído pela Portaria Conjunta nº 02/2016, apresentando, ainda, circunstanciados esclarecimentos sobre as providências que estão sendo adotadas para a quitação do passivo remanescente a esse título, acompanhados do respectivo cronograma de desembolso; c) imediatamente efetuem as necessárias adaptações no SIGGO no intuito de deixar de condicionar a emissão de NL pela UG no SIGGO à prévia liberação de cota financeira pela Subsecretaria do Tesouro - SUTES/SEF, uma vez que essa prática afronta as Normas de Execução Orçamentária e Financeira, por impedir o regular e tempestivo registro contábil das despesas já liquidadas (reconhecimento do direito líquido e certo do credor); V) determinar a abertura de autos apartados para verificar o procedimento adotado pela Subsecretaria de Tesouro – SUTES ao determinar quais pagamentos relativos ao exercício vigente seriam realizados primeiro, uma vez que não guardam relação com o estabelecido na Lei de Licitações e Contratos Administrativos; (...)
32.000/2015-e (1)	Representação formulada pelo Ministério Público junto à Corte, com pedido de medida cautelar, ao Governo do Distrito Federal, até ulterior deliberação, se abstenha de praticar atos de gestão com fulcro na Lei Complementar nº 899/15, sem o prévio parecer favorável a que se refere o art. 22 da Portaria MPS nº 403/08 e, ainda, sem a devida demonstração que o superávit informado não tem causa em retenções indevidas de valores do Fundo Constitucional.	15/12/2015 – Decisão 4761/2015: (...) I – conhecer da Representação nº 27/2015 (e-doc. 9E328DDB); II – deixar de conceder a medida cautelar requerida pelo Representante; III – conceder, com fulcro no art. 195, § 6º, do RI/TCDF, prazo de 30 (trinta) dias ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, ao Diretor Presidente do Instituto de Previdência do Servidores do Distrito Federal e aos Secretários de Fazenda, de Planejamento, Orçamento e Gestão e de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, para apresentarem esclarecimentos quanto ao teor da Representação nº 27/2015; (...) (Obs. (1) Processo em fase de instrução – Decisão nº 6368/2016; (2) Apenso o Processo nº 32.433/2015-e, conforme Decisão 6060/2015)
<u>37.966/2015-e</u> (1)	Consulta formulada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal acerca da interpretação e aplicação do art. 66 da LC nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).	16/03/2016 – Decisão 1159/2016: (...) Havendo o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO pedido vista do processo, foi adiado o julgamento da matéria nele constante.

Observação: (1) Simples monitoramento.

d) Acompanhamento de demandas junto ao Poder Judiciário:

Sem desconsiderar a competência da Procuradoria-Geral do Distrito Federal quanto ao acompanhamento de demandas perante o Poder Judiciário, mereceram atenção especial desta Assessoria, em **2016**, as seguintes demandas:

Tribunal	Processo	Assunto	Situação
STF	ADI 4730	ADI ajuizada pela FEBRAFITE em face dos art. 2º e 15 da Lei Distrital nº 4717/2011, que reestrutura a Carreira de Auditoria Tributária do DF.	03/08/2016 Conclusos ao(à) Relator(a)
	ADI 4972	ADI ajuizada pelo PGR em face dos art. 8º a 13 da Lei Distrital nº 3196/2003 (incentivo creditício – Pró-DF II)	10/03/2014 Conclusos ao(à) Relator(a)
	ADI 4589	ADI contra concessão de benefícios fiscais de Goiás para veículos	27/02/2012 Conclusos ao(à) Relator(a)
	ADI 5565	ADI ajuizada pelo Governador do Distrito Federal, em face do § 7º do art. 6º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (IN/RFB) 1.599, de 11 de dezembro de 2015 (com a redação concedida pela IN/RFB 1.646, de 30 de maio de 2016) e das Soluções de Consulta 166/COSIT/RFB, de 2015 e 28/COSIT, de 29 de março de 2016.	14/10/2016 Adotado rito do Art. 12, da Lei 9.868/99
	RE 725228	RE interposto pelo MPDFT na ADI 2011.00.2.009627-7, ajuizada pelo MPDFT em face das Leis distritais 4459/2009 (art. 3º), 4292/2008 (2º) e 4071/2007 (art. 2º) – permissão para SEF alterar a pauta do IPVA – e julgada improcedente no TJDF.	27/10/2016 Negado seguimento ao recurso
	ARE 899265	ARE interposto pelo DF na ADI nº 2013.00.2.018454-8, em face da Lei nº 2708/2001 e Decretos nº 34235/2014 e 34362/2013, julgada procedente pelo TJDF.	05/02/2016 Trânsito em julgado; 06/10/2015 Agravo regimental não provido SEGUNDA TURMA; 14/09/2015 Agravo Regimental - Petição: 46664; 01/09/2015 Agravo não provido
	RE 804048	RE interposto pelo DF na ADI nº 2012.00.2.011535-3, julgada procedente no TJDF, ajuizada pelo MPDFT em face dos artigos 1º e 2º da Lei nº 4808/2012 (PROATACADISTA).	30/09/2016 Trânsito em julgado; 01/03/2016 Agravo regimental não provido PRIMEIRA TURMA; 01/02/2016 Não conhecido(s)
	RE 861247	RE interposto pelo MPDFT na ADI nº 2013.00.2.017114-5, em face dos artigos 1º, 2º, 3º e 10 da Lei nº 5005/2012 e dos artigos 1º, 9º e 10 da Lei nº 5099/2012, julgada improcedente no TJDF.	27/08/2015 Conclusos ao(à) Relator(a); 27/08/2015 Agravo Regimental; 29/06/2015 Negado seguimento
	RE 883514	RE interposto pelo MPDFT na ADI nº 2014.00.2.000235-8, em face da LC 872/2013, que altera a LC 292/2000, julgada improcedente pelo TJDF.	20/10/2016 Conclusos ao(à) Relator(a); 13/10/2016 Agravo Regimental-Petição: 58154.
	RE 851421	RE interposto pelo MPDFT na ADI nº 2012.00.2.014916-6, em face da Lei nº 4732/2011, julgada improcedente no TJDF.	02/02/2016 Vista à PGR; 22/05/2015 Decisão pela existência de repercussão geral.
	ARE 903268	ARE interposto pelo DF na ADI nº 2014.00.2.012853-5, ajuizada pelo MPDFT em face das Leis nº 4866/2012 e 5223/2013, julgada procedente no TJDF.	11/10/2016 Transitado(a) em julgado; 13/05/2016 Negado seguimento
	ADI2012.00.2.000536-0	ADI ajuizada pelo MPDFT em face da expressão "efetivos, ocupados e", constantes do artigo 2º; dos art. 15; 16; 17, § 1º; e 19 e Anexo III da Lei nº 4.717/2011.	03/12/2013 AGUARDANDO JULGAMENTO DE OUTRA AÇÃO Observação: ADI 4730-STF
	ADI2012.00.2.026370-4	ADI ajuizada pelo MPDFT em face do art. 16 da Lei nº 4.958/2012, que dispõe sobre a Carreira de Gestão Fazendária (Aproveitamento de servidores da Carreira de Administração Pública).	11/02/2015 Processo suspenso – Existência de repercussão geral no STF (REX 2012.00.2.026370-4) (Obs. Julgada improcedente por maioria - DJE de 26/09/2014)
	2014.01.1.109071-7	Ação Anulatória para sustar os efeitos da Decisão nº 6142/2013 do TCDF.	13/09/2016 - Suspensão por depender do julgamento de outra ação (Agravo de Instrumento nº 18245-2)
	ADI2015.00.2.012901-3	ARTIGO 1º DA LEI COMPLEMENTAR 892 DE 13/11/14 E PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 2º E PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 3º DA LEI DISTRITAL 5463 DE 16/03/15 (EXCLUIR DA INCIDÊNCIA DA LEI DO REFIS DF OS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ORIUNDOS DE AÇÃO FISCAL QUE CONCLUA POR SONEGAÇÃO, FRAUDE OU CONLUÍO)	30/11/2016 REMETIDOS OS AUTOS Tribunal: STF Tipo : Autos Digitalizados Decisão : Deferido Origem; 30/06/2016 Decisão: Julgar improcedente o pedido. Unânime.
	ADI _____ 2015.00.2.011175-5	(RACIONALIZAÇÃO E CONTROLE DAS DESPESAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL)	16/06/2016 PROCESSO ARQUIVADO (Trânsito em Julgado: 13/05/2016); 05/04/2016 Acórdão: Ação direta de inconstitucionalidade não admitida. Petição inicial indeferida. Unânime.
2015.01.1.066033-2	ACP por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo MPDFT em desfavor do ex Governador, e ex Secretários de Fazenda (Renúncia de Receita - Lei nº 4.732/2011).	27/05/2016 Decisão: Inicial Recebida.	
2016.01.1.102519-0	ACP por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo MPDFT em desfavor do atual Governador, do ex Secretário de Fazenda, da Secretária de Planejamento e Orçamento e 02 Deputados (Renúncia de Receita - Leis nº 5.542/2015 e 5.563/2015 - REFIS/2015)	30/09/2016 Despacho: Notifiquem-se os requeridos, (...).	

e) Acompanhamento de demandas junto à Procuradoria-Geral do Distrito Federal:

Em relação às demandas acompanhadas junto à PGDF, podemos destacar as seguintes:

Processo	Área	Objeto de Consulta	Parecer	Data da aprovação
040.000.460/2015	Tributário	Consulta relativa à imunidade dos templos (Portaria SEF 273/2014)	Parecer nº 509/2015-PRCON/PGDF	31/12/2015
020.003.737/2015 (Ofício nº 39/2016-GAB/PROFIS)	Tributário	Lançamento em face de empresa integrante de grupo econômico judicialmente reconhecido.	Parecer nº 1078/2015-PRCON/PGDF	04/01/2016
125.001.108/2015	Tributário	Dúvida quanto à aplicabilidade de benefícios fiscais autorizados em convênios-CONFAZ firmado pela EC nº 87/2015, em operações sujeitas à repartição de receita do ICMS prevista por aquela alteração constitucional (Divergência entre o Parecer PGFN/CAT nº 1399/2015 e o Convênio ICMS 153/2015).	Parecer nº 021/2016-PRCON/PGDF	11/01/2016
040.003.368/2015	Administrativo/Tributário	Proposta de Acordo de Cooperação Técnica visando o desenvolvimento do programa de aperfeiçoamento do planejamento e da execução das competências dos respectivos órgãos (SEF x TCDF)	Parecer nº 1259/2015-PRCON/PGDF	19/01/2016
040.002.313/2015	Tributário	Dúvida acerca da caracterização de decadência (ou prescrição) de obrigações tributárias.	Parecer nº 812/2015-PRCON/PGDF	28/01/2016
040.003.870/2015	Administrativo	Rescisão contratual de empregados públicos aposentados.	Parecer nº 045/2016-PRCON/PGDF	01/02/2016
410.001.178/2015	Administrativo	Dúvida acerca do instrumento jurídico adequado para formalização de cessão de uso de imóvel entre Secretarias de Estado (SEF x SES).	Parecer nº 079/2016-PRCON/PGDF	01/02/2016
040.000.142/2016	Administrativo/Tributário	Proposta de Acordo de Cooperação Técnica visando o desenvolvimento do programa de aperfeiçoamento do planejamento e da execução das competências dos respectivos órgãos (SEF x MPF)	Parecer nº 101/2016-PRCON/PGDF	18/02/2016
040.003.843/2015	Administrativo/Tributário	Proposta de Acordo de Cooperação Técnica visando o desenvolvimento do programa de aperfeiçoamento do planejamento e da execução das competências dos respectivos órgãos (SEF x TJDF)	Parecer nº 102/2016-PRCON/PGDF	18/02/2016
040.000.010/2016	Tributário	Consulta acerca do alcance subjetivo de expressão do art. 173 da LODF. Dúvida sobre quem seria abrangido pelo termo "agente econômico" e, por isso, nos procedimentos em que se requer ao DF a concessão de benefícios fiscais e creditícios, precisaria apresentar prova de que não possui débitos com a Fazenda Pública Distrital, inscritos em dívida ativa, tampouco está inadimplente com o Sistema de Seguridade Social.	Parecer nº 162/2016-PRCON/PGDF	24/03/2016
111.000.797/2015	Administrativo	Parecer acerca da possibilidade de formalização do convênio pretendido (TERRACAP X DF): acesso aos Sistemas de Gestão de Imóveis Urbanos - GIU e de Geoprocessamento - TERRAGEO.	Parecer nº 193/2016-PRCON/PGDF	04/04/2016
040.001.390/2015	Administrativo	Dúvida sobre o alcance da expressão "fez parte de sociedade" dada no Parecer nº 334/2015-PRCON/PGDF, a fim de responder à seguinte pergunta: aquele que um dia fez parte de sociedades com processos no TARF nunca mais poderá ser conselheiro do Tribunal?	Parecer nº 1005/2015-PRCON/PGDF	12/04/2016
020.002.573/2015	Administrativo	PARECER – GTIT (LEI Nº 3.824/2006) – ABSORÇÃO DAS PARCELAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES	Parecer nº 584/2015-PRCON/PGDF	11/05/2016
128.000.223/2010	Administrativo	CONTRATO Nº 04/2011 (MISTRAL) – PRORROGAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	Parecer nº 316/2016-PRCON/PGDF	17/05/2016
040.000.382/2014	Administrativo	Manifestação sobre possibilidade de repactuação, com previsão editalícia, mas sem previsão contratual (PANACOPY)	Parecer nº 279/2016-PRCON/PGDF	23/05/2016
020.000.716/2016	Constitucional/Tributário	Questão relativa a imposição de multa em patamar superior ao valor do próprio tributo - 100% (Ofício nº 280/2016-GAB/SEF)	Nota Técnica nº 071/2016 - PROESP/PGDF	08/06/2016
040.003.691/2015	Financeiro	Proposta de consulta ao Tribunal de Contas Distrito Federal acerca da aplicação do prazo duplicado previsto no art. 66 da LRF (Memorando nº 01/2015-GELRF/COINF/SUCON/SEF).	Consulta realizada (Processo-TCDF nº 37966/2015-e)	01/07/2016
040.001.265/2016	Tributário	Dúvida acerca do reconhecimento de isenção do IPTU/TLP quando o imóvel tem mais de um proprietário e apenas um deles preenche os requisitos legais para concessão do benefício (Memo 240/2016-SUREC/SEF)	Parecer nº 578/2016-PRCON/PGDF	05/07/2016
020.000.716/2016	Tributário/Financeiro	DIREITO FINANCEIRO - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA - LEI COMPLEMENTAR Nº 904/2015 - DISPENSA DE AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL, VEDAÇÃO À INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E CANCELAMENTO DE CRÉDITOS DE BAIXA EXPRESSÃO ECONÔMICA - INTERPRETAÇÃO - VIGÊNCIA E EFICÁCIA - ALCANCE NORMATIVO.	Parecer nº 442/2016-PRCON/PGDF	07/07/2016
040.001.996/2012	Administrativo	Parecer jurídico acerca de minuta de termo de cooperação técnica entre órgãos do DF, com vista à implantação e operacionalização das unidades fixas da Rodoviária, Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho e Gama do NA HORA.	Parecer nº 385/2016-PRCON/PGDF	08/07/2016
040.001.528/2016	Tributário	Dúvida acerca da cobrança relativa à diferença de prazos para recolhimento de tributos, entre aquele definido no inciso I, a, do art. 74 do Decreto nº 18.955/97 e o definido no art. 2º do Decreto nº 24.103/2003, invalidado por decisão judicial – ADI nº 2008.00.2.017265-6 (Memo 299/2016-SUREC/SEF)	Parecer nº 622/2016-PRCON/PGDF	14/07/2016
040.000.167/2013	Administrativo	Manifestação sobre pleito de revisão de preços, assim como o de acréscimo	Parecer nº 624/2016-	01/08/2016

Processo	Área	Objeto de Consulta	Parecer	Data da aprovação
		(ou restabelecimento) de objeto contratual (CAST)	PRCON/PGDF	
370.000.161/2015	Administrativo/Financeiro	Validade e eficácia das normas de regência do FIDE/PRO-DF II.	Parecer nº 823/2016-PRCON/PGDF	13/09/2016
040.001.131/2016	Tributário	Lei nº 5.005/2012. Alegação de ilegitimidade de Portaria/SEF nº 28/2014, que estabelece obrigação acessória. Dúvida sobre a possibilidade de revogar/alterar ato normativo cujos efeitos da revogação/mudança, ao impossibilitar a aplicação de penalidade, poderão ter impacto sobre o valor de créditos tributários devidos por alguns contribuintes. Sugestão de consulta à PGDF	Parecer nº 831/2016-PRCON/PGDF	16/09/2016
040.001.342/2016	Administrativo	Dúvida quanto ao cumprimento de decisão judicial sobre a qual podem incidir reflexos da declaração de inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 4.584/2011 (ADI nº 2002.00.023636-5)	Parecer nº 780/2016-PRCON/PGDF	19/09/2016
410.000.011/2016	Administrativo	Concurso Público para provimento de cargo de Auditor Tributário. Edital nº 228/93. Cumprimento de decisão judicial proferida em ação civil pública. Processo nº 2004.01.1.098849-6 (v. DE-191/2016-AJL)	Parecer nº 839/2016-PRCON/PGDF	22/09/2016
040.001.518/2016	Administrativo	Acordo de cooperação técnica internacional (SEF x UNOPS)	Parecer nº 856/2016-PRCON/PGDF	22/09/2016
040.002.375/2016	Administrativo/Legislativo	Alteração do Decreto nº 36.519/2015, para prever expressamente a inaplicabilidade da do art. 3º, § 1º, às contratações com recursos provenientes de acordos com BID e outros Bancos internacionais; e do Decreto nº 37.121/2016, para excepcionar a contratações no âmbito do PRODEFAZ/PROFISCO e do PNAFM.	Parecer nº 885/2016-PRCON/PGDF	04/10/2016
040.004.081/2013	Administrativo	Minuta do "Termo de cessão de uso não oneroso" de espaço no Aeroporto Internacional de Brasília (INFRAMERICA), para o exercício das atividades institucionais da Secretaria de Fazenda (Posto Fiscal).	Parecer nº 735/2016-PRCON/PGDF	13/10/2016
040.003.063/2015	Administrativo	Questionamento quanto à possibilidade de alteração contratual para refletir a estimativa dos custos anuais dos contratos de serviços de arrecadação (Decreto nº 36.549/2015).	Parecer nº 837/2016-PRCON/PGDF	17/10/2016
040.002.733/2016	Administrativo	Questão relativa à possibilidade de contratação direta da CEB, por inexigibilidade de licitação (Parecer Normativo nº 170/2012-PROCAD/PGDF), em face da Resolução Normativa nº 714/2016 - ANEEL (Carta Circular nº 3.2016-CRGC/CEB).	Parecer nº 951/2016-PRCON/PGDF	20/10/2016
040.002.871/2016	Administrativo	Proposta de contratação direta do SERPRO, por inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços de tecnologia da informação e de gerenciamento de conexões à INFOVIA-Brasília.	Parecer nº 944/2016-PRCON/PGDF	20/10/2016
040.002.256/2016	Administrativo	Minuta de edital e de contrato para registro de preços de equipamentos de informática, com recursos do BID, no âmbito do PRODEFAZ/PROFISCO.	Parecer nº 933/2016-PRCON/PGDF	21/10/2016
040.004.683/2000	Tributário/Financeiro	Tomada de contas especial. Dúvidas quanto à abertura do procedimento em relação aos prejuízos causados ao Erário pela prescrição de créditos de natureza tributária.	Parecer nº 987/2016-PRCON/PGDF	08/11/2016
040.002.442/2016	Administrativo	Termo de Acordo de Mútua Cooperação Técnica, para prestação de apoio técnico para realização de licitações públicas (DF GESTÃO DE ATIVOS S/A x SEF)	Parecer nº 806/2016-PRCON/PGDF	11/11/2016
414.001.249/2015	Administrativo	CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PESSOAL. SERVIDORES DA CARREIRA DE APOIO ÀS ATIVIDADES POLICIAIS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL E DA CARREIRA GESTÃO FAZENDÁRIA. ARTIGOS 31 E 32 DA LEI 5.190/2013. TRANSPOSIÇÃO PARA A CARREIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL. ADI Nº 2013.00.2.029533-3 JULGADA PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DESSES DISPOSITIVOS LEGAIS. EFEITOS DIANTE DOS ACÓRDÃOS PROFERIDOS EM OUTRAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE QUE ENVOLVEM A CARREIRA DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE POLICIAIS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL E A CARREIRA GESTÃO FAZENDÁRIA.	Parecer nº 1097/2016-PRCON/PGDF	22/11/2016
128.000.223/2010	Administrativo	Análise dos pressupostos jurídicos que norteiam o pedido de repactuação referente à CCT/2016 e orientação acerca do instrumento adequado para formalizar a repactuação pretendida (após encerramento do contrato) – MISTRAL	Parecer nº 1037/2016-PRCON/PGDF	25/11/2016

2.2. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Entre as atividades desenvolvidas estão campanhas publicitárias anuais – tais como IPVA e IPTU, Nota Legal e, agora, as Parcerias Público-Privadas, o atendimento das necessidades setoriais de publicações obrigatórias. Há ainda a produção textual jornalística e editorial, além da comunicação visual, seja para a internet ou impressa (material gráfico).

A seguir serão apresentados alguns dados e informações estimadas com base no trabalho executado pela Assessoria de Comunicação Social ao longo de 2016.

De janeiro ao início de dezembro de 2016, foram contabilizados mais de 3.000 atendimentos diretos e indiretos, incluindo no montante as imprensas local e nacional. Esse volume de informações transmitido a jornais, revistas, portais de notícias, emissoras de rádio e televisão resultaram em, aproximadamente, mais de 1.200 matérias veiculadas (450 matérias veiculadas em blogs e sites; 420 em jornais impressos, 150 inserções na TV e 180 em rádios) – esses números são estimados e têm base somente nos materiais identificados e passíveis de coleta.

A média de demandas variou de cinco a 30 solicitações por dia, variando conforme a época do ano e a ação proposta. Somente de veículos de comunicação, esse número vai de cinco a 20 pedidos de informação diários, checagens de valores, atos e medidas legais; concessão de entrevistas sobre temas relacionados à Secretaria de Fazenda e as contas públicas do governo, consolidando o órgão como um dos mais requisitados pela mídia, e entre os citados localmente em reportagens, notas, colunas e blogs.

As redes sociais da Fazenda/DF também obtiveram melhor aproveitamento em 2016. Além da ampliação de público, ultrapassamos 5.000 usuários no Facebook e mais de 3.000 no Twitter, sem nenhuma política de alavancagem, via publicidades nessas plataformas, sem contar aqueles indiretamente atingidos pelas publicações.

Em suma, os contatos e pedidos de informação ocorreram principalmente para a obtenção de dados sobre programas, da ordem de 520 mensagens diretas, mais de dois mil comentários e cerca de 80 atendimentos prestados exclusivamente às demandas originadas pela equipe de Interação Social do Governo, com base nos pedidos dos próprios usuários das redes.

Em termos de produção de material gráfico online e off line, levantamento superficial demonstrou que foram criados - 10 Prismas; 25 Banners 234x (Slide show); 20 botões p site; 15 botões p/ intranet; 200 artes para Facebook; leiautes para o site da Carta de Serviços, Agênci@net e conteúdos da Receita TV; logo para DF Gestão de Ativos e o sistema educacional da SEF (SISPEC); 15 apresentações em Power Point; cartazes para agências da Receita; placas de identificação de setor, dentre vários outros.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Nos últimos anos, os gestores da Secretaria de Fazenda têm apontado necessidade premente de modernização e rediscussão dos processos de trabalho da instituição. Nesse sentido, o ano de 2016 foi marcado por várias ações concretas, impulsionando a SEF na direção de um modelo de gestão mais moderno, com dois grandes focos: o cliente (contribuinte e sociedade) e os processos internos com seus sistemas corporativos integrados.

Assim, para o alinhamento entre as potencialidades e necessidades da instituição, foi elaborado e lançado o primeiro Planejamento Estratégico SEF 2016/2018, aderente ao modelo de gestão do governo atual, além da implantação de

um Escritório de Projetos. Desde então os projetos são acompanhados sistematicamente em conformidade com o modelo de gestão do governo, por meio do Acordo de Resultados.

Quanto ao tema receita, as iniciativas de 2016 criaram reflexos sentidos no ano, pois diferentemente do que tem acontecido com outras unidades da federação, a arrecadação do ICMS cresceu 13,8% em termos nominais, com crescimento real de 4%. Isso se deve não só ao aumento de algumas alíquotas, provenientes de ações legislativas em 2015, que geraram incremento desta receita acima de R\$800 milhões, mas também à execução dos projetos de melhoria da gestão que, somados, resultaram na arrecadação total de R\$ 1.171.525,00.

Alguns incrementos previstos, porém, não ocorreram devido à conjuntura econômica e política do país. Parte das projeções foram frustradas, e espera-se que, em cenário futuro, com a retomada do crescimento do país e a equalização de outras dificuldades de macroeconomia, os projetos que tiveram a arrecadação reduzida tenham o seu desempenho recomposto. Mas, ainda que isso se confirme, em 2017, há que se observar que os esforços criativos para busca de receitas estão cada vez mais limitados e exigirão ainda mais atenção dos gestores do Governo de Brasília, pois o crescimento da despesa é certo e o da receita não.

Uma das boas perspectivas para 2017 é o aprimoramento da cobrança da dívida ativa da SEF, que é em torno de R\$ 21 bilhões e apresenta potencial de recuperação acima do índice atual. Esse projeto será realizado em conjunto com a Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, de acordo com as diretrizes de integração do governo.

Também o governo tem buscado fontes de financiamento oriundas de bancos de fomento para dar conta dos investimentos públicos necessários, aproveitando o baixo nível de endividamento do governo. Nesse sentido, a SEF envidou esforços e logrou em 2016 assinar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID os contratos de empréstimo PNAFM- variação cambial e PROFISCO/PRODEFAZ. Eles assegurarão aproximadamente R\$150 milhões para áreas de receita, despesa e controle do governo, com execução iniciando em 2017.

Outro caminho possível é a securitização da dívida pública, que está preparada para entrar em execução este ano, dependendo somente da resolução de pendências legais no âmbito federal.

Quanto ao tema despesa, o dilema atual ainda tem sido administrar o grande passivo herdado do governo anterior e diante do fato de que, embora a arrecadação tenha aumentado nominalmente, em termos gerais a receita não cresce na mesma proporção da despesa. É importante atentar-se que em todos os anos há evolução inercial dos gastos, já que a folha de pagamento de pessoal cresce 3%, os contratos têm crescimento de 10% e a receita, reitere-se, não cresce na mesma proporção.

Esse fato tem exigido do Governo de Brasília providências difíceis, como a rediscussão dos reajustes automáticos de seus contratos e a não concessão de reajustes salariais para o funcionalismo, sob pena de o DF se igualar às unidades da federação onde os salários são parcelados e, ainda, sofrer as penas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao tema das parcerias público-privadas, essa área foi incorporada à SEF em fevereiro de 2016, reforçando a necessidade de redução de despesas e aumento de receita, aliada a uma prestação de melhores serviços à comunidade. Nesse ano, já foram lançadas 5 propostas de manifestação de interesse (PMI) e 1 edital de concessão e a expectativa para 2017 é que já sejam concretizadas as primeiras parcerias.

Retomando o tema gestão, a perspectiva é que a atividade comercial da SEF deverá atentar para a vertente do “foco no cliente”, pois a ideia de futuro é que as pessoas não necessitem comparecer à SEF para ter suas demandas atendidas. O objetivo é tornar mais simples e rápida a prestação do serviço, pois assim a pressão da demanda será menor sobre o atendimento presencial nas agências e permitirá que sejam concentrados os esforços de atuação na missão institucional. Essa

estratégia já produziu resultados em 2016, com aumento significativo do atendimento virtual e diminuição do atendimento presencial, aliado ao tempo de resposta das demandas da Coordenação de Atendimento da Receita.

Além disso, a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, proporcionará um ganho na gestão, pois dará mais agilidade às atividades rotineiras e eliminará progressivamente os processos físicos, bem como minimizará a necessidade de espaço para arquivamento.

Na área de gestão de pessoas, os gestores das áreas, em sua maioria, têm alegado como uma das maiores dificuldades o reduzido número de servidores. Em uma macroanálise, verificou-se que, até pouco tempo atrás, um terço da força de trabalho da SEF estava concentrada em áreas no setor de atendimento. Em face da modernização do atendimento com a migração progressiva para a plataforma virtual, pode-se inferir a necessidade de discussão dos processos antes de contratação de novos servidores.

No intuito de adequar o quadro existente às necessidades atuais, a área de gestão de pessoas tem a missão para 2017 de incrementar o Plano de Capacitação de Pessoas no sentido de valorizar o servidor. A adequação requer também a definição de um perfil para o servidor que se precisará para esse cenário, que englobará conhecimentos de modernas ferramentas de gestão, tecnologia e inteligência de negócios, além de habilidades transversais.

Também merece destaque a necessidade de maior controle dos gastos com pessoal, pois o DF ainda se encontra além do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, dando conta de uma dificuldade crescente na contratação de servidores.

Este cenário dos recursos humanos é a base que justifica os grandes focos já referidos, ou seja, a necessidade da revisão dos processos internos e da necessidade de se ter os sistemas corporativos integrados, apontando para um futuro com processos informatizados e menos trabalho manual.

Por fim, o cenário aqui exposto define os desafios para 2017: conscientizar os servidores da necessidade de executar os projetos para que produzam seus efeitos, de acordo com os grandes focos já referidos; melhoria dos serviços, redução de burocracia, aumento da arrecadação e incremento dos serviços disponíveis.

9.1. BANCO DE BRASÍLIA S.A. UO: 19.202

O Banco de Brasília S.A. – BRB é uma Sociedade de Economia Mista, de capital aberto, criada conforme autorização contida na Lei Federal n.º 4.545, de 10 de dezembro de 1964, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, pelo Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis.

O Banco tem por objeto o exercício de quaisquer operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades autorizadas aos integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive operações de câmbio, das quais resultem a promoção do desenvolvimento econômico e/ou social do Distrito Federal, da Região Centro-Oeste e das demais áreas de sua influência.

Na qualidade de agente financeiro do Distrito Federal, compete ao BRB:

I. Receber, a crédito do Tesouro do Distrito Federal, as importâncias provenientes de arrecadação de tributos, subvenções, auxílios e quaisquer outras rendas.

II. Realizar os pagamentos necessários à execução orçamentária do Distrito Federal, consubstanciada no Orçamento aprovado e em créditos abertos, de acordo com as autorizações que lhe forem transmitidas pelo Secretário de Estado da Fazenda.

III. Receber, na qualidade de executor de serviços bancários do Distrito Federal, as disponibilidades de quaisquer órgãos ou entidades vinculadas ao Distrito Federal.

O BRB poderá, na forma da lei, financiar obras públicas do Distrito Federal, de caráter produtivo ou de relevante interesse social, observadas, sempre, a viabilidade técnica do projeto e a segurança de retorno dos créditos concedidos e as normas legais e regulamentares.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	12
Cedidos – fora GDF	13
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	3
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	3.121
CLT – afastado	37
Conselheiro	11
Estatutário – em exercício	8
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	0
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	3.143
Total ativos - afastado	62

Data: 31/12/2016

Fonte: SUGEP/GEAPI

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO

PROGRAMA TEMÁTICO 6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	135.032.687	135.032.687	28.503.026
0019 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA BRB-DISTRITO FEDERAL	135.032.687	135.032.687	28.503.026
3045 - INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO	7.020.000	7.020.000	0
0009 - INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	7.020.000	7.020.000	0
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	4.100.000	4.100.000	133.821
0022 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	4.100.000	4.100.000	133.821
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	39.600.000	39.600.000	20.532.014
6974 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	39.600.000	39.600.000	20.532.014
TOTAL DO PROGRAMA 6207	185.752.687	185.752.687	49.168.862

Posição: 30/11/2016

1.1. 1471 e 2557 – Modernização de Sistema de Informação e Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação

A Tecnologia da Informação – TI possui um papel imprescindível no contexto das Instituições Financeiras. Seu foco principal é a efetiva utilização da informação como suporte às práticas organizacionais. É a TI que apoia as organizações a atenderem as exigências por agilidade, flexibilidade, efetividade e inovação. Elencamos a seguir as principais informações sobre investimentos em novos projetos, novas funcionalidades implementadas, ações para modernização do parque tecnológico, projetos estruturantes dentre outras informações relevantes que evidenciam a evolução dos processos e da governança no âmbito da Diretoria de Tecnologia – DITEC, durante o exercício de 2016:

1.2. Investimentos em novos projetos

- Contratação de novos analistas de TI para Recomposição do quadro de pessoal;
- Automação dos processos de Planejamento e Controle no âmbito da DITEC. Foram implantados os módulos de acompanhamento das ações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Gestão orçamentária, Gestão da Qualidade e Controle de processos.
 - Implantação do aplicativo Colaboradores (sistema CCQ). O aplicativo fornece o contracheque dos empregados do BRB. Este aplicativo ajudou a definir e consolidar na T.I uma nova arquitetura para os aplicativos mobile;
 - Implantação do sistema de Prevenção de Lavagem de Dinheiro – SPL. Esse sistema mitigou algumas fragilidades apontadas pelo BACEN;
 - Projeto Plataforma de Clientes – 1ª Fase: Projeto tem como objetivo fornecer várias informações dos clientes para que o banco possa criar estratégias de atuação. A primeira fase envolveu a criação do Portal de Clientes, que disponibiliza informações para o gerente de negócio gerenciar sua carteira de clientes.
 - Sistema Questionários Web – QST: ferramenta web para criação e manutenção de questionários que são utilizados no aplicativo Relatório de Visitas Negociais – RVN.
 - Liberação, bloqueio e desbloqueio de dispositivos móveis por meio do autoatendimento, a implementação de novas funcionalidades para o BRB Mobile está prevista para 2017;
 - Implantação em ambiente de produção assistida do novo BRB Banknet, incorporando o BRB Negócios, com funcionalidades completas para PJ;
 - Troca do parque de autoatendimento, com habilitação da tela touch screen, inserção única de cartão, seleção de cédulas para saque, concatenação de transações e biometria;
 - Alteração de senha, com gravação de chip, no ATB;
 - Majoração do horário de pagamento de contas nos canais para as 22 horas;
 - Extrato de empréstimos e margem consignado para beneficiários INSS no Autoatendimento;
 - A funcionalidade para envio de SMS para compras a débito e saque foi finalizada, mas a implantação está condicionada a revisão da capacidade de SMS's pela área negocial, prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2017;
 - Finalização da especificação de requisitos e início do desenvolvimento do novo sistema SAV – Sistema de Atendimento Virtual, utilizado para registro, tratamento e acompanhamento das demandas do SAC e Ouvidoria, dentre outros;

1.3. Novas funcionalidades implementadas

A DITEC efetuou inúmeras entregas de novas funcionalidades aos clientes do Banco. Segue abaixo algumas das principais entregas:

- Criação de convênio de arrecadação com a Prefeitura de São Paulo – Com a implantação desta demanda, os clientes da agência São Paulo terão a possibilidade de pagar as arrecadações do município por meio da nossa agência e dos canais eletrônicos. Essa implantação além de melhorar o atendimento aos clientes da agência São Paulo, ainda traz um aumento na Receita de Tarifas de Arrecadação para o Banco;
- Disponibilização do Pagamento de consignatários do GDF – Embora grande parte da folha de pagamento do GDF já estivesse de forma automática, os créditos relativos ao pagamento de consignatários que tivessem como destinatário uma conta em outro banco eram efetuados de forma manual. Esse procedimento trazia riscos tanto para o GDF quanto ao BRB porque tratava-se de valores expressivos que eram creditados manualmente. A demanda visava incluir toda essa parte manual no fluxo automático, conforme os demais créditos já são feitos. A implantação ocorreu com sucesso, inclusive, no mês passado, efetuamos o primeiro pagamento de forma satisfatória;
- Criação do convênio de consignado com a Câmara dos Deputados – A funcionalidade desenvolvida prevê a importação dos dados referentes aos contratos a serem averbados em folha de pagamento, bem como para registro das quitações a serem processadas no mês de envio dos referidos arquivos para os funcionários da Câmara Federal. Com isso, aumentamos a capilaridade do serviço de crédito consignado;
- Migração dos arquivos consignados da CONSIST para SERPRO;
- Projeto E-financeira – Prestação de informações financeiras para a Receita Federal, conforme Instrução Normativa nº 1.571/2015;
- Data Mart de Tarifas – Data Mart criado para avaliação do gestor, com o objetivo de melhor o resultado obtido através de tarifas;
- Full Grade Visa – Implementação da validação do Full Grade da VISA dentro do BRB e não mais junto a VISA, tal ação trouxe redução mensal no valor pago para a VISA;
- Integração de nova ferramenta de segurança no Banknet (GAS – Warsaw/GBBD) - Novo plugin de segurança para o internet banking, tal plugin evita ações de roubo de credenciais do usuário;
- Demandas para atendimento do projeto ASAS – Diversas demandas de vários sistemas para atendimento ao projeto ASAS, de implantação de um ERP – Enterprise Resource Planning (Sistema Integrado de Gestão Empresarial) no BRB, dentre as demandas destacamos principalmente as relacionadas à integração contábil, comunicação entre sistemas do BRB e ERP, geração de saldos para transferência ao ERP, ordens de venda e contas a pagar;
- Implantação do SBE – Sistema de Boletos de Empréstimo para geração de boletos para pagamento de dívidas em atraso – Sistema que possibilita a consulta de contratos em atraso de um determinado cliente com a possibilidade de geração de boletos para pagamento das parcelas em atraso;
- Implantação do Portal de Relacionamento com os Correspondentes No País – BRB Conveniência (<https://pcb.brb.com.br>) - Este portal possibilita a interação da GECOR (área comercial do BRB responsável pelos correspondentes) com os correspondentes no país – BRB Conveniência, disponibilizando diversas informações destinadas exclusivamente a este público através de login;
- Disponibilização de geração de guia de depósito judicial através do site do BRB – Criada a funcionalidade de gerar a guia de depósito através do site do BRB, facilitando o recebimento de recursos oriundos de processos judiciais;
- Implantação do novo sistema de prevenção à lavagem de dinheiro e terrorismo – SPL – Implantação de nova ferramenta – SPL – adquirida pelo BRB para prevenção à lavagem de dinheiro e terrorismo, substituindo o sistema atual que apresentava diversas fragilidades quanto às informações a serem enviadas aos órgãos reguladores;
- Sistema de Administração de Fundos – SAF. Implantado esse mês, gestor iniciando utilização – Novo sistema adquirido pelo BRB para a gestão de fundos de investimento, substituindo o sistema atual;
- Automação de Testes de sistema de automação bancária – Vencedor Prêmio E-finance 2016 e 2º lugar Prêmio IT4CIO 2016;
- Desenvolvimento e implantação do sistema para o controle dos depósitos judiciais do GDF (Decreto 36699/2015);
- Implantação do sistema de Compra e Venda de operações de crédito;
- Nova plataforma de cobrança – Boletos de cartão de crédito, para viabilizar o registro dos boletos gerados pela Cartão BRB no sistema do BRB;
- Migração de cinco sistemas do Unisys para o IBM;
- Convênio Câmara dos Deputados Federal – construção do leiaute de consignação – Preparação do sistema para firmar convênio com a Câmara dos Deputados Federal, para operação de empréstimos consignados;
- Criação do produto refinanciamento antecipação de imposto de renda – Operação para viabilizar o refinanciamento da antecipação de imposto de renda, quando a restituição do imposto de renda do cliente não é liberada pela Receita Federal;

- Criação dos produtos empresariais Invest BRB e MPE Invest BRB – Linhas de crédito destinadas ao atendimento das necessidades de investimento, voltada a sustentação da atividade econômica, aquisição de máquinas, equipamentos e melhorias estruturais;
- Criação de projeto para permitir o processamento individualizado dos acertos referentes a diferenças identificadas na compensação de cheques (troca e devolução);
- Pagamento de consignatários do GDF via CPS – Automatização e melhoria dos processos de pagamento de consignatários do GDF;
- Preparação do sistema de Pagamento de Servidores para receber pagamento do exército – Preparação do sistema para firmar convênio com o Exército, para processamento da folha de pagamentos;
- Evolução no sistema de Crédito e Débito Automático – Preparação do sistema para atender o programa de restituição de tributos “restitui”, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal. RESTITUI - RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS GDF;
- Evolução no sistema Visanet – Preparação do sistema para recepção dos arquivos de liquidação e agenda financeira de todas as credenciadoras do mercado, o que dará suporte para o produto de antecipação de recebíveis;
- Criação do Sistema de Controle de Depósitos Judiciais - CDJ, em atendimento ao decreto 36.699 / 2015 – O sistema CDJ surgiu da necessidade do Banco de controlar os repasses de depósito judiciais do GDF, em que após aprovação da Lei Complementar 151/2015 e o Decreto Distrital 36.699/2015, tornou autorizado o uso de recursos de depósitos judiciais em que o GDF é parte do processo, tanto como autor, como réu, mesmo antes da finalização do julgamento.
- Liberação de dispositivo móvel no Autoatendimento – maior comodidade aos clientes para utilização do BRB Mobile;
- Reestruturação PJ – novas regras para concessão de crédito para Pessoa Jurídica;
- Relatório de visitas negociais – Melhoria no cadastro e relacionamento com clientes PJ;
- Criação do produto CEB produtor Rural – Modalidade de cheque especial com características adequadas ao produtor rural cliente do BRB;
- Provisionamento de saldo na automação bancária – diversos legados passarão a enviar os lançamentos do dia para provisionamento na automação bancária, reduzindo a possibilidade de saldo insuficiente na rotina de débitos noturna;

1.4. Modernização do parque tecnológico

No CIAB de 2016 o BRB foi ganhador do prêmio Efinance 2016 na categoria Integração Contínua – Automação de Testes para Integração Bancária. Nesta categoria o BRB, concorreu com outros Bancos pelo prêmio, o projeto apresentou uma maneira eficaz e eficiente para validar o escopo de um sistema de alta criticidade que é o centralizador de todos os canais de atendimento da automação bancária. Essa eficiência aliada à criticidade do sistema, garante um ganho inestimável de imagem ao BRB bem como de satisfação dos clientes em relação à qualidade dos serviços prestados, devido à maior confiabilidade e disponibilidade resultantes de testes mais eficientes.

Dentre os principais recursos tecnológicos das empresas, está a sua infraestrutura de redes. Nesse ínterim, as novas tendências tecnológicas demandam soluções de transmissão de dados confiáveis e de alta capacidade, aliados à segurança da informação.

Seguindo seu propósito de manter-se competitivo em relação ao mercado, o BRB implantou em 2016 o projeto de substituição dos links de comunicação dos Correspondentes no País por serviços de comunicação móvel 3G/4G, tornando essa a principal tecnologia de comunicação nas lojas do BRB Conveniência o que representou uma economia de 63% nos custos referentes a esta modalidade.

O recurso propicia ao BRB agilidade para instalação de novos Correspondentes e maior capilaridade nas regiões do DF e do Entorno (o Banco poderá chegar em localidades antes não atendidas por falta de infraestrutura em telecomunicações), benefícios para a segurança da informação (implementou nova criptografia na comunicação) e maior disponibilidade (cada equipamento possui seu próprio modem). Tudo isso com o intuito de melhorar o atendimento e ter maior alcance ao público.

1.5. Infraestrutura

Foram efetuadas diversas melhorias na infraestrutura tecnológica do Banco. Dentre as ações efetuadas, destaca-se:

- Automatização de rotinas, possibilitando o restabelecimento tempestivo de serviços, principalmente relacionados a automação bancária, em caso de falhas. Proporciona continuamente a redução de indisponibilidade nas redes, redução de horas extras, customização de recursos humanos e redução de prejuízos financeiros e de imagem do BRB;
- Migração da conexão de Correspondentes no País para 4G, gerando economia, maior segurança e disponibilidade para os serviços;
- Automatização de análise de logs, proporcionando maior rastreabilidade e segurança na rede do Banco;
- Criação de infraestrutura para suportar a solução SAP em baixa plataforma;
- Implantação de solução de segurança no Banknet (GAS Tecnologia);

- Bancária;
- Implantação de servidores com maior poder de processamento para os bancos de dados da Automação Bancária;
 - Implantação de ferramenta de capacity planning para baixa plataforma virtualizada – vROPS;
 - Contratação de pessoal especializado para suporte de 3º nível ao ambiente mainframe IBM;
 - Implementado novo modelo de endereçamento de redes de computadores, adequando o BRB ao acesso dos clientes através de novos protocolos, como o IPv6. Disponibilizar os serviços do Banco através dos novos protocolos permitirá com que o BRB esteja alinhado às propostas da Febraban e de grandes empresas de tecnologia, como a Apple e Google;
 - Expansão da capacidade de armazenamento de dados do ambiente de Baixa Plataforma. A contratação possibilitou que fosse dedicado um equipamento exclusivamente para armazenamento dos ambientes de Produção de Virtualização e Banco de Dados Oracle, com arquitetura de alta disponibilidade por intermédio do GAD (Global Active Device);
 - Utilização da ferramenta de SANDATAMOVER em substituição ao FTP do ambiente Mainframe Unisys. Ação que possibilitou a redução do processamento Mainframe, significando economia financeira;
 - Virtualização e consolidação de servidores físicos, eliminando riscos quanto a equipamentos obsoletos, garantido maior disponibilidade dos recursos e reduzindo consumo energético nos Data Centers.

Canal Débito

A disponibilidade do canal débito está em constante evolução, atualmente foi atingido o patamar de 99.79%, bem próximo do valor de referência para o mercado que é 99.99%.

Terminais de saque

Com relação às transações em terminais de autoatendimento, PERTO, TECBAN e BB, os índices foram devidamente mantidos acima de 99% de disponibilidade.

Canais de caixa – Agência e Correspondente não Bancário

Agências e Correspondentes no País mantivemos mais de 99% de aprovação de transações.

Governança

- Adequação do processo de Gerenciamento de Incidentes conforme apontamentos de órgãos fiscalizadores e nas oportunidades de melhorias identificadas internamente;
- Estruturação do processo de Gestão de Mudanças e Configuração que proporcionará o aumento dos índices de disponibilidade com o aprimoramento das atividades de controle de desenvolvimento de sistemas e modificações na infraestrutura, contribuindo diretamente para a redução do custo operacional devido o aumento da qualidade dos sistemas, resultando, portanto, em menos incidentes e correções;
- Revisão do processo formal de Planejamento Estratégico, contribuindo para o alinhamento da TI ao negócio;
- Estabelecimento de processo para planejamento de futuras aquisições de TI;
- Aplicação do sistema de gestão da qualidade e proposição de melhorias para o processo de desenvolvimento e manutenção de sistemas, tal ação contribui para a identificação de não conformidades no processo de forma mais ativa e proporciona o estabelecimento de ações contínuas para melhoria e aperfeiçoamento dos processos de TI;
- Aprimoramento no monitoramento e avaliação de desempenho de TI;
- Definição e construção do módulo de gestão e cálculo dos riscos na plataforma de planejamento e controle;
- Evolução do projeto de estruturação do DW com foco nas necessidades do projeto plataforma de clientes;
- Atualização da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas com adequação da estrutura organizacional e adição de métodos e práticas ágeis;
- Elaboração da Metodologia de Gestão por Processos;
- Automatização do processo de acompanhamento do Plano Diretor de TI na plataforma de planejamento e controle, tal ação proporciona a gestão mais efetiva das ações previstas nesse instrumento e conseqüentemente o reporte e o controle são mais rigorosos e eficazes;
- Atualização dos manuais: Migração de dados, prova de conceito, atualização do manual de Contratações de TI e planejamento estratégico de TI.
- Evoluções dos indicadores de Gestão da DITEC para acompanhamento do desempenho da TI por parte da Comissão Administrativa da Diretoria de TI, contribuindo com a tomada de decisão e no estabelecimento de metas para implementação das oportunidades de melhorias identificadas;
- Avaliação e proposição de melhorias para evolução de maturidade para 5 processos Cobit, esta ação contribui para a evolução contínua dos processos de TI e no aumento da eficiência operacional;

- Automatização do processo de validação de conformidade dos modelos de dados que otimiza a atividade de validação de modelo de dados e instrui o desenvolvedor na identificação de pontos de não conformidade, tal prática reduz o tempo de desenvolvimento de soluções de TI;
- Adição do processo de integração contínua para 5 sistemas da automação bancária, tal prática contribui para o aumento da qualidade dos sistemas, reduz o tempo de implantação da solução em ambiente de produção, auxilia a identificação de erros/bugs de forma proativa e consequentemente aumenta a disponibilidade das aplicações;
- Elaboração, desenvolvimento e Implantação do portal de processos da DITEC, esta ação permite identificar de forma holística a relação de processos da DITEC conforme a cadeia de valor de TI, auxiliando, portanto a priorização de ações para mitigar fragilidades;
- Reconstrução do portal de indicadores para contemplar o portfólio de processos da TI. O portal está integrado com outras ferramentas da DITEC, em especial com a Plataforma de Planejamento e Controle (PPC), buscando assim a integração das ferramentas que suportam governança;
- Identificação e estabelecimento de melhorias nos processos de Gerenciamento da capacidade e continuidade;
- Aprimoramento do acompanhamento das demandas pelo uso de metas e indicadores extraídos do processo de desenvolvimento;
- Publicação de indicadores que mensuram a qualidade dos modelos de dados avaliados e a aderência dos modelos à infraestrutura de banco de dados efetivamente em uso;
- Revisão da arquitetura de referência estabelecendo padrões para desenvolvimento Java e para front-end PHP;
- Automação dos processos de Planejamento e Controle no âmbito da DITEC. Foram implantados os módulos de acompanhamento das ações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Gestão orçamentária, Gestão da Qualidade e Controle de processos.

1.6. Projetos estruturantes em andamento

1.6.1 Multicanal

Solução adaptada ao negócio do Banco que visa substituir/modernizar os canais e sistemas de atendimento do BRB. A implantação deste projeto trará grandes melhorias nos canais de atendimento do Banco, dentre eles: maior agilidade no desenvolvimento de demandas e na criação de novos produtos e serviços.

O Grupo de Trabalho responsável pela condução do projeto multicanal implantou em ambiente de produção assistida os módulos: Internet Banking, Telebanco e Gestão do Portal, nos quais estão em uso por alguns empregados do Banco. A previsão de implantação definitiva dos referidos módulos está prevista para ocorrer em Março de 2017.

1.6.2. Migração de Plataforma – IBM

A nova solução trará entre outros benefícios: maior abertura para o mercado de TI, tanto no que se refere à possibilidade de aquisição de novos produtos quanto à contratação de mão de obra especializada; maior disponibilidade e compartilhamento de informações no âmbito da organização, favorecendo uma comunicação mais eficaz; gestão de documentos e imagens, que proporcionará maior agilidade nos trâmites e processos internos, refletindo essencialmente nas rotinas das agências bancárias e no atendimento ao cliente; portal de *internet* mais moderno.

A plataforma mainframe IBM encontra-se devidamente internalizada no BRB. Quanto ao projeto de migração dos sistemas, foi iniciado em setembro/2015, com a conclusão prevista para março/2018. Neste momento, três sistemas foram desativados do Mainframe Unisys e devidamente Implantados no Mainframe IBM, três sistemas estão em produção assistida, cinco em testes integrados e outros dois em fase de portação e testes unitários.

1.6.3. Projetos Asas / ERP

Os principais benefícios esperados pelo ERP são: disponibilizar informações tempestivas e de qualidade nos pontos de tomada de decisão gerencial; ser um meio de integração entre os vários setores da organização, através do compartilhamento de bases de dados não redundantes; evitar gasto de esforço gerencial e operacional nas interfaces entre sistemas de informações que não conversam entre si; viabilizar um planejamento operacional transparente e estruturado, melhorando o desempenho da empresa; simplificar a integração das soluções implementadas; reduzir a complexidade do ambiente tecnológico; melhorar a qualidade da informação; aprimorar mecanismos de gestão e controle interno; otimizar o uso das competências internas; reduzir interface entre sistemas isolados; reduzir retrabalho e inconsistências; reduzir os riscos operacionais e elevar a eficácia dos controles internos dos processos; adotar solução aderente aos modelos de boas práticas do mercado.

O projeto ASAS – ERP/SAP está finalizando as atividades da fase de realização e cutover que são as últimas etapas antes do Go Live que está previsto para ocorrer em janeiro de 2017.

3045 - Instalação de Pontos de Atendimento

O BRB realizou obras de revitalização de agências, construção de novas agências, bem como obras em andamento descritas abaixo:

- Obra de modernização da cobertura do Ed. Brasília, com instalação de letreiros e relógios;
- Execução de reforma para a implantação do projeto de segmentação das seguintes Agências: Agência Samambaia Norte, Agência Bandeirante, Agência Parkshopping, Agência Águas Claras, Agência Ceilândia, Agência Ceilândia Norte;
- Gerenciamento das intervenções necessárias para a inauguração da Agência. Estrutural;
- Substituição do telhado da Agência SEE-DF Planaltina e recuperação do piso da agência devido ao rompimento da tubulação de água;
- Elaboração de projetos executivos para a transferência da Agência Sudoeste e Hospital Regional de Santa Maria;
- Execução de 29 intervenções de infraestrutura para a instalação de relógios de pontos para os funcionários do BRB, sendo 19 no Ed. Brasília e 10 em outras dependências;
- Recuperação completa das instalações prediais das Agências que sofreram sinistro em decorrência das explosões das máquinas de autoatendimento (Santo Antônio, Samambaia Sul, QNL, CAESB);
- Instalação de iluminação de Led em 86 Agências e em 13 pavimentos do Ed. Brasília visando economia de energia e sustentabilidade;
- Aprovação do projeto de prevenção e combate a incêndio do Ed. Brasília, Agência Comercial Sul, Agência Independência, Agência Novo Gama, Agência Luziânia, Agência Cuiabá, Agência Taguatinga Sul e Taguatinga Centro;
- Construção do Quiosque no Incra 8 para receber um caixa eletrônico e melhorar o atendimento à população local.

8505 - Publicidade e Propaganda

O Conglomerado BRB trabalhou com o intuito de reforçar sua marca com ações de marketing que divulguem efetivamente seus produtos e serviços nos diversos e principais canais de comunicação, visando ser reconhecido como uma instituição voltada para resultados que reflitam em benefícios para a sociedade, participando estrategicamente das ações de inclusão social e de desenvolvimento.

A estratégia de marketing no segundo semestre de 2016, centrou-se em proporcionar maior proximidade, agilidade e conveniência ao cliente, a partir de marketing direcionado e de relacionamento.

Ao longo do ano de 2016, foram produzidas campanhas publicitárias com perfis Institucionais, de Crédito, e de Canais de Atendimento.

No ano de 2016 o BRB – Banco de Brasília S/A patrocinou 62 projetos, nos segmentos de Causas Sociais, Comunidade, Arte e Cultura, Entretenimento, Esporte, Negócio e Relacionamento Institucional, com investimento total, aproximado, de R\$ 3.950.000 (três milhões, novecentos e cinquenta mil reais).

Ações patrocinadas pelo BRB em 2016 que merecem destaque no período:

- Shows: Nando Reis; Amizade Sincera – Sérgio Reis e Renato Teixeira”; Djavan; Ney Matogrosso; e Zezé de Camargo e Luciano.
- Clube do Choro – Temporada 2016.
- Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.
- Na Praia 2016.
- Casa Cor Brasília 2016.
- Corrida de Reis 2016.
- Projeto de Vela Adaptada - Vela para Todos.
- Corrida do Fogo 2016.
- Equipes Participantes do Campeonato Brasiliense de Futebol 2016, Série A.
- Jogos Abertos de Brasília 2016.
- AgroBrasília 2016.
- 20º Congresso Mundial de Tecnologia da Informação - World Congress on Information Technology - WCIT 2016
- Kick-off Meeting do 8º Fórum Mundial da Água.
- Campos Day Brasília.
- Prêmio Brasília Esporte 2016.

Projetos em parceria com GDF:

- Pré-lançamento do projeto de educação financeira para crianças, em parceria com o Programa Brasília Cidadã e Secretaria de Educação.
- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/DF – Água da Chuva: É pro lago que eu vou, quero ir limpinha!
- Travessia do Fogo 2016 – CBMDF.
- Concurso de Saltos Coronel Rabelo – PMDF.
- Corrida do Foguinho – CBMDF.

PROGRAMA TEMÁTICO 6001 – GESTÕES, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO
2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	234.492.362	234.492.362	138.275.589
2592 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO–DISTRITO FEDERAL - BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	225.800.263	225.800.263	135.082.249
2593 –GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO–DISTRITO FEDERAL - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	6.364.085	5.007.971,35	1.356.114
5166 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO–DISTRITO FEDERAL - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - DISTRITO FEDERAL	2.328.014	490.787,69	1.837.226
8502 – ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	704.353.451	704.353.451	636.197.553
6997 – ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	704.353.451	704.353.451	636.197.553
8504 – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	94.267.037	94.267.037	82.004.262
6992 – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	94.267.037	94.267.037	82.004.262
8517 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	324.864.929	324.864.929	248.530.211
6996 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BANCO DE BRASÍLIA S/A-DISTRITO FEDERAL	318.659.847	318.659.847	244.184.469
8679 –MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	3.794.757	3.784.757	2.123.407
8682 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - DISTRITO FEDERAL	2.410.325	2.410.325	2.222.335
TOTAL DO PROGRAMA 6001-DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1.357.977.779	1.357.977.779	1.105.007.614

Posição: 30/11/2016

8502 – Administração de Pessoal

No Concurso Público nº 27, realizado em 2011, foram aprovados 1.500 candidatos para o cargo de escriturário. No ano de 2016, foram convocados 80 escriturários, sendo que foram admitidos 51 candidatos (8 sub judice/mandato judicial). Desde a sua realização até o seu encerramento, foram convocados 1.180 candidatos, número bastante superior à expectativa de vagas do concurso.

O Concurso Público nº 28, realizado em 2013, para o cargo de Analista de Tecnologia da Informação, aprovou 360 candidatos, e no ano de 2016 foram convocados 62 candidatos, dentre os quais 30 foram admitidos(1 sub judice/mandato judicial). O concurso segue vigente tendo já sido convocados 262 candidatos.

8504 – Concessão de Benefícios a Servidores

O Banco de Brasília – BRB dispõe de benefícios aos seus empregados que são previstos no Acordo Coletivo de Trabalho firmado com as entidades sindicais.

- **Auxílios Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação:** este benefício, inserido no Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT (tiquete e cesta alimentação), permite a utilização dos cartões eletrônicos em restaurantes ou em supermercados e similares. O valor pago é de R\$ 1.491,16 por empregado. Foram beneficiados no ano de 2016, em média, 3.210 empregados e o investimento foi da ordem de R\$ 54.687.341,82, com média mensal de R\$ 4.557.278,48.

- **Auxílio-Creche:** destinado aos empregados que tenham filhos, inclusive adotivo e enteado, até a idade de 7 (sete) anos completos e, também, para pais que tenham filhos com necessidades especiais para os quais, o auxílio é

permanente. O valor mensal é de R\$ R\$ 383,95 e o Auxílio-Creche Especial R\$ 702,09. A média de empregados que receberam o auxílio, em 2016, foi de 761 sendo que 31 são para empregados com filhos portadores de necessidade especial. O dispêndio no período foi de R\$ 4.094.320,39, com a média mensal de R\$ 341.193,37.

- **Auxílio-Natalidade:** constitui o valor R\$ 1.217,80 concedido a todos os empregados, em pagamento único, por ocasião do nascimento de filho/a. Foram pagos 148 auxílios no ano de 2016 sendo a média mensal de R\$ 14.583,50 e o dispêndio anual foi de R\$ 175.002,08.

- **Vale-Transporte:** em papel ou créditos nos cartões é concedido aos empregados que utilizam o transporte público coletivo. Foram beneficiados 310 empregados e custeio patronal foi de aproximadamente R\$ 182.223,32, com a média mensal de R\$ 15.185,28.

- **Benefícios Educacionais:** concedidos aos empregados do quadro permanente, para formação acadêmico-profissional nos níveis de graduação, pós-graduação ou especialização (*lato sensu*) nas áreas definidas pelo Banco, tais como, Administração, Direito, Ciências Contábeis, Comunicação e Marketing, Economia e Finanças e os de pós-graduação são Auditoria, Contabilidade Pública, Gestão de Projetos de Software, Gestão Estratégica, Gestão Organizacional e Empresarial, Gestão Financeira, Gestão Pública, Gestão de Processos, Governança em TI. Estão cadastrados em Benefícios Educacionais em áreas de interesse do Banco, em média 234 empregados. Em cursos de pós-graduação constam matriculados, em média, 120 empregados. O investimento mensal no período com esses benefícios foi de R\$ 194.848,192 totalizando R\$ 338.178,37 no ano. Há também reembolso para realização de curso superior fora das áreas de interesse do Banco ou com formação em tecnólogo. Em média 30 empregados são beneficiados nessa modalidade. Os cursos são em Letras, Psicologia, Matemática, Arquitetura, Fisioterapia, Engenharia ou outros. O investimento foi da ordem de R\$ 183.126,38 anual e R\$ 15.260,53 mensal. Optaram pela concessão de pós-graduação, *stricto sensu*, que compreende programas de mestrado e doutorado, nas áreas de interesse do Banco (Direito, Tecnologia da Informação e Contabilidade), 3 empregados.

- **Auxílio-Idioma:** destina-se a pagamento de matrícula e mensalidades efetuado a instituições de ensino de línguas estrangeiras (inglês, francês ou espanhol). O Auxílio passou é de R\$ 387,30 e beneficiou, aproximadamente, 110 empregados. O valor despendido mensalmente foi R\$ 47.567,19 de R\$ 570.806,28 anual.

- **Seguro de Vida em Grupo:** São integrantes da apólice de seguro de vida em grupo 2110 empregados com garantia de indenização por morte e invalidez.

- **Auxílio-Funeral:** O benefício está fixado em até R\$ 8.146,94 e foram feitos 7 reembolsos, no total de R\$ 24.986,97, mediante comprovação das despesas.

- **Vale-Cultura:** Concedido aos empregados com remuneração de até cinco salários- mínimos, conforme definido no Programa de Cultura do Trabalhador, criado pela Lei 12.761/2012, regulamentado em âmbito Federal pelo Decreto 8084/2013. No ano de 2016 foram beneficiados em média 576 empregados. O valor despendido mensalmente foi de R\$ 26.750,91 e o valor anual foi de R\$ 321.011 .

8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

Serviços, contratos e pagamentos diversos para manutenção do Banco.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. Rede de Atendimento

O BRB conta com 127 unidades de atendimento, sendo 121 agências e 6 Pontos de Atendimento – PAs, distribuídas em todo Distrito Federal e nos estados de Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Em 2016 não ocorreram novas instalações em decorrência do contingenciamento financeiro.

3.2. Terminais de autoatendimento

Com 762 terminais de autoatendimento próprios (182 externos e 570 internos), o BRB encerra o ano de 2016 com um parque de autoatendimento mais enxuto, alinhado ao objetivo de aumento da economicidade e eficiência das redes de autoatendimento. Ao longo do ano foram instalados três novos terminais com objetivo de apoiar a população nos serviços prestados pelo GDF. Dessa forma, instalou-se PAEs na unidade do Detran localizada no Setor de Cargas, no 10º Batalhão da PMDF e no Batalhão de Policiamento Ambiental no Incra 8.

Além dos terminais próprios o BRB conta com dois convênios que aumentam significativamente sua capilaridade: Compartilhamento de Redes com o Banco do Brasil, que conta com aproximadamente 3.200 terminais em todo o país; e a Rede do Banco24Horas que disponibiliza aos nossos clientes aproximadamente 39.000 terminais em todo o território Nacional.

Em 2016 os terminais de autoatendimento proporcionaram 40.014.928 transações, o que representa uma média de 3.334.577 transações por mês, o que coloca o autoatendimento ainda como principal canal de atendimento do BRB.

O ano de 2016 também se destaca pelo início da substituição do atual parque de autoatendimento do BRB. Ao longo do ano diversos desenvolvimentos foram realizados para possibilitar a instalação dos novos terminais de autoatendimento licitados em 2015. Os primeiros terminais já foram migrados como pilotos e estão assim distribuídos: Ag. SIG, Ag. SIA, Ag. Central, Ag. JK, Ag. Millenium, Ag. Sudoeste, Ag. Estrutural, Ag. Ceilândia Sul, PAE Deinf e PAE Estação Central II.

3.3. Correspondentes no País

O BRB apresenta 189 unidades de Correspondentes no País, distribuídas em todo o Distrito Federal e em outras 9 cidades de Goiás. Dentre essas unidades, 8 são vans que prestam o serviço de Correspondente Móvel, as quais atuam em localidades onde não há presença bancária, bem como ações e projetos do Governo do Distrito Federal e solicitações da rede BRB e de suas coligadas.

No ano de 2016 foram computadas aproximadamente 36 milhões de transações, dentre elas saques, depósitos, pagamentos de contas de concessionárias (água, luz, telefone, etc), pagamentos de títulos, pagamentos de tributos federais e distritais, recebimento de benefícios sociais, entre outros. Além das transações mencionadas, as unidades de Conveniência BRB comercializam, mediante indicação, produtos diversos, como, cartão de crédito, consórcio de automóvel e imóvel, seguro de vida, de automóvel e demais ramos elementares, bem como abertura de conta corrente e poupança.

Neste ano foi aberto o Edital de Credenciamento 2016/003, onde 22 empresas participaram e, dentre elas, 17 restaram credenciadas.

Em comparação ao ano passado, houve uma redução na quantidade de correspondentes, de 286 para 189, a qual justifica-se por estudos realizados pelo Banco, onde foram verificadas quais regiões realmente demandavam atendimento, redimensionando, assim, o tamanho da rede.

O Banco encerrou o exercício com 288 pontos de atendimento, dentre eles, 08 Correspondentes Móveis e 13 que atendem os Restaurantes Comunitários. Essas unidades realizam uma média de 3.000.000 (três milhões) de transações por mês e estão presentes em todas as regiões do Distrito Federal, além de algumas cidades do Entorno e da RIDE, atendendo também os estados de Goiás e Minas Gerais.

3.4. Arrecadação e Serviços Bancários

Foi verificado um aumento considerável na quantidade de transações efetuadas nos canais de atendimento, quando comparado ao ano de 2015, com aumento de 4% no volume total de transações, considerados dados até Novembro/2016, e de 5% se comparado ao mesmo período de 2015 (Janeiro a Novembro), atingindo a meta de crescimento estipulada no planejamento estratégico do Banco.

Destaca-se, nesse período, o crescimento acelerado do canal Mobile, o mais recente canal lançado pelo Banco, que comprova a tendência de migração de transações presenciais para transações via smartphones e tablets.

No ano de 2016, os canais de atendimento do BRB foram otimizados nos seguintes quesitos:

- Aplicativo de Caixa Pontos de Atendimento – Implantação de adequações decorrentes de Novo Catálogo de TEDs.
- Aplicativo de Caixa do Correspondente não bancário – Implementação de Limite de Movimentação em dinheiro por Correspondente.
- Aplicativo de Vídeo – Implantação dos códigos para lançamento extra-caixa poupança e implantação das demandas para atendimento da Conta Vinculada.
- Autoatendimento BRB - Implantação de funcionalidade no Autoatendimento BRB para Liberação de Dispositivos Móveis para movimentação financeira pelo Mobile; implantação em piloto de terminais do Novo Parque de Autoatendimento, com habilitação da tela touch screen, inserção única de cartão, seleção de cédulas para saque, Saldo em tela;
- BRB Banknet – Substituição do módulo de segurança, atendendo a pedidos de clientes com reclamações do módulo anterior.
- BRB Mobile – Disponibilização de transação para Consulta à 2ª via de Recibos.

Quanto ao BRB Telebanco, em outubro de 2015, foi iniciado o piloto do Projeto da Central de Confirmação de Vendas - CCV, que consiste na contratação verbal de crédito e outros produtos. O projeto viabiliza o atendimento a clientes que estão fora da área da atuação presencial do BRB, bem como oferece comodidade a quem não quer ou não pode ir a um Ponto de Atendimento, fechando o ano com uma produção de R\$ 341.340,02. Em 2016, A CCV foi aprovada em caráter definitivo e houve a expansão do atendimento a todos os correntistas, o que viabilizou, até Novembro/2016, a liberação de 2490 contratos - montante de crédito de R\$ 31.740.965,69.

Em 2015 tivemos a liberação de R\$ 32.558.303,12 em operações de crédito pelo canal Telebanco. Em 2016 houve o crescimento em 24,83% das operações liberadas pelo canal, uma vez que a produção até o momento é de R\$ 35.846.343,23.

Em Julho/2016, foi iniciado o Projeto Piloto da Central de Empréstimos - cujo escopo é atender clientes que buscam a Central de Atendimento do BRB - CRBRB quando não conseguem contratar operações de crédito na

modalidade pré-aprovada. A partir dessas análises, até novembro/16, foi possível que 747 clientes obtivessem crédito, totalizando R\$ 3.356.192,32.

Dessa forma, a CRBRB aumentou em 114,59% a contratação de crédito em comparação ao ano de 2015, totalizando R\$ 70.602.161,22 até Novembro de 2016.

Com relação ao número de contas correntes e de poupança ativas, o BRB encerrou o ano de 2016 com o seguinte quantitativo:

Conta Corrente:

- Pessoa Física: 316.208
- Pessoa Jurídica: 28.163
- Governo: 1.352

Poupança:

- Pessoa Física: 268.831
- Pessoa Jurídica: 6.339
- Governo: 2.491
- Depósito Judicial: 67.450

Em 2016 foram também trabalhados os seguintes compromissos assumidos no exercício anterior:

- **Automatização dos depósitos judiciais:** Trata-se de projeto desenvolvido em parceria com o TJDFT, para promover a modernização e reaparelhamento da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. O projeto é disposto em quatro fases, sendo que até 2016 foi cumprida a fase I, a qual implementou a emissão das guias de depósito judicial em forma de boleto bancário, a partir da integração via *web service* entre os sistemas do Banco e do Tribunal. Nas próximas fases, além da equalização das bases de dados do TJDFT e do Banco, está prevista a implantação do serviço de alvará eletrônico, que trará maior celeridade e segurança no cumprimento das ordens judiciais.

- **Digitalização de todos os cartões de assinaturas dos clientes e consequentemente automatização do processo de conferência de assinaturas:** O projeto de digitalização de assinaturas visa modernizar os processos do BRB e aprimorar o atendimento aos nossos clientes, que poderão dirigir-se a qualquer ponto de atendimento para fazer suas transações. Até 19/12/2016, foi concluída a digitalização de 83% das agências, somando mais de 342 mil cartões digitalizados.

- **Nova Plataforma de Cobrança Bancária:** Por ter data de implementação para março/2017, está em desenvolvimento pela TI.

- **Implementação de Aceite Eletrônico para os Débitos Automáticos:** Ainda não foi possível planejar sua execução tendo em vista a atual substituição de canais eletrônicos que ainda encontra-se em curso no bojo do projeto Multicanal sob gestão negocial da SUCAN/GENEL.

- **Implementação de novas transações nos terminais da Tecban:** O projeto para inclusão de novas funcionalidades nos terminais da TECBAN foi suspenso, tendo em vista que as ações promovidas para a redução do custo e migração para a segunda faixa do contrato já foram efetivadas.

3.5. CRÉDITO

3.5.1 Carteira de Crédito Comercial

A Carteira de Crédito **Pessoa Física** teve crescimento de 1,75% no ano de 2016, até setembro, totalizando R\$ 5,742 bilhões. A carteira de Crédito Consignado teve uma retração de -2,29% em relação a dezembro de 2015, totalizando R\$ 3,483 bilhões.

“Os efeitos da greve dos bancários, com o fechamento das agências, derrubou o crédito consignado em folha de pagamento, no país, com o total de empréstimos chegando a R\$ 8,6 bilhões no mês de setembro. Foi o pior desempenho desse segmento desde dezembro de 2012, quando os novos empréstimos totalizaram R\$ 8,5 bilhões, segundo o Banco Central (BC). Entre os servidores públicos, maiores tomadores de crédito nessa categoria, o índice caiu 22,60% no período, para R\$ 4,9 bilhões. No caso dos beneficiários do INSS, a redução dos novos empréstimos chegou a 28,90%. Entre os funcionários do setor privado, a contração foi de 15,60% na mesma comparação”.

O produto Refinanciamento PF se destacou no ano de 2016, com um crescimento de 32,51% em relação a dezembro de 2015, totalizando R\$ 399 milhões, o que justifica a retração em -12,66% da carteira do produto Crédito Pessoal Público, que em setembro de 2016 era de R\$ 872 milhões.

O saldo da carteira de crédito comercial, em comparação com dezembro de 2015, apresentou retração de -1,97%, encerrando o terceiro trimestre com saldo de R\$ 6,697 bilhões.

A carteira de crédito **Pessoa Jurídica** apresentou retração de -19,65% no ano, em relação a dezembro de 2015, totalizando R\$ 955 milhões. O Produto Progiro (Capital de Giro PJ) retraiu para R\$ 330 milhões, o que representa uma queda de -34,48% em comparação a dezembro de 2015.

O produto Redirecionamento PJ, linha de crédito voltado ao refinanciamento de operações ativas na carteira comercial PJ teve uma expansão de 32 %, saindo de R\$ 126.847 milhões em dezembro de 2015 para R\$ 167.740 milhões em setembro de 2016.

Em 2016, a desaceleração da atividade econômica foi responsável pelo aumento da inadimplência no crédito. Como forma de amenizar a situação, o Banco atuou com mais rigor na concessão do crédito, além disso, os clientes recorreram aos bancos para renegociar ou reestruturar suas dívidas em detrimento de contrair novos empréstimos.

O crédito voltado ao segmento Pessoa Jurídica, vincula-se de forma muito latente, dentre outros fatores, à disposição do setor produtivo em aumentar a sua capacidade de produção e à disponibilidade de recursos no sistema financeiro. Basicamente, as operações de crédito visam alavancar a produção de bens e serviços voltados ao consumidor final. Nesse sentido, ao longo do ano de 2016, houve o agravamento da crise econômica, que tem levado a uma diminuição de moeda circulando e, conseqüentemente, uma menor disposição do consumidor na aquisição de bens e serviços. O impacto que isto tem na Carteira de Crédito Comercial, segmento PJ, é direto, uma vez que a diminuição no volume de serviços prestados ou de bens vendidos tem relação direta com a disposição do empresariado em adquirir novas linhas de crédito.

No BRB há uma forte vinculação a atividade governamental, para fins de concessão de crédito ao segmento PJ na medida em que são ofertadas linhas de crédito e também mediante antecipação de recursos para os clientes que prestam serviço ao governo local. Essa atividade também foi impactada pelo momento econômico, colaborando para a redução da expansão do crédito.

Em função do cenário economicamente desfavorável, também há uma elevação nos índices de inadimplimento das operações de crédito, que faz com que haja um endurecimento das instituições financeiras para concessão de novas operações, bem como um grande volume de operações transferidas para prejuízo.

Dentro desse contexto, a carteira de crédito PJ sofreu redução na ordem de 19,65% no comparativo entre dezembro/2015 e setembro/2016, saindo de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 955 milhões. No mesmo período, as receitas oriundas da Carteira Comercial PJ reduziram em cerca de 9,86%, partindo de R\$ 23,9 milhões para R\$ 21,5 milhões.

Corroborando a dificuldade apresentada pelo setor produtivo, o produto Redirecionamento PJ, que é voltado ao redirecionamento de operações de crédito da carteira comercial, visando readequar essas operações à capacidade de pagamento dos clientes, teve expansão na ordem de 32 % saindo de R\$ 126,8 milhões em dezembro/2015 para R\$ 167,7 milhões em setembro/2016.

3.5.2. Carteira de Desenvolvimento

O BRB apoia o desenvolvimento, priorizando o atendimento creditício no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do DF e Entorno – Ride, disponibilizando linhas de crédito às iniciativas empreendedoras que tenham responsabilidade socioambiental.

A Carteira de Desenvolvimento do BRB é composta pelas seguintes modalidades de crédito: Imobiliário, Rural e Industrial.

O Banco está em constante revisão de seus processos e atualização dos sistemas a fim de implementar medidas que agreguem maior eficiência no trâmite de contratações e acompanhamento das propostas de desenvolvimento.

3.5.3. Carteira de Crédito Imobiliário

Em 2016 o BRB – Banco de Brasília S.A. estimulou o financiamento imobiliário aprimorando as condições de financiamento, com taxas compatíveis às tendências de mercado.

A participação dos Correspondentes Imobiliários vem impactando favoravelmente no processo de contratação e conseqüentemente no número de propostas contratadas, inclusive com a adesão de maior número de beneficiários clientes espontâneos.

Associado a isso, o Banco tem trabalhado em parceria com os Correspondentes Imobiliários nos eventos de desligamento, ato de entrega das unidades produzidas, financiados ou não pelo Banco, a fim de conquistar a preferência do adquirente final.

Frente ao mercado, o BRB expandiu significativamente a carteira de crédito imobiliário, apresentando um aumento da ordem de 12,85%, com relação ao saldo de carteira de novembro de 2015, aumentando o volume financeiro contratado de R\$ 961 milhões em novembro de 2015 para R\$ 1 bilhão em novembro de 2016.

A captação e condução do produto Plano Empresário se mantiveram centralizadas na Agência Corporate e demais plataformas de atendimento de cliente pessoa jurídica. Esta condição visa dar celeridade e contribui para redução dos prazos de contratação, o que impacta na preferência dos empresários do setor da construção civil pelo BRB por possuírem um relacionamento com estas plataformas.

Embora a demanda de contratações tenha desacelerado em 2016, verificou-se aumento expressivo no saldo de carteira, com cifra superior a 1 bilhão de reais. A retração no número de operações foi influenciada pela crise econômica.

Do mesmo modo, no produto Plano Empresário, financiamento a produção, a redução na quantidade de contratações decorreu do cenário da construção civil, que apresenta número de unidades em estoque elevado e dificuldade na comercialização.

O segmento que mais se destacou em 2016 foi o da compra e venda de imóveis residenciais e comerciais, destinado a pessoas físicas e jurídicas, seguindo a tendência de 2015.

Nessa modalidade, foram contratadas 886 operações, data base novembro/2016, o que equivale a R\$ 183.891.314,62.

O produto Plano Empresário apresentou um volume de contratação considerável, o que auxiliou no crescimento do saldo de carteira, conforme se verifica no quadro comparativo abaixo:

Contratações da Carteira – Data Base Novembro de 2015/ 2016				
Período	Exercício 2015		Exercício 2016	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Compra e Venda	R\$ 259.194.825,12	1.115	R\$ 183.891.314,62	886
Plano Empresário	R\$ 114.189.979,82	13	R\$ 35.038.446,15	3
Total	R\$ 373.384.804,94	1.128	R\$ 218.929.760,77	889

Dentre os produtos destinados à compra e venda, o destaque foi para Aquisição, que apresentou crescimento de 34,16%, em relação ao saldo base de novembro/2015, isso decorreu em razão do trabalho desempenhado pelos correspondentes imobiliários nos eventos de desligamento, fidelizando clientes espontâneos.

O produto Credmoradia, que representa 62,06% da carteira imobiliária, passou de um saldo de R\$ 539.361.306,75, em novembro/2015, para R\$ 673.248.339,88, em novembro/2016, o que representa percentual de crescimento de 24,82%. A ênfase nesse produto decorre do foco do Banco no atendimento ao servidor e empregado público, por meio de linhas de crédito com taxas de juros atrativas e competitivas frente ao Mercado.

Produto	Nov/15	Nov/16
Aquisição	R\$ 27.101.470,24	R\$ 36.359.666,39
Financiamento Imobiliário	R\$ 73.271.800,75	R\$ 84.890.841,86
Operações FAIXA LIVRE	R\$ 20.862.857,89	R\$ 13.760.960
Plano Empresário	R\$ 292.141.357,12	R\$ 268.677.861,75
Credmoradia consignado	R\$ 4.186.242,49	R\$ 4.013.957,84
Credmoradia	R\$ 539.361.306,75	R\$ 673.248.339,88
Total	R\$ 956.925.035,24	R\$ 1.080.951.627,72

Ademais, o Banco está em processo de atualização do parque tecnológico a fim de aperfeiçoar procedimentos e implementar medidas que agreguem maior eficiência no trâmite de contratação e acompanhamento de propostas de crédito imobiliário. Para tanto, está em andamento processo de licitação para substituição da ferramenta que realiza a gestão dos contratos da Carteira Imobiliária.

O BRB acredita que a desburocratização do crédito imobiliário por meio da agilidade da tramitação das propostas e a manutenção de condições favoráveis de financiamento oferecerão aumento na base de clientes.

3.5.4 Carteira de Crédito Rural

O Crédito Rural abrange recursos destinados ao custeio, investimento ou comercialização, tendo suas regras, finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Essas normas são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de crédito.

Os créditos de custeio se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. Já os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.

A carteira de crédito rural apresentou um saldo de R\$ 320 milhões de reais no mês de novembro de 2016, dos quais R\$ 12 milhões foram destinados a Agricultura Familiar.

As operações com origem do BNDES representam 42% do saldo da carteira e tem como características principais atender operações de investimentos, as quais demandam um prazo de retorno mais longo, assim como o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. A utilização desta fonte de recurso contribuiu para que o banco direcionasse as fontes de recursos livres e obrigatórios para os custeios agropecuários.

Produto	Saldo Da Carteira	Percentual
BNDES	R\$ 134.548.591,66	42%
RO	R\$ 82.169.938,39	26%
RPL	R\$ 85.356.469,03	26%
FCO	R\$ 18.607.099,83	6%
Total	R\$ 320.682.098,91	100%

3.5.5. Carteira de Crédito Industrial

A carteira de crédito industrial do BRB opera com recursos de repasse do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO para apoio às empresas do DF e RIDE, com foco nas Micros, Pequenas e Médias Empresas (MPME's). Estes financiamentos, com taxas subsidiadas e prazos compatíveis com suas necessidades, permitem às empresas realizar investimentos, aumentando sua capacidade produtiva, gerando mais empregos e renda.

A carteira de Crédito Industrial apresentou um saldo de 110,5 milhões de reais no mês de novembro de 2016.

O crédito industrial contribui para a geração de emprego. Em 2016, foram gerados mais de 300 empregos diretos. Entre as fontes de recursos, há uma distinção bem definida entre a sua aplicação: enquanto no BNDES a maioria dos financiamentos é voltada para aquisição de máquinas e equipamentos para empresas, no FCO os financiamentos têm foco claro no setor de Comércio e Serviço.

O Banco está em constante revisão de seus processos e atualização dos sistemas a fim de implementar medidas que agreguem maior eficiência no trâmite de contratações e acompanhamento das propostas de desenvolvimento.

3.6. Relacionamento com o Governo

3.6.1. Pagamento de Programas do Governo

O BRB, como agente financeiro do GDF, e como parceiro na execução de políticas sociais, efetua o pagamento dos programas sociais vinculados às Secretarias do Distrito Federal. Esses programas são ações governamentais voltadas à erradicação da pobreza e da marginalização, assim como à redução das desigualdades sociais e regionais. O BRB operacionalizou o pagamento dos seguintes programas sociais no ano de 2016:

Vida Melhor/Bolsa Escola: Concede apoio financeiro às famílias de baixa renda, selecionadas e incluídas no Cadastro Único de Beneficiários dos Programas Sociais do Governo do Distrito Federal. O valor da bolsa varia entre R\$ 130 e R\$ 180 para família com filhos em idade escolar e que estejam matriculadas. O pagamento é realizado pela Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH.

Vida Melhor/Bolsa Social: Apoio financeiro às famílias cuja renda familiar *per capita* não seja superior a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo. O valor da bolsa é de R\$130 por mês. O pagamento é realizado pela SEDESTMIDH.

Mãezinha Brasileira (auxílio natalidade): Assegura proteção social à nutriz e ao recém-nascido. O valor do auxílio é de R\$ 200 por ocasião do nascimento e em número igual ao da ocorrência de recém-nascido. Por exemplo, caso ocorra o nascimento de gêmeos a beneficiária irá receber R\$ 400. O pagamento é realizado pela SEDESTMIDH.

Auxílio Vulnerabilidade: Caracterizado como Benefício Eventual, o auxílio em situação de vulnerabilidade temporária é constituído de prestação destinada a auxiliar a família ou o indivíduo, visando minimizar situações de riscos, perdas e danos decorrentes de contingências sociais, e deve integrar-se a serviços que busquem o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária. O pagamento é realizado pela SEDESTMIDH.

Auxílio Excepcional: O auxílio, concedido em razão de desabrigo temporário, é uma prestação excepcional no âmbito da assistência social, subsidiária à Política de Habitação do Distrito Federal decorrente da existência de situações de vulnerabilidade temporária ocasionadas pela falta ou pela inadequação da moradia, sendo destinado, exclusivamente, ao pagamento de aluguel de imóvel residencial. O valor do benefício é de R\$ 600. O pagamento é realizado pela Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

Auxílio por Morte (Funeral): O auxílio tem como objetivo atender às necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros. O benefício, caracterizado como eventual, é de R\$ 415. O pagamento é realizado pela SEDESTMIDH.

Bolsa Atleta: O programa, administrado pela Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do DF; busca garantir ajuda financeira mensal a todo atleta do Distrito Federal que esteja em plena atividade esportiva, com no mínimo 12 anos, registrado por algum clube, entidade regional de administração do desporto do DF e que não tenham qualquer tipo de patrocínio. O valor da bolsa, que é mensal, é concedido de acordo com a classificação dos atletas e dos níveis da modalidade, determinado pela Secretaria e fica em torno de R\$239 podendo chegar a R\$3.800. O crédito é realizado em conta corrente.

DF Alfabetizado: O programa DF Alfabetizado, administrado pela Secretaria de Estado de Educação do DF - SEDF, tem como objetivo a alfabetização de pessoas com quinze anos, ou mais, no Distrito Federal. Proporcionar aos jovens, adultos e idosos alternativas de profissionalização e geração de renda integradas aos processos de alfabetização e escolarização.

Programa Material Escolar: é um auxílio financeiro para aquisição de material escolar por alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal com o objetivo de complementar o valor para aquisição do material escolar, propiciando ao beneficiário o poder de escolha do material e fomentar o comércio do Distrito Federal. O Programa é administrado pela Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal. A Lei 5.490, que institui o Programa Material Escolar foi publicada em 16 de junho de 2015.

Programa Fábrica Social: O Programa, administrado pela SEDESTMIDH, oferece cursos de qualificação para famílias em situação de pobreza. É disponibilizado, na Cidade do Automóvel, um centro de qualificação onde são oferecidos diversos cursos. O valor da bolsa fica em torno de R\$ 600 (seiscentos reais), podendo chegar a R\$ 2.000 (dois mil reais) dependendo da produção do capacitando.

Programa Mestre do Saber: O programa Mestre do Saber, administrado pela SEDESTMIDH, busca a valorização da experiência de vida dos idosos pela transmissão de seus conhecimentos, habilidades, aptidões e valores humanos, principalmente, a crianças e adolescentes, por meio do convívio comum com essas faixas etárias, de modo a propiciar a troca de experiências. O valor da bolsa é de R\$ 415.

Programa Pronatec: administrado pela Secretaria de Educação do DF, oferta cursos de educação profissional técnica de médio presencial e à distância e cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. O Programa atende Estudantes do ensino médio da rede pública, trabalhadores, beneficiários de programas sociais e outros grupos de minorias. É pago ao beneficiário uma bolsa para cobertura dos custos com passagens e alimentação.

Programa Material Escolar 2016 – PME: Em 2015 foi aprovada a Lei nº 5.490 que instituiu o Programa Material Escolar. O Programa tem por objetivo complementar o valor despendido na aquisição do material escolar.

Para dar acesso ao Programa aos beneficiários, O BRB, a pedido da Secretaria de Educação do DF que é quem administra o PME, confecciona o cartão material escolar e o entrega aos pais ou responsáveis pelo aluno. O cartão só é aceito em papelarias previamente credenciadas pela Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável. O cadastramento das maquinetas nas papelarias também é realizado pelo BRB.

Um dos grandes benefícios desse Programa é dar oportunidade ao beneficiário o poder de escolha quanto à qualidade do material a ser adquirido e escolher quais itens deve comprar de acordo com suas necessidades.

Além disso, o Programa Material Escolar valoriza e contribui para o comércio no Distrito Federal. As compras, por meio do cartão, só podem ser efetuadas em papelarias do DF, gerando emprego e fazendo girar a economia do DF.

Em 2016 a forma de distribuição do Cartão Material Escolar foi por meio das escolas do DF. Um novo procedimento que gerou mais agilidade na entrega dos cartões e promoveu maior percentual de entregas do que anos anteriores.

Foram confeccionados mais de 50 mil cartões, beneficiando cerca de 90 mil estudantes com o valor de aproximadamente R\$ 10 milhões.

3.6.2. Fundos Públicos

3.6.2.1. Fundo Para a Geração de Emprego e Renda - FUNGER

Fundo do Governo do Distrito Federal de incentivo à geração de emprego e renda, gerenciado pela SEDESTMIDH. O Programa Próspera utiliza os recursos do FUNGER/DF para fortalecer as atividades produtivas dos micro e pequenos empreendedores, inclusive os de natureza informal. Os recursos são destinados à concessão de empréstimos e/ou financiamentos aos micro produtores urbanos ou rurais, artesãos, prestadores de serviços autônomos, feirantes e demais empreendedores do setor informal; às cooperativas ou outras entidades associativas de produção ou trabalho; microempresas ou empresas de pequeno porte e recém-formados, para atuar em sua área de formação. O BRB é o agente financeiro desse programa.

Em 2016 foram aprovadas 829 operações de microcrédito, totalizando R\$ 10.229.774,86 (Dez milhões, duzentos e vinte e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta e seis centavos).

3.6.2.2. Fundo Desenvolvimento Rural – FDR

É um Fundo do GDF destinado a financiar as despesas de investimento e custeio na área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal – DF/RIDE. Também se destina a apoiar financeiramente a realização de estudos, elaboração de projetos de infraestrutura social, produtiva, ambiental, hídrica, de transportes e de lazer comunitários. O Fundo foi criado por lei e administrado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural. O BRB é o agente financeiro do Fundo.

Em 2016 foi aprovado aproximadamente R\$ 2 milhões em operações para agricultores.

3.6.2.2. Fundo de Aval do DF - FADF

O FADF é administrado pela Secretaria de Agricultura do DF e o BRB é o agente financeiro do Fundo. O FADF tem como objetivo conceder garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos junto às instituições financeiras e aos fundos governamentais do Distrito Federal para os produtores rurais, assentados da reforma agrária ou suas cooperativas no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

Até dezembro de 2016, o Fundo garantiu 69 operações rurais, totalizando em garantias o valor de R\$ 2.687.409,58 (Dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta e oito centavos)

3.7. Sustentabilidade

3.7.1. Ações empreendidas no período

Política de Gestão do Risco Reputacional e De Imagem do BRB

Visando cumprir as diretrizes da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), foi publicada a Política de Gestão do Risco Reputacional e de Imagem do BRB, a fim de garantir a qualidade, a transparência, a veracidade, a equidade e a tempestividade na prestação de informações a todos os públicos com os quais o Banco se relaciona.

Programa Pró-Equidade De Gênero E De Raça

O BRB assinou pela terceira vez o Termo de Compromisso do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Governo Federal. O programa consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e de raça no mundo do trabalho. Estabelece também, reflexões à cerca da valorização e do respeito às mulheres.

O BRB encaminhou para seus parceiros e colaboradores, documento com o convite para fazerem parte do movimento que destaca a importância da mulher, sua valorização no mercado de trabalho, a importância de ter seus direitos assegurados e de ter liberdade para fazer suas próprias escolhas. Dessa forma o BRB divulga e convida demais empresas a fazerem parte dessa reflexão.

Foram realizadas ações externas e internas em alusão ao Dia da Eliminação da Violência contra a Mulher, no intuito de destacar a importância da prevenção e da eliminação da violência contra a mulher. Agências de grande movimentação e a Sede Administrativa do BRB disponibilizaram um banner, que funcionou como enquete, que continha informações a respeito dos principais tipos de violência cometidos contra as mulheres (psicológica, física, sexual e patrimonial). Clientes e funcionários participaram votando no tipo de violência direcionado à mulher em que acreditavam ser a mais comum. Matérias internas foram divulgadas explicando sobre os tipos de violência contra a mulher e suas formas de combatê-la. Na mesma ação foi disponibilizado um Tratado de Apoio às Mulheres, para que os funcionários pudessem aderir. Este Tratado abordou tópicos que confirmavam o compromisso de respeito e valorização da mulher.

Projeto Bem Gestar

Como parte integrante das comemorações dos seus 50 anos, o BRB lançou o projeto Bem Gestar, voltado para empregadas gestantes e também para empregados que serão pais. O projeto tem o objetivo de proporcionar à gestante e aos seus companheiros novos conhecimentos por meio da equipe interdisciplinar, e abordar aspectos relacionados ao desenvolvimento da gravidez, parto, pós-parto, amamentação, cuidados com a gestante e os primeiros cuidados com recém-nascido. Os participantes recebem certificado, que pode ser utilizado pelo empregado para obter a prorrogação da licença paternidade, benefício que exige a participação em treinamento de paternidade responsável.

Educação Financeira

O BRB ofereceu gratuitamente cursos e palestras de educação financeira, com dicas de como sair do endividamento, como planejar gastos pessoais ou quais as opções existentes de investimento.

A iniciativa existe desde 2012. Ao todo, o BRB já ministrou cerca de 700 eventos sobre educação financeira, atingindo a marca de 20 mil pessoas atendidas, entre servidores públicos, estudantes e funcionários de empresas privadas.

Os eventos podem ser agendados e feitos em lugares escolhidos pelos interessados. O programa está disponibilizado no Portal de Voluntariado do DF, que faz parte do Projeto Brasília Cidadã.

Ação de Conscientização Sobre Responsabilidade no Trânsito

A ação educativa, promovida em parceria com o Detran, foi realizada em frente ao Edifício sede do Banco Brasília. O evento teve como objetivo a conscientização sobre o perigo de dirigir usando o celular e/ ou após o consumo de bebida alcoólica. A ação também buscou divulgar a nova campanha do Detran - DF “Pare de Dirigir Teclando”.

3.7.2. Gestão ambiental

Em março, o Banco participou da ação “Hora do Planeta”, desligando as luzes do edifício sede. A ação convida todos a desligarem, por uma hora, as luzes de seus imóveis e monumentos importantes. É um ato simbólico, visando demonstrar à sociedade a preocupação com o aquecimento global e com as mudanças climáticas, e a importância de discutir esses assuntos e propor ações em busca de soluções.

Alinhando-se à Política de Responsabilidade Socioambiental adotada pelo Grupo BRB, a Saúde BRB, a Caixa de Assistência Médica dos empregados do BRB, implantou o Projeto de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos no âmbito de suas dependências. Focada na dimensão ambiental, a medida passou a integrar as ações e rotinas de interesse da gestão e participação ativa e consciente por parte dos empregados.

O Banco de Brasília, com objetivo de buscar a eficiência energética e minimizar o impacto ambiental em suas atividades internas, iniciou, em suas dependências, o processo de substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED.

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, o Banco realizou a Campanha de Coleta Seletiva de Resíduos Eletroeletrônicos visando promover a conscientização em relação aos cuidados com o meio ambiente e, oferecer aos empregados, clientes e a comunidade local a oportunidade de descarte correto dos resíduos eletrônicos. Foram recebidos 1.987,50 Kg de materiais para reciclagem.

Divulgação interna de matérias abordando a importância da economia de água em tempos de escassez de chuvas.

O BRB Card lançou campanha para a inibição de fatura impressa. A ideia é incentivar os clientes a aderirem à fatura digital e, conseqüentemente, contribuir com a redução dos impactos ambientais.

3.7.3. Voluntariado empresarial

O BRB Solidário, programa de voluntariado empresarial do BRB, mobilizou empregados e colaboradores, com o apoio da clientela do Banco, para a condução de ações sociais que visam a contribuir com a melhoria de qualidade de vida da comunidade. Várias instituições assistenciais foram beneficiadas nessas campanhas, além dos empregados das empresas terceirizadas contratadas pelo Banco que destacamos abaixo:

Campanha do Material Escolar

Arrecadação de cadernos, canetas, lápis, borrachas e apontadores, os quais foram entregues em forma de kits aos filhos dos colaboradores terceirizados que trabalham nos setores de conservação, de limpeza e de segurança, e também os jovens aprendizes. Foram beneficiados jovens e crianças a partir de 5 anos, matriculados no ensino fundamental ou médio de escolas públicas. Foram montados 957 kits escolares, contendo cadernos, canetas, lápis e borrachas.

Campanha do Agasalho “Aqueça Uma Vida” e “Bazar Solidário”

A ação foi realizada entre os meses de maio e de junho, com o propósito de aliviar o frio típico do inverno. Foram recolhidos roupas, cobertores e sapatos. Uma parte das doações foi encaminhada para instituições carentes e a outra foi direcionada para o Bazar Solidário, cujo propósito foi favorecer também os colaboradores terceirizados da limpeza, conservação e apoio do BRB. O Bazar Solidário é uma ação direcionada especialmente para os colaboradores terceirizados, os quais tiveram a oportunidade de trocar materiais de higiene e limpeza por parte dos produtos arrecadados durante a campanha do agasalho. Os materiais recebidos (sabão em pó, sabonetes, desodorantes, creme e escovas de dente) foram encaminhados para instituições sociais.

Campanha do Dia das Crianças

Em outubro o BRB Solidário realizou a Campanha do Dia das Crianças. A campanha angariou 1812 litros de leite, cerca de 1.155 pacotes de biscoitos, 53 cestas básicas, além de alimentos não perecíveis, como macarrão, arroz, feijão, óleo e açúcar, que atenderam às instituições já acolhidas pelo BRB Solidário: a Escola Inclusiva Maria Teixeira, o Abrigo Sagrada Face de Jesus e a Creche Vovó Zizi, situada em Vicente Pires.

Mac Dia Feliz 2016

O BRB participou, mais uma vez, do MacDia Feliz, que ocorreu neste ano em 27.08, em todo o Território Nacional. Os empregados do BRB participaram como voluntários na unidade do Shopping Conjunto Nacional. A ação é coordenada anualmente pelo Instituto Ronald McDonald, em parceria com a Abrace, com a finalidade de reverter todo o dinheiro arrecadado com a venda de produtos temáticos da campanha e de sanduíches BigMac para projetos voltados para a cura do câncer.

A Campanha de Natal 2016

A Campanha de Natal 2016 atendeu 237 pessoas entre crianças, jovens e idosos do Abrigo Sagrada Face de Jesus e Escola Inclusiva Maria Teixeira, instituições assistidas pelo BRB Solidário. Cada pessoa foi adotada por um empregado do Banco, que a presenteou com roupa, calçado e brinquedo para as menores de 10 anos. A entrega dos presentes ocorreu em um momento festivo com a presença do “Papai Noel” e de voluntários do BRB.

3.7.4. Coluna de sustentabilidade

Publicação quinzenal na Coluna de Sustentabilidade, de artigos na Intranet do Banco, com o objetivo de sensibilizar os empregados e demais colaboradores que acessam o Portal nas questões relativas à sustentabilidade e consciência socioambiental.

Disponibilização para os funcionários do BRB do curso de Ensino a Distância (EaD) de Sustentabilidade, com o objetivo de disseminar e desenvolver conhecimentos voltados para a Sustentabilidade.

3.8. Programa de Incentivo à Saúde e Qualidade de Vida No Trabalho

Exame Médico Periódico: Foram realizados 1.287 exames periódicos.

Inclusão do Papanicolau para as mulheres no exame periódico: O Papanicolau é o principal exame de prevenção da saúde da mulher, pois consegue identificar alterações celulares antes do surgimento de sintomas. Sob o olhar preventivo, especialmente buscando atuar na prevenção da saúde da mulher, a partir de 2016, o Papanicolau foi incluído como exame médico obrigatório, para todas as mulheres empregadas do BRB.

Campanha de Vacinação: Desde 2003, em cumprimento ao Acordo Coletivo, o Banco em parceria com a SAÚDE BRB, patrocina a vacinação contra gripe. O objetivo da Campanha é prevenir doenças do aparelho respiratório e proporcionar aos empregados do GRUPO BRB e seus dependentes uma melhor qualidade de vida. Na ocasião da Campanha, os empregados beneficiários da SAÚDE BRB, bem como os seus dependentes, tomaram a vacina gratuitamente. Desde 2010, a vacina administrada durante a Campanha tem efeito conjugado: Influenza (gripe sazonal) + H1N1. Em 2016, foram aplicadas 1.908 doses.

Grupo de Manejo de Stress: O Projeto é oferecido aos empregados do Banco desde 2013 com objetivo de conscientizar nossos colaboradores sobre a importância da prevenção, do diagnóstico, do tratamento e do desenvolvimento de técnicas eficazes para gerenciar essa patologia, por meio de informações e orientação. Ao longo de 2016 foram atendidas 16 unidades, contemplando, dentre outras, as agências de fora do DF, como Cuiabá, Campo Grande, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiânia, totalizando 259 participantes.

Grupo de Reeducação Alimentar: O Programa de Reeducação Alimentar, elaborado em parceria com a Saúde BRB, é composto por grupos operativos realizados por meio de quatro encontros, onde acontecem palestras ministradas por nutricionista, educador físico, médico e psicólogo, além de atendimentos individuais in loco com nutricionista e enfermeira. Este ano foram realizados encontros em 7 unidades, com a participação de 120 empregados.

Ressarcimento de medicamentos: DORT/Transtornos Psiquiátricos e Doenças Crônicas: Ressarcimento de medicamentos para doenças psiquiátricas/Dort e doenças crônicas, conforme acordo coletivo. O valor gasto pelo Banco no ano de 2016 com esse benefício foi de R\$ 223.160,22.

Coaching de Saúde: é uma ferramenta de desenvolvimento pessoal e profissional que tem se apresentado no mercado como uma efetiva metodologia de gestão. Visa o aperfeiçoamento e a superação profissionais e pessoais, na obtenção de melhores resultados em todos os âmbitos da vida. Os atendimentos ocorrem em periodicidade semanal e são realizados por empregados do BRB, capacitados para atuarem como Coaches.

Saúde Financeira: projeto de capacitação em Educação Financeira, cujo objetivo é evocar em seus participantes mudanças de hábitos comportamentais relacionados ao endividamento e a forma de lidar com o dinheiro. Esse treinamento é oferecido, em primeiro lugar, para os empregados encaminhados pela Saúde Corporativa, que estão sob

atendimento psicológico, e em segundo, para aqueles que manifestarem interesse. É permitida a participação de até 1 integrante da família do empregado inscrito no treinamento. Em 2016, tivemos 11 turmas de Saúde Financeira.

Projeto Liderança com Saúde: liderar pessoas é uma tarefa que exige dedicação, preparo do gestor e saúde física e mental para lidar com os constantes desafios no processo de gestão de pessoas e negócios. Nesse contexto, o gestor exerce um papel fundamental na promoção da saúde e qualidade de vida no ambiente que está inserido, bem como pode adoecer ao longo dessa jornada. Por esse motivo, idealizou-se e executou-se o projeto Liderança com Saúde, que visa instrumentalizar os gestores do BRB para o gerenciamento de conflitos e reconhecimento dos sinais e sintomas de adoecimento dos seus colaboradores. São etapas integrantes deste Projeto:

1. Workshop Líderes com Saúde – Clínica Saúde BRB: encontro único, onde os gestores têm acesso aos conhecimentos necessários sobre autoconhecimento, identificação dos sinais de adoecimento e comportamentos de risco, esgotamento mental e como promover a qualidade de vida no trabalho. Para que pudessem seguir nas demais ações do projeto, a participação desta etapa foi pré-requisito para as demais. Em 2016 foram realizados 10 encontros, que contou com a participação de 154 pessoas, dentre Gerentes de Área, Gerentes de Expediente e Gerentes de Equipe.

2. Coaching de Grupo: encontros semanais onde foram aplicadas técnicas de Coaching para alcance coletivo do seguinte objetivo: *“Promover desenvolvimento e engajamento da equipe de trabalho, visando a saúde e qualidade de vida organizacional.”* Foram realizados encontros em 14 unidades do BRB.

Segurança do Trabalho - Com o objetivo de atender à Norma Regulamentadora - 17 - Ergonomia, e possibilitar uma postura mais adequada para os empregados, foram realizadas 134 análises ergonômicas de postos de trabalho e distribuídos 936 materiais ergonômicos aos empregados, dentre eles: apoio para pés (48), apoio para punhos (160), mouse pads (158), suporte para CUP (02), aparelhos telefônicos do tipo headset (243), suporte para monitor (28), cadeiras ergonômicas (280), calços (06), teclado ergonômico (03), teclado para canhoto (01), mesa adaptada (00), apoio antebraço direito (05) e inversão de gaveteiro de mesa (02), monitor 24" (00), além de adaptações de guichês de caixa e postos de trabalho.

TAC - Foi realizada nova análise ergonômica de modelo de móveis de atendimento com modificação no projeto original, de forma a comportar as pernas do usuário, colocando-o em uma posição mais ergonômica. O projeto consistiu no estudo da situação atual e prototipagem de um mobiliário ergonômico para cada posto de trabalho.

CIPA: O processo de renovação da CIPA do Ed. Brasília (eleição, posse e treinamento) foi concluído no mês de dezembro de 2016. O treinamento foi realizado pela ferramenta de Educação à Distância EaD. O processo de renovação da CIPA da DITEC/SIA (eleição, posse e treinamento) foi concluído no mês de dezembro de 2016. Da mesma forma este treinamento foi realizado pela ferramenta de Educação à Distância EaD.

SIPAT: O BRB, em parceria com a Cipa, realizou na semana de 20 a 24/06/2016 a XXIX SIPAT, intitulada SIPA +50, em alusão ao aniversário de 50 anos do BRB. O objetivo foi disseminar a importância da prevenção de acidentes e de doenças no ambiente de trabalho, permitindo a discussão sobre os problemas enfrentados pelos empregados, além de estimular a busca por saúde e qualidade de vida. Para isso, durante a semana, foram promovidas diversas atividades, tais como: quick massagem; lanche saudável, aferição de pressão e bioimpedância, feiras de artesanato, foodtrucks, além da apresentação do grupo de teatro do BRB com o espetáculo +Saúde, - Estresse! A Sipat aconteceu em 2 locais, no Ed. Brasília e na DITEC, local que pelo quantitativo de trabalhadores, tem a sua própria CIPA.

Durante a semana da SIPAT, foi realizado o exercício anual de abandono da edificação, para atendimento ao Plano de Prevenção e Combate a Incêndio e Abandono – PPCIA.

Em vista das diversas ações de medicina preventiva e segurança do trabalho obteve-se uma redução de R\$ 3 milhões no cálculo do FAP/SAT, através da diminuição do índice, que ficou menor do que 1 00, conforme normas estabelecidas.

Realização de 132 PPRAs (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) nas unidades do Banco e respectiva emissão de relatórios de segurança do trabalho.

Análise ergonômica e aprovação do leiaute de 1 agência.

Participação (ministração de ergonomia) em 4 cursos de formação de caixa bancário.

Absenteísmo: O Absenteísmo médio do ano de 2016 ficou em 3,76%, ou seja, considerando o número de empregados e o número de dias trabalhados no ano, tivemos esse percentual de faltas. Lembramos que nessas faltas estão incluídas as faltas por licença maternidade, visto que são originadas de um atestado médico.

Biblioteca Ativa: Em setembro de 2013 a Gevit lançou o Projeto Biblioteca Ativa. O objetivo do Projeto é a formação de uma biblioteca do BRB, em que empregados, estagiários, jovens aprendizes e terceirizados poderão fazer empréstimos dos volumes, para disseminação da importância do hábito pela leitura. O acervo é composto por 597 livros de romances, contos, poesias/poemas, ficção, religiosos, autoajuda, científicos, informativos, educativos, bem como periódicos, a exemplo de revistas científicas e histórias em quadrinhos, que foram doados por todos os colaboradores do BRB. Este ano, foram emprestados livros a 658 colaboradores.

Projeto Vida Ativa Academia: O Projeto Vida Ativa Academia foi iniciado em março de 2011, alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Sedentarismo, para incentivar a prática de atividade física pelo seu corpo funcional visando à melhora dos índices de sedentarismo, além de promover a redução de estresse, a integração dos empregados, a melhora do sono,

enfim, todos os benefícios comprovados que atividade física pode proporcionar. O projeto consiste em financiar até 100% da mensalidade em academias de ginástica, limitado ao teto de R\$ 104 , concedido em contracheque, mediante a comprovação de frequência e pagamento. Hoje o projeto conta com 419 empregados ativos, com investimento anual de R\$ 425.676 .

Grupo Corredores e Caminhantes de Rua do BRB - O grupo de corredores do BRB foi criado em agosto de 2009, como uma das primeiras atividades do Programa Vida Ativa. A proposta é proporcionar maior qualidade e integração entre os empregados do BRB, e formar uma equipe preparada para participar das corridas de rua da cidade, eventualmente em outros estados. O treinamento é voltado para os empregados do banco que correm, caminham ou que desejam iniciar a prática de corrida de rua. O BRB disponibiliza 200 vagas aos empregados e temos 95 corredores ativos inscritos no projeto. As inscrições estão abertas para todos os empregados do banco. Em 2016 foram investidos R\$ 116.804 com o projeto.

Ginástica Laboral: A Ginástica Laboral, acompanhada por instrutores especializados, foi implantada no Banco em novembro/2010 com a duração de 10 minutos e a visita do professor, duas vezes por semana, para condução das atividades. A Ginástica Laboral é realizada em todos os pontos de atendimentos do DF e Entorno, além das agências de fora: Anápolis, Alexânia, Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro, Cuiabá, Unai e Campo Grande. A ginástica laboral tem como objetivo desenvolver a atividade física e pequena pausa laboral no ambiente de trabalho, proporcionando a melhoria na qualidade de vida dos empregados, levando-os a administrar o estresse e a prevenir doenças ocupacionais. A ginástica laboral não sobrecarrega nem cansa o empregado, pois é uma atividade leve e de curta duração. Em 2016, foi investido R\$ 325.244 com o projeto.

Parceria com o laboratório SABIN Vacinas: Visando à promoção da saúde e à disseminação da importância da prevenção de doenças, o BRB está realizando uma campanha de vacinação contra o vírus HPV (Papilomavirus Humano), bem como de outras vacinas, em parceria com o laboratório Sabin Vacinas. Na campanha, todos os empregados, terceirizados, estagiários e aprendizes, além dos beneficiários da Saúde BRB e seus dependentes, tem desconto de 20% em todas as vacinas oferecidas pelo Laboratório. As vacinas oferecidas são Meningocócica Quadrivalente, Adacel Quadra, Varicela (catapora), Hepatite A, HB – Hepatite B (HBV), Hepatite A+B, Febre Tifóide, Febre Amarela, Influenza (Gripe), HPV Bivalente (tipos 16 e 18), HPV Quadrivalente, Rotavírus Pentavalente, Meningite Meningocócica C Conjugada, Pneumocócica Conjugada 13v, Pneumocócica Conjugada 23v, Hexavalente (DTPa+Hib+IPV+HB), Pentavalente (DTPa+IPV+Hib), Tríplice Viral – MMR ou SRC (Sarampo, Rubéola e Caxumba), Tríplice Bacteriana dTpa-R (Difteria, Coqueluche e Tétano) Reforço, Tríplice Bacteriana tipo Infantil – DTP ou DTPa.

Agosto Dourado: O Agosto Dourado foi instituído em alusão à importância da amamentação – padrão ouro. Neste ano, o Banco apoiou a realização da Semana Mundial de Aleitamento Materno (SMAM), comemorada durante a primeira semana do mês de agosto com o tema: Aleitamento Materno - chave para o desenvolvimento sustentável. Considerando ser mais uma oportunidade de divulgar à sociedade a importância do aleitamento materno (AM) para a saúde de mulheres, crianças e famílias, bem como os benefícios de uma alimentação complementar adequada e oportuna, o Banco produziu e afixou cartazes em todas suas agências e unidades com o Slogan: Amamenta Brasília, em apoio à Secretária de Saúde do DF.

Setembro Amarelo: O Setembro Amarelo, tem o objetivo de alertar a sociedade para as circunstâncias em que pessoas decidem tirar a própria vida. Em setembro, celebrou-se o Dia Internacional de Prevenção ao Suicídio. O Banco divulgou matérias sobre o tema, além de manter parceria com a Clínica Saúde BRB, que disponibilizou profissionais, como psiquiatras e psicólogos, para trataram do tema.

Outubro Rosa e Novembro Azul: Outubro Rosa é uma mobilização mundial que ocorre todos os anos no mês de outubro, e que tem por objetivo conscientizar a população sobre a importância da detecção precoce do câncer de mama, visando à redução da mortalidade.

O Novembro Azul: é uma campanha de conscientização realizada no mês de novembro dirigida a sociedade e aos homens sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata e outras doenças masculinas, sendo o bigode o símbolo adotado para as campanhas em todo o mundo.

O BRB, como empresa que valoriza a saúde dos seus empregados, não poderia ficar de fora desses movimentos e disseminou entre seu corpo funcional a importância da prevenção, da adoção de hábitos saudáveis e de cuidados periódicos com a saúde. Em outubro, foi lançado o desafio “*Outubro Rosa e Novembro Azul*”, com objetivo de arrecadar itens de cesta básica e de higiene para serem doados à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília e a Abrace. O desafio contou com a colaboração de diversas unidades do Banco, que arrecadaram 1.939 itens, entre fraldas para adulto, escovas, pastas de dentes, sabonetes, caixas de leite, pacotes de arroz, feijão e macarrão. A unidade vencedora do desafio foi a Agência Goiânia, que arrecadou 1.511 itens e atingiu 5.297 pontos. Em ambos os meses, o Banco iluminou sua sede nas cores rosa e azul, respectivamente, em alusão às cores que representam os dois eventos.

Projeto Bem Gestar: O Projeto Bem Gestar integra as ações de qualidade de vida no trabalho oferecidas pelo Banco, por meio do Programa Vida Ativa, em parceria com a Saúde BRB. O objetivo principal da implantação do Projeto Bem Gestar é o de promover a saúde e qualidade de vida das gestantes e familiares por meio de medidas educativas para a manutenção de uma gestação saudável e para cuidados com o recém-nascido. A turma piloto ocorreu durante o mês de outubro, com a participação de 16 empregados. Além da disponibilização de **Sala de Amamentação** para as empregadas lotadas na sede do BRB, também são oferecidas **Bolsas térmicas** às mães que retornam de Licença Maternidade, e que estão lotadas em agência, contendo dois potes para incentivar a retirada, guarda e conservação do leite materno. A medida foi implementada a fim de incentivar a continuidade da amamentação, mesmo após o retorno ao trabalho das mães, além de

doação do leite excedente ao Banco de Leite do HMIB. Neste ano, foram entregues 12 bolsas térmicas às mães que continuaram amamentando após retorno ao trabalho. O Banco também realizou nova campanha de arrecadação de potes, envolvendo os empregados e clientes, que foram doados também ao Banco de leite do HMIB.

VII Sarau BRB 50+: Em setembro deste ano foi realizada a 7ª edição do Sarau Cultural do BRB. O evento ocorreu na AABR e contou com a presença de, aproximadamente, 600 pessoas, que, juntas, também comemoraram os 50 anos do BRB. Durante o evento, aqueles que compareceram puderam assistir a 16 apresentações, contemplar trabalhos artísticos (fotos e telas) dos empregados, curtir o show da dupla sertaneja Ênio Lima e Gustavo Neto, entre outras atrações.

Talentos BRB: Com intuito de valorizar os talentos do BRB, foi disponibilizado espaço na recepção da Gevit (17º andar do Edifício Brasília) para que empregados, estagiários, jovens aprendizes e terceirizados do conglomerado BRB possam expor seus trabalhos. Foram aceitos poemas, desenhos, fotografias, pinturas e poesias, que ficaram expostos por um período de 03 meses, de acordo com a definição de temas e disponibilização dos participantes.

Concurso de fotografia: O concurso de fotografia teve como intuito agregar valor ao calendário do BRB, destacando os talentos internos e promovendo um clima festivo para o aniversário de 50 anos do Banco. O concurso teve o tema “BRB faz tudo por você”, e foi estendido a todos os empregados, terceirizados, estagiários e jovens aprendizes do Banco. O vencedor foi o empregado Pedro Henrique O. Diniz, da Gedac.

Campanha de doação de sangue - A ação, que ocorre 1 vez ao ano, estende-se a empregados do BRB e das coligadas, terceirizados e estagiários, e tem como parceiro o Hemocentro de Brasília, responsável pela coordenação da coleta e destinação do material. O objetivo é formar um cadastro de possíveis doadores no Banco para que, em casos de necessidade, esses voluntários sejam acionados, independentemente de campanhas. Neste ano, 23 empregados realizaram a doação de sangue durante a campanha.

Programa de Prevenção de Doenças Respiratórias - Ação para o combate e prevenção das doenças respiratórias, com aquisição de álcool em gel, para distribuição nas unidades com base no quantitativo de empregados, terceirizados, estagiários e aprendizes.

3.9. Empresas do Conglomerado

Fazem parte do Conglomerado Financeiro, as empresas: BRB DTVM S/A, Financeira BRB S/A, Cartão BRB S/A, Corretora Seguros BRB S/A e BSB Ativos S/A, porém a BRB DTVM S/A, a Financeira BRB S/A, a Cartão BRB S/A e a Corretora Seguros BRB enviarão o Relatório de Prestação de Contas Anual do Governador separadamente.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No ano de 2016, o BRB promoveu a otimização dos processos internos, consolidação de instrumentos de governança, capacitação dos empregados, investimento em tecnologia de ponta, readequação dos Pontos de Atendimento, lançamento de produtos e serviços, com o intuito de preparar o seu corpo funcional para atuar no mercado competitivo de crédito, de forma eficiente e segura.

4.1. Perspectivas para 2017

A expectativa para 2017 é que os compromissos públicos assumidos pelo BRB continuem se consolidando, ampliando a sua visão sistêmica com vistas ao desenvolvimento regional sustentável e o crescimento do Distrito Federal e Entorno. Ampliando suas estratégias de condutas e de relacionamento com seus públicos interno e externo, aperfeiçoando assim a sua gestão.

Com essa atuação, o BRB assume a disposição de empreender esforços no sentido de aprimorar, constantemente, o seu serviço prestado para a população e suas práticas voltadas para a sustentabilidade, atuando na promoção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida da comunidade em que atua.

Para tanto, entre os projetos e novas ações previstas destacamos:

4.1.1. Projetos de construção/reforma de pontos de atendimento

- Obra para transferência da Ag. Sudoeste
- Obra para construção da agência Hospital Regional de Santa Maria;
- Obra para acoplamento dos elevadores ao grupo gerador do Ed. Brasília;
- Obra para modernização do elevador do anexo do Ed. Brasília;
- Obra para modernização dos condicionadores de ar da Agência Comercial Sul;
- Obra de reforma da Ag. Taguatinga Norte;

- Obra para construção da agência L2 Norte;
- Obra para transferência da agência SEF;
- Obra para transferência da ag. Millenium Capital;
- Instalação de iluminação de Led em 25 Agências e 05 pavimentos do Ed. Brasília

4.1.2. Tecnologia da Informação

Destacamos os seguintes investimentos previstos para 2017:

- Contratação de Solução de Network Access Control
- Consolidação de Servidores (Servidores para Virtualização VM e Windows Data Center)
- Substituição dos Switches Core e modernização da DMZ com os atuais equipamentos do anel
- Aquisição de Ferramenta de análise de rede
- Renovação da manutenção dos Firewall e possível aquisição de firewall para agências
- Aquisição de Roteadores
- Aquisição de Fitoteca automatiza para o ambiente Baixa Plataforma
- Expansão de Discos SSD para melhoria de performance Storage Hitachi, VSP/HNAS
- Expansão de Discos SAS 15K – Atendimento de demandas futuras de armazenamento
- Aquisição de ferramenta Tuning - Monitor Performance Hitachi VSP
- Aquisição de Fitoteca automatizada para o ambiente mainframe Unis
- Software VmWare NSX
- Solução banco de dados para melhorar o desempenho de Banco de Dados
- Solução de Backup
- Solução de Cofre Inteligente – Adaptação dos cofres, Ativação/Mobilização
- Aquisição de 87 Estações de Negócio
- Aquisição de 100 Estações de Caixa
- Aquisição de placas de memória flash – PCI
- Bobina para impressora térmica - Projeto Ponto eletrônico
- Solução CRM – Sistema de relacionamento como Cliente
- Aquisição de solução para prevenção de perda de dados para Estações de Trabalho
- Aquisição de solução para prevenção de perda de dados para Network (Rede)
- Aquisição de solução de Virtual Desktop Infrastructure (VDI)
- Solução de Cofre de Senha
- Solução banco de dados para melhorar o desempenho
- Software Gerenciamento de Máquina Virtual
- Software para identificação de perfil profissional e comportamental
- Solução definitiva para processamento de cheques e outros documentos e custódia
- Licença Office

Novas ações a serem desenvolvidas em 2017:

- Renovação de toda a infraestrutura de conectividade dos datacenters com a aquisição de novos switches e roteadores. A contratação visa permitir o Banco adotar protocolos de comunicação mais modernos e robustos, permitindo maior resiliência nas comunicações dentro dos datacenters.

- Aquisição de novos balanceadores de carga de forma a atender o crescente volume de dados de aplicações de alta disponibilidade do Banco, permitindo também maior granularidade da análise do tráfego através de novas funcionalidades de segurança.

- Aquisição de solução dedicada e de alta performance para banco de dados da plataforma distribuída, o que permitirá entregar maior desempenho às aplicações e serviços, especialmente àqueles que atendem à automação bancária, bem como viabilizar a entrega de novos produtos com a disponibilidade e a eficiência necessárias ao que tange à infraestrutura de TI.

- Evolução do aplicativo Colaboradores (sistema CCQ);
- Evolução do Projeto Plataforma de Clientes (sistema CLI);
- Evolução do aplicativo Relatório de Visitas Negociais (sistema RVN);
- Evolução do sistema Questionários Web (QST);
- Disponibilização do contracheque GDF, via aplicativo mobile;

- Nova versão do mobile bank.
- Novo parque de ATM – Novo equipamento de Auto Atendimento, garantindo maior segurança através de novas tecnologias antifraude, contando inclusive com leitores biométricos;
- Evolução da migração dos sistemas para a plataforma IBM;
- Adequação do fluxo de pagamentos, conforme nova plataforma de cobrança – Nova plataforma de cobrança, conforme mudanças de regra da FEBRABAN, agora todos os boletos bancários serão registrados junto a CIP, tal mudança tem o objetivo de sanar a fraude através de boletos;
- Implementação do Samsung Pay – Implementação da modalidade de pagamento utilizando o celular no lugar do cartão de crédito, para tal projeto será utilizada a tecnologia da Samsung (Samsung Pay);
- Novo sistema de ouvidoria e central de atendimento – SVA;
- Implantação do novo portal corporativo;
- Implantação do novo sistema de crédito imobiliário;
- Implantação de sistema de ponto eletrônico;
- Implantação do Sistema de Risco de Mercado – CRB;
- Automação de Testes de sistemas críticos;
- Geração automática de massa de testes;
- Iniciar processo de testes integrados entre alta e baixa plataforma;

4.1.3. Autoatendimento e canais eletrônicos

Os principais projetos em andamento ou que serão desenvolvidos em 2017 são:

- Migração total para o novo Parque de Autoatendimento do BRB;
- Implantação de mais de quinze novas funcionalidades no aplicativo BRB Mobile, dentro do projeto Multicanal.
- Implantação do novo BRB Banknet, incorporando o BRB Negócios, com funcionalidades completas para PJ, dentro do projeto Multicanal;
- Implantação de novo Sistema de Agendamento de Transações;
- Finalização da troca do parque de autoatendimento, com habilitação da identificação biométrica;
- Majoração do horário de pagamento de contas nos canais para as 22 hs;
- Extrato detalhado;
- Envio de SMS para compras à débito e saque;
- Implantação de Novas regras de segurança para os correspondentes não bancários.

4.1.4. Crédito comercial

- Expansão do crédito consignado do BRB: Continuar o credenciamento do Banco como consignatário de novos órgãos públicos localizados fora do Distrito Federal, com capacidade de geração de crédito rentável para a instituição e com baixo risco de inadimplência considerando a característica desse produto, onde o recebimento das parcelas dos empréstimos são descontadas diretamente no contracheque dos tomadores do crédito.
- Criação do cartão de crédito consignado BRB: A disponibilização do cartão de crédito consignado permitirá ao BRB participar de um segmento de mercado que ele ainda não atua, que é a consignação de 5 % do salário dos servidores públicos para amortização de despesas contraídas no cartão de crédito.
- Disponibilização de linha de crédito de investimento para as empresas correntistas do BRB.
- Expansão da base de clientes conquistados por meio do crédito consignado público.
- Oferta de crédito para clientes espontâneos, sem vínculo com o setor público.

4.1.5. Crédito Industrial

Com o aumento dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), para o exercício de 2017, e a mudança na estimativa de repasse pelo banco administrador a outras instituições, o BRB pretende ampliar o apoio ao setor produtivo e contribuir para o fomento da economia local, através de linhas de financiamento.

No Distrito Federal, da previsão orçamentária do FCO para o exercício 2017, R\$ 1,48 bilhão (80%) será destinado ao setor empresarial.

A estimativa de repasse desses recursos pelo banco administrador a outras instituições será de 10% da previsão orçamentária do FCO para o exercício, assegurando se a utilização desses recursos pelas instituições operadoras, respeitada a disponibilidade financeira do Fundo no exercício e o limite de crédito deferido pelo banco administrador a cada instituição operadora.

Além disso, o Conselho Monetário Nacional (CNM) reduziu os encargos financeiros do Fundo para o próximo 2017. De 1º de janeiro a 31 de março do próximo ano, as taxas do FCO irão variar entre 8,5% e 17,65% ao ano.

4.1.6. Crédito Imobiliário

A Carteira Imobiliária BRB tem a perspectiva de intensificar a participação no Mercado por meio de parcerias com o Setor da Construção Civil e oferecimento de linhas de crédito aderentes ao cenário imobiliário mediante os seguintes projetos:

- Concluir a aquisição e integração do Sistema Gestor da Carteira Imobiliária, o que possibilitará aprimorar alguns processos e facilitar a tramitação de operações de crédito;
- Concluir a remodelagem dos produtos da Carteira Imobiliária por meio da implementação do desligamento de unidades produzidas mediante apoio financeiro do Banco na planta. Esse projeto viabilizará o oferecimento de financiamento aos promitentes compradores antes da averbação do habite-se, o que facilitará aos adquirentes finais a aquisição e subsidiará o setor da construção civil na comercialização das unidades produzidas;
- Elaborar e divulgar edital de contratação de Correspondentes Não Bancários Imobiliários - CNBI's, a fim de intensificar a participação do BRB no Mercado Imobiliário e em eventos de desligamento.

4.1.7. Crédito Rural

As perspectivas para o ano safra de 2017 é de recordes de produção e essa boa produtividade vem se confirmando nas fiscalizações das operações financiadas realizadas pelo BRB.

Com o intuito de fornecer maior competitividade ao produtor rural e acompanhar as outras instituições financeiras, será lançado o Pré-Custeio 2017/2018 do BRB em fevereiro/2017. Este produto permite a liberação antecipada de recursos para financiamento da safra, garantindo aos produtores maior capacidade de planejamento e incremento na rentabilidade da atividade agrícola. Isso é possível, pois a aquisição dos insumos é feita nos primeiros meses do ano, antes do início do período de plantio, quando a demanda e os preços dos fertilizantes, que compõem a maior parte do custo das lavouras, estão mais baixos.

4.1.8. Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

Para o ano de 2017 está previsto, além da continuidade das ações e Programas implementados em 2016, o lançamento do Programa de Comunicação Horizontal BRB, o incremento do Programa de Educação Continuada e o início do processo de implantação da Gestão por Competências visando o Banco de Talentos BRB.

Outro projeto previsto para 2017 é implementar o Projeto Árvore da Vida BRB (PAVBRB), que visa oferecer um direcionamento para todos os empregados do Banco, desde o momento em que ingressam na instituição até o período da sua aposentadoria. O objetivo é auxiliar os empregados do BRB em seu processo de planejamento de vida, estabelecimento de conquistas pessoais e profissionais, e preparo para a aposentadoria.

4.1.9. Sustentabilidade

A expectativa para 2017 é que os compromissos sustentáveis assumidos pelo BRB continuem se consolidando. Ampliação de sua atuação além das iniciativas de eco eficiência e das atividades de cunho social, para a consolidação da perspectiva sustentável à sua própria missão e estratégias, consolidando os critérios socioambientais, além dos econômico-financeiros, nos processos de tomada de decisão de negócios. Significa oferecer crédito, levando em conta os eventuais impactos socioambientais causados pelas atividades das empresas clientes e a qualidade de sua gestão nesse sentido.

Em 2017 o BRB e a SEDESMIDH, por meio da Secretaria Adjunta de Trabalho, pretendem firmar nova parceria com o objetivo de ampliar o Microcrédito Produtivo e Orientado no Distrito Federal e Entorno. A intenção é conceder créditos suficientes a microempreendedores para a geração de emprego e renda no Distrito Federal, utilizando recursos do Banco e do Fundo para a Geração de Emprego e Renda do DF.

O BRB já percebe os benefícios que a adoção de uma perspectiva sustentável pode trazer aos seus negócios, estreitando o objetivo econômico-financeiro e o objetivo socioambiental. Trata-se de uma mudança cultural que marca o início de uma nova e promissora era de conquistas no campo da sustentabilidade, da promoção da cidadania, do crédito consciente e do desenvolvimento sustentável da sociedade.

9.2. BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.– UO: 19.204

A BRB – Crédito, Financiamento e Investimento, empresa controlada pelo BRB – Banco de Brasília S.A., é uma Sociedade Anônima regida pela Lei das Sociedades Anônimas, pelo seu Estatuto, Plano Básico Organizacional e demais disposições legais aplicáveis.

A BRB – CFI atuou em 2016 com a missão de conceder crédito no segmento de varejo, bem como prospectar clientes para o Conglomerado BRB, de forma sustentável. Sendo os principais objetivos:

I – realizar todas as operações e serviços facultados às sociedades de crédito, financiamento e investimentos, obedecidos os preceitos e as limitações da legislação em vigor;

II – facilitar o acesso ao crédito aos não correntistas do BRB – Banco de Brasília S.A. e aos seus correntistas por intermédio de produtos não concorrentes.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	0
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	52
CLT – afastado	3
Conselheiro	2
Estatutário – em exercício	3
Estatutário – afastado	0
Sem vínculo – em exercício	24
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	81
Total ativos - afastado	3

Fonte: Sistema SIGEP

Obs.: Data-base de 30/11/2016.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	100.000	100.000	0
9565 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	100.000	100.000	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1.567.500	1.567.500	460.381
6975 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	1.567.500	1.567.500	460.381
TOTAL DO PROGRAMA 6207	1.667.500	1.667.500	460.381

Obs.: Data-base de 30/11/2016. Os dados estão atualizados até o mês de novembro fechado, em decorrência do Período de Silêncio em cumprimento ao Art. 1º, inciso VI da Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e alinhado ao Pronunciamento de Orientação CODIM 07 iniciado em 02/01/2017 e que se estenderá até a data da apresentação dos resultados.

Em 2016, a BRB-CFI teve como foco assegurar que, apesar da crise econômica ocorrida no país, fossem cumpridos os desafios da desconcentração de crédito e mantida a lucratividade do negócio, especialmente reduzindo seus custos. Com isso até 30/11/2016, cerca de 90% (R\$ 417.064) das despesas nesta rubrica referem-se às Publicações Obrigatórias.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.364.085	6.364.085	5.007.971
2593 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	6.364.085	6.364.085	5.007.971
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3.794.756	2.394.756	2.123.407
8679 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BRB CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	3.794.756	2.394.756	2.123.407
TOTAL DO PROGRAMA 6001	10.158.841	8.758.841	7.131.378

Obs.: Data-base de 30/11/2016. Os dados estão atualizados até o mês de novembro fechado, em decorrência do Período de Silêncio em cumprimento ao Art. 1º, inciso VI da Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e alinhado ao Pronunciamento de Orientação CODIM 07 iniciado em 02/01/2017 e que se estenderá até a data da apresentação dos resultados.

A BRB-CFI demonstrou um crescimento da carteira de crédito dentro da expectativa, mesmo em decorrência da crise econômica, durante o exercício de 2016, tendo como destaque o crédito Consignado Público, principal produto comercializado por esta instituição financeira. Em conjunto com o aumento da carteira de crédito (operações antigas e novas), ocorreu o aumento dos custos com sistemas computacionais para a manutenção, imprescindível, dos controles internos por sistemas informatizados visando a mitigação dos riscos operacionais e melhor desempenho no processamento e integração dos dados. Aproximadamente 64% (R\$ 3.208.664), até 30/11/2016, dos custos de Processamento de Dados no subtítulo “Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação” são relacionados à manutenção, correção e customização do sistema de gestão de crédito da BRB – CFI.

Além dos custos com o seu sistema de gestão, há ainda outros com os sistemas de averbação, mantidos por órgãos públicos para viabilizar o controle dos empréstimos consignados que também tiveram uma participação importante. Os órgãos públicos realizam convênios com empresas para que realizem o processamento da averbação das consignações e gestão da margem consignável dos servidores. Dos valores executados até 30/11/2016, aproximadamente 36% (R\$ 1.794.619) dos custos de Processamento de Dados são relacionados ao pagamento dessas empresas, o que reflete a participação da BRB-CFI no segmento de crédito consignado público.

Aproximadamente 65% (R\$ 1.383.913) das despesas enquadradas no Subtítulo “Manutenção de Serviços Administrativos Gerais” são relacionadas ao pagamento de custo de pessoal, inclusive diretoria, conselho fiscal e os respectivos encargos sociais. Cerca de 27% (R\$ 575.069) referem-se às Despesas do Sistema Financeiro, destacando os serviços da CETIP e CIP (Termo de Adesão à Convenção para autorregulação da portabilidade de Operações de Crédito e Termo de Adesão à Convenção para Regulamentação da Central de Cessões de Crédito - C3), indispensáveis para o funcionamento das rotinas da BRB-CFI. As demais despesas são estão distribuídas em diversas contas, por exemplo: compras de material de expediente, tarifas bancárias e contribuição sindical.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.758.486	15.758.486	12.185.195
7023 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-BRB CRÉDITO, INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO S/A-DISTRITO FEDERAL	15.758.486	15.758.486	12.185.195
TOTAL DO PROGRAMA 0001	15.758.486	15.758.486	12.185.195

Obs.: Data-base de 30/11/2016. Os dados estão atualizados até o mês de novembro fechado, em decorrência do Período de Silêncio em cumprimento ao Art. 1º, inciso VI da Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e alinhado ao Pronunciamento de Orientação CODIM 07 iniciado em 02/01/2017 e que se estenderá até a data da apresentação dos resultados.

A BRB-CFI possui contrato com o Banco de Brasília, acionista controlador da instituição, para ressarcimento de despesas de pessoal e utilização de estruturas administrativas do banco. O contrato visa diminuir custos para o conglomerado evitando a duplicação de estrutura e criando uma atuação com maior sinergia para ambas instituições.

Em julho de 2016 o Contrato de Ressarcimento foi renovado, com a inclusão da prestação de serviços pela BRB-CFI ao Banco de Brasília possibilitando uma diminuição dos custos de pessoal e tecnologia desta instituição.

A BRB-CFI possui sistema específico para operacionalização de operações de crédito além de expertise para realizar concessão de crédito nos diversos estados do Brasil por meio de correspondentes no país. Essa capacidade técnica e organizacional já começou a ser explorada a partir da assinatura do Contrato, mencionado acima, pelo BRB para o crescimento da carteira de crédito, tendo já iniciado a sua produção em setembro de 2016.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Não há nada a acrescentar.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Apesar das dificuldades decorrentes da crise econômica, a BRB-CFI manteve-se atuante na sua área alcançando resultados positivos e adequando o seu Orçamento às novas perspectivas de cenário econômico para 2017.

9.3. BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.– UO: 19.205

A BRB DTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A é uma Sociedade Anônima de capital fechado, subsidiária integral do BRB - Banco de Brasília S/A criada conforme autorização contida na Lei 6.385/76 e na Resolução CMN 1.120/86, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), por Estatuto e demais disposições legais aplicáveis. Possui como atividades principais a administração e a gestão dos fundos de investimento disponibilizados aos clientes do BRB. Além disso, também oferece serviços de liquidação e custódia de valores mobiliários, intermediação de títulos e papéis públicos e privados, estruturação de operações e captação de recursos junto a clientes institucionais, especialmente Fundos de Pensão, Seguradoras e Regimes Próprios de Previdência Social.

A BRB DTVM é membro da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e aderente a 7 (sete) Códigos da Anbima, com destaque para os códigos: Código ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE; Código de Processos da Regulação e Melhores Práticas; Código para Fundos de Investimento – categoria Distribuidor; Código para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais. É detentora do Selo Anbima, que atesta o compromisso da Instituição em zelar pela transparência e pela confiabilidade no exercício de suas atividades. A empresa é aderente ao Foreign Account Tax Compliance Act – FATCA, acordo de cooperação intergovernamental assinado entre Brasil e Estados Unidos em 23 de setembro de 2014 que visa melhorar a observância de preceitos tributários internacionais. O acordo prevê assistência mútua em assuntos tributários com base em uma infraestrutura eficaz para troca automática de informações

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	701.388	701.388	526.979
6976 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	701.388	701.388	526.979
TOTAL DO PROGRAMA 6207	701.388	701.388	526.979

* Dados atualizados até 31/11/2016

No que se refere às despesas com Publicidade e Propaganda, foi proposta uma previsão orçamentária inicial no valor de R\$ 701.388,00 (setecentos e um mil, trezentos e oitenta e oito reais), baseada na média das despesas realizadas em anos anteriores distribuídos entre despesas com propaganda, patrocínios, produção, veiculação e publicações obrigatórias.

As principais despesas da BRB DTVM com Publicidade e Propaganda estão voltadas para os Patrocínios e Publicação Obrigatórias, neste último caso, especificamente com as publicações das Demonstrações Contábeis.

Em 2016, a BRB DTVM realizou aproximadamente 8 (oito) ações de patrocínio, vinculados ao segmento de negócio e relacionamento institucional, oferecendo apoio a diversas Associações de Institutos de Previdência. Os eventos de patrocínio permitem a BRB DTVM promover a marca da instituição junto ao público de Investidores Institucionais, clientes e potenciais clientes.

A BRB DTVM fechou parceria com a Revista Investidor Institucional para o ano de 2016, com publicações em 3 edições específicas durante o período, com o objetivo de divulgar as atividades e desempenhos da instituição no veículo que é referência no segmento de Investidores Institucionais, dentre eles, Regimes de Previdência Privadas – RPPS e Fundos de Pensão.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.328.014	2.328.014	490.789
5166 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	2.328.014	2.328.014	490.789
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2.410.325	2.410.325	2.222.335
8682 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	2.410.325	2.410.325	2.222.335
TOTAL DO PROGRAMA 6001	4.738.339	4.738.339	2.713.123

* Dados atualizados até 31/11/2016

No que se refere à execução orçamentária e financeira de despesa de Tecnologia da Informação, que engloba as despesas de processamento de dados, a dotação inicial considerou a implantação de um novo sistema de processamento de dados da BRB DTVM.

As ações referentes às despesas citadas ocorreram abaixo da projeção esperada devido aos trâmites no processo de licitação para contratação do novo sistema, com previsão inicialmente para Março/2016 e realização apenas em Novembro/2016, não comprometendo assim o esperado desde o início.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.687.560	12.687.560	11.164.024
7024 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS-DISTRITO FEDERAL	12.687.560	12.687.560	11.164.024
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	12.687.560	12.687.560	11.164.024

*Dados atualizados até 31/11/2016

Os empregados lotados na BRB DTVM são funcionários do quadro de pessoal do BRB - Banco de Brasília S.A. e o custo de pessoal arcado pelo Controlador é repassado a BRB DTVM mensalmente após as evidências devidamente comprovadas.

No ano de 2016, foi criada a Equipe de Assessoramento de Riscos e Controles, posteriormente transformada em Gerência de Controles Internos e Riscos. Esta área foi criada com o intuito de centralizar todas as atividades exigidas pela ICVM 558 quanto a gestão de riscos e controles internos, atuando com uma equipe de 4 (quatro) empregados, todos eles cedidos do BRB – Banco de Brasília.

A BRB DTVM e o BRB – Banco de Brasília possuem contrato de ressarcimento, pelos custos e despesas decorrentes das atividades operacionais; da utilização da marca BRB, da infraestrutura física, tecnológica e de serviços do BRB; da mão de obra; da criação e gestão de produtos de investimentos para compor a carteira de produtos, desenvolvidas em regime de cooperação entre as empresas.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

2.1. Patrimônio sob administração

Os fundos administrados pela BRB DTVM tiveram um incremento de R\$ 306 milhões em 2016, desconsiderando os clientes Governos e aplicações de Fundos em Fundos, um crescimento da ordem de 14% em relação a 2015.

2.2. Parcerias realizadas no período

A BRB DTVM realizou diversas parcerias durante o ano de 2016, dentre elas a colocação de alguns Fundos de investimentos em funcionamento:

Fundo de Investimento em Participações Venture Brasil Central (CNPJ 22.489.410/0001-80): Este FIP aplica em sociedades anônimas de capital fechado, que sejam consideradas inovadoras, nos termos da Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, que atuem nos setores de tecnologias da informação e comunicação, agronegócio, alimentos, novos materiais/nanotecnologias e saúde. Além disso, tais empresas deverão estar localizadas na região central do Brasil, definida como os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Minas Gerais e o Distrito Federal. O FIP encerrou o ano de 2016 com um PL de R\$553.677,26;

Ouro Preto Desenvolvimento Imobiliário I Fundo de Investimento Imobiliário – FII (CNPJ 19.107.604/0001-60): O FII tem por objeto o investimento em ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de companhias fechadas, ou ainda cotas de sociedades limitadas, que tenham por objetivo específico o desenvolvimento, a incorporação, o investimento e/ou o financiamento de empreendimentos imobiliários residenciais, comerciais ou mistos, além de loteamentos, residenciais, comerciais ou industriais, destinados à venda, localizados em todo o território nacional, participando do processo decisório das companhias, com efetiva influência na definição das suas políticas estratégicas e na sua gestão, observadas as diretrizes fixadas pelo comitê de investimentos. O FII encerrou o ano de 2016 com projetos em Sorocaba/SP e Florianópolis/SC e um PL de R\$28.657.610,59;

Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo Exclusivo TERRACAP (CNPJ 25.461.523/0001-66): Este FIRF foi criado para atender a uma solicitação da Terracap, sendo ela a única cotista do Fundo. Visa propiciar ao cotista a obtenção de rendimentos por meio da aplicação de seus recursos em ativos financeiros disponíveis no mercado financeiro, visando superar o índice dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI. O FIRF encerrou o ano de 2016 com um PL de R\$26.003.260,16;

Fundo de Investimento em Cotas de Fundos De Investimento Multimercado Crédito Privado SANASA (CNPJ 26.269.901/0001-77): Este FIC tem como objetivo proporcionar aos seus cotistas valorização de suas cotas por meio da aquisição de Cotas Seniores do SANASA Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 8 (oito) anos, contado da data de emissão das cotas seniores. O FIC encerrou o ano de 2016 com um PL de R\$19.608.043,92;

2.3. Doação ao FDCA - DF

Em 2016 a BRB DTVM efetuou doação ao Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente do Distrito Federal (FDCA-DF). O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA-DF) é o responsável por gerir o fundo e está vinculado administrativamente à Secretaria da Criança. Esta ação tem embasamento legal na Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente que permite às pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real a dedução das doações realizadas ao fundo com o limite de 1% do IRPJ apurado em cada ano calendário.

2.4. Projetos em andamento

No ano de 2016, a BRB DTVM abriu licitação para contratação de aluguel de sistema com o objetivo de auxiliar as atividades de controladoria de ativos, passivos, compliance, custódia, gestão de carteiras, contabilidade e suporte técnico aos sistemas. A contratação da empresa vencedora (Sênior Solutions) encontra-se em fase de implantação, e trará um dos sistemas mais completos e mais utilizados no mercado.

A contratação ampliará substancialmente os negócios da DTVM, promovendo a ampliação de carteiras, redução de processos operacionais, informações mais fidedignas e agilidade no atendimento a clientes, gerando dessa forma mais credibilidade no mercado que atuamos.

2.5. Conglomerado BRB

A BRB DTVM faz parte do conglomerado financeiro do BRB - Banco de Brasília, e tem como principal atividade a administração, distribuição, gestão e estruturação de produtos e de custódia de recursos de terceiros.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No ano de 2016, a BRB DTVM manteve o foco em fortalecer parcerias no mercado de capitais, proporcionando crescente expansão da marca no cenário nacional, além da ampliação da carteira a potenciais clientes no Distrito Federal, promoveu também a capacitação de seus empregados, com o intuito de prepará-los para o atendimento das necessidades dos clientes de forma eficiente e segura. E atuou para o crescimento da carteira de clientes institucionais, o que vem ocorrendo satisfatoriamente.

A BRB DTVM como gestora age no sentido de acompanhar as tendências do mercado financeiro e de capitais, propondo estratégias de alocação de investimento para as carteiras dos fundos administrados e demais carteiras de terceiros de acordo com as tendências identificadas, prospectando novos negócios, buscando a melhor relação risco e retorno e em conformidade com o mandato de gestor de carteiras, bem como, a observância aos limites regulamentares e legais.

O ano de 2017 será de ajustes para a BRB DTVM, que imprimirá uma visão mais conservadora no que se refere a assunção de riscos. Além disso, será um ano de investimento em inovação tecnológica. Essa estratégia ampliará sua capacidade de prestação de serviços para os próximos anos, aumentando sua competitividade frente aos concorrentes em seu mercado de atuação.

9.4. CARTÃO BRB S.A. – UO: 19.206

A Cartão BRB é uma sociedade integrante do conglomerado BRB, constituída em 23 de julho de 1997, cujo objetivo é a comercialização e administração de um portfólio diversificado de produtos para os mais variados segmentos, que inclui cartões de crédito e débito, pré-pagos e múltiplos, associados aos sistemas Visa e MasterCard.

Além disso, a Cartão BRB está presente também no segmento de Adquirência, por intermédio da *Joint Venture* formalizada com a Global Payments South America Serviços de Pagamentos Ltda.

Atualmente, a Cartão BRB conta com 199 funcionários em seu quadro de colaboradores, sendo 7 cedidos pelo BRB e 192 contratados via CLT.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	7
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	192
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	-
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	-
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	199
Total ativos - afastado	-

Observação: Quadro não aplicável a CARTÃO BRB.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA: 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	912.675	912.675	53.982
5304 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	912.675	912.675	53.982
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25.012.500	25.012.500	8.420.611
5163 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- DISTRITO FEDERAL	25.012.500	25.012.500	8.420.611
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	29.639.281	29.639.281	25.716.751
8867 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	29.639.281	29.639.281	25.716.751
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	10.625.213	10.625.213	10.208.642
9674 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	10.625.213	10.625.213	10.208.642
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	8.435.199	8.435.199	7.067.979
8725 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	8.435.199	8.435.199	7.067.979
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	17.340.817	17.340.817	8.618.923
9748 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	17.340.817	17.340.817	8.618.923
TOTAL DO PROGRAMA 6001	91.965.685	91.965.685	60.086.888

Primeiramente, cabe salientar que a partir de outubro de 2013, com a publicação da Lei nº 12.865 e, posteriormente com a publicação das resoluções do Conselho Monetário Nacional nºs 4.282 e 4.283 e demais Circulares correlatas emitidas pelo Banco Central do Brasil, estabeleceu-se o "marco regulatório" para o mercado de Arranjos de Pagamentos, no qual a Cartão BRB S/A está inserida.

A normatização do sistema vem sendo tratada pela Cartão BRB como uma grande oportunidade de desenvolvimento organizacional, uma vez que os padrões exigidos pelo regulador estão baseados nas melhores práticas de mercado, no que se refere a aspectos de estrutura funcional, controle, procedimentos operacionais e administrativos e também de governança, o que deu ainda mais importância ao referido projeto.

Em 2016 os programas foram realizados dentro da normalidade e sem a necessidade de remanejamentos ao longo do ano, como segue:

No "Programa Conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas", a realização foi como o previsto ao longo do ano, para manter os bens em bom estado pertencentes a Cartão BRB.

No "Programa de Administração de Pessoal", de maior peso orçamentário da companhia, durante o ano seguimos o que estava previsto no orçamento, com algumas adequações do quadro de pessoal na estrutura já existente, e outros que ainda estão por se realizar, devido às decisões estratégicas.

No “Programa concessão de benefícios” a realização foi como o esperado ao longo do ano, não tendo maiores destaques a fazer.

Para o “Programa de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia”, que tem o segundo maior orçamento dentre os programas, a realização foi de R\$ 8,7 milhões, postergamos algumas despesas em função da situação atual da economia e previsões menos otimistas para o ano, mas conseguimos redução relevantes em despesas de processamento dos cartões e call center.

No “Programa Serviços Administrativos Gerais”, há de se destacar a postergação de realização parcial de algumas despesas previstas originalmente para o período, como por exemplo, as despesas com consultoria, reformas de acomodação da nova estrutura funcional, e despesas relacionadas ao lançamento de alguns produtos que não entraram em produção durante 2016. No mais, a realização das despesas seguiu seu curso normal de sustentação da estrutura administrativa e operacional da companhia, conforme previsto no processo orçamentário.

Referente ao “Programa Publicidade e Propaganda”, a realização das despesas ocorreu, predominantemente, em linha com a previsão orçamentária original, atendendo o planejamento de estímulo ao faturamento dos clientes, a publicidade focada no fortalecimento e divulgação da marca, alteração da marca no final do ano, onde saímos de Cartão BRB para BRBCARD e o fortalecimento do Programa de Relacionamento e das demais parcerias desenvolvidas pela empresa.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ao longo de 2016, a Cartão BRB atingiu um crescimento de faturamento de aproximadamente 7,2% acima do realizado no ano anterior. Percentual acima dos 6,5% previstos pela Abecs para este ano e considerado um bom desempenho já que as expectativas eram de desaceleração.

Consoante a expectativa de um cenário com ritmo de crescimento econômico ainda muito baixo, com impacto direto no consumo das famílias, a companhia prevê para os próximos três anos e especialmente para 2017, uma taxa de 5% de crescimento, mais moderada, do faturamento anual.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Com uma Instituição Financeira como controladora e mais de 17 anos no mercado, a Cartão BRB emprega em suas soluções diferenciais que asseguram sua perenidade e contínuo crescimento no segmento que atua.

A companhia tem como seu principal foco de serviços a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos e o credenciamento de estabelecimentos.

❖ Emissão

O mercado, tanto para os produtos pré pagos quanto para pós pagos, propicia uma grande oportunidade às empresas de cartões regionais, as quais apresentam a cada ano, taxas recordes de crescimento. Em 2016 as transações com os cartões de crédito e débito apresentaram um crescimento de 9,5% em relação a 2015, o que representa R\$ 1,6 trilhão. O e-commerce cresceu 11% em relação ao ano anterior e obteve um faturamento de R\$ 53,4 bilhões. (Fonte: ABECS)

➤ Pré-Pago:

Os cartões pré-pagos que surgiram como uma grande aposta de lucro, nos anos anteriores já se mostram como realidade, fortalecida principalmente, pela recente regulamentação do Banco Central. O ano de 2016 trouxe diversas alternativas de produtos voltados para o pré-pago, as quais destacamos abaixo.

No primeiro semestre deste ano e aproveitando o evento das Olimpíadas, uma grande empresa do ramo de meios de pagamento, emitiu cartões comemorativos com o móvito das olimpíadas em parceria com um grande banco privado, cartões de aceitação exclusiva durante os jogos.

Outra bandeira também em 2016 lançou um sistema que permite que usuários do transporte público paguem suas passagens com cartão de crédito, débito e pré-pago apenas por aproximação, sem a necessidade de digitar senha, mas um avanço nesse para a utilização de cartões pré-pagos, já que para a utilização desse produto uma das premissas é que sua utilização aumenta quando temos a recorrência dos gastos, e transporte público se enquadra perfeitamente. A expectativa é que tenhamos mais de 1 milhão desses tipos de cartões funcionando até o final de 2017.

As projeções para os próximos anos de utilização e volume financeiro transacionado por meio dos cartões pré-pagos continuam otimistas, baseadas na manutenção da inadimplência nos mesmos moldes de 2016 e no volume de pessoas ainda não bancarizadas, haja vista que essa ferramenta se mostra muito útil para a adequação das despesas mensais ao orçamento familiar, ou seja, se gasta apenas o que tem já carregado nos cartões. Essa tecnologia tem conquistado mais adeptos a cada dia, devido a sua facilidade de utilização, flexibilidade e segurança.

➤ Pós-Pago:

Os cartões pós-pago têm mantido um desempenho satisfatório no mercado brasileiro, apesar de neste ano o crescimento ter sido inferior aos dos últimos anos. Segundo a ABECs, o volume de transações com cartões pós-pagos cresceu 9,2% no acumulado do ano 2016, somando aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. No crédito, as transações somaram R\$ 1,1 bilhão, com avanço de 7,5%. No débito, o crescimento ficou em linha, na ordem de 11%, atingindo R\$ 445 bilhões.

Em 2016, a participação de cartões no consumo das famílias foi de 28,5%, indicando que as famílias estão cada vez mais habituadas com este instrumento de pagamento. Comprova-se, assim, a crescente inserção de novos clientes no mercado de cartões e sua melhor aceitação pelos consumidores brasileiros

A expectativa da ABECs para 2017 é de crescimento na ordem de 6,5% no volume para o mercado de meios de pagamento, sendo 4,9% para o mercado de crédito e 9% para o mercado de débito.

➤ Para Empresa

A Cartão BRB, que está desenvolvendo produtos pré-pagos de benefícios, cujo mercado é bastante concentrado, verificou que existem diversas oportunidades, tais como:

- exigência de interoperabilidade e não discriminação, a qual permite que as instituições pequenas que atuam de maneira mais personalizada, assim como a Cartão BRB, possam atrair para sua rede os usuários dos cartões e estabelecimentos credenciados. O Bacen já vem regulando o mercado nessa direção e definiu o prazo máximo para essa adequação, ou seja, até 24 de março de 2017, as máquinas de crédito e débito deverão aceitar cartões de todas as bandeiras.

- regulamentação e autorização por órgão oficial das instituições e arranjos de pagamento, de modo que tanto as empresas usuárias dos serviços de cartões benefícios, como os trabalhadores e os estabelecimentos credenciados, terão um conforto maior em contratar e utilizar os serviços prestados por empresas como a Cartão BRB. A autorização e supervisão pelo Governo Federal irá conceder um “selo de garantia”, respaldado pelas exigências de controles internos, gerenciamento de riscos, responsabilização dos administradores, maior garantia dos recursos administrados (recolhimento compulsório, por exemplo), monitoramento e transparência das operações realizadas;

- segmento dos prestadores de serviços de cartões benefícios que estão em crescimento no Distrito Federal, sendo este mais um dos focos de mercado da Cartão BRB;

- segmento voltado para o cliente universitário, segmento bem específico e com perfil mais jovem, que gosta de benefícios exclusivos voltados para eventos, festas e shows, segmento que passará a ser atendido por um de nossos produtos, o cartão connect.

❖ Credenciamento

O Banco de Brasília, por meio da Cartão BRB S.A. detêm uma parceria com a empresa Global Payments - Serviços de Pagamentos S.A. para atuar no credenciamento de recebedores de instrumentos de pagamento emitidos com as bandeiras Visa e MasterCard.

A Global Payments é uma das maiores processadoras de pagamentos do mundo, presente em 26 países, que representam 90% do volume mundial de pagamentos. Ao todo, a instituição contabiliza anualmente US\$ 5 bilhões de receita com transações processadas e US\$ 300 bilhões em faturamento, resultados alcançados com mais de um milhão de clientes e parcerias com cerca de 100 bancos em todo o mundo.

Essa parceria traz para a Cartão BRB S.A. a experiência e capilaridade para atingir uma quantidade significativa de estabelecimentos em menor prazo, permitindo assim uma maior penetração dos seus cartões e ganho significativo com o movimento de Crédito e Débito, além dos cartões de benefícios, alimentação e refeição como foco específico na região onde a Cartão BRB atua, o Distrito Federal e Entorno.

9.5. BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A- UO: 19.207

A BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. é uma sociedade de capital fechado, integrante do Conglomerado BRB, com sede em Brasília, tem como objetivo a administração e corretagem. Para tanto, disponibiliza um portfólio diversificado de produtos securitários de todos os ramos, formatados para suprir as mais variadas necessidades de proteção, como o Seguro de Vida, Automóvel, Demais Ramos Elementares e Prestamista, além da comercialização de Títulos de Capitalização, Planos de Previdência Complementar Aberta, Planos Privados de Assistência à Saúde, Consórcios e Títulos/Planos de Viagem.

Com a missão de prover produtos e serviços de valor visando à proteção e segurança dos bens e da família, a BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. atua no mercado há 28 anos com a solidez da marca BRB, sendo referência de qualidade e credibilidade no segmento securitário.

Conforme decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, as empresas ligadas ao BRB – Banco de Brasília S.A. deverão apresentar a prestação de contas anual de seus dirigentes para a Controladoria Geral do Distrito Federal.

Essas empresas segundo solicitação da Secretaria de Estado de Transparência e Controle, através do Ofício N.º 124/2013-CONT/STC, de 25 de março de 2013, deverão ser incluídas no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO.

Dessa forma, em cumprimento a solicitação da Controladoria Geral do Distrito Federal, a partir de janeiro de 2014, a BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. passou a integrar o Sistema Integrado de Gestão Governamental do Distrito Federal – SIGGO.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF (BRB Sede ou Matriz)	2
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	257
CLT – afastado	-
Conselheiro	11
Estatutário – em exercício	-
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	16
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	286
Total ativos - afastado	-

Observação:

a) Esta UO não possui empregados efetivados pelo GDF, portanto, destacamos que os colaboradores são contratados (CLT) sem vínculo com o Governo do Distrito Federal; e

b) Os 02 (dois) "servidores" considerados em "Cedidos – Fora GDF" são empregados do Banco de Brasília – BRB, os quais foram indicados para exercerem a função de Diretores nesta UO. Ressalta-se que, esta UO é responsável pelo holerite destes servidores.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.213.596	2.213.596	1.744.913
5164 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL			
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	22.297.999	22.297.999	17.470.262
8865 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL			
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	7.835.597	7.835.597	6.318.340
9671 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL			
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	8.795.499	8.795.499	4.887.798
8726 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL			
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	6.492.527	6.492.527	4.930.834
9749 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL			
TOTAL DO PROGRAMA 6001	47.635.218	47.635.218	35.352.148

Neste programa houve realização de ações voltadas à área de pessoal, incluindo: salários, férias, comissões, horas extras, 13º salário, encargos sociais e treinamentos realizados. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2016 foi executado o total de R\$ 17.470.262, resultado de pagamentos para 286 colaboradores.

Foram concedidos auxílios alimentação, vale cultura, educação e creche, assistência médica, vale transporte, previdência privada, seguro de vida em grupo e auxílio natalidade. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2016 foi concedida a quantidade de 12.521 benefícios o que resultou na execução de R\$ 6.318.339.

Ainda foram realizados gastos administrativos em geral, incluindo serviços, compras e contratações. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2016 foi executado o total de R\$ 4.930.833. Destacam-se no exercício de 2016 os serviços com telefonia que resultou na execução de R\$ 429.761,79; contratos de aluguéis com valor de execução na ordem de R\$ 923.755,20; taxas condominiais com execução total de R\$ 252.814,14; fornecimento de água e energia com execução total de R\$ 210.755,10; realização de manutenções de bens e instalações no montante de R\$ 167.323,21; prestação de serviços com site da Central de Relacionamento no valor de R\$ 1.281.929,62; serviços advocatícios no valor de R\$ 127.349,07; serviços de conservação e limpeza no valor de R\$ 487.237; serviços de motoboy com execução total de R\$ 104.588,42 e serviços com eventos no valor de R\$ 156.689,59.

Com relação à gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação foram realizados suporte e manutenção de sistemas, licença de softwares, serviços de transmissão de dados e relacionamento *service desk*, manutenção de infraestrutura de TI, locação de equipamentos de TI e contratação de consultoria de TI. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2016 foi executado o total de R\$ 1.744.913. Destacam-se no exercício de 2016 os serviços com transmissão de dados via modem/adsl que resultou na execução de R\$ 562.913,52; locação de impressoras com execução no valor de R\$ 162.181,81; contrato de segurança múltiplo – firewall com execução no valor de R\$ 308.250,48; serviço de consultoria de TI com execução no valor de R\$ 84.056,84; manutenção de sistemas RM-TOTVS com valor de execução na ordem de R\$ 83.673,36; renovação de software de virtualização de CPD com a execução no valor de R\$ 43.938,46 e serviços com *service desk* que executou o valor de R\$ 309.757,02.

Para o grupo de Publicidade e Propaganda foram realizadas ações de patrocínios, de publicidade, relacionamento com o cliente, promoção de vendas, relações públicas, endomarketing, publicidade legal, pesquisas e confecção de brindes institucionais. Foi executado entre os meses de janeiro a dezembro de 2016 o total de R\$ 4.887.798. Destacam-se no exercício de 2016 as campanhas institucionais – planos de mídia, campanha institucional – meninas do vôlei bem como, veiculações em sites o que totalizaram o valor de R\$ 2.456.410,83; patrocínios do Judô com Tranquillini no valor de R\$ 135.000,00, do projeto Brasília Vôlei no valor de R\$ 600.000,00, projeto Espaço Cultural do Choro Raphael Rabello no valor de R\$ 225.000,00, Escolinha de Futebol do Laerte no valor de R\$ 77.000,00 e prêmio mérito empreendedor no valor de R\$ 50.000,00.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Diante de um cenário econômico que demanda, cada vez mais, maior esforço para obtenção de resultados positivos, a Companhia tem desenvolvido ações e implementado estratégias para incremento na comercialização de produtos de seu portfólio e o aprimoramento da qualidade do atendimento de seus clientes e prospects.

Durante o ano de 2016, a Corretora investiu em infraestrutura de tecnologia da informação com desenvolvimento de novas funcionalidades e sistemas com o objetivo de garantir a execução das estratégias de negócio do Conglomerado BRB para o quinquênio 2016/2020, conforme previsto em seu Planejamento Estratégico.

Outro ponto importante foi a implantação e aprimoramento de processos embasados nas melhores práticas de mercado para aperfeiçoar o atendimento aos usuários e à atividade-fim da Empresa, com a disponibilização de canais alternativos de comercialização dos produtos pela internet e mobile do BRB.

Nessa linha, foram lançados, em 2016, os produtos “BRB Seguro Viagem” e “BRB Clube de Viagens” disponíveis para contratação na página da Corretora na internet.

Com base nas diretrizes traçadas em sua Política de Responsabilidade Socioambiental, a BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A., visando a contribuição para o desenvolvimento social da população do Distrito Federal e entorno apoiou, em 2016, por meio de parcerias e patrocínios, projetos de interesse da sociedade.

Sob o aspecto de Gestão de Pessoas, a Corretora investiu na implementação de programas voltados ao desenvolvimento de competências e à melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores, com destaque para os cursos de Certificação Técnica dos consultores e demais colaboradores alocados em atividades nas áreas comerciais e técnicas, envolvidos direta ou indiretamente, nos processos de vendas, para atender às disposições constantes da Resolução CNSP nº 115/2004 e da Circular Susep nº 149, de 18 de julho de 2006, contando, ao final de 2016, com 163 (cento e sessenta e três) empregados ativos certificados.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

As realizações orçamentárias da BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A, foram efetivadas de acordo com as ações projetadas para o exercício de 2016. Desta forma, informamos que as ações previstas foram concluídas e finalizadas.

Para o exercício de 2017, a Corretora de Seguros BRB implementará ações estratégicas com o objetivo de criar e aprimorar processos, visando maior eficiência e eficácia, transparência, segurança e mitigação de riscos.

Além de se preocupar com os resultados financeiros e de modernização a Corretora Seguros BRB projeta para 2017, dar continuidade, em consonância com as políticas adotadas pelo Conglomerado BRB e, consciente de sua responsabilidade sócio empresarial, a patrocínios voltados à cultura, lazer, esportes, educação e melhoria da qualidade de vida da população em geral; com vistas a associar a marca BRB aos resultados alcançados por esses projetos na comunidade do Distrito federal e região de influência.

9.6. BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S/A UO - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 19.208

A BRB Serviços S/A é uma sociedade de capital fechado, integrante do Conglomerado BRB, com sede em Brasília, constituída em 16/11/2010 e possui como atividades principais: atividades de Teletendimento, cobrança e suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação .

Com a missão de oferecer soluções de cobrança e call center, com serviços inovadores, excelência no atendimento e rentabilidade aos acionistas.

Conforme decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, as empresas ligadas ao BRB- Banco de Brasília deverão apresentar a prestação de contas anual de seus dirigentes para a Controladoria Geral do Distrito Federal.

Essas empresas, segundo solicitação da Secretaria de Estado de Transparência e Controle, deverão ser incluídas no Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO.

Dessa forma, em cumprimento a solicitação da Controladoria Geral do Distrito Federal, a partir de janeiro de 2014, BRB Serviços passou a integrar o Sistema Integrado de Gestão Governamental do Distrito Federal – SIGGO.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro de Colaboradores da BRB Serviços S/A.	-	48	-	362	410
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	-	-	-	-	-
Requisitados	Órgãos do GDF (BRB Sede ou Matriz)	02	-	-	02
	Órgãos Estaduais	-	-	-	-
	Órgãos do Governo Federal	-	-	-	-
Outros	Estagiários	-	-	-	-
	Terceirizados (FUNAP)	-	-	-	-
Subtotal (Força de Trabalho)	-	50	-	362	412
(-) Cedidos para outros órgãos	-	-	-	-	-
Total Geral	-	50	-	362	412

Observação:

a) Esta UO não possui empregados efetivados pelo GDF, portanto, destacamos que os colaboradores são contratados (CLT) sem vínculo com o Governo do Distrito Federal; e

b) 02 (dois) “servidores” considerados em “Requisitados - Órgãos do GDF” são empregados do Banco de Brasília - BRB, no qual foram indicados para exercer a função de Diretor nesta UO. Ressalta-se que, esta UO é responsável pelo holerite destes servidores.

1. REALIZAÇÕES**PROGRAMA: 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	88.800	88.800	29.288
5164 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	88.800	88.800	29.288
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	13.476.332	13.476.332	11.740.800
8865 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	13.476.332	13.476.332	11.740.800
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	5.760.748	5.760.748	4.723.418
9671 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DISTRITO FEDERAL	5.760.748	5.760.748	4.723.418
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	40.000	40.000	23.529
8726 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	40.000	40.000	23.529

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Executado
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4.955.714	4.955.714	6.707.835
9749 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	4.955.714	4.955.714	6.707.835
TOTAL DO PROGRAMA 6001	24.321.594	24.321.594	23.224.870

Neste programa, houve realização de ações voltadas à área de pessoal, incluindo: salários, férias, comissões, horas-extras, 13º salário, encargos sociais e treinamentos realizados. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2016, foi executado o total de R\$ 11.740.800, resultado de pagamentos para 412 colaboradores.

Foram concedidos auxílios alimentação, educação e creche, assistência médica e odontológica, vale-transporte, vale-cultura, previdência privada e seguro de vida em grupo. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2016, a concessão de benefícios resultou na execução de R\$ 4.723.418.

Ainda foram realizados gastos administrativos em geral, incluindo serviços, compras, contratações e perdas judiciais. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2016, foi executado o total de R\$ 6.707.835. Destacam-se no exercício de 2016 as despesas com Telefonia e Link de Dados que resultou na execução de R\$ 985.191; contratos de aluguéis com valor de execução na ordem de R\$ 632.325; fornecimento de água e energia, com execução total de R\$ 341.522; prestação de serviços diversos R\$ 352.006; serviços de conservação e limpeza, no valor de R\$ 444.120, serviços de locação de equipamentos, com execução total de R\$ 259.032; perdas judiciais e despesas não dedutíveis com execução total de R\$ 2.389.845.

Com relação à gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, foram realizados suporte e manutenção de sistemas e aquisição de licença de softwares. Entre os meses de janeiro a dezembro de 2016, foi executado o total de R\$ 29.288. Destaca-se, no exercício de 2016, materiais de consumo no valor executado de R\$ 19.380.

Para o grupo de Publicidade e Propaganda, foram realizadas publicações das demonstrações contábeis no exercício de 2015. Foi executado entre os meses de janeiro a dezembro de 2016 o total de R\$ 23.529.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A BRB Serviços S/A está comprometida com o aprimoramento do capital humano, estimulando seus colaboradores a participarem de diversas ações de desenvolvimento e conscientização em variados temas. Estas ações são focadas no bem-estar dos colaboradores, o que, consequentemente, melhora a produção e a capacidade intelectual das equipes. As principais ações implementadas, no ano de 2016, foram:

a) **Campanhas Motivacionais Mensais**, com incentivo a cultura - Distribuição de Vale-Cinema;

b) **Campanha de Conscientização – (Setembro Amarelo)** foi uma campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio, com o objetivo direto de alertar os funcionários a respeito da realidade do suicídio no Brasil e no mundo e suas formas de prevenção;

c) **Campanha de Conscientização – (Outubro Rosa)** foi uma campanha de conscientização que teve como objetivo principal alertar as mulheres da Empresa sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama;

d) **Campanha de Conscientização – (Novembro Azul)** foi uma campanha de conscientização realizada no mês de novembro dirigida aos funcionários e em especial aos homens, para conscientização a respeito de doenças masculinas, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata.

Em relação à Responsabilidade Socioambiental, a BRB Serviços S/A, em seu planejamento estratégico 2017/2021, se propôs em criar e implementar diretrizes estratégicas que explicita as novas metas e princípios socioambientais da Empresa para integrá-la aos processos cotidianos, compartilhando-a com funcionários e dirigentes;

Formular um código de ética que consolide os valores instituídos, de modo que funcionários e dirigentes tomem decisões coerentes com esses valores;

Implementar política corporativa de responsabilidade socioambiental, com o intuito de avaliar os processos de maneira conivente com suas metas e necessidades internas e também com as demandas e valores da sociedade, do governo, do mercado e do meio ambiente.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

As realizações orçamentárias da BRB Serviços S/A, foram efetivadas de acordo com as ações projetadas para o exercício de 2016. Desta forma, as ações previstas foram concluídas.

Para o exercício de 2017, a BRB Serviços S/A (Anteriormente denominada BSB Ativos S/A) implementará ações estratégicas com o objetivo de criar e aprimorar processos, visando a maior eficiência e eficácia, transparência, segurança e mitigação de riscos.

Além de se preocupar com os resultados financeiros e de modernização, a BRB Serviços S/A projeta para 2017, dar continuidade as políticas adotadas pelo Conglomerado BRB.

9.7. BSB PARTICIPAÇÕES S/A – UO: 19.209

A BSB Participações S/A - BSB PAR é uma sociedade por ações, de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, controlada pela Cartão BRB S/A, cujo objeto é a participação em sociedades mercantis, em qualquer segmento de negócios, mediante subscrição de ações e/ou quotas.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	-
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	-
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	-
Total ativos - afastado	-

Observação: Quadro não aplicável a BSB Participações S/A

A BSB PAR utiliza os recursos humanos e de infraestrutura da controladora – Cartão BRB S/A, conforme convênio firmado entre as partes.

1. REALIZAÇÕES

A reorganização societária levada a termo pelo acionista controlador da Cartão BRB S/A, em maio de 2009, pressunha diversos movimentos empresariais a serem adotados paulatinamente, nos termos da Lei nº 61, de 05 de dezembro de 1989, DODF de 06.12.1989, que autorizou o BRB - Banco de Brasília S/A a constituir subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização, além dos ramos de atividades complementares às do setor financeiro, com ou sem o controle do capital social.

Conforme previsto em lei e adotado pelos grandes grupos financeiros concorrentes, os negócios poderão ocorrer por meio de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário ou qualquer outra forma prevista em lei.

A empresa BSB PAR foi criada com a missão de ampliar a participação da Cartão BRB S/A e do próprio BRB na intermediação de recursos e negócios financeiros, via participações acionárias em empresas sediadas no Brasil, com o objetivo de promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade.

A BSB PAR tem três objetivos principais:

- Ampliar e diversificar as participações acionárias da Cartão BRB S/A e do BRB, em segmentos estratégicos, especialmente o financeiro, para conferir maior sustentabilidade e rentabilidade aos seus negócios;
- Reforçar a capacidade de atuação da Cartão BRB S/A e do BRB, como instrumento de implementação das políticas governamentais distritais, especialmente a econômica, de desenvolvimento; e
- Instituir normas de governança, que permitam a realização de negócios, de acordo com os padrões de risco e transparência, recomendados ao BRB pela legislação em vigor e, aplicáveis igualmente à gestão e ao controle da carteira de participações.

Desde a constituição da Companhia, em 2011, o mercado de meios de pagamentos já sinalizava a perspectiva regulatória com o objetivo de fortalecer e garantir a celeridade das operações nesse segmento.

Essa perspectiva foi percebida como grande oportunidade de negócios para a BSB PAR, na condição de investida da Cartão BRB S/A, uma vez que o mercado de meios de pagamentos crescia exponencialmente, abrindo possibilidades de participações em empresas atuantes nesse segmento.

A partir de outubro de 2013, com a publicação da Lei nº 12.865/13 e, posteriormente com a publicação das Resoluções do Conselho Monetário Nacional nºs 4.282 e 4.283 e demais Circulares emitidas pelo Banco Central do Brasil, estabeleceu-se o marco regulatório para os chamados Arranjos de Pagamento e Instituições de Pagamento, acelerando a necessidade de se passar para a fase operacional, já a partir dos pedidos de autorização de funcionamento perante o Banco Central, de todas as atividades exercidas pela Cartão BRB S/A e das novas atividades.

Basicamente a regulamentação alcança os Arranjos de Pagamento realizados através de cartões e demais instrumentos eletrônicos, que sejam destinados ao público e que tenham mais de um recebedor, além de outras formas de pagamento a serem desenvolvidas futuramente pelo mercado.

Assim, em setembro de 2014, a Cartão BRB S/A protocolou junto ao Banco Central do Brasil o pedido de autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento e Instituição de Arranjos de Pagamentos.

Diante disso, a BSB PAR posicionou-se de forma conservadora, considerando que as potencialidades do mercado de meios de pagamentos e as perspectivas observadas diante do novo marco regulatório deveriam ser objeto de investimentos e participações a partir da autorização do acionista controlador para atuar nesse segmento.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

No exercício de 2015, a partir da premissa de se promover a sinergia de custos, de receitas e financeira do conglomerado BRB, foi realizado estudo técnico para operacionalização da reorganização societária da BSB Participações S/A. Ainda, levou-se em consideração o apontamento feito pela Controladoria Geral da Secretaria de Estado e Transparência e Controle do Distrito Federal – CONT, a qual recomendou o início das atividades da referida Companhia.

Nesse contexto, acrescem-se, os seguintes aspectos motivadores do referido estudo:

a) Percepção da necessidade de melhor dimensionamento das potencialidades da BSB Participações, conduzindo-a para a realização de negócios de acordo com o seu objeto social e, por consequência, ao exercício da atividade econômica de auferir lucro;

b) Convicção de que o BRB conquistou maturidade suficiente para buscar melhor participação nos mercados que elegeu para atuar, estruturando-se para formular diversas relações institucionais e comerciais e transmitir às demais Companhias as diretrizes e critérios que nortearão futuras parcerias;

c) Perspectiva de maximização dos resultados econômico-financeiros das empresas do Conglomerado BRB, tornando-as mais robustas e competitivas, haja vista as perspectivas comerciais que ora são vislumbradas para um futuro próximo;

d) Tendência de crescimento acelerado da indústria de meios de pagamentos, em todas as modalidades de serviços que a compõem, oportunizando estratégias corporativas com vistas à maior penetração junto a segmentos relativamente “cativos” da Cartão BRB; e

e) Marco regulatório para os chamados Arranjos de Pagamento e Instituições de Pagamento.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A BSB PAR, para cumprimento dos seus objetivos estratégicos, aguarda a formalização do Banco Central do Brasil para que seu controlador, a Cartão BRB S/A, esteja autorizado a funcionar como ente jurisdicionado por aquele órgão regulador e fiscalizador.

9.8. DF GESTÃO DE ATIVOS S.A – UO: 19.210

A DF Gestão de Ativos S.A é uma empresa constituída com base no disposto no Art. 8º da Lei Complementar nº 897, de 18/06/2015, e tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Governo do Distrito Federal, originários de créditos tributários e não tributários, decorrentes de parcelamentos administrativos ou judiciais.

Estes créditos serão objeto da realização de operações de emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de caráter público ou privado, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. Além disso, a empresa já se encontra formalmente constituída, sob o CNPJ 23.284.932/00001-09.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	525.000	525.000	0
5213 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	525.000	525.000	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	500.000	500.000	0
9809 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	500.000	500.000	0
TOTAL DO PROGRAMA 6001	1.025.000	1.025.000	0

Não houve Execução Orçamentária e Financeira

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500.000	500.000	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001	500.000	500.000	0

Não houve Execução Orçamentária e Financeira

9.9. FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL– UO: 19.902

O FUNDAF instituído pela Lei nº. 3.311, de 21/01/2004, alterada pelas Leis nºs 3.809, de 08/02/2006; 3.982, de 25/04/2007; 5.099, de 29/04/2013; e regulamentado pelo Decreto nº 26.246, de 29/09/2005, alterado pelo Decreto nº 34.867, de 21/11/2013, tem por finalidade promover a modernização e o reaparelhamento da Administração Fazendária, além de propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício das atribuições fazendárias.

São objetivos do FUNDAF:

- I – modernização e reaparelhamento das instalações da Secretaria de Estado de Fazenda;
- II – implementação de programas de educação fiscal;
- III – qualificação profissional dos servidores da SEF;
- IV – execução das ações previstas no Programa de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária – PINAT;
- V – desenvolvimento de ações integradas objetivando a eficiência na cobrança administrativa de débitos fiscais;
- VI – Aperfeiçoamento e manutenção das atividades de arrecadação, fiscalização, tributação, atendimento ao contribuinte, administração financeira, contabilidade, patrimônio, licitação e compras;
- VII – Realização de outras atividades que contribuam par o aumento da eficiência, efetividade, economicidade e eficácia da administração fazendária.

Constitui recursos do FUNDAF:

- 20% (vinte por cento) do produto total das multas tributárias aplicadas no âmbito da competência da Subsecretaria da Receita - SUREC;
- 60% (sessenta por cento) da contrapartida mensal instituída pelo art. 6º, parágrafo único, III, b, da Lei n.º 3.152, de 06/05/ 03;
- Resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;
- doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas, ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- Receita advinda da aplicação dos recursos do FUNDAF;
- Saldo apurado nos exercícios anteriores;
- Receita advinda de licitação de bens apreendidos pela fiscalização tributária, exceto a relativa a impostos;
- outras contribuições financeiras destinadas ao programa de que trata a Lei nº 2.594, de 21/09/2000, devidas por optantes por regimes tributários especiais ou sujeitas a benefícios ou incentivos fiscais.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5.109.467	1.263.058	185.128	175.721
5832 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SEF-DISTRITO FEDERAL	5.109.467	1.263.058	185.128	175.721
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000	4.035.295,22	3.618.396	2.917.248
5216 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	10.000	4.035.295	3.618.396	2.917.248
3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	661.919	293.952	0	0
0002 - EDUCAÇÃO FISCAL--DISTRITO FEDERAL	661.919	293.952	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	681.440	463.908	0	0
2415 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	681.440	463.908	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	4.276.049	78.202	0	0
0022 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS--DISTRITO FEDERAL	4.276.049	78.202	0	0
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	50.000	8.750	0	0
0002 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT--DISTRITO FEDERAL	50.000	8.750	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6203	10.788.875	6.143.166	3.803.524	3.092.969

Ação 4220 – Gestão de Recursos de Fundos

A ação Gestão de Recursos de Fundos foi prevista para fazer frente ao conjunto de despesas relacionadas ao apoio, à gestão e à manutenção do fundo. O orçamento destinado à mesma foi de R\$ 4.276.049,00 (quatro milhões duzentos e setenta e seis mil e quarenta e nove reais). Deste valor R\$ 2.517.734,00 (dois milhões quinhentos e dezessete mil setecentos e trinta e quatro reais) foram remanejados para atender outras ações e o restante ficou disponível no Quadro de Detalhamento de Despesa, mas a maior parte em fontes sem disponibilidade financeira que foram liberadas somente no mês de novembro, o que impossibilitou a sua utilização integral.

Ação 1471 – Modernização do Sistema de Informação

O valor empenhado nesta ação foi utilizado para atender as despesas com a contratação das empresas:

- Empresa especializada na atualização da versão de licença da ferramenta QLIKVIEW e suporte técnico por 48 meses – valor R\$ 145.627,63 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte sete reais e sessenta e três centavos).

- Aquisição de produtos vmware, com intuito de uma nuvem privativa para o centro de dados da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal – valor R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais).

Ação 2557 – Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação

O valor empenhado foi alocado da seguinte forma:

– R\$ 1.449.396,64 (um milhão quatrocentos e quarenta e nove mil trezentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos) para pagamento de empresa de informática referente a despesa com contrato de serviço técnico nº 16/2013-SEF

– R\$ 1.425.000,00 (um milhão quatrocentos e vinte e cinco mil reais) para pagamento de empresa referente ao contrato nº 37/2014-SEF.

– R\$ 744.000,00 (setecentos e quarenta e quatro mil reais) para pagamento do Convênio de Cooperação Técnica (SEFAZ VIRTUAL) de 11/10/2013 firmado com o estado do Rio Grande do Sul, em duas parcelas::

– R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) com reconhecimento de dívida do ano de 2015;

– R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para pagamento do convênio no ano de 2016.

Ação 4088 – Capacitação de Servidores

Os valores disponíveis no Quadro de Detalhamento de Despesa, em sua maior parte estavam em fontes sem disponibilidade financeira que foram liberadas somente no mês de novembro, o que impossibilitou a sua utilização integral.

Ação 3667 – Educação Fiscal

Os recursos desta ação ficaram contingenciados e o restante ficou disponível no Quadro de Detalhamento de Despesa, mas a maior parte em fontes sem disponibilidade financeira que foram liberadas somente no mês de novembro, o que impossibilitou a sua utilização integral.

Ação 6066 – Ação de Incentivo a Arrecadação e Educação Tributária – PINAT

Para esta ação, foram previstos R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) sendo que houve uma alteração orçamentária de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) restando portanto R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), sendo que desse valor metade ficou bloqueada e a outra metade disponível.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A seguir apresenta-se o comportamento da execução orçamentária do Fundo:

Orçamento inicial	R\$ 10.788.875,00
Recursos retirados para outras finalidades	(R\$ 667.711,00)
Recursos Contingenciados	(R\$ 353.380,54)
Despesa Autorizada	R\$ 9.767.783,46
Empenhado	R\$ 3.803.524,27
Orçamento disponível	R\$ 5.964.259,19
Valor liquidado	R\$ 2.571.023,49

Observa-se que a relação da despesa autorizada pelo valor empenhado é de 38,94%, o que demonstra um baixo índice de empenho, mas isto se explica pelo fato de que o desbloqueio dos recursos orçamentários ocorreu próximo ao final do exercício o que compromete a execução do planejamento do FUNDO, como pode-se depreender da tabela a seguir na qual se percebe que este percentual cai no final do exercício.

Relação Despesa Autorizada x Despesa Empenhada.

Mês	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	Relação %
Janeiro	R\$ 497.670,00	R\$ 0,00	0,00
Fevereiro	R\$ 2.621.389,17	R\$ 1.857.500,00	70,86
Março	R\$ 2.621.389,17	R\$ 1.852.500,00	70,67
Abril	R\$ 2.621.389,17	R\$ 1.955.879,56	74,61
Maió	R\$ 4.347.371,13	R\$ 2.051.276,20	47,18
Junho	R\$ 2.225.851,13	R\$ 2.051.276,20	92,16
Julho	R\$ 2.255.851,42	R\$ 2.090.776,20	92,68
Agosto	R\$ 2.255.851,42	R\$ 2.123.524,27	94,13
Setembro	R\$ 4.514.375,31	R\$ 2.123.524,27	47,04
Outubro	R\$ 4.514.374,81	R\$ 3.803.524,27	84,25
Novembro	R\$ 9.758.767,81	R\$ 3.803.524,27	38,98
Dezembro	R\$ 9.767.783,46	R\$ 3.803.524,27	38,98

Somado ao fato do descontingenciamento ocorrer próximo ao final do exercício, observa-se que os valores orçamentários disponíveis estavam em sua maioria na fonte 178 o que impossibilitou sua utilização, pois não existiam recursos financeiros disponíveis nesta fonte. A liberação de recursos para esta fonte ocorreu somente no mês de novembro conforme Nota de Dotação nº: 2016NA00009.

Mesmo diante do relatado acima, a Secretaria de Fazenda tem feito bom uso dos recursos alocados aos programas de trabalhos do FUNDAF e vem se modernizando e melhorando seus sistemas de informação, proporcionando a prestação de serviços mais rápidos e eficientes.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

As ações e projetos realizados com recursos do FUNDAF contribuíram fortemente com a melhoria de diversas unidades da Secretaria de Fazenda no decorrer do ano de 2016, principalmente no que diz respeito à área de informática, proporcionando uma maior agilidade dos sistemas e conseqüentemente melhor prestação de serviço ao cidadão.

9.10. FUNDO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - PRÓ-RECEITA - UO: 19.911

O PRÓ-RECEITA foi instituído pela Lei nº. 5.594, de 28/12/2015 tem por finalidade o aparelhamento, a modernização, o incentivo e o gerenciamento das atividades de fiscalização, lançamento e cobrança administrativa.

São objetivos do PRÓ-RECEITA

I - aperfeiçoamento, desenvolvimento e manutenção da infraestrutura física e tecnológica de uso da Subsecretaria da Receita - SUREC;

II - aquisição de bens e serviços;

III - qualificação profissional dos servidores da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal;

IV - aperfeiçoamento dos processos de trabalho e da gestão dos recursos físicos e humanos;

V - realização de outras atividades relacionadas aos objetivos do Fundo.

Constitui recursos do PRÓ-RECEITA:

I - os encargos de que trata o § 1º, em relação aos créditos cobrados de acordo com o inciso I, destinados para a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, na forma do § 2º, todos do art. 42 da Lei Complementar nº 4, de 30 de abril de 1994;

II - as contribuições, as subvenções e os auxílios da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

III - as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privados nacionais ou internacionais, além de outros recursos;

IV - os recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;

V - os valores advindos da aplicação dos recursos do fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;

VI - as contribuições, as subvenções e outros valores destinados a propiciar o aperfeiçoamento da administração tributária;

VII - outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

O presente fundo está em fase de constituição, portanto não houve execução no ano de 2016.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

No ano de 2016 foram realizadas quatro reuniões do Conselho de administração do PRÓ-RECEITA. Todas as reuniões foram voltadas para a regularização do Fundo.

As decisões mais relevantes foram as seguintes:

– Decisão nº 01 de 17 de março de 2016 que aprovou o encaminhamento do Regimento Interno do Fundo da Receita Tributária do Distrito Federal – PRÓ-RECEITA. O Decreto 37.688 de 04 de outubro de 2016 aprovou o Regimento Interno.

– Decisão nº 03 de 08 de setembro de 2016 que aprovou o Mapeamento das Ações Orçamentárias do Programa Temático/PPA 2016-2019 – PRÓ-RECEITA que passou a ter as seguintes ações sugeridas:

I – Modernização da Gestão Pública;

II – Capacitação de Servidores;

III – Gestão da Informação e dos Sistemas de TI;

IV – Modernização de Sistema de Informação;

V – Gestão de Recursos de Fundos;

VI – Tarifas e Encargos Financeiros;

VII - Incentivo as Atividades de Fiscalização, Lançamento e Cobrança Administrativa.

Essas ações foram enviadas para inclusão na PLOA.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Todas as ações para adequação da legislação e regular instituição do Fundo foram providenciadas em 2016. Os trâmites para regularização e conseqüente execução dos recursos terão continuidade em 2017.

10. SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 20.101

A Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável - SEDES- DF é órgão da Administração Pública Direta do Distrito Federal, no decorrer de 2016 passou por diversas reestruturações, sendo que em março de 2016, houve a separação da SEDES com a Secretaria de Turismo, reestruturada pelo Decreto nº 37.141, de 29/02/2016 e tem atuação e competência nas seguintes áreas:

- I. desenvolvimento econômico;
- II. indústria, comércio e serviços;
- III. comunicações;
- IV. áreas, polos e parques de desenvolvimento econômico;
- V. políticas de fomentos;
- VI. políticas de incentivos ao desenvolvimento econômico;
- VII. empreendedorismo;
- VIII. integração e gestão de políticas públicas sociais e de infraestrutura da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e desenvolvimento sustentável do polo econômico da mesma;
- IX. economia criativa e solidária;
- X. microempresa e empresas de pequeno porte;

Vinculados à esta Secretaria destacamos a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal –FUNDEFE, cuja Unidade Orçamentária é 20.902.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	6
Cedidos – fora GDF	2
CLT – em exercício	8
Estatutário – em exercício	66
Sem vínculo – em exercício	135
Sem vínculo – afastado	2
Total ativos – em exercício	217
Total ativos - afastado	2

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Execução Orçamentária Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1758 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	10.000	0	0	0
0002 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA--DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	10.000	0	0	0
3204 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
2575 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	100.000	20.409	0	0
0001 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS--DF ENTORNO	100.000	20.409	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	10.000	0	0	0
0022 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
2590 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS	100.000	1	0	0
0001 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS--DF ENTORNO	100.000	1	0	0
2873 - PROMOÇÃO E DIFUSÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO DE DESIGN DO DISTRITO FEDERAL	100.000	0	0	0
0001 - PROMOÇÃO E DIFUSÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DA	100.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
PRODUÇÃO DE DESIGN DO DISTRITO FEDERAL				
3027 - IMPLANTAÇÃO DA CASA DO EMPREENDEDOR	100.000	2.765	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DA CASA DO EMPREENDEDOR-- TAGUATINGA	100.000	2.765	0	0
3032 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DAS AVES	10.000	0	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DAS AVES-- PLANO PILOTO .	10.000	0	0	0
3035 - REVITALIZAÇÃO DA VILA PLANALTO	10.000	0	0	0
0002 - REVITALIZAÇÃO DA VILA PLANALTO-- PLANO PILOTO .	10.000	0	0	0
3036 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES	10.000	0	0	0
0002 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES-- PLANO PILOTO .	10.000	0	0	0
3039 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO E ARTE POPULAR BRASILEIRA	154.000	5.103	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO E ARTE POPULAR BRASILEIRA-- PLANO PILOTO .	154.000	5.103	0	0
3040 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE	10.000	0	0	0
0002 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE-- PLANO PILOTO .	10.000	0	0	0
3074 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	10.000	0	0	0
0002 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA--DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	10.000	0	0	0
3884 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-ACESSIBILIDADE TURÍSTICA-DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
3093 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	10.000	0	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA-- DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
3176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CIDADE AEROPORTUÁRIA	50.000	12.966	0	0
5314 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CIDADE AEROPORTUÁRIA-- PLANALINA	50.000	12.966	0	0
3213 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	304.000	0	0	0
5642 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO-- DISTRITO FEDERAL	304.000	0	0	0
3486 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	70.000	0	0	0
0001 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS--DF ENTORNO	70.000	0	0	0
3507 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA	5.000.000	0	0	0
0003 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA--DISTRITO FEDERAL	5.000.000	0	0	0
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	56.000	0	0	0
1294 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA-- PLANO PILOTO .	56.000	0	0	0
3676 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS	10.000	0	0	0
0004 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS-FOMENTO AO TURISMO-DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	30.000	17.207	0	0
0094 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-DISTRITO FEDERAL	30.000	17.207	0	0
6132 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DA FEIRA MÓVEL DE MODA E ECONOMIA CRIATIVA - DF-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	100.000	0	0	0
6198 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS--DISTRITO FEDERAL	100.000	0	0	0
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	10.000	0	0	0
0007 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV-- PLANO PILOTO .	10.000	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	20.000	17.303	0	0
5742 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	20.000	17.303	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	620.000	16.011	0	0
5924 - APOIO A EVENTOS-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	120.000	16.011	0	0
5925 - APOIO A REALIZAÇÃO DO 7º HAIR BRASÍLIA AND BEAUTY - DF	470.000	0	0	0
5926 - APOIO À FEIRA INTERNACIONAL DE ARTESANATO	30.000	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	150.000	0	0	0
0001 - APOIO AO EVENTO BRASÍLIA SHOW GASTRONOMIA	150.000	0	0	0
4199 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO	737.000	1	0	0
2268 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO--DISTRITO FEDERAL	737.000	1	0	0
4200 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA	103.000	0	0	0
0002 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA--DISTRITO FEDERAL	103.000	0	0	0
5021 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES	42.260.069	31.418.482	3.630.471	2.744.579
0001 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES-- DF ENTORNO	42.260.069	31.418.482	3.630.471	2.744.579
6026 - EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE FOMENTO AO	100.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO				
0001 - APOIO À PESQUISA E INOVAÇÃO EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL	100.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	50.274.069	31.510.247	3.630.471	2.744.579

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado Em	Periodicidade de Apuração	Desejado Em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Participação da indústria de transformação no PIB do DF	%	1,6	31-dez-12	Anual	25	25	25	25	SEDES/ CODEPLAN / UO 20101 / OE 2

O Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - ADEs PROCIDADES tem Contrato de empréstimo com o BID nº 2957/OC-BR (BR- L 1076), em execução o Acordo de empréstimo entre BID e GDF, com garantia da União, na modalidade ADEs, sendo a SEDES o órgão gestor de acordo. A duração é de 5 anos, a partir da data de assinatura (10/09/2014), cuja linha de ação é a Melhoria do ambiente de negócios, promoção de investimentos, melhoria da infraestrutura e fomento do desenvolvimento empresarial e com o objetivo geral de "Desenvolvimento urbano integrado voltado para o incremento da qualidade de vida, da competitividade econômica e das condições institucionais".

O PROCIDADES é desenvolvido por componentes a seguir descritos:

Componente I – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL ESTRATÉGICO

Objetivo: Este componente busca fortalecer a Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Econômico – SEDES no desenvolvimento de suas competências para promover melhorias no ambiente de negócios e fomentar a competitividade econômica no DF. Para tanto, o componente financiará serviços de consultoria para modernização dos programas da SEDES (PRÓ-DF e PRÓ-DF II) em seus aspectos referentes à otimização de processos e simplificação de trâmites de autorizações para realizar empreendimentos nas ADEs. Ademais, será financiado o apoio ao processo de transferência da Junta Comercial do DF (JCDF) mediante a implementação de um sistema online com o registro de contribuintes e banco de dados integrados à Secretaria de Fazenda do DF e ao Ministério da Fazenda Nacional.

Valor: US\$ 2.995.000,00 (dois milhões, novecentos e noventa e cinco mil dólares americanos).

Este valor equivale, em termos percentuais, a 4,19 do valor total do contrato de financiamento.

Até a presente data foram autuados quatro processos: aquisição de licenças de softwares Microsoft; aquisição de material permanente de equipamentos de conexão de computadores; contratação de empresa especializada em fornecimento de solução integrada de proteção; e programa de capacitação profissional da SEDES/DF, os quais foram encaminhados ao BID e aguardam a Não Objeção – NO.

Componente II- PROGRAMA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Objetivo: Este componente tem como objetivo principal contribuir para a atração de investimentos e a diversificação de atividades econômicas em todo o DF, mediante a estruturação de programa de promoção de investimentos denominado Brasília Negócios. O Brasília Negócios está estruturado em três subcomponentes que serão descritos a seguir.

Subcomponente 1. Plano estratégico para atração de investimentos. Este subcomponente financiará a contratação de serviços de consultoria e assistência técnica para (i) a determinação das condições do ambiente de negócios e a identificação dos setores econômicos e projetos estratégicos (público e privado) que serão promovidos pelo Brasília Negócios; e (ii) a revisão do marco institucional e legal a partir da determinação dos setores estratégicos.

Subcomponente 2. Implementação de atividades de promoção de investimentos. Aqui será financiada a contratação de serviços de consultoria e assistência técnica para (i) o desenvolvimento de diversas estratégias de comunicação e promoção do DF (incluindo campanhas de mercado, missões de investimentos estrangeiros, participação em foros especializados entre outros), com ênfase em setores econômicos priorizados no plano estratégico mencionado no item anterior; e (ii) o desenvolvimento de planos de negócios e estudos de pré-viabilidade de potenciais prioritários que poderão ser financiados e implementados pelo setor privado e/ou mediante projetos público-privado.

Subcomponente 3. Apoio aos Investidores. Financiará a implementação de: (i) um sistema gerencial CRM (Gestão Gerencial de Cliente ou Customer Relationship Management), no qual conterà uma janela única de atendimento, contendo informações de mercado destinadas a potenciais investidores; (ii) novos serviços especializados de atendimento ao investidor, como Investment aftercare; e (iii) capacitação da equipe técnica da SEDES no tema de promoção de investimentos.

Valor: US\$ 5.167.800,00 (cinco milhões cento e sessenta e sete mil e oitocentos dólares americanos).

Este valor equivale, em termos percentuais, a 7,23% do total do Contrato de Empréstimo.

Componente III- DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL NAS ADEs

Objetivo: Este componente busca contribuir com o desenvolvimento das empresas situadas dentro das seis ADEs priorizadas, financiando a contratação de serviços de consultorias e assistência técnica, tais como os oferecidos pela

Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Banco do Brasil e o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas Empresas (SEBRAE). Este componente se divide nos seguintes três subcomponentes:

Subcomponente 1- Articulação Institucional nas ADEs. Elaborará diagnósticos setoriais das ADEs priorizadas, as quais servirão como orientação as demais atividades do componente. Também financiarão ações para promover a coordenação institucional no âmbito da Administração, incluindo a implementação de um ou mais núcleos avançados fixos, que servirão como balcão exclusivo de atendimento às empresas locais. Tais núcleos permitirão concentrar distintas instituições de serviços de apoio às empresas que se dedicam a estas atividades.

Subcomponente 2. Fortalecimento do Capital humano. Financiará a capacitação para empresários e trabalhadores das empresas localizadas nas ADEs. As Áreas de capacitação incluem temas de gestão (tais como recursos humanos, liderança, controle de qualidade e atendimento ao cliente) e de competitividade (como desenvolvimento de novos mercados, estratégicos de clusters e cadeias de valor, gestão ambiental). Para os trabalhadores, serão ministrados cursos de formação complementar qualidade de produtos, entre outros.

Subcomponente 3. Apoio empresarial. Baseia-se numa estratégia para apoiar as empresas das ADE em diferentes estágios do ciclo empresarial, para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de seus produtos. Esta estratégia inclui:

- i) Apoio a empresários com assistência a fim de apoiar o desenvolvimento de novos projetos, incluindo capacitação para novos empreendedores e financiamento a projetos inovadores específicos;
- ii) Modernização técnica, inovação e certificação, para incrementar a produtividade empresas mediante o acesso às novas tecnologias que melhorem seus processos/ produtos; e

Qualificação dos fornecedores, para facilitar a assistência técnica dirigida a micro pequenas empresas consolidadas nas ADE's para que passem a servir como provedoras de grandes empresas do DF

Valor: US\$ 3.339.321,00 (três milhões, trezentos e trinta e nove mil, trezentos e vinte e um dólares americanos).

Este valor equivale, em termos percentuais, a 4,67% do valor total do contrato de financiamento.

Componente IV: URBANISMO E INFRAESTRUTURA NAS ADES

Objetivo: Esse componente busca melhorar as condições urbanas e de infraestrutura em ADEs prioritárias objetivando incrementar seu desenvolvimento socioeconômico. Ele financiará a prioritárias objetivando incrementar seu desenvolvimento socioeconômico. Ele financiará a pavimentação de vias, construção de ciclovias. Especificamente, para atender a ADE Ceilândia, será financiado a construção de praças, parques, áreas verdes, arborização urbana, iluminação pública e a instalação de equipamentos urbanos e calçadas, com o fim de atender às carências das comunidades situadas em seu entorno.

Valor previsto: US\$ 55.694.879,00 sendo US\$ 34.604.879,00 do Contrato de Empréstimo BID e US\$ 21.090.000 com recursos do GDF. Cerca de US\$ 7.000.000 da contrapartida local será mediante reconhecimento de despesas decorrentes de obras já realizadas no âmbito do GDF.

Abaixo relacionados as ações previstas para este Componente e que encontram-se em fase de desenvolvimento ou finalização:

- ADE Centro-Norte da Ceilândia:
 - Limpeza e cercamento das lagoas de detenção;
 - Complementação da urbanização e da mobilidade urbana;
- ADE Materiais de Construção da Ceilândia:
 - Complementação da urbanização e da mobilidade urbana;
- ADE Setor de Indústrias da Ceilândia:
 - Limpeza e cercamento das lagoas de detenção;
 - Execução da pavimentação asfáltica;
 - Execução da rede de drenagem de águas pluviais;
 - Complementação da urbanização e da mobilidade urbana;
- ADE Setor de Múltiplas Atividades do Gama:
 - Complementação da rede elétrica;
 - Sistema de iluminação pública;
 - Complementação da pavimentação;
 - Complementação da drenagem pluvial;
 - Complementação do sistema de esgotamento sanitário.
 - Complementação da urbanização e mobilidade urbana;
- ADE Polo JK de Santa Maria:
 - Complementação da pavimentação das etapas 1 e 2 da ADE;
 - Complementação da drenagem das etapas 1 e 2 da ADE;

- Implantação de lagoas de amortecimento;
- Construção de rede de interligação e lançamento final de esgoto;
- Projeto e execução das linhas de alimentação;
- Implantação de subestação de energia elétrica;
- Aquisição de transformadores para a subestação de energia elétrica;
- Complementação da urbanização e mobilidade urbana;
- ADE Núcleo Bandeirante:
 - Complementação da urbanização e mobilidade urbana.

Resumo dos Recursos dos Componentes

Componentes	IDB/OC-BR US\$	GDF US\$	TOTAL	%
1 – Desenvolvimento Institucional Estratégico	2.945.000,00	50.000,00	2.995.000,00	4,19
2 – Programa de Atração e Investimentos	5.167.800,00	0	5.167.800,00	7,23
3 – Desenvolvimento Empresarial nas ADES	3.339.321,00	0	3.339.321,00	4,67
4 – Urbanismo e Infraestrutura nas ADES	34.604.879,00	21.090.000,00	55.694.879,00	77,97
5 – Gestão e Monitoramento	3.943.000	290.000,00	4.233.000,00	5,92
TOTAL GERAL	50.000.000,00	21.430.000,00	71.430.000,00	100,00

Até 31/12/2016 ocorreram desembolsos efetuados pelo BID à conta do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR no valor de US\$ 1.857.000,00 (Um Milhão e Oitocentos e Cinquenta e Sete Mil Dólares), equivalente a R\$ 6.742.406,70.

Até 31/12/2016 foram efetuadas comprovações de gastos (Justificativas de Gastos) ao BID no montante de US\$ 924.340,85, equivalentes a R\$ 3.069.501,70.

Em 31/03/2016 foi apresentada ao BID a 3ª Justificativa de Gastos no valor de US\$ 145.293,09, equivalentes a R\$ 572.141,02, referente aos gastos no valor de R\$ 572.141,02, referente aos gastos realizados no período de 16/12/2015 a 31/03/2016; destinado à cobertura, por 06 (seis) meses, dos custos de serviços de apoio ao gerenciamento à UGP/PROCIDADES contratados por intermédio do Contrato nº 08/2014 com o Consórcio COBRAPE/TOPOCART, empresa Gerenciadora Programa;

Em 29/07/2016 foi apresentada ao BID a 4ª Justificativa de Gastos no valor de US\$ 329.077,58, equivalentes a R\$ 1.295.940,34, referente aos gastos realizados no período de 01/04/2016 a 28/07/2016, destinado à cobertura, por 06 (seis) meses, dos custos de serviços de apoio ao gerenciamento à UGP/PROCIDADES contratados por intermédio do Contrato nº 08/2014 com o Consórcio COBRAPE/TOPOCART, empresa Gerenciadora Programa.

Com o objetivo de financiar serviços de consultoria técnica de apoio a Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP/PROCIDADES durante toda a execução do Contrato do Empréstimo nº 2957/OC-BR (BR-L 1076), bem como cobrirá os custos de serviços de monitoramento e avaliação do Programa, cujo valor é de US\$ 4.233.000,00, sendo US\$ 3.943.000,00 do Empréstimo e US\$ 290.000,00 de Contrapartida Local; e este valor equivalente, em termos percentuais, a 5,92% do total do Contrato de Empréstimo.

No que se refere à Integração e Gestão de Políticas Públicas e Sociais da Região Metropolitana-RIDE ações administrativas foram realizados com o objetivo primordial de articular as ações administrativas do Distrito Federal, dos doze municípios localizados no estado de Goiás (quais sejam: Abadiânia, Água Fria, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho, Corumbá, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa) e dos três municípios localizados no estado de Minas Gerais (Buritit, Cabeceira Grande e Unai).

Importante salientar que consideram-se de interesse da RIDE serviços públicos que são comuns ao Distrito Federal, aos Estados de Goiás e aos municípios de Minas Gerais que a integram a RIDE, relacionados com as seguintes áreas:

- infraestrutura;
- geração de empregos e capacitação profissional;
- saneamento básico, em especial o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto e o serviço de limpeza pública;
- entre outros.

Ao longo do Exercício/2016, foram realizadas visitas aos municípios que fazem parte da RIDE, integradas por prefeitos e autoridades municipais, com o fim de debater políticas eficientes e ações possíveis considerando os casos abordados. Entre outras questões, discutiu-se uma nova governança de políticas públicas, com fomento ao diálogo entre os gestores públicos e incentivo à construção conjunta de uma agenda positiva e propositiva em torno de problemas pontuais vividos em cada território, como: desemprego, desenvolvimento local sustentável, crise hídrica, mobilidade urbana, desafios da saúde pública, participação social etc. Com o debate ampliado, foi oportunizado aos gestores explanarem a respeito das

carências e dificuldades enfrentadas pela população local, com o objetivo de criar ambiente favorável ao surgimento de ideias e saídas para os problemas. Foram debatidas, ainda, possíveis ações para a promoção do desenvolvimento da região.

Ademais, promoveu-se a articulação entre as lideranças da sociedade civil organizada, os municípios que compõem a Região Metropolitana - RIDE e com os demais órgãos governamentais para o estabelecimento e cumprimento de programas e projetos municipais. Dentre as atribuições está a interação com os demais órgãos governamentais para o atendimento de certas demandas municipais.

Dentre as atribuições está a interação com os demais órgãos governamentais para o atendimento de certas demandas municipais. Nesse sentido, um dos maiores problemas encontrados no exercício de suas funções, fora conseguir o êxito em determinadas demandas quando a ação estava atrelada a outro órgão. A resposta por muitas vezes, fora negativa segundo justificou-se, por falta de disponibilidade de material, como por exemplo pedidos de doação de equipamentos para quadra a céu aberto, de mudas para arborização do município, entre outros casos semelhantes.

No que se refere ao Programa Pró-DF, ressalta-se que a Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável - SEDES/DF publicou a Portaria nº186 de 24/10/2016 que alterou, conforme seu artigo 2º, o horário de atendimento ao público externo passando a prestação de serviços ser das 8h às 18h com atendimento ininterrupto de 10 horas. Isso se deu por meio do novo Modelo do Pró-DF que apresentou soluções e possibilidades às empresas participantes dos Programas de Desenvolvimento Econômico aumentando assim, a demanda de atendimentos diversos, da seguinte forma:

- Atendimentos diversos realizados sem a realização de requerimentos (número obtido com controle de senhas efetuado nos meses de maio a dezembro/2016): 2.100 (dois mil e cem) e;
- Atendimentos com o recebimento de Requerimentos: 2.203 (dois mil, duzentos e três) Requerimentos, totalizando 38.784 (trinta e oito mil, setecentos e oitenta e quatro) documentos recebidos pelos atendentes.

A Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico tem uma unidade administrativa de controle das áreas, responsável pela guarda e controle de imóveis disponibilizados para o Programa Pró-DF II, análise de disponibilidade de imóveis, obedecidas as Normas Gerais de Gabarito (NGB'S) de cada Região Administrativa, e responsável pelas vistorias, necessárias a análises processuais das empresas participantes do Programa Pró-DF II.

De janeiro a dezembro de 2016, a DICOA realizou os seguintes trabalhos:

- Atualização de 3.510 lotes cadastrados no estoque do Programa Pró-DF II, com informações detalhadas sobre a situação de cada imóvel, trâmite processual e vistorias detalhadas;
- Análise de 2.928 processos, com elaboração de pareceres, despachos e relatórios;
- Realização de 1.209 vistorias em todas as Áreas de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

A SEDES faz a análise de viabilidade das empresas interessadas em ingressar no Programa Pró-DF II; o acompanhamento dos projetos de empreendimentos aprovados, com Contrato de Concessão de Uso junto à TERRACAP; a análise da implantação dos empreendimentos do Programa; e ainda, o acompanhamento das Metas de Geração de Empregos dos empreendimentos já implantados no Pró-DF II.

De Janeiro a Dezembro de 2016 realizou um total de 3.915 análises, destacando-se o que segue:

- Análise de Projetos de Viabilidade Técnica: 329 análises;
- Análise de alteração de Projetos de Viabilidade: 192 análises;
- Análise de Legalidade de processos, com vistas a emissão de Atestados de Implantação Definitivo: 192 análises;
- Análise de processos para regularização da ADE Bonsucesso de São Sebastião: 105 análises;
- Análise Prévia para fins de implantação: 456 análises;
- Pareceres de Cancelamento, Prorrogação de Prazo e Reduções de Descontos: 127 pareceres;
- Emissão de Atestados de Implantação Definitivo: 49 Atestados.

A SEDES, por meio da Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico – SUDEC, promove reuniões todas as quartas-feiras, das 14h30min às 18h00min, visando promover um canal aberto entre o setor público e os empreendedores, esclarecer dúvidas e sanar pendências administrativas relativas aos processos das empresas participantes dos Programas de Desenvolvimento Econômico.

Para dirimir as possíveis dúvidas levantadas no aludido atendimento ao empresário e tratar de assuntos correlatados, os Diretores da SUDEC reúnem-se toda quinta-feira, às 09h30min, com o Subsecretário de Desenvolvimento Econômico, os Diretores da SUDEC são membros da Comissão Especial de Recurso e, semanalmente, às terças-feiras, a partir das 15h, reúnem se para deliberação.

Atualmente o Distrito Federal realiza um atendimento de excelência quando o assunto é **REDESIMPLES**, isto quer dizer que micro e pequenos empresários de atividades de baixo risco conseguem abrir seu negócio em menos de 5 dias graças à integração de serviços com órgãos responsáveis pelo registro e licenciamento de empresas. Uma redução de tempo extraordinária já que, anteriormente a esta gestão, o mesmo processo levava pelo menos 1 ano para ser finalizado.

O **BRASIL MAIS SIMPLES**, projeto desenvolvido pelo SEBRAE em parceria com esta Secretaria de Estado e diversos órgãos públicos, visa o alinhamento de parceiros estratégicos no âmbito das políticas públicas nas esferas nacional, estaduais e municipais para a promoção da melhoria do ambiente de negócios voltados para o micro e pequeno empreendedor.

No que tange o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ/DF e Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal -PRÓ/DF II, a SEDES, publicou dois normativos quais sejam:

a) **PORTARIA Nº 37, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016**, que estabelece normas para emissão dos Atestados de Implantação Provisório e Definitivo e análise do cumprimento de metas de geração de empregos para os empreendimentos beneficiados com incentivos econômicos, por meio do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ/DF, Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal -PRÓ/DF II e programas anteriores e dá outras providências.

Este normativo traz a regularização de empresas endividadas e a criação de empregos são medidas importantes para a retomada do crescimento econômico do Distrito Federal. Para atingir esses objetivos, o governo de Brasília decidiu reformular e desburocratizar o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal (Pró-DF), que reúne 3,7 mil micro e pequenos empreendimentos na capital do País.

b) **PORTARIA Nº 162, DE 29 DE AGOSTO DE 2016**. Neste instrumento a SDES no exercício do poder administrativo de regulamentação e gerenciamento dos Programas de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, Considerando o resultado do Grupo de Trabalho constituído por meio da Portaria nº 39, de 24 de abril de 2015 (publicado no DODF nº 80, do dia 27.04.2015, p. 30), que teve como missão promover estudos e atualizações de toda a legislação do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - Novo Modelo de Gestão do PRÓ-DF I, concede tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às MICROEMPRESAS, EMPRESAS e MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, de que trata a legislação regente, tanto a nível federal quanto a nível distrital, é um desafio constante aos gestores públicos no sentido de torna-la uma realidade e garantir sua plena execução.

PRÓ-DF
REGRAS DO PROGRAMA SÃO ALTERADAS PARA IMPULSIONAR A ECONOMIA

COMO ERA	COMO FICA
Os cerca de 3 mil micros e pequenos empresários em dívida com a Terracap podem quitar seus passivos em até 36 vezes. Atualmente, esse débito chega a R\$ 180 milhões.	Os passivos poderão ser pagos em até 72 parcelas. A medida dará fôlego ao setor, pois, com mensalidades de menor valor, o empresário terá um lastro maior para investir.
Empresas que mantêm dívidas com o Pró-DF tinham incentivos econômicos cancelados, e, normalmente, a disputa pela posse do terreno acabava em demorados processos na Justiça.	O governo oferecerá ao empresário com incentivos econômicos cancelados um novo contrato de 36 meses. Após esse período, ele poderá comprar o lote em até 240 vezes.
Apenas uma empresa poderia ocupar um lote do Pró-DF. Dependendo da atividade econômica desenvolvida no local, muitos espaços ficavam ociosos.	Duas ou mais empresas poderão se instalar no mesmo terreno, medida que pretende melhorar a ocupação do patrimônio, além de permitir que empresas se complementem em seus negócios. Uma fabricante de roupas poderá dividir o espaço com a fornecedora de tecidos, por exemplo.
Empresas inscritas no Pró-DF são obrigadas a cumprir meta de criação de empregos, calculada de acordo com o tamanho da instituição. No entanto, não há qualquer incentivo para contratação de pessoas em situação de vulnerabilidade.	O governo vai estimular a contratação de mulheres vítimas de violência, integrantes de programas sociais do governo de Brasília, pessoas com deficiência e idosos. Dependendo da quantidade de funcionários desses grupos vulneráveis, o empregador poderá atingir as metas de criação de empregos do PRÓ-DF com menos custos.

Edição de arte/Agência Brasília

Fonte: Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável do DF

No Distrito Federal existem mais de 100 mil Microempreendedores Individuais, sendo que no Brasil já são mais de 5 milhões de MEI devidamente formalizados. Pensando nesse nicho econômico, o Governador do Distrito Federal, expediu o Decreto nº 36.820, de 21 de outubro de 2015, que institui no âmbito do Distrito Federal o Programa INCLUIR MPE.

O Programa INCLUIR MPE é o conjunto de ações governamentais voltado ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Microempresas, às Empresas de Pequeno Porte e aos Microempreendedores Individuais e tem como finalidade **garantir** a participação desse segmento nos processos de contratações de serviços, obras e aquisições do Distrito Federal.

A Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável – SEDES é responsável pela execução das ações e efetivação das medidas necessárias para cumprir o previsto no Programa INCLUIR MPE.

Por meio da parceria entre o Governo do Distrito Federal – GDF e o SEBRAE/DF, prevista no Acordo de Cooperação Técnica assinado em 13 de abril de 2015, várias ações já vem ocorrendo para promover o desenvolvimento do Distrito Federal por meio da inclusão dos pequenos negócios nas compras governamentais.

De acordo com suas competências legais, a SEDES e a SEE/DF em parceria com o SEBRAE/DF, estão desenvolvendo o projeto de credenciamento de Microempreendedores Individuais, de acordo com a sua área específica (CNAE) para, por meio de um rodízio, prestar exclusivamente os serviços de pequenos reparos para as escolas públicas localizadas sob a jurisdição da Coordenação Regional de Ensino do Projeto Piloto.

Quanto às realizações acerca dos programas e projetos em processo de execução de Micro e Pequena Empresa e Microempreendedor Individual, destaca-se:

Ações previstas pelo Decreto nº 36.820, de 21/10/2015 que cria o Programa INCLUIR-MPE;

- Confecção de Editais Padrão: Foram elaborados Modelos de Editais que visam garantir a participação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e aos Microempreendedores Individuais nos processos de contratações de serviços, obras e aquisições do Distrito Federal, tais editais foram disponibilizados à SULOLOG/SEPLAN para que os mesmos adotassem esse padrão.

- Segmento de Vestuário. Em parceria com Sistema S, foi desenvolvido um caderno com especificações técnicas que facilitará a aquisição de materiais do vestuário por parte da SULOLOG/SEPLAN, esses materiais serão adquiridos para atender a demanda da Secretaria de Educação (materiais destinados aos alunos das Vilas olímpicas). Facilitará aos empreendedores por trazer de forma clara e detalhada o produto a ser fornecido.

A SEDES desenvolveu o projeto Piloto que busca estabelecer um conjunto de ações que sejam implementadas de forma encadeada, sistêmica e sinérgica pelas Escolas Públicas do Distrito Federal sob jurisdição da Coordenação Regional de Ensino do Projeto Piloto para a construção de um ambiente de negócios mais favorável aos Microempreendedores Individuais- MEI localizados no Distrito Federal.

Com o objetivo precípua de alavancar a participação desses empresários na prestação de serviços para as Escolas Públicas do Distrito Federal, esse projeto propõe a criação de um banco de credenciamento de microempreendedores individuais de acordo com a categoria específica, para que, por meio de uma metodologia de rodízio possam prestar serviços às escolas, sob responsabilidade da SEDES.

No escopo desse projeto levou-se em consideração os estudos de Compras Governamentais realizados pelo SEBRAE/DF, na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2015), que segundo este estudo, demonstra que os diretores das escolas públicas do Distrito Federal têm dificuldades na contratação de serviços para a execução de pequenos reparos e manutenção predial das escolas públicas.

O SEBRAE/DF, também realizou levantamentos de informações com os Microempreendedores Individuais, tendo como resultado a falta de conhecimento dos MEI's na correta forma de acessar o mercado público e ter o Governo do Distrito Federal na sua carteira de cliente.

Dessa forma o projeto contribuirá de forma significativa para a desburocratização das contratações realizadas pelos diretores das escolas da Coordenação Regional de Ensino do Projeto Piloto, dando-lhe maior segurança jurídica e respaldo técnico, bem como irá promover uma maior inclusão social e econômica dos Microempreendedores Individuais do Distrito Federal, reduzindo a desigualdade e aumentando a empregabilidade.

Para cumprir com a missão institucional, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal precisa manter em boas condições as instalações educacionais. Essa atribuição fica a cargo do diretor da escola, que por meio dos recursos disponibilizados pelo PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira da Secretaria de Educação e Esportes do Distrito Federal) ou PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) faz a contratação dos serviços necessários para pequenos reparos em suas instalações.

Ocorre que os diretores não possuem muita segurança jurídica para realizar essas contratações, pois conforme prescreve a Constituição Federal bem como na Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos) todas as aquisições e contratações de bens ou serviços para o setor público deve ser precedido de procedimento licitatório.

Já em andamento, o Projeto Piloto Alimentação Escolar – A SUBMPEI e a SEE em parceria com o SEBRAE/DF, estão pesquisando e estudando a relação das aquisições feitas pelos Diretores da Escola Públicas (compras descentralizadas) com objetivo de mapear os processos de compras e de possibilitar a inserção das entidades preferencias e agricultores familiares como potenciais fornecedores da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Também em andamento, a implantação do Projeto Piloto–Pequenos Reparos na RA de São Sebastião- Realização de levantamento de preços da hora técnica do MEI validada pela CODEPLAN/DF. Credenciamento de Microempreendedores Individuais para esse projeto. Criação do banco de credenciados de microempreendedores individuais de acordo com a categoria específica, para que, por meio de uma metodologia de rodízio possam prestar serviços às escolas sob responsabilidade da SEDES. O Projeto Piloto aguarda a liberação de órgão de controle para prosseguimento.

Para a Expansão do Projeto Pequenos Reparos para outras RAs foi realizada pesquisa de preços da hora técnica do MEI que será validada pela CODEPLAN/DF.

Um das dificuldades enfrentadas na execução desse projeto se refere à compilação da prestação de contas de todas as escolas junto ao núcleo financeiro da Coordenação Regional de Ensino e encaminhado à Gerência de Descentralização de Recursos Financeiros - GEDERE. Como são várias instituições de ensino, os valores contratados divergem muito entre as escolas, o que pode ocasionar a devolução do dinheiro por parte do diretor. Assim, percebe-se que a maioria dos diretores evitam utilizar os recursos previstos nesses programas (PDAF/PDDE) para a contratação de pequenos serviços de reparos/manutenção, pois ficam receosos de fiscalização e aplicação de penalidades por parte dos órgãos responsáveis. É nítido que essa preocupação por parte dos diretores é influenciada diretamente pelo excesso de rigor que hoje é aplicado aos gestores públicos, bem com a imensa burocracia que atrasa ainda mais o bom andamento das gestões administrativas.

No Brasil, a prestação de serviços por pessoas informais era muito alta, e foi para incentivar a regularização das pessoas autônomas que trabalhavam na clandestinidade, sem ter seus direitos assegurados e com poucas possibilidades de crescimento profissional, a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, criou a figura do Microempreendedor Individual - MEI, e estabeleceu uma série de benefícios, inclusive tributários.

Açougueiros, serralheiros, borracheiros, jardineiros, entre tantos outros profissionais autônomos, podem hoje se formalizar no portal do microempreendedor individual e desfrutar dos benefícios, como cobertura previdenciária, isenção de taxas para registro de empresas, redução de carga tributária, emissão de alvará pela internet, bem como permite a emissão de notas fiscais, entre tantos outros.

No que se refere ao Projeto Material Escolar, que tem por objetivo o credenciamento de empresas (papelerias) sediadas no DF, para fornecimento de material escolar aos alunos da rede pública de ensino do DF, beneficiários do Programa Bolsa Família, por meio do Cartão Material Escolar (CME). Este cartão é um cartão de débito confeccionado pelo Banco de Brasília que também é responsável pelo repasse do recurso ao beneficiário mediante o cadastro único da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social. O processo de credenciamento das empresas é feito mediante uma Chamada Pública Conjunta entre SEDES, SEDF e SEDESTMIDH.

Trata-se de uma ação de políticas públicas do Distrito Federal, visando complementar o valor despendido na aquisição do material escolar; oportunizar ao beneficiário poder de escolha do material escolar; descentralizar a aquisição como forma de fomentar o comércio de diferentes estabelecimentos especializados na comercialização do material escolar, propiciando a geração de emprego e renda nas regiões administrativas.

O Programa Cartão Material Escolar no âmbito do DF foi instituído em 16/06/2015, sancionado pela Lei Nº 5.490/2015. Entretanto, somente em 2016 a SEDES e a SEE realizaram a Chamada Pública Conjunta Nº 002/2016, onde a SEDES credenciou as papelerias para participarem do referido Programa. Em novembro de 2016 a SEDES solicitou a manifestação da Secretaria de Educação para dar continuidade ao projeto no ano letivo de 2017.

Em 2016, a SEDES implantou o programa Simplifica PJ, cujo objetivo é o desenvolvimento e implantação de versão do Sistema de Registro de Licenciamento de Empresa para abertura e licenciamento do Micro e Pequeno Empreendedor Individual.

Após a implantação do Sistema de Registro e Licenciamento de Empresa – RLE foram identificadas as necessidades das seguintes melhorias, as quais foram implementadas ou estão em andamento, entre elas destacam-se:

- Homologado o Licenciamento de novos Microempreendedores Individuais - MEI, o que até então não era possível. Os MEIs já licenciados serão incluídos conforme necessidade de renovação ou alteração de suas licenças;
- Na página inicial do link, os ícones: "Central de Ajuda", "Acessar Central de Ajuda" e "Dúvidas mais frequentes", tiveram o aumento da fonte e um destaque maior na "?", a fim de maior visibilidade para acesso;
- Melhoria de busca na página de "Licenças Pendentes", quanto a consulta completa de Licenças Pendentes, anteriormente necessitava do NIRE ou CNPJ para efetuar a consulta. Na página de "Análise de Licenças", foram incluídas informações com: Nome da empresa, CPF do sócio e a qualificação do sócio, anteriormente constava somente a Razão Social;

- Para as empresas cujo CNAE não é de interesse dos Órgãos Licenciados, será disponibilizado um comprovante de Registro, informando que a atividade em questão é dispensada do Licenciamento, como exemplo: Empresa Virtual (SEM ESTABELECIMENTO). Prazo para alteração 15/01/2017;
- Vincular as Regiões Administrativas – RA s nos licenciamentos das empresas, para tornar visível a Região em que a empresa está localizada. Prazo de entrega 15/02/2017;
- Melhoria de FILTRO DE PESQUISA solicitada por parte dos Órgãos Licenciadores e das Administrações Regionais. Prazo de entrega 30/01/2017;
- Geração de um comprovante único do licenciamento de empresas tratadas como LEGADO (registradas anterior a Lei nº 5.547), pois hoje não possui um painel de licenças no sistema, sendo necessária a impressão de diversas licenças emitidas. Prazo para entrega 30/01/2017.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	0	0	0
4503 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-APOIO A REALIZAÇÃO DE REFORMA DE ESPAÇOS FÍSICOS- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	0	0	0	0

Cancelamento da Emenda Parlamentar nº 65, assim, não houve execução neste Programa.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	200.000,00	107.829,00	82.727	67.349
8482 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	200.000,00	107.829,00	82.727	67.349
TOTAL DO PROGRAMA 6211	200.000,00	107.829,00	82.727	67.349

As realizações no âmbito deste Programa se referem ao Contrato de Prestação de Serviço nº 06/2014 firmando com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso- FUNAP, no qual a SEDES dispôs de mão de obra de 5 pessoas. Este Programa tem por objetivo contribuir com a ressocialização de sentenciados.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO-DESENVOL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	30.000	212.000	140.660	140.660
0024 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	30.000	212.000	140.660	140.660
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10.000	0	0	0
5374 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	310.000	109.516	106.595	106.595
2605 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	310.000	109.516	106.595	106.595
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	20.000	1.996	0	0
0057 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	20.000	1.996	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	27.104.925	17.866.729	17.513.798	17.495.457
0067 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	27.104.925	17.866.729	17.513.798	17.495.457
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2.141.000	902.000	878.628	878.628
0058 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	2.141.000	902.000	878.628	878.628
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	6.236.793	1.363.040	992.785	877.548
0062 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	6.236.793	1.363.040	992.785	877.548
TOTAL DO PROGRAMA 6001	35.852.718	20.455.281	19.632.465	19.498.888

A Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal (SEDES-DF) sofreu reestruturações durante o Exercício de 2016, entre as quais, a separação da SEDES e da SETUR, o que acarretou aumento na demanda de trabalho, com a criação de novos códigos de funções e com lotações para atender ao disposto no Decreto nº 37.141, de 29 de fevereiro de 2016.

De acordo com o levantamento realizado pela Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES/COAF/SEDES, em outubro de 2016, a força de trabalho desta Secretaria era composta por 137 servidores sem vínculos, 24 servidores com vínculos e ocupando cargos em comissão, 29 servidores requisitados com funções remuneradas, 8 servidores cedidos, 21 servidores efetivos sem cargo em comissão e 01 servidor requisitado sem cargo em comissão, totalizando assim 220 servidores, 33 servidores aposentados e 06 pensionistas vitalícias, além de 28 de estagiários. Um total de 287 pessoas até outubro de 2016.

Atualmente a SEDES conta com 291 servidores e 28 estagiários. Com a reabertura do Programa Jovens Candangos há perspectiva de admitir mais 15 jovens que poderão passar a integrar a força de trabalhos desta Pasta.

Até o mês de junho de 2016, a Secretaria funcionava no Centro Poliesportivo Ayrton Senna Eixo Monumental, porém, por conta da realização das Olimpíadas/2016 naquele local, houve a necessidade de mudança, quando passou a instalar-se no Setor Bancário Norte, mesmo prédio onde funciona a Administração Regional do Plano Piloto, ficou sendo aditivado no Contrato da Administração Regional de Brasília a locação desta SEDES aonde foi descentralizado orçamento para esta RA I.

Para Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais a SEDES-DF celebrou diversos contratos, entre esses: ECT-Correios; Oi S/A; CEB; empresa de serviços de mudanças; e aquisição de móveis para escritório.

PROGRAMA TEMÁTICO: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	660.000	612.000	297.765	297.765
0016 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	660.000	612.000	297.765	297.765
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.530.985	3.003.899	2.996.799	2.686.763
0043 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	4.530.985	3.003.899	2.996.799	2.686.763
TOTAL DO PROGRAMA 0001	5.190.985	3.615.899	3.294.563	2.984.528

A SEDES efetuou o pagamento relativo à Conversão de Licença em Pecúnia de 3 servidores que se aposentaram. Outra despesa realizada neste Programa se refere ao ressarcimento de salários de servidor requisitado.

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No exercício de 2016, esta Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável desenvolveu uma rotina de mudança em relação ao a condução de seus procedimentos no atendimento ao empresário, que foi efetivada por meio da Portaria nº 186 de 24/10/2016, DODF de 26/10/2016 que alterou conforme seu artigo 2º, O horário de atendimento ao público externo passando a prestação de serviços ser das 8h às 18h com atendimento ininterrupto de 10 horas. Voltados para melhor atendimento no Programa do PRÓ-DF.

A Secretaria está no aguardo da resposta do Ofício nº095/2016 que foi encaminhado em 08/11/2016 solicitando a manifestação da Secretaria de Educação para dar continuidade a perspectiva do projeto Cartão Material Escolar para o ano letivo de 2017.

10.1. COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA– UO: 20.201

A Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, empresa pública de direito privado, foi criada pela Lei Federal n.º 5.861 de 12 de dezembro de 1972, para assumir os “direitos e obrigações na execução das atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal”.

Sem prejuízo das atribuições da Lei que a criou, a Lei Distrital n.º 4.586 de 13 de julho de 2011 definiu novas atribuições para a Empresa, que passou a ter, também, a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal.

Assim, além de ser uma das executoras da política de ordenamento territorial do Governo, a Terracap é também uma das executoras das políticas de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, atuando não apenas no financiamento de investimentos para parcelamento do solo, mas, também, na expansão urbana e habitacional, no desenvolvimento econômico, social, industrial e agrícola, no desenvolvimento do setor de serviços e da área de tecnologia e no estímulo à inovação. A Lei concede, também, o direito de promover estudos e pesquisas, bem como fazer o levantamento, a consolidação e a divulgação de dados relacionados, ao ordenamento urbano, ao provimento habitacional e ao mercado imobiliário do DF.

Em 2015, por meio do Decreto n.º 36.236 de 01 de Janeiro de 2015, o Governador do Distrito Federal organizou a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo vinculando a Terracap à Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável (SEDS) evidenciando, ainda mais, a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal.

Comprometida a trabalhar em coerência com os objetivos estratégicos e observância dos princípios do Governo do Distrito Federal, a Terracap consolidou a sua participação nas políticas de desenvolvimento econômico e social, fundiária, habitacional e de implantação de infraestrutura básica local.

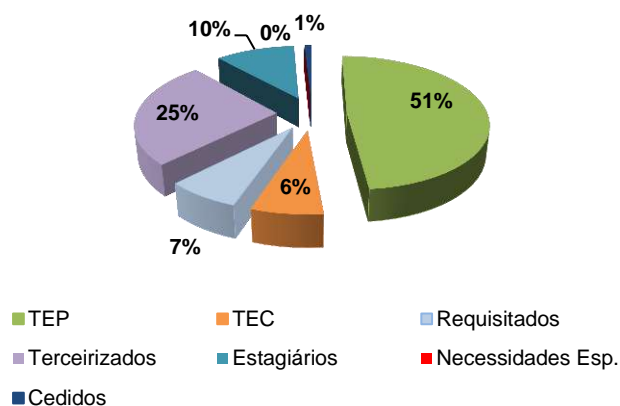
Força de trabalho

Empregados	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com Cargo em Comissão	Sem Cargo em Comissão	Com Cargo em Comissão	Sem Cargo em Comissão	
Quadro da Terracap - TEP*	24	379	16	139	558
Comissionados sem vínculo	49	-	23	-	72
Requisitados	GDF	-	33	-	62
	União	06	07	-	13
Outros	Terceirizados	-	-	19	272
	Estagiários	-	79	-	114
Total Geral	108	711	79	193	1.091
Cedidos para outros órgãos					09

* Estão classificados na atividade-meio os empregados em benefício, aposentados por invalidez e com contrato suspenso. Esses empregados, quando retornam de seus afastamentos, ficam sob-responsabilidade do Nuden até serem lotados na área onde deverão prestar serviços.

A Terracap encerrou o ano de 2016 com praticamente o mesmo número de empregados de 2015 (1.091 pessoas, excluindo os 9 empregados cedidos para órgãos do Distrito Federal e União), -33 empregados a menos. As despesas de pessoal e encargos sociais tiveram um aumento de 13,78% no ano de 2016 em relação ao ano de 2015. Tal aumento se deve, principalmente, ao reajuste salarial de 10,33% (sobre TEP e TEC) concedido no âmbito de Acordo Coletivo de Trabalho em novembro de 2015 o qual impactou a folha de pagamentos e as obrigações integralmente no exercício de 2016.

DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS



O gráfico de distribuição dos empregados demonstra que a Terracap é composta principalmente por funcionários do Quadro Permanente (TEP), seguido por terceirizados e estagiários. Os comissionados sem vínculo, requisitados

de outros órgãos, cedidos e portadores de necessidades especiais (contrato com Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial) somam por volta de 15% da força de trabalho da Empresa.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1950-CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	4.500.000	4.500.000	199.388
3048-REFORMA DO AUTÓDROMO	100.000	100.000	0
4091-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS	1.500.000	18.308.000	10.906.769
5826-APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS	1.500.000	18.308.000	10.906.769
9494-CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	4.500.000	4.500.000	199.388
9584-REFORMA DO AUTÓDROMO	100.000	100.000	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	6.100.000	22.908.000	11.106.157

O Programa da Cidade do Esporte e Lazer, constante no PPA 2016/2019, agrega 3 ações que são desenvolvidas, gerenciadas e financiadas pela Terracap, com os recursos provenientes, principalmente, das vendas de imóveis.

A Terracap atua ativamente neste Programa do Governo do Distrito Federal, dando a sustentabilidade financeira necessária. Este Programa agrega ações de Reforma do Autódromo, Construção de Praças Públicas e Parques em várias regiões administrativas do Distrito Federal, bem como apoio a projetos esportivos.

Muito embora Brasília tenha sido uma das cidades-sede do futebol para as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, os investimentos neste citado exercício fiscal foram muito insipientes quando comparados a anos anteriores, em virtude da situação financeira e econômica do Brasil com consequência à operacionalização da Companhia. Com isso, a carga investida foi sobretudo em apoio a projetos esportivos.

Apesar de não ter ocorrido a reforma do autódromo, o gasto em investimentos em construção de praças públicas e parques foi de R\$ 199.388,00 representando 1,80% do valor total investido. Em contrapartida, o apoio a projetos esportivos representa 98,20%.

Sendo a Terracap uma empresa cuja atividade principal tem como função o Comércio, também estão inseridas ações de divulgação da marca empresarial por meio do apoio a eventos esportivos realizados no Distrito Federal. Por ser uma empresa pública, que contabiliza suas contas de acordo com a Lei das S/A, os incentivos financeiros concedidos são deduzidos do imposto de renda devido pela Empresa, observado o limite de 1% (um por cento) de acordo com a Lei Federal n.º 11.438/2006 de Incentivo ao Esporte. Dentre as ações realizadas destacam-se: cumprimento do Projeto de Cooperação Internacional com a UNESCO para os Jogos Olímpicos do Rio em 2016, o Projeto Amigos do Vôlei, com média de público de 1.200 pessoas por jogo; e, Instituto Viver Basquetebol com estimativa de 800 a 1.000 pessoas por jogo.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1293-REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA PELA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	18.017.000	8.917.000	6.295.343
3619-REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	18.017.000	8.917.000	6.295.343
3711-REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	500.000	4.500.000	0
3936-REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	3.818.000	1.318.000	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	22.335.000	14.735.000	6.295.343

O Brasília Competitiva, constante no PPA 2016/2019, agrega 3 ações que são desenvolvidas, gerenciadas e financiadas pela Terracap.

No programa, não houve execução orçamentária com estudos e pesquisas nem com a revitalização da Torre de TV. Por outro lado, o Projeto Orla, por meio do Convênio n.º 42/2015, que trata da construção de calçadão e praça na Avenida das Nações - L4 Sul, teve execução de acordo com o cronograma físico e financeiro sendo executado 52% do calçadão, estacionamento e ciclovias.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1085 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	7.000.000	50.173.500	45.924.565
0005 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	7.000.000	50.173.500	45.924.565
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	39.483.000	36.483.000	21.773.660
9883 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	39.483.000	36.483.000	21.773.660
1823 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA	3.073.000	3.073.000	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA-KARIRI - XOCÓ DO BANANAL- PLANO PILOTO .	3.073.000	3.073.000	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	8.313.000	8.313.000	1.965.666
3194 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	8.313.000	8.313.000	1.965.666
3160 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	8.606.000	20.432.500	436.211
0003 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	8.606.000	20.432.500	436.211
3163 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	13.100.000	15.800.000	3.162.737
0003 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	13.100.000	15.800.000	3.162.737
5003 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO	4.070.000	4.070.000	182.051
0003 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	4.070.000	4.070.000	182.051
TOTAL DO PROGRAMA 6208	83.645.000	138.345.000	73.444.890

O Programa Território da Gente, constante no PPA 2016/2019, agrega 7 ações que são desenvolvidas, gerenciadas e financiadas pela Terracap, com os recursos provenientes, principalmente, das vendas de imóveis.

Essas ações são complementares entre si e realizadas para que a Empresa cumpra a sua função institucional de executora da política de ocupação do solo, assim como, a sua função de desenvolvimento do Distrito Federal.

As realizações dizem respeito a diversos temas como metodologia de avaliação de projetos, a realização do mapeamento territorial e do geoprocessamento do Distrito Federal, aquisição e recuperação de imóveis, elaboração de projetos ambientais, urbanos e de engenharia e a execução de obras de urbanização.

Em 2016, a Terracap realizou um investimento de R\$ 73.444.890,00 no Programa Território da Gente. Entre as ações realizadas, destaca-se a Execução de Obras de Urbanização, com investimentos de R\$ 21.773.660,00; e, Aquisição e Recuperação de Imóveis, com investimentos de R\$ 45.924.565,00.

Seguem os principais projetos realizados:

- Mapeamento de áreas urbanas do Distrito Federal através de imagens orbitais;
- Continuidade ao Contrato n.º 206/2012 que trata de obtenção de licenças do Google Maps com suporte técnico;
- Obras de urbanização no Eixo Monumental com execução de calçadas com acessibilidade, paisagismo, equipamentos urbanos, baias de ônibus e iluminação pública;
- Obras de urbanização no Setor Habitacional Jardim Botânico – 3ª Etapa;
- Plantio de gramas no Setor Habitacional Noroeste e Setor Habitacional Jardim Botânico – 3ª Etapa;
- Implantação da sinalização de endereçamento no Setor Habitacional Noroeste;
- Obra de urbanização na Avenida Elmo Serejo para fins de execução de estrutura complementar de proteção contra erosão;
- Elaboração de projeto de paisagismo e pavimentação no Setor Habitacional Taquari – 2ª Etapa;

- Taxas de licenciamento ambiental em projetos de regularização de parcelamentos urbanos da Terracap;
- Estudo geotécnico do Setor Habitacional São Bartolomeu;
- Contratação de estudo ambiental para detecção de risco geotécnico para a Gleba 3 do Setor Habitacional Vicente Pires;
- Indenização e restituições referente a distratos de vendas em âmbito administrativo;
- Ações rescisórias de contrato com recuperação de imóveis;
- Desapropriações e indenizações de benfeitorias.

Existem situações em que a Terracap opta por adquirir ou recuperar um imóvel, quer seja por meio de pagamentos de indenizações de benfeitorias, ou pela esfera judicial, geralmente quando o comprador não cumpre os requisitos do contrato de alienação. Em 2016, foram dispendidos R\$ 45.924.565,00 com esta finalidade (91,53% do autorizado), sendo realizadas: 29 (vinte e nove) ações de desapropriação com o pagamento pelas benfeitorias instaladas e pagamentos de restituições por distratos realizados de vendas no âmbito administrativo, além de 33 (trinta e três) pagamentos de sentenças judiciais relativas à aquisição de imóveis.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	6.500.000	0	0
3159 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	9.171.000	16.821.000	1.942.023
0003 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO- COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	9.171.000	16.821.000	1.942.023
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	111.146.000	101.765.000	15.969.140
2917 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	54.353.000	60.672.000	11.045.683
2918 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS-NOROESTE- PLANO PILOTO .	42.180.000	31.680.000	4.923.457
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	100.000	30.100.000	11.612.466
9206 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES-DISTRITO FEDERAL	100.000	30.100.000	11.612.466
TOTAL DO PROGRAMA 6210	126.917.000	148.686.000	29.523.630

O Programa Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental, constante no PPA 2016/2019, agrega 4 ações que são desenvolvidas, gerenciadas e financiadas pela Terracap.

Essas ações são complementares entre si e realizadas para que a Empresa cumpra a sua função institucional de executora da política de ocupação do solo, assim como, a sua função de desenvolvimento do Distrito Federal.

As realizações dizem respeito a diversos temas como metodologia básica de proporcionar infraestrutura nos parcelamentos da Terracap, além de promover política ambiental para parcelamento do solo.

Em 2016, a Terracap autorizou um investimento de R\$ 148.596.000,00 no Programa Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental, contudo, somente, realizou R\$ 29.523.630,00. Entre as ações realizadas, destaca-se a Execução de Infraestrutura em Parcelamentos, com investimentos de R\$ 15.969.140,00, que segundo a Lei n.º 6.766/79, cabe a Terracap implantar infraestrutura em seus parcelamentos, incorporando valor e condições para que as áreas sejam devidamente ocupadas.

Seguem, portanto, os principais projetos deste Programa realizados:

- Contratos n.º 243/2010, n.º 94/2011, n.º 116/2011, n.º 29/2013, n.º 04/2013 e n.º 50/2012 que tratam da implantação de infraestrutura básica de energia para atendimento a unidades imobiliárias no Distrito Federal;
- Contrato n.º 30/2012 que trata da implantação de rede de energia elétrica para atendimento à Rua 16 Norte, Lote 01 em Águas Claras;
- Contrato n.º 86/2014 que trata da implantação de rede de energia elétrica no Pólo JK – 2ª Etapa;
- Contrato n.º 106/2010 que trata da implantação do sistema de esgoto no Trecho 03 do Pólo 08 da SCES;

- Pavimentação e drenagem no Centro Urbano de Samambaia;
- Implantação de rede de drenagem nas Quadras 101 a 109 de Samambaia;
- Contrato n.º 173/2009 que trata da implantação das redes de água e esgoto no Noroeste;
- Contrato n.º 79/2014 que trata da implantação de iluminação pública convencional nas Quadras SQNW 107, 307, 108 e 308, CLNW 08/09 e CRNW 707 a 711 do Noroeste;
- Contrato n.º 83/2014 que trata da implantação de rede aérea de distribuição de energia elétrica na 2ª Etapa do Noroeste;
- Convênio n.º 124/2009 que trata da implantação de pavimentação e drenagem no Noroeste – Obra 02;
- Contrato n.º 153/2012 que trata da implantação de rede aérea de distribuição AT Convencional;
- Manutenção de áreas verdes com podas de árvores e corte de gramas;
- Plantio de mudas nativas do Cerrado;
- Pagamento de taxas de licenciamento ambiental de Novos Empreendimentos da Terracap;
- Monitoramento do Aquífero SOF Norte;
- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alterada - PRADA do Clube Primavera;
- Relatório de Impacto de Vizinhança - RIVI da CA 12 e 13;
- Plano de Gestão Ambiental de Implantação - PGAI do Setor Habitacional Noroeste;
- RIVI – Relatório de Impacto de Vizinhança e projeto executivo de drenagem e pavimentação para o Residencial Bonsucesso.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1223-RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTE JK	1.650.000	250.000	0
1891-REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	1.300.000	1.300.000	0
5902-CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	9.914.000	9.914.000	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	12.864.000	11.464.000	0

Como se verifica na tabela acima, apesar da programação orçamentária de diversas ações no Programa Mobilidade Integrada e Sustentável, tais como – Recuperação da Ponte JK, Reforma da Rodoviária e Construção de Viaduto; em 2016, não houve recursos dispendidos para tal Programa, muito embora tenha sido autorizado um gasto de R\$ 11.464.000,00.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
3178-REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	11.149.000	7.149.000	701.949
4091-APOIO A PROJETOS CULTURAIS	500.000	1.820.000	772.708
5773-REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	11.149.000	7.149.000	701.949
5825-APOIO A PROJETOS CULTURAIS	500.000	1.820.000	772.708
TOTAL DO PROGRAMA 6219	11.649.000	8.969.000	1.474.657

A contribuição da Terracap no desenvolvimento da promoção da cultura do DF, neste exercício, foi na realização de ações de reformas de edificações e espaços culturais bem como apoio a projetos culturais.

No tocante às reformas, estas consumiram 47,60% do total executado no ano de 2016 e destinaram-se ao Centro de Dança de Brasília e ao Espaço Cultural Renato Russo.

Além de projetos esportivos, a Terracap também apoia projetos culturais que contribuem para divulgação de sua marca. Por ser uma empresa pública, que contabiliza suas contas de acordo com a Lei das S/A, os incentivos financeiros concedidos são deduzidos do imposto de renda devido pela Empresa, observado o limite de 4% (quatro por cento) de acordo com a Lei Federal n.º 8.313/91 (Lei Rouanet), nos casos em que o apoio está enquadrado.

Em 2016, a Terracap apoiou a continuidade do projeto cultural do Clube do Choro, bem como a WCIT Brasil 2016, o maior congresso de tecnologia do mundo e, através de processo de seleção pública, apoio ao Festival de Cinema de Brasília e Green Move Festival.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
9001-EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	4.400.000	15.906.000	13.552.669
6191-EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	4.400.000	15.906.000	13.552.669
9050-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.510.000	20.460.000	17.571.381
7163-RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.510.000	20.460.000	17.571.381
TOTAL DO PROGRAMA 0001	12.910.000	36.366.000	31.124.050

Inerente a qualquer atividade empresarial, seja pública ou privada, os riscos de execuções judiciais provenientes de ações trabalhistas e ações nas varas cíveis (motivos diversos), consumiram o montante de R\$ 13.552.669,00.

Durante o ano de 2016, foram realizadas execuções de sentenças trabalhistas (seis no total) bem como de sentenças judiciais cíveis (também seis no total).

Nesta Ação, estão enquadradas despesas com servidores requisitados de outros órgãos de qualquer esfera governamental (ressarcimento), do Programa de Demissão Incentivada (PDI), das rescisões contratuais e acertos de contas e a conta de devoluções administrativas decorrentes de pagamentos em duplicidade ou indevidos.

No ressarcimento de servidores requisitados pela Companhia, a média de servidores de janeiro a maio foi irregular, com o número exato de 57 pessoas de junho a dezembro no ano de 2016.

Ao longo do ano de 2016 foi também realizado o Programa de Desligamento Incentivado - PDI. O programa teve inscrição de 100% do público alvo dos empregados, estimado em 199 empregados. No exercício de 2016, 34 empregados, efetivamente, se desligaram da empresa. A previsão é que 165 se desliguem em 2017. Com a implantação do PDI espera-se que o valor da folha diminua 27,11%. Assim, a previsão é que valor gasto com o Programa seja recuperado em 28 meses.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	3.264.000	3.264.000	0
9809 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	3.264.000	3.264.000	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.900.000	10.319.000	7.885.514
5183 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	5.900.000	10.319.000	7.885.514
2825 - MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL	1.275.000	1.275.000	139.761
0001 - MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL--DISTRITO FEDERAL	1.275.000	1.275.000	139.761
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	6.920.000	18.034.000	12.692.209
3873 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-MANUTENÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	6.920.000	18.034.000	12.692.209
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.200.000	5.533.000	1.039.829
9578 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	2.200.000	5.533.000	1.039.829
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	4.736.000	4.736.000	446.864
9778 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-PLANO PILOTO .	4.736.000	4.736.000	446.864
4146 - REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS	1.700.000	1.700.000	34.148
0002 - REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	1.700.000	1.700.000	34.148
4237 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	2.500.000	3.300.000	134.567

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
0002 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING--DISTRITO FEDERAL	2.500.000	3.300.000	134.567
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	248.561.000	263.561.000	251.819.400
8881 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	248.561.000	263.561.000	251.819.400
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	24.026.000	33.481.000	30.107.282
9687 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	24.026.000	33.481.000	30.107.282
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	9.000.000	18.980.000	12.000.727
8740 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	8.500.000	17.580.000	11.928.889
8741 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	500.000	1.400.000	71.838
8517 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA TERRACAP	199.269.000	221.061.000	156.768.652
9763 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA TERRACAP	199.269.000	221.061.000	156.768.652
TOTAL DO PROGRAMA 6001	509.351.000	582.119.000	473.063.951

O Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, constante no PPA 2016/2019, é um programa comum a todas as unidades orçamentárias do governo do Distrito Federal, portanto, não possui um objetivo específico. Esse programa agrega todas as ações realizadas de forma contínua e necessárias à manutenção da máquina administrativa, realização das atividades meio e fim e operações especiais.

Em 2016, a Terracap neste Programa possui 12 ações com execução total de R\$ 473.068.951,00. Dentre as despesas com atividades de custeio, destacam-se administração de pessoal com R\$ 251.819.400,00; manutenção administrativa com R\$ 156.768.652,00; concessão de benefícios com R\$ 30.107.282,00; e, publicidade e propaganda com R\$ 12.000.727,00.

Destaca-se que no exercício de 2016, seguindo as orientações do Tribunal de Contas do Distrito Federal, a folha de pagamentos abrangeu a implantação da progressão por merecimento do Plano de Cargos e Salários (PCS) com o pagamento de retroativo referente ao ano de 2015 (realizado em 6 parcelas) e também o pagamento dos valores referentes ao ano de 2016. Além disso, também ocorreram progressões por tempo de serviço.

Outra medida adotada para redução de custos de pessoal foi a alteração da norma de substituição de gestores. Em regra, a substituição garante que um empregado supra o titular de uma unidade durante afastamentos legais e receba durante este afastamento o valor da função gratificada ou Emprego em Comissão do titular. Com a mudança, foi reduzida a quantidade de cargos que podem ser substituídos, reduzindo despesas com essa finalidade.

Em relação ao pagamento de tributos (constante tanto na ação 2990 – Manutenção dos Bens Imóveis, quanto na ação 8517 – Manutenção de Serviços Administrativos) foi identificado um aumento de 211%. Destaca-se que parte do aumento nos gastos com tributos em 2016 se deu em razão do pagamento de IPTU/TLP pela Terracap, em virtude da revogação da Lei 1.2362/1996, que isentava esta empresa do pagamento destes tributos.

Assim, o Distrito Federal teve um incremento em sua arrecadação da ordem R\$ 82,9 milhões (IPTU/TLP), ou seja, 57% do valor pago a título de tributos pela Terracap. Outra parte expressiva deste aumento se refere aos reflexos que o aumento no volume de vendas em 2016 trouxe sobre os tributos PIS/COFINS/CSLL que incidem sobre a receita bruta. Em 2015 a soma destes tributos resultou em aproximadamente R\$ 37,5 milhões. Já em 2016 este valor subiu para R\$ 46,7 milhões, ou seja, um aumento aproximado de 24,53%.

Em 2016, houve um acréscimo de 24,20% no número de empregados terceirizados, sendo os grupos de Limpeza e Segurança os principais demandantes.

Para realizar fiscalização de áreas da TERRACAP em novembro de 2016, teve início um novo contrato, houve o acréscimo de 19 servidores terceirizados, sendo 18 ajudantes gerais e 1 supervisor.

Já na área de informática, com a mudança dos contratos para ponto de função, o número de funcionários presentes na Empresa é variável conforme a demanda, fazendo com que não se tenha um número definido de empregados terceirizados para este fim.

Por fim, vale ressaltar que os serviços prestados pelos terceirizados, contemplam o Ed. Sede, os próprios, a Torre de TV Digital e o Estádio Nacional de Brasília.

Segue a evolução no número de empregados terceirizados nos últimos 4 anos, por área de atuação:

Evolução do Número de Empregados Terceirizados

Contratos Terceirizados	2013	2014	2015	2016	Atividade de atuação
Fiscalização*	0	0	0	19	Fim
Limpeza**	79	79	79	82	Meio
Segurança**	130	130	122	147	Meio
Brigada de Incêndio***	18	18	18	24	Meio
Total	227	227	219	272	

* Contrato expirado em outubro de 2013. Novo contrato com início em Nov/2016. (GEFIS/DIFIS)

** Serviços prestados no Ed. Sede, nos próprios, na Torre Digital e no Estádio Nacional de Brasília. (GERAT/DIGAP)

*** Informação inclui Ed. Sede, Torre de TV Digital e Estádio Nacional de Brasília. (NUBEN/DIGAP)

**** Os empregados terceirizados na Informática não estão computados, pois, atualmente o serviço é prestado por ponto de função (número de funcionários variável em torno da demanda).

Nessa ação, estão os benefícios previstos nas legislações, bem como outros derivados do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Essas despesas totalizaram R\$ 68.698.058,00. Na tabela abaixo estão computadas as despesas financeiras, que incluem Restos a Pagar, além de alguns benefícios que são classificados orçamentariamente em Administração de Pessoal, portanto, há diferença em relação ao quadro da execução orçamentária.

Concessão de Benefícios aos Empregados				
Programas	2013	2014	2015	2016
	R\$	R\$	R\$	R\$
Auxílio Alimentação	10.743.527	15.826.204	22.713.106	25.184.165,43
Plano de Saúde	8.613.108	9.192.127	11.409.764	10.302.201,74
Participação nos resultados *	11.689.242	13.787.617	20.426.663	20.488.289,52
Funterra *	9.503.760	10.931.634	11.320.210	10.204.628,21
Auxílio Creche	1.581.287	1.605.476	1.200.527	1.780.423,66
Bolsa Escola	496.512	411.016	275.525	299.718,08
Plano Odontológico	0	55.168	60.891	59.564,05
Seguro de Vida **	0	198.315	225.473	379.067,46
Total	42.627.436	52.007.558	67.632.159	68.698.058

* Orçamentariamente essas despesas estão na ação Administração de Pessoal da Companhia Imobiliária de Brasília, natureza de despesa 1.

** Não havia separação das despesas com seguro de vida até o ano de 2014.

No ano de 2016, com vistas a atualizar os conhecimentos técnico e administrativo, os empregados da Terracap participaram de 24 eventos de capacitação. Comparando-se os números apresentados com o do exercício de 2015, percebe-se uma diminuição de 9,92% no número de empregados, com baixa também em valores da ordem de 26,31%.

Quanto ao investimento médio por empregado, observa-se que em relação ao exercício de 2015, houve uma queda de 18,20%, conforme quadro abaixo:

Treinamento e Desenvolvimento do RH

Ano	Eventos Realizados	Número de Inscritos	R\$	Investimento por Empregado (R\$)
2013	101	1.136	99.715,00	87,78
2014	30	1.493	288.796,45	193,43
2015	29	494	115.153,10	233,10
2016	24	445	84.853,10	190,68
Média	46	892	147.129	176,25

Fonte: NUDEN/GEREH/DIGAP

A Terracap tem vários contratos para manter a infraestrutura de rede e de tecnologia da informação, realizar manutenções corretivas, adaptativas, evolutivas e desenvolvimento de novos sistemas informatizados, manter serviços de solução de impressão, manter serviços de empregados terceirizados por meio do sistema de ponto de função, entre outras despesas.

A fiscalização tem como intuito resguardar o patrimônio fundiário, bem como preservar o estoque de unidades imobiliárias, pertencentes ao patrimônio da Companhia, combatendo a grilagem nas terras de sua propriedade, no intuito de coibir a ocupação desordenada no quadrilátero do Distrito Federal.

Conforme Decreto n.º 32.898 de 03/05/2011 e Portaria n.º 35 de 10/10/2011, a Terracap deve colaborar com os sistemas governamentais de proteção ambiental e de proteção do Território do Distrito Federal, apoiando as iniciativas do

Governo do Distrito Federal e de seus Órgãos de administração direta ou indireta na erradicação e prevenção de ocupações irregulares.

Assim, a Empresa atua em consonância com a Agência de Fiscalização do Governo (AGEFIS) na fiscalização e vistoria de terras públicas, identifica e cadastra ocupações irregulares e invasões, assim como fornece informações para reintegração judicial dos imóveis públicos sob a administração da Empresa.

Foi assinado Acordo de Cooperação com a AGEFIS, visando à cooperação mútua para o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação de invasões, bem assim de quaisquer outras situações que configurem violação as normas do distritais ou federais, as quais devam ser tuteladas pelos entes.

No quadro a seguir, encontram-se discriminadas ações realizadas pela Terracap:

Tipo de Atividade	Unidade de Medida	2013	2014	2015	2016
Vistoria e Fiscalização em atendimento processos e expedientes	und.	8.719	3.448	4.921	4.683
Levantamento de benfeitorias	und.	47	57	76	22
Erradicação de ocupações em áreas públicas	und.	3.164	7.099	7.232	2.200
Demolições em apoio a AGEFIS	und.	540	483	103	129
Manutenção e construção de cercas	m	31.425	0	4.730	6.212
Cercas e muros demolidos	m ²	169.896	322.483	80.450	71.234
Áreas de vigilância permanente	und.	44	20	20	22

Fonte: GEFIS/DIGAP/PRESI

A transparência governamental é um dos pilares da democracia. Sendo difundida por muitos meios, sem dúvidas o mais importante e efetivo é o acesso à informação governamental. Deste modo, não poderia a Terracap ser indiferente.

Através de seu endereço eletrônico na rede mundial de computadores, informações relevantes foram disponibilizadas a população visando a interação da empresa com a sociedade, além de buscar as boas práticas empresariais e governamentais. Em forma de cartilhas, temas dos mais demandados pela comunidade como regularização de terras rurais e áreas ocupadas por entidades religiosas, foram expostos de forma clara e objetiva.

A Controladoria-Geral do Distrito Federal, responsável por acompanhar e fiscalizar o nível de transparência dos órgãos e entidades do Executivo, premiou a Terracap, em 2016, por ter atendido 100% do Índice de Transparência Ativa (que avalia o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação pelos órgãos do Poder Executivo, no que se refere a informações de interesse coletivo ou geral que devem ser disponibilizadas nos sites oficiais). Os cidadãos agora têm à disposição todas as informações previstas na Lei de Acesso à Informação.

Em 2016, já com a nova versão do sistema GPP (Gestão de Programas e Projetos), que possibilitou alimentar os indicadores estratégicos, de projetos e processos, desenhou-se a necessidade de um remodelamento no Planejamento Estratégico da Terracap. Este está sendo providenciado e deverá ter sua aprovação em 2017.

Houve grande reestruturação no portfólio de projetos estratégicos da Terracap, que constava com 56 projetos e, após análise, foi redefinido e aprovado para uma carteira de 19 projetos, com intuito de trazer um resultado mais imediato e com maior impacto, tanto à população como à empresa.

Assim, depois de identificar os principais projetos, perseguiu-se à execução:

- Ampliação das ofertas de Empreendimentos Ambiental e Economicamente Sustentáveis, tendo como carros-chefes o Setor Taquari – trecho 2 e o Habita Brasília;
- Manutenção da garantia a regularidade do patrimônio fundiário em áreas como São Bartolomeu, Jardim Botânico, Arniqueira, Bernardo Sayão e Vicente Pires;
- Ampliação de negócios imobiliários com receitas contínuas, tais como Parque BIOTIC, Polo Logístico do Recanto das Emas, Saída Norte de Brasília, Arena Plex e outros;
- Busca da reestruturação organizacional bem como sua modernização em projetos como “Terracap sem papel” e carteira de recebíveis;
- Implantação de Política de Recursos Humanos através da renovação da força de trabalho por meio de concurso público e programa de demissão incentivada e
- Desenvolvimento de cultura gerencial orientada para resultados.

A Empresa gastou R\$ 12.867.447,00 com pagamento de energia elétrica, água, vigilância, entre outras despesas para manutenção dos próprios da Terracap, entre eles Estádio Nacional de Brasília e Torre de TV Digital.

A Terracap realizou despesas de R\$ 12.596.570,00 com a contratação de agências de publicidade, tendo como objeto a publicidade institucional, de utilidade pública, mercadológica e legal (DOU, DODF etc).

Estão também inseridas no Programa 6004 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, ações que, por suas características, são consideradas no Orçamento como investimentos, uma vez que tratam de reformas e construções em próprios e aquisição de equipamentos e materiais permanentes necessários à realização das suas atividades. Em 2016, para essas ações, os investimentos foram de R\$ 1.486.693,00, com o objetivo de manter as suas instalações físicas em bom estado de conservação, para ocupação dos empregados e atendimento aos clientes.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A comercialização de imóveis por meio de licitação pública é a principal atividade finalística da Terracap. É, por meio desta, que a Empresa arrecada a receita para investir em obras de infraestrutura dos parcelamentos urbanos, obras de urbanização e demais obras e serviços de interesse institucional e governamental.

Em 2016, foram alienados, por meio de licitação pública, 484 terrenos localizados em setores diversos e com destinações variadas. O valor total alcançado com as vendas foi de aproximadamente R\$ 351,604 milhões, o que representou 10,37% acima do valor mínimo estabelecido nos editais. Dos terrenos ofertados, 31,41% foram comercializados.

As vendas de 2016 em relação a 2015 registra um crescimento vertiginoso de 394 unidades no que se refere ao número de terrenos vendidos. Seguindo este crescimento, verificou-se que se teve um valor alcançado superior em R\$ 314,379 milhões de 2015 para 2016.

Licitações Públicas 2015/2016

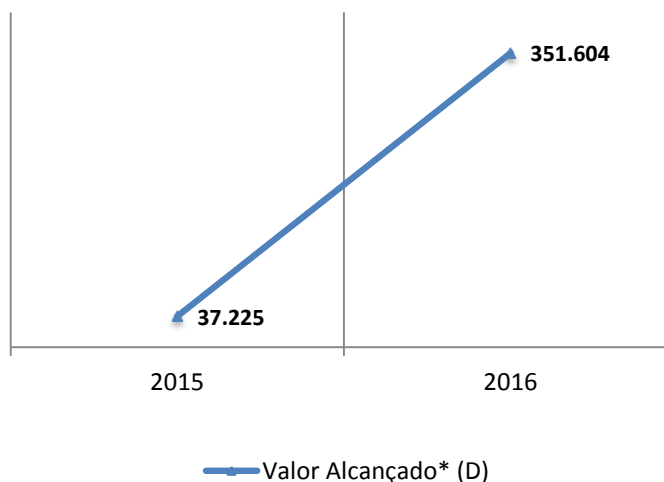
Anos	Lotes Ofertados (A)	Lotes Alienados (B)	% de Venda (B)/(A)	Mínimo do Alienado* (C)	Valor Alcançado* (D)	% do Valor Alcançado (D)/(C)	Nº de Participantes
2015	222	90	40,54%	29.466	37.225	126,33%	238
2016	1.541	484	31,41%	318.575	351.604	110,37%	1.352

* Dados em R\$ mil, arredondados.

Fonte: GECOM/DICOM e GEFIN/DIFIN

Contudo, vale ressaltar, que mesmo com o crescimento no valor de vendas alcançado, em se tratando de gastos com a publicidade mercadológica, verifica-se uma redução substancial de 47% de 2015 para 2016, pois em 2015 foram dispendidos R\$ 9,3 milhões com essa finalidade enquanto em 2016, R\$ 4,9 milhões.

Evolução do Valor das Vendas
(em mil)



Outras importantes ações no âmbito da comercialização de imóveis:

- Redução das taxas de juros aplicadas em financiamentos deferidos pela Terracap e substituição do indexador do saldo devedor- Decisão nº 10 de 16/06/2015– CONAD;
- Regulamentação e Autorização da instituição de programa de incentivo a recuperação de créditos – REFIS - Decisão nº 475- DIRET DE 22/10/2015 e Decisão nº 13 de 24/07/2015– CONAD;
- Prorrogação do prazo da obrigação de construir em 50% em contratos vencidos ou vigentes, não incidindo multa durante o prazo prorrogado- Decisão nº 14 de 24/07/2015– CONAD;
- Aprovação de procedimentos para a emissão de Certidão de Crédito- Decisão nº 88 de 18/03/2015 – DIRET;
- Recuperação de valores de vendas de Editais anteriores (2013/2014) no valor de R\$ 138.122.919,76;
- Alteração de edital encerrando obrigação de distrato;
- Controle e redução dos índices de inadimplência dos contratos pós-venda por meio da negativação no SERASA de 735 contratos no valor de R\$ 54.318.509,00;
- Notificação junto ao Cartório de Registro das escrituras com contrato inadimplente - Alienação fiduciária (redução de inadimplência);
- Implementação de convênio ANOREG (Associação dos Notários e Registradores) para acesso e cobrança por meio digital das alienações fiduciárias;

Elaboração da Minuta e Acompanhamento até a publicação da Lei Complementar nº 906, de 28/12/2015 referente:

- Liquidação de dívidas do GDF com alienação de imóveis;
- Alienação de imóveis do GDF;
- Fundo imobiliário GDF/BRB/ Terracap;

Publicação da Lei nº 5.565, de 09/12/2015: Venda de terrenos e imóveis da SAB.

Em 2016, a Terracap encaminhou para registros em cartório, importantes projetos para a sociedade. A situação em que estes se encontram está discriminada a seguir:

Quadro de Projetos Registrados

Data do Registro	Localização		Nº de Lotes	Projeto
05/01/2016	BRAZLÂNDIA	REPARCELAMENTO DOS LOTES 02 A 08 DO SETOR ADMINISTRATIVO/ BRAZLANDIA.	06	URB-007/14
18/02/2016	GAMA	REMANEJAMENTO DE 44 PROJEÇÕES NO SETOR CENTRAL DO GAMA	44	URB-039/15
22/02/2016	BRASÍLIA	REMANEJAMENTO DA PROJEÇÃO 03 – LRS DA QUADRA 02 DO SETOR COMERCIAL NORTE.	01	URB-152/10
29/04/2016	BRASÍLIA	DESMEMBRAMENTO DO LOTE ÚNICO QD 03, SMHN EM LOTES 01 E 02, QD 03, SMHN	02	URB-1/2013
27/05/2016	BRASÍLIA	REPARCELAMENTO DOS LOTES E, F E G DA QUADRA 908 DO SGA/NORTE	02	URB-007/11
02/06/2016	SANTA MARIA	CRIAÇÃO DA ÁREA ESPECIAL SAIA VELHA 02, POLO JK SANTA MARIA	01	URB-133/09
13/12/2016	BRASÍLIA	REGULARIZAÇÃO DOS MÓDULOS 11, 12 E 13 DA QUADRA 906 DO SGA/SUL	03	URB-33/11

A TERRACAP realizou uma remodelagem organizacional no qual foi concebida para ocorrer sem aumento nos custos, sustentando-se nos processos de extinção e criação das respectivas funções, conforme as necessidades de adequação administrativa, destacando-se:

- Substituição de 4 empregos de natureza especial, sendo 1 no valor de R\$ 41.515,55 e 3 no valor de R\$ 26.398,65 (Secretário Executivo, Advogado Geral, Assessor Especial e Controlador Interno), por 2 Empregos Especiais em Comissão – EEC, com valor de R\$ 18.459,20 (Secretário Executivo e Advogado Geral);
- Extinção dos Empregos em Comissão de Coordenador de Assessoria, EC-01, com seu respectivo retorno para o Emprego em Comissão de Assessor I, EC-02;
- Criação de Empregos em Comissão de Gerente de Projetos Especiais e de Assessor V, para atuação estrita às Diretorias Técnica e Comercial, resultando no desenvolvimento de projetos de grande complexidade e que trarão receitas

significativas a esta empresa, tais como: Habita Brasília; Setor Habitacional Taquari; Saida Norte; Regularização Fundiária de Vicente Pires e outros; Acertamento Fundiário; Venda Direta entre outros.

Esses desafios de curtíssimo prazo imputados à Empresa demandam não somente a atuação técnica, mas também o acompanhamento dos projetos fase a fase; interfaces com parceiros governamentais; e, diálogo com as diversas representações da sociedade civil. Todo esse assessoramento busca assegurar aos projetos estratégicos a celeridade e o seu desenvolver satisfatório. É importante frisar que em 2015 esta empresa conseguiu aprovar, licenciar e registrar em cartório cerca de 12 mil lotes. Conseguiu ainda a aprovação de outros 16 mil lotes que estão em fase de registro cartorial. A aprovação de tais parcelamentos, sobretudo os de regularização fundiária – como Vicente Pires, tem demandado a força de trabalho dos engenheiros da DITEC muito acima da capacidade humana atualmente disponível.

Ainda no que diz respeito a reestrutura administrativa destacam-se as seguintes alterações na estrutura da Empresa:

- a) Criação da unidade “Secretaria Executiva” subordinada diretamente ao Presidente;
- b) Reestruturação da Controladoria Interna;
- c) Reordenação da Ouvidoria da Terracap;
- d) Desmembramento da Gerência de Administração de Contratos de Imóveis – GERAC na DIFIN – Diretoria Financeira e na DIGAP – Diretoria de Gestão Administrativa e de Pessoas;
- e) Parte financeira da GERAC no bojo de atribuições da DIFIN;
- f) Ajustes na Gerência de Contabilidade – GECOT;
- g) Ajustes na Gerência de Execução Orçamentária e Financeira – GEFIN;
- h) Remodelagem da Gerência de Tributos – GETRI;
- i) Criação da Gerência de Contratos e Convênios – GECOV, resultante da unificação das atribuições de gestão de contratos e convênio de imóveis da Gerência de Administração de Contratos e da confecção e gerenciamento dos contratos administrativos pela Coordenação de Contratos – CDCON;
- j) Transferência do Núcleo de Próprios da Gerência Tributária da Diretoria Financeira para a Gerência de Patrimônio da Diretoria de Gestão Administrativa e de Pessoas; e.
- k) Transferência das atribuições e processos de trabalho do Núcleo de Tributos Rural – NURAL para a DIRUR.

Quanto à Regularização Rural, cabe destacar, que em que pese a não existência de ações orçamentárias na área de regularização rural, em 2016, foram desenvolvidas uma série de medidas que viabilizaram e ampliaram a possibilidade de regularização de diversas áreas.

Entre 2011 e 2016, a Terracap e a SEAGRI/DF regularizaram aproximadamente 900 (novecentas) ocupações rurais por meio de Contratos de Concessão de Uso Oneroso de Imóvel Rural (CDU), sendo que em 2016 foram elaborados cerca de 180 (cento e oitenta) contratos pela Terracap.

Com o fortalecimento das atividades destinadas à regularização dos imóveis rurais, a Terracap garante melhorias na qualidade de vida da população beneficiária, previne a ocorrência de invasões e parcelamento irregular do solo e dá efetividade ao cumprimento da função social da propriedade, além de possibilitar ingresso de receitas aos cofres públicos. Como benefícios advindos do reconhecimento da legitimidade das ocupações, são elencados: segurança jurídica da ocupação via contrato de concessão de uso, combate à grilagem de terras, facilidade de acesso ao crédito (PRONAF, FCO e outros), garantia para efeito de financiamento de crédito junto às instituições financeiras, fomento ao desenvolvimento da produção/atividade rural, possibilidade de acesso às políticas públicas governamentais, proteção dos ecossistemas naturais, entre outros.

Acentue-se que a regularização além de tirar da ilegalidade tais ocupações rurais, geram recursos oriundos da retribuição anual a ser paga pelos concessionários, bem como vem a ressarcir a empresa pelos custos que há anos vem suportando pelo pagamento do Imposto Territorial Rural – ITR.

Quanto à regularização fundiária dos imóveis de seu patrimônio, a Terracap, também por força do pactuado no âmbito do TAC 18/2006, vem realizando as ações necessárias à individualização das matrículas das ocupações existentes nas áreas públicas rurais sob seu domínio. Em 2016, a Terracap finalizou o projeto de Parcelamento Rural da Fazenda Barra Alta, com a individualização das matrículas das 118 (cento e dezoito) unidades imobiliárias localizadas na mencionada Fazenda (área total de 14.650,8216 ha).

Além disso, a Terracap trabalhou conjuntamente com a SEAGRI/DF e diferentes outros órgãos na concepção e aprovação da recente Lei Distrital nº 5.803/2017, na qual se buscou harmonizar o arcabouço jurídico que trata o tema bem

como aperfeiçoar os procedimentos de regularização das ocupações, a qual, segundo disposto em seu artigo 27, deverá ser regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua publicação (12/01/2017).

A Terracap vem, ainda, arrecadando a retribuição anual sobre as concessões, monitorando a execução dos contratos firmados, fiscalizando o parcelamento irregular do solo nas áreas sob concessão e atuando conjuntamente com a SEAGRI/DF em todas ações que visem a regularização das ocupações, além de diversas outras atividades no escopo da área rural realizadas no ano de 2016, tais como:

- cessão de área à União, para uso do Instituto Federal de Brasília – IFB, referente ao imóvel localizada no Módulo A, Lote 14, do PAD/DF, com área de 3,0 ha (três hectares), para construção de Unidade de Ensino Profissional;
- cessão de área à União, para uso do Instituto Federal de Brasília – IFB, referente ao imóvel denominado Chácara 22, Núcleo Rural Monjolo, Recanto das Emas-DF, com área de 2,7556 ha (dois hectares, setenta e cinco ares e cinquenta e seis centiares), para fins de instalação de um novo campus;
- participação nas ações visando à implantação das Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil – ATTR, no Programa de Desativação do Aterro Controlado do Jóquei;
- coordenação dos processos de conflitos fundiários e relacionamento com os Movimentos Sociais;
- pedidos de suspensão das ações de reintegração de posse e autuação de processos de transação judicial;
- início do fluxo processual para celebração de Transação Judicial, no Núcleo Rural Casa Grande - Após 33 anos, os produtores rurais que ocupam uma área de 360 hectares, no Núcleo Rural Casa Grande, na Fazenda Ponte Alta, de propriedade da Terracap, finalmente, terão a chance de celebrar um acordo de transação judicial para continuar desempenhando as suas atividades na região. O objetivo é substituir a execução do mandado de reintegração de posse pelo pagamento do valor a ser apurado por meio de uma avaliação, que seguirá a mesma metodologia exigida para a venda direta de imóveis rurais. A regularização será uma grande conquista da comunidade do Núcleo Rural, trazendo segurança jurídica e conforto aos moradores. Além disso, possibilitará que a vocação rural da área seja mantida, garantindo que os produtores da região continuem desempenhando as suas atividades agrícolas;
- disponibilização de áreas para criação de assentamentos no âmbito do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais – PRAT;
- participação efetiva na avaliação de imóveis rurais de propriedade da Terracap;
- participação efetiva nas reuniões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CRDRS).

Como metas e desafios, apontam-se as necessidades de: ampliar o alcance da regularização de forma a atingir todos ocupantes de áreas públicas rurais no Distrito Federal; auxiliar na promoção dos parcelamentos rurais; conferir celeridade e transparência aos processos administrativos de forma a permitir que o ocupante possa acompanhar e fiscalizar o andamento dos mesmos; participação na viabilização de acesso a recursos de investimento, como interveniente nas operações de crédito rural para fins de investimento.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Inicialmente, destaca-se que durante o exercício de 2016 a Terracap obteve um resultado com vendas da ordem de R\$ 358.223.486,31. Sendo que no exercício de 2015 o valor alcançado foi de R\$ 204.737.432,16. Um resultado 75% superior.

Aliado a este crescimento nas vendas, destaca-se também que a renegociação e recuperação de débitos junto aos clientes atingiu a marca de R\$ 101,97 milhões de reais. Desta forma, este valor apurado em 2016 superou em 35,8% o valor recuperado em 2015 que foi de R\$ 75,09 milhões. Ressalta-se que o valor recuperado em 2016 foi o maior valor recuperado nos últimos 4 anos.

O apoio para a renegociação, derivou da estruturação da Gerência de Recebíveis Imobiliários (GEARI) como unidade de cobrança especializada, assim como a adequação do Norma organizacional de Renegociação que aprimorou os procedimentos de cobrança. Somente o Programa Terraflex, de 10/06/2016 ao encerramento do exercício, recuperou por volta de R\$ 55 milhões, ou seja, 54% do valor recuperando no ano.

Houve ainda, o Programa de Renegociação de Imóveis, no qual os compradores de imóveis adquiridos até o ano de 2014, que se encontravam inadimplentes até 31/07/2016, puderam propor o distrato das compras, com a escolha de desconto a ser aplicado (variando entre 1% a 99%) sobre o valor pago, recebendo em contrapartida certidões de crédito com as

quantias acordadas. A Terracap recebeu 39 propostas, das quais 36 foram classificadas e que darão um retorno (considerando os descontos negociados) de aproximadamente R\$ 2,2 milhões, e dos imóveis que comporão o estoque da Empresa, podendo ser negociados em licitações futuras.¹

Frente à crise econômica atinge o Brasil e consequentemente Brasília, e seus reflexos nos últimos anos, a Terracap vem adotando medidas de austeridade visando minimizar despesas e maximizar investimentos. Como medidas destacamos a criação da norma de Programação Orçamentária e controle financeiro, que possibilita a reestimativa de receitas mensal a realização de ajustes ao longo do período.

Em relação à política de Recursos Humanos, a Terracap, atendendo a Determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, realizou a implantação do Plano de Cargos e Salários, promovendo a valorização de seu quadro de empregados. Destacam-se também, a adoção do Programa de Desligamento Incentivado – PDI, que trará inúmeros benefícios à empresa a médio e longo prazo e também redução de gastos com pessoal ano de 2016 com a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho que não concedeu reajuste salarial e a diminuição do valor do Programa de Participação dos Resultados, com o acirramento das metas voltadas ao aumento de receitas e diminuição de despesas.

Em decorrência do fim da isenção do IPTU sobre os imóveis da Terracap no exercício de 2016 a Terracap pagou aproximadamente R\$ 82 milhões nesta rubrica ao Distrito Federal. A Terracap era isenta de IPTU desde 1996.

Por fim, mesmo considerando as ocorrências apontadas em 2016 o investimento da Terracap atingiu o montante R\$ 100 milhões, superando em 41% o valor investido no ano anterior que foi de R\$ 70 milhões.

A Terracap planeja arrecadar com suas vendas em licitações de 2017 por volta de R\$ 354.430.333,19, além de recuperar R\$ 82.108.353,43 da carteira de inadimplentes, e arrecadar R\$ 320.842.894,76 com parcelas pagas com contratos que estão em vigência (prestamistas existentes). No caso da alienação de templos a igrejas, previu-se uma arrecadação de R\$ 1.025.104,99. Por fim, em relação aos recebíveis judicializados, previu-se uma arrecadação de R\$ 67.054.678,22, alcançando uma receita de alienação de bens imóveis aproximada de R\$ 825.461.000,00.

O planejamento de vendas em licitação para 2017 contempla a oferta de imóveis situados no trecho II do Setor Habitacional do Taquari, a regularização da II e IV etapa do Jardim Botânico e da Gleba 3 de Vicente Pires, assim como a II etapa do Setor Habitacional Noroeste.

No caso da receita “*Outras Receitas Correntes*” composta pela Receita Financeira (previsão de ganhos sobre o capital investido no mercado) e Outras Receitas (arrecadação com cobranças de taxas diversas, concessão de direito real de uso, demarcação, aluguéis e outros serviços prestados pela empresa) – estima arrecadar R\$ 36.054.000,00. Previu-se, ainda, a realização de um empréstimo (operação de crédito interna) no valor estimado de R\$ 297.638.000,00 com a finalidade de executar obras de investimento.

O somatório das 3 receitas orçamentárias totaliza uma arrecadação de R\$ 1.159.153.000,00 para 2017.

Na previsão de aplicação de recursos para investimentos para 2017, previu-se:

Execução de Infraestrutura em Parcelamentos no Taquari	78.000.000,00
Execução de Infraestrutura em Parcelamentos no Noroeste	73.442.000,00
Execução de Infraestrutura em Parcelamentos no Distrito Federal	52.896.000,00
Execução de Obras de Urbanização	40.910.000,00
Aquisição e Recuperação de Imóveis	28.500.000,00
Regularização de Parcelamentos Urbanos	22.100.000,00
Reforma do Autódromo	18.000.000,00
Realização de Estudos e Pesquisas	16.500.000,00
Realização da Política Ambiental para Parcelamento do Solo	14.100.000,00
Revitalização do Projeto Orla	12.470.000,00
Reforma de Edificações e Espaços Culturais do Patrimônio Histórico	10.171.000,00
Realização do Mapeamento Remoto do Território do DF	9.865.000,00
Implantação do Parque Burle Marx	9.437.000,00
Revitalização da Torre de TV	8.607.000,00
Construção de Viaduto	7.000.000,00
Reforma de Centros de Materiais Recicláveis no SIA	6.473.000,00
Reforma de Centros de Materiais Recicláveis no SCIA	6.007.000,00
Construção de Centros de Materiais Recicláveis na Asa Sul	5.404.000,00

¹ Valores preliminares, pois propostas ainda podem ser desclassificadas caso haja descumprimento do Edital ou da Norma Organizacional nº 3.1.1-A

Relatório Anual de Atividades 2016 – TERRACAP

Construção de Centros de Materiais Recicláveis em Ceilândia	5.009.000,00
Modernização de Sistemas de Informação	3.636.000,00
Implantação de Reserva Indígena Kariri – Xocó do Bananal	3.073.000,00
Elaboração de Projetos	2.950.000,00
Aquisição de Equipamentos	2.774.000,00
Execução de Infraestrutura em Parcelamentos no Riacho Fundo II – 4ª Etapa	2.700.000,00
Reforma de Prédios e Próprios	2.385.000,00
Implantação de Ciclovias	2.000.000,00
Execução de Infraestrutura em Parcelamentos no PTCD	1.700.000,00
Construção de Praças Públicas e Parques	1.510.000,00
Construção de Prédios e Próprios	1.010.000,00
Regularização de Parcelamentos Rurais	1.000.000,00
Consolidação do Sistema de Geoprocessamento	995.000,00
Recuperação de Obras de Arte Especiais – Ponte JK	254.000,00
Recuperação de Obras de Arte Especiais	10.000,00
Reforma da Rodoviária do Plano Piloto	10.000,00
Construção de Quadras de Esportes pela Terracap	10.000,00
Reforma de Feiras	10.000,00
Reforma de quadras de esportes	10.000,00

10.2. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 20.902

O Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFE, instituído pelo art. 209 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, ratificado pela Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989 e regulamentado pelo Decreto nº 24.594 de 14 de maio de 2004, tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social da região geoeconômica do Distrito Federal, mediante apoio financeiro a empreendimentos produtivos, com projetos aprovados no âmbito dos programas de governo de desenvolvimento econômico e social.

O Banco de Brasília S/A é o agente financeiro, nas operações de financiamentos com recursos do FUNDEFE, haja vistas as disposições insertas na Lei n.º 4.276, de 19 de dezembro de 2008 e a Lei n.º 5.017, de 18 de janeiro de 2013.

Em janeiro de 2015 foi modificada a estrutura Administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal transferindo o FUNDEFE da Secretaria de Fazenda do DF, para esta Secretária conforme dispõe o § 4º do art. 22 do Decreto n.º 36.236/2015.

Durante o exercício de 2015 e 2016 esta Secretaria sofreu várias alterações na sua estrutura administrativa, conforme os Decretos nº 36.826/2015, 37.141/2016 37.212/2016; e 37.687/2016.

Adicionado às alterações de estruturas administrativa mencionadas, a de ressaltar a edição das Leis Complementares n.º 894/2015, n.º 900/2015 que determinou a movimentação de recursos de fundos especiais – entre eles, o FUNDEFE - na conta única do Tesouro, no exercício de 2015 e 2016.

Posteriormente foram emitidos vários pareceres pela douda Procuradoria Geral do DF, acerca dos incentivos econômicos que tem como lastro os recursos do FUNDEFE, que em síntese orientaram a necessidade de observância das normas distritais, que atualmente disciplinam a movimentação dos recursos do citado FUNDO na conta única do Tesouro e as que determinam a priorização do pagamento das despesas com pessoal em detrimento dos pagamentos de benefícios econômicos, em momentos de dificuldades de caixa.

Insta consignar que por meio do Decreto n.º 37.687/16, foi criado o Núcleo do Fundo de Desenvolvimento do DF – FUNDEFE.

Em razão da necessidade de se utilizar os recursos do FUNDEFE para pagamento da folha dos servidores do Governo do Distrito Federal, gerou se um passivo referente aos benefícios e financiamento de incentivo ao desenvolvimento econômico do Distrito Federal, no montante aproximado de R\$ 446.569.441,43. Conforme detalhamento a seguir:

Qtde de Empresas	Tipo de Benefícios	Total R\$
9	IDEAS	145.811.280,38
14	FIDE	157.176.919,75
34	CREDITICIO	143.581.241,30
Total		446.569.441,43

Os recursos do FUNDEFE constituem-se das fontes elencadas no art. 2º do Decreto nº 24.594, de 14/05/2004, quais sejam: dotações orçamentárias a ele destinadas; dividendos recebidos pelo Distrito Federal, em virtude de participação acionaria em empresas públicas ou sociedade de economia mista; Receitas decorrentes de aplicações no mercado financeiro; retorno de aplicações no setor privado.

Objetivos Gerais: contribuir de forma sustentável, por meio de financiamento especial, com a promoção da política de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

Objetivos Específicos: Fomentar o desenvolvimento econômico do Distrito Federal, por meio de financiamento especial, com condições suficientemente atrativas para o tomador, buscando a permanências das empresas ou a migração de novas empresas para o mercado econômico do Distrito Federal, contendo processos inovadores e intensivos, visando à criação de novas ofertas de empregos, ao fomento e ampliação de cadeias produtivas, de serviços e logísticas.

Os recursos do FUNDEFE nos termos do artigo 15 da Lei nº 5.695 de 03 de agosto de 2016 (Lei de Diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017), devem ser destinadas a custear prioritariamente os gastos com pessoal e encargos sociais, a saber:

“Art. 15. As receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, devem ser destinadas a custear prioritariamente os gastos com pessoal e encargos sociais.

“Parágrafo único. Após o atendimento das despesas previstas no caput, deve-se dar prioridade às despesas de amortizações, juros, demais encargos da dívida, contrapartida de financiamentos ou outros encargos de sua manutenção e investimentos prioritários, respeitadas as suas peculiaridades, e observadas as prioridades de alocação estabelecidas nesta Lei”.

Dessa forma, enquanto permanecer a situação de indisponibilidade financeira que justificou a edição das Leis n.º 894/2015, 900/2015 e 903/2015, prevendo que os recursos dos Fundos Especiais serão movimentados na conta única do Tesouro, as aplicações dos recursos nas atividades finalísticas desses fundos ficarão vinculadas à disponibilidade financeira, após a liquidação das despesas previstas no parágrafo único e caput do art. 15 da Lei n.º 5.695/2016 (LDO).

Ressaltamos que os recursos do FUNDEFE devem ser aplicados em projetos públicos ou privados, em conformidade com a programação estabelecida na Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, na forma do art. 3º do Decreto nº 24.594/2015, ou seja:

I - os recursos serão destinados a:

- empréstimo a empreendimentos econômicos produtivos, de até 70% (setenta por cento) do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, próprio, e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS;
- empréstimo destinado a financiamento especial para o desenvolvimento, de até 25% (vinte e cinco por cento) do faturamento mensal de empresas, independente do ramo ou do setor de atividade da cadeia produtiva, de caráter estratégico, para o desenvolvimento econômico e social, sustentável do Distrito Federal;
- financiamento da produção de películas Cinematográficas e de películas para vídeo; e
- subscrição de capital social de empresas públicas e de sociedades de economia mista, controladas direta ou indiretamente pelo Distrito Federal.

Os incentivos econômicos que podem receber recursos do FUNDEFE são:

- Empréstimo Especial para o Desenvolvimento - FIDE, de até 15% do faturamento mensal de empresas, independente do ramo ou do setor de atividade da cadeia produtiva, de caráter estratégico, para o desenvolvimento econômico e social, sustentável do Distrito Federal, na forma do Decreto nº 37.892, de 27 de dezembro de 2016.

II – O Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEAS Industrial instituído pela Lei n.º 5.017/2013, a qual foi alterada pelas Leis n.º 5.099/2013 e 5.789/2016 e regulamentado pelo Decreto nº 34.607/2013, destina-se a financiar as instalações, capital de giro e produção.

O Patrimônio Líquido do FUNDEFE em 2016 totaliza R\$ 1.682.771.299,16 (Hum bilhão e seiscentos e oitenta e dois milhões e setecentos e setenta e um mil e duzentos e noventa e nove reais e centavos acima), conforme balanço patrimonial extraído do SIAC/SIGGO, posição em 31/12/2016.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9061 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS	177.187.346	53.000.001,00	0	0
0018 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS- FINANCIAMENTO ESPECIAL PARA PROMOÇÃO INDUSTRIAL - IDEAS INDUSTRIAL- DISTRITO FEDERAL	177.187.346	53.000.001,00	0	0
9062 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	96.962.693	68.032.101,00	0	0
0002 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO-DF	96.962.693	68.032.101,00	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	274.150.039	121.032.100,00	0	0

No exercício de 2016, devido a permanência da crise financeira do GDF e combinado com continuidade da transferência dos recursos financeiros do Fundo para a Conta Única do Tesouro, em cumprimento aos dispositivos insertos nas Leis Complementares nº 894, 901 e 903, ambas, de 2015, não houve movimentação financeira com recursos do FUNDEFE.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O BRB como agente Financeiro do Governo do Distrito Federal, no Exercício de 2016, realizou 2 leilões dos incentivos financeiros com recursos do FUNDEFE, realizados pelo BRB, porém o segundo leilão está suspenso, haja vista ação judicial peticionada pela empresa União Química Farmacêutica Nacional S/A

No primeiro leilão foram arrecadados o valor de R\$ 109.223.689,85. Com isso as empresas amortizaram o montante de R\$ 430.340.151,36, referente a somatória das parcelas liberadas até o montante do leilão.

Não houve realização física do FUNDEFE no exercício de 2016, em função dos Decretos nºs. 36.236 de 01/01/2015, 36.244 de 02/01/2015, 36.314 de 28/01/2015, além da transferência total dos recursos do Fundo para a Conta Única do Tesouro do Distrito Federal na forma das Leis Complementares citadas anteriormente.

Comparativo Anual Empenhado – 2012 A 2016					
PROGRAMA	2012	2013	2014	2015	2016
PRÓ-DF II	103.529.455,00	223.607.719,00	186.462.345,00	0,00	0,00
IDEAS INDUSTRIAL	0,00	0,00	49.817.676,00	0,00	0,00

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O exercício de 2016 devido à transferência dos recursos do FUNDEFE para a Conta Única do Tesouro do Distrito Federal, na forma da Lei Complementar nº 894/2015, buscou se equalizar os procedimentos administrativos quanto à legalidade instrutória dos processos de pagamentos e acompanhamento dos incentivos creditícios, do FIDE e do IDEAS.

Com a edição do Decreto n.º 37.687/2016, o qual criou o Núcleo do Fundo de Desenvolvimento Econômico do DF, intensificou os procedimentos administrativos perante a Subsecretaria de Contabilidade/SEF, visando solucionar as inconsistências nos saldos de algumas contas contábeis.

10.3. FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA DO DISTRITO FEDERAL - UO: 20.903

O Fundo Garantidor de PPPs do Distrito Federal instituído pela Lei Distrital nº 5.004, de 21 de dezembro de 2012, alterado pela Lei Distrital nº 5.273, de 24 de dezembro de 2013 e regulamentado pelo Decreto nº 35.083, de 16 de janeiro de 2014, tem por finalidade prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias (contraprestação) assumidos pelo GDF em contratos de PPP.

O patrimônio do FGP-DF será formado pelo aporte dos seguintes bens e direitos:

I – bens imóveis dominicais e de uso especial de propriedade do Distrito Federal, bem como de suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas;

II – ações de sociedades de economia mista de titularidade do DF, desde que e não afete o seu controle.

III – ações minoritárias de propriedade do Distrito Federal.

IV – recursos provenientes da União, inclusive os de que trata a Lei Federal nº 12.712, de 30 de agosto de 2012;

V – doações, auxílios, contribuições e legados destinados ao FGP-DF.

VI – rendimentos das aplicações decorrentes dos seus recursos;

VII – outras receitas

VIII - O patrimônio inicial subscrito para funcionamento do FGP-DF, expresso em moeda nacional, será de até 5% da receita corrente líquida do exercício, com exceção dos seus rendimentos e seu superávit.

O Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privada do Distrito Federal foi criado e regulamentado pelas legislações abaixo listadas:

Legislação	Objeto
Lei Distrital nº 3.792/2006	Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei Distrital nº 4.828/2012	Altera a Lei nº 3.792, de 2 de fevereiro de 2006, que institui o Programa de Parcerias Público-Privada do DF e dá outras providências
Lei Distrital nº 5.004/2012	Autoriza a criação do fundo garantidor de Parcerias Público-Privada do Distrito Federal e dá outras providências.
Lei Distrital nº 5.273/2012	Altera a Lei nº 5.004, de 21/12/2012, que autoriza a criação do FGP-DFI e dá outras providências.
Decreto nº 33.201/2011	Dispõe sobre a reestruturação administrativa da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, e dá outras providências
Decreto nº 34.044/ 2012	Altera a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal, e dá outras providências
Decreto nº 35.083/2014	Regulamenta o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privada do Distrito Federal.
Decreto nº 35.286/2014	Aprova o Regimento do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privada do Distrito Federal - CGP e dá outras providências.
Decreto nº 36.554/2015	Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse e sobre a Manifestação de Interesse Privado em parcerias público-privada e em concessão comum ou permissão de serviços públicos, arrendamento de bens públicos e concessão de direito real de uso no âmbito da administração pública distrital.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	125.000	93.846	0	0
TOTAL DO PROGRAMA - 6001	125.000	93.846	0	0

Não houve realizações e nem execução orçamentária e financeira.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	50.000	12.966	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50.000	12.966	0	0
7207 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DF	50.000	12.966	0	0

Não houve realizações como também execução orçamentária e financeira.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Fundo tem natureza privada e patrimônio próprio, dotado também de direitos e obrigações próprios.

Apesar de formalmente criado, o FGP-DF ainda não se encontra em atividade. Há algumas questões jurídicas e operacionais que devem ser solucionadas.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A SUBPPP, hoje dentro da estrutura da SEF está analisando diversas configurações para a estruturação e gestão do FGP de modo que ele se torne operacional e atenda às necessidades do GDF. Sob a gestão da Secretaria de Estado Fazenda, são parceiros nesta atividade o BRB a e Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

11. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL – UO: 21.101

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, criada pelo Decreto nº 32.716 de 1º de janeiro de 2011 e estruturada pelo Decreto nº 33.315, de 08 de novembro de 2011, publicado no DODF nº 216, de 09 de novembro de 2011.

Conforme publicação do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, artigo 8º, § 1º, alínea X, foi renomeada de Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Por meio do artigo 30, do Decreto nº 36.236 de 1º de janeiro de 2015 e alterações: Decreto nº 36.937, de 02 de dezembro de 2015, Decreto nº 37.246, de 12 de abril de 2016 e Decreto nº 37.537, de 02 de agosto de 2016, que dispõem sobre a estrutura administrativa, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - proteção, conservação e preservação do meio ambiente urbano e rural e promoção do desenvolvimento sustentável;

II - conservação, recuperação e o uso sustentável do cerrado, da fauna e dos recursos hídricos;

III - gestão e proteção dos parques e das unidades de conservação;

IV - enfrentamento das mudanças climáticas; e

V - mobilização e conscientização para o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente.

§1º Integram a estrutura da Secretaria de que trata este artigo:

I- Gabinete do Secretário;

II- Subsecretaria de Administração Geral;

III- Subsecretaria de Planejamento Ambiental e Monitoramento;

IV- Subsecretaria de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental;

Vinculam-se à Secretaria: Jardim Botânico de Brasília; Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA; Fundação Jardim Zoológico de Brasília; Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental; Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM; Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH-DF; e o Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	11
Cedidos – fora GDF	01
Requisitado fora GDF – PASUS	00
Temporário – em exercício	00
Temporário – afastado	00
CLT – em exercício	00
CLT – afastado	00
Conselheiro	00
Estatutário – em exercício	38
Estatutário - afastado	03
Sem vínculo – em exercício	37
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	87
Total ativos - afastado	04

Fonte: DIGEP/SUAG/SEMA

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2689 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	50.000	68	0	0
0005 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS-- DISTRITO FEDERAL	50.000	68	0	0
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES	1.175.000	899	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES-- DISTRITO FEDERAL	1.175.000	899	0	0
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	50.000	68	0	0
0001 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.--DISTRITO FEDERAL	50.000	68	0	0
2705 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS	150.000	99	0	0
0001 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA	150.000	99	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS--DISTRITO FEDERAL				
2706 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	50.200	117	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR--DISTRITO FEDERAL	50.200	117	0	0
2717 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS	50.200	38.018	36000	0
0001 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS--DISTRITO FEDERAL	50.200	38.018	36000	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECLÁVEIS	12.491.552	12.530.336	0	0
0004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECLÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	12.491.552	12.530.336	0	0
3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	50.000	66	0	0
0003 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA--DISTRITO FEDERAL	50.000	66	0	0
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO	200.000	135.051	127.965	127.965
0001 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO--DISTRITO FEDERAL	200.000	135.051	127.965	127.965
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	300.000	300.000	231.505	231.505
0005 - APOIO A EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE.	300.000	300.000	231.505	231.505
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	8.830.791	8.827.728	8.000	8.000
0002 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	8.830.791	8.827.728	8.000	8.000
3256 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE REF. EM ÁGUA E TRANSDISCIPLINARIDADE - CIRAT	10.000	8.603	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE REF. EM ÁGUA E TRANSDISCIPLINARIDADE - CIRAT-- JARDIM BOTÂNICO	10.000	8.603	0	0
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	200.000	5.364	5.360	5.360
0001 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF--DISTRITO FEDERAL	200.000	5.364	5.360	5.360
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	220.000	67.051	27.647	27.647
2257 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	220.000	67.051	27.647	27.647
2258 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-APOIO AO PROJETO EDUCAÇÃO PELA ARTE COM A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO DF--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	1.119.068	911.998	910.800	910.800
9169 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS--DISTRITO FEDERAL	1.119.068	911.998	910.800	910.800
TOTAL DO PROGRAMA 6210	24.946.811	22.825.466	1.347.277	1.311.277

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Taxa de Participação Popular no Projeto "Virada do Cerrado"	%			Anual	6	7	9	10	SEMA / UO 21101 / OE 1
Ações para enquadramento dos corpos hídricos superficiais	Unidade			Anual	2	3	4	5	SEMA / UO 21101 / OE 2
Ações implementadas no Projeto "Cultivando Água Boa"	Unidade			Anual	1	2	3	3	SEMA/ UO 21101 / OE 2
Taxa de catadores atendidos pelo contrato nº 13.2.0402.1/BNDES	%			Anual	0	10	40	100	SEMA/ UO 21101 /OE 4

O Programa 6210 apresenta cinco Objetivos Específicos (OE), os quais estão sob a responsabilidade direta da SEMA:

01- Cidadania e Sustentabilidade Socioambiental

No PPA 2016-2019 os programas estratégicos apresentados no presente OE foram: Programa Distrital de Educação Ambiental (PDEA) e a Virada do Cerrado.

- Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA)

Para ano de 2016 foi prevista através do recurso da LOA/SEMA a contratação de serviço de consultoria para elaboração do Plano Distrital de Educação Ambiental, no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais). Edital de Licitação Convite 001/2016 em andamento, processo nº 393.000.050/2016.

A elaboração do termo de referencia iniciou em março de 2016 e de acordo com a Lei Nº 3.833 de 27 de março de 2016 foi discutido na CIEA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental), através de um Grupo de Trabalho, Portaria nº 14 de 23 de março de 2015, tendo sido aprovado no âmbito desta Comissão, em 13 de abril.

A Comissão deliberou, também, a realização de um diagnóstico prévio à elaboração do Plano Distrital de Educação Ambiental e, nesse contexto, elaborou-se junto com a CODEPLAN uma pesquisa sobre o estado da Arte da Educação Ambiental no Distrito Federal.

Infelizmente, por motivos administrativos a contratação ainda não foi homologada em 2016.

- Projeto Virada do Cerrado

Em 2016, a Virada do Cerrado, aconteceu entre os dias 07 e 11 de setembro, em 28 regiões administrativas do DF, além de uma atividade realizada em Padre Bernardo-GO. O tema deste ano foi Mudança Climática, trabalhada a partir dos quatro elementos da natureza: Água, Terra, Fogo e Ar. Foram mais de oitenta (80) organizações articuladas em duzentas e vinte (220) ações e aproximadamente quinhentas e trinta (530) atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais espalhadas por todo o território, com participação de milhares de pessoas.

As vinte e oito regiões administrativas envolvidas foram: Águas Claras; Brazlândia; Candangolândia; Ceilândia; Cruzeiro; Estrutural; Fercal; Gama; Guará; Itapoã; Jardim Botânico; Lago Norte; Lago Sul; Paranoá; Parkway; Planaltina; Plano Piloto; Recanto das Emas; Riacho Fundo I; Riacho Fundo II; Samambaia; Santa Maria; São Sebastião; SIA; Sobradinho; Sudoeste; Taguatinga; Varjão.

Os públicos-alvo foram crianças e jovens de escolas públicas, famílias, ambientalistas, movimentos socioambientais e culturais, jovens e idosos. Estima-se que 508000 (quinhentas e oito mil.) pessoas foram envolvidas indiretamente no período de 13 de agosto a 13 de setembro, por meio das mídias sociais, o que ultrapassa a taxa de participação popular no projeto virada do cerrado, estimada em 7%, que corresponde a 200.000 (duzentas mil) pessoas. Informa-se também que 45.000 (quarenta e cinco mil) pessoas foram envolvidas diretamente. Meta apresentada e cumprida no Acordo de Resultados para 2016 e indicador atendido para 2016, conforme dados decorrentes de engajamento de seguidores nas redes sociais: *facebook* e o *instagram*).

As atividades da Virada deste ano incluem rodas de conversa, música, oficinas, palestras, mutirões nos parques, feiras agroecológicas, caminhadas, corridas, bicicletadas, contação de histórias, circuito de ciências, cine ambiental, teatro, passeios ecológicos, entre outros. Nos dias 08 e 09 as ações foram de caráter educativo e formativo, com foco na atuação com as escolas e universidades. Nos dias 07, 10 e 11 aconteceram as atividades culturais, esportivas e lúdicas para todos os públicos e idades, sendo que no dia 11 as atividades foram concentradas no Parque da Cidade (Estacionamento 10) onde todos celebraram juntos a Virada do Cerrado, com a realização da corrida pelo clima, cujo tema foi Mudança Climática, Campanha 1.5°C

A parceria entre a população e o governo local foi, mais uma vez, fundamental para a realização da Virada do Cerrado. As cidades do DF mostraram maior engajamento e reafirmam seu papel importante na redução dos impactos ambientais negativos, estimulando soluções políticas e econômicas locais que garantam o desenvolvimento urbano e o crescimento das áreas verdes, com uma gestão participativa e inovações tecnológicas.

Formas de Participação e Apoio Financeiro

A grande maioria das atividades foi autogestionada, ou seja, não necessitou de capital externo para sua execução. As exceções foram às atividades fomentadas pelo Fundo Único de Meio Ambiente (FUNAM) com a abertura de edital de demanda espontânea, no qual a própria SEMA executou o projeto.

A Virada do Cerrado de 2016 utilizou recursos, além dos recursos da SEMA, do Fundo Único de Meio Ambiente (FUNAM) para a realização de grande parte das ações, no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para apoio à contratação de produção de eventos e empresa fornecedora de alimentação. Esse recurso foi disponibilizado mediante demanda espontânea do FUNAM e foi direcionado basicamente para apoiar os locais com infraestrutura (som, tendas, projetores, palco), transporte (ônibus e vans), contratação de serviços especializados, serviços gráficos e alimentação.

Para a realização da Corrida pelo Clima foi utilizado recurso do orçamento LOA/SEMA, no total de R\$ 101.525,00 (cento e um mil, quinhentos e vinte e cinco reais). A Corrida pelo Clima abriu inscrições para 1200 atletas, que foram esgotadas em 140 minutos. A atividade foi uma ação de promoção da qualidade de vida e da campanha "1.5°C – O Recorde que Não Devemos Quebrar", que chama a atenção para a Mudança Climática. Foram organizadas provas de 5 e de 10 quilômetros. Os três primeiros a cruzar a linha de chegada em cada uma das quatro categorias (feminino e masculino para cada percurso) ganharam uma muda de árvore nativa do Cerrado. Todos os inscritos receberam kit com camiseta e chip, além de um pacote com sementes de plantas do Cerrado.

Para a compensação do carbono emitidos durante a Virada do Cerrado, foi realizado o mutirão de plantio em 12 regiões administrativas, totalizando 14 mutirões. O recurso utilizado foi no valor de 32.470,00 (trinta e dois mil quatrocentos e setenta reais) da LOA/SEMA. Foram plantadas 4.000 (quatro mil mudas).



Conselho de Meio Ambiente

O Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, instituído pelo artigo 27, ADT da Lei Orgânica do DF, é composto por dezessete representantes do Poder Público e dezesseis da sociedade civil, sendo:

- ✓ Federação das Associações dos Condomínios Horizontais do Distrito Federal - FACHO – FACHO;
- ✓ Fórum das ONGS ambientalistas do Distrito Federal e Entorno (três vagas);
- ✓ Universidade de Brasília – UNB;
- ✓ Universidade Católica de Brasília – UCB;
- ✓ Instituto de Ensino Superior de Brasília – IESB;
- ✓ Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal – FAPE/DF (duas vagas);
- ✓ Federação do Comércio do Distrito Federal – FECOMÉRCIO;
- ✓ Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA;
- ✓ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/DF;
- ✓ Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Seção do Distrito Federal – ABRH/DF;
- ✓ Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – ADEMI; e
- ✓ Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção do Distrito Federal – ABES/DF.

Foram realizadas em 2016, seis reuniões ordinárias e sete extraordinárias e não emitiu nenhuma decisão e emitidas duas moções e aprovadas as seguintes resoluções:

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 15 DE JUNHO DE 2016. (DODF Nº 124, 30 de junho de 2016) Constitui Câmara Técnica para aprimoramento do Regimento Interno do CONAM/DF – CTRI.
RESOLUÇÃO Nº 02, DE 17 DE JUNHO DE 2016. (DODF Nº 124, 30 de junho de 2016) Constituir Câmara Técnica para estudar mecanismos e procedimentos para o fortalecimento e aprimoramento da fiscalização ambiental do Distrito Federal.
RESOLUÇÃO Nº 03, DE 28 DE JUNHO DE 2016. (DODF Nº 146, 01 de agosto de 2016) Aprova o Regimento Interno do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CON A M / D F.
RESOLUÇÃO Nº 04, DE 24 DE AGOSTO DE 2016. (DODF Nº 162, 26 de agosto de 2016)- Aprova o Regimento Interno do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CON A M / D F.

Não foi emitida penalidade pelo Conselho.

02 - Capital das Águas

A SEMA é responsável pelo OE – 02, que se caracteriza por um conjunto de projetos e ações de preservação da água e recuperação ambiental de bacias hidrográficas e áreas estratégicas de água do Distrito Federal.

Preliminarmente, esclareça-se que após revisão do PPA 2016-2019, as metas “Organizar e realizar eventos preparatórios para o 8º Fórum Mundial da Água e Organizar e realizar o 8º Fórum Mundial da Água” ficaram sob a responsabilidade da ADASA.

Para execução das metas “3 - estimular a captação e reuso de águas e 04 – fortalecer a gestão democrática e sustentável das águas, do PPA 2016/2019”, as quais dialogam com o Acordo de Gestão de 2016, foram realizadas ações de: coordenação, articulação e implementação voltadas à proteção e recuperação ambiental na Bacia do Descoberto, São Bartolomeu e Serrinha do Paranoá; e apoio às pesquisas, formulação de políticas públicas e boas práticas sobre águas.

- Cultivando Água Boa

Quanto à implementação do CAB no DF, foram realizadas reuniões com o Comitê Gestor no Paranoá e no Descoberto. Grande partes dos esforços no primeiro semestre foi em captar recursos para implementação do Cultivando Água BOA (CAB) tendo em vista a situação financeira desafiadora do GDF.

Uma importante conquista foi a contratação do Projeto Cidades Sustentáveis-GEF, para implementação de algumas agendas de sustentabilidade no DF, na ordem de 6,7 milhões de dólares para o período de 2017 a 2021. Nesse Projeto foram incluídos recursos para a implementação do Cultivando Água Boa-CAB, na bacia do Descoberto e Paranoá (recuperação florestal, boas práticas conservacionistas, estímulo à agroecologia e educação ambiental).

- ✓ Aliança do Descoberto

Foi criada uma mesa de coordenação técnica que abarca atores de dez projetos que são realizados na bacia e que não dialogavam, ou dialogam muito pouco no território. Para tanto, foi criada uma matriz de convergência dos dez projetos a serem apresentados pelo atores governamentais e a sociedade civil: Rede Agroecológica do Planalto Central; Programa de Reabilitação Ambiental da área rural do DF – Reflorestar; Projeto Descoberto Coberto; Cultivando Água Boa; Água Brasil; Aliança Cerrado; Programa Educação Ambiental nas Escolas; Plano de Manejo e Conservação da Água e do Solo – DF; - Preserva Brasília; Águas do Descoberto; e Programa Adote uma Nascente

- ✓ Microbacia do Guariroba

Importante destacar a definição do Guariroba como microbacia prioritária de atuação no Descoberto, com o desenvolvimento de três oficinas para engajamentos dos produtores locais, o lançamento da Aliança pelo Descoberto e a produção da cartilha do Pacto das Águas do Guariroba.

Com as duas atividades: Aliança do Descoberto e Microbacia do Guariroba a SEMA cumpriu as duas metas previstas no Indicador.

Outro destaque na implementação do Cultivando Água Boa nas bacias do DF foi a realização, do I Curso de adequação de estradas rurais com ênfase em conservação de microbacias, realizado pela EMATER e parceiros como a SEAGRI, Itaipu-Binacional e o DER-DF, que capacitou quarenta operadores de máquinas (tratoristas) do GDF.

No Programa Água Brasil-Fase 02, o qual é conduzido pela ANA, WWF, Fundação Banco do Brasil e Banco do Brasil, a SEMA participou na articulação para atrair para o DF a renovação do novo ciclo do projeto (2016-2020) com a inclusão de duas das bacias: Descoberto e São Bartolomeu.



- Conferência Distrital das Águas no DF

A realização da Conferência está prevista para 2017, porém, em 2016, foi realizada uma primeira rodada de alinhamento entre os atores do Governo e setores usuários de água como etapa preparatória para as pré-conferências, cujo tema será “água”.

- 8º Fórum Mundial da Água

Como a SEMA é parceira direta na realização do 8º Fórum, encontra-se em plena organização um evento oficial preparatório que tem como nome preliminar “ Seminário Águas pela Paz”, com a participação além da SEMA, das Secretarias de Educação e da Cultura, do Ministério do Meio Ambiente e do Conselho Mundial da Água, previsto para outubro de 2017.

Tendo em vista a baixa disponibilidade de recursos em 2016, foi decidido utilizar recursos do GEF para as ações de mobilização para o seminário.

- Centro de Intenções do Centro Internacional de Referência em Água e Transdisciplinaridade (CIRAT)

Os avanços no apoio às pesquisas e formulação de políticas públicas e boas práticas sobre águas no DF após a celebração do Protocolo de Intenções 001/2015, SEMA/SECTI/SES/SEDF/SECULT/SEAGRI/CAESB/ADASA/ IBRAM e JJB, todos órgãos do GDF, processo nº 393.000.040/2015, ocorreram com a realização da segunda etapa do planejamento estratégico do CIRAT e a articulação para a qualificação do CIRAT como centro de categoria 02 (CC2) pelo Programa Hidrológico Internacional da UNESCO. Esta possível qualificação será um importante elemento para a consolidação do OE.

A nova sede do CIRAT foi inaugurada com recursos de parceiros, cuja estrutura foi implantada no Jardim Botânico de Brasília. O principal parceiro foi a organização WWF-Brasil.

Nesse contexto, foi realizada alteração da meta prevista na LOA de 2017, passando a figurar como “ Realização de Estudos e Pesquisas Socioambientais – Implementação do Centro Internacional de Referência em Água e Transdisciplinaridade”.



- Mapa Hidrográfico

O novo mapa hidrográfico do Distrito Federal foi impresso em escala de 1,15 quilômetros, o qual detalha os rios, riachos, ribeirões e córregos que abastecem as oito bacias do território, após aprovação pela Resolução nº 2, de 2015 pelo Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal. Participaram da formulação do mapa, além da SEMA, a ADASA, a CAESB, o IBRAM e a SEGETH.

- Conselho de Recursos Hídricos

A presidência do Conselho é de responsabilidade da SEMA e o conselho é composto de forma paritária: representantes do governo, usuários e sociedade civil:

- ✓ Representantes dos usuários dos recursos hídricos: 04 instituições
 - ✓ Sindicato Rural do Distrito Federal – SRDF;
 - ✓ Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA;
 - ✓ União dos Condomínios Horizontais e Associações de Moradores no Distrito Federal -ÚNICA/DF; e
 - ✓ Federação do Comércio do Distrito Federal - FECOMÉRCIO.
- instituições
- ✓ Representantes das organizações civis relacionadas com preservação de recursos hídricos: 10
 - ✓ Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão - CBH/MA;
 - ✓ Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto - CBH/Preto;
 - ✓ Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranoá - CBH/Paranoá;
 - ✓ Associação Brasileira de Recursos Hídricos - Seção Distrito Federal - ABRH/DF;
 - ✓ Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção Distrito Federal - ABES/DF;
 - ✓ Associação Brasileira de Águas Subterrâneas – ABAS; e
 - ✓ Universidade de Brasília – UnB e Universidade Católica de Brasília – UCB.

No exercício de 2016 foram realizadas quatro reuniões ordinárias e oito extraordinárias e foram aprovadas as seguintes resoluções:

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 04 DE JANEIRO DE 2016. (DODF Nº 45, 8 de março de 2016), Prorrogar o prazo para a consolidação do Sistema de Monitoramento das Chuvas, da Qualidade e da Quantidade das Águas do Distrito Federal.
RESOLUÇÃO Nº 02, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016. (DODF Nº 58, de 28 de março de 2016), Aprovar o Quadro de Metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas – PROGESTÃO.
RESOLUÇÃO Nº 03, DE 17 DE AGOSTO DE 2016. (DODF Nº 162, de 26 de agosto de 2016), Aprovar a prioridade de alocação dos recursos do PROGESTÃO.

Tendo sido cumprida, desta forma, a meta prevista no indicador para 2016.

03 – Energia e Mudança Climática

As agendas estabelecidas pela SEMA preveem a execução de ações sob a perspectiva de dois eixos: energia (projetos estratégicos: I – criação e implementação de plano de eficiência energética; II – Programa Brasília Solar; e III – Expansão, revitalização e modernização das redes de distribuição de energia elétrica) e gestão climática (projeto estratégico: Fortalecimento da gestão de riscos climáticos).

Assim, no contexto da gestão de riscos climáticos, foram realizadas duas ações com recursos orçamentários: um inventário de emissões que objetivou conhecer as principais fontes de emissão de CO2 e equivalentes, denominado Inventário de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Distrito Federal; uma nota técnica sobre evidências científicas para formulação de políticas e planos voltados para gestão e governança no Distrito Federal “Mudanças Climáticas: Detecção e projeções das mudanças climáticas para o Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno”.

Atividade	Público-alvo	Produto
Reporte/ MRV/ Inventário DF/ Publicação impressa do Inventário, com Nota Técnica e apresentações dos secretários de Meio Ambiente e Agricultura	Todo o DF e área técnica (Internalização para a formulação de políticas e planos de mitigação)	Publicação impressa do Inventário de Emissões do DF (2005-2012), 500 exemplares. Catalogação na Fonte ISBN:978-85-68931-02-8.
Elaboração e publicação impressa da Nota Técnica a Formuladores de Políticas e Tomadores de Decisão sobre Mudanças Climáticas no DF e na RIDE	Todo o DF e área técnica (Internalização para a formulação de políticas e planos de mitigação)	Formulação e Publicação impressa da Nota Técnica sobre dados de detecção e projeção de cenários de mudanças climáticas para o DF e RIDE. 500 exemplares. Catalogação na Fonte ISBN:978-85-68931-03-5.

A SEMA, enquanto coordenadora OE 03, apresentou, tendo em vista as características descritas no Eixo: Energia no PPA 2016-2019, a estratégia de constituição do Programa Brasília Solar, destinado à promoção da diversificação da matriz energética no Distrito Federal por meio da implementação de projetos demonstrativos de geração descentralizada de energia solar e eficiência energética.

As ações não orçamentárias envidadas para concretização do Programa Brasília Solar, realizadas em 2016, foram:

Atividade	Público-alvo	Produto
Governança/ Consulta Pública/ Minuta Programa Brasília Solar	Público em geral	40 contribuições + 1.000 downloads da Minuta disponibilizada no site da SEMA. Com boa inserção na mídia (escrita e radiodifusão).
Governança/ Reunião GT Brasília Solar	Todos os atores engajados no GT Brasília Solar	Apresentados os resultados da consulta pública sobre o Programa Brasília Solar. Encaminhada a criação de três subgrupos executivos para a condução dos trabalhos futuros.
Governança/ Reunião GT Brasília Solar	Todos os atores engajados no GT Brasília Solar	Reunião realizada para apresentação de propostas de trabalho ou de comunicação de ações em realização: Secretaria da Saúde (Carta de Adesão), SEMA-CEB-Eletronorte-UnB (Estrutural), SETRAB-SENAI (Escola Social), etc. Encaminhamentos: criação dos subgrupos executivos; consulta sobre o decreto de criação do programa. Memória enviada imediatamente após a realização da reunião.
Elaboração de proposta/ Estudo Incentivo Tributário	CODEPLAN/SEMA	Estudo não realizado em virtude de dispositivos na LRF, mesmo assim, parte foi atendido pelo Decreto nº 37.717, de 19 de outubro de 2016. Cria o programa de estímulo ao uso de Energia Solar Fotovoltaica no Distrito Federal - Programa Brasília Solar, e dá outras providências. Publicado no DOE em 20 out 2016
Integração de agendas/ Fábrica Social Solar/	SEMA, SETRAB, SENAI	Celebração de Contrato nº 002/2016-SENAI/SEMA
Integração de agendas/ UnB	SEMA, UnB	Alunos em conclusão de curso de tecnologia elaborarão projetos solares para a instalação de eficiência energética e placas FV em escolas públicas
Integração de agendas/ Banco Mundial	SEMA, CEB, Banco Mundial	Participação de Brasília no evento do Banco Mundial: Fórum Eficiência Energética em Iluminação Pública no Brasil
Integração de agendas/ ABSOLAR e Japão	SEMA e ABSOLAR	Reunião com representantes de indústrias japonesas sobre o Programa Brasília Solar

As ações não-orçamentárias realizadas no eixo gestão de riscos climáticos em 2016 foram:

Atividade	Público-alvo	Produto
Integração de agendas/ MRV/ CB27	UEC e secretarias de meio ambiente das capitais brasileiras	Capacitação da equipe para o reporte das ações de clima na plataforma do CDB (Carbon Disclosure)
Integração de agendas/ MRV/ Palestra Mesa de Abertura do Evento MCTI - Rumo a uma economia de baixo carbono	Atores públicos e privados, nacionais e sub-nacionais	SEMA/DF reconhecida como protagonista sub-nacional nas agendas de mitigação, monitoramento e reporte de emissões de GEE. Dificuldade para instalar o sistema de monitoramento de emissões (PCPV) Parceria entre SEMA/DF e MCTI para a desagregação dos dados DF dos dados nacionais de emissões Esforço conjunto para a instalação de sistemas de monitoramento de emissões (MRV)
Reporte/ MRV/ Plataforma Carbon Disclosure Program	SEMA, CDP	Reporte público anual do Distrito Federal sobre dados de emissões e medidas de mitigação publicado na plataforma CDP Preenchimento das guias Dificuldades: Ação anual ainda não internalizada ou tomada orgânica
Reporte/ MRV/ Inventário DF/ CONAM	SEMA, CONAM	Dados do Inventário de Emissões do DF (2005-2012) sistematizados e divulgados junto ao CONAM. Boa inserção na mídia (radiofônica, televisiva, digital) Disponibilização para download no site da SEMA/DF. Criação de uma aba CLIMA no site da SEMA/DF.
Integração de agendas/ MRV/ Palestra TRANSPORTE E CLIMA _ junto ao DER	Atores públicos e privados, nacionais e sub-nacionais	SEMA/DF reconhecida como protagonista sub-nacional nas agendas de mitigação, monitoramento e reporte de emissões de GEE na área de transportes.
Integração de agendas/ MRV/ Palestra Agricultura, Recursos Hídricos e Clima _ junto à EMBRAPA CERRADOS	Atores públicos e privados, nacionais e sub-nacionais	SEMA/DF reconhecida como protagonista sub-nacional nas agendas de mitigação, monitoramento e reporte de emissões de GEE na área de agricultura.
Reporte/ MRV/ Plataforma Compact of Mayors		Reporte público anual do Distrito Federal sobre dados de emissões e medidas de mitigação publicado na plataforma internacional Pacto dos Prefeitos Preenchimento das guias Ação anual ainda não internalizada ou tomada orgânica
Integração de agendas/ MRV/ Palestra INCÊNDIOS FLORESTAIS E CLIMA _ junto ao PPCIF	Atores públicos e privados,	SEMA DF reconhecida como protagonista nas agendas de mitigação, monitoramento e reporte de emissões de GEE na área de incêndios florestais
Produção de conhecimento/ Cenários de Clima/ Reunião Técnica	UEC, INPE, INMET, UnB, Embrapa Cerrados, IBRAM	Reunião com cientistas sobre dados climáticos esperados para o DF que resultará em uma Nota Técnica a ser publicada até o final do ano para subsidiar tomadores de decisão e formuladores de políticas Previsão orçamentária de publicação impressa Entrega dos dados ao Governador pelo Secretário Oficina de Comunicação Pública na CLDF
Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ FCO UK Prosperity Fund	SEMA, IBRAM, parceiros externos (e.g WWF Brasil)	03 projetos elaborados 02 propostas apresentadas 00 propostas aprovadas
Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ GEF Cidades Sustentáveis	SEMA e parceiros externos	Proposta apresentada Pré-aprovada Principais linhas estratégicas da UEC com previsão orçamentária para a sua realização
Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ BID PBL Sustentabilidade do Gasto Público	SEMA, SEPLAG, SEF	Proposta elaborada, apresentada ao COFIEIX Sólida parceria entre os entes envolvidos
Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ GCF CAIXA	SEMA, ASSINTER e CAIXA	Reunião CAIXA – sobre oportunidade de acesso a financiamento do Fundo Verde para o Clima
Elaboração de projetos/ BID/ Qualidade gasto Público	SEMA, SEPLAG, SEF	Reunião sobre o Termo de Referência para a captação da capacidade de avaliação da Qualidade do Gasto e Mudanças Climáticas
Integração de agendas/ CAESB	UEC, CAESB	Palestra proferida sobre Água e Clima para técnicos da CAESB, no Miniauditório do Centro de Gestão Águas Emendadas da Caesb (Águas Claras)
Integração de agendas/ Virada do Cerrado	SEMA e Comitê da Virada	Palestra proferida sobre Mudança Climática no Auditório da Fundação Banco do Brasil - SCN
Integração de agendas/ ZEE	UEC, SUPLAM, Codeplan	UEC produziu três textos e participa de reuniões de produção de cenários de desenvolvimento socioeconômico para o DF que considerem a variável da mudança climática
Integração de agendas/ CGDF	UEC, CGDF	Palestra proferida sobre Mudança Climática no DF para técnicos da Controladoria Geral do DF
Integração de agendas/ Virada do Cerrado/ Diálogos dos saberes	SEAMS, UEC, ISA, OC, Católica, IESB	Participação da agenda Diálogo dos Saberes no âmbito da Virada do Cerrado.
Integração de agendas/ Virada do Cerrado	SEMA e Comitê da Virada	Palestras proferidas sobre Mudança Climática no âmbito da Virada do Cerrado
Integração de agendas/ ZEE	UEC, SUPLAM, Codeplan	UEC produziu texto final sobre cenários de clima para o DF contribuindo para a construção de texto sobre cenários de desenvolvimento socioeconômico para o DF que considerem a variável da mudança climática

- Mudança Climática e Virada do Cerrado

Em 2016, a Virada do Cerrado, cujo tema de 2016 foi Mudança Climática, trabalhado a partir dos quatro elementos da natureza: Água, Terra, Fogo e Ar. As ações tiveram o caráter educativo e formativo, com foco na atuação com as escolas e universidades. Também foram realizadas atividades culturais, esportivas e lúdicas para todos os públicos e idades.

Como já descrito no item anterior que trata da Virada do Cerrado, as atividades incluíram rodas de conversa, música, oficinas, palestras, mutirões nos parques, feiras agroecológicas, caminhadas, corridas, bicicletadas, contação de histórias, circuito de ciências, cine ambiental, teatro, passeios ecológicos, entre outros. A parceria entre a população e o governo local é essencial para superar este desafio. As cidades do DF têm um papel importante na redução dos efeitos negativos da Mudança Climática, pois têm o poder de estimular soluções políticas e econômicas que garantam o desenvolvimento urbano e o crescimento das áreas verdes, com uma gestão participativa e inovações tecnológicas.

04 – Saneamento Ambiental

O OE – Saneamento Ambiental é de responsabilidade da SINESP estando a SEMA responsável pelo cumprimento das ações: Construção e operacionalização de três centros de transbordo e triagem – ATTR, até 2018, que atenderá 2.160 catadores de material reciclável, com suporte à implantação da coleta seletiva no Distrito Federal, bem como pela implantação da política de resíduos sólidos, ambas previstas no PPA 2016 a 2019.

Importante ressaltar que a construção dos Centros de Triagem previstos no Projeto BNDES/GDF faz parte de uma ação governamental que envolve a desativação do Aterro do Jóquei, mais conhecido como Lixão da Estrutural e a operação do Aterro Sanitário de Brasília. Não é um Projeto que poderá ser concretizado isoladamente. Será necessário que o Distrito Federal cumpra com as legislações Federal (Lei 12.305/10) e Distrital (Lei 5.418/14) de Resíduos Sólidos estabelecendo primordialmente, coleta seletiva efetiva, estabelecendo metas para a inclusão socioproductiva dos catadores de materiais recicláveis, dentre outros.

- Construção e operacionalização de três centros de transbordo e triagem – ATTR

O Governo do Distrito Federal-GDF tem firmado, desde julho/2013, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável Nº 13.2.0402.1 no valor de R\$ 21.300.000,00 (vinte e um milhões e trezentos mil reais) destinados à construção e o efetivo funcionamento de 03 (três) Centros de Triagem de Resíduos – CTRs e 01 (um) Centro de Comercialização de Materiais Recicláveis, em terreno localizado no Pátio Ferroviário de Brasília cedido pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU à Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal – CENTCOOP, ainda, à aquisição de equipamentos, capacitação, assistência técnica e plano de gestão.

O arranjo atual do Contrato prevê a parceria com órgãos do GDF (SEMA/ADASA/SLU/SINESP/SEDESTMIDH) e órgãos do Governo Federal (Fundação Banco do Brasil-BB e SENAES). A contrapartida financeira está prevista no montante de R\$ 10.602.365,00 (dez milhões, seiscentos e dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais), recursos da SEMA; R\$ 16.428.797,56 (dezesseis milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos), recursos do SLU; R\$ 1.099.014,73 (um milhão, noventa e nove mil, quatorze reais e setenta e três centavos), com recursos da ADASA; R\$ 536.000,00 (quinhentos e trinta e seis mil), recursos da SEDESTMIDH e R\$ 7.334.225,29 (sete milhões, trezentos e trinta e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais e vinte e nove centavos), recursos do BB/SENAES.

Desta forma, o Contrato nº 13.2.0402.1 totaliza o montante de R\$ 57.300.404,17 (cinquenta e sete milhões, trezentos mil e quatrocentos e quatro reais e dezessete centavos).

A construção dos centros de triagem, está prevista no montante de R\$ 24.583.338,99 (vinte e quatro milhões, quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos, cujo edital de Concorrência nº 9/2016, realizado pela NOVACAP, por meio dos processos: nº 112.001.143/2016 e nº 112.002.978/2016, foi suspenso pelo TCDF, Decisão nº 5536/2016, tendo sido retomado em 13 de janeiro de 2016.

Dois atrasos significativos no andamento do processo de licitação para a construção dos Centros de Triagem merecem ser relatados. O primeiro foi da Procuradoria Geral do Distrito Federal que questionou sobre o convênio a ser firmado entre SEMA/NOVACAP e CENTCOOP e o segundo foi do Tribunal de Contas do Distrito Federal que questionou a processo de licitação realizado pela NOVACAP.

Por fim, encontram-se em elaboração os termos de referências destinados à contratação dos demais produtos previstos no Projeto BNDES/GDF para o exercício de 2017.

- Implantação da coleta seletiva no Distrito Federal

Os Planos de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Distrito Federal estão sendo elaborados desde abril/2016, data da assinatura do contrato. Até o momento, foram entregues à Comissão Técnica de Avaliação, o Plano de Trabalho e o Plano de Mobilização e Diagnóstico Preliminar.

Para a elaboração dos diagnósticos foram realizadas 11 (onze) Pré-Audiências em todo o território do DF de forma regionalizada, e para tratar de maneira mais aprofundada questões de Logística Reversa, Resíduos de Serviços de Saúde, Resíduos da Construção Civil e Resíduos Especiais (Agrossilvopastoris, Industriais, Mineração, Saneamento e Transporte) foram realizadas 04 (quatro) Oficinas Setoriais específicas para cada um dos temas. O site e a página do Facebook também são meios de postagem de contribuições por parte da população. No site <http://www.planodesaneamentodf.com.br/> podem ser encontradas maiores informações.

O último documento entregue à Comissão Técnica foi o Diagnóstico Situacional, um documento com os dados compilados das contribuições recebidas nas pré-audiências e oficinas, em documentos cedidos pelo governo e entrevistas realizadas pela SERENCO (empresa contratada para realização do Plano Distrital de Saneamento Básico e do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos). Este documento está em fase de análise e avaliação pela equipe técnica dos órgãos que compõem a Comissão.

05 – Brasília Verde

No PPA 2016-2019, o OE prevê a recuperação dos parques usando recursos de compensação ambiental e gestão compartilhada com a participação de instituição sem fins lucrativos. Nesse contexto, a adequação e revisão da legislação vigente avançou em 2016 e para a manutenção e recomposição da vegetação foram previstas duas ações estratégicas: Brasília nos Parques e Recupera Cerrado.

- Recupera cerrado

No quesito conservação, foram implementados esforços na prevenção e combate aos incêndios florestais:

Aperfeiçoamento da atuação interinstitucional de combate aos incêndios florestais, inclusive com a criação de um mosaico de instituições que atuam no combate aos incêndios ocorrentes na APA Gama-Cabeça de Veado (Jardim Botânico de Brasília, Reserva Ecológica do IBGE, Fazenda Água Limpa da UnB, Base Aérea da Aeronáutica, Área Alfa da Marinha, Caesb, Ibram e Corpo de Bombeiros Militar do DF);
Desenvolvimento de um protocolo de responsabilização por incêndios florestais;
Elaboração, em conjunto com o GDF, de uma campanha institucional sobre o tema, alcançando diversas mídias (redes sociais, out-doors, televisão, rádio, etc.);
Realização de eventos de articulação e prevenção (articulação com os conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Rural do DF, 17º e 18º Fóruns do PPCIF, reunião anual de avaliação e de planejamento, mutirões de conscientização e participação na Virada do Cerrado, com a tenda do fogo). Público-alvo: toda a população urbana e rural do Distrito Federal;
Impressão de 2000 exemplares do "Almanaque do Fogo", associada aos esforços de articulação da sociedade civil em ações do Programa de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais;
Impressão de 10.000 folders sobre o programa de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, alertando a população sobre os prejuízos e consequências dos incêndios florestais.

- Unidades de Conservação

Foram formados conselhos consultivos e grupos de trabalho, com a participação de governo e sociedade, de apoio à gestão de unidades de conservação. Estão em funcionamento os conselhos consultivos da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Granja do Ipê, Parque Ecológico Burle Marx e recriação do Conselho da Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal, além dos grupos de trabalho referentes aos Parques e unidades de conservação da região do Gama e o Parque das Esculturas, no Altiplano Leste. Em fase de articulação para criação, estão os conselhos das Áreas de Proteção Ambiental do Gama-Cabeça de Veado e Paranoá e da Área de Relevante Interesse Ecológico Parque JK.

O Conselho da Área de Relevante Interesse Ecológico Granja do Ipê foi criado por meio do Decreto nº 37.198, de 21 de março de 2016. Desde então, foram realizadas 4 reuniões ordinárias do Conselho. Ao longo dessas reuniões foi construído o Regimento Interno do Conselho, elaborado um Plano de Ação e criados Grupos de Trabalho.
O Conselho do Parque Ecológico Burle Marx foi criado por meio do Decreto nº 37.274, de 22 de abril de 2016. A reunião de instalação do Conselho foi realizada no dia 17/08/2016 e já houveram mais duas reuniões, com discussão do regimento interno do Conselho e das medidas emergenciais de recuperação do Parque, além da revisão do plano de manejo e edital do projeto executivo.
O Comitê Distrital da Reserva da Biosfera do Cerrado foi criado por meio do Decreto nº 37.615, de 9 de setembro de 2016 e sua instalação aconteceu no dia 29/11/2016.
O Conselho da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE JK, teve elaboração participativa com representantes da comunidade da minuta de decreto para criação do Conselho, que foi autuado e protocolado na SEMA em 31/05/2016. Seguiu para o IBRAM no dia 17/08/2016 e ainda não retornou à SEMA para encaminhamento à Governadoria.
Os Grupos de Trabalho sobre os Parques do Gama e Parque das Esculturas, no Altiplano Leste, foram instalados em uma primeira reunião, com encaminhamentos para a continuidade dos trabalhos a partir de fevereiro de 2017.

- Formação da Aliança Cerrado

Foi constituído o Fórum institucional de articulação de ações de conservação, recuperação e uso sustentável do Cerrado, cujos grupos de trabalho desenvolveram diversos produtos, quais sejam:

Instituição do Programa Recupera Cerrado, com publicação do Decreto Distrital nº 36.646/2016, que permite a utilização de recursos de compensação ambiental devidos por instituições públicas e privadas em contratação, por meio de editais, de projetos para recuperação de áreas degradadas do Cerrado do Distrito Federal.
Elaboração de minuta de decreto de compensação florestal, supressão de vegetação e tombamento de indivíduos arbóreos, o qual permitirá estabelecer novas regras, em caráter definitivo, para estes assuntos, tomando os procedimento mais simples para os usuários e mais eficazes para a recuperação e conservação do Cerrado e da vegetação urbana do DF.
Elaboração do mapa de áreas prioritárias para conservação e restauração do Cerrado da vegetação nativa do Distrito Federal, com base nas diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico, que servirá de base para a priorização das ações nestes campos de trabalho da política ambiental do DF.

- Cerratenses

O Cerratenses - Centro de Excelência do Cerrado – é um centro de convergência, desenvolvimento e difusão de conhecimento sobre o Bioma Cerrado. O Cerratenses tem por missão subsidiar a construção de políticas públicas para o Cerrado por meio da gestão e consolidação da informação e do fortalecimento institucional entre entidades dos campos governamental e acadêmico, da pesquisa e da sociedade civil organizada, empresas e entidades em geral, tanto públicas quanto privadas, do país e do exterior.

Dentre as atividades exercidas pelo Cerratenses, destaca-se a gestão e organização da Aliança Cerrado. A Aliança Cerrado atua como um fórum permanente, resultado da integração de esforços da sociedade civil, parceiros governamentais, empreendedores e academia. Entre março e setembro de 2015, o GT Recupera Cerrado, criado por iniciativa conjunta da sociedade civil e da Secretaria de Meio Ambiente do DF, trabalhou propostas de políticas públicas para recuperação do Cerrado, culminando na proposta de uma grande Aliança pelo Cerrado.

O objetivo central do Fórum Aliança Cerrado é a construção e monitoramento de políticas públicas para o Cerrado que incluirão o aprimoramento e cumprimento da legislação ambiental, mecanismos financeiros, o fortalecimento da agenda ambiental na governança das bacias hidrográficas e proteção dos mananciais, a recuperação de áreas degradadas, áreas de preservação permanentes e reservas legais públicas e/ou privadas, bem como valorização histórico-cultural do bioma e suas culturas tradicionais.

Além de fomento à conservação, ocupação do solo e uso sustentável do Cerrado por meio de pesquisa, promoção da educação ambiental e de uma cultura de valorização do bioma e de sua sociobiodiversidade, a Aliança Cerrado trabalha para estimular práticas inovadoras de restauração de vegetações nativas do Cerrado como agroflorestas, plantio direto, semeadura, condução da regeneração natural e ainda a promoção de produção agrícola sustentável, como agrofloresta, agroecologia, práticas de agricultura de baixo carbono e o desenvolvimento de mecanismos financeiros que incentivem, estimulem e apoiem a conservação, a recuperação ambiental e uso sustentável do Cerrado no Território do Distrito Federal e RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal).

Atualmente o Fórum Aliança Cerrado vem ocupando espaços de referência Nacional e Internacional por meio de projetos e políticas para o bioma e desta forma está se ampliando para ações regionais e nacionais que vão além da pauta de conservação do cerrado no DF. A Aliança Cerrado é organizada a partir de Acordo de Reciprocidade Multilateral assinado por instituições de níveis local, nacional e internacional. Neste acordo estão definidas as diretrizes da Aliança a periodicidade de encontros do Fórum, as instâncias de gestão e de trabalho. A forma de gestão é definida por Grupo Executor formado por governo e sociedade civil, sendo este grupo responsável pela execução e acompanhamento do plano estratégico elaborado durante o primeiro ano do Fórum pelos participantes da Aliança.

A Aliança Cerrado é organizada em 8 Grupos de Trabalho: Legislação, Métodos e Pesquisas, Sistema de Informações, Comunicação, Sociobiodiversidade, Mecanismos Financeiros, Conservação e Educação Ambiental. As atividades dos grupos de trabalho da Aliança Cerrado ocorrem predominantemente no Centro Cerratenses.

O Fórum foi inaugurado com 25 instituições em setembro de 2015 e com 1 ano de funcionamento finalizou 2016 com 55 instituições membros participantes. Em 2016, teve como prioridade a elaboração do Plano de Recuperação do Cerrado no DF, definindo mecanismos legais e financeiros, áreas prioritárias de recomposição florestal, bem como metas de reflorestamento para os próximos anos no DF, valorização cultural do cerrado e melhoria da pesquisa e gestão de unidades de conservação.

Desta forma, o Cerratenses por meio da gestão e organização da Aliança Cerrado vem fortalecendo a pauta do cerrado na agenda local e, certamente contribuirá em 2017 com a agenda Nacional e Internacional para o cerrado, considerando estratégica a promoção da importância do cerrado durante do Fórum Mundial das Águas em 2018, em busca da preservação do bioma onde brotam as principais bacias hidrográficas brasileiras.

- Cadastro Ambiental Rural – CAR e Programa de Regularização Ambiental – PRA

Em articulação com o Ibram e outras instituições pertencentes à Aliança Cerrado, foram produzidos:

Elaboração de minuta de Decreto que trata do Programa de Regularização Ambiental – PRA, estabelecendo mecanismos inovadores de estímulo econômico aos produtores que aderirem a esse Programa, tanto no que se refere à recuperação de seus passivos ambientais quanto na valorização daqueles que preservarem além do exigido por lei, a partir da criação de cotas de reserva ambiental que podem ser comercializadas com aqueles devedores de passivos, gerando renda extra ao seu proprietário e garantindo áreas de remanescentes de cerrado;
--

Disponibilização de recursos do Funam, por meio de convênios com a Emater e com o Ibram, com o objetivo de viabilizar o apoio da Emater na obtenção dos cadastros dos produtores rurais e para o Ibram organizar a metodologia e capacidade operativa para análise e validação dos cadastros realizados e apoiar a Emater em ações de divulgação e publicidade, permitindo mais eficiência e eficácia na implementação do CAR e do PRA.

- Programa Brasília nos Parques

O Programa Brasília nos Parques foi instituído pelo Decreto Nº 37.115, em 15 de fevereiro de 2016, para aprimorar o uso público dos parques e unidades de conservação distritais, coordenando os esforços dos diversos órgãos e entidades do Distrito Federal. Trata-se de um Programa que tem como objetivo oferecer serviços e atividades públicas nos parques e nas unidades de conservação voltados à saúde, educação, esporte, turismo, cultura, trabalho, assistência social, dentre outros, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Para a implementação do Programa, foi constituído um Comitê Gestor com a participação de 11 órgãos e entidades, sendo dois representantes de cada - titular e suplente – que visa coordenar e gerir o Brasília nos Parques em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema-DF) e o Instituto Brasília Ambiental (Ibram-DF). Além dos dois órgãos, o Comitê é composto pelas seguintes Secretarias: Secretaria de Estado de Cultura (SEC-DF); Secretaria de Estado de Educação (SEE-DF); Secretaria de Estado de Saúde (SES-DF); Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer (Setul-DF); Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social (SSP-DF); Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF); Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e

Direitos Humanos (Sedesthmid-DF); Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SeCriança-DF); e Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (Sejus-DF).

No dia 12 de abril de 2016, foi instalado o Comitê Gestor e realizada a sua primeira reunião para apresentação do Programa e do Decreto de criação aos integrantes do grupo. Dentre as definições no encontro, destaca-se a escolha de cinco parques para dar início ao Programa: Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Três Meninas (Samambaia), Parque Ecológico Saburo Onoyama (Taguatinga), Parque Recreativo Sucupira (Planaltina) e Parque Ecológico Ezequias Heringer (Guará). A escolha desses parques ocorreu porque os cinco já integram o projeto Parque Educador, instituído por meio da Portaria Conjunta nº 2, de 17 de junho de 2015, que estabelece parceria entre a SEE-DF, Sema-DF e Ibram-DF.

Ao longo do ano de 2016, também foram promovidas outras três reuniões do Comitê Gestor: em 24 de maio; 12 de julho; e em 06 de dezembro, quando foi apresentada uma proposta da SSP-DF para a revitalização da área de convivência do Parque Saburo Onoyama. O mencionado parque foi escolhido para ser um projeto-piloto do Programa, onde serão desenvolvidas ações e iniciativas integradas, envolvendo diferentes órgãos de governo e atores da comunidade e sociedade civil. Na reunião do dia 06 de dezembro, os integrantes do Comitê Gestor ainda criaram um grupo de trabalho menor para a elaboração do projeto-piloto e o respectivo plano de ação para o Saburo Onoyama, além de um cronograma das atividades. O primeiro encontro deste GT ocorreu no dia 14 de dezembro, formado por representantes da Sema-DF, Ibram-DF, Setul-DF, SSP-DF Seagri-DF e SEE-DF.

Além dos encontros do Comitê Gestor, destacam-se as seguintes ações durante 2016:

- Reuniões trilaterais com os órgãos integrantes do Comitê Gestor e Ibram para adequação e detalhamento das atividades propostas, a citar: Programa Parque Educador e feiras orgânicas nos parques.

- Sob a coordenação do Ibram-DF, houve mutirão para limpeza da lagoa de Brazlândia e a revitalização do Parque Ecológico e de Uso Múltiplo da Asa Sul, em comemoração a Semana do Meio Ambiente e ao 9º aniversário do Instituto, no mês de junho.

- No contexto do Programa Virada do Cerrado, realizado pela Sema-DF no mês de setembro, em todo o DF, junto com diversos parceiros, atividades nos seguintes parques (<http://tonavirada.org/programacao/>):

- Águas Claras - Visitas de escolas, trilhas interpretativas, palestras, exposições, atividades esportivas, feira de trocas, etc;

- Parque Veredinha (Brazlândia) - Mutirão de limpeza das trilhas e do córrego do Parque e caminhada ecológica;

- Parque das Garças (Lago Norte) - Abertura da Virada do Cerrado, com oficinas, atividades esportivas, feira de tecnologias sustentáveis e projetos sociais;

- Parque Olhos d'Água - Atividades esportivas, feira de trocas, palestras, ioga, workshop de cozinha vegana;

- Parque do Paranoá - Mutirão de limpeza e revitalização do parque, atividades esportivas e de lazer;

- Bosque dos Eucaliptos (Guará) - Mutirão de limpeza do parque;

- Parque Denner (Guará) - Atividades culturais;

- Parque Ecológico Sucupira (Planaltina) - Trilha com escolas e apresentações culturais;

- Parque Três Meninas (Samambaia) – Chegada do passeio ciclístico e show;

- Parque Sementes do Itapoã - Inauguração do marco do parque;

- Parque Ecológico Ezechias Heringer (Guará) - Trilhas, oficina de agricultura urbana, atividades culturais;

- ARIE Granja do Ipê (Park Way) - Abraço na nascente do Rio do Capão Preto;

- Parque Ecológico do Riacho Fundo I - Palestras, atividades culturais, exposições;

- Parque Ecológico e Vivencial Recanto das Emas - Atividades culturais e de educação ambiental, limpeza do

Parque e atividades esportivas;

- Parque dos Jequitibás (Sobradinho) - Atividades lúdicas, de autocuidado, esportivas e de educação ambiental;

- Parque Gatumé (Samambaia) - Sarau Complexo da Virada do Cerrado, horta urbana e limpeza do parque.

- Parque dos Pequizeiros – Trilha para reconhecimento da biodiversidade e mapeamento das condições do

Parque.

Ainda dentro da programação da Virada do Cerrado, foram realizados plantios de mudas do Cerrado como parte do Plano de Compensação de Carbono das atividades promovidas em setembro:

- Parque Veredinha - plantio de 500 mudas, com a participação de escolas de Brazlândia;

- Parque da Cidade - plantio de 50 mudas no entorno da Sede dos Escoteiros (Estacionamento 3 e plantio de 30 mudas, na Escola da Natureza).

A SSP-DF elaborou um diagnóstico dos seguintes parques: Águas Claras; Ezechias Heringer; Sucupira; Três Meninas; e Saburo Onoyama. Ao todo, foram 11 técnicos da Subsecretaria de Gestão da Informação (SGI) direta e indiretamente envolvidos na realização do diagnóstico, por meio de 15 dias de visita aos seis parques, seis entrevistas com agentes de parques e 501 questionários aplicados junto aos frequentadores desses espaços. A partir deste levantamento, foi possível aprofundar a questão da segurança nos parques, subsídio importante para o êxito do Programa Brasília nos Parques.

Como ação decorrente do diagnóstico, foi identificado que o Parque Ecológico Saburo Onoyama é um dos mais frágeis na área de segurança e ficou definido o encaminhamento de uma proposta-piloto da SSP para o referido espaço, a ser apresentada na reunião do Comitê Gestor.

A Sedesthmid articulou atendimento e oficinas de promoção da saúde, em comemoração ao Dia Internacional do Idoso, no Parque Ezequias Heringer. Em parceria com Instituto Avon e Universidade Integrada Paulista (Unip), a Secretaria realizaram atividades do aniversário de Planaltina, no Parque Sucupira; e, em homenagem ao Outubro Rosa, organizaram caminhada de mulheres na luta contra o câncer no Parque Ecológico Águas Claras.

A SEMA e a Secretaria de Cultura-DF elaboraram edital do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) Nº 03/2016 - FAC Ocupação - que incluiu a categoria "Cultura nos Parques" para o desenvolvimento de ações culturais em parques do DF. Foram inscritas 30 propostas que, atualmente, encontram-se na fase de Admissibilidade do Projeto. Serão R\$700.000,00 destinados para, no mínimo, 14 projetos culturais em diversos parques. Nesta linha de apoio, os projetos deverão prever ações de prevenção e sustentabilidade e, ainda, todas as atividades serão gratuitas ao público.

Para a realização de feiras orgânicas nos parques que integram o Programa, a Sema-DF articulou com a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF) a inclusão da comercialização de produtos orgânicos em parques. A iniciativa fará parte do programa "Direto da Roça Brasília", que será lançado em fevereiro de 2017 e, também, comercializará, em outros pontos do DF, produtos da agricultura tradicional e agroindustriais. A Seagri-DF integra o Comitê Gestor do Brasília nos Parques, coordenado pela Sema-DF em parceria com o Instituto Brasília Ambiental (Ibram-DF).

Para articular a criação de Conselhos dos Parques, a Sema-DF articulou-se com a sociedade civil e realizou reuniões em Veredinha, Três Meninas, Saburo Onoyama, Asa Sul e Sucupira. A maior receptividade ocorreu no Parque da Asa Sul, que resultou em mais dois encontros posteriores para a constituição de um grupo de "Amigos do Parque da Asa Sul". Foram identificadas oportunidades de parceria com a iniciativa privada visando à melhoria da infraestrutura do parque.

06 – Direitos dos Animais

- Articulação institucional para a conservação da fauna e defesa dos direitos animais

Atividade	Público-alvo	Resultado
Coordenação do Processo Simplificado para o cargo de Diretor-Presidente da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	Servidores da Fundação Jardim Zoológico de Brasília e visitantes.	Publicação do Edital de Recrutamento e Seleção (DODF no 84, de 04 de maio de 2016). - Publicação de Portaria no 29, de 04 de maio de 2016, que instituiu o Comitê de Busca composto por representantes da Secretaria do Meio Ambiente, Ordem dos Advogados do Brasil no DF, Conselho Regional de Medicina Veterinária do DF, Universidade de Brasília e um médico veterinário ex diretor-presidente da Fundação Jardim Zoológico de Brasília. - Publicação de Portaria no 46, de 15 de junho de 2016, com a lista dos candidatos habilitados. - Publicação de Portaria no 61, de 03 de agosto de 2016, com a divulgação da Lista Tríplice. - Foram realizadas sete reuniões para seguir o passo-a-passo das etapas do Edital. Concorreram 11 candidatos, destes seis foram habilitados e entrevistados pessoalmente. Após classificação final os três primeiros fizeram a composição de uma Lista Tríplice enviada ao Governador do Distrito Federal. O candidato selecionado pelo Governador foi o médico veterinário, Sr. Gerson Norberto, que tomou posse em 17 de outubro de 2016.
Projeto de Controle Reprodutivo de Animais Domésticos -	Tutores de cães e gatos e grupos e ONGs de proteção animal	Apoio ao IBRAM na execução de três mil castrações de cães e gatos utilizando o Castramóvel. Realização do cadastro, triagem e avaliação. Acordo de Cooperação Técnica entre SEMA, IBRAM e UNB para o Departamento de Medicina Veterinária utilizar o Castramóvel até dezembro de 2018.
Coordenação do Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais – CIPDA	Sociedade do Distrito Federal	11 reuniões ordinárias realizadas - Aprimoramento de texto de projetos de lei - Fortalecimento de parceria entre órgãos de fiscalização – Ibama, IBRAM, Polícia Civil e Polícia Militar Ambiental
Construção do primeiro ParCão do Distrito Federal com objetivo de promover o bem-estar e a socialização de cães.	- Moradores do Lago Norte	Elaboração do projeto com apoio da Administração do Lago Norte, ONG Projeto Adoção São Francisco e a médica veterinária especialista em comportamento animal, Dra Cecília Carrero - Projeto elaborado e empresa contratada

PROGRAMA TEMÁTICO: 6202 – BRASÍLIA SAUDÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4091 - APOIO A PROJETOS	0	0	0	0
5850 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO EDUCAÇÃO PELA ARTE NO DF-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6202	0	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	600.000	272.593	0	0
5885 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEMA-DF	600.000	272.593	0	0
3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	100.000	69.932	37.420	37.420
0001 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO--DF	100.000	69.932	37.420	37.420

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	100.000	33	0	0
0002 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	100.000	33	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	50.000	6.061	0	0
6079 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS--DF	50.000	6.061	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	850.000	348.619	37.420	37.420

01 – Preservação e Planejamento Territorial Sustentável

- Sistema de Informações ambiental para o DF - SISDIA

O foco na integração dos sistemas governamentais é fundamental e a modelagem do SISDIA tem uma importância fundamental, possibilitando bases para resultados do Programa TERRITÓRIO DA GENTE, assim como as diretrizes do ZEE, as quais possibilitarão a disciplina no uso e na ocupação do solo do Distrito Federal.

Para a Modernização do Sistema de Informação da SEMA foi constituído o Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação – CGTI visando a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da SEMA (Portaria nº 57, de 27 de julho de 2016) com a definição de ações para a modernização de sua base tecnológica e de sua infraestrutura informacional, tendo sido o mesmo finalizado, e iniciada a elaboração do Plano Diretor de Geoinformação do Sistema Distrital de Meio Ambiente (Portaria nº 58, de 27 de julho de 2016), com o objetivo de integrar os sistemas informatizados, uniformizar procedimentos, treinar pessoal e padronizar os métodos e rotinas de trabalho.

Para a implantação do Sistema Distrital de Informações Ambientais - SISDIA, instituído pelo art.279, inciso IX, da Lei Orgânica, e a Lei Distrital Nº 3.944/2007, foram realizadas diversas reuniões de trabalho para elaboração do projeto de implantação em 2017, o qual foi aprovado para receber financiamento de recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility - GEF), no âmbito do programa Cidades Sustentáveis.

No que concerne ao projeto de implantação do SISDIA, importa ressaltar sua apresentação na Agência Espacial Europeia em setembro, para início dos trabalhos de desenvolvimento de indicadores ambientais, evento no qual o SISDIA obteve destaque internacional em virtude de seu caráter inovador, ao trazer o entendimento da gestão territorial a partir dos riscos ambientais e a capacidade de suporte ambiental.

Importante destacar ainda as seguintes ações finalísticas:

Participação efetiva na elaboração do decreto da Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal - IDE/DF, Decreto nº 37.612, de 09 de setembro de 2016, tendo por um dos principais objetivos a promoção do adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disponibilização e no uso da geoinformação sobre o território e a população do Distrito Federal, aos órgãos ou entidades públicas pertencentes à Administração do Distrito Federal;
Elaboração de 155 mapas temáticos para apoio em relatórios, apresentações, pareceres técnicos, etc.
Fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 151 usuários GDF-NET com dois grandes nichos informacionais abrangendo 387 arquivos <i>shapefiles</i> ;
Contribuição técnica na construção da Matriz de Prioridade de Combate à Grilagem (MARIS) e fornecimento de informações ambientais para a elaboração do Mapa de Combate à Grilagem e Ocupação Irregular no Distrito Federal;
Fornecimento de informações ambientais para a elaboração do mapa de prioridade de áreas de recuperação.

- Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF

Foram realizadas diversas reuniões de trabalho e apresentações, conforme o que segue abaixo:

10 (dez) reuniões da Coordenação Política do ZEE-DF, instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473, de 30 de abril de 2015, envolvendo 8 Secretários de Estado (Casa Civil, SEPLAG, SEMA, SEGETH, SEAGRI, SEDS, SEMOB e SECTI) e ampliado para todos os presidentes de autarquias e empresas públicas distritais (CAESB, TERRACAP, AGEFIS, IBRAM, EMATER e ADASA);
114 (cento e quatorze) reuniões da Coordenação Geral Técnica do ZEE-DF, instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, envolvendo SEMA, SEGETH, SEAGRI e SEDS;
07 (sete) reuniões da Comissão Distrital do ZEE-DF, instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, envolvendo 23 órgãos;
Apresentações do ZEE-DF em 07 (sete) Conselhos Distritais, sendo: no Conselho de Meio Ambiente (CONAM-DF); no Conselho de Recursos Hídricos (CRH-DF); no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano (CONPLAN); no Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPTM); no Conselho de Política de Desenvolvimento Rural (CPDR); no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES); no Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais (CIPDA).
A qualificação da Base de Dados do ZEE-DF, que atualmente conta com cerca de 150 usuários cadastrados em órgãos do GDF e no MPDFT, com projeto em andamento para disponibilização a usuários de órgãos federais;
O lançamento do Portal Eletrônico do ZEE-DF em março/2016, cujo número de consultas ao referido portal, ao longo do ano de 2016, alcançou a marca de 16.360 acessos, superando a meta de 200 acessos prevista para 2016;
A disponibilização do texto de referência para o Anteprojeto de Lei do ZEE/DF com vistas à consulta pública online (http://www.zee.df.gov.br/ozee/consulta-publica.html) em outubro/2016, totalizando 2.200 acessos à página e ainda, com a realização de quatro consultas públicas presenciais nas Regiões Administrativas de Sobradinho, Samambaia, Plano Piloto e Ceilândia (público total: mais de 170 pessoas).

É válido esclarecer que, em razão das 10 reuniões realizadas no âmbito da Coordenação Política do ZEE/DF durante os meses de outubro a novembro de 2016, para consolidação do texto de referência do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, e por decisão da referida Coordenação, instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473/2015, a realização da Audiência Pública e a tramitação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal, previstos para novembro de 2016, ocorrerão no 1º semestre de 2017.

O novo texto consolidado no âmbito da Coordenação Política foi publicado para consulta pública no Portal Eletrônico do ZEE/DF em 20 de dezembro de 2016. Para a divulgação da Audiência Pública do ZEE-DF, que está prevista para o mês de março de 2017, foi elaborado conteúdo técnico para a impressão de 4.000 folders e cerca de 5.000 exemplares da Revista/Cartilha, publicação explicativa do ZEE/DF.

A aprovação do referido Projeto de Lei na Câmara Legislativa do DF constitui elemento condicional para o desenvolvimento de ferramentas e indicadores da capacidade de suporte ambiental e socioeconômica do território, bem como para a elaboração e publicação do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal, cuja produção acontecerá em 2017.



- Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal

Para a elaboração e publicação do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal encontra-se em fase de finalização o Termo de Referência para serviços técnico-profissionais com vistas à elaboração de 04 (quatro) Termos de Referência para a contratação da produção de conteúdo técnico, projeto gráfico e impressão do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal nas seguintes versões: (i) edição para sistema educacional (crianças e adolescentes); (ii) edição para os técnicos (estudos técnicos aprofundados); (iii) edição de luxo em diversos idiomas (idiomas a definir); (iv) edição específica para o Fórum Mundial das Águas (2018).

02 – Pacto pelo Licenciamento Integrado e Governança

- Melhorias nos Atos Autorizativos, consoante ao Objetivo Específico “Pacto pelo Licenciamento”, do Planejamento Estratégico do Governo de Brasília

A SEMA tem trabalhado na proposição de instrumentos para aprimorar, simplificar e dar celeridade ao ato autorizativo de licenciamento. Neste sentido, a primeira ação consistiu na construção de um olhar integrador das leis e regras que incidem nos atos autorizativos ao nível do território no Anteprojeto de lei do Zoneamento Ecológico Econômico do DF (ZEE/DF) de sorte a minimizar ou eliminar as dúvidas que resultam em interpretações contraditórias nos atos autorizativos. A segunda ação consistiu na instituição, no âmbito do texto do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, de novo instrumento, específico para regimento do licenciamento ambiental, do licenciamento urbanístico, bem como da outorga do uso da água, a qual prevê critérios técnicos claros para a tomada de decisão dos atos autorizativos, com vistas a maior transparência, controle social, agilidade e redução da discricionariedade dos servidores públicos durante a análise e tomada de decisão.

Este instrumento está nominado como “Matriz Multicritério de Pontuação, Priorização, Aprovação para o Licenciamento Ambiental, Licenciamento Urbanístico e Outorga do Uso da Água” e será objeto de regulamentações específicas a partir da aprovação da Lei do ZEE/DF. Estas três matrizes passam a ser requisitos para a aprovação dos projetos relativos à fase de Viabilidade Ambiental (pré-requisito para a expedição de Licença Prévia), Licenciamento Urbanístico (pré-requisito para a expedição de Licença Prévia, após aprovação no CONPLAN) e outorga pelo uso da água (pré-requisito a ambas licenças ambientais).

A aproximação e a troca de experiências com o Poder Público da Prefeitura de Estocolmo (Suécia), cuja aproximação tem possibilitado a construção de um Acordo de Cooperação Técnica com o Consórcio “Cuidando da Cidade”. Um dos instrumentos desenvolvidos pelo Consórcio sueco consiste no “Fator Verde”, instrumento que traz segurança e agilidade na tomada de decisão de projetos urbanísticos, considerando os fatores ambientais e meios de induzir a biodiversidade em ambientes urbanos, especificamente, por meio dos projetos em análise. Ademais, os trabalhos em curso com a Universidade de Brasília, relativos à definição do impacto aos Serviços Ecossistêmicos decorrentes dos padrões urbanos do DF constituem, juntamente com a parceria sueca, bases técnicas para o desenvolvimento das três matrizes propostas na lei do ZEE/DF.

A aproximação com o Consórcio “Cuidando da Cidade” teve as seguintes atividades:

Oficina sobre Resiliência e Serviços Ambientais Urbanos, promovida pela SUPLAM/SEMA-DF, realizada no MMA, em janeiro/2016 em parceria com a Rede Sueca Cuidando da Cidade e pesquisadoras da Universidade de Estocolmo. Público: cerca de 90 pessoas em dois dias de evento; contou com duas reuniões presenciais na Sema; e Diversas reuniões via Skype.

Ainda no contexto do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, para cumprimento de seus objetivos e estratégias, é válido ressaltar que está sendo proposta a elaboração da Política Integrada de Controle e Fiscalização no DF e instituído o Mapa de Combate à Grilagem e Ocupações Irregulares no DF, resultado da articulação interinstitucional entre SEMA, IBRAM e AGEFIS.

Ademais, compõe o eixo do Programa de Governo de Brasília, como projeto prioritário do Programa Território da Gente e são metas de responsabilidade do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Brasília Ambiental – IBRAM:

- a elaboração do caderno de Instruções Normativas do licenciamento ambiental;
- o levantamento de requisitos de sistema de licenciamento ambiental;
- a formulação de modelo para remodelagem do processo de licenciamento ambiental interno ao IBRAM, com definição das corresponsabilidades.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.000	8.400	0	0
0026 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	10.000	8.400	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10.000	8.604	0	0
5365 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	10.000	8.604	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	49.000	707	0	0
5174 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	49.000	707	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10.000	8.604	0	0
5824 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	10.000	8.604	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	18.742.531	17.940.225	12.933.943	12.933.943
8747 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	18.742.531	17.940.225	12.933.943	12.933.943
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	833.893	533.893	397.495	397.495
9572 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	833.893	533.893	397.495	397.495
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3.119.639	499.803	474.863	409.562
9661 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL	3.119.639	499.803	474.863	409.562
TOTAL DO PROGRAMA 6001	22.775.063	19.000.235	13.806.300	13.741.000

Tendo em vista a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da SEMA somente no último trimestre de 2016 a Gestão da Informação ficou prejudicada e com relação a conservação das estruturas físicas, a SEMA alocou para 2017 recursos para a conservação de três próprios.

Não há despesa com pagamentos de jetons.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	450.000	71.250	0,00	0,00
0017 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SEMA-DISTRITO FEDERAL	450.000	71.250	0,00	0,00
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	480.000	1.209.672	1.193.403	1.075.911
7206 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	480.000	1.209.672	1.193.403	1.075.911
TOTAL DO PROGRAMA 0001	930.000	1.280.822	1.193.403	1.075.911

Em 2016 foram executadas quitações de despesas de exercícios findos referentes a ressarcimentos de servidores cedidos à SEMA de 2011 a 2014 pela Fundação Universidade de Brasília e à Polícia Militar do Distrito Federal.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

01- Cidadania e Sustentabilidade Socioambiental

Com relação a duas ações não-orçamentárias previstas no presente OE: a revisão do decreto de regulamentação da Lei nº 3.833, de 27 de março de 2006, foi apresentada uma proposta da Secretaria de Meio Ambiente à CIEA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental) coordenada pelo IBRAM que não convocou reunião para debater a proposta devido às demandas prioritárias da comissão. Espera-se que a revisão entre na pauta em 2017; e a regulamentação da Lei nº 4772, de 24, de fevereiro de 2012, que dispõe sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal, iniciou-se um debate, porém verificou-se que a competência é da Secretária de Agricultura.

02- Energia e Mudança Climática

No PPA 2016-2019 está prevista a implantação e o funcionamento de placas solares em onze escolas públicas e em um hospital público, cuja meta estava vinculada a liberação de recursos oriundos de emenda parlamentar em 2016, o que

não aconteceu. Entretanto, a meta se mantém para ser realizada em 2017-2018 com recursos do GEF (Programa Cidades Sustentáveis-Fundo Global para o Meio Ambiente).

Ademais, existem ações que correram à conta de recursos orçamentários do FUNAM-Fundo Único de Meio Ambiente como: a contratação de insumos e da capacitação para 150 (cento e cinquenta alunos na Fábrica Social Solar, com a primeira turma de cinquenta alunos iniciada em 2016).

Por fim, a uma parceria entre a SEMA-CEB-Eletronorte-UNB para realização de prospecção de oportunidade de geração de energia alternativa solar e biomassa a partir do reuso de gases do lixão da estrutural.

03- Saneamento Ambiental

Breve Contextualização do Projeto BNDES/GDF -2015 a 2016

Por determinação do Governador do Distrito Federal o Projeto de Desativação do Lixão da Estrutural tornou-se um dos projetos prioritários de realização dessa gestão. Nesse sentido, todas as ações relativas à gestão dos resíduos sólidos são monitoradas pelo Escritório de Projetos Especiais da Governadoria – EPE. Este convoca reuniões semanais com os responsáveis pelos órgãos relacionados direto ou indiretamente com a questão de resíduos sólidos no DF. As reuniões ocorrem no Palácio do Buriti. Nesse espaço de diálogo e interação entre todos os órgãos do DF as dificuldades são relatadas e a resolução dos problemas é orquestrada com o apoio do EPE.

Em 2016 foram realizadas diversas ações da SEMA para que o Projeto do BNDES/GDF pudesse se tornar viável. Isso pois, na gestão passada foram feitas alterações nos Projetos Executivos e Arquitetônicos e que comprometeram a execução do recurso, pois estava orçado acima do valor disponibilizado pelo BNDES. Em reunião na Casa Civil no mês de outubro de 2014 o Projeto estava orçado em R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais). Valor esse sem viabilidade de negociação junto ao BNDES.

Principalmente a partir de julho de 2015 a SEMA estabeleceu ações prioritárias para viabilizar e concretizar o Projeto do BNDES/GDF.

Em 2016 foram efetivadas diversas ações para que os projetos executivos e arquitetônicos fossem readequados ao valor disponibilizado pelo BNDES e o Projeto BNDES/GDF pudesse de fato ser concretizado. Dentre as principais ações realizadas foram:

- Reestruturação do Conselho Gestor do BNDES com Portaria N° 28, de 02 de Maio de 2016;
- Orçamento entregue pela Novacap, no dia 06 maio de 2016, dos Centros de Triagem sob responsabilidade/execução da SEMA no valor de R\$ 24.333.338,89. A SEMA teve que pedir suplementação orçamentária;
- Portaria N° 30, de 09 de Maio de 2016, que designou JOSÉ AQUILES TOLLSTADIUS LEAL, matrícula 37.392-3; NANJI MORENO PARO MONTEIRO, matrícula 135.314-4 e MÁRCIA PATRÍCIO DE OLIVEIRA, matrícula 392.487-4, para comporem a Comissão Executora do Contrato n° 13.2.0402.1, referente ao processo 0002.000128/2013, celebrado entre o Distrito Federal e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Anterior a essa portaria quem era a única executora era a Sra. NANJI MORENO PARO MONTEIRO;
- Reunião realizada com o Conselho Gestor do BNDES no dia 18 de Maio de 2016 para atualização sobre o status do Projeto (Convênios/execução das obras); Informação sobre o orçamento das obras entregue pela Novacap e definição sobre os recursos disponíveis e aprovação da tabela de Usos e Fontes do BNDES; Avaliação da proposta de inclusão da Rede Alternativa como membro do Conselho do BNDES, em resposta ao Ofício 001/2016 – Rede Alternativa;
- Envio para o BNDES da tabela de Usos e Fontes com as alterações aprovadas pelo Conselho Gestor do BNDES no mês de junho 2016;
- Revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de acordo com a Resolução CONAM/DF N° 02 de 16 de Outubro de 2012. Esse plano é o requisito obrigatório para solicitação da Licença Ambiental Simplificada – LAS a ser emitida pelo IBRAM;
- Nota Técnica sobre a Viabilidade e Sustentabilidade da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da Estrutural elaborada em 29 de Agosto de 2016 que tem interface diretamente relacionada à construção dos Centros de Triagem;
- Firmado Convênio de cooperação técnica, administrativa e financeira entre SEMA/ NOVACAP/CENTCOOP N° 02/2016 para repasse de verbas para a construção dos Centros de Triagem. Extrato do convênio publicado DODF no dia 14 de Setembro de 2016;
- Foi elaborado e firmado junto com a ADASA um Termo de Referência para a contratação de um consultor destinado a identificar, detalhar e dimensionar e equipamentos necessários à implantação e operação de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis e de Central de Comercialização, considerando o programa de coleta seletiva do Distrito Federal, com vista ao estabelecimento de mecanismos necessários ao processo de regulação dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos no DF;
- Elaboração de Projeto de Lei de compensação financeira aos catadores de materiais recicláveis do Aterro do Jôquei durante o período compreendido entre o início da destinação de resíduos oriundos da coleta pública do Distrito Federal ao Aterro Sanitário de Brasília, situado em Samambaia, e o pleno funcionamento dos Centros de Triagem de Resíduos – CTRs do Distrito Federal, em 08 de Dezembro de 2016;

- Foi realizado pagamento da Taxa de Licença Ambiental, no valor de R\$ 25.923,15 (vinte e cinco mil, novecentos e noventa e três reais e quinze centavos) com recursos da NOVACAP, destinado à construção do Centro de Triagem de Resíduos.

No decorrer do ano de 2016 também foram realizadas diversas reuniões com o Escritório de Projetos da Governadoria, reuniões com representantes dos Catadores de Materiais Recicláveis do DF e com o Comitê Gestor Intersectorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal - CIISC/DF. Importante ressaltar que em algumas reuniões o próprio Governador esteve presente.

Um item fundamental para a execução desse Projeto ainda está em discussão no âmbito governamental, qual seja, o modelo de coleta seletiva a ser adotado no Distrito Federal. Também foram realizadas reuniões – via telefone – com as técnicas executoras responsáveis do BNDES para verificar as ações necessárias para o repasse de recursos via BNDES para o GDF.

Nesse sentido, o atraso na execução do Projeto do BNDES/GDF justifica-se devido às ações, acima citadas, demandarem tempo para serem resolvidas burocraticamente por todos os órgãos envolvidos nesse Projeto.

Por fim, como pode ser visto todos os atos que a SEMA vem realizando para o cumprimento do Projeto BNDES/GDF dependem de ações conjuntas aos demais órgãos do Distrito Federal e que estão envolvidos direta e indiretamente com a gestão de resíduos sólidos.

Outros projetos articulados em parcerias com a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos

✓ Logística reversa

Como preconiza a Política Nacional e Distrital de Resíduos Sólidos, a logística reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos referidos nos incisos II, III, V e VI do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, bem como dos produtos e embalagens referidos nos incisos I e IV e no § 1º do art. 33 daquela Lei, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.

O Poder Público tem o dever de apoiar a implementação da logística reversa com objetivo de auxiliar a sua implementação, principalmente diante da assinatura de acordos setoriais. Estes são atos de natureza contratual, firmados entre o Poder Público e os fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, visando a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

A SEMA, como formulador de políticas públicas ambientais do DF, tem a responsabilidade de fomentar a implementação da logística reversa com objetivo de preservar e prevenir o meio ambiente do DF com ações que destinem de maneira ambientalmente correta os resíduos da logística reversa, além de atender demandas da população que prima por dar um destino correto aos resíduos gerados e, atender às legislações federal e distrital dos resíduos sólidos.

Na oportunidade das oficinas sobre logística reversa realizadas no âmbito do Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB e do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PDGIRS, as empresas gestoras de acordos setoriais foram convidadas a participar das discussões, entretanto não compareceram.

A SEMA está articulando com as respectivas gestoras ações para 2017 sobre objetivos e definição de estratégias para elaborar um programa de ações sobre a implementação da logística reversa de determinados produtos no DF.

Por meio da SURSA, a Secretaria do Meio Ambiente, visa acompanhar e participar das negociações dos processos sobre a logística reversa para todos os setores: agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; produtos eletroeletrônicos e seus componentes; embalagens em geral e medicamentos. Até o momento, a articulação da SURSA tem sido feita com o Compromisso Empresarial para Reciclagem - CEMPRES, Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis - ANCAT sobre acordo setorial de embalagens; com Associação Brasileira da Indústria de Iluminação - ABILUX/REICLUS sobre acordo setorial de lâmpadas; com RECICLANIP sobre CONAMA de pneus.

Com o Sindicato Nacional da Indústria do Refino de Óleos Minerais - Sindirrefino (óleos lubrificantes) a SEMA já tem Termo de Compromisso assinado desde 2013. Quanto às embalagens de óleos lubrificantes já existe acordo setorial, o qual prevê meta de 36% e o programa no DF atingiu 80%.

✓ Resíduos Perigosos

A SEMA, por meio da SURSA, participou do Grupo de Trabalho coordenado pelo IBRAM, para elaboração de normatização dos resíduos perigosos e criação da Comissão Distrital do P2R2 (Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos). As reuniões desse GT resultaram na minuta de decreto de criação da CD-P2R2, que se encontra em tramitação no IBRAM.

✓ Polo de Reciclagem

A SEMA tem o domínio sobre dois terrenos. O Processo Nº 390.000.983/2011 – que trata dos Lotes 01 a 58, Quadra 14, Setor Industrial I, Região Administrativa da Ceilândia – RA IX será destinado à SINESP para que ela possa fomentar Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos de Construção Civil – ATTRs no Distrito Federal. O Processo Nº 390.000.979/2011 – que trata do imóvel situado na Quadra 04 Área Especial Nº 03, na Região Administrativa VII – Paranoá, permanecerá sob o domínio da SEMA, considerando que encontra-se em construção e articulação, no âmbito desta

Secretaria, um Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF SUSTENTÁVEL.

O governo, desse modo, incentivará empresas e indústrias que adotam práticas sustentáveis e sejam produtoras de inovação tecnológica e investidoras em alternativas para diversificar empreendimentos produtivos, cujo resultado implique na geração de emprego, trabalho e renda, mas também na conservação ambiental aliada à tecnologias de baixo impacto, incluindo incentivo a indústrias que atuam diretamente com a cadeia produtiva da reciclagem – Polo de Reciclagem do DF.

Com a ampliação da coleta seletiva e a intensificação do sistema de tratamento de resíduos no DF haverá aumento significativo da disponibilidade de materiais recicláveis, matéria prima para alimentar o referido Polo de Reciclagem.

Essa ação deverá aperfeiçoar a economia do Distrito Federal a partir de tecnologias de baixo impacto, tais como geração de energia limpa (fabricação de placas fotovoltaicas) e revalorização de materiais recicláveis (plástico, vidro), dentre outras.

Por fim, cumpre ressaltar que em 2016 foram realizadas vistorias nas áreas e constataram a inexistência de ocupação irregular, sendo assim, os trabalhos para viabilização da construção do polo de reciclagem pode se iniciar.

✓ Coleta seletiva solidária

Segundo Decreto 35.817/2014, que institui a Coleta Seletiva Solidária, todos os órgãos do DF tem a obrigatoriedade de separar os resíduos secos dos orgânicos para destinar a parcela seca às cooperativas de catadores.

Em geral, os órgãos públicos do DF estão em fases distintas de implementação. A SEMA tem o papel de coordenar a implementação nos órgãos públicos e prestar apoio técnico e acompanhamento.

Este ano foi encaminhado a todos os órgãos da Administração Pública do DF Ofício Circular Conjunto CACI/SEMA solicitando informações para realização de diagnóstico de implementação. A compilação dos dados gerou o diagnóstico de acordo com a resposta dos órgãos. A partir do diagnóstico, o objetivo é realizar reuniões de apoio técnico com os órgãos que possuem maior dificuldade de implementação do processo.

Ademais, está em fase de discussão a modificação do Decreto. A minuta foi elaborada pelo SLU e repassada a SEMA para apreciação e sugestões. Essa modificação tem o objetivo de deixar a implementação mais fácil e superar algumas dificuldades comuns a todos os órgãos.

✓ GEF - Fundo Mundial para o Ambiente (em inglês, Global EnvironmentFund)

Foram feitas propostas/projetos para que a SURSA/SEMA fosse contemplada com recursos do GEF para realizar estudo de contaminação das águas subsuperficiais e subterrâneas, solo e ar e escolher a melhor tecnologia/técnica para recuperação/remediação do passivo ambiental do Lixão da Estrutural. O projeto foi aprovado e tem previsão para iniciar em meados de 2017.

• Implantação de Gestão de Riscos Corporativos

Em 2016, com o objetivo de aprimorar a gestão, a SEMA também instituiu a política de Gestão de Riscos – Portaria 90, de 21 de novembro de 2016, em parceria com a Controladoria do Distrito Federal. Para fazer a gestão e o acompanhamento dessa política, foi instituído o Comitê de Gestão de Risco através da Portaria Conjunta nº 30 de 22 de novembro de 2016. Cujo objetivo é o estabelecimento de princípios, diretrizes e responsabilidades ao processo de gestão de riscos na Secretaria.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela Unidade de Controle Interno ao longo do exercício de 2016 destaca-se as reuniões com executores de contratos e convênios para orientação e atualização da legislação vigente; o encontro com servidores da Sema para atualização da legislação sobre Projeto Básico e Termo de Referência, além de análises de processos relativos a Tomada de Contas Especiais, Processos Administrativos Disciplinares, pessoal e licitações, controle de patrimônio e execução orçamentária e financeira .

• Ouvidoria

Ao longo de 2016 a Ouvidoria realizou ajustes no cumprimento da disponibilização dos dados públicos, conforme o Guia da Transparência Ativa, tendo encerrado o exercício com uma excelente avaliação pelo Índice de Transparência Ativa. Um importante documento aprovado foi a Carta de Prestação de Serviços da SEMA.

No evento da Virada do Cerrado organizado pela SEMA, a Ouvidoria Geral lançou o Programa Ouvidoria Itinerante e a Ouvidoria da SEMA esteve presente realizando um trabalho de mobilização e registrando e encaminhando as solicitações dos cidadãos. O Atendimento ao cidadão deu-se no quesito de registro das manifestações inserindo-as no novo sistema suas demandas. Foram realizados pela equipe da SEMA 7 (sete) atendimentos, contendo 5 reclamações destinadas aos seguintes órgãos : SLU, CEB, NOVACAP, IBRAM e a Secretaria de Estado de Educação; 4 solicitações (SLU) e 2 sugestões (SLU).

O evento foi realizado no Estacionamento 10 do Parque da Cidade no Stand da Ouvidoria Itinerante no dia 11 de setembro.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Do ponto de vista estrutural, em 2016, a SEMA, passou pelo processo de aprimoramento e implementação com base na nova estrutura, considerando a reestruturação realizada em dezembro de 2015. A Secretaria possui um reduzido quadro de servidores e com os cortes dos Cargos em Comissão e finalização dos contratos terceirizados, por ocasião dos ajustes, enfrentou muitas dificuldades na execução da Política. As maiores dificuldades residem na elaboração e formulação de Termos de Referência, considerando a reduzida presença de servidores nas áreas finalísticas. Essa dificuldade resulta na baixa capacidade de contratação, tendo como consequência direta a baixa execução orçamentária das ações finalísticas da SEMA. Para enfrentar tais dificuldades, a SEMA priorizou duas estratégias. 1. Realizar esforços para o retorno de servidores cedidos para outras secretarias, o que resultou no retorno de quatro servidores, bem como, buscou parcerias, finalizando a elaboração do Projeto GEF, cujo início está previsto para o segundo semestre de 2017. Esse Projeto irá permitir uma alavancagem na capacidade de implementação das Políticas da SEMA, considerando o aporte de 22 milhões de reais, para os próximos quatro anos, além de potencializar a contratação de pessoal especializado.

No âmbito das agendas temáticas, avançou-se na implementação da Virada do Cerrado, com uma participação ampla da sociedade, bem como, com um maior envolvimento das Administrações Regionais na agenda ambiental. Merece destaque também, as 03 publicações realizadas pela SEMA – Estudos do inventário de emissões por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa (GEE) do Distrito Federal, Detecção e projeções das mudanças climáticas para a RIDE, bem como o Caderno Técnico do Zoneamento Ecológico Econômico.

As expectativas para 2017, residem na implementação do Sistema Distrital de Informações Ambientais – SISDIA, na aprovação do ZEE, na Virada do Cerrado, no início dos estudos para remediação do lixão da estrutural, Finalização do CAR e implementação do Programa de Recuperação Ambiental – PRA, bem como, na Conferência de Meio Ambiente, cujo tema será Água, com vistas a uma melhor preparação ao 8º Fórum Mundial da Água.

11.1. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA – UO: 21.106

O Jardim Botânico de Brasília - JBB, órgão relativamente autônomo, da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA, de acordo com o Decreto nº 35.251 de 20 de março de 2014, tem como competências básicas:

I - desenvolver atividades, projetos e programas de conservação, preservação, pesquisa, educação e lazer orientados, relacionados ao meio ambiente;

II - proteger espécies silvestres, raras ou ameaçadas de extinção em âmbito local e regional, e resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;

III - assistir à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal na formulação de diretrizes para a implementação da política de meio ambiente do Distrito Federal, nas atividades que visam o aproveitamento sustentável, preservação e conservação dos recursos naturais e culturais, e contribuindo para a implementação da Economia Verde com foco na erradicação da pobreza.

IV - manter bancos de germoplasmas para conservação de espécies *ex situ* e preservar reservas genéticas *in situ*;

V - promover a articulação e integrar diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração de ecossistemas em parceria com os gestores de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos;

VI - atuar como centro de referência para conservação, pesquisa, desenvolvimento e monitoramento dos recursos naturais e culturais do Cerrado;

VII - promover o intercâmbio científico, técnico e cultural com outros jardins botânicos, entidades afins e órgãos nacionais e internacionais;

VIII - promover a pesquisa, a conservação e a preservação ambiental na perspectiva de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

IX - promover ações no sentido de captar recursos financeiros junto a organismos governamentais e não governamentais, empresas da sociedade civil, entre outras fontes de recursos, com o intuito de desenvolver as políticas, planos, programas, projetos e atividades de sua responsabilidade e atribuição, bem como a programas de fomento às pesquisas técnico-científicas para o aproveitamento sustentável do bioma Cerrado;

X - incentivar, junto à sociedade civil, a ampla difusão - educação ambiental - das pesquisas e práticas relativas ao manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente, despertando o interesse coletivo para a causa ambiental e o valor dos conhecimentos tradicionais das populações do Cerrado; e

XI - administrar a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília - EEJBB e fiscalizar a aplicação e implantação do seu Plano de Manejo, bem como do Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília.

Para a consecução de sua finalidade, o Jardim Botânico de Brasília, poderá:

I - estabelecer relações de parceria mediante assinatura de convênios, contratos, acordos e outros ajustes, com entidades públicas, privadas e do terceiro setor, nacionais e internacionais, em áreas de sua competência e de sua missão institucional;

II - promover e participar da articulação com os órgãos públicos, instituições financeiras, organizações não governamentais, instituições de ensino e com a iniciativa privada, para a concretização de suas atribuições, planos, programas, projetos e atividades estabelecidos;

III - propor formas de cooperação entre os órgãos públicos, privados e sociedade civil para a realização dos objetivos da gestão da Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília;

IV - promover a articulação com as Administrações Regionais circunvizinhas, cujas atividades possam interferir nos objetivos do Jardim Botânico de Brasília e Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília e nos recursos naturais nelas existentes, com o propósito de compatibilizar as diretrizes, planos e programas dessas Regiões Administrativas com as necessidades de conservação da EEJBB e JBB;

V - integrar grupos de trabalho interinstitucionais.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	01
Cedidos – fora GDF	00
Requisitado fora GDF – PASUS	00
Temporário – em exercício	00
Temporário – afastado	00
CLT – em exercício	00
CLT – afastado	00
Conselheiro	00
Estatutário – em exercício	18
Estatutário - afastado	00
Sem vínculo – em exercício	36
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	55
Total ativos - afastado	01

Fonte: NUGEP/JBB

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	160.000	0	0	0
0018 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	160.000	0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	50.000	0	0
7221 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	0	50.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001	160.000	50.000	0	0

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	20.000	16.500	11.985	11.985
0018 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TI- LAGO SUL	20.000	16.500	11.985	11.985
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	81.431	464.181	290.372	290.372
9775 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO EDIFICAÇÕES JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	81.431	114.181	1.100	1.100
9830 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CONSTRUÇÃO DE PARQUE INFANTIL NO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	0	200.000	178.866	178.866
9831 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-APOIO A CONSTRUÇÃO DE ESTUFAS NO JARDIM BOTÂNICO- LAGO SUL	0	150.000	110.405	110.405
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	45.000	37.125	6.601	6.601
5305 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	45.000	37.125	6.601	6.601
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000	8.250	0	0
2579 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	10.000	8.250	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	25.000	20.625	0	0
9676 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	25.000	20.625	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10.000	8.250	0	0
0015 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	10.000	8.250	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4.139.275	4.521.275	4.496.135	4.496.135
8743 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	4.139.275	4.521.275	4.496.135	4.496.135

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	271.840	271.840	269.739	269.739
9567 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	271.840	271.840	269.739	269.739
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	360.000	173.636	132.141	122.128
9658 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	360.000	173.636	132.141	122.128
TOTAL DO PROGRAMA 6001	4.962.546	5.521.682	5.206.974	5.196.960

Dados da Evolução Anual – Visitação e Arrecadação de 2012 a 2015

Atividades	Movimentação							
	2013		2014		2015		2016	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor (R\$).	Quant.	Valor (R\$).	Quant.	Valor (R\$)
Ingressos emitidos pelas caixas registradoras	54.163	108.326	87.202	174.404	121.897	261.059	108.921	544.605
Locação de Espaço	183	2.684	32	45.905	n.d.	89.705	n.d.	77.692
Produção de fotos e similares	00	00	427	21.350	882	44.100	858	42.900

*O preço do ingresso para visitação no Jardim Botânico de Brasília, foi alterado de R\$ 2,00 para R\$ 5,00 por pessoa, de acordo com o Decreto nº 36.866/2015, passando a vigorar em 09/12/2015, sendo que crianças menores de 12 anos e adultos maiores de 60 anos são isentos.

O Jardim Botânico de Brasília - JBB tem aumentado de forma significativa sua visitação. Estima-se que o total de crianças incluindo alunos de escolas das redes pública e particular de ensino, e ainda do público visitante espontâneo seja de aproximadamente 35 mil crianças por ano.

Para atender esse público com atrações específicas para faixa etária, o JBB, por intermédio de recursos provenientes de Emenda Parlamentar, viabilizou a construção de um Parque Infantil na área de piquenique, oferecendo novas oportunidades para as crianças que visitam este Jardim.

Também com recursos de Emenda Parlamentar, foi realizada a construção de mais três estufas na área de visitação pública interligada ao parque infantil.

Os serviços administrativos gerais foram realizados de acordo com a rotina normal de trabalho: Pagamentos referentes aos contratos de natureza contínua (água, luz, telefone) pagamento de fornecedores, remuneração de servidores e , concessão de benefícios a servidores. Neste ano de 2016 foi adquirida mais uma máquina registradora para a portaria principal sendo necessária a instalação do ponto de rede no local para o devido funcionamento.

Com a reformulação da estrutura ocorrida em 2016 foi criado o Núcleo de informática o que viabilizou o atendimento às demandas relativas à área de tecnologia e informática, a expansão da rede de internet para os setores do Herbário, Gerência de Material e Patrimônio e Gerência de Administração e Transporte e atualização permanente do site.

Foram executadas as atividades periódicas de manutenção e conservação das áreas de visitação com a remoção e relocação de plantas do viveiro para as áreas de visitação, coordenação e organização do cactário, manutenções periódicas gerais de limpeza, capina, roçagem poda em geral e plantio de espécies exóticas e nativas nas áreas de visitação e jardins existentes, supervisão e manutenção das bombas de irrigação e do sistema de sucção que enche os lagos do Jardim de Contemplação, Jardim Japonês e do modelo Filogenético; remoção e relocação de pedras no jardim de contemplação; manutenção paisagista nas portarias principal e privativa, relocação das placas de sinalização ao longo da entrada da portaria privativa (parte interna JBB) e de meio-fio na área administrativa; aplicação de adubo; irrigação manual de plantas no período da seca (toda área de visitação); limpeza e manutenção da área de piquenique; mutirões de capina, roçagem e limpeza em geral no viveiro Jorge Pelles; limpeza nos lagos dos jardins japoneses, contemplação e modelo filogenético e revitalização da ponte existente no Jardim de contemplação; manutenção dos jardins da Diretoria de Fitologia, da Diretoria Executiva/GAB e das Superintendências de Administração Geral e Técnico-científica; manutenção do sistema de irrigação das estufas de bromélias, aráceas e samambaias; Supervisão e instalação da iluminação cênica na parte interna do centro de visitantes (para eventos); organização do galpão/garagem; limpeza em toda área administrativa; manutenção elétrica e hidráulica, reparos e pinturas nos prédios existentes.

PROGRAMA: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	300.000	0	0	0
9677 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE LABORATÓRIO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	300.000	0	0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	200.000	0	0	0
9659 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A BIBLIOTECA DO CERRATENSES - CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO	200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6003	500.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	0	0	0	0
8124 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS-CONSTRUÇÃO FEIRA LAGO SUL-LAGO SUL	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	0	0	0	0

O programa 6207 – Brasília competitiva pertence a Administração do Lago Sul.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2577 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO	25.000	5.186	0	0
0001 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO-- LAGO SUL	25.000	5.186	0	0
2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	173.416	95.800	17.739	17.739
0003 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-- LAGO SUL	173.416	95.800	17.739	17.739
3000 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO	20.000	16.500	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO-- LAGO SUL	20.000	16.500	0	0
3008 - IMPLANTAÇÃO DO HERBÁRIO VIRTUAL	20.000	16.500	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO HERBÁRIO VIRTUAL-- LAGO SUL	20.000	16.500	0	0
3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	20.000	16.500	0	0
3445 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS-ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	20.000	16.500	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	8.250	0	0
0004 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-PRODUTORES DE MUDAS DO CERRADO E DE ARTESANATO-DISTRITO FEDERAL	10.000	8.250	0	0
4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO	30.000	19.093	0	0
0001 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO-ESTAÇÃO ECOLÓGICA E JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA- LAGO SUL	30.000	19.093	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	298.416	177.830	17.740	17.740

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					2016	2017	2018	2019	
Taxa de Capacitação de Menores em Liberdade Assistida	%	-	-	Semestral	50	60	70	70	JBB / UO 21106 / OE 1
Taxa de áreas degradadas do JBB em recuperação	%	-	-	Anual	30	40	50	60	JBB / UO 21106 / OE 5
Taxa de área do JBB atingida por incêndio	%	10	31-dez-14	Anual	8	6	4	2	JBB / UO 21106 / OE 5

Gestão do Centro de Excelência do Cerrado**I. Aliança Cerrado**

Trata-se de uma Rede colaborativa focada em traçar cenários, construir estratégias, centralizar e difundir informações, articular e propor políticas públicas estruturadas para conservação, recuperação e sustentabilidade do cerrado brasileiro. A Aliança Cerrado atua como um fórum permanente, resultado da integração de esforços da sociedade civil, parceiros governamentais, empreendedores e academia.

Tem como objetivo principal promover o debate colaborativo e a conscientização da sociedade para importância do Cerrado e a construção de soluções inovadoras para os desafios que impactam o bioma.

A rede é estruturada por oito grupos de trabalho: conservação, legislação, métodos e pesquisa, sistema de informação, comunicação, sociobiodiversidade, mecanismo financeiros e educação ambiental.

Atualmente tem atuado para o desenvolvimento de um modelo de gestão integrada, participativa e sustentável, para a Reserva da Biosfera do Cerrado que tem por objetivos básicos a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento das atividades de pesquisa científica, para aprofundar o conhecimento sobre a área.

O Fórum Aliança Cerrado ocorre três vezes ao ano: março, setembro e dezembro. O evento principal do Fórum Aliança Cerrado aconteceu durante os dias 9 e 10 de Setembro de 2016 como parte das celebrações da Semana do Cerrado/projeto Virada do Cerrado, organizado pela SEMA –DF e Comitê Criativo com ampla participação social que ocorreu este ano em 28 regiões administrativas do DF. As atividades do Fórum foram realizadas no edifício do Cerratenenses – Centro de Excelência do Cerrado, localizado no Jardim Botânico de Brasília.

Nesta ocasião foram assinados o Decreto do Programa Recupera Cerrado, o Decreto do comitê distrital da Reserva da Biosfera do Cerrado e do Projeto de Lei para constituição da Fundação Jardim Botânico de Brasília.

Inaugurado em setembro de 2015, o Fórum conta a participação de 55 instituições-membros. Em 2016, teve como prioridade a elaboração do Plano de Recuperação do Cerrado no DF, definindo mecanismos legais e financeiros, áreas prioritárias de recomposição florestal, bem como metas de reflorestamento para os próximos anos no DF, valorização cultural do cerrado e melhoria da pesquisa e gestão de unidades de conservação. Desta forma, o Cerratenenses por meio da gestão e organização da Aliança Cerrado vem fortalecendo a pauta do cerrado na agenda local e, certamente contribuirá em 2017 com a agenda Nacional e Internacional para o cerrado, considerando estratégica a promoção da importância do cerrado durante do Fórum Mundial das Águas em 2018, em busca da preservação do bioma onde brotam as principais bacias hidrográficas brasileiras.

II. O Centro de Excelência do Cerrado – Cerratenenses

O Cerratenenses contabilizou cerca de 30 eventos em suas instalações durante 2016, com envolvimento de aproximadamente 1.500 pessoas que atuam em diversos setores e níveis de decisão, formadores de opinião e público em geral engajados pela defesa do Cerrado, sua valorização, conservação e recuperação.

Assim, em um ano de funcionamento, o Cerratenenses vem alcançando os objetivos propostos de promover a integração de instituições para a construção de políticas ambientais, atividades e pesquisas voltadas para conservação, recuperação e uso sustentável do Cerrado.

Preservação das Áreas da Estação Ecológica e do Jardim Botânico de Brasília

I. Grupo de Pesquisa: “Transformações da Paisagem, Informação e Memória”

O Grupo continuou ativo em 2016. Os trabalhos desenvolvidos em parceria foram apresentados em congressos nacionais e internacionais.

II. Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do Distrito Federal do Distrito Federal - PPCIF

O PPCIF foi estabelecido pelo Decreto 17.431 de 11 de junho de 1996, com o objetivo de prevenção e combate aos incêndios florestais na estação seca, de maio a outubro de cada ano. Integram o PPCIF órgãos executores e representantes de unidades de conservação. Em 2016, o Decreto de criação foi revisto, ocorrendo a inserção de novos membros. O Jardim Botânico participa do planejamento anual apresentando ao grupo relatórios sobre os incêndios na área protegida sob sua responsabilidade e no entorno.

III. Combate a incêndios florestais

Em 2016, com o apoio da Terracap e da Secretaria de Agricultura - SEAGRI, que disponibilizaram equipamentos e mão-de-obra para abrir os aceiros e melhorar as vias internas de forma a facilitar o tráfego de veículo tanto para o combate a incêndios quanto para a fiscalização, foi possível realizar uma boa prevenção de incêndio. O quadro abaixo mostra o trabalho preventivo realizado, inclusive os aceiros à máquina e aceiro negro (utilização de fogo).

Resumo das atividades de prevenção realizadas.

Atividade	Data	Dimensões
Aceiro negro Mosaico - DF001	4 a 8 de julho	21 km
Aceiro mecânico	Junho e julho	98 km
Manutenção de estradas	Junho e julho	xxkm
Vigilância contínua no período crítico	06/09 a 14/10	JBB e EEJBB

- **Campanhas Educativas**

- Ação de educação ambiental para prevenção aos incêndios florestais, com objetivo de sensibilizar os vizinhos das Unidades de Conservação do mosaico para os riscos, causas, consequências dos incêndios florestais antrópicos em área de Cerrado e a divulgação da Lei que proíbe a queima de lixo no DF, visando a redução das áreas queimadas, de gastos públicos no combate aos incêndios e a preservação ambiental do bioma.

- **Aplicativo DF100fogo**

O aplicativo DF100Fogo foi aperfeiçoado introduzindo novas funções. A nova versão está disponível na Google Store, o up load pode ser feito gratuitamente para celulares do sistema Android.

O Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal se comprometeu a montar a sala de emergência para recebimento de notificações de incêndios continuamente. Está sendo discutindo a logística para que esse serviço seja montado até o início da estação seca de 2017. A princípio esse alerta deverá funcionar para a APA Gama-Cabeça de Veado.

A brigada de incêndio voluntária do Jardim Botânico de Brasília está apta a dar o primeiro combate aos incêndios florestais, até a chegada dos bombeiros, tanto dentro de sua área quanto no entorno, desde que haja possibilidade de entrada de fogo no Mosaico de Unidades de Conservação da APA Gama-Cabeça de Veado.

IV. Monitoramento de Fauna

A fauna do JBB é composta por 73 espécies de reptéis e anfíbios, 257 espécies de aves e 77 espécies de mamíferos, algumas delas presentes na lista nacional oficial de espécies da fauna ameaçadas de extinção apresentada pela Portaria nº 444 e 445, de 17 de dezembro de 2014, (MMA, 2014). A lista apresentada pela “International Union Conservation of Nature” (IUCN, 2014), tais como: jaguatirica, jaguarundi, onça-parda, raposa-do-campo, lobo-guará, tamanduá-bandeira, veado-campeiro, jacupenba, rato-candango.

Para conservação dessas espécies desenvolveu-se o Projeto Monitoramento e Controle da Fauna Silvestre dentro da EEJBB/JBB, que tem como objetivo identificar e analisar a composição da comunidade de mamíferos de médio e grande porte e de espécies novas na EEJBB.

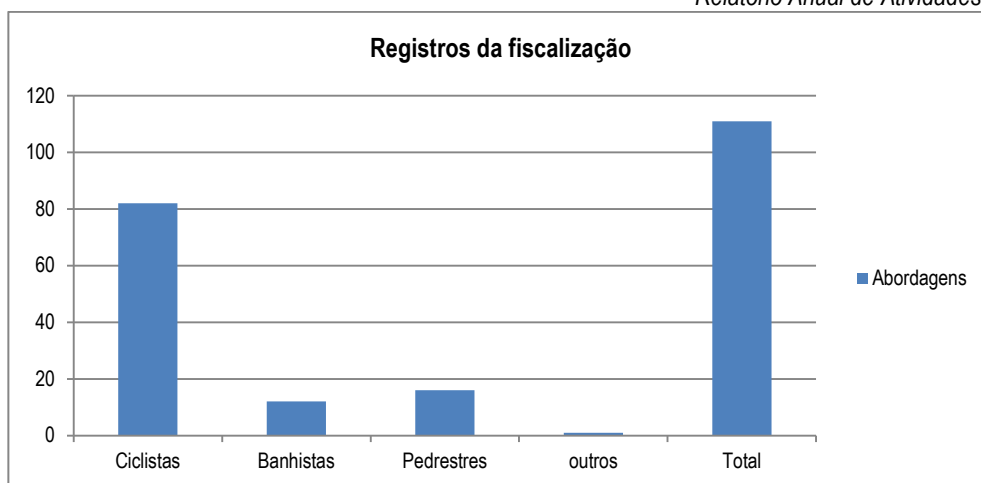
Algumas modalidades surgem para facilitar a obtenção de dados biológicos para levantamentos, como a utilização de método direto (visualização do animal), armadilhas fotográficas e rastreamento de pegadas e fezes (Trolle & Kery, 2005) e estimativas populacionais (Shrbek- Araujo & Chiarello, 2007; Tomas & Miranda, 2003; Rudran & Cullen JR., 2003).

V. Registro de atropelamentos

Como parte das atividades de preservação da fauna faz-se o acompanhamento do contingente populacional de animais atropelados no entorno e dentro do JBB. Ultimamente o espaço de visitação vem sendo muito procurado pela população por ser um local de lazer, onde as pessoas entram em contato com a natureza. Esse aumento de visitação acarreta intensificação do fluxo de veículos nas vias internas, principalmente no final de semana. No ano de 2016 foram registradas 13 ocorrências de atropelamentos dentro da área de visitação do JBB

VI. Fiscalização

A localização da EEJBB em meio à malha urbana tem como principal impacto negativo as constantes invasões da área. Nesse sentido, uma das principais funções da fiscalização é a retirada de pessoas não autorizadas do interior da Estação e orienta-las sobre as normas que regem as unidades de conservação. Outra tarefa importante é a verificação de ocorrências (lançamento de entulho, instalação de comercio clandestino, danos ao cercamento e portões) nos limites da estação.



Registros da fiscalização por tipo de infração.

No ano de 2016, até o dia 08 de dezembro de 2016, foram realizadas 115 abordagens de pessoas não autorizadas utilizando a área da EEJBB, sendo 86 Ciclistas, 12 Banhistas, 16 pedestres e um automóvel despejando entulho na borda da unidade, além de diversos rastros de ciclistas que não foram abordados ou contabilizados.

Esses números, porém, não são exatos uma vez que a fiscalização nos finais de semana é realizada por apenas um servidor responsável por fazer a ronda em toda a área da Estação Ecológica do JBB.

VII. Educação Ambiental

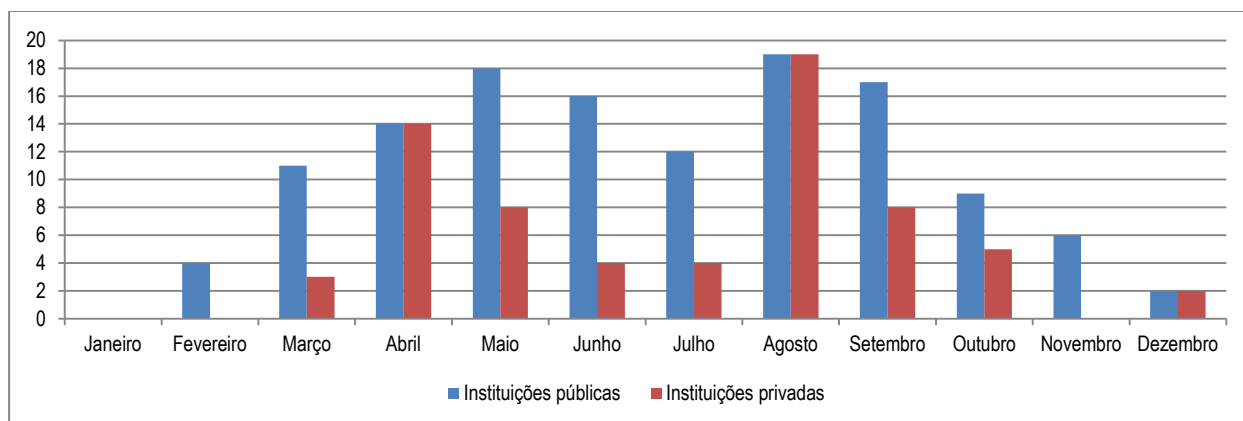
Para atendimento da missão do JBB no que tange a Educação Ambiental as atividades foram divididas em duas grandes linhas:

a) Vivenciando o Cerrado

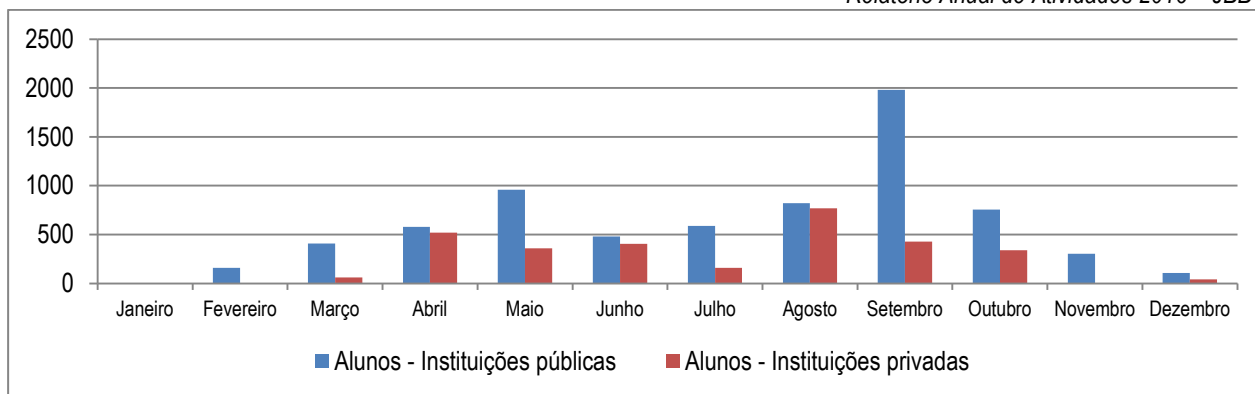
Contempla um conjunto de atividades que proporcionam aos grupos de visitantes, não só conhecer, mas, também, vivenciar o Cerrado através de suas fisionomias, aromas e texturas.

A recepção aos diferentes grupos de visitantes se dá de duas formas: atendimento direto e atendimento indireto. No primeiro caso o educador ambiental acompanha o grupo e os auxilia a interpretar os ambientes visitados, geralmente de acordo com o interesse dos professores e do conteúdo de aprendizagem. No segundo caso, os educadores fazem uma breve explanação sobre os espaços e as regras de uso, e, o grupo, realiza as atividades livremente.

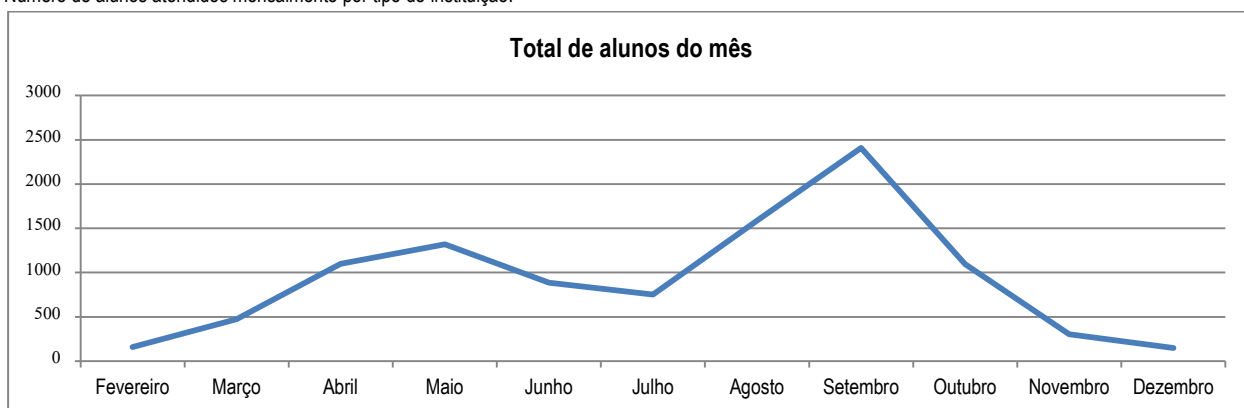
Os gráficos a seguir mostram os atendimentos por tipo de instituição, o número de alunos por tipo de instituição e a quantidade mensal de atendimentos.



Atendimentos a escolas por tipo de instituição



Número de alunos atendidos mensalmente por tipo de instituição.

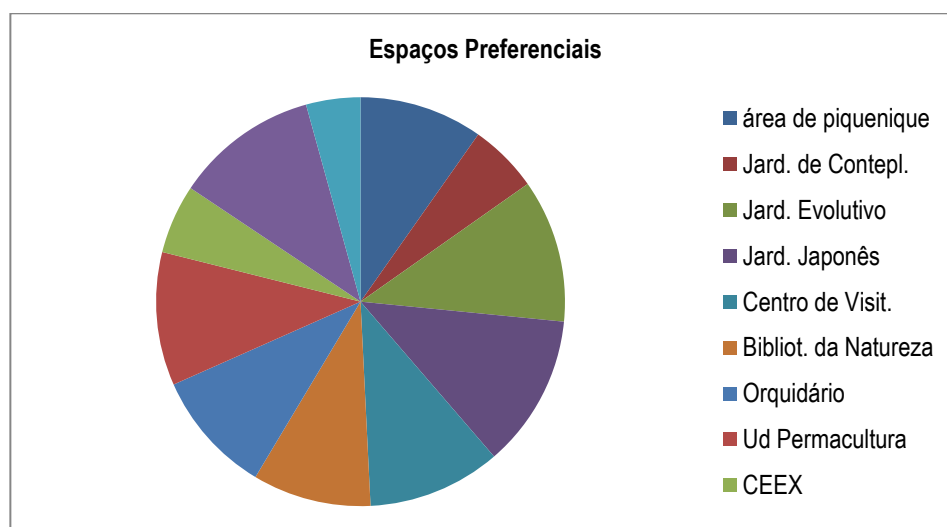


Número de alunos atendidos mensalmente

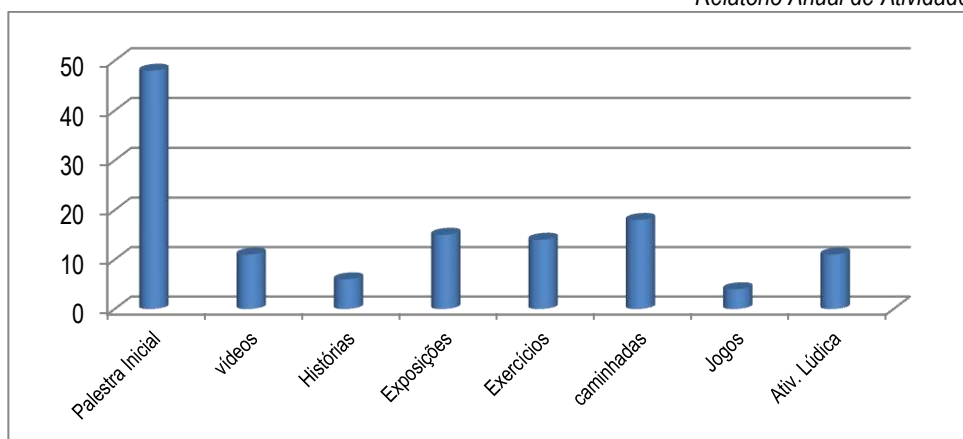
O número de alunos atendidos até dezembro de 2016 chegou a 10.229. Estão fora desse somatório os atendimentos de idosos e portadores de deficiência, bem como os estudantes que visitaram a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que chegaram a 1000.

Este ano, mais uma vez, as escolas públicas foram as que mais visitaram o JBB. Entre elas estão as escolas de fora do Distrito Federal como São Paulo, Unai, Valparaíso, Cidade Ocidental, Novo Gama.

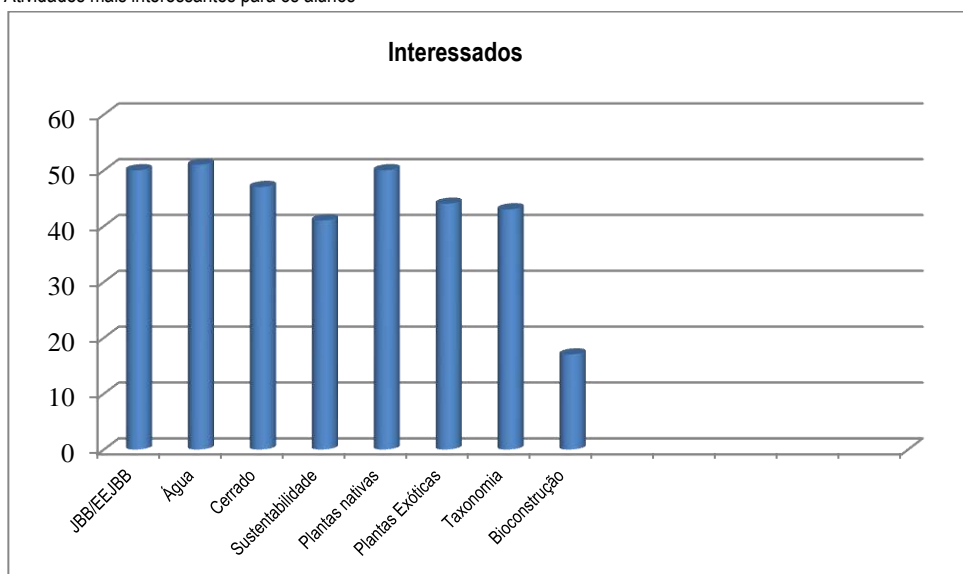
Foi feita uma enquete com 64 professores, por meio de um questionário elaborado pela equipe de Educação Ambiental, de forma a avaliar quais os espaços, temas e atividades preferidas pelos alunos. Os resultados dessa pesquisa encontram-se a seguir.



Espaços preferidos pelos alunos.



Atividades mais interessantes para os alunos



Temas de maior interesse dos alunos

- **Educação Infantil e Séries Iniciais**

Geralmente a equipe do Jardim Botânico não atende crianças do Jardim de Infância e das séries iniciais do ensino fundamental. Entretanto, do final de 2015 até o segundo semestre de 2016, realizou-se um teste dando início a um trabalho ecopedagógico com crianças menores de 7 anos. Para esse atendimento foram adaptadas atividades e os espaços a serem visitados de forma a não cansar as crianças. Os temas foram abordados de forma lúdica para o melhor entendimento do conteúdo a ser repassado. Por exemplo, utilização dos sentidos para explorar o jardim de cheiros, ou utilização do sino de vento para diferenciar os sons no Quiosque Japonês. No segundo semestre esse tipo de recepção foi suspensa devido à redução da equipe.

- **Contação de Histórias**

A atividade de contação de histórias é realizada para crianças e, em alguns casos para adultos. Essa atividade é realizada pelo Velho do Cerrado (José Carlos Maciel) que através do personagem passa informações sobre a flora e a fauna do Cerrado, a água e a importância de manter o bioma.

- **Atividades na Biblioteca da Natureza**

Esse espaço é utilizado, principalmente, quando o tempo está chuvoso. Nesse caso, apresenta-se à criança o jogo da biodiversidade. Montado na Biblioteca, o jogo consiste em peças de quebra cabeça que podem ser montados de forma a gerar uma ocupação ordenada do solo, atendendo as normas legais, resguardando a qualidade ambiental e o direito das futuras gerações, ou utilização da Tela Verde para apresentação de vídeos, de cunho ambiental, disponibilizados pelo MMA por intermédio do Projeto Circuito Tela Verde.

- **Atendimentos Especiais**

A atividade de educação ambiental do JBB atende também a idosos e a portadores de necessidades especiais. Este tipo de atendimento concentra-se na área núcleo de visitação que compreende o Jardim de Cheiros, Jardim Japonês e Jardim Evolutivo. A atividade é desenvolvida de acordo com a capacidade de locomoção do grupo atendido.

- b) **Ciência e Pesquisa**

Visa estabelecer e apoiar atividades que conectem o Jardim Botânico a um espaço de Educação e Divulgação Científica. As atividades de apoio às outras diretorias têm como resultado indireto capacitar a equipe para tratar dos diversos temas relativos à gestão de unidades de conservação e atuar como multiplicadores neste tema, ao longo das diversas atividades educativas que são realizadas.

- **Atendimento Escolar: Visita Guiada (atendimentos) do Herbário**

Em 2016 foi iniciada uma nova atividade no âmbito do Herbário com o objetivo de estimular professores e alunos a montarem herbários escolares.

Nesse sentido, três escolas agendaram visitas técnicas a fim de mostrarem aos seus alunos o que é um herbário, qual tipo de trabalho é desenvolvido e como a coleção é confeccionada e conservada.

O objetivo principal dessa recepção é levar ao conhecimento dos alunos a grande diversidade florística abrigada.

Como as turmas escolares geralmente excedem a capacidade de atendimento do herbário, foi criado, em uma sala anexa ao acervo, um demonstrativo da nossa rotina para que possamos realizar esses atendimentos sem danificar a coleção.

- **Recepção de alunos para apresentação das atividades desenvolvidas em Jardins Botânicos**

Muitas entidades procuram o JBB para conhecer as atividades que desenvolvemos e visitam as unidades do Herbário, Fauna, Combate a Incêndios Viveiro, laboratório Multidisciplinar. Nesses atendimentos os alunos das instituições tem a oportunidade de interagir com os técnicos conhecer seu trabalho e fazer perguntas sobre temas relativos à gestão do JBB e EEJBB.



Estudantes de vários países de Língua Latina que participaram da Olimpíada Ibero-Americana de Biologia (OIAB) e visitaram o JBB para conhecer o Cerrado.



Diretor do JBB explicando aos alunos o processo de gestão do órgão.



Atendimento escolar no CEEX/JBB.



Atendimento escolar Viveiro do JBB

VIII. Atividade de Pesquisa

A cada ano que passa o Jardim Botânico de Brasília – JBB vem se consolidando como um espaço de pesquisa reconhecido pela comunidade científica no Distrito Federal.

Em 2016 foram emitidas 27 autorizações de pesquisa em diferentes áreas. A maioria das pesquisas refere-se a cursos de pós-graduação da Universidade de Brasília.

Para facilitar a vinda de pesquisadores de fora do Distrito Federal, o JBB reservou uma casa funcional para atender à demanda. Com base no I Workshop de Pesquisa sobre o Cerrado no JBB, identificaram-se algumas lacunas de pesquisa que devem ser estimuladas. Dentre elas destacam-se: educação ambiental, mudanças climáticas, serviços ambientais, divulgação científica.

Além dos pesquisadores externos, servidores do JBB também realizam trabalhos científicos na área de flora e fauna, na maioria dos casos relativos à família Solanaceae, gênero *Brunfelsia*, da família Ochnaceae, gênero *Ouratea*, e da família Myrtaceae. Essas plantas possibilitarão o apoio do JBB na confecção da Flora do Brasil Online 2020, um esforço dos taxonomistas brasileiros para melhorar o conhecimento da diversidade brasileira.

A importância científica da área fica evidenciada pela recente descoberta de cinco novas espécies pertencentes às Famílias Apocynaceae, Eriocaulaceae (duas espécies) Myrtaceae e Lauraceae.

Finalmente foi possível iniciar o manejo de espécies ameaçadas de extinção com o estabelecimento da parceria entre o JBB e o ICMBio/ CECAT, colocando em marcha este programa: O estudo de população e biologia floral de *Lychnophora ericoides*, popularmente conhecida como *arnica*. Essa espécie ocorre em localidades muito específicas e é alvo de ações predatórias por parte da população em geral devido às propriedades analgésicas que a planta apresenta. O principal objetivo do estudo é desvendar como a espécie se reproduz e sua população se comporta para tentar indicar formas de conservação de seus indivíduos.

Implantação da Biblioteca Digital do Cerrado

A Biblioteca Digital do Cerrado possui documentos digitais inseridos por técnicos do JBB que foram treinados pelo IBICT para alimentação dos metadados na plataforma Dspace.

Com o objetivo de padronizar a inserção dos metadados no repositório Dspace, houve a necessidade da elaboração de um manual de diretrizes para a submissão dos documentos digitais. O documento foi intitulado DOMINGUES, A.G.M. Biblioteca digital do Cerrado: política para a submissão de itens bibliográficos digitais na Biblioteca Digital do Cerrado(BDC). 2016.

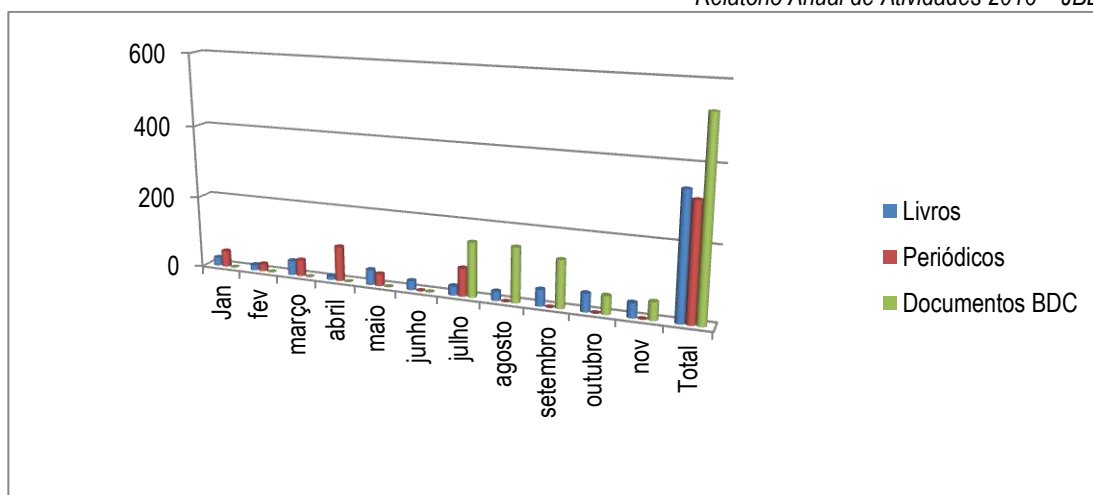
Alguns problemas foram encontrados no Repositório digital “Dspace” depois de dada como pronta tarefa pelo IBICT. Na fase de catalogação e inclusão de objetos ou documentos digitais, foi observado pelos revisores e pelo bibliotecário que vários tipos de documentos e seus formulários encontravam e se encontram, até hoje, incompletos.

Na Biblioteca Digital do Cerrado (BDC), que tem um cunho mais científico, foram inseridas fotos de coleções biológicas do Jardim Botânico de Brasília: flora e fauna; teses e dissertações on line que tratam do tema maior “Cerrado”, provenientes da Universidade Católica de Brasília, e-books de livre acesso e livre publicação sobre o subtema agricultura sustentável dentro do grande tema Cerrado.

Também foram inseridos alguns e-books de livre acesso e livre publicação, provenientes do sítio da Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF), cujos temas tratam da legislação relativa a recursos hídricos e delimitações de terras, por exemplo. E, por último, foram inseridos links para acesso a documentos da empresa pública Embrapa, os quais levam os usuários a documentos como artigos de periódico e ou de eventos dispostos na base digital científica da Embrapa, - “Alice”.

Até o início de dezembro, foram 529 documentos digitais submetidos na BDC, sendo 264 já aprovados e prontos para disponibilização. O gráfico abaixo mostra os diversos tipos de documentos inseridos no ano de 2016 nas bibliotecas física e digital (BDC) do Jardim Botânico de Brasília. Os livros e periódicos são os da Biblioteca física do JBB. Os documentos BDC representam os objetos digitais inseridos.

O número relativamente baixo de itens submetidos ocorreu devido à impossibilidade de inserção de revistas e vídeos. O primeiro caso devido ao fato dos respectivos formulários estarem bastante incompletos, e no segundo caso por simplesmente não existir a coleção de vídeos na BDC.



Número de documentos trabalhados por mês.

Formato/ Mês	Jan	fev	mar	abril	maio	jun	julho	agosto	set	out	nov	Total
Livros	23	15	40	10	42	25	25	25	45	50	40	340
Periódicos	45	20	45	96	33	0	77	0	0	0	0	316
Documentos BDC	0	0	0	0	0	0	150	150	130	50	49	529

Movimento do acervo da Biblioteca física do JBB.

I. Implantação do Herbário Virtual

Inserção do Banco de Dados do Herbário Ezechias Paulo Heringer no BRAHMS e digitalização do acervo. A Fundação Flora tem apoiado os herbários brasileiros para a digitalização de seus acervos, no âmbito da segunda fase do projeto Herbário Virtual Reflora, iniciativa da qual participam mais de 60 herbários brasileiros e cerca de 10 herbários estrangeiros. As imagens digitalizadas estão sendo disponibilizadas no site: <http://www.herbariovirtualreflora.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual/ConsultaPublicoHVUC/ConsultaPublicoHVUC>. Tornando essa informação acessível a taxonomistas do mundo todo interessados na flora brasileira.

Até o final do ano de 2016 foram entregues 8.750 imagens digitalizadas e linkadas ao banco de dados do HEPH, para inserir os dados em seu servidor e assim disponibilizá-los via web.

II. Recuperação de Áreas Degradadas

Na estação chuvosa de 2016 foi iniciado o replantio de aproximadamente 40.000 mudas de árvores nativas do bioma Cerrado, na área plantada no período chuvoso anterior. Também, está sendo plantada área de antiga exploração de cascalho na EEJBB, área invadida e colonizada por gramíneas exóticas e indesejáveis, totalizando, aproximadamente, 10 hectares de áreas plantados.

Finalizou a recuperação de mais 10 hectares com o plantio de 90 mil mudas de árvores, originárias de compensação florestal devida pela Secretaria de Estado de Mobilidade/DF.

A Novacap realizará plantio de compensação florestal pela construção da 3ª ponte sobre o lago Paranoá na EEJBB.

III. Capacitação de Pessoas

a) I Workshop de Pesquisa Científica sobre o Cerrado no JBB

Foi realizado pelo JBB com a finalidade de reunir os pesquisadores que desenvolvem trabalhos científicos em nossa área para que pudessem trocar experiências, ter uma visão geral dos resultados dos estudos, identificar lacunas para proposição de novas linhas de pesquisa.

Como parte do esforço do projeto Jardim Ciência, foi articulado com a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados o **curso de Conservação e Legislação Ambiental**, ministrado em seis módulos por consultores legislativos. O curso ocorreu nos dias 14 e 15 de setembro e contou com um público de 80 pessoas.

b) Ilustração Botânica

Oficina de herborização para ilustradores botânicos. Em setembro, um dos mais renomados ilustradores botânicos brasileiros, Rogério Lupo, veio a Brasília oferecer um curso que foi ministrado em várias etapas, uma delas, sobre ilustração botânica a partir de exsicatas, foi ministrada no JBB. Como complemento ao curso o JBB, por intermédio de dois servidores ofereceu o curso sobre coleta de material botânico e herborização aos alunos inscritos.

c) Sistema de Comando de Incidentes – SCI

Curso ministrado pelo Corpo de Bombeiros no GEPRAM, no período de 30/5 a 3/6 de 2016. Foram destacados dois técnicos do JBB para participação no curso. O curso foi voltado para capacitação em técnicas de gerenciamento de incêndios de grande proporção, e formas de articulação e planejamento de combate incluindo várias instituições.

d) Seminário de Turismo Criativo

Promovido pela Secretaria Adjunta de Turismo, tendo como foco desenvolver ações para atrair mais visitantes e fazer com que eles permaneçam mais tempo na cidade.

Produção de Mudanças da Flora do Cerrado

Foram produzidas aproximadamente 10.000 mudas de árvores nativas do Cerrado no viveiro Jorge Pelles do JBB, as quais estão sendo plantadas no projeto Orla do Lago e na recuperação de áreas degradadas do JBB e da EEJBB. Também foram realizadas coletas de sementes de 48 espécies nativas do Cerrado que foram beneficiadas e armazenadas no laboratório do viveiro estando prontas para a semeadura.

Estão sendo realizados ensaios de pesquisa nas áreas de germinação de sementes e de produção de mudas de espécies da flora do cerrado de diversas famílias.

Neste ano, o viveiro do JBB inovou na produção de ninfeia (Ninféias: acrescentam beleza ao lago, fornecem sombra e abrigo para os peixes, oxigenam a água, reduzem a quantidade de algas e agem como um filtro natural de água.) e outras plantas aquáticas.

I. Coleções vivas e Cactaceae e Suculentas

Estas coleções são mantidas pela equipe do Jardim Botânico de Brasília. Os espécimes da coleção são divididos entre exibição e ficam expostos no cactário – área de visitação do JBB, e coleção científica situada nas dependências do herbário HEPH. As coleções são regadas semanalmente quando é possível visualizar se há plantas em fase de floração ou doentes.

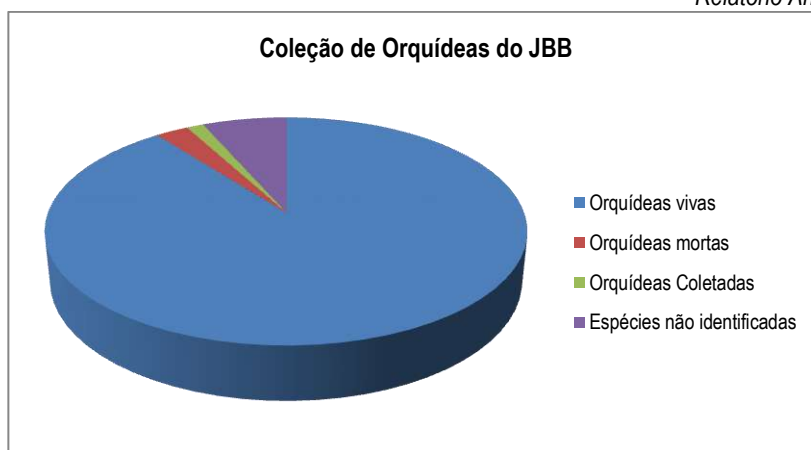
II. Manejo de pragas

O principal problema enfrentado na coleção é a infestação por cochonilhas. Porém, esse ano foi identificado algo parecido com um verme que come a planta por dentro deixando-a com aspecto saudável por fora. Uma vez detectado o problema o indivíduo já não tem mais salvação.

O tratamento em que se obteve mais sucesso até o momento para cochonilhas, é a retirada manual das pragas e a aplicação de remédios orgânicos logo em seguida. Quando a umidade relativa do ar está baixa o índice de sucesso nesse tratamento é grande, mas na época das chuvas além desse tratamento ter pouco efeito, as plantas manipuladas tem uma grande chance de não resistir.

III. Coleção de Orquídeas

A coleção de orquídeas contava com 3.578 indivíduos. Durante o ano de 2016 foram perdidas 102 mudas atacadas por pragas e doenças. Em contrapartida foram coletadas dentro da Estação Ecológica do JBB 52 indivíduos de orquídeas. Portanto, a coleção atual consiste em 3.528 indivíduos, destas 260 espécies ainda não foram identificadas. Parte da coleção está exposta ao público no Orquidário Margareth Mee e o restante é mantida na estufa anexa ao Laboratório.



Situação da coleção de orquídeas em dezembro de 2016.

IV. Coleção de Bromélias e Aráceas

As coleções de Bromélias e aráceas estão sendo mantidas nos viveiros da área de visitação. Estas são mantidas através de doações e coletas periódicas.

A coleção de Samambaias foi descontinuada temporariamente por dois motivos principais. O local aberto e muito exposto ao vento é inadequado à sua manutenção, levando a murchamento e morte de indivíduos. Foi constatado risco de propagação destas espécies em direção ao cerrado nativo, a poucos metros do local. Verifica-se a necessidade de adequação do viveiro desta coleção, a fim de evitar estes dois problemas.

A coleção de Bromélias está sendo reorganizada. Número total de tombo atual é 102, com total de 197 indivíduos, sendo que a diferença é devida à permanência de alguns indivíduos aparentados no mesmo vaso e recebendo o mesmo número de tombo. Foram identificados até o nível de espécie os indivíduos de 22 tombos, como pertencentes a 15 espécies.

Há 123 indivíduos não identificados. No entanto, destes, foram identificados até o nível de gênero os indivíduos de 38 tombos, como pertencentes a 10 gêneros.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

I. Rede Ciência

Em 2015 o Jardim Botânico de Brasília participou do Grupo de Trabalho que se desenvolveu o Guia Turístico Científico de Brasília. O trabalho teve por objetivo mapear ambientes de educação científica não formal que recebem turistas e moradores, especialmente alunos de todos os níveis de ensino e oferecem algum tipo de acolhimento técnico-científico focado em seu conteúdo específico. Em 2016 esse grupo evoluiu para a criação da Rede Distrital de Educação e Divulgação Científica (Decreto nº 37.486 de 15/07/2016), que tem por objetivo fortalecer a educação científica e tecnológica em espaços não formais do Distrito Federal, da qual o JBB é membro.

II. Política de Coleções e Manual de Procedimentos

Desenvolvimento e publicação da Política de Coleções do Jardim Botânico de Brasília (Instrução Normativa nº 01 de 28/09/2016, publicada no DODF de 03/10/2016, pág. 16) que tem por objetivo nortear as atividades de implantação, registro, gestão e manejo das suas coleções vivas e preservadas. Esta publicação coloca o JBB como um dos primeiros jardins botânicos brasileiros a estabelecer uma política de coleções, documento de extrema importância para qualquer instituição responsável pela gestão de coleções vivas ou preservadas.

Além da Política de coleções, o Jardim Botânico desenvolveu o documento “Coleções do Jardim Botânico de Brasília – Manual de Procedimentos”, destinado aos responsáveis pelas coleções atuais e futuras do JBB, fornecendo condições de cumprimento sistemático e uniforme de métodos, gerando clareza e segurança das tarefas ou funções a desempenhar e, conseqüentemente, permitindo o alcance dos objetivos definidos para cada coleção.

III. Projeto Saberes do Cerrado em parceria com o IBICT

Deu-se continuidade ao projeto com o aperfeiçoamento do DF100fogo, que apresenta novas funções ainda pendentes na versão anterior. Está em curso negociação com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para que a instituição assuma a sala 24 horas para recepção de notificações sobre incêndios próximos a unidades de conservação.

Também deu-se continuidade à digitalização da Revista Heringeriana e o seu predecessor, Boletim do Herbário Ezechias Heringer. Está em processo a mudança de hospedagem do site do IBICT para servidor do GDF e assim o JBB tornar-

se responsável por gestão e manutenção. O responsável pela área de informática, Renato, está fazendo o curso de Dspace no IBICT capacitando-se para gestão do repositório.

IV. Aniversário do Jardim Botânico

No período de 8 a 13 de março foi comemorado o 31º aniversário do JBB, com várias atividades para escolas e público em geral, entre as quais destacamos: Exposição da artista Janice Affonso, no Centro de Visitantes, denominada “O poço”. No CEEEX teve outra exposição da artista Loreni Shenkel: Universo Feminino. Além dessas atrações, houve, também, a Mostra e Feira de Orquídeas, aulas de Tai Chi Chuam e atividades integradas de educação ambiental, e exposição de borboletas.

V. Semana do Índio

A Semana do Índio foi comemorada com uma exposição sobre arte indígena no Centro de Visitantes, oficina de pintura com grafismo indígena, inauguração da Trilha Krahô, danças e pajelança com grupo indígena. Alguns artistas brasilienses, por solicitação do JBB, realizaram um mutirão para pintura de totens com o objetivo de marcar a trilha Krahô.

Na primeira fase do projeto foram plantadas 1.700 mudas, a trilha Krahô foi marcada e os totens com grafismo indígena implantado. A segunda fase visa à continuidade do plantio de espécies nativas do Cerrado, está previsto o plantio de mais 3.000 mudas e sua manutenção ou substituição por um período de dois anos.

VI. Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude:

a) Projeto Semeando vida nova em Parceria com a Unidade de Internação de São Sebastião - UISS.

O projeto tem por objetivo resgatar os adolescentes, através de ações educativas que compreendem a realização de oficinas de implantação de jardins, manutenção de hortas e paisagismo. O Projeto foi iniciado em 2015 e foi concluído no final do primeiro semestre com a certificação de 32 internos. Há expectativa é que o projeto continue em outra unidade de internação ligada à Secretaria.

b) Recepção de Adolescentes em cumprimento de PSC

No segundo semestre de 2016 foi renovada a parceria firmada entre esta Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Governo do Distrito Federal e o Jardim Botânico de Brasília – JBB. O Plano de Trabalho assinado visou propiciar a execução da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC – no Distrito Federal, prevista no art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente, mediante Portaria Conjunta nº 12, de 07 de agosto de 2012.

O objetivo desta parceria estabelecido no Plano de Trabalho foi utilizar Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), determinada por decisão judicial, na realização de tarefas por parte dos adolescentes/jovens de forma gratuita, porém num contexto educativo e de reflexão viável por meio de trabalhos gratuitos e orientação pessoal. Como meta específica para o JBB neste ano de 2016 foi receber/atender 03 adolescentes/jovens em suas instalações, às quartas ou quintas-feiras, em período integral, para realizar atividades de manutenção de coleções vivas, como: preparo de mudas, plantio e replantio, podas, rega, manutenção das mudas, preparo de substrato, pulverização orgânica. A primeira turma foi recebida, com dois adolescentes, sendo planejados 08 encontros.

VII. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios /TJDFT

A parceria com Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios /TJDFT tem sido importante para o JBB tanto na prestação de serviço voluntário quanto em doações de material. Este ano recebemos 5 prestadores de serviço e R\$8.929,71 (oito mil novecentos e vinte nove reais e setenta e um centavos) em doação.

Codhab

a) Vila Cauhy – Limpeza e recuperação de trecho do Riacho Fundo

A ação consistiu de uma visita técnica e mais duas ações junto à comunidade no segundo semestre de 2016. As atividades visaram início de recuperação das margens no Riacho Fundo em trechos com ponte para passagem de pedestres. Além disto, como estes são os únicos trechos na Vila Cauhy onde a população tem acesso ao Riacho, buscaram também qualificar a área para uso comunitário e estimular a melhoria do relacionamento da comunidade com a CODHAB, bem como com os moradores entre si e com o Rio.

b) Sol Nascente – Levantamento florestal para fins de compensação ambiental

Em atendimento a solicitação da CODHAB, técnicos do JBB realizaram um levantamento florístico na área do Setor Habitacional Sol Nascente para fins de dimensionamento da reposição florestal devida ao corte de árvores para implantação do Setor, de forma a regularizar a situação da CODHAB junto ao IBRAM.

VIII. Eletronorte

O JBB conseguiu aprovar junto à Eletrobras/Eletronorte o projeto Resgate de material botânico de empreendimentos de transmissão na Amazônia e Cerrado. O projeto tem por objetivo realizar coleta de material botânico e resgate de germoplasma na área de influência direta de linhas de transmissão de energia, visando o aumento do conhecimento da flora brasileira à manutenção e propagação de espécies e a conservação da biodiversidade de plantas coletadas em áreas de grandes empreendimentos de desenvolvimento. Além disso, o resgate de germoplasma terá a coleta de sementes e espécies vivas de orquídeas, bromélias, aráceas que serão multiplicadas e reintroduzidas em ambientes naturais.

IX. Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

O JBB assinou Termo de Cooperação Técnica com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb nº 8.664/2016 para realizar ações de preservação e proteção à EEJBB. Por intermédio deste Acordo, a CAESB concedeu ao JBB veículos para realizar a fiscalização e o levantamento e coleta botânica e um caminhão-pipa para auxiliar no combate a incêndio. O Termo abrange ainda a recuperação e manutenção de dois tratores patrimônio do JBB, sendo que um deles foi totalmente recuperado e já está em pleno funcionamento, o que contribui muito na realização das atividades de manutenção das áreas de visitação.

X. UnB-Campus Gama

Parceria informal com a Faculdade de Engenharia Elétrica da UnB-Campi Gam. Com o apoio de dois cursos de Engenharia de Softwares, desenvolveu-se aplicativo para celulares de sistema Androide, no formato de um game, denominado Missão Nascente. O jogo se desenvolve na Trilha Nascente e tem por objetivo transmitir conhecimento sobre o Cerrado de forma lúdica.

XI. EMBRAPA/CENARGEM

Em 2016, foi retomada a parceria com a Embrapa/Cenargem nos seguintes termos: sanar dúvidas quanto à reprodução in vitro, dar curso, e utilizar o espaço do Laboratório da Embrapa.

XII. Publicações Técnicas

a) Heringeriana

A Heringeriana é o periódico científico do Jardim Botânico de Brasília. Desde 2007, substitui o Boletim do Herbário Ezechias Paulo Heringer, publicado de 1994 a 2006.

Em 2016, foram publicadas duas edições da revista: Volume 9, número 2 de 2015; e volume 10, suplemento, com os anais do I Workshop de produção científica do JBB. Estão em andamento os números 1 e 2 do volume 10, de 2016. O volume 1, em fase de revisão final, e o volume 2, em várias etapas, mas ainda recebendo artigos para avaliação.

Ambas edições ocorreram apenas no formato eletrônico, sem publicações físicas. Este fato que vem ocorrendo desde 2014, quando a revista foi hospedada no portal Inseer, a partir de parceria com o IBICT.

Desde então, foram hospedados online todos os números da Revista Heringeriana. No entanto, por motivos diversos, ainda não foram adicionados os números publicados pela revista enquanto Boletim do Herbário Ezechias Paulo Heringer. Todavia, problemas de manutenção em geral do site têm dificultado o processo de informatização da submissão e revisão dos artigos, bem como da publicação do último número da revista, que foi publicada e permanece sem capa.

A não disponibilização de recursos para a publicação física da revista faz com que falte também a produção de layout e arte final de seus volumes (que agora tem ficado a cargo dos pesquisadores do JBB), atrasando o processo de publicação e comprometendo a apresentação final do volume completo.

Até 2013, o site de disponibilização dos números completos de cada edição era: <http://www.jardimbotanico.df.gov.br/heringeriana>.

Em 2014, tornou-se: <http://www.jardimbotanico.df.gov.br/sobre/prod-tecnico-cientifica/heringer>.

E a partir de então, o endereço: [heringeriana.jardimbotanico.df.gov.br/](http://portalinseer.ibict.br/index.php/heringeriana) leva ao site do portal inseer <http://portalinseer.ibict.br/index.php/heringeriana>.

Para 2017, espera-se que o domínio do site seja integrado pelo GDF de maneira a agilizar o suporte técnico, sempre que se fizer necessário. Está sendo negociada também a inclusão no orçamento para inscrição no DOI. É necessário avançar na criação e atuação do Conselho Editorial da Revista, para que decisões estratégicas possam alavancar seu status na comunidade científica.

b) Index Seminum

O catálogo de sementes do JBB, além da manutenção do banco de germoplasma, visa divulgar para instituições similares, nacionais ou internacionais, as espécies disponíveis para realização de intercâmbios. O catálogo de sementes deste ano traz 34 espécimes pertencentes a 29 espécies, 25 gêneros e 11 famílias botânicas do Cerrado.

Todas as sementes depositadas no banco de sementes do JBB são catalogadas, numeradas e identificadas tanto em uma ficha com todos os dados de coleta: coletor, data e local de coleta, coordenadas geográficas, quanto no frasco onde as sementes estão depositadas.

As sementes coletadas são mantidas em câmara fria a 18°C, constantemente limpa para evitar o ataque de pragas. O Index Seminum de 2016 está disponível online no site do Jardim Botânico de Brasília <http://www.jardimbotanico.df.gov.br/pesquisa/index-seminum/>. Segue-se a imagem da capa do Index 2016.

c) Manuais escolares

Graças à aprovação do Projeto do JBB apresentado à FAP/DF para participação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia foi possível a publicação de dois guias sobre coleções biológicas. A iniciativa se insere no Projeto Jardim Ciência que visa levar às escolas atividades de iniciação científica na tentativa de despertar nos alunos a curiosidade e espírito investigativo. Os guias elaborados referem-se à montagem de Herbário Escolar e Coleção de Insetos e serão distribuídos as escolas que visitam o JBB.

XIII. Participação em Projetos

O JBB continua a colaborar com o Projeto “Lista de Espécies da Flora do Brasil: Família Ochnaceae”. Manutenção dos dados sobre Ochnaceae atualizados na lista, o que inclui a correta utilização de nomes científicos, sinonimizações e informações de distribuição geográfica.

Monografia “Flora do Brasil Online 2020: Família Myrtaceae, subtribo Myrciinae, espécies do Cerrado”. Dando continuidade ao projeto de listagem das espécies, o próximo passo é monografar toda a flora brasileira, para tanto cada espécie terá a mais abrangente descrição dos seus dados morfológicos e fenológicos bem como a construção de uma chave de identificação para todos os gêneros e famílias botânicas.

Este ano deu-se continuidade a elaboração do Guia de espécies herbáceo-subarbusciva do Jardim Botânico de Brasília. Trabalho desenvolvido pela pelo JBB em Parceria o pesquisador Mauricio Mercadante.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Apesar do recurso escasso e do quadro reduzido, a administração do Jardim Botânico de Brasília, no último ano, investiu na melhoria de sua infraestrutura, na consolidação de seus espaços e coleções, viabilizando suas ações por intermédio de emendas parlamentares, recursos de projetos e parcerias.

Dessa forma foi possível realizar a construção de mais três estufas para abrigar as coleções e a Construção do parque infantil na área de piquenique. Em 2017 está previsto o início das obras para a construção de banheiros na área de visitação.

As parcerias institucionais estabelecidas pelo JBB têm se mostrado estratégicas na busca do cumprimento de sua missão. Além disso, tem gerado capacidade de diversificação de atividades para atingir as metas do PPA, tendo em vista que atravessamos um período de poucos recursos humanos e financeiros.

Expectativas e Recomendações para 2017

No que se refere à Preservação, uma das metas é reduzir o número de atropelamentos da fauna silvestre nas vias internas do JBB, por meio de campanha educativa dirigida aos motoristas que frequentam a área do JBB, a campanha visa a conscientizá-los sobre a importância do local, tanto pra fauna como pra flora, utilizando como recurso: folders, “cartilhas”, banners com fotos dos animais, sinalização, redutores de velocidade, lombadas (quebra-molas), cavaletes, etc.

Para melhorar a cobertura do monitoramento pretende-se adquirir equipamentos como câmeras trap, armadilhas, marcadores, rádios, entre outros materiais; ou fazer parceria com a UnB para que possam desenvolver equipamentos eficientes e de baixo custo.

Tendo em vista o programa “Brasília Cinematográfica”, o JBB pretende realizar parceria com a Secretaria Adjunta de Turismo para ser palco de locações cinematográficas, tendo em vista seus atributos naturais.

Articular com hotéis e associação de guias turísticos para promoverem o JBB à clientela e aumentar a visitação durante a semana.

Realizar estudo de capacidade de carga, tendo em vista o crescente aumento dos visitantes. Criar sinalização adequada para os estacionamentos.

Implantar loja de produtos do JBB para aumentar a arrecadação e também um café mais popular.

Fazer parceria com agente de interesse na implantação de ponto de aluguel de bicicletas no JBB.

Instalar câmaras de segurança nos principais atrativos e patrimônio para coibir roubos ou danos à estrutura.

Promover reunião de formalização de parcerias e agendamento de operações em conjunto com fiscalização do IBRAM e Batalhão de Polícia Ambiental (BPMA). Estabelecer regra para que dois agentes (IBRAM e BPMA) executem a ronda diária (semana e fim-de-semana) para dar mais segurança aos fiscais. Estabelecer rondas em horários diferenciados, inclusive à noite para coibir a entrada de pessoas não autorizadas.

Priorizar a reforma de cercas e portões, principalmente nas áreas de maior frequência de abordagens conforme mapa.

Adquirir câmara fotográfica para acoplar no veículo de fiscalização como forma de registrar as abordagens de pessoas não autorizadas na área da EEJBB.

Adquirir sistema de comunicação à distância, em campo.

No que se refere à Fitologia, o principal objetivo é colocar todos os espécimes em um banco de dados – JABOT – com número de tombamento, procedência e informações quanto ao status de conservação. A página para as coleções do JBB já está disponível e o tombamento da coleção terá início em breve. Outros objetivos previstos são: identificar satisfatoriamente a coleção que apresenta identificações equivocadas, com a realização de expedições científicas que é de extrema importância para aumentar e qualificar o herbário - HEPH.

Adquirir equipamentos para Biblioteca Digital para acelerar a divulgação científica conforme planejado e concluir o Herbário Virtual.

Possibilitar à equipe do JBB uma maior participação em eventos externos de forma a qualificar o capital humano e, também, a troca de experiência com outras instituições científicas.

Nos próximos dois anos espera-se investimento maior na área científica do JBB para que possamos ser reconhecidos como um Centro de Pesquisa. Necessita-se de reforma e ampliação do Herbário, reforma da Fauna e do Laboratório Multidisciplinar para que se possa ampliar as coleções e mantê-las em segurança. Pesquisas na área de Educação Ambiental e Divulgação Científica devem ser estruturadas e iniciadas.

Alguns equipamentos devem ser comprados tendo em vista que muitos deles encontram-se em situação precária ou mesmo já não funcionam (ar condicionado, desumidificador, refrigerador, entre outros).

Iniciar a retirada de espécies vegetais invasoras e a recuperação da mata ciliar dos córregos Tapera e Taquara, que se encontram bastante degradadas por ação de incêndios. Realizar um PRAD com mapeamento da área a ser recuperada. Aproveitar o apoio da UnB e fazer o mapeamento com o uso de drones, a fim de verificar em imagens antigas a extensão da mata ciliar e utilizar o levantamento do pesquisador Manuel Claudio como orientação sobre as espécies que ocorriam no local para realizar a reprodução de espécies na área.

11.2. AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – ADASA

UO: 21.206

Competências

Em 16 de junho de 2004, pela lei nº 3.365, foi criada a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA, autarquia em regime especial com personalidade Jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Brasília e vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Todavia, a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, reestruturou a Agência, redefiniu a missão, ampliou competências e alterou sua denominação, passando a chamar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA. Nos termos da Lei nº 4.285, o regime especial conferido à ADASA é caracterizado, sobretudo, por mandato fixo e não coincidente de seus diretores, independência decisória, diretoria organizada em forma de colegiado, instância administrativa final, salvo nos casos de delegação de competências de outros entes federados e ausência de subordinação hierárquica.

A finalidade básica da ADASA é a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos de competência originária do Distrito Federal, bem como daqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação, convênio ou contrato.

De acordo com a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, são áreas de competência da Agência:

Recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água;

Saneamento básico, entendido como:

- Abastecimento de água potável;
- Esgotamento sanitário;
- Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;

Gás canalizado;

Mediante delegação de competência originária federal nas áreas de:

- Energia elétrica;
- Petróleo e derivados,
- Biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes;

E outras competências delegadas na forma da lei.

Missão

A missão da ADASA, estabelecida em seu planejamento estratégico 2012-2020 é: “Regular e promover a gestão sustentável dos recursos hídricos, a qualidade e universalização dos serviços públicos de energia e saneamento básico, em benefício da sociedade do Distrito Federal”.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	01
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro (DIRETOR)	05
Estatutário – em exercício	83
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	29
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	118
Total ativos - afastado	-

Fonte: SAF/ADASA

A ADASA tem investido constantemente em sua força de trabalho, buscando atender de maneira mais eficiente e eficaz as atividades de regulação e a fiscalização das áreas de sua competência. Desde sua criação, em 2004, a ADASA vem ampliando os conhecimentos e a inteligência de seu quadro técnico de profissionais.

A Adasa implementou, neste ano, a Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores, por meio da Portaria Adasa nº 304/2016. Implantou ainda, a Gestão por Competências e o Plano Anual de Capacitação – PAC 2017.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA ESPECIAL: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	630.000	529.750	529.750	460.509
9549 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	630.000	529.750	529.750	460.509
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.102.500	2.235.739	2.153.112	2.093.112
7034 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	1.102.500	2.235.739	2.153.112	2.093.112
TOTAL DO PROGRAMA 0001	1.732.500	2.765.490	2.682.863	2.553.622

O PASEP, criado pela Lei Complementar Federal nº 8, de 03/12/70, tem o objetivo de propiciar aos funcionários e servidores públicos civis e militares, participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual, municipal e das fundações, que possibilita aos funcionários/servidores usufruírem o direito ao recebimento de um abono anual.

O recolhimento da contribuição é mensal, resultado de 1% da receita corrente arrecadada ou repasses correntes recebidos, totalizando 12 (doze) contribuições ao todo. A ADASA recebeu, até dezembro, R\$ 50.904.139,67 de recursos financeiros e recolhe 1% deste montante ao fundo do PASEP. Em 2016 a despesa autorizada foi de R\$ 529.750,00 tendo sido empenhado o valor de R\$ 529.750,00, considerando os valores inscritos em Restos a Pagar, representando 100% de execução.

Quanto às despesas com ressarcimentos, atualmente a ADASA dispõe de 08 (oito) servidores requisitados de órgãos do GDF e da União, dos quais 06 (seis) com ônus para esta Unidade. Além disso, são ressarcidas despesas de custeio, como ressarcimento de táxi e outros.

No exercício de 2016 foi empenhado o montante de R\$ 2.133.755,36 para despesas com ressarcimento salarial de servidores requisitados, e R\$ 19.357,25 para despesas com outros ressarcimentos, representando 96,3% de execução financeira.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.821.396	1.927.624	763.583	755.579
0017 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DESENVOLVIMENTO/MELHORIA DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS-DISTRITO FEDERAL	1.821.396	1.927.624	763.583	755.579
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.435.251	42.491	0	0
9748 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADASA DF- PLANO PILOTO	1.435.251	42.491	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	850.000	263.531	250.860	250.860
5360 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	850.000	263.531	250.860	250.860
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	315.000	359.875	342.120	342.120
9632 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	315.000	359.875	342.120	342.120
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.200.000	996.231	766.383	766.383
2606 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADASA-DISTRITO FEDERAL	1.200.000	996.231	766.383	766.383
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	550.000	22.926	22.925	22.925
9710 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA--DISTRITO FEDERAL	550.000	22.926	22.925	22.925
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.236.573	577.791	384.062	384.062
6036 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ADASA-DF ENTORNO	1.236.573	577.791	384.062	384.062
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2.666.171	2.936.763	2.889.839	2.889.839
9796 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADASA DF- PLANO PILOTO	2.666.171	2.936.763	2.889.839	2.889.839
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1.600.000	303.716	303.416	301.716
0014 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	1.600.000	303.716	303.416	301.716
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	19.561.153	21.280.873	20.766.757	20.766.757

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
8730 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	19.561.153	21.280.873	20.766.757	20.766.757
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.352.003	1.429.513	1.394.555	1.393.900
9560 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	1.352.003	1.429.513	1.394.555	1.393.900
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3.500.000	3.411.250	3.166.980	1.845.157
8691 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-ADASA DF-DF ENTORNO	1.850.000	1.850.000	1.850.000	1.039.341
8703 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-ADASA DF-DF ENTORNO	1.550.000	1.478.750	1.316.980	805.816
8753 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INST. EM VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DF ENTORNO	50.000	41.250	0	0
8754 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTIL. PUBL. EM VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DF ENTORNO	50.000	41.250	0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	13.160.355	10.357.697	9.669.763	9.484.569
9649 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	13.160.355	10.357.697	9.669.763	9.484.569
TOTAL DO PROGRAMA 6001	49.247.902	43.910.281	40.721.244	39.203.867

O Programa de Estágio Curricular, regulamentado pela Resolução ADASA nº 07, de 21 de janeiro de 2011, disponibiliza 42 bolsas de complementação Educacional, sendo 30 para estágio de nível superior e 12 de nível médio. No final do exercício de 2016 a agência contava com 27 estagiários de nível superior e 11 de nível médio, atuando nas diversas áreas da ADASA.

Em 2016, foram realizados cursos e treinamentos internos e externos, os quais perfazem uma Carga Horária Total de 11.390 horas de capacitação, em que foram capacitados 110 servidores em 109 cursos, nos quais os servidores da Adasa estiveram presentes, com ou sem ônus para a Agência. Merecem destaque o curso de Inglês com a UnB Idiomas, as Pós-Graduações e o Mestrado Profissional Adasa-FioCruz.

A despesa estimada com pessoal para exercício de 2016 visou atender ao pagamento de vencimentos e encargos relativos a 118 (cento e dezoito) servidores, dos quais 75 são servidores de cargos efetivos da ADASA, 08 concursados de outros órgãos requisitados pela Agência, 29 são servidores comissionados, sem vínculo, 01 está cedido para outro órgão do GDF e 05 são diretores, com mandato que tem a duração de 05 anos cada.

Foram concedidos, até o mês de dezembro, os benefícios de auxílio-creche, auxílio-natalidade, vale-transporte e auxílio-saúde aos servidores, além do vale-alimentação/refeição, totalizando uma média de 250 benefícios concedidos mensalmente.

Em relação à manutenção do órgão, foram executadas atividades com características de serviços continuados, compreendendo: vigilância, limpeza e conservação, passagens aéreas, locação de veículos, serviços de telefonia, serviços de postagem, serviços técnicos de apoio administrativo, de saúde e auxiliares, confecção de crachás, carimbos, manutenção das instalações prediais, manutenção de elevadores, serviços de moto-mensageiro, dentre outros, além da aquisição de material de consumo e permanente, necessários ao funcionamento da Agência.

Em relação à publicidade, foram realizados serviços de publicidade e propaganda para confecção e distribuição ao público de materiais diversos, para promoção e publicização nos principais meios de comunicação do DF, além de divulgação de editais de licitações e audiências públicas e divulgação de eventos promovidos pela ADASA, como a semana da água e outros nos principais meios de comunicação do DF.

Com relação gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação, pode-se destacar a aquisição de desktops e de 4 servidores de rede, o Suporte Microsoft e o serviço de Service Desk.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	0	4.810.094	4.810.094	0
0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	0	4.810.094	4.810.094	0
2671 - MONITORAMENTO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E TELEMÉTRICA DO DF	3.140.000	1.763.903	999.878	955.338
0001 - MONITORAMENTO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E TELEMÉTRICA DO DF - DF ENTORNO	3.140.000	1.763.903	999.878	955.338
2679 - OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	450.000	0	0	0
0001 - OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS-DF ENTORNO	450.000	0	0	0
2683 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF	1.800.000	929.327	179.326	179.326
0001 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF-DF ENTORNO	1.800.000	929.327	179.326	179.326
2689 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	3.448.786	2.766.256	2.495.725	2.495.725

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0001 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS-DRENAGEM E GÁS CANALIZADO-DISTRITO FEDERAL	1.543.786	1	0	0
0002 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS-RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	1.100.000	1.681.827	1.411.297	1.411.297
0003 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO-DISTRITO FEDERAL	605.000	1.084.428	1.084.428	1.084.428
0004 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS-ECONÔMICO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	200.000	0	0	0
2692 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	550.000	4	0	0
0002 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	288.400	2	0	0
0003 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO-DISTRITO FEDERAL	261.600	2	0	0
2695 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	913.488	348.490	347.966	347.966
0001 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-DRENAGEM E GÁS CANALIZADO-DISTRITO FEDERAL	200.000	0	0	0
0002 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	400.000	2	0	0
0003 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO-DISTRITO FEDERAL	120.000	0	0	0
0004 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ECONÔMICO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	193.488	348.488	347.966	347.966
3067 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA ÁGUA	529.000	1	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA ÁGUA-- PLANO PILOTO .	529.000	1	0	0
3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	6.531.076	12.330.612	11.568.065	6.205.447
0002 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA-ADASA- PLANO PILOTO .	6.531.076	11.772.337	11.291.889	5.931.889
0005 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA-PROJETOS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL- PLANO PILOTO .	0	558.275	276.176	273.558
4135 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	225.000	126.001	126.000	126.000
0001 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS--DF ENTORNO	225.000	126.001	126.000	126.000
4136 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	265.930	357.930	357.630	357.630
0001 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	265.930	357.930	357.630	357.630
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	333.829	308.001	0	0
0001 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	333.829	308.001	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	18.187.109	23.740.618	20.884.684	10.667.432

A ADASA, ao longo de sua existência, vem realizando diversos estudos nas suas áreas de competência, sendo que em 2016 a agência elaborou 14 estudos, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela I – Estudos da ADASA em 2016

Área	Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Drenagem	Econômico e Financeiro	TOTAL
Nº de Estudos	3	2	3	2	4	14
Nº de Resoluções Publicadas	8	2*	4	0	4*	17

*Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016, elaborada conjuntamente pela Superintendência de Resíduos Sólidos e Superintendência Econômico-Financeira.

São destaques, na área de abastecimento de água e esgotamento sanitário, os estudos relativos ao reuso de água cinza e aproveitamento de água pluvial, os estudos relativos aos equipamentos eliminador e bloqueador de ar e a pesquisa de satisfação realizada pelo 3º ano consecutivo com relação aos serviços prestados pela CAESB.

- Na área de Resíduos Sólidos são destaques as resoluções:
- Resolução nº 14/2016 - que estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos, da construção civil e dá outras providências.
- Resolução nº 21/2016 - que estabelece as condições gerais da prestação e utilização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal.

Na área de Drenagem, destacam-se a Revisão do manual de drenagem do DF e Georreferenciamento das redes de águas pluviais do DF.

Na área econômico financeira, foram destaques: Segunda revisão tarifária da CAESB, Preços públicos dos grandes geradores de resíduos sólidos e promotores de eventos em logradouros públicos, Tarifa de Contingência e o Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas Regulatório.

Na área de recursos hídricos, destacam-se os estudos referentes ao estado de restrição de uso dos recursos hídricos e o regime de restrição do abastecimento de água potável em diversas regiões administrativas. Iniciou-se também, em 2016, um estudo que subsidiará a elaboração de Resolução para definição de reservas e disponibilidades das águas subterrâneas no Distrito Federal, considerando as diferentes regiões administrativas e a situação atual de uso e ocupação do solo, este estudo será finalizado em 2017.

A Adasa, em 2016, realizou 14 estudos técnicos e publicou Resoluções das suas áreas de atuação. A Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016 foi elaborada conjuntamente pelas Superintendências de Resíduos Sólidos e Econômico Financeira. Outros estudos irão subsidiar Resoluções a serem elaboradas a partir de 2017. Abaixo, estão listadas as principais resoluções publicadas em 2016.

- Resolução nº 05, de 28 de abril de 2016 - Homologa os resultados finais da 2ª Revisão Periódica das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB e dá outras providências.
- Resolução nº 06, de 01 de julho de 2016 - Estabelece regime diferenciado para a concessão de outorga prévia e outorga de direito de uso dos recursos hídricos em áreas urbanas ou rurais classificadas como áreas de parcelamento irregular do solo no Distrito Federal (DODF n. 126, de 4 de julho de 2016, Seção I, página 43).
- Resolução nº 07, de 01 de julho de 2016 - Altera a Resolução ADASA nº 06, de 14 de dezembro de 2015 que estabelece os níveis altimétricos da água a serem mantidos no Lago Paranoá, no ano de 2016, visando assegurar os usos múltiplos dos recursos hídricos (DODF n. 126, de 04/07/2016, Seção I, p. 43).
- Resolução nº 08, de 04 de julho de 2016 - Dispõe sobre a instituição da metodologia de avaliação de desempenho da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Distrito Federal e sobre os procedimentos gerais de comunicações oficiais realizadas entre a ADASA e o prestador de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e dá outras providências.
 - Anexo I - Manual de Avaliação de Desempenho - Manual de avaliação de desempenho da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal.
 - Anexo II - Informações Periódicas Complementares - Manual de avaliação de desempenho da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal.
- Resolução nº 09, de 13 de julho de 2016 - Estabelece as diretrizes para a constituição, organização e funcionamento do Conselho de Consumidores dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Distrito Federal.
- Resolução nº 13, de 15 de agosto de 2016 - Estabelece os volumes de referência e ações de contenção em situações críticas de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e de Santa Maria, visando assegurar os usos prioritários dos recursos hídricos (DODF n. 154, de 16/08/2016, Seção 1, p. 17).
- Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016 - Estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos, da construção civil e dá outras providências. (Publicada no DODF nº 176, de 16 de setembro de 2016).
- Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2016 - Declara a Situação Crítica de Escassez Hídrica nos Reservatórios do Descoberto e de Santa Maria (DODF n. 177, de 19/09/2016, Seção 1, p. 9).
- Resolução nº 16, de 21 de setembro de 2016 - Declara estado de restrição de uso dos recursos hídricos e o regime de restrição do abastecimento de água potável nas regiões administrativas de São Sebastião, Jardim Botânico, Sobradinho I e II, Planaltina e Brazlândia, atendidas pelos sistemas isolados operados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB (DODF n. 180, de 22/09/2016, Seção 1, p. 22).
- Resolução nº 17, de 07 de outubro de 2016 - Estabelece a Tarifa de Contingência para os serviços públicos de abastecimento de água do Distrito Federal, prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB e dá outras providências. (Publicada no DODF nº 192 de 10 de outubro de 2016 – Seção 1 - página 24).
- Resolução nº 18, de 27 de Outubro de 2016 - Estabelece restrição de horário para captação de água por meio de caminhões-pipa, nos corpos d'água de domínio do Distrito Federal e naqueles delegados pela União e Estados (DODF n. 205, de 31/10/2016, Seção 1, p. 26).
- Resolução nº 19, de 27 de Outubro de 2016 - Reduz a vazão outorgada aos usuários de água subterrânea e recomenda medidas de uso racional da água aos estabelecimentos de lava-jato e postos de combustíveis do Distrito Federal (DODF n. 205, de 31/10/2016, Seção 1, p. 26).
- Resolução nº 20, de 07 de Novembro de 2016 - Declara o estado de restrição de uso dos recursos hídricos, estabelece o regime de racionamento do serviço de abastecimento de água nas localidades atendidas pelos reservatórios do Descoberto e Santa Maria.
- Resolução nº 21, de 25 de Novembro de 2016 - Estabelece as condições gerais da prestação e utilização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal.

- Resolução nº 22, de 09 de dezembro de 2016 - Revoga a Resolução ADASA nº 16/2016 e o art. 5º da Resolução ADASA nº 19/2016 (DODF nº 232, de 12 de dezembro de 2016).
- Resolução nº 23, de 19 de Dezembro de 2016 – Estabelece os níveis altimétricos da água a serem mantidos no Lago Paranoá, no ano de 2017, visando assegurar os usos múltiplos dos recursos hídricos.
- Resolução nº 24, de 19 de Dezembro de 2016 - Aprova e institui o Manual de Contabilidade Regulatória e o Plano de Contas Regulatório a ser adotado pela Concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal.

A ADASA realizou ainda 214 fiscalizações programadas e 253 fiscalizações não-programadas em 2016. As fiscalizações e seus resultados foram realizadas de acordo com a tabela abaixo:

Tabela II – Fiscalizações da ADASA em 2016

Área	Recursos Hídricos	Resíduos Sólidos	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Drenagem	Econômico e Financeiro	TOTAL
Nº de Fiscalizações/ Inspeções Programadas	31	21	70	77	15	214
Nº de Fiscalizações/ Inspeções Não-Programadas	230	0	6	17	0	253

Tabela III – Resultados das fiscalizações da ADASA em 2016

Área	Constatações	Não conformidades	Determinações	Recomendações	Advertência	TNs
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário*	57	49	8	7	0	3
Drenagem	172	119	0	224	0	3
Resíduos Sólidos	0	0	0	0	0	0
Recursos Hídricos	375	375	375	0	115	375
Econômico-financeiro	5	2	0	2	0	0

O Plano Anual de Fiscalização – PAF-2016, relativo a Recursos Hídricos, foi realizado focando as ações de fiscalização em sentido macro (ações da fiscalização nas comissões de acompanhamento, regularização de canais, campanhas de regularização, outorgas vencidas, pontos de caminhão pipa). Nessas ações não foram contabilizadas os número de inspeções e sim o universo de usuários de recursos hídricos atingidos. Assim, estavam previstas 48 ações de fiscalização e um universo de 4266 usuários atingidos de Recursos Hídricos, tendo sido realizadas 31 ações de fiscalização e atingido um universo de 3032 usuários. Na realização de cada ação de fiscalização foram realizadas diversas saídas de campo, inspeções e fiscalizações in loco.

São destaques, na área de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a auditoria mensal dos dados-Base de TFS e TFU, realizada mensalmente mediante conferência de dados fornecidos pela CAESB; o monitoramento da hidrometração individualizada; o monitoramento do desempenho operacional das estações de tratamento de esgoto; e monitoramento de qualidade da água produzida e distribuída: a qualidade da água que chega às residências no DF, ou seja, na rede de distribuição, é acompanhada mensalmente por Sistema de Distribuição, tendo caráter periódico.

Na área de Drenagem, destacam-se as fiscalizações de bacias, de galerias de águas pluviais, outorgas e as denúncias.

Na área de Resíduos Sólidos são destaques as visitas técnicas ao Núcleo de Limpeza de Planaltina – NUPLA; Núcleo de Resíduos Especiais – NURES; Usina de Triagem e Compostagem de Ceilândia- UCTL; Unidade ATT do Lixão da Estrutural; Unidade de Transbordo de Brazlândia; Núcleo de Limpeza de Brasília – NUBSB; Núcleo de Limpeza do Guará – NUGUA; Núcleo de Limpeza do Núcleo Bandeirantes – NUBAN; Núcleo de Limpeza de Santa Maria – NUMAR; Núcleo de Limpeza do Riacho Fundo – NURIF; Núcleo de Limpeza do Gama – NUGAM; Núcleo de Limpeza de Samambaia – NUSAM; Núcleo de Limpeza de Taguatinga – NUTAG; Núcleo de Limpeza de Brazlândia – NUBRA; Núcleo de Limpeza de Águas Claras – NUCLA; Núcleo de Limpeza da Estrutural – NUEST; Núcleo de Limpeza de São Sebastião – NUSEB; Núcleo de Limpeza do Paranoá – NUPAR; Núcleo de Limpeza de Sobradinho – NUSOB; Núcleo do Aterro Sanitário de Samambaia – NUASA; Núcleo de Compostagem – NUCOP .

Na área Econômico-Financeira, foram destaques: a análise mensal dos Balancetes Contábeis da Caesb, de janeiro a outubro/2016, o acompanhamento trimestral dos Títulos Protestados da Caesb, a análise da Prestação de Contas da Caesb do Exercício de 2015 e a validação dos dados referentes aos volumes produzidos de água, coletado de esgoto e volumes totais faturados da Caesb (em 02/12/2016 na Sede da Concessionária).

Outorga é um dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, instituído pela Política Nacional de Recursos Hídricos por meio da Lei 9.433/1997. É utilizado com o objetivo de gerenciar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, bem como o efetivo exercício dos direitos de acesso a ela. A outorga é o instrumento adotado para indicar o nível de regularização dos usos dos recursos hídricos no DF. A ADASA emitiu ainda 1.154 outorgas de direito de uso dos recursos hídricos em 2016, totalizando 25.509 outorgas já emitidas desde a criação da ADASA.

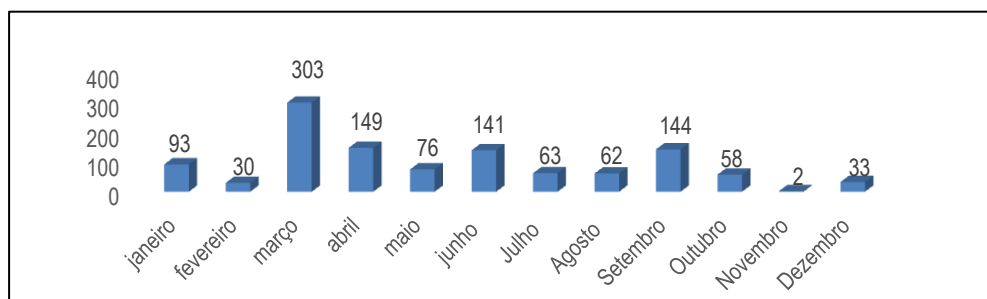
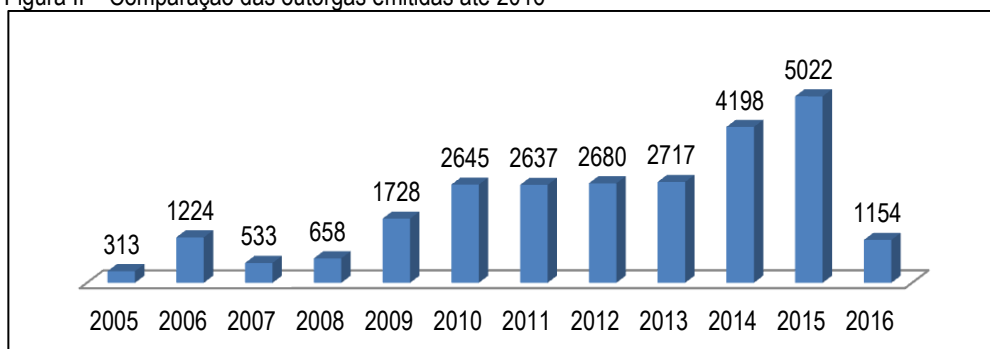


Figura I – Número de outorgas concedidas em 2016

Fonte: SRH (De outubro a dezembro as outorgas ficaram suspensas em decorrência da escassez hídrica.)

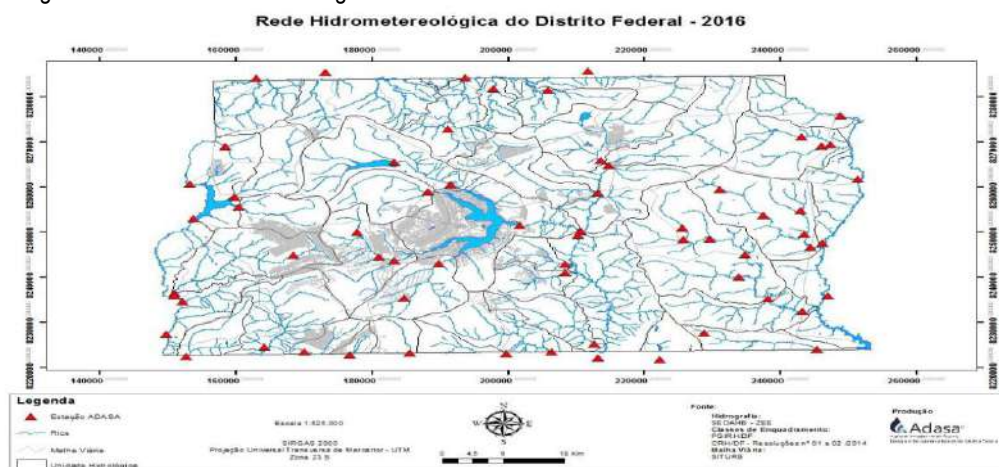
Figura II – Comparação das outorgas emitidas até 2016



Fonte: SRH

A rede de monitoramento das águas superficiais da ADASA conta com 66 estações, distribuídas conforme a Figura 1, sendo 14 com transmissão de dados em tempo real (telemétricas).

Figura III - Rede Hidrometeorológica da ADASA no Distrito Federal



Fonte: SRH

A avaliação da qualidade das águas superficiais do DF, feito pela ADASA, é realizada por meio do cálculo do IQA (Índice de Qualidade da Água), que determina parâmetros de desempenho muito ruim, ruim, médio, bom ou excelente para cada ponto avaliado. Este índice é calculado trimestralmente a partir de 9 (nove) parâmetros de qualidade de água avaliados *in*

situ e em laboratório. A qualidade de água é avaliada nos rios e reservatórios a cada três meses. A partir dos valores obtidos para nove parâmetros (oxigênio dissolvido, pH, temperatura da água, nitrogênio total, fósforo total, nitrogênio total, sólidos totais, turbidez e coliformes termotolerantes) é calculado o Índice de Qualidade das Águas (IQA). As Figuras IV, V, VI demonstram o IQA monitorado pela ADASA no primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2016, nos pontos analisados.

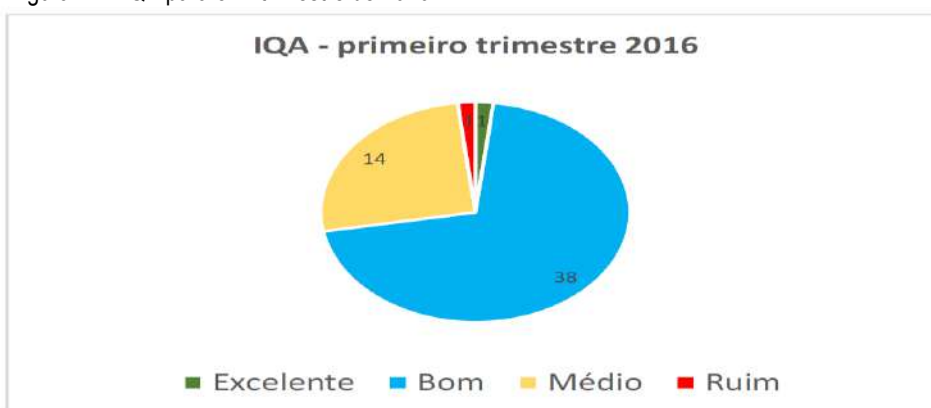
A Adasa monitora a qualidade da água em 40 Unidades Hidrográficas. No primeiro trimestre, todas UH's tiveram o Índice de Qualidade da Água (IQA) satisfatório, representando um cumprimento da meta em 100 pontos percentuais. No segundo, das 40 UH's, 39 tiveram o IQA adequado (39/40*100), representando 97,5%.

O índice de qualidade do terceiro trimestre foi de 95% (38/40*100), ou seja, das 40 UH's, 38 tiveram o IQA dentro do desejado. Duas Unidades Hidrográficas apresentaram IQA ruim, sendo elas Melquior e Médio Descoberto. O período avaliado (julho/agosto/setembro) é um período de seca predominante, onde as vazões dos rios são muito baixas, o que acaba provocando aumento da concentração de poluentes.

No quarto trimestre, o índice de qualidade ficou em 91,17% (31/34*100), sendo que 3 Unidades Hidrográficas apresentaram o IQA abaixo do desejado. Foram elas: Gama, Ponte Alta e Baixo Descoberto. Destas, a UH Gama é a única que não recebe efluentes de estações de tratamento de esgoto, ficando sua qualidade comprometida em função das chuvas fortes de novembro, que carregaram diversos poluentes para os corpos hídricos ao lavarem a superfície da bacia hidrográfica.

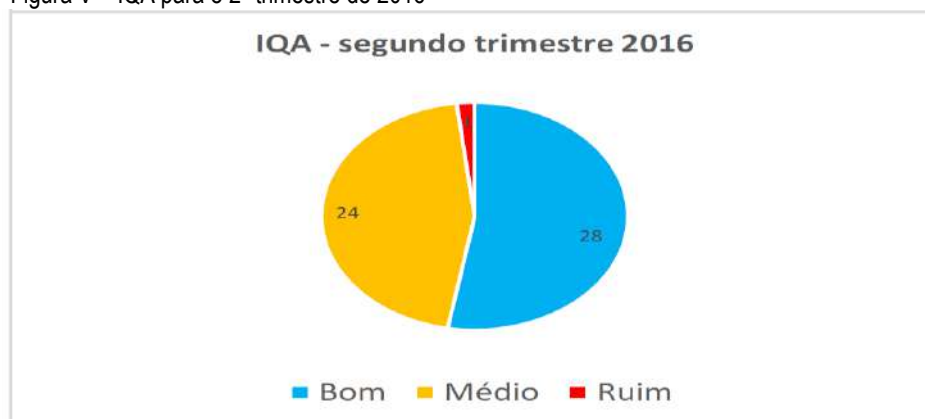
Apesar do IQA ter sido calculado por Unidade Hidrográfica, que é a unidade de gestão de recursos hídricos, os gráficos refletem a qualidade de água por estações de monitoramento. Ressaltamos que uma Unidade Hidrográfica pode contar com mais de uma estação de monitoramento, sendo a estação mais a jusante a considerada para o cálculo do IQA da Unidade Hidrográfica.

Figura IV – IQA para o 1º trimestre de 2016



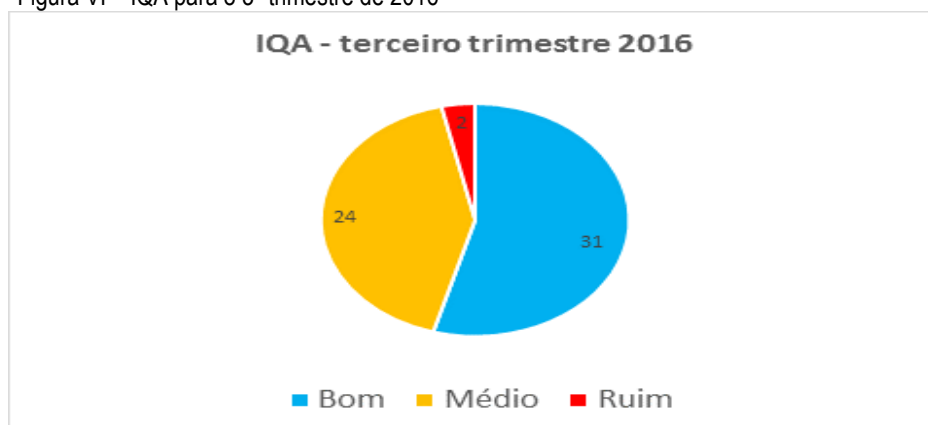
Fonte: SRH

Figura V – IQA para o 2º trimestre de 2016



Fonte: SRH

Figura VI – IQA para o 3º trimestre de 2016



Fonte: SRH

O Programa ADASA na Escola, que tem por objetivo sensibilizar alunos da rede pública e privada de ensino básico quanto ao uso racional da água e destinação correta dos resíduos sólidos, sensibilizou 20.598 alunos e 819 professores, em 43 escolas.

A continuação do Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, na região da bacia do Pípiripau, possibilitou que fossem assinados 113 contratos com produtores, a partir dos quais já foram realizados 105 pagamentos. Merece destaque também o plantio de mudas, que totalizou em 2016 uma quantidade total de 43.750 mudas plantadas.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIRETOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	105.000	78.805	70.749	70.749
8394 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADASA DF-DISTRITO FEDERAL	105.000	78.805	70.749	70.749
TOTAL DO PROGRAMA 6211	105.000	78.805	70.749	70.749

Com o objetivo de prevenir e combater as diferentes formas de ameaças e violação de direitos humanos no Distrito Federal, este Programa contempla a execução do Contrato celebrado por esta Agência com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF, visando à contratação de detentos para prestação de serviços de garçom, serviços gerais, copeiro e operador de máquina de reprografia e outras. A ação merece destaque por sua relevância social, pois tem como objetivo proporcionar a re-socialização dos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, no sentido de possibilitar o retorno do preso ao convívio social.

O contrato nº 004/2014-FUNAP/ADASA prevê a contratação de até 06 (seis) detentos, porém, atualmente a ADASA conta com 04 (quatro) detentos, exercendo as atividades de auxiliar de copeiragem e auxiliar de serviços gerais. O valor empenhado até dezembro de 2016 foi de R\$ 70.749, representando 90% da despesa autorizada.

Deve-se ressaltar que o desenvolvimento desse programa já possibilitou a contratação de ex-detentos por empresas de prestação de serviços terceirizados, demonstrando a importância da manutenção desse programa no âmbito do Distrito Federal.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

São destaques relacionados ao atendimento ao público e ouvidoria o recebimento de 5.124 manifestações. Os canais mais utilizados foram telefone com 63%, presencial com 31% e-mail e e-SIC com 5%.

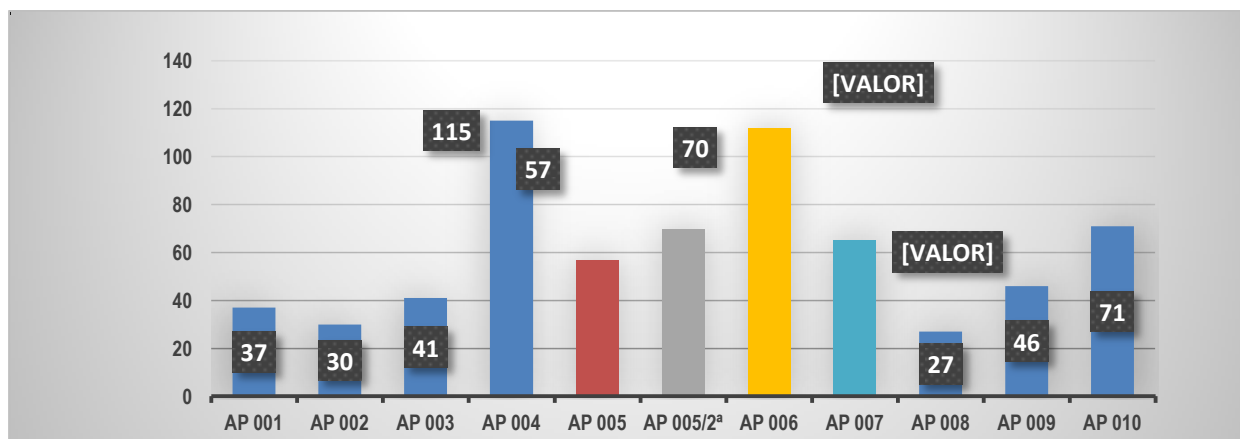
Na Tabela IV, inserida abaixo, estão listadas as audiências públicas realizadas pela ADASA em 2016.

Tabela IV – Audiências Públicas.

Audiência Pública	Objetivo da AP	Data do evento	Participantes
Audiência Pública 001/2016	Obter contribuições à proposta de Resolução referente aos Resultados Finais da 2ª Revisão Periódica das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB.	11/04/2016	37
Audiência Pública 002/2016	Obter contribuições à proposta de Resolução referente à instituição da metodologia de avaliação de desempenho da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Distrito Federal e sobre os procedimentos gerais de comunicações oficiais realizadas entre a ADASA e o prestador de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	03/05/2016	30
Audiência Pública 003/2016	Obter contribuições à proposta de Resolução referente as diretrizes para a constituição, organização e funcionamento do Conselho de Consumidores dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Distrito Federal.	05/05/2016	41
Audiência Pública 004/2016	Obter contribuições ao texto da minuta de Resolução que estabelece as condições gerais da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	05/07/2016	115
Audiência Pública 005/2016 1ª sessão	Obter contribuições adicionais, que versa sobre a minuta de resolução referente ao estabelecimento dos volumes de água de referência em situações de escassez hídricas do lago Descoberto e do lago Santa Maria, visando assegurar os usos prioritários dos recursos hídricos.	06/07/2016	57
Audiência Pública 005/2016 2ª sessão	Obter contribuições adicionais, que versa sobre a minuta de resolução referente ao estabelecimento dos volumes de água de referência em situações de escassez hídricas do lago Descoberto e do lago Santa Maria, visando assegurar os usos prioritários dos recursos hídricos.	09/08/2016	70
Audiência Pública 006/2016	Obter subsídios e informações adicionais sobre a minuta de resolução que estabelecerá os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos e da construção civil.	18/08/2016	112
Audiência Pública 007/2016	Obter contribuições à proposta de Resolução que estabelece a Tarifa de Contingência a ser aplicada ao Serviço Público de Abastecimento de água, prestado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB.	03/10/2016	65
Audiência Pública 008/2016	Obter subsídios e informações adicionais sobre a minuta de resolução que versa sobre Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas Regulatório a ser aplicado à Concessionária de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário do DF.	01/11/2016	27
Audiência Pública 009/2016	Obter subsídios e informações adicionais sobre a minuta de resolução que versa sobre os procedimentos para instalação, operação e manutenção de estações de transbordo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federa.	22/11/2016	46
Audiência Pública 010/2016	Obter subsídios e informações adicionais referente a minuta de resolução que versa sobre a proposta de revisão da Resolução n°. 350, de 23 de junho de 2006, que estabelece os procedimentos gerais para requerimento e obtenção de outorga de direito de uso dos recursos hídricos em corpos de água de domínio do Distrito Federal e naqueles delegados pela União e Estados.	06/12/2016	71

Fonte: OUV/ADASA

Figura VII – Número de participantes nas Audiências Públicas/2016



Fonte: OUV/Adasa

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A ADASA mantém seu compromisso de zelar fielmente pelo cumprimento de suas competências, incluindo a gestão dos recursos hídricos e regulação dos serviços públicos de saneamento básico. A estratégia de atuação envolve concentração de esforços na ampliação dos conhecimentos (qualificação técnica de seu quadro) e na modernização de sua gestão, o que exige ação proativa de sua força de trabalho, bem como a construção de parcerias/alianças que ampliem seus resultados.

Ao longo de 2016, a Agência desempenhou mais uma vez seu papel com extrema capacidade, executando as ações sob sua responsabilidade com eficiência e tecnicidade. Ressalta-se a pluralidade de suas áreas de atuação, bem como a riqueza de detalhes necessários à uma boa execução dos trabalhos e o cumprimento dos objetivos traçados. Houve, sem dúvidas, grandes desafios, mas contando com corpos técnico e diretivo extremamente qualificados e empenhados, pode-se afirmar que estes foram vencidos e os resultados muito positivos.

A análise dos dados e informações apresentados neste Relatório permite visualizar o crescente alinhamento das ações da Organização frente aos desafios postos pela Legislação afeta, ao mesmo tempo em que visa manter o equilíbrio no triângulo da regulação que envolve os anseios da sociedade, do governo e dos prestadores dos serviços.

A Agência, ao longo do ano de 2016, deu passos importantes no sentido de aperfeiçoar o seu desempenho na execução das ações sob sua responsabilidade. Neste contexto, durante o exercício, algumas dificuldades tiveram que ser vencidas. Não só relativas à complexidade das ações da Agência, como em relação ao orçamento, com a presença de inesperados contingenciamentos.

No tocante ao desempenho da ADASA, as realizações, por Programa Temático, são apresentadas com os respectivos desdobramentos constantes de tais tópicos ao longo deste relatório. Assim são destacados nos resultados as principais realizações, demonstrando os relevantes avanços em prol do alcance dos objetivos esperados. Estes objetivos foram traçados a partir dos instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA) e estão também refletidos no Planejamento Estratégico da Agência com seu direcionamento focado num horizonte até 2020.

A Lei Orçamentária 2016 previu inicialmente, para a ADASA, o valor de R\$ 69.272.511,00, entretanto após as alterações ocorridas durante o exercício esse valor passou a ser de R\$ 70.495.193,14, tendo sido empenhado R\$ 64.359.539,97, o que representa uma execução superior a 91%. Do total empenhado, foram liquidados R\$ 52.495.669,96 e inscritos em Restos a Pagar o valor de R\$ 11.863.870,01. Diante disso, percebe-se que no que se refere à execução financeira a Agência obteve resultados muito favoráveis, demonstrando sua gestão eficiente.

Os principais desafios futuros da ADASA estão diretamente ligados aos desafios comuns aos órgãos e entidades de regulação do país, podendo se destacar os seguintes:

- ✓ Diversidade e heterogeneidade do marco legal;
- ✓ Riscos de captura pelos agentes do mercado;
- ✓ Insuficiente nível de entendimento da função regulatória no próprio Governo;
- ✓ Exercício de poder concedente;
- ✓ Falta de cooperação entre órgãos dos Sistemas afetos;
- ✓ Insuficiência de instrumentos de controle social e de gestão;
- ✓ Restrições quanto aos usos e/ou contingenciamentos de receitas destinadas a manutenção da Agência;
- ✓ Organização técnica, administrativa e financeira para o 8º Fórum Mundial da Água – Brasília – 2018.

Em resposta às dificuldades enfrentadas neste exercício e às vindouras, a Agência está se capacitando ano após ano para enfrentar e vencer todos os desafios com os quais se depara.

11.3. FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA – UO: 21.207

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília-FJZB, instituída nos termos da Lei n.º 1.813, de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Lei n.º 1.996, de 02 de Julho de 1998, a qual cria a estrutura organizacional e de cargos na Fundação, alterada sua denominação por força do art. 6º, inciso VI, do decreto n.º 27.591, de 1º de janeiro de 2007, entidade da Administração Indireta, de que trata o art. 7º, inciso I, alínea "f", do Decreto n.º 36.236, de 1º de janeiro de 2015, alterada sua estrutura administrativa por meio do Decreto n.º 37.359, de 24 de maio de 2016, rege-se pelo Estatuto alterado pela Instrução n.º 57, de 13 de setembro de 2016, e pelas disposições legais pertinentes.

De acordo com o arts. 3º e 4º da Lei n.º 1.813/1997, a síntese das competências desta Unidade estão descritas na forma de metas e finalidades, como segue:

Metas:

I - contribuir para a conservação do patrimônio de biodiversidade do Distrito Federal, por meio da manutenção de programas de conservação e pesquisa in situ e ex situ, em especial nas áreas de cerrado do Distrito Federal e entorno;

II - produzir, sistematizar e disseminar informações, pesquisas, análises, estudos e projetos de preservação do meio ambiente, em particular sobre a fauna e a flora, para a melhoria do complexo ecológico sob sua guarda;

III - promover a conscientização ecológica dos visitantes por meio da manutenção de programas interativos de educação ambiental que permitam o envolvimento e a participação do usuário nas atividades, programas e projetos do Pólo Ecológico de Brasília;

IV - investir na criação e na manutenção de calendário de atividades de lazer destinadas à valorização da cultura e à preservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a geração de emprego e renda no Distrito Federal.

Finalidades:

I - contribuir, pela excelência de seus programas e projetos de conservação, pesquisa, educação e lazer, para o credenciamento de Brasília como um dos maiores e mais promissores centros de desenvolvimento sustentado do País;

II - alcançar a auto-suficiência econômica pela eficiente administração dos recursos materiais do seu patrimônio e pela captação e arrecadação de recursos financeiros a serem utilizados no cumprimento de suas finalidades e objetivos;

III - criar condições objetivas para a sustentabilidade do Pólo Ecológico de Brasília, mediante a implementação de política de gestão ambiental moderna, compartilhada e participativa, ancorada no respeito aos princípios éticos e morais que regem a convivência harmoniosa entre o ser humano e a natureza;

IV - contribuir e participar de programas de conservação e pesquisa nacionais e internacionais, estabelecendo convênios e parcerias com prestigiosas instituições científicas e ambientais do Brasil e do exterior;

V - manter intercâmbio com órgãos governamentais incumbidos institucionalmente das questões ambientais, promovendo, sempre que necessário, atos de mútua cooperação;

VI - assegurar o bem-estar dos animais mantidos em cativeiro, bem como da fauna visitante, proporcionando-lhes conforto e cuidado adequado;

VII - incentivar a visitação pública com a oferta de atrações e espaços de qualidade a preços acessíveis a todos os segmentos sociais;

VIII - pesquisar, desenvolver e difundir novas tecnologias e metodologias de manejo e reprodução de animais silvestres em cativeiro e de proteção de seus habitats.

A FJZB tem como foco, a preservação da fauna e flora brasileira. Para tanto trabalha em parceria com entidades renomadas como a Universidade de Brasília (UnB); Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Instituto Federal de Educação Teológica (IFTB), entre outras.

O Zoológico recebe visitantes brasileiros e estrangeiros, onde todos, tornam-se conhecedores da importante vocação ambiental celebrada aqui. Desta forma, revela ser atuante no cumprimento de sua missão, a qual é "Encantar as pessoas por meio da ciência e do contato com a natureza".

Aberto ao público desde dezembro de 1957, mesmo antes da inauguração oficial da Capital Federal, o Zoológico de Brasília recebe visitantes de todas as camadas da sociedade, sendo a primeira instituição ambientalista criada no Distrito Federal. Sua infraestrutura composta por 8.161,56 m² de área construída com prédios administrativos e 62.102,16 m² de área construída com recintos para os animais, apresentando o total de 70.263,72 m² de área construída na FJZB, excluindo o calçamento do Parque.

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) possui atualmente 818 animais registrados no plantel. Somam-se a estes os recebidos de apreensões trazidos por outras instituições ambientais e os animais de vida livre que recebem tratamentos veterinários quando necessário e também complementação alimentar. Várias espécies pertencentes da fauna representativa do Brasil, algumas das quais ameaçadas de extinção. A quantidade de animais que compõe o plantel de um zoológico é variável em função dos nascimentos, permutas, transferências, doações e óbitos.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	8
Cedidos – fora GDF	1
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	8
Estatutário – em exercício	30
Estatutário - afastado	1
Sem vínculo – em exercício	32
Sem vínculo – afastado	1
Total ativos – em exercício	79
Total ativos - afastado	2

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas/GGP/DIRAL/FJZB

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1998 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	36.124	1	0	0
0002 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL- INCLUSÃO SOCIAL- CANDANGOLÂNDIA	36.124	1	0	0
3129 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS	580.000	35.302	14.766	14.766
2583 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	280.000	35.302	14.766	14.766
5501 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS NO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	300.000	0	0	0
4086 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS	1.800.000	1.395.975	1.110.565	1.110.565
0002 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	1.800.000	1.395.975	1.110.565	1.110.565
TOTAL DO PROGRAMA 6210	2.416.124	1.431.278	1.125.331	1.125.331

Fonte: GEPROG/FJZB

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) possui 828 (oitocentos e vinte e oito) animais registrados no plantel. Somam-se a estes os recebidos de apreensões, trazidos por outras instituições ambientais e os animais de vida livre que recebem tratamentos veterinários, quando necessário, e também complementação alimentar.

Animais Registrados no Plantel/2016											
JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SET	OUT	NOV	DEZ
848	839	833	830	827	823	833	826	823	819	822	819

Fonte: SIGGO/SAG - Relatório das Etapas Programadas para Execução - ETAPA 06/2016.

No dia 04 de dezembro o Jardim Zoológico de Brasília antecipou as comemorações dos 59 anos com a inauguração do Zoo Berçário. O espaço, com 9,5 m de diâmetro e 70,88 m², conta com uma equipe de biólogos, zootecnista e veterinários, é o novo lar dos filhotes do parque e daqueles apreendidos ou resgatados pelo Ibama e pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental. Uma raposa, dois tucanos, duas cobras — uma jararaca e uma caiçara — e um jabuti são os primeiros bichos assistidos. A previsão é de que 250 crias/filhotes/ano recebam suporte nutricional e cuidados a cada ano.

A nova atração custou cerca de R\$ 5 mil reais, usados para compra de tinta e de uma bomba d'água. O berçário ocupou o espaço de uma biblioteca, que estava subutilizada, próximo ao Centro Multifuncional de Acessibilidade.

A rotina dos animais do berçário exige cuidados especiais como: alimentação oferecida mais vezes ao dia, diferentemente de um adulto, que come, no máximo, duas vezes.

Registre-se, ainda, a inauguração do trenzinho, transporte gratuito para levar os visitantes aos recintos dos animais. O trenzinho funciona aos sábados, domingos e feriados nos seguintes horários: Manhã (10h e 11h) e Tarde (15h e 16h). Com a possibilidade de saídas extras mediante lotação do trenzinho.

Neste exercício desenvolveu-se várias atividades no cumprimento das suas atribuições regimentais, dentre as quais se destacam:

- Elaboração de Relatório da Ação Civil Pública, demanda pela Procuradoria Jurídica - PROJUR para atender a 4ª PRODEMA;
- Atendimento às demandas originadas a partir da Inspeção realizada pela Vigilância Sanitária - ANVISA;
- Atendimento às demandas originadas a partir da Inspeção realizada pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV;
- Aprovação do Regimento Interno da Comissão de Ética em Uso Animal – CEUA, desta Fundação;

- Elaboração de Projetos Básicos para aquisição de medicamentos, rações, carnes, pescados, hortifrutigranjeiros, entre outros;
- Participação do representante desta Fundação no Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais (CIPDA), nos Grupos de Trabalho de Bem-Estar animal e Gestão de Fauna;
- Reunião com a Patologia Veterinária do Hospital Veterinário da UnB para deliberar sobre possível parceria na taxidermia e osteotécnica de animais do Jardim Zoológico;
- Reunião com o corpo técnico do IBAMA-DF para avaliar resultados de exames e condições de sanidade das serpentes repatriados;
- Reunião do CIPDA no Ministério Público do DF e Territórios para deliberar sobre adoção de políticas para garantia de Bem-Estar animal - convocada pela Promotora Dra. Luciana Bertini - no MPDFT;
- Reuniões para tratar da Assinatura do Convênio de Residência Médico Veterinária em Silvestres - UnB e Zoo;
- Reuniões para tratar de Esclarecimentos sobre Manutenção de Fauna Silvestre oriundas da Residência Oficial do Governador - Residência Oficial / Zoo;
- Reuniões para tratar de elaboração de Termo Cooperação Técnica Zoo/ Parque da Cidade e também emissão de Parecer Técnico demandado pelo Parque da Cidade;
- Reunião para discussão de Termo de Cooperação Técnica Zoo/ IBAMA - Gabinete do Vice Governador / Zoo Brasília;
- Elaboração Submissão de Projeto para coleta de Artrópodes de interesse para o Borboletário;
- Elaboração de Projeto para Contratação de Mão de Obra – Terceirizada;
- Contato e Viabilização para recebimento dos filhotes de primatas oriundos da Usina de Belomonte; e
- Reuniões junto ao CETAS/IBAMA para tratar de animais que precisam de cuidados veterinários do Jardim Zoológico.

À Fundação compete avaliar, coordenar, supervisionar e acompanhar atividades relacionadas a projetos de pesquisa, programas, treinamentos e intercâmbios, propor contratos e convênios de cooperação técnica junto a pesquisadores acadêmicos, cientistas de instituições de pesquisa e equipes de outros zoológicos, além de incentivar a produção científica dentro da Fundação. Todas as propostas são avaliadas em relação a um conjunto de critérios para determinar o seu alinhamento de acordo com nossas prioridades organizacionais, viabilidade, recursos, bem-estar animal e considerações éticas.

Considerando os 14 (quatorze) projetos de pesquisa relativos a ano-calendário anteriores a 2016 (que estão em andamento) somados aos 22 iniciados em 2016, tivemos um total de 36 projetos de pesquisa em andamento na FJZB, distribuídos nas seguintes áreas temáticas: Zoologia, Agronomia, Zootecnia, Medicina veterinária, Museologia e Educação Ambiental (tabelas 1 a 5).

Importante frisar que a maioria dessas pesquisas dão origem a artigos elaborados em Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC, realizados pelos graduandos das melhores Universidades do País. Pesquisas como essas são importantes, pois visam um melhor conhecimento do comportamento dos animais e esse parâmetro influencia diretamente nas ações de bem-estar da espécie.

A Fundação também realizou outras ações na área de Pesquisa, tais como:

- Apoio técnico, operacional e logístico a Projetos de Pesquisa (fluxo contínuo), listados nas Tabelas 1 a 5;
- Elaboração do Regimento Interno da Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA/FJZB;
- Início dos trabalhos de atualização da lista dos projetos que irão fazer parte do repositório da FJZB;
- Participação na Comissão para a definição de layout das placas de identificação de animais, sinalização da FJZB;
- Participação de reuniões técnicas na Embrapa, através do envolvimento nas atividades relacionadas ao Convênio “Isolamento e criopreservação de Germoplasma de animais silvestres nativos e exóticos na Fundação Jardim Zoológico de Brasília, uma estratégia para conservação animal ex situ” (Banco de Germoplasma). Este projeto tem o objetivo de armazenar material genético animal viável e desenvolver técnicas de reprodução assistida, tais como inseminação artificial, transferência de embriões, fertilização in vitro e transferência nuclear (clonagem). A partir do momento que a utilização destas técnicas em animais silvestres estiver conhecida possibilitará um avanço imensurável na luta pela conservação de espécies ameaçadas e facilitará a troca de material entre instituições, permitindo, assim, um aumento na variabilidade genética das populações;
- Levantamento das necessidades de Pesquisa relacionado ao estudo da fauna e da flora de vida livre que habita o Jardim Zoológico e a Área de Relevante Interesse Ecológico do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo - ARIE do Riacho Fundo. Podemos citar: Inventário da fauna, Inventário da flora, Censo de aves aquáticas, Estudos sobre alimentação e reprodução de aves migratórias, Estudos populacionais e comportamentais da fauna nativa do santuário, Estudos populacionais e comportamentais de algumas espécies da fauna do santuário com ênfase para espécies endêmicas e ameaçadas, Estudos visando à reintrodução de espécies da fauna nativa no santuário, Estudos que subsidiem a retirada de espécies exóticas da fauna do santuário, Estudos relativos aos aspectos florísticos, fitossociológicos e fenológicos de algumas espécies da flora com

ênfase para espécies endêmicas ou raras, Estudos sobre sucessão vegetal em áreas naturais, Estudos que subsidiem a retirada de espécies vegetais exóticas e substituição gradativa por espécies nativas, Criação de um banco de sementes/viveiro.

A FJZB realizou ainda levantamento das ações necessárias para o aprimoramento das Pesquisas na FJZB para o exercício de 2017. Esse levantamento aponto a necessidade de:

- Incentivar e estimular a produção científica por parte dos pesquisadores de instituições acadêmicas, de pesquisa e de outros zoológicos na Fundação Jardim Zoológico;
- Melhorar a comunicação e a divulgação das ações de pesquisa do Jardim Zoológico, utilizando o link “Projeto de Pesquisa” do site da Fundação Jardim Zoológico de Brasília-FJZB.

Tendo em vista a reprodução em cativeiro, principalmente de espécies ameaçadas de extinção, realizamos atividades de melhoria da qualidade do bem-estar animal, obtendo com sucesso o nascimento de um filhote de macaco-aranha-de-cara-preta (*Ateleschamek*) no dia 18/03/2016 (Figura 1).



Figura 1: Filhote de macaco-aranha-da-cara-preta - (*Ateleschamek*) nascido no zoológico de Brasília.

Para o próximo exercício, um dos objetivos desta Fundação consiste em dar continuidade ao trabalho de excelência que vem sendo realizado junto ao público que frequenta o parque, bem como ao público que se pretende conquistar por meio da atenção especial ao que deve ser melhorado e/ou implantado, sempre priorizando o bem-estar dos animais do plantel e a conservação ambiental.

Recebemos e estamos aguardando a documentação do IBAMA para inserir no plantel 4 exemplares de bugio-da-mão-ruiva (*Alouattabelzebul*), que já estão com o recinto de exposição pronto para recebê-los, no momento esses animais estão no Hospital Veterinário do Zoológico, onde já se iniciou o trabalho de quarentena. Vale ressaltar que é uma espécie que se encontra com o status de ameaçada segundo a portaria Nº 444 de 17 dezembro de 2014 do Ministério Do Meio Ambiente.

O plantel tem 187 indivíduos divididos, agrupados em 62 espécies. Destas, 43,5% estão presentes nas listas de espécies ameaçadas de extinção. Além dos animais do plantel, temos sob nosso cuidado 3 indivíduos provindos de apreensão do IBAMA em 2008 devido a maus-tratos.

No que se refere às práticas de Educação Ambiental, foram realizados atendimentos ao Projeto Zoo toque, Zoo Educação, Zoo Especial e Caminhada noturna, além de visitas técnicas e instrução sobre ofidismo para Faculdades. Ainda foram realizadas orientações a estudantes de graduação (Estágio Curricular Obrigatório) e CIEE.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	100.000	111304	92.069	92.069
8399 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	100.000	111.304	92.069	92.069
TOTAL DO PROGRAMA 6211	100.000	111.304	92.069	92.069

Fonte: GEPROG/FJZB

O Governo do Distrito Federal criou o programa “REINTEGRA CIDADÃO”, por meio do Decreto nº 24.193/2003, que tem como objetivo proporcionar oportunidades aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, no seu processo de ressocialização e inserção social, pelo aprendizado de novas práticas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado.

Realizamos contrato de prestação de serviços junto à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP com a contratação de 5 sentenciados/mês para prestação de serviços gerais, manutenção conservação, técnicos e administrativos a serem executados por sentenciados nas instalações internas e externas das unidades desta Fundação, tais como roçagem, capinarem, limpeza dos jardins e da manutenção do parque conforme serviços inerentes ao Contrato de

Prestação de Serviços nº 01/2013-FJZB com a FUNAP, integrante do processo de número: 196.000.352/2012 e 196.000.0059/2013.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	80.000	0	0	0
0039 - APOIO A REALIZAÇÃO FESTA DO DIA DO TRABALHADOR NO JARDIM ZOOLOGICO	80.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	80.000	0	0	0

Fonte: GEPROG/FJZB

Recursos orçamentários oriundos de Emenda Parlamentar cancelados por meio de Projeto de Lei - PL para atender Emenda Aditiva de número 157, ao PL 995/2016.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	10.638	8.776	0	0
6177 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR-JARDIM ZOOLOGICO-DISTRITO FEDERAL	10.638	8.776	0	0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	10.000	6.500	0	0
9554 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	10.000	6.500	0	0
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	360.400	349.330	219.037	195.284
0019 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	360.400	349.330	219.037	195.284
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000	280.000	173.818	173.818
7042 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	80.000	280.000	173.818	173.818
TOTAL DO PROGRAMA 0001	461.038	644.606	392.855	369.102

Fonte: GEPROG/FJZB

Por conta da restrição orçamentária, c/c a falta de autorização do Órgão Gestor para suplementar o orçamento desta Unidade, o pagamento de Indenização de Licença Prêmio Pecúnia foi realizado para 02 servidores apenas. Desta forma o pagamento relativo a conversão de Licença Prêmio ficou bastante restrito durante todo o exercício, visto que os recursos disponíveis não foram suficientes para atender a demanda desta Unidade, o que inviabilizou o pagamento a outros servidores que possuem o direito adquirido conforme legislação pertinente.

Neste período foram pagos em torno de 11 indenizações por exoneração de servidores desta Fundação, detentores de cargos em comissão. Efetuou-se o ressarcimento referente a requisição de 01 servidor, requisitado do Ministério do Meio Ambiente.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO-DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	28.000	0	0	0
5840 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	28.000	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	185.000	6.250	0	0
9790 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	35.000	6.250	0	0
9791 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DA FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA - REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA	150.000	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10.000	2	0	0
5314 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	10.000	2	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100.000	54.595	42.713	42.713
5171 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- CANDANGOLÂNDIA	100.000	54.595	42.713	42.713
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	185.000	81.425	53.524	53.524
9677 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	185.000	81.425	53.524	53.524
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	36.000	0	0	0
5813 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	36.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	7.383.599	7.183.599	6.549.377	6.549.377
8750 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	7.383.599	7.183.599	6.549.377	6.549.377
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	445.000	445.000	315.177	315.177
9573 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	445.000	445.000	315.177	315.177
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	100.000	73.171	61.307	61.307
8728 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - FJZB- CANDANGOLÂNDIA	50.000	37.374	27.020	27.020
8729 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA-FJZB- CANDANGOLÂNDIA	50.000	35.797	34.287	34.287
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	9.844.912	9.203.257	9.085.611	8.356.032
9662 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA- CANDANGOLÂNDIA	9.844.912	9.203.257	9.085.611	8.356.032
TOTAL DO PROGRAMA 6001	18.317.511	17.047.299	16.107.710	15.378.130

Fonte: GEPROG/FJZB

Considerando a limitação de recursos disponibilizados para esta Unidade, por meio da Lei Orçamentária Anual de nº 5.601/2015, somados ao quadro reduzido de servidores, e ainda considerando o contingenciamento dos recursos realizados pelo Órgão Gestor, não foi possível implantar projetos para a melhoria da manutenção desta Unidade, o que ocorreu foi apenas a manutenção de ordem primária como pagamentos de pessoal e dos serviços terceirizados que somam na composição da força de trabalho desta Unidade; de energia elétrica; fornecimento de água; e locação de máquina copiadora entre outros.

Destacamos os serviços terceirizados de caráter continuado de suma importância para o funcionamento desta instituição, conforme contratos: nº 02/2012 e nº 03/2012, constantes do processo: 196.000.101/2011, relativo a Contratação de serviços especializados de mão-de-obra de 168 (cento e sessenta e oito) colaboradores, incluindo: tratadores de animais, auxiliares de serviços gerais, pedreiros, serventes, auxiliares de jardinagem, recreadores, operadores de bilheteria, entre outros, incluindo fornecimento de materiais, equipamentos, utensílios, ferramentas, equipamentos de proteção individual e coletivos (EPI's).

Como forma de prover informações diversas junto aos usuários do Jardim Zoológico de Brasília, esta Fundação recorreu aos serviços de publicidade e propaganda. Por meio do contrato de número 004/2014, conforme processo de nº 196.000.089/2014, contratou serviços para confecção de banners, folders, cartazes, plaquetas, identidade visual e publicidade nas redes sociais, a fim de informar e interagir com o público visitante do Zoo, conforme descrição abaixo:

Data da Realização	Execução da Despesa	Descrição do Serviço	Objeto
20/04/16	Utilidade Pública	Criação e produção de folder Planeta H2O	Explicar as crianças sobre a importância da água. Em formato de revistinha, o material é distribuído nas atividades e oficinas do Zoo
04/05/16	Utilidade Pública	Criação de folder dos Projetos da DEAM	Informar aos visitantes dos projetos oferecidos ao longo do ano pela Diretoria de Educação Ambiental
04/05/16	Utilidade Pública	Criação e produção de banner sobre tráfico de animais	Informar o público sobre o tráfico de animais silvestres
05/05/16	Institucional	Criação e produção de banner do Ano do Papagaio	Informar ao público sobre a campanha do Ano do Papagaio
05/05/16	Utilidade Pública	Produção de adesivos para plaquetas dos filhotes de Macaco- aranha, Adax e Lobos-guará	Interagir com os visitantes através da campanha nas redes sociais dê um nome pra mim
27/09/16	Utilidade Pública	Produção de adesivos para busdoor	Divulgar nos ônibus os dias e horários de funcionamento do Zoológico para a população
27/09/16	Utilidade Pública	Produção de banner + tripê para Ouvidoria	Informar os serviços e identificar a Ouvidoria do Zoo
17/10/16	Utilidade Pública	Criação e produção de cartaz dos animais de vida livre	Informar aos visitantes sobre os cuidados e perigos com os animais de vida livre do parque
17/10/16	Institucional	Criação e produção da nova fachada do Zoo	Tendo em vista que a fachada anterior já estava desatualizada, antiga e desgastada com a ação do tempo, se fez necessário criar novo layout de identificação da FJZB
Nov/2016	Institucional	Produção de adesivo para plaqueta de identificação do filhote de anta	Interagir com os visitantes através da campanha nas redes sociais dê um nome pra mim
Nov/2016	Institucional	Produção de 2 banners para campanha Nossa Bela Infância	Trazer a lembrança e resgatar as histórias do Zoo vividas pelos visitantes em comemoração aos 59 anos da Fundação
Nov/2016	Institucional	Cartazes com 5 ilustrações de filhotes animais + faixa Zoo Berçário	Identificar e chamar a atenção dos visitantes através de ilustrações o novo Zoo Berçário
Dez/2016	Utilidade Pública	Impulsioneamento de artes/posts para o Facebook	Divulgar os serviços do Zoológico através de posts criativos e divertidos nas redes sociais

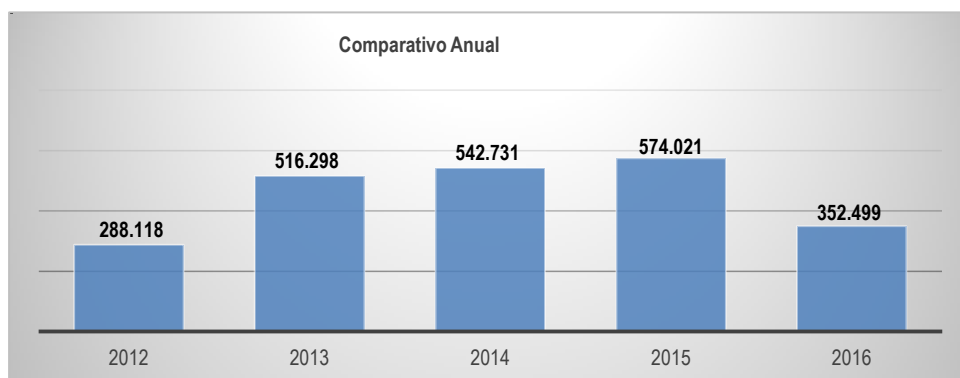
2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Dentre as atividades desenvolvidas por esta Fundação destacamos :Realização do Curso Básico de Libras, objetivando a capacitação da equipe para os atendimentos no Centro Multifuncional de Acessibilidade, com a participação no curso aberta à comunidade;Participação na reunião de preparação para a Virada do Cerrado edição 2016; e Participação nas Reuniões do Conselho Diretor e outras.

- Ciclo de palestras sobre acessibilidade, entre os dias 28/03/2016 e 01/04/2016, objetivando a capacitação da equipe desta Fundação para os atendimentos vindouros no Centro Multifuncional de Acessibilidade em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal.
- Curso Básico de Atendimento às Pessoas com Deficiência, objetivando a capacitação da equipe para os atendimentos no Centro Multifuncional de Acessibilidade.
- Coordenação das ações do Projeto de Pesquisa – Ludicidade na Educação Ambiental: tomadas de decisão e ação frente ao contexto socioambiental do córrego Guará, sendo feitas a capacitação dos professores do Colégio Júlia Kubitschek, o reconhecimento da área próximo ao córrego e o acompanhamento e a orientação dos professores e alunos nas atividades propostas pela pesquisa.
- Preparação das atividades para as comemorações do 56ª aniversário de Brasília.
- Participação no evento de comemoração do 55º Aniversário do Park Way, realizado no Núcleo Rural Vargem Bonita, no Park Way.
- Reparação dos danos causados pelas chuvas no Museu de Ciências Naturais.
- Participação na palestra “A Arca Moderna: O papel dos zoológicos numa era de extinções”, ministrada por Igor Morais – biólogo, mestre em Zoologia e membro do Comitê de Bem-Estar Animal da Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil (SZB); e
- Participação desta Fundação no 40º Congresso Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil (SZB):
- Reunião de coordenação com o professor Marcos Terra das oficinas de Reflorestamento Ambiental e Artesanato Social – Convênio FAP/DF.
- Vistoria do local de acampamento do próximo Zoo Camping com o grupo de escoteiros Ave Branca.
- Participação na audiência pública do Distrito Federal referente a recuperação ambiental do córrego Guará, resultado do projeto “Ludicidade na Educação Ambiental: tomadas de decisão e ação frente ao contexto socioambiental do córrego Guará” e da pesquisa de mestrado da Prof.ª Rosane Marque – PPGEX UnB, em parceria com a FJZB.
- Realização do “Encontro de Pessoas Idosas” no Teatro de Arena do Jardim Zoológico. O evento marcou a data alusiva ao “Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa.” Contou com presença do Excelentíssimo Governador de Brasília Rodrigo Rollemberg, entre outras autoridades locais. O referido evento contou com participação de 450 idosos e idosas de grupos de convivência, Centros de Saúde e da Secretaria de Desenvolvimento Social de Planaltina – GO.
- Elaboração do curso de reciclagem desta Fundação.
- Definição do futuro plantio das mudas produzidas na Oficina de Reflorestamento do CEMFA – Convênio FAP/DF.
- Convalidação do Processo 196.00.190/2015 – GT Zoo Santuário com elaboração de documento teórico de contribuição desta Fundação para o novo modelo de Zoológico.
- Participação da de equipe desta Fundação na 7ª reunião do GT Zoo Santuário.
- Registros Fotográficos feito por alunos e professora responsáveis pelo córrego Guará para apresentação do trabalho à Universidade de Coimbra Portugal.
- Acompanhamento de alimentação forçada de ofídios desenvolvida por esta Fundação.
- Acompanhamento de retirada de jacarés no recinto das sucuris.
- Reunião para direcionamento do projeto Brasília Cidadã.
- Visita dos coordenadores do projeto “em defesa do Córrego Guará” ao Centro de Ensino Médio JK - Candagôlandia, para acompanhar o desenvolvimento e assistir à peça teatral, desenvolvida pelos alunos participantes do projeto referente a preservação do Córrego Guará.
- Visita técnica de estudantes do curso de Ciências Biológicas da UnB.
- Palestra “Enriquecimento Ambiental” e “Enriquecimento com Bem estar Animal” ministrada pela Agente de Educação e Pesquisa Mariza e pela Diretora de Aves Ana Cristina, para todos os monitores e agentes de Educação e Lazer;
- Encerramento da 1ª Edição do Projeto Ressocializando.
- Realização do torneio Relâmpago de Futsal do Zoológico, dia 13 a 15 de Julho.

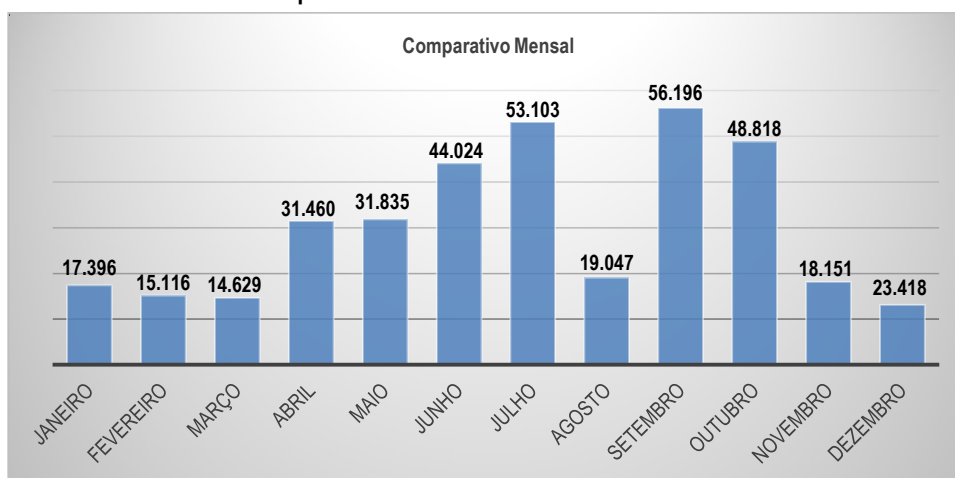
- Apresentação teatral com temas relacionados a educação e preservação do meio ambiente, no Lar do Velinhos – São Vicente de Paula em comemoração ao dia dos Avós.
- Realização da semana “Eu amo museu” e “Férias no Museu” com atividades voltadas para as férias escolares com oficina de desenho e pintura e fotos com animais taxidermizados.
- Do dia 1° ao dia 12, Atividades voltadas para as Férias da Rede de Ensino do DF com Teatro de Fantoche, Tenda de pintura, painel de desenho e Zoo Ciências;
- Treinamento de inteligência Emocional e Gerenciamento de Conflitos nas Relações Interpessoais no Trabalho com o palestrante Marcos Terra;
- Participação na Virada do Cerrado no Ginásio Olímpico de Ceilândia a no Parque da Cidade com exposição de animais Taxidermizados, Teatro de Fantoche: “Animais do Cerrado” e Pintura de desenhos de animais, para 5000 pessoas;
- Participação dos servidores e colaboradores no evento “Mesa Redonda: Mudanças Climáticas no Cerrado” no CET – Centro de Excelência do Turismo/UNB pela Virada do Cerrado;
- Atendimento aos alunos da Olimpíada Ibero-americana de Biologia, ida ao Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo;
- Acolhimento do jovens da 2° edição 2016 do projeto Zoo Ressocialização;
- Coordenação e articulação da participação da FJZB na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que ocorreu entre os dias 17 a 23 de outubro, coordenada pelo Governo de Brasília;
- Coordenação e articulação da participação da FJZB no Projeto de Voluntariado, do Brasília Cidadã, o projeto do Zoológico, o qual consiste em trazer voluntários para fazer monitoria nos recintos e atendimentos aos visitantes;
- Evento de lançamento do Projeto de Voluntariado do portal Brasília Cidadã na FJZB, com a Participação da Madrinha do projeto Márcia Rollemberg, o Secretário Adjunto Relações Institucionais e Sociais: Igor Tokarski, e Cida Neves do Brasília Cidadã; no Evento foi abordada a importância do projeto para a população de Brasília e para a FJZB.

Gráfico 01 – Comparativo do Total Anual de Atendimentos de 2012 a 2016

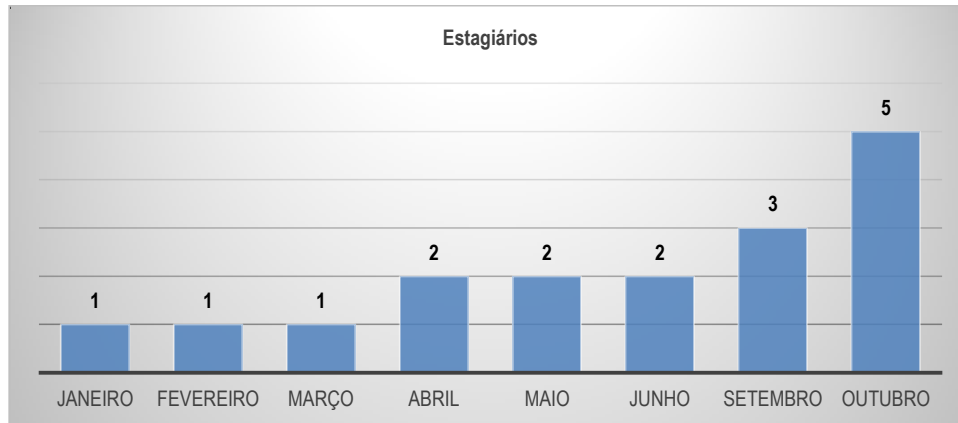


Fonte: SUELP/FJZB

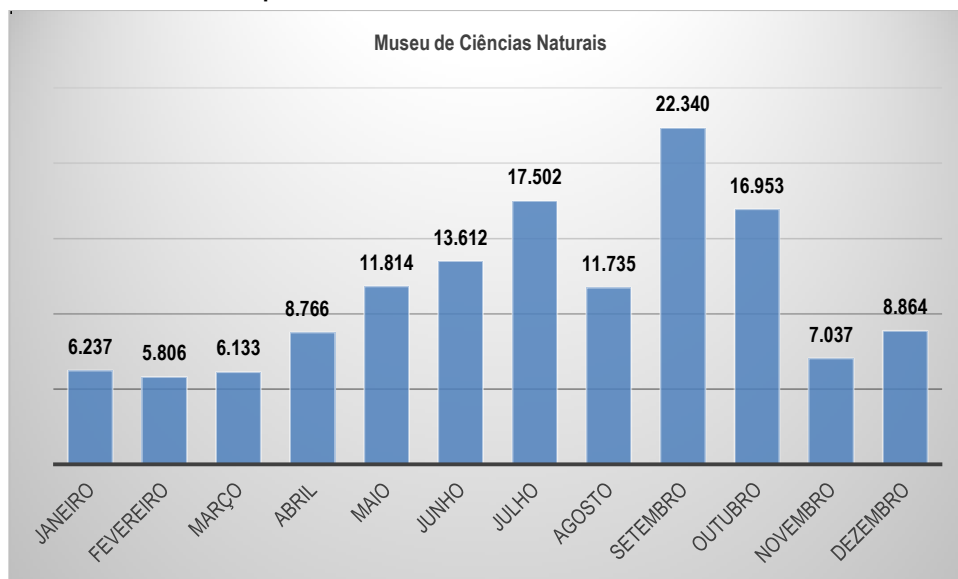
Gráfico 02 – Comparativo do Total Mensal de Atendimentos em 2016.



Fonte: SUELP/FJZB

Gráfico 03 – Comparativo dos Atendimentos a Estagiários e jovens Candangos.

Fonte: SUELP/FJZB

Gráfico 04 – Comparativo dos Atendimentos no Museu de Ciências Naturais.

Fonte: SUELP/FJZB

Dos principais eventos realizados no período, janeiro a dezembro de 2016, destacamos:

Semana Nacional do Meio Ambiente 2016: Em consonância com o Decreto nº 86.028, de 27 de maio de 1981, comemoramos na primeira semana do mês de junho do corrente ano – entre os dias 01 e 06 – a Semana Nacional do Meio Ambiente.

Assim, com o intuito de apoiar a participação da comunidade na preservação do patrimônio natural do País e possibilitar que cada um dos cidadãos possa perceber não somente sua responsabilidade, mas também o poder de se tornar um agente para a mudança, apoiando uma forma de desenvolvimento mais justa e sustentável, a Fundação Jardim Zoológico de Brasília desenvolveu as seguintes atividades: Palestras sobre Conseqüências da poluição e coleta seletiva ministrada por recreadores desta Fundação, na 11ª Região Militar, nos dias 06, 07, 08 e Apresentações teatrais encenadas pelos recreadores com temas de educação e conscientização ambiental; Atividades do Projeto Zoo Ciências na Festa Junina do Iate Clube; e Exposição do Museu Itinerante de animais taxidermizados na Administração do Riacho Fundo.

Dia das Crianças 2016 – 12 de Outubro. O dia das crianças foi comemorado no parque da FJZB nos dias 10, 11, 12 e 13 de outubro. Além das atrações permanentes, como o Borboletário, o Museu de Ciências Naturais, os parques para diversão, a área verde do parque para lazer e os bichos; foram desenvolvidas várias outras atividades, das quais as principais estão foram: Teatro de fantoches; Quebra-cabeça do papagaio; Programa Zoo Ciências; Confecção de personagens e papel; Montagem de painel, nomeado “Proteja a Natureza, não Compre Animais Silvestres;” Exposição de desenhos de animais; Bingos dos animais; Jogo da força; Espetáculo Cênico Musical: a Excêntrica Família Firula; Trilha ecológica; Com início atrás da Casa de Criação, finalizando na altura do campo de futebol, o passeio tem duração de 15 minutos, durante o qual os participantes recebem informações sobre recurso hídricos, importância da conservação das matas ciliares, identificação de fitofisionomias e reciclagem. Tenda para fotos com o tigre-de-bengala taxidermizado; Brinquedos infláveis.

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2016 – 17a 23de Outubro. O evento neste ano foi pulverizado entre grandes ambientes de Brasília sendo um deles o Parque Nacional de Brasília - Água Mineral, onde a FJZB, realizou sua exposição, entre os dias 17 e 23 de Outubro. Segundo levantamento da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação o público estimado durante o evento foi de 6.000 pessoas, das quais, segundo o levantamento de 550 pessoas passaram pelo estande da FJZB. Os principais atividades desenvolvidas durante a semana foram: Programa Zoo Ciências; Exposição de peças do acervo do Museu de Ciências Naturais; Teatro de Fantoques; Exposição de terrários com ovos, lagartas e pupas, para apresentação do ciclo de vida das borboletas; Divulgação de vídeos e exposição dos materiais utilizados para condicionamento dos animais e enriquecimento ambiental dos recintos da FJZB; Exposição de banners sobre técnicas de taxidermia e osteotécnica; trabalhos de pesquisa na FJZB; projetos de educação ambiental; trabalhos de condicionamento animal e enriquecimento ambiental; dentre outros.

Teatro de Fantoques “A Cadeia Alimentar”: De maneira lúdica e bem-humorada, a peça do teatro busca passar informações ao público atendido, sobre a importância da cadeia alimentar e seus agentes envolvidos e a sua importância ecológica.

ZOO Ciências: Com a temática “Ciência Alimentando o Brasil”, a SNCT oportuniza a exposição dos trabalhos do projeto Zoo Ciências em sua modalidade “Solo: Preservar para alimentar – Fauna e Flora”, onde foram realizadas oficinas de construção de perfis de solo alertando sobre os impactos e problemas gerados pela sua degradação e oficinas de confecção de composteiras domésticas, pontuando a importância dos processos de ciclagem dos resíduos orgânicos como renovadores da qualidade e saúde do solo, premissas para a produção de alimentos e conseqüente manutenção da vida animal e vegetal, seja ela silvestre ou doméstica.

Museologia: Com a temática “Ciência Alimentando o Brasil”, a SNCT oportuniza a exposição dos trabalhos do projeto Zoo Ciências em sua modalidade “Solo: Preservar para alimentar – Fauna e Flora”, onde foram realizadas oficinas de construção de perfis de solo alertando sobre os impactos e problemas gerados pela sua degradação e oficinas de confecção de composteiras domésticas, pontuando a importância dos processos de ciclagem dos resíduos orgânicos como renovadores da qualidade e saúde do solo, premissas para a produção de alimentos e conseqüente manutenção da vida animal e vegetal, seja ela silvestre ou doméstica.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Dentre as dificuldades encontradas por esta Fundação, no exercício 2016, destacamos a redução da força de trabalho, com a extinção de cargos comissionados, carência de pessoal para elaboração de projetos viáveis de execução. Quanto a questão de execução orçamentária desenvolveu-se as atividades essenciais dentro das limitações orçamentárias geradas a partir da liberação dos tetos, na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, combinado com os cancelamentos de créditos e a baixa dotação orçamentária que prejudicaram a execução de algumas ações. Entretanto, os serviços essenciais de manutenção desta Fundação foram mantidos, por meio de uma gestão voltada para a redução no consumo de bens e serviços de modo a permitir a manutenção do Órgão.

Para suplementar o orçamento desta Unidade, recorremos a apuração do excesso de arrecadação da receita diretamente arrecadada, especificadas no Quadro Demonstrativo da Arrecadação da Receita, relativo ao exercício de 2015/2016, demonstrando que o comportamento da receita arrecadada no período cresceu em aproximadamente 23,76%, do primeiro semestre para o segundo. O acréscimo observado deve-se ao fato de que houve reajuste das tarifas para acesso ao Zoológico de Brasília, estabelecido por meio da Instrução nº 83/FJZB, de 17/09/2015, publicada no DODF 181, de 18/09/2015.

Esclarecemos que a receita prevista para este exercício foi de R\$1.203.920,00 (um milhão, duzentos e três mil, novecentos e vinte reais) sendo que, a arrecadação da receita realizada, até o dia 12/07/2016, ocorreu no valor de R\$1.195.930,00 (um milhão, cento e noventa e cinco mil, novecentos e trinta reais). Desta forma, projetou-se a estimativa da receita arrecadada, para o segundo semestre deste exercício, com base na média extraída nos últimos 09 meses após o reajuste da tarifa, perfazendo um total de excesso de arrecadação da receita no valor de R\$981.000,00 (novecentos e oitenta e um mil reais), conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro Demonstrativo da Arrecadação da Receita Exercício 2015			
Mês/Arrecadação	Ingressos	In **	Bilheteria
	433114205	416001905	No Mês
Outubro	135.835,00	2.590,00	138.425,00
Novembro	112.635,00	1.585,00	114.220,00
Dezembro	129.225,00		129.225,00
Subtotal	377.695,00	4.175,00	381.870,00
EXERCÍCIO 2016			
Janeiro	194.625,00		194.625,00
Fevereiro	155.215,00	-	155.215,00
Março	135.110,00	3.170,00	138.280,00
Abril	197.730,00	3.440,00	201.170,00
Mai	223.240,00	5.540,00	228.780,00
Junho	163.780,00	8.610,00	172.390,00
Subtotal	1.069.700,00	20.720,00	1.090.460,00

Quadro Demonstrativo da Arrecadação da Receita Exercício 2015			
Total	1.447.395,00	24.935,00	1.472.330,00
Obs.: A Média Extraída dos Últimos 09 Meses, após o Reajuste da Tarifa de Acesso ao ZOO, Multiplicada por 06 meses.(163.500,00 X 06 = 981.000,00).			

Fonte: GEFIN/DICOF/FJZB

Recursos destinados a suplementação da Manutenção dos Serviços Administrativos, a qual visa ao pagamento de despesas contratuais, de suma importância para o funcionamento desta instituição, conforme contratos: nº 02/2012 e nº 03/2012, constantes do processo nº 196.000.101/2011

Quadro Demonstrativo De Receitas								
Arrecadação Mensal/Saldo em Contas Corrente e Tesouraria - 2016								
Mês	Ingressos	IN **	Bilheteria	Bilheteria	Alugueis	Outras	Arrecadado	Arrecadado
	433114205	416001905	No Mês	Acumulado		Receitas	No Mês	Acumulado
Janeiro	194.625,00		194.625,00	194.625,00	819,28	2.293,37	197.737,65	197.737,65
Fevereiro	155.215,00	0,00	155.215,00	349.840,00	2.419,17	1.863,26	159.497,43	357.235,08
Março	135.110,00	3.170,00	138.280,00	488.120,00	876,29	2.884,07	142.040,36	499.275,44
Abril	197.730,00	3.440,00	201.170,00	689.290,00	1.536,98	3.965,30	206.672,28	705.947,72
Mai	223.240,00	5.540,00	228.780,00	918.070,00	1.401,26	3.660,10	233.841,36	939.789,08
Junho	163.780,00	8.610,00	172.390,00	1.090.460,00	1.071,46	4.445,89	177.907,35	1.117.696,43
Julho	386.550,00	11.200,00	397.750,00	1.488.210,00	2.719,86	2.747,40	403.217,26	1.520.913,69
Agosto	187.050,00	6.400,00	193.450,00	1.681.660,00	1.689,61	3.080,29	198.219,90	1.719.133,59
Setembro	191.815,00	2.980,00	194.795,00	1.876.455,00	1.483,56	3.094,21	199.372,77	1.918.506,36
Outubro	218.852,06	1.520,00	220.372,06	2.096.827,06	741,78	13.322,94	234.436,78	2.152.943,14
Novembro	124.117,83	340,00	124.457,83	2.221.284,89	989,04	3.690,29	129.137,16	2.282.080,30
Dezembro	209.311,00	200,00	209.511,00	2.430.795,89	1.401,14	3.005,37	213.917,51	2.495.997,81

OBS.: Instrução Normativa (Projetos Zoo Noturno, Zocamping Etc...)

Fonte: GEFIN/DICOF/FJZB

Após o reajuste das tarifas de acesso ao Zoo Brasília, podemos observar uma redução do público "visitante" do período de 2015 para 2016, sendo que em 2015 houve um total de público alcançado de 511.134 visitantes e em 2016 o total registrado foi de 326.295 visitantes por ano.

Quadro Demonstrativo de Público Alcançado													
Qtd./MÊS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Pagante *	31.161	24.065	17.368	24.545	28.575	21.197	53.878	24.767	24.510	29.960	15.452	30.817	326.295
Distribuídos desta Forma:													
Veículos	4.569	3.981	2.344	3.562	4.208	3.790	8.121	4.488	4.020	4.029	2.832	4.891	50.835
Pagante Inteira	7.764	6.978	9.628	14.997	16.070	11.555	23.432	12.608	13.970	11.805	9.156	11.038	149.001
Pagante Meia	23.397	17.087	7.740	9.548	12.505	9.642	30.446	12.159	10.540	18.155	6.296	19.779	177.294

OBS.: Pagante é igual a soma de Pagante Inteira + Pagante Meia.

Fonte: Gerência Financeira/GEFIN/DICOF

Conforme informações extraídas do SIGGO, por meio do comparativo da receita orçada com a receita arrecadada desta Fundação, observa-se uma redução do público com um significativo aumento da receita arrecadada, sendo que o público em 2015 foi de 511.134 visitantes, para uma receita de R\$1.427.180,57/ano, e que para o exercício de 2016, foi alcançado um público de 326.295 visitantes, para uma receita arrecadação de R\$2.495.997,81.

Sob um enfoque jurídico, constata-se a falta de capacitação dos servidores desta Fundação, no que tange à condução das Comissões de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar. Verifica-se também a mesma carência quanto à área de execução de contratos.

Ressalte-se que a Escola de Governo - EGOV, promove diversos cursos de capacitação aos servidores do Distrito Federal, durante todo o decorrer do ano. Salientamos ainda que tal alternativa não implica custos para este Ente Fundacional, sendo uma ótima perspectiva para melhoria nos quesitos anteriormente relatados.

Neste ínterim, sabe-se do quadro reduzido que essa Fundação possui e que em sua grande maioria, os cursos oferecidos são presenciais. No entanto havendo um devido planejamento, julgamos ser uma alternativa altamente válida, com vistas a suprir tais carências, sendo de suma relevância no que se refere ao devido desenrolar das demandas nesta Instituição.

Ainda neste compêndio, cumpre-nos fazer um breve relato, sobre os contratos de prestação de serviços de mão-de-obra, pactuados entre esta Fundação e a Empresa Mistral Serviços LTDA.

Sob este prisma em 17 de julho de 2016, realizou-se prorrogação dos Contratos nº 02/2012 e 03/2012, por mais 12 (doze) meses, sendo que ao final deste período, se consolidará o limite máximo de 60 (sessenta) meses, de duração da contratação de prestação de serviços contínuos, disposto pelo artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

Assim sendo, em agosto, a referendada empresa contratada deixou de apresentar as certidões que comprovam a sua regularidade fiscal. Por ordem do normativo Distrital nº 32.598 de 15 de dezembro de 2010, é vedado à Administração Pública, o atesto de faturas de empresas, que não se mantêm regulares, nos âmbitos fiscais e trabalhistas.

Com efeito, e considerando a essencialidade dos serviços prestados, em 19 de maio de 2016, por meio de audiência junto ao Ministério Público do Trabalho da Décima Região, com a presença dos membros do SINDISERVIÇOS e dos representantes dessa Entidade, consignou-se a faculdade de reter as aludidas faturas, efetuando pagamento direto aos colaboradores terceirizados, até o encerramento da vigência da referida pactuação, acaso haja irregularidades que justifiquem tal prerrogativa contratual, característica esta, convencionada no sétimo e quinto termos aditivos aos contrato nº 02/2012 e 03/2012, respectivamente.

Assim sendo, desde então esse ente fundacional vem adotando as seguintes medidas: - realizando pagamento direto aos colaboradores, ocasionando desgaste inenarrável à avença em análise; - formalizando processo para uma possível contratação emergencial a ser alinhada com a SEMA; - consultando e convocando empresas remanescentes deste certame afim de substituir a empresa atual e instruindo processo licitatório para uma nova contratação.

Para 2017, dentro da ótica de uma nova gestão com forte compromisso conservacionista, e com ênfase numa proposta que tem como objetivo a sustentabilidade ecológica e financeira, temos a seguintes perspectivas :

- Conclusão dos processo licitatório para fornecimento de recursos humanos terceirizados;
- Contratação do Plano de Combate e Incêndio e Pânico (PCIP) para a FJZB;
- Contratação de Sistema integrado de câmeras de vigilância eletrônica;
- Contratação de Sistema de bilheteria;
- Implantação de três novos módulos de sanitários;
- Implantação de 18 pontos de bebedouros públicos;
- Requalificação da infraestrutura dos ambientes dos animais, com foco nos aspectos de Bem- Estar animal;
- Contratação de seis projetos executivos de novos ambientes para espécies ameaçadas de extinção;
- Publicação de três editais para cessão de uso destinada a novas atrações para o zoológico (Parque dos Dinossauros, pista de patinação e mini-golf);
- Implantação do Plano de acessibilidade na área interna da FJZB.

11.4. INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL– UO: 21.208

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental, doravante denominado IBRAM, criado pela Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007, publicado no DODF 30/05/2007, reestruturado pelo Decreto 36.715 de 31 de agosto de 2015, e alterações, e regulamentado pelo Decreto nº 28.112, de 11 de julho de 2007, que instituiu seu Regimento Interno, é uma entidade autárquica de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, atualmente vinculada à Secretaria de Estado Meio Ambiente por finalidades o disposto no artigo 2º de sua Lei de criação:

I – executar e fazer executar as políticas ambientais e de recursos hídricos do Distrito Federal;

II – controlar e fiscalizar, com poder de polícia, o manejo dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal, bem como toda e qualquer atividade ou empreendimento que cause ou possa causar poluição ou degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos.

Para alcançar suas finalidades, as principais competências, descritas no artigo 3º de sua Lei de criação, bem como no artigo 3º de seu Regimento Interno, são:

I - propor normas e padrões de qualidade ambiental e dos recursos hídricos;

II - definir normas e padrões relativos ao uso e manejo de recursos ambientais e dos recursos hídricos;

III - propor e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

IV - propor a definição e executar o controle dos zoneamentos ambientais e do zoneamento ecológico econômico;

V - proceder à avaliação de impactos ambientais;

VI - promover o licenciamento, a autorização, a fiscalização e o monitoramento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, em todo o território do Distrito Federal;

VII - propor a criação e promover a gestão e a administração de todas as unidades de conservação e todos os parques sob domínio do Distrito Federal, bem como de outras áreas protegidas;

VIII - implantar e operacionalizar sistemas de informações e de monitoramentos ambientais e de informações sobre os recursos hídricos;

IX - fiscalizar e aplicar penalidades administrativas pelo não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor;

X - planejar e desenvolver programas de educação ambiental;

XI - promover a proteção e o manejo integrado de ecossistemas, de espécies, do patrimônio natural e genético e de representatividade ecológica do Distrito Federal;

XII - disciplinar, cadastrar, licenciar, autorizar, monitorar e fiscalizar atividades, processos e empreendimentos, o uso e o acesso aos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

XIII - regulamentar, analisar, registrar e controlar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e a disposição final de produtos perigosos, no que tange à proteção ambiental, em atividades agrossilvopastoris, industriais, comerciais e de prestação de serviços, conforme legislação em vigor;

XIV - desenvolver ações de assistência e apoio às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XV - promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio à adoção de tecnologias limpas, ao extrativismo e às populações tradicionais;

XVI - aplicar, no âmbito de sua competência, os dispositivos e acordos nacionais e internacionais relativos à gestão ambiental e dos recursos hídricos;

XVII - prevenir, monitorar e controlar desmatamentos, queimadas e incêndios florestais;

XVIII - julgar, em primeira instância, os recursos interpostos aos autos de infração e notificações oriundos do exercício do poder de polícia administrativa do Instituto;

XIX – fazer recolher, junto à conta da autarquia, preços públicos de licenciamento ambiental e dos recursos hídricos, multas, taxas de fiscalização ambiental e de recursos hídricos e recursos oriundos de compensações ambientais, entre outros, nos termos da legislação vigente.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	10
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-

Especificação	Total
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	384
Estatutário - afastado	17
Sem vínculo – em exercício	51
Sem vínculo – afastado	1
Total ativos – em exercício	445
Total ativos - afastado	18

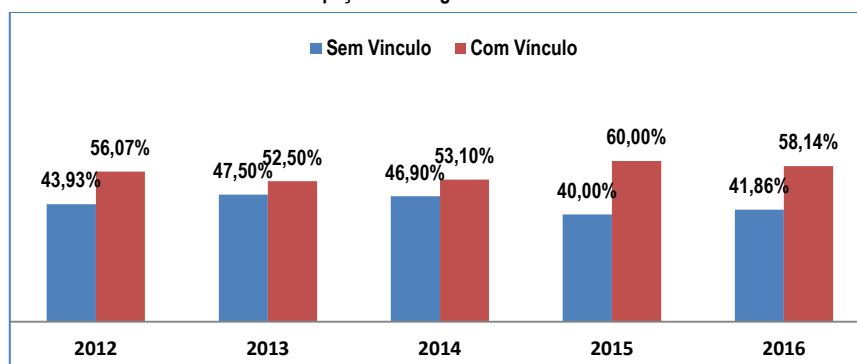
Fonte: IBRAM, 2016.

O Instituto Brasília Ambiental tem seu quadro funcional composto predominantemente por servidores estatutários pertencentes ao quadro próprio, como mostra a tabela anterior. Isso se explica pelo fato de que as atividades desenvolvidas pelo órgão são eminentemente de caráter técnico e com muitas especificidades próprias da área ambiental, devendo ser exercidas por servidores especialistas que atualmente compõe o quadro do IBRAM. A quantidade de servidores ativos em exercício permaneceu praticamente estável entre 2015 e 2016. No entanto, as perdas no quadro de pessoal ocorridas nos anos anteriores foram bastante expressivas, acarretando impactos negativos em quase todas as áreas de atuação do Instituto.

Ainda que tenha havido um esforço interno significativo para a redistribuição dessa força de trabalho, verifica-se que o atual quadro de recursos humanos é quantitativamente insuficiente para as demandas existentes, tanto nas áreas de suporte, quanto naquelas que possuem por finalidade a prestação dos serviços públicos relativos ao meio ambiente do Distrito Federal, que por se tratar de tema específico, requerem pessoal qualificado. Assim, faz-se premente a viabilização de concurso público para as carreiras existentes no órgão vislumbrando a recomposição de seu quadro de pessoal próprio.

Quanto à ocupação dos cargos em comissão, destaca-se o esforço do Instituto no cumprimento à Lei Orgânica do Distrito Federal (artigo 19 inciso V) que reza que pelo menos 50% dos cargos em comissão devem ser ocupados por servidores efetivos. O gráfico que segue demonstra o histórico da ocupação de cargos no âmbito do IBRAM e o sucesso no atendimento à determinação legal.

Ocupação dos cargos em comissão.



Fonte: IBRAM - 2016

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	800.000	200.000	0	0
0001 - REFORMA DO PARQUE ECOLÓGICO TRÊS MENINAS NA SAMAMBAIA	100.000	0	0	0
0002 - REFORMA E EXECUÇÃO DE MELHORIAS NO PARQUE DE ÁGUAS CLARAS	200.000	200.000	0	0
0003 - REFORMA E EXECUÇÃO DE MELHORIAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA R.A. DE TAGUATINGA	300.000	0	0	0
0004 - REFORMA E EXECUÇÃO DE MELHORIAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	800.000	200.000	0	0

Durante o exercício de 2016 foram destinadas ao IBRAM, emendas parlamentares distritais para a aplicação dos recursos em reformas e melhorias de algumas unidades de conservação. Assim como as ações para implantação de novas unidades de conservação, não foi possível a execução dessas emendas. Para minimizar o risco de uma nova frustração no uso de recursos de emendas parlamentares, a estratégia para execução será definida logo no início do exercício de 2017, de modo a conciliar a elaboração dos projetos necessários com as demais atribuições das unidades envolvidas.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	50.000	80.412	45.162	45.162
5882 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	50.000	80.412	45.162	45.162
1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	10.000	3.990	0	0
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	10.000	3.990	0	0
1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	10.000	8.604	0	0
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	10.000	8.604	0	0
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	73.351	64.809	23.329	23.329
0001 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	73.351	64.809	23.329	23.329
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000	7.311	7.304	6.367
5209 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	10.000	7.311	7.304	6.367
4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	61.000	70.450	19.162	19.162
0001 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DF	61.000	70.450	19.162	19.162
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	61.000	63.063	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL--DF	61.000	63.063	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	275.351	298.639	94.957	94.020

Uma grande parte das atividades finalísticas do IBRAM estão inseridas neste programa temático que tem por objetivo geral: "Resgatar a capacidade do Estado de planejar e projetar, fiscalizar e controlar, segundo uma concepção integrada e transversal, com participação, controle social e transparência, visando ao desenvolvimento sustentável, e assegurando a preservação do patrimônio cultural urbanístico e a promoção ambiental." Portanto, uma parte do orçamento do órgão está vinculado ao alcance dos objetivos do programa 6208 conforme segue.

Dentre as atividades exercidas pelo órgão relativas ao uso do território, as que geram maior impacto são as de licenciamento e fiscalização ambiental, seguidas pelo monitoramento.

Apesar do baixo investimento com recursos orçamentários do exercício em questão, as atribuições de fiscalização e licenciamento ambiental foram significativamente fortalecidas a partir da melhoria de seus processos de trabalho. Foi celebrado, em exercícios anteriores, um acordo de cooperação técnica com a Unesco, e através disso foi possível a contratação, em abril de 2016, de uma empresa de consultoria com o objetivo de implementar iniciativas de transformação organizacional no IBRAM utilizando a metodologia de gestão por processos. Os conceitos são baseados na melhoria contínua da forma com que os trabalhos são executados e administrados. Como o contrato foi celebrado com vigência de 10 meses, os primeiros resultados serão observados já no início de 2017, e serão aprimorados no decorrer do ano.

Durante o ano de 2016, a equipe de Fiscalização Ambiental estabeleceu uma mudança do paradigma de atuação fiscal, iniciando a migração de uma fiscalização eminentemente reativa, baseada nas demandas de ouvidoria e de órgãos de controle (ex.: Ministério Público), para uma fiscalização proativa, calçada em ações de inteligência e planejamento operacional. Foram realizados workshops para discussão e definição de metodologias de trabalho e instituídos grupos de trabalho para a elaboração de instruções normativas, definição de indicadores de desempenho, etc.

Visando a garantia da compatibilidade entre o planejamento estratégico do IBRAM e as ações operacionais priorizadas no processo de fiscalização ambiental, o próprio controle interno do Instituto decidiu por elaborar e executar seu plano de trabalho baseado nas entregas previstas pela fiscalização. Assim, foram acompanhados e avaliados os procedimentos executados para atendimento das demandas de fiscalização recebidas por meio da Ouvidoria, as ações de fiscalização preventiva das cadeias produtivas, a revisão dos procedimentos internos e atendimento às demandas para suporte às atividades de fiscalização.

As aquisições com recursos orçamentários voltadas ao processo de fiscalização ambiental resumiram-se a câmeras fotográficas, rádio-comunicadores, redes, puçás e outros materiais de uso nas atividades diárias.

Em relação à produção da equipe de Fiscalização, destaca-se a seguir o volume de autos de infração lavrados e demais documentos expedidos durante o ano:

	Número total de documentos
Autos de Infração	1.370
Termo de Intimação	97
Auto de Constatação	5
Termo de Desinterdição	15
Termo de Apreensão	177
Relatório de Auditoria e Fiscalização	2.958
Total	4.622

Foram dezenas de operações realizadas durante todo o ano, contemplando as temáticas relativas à fauna, flora, atividades licenciáveis, recursos hídricos e poluição sonora, com destaque para:

Ação	Descrição
Operação Abatedouros	Objetivo: Verificar a situação ambiental dos abatedouros no Distrito Federal 21 empreendimentos fiscalizados; 03 Autos de infração lavrados; 02 Termos de Intimação; 01 Termo de Vistoria; 01 Auto de Constatação. Por se tratar de um controle periódico anual, observou-se uma melhora significativa: 60% dos empreendimentos vistoriados não apresentavam irregularidades ambientais.
Operação Madeira de Lei	Foi realizada a primeira etapa da operação Madeira de Lei que tem como objetivo a fiscalização do setor madeireiro no DF que comercializa e industrializa madeira nativa. O DF é o terceiro consumidor brasileiro de madeira nativa, vinda principalmente da região amazônica. A gestão e fiscalização das operações de transporte, guarda e comércio de produtos e subprodutos florestais no Sistema DOF (SisDOF) foi assumida pelo IBRAM em 2014. Nesta primeira etapa foram aplicados mais de R\$ 2,1 milhões em multa.
Operação de Desobstrução da Orla do Lago Paranoá	Desobstrução da Orla do Lago Paranoá, em parceria com a AGEFIS, como suporte ambiental das ações de desobstruções, com foco na preservação ambiental da Área de Preservação Permanente do Lago Paranoá.
Operação Jingle Bells	Vistoriar Criadores Amadoristas de Passeriformes do DF com licença ativa. Aplicou-se R\$ 134 mil em multas. Realizada apreensão de 42 aves da fauna silvestre brasileira.
Blitz de Poluição Sonora	Em 2016 foram lavradas 476 Autos de Infração, dos quais foram aplicadas 371 Advertências, 90 Multas, 09 Multas com e interdição parcial (apenas do uso de amplificação sonora e música ao vivo) e 06 Multas com interdição total do estabelecimento. Foi estabelecido um foco de controle da Poluição Sonora de forma educativa, através da aplicação de Advertências, com isso a quantidade de multas é de apenas 22%, de casos de reincidência.

A produção da equipe de Licenciamento Ambiental evolui em relação ao ano anterior, foram realizadas 1.192 análises, sendo produzidas 460 informações técnicas e 732 pareceres técnicos.

Apurou-se que em 39% das análises foi necessário que o IBRAM solicitasse complementações, adequações físicas nos estabelecimentos e/ou novos estudos ao empreendedor devido a erros ou inconsistências na documentação ou projeto apresentado. Os 61% restantes referem-se à manifestação definitiva do Instituto sobre a concessão ou não de ato autorizativo. O resultado dessas análises foi a expedição de 572 atos autorizativos ao longo do ano, representados por licenças prévias, licenças de instalação, licenças de operação, autorizações ambientais, licenças simplificadas e dispensas de licenciamento ambiental, com aproximadamente 160 indeferimentos dentre todos os documentos analisados.

Atos Autorizativos ref. Licenciamento	Qtde.	%
Licença Prévia	8	1%
Licença de Instalação	27	5%
Licença de Operação	55	10%
Autorização Ambiental	50	9%
Licença Simplificada	7	1%
Dispensa de Licenciamento	425	74%
Total	572	100%

Durante o ano de 2016 foi observado um aumento significativo no número de solicitações de Consulta Prévia ao licenciamento ambiental do IBRAM. Tal fato ocorreu devido ao sistema de Registro e Licenciamento de Empresas – RLE (Lei nº 5.547/2015 e Decreto nº 36.948/2015) de atividades que são classificadas como de baixo impacto ambiental, não licenciáveis, de acordo com a Resolução CONAMA nº 237/1997 e legislações específicas, principalmente restaurantes, bares, lanchonetes, academias, comércio de gás (GLP), entre outros.

Após a implantação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) no processo de Consulta Prévia, em 05 de setembro de 2016, e as alterações realizadas na planilha de regras do sistema RLE, em 21 de novembro de 2016 RLE, houve uma diminuição progressiva no número de entrada de processos neste Instituto, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Mês	Qtde. Processos Físicos
Jan	35
Fev	31
Mar	40
Abr	46
Mai	66
Jun	71
Jul	69
Ago	75
Set	50

Destaca-se que o serviço de Consulta Prévia fornecido pelo IBRAM ao empreendedor é a porta de entrada do Instituto e tem conexão direta com as Administrações Regionais, uma vez que sua resposta é um pré-requisito para obtenção de alvará de funcionamento, apresentando significativa representatividade junto à economia do Distrito Federal para diversos empreendimentos, principalmente devido à celeridade promovida pelo SEI, ainda em fase de implementação nos demais processos do Instituto.

Assim como ocorreu com a fiscalização, o controle interno do IBRAM, visando a garantia da compatibilidade entre o planejamento estratégico do IBRAM e as ações operacionais priorizadas no processo de licenciamento ambiental, passou a elaborar e executar seu plano de trabalho baseado nas entregas previstas pelo licenciamento. Assim, foram acompanhados e avaliados os procedimentos executados para fins de otimização do processo de licenciamento e normatização

do futuro sistema, a revisão dos procedimentos internos para melhoria dos fluxos e rotinas, o atendimento aos prazos previstos na legislação e a fiscalização das condicionantes das licenças concedidas.

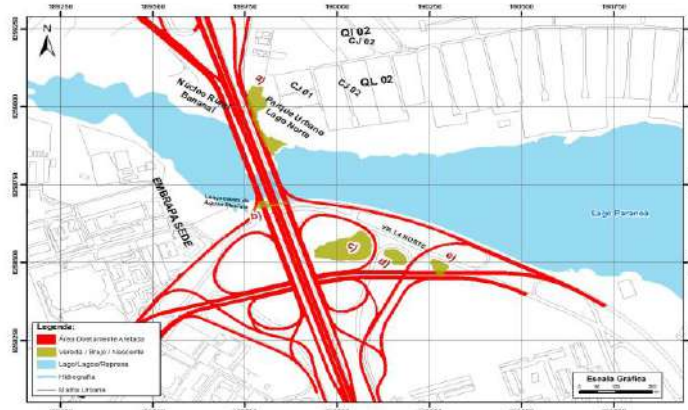
Em termos de arrecadação pela prestação do serviço de licenciamento ambiental, destaca-se a publicação do Decreto nº 36.992/2015 que atualizou os preços públicos cobrados pelo IBRAM junto aos empreendedores do Distrito Federal. A partir da cobrança de um valor justo e atualizado e manutenção de um serviço de qualidade e princípios de austeridade e governança, observou-se um aumento relevante na arrecadação do Instituto, totalizando quase R\$ 4 milhões em 2016, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de Análise	Valor Arrecadado (R\$)
Licença Prévia	381.573,13
Licença de Instalação	1.767.802,93
Licença de Operação	1.501.230,76
Licença Simplificada	143.492,33
Autorização Ambiental	16.543,63
Consulta Prévia	99.532,57
Total	3.910.175,35

Ainda em relação às atividades de licenciamento ambiental, destacam-se: renovação da Força Tarefa para licenciamento de postos de combustíveis do Distrito Federal; licenciamento do Aterro Sanitário de Brasília e de diversos parcelamentos de solo, inclusive em parceria com a CODHAB em políticas habitacionais do GDF, como o Itapoã Parque; licenciamento do Trevo de Triagem Norte, que beneficiará todos os moradores da saída norte de Brasília, com melhorias importantes no sistema rodoviário de acesso e saída à Asa Norte; regularização ambiental parcial do Setor Habitacional Vicente Pires; licenciamento ambiental da Votorantim Cimentos, uma das principais contribuintes de ICMS do Distrito Federal e fornecedora de matéria-prima para indústrias e comércios da área de construção civil; licenciamento ambiental da ampliação do complexo penitenciário do Distrito Federal – Papuda, entre outros.



Licenciamento do Aterro Sanitário de Brasília – Samambaia e Licenciamento da Cimenteira Votorantim na Fercal.



Projeto do Trevo de Triagem Norte

Visando a continuidade das atividades de monitoramento ambiental, foram adquiridos materiais consumíveis para o monitoramento de coliformes na água, além de materiais para análise da qualidade da água. Os diversos programas de monitoramento foram continuados durante o ano, como o Rodofauna (monitoramento de fauna atropelada), Mapear (mapeamento de áreas degradadas), Ruído ambiental e Qualidade do ar.

Em relação ao tema ‘água’, o IBRAM acompanha sua qualidade e quantidade nas nascentes da Estação Ecológica de Águas Emendadas e na área de influência direta o Programa Adote uma Nascente realiza o monitoramento qualitativo, com frequência trimestral, em 16 pontos nas Unidades Hidrográficas Mestre D’armas e Vereda Grande.

Em relação ao tema ‘fauna’, destacam-se as informações técnicas de grande relevância que foram produzidas no decorrer do ano, como as relacionadas a seguir:

- Avaliação do Plano Básico Ambiental – PBA das obras de implantação do BRT-Sul que solicitou Autorização Ambiental de captura, coleta e transporte da fauna silvestre.

- Avaliação do Plano de Resgate de Fauna Silvestre para as ações de supressão de vegetação na área de expansão da cava da Mina FERCAL no Bloco III pela Votorantim Cimentos.

- Considerações sobre cercamento de Unidades de Conservação do ponto de vista do deslocamento da Fauna Silvestre. Foi observada a necessidade de elencar as unidades de conservação nas quais é importante garantir o fluxo das populações de fauna silvestre entre os fragmentos de Cerrado.

Os recursos utilizados para as aquisições de produtos de TI relacionados à área finalística do órgão foram realizados a partir do orçamento vinculado ao programa 6208 como descrito a seguir.

Visando maior proteção do parque computacional do IBRAM e minimização de eventuais discontinuidades na prestação de alguns serviços, foram adquiridos equipamentos de nobreak para fortalecimento e garantia de uso dos sistemas de informação. Destaca-se ainda a compra de 60 monitores para substituição ou complemento das estações de trabalho utilizadas no Instituto.

Dentre os materiais de consumo adquiridos, os de maior volume foram os suprimentos para as impressoras do patrimônio próprio do IBRAM. Destaca-se ainda a renovação de uso do software Sophia, utilizado pela Biblioteca do IBRAM.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1.000.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DO PARQUE VIVENCIAL DO SETOR O - CEILÂNDIA	1.000.000	0	0	0
2535 - GESTÃO DA FAUNA	11.000	6.355	0	0
0001 - GESTÃO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	11.000	6.355	0	0
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	129.196	100.977	575	575
0001 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	129.196	100.977	575	575
2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	250.000	65.031	12.060	12.060
0001 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS--DISTRITO FEDERAL	250.000	65.031	12.060	12.060
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS	41.575	8.724	0	0
0001 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS--DISTRITO FEDERAL	41.575	8.724	0	0
2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	750.000	607.001	602.752	522.370
0001 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	750.000	607.001	602.752	522.370
2567 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS	10.000	2.076	0	0
0001 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS--DISTRITO FEDERAL	10.000	2.076	0	0
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES	300.000	200.000	0	0
0001 - REVITALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE MELHORIAS NO PARQUE EZECHIAS HERINGER	200.000	200.000	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DO SETOR-O DA CEILÂNDIA	100.000	0	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE VIVEIRO NO PARQUE ECOLÓGICO DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
3070 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	2.010.000	0	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DO SETOR "O" DE CEILÂNDIA	2.000.000	0	0	0
0005 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DO SETOR "O" DE CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	0	0	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	60.000	142.513	0	0
0001 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	60.000	142.513	0	0
4098 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE	10.000	2.593	0	0
0001 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE--DISTRITO FEDERAL	10.000	2.593	0	0
4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	29.000	24.420	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	29.000	24.420	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	4.600.771	1.159.690	615.387	535.005

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Taxa de atendimentos a animais domésticos	%	4,39%	2016	Anual	30	50	70	100	IBRAM / UO 21208 / OE 6
Taxa de controle de reprodução de animais domésticos	%	93,31%	2016	Anual	30	50	70	100	IBRAM / UO 21208 / OE 6
Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
Taxa de área protegida	%	16,93	2014	Anual	15,2	14,4	13,5	12,7	IBRAM / UO 21208 / OE 5
queimada	%	11,28	2016	Anual	15,2	14,4	13,5	12,7	IBRAM / UO 21208 / OE 5

Conforme descrito no PPA 2016-2019 (Lei 5.602/2015), este programa temático traz como objetivo geral: "Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras". As atividades desempenhadas pelo IBRAM atendem de maneira ampla este programa, e de forma específica o órgão é responsável pelo *Objetivo Específico 05 – Brasília Verde – Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental*. E também possui algumas ações vinculadas ao *Objetivo Específico 06 - Direitos dos Animais – Garantir a execução da política de proteção, defesa e bem estar dos animais domésticos e silvestres*. Desta forma, o Órgão contribui para o alcance destes objetivos com a execução das ações orçamentárias previstas neste, além de outras ações não orçamentárias que serão descritas na sequência.

No que concerne a Conservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais do DF relativamente à conservação da fauna, desde a transferência da gestão da fauna para o Distrito Federal no ano de 2012, o IBRAM vem trabalhando no intuito de estruturar internamente esta atividade, durante o ano de 2016 foram registrados alguns avanços.

O IBRAM é responsável pela operação do Sistema Nacional de Gestão dos Criadores Amadores de Passeriformes Silvestres – SISPASS, onde todo cidadão que deseja criar pássaros da fauna silvestre em cativeiro, sem interesses comerciais, deve estar cadastrado. Por obrigação legal, todos os criadores amadores de passeriformes devem renovar anualmente sua licença para criação. A atividade não utilizou recursos orçamentários nem não-orçamentários.

Foram atendidos 1.771 requerimentos de renovação de licença que geraram 2.735 boletos de cobrança. O quantitativo de arrecadação é de aproximadamente R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). A principal dificuldade desta atividade no ano de 2016 foi o fato de todo o processo de renovação de licenças no SISPASS, e conseqüente confecção de 2.735 boletos, ter sido realizada de forma manual, visto que não existe um serviço de comunicação (WebService) entre o sistema de cobrança do Governo do Distrito Federal e o SISPASS, que pudesse realizar a geração de boletos automaticamente.

Em relação a esse procedimento, houve melhorias com a criação de um banco de dados específico que auxiliará na renovação para o ano de 2017, caso não tenha se resolvido o problema de comunicação entre sistemas de cobrança do DF e o SISPASS. Além disso, foi estabelecido um procedimento envolvendo setores internos do IBRAM, para confecção de boletos para tornar o processo menos moroso possível para o interessado.

Além do aumento da arrecadação, o principal resultado desta atividade foi o recadastramento indireto dos endereços dos criadores. Como a renovação de licença foi realizada de forma manual, incluindo análise documental, foi possível fazer uma importante atualização cadastral dos criadores, aumentando a certeza sobre o endereço onde as aves se encontram, auxiliando, ainda, as ações de fiscalização.

Para 2017 espera-se a mesma demanda ou superior pela renovação de licenças, necessitando para isso da conclusão da contratação do WebService, para que este processo ocorra de forma automática.

Quanto ao monitoramento de mamíferos de médio e grande porte, projeto desenvolvido pelo IBRAM, vem sendo executado por meio de vistorias em remanescentes naturais localizados em áreas particulares e unidades de conservação. Como partes do projeto, foram instaladas armadilhas fotográficas que funcionam por sensor de movimento registrando todo animal que passa na sua frente. Com isso, foi possível identificar as espécies de mamíferos que circulam no local e assim conhecer o uso do ambiente por esses animais, identificando quais são as pressões ecológicas sobre as espécies, bem como, os corredores ecológicos e quais áreas que devem ser consideradas prioritárias para conservação dentro do DF. Para funcionamento dos equipamentos foram adquiridas 250 pilhas.

Foi estabelecido um canal de comunicação com diferentes atores da gestão da fauna e dos fragmentos florestais do DF e entorno, como os gestores do Parque Nacional de Brasília e da APA do Planalto Central (ICMBio). Foram realizadas diversas reuniões com essas entidades, além de vistorias em conjunto, com a finalidade de mapear possíveis locais de passagem de fauna, bem como atividades irregulares como queimadas, desmatamento e grilagem de terra que comprometem a conservação da biodiversidade local.

Os resultados do projeto, até momento, mostram quais espécies estão presentes nos fragmentos de Cerrado do DF, inclusive espécies antes consideradas extintas para a região estão sendo catalogadas, como a onça-pintada. Ainda está sendo possível identificar as similaridades e diferenças na composição das espécies entre os fragmentos, trazendo informações relevantes sobre a “saúde” da nossa biodiversidade, como por exemplo, a identificação de populações isoladas, situação que compromete a perpetuação da espécie no DF em longo prazo. Uma das dificuldades apontadas pelo projeto foram os furtos dos equipamentos em campo, possivelmente pela ação de caçadores.

Para o ano de 2017 pretende-se ampliar o monitoramento com mais armadilhas fotográficas e refinar o estudo com a utilização do monitoramento por meio do colar GPS.

Durante o ano de 2016 foi mantida a parceria celebrada entre IBRAM e Ibama, para a utilização do Centro de Triagem de Animais Silvestres – Cetav/Ibama. Isso possibilitou a identificação, em nível de espécie e sexagem, de dezenas de animais silvestres recebidos pelo Centro, seja por apreensão ou por entrega voluntária. Além da identificação dos espécimes, foi realizada a regularização dos plantéis pendentes dos anos de 2014 e 2015, a reforma de recintos com materiais adquiridos por apenados, além de procedimentos de enriquecimento ambiental e de reabilitação dos indivíduos até sua soltura no Distrito Federal ou em suas imediações.

Foram realizadas reuniões técnicas no intuito de otimizar todo o fluxo desde a chegada dos animais silvestres no Centro de Triagem até a sua destinação final. De forma conjunta, realizaram-se vistorias para análise de capacidade de suporte de possíveis áreas de soltura, acrescentando inventários de avifauna e instalação de armadilha fotográfica para mapeamento da fauna terrestre. Através dessa parceria um servidor do quadro do IBRAM é destacado para atuação no Cetav/Ibama essa iniciativa trouxe a opinião técnica sobre os animais silvestres aptos a serem encaminhados para soltura, além de implementar um modelo de estudo mais aprofundado destas áreas, considerando o fato de o Centro de Triagem não contar com nenhum técnico formado em Biologia e Medicina Veterinária em seu quadro de funcionários.

Desde a transferência da gestão da fauna para o Distrito Federal, o IBRAM vem trabalhando no intuito de construir seu próprio Centro de Triagem de Animais Silvestres. Para tanto, foi contratada, por meio de recursos não orçamentários (compensação ambiental), uma empresa de arquitetura para elaboração do projeto básico do Centro de Triagem levando em consideração todas as exigências que visassem o bem estar dos animais silvestres a serem recebidos. Devido à falta de recursos financeiros, ainda não foi possível a construção deste Centro.

As metas de atendimento de animais domésticos estão diretamente relacionadas à operação do Hospital Veterinário Público do Distrito Federal. Por ainda não ter sido recebido pelo IBRAM, não foi possível o cumprimento da meta. O empreendedor responsável pela obra, com recursos não orçamentários oriundos de compensação ambiental, ainda não solucionou as pendências documentais e físicas existentes, para que os técnicos do IBRAM tenham condições de avaliar a obra e proceder ao seu recebimento. A expectativa é que isso ocorra no decorrer do ano de 2017.

Obras a serem concluídas no Hospital Veterinário Público, Parque do Cortado – Taguatinga.



Fonte: Sistema Gestão DF, 2016.

Os únicos atendimentos realizados pelos IBRAM foram às esterilizações por meio do Castramóvel, que é uma unidade itinerante para a realização de castrações gratuitas de cães e gatos. Foram atendidos 2.634 animais, sendo que 176 indivíduos foram considerados como simples atendimento clínico visto que foram animais negados para o procedimento cirúrgico. Os demais 2.458 animais foram de fato, operados. Desta forma, a taxa de controle de reprodução de animais domésticos foi ultrapassada pelas atividades realizada pelo Castramóvel, como o Hospital Veterinário Público ainda não foi viabilizado, ficou comprometido o alcance da meta para o índice da Taxa de atendimento a animais domésticos.

No que se refere à Flora, o principal sistema utilizado para fins de controle relacionado à flora é o SINAFLOR – Sistema Nacional de Controle da Origem e dos Produtos Florestais, que tem por finalidade o controle da origem de madeira, carvão e outros subprodutos florestais, integrando as informações dos diferentes estados da federação. Durante o ano de 2016 consolidou-se a gestão do Módulo de Utilização de Recursos Florestais do SINAFLOR, o que permitiu aos empreendedores maior conhecimento dos procedimentos adotados. Por outro lado, houve aumento na procura por regularização das atividades sujeitas a esse sistema, especialmente em função das operações de apreensão de madeira realizadas pela equipe de fiscalização do IBRAM.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de documentos elaborados no decorrer do ano, ressaltando a alta produtividade da equipe responsável pelo controle de flora, que produz semanalmente quase 03 documentos por Analista.

Documento Emitido	Qtd.
Parecer técnico	186
Informação técnica	197
Autorização ambiental	55
Termos de Compromisso – Compensação Florestal	30
Total	468

Dentre as principais entregas do ano, destaca-se a autorização para supressão de 118 indivíduos arbóreos, totalizando o volume de 6,024m³ de lenha a serem convertidos em estéreo, para implantação das bacias de drenagem 2A e 2B na Região Administrativa de Sobradinho II, obra fundamental para a população do Setor Habitacional Buritizinho.

O IBRAM é responsável pela gestão de 86 Unidades de Conservação (UCs) considerando as de Proteção Integral como as Estações Ecológicas e Parques Distritais e as de Uso Sustentável como Parques Ecológicos e Áreas de Proteção Ambiental. As atividades para a gestão dessas áreas envolvem instalação de equipamentos públicos, serviços de manutenção, elaboração de planos de manejo e outras atividades afetas à conservação dos recursos naturais contidos nessas áreas. Considerando o universo de UCs existentes os recursos destinados para este fim são historicamente insuficientes.

Os recursos orçamentários aprovados em Lei para a manutenção das unidades de conservação da natureza foram destinados, quase que na sua totalidade, para as despesas relacionadas ao consumo de energia, água e esgotamento, e para os serviços de telefonia das sedes administrativas das UCs em número de 20. O restante dos recursos foi utilizado para aquisição de materiais de manutenção, cercamento e reparação de veículo elétrico.

Devido à escassez de recursos, o órgão contou em grande parte com a ação de voluntários para a manutenção através da doação de materiais e também aquisição de equipamentos por meio de decisões judiciais. As medidas alternativas propostas pelo MPDFT e determinadas pelo TJDF, num total de 16 em 2016, permitiram que diversos materiais de apoio e manutenção fossem doados aos parques administrados pelo IBRAM, bem como, serviços fossem prestados nas UCs. Além disso, materiais foram adquiridos e algumas pequenas manutenções foram executadas pelos próprios Técnicos de Atividades de Meio Ambiente lotados nas unidades.

No ano de 2016 foram realizados nos parques geridos pelo IBRAM um total de 60 eventos demandados por terceiros, sendo arrecadado, em cumprimento à lei 26.298/2005 alterada pela 27.219/2006, um total de R\$ 23.599,53. Atualmente 07 autorizatários exploram comercialmente áreas em parques geridos pelo IBRAM, pagando um preço público em obediência à lei 26.298/2005 alterada pela 27.219/2006. No ano de 2016 foram arrecadados com essa modalidade de uso um total de R\$ 16.956,17.

Um dos grandes esforços do IBRAM foi proceder à recategorização das unidades de conservação. Esse trabalho visou à reformulação da nomenclatura das áreas protegidas do Distrito Federal, buscando adequá-las à categoria mais apropriada conforme suas características ambientais e de uso atual, com o intuito de obter uma maior integração dessas áreas ambientalmente protegidas. Como resultado dos trabalhos, foi concebida uma proposta de recategorização e produzidas as minutas de cada instrumento legal (lei ou decreto) para alteração das nomenclaturas. Espera-se que em 2017 sejam concluídas as formalidades necessárias, junto aos poderes executivo e legislativo, e que a recategorização das UCs, de fato, se efetive.

Em relação à regularização fundiária das unidades de conservação, o IBRAM optou pela instituição de grupos de trabalho, com destaque para os GTs do Parque Ecológico Ezequias Heringer, UCs inseridas na ARIE JK e UCs inseridas na APA do Lago Paranoá.

Um feito de grande relevância foi a criação do Conselho Gestor do Parque Ecológico Burle Marx, com a finalidade de apoiar o IBRAM na implementação de seu plano de manejo e contribuir com o disciplinamento do processo de ocupação da área e sustentabilidade do uso dos recursos naturais daquela unidade de conservação. Essa iniciativa possibilitou que a sociedade civil, por meio de organizações ambientalistas, de ensino e pesquisa, bem como os moradores daquela região, viessem a participar opinando a respeito do que venha a ser desenvolvido no interior da UC.

Ressalta-se ainda os constantes esforços para manutenção das parcerias com os demais órgãos da administração pública, em especial, as Administrações Regionais, com o intuito de manter serviços como os de roçagem, segurança e ordem pública.

Ações de Preservação dos Recursos Naturais nas UCs desempenhadas pelos técnicos do IBRAM no interior das unidades de conservação destacam-se a coleta de sementes e produção de mudas nativas, o levantamento de áreas e monitoramento dos plantios oriundos de compensações florestais e as vistorias rotineiras para monitoramento e verificação de irregularidades e necessidades das UCs.

Realizou-se, também, mutirões de plantio de mudas nos parques, como os que foram feitos em parceria com o Jardim Botânico de Brasília; e os mutirões de limpeza de córregos, como o feito no Parque Ecológico Veredinha, em Brazlândia.

Plantio de mudas no JBB e Mutirão de Limpeza em Brazlândia



Fonte: IBRAM, 2016

No decorrer do ano foram instituídos diversos grupos de trabalho, com os mais variados objetivos, como a regulamentação das atividades dos escoteiros nas unidades de conservação, regulamentação de atividades comerciais, elaboração do plano de manejo do Parque Ecológico Bernardo Sayão e Termos de Referência para a contratação de Planos de Manejo para diversas UCs, com destaque para as unidades que fazem parte da Orla do Lago Paranoá.

Relativo ao “Programa Brasília nos Parques” que visa à otimização dos espaços dos parques, por meio da prestação de serviços públicos e integração com a comunidade. Durante o ano de 2016 foram realizados vários eventos no âmbito desse programa. No dia 18 de junho de 2016, foi realizado evento no Parque Ecológico Ezechias Heringer, intitulado “Circuito VidAtiva”, com programação para a terceira idade, com atendimentos de enfermagem, educação física, nutrição, exposição do centro de convivência. Oficinas de zumba e capoterapia. Visita Guiada ao Orquidário e trilha ecológica. Apresentação da Camerata dos bombeiros. Em 19 de agosto de 2016, foi realizado o dia Nacional da Pessoa em situação de rua no Parque Sucupira em Planaltina. Foram realizados diversos atendimentos à comunidade, inclusive odontológicos, aos recuperandos das entidades e a pessoas em situação de rua. No dia 20 de agosto, também no Parque Ecológico Sucupira, foram realizadas atividades lúdicas, artístico-culturais, informativas e de saúde. O encerramento se deu com apresentação da banda do Corpo de Bombeiros.

Em setembro de 2016, foi realizada mais uma etapa do programa “Virado do Cerrado”, coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, com a parceria do IBRAM. Este evento foi uma grande mobilização para a educação ambiental com atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais, integrando todo o Distrito Federal em um grande movimento pela sustentabilidade socioambiental. Foram mais de 500 atividades realizadas em 28 regiões administrativas do Distrito Federal. Boa parte dessas atividades aconteceu nas unidades de conservação sob a responsabilidade do IBRAM e contaram com o apoio dos Agentes de Parques e de outros servidores.

Em 2016 foi iniciada uma parceria com o Sebrae/DF para a realização de diagnóstico do potencial de econômico dos parques do Distrito Federal, tendo em vista a sustentabilidade financeira das unidades. Foram escolhidos três parques para a realização de um piloto: Parque Ecológico Saburo Onoyama, Parque Ecológico Três meninas e Parque Ecológico de Águas Claras. A expectativa é que, baseado na vocação desses parques e no público freqüentador, sejam identificadas possibilidades de parceria com a iniciativa privada para exploração comercial e de prestação de serviços em cada uma das unidades escolhidas.

Durante o ano ocorreram dificuldades em relação à realização de projetos de arquitetura e de aquisição de equipamentos para os parques, o que impossibilitou a realização das contratações necessárias com utilização de recursos da compensação ambiental e de emendas parlamentares.

Foram destinadas ao IBRAM algumas emendas parlamentares distritais para a implantação de unidades de conservação. No entanto, apesar dos esforços internos, não foi possível a execução desses valores. A natureza de despesa para a qual os recursos foram direcionados era, em sua totalidade, investimentos do tipo obras e construções. Por esta razão, havia a necessidade de elaboração dos diversos projetos arquitetônicos, o que inviabilizou a execução dos valores disponibilizados. A equipe de projetos do IBRAM dispõe de um quadro reduzido de arquitetos e técnicos de edificações, que também são responsáveis, ora pela elaboração, ora pelo acompanhamento da execução de todos os projetos de obras, reformas construções, sinalização e outros, relativos às unidades de conservação da natureza administradas pelo Instituto.

Para minimizar o risco de uma nova frustração no uso de recursos de emendas parlamentares, a estratégia para execução será definida logo no início do exercício de 2017, de modo a conciliar a elaboração dos projetos necessários com as demais atribuições das unidades envolvidas.

Objetivando a realizações de ações preventivas de impactos ambientais, durante o exercício de 2016 foram adquiridos diversos materiais de consumo para uso nas ações gerais de prevenção de riscos ambientais, tais como luvas, protetores auriculares, máscaras e protetor solar.

Um dos indicadores adotados pelo IBRAM para o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, é a Taxa de Área Protegida Queimada, que mede a extensão das áreas queimadas dentro das Unidades de Conservação. No ano de 2014 foi queimado o equivalente a 16,93% da área total das UCs, para 2016 foi estabelecida a meta de 15,2%. Após apuração observou-se que os efeitos dos incêndios florestais no ano de 2015 comprometeram 9% e, em 2016, 11,28%. Apesar da meta ter sido superada, o total da área queimada em 2016 foi superior aos 9% apurados em 2015. Tal fato decorreu da impossibilidade da realização de aceiros, em razão da inexistência de contrato de prestação de serviços na Novacap e também

da não autorização da SEPLAG para a contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio da realização de concurso público temporário.

Foi concluída a primeira etapa para a elaboração do Mapa de risco de incêndios florestais para as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM, quando foi definida a metodologia a ser empregada que considerou a reincidência de áreas queimadas dentro das UC administradas pelo IBRAM ao longo de sete anos (2010-2016) em atendimento à meta 20 do objetivo específico Brasília Verde.

Foram elaborados até 2016 vinte e oito Planos Integrados de combate a incêndios florestais para unidades de conservação, abrangendo 32% do total de áreas existentes. A meta 21 deste objetivo estabelece o alcance de 100% até 2019.

Em relação ao diagnóstico de áreas erodidas nas Unidades de Conservação, o trabalho ficou restrito a realização de vistorias técnicas em 45 UCs, durante o ano, não concluindo nenhum diagnóstico da totalidade das áreas previsto pela meta 23 deste objetivo específico.

No âmbito do processo de licenciamento ambiental do IBRAM, a elaboração e implementação de um Programa de Educação Ambiental (PEA) é uma das condicionantes necessárias à emissão da licença ambiental. Para tanto, é elaborado um Termo de Referência a fim de subsidiar a criação e execução do referido PEA. O TR é emitido para cada empreendimento, a fim de que esse seja o mais adequado para suas especificidades. Além disso, com esse instrumento, é possível traçar as diretrizes para a condução de ações de Educação Ambiental no território de jurisdição do IBRAM. Durante o ano de 2016, dentre análises de PEA e elaboração de TR, foram produzidos pareceres para 15 empreendimentos distintos.

Durante o mês de novembro o IBRAM promoveu o XIII Congresso Reeditor Ambiental. O evento foi realizado no auditório do Instituto Federal de Brasília e contou com a participação de aproximadamente 400 alunos, 20 cursistas do Reeditor Ambiental (pessoas qualificadas pelo IBRAM em educação ambiental, numa carga horária total de 180h) e 05 professores convidados. Neste ano o Congresso foi financiado por meio de recursos de compensação ambiental da Empresa Mitra, no valor de R\$ 33.820,04. Graças a isto, pela primeira vez o Congresso pode ser realizado em 02 dias, permitindo maior aproveitamento da infraestrutura e melhor aproveitamento do potencial eco pedagógico do evento.

Dentre os projetos e programas executados no decorrer do ano, destacam-se:

Nome do Projeto/Programa	Objeto	Qtde. de Eventos	Pessoas Atendidas
Ambiente com Ciência	Desenvolvimento de equipamentos pedagógicos para apoio no ensino de educação ambiental	8	1.200
Parque Educador	Implementação de projetos de educação ambiental nas unidades de conservação	-	3.349
Descoberto Coberto	Projeto de educação ambiental interinstitucional para preservação da APA do Rio Descoberto	4	767
Fogo Apagou	Sensibilização para prevenção de incêndios florestais	-	1.196
Vamos Passarinhos nos Parques do DF	Registro de aves nos parques do DF em parceria com o Grupo Observaves	12	-

Em 2016 foi iniciado um projeto coordenado pelo IBRAM, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), e financiado por uma emenda parlamentar. O objetivo é promover a preservação da Área de Relevante Interesse Ambiental (ARIE) da Granja do Ipê - importante patrimônio ambiental, histórico, cultural e arqueológico - em especial, a nascente do Córrego do Capão Preto, por meio de ações de Educação Ambiental, utilizando metodologias participativas, sinalização educativa e material gráfico informativo que enalteçam seus principais atributos naturais e despertem a consciência dos usuários para a necessidade do cuidado e das boas práticas para um uso público em harmonia com os objetivos de conservação dessa Unidade. O convênio foi celebrado junto ao MMA e sua execução findará no transcorrer do ano de 2017.

Durante o ano foram realizadas reuniões com o conselho gestor da ARIE, com o objetivo de alinhar a proposta do projeto com os anseios dos moradores da região. Além disso, reuniões com professores e diretores das escolas da região, demandando o apoio na execução do projeto, em especial, na elaboração de materiais eco pedagógicos de forma participativa. Foram realizadas visitas guiadas com 51 alunos da Escola do CAUB I, com objetivo de apresentar as riquezas do local e fotografar espécies vegetais e animais para os materiais impressos que serão produzidos.

Algumas situações ocorridas no decorrer do ano impossibilitaram um maior alcance das ações de educação ambiental do IBRAM. Em razão da redução no quadro de educadores, decorrente da aposentadoria de servidores e da necessidade de cessão de outros para grupos de trabalho, buscou-se, por meio da celebração de um portaria conjunta com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, que aquela unidade promovesse a cessão de professores para lotação nas unidades de conservação administradas pelo IBRAM. No entanto, a SEDF não oficializou a parceria pleiteada.

Para 2017, espera-se que seja possível a reforma do Centro de Visitantes da Estação Ecológica de Águas Emendadas, bem como a viabilização de transporte para que os alunos das escolas públicas possam visitar as unidades de conservação.

A produção, armazenamento e disseminação de informações ambientais é um dos principais processos de trabalho do IBRAM. Visando a construção e consolidação de um banco de dados único, seguro e eficiente, foram iniciadas em 2016 as atividades de coletas dos dados nas diversas áreas de Instituto por meio da utilização de formulários pré-formatados. Além disso, foi elaborada a Matriz de Informações Ambientais do IBRAM, um importante instrumento de planejamento que apresenta a relação de informações produzidas e/ou necessárias, autoria, destinação e local de armazenagem. A referida matriz foi concebida a partir do mapeamento detalhado do fluxo das informações no âmbito do IBRAM.

Em termos das atividades de sensoriamento remoto, foi elaborado o projeto Classificação Anual do Uso e Ocupação do Território do Distrito Federal. O objetivo é a melhoria do acompanhamento das classes de uso e ocupação do solo, demonstração dos resultados das ações governamentais em relação à proteção do meio ambiente com reatamento na preservação na cobertura de vegetação nativa, acompanhamento do cumprimento da Lei Distrital 3031/2002 que institui a Política Florestal do DF, que em seu artigo 4º inciso I, alínea (d) determina que no território do DF seja mantida uma cobertura silvestre em torno de 50%.

Durante todo o ano de 2016 foram envidados esforços para a modernização da Biblioteca do IBRAM. Foram criadas e/ou consolidadas as Políticas de Desenvolvimento de Acervo, Classificação, Catalogação e Indexação. O sistema SophiA teve sua base de dados normalizada, ocasião em que foram corrigidas e padronizadas as tabelas de autoria, assunto e tabelas auxiliares.

Aproximadamente 900 obras foram recebidas em doação durante o ano, passando por um processo rigoroso de triagem para identificação daquelas que eram condizentes com a Política de Desenvolvimento de Acervo. A seguir, o quantitativo do acervo conforme a temática da obra:

Acervo	Total de títulos	Total de exemplares	Títulos cadastrados em 2016	Exemplares incluídos em 2016
Estudos Ambientais	1.152	2.266	264	294
Memória Ambiental	1.316	1.824	54	56
Geral	1.088	1.416	52	59
Total	3.556	5.506	370	409

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	320.000	224.314	224.313	199.388
8398 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-df	320.000	224.314	224.313	199.388
TOTAL DO PROGRAMA 6211	320.000	224.314	224.313	199.388

As despesas decorrentes com o contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP estão vinculadas a este programa temático que tem por objetivo geral: Promover a defesa e garantia dos direitos humanos assegurando a cidadania plena, com dignidade, por meio da oferta de informações e serviços integrados com qualidade.

A contratação de sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal por meio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso possibilitou ao IBRAM a continuidade de atividades de apoio interno, como os serviços de portaria, coteira e manutenção predial.

De um modo geral, os serviços desempenhados pelos reeducandos tem sido de fundamental importância à execução de diversos trabalhos no âmbito do IBRAM, que, em contrapartida, tem proporcionado a eles o aprendizado de técnicas profissionais e a possibilidade de ressocialização, além da remuneração pelos serviços prestados.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Este programa compreende o conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental e as ações não tratadas nos programas temáticos. Atende às atividades administrativas e de suporte da área meio. Abaixo estão descritas as atividades desenvolvidas através das ações orçamentárias.

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	248.000	135.569	10.864	2.964
2505 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	248.000	135.569	10.864	2.964
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10.000	0	0	0
5351 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000	5.000	0	0
2583 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000	5.000	0	0
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	10.000	0	0	0
0008 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	10.000	2.204	2.204	2.204
0015 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	10.000	2.204	2.204	2.204
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10.000	5.000	0	0
0068 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10.000	5.000	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	52.577.774	58.471.809	58.443.425	58.443.425

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
8744 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	52.577.774	58.471.809	58.443.425	58.443.425
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2.470.000	2.047.000	2.017.150	2.017.150
9569 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	2.470.000	2.047.000	2.017.150	2.017.150
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	200.000	278.249	278.249	218.985
8699 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	200.000	278.249	278.249	218.985
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5.007.500	4.954.062	4.784.444	4.360.908
9659 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	5.007.500	4.954.062	4.784.444	4.360.908
TOTAL DO PROGRAMA 6001	60.553.274	65.898.893	65.536.336	65.045.636

Em linhas gerais e excetuando as despesas com folha de pagamento dos servidores, os gastos mais relevantes do IBRAM são com contratos continuados de manutenção do órgão, como locação do imóvel sede, fornecimento de água e energia e aluguel de veículos.

Em 2015, quando da realização do planejamento orçamentário para o exercício seguinte, previu-se a possibilidade de mudança da sede do IBRAM para outro imóvel, em razão da iminente expiração do contrato de locação da atual sede. No entanto, durante o ano de 2016, em razão do sucesso da tentativa de prorrogação do atual contrato, não se fez necessária a utilização de recursos para a conservação da estrutura física ocupada pelo IBRAM.

Os gastos com a manutenção do órgão são os mais expressivos, em especial, o valor despendido a título de locação da sede do Instituto, que em 2016, totalizou quase R\$ 3 milhões. Espera-se que em 2017 seja viabilizada a realocação do IBRAM para um prédio público, para que seja possível o direcionamento de valores tão significativos a outras finalidades que agreguem valor às atividades desempenhadas no IBRAM.

Gastos com a manutenção do órgão em 2016

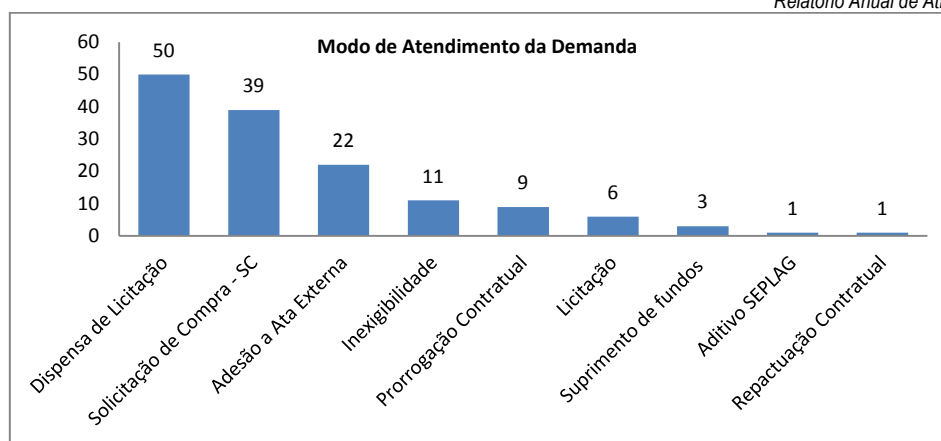
Tipo de Gasto	Valor (R\$)	%
Locação do imóvel sede	2.935.480	61,2
Serviços de motorista	489.939	10,3
Locação de veículo	487.640	10,2
Fornecimento de energia da sede	428.332	9,0
Outros	443.053	9,3
Total	4.784.444	100%

No sentido de executar e controlar o uso da frota de veículos oficiais e o registro dos condutores autorizados, bem como orientar o uso sustentável dos veículos, foram elaborados uma Instrução Normativa e um Manual do Usuário de veículos oficiais, disciplinando o uso da frota e orientando os usuários para fins de otimização e conservação dos carros. Entre veículos leves, camionetes, caminhões, ônibus, trator e motocicletas, o IBRAM dispõe de uma frota de 43 veículos, tanto na modalidade locada como própria. Destaca-se que durante o exercício de 2016 não houve dispêndio para a manutenção dos veículos próprios. A atual frota é fundamental para a realização das atribuições regimentais do Instituto, como licenciamento ambiental, monitoramento, fiscalização, gestão de unidades de conservação e outras. Em 2016 foram consumidos 43.1 mil litros de combustível (gasolina e óleo diesel).

Deve ser dado destaque também para as inovações nos procedimentos para compras e contratações, em 2016 foram instruídos 142 processos, sendo 68% para aquisição de bens permanentes ou materiais de consumo e 32% com vistas à contratação de serviços. Desse montante, 82% foram concluídos com êxito.

Destaca-se que o IBRAM faz parte do regime centralizado de compras do Governo, ou seja, não dispõe de autonomia para a realização de certames licitatórios. Nessa condição, o entendimento interno já pacificado, é que a obtenção desta autonomia traria mais agilidade e eficiência nas compras de materiais e equipamentos utilizados pelas áreas finalísticas do Instituto, considerando que são bens muito específicos, alguns utilizados somente pelo IBRAM no âmbito do GDF e que atualmente os processos "competem" com todos os demais que chegam ao órgão central de compras do Governo. No entanto, o pleito do IBRAM permanece pendente de deliberação do órgão competente.

Na busca por alternativas que trouxessem mais eficiência, qualidade na compra/contratação e otimização no uso dos recursos, o Instituto tem diversificado as instruções processuais. Durante o período em análise os materiais e serviços contratados foram viabilizados conforme gráfico que segue:



Ainda em 2016 foi iniciado o processo de Planejamento Anual de Compras e Contratações Públicas para execução no ano seguinte, com o intuito de racionalizar os esforços e otimizar o uso dos recursos, visto que mais de 60% dos processos de compras e contratações de 2016 foram autuados no segundo semestre, o que gerou sobrecarga de trabalho para as áreas responsáveis.

Uma informação adicional sobre compras, considerando a modernização e otimização de atividades internas, houve algumas aquisições de pouca relevância, como pendrives e outros materiais de consumo. Foi possível ainda, a compra de uma leitora de certificado eletrônico para envio de declarações para a Receita Federal.

Em relação à gestão patrimonial, um grande avanço foi a publicação da Instrução Normativa nº 329/2016, que instituiu o Manual de Patrimônio do IBRAM. Além disso, foram solucionadas as pendências relacionadas à atribuição das cargas patrimoniais e ao final do ano 100% dos bens estavam com os respectivos termos de responsabilidade devidamente assinados por seus responsáveis.

Outro instrumento de gestão elaborado e executado em 2016 foi o Plano de Manutenção Preventiva da sede do Instituto, possibilitando a realização de atividades de manutenção programada durante todo o ano.

Seguindo na linha de inovação, economia de recurso público, transparência e sustentabilidade, características que coadunam com a Missão, Visão e Valores do IBRAM, foram iniciados os esforços para implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações. Inicialmente, o SEI foi implantado na Consulta Prévia, que é um processo de trabalho específico do Licenciamento Ambiental, e em seguida, em processos administrativos de suporte. Isso proporcionou a dispensa de papel como suporte físico para documentos institucionais, além do compartilhamento, atualização e comunicação de novos eventos em tempo real.

A economia esperada a partir da implantação do SEI será na diminuição dos valores nos contratos para aquisição de papel, serviço de postagem, impressão e transporte, além da agilidade nas análises, tramitação dos processos internos e atendimento à sociedade.

Com relação ao fluxo documental, o IBRAM internalizou quase 18 mil documentos externos, sendo que 95% deste total foi entregue do protocolo à área de destino em até um dia.

Quanto ao atendimento ao público na sede do IBRAM, foram 14.419 pessoas atendidas durante todo o ano. Com o objetivo de aprimorar a prestação desse serviço, realizou-se uma pesquisa de satisfação junto aos usuários do protocolo e a partir dos resultados, três ações foram executadas:

- Padronizada a imagem da equipe de atendimento a partir da adoção de uniformes;
- A equipe de atendimento foi capacitada pelos servidores das áreas técnicas (unidades de conservação, licenciamento ambiental e outros), para aprimoramento dos conhecimentos e obtenção de maior segurança no repasse de informações ao público externo;
- Alocação de servidores do quadro próprio do IBRAM, em substituição a colaboradores da FUNAP que faziam o primeiro atendimento, visando um incremento na qualidade das informações disponibilizadas aos usuários dos serviços do órgão.

No período de 29/08 a 02/09/2016 foi realizada a IV Semana da Saúde e Segurança do Trabalho no IBRAM, ação condizente com a Política de Gestão de Pessoas do Governo do Distrito Federal – Decreto nº 29.814, de 10 de dezembro de 2008, a qual estabelece, dentre outras diretrizes, a humanização da relação administração pública, servidor, para a melhoria dos serviços prestados pelo Governo.

Com exceção da compra de 120 camisetas, todas as atividades realizadas não geraram ônus ao Instituto, pois foram viabilizadas por meio de parcerias com empresas e profissionais autônomos.

Durante o exercício de 2016, sob o reflexo do Decreto nº 34.471 de 30 de abril de 2015, o IBRAM ficou impedido de ofertar capacitações, participação em congressos, seminários e outros eventos aos servidores, que gerassem gastos para o Instituto. No entanto, foram envidados esforços na busca por opções não dispendiosas e que pudessem suprir, ao menos parcialmente, a demanda por capacitação. Nesse sentido, foram constantes as divulgações de cursos e demais eventos ofertados pela Escola de Governo, Tribunais e outros órgãos. Adicionalmente, buscou-se parcerias externas e de servidores

internos para participação nos Ciclos de Palestras do Instituto, disseminando conhecimento para os servidores e buscando ainda a melhoria na qualidade de vida no trabalho.

Um dos grandes avanços na temática capacitação foi a elaboração e publicação da Instrução Normativa nº 204 de 29 de julho de 2016, que definiu as regras para afastamento de servidores para capacitação (Pós-Graduação) visando, principalmente, isonomia, regras claras, acompanhamento do quantitativo de servidores afastados e áreas de conhecimento.

Durante o ano, já sob a regência do novo regramento, 17 servidores foram afastados para capacitação avançada – mestrado e doutorado.

Considerando que o IBRAM não dispõe de recursos suficientes para a aplicação em mídias para comunicações institucionais, exceção feita ao que se divulga por meio do Diário Oficial do Distrito Federal, todos os demais comunicados são feitos por meio da internet.

Destaca-se que em 2016 foram concluídos os trabalhos de consultoria em comunicação, gerando como produtos o Plano de Comunicação do IBRAM e o Plano de Formação de Agenda Positiva. A contratação dos serviços se deu por meio de um termo de cooperação técnica firmado com a UNESCO e os planos em questão passaram a ser os guias para as comunicações institucionais internas e externas do Instituto.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

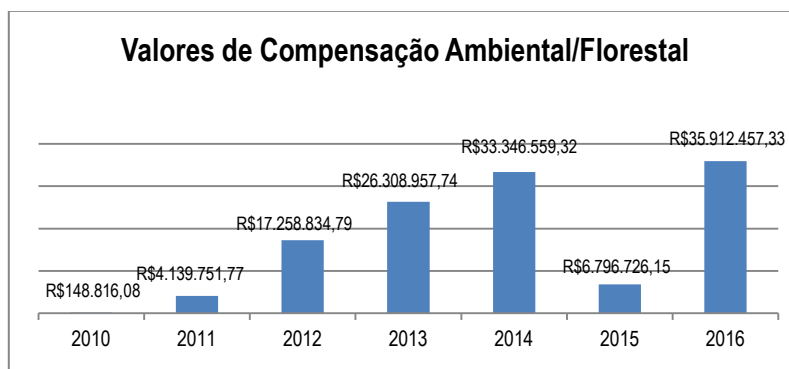
AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	648.000	716.955	716.954	618.358
9556 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	648.000	716.955	716.954	618.358
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	670.000	296.577	0	0
0020 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-IBRAM-DISTRITO FEDERAL	670.000	296.577	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.150.000	1.664.289	1.546.092	1.523.461
7043 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	1.150.000	1.664.289	1.546.092	1.523.461
TOTAL DO PROGRAMA 0001	2.468.000	2.677.821	2.263.046	2.141.819

Este Programa abrange despesas que não contribuem diretamente para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta, sob a forma de bens ou serviços. Abaixo segue tabela de execução orçamentária que contemplam as ações do IBRAM neste programa.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

As principais fontes de recurso destinadas às unidades de conservação são as compensações ambientais e florestais.

No ano de 2016 os valores de Termos de Compromisso formalizados totalizaram R\$ 35,9 milhões, sendo cinco termos de compensação ambiental (mais um aditivo) e um de compensação florestal.



Os resultados apresentados no ano de 2015 foram menos expressivos, pois o IBRAM optou pela reformulação dos procedimentos e abertura da Câmara de Compensação com a incorporação de novos membros (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Universidade de Brasília e Conselho Gestor dos Parques). Isso trouxe ainda mais transparência ao processo, controles mais apurados e melhor desempenho.

Do total de termos de compromisso assinados, dentre os pareceres e informações técnicas emitidas apenas pelos setores responsáveis pelo licenciamento ambiental de parcelamentos de solo e, considerando os novos parcelamentos e os passivos anteriores não cobrados, os valores apurados totalizaram R\$ 27,5 milhões. Destaca-se aí os licenciamentos ambientais do Polo de Modas do Guará, do Campus UnB do Gama, Etapa 3 do Jardim Botânico, Etapa 4 do Riacho Fundo II e Itapoã Parque.

Para 2017, serão aplicadas metodologias de aceleração do processo de apresentação e formatação das propostas de compensação ambiental e florestal. Serão criados checklists, documentos padronizados e redefinição de responsáveis por cada etapa do processo.

A produção, armazenamento e disseminação de informações ambientais é um dos principais processos de trabalho do IBRAM. Visando a construção e consolidação de um banco de dados único, seguro e eficiente, foram iniciadas em 2016 as atividades de coletas dos dados nas diversas áreas de Instituto por meio da utilização de formulários pré-formatados. Além disso, foi elaborada a Matriz de Informações Ambientais do IBRAM, um importante instrumento de planejamento que apresenta a relação de informações produzidas e/ou necessárias, autoria, destinação e local de armazenagem. A referida matriz foi concebida a partir do mapeamento detalhado do fluxo das informações no âmbito do IBRAM.

Em termos das atividades de sensoriamento remoto, foi elaborado o projeto Classificação Anual do Uso e Ocupação do Território do Distrito Federal. O objetivo é a melhorado acompanhamento das classes de uso e ocupação do solo, demonstração dos resultados das ações governamentais em relação à proteção do meio ambiente com rebatimento na preservação na cobertura de vegetação nativa, acompanhamento do cumprimento da Lei Distrital 3031/2002 que institui a Política Florestal do DF, que em seu artigo 4º inciso I, alínea (d) determina que no território do DF seja mantida uma cobertura silvestre em torno de 50%.

Em termos de projetos arquitetônicos, foram elaborados diversos sobre as mais variadas temáticas, como o de requalificação do Mirante do Parque Ezechias Heringer, projetos de sinalização, como o da Bica Ponte da Terra e do Parque Bernardo Sayão, desenvolvimento de soluções para o cercamento do Parque do Areal e Parque Recreativo do Gama, elaboração do Plano de Ocupação do Parque Ecológico Burle Marx e elaboração de projetos urbanos, como o de implantação do Parque Recreativo do Setor O.

Destaca-se ainda o desenvolvimento do Manual de Sinalização para os Parques administrados pelo IBRAM e o suporte técnico, no âmbito da arquitetura, urbanismo e construção civil e no desenvolvimento do Termo de Referência para a o Concurso Público Internacional de Arquitetura - *Masterplan* - Orla do Lago Paranoá.

No exercício de 2016 o IBRAM iniciou a implantação da Gestão por Processos como metodologia de trabalho no Instituto, através da contratação de uma empresa de consultoria especializada, por meio da cooperação técnica internacional firmada com a UNESCO.

A atividade inicial deste trabalho foi a capacitação de servidores para serem responsáveis pela disseminação da cultura e dos conhecimentos da Gestão por Processos no IBRAM. Quarenta e cinco servidores participaram do curso, com duração de duas semanas, ministrado pela empresa especializada. Parte dos servidores capacitados foi alocada para compor diretamente o Escritório de Processos e outros foram convocados para participar das frentes de transformação de processos do IBRAM.

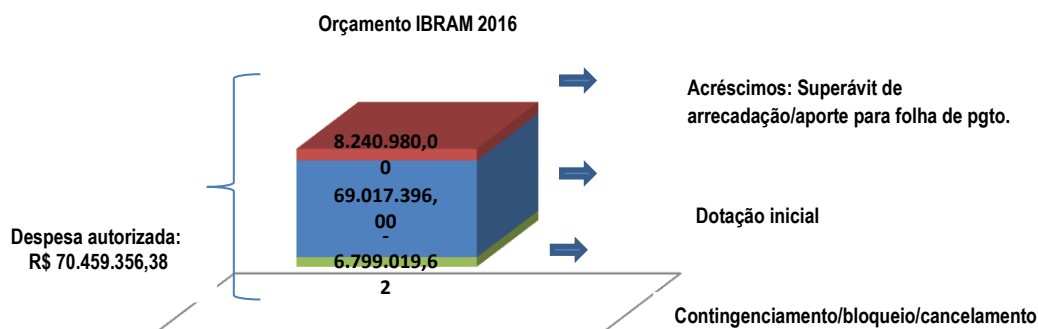
Em seguida, foi concebido o Escritório de Processos do IBRAM como unidade orgânica do Instituto. Essa iniciativa teve como principal objetivo institucionalizar o novo modelo de trabalho a partir da criação de um agente promotor de melhorias, capaz de alavancar resultados por meio da gestão por processos.

Após a implantação do Escritório de Processos foi construída a Cadeia de Valor do IBRAM, instrumento que aborda a maneira como as atividades da organização se interligam para gerar valor. Em outras palavras, a Cadeia de Valor é utilizada para demonstrar um fluxo simples e contínuo dos processos que diretamente contribuem para produzir valor para os clientes de uma organização.

É uma ferramenta que habilita a visão estratégica da organização; incorpora maior capacidade de analisar os problemas, identificar oportunidades, indicar os pontos de mudança/reestruturação; orienta a organização à entrega de melhores serviços/produtos; e aumenta a capacidade de gestão, seja pela definição de indicadores e metas, ou pelo diagnóstico de sombreamentos e gap de competências. Para 2017 espera-se a consolidação do trabalho e oficialização da criação da unidade funcional.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O balanço orçamentário, sintetizado no gráfico abaixo, fornece uma visão geral da execução orçamentária, demonstrando os valores autorizados em Lei, as despesas empenhadas e o saldo orçamentário.



Para o custeio integral das despesas com pagamento de servidores em 2016 houve necessidade de suplementação do orçamento, já que a Lei Orçamentária não alocou recursos suficientes para esta despesa (Grupo 1). Isso ocorreu a partir da apuração do superávit financeiro do exercício anterior das fontes vinculadas ao IBRAM (arrecadação própria - 220 e recursos minerais - 157) e da apuração do excesso de arrecadação. Seguindo a tendência do ano anterior, 97% da despesa autorizada foi executada, demonstrando o esforço da execução orçamentária para implementação das ações previstas nos programas temáticos e de gestão, sendo que os 3% restantes dizem respeito às dificuldades relativas a projetos e alinhamento de demandas.

Em relação às receitas, o IBRAM vem, gradualmente, fortalecendo o conceito de arrecadação própria e aplicação dos recursos nas melhorias internas e programas finalísticos.

A eficiência da arrecadação própria se traduz em alternativa à dependência das transferências correntes, e que se viabilizará a partir da capacitação de pessoal, investimento em equipamentos e soluções para organizar eletronicamente os cadastros e agilizar as cobranças e, ainda promoção da gestão dos créditos e dívida ativa.

Dentre as fontes de receita própria do Instituto, além das decorrentes do processo de fiscalização e de outras de menor monta, destaca-se a proveniente dos serviços de análise dos pedidos por licenças ambientais. A partir do ano de 2016 foi observado um aumento expressivo na arrecadação destas receitas em decorrência da publicação do Decreto nº 36.992, de 21 de dezembro de 2015, que reajustou os valores pelos serviços prestados e passou a precificar alguns daqueles que até então eram gratuitos.

As receitas saltaram de R\$ 2 milhões em 2015, para mais de R\$ 4 milhões em 2016, tanto em decorrência do realinhamento nos preços quanto pela maior efetividade nas ações de fiscalização ambiental.

O quadro comparativo de receitas, abaixo, apresenta de forma mais detalhada a evolução das receitas do órgão nos anos de 2015 e 2016.

Quadro Comparativo das Receitas 2015 e 2016

Receitas	2015 (R\$)	2016 (R\$)	Varição (R\$)	Varição (%)
Licença Prévia	189.356	381.573	192.217	101,51%
Licença de Instalação	912.598	1.767.803	855.205	93,71%
Licença de Operação	889.014	1.501.231	612.217	68,86%
Licença Ambiental Simplificada	11.235	143.492	132.257	1177,20%
Autorização Ambiental	-	16.544	16.544	100,00%
Consulta Prévia	-	99.533	99.533	100,00%
Serviço de Gestão Florestal	-	18.021	18.021	100,00%
Serviços de Controle de Transporte de Produtos Perigosos – TPP	-	4.368	4.368	100,00%
Serviços de Gestão de Fauna - Criação Amadora de Passeriformes	-	197.221	197.221	100,00%
Multas por danos ao meio ambiente	180.463	424.552	244.089	135,26%
Multa por poluição sonora	11.500	28.147	16.647	144,76%
Concessão de Uso de áreas em parques	38.693	40.556	1.863	4,81%
Dívida Ativa – IBRAM	-	7.598	7.598	100,00%
Outras receitas	4.551	504	-4.047	-88,93%
Total	2.237.410	4.631.143	2.393.733	106,99%

Outra iniciativa para viabilizar a melhoria do desenvolvimento institucional está relacionada ao aumento de eficiência no recebimento da dívida ativa. Considerando que sua cobrança é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, o IBRAM vem envidando esforços para melhorar o acompanhamento da inscrição e do recebimento dos valores. Tais ações são fundamentais para garantir que os recursos oriundos de ações de fiscalização ambiental sejam repassados ao Instituto, para aplicação em melhorias e aperfeiçoamento das ações finalísticas e de proteção ambiental.

A tabela a seguir demonstra o incremento significativo na dívida ativa junto à Secretaria de Fazenda, dos valores pendentes de recebimento e decorrentes de ações fiscalizatórias do IBRAM.

Período	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Valor R\$	-	-	430.210,92	606.681,82	958.840,48	1.309.028,33	3.304.761,55

Fonte: IBRAM - 2016.

A partir da demonstração das atividades realizadas em 2016 no âmbito de cada temática de responsabilidade do IBRAM, observa-se claramente a dificuldade decorrente da insuficiência orçamentária. A total dependência em relação aos recursos advindos do Tesouro, os bloqueios de parte dos valores autorizados em Lei e até mesmo a necessidade de se alocar receitas próprias para pagamento da folha dos servidores acabam por limitar consideravelmente o alcance dos resultados planejados. No entanto, ciente de que esta é uma realidade generalizada no âmbito do governo distrital, o IBRAM vem persistentemente buscando alternativas para entregar à população do DF um serviço eficiente e de qualidade.

Com a visão de que as transformações podem ser provocadas por meio da mudança na forma de se fazer as coisas, na criação de ferramentas de tecnologia, na motivação das pessoas, num processo de comunicação claro e objetivo, e num planejamento integrado, os esforços têm trazidos bons resultados, como a adoção da metodologia de gestão por processos, que vem permitindo que as atribuições desempenhadas não sejam mais vistas como de responsabilidade de uma única área, mas um conjunto de rotinas que permeiam diversas unidades e que contribuem para a entrega de algum produto. Isto vem trazendo racionalidade e otimização de recursos, alavancando resultados por meio de entregas rápidas e efetivas. As iniciativas no campo da tecnologia, como a implantação gradual do SEI e o levantamento das especificações do sistema de licenciamento ambiental para desenvolvimento já em 2017, se mostram bastante promissoras. A adoção de um plano de comunicação vem rendendo ótimos frutos, assim como a integração das ações das diversas áreas a partir da unicidade de um planejamento integrado e de uma metodologia de trabalho clara e transparente.

Complementando todo este trabalho que foi realizado em 2016 e que terá continuidade em 2017 está previsto, através da parceria com a UNESCO, a contratação de consultoria para implementação de um Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT, que é um instrumento de gestão que busca a participação ativa dos colaboradores da organização na idealização e implantação de políticas que visem conciliar as expectativas institucionais e os anseios dos empregados/servidores. Na perspectiva de que haja sucesso nesta contratação, espera-se a criação de um ambiente de trabalho saudável, uma força de trabalho coesa e motivada e o desenvolvimento do senso de pertencimento no ambiente laboral. Além disso, contando também com a parceria da UNESCO, esta prevista a contratação de consultoria para realizar o Redesenho Organizacional do órgão, necessário para o ajuste da estrutura considerando os incrementos de competência do órgão ocorridos nos últimos anos e também buscando a adequação da estrutura hierárquica ao modelo de gestão por processos que está sendo implementado.

A consolidação desses instrumentos é de grande importância para o sucesso de todas as outras iniciativas em curso, pois prepara a força de trabalho e a estrutura para as mudanças que estão sendo implementadas, tendo em vista ainda a comemoração do aniversário de 10 anos do IBRAM. Todo este esforço incremental que vem sendo realizado no órgão foi consolidado na forma de um Programa de Melhorias Institucionais – IBRAM MAIS. O programa tem a finalidade de reunir, de forma integrada, as principais iniciativas estruturantes e transformadoras em curso no órgão e tem por objetivos:

- Disseminar informações de maneira padronizada;
- Congregar esforços;
- Criar senso de pertencimento;
- Integrar e motivar;
- Buscar o engajamento;
- Dar visibilidade a ações positivas;
- Proporcionar maior eficiência ao desenvolvimento do trabalho;
- Melhorar o desempenho institucional.

Assim, para o ano de 2017 o IBRAM tem grandes perspectivas quanto ao amadurecimento dos instrumentos de gestão, visando o fortalecimento institucional e com melhoria do desempenho, gerando resultados mais eficientes para a sociedade do Distrito Federal.

11.5. FUNDO ÚNICO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL– UO: 21.901

O Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal - FUNAM, instituído pelo art.73 da Lei Distrital nº. 041 de 13/09/1989 é órgão de natureza contábil e seus recursos devem ser aplicados em atividades de desenvolvimento científico, tecnológico, de apoio editorial e de educação ambiental e em despesas de capital relativas à execução da política ambiental do Distrito Federal (art.76 da mesma Lei).

A Lei nº. 3.984 de 28/05/2007 cria, em seu artigo 13, o Conselho de Administração do FUNAM. O Decreto nº. 28.292, de 19/09/2007, aprova o Regimento Interno do Fundo Único do Meio Ambiente e o Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo. O Decreto nº 36.441/2015, de 08/04/2015, dá nova redação ao art. 4º, incisos I a V, do Decreto nº 28.292/2007, alterando a composição do Conselho Administrativo do FUNAM.

São objetivos do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal:

- I. Apoiar programas e projetos voltados à execução da política ambiental do Distrito Federal;
- II. Promover a participação da sociedade civil na solução dos problemas ambientais do Distrito Federal.

As áreas de atuação do FUNAM atendem a programas, projetos ou atividades que visem à extensão florestal, manejo sustentado e conservação dos recursos naturais renováveis, e unidades de conservação; pesquisas e desenvolvimento tecnológico; educação ambiental e divulgação; implantação de parques; controle ambiental e fortalecimento, estruturação e desenvolvimento institucional; e outros considerados condizentes com seus objetivos.

O FUNAM é administrado pelo Conselho de Administração do Fundo - CAF/FUNAM. Entretanto, sua supervisão direta cabe ao titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA. Da mesma forma, competem à SEMA as atividades da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Fundo.

O FUNAM não possui quadro próprio de pessoal.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9039 — FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	10.000	8.228.075	1.488.565	1.488.565
0001 — FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL—DISTRITO FEDERAL	10.000	8.228.075	1.488.565	1.488.565
TOTAL DO PROGRAMA 6210	10.000	8.228.075	1.488.565	1.488.565

A liberação de incentivos financeiros a programas e projetos voltados para a execução da política ambiental utilizando recurso do Fundo Único do Meio Ambiente – FUNAM. Compete ao seu Conselho Administrativo - CAF. As decisões do colegiado têm a finalidade de estabelecer critérios e prioridades de aplicação dos recursos em ações, projetos e programa, com vistas à execução da política ambiental no Distrito Federal.

O quadro abaixo apresenta os projetos implantados e em execução utilizando recursos do FUNAM:

1.1. Virada do Cerrado

A Virada do Cerrado 2016 foi realizada entre os dias 07 e 11 de setembro e contou com um público de 45 mil participantes para 500 atividades realizadas (200 ações) em 25 Regiões Administrativas e no município de Padre Bernardo – GO (segundo dados oficiais constantes na apresentação do governador "Brasília no Rumo Certo", dia 18/10/2016 para gestores públicos do GDF).

Objetivo	Aporte Financeiro (\$)	Principal Realização	Público-Alvo
Promover a educação ambiental no DF por meio do estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica individual e coletiva da sociedade sobre a problemática ambiental.	499.990,00 (*)	a) Educação Ambiental - produção de eventos nas Regiões Administrativas do DF. b) Corrida pelo clima.	Crianças e jovens de escolas públicas, famílias, ambientalistas, movimentos socioambientais e culturais, jovens e idosos.

* Projeto Implantado e concluído

1.2. CAR – Cadastro Ambiental Rural

O Cadastro Ambiental Rural – CAR tem por objetivo geral promover o cadastramento dos imóveis rurais na APA da Bacia do Rio Descoberto e aos que tiverem até 4 módulos fiscais em todo Distrito Federal. O registro eletrônico permitirá ações de planejamento da Política Ambiental DF como: 1. Definição de áreas de reserva legal; 2. Emissão de cota de reserva ambiental para mercado de ativos ambientais; 3. Adesão ao programa de regularização ambiental que visa a recuperação de áreas degradadas em regime diferenciado ao produtor e regularização fundiária de imóveis rurais.

Objetivo	Aporte Financeiro(\$)	Principal Realização	Término do Projeto
Inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR dos Imóveis Rurais localizados na APA da Bacia do Rio Descoberto (DF) e aos que tiverem até 4 módulos fiscais em todo Distrito Federal.(Convênio sob nº 001/2016 – EMATER/SEMA/IBRAM).	999.554,72 (*)	a) Promover o cadastramento dos imóveis rurais na APA da Bacia do Rio Descoberto e aos que tiverem até 4 módulos fiscais em todo Distrito Federal b) Implantar o registro eletrônico, que permitirá ao GDF promover ações de planejamento da Política Ambiental DF como: 1. definição de áreas de reserva legal; 2. emissão de cota de reserva ambiental para mercado de ativos ambientais; 3. adesão ao programa de regularização ambiental que visa a recuperação de áreas degradadas em regime diferenciado ao produtor e regularização fundiária de imóveis rurais.	01/07/2017

* Projeto em Execução

1.3. Instalação e Manutenção de Placas Fotovoltaicas

O projeto de formação e qualificação de profissionais na área de instalação e manutenção de sistemas fotovoltaicos no âmbito do programa “Fábrica Social” do Distrito Federal tem por objetivo geral formar 150 (cento e cinquenta) profissionais na área de instalação e manutenção de Sistemas Fotovoltaicos, por meio de 6 (seis) cursos de formação profissional, cada qual com duração de 200 (duzentas) horas/aula, com 25 (vinte e cinco) alunos cada turma.

Objetivo	Aporte Financeiro (\$)	Principal Realização	Término do Projeto
Formação e qualificação de profissionais na área de instalação e manutenção de sistemas fotovoltaicos no âmbito do programa “Fábrica Social” do Distrito Federal.	300.000,00(*)	Formar 150 (cento e cinquenta) profissionais na área de instalação e manutenção de Sistemas Fotovoltaicos, por meio de 6 (seis) cursos de formação profissional. Cada curso terá duração de 200 (duzentas) horas/aula, com 25 (vinte e cinco) alunos cada turma.	30/05/2017

(*) Projeto em Execução

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Evolução Superávit Financeiro x Projetos Financiados (R\$)

Ano	Superávit Financeiro	Projetos Financiados
2016	8.224.784,00	1.699.504,77
2015	8.242.258,00	244.797,11
2014	7.584.478,00	79.713,13
2013	7.107.628,00	46,44
2012	6.580.429,00	0,00
2011	6.089.570,00	229.810,94
2010	4.974.196,00	0,00
2009	4.347.080,22	0,00
2008	3.925.358,25	3.847,98
2007	3.185.593,00	2.264,52

Reuniões do CAF/FUNAM

Data	Reunião	Publicação DODF
15/01/2016	14ª Reunião Extraordinária	Nº 038, sexta-feira, 26 de fevereiro de 2016
13/05/2016	15ª Reunião Extraordinária	Nº 101, segunda-feira, 30 de maio de 2016
15/07/2016	16ª Reunião Extraordinária	Nº 151, terça-feira, 9 de agosto de 2016
11/11/2016	17ª Reunião Extraordinária	a publicar
09/12/2016	18ª Reunião Extraordinária	a publicar
11/03/2016	9ª Reunião Ordinária	Nº 66, quinta-feira, 7 de abril de 2016

Resoluções do CAF/FUNAM

Data	Reunião	Publicação DODF
------	---------	-----------------

15/01/2016	Nº 01	Nº 101, segunda-feira, 30 de maio de 2016
01/08/2016	Nº 02	Nº 151, terça-feira, 09 de agosto de 2016
01/08/2016	Nº 03	Nº 224, terça-feira, 29 de novembro de 2016

Portarias do CAF/FUNAM

Data	Portaria	Publicação DODF
13/04/2016	Nº 26	Nº 72, sexta-feira, 15 de abril de 2016
20/05/2016	Nº 35	Nº 97, segunda-feira, 23 de maio de 2016
09/06/2016	Nº43	Nº 111 segunda-feira, 13 de julho de 2016
18/03/2016	Nº 23	Nº 56, quarta-feira, 23 de março de 2016
16/06/2016	Nº 44	Nº 127, terça-feira, 05 de julho de 2016
02/09/2016	Nº68	Nº 170, quinta-feira, 08 de setembro de 2016
14/09/2016	Nº 70	Nº 174, quarta-feira, 14 de setembro de 2016
03/11/2016	Nº85	Nº 209, segunda-feira, 07 de novembro de 2016
30/05/2016	Conjunta Nº 02	Nº 102, terça-feira, 31 de maio de 2016
14/07/2016	Conjunta Nº 04	Nº 135, sexta-feira, 15 de julho de 2016

Extrato Demonstrativo Orçamentário/Financeiro

Período	Publicação DODF
1º bim	Nº 79, quarta-feira, 27 de abril de 2016
2º bim	Nº 98, terça-feira, 24 de maio de 2016
3º e 4º bim	Nº 173, terça-feira, 13 de setembro de 2016
5º bim	Nº 229, quarta-feira, 07 de dezembro de 2016

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O Conselho de Administração do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal – CAF/FUNAM é o órgão deliberativo máximo do Fundo Único do Meio Ambiente.

Em sua 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 09/12/2016, o colegiado deliberou sobre: I. Projetos para o ano calendário de 2017. Anexam-se quadros de detalhamentos de projetos em execução e novos projetos apresentados aprovados pelo Conselho de Administração do FUNAM.

Projetos em processos de contratação

Projeto	Valor (R\$)	Objetivo
1- PCPV - Plano de Controle de Poluição	1.909.515,64	Aquisição de equipamentos e contratação de serviços para subsidiar a implantação, execução e avaliação do programa de Inspeção e Manutenção de Veículos no Distrito Federal.
2- Mudanças Climáticas: Cenários e Alternativas	65.500,00	Projeções futuras de clima, com maior detalhamento, e passíveis de uso em avaliações dos impactos da mudança do clima em diversos setores socioeconômicos e ambientais.
3- Avaliação de Riscos Climáticos e Alternativas	90.000,00	Avaliação dos prováveis impactos de diferentes cenários climáticos para o DF sobre os recursos hídricos, usos associados, atual e futuro, considerando um horizonte de 30 anos (2010-2040).
4- Novo desenho Institucional do FUNAM	130.000,00	Consultoria para análise, revisão e desenvolvimento do redesenho organizacional do FUNAM.
5- CAR - Cadastro Ambiental Rural com o IBRAM	300.485,23	Ações de publicidade TI – Implantação de sistema para análise e processamento para monitoramento do CAR no DF.

Novos Projetos Apresentados para 2017

O CAF aprovou um conjunto de iniciativas em sua última reunião ocorrida em 2016, tendo como foco o apoio e incentivo à resultados já obtidos. Nesse contexto, destacam-se os quatro Concursos aprovados – Iniciativas sustentáveis urbanas e rurais, empresariais e educativas.

Projeto	Valor(R\$)	Objetivo
Iniciativas Urbanas Sustentáveis	450.000,00	Impulsionar no Distrito Federal práticas sustentáveis na gestão de energia elétrica, águas, hortas urbanas e resíduos sólidos, proporcionando economia, sustentabilidade ambiental e promovendo saúde e qualidade de vida.
Iniciativas Rurais Sustentáveis	450.000,00	Impulsionar no Distrito Federal práticas sustentáveis na gestão de empreendimentos familiares rurais que fortaleçam a sociobiodiversidade, a agroecologia e a sustentabilidade socioambiental, proporcionando bons resultados ambientais, econômicos e a melhoria da saúde e qualidade de vida.
Espaços Educadores Sustentáveis	600.000,00	Impulsionar e dar visibilidade no Distrito Federal às boas práticas educativas que a partir da ação coletiva transformam a realidade em que estão inseridas por meio de ações de educação ambiental, promovendo modos sustentáveis de produção e consumo, saúde e qualidade de vida.
Iniciativas Empresariais Sustentáveis	600.000,00	Impulsionar no Distrito Federal práticas empresariais sustentáveis na gestão de energia elétrica, águas, resíduos sólidos, aproveitamento de condições naturais locais, educação ambiental, conscientização dos envolvidos nos processos, proporcionando economia, sustentabilidade ambiental e promovendo saúde e qualidade de vida.
Salve o Lobo Guará	300.000,00	Monitorar indivíduos de lobo guará por meio do colar GPS, observação de rastros e dados de armadilhas fotográficas. A proposta visa avaliar o habitat dos indivíduos monitorados, identificar os fragmentos utilizados como corredor ecológico e subsidiar atividades de Educação Ambiental por conscientização de alunos da rede pública sobre a importância da conservação do lobo guará.

12.SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS–UO: 22.101

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, Unidade Orçamentária de Direção Superior, subordina-se diretamente ao Governador do Distrito Federal para execução de suas atividades nos termos do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, alterado pelo Decreto nº 37.776, de 16 de novembro de 2016, que regulamenta a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal.

A Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispôs sobre a reestruturação Administrativa do Distrito Federal, criou, entre outros órgãos, a Secretaria de Viação e Obras. Ao longo dos anos, esta Secretaria recebeu várias denominações, tais como Secretaria de Obras e Secretaria de Infra-Estrutura e Obras, mas sempre com foco no comando das obras públicas da área de infraestrutura do DF. A partir do Decreto nº 36.236/2015, a então Secretaria de Estado de Obras passou a ser denominada Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal.

Ressalta-se que a partir de 15 de setembro de 2016, por força do Decreto nº 37.625, publicado no DODF nº 176, de 16 de setembro de 2016, que dispôs sobre a estrutura Administrativa da Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal – SECID, a Subsecretaria de Atendimento às Cidades - então unidade orgânica da Sinesp - que tinha competência direta para o atendimento das demandas das Administrações Regionais, passou a integrar a estrutura da Secid.

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, conforme definida nos decretos citados acima, tem atuação e competência nas seguintes áreas:

- I. projetos, execução e fiscalização de obras públicas;
- II. infraestrutura;
- III. recuperação de equipamentos públicos; e,
- IV. serviços públicos.

São vinculados à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos os seguintes Órgãos:

- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap;
- Companhia Energética de Brasília - CEB;
- Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília - Caesb; e,
- Serviço de Limpeza Urbana - SLU.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro do GDF	08
Cedidos – fora do GDF	03
Requisitado fora do GDF – PASUS	01
Temporário – em exercício	00
Temporário – afastado	00
CLT – em exercício	11
CLT – afastado	00
Conselheiro	00
Estatutário – em exercício	55
Estatutário - afastado	01
Sem vínculo – em exercício	89
Sem vínculo – afastado	00
Total ativos – em exercício	167
Total ativos – afastado	01

Fonte: COGEP/SUAG/SINESP

Panorama da execução orçamentária e financeira

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a partir da publicação da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 5.601, de 30/12/2015 (DODF nº 250 de 31/12/2014 – Suplemento A), para o desempenho de suas atividades iniciais, dispunha da perspectiva de recursos do Tesouro (Fonte 100) da ordem de R\$ 184,7 milhões de reais, assim distribuídos:

Distribuição por Categoria de Gasto (Dotações Iniciais – Fonte 100)	
1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.832.764,00
3 - Outras Despesas Correntes	41.078.554,00
4 - Investimentos	124.820.686,00
TOTAL	184.732.004,00

(Valores em R\$)

O Decreto nº 37.053, de 12/01/2016, que dispôs sobre a limitação da despesa pública para o início de 2016, estabeleceu o teto de 1/12 avos das dotações aprovadas na LOA para essa limitação; entretanto, este teto não se aplicava aos Programas de Trabalho (subtítulos) custeados por recursos de convênios e operações de crédito. Assim, no mês de janeiro, esta Secretaria pôde emitir empenhos provenientes da Fonte 100, no Grupo 4, no valor de aproximadamente R\$ 31 milhões.

Posteriormente, com a edição do Decreto nº 37.093, de 28/01/2016, que definiu a Programação Orçamentária e Financeira para o exercício de 2016, os valores que seriam contingenciados, relativos aos Grupos 3 e 4, equivaleriam, respectivamente, a cerca de R\$ 24 milhões e R\$ 47,7 milhões, como detalhado abaixo:

Avaliação Dos Contingenciamentos - Decreto Nº 37.093	Valor	Percentual (%)
GRUPO 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES DOTAÇÃO INICIAL	41.078.554,00	100,00
*EMENDAS PARLAMENTARES	0,00	0
CRÉDITOS A SEREM CONTINGENCIADOS (POR FORÇA DO DECRETO Nº 37.093, DE 28/01/2016)	24.041.053,00	58,52
SALDO A SER DISPONIBILIZADO PARA A UNIDADE - GRUPO 3	17.037.501,00	41,48
GRUPO 4 - INVESTIMENTOS	124.820.686,00	100,00
*EMENDAS PARLAMENTARES	45.630.000,00	36,56
CRÉDITOS A SEREM CONTINGENCIADOS (POR FORÇA DO DECRETO Nº 37.093, DE 28/01/2016)	47.707.097,00	38,22
SALDO A SER DISPONIBILIZADO PARA A UNIDADE - GRUPO 4	31.483.589,00	25,22
TOTAL CONSIGNADO GRUPOS 3 E 4	165.899.240,00	
TOTAL CONSIGNADO GRUPOS 3 E 4 – EMENDAS PARLAMENTARES	45.630.000,00	
TOTAL CONSIGNADO GRUPOS 3 E 4 – SEM EMENDAS PARLAMENTARES	120.269.240,00	100,00
TOTAL A SER CONTINGENCIADO – GRUPOS 3 E 4	71.748.150,00	59,66
TOTAL A SER DISPONIBILIZADO PARA A UNIDADE – GRUPOS 3 E 4	48.521.090,00	40,34

* Não contingenciáveis (Valores em R\$)

Desse modo, no contexto das disponibilidades provenientes da Fonte de Recursos 100, a atuação desta Secretaria estaria restrita à limitação estabelecida para este órgão, equivalente à R\$ 48,5 milhões, sendo R\$ 17,03 milhões para o Grupo de Despesas 3 e R\$ 31,5 milhões para o Grupo de Despesas 4. Ao deduzir as consignações provenientes de Emendas Parlamentares, constatou-se que o contingenciamento, então imposto, representava o elevado percentual de 59,66, do total consignado na Fonte 100.

O quadro a seguir demonstra a avaliação da base contingenciável, considerando os empenhos já emitidos antes do estabelecimento da programação financeira e respectiva repercussão nas condições orçamentárias para os créditos institucionais, ou seja, deduzidos das Emendas Parlamentares, as quais não podem sofrer contingenciamento:

AVALIAÇÃO DA BASE CONTINGENCIÁVEL	VALOR	PERCENTUAL (%)
GRUPO 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES – DOTAÇÃO INICIAL	41.078.554,00	100,00
VALOR EMPENHADO ANTERIORMENTE À PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	305.000,00	0,74
*EMENDAS PARLAMENTARES	0,00	0,00
BASE CONTINGENCIÁVEL	40.773.554,00	99,25
CRÉDITOS A SEREM CONTINGENCIADOS (POR FORÇA DO DECRETO Nº 37.093, DE 28/01/2016)	24.041.053,00	-
SALDO REMANESCENTE A SER DISPONIBILIZADO A EMPENHAR – GRUPO 3	16.732.501,00	40,73
GRUPO 4 – INVESTIMENTOS	124.820.686,00	100,00
VALOR EMPENHADO ANTERIORMENTE À PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	30.995.693,63	24,83
*EMENDAS PARLAMENTARES	45.630.000,00	36,55
BASE CONTINGENCIÁVEL	48.194.992,37	38,61
CRÉDITOS A SEREM CONTINGENCIADOS (POR FORÇA DO DECRETO Nº 37.093, DE 28/01/2016)	47.707.097,00	-
SALDO REMANESCENTE A SER DISPONIBILIZADO A EMPENHAR – GRUPO 4	487.895,37	0,39
TOTAL SALDO REMANESCENTE A SER DISPONIBILIZADO A EMPENHAR – GRUPOS 3 E 4	17.220.396,37	

* Não contingenciáveis (Valores em R\$)

No que se refere ao Grupo 4, observou-se que o tratamento especial, concedido inicialmente aos programas de trabalho custeados por recursos de convênios e operações de crédito, acabou por afetar a base contingenciável desse grupo de despesas, tendo em vista que todos os empenhos emitidos, anteriormente ao decreto de programação, correspondiam a dotações vinculadas. Quanto ao Grupo 3, não foi registrada tal ocorrência.

Considerado o valor total dos Grupos 3 e 4, até então empenhado, de R\$ 31,3 milhões, o valor restante ainda a utilizar, para dotações institucionais, decorrente do contingenciamento imposto, era de R\$ 17,2 milhões.

Ressalta-se contudo que a Sinesp não obteve disponibilidade no montante do saldo remanescente a que a Pasta faria jus nos meses subsequentes de março a dezembro (R\$ 17,2 milhões), alocados em dotações que poderiam ensejar a programação de novas intervenções.

A exemplo do que ocorreu no ano anterior, os descontingenciamentos foram possibilitados apenas por deliberação autorizativa da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal – Governança – DF. Todavia, a maior parte dos descontingenciamentos efetivados por essa instância foi destinada à abertura de créditos suplementares para incremento do Orçamento de outras Unidades do Governo do Distrito Federal, o que ocasionou reduções expressivas canceladas do Orçamento desta Sinesp, no valor total aproximado de R\$ 51,9 milhões

Os dados relativos à redução orçamentária evidenciam que a perda mais elevada ocorreu no mês de abril de 2016 (R\$ 23,7 milhões) e foi associada ao maior volume de créditos descontingenciados verificado também nesse mês de abril na Fonte de Recursos 100.

Salienta-se, também, que houve determinação governamental para que esta Secretaria procedesse ao remanejamento de créditos orçamentários para a Novacap, no valor de R\$ 12,3 milhões, destinados a sanar parte do déficit verificado no Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD, daquela Companhia, o que a impedia de executar ações urgentes de recuperação de vias. Em compensação, foi solicitada à Terracap, avaliação de proposta de celebração de convênio de repasse de recursos com a finalidade de custear parte da contrapartida a cargo do Governo do Distrito Federal, necessária às obras de implantação de infraestrutura no Setor Habitacional Vicente Pires, contratadas por esta Sinesp. Além disso, por iniciativa desta Pasta foram remanejados, também à Novacap R\$ 1,2 milhão para atendimento de demais déficits pontuais apresentados como prioritários por aquela Empresa. Isto posto, o montante de créditos cancelados do Orçamento desta Secretaria, para incrementar o Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD da Novacap, resultou em R\$ 13,5 milhões.

Importa destacar ainda, em relação ao remanejamento de créditos para outra unidade por iniciativa desta Secretaria, em razão de não ter havido consignação de recursos necessários à Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – Adasa, na Fonte 100, para desenvolvimento dos Planos Distritais de Saneamento Básico - PDSB e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS, como no exercício de 2015, restou a esta Pasta, por presidir a Comissão Técnica desses planos, indicar o cancelamento de recursos orçamentários para a abertura de créditos suplementares àquela Agência, no valor de R\$ 3,3 milhões.

Tais créditos eram necessários na Adasa para possibilitar a contratação de consultoria especializada para a elaboração dos referidos PDSB e PDGIRS. A ausência desses Planos impediria que vários recursos federais, que seriam aplicados em programas de saneamento no Distrito Federal, fossem obtidos, especialmente, no âmbito de atuação da Caesb (água e esgoto), Novacap (drenagem urbana e manejo das águas pluviais) e SLU (limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos). Assim, o quadro abaixo reflete o total de R\$ 16,92 milhões indicados por esta Sinesp para remanejamentos:

Créditos indicados para remanejamento pela Sinesp - Fonte de Recursos 100			
Mês	Instrumento/ Cancelamento	Valor	Destinação dos Recursos
Março	Decreto nº 37.167, de 08/03/16, DODF nº 46, de 09/03/16	400.000,00	Custear parte das despesas da Concorrência nº 020/2015 – ASCAL/PRES, referente à “Complementação do Centro Olímpico de Planaltina”, situado no Setor Recreativo e Cultural Módulo Esportivo em Planaltina – DF.
	Decreto nº 37.207, de 28/03/2016 DODF nº 59, de 29/03/2016	300.000,00	Custear parte das despesas da Ata de Registro de Preços D.E.ASJUR/PRES nº 031/2015, referente à execução de serviços diversos comuns de engenharia a serem executados na esfera do Distrito Federal, conforme Orçamento, Especificações Técnicas dos Serviços, Projeto PEC.
	Decreto nº 37.223, de 31/03/2016 DODF nº 07, de 31/03/2016 - Edição Extra	12.319.352,00	Custear parte das despesas de Contratos da NOVACAP referentes à recuperação de pavimento asfáltico (tapa buraco).
Novembro	Decreto nº 37.774, de 16/11/2016, DODF nº 216, de 17/11/2016	517.248,00	Contratação das obras de execução de paisagismo em áreas adjacentes ao Teatro Nacional de Brasília – Bosque dos Ipês, Praça da Cidadania e estacionamento – Teatro Nacional, situado no Setor Cultural Norte, Lote I em Brasília - DF - Tomada de Preços nº 008/2016-ASCAL/PRES.
Março	Decreto nº 37.218 de 29/03/2016, DODF nº 60, de 30/03/2016	3.381.584,00	Recursos orçamentários creditados na Adasa para contratação de consultoria especializada para a elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB) e do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS). Contrato 22/2016-ADASA - Publicado no DODF nº 78, de 26/04/2016, seção III, página 27.
TOTAL		16.918.184,00	

Ainda em relação a perdas orçamentárias sofridas, houve também a ocorrência de procedimentos de conversão de Fontes de Recursos condicionadas (códigos 900 e 907) em definitivas (Fonte 100). Porém, os créditos obtidos de operações desse tipo foram imediatamente contingenciados e desbloqueados pelo Órgão Central de Planejamento, em sua maior parte com a finalidade de suplementação de outras unidades.

A dotação inicialmente consignada para a Fonte 900, de R\$ 33,4 milhões e, posteriormente, acrescida de R\$ 2,9 milhões, foi totalmente remanejada no valor alocado de R\$ 36,3 milhões para atender déficits orçamentários de outros órgãos.

Acerca da Fonte 907, constatou-se o incremento de R\$ 9,9 milhões ao montante de R\$ 24,9 milhões, inicialmente consignado pela LOA 2016. Não obstante o total de R\$ 34,8 milhões, R\$ 30,4 milhões mantiveram-se contingenciados. A disponibilidade verificada, de R\$ 4,4 milhões, não caracterizou possibilidade de utilização por se tratar de evento contábil de troca de fonte 100, desta Sinesp, para a fonte 907, originalmente alocada em outras unidades.

Em relação aos recursos oriundos de Emendas Parlamentares, ocorreu o mesmo contexto de 2015, ou seja, apesar do caráter impositivo estabelecido pela alteração à Lei Orgânica do DF, esses créditos consignados na LOA foram bloqueados imediatamente após seu lançamento no Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGo, e sua execução orçamentária ficou condicionada à comunicação formal, pelo autor, à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Seplag, em cumprimento ao § 4º do Artigo 32, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o ano de 2016 (Lei nº 5.114, de 03/08/2015).

Novamente, o aspecto instável de manutenção das consignações iniciais desses créditos provenientes de Emendas Parlamentares foi observado em 2016. Com isso, tornou-se mais difícil programar a execução de intervenções, haja vista que, dos R\$ 45,6 milhões, R\$ 43,9 milhões foram remanejados por iniciativa dos respectivos autores para outros Órgãos. Já no que se refere a suplementações de créditos, verificou-se o acréscimo do montante da ordem de R\$ 3,4 milhões.

No decorrer do exercício, desbloqueou-se em torno de R\$ 5,75 milhões dos recursos provenientes de emendas. Esses recursos foram, em sua maioria, destinados à descentralização de créditos, tendo em vista as finalidades definidas pelos parlamentares. Para a Novacap, foi efetivada transferência de R\$ 2,5 milhões. Já para as Administrações Regionais, descentralizou-se aproximadamente R\$ 1,37 milhão para aplicação em obras de implantação de iluminação pública pela CEB, conforme as indicações de demandas a serem atendidas. Restou disponível, à conta desses créditos vinculados a emendas, o total de R\$ 1,2 milhão, sendo R\$ 400 mil oriundos de desbloqueios efetivados, para os quais não foi apresentada a respectiva estimativa de custos por parte da CEB, e os restantes R\$ 800 mil devido ao fato do parlamentar ter solicitado estorno da descentralização efetivada para a Novacap, por ter o autor da destinação excedido o seu limite anual de utilização, limite esse estabelecido e controlado no âmbito da Casa Civil.

Especificamente sobre procedimentos de descentralização de créditos orçamentários, cabe destacar o Decreto nº 37.427, de 22 de junho de 2016 - DODF nº 119, de 23/06/2016, alterado pelo Decreto nº 37.471, de 08/07/2016, que atualizou as normas para essa modalidade de transferência de recursos. A partir de tal dispositivo foi estabelecida a co-responsabilidade do Ordenador de Despesa da Unidade Gestora Concedente - UGC, ou seja, da Unidade Orçamentária detentora da consignação original do crédito.

As descentralizações definidas por esta Pasta, para os demais órgãos, corresponderam ao total de R\$ 21,7 milhões, com finalidades específicas. Em geral, ocorreram repasses no valor de R\$ 19,3 milhões para a Novacap concluir contratações formalizadas por recursos anteriormente transferidos.

Excepcionalmente, para determinadas Administrações Regionais, foram repassados R\$ 1,5 milhão e esses recursos foram destinados à implantação de iluminação pública, em virtude desta Secretaria e da CEB não terem ultimado a formalização de novo contrato/convênio, que permitisse a programação de novas demandas.

Por fim, em se tratando das fontes de recursos externos, conforme exposto em relatórios anteriores, esta Secretaria possui setor específico, o qual opera a gestão dos instrumentos celebrados com a União Federal e demais organismos financiadores, para a definição de proposta de programação do exercício subsequente. A previsão da Sinesp é então submetida às Secretarias de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, e a de Fazenda, que em conjunto, decidem as alocações que constarão do Projeto de Lei Orçamentária para cada exercício financeiro.

No exercício financeiro de 2016, essas fontes totalizaram R\$ 765,9 milhões de recursos iniciais consignados na LOA, que somados aos créditos de apuração de superávit financeiro (R\$ 41,8 milhões) resultaram no montante de R\$ 807,8 milhões. Parte do superávit consignado, na ordem de R\$ 14,6 milhões, foi remanejado para ser utilizado pela Novacap em intervenções custeadas por recursos do Financiamento com o Banco do Brasil.

No tocante à composição dos recursos externos, destaca-se a Fonte 135 - Operações de Crédito Internas - com a maior parcela dos créditos consignados, R\$ 726,2 milhões (incluídos os superávits incorporados à LOA), haja vista as principais vinculações sob a gestão desta Secretaria se referirem a financiamentos contratados com a Caixa Econômica Federal.

Dentre os empreendimentos de grande porte, custeados pela Fonte 135, cabe salientar que, em 2016, houve a continuidade e início de intervenções contratadas em exercícios anteriores, como as obras de infraestrutura no Setor Habitacional Sol Nascente e na região de Vicente Pires. Além desses, foram firmados novos instrumentos lastreados por essa fonte, relativos à implantação de infraestrutura nos Setores Habitacionais Buritizinho e Porto Rico, as obras de construção do Túnel de Taguatinga e a intervenção recém-contratada no Setor Habitacional Bernardo Sayão.

Há que se considerar, ainda, os certames em curso ao longo do exercício de 2016, que requereram créditos orçamentários da fonte 135 para o seu início e/ou desenvolvimento. Ressalta-se, também, que parte do valor estimado, que contemplava a perspectiva de captação de recursos, não se efetivou em operação de crédito firmada, como, por exemplo, os créditos, no âmbito do Finisa/Caixa, previstos quando da elaboração do Plano Plurianual em vigor.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	800.000	464.992	459.298	399.015
0021 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	800.000	464.992	459.298	399.015
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.510.500	1.529.489	1.522.140	1.522.140
0073 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-GUARÁ	1.510.500	1.529.489	1.522.140	1.522.140
TOTAL DO PROGRAMA 0001	2.310.500	1.994.481	1.981.439	1.921.155

(Valores em R\$)

O Programa Temático 0001 é voltado para as Ações institucionais excepcionais que impactaram no custo da Unidade, sendo a principal despesa o ressarcimento de salários a servidores cedidos por outros Órgãos, como: o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal e, as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte. A razão dessa despesa decorre do déficit de servidores do Quadro de Pessoal Permanente desta Pasta. As demais despesas ocorreram para o pagamento de indenizações de transporte e atividades externas, licenças-prêmios, constantes na Folha de Pagamento, e para o ressarcimento de IPTU/TLF devido à Novacap pela cessão de uso à Sinesp de parte de suas instalações.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	455.222	2.593	0	0
0033 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	455.222	2.593	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	564.062	1	0	0
0019 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	564.062	1	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	350.000	1	0	0
5292 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	350.000	1	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	137.000	35.528	7.971	7.971
2570 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	137.000	35.528	7.971	7.971
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	21.412	938.962	920.607	420.607
0006 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DA CASA DE CULTURA - PLANALTIMA	0	500.000	500.000	0
0016 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DISTRITO FEDERAL	21.412	438.962	420.607	420.607
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50.000	4.673	0	0
0066 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	50.000	4.673	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	16.682.264	17.777.272	17.777.270	17.777.270
0092 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	16.682.264	17.777.272	17.777.270	17.777.270
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	920.000	763.826	659.108	659.108
7003 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	920.000	763.826	659.108	659.108
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.295.000	829.221	480.270	435.944
0091 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	1.295.000	829.221	480.270	435.944
TOTAL DO PROGRAMA 6001	20.474.960	20.352.077	19.845.226	19.300.900

(Valores em R\$)

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6001	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2016	
				Unid.	Quant.
Descentralização parcial de crédito para continuação da reforma geral do Espaço Oscar Niemeyer, localizado na Praça dos Três Poderes no Eixo Monumental de Brasília (CT 550/2014 - Novacap).	PLANO PILOTO	0046	CONCLUÍDA	m ²	175

(Valores em R\$)

O Programa Temático Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Desenvolvimento promoveu o custeio com pessoal (vencimentos, contribuições previdenciárias, substituições e auxílios diversos: creche e natalidade, alimentação e transporte), com a manutenção dos serviços administrativos e a modernização do Sistema de Informação da Sinesp.

Embora o Programa abrangesse as Ações de Conservação das Edificações Públicas e de Elaboração de Projetos de Edificações, inexistiram gastos com essas atividades vinculadas à Unidade, por ter sido definido que os serviços nelas envolvidos ficariam concentrados na Novacap.

Para a Ação/Subtítulo 3903/0016 (reforma de prédios e próprios), tal como no exercício anterior, a intervenção nela efetivada restringiu-se à transferência de créditos desta Secretaria para a Novacap, com a efetiva realização da despesa, na reforma do Espaço Oscar Niemeyer, localizado na Praça dos Três Poderes, no Eixo Monumental de Brasília.

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	300.000	0	0	0
7444 - REFORMA DA CASA DO ARTESÃO - PLANALTINA	300.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6002	300.000	0	0	0

(Valores em R\$)

A única Ação vinculada ao Programa Temático Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Social foi oriunda de Emenda Parlamentar cancelada pela Lei nº 5.733/2016, a pedido do autor.

PROGRAMA: 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1072 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF	8.891.231	182	182	182
4007 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF-SEDE DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.- TAGUATINGA	8.891.231	182	182	182
5098 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	349.000	175.876	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"--DISTRITO FEDERAL	349.000	175.876	0	0
5119 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	1.955.578	783.963	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"--DISTRITO FEDERAL	1.955.578	783.963	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6203	11.195.809	960.021	182	182

(Valores em R\$)

A principal previsão de recursos neste Programa se destinava ao Centro Administrativo do Distrito Federal - CADF, na Região Administrativa de Taguatinga, implantado por meio de uma Parceria Público-Privada – PPP, através de Contrato de Concessão Administrativa inicialmente sob a responsabilidade desta Sinesp.

Em fevereiro de 2016, a gestão do Contrato da PPP, bem como a Operação e Manutenção do Centro Administrativo, passou para a Seplag por determinação do Decreto nº 37.097, de 02/02/2016, republicado no DODF nº 24, de 04/02/2016. Já em maio, houve a transposição da dotação orçamentária consignada no orçamento para a Seplag, conforme o Decreto nº 37.327, de 10/05/2016.

O Programa Temático 6203 também englobou Ações voltadas para a contratação do Programa Brasília Sustentável II, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Essas Ações cobririam a criação da Unidade de Gerenciamento e o Projeto de Fortalecimento Institucional, vinculados ao Brasília Sustentável. Ao longo do ano, apenas ocorreram as tratativas para a aprovação da operação de crédito do Programa, sem impacto específico no orçamento da Sinesp. O subtítulo 2.4.2, do Capítulo 2, aborda essa matéria.

PROGRAMA: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	2.410.444	244.076	0	0
0009 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	455.222	76	0	0
4747 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CAMPOS DE FUTEBOL DE GRAMA SINTÉTICA-DISTRITO FEDERAL	455.222	9.999	0	0
9526 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-PRÓ-MORADIA CEF-DISTRITO FEDERAL	700.000	234.001	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9549 - CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SINTÉTICO AO LADO DO CEMITÉRIO NA R.A. DE SOBRADINHO II	500.000	0	0	0
9550 - CONSTRUÇÃO DE CAMPO SINTÉTICO NO ARAPOANGA EM PLANALTA RA-VI	300.000	0	0	0
9570 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE CAMPO EM GRAMA SINTÉTICA NA QUADRA 114 DO- RECANTO DAS EMAS	0	0	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1.565.222	1.709.835	877.230	826.106
1040 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	455.222	884.834	877.230	826.106
9498 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-PARQUE URBANO DO SOL NASCENTE- CEILÂNDIA	1.110.000	825.001	0	0
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	5.282.000	4.818.000	0	0
3879 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE NA AC 115, CONJ. A, LT. 01- SANTA MARIA	2.641.000	2.178.000	0	0
3880 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE NA ÁREA ESPECIAL 02, QUADRA 01, SETOR ADMINISTRATIVO- SOBRADINHO II	2.641.000	2.640.000	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	455.222	465.475	465.381	0
0011 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	455.222	465.475	465.381	0
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	945.222	1.681.862	49.999	49.999
8514 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA--DISTRITO FEDERAL	815.222	1.129.352	49.999	49.999
8523 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA-PRAÇA NO PÓLO DE MODAS- GUARÁ	130.000	552.510	0	0
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	795.222	2.865.142	1.143.612	391.961
9472 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES--DISTRITO FEDERAL	455.222	2.825.142	1.143.612	391.961
9492 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS NAS REG. ADM. DO DF	340.000	40.000	0	0
7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	12.600.444	17.221.115	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES-- GAMA	12.145.222	17.221.022	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	455.222	93	0	0
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	455.222	37.593	0	0
6330 - REFORMA DE ESTÁDIO--DISTRITO FEDERAL	455.222	37.593	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	24.508.998	29.043.098	2.536.222	1.268.066

(Valores em R\$)

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6206	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2016	
				Unid.	Quant.
Executar paisagismo, parque infantil e PEC na QR 206 e 204 e passeios, rampas, PEC e Quadra Poliesportiva na QR 206, em Samambaia (CT 051/2013).	SAMAMBAIA	0006	CONCLUÍDA	m²	2.937
Construir pista de caminhada e passeios, recuperar pista existente e implantar paisagismo no Parque da Cidade em Brasília (CT 018/2014).	PLANO PILOTO	0007	CONCLUÍDA	m²	10.839
Construir praça com parquinho, PEC, pergolado, quadra de esporte e pista de skate, na QR 302, Centro Urbano de Samambaia (CT 516/2016 - Novacap).	SAMAMBAIA	0047	CONCLUÍDA	m²	1.200
Construir pista de Cooper na Vila Planalto, no Plano Piloto de Brasília (CT 005/2016).	PLANO PILOTO	0053	PARALISADA	Un.	1

Destacam-se neste Programa Temático as Ações incluídas no orçamento da Sinesp, relativas à Reforma e à Construção de Praças Públicas e Parques, com as seguintes realizações:

- A Ação/Subtítulo 3902/9475 (reforma de praças/parques no DF) refere-se à execução de pista de caminhada e passeios, recuperação de pista existente e implantação de paisagismo no Parque da Cidade, em Brasília, objeto do Contrato nº 018/2014-SO, cujas obras foram concluídas em 2016; e,
- Já na Ação/Subtítulo 1950/1040 (construção de praças/parques no DF), houve a realização da construção de praça com parquinho, PEC, pergolado, quadra de esporte e pista de skate, na QR 302, Centro Urbano de Samambaia, a partir de contratação efetivada pela Novacap e custeada integralmente por meio da transferência de créditos desta Pasta.

No que concerne à Implantação de Infraestrutura Esportiva (Ação/Subtítulo 3596/8514), ressalta-se o contrato firmado para a construção de pista de Cooper na Vila Planalto, no Plano Piloto de Brasília. Devido à necessidade de adequação e aprovação de novo projeto, sua realização está prevista para ter início em 2017.

Cabe mencionar que, do valor autorizado para este Programa, uma expressiva parcela era devida às previsões de recursos vinculados a Contratos de Repasses, cujos objetos ainda não apresentaram condições para início dos procedimentos de seus certames, como segue:

- A previsão orçamentária para a Ação/Subtítulo 7112/0001 está vinculada ao Contrato de Repasse para a construção do Ginásio do Gama, que será custeada com recursos do Orçamento Geral da União – OGU, pendente de aprovação de projeto pelo agente financiador, cuja licitação deverá ser autorizada em 2017;

▪ No tocante à Ação do “Programa de Aceleração do Crescimento”, constava a previsão para a construção de dois Centros de Iniciação ao Esporte, um em Santa Maria e outro em Sobradinho II, vinculada a Termos de Compromisso assinados com a União, inicialmente sob a gestão da Secretaria de Esporte, cujos projetos foram então concluídos sob ação da Sinesp e submetidos ao agente financiador. No final do exercício 2016, foi obtida a aprovação e autorização para sua licitação, que se desenvolverá em 2017;

▪ A Ação/Subtítulo 1745/9526 (quadras esportivas do Pró-Moradia), vinculada a contrato de financiamento relativo ao Programa Pró-Moradia, cujas definições estão abordadas no subtítulo 2.4.1.3, do Capítulo 2; e,

▪ As Ações/Subtítulos 1745/4747 (campos de futebol de grama sintética), 1950/9498 (parque do Sol Nascente) e 3596/8523 (Polo de Modas do Guará), vinculadas a Contratos de Repasse já firmados, a serem custeadas pelo OGU, mas que ainda estão pendentes de conclusão de projetos, conforme citado no item 2.4.1.5 deste Relatório, com expectativa de serem autorizadas suas licitações no próximo exercício.

PROGRAMA: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	3.560.444	4.371.296	1.166.881	1.094.169
0799 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS--DISTRITO FEDERAL	455.222	7.303	0	0
5748 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS-FEIRA PERMANENTE DA ESTRUTURAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	3.105.222	4.363.993	1.166.881	1.094.169
3033 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL	10.000	28.290	18.092	18.092
0001 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL-- LAGO NORTE	10.000	28.290	18.092	18.092
3247 - REFORMA DE FEIRAS	755.222	808.703	0	0
6715 - REFORMA DE FEIRAS--DISTRITO FEDERAL	455.222	8.703	0	0
6716 - REFORMA DA FEIRA MODELO DE SOBRADINHO	300.000	800.000	0	0
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	455.222	7.303	0	0
1292 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA-SETOR DE HOTÉIS E TURISMO NORTE, ENTORNO DA CONCHA ACÚSTICA- PLANO PILOTO	455.222	7.303	0	0
5011 - MPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE	0	597.095	597.094	597.094
0001 - MPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE--ENTORNO	0	597.095	597.094	597.094
TOTAL DO PROGRAMA 6207	4.780.888	5.812.690	1.782.069	1.709.358

(Valores em R\$)

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6207	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2016	
				Unid.	Quant.
Construir a Feira Permanente da Estrutural, no Setor Central, Área Especial 04, SCIA (CT 002/2016).	SCIA	0008	ANDAMENTO NORMAL	m²	2.073
Efetuar repasse de recursos de rateio pela participação em Consórcio Público CORSAP-DF/GO - (CT de rateio nº 001/2016).	DF E ENTORNO	0079	CONCLUÍDA	Un.	1

As duas principais realizações do Programa Temático 6207 ficaram restritas às Ações de Construção de Feiras e de Implantação de Infraestrutura e Integração da Ride, como descrito abaixo:

▪ A Ação 1302/5748 compreendeu a construção da Feira Permanente da Estrutural, no Setor Central, Área Especial 04, no SCIA, sob o Contrato nº 002/2016-Sinesp. Neste ano, aproximadamente 55% dos serviços foram executados, sendo que a estrutura de concreto, alvenaria e a estrutura metálica de cobertura foram finalizadas, e as instalações prediais encontram-se em fase de implantação; e



▪ A Ação 5011/0001 foi adicionada ao Orçamento da Sinesp por meio do crédito especial, aberto pela Lei nº 5.794, de 26/12/2016, devido à vinculação administrativa do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do DF e Goiás - CORSAP-DF/GO ter sido atribuída à Sinesp, a partir da edição do Decreto nº 37.405, de 13/06/2016. Em 28/12/2016 houve o repasse relativo à parcela fixa da cota das despesas consorciais de obrigação do Governo do Distrito Federal – GDF, por sua participação no Consórcio, conforme detalhado no item 2.5.4.3 do Capítulo 2, em cumprimento à Lei nº 11.107/2005 e ao Contrato de Rateio nº 001/2016 instituído pelo Consórcio.

Ressalta-se ainda que houve quitação de passivo das obras de acessibilidade da Torre de TV Digital, Ação/Subtítulo 3033/0001, mas permanecem as pendências decorrentes do contrato principal da obra, vinculadas à Decisão nº 6349/2014 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

PROGRAMA: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	29.150.000	2.000.002	2.000.000	2.000.000
9867 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO INFRAESTRUTURA E MELHORIAS NO DF	17.550.000	2	0	0
9873 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO - DISTRITO FEDERAL/DF	4.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
9883 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E MELHORIAS	7.600.000	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	7.272.500	6.691.591	2.408.681	2.399.522
0003 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
0004 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-PROJETO URBANÍSTICO E ARQUITETÔNICO DO BAIRRO MORRO DA CRUZ NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV-DISTRITO FEDERAL	0	250.000	0	0
0005 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-PROJETO URBANÍSTICO E	0	250.000	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
ARQUITETÔNICO DO BAIRRO CAPÃO CUMPRIDO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV-DISTRITO FEDERAL				
0016 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA-TAGUATINGA	0	150.000	0	0
0018 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA-DISTRITO FEDERAL	7.272.500	6.041.591	2.408.681	2.399.522
3052 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	11.700.006	7.150.001	0	0
0006 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"- PÔR DO SOL- CEILÂNDIA	11.700.006	7.150.001	0	0
3059 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA	15.689.401	9.734.556	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA-ARAPOANGA- PLANALTINA	10.368.534	4.673.053	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA-MESTRE D'ARMAS- PLANALTINA	368.991	209.627	0	0
0003 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA-CONDOMÍNIO SOL NASCENTE- CEILÂNDIA	4.951.876	4.851.876	0	0
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	2.455.222	593	0	0
5190 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS-REVITALIZAÇÃO DO COMPLEXO DE LAZER BALNEÁRIO VEREDINHA-BRAZLÂNDIA	455.222	593	0	0
5191 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV	2.000.000	0	0	0
3615 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA	20.100.000	1.072.136	781.779	669.960
0009 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA-PROGRAMA DE CONTROLE DE QUALIDADE-DISTRITO FEDERAL	100.000	1	0	0
0010 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA-RECUPERAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO DE ESPORTE E LAZER E DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	20.000.000	1.072.135	781.779	669.960
TOTAL DO PROGRAMA 6208	86.367.129	26.648.878	5.190.460	5.069.482

(Valores em R\$)

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6208	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2016	
				Unid.	Quant.
Elaborar estudo de verificação hidráulica do bueiro existente na Via FZNB 01 do Núcleo Bandeirante (CT 777/2016 - Novacap).	NÚCLEO BANDEIRANTE	0009	CONCLUÍDA	Un.	1
Elaborar um conjunto de levantamentos, estudos, projetos e orçamentos de urbanização e obras de arte especiais no DF (CT 017/2014).	DISTRITO FEDERAL	0010	ANDAMENTO NORMAL	Un.	1
Elaborar estudo de análise da capacidade de aporte do comportamento hidrodinâmico e de qualidade do Córrego Cortado, em Taguatinga (CT 583/2015 - Novacap).	TAGUATINGA	0011	CONCLUÍDA	Un.	1
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura na Asa Norte e no Lago Norte - Lote 1 (CT 035/2013).	DISTRITO FEDERAL	0012	CONCLUÍDA	Un.	2
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura na Asa Sul e no Lago Sul - Lote 2 (CT 036/2013).	DISTRITO FEDERAL	0013	CONCLUÍDA	Un.	2
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura em Brazlândia, Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal - Lote 3 (CT 037/2013).	DISTRITO FEDERAL	0014	CONCLUÍDA	Un.	5
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura em Ceilândia - Lote 4 (CT 038/2013).	CEILÂNDIA	0015	CONCLUÍDA	Un.	1
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura em Taguatinga - Lote 5 (CT 039/2013).	TAGUATINGA	0016	CONCLUÍDA	Un.	1
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura em Vicente Pires, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, SIA, SCIA/Estrutural, Cruzeiro e Sudoeste/Octogonal - Lote 6 (CT 040/2013).	DISTRITO FEDERAL	0017	CONCLUÍDA	Un.	8
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura em Águas Claras e Guarã - Lote 7 (CT 041/2013).	DISTRITO FEDERAL	0018	CONCLUÍDA	Un.	2
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura no Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II - Lote 8 (CT 042/2013).	DISTRITO FEDERAL	0019	CONCLUÍDA	Un.	3
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura no Gama e em Santa Maria - Lote 9 (CT 043/2013).	DISTRITO FEDERAL	0020	CONCLUÍDA	Un.	2
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura no Jardim Botânico, São Sebastião, Varjão, Itapoã e Paranoá - Lote 10 (CT 44/2013).	DISTRITO FEDERAL	0021	CONCLUÍDA	Un.	5
Executar manutenção de mobiliário urbano, de esporte e lazer e de cultura em Samambaia - Lote 11 (CT 045/2013).	SAMAMBAIA	0022	CONCLUÍDA	Un.	1
Descentralização parcial de crédito para despesas com recuperação de vias e logradouros públicos em Ceilândia (CT 628/2013 - Novacap).	CEILÂNDIA	0060	CONCLUÍDA	m²	20.000

O Programa Temático 6208 possuiu, na composição de sua despesa autorizada, uma significativa parcela devida às previsões de recursos vinculados aos Contratos de Financiamento do Pró-Moradia, com destinação para a construção de unidades habitacionais, dependente de ações da Codhab, conforme descrito no item 2.4.1.4 do Capítulo 2. Além disso, apresentou previsões de recursos externos para o Programa Brasília Sustentável II, relativos à requalificação urbanística do Pôr do Sol, em Ceilândia, cujo financiamento ainda não se efetivou, as informações estão detalhadas no item 2.4.2 do Capítulo 2.

As realizações efetivas do Programa 6208 ocorreram nas Ações de Execução de Obras de Urbanização, de Elaboração de Projetos, e de Manutenção e Conservação Urbanística, através dos destaques listados a seguir:

- A Ação/Subtítulo 1110/9873 (infraestrutura e urbanização no DF), oriunda de emenda parlamentar, teve seus créditos transferidos desta Sinesp para a Novacap, em função da definição de complementação de recursos de parte das despesas do Contrato nº 628/2013 daquela Companhia para os serviços de recuperação de vias e logradouros públicos em Ceilândia;
- Já na Ação/Subtítulo 1968/0018 (projetos urbanização no DF), a realização abrangeu os serviços de estudos e projetos de urbanização no Distrito Federal, através do Contrato nº 017/2014-SO, o qual está com execução em andamento normal e está detalhado no item 2.2.1.1 do Capítulo 2; e,
- No que concerne à Ação/Subtítulo 3615/0010 (recuperação de mobiliário no DF), os recursos constantes da dotação inicial destinavam-se prioritariamente à licitação objeto da Concorrência nº 002/2016-ASCAL/PRES, suspensa por decisão judicial proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF. E, em relação à execução realizada, houve liquidação de parte das despesas pendentes decorrentes de contratações anteriores, que estão em avaliação jurídica para a quitação de demais passivos existentes.

PROGRAMA: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	235.166.469	126.777.193	1.633.700	962.321
0147 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	215.074.105	123.077.221	1.546.315	874.936
1322 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF-DISTRITO FEDERAL	14.677.142	3.510.000	0	0
4483 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO PARK WAY- PARK WAY	0	0	0	0
4484 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO PARANOÁ- PARK WAY	0	0	0	0
4485 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO GUARA- GUARÁ	0	0	0	0
4486 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA QUADRA 602 DO RECANTO DAS EMAS- RECANTO DAS EMAS	0	0	0	0
4487 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO- RIACHO FUNDO II	0	0	0	0
4488 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM- VICENTE PIRES	0	0	0	0
4489 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM- TAGUATINGA	0	0	0	0
4490 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REVITALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO INTERNO E EXTERNO DA ESCOLA CLASSE 512 DE- SAMAMBAIA	0	100.000	0	0
4491 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO- CRUZEIRO	0	0	0	0
9633 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ARAPOANGA- PLANALTINA	10.000	89.379	87.385	87.385
9640 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-LAGO SUL SHIS QI -23 E DF- 035- LAGO SUL	455.222	593	0	0
9868 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DE SANTA MARIA	300.000	0	0	0
9869 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DO CRUZEIRO	150.000	0	0	0
9870 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DA CEILÂNDIA	300.000	0	0	0
9871 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DE PLANALTINA	300.000	0	0	0
9872 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DO NÚCLEO BANDEIRANTE	500.000	0	0	0
9874 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DE BRAZLÂNDIA	100.000	0	0	0
9875 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DE SÃO SEBASTIÃO	100.000	0	0	0
9876 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DE SAMAMBAIA	200.000	0	0	0
9877 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DO PARANOÁ	150.000	0	0	0
9878 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DO GAMA	250.000	0	0	0
9879 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DO VARJÃO	100.000	0	0	0
9880 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DE SOBRADINHO	500.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9882 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NO SETOR TORORÓ- SANTA MARIA - RA XIII	2.000.000	0	0	0
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	465.222	5.186	0	0
2836 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-READEQUAÇÃO DA REDE DE ALTA TENSÃO NO TAGUAPARQUE-TAGUATINGA	455.222	2.593	0	0
5131 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-REDE DE ALTA TENSÃO PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO-TAGUATINGA	10.000	2.593	0	0
1337 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS	10.000	593	0	0
0001 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS--DISTRITO FEDERAL	10.000	593	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.000.000	92.038	0	0
0005 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA DF 180 NO INCRA 8 E INCRA 9- CEILÂNDIA	0	92.038	0	0
9532 - INSTALAÇÃO DE POSTES DE ILUMINAÇÃO EM BRAZLÂNDIA	1.000.000	0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.020.000	226.377	191.227	0
0001 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM TODAS AS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL	1.000.000	206.377	191.227	0
3187 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO NAS REG. ADM. DO DF	20.000	20.000	0	0
1948 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF	1.699.190	14.151.807	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF-REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES- PLANO PILOTO	334.190	11.193.805	0	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF-REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES- TAGUATINGA	340.000	2.958.001	0	0
0005 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF-REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS COMPLEMENTARES- VICENTE PIRES	1.025.000	1	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	0	180.000	0	0
0006 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-PROJETO URBANÍSTICO E ARQUITETÔNICO DO BAIRRO ZUMBI DOS PLAMARES NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE- SÃO SEBASTIÃO	0	180.000	0	0
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	266.944.003	235.327.755	31.371.976	31.324.110
0007 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO PÔR DO SOL- CEILÂNDIA	33.390.444	21.785.000	0	0
0073 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL ARNIQUEIRA/BERNARDO SAYÃO-DISTRITO FEDERAL	37.915.450	27.100.001	90.041	90.041
0075 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL PORTO RICO-SANTA MARIA	18.564.033	24.887.028	4.219.876	4.219.876
0076 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL BURITIS-SOBRADINHO II	25.915.444	25.667.515	10.678.320	10.630.454
0077 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC-PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO SETOR HABITACIONAL- VICENTE PIRES	150.915.444	135.888.209	16.383.739	16.383.739
3873 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC--DISTRITO FEDERAL	243.188	1	0	0
3058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA	66.418.584	77.671.668	30.109.001	29.461.034
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-ARAPOANGA-PLANALTINA	41.000	26.259	0	0
0002 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-MESTRE D'ARMAS- PLANALTINA	2.100.000	1.340.052	0	0
0003 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA-CONDOMÍNIO SOL NASCENTE- CEILÂNDIA	64.277.584	76.305.357	30.109.001	29.461.034
5076 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	2.700.006	1.385.577	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"-DISTRITO FEDERAL	2.700.006	1.385.577	0	0
5695 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSÃO	455.222	74.973	41.627	29.234
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSÃO--DISTRITO FEDERAL	455.222	74.973	41.627	29.234
7038 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2.455.222	93	0	0
6034 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-MELHORIA E AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-DISTRITO FEDERAL	455.222	93	0	0
6036 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO BAIRRO	2.000.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
MORRO DA CRUZ EM SÃO SEBASTIÃO-RA XIV				
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	47.624	1	0	0
6035 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO--DISTRITO FEDERAL	47.624	1	0	0
7462 - COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF	455.229	93	0	0
0001 - COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - PROGRAMA PRÓ-MORADIA CEF--DISTRITO FEDERAL	455.229	93	0	0
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	224.538.232	224.538.232	177.581.002	150.500.117
6471 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-REGIÕES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	224.538.232	224.538.232	177.581.002	150.500.117
TOTAL DO PROGRAMAM 6210	803.375.003	680.431.589	240.928.532	212.276.815

(Valores em R\$)

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6210	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2016	
				Unid.	Quant.
Construir acesso ao Núcleo Rural Sobradinho dos Melos, no Paranoá (CT 008/2014).	PARANOÁ	0023	CONCLUÍDA	m²	53.923
Descentralização parcial de crédito para construir passeios em concreto polido, meios-fios e rampas de acessibilidade em diversos locais de Sobradinho, Sobradinho II, Planaltina e Itapoá (CT 667/2013 - Novacap).	DISTRITO FEDERAL	0025	CONCLUÍDA	m²	100
Reavaliar o projeto de drenagem pluvial da Estrada Parque Cabeça de Veado - EPVC, no Lago Sul (CT 076/2013).	LAGO SUL	0026	CONCLUÍDA	Un.	1
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritys, Quadra 2 Conj. A a D e J e Quadra 3 Conj. A, B, D, F, H, J, L e N e Praça Murici, Sobradinho II - Lote 02 (CT 011/2015).	SOBRADINHO II	0027	ANDAMENTO NORMAL	Un.	1
Executar drenagem pluvial, bacias de retenção, dissipadores e lançamentos no Parque Canela de Ema- Etapa 1, no Setor Habitacional Buritys, Sobradinho II – Lote 05 (CT012/2015).	SOBRADINHO II	0028	ANDAMENTO NORMAL	Un.	1
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho Norte Col. Agrícola Samambaia, da Rua 3 até a Rua 8 da Col. Agrícola Vicente Pires - Lote 01 (CT 008/2015).	VICENTE PIRES	0029	ANDAMENTO NORMAL	Un.	1
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho Central da Colônia Agrícola Samambaia, Av. Misericórdia e entorno até a Rua 3 - Lote 02 (CT 009/2015).	VICENTE PIRES	0030	PARALISADA	Un.	1
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho Leste da Colônia Agrícola Samambaia até a Chácara 119 - Lote 03 (CT 010/2015).	VICENTE PIRES	0031	ANDAMENTO NORMAL	Un.	1
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, da Rua 3 Chácara 43 até a EPTG e a Chácara 12 na DF-087 - Lote 06 (CT004/2015).	VICENTE PIRES	0032	ATRASADA	Un.	1
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, da Rua 3 Chácara 43 até a Estrutural e a DF-087 frontal à Via do Jockey - Lote 07 (CT 005/2015).	VICENTE PIRES	0033	ATRASADA	Un.	1
Construir pavimentação, calçadas com rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 1, em Ceilândia (CT 015/2014).	CEILÂNDIA	0034	ATRASADA	m²	557.015
Construir pavimentação, calçadas com rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 2, em Ceilândia (CT 002/2015).	CEILÂNDIA	0035	ATRASADA	m²	739.861
Executar pavimentação, calçadas com rampas e drenagem pluvial no Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 3, em Ceilândia (CT 003/2015).	CEILÂNDIA	0036	PARALISADA	m²	402.603
Executar obras civis, revegetação e compensação ambiental relativas ao PRAD do Condomínio Privê, em Ceilândia (CT 010/2014).	CEILÂNDIA	0037	ANDAMENTO NORMAL	Un.	1
Executar obras de contenção das encostas (taludes) do Córrego Amiqueira - Setor Habitacional Amiqueira, trecho da Ponte sobre o Córrego Amiqueira, em Águas Claras (CT 571/2015 - Novacap).	ÁGUAS CLARAS	0038	CONCLUÍDA	Un.	1
Fornecer energia elétrica e manter o sistema de iluminação pública do Distrito Federal (CT 0022/2011 e CT 0021/2012).	DISTRITO FEDERAL	0039	CONCLUÍDA	Un.	1
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritys, Quadra 1 e Quadra 2 Conj. E até o Conj. I, Sobradinho II - Lote 01 (CT 003/2016).	SOBRADINHO II	0049	ANDAMENTO NORMAL	Un.	1
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Vicente Pires, Trecho da Col. Vicente Pires, entre o Pistão Norte, a Estrutural, parte da Rua 10 Chácara 56 e Rua 12 - Lote 11 (CT 006/2016).	VICENTE PIRES	0050	PARALISADA	Un.	1
Descentralização parcial de crédito para recuperar erosão na Ponte do Ribeirão das Palmeiras, DF 205, km 40, em Planaltina (CT 530/2015 –Novacap).	PLANALTINA	0056	CONCLUÍDA	Un.	1
Descentralização parcial de crédito para as obras de implantação de drenagem pluvial na QNP 28 Conjunto Q (CT 555/2016 - Novacap).	CEILÂNDIA	0062	CONCLUÍDA	m²	100
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 01 (CT 013/2016).	SANTA MARIA	0064	ATRASADA	Un.	1

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6210	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2016	
				Unid.	Quant.
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 02 (CT 014/2016).	SANTA MARIA	0065	ATRASADA	Un.	1
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 04 (CT 016/2016).	SANTA MARIA	0066	ATRASADA	Un.	1
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 05 (CT 017/2016).	SANTA MARIA	0067	ATRASADA	Un.	1
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico - Lote 06 (CT 018/2016).	SANTA MARIA	0068	PARALISADA	Un.	1
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis, Quadra 3 Conj. A, C, E, G, I, K e M e Praça Buritis; e Quadra 4 Conj. A, B, D, F, H, J, e L e Praça Ipê - Lote 03 (CT 009/2016).	SOBRADINHO II	0069	ANDAMENTO NORMAL	Un.	1
Implantar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Buritis, Quadra 4 Conj. A, C, E, G, I, K e M; e Quadra 5 Conj. A e ECs - Lote 04 (CT 010/2016).	SOBRADINHO II	0070	ANDAMENTO NORMAL	Un.	1
Recuperar rede de drenagem pluvial no Setor Habitacional Lúcio Costa, no Guará (CT 570/2016 - Novacap).	GUARÁ	0076	CONCLUÍDA	m²	1.200
Executar pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Bernardo Sayão - Trecho da Col. Agrícola Águas Claras, Chácara 30 a 36, até a Col. Agrícola Bernardo Sayão, Chácara 4 a 13, no Guará (CT 024/2016).	DISTRITO FEDERAL	0081	ANDAMENTO NORMAL	Un.	1

O Programa Temático 6210 detém o maior conjunto de Ações com intervenções finalísticas desta Sinesp, cujos principais empreendimentos programados têm execução por meio de recursos oriundos de operações de crédito e provenientes da Contribuição para Iluminação Pública - CIP. Do valor autorizado neste Programa, a maior concentração de recursos esteve vinculada aos financiamentos já firmados, que dependiam do desenvolvimento de licitações e execuções dos contratos para suas efetivas realizações, e da celebração de novas operações de crédito que não ocorreram.

Destacaram-se neste Programa as Ações de Execução de Obras de Urbanização em geral, do Programa de Aceleração do Crescimento, de Obras de Urbanização - Pró-Moradia e de Manutenção do Sistema de Iluminação Pública, além de outras de menor porte, conforme as realizações listadas a seguir:

- A Ação/Subtítulo 1110/0147 (urbanização no DF) abrangeu várias obras, tais como:
 - Remanejamento de rede de águas pluviais na QNN 30, Área Especial B, em Ceilândia, Contrato nº 025/2016-Sinesp, que se efetivou no final do exercício, cujas obras estão previstas para serem iniciadas em 2017;
 - Transferência de créditos desta Sinesp para a Novacap, para custear integralmente as despesas do Contrato nº 570/2016 daquela Companhia, firmado para obras de recuperação da rede de drenagem pluvial, no Setor Habitacional Lúcio Costa, Guará, as quais foram concluídas e os recursos utilizados; e,
- A Ação/Subtítulo 3023/0073 (urbanização do Bernardo Sayão) abrange as obras de pavimentação e drenagem/urbanização no **Setor Habitacional Bernardo Sayão**, no Guará, com licitação em cinco lotes, que se prolongou durante todo o ano. Desse total, apenas o Lote 04 teve o certame homologado no final do exercício, efetivado através da assinatura do Contrato nº 024/2016-Sinesp e detalhado no item 2.1.1.1 do Capítulo 2. Essas obras foram iniciadas no 6º bimestre e concluíram o ano com aproximadamente 20% dos serviços executados, com implantação parcial de drenagem pluvial.



- A Ação/Subtítulo 3023/0075 (urbanização do Porto Rico) abrange obras de pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares do **Setor Habitacional Porto Rico**, com cinco etapas contratadas dos seis lotes

licitados, cujo certame ocorreu ao longo do primeiro semestre do exercício e resultou nos Contratos nº 013, 014, 016, 017 e 018/2016-Sinesp, detalhados no item 2.1.1.1 do Capítulo 2 a seguir. As referidas obras foram iniciadas, suas drenagens pluviais parcialmente implantadas, mas sofreram atrasos. No caso de uma delas, foram encontradas interferências de ocupação do solo e, em outra, constatou-se pendência de licença junto ao Instituto Brasília Ambiental – Ibram. Além disso, o Contrato 015/2016-Sinesp não pode ser iniciado por aguardar obras a serem executadas pela Caesb e pela CEB, e por carecer de solução de pendências fundiárias do local.

Obras do Setor Habitacional Porto Rico



Obras do Setor Habitacional Porto Rico

▪ A Ação/Subtítulo 3023/0076 (urbanização do Buritizinho) refere-se à pavimentação asfáltica e à drenagem pluvial no **Setor Habitacional Buritis**, que teve duas contratações efetivadas no exercício anterior (Contratos nº 011 e 012/2015-Sinesp) e as demais em 2016 (Contratos nº 003, 009 a 012/2016-Sinesp), conforme detalhado no item 2.1.1.1 do Capítulo 2, e cujas obras apresentaram andamento normal durante o exercício, com destaque para as do Contrato 11/2015, em estágio de execução avançada. Contudo dois lotes contratados não foram iniciados por falta de licença para supressão de vegetação, junto ao Ibram (Contratos 11 e 12/2016).

Obras do Setor Habitacional Buritizinho



▪ A Ação/Subtítulo 3023/0077 (urbanização do Vicente Pires) refere-se à execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e obras de artes especiais no **Setor Habitacional Vicente Pires** e abrange onze etapas de obras (Concorrência Pública nº 019/2014), detalhadas no item 2.1.1.1 do Capítulo 2, das quais cinco foram contratadas em 2015 (Contratos nº 004, 005, 008 a 010/2015-Sinesp) e cujo início se deu ao final daquele exercício. Uma outra etapa foi contratada neste exercício de 2016 (Contrato nº 006/2016-Sinesp). Ressalta-se que parte das obras em Vicente Pires foi executada durante o ano de 2016. Duas etapas estão com pendência de licença para supressão de vegetação junto ao Ibram. Além disso, três etapas contratadas não foram iniciadas devido à mesma necessidade de licença de supressão vegetal. Cabe citar que em 2016 o desenvolvimento de licitação específica para o lote 08 (Concorrência Pública nº 07/2015) ainda não ocorreu., mas a expectativa é de que todos os lotes sejam efetivados em 2017.

Obras do Setor Habitacional Vicente Pires



Obras do Setor Habitacional Vicente Pires

▪ A Ação/Subtítulo 3058/0003 (urbanização do Sol Nascente) abrange várias etapas de obras do **Setor Habitacional Sol Nascente**, detalhadas no item 2.1.1.1 do Capítulo 2 e descritas abaixo:

○ Construção de pavimentação, calçadas e rampas, e drenagem pluvial no Sol Nascente - Trecho 1, em Ceilândia, Contrato nº 015/2014-SO, cujas obras tiveram andamento até o final do exercício. Foram concluídas parcialmente a terraplenagem, a drenagem e a instalação de dissipadores, além das pavimentações asfálticas e em blocos intertravados, quando os serviços sofreram atraso devido à necessidade de liberação de áreas com interferência;

○ Execução de pavimentação asfáltica e em blocos intertravados, de meios-fios e de drenagem pluvial no Sol Nascente - Trecho 2, em Ceilândia, Contrato nº 002/2015-Sinesp, cujas obras tiveram andamento até o final do exercício de 2016, com a execução parcial da drenagem e a continuação das escavações das lagoas de retenção. Os serviços sofreram atraso devido à necessidade de liberação de áreas com interferência;

- Execução de pavimentação asfáltica e em blocos intertravados, de meios-fios e de drenagem pluvial no Sol Nascente - Trecho 3, em Ceilândia, Contrato nº 003/2015-Sinesp. No começo do ano de 2016, essa obra foi paralisada devido à ausência de licenciamento ambiental. Durante este exercício, permaneceu no aguardo de solução dos problemas ambientais;

Obras do Setor Habitacional Sol Nascente



Obras do Setor Habitacional Sol Nascente

- A Ação/Subtítulo 5695/0001 (combate à erosão) envolveu algumas obras, quais sejam:
 - Execução de obras civis, recomposição vegetal e compensação ambiental, referente ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD do Condomínio Privê, em Ceilândia, Contrato nº 010/2014-SO, que deu continuidade ao monitoramento iniciado em 2015, o qual esteve em atividade em 2016 e se estenderá até dezembro de 2017;
 - Transferência de créditos desta Sinesp para a Novacap, a fim de complementar recursos para as despesas do Contrato nº 530/2015 daquela Companhia, firmado para obras de recuperação de erosão na Ponte do Ribeirão das Palmeiras, DF 205, km 40, em Planaltina, cujos recursos foram utilizados e a intervenção concluída;
- A Ação/Subtítulo 8507/6471 (manutenção da iluminação pública) abrange duas etapas de serviços:
 - Prestação de serviços de execução contínua, correspondentes ao fornecimento de energia elétrica no Sistema de Iluminação Pública do DF, Contrato nº 022/2011-CEB, cujo fornecimento total, em 2016, foi de 448.220.150 kW; e,
 - Prestação de serviços de execução contínua, correspondentes à consultoria, engenharia de manutenção, operação, manutenção preventiva e corretiva, bem como, o gerenciamento do parque de iluminação pública do DF, através do Contrato nº 021/2012-CEB, que teve em 2016 a manutenção total de 3.469.557 pontos de iluminação pública.
 - Cabe ressaltar que as obras acima descritas são de destacada relevância para o ano de 2017 e de suma importância para o desempenho do Programa Temático. O Plano Plurianual 2016-2019 (PPA 2016-2019) estabeleceu o Objetivo Específico 004 – Saneamento Ambiental para o qual a execução planejada de ações e o atendimento de demandas por urbanização e infraestrutura, quer seja de novos assentamentos de baixa renda ou daqueles já ocupados, ou ainda daqueles em processo de ocupação e que aguardam regularização, constituem uma importante intervenção para o atendimento da sustentabilidade socioambiental do Programa 6210.

Dentre as licitações para outras obras deste Programa, ressaltam-se aquelas que podem ser formalizadas em 2017 e cujas licitações, concluídas em 2015, aguardam condições administrativas para suas contratações, quais sejam:

- Drenagem pluvial em áreas críticas do Plano Piloto de Brasília, vinculada ao novo Programa Drenar/DF; e,
- Drenagem pluvial em áreas críticas de Taguatinga, vinculada ao novo Programa Drenar/DF.

Além dos investimentos acima relatados, salienta-se também as licitações em curso para obras deste Programa com impacto em 2017, a maior parte delas integrantes de planos de trabalho de financiamentos, que ampliarão a perspectiva de efetiva realização de fontes de recursos vinculadas a operações de créditos/repasses, quais sejam:

- A execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, no Setor Habitacional Vicente Pires, Lote 08; e,
- A execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, no Setor Habitacional Bernardo Sayão (Lotes 1, 2, 3 e 5).

Finalmente, em relação aos créditos das dotações do Programa 6210, como foi destacado no Panorama da Execução Orçamentária e Financeira deste Relatório, as realizações da Sinesp vinculadas a créditos de financiamento e repasse (Fonte 135) estiveram relacionadas à continuidade e ao início de intervenções contratadas, bem como à reserva orçamentária para procedimentos licitatórios. Além dessas, ressalta-se que, no valor disponível, havia a perspectiva de captação de recursos que não se efetivou em operação de crédito firmada, como foi o caso dos créditos no âmbito do FINISA/CAIXA, previstos em PPA. Quanto às Emendas Parlamentares, as realizações refletiram o aspecto instável de manutenção das consignações iniciais desses créditos, os quais foram cancelados em sua maioria por iniciativa dos respectivos autores para suplementação em outros órgãos.

PROGRAMA: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	100.000	0	0	0
9799 - CONSTRUÇÃO DE POSTOS DO NA HORA NAS REG. ADM. DO DF	100.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	100.000	0	0	0

(Valores em R\$)

A única Ação vinculada ao Programa Temático Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Social foi oriunda de Emenda Parlamentar, que teve o pedido de cancelamento feito pelo autor. Mesmo sem a ocorrência desse cancelamento, a dotação inicial já indicava valor insuficiente, o que impossibilitaria custear os projetos de arquitetura e engenharia, bem como a execução dos diversos postos pretendidos.

PROGRAMA: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	4.827.470	2.630.263	0	0
2819 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CALÇADAS NAS QUADRAS 02, 04, 06, 08, 10 E 12 - GAMA	1.170.000	1.105.385	0	0
4450 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-MELHORIA DE CALÇADAS NA ASA SUL- PLANO PILOTO .	1.057.470	1.524.878	0	0
9881 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL	2.600.000	0	0	0
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	30.455.222	19.500.593	0	0
0004 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-ZONA CENTRAL DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO	30.455.222	19.500.593	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	58.017.159	38.945.852	23.406.552	21.308.075
0012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	57.561.937	37.415.259	22.781.366	21.149.946
5139 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-REALCE DE MONUMENTOS E FACHADAS DE PRINCIPAIS EDIFÍCIOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	455.222	593	0	0
9542 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO NAS REG. ADM. DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	1.430.000	625.186	158.129
9543 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-MELHORIA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA INTERNA DO PARQUE TRÊS MENINAS DE- SAMAMBAIA	0	100.000	0	0
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	500.000	2.548	0	0
0014 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-DISTRITO FEDERAL	500.000	2.548	0	0
3054 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL	79.298.674	43.772.729	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL-RODOVIÁRIO NA AVENIDA CENTRAL-TAGUATINGA	79.298.674	43.772.729	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	25.933.542	16.527.455	24.967	24.967
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE--DISTRITO FEDERAL	25.163.542	16.527.455	24.967	24.967

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3879 - INSTALAÇÃO DE QUADRO INFORMATIVO SOBRE ITINERÁRIOS NOS PONTOS DE ÔNIBUS - (LEI 5.220/2013)	770.000	0	0	0
3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)	85.887.974	48.672.842	294.808	294.808
0004 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)-- REGIÃO OESTE	85.887.974	48.672.842	294.808	294.808
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	455.222	2.593	0	0
4356 - CONSTRUÇÃO DE PONTES--DISTRITO FEDERAL	455.222	2.593	0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	38.410.444	37.894.346	13.449.191	13.387.232
7778 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO--DISTRITO FEDERAL	23.455.222	14.953.989	0	0
7783 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO-- ÁGUAS CLARAS	14.955.222	22.940.357	13.449.191	13.387.232
TOTAL DO PROGRAMA 6216	323.785.707	207.949.225	37.175.520	35.015.083

(Valores em R\$)

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6216	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2016	
				Unid.	Quant.
Elaborar projeto e executar obras de implantação, expansão e melhoria do sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal (CT 037/2012).	DISTRITO FEDERAL	0040	CONCLUÍDA	Un.	1
Descentralização parcial de crédito para construir quatro viadutos sobre a linha do Metrô, nas ruas 37 Norte, Alecrim, Manacá e 36 Norte, em Águas Claras (CTs: 573, 574, 575 e 576/2015 - Novacap).	ÁGUAS CLARAS	0041	CONCLUÍDA	m²	3.641
Construir túnel sob a Avenida Central de Taguatinga, com reforma viária e urbanização de superfície da Avenida e do viaduto da Samdu (CT 004/2016).	TAGUATINGA	0051	PARALISADA	Un.	1
Custear despesas com o fornecimento e a instalação de corrimão e guarda corpo na Vila Olímpica de Brazlândia, Quadra 35, Área Especial 03 (CT 533/2016 - Novacap).	BRAZLÂNDIA	0052	CONCLUÍDA	m²	70
Construir calçadas na Asa Sul - Quadras 107, 108, 109,307 e 308, no Plano Piloto de Brasília (CT 007/2016).	PLANO PILOTO	0057	ANDAMENTO NORMAL	m²	5.108
Construir Via de Ligação da Av. Hélio Prates à Av. Principal do Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia Corredor do Eixo Oeste (Linha Verde) (CT 022/2016).	CEILÂNDIA	0073	ATRASADA	km	3
Implantar iluminação pública nas calçadas entre o Estádio Mané Garrincha e a 5ª Delegacia de Polícia, no SGAN 901, Asa Norte de Brasília (Novacap).	PLANO PILOTO	0077	CONCLUÍDA	m²	900
Substituir rede primária monofásica por trifásica compacta no Setor de Chácaras Cabeceira do Valo, da Chácara 17 até a Chácara 33, no SCIA (RA 25- SCIA).	SCIA	0086	CONCLUÍDA	m	1.794
Construir calçadas com acessibilidade em estacionamentos do Parque da Cidade, para interligação com a pista de caminhada (CT 023/2016).	PLANO PILOTO	0087	ANDAMENTO NORMAL	m²	2.074

As principais contribuições do Programa Temático 6216 foram: a construção de quatro viadutos sobre a linha do Metrô, nas ruas 37 Norte, Alecrim, Manacá e 36 Norte, em Águas Claras, por meio de transferência de créditos desta Pasta para a Novacap; as intervenções de ampliação de iluminação pública no DF; e outras de menor porte, tais como as realizações listadas a seguir:

- A Ação/Subtítulo 1763/0012 (iluminação pública no DF) abrangeu os projetos e obras de implantação, expansão e melhoria do sistema de iluminação pública do DF (Contrato nº 037/2012-SO);
 - O Contrato 037/2012-CEB teve investimentos pontuais, haja vista o encerramento de sua vigência, ocorrido em outubro de 2016. A maior realização financeira ocorreu na quitação de parte de passivos existentes. Além disso, deu-se continuidade aos estudos técnicos/jurídicos para celebração de novo instrumento, que deve abarcar as intervenções a serem autorizadas. Finalmente, destacam-se abaixo os locais com implantação, expansão e melhoria no sistema de iluminação pública do DF:

Região Administrativa	Intervenções Continuadas em 2016 - Obras de Iluminação Pública – Contrato Nº 037/2012
Brasília	Setor Comercial Sul, Quadras 02 a 06, e Buraco do Rato
Brasília	EQN 313/314 e SCRLN 513/514
Brasília	SGAN 908
Brasília	Estacionamento do HBB
Ceilândia	Acesso ao IFB;
Ceilândia	Via Atrás da Fundação Bradesco
Estrutural	Parque Urbano da Estrutural
Guará	Área da TASA, fundos dos Postos e Motéis (SPMS); QI/QE 01; QI 10; QI 31/33, próximo ao Ed. Consei; QI 25, próximo à 4ª DP; QI/QE 18 Complexo Esportivo (Guará I); Proximidades do Fórum – TJDF e CAVE (Guará II); Proximidades do Condomínio dos Jornalistas na QE 27 Bloco 10 (Guará II); Proximidades da QI 03 Bloco "O" e Praça (Guará I)
Recanto das Emas	Quadras 200/300
Recanto das Emas	Pista de Skate, Recanto das Emas;
São Sebastião	DF-463

Região Administrativa	Intervenções Continuadas em 2016 - Obras de Iluminação Pública – Contrato N° 037/2012
Taguatinga	Taguatinga CSA 01 e 02, Imediações da Loja Americanas
Taguatinga	Condomínio Primavera

Região Administrativa	Locais Autorizados em 2016 Para Obras de Iluminação Pública – Contrato N° 037/2012
Águas Claras	Rua 34 Sul
Brasília	Setor Hípico
Brasília	Nova Pista de Caminhada do Parque da Cidade
Brasília	Setor Comercial Sul, Quadra 01
Ceilândia	Quadra 05, Conj. O, em frente à casa 25 – Trecho 3 – Sol Nascente
Gama	DF-480
Gama	Quadra 49, Leste
Recanto das Emas	Via de Acesso ao Fórum do Recanto das Emas

▪ A Ação/Subtítulo 3087/0001 (obras de acessibilidade) apresentou realização vinculada à transferência de crédito, desta Sinesp para a Novacap, para custear as despesas do Contrato n° 533/2016 daquela Companhia, cujo objeto foi o fornecimento e a instalação de corrimão e guarda corpo na Vila Olímpica de Brazlândia, localizada na Quadra 35, Área Especial 03, daquela cidade. Os serviços foram concluídos;

▪ A Ação/Subtítulo 3119/0004 (corredor oeste de transporte no DF) abrangeu as obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização da Via de Ligação da Av. Hélio Prates com a Av. Principal do Sol Nascente (Contrato n° 022/2016-Sinesp), em Ceilândia, no denominado “Corredor de Transporte Público do Eixo Oeste do DF”, cujas obras somente foram iniciadas no final do ano de 2016, tendo sido executada parcialmente a drenagem; e,

▪ Finalmente, a Ação/Subtítulo 5902/7783 (viadutos em Águas Claras) envolveu transferências de créditos, iniciadas em 2015 e complementadas neste exercício, desta Sinesp para a Novacap, para a conclusão das despesas referentes aos Contratos de n° 573 a 576/2015, daquela Companhia, firmados para a construção de viadutos nas Ruas 37 Norte, Alecrim, Manacá e 46 Norte de Águas Claras, todos sobre a linha do Metrô.

O Programa Temático 6216 apresentou situação de créditos com valores expressivos não realizados devido a situação dos empreendimentos relativos à implantação do Corredor Oeste como um todo. No caso do Túnel de Taguatinga por exemplo, que integra o Corredor Oeste, houve ação judicial, interposta por participantes, apesar da licitação já estar concluída, impedindo assim sua adjudicação. Entre as obras deste Programa que não obtiveram realização financeira em 2016 estão:

▪ A Ação/Subtítulo 1110/4450 (melhoria de calçadas na Asa Sul) abrange a construção de calçadas na Asa Sul, nas Quadras SQS 107, 108, 109, 307 e 308, no Plano Piloto de Brasília, Contrato n° 007/2016-Sinesp, cujas obras foram iniciadas apenas no fim do ano, devido à necessidade de adequação de projeto, com a conclusão de demolições e implantação de calçadas na SQS 109, e, ainda, o início de demolições de parte dos passeios na SQS 107 da Asa Sul do Plano Piloto;

Obras de Calçadas na SQS 107, Asa Sul de Brasília



Obras de Calçadas na SQS 109, Asa Sul de Brasília



▪ A Ação/Subtítulo 3054/0002 (túnel de Taguatinga) abrange a elaboração do projeto executivo e a execução da obra de arte especial de implantação do Túnel Rodoviário de Taguatinga, sob a Avenida Central de Taguatinga, em dois trechos, nos sentidos: Plano Piloto - Ceilândia (E-W) e Ceilândia - Plano Piloto (W-E), com as remodelações do viaduto da Avenida Samdu e do sistema viário em superfície da Avenida Central de Taguatinga (Contrato nº 004/2016-Sinesp). Os serviços, detalhados no item 2.1.1.1, do Capítulo 2, foram iniciados pela elaboração dos projetos; mas foram paralisados por decisão da 3ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF. E, embora, a 3ª Vara da Fazenda Pública do DF tenha emitido Decisão que permitia a continuidade do contrato, os serviços foram interrompidos em julho, por meio do Agravo de Instrumento nº 2016.00.2.027834-2, do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF; e,

▪ A Ação/Subtítulo 3087/0001 (obras de acessibilidade) abrangeu a construção de calçadas, com acessibilidade, em estacionamentos do Parque da Cidade, para interligá-los à pista de caminhada, no Plano Piloto de Brasília, Contrato nº 023/2016-Sinesp, que teve suas atividades preliminares de mobilização de equipe e documentação iniciadas.

No Programa 6216, se destaca ainda a licitação concluída para a Construção do alargamento do Viaduto da Interseção da EPTG (DF-085) com a EPCT (DF-001), em que se contempla a implantação de Obras de Artes Especiais (fundações e estruturas). Sua execução terá impacto nos trabalhos de 2017.

Salientam-se também as licitações já autorizadas para obras deste Programa 6216 e previstas para o próximo exercício, quais sejam:

- Construção de calçadas nas Quadras 02, 04, 06, 08 (Conjuntos A e B; B e C; F e G; G e H) e nas Quadras 10 e 12 do Setor Sul do Gama; e,
- Implantação de Rota Acessível em diversos locais de Águas Claras.

Cabe mencionar a situação dos recursos autorizados para o “Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste” (Ação 3119/0004), nele incluído o Túnel de Taguatinga (Ação 3054/0002). A situação de disponibilidade orçamentária de recursos expressivos autorizados para essas Ações foi devida, inicialmente, às licitações relativas à implantação da Via de Ligação da Avenida Hélio Prates com a Avenida Principal do Sol Nascente e à construção do alargamento do Viaduto da Interseção da EPTG/EPCT, sob a rodovia DF – 001, cujos certames já foram concluídos. Além disso, havia a previsão de liberação da construção do Túnel de Taguatinga e do Viaduto da EPIG com o Parque da Cidade de Brasília, o que não ocorreu. Contudo, há a expectativa de desenvolvimento efetivo da implantação da Via de Ligação Hélio Prates - Sol Nascente, e da contratação do alargamento do viaduto da EPTG/EPCT, no início de 2017. Prevê-se ainda a liberação do contrato do Túnel de Taguatinga e a licitação do Viaduto da EPIG, que se constituem importantes intervenções a serem executadas no próximo exercício.

No tocante aos recursos vinculados a operações de crédito destinados a esta Sinesp, para a recuperação de obras de artes especiais (Ação 1223/0004) e para as obras de acessibilidade (Ação 3087/0001), havia a previsão de que a recuperação do viaduto da Plataforma Superior Sul do Plano Piloto de Brasília e a recuperação de calçadas, em diversos locais do Distrito Federal, seriam administradas por esta Pasta. Contudo, houve definição de que a gestão dessas obras ficaria com a Novacap, que recebeu os recursos provenientes de superávit, do financiamento originalmente alocado na Sinesp, e as dotações que restaram autorizadas nessas Ações acabaram não tendo mais lastro para utilização.

As realizações possíveis das emendas parlamentares existentes neste Programa estiveram concentradas na Ação 1763/9542 (iluminação pública), por meio de transferências de créditos para as Administrações Regionais. As demais Ações, com dotações de emendas parlamentares, como as do Programa 6210, refletiram os remanejamentos definidos por seus autores.

PROGRAMA: 6219 – CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	5.512.556	5.153.988	448.516	322.492
0001 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PRAÇA DA JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	2.123.778	1.226.153	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-PRAÇA DA JUVENTUDE NA QNN 13 LOTE B- CEILÂNDIA	3.143.778	2.688.123	283.966	157.942
0004 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-PRAÇA DA JUVENTUDE NA QUADRA 203- ITAPOÃ	245.000	1.239.712	164.550	164.550
5968 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	755.222	508.603	500.000	500.000
8997 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL- CASA DA CULTURA- PLANALTINA	455.222	508.603	500.000	500.000
8998 - APOIO A CONSTRUÇÃO DO POLO DE CULTURA DO PARANOÁ/ITAPOÃ	300.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	6.267.778	5.662.594	948.517	822.493

(Valores em R\$)

Descrição dos Principais Investimentos – Programa 6219	Cidade	Etapa SAG	Estágio	Realizado até 2016	
				Unid.	Quant.
Construir Praça da Juventude na QNN 13, Lote "B", em Ceilândia (CT 001/2016).	CEILÂNDIA	0042	PARALIDADA	Un.	1
Construir Praça da Juventude na Quadra 23 do Itapoã (CT 006/2014).	ITAPOÃ	0043	PARALISADA	Un.	1
Descentralização parcial de crédito para a construção da Casa de Cultura de Planaltina (CT 502/2016 - Novacap).	PLANALTINA	0075	CONCLUÍDA	m²	168

Destacam-se no Programa Temático 6219 a continuação das obras de construção da Praça da Juventude, na Quadra 23, do Itapoã, e da Praça da Juventude, situada na QNN 13, em Ceilândia, além dos recursos destinados à construção da Casa de Cultura de Planaltina, como segue:

- A Ação/Subtítulo 1606/0002 se destinou à construção da Praça da Juventude, situada na QNN 13, Lote B, Ceilândia, Contrato nº 001/2016-Sinesp, cuja terraplanagem foi parcialmente executada e a implantação da quadra de areia iniciada. Contudo, a obra foi paralisada, devido à insuficiência de recursos financeiros vinculados ao desembolso da instituição financiadora (Caixa), e entrou em procedimentos para suspensão contratual a partir de 01/11/2016, com previsão de retomada dos serviços em 2017;

- A Ação/Subtítulo 1606/0004 abrangeu a construção da Praça da Juventude (mini Vila Olímpica), situada na Quadra 203 do Itapoã, Contrato nº 006/2014-SO, e terminou o exercício 2016 com aproximadamente 53% do total dos serviços executados, sendo que 11% desses serviços foram realizados neste ano. A instalação de telhado nos vestiários, as fundações de totem e a caixa d'água foram concluídos. Também foram iniciadas as fundações, a construção da estrutura metálica do telhado da quadra de esportes e a colocação de alamedado, mas os serviços encerraram o ano paralisados; e,

- Já a Ação/Subtítulo 5968/8997 (Casa de Cultura Planaltina) envolveu a transferência de crédito, vinculado à emenda parlamentar, desta Sinesp para a Novacap, em função das despesas do Contrato nº 502/2016 daquela Companhia, que foi firmado para a construção da Casa de Cultura de Planaltina. Os recursos foram utilizados na execução dos serviços.

As Praças da Juventude deste Programa 6219 estão vinculadas a contratos de repasse de recursos do Orçamento Geral da União - OGU, que são abordados no subtítulo 2.4.1.5, do Capítulo 2.

PROGRAMA: 6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.945.222	1.045.222	0	0
9347 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHES PRÓ-MORADIA CEF- RECANTO DAS EMAS-OCA	1.945.222	1.045.222	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6221	1.945.222	1.045.222	0	0

(Valores em R\$)

A Ação/Subtítulo integrante deste Programa Temático 6221, incluída no orçamento da Sinesp, está vinculada ao contrato de financiamento relativo ao Programa Pró-Moradia, cujo tema é abordado no subtítulo 2.4.1.3, do Capítulo 2.

PROGRAMA: 6228 – FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3246 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO	1.845.222	390.000	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO-PRÓ-MORADIA CEF-DISTRITO FEDERAL	1.845.222	390.000	0	0
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	3.878.729	3.421.753	0	0
0004 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-TRABALHO SOCIAL-PRÓ-MORADIA-DISTRITO FEDERAL	3.878.729	3.421.753	0	0
7294 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	96.000	0	0	0
9656 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS-PRÓ-MORADIA CEF-DISTRITO FEDERAL	96.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6228	5.819.951	3.811.754	0	0

(Valores em R\$)

As Ações/Subtítulos integrantes deste Programa Temático 6228, incluídas no orçamento da Sinesp, estão vinculadas a contratos de financiamento relativos ao Programa Pró-Moradia, cujo tema é abordado nos subtítulos 2.4.1.3 e 2.4.1.4, do Capítulo 2. Ressalta-se que os principais recursos previstos neste Programa eram destinados ao trabalho social vinculado às intervenções sociais do Pró-Moradia II, em especial no Sol Nascente, em Ceilândia. Esses recursos foram descentralizados para a Codhab, responsável pela gestão dessas políticas públicas.

2.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

2.1. Destaques de Empreendimentos

No exercício de 2016, foram celebrados no âmbito da Sinesp 25 (vinte e cinco) contratos, no valor total de R\$ 526,7 milhões, sendo que a maioria deles tem impacto plurianual. Desses contratos, 20 encontram-se em execução, 1 (um) está suspenso e 4 (quatro) deles aguardam autorização da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - Terracap para que os serviços sejam iniciados. Desses 4, acima mencionados, 3 (três) são referentes às obras de infraestrutura de Vicente Pires e 1 (um) refere-se aos serviços de infraestrutura do Setor Habitacional Porto Rico.

Dessa forma, no corrente exercício, a Sinesp exerceu o acompanhamento de contratos provenientes de exercícios anteriores, bem como os celebrados neste exercício, perfazendo assim, um total de 32 (trinta e dois) contratos em execução e 5 (cinco) a serem iniciados.

2.1.1. Principais Obras Encampadas em 2016

A Secretaria deu continuidade aos contratos de obras iniciadas e ainda não finalizadas, em anos anteriores, bem como realizou a contratação de relevantes obras e serviços, cujas atividades foram iniciadas e são de grande importância para a comunidade. Os empreendimentos celebrados neste ano e os de exercícios anteriores estão descritos no item abaixo.

2.1.1.1. Principais Empreendimentos Executados em 2016

- Construção da Praça da Juventude em Ceilândia, Contrato nº 001/2016-Sinesp, no valor de R\$ 2.721.466,30.

- Construção da Feira Permanente da Estrutural, no Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA, Contrato nº 002/2016-Sinesp, no valor de R\$ 2.763.992,08.

- Urbanização e requalificação do **Setor Habitacional Buritis** (Buritizinho - Lotes 01 a 07), em Sobradinho II, contratos que totalizam R\$ 30.448.824,22.

- A implantação da infraestrutura de toda a região do Setor Habitacional Buritizinho beneficiará cerca de 6 (seis) mil moradores da localidade. Estão sendo construídos oito quilômetros de redes para captação de águas das chuvas, 51,5 quilômetros de calçadas, 22 quilômetros de meios-fios e duas lagoas de retenção das águas de drenagem. Além disso, 11 quilômetros de ruas estão sendo pavimentadas, em asfalto ou em bloquetes intertravados.

Início: janeiro de 2016.

Previsão de Conclusão: 1º semestre de 2017.

Situação: em andamento.

Percentual de execução:

Lote 01 Contrato nº 003/2016-Sinesp - Executados 45% dos serviços, com a implantação parcial da drenagem pluvial e terraplenagem.

Lote 02 Contrato nº 011/2015-Sinesp - Executados 73% dos serviços, implantada quase totalmente a drenagem pluvial, a qual aguarda a conclusão das quatro bacias de retenção para sua funcionalidade, e, parcialmente, a pavimentação, os meios-fios e as calçadas.

Lote 03 Contrato nº 009/2016-Sinesp - Executados 47% dos serviços, implantadas parcialmente a drenagem pluvial e a terraplenagem.

Lote 04 Contrato nº 010/2016-Sinesp - Executados 60% dos serviços, implantadas parcialmente a drenagem pluvial e a terraplenagem.

Lote 05 Contrato nº 012/2015-Sinesp - Executados 45% dos serviços, com a escavação parcial das Bacias 1A e 1B.

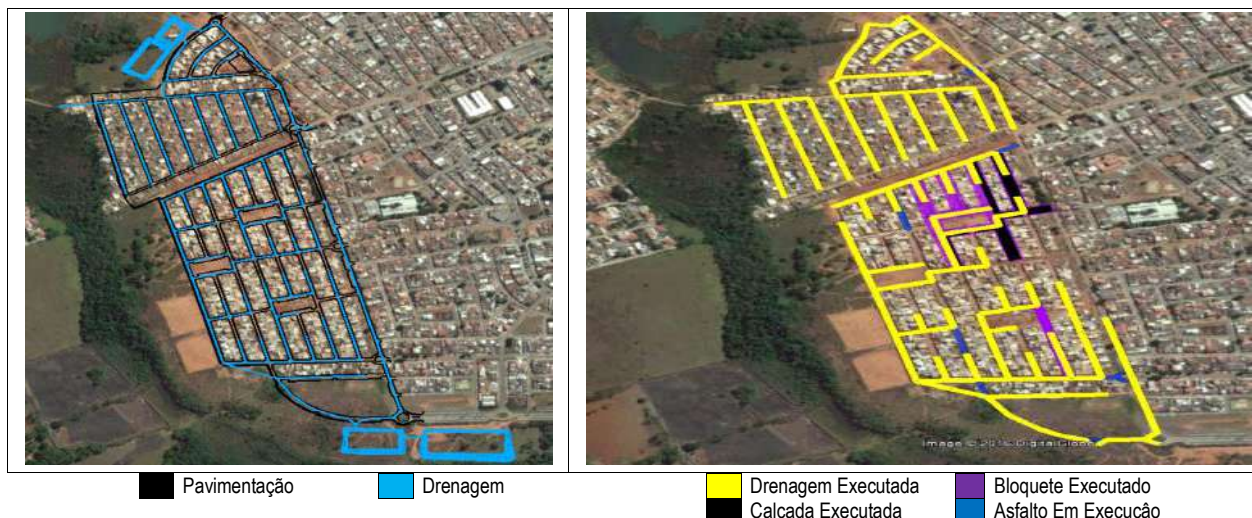
Os Lotes 06 (Contrato nº 011/2016-Sinesp, Bacia 2A) e 07 (Contrato nº 012/2016-Sinesp, Bacia 2B) deverão ser iniciados no início de 2017, com a obtenção das suas licenças de supressão de vegetação.

Gestão de início: Gestão do Governador Rodrigo Rollemberg.

Fonte de recursos: PAC Pavimentação e Qualificação de Vias, com financiamento pela Caixa Econômica e contrapartida do GDF.

SETOR HABITACIONAL BURITIZINHO: PROJETO vs

ANDAMENTO DAS OBRAS



- Construção do **Túnel Rodoviário de Taguatinga**, Contrato nº 004/2016-Sinesp, no valor de R\$ 199.935.865,75.

- O túnel fará uma ligação subterrânea pela via Elmo Serejo, para quem segue para Ceilândia, além de oferecer uma via alternativa pela superfície para o Centro de Taguatinga. Isso evitará a retenção de veículos nos semáforos do centro de Taguatinga. Com a conclusão da obra, os carros que estiverem na Avenida Elmo Serejo, sentido Plano Piloto, mergulharão pelo túnel e já sairão na Estrada Parque Taguatinga (EPTG). Do outro lado, aqueles que chegarem à Taguatinga pela EPTG também passarão pelo túnel até chegar no início da Via Estádio, saindo logo após o viaduto da Avenida Samdu. As vias marginais darão acesso às Avenidas Comerciais e Samdu Sul e Norte. O túnel terá 830 metros de extensão e vai contar com duas pistas paralelas, cada uma com três faixas de rolagem, em cada sentido.

Início: aguardando decisão judicial.

Conclusão: 24 meses após o início da obra.

Situação: a Secretaria aguarda a decisão da justiça para dar prosseguimento ao projeto executivo e, na sequência, iniciar as obras do Túnel Rodoviário de Taguatinga.

Percentual de execução: ainda não iniciada.

Gestão de início: ainda não iniciada.

Fonte de recursos: PAC Mobilidade Grandes Cidades, com financiamento pela Caixa Econômica, e contrapartida do GDF.

Construção do Túnel de Taguatinga



- Construção de pista de Cooper na Vila Planalto, no Plano Piloto de Brasília, contrato no valor de R\$ 540.566,60.

- Urbanização e requalificação do **Setor Habitacional Vicente Pires** (Lotes 11, 04, 05, 09 e 10), em Vicente Pires, contratos que totalizam R\$ 253.964.719,05.

- As obras de urbanização de Vicente Pires, que incluem drenagem pluvial e pavimentação asfáltica, foram iniciadas em setembro de 2015, nos lotes 6 e 7, na Gleba III (área próxima ao Jôquei Clube). Nessa primeira etapa, o investimento total é de R\$ 68,4 milhões na construção de 27,3 km de rede de drenagem, 42 km de pavimentação asfáltica e 101 km de calçadas.

- Em dezembro de 2015, também foram iniciadas as obras de pavimentação asfáltica, construção de meios-fios e a drenagem pluvial na Gleba I (lotes 1, 2 e 3), situada nas imediações da EPTG e do Pistão Norte. Além disso, está prevista a execução de pontes que ligarão a Gleba I à Gleba II. Nessa etapa, estão sendo investidos R\$ 115 milhões na execução de 45,5 km de redes de drenagem pluvial e 70 km de pavimentação asfáltica de todo o setor, dividido em três lotes.

- Foram assinados os contratos e as ordens de serviço emitidas para as Glebas II e IV. Os projetos executivos estão em fase de elaboração. Na Gleba II, serão investidos R\$ 308 milhões e na Gleba IV, R\$ 36 milhões.

Início: 2º semestre de 2015, pelas Glebas I e III.

Conclusão: 2º semestre 2018.

Situação: em andamento.

Percentual de execução:

Gleba I:

Lote 02 Contrato nº 009/2015-Sinesp: Executados 3% dos serviços, com a implantação parcial da drenagem pluvial e terraplenagem. Previsão de conclusão: 18 meses.

Lote 03 Contrato nº 010/2015-Sinesp: Executados 18% dos serviços, implantadas parcialmente a drenagem pluvial (redes, ramais, dissipadores e lançamentos), pavimentação e meios-fios. Previsão de conclusão: julho de 2018.

Gleba III:

Lote 06 Contrato nº 004/2015-Sinesp: Executados 14% dos serviços, com a implantação parcial da drenagem pluvial (redes, ramais e dissipadores), terraplenagem e pavimentação. Previsão de conclusão: junho de 2017.

Lote 07 Contrato nº 005/2015-Sinesp: Executados 13,96% dos serviços, implantadas parcialmente a drenagem pluvial (redes, ramais, dissipadores) e a pavimentação. Previsão de conclusão: dezembro de 2017.

Gleba IV:

Lote 01 Contrato nº 008/2015-Sinesp: Executados 13,5% dos serviços, com a implantação parcial da drenagem pluvial, escavação de lagoa e terraplenagem e pavimentação. Previsão de conclusão: dezembro de 2017.

Gestão de início: Gestão do Governador Rodrigo Rollemberg.

Etapas por iniciar:

Gleba II:

Lote 04 Contrato nº 008/2016-Sinesp, Lote 05 Contrato nº 019/2016-Sinesp,

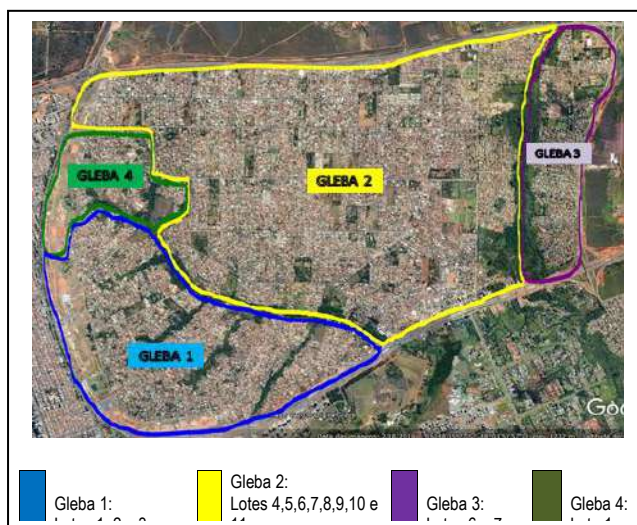
Lote 09 Contrato nº 020/2016-Sinesp, Lote 10 Contrato nº 021/2016-Sinesp, e

Lote 11 Contrato nº 006/2016-Sinesp.

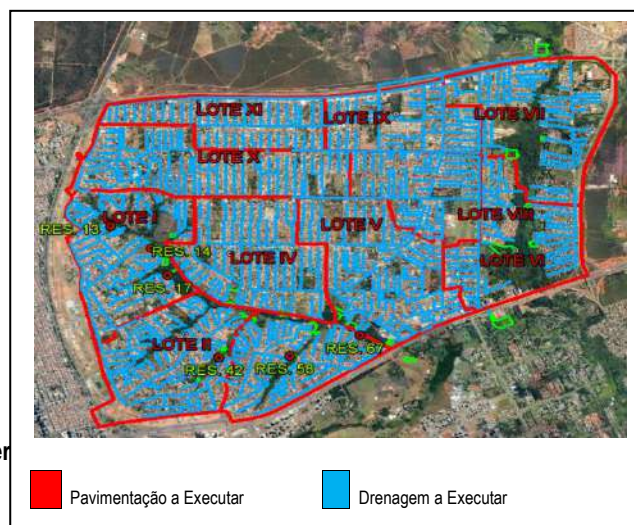
Investimento Total: R\$ 467 milhões.

Fonte de recursos: PAC Pavimentação e Qualificação de Vias.

Setor Habitacional Vicente Pires – Áreas De Intervenção



Setor Habitacional Vicente Pires - Projeto





- Construção de calçadas nas Quadras SQS 107, 108, 109, 307 e 308, na Asa Sul do Plano Piloto de Brasília, Contrato nº 007/2016-Sinesp, no valor de R\$ 1.279.725,20.

Início: outubro/2016.

Conclusão: 2017.

Situação: em andamento (o contrato pode ser suspenso em 2017 para adequações ao projeto em virtude de interferências encontradas).

Percentual de execução: 25% do contrato total.

SQS 109: 100% do contratado.

SQS 107: calçadas externas em execução.

Gestão de início: Gestão do Governador Rodrigo Rollemberg.

Investimento: R\$ 1,2 milhão.

Fonte de recursos: Financiamento pela Caixa Econômica e contrapartida do GDF.

- Urbanização e requalificação do **Setor Habitacional Ribeirão, Porto Rico** (Etapas de 01 a 06), em Santa Maria, Contratos nº 013 a 018/2016-Sinesp, no valor total de R\$ 26.001.829,25.

- As obras de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica incluem cerca de 15 km de drenagem, 19,50 km de pavimentação, 45.000 m² de calçadas e 38.000 m² de meios-fios.

Início: Julho/2016.

Previsão de Conclusão: 2º semestre de 2017.

Situação: em andamento.

Percentual de execução:

Lote 01 Contrato nº 013/2016-Sinesp - Executados 34,86% dos serviços, com a implantação parcial da drenagem pluvial.

Lote 02 Contrato nº 014/2016-Sinesp - Executados 21,07% dos serviços, implantada parcialmente a drenagem pluvial.

Lote 04 Contrato nº 016/2016-Sinesp - Executados 16,43% dos serviços, com a implantação parcial da drenagem pluvial.

Lote 05 Contrato nº 017/2016-Sinesp - Executados 15,39% dos serviços, implantadas parcialmente a drenagem pluvial.

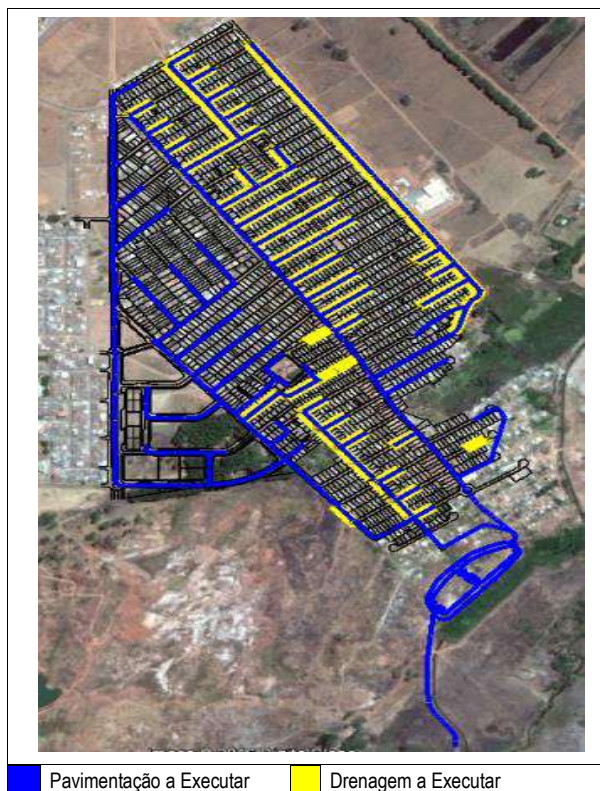
Lote 06 Contrato nº 012/2015-Sinesp - Executados 3% dos serviços, implantado o canteiro e iniciada a limpeza (o desenvolvimento das obras está previsto para o início de 2017, a partir da obtenção da licença de supressão de vegetação).

O Lotes 03 (Contrato nº 015/2016-Sinesp) deverá ser iniciado em 2017, com a obtenção da licença ambiental da obra.

Gestão de início: Gestão do Governador Rodrigo Rollemberg.

Fonte de recursos: PAC Pavimentação e Qualificação de Vias, com financiamento pela Caixa Econômica e contrapartida do GDF.

Setor Habitacional Porto Rico – Projeto



- Urbanização da Via de Ligação da Av. Hélio Prates com a Av. Principal do Sol Nascente, em Ceilândia, no Corredor de Transporte Público do Eixo Oeste do Distrito Federal, Contrato nº 022/2016-Sinesp, no valor de R\$ 3.881.256,39.
- Obras de acessibilidade em estacionamentos do Parque da Cidade no Plano Piloto de Brasília, Contrato nº 023/2016-Sinesp, no valor de R\$ 217.960,53.
- Urbanização e requalificação do **Setor Habitacional Bernardo Sayão** (Lote 04), no limite oeste do Guará, Contrato nº 024/2016-Sinesp, no valor de R\$ 11.792.952,78.

○ A intervenção consiste em obras de infraestrutura (drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, calçadas e meios-fios) em toda a região. Estão previstos para implantação cerca de 32 km de drenagem, 46 km de pavimentação, com calçadas e meios-fios.

Início: dezembro de 2016.

Conclusão: 1º semestre de 2018.

Situação: em andamento.

Percentual de execução: Executados 20% dos serviços, com a implantação parcial da drenagem pluvial.

Gestão de início: Gestão do Governador Rodrigo Rollemberg

Investimento: R\$ 56 milhões

Fonte de recursos: PAC Pavimentação e Qualificação de Vias, com financiamento pela Caixa Econômica e contrapartida do GDF



- Remanejamento de drenagem pluvial na QNN 30, Área Especial B, em Ceilândia, Contrato nº 025/2016-Sinesp, no valor de R\$ 863.635,44.
- Fornecimento de energia elétrica ao Sistema de Iluminação Pública do Distrito Federal, Contrato nº 022/2011-CEB, no valor de R\$ 160.724.956,05.
- Manutenção e gerenciamento do parque de iluminação pública do Distrito Federal, Contrato nº 021/2012-CEB, no valor de R\$ 22.032.542,88.
- Implantação, expansão e melhoria do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, Contrato nº 037/2012-CEB, no valor de R\$ 123.561.571,37.
- Construção da Praça da Juventude (mini Vila Olímpica) do Itapoã, Contrato nº 006/2014-SO, no valor de R\$ 2.167.705,57.
- Execução de obras civis, recomposição de vegetação e compensação ambiental no Condomínio Privê, em Ceilândia, Contrato nº 010/2014-SO, no valor de R\$ 485.424,52.
- Urbanização e requalificação do **Setor Habitacional Sol Nascente**, Trechos 1 a 3, em Ceilândia, contratos que totalizam R\$ 201.203.458,97.
 - ❖ O Trecho 1 do Sol Nascente, Contrato nº 015/2014-SO.
 - Obras de drenagem e pavimentação, com a execução de 25,2 Km de redes de drenagem, com 5 lagoas de retenção, e 304,9 mil metros quadrados de pavimentação, que correspondem a 44 Km de via de 7 metros de largura.

Início: fevereiro de 2017.

Conclusão: 2º semestre de 2017.

Situação: em andamento.

Percentual de execução: No total desta obra foram realizados 44% dos serviços previstos. Já foram executadas parcialmente a pavimentação e a drenagem. Estão em construção as bacias 5, 6, 7 e 8 e as redes de drenagem, sendo que, no caso da bacia 6, os serviços de pavimentação em blocos de concreto articulados prosseguem.

Gestão de início: Gestão do Governador Rodrigo Rollemberg.

Investimento: R\$ 51,8 milhões.

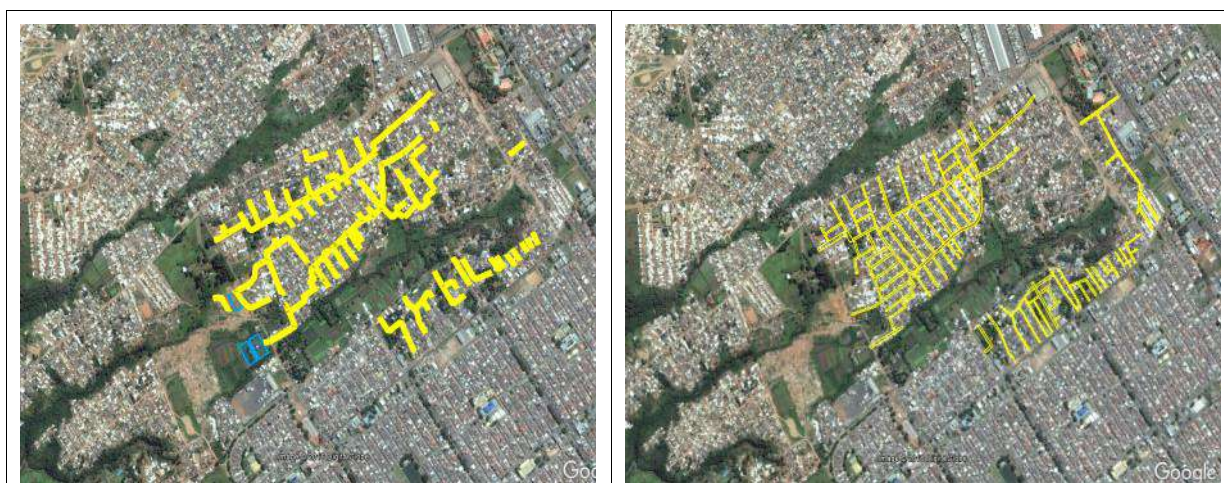
Fonte de recursos: Financiamento com a Caixa Econômica, com contrapartida do GDF.

Setor Habitacional Sol Nascente – Trecho 1 Projeto



■ Pavimentação a Executar ■ Drenagem a Executar

SETOR HABITACIONAL SOL NASCENTE – TRECHO 1 EXECUTADO



■ Drenagem Executada ■ Lagoas de Detenção ■ Pavimentação Executada

- ❖ O Trecho 2 do Sol Nascente, Contrato nº 002/2015-Sinesp.
 - Obras de drenagem e pavimentação, com execução de 30,3 Km de redes de drenagem, com 3 lagoas de retenção, e 493,5 mil metros quadrados de pavimentação, que correspondem a 70 Km de via de 7 metros de largura.

Início: julho de 2015.

Conclusão: 2º semestre de 2018.

Situação: em andamento.

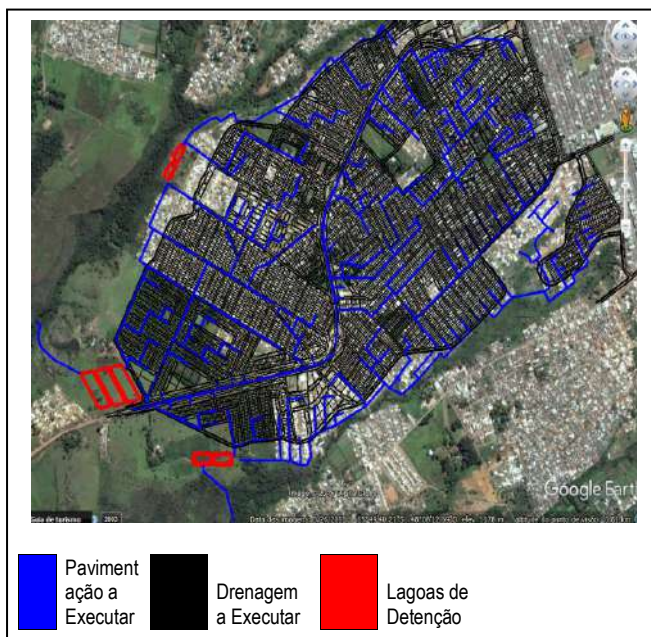
Percentual de execução: Executados 16,75% dos serviços, com a implantação parcial da drenagem pluvial. A lagoa de retenção 4A já foi escavada e a lagoa 4C está em processo de escavação, para subsequente execução.

Gestão de início: Gestão do Governador Rodrigo Rollemberg.

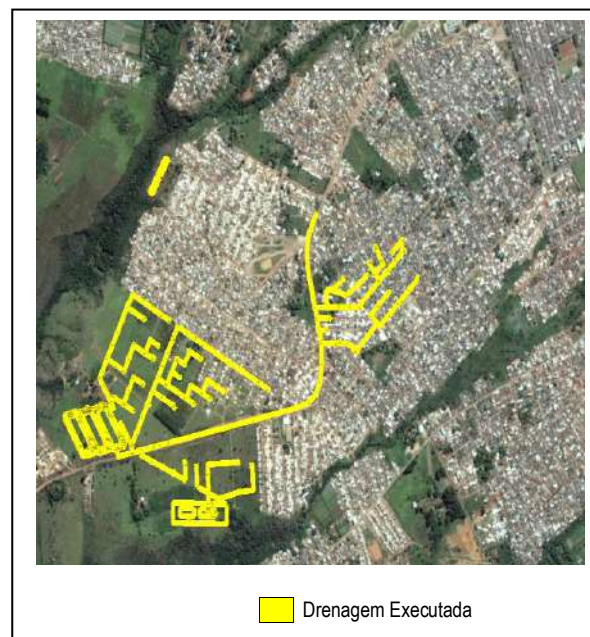
Investimento: R\$ 83,69 milhões.

Fonte de recursos: Financiamento com a Caixa Econômica, com contrapartida do GDF.

Setor Habitacional Sol Nascente – Trecho 2



Projeto Setor Habitacional Sol Nascente – Trecho 2 Executado



❖ O Trecho 3 do Sol Nascente, Contrato nº 003/2015-Sinesp.

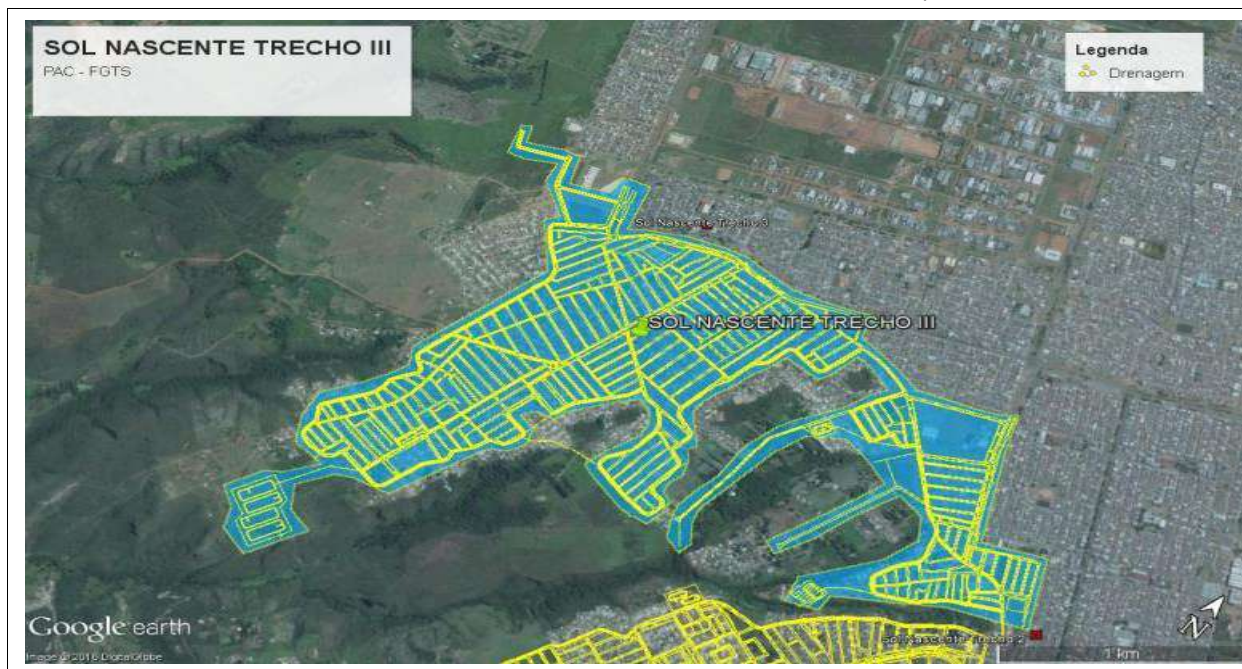
○ No Trecho 3 está prevista a construções de três bacias de retenção de drenagem (denominadas 1, 2 e 3). Serão executados 21,3 Km de redes de drenagem, com as três lagoas, e 450,5 mil metros quadrados de pavimentação.

Início: etapa por iniciar.

Situação: aguarda licença de instalação pelo Ibram.

Investimento: R\$ 66 milhões.

Fonte de recursos: Financiamento com a Caixa Econômica, com contrapartida do GDF.



- Elaboração de estudos e projetos de urbanização no Distrito Federal, contrato no valor de R\$ 12.433.653,35.

- Implantação e recuperação de pista de caminhada e passeios no Parque da Cidade em Brasília, contrato no valor de R\$ 5.274.428,85.
- Requalificação de áreas públicas no SCIA, contrato no valor de R\$ 9.403.667,88.

2.1.1.2. Principais Empreendimentos Futuros

▪ Drenagem pluvial em áreas críticas do Plano Piloto de Brasília, e em de Taguatinga, vinculada ao novo Programa Drenar/DF.

○ Consiste no redimensionamento das galerias de águas pluviais de áreas que sofrem com as constantes inundações em época de chuvas. O programa foi dividido em Drenar 1 e 2. O Drenar 1, compreende a região do Plano Piloto e visa reforçar a rede de drenagem das faixas 01/02 e 10/11 da Asa Norte, e 13 da Asa Sul. O trabalho será iniciado pelas quadras 900, passando pelas quadras 700, 500, 300, 100, 200, 400, 600 e 800, seguindo até o Lago Paranoá.

○ Já o Drenar 2, abrange a região de Taguatinga, integrando as quadras dos seguintes setores: QNA, QNB, QNC, QND, QNE, QNF, QSA e QSB, QSC, CSA e CSB, além das Avenidas Hélio Prates e Comercial.

○ O programa prevê também a melhoria da qualidade da água pluvial descarregada no Lago Paranoá, por meio da retenção dos resíduos em bacias de contenção e qualidade, que vão reduzir ainda o pico da vazão do volume de água afluente no Lago, evitando o assoreamento. O prazo de duração da obra é de 24 meses, após a assinatura do contrato.

Início: aguardando assinatura de Contrato e emissão da Ordem de Serviço.

Conclusão: 24 meses após o início da obra.

Situação: As obras do Drenar/DF já foram licitadas e adjudicadas e o processo encontra-se em fase de captação de recursos para posterior contratação.

Investimento: R\$ 259,3 milhões.

Fonte de recursos: Financiamento com o Banco do Brasil (100%).

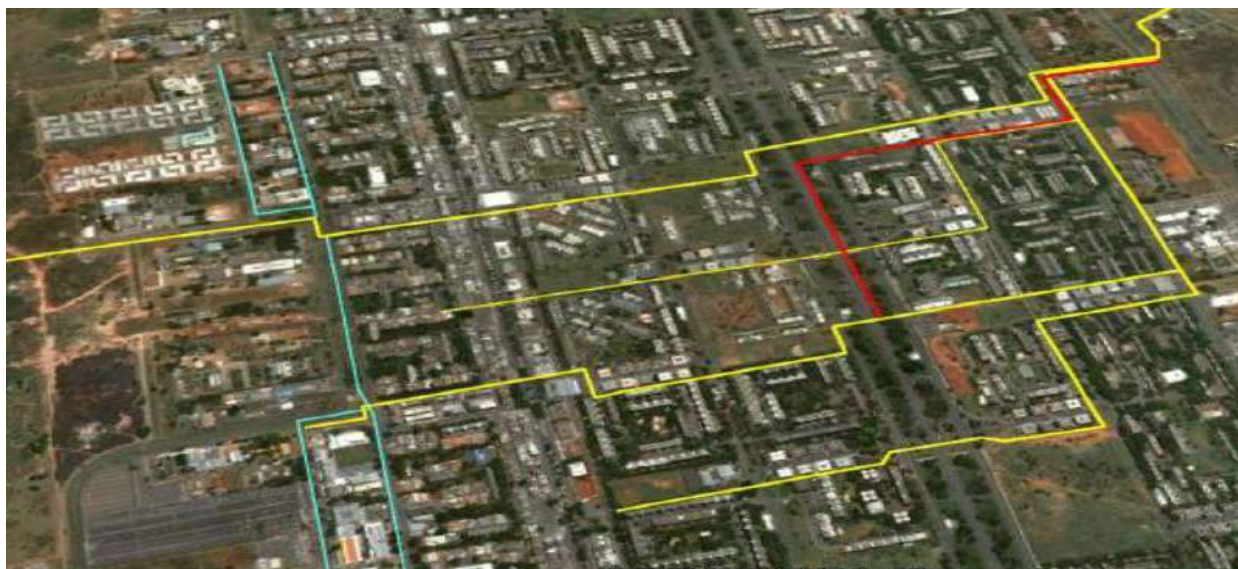
Drenar 1 (Plano Piloto)

Faixas 1 e 2 Norte: em negociação o plano de manutenção da bacia, junto ao IPHAN e Segeth.

Faixas 10 e 11 Norte: em fase de definição da bacia.

Faixa 13 Sul: em obtenção de Licença de Instalação.

DRENAR/DF - PLANO PILOTO - LOTE - FAIXA 10 e 11 NORTE





▪ **Viaduto da EPIG** com o Parque da Cidade de Brasília/Sudoeste, integrante do “Corredor de Transporte Público - Eixo Oeste”.

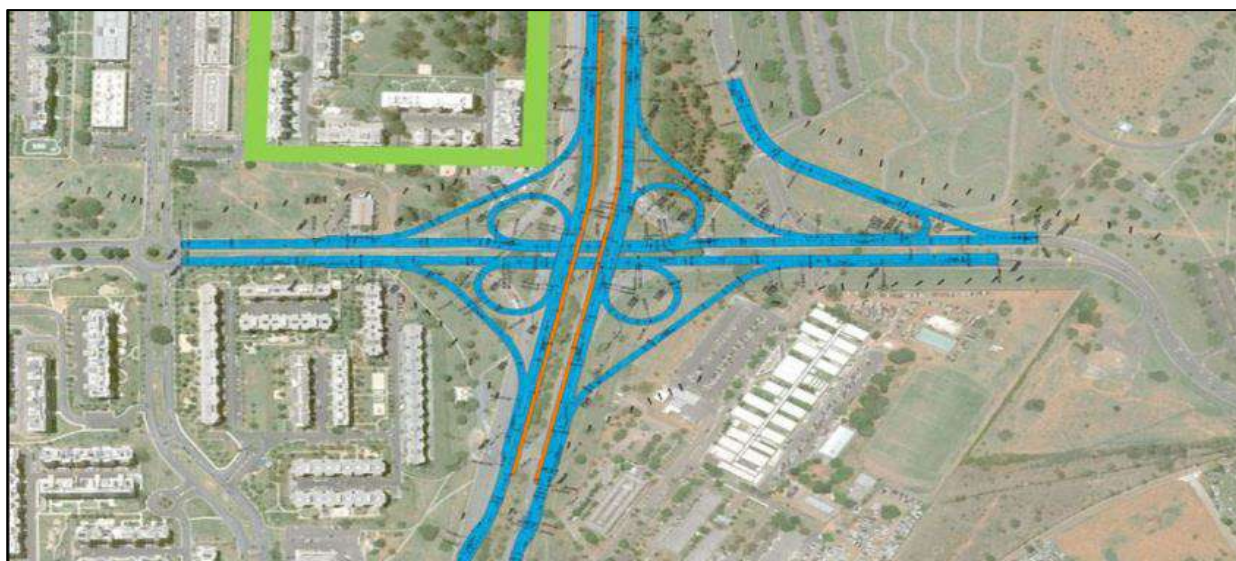
○ No ano de 2015, a licitação da referida obra, que já estava pronta, foi revogada por determinação do Tribunal de Contas da União - TCU. A Sinesp fez as devidas alterações ao projeto, atendendo a todas as recomendações do TCU. Uma vez alterado, o projeto seguiu para análise da Caixa Econômica Federal (CEF), que constatou a conformidade do processo e o encaminhou ao Ministério das Cidades, onde aguarda apenas a homologação do projeto para então dar início ao processo licitatório. Isso porque como os recursos são provenientes do Orçamento Geral da União, é necessário que haja uma autorização expressa do Ministério para a liberação do procedimento licitatório. Esta é uma obra de grande importância, que irá melhorar o fluxo de carros nesta região central de Brasília, tendo impacto direto sobre o tráfego de milhares de carros que entram e saem do Plano Piloto diariamente. Segundo o DER, estima-se que 45.000 carros trafeguem diariamente, no sentido Eixo Monumental, e outros 40.000, no sentido Taguatinga.

Início: ainda não iniciada.

Situação: obra inclusa no financiamento do BB 1, aguarda resposta do pleito de inclusão no BB 2.

Investimento: R\$ 17 milhões. **Fonte de recursos:** Financiamento com a Caixa Econômica, com contrapartida do GDF.

Viaduto da EPIG com o Sudoeste/Parque da Cidade - Trecho 2



- Construção do alargamento do Viaduto da Interseção da EPTG (DF-085) com a EPCT (DF-001), integrante do Corredor de Transporte Público - Eixo Oeste;

- A construção do alargamento do viaduto da interseção da EPTG - EPCT (DF-001), localizado no trecho 10 do Corredor Oeste, em Taguatinga, está para ser contratada pela Sinesp já no início de 2017. No projeto do Corredor Eixo-Oeste, está previsto o alargamento de pistas e a construção de faixas exclusivas nas principais vias de ligação do Sol Nascente com o Plano Piloto, como a Av. Hélio Prates, Estrada Parque Indústrias Gráficas (EPIG), chegando ao Eixo Monumental; e a Via Setor Policial Militar (ESPM), para acesso ao Terminal da Asa Sul.

- O Eixo Oeste beneficiará diretamente a população do Plano Piloto e das Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires e Guará. Também serão beneficiadas, indiretamente, as regiões de Brazlândia e de Águas Lindas/GO.

Início: janeiro de 2017.

Conclusão: agosto 2017.

Investimento: R\$ 4,7 milhões.

Fonte de recursos: Contrato de financiamento "Eixo Oeste", da Caixa Econômica Federal, 95%, com contrapartida de 5% do GDF.

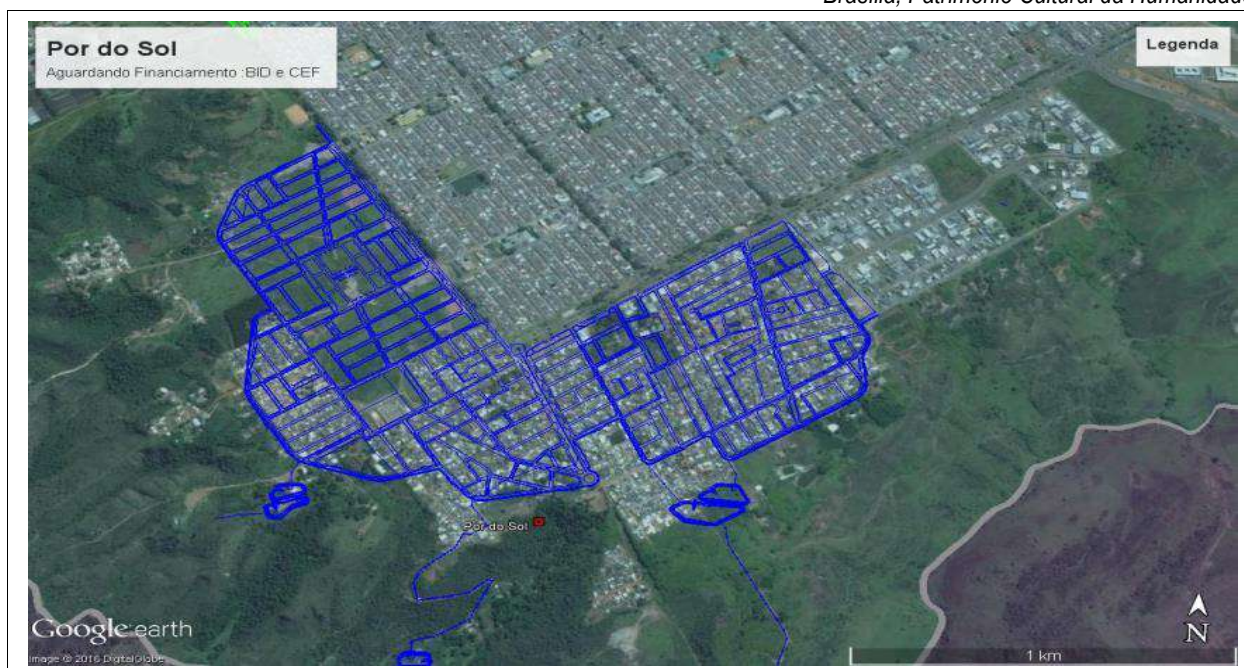


- Urbanização e requalificação do **Condomínio Pôr do Sol**, vinculado ao Programa Brasília Sustentável II;
 - A Sinesp deverá proceder à urbanização do Pôr do Sol nos mesmos moldes das atuais regularizações de parcelamento que ocorrem no Sol Nascente, Vicente Pires, Buritizinho, etc. Deverá ser feita a atualização do projeto de drenagem e de pavimentação, de acordo com a nova poligonal já fornecida pela Codhab. Os projetos atualizados devem ser apresentados ao Ibram para obtenção da Licença Ambiental, e, posteriormente, será lançada a licitação das obras. Ficará a cargo da Codhab a regularização das interferências entre a nova poligonal do Condomínio e a nova ARIE JK.

Situação: aguarda financiamento.

Investimento: R\$ 75 milhões.

Fonte de recursos: Brasília Sustentável II (BID) e/ou PAC pavimentação (MCIDADES).



2.1.2. Implantação e Desenvolvimento de Tecnologia da Informação - TI e Sistema InfObras

As ações desta Pasta efetuadas na área de Tecnologia da Informação, em 2016, foram baseadas nas definições do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação da Sinesp - CETI (Portaria nº 64/2015), órgão colegiado de Governança de TI, em cumprimento à iniciativa estratégica 24, integrante da Estratégia Geral de Tecnologia de Informação - EGTI 2016-2019, do GDF.

Os trabalhos do CETI foram centrados na priorização de ações e aquisições de Tecnologia da Informação para o biênio 2016-2017, e resultaram na aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, definido pela Instrução Normativa (IN) SLTI/MP nº 4/2014, recepcionada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto nº 37.667, de 29/09/2016, como sendo um “instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visam garantir o atendimento dos objetivos do órgão ou entidade para um determinado período”. O PDTI 2016-2017 Sinesp foi aprovado por meio da Portaria nº 82, de 17/10/2016, e está disponível para consulta, no sítio eletrônico da Secretaria, na Internet.

Devido às restrições orçamentárias sofridas no exercício de 2016, a Sinesp priorizou ações que não geram despesas. Ainda assim, o PDTI 2016-2017 Sinesp definiu como prioridade a aquisição de equipamentos (impressoras). Foi iniciada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar da Contratação e apresentado ao CETI uma primeira proposta de aquisição. O Comitê apresentou sugestões e está em fase final de elaboração do referido Estudo, com a perspectiva de aquisição de equipamentos, em 2017. Vale ressaltar que o total de recursos destinados à TI em 2016 foi inferior ao estimado para as aquisições acima mencionadas.

2.1.2.1. Segurança da Informação

Como consta na EGTI 2016-2019 a meta “ter segurança da informação de TI balizada nas boas práticas”, esta Pasta efetuou em 2016 diversas ações a ela relacionadas, em especial, melhorias no acesso dos usuários ao sistema da Secretaria, ao sistema InfObras e na implementação de perfil no módulo de Obras do InfObras para garantir a segurança da informação. Quanto à infraestrutura, destacam-se: a configuração de e-mail institucional, a fim de proporcionar a comunicação oficial de forma eficiente; a adoção de ferramentas livres de monitoramento de rede, totalmente configuradas pela equipe da Sinesp, sem custos de implantação; e, a utilização de espaço de armazenamento, localizado na Seplag, para cópias de segurança.

Em cumprimento à iniciativa 22, da EGTI, qual seja “hospedar os dados do órgão em ambiente seguro, controlado e monitorado”, foram tomadas medidas na área de infraestrutura de redes como: melhorias de regra de *firewall* e implantação de políticas individuais no servidor *Proxy*. Em 2016, a iniciativa 23, da EGTI, foi seguida tanto no que diz respeito à infraestrutura - por meio da implantação de auditoria nos servidores de arquivos - quanto na questão do InfObras, ao “garantir que os sistemas, aplicativos, repositório de dados e servidores permitam ser rastreados por meio de trilhas de auditorias ou *logs*”.

2.1.2.2. Principais Atividades e Desenvolvimento do InfObras

As principais atividades da Sinesp, na área de TI, centraram-se na melhoria da rede computacional, nas ações de geoprocessamento, para atuação da Pasta, e no desenvolvimento do sistema interinstitucional InfObras.

2.1.2.2.1. Redes

O principal projeto da área de Infraestrutura de Redes, no ano de 2016, foi a criação da Nova Rede da Sinesp, que conta com melhorias de desempenho (performance), com a limitação do domínio de *broadcast*, com a implantação de *pools* de servidores e com a centralização do servidor de arquivos, o que facilitou seu uso por todos os colaboradores da Secretaria. Outro ganho da nova rede foi a facilidade de suporte, com automatização de tarefas, como: a instalação de impressoras e a criação de atalhos. Na realização de determinadas configurações era necessário que a equipe de suporte o fizesse em cada equipamento, o que agora é feito de forma automática e centralizada.

A nova infraestrutura atualmente está em fase de implantação, já tendo sido finalizada, até novembro de 2016, no Gabinete da Sinesp e na sua Assessoria, na Assessoria de Comunicação, na Ouvidoria, na Assessoria Jurídico-Legislativa e nas Subsecretarias de Gestão de Ativos Tecnológicos, de Acompanhamento Ambiental e Políticas de Saneamento e, na de Gerenciamento de Recursos Externos. Além disso, também foi implementada uma rotina de notificações de incidentes, que é realizada por meio de mensagens (*Telegram*), a fim de permitir o monitoramento remoto. Esse é um passo importante para a realização da iniciativa 10, da EGTI, qual seja “implantar ou aprimorar a gestão de incidentes”.

Ainda em 2016, foi implementado o *backup* dos dados da Sinesp, na nuvem SEPLAG, o que está em consonância com a iniciativa 30, da EGTI: “verificar a disponibilidade de infraestrutura de TI (sistemas estruturantes, serviços corporativos de TI, bem como a rede metropolitana de comunicação corporativa) com o CETIC, antes de efetuar qualquer contratação do tipo, com vistas à economicidade do Estado, conforme legislação em vigor”. Outra realização do corpo técnico da Pasta foi a criação de uma central de telefonia, por meio de software livre.

Finalmente, em conformidade com as iniciativas estratégicas 5, 6 e 7 da EGTI, a saber: “documentar as rotinas internas de TI”, “mapear processos internos de TI” e “garantir que, na implantação de qualquer solução tecnológica, o conhecimento desta ação permaneça sob o domínio do órgão para continuidade dos serviços”, os procedimentos relacionados à Nova Rede da Sinesp estão sendo documentados em uma *wiki* de uso interno da Subsecretaria responsável pela mesma.

2.1.2.2.2. Geoprocessamento

No tocante ao geoprocessamento, destacam-se:

- Criação de serviços de mapas em banco de dados geoespacial para publicação das Obras da Sinesp em ambiente intranet (Infobras/Sinesp/GDF) e internet (Siturb/Segeth/GDF);
- Conversão e processamento de bases de dados vetoriais de projetos da Sinesp em formato CAD para formatos SIG/GIS, para acompanhamento de obras e apresentações institucionais;
- Intercâmbio com órgãos do GDF para troca de informações geoespaciais;
- Promoção de palestra e participação em eventos relacionados à tecnologia da Modelagem da Informação da Construção (em inglês, BIM), com vistas à sua futura incorporação nos processos de contratação e execução de obras públicas pela Sinesp; e
- Difusão do conhecimento geográfico, no âmbito da Sinesp, mediante a capacitação de técnicos em aplicativo computacional de geoprocessamento.

2.1.2.2.3. Desenvolvimento - InfObras

Para atender às necessidades dos usuários do sistema InfObras, a partir de propostas de ajustes e adequação dos diversos setores interessados, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Melhorias diversas nos módulos do sistema (manutenções corretiva, adaptativa e evolutiva);
- Alteração e melhoria dos relatórios “Documentos Prioritários” e “Mapa de Contratos”, e criação dos relatórios “Acompanhamento de Contratos”, “Acompanhamento de Notas de Empenho” e “Controle de Ordens de Serviço Emitidas”;
- Integração com o SIGGo na obtenção automática dos Planos de Trabalho e das Notas de Empenho;
- Melhoria nas telas do sistema, para incrementar a usabilidade (como Projeto, Ordem de Serviço, Ordem Bancária, dentre outras), na pesquisa dos dados da Novacap (DE, DU e DOE) e na aba “Nome do Expedientes”;
- Inclusão do total orçado e total homologado na tela “Lista dos Lotes”, da tela principal da licitação;

- Implementação do preenchimento da “Data Suspensão Até” automaticamente, conforme o prazo em dias incluído anteriormente na tela de “Suspensão”;
- Inclusão do Tipo do Contrato, contendo todas as espécies existentes, conforme padrão do sistema SIGGo;
- Criação das tabelas e implementação do “plano estratégico governamental”;
- Criação dos ícones de estado para a licitação;
- Integração do Siturb e do Mapeamento Agefis (Mapa de combate à grilagem e ocupações irregulares) com o InfObras;
- Implementação da funcionalidade de alerta por e-mail para os envolvidos com os contratos e seus superiores, quando da aproximação do encerramento em 90, 60, 45, 30 e 10 dias da vigência ou da execução dos contratos ativos da Sinesp;
 - Criação do código QR CODE (código de barras bidimensional), na tela principal dos contratos, que pode ser escaneado pela maioria dos telefones celulares equipados com câmera. Esse código é, então, convertido em texto (interativo) e as informações sobre as obras são exibidas num endereço URL; e,
 - Desenvolvimento do projeto appObras para smartphone que exibe as obras em execução e os pilares de prioridade.

2.1.3. Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H)

A Sinesp, no período de 16/02/2016 a 03/10/2016, visando cumprir o Decreto nº 21.681, de 06/11/2000, a Portaria Conjunta SO-SEDUH nº 010, de 18/10/2006, e a Portaria Conjunta SO/SEDUMA nº 01, de 11/04/2007, referente ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat - PBQP-H, emitiu às empresas requerentes 10 (dez) certificados.

2.2. Planejamento e Projetos de Obras

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - Sinesp, para dar resposta às suas diversas demandas, com base nos registros cadastrados e em decisões urbanísticas e estratégicas, organiza as informações dessas demandas para: a elaboração de projetos de obras públicas, a indicação de projetos e obras prioritárias a serem executadas, e para planejar e coordenar a execução das atividades pertinentes à elaboração de diversos planos. No âmbito da Sinesp, podemos destacar os seguintes projetos: implantação de sistema viário, construção de infraestrutura urbana (incluindo os serviços de drenagem pluvial e pavimentação), urbanização de parcelamentos urbanos (novos ou em fase de regularização), urbanização de espaços livres (incluindo as definições de paisagismo, pavimentação e mobiliário urbano), e, construção e conservação de prédios públicos, e outros próprios.

A Sinesp também estabelece planos e programas voltados à execução de projetos, além de coordenar as atividades de análise, revisão, controle e consultoria de orçamentos de projetos de engenharia, na fase de autorização da licitação de obras e serviços de engenharia da Secretaria. Também colabora com os estudos de viabilidade técnica de projetos, em fase pré-licitatória. As obras, contratadas a partir dos projetos elaborados por esta Pasta, têm fiscalização e acompanhamento especiais para garantir a boa execução e a satisfação das necessidades da sociedade, além de propiciar o aperfeiçoamento técnico e a maximização dos recursos utilizados na prestação de serviços e produção de bens de uso público.

2.2.1. Elaboração de Projetos

2.2.1.1. Contrato 17/2014 – Projetos Urbanísticos em Geral

As principais realizações de projetos da Sinesp vincularam-se ao Contrato nº 017/2014-SO, que abrange os serviços especializados de consultoria para elaboração de levantamentos preliminares, planialtimétricos cadastrais, de estudos geológicos e geotécnicos, de projetos geométricos e de terraplenagem, das adequações de projetos de urbanismo, dos projetos de paisagismo, ciclovias, pavimentação, drenagem, readequação de drenagem e sinalização. Também estão incluídos os estudos de tráfego e microssimulações dinâmicas, os projetos executivos de obras de arte especiais e, finalmente, os orçamentos estimativos dos serviços a eles vinculados no Distrito Federal.

Os projetos que receberam Ordem de Serviço no Contrato nº 017/2014 foram:

Descrição	Ordem de Serviço	Valor Total	Executado
Projetos Finalizados em 2016			
Implantação de acesso e estacionamento no Lote B Conjunto 02 da Quadra 11 do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA	0077/2015	4.247,83	100%
Paisagismo da Av. Hélio Prates	22/2016	135.775,90	100%
Projetos em Elaboração - Andamento Normal			
Readequação da drenagem da Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG (Parque da Cidade)	27/2016 85/2016	147.147,84	70%
Projeto executivo para implantação de sistema viário e estacionamentos no Setor de Administração Federal Sul - SAF/Sul	29/2016 76/2016	243.981,34	50%
Projeto executivo para requalificação/revitalização da Av. Paranoá	36/2016 82/2016	365.458,98	74%
Projeto executivo para ampliação da infraestrutura urbanística do Hospital da Criança José de Alencar – Setor Noroeste de Brasília	34/2016	391.336,87	58%
Projeto executivo para implantação de infraestrutura na Av. Marginal à DF-001, próximo ao Condomínio San Diego, no Jardim Botânico	20/2016	267.000,00	0%
Projeto executivo para drenagem pluvial das Quadras 06, 07, 09, 11, 12 e 13 do Setor de Mansões do Park Way	32/2016 77/2016	500.780,40	75%
Projeto executivo de Mobilidade Ativa em Águas Claras	16/2016 79/2016	215.765,41	64%
Elaboração e readequação dos projetos de drenagem pluvial para a QSF e QSE, Taguatinga	18/2016	453.583,92	0%
Projeto executivo para implantação dos acessos viários e estacionamentos públicos do Centro Administrativo do Distrito Federal – CADF, em Taguatinga	42/2016 75/2016	196.220,85	23%
Rota de fuga - Setor de Inflamáveis no SIA	80/2016	143.863,80	0%
Projeto executivo para a Estrada Setor Policial Militar Sul – ESPM, em Brasília	084/16	251.012,24	0%
Projetos geométricos, de pavimentação, de ciclovias e de sinalização para a ADE - Setor de Materiais de Construção e Setor de Indústrias de Ceilândia	083/16	118.784,76	0%
3.434.960,14	41%		

(Valores em R\$)

2.2.1.2. Demandas de Projeto

As demandas listadas abaixo representam elementos que são compatíveis com o Contrato nº 17/2014-SO e que podem vir a integrá-lo, em seu âmbito de atuação, no limite do valor contratado e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira. Devido ao alto volume de demanda por projetos, a Sinesp tem como meta realizar nova licitação para contratação de empresa especializada na realização dos serviços de elaboração de projetos. Os estudos e procedimentos para viabilizar o novo certame já foram iniciados.

- Execução de rótula em frente ao supermercado Tóquio, em Águas Claras.
- Avaliação e adequação do sistema de drenagem existente em Taguatinga.
- Estudo de Viabilidade - Inversão de Sentido Binário, nas Ruas 36/37, de Águas Claras.
- Projeto de drenagem pluvial no Setor Tradicional, Área Especial 05, em Brazlândia.
- Projeto Executivo para readequação de drenagem pluvial (no âmbito do CT 17/2014), em Ceilândia.
- Projeto Geométrico - Ceilândia como trabalho prévio para o desenvolvimento do estudo preliminar do Parque Urbano 2, do Setor Habitacional Sol Nascente, em elaboração pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – Segeth, juntamente com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – Codhab.
 - Implantação de infraestrutura cicloviária na Região Administrativa do Cruzeiro - RA XI.
 - Projeto de drenagem de águas pluviais em pontos específicos na região do Cruzeiro.
 - Projeto de recuperação de bueiro na Via de Ligação da Rua do Mato à DF 205/Fercal.
 - Adequações exigidas pelo Detran para aprovação do Projeto Executivo (finalizado) de Duplicação da Avenida JK - Setor Central do Gama.
 - Aprovação de projeto - remodelação de estacionamento na Av. Pioneiros - Setor Sul, Gama.
 - Inclusão da drenagem pluvial nos arredores do Depósito Judicial do Gama - DF na demanda do CT 17/2014 – Gama.
 - Avaliação da possibilidade de incluir os projetos de drenagem, pavimentação asfáltica, calçadas e ciclovia do Gama, na demanda do CT 17/2014.
 - Execução de drenagem pluvial da EQ 22/25, Setor Leste do Gama.
 - Duplicação da Av. José Maciel de Paiva, no Gama.
 - Reavaliação do projeto de drenagem na Área Especial 2A, no Guará.

- Reavaliação da rede de drenagem pluvial nas Quadras QE 17 e 19, no Guará.
- Readequação do projeto de drenagem pluvial na QE – 32, do Guará II.
- Duplicação da via de ligação entre o Guará II e o Núcleo Bandeirante, e sua ligação com a DF-079.
- Projetos executivos no parque de múltiplo uso do Lago Norte.
- Implantação de rede de água pluvial no SHIN, QI 03, Conjunto 08 - Lago Norte.
- Execução de drenagem pluvial no SHIN, QI 07, Conjunto 11 - Lago Norte.
- Elaboração de projeto de drenagem pluvial na QL 11, Conjunto 01, do SHIN - Lago Norte.
- Orçamento para sanar problema de captação de águas pluviais no SHIN, QI 14, Conjunto 9, em frente às casas 21, 23, 24 e 22, do Lago Norte.
- Manifestação quanto à execução das obras na orla do Lago Paranoá - Lago Sul.
- Revisão do projeto de drenagem pluvial para atender a Adasa - Setor Habitacional Dom Bosco - Lago Sul.
- Elaboração de projeto de drenagem pluvial na QL 12 do SHIS - Lago Sul.
- Instalação de rede de captação de águas pluviais nas Quadras QI e QL 26 a 29 - Lago Sul.
- Projeto de drenagem pluvial para a QI 23, Conjunto 7, Lote 19 - Lago Sul.
- Projeto de drenagem pluvial na QI 19, Lote L, via de acesso ao SHIS - Lago Sul.
- Instalação de rede de água pluvial no SHIS, QI 15, Chácara 01 a 19, 21, 23, 29, 30 e 33 a 72, Conjuntos 6, 7, 10, 12, 14 e 16 - Lago Sul.
- Projeto de drenagem pluvial para toda a área das Quadras QI 09, 11, 13, 15, e QL 10, 14, 16 do Lago Sul.
- Execução de serviços de drenagem pluvial nos Conjuntos 14 e 15 da SHIS QI 28 do Lago Sul.
- Elaboração de projeto de drenagem pluvial destinado à QI 13, no entorno do Centro de Ensino do Lago Sul – CEL.
- Projeto de drenagem pluvial - complementação de rede no entorno imediato ao Centro de Ensino do Lago Sul - CEL situado na QI 13, Conjuntos 01 a 07, 09, 10 e 11 e QL 14, Conjuntos 04 a 08 – Lago Sul.
- Projeto de readequação de drenagem pluvial para a QI e QL 26 - Lago Sul.
- Readequação de drenagem pluvial nas Quadras QI 24, Conjuntos 1 a 4, QI 25 Conjuntos 4 a 7 e nas Chácara 13 a 18, todos do SHIS - Lago Sul.
- Duplicação da via NB-3, rótulas no entroncamento da via NB-2 com a Terceira Avenida, e pista dupla em prolongamento da Av. Central até a ADE - Placa das Mercedes - Núcleo Bandeirante.
- Projeto de drenagem no Trecho I do Setor Habitacional São Bartolomeu, no Paranoá.
- Elaboração de projeto de drenagem pluvial na Quadra 17 Conjuntos de 1 a 12 e 14, e parte da Agrovila de Vargem Bonita no SMPW – Park Way.
- Calçadas no Park Way.
- Elaboração de projetos de drenagem pluvial na quadra 26 do Park Way.
- Projeto de drenagem pluvial e avaliação de rede existente na Quadra 06 do SMPW - Park Way.
- Implantação de infraestrutura, asfaltamento e passeio de pedestre, com ciclovias na faixa de acesso ao Morro da Capelinha – Planaltina.
- Readequação do projeto de drenagem do Condomínio Estância Planaltina, em Planaltina.
- Adequação do projeto existente do sistema de drenagem pluvial da UNB, na L3 Norte, Quadra 606 até 608, e de lá até a L4 Norte, contornando até chegar na Quadra 606 Brasília.
- Alteração do sistema viário no Trecho 03, do Setor de Clubes Esportivo Sul, na Região Administrativa do Plano Piloto.
- Readequação da drenagem na Granja do Torto, no Plano Piloto.
- Projeto de Drenagem Pluvial para o Setor de Habitações Coletivas Noroeste, no Plano Piloto.
- Execução de rede de drenagem pluvial na SQN 107, Bloco H - Asa Norte de Brasília e readequação de projeto de drenagem pluvial nas Quadras SQN 107 e 109 - Plano Piloto.
- Drenagem pluvial no Riacho Fundo I.
- Projeto de drenagem pluvial na via de acesso à escola Kanegae / Fazenda Sucupira até o assentamento rural conhecido como Matadouro-DF - Riacho Fundo.
- Readequação e projeto de drenagem nas Quadras QS, AC e QN, do Riacho Fundo.
- Pavimentação asfáltica da BR-060 e DF-180, em Samambaia.
- Drenagem do Terminal Rodoviário de Samambaia Sul, em Samambaia.
- Recuperação das estruturas de dissipadores de água pluvial dos lançamentos 3, 11 e 14, de Samambaia.
- Readequação de drenagem das Quadras QR 625, 624, 425 e 424 – Samambaia.
- Solicitação de acessos para escola técnica na quadra QR 119, em Santa Maria.

- Elaboração de projeto na Quadra 9, do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA.
- Drenagem pluvial do SAPS, Trecho 01, Área Especial G, no Setor de Indústria e Abastecimento.
- Construção de anel viário do Setor de Inflamáveis e rota de fuga - Setor de Indústrias.
- Reavaliação da drenagem pluvial nas Quadras 13, 14, 15, 17 e 18 e projeto na quadra 16, de Sobradinho.
- Reavaliação do sistema de drenagem pluvial em frente à AR 13, próximo ao COER, UPA de Sobradinho.
- Projeto de rede de drenagem pluvial com implantação de bocas de lobo, em Sobradinho II.
- Ligação viária do setor Noroeste/Setor Sudoeste sob o Eixo Monumental - Sudoeste/Octogonal.
- Ampliação de estacionamento em bloco intertravado na QMSW 4, às margens da SQSW 300 - 2ª Avenida, Sudoeste/Octogonal.
 - Readequação do sistema de drenagem pluvial do SAAN, SOFN, SMU, e Sudoeste Econômico.
 - Drenagem pluvial na QNM e cemitério de Taguatinga.
 - Readequação de drenagem pluvial na QNG, QNH, Setor de Oficinas e trecho da BR-070, em Taguatinga.
 - Readequação de drenagem pluvial na QS 05, Ruas 400 e 800 - Areal – Taguatinga.
 - Binário Samdu/Comercial, referente à inversão do trânsito local, em Taguatinga.
 - Projeto de drenagem pluvial na Entrequadra 03/05, do Varjão.
 - Revisão no sistema de drenagem do Varjão.
 - Pista de Cooper na Vila Planalto.

2.2.1.3. Participação em Comissões e Grupos de Trabalho

- Grupo de Trabalho para elaboração de Estudo Global de Acessibilidade.
- Grupo de Trabalho de Vicente Pires.
- Grupo Especial para definir parâmetro urbanístico - Taxa de Permeabilidade conforme Lei de Uso e Ocupação do Solo;
 - Grupo de Trabalho Executivo - GTE Habita Brasília.
 - Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal – CCPPTM/DF;
- CONDETUR.
- Comissão Permanente de Análise do EIV.

2.2.1.4. Análises e Apoio Técnico para Obras de Infraestrutura Contratadas pela Caixa – PAC II

- Vicente Pires.
- Porto Rico.
- Bernardo Sayão.
- Buritinho.

2.2.1.5. Elaboração de Termos de Referência para Contratação

- Licitação da ampliação do viaduto em Taguatinga (T-10 – Interseção da Av. Central com a EPTG).
- Instalação subterrânea da rede de energia elétrica e iluminação do binário Av. Samdu e Av. Comercial.
- Contratação de empresa para elaboração de projetos.

2.2.1.6. Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste

- Acompanhamento junto à Secretaria de Estado de Mobilidade - Semob e à Segeth das novas diretrizes a serem seguidas para o Corredor de Transporte do Eixo Oeste, que culminaram na emissão das Notas Técnicas nº 07 e nº 10/2016 – Semob.
- Criação de Grupo de Trabalho para acompanhamento e aprovação dos projetos a serem revistos e ajustados face à emissão das Notas Técnicas da Semob.
- Acompanhamento e envio de projetos ao Agente Financeiro – Caixa, no âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades;
 - Apresentação do projeto “Corredor Oeste” para diversos segmentos do GDF.
 - Definição, junto à Organização Não Governamental Rodas da Paz, de malha cicloviária nos trechos do Corredor Oeste.

2.2.1.7. Parque da Península Sul

- Projetos concluídos de trilhas, paisagismo e iluminação para a QL 12.
- Projeto concluído da prainha norte, em fase de licitação.
- Projeto da QL 10, em elaboração.
- Obras do Deck Sul, em fase de conclusão.
- Obras da QL 12 apresentando a seguinte situação:
 - Trilha 100% pronta (corresponde a 3 km no parque Asa Delta);
 - Faltam abrir e asfaltar 300 metros de trilha do parque Asa Delta;
 - Falta a construção de 449 metros quadrados de trapiche no parque Asa Delta;
 - Concluído o plantio no parque Asa Delta;
 - Concluídas limpeza, roçagem e poda, no parque Asa Delta;
 - 50 % da ciclovia do parque Península Sul pronta, de um total de 2,8 km; e,
 - Plantio de espécies vegetais iniciado.

2.2.1.8. Projetos Desenvolvidos na Sinesp

- Acessibilidade das calçadas de ligação entre a Av. Comercial e a Av. Samdu, em Taguatinga.
- Rótula da DF-425, Sobradinho II.
- Correção do Trecho P1, Ligação entre Sol Nascente e Elmo Serejo, Taguatinga.
- Projeto de acessibilidade na Residência Oficial de Águas Claras.
- Projeto de urbanismo do Deck Sul.
- Estacionamento na Maçonaria de Planaltina.
- Acesso ao posto de gasolina no início da Av. Samdu, Taguatinga.
- Ajustes no projeto de drenagem do Noroeste.
- Estacionamento e acessibilidade no SAF/Sul.
- Estacionamento e drenagem no CADF.
- Deck na Concha Acústica, Setor de Clubes Norte.
- Projeto de drenagem da via de acesso ao Hospital São Francisco e às Quadras QNN 17 e 18 – Ceilândia.
- Projeto de drenagem do bueiro da DF-290, em Santa Maria.
- Projeto de lançamento de drenagem, galeria 4x4 m, do Setor Sol Nascente.

2.2.1.9. Acessibilidade

- Elaboração do Relatório de Estudo Global de Acessibilidade.

2.3. Convênios

2.3.1. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos e Novacap

2.3.1.1. Cooperação Técnica entre a Sinesp e Novacap

A Sinesp mantinha em vigência com a Novacap, ao longo dos anos, o Convênio nº 155/2009-SO/Novacap, celebrado em 26/08/2009, com a finalidade de estabelecer condições de cooperação técnica, entre a então Secretaria de Obras e a Novacap, para a elaboração de projetos e execução indireta de obras e/ou serviços de edificações e de urbanização. Em 02/05/2016, a vigência do Convênio 155/2016 expirou. Antes disso, foi autuado o Processo nº 110.000.160/2016 para fins de celebração de novo convênio de cooperação técnica com a Novacap; aguarda-se a realização desse instrumento.

2.3.2. Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos e Terracap

A Secretaria não celebrou convênios de repasse diretamente com a Terracap no exercício de 2016. A situação de convênios anteriormente firmados entre a Sinesp e a Terracap, com repasses remanescentes em contas correntes vinculadas, está listada no Quadro 11, a seguir:

Quadro 11 – Convênios Diretos SINESP/TERRACAP

Convênio	Objeto	Contrato Vinculado	Valor Repassado / Realizado	Estágio
001/2015 Sinesp/ Terracap	Elaboração /Revisão de Projetos de drenagem pluvial, pavimentação e paisagismo para o Setor Noroeste, 1ª e 2ª Etapas.	CT 017/2014	284.802,37	Recursos não utilizados. Finalizou 2016 com procedimento de devolução acrescida de aplicação financeira. Valor total: R\$ 1.009.110,92.
280/2008 Sinesp/Terracap (Novacap interviente)	Construção da Torre de TV Digital, localizada nos lotes 1/4, Conjunto 01, Quadra 200, Trecho 02, Setor Habitacional Taquari- DF	CT 097/2009 CT 004/2010	-	Retenções e ressarcimentos aguardam Decisão do TCDF que possibilite utilizar o saldo repassado.
		CT 013/2014	-	Após concordância da Terracap, foi utilizada parte dos recursos de aplicação financeira para pagamento de reajustamento. Valor liquidado: R\$ 18.092,92.

(Valores em R\$)

A Sinesp também atuou como interveniente na gestão administrativa de diversos convênios junto à Terracap, desde a captação de recursos até a execução. O Quadro 12, a seguir, lista os convênios anteriormente assinados e apresenta os novos instrumentos, celebrados em 2016, que têm a participação administrativa desta Pasta:

Quadro 12 – Convênios Terracap com Interveniência da SINESP

Objeto	Valor Total	Valor Desembolsado em 2016	Vigência
Convênio 124/2009 - 1 - Pavimentação e drenagem no Setor Noroeste (Lote 01) [R\$ 21.828,96]. 2 - Pavimentação e drenagem no Setor Noroeste (Lote 02) [R\$ 3.285.256,65]. 3 - Pavimentação e drenagem no Setor Noroeste (Lote 03) [R\$ 1.409.504,45]. 4 - Construção da Vila Olímpica Estrutural [R\$ 199.387,55]. 5 - Implantação de praças em Aguas Claras QD 210 [R\$ 127.957,98]. 6 - Elaboração do projeto de drenagem pluvial, pavimentação e sinalização viária no Setor Placa da Mercedes 2ª ETAPA [R\$ 12.546,79]. 7 - Projetos e orçamento drenagem Polo 08, SCES, Projeto Orla [R\$ 15.506,59]. 8 - Construção de coberturas metálicas para quadras poliesportivas em diversos locais (Lote 06) [R\$ 12.599,56]. 9 - Urbanização do projeto Orla - Polo III - Complexo Brasília Palace [R\$ 405.106,84].	675.000.000,00	3.360.525,42	Vigência: 31/12/2016
Convênio 72/2011 - 1 - Serviços especializados de recuperação/reforço estrutural da Torre de TV [R\$ 9.200.000,00]. 2 - Execução de serviços de engenharia de modernização em 03 Elevadores na Torre de TV (Manutenção) [R\$ 36.000,00]. 3 - Fornecimento e instalação de 04 escadas rolantes na Torre de TV (Manutenção) [R\$ 171.000,00]. 4 - Fornecimento e instalação de 02 elevadores elétricos da feira de artes na Torre de TV (Manutenção) [R\$ 30.000,00]. 5 - Execução de serviços de inspeção, monitoramento, análise e retroanálise da Ponte JK [R\$ 432.000,00].	19.422.837,76	248.278,05	Vigência: 08/06/2017
Convênio 73/2011 - 1 - Execução de Calçadas próximo ao centro comercial no Cruzeiro [R\$ 34.911,21]. 2 - Elaboração de projetos de arquitetura e engenharia no DF [R\$ 54.330,42]. 3 - Reforço complementar de proteção contra erosão na Av. Elmo Serejo [R\$ 3.700.182,53].	36.782.458,95	3.709.070,94	Vigência: 31/07/2017
Convênio 132/2011 – Implantação do Parque Burle Marx.	32.824.914,55	0,00	Vigência: 31/12/2017
Convênio 138/2011 – Avaliação de estrutura e elaboração de projeto executivo estrutural dos viadutos.	1.362.127,10	94.978,72	Vigência: 31/12/2016
Convênio 38/2015 - Reforma do Centro de Dança de Brasília; Local: SCN Quadra 01 Via N-2 - Setor Cultural Norte – Plano Piloto de Brasília.	2.997.547,65	871.729,03	Vigência: 25/09/2017
Convênio 39/2015 - Restauração do Museu de Arte Moderna Local: SHTN - Projeto Orla/Polo 3 - Lote 05- Brasília..	2.848.416,18	0,00	Vigência: 25/09/2016

Objeto	Valor Total	Valor Desembolsado em 2016	Vigência
Convênio 41/2015 - Concha Acústica (Paisagismo) - movimentação de terra, plantio de grama, árvores, palmeiras, arbustos, irrigação e escavação de poço artesiano, construção de uma fonte e iluminação pública.	9.622.085,38	0,00	Vigência: 19/10/2017
Convênio 42/2015 - Construção de calçadão de madeira às margens do Lago Paranoá; Local: Asa Sul, Avenida das Nações na L4-Sul, no Plano Piloto de Brasília.	10.733.370,10	6.295.342,87	Vigência: 30/04/2017
Convênio 43/2015 - Revitalização do Espaço Cultural Renato Russo; Local: W3 Sul, Quadra 508 – Plano Piloto de Brasília.	5.671.514,57	0,00	Vigência: 19/10/2017
Convênio 48/2015 - Execução de reservatórios, casa de máquinas, lagoas, pontes e complemento de ciclovias, calçadas, paisagismo e equipamentos urbanos no Jardim de Burle Marx, localizado entre a Torre de TV e a Rodoviária do Plano Piloto de Brasília.	5.624.040,71	471.080,72	Vigência: 31/07/2017
Convênio 61/2015 - Execução de calçadas com acessibilidade, paisagismo, equipamentos urbanos, baias de ônibus e iluminação no Eixo Monumental do Plano Piloto de Brasília.	21.150.653,96	8.395.768,17	Vigência: 16/12/2017
Convênio 30/2016 - Execução de drenagem pluvial no Centro Urbano de Samambaia, Quadra 101(SESC) à 109 em Samambaia.	2.993.490,77	2.056.832,89	Vigência: 21/10/2017
Convênio 32/2016 - Execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Centro Urbano de Samambaia, Quadras 101, 102, 301 e 302, em Samambaia.	8.993.148,13	2.373.983,14	Vigência: 23/07/2017
Convênio 89/2016 - Manutenção de área verde - (Poda e Roçagem).	30.000.000,11	11.612.466,25	Vigência: 16/06/2017
Convênio 90/2016 - Execução de Pavimentação Asfáltica, Meio-Fio, Drenagem Pluvial e Obras de Arte Especiais - Vicente Pires	31.721.176,50	0,00	Vigência: 22/12/2019
TOTAL	863.813.7839,65	39.490.056,20	

(Valores em R\$)

Ressaltam-se as propostas de convênios que foram protocoladas, na Terracap, em 2016, para vários objetos, e aguarda-se a finalização das avaliações técnicas pertinentes para o próximo exercício. As propostas de Convênio estão listadas no Quadro 13, a seguir:

Quadro 13 – Convênios TERRACAP – Protocolados

OBJETO	VALOR TOTAL
Execução de obras de drenagem pluvial, pavimentação intertravadas, meios fios e pavimentação asfáltica, no Setor Habitacional Coletivo do Noroeste, do Plano Piloto de Brasília.	17.602.949,78
Implantação de 800 mil m2 de grama no Distrito Federal.	11.261.490,68
Construção de 4 (quatro) praças no Noroeste, Plano Piloto de Brasília.	2.801.975,00
Elaboração de projetos (edificações), prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura na elaboração de projetos, orçamentos, cronogramas de obras e serviços de laudos técnicos em diversos locais do Distrito Federal (PROJETO DAS CRECHES).	3.500.000,00
Execução de demolição, aproveitamento e assentamento de meios-fios em diversos locais do Distrito Federal; dividido em 12 (doze) lotes.	12.206.052,15
Calçadas no Distrito Federal (Noroeste).	20.000.000,00
Expansão do Guará - QE 48, no Guará.	11.848.098,14
Reforço e revitalização da ponte JK.	20.000.000,00
Reforço e revitalização da ponte Honestino Guimarães (antiga Costa e Silva).	16.000.000,00
Autódromo.	15.443.898,70
Centro de Triagem de Resíduos Sólidos - Asa Sul, Setor de Embaixadas Sul do Plano Piloto de Brasília.	5.404.031,08
Centro de Triagem de Resíduos Sólidos - Ceilândia (QNP 28 Área Especial Usina P. Sul).	4.979.565,05
Centro de Triagem de Resíduos Sólidos – Cortrap (SCIA Quadra 09 Conjunto 01 Lote 02).	6.007.156,36
Centro de Triagem de Resíduos Sólidos - Cooperativa (SIA Trecho 17 Lote 1660/1700).	6.473.018,87

OBJETO	VALOR TOTAL
TOTAL	153.528.235,81

(Valores em R\$)

2.4. Contratos de Financiamento e de Repasse, e Convênios com a União

A Sinesp atuou junto à União, aos agentes financeiros e diversos órgãos da Administração do Governo do Distrito Federal, através de gestões, a fim de iniciar, continuar e/ou concluir os Contratos de Financiamento, de Repasse e dos Convênios firmados com a União e com a Terracap, relativos aos Programas PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades, PAC 2 - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, Pró-Moradia I, Pró-Moradia II, Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal - Brasília Sustentável II, Contrato de Financiamento de Obras junto ao Banco do Brasil, Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União e Convênios junto à Terracap e Sudeco.

2.4.1. Evolução dos Contratos de Financiamento e de Repasse

2.4.1.1. PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades

No tocante ao Programa PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, a Sinesp envidou esforços para viabilizar as obras de implantação do Corredor de Transporte Eixo Oeste.

As intervenções previstas envolvem recursos da ordem de R\$ 725,6 milhões, a serem aplicados na ligação Ceilândia-Taguatinga-Plano Piloto. Desse total, em 2013, foi contratada operação de crédito, junto à Caixa Econômica Federal, no valor de cerca de R\$ 544,6 milhões (R\$ 517,4 milhões de financiamento e R\$ 27,2 milhões de contrapartida do GDF) e, em 05/06/2014, foi firmado termo de compromisso, no valor total de aproximadamente R\$ 181 milhões (R\$ 148,5 milhões do Orçamento Geral da União - OGU e R\$ 32,5 milhões de contrapartida do GDF). Por sua vez, esse último foi alterado pela 1ª vez, em 29/06/2015, para o valor total de aproximadamente R\$ 164,6 milhões (R\$ 135,1 milhões do OGU e R\$ 29,5 milhões de contrapartida do GDF), após alterações nos projetos e orçamentos, e pela 2ª vez, em 10/06/2016, foi reduzido novamente para R\$ 149,2 milhões (R\$ 135,1 milhões do OGU e R\$ 14,1 milhões de contrapartida do GDF). também devido a novas alterações nos projetos.

Devido ao projeto da obra do Eixo Oeste sofrer interferências de diversos órgãos do GDF, tais como: Semob, Segeth, Metrô, DER, DF-Trans, houve a necessidade de mudanças, com consequentes atrasos na finalização dos projetos e orçamentos. O Quadro 1 abaixo demonstra as obras abarcadas no Contrato de Financiamento e no Termo de Compromisso das obras do Eixo Oeste, bem como as respectivas atividades realizadas no ano de 2016, com seus resultados:

Quadro 1

	Obra	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2016	STATUS em dez/2016	Execução Financeira 2016
		CAIXA	GDF			
CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº. 0396.249-04/13	a. Implantação de Túnel Rodoviário sob a Avenida Central de Taguatinga	189.939.072,46	9.996.793,29	Contratação e início de projeto	Contrato paralisado pelo TJDF e TCDF	0%
	b. Revitalização da Avenida SAMDU e da Avenida Comercial de Taguatinga	190.000.000,00	10.000.000,00	Atualizações de projetos	Em fase de atualizações de projetos	0%
	c. Via de ligação entre a Avenida Hélio Prates e a Avenida Principal do Setor Habitacional Sol Nascente	3.687.193,57	194.062,82	Contratação e início de obra	Em andamento	8%
	d. Revitalização da Estrada Setor Policial Militar - ESPM - ligação da via EPIG ao Terminal da Asa Sul (TAS)	79.274.390,88	4.172.336,36	Atualizações de projetos	Em fase de atualizações de projetos	0%
	e. Ajustes viários com a complementação de obras na Estrada Parque de Taguatinga (EPTG) - Alargamento do viaduto da EPCT.	4.581.486,07	241.130,85	Licitação e homologação	A iniciar	0%
	TOTAL FINANCIAMENTO	467.842.142,98	24.604.323,32			0.06 %

(Valores em R\$)

Continuação do Quadro 1

TERMO DE COMPROMISSO – OGU nº. 0402.091-01/2013	Obra	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2016	STATUS em dez/2016	Execução Financeira 2016
		CAIXA	GDF			
	a. Revitalização da Avenida Hélio Prates (Ceilândia/Taguatinga)	39.073.516,68	4.066.939,79	Atualizações de projetos	Em fase de atualizações de projetos	0%
	b. Revitalização da Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG (Plano Piloto) – 1ª e 3ª ETAPAS	79.923.707,07	8.318.803,42	Atualizações de projetos	Em fase de atualizações de projetos	0%
	c. Revitalização da Estrada Parque Indústrias Gráficas – EPIG (Plano Piloto) - 2ª ETAPA - VIADUTO SOBRE A EPIG	16.020.498,68	1.667.482,45	Projetos e Orçamentos finalizados e aprovados na CAIXA	O Ministério das Cidades alegou a falta de recursos do OGU e com isso o GDF ficou impossibilitado de realizar o licitatório	0%
	TOTAL OGU	135.017.722,43	14.053.225,66			0%

(Valores em R\$)

2.4.1.2. PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas

A Sinesp atuou também com vistas a viabilizar as obras referentes às operações de crédito contratadas no ano de 2014, na esfera do Programa PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas. Os contratos de financiamento abrangidos por este programa do PAC são identificados separadamente a seguir para detalhamento individualizado de suas realizações. Em relação às atividades realizadas em 2016, que objetivaram a continuidade das obras de infraestrutura abarcadas nos supracitados contratos de financiamento dos PAC's Qualificação de Vias, podemos destacar:

- Reuniões semanais de ponto de controle e gestão, realizadas ordinariamente às terças-feiras, nas quais eram tratadas questões para permitir o devido andamento das obras, com a presença de diversos órgãos governamentais tais como – Terracap, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - Codhab, Instituto Brasília Ambiental - Ibram, Caesb, Ceb, Novacap, Escritório de Projetos (Gabinete do Governador), Defesa Civil e Agência de Fiscalização do Distrito Federal - Agefis; e,
- Reuniões técnicas entre os profissionais envolvidos nas obras e a equipe do agente financeiro – CAIXA, com o objetivo de diminuir as retenções de medições e encurtar o tempo de desembolso.

Com isso, considerando as dificuldades operacionais que as regiões do Buritizinho, Porto Rico, Vicente Pires e Bernardo Sayão apresentam pela dinâmica urbana dos locais, podemos dizer que os resultados, para o ano de 2016, foram satisfatórios, em especial se comparado ao ano de 2015, como segue:

2.4.1.2.1. Contrato de Financiamento nº 0399.836-22/14 - Vicente Pires

O Setor Habitacional Vicente Pires foi contemplado com um contrato de financiamento para as obras de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e obras de arte especiais da região. O Quadro 2 abaixo apresenta a situação do contrato, bem como os valores resultantes do procedimento licitatório.

QUADRO 2 – Vicente Pires

CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº. 0399.836-22/14 - Vicente Pires	Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2016	STATUS em dez/2016	Execução Financeira 2015	Execução Financeira 2016
		CAIXA	GDF				
	a. Lote 01	42.388.789,97	6.945.107,73	Continuidade da obra	Obra em andamento 10ª Medição	0,3%	14%
	b. Lote 02	29.268.113,33	4.795.376,33	Obra Paralisada	Obra em andamento 1ª Medição	0%	2,4%
	c. Lote 03	27.255.545,40	4.465.631,10	Continuidade da obra	Obra em andamento 2ª Medição	0%	11%

d. Lote 04	39.438.308,15	6.461.691,85	Aguarda liberação do Licenciamento	Em fase de contratação e início de obra para 2017	0%	0%
e. Lote 05	52.083.890,31	8.533.582,33	Aguarda liberação do Licenciamento	Em fase de contratação e início de obra para 2017	0%	0%
f. Lote 06	26.272.753,52	4.304.607,51	Continuidade da obra	Obra em andamento 9ª Medição	4%	14,1%
g. Lote 07	32.469.160,82	5.319.845,65	Continuidade da obra	Obra em andamento 13ª Medição	3%	14%
h. Lote 08	21.321.525,23	3.493.383,27	Aguarda liberação do Licenciamento	Em fase de contratação e início de obra para 2017	0%	0%
i. Lote 09	38.789.628,55	6.355.410,22	Aguarda liberação do Licenciamento	Em fase de contratação e início de obra para 2017	0%	0%
j. Lote 10	54.322.435,85	8.900.352,41	Aguarda liberação do Licenciamento	Em fase de contratação e início de obra para 2017	0%	0%
k. Lote 11	34.351.212,66	5.628.206,72	Obra Paralisada	Obra em andamento 1ª Medição	0%	2%
TOTAL	397.961.363,79	65.203.195,12			0,5%	3,5%

(Valores em R\$)

Assim, pôde-se verificar que o contrato de financiamento do Vicente Pires obteve um desembolso financeiro de aproximadamente 3,5 % em 2016, o que, em termos de valores, representa cerca de R\$ 19 milhões, com melhor evolução em relação àquela obtida no exercício anterior, apesar das obras somente terem sido iniciadas no último quadrimestre de 2015.

2.4.1.2.2. Contrato de Financiamento nº 0399.834-03/14 - Setor Habitacional Buritis

A demonstração dos dados do contrato de financiamento para as obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial do Setor Habitacional Buritis (Buritizinho) – Sobradinho II, com os valores que resultaram do procedimento licitatório, pode ser resumida no Quadro 3, que segue:

Quadro 3 – Buritizinho

	Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2016	STATUS em dez/2016	Execução Financeira 2015	Execução Financeira 2016
		CAIXA	GDF				
CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº. 0399.834-03/14- Buritizinho	a. Lote 01	2.372.358,65	852.071,08	Contratação e início de Obra	Obra em andamento 4ª Medição	0%	54%
	b. Lote 02	2.973.862,41	1.068.110,92	Continuidade da obra	Obra em andamento 8ª Medição	0%	88%
	c. Lote 03	3.708.314,56	1.331.901,32	Contratação e início de Obra	Obra em andamento 2ª Medição	0%	46%
	d. Lote 04	2.709.760,67	973.254,49	Contratação e início de Obra	Obra em andamento 4ª Medição	0%	71%
	e. Lote 05	3.121.565,05	1.121.160,71	Continuidade da obra	Obra em andamento 4ª Medição	0%	18%
	f. Lote 06	1.598.886,85	574.266,14	Aguardando licenciamento da obra	Obra aguarda licenciamento para início	0%	0%
	g. Lote 07	2.896.621,18	1.040.368,47	Aguardando licenciamento da obra	Obra aguarda licenciamento para início	0%	0%
	TOTAL	19.381.369,37	6.961.133,13			0%	42%

(Valores em R\$)

Destaca-se que houve desembolso financeiro de aproximadamente 42% no contrato de financiamento do Buritizinho, o que representa algo em torno de R\$ 11 milhões, como indicado no Quadro 3 acima. Ressalta-se que as obras

iniciais (Lotes 02 e 05) foram contratadas no final do exercício anterior. Por esse motivo, os serviços só puderam ser executados em 2016, devendo ser concluídos em 2017.

2.4.1.2.3. Contrato de Financiamento nº 0399.819-14/14- Setor Habitacional Porto Rico

O contrato de financiamento para as obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial do Setor Habitacional Porto Rico, em Santa Maria, tem sua situação refletida no Quadro 4 abaixo, que inclui valores resultantes do procedimento licitatório das obras e serviços.

Quadro 04 – Porto Rico

CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº. 0399.819-14/14 Porto Rico	Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2016	STATUS em dez/2016	Execução Financeira 2015	Execução Financeira 2016
		CAIXA	GDF				
	a. Lote 01	3.890.654,07	204.771,27	Contratação e início de Obra	Obra em andamento 2ª Medição	0%	35%
	b. Lote 02	4.860.350,91	255.807,94	Contratação e início de Obra	Obra em andamento 3ª Medição	0%	21%
	c. Lote 03	2.570.075,79	135.267,15	Lote referente ao Terreno que não tem projetos e água e esgoto	Aguarda projetos	0%	0%
	d. Lote 04	4.428.383,58	233.072,82	Contratação e início de Obra	Obra em andamento 1ª Medição	0%	16%
	e. Lote 05	5.354.997,49	281.841,97	Contratação e início de Obra	Obra em andamento 2ª Medição	0%	15%
	f. Lote 06	2.538.212,36	133.590,12	Contratação e início de Obra	Obra em andamento 1ª Medição	0%	3%
	TOTAL	23.642.674,19	1.244.351,28			0%	17%

(Valores em R\$)

As obras do contrato de financiamento do Porto Rico iniciaram-se no 4º bimestre de 2016. Assim, ocorreu no exercício o desembolso financeiro de aproximadamente 17 % do contrato, cujo valor representou algo em torno de R\$ 4,2 milhões.

2.4.1.2.4. Contrato de Financiamento nº 0399.840-83/14 - Setor Habitacional Bernardo Sayão

O Setor Habitacional Bernardo Sayão, no Guará, teve suas obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial iniciadas por um dos seus lotes, em dezembro de 2016. Essas obras foram garantidas pelo contrato de financiamento, cujos dados seguem no Quadro 5 abaixo, inclusive com os valores que foram resultados do procedimento licitatório para todo o Setor.

QUADRO 5 – Bernardo Sayão

CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº. 0399.840-83/14 Bernardo Sayão	Lotes	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2016	STATUS em dez/2016	Execução Financeira 2015	Execução Financeira 2016
		CAIXA	GDF				
	a. Lote 01	7.176.158,60	3.244.378,37	Licitação	Aguarda decisão do licitatório	0%	0%
	b. Lote 02	5.368.472,70	2.427.114,24	Licitação	Aguarda decisão do licitatório	0%	0%
	c. Lote 03	9.241.942,47	4.178.329,93	Licitação	Aguarda decisão do licitatório	0%	0%
	d. Lote 04	8.121.280,10	3.671.672,68	Contratação e início de Obra	Obra em andamento 1ª Medição	0%	1%
	e. Lote 05	8.834.356,15	3.994.058,05	Licitação	Aguarda decisão do licitatório	0%	0%
	TOTAL	38.742.210,01	17.515.553,28			0%	0,16%

(Valores em R\$)

Assim, o contrato de financiamento teve o desembolso financeiro de aproximadamente 0,16%, em 2016, o que representa algo em torno de R\$ 91 mil e estabelece a perspectiva de futuras realizações no exercício de 2017.

2.4.1.3. Pró-Moradia I

Sobre o Programa Pró-Moradia I, que objetiva a execução de obras de drenagem pluvial, esgotamento sanitário e pavimentação asfáltica, além da implantação de equipamentos públicos comunitários e da execução de Trabalho Técnico Social – TTS, em diversas localidades do DF, cujos recursos são oriundos do FGTS, sendo a Caixa Econômica Federal o Agente Financeiro, cabe registrar que este programa foi assinado em 2006, executado em anos anteriores a 2015 e, devido a dificuldades de finalização das metas das obras, ainda restaram itens em aberto e sem comprovação de funcionalidade perante o órgão financiador – CAIXA.

Para uma melhor visualização desses itens em aberto, ou que ainda não tiveram sua funcionalidade aprovada pela Caixa, esta Sinesp definiu com a Caixa a Tabela 1, separada por região, da obras ainda pendentes:

TABELA 1 – Itens em Aberto

Detalhamento dos Itens	Região	Valor Contratado	Valor Desembolsado até 2016	Saldo
Drenagem / Pavimentação	QS 11 e Av. Águas claras e Riacho Fundo II QS 01 a 10, 12, 14, 16 e 18	23.117.573,00	22.458.932,00	658.641,00
Quadras de Esportes	Praça QN 12 D - Riacho Fundo II	55.246,00	-	55.246,00
	Praça QN 15 C - Riacho Fundo II	55.246,00	-	55.246,00
Drenagem / Pavimentação	Vila São José	8.700.619,00	8.596.054,00	104.565,00
Quadras de Esportes	Vila São José	54.639,00	41.312,00	13.327,00
	Setor Veredas	54.186,00	-	54.186,00
Drenagem / Pavimentação	Ceilândia - QNP, QNQ e QNR	24.781.652,00	23.386.529,00	1.395.123,00
CCMA - Múltiplas Atividades	Ceilândia QNP	312.378,00	-	312.378,00
	Ceilândia EQNP	284.719,00	-	284.719,00
Quadras de Esportes	Ceilândia QNN 14	54.122,00	-	54.122,00
	Ceilândia QNN 16	54.122,00	-	54.122,00
Drenagem / Pavimentação	Arapoanga - Planaltina	17.463.556,00	16.476.472,00	987.084,00
	Itapoã - Planaltina	67.137.151,00	65.401.163,00	1.735.988,00
	Mestre D'armas - Planaltina	22.214.430,00	18.932.576,00	3.281.854,00
Quadras de Esportes	Mestre D'armas - Planaltina	54.186,00	-	54.186,00
Drenagem / Pavimentação	Vila Vicentina - Planaltina	6.826.426,00	5.306.532,00	1.516.894,00
Quadras de Esportes	Recanto das Emas - QD 311	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Recanto das Emas - QD 407	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Recanto das Emas - QD 603	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Recanto das Emas - QD 803	55.246,00	40.821,00	14.425,00
Creches	Recanto das Emas - QD 302	315.034,00	-	315.034,00
	Recanto das Emas - QD 311	315.034,00	-	315.034,00
CCI - Idoso	Samambaia	353.823,00	-	353.823,00
Quadras de Esportes	Samambaia QR 309	66.543,00	-	66.543,00
	Samambaia QN 515	66.543,00	-	66.543,00
Quadras de Esportes	Santa Maria - QR 122	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Santa Maria - EQ 213/313	55.246,00	40.821,00	14.425,00
	Recanto das Emas - QD 208/308	55.246,00	40.821,00	14.425,00
CCMA - Múltiplas Atividades	Santa Maria - QR 216/316	278.310,00	-	278.310,00

Detalhamento dos Itens	Região	Valor Contratado	Valor Desembolsado até 2016	Saldo
Drenagem / Pavimentação	São Sebastião	13.654.797,00	13.060.123,00	594.674,00
Valores a Reprogramar	Diversas	-	-	7.611.988,00
Total do Saldo Contratual				20.320.605,00

(Valores em R\$)

Para a solução dos itens expostos na Tabela 1, a Sinesp poderá solicitar o cancelamento daqueles itens referentes aos equipamentos públicos e realizar as complementações das obras de infraestrutura. A Secretaria realizou, em 2016, reuniões junto à Equipe da Novacap, e esta irá apresentar, em 2017, as soluções para as obras de infraestrutura (complementação de drenagem e pavimentação). Após a finalização das estimativas de custos dessas obras de urbanização, esta Pasta verificará a viabilidade dos saldos remanescentes e tomará a decisão sobre a possibilidade de se executar os equipamentos públicos restantes. Esse trabalho será realizado ao longo de 2017.

2.4.1.4. Pró-Moradia II

O Programa denominado Pró-Moradia II é financiado a partir de recursos do FGTS, com a Caixa como agente financeiro. Seu objetivo é a implantação de drenagem pluvial, pavimentação, unidades habitacionais e de TTS, nos Setores Habitacionais Arapoanga e Mestre D'Armas, em Planaltina, além do Sol Nascente, em Ceilândia. As atividades e desembolsos ocorridos, em 2016, por contrato, estão descritos abaixo:

2.4.1.4.1. Contrato de Financiamento nº 0262.225-34/2009 – Sol Nascente, Ceilândia

O Quadro 6 a seguir demonstra os dados do contrato de financiamento das metas inseridas no contrato, bem como os valores que foram resultados do procedimento licitatório.

Quadro 6 – Sol Nascente

	Metas	Valor Disponibilizado		Atividades Realizadas em 2016	STATUS em dez/2016	Execução Financeira 2015	Execução Financeira 2016
		CAIXA	GDF				
CONTRATO DE FINANCIAMENTO nº. 0262225-34/2009- Sol Nascente	a. Trecho 01	32.484.319,94	18.688.291,16	Continuidade da obra	Obra em andamento 10ª Medição	6%	31%
	b. Trecho 02	74.759.237,04	8.935.658,48	Continuidade da obra	Obra em andamento 8ª Medição	2%	15%
	c. Trecho 03	63.019.154,78	3.316.797,62	Obra contratada, contudo está paralisada e aguarda o licenciamento	Aguarda licenciamento	0%	0%
	d. Construção de U.H.	32.411.356,82	47.243.713,01	Esta meta é executada pela Codhab	A Codhab submeteu os projetos, finalizados para licitação, à análise e autorização da CAIXA	0%	0%
	e. TTS	6.286.801,52	351.120,97	Esta meta é executada pela Codhab	Em execução pela Codhab	0%	0,1%
	TOTAL	208.960.870,10	78.184.460,27			2%	10%

(Valores em R\$)

Em relação às atividades realizadas em 2016, que objetivaram a continuidade das obras de infraestrutura abarcadas no referido contrato de financiamento e que contaram com a participação desta Sinesp, destacam-se:

- Reuniões semanais de ponto de controle e gestão, realizadas ordinariamente às segundas-feiras, nas quais eram tratadas as questões para permitir o devido andamento das obras, com a presença de diversos órgãos governamentais, tais como: Terracap, Codhab, Ibram, Caesb, CEB, Novacap, Escritório de Projetos (Gabinete do Governador), Defesa Civil e Agefis;

- Criação, através do Decreto nº 37.659, de 26/09/2016, do Comitê Técnico e do Comitê Gestor, para uma maior celeridade nas aprovações de alterações, de caráter inicial, dos projetos das obras e de possíveis reposicionamentos habitacionais; e,

- Reuniões técnicas entre os profissionais envolvidos nas obras e a equipe do agente financeiro - Caixa, também com o objetivo de se diminuir as retenções de medições e encurtar o tempo de desembolso.

Com isso, levando-se em consideração as dificuldades operacionais que a região do Sol Nascente apresenta, pode-se dizer que os resultados alcançados no ano de 2016 foram satisfatórios. É possível verificar no Quadro 6 que o Programa obteve um desembolso financeiro de aproximadamente 10%, em 2016, o que em termos de valores representa algo em torno de R\$ 28,7 milhões aplicados nas obras. Embora as atividades nos Trechos 02 e 03 tenham sido iniciadas somente no último quadrimestre de 2015, ao se comparar os anos de 2015 e 2016, verifica-se avanço financeiro na evolução do empreendimento.

2.4.1.4.2. Contrato de Financiamento nº 262.232-26/2009 – Mestre D'Armas, Planaltina

Quanto ao Setor Habitacional Mestre D'Armas, em Planaltina, as obras de drenagem e pavimentação foram concluídas em 2010, com exceção de alguns trechos que, por problemas fundiários e ambientais, ficaram prejudicados.

Apesar dos esforços envidados pela Sinesp, junto à Novacap e à Caixa, ainda existem serviços de drenagem e pavimentação no Mestre D'Armas que não foram realizados, no âmbito dos respectivos contratos de obras, cujas vigências se encontram vencidas. Também existem pendências, junto à Caixa, em relação aos serviços executados.

Dos serviços não executados, a documentação pendente é relativa à apresentação, pela Novacap, dos projetos devidamente adequados, acompanhados de estimativa de custo, memória de cálculo, Curva ABC e Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, com vistas à análise e aprovação da Caixa para, em seguida, serem licitados e contratados de forma a dar funcionalidade ao sistema, cumprindo assim o objetivo do Programa.

Em relação ao exposto acima, em 2016, a Novacap enviou ao conhecimento desta Sinesp, o processo nº 110.000.399/2013, que encaminhou o projeto e orçamento de drenagem e pavimentação de parte da área ainda não finalizada; contudo, o processo foi retornado para o setor técnico da Novacap para devidas atualizações e juntada de documentos faltantes. A expectativa é de que, no primeiro semestre de 2017, sejam retomadas as obras e os desembolsos do contrato de financiamento.

Com relação às 433 unidades habitacionais em Mestre D'Armas, a construção das mesmas não foi viabilizada, tendo em vista a dificuldade da Codhab de identificar áreas disponíveis. Aquela Companhia apresentou proposta para substituição dessa meta pela execução de melhorias em unidades habitacionais existentes e, durante o ano de 2015, a mesma foi revisada pela própria Codhab, que alterou a decisão e optou por apresentar uma proposta à Caixa para a mudança do local da intervenção para o Sol Nascente. Essa proposta ainda encontra-se em análise pelo agente financiador – Caixa, que está em contato com a equipe da Codhab e do Ministério das Cidades para se chegar a uma decisão.

Tendo em vista o valor significativo destinado à construção de unidades habitacionais e ao trabalho técnico social, que somados representam algo em torno de 32,5%, do respectivo Contrato de Financiamento e Repasse, o avanço financeiro desse Contrato restou prejudicado, estando atualmente em 57,21%. Não houve desembolso em 2016, com isso, financeiramente, o saldo do Contrato permaneceu igual ao do ano de 2015.

2.4.1.4.3. Contrato de Financiamento nº 262.250-51/2009 – Arapoanga, Planaltina

Os serviços de drenagem e pavimentação relativos aos Contratos de Financiamento e Repasse do Arapoanga foram concluídos em 2012, tendo sido atestados pela Caixa em 2013.

Com relação às 461 unidades habitacionais em Arapoanga, a construção das mesmas não foi viabilizada, tendo em vista a dificuldade da Codhab em identificar áreas disponíveis.

O mesmo ocorreu no Mestre D'Armas. Por isso, a Codhab apresentou proposta para substituição dessa meta pela execução de melhorias em unidades habitacionais existentes, e durante o ano de 2015, a mesma também foi revisada pela própria Companhia que alterou a decisão e optou por apresentar uma proposta à Caixa para alteração do local da intervenção igualmente para o Sol Nascente. Essa proposta também encontra-se em análise na Caixa e no Ministério das Cidades, aguardando-se a definição para a adoção dos procedimentos necessários.

Tendo em vista o valor significativo destinado à construção de unidades habitacionais e ao trabalho técnico social, que somados representam algo em torno de 32,5% do respectivo Contrato de Financiamento e Repasse, o avanço financeiro desse Contrato restou prejudicado, estando atualmente em 52,27%. Não houve desembolso em 2016, com isso, financeiramente, o saldo do Contrato permaneceu igual ao do ano de 2015.

2.4.1.5. Emendas Parlamentares Federais – Contratos de Repasse OGU

A Sinesp atuou na viabilização e na gestão de contratos de repasses e de convênios, cujos recursos financeiros são provenientes de Emendas Parlamentares Federais ao Orçamento Geral da União - OGU. Essa atuação se restringe às emendas parlamentares efetivamente indicadas para serem de competência desta Secretaria.

Para viabilização desses instrumentos contratuais, esta Pasta trabalhou na inserção de planos de trabalho no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – Siconv, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, compatíveis com o objeto das respectivas emendas. Com a aprovação desses planos de trabalho e emissão dos respectivos empenhos de seus valores pelos Gestores dos Programas, são assinados contratos de repasse com a Caixa ou convênios diretamente com os Gestores.

No Quadro 7 abaixo seguem os quantitativos captados por esta Sinesp nos anos de 2015 e 2016:

Quadro 7 – Emendas OGU – Captação

Ano	Quantidade De Contratos	Valor Total
2015	08	8.096.716,67
2016	09	6.076.203,50

(Valores em R\$)

Já no Quadro 8 abaixo encontram-se relacionados os contratos de repasse, com as principais informações sobre cada situação:

Quadro 8 – Contratos de Repasse - OGU

Nº do Contrato de Repasse	Objeto	Status e Andamento EM 2016	Valor Contratado	Valor Pago	Saldo Contratual	Avanço Financeiro
240.595-56/2007	Meta 01 - Modernização do Estádio Bezerrão - em fase de conclusão Meta 02 - Construção de Ginásio Poliesportivo no Gama - em fase de aprovação de projetos	Meta 01 - Em fase de aprovação da prestação de contas Meta 02 – Aguardando o Ministério do Esporte aprovar o uso dos rendimentos da conta corrente vinculada ao contrato de repasse	11.000.000,00	3.572.051,31	7.427.948,69	32,5%
765.046/2011 Proc.: 371.496-27/2011	Implantação da Praça da Juventude em Itapoã	Obra Paralisada	2.191.057,35	984.595,30	1.673.849,32	45%
781.047/2012	Implantação da Praça da Juventude em Ceilândia/DF (licitação publicada com autorização da Caixa)	Obra Paralisada Atraso devido a falta de recursos do Ministério das Cidades	3.278.751,82	157.942,54	3.278.751,82	5%
800.513/2013	Implantação de pavimentação (calçadas) nas Quadras 2, 4, 6, 8, 10 e 12 - Setor Sul do Gama (projeto em elaboração pela Adm. Reg. Gama)	Contrato em fase de ajustes de projetos e apresentação a Caixa	2.422.513,27	0,00	2.422.513,27	0%
800.395/2013	Implantação e Modernização de Infraestrutura esportiva - Implantação de Praça esportiva e de lazer no Polo de Modas – Guará/DF (projeto em elaboração na Sinesp)	Contrato em fase de ajustes de projetos e apresentação a Caixa	507.812,50	0,00	507.812,50	0%
803.975/2014	Melhorias nas calçadas na Asa Sul – Brasília/DF. (projeto em elaboração na Sinesp)	Obra em andamento	1.718.478,26	21.750,36	1.718.478,26	1,5%

Nº do Contrato de Repasse	Objeto	Status e Andamento EM 2016	Valor Contratado	Valor Pago	Saldo Contratual	Avanço Financeiro
806.265/2014	Implantação e modernização de infraestrutura esportiva na Vila Planalto/DF - Pista de caminhada (projeto concluído, documentação técnica enviada para análise da Caixa)	Obra Paralisada	1.503.913,22	6.913,91	1.503.913,22	0,5%
804.476/2014	Construção da Feira Permanente na Cidade Estrutural (projeto concluído e em análise na Caixa)	Obra em andamento	3.523.108,88	1.166.881,30	3.523.108,88	33%
826.148/2015	Implantação de campo de futebol em grama sintética no DF	Projeto e orçamento finalizados e em análise na Caixa.	1.101.102,00	0,00	1.101.102,00	0%
823.052/2015	Pavimentação asfáltica no Distrito Federal	Em fase de projeto e licenciamento ambiental	542.410,00	0,00	542.410,00	0%
823.049/2015	Pavimentação asfáltica no Distrito Federal	Em fase de Projeto e licenciamento ambiental	759.990,00	0,00	759.990,00	0%
824.789/2015	Implantação de Parque Urbano em Ceilândia	Em fase de Projeto e licenciamento ambiental	2.745.666,67	0,00	2.745.666,67	0%
825.609/2015	Pavimentação asfáltica em Ceilândia	Em fase de Projeto e licenciamento ambiental	1.483.584,00	0,00	1.483.584,00	0%
824.929/2015	Revitalização do Balneário Veredinha em Brazlândia	Em fase de Projeto e licenciamento ambiental	1.463.964,00	0,00	1.463.964,00	0%
831.614/2016 MEsp/Caixa	Implantação de Campo de Futebol em Grama Sintética no Distrito Federal	Emenda Contratada em 2016 Em fase de projeto e licenciamento ambiental	536.250,00	0,00	536.250,00	0%
832.522/2016 MTur/Caixa	Construção de Banheiros Públicos no Jardim Zoológico de Brasília	Emenda Contratada em 2016 Em fase de projeto e licenciamento ambiental	375.433,50	0,00	375.433,50	0%
828.947/2016 MCid/Caixa	Reforma da Feira Central de Santa Maria	Emenda Contratada em 2016 Em fase de projeto e licenciamento ambiental	245.850,00	0,00	245.850,00	0%
830.719/2016 MCid/Caixa	Drenagem e pavimentação em Ceilândia	Emenda Contratada em 2016 Em fase de projeto e licenciamento ambiental	834.477,59	0,00	834.477,59	0%
834.501/2016 MCid/Caixa	Drenagem e pavimentação na Região Administrativa de Ceilândia	Emenda Contratada em 2016 Em fase de projeto e licenciamento ambiental	1.136.722,41	0,00	1.136.722,41	0%
837.783/2016 MCid/Caixa	Pavimentação Asfáltica no Distrito Federal	Emenda Contratada em 2016 Em fase de projeto e licenciamento ambiental	997.470,00	0,00	997.470,00	0%
700.852/2008 SUDECO	Execução de Pavimentação Asfáltica e Meios Fios em Arapoanga – Planaltina (obra concluída)	Prestação de contas final em análise na SUDECO	3.375.880,10	3.263.631,30	112.248,80	97%
701.460/2008 SUDECO	Execução de Pavimentação Asfáltica, Meios Fios e Drenagem Pluvial em Arapoanga – Planaltina (obra concluída)	Prestação de contas final em análise na SUDECO	6.911.674,18	3.673.384,35 (não inclusos pagamentos antecipados pelo GDF)	3.238.289,83	53%
Termo de Compromisso nº 0425.938-20/2014 /ME/CAIXA-PAC 2	Implantação do Centro de Iniciação ao Esporte em Sobradinho II	Processo Licitatório	3.718.200,72	0,00	3.718.200,72	0%

Nº do Contrato de Repasse	Objeto	Status e Andamento EM 2016	Valor Contratado	Valor Pago	Saldo Contratual	Avanço Financeiro
Termo de Compromisso nº 0425.922-40/2014 /ME/CAIXA-PAC 2	Implantação do Centro de Iniciação ao Esporte em Santa Maria	Processo Licitatório	4.038.966,39	0,00	4.038.966,39	0%

(Valores em R\$)

Conforme exposto no Quadro 8, a Sinesp é atualmente responsável pelo gerenciamento de 24 (vinte e quatro) Contratos de Repasse provenientes de Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União, que totalizam uma carteira financeira em torno de R\$ 38 milhões. Apesar de todos os esforços envidados por esta Pasta, a falta de projetos de engenharia relativos aos objetos das emendas parlamentares tem dificultado o avanço da execução dos contratos de repasse e dos convênios. Destacam-se também, em muitos casos, os problemas fundiários e/ou ambientais relacionados à localização desses objetos. Em relação aos Contratos de Repasses em execução, ressalta-se o trabalho intenso da equipe da Sinesp e da Novacap para conseguir vencer as etapas e dar início às obras.

2.4.1.6. Contratos de Financiamentos Junto ao Banco do Brasil – BB 01 e 02

2.4.1.6.1. Contrato de Financiamento nº 20/00007-3 – BB 01

Durante o ano de 2016 a Sinesp atuou também na gestão do Contrato de Financiamento assinado em 29/01/2015 entre o GDF e o Banco do Brasil. Foram prestados auxílios administrativos na interlocução junto a Seplag e o Banco do Brasil.

As prestações de contas e também a parte da gestão da carteira de investimentos da Sinesp, Novacap e Caesb, foram centralizadas na Sinesp, que juntava os documentos necessários para as comprovações e alimentava o controle financeiro junto à Seplag. Os desembolsos foram programados em duas tranches, sendo que a primeira tranche foi finalizada em junho de 2016 e a segunda iniciada em fevereiro de 2016, porém ainda não encerrada.

Segue abaixo o Quadro 9, o qual demonstra os valores das carteiras da Sinesp, Novacap e Caesb que foram comprovados e geridos pela equipe responsável desta Pasta, referentes à primeira tranche:

Quadro 9 – BB 01 - Primeira Tranche

CONTRATO	ÓRGÃO	VALOR DISPONIBILIZADO	VALOR DESEMBOLSADO	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO
20/00007-3 GDF x BB	Sinesp	15.600.000,00	15.600.000,00	100%
	Novacap	146.000.000,00	146.000.000,00	100%
	Caesb	43.500.000,00	43.500.000,00	100%
TOTAL		205.100.000,00	205.100.000,00	100%

(Valores em R\$ - Posição em 31/12/2016)

Em relação à Segunda Tranche, o Quadro 10 demonstra a distribuição de valores por órgão, cujo desembolso ainda está em execução:

Quadro 10 – BB 01 - Segunda Tranche

CONTRATO	ÓRGÃO	VALOR DISPONIBILIZADO	VALOR DESEMBOLSADO	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO
20/00007-3 GDF x BB	Sinesp	15.800.000,00	1.600.000,00	10%
	Novacap	57.600.000,00	26.800.000,00	47%
	Caesb	56.300.000,00	41.300.000,00	74%
TOTAL		129.700.000,00	69.700.000,00	54%

(Valores em R\$ - Posição em 31/12/2016)

2.4.1.6.2. Contrato de Financiamento – BB 02

A Sinesp atuou em 2016 na apresentação de documentação de contratos de diversas obras à Seplag, para o suporte administrativo na captação de recursos financeiros da ordem de R\$ 600 milhões, junto ao Banco do Brasil. Esses recursos serão geridos pela equipe da Seplag e os trabalhos de gerenciamento financeiro e comprovação dos valores, a serem aportados na carteira da Sinesp, ficarão a cargo da unidade específica desta Pasta.

O Contrato de financiamento em questão foi assinado no final do ano de 2016, contudo somente será liberado no orçamento de 2017. O Processo de número 110.000.001/2017 foi aberto para oficializar e controlar os registros dos trabalhos e das comprovações de desembolsos futuros deste Contrato.

2.4.2. Brasília Sustentável II

No ano de 2016, a Sinesp acompanhou e realizou gestões com o objetivo de preparação e contratação do Programa Brasília Sustentável II, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 150 milhões. Diversas reuniões, missões de ponto de controle e uma missão de Negociação do Programa foram realizadas, esta última com a participação de diversos órgãos do GDF e também do Governo Federal, assim como do *staff* representativo do BID. Este Programa tem como objetivo assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, através da gestão dos resíduos sólidos urbanos, da melhoria das condições socioambientais e econômica da população do Condomínio Pôr-do-Sol e da gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, no Distrito Federal.

Em 2016, o Programa teve sua aprovação no Comitê de Diretores do BID, em Washington, e assim, o GDF pôde seguir com a próxima fase junto ao Governo Federal. O Programa agora está dependendo do trâmite dentro dos órgãos do Governo Federal, os quais precisam aprovar a Garantia da União para autorizar o GDF a assumir um compromisso e efetivar sua assinatura. A Sinesp trabalha com um cronograma que permita a assinatura do projeto ainda no primeiro semestre de 2017, para que assim possa dar início à programação das obras, que serão custeadas por esses recursos.

2.4.3. Considerações

Esta Secretaria participa dos trabalhos do Sistema de Acordo de Resultados o qual baseia-se em uma lista de comprometerimentos que o titular da Pasta assina com o intuito de gerar um trabalho focado em resultados diretos e objetivos. Este trabalho requer uma dedicação quase que exclusiva de um servidor da Secretaria, o qual é denominado Agente de Gestão Estratégica - AGEP e transforma-se no ponto focal da equipe da Seplag/GDF que monitora o processo e o sistema informatizado.

Grosso modo, no exercício de 2016, a Pasta obteve uma melhora considerável no percentual de desembolso das obras custeadas por financiamentos e repasses em comparação com o mesmo período de 2015, as quais tiveram avanços e ganharam rendimento ao longo do ano. Em relação a novos projetos e captações, 2016 foi um ano de desenvolvimentos em que esta Sinesp conseguiu apoiar a Seplag na assinatura de mais um contrato, junto ao Banco do Brasil, e também na aprovação junto ao BID, em Washington. Essas duas operações e os saldos das outras existentes farão do ano de 2017 um ano de grandes obras e investimentos, no Distrito Federal.

2.5. Acompanhamento Ambiental e Políticas de Saneamento Básico

É relevante destacar que a Sinesp tem atuado na elaboração e implementação de políticas públicas que impactam no saneamento básico do Distrito Federal e nos processos de licenciamento e monitoramento ambiental de obras públicas, no âmbito das suas competências, especialmente na superação das demandas mais estruturantes e estratégicas. Atua ainda na coordenação do Comitê Gestor do Plano de Resíduos de Construção Civil – CORC/DF, da Câmara Técnica de Saneamento – CTSB, do Conselho de Recursos Hídricos - CRH, do Conselho de Limpeza Urbana-CONLURB e da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, que contribuem para o fortalecimento do saneamento básico no Distrito Federal.

O Saneamento Básico apresenta-se definitivamente como aspecto fundamental da infraestrutura das cidades, em razão de suas implicações diretas e indiretas sobre a saúde pública e a qualidade ambiental. A evolução deste segmento no Brasil proporcionará um diferencial de qualidade para seu crescimento visto que atualmente as demandas atuais apresentam-se expressivas em termos de investimentos para atendimento de índices de cobertura dos serviços prestados, mas também para a modernização do setor quanto à gestão tomada, com foco nos usuários dos serviços e nos reflexos sócio-ambientais e econômicos inerentes à atividade.

A Secretaria participa do Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB, que abrange os Sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem e Manejos das Águas Pluviais, bem como a Limpeza Urbana e o Manejo dos Resíduos Sólidos, elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007,

que estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico e o Decreto nº 7.217, de 21/06/2010, o qual regulamenta a referida Lei.

A atuação da Sinesp na superação de pendências para a execução de obras, como licenciamentos ambientais e outorgas do Programa Drenar/DF (drenagens no Plano Piloto - Faixas 1/2 e 10/11 – e em Taguatinga), projetos habitacionais de Bernardo Sayão, Porto Rico, Buritis, Vicente Pires e Projeto Orla Livre, também impacta as condições de saneamento dessas regiões do DF. Além disso, a Sinesp tem atuado nos projetos que garantam a implementação de Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem – ATTRs, dos Pontos de Entrega Voluntária de resíduos (PEVs) e do Aterro Sanitário de Brasília.

2.5.1. Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB

O Governo de Brasília, por meio da Sinesp e da Secretaria de Meio Ambiente - Sema, firmou parceria com a Adasa, Caesb, SLU e Novacap, para a elaboração do Plano Distrital de Saneamento e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PDGIRS, ficando sob a responsabilidade da Sinesp presidir a Comissão Técnica de Elaboração. A metodologia aplicada para a elaboração do PDSB contempla os seguintes tópicos:

- Levantamento de dados (informações documentais e dados de campo);
- Caracterização dos Serviços;
- Diagnóstico dos Serviços;
- Estudo populacional;
- Estudo Gravimétrico;
- Objetivos e metas imediatos e de curto, médio e longo prazo;
- Proposição de programas e ações para atender os objetivos e as metas;
- Plano de emergência e contingência, com mecanismos e procedimentos para avaliação das ações programadas;
- Audiências Públicas; e,
- Adequação de resultados das Audiências Públicas e Consolidação do Plano Distrital de Saneamento Básico – Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Drenagem de Águas Pluviais, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos.

Com o início dos trabalhos, em abril de 2016, o primeiro processo de mobilização social efetuou-se com a realização de onze pré-audiências públicas para a participação da sociedade no processo de elaboração, além de reuniões com diversos segmentos da sociedade civil, empresarial e do Governo. Os próximos eventos oficiais, programados junto à população, são as audiências públicas, previstas para ocorrer a partir de janeiro de 2017, onde a sociedade poderá apresentar propostas que vão ajudar a construir a base das políticas públicas para segmentos que têm impacto direto na vida da população. Com a sociedade mobilizada em torno das discussões e propostas, as chances de se construir um “Plano Distrital de Saneamento Básico” eficaz, diante das demandas e necessidades dos dias atuais, são bem maiores.

Toda a sociedade civil organizada, como Entidades de Classe, Universidades, Escolas Públicas e Privadas, Igrejas, Líderes Comunitários, Administrações Regionais, Organizações não Governamentais, entre outros segmentos interessados, será convidada a participar deste importante momento de discussão, reflexão e análise, decisivo às gerações futuras nos próximos 20 anos, período em que o PDSB e o PDGIRS deverão estar integralmente implantados.

A partir de resultados, discussões e análises, que envolvem a consolidação do PDSB e do PDGIRS, admite-se que a busca ao atendimento dos objetivos e das metas imediatas, bem como as de curto, médio e longo prazo, proposta permitirá o atendimento dos objetivos gerais e específicos. É importante ressaltar que o objetivo geral dos Planos compreende o estabelecimento de ações para a universalização dos sistemas de Saneamento Básico, através da ampliação progressiva do acesso de todo o território do Distrito Federal.

Entretanto, a implementação desses planos depende da disponibilidade de recursos que possam garantir a implementação e sustentabilidade a partir da aplicação de tarifas e da obtenção de outros recursos. Destaca-se também que o Plano deve ser elaborado para o horizonte de 20 anos, com revisões de periodicidade mínima de quatro anos. Essa prática garantirá a utilização efetiva deste instrumento de planejamento cujos resultados serão contabilizados diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população e preservação da qualidade ambiental.

2.5.1.1. Plano Distrital de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PDGIRS

Trata-se de um instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, previsto na Lei nº 12.305/2010, cujo objetivo principal é traçar diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos no Distrito Federal, pois definirá metas, projetos e ações de redução da geração e a disposição final, ambientalmente adequada, dos resíduos urbanos e rurais.

O PDGIRS está sendo elaborado para auxiliar na resolução de problemas relacionados aos resíduos sólidos, principalmente em relação à coleta e disposição irregular (Aterro do Jóquei), para garantir que o Distrito Federal receba recursos da União para investimento em saneamento básico. Deve englobar as expectativas dos diferentes órgãos gestores e setores para que sirva efetivamente de apoio e orientação político-institucional.

2.5.2. Decretos Distritais e Conselhos

2.5.2.1. Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal

A Lei Distrital nº 4.704/2011, em seu art. 14, instituiu o Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos - CORC/DF. Entre as atribuições descritas, estão a aprovação do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos, a coordenação de programas e ações, a regulamentação de procedimentos de licenciamento e do uso de agregados reciclados, a supervisão do sistema de informações sobre a gestão de Resíduos da Construção Civil - RCC e as proposições ao Governador para regulamentação da política de RCC no Distrito Federal.

A regulamentação de procedimentos de licenciamento e cadastramento de transportadores de resíduos da construção civil e volumosos também está entre as competências do CORC/DF, que definiu os termos da minuta que regulamenta o cadastramento e a licença para transporte de RCC, que tem impacto nas atividades e procedimentos para o encerramento do Aterro Controlado do Jôquei, e junto com as unidades para transbordo e reciclagem de RCC e com os instrumentos reguladores para reuso de agregados em obras compõem as estratégias governamentais para encerramento de depósitos irregulares e gestão eficiente do resíduo gerado em obras, no Distrito Federal.

O Decreto nº 37.404, de 13/06/2016, vincula a coordenação do CORC/DF à Sinesp, que passou a coordenar as ações do comitê. Com a legitimação da vinculação do CORC/DF a esta Pasta e a publicação da Portaria nº 74, de 24/08/2016, que atualizou a composição do Comitê, viabilizou-se a votação da minuta, que foi debatida pelos membros nos últimos anos e aprovada, por unanimidade, pelas instituições que compõem o comitê, na última reunião ordinária ocorrida em 02/09/2016.

Com a publicação do Decreto nº 37.782, de 18/11/2016, disciplina-se o cadastramento e a licença da atividade de transporte de RCC e volumosos, estabelecendo os procedimentos de controle do volume de resíduos transportados e a estrutura envolvida na atividade, o que viabiliza o controle em casos de equipamentos mal posicionados ou sem sinalização. Espera-se também que a redução do depósito irregular de RCC, em áreas públicas, permita o manejo dos impactos ambientais relacionados à destinação do material por meio da retirada dos bota-foras irregulares, além de interferir nas reservas orçamentárias do SLU dedicadas à retirada de material depositado irregularmente em áreas públicas.

Além da regulamentação da atividade de transporte de RCC, o Comitê criou a Câmara Técnica para rever o Parecer emitido em 2013, sobre o uso de agregados reciclados em obras, na intenção de validar critérios técnicos que permitam a inclusão de cláusulas para uso obrigatório de percentuais de agregados reciclados, em editais de licitação.

2.5.2.1.1. Grandes Geradores

Outra publicação importante, e que contou com atuação da Sinesp, foi o Decreto nº 37.568, de 24/08/2016, que regulamenta a Lei nº 5.610, de 16/02/2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos no Distrito Federal, estabelecendo os referenciais técnicos para coleta, transporte e destinação final dessa categoria de geradores, além de estabelecer critérios técnicos para coleta, transporte e destinação final, no âmbito desses geradores, além de estabelecer diretrizes para o cadastramento junto ao SLU de empresas interessadas em ofertar serviços desta natureza.

2.5.2.1.2. Câmara Técnica Temporária de Saneamento Básico

A Câmara Técnica Temporária de Saneamento Básico – CTSB, pertence ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a Presidência da Sinesp. A Secretaria realizou a produção de Relatório para subsidiar a análise quanto à pertinência e a oportunidade de adequação da legislação relacionada a Recursos Hídricos e Saneamento Básico, no Distrito Federal, a fim de que o CRH-DF possa exercer atribuições relativas ao saneamento básico, bem como ao controle social, no âmbito do DF. Esse Relatório encontra-se em fase de finalização, com a previsão de aprovação, no início de 2017.

2.5.3. Acompanhamento Ambiental de Obras Públicas

A Sinesp tem também acompanhado as obras públicas com o enfoque no aspecto ambiental, através das obtenções dos licenciamentos e das outorgas, bem como do monitoramento ambiental nas execuções das obras. As principais atuações de acompanhamento são listadas abaixo:

2.5.3.1. Drenar/DF – Faixas 10 e 11 Asa Norte – Plano Piloto

Obtida a Licença de Instalação nº 002/2016-IBRAM autorizando a execução das obras para melhorias do Sistema de Drenagem Pluvial da Faixa 10 e 11 Norte pela Sinesp. Vigência de 4 anos (até 28/03/2020).

2.5.3.2. Túnel de Taguatinga

A Sinesp obteve a Licença de Instalação nº 003/2016-IBRAM autorizando a Unidade a executar a Obra de Arte Especial - Túnel de Taguatinga e Viadutos Acessórios, na Avenida Sandú e EPCT/EPTG. Vigência: 3 anos (até 29/03/2019).

2.5.3.3. Drenar/DF – Taguatinga

Obtida a Licença de Instalação nº 004/2016-IBRAM, autorizando a execução das obras para melhorias no Sistema de Drenagem Pluvial de Taguatinga nas Quadras QND, QNB, QNC, QND, QNE, QNF, QI, SC, QSA, CSB, QSB e QSC pela Sinesp. Vigência: 4 anos (até 06/07/2020).

2.5.3.4. Drenar/DF – Faixas 1 e 2 Asa Norte – Plano Piloto

A Sinesp obteve a Licença de Instalação nº 019/2016-IBRAM autorizando a Unidade executar as obras para melhorias de Drenagem Pluvial das Faixas 1 e 2 Asa Norte. Vigência: 4 anos.

2.5.3.5. Drenar/DF – Faixa 13 Sul – Plano Piloto

A Sinesp é a interessada na execução das obras para melhorias do Sistema de Drenagem Pluvial da Faixa 13 Sul. Entretanto, a Licença de Instalação ainda não foi emitida pelo Ibram.

2.5.3.6. Bernardo Sayão

A Sinesp obteve a Licença de Instalação nº 012/2016-Ibram autorizando a execução de obras de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica do Setor Habitacional Bernardo Sayão pela Novacap. Vigência: 4 anos (até 23/06/2020).

A Secretaria realizou mediações com o Ibram acerca da emissão da Licença de Instalação das Obras de Drenagem e Pavimentação Asfáltica do Setor Habitacional Bernardo Sayão. As Obras da rede de drenagem do Lote 4 tiveram início no final do mês de novembro de 2016 e a Pasta tem acompanhado a evolução das atividades, estando presente no local para acompanhamento da vistoria de medição da Caixa e verificação quanto aos itens condicionantes da licença ambiental.

2.5.3.7. Vicente Pires – Gleba 2

A Terracap é a interessada na execução das obras de parcelamento de solo da Gleba 2 do Setor Habitacional Vicente Pires para instalação de obras de infraestrutura (rede de água, esgoto, energia, drenagem e pavimentação). No entanto, a Licença de Instalação ainda não foi emitida pelo Ibram.

Além de mediações com a Terracap junto ao Ibram para a emissão de Licença Ambiental da Gleba 2 de Vicente Pires, esta Pasta também realizou conversas com o órgão ambiental com o intuito de realização de novos Inventários Florísticos, por meio de método por amostragem.

2.5.3.8. Sol Nascente – Trecho 3

A Codhab é a interessada na execução das obras de infraestrutura no Setor Habitacional Sol Nascente – Trecho 3. No entanto, a Licença de Instalação ainda não foi emitida pelo Ibram.

Realizou-se mediação junto à Novacap para a confecção de Inventário Florístico e Plano de Supressão para pleitear ao Ibram a emissão de Autorização de Supressão Vegetal para a Lagoa 5, no Trecho 1 de Sol Nascente. Foi realizada também negociação junto ao órgão ambiental, no intuito de realização de novos Inventários Florísticos, por meio de método por amostragem, para facilitar a realização dos Relatórios e posterior cálculo de Compensação Florestal.

A Sinesp realizou também acompanhamento junto ao órgão ambiental, quanto à anuência da alteração do Projeto Urbanístico do Trecho 1 (URB 091/10 e URB 031/16 Qd. 105 e 209); ao auxílio na preparação de documentos a serem apresentados pela Codhab ao Ibram, para fins de renovação da Licença do Trecho 1; à preparação de minuta de Decreto para criação de Escritório de Projetos Especiais – EPE, para acompanhamento e tomada de decisões, por parte de órgãos do DF, quanto à execução de obras; à apresentação e negociação, junto à Adasa, para solução de lançamentos diretos nos Trecho 1 e 2 e, posterior alteração de Outorga; além de negociação, junto ao Ibram, e Codhab para confecção de minuta de Termo de Compromisso para fins da Licença Ambiental do Trecho 3.

2.5.3.9. Sol Nascente – Corredor Oeste

A Sinesp mediu, junto ao Ibram, a dispensa de licença ambiental para a readequação do “Corredor de Transporte Público do Eixo Oeste do DF”, com a ampliação da via de ligação existente da Avenida Hélio Prates à Avenida principal do Setor Habitacional Sol Nascente – Trecho 2, e com a criação de canteiro central e estação de ônibus, faixas exclusivas para transporte coletivo, para atender a demanda do denominado Corredor Oeste.

2.5.3.10. Vicente Pires – Obra de Arte Especial (OAE)

Emitida a Autorização Ambiental, nº 007/2016-IBRAM, permitindo a execução da Obra de Arte Especial, construção do viaduto de acesso à Rua 05, em Vicente Pires, à via Estrutural DF-095 (Cota 1130) e à via Estrutura DF-095 (Cota 1230) pela Sinesp. Vigência de 2 anos (até 17/08/2018).

Esta Pasta realizou mediação e apoio junto à Novacap para a confecção de Inventário Florístico e Plano de Supressão para pleitear ao Ibram a emissão de Autorização de Supressão Vegetal para a EPVL. Foram apresentados projetos ao órgão ambiental, para fins da Autorização Ambiental, para a execução de Obra de Arte Especial, a execução parcial da rede de drenagem 134 e a respectiva bacia de detenção.

2.5.3.11. Vicente Pires – Cotas 1130 e 1230

Foi emitido o Ofício nº 100.001.665/2016-PRESI/IBRAM, em referência à Autorização Ambiental nº 007/2016, autorizando a instalação parcial da Rede de Drenagem 134 e de toda a bacia de detenção, pela Terracap.

2.5.3.12. Vicente Pires – Gleba 01

Foram realizadas mediações, junto ao Ibram, para fins de emissão da Licença de Instalação nº 027/2015, que autoriza o parcelamento de solo urbano para regularização da Gleba 1, do Setor Habitacional Vicente Pires. Desde então, esta Sinesp vem acompanhando a evolução das atividades, obras e verificação em campo, quanto aos itens condicionantes da licença ambiental.

2.5.3.13. Projeto Orla Livre

Emitida a Autorização Ambiental nº 011/2016-IBRAM, permitindo a execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, pela Sinesp, na Área de Preservação Permanente do Lago Paranoá, inserido na Fase 1 – Etapa 1 do Projeto Orla Livre.

A Sinesp realizou também mediações com o Ibram, para fins de emissão da Autorização Ambiental para execução do PRAD no Lago Paranoá, além da autorização para instalação de trapiches. Está sendo realizado também o acompanhamento das obras da ciclovia e do paisagismo.

Dentre as diversas atividades relacionadas à execução de obras, de interesse desta Secretaria de Infraestrutura, destaca-se a participação nas reuniões semanais de acompanhamento de obras, assim como na gestão, mediação e acompanhamento de obras, junto aos outros órgãos interessados em obras de infraestrutura, especialmente, nas negociações junto ao órgão ambiental licenciador do DF. É também atribuição desta Pasta, o acompanhamento posterior à emissão de Outorgas, Autorizações e Licenças, e suas respectivas condicionantes.

2.5.3.14. Buritizinho

A Sinesp realizou intermediação entre a Codhab e a Adasa, para fins da Outorga do Setor Habitacional Buritizinho, além de mediação junto à Novacap para a confecção de Inventário Florístico e Plano de Supressão para pleitear ao Ibram a emissão de Autorização de Supressão Vegetal para as Bacias 1A e 1B. Também está sendo realizado o mesmo processo de apoio à Novacap para a realização de levantamento florístico, para fins de Autorização de Supressão para as Bacias 2A e 2B.

Foram também realizadas mediações, junto ao Ibram, para fins de emissão da Licença de Instalação nº 029/2015, que autoriza a implantação do sistema de drenagem pluvial e pavimentação, no Setor Habitacional Buritis. Desde então, esta Pasta vem acompanhando a evolução das atividades, obras e verificação em campo, quanto aos itens condicionantes da licença ambiental.

2.5.3.15. Porto Rico

Esta Secretaria realizou intermediação entre a Novacap e a Adasa, para fins da Outorga do Setor Habitacional Porto Rico, além de mediação junto à Novacap para a confecção de Inventário Florístico e Plano de Supressão para pleitear ao Ibram a emissão de Autorização de Supressão Vegetal, para a Bacia de detenção, no lote 6, e de algumas árvores exóticas presentes no Lote 5.

Também foram realizadas mediações junto ao Ibram para fins de emissão da Licença de Instalação nº 028/2015, que autoriza a implantação do sistema de drenagem pluvial e pavimentação no Setor Habitacional Porto Rico. Desde então, esta Secretaria vem acompanhando a evolução das atividades, obras e fazendo a verificação, em campo, quanto aos itens condicionantes da licença ambiental.

2.5.3.16. Parque Urbano 2 – Sol Nascente

O Parque Urbano 2, no Trecho 1, no Sol Nascente, faz parte da estratégia de regularização urbanística e fundiária daquele Setor Habitacional. Dessa forma, mediante o pleito solicitado por esta Pasta, o Ibram respondeu ao Parecer Técnico, que analisou o projeto de implantação do Parque, manifestando-se favoravelmente à implementação do mesmo.

2.5.3.17. Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG

A Sinesp realizou mediações com o Ibram acerca da emissão da Licença de Instalação nº 022/2015, para Obras de Construção de Corredor Exclusivo para transporte público, na Estrada Parque Indústria Gráfica – EPIG, com quatro faixas de rolamento em cada sentido, incluindo a execução de 11 viadutos.

2.5.3.18. Samambaia

Mediante apoio desta Sinesp, o Ibram emitiu a Autorização Ambiental nº 014/2016, referente à complementação da rede de drenagem pluvial de Samambaia.

2.5.3.19. Centro Integrado de Esportes

Para fins de benefícios da comunidade de Santa Maria e Sobradinho, voltados à qualificação de espaços públicos dessas localidades e à contribuição para melhoria da qualidade de vida da população a ser beneficiada com espaços de esporte e lazer, esta Pasta mediu junto ao Ibram a dispensa de licença ambiental para a implantação de Galpões de iniciação ao esporte, denominados Centros de Iniciação ao Esporte.

2.5.4. Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho

As atividades da Secretaria, no que diz respeito às políticas de saneamento básico, envolvem trabalhos com diversas comissões e grupos.

2.5.4.1. Coordenação

- Comitê Gestor do Plano Integrado de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal – CORC/DF;
- Conselho de Limpeza Urbana – Conlurb;
- Comissão Técnica de Elaboração do PDGIRS/PDSB;
- Grupo de Trabalho do Corsap DF/GO (GDF); e,
- Câmara Técnica de Saneamento Básico - CTSB, do Conselho de Recursos Hídricos CRH;

2.5.4.2. Participação

- Comissão Orla Livre;
- Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - Conam;
- Conselho de Desenvolvimento e Política Rural;
- Conselho de Recursos Hídricos – CRH;
- Grupo de Trabalho (2107 - Geral);

- Grupo de Trabalho (2107 - Fiscalização);
- Grupo de Trabalho de Transição para o Aterro Oeste;
- Grupo de Trabalho do CORSAP DF/GO (Municípios);
- Zoneamento Ecológico – Econômico – ZEE;
- Comissão de Gestão da TI/Sinesp;
- Comitê Criativo Virada do Cerrado; e,
- Grupo de Trabalho Brasília Solar.

2.5.4.3. Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás - Corsap-DF/GO

O Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – Corsap-DF/GO é Pessoa Jurídica de Direito Público, com natureza de autarquia do tipo associação pública, a que alude o art. 41, inciso IV, do Código Civil Brasileiro, integrante da Administração Indireta dos Entes Federados que a constituem, com duração por prazo indeterminado e é formado pelo Distrito Federal, Estado de Goiás e por 19 municípios goianos que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF. O Consórcio tem a proposta de promover a gestão associada e ambientalmente adequada dos resíduos sólidos das águas pluviais na RIDE/DF, além de viabilizar a coleta seletiva, a reciclagem e a destinação final dos resíduos não reciclados.

O Corsap-DF/GO foi vinculado administrativamente à Sinesp, a partir da edição do Decreto nº 37.405/2016, de 13 de junho de 2016, que alterou o art. 1º do Decreto nº 36.871, de 12 de novembro de 2015, e tem os seguintes objetivos:

- Contratar associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para prestar serviços de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, no âmbito de atuação do Consórcio;
- Prestar serviços de assistência técnica e de manutenção de instalações às cooperativas e associações;
- Promover, na sua área de atuação, atividades de mobilização social e educação ambiental para o manejo dos resíduos sólidos e das águas pluviais, uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente;
- Promover atividades de capacitação técnica de pessoal, encarregado da gestão dos serviços;
- Promover estudos e debates sobre assuntos de caráter econômico, técnico, científico, ambiental, cultural ou social relacionados aos seus objetivos e competências institucionais;
- Desenvolver atividades técnico-administrativas, visando ampliar os níveis de conscientização, politização, organização e participação dos consorciados nas instâncias e atividades do Consórcio; e,
- Promover a defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos delegados.

Cabe destacar que, durante o ano de 2016, o Corsap-DF/GO desenvolveu diversas ações e atividades a fim de atingir seus objetivos, principalmente as abaixo listadas:

- Parceria com diversos Órgãos da Administração Pública da União, Distrito Federal e Goiás para implementar o Projeto de Combate ao *Aedes Aegypti* na RIDE/DF, em especial a Prevenção, Controle e Monitoramento do Vetor *Aedes Aegypti*, endêmico na região, haja vista ter sido registrado alto número, de mais de 2.800 casos autóctones de dengue pelas Secretarias de Saúde do Estado de Goiás e do Distrito Federal, em 2016, e discutir soluções em conjunto a fim de promover uma força-tarefa para intensificar e estruturar ações de enfrentamento ao mosquito;
- Realização de Visita Técnica à Planalmira - Abadiânia/GO, com a finalidade de identificar, na região, possíveis áreas para a implantação de Aterro Sanitário.
- Implantação de Sistema Contábil, o qual dá ao Consórcio total transparência na utilização de seus recursos com o atendimento total à Lei nº 12.527, de 18/11/2011 - Lei de Acesso à Informação, com a publicação do Orçamento 2016 do Corsap-DF/GO, a publicação de Portaria de delegação de competência do Governador do Distrito Federal para o Superintendente, e com o estabelecimento de rotina de prestações de contas bimestrais dos exercícios fiscais para encaminhamento à Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, iniciada em 2015 e continuada em 2016;
- Realização de posse dos conselheiros do Corsap-DF/GO que farão parte do Conselho Regional de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais, instância permanente de participação e controle social, de caráter consultivo com a finalidade de examinar, avaliar, debater e elaborar propostas sobre o tema nas áreas de atuação do Consórcio e, especialmente, avaliar a qualidade dos serviços públicos prestados na sua área de atuação;
- Proposta de ajuste de Emenda Parlamentar com alteração da sua finalidade, de modo a compatibilizar e integralizar todos os Planos de Resíduos Sólidos dos Entes Consorciados e, posterior, realização do 1º Workshop de compatibilização e integração dos Planos;
- Participação na Audiência Pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR do Senado Federal para debater o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 102/2015, que altera a Lei Complementar nº 94/1998, na qual se encontra a constituição da RIDE/DF, atualmente formada por 22 municípios;

- Criação do Planejamento Estratégico do Corsap-DF/GO;
- Reformulação do sítio oficial do Corsap-DF/GO, com melhorias nos serviços de comunicação prestados pelo Consórcio, para proporcionar maior interatividade com os entes consorciados e o público geral, com a criação da Rádio e da TV Corsap, para levar aos usuários mais informações sobre o Consórcio, suas áreas de atuação e principalmente sobre os municípios da RIDE/DF.

- Projeto RIDESab - Organização e Participação juntamente com a UnB, no Projeto: “Diagnóstico do Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES) do Brasil (RIDE/DF, RIDE Polo Grande Teresina/PI e RIDE Polo Petrolina e Juazeiro)”; e,

- Lançamento e implementação do Projeto Corsap Itinerante, inicialmente efetivado nos municípios de Cocalzinho/GO, Alexânia/GO, Corumbá/GO, Pirenópolis/GO, Cabeceiras/GO, Abadiânia/GO, Planaltina/GO, Formosa/GO, e que percorrerá todos os municípios da RIDE-DF, integrantes do Conselho, para conversar com prefeitos e secretários de meio ambiente sobre a situação dos resíduos sólidos, nas localidades, e a Compatibilização e Integração dos Planos de Gestão desses resíduos, além de informar e expor os avanços obtidos pelas ações do Consórcio e, auxiliar os municípios a atingir as metas impostas pela Lei nº 12.305/2010 (PNRS) e Lei nº 7.405/2010 (Pró-Catador);

Ressalta-se que a efetivação dessas ações e atividades gerou um acervo digital com diversos documentos, bem como a produção de vídeos, fotos, textos, *news letters*, e material para divulgação, no sítio institucional do Corsap e nas redes sociais.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Com a nova gestão da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, efetivada em junho de 2016, decidiu-se por reavaliar a estrutura da Pasta. Houve recomendações da Unidade de Controle Interno (UCI) quanto à necessidade de eliminar desvios de função, duplicidades de competências e atribuições, além de melhor identificar as áreas de atuação e vinculações com os escopos de trabalho das suas unidades, bem como adequar suas nomenclaturas às efetivas competências. Havia também a necessidade de se criar a Unidade de Gestão do Programa Brasília Sustentável II (UGP), em cumprimento à exigência do Órgão Financiador.

Em setembro de 2016, antes de concluída a reavaliação da estrutura da Sinesp, a partir de uma ação de Governo, uma parte integrante desta Secretaria - então denominada “Subsecretaria de Atendimento às Cidades” que atendia às demandas das Administrações Regionais – foi transferida para a nova Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, o que resultou na redução da estrutura orgânica da Sinesp. Depois de submetida à Casa Civil do GDF, a nova estrutura da Sinesp passou a vigorar, a partir de novembro de 2016.

Acredita-se que a estrutura atual seja mais adequada e poderá conferir maior dinamismo ao desenvolvimento das finalidades e competências da Pasta. Ressalta-se que ainda se faz necessária a criação da UGP, o que poderá acarretar uma nova alteração na atual estrutura, sujeita a deliberação pelos Órgãos Centrais, no próximo exercício.

A necessidade de um corpo técnico, exclusivamente vinculado a esta Unidade na atividade fim, é uma demanda antiga desta Secretaria, que encerrou o exercício 2016, com apenas seis arquitetos e doze engenheiros, integrantes do Quadro Efetivo de Pessoal do Distrito Federal (QPDF). Cabe destacar que desses profissionais, dez são cedidos por outros Órgãos do GDF.

Além disso, para garantir a continuidade dos demais procedimentos administrativos desta Pasta, é importante que o quadro de atividade meio seja composto por servidores efetivos de outras formações profissionais.

Quanto aos engenheiros e arquitetos lotados nesta Pasta, vale ressaltar que esses servidores são responsáveis por gerir os contratos dos grandes empreendimentos - com valores superiores 1,129 bilhões -, tais como: Vicente Pires, Sol Nascente, Buritizinho, Porto Rico, Bernardo Sayão, Túnel de Taguatinga e Corredor de Transporte Coletivo Eixo Oeste, além dos contratos de despesa continuada vinculados a ampliação, fornecimento e manutenção do Sistema de Energia Elétrica do DF e outros.

Dessa forma, em razão dos novos contratos, em vias de formalização, para suprir a carência de servidores técnicos na atividade fim, torna-se indispensável a contratação, por meio de concurso público, de no mínimo oito engenheiros, já que esses exercem legalmente a função de executores de contratos de obras e serviços de engenharia e arquitetura. Deve-se considerar ainda que, dentre os servidores efetivos, alguns estão próximos de se aposentar.

Foram mantidas reuniões gerais semanais entre a Sinesp e diversos órgãos governamentais, tais como: Terracap, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - Codhab, Instituto Brasília Ambiental - Ibram, Caesb, Ceb, Novacap, Escritório de Projetos (Gabinete do Governador), Defesa Civil e Agência de Fiscalização do Distrito Federal - Agefis, com o intuito de promover o planejamento e a gestão das obras sob sua responsabilidade.

Com relação aos empreendimentos de infraestrutura, como os dos Setores Sol Nascente, Vicente Pires, Porto Rico e Buritizinho, as reuniões técnicas semanais auxiliaram o bom andamento das obras, apesar das dificuldades operacionais que algumas regiões, como: Buritizinho, Porto Rico, Vicente Pires e Bernardo Sayão, apresentam, em função de suas características urbanas. Isso posto, pode-se dizer que os resultados colhidos no ano de 2016 foram satisfatórios.

Ainda nesse contexto, foram realizadas reuniões técnicas, entre os profissionais envolvidos nas obras e a equipe do agente financeiro – CAIXA, com o objetivo de minimizar problemas e dar celeridade a procedimentos administrativos visando efetivar os desembolsos às intervenções vinculadas.

Em 2016, obras de grande relevância para a população do Distrito Federal foram contratadas ou tiveram suas licitações concluídas, das quais podemos destacar: a construção da Feira Permanente da Estrutural; implantação de infraestrutura nos Setores Habitacionais Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico e Bernardo Sayão; elaboração de projetos executivos para a construção do Túnel de Taguatinga.

Destaca-se que, com o objetivo de minimizar as dificuldades relacionadas a questões ambientais, esta Secretaria conseguiu rever sua estrutura e instituiu uma unidade especialmente dedicada à área do meio ambiente, que passou a atuar já no segundo semestre deste ano. Essa unidade tem atuado na elaboração e implementação de políticas públicas que impactam o saneamento básico do Distrito Federal e os processos de licenciamento e monitoramento ambiental de obras públicas, no âmbito das suas competências, especialmente na superação das demandas mais estruturantes e estratégicas.

O Saneamento Básico apresenta-se como aspecto fundamental da infraestrutura das cidades, em razão de suas implicações diretas e indiretas sobre a saúde pública e a qualidade ambiental. A Secretaria participa do Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB, que abrange os Sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem e Manejos das Águas Pluviais, bem como a Limpeza Urbana e o Manejo dos Resíduos Sólidos.

A atuação da Sinesp na superação de pendências para a execução de obras, como licenciamentos ambientais e outorgas do Programa Drenar/DF (drenagens no Plano Piloto - Faixas 1/2 e 10/11 – e em Taguatinga), dos projetos habitacionais de Bernardo Sayão, Porto Rico, Buritis, Vicente Pires e Projeto Orla Livre, também impacta as condições de saneamento dessas regiões do DF. Além disso, a Sinesp tem atuado nos projetos que garantam a implementação de Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem – ATTRs, dos Pontos de Entrega Voluntária de resíduos (PEVs) e do Aterro Sanitário de Brasília.

No que diz respeito à capacitação de servidores, cabe destacar que, apesar do Decreto nº 37.121/2016 ter vedado a assunção de compromissos que implicassem gastos para o GDF, dentre estes as despesas com cursos, congressos, seminários e eventos afins, em 2016, a Sinesp capacitou seus servidores, sem custos adicionais para a Administração Pública, por meio da participação desses em cursos de aperfeiçoamento, na modalidade presencial ou a distância, oferecidos pela Escola de Governo do Distrito Federal – EGOV/DF, por Órgãos do GDF e da União, para atendimento das necessidades desta Secretaria.

A quantidade de participações foi de aproximadamente 174 (cento e sessenta e cinco) servidores; sendo 103 (cento e três) inscritos na EGOV/DF; 05 (cinco) inscritos no CONSAD; 32 (trinta e dois) relacionados à ENAP/ABDER/ILB/MPU/TCDF e 34 (trinta e quatro) que assistiram à Palestra de Ética ministrada pela Controladoria. Além disso, ainda foram desenvolvidas palestras por servidores da própria Sinesp sobre diversos assuntos de interesse da Unidade, como por exemplo, treinamentos no InfObras e na área de infraestrutura. Foram também convidados servidores que compõem a equipe da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF para ministrarem Palestra sobre o Código de Ética e Conduta do Governo do Distrito Federal, aprovado por meio do Decreto nº 37.297/2016. Abaixo está a relação completa dos Programas de Capacitação que os servidores da Secretaria realizaram neste exercício:

Presenciais	
IX Congresso Consad de Gestão Pública, realizado em Brasília/DF	MundoGeo Connect Latin America 2016, realizado em São Paulo/SP
Curso Bentley Systems Power Civil, realizado em Curitiba/PR	EUESri 2016 – Evento Online – Brasília
45ª RAPV/19º ENACOR – Brasília	Workshop: Tecnologias Inovadoras que Viabilizam Seus Projetos
Gestão e Fiscalização de Contratos	Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência
Treinamento no Sistema Integrado de Controle Processos	Media Training
Cerimonial e Protocolo de Eventos	Processo Disciplinar
Capacitação e Aperfeiçoamento no SIGRH	Lei Complementar nº 840/2011
Formação para Subsecretários de Administração Geral	Tomada de Contas Especial - Módulos I e II
Licitações e Contratos	Capacitação e Aperfeiçoamento no SIGRH: Aposentadoria
Formação para Condutores de Veículos	I Semana de Capacitação e Aperfeiçoamento de Controle Interno
Sistema de Gestão de Convênios e Contratos – SICONV	1º Workshop de TI
Acompanhamento de Serviços de Ouvidoria – Avançado	I Encontro de Gestão de Documentos, Informação e Memória GDF
Regime Próprio de Previdência Social	Lei Complementar nº 769/2008 – Aposentados
Aposentadoria Especial, Face ao Art. 40	Administração Orçamentaria, Financeira, Patrimonial e Contábil com Foco – Módulos I, II e III
Contratação e Fiscalização de Obras Públicas – Aspectos Polêmicos	Mecanismos PAC - Financiamento
Contratação Direta – Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	
A Distância	
Transparência, Ética e Controle Social	Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Presenciais	
Gestão Estratégica com uso BSC	Gestão de Projetos
Legislação Aplicada a Logística	Gestão e Fiscalização de Contratos
Ética e Serviço Público	Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreiras
Excelência no Atendimento (Público)	Ética e Administração Pública
Treinamentos Ministrados	
Sistema InfObras – Módulo Financeiro Novacap e Sinesp Ministrado por Servidores da Sinesp	Sistema InfObras – Módulo Fiscais - Novacap Ministrado por Servidores da Sinesp
Sistema InfObras – 3 Módulos Fiscais e Contratos - Novacap Ministrado por Servidores da Sinesp	Palestra: Sustentabilidade em Reformas e Construções Ministrado por Servidores da Sinesp e Novacap
Seminário - Prevenção de Artimanhas e Conluios em Obras Públicas	Seminário - Grandes Casos Criminais: Experiência Italiana e Perspectivas no Brasil
XXII Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo (SEMAT)	XXII Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo (SEMAT)
Palestra: Sobre o Código de Ética Ministrado por Servidores da Sinesp e Novacap	Palestra: Sobre o Código de Ética Ministrado por Servidores da Controladoria Geral do DF
Palestra: Acessibilidade Aplicada: NBR 9050/2015 – Acessibilidade em Edificações	4º Encontro do Ciclo de Debates – Melhores Práticas de Governança

Como já identificado em exercícios anteriores, a Secretaria atuou em diversas áreas em 2016, por meio da participação de sua equipe na coordenação de projetos de engenharia e urbanismo, prioritários ao Governo e que dependeram de soluções técnicas de competência de outros órgãos. As dificuldades com as instruções de processos, com demandas relativas a esta e a outras Unidades do Governo – que careciam das devidas anuências, licenças ou soluções de outros entraves técnicos –, permaneceram. Com isso, consumiu-se uma parcela significativa dos trabalhos desta Pasta.

Na área de Tecnologia da Informação, vale informar que os chamados para atendimento a problemas, suporte técnico, solicitações da Internet e Intranet, e algumas manutenções corretivas do sistema InfObras são efetuadas por meio do software livre OTRS, acessado pela Intranet.

No tocante ao sítio eletrônico desta Secretaria, destacaram-se: a criação e reestruturação do menu “Colegiados”, “CONLURB” e “CORC-DF”, para publicação de agendas, documentos gerais, legislação básica e normativas, e da página e menu do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC; a reestruturação de informações de ouvidoria, com criação e adaptação do banner, novos botões de navegação, criação dos novos artigos com texto padrão, seguindo o modelo enviado pela Controladoria-Geral e Ouvidoria Geral, e de acesso à informação, novos botões de navegação, e criação dos novos artigos com texto padrão seguindo à avaliação feita pela Controladoria-Geral do Distrito Federal; a participação no levantamento para criação da nova arquitetura do novo layout do sítio da secretaria, juntamente com Assessoria de Comunicação e a Subchefia de Interação Social do Governo de Brasília; chamados diversos atendendo às necessidades da Assessoria de Comunicação; e, atualização dos contratos de 2015/2016, com contratos digitalizados.

Quanto à Intranet desta Pasta, os campos de atividade foram: chamados diversos atendendo a solicitações da Assessoria de Comunicação; a criação e estruturação do menu e textos para criação de um serviço de Classificados, de uma nova área na aba “capacitação” para publicação de Artigos Acadêmicos e Palestras, de atualização de página para publicação do CETI, de página e menu para “Gestão de Documentos”, de um novo Slide Show com suporte à vídeo, imagem e etc., do banner do Código de Ética, na página principal, e do banner do programa pró-equidade de Gênero e Raça.

Por último, cabe destacar a extensão das atividades da área de TI nesta Pasta, a saber: alteração do KMZ para apresentação externa; acompanhamento em apresentações externas do gabinete; criação de apresentação padrão da SINESP; criação de Wallpaper padrão dos desktop da SINESP; Criação da cartilha da Carta de Serviços ao Cidadão SINEP / Ouvidoria (Indesigner).

Considerando os recursos materiais e humanos, a Secretaria continuou a carecer de melhorias para o desenvolvimento dos seus trabalhos nas atividades da sua área fim. Persistiu a necessidade de: contratação de serviços de acesso às Normas Técnicas da ABNT; treinamento/aperfeiçoamento contínuos na área de fiscalização de projetos de obras públicas; conclusão da elaboração do manual de procedimentos para fiscalização e execução de obras públicas; contratação de estagiários (que cursem a partir do sexto período de engenharia civil e possam trabalhar no turno vespertino).

Com o intuito de zelar pela aplicação do Código de Ética Profissional do Servidor Público, foram instaladas “Comissões de Ética”, cujo papel principal é apurar condutas em desacordo com as normas éticas estabelecidas, além de recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito da Sinesp, o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas e o comportamento ético.

Outra grande conquista da Sinesp, em 2016, foi o Selo de Instituição 100% Transparente, concedido pela Controladoria-Geral do DF, que levou em conta os conteúdos divulgados nos sites dos órgãos e entidades governamentais, tais como: resultados alcançados com ações promovidas, despesas (diárias e passagens, entre outras), auditorias e remuneração

de servidores. Também foram considerados contratos, convênios firmados, horário de funcionamento, licitações e perguntas frequentes.

Quanto às previsões para o ano de 2017, destaca-se a continuidade de diversas obras de grande importância para o Distrito Federal e o início de outras de igual relevância. Serão finalizadas as obras do Buritizinho, do trecho 1 do Sol Nascente e as intervenções na região do Porto Rico, em Santa Maria. Serão continuadas as obras de infraestrutura em Vicente Pires, no trecho 2 do Sol Nascente e em Bernardo Sayão. As obras do trecho 3, do Sol Nascente, serão iniciadas. As intervenções no Viaduto da EPIG serão lançadas e iniciadas. Também será lançada a requalificação das Avenidas Samdu e Comercial, em Taguatinga. O Drenar-DF será iniciado no trecho da Avenida Hélio Prates. Além disso, o alargamento do Viaduto da EPTG sobre a EPCT será entregue, bem como a Avenida de ligação do Sol Nascente à Hélio Prates. Outras entregas relevantes são a Feira da Estrutural e a Pista de Cooper da Vila Planalto.

12.1. COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – UO: 22.201

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, criada pela Lei nº 2.874, de 19/09/1956, que dispôs sobre a mudança da Capital Federal para o Planalto Central – é uma Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações, integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, com personalidade jurídica, regida pela Lei nº 5.861, de 12/12/1972, Lei nº 4.545, de 10/12/1964 e legislação das sociedades por ações.

A Empresa tem por objeto o gerenciamento/execução de obras e serviços de engenharia, arquitetura, urbanização, drenagem pluvial, pavimentação e conservação/limpeza de monumentos e obras de arte especiais, direta ou indiretamente, com entidades públicas ou privadas, bem como a prática de todos os demais atos concernentes aos seus objetivos sociais os quais poderão ser executados em qualquer parte do Território Nacional ou no Exterior.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	55
Cedidos – fora GDF	47
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	1.788
CLT – afastado	49
Conselheiro	15
Estatutário – em exercício	8
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	160
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	2.073
Total ativos - afastado	49

Fonte: DRH/DA/NOVACAP

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6202 – BRASÍLIA SAUDÁVEL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3141 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	0	1.075.000	1.074.380	263.198
0002 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO- SOBRADINHO	0	0	0	0
3896 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE HEMODIÁLISE DE SOBRADINHO- SOBRADINHO	0	500.000	500.000	263.198
3898 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- REFORMA E AMPLIAÇÃO DO SETOR DE HEMODIÁLISE DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO- SOBRADINHO	0	575.000	574.380	0
TOTAL DO PROGRAMA 6202	0	1.075.000	1.074.380	263.198

PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER -**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	7.900.000	3.195.000	819.809	0
9545 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CAMPOS DE FUTEBOL DE GRAMA SINTÉTICA NAS REG. ADM. DO	4.300.000	1.430.000	819.809	0
9546 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS EM DIVERSAS REGIÕES ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL	700.000	0	0	0
9547 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES NAS REG. ADM. DO DF	200.000	200.000	0	0
9548- CONSTRUÇÃO DE CAMPOS DE GRAMA SINTÉTICA NO SETOR "O" E NA GUARIROBA	1.800.000	0	0	0
9549- CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL DE GRAMA SINTÉTICA EM SOBRADINHO II	900.000	0	0	0
0006 – CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA NA EQN 08/10 EM CEILÂNDIA	0	400.000	0	0
0007 – CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS NAS REGIÕES	0	400.000	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
ADMINISTRATIVAS DO DF				
0010 – APOIO À CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ZONA RURAL DO PARANOÁ	0	365.000	0	0
0011 – CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL DE GRAMA NO DISTRITO FEDERAL	0	400.000	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	800.000	87.161	28.783	28.783
5325 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-PAISAGISMO BURLE MARX- PLANO PILOTO .	500.000	87.161	28.783	28.783
9505 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE VIVENCIAL DA QNL 01 A QNL 07 EM TAGUATINGA	300.000	0	0	0
9509 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-CONSTRUÇÃO DA PRAÇA FERROCK- CEILÂNDIA	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	2.250.000	0	0	0
3201 - ELABORAÇÃO DE PROJETO DA PRAÇA DA JUVENTUDE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ	450.000	0	0	0
3202 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA PRAÇA DA JUVENTUDE NO MESTRE DARMAS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA	450.000	0	0	0
3203 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA PRAÇA DA JUVENTUDE NA ÁREA ESPECIAL DO SETOR EDUCACIONAL NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA	450.000	0	0	0
3204 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA JUVENTUDE DA QS 401 E DA QN 311 DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA	900.000	0	0	0
2425 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS	1.724.393	2.619.393	1.676.412	1.676.412
0002 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS-MANUTENÇÃO DO GRAMADO DO ESTÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO .	1.724.393	2.619.393	1.676.412	1.676.412
3047 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	100.000	931	0	0
9159 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	100.000	931	0	0
9163 – IMPLANTAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SINTÉTICO NA COLÊNIA AGRÍCOLA VICENTE PIRES	0	0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	1.300.000	0	0	0
9587 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-- GUARÁ	100.000	0	0	0
9588 - REFORMA DE ESPAÇOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF	400.000	0	0	0
9589 - REFORMA DO CENTRO ESPORTIVO DO ALTO DA BELA VISTA - FERCAL	800.000	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	4.350.000	55.000	25.000	0
9614 - REFORMA DE QUADRA POLIESPORTIVA NA QUADRA 16 NO SETOR P SUL - CEILÂNDIA	100.000	0	0	0
9615 - REFORMA DE QUADRA POLIESPORTIVA NA QUADRA 13/15 NO SETOR P NORTE - CEILÂNDIA	100.000	0	0	0
9616 – COBERTURA DA ARQUIBANCADA DO CAMPO DE FUTEBOL DA PRAÇA DOS EUCALIPTOS	150.000	0	0	0
9617 - REFORMA E COBERTURA DE QUADRAS ESPORTIVAS NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA DO DF	2.100.000	55.000	25.000	0
9618 – COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA CLASSE 05 DE BRAZLÂNDIA	300.000	0	0	0
9619 – REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS EM DIVERSAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF	1.100.000	0	0	0
9620– REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS EM DIVERSAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF	500.000	0	0	0
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	2.300.000	1.000.000	1.000.000	937.557
8530 – CONSTRUÇÃO DE CAMPO SINTÉTICO NO CONDOMÍNIO PRIVÊ - CEILÂNDIA	200.000	0	0	0
8531 - TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO OLÍMPICO DE PLANALTINA	500.000	500.000	500.000	437.557
8532 – CONSTRUÇÃO DA VILA OLÍMPICA DE PLANALTINA	500.000	500.000	500.000	500.000
8533 – CONSTRUÇÃO DE PEC's NA EXPANSÃO DO SETOR "O"	200.000	0	0	0
8534 – CONSTRUÇÃO E ROFORMA DE PISTAS DE SKATE EM CEILÂNDIA E NO GAMA	900.000	0	0	0
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1.150.000	2.520.000	0	0
0010 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES - REFORMA DAS PRAÇAS DA QNP 26, EQNM 01/03 E PRAÇA DA ENTRADA DO COND. PRIVÊ - CEILÂNDIA	0	520.000	0	0
0013 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA DA PRAÇA DA	0	400.000	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
QNP 16 - CEILÂNDIA				
0014 - REFORMA DAS PRAÇAS DA EQNM 06/08, DA EQNO 02/04, DA QNP 16, DA EQNM 01/03 E DA QUADRA DE ESPORTE DA EQNM 06/08	0	800.000	0	0
3343 - REFORMA DA PRAÇA DA JUVENTUDE NA QNM 36 - M NORTE - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA	200.000	0	0	0
3344 - REFORMA DAS PRAÇAS DA EQNM 06/08, DA EQNO 02/04, DA QNP 16, DA EQNM 01/03 E DA QUADRA DE ESPORTE DA EQNM 06/08	950.000	0	0	0
9508 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO FERROCK NO SETOR P NORTE- CEILÂNDIA	0	300.000	0	0
9510 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA QNP 13 NA- CEILÂNDIA	0	500.000	0	0
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	0	270.000	270.000	0
0001 - REFORMA DE ESTÁDIO-REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE ESTÁDIOS NO ÂMBITO DO-DISTRITO FEDERAL	0	270.000	270.000	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	21.874.393	9.747.485	3.820.004	2.642.752

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	300.000	500.000	500.000	0
5308 - CONSTRUÇÃO DE FEIRA EM ÁGUAS CLARAS	300.000	0	0	0
8123 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS-CONSTRUÇÃO DE FEIRA PERMANENTE DO RIACHO FUNDO II- RIACHO FUNDO II	0	500.000	500.000	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	0	0	0	0
0011 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA ESTAÇÃO DO METRÔ NA CNN 02 EM CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	0	0	0	0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	300.000	0	0	0
0001 - REFORMA DO SHOPPING POPULAR DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA	300.000	0	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	3.550.000	400.001	153.174	0
0001 - REFORMA DE FEIRAS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF	300.000	0	0	0
0002 - REFORMA DE FEIRAS PERMANENTES NO DISTRITO FEDERAL	500.000	0	0	0
0003 - MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO SHOPPING POPULAR DO GAMA	300.000	300.000	153.174	0
0004 - REFORMA DE FEIRAS NAS REG. ADM. DO DF	300.000	0	0	0
0005 - REFORMA DAS FEIRAS DO SETOR P NORTE, NOVA GUARIROBA E FEIRA PERMANENTE DO SETOR O	600.000	0	0	0
0006 - REFORMA DAS FEIRAS DO GUARÁ, NÚCLEO BANDEIRANTE, PLANALTINA, SAMAMBAIA, SIA, SOBRADINHO E SANTA MARIA	1.550.000	100.001	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	4.150.000	900.001	653.174	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	23.631.000	17.972.625	16.902.793	13.315.277
4475 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - APOIO A CONSTRUÇÃO DE PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO COM ILUMINAÇÃO FRENTE A ESCOLA BARRA ALTA/TABATINGA/PLANALTINA DF- PLANALTINA	0	0	0	0
4476 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - EDIFICAÇÕES - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	1.000.000	0	0
4477 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	900.000	900.000	237.268
4478 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - OBRAS DE INFRAESTRUTURA E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NO DF-DISTRITO FEDERAL	0	329.624	328.026	328.026
9894 - CONSTRUÇÃO DE PONTO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO NO DF - PEC	280.000	300.001	300.000	222.042
9902 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO RESIDENCIAL PARAÍSO - GAMA	380.000	0	0	0
9903 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM TAGUATINGA	600.000	0	0	0
9904 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM SAMAMBAIA	500.000	0	0	0
9905 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO CAUB I - RIACHO FUNDO II	300.000	0	0	0
9906 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM PROL DE TODAS AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	5.000.000	1.208.000	1.208.000	874.343

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9907 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO - DISTRITO FEDERAL/DF	2.000.000	13.754.999	13.741.820	11.248.010
9927 - EXECUÇÃO DE OBRAS E URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL	1.000.000	480.000	424.947	405.588
9928 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM BRAZLÂNDIA 2016	3.271.000	0	0	0
9931 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA EM TODAS AS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL	10.300.000	1	0	0
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	1.000.000	120.661	0	0
5193 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS-ENTORNO DO ESTÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	120.661	0	0
1968 – ELABORAÇÃO DE PROJETOS	0	200.000	0	0
0022 – ELABORAÇÃO DE PROJETO URBANÍSTICO E PAVIMENTAÇÃO NA ESTRADA QUE LIGA O BAIRRO BELA VISTA À ESCOLA CLASSE SÃO BARTOLOMEU – CAPÃO COMPRIDO – SÃO SEBASTIÃO	0	200.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	24.631.000	18.293.285	16.902.795	13.315.278

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	53.675.799	128.422.865	111.027.995	93.612.576
0013 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ESTRADA LIGANDO O BAIRRO BELA VISTA À ESCOLA CLASSE SÃO BARTOLOMEU, CAPÃO COMPRIDO - ÁREA RURAL DE SÃO SEBASTIÃO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
0015 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE BALÃO DE ACESSO AO BAIRRO MORRO DA CRUZ NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
0020 – EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO – RECAPEMANETO ASFÁLTICO E OPERAÇÃO TAPA BURACO EM TODA CEILÂNDIA NORTE	0	2.000.000	0	0
9987 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NO SETOR DE MANSÕES DE SOBRADINHO II	250.000	0	0	0
9900- EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- SANEAMENTO BÁSICO NAS QUADRAS 800 E 1000 - SAMAMBAIA	500.000	0	0	0
4482 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NAS RAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	1.000.000	1.000.000	594.000
4521 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO ESTACIONAMENTO NO CAMPUS DA UNB GAMA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4526 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NO BAIRRO JARDIM RORIZ- PLANALTINA	0	60.000	0	0
4532 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-PROJETO DE MELHORIA DAS ÁGUAS PLUVIAIS DA QUADRA 11 DO SETOR SUL DO- GAMA	0	0	0	0
8111 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	35.475.799	124.812.865	104.527.995	93.018.576
9895 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - ASFALTAMENTO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NO BURITIZINHO - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO II	250.000	0	0	0
9896 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - CALÇAMENTO, MEIO-FIO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA NOVA COLINA - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO	300.000	0	0	0
9898 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS - REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ	200.000	0	0	0
9899 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - SERVIÇOS NA REDE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS E GALERIAS - REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ	200.000	0	0	0
9901 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO ARAPOANGA - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA	500.000	0	0	0
9908 - REFORMA DE ESTÁDIOS DE FUTEBOL NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS	300.000	0	0	0
9909 - EXECUÇÃO DE OBRAS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS	6.000.000	0	0	0
9910 - CONSTRUÇÃO DO SKATE PARK DE BRAZLÂNDIA	150.000	0	0	0
9911 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM SANTA MARIA	500.000	0	0	0
9912 - EXECUÇÃO DE OBRAS NO ESTACIONAMENTO DA QUADRA 12 AE 3 DE SOBRADINHO	200.000	0	0	0
9913 - EXECUÇÃO DE OBRAS DO ESTACIONAMENTO DA QNC 15 AE EM TAGUATINGA	150.000	0	0	0
9914 - EXECUÇÃO DE OBRAS NA FEIRA DE SOBRADINHO	200.000	0	0	0
9915 - CONSTRUÇÃO DA FEIRA PERMANENTE DO RIACHO FUNDO II	800.000	550.000	550.000	0
9916 - REFORMA DA PISTA DE SKATE DA SAMAMBAIA	200.000	0	0	0
9917 - REFORMA DA FEIRA PERMANENTE DA CANDANGOLÂNDIA	100.000	0	0	0
9918 - REFORMA DO CINE ITAPOÁ NO GAMA	1.000.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9919 - CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA NA QUADRA 6 DO SETOR SUL DO GAMA	800.000	0	0	0
9920 - CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA NO RECANTO DAS EMAS	800.000	0	0	0
9921 - CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA NA GUARIROBA - QNN 24/26	800.000	0	0	0
9922 - CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA NA QR 615 DE SAMAMBAIA	800.000	0	0	0
9923 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO VARJÃO	200.000	0	0	0
9924 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO LAGO NORTE	400.000	0	0	0
9925 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO CONDOMÍNIO PORTO RICO	300.000	0	0	0
9926 - REFORMA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO DF	1.500.000	0	0	0
9929 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM SANTA MARIA	400.000	0	0	0
9930 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO CRUZEIRO	400.000	0	0	0
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	300.000	0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF	300.000	0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	150.000	0	0
6974 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ÁREA RURAL CAFÉ SEM TROCO NO- PARANOÁ	0	150.000	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	2.200.000	2.394.000	590.223	83.611
3199 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	1.900.000	1.494.000	139.226	83.611
3200 - ELABORAÇÃO PROJETO DO CENTRO CULTURAL DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV	300.000	0	0	0
3208 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ESCOLA RURAL - CASA GRANDE- DISTRITO FEDERAL	0	400.000	0	0
3209 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE PLANAL TINA- PLANAL TINA	0	500.000	450.997	0
2903 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	4.656.000	1.172.281	1.091.730	202.667
0001 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS--DISTRITO FEDERAL	4.656.000	1.172.281	1.091.730	202.667
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	523.531	763	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX-- PLANO PILOTO .	523.531	763	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	200.000	0	0	0
0001 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE - ADAPTAÇÃO DE MEIO FIO PARA ACESSO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CEILÂNDIA	200.000	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	180.000.000	280.143.202	113.606.174	112.287.867
0001 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES-DISTRITO FEDERAL	120.000.000	184.635.674	113.606.174	111.287.867
0002 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS-DISTRITO FEDERAL	60.000.000	62.843.400	44.789.183	41.620.657
9210 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS--DISTRITO FEDERAL	0	32.664.128	31.061.578	27.630.563
TOTAL DO PROGRAMA 6210	241.555.330	412.283.112	302.166.883	274.437.942

PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	1.000.000	19.547.037	19.540.908	19.540.908
0005 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	19.547.037	19.540.908	19.540.908
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	1.000.000	687	0	0
0016 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	687	0	0
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	2.200.000	1.508	0	0
5327 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS--DISTRITO FEDERAL	2.000.000	1.508	0	0
5328 - IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIA ENTRE O SETOR JÓQUEI CLUBE E A ESTRUTURAL	200.000	0	0	0
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	0	0	0	0
4363 - CONSTRUÇÃO DE PONTES-PONTE SOBRE O CÔRREGO MONJOLO-	0	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
RECANTO DAS EMAS				
3182 – REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	0	50.000	0	0
0002 – REFORMA DE BANHEIROS SOBRADINHO	0	50.000	0	0
5745 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	4.340.000	0	0	0
0001 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO SOL NASCENTE - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA	300.000	0	0	0
0002 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS REG. ADM. DO DF	4.040.000	0	0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	12.000.000	2.400.000	976.942	0
7784 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO-COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-DISTRITO FEDERAL	12.000.000	2.400.000	976.942	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	20.540.000	21.999.232	20.517.850	19.540.908

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	500.000	0	0	0
0001 - REVITALIZAÇÃO DO CENTRO CULTURAL CINE ITAPOÁ NA R.A. DO GAMA	500.000	0	0	0
5968 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	0	575.000	575.000	575.000
9000 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL-CONTRUÇÃO DO COMPLEXO CULTURAL NA REGIÃO DE PLANALTINA- PLANALTINA	0	575.000	575.000	575.000
TOTAL DO PROGRAMA 6219	500.000	575.000	575.000	575.000

PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	0	0	0	0
0003 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU-CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
1968 – ELABORAÇÃO DE PROJETOS	0	100.000	0	0
0010 – ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA REFORMA DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL 01 NO GUARÁ	0	100.000	0	0
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	300.000	0	0	0
0001 - REFORMA DO ESTACIONAMENTO, CALÇADA E GUARITA DA ESCOLA CLASSE 02	300.000	0	0	0
3237 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	300.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE AUDITÓRIO NO CEM 10 E REFORMA DA QUADRA DE ESPORTE DO CEM 03 EM CEILÂNDIA	300.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6221	600.000	100.000	0	0

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.000.000	383.857	0	0
2499 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1.000.000	383.857	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	10.000.000	11.000.000	5.419.741	5.209.170
9818 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL- PLANO PILOTO .	10.000.000	11.000.000	5.419.741	5.209.170
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	4.600.000	3.105.686	188.117	188.117
5316 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	4.600.000	3.105.686	188.117	188.117
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	885.000	1.059.998	983.073	940.795
2578 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	885.000	1.059.998	983.073	940.795
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	300.000	7.382.913	1.422.588	910.014
9750 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-DISTRITO FEDERAL	300.000	7.382.913	1.422.588	910.014
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	307.192.975	293.792.975	293.123.018	293.123.018

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0001 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	307.192.975	293.792.975	293.123.018	293.123.018
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	54.976.873	51.620.791	51.181.885	51.181.885
0001 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	54.976.873	51.620.791	51.181.885	51.181.885
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	650.000	347.797	228.849	228.849
0001 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	650.000	347.797	228.849	228.849
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	15.440.000	15.740.658	13.925.286	13.481.532
0001 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	15.440.000	15.740.658	13.925.286	13.481.532
TOTAL DO PROGRAMA 6001	395.044.848	384.434.675	366.472.557	365.263.380

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	31.529.739	59.409.413	59.285.963	59.285.963
0003 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	31.529.739	59.409.413	59.285.963	59.285.963
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	18.800.000	13.767.000	13.767.000	13.767.000
0022 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	18.800.000	13.767.000	13.767.000	13.767.000
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.914.874	10.576.160	10.005.569	10.005.569
0001 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-NOVACAP-DISTRITO FEDERAL	4.914.874	10.576.160	10.005.569	10.005.569
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	11.058.353	10.238.352	9.873.644	9.873.644
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP--DISTRITO FEDERAL	11.058.353	10.238.352	9.873.644	9.873.644
TOTAL DO PROGRAMA 0001	66.302.966	93.990.926	92.932.177	92.932.177

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Drenagem Pluvial

Na área de urbanização, uma atividade a ser destacada é a Manutenção de Redes de Águas Pluviais, que consiste na limpeza de bocas de lobos e poços de visita; desobstrução de redes e ramais; reposição de grelhas e tampões para bocas de lobo e poços de visita e reconstrução dos componentes do sistema de drenagem que são danificados ao longo do tempo. Abaixo, o desempenho com pessoal de Obras Diretas no ano de 2016.

Descrição do Serviço	Realizado
Desobstrução/reconstrução/construção de redes de águas pluviais	39.159 m
Limpeza/reparo/reconstrução de bocas de lobo	17.634 m
Limpeza/reparo/reconstrução/construção de poços de visita	4.377m

Manutenção de Vias

Quanto à atividade de Manutenção de Vias, com equipe de Obras Diretas, a Companhia obteve os seguintes resultados em 2016:

Descrição do Serviço	Realizado
Recuperação de Vias Públicas / Tapa-Buracos	3.593.164 m³
Execução e recuperação de passeios	443 m

Áreas verdes

Outra atividade de grande impacto é a manutenção de áreas verdes, que consiste na elaboração de projetos de paisagismo; roçagem dos gramados; controle de doenças e pragas (cupins e formigas); canteiros ornamentais; corte e poda de árvores; beneficiamento de sementes (árvores, arbustos e flores) e produção de mudas nos viveiros; poda orgânica e preventiva de gramados, arbustos e árvores, refilamento de meios-fios, trituração de resíduos orgânicos, coroamento de árvores, entre outras. Nesta atividade, podemos destacar operação e manutenção do gramado do Estádio Nacional de Brasília

Em linhas gerais, em 2016 a Companhia alcançou, o seguinte resultado.

Descrição do Serviço	Realizado
Roçagem / Manutenção de Gramado	1.067.998.544 m²
Manutenção de Indivíduos Arbóreos (poda, erradicação, galhos caídos, árvore morta, poda drástica, etc)	24.120 un
Plantio de mudas para Canteiros Ornamentais	655.637 un

Descrição do Serviço	Realizado
Plantio de indivíduos arbóreos em diversos locais do DF	143.389 un
Parque da Cidade	3.529 un
Parque Bosque dos Tribunais (STJ)	80 un
Parque Vila Planalto	3.820 un
Parque Bernardo Sayão	1.817 un
Taguaparque	2.815 un
Parque Vivencial do Paranoá	600 un
Parque Candangolândia	2.460 un
Total de indivíduos arbóreos	158.510 un

Edificações

Quanto à edificações públicas, em 2016, pode-se destacar:

- Construção do Edifício Sede da Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP no Parque Tecnológico da Cidade Digital;
- Serviço de Assessoria Técnica Especializada às atividades de pesquisa acadêmica relativas à experiência do Instituto Alemão BAST na conservação e manutenção de obras de infraestrutura alemã com ênfase em pontes
- Recuperação / reforço da Torre de TV Analógica;
- Fornecimento, operação e manutenção de elevadores e escadas rolantes em vários locais públicos do Plano Piloto;
- Reforma do Espaço Oscar Niemeyer;
- Recuperação estrutural da Praça Sul;
- Reforma de Ponte localizada entre os balões do Colorado e Granja do Torto;
- Recuperação / revitalização das Plataformas e demais áreas internas e adequação às normas de acessibilidade do Terminal Rodoviário do Plano Piloto;
- Implantação de pista de skate em Brazlândia;
- Construção da Unidade de Internação Sócioeducativa em Brazlândia;
- Construção de Praça de Esportes e Cultura em Ceilândia;
- Construção da Praça da Juventude em Ceilândia;
- Construção da Unidade Básica de Saúde em Ceilândia;
- Construção do Centro de Convivência do Idoso e Centro Comunitário no Varjão;
- Implantação da Praça da Juventude (Mini Vila Olímpica) em Itapoã;
- Construção do Aterro Sanitário de Samambaia;
- Construção da Escola Classe Guariroba no Núcleo Rural Taguatinga;
- Construção da Unidade Básica de Saúde em Samambaia;
- Execução de 35% Complexo Cultural de Samambaia;
- Construção de Unidade de Internação Socioeducativa em São Sebastião;
- Construção do Albergue Público de São Sebastião;

- Construção de 30% das obras da Feira Permanente da Vila Estrutural;
- Restauração do Centro de Dança de Brasília;
- Reforma e adequação às normas de acessibilidade do espaço Renato Russo;
- Construção de dois blocos da Superintendência Administrativo Financeira da Agência Nacional de Águas;
- Construção da Unidade Básica de Saúde do Sol Nascente;
- Revitalização e reforma do Estádio Antônio Otoni Filho – CAVE;
- Construção da Escola Classe 01 – Escola Verde em Riacho Fundo I;
- Construção de Praça de Esportes e Cultura no Recanto das Emas;
- Execução de 40% das obras da Casa de Cultura de Planaltina;
- Complementação do Centro Olímpico de Planaltina;
- Construção de Pista de Atletismo na cidade de Itapoã;
- Construção de Ciclovia no Entorno Morada dos Nobres em Sobradinho;
- Reparos na Escola de Línguas CIL n° 02 na 711 Norte – Asa Norte;
- Reparos na Escola Classe 03 Vila Buritis de Planaltina;
- Reparos na Escola Vivência de Planaltina;
- Reparos no Centro de Medicina Alternativa de Planaltina;
- Reparos na Escola Classe 07 Vila de Fátima de Planaltina;
- Apoio no Estádio Nacional de Brasília - Rio/2016;
- Construção de quatro viadutos em Águas Claras;
- Elaboração do Projeto Executivo e execução da Obra de Arte Especial de implantação do Túnel Rodoviário que dará acesso ininterrupto da EPTG à Avenida Elmo Serejo, sob a Avenida Central de Taguatinga;
- Execução de Túnel NATM e Serviços de Grampeamento de Taludes na Avenida Elmo Serejo.

Urbanização e infraestrutura

Quanto à Urbanização, em 2016, pode-se destacar:

- Continuação do Programa Asfalto Novo – recuperação de vias urbanas, com execução de fresagem, recapeamento asfáltico, reciclagem ou reposição de concreto asfáltico, e construção e recuperação de elementos de drenagem pluvial, em diversos locais do DF;
- Pavimentação asfáltica, pavimentação com intertravados, meios-fios, drenagem pluvial, lançamento e sinalização no Noroeste;
- Execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial em Obras de Arte Especiais;
- Auscultação e avaliação de pavimentos, análise dos dados, diagnóstico, dimensionamento, definição das intervenções corretivas, quantitativos e orçamentos necessários à elaboração de projetos de reabilitação de vias do Programa Asfalto Novo;
- Execução de pavimentação asfáltica, meios-fios e calçada no Setor Comercial Sul;
- Execução de pavimentação asfáltica, blocos intertravados, meios-fios e drenagem pluvial no Sol Nascente;
- Tapa-buraco, micro revestimento, reciclagem, drenagem e sinalização horizontal em diversos locais do DF;
- Execução de ciclovias, incluindo paisagismo em diversos locais do Plano Piloto;
- Execução de uma nova Pista de Caminhada no Parque da Cidade;
- Execução de calçadas, com acessibilidade, paisagismo, equipamentos urbanos, baias de ônibus e iluminação no Eixo Monumental;
- Conclusão do Calçadão na Ponte das Garças - Deck Sul;
- Construção de Calçadão de Madeira e Praça na Avenida das Nações;
- Execução de serviços de limpeza, desobstrução e reconstrução de bocas de lobo em diversos locais do D;F
- Execução de obras civis, revegetação e compensação ambiental, referente ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD;
- Execução, complementação e recuperação de redes de drenagem pluvial em diversos locais do DF;
- Execução de demolição, aproveitamento e assentamento de meios-fios em diversos locais do DF;

- Execução de 60% da Obra de Ampliação e Readequação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Buritizinho;
- Execução de 30% da Obra de Ampliação e Readequação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Porto Rico;
- Execução de 5% da Obra de Ampliação e Readequação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação em Vicente Pires;
- Execução de 20% da Obra de Ampliação e Readequação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Sol Nascente - Trecho I;
- Execução de 15% da Obra de Ampliação e Readequação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Sol Nascente - Trecho II;
- Início das Obras de Ampliação e Readequação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Sol Nascente Trecho III;
- Execução de 56% das Obras do Jardim Burle Marx;
- Conclusão das Obras da Barragem do Ribeirão do Gama;
- Cascalhamento e abertura de bacias de contenção d'água no Tororó;
- Colocação de fresado no Condomínio Nova Petrópolis;
- Patrolamento da Vila Basevi;
- Patrolamento e colocação de brita no Lago Oeste;
- Cascalhamento nas Rajadinhas I, II e III;
- Patrolamento e cascalhamento na Fazenda Larga;
- Cascalhamento e patrolamento no assentamento Oziel Alves;
- Cascalhamento na COOPA-DF;
- Colocação de fresado na feira do Itapoã;
- Colocação de fresado no acesso a Secretaria de Saúde (fundos do DNIT);
- Cascalhamento DF 270;
- Cascalhamento no Incra 09
- Patrolamento no Parque Ecológico de Águas Emendadas;
- Patrolamento de acero do Jardim Botânico;
- Patrolamento de acero na Floresta Nacional;
- Patrolamento de acero no 6º COMAR;
- Construção de Talude e Bacia de contenção no presídio feminino;
- Colocação de fresado no Engenho das Lages;
- Patrolamento das ruas no Núcleo Rural Ponte alta de Baixo;
- Patrolamento no Núcleo Rural Ponte alta de Cima;
- Construção da Pista de Atletismo na cidade de São Sebastião;
- Fresagem de todas as ruas do Engenho das Lages – Gama.

Limpeza

Foram realizados diversos serviços de limpeza na cidade, podendo-se citar:

- Remoção da pichação do confessorário da Catedral;
- Remoção da pichação da plataforma da rodoviária do Plano Piloto;
- Limpeza em parte dos Espelhos d'água das Fontes da Praça do Buriti e enchimento com água;
- Limpeza em parte dos Espelhos d'água da Praça dos Cristais do QG;
- Limpeza e lavagem das paradas de ônibus entre Sol Nascente e P Norte em Ceilândia;
- Limpeza do Espelho d'água da Torre Digital;
- Reparos na Escola Cemeit de Taguatinga Centro;
- Limpeza da Galeria do Setor Comercial Sul;
- Reparos na Escola Centrinho de Planaltina;
- Apoio na retirada de entulho do Caic de Samambaia;
- Retirada de entulho em todas RA's (algo em torno de 40.000 viagens com média de 12 toneladas cada).

Apoio à Catastrofe

A Novacap ainda prestou serviços de apoio à catástrofe, podendo-se citar o caso de Samambaia – durante 10 dias a Novacap prestou assistência aos atingidos com limpeza de entulhos, transporte de materiais de construção, bem como doação de material de construção àqueles que não tinham condições de adquiri-los; retirada de árvores caídas Equipamentos utilizados: 33 caminhões caçamba truck, 3 pás carregadeiras, 6 caminhões carroceria truck, , 3 kombis, 1 caminhão casinha.

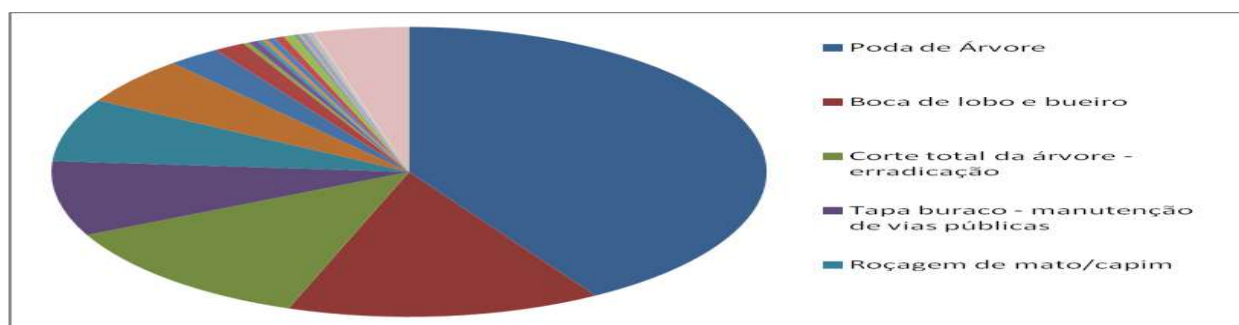
Licitações

Quanto as Licitações, em 2016, tem-se a informar o que se segue:

Modalidade	Quantidade	Vlr Orçado (R\$)	Vlr Licitado (R\$)
Convite	06	580.546,12	441.596,41
Tomada de Preços	16	8.141.371,21	5.859.172,36
Concorrência	14	345.220.194,74	208.162.860,44
Pregão Presencial	08	74.605.263,15	63.441.513,18
Pregão Eletrônico	74	63.568.071,60	42.771.653,90
Total	118	492.115.446,82	320.676.796,29

Ouvidoria

Quanto aos serviços demandados à Ouvidoria, em 2016, obtivemos as principais demandas a seguir:



Assunto	Total
Poda de Árvore	5.002
Boca de lobo e bueiro	1.718
Corte total da árvore - erradicação	1.498
Tapa buraco - manutenção de vias públicas	1.015
Roçagem de mato/capim	853
Autorização para poda e corte de árvores	641
Recolhimento de galhos e troncos de árvores	288
Galeria de águas pluviais	176
Implantação e conservação de gramados, bosques, parques e jardins	30
Construção de calçadas e/ou meio fio	52
Obra pública em vias públicas	27
Pavimentação urbana - asfalto	27
Manutenção em estradas/rodovias	44
Recuperação de calçadas	55
Nivelamento do asfalto	63
Atendimento na Rede de Ouvidorias do DF	11
Plantação em área pública	11
Execução das obras públicas na área de infraestrutura urbana	11
Doação de mudas de árvore, arbustos, erva, flores e grama	35
Servidor Público	9

Assunto	Total
Fiscalização em Obra em área pública residencial	8
Serviço prestado por órgão/entidade do Governo de Brasília	8
Fiscalização - Poluição Sonora	7
Conduta de servidor da limpeza urbana	7
Fluidez do trânsito nas vias públicas	6
Outros	515
TOTAL	12.117

4 DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Plano de Metas e Resultados

No contexto de desenvolvimento da Unidade, vale ressaltar também o Plano de Metas e Resultados – PMR, o qual tem como premissas básicas: i) incentivar o compromisso de todos os empregados ao cumprimento das metas e à participação no processo de implementação das diretrizes empresariais e governamentais; ii) integrar as unidades meio e fim, visando o alcance de resultados comuns; iii) otimizar os resultados Empresariais, por meio da melhoria e racionalização da gestão de processos e recursos humanos, materiais e financeiros; e iv) garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade, preservado o respeito ao meio ambiente e responsabilidade social.

O PMR conta com os esforços de toda a organização na busca de resultados. A concessão do benefício está pautada em mecanismos que demonstrem uma melhoria qualitativa ou quantitativa. As metas resguardam os interesses da NOVACAP e estão em sintonia com o Planejamento Estratégico Situacional da Empresa, bem como com os interesses do Governo do Distrito Federal. São estabelecidos quatro grupos de metas, a saber, Metas Empresariais Globais, Metas de Melhoria da Gestão Empresarial, Metas Setoriais de Gestão Administrativa e Meta Individual. Os dois primeiros grupos possuem submetas específicas voltadas para maximização dos resultados inerentes a atividade fim e de gestão da Companhia, podendo-se citar: aumento de produtividade em atividades tais como: operação tapa buraco, limpeza do sistema público de drenagem pluvial, poda de árvores, entre outras; além destas, são estabelecidas também metas para melhoria de gestão, o que vem acarretando melhoria permanente de desempenho, bem como minimização do tempo de resposta/atendimento às demandas da sociedade.

A cada ano são estabelecidas metas a serem alcançadas; quanto às metas de impacto direto na qualidade de vida do cidadão, estas são mantidas anualmente, de forma a permitir a Companhia a avaliação dos resultados através de uma série histórica.

Em 2016 tivemos o seguinte quadro de metas:

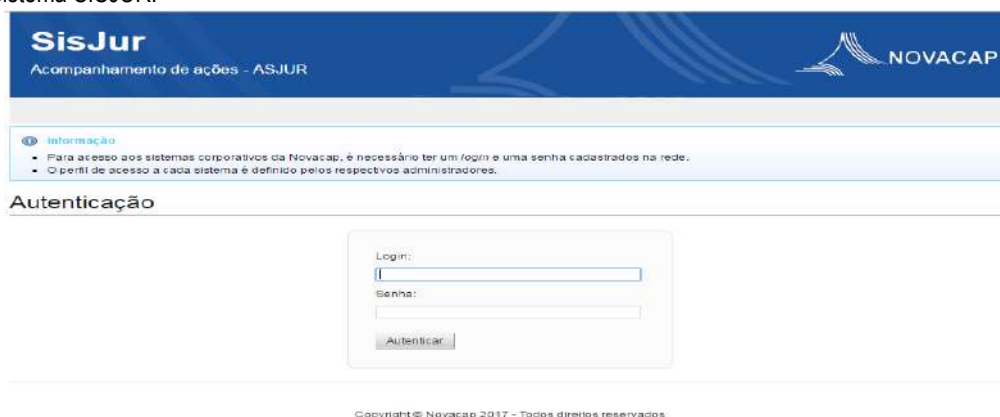
Grupo	Meta
01	Maximizar em 5% o número de Poda de Árvores
02	Maximizar em 5% o número de Operações Tapa Buracos e Quebra-Molas
03	Intensificar em mais 5% a limpeza preventiva do Sistema Público de Drenagem
04	Maximizar em 5% o Plantio de Canteiros Perenes
05	Maximizar em 5% o quantitativo de resoluções das demandas encaminhadas à Ouvidoria da NOVACAP
06	Revisar 30% das Normas e Procedimentos dos Departamentos da Diretoria Administrativa
07	Mapear Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Cooperação
08	Apresentar Programa para Padronização de Documentos Técnicos – Caderno de Especificações
09	Consolidar INFOBRAS no âmbito da Diretoria de Urbanização, tendo como Piloto as Obras do Acordo de Resultado 2016
110	Digitalizar Instruções de Comissões e Normativas da Presidência, referentes a 2015
111	Obter maiores descontos nos procedimentos licitatórios
112	Criar um espaço na Intranet para divulgação dos 60 Anos da Companhia e promover eventos comemorativos, alusivos à data.
113	Operação Código Morse – instalar Sistema Jurídico
114	Melhorar a qualidade das ações operacionais e produtivas.
115	Elaborar Planos de Atividades Auditoria Interna
116	Elaborar o Plano de Gestão Ambiental e implantar primeira parte do Plano
117	Guardar registros de informações em meio digital para pesquisa
118	Planejar a otimização da rede física e lógica de transmissão de dados das unidades
219	Digitalizar Documentos 2015/SINESP

Quanto às metas quantitativas, obtivemos o seguinte resultado. Vale ressaltar que as metas abaixo são alcançadas com pessoal do quadro da Novacap, não contempla serviços terceirizados, e são contabilizados de abril a setembro, período de aplicação do PMR.

Ação	Meta 2016	Resultado 2016
Maximizar o número de Poda de Árvores MPA: Meta de 5% de aumento	26.637 un	34.131 un
Maximizar o número de Operações Tapa Buracos MTB: Meta de 5% de aumento	4.274,004 ton	4.432,00 ton
Intensificar limpeza preventiva do sistema público de drenagem pluvial - LPDP: Meta de 5% de aumento	17.665 m	17.670 m

Maximizar o plantio de canteiros perenes Meta de 5% de aumento	5.119 m ²	5.384 m ²
Maximizar o quantitativo de resoluções das demandas encaminhadas à Ouvidoria da Novacap MRO: Meta de 5% de aumento	2.373 atendidas	3.341 atendidas

Quanto a sistemas corporativos, vale destacar a implantação do Sistema Jurídico na Novacap, objetivando o controle e acompanhamento das demandas judiciais da Companhia. Para tanto, foi realizado um levantamento das ações que tenham como parte ativa ou passiva, a Novacap, informações estas que foram utilizadas como banco de dados inicial para alimentação do Sistema SISJUR.



Concomitantemente a esse trabalho, promoveu-se uma reformulação do arquivo interno da Assessoria Jurídica da Novacap, visando um melhor controle e armazenamento dos processos administrativos. Após essas modificações, atualmente é possível à Assessoria ter uma visão real e tempestiva do quantitativo e tipos de ações judiciais em curso.

Ademais, primando por uma maior qualidade e eficiência, ainda em 2016, a Assessoria disponibilizou, via Intranet informações acerca de todos os ajustes celebrados pela Novacap, contemplando contratos, aditivos e atas de registro de preços, com alimentação semanal dos dados.



Quanto ao apoio às atividades desenvolvidas pela Diretoria de Urbanização, foi realizada evolução no Sistema de Gerência de Pavimentos Urbanos – SGPU, com a implementação de novas funcionalidades e módulos, aquisição de equipamentos novos e novas licenças de uso, na modalidade técnica e preço.

Treinamento

Diretoria	Empr. Treinados	Investimento (R\$)
Presidência	14	2.264,05
Administrativa	110	31.343,06
Financeira	25	8.995,15
Edificações	36	6.983,99
Urbanização	195	60.220,16
Total	380	109.806,41

12.2. COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 22.202

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, criada com denominação social de Companhia de Água e Esgotos de Brasília, foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 524, de 08/04/1969. É uma sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, tendo sua denominação atual sido instituída pela Lei nº 3.559, de 19 de janeiro de 2005.

A CAESB pode desenvolver atividades nos diferentes campos de saneamento, em quaisquer de seus processos, com vistas à exploração econômica, planejando, projetando, executando, operando, comercializando e mantendo os sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos.

A exploração dessas atividades pode ocorrer em todo o território nacional, bem como no exterior, inclusive com a instalação de unidades administrativas e operacionais.

A Companhia tem competência para zelar pela conservação, proteção e preservação das bacias hidrográficas utilizadas ou reservadas para fins de uso público, assim como controlar a poluição dessas águas, inclusive, além dos seus limites de concessão, nas hipóteses em que tenha concorrido para tal. A CAESB pode ainda, suprir e complementar a realização de serviços, além dos pontos-de-entrega d'água e coleta de esgotos sanitários.

A Companhia é também autorizada a participar de empreendimentos de múltiplas finalidades, visando ao progresso socioeconômico das áreas de sua atuação, podendo constituir e/ou subscrever capital de outras sociedades, inclusive subsidiárias, consorciar-se com outras empresas, na forma da Lei.

A Sociedade tem sede e foro na cidade de Águas Claras, Distrito Federal, sendo seu prazo de duração indeterminado.

Atualmente, a CAESB dispõe de 2.453 empregados ativos, com vínculo contratual com a Companhia, distribuídos em sua estrutura organizacional, comprometidos com a **Missão Institucional** de “Desenvolver e implementar soluções e gestão em saneamento ambiental, contribuindo para a saúde pública, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico”.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	11
Cedidos – fora GDF	17
Requisitado fora GDF – PASUS	1
Temporário – em exercício	67
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	2.352
CLT – afastado	35
Conselheiro	16
Estatutário – em exercício	0
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	33
Sem vínculo – afastado	1
Total ativos – em exercício*	2.453
Total ativos - afastado	36

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas da CAESB (SGP)

*Empregados cedidos e conselheiros não foram contabilizados no Total de Ativos.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	295.033.000	296.033.000	6.999.330
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	295.033.000	296.033.000	6.999.330
1831 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CORUMBÁ	177.684.000	176.184.000	46.985.152
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CORUMBÁ-CAESB-DF ENTORNO	177.684.000	176.184.000	46.985.152
1832 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	112.013.000	111.327.000	40.988.437
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO-CAESB-DISTRITO FEDERAL	112.013.000	111.327.000	40.988.437
1848 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL	1.674.000	1.626.000	139.506
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL-E MELHORIA-ENTORNO	1.674.000	1.626.000	139.506
1859 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO ÁGUAS LINDAS - GO	70.207.000	16.207.000	37.124.064
0001 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO ÁGUAS LINDAS - GO-ENTORNO	70.207.000	16.207.000	37.124.064
7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	68.300.000	67.529.000	12.313.334
6033 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	68.300.000	67.529.000	12.313.334

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
7012 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	45.864.000	45.150.000	17.512.622
6024 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO-CAESB-DISTRITO FEDERAL	45.864.000	45.150.000	17.512.622
TOTAL DO PROGRAMA 6210	770.775.000	714.056.000	162.062.445

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Capacidade instalada de Produção	L/S	9.606	31-dez-16	Anual	9.565	10.065	12.865	12.865	CAESB / UO 22202 / OE 4
Índice de perdas por Ligação ¹	L. Dia/ Ligação	377	31-nov-16	Anual	303	300	280	250	CAESB / UO 22202 / OE 4
Índice de atendimento urbano de esgoto	%	85,23	31-dez-16	Anual	82,89	83,68	84,55	85,42	CAESB / UO 22202 / OE 4

Apesar de 2016 ter sido marcado por uma crise econômica e financeira afeta ao contexto nacional, a CAESB, no cumprimento da sua missão institucional, vem enfrentando os desafios e mantendo a execução do seu plano de investimentos para expansão e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal.

Os três grandes novos sistemas produtores de água, Sistema Produtor de Corumbá, Sistema Produtor Bananal e Sistema Produtor Paranoá, ampliarão a capacidade de produção de água em cerca de 4.900 L/s, o que representará um aumento de cerca de 50% da capacidade atual.

O Sistema Corumbá deverá complementar o abastecimento da região Sul do Distrito Federal, atendendo preferencialmente as cidades de Santa Maria, Gama e Recanto das Emas. Além disso, os excedentes gerados com a entrada em funcionamento desse sistema possibilitarão aumentar a água disponível também para abastecimento nas cidades de Taguatinga, Ceilândia, Águas Claras e Vicente Pires.

A obra do sistema, prevista para ser concluída em 2018, está sendo realizada em três lotes, sendo:

- Estação de Tratamento de Água (ETA) – em execução;
- Adução de Água Tratada, compreendendo elevatória e adutora – em execução;
- Adução de Água Bruta – em execução;



Estação de Tratamento de Água – Sistema Corumbá



Adução de Água – Sistema Corumbá

O Sistema Bananal, por sua vez, consistirá na captação a fio d'água em barragem de nível no Ribeirão Bananal, junto ao Parque Nacional. A partir dessa captação, a água será bombeada para o Sistema Santa Maria/Torto, aproveitando sua capacidade ociosa, o que proporcionará uma ampliação da oferta de água com custos bastante reduzidos. O sistema atenderá áreas que hoje apresentam adensamento populacional como Asa Norte, Setor Noroeste, Setor Sudoeste e Cruzeiro. A obra, iniciada em setembro de 2016, encontra-se em execução com término previsto para 2017.

O Sistema Paranoá deverá completar o abastecimento das cidades na face Leste do Distrito Federal, atendendo aos novos núcleos habitacionais em processo de consolidação em São Sebastião, Paranoá e Sobradinho I e II, e permitirá, ainda, a geração de excedentes para aumentar a disponibilidade hídrica em Planaltina, Brasília e Lago Norte.

Os projetos dos três principais lotes já foram licitados, englobando os seguintes empreendimentos: estação de tratamento de água, reservatório pulmão, elevatórias e adutoras de água bruta e de água tratada.

A conclusão desses novos sistemas proporcionará a ampliação do abastecimento de água, conforme o crescimento da demanda projetada² para Distrito Federal até o ano de 2040 e sua importância tornou-se ainda mais relevante frente a crise hídrica ocasionada pelo longo período de estiagem verificado em 2016.

¹ Devido a revisão da metodologia de apuração do indicador de Perdas para adequação aos padrões internacionais da International Water Association (IWA), os valores de toda a série histórica do indicador foram recalculados, o que implicará em posterior revisão das metas projetadas para os anos de 2015 a 2019.

Além desses empreendimentos para ampliação dos sistemas de água, a CAESB tem investido significativamente em obras para expansão dos serviços de esgotamento sanitário. Dessa forma, apresenta-se a seguir os principais empreendimentos realizados pela empresa em 2016:

Empreendimentos retomados após abertura de novos processos licitatórios³:

- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Sol Nascente em Ceilândia
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Incra 08 em Brazlândia;
- Implantação da Estação Elevatória de Esgotos, Linha de Recalque e Poço de Segurança no Setor Habitacional Ribeirão em Santa Maria;
- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Lago Sul (5ª Etapa)

Empreendimentos retomados em ritmo normal:

- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Mansões de Sobradinho II (1ª Etapa);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor Habitacional São Bartolomeu no Jardim Botânico (1ª Etapa);
- Implantação da Unidade de Gerenciamento de Lodo na Estação de Tratamento de Esgoto Melchior em Samambaia.

Empreendimentos em andamento:

- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do SMPW e Adutoras de Reforço do SMPW e Aeroporto Internacional JK no Park Way;
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Águas Lindas/GO - Entorno;
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Região do Grande Colorado - Setor Colorado em Sobradinho II (3ª Etapa);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Região do Grande Colorado – Setor Bela Vista e Condomínio RK em Sobradinho II (1ª Etapa);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Setor de Mansões Dom Bosco no Lago Sul;
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Clubes Esportivos Sul no Lago Sul;
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário nos Condomínios La Font no Paranoá; Mansões Entre Lagos e Novo Horizonte no Itapoã.

Empreendimentos concluídos em 2016:

- Construção do Laboratório de Monitoramento e Pitometria na Estação de Tratamento de Brasília (ETA.BSB.001);
- Recuperação do Reservatório de Sobradinho (RAP-SO5);
- Melhorias Operacionais nas Estações de Tratamento de Esgotos Sul e Norte de Brasília (ETE.BSB.001 e ETE.BSB.002);
- Interligação do Sistema de Esgotamento da região oeste de Vicente Pires com implantação de 6.000 novas ligações de esgoto.

Empreendimentos iniciados em 2016:

- Estação elevatória de esgoto e linha de recalque do Setor ARIS Bunitis em Sobradinho;
- Remanejamento das adutoras de água tratada da EPIG no Sudoeste.

Empreendimentos contratados em 2016, mas ainda não iniciados:

- Ampliação da Reservação do Sistema de Abastecimento de Água do Descoberto no Riacho Fundo II;
- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor Residencial Oeste de Samambaia.

Empreendimentos em processo de licitação:

- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Mansões de Sobradinho II (2ª Etapa);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário nas regiões do Setor de Mansões Park Way, Colônia Agrícola Águas Claras, Vila IAPI e Colônia Agrícola Bernardo Sayão no Park Way;
- Complementação das obras do sistema de exportação de esgotos, abrangendo linha de recalque, interceptor e Estação Elevatória de Esgotos Águas Claras, Estação Elevatória de Esgotos Parque Águas Claras e QS 11;
- Ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos de Sobradinho (2ª Etapa);
- Adequação do Sistema de Abastecimento de Águas Lindas/ GO – Entorno;
- Remanejamento de quatro interceptores: Interceptor 414 Sul/ETE Sul em Brasília; Interceptor AE 2-AE 4 – IAPI no Guará; Interceptor AR24 em Sobradinho II e Interceptor Q 07/ETE Sobradinho em Sobradinho.

² A projeção foi elaborada com base no crescimento populacional e nos novos empreendimentos residenciais previstos em cada localidade do Distrito Federal.

³ Empreendimentos cujos contratos anteriores haviam sido rescindidos em 2015.



Novo Laboratório de Monitoramento da ETA Brasília



Ligações de esgoto executadas em Vicente Pires



Melhorias Operacionais realizadas nas ETE's Sul e Norte



Melhorias Operacionais realizadas nas ETE's Sul e Norte

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
2782 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	2.000.000	2.000.000	1.317.641
0001 - DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL-CAESB-DISTRITO FEDERAL	2.000.000	2.000.000	1.317.641
TOTAL DO PROGRAMA 6211	2.000.000	2.000.000	1.317.641

Em 2016, o Projeto Golfinho atendeu a 482 crianças, o que representou assistência indireta a 447 famílias de baixa renda do Distrito Federal. Esse projeto atende a crianças na faixa etária de 6 a 16 anos de idade, em condição de vulnerabilidade social, e tem como objetivo proporcionar, além da prática esportiva de natação, apoio complementar às atividades escolares, educação ambiental, orientações sobre saúde, valores familiares e sociais e, principalmente, cidadania.



PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5.125.000	22.592.000	9.456.028
5874 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DE TI - CAESB-DISTRITO FEDERAL	5.125.000	22.592.000	9.456.028

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2.360.000	3.031.000	612.086
6066 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	2.360.000	3.031.000	612.086
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	4.665.000	2.685.000	2.585.717
5310 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	4.665.000	2.685.000	2.585.717
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.626.000	9.471.000	8.397.076
2634 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL-DISTRITO FEDERAL	10.626.000	9.471.000	8.397.076
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	8.012.000	8.012.000	407.359
9791 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	8.012.000	8.012.000	407.359
3995 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS EMPRESARIAIS	24.498.000	25.475.000	8.889.199
0002 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS EMPRESARIAIS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	24.498.000	25.475.000	8.889.199
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	666.138.000	645.844.000	632.539.821
6984 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CAESB-DISTRITO FEDERAL	666.138.000	645.844.000	632.539.821
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	80.026.000	82.026.000	81.506.973
6977 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CAESB-DISTRITO FEDERAL	80.026.000	82.026.000	81.506.973
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	4.225.000	3.627.000	3.042.448
6967 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	4.225.000	3.627.000	3.042.448
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	629.163.000	656.373.000	653.560.221
6977 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CAESB-DISTRITO FEDERAL	629.163.000	656.373.000	653.560.221
TOTAL DO PROGRAMA 6001	1.434.838.000	1.459.136.000	1.400.996.928

Em 2016, a CAESB manteve o compromisso com a melhoria da gestão e do desempenho empresarial, visando o reequilíbrio econômico e financeiro da empresa. Foram adotadas medidas para redução de despesas referentes a horas extras e sobreaviso, melhoria na gestão dos contratos de serviços, aprimoramento de procedimentos operacionais, administrativos e comerciais, redução do serviço da dívida de curto prazo, dentre outras.

Ainda, visando maior agilidade e eficiência de seus processos, a CAESB realizou importantes investimentos em Tecnologia de Informação (TI), buscando uma maior integração entre os diversos sistemas da empresa, de forma a disponibilizar ferramentas transacionais que possibilitem cruzamento das informações de forma integrada. Os principais investimentos realizados com esse propósito foram a aquisição do *Data Warehouse* (DW) e de ferramentas de extração e compatibilização de dados.

Além disso, para melhoria dos requisitos de Segurança da Informação, a CAESB investiu na aquisição de Centros de Dados redundantes, de forma a garantir o funcionamento e proteção dos equipamentos de TI e de Telecomunicações, utilizados no Edifício Sede e no Parque de Serviços do SIA. Esses investimentos possibilitarão, ainda, construir um Data Center de *backup*, modernizar a sala do Data Center da Sede, expandir *Storages* do Data Center, interligar Sede e Parque de Serviços do SIA com fibra ótica e implementar rede sem fio nos escritórios e outras unidades operacionais da empresa.

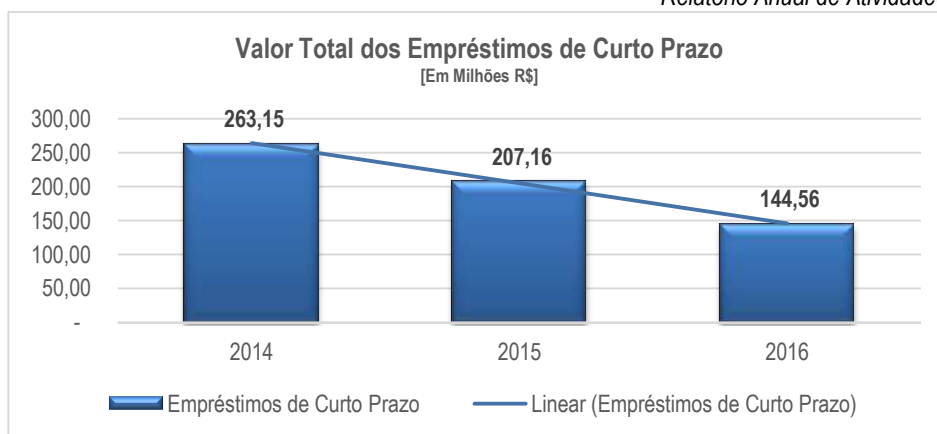
PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	181.700.000	175.917.000	175.696.283
0004 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-CAESB-DISTRITO FEDERAL	181.700.000	175.917.000	175.696.283
TOTAL DO PROGRAMA 0001	181.700.000	175.917.000	175.696.283

Com foco no equilíbrio econômico-financeiro da empresa, em 2016 a CAESB perseguiu o objetivo de reduzir a dívida de curto prazo contraída em anos anteriores a 2015, para cobrir déficits de fluxo de caixa da empresa. Assim, em 2016 foi efetivada a amortização de R\$ 72 milhões, o que representou uma redução de 30% da dívida de curto prazo em relação ao ano anterior. Ademais, a CAESB manteve o compromisso de efetuar os pagamentos dos fornecedores em dia, e dessa forma não contraiu nenhum empréstimo adicional para reforço do capital de giro.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos resultados dessas ações:



*Saldos atualizados em 31 de dezembro de cada ano.

No que tange aos financiamentos de longo prazo, necessários para execução dos investimentos em expansão e melhorias dos sistemas, em 2016, a CAESB realizou a amortização de mais de R\$ 28 milhões.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Buscando reduzir e controlar o percentual de Perdas Reais, importante indicador de desempenho que mede as perdas de água dos sistemas de abastecimento, a CAESB elaborou um programa com ações previstas para o período de 2015 a 2019, no qual estão previstos investimentos da ordem de R\$ 172 milhões.

Dentre as ações previstas para 2016, a empresa realizou: i) instalação de 100 controles de pressão e válvulas redutoras de pressão, com sistema de controle noite-dia; ii) setorização e adequação das redes em 24 localidades, iii) implantação de 11 distritos de medição, iv) substituição de 68 mil hidrômetros, v) manutenção e substituição preventiva de redes de água do Lago Norte, Lago Sul e Plano Piloto; dentre outras.

Destaca-se que em setembro de 2015, a CAESB realizou uma revisão da metodologia de apuração do indicador de Perdas, alinhando o método de cálculo aos padrões internacionais da *International Water Association* (IWA)⁴. Essa alteração conferiu maior robustez ao método de apuração e implicou em uma adequação de toda a série histórica do indicador. Dessa forma, em 2016 o índice de Perdas apresentou o resultado de 377 litros/ligação/dia, o que representa uma melhora em comparação com o valor apurado em 2015, equivalente a 381 litros/ligação/dia⁵.

Ademais, é importante salientar que o indicador de Perdas sofre forte influência do expressivo número de interligações clandestinas à rede de abastecimento em áreas de ocupação irregular no DF, o que, consequentemente, interfere nos resultados diretamente associados aos investimentos realizados pela empresa.

No contexto sócioambiental, foram desenvolvidos importantes projetos para conscientização da população sobre o uso consciente da água. Destaca-se o projeto Professor do Lago que tem como objetivo envolver os professores da rede pública do DF nas questões relacionadas a temática “Água e Meio ambiente”; e a campanha publicitária Consciência 10, cujo objetivo foi divulgar, em diversos veículos de comunicação, conteúdos educativos sobre consciência ambiental e dicas de economia de água.



Campanha Consciência 10



Projeto Professor do Lago

⁴ Associação internacional composta por membros de 130 países, com a finalidade de desenvolver pesquisas e projetos voltados para melhoria da gestão de água e esgotos em todo o mundo.

⁵ Valor de 2015 recalculado, conforme nova metodologia de cálculo, baseada na IWA.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Todas as ações implementadas para melhoria da gestão e do desempenho empresarial, associadas aos investimentos estruturantes, resultaram na ampliação do atendimento à população do Distrito Federal, cujos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário apresentaram crescimento de 8.940 e 15.077 novas ligações, respectivamente.

Também resultaram na melhoria do desempenho financeiro da empresa que apresentou um crescimento da receita operacional total de, aproximadamente, 11% em comparação com o ano de 2015, e um crescimento da arrecadação de 12%, também comparado ao ano anterior.

Importante ressaltar, que o ano de 2016 foi marcado por grandes desafios afetos ao ambiente macroeconômico, os quais afetaram sobremaneira o nível de renda da população brasileira e, conseqüentemente o mercado da CAESB no Distrito Federal. Os fatores econômicos e financeiros implicaram em redução da capacidade de pagamento dos clientes e no aumento da inadimplência estrutural, que cresceu de 2,58% em 2015 para 5,28% em 2016. A variável macroeconômica também foi responsável pela elevação do risco e do custo de capital para investimentos em infraestrutura.

Além disso, em 2016 o Distrito Federal sofreu um longo período de estiagem que acarretou na redução da disponibilidade hídrica dos principais reservatórios de abastecimento público, em especial o Reservatório do Descoberto. Para fazer frente a essas questões, a CAESB implementou ações de contingência, necessárias para reduzir o volume de água captado dos reservatórios. Essas ações incluíram redução da pressão diurna das redes de abastecimento, campanhas de conscientização sobre uso racional da água, reativação de pequenas captações, manutenção e substituição preventiva das redes, substituição de hidrômetros, dentre outras. Os objetivos pretendidos foram alcançados com a redução da vazão média captada em 15%.

Conjuntamente, a CAESB tem envidado esforços para manter a execução do seu plano de investimentos em ampliação da capacidade de produção de água, com destaque para os Sistemas Corumbá e Bananal, e para manter a qualidade dos serviços prestados à população. Os resultados se traduzem na recente pesquisa de satisfação realizada junto aos clientes da empresa, dentre os quais 87% dos entrevistados declararam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados pela Companhia.

12.3. COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – UO: 22.204

1. ASPECTOS GERAIS

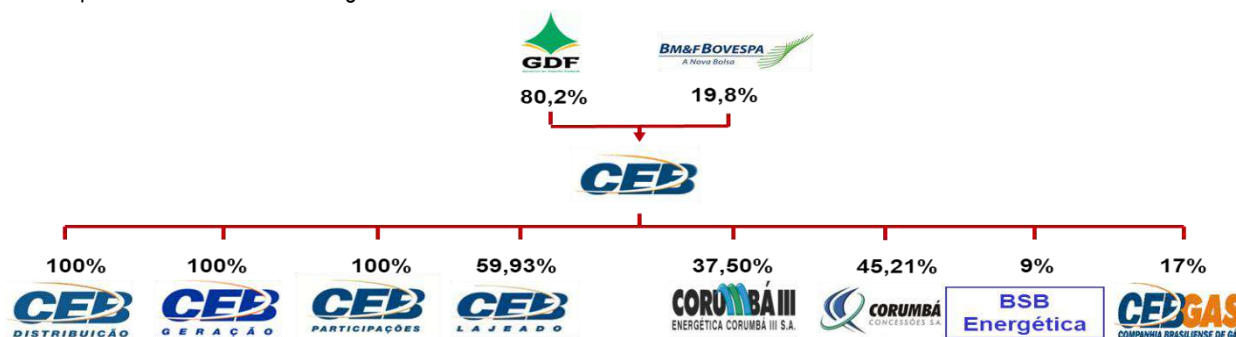
A Companhia Energética de Brasília - CEB é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa).

Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6, para as ações ordinárias e preferenciais, as quais podem ser quantificadas na composição acionária seguinte:

Quantidade de Ações (Em unidades):

ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS - PNA	PREFERENCIAIS - PNB	TOTAL
7.184.178	1.313.002	5.919.203	14.416.383

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto, coligadas e ligadas estão representadas conforme a seguir:



A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

O quantitativo de pessoal e administradores vinculados na CEB obedecerá à estratificação contida no quadro seguinte:

Quadro de Pessoal

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
Cedidos – dentro GDF	0
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Requisitado dentro GDF	38
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	36
CLT – afastado	2
Conselheiro	14
Estatutário – em exercício	4
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	7
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	45
Total ativos - afastado	2

Fonte: SAG/DF- CEB

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
3094 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA	25.900.000	577.327.362	43.164.741
0001 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA--DISTRITO FEDERAL	25.900.000	577.327.362	43.164.741
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	66.441.768	60.362.616	35.457.145
6452 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	66.441.768	60.362.616	35.457.145
TOTAL DO PROGRAMA 6210	92.341.768	637.689.978	78.621.887

Os investimentos, alocados e executados na participação em empresas de energia teve como objetivo, garantir a execução das atividades de Distribuição de Energia Elétrica e obrigações dispostas no aditivo ao contrato de concessão firmado com o poder concedente e fiscalizado pelo Órgão Regulador do Setor Elétrico – ANEEL, visando cumprir com as metas propostas de recuperação do seu equilíbrio econômico-financeiro, produzindo recursos de origens internas para financiar sua operação, remunerar seus acionistas e garantir o bem-estar de seus colaboradores e clientes.

Foram investidos, ainda, em 2016 aproximadamente 12 milhões de reais em obras de iluminação pública em todo o Distrito Federal, totalizando 5.276 (cinco mil duzentos e setenta e seis) pontos de iluminação acrescidos ao sistema.

Abaixo segue o detalhamento dos investimentos listados por localidade e Região Administrativa:

Local	Cidade	Valor
Setor Comercial Sul	Brasília	R\$ 732.378,04
EQN 313/314 e SCRLN 513/514	Brasília	R\$ 99.740,57
SGAN 908, GISNO e UNICEUB	Brasília	R\$ 247.211,20
Pista de Skate - Quadra 206/300	Recanto das Emas	R\$ 29.643,56
Residencial Primavera	Taguatinga	R\$ 336.016,82
SHSN - Via atrás da Fundação Bradesco	Ceilândia	R\$ 46.254,95
Acesso ao estacionamento externo do IFB de Ceilândia	Ceilândia	R\$ 119.022,11
Parque Recreativo de Taguatinga - QNL	Taguatinga	R\$ 418.368,39
QI/QE 18 Complexo Esportivo - Guará	Guará	R\$ 118.226,39
Proximidades de Fórum - TJDFT e CAVE	Guará	R\$ 335.451,13
Proximidades do Condomínio dos Jornalistas na QE-27, BL 10	Guará	R\$ 83.061,60
Proximidades da QI-03, BL O, praça - Guará	Guará	R\$ 57.313,68
QI/QE 01	Guará	R\$ 162.127,65
QI-10	Guará	R\$ 82.567,22
QI 31/33, Ed. Consei	Guará	R\$ 321.073,03
QI-25, proximidades da 4ª DP	Guará	R\$ 320.323,83
Trevo da BR-251 com a DF-473 – São Sebastião	São Sebastião	R\$ 229.597,28
DF-463 – São Sebastião	São Sebastião	R\$ 720.521,36
Estacionamento do Hospital de Base	Brasília	R\$ 247.051,88
Avenida São Sebastião, próximo ao Córrego Agudo – Morro da Cruz	São Sebastião	R\$ 35.809,48
QCR-17 – Praça, Residencial Santos Dumont	Santa Maria	R\$ 70.647,74
QR 416/417	Santa Maria	R\$ 71.129,90
QR 213/313	Santa Maria	R\$ 20.372,48
CL 517 Lt. A	Santa Maria	R\$ 41.821,40
CL 202, atrás do Trailler 20 e 21	Santa Maria	R\$ 14.467,01
EQNN 01/03 Campo Sintético	Ceilândia	R\$ 25.701,22
QNP-15, Campo Sintético/Quadra	Ceilândia	R\$ 55.200,85
SHSN Chácaras 45,150, 201, 144, Rua 05 Novo Horizonte e QNN 39, Bl. 02	Ceilândia	R\$ 357.223,89
EQNN 20/22, Quadradão - Guariroba	Ceilândia	R\$ 61.582,51
QNP-01, Feira do Produtor	Ceilândia	R\$ 163.125,33
QNP-05, C.J. P	Ceilândia	R\$ 54.471,77
INCRA 09, Escola Rural	Ceilândia	R\$ 42.226,02
QNN-26, C.J. A, Quadradão Guariroba	Ceilândia	R\$ 58.738,21
Imediações do Córrego das Corujas	Ceilândia	R\$ 144.917,48
QN 32, QN 33 e QN 34 do Riacho Fundo II	Riacho Fundo II	R\$ 203.012,38

Local	Cidade	Valor
Arniqueiras	Águas Claras	R\$ 495.180,72
Diversos locais de São Sebastião (Parque do Bosque e outros)	São Sebastião	R\$ 290.000,00
Praça da Quadra 201, entre os conjuntos 01 e 02, residencial oeste.	São Sebastião	R\$ 28.741,15
Morro da Cruz e Zumbi dos Palmares - Locais com rede de distribuição padrão CEB.	São Sebastião	R\$ 30.436,96
Quadra 49 - Fundos dos Lotes 101/105 - Setor Leste Gama	Gama	R\$ 21.513,78
Rua 34 Sul com a Avenida Jequitibá - Praça	Águas Claras	R\$ 19.770,16
Remanejamento Pista de caminhada do Parque da Cidade	Brasília	R\$ 21.382,15
Marginal da DF - 480	Gama	R\$ 600.305,16
Setor Hípico - Área especial, conjunto 21 - Parte E	Brasília	R\$ 37.835,74
Parque da Cidade	Brasília	R\$ 2.039.678,53
Setor Comercial Sul Quadra 1	Brasília	R\$ 450.303,74
Complemento Noroeste	Noroeste	R\$ 290.000,00
Fórum Recanto das Emas	Recanto das Emas	R\$ 14.000,00
Quadra 55 Cj. A Lt. 350 Vila São José e Setor Sul Cj. C lateral da Casa 65.	Brazlândia	R\$ 908,16
Setor Sul conjunto c lateral da casa 65	Brazlândia	R\$ 925,08
DF-180, Trecho entre o INCRA 07, 08 E 09.	Brazlândia	R\$ 1.330.558,20
Setor Norte, entre a Torre de TV e o Cemitério.	Brazlândia	R\$ 35.381,47
CL 304, em frente ao Conjunto 'J' - Estacionamento	Santa Maria	R\$ 12.663,72
Calçadas entre o Mané Garrincha e a 8ª DP	São Sebastião	R\$ 182.000,00
QR 120 Conjunto C Casa 34/35	Santa Maria	R\$ 877,25
QR 318 conjuntos m/n	Santa Maria	R\$ 5.613,29
CL 113, atrás dos trailers	Santa Maria	R\$ 9.960,27
TOTAL		R\$ 12.044.433,89

Além da expansão do Parque de Iluminação Pública, no que tange ao serviço de manutenção do sistema, foram atendidas mais de setenta e cinco mil ordens de serviço e ainda repostos mais de oitocentos postes, que foram abalroados.

PROGRAMA: 0001- PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	3.363.263	78.754.448	1.366.839
0002 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS-- PLANO PILOTO .	3.363.263	78.754.448	1.366.839
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	121.191	121.191	44.271
0002 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-- PLANO PILOTO .	121.191	121.191	44.271
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	18.691.488	18.691.488	8.000.000
0002 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-- PLANO PILOTO .	18.691.488	18.691.488	8.000.000
TOTAL DO PROGRAMA 0001	22.175.942	97.567.127	9.411.110

A CEB realizou a execução orçamentária dos dispêndios nos programas de trabalhos e ações do orçamento para operação especial, definidas a partir das novas diretrizes e decisões adotadas pela empresa, assim como também dentro das novas perspectivas de mercado, e que possibilitaram atingir o cumprimento das ações empresariais e operacionais assim definidas.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.343.000	1.343.000	53.192
2531 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB-DISTRITO FEDERAL	1.343.000	1.343.000	53.192
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.373.608	423.608	0
7901 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	1.373.608	423.608	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	20.000	20.000	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
5306 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CEB-DISTRITO FEDERAL	20.000	20.000	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	90.000	90.000	0
2617 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB-DISTRITO FEDERAL	90.000	90.000	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	300.000	100.000	15.270
9561 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB-DISTRITO FEDERAL	300.000	100.000	15.270
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	8.095.499	8.431.499	7.918.640
7002 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-- PLANO PILOTO .	8.095.499	8.431.499	7.918.640
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	623.090	623.090	133.408
8711 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-- PLANO PILOTO .	623.090	623.090	133.408
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.308.191	1.308.191	1.177.133
7002 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- PLANO PILOTO .	1.308.191	1.308.191	1.177.133
TOTAL DO PROGRAMA 6001	13.153.388	12.339.388	9.297.643

A CEB trabalhou de forma a realizar a execução orçamentária dos dispêndios, definidas nos programas de trabalhos e ações do orçamento de gestão, manutenção e serviços a partir das diretrizes adotadas desde o início de gestão da atual administração da empresa, assim como também dentro das novas perspectivas de mercado voltadas para o setor de energia e definidas pelos poderes concedentes, e que possibilitaram atingir o cumprimento das ações empresariais e operacionais assim definidas.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O planejamento dos objetivos empresariais de maior relevância para a CEB em 2016 foram pautados em alcançar e atingir os indicadores de resultados propostos com a prorrogação do contrato de concessão da CEB Distribuição S/A – (Subsidiária integral da CEB Holding), definidos no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999-ANEEL, celebrado com o Poder Concedente (Ministério de Minas e Energia – MME em 09 de dezembro de 2015).

As ações propostas direcionaram as atividades e os rumos da organização à canalizar esforços nos quais expressaram os principais resultados que a Empresa alcançou em relação às perspectivas e aos segmentos que se inter-relacionam com sua atuação: sociedade, meio ambiente, mercado, clientes e acionistas. De forma que possibilitaram ações empresariais visando oportunidades de melhorias de atuação na manutenção e expansão de seus mercados a partir das novas realidades do setor elétrico com foco em manter a sustentabilidade das empresas CEB e em assegurar o atendimento eficiente e eficaz para garantia da competitividade e equilíbrio econômico-financeiro. Portanto, os principais desafios de 2016 e também para 2017 é dar continuidade e manter a empresa operacional e com condições de atendimento aos consumidores fornecendo serviços com qualidade e manter o processo de recuperação da CEB Distribuição S/A, e cumprir o seu Plano de Resultados, com vistas na melhoria dos resultados dos Indicadores de Continuidade – DEC e FEC; Reclamações e Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC; Segurança do Trabalho e da População; e Situação Econômico-Financeira.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Dentre as reestruturações implementadas, importante destacar que a atual administração após avaliações e melhorias das atividades operacionais e de prestação de serviços, bem como do comparativo com o histórico de realizações de anos anteriores, manteve, ainda, em 2016, a realização de várias ações de redução de custos operacionais e que contribuiu expressivamente nas diferenças de execução a menor do orçamento de custeio, estas ações foram voltadas na melhoria de eficiência e produtividade das equipes sem de maneira nenhuma afetar realização das atividades necessárias ao bom andamento das empresas do grupo e nem os resultados dos trabalhos desempenhados no âmbito da CEB Holding.

A execução orçamentária da empresa mostrou-se bem próxima da previsão na maioria de suas ações, com poucas interferências no processo, sendo que o fato relevante da aprovação da Lei, pela Câmara Distrital, que autorizou a CEB fazer a alienação de ativos de geração e de gás com o propósito de fazer investimentos na CEB Distribuição S/A não aconteceu em 2016, e que registrou uma distorção maior entre previsto e executado no orçamento de investimento da Companhia.

4.1. PERSPECTIVAS PARA 2017

Um dos papéis mais importantes de qualquer organização é o de criar condições básicas para que seus recursos humanos possam trabalhar em equipe, dando a eles visão e objetivos comuns, treinamento adequado e o desenvolvimento de que precisam para conquistar os resultados que a empresa pretende alcançar. O instrumento gerencial que consubstancia tudo isso é o planejamento empresarial, resultante do Plano de Negócio para o exercício de 2017. Sua implantação significa ter na organização um eficiente processo gerencial que permite o estabelecimento da direção a ser seguida para o cumprimento de metas previamente estabelecidas.

O referido Plano estabeleceu os seguintes objetivos centrais para dar sequência ao saneamento econômico-financeiro da CEB:

- Adequação dos custos e despesas operacionais; e
 - Redução do endividamento com consequente redução do serviço da dívida.
- Assim sendo, as principais estratégias para a viabilização do Plano de Negócio estão centradas principalmente nos seguintes eventos:
- Alienação de participações societárias, autorizada por meio da Lei Distrital nº 5.577/2015;
 - Monetização de ativos imóveis; e
 - Capitalização do principal negócio da Companhia, a CEB Distribuição S/A.

12.4. CEB LAJEADO S.A – UO: 22.209

A CEB Lajeado S/A é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado de Direito Privado, controlada pela Holding Companhia Energética de Brasília - CEB e coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS. A empresa desenvolve a atividade de geração de energia elétrica, na condição de Produtor Independente e foi constituída em 22 de fevereiro de 2000. Sua criação foi autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, que autorizou sua reestruturação societária. Sua sede social está localizada na cidade de Brasília – DF.

A CEB Lajeado S/A, em conjunto com a Lajeado Energia S/A e a Paulista Lajeado Energia S/A, são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco virgula trinta e um por cento) do Capital Social da Investco S/A, sociedade por ações constituída para administrar o Aproveitamento Hidrelétrico Luís Eduardo Magalhães, com sede no município de Miracema, Estado do Tocantins, na Rodovia TO-Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93 (“Investco”).

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da Concessão de Uso de Bem Público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos Aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

A Concessão da AHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada entre a CEB Lajeado S/A, titular de 19,8%; Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%; Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93%; e a Investco titular de 1%, o que dá direito a cada uma das Concessionárias de comercializar um bloco de energia equivalente à sua participação na Concessão.

Por meio desse empreendimento de geração, a CEB Lajeado S/A tem contribuído para o suprir parte da energia demandada pela população do Distrito Federal, uma vez que aproximadamente 90% de toda a sua produção é vendida à CEB Distribuição S/A.

A CEB Lajeado S/A, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, tem sede e foro na cidade de Brasília-DF.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	2
CLT – afastado	-
Conselheiro	5
Estatutário – em exercício	-
Estatutário – afastado	-
Sem vínculo – em exercício	5
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	12
Total ativos – afastado	-

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40.000	40.000	0
0080 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - CEB LAJEADO S/A - DISTRITO FEDERAL	40.000	40.000	0
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	33.903.000	30.403.000	28.456.801
0001 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS - CEB LAJEADO S/A - PLANO PILOTO.	33.903.000	30.403.000	28.456.801
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	1.659.000	1.182.000	563.826
0001 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS - CEB LAJEADO S/A - PLANO PILOTO.	1.659.000	1.182.000	563.826
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	36.317.000	79.000.000	57.489.200
0008 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - CEB LAJEADO S/A - DISTRITO FEDERAL	36.317.000	79.000.000	57.489.200
TOTAL DO PROGRAMA 0001	71.919.000	110.625.000	86.509.828

A Investco S/A é titular exclusiva dos ativos que compõem o AHE Luís Eduardo Magalhães, sendo assim os sócios ordinários da Investco arrendam os ativos de geração com percentual correspondente à sua participação no Contrato de Concessão, reajustado a cada 12 (doze) meses pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Essa obrigação está

contratada até o ano de 2032. O valor do arrendamento é variável, uma vez que tem como objetivo, além de remunerar os ativos da Usina e distribuir resultados aos seus acionistas, a cobertura das despesas operacionais, inclusa a depreciação, as amortizações e os encargos financeiros dos empréstimos obtidos pela Investco.

Os custos dos serviços prestados de transmissão de energia elétrica, representados pelo Custo do Uso do Sistema de Transmissão – CUST, são controlados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	245.000	245.000	0
5888 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - CEB LAJEADO S/A - DISTRITO FEDERAL	245.000	245.000	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10.000	10.000	0
5307 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - CEB LAJEADO S/A - DISTRITO FEDERAL	10.000	10.000	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	450.000	30.000	13.363
2599 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CEB LAJEADO S/A - PLANO PILOTO.	450.000	30.000	13.363
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	50.000	50.000	0
9575 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS -- CEB LAJEADO S/A - DISTRITO FEDERAL	50.000	50.000	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1.454.000	1.804.000	1.696.151
7018 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - CEB LAJEADO S/A - PLANO PILOTO.	1.454.000	1.804.000	1.696.151
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	64.000	69.000	62.723
6996 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES - CEB LAJEADO S/A - PLANO PILOTO.	64.000	69.000	62.723
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	116.000	116.000	58.980
8716 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - CEB LAJEADO S/A - DISTRITO FEDERAL	116.000	116.000	58.980
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	899.000	1.199.000	1.078.095
7251 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - CEB LAJEADO S/A - PLANO PILOTO.	899.000	1.199.000	1.078.095
TOTAL DO PROGRAMA 6001	3.288.000	3.523.000	2.909.312

Para atender as áreas Contábil, Financeira e Folha de Pagamento, a CEB lajeado S/A mantém contratos com empresas terceirizadas do seguimento de tecnologia da informação, haja vista não dispor de sistemas próprios para execução dessas tarefas.

Com a responsabilidade de cumprir os princípios da transparência, legalidade e economicidade, a Sociedade cumpre seu papel de dar publicidade aos seus atos, com a veiculação de suas matérias legais no Diário Oficial do Distrito Federal e em jornal diário de grande circulação, em conformidade com a Lei nº 3.184 de 29/08/2003 e do artigo 22, incisos I e II da Lei Orgânica do Distrito Federal.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO
6063 - ENCARGOS DE ARRENDAMENTO DE USINA DA CEB LAJEADO S/A	48.518.000	59.000.000	58.986.035
0001 - ENCARGOS DE ARRENDAMENTO DE USINA DA CEB LAJEADO S/A - DISTRITO FEDERAL	48.518.000	59.000.000	58.986.035
6064 - ENCARGOS DE USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO	12.577.000	12.077.000	11.874.997
0001 - ENCARGOS DE USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO - CEB LAJEADO S/A - DISTRITO FEDERAL	12.577.000	12.077.000	11.874.997
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	11.108.000	11.108.000	8.200.343
0008 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL - CEB LAJEADO S/A - DISTRITO FEDERAL	11.108.000	11.108.000	8.200.343
TOTAL DO PROGRAMA 6210	72.203.000	82.185.000	79.061.375

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Dentre outras ações relevantes realizadas, destacamos a criação do mecanismo de Repactuação do Risco Hidrológico. Esse sistema foi uma medida criada pelo Governo para atenuar as perdas financeiras sofridas pelos agentes geradores proprietários de usinas hidrelétricas participantes do MRE (mecanismo de realocação de energia), provocadas por uma exposição não gerenciável ao risco hidrológico. A repactuação para os geradores hidrelétricos é baseada na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco e na retirada das ações judiciais. Fazendo-se uma analogia, a repactuação é uma espécie de seguro oferecido aos agentes geradores para que nos momentos de hidrologia desfavorável não tenham grandes prejuízos. Este mecanismo (prêmio) não busca gerar nenhum tipo de ganho para o gerador, apenas propõe uma forma de minimizar seu risco perante o déficit de geração.

A CEB Lajeado S/A é tributada pelo Lucro Real, com recolhimento do Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL por estimativa mensal, ajustando-se no Balanço Anual o imposto devido. Os impostos PIS e COFINS são calculados diretamente sobre o faturamento, conforme previsto na legislação tributária.

Outro ponto a ser destacado foi a distribuição integral de lucros aos Acionistas CEB Holding e ELETROBRAS, por meio de dividendos, JSCP e Partes Beneficiárias, liquidando todos os passivos que foram constituídos nos últimos anos.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A CEBLajeado observou a melhoria no rendimento do programa SIGGO em 2016 para elaboração, acompanhamento e execução da proposta orçamentária da Companhia. Os constantes travamentos que ocorriam no sistema em 2015 parece que foram solucionados.

A execução orçamentária da empresa mostrou-se bem próxima da previsão na maioria de suas ações, atingindo a média de 85,9% de sua realização. As poucas interferências que ocorreram visaram adequar a arrecadação extra da Companhia em 2016 por meio de suplementação e remanejamentos de recursos entre as contas de custeio – fonte 510 – Geração Própria.

12.5. COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS– UO: 22.210

A Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS, constituída em 20 de março de 2001, com sede na Cidade de Brasília/DF, é uma sociedade por ações de Economia Mista, autorizada pela Lei Distrital no 2.518, de 10 de janeiro de 2000, com a finalidade de distribuir gás combustível canalizado, com exclusividade, a todo o Distrito Federal.

A constituição da Companhia se deu por intermédio das ações do Governo do Distrito Federal que, entendendo a importância que o gás natural vinha demonstrando em todo o mundo como variável-chave na busca do desenvolvimento sustentado, elaborou um modelo empresarial para desenvolver a indústria desse energético na região. Esse modelo, cristalizado na CEBGAS, buscou conciliar o preceito Constitucional – que delega aos Estados a competência pela distribuição de gás combustível canalizado - com uma gestão empresarial, para a oferta desse serviço, e, ao mesmo tempo, com uma solução que contemplasse as limitações dos recursos públicos para investimento.

Associando-se à iniciativa privada através da TERMOGÁS S.A., e contando também com a participação da PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO, o governo distrital, através da Companhia Energética de Brasília – CEB, deu o passo definitivo para a viabilização do suprimento desse energético diferenciado para o Distrito Federal.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	08
Estatutário – em exercício	-
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	01
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	09
Total ativos - afastado	-

Fonte: CEBGAS

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO
1768 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	400.000	400.000	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS--DISTRITO FEDERAL	400.000	400.000	0
2397 - AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL	8.467.093	8.467.093	4.124.835
0001 - AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL--DISTRITO FEDERAL	8.467.093	8.467.093	4.124.835
7046 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	150.000	150.000	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS--DISTRITO FEDERAL	150.000	150.000	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	9.017.093	9.017.093	4.124.835

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Volume de Gás Comercializado	M³/dia	6.000	30-jun-15	Mensal	6.000	7.000	7.500	8.000	CEBGAS / UO 22210 / OE 3

O Gás Natural Veicular tem apresentado uma demanda decrescente no País, seguindo tendência observada em outras unidades federativas, no que se refere ao uso em mercados não termoeletrônicos.

O gás natural que foi introduzido no Distrito Federal inicialmente apenas para atendimento ao mercado veicular GNV vem apresentando uma redução progressiva do consumo.

A CEBGAS vem desenvolvendo esforço junto à cadeia de oferta de gás, visando obter melhor estabilidade de preços frente à gasolina, bem como, vem elaborando um trabalho de reorganização da cadeia, que resultará em ações de reconhecimento e fomento do gás natural veicular.

Com vistas à utilização de combustíveis alternativos ao gás natural liquefeito, a CEBGAS vem acompanhando a evolução da regulação do biogás e do biometano, que está sendo debatida pelas entidades interessadas neste mercado emergente no Brasil.

Em 2017, a CEBGAS pretende continuar os esforços visando melhorar a oferta de Gás Natural para o Distrito Federal.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	48.000	48.000	0
7062 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	48.000	48.000	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	48.000	48.000	0

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	60.000	60.000	6.947
2546 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	60.000	60.000	6.947
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	60.000	60.000	0
2633 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEBGAS- PLANO PILOTO .	60.000	60.000	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	422.280	422.280	114.431
8771 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	422.280	422.280	114.431
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	60.000	60.000	11.730
9588 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	60.000	60.000	11.730
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	60.000	60.000	25.974
8714 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL DA CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	60.000	60.000	25.974
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	669.150	669.150	284.556
9695 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEBGAS-DISTRITO FEDERAL	669.150	669.150	284.556
TOTAL DO PROGRAMA 6001	1.331.430	1.331.430	439.865

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Algumas ações de resultado em longo prazo vêm sendo tomadas pela empresa no sentido de tornar competitivo o gás natural não somente pelo foco no preço, mas em valor agregado, incluindo a melhoria ambiental. Essas ações abrangem a busca por fontes alternativas a divulgação do produto e ações de fomento governamentais.

A meta da gestão da Companhia para 2017 é estimular o consumo do gás natural veicular e continuar a prospecção para atendimentos aos demais mercados.

12.6. CEB DISTRIBUIÇÃO S.A – UO: 22.211

A CEB Distribuição S/A (CEB D) é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília (CEB) e tem por objeto a distribuição e comercialização de energia elétrica no Distrito Federal, nos termos do Contrato de Concessão nº 66/1999 – Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujo prazo de concessão foi prorrogado até 07 de julho de 2045, de acordo com o 4º Termo Aditivo, de 09 de dezembro de 2015.

Criada pela Lei Distrital nº 2.710, de 24/05/2001, e constituída por intermédio de escritura pública de 20/06/2005, a CEB D é uma sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, regulada conforme normatização do Ministério das Minas e Energia (MME) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão fiscalizador da sua concessão. Seus ativos são resultantes da versão de parte do patrimônio da CEB, em função da reestruturação societária realizada em 12/01/2006, nos termos das Resoluções nº 167/2001, nº 593/2002, nº 22/2003 e da Resolução Autorizativa nº 318/2005, da ANEEL. A área de concessão da CEB D abrange todo o Distrito Federal, dividido em 31 regiões administrativas, com uma extensão de 5.801 km², e atende 1.035.948 clientes (dez 2016).

A CEB D tem o seguinte objeto estabelecido em seu Estatuto:

I. Distribuir e comercializar energia elétrica no Distrito Federal nos termos do Contrato de Concessão de Distribuição nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, ou em outras áreas do País, cuja concessão para exploração seja-lhe outorgada;

II. Desenvolver atividades nos diferentes campos da energia elétrica, para exploração econômica, construindo e operando sistemas de distribuição, em todo o Distrito Federal ou em outras áreas que lhe sejam concedidas;

III. Garantir o suprimento de energia ao mercado cliente, contribuindo para a promoção e o incentivo do desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal ou de outras áreas, com qualidade e continuidade dos serviços de distribuição;

IV. Apoiar e incentivar estudos e pesquisas de desenvolvimento de energia elétrica e promover o fomento e a implantação de programas de eficiência de energia elétrica;

V. Promover a absorção de novas tecnologias disponíveis, visando à redução dos custos operacionais, à melhoria da eficiência do abastecimento de energia e da qualidade de vida, prevalecendo àquelas compatíveis com a política ambiental e seu objeto social.

VI. Centrada na melhoria da qualidade do serviço prestado aos seus clientes e no saneamento econômico e financeiro da Companhia, a CEB D foca seus esforços para melhor atender à sociedade do Distrito Federal e revisa, periodicamente, o seu planejamento estratégico, o qual apresenta a seguinte Missão:

VII. “Prestar serviços de energia elétrica que atendam o padrão de qualidade e confiabilidade exigido pela população, promovendo o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal e assegurando a justa remuneração do capital investido”.

VIII. Com um horizonte de 4 anos, o planejamento da CEB Distribuição tem como um dos objetivos estratégicos posicionar-se entre as melhores empresas distribuidoras de energia elétrica brasileiras, cuja Visão Estratégica explicita:

IX. “Ser uma das melhores concessionárias dos serviços de energia elétrica do Brasil, reconhecida pelos seus consumidores, órgão regulador e outros concessionários”.

X. Para alcançar sua Visão de Futuro, a CEB D se estrutura nos seguintes pilares organizacionais:

XI. **Primazia do cliente** – Orientar a empresa para as demandas dos seus consumidores atuais e potenciais;

XII. **Sustentabilidade econômico-financeira** – Obter lucro suficiente para asseverar, sempre, a justa remuneração do capital investido;

XIII. **Parcimônia na gestão** – Assegurar a racionalidade nas operações da empresa;

XIV. **Qualidade de serviços** – Garantir qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços;

XV. **Ética e transparência** – Evoluir continuamente nos níveis de governança; e,

XVI. **Sustentabilidade** – Assegurar a responsabilidade socioambiental.

XVII. Nesse contexto, ainda, privilegia um relacionamento com a força de trabalho alicerçado na competência e na produtividade

Com base no Planejamento Estratégico 2016 a 2019, foi possível definir projetos e ações que visam à correção de rumos e a busca permanente do equilíbrio operacional e econômico-financeiro da empresa. As ações manifestam, de forma clara e objetiva, as transformações necessárias na Companhia para garantir a sua sustentabilidade e perpetuidade, sempre com o foco na prestação de um serviço de excelência à sociedade do Distrito Federal.

O novo ciclo político e as adversidades econômicas pelas quais o País está passando colocam às empresas a necessidade de buscar novos ângulos de visão para captar oportunidades que, muitas vezes, não são observadas no dia-a-dia. Por isso, apontar o caminho e disseminar boas práticas faz parte da Visão da CEB-D. Para isso, a principal ferramenta será o conhecimento compartilhado como mecanismo que apoia a tomada das melhores decisões.

Nesse sentido, a administração da CEB D, com ênfase na visão de longo prazo - obtida por meio de estudos prospectivos ou fixação de um paradigma - preparou o programa denominado Plano de Transformação, cujo objetivo precípuo é o de definir, avaliar economicamente e estabelecer ações articuladas para enfrentar os problemas encontrados e, com isso, tornar a CEB-D sujeito do seu destino.

No Programa, estão definidos os seguintes objetivos:

- Buscar racionalidade operacional, eliminando os prejuízos recorrentes;
- Eficiência com relação à qualidade do serviço;
- Modernização, segurança, automatização, inteligência e contingência da Rede de Energia Elétrica;
- Elevar padrão de atendimento ao consumidor;
- Aumentar a produtividade da mão de obra; e,
- Melhorar e sistematizar os controles internos da concessionária.

Em dezembro de 2016, a CEB D apresentou a seguinte composição da sua força de trabalho:

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	10
Cedidos – fora GDF	3
Requisitado fora GDF – PASUS	3
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	941
CLT – afastado	28
Conselheiro	3
Estatutário – em exercício	0
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	25
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	982
Total ativos - afastado	28

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos - SRH.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	539.129.953	533.229.953	141.353.127
0010 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-- PLANO PILOTO	539.129.953	533.229.953	146.464.551
TOTAL DO PROGRAMA 0001	539.129.953	533.229.953	146.464.551

Fonte: Superintendência Financeira – Gerência de Orçamento -GROR.

Como desdobramento de suas diretrizes estratégicas, no ano de 2016 a CEB D contratou novas linhas de crédito com o objetivo de custear os investimentos em curso e garantir continuidade no processo de recuperação do seu sistema de distribuição de energia elétrica. Para tanto, foram estreitados relacionamentos com os principais bancos, objetivando o contínuo aperfeiçoamento e aprimoramento do perfil de financiamento e do fluxo de caixa da Companhia.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.198.518	19.698.518	7.241.164
2530 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB DISTRIBUIÇÃO-DISTRITO FEDERAL	10.198.518	19.698.518	7.241.164
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15.435.035	18.035.035	15.341.891
2616 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO	15.435.035	18.035.035	15.341.891
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.108.000	7.108.000	4.851.834
9548 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB DISTRIBUIÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2.108.000	7.108.000	4.851.834

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	260.935.302	260.935.302	255.259.019
6994 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO	260.935.302	260.935.302	255.259.019
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	12.969.184	16.269.184	16.005.654
6985 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO	12.969.184	16.269.184	16.005.654
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	2.365.000	2.365.000	1.154.231
6971 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO	2.365.000	2.365.000	1.154.231
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	160.849.044	160.849.044	150.346.050
6987 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEB DISTRIBUIÇÃO- PLANO PILOTO	160.849.044	160.849.044	150.346.050
TOTAL DO PROGRAMA 6001	464.860.083	485.260.083	450.203.843

Fonte: Superintendência Financeira – Gerência de Orçamento -GROR.

A CEB D tem, relativamente a recursos humanos, o objetivo de promover meios de excelência do seu potencial, tendo como princípio a valorização, a integridade e o comprometimento pessoal e das equipes, estimulando o ritmo e a natureza das mudanças organizacionais. Os principais projetos executados em 2016 foram voltados para capacitação, saúde e segurança no trabalho dos empregados e o fiel cumprimento dos dispositivos normativos.

Ação 8502 - Administração de Pessoal

- Foi contratado, no ano de 2016, um total de 116 empregados, dos quais 108 destinados ao atendimento da primarização dos serviços de corte e religação e 8 para diversas áreas da empresa;
- Manutenção dos seus projetos sociais com a ampliação para 21 portadores de necessidades especiais, 35 estagiários e 32 jovens aprendizes.

Ação 8504 - Concessão de Benefícios a Servidores

- Ampliação da rede credenciada habilitada a receber os Tickets Alimentação e Refeição.
- Reajuste do valor pago com os Tickets Alimentação e Refeição em 8,09%.

Sobre os projetos referentes à manutenção dos serviços administrativos, as principais realizações foram:

Ação 8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais

- Renegociações com instituições financeiras para redução das taxas de administração de recebimento de tarifa de energia elétrica.
- Renegociações com fornecedores de material e serviço para redução dos valores dos contratos.
- Ampliação do número de atendentes e tele atendentes, com o objetivo de redução do tempo de espera para ser atendido da população, em especial nos momentos de chuva.
- Ampliação da frota de veículos para acelerar os atendimentos das equipes de rua.

Quanto às ações referentes aos projetos de propaganda e publicidade, as principais realizações foram:

Ação 8505 - Publicidade e Propaganda

A principal ação de comunicação da CEB foi a realização da Campanha de Utilidade Pública “Energia elétrica não é brincadeira”, com o objetivo de orientar a população sobre os perigos que envolvem o uso de energia elétrica e as redes de energia. A CEB produziu 400 mil folders, distribuídos em escolas públicas do Distrito Federal e em estabelecimentos comerciais. A Campanha foi veiculada em emissoras de TV, rádio e mídias sociais. Para isso, foram produzidos quatro vídeos tendo como atores uma companhia de teatro de Brasília. A ação teve como objetivo atender às determinações da Resolução 414, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que prevê investimentos educativos relacionados aos perigos das redes de energia e também ao Plano de Resultados da CEB apresentado à ANEEL, em abril de 2015.

Quanto aos projetos de gestão da informação e sistemas da informação, as principais realizações foram:

Ação 2557-Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação

- Implantação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos de TIC – MGPTI – Foi implantada uma metodologia para gerenciamento dos projetos, com objetivo de viabilizar o desenvolvimento de novos projetos baseados nas melhores práticas de engenharia de software e garantir um efetivo planejamento de entregas orientado ao resultado esperado pela alta gestão da empresa;
- Organização de um portfólio de projetos - A implantação desta metodologia permitiu a organização de um portfólio de projetos, com escopo de necessidades definido, recursos envolvidos e patrocínio da alta gestão;
- Definição do planejamento para o PDTI 2016/2018 - Em atendimento ao decreto do distrito federal nº 33.528, de 10 de fevereiro de 2012, a CEB estabeleceu um comitê denominado de CETIC, que é o órgão responsável por orientar, validar e monitorar os planejamentos de TI, garantindo um alinhamento com o planejamento estratégico da empresa. A ferramenta central utilizada pelo CETIC para orientar o planejamento de TI é o documento denominado de PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e, em 2015, a Superintendência de Tecnologia da Informação elaborou uma proposta de planejamento ao CETIC, para os próximos 3 anos, com projetos planejados que influenciam diretamente os resultados que a empresa necessita alcançar;
- Racionalização das ordens de serviço de manutenção dos sistemas da informação; e,
- Realização de cursos e treinamentos para melhor utilização dos sistemas corporativos.

Ação 1471 - Modernização de Sistemas de Informação

- Implantação do novo ERP/SAP - O objetivo principal da implantação deste novo sistema é adequar os processos da empresa aos regulamentos definidos pela ANEEL e, dentre eles, os maiores desafios estavam na implantação do novo plano de contas contábeis, incorporação da base de ativos ajustada pelo inventário realizado recentemente e a adequação do processo de imobilização dos ativos. Basicamente, os resultados esperados com esta adequação são : ajuste nos processos de gestão empresarial, o reconhecimento dos investimentos realizados pela empresa no sistema elétrico e, conseqüentemente, um ajuste adequado da tarifa de energia para CEB;
- Implantação do novo sistema para controle das obrigações fiscais (Mastersaf);
- Juntamente com a implantação do novo ERP/SAP, foi realizada a implantação da ferramenta para sistematização do cumprimento das obrigações fiscais exigidas pela Receita Federal e pela Secretaria de Fazenda do DF. Nos últimos quatro anos, o atendimento às obrigações fiscais era realizado com procedimentos manuais, que exigiam um grande esforço e ainda envolviam o risco de envio de informações incorretas devido à dificuldade da validação de todas as informações. O sistema está implantado e sua operacionalização completa atendendo a todas obrigações a partir de janeiro/2017;
- Modernização do Data Center - Considerando o crescimento vegetativo de informações e novos projetos implantados (exemplo: SAP), foi necessário realizar uma ampliação da infra estrutura de servidores, processamento e de armazenamento de informações, garantindo uma operação dos sistemas com alta disponibilidade. Também foi realizada a aquisição do suporte à atualização das tecnologias Microsoft que viabilizam a operação de toda a rede computacional. Implantação do plano de contingências para operação do Data Center - atualmente o Data Center da CEB está distribuído em dois sites, um localizado no SIA e outro na SEPLAG/DF, nos quais são distribuídos todos os sistemas para que haja uma alta disponibilidade entre eles. Foi identificado que não existia procedimento para tratamento de incidentes e ainda haviam fragilidades nas configurações que dificultavam a recuperação, em caso de falha dos equipamentos. Foram revisadas todas as configurações do ambiente e foi criado um plano de contingências com orientações e procedimentos para garantir a disponibilidade do ambiente nos casos de incidentes;
- Contratação do novo ambiente para garantir a continuidade operacional do GCO;
- Aquisição e Implantação do sistema de proteção para desktops e servidores;
- Adquirida uma nova plataforma de segurança individual (Endpoint Seguro) para todos os desktops e servidores, com o objetivo de proteger a rede corporativa de vulnerabilidades externas tais como virus, malwares e spywares;
- Aquisição de novos microcomputadores;
- Modernização da Agência Virtual CEB - Após avaliação de pesquisas junto aos clientes, realizadas pela ABRADDEE, e verificação dos serviços realizados pelo Call Center e agências comerciais, foi verificado que havia uma oportunidade de otimizar o atendimento ao cliente, oferecendo mais serviços eletrônicos. Foi decidido desenvolver novos serviços, e disponibilizar ao cliente, por meio das tecnologias Web e Mobile. Esta ação foi incluída no plano de resultados que a CEB estabeleceu junto a ANEEL e, em 2016, foram disponibilizados os novos canais incluindo novos serviços de auto-atendimento para o cliente;

- Sistematização da operação de faturamento dos clientes da Tarifa Horo-Sazonal (THS) - Até 2015, a operação de faturamento dos clientes THS era realizada sistemicamente, mas por procedimentos manuais. Após a determinação da ANEEL para migração dos clientes GTA para THS, a operação neste formato ficou inviabilizada. Foi desenvolvido o projeto de processamento do faturamento dos clientes THS seguindo o mesmo formato automatizado dos clientes de baixa tensão.

Quanto às ações referentes ao projeto de aquisição de equipamentos, as principais realizações foram:

Ação 3467 - Aquisição de equipamentos

- Aquisição de 15 camionetes;
- Ampliação da frota em 55 veículos leves.

A aquisição dos veículos e das camionetes veio ao encontro da diretriz da Direção da Companhia de ampliar o atendimento à população do Distrito Federal e aumentar a qualidade e quantidade de atendimentos realizados, bem como dar prioridade ao Plano de Resultados e ao processo de primarização dos serviços de corte e religação.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	177.300.566	162.800.566	62.288.552
0315 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-- DISTRITO FEDERAL	177.300.566	162.800.566	62.288.552
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	3.885.681.706	3.885.681.706	2.876.574.738
0003 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	3.885.681.706	3.885.681.706	2.879.574.738
TOTAL DO PROGRAMA 6210	4.062.982.272	4.048.482.272	2.938.863.290

Fonte: Superintendência Financeira – Gerência de Orçamento -GROR.

Com a realização bem sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, os indicadores de qualidade e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica (DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) atingiram a meta estabelecida para dezembro de 2016.

É possível verificar uma grande melhora no DEC, que passou de 15,50 em 2015 para 9,69 em 2016. O FEC, por sua vez, também melhorou consideravelmente, passando de 11,66 em 2015 para 8,08 em 2016.

Portanto, os indicadores, que nos últimos dez anos estavam acima da meta regulatória, em dezembro de 2016, passaram a cumprir a meta estabelecida pela ANEEL, de 9,97 para o DEC e 8,47 para o FEC.

Análises no sistema elétrico da CEB D mostraram que há necessidade, ainda, de consideráveis investimentos na baixa tensão e que, portanto, impactarão os indicadores PINST e LTINST que estão abaixo da meta regulatória e desejada.

Resultado de uma ação conjunta entre as diversas instituições do Governo do Distrito Federal, como Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB), a CEB D pode ampliar o número de clientes, atingindo a meta estabelecida em seu planejamento estratégico.

O planejamento das obras realizadas pela CEB D no sistema elétrico, para o período, teve suas demandas compiladas do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), apresentado anualmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com um horizonte de 5 e 10 anos, esse plano é composto por projetos de média e baixa tensão, além de ações de subtransmissão. Os estudos que alicerçaram esse planejamento fizeram uso de análises mercadológicas acerca do consumo e, consequentemente, da carga a ser disponibilizada, bem como da condição dos sistemas elétricos que abastecem os clientes da CEB D. As análises tiveram como premissas básicas a garantia do fornecimento de energia elétrica à população do Distrito Federal e a qualidade do serviço de distribuição aos seus clientes.

Ação 1133 - Implantação de Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica

Sobre os projetos referentes às melhorias da rede de distribuição aérea, as principais realizações foram:

- Foram instalados 11.850,35 metros de rede monofásica e 78.943 metros de rede trifásica, totalizando 90.793,35 metros de rede aérea implantada em 2016;
- Foram instalados 62 trafos monofásicos e 216 trafos trifásicos, totalizando 278 trafos instalados no ano de 2016;
- A potência trifásica disponível foi acrescida em 18.045 kVA;
- A potência monofásica disponível foi acrescida em 1152,5 kVA; e,
- Foram instalados 849 postes.

Quanto aos projetos referentes às melhorias da rede de distribuição subterrânea, as principais realizações foram:

- Instalados 47.559,00 metros de circuitos subterrâneos;
- Foram instalados 5.634,68 metros de dutos subterrâneos;
- 63 caixas subterrâneas; e,
- Potência Instalada no período: 15.500,00 kVA.

Sobre os projetos de subtransmissão, as principais atividades foram:

- Modernização da Subestação 06 (Retrofit):
 - Obra iniciada em 2013 com finalização prevista para 2017;
 - Objetivo: redução na frequência e duração de falta de energia, ampliação da carga disponível para a região;
 - Regiões Beneficiadas: Setor de Autarquias Norte, Asa Norte, Setor Bancário Norte e Esplanada dos Ministérios; e,
 - Valor Total: R\$ 21.526.788,09.
- Ampliação da Subestação Embaixadas Sul:
 - Obra iniciada em 2016 com finalização prevista para 2017;
 - Objetivo: ampliação da carga disponível para a região;
 - Regiões Beneficiadas: Setor de Embaixadas Sul, Setor de Administração Federal Sul, Setor Bancário Sul e Asa Sul; e,
 - Valor Total: R\$ 4.018.844,33.

Em relação às ações de manutenção, foi previsto a realizado a substituição de transformadores em todo o Distrito Federal, em especial nas regiões leste e oeste, e a reforma em transformadores e equipamentos de algumas subestações de subtransmissão.

Foi prevista e realizada, ainda, a contratação de 07 novas equipes exclusivas para a realização de podas de árvores, especialmente em áreas muito arborizadas em todo o Distrito Federal. Com isso, foram liberadas 06 equipes para comporem o quadro de equipes de manutenção da CEB, que atualmente totaliza 38 e que, doravante, ficarão trabalhando exclusivamente na realização da manutenção nas redes e linhas de energia que abastecem os consumidores do Distrito Federal. O planejamento de manutenção previu, ainda, a ampliação do número de turmas, especialmente nas áreas leste e oeste de Brasília, locais onde a falta de energia tem maior incidência. Previu-se, também, o aumento de turmas que trabalham na modalidade de atendimento em linha viva, quando não há desligamento no fornecimento de energia elétrica.

Em relação às atividades de operação do sistema, no ano de 2016, foi primarizada uma parte da atividade de atendimento comercial, que era executada por empresa contratada, passando então todo o serviço de atendimento comercial a ser executado por empregados da companhia.

Quanto à ação de comercialização de energia elétrica, destaca-se:

Ação 6065 – Aquisição de Energia Elétrica para o DF

Conforme Tabela a seguir, as classes de clientes que apresentam maior consumo de energia elétrica são a Serviço Público e a Iluminação Pública, as quais apresentaram um crescimento no consumo de 7,28% e 3,02%,

respectivamente. O crescimento do consumo da classe Serviço Público pode ser explicado pelo aumento de 4,15% do número de unidades consumidoras. À exceção da classe rural, que permaneceu estagnada em relação ao ano anterior, as demais classes de consumo apresentaram variação negativa, sendo a classe industrial a segunda mais significativa, com redução de 6,98%, atrás somente do consumo próprio. A classe residencial apresentou redução pelo segundo ano consecutivo e a classe comercial, que em 2015 ainda registrou pequena variação positiva, refletiu os efeitos da recessão econômica sobre o emprego e a renda e retraiu 1,68%, conforme tabela abaixo.

A queda no consumo aconteceu mesmo com o aumento do número de consumidores residenciais em 2,65% e dos consumidores totais em 2,36%. No ano anterior, essas variáveis cresceram acima dos 3%,

Tabela - Consumo anual por Classe de Clientes

Classes	Consumo (MWh)	Variação Anual (%)	Participação (%)
Residencial	2.251.611	-1,03	37,24
Industrial	177.573	-6,98	2,94
Comercial	2.039.252	-1,68	33,73
Rural	149.556	0,77	2,47
Poder Público	630.450	-0,64	10,43
Iluminação Pública	443.590	3,02	7,34
Serviço Público	353.019	7,28	5,84
Próprio	1.287	-18,37	0,02
Total	6.046.338	-0,62	100,00

Fonte: Coordenadoria de Mercado e Tarifa – CMT

Tabela - Variação no número de clientes

Cliente	Número de Clientes	Variação Anual (%)	Nº de Ligações	Variação Anual (%)
Residencial	908.696	2,65	23.468	-19,86
Outros	127.252	0,36	456	-74,27
Total	1.035.948	2,36	23.924	-22,96

Fonte: Coordenadoria de Mercado e Tarifa - CMT

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Além da sua responsabilidade de distribuir energia elétrica ao Distrito Federal, a CEB D promove qualidade de vida e o desenvolvimento do Estado, tendo como forte aliança nesse processo o diálogo ético e transparente com suas partes interessadas: clientes, acionistas, empregados, colaboradores, fornecedores, governo e sociedade.

Para isso, a empresa utiliza diversos meios e canais de relacionamento que fortalecem a gestão corporativa e melhora da qualidade da prestação do serviço, promovendo o acesso às informações e serviços para o ambiente interno e externo.

Como principais instrumentos merecem ser destacados, para o ambiente externo, as suas agências de atendimento, o atendimento telefônico por meio do Call Center, o seu site na internet (www.ceb.com.br) e a Ouvidoria. No ambiente interno, a intranet constitui importante meio de comunicação aos empregados e colaboradores com notícias atualizadas da empresa.

A CEB D implementa, constantemente, ações voltadas à otimização da excelência do atendimento aos seus consumidores, colocando à disposição da população postos de atendimento nas unidades dos Na Horas, localizados nas Regiões Administrativas de Ceilândia, Gama, Riacho Fundo, Rodoviária, Sobradinho e Taguatinga, além de Agências localizadas no Plano Piloto, Brazlândia, Guará, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Paranoá, Recanto das Emas, Sobradinho II, Samambaia, São Sebastião e Santa Maria, os quais, em conjunto com o Call Center, constituem fundamental estrutura que garante o bom atendimento e a satisfação dos consumidores.

A sua estrutura de atendimento expande-se ao universo virtual com a construção de uma Agência On line em que o consumidor pode acessar serviços, até então só disponibilizados em seus postos presenciais, num ambiente responsivo,

adaptado à utilização em tablets e smartphones. Seguindo essa evolução, ainda se pode mencionar o lançamento de seu aplicativo para smartphones e tablets que, em conjunto com a Agência On Line, constituem importantes ferramentas para o consumidor, que nem sempre dispõe de tempo para visitar nossos postos de atendimento ou que busca um atendimento mais intuitivo e personalizado.

A busca da satisfação do cliente é marca da companhia, que é certificada pela ISO 9001:2008 em seu processo de coleta e tratamento das reclamações oriundas de seus consumidores, permitindo conhecer detalhadamente seus anseios e necessidades, ajustando processos e procedimentos de modo a garantir uma experiência sempre positiva no relacionamento com a Distribuidora.

Os contratos de concessão firmados pelas empresas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica com a União estabelecem obrigações e encargos perante o Poder Concedente. Parte dessas obrigações consiste em aplicar anualmente o montante de, no mínimo, 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL, em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica, o que consiste no Programa de Eficiência Energética das Empresas de Distribuição, e na promoção de inovação que estimula a pesquisa e desenvolvimento no Setor Elétrico Brasileiro, explicitado pelo Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D. As diretrizes para elaboração dos Programas são aquelas definidas na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, bem como aquelas contidas nas resoluções da ANEEL específicas para eficiência energética e P&D.

2.1. Programa de Desenvolvimento Energético

A seguir, uma análise acerca dos projetos desenvolvidos nos programas de Eficiência Energética e P&D realizados pela CEB D:

2.1.1. Programa de Eficiência Energética (PEE)

Essa obrigação consiste em aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,5% da ROL em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica. Para o cumprimento desta obrigação, a CEB-D apresenta à ANEEL, a qualquer tempo, por meio de arquivos eletrônicos, projetos de Eficiência Energética e Combate ao Desperdício de Energia Elétrica.

- Chamada Pública de Projetos de EE 2015

As concessionárias de distribuição de energia elétrica são obrigadas a realizarem, anualmente, uma Chamada Pública com o objetivo de selecionarem projetos que busquem a aplicação de ações de eficiência energéticas nas diversas classes de clientes. Em 2015, foi realizado o primeiro chamamento público da CEB-D, o qual selecionou dois projetos.

Os dois projetos de eficiência energética contratados contemplam a eficientização das instalações e utilização de painéis solares para geração fotovoltaica. Os projetos selecionados foram os do Garvey Park Hotel e o UniCEUB, ambos na Asa Norte.

O valor global da contratação dos projetos foram de R\$ 860.889,96 e R\$ 1.071.010,90, respectivamente. Ambos tiveram início da execução em 2016 e têm previsão para serem finalizados no primeiro bimestre de 2017.

- Chamada Pública de Projetos de EE 2016

Lançada na última semana de Novembro/16, a Chamada Pública 2016 de PEE, em que foi previsto o recurso de R\$ 10.000.000,00 para investimento nas diversas classes de consumidores da CEB-D, objetivando a redução do consumo de energia desses clientes. O processo está na fase de recebimento de propostas e a fase de avaliação dar-se-á depois desta etapa.

- Projeto Agente CEB 3

A CEB-D vem desenvolvendo, nos últimos anos, projetos de eficiência energética nas comunidades de baixa renda do DF. Esses projetos, além de cumprirem a obrigação legal, apresentam benefícios evidentes à concessionária, destacando-se: o estreitamento do relacionamento da CEB-D com os moradores das comunidades de baixo poder aquisitivo; a melhora na prestação dos serviços; o aumento do comprometimento e a satisfação desses clientes.

As ações de interação direta com os moradores (visitas) são realizadas paralelamente a outras iniciativas como a mobilização das comunidades por meio da equipe de analistas sociais e a realização de eventos educacionais, de modo a garantir a adesão e participação da comunidade no Projeto, além de despertar o interesse de incorporar, a sua cultura, os benefícios da utilização correta da energia elétrica.

Será realizada a troca de 80.000 lâmpadas LED e de 7.000 refrigeradores e doação de 2.000 aquecedores solares. O projeto tem a previsão de utilizar o valor total de R\$ 16.533.399,99 divididos da seguinte forma:

Descrição	Valor
Projeto Agente CEB 3 – Serviços de Distribuição de refrigeradores e lâmpadas	R\$ 2.936.999,99
Aquisição de refrigeradores para Projeto Agente CEB 3	R\$ 7.819.000,00
Aquisição de lâmpadas LED para Projeto Agente CEB 3	R\$ 886.400,00
Aquecimento Solar	R\$ 4.891.000,00
Total	R\$ 16.533.399,99

Fonte: Superintendência de Regulação – SRG.

O projeto iniciou sua execução em Dezembro de 2016 e, até o momento, foram substituídas 4.000 lâmpadas LED, substituídos 777 refrigeradores e entregues 50 aquecedores solares.

- Fundo do Procel

Após publicação da Lei 13.280/16, as distribuidoras de energia são obrigadas a transferirem 0,1% da ROL para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

- Empréstimos de Maquetes

Foram disponibilizadas para os centros de ensino e a comunidade em geral 9 maquetes energizadas de simulação do consumo de energia elétrica, em residências típicas.

- Palestras educacionais

Em 2016, foram realizadas 12 palestras em órgãos públicos, escolas e clientes particulares, capacitando cerca de 800 participantes sobre o uso consciente de energia elétrica, tanto em casa, quanto no trabalho, proporcionando assim economia de energia nas edificações.

2.1.2. Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Com vistas a incentivar a busca constante por inovações e fazer frente aos desafios tecnológicos do setor elétrico, a CEB-D aplica, anualmente, um percentual mínimo (0,5) de sua ROL no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica.

A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em Lei e nos contratos de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O Órgão Regulador estabelece as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos de P&D por meio de manuais e normas.

Diferentemente da pesquisa acadêmica pura que se caracteriza pela liberdade de investigação, os programas de P&D no setor de energia elétrica deverão ter metas e resultados bem definidos. Assim, a CEB-D acompanha os benefícios gerados por seus projetos periodicamente.

- Chamada Pública de P&D 2016

A Chamada Pública é uma ferramenta para seleção de projetos de P&D; a execução e seleção destes projetos são definidas no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL, que é executado anualmente pela CEB-D, em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 504/2012.

A publicação da Chamada Pública foi autorizada pela Resolução de Diretoria da CEB-D nº. 114, de 25 de maio de 2016, objetivando selecionar propostas de projetos para o Programa de P&D a serem implementadas pela CEB-D, referente ao ano de 2016, com valor previsto de R\$ 17.000.000,00.

Foram recebidas 57 propostas de diversas Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs – de todo Brasil, que se encontram na fase de avaliação e seleção das melhores propostas, com previsão de concluir a contratação ainda no primeiro trimestre de 2017.

- Fundos do FNDCT e MME

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, estabelece a obrigatoriedade da transferência de um percentual da ROL das empresas do setor elétrico para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e para o Ministério de Minas e Energia (MME) para custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Os aportes de recursos feitos para o FNDCT e MME em 2016 foram de R\$ 5.658.694,70 e R\$ 2.829.515,41, respectivamente.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A partir do exercício de 2015, a CEB D tem seguido as orientações do Plano de Transformação, documento de planejamento empresarial concebido pela Administração que assumiu a gestão da Companhia, no início daquele ano. Ao mesmo tempo, a CEB D iniciou e concluiu, em 2016, um Plano de Resultados apresentado à ANEEL, que resultou na melhora dos seus indicadores operacionais e econômico financeiro, tendo subido 10 posições no ranking da ANEEL.

Com o advento da Lei no 13.303, de 30 de junho de 2016, a CEB D concebeu um Plano de Negócio que adequou e atualizou os termos do mencionado Plano de Transformação às orientações da Lei.

Fatores conjunturais e estruturais colocam em risco o equilíbrio econômico- financeiro das distribuidoras. A inexistência de regras claras e equilibradas entre os segmentos do setor geram instabilidade jurídica levando à judicialização.

Por sua vez, nos últimos anos, os custos da compra de energia e os encargos setoriais representaram despesas adicionais que foram inicialmente absorvidas pelas Distribuidoras e, subsequentemente, repassadas aos consumidores.

Por outro lado, o incremento da inadimplência, do furto e da fraude de energia, influenciados pela majoração das tarifas, impactou os resultados econômicos das distribuidoras e colocou o grau de endividamento em patamar nunca antes verificado, reduzindo a capacidade de investimento.

De fato, em 2016, a profunda redução do mercado, provocada pela recessão econômica, aliada à migração de consumidores para o mercado livre, levou grande parte das distribuidoras à situação de sobrecontratação.

No âmbito regulatório, a ANEEL vem ajustando a regulamentação para mitigar os efeitos da sobrecontratação e dos custos de energia e, ao mesmo, incentivar a produção de energia elétrica por meio de fontes renováveis, dentre elas, a solar, a eólica, a biomassa e a hidráulica.

De acordo com a Agência, o número de micro e minigeração de energia mais que triplicou nos últimos 12 meses no Brasil, atingindo 5.040 conexões em agosto de 2016, enquanto em setembro de 2015, havia 1.148 ligações registradas, o que representa uma potência instalada de 47.934 kW. A fonte mais utilizada pelos consumidores-geradores é a solar, com 4.955 adesões, seguida da eólica, com 39 instalações. O Estado de Minas Gerais destaca-se com o maior número de micro e minigeradores (1.226 conexões), seguido de São Paulo (711) e do Rio Grande do Sul (564).

Os argumentos mais presentes relativos à Geração Distribuída enfatizam as vantagens para o consumidor; os benefícios para o sistema elétrico, por meio da diminuição de perdas; o custo evitado de ampliação do sistema, uma vez que a geração ocorre junto à unidade de consumo; o aumento na segurança do abastecimento; e o ganho sob o aspecto ambiental, tendo em vista que os projetos dessa natureza são sustentáveis.

Estima-se que a Receita Operacional Líquida projetada, a partir de 2017, cumpra trajetória ascendente, alcançando R\$ 3.118.981 mil em 2021. Os Custos e as Receitas/Despesas Operacionais evoluirão com percentuais inferiores aos da receita e, ainda, com o programado aporte decorrente da alienação dos ativos de geração, é esperada a liquidação do endividamento oneroso, colocando a CEB D em uma estrutura patrimonial alinhada com a praticada pelo mercado e criando a capacidade de investimento necessária.

12.7. CEB GERAÇÃO S/A – UO: 22.212

A CEB Geração S.A. - CEB Geração, sociedade por ações constituída por uma subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB, teve sua criação autorizada pela Lei Distrital n.º 2.648, de 26/12/2000. É regida pela Lei 6.404/76 e tem como objeto a geração e comercialização de energia produzida pela Usina Hidrelétrica do Paranoá e Usina Térmica de Brasília.

A Lei n.º 2.710 de 24.05.2001, autorizou o Governo do Distrito Federal a implementar a reestruturação societária da CEB, com o objetivo de atender às disposições dos Contratos de Concessão firmados entre Companhia e a ANEEL.

No contexto do novo modelo do setor de energia, a Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004, estabeleceu, para as concessionárias de distribuição, vedação à manutenção de vínculos societários com concessionárias de geração que pertençam ao sistema interligado nacional, sejam como coligadas, controladas ou controladoras.

A CEB submeteu à ANEEL, em agosto de 2005, proposta objetivando segregar as atividades de geração e distribuição de energia elétrica, observando o disposto no art. 4º, § da Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, com a nova redação dada pelo art. 8º da Lei n.º 10.848/04.

A segregação das atividades se deu por meio de versão dos ativos e passivos de cada concessão para novas empresas de geração e de distribuição de energia elétrica, o chamado “dropdown”, aprovado pela Resolução 593, de 30 de outubro de 2002.

Por meio da Resolução Autorizativa n.º 318/2005 de 14.09.2005, a ANEEL estabeleceu prazo limite para a efetivação da segregação da CEB, o qual foi atendido, ocorrendo a segregação no dia 12 de janeiro de 2006.

O processo de desverticalização que constituiu a CEB Geração destinou a esta a concessão dos ativos referentes a duas usinas, sendo a Usina Térmica de Brasília, com capacidade de geração de até 10 MVA, utilizando como combustível o óleo diesel e a Usina Hidrelétrica do Paranoá, com capacidade de 30 MVA.

A CEB celebrou o contrato de concessão n.º 65/1999 – ANEEL com a União em 26 de agosto de 1999, para geração de energia elétrica destinada a serviço público. O prazo de duração do contrato de concessão é de 20 anos contados a partir da assinatura. Após a segregação da Companhia Energética de Brasília – CEB, a CEB Geração iniciou sua operação comercial em 12 de janeiro de 2006.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	0
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	6
CLT – afastado	0
Conselheiro	2
Estatutário – em exercício	0
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	2
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	10

A CEB Geração em 2016 era composta por um Diretor-Geral e um Diretor, eleitos pelo acionista único com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos, seis requisitados do setor elétrico, dois Conselheiros, totalizando 10 (dez) colaboradores.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1812 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E OBRAS CIVIS DAS UNIDADES GERADORAS	450.000	450.000	176.702
0001 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E OBRAS CIVIS DAS UNIDADES GERADORAS--DISTRITO FEDERAL	450.000	450.000	176.702
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	295.600	295.600	0
6169 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS--DISTRITO FEDERAL	295.600	295.600	0
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	2.249.013	2.249.013	1.729.428
0005 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL-CEB GERAÇÃO- SIA	2.249.013	2.249.013	1.729.428
TOTAL DO PROGRAMA 6210	2.994.613	2.994.613	1.906.130,00

No ano de 2016 a aquisição de energia elétrica esteve dentro dos patamares previstos para o ano, não havendo necessidade de recorrer à compra de energia de curto prazo como aconteceu em 2015. Dentro das necessidades de

modernizar e manter a qualidade da geração de energia produzida pela Usina Hidroelétrica do Paranoá a CEB Geração realizou investimentos básicos em seus geradores e sistemas auxiliares para prevenção de falhas em sua usina.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	50.000	50.000	37.044
2527 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	50.000	50.000	37.044
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	18.500	18.500	0
5309 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	18.500	18.500	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100.000	160.000	117.444
2614 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB GERAÇÃO- SIA	100.000	160.000	117.444
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	50.000	50.000	0
9558 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	50.000	50.000	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2.611.000	2.611.000	2.606.971
6998 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEB GERAÇÃO- SIA	2.611.000	2.611.000	2.606.971
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	50.000	50.000	24.612
6993 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEB GERAÇÃO- SIA	50.000	50.000	24.612
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	100.000	100.000	26.490
6973 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-CEB GERAÇÃO- SIA	100.000	100.000	26.490
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3.921.816	3.761.816	3.042.113
6992 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEB GERAÇÃO- SIA	3.921.816	3.761.816	3.042.113
TOTAL DO PROGRAMA 6001	6.901.316	6.801.316	5.854.674

A CEB Geração deu continuidade ao processo de modernização na Gestão de Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação, com foco nas atualizações da versão do sistema e efetivação do módulo de patrimônio, bem como, a implantação do novo plano de contas da ANEEL.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EXECUTADO
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	20.000	20.000	0
0012 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-CEB GERAÇÃO- SIA	20.000	20.000	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.000	20.000	0
7064 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CEB GERAÇÃO SIA-DISTRITO FEDERAL	20.000	20.000	0
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	1.345.142	1.445.142	1.391.052
0003 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS-ENCARGOS E TRIBUTOS SOBRE A RECEITA DA CEB GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1.345.142	1.445.142	1.391.052
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	5.821.181	5.821.181	5.160.665
0007 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS A ACIONISTAS DA GERAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	5.821.181	5.821.181	5.160.665
TOTAL DO PROGRAMA 0001	7.206.323	7.306.323	6.551.717

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A CEB Geração S.A. é titular da UHE Paranoá, com 30 MW de capacidade instalada e garantia física de 13 MW, localizada na cidade de Brasília/DF. A energia gerada pela UHE Paranoá tem sido comercializada por meio de leilões no Ambiente de Comercialização Regulada - ACR.

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR da usina terminaram suas vigências em 31 de dezembro de 2016, enquanto que a concessão possui prazo que se estende até abril de 2020.

Houve interesse da CEB Geração em formalizar novos contratos de comercialização de energia com prazo limitado à data de vigência da concessão do empreendimento. No último leilão A-1 da Aneel o preço da energia foi em torno de R\$118,00 por MWh.

Sendo assim, a CEB Geração entendeu que a alternativa mais adequada naquele momento é promover a venda da energia da UHE Paranoá no Ambiente de Comercialização Livre – ACL, por meio de leilão de venda, fato esse ocorrido no dia 13 de dezembro de 2016.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A diretoria da CEB Geração S.A. possui como diretriz atuar com foco em resultado, na busca pelo aumento do nível da governança corporativa, na valorização e participação do seu capital humano, na ética e transparência em suas ações e, principalmente, no redirecionamento das estratégias e planos de negócios, visando ampliar sua contribuição à sociedade.

Visando foco em resultados e maior eficiência, dentre os feitos em 2016, podemos citar: reforma no Gerador 2 da usina, corrigindo pontos de corona causado por degradação do isolamento da máquina; instalação de uma nova estação hidrometeorológica a jusante da barragem visando o atendimento à Resolução 03/2010 Ana/Aneel; transformação da CEB Geração de Serviço Público para Produtor Independente de Energia; e enquadramento da usina como PCH – Pequena Central Hidrelétrica.

O enquadramento como PCH possibilitou a venda de energia no final do ano como Fonte Incentivada, que possui valor maior de mercado. Em dezembro de 2016, o valor da energia da Fonte Convencional no mercado era em torno de R\$120 por MWh e o valor da energia para Fontes Incentivadas estava em torno de R\$180,00.

12.8. CEB PARTICIPAÇÕES S.A- UO: 22.213

A CEB Participações S/A – CEBPar, sociedade anônima de capital fechado é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, iniciou sua atividade operacional em 13.01.2006, tendo por objeto social a participação no empreendimento de geração da Usina Hidrelétrica de Queimado-UHE Queimado, por meio de consórcio, com participação acionária atual de 17,5%, podendo ainda constituir ou participar de outras sociedades na condição de cotista de empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados.

A empresa tem participação acionária no empreendimento da Usina Hidrelétrica Corumbá IV, onde é detentora de 2,3465% do Capital Social da companhia Corumbá Concessões S/A.

A CEBPar, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, tem sede e foro na cidade de Brasília-DF.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	0
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	2
CLT – afastado	1
Conselheiro	2
Estatutário – em exercício	0
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	4
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	8
Total ativos - afastado	1

A CEB Participações S/A era composta por três diretores, sendo um Diretor-Geral, um Diretor Econômico-Financeiro e um Diretor Técnico, dois Conselheiros, três funcionários celetistas, sendo um afastado por motivo médico e ainda um requisitado da CEB-Distribuição, totalizando 9 (nove) colaboradores.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	LIQUIDADO
6065 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL	5.916.149	3.711.149	1.772.959
0007 - AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL-CEBPAR-DISTRITO FEDERAL	5.916.149	3.711.149	1.772.959
TOTAL DO PROGRAMA 6210	5.916.149	3.711.149	1.772.959

A dotação inicial no valor de R\$ 5.916.149, foi influenciado pelos altos custos de aquisição de Energia Elétrica no Mercado de Curto Prazo nos anos de 2014 e 2015, que chegaram a R\$ 6.276.540 e R\$ 8.231.527, respectivamente, afetando de maneira drástica o custo da companhia, porém, com atuação do Órgão Regulador – ANEEL, por meio da Lei nº 13.203/2015, o Mercado se estabilizou. Assim, foi possível o remanejamento referenciado no processo de nº 312.000014/2016.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	345.625	345.625	0
2502 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-CEB PAR-DISTRITO FEDERAL	345.625	345.625	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10.000	10.000	0
5308 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-CEB PARTICIPAÇÕES-DISTRITO FEDERAL	10.000	10.000	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	46.000	46.000	15.979
2596 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CEB PAR- PLANO PILOTO .	46.000	46.000	15.979
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	354.325	354.325	26.151
9562 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-CEB PAR-DISTRITO FEDERAL	354.325	354.325	26.151
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	10.000	10.000	0
9714 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-CEB PAR- PLANO PILOTO	10.000	10.000	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1.650.000	1.650.000	1.554.601
8767 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CEB PAR- PLANO PILOTO	1.650.000	1.650.000	1.554.601
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	88.000	88.000	54.651
9587 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CEB PARTICIPAÇÕES S/A-DISTRITO	88.000	88.000	54.651

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	LIQUIDADADO
FEDERAL			
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	70.000	70.000	39.867
8713 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL DA CEB - PARTICIPAÇÕES S/A- PLANO PILOTO .	70.000	70.000	39.867
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3.108.583	3.108.583	2.446.748
9690 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CEB PAR- PLANO PILOTO .	3.108.583	3.108.583	2.446.748
TOTAL DO PROGRAMA 6001	5.682.533	5.682.533	4.137.997

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	LIQUIDADADO
9054 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS	1.888.058	1.888.058	1.525.048
0004 - ENCARGOS EXTRA OPERACIONAIS--DISTRITO FEDERAL	1.888.058	1.888.058	1.525.048
9090 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	4.684.670	6.889.670	6.888.923
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA-CEB PAR- PLANO PILOTO .	4.684.670	6.889.670	6.888.923
TOTAL DO PROGRAMA 0001	6.572.728	8.777.728	8.413.971

Para cobrir a execução do programa 25.846.0001.9090.0005, foi aberto um processo de remanejamento financeiro, sob nº 312.000014/2016, onde realizou-se uma transferência de recursos do programa 25.752.6210.6065.0007, no valor de R\$ 2.205.000,00 para atender uma demanda de dividendos intercalares, proposta e aprovada pela Controladora Companhia Energética de Brasília S/A.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Durante o exercício de 2016 a companhia obteve um lucro na ordem de R\$ 11.222.430, lucro este que só foi possível devido a ação da ANEEL, por meio da Lei nº 13.203/2015, que regulamenta a Repactuação do Risco Hidrológico, onde a CEBPar se enquadrou no produto SP-91. A realocação do risco hidrológico possibilitou o ressarcimento de R\$ 1.226 mil referentes a créditos constituídos em 2015, a serem utilizados no pagamento do seguro de risco previsto no pacto. Os valores de MWh praticados no mecanismo de realocação de energia foram inferiores aos inicialmente previstos, o que mitigou a exposição financeira e converteu a perda ocorrida em 2015 em ganho de oportunidade de receita neste ano. Além do mais, a direção da empresa trabalhou arduamente na contenção das despesas, atuando de forma efetiva na condução dos contratos, conseguindo, na maioria deles, acordos para a não aplicação dos reajustes taxados.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Em 2016 a CEB Participações cumpriu os compromissos definidos em sua proposta orçamentária, apoiada na premissa de que suas receitas são originárias de recursos próprios, sendo estas provenientes em sua maior parte da venda de energia elétrica gerada pelo AHE-Queimado, complementada por aplicações financeiras e por prestação de serviços administrativo-financeiros.

Neste contexto, as despesas referentes a encargos com o Sistema de Energia Elétrica, no âmbito de dispêndio, incluíram custos usuais com os encargos setoriais tais como: compensação financeira por uso de recursos hídricos; compensação financeira por uso do bem público; taxas de fiscalização e contribuição de agentes da ANEEL, CCEE, O.N.S.; uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - CUSD à CEMIG Distribuição, bem como os gastos de liquidações no mercado de curto prazo de energia elétrica e o repasse de dividendos à Companhia Energética de Brasília, acionista único da CEBPar.

Quanto à geração da receita proveniente da comercialização de Energia Elétrica, o ano de 2016 foi marcado pela continuidade dos contratos de venda no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo no total de 31 (trinta e um) contratos de venda de energia, frutos da participação da empresa em leilão público de energia elétrica.

Para o exercício de 2017, a expectativa é de que os programas de trabalho, tanto no âmbito de investimento quanto em dispêndio, permaneçam inalterados.

12.9. SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 22.214

O Serviço de Limpeza Urbana - SLU, criado pelo Decreto nº 76, de 03 de agosto de 1961, transformado em entidade autárquica do Distrito Federal nos termos da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, é vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP, por força do Decreto nº 36.236, de 1 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do DF.

Na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, respeitados os princípios constitucionais que regem a administração pública, o SLU deve observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

O SLU tem por finalidade a gestão da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos de que tratam as Leis Federais nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; e Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos suas alterações e seus regulamentos, no Distrito Federal e nos municípios com os quais o Governo do Distrito Federal mantenha, para o mesmo fim, contratos e termos correlatos, compreendendo a gestão das atividades relacionadas a:

1. Coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos domiciliares e dos provenientes de sistema de coleta seletiva;
2. Varrição e limpeza de logradouros e de vias públicas, incluídas as atividades de remoção e transporte dos resíduos sólidos produzidos;
3. Coleta e remoção de resíduos sólidos urbanos, de resíduos volumosos da construção civil e de eletrônicos e correlatos entregues nas áreas sob sua competência e os lançados em vias e logradouros públicos;
4. Operação e manutenção de usinas e instalações destinadas à triagem e compostagem, incluindo transporte, tratamento e destinação final dos rejeitos;
5. Demais atividades relacionadas ao cumprimento das diretrizes de que tratam os dispositivos relacionados aos resíduos sólidos constantes da legislação vigente.

Conforme a Lei Distrital nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos, e de acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.275, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências, compete ao SLU:

- I. Promover a gestão e a operação da limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;
- II. Exercer, em caráter privativo, a gestão do planejamento e da execução das atividades públicas de interesse comum relacionada aos resíduos sólidos no Distrito Federal;
- III. Organizar e prestar, direta ou indiretamente, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, podendo tais atividades serem executadas mediante contrato de gestão ou concessão de serviço público;
- IV. Implementar e executar as políticas e diretrizes nacionais e distritais dos resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;
- V. Supervisionar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal;
- VI. Supervisionar, controlar e fiscalizar a destinação final sanitária do lixo coletado;
- VII. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de resíduos sólidos relacionadas com suas atribuições;
- VIII. Praticar atos relativos a licitações, contratos e convênios relativos ao desenvolvimento de suas atividades;
- IX. Estabelecer, em conjunto com os órgãos reguladores, fiscalizadores e ambientais do Distrito Federal, as respectivas diretrizes para a fiscalização ostensiva da disposição dos resíduos sólidos urbanos;
- X. Promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais;
- XI. Elaborar e executar atos relativos à sua proposta orçamentária e financeira para a execução de suas atividades;
- XII. Adquirir, alienar, arrendar, alugar e administrar seus bens e direitos;
- XIII. Desempenhar outras atividades relacionadas à política de resíduos sólidos do Distrito Federal.

Entre os serviços prestados, podemos destacar: coleta convencional de resíduos sólidos urbanos de origem domiciliar e comercial, coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, coleta manual e mecanizada e transporte de entulhos, varrição manual e mecanizada de vias, lavagem de vias, lavagem de monumentos e equipamentos públicos, pintura manual e mecanizada de meio-fio, catação manual de papéis e plásticos em áreas verdes, transbordo e transferência de rejeitos, prestação de serviços diversos de limpeza (em eventos públicos), operação de usinas de tratamento de resíduos, coleta de animais mortos em vias públicas e destinação final. Além das atividades descritas, o SLU realiza a compostagem de resíduos orgânicos, comercializa ou faz a doação do composto orgânico, e realiza a educação ambiental, conscientização e sensibilização da população do DF e entorno para o manejo de resíduos sólidos.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	750
Cedidos – fora GDF	16
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	2 ¹
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	682 ²
Estatutário - afastado	13 ³
Sem vínculo – em exercício	42
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	1492
Total ativos - afastado	13

Observações: 1 – 01 servidor requisitado fora GDF e 01 servidor requisitado dentro GDF
 2 – 03 servidores requisitados fora GDF e 10 servidores requisitados dentro GDF
 3 – 01 servidor requisitado dentro GDF

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES / SLU

O SLU realiza o pagamento de servidores ativos cedidos a outros órgãos. Considerando o quantitativo de servidores ativos existentes em janeiro/16 (1.636) e em dezembro/16 (1.511) houve redução de 7,64%.

Tem havido aposentadorias constantes de pessoal próprio do SLU como de cedidos a outros órgãos o que era de se esperar uma vez que o último concurso público foi realizado em 1990.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO	81.146	28.384	0	0
6205 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO--DISTRITO FEDERAL	81.146	28.384	0	0
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	316.123.032	375.380.623	369.784.224	331.503.381
6118 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	316.123.032	375.380.623	369.784.224	331.503.381
2582 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR	1.500.000	0	0	0
0001 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR--DISTRITO FEDERAL	1.500.000	0	0	0
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	1.000.000	572.231	572.231	572.231
0002 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA--DISTRITO FEDERAL	1.000.000	572.231	572.231	572.231
3001 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	2.080.000	1.048.938	0	0
0003 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	2.080.000	1.048.938	0	0
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S	320.000	1.228.920	798.215	27.176
0005 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S--DISTRITO FEDERAL	160.000	907.751	529.310	26.766
0006 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S - DISTRITO FEDERAL	160.000	158.240	132.410	410
0007 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S- CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S- BRAZLÂNDIA	0	162.929	136.495	0
3013 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1.010.000	224.000	0	0
0001 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS--DISTRITO FEDERAL	1.010.000	224.000	0	0
3015 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	10.000	0	0	0
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL--DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
3016 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	360.000	90.934	90.934	90.934
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS--DISTRITO FEDERAL	360.000	90.934	90.934	90.934

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3099 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATTR	30.000	0	0	0
5332 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATTR-- DISTRITO FEDERAL	30.000	0	0	0
3101 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE	1.100.000	14.576.780	14.233.399	12.387.297
0003 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE-- SAMAMBAIA	1.100.000	14.576.780	14.233.399	12.387.297
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	1.060.000	0	0	0
2256 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS- SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	1.060.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	324.674.178	393.150.811	385.479.002	344.581.018

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Taxa de Recuperação dos resíduos coletados	%	8,07	31-dez-14	Anual	9	11	13	15	SLU / UO 22214 / OE 4
Taxa de disposição final em aterro sanitário	%			Anual	80	100	100	100	SLU / UO 22214 / OE 4

O indicador “Taxa de recuperação dos resíduos coletados” atingiu o índice de 8,92%, embora as dificuldades enfrentadas nos contratos de prestação de coleta seletiva, e atrasos na construção de Instalações de Recuperação de Resíduos – IRR’s.

O indicador “Taxa de disposição final em aterro sanitário” atingiu o índice de 1%, devido à decisão governamental de inauguração do aterro em 17 de janeiro de 2017. Alimentos vencidos gerados em supermercados foram destinados em aterros sanitários localizados fora do DF.

Das atividades realizadas pelo SLU no ano de 2016, a que representou maior impacto na gestão dos resíduos sólidos do Distrito Federal – DF foi a contratação do Lote II dos serviços de coleta convencional e limpeza urbana, pondo fim a um contrato emergencial para a prestação temporária dos serviços, até que o processo fosse concluído.

Houve significativas alterações neste contrato comparado aos outros 2 (dois) lotes com serviços similares no que diz respeito ao cumprimento da universalização da prestação dos serviços de saneamento básico. Para as regiões de difícil acesso, como o Sol Nascente e o Pôr do Sol situados na Ceilândia, foram contratados veículos especiais de pequeno porte para acessar as vias estreitas da localidade. Ainda na mesma região, para o adequado acondicionamento dos resíduos foi contratada instalação de 20 (vinte) containeres subterrâneos, posteriormente denominados “papa-lixo”, de tal forma que a população das vielas possa depositar os resíduos da coleta convencional evitando sua disposição em passeios públicos provocando problemas ambientais, sanitários e de saúde pública.

O SLU inaugurou, em dezembro de 2016, a instalação de 10 “Papa Lixo” no Bairro Sol Nascente. Estes containers semi-enterrados possibilitam o armazenamento dos resíduos de forma segura e limpa, minimizando os riscos de proliferação de vetores na região, além de otimizar a logística de coleta através da diminuição do número de viagens e do tempo médio de coleta. Esse sistema apresenta vantagens como:

- Coleta em áreas de difícil acesso;
- Lixo fica armazenado de forma segura. Não há risco de ser arrastado pela chuva ou rasgado por animais;
- Redução do mau cheiro do lixo e da proliferação de vetores e outros bichos, como ratos e baratas;
- Os equipamentos utilizados no sistema de contêineres semi-enterrados são mais silenciosos e, por isso, a coleta poderá ser efetuada também em horários noturnos, sem incômodo para a população e sem retenção do trânsito.

Foto 1: Container semi-enterrado instalado no bairro Sol Nascente – Ceilândia / DF



Ainda neste mesmo contrato foi inovado o mecanismo de pintura de meio fio, utilizando-se de pintura mecanizada visando maior segurança aos trabalhadores em pistas de rolamento de alta velocidade, em canteiros centrais de pistas e avenidas, sendo gerado ganho na produtividade e na qualidade da aplicação do produto. Houve também um significativo aumento de varrição mecanizada das avenidas. Estas foram algumas das novidades introduzidas no primeiro edital de serviços de manejo dos resíduos e limpeza pública elaborado na atual administração.

Foto 2: Pintura mecanizada de meios-fios



A coleta seletiva operada por catadores de materiais recicláveis também foi introduzida. A contratação de organizações de catadores para realizarem a coleta seletiva de materiais recicláveis foi uma nova forma de inserção sócio produtiva da categoria de catadores e, pode vir a ser uma estratégia para o atendimento em outras Regiões Administrativas – RAs. A contratação de 4 (quatro) organizações (associações e cooperativas) de catadores para retomarem a execução dos serviços da coleta seletiva em 5 (cinco) das 14 (quatorze) Regiões Administrativas – RAs que tiveram estes serviços temporariamente suspensos também geraram um impacto social. Estes trabalhos tiveram início em julho de 2016. O tipo, a forma e as organizações contratadas, representaram uma tentativa de alteração do modelo vigente até então. O contrato exige uma quantidade mínima de resíduos a serem coletados nos roteiros definidos, que devem ser cumpridos obrigatoriamente nos dias e horários estipulados. Dando continuidade à reformulação destes serviços, o SLU baseado em estudo de consultoria contratado pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA está revendo as localidades a serem inicialmente cobertas em todas as Regiões Administrativas – RAs. Esta reformulação em andamento visa priorizar em cada RA a coleta seletiva em regiões comerciais e as verticalizadas onde a geração de materiais recicláveis é maior. Este estudo deve ser concluído até meados do ano 2017.

As melhorias operacionais no Aterro Controlado do Jóquei e as obras para a implantação do Aterro Sanitário de Brasília – ASB prosseguem e, está em andamento o processo de discussão no governo e nas cooperativas de catadores sobre a transição gradual da disposição dos rejeitos assim que as obras do ASB forem concluídas. Foi informatizado o sistema de pesagem nas balanças da Usina de Tratamento Mecânico Biológico do P-Sul e do Aterro Controlado do Jóquei.

Algumas Instalações de Recuperação dos Resíduos foram licitadas no segundo semestre de 2016.

Quanto à educação ambiental e mobilização social para a colaboração e a manutenção da limpeza urbana foram realizadas em 2016 cerca de 135 atividades que atenderam a um público de 21.635 pessoas. Foi dada continuidade ao esforço para desenvolver em cada cidadão do DF o sentimento de responsabilidade e compromisso com a manutenção da limpeza e a motivação para a prática de atitudes sustentáveis. Nesse sentido, foram realizadas a segunda edição da Corrida dos Garis e a premiação dos Blocos Carnavalescos parceiros da limpeza, além de diversas outras atividades de educação ambiental. Instituiu-se um Grupo de Trabalho – GT com o objetivo de difundir nas escolas do DF a educação para a Água e o Saneamento Ambiental, constituído pelos seguintes órgãos: a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, a Escola da Natureza, a Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEE-DF e o Serviço de Limpeza Urbana – SLU.

Foram realizadas pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU visitas a todas as administrações regionais para discussão da importância da implantação dos Postos de Entrega Voluntária – PEV e realizada atualização do número necessário destes equipamentos e suas localidades, sendo identificada a necessidade de instalação de 62 (sessenta e dois)

PEV's. Foi elaborado o projeto padrão básico e os projetos específicos de acordo com a área a ser utilizada para 10 (dez) unidades, com o apoio da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS. Foram contratadas 6 (seis) unidades de PEV em 2016.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2583 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES	200.000	20.000	0	0
0001 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES--DISTRITO FEDERAL	200.000	20.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	200.000	20.000	0	0

Esta ação previa, já no ano 2016, o pagamento por serviços prestados pelas organizações de catadores, face à triagem de resíduos e a destinação adequada dos materiais recicláveis diferentemente do aterramento. Devido ao atraso na inauguração do Aterro Sanitário de Brasília – ASB, esta ação não teve execução orçamentária e financeira.

No ano 2017, o quantitativo de resíduos triados pelas organizações de catadores, não sendo aterrada, será compensada às organizações, como forma de incentivo e remuneração ao importante trabalho de triagem de resíduos. Já foi lançado o edital com chamada pública para cadastramento de cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis, constituídas por catadores que tenham como renda exclusiva, o produto obtido com o processamento e a comercialização dos resíduos sólidos urbanos recicláveis, para posterior contratação visando à prestação de serviços públicos de recuperação de resíduos sólidos, compreendendo a triagem, prensagem, enfardamento e a comercialização. Pretende-se assim o aumento progressivo da reinserção dos materiais recicláveis no mercado e a redução dos rejeitos enviados ao Aterro Sanitário de Brasília.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	900.000	1.141.564	722.422	656.941
5851 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	900.000	1.141.564	722.422	656.941
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100.000	0	0	0
5337 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	100.000	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	210.000	117.322	117.322	117.322
5182 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	210.000	117.322	117.322	117.322
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	140.648.660	139.168.660	125.412.812	125.412.812
8880 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	140.648.660	139.168.660	125.412.812	125.412.812
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	12.936.259	12.389.659	12.319.396	12.319.396
9686 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	12.936.259	12.389.659	12.319.396	12.319.396
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	384.000	234.144	224.114	224.114
8738 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	204.000	204.000	201.755	201.755
8739 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	180.000	30.144	22.359	22.359
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5.717.250	5.487.483	5.115.243	4.568.533
9762 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	5.717.250	5.487.483	5.115.243	4.568.533
TOTAL DO PROGRAMA 6001	160.896.169	158.538.832	143.911.309	143.299.118

Conforme previsto, houve uma primeira reestruturação do Serviço de Limpeza Urbana – SLU unindo alguns núcleos operacionais e aumentando o contingente de gestores com funções gratificadas para reforçar as ações de gestão e planejamento do SLU.

Considerando o avanço da implantação de novas atividades inovadoras, como controle informatizado, operação do aterro sanitário e o reduzido quadro de pessoal técnico, o Serviço de Limpeza Urbana – SLU necessita realizar novas adequações em sua estrutura e realizar concurso público para o atendimento adequado de suas necessidades.

As despesas administrativas não sofreram grandes alterações em relação ao ano 2015, excetuando-se os custos com materiais de escritório e de limpeza que tiveram grande impacto, com significativa redução devido às ações educativas, sobretudo com a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

Ocorreu aumento dos contratos firmados pelo SLU, principalmente, devido à diversificação das atividades de controle e fiscalização dos serviços prestados. Foram adquiridas novas balanças, sistemas de informatização dos serviços, entre outros.

No que diz respeito à gestão das pessoas, o Serviço de Limpeza Urbana – SLU realizou um recadastramento de todos os seus servidores tanto os que estão prestando serviços na autarquia como os que estão cedidos a outros órgãos, para tomar as medidas necessárias para a reorganização e redistribuição em função da realidade encontrada.

O perfil do servidor concursado originalmente era para a execução de serviços operacionais. Com a inexistência da prestação de serviços operacionais pelo SLU e a necessidade de desenvolvimento de planejamento, modernização e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle torna-se necessário a realização de concurso público para atender às demandas da autarquia.

Foi ainda implantado um controle de acesso ao prédio da administração e melhorados os acessos dos prédios das unidades operacionais.

No que diz respeito aos recursos humanos responsáveis pela limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos no Distrito Federal, vale ressaltar que tem havido uma constante redução do número de servidores do Serviço de Limpeza Urbana – SLU como também de trabalhadores terceirizados por meio das empresas contratadas. Contribuiu para esta redução o cumprimento do estabelecido no Decreto Governamental nº 36.757 de 16 de setembro de 2015 que estipulou em 25% (vinte e cinco por cento) a redução do valor global de cada um dos contratos corporativos com todos os órgãos do GDF e, em 20% (vinte por cento) com os cargos comissionados em funções de confiança. Foi ainda implantado sistema de contagem de pessoal que atua em diferentes serviços contratados pelo SLU.

O SLU adquiriu os seguintes materiais permanentes no exercício 2016: 10 poltronas giratórias; 1 sistema integrado de segurança eletrônica; 2 estufas; 1 fogão; 4 micro-ondas; 60 cadeiras; 12 conjuntos de mesa para refeitório; 2 geladeiras e 48 livros de Direito.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	162.000	133.650	14.834	14.834
6190 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO PEQUENO VALOR-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	162.000	133.650	14.834	14.834
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	4.800.000	4.822.215	4.822.215	4.401.635
9559 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	4.800.000	4.822.215	4.822.215	4.401.635
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	6.485.626	2.485.688	1.567.423	1.567.423
0023 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	6.485.626	2.485.688	1.567.423	1.567.423
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	850.000	2.482.316	2.050.732	1.985.528
7162 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	850.000	2.482.316	2.050.732	1.985.528
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	12.297.626	9.923.869	8.455.204	7.969.420

São liquidadas despesas com Requisições de Pequeno Valor – RPV ao TRT e ao TJDF, em cumprimento a decisões judiciais.

É realizada a contribuição mensal ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, em valor equivalente a 1% (um) por cento, das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, conforme inciso “III” dos artigos 2º e 8º da Lei nº 9.715, de 25/11/1998.

O Art. 139 da LC 840/2011 dispõe que após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, sem prejuízo da remuneração ou subsídio do cargo efetivo. As licenças não usufruídas serão pagas em pecúnia quando da aposentadoria do servidor.

O SLU faz o pagamento de despesas com ressarcimento a outros órgãos quando o servidor pertencer a outras esferas de governo ou a empresas estatais não dependentes e optar pela remuneração do cargo efetivo, nos termos das normas vigentes. São realizados pagamentos mensais de pensão indenizada em cumprimento a decisões judiciais.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Serviço de Limpeza Urbana – SLU tem trabalhado no recolhimento e acúmulo de pneus e, ainda não obteve um acordo satisfatório sobre a logística reversa destes resíduos. É necessário que haja um esforço no sentido de viabilizar uma parceria de acordo com a previsão legal. O SLU recebeu e recolheu em 7 das suas unidades operacionais de janeiro a dezembro de 2016, 3.925,5 toneladas de pneus, sendo que a maioria, cerca de 80% de pneus pequenos com aproximadamente 6 kg cada, e a minoria, cerca de 20% de pneus grandes com aproximadamente 55 kg cada. Considerando esta proporção foram recolhidos, recebidos e destinados à reciclagem cerca de 537.675 pneus, sendo 523.400 de pequeno porte e 14.275 pneus de grande porte. Estes serviços são de responsabilidade dos importadores, fabricantes, distribuidores e comerciantes e está em discussão com a RECICLANIP representante da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP um instrumento legal para que o SLU possa prestar legalmente este tipo de serviço prestado e implantar as condições adequadas para a sua realização.

Tabela 2: Recolhimento e depósito temporário de pneus nas unidades do SLU

MÊS	GAMA	BRASÍLIA NORTE	SOBRADINHO	PLANALTINA	PARANOA	RECANTO DAS EMAS	SÃO SEBASTIÃO	TOTAL MENSAL (t)	NO TRIMESTRE (t)
janeiro	112,00	536,00	15,00	9,00	6,00	35,00	2,00	715,00	1.903,50
fevereiro	96,00	231,00	220,00	6,00	8,00	132,00	2,00	695,00	
março	95,00	310,00	43,00	7,00	19,00	14,50	5,00	493,50	
abril	103,00	160,00	8,00			16,00		287,00	813,50
maio	38,00	162,00		6,00		44,50		250,50	
junho	44,00	211,00		6,00	6,00	9,00		276,00	
julho	30,00	151,00	23,80		3,00	4,00		211,80	601,20
agosto	23,00	159,00	12,00			5,00		199,00	
setembro	19,50	160,00	4,40		2,00	4,50		190,40	
outubro	56,00	102,00		4,80		12,00		174,80	607,30
novembro	39,00	244,00	26,00	6,50				315,50	
dezembro	29,00	88,00						117,00	
Total	655,50	2.182,00	352,20	45,30	44,00	276,50	9,00	3.925,50	
Total anual									3.925,50

Observação: Cada pneu de pequeno porte pesa de 5,5kg a 7,0kg. Pneu de grande porte pesa de 55kg a 80kg.

Quanto à compostagem houve um significativo acréscimo de composto doado e uma queda significativa na venda. Isso porque foi triplicada a quantidade doada de 30 (trinta) para 90 (noventa) toneladas/ano aos agricultores rurais. Além disso, os produtores rurais patronais também foram contemplados com a doação. Há necessidade de revisão deste critério, uma vez que a quantidade demandada superou a quantidade ofertada, no período de plantio da safra.

O Serviço de Limpeza Urbana – SLU participou de diversos eventos de iniciativa própria, de outros órgãos do governo e da sociedade como um todo. Realizou parcerias para apoio à manutenção da limpeza das cidades que se ampliaram com relação às iniciadas em 2015.

Para executar todas as atividades previstas, as receitas tanto por meio do orçamento ordinário não vinculado, Fonte 100, como da Taxa de Limpeza Pública – TLP, Fonte 114, do Serviço de Limpeza Urbana – SLU continuam sendo insuficientes para cobrir as despesas com os serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos urbanos. Assim, no final dos exercícios, em especial para os meses de outubro a dezembro, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão tem buscado adequar o orçamento para o fechamento do exercício. Ainda assim, o SLU continua com débitos relativos ao Reconhecimento de Dívida do ano de 2014 em valores próximos a R\$ 60.000.000,00. (sessenta milhões). Esses débitos estão sendo reconhecidos pelo SLU para, quando houver os recursos necessários, iniciar o seu pagamento.

O programa de capacitação dos servidores do Serviço de Limpeza Urbana – SLU e de entidades parceiras continua sem interrupção com atividades realizadas no mínimo 2 vezes ao mês, tendo neste ano de 2016 sido realizadas por meio do projeto “Vem Saber” 23 palestras, sendo 15 delas com temas direcionados à gestão de resíduos sólidos e 8 com temas livres, todas feitas com parcerias de outras instituições do governo como a Agefis, Emater, Inesc, Subsecretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, Corregedoria Geral do DF, como também ministradas por servidores do SLU, que atingiu 1.240 presenças,

com média de 54 presenças/palestra, capacitando 348 pessoas do próprio órgão e convidados, dos quais 27 servidores do SLU conseguiram cumprir a carga horária de 20 horas, preestabelecido para o recebimento de certificado.

O curso sobre “Execução de contratos” direcionado aos servidores que atuam na execução de contratos, teve a presença de 53 servidores, porém somente 27 servidores concluíram o curso e receberam o certificado.

A partir da implantação de balanças eletrônicas, tornou-se necessária a capacitação e atualização dos servidores que manuseiam as balanças para controle de pesagem de resíduos sólidos. Dos 36 servidores convocados, 28 concluíram o treinamento.

Foi realizado Workshop, com a presença de 35 servidores, com a finalidade de abordar temas sobre a operacionalização, fiscalização, implantação e operação das células do Aterro Sanitário de Brasília, previsto para inauguração em 17 de janeiro de 2017.

Com a missão de capacitar os servidores dos órgãos do GDF, a Escola de Governo – EGOV/DF oferece cursos, treinamentos, palestras e seminários. No ano 2016, foram indicados 44 servidores do SLU para participar destas capacitações.

A Escola de Contas do Tribunal de Contas do DF – TCDF oferece cursos que abordam a temática sobre a Administração Pública. No curso “Contratação direta – dispensa e inexigibilidade de licitação” houve participação de 2 servidores do SLU.

Em 18 de abril de 2016, foi assinado contrato, com a participação do governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg, no valor de R\$ 3.381.583,89 (três milhões trezentos e oitenta e um mil quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e nove centavos), para consultoria especializada que apoiará o governo na elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB. O documento está previsto nas Leis Federais nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e nº 12.305, de 2010, e auxiliará o poder público no planejamento para soluções de curto, médio e longo prazos para o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos e a drenagem urbana. A empresa contratada — Serenco Serviços de Engenharia Consultiva — foi a vencedora da concorrência, e o prazo de execução do contrato previsto foi de 7 (sete) meses.

Ocorreram várias reuniões da Comissão Técnica do PDSB e a Serenco elaborou o Plano de Trabalho e o Plano de Mobilização Social que norteia todo o processo de mobilização da sociedade para o acompanhamento da elaboração dos Planos. Foram discutidos outros assuntos relativos ao Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, quais sejam os estudos populacionais e a gravimetria dos resíduos sólidos urbanos no DF.

No ano 2016, a publicação no DODF de normas sobre o manejo de resíduos sólidos e outras questões relativas ao SLU deu novo ordenamento jurídico aos seguintes temas:

Consórcio Público - CORSAP

- Portaria nº 02 de 05/10/2016 DODF de 06/10/2016 - Revoga a Portaria nº 01, de 17 de fevereiro de 2016, do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região integrada do Distrito Federal e de Goiás - CORSAP.

Containers

- Instrução Normativa nº 114, de 24/11/2016. DODF de 25/11/2016 - Dispõe sobre a padronização de procedimentos operacionais e dos equipamentos visando à redução dos ruídos gerados durante a coleta pública de resíduos sólidos domiciliares e os a estes equiparados e orienta a população quanto ao correto acondicionamento de resíduos sólidos urbanos.

A reclamação dos brasilienses sobre o barulho feito pelos 127 caminhões de lixo contratados pelo SLU, em períodos noturno e nas primeiras horas da manhã é antiga. Para resolver essa questão ou ao menos minimizar, o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) editou norma obrigando as empresas de coleta a fazerem adaptações aos veículos para eliminar o ruído gerado durante o serviço, que representará a diminuição de 50% dos ruídos, conforme testes realizados.

Essas mudanças são necessárias para adequar o sistema de recolhimento de lixo às regras da Lei do Silêncio. A frota de caminhões de lixo deve estar dentro das normas em até 90 dias. O custo da mudança ficará a cargo das empresas contratadas. As empresas precisam, ainda, adotar protocolo operacional, com orientações do padrão a ser seguido pelos empregados, relacionados à correta manipulação dos equipamentos. Os protocolos serão avaliados pela autarquia.

Resíduos da Construção e Demolição - RCD

- Lei 5.605, de 07/01/2016 - Dispõe sobre a utilização de agregados provenientes de resíduos reciclados nas obras de pavimentação ou com sistemas construtivos em concreto ou argamassa executados ou contratados pelo poder público.

Esta Lei definiu que os projetos, as especificações técnicas e os orçamentos das obras devem prever, sempre que possível, a utilização de agregados provenientes de resíduos reciclados.

– Decreto nº 37.782, de 18/11/2016, DODF de 21/11/2016 - Regulamenta o art. 28 da Lei 4.704 que dispõe sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos.

Este Decreto estabelece que o exercício da atividade de transporte de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos é privativo de agente cadastrado e autorizado pelo Poder Executivo.

As alterações fazem parte das novas regras do transporte de resíduos volumosos e da construção civil no Distrito Federal. Quando todas as normas forem cobradas — com previsão de 120 dias —, será preciso ter cadastro no SLU e emitir certificado de licenciamento para o transporte desses materiais.

A medida é importante tanto para a economia nos gastos do governo quanto para o cuidado ambiental da cidade, já que, sem maior controle, muitos materiais são descartados em áreas inapropriadas. A Agência de Fiscalização do DF (Agefis) identificou 897 pontos clandestinos de descarte de lixo em 2015, ano deste levantamento.

Composto Orgânico

– Decreto nº 37.135, de 24/02/2016, DODF de 25/02/2016, que alterou o §1º, do art. 5º do Decreto nº 35.166, de 17/02/2016.

Este Decreto estendeu a doação do composto orgânico, em até 90 toneladas anuais, também aos produtores rurais patronais. Até esta data, apenas os produtores rurais com declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou carteira de produtor familiar tinham direito à doação. Esta medida contribuiu para dar vazão ao estoque de composto orgânico então existente nos pátios de compostagem da Usina de Tratamento de resíduos sólidos do P-Sul.

Grandes Geradores e Preços Públicos

– Lei nº 5.610 de 16/02/2016 DODF de 22/02/2016 - Dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos e dá outras providências.

Esta Lei disciplina o gerenciamento dos resíduos sólidos não perigosos e não inertes produzidos por grandes geradores. Não haverá ônus ao grande gerador quando o SLU prestar serviços de coleta, transporte e destinação final de materiais recicláveis separados na origem por grande gerador.

Os grandes geradores são definidos como pessoas físicas ou jurídicas que produzam resíduos em estabelecimentos de uso não residencial, incluídos os estabelecimentos comerciais, os públicos e os de prestação de serviço e os terminais rodoviários e aeroportuários, incluindo os promotores de eventos, cuja natureza ou composição sejam similares àquelas dos resíduos domiciliares cujo volume diário de resíduos sólidos indiferenciados, por unidade autônoma, seja superior a 120 litros.

Nestes casos, a prestação de serviços pelo SLU aos grandes geradores ou às empresas por eles contratadas é remunerada mediante o pagamento de preços públicos definidos em normas de regulação editadas pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA.

Posteriormente foram publicadas as seguintes normas correlatas:

– Decreto nº 37.568, de 24/08/2016, DODF de 25/08/2016, que regulamenta a Lei 5.610 de 16/02/2016, e altera o Decreto nº 35.816, de 16/09/2014 (licença para eventos públicos)

– Resolução nº 14, de 15/09/2016 da ADASA, DODF de 16/09/2016, que estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos, da construção civil e dá outras providências.

– Instrução Normativa nº 89, de 23/09/2016, DODF de 26/09/2016, que regulamenta procedimentos no âmbito do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dispõe sobre as normas a serem observadas pelos grandes geradores de resíduos sólidos e prestadores de serviços de transporte e coleta, bem como pelos responsáveis pela realização de eventos em áreas, vias e logradouros públicos.

Regulação

– Resolução nº 21, de 25/11/2016 da ADASA, que estabelece as condições gerais da prestação e utilização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal.

Esta Resolução visa adequar os serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos às normas de regulação dos serviços prestados.

Centros de Triagem de Materiais Recicláveis

– Decreto nº 37.753, de 01/11/2016, DODF de 03/11/2016, que declara de interesse público os projetos e as obras de Centros de Triagem de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, e disciplina os procedimentos e prazos previstos no art. 30, da Lei nº 2.105, de 08 de outubro de 1998, e dá outras providências, para os Centros de Triagem localizados na QNP 28 Área Especial Usina, P Sul, Região Administrativa de Ceilândia; na L4 Sul, Avenida das nações, Lote nº 5, Setor de Áreas Isoladas Sul, Asa Sul, Região Administrativa do Plano Piloto; no SIA Trecho 17, Via I 4, Lotes 1660/1700, Região Administrativa do SIA; e no SCIA Q. 09, Cj. 01. Lote 02, Cidade do Automóvel, Região Administrativa do SCIA. No dia 05/10/2016, foram publicados no DODF os requerimentos de licença ambiental simplificada para atividade de Centro de Triagem – CTR para os centros localizados no SIA e SCIA.

Comissão de Ética

– Instrução nº 58, de 30/06/2016 - Constituir no âmbito do Serviço de Limpeza Urbana a Comissão de Ética com vistas a promover a ética funcional do servidor no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, além de conduzir os procedimentos susceptíveis de censura ética.

Programa DF Limpo

– Lei nº 5.650, de 01/04/2016 - Estabelece diretrizes para o Programa DF Limpo e dá outras providências., visando a implementação de efetiva fiscalização e cobrança de multa para pessoas que lançarem em ruas, praças, jardins, escadarias e quaisquer áreas e logradouros públicos, no Distrito Federal, lixo de qualquer natureza, como papéis, invólucros, copos, cascas, guimbas, restos e resíduos. Aplicada tanto a transeuntes como àqueles que lançarem lixo através da janela de veículos motorizados ou não, bem como àqueles cidadãos que lançarem lixo das edificações.

Aterro do Jóquei

– Decreto nº 37.130, de 19/02/2016 - Aprova o Plano de Intervenção para encerramento das atividades irregulares no Aterro Controlado do Jóquei elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 36.437, de 02 de abril de 2015, e institui Subgrupos de Trabalho para acompanharem a execução das ações estabelecidas no Plano de Intervenção e dá outras providências.

O Grupo de Trabalho – GT criado sob a coordenação da Casa Civil pelo Decreto 37.130 de 19 de fevereiro de 2016 para acompanhar a transição das atividades definidas no Plano de erradicação das irregularidades existentes no antigo lixão do Jóquei não teve uma atuação que seria necessária. A articulação dos diferentes órgãos do GDF entre si e com os catadores de materiais recicláveis tem sido um desafio e há necessidade de sua retomada.

Conlurb

– Decreto nº 37.102, de 03/02/2016 - Aprova o Regimento Interno do Conselho de Limpeza Urbana do Distrito Federal e altera o artigo 8º e o artigo 12, do Decreto nº 36.486, de 07 de maio de 2015, que regulamenta o art. 2º, inciso IV e §§ 1º e 2º, da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, que institui o Conselho de Limpeza Urbana CONLURB, e dá outras providências.

O Conselho de Limpeza Urbana – Conlurb criado pela Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, foi instituído no Distrito Federal pelo Decreto nº 36.486 de 7 de maio de 2015. É um órgão colegiado de natureza consultiva, constituído por 44 (quarenta e quatro) Conselheiros, entre titulares e suplentes, representantes da sociedade civil e do governo de Brasília. O CONLURB tem por finalidade zelar pela correta aplicação das normas legais e regulamentares relacionadas à Política Distrital de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, com vistas ao acompanhamento e avaliação da gestão dos serviços prestados, bem como o exercício do controle social a que alude a Lei Distrital nº 5.418, de 24 de novembro de 2014.

O funcionamento do Conselho de Limpeza Urbana do DF – o CONLURB instalado em outubro de 2015, permitiu importantes contribuições para a limpeza do DF. O Relatório de Atividades e a prestação de contas dos anos 2015 foram submetidos ao conselho, analisadas e aprovadas fornecendo importantes contribuições e recomendações. Contribuiu ainda com a elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico e o Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, em especial com o Plano de Mobilização Social. Foi submetida ao Conselho a Carta de Serviços do Serviço de Limpeza Urbana – SLU para recebimento de contribuições.

O SLU contratou empresa para a instalação de totens de identificação para as suas unidades operacionais. 27 totens serão instalados, 23 dos quais iluminados, proporcionando maior visibilidade e, de certa forma, importância das unidades do SLU junto à população, já que o encaminhamento de resíduos especiais poderá ser realizado pela população nos Núcleos de Limpeza dotados de Pontos de Entrega Voluntária – PEV's.

Uma das condicionantes para a licença de operação do Aterro Sanitário de Brasília – ASB, visto a interferência da atividade com a Escola Classe Guariroba, foi a construção da Escola Classe Guariroba em área mais afastada, às margens da DF- 180, com orçamento do SLU, que foi descentralizado, por meio de convênio, para a Novacap.

Visto o estágio em andamento da obra, a Novacap realiza, ainda, o acompanhamento da construção.

Foto 3: Escola Classe Guariroba



O Serviço de Limpeza Urbana (SLU) compõe a equipe de órgãos do Governo de Brasília que desenvolve o programa Cidades Limpas. Trata-se de uma iniciativa da Secretaria das Cidades já realizada no Gama, Itapoã, Paranoá e em parte de Ceilândia.

Lançado em novembro de 2016, o programa executa serviços como recolhimento de lixo, remoção de entulho, tapa-buraco, poda de árvores, roçagem, limpeza de bocas de lobo e de redes de drenagem, além de manutenção de iluminação pública e de sinalização de trânsito.

No Gama, o SLU recolheu 956,02 toneladas de entulho e volumosos. Além disso, foram varridos e capinados 71.250 km. No período de 7 a 19 de novembro de 2016, atuaram 40 garis por dia.

No Itapoã, a autarquia coletou 824,61 toneladas de entulho e volumosos. De 5 a 10 de dezembro, 42 garis executaram a pintura de meio-fio e a capina diariamente.

No período de 12 a 17 de dezembro foi a vez do Paranoá. O SLU removeu 658,46 toneladas de entulho e volumosos. 89 garis realizaram os serviços de capina e frisagem.

Por conta da extensão de Ceilândia, a ação foi dividida em etapas. Na primeira, realizada de 19 a 23 de dezembro, foram atendidas as regiões da QNQ, da QNR, do Setor O e da Expansão, do Condomínio Privê, do Setor de Indústrias e do Setor de Materiais de Construção. Nessas localidades, o SLU removeu 424,83 toneladas de entulho. Vale destacar o trabalho de duas equipes de pintura mecanizada e 80 garis.

A proposta é desenvolver o programa Cidades Limpas em todas as regiões administrativas (RAs). O diferencial é a parceria dos órgãos para promover o embelezamento das RAs. A Secretaria das Cidades e a Administração Regional fazem o mapeamento prévio, indicando os principais pontos de reclamação da comunidade local. A autarquia realiza a frisagem e pintura de meio-fio, capina, remoção de entulho e de volumosos, além da varrição.

O SLU realizou um leilão com mais de mil itens que estavam em desuso pelo órgão. A venda pública aconteceu em 29 de novembro, às 10 horas, no Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Quadra 1, Conjunto A, Lote 8.

O leilão ofereceu, entre outros produtos, dez CPUs Semp Toshiba, 37 armários, 85 no-breaks, seis prensas hidráulicas, 74 estabilizadores, 8 aparelhos de som, 11 purificadores e uma usina de incineração de detritos. Uma parte do material era sucata.

O valor arrecadado foi entregue à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG. O SLU entrará com processo de distribuição de superávit para utilizar esses recursos, a partir de 2017, na compra de materiais, máquinas, móveis e aparelhos necessários às atividades do órgão.

O SLU desenvolve(u) e acompanha(ou) estudos e atividades de interesse da autarquia, entre os quais:

Tabela 3: Atividades e estudos desenvolvidos

Atividade	Estágio
Acompanhamento do Contrato da Adasa com consultoria para o diagnóstico das unidades operacionais do SLU	Realizado
Formação da brigada de incêndio no Aterro do Jóquei	Em andamento
Reforma e adaptação de segurança, para acessibilidade, das unidades do SLU	Em andamento
Elaboração de programas de saúde e segurança do trabalho	Em andamento
Elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico e Plano Distrital de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos	Em andamento
Acompanhamento das ações do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	Em andamento
Localização dos grandes geradores (maiores)	Realizado
Estudo de áreas de expansão da coleta	Em andamento
Mapeamento das lixeira enterradas	Em andamento
Rotas da coleta seletiva nos órgãos públicos	Em andamento
Conferência da sobre coleta (convencional e seletiva)	Realizado
Cadastramento das feiras-livres	Realizado

Atividade	Estágio
Georeferenciamento dos equipamentos urbanos e monumentos públicos submetidos à lavagem	Realizado
Mapa de supressão da vegetação no Aterro Sanitário de Brasília	Realizado
Espacialização da lixeiras-papeleiras do DF	Parado
Georeferenciamento de áreas de difícil acesso à coleta	Realizado

O papel da Ouvidoria do SLU é a de conferir a possibilidade de aperfeiçoamentos, reduzindo o prazo médio ideal de atendimento ao cidadão, relacionado à atividade de limpeza urbana, além de ser um interlocutor de conflitos entre a autarquia e os cidadãos. Em 2016 buscou por colaborar com a resolubilidade e a melhoria no atendimento ao cidadão, definindo metas de prazo de atendimento, respondendo às demandas de forma eficiente, auxiliando na otimização de processos, produtos e serviços da autarquia.

Como resultado, foram implementadas algumas ferramentas de auxílio ao usuário dos serviços do SLU, como:

- Implantação da Carta de Serviços
- Melhoria das informações do site do SLU
- Novo perguntas e respostas frequentes – FAQ
- Pesquisa de satisfação dos serviços prestados pelo SLU

O SLU conquistou 2 prêmios no 1º Concurso de Melhores Práticas em Ouvidoria Pública do Distrito Federal:

- a) Melhor Ouvidoria na categoria entidades (Administração Indireta), com a prática Ouvidoria Junto – De Olho na Coleta (realização de ouvidorias itinerantes nas Administrações Regionais) e;
- b) Ação em parceria, em conjunto com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan, com a Pesquisa de Opinião dos serviços prestados pelo SLU, em cumprimento ao Decreto nº 36.419/2015, art. 6º - “Os órgãos e entidades prestadores de serviços deverão realizar, periodicamente, pesquisa de satisfação com os usuários e conhecer a opinião sobre os serviços prestados”.

Os desafios para o ano 2017 incluem a manutenção dos recursos humanos nas equipes, tendo em vista a proximidade da aposentadoria dos servidores do SLU, e a implantação do “Serviço de Atendimento ao Usuário – SAU”, exigência prevista no contrato de gestão assinado com a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF – ADASA.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Tabela 4: Série Histórica dos Quantitativos Alcançados na Execução dos Serviços

Atividade	Unidade	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Comparação 2016/2015 (%)
Coleta dos resíduos domiciliares e comerciais	T	844.186	843.217	818.771	- 2,90
Coleta, tratamento e destinação dos resíduos de serviços de saúde	T	2.800	2.466	2.217	- 10,10
Coleta dos resíduos de remoção (coleta corretiva)	T	741.750	706.855	772.268	+ 9,25
Varrição manual de vias e logradouros públicos	Km	1.324.175	1.345.889	1.250.559	- 7,08
Varrição mecânica de vias e logradouros públicos	Km	34.741	25.539	46.723	+ 82,95
Pintura de meios-fios	Km	8.159	4.237	5.349	+ 26,24
Lavagem de abrigos de passageiros e passagens de pedestres	U	119.071	65.311	42.791	- 34,48
Catação de resíduos	Ha	190.573	143.878	150.975	+ 4,93
Resíduos processados em usinas de tratamento	T	220.456	209.121	229.054	+ 9,53
Resíduos domiciliares aterrados	T	856.571	887.220	830.055	- 6,44
Coleta de animais mortos	U	4.481	2.952	3.281	+ 11,14
Coleta seletiva	T	48.586	57.496	48.673	- 15,35
Transferência de resíduos	T x Km	14.081.692	14.773.167	14.782.791	+0,03

Coleta Convencional de Resíduos Domiciliares e Comerciais

A coleta de resíduos domiciliares e comerciais apresentou decréscimo de 2,90% em relação ao ano 2015, com média de 68.230,91 ton/mês, ou cerca de 823 gramas/habitante/dia, para uma população estimada em 3.004.858 habitantes (IBGE – 2016). O decréscimo foi significativo, justificado, em parte, pela crise socioeconômica que assola o País, e por conseguinte, o Distrito Federal. Outro fator relevante foi a melhoria do sistema de controle de pesagem implantado em 2016 com a informatização de todas as pesagens de resíduos coletados.

O serviço está dividido em 3 lotes de atuação, conforme a região geográfica. No ano 2016, o Lote I compreendeu 49,84% da quantidade total coletada, o Lote II 31,47%, e o Lote III 18,69% da coleta total, percentuais próximos aos registrados no ano 2015.

Tabela 5: Proporção do quantitativo de resíduos domiciliares coletados em cada lote de serviços contratados

	Empresa	Percentual Populacional	Percentual Coleta	Abrangência
Lote I	Sustentare	47%	49,84%	Itapoã, Paranoá, Região dos Lagos, Condomínios Contagem, Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Lago Oeste, Mestre Darmas, Planaltina, Arapoanga, Vale do Amanhecer, Nova Colina, Alto da Boa Vista, Condomínios Grande Colorado, Brazlândia, Park Way I, Núcleo Bandeirante, Guará I, Guará II, Candangolândia, Colônia Agrícola Águas Claras, Setor Militar, Cruzeiro, Asa Sul, Sudoeste/Octogonal, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte, Varjão, Taquari, Mansões do Lago Norte, Torto, Condomínios São Bartolomeu, Condomínios Jardim Botânico, São Sebastião, Setor Residencial Tororó, Setor Habitacional Dom Bosco, Vila Planalto
Lote II	Valor Ambiental	29%	31,47%	Ceilândia, Taguatinga, Riacho Fundo I, Vicente Pires, Águas Claras, Arniqueira, Vila Estrutural, Park Way II, Parque Sol Nascente
Lote III	Valor Ambiental	24%	18,69%	Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II (2ª etapa), Riacho Fundo II (3ª etapa), Gama, Santa Maria, Meireles, Água Quente

Gráfico 1: Quantitativos percentuais por lote de serviços

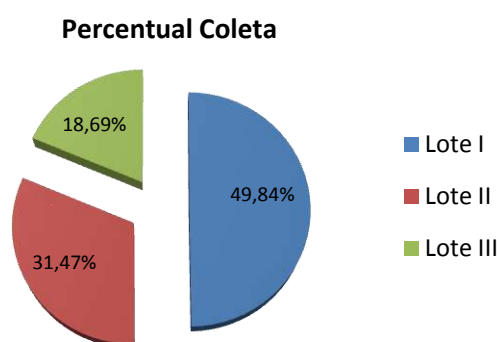
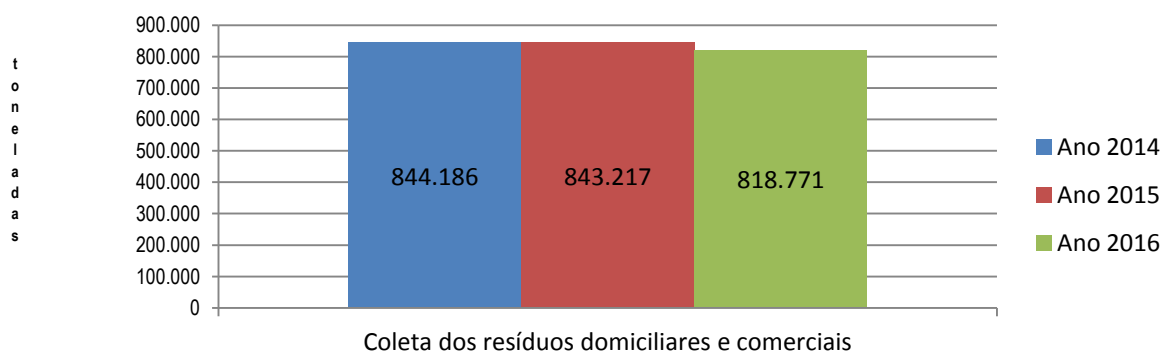


Gráfico 2: Coleta Convencional de resíduos domiciliares e comerciais

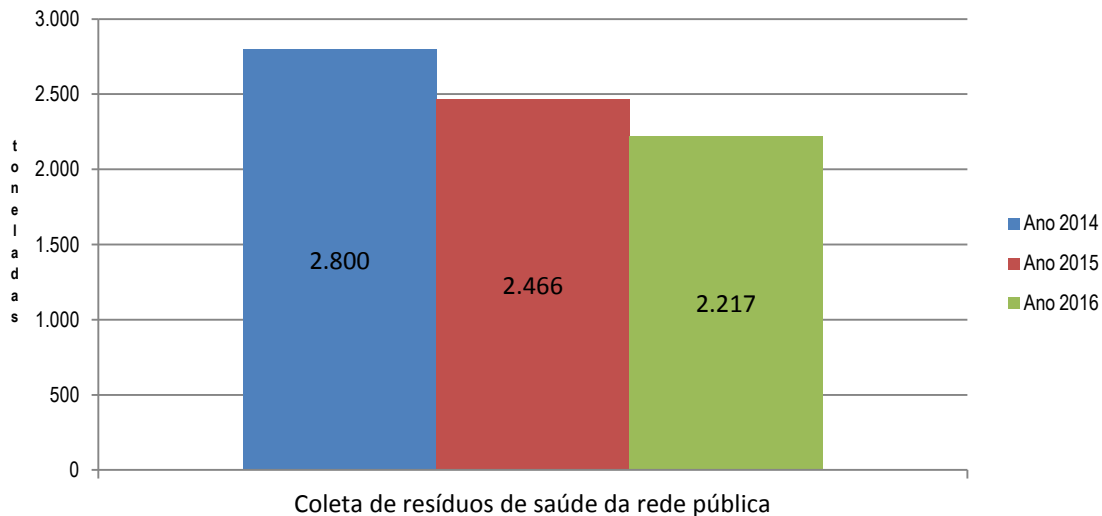


Coleta de Resíduos de Saúde da Rede Pública

A coleta de resíduos de serviços de saúde da rede pública apresentou resultado 10,10% inferior ao observado no ano 2015, com média de 184,75 t/mês. O resultado pode estar relacionado às orientações emanadas pela Secretaria de Saúde quanto à segregação dos resíduos infectantes gerados na rede pública de saúde, ajudando a reduzir os quantitativos coletados e tratados, com custo médio mensal de R\$ 1,66/kg. Devido parte dos resíduos serem também autoclavados, o

contrato para coleta, transporte, tratamento e destinação de serviços de saúde envolve o tratamento tanto por autoclavagem como por incineração. As escórias do tratamento, conforme o contrato firmado, são direcionadas para aterro industrial localizado na cidade de Betim/MG.

Gráfico 3: Coleta de resíduos de saúde da rede pública



Coleta de Resíduos de Remoção

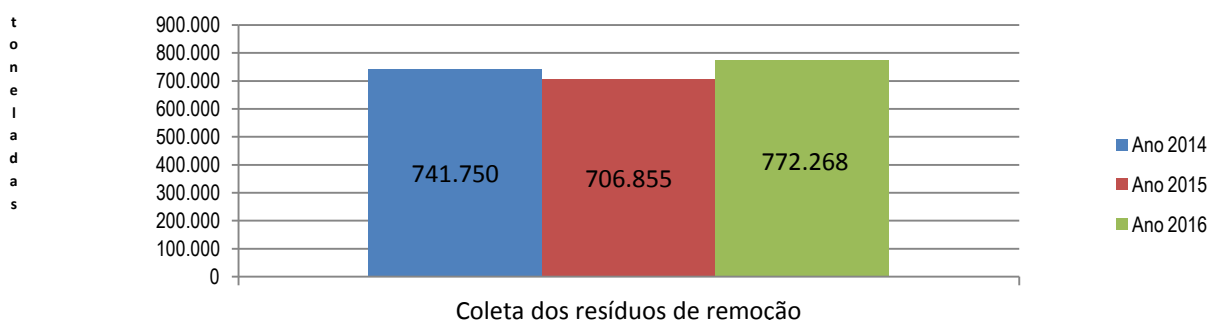
A coleta dos resíduos de remoção, aqui considerada como os resíduos depositados em áreas públicas contendo entulhos diversos, apresentou resultado 9,25% superior em relação ao ano 2015. Houve uma grande ação de recuperação de entulhos com muitas casas caídas ou destelhadas na Região Administrativa de Samambaia em outubro de 2016 o que aumentou a remoção de entulhos no Lote III. Foi realizado melhor controle dos quantitativos transportados, e os serviços de remoção de entulhos acompanhou a execução das forças-tarefas em cada Região Administrativa, abrangendo a realização de vários serviços públicos e a atuação de outros órgãos da esfera administrativa do GDF, com relação ao mesmo tipo de serviço, ou seja, as Administrações Regionais participaram com recursos próprios na execução da remoção de entulhos e a NOVACAP.

Os resíduos de remoção são recebidos no Aterro Controlado do Jóquei sem custos diretos na sua destinação, apenas no aporte maior de tratores de esteiras utilizados para o espalhamento destes resíduos em vias de acesso e na conformação de taludes.

O quantitativo de 772.268 toneladas anuais foi obtido por meio da coleta mecanizada de entulhos (751.585,45 toneladas, com média de 62.632,12 t/mês), e da coleta manual de entulhos (20.682,27 toneladas, com média de 1.732,52 t/mês), neste último caso com a utilização de caminhões de menor capacidade de carga, para coleta de resíduos ensacados, eventuais galhadas e resíduos volumosos dispostos em áreas públicas. Na coleta mecanizada, utiliza-se equipe com 1 (uma) pá-mecânica e, geralmente, 6 (seis) caminhões basculantes trucados, com predominância no recolhimento de entulhos diversos (resíduos da construção, terras de escavação e resíduos domiciliares) dispostos em áreas públicas.

A coleta mecanizada de entulhos registrou custo médio de R\$ 29,07/t, enquanto a coleta manual de entulhos registrou custo médio de R\$ 74,79/t.

Gráfico 4: Coleta de resíduos de remoção



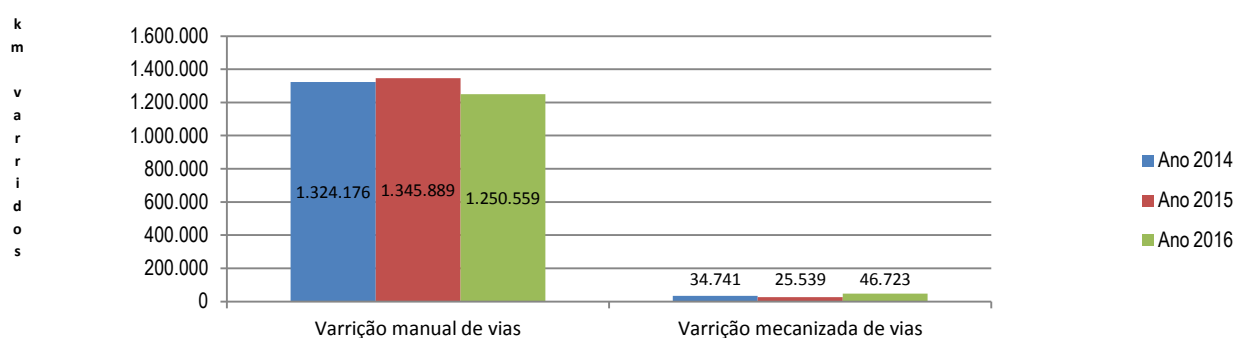
Varição Manual e Mecanizada de Vias

A varrição manual de vias e logradouros públicos apresentou resultado inferior ao obtido no ano 2015, de 7,08%, com média de 104.213,22 km/mês, embora novos locais agregados aos trechos de varrição, e diminuição da frequência de varrição em outros locais. A varrição manual é o serviço de limpeza que envolve os maiores gastos, devido ao maior contingente de funcionários para sua execução. No ano 2016, cerca de 35,02% de todos os recursos utilizados para pagamento das empresas contratadas para o manejo de resíduos e limpeza pública foi utilizado para pagamento da varrição manual. O custo médio da varrição manual registrou R\$ 100,84/km varrido.

A frequência de varrição é determinada conforme o trânsito de pessoas na localidade e aspecto da limpeza da avenida observado, variando de 1 vez por semana a 2 vezes no mesmo dia. A colocação de lixeiras públicas contribui para a melhoria da limpeza no local e influencia a frequência da varrição, porém exige outros investimentos, tanto para a sua instalação como para a manutenção. O SLU não realiza a instalação de lixeiras públicas. Esta iniciativa estava sob a responsabilidade da NOVACAP. No entanto, para os novos contratos em elaboração para os serviços a serem firmados a partir de outubro de 2017 foi prevista a instalação, a manutenção e a utilização destas lixeiras por parte das empresas a serem contratadas para os serviços de varrição e limpeza de áreas públicas.

A varrição mecanizada de vias e logradouros públicos, por sua vez, apresentou acréscimo nos quantitativos em comparação ao ano 2015, de 82,95%. A utilização de varredoras mecânicas, já em adiantado uso face o final dos contratos de prestação, acarreta quebras excessivas, impedindo seqüência normal destes serviços. Porém no ano 2016 houve maior cobrança na prestação destes serviços junto às empresas contratadas. A varrição mecanizada, quando interrompida nestas situações, é substituída pela varrição manual. No ano 2016 registrou desempenho médio de 3.893,58 km/mês e custo médio de R\$44,57/km varrido.

Gráfico 5: Varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos



Tratamento de Resíduos Sólidos nas Usinas

O sistema de tratamento de resíduos sólidos no Distrito Federal teve início com a inauguração da Usina de Triagem e Compostagem Dinamarquesa – DANO, em 1963, situada na Avenida L4/Asa Sul, com capacidade de processamento de 100 (cem) toneladas por dia. Acompanhando o crescimento da produção de resíduos, essa usina teve a capacidade ampliada com a construção de mais duas linhas de processamento em 1972, aumentando seu potencial para 250 (duzentos e cinquenta) toneladas por dia. Em 1985, foi inaugurada outra Usina de Triagem e Compostagem Francesa – TRIGA, situada no Setor P-Sul em Ceilândia, com capacidade de processamento de 600 (seiscentas) toneladas por dia.

A última grande modificação no sistema de tratamento de resíduos ocorreu no ano de 2000, com a reforma e adaptações das instalações e equipamentos das Usinas do P Sul em Ceilândia e na L4 Sul da Asa Sul, melhorando a eficiência das usinas e aumentando a capacidade de processamento da Usina da Asa Sul, além da concentração de todo o sistema de compostagem nos pátios da Usina de Ceilândia.

Atualmente, as duas unidades encontram-se em funcionamento, sendo que na L4 Sul de forma bastante precária. A Usina do PSul na Ceilândia vem obtendo uma manutenção razoável de seus equipamentos e tem melhorado o processo operacional inclusive da compostagem em pátios impermeabilizados.

Houve um esforço no sentido de controlar a quantidade de resíduos processados na usina, evitando sobrecarga para melhorar os processos de triagem dos resíduos secos para encaminhamento à reciclagem, de seleção dos resíduos orgânicos para compostagem e, sobretudo de reduzir as quantidades de rejeitos, para a conseqüente melhoria operacional e redução dos custos. No entanto, houve acréscimo do material processado nas usinas, de 9,54%, e conseqüentemente maior produção com a comercialização e doação do composto principalmente em função da melhoria da manutenção que foi implementada.

Foi publicada em 27/08/2015 uma Instrução Normativa nº 64 elaborada em conjunto com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER ampliando a quantidade de composto doado para os pequenos agricultores de 30 (trinta) para 90 (noventa) toneladas ao ano. Isso fez com que houvesse uma maior procura pelo material e liberação do pátio de compostagem conforme demonstrado na Tabela 5. Os rejeitos do processo de compostagem foram utilizados para a cobertura do maciço do Aterro do Jóquei. Novamente deverá ser alterado o valor da doação com a sua redução visando o atendimento da demanda que atualmente superou a oferta.

Tabela 5: Resíduos processados, produção de composto orgânico sem maturação e entrega de composto orgânico maturado na Usina do P-Sul por doação ou venda (em t)

Mês	Resíduos processados nas Usinas	Produção de composto nas usinas	Doação (quant. Entregue – em t)	Venda (quant. entregue)	Doação no trimestre	Venda no trimestre
Janeiro	21.567,82	4.209,80	531,81	123,12	1.431,73	501,08
Fevereiro	17.741,77	3.476,05	595,18	312,62		
Março	20.453,76	3.911,05	304,74	65,34		
Abril	18.634,97	3.695,87	481,76	0	3.336,15	0
Maio	18.300,72	3.523,70	1.260,74	0		
Junho	18.878,72	3.939,11	1.593,65	0		
Julho	18.039,88	4.210,34	1.401,84	0	5.166,44	0
Agosto	18.816,71	4.381,12	1.735,08	0		
Setembro	18.830,07	4.321,29	2.029,52	0		
Outubro	18.430,11	4.523,84	446,25	0	3.071,28	420,33
Novembro	19.551,04	4.636,44	2.330,39	70,33		
Dezembro	19.808,37	5.071,06	294,64	350,00		
Total	229.053,94	49.899,67	13.005,60	921,41	13.005,60	921,41

Fonte: Relatórios mensais da Usina da Ceilândia e Asa Sul.

O processamento de resíduos nas usinas de tratamento operadas pelo SLU aumentou 9,54% em relação o ano 2015. A Usina de Tratamento da Asa Sul, que ficou paralisada nos 3 primeiros meses do ano 2015, operou com maior normalidade no ano 2016, contribuindo para o resultado observado, já que registrou 26.534,09 toneladas processadas em 2015 e 53.997,40 toneladas em 2016, ou 103,50% de acréscimo, com média de 4.499,78 t/mês. A Usina de Tratamento da Ceilândia teve decréscimo de 3,83% nos quantitativos processados, de 182.036,37 toneladas no ano 2015, para 175.056,54 toneladas em 2016, com média de 14.588,04 t/mês.

O custo médio do tratamento de resíduos nas usinas operadas pelo SLU registrou o valor de R\$ 59,10/t processada, sendo R\$ 58,36/t na usina da Asa Sul e R\$ 59,33/t na usina da Ceilândia.

A capacidade instalada e o tratamento de resíduos verificado estão no limite do atendimento. Com a expansão do programa de coleta seletiva, pretende-se encaminhar para as usinas de tratamento da Asa Sul e do Setor P-Sul na Ceilândia os resíduos orgânicos gerados pela população em maior proporção, aumentando a eficiência do tratamento com relação à produção de compostos orgânicos, para comercialização e doação aos produtores rurais do DF e entorno. Os materiais recicláveis coletados por organizações de catadores serão destinados para Instalações de Recuperação de Resíduos – IRR's existentes, a serem construídas ou reformadas.

A produção de recicláveis contabilizados nos relatórios das usinas de tratamento de resíduos do SLU e no Aterro do Jóquei somou 27.481,30 toneladas (plásticos, papel, papelão, sucata, alumínio e outros), 22,61% superior ao registrado no ano 2015. Ainda assim, não estão contabilizados nos quantitativos de triagem os materiais recicláveis coletados e comercializados pelas organizações de catadores que foram contratadas pelo SLU para realizar a coleta seletiva em 5 regiões administrativas do DF, devido à necessidade de capacitação de pessoas e sistematização das informações a serem trabalhadas, dificuldade encontrada em 2 organizações das 4 que foram contratadas. Convém salientar o quantitativo de materiais recicláveis oriundos do Aterro do Jóquei, 61,45% do total registrado, revelando que a atividade de triagem neste local é bastante relevante.

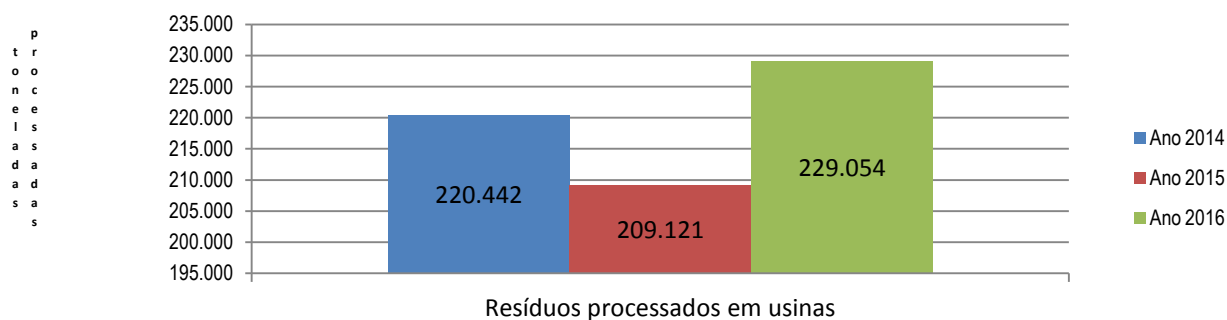
Tabela 6: Materiais recicláveis triados nas usinas de tratamento e no aterro do Jóquei

Resíduo Reciclável	Unidade Operacional			Total
	Usina Ceilândia	Usina Asa Sul	Aterro do Jóquei	
Papel	754,88	146,39	55,40	956,67
Papelão	1.861,42	400,49	2.404,86	4.666,77
Plástico	4.057,51	1.691,35	11.614,36	17.363,22
Madeira/osso/ outros	0,00	0,00	285,78	285,78
Sucata	962,12	295,50	2.525,45	3.783,07
Alumínio	208,24	214,96	2,59	425,79
Subtotal reciclados	7.844,17	2.748,69	16.888,44	27.481,30
Composto Orgânico	31.372,60	18.527,07	0,00	49.899,67
Rejeito	135.839,77	32.721,64	0,00	168.561,41
Processado	175.056,54	53.997,40	16.888,44	245.942,38

A produção de composto orgânico oriunda das usinas de tratamento da Asa Sul e da Ceilândia atingiu o quantitativo de 49.899,65 toneladas de janeiro a dezembro de 2016, 31,36% superior ao registrado no ano 2015.

O mercado de resíduos recicláveis no DF contribui para estimular o trabalho executado pelos catadores de materiais recicláveis, que vem ocorrendo em algumas unidades operacionais do SLU, ou seja, nas duas unidades de tratamento (Ceilândia e Asa Sul) e nos Núcleos Regionais onde ocorre a operação de transbordo de resíduos (Gama, Sobradinho, Asa Norte e Brazlândia), como também em organizações de catadores instaladas no DF.

Gráfico 6: Resíduos processados em usinas operadas pelo SLU



Disposição Final de Resíduos

O Aterro Controlado do Jóquei tem sido utilizado como área para a disposição final dos resíduos no solo desde a década de 60 e recebeu em 2016 100% (cem por cento) dos resíduos coletados no Distrito Federal, aproximadamente 2.652t/dia de resíduos sólidos urbanos – RSU e cerca de 6.000 (seis mil) toneladas/dia de resíduos da construção e de demolição, além de resíduos volumosos, podas e parte das galhadas oriundas das atividades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Distrito Federal – NOVACAP. Excetuam-se os resíduos dos serviços de saúde - RSS, eletroeletrônicos e pneumáticos. Em 2015, o Aterro Controlado do Jóquei recebeu cerca de 887.220 toneladas de resíduos domiciliares e outros resíduos previstos no contrato de aterramento, enquanto no ano 2016 a quantidade foi de 830.054 toneladas de resíduos sob contrato.

Nesse contexto, os impactos sobre os corpos hídricos tornam-se preocupantes, principalmente, diante da possibilidade de contaminação de águas subterrâneas por chorume por meio da infiltração no solo. Essa situação é ainda mais crítica, visto que os mananciais da região são frequentemente utilizados pelos habitantes locais e fazem parte de uma importante bacia hidrográfica do Distrito Federal (a Bacia do Lago Paranoá). Em um futuro próximo a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB pretende utilizar água do Lago Paranoá para abastecimento público do DF.

Houve decréscimo (6,44%) das quantidades aterradas de resíduos, possivelmente retratando a situação econômica vivida pelo País e ao maior controle do sistema de pesagem que passou a ser todo feito eletronicamente. Os quantitativos pagos envolvem outros tipos de resíduos como, lodos de esgoto provenientes da Caesb, gorduras, resíduos com características domiciliares coletados por terceiros, animais mortos coletados em vias públicas e resíduos de podas e galhadas provenientes da Novacap. O quantitativo aterrado de alguns destes resíduos foi de: lodos da Caesb (2.858,05 t); gorduras (247,77 t); animais mortos (62,18 t).

O encerramento de parte das atividades de aterramento no Aterro do Jóquei, e início de operação do novo aterro sanitário, localizado na Região Administrativa de Samambaia sofreu várias alterações de datas. Estava previsto para meados do ano 2014, prazo que ficou estendido para outubro de 2016, e posteriormente para janeiro de 2017.

Ocupando uma área de cerca de 200 hectares, limítrofe à área do Parque Nacional de Brasília, o antigo lixão tornou-se um grande foco de degradação ambiental e um centro de conflito social motivado pela ocupação no seu entorno por moradias precárias habitadas por catadores de materiais recicláveis, pessoas sem residência e invasores. Registra-se ainda a presença de catadores de materiais recicláveis que trabalham sem uma relação formal com o Serviço de Limpeza Urbana – SLU. Ali ocorrem situações equiparadas às piores condições de trabalho, com riscos constantes de acidentes inclusive fatais, e representa um caso de desrespeito à dignidade humana. São inúmeros registros fotográficos, relatórios e filmagens retratando a situação degradante do trabalho ali realizado.

O acesso principal ao Aterro Controlado do Jóquei se dá pela Rodovia EPCL-DF-095/BR-070, conhecida como Via Estrutural, que liga o Plano Piloto a Taguatinga, dentro do Distrito Federal. O acesso à sua entrada principal se dá pela Quadra 12 da Cidade Estrutural, onde se encontra uma guarita para o controle de entrada de veículos carregados. Através da Quadra 5 localiza-se o acesso à entrada administrativa de pedestres e carros de passeio e utilitários.

A área destinada à implantação e operação do Aterro Controlado do Jóquei tem um formato trapezoidal, com o vértice do topo triangular apontando, aproximadamente, para o norte geográfico, e é de propriedade da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap em processo de transição para o SLU.

Foto 4 – Vista aérea do Aterro Controlado do Jóquei – Brasília/DF (Imagem Google - 2014).



Foto 5 – Vista aérea do Aterro Controlado do Jóquei – (novembro/2016)



São ainda diversos os planos elaborados, em especial ao longo das duas últimas décadas, para o fechamento do aterro do Jóquei. Devido ao contingente de catadores nas frentes de aterro, ocorrem freqüentes paralisações promovidas por eles mesmos, para protestar a respeito de demandas ou questionamentos, originando sobrecargas nos locais de armazenamento temporário (transbordos), como nas usinas de tratamento, provocando transtornos operacionais, ambientais e financeiros.

A entrada de alimentos vencidos originadas de redes de supermercados foi proibida no Aterro do Jóquei, evitando o consumo indevido, como também, sua comercialização desde julho de 2015.

Embora os esforços para o fechamento do Aterro do Jóquei, o SLU pretende permanecer com a área em atividade a ser utilizada apenas para a recepção, triagem e reciclagem de resíduos da construção civil. Por meio de convênio com a NOVACAP está em curso processo para a contratação de empresa para a instalação de 2 balanças rodoviárias no local para o controle e cobrança dos resíduos depositados por particulares.

O Aterro Controlado do Jóquei possui uma central de beneficiamento de resíduos da construção civil – RCC que se encontrava desativada, uma vez que a área estava ocupada pelos catadores. Após o remanejamento dos catadores para outro local dentro da mesma área, a central foi reativada e tem seu funcionamento interrompido sempre que há problemas de furto de parte dos equipamentos.

O licenciamento ambiental do Aterro do Jóquei foi solicitado à antiga Semarh sob o número: 191.000.906/1992. Esse processo está em análise no IBRAM, reúne informações gerais sobre o aterro, mas não há nenhuma licença ambiental concedida.

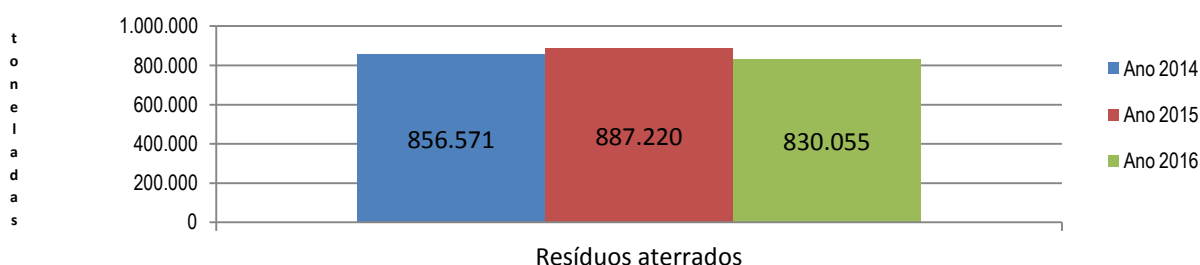
O Aterro Controlado possui ainda sistemas de drenagem dos líquidos percolados, de gás e drenagem externa superficial que estão sendo recuperados. Para reduzir os riscos de explosões e incêndios, o aterro está dotado de uma série de “queimadores de gases”, que realizam a combustão dos gases gerados no interior do aterro.

Apesar de todo o esforço e das melhorias operacionais implantadas, pode-se dizer que a situação do Aterro Controlado do Jóquei é ainda muito precária e incompatível com o padrão e a importância do Distrito Federal no contexto nacional.

No ano 2015, foi criado Grupo de Trabalho para elaborar o Plano de Intervenção no Aterro do Jóquei, devido às diversas irregularidades ali encontradas nos seus diferentes aspectos e definir os órgãos responsáveis para sanar os problemas identificados. O enfrentamento dos problemas ali identificados vão muito além daqueles sob a responsabilidade do SLU. Devido à amplitude dos problemas, houve a necessidade de seu enfrentamento por um conjunto de ações sob a responsabilidade de diversas instituições governamentais. Dentre as ações que foram feitas no ano 2015 que fizeram o antigo lixão passar a ser considerado um aterro controlado temos: policiamento ostensivo e mais freqüente dentro e nas imediações do aterro, visando assegurar a ação de servidores e da direção do SLU e das empresas contratadas na realização de suas atividades; cercamento de toda a área; reforma das balanças para controle e pesagem de resíduos; foi impedido o recebimento de alimentos vencidos e vencidos; recuperada a posse do poço artesiano tomado por atravessadores para a lavagem de latinhas de alumínio; foram tomados e recuperados os equipamentos de recebimento e trituração e uso do entulho de construção civil para melhoria e abertura de acessos internos; acesso e controle de pessoas e veículos apenas pelas duas portarias existentes, e abertura de fosso profundo como também a recuperação sistemática da cerca de arame em torno do aterro. O acompanhamento das ações previstas no Plano de intervenção é constante.

Em decorrência do Decreto nº 36.757/15, de redução de despesas, foi reduzido o quantitativo de postos de fiscais de piso, e priorizado o controle de portarias e do acesso de pessoas no local.

Gráfico 7: Resíduos aterrados no Aterro do Jóquei



Aterro Sanitário de Brasília - ASB

O futuro Aterro Sanitário de Brasília, em construção para atender a todo o Distrito Federal, inicialmente denominado Aterro Sanitário de Samambaia em alusão à sua localização na Administração Regional, e posteriormente de Aterro Sanitário Oeste – ASO devido à sua localização relativamente ao Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – CORSAP, é hoje o Aterro Sanitário de Brasília – ASB.

Localizado entre as Regiões Administrativas – RAs de Samambaia e de Ceilândia, foi projetado pela empresa Cepollina Engenheiros Consultores S.A, no ano de 2012. O projeto foi contratado pelo Programa Brasília Sustentável, vinculado à Agência Reguladora de Águas e Energia do Distrito Federal – ADASA com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

A extensão total prevista para o aterro é de aproximadamente 760.000 m² (76 ha), sendo que a área de interferência para implantação do ASB é de aproximadamente 490.000 m² (49 ha). Esse espaço contempla as áreas de disposição de rejeitos, 320.000 m² (32 ha), e de apoio administrativo e operacional, o poço de recalque de chorume para a Estação de Tratamento de Esgoto Melchior, operada pela Caesb, e a área para disposição emergencial de resíduos de serviços de saúde. Adjacente ao ASB, existe uma gleba prevista para a ampliação do aterro de aproximadamente 600.000 m² (60 ha). Com essas duas glebas, a dimensão total do Aterro Sanitário de Brasília passa a ser de aproximadamente 1.360.000 m² (136 ha).

O projeto prevê a segmentação da disposição de rejeitos no Aterro Sanitário de Brasília em quatro etapas. A tabela abaixo sistematiza a área de cada etapa, sua capacidade de recebimento de rejeitos e sua vida útil estimada.

Tabela 7 - Etapas da construção do Aterro Sanitário de Brasília no Distrito Federal

Etapa	Área (m ²)	Capacidade (t)	Vida Útil (anos)
Etapa 1	110.000	1.872.000	3,1
Etapa 2	122.000	1.990.000	3,2
Etapa 3	88.000	1.596.000	2,6
Etapa 4 – Coroamento	-	2.672.000	4,4
Total	320.000	8.130.000	13,3

Para a estimativa da vida útil das etapas foi considerada a demanda mensal média da ordem de 51.000 (cinquenta e uma mil) toneladas de resíduos. Essa estimativa considera, ainda, recalques conservadores da ordem de 20% (vinte por cento) e peso específico médio dos resíduos de 1,00 tf/m³, resultando em uma vida útil inicial do empreendimento de aproximadamente 13,3 anos. Para implantar e operar a Etapa 1 do Aterro Sanitário de Brasília, o SLU lançou em 2014 uma licitação, que foi vencida pelo consórcio GAE/CONSTRURBAN/DBO

Considerando a capacidade total de recebimento de rejeitos informada no projeto, 8.130.000 toneladas, e a demanda mensal de rejeitos gerada atualmente (75.000 toneladas/mês), a vida útil do aterro seria de aproximadamente 108 meses, ou seja, 9 anos. Ainda considerando essa demanda, a Etapa 1 do Aterro receberia rejeitos por aproximadamente 25 meses, ou seja, 2 anos e 1 mês. Há previsão de inauguração do ASB em janeiro de 2017.

Foto 6 – Visão geral do Aterro Sanitário de Brasília - ASB



Foto 7 – Vista do acesso ao Aterro Sanitário de Brasília - ASB



Foto 8 – Vista da célula inicial do Aterro Sanitário de Brasília



Para a execução do projeto das unidades de apoio operacional e administrativo, bem como das obras de urbanização da área do Aterro Sanitário de Brasília – ASB foram celebrados convênios com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb para a contratação da execução dos serviços.

Foto 9: Vista da parte administrativa do Aterro Sanitário de Brasília - ASB



Foto 10: Tanque para recebimento de chorume



Foto 11: Tanques para recebimento de águas pluviais



Foto 12: Placa com informação sobre a licença de operação do aterro



Tabela 8 - Objeto dos convênios

Convênio	Objeto
001/2012	Cercamento, portões de acesso, barreira vegetal, drenagem pluvial, vias de acesso e retornos na DF 180.
002/2012	Projeto executivo da estação elevatória e linha de recalque e estação de pré-tratamento de chorume.
003/2012	Sistema viário interno, drenagem de águas pluviais e projetos executivos das edificações administrativas.
001/2013	Execução das edificações (prédio administrativo, prédio de apoio/administração, balança, portaria, guarita, oficina e estacionamento das edificações).

Os convênios celebrados pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb não foram executados no tempo inicialmente previsto e foram aditados e prorrogados e ainda encontram-se vigentes.

Serviços Complementares

A execução de serviços complementares de limpeza pública apresentaram os seguintes resultados em relação ao ano 2015:

A lavagem de abrigo de passageiros e passagem de pedestres registrou decréscimo de 34,48% no quantitativo de lavagens efetuadas, e redução de 4,28% no quantitativo de equipes de trabalho. O custo médio deste serviço foi de R\$ 32.603,13/equipe para a lavagem de vias, e de R\$ 66.304,09/equipe para a lavagem de monumentos.

A coleta de animais mortos em vias públicas apresentou acréscimo de 11,14% no quantitativo de animais recolhidos, com o mesmo nº de equipe de trabalho. O custo médio foi de R\$ 74.284,48/equipe.

A catação de papéis em áreas verdes registrou resultado 4,93% superior ao verificado no ano 2015 em relação ao quantitativo de hectares conservados. Utiliza-se, nestes casos, variáveis como projeção de desempenho por trabalhador e nº de dias úteis trabalhados no mês. O custo médio verificado foi de R\$ 67.048,15/equipe.

A pintura de meios-fios registrou acréscimo de 26,24%. Estes serviços realçam a limpeza pública e são essenciais para melhorar a condição de dirigibilidade de veículos. Com a nova contratação do lote 2 dos serviços de limpeza e manejo de resíduos, foi introduzida a pintura mecanizada de meio fio neste lote, substituindo a pintura manual de meio fio. O custo médio destes serviços alcançou o valor de R\$ 93.007,94/equipe

Gráfico 8: Coleta de animais mortos e lavagem de abrigos e passagem de pedestres

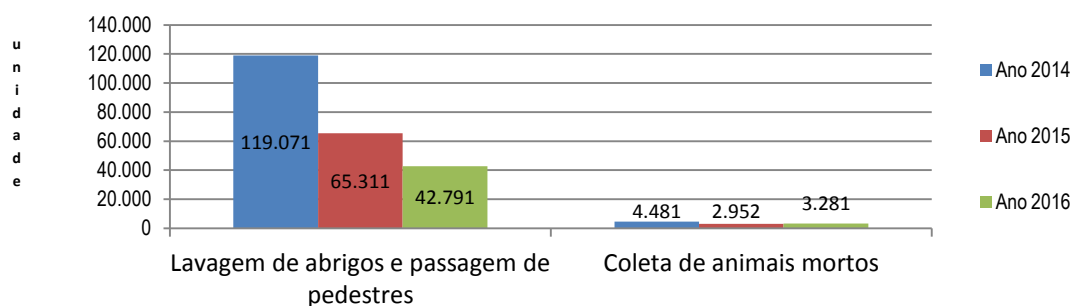


Gráfico 9: Pintura de meios fios

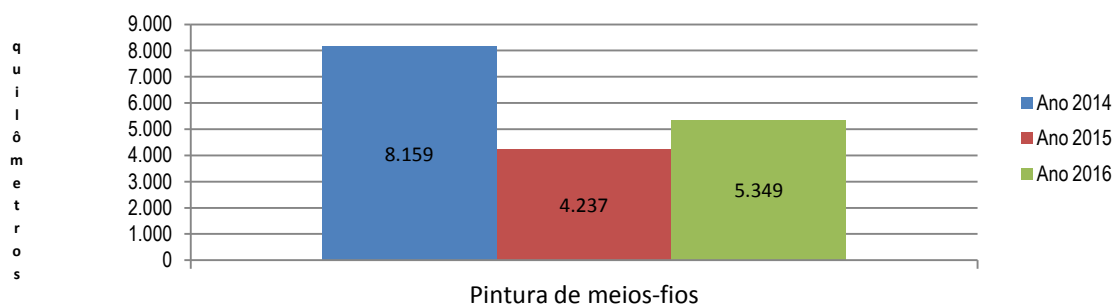
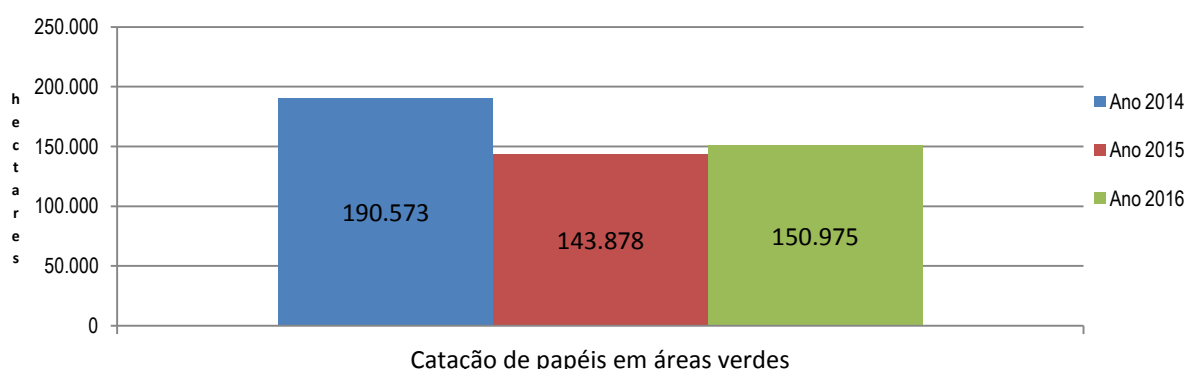


Gráfico 10: Catação de papéis em áreas verdes



Estes serviços complementares são medidos pelo fornecimento de equipes de trabalho. Em relação ao ano 2015, o quantitativo de equipes contratadas apresentou o seguinte resultado, conforme tabela:

Tabela 9: Quantitativo de equipes contratadas

Serviço	Unidade	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Comparativo 2015/2016 (%)
Lavagem de vias	Equipe	103,80	80,24	74,35	- 7,34
Lavagem de monumentos	Equipe	44,20	36,01	36,92	+ 2,53
Catação de papéis	Equipe	372,83	288,11	298,65	+3,66
Pintura de meios-fios	Equipe	71,02	37,11	46,74	+25,95
Serviços diversos	Equipe	527,27	391,89	438,94	+12,01
Coleta de animais mortos	Equipe	12,00	12,00	12,00	0

Coleta Seletiva

A coleta seletiva de materiais recicláveis, que antes era executada pelo SLU a título de projeto piloto em algumas localidades, passou a ser executada por empresas contratadas pelo SLU em todo o Distrito Federal.

Devido à baixa qualidade do material coletado, o alto índice de rejeitos gerados, houve o desinteresse de algumas empresas contratadas na continuidade da prestação do serviço por alegações de alto custo e baixa eficiência econômica. Nesse sentido, o SLU optou pela avaliação das Regiões com melhor desempenho para a realização da suspensão da coleta seletiva naquelas que apresentavam maiores problemas operacionais. Foi, portanto, suprimida a coleta seletiva em algumas Regiões Administrativas, entre as quais Planaltina, Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Fercal e na área rural (desde março de 2015), e nas localidades de Park Way (exceto quadras 3, 4 e 5), Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Gama, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo 1 e Riacho Fundo 2 (desde 13 de dezembro de 2015). Apesar do SLU ter ampliado a prestação dos serviços da coleta seletiva por meio da outra empresa contratada, não foi possível reestabelecer a coleta seletiva em todas as Regiões Administrativas – RAs onde ela foi suspensa. Nas regiões administrativas de Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Samambaia, Santa Maria e Brazlândia a coleta seletiva foi retomada por meio da contratação de 4 organizações de catadores a saber: Recicla Brasília, R3, Acobraz e Reciclo.

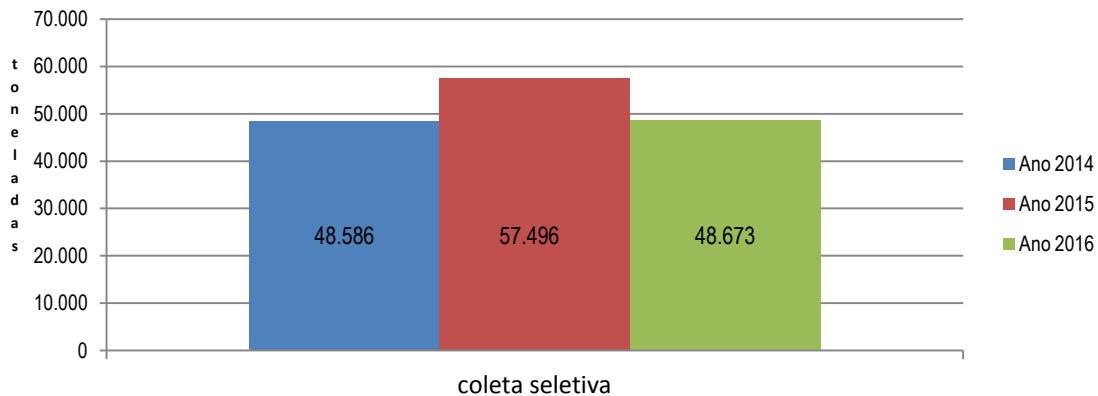
O SLU contratou em 2016 a construção de 6 Pontos de Entrega Voluntária – PEV, a ser chamado popularmente de “Papa Entulho” que deverá receber até um m³ de entulho da construção civil, galhadas, móveis inservíveis e materiais da coleta seletiva. Portanto, o SLU passará a contar com a coleta seletiva também ponto a ponto, onde a própria população faz a adesão ao Programa de Coleta Seletiva por meio do encaminhamento de resíduos recicláveis a este pontos. Foram visitadas as 31 Regiões Administrativas e identificados 58 locais que estão em análises junto à Terracap, para verificação das questões fundiárias, e junto à Secretaria de Gestão do Território e Habitação – SEGETH, para a análise das questões urbanísticas. O custo médio de cada unidade gira em torno de R\$ 140.000,00 a depender da área disponível e da infra estrutura existente.

Os contratos já firmados envolvem a construção de PEV's nas seguintes localidades:

- Núcleo de Limpeza de Taguatinga
- Núcleo de Limpeza de Brazlândia
- Núcleo de Limpeza de Planaltina
- Núcleo de Limpeza de Ceilândia
- Núcleo de Limpeza do Gama
- Usina de Tratamento do P-Sul - Ceilândia

No ano 2016 a coleta seletiva apresentou decréscimo nos quantitativos recolhidos, de 15,35%, justificado pelo cancelamento de contratos de coleta e à análise, em curso, sobre os locais onde a coleta seletiva terá melhor eficiência. O custo médio da coleta seletiva registrou R\$ 191,24/tonelada coletada.

Gráfico 11: Coleta Seletiva



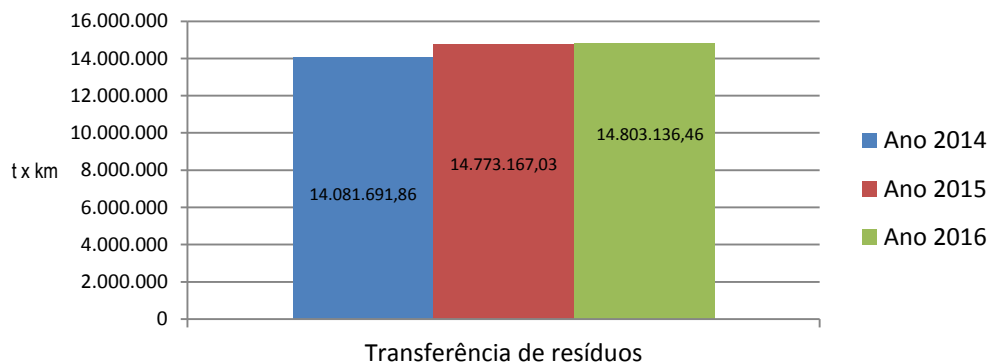
Transferência (transbordo) de resíduos

A transferência de resíduos, serviço inserido no lote 3 dos serviços de limpeza, é realizado em 7 situações distintas:

- Transbordo de rejeitos da usina de tratamento de resíduos da Asa Sul para o Aterro do Jóquei;
- Transbordo de rejeitos da Unidade de tratamento de Brazlândia para o Aterro do Jóquei;
- Transbordo de rejeitos da estação de transbordo do Gama para o Aterro do Jóquei;
- Transbordo de rejeitos da estação de transbordo de Sobradinho para o Aterro do Jóquei;
- Transbordo de rejeitos da usina de tratamento de resíduos da Ceilândia para o Aterro do Jóquei;
- Transbordo de rejeitos do composto da usina de tratamento de resíduos da Ceilândia para o Aterro do Jóquei;
- Transbordo de composto virgem da usina de tratamento de resíduos da Asa Sul para usina de tratamento de resíduos da Ceilândia;

A unidade de medida para pagamento dos serviços é “t x km”, ou seja, a cada tonelada transportada e a cada km percorrido pagou-se, em 2016, o valor médio de R\$ 0,83. Os quantitativos transportados em 2016 foram ligeiramente superiores aos registrados em 2015.

Gráfico 12: transferência / transbordo de resíduos



Educação Ambiental

O SLU tem entre as suas atribuições à tarefa de promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais (Decreto Distrital nº 35. 972/2014, art. 1º, inciso X). Suas atividades consistem na sensibilização, conscientização sobre consumo consciente, coleta seletiva e manejo adequado dos resíduos sólidos. São oferecidas para as instituições públicas e privadas e população do Distrito Federal, as seguintes ações:

Palestras de Educação Ambiental e Coleta Seletiva

Ministradas de acordo com o público e localização (escolas, hospitais, hotéis, entre outros) as palestras abordam temas socioambientais: coleta seletiva, orientações e dicas de descarte adequado dos resíduos, uso dos 3R's, diferença entre aterro sanitário e lixão, o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, compostagem, logística reversa e responsabilidade da sociedade pelos resíduos.

Contação de História

Atividade voltada para o público infantil. As apresentações: “Dona Pet e seus Amigos” e “Vestidinho Azul” usam o meio ilustrativo didático, despertando a atenção das crianças para atitudes cidadãs de não jogar lixo no chão, do correto descarte de resíduos e, da coleta seletiva.

Apresentação Teatral

Os dois tipos de apresentações realizadas pelo grupo da “Arte Seletiva” de teatro do SLU são: “A Riqueza do Lixo”, voltada para o público juvenil e adulto, e “Mamulengo Reciclador”, abordam temas do manejo dos resíduos, coleta seletiva, reutilização e reciclagem, por meio de música, dança e uso de bonecos fantoches.

Visitas Guiadas nas unidades do SLU

São ofertadas visitas guiadas nas unidades operacionais do SLU para grupos de estudantes, pesquisadores, órgãos públicos entre outros. As visitas possuem cunho educativo, e despertam a dimensão da gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos pelo SLU.

Unidades abertas para visitas com agendamento prévio:

- Aterro Controlado do Jóquei na Cidade Estrutural;
- Aterro Sanitário de Brasília – ASB;
- Usinas de Tratamento Mecânico Biológico da Asa Sul
- Usinas de Tratamento Mecânico Biológico da Ceilândia;
- Museu da Limpeza Urbana.

Reuniões Comunitárias

Com a reimplantação da Coleta Seletiva em alguns pontos, principalmente os quais contam com cooperativas para a coleta dos resíduos recicláveis, como em Santa Maria, Brazlândia, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Samambaia, foram realizadas reuniões com a comunidade e entrega de panfletos para sensibilizar a importância da coleta seletiva e o horário da mesma nos domicílios e comércio.

Olimpíadas e Programa de Voluntariado para a Coleta Seletiva

Em 2016, aproveitando o viés sustentável das Olimpíadas Rio 2016, o SLU selecionou voluntários, por meio do Programa Brasília Cidadã, para participarem na orientação da separação dos resíduos para a coleta seletiva durante os jogos de futebol que aconteceram na cidade. Como a maior parte dos ingressos foram vendidos para cidadãos brasileiros, espera-se que esta ação repercuta em uma maior participação da população local na coleta seletiva.

A ação contou com o apoio de 14 voluntários treinados pelo SLU, para as ações de abordagem e orientação aos torcedores, apontando correto descarte dos resíduos sólidos gerados no interior do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha – ENB.

Curso Hortas Urbanas e Manejo dos Resíduos Sólidos

Uma parceria do SLU, EMATER e a Regional de Ensino de Brazlândia, o curso de capacitação para servidores de escolas públicas da cidade apresentou diversos temas relacionados às atividades dos órgãos envolvidos: manejo de hortas, compostagem, e temas como “Política Nacional dos Resíduos Sólidos”, “Logística Reversa”, “caracterização de lixões”, e “coleta seletiva nas escolas”, entre outros.

Plantio de Flores na Escola Classe Guariroba

Como continuidade ao “Projeto de educação ambiental para a comunidade escolar e do entorno do Aterro Sanitário de Brasília - ASB”.

Programa Qualifeira

Programa de Capacitação de Feirantes promovido pela Secretaria de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, que contou com a parceria do SLU com palestras, orientações e dicas para o correto manejo dos resíduos gerados nas bancas e implantação da coleta seletiva.

Capacitação dos Professores

Realizado pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação-EAPE o curso de Gestão Sustentável da Água e dos Resíduos Sólidos nas Escolas do Distrito Federal para professores da Secretaria de Educação de Brazlândia, Paranoá e Plano Piloto. Foram 60 horas divididas entre SLU, CAESB e ADASA, sendo certificados 29 professores em dezembro de 2016.

Exposição Catadores de História - “Reflexões sobre “Lixo”, Consumo e Impermanência”

A exposição contou com o apoio do SLU. Utilizaram alguns objetos do acervo do Museu da Limpeza Urbana. Apresentações do Grupo de Teatro Arte Seletiva do SLU para grupos escolares e orientação aos visitantes quanto ao descarte adequado e coleta seletiva.

O evento fez parte de um conjunto de ações de divulgação do longa metragem “Catadores de História” que foi lançado no dia 25 de setembro, no Cine Brasília.

Projeto Rock Ecologia Trilha Ecológica

A Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal –Secult em conjunto com o Ministério da Cultura firmou o Projeto Rock Ecologia Trilha Ecológica. A parceria com o SLU contou com apresentações do grupo de teatro em parques urbanos da cidade.

Expocon

Participação com um stand no “II Fórum Sobre Resíduos Sólidos”, durante a Expocon (Condomínios & Cidades) nos dias 29, 30 de setembro e 1 de outubro, com orientações a respeito da gestão dos resíduos sólidos e coleta seletiva em condomínios, e uma exposição itinerante de algumas peças do acervo do Museu da Limpeza Urbana.

Participação na 13ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)

Realizada em Brasília de 18 a 21 de outubro de 2016, com montagem de uma exposição com o tema da Semana: Alimentação, Geração de Resíduos e Tecnologias de Tratamento. A exposição apresentou, de forma lúdica e atraente, jogos interativos, apresentações teatrais, oficinas de compostagem, maquetes em cortes verticais para destacar a diferença entre um Lixão e um Aterro Sanitário, folders explicativos, banners e materiais que foram reaproveitados, e um Ecoponto.

I Encontro de Educação Integral

Participação no evento Colóquios e Diálogos – Primeiro Encontro de Educação Integral ministrando a oficina “Coleta Seletiva e Compostagem nas Escolas”, atendendo 4 turmas em dois períodos, no total de 60 professores.

Mobilização social sobre os Contêineres Semienterrados

No dia 25 de novembro de 2016 ocorreu mobilização social informando sobre a instalação de 10 contêineres semienterrados, apelidados de “papa lixo” no Setor Habitacional Sol Nascente.

Com objetivo de sensibilizar e orientar a população para a colaboração com a limpeza do bairro, foram distribuídos nas casas e ruas 9 mil panfletos para a comunidade. O trabalho também contou com projetos paisagísticos nos contêineres realizados por grafiteiros da cidade de Ceilândia.

Plantio de Mudanças no Aterro Sanitário de Brasília

A fim de agregar os estudantes e professores da Escola Classe Guariroba com a obra no Aterro Sanitário de Brasília, ocorreu a execução do projeto paisagístico do aterro, onde as crianças da escola plantaram mudas, com o auxílio da equipe da ASGAM e TERRACAP.

Exposição de Educação Ambiental STJ-DF

Exposição de maquetes sobre a diferença entre Aterro Sanitário e “Lixão”, e orientações sobre a Coleta Seletiva aos servidores do Superior Tribunal de Justiça do DF.

Concursos para a promoção da cidadania e educação ambiental

Em parceria com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) o SLU apoiou os concursos: “Água da Chuva: É pro Lago que eu vou, quero ir limpinha”, onde 29 grafiteiros do DF pintaram 57 bocas de lobo em 17 regiões administrativas, e “Saneamento nas Escolas: Nós fazemos”: 24 escolas públicas e privadas do Distrito Federal participaram do concurso, e apresentaram projetos acerca da situação do saneamento básico no contexto da escola e de seu entorno.

Tabela 9: Atividades de educação ambiental realizadas no ano de 2016.

Atividades Realizadas	Nº De Ações	Participantes
Camaval	4	600
Palestras	40	3.182
Contação de História	10	1.627
Apresentação Teatral	28	1.635
Aterro Controlado do Jôquei-Acj	22	542
Aterro Sanitário de Brasília-Asb	2	60
Usina/ Museu da Limpeza Urbana	13	332
2ª Corrida "O Gari Mais Veloz De Brasília"	1	398
Reuniões Comunitárias	5	273
Plano Distrital de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	5	500
Olimpiadas e Programa De Voluntariado para a Coleta Seletiva	1	1214
Curso Hortas Urbanas E Manejo dos Resíduos Sólidos	1	13
Escola Classe Guariroba	2	600
Plantio de Flores na Escola Classe Guariroba	1	40
Curso de Manejo de Resíduos Em Escolas De Brazlândia	1	25
Capacitação das Cooperativas	1	40
Parceria Segeth "Projeto Qualifeira"	2	72
Parceria Seedf "Capacitação dos Professores"	1	29
Exposição "Catadores de História"	1	300
Parceria Secult "Projeto Rock Ecologia Trilha Ecológica"	1	100
Expocon	1	100
13ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)	1	700
I Encontro de Educação Integral	1	60
Mobilização Social Sobre os Contêineres Semienterrados	1	9.000*
Plantio de Mudas No Aterro Sanitário De Brasília	1	40
Exposição de Educação Ambiental Stj-Df	1	100
"Água da Chuva: e Pro Lago Que Eu Vou, Quero Ir Limpinha":	1	29
"Saneamento nas Escolas: nós Fazemos"	1	24
Total	135	21.635

*Distribuição de Panfletos em conjunto com a empresa prestadora de serviços de limpeza

13. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – UO 23.101

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal -SESDF é um órgão do Executivo que mesclava em suas atribuições, até 2015, a gestão pública de saúde, normatização das ações e execução das atividades fins. A Administração Central foi reestruturada por meio do Decreto nº 36.918 de 26/11/2015, republicado no DODF, edição nº 11, de 18/01/2016, para iniciar um processo de descentralização das ações da SES-DF. A reestrutura das Regiões de Saúde foi publicada por meio do Decreto nº 37.057 de 14/01/2016 e republicado no DODF, edição extra nº 12, de 29/04/2016.

A Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEPE tem como missão definir e adequar às políticas, o planejamento, a execução e o controle das atividades relacionadas à gestão de pessoas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, valorizando os talentos individuais dos servidores, por meio de uma política de educação e implementando medidas de aprimoramento dos servidores.

A Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde – SAIS adequa, normatiza, planeja e coordena as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população do Distrito Federal, especificamente nos níveis de média e alta complexidade, de acordo com os princípios e diretrizes preconizadas pelo SUS. Coordena, implementa e supervisiona a Política de Assistência Farmacêutica, Assistência Social, de Enfermagem, Saúde Bucal, Saúde Mental, Alimentação e Nutrição.

Com a nova estrutura da SES a atenção primária à saúde passou a integrar a Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde-SAIS, como Coordenação de Atenção Primária à Saúde, sendo então extinta a Subsecretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS. A Coordenação possui duas diretorias: a Diretoria de Organização de Serviços e a Diretoria de Áreas Estratégicas.

A Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS desenvolve ações de vigilância ambiental, epidemiológica, sanitária, em saúde do trabalhador e coordena o Laboratório Central de Saúde Pública para a população do DF. A SVS tem entre seus objetivos detectar ou prevenir qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva e intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens.

A Subsecretaria de Planejamento em Saúde – SUPLANS formula, coordena e difunde políticas, diretrizes e ações relacionadas à gestão estratégica, ao planejamento, à regulação, à avaliação, ao controle e à inovação da gestão pública, orientados para resultados, no âmbito da Secretaria. Tem ainda o papel de propor, desenvolver e apoiar ações de qualidade e produtividade para melhorias do desempenho das unidades da Secretaria no cumprimento das metas, políticas governamentais e satisfação do atendimento aos usuários do SUS.

A Subsecretaria de Logística e Infraestrutura – SULIS passou por uma reestruturação com a publicação do Decreto nº 37.760, 07 de novembro de 2016 que alterou a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e criou 02 (duas) novas Unidades Orçamentárias, a SULOG - Subsecretaria de Logística em Saúde e a SINFRA – Subsecretaria Infraestrutura em Saúde.

A Subsecretaria de Administração Geral - SUAG dirige, coordena, controla e subsidia os órgãos centrais na execução das atividades de orçamento e finanças, administração de material de almoxarifado, patrimônio, compras e serviços, contratos e convênios e comunicação administrativa; formula e propõe políticas, diretrizes e normas relativas aos processos de aquisição de bens e serviços, sistema de registro de preços, controle de qualidade e pesquisa de mercado.

O Fundo de Saúde do Distrito Federal é um instrumento de administração e suporte financeiro para as ações do Sistema Único de Saúde – SUS/DF, coordenadas ou executadas pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, sua vinculação à Secretaria de Saúde é estabelecida pelo parágrafo IV, artigo 151, da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como supervisionado diretamente pelo Conselho de Saúde do Distrito Federal.

A Corregedoria da Saúde (COR) foi criada com a finalidade de prevenir falhas e orientar as unidades internas da Secretaria de Estado de Saúde (SES); apurar a regularidade na prestação dos serviços assistenciais, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde, bem como coibir e punir os desvios de conduta funcional em defesa do interesse e do patrimônio público.

A Ouvidoria da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal é uma Unidade de natureza mediadora, conciliadora, consultiva e que tem por finalidade aprimorar os canais de comunicação da Secretaria de Estado de Saúde com o usuário do Sistema Único de Saúde, visando o aperfeiçoamento da qualidade e da eficácia dos serviços prestados ao cidadão efetivando o controle social.

O Conselho de Saúde do Distrito Federal (CSDF) criado pelo Decreto n.º 2.225, de 28/03/73 e reformulado pela Constituição Federal 1988 em seu inciso III do artigo 198, da lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, e da lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, lei 4.604 de 15 de julho de 2011, é um órgão de instância colegiada deliberativa de natureza permanente, integrante da Estrutura Regimental da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

**Quadro de Pessoal
Força de Trabalho SES - DEZ/2016**

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	284
Cedidos – fora GDF	127
Requisitado fora GDF – PASUS	822
Temporário – em exercício	7
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	2
Conselheiro	18
Estatutário – em exercício	30727
Estatutário - afastado	1060
Sem vínculo – em exercício - COMISSIONADOS + MAIS MEDICOS + RESIDENTES	1667
Sem vínculo – afastado - COMISSIONADOS + MAIS MEDICOS + RESIDENTES	0
Total ativos – em exercício * INCLUÍDO MAIS MEDICOS E RESIDENTES	33223
Total ativos - afastado * INCLUÍDO MAIS MEDICOS E RESIDENTES	1062

Fonte: Dados extraídos do SIGRH

Obs.: Dados de 31/12/2016.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6202 – BRASÍLIA SAUDÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.500.000	17.678.668	9.867.955	7.030.965
0023 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-APERF. E GESTÃO DA TECNOL.DA INFORMAÇÃO - SES- PLANO PILOTO .	10.210.000	17.603.462	9.867.955	7.030.965
2517 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	290.000	75.206	0	0
1743 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10.000	2.594	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	10.000	2.594	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	5.500.000	2.479.902	2.445.649	0
0014 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA E ARQUITETURA SES-DISTRITO FEDERAL	5.000.000	2.479.902	2.445.649	0
0015 - ELABORAÇÃO DE PROJETO DO HOSPITAL REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	500.000	0	0	0
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	10.471.870	11.749.604	8.650.601	4.234.199
0003 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR-SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA-SAMU/192 SES-DISTRITO FEDERAL	10.471.870	11.749.604	8.650.601	4.234.199
2145 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE	133.523.802	236.091.645	199.460.238	142.442.257
0008 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE-TERAPIA RENAL - SES-DISTRITO FEDERAL	36.523.802	35.523.802	34.247.918	16.575.588
0009 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE-UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA-UTI - SES-DISTRITO FEDERAL	47.000.000	107.103.257	80.659.406	67.984.401
2549 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	50.000.000	93.464.586	84.552.914	57.882.268
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.740.000	4.849.318	4.517.473	2.937.201
2603 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB-DISTRITO FEDERAL	1.940.000	552.713	382.294	259.610
5211 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SES- PLANO PILOTO .	3.800.000	4.296.605	4.135.179	2.677.591
2581 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES	2.623.480	2.622.740	1.578.000	1.039.696

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0001 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES-SES-DISTRITO FEDERAL	2.623.480	2.622.740	1.578.000	1.039.696
2596 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA	4.244.101	8.276.157	1.751.415	1.124.228
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA-SES-DISTRITO FEDERAL	4.244.101	8.276.157	1.751.415	1.124.228
2598 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	1.400.000	4.144.725	14.719	8.871
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR-SES-DISTRITO FEDERAL	1.400.000	4.144.725	14.719	8.871
2601 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	2.744.750	14.377.634	4.072.117	3.233.260
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL-SES-DISTRITO FEDERAL	2.744.750	14.377.634	4.072.117	3.233.260
2602 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	5.013.035	9.744.505	4.708.749	2.894.867
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-SES-DISTRITO FEDERAL	5.013.035	9.744.505	4.708.749	2.894.867
2605 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS	2.700.000	6.246.532	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS-SES-DISTRITO FEDERAL	2.700.000	6.246.532	0	0
2610 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	3.551.104	9.578.237	469.207	53.708
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS-SES-DISTRITO FEDERAL	3.551.104	9.578.237	469.207	53.708
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	4.143.582	3.212.476	2.845.000	1.287.620
0001 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	4.143.582	3.212.476	2.845.000	1.287.620
2655 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM SAÚDE	23.601.124	13.030.681	5.759.417	5.312.955
0001 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM SAÚDE-LAVANDERIA-SES-DISTRITO FEDERAL	23.601.124	13.030.681	5.759.417	5.312.955
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	77.300.000	81.472.051	50.750.423	18.361.955
0002 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-MÉDICO HOSPITALARES - SES-DISTRITO FEDERAL	62.000.000	67.288.875	37.737.815	11.177.158
0004 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-EQUIPAMENTO DE SUPORTE - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	15.300.000	14.183.176	13.012.608	7.184.797
3012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE	10.000	2.594	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	10.000	2.594	0	0
3024 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER	2.510.000	3.094.749	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER-SES-DISTRITO FEDERAL	2.510.000	3.094.749	0	0
3025 - REFORMA DE BASES DO SAMU	2.955.130	2.055.130	164.095	0
0001 - REFORMA DE BASES DO SAMU-SES-DISTRITO FEDERAL	2.955.130	2.055.130	164.095	0
3028 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	1.010.000	13.574.674	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA-SES-DISTRITO FEDERAL	10.000	13.574.674	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA NO GAMA	1.000.000	0	0	0
3031 - REFORMA DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	4.000.000	1.833.334	0	0
0001 - REFORMA DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA-SES-DISTRITO FEDERAL	4.000.000	1.833.334	0	0
3050 - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF	10.000	1.851.952	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF-SES- SIA	10.000	1.851.952	0	0
3135 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	15.779.969	23.987.994	6.944.379	1.032.805
0003 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-REGIÕES ADMINISTRATIVAS SES-DISTRITO FEDERAL	10.209.969	23.987.994	6.944.379	1.032.805
5728 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE NOS CONDOMÍNIOS POR DO SOL E SOL NASCENTE - CEILÂNDIA	1.000.000	0	0	0
5729 - APOIO A CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PÓLO DE ACADEMIA DE SAÚDE DA EQN 104/105 - ASA NORTE	700.000	0	0	0
5730 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA FERCAL	750.000	0	0	0
5731 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NA QUADRA 10 DA CEILÂNDIA NORTE - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA	750.000	0	0	0
5732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÁ	570.000	0	0	0
5733 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE EM TODAS AS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL	1.800.000	0	0	0
5734 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-CONSTRUÇÃO DO POLO DE ACADEMIA DE SAÚDE - EQN 104/105- PLANO PILOTO .	0	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
5735 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-CONSTRUÇÃO DE CLÍNICA DA FAMÍLIA- SANTA MARIA	0	0	0	0
3136 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	4.130.000	5.074.250	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	4.130.000	5.074.250	0	0
3140 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	1.669.000	1.117.178	0	0
0009 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES - SES-DISTRITO FEDERAL	509.000	1.114.584	0	0
5753 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- PACERIA PÚBLICO PRIVADA-PPP SES-DISTRITO FEDERAL	10.000	2.594	0	0
5754 - CONSTRUÇÃO DO SEGUNDO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA	500.000	0	0	0
5755 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA EM BRAZLÂNDIA	650.000	0	0	0
3141 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	11.553.960	7.695.219	119.020	0
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES SES-DISTRITO FEDERAL	2.353.960	2.695.219	0	0
2696 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- BLOCO II DO HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA/HCB-SES- PLANO PILOTO .	5.000.000	5.000.000	119.020	0
3889 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO	500.000	0	0	0
3890 - REFORMA DO PRONTO SOCORRO DE PEDIATRIA DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO	400.000	0	0	0
3891 - IMPLANTAÇÃO DE UTI NO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	400.000	0	0	0
3892 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE HEMODIÁLISE NO HOSPITAL REGIONAL DE PLANALTINA	300.000	0	0	0
3893 - REFORMA DO ACESSO AO AMBULATÓRIO DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA	100.000	0	0	0
3894 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE HEMODIÁLISE DO HOSPITAL DE PLANALTINA	2.000.000	0	0	0
3895 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE HEMODIÁLISE DO HOSPITAL DE SOBRADINHO	500.000	0	0	0
3153 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	1.010.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA-SES- DISTRITO FEDERAL	1.010.000	0	0	0
3154 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	10.000	2.594	0	0
0005 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-UNIDADES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	10.000	2.594	0	0
3155 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	4.900.000	4.900.000	4.706.821	1.865.168
0003 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	4.900.000	4.900.000	4.706.821	1.865.168
3165 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	650.000	0	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL- RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS - SES-DISTRITO FEDERAL	650.000	0	0	0
3166 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	1.211.923	1.211.923	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-SES- DISTRITO FEDERAL	1.211.923	1.211.923	0	0
3173 - CONSTRUÇÃO DAS BASES DO SAMU	23.000	5.965	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DAS BASES DO SAMU-SES-DISTRITO FEDERAL	23.000	5.965	0	0
3222 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	26.570.251	23.762.070	741.884	158.380
0001 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	25.520.251	23.762.070	741.884	158.380
3894 - REFORMA DOS CENTROS DE SAÚDE DE BRAZLÂNDIA	300.000	0	0	0
3895 - REFORMA DO POSTO DE SAÚDE Nº 08 DO P-NORTE NA CEILÂNDIA	150.000	0	0	0
3896 - REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE 02 - REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ	600.000	0	0	0
3897 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE Nº 03 DO RIACHO FUNDO I- RIACHO FUNDO	0	0	0	0
3223 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	42.593.895	45.357.614	291.895	291.894
0001 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES - SES-DISTRITO FEDERAL	35.531.095	14.104.275	0	0
0003 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE- HOSPITAL DE BASE DE BRASÍLIA-SES- PLANO PILOTO .	10.000	22.742.632	291.895	291.894
0005 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-HRT, HRG E HRAN-QUALISUS-SES-DISTRITO FEDERAL	7.052.800	8.510.707	0	0
3224 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	880.000	880.000	0	0
0001 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-SES- DISTRITO FEDERAL	880.000	880.000	0	0
3225 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	30.000	549.731	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS - SES-DISTRITO FEDERAL	10.000	537.138	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-SEDE DO CENTRO DE ORIENTAÇÃO MÉDICO PSICOPEDAGÓGICA - COMPP SES- DISTRITO FEDERAL	10.000	2.594	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0006 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL-CAPSI-SES- CEILÂNDIA	10.000	10.000	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	17.038.655	21.829.221	10.116.798	135.400
6069 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-MATERIAIS PERMANENTES-SES-DISTRITO FEDERAL	16.383.655	21.829.221	10.116.798	135.400
9572 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO (TIPO VAN) PARA TRANSPORTE DE PACIENTES NO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA HRB	155.000	0	0	0
9573 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O TRATAMENTO DE PESSOAS COM EPILEPSIA	500.000	0	0	0
9591 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA FARMÁCIA DE ALTO CUSTO- GAMA	0	0	0	0
4068 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS	19.500.000	10.827.111	8.643.557	5.929.018
0002 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS-SES-DISTRITO FEDERAL	19.500.000	10.827.111	8.643.557	5.929.018
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	80.000	7.433.195	150.834	0
0018 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-AÇÃO EXECUTADA PELA FEPECS - SES-DISTRITO FEDERAL	10.000	7.380.410	150.834	0
5752 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CONSELHO DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	70.000	52.785	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	510.000	2.869.664	0	0
5829 - APOIO A PROJETOS-GESTÃO DE PROJETO DOCENTE-PESQUISADOR-AÇÃO EXECUTADA PELA FEPECS-DISTRITO FEDERAL	10.000	2.869.664	0	0
5830 - APOIO AO PROJETO CRUZADA PELA SAÚDE	500.000	0	0	0
4133 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM REGIME FECHADO	911.214	1.185.344	0	0
0001 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM REGIME FECHADO-ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL SES-DISTRITO FEDERAL	911.214	1.185.344	0	0
4137 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO	16.015.347	32.950.809	1.953.025	1.770.000
0001 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO-MODERNIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS CREDENCIAMENTOS - SES-DISTRITO FEDERAL	16.015.347	32.950.809	1.953.025	1.770.000
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	200.000	200.000	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS-USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - SES-DISTRITO FEDERAL	200.000	200.000	0	0
4145 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	4.850.000	4.177.506	4.119.037	3.989.617
5613 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	4.850.000	4.177.506	4.119.037	3.989.617
4165 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	7.173.359	7.429.389	1.790.784	0
0001 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	7.173.359	7.429.389	1.790.784	0
4166 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	9.000.000	11.500.000	11.500.000	9.000.000
0002 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA-COORDENAÇÕES GERAIS DE SAÚDE- SES-DISTRITO FEDERAL	9.000.000	11.500.000	11.500.000	9.000.000
4205 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	150.797.783	152.626.314	91.674.160	58.924.825
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR-SES-DISTRITO FEDERAL	67.097.783	62.141.619	33.361.051	22.766.720
0002 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES-SES-DISTRITO FEDERAL	83.500.000	90.484.695	58.313.109	36.158.105
0004 - XXX - CRUZADA PELA SAÚDE - SAÚDE AO ALCANCE DE TODOS	200.000	0	0	0
4206 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO	122.408.793	96.953.793	66.408.793	49.408.793
0001 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO-AMBUL. ESPECIALIZADAS E HOSPITALARES - SES-DISTRITO FEDERAL	122.408.793	96.953.793	66.408.793	49.408.793
4208 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	138.833.837	117.713.120	31.528.826	16.875.708
5612 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE-SES-DISTRITO FEDERAL	131.333.837	117.713.120	31.528.826	16.875.708
5613 - APOIO AS AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE - PROJETO CRUZADA PELA SAÚDE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CEILÂNDIA - RA IX	5.000.000	0	0	0
5614 - APOIO AS AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE - PROJETO CRUZADA PELA SAÚDE EM TODAS AS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL	2.500.000	0	0	0
4215 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	3.500.000	4.259.353	3.564.382	1.064.382
0001 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA-SES-DISTRITO FEDERAL	3.500.000	4.259.353	3.564.382	1.064.382
4216 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	198.416.429	221.494.488	164.432.975	103.245.099
0001 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-ASSISTÊNCIA À SAÚDE PÚBLICA - SES-DISTRITO FEDERAL	125.044.480	149.407.275	116.391.768	70.655.271
0002 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA-SES-DISTRITO FEDERAL	24.630.200	28.954.504	17.637.266	12.287.079

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0003 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-COMPONENTE ESPECIALIZADO-ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA SES-DISTRITO FEDERAL	39.741.749	38.276.350	28.802.341	20.302.749
0004 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-DISPENSAÇÃO EM TRATAMENTO DE COAGULOPATIAS SES-DISTRITO FEDERAL	8.000.000	4.856.359	1.601.600	0
3374 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PELO FUNDO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	500.000	0	0	0
3375 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O TRATAMENTO DE PESSOAS COM EPILEPSIA	500.000	0	0	0
3376 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE PESSOAS COM DOENÇA FALCIFORME-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4225 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE	30.742.886	60.080.992	16.727.884	6.172.808
0001 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA-SES-DISTRITO FEDERAL	3.601.000	21.480.909	443.688	0
0002 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE MATERNA-INFANTIL-SES-DISTRITO FEDERAL	18.238.110	22.988.511	8.046.455	3.356.095
0003 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA-SES-DISTRITO FEDERAL	3.754.789	6.552.236	5.527.213	1.881.526
0004 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS SES-DISTRITO FEDERAL	1.790.000	1.214.639	0	0
0005 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE-REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-SES-DISTRITO FEDERAL	3.358.987	7.844.697	2.710.527	935.187
4226 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	8.629.999	22.385.130	539.435	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA-SES-DISTRITO FEDERAL	8.629.999	22.385.130	539.435	0
4227 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR	129.618.744	162.219.135	122.461.870	112.844.450
0001 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR-REDE HOSPITALAR - SES-DISTRITO FEDERAL	129.618.744	162.219.135	122.461.870	112.844.450
6016 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES	47.580.832	13.956.858	7.190.065	3.845.957
4216 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES-CIRÚRGICAS - SES-DISTRITO FEDERAL	36.240.500	11.564.792	7.117.663	3.845.957
4217 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES-AMBULATORIAIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - SES-DISTRITO FEDERAL	11.340.332	2.392.066	72.402	0
6049 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	3.006.000	7.750.105	2.142.602	1.106.939
0007 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL-AÇÕES DE ASSISTÊNCIA - SES-DISTRITO FEDERAL	3.006.000	7.750.105	2.142.602	1.106.939
6052 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À INTERNAÇÃO DOMICILIAR	23.000.000	15.918.645	13.317.085	5.956.995
0003 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À INTERNAÇÃO DOMICILIAR-SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR DE ALTA COMPLEXIDADE - SES-DISTRITO FEDERAL	23.000.000	15.918.645	13.317.085	5.956.995
6055 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL	4.651.860	8.098.029	0	0
0001 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL-SAÚDE DA POPULAÇÃO PENITENCIÁRIA - SES-DISTRITO FEDERAL	4.651.860	8.098.029	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	5.186.987	2.586.987	1.628.629	1.034.012
8732 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - SES-DISTRITO FEDERAL	5.186.987	2.586.987	1.628.629	1.034.012
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	44.211.200	57.394.148	56.682.450	50.127.869
0003 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-MÉDICOS RESIDENTES - SES-DISTRITO FEDERAL	44.000.000	57.182.948	56.682.450	50.127.869
5117 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-PROGRAMA DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE DO SAMU-SES-DISTRITO FEDERAL	211.200	211.200	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6202	1.400.437.901	1.606.353.773	926.432.246	624.741.902

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp.
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Percentual de óbitos neonatais classificados como evitáveis por adequada atenção a gestação	%	53	31-dez-14	Anual	48,8	44,5	40,2	36	SIM/ Datasus/ SES / UO 23901/ OE 1
Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família	%	37,80	31-dez-14	Anual	50	55	65	70	SES / UO 23901/ OE 1
Taxa de casos novos de sífilis congênita	1/1.000	4	31-dez-14	Anual	3,4	3	2,7	2	SINAN/SVS/ SES / UO 23901 / OE 1
Prática Integrativas em Saúde-PIS - ofertadas de maneira regular/ unidades assistenciais	Razão	0,80	31-dez-14	Anual	1,3	1,4	1,5	1,6	DIRAPS/ GERPI/ SES / UO 23901 / OE 1
Percentual da população atendida pelas Equipes da Atenção Domiciliar (AD)	%	50	31-dez-14	Anual	66,6	70,8	75	80	GEAD/SAPS/SES / UO 23901 / OE 1

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp.
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Percentual de ingressos no sistema prisional com plano de cuidados elaborado pela equipe de saúde	%	20	31-dez-14	Anual	30	40	60	80	SESIPE, DCCP, EABP/ SES / UO 23900E 1
Cobertura de leitos hospitalares por habitantes da região	1/1.000	1,80	31-dez-14	Anual	1,8	2	2,25	2,5	CENES/IBGE/SES / UO 23901 / OE 2
Tempo de Permanência em Leitos de UTI pediátrica	Dia	11,90	30-abr-15	Anual	11,9	11,9	11,9	11,9	SIS/SES / UO 23901 / OE 2
Tempo de permanência em leitos de UTI Neonatal	Dia	24,40	30-abr-15	Mensal	24,4	24,4	24,4	24,4	SIS/SES / UO 23901 / OE 2
Tempo de permanência em leitos de UTI Geral	Dia	20	30-abr-15	Mensal	14	10	8	6	SES/DF / UO 23901 / OE 2
Tempo de permanência em leitos de UTI Pós – Cirúrgica	Dia	7	30-abr-15	Mensal	6	5	4	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
Tempo de permanência em leitos de UTI Neurotrauma	Dia	15	30-abr-15	Mensal	12	10	8	6	SES/DF / UO 23901 / OE 2
Tempo de permanência em leitos de UTI Cardio	Dia	10	30-abr-15	Mensal	8	6	4	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
Tempo de permanência em leitos de UTI Materna	Dia	10	30-abr-15	Mensal	8	6	4	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
Média de Permanência em Leitos de Observação do Pronto Socorro	Dia	5 - 6	31-dez-14	Anual	5	4	3	1	SES/DF / UO 23901 / OE 2
Taxa de Mortalidade Infantil	1/1.000	11,50	30-abr-15	Anual	11,2	10,9	10,6	10,3	SIM/ SES / UO 23901 / OE 3
Percentual de parto normal	%	61,30	30-abr-15	Anual	63	65	67,5	70	SIH/ SINASC/ SES / UO 23901 / OE 3
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,31	31-dez-14	Anual	0,3	0,32	0,5	0,7	SAI/ SISCAN/ SES / UO 23901 / OE 3
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária	Razão	0,22	31-dez-14	Anual	0,22	0,25	0,35	0,7	SAI/ SISCAN/ SES / UO 23901 / OE 3
Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial	1/1.000	0,52	31-dez-14	Anual	0,54	0,57	0,6	0,62	(CNES)/ População (IBGE)/SES / UO 23901 / OE 3
Porcentagem de medicamentos padronizados com estoque disponível na rede SES/DF	%	91	30-jun-15	Anual	95	100	100	100	Sistema de informação da SES/DF (Alphalinc) / UO 23901 / OE 4
Porcentagem de leitos dos hospitais da SES-DF com implantação do sistema de distribuição por dose individualizada	%	48,88	31-dez-14	Quadrimestral	60	80	90	100	DIASF/SAS/ SES / UO 23901 / OE 4
Percentual de imóveis positivos nos 04 Levantamentos Rápidos de Índice para <i>Aedes aegypti</i> (LIRAA) realizados	%	0,76	31-jan-15	Bimestral	<1	<1	<1	<1	SIST INF LIRAA/ GEVAPAC/ DIVAL/SES / UO 23901 / OE 5
Percentual de cães vacinados com a vacina antirrábica no DF	%	37	31-jan-15	Anual	80	80	80	80	GEVAZ/ DIVAL/ SES / UO 23901 / OE 5
Proporção de vacinas do calendário básico da criança com coberturas vacinais alcançadas	%	100	31-jan-15	Anual	100	100	100	100	GEVEI/ DIVEP/ SES / UO 23901 / OE 5
Utilização do Sistema Integrado em Saúde – SIS - nas Unidades da Estratégia Saúde da Família - ESF	%	8,72	30-jun-15	Anual	20	40	60	80	SUTIS/ SES / UO 23901 / OE 6
Utilização do Sistema Integrado em Saúde – SIS - nas unidades especializadas da SES DF	%	85	31-dez-14	Anual	88	90	95	100	SUTIS/SES / UO 23901 / OE 6
Regiões de Saúde e Unidades de Referência Distrital Contratualizadas com a SES/DF	Unidade			Anual	12	12	12	12	SUPRAC/ SAS/SAPS/ SES / UO 23901 / OE 6
Atendimento Atenção Básica	%			Anual	15	30	45	60	SES/ DF / UO 23901 / OE 9
Atendimento Média Complexidade	%			Anual	5	10	15	20	SES/ DF / UO 23901 / OE 9
Atendimento Alta Complexidade	%			Anual	5	10	15	20	SES/ DF / UO 23901 / OE 9

Objetivo Específico: 001 – Atenção Primária à Saúde

Gestão e Qualificação da Atenção Primária à Saúde no DF

A política de atenção primária à saúde é desenvolvida por meio de um conjunto de serviços compostos por 170 estabelecimentos públicos de saúde, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde-CNES.

Unidades Próprias da SES	Centros de Saúde	65
	Postos de Saúde Urbanos	19
	Posto de Saúde Rurais (Sendo 2 Ponto de APOIO e 1 interditado)	20
	Clínicas da Família	9
	CERPIS	1
Total		114
Unidades Próprias GDF	UBS Saúde Prisional	7
Não Próprias	Aluguel	23
	Cedidas/Comodato	26
Total de unidades existentes		170
Total de unidades em funcionamento		169
Desativadas (PSR Incra 8)		1

Fonte: CNES – competência 12/2016-Consulta em 11/01/2016 no site: cnes.datasus.gov.br

Essas unidades possuem portes, tipologia e distribuição variáveis, conforme quadro abaixo:

REGIÃO DE SAÚDE	REGIÃO ADM	UBS TRADICIONAL	UBS MISTAS	UBS só ESF	UBS só EAB	CONSULTÓRIO de RUA	CERPIS	TOTAL UBS por RA	TOTAL de UBS por REGIÃO
1-CENTRO NORTE	Cruzeiro	2	0	0	0	0	0	2	9
	Lago Norte	1	0	0	0	0	0	1	
	Asa Norte	3	0	1	0	1	0	5	
	Varjão	0	0	0	1	0	0	1	
2-OESTE	Brazlândia	0	2	5	0	0	0	7	21
	Ceilândia	0	11	3	0	0	0	14	
3-CENTRO SUL	Lago Sul	0	1	0	0	0	0	1	22
	Asa Sul	1	1	0	0	0	0	2	
	Candogolândia	0	1	0	0	0	0	1	
	Núcleo Bandeirantes	0	3	0	0	0	0	3	
	Riacho Fundo I	0	1	1	0	0	0	2	
	Riacho Fundo II	0	0	5	0	0	0	5	
	Guará	0	4	0	0	0	0	4	
SCIA/Guará/Estrutural	0	0	4	0	0	0	4		
4-SUL	Gama	0	6	10	0	0	0	16	25
	Santa Maria	0	2	7	0	0	0	9	
5-LESTE	Paranoá	0	1	6	0	0	0	7	26
	Itapoá	0	1	1	0	0	0	2	
	São Sebastião	0	1	16	0	0	0	17	
6-SUDOESTE	Recanto das Emas	0	1	8	1	0	0	10	32
	Samambaia	0	3	8	0	0	0	11	
	Taquatinga	1	9	1	0	0	0	11	
7-NORTE	Fercal	0	0	4	0	0	0	4	35
	Sobradinho	0	1	5	0	0	0	6	
	Sobradinho II	0	1	5	0	0	0	6	
	Planaltina	0	5	13	0	0	1	19	
TOTAIS		8	55	103	2	1	1	170	170
		4,70%	32,35%	60,58%	1,17%	0,58%	0,58%		

Fonte: COAPS/SAIS/SES-DF em 12/16

As unidades de saúde, além das ações de assistência aos indivíduos e famílias, executam os programas estratégicos da atenção primária: atenção aos ciclos de vida, práticas integrativas, promoção e prevenção, saúde prisional, saúde de populações vulneráveis, atenção domiciliar e vigilância epidemiológica. Cada equipe de saúde da família tem como público alvo de 3750 pessoas, estabelecidos pelo Projeto Brasília Saudável, e para os cálculos da cobertura, se considera a base populacional atualizada (IBGE).

Em novembro de 2016, no CNES, a SES contava com 248 equipes de Estratégia Saúde da Família-ESF, 12 Equipes de Estratégia de Agentes Comunitários-EACS, 88 Equipes de Saúde Bucal-ESB, 5 Núcleos de Apoio à Saúde da Família – ENASF e 2 Equipes de Atenção Básica – EAB, 3 Equipes de Consultório na Rua(eCR) e 8 Equipes de Saúde Prisional.

A cobertura da ESF alcançou 32,6%. No PPA 2016-2019 a meta para 2016 era de uma cobertura populacional pela estratégia de saúde da família de 40%.

Importante ressaltar que a base de cálculo em relação a 2015 passou de uma população de 3000 indivíduos para 3750, conforme consta no Projeto Brasília Saudável, lançado em junho de 2016. A seguir demonstra-se a planilha que demonstra a quantidade de UBSs e equipes por região de saúde e seu percentual de cobertura.

REGIÃO DE SAÚDE	REGIÃO ADMINISTRATIVA	População por RA, em 2016	População por Região, em 2016	Estrutura		Equipes						Cobertura			
				Própria	Não Própria	EABP	eCR	ENASF	EAB	EACS	ESB(ESF + EACS)	ESF	Cob. de ESF por Região Administrativa (%)	Cob. de ESF por Região de Saúde (%)	
Norte	RA VI. Planaltina	196.251	380.071	12	5						11	25	47,77	44,40	
	RA V. Sobradinho (RA XXVI. Sobradinho II e RA XXXI. Fercal)	183.820		8	8	2						6	20		40,80
Sul	RA II. Gama	156.047	291.046	9	7			1			5	30	72,09	54,12	
	RA XIII. Santa Maria	134.999		5	4						1	2	12		33,33
Leste	RA VII. Paranoá (RA XXVIII. Itapoã)	113.968	233.720	7	2	5		1		1	8	13	42,78	46,53	
	RA XIV. São Sebastião	96.555		4	13						2	3	16		62,14
	RA XXVII. Jardim Botânico	23.197													
Oeste	RA IV. Brazlândia	66.083	529.337	4	3						2	12	68,10	28,34	
	RA IX. Ceilândia	463.254		14	1		1	1			16	28	22,67		
Sudoeste	RA XV. Recanto das Emas	142.449	795.562	6	4				1		9	16	42,12	28,28	
	RA XII. Samambaia	228.220		10	1			1			11	40	65,73		
	RA III. Taguatinga (RA XX. Águas Claras)	356.740		10			1			6	4	4	4,20		
	RA XXX. Vicente Pires	68.152			1										
Centro-Norte	RA I. Brasília - Asa Norte	144.018	293.030	4	2		1		1			1	2,60	1,28	
	RA XI. Cruzeiro	41.176		2											
	RA XVIII. Lago Norte	38.643		1											
	RA XXII. Sudoeste e Octogonal	58.637													
	RA XXIII. Varjão	10.556		1											
Centro-Sul	RA XIX. Candangolândia	18.493	454.450	1							1		20,28	25,58	
	RA X. Guará (RA XXV. SCIA/Estrutural)	160.141		5	2	1		1		2	6	12	28,10		
	RA VIII. Núcleo Bandeirante (RA XXIV. Park Way)	51.458		2	1						1	3	21,86		
	RA XVII. Riacho Fundo (RA XXI. Riacho Fundo II)	82.485		6	1						4	15	68,19		
	RA I. Brasília - Asa Sul	103.123		2											
	RA XVI. Lago Sul	35.940		1											
	RA XXIX. SIA	2.810		1											
Total			2.977.216	114	56	8	3	5	2	12	88	248	31,24	32,60	

FONTE: http://cnes2.datasus.gov.br/Lista_Tot_Equipes.asp

**GDF/SES/SVS/Divep - Estimativa populacional para o Distrito Federal, pelo IBGE, em 2016.

Método de Cálculo: N° ESF X 3.750 X 100/ População residente

Conclui-se que a Região de Saúde com a maior cobertura de estratégia de saúde da família é a Região Sul (Gama e Santa Maria), e a Região com menor cobertura é a Região Centro – Norte (Asa Norte, Cruzeiro, Lago Norte, Sudoeste e Octogonal e Varjão), região com uma concentração baixa de população vulnerável.

Em junho de 2016 foi lançado o **PlanificaSUS**, uma proposta de reestruturação da atenção primária do DF em parceria com o **CONASS** (Conselho Nacional dos Secretários de Saúde), pelo Governo de Brasília integrando o Projeto Brasília Saudável. Desde então, a Coordenação da Atenção Primária - COAPS e CONASS vem realizando cronograma de Oficinas, com o objetivo de qualificar as ações na Atenção Primária no DF.

Em 2016, ocorreram diversas oficinas e treinamentos tais como: a Oficina Mãe com gestores da SES-DF, com participação de 180 pessoas com foco na linha de cuidado de Doenças Crônicas (Diabetes e Hipertensão); a primeira Oficina do Planifica-SUS com o tema Redes na região leste, onde 230 profissionais foram treinados, incluindo convidados das demais regiões (20 facilitadores da ADMC e Região Leste) e o evento *Primeiros Momentos de Tutoria da Atenção Primária à Saúde (APS) e Atenção Ambulatorial Especializada (AAE)* onde foram identificados tutores da atenção primária no Itapoã prontos para atuar com as duas UBSs. A Atenção Ambulatorial Especializada também participou do processo uma vez que a linha de cuidado do Diabetes e Hipertensão perpassa pelos também pela atenção especializada. Ocorreram 8 momentos de integração com as áreas da SAIS com a tutoria no ambulatório do Hospital do Paranoá de referência para DM e HAS.

No campo da normatização das ações de saúde no âmbito da APS, destaca-se as ações de revisão de Portarias, da Carteira de Serviços da APS, da Política Distrital de Saúde Bucal, criação de minutas, elaboração de protocolos, entre outros.

Em 2016, a SES/DF manteve a adesão ao **Programa de Valorização da Atenção Básica – PROVAB** e recebeu 09 médicos, sendo distribuídos nas Regionais de Saúde Ceilândia, Gama e Santa Maria. Desde o segundo semestre de 2013, a SES-DF mantém adesão ao Programa Mais Médicos para o Brasil.

Atenção à Saúde da Criança

Entre as ações da Saúde da Criança, estão a recepção de visitas internacionais, a participação na Construção do Novo Modelo de Atenção Materno Infantil na Região Sul, juntamente com o Grupo Condutor Central da Rede Cegonha, a

criação e participação no grupo condutor sobre Zika Vírus e Microcefalias, o lançamento das “Orientações Gerais para o enfrentamento das condições de Saúde possivelmente associadas à infecção pelo Zika Vírus” no DF, a criação e participação do Gabinete de Crise da Saúde da Criança juntamente com outros setores; a participação na I Jornada de Condições Crônicas Pediátricas - atenção em rede, o lançamento do site para doação de leite materno no DF, dentre outros.

Em relação ao volume de leite humano, foram coletados 15.132,6 litros (dados parciais), contemplando 8.481 receptores. Foram realizadas 125.115 consultas individuais para lactantes e lactentes na rede de banco de leite.

Os indicadores “Proporção de óbitos infantis investigados” e “Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)” são acompanhados sistematicamente pela área. Dados preliminares indicam que a TMI no ano de 2016 está em torno de 12,4/1.000 nascidos vivos (NV) (dados preliminares). Com relação à investigação dos óbitos, dos 423 óbitos notificados, 66% se encontram em investigação. Em tempo, informa-se que a conclusão da investigação dos óbitos infantil e fetal relativos ao ano de 2016 findará após transcorridos os primeiros 120 dias do ano de 2017.

Atenção à Saúde do Adolescente

Dentre as principais atividades realizadas na área em 2016 estão a revisão e publicação do Protocolo de Atenção à Saúde de Adolescentes; elaboração e finalização da Nota Técnica de dispensação e utilização das Cadernetas de Saúde de Adolescentes para as Unidades Básicas de Saúde; curso sobre notificação de violência para 30 servidores do sistema socioeducativo da Secretaria da Criança; encontros para construção do Protocolo de atenção à saúde no sistema socioeducativo com gestores das unidades de saúde da Secretaria da Criança com produção dos capítulos sobre acolhimento e atenção as urgências e emergências; organização do processo de imunização para H1N1 dos adolescentes e servidores do sistema socioeducativo para vacinação de 2300 adolescentes e servidores.

O Programa de Saúde Escolar - PSE, universalizado em 2013, foi expandido para creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos que já estavam incluídos no programa. Definiu-se que todas as equipes da atenção primária podem implementar o PSE e não apenas as equipes de saúde da família. O Distrito Federal mantém 168 estabelecimentos de ensino da rede pública cadastrados no PSE e 128 equipes de atenção primária que atuam no Programa.

Além disso, o Grupo Gestor Intersetorial – GGI foi retomado com uma nova composição: Secretarias de Saúde e de Educação, Fiocruz e Fundo de Populações das Nações Unidas. Este grupo visa organizar e fortalecer as ações intersetoriais voltadas para a saúde do adolescente.

Atenção à Saúde da Mulher

Entre as realizações da área de saúde da mulher na APS, incluem-se a elaboração de protocolos de detecção precoce do Câncer de Mama, participação no Comitê de Enfrentamento das Microcefalias e Alterações Neurológicas relacionadas ao Zika Vírus e monitoramento dos casos de gestantes com doenças exantemáticas com diagnóstico confirmado para Zika vírus; monitoramento dos exames de triagem pré-natal realizados pelo IDB/APAE, que apresentaram alteração, e apresentação e discussão com os gestores das regiões de saúde.

Com o objetivo de acompanhar o desempenho das ações prioritárias são utilizados indicadores pactuados no âmbito distrital e com o gestor federal, a saber: o Índice de Óbitos de Mulheres em Idade Fértil e Óbitos Maternos Investigados.

Até o mês de dezembro de 2016 foram notificados 756 óbitos de Mulheres em Idade Fértil (MIF) residentes, sendo que 316 foram investigados até o momento, o que corresponde a 41% de casos investigados. Ressalte-se que esses resultados são provisórios, pois, conforme legislação nacional as investigações possuem prazo de 120 dias para serem realizadas e concluídas.

Com relação aos Óbitos Maternos de residentes, foram registrados, até o momento, 22 casos, destes, 11 foram investigados totalizando 50% de investigação. Da mesma forma que para os óbitos de Mulheres em Idade Fértil, esses dados são parciais e dinâmicos e o prazo para conclusão da investigação é de 120 (cento e vinte) dias a partir da ocorrência do óbito.

O DF vem apresentando um bom desempenho no que se refere ao número de consultas de pré-natal, mas o desafio pela qualificação dessas consultas permanece. Observa-se, por exemplo, que o crescimento de casos de sífilis congênita identificado nos últimos anos permaneceu em 2016.

Atenção à Saúde do Homem

Em 2016, foi realizada junto aos profissionais de saúde da atenção primária da Região Sul uma capacitação em parceria com a Coordenação Nacional de Saúde do Homem do Ministério da Saúde para o estímulo a paternidade ativa, como incluir o pai no pré-natal, parto e pós-parto além de focar quais as dificuldades, facilidades e estratégias desta inclusão.

Foi realizada ainda uma Oficina de Lançamento e Capacitação do Guia do Pré-Natal do Parceiro e do Guia de Saúde do Homem para Agente Comunitário de Saúde para todos os profissionais de saúde da Atenção Primária do DF.

Atenção à Saúde do Idoso

Durante o ano de 2016, foram realizadas ações voltadas para a estruturação dos serviços de atenção à pessoa idosa, dentre eles a promoção do Envelhecimento Ativo, o acompanhamento da cobertura da APS, aos idosos abrigados nas **Internação de Longa Permanência para Idosos - ILPI**, pelas equipes do território; a publicação do Protocolo e Antidepressivos para os Idoso e a implantação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa na região Oeste e consolidação da implantação na região Norte.

A Saúde do Idoso em parceria com a Gerência de Desenvolvimento de Projetos- GDP da Escola de Aperfeiçoamento do SUS-EAPSUS/FEPECS, realizou Curso de Capacitação em Saúde do Idoso, na Região Oeste, com 45 servidores, com objetivo de qualificar e potencializar os diferentes saberes profissionais em saúde, assegurando um maior grau de atenção e equidade a população idosa âmbito do SUS no Distrito Federal. Além desta ação, no segundo semestre foi implantado o I Ciclo de Fóruns de Saúde do Idoso, permitiu a ampla divulgação e discussão de temas relevantes a velhice e da Política Nacional da Pessoa Idosa, bem como fomentar a capacitação de servidores, profissionais da sociedade civil e estudantes. Neste período houve a participação de 865 ouvintes.

Foi ofertado pela ETESB/FEPECS curso de formação de cuidadores aberto somente aos servidores da SES. A área técnica teve participação no curso ministrando aulas.

O indicador mais robusto da atenção à saúde do idoso, com série história, é a internação por fratura de fêmur em pessoas com 60 anos ou mais. Apesar de não ser um indicador direto da atenção primária, as ações de prevenção e de até qualidade de vida para evitar as fraturas de fêmur são desenvolvidas na atenção primária. Neste contexto, este indicador pode servir de subsídios para acompanhar estas ações de forma indireta. A evolução da taxa de internação hospitalar de pessoas idosas por fratura de fêmur em 2015 foi de (11,68%) e em 2016 (12,16%).

Atenção à Pessoa com Doenças Crônicas

Diabetes e Hipertensão arterial

Os Programas de Diabetes e da Hipertensão Arterial foram selecionados como temas prioritários do processo de planificação da rede de atenção à saúde voltada para as doenças crônicas do DF, com vistas a integrar a atenção primária e a atenção ambulatorial especializada. Sendo assim, a área técnica participou na gestão da planificação, juntamente com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, na facilitação de oficinas e elaborou documentos educativos e normatizadores.

Para o tratamento do *Diabetes Melito* (DM), a SES disponibiliza medicamentos e insumos aos pacientes. Em 2016 houve desabastecimento de alguns insumos devido ao atraso de entrega de fornecedores, fracasso de pregão, morosidade no andamento de processos e dificuldades logísticas na distribuição.

Destaca-se, na SES-DF, o protocolo de Insulinoterapia, que normatiza de forma criteriosa a distribuição de insumos, insulinas análogas (insulinas especiais) e também a distribuição de Sistema de Infusão Contínua de Insulina (SICI) e insumos para pacientes com indicações clínicas. Atualmente o ambulatório de SICI atende em torno de 150 usuários.

Em 2016, houve a atualização do protocolo de Insulinoterapia e a elaboração do Protocolo assistencial em DM e HAS para a Atenção Primária em Saúde.

Em alusão ao dia mundial do Diabetes, a área técnica promoveu um Workshop de Atualização Multiprofissional que contou com 9 oficinas e com a participação de 195 profissionais de saúde, além disto foram realizadas ações com a comunidade em unidades básicas de saúde em parceria com instituição esportiva de handebol para sensibilização da população quanto a doença.

Asma

O Programa de Atendimento ao Paciente Asmático - PAPA abrange toda a população do DF e entorno, de todas as idades e gênero.

No DF as internações por asma predominam na faixa etária pediátrica até 10 anos, porém, a taxa de mortalidade se mantém elevada na população acima de 60 anos. Neste ano houve queda significativa no número de internações das populações com menos de 1 ano de vida, e com mais de 60 anos. Entretanto os pacientes com mais de 60 anos imputaram ao sistema de saúde um maior gasto por internação (R\$ 779,00) e maior média de permanência hospitalar (7,2 dias).

No ano de 2016 foram realizadas reuniões científicas para atualização dos profissionais de saúde. Houve capacitação dos profissionais de saúde da atenção primária sobre a doença, educação do paciente, tratamento e técnica inalatória das medicações. O protocolo do **Omalizumabe** na Asma Grave de Difícil Controle foi atualizado de acordo com os artigos mais recentes sobre o tema, devendo ainda passar por consulta pública.

Tabagismo

Dentre as ações realizadas em 2016 estão cursos/capacitações para profissionais de saúde, educação, empresas públicas e privadas e Sistema Socioeducativo para 860 profissionais. Ainda foram realizadas palestras para estudantes, profissionais, colaboradores de empresas privadas e públicas, escolas, sistema socioeducativo e saúde com 1.366 participantes e ações públicas (campanhas) realizadas em locais de grande circulação de pessoas. Houve a abertura de 8 novos ambulatórios de tratamento de fumantes.

De janeiro a dezembro de 2016 foi registrado 3.839 atendimentos de fumantes, 2.847 foram atendidos com medicamento e 2.088 deixaram de fumar na quarta sessão. No Distrito Federal a taxa de fumantes passou de 16% em 2006, para 11,4% em 2015, o que é de suma importância para a redução do impacto social, ambiental e econômico na redução do tabagismo.

Práticas Integrativas em Saúde

O Governo do Distrito Federal acionou todas as Secretarias do Governo de Brasília em parceria com o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) para a realização do Projeto Brasília nos Parques que se propõe a reconhecer os parques como espaço de sua responsabilidade, como veículo de interação social e promotor de saúde por meio da convivência com a natureza, experiências de lazer, práticas esportivas e integrativas, e viabilizar a oferta de atividades de Práticas Integrativas em Saúde (PIS) nesses locais.

Cabe citar que o Parque Três Meninas em Samambaia e o Parque dos Jequitibás, em Sobradinho, já possuem servidores capacitados que ofertam PIS à população. Desta forma, também contou-se com o apoio das Diretorias Regionais de Atenção Primária desses locais para sua continuidade e regularidade, assim como, a inserção de novos serviços de PIS.

Torna-se evidente a necessidade de desenvolver ações de PIS nos seguintes parques: Estação Ecológica de Águas Emendadas, Parque Sucupira em Planaltina- DF.

Assim, há dezesseis anos, foram capacitados Educadores Ambientais em Automassagem para realizar a prática com os visitantes do parque Estação Ecológica de Águas Emendadas.

No ano de 2016, houve o aumento do número de servidores ofertando serviços de Práticas Integrativas em Saúde, bem como o aumento do número de unidades com oferta dos serviços de Práticas Integrativas em Saúde e Coordenadores Técnicos em Automassagem, Reiki e Terapia Comunitária Integrativa.

O Distrito Federal foi um dos pioneiros na inclusão dessas Práticas no SUS e atualmente oferece à população 14 modalidades destas práticas (Acupuntura, Arteterapia, Automassagem, Fitoterapia Clínica, Hatha Yoga, Homeopatia, Lian Gong, Medicina e Terapias Antroposóficas, Meditação, Musicoterapia, Reiki, Shantala, Tai Chi Chuan e Terapia Comunitária) em todos os níveis de atenção, sendo que a oferta maior está alocada na Atenção Primária à Saúde. Além dessas práticas, encontram-se em fase de institucionalização na rede, a Dança Sênior e a Terapia de Redução do Estresse.

Em 2016 foi elaborada a Política Distrital de Práticas Integrativas em Saúde e atualmente o Distrito Federal oferece de forma institucionalizada 14 modalidades de PIS em **277** serviços de PIS em todo o DF.

Dentre as unidades de Saúde que iniciaram serviços em Práticas Integrativas em Saúde – PIS, no ano de 2016, está a Gerência de Saúde prisional, com a implementação da Hatha Yoga, o Reiki foi implantado em 29 novos serviços distribuídos em 17 Unidades de Saúde, a Shantala foi implantada com 48 novos serviços distribuídos em Unidades de Saúde, entre outros. O aumento significativo de oferta de novos serviços de Tai Chi Chuan, no todo 4, e de Hatha Yoga, em 2016, deveu-se a finalização dos cursos de formação finalizados em 2015, em parceria com a Gerência de Tabagismo, foram inseridos em 10 grupos de tabagismo algumas técnicas relacionadas ao Tai Chi Chuan.

Reportando-se ao Reiki, com o curso de formação realizado houve ampliação e implantação de 17 serviços de Reiki na Rede SES DF.

Em parceria com a Secretaria de Educação, junto com o Programa Saúde nas Escolas – PSE, em Sobradinho, houve capacitação em Shantala para os professores e monitores de 03 creches. Ocorreu, também, a capacitação de servidores da SES DF com implementação de mais 49 serviços;

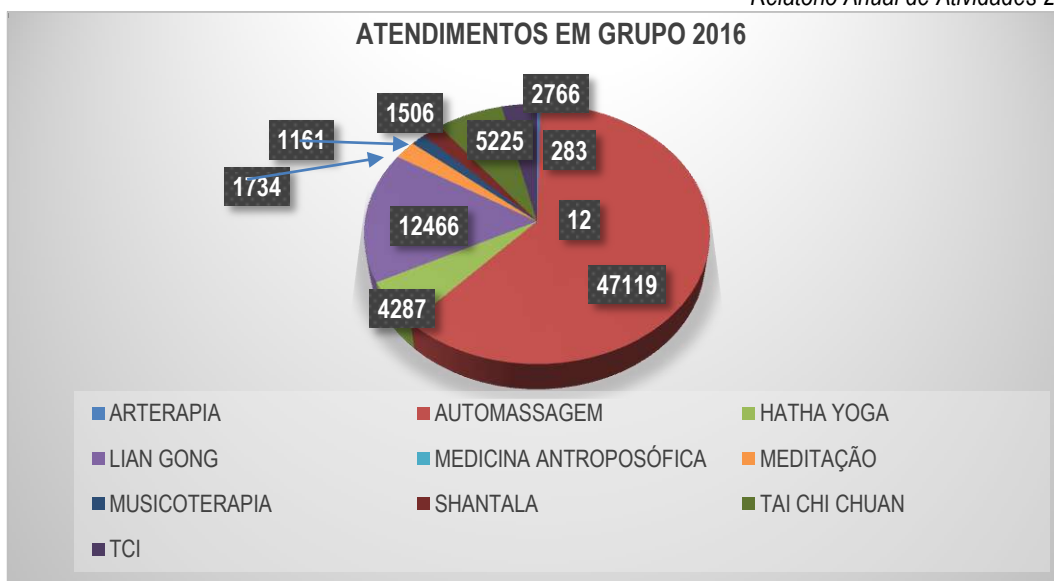
Com a prática de Hatha Yoga, ocorreu capacitação em parceria com Gerência de Saúde Prisional da SES DF e a Secretaria de Segurança Pública do DF, para a implantação de 4 projetos nos seguintes locais: 1 no Presídio Feminino, 2 no Presídio do DF II e 1 no Centro de Internação e Reintegração -Complexo da Papuda.

A acupuntura e a homeopatia, práticas consideradas de especialidades médicas, registraram respectivamente 11.735 atendimentos individuais, 31.066 procedimentos e 12.568 atendimentos individuais (dados até outubro de 2016).

Em relação aos atendimentos individuais, a produção de Reiki foi de 416. Já a produção de fitoterápicos foi de 25.037 unidades.

Foram realizadas ainda 76.559 atividades em grupo de PIS, incluindo-se em alguns casos grupos para servidores da saúde em seus locais de trabalho, dados parciais até outubro de 2016 sujeito às alterações.

Segue gráfico com a produção dos atendimentos em 2016:



Fonte: NPCPIS/GERPIS/DAEAP/COAPS/SAIS/SES/DF. Obs.1: Dados parciais até outubro de 2016 sujeito às alterações. Obs. 2: Regiões Centro-Norte, Oeste, Sul não dispõem de Coordenador Regional em PIS e Região Sudoeste: apenas com Coordenação Regional em PIS em Samambaia, comprometendo o registro dos serviços.

Vale ressaltar que no decorrer do ano, fatores como a ausência do Coordenador Regional de PIS nas Regionais da Asa Norte, Brazlândia, Ceilândia, CNBRFPW, Santa Maria e a falta de Coordenadores Técnicos em Arteterapia, Homeopatia, Lian Gong em 18 terapias, Medicina e Terapias Antroposóficas, Meditação, Musicoterapia, bem como a desativação de vários grupos, no Gama, por exemplo, e após o processo de organização do modelo de atenção vigente influenciaram de forma negativa o desenvolvimento das atividades de Práticas integrativas para alcance de melhores resultados.

Saúde no Sistema Prisional

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), foi instituída pela Portaria Interministerial nº 1, e portaria de operacionalização nº 482, de 1º de abril de 2014. O DF aderiu a nova política por meio da Portaria Nº 1602 de 31 de julho de 2014, e suas unidades já foram atualizadas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES das novas modalidades de equipe.

A Assistência à Saúde para o Sistema Prisional compreende ações individuais e coletivas visando promover, prevenir, reduzir e/ou eliminar riscos e agravos à saúde da população privada de liberdade do Distrito Federal, por meio de serviços de atenção primária que atendam em caráter complementar às necessidades das urgências e emergências em saúde. Em dezembro de 2016 a população prisional do DF é de 15.077 pessoas.

O número de vagas em todo o sistema é de 7.229. A superlotação é um grande problema do sistema carcerário brasileiro, e contribui para aumentar os riscos de doenças infectocontagiosas, assim como o agravamento das demais enfermidades. Este problema não será facilmente resolvido, visto que não se consegue criar o número de vagas na proporção do crescimento do número de pessoas aprisionadas. Está previsto para 2017 inauguração de mais duas unidades prisionais no Complexo da Papuda abrindo mais 3.000 vagas no sistema.

No âmbito da saúde prisional, têm-se aplicado o Projeto Acolhimento, que tem como objetivo principal promover o acolhimento dos detentos na sua chegada na perspectiva de contribuir para a melhoria da qualidade de vida no contexto prisional. Faz-se o levantamento das condições de saúde dos internos com os devidos encaminhamentos para atendimento; realização de busca ativa de patologias crônicas e infectocontagiosas; orientação sobre higiene bucal seguida de distribuição de escova e creme dental; apresentação do serviço de saúde no que diz respeito à equipe e sua função, formas de acesso e dinâmica deste Serviço. Foram acolhidas 8.155 pessoas dos ingressos no Sistema Prisional no ano de 2016.

Não houve aumento de Equipes de Saúde Prisional, porém houve aumento da população prisional, ocorrendo, portanto, a queda da cobertura em relação ao ano anterior (2015).

Equipes existentes versus número ideal

SRS	Unidade Prisional	STATUS ATUAL				Ideal
		População	Nº de equipes	Cobertura	Recurso mensal R\$	Nº de equipes
Leste	Centro de Detenção Provisória	3.976	01 tipo III	33,3%	45.526,00	3 tipo III e 1 tipo II
	Penitenciária do DF1	3.346	01 tipo III	33,3%	45.526,00	3 tipo III

STATUS ATUAL						Ideal
SRS	Unidade Prisional	População	Nº de equipes	Cobertura	Recurso mensal R\$	Nº de equipes
	Penitenciária do DFII	3.226	01 tipo III	33,3%	45.526,00	3 tipo III
	Centro de Internamento e Reeducação	2.231	01 tipo III e 01 tipo II	50%	65.343,00	2 tipo III
Sub total		12.779	05 equipes	41,6%	201.921,0	12 equipes
Sul	Penitenciária Feminina do DF	603	01 tipo III	100%	45.526,00	Ok1 tipo III
	Ala de Tratamento Psiquiátrico	109	01 tipo II com saúde mental	100%	Aguardando análise do MS	EDAIS**
Centro-sul	Centro de Progressão Penitenciária	1.460	01 tipo II	50%	20.343,00	01 tipo III e 01 tipo II
	Divisão de Controle e Custódia de Presos	126	0	0	0	01 equipe tipo I
TOTAL		15.077	05 equipes tipo III, 02 equipes tipo II, e 01 equipe tipo II com SM	50%		16 equipes

Fonte: CNES, DEZ/2016

Os dados da assistência à saúde aos internos, bem como dos principais agravos acompanhados pelas Equipes de Saúde Prisional, seguem conforme quadros abaixo:

Assistência à saúde para o Sistema Prisional, Distrito Federal em 2016

Assistência	2016
Total consultas Médicas	14.292
Total consultas outras especialidades	26.448
Total de grupos	3.305
Total consultas Odontologia	4.102
Procedimentos	142.902

Fonte: GESSP/DAEAP/COAPS, DEZ/2016

Principais agravos acompanhados pelas equipes de saúde prisional

Unidade Prisional	Agravos											
	Outras DSTs						TB	Hans en	HAS	DIA	Asma	CA
	HIV	Hep.B	Hep.C	Sífilis	HPV	Outras						
CDP	71	08	26	144	78	74	16	0	284	84	84	0
CIR	57	04	30	12	12	10	10	06	248	49	154	0
PDFI	56	05	18	0	28	31	25	01	253	60	251	01
PDFII	53	09	24	12	18	23	16	08	376	73	351	02
CPP	29	0	08	0	0	08	08	0	143	22	111	0
PFDF	35	0	0	20	03	36	04	0	140	08	0	0
ATP	0	0	06	0	0	02	0	0	26	17	0	0
Total	301	26	112	188	139	184	79	15	1.470	313	951	03

Fonte: GESSP/DAEAP/COAPS, DEZ/2016

Quanto a vacinação, foi realizada rotineiramente na porta de entrada do sistema com a atualização do cartão de vacinas do adulto (vacinação contra hepatite, dupla adulto, triviral e Pneumo23) e nas outras unidades prisionais, totalizando 23.622 doses no ano de 2016. Foi realizado o acompanhamento pré-natal de 100% das gestantes no Presídio Feminino – PFDF, conforme protocolos da SES e rede cegonha e todas realizam o exame de triagem por meio do papel filtro.

Encontra-se em discussão o Plano de contingência de preparação e resposta em surtos, rebeliões e emergências coletivas na Papuda. Foi ainda, realizado o treinamento de técnicas respiratórias para fortalecimento da vitalidade e diminuição de estados de stress de profissionais do Sistema de Segurança e Saúde Prisional, em parceria com a GERPIS e EPEN.

Saúde da População Negra

A SES tem assento no Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN), tendo participado das discussões para definição das diretrizes e estratégias do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) - quadriênio 2016-2019. No âmbito do DF, a composição do referido comitê foi atualizada e republicada no

DODF e foram pautadas questões atinentes à inclusão do transplante de medula para tratamento da Doença Falciforme e ações para o enfrentamento da dengue, chikungunya e vírus zika direcionadas às mulheres negras.

Também foi mantida a participação no Comitê Intersetorial do Disque Racismo cuja pauta principal foi a elaboração e discussão do Plano Distrital de Promoção de Igualdade Racial do DF – quadriênio 2017-2020.

Em parceria com a SEDESTMIDH (Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos) a SES acompanhou o lançamento do Projeto UBUNTU – Espaço de Referência em Raça e Gênero nas Administrações Regionais do Distrito Federal - e promoveu uma capacitação para enfrentamento do racismo institucional e promoção da igualdade racial para servidores do GDF.

Como forma de melhorar o levantamento de dados epidemiológicos desta população em específico, foi realizada tentativa, junto à área de Tecnologia de Informação da SES, de inclusão do campo raça/cor/etnia nos dados de identificação do paciente no prontuário eletrônico da SES-DF, sistema TrakCare. Entretanto, ainda não foi viabilizado.

Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda do Governo Federal, o qual apresenta duas vigências: 1ª vigência, compreende o acompanhamento no período de janeiro a junho e 2ª vigência de julho a dezembro.

O número total de famílias beneficiárias a serem acompanhadas pelas equipes de saúde foi de 69.626 na primeira vigência de 2016 (janeiro a julho); o número de famílias totalmente acompanhadas foi em torno de 33.133, perfazendo o percentual de cobertura de 47,58%, conforme tabela abaixo:

Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família

Região de Saúde - Avaliação 1ª vigência 2016	Famílias Beneficiárias	Famílias Acompanhadas	Percentual de Acompanhamento
Oeste	14713	7793	52,78
Sudoeste	16118	7643	47,41
Norte	12154	5780	47,55
Sul	7877	3626	48,62
Centro-Sul	8192	3983	48,62
Centro-Norte.	610	406	66,65
Leste.	9461	3744	39,57
Outros	501	158	
TOTAL -DF	69626	33133	47,58%

Fonte: Sistema de Informação do Programa Bolsa Família.

A segunda vigência ainda está em andamento e com término previsto em 20 de janeiro de 2017. O número total de famílias beneficiárias a serem acompanhadas pelas equipes de saúde é de 68.086 (agosto a dezembro); o número de famílias totalmente acompanhadas é da ordem de 16.008, perfazendo o percentual de cobertura anual de 23,51%.

As atividades realizadas tiveram como objetivo o aumento do acompanhamento das famílias pelas Unidades Básicas de Saúde e se basearam em reuniões com os coordenadores do Programa de cada Regional de Saúde para planejamento a cada vigência; reuniões com servidores das Unidades de Saúde para instrução operacional sobre o programa; realização de Oficina do Sistema do PBF na Saúde, para os servidores que coordenam o programa, ministrado pelos apoiadores do Ministério da Saúde. Além disso, foi produzido e distribuído, por algumas regionais de saúde, material informativo para as famílias que comparecerem as unidades para acompanhamento. Há dificuldade no acompanhamento de famílias nas áreas sem cobertura de Estratégia de Saúde da Família e/ou com problemas no cadastro de endereço.

Atenção às Pessoas com Deficiência.

Foi mantida a participação da coordenação de atenção primária no Grupo Condutor da Rede da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal, colaborando, especialmente, na organização do fluxo de atendimento, na facilitação do acolhimento e na proposição de ajustes estruturais para melhor atender as pessoas com deficiência no âmbito da atenção primária. Foi encaminhada a proposta de inclusão do profissional Tradutor e Intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) no quadro da SES-DF como forma de melhor atender os deficientes auditivos da rede.

Foi realizado o acompanhamento e a regulamentação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Foi um avanço importante em relação à garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Distrito Federal, no

sentido de que a criação deste irá subsidiar o governo na proposição, execução, monitoramento e fiscalização de ações voltadas ao atendimento das necessidades deste público.

Atenção à população em situação de Rua

O DF conta com 3 equipes de consultório na rua, sediadas no Plano Piloto (Asa Sul e Norte), Taguatinga e Ceilândia, todas habilitadas pelo Ministério da Saúde na modalidade I.

Dentre as ações realizadas no ano de 2016, destacam-se: estabelecimento de parcerias interinstitucionais com a SEDESTMIDH, Secretaria de Segurança Pública, Organizações não governamentais e com instituições de ensino; regularização do espaço dentro dos Centros de Saúde para desenvolvimento do trabalho das equipes de Consultório na Rua; regularização de recursos humanos e seu respectivo cadastro no CNES; sensibilização de gestores locais e servidores para acolhimento da população em situação de rua nos serviços de saúde da SES-DF.

Uma das dificuldades enfrentadas pelas equipes de consultório na rua é a disponibilidade de transporte e motorista, dado que os automóveis e motoristas das unidades de saúde são limitados e atendem outras demandas.

Saúde da população LGBT

A Política para a população LGBT tem como objetivos principais: o enfrentamento à homofobia e às DST/AIDS e a implantação do ambulatório para atendimento de travestis e transexuais em processo de transexualização na SES-DF. Neste sentido, foram realizadas ações buscando fortalecer as bases para organização dos serviços de saúde de modo a melhor trabalhar estas demandas.

A parceria com a sociedade civil e outras secretarias de governo foram imprescindíveis para o planejamento e operacionalização de algumas ações que foram realizadas, a saber: Semana de atividades com foco na Luta contra AIDS; Seminário Dia Mundial de Luta Contra a AIDS; Colaboração nas ações para acelerar a resposta ao HIV e atingir as metas 90-90-90 até 2020 pactuadas pelo governador na Declaração de Paris.

Foram apresentadas propostas de criação de Comitê Distrital de Saúde Integral da população LGBT, conjuntamente com a Coordenação de Diversidade LGBT da SEDESTMIDH e de publicação de uma portaria específica da SES-DF para adoção e uso do nome social por pessoas travestis e transexuais.

No que tange à implantação do ambulatório de assistência especializada às pessoas travestis e transexuais na rede pública de saúde do DF foi instituído, por intermédio da publicação da Portaria nº 155 de 25 de agosto de 2016, um Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar um projeto e um plano de trabalho com vistas à implantação e operacionalização do referido ambulatório. Algumas das propostas já foram submetidas à aprovação e apreciação do Subsecretário de Atenção à Saúde (SAIS). A estimativa é que o ambulatório seja inaugurado em meados de 2017.

Atenção à população rural

A atenção à população rural é realizada pelas equipes de atenção primária que atuam nestes territórios. Especificamente, busca-se atuar nas boas práticas agrícolas, dentre elas, o manejo adequado e seguro de agrotóxicos, o cuidado com a água, a exposição ao sol, a violência no campo, dentre outros.

Dentre as atividades executadas, o trabalho foi realizado em parceria com LACEN-DF (Laboratório Central de Saúde Pública do DF), CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) e EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF) nas seguintes atividades: rastreamento de intoxicação exógena por agrotóxicos; realização de exames sorológicos de rotina; atualização do cartão de vacinas; atividades educativas com foco na saúde do trabalhador rural; ações de prevenção e combate à violência no campo.

Construções, Ampliações e Reformas

No presente exercício foram iniciadas as construções de três Unidades Básicas de Saúde, sendo duas unidades localizadas em Ceilândia e uma localizada em Samambaia.

A construção da Unidade Básica de Saúde FERCAL iniciada por decisão judicial.

Descrição Da Obra - Construção	RA / Local	Ação/Subtítulo	(*)% Cumprido
Construção de UBS, localizada na Quadra 500, AE 02 – Sol Nascente – Ceilândia	IX	3135.0003	35,00%
Construção de UBS, localizada na QR 210, Conj 22 Lote 01 – Samambaia.	XII		81,00%
Construção de UBS, localizada na EQNP 16/20 AE Lotes E, F e G – Ceilândia.	IX		71,00%
Construção de UBS – FERCAL - Sobradinho	V	-	15,00%

Quanto as reformas, foi concluída a Reforma do Centro de Saúde nº 05 do Lago Sul. Encontram-se paralisadas a Reforma do Centro de Saúde nº 08 do Gama desde 22/07/2016, e a Reforma do Centro de Saúde nº 11 de Ceilândia desde 04/07/2016, ambas por motivo financeiro.

Descrição da Obra / SERVIÇOS – Reformas	RA / Local	Ação/Subtítulo	(*) % Cumprido
Reforma do Centro de Saúde nº 05 do Lago Sul	XVI	3222.0001	100,00%
Reforma do Centro de Saúde nº 11 de Ceilândia	IX		25,90%
Reforma do Centro de Saúde nº 08 do Gama	II		20,79%

Em relação a Infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde foram realizadas as seguintes ações em 2016:

Programa REQUALIFICA UBS:

Construção de UBS: três propostas cadastradas no SISMOB em 2015 estão aguardando o pagamento da primeira parcela dos recursos financeiros para iniciar a contagem do prazo para a inserção da OIS no SISMOB. As três propostas são de Emendas Parlamentares que foram destinadas à Brazlândia. Nesta região há necessidade de construção de três UBS, nas localidades: Incra 8, Chapadinha e Setor Tradicional. Porém, ainda estão em negociação os terrenos para esta Secretaria de Saúde, condição preliminar para viabilizar as construções.

Reformas de UBS: readequação do processo nº 060.006.256/2015 para reforma de 14 Unidades Básicas de Saúde, e também para reforma da Penitenciária Feminina do Gama – UBS/PFDF. As obras serão viabilizadas por meio de uma parceria com a NOVACAP.

Acompanhamentos dos Contratos de Repasse N° 315.863-03/2009 - Contrato de Repasse FNS/CAIXA com a meta de Recuperação e Adequação da Estrutura Física de 06 UBS, das quais 4 já foram concluídas e já prestaram contas. Outras 2 continuam em obras.

A meta do PPA e PAS para 2016 é de 17 reformas e 40 construções de UBS. No entanto, encontrou-se dificuldades para atingir a meta, considerando a reduzida equipe técnica desta Secretaria nas áreas de engenharia e arquitetura, para a elaboração dos projetos executivos de obras de reforma, ampliação e construção. Neste sentido, buscou-se parceria com a NOVACAP para a execução das obras.

No que tange ao componente Ampliação de UBS, conforme PPA e PAS a previsão era de ampliação de 03 UBS no ano de 2016. Encontra-se em elaboração um Termo de Cooperação Técnica entre a SES e a NOVACAP, para execução das obras, a saber: PSU Arapoanga, PSU Areal e PSU Itapoã. Processo nº 060.007.032/2016 que aguarda pronunciamento da SULIS para dar seguimento.

Encontrou-se dificuldades, também, na obtenção dos recursos financeiros para a realização das ampliações e construções. Existem articulações interna e externamente, no sentido de captação de recursos financeiros que possam ser destinados para viabilizar as construções.

No que se refere a infraestrutura na Atenção Primária, foi realizado o mapeamento dos Equipamentos/Mobiliários e Materiais Permanentes, mapeamento de terrenos para viabilização de novas UBSs e locação de imóveis para a Atenção Primária à Saúde.

OBJETIVO ESPECÍFICO: 002 – ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE.

A atenção especializada é realizada predominantemente nos hospitais da rede própria, com objetivo de implementar as ações de saúde de média e alta complexidade, com o desenvolvimento de programas específicos de promoção, proteção e recuperação da saúde, no âmbito do Distrito Federal.

Os grandes desafios atuais, relacionados a essa área incluem a necessidade de incrementar a qualidade dos serviços secundários e terciários prestados à população, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, bem como a necessidade de ampliação do acesso, de implementação de acolhimento eficiente e humanizado com atendimento integral e resolutivo incluindo o suporte para operacionalizar ações em serviço social, acesso integral aos serviços de nutrição e a atenção especializada em saúde bucal.

Para tanto, é necessária a reestruturação das unidades assistenciais e o reforço aos sistemas logísticos que possam viabilizar sua melhor operacionalização e imprimir mais resolutividade/eficiência ao sistema de saúde como um todo. Nesse sentido, merece destaque a integração de todos os níveis de complexidade de atenção com promoção da Intersetorialidade das ações e dos serviços prestados.

A Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal, dentro de sua política de desenvolvimento do Sistema Único de Saúde, tem envidado esforços no sentido de enfrentar esses desafios com o intuito de qualificar a atenção à saúde oferecida à sua população por intermédio de ações que integram os diversos componentes da rede.

No âmbito do apoio diagnóstico e patologia clínica, a SES teve como meta em 2016 a mudança nos processos de trabalho, visando abastecimento regular com ampla concorrência e maior economicidade na contratação final. Houve priorização e finalização de processos licitatórios regulares em patologia clínica, tais como os processos para hemograma, bioquímica e marcadores cardíacos, estando em andamento aqueles que tratam sobre hormônios e sorologias.

Salienta-se a necessidade de análise minuciosa de processos de aquisição de insumos específicos para alguns equipamentos adquiridos, quando da existência de processos regulares similares já disponibilizados e com alcance maior à população, com intuito de analisar a viabilidade econômica, utilizando-se do princípio da economicidade, a exemplo do AQT.

Na área de radiologia, a CATES coordenou:

- Implantação da digitalização na rede SESDF;
- Implantação de cronograma de instalação para mamógrafos;
- Aquisição de filmes radiológicos digitais e analógicos;
- Manutenções preventiva e corretiva regulares de equipamentos.

Apesar dos esforços realizados, os serviços de Hemodinâmica HBDF encontram-se momentaneamente indisponíveis devido à falta de manutenção corretiva de equipamentos.

No âmbito da assistência Intensiva, destaca-se a elaboração do TR 060.008374/2016, para contratação de serviços assistenciais à UTI/HRSM, o qual foi discutido no comitê executivo de saúde; a elaboração de TR para possibilitar aumento de 40 para 80 leitos de Home Care tipo A. Houve empenho das áreas, com intuito de disponibilizar o maior número de leitos de UTI possíveis dentro da Rede SES, com ênfase nos desbloqueios de leitos atingidos por falta de RH, manutenção e/ou recursos. Elaboração do processo de aquisição de software para indicadores de qualidade em UTI. Apoiou a oficina de terminalidade e as diretrizes de cuidados paliativos em UTI.

Quanto aos recursos médicos especializados, para assegurar a efetiva prestação dos serviços das Coordenações de Especialidades, analisando e coordenando aquisições de equipamentos e insumos, definindo ações a serem tomadas, de acordo com recursos disponíveis. Observou-se também a grande necessidade de recursos humanos em diversas especialidades, podendo destacar o déficit de pediatras que ocasionou o fechamento do pronto atendimento infantil no Hospital Regional do Gama - HRG.

Ações coordenadas em conjunto com a assistência especializada:

- Implantação do projeto de cirurgias de pequena e média complexidade no HRSAM;
- Elaboração do TR para contratação de serviço de medicina hiperbárica;
- Contratação de serviços em cardiologia ICDF;
- Licitação do processo para contratação do serviço de telemedicina;
- Contratação de serviço para realização de vitrectomias;
- Contratação de serviço para realização de catarata;
- Reelaboração do protocolo de injeção intravítrea de antiangiogênico;
- Manutenção dos serviços de eletroencefalograma;
- Sanear problemas do protocolo de atendimento ao paciente epilético;
- Finalização do processo regular de prótese de quadril;
- Realização do TAC de joelho e ombro;
- Elaboração do processo de aquisição trauma ortopédico;
- Parceria SES-DSF e SES-GO para tratamento pacientes trauma ortopédico;
- Abertura de edital nº 14 de 25 de novembro de 2016 para contratação temporária de 107 pediatras;
- Mapeamento e parametrização dos ambulatórios de especialidades pediátricas;
- Curso de capacitação em emergência pediátrica para pediatras lotados na APS em cumprimento da portaria

231/2016;

- Reabertura da sala de parto no HRSM
- Nomeação de ginecologistas e obstetras;
- Readequação do serviço de endometriose profunda do HMIB;
- Capacitação de obstetras pela Rede Cegonha/MS/ hospital Albert Einstein;
- Curso de treinamento em suporte avançado em obstetrícia – Rede Cegonha/MS;
- Entrega de 20 cardiotocógrafos;
- Reestruturação das portas de atendimento de PS em clínica médica;
- Priorização do reforço clínico em unidades de saúde mais distantes;
- Integração entre a APS e atenção especializada – planifica;
- Plano de ação para ampliação de vagas Terapia Renal Substitutiva - TRS- crônico;
- TR de concessão de espaço público para serviços em hemodiálise para sus -312 vagas;
- TR dialise peritoneal;
- Câmara técnicas para demandas em nefrologia;

- Implantação da lista de espera, através do sistema trackcare, para transferência dos pacientes crônicos em TRS, dos hospitais para clínicas conveniadas;
- Colocar em prática as diretrizes contidas na portaria nº 1.011 de 03 de outubro de 2014-SAS/MS: não necessidade de manter APAC'S arquivadas nos locais de autorização;
- Treinamento em serviço dos servidores responsáveis pela autorização de procedimentos de alta complexidade (APACS).
- Subsidiar a coordenação de nefrologia com dados relativos ao número de pacientes que necessitam de TRS ambulatorial.
- No âmbito da assistência Oncológica, destaca-se as seguintes atividades desenvolvidas:
- Pactuação entre SES-DF E SES-GO para transferência de pacientes inseridos SISREG – radioterapia para estado de origem;
- Credenciamento nº 001/2016 para tratamento em radioterapia aos usuários do SUS;
- Aprovação do Hospital de Especialidades Cirúrgicas e Centro Oncológico pelo MS;
- Aprovação do plano oncológico 2016-2019;
- PROADI – disponibilização de vagas para radioterapia pelo Hospital Sírio Libanês;
- Execução da obra na capela de manipulação de quimioterápico – HRT;
- Solicitação de acelerador pelo projeto expande para o HBDF.

Alta Complexidade

Uma das principais competências dentro da alta complexidade é o gerenciamento do processo de análise dos laudos de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade (APAC) financiados pelo Ministério da Saúde (MS) no âmbito da SES/DF, bem como gerenciar o processo de transferência dos pacientes com Doença Renal Crônica Terminal (DRCT) para os serviços ambulatoriais de Terapia Renal Substitutiva (TRS) da Rede Complementar da SES/DF. Dentre os procedimentos autorizados mais frequentes e de maior relevância citam-se os de oncologia, terapia renal substitutiva, deficiência auditiva, patologias oftalmológicas, cirurgias eletivas (vasectomia, biópsias, cirurgia bariátrica), acompanhamento de pacientes submetidos a transplantes e portadores de queimaduras de diversos graus.

Quanto ao serviço de TRS, a rede dispõe de três unidades prestadoras habilitadas pelo Ministério da Saúde, cujos procedimentos ambulatoriais são realizados e ressarcidos através de laudos de APAC e oito serviços contratados que prestam serviço em Terapia Renal Substitutiva que totalizam 1.044 vagas de hemodiálise (HD) e 286 de diálise peritoneal (DP). Os serviços contratados foram: NEPHRON Gama (solicitou redução do número de vagas de HD e não está mais recebendo pacientes); NEPHRON Taguatinga; Renal Vida; Renal Care; Sociedade de Clínicas Médicas - SOCLIMED; IDR – Instituto de Doenças Renais; Serviço de Assistência Clínica e Nefrológica – SEANE (Solicitou rescisão contratual com a SES-DF e não está mais recebendo pacientes) e Clínica de Doenças Renais de Taguatinga – CDRT (solicitou a rescisão contratual com a SES-DF e não está mais recebendo pacientes).

Uma parte dos custos envolvidos na realização dos procedimentos ambulatoriais de alta complexidade realizados na SES/DF é custeada pelo próprio GDF, enquanto que a complementação é feita pelo Ministério da Saúde, que através deste ressarcimento financeiro garante não apenas a continuidade do serviço especializado aos usuários da rede, mas também a notificação dos agravos mais frequentes no âmbito da alta complexidade no Distrito Federal, cujos dados epidemiológicos possibilitam o planejamento e a implementação das suas políticas públicas de saúde.

Do total geral de procedimentos de alta complexidade ambulatoriais registrados por APAC no DF, mais de 39% (14.536) corresponde ao grupo da Oncologia (quimioterapia com hematologia e radioterapia). Portanto, essa área de atuação pode ser compreendida como a mais onerosa e que exige maior quantidade de recursos para investimentos, mas também como uma das que mais gera faturamento para reembolso pelo Ministério da Saúde.

De janeiro a dezembro de 2016, dos procedimentos ambulatoriais de alta complexidade realizados pela SES-DF e autorizados pela GAAC/DIASE, foram registrados um total de 37.117 laudos, o que representa um acréscimo de 3,46% com relação ao total geral de APAC do ano anterior (Fonte: Intranet/SES).

A tabela abaixo evidencia a frequência mensal de procedimentos autorizados por grupo de procedimentos, no período de janeiro a dezembro de 2016.

Quantidade de procedimentos de alta complexidade autorizados pela GAAC/DIASE distribuídos por grupo e mês de solicitação no ano de 2016.

Grupo De Procedimentos	Ano De 2016												Total	%
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Cirurgias Eletivas - Oftalmologia	12	21	62	6	51	13	25	41	11	33	1	29	305	0,82%
Cirurgias Eletivas	201	91	100	196	181	77	293	161	161	190	117	104	1872	5,04%

Grupo De Procedimentos	Ano De 2016													Total	%
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Deficiência Auditiva	221	335	573	279	246	588	339	502	280	297	436	582	4678	12,60%	
Hemodinamica	129	144	196	165	187	191	182	213	183	182	161	128	2061	5,55%	
Implante Coclear		47	2		1	59	29	24	56	13	34	47	312	0,84%	
Litotripsia		119	69	79	46	77	6						396	1,07%	
Oftalmologia	11	2		1	7		12	3	5	1	4		46	0,12%	
Outros*	2	13	14	40	3	3	2	1	4		4		86	0,23%	
Pos Transplante	354	286	474	269	386	479	374	510	309	480	491	588	5000	13,47%	
Queimados	4	21	215	5	116	109	17	203	78	107	166	97	1138	3,07%	
Quimioterapia	942	995	1174	1054	1178	1335	918	1286	1402	1028	1233	1316	13861	37,34%	
Radioterapia	98	41	51	42	55	102	9	78	28	81	47	43	675	1,82%	
Terapia Renal Substitutiva	596	508	536	504	644	593	346	833	484	469	677	497	6687	18,02%	
Total Geral	2570	2623	3466	2640	3101	3626	2552	3855	3001	2881	3371	3431	37117	100,00 %	

*Acompanhamento de pacientes em pós-operatório de cirurgia bariátrica; ecodoppler transcraniano; avaliação clínica e eletrônica de dispositivo elétrico cardíaco implantável. Fonte: INTRANET/SES-DF - Período de verificação: 01/01/2016 a 31/12/2016 - Busca realizada em: 02/01/2017.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de procedimentos por APAC autorizados pelos principais prestadores de serviço no período de janeiro a dezembro de 2016. Dentre os laudos autorizados um total de **65%** se classifica como procedimentos realizados pela rede própria da SES/DF, enquanto **35%** dos procedimentos correspondem à rede conveniada ou complementar, compreendida por serviços privados contratados.

Distribuição da quantidade de APAC autorizadas por prestadores de serviço no período de janeiro a dezembro de 2016

	Produção De APAC	ANO DE 2016												Total Geral	%
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
PÚBLICO	Banco de Olhos	37	81	89	2	121	65	99	191	4	89	86	155	1019	65%
	Hospital de Apoio de Brasília	62	85	67	97	71	83	49	65	69	47	64	70	829	
	Hospital de Base do DF	868	822	1.172	915	1.078	1.341	929	1.172	1.214	1.033	1.144	1.147	12.835	
	Hospital Regional da Asa Norte	16	53	264	13	146	111	42	247	91	143	167	126	1419	
	Hospital Regional de Planaltina				1		12							13	
	Hospital Regional de Samambaia			20		24								44	
	Hospital Regional de Sobradinho	21	22	34	10	39	27		34	55	38	27	20	327	
	Hospital Regional de Taguatinga	380	227	234	358	231	331	260	357	313	313	289	271	3564	
	Hospital Universitário de Brasília	281	318	328	272	261	609	190	264	400	313	336	445	4017	
	PRIVADO	CBV	25	21	21	37	64	4	93	52	8	57	46	52	
CEAL-LP		213	256	537	279	246	398	291	487	216	272	388	515	4098	
CDRT		22	53	24	23	45	23	21	45	23	19	42	34	374	
Renal Vida			107	4	9	103		10	89		12	85		419	
IDR- Instituto de Doenças Renais		88	53	56	15	133	66	3	134	63	6	128	59	804	
Instituto de Cardiologia		273	298	397	314	310	335	362	376	331	312	323	323	3954	
NEPHRON GAMA		36	19	23	36	23	21		55	19	31	3	34	300	

Produção De APAC	ANO DE 2016												Total Geral	%
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
NEPHRON Taguatinga	64	51	36	61	47	41	3	107	39	3	54	46	552	
RENAL CARE	41	76	62	67	82	68	70	106	80	73	116	57	898	
SEANE	34	27	55	33	28	48	38	31	44	41	33	40	452	
SOCLIMED	109	54	43	98	49	43	92	43	32	79	40	37	719	
Total Geral	2.570	2.623	3.466	2.640	3.101	3.626	2.552	3.855	3.001	2.881	3.371	3431	37.117	100

Fonte: INTRANET/SES-DF - Período de verificação: 01/01/2016 a 31/12/2016 - Busca realizada em: 02/01/2017

Distribuição de pacientes renais crônicos por serviços de Nefrologia da SES/ DF e conveniados no período de janeiro a dezembro de 2016

Serviços de TRS	Ano De 2016											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Hospital Regional de Santa Maria	12	11	18	11	16	17	19	20	17	16	21	21
Hospital de Base do Distrito Federal – HBDF	85	82	78	77	84	91	90	88	91	88	89	89
Hospital Regional do Gama – HRG	41	40	39	38	40	34	34	33	34	35	34	34
Hospital Regional de Sobradinho – HRS	54	54	57	58	63	62	60	62	63	61	63	63
Hospital Regional de Taguatinga – HRT	76	77	76	78	81	76	108	110	127	127	127	127
Hospital Regional da Asa Norte	13	13	11	12	11	14	22	15	14	19	17	17
Hospital Universitário de Brasília – HUB	45	46	45	52	53	55	52	57	55	51	51	51
CDRT	94	91	90	89	88	86	83	80	77	74	69	69
NEPHRON Taguatinga	150	148	150	150	146	145	145	144	143	143	143	143
NEPHRON Gama	84	83	81	77	76	73	71	69	68	66	66	66
SEANE Sobradinho	107	108	106	104	101	98	106	110	109	111	110	110
SOCLIMED	181	180	176	174	174	163	149	145	142	143	143	143
Instituto de Doenças Renais Samambaia – IDR	184	183	182	177	189	184	186	186	188	183	183	183
Renal Vida	111	115	114	113	99	93	100	95	94	95	91	91
Renal Care Asa Sul	107	120	121	132	147	160	172	180	181	182	182	182
Hospital da Criança De Brasília – HCB	33	27	29	27	27	27	27	23	23	21	21	21
Total Geral	1.344	1.378	1.373	1.369	1.395	1.378	1.424	1.417	1.426	1.415	1.410	*1.410

*Os dados de dezembro/2016 são os mesmos de novembro pois as clínicas ainda não mandaram a estatística de dezembro.

Em geral, a dinâmica da disponibilidade de vagas na rede de TRS obedece à lógica da quantidade de pacientes que entram e saem do sistema. A entrada de pacientes necessitando de TRS, segundo a OMS é de 40 pacientes portadores de doença renal crônica terminal para cada 100.000 habitantes/ano, e que depois de atendida toda esta demanda ainda se estima um acréscimo anual de 10% sobre o número geral de pacientes em TRS. A saída se dá por óbito dos pacientes, transplantes renais realizados, transferências efetuadas e altas por abandono ou melhora clínica. No entanto, a relação de entrada e saída de pacientes não foi observada neste ano, uma vez que em janeiro/2016 havia uma média de 326 pacientes dialisando nos hospitais públicos e em novembro esse número aumenta para 402 pacientes. O inverso ocorre nas clínicas conveniadas onde 1051 pacientes submetiam-se à terapia renal substitutiva em janeiro/2016 e em novembro esse número retrai para 1008.

Existe a necessidade urgente em ampliar-se o número de vagas de terapia renal substitutiva modalidade diálise peritoneal e hemodiálise no âmbito da SES (vagas próprias ou conveniadas), mostra também a necessidade urgente da articulação da atenção especializada com a Atenção Primária em saúde para fomentar estratégias de prevenção da progressão da Doença Renal Crônica uma vez que a prevalência de pacientes em TRS no Brasil está abaixo de nações com perfil semelhante, apontando para a necessidade de identificação e tratamento adequado dos pacientes com fatores de risco para a DRC, bem como seu diagnóstico precoce e tratamento, visando o cuidado integral desses pacientes, tendo como principais objetivos a redução de desfechos desfavoráveis, como a mortalidade cardiovascular e a progressão para DRCT, outro ponto importantíssimo para a saída de pacientes do sistema é a continuidade do aumento do número de transplantes renais no DF.

Diversos motivos contribuem para a escassez de vagas em terapia renal substitutiva no âmbito da SES-DF dentre eles pode-se citar : a escassez de profissionais especializados, falta de espaço físico e infraestrutura para a ampliação de vagas próprias, a falta de interesse das clínicas particulares em fazer contrato com a SES-DF, o desinteresse das atuais

clínicas conveniadas em ampliar o número de vagas assim como o declínio do contrato de algumas empresas credenciadas com esta Secretaria de Saúde.

Cabe ressaltar, que tramita na SES-DF o processo para contratação de uma clínica prestadora de terapia renal substitutiva em Santa Maria-DF, com a oferta inicial de 80 vagas, essa contratação pouco efeito surtirá nos hospitais públicos devido ao fato de uma clínica (CDRT), que atende atualmente 67 pacientes em hemodiálise, ter solicitado a rescisão do contrato com esta SES, sendo necessária a realocação desses pacientes para garantia da continuidade do tratamento.

Em fevereiro de 2016, atendendo à solicitação do TCDF, foi implantado o gerenciamento de fila de espera de pacientes em terapia renal substitutiva através do sistema Trakcare, garantindo a equidade do acesso a transparência e legitimidade do processo de transferência dos pacientes que necessitam de TRS ambulatorial.

Atualmente o número de pacientes que aguardam em fila de espera para transferência dos hospitais públicos para as clínicas conveniadas é de 194.

Recurso Médico Especializado

Teve-se como principal objetivo proporcionar assistência especializada organizada, mediante orientação dos fluxos por linhas de cuidado e adequando a rede, com a finalidade de promover o acesso integral aos serviços hospitalares e ambulatoriais no âmbito do Distrito Federal.

As 37 coordenações de especialidade médicas tem como função primordial atender as necessidades dos pacientes que demandam serviço especializado de média e alta complexidade, para tanto tem emitido parecer técnico quanto as necessidades de equipamentos, insumos e pessoal, apresentando as quantidades e especificações necessárias, visando o desenvolvimento de programas específicos de promoção, proteção e recuperação da saúde.

A SES/DF, dentro de sua política de desenvolvimento do Sistema Único de Saúde, tem envidado esforços no sentido de enfrentar os desafios de uma assistência integrada, onde o paciente seja atendido de maneira horizontal.

Nesse intuito algumas especialidades de maior relevância para prevenção, envolvem a cardiologia, a endocrinologia, a nefrologia e a oftalmologia, que juntos prestam assistência ao paciente hipertenso, diabético e obeso, prevenindo inúmeras complicações futuras.

O foco atual desta Secretaria está na assistência primária, onde o paciente deve ser avaliado pelo médico de família e sua equipe, demandando a especialidade médica quando necessário. Para esse desafio as especialidades médicas estão envolvidas no treinamento de profissionais da atenção básica, na construção de protocolos de encaminhamento e tratamento.

Perfil das Especialidades Médicas e relatório das atividades realizadas pelas seguintes coordenações:

- **Anestesiologia**

A coordenação de anestesia realizou levantamento das necessidades de pessoal nos hospitais, com avaliação das escalas médicas quanto a necessidade por hospital e por período, apresentando o déficit de anestesistas e foi realizado a contratação de 04 anestesistas, número insuficiente para atender o déficit.

- **Endoscopia**

Mantém-se atendimento em 7 hospitais da rede: HBDF, HRT, HRG, HRAN, HRC, HRS, HRSM e todos os serviços fazem endoscopias eletivas e de urgência. O atendimento no HBDF foi ampliado para 24 horas por dia/7 dias por semana/365 dias por ano. Foram chamados médicos no concurso para Gastroenterologia, melhorando as escalas das regionais e adquirido o ecoendoscópio para o HBDF, o que permitirá oferecer uma ferramenta diagnóstica e terapêutica para os pacientes da SES, especialmente em lesões neoplásicas.

Além disso, todos os códigos de acessórios estão sendo revisados e aprimorados, com padronização de novos itens importantes no atendimento, o que permitirá confecção de nova ata para aquisição dos mesmos. Também está sendo estudado a viabilidade financeira e jurídica de sistema de locação dos equipamentos endoscópicos ao invés da modalidade de compra e manutenção dos equipamentos endoscópicos.

- **Cirurgia Pediátrica**

Na Secretaria de Estado de Saúde do DF há três unidades de atendimento em Cirurgia Pediátrica para a população do DF e Entorno:

- a. Unidade de Cirurgia Pediátrica do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF);
- b. Unidade de Clínicas Cirúrgicas Pediátricas do Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB);
- c. Serviço de Cirurgia Pediátrica do Hospital da Criança de Brasília José de Alencar (HCB).

Estes três serviços funcionam em rede integrada para assistência à criança com afecção cirúrgica de urgência e emergência, e eletiva/ambulatorial de pequeno, médio e grande porte, incluindo procedimentos diagnósticos invasivos, com especificidades próprias de cada um. Os serviços se complementam no objetivo da integralidade da assistência à criança.

O acesso à rede, em situações de urgência e emergência, de origem traumática ou não, é feito pelos setores de Emergência do HBDF e HMIB, ou via transferência por regulação de vagas em UTI Neonatal e Pediátrica.

No caso das condições eletivas, o acesso ambulatorial regulado pelo SISREG para o HMIB e HCB. Os atendimentos em ambulatório de Cirurgia Pediátrica do HMIB têm seu tratamento cirúrgico, quando indicado, solucionado no próprio hospital. No caso do HCB, os casos passíveis de tratamento cirúrgico ambulatorial de pequeno e médio porte são solucionados no próprio hospital, e nos casos de cirurgias de alta complexidade ou procedimentos menores, mas em pacientes complexos, estes são encaminhados para resolução no HBDF. Além disso, foi criado novo fluxo de atendimento de urgência e emergência em Cirurgia Pediátrica na SES/DF.

- **Pneumologia**

Há atendimento no HBDF, HRAN, HRS, HRG, HRT, HRC e HRPa. No ano de 2016 foi realizado: workshop sobre ASMA/DPOC para os clínicos médicos da rede; houve a lotação de médicos para implantação do projeto do Centro de Referência de Sub especialidades; criação do colegiado de pneumologia da SES/DF, com a participação de 5 pneumologistas; iniciou-se a criação de protocolo para Fibrose Pulmonar Idiopática e o fluxo para regulação do exame de polissonografia.

Houve, também, a manutenção do atendimento aos pacientes com indicação do uso de ventilação não invasiva através de protocolo clínico aprovado, dos pacientes com Deficiência de alfa1 antitripsina com ambulatório de referência e dos pacientes de doença neuromuscular com ambulatório de referência no HRAN.

- **Hemodinâmica**

A SES/DF conta com um Núcleo de Hemodinâmica, localizado no Hospital de Base do Distrito Federal, o qual tem a finalidade de realizar os seguintes procedimentos:

a. Principais Procedimentos Diagnósticos: Cateterismos Cardíacos, Arteriografias de Aorta, Artérias dos membros inferiores e superiores, Arteriografias Cerebrais, Arteriografias viscerais, Flebografias e Estudo eletrofisiológico.

b. Principais Procedimentos Terapêuticos: Angioplastias/stent de artérias coronarianas, Angioplastia/stent de vasos carotídeos, Angioplastias de vasos viscerais, Angioplastias/Stent de Aorta abdominal, vasos ilíacos e das extremidades, Tratamento endovascular de Aneurismas de Aorta Abdominal, Embolizações, ablações e drenagens biliares, Ablações de arritmias.

Houve redução do número de atendimentos devido à falta de manutenção dos aparelhos de hemodinâmica o que resultou no aumento do encaminhamento de pacientes para empresa contratada ICDF.

- **Hematologia**

Há atendimento especializado no HBDF, HRT, HRAN, HMIB, HRG, HRC, HRBz, HRSM, HRPa e Fundação Hemocentro. Como principais realizações houve a execução da logística e da consolidação do protocolo clínico de assistência para o paciente com Púrpura trombocitopenica idiopática; a execução de protocolo dos portadores de doenças monoclonais; a execução do protocolo de linfomas CD20 positivos; a consolidação do ICDF como serviço de transplante de medula óssea da SES-DF incluindo a atenção a população Pediátrica.

- **Endocrinologia**

Há atendimento nos seguintes hospitais: HBDF, HMIB/UM, HRAN, HRS, HRG, HRT, HRC, HRPa, HRSM e HRSam. Houve a elaboração de protocolos clínicos e manuais e rotinas que facilitem a logística, em conjunto com os colegas médicos da especialidade na rede da SES-DF, das diversas patologias da Endocrinologia; discussões sobre a oferta irregular de insumos e medicamentos. A especialidade é regulada desde 2014 facilitando o acesso do usuário, realizado atualização da ficha de classificação;

- **Cirurgia Cardíaca**

Atendimento no HBDF (Hospital de Base do Distrito Federal) e no ICDF (Instituto de Cardiologia do Distrito Federal), por meio de contrato com a SES-DF. O serviço de cirurgia cardíaca do HBDF praticamente está desativado por falta de material e os pacientes estão sendo encaminhados para o ICDF, para tratamento.

- **Alergia e Imunologia**

Formulação das políticas de saúde, compatibilizando-as com as diretrizes propostas pelo Ministério da Saúde. Dentro das políticas de saúde, a prevalência de doenças alérgicas em crianças e adultos aumentou drasticamente nas últimas décadas. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 30% da população mundial têm alguma Doença alérgica e em 2025 esta prevalência será de 50%.

Atualmente, existem dez Serviços de Alergia e Imunologia na Rede Pública de Saúde: Hospital de Base, Hospital da Criança de Brasília, Hospital Materno Infantil, Hospital Regional da Asa Norte, Hospital Regional de Sobradinho, Hospital Universitário de Brasília, Policlínica de Taguatinga, Centro de Saúde 1 do Paranoá, Policlínica do Gama e Hospital Regional da Ceilândia. Houve seis nomeações por Concurso Público de 2014 no Cargo de Alergia e Imunologia. Atualmente, existem 15 médicos lotados como alergistas/ imunologistas na SES/DF.

Foi elaborado o processo de regulação das consultas em Alergia e Imunologia, Fluxograma de Atendimento Ambulatorial, Classificação de Risco para o agendamento de Consultas e Organograma. A Alergia / Imunologia está na Regulação há 3 anos obedecendo Critérios de Prioridade para atendimento. Existia uma demanda reprimida de 3.736 pacientes

(2013) para 1ª consulta e atualmente não existe. O tempo de espera para 1ª consulta era de 3 a 5 anos e atualmente a marcação é imediata para mesma semana ou para semana seguinte.

Foram criados Ambulatórios de Referência para Angioedema Hereditário, Imunodeficiência Infantil e de Adulto, Asma Grave, Dermatite Atópica, Alergia Alimentar, Alergia a Drogas, Urticária Crônica, Teste de Provocação à Drogas e para Alimentos. Está sendo criado Ambulatório de Alergia a Himenópteros.

São realizados Testes Cutâneos de Leitura Imediata (Prick Test) e de Leitura Tardia (Avaliação da Imunidade Celular) que são testes de alta sensibilidade para o diagnóstico de Doenças Alérgicas e Imunológicas nos seguintes serviços de Alergia e Imunologia: Hospital de Base, Hospital da Criança de Brasília, Hospital Materno Infantil, Hospital Regional da Asa Norte e Policlínica de Taguatinga. Nestes serviços, dispõe-se da Imunoterapia (Vacina de Alergia) que é o melhor tratamento para pacientes que tem Asma, Rinite Alérgica, Conjuntivite Alérgica e/ou Dermatite Atópica sensibilizados e relacionados aos ácaros da poeira doméstica.

Foram realizadas três Campanhas com Palestras Educativas nos Serviços de Alergia para chamar atenção sobre as Doenças Alérgicas e Imunológicas com impacto na imprensa.

Realizada Reunião para Pacientes, familiares e médicos sobre Angioedema Hereditário visando ao Dia Mundial de Angioedema Hereditário.

As metas da Coordenação da Alergia e Imunologia são: melhoria do acesso, sistematização do atendimento, capacitação e reciclagem para profissionais de saúde, palestras educativas para pacientes e familiares em Alergia e Imunologia, levantamento epidemiológico, realização de testes diagnósticos, fornecimento das medicações e imunoterapia e avaliação periódica da especialidade.

Os objetivos são: acompanhamento ambulatorial contínuo; reduzir atendimentos nas Emergências e hospitalizações; reduzir custos diretos e indiretos; melhoria da qualidade de vida e produtividade; diminuir absenteísmo escolar e ao trabalho, prevenir óbitos e complicações devido a doenças alérgicas e imunológicas.

São ofertados os seguintes serviços de saúde na Especialidade de Alergia e Imunologia:

a. Média Complexidade: Ambulatórios de Asma Grave (Hospital de Base, HRAN, HMIB, HCB, UMT), Angioedema Hereditário (HRAN/HBB), Alergia Alimentar (HBB, HCB, HMIB), Dermatite Atópica (HBB, HCB, HMIB, UMT), Alergia a Drogas (HRAN, HCB, HMIB), Imunodeficiência Pediátrica (HCB), Imunodeficiência de Adulto (HBB), Ambulatórios de Urticária Crônica (HBB).

b. Alta Complexidade: Testes de Provocação à Drogas e Alimentos (HRAN/HMIB/ HCB)

Promoção, elaboração e atualização dos manuais de rotina, protocolos clínicos e planos distritais de média e alta complexidade das especialidades médicas e não médicas.

a. Foram elaborados os seguintes Protocolos:

- ✓ Protocolo de Angioedema Hereditário,
- ✓ Protocolo Dermatite de Contato.
- ✓ Protocolo do Uso de Ciclosporina na Alergia,
- ✓ Protocolo do Uso de Imunoglobulina Humana (finalizando),
- ✓ Protocolo do Uso do Danazol,
- ✓ Protocolo da Imunoterapia Alérgico Específica
- ✓ Protocolo de Urticária Crônica
- ✓ Formulário para Dispensação do Antagonista do Receptor de Bradicininina para Angioedema Hereditário

• Gastroenterologia

A Gastroenterologia na rede da SES-DF está presente em 7 hospitais: HBDF, HRAN, HRT, HRG, HRSM, HRC, HRS. Atualmente o corpo clínico de gastroenterologistas da SES-DF é composto por 54 médicos, assim distribuídos.

Foram contratados novos servidores e redistribuídos outros, de forma que, melhorou-se a escala do plantão de endoscopia digestiva de urgência no HBDF, assim como reforçou-se as equipes e aumentou-se os ambulatórios de Hepatologia e Doença Inflamatória Intestinal. Com a chegada desses novos médicos iniciaram-se as atividades de colonoscopia na Unidade de Gastroenterologia do HBDF, o que foi extremamente importante para o atendimento dos pacientes provenientes dos ambulatórios de DII e também para ensino de endoscopia no âmbito da residência médica.

Após a reformulação juntamente com a assistência farmacêutica do fluxo de avaliação e entrega dos processos de solicitação de medicamentos para Hepatite C, de acordo com o Protocolo de Tratamento do Ministério da Saúde, houve maior resolutividade da demanda reprimida existente até então na Farmácia de Alto Custo da rede da SES-DF.

Manteve-se a organização dos fluxos de atendimento emergencial e ambulatorial da área de Gastroenterologia, porém esses fluxos foram prejudicados com a falta de insumos e endoscópios em condições de funcionamento.

Foi adquirido um equipamento de Ecoendoscopia o que permitiu a incorporação de uma nova e importante tecnologia para diagnóstico e estadiamento de lesões do trato digestivo. O equipamento foi instalado no HBDF pois, além de

ser o hospital terciário no que tange a endoscopia, é o único que tem um serviço de residência médica em gastro e endoscopia instalado e a chegada desse equipamento representa um grande avanço para a educação médica.

Em tramitação o processo de contrato de manutenção do Fibrosan, que após grandes esforços por esta Coordenação, para sua tramitação que vinha se arrastando desde de 2014 e hoje encontra-se em fase de finalização.

Discussão com os médicos da especialidade a elaboração de protocolos clínicos nas diversas patologias da Gastroenterologia.

O ano de 2016 foi um ano muito difícil no que tange à ausência de contratos de manutenção dos diversos equipamentos utilizados para diagnóstico e terapêutica na Gastroenterologia, além da falta de insumos, o que fez com que a SES ficasse um bom tempo com alguns serviços totalmente parados e colegas desmotivados e sem condições de prestar atendimento adequado à população.

Houve parada completa dos exames de Fibrosan (aparelho que equivale a biópsia hepática para avaliação de fibrose, exame indispensável para o tratamento da Hepatite C), Phmetria de 24h e manometria (aparelho que faz diagnostic de Doença do Refluxo Gastroesofágico e de distúrbios motores do esôfago), com prejuízo aos pacientes da rede da SES-DF e no que tange as residências de Gastroenterologia e Hepatologia.

• **Nefrologia**

Há o serviço nos hospitais: HBDF, HRAN, HMIB, HRS, HRG, HRT, HRC, HRSM, prestando atendimento ambulatorial, avaliação de pacientes internados por meio de pareceres, acompanhamento de pacientes internados na nefrologia, prescrição de hemodiálise para pacientes agudos e crônicos, internados e ambulatoriais, acompanhamento de pacientes internados nas UTI's, manejo do paciente transplantado renal e atendimento emergencial deste paciente. É oferecido Programa de Residência Médica na especialidade em 3 regionais: HBDF, HRT e HRS.

Quanto ao serviço de TRS, a rede dispõe de três unidades prestadoras (HBDF, HRT e HRS) habilitadas pelo Ministério da Saúde, cujos procedimentos ambulatoriais são realizados e ressarcidos através de laudos de APAC; e seis serviços contratados que totalizam 804 vagas de hemodiálise (HD) e 250 vagas de diálise peritoneal (DP).

Ainda foram realizados : a lotação de quatro médicos nomeados e cessão do regime de 40h para quatro servidores para diminuir o déficit de nefrologistas na rede ; criação do grupo condutor da nefrologia, com duração de 30 dias, para delinear a linha de cuidado do doente renal e formar a Câmara Técnica da nefrologia ; criação do grupo de trabalho da nefrologia, com duração de 90 dias, para auxiliar na elaboração das ações requisitadas no relatório de auditoria do TCDF.

Outros dois serviços prestam atendimento em hemodiálise, porém ainda não tiveram o novo contrato assinado em virtude do desinteresse, inicialmente, em renovar contrato por parte de algumas clínicas. Os serviços não foram interrompidos em virtude da indisponibilidade de vagas de hemodiálise para transferência dos pacientes destas clínicas. Os problemas já foram sanados e os processos de contratação estão em fase final.

Atualmente, existe uma incapacidade da rede pública em prestar assistência a todos os doentes renais crônicos. Isto ocorre, entre outros motivos, em virtude da escassez de profissionais especializados em suas unidades, principalmente médicos e enfermeiros nefrologistas, além da falta de espaço físico e infraestrutura para a ampliação e criação de novas unidades de nefrologia. Ademais, em virtude da desatualização do valor pago pela sessão de hemodiálise pelo Ministério da Saúde, as clínicas conveniadas têm manifestado o desinteresse em não renovar o contrato com a SES, o que levará a um déficit de 96 vagas de hemodiálise. Nos últimos dois anos, duas clínicas se descredenciaram.

Desta forma, tem sido constante a grande dificuldade em alocar os pacientes na rede complementar de atenção ao portador de doença renal, o que propiciou a instalação de uma crise na rede de TRS da SES/DF, cuja fila de espera chegou a ultrapassar 180 usuários em alguns meses do ano. Frente às dificuldades verificadas durante o ano, foi criada uma lista de regulação do sistema TRS, garantindo a equidade do acesso e a transparência e legitimidade do processo. Além disso, novas medidas foram adotadas para complementação da rede de atenção ao portador de doença renal por meio da contratação de novos serviços e ampliação dos serviços já existentes.

• **Proctologia**

Há o atendimento em 6 hospitais da rede: HBDF, HRT, HRG, HRAN, HRC, HRS. Somente 04 serviços fazem colonoscopias, sendo que em ritmo mais lento devido ao desabastecimento de saneante básico pra desinfecção.

• **Infectologia**

Mapeamento real da lotação dos Infectologistas nas unidades da SES e a necessidade de mais profissionais por unidades.

PROGRAMA DST/AIDS/HEPATITES:**Número de pacientes cadastrados para tratamento ARV (PACIENTE ATIVO)**

CENTRO DE REFERENCIA	VIDAS	MED/VIDAS
CENTRO DE SAÚDE Nº 01 DE CEILÂNDIA	612	300
CENTRO DE SAÚDE Nº 01 DE PLANALTINA	408	200
CENTRO DE SAÚDE Nº 01 DE SOBRADINHO	254	400
CENTRO DE SAÚDE Nº 05 DO GAMA	630	400
CENTRO DE SAÚDE Nº 11 DE BRASÍLIA (ASA NORTE)	1531	510
CENTRO DE SAÚDE Nº2 DO GUARÁ	302	302
HOSPITAL REGIONAL DE SAMAMBAIA	77	77
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - HUB	728	
UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE BRASÍLIA (HOSP. DIA)	4666	500
UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE TAGUATINGA	1454	360
TOTAL	10662	

Fonte: Sistema de Controle Logístico de Medicamentos-SICLOM (extraído em 03/08/2016).

- **Pediatria**

A SES possui como pronto atendimento infantil no HCB, HMIB, HRT, HRC, HRPa, HRS, HRPI, HRGu, HRAN e HRBz 24h nos 7 dias da semana. Para isso, foram realizadas lotações de profissionais nos Pronto Atendimento Infantil (PSI) de 10 pediatras no último quadrimestre zerando a fila do concurso de 2014. Ocorreu, ainda o cumprimento da portaria 61 de abril de 2016, onde pediatras lotados na Atenção Primária cumprem 30% da carga horária nos Pronto Atendimento Infantil ou alojamento conjunto, diminuindo assim o tempo de espera dos pacientes classificados como verdes nos PSI. Foram realizados em junho/2016 treinamento em Urgência e Emergência pelo SAMU e FEPECS, habilitando 35 pediatrias da rede, programados mais 4 treinamentos a partir de novembro com 20 vagas cada um. Haverá ainda para 2017 o chamamento de 100 pediatras para contratos temporários, sendo prioridade reabertura de PAI na Região Sul. Foi realizado também, reuniões mensais com as chefias da pediatria, para elaboração da linha de cuidados do adolescente e definição do local na rede que ficará aos cuidados das internações dos adolescentes com estrutura física e capacitação para este perfil de paciente.

- **Dermatologia**

Atendimento no HBDF, HRAN, HMIB, HRS, HRG, HRT, HRC, HRP, HRPa, HRBz, HRSM, HRGu, HRSam. A dermatologia conta com atendimento em todos os hospitais regionais, excluindo-se no momento o Hospital regional de Planaltina. As principais ações realizadas foram: readequação dos fluxos dos pacientes com indicação de cirurgias extensas de câncer de pele para ambulatórios regionalizados da cirurgia plástica; elaboração de um protocolo atualizado para os pacientes portadores de psoríase; participação de 3 dermatologistas da rede do curso nacional de doenças tropicais e hanseníase da SBD e readequação do fluxo de atendimento de pacientes portadores de hanseníase na rede.

- **Oftalmologia**

Os atendimentos ambulatoriais foram realizados no HBDF, HRT, HRAN, HRAS, HRS, HRC, HRG, HRGu. Há também atendimento realizado pelos hospitais: HBDF, HRT, HRAN, HRGu, HRG, HRP, HRC, HRS e HRPa, há também em funcionamento 3 Pronto Socorros nos seguintes hospitais: HBDF, HRT e HRAN, além de pronto atendimento no HRG. Os hospitais da SESDF encontram-se abastecidos para realização de cirurgias de catarata com os insumos necessários como LIOs, Metilcelulose, ponteiras de facoemulsificação e azul de tripan.

O HMIB é o hospital referência para tratamento da retinopatia da prematuridade. O objetivo é implementar um serviço para atendimento e tratamento de paciente de 0-15 anos. Foram criadas as Diretrizes do Serviço de Oftalmologia para que se possa estabelecer e orientar critérios no encaminhamento para a especialidade de oftalmologia. Solicitado a padronização da dexametasona intravítrea, para utilização nos casos de edema macular diabético e trombose venosa refratários ao ranibizumabe e como alternativa terapêutica aos pacientes portadores de uveítes corticoide resistentes. Abastecimento de insumos para a equipe de Banco de Olhos DF e Transplante de Córnea do DF, de tal forma, que no momento a fila de transplante de córnea encontra-se zerada.

Retomada da capacidade de realização de cirurgia de catarata com abastecimento dos hospitais que realizam este procedimento cirúrgico de insumos como metilcelulose, lentes intraoculares, Kit irrigação e aspiração. Manteve-se o credenciamento com clínica privada para realização de cirurgias de vitrectomias.

- **Neurologia**

Foi realizado a consulta pública do protocolo de atendimento ao paciente epilético e a padronização de novas medicações com fluxograma de dispensação.

O fluxo de atendimento ambulatorial está bem definido. Foi padronizado ficha para encaminhamento para atendimento em neurologia geral e em subespecialidades neurológicas (epilepsia, distúrbio do movimento, doenças inflamatórias, neuromuscular, demências). A especialidade de neurologia está disponível em todas as superintendências de saúde (HBDF, HRAN, HRC, HRT, HRG, HRPa, HRS, COMPP).

Apesar de estar pronta, a proposta de regulação do atendimento ambulatorial ainda não foi oficialmente implantada. Contudo, já há um processo de comunicação com a atenção primária a fim de uniformizar os parâmetros de atendimento e tentar a implantação dos mesmos em todas as regiões de saúde. Na superintendência norte, o fluxo de referência e contra referência já está em funcionamento, com excelentes resultados. Houve redução significativa no quantitativo total de pacientes aguardando (em torno de 30%) e do tempo para atendimento desde a inserção do pedido no sistema (60 dias).

O fluxo de atendimento emergencial esteve prejudicado em virtude das limitações de infraestrutura (tomografia computadorizada, leitos monitorizados) e de pessoal (enfermagem). Há a perspectiva de regularização do funcionamento dos aparelhos de tomografia computadorizada para o final de janeiro de 2017.

- **Capacitação contínua em Neurologia – Epilepsia e Cefaléia**

No segundo semestre de 2016, a capacitação em Neurologia, com foco em epilepsia e cefaleia ambulatorial, foi realizada em conjunto com a atenção primária da superintendência norte, com foco na região de Sobradinho. Houve uma participação expressiva, que tem se traduzido em uma melhora na assistência nos diferentes níveis de complexidade para população.

Há uma busca de parceria com os setores de faturamento e estatística no sentido de melhorar o faturamento dos procedimentos e exames em neurologia, cuja produtividade vem aumentando ao longo de 2016.

- **Geriatría**

Atendimento no HRAN, UMST (Taguatinga), HRC, CS 1 Núcleo Bandeirante, HRSAM, HRGU, HRG, HRSM, HRPa, CS 2 Recanto das Emas, CS 1 Planaltina, ADMC SES-DF (Saúde do Idoso/ Gerência dos ciclos de vida).

Ocorreu a ampliação dos ambulatórios especializados (participação de profissionais da equipe interdisciplinar) - Implementação do circuito multissensorial com objetivo de prevenção de quedas e manutenção da funcionalidade dos idosos. Foi realizado matriciamento pelo geriatra nas regionais de saúde; elaborado o Protocolo de Antidepressivos para pacientes idosos, criação da Ala de cuidados paliativos geriátricos (para pacientes demenciados fase grave) no Hospital de Apoio de Brasília - HAB.

- **Medicina Física e Reabilitação**

A especialidade de Medicina Física e Reabilitação (Fisiatria) está presente em 3 hospitais da rede SES-DF.

HOSPITAL DE BASE

Atendimento aos pacientes se concentra na Reabilitação dos pacientes Mastectomizados por Câncer de Mama, iniciado no pós-operatório imediato pela Fisioterapia/Terapia Ocupacional e posteriormente no espaço físico do próprio Núcleo, após a avaliação do Médico Fisiatra. O ambulatório é referência para toda a rede SES-DF.

Ainda são atendidos os pacientes portadores de Deformidades no Tórax e escoliose, que são encaminhados de toda a SES, como referência única de atuação nessa área no DF.

HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA

- a. Visita diária com contato direto e permanente ao paciente internado;
- b. Coordenação semanal de admissão ao tratamento com paciente, familiares e equipe;
- c. Aula de esclarecimento sobre reabilitação e lesão medular para pacientes e familiares;
- d. Atendimento em ambulatório de pacientes que tiveram alta hospitalar;
- e. Ambulatório de espasticidade com infiltração de toxina botulínica;
- f. Acompanhamento fisiátrico, com contato direto e permanente, dos pacientes internados na Ala de

Reabilitação do HAB.

HOSPITAL REGIONAL DO GUARÁ

- a. Reabilitação Neurológica
- b. Reabilitação Reumatológica;
- c. Reabilitação Ortopédica;
- d. Ambulatório de dor crônica.

Foi formulado o plano de ação juntamente com o grupo condutor visando implantação da rede de Cuidados à Pessoa com deficiência na secretaria de saúde segundo portaria do Ministério da Saúde N 793, de 24 de abril de 2012 que Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Reestruturação do funcionamento e fluxograma de atendimento da oficina ortopédica visando habilitação junto ao ministério da saúde como parte da rede de cuidados à pessoa com deficiência do DF

O ambulatório geral de Medicina Física e Reabilitação (Fisiatria) do Hospital Regional do Guará foi recentemente ampliando para atender a demanda da região centro sul uma vez que é o único ambulatório de referência da região.

Foi implantado ambulatório de neuro reabilitação no Hospital de Apoio como referência para atendimento de pacientes com seqüela de TCE, AVC e TRM encaminhados de outros serviços da rede além de ambulatório específico para atendimento de espasticidade e aplicação de toxina botulínica.

- **Cirurgia Plástica**

O atendimento dessa especialidade no HRAN (Unidade de Cirurgia Plástica e Unidade de Queimados), HRSM e HRS. Criação do Colegiado de Cirurgia Plástica; estratificação do risco do agravo a saúde em Cirurgia Plástica; classificação do risco em Cirurgia Plástica; iniciado processo de Regulação e melhora do fluxo de pacientes; iniciadas as discussões para abrir novos serviços de Cirurgia Plástica em outros hospitais da Rede SES; Termos de Referência para compra de expansores redondos e próteses mamárias a serem utilizadas nas reconstruções de mama; Termo de Referência para compra de expansor retangular a ser utilizado nas seqüelas de queimaduras.

- **Cirurgia Bariátrica**

O atendimento desse serviço é realizado no HRAN. Foi liberado VISA/DF para o credenciamento do HRAN como Centro de Cirurgia Bariátrica(estava pendente desde 2009). Foi implementada a linha de cuidado do paciente com Obesidade.

- **Cirurgia Torácica**

A Cirurgia Torácica está presente em 02 hospitais da rede SES, não estando presente em centros/postos de saúde, UPA ou prontos socorros. No HRAN, a cirurgia torácica faz parte do serviço de doenças torácicas juntamente com Pneumologia e Tisiologia. No HBDF, a Unidade de Cirurgia Torácica conta com 09 cirurgiões torácicos. A capacidade atual de atendimento é de 97 consultas ambulatoriais mensais via marcação diretamente no ambulatório e média de 46,14 cirurgias mensais.

Assistência Intensiva

A assistência intensiva é composta pelas Coordenações de Terapia Intensiva Adulto, Coordenação de Terapia Intensiva Pediátrica e a Coordenação de Neonatologia que tem sob sua responsabilidade as Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), as Unidades de Cuidados Intermediários Neonatal (UCIN), Alojamento Conjunto (ALCON) e Centro Obstétricos (CO e Sala de Parto) e pelo Serviço de Atenção Domiciliar de Alta Complexidade- SAD-AC.

1. EIXO I- Política De Egressos

a) 1ª Oficina de Cuidados Paliativos para paciente internados nas UTI's visando priorizar a implantação da Portaria GM 2809/2012 que tece sobre a organização dos Cuidados Prolongados para retaguarda à Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) e às demais Redes Temáticas de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) com o objetivo de ampliar leitos de retaguarda para os egressos das UTI's.

b) Ampliação o Serviço de Atenção Domiciliar de Alta Complexidade – SAD-AC de 40 para 80 leitos;

c) Elaboração da nova portaria do Serviço de Atenção Domiciliar juntamente

d) Parceria com a Unidade de Gestão de Leitos objetivando a autonomia de decisão de priorização dos leitos de egressos da UTI e no direcionamento deste leito para sua unidade hospitalar.

2. EIXO II- Qualificação Do Serviço De Assistência Intensiva

a) Nomeação de todos os médicos intensivistas pediátricos, neonatologistas e adulto aprovados no último concurso público;

b) Aumento de carga horária de 20h para 40h dos médicos intensivistas interessados, porém ainda estar muito distante o quantitativo para suprir a carência destes profissionais.

c) Criação do Colegiado de Terapia Intensiva com portaria publicada em janeiro de 2016

d) Publicação de Termo de Credenciamento para leitos de UTI da iniciativa privada;

e) Fortalecimento da Rede Cegonha com ações de treinamento nas unidades hospitalares;

f) Disponibilização de profissional médico qualificado, Intensivista Pediátrico, em parceria com o SAMU para g)

g) treinar equipes nos PS, UPAS e de Cirurgia Geral que assistem à criança e ao adolescente;

Principais ações não executadas que mais impactaram negativamente no processo de desbloqueio e ampliação do número de leitos de uti na ses/df, foram:

1. Inclusão dos processos de manutenção dos equipamentos (monitores multiparamétricos), máquinas de Hemodiálise e osmose reversa, B.I, oxímetros de pulso entre outros);

2. Não ampliação dos números de Leitos da UTI pediátrica do HBDF pela retratação de Horas da equipe dos Cirurgiões Pediátricos inviabilizando o apoio essencial para a ampliação destes leitos;

3. Demora para a ampliação ao SAD-AC para 80 leitos;
4. Permanência do Pagamento Indenizatório das UTI's do HRSM;
5. Desabastecimento e oferta irregular de materiais e insumos médico hospitalares gerando grande tensão e desperdício de tempo de assistência ao paciente com prolongamento do tempo internação.
6. Deficiência de recursos humanos médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, apesar das novas nomeações e aumento de carga horária para 40h;
7. Falta de um sistema que fornece informação e dados qualificados e simples como por exemplo: quais as principais doenças (CID 10) das internações em UTI, tempo de permanência, taxa de ocupação, tempo de giro do leito dentre outros;
8. Dificuldade de alta dos leitos de UTI por falta de leitos de enfermaria e por falta de Terapia Hemodialítica nos leitos hospitalares para pacientes agudos;
9. Insucesso de lotação de técnicos de enfermagem nas UTI's para reabertura de novos leitos;
10. Devolução de HE nas UTI's;

Apoio Diagnóstico

No ano de 2016, desenvolveu -se ações para promover a oferta de exames nas áreas de laboratório clínico, imagem e anatomia patologia assim como melhoria nos serviços de diagnóstico prestados à população.

Radiologia e Diagnóstico por Imagem:

Atualmente a radiologia do Distrito Federal é composta por 18 unidades de Radiologia e 04 UPAS para atender a população do Distrito Federal e entorno;

As funções desta área correspondem a:

- Acompanhar a execução dos processos de trabalho das unidades de radiologia da Secretaria;
- Executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

Esta área realizou inúmeras ações que visam melhorar as condições do atendimento nas Unidades de Radiologia da Rede SES/DF e principalmente ofertar aos usuários do Sistema Público de Saúde um atendimento de qualidade, dentre as ações realizadas pode-se destacar:

- ✓ Distribuição e instalação dos equipamentos de digitalização dos aparelhos de radiologia, incluindo aparelhos fixos e móveis, assim como também os aparelhos de mamografia de os serviços de Radiologia da Rede SES-DF.
- ✓ Maior celeridade a vários processos regulares de aquisição que estavam parados, incluindo aquisição de equipamentos como ecógrafos, ressonância magnética.
- ✓ Retornando do atendimento no mês de dezembro tendo em vista a volta da operacionalização dos equipamentos podendo, assim, atender melhor a população;
- ✓ Foram realizadas aquisições de insumos como filmes analógicos e digitais, CDs e DVDs para uso em equipamentos de Tomografia;
- ✓ Emissão de pareceres técnicos pertinentes a área de diagnóstico por imagens com repostas a processos, ofícios, memorandos e outras demandas institucionais.
- ✓ Interlocução com os diversos setores da rede SES-DF para a implementação de atividades que concorram para a melhoria dos serviços de saúde na área de Radiologia e Diagnóstico por Imagens;

Patologia Clínica

A Patologia Clínica enfrentou momentos de escassez e desabastecimento de insumos durante todo ano de 2016, porém conseguiu realizar ações que visam melhorar as condições do atendimento nas Unidades de Radiologia da Rede SES/DF e principalmente ofertar aos usuários do Sistema Público de Saúde um atendimento de qualidade, dentre as ações realizadas pode-se destacar:

- ✓ Foram concluídos os processos de aquisição para: HEMOGRAMA, BIOQUÍMICA E MARCADORES CARDÍACOS;
- ✓ Os processos de aquisição para HORMÔNIOS e SOROLOGIAS encontram-se em andamento, fora do âmbito da GAD.
- ✓ Priorização de processos regulares, evitando processos emergenciais.

Anatomia Patológica

A Anatomia Patológica também enfrentou momentos de escassez e desabastecimento de insumos durante todo ano de 2016, porém conseguiu realizar ações que visam melhorar as condições do atendimento nas Unidades de Radiologia da Rede SES/DF e principalmente ofertar aos usuários do Sistema Público de Saúde um atendimento de qualidade, dentre as ações realizadas pode-se destacar:

- ✓ Priorização e finalização de processos licitatórios regulares, através de mudança nos processos de trabalho visando abastecimento regular com ampla concorrência e redução da contratação final.
- ✓ Renovação tecnológica dos serviços de anatomia patológica.
- ✓ Readequação de fluxo de regionais sem departamento de Anatomia Patológica.

✓ Dentre os desafios de Anatomia Patológica inclui-se a aquisição de microscópios e aprimoração tecnológica.

Assistência Multidisciplinar

A assistência Multidisciplinar reúne seis áreas de abrangência, a saber: Saúde Funcional, Odontologia, Nutrição, Atenção Domiciliar, Serviço Social e Psicologia.

Sua atuação abrange a elaboração e coordenação de programas, projetos, planos e ações no âmbito das gerências multidisciplinares, bem como contribuir no fortalecimento do processo de autonomia político-gerencial das Regiões de Saúde e da elevação da capacidade técnico-operacional para o desenvolvimento das ações voltadas ao enfrentamento dos problemas de saúde nas ações que competem as gerências multidisciplinares.

Alimentação e Nutrição

O Programa de Terapia de Nutrição Enteral Domiciliar da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (PTNED/SES/DF) é um programa de fornecimento de fórmulas para fins especiais para uso em domicílio, regulamentado pela Portaria nº 94 de 20 de maio de 2009. Atende pacientes com indicação de dieta via enteral (sonda nasogástrica/nasoentérica, gastrostomia e jejunostomia) e alguns casos de suplementação oral: fibrose cística, epidermólise bolhosa congênita, erros inatos de metabolismo (EIM), doenças disabsortivas, alergia à proteína do leite de vaca (APLV), pacientes desnutridos, portadores de doença renal crônica, SIDA, cânceres gastrintestinal, de pâncreas, cabeça e pescoço e também idosos desnutridos, além de contemplar alguns casos excepcionalmente autorizados.

A dispensação das fórmulas aos pacientes ocorre mensalmente e em 2016, foram realizados os seguintes atendimentos para dispensação das fórmulas:

Atendimento para dispensação de Fórmulas

Mês	Quantidade de atendimentos realizados em 2016
Janeiro	1.115
Fevereiro	841
Março	1.417
Abril	1.487
Maio	1.455
Junho	1.612
Julho	1.433
Agosto	1.557
Setembro	1.540
Outubro	1.321
Novembro	1.277
Dezembro	1.253
TOTAL	16.308

Fonte: CNUD

No ano de 2016 foi realizada a estruturação e implementação de ações para garantir o fornecimento de refeições para servidores, pacientes e acompanhantes legalmente constituídos nos Hospitais, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades de Pronto Atendimento (UPAS), Hospitais Dia, Unidades Mistas e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), conforme a Portaria nº 116/2010, de 05 de agosto de 2010, “Normas Técnicas para Fornecimento e Controle de Refeições e Gêneros Alimentícios nas Unidades Hospitalares da Secretaria de Estado de Saúde do DF”.

De janeiro a novembro de 2016, foram fornecidas 8.144.691 refeições, conforme apresentado abaixo:

Número de refeições servidas nas Unidades de Saúde que compõem a Rede de Saúde da SES/DF

Mês	Quantidade de Refeições
Janeiro	688.316
Fevereiro	691.851
Março	773.993
Abril	760.916
Maio	778.627
Junho	763.151
Julho	752.449
Agosto	765.640
Setembro	746.849
Outubro	737.797
Novembro	685.102
TOTAL	8.144.691

Fonte: Relatórios de Prestação de Contas do Contrato de Alimentação Hospitalar

Em relação ao Programa de Terapia de Nutrição Enteral Domiciliar (PTNED/SES/DF), em 2016, foram realizadas as seguintes atividades: realização dos Pregões Eletrônicos - PE nº 303/2015, 3/2016, 37/2016, 177/2016 e 184/2016 para registro de preços dos produtos que compõem o PTNED; elaboração das abas específicas do PTNED no Trakcare; reforma e ampliação da área de atendimento dos pacientes na Central de Nutrição Domiciliar; formação do Grupo de Trabalho para revisão da Portaria que regulamenta o PTNED e da Portaria que institui o Regimento da Comissão de Padronização em Nutrição (CPN).

Em 2017, pretende-se realizar novos procedimentos de compra regulares para dar continuidade ao atendimento dos pacientes cadastrados no PTNED; implementar a informatização do programa; elaborar o protocolo de manejo dos pacientes com alergia à proteína do leite de vaca; ampliar a área de armazenamento da Central de Nutrição Domiciliar, local onde são dispensadas as fórmulas, a fim de atender a legislação sanitária vigente e atender à demanda crescente da população; instituir uma nova Comissão de Padronização em Nutrição (CPN) para revisão das fórmulas que compõem o programa; publicar a nova Portaria para regulamentação do PTNED.

No tocante à estruturação e à implantação das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição/MS, a qual abrange a atenção nutricional no SUS com foco na vigilância, promoção, prevenção e cuidado integral aos agravos relacionados à alimentação e nutrição, atividades integradas às demais ações de saúde nas redes de atenção, tendo a Atenção Primária à Saúde como ordenadora das ações, a Gerência de Nutrição é parte no processo de planificação da SES/DF, vinculada ao Programa Brasília Saudável.

Em 2016, a SES apresentou três experiências da nutrição na APS do DF na IV Mostra de Alimentação e Nutrição no SUS, promovida pelo Ministério da Saúde e pela Associação Brasileira de Nutrição.

Além disso, três trabalhos foram aprovados, mas não apresentados devido à não liberação da utilização do recurso superavitário do FAN para viabilizar a participação dos servidores no Congresso World Nutrition Cape Town 2016 (África). Destaca-se que para a execução das ações ligadas à Nutrição na Atenção Primária algumas dificuldades têm existido, sendo: a execução do Fundo de Alimentação e Nutrição – FAN/MS - Fonte 138004001 (Portaria GM/MS nº1.424/2008, atualizado pela última vez pela Portaria GM/MS nº 1.060, de 24 de maio de 2016), o qual pode ser utilizado para a elaboração de materiais para suporte aos profissionais da SES-DF (manuais, informativos, folhetos e banner) e participação/organização de fóruns/congressos. Até o momento, não foi possível utilizar o superávit destinado para tais ações.

No Dia do Nutricionista foi realizada pela a I Mostra de Experiências de Alimentação e Nutrição no âmbito da APS da SES/DF, com a participação de cerca de 60 nutricionistas e outros profissionais de saúde da SES, UnB e Fiocruz e residentes de nutrição da SES/DF.

A qualificação da força de trabalho continuou a ser executada com destaque para a oficina de formação de 26 tutores na Estratégia Alimenta e Alimenta Brasil – EAAB, no qual o DF conta com nove serviços certificados pelo MS, sendo seis Equipes Saúde da Família e três Centros de Saúde. Também foram promovidos 5 encontros para os nutricionistas da APS da SES, como os seguintes temas: sistematização das ações de nutrição na SES; assistência nutricional ao paciente diabético; assistência nutricional ao paciente com doença renal; abordagem nutricional para a alergia à proteína do leite de vaca; educação alimentar e nutricional, os quais foram promovidos em parceria com nutricionistas da própria SES, Universidade de Brasília e Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Agrário.

São 65 nutricionistas lotados na Rede de Atenção Primária à Saúde (excluindo os profissionais dos NASF e Bancos de Leite Humano) que devem, mensalmente, enviar o relatório de estatísticas das atividades desempenhadas no mês. Dentre as informações coletadas, destaca-se que ao longo do ano de 2016 foram realizadas 45.949 consultas, sendo 24.833 atendimentos individuais de primeira vez e 20.012 atendimentos de retorno. Ao todo foram realizadas 3.306 atividades coletivas, com enfoque na promoção da alimentação saudável e na prevenção de doenças e agravos (dados parciais até novembro/2016).

No monitoramento e vigilância alimentar e nutricional, 115 servidores foram capacitados para o uso do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan. A cobertura do Sisvan no âmbito do DF reduziu em relação a 2015, ficando em 2,4% em 2016 (cobertura populacional em 2015: 3,7%) (03/01/2017 – sujeito a alterações). Dentre os motivos levantados para essa baixa cobertura, citam-se: não priorização dos gestores e servidores quanto a importância de utilizar os formulários.

Em relação às ações de Educação Alimentar e Nutricional da SES-DF, envolvendo ações de promoção da alimentação saudável para todas as fases do curso da vida e voltadas às famílias do Programa Bolsa Família – PBF atendidas nas Unidades Básicas de Saúde – UBS. Executa – se também as ações e Programas do MS no âmbito do DF, a saber, Programas de Suplementação de Micronutrientes: Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A - PNSVA/MS e Programa Nacional de Suplementação de Ferro - PNSF/MS; a Vigilância Alimentar e Nutricional; e a a Estratégia Alimenta e Alimenta Brasil – EAAB, em parceria com a Gerência de Ciclos de Vida/COAPS.

No tocante ao PNSVA, a SES/DF possui metas pactuadas com o MS, quais sejam: suplementar 60% das crianças de 6 a 11 meses do DF; e 50% das crianças de 12 a 59 meses do DF. O relatório emitido pelo Sistema de Gestão do PNSVA, disponibilizado pelo MS, mostrou que a cobertura de doses administradas até novembro de 2016, foi de 93% (n: 21.729) da meta para as crianças de 6 a 11 meses (dose de 100.000UI) e para o público de 12 a 59 meses (dose de 200.000UI) foi de 82% (63.531) da meta para a primeira dose e 41% (n: 19.175) da segunda dose anual.

Quanto a utilização do recurso superavitário do FAN, apesar dos esforços da atual gestão para dar andamento aos projetos básicos, não foi possível executá-los. Tentou-se contratar serviços de impressão de materiais educativos, porém não encontrou nenhuma ata vigente que atendesse o descritivo do objeto e o quantitativo desejado. O objetivo é que no ano de 2017, o processo seja retomado logo no início do ano para nova tentativa de priorizar esta contratação e distribuir esses materiais a todos os nutricionistas da Rede de Atenção Primária à Saúde da SES-DF.

A Área de Nutrição na Atenção Primária continuou a representar tecnicamente a SES-DF no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do DF – Consea/DF, e na Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan/DF.

Em relação ao fornecimento de alimentação hospitalar, foram realizadas supervisões dos serviços prestados, com visitas periódicas às unidades de produção e com controle de custos mensais.

Destaca-se que desde maio de 2015, no HRSM, e outubro de 2015, nas outras unidades da rede, o serviço de fornecimento de alimentação hospitalar vem sendo prestado sem cobertura contratual, visto que os contratos emergenciais firmados (nº 25/2015 e nº 42,2015, respectivamente) expiraram e, por ação do Ministério Público junto ao TJDF, foi determinado no processo 2014.01.1.122997-5 a proibição de novas contratações emergenciais para o fornecimento de alimentação na Rede SES/DF.

Paralelamente a SES/DF vem tentando regularizar a prestação do serviço de fornecimento de alimentação desde 2008. Desde então já foram abertos quatro processos consecutivos para licitação do citado objeto. Em maio de 2016, foi realizado o Pregão Eletrônico nº 314/2015, que atualmente se encontra em fase recursal após análise de planilhas de preços e documentos das empresas “segundas colocadas” no certame.

Importante ressaltar que a insuficiência de recursos orçamentários e os óbices no processo licitatório para contratação regular (PE nº 314/2015) foram as maiores dificuldades encontradas na estruturação e manutenção do serviço.

As ações relativas à nutrição clínica referem-se ao suporte às chefias dos núcleos de nutrição e dietética dos hospitais, unidades de pronto atendimento e outros setores da SES, em assuntos relacionados à área de nutrição clínica. No período de janeiro a novembro de 2016, foram supervisionados pelos nutricionistas 1.515.057 pacientes no âmbito hospitalar, sendo realizadas 76.771 avaliações nutricionais, 99.698 orientações nutricionais de alta hospitalar e 325.361 prescrições dietéticas de terapia nutricional enteral de neonatos, crianças e adultos.

Além disso, a área de nutrição clínica auxilia a gerência de nutrição nas atividades de seleção, lotação e remoção de pessoal, bem como é responsável pela revisão e elaboração de materiais didáticos relativos à nutrição clínica e controle das análises microbiológicas das fórmulas enterais e infantis preparadas nos lactários dos hospitais.

Atenção Domiciliar

O público alvo prevalente do Programa de Internação Domiciliar - PID é o de idosos portadores de doença crônica agravada com incapacidade funcional e dependência física para as atividades da vida diária, com necessidade de um cuidador para seu acompanhamento, sob orientação da equipe de saúde. No ano de 2016, o Programa teve o total de 8.845 pacientes cadastrados, sendo que 1093 eram pacientes idosos ativos (68,5% do total).

Foram realizadas 60.873 visitas domiciliares, sendo 26.426 casas visitadas, 194.208 atendimentos ambulatoriais, 249.249 atendimentos domiciliares. Ainda no mesmo período foram realizadas 914 admissões, 421 óbitos e 235 altas.

Além disso, são atendidos pacientes portadores de sequelas após acidente vascular cerebral, traqueostomizados, em uso de dieta enteral, com colostomia, portadores de úlceras de decúbito, em cuidados paliativos oncológicos, entre outros totalizando 1597 pacientes.

Ademais, neste ano, não houve credenciamento e implantação de novas equipes de AD, permanecendo o mesmo percentual de 67% de cobertura populacional, considerando a população estimada de 2012, período no qual foi aprovado o Plano de implantação de AD no DF.

As ações de atenção domiciliar também exercem influência no fluxo de desospitalização. Entretanto, no ano de 2016, o monitoramento das desospitalizações ocorridas foi prejudicado pela revisão do fluxo de desospitalização que modificou algumas etapas e incluiu novo formulário, que foi aprovado pela Comissão de Permanente de Protocolos em Atenção à Saúde (CPPAS) e formalizado pela publicação da Portaria nº 287 (DODF de 06 de dezembro de 2016). Sendo assim, não houve avanços nesta ação, quando comparado ao ano de 2015.

O Serviço de Atenção Domiciliar de Alta Complexidade - SAD AC foi instituído na SES para dar assistência a pacientes classificados como alta complexidade, que estivessem obrigatoriamente dependentes de ventilação mecânica invasiva, traqueostomizados, com assistência intensiva de enfermagem e internados em Unidades de Terapia Intensiva da SES-DF.

O SAD AC tem sido implantado e monitorado pela Gerência de Atenção Intensiva por meio da Comissão Executora dos Contratos de Home Care instituída formalmente para esse fim. Entretanto, esse monitoramento passou a ficar a cargo da GEAD, com remoção dos servidores para esse setor e transição gradual do serviço (dezembro de 2016).

No ano de 2016, 43 pacientes têm sido acompanhados por essa modalidade de serviço, sendo que 3 deles entraram por meio de ação judicial (judicialização).

Não houve avanço no credenciamento de novas equipes, apesar do dimensionamento da AD realizado em parceria com a GEAD e a SUGEP.

O novo protocolo de desospitalização foi formalizado na SES, com a realização de discussões em Regiões de Saúde e Hospitais Regionais da Rede, que precisam avançar para melhor efetividade da proposta.

A absorção do SAD AC pela Gerência de Atenção Domiciliar foi concluída pela remoção de servidores e definição de equipe composta por enfermeiros e médico intensivista; será publicada nova portaria da composição da Comissão Executora dos Serviços de *HomeCare*.

Atualmente, há um contrato emergencial em vigor e um contrato regular em tramitação. Em 2016, houve grande dificuldade de cumprir com os pagamentos dos serviços prestados o que impacta na qualidade do atendimento, implicando na falta de fornecimento de materiais e medicamentos aos pacientes em home care.

Foi finalizada a minuta de portaria da AD na SES-DF que define normas e diretrizes do serviço no âmbito da SES, incluindo todas as modalidades de AD, da baixa à alta complexidade. Com a publicação da Portaria espera-se diminuir as judicializações e integrar os serviços, após discussão de fluxos e protocolos.

Ademais, destaca-se a participação das equipes de Atenção Domiciliar no Seminário Nacional do I Mapeamento de Experiências no Cuidado à Pessoa Idosa no Contexto Domiciliar, promovido pela OPAS, Brasília, com experiência premiada do DF; No curso de complexidade em AD ocorrido no Hospital Alemão Oswaldo Cruz em São Paulo e na especialização em AD pela Universidade Aberta do SUS (UNASUS), ambos oferecidos pelo Ministério da Saúde; Participação em Congressos Nacionais em AD: I Congresso Nacional de Saúde e Atenção Domiciliar em Salvador; I Congresso Norte-Nordeste em AD no Piauí; XV Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Assistência Domiciliar em São Paulo. Em todos eventos os trabalhos do DF foram selecionados e premiados; a realização do II Seminário em AD da SES-DF, e encontros de Cuidadores que visaram a capacitação e apoio aos mesmos ocorridos na maioria dos serviços de AD da SES.

Odontologia

No âmbito do serviço de Odontologia, em 2016, foram realizadas de janeiro a outubro de 2016, 267.300 consultas odontológicas, atendimentos na Atenção Primária e Especializada, e 1588 atendimentos domiciliares.

Atendimentos em Odontologia

Tipo de Consulta	Quantidade
Visita domiciliar/institucional por profissional	660
Consulta/atendimento domiciliar	928
Total Atendimento Domiciliar	1.588
Primeira consulta odontológica programática	106.356
Consulta de profissionais de nível superior na atenção básica	6.3687
Atendimento de urgência em atenção básica	27.852
Total Atendimento Atenção Primária	197.895
Consulta de profissionais de nível superior na atenção especializada	41.499
Atendimento de urgência em atenção especializada	27.906
Total Atendimento Atenção Especializada	69.405

Fonte: SIA/SUS Consulta em 21/12/16 Dados disponíveis: janeiro a outubro de 2016

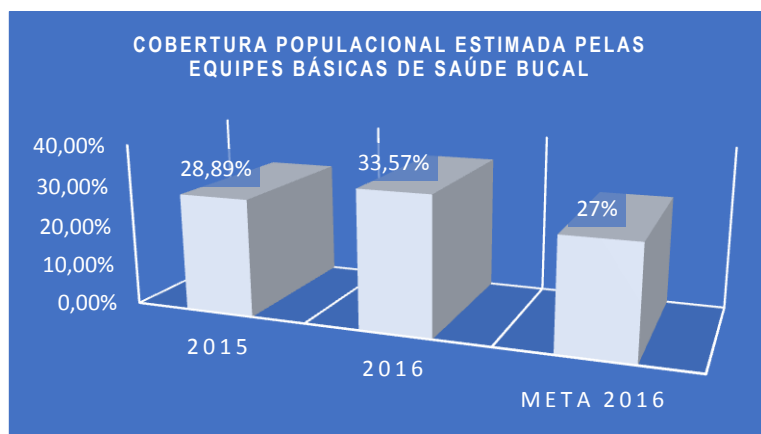
Foram realizados 607.087 procedimentos odontológicos de janeiro a outubro de 2016, sendo 482.571 na atenção primária e 124.516 na atenção especializada. Comparando com o indicado na Portaria 1631/GM de 01 de outubro de 2015, que orienta o número de procedimentos de acordo com a população, só será possível atingir o número ideal de procedimentos na atenção especializada. Pois para 2.941.830 habitantes, o ideal seria 145.742 procedimentos e até outubro de 2016, foram realizados 124.516 procedimentos.

Quadro comparativo de total de ações em odontologia conforme PT nº.1.631/2015

Comparativo Com A Portaria N°1631/Gm 01/10/15	QUANTIDADE
Número ideal de Ações Especializadas em Odontologia de acordo com nossa população	145.742
Alcançado em 2015	183.045
Parcial até outubro 2016	124.516

Fonte: SIA/SUS Consulta em 21/12/16 Dados disponíveis: janeiro a outubro 2016.

Cobertura Populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal



Fonte: CNES/SUS consulta em 09/12/16. Dados 2015: PDS 2016-2019

Atualmente, tem-se 88 Equipes de saúde Bucal (ESB) na Rede SES-DF. A SES/DF tinha como meta, na Atenção Básica, consistir 10 novas Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família no ano de 2016.

Equipes de Saúde Bucal consistidas no DF

Equipes de Saúde Bucal Modalidade I (ESF Convencional)	61
Equipes de Saúde Bucal Modalidade I (ESF Mais Médicos)	25
Equipes de Saúde Bucal Modalidade I (Equipe Agentes Comunitários)	2
Total	88

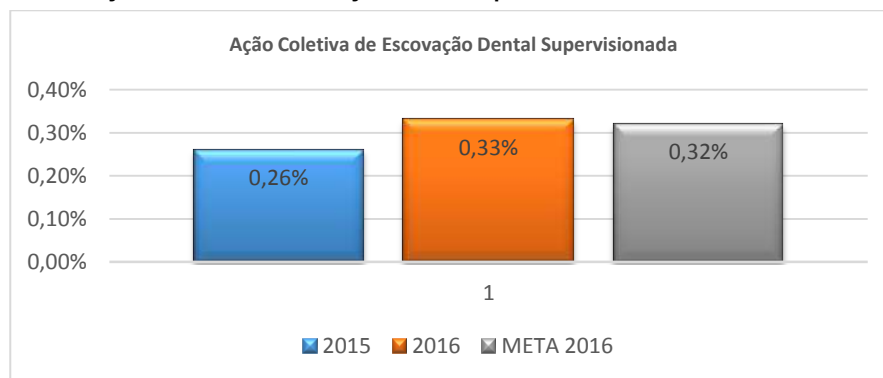
Fonte: CNES/SUS Referência Novembro/2016

Destas, foi possível consistir 04 novas equipes. Com este aumento e com a regularização dos CBOs e cargas horárias dos servidores, houve a ampliação para 33,57% na cobertura de saúde bucal em 2016 dentro do Programa da Estratégia de Saúde da Família.

Não foi possível atingir o número de 10 ESBs, como previsto, pois não houve ampliação de carga horária de técnico de higiene bucal para 40h, o que prejudicou o cadastro de novas equipes. Esta carga horária mínima está de acordo com o exigido na Portaria nº2.488, de 21 de outubro de 2011.

Além disso, houve nomeação de apenas oito cirurgiões-dentistas para reposição de contratos temporários nas UPAS e, com isso, não foi possível aumentar o efetivo de cirurgiões-dentistas da Atenção Primária, fundamental para a ampliação dessa cobertura.

Ação Coletiva de Escovação Dental Supervisionada



Fonte: SIA/SUS consulta em 09/12/16. Dados 2015: PDS 2016-2019

O foco em expansão da Equipe Saúde da Família (ESF) tem como meta gerar um aumento percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada. Em 2016, conseguiu-se atingir a meta pactuada (0,32%), devido a esforços e monitoramento no registro adequado e lançamento dos dados no SIA/SUS, mesmo com problemas nesta área no Trakcare na região Oeste e Centro-Norte.

A ausência de kits de higiene bucal ao longo do ano impactou negativamente no cumprimento desta meta, visto que auxilia nesse tipo de ação. Os kits só puderam ser adquiridos em outubro de 2016.

Buscando qualificar e normatizar os serviços prestados otimizando recursos humanos e materiais para viabilizar melhorias para a comunidade, foi tratado o desenvolvimento e adaptação dos protocolos nacionais de especialidades odontológicas à realidade da produção e da consolidação dos fluxos de referência e contra-referência existentes na SES-DF, bem como das normatizações dos serviços executados.

Houve a elaboração de cursos de capacitação e habilitação profissional em parceria com a EAP-SUS/FEPECS e a melhoria da inserção de dados no sistema de informatização de serviços e produção desta Secretaria.

As principais dificuldades encontradas estão relacionadas as conclusões dos processos abertos pela odontologia, em especial, quando o processo é destinado a área de pesquisa de preço (realização de apenas um pregão em 2016 para aquisição de materiais odontológicos). Destacam-se também dificuldades quanto à manutenção da prestação de serviços, a exemplo o de prótese dentária para a população, visto a solicitação de descredenciamento de um dos prestadores de serviço por falta de pagamento e a não realização de novo pregão para a Contratação de empresas de manutenção dos equipamentos odontológicos mesmo com o iminente fim do contrato com a empresa atual, março de 2017.

Além disso, não houve novas nomeações mediante obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal, o que impacta diretamente no cumprimento de demandas que solicitam ampliação de cobertura para Saúde Bucal na Atenção Primária, demandas que exigem servidores para cobertura das produções mínimas dos CEOs - Centros de Especialidades Odontológicas, para cobertura das UTIs dos hospitais e onde há internação hospitalar em unidade de tratamento intensivo.

Outros fatores também interferiram na produção odontológica e execução de programas neste ano de 2016, dentre eles também estão a demora que houve na publicação da Ata para aquisição de kits de higiene bucal para realização de ações educativas individuais ou em grupo que sustentam o indicador de ação coletiva de escovação dental supervisionada e a falta de equipamentos de proteção individual (jalecos) para realização de ações e procedimentos odontológicos.

Como perspectiva para o ano de 2017 tem-se: a publicação de sete Protocolos de Especialidades Odontológicas (Radiologia Odontológica, Cirurgia Oral Menor, Estomatologia, Periodontia, Prótese Dentária, Urgências Odontológicas, Disfunção Têmporo-Mandibular); consistir 10 novas Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família e assim, ampliar a Cobertura Populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal.

Para o Indicador Ação Coletiva de Escovação Dental Supervisionada a meta é atingir 0,34%, com a melhora no registro dos dados e após a aquisição de kits odontológicos (final de 2016) que auxiliam bastante na execução dessa ação.

Para a Atenção Secundária, a meta é credenciar um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) tipo II e garantir que, para as Regiões onde já existe CEO, sejam mantidas a produção mínima de todas as áreas de especialidades, conforme Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011.

No ano de 2016, a execução orçamentária não foi plenamente satisfatória devido a morosidade no andamento dos processos de aquisição de material odontológico e pagamento dos serviços executados, pois a maioria dos processos de aquisição não acontecem com menos de um ano de prazo. Houve superávit no 2º semestre, entretanto só havia uma Ata vigente para executar, o que nos impossibilitou a aquisição de itens necessários, e conseqüentemente redução na execução orçamentária.

Por fim, tem-se também: o desenvolvimento de ações educativas com foco nos servidores da saúde bucal da atenção primária; reestabelecimento dos estoques de materiais odontológicos no 1º semestre de 2017 após finalização de processos que estão atualmente em pregão e a contratação de empresas que prestem o serviço de manutenção corretiva e preventiva aos equipamentos odontológicos.

Serviço Social

Os recursos provenientes das ações de serviços sociais são utilizados no apoio aos pacientes em tratamento ambulatorial, ou em situação de alta hospitalar, como forma de viabilização do direito à integralidade da saúde. O recurso é usado quando as circunstâncias sociais e econômicas dos pacientes não permitem a aquisição de insumos ou meios básicos a garantia de tratamento preventivo ou da recuperação à saúde.

O auxílio é aplicado pelo paciente na compra de alimentos indispensáveis ao êxito do tratamento; na compra de material farmacológico, exames laboratoriais e de imagem desde que não estejam disponíveis na Rede de Saúde do SUS; na compra de passagens e despesas com locomoção que exige assiduidade no tratamento, alta médica ou necessidade da presença de acompanhante; e na compra de materiais de higiene pessoal e equipamentos de proteção e prevenção. Sempre considerando a prescrição de um profissional de saúde.

O recurso é um instrumento importante no apoio a gestão hospitalar à medida que dá celeridade na desocupação de leitos por pacientes que podem dar continuidade ao tratamento em suas residências, e que muitas vezes não fazem por falta de recursos para atender as exigências dos profissionais de saúde no momento da alta.

Entretanto, a execução orçamentária deste Programa foi interrompida por recomendação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, por meio do Parecer nº 0164-PROFIS/PGDF, de 17 de dezembro de 2013, apontou para a necessidade de publicação de Lei Distrital, criando o regime de suprimento de fundos no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para sanar eventuais problemas em seu aspecto legal. Neste sentido, a execução do Programa está suspensa desde julho de 2013.

Sendo assim, no ano de 2016, foi elaborada Minuta de Projeto de Lei pela Gerência de Serviço Social para apreciação das instâncias jurídicas da SES-DF e posterior envio a Câmara Legislativa do DF.

Foram realizadas ainda a atualização e qualificação dos profissionais de Serviço Social em assuntos relacionados a profissão e as especificidades da área de saúde, com vistas a qualificar o atendimento e melhoria do atendimento da população. Foram realizadas 04 capacitações e 02 encontros profissionais, capacitando 170 profissionais e participando dos encontros 108 profissionais.

Saúde Funcional

Dentre as ações realizadas pela Saúde Funcional, destacam-se a implantação do Sistema de Regulação para agendamentos dos exames audiológicos na rede SES/DF; estruturação dos grupos de trabalho para elaboração dos protocolos de fisioterapia no NASF e atenção domiciliar; desenvolvimento de protocolos assistenciais na área de terapia ocupacional: protocolo de atenção da terapia ocupacional na saúde domiciliar e do protocolo de atenção da atuação da terapia ocupacional na estimulação precoce, em fase de finalização com previsão de entrar em consulta pública em março/2017; desenvolvimento de protocolos assistenciais na área de fonoaudiologia; correção dos protocolos assistenciais de fisioterapia em UTI neonatal e pediátrica, enfermaria e ambulatório com encaminhamento à Comissão de Protocolos e posterior aprovação; correção, junto ao grupo de trabalho, dos protocolos assistenciais de fisioterapia em UTI adulto e PS adulto com encaminhamento para análise à comissão de protocolos em dezembro/2016.

Além disso, foram realizadas visitas técnicas nas Regionais de Saúde para levantamento da assistência prestada, com sugestões de adequações para melhorias.

Houve o monitoramento das atividades da terapia ocupacional na assistência, proporcionando o mapeamento da capacidade de recursos humanos instalada, a necessidade de elaboração e implantação de protocolos e indicadores que subsidiem a gestão das atividades dos terapeutas ocupacionais. Foi realizada a estruturação de grupo de trabalho para criação de cartilhas de orientação unificadas para todos ambulatórios de fisioterapia.

Psicologia

No ano de 2016, foram realizados esforços para o dimensionamento dos psicólogos da SES/DF, concluindo o diagnóstico situacional sobre a assistência psicológica realizada nos três níveis de atenção à saúde, que avaliou os processos de trabalho dos psicólogos da rede e analisou o registro de procedimentos executados por esses servidores.

Além disso, foi possível desenvolver a elaboração das Diretrizes de Assistência Psicológica na SESDF, fator este ausente e que impossibilitava uma melhor padronização das ações do psicólogo na Rede de Saúde. A proposta é apresentar o produto deste trabalho no 1º semestre de 2017.

As principais dificuldades encontradas no ano de 2016 foram: a inexistência de núcleos técnicos de psicologia na rede; movimentação de psicólogos sem conhecimento e anuência prévia da gerência; abertura de serviços que incluem psicólogos nas equipes multidisciplinares sem planejamento prévio de remoção e/ou nomeação de servidores; déficit de psicólogos em serviços de saúde conforme prevê a legislação vigente; distribuição aleatória de psicólogos na rede, desconsiderando critérios epidemiológicos, legislação ou prioridades do plano de governo.

Enfermagem

As principais áreas de atuação da enfermagem na SES/DF são: a enfermagem na Gestão das Clínicas; nas Redes de Atenção; na Gestão de Recursos Humanos; na Padronização e Aquisição de Materiais Médico Hospitalares.

- Revisão do fluxograma de atendimento dos requerimentos administrativos de fornecimento de fraldas descartáveis para uso domiciliar em parceria com a Coordenação de Redes e Integração de Serviços (CORIS), Coordenação de Atenção Primária à Saúde (COAPS) e Gerência de Recursos Médicos Especializados (GRME);
- Revisão final do Protocolo de Tratamento de Feridas e Curativos para consulta pública;
- Avaliação do protocolo elaborado pela Gerência de Atenção Domiciliar: Protocolo de Enfermagem na Terapia Nutricional Enteral na Atenção Domiciliar;
- Representação na Comissão Interinstitucional de Acompanhamento do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre o Governo do Distrito Federal e a Organização Mundial da Família;
- Colaboração na elaboração e implantação de protocolos para a Atenção Primária à Saúde;
- Suporte às unidades hospitalares discriminadas como leitos de retaguarda (enfermarias clínicas, leitos de cuidados prolongados e leitos de terapia intensiva) através de remanejamento dos recursos humanos de enfermagem e definição de equipamentos/insumos para funcionamento (em andamento).

Enfermagem nas redes de atenção

No tocante às redes de atenção, todas as redes estabelecidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde vêm sendo implantadas no Distrito Federal sob a coordenação da SES/DF, que promove junto às Superintendências a elaboração, qualificação e revisão de planos de ação regionais, monitoramento das metas e realização de visitas técnicas para acompanhamento e qualificação das ações.

No tocante à Rede Cegonha, no primeiro quadrimestre de 2016, dando seguimento ao monitoramento e acompanhamento do seu processo de implementação no estado, foram realizadas reuniões do Grupo Condutor da Rede Cegonha, contando com profissionais das maternidades da região e da atenção básica, tendo como objetivo a implantação deste dispositivo nas referidas maternidades, com o objetivo de discutir, analisar e dar encaminhamentos a questões relacionadas à mortalidade materna e infantil e à qualificação da assistência na rede perinatal. Também foi realizado o levantamento dos profissionais enfermeiros com titulação em obstetrícia no intuito de implementar o modelo de assistência com enfermagem obstétrica no parto e no nascimento. Realizou-se a construção e revisão do Procedimento Operacional Padrão – POP para atuação da enfermagem no contexto da Rede Cegonha-DF.

Quanto à Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), alguns desafios se colocam para a plena implantação da Rede no DF, como a discussão de estratégias para o acolhimento e classificação de risco, a definição do processo de estruturação e condução das linhas de cuidado que fazem parte do componente de atenção na Rede de Atenção às Urgências e Emergências; revisão de literatura sobre pertinência do Protocolo de Manchester como ferramenta para a Classificação de Risco nas Unidades de Pronto Atendimento e Prontos Socorros dos Hospitais da Rede; levantamento dos enfermeiros com certificação no Protocolo Manchester para atuação na classificação de risco nas unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e Pronto Socorro da rede SES-DF;

Na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD), instituída através das Portarias MS/GM nº 793/2012 e MS/GM nº 835/2012, foi proposto o cuidado integrado, através da implantação dos Centros Especializados de Reabilitação com mais de uma modalidade de atenção (física, auditiva, visual e intelectual), incluindo o cuidado à pessoa com ostomia, o serviço de Atenção à Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo e as Oficinas Ortopédicas;

Enfermagem na gestão de recursos humanos

A SES/DF possui, hoje, 13.865 servidores que pertencem ao quadro de enfermagem, o que representa aproximadamente 43% do total, parcela significativa dos recursos humanos existentes na rede, que atualmente desempenham papéis indispensáveis tanto no planejamento da gestão como na execução de atividades assistenciais à população.

Assim, a gerência de enfermagem realiza a supervisão e o dimensionamento do pessoal de enfermagem segundo a legislação vigente: Manual de Parâmetros da Força de Trabalho SES/DF 2015, Resolução 293/2004 do Conselho Federal de Enfermagem. Essa área também propõe os processos de seleção, remoção e lotação de servidores relacionados às áreas de Enfermagem.

Também foi realizado a atualização do dimensionamento da equipe de enfermagem (enfermeiros e técnicos de enfermagem) de todas as Unidade de Terapia Intensiva Adulta, Pediátrica e Neonatal, bem como o mapeamento de leitos bloqueados decorrentes do déficit de recursos humanos; mapeamento dos enfermeiros da rede SESDF que possuem o Curso de Classificação de Risco de Manchester; formulação junto à Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVEP) de capacitação de profissionais que atuam nas salas de vacina do SUS/DF de acordo com as mudanças ocorridas no calendário de vacinação.

Enfermagem na padronização e aquisição de materiais médico hospitalares

A gestão de materiais é um processo no qual se planeja, executa e controla, em condições mais eficientes e econômicas, o fluxo de materiais, partindo das especificações dos artigos da compra até a entrega do produto. Os avanços tecnológicos têm impulsionado o aumento constante da complexidade assistencial, exigindo um nível de atenção cada vez mais elevado por parte dos profissionais de saúde, criando uma demanda crescente por recursos materiais. Atualmente, a Gerência de Assistência de Enfermagem tem sob guarda 720 itens.

Hospitais de Ensino

Os Hospitais de Ensino têm papel relevante no âmbito do Distrito Federal, bem como, respectivas Instituições de Ensino, próprias ou conveniadas, sendo referência na assistência e no desenvolvimento do conhecimento na área de saúde, na incorporação de novas tecnologias e na divulgação do saber.

A SES/DF possui 05 Hospitais de Ensino certificados e 04 contratualizados: Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF, Hospital Regional da Asa Norte - HRAN, Hospital Materno Infantil de Brasília – HMIB, Hospital Regional de Sobradinho – HRS e Hospital regional do Paranoá-HRPA, sendo este último ainda não contratualizado junto ao Ministério da Saúde; e 05 hospitais candidatos à certificação: Hospital Regional de Taguatinga - HRT, Hospital Regional do Gama - HRG, Hospital Regional de Ceilândia - HRC, Hospital Regional de Santa Maria - HRSM e Hospital Regional de Planaltina -HRPL. O HRT, HRG, HRC receberam visita de certificação, o HRPI e HRSM estão em processo de revisão do cumprimento da portaria, dada a nova publicação. Ressalta-se que fora entregue ao Ministério da Saúde toda documentação referente à formalização da Contratualização do HRP, entretanto, ainda não fora publicada portaria de concessão de IGH - Incentivo de Qualificação à Gestão Hospitalar- antigo Incentivo à Contratualização-IAC). Conta ainda, como importante parceiro, o Hospital Universitário de Brasília - HUB, o qual é certificado e contratualizado.

O programa dos Hospitais de Ensino tem como arcabouço legal a recém-publicada Portaria Interministerial nº 285 de 24 de março de 2015, que redefine o Programa de Certificação dos Hospitais de Ensino e publicada no DODF de 25/03/2015. Nº 57, seção 1, pág. 31; Portaria GM/MS nº 3.390 de 30 de dezembro de 2013 que institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do SUS, estabelecendo as diretrizes para a reorganização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS); Portaria GM/MS nº 3.410 de 30 de dezembro de 2013 que estabelece as diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em consonância com a PNHOSP e Portaria GM/MS nº 142 de 27 de janeiro de 2014, a qual institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH), de que trata a Portaria nº 3.410/GM/MS, de 30 de dezembro de 2013, que estabelece as diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS, em consonância com a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP).

A contratualização tem como finalidade a formalização da relação entre gestores públicos de saúde e hospitais integrantes do SUS por meio do estabelecimento de compromissos entre as partes que promovam a qualificação da assistência e da gestão hospitalar de acordo com as diretrizes estabelecidas na PNHOSP.

O Incentivo de Qualificação à Gestão Hospitalar-IGH (antigo IAC) concedido visa qualificar os hospitais no que concerne aos quatro eixos enunciados pela política: assistência, gestão, ensino e pesquisa.

O recurso do IGH/ IAC recebido em 2016, foi direcionado para aquisição de equipamentos médico-hospitalares de grande e pequeno porte, mobiliários de forma geral e materiais permanentes visando a uma melhor assistência e consequentemente fomento e qualificação do ensino. Essas aquisições incrementaram os serviços já existentes e possibilitaram abertura de novos serviços.

Embora com baixa execução orçamentária no ano de 2016, para 2017 estão programados investimentos em cursos e capacitações, bem como, aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

Manutenção de Máquinas e Equipamentos

A área responsável pela manutenção dos equipamentos teve como planejamento para 2016 o levantamento patrimonial de todo parque tecnológico, equipamentos médico-hospitalares, da Rede da SES-DF. No entanto, devido a dificuldades na coleta de informações esta tarefa ainda não foi concluída.

Realizou-se também a revisão dos contratos de manutenção vigentes, aliado a elaboração de novos termos de referência, sempre em consonância com o inventário patrimonial.

Continua em andamento também os Contratos de Manutenção de Equipamentos de Infraestrutura como ar condicionado, sistemas condicionadores de energia, câmara de cadáveres e sistemas de vapores de água quente.

Descrição da Obra – Manutenção de Equipamentos de Infraestrutura	RA / LOCAL	(*)% CUMPRIDO
Manutenção do Ar Condicionado do HRT	VII	100,00%
Manutenção Preventiva e Corretiva do Ar Condicionado do HRAN.	I	100,00%
Manutenção de Ar Condicionado do LACEN, NB-3, HRPI e HRS.	I, VI, V	100,00%
Manutenção de Ar Condicionado HBDF e DITEC/ CPD/SUPRAC - (Emergencial).	DIVERSOS	100,00%
Manutenção de Ar Condicionado do HRC, HRSam e HRBz. (Serviço sendo prestado como despesa indenizatória desde o vencimento do contrato em novembro de 2015).	IX, XII, IV	100,00%
Manutenção de Ar Condicionado do HMB. (Serviço sendo prestado como despesa indenizatória desde o vencimento do contrato em agosto de 2015).	I	100,00%
Manutenção de Ar Condicionado do HRSM. (Sem prestação de serviço desde o vencimento do contrato em abril de 2015).	XIII	0,00%
Manutenção Preventiva e Corretiva do Ar Condicionado do HRPa. (Sem prestação de serviço desde o destrato do contrato em maio de 2016).	VII	41,67%
Manutenção nos Sistemas Condicionadores de Energia da SES/DF.	DIVERSOS	100,00%
Manutenção da Câmara de Cadáveres dos Hospitais/SES	DIVERSOS	100,00%
Manutenção nos SGDVs (sistema de vapor e água quente) – EMERGENCIAL (O Contrato terminou em 24/03/2015, mas continua a prestação de serviço sem cobertura contratual). Sob execução dos hospitais regionais.	DIVERSOS	100,00%

Construções, Ampliações e Reformas

Na atenção especializada foi concluída a Elaboração de Projeto Executivo para reforma dos ramais alimentadores elétricos que são supridos pela Subestação de Energia Elétrica do Prédio de Internação do Hospital de Base do Distrito Federal – HBDF.

A Reforma da Cardiologia e Clínica Médica do Hospital Regional do Gama está sendo financiada com recurso de entidade de ensino privada (FACIPLAC).

DESCRIÇÃO DA OBRA / SERVIÇOS – Reformas	RA / LOCAL	AÇÃO/SUBTÍTULO	(*) % CUMPRIDO
Reforma da Farmácia Central do Bloco Administrativo e das Fachadas do Prédio da Emergência do Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF	I	3223.0003	44,00%
Elaboração de Projeto Executivo para reforma dos ramais alimentadores elétricos que são supridos pela Subestação de Energia Elétrica do Prédio de Internação do Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF	I	4137.0001	100,00%
Reforma da Cardiologia e Clínica Médica do HRG	II	-	70,00%

Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e Tecidos - CNCDO

Para que ocorra a efetiva doação dos órgãos e consequente implantação dos mesmos nos receptores, se faz necessária a atuação direta de toda a equipe, envolvendo todos os parceiros dentro do processo: técnicos de enfermagem, enfermeiros, médicos e as respectivas equipes de transplante para cada tipo de órgão. A doação e transplante de órgãos é um processo trabalhoso e delicado que depende em grande parte da credibilidade do sistema aos olhos da população e do comprometimento dos profissionais de saúde no processo de diagnóstico de morte encefálica e da manutenção adequada do potencial doador de órgãos.

Ao longo do ano, realizou-se várias atividades de caráter rotineiro a destacar, como: acompanhamento de pacientes em protocolo de morte encefálica em todo o DF (rede pública e particular); entrevistas familiares; captação de córneas; distribuição de órgãos e tecidos doados para o DF e também para outros Estados; fornecimento de dados para divulgação na imprensa e participação de entrevistas relacionadas à temática da doação e transplante; compilação de dados estatísticos para o Ministério da Saúde e para a Associação Brasileira de Transplante de Órgãos – ABTO; vistoria de unidades hospitalares para credenciamento; faturamento das ações relacionadas à doação e captação; acompanhamento de residência em enfermagem da rede.

O ano de 2016 também se destacou com várias realizações da equipe da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e Tecidos – CNCDO. Estas realizações tiveram como objetivos: aumentar o número de doações, captações e transplantes de órgãos e tecidos no DF; ampliar a adesão da população do DF à doação de órgãos e tecidos para transplante; e promover discussões sobre o tema. Como realizações, cito: a criação do Regimento Interno, visita nos hospitais da rede SES para implantação das Comissões Intra-Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante – CIHDOTTs, atualização dos POPs, nomeação das Câmaras Técnicas Distritais de Doação e de Transplantes, realização do evento intitulado “III Curo de Capacitação para Doação de Órgãos e Tecidos Oculares para CIHDOTTs”, participação da direção na “Reunião com os Coordenadores Estaduais de Transplantes” organizada pela CGSNT/DAET/SAS/MS, realização da “Semana da Doação de Órgãos e Tecidos” em comemoração ao Dia Nacional da Doação de Órgãos e Tecidos (dia 27 de setembro), credenciamento das equipes de transplantes, delegação de competência à Organização de Procura de Órgãos/CNCDO para o exercício das atribuições como CIHDOTT do HBDF, e a realização do simpósio “III Encontro Nacional de Monitoramento Pós Transplante”.

A tabela abaixo faz um comparativo entre os anos de 2015 e 2016 em relação ao número de notificações de morte encefálica e de entrevistas familiares (ações realizadas), de doações efetivas e de recusas familiares (resultados):

Anos	Notificações Me	Entrevistas Familiares	Doações Efetivas	Recusas Familiares	% Consentimento Familiar
2015	292	133	81	49	63%
2016	322	160	75	61	62%

Fonte: CNCDO

A próxima tabela apresenta um dos indicadores utilizados para avaliar e monitorar as ações referentes à Política de Captação e Transplante de Órgãos em conformidade com o Plano Distrital de Saúde 2016-2019:

Indicador	Ano	Meta Anual	Resultado
Taxa de Efetivação de Doadores em Morte Encefálica	2015	-	27,7%
	2016	26%	23,3%

Numerador do indicador – número de doações efetivas.
Denominador do indicador – total de notificações de morte encefálica.
Na avaliação do indicador, faz-se necessário considerar que o dado utilizado tem como referência o número de pacientes em protocolo de morte encefálica sem contraindicações para doação.

Embora o ano de 2016 tenha sido um período de reestruturação da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e o contexto da saúde, no Brasil, tenha evidenciado uma série de problemas em todos os aspectos, evidenciou-se alguns avanços importantes para a melhoria de todo o processo de doação, captação e transplante de órgãos e tecidos.

A construção do Regimento Interno propiciou um momento de reflexão e análise da nossa razão de existir (missão) dentro da estrutura organizacional da SES e de construção das competências necessárias para a busca da excelência dentro do serviço público com foco no receptor em fila de espera e também no doador e seus familiares que passam por um momento de extrema dor e sofrimento pela perda do ente querido e que, sem a autorização familiar, não seria possível a doação e, conseqüentemente, a retirada dos tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outras finalidades terapêuticas. Iniciou-se o processo de credenciamento e credenciamento das CIHDOTTs, realizando um diagnóstico situacional na rede pública e privada por meio da aplicação de questionário, visitas e reuniões com as direções.

Houve a nomeação e publicação das Câmaras Técnicas Distritais de Doação (CT-DOAÇÃO) e de Transplantes (CT-TX). A CT-DOAÇÃO tem a finalidade de auxiliar a CNCDO na formulação, revisão, atualização e aperfeiçoamento das normas relativas aos critérios de doação e captação multiorgânica, assim como formular diretrizes e normas para apoio à equipe assistente responsável pela manutenção hemodinâmica do paciente em morte encefálica, possibilitando aumento nas doações e no número de órgãos potencialmente transplantáveis de cada doador.

A CT-TX, uma para cada órgão, tem a finalidade de auxiliar a CNCDO na análise dos receptores em situação de urgência e sugerir a formulação, revisão, atualização e aperfeiçoamento das normas relativas aos critérios de inclusão de pacientes candidatos a transplante na Lista Única, bem como dos critérios de distribuição/alocação de órgãos captados para fins de transplante, sugerir fluxo regulado de encaminhamento de paciente para avaliação pelas equipes de transplante e avaliar indicações de tratamento fora de domicílio.

Os eventos constituem-se em instrumento para alcançar o almejado desenvolvimento das pessoas, objetivando o crescimento das capacidades do corpo técnico nos níveis operacional, técnico e gerencial, fortalecendo a Instituição como um todo, de forma a melhor cumprir sua missão institucional e desenvolver seu importante papel junto ao Governo do Distrito Federal. É importante ressaltar que os eventos de integração com a sociedade, além de fortalecer as equipes de trabalho por meio do compartilhamento de experiências e conhecimento, propiciam grande sentimento de pertença à Instituição fazendo com que o servidor se responsabilize cada vez mais por seus resultados, além de, naturalmente, melhorar o nível de desempenho e qualidade de vida dos servidores da SES/DF, por intermédio da melhoria das relações de trabalho.

Ao analisar os números, observa-se que, em relação a 2015, houve um aumento importante do número de notificações de morte encefálica em 2016, assim como de entrevistas familiares realizadas. A porcentagem de consentimento familiar praticamente permaneceu constante com uma variação de 1% para menos em 2016, perfazendo 62% no período. Taxa excelente quando se avalia a média nacional que, em 2015, foi calculada em 44% de recusa das entrevistas. E atingiu-se 23,3% de efetivação de doadores em morte encefálica, embora a meta anual pactuada tenha sido de 26%, devido aos problemas enfrentados.

Dificuldades e problemas sempre existiram e continuarão existindo, necessitando, portanto, de identificação, análise e correção para uma melhor efetivação do processo de doação para transplante de órgãos e tecidos na SES/DF. Um dos principais problemas vivenciados é a inadequada manutenção hemodinâmica do potencial doador. A identificação e intervenção precoces das alterações são indispensáveis para que a perfusão dos órgãos vitais seja preservada. Há baixa cobertura do serviço de transplante renal, principalmente em se tratando de doador de critério expandido, e inexistência de transplante de pâncreas e pulmão no DF.

A falta de implantação das Comissões Intra-Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos (CIHDOTT) nas instituições hospitalares, conforme determinação do Ministério da Saúde, e a baixa produtividade das CIHDOTTs já implantadas são grandes empecilhos para o crescimento das notificações e acompanhamento dos potenciais doadores.

Outra dificuldade encontrada foi a interrupção do fornecimento da solução Euro-Collins, por tempo indeterminado, acarretando em novo Termo de Referência para aquisição de nova solução. Problemas de logística e insumos também perduraram durante 2016, como: a dificuldade na liberação da sala cirúrgica, falta de vaga em UTI, escassez de roupa cirúrgica e material esterilizado, e a escassez de recursos humanos.

Em 2017, dar-se-á o prosseguimento dos projetos em andamento, como: mapeamento dos processos de trabalho; aquisição de materiais e equipamentos, e de bens/serviços de TI; credenciamento de serviços privados para transplante; atualização dos POPs; habilitação à 2ª etapa de implantação da OPO/DF; diagnóstico das CIHDOTTs no DF.

Política de Captação e Transplantes de Órgãos no SUS-DF

A SES apoiou iniciativas como a implantação das CIHDOTT nas unidades hospitalares do DF, além do apoio às atividades ligadas ao trabalho das filas de transplante de órgãos e a inclusão de transplantes no credenciamento do ICDF.

Outras ações realizadas pela captação e distribuição de órgãos:

- Atualização das habilitações para transplante de diversos hospitais do DF;
- Ativação do programa de apoio à CNCDO pelo SAMU e DETRAN-DF;
- Atualização dos TRs para aquisição de insumos e novos equipamentos.

Na área do apoio e diagnóstico e patologia clínica, a SES tem como objetivo futuro coordenar a continuação e conclusão de processos regulares em andamento, mantendo o abastecimento regular da rede, a fim de evitar processos emergenciais, dando aos processos administrativos maior transparência e economicidade, reduzindo possíveis demandas

judiciais, propiciando atendimento adequado à população. Coordenar a implantação da central de laudos (unidade centralizadora de laudos radiológicos, formada por médicos radiologistas) com objetivo de:

- Aumentar eficácia diagnóstica dos exames de imagens;
- Funcionamento 24h x7 dias
- Aprimoramento tecnológico;
- Dar celeridade aos resultados;
- Redução de compra de filmes;
- Otimização de RH dos médicos radiologistas ao concentrar em uma unidade.
- Definição de carteira de serviço (definição de procedimentos realizados por unidade), com objetivo de:
- Contratação com menor custo;
- Reorganização processo de trabalho e oferta ao usuário: ambulatorial x internação;

Há necessidade de finalizar a mudança de estrutura da patologia clínica da GAD/DIASE para LACEN/SVS, com intuito de contratação única de insumos para laboratório, ajustando as competências, a fim de ganhar maior eficiência no abastecimento, evitar possíveis duplicidades de objeto e realizar aquisições baseadas em dados epidemiológicos.

Fez necessária a continuidade do estudo de modelos gestão de laboratórios, contratando com menor custo, reorganizando os processos de trabalho e oferta ao usuário: ambulatorial x internação. Na parte radiológica, terá para 2017 definição de carteira assistencial por regiões com parametrização de exames prioritários.

Apesar dos bons avanços dentro da assistência intensiva, observou-se a constante necessidade de disponibilização de recursos humanos e financeiros para eficaz execução das ações, contando também com maiores prazos para planeja-las. Para 2017, espera-se uma maior oferta de RH devido à abertura de concurso público para temporários nas especialidades UTI adulto e neonatal.

No concernente aos recursos médicos especializados, apesar do andamento progressivo de suas atividades, observou-se grandes dificuldades operacionais na elaboração dos processos de aquisições, sendo necessário alinhamento junto aos setores de compras responsáveis, afim de ganhar a maior celeridade possível nas aquisições. A falta de recursos humanos e financeiros são pontos impactantes negativamente no andamento dos trabalhos realizados. Espera-se para 2017 uma melhora no aspecto financeiro e na concessão de mais mão-de-obra, onde se trabalhará para otimização do uso dos recursos disponíveis. Está em andamento para 2017 abertura de concurso público para temporários na especialidade pediatria, onde espera-se uma maior oferta de RH nessa especialidade.

Protocolos Clínicos

Devido à reestruturação da SES, a Comissão de Protocolos (CPPAS) teve que se readaptar ao novo organograma da SES-DF e revisar sua portaria para que se contemplassem os novos cargos e siglas que passaram a vigorar, bem como realocar seus membros na nova estrutura definida no Diário Oficial da União. Após a realização desse trabalho e com a reforma que passou a ocorrer na Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde - SAIS, a qual a CPPAS está vinculada, nossa comissão passou a não dispor de espaço físico na atual estrutura, culminando posteriormente com nossa instalação junto à Coordenação de Pesquisa da FEPECS, que passou a ser nosso novo local de trabalho. Nesse ínterim, nosso trabalho ocorreu de forma setorial com cada coordenação de especialidade que trabalhava na elaboração de protocolos demandados pelo GAB-SES, de forma a disponibilizá-los imediatamente em Consulta Pública, assim que todo trabalho de reestruturação estivesse finalizado.

No ano de 2016, houveram 3 grandes deliberações resultantes de consultas públicas, onde 27 protocolos finalizados e revisados foram deliberados. Dos protocolos colocados em consulta pública no ano de 2016, foram aprovados pela CPPAS os seguintes:

- Protocolo de Púrpura Trombocitopênica Imune
- Protocolo de Tratamento para pacientes portadores de Êpidermólise Bolhosa
- Condutas para o rastreamento do câncer de colo do útero na APS
- Critérios de Admissão e Alta nas Unidades Neonatais da SES-DF
- Hipertensão Arterial Pulmonar
- Protocolo de Ortodontia
- Condutas Fisioterapêuticas em UTI Neonatal e Pediátrica
- Condutas Fisioterapêuticas nos Ambulatórios da SES-DF
- Condutas Fisioterapêuticas nas Enfermarias da SES-DF
- Protocolo Transfusional – Indicação de Hemocomponentes
- Desospitalização para pacientes internados em enfermarias no DF
- Nutrição na Internação Domiciliar
- Odontopediatria
- Endodontia
- Odontologia na Atenção Básica

- Atendimento Odontológico em UTI
- Atendimento Odontológico à Pessoas com Deficiência
- Atenção à saúde da Criança
- Antidepressivos em Idosos: Citalopram e Mirtazapina
- Detecção Precoce do Câncer de Mama
- Saúde de adolescentes

O Protocolo nº 1, referente à Síndrome de Down, permaneceu 60 dias na Consulta pública por ter entrado no site antes da revisão da portaria da CPPAS, onde o Regimento antigo estipulava esse prazo, alterado posteriormente para 30 dias. Os demais protocolos citados e aprovados pela Portaria nº 29 de 1º de Março de 2016 permaneceram 60 dias sob consulta pública no último trimestre do ano de 2015 para serem deliberados na 1ª reunião do ano de 2016, não seguindo o padrão atual definido em 30 dias no novo regimento modificado e aprovado na CPPAS no ano de 2016.

Em novembro e dezembro de 2016, dois protocolos foram encaminhados para consulta pública para atendimento de demandas provenientes da assessoria jurídica: Hemofilia (3ª versão) e Insulinoterapia (2ª versão). A consulta pública para **Hemofilia** foi reaberta no mês de janeiro de 2017 para que uma nova versão revisada, com manifestações provenientes do Ministério Público, fosse contemplada e o protocolo de **Insulinoterapia** teve sua consulta pública encerrada em 07.01.2017, contabilizando até essa data **137 (cento e trinta e sete) manifestações decorrentes da consulta pública.**

OBJETIVO ESPECÍFICO: 003 – Redes de Atenção à Saúde

Rede de Urgências e Emergências – RUE

O atendimento de urgência na SES-DF é composto pelo atendimento fixo e móvel às urgências/emergências. A RUE integra as ações desenvolvidas nesses pontos de atenção e os demais componentes da Rede (atenção domiciliar, atenção primária, reabilitação), incluindo o acolhimento e classificação de risco e a regulação. O TCDF vem acompanhando de perto o atendimento existente hoje nas emergências da SES-DF. A Decisão 3364/15, no Processo 1836/2013 do TCDF, cobra a revisão do plano de ação da RUE. Em 2016 a RUE se reestruturou em nível central com nova formação de Grupo Conductor, publicado em DODF.

Dentre as ações realizadas pela RUE, destaca-se o acolhimento e Classificação de Risco, Revisão do Plano de Ação, além de ações para sanar dificuldades de funcionamento das linhas de cuidado (IAM, AVC, TRAUMA) (exemplo: manutenção dos tomógrafos da REDE, fundamentais para as linhas de AVC e TRAUMA) e Discussão e reestruturação do atendimento pediátrico de urgência na Rede.

Os serviços de urgência e emergência reúnem atividades de promoção à saúde, organização das redes assistenciais com compartilhamento de objetivos comuns, a cooperação entre os entes envolvidos com objetivo de garantir a assistência de acordo com os princípios da integralidade e humanização, que envolvem a atenção básica e especializada, a atenção às urgências, com a implantação do SAMU 192, a organização das Unidades de Pronto Atendimento - UPA e qualificação das portas de entrada de urgências nos hospitais. O enfrentamento dos desafios para a expansão e qualificação da rede de urgência e emergência deve considerar o perfil epidemiológico, a densidade populacional e a rede de referência e contra referência instalada.

Ações de grande relevância dentro da Rede de Urgência e Emergência RUE são: a ênfase no acolhimento e a Classificação de Risco. O acolhimento tem a capacidade de aproximação, demonstrando uma atitude de inclusão; já a Classificação de Risco é uma ferramenta que possibilita a organização do atendimento conforme a gravidade, não sendo estabelecida por ordem de chegada, garantindo o atendimento conforme o grau de gravidade do paciente, possibilitando a pactuação para formulação e construção de redes internas e externas. A implementação dessas ações nas unidades que compõem a RUE está sendo trabalhada desde 2013, com intuito de atingir um serviço de atendimento ininterrupto, tendo em vista que a porta de Urgência e Emergência tem funcionamento 24 horas por dia. Entretanto, no ano de 2016, ocorreram alguns enfrentamentos em relação aos recursos humanos para suprir esta necessidade. Hoje, a Classificação de Risco está implantada em toda a rede, porém, encontra-se com fornecimento de serviço em tempo reduzido, sendo priorizados os horários de maior demanda dentro das unidades de hospitalares e UPAs.

Frente aos riscos em eventos de massa que seriam os jogos Olímpicos “Rio 2016”, a SESDF em conjunto com esta diretoria, elaborou em 2014, em concordância com as recomendações do Ministério da Saúde, o Plano para Assistência a Eventos de Massa, Acidentes com Múltiplas Vítimas e Desastres, partindo da análise minuciosa dos riscos, necessidades, deficiências reais ou potenciais e da capacidade de resposta dos serviços de saúde. Para os Jogos Olímpicos Rio 2016, com o objetivo de melhorar e organizar a efetividade na prestação de assistência, houve atualização do Plano de Ação no funcionamento da assistência pré-hospitalar e hospitalar, com treinamento e capacitação das equipes envolvidas. Ficou definido que o atendimento médico e de transporte dentro do Estádio Nacional de Brasília para o público e família olímpica estaria aos cuidados da RIO 2016 por empresa contratada e de sua responsabilidade. Entretanto, no perímetro fora do Estádio, a assistência ficou a cargo da SES/DF com o SAMU-DF. Dentro do Estádio esteve presente equipe da SES/DF dando apoio e fazendo triagem para os hospitais da rede pública e particular, caso fosse necessário.

Durante a realização da “Rio 2016” destaca-se o trabalho em conjunto com as Gestão de Leitos para redução na taxa de ocupação dos hospitais de referência (HRAN e HBDF) durante o período de 03 a 13.08.2016. Houve reforço das equipes dos PS nos hospitais de referência e apoio (HRAN, HBDF e HRT) conforme plano de ação de cada unidade. O SAMU-DF capacitou cerca de 200 alunos de medicina para atuarem como socorristas durante os jogos, caso houvesse necessidade de utilização do Plano de Catástrofe.

As Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, componentes da RUE, têm atendimento 24 horas por dia, sendo definidas como estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde. Já as portas de urgência hospitalares têm como objetivo melhorar e ampliar o atendimento nos serviços fixos de emergência. Hoje a SESDF conta com seis UPAs em funcionamento (Ceilândia, Sobradinho, São Sebastião, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas, Samambaia) e teve como principal desafio no ano de 2016 o processo de reabilitação da UPA da Ceilândia, a qual perdeu sua habilitação gerando a suspensão dos repasses do Ministério da Saúde. Este fato ocorreu devido a problemas relacionados com a falta de recursos humanos ocasionado pelo término de contrato de serviço prestado por enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem, técnico administrativos e motoristas, falta de manutenção de equipamentos e desabastecimento da rede com insumos. A UPA de Sobradinho não obteve habilitação pelo MS devido aos mesmo pontos relacionados à desabilitação da UPA de Ceilândia.

Ressalta-se que esses processos não obtiveram êxito no ano de 2016 e continuam na pasta para conclusão e encaminhamentos no ano de 2017. Nestas unidades nota-se uma queda no número de atendimentos, comparando com dados de 2015 e porte de capacidade pré-instalada. Ressalta-se que o déficit ocasionado pelo encerramento dos contratos temporários não foi coberto por completo com reposição de novos servidores. Entretanto, em algumas unidades, houve melhora no número de atendimentos, estando ainda muito aquém do ideal, conforme estabelecido em Portaria do Ministério da Saúde.

Atendimentos UPA				
Meses	UPA SOBRADINHO			
	Clinica Médica	Pediatria	Odontologia	Total
Janeiro	4.187	0	165	4.352
Fevereiro	4.983	0	224	5.207
Março	6.081	0	325	6.406
Abril	5.879	2	291	6.172
Mai	5.313	0	326	5.639
Junho	4.210	0	306	4.516
Julho	5.730	0	271	6.001
Agosto	4.897	0	253	5.150
Setembro	5.268	0	241	5.509
Outubro	4.759	1	210	4.970
Novembro	4.061	1	243	4.305
Dezembro	4.424	0	140	4.564
Total	59.792	4	2.995	62.791
Média	5.435	1	272	

Meses	UPA São Sebastião			
	Clinica Médica	Pediatria	Odontologia	Total
Janeiro	4.420	80	152	4.652
Fevereiro	5.878	5	38	5.921
Março	7.662	10	172	7.844
Abril	6.839	22	234	7.095
Mai	5.467	2	331	5.800
Junho	5.347	1	280	5.628
Julho	5.416	0	285	5.701
Agosto	4.972	2	391	5.365
Setembro	5.233	7	296	5.536
Outubro	4.806	1	217	5.024
Novembro	3.844	1	292	4.137
Dezembro	4.102	3	257	4.362
Total	63.986	134	2.945	67.065
Média	5816	12	267	

Meses	UPA Samambaia			
	Clinica Médica	Pediatria	Odontologia	Total
Janeiro	4.516	0	137	4.653
Fevereiro	4.670	0	159	4.829
Março	5.289	0	209	5.498
Abril	5.905	7	155	6.067
Maió	4.313	0	196	4.509
Junho	3.076	0	129	3.205
Julho	3.197	0	111	3.308
Agosto	3.619	0	166	3.785
Setembro	3.589	0	179	3.768
Outubro	2.421	0	157	2.578
Novembro	2.355	0	93	2.448
Dezembro	2.323	0	0	2.323
Total	45.273	7	1.691	46.8971
Média	4.115	1	153	

Meses	UPA Núcleo Bandeirante			
	Clinica Médica	Pediatria	Odontologia	Total
Janeiro	3.173	1	29	3.203
Fevereiro	4.265	1	4	4.270
Março	4.160	1	36	4.197
Abril	3.090	1	53	3.144
Maió	2.878	0	75	2.953
Junho	2.792	0	38	2.830
Julho	3.929	1	33	3.963
Agosto	3.893	2	73	3.968
Setembro	3.367	0	38	3.405
Outubro	3.862	1	59	3.922
Novembro	5.475	2	48	5.525
Dezembro	4.598	2	30	4.630
Total	45.482	12	516	46.010
Média	4.134	1	47	

Meses	UPA Recanto das Emas			
	Clinica Médica	Pediatria	Odontologia	Total
Janeiro	1.630	4	36	1.670
Fevereiro	2.678	6	94	2.778
Março	3.935	12	132	4.079
Abril	4.569	4	148	4.721
Maió	4.444	1	163	4.608
Junho	4.829	5	182	5.016
Julho	4.993	5	106	5.104
Agosto	4.921	5	148	5.074
Setembro	4.381	7	163	4.551
Outubro	3.374	5	124	3.503
Novembro	2.909	3	93	3.005
Dezembro	3.217	2	240	3.459
Total	45.880	59	1.629	47.568
Média	4.171	5	148	

Meses	Upa Cinelândia			
	Clinica Médica	Outros	Odontologia	Total
Janeiro	746	0	0	746
Fevereiro	153	0	1	154
Março	1.221	0	0	1.221
Abril	2.219	0	101	2.320
Mai	1.837	1	113	1.951
Junho	1.204	0	229	1.433
Julho	2.904	0	76	2.980
Agosto	5.558	0	258	5.816
Setembro	4.949	448	206	5.603
Outubro	4.137	348	151	4.636
Novembro	4.047	0	102	4.149
Dezembro	4.484	0	85	4.569
Total	33.459	797	1.322	35.578
Média	3.041	72	120	

Para o ano de 2016, estavam previstas ações relacionadas às linhas de cuidado IAM – Infarto Agudo do Miocárdio e AVC - Acidente Vascular Cerebral, tendo como definição a linha de cuidado e a imagem pensada para expressar os fluxos assistenciais, de forma segura, com o objetivo de garantir ao usuário uma assistência integral. Destaca-se que neste ano a falta de insumos para abastecimento da rede foi um fator determinante para não implantação efetiva dessas linhas, como a falta de enzimas cardíacas e tomógrafos quebrados, dificultando a realização desses processos. Entretanto, ressalta-se a continuidade ao longo do ano do treinamento para a linha do IAM, com treinamento para profissionais médicos e enfermeiros das UPAs, visando atendimento conforme protocolo e linha de cuidado estabelecidos. Saliencia-se que os indicadores para linha de cuidado do AVC e IAM, os quais seriam a proporção de óbitos para análise, estão sendo ponderados para definir qual será a melhor forma de descrição do indicador, bem como a forma extrair/tabular os dados de numerador e denominador.

No concernente ao serviço de atendimento móvel – SAMU 192, outro componente da RUE, destaca-se a oferta de 100% de cobertura no DF ao longo de 2016. Porém este serviço tem enfrentado dificuldades em realizar a construção, ampliação e manutenção das suas bases descentralizadas, conforme preconiza o Ministério da Saúde. Este fato se dá devido à necessidade de termos de cessão em alguns casos, e/ou projeto de construção, e/ou recurso financeiro, e seguro das ambulâncias, o que tem acarretado em perda do repasse. Ressaltando que o processo de aquisição do seguro das ambulâncias encontra-se em andamento, aguardando parecer jurídico para prosseguimento do pleito e elaboração do plano de ação para habilitação das bases do SAMU, conforme determina portaria o Ministério da Saúde.

Quanto ao tempo de resposta no atendimento prestado pelo SAMU-DF, salienta-se que este encontra-se aquém do desejado, tendo como fatores de influência: a falta de manutenção dos equipamentos (monitores, oxímetros, ventiladores), desabastecimentos de alguns materiais médico-hospitalares, déficit de recursos humanos (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e condutor), instabilidade no contrato de manutenção. Contudo, é possível verificar uma melhora significativa a partir do mês de outubro/2016, logo após implantação da campanha otimização do “Tempo-Resposta”, a qual encontra-se vigente. O número de atendimentos que são considerados ligações “Encaminhadas para Regulação” mantêm-se dentro das expectativas.

Neste ano 2016, a central de regulação 192 o SAMU recebeu um total de 908.788 ligações em sua central. Desses, os classificados como trote e trote qualificado pelo operador corresponderam a 69.507 ligações, ressaltando uma queda no 1º bimestre de 10,14% em relação número de trotes no 2º bimestre de 2016, conforme pode-se observar na análise dos dados indicativos constantes nas tabelas abaixo:

Tipo de Ligação	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Atendida e não classificada	668	888	1.220	2.431	772	852	955	695	1.053	999	730	1.525	12.788
Atrelada	6.303	6.078	7.244	6.949	6.569	6.302	6.861	6.873	7.009	7.083	6.766	5.331	79.368
Desistiu do atendimento	608	715	842	788	736	727	748	774	702	704	707	543	8.594
Encaminhada para regulação	21.217	21.881	25.736	25.418	23.492	20.827	22.560	21.767	22.685	23.682	19.730	16.993	265.988
Engano	2.707	2.724	2.847	2.943	3.035	3.032	3.172	2.908	2.903	2.472	2.215	1.931	32.889
Fora da área	1.512	1.465	1.601	1.585	1.482	1.099	1.165	1.111	1.063	1.233	944	871	15.131
Ligação caiu	771												771
Ligação caiu durante o atendimento		926	1.012	867	792	749	708	672	613	692	591	524	8.146
Pedido de informações	1.586	1.568	1.419	1.451	1.188	1.197	1.228	1.247	1.380	1.567	1.335	1.090	16.256
Reclamação/Sugestão	25	22	21	24	25	15	20	21	10	17	13	12	225
Repetida	588	602	767	825	864	839	797	779	797	754	638	657	8.907
Solicitante não responde	21.277	22.405	23.324	21.986	22.105	20.070	20.827	21.083	21.535	22.028	19.202	16.903	252.745

Tipo de Ligação	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
TARM fechou sistema sem qualificar	21	17	18	39	41	28	48	43	40	46	54	34	429
Transferida	11.515	10.099	11.855	11.807	10.830	10.973	11.927	12.303	12.170	12.004	11.598	9.963	137.044
Trote	5.357												5.357
Trote (qualificado pelo operador)		6.403	6.548	6.779	7.130	5.787	5.831	5.544	5.621	5.366	4.890	4.251	64.150
Total geral	74.155	75.793	84.454	83.892	79.061	72.497	76.847	75.820	77.581	78.647	69.413	60.628	908.788
USA apoio		201	275	179	72	116	99	22	57	386	400		1.807
USB	4.125	4.158	4.586	4.700	4.574	4.467	4.777	4.791	4.822	4.835	4.526	3.492	53.853
VIM	69	72	164	116	155	183	259	289	253	282	259	185	2.286
VIR			1	1									2
VOP	8	5											13
USA básica													
Bike													
USI												200	200
Total Geral	5.042	5.016	6.229	6.038	5.887	5.913	6.298	6.279	6.394	6.687	6.179	4.825	70.787

Em 2016, a urgência e emergência estiveram em busca de realizar suas atividades de acordo com o planejado. Contudo, foram encontrados obstáculos que impediram o cumprimento das metas pré-estabelecidas, tendo em vista a necessidade de integração com outras áreas para efetivação de ações e projetos.

Destaca-se três elementos essenciais que implicaram nas ações das linhas de cuidado e habilitação das UPAs, bem como o seu número de atendimento: a falta de manutenção de equipamentos e substituição dos mesmos (oxímetros, ventilador mecânico, monitor multiparâmetro, camas, desfibriladores tomógrafos quebrados), a escassez de insumos essenciais como enzimas cardíacas, bem como, a falta de recursos humanos para suprir a demanda das unidades da SESDF.

Vale ressaltar que a diretoria participou ativamente na elaboração das ações e programações para as Olimpíadas “Rio 2016”, sendo que esta ação demandou uma grande parcela de tempo, salientando que vários jogos foram realizados no Distrito Federal, o que demandou grande empenho das unidades subordinadas a esta direção, como SAMU-DF e emergências hospitalares e fixa, estas atuando como retaguarda.

A diretoria tem participado ativamente do Grupo Condutor da Rede de Urgência e Emergência – RUE, com intuito de revisar e normatizar o Plano de Ação da RUE. Contudo, no momento, encontra-se em atraso devido à demora na publicação do Grupo visando melhorar a RUE e a assistência prestada ao usuário da rede SESDF.

Para 2017, dar-se-á prosseguimento aos projetos em andamento, como: fortalecimento da RUE; das linhas de cuidado AVC e IAM; habilitação das UPAs, adequação das Bases fixas do SAMU bem como o processo de seguro da viatura; alinhamentos dos indicadores e analisando seu descritor bem como definindo a forma de extrair/tabular os dados de numerador e denominador; modelo de implementação de quadro novas UPAs e a estruturação de transporte sanitário.

Construções, Ampliações e Reformas

As construções das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs continuam paralisadas por motivo jurídico.

Descrição da Obra - Construção	RA / Local	Ação/Subtítulo	(*)% Cumprido
Aquisição de Unidade Modular de Assistência à Cidadania / UMAC 1- Unidade de Pronto Atendimento – Q110, Lotes 71 a 118, Setor de Indústria, – Ceilândia Norte/DF.	IX	3172.0003	45,00% - PARALISADA
Aquisição de Unidade Modular de Assistência à Cidadania / UMAC 2- Unidade de Pronto Atendimento – SIA Setor Leste, QI 07, Área Especial– Gama/DF.	II		44,00% - PARALISADA

Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPCD)

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência – RCPCD tem como objetivo promover a ampliação e qualificação do acesso à saúde das pessoas com deficiência temporária ou permanente, progressiva, regressiva ou estável; de forma intermitente ou contínua no SUS; ampliar a oferta de Órtese, Prótese e Meios Auxiliares de Locomoção (OPM), dentre outras. Para alcançar esses objetivos, o Ministério da Saúde, com o Plano Viver sem Limites atendeu aos apelos por anos reivindicados pelas pessoas com deficiência e seus familiares como: a garantia dos seus direitos, da liberdade para fazerem suas próprias escolhas e do direito à cidadania.

Buscando alternativas e com o objetivo de assegurar a ampliação do acesso aos serviços de saúde e à qualificação da assistência, a atenção à saúde da pessoa com deficiência recebeu novo impulso com a reativação do Grupo Condutor Central para dar prosseguimento das ações desta Rede.

A RCPCD está organizada e com Grupo Condutor em atividade, que se reúne mensalmente, sendo que as principais atividades realizadas foram: o acompanhamento do processo da construção do CER IV em Ceilândia, a revisão do

contrato visando continuidade dos atendimentos na área, e melhoria dos serviços prestados à população do DF; e a habilitação de uma Oficina Ortopédica Itinerante Terrestre.

Quanto ao Atendimento à pessoa com Deficiência Intelectual no DF o diagnóstico é disponibilizado nas Unidades da Rede de Saúde por meio dos ambulatórios especializados, nas áreas de Neuropediatra, Neurologia, Psicologia e Psiquiatria e, também na equipe multidisciplinar do Centro de Orientação Médico –Psicopedagogia (COMPP).

O COMPP é uma Unidade Executiva da SES/DF, referência no atendimento às crianças e adolescentes com transtornos mentais e comportamentais. No mesmo espaço físico do COMPP funciona um CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil do DF), que atende aos Transtornos Mentais mais graves em equipe interdisciplinar. Os dois Serviços fazem parte da RAPS – Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde. Foi promovida, ainda, oficina para dar continuidade a publicação da Linha de Cuidados do Autismo.

Com relação a introdução do vírus Zika no DF, a Coordenação de Redes participou juntamente com o Comitê Técnico Operacional para o Enfrentamento das Microcefalias Associadas ao Vírus Zika, Vigilância Epidemiológica, LACEN, Coordenações da Saúde da Criança e da Mulher, Infectologia, Neuropediatria, Neonatologia, Ginecologia e Obstetrícia, Genética, Serviço Social e a Reabilitação Funcional, para a criação da Linha de Cuidado para Pacientes Atingidos pelo ZIKA vírus no DF.

Rede Cegonha

A Rede Cegonha é uma rede de cuidados que assegura às **MULHERES** o direito ao planejamento reprodutivo, a atenção humanizada à gravidez, parto e puerpério e às **CRIANÇAS** o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. As ações da Rede estão inseridas em quatro componentes (Pré-natal, Parto e Nascimento, Puerpério e Atenção Integral à Saúde da Criança, Transporte Sanitário e Regulação), que visam a melhoria do acesso e da qualidade da assistência à mulher e à criança.

A Rede Cegonha possui como espaços colegiados e de discussão, planejamento, monitoramento e avaliação da RC-DF o Colegiado do Grupo Condutor Central da Rede Cegonha-DF; Colegiado de Maternidades; Comissão de Saúde Perinatal; Comitê de Prevenção e Controle do Óbito Fetal e Infantil e Comitê de Prevenção do Óbito Materno.

Como representante do Grupo Condutor Central da Rede Cegonha, a Coordenação de Redes e Integração de Serviços desenvolveu no ano de 2016 ações como a condução do Colegiado de Maternidades da SES DF, a realização de cursos de capacitação, visitas técnicas aos territórios, reabilitação dos leitos neonatais, para manutenção do repasse pelo programa, manutenção de propostas de reforma e ambiência do Hospital Regional de Samambaia e HMIB (criação de Centro de Parto Normal), condução de teste de triagem da gestante (Portaria Nº 247), triagem neonatal, triagem auditiva e habilitação de leitos canguru no HRT.

Rede de Atenção à Saúde do DF – Ações de Integração De Serviços

Dentro da Rede de Atenção à Saúde do DF, foi realizado o apoio ao Grupo de Trabalho TRANS – GT TRANS, criado pela PORTARIA Nº 155, de 25 de agosto de 2016. O GT tem como objetivo a implantação do ambulatório de assistência especializada às pessoas travestis e transexuais na rede pública de Saúde do Distrito Federal.

Dentre as ações realizadas estão a elaboração da linha de cuidado, reuniões de planejamento, visitas técnicas, mapeamento de profissionais, elaboração da minuta da Portaria do Nome Social no âmbito da SES-DF, todas realizadas em conjunto com a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH, Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, Defensoria Pública da União – DPU, e representantes civis da Associação do Núcleo de Apoio e Valorização à Vida de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Distrito Federal e Entorno – ANAVTRANS e Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT).

Foi realizada a estruturação da atenção à saúde da criança e do adolescente no âmbito da SES-DF, contribuindo com o Grupo de Trabalho nas discussões sobre o redimensionamento de profissionais, mapeamento de pontos críticos, sensibilização de gestores locais e planejamento do modelo de assistência.

Participou de ações referente à padronização de materiais médicos e outros insumos para a saúde para a Rede SES/DF, juntamente com a Subsecretaria de Logística em Saúde – SULOG e a Subsecretaria de Administração Geral – SUAG, através da criação da Comissão de Padronização de Insumos para a Saúde, Portaria nº 338, de 21 de dezembro de 2016, bem como do processo de Regionalização da SES, através de ações de planejamento e oficinas de elaboração do regimento interno da nova estrutura de gestão.

Rede de Cuidados às Pessoas com Doenças Crônicas

A Rede de Cuidados às Pessoas com Doenças Crônicas é uma estratégia para realização de atenção as doenças de início gradual, com duração longa ou incerta, de forma integral nos diversos pontos de atenção do SUS/DF a partir da realização de ações de promoção, proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento de reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde. O enfoque inicial foi dado aos temas Obesidade e Câncer, e em 2016 foi escolhida a linha de cuidado à hipertensão e diabetes como a principal ação no processo de planificação de atenção à saúde em curso na SES-DF, em parceria com a EAPSUS e o CONASS.

Obesidade

A proposta de adesão à Linha de Cuidado para Prevenção e Tratamento do Sobrepeso e da Obesidade na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas apresenta um formato inovador no âmbito da Rede de Atenção à Saúde, por meio da pactuação entre os diversos atores inseridos nos diferentes pontos de atenção à saúde, fortalecendo a comunicação institucional, bem como com outros atores governamentais e sociais presentes nas ações do DF.

É essencial para a implantação da linha de cuidado que haja articulação entre as ações de prevenção, promoção, tratamento e cura do sobrepeso e obesidade, com o objetivo de garantir a integralidade do cuidado a este público e a resolutividade dos serviços em tempo.

Esta linha de cuidado foi aprovada em março de 2016 no colegiado de gestão da SES-DF. Dentro das ações, está em curso a habilitação do HRAN junto ao Ministério da Saúde para a realização de cirurgia bariátrica. A implantação desta linha assume papel relevante para a população atendida pela SES. Esta proposta reposiciona o sobrepeso e a obesidade como agravos de saúde a serem priorizados nas ações e nos serviços públicos prestados, colocando o DF no rol dos protagonistas das soluções possíveis para esse imenso desafio à saúde.

Rede de Atenção à Saúde Mental

A Política Nacional de Saúde Mental, pautada no processo da reforma psiquiátrica brasileira, tem como fundamento a transformação de um modelo de atenção centrado na internação psiquiátrica hospitalar para um modelo de atenção de base comunitária e territorial, constituído por uma rede diversificada de serviços, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS.

A Saúde Mental na SES/DF atua na implementação e consolidação desse modelo, coordenando e supervisionando o processo de implantação da Rede de Atenção Psicossocial no Distrito Federal, com vistas à ampliação da cobertura assistencial em saúde mental de forma a propiciar qualidade na atenção e no cuidado dos usuários dos serviços de saúde mental, álcool e outras drogas, bem como de seus familiares.

Existem hoje no DF 17 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em funcionamento, destes um CAPS modalidade I, cinco CAPS modalidade II, um CAPS modalidade III, dois CAPS Infanto-Juvenil, 4 CAPS Álcool e Drogas, e 4 CAPS Álcool e Drogas modalidade III.

Para fins de cálculo das taxas dos indicadores da Saúde Mental são considerados apenas os serviços implantados que estão credenciados junto ao Ministério da Saúde. Deve-se considerar que o cumprimento dos critérios de credenciamento dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS junto ao Ministério da Saúde depende do esforço coletivo de vários setores da SES e do próprio GDF.

Cobertura de CAPS

Utilizou-se o cálculo de cobertura ponderada por porte do CAPS. Aplicando-se à rede de CAPS do DF, considerando somente os serviços habilitado no SCNES e a população estimada para o DF em 2015 pelo IBGE, a cobertura é de 0,53, considerada uma cobertura boa segundo os parâmetros do Ministério da Saúde.

Implantação de CAPS

No que se refere à implantação dos Centros de Atenção Psicossocial foram acompanhados os processos de construção, reforma ou ampliação, porém sem execução no ano de 2016.

Cabe informar que há três propostas de construção de CAPS cadastradas junto ao Ministério da Saúde para execução com recurso de emenda parlamentar.

Adequação de CAPS

Foram acompanhados processos autuados em anos anteriores para a adequação do CAPS i Sobradinho, a construção de sala multiuso no CAPS II Planaltina e a ampliação da ala psiquiátrica do HBDF, que estão aguardando manifestação de outros setores desta secretaria.

Implantação de Residências Terapêuticas

No que diz respeito à Implantação de Unidades de Atenção em Saúde Mental - Residências Terapêuticas-DF foi autuado o Processo nº 0060-009411/2016, para aquisição de imóveis para implantação de Serviços Residenciais Terapêuticos no Distrito Federal.

Capacitação de Equipes de Saúde Mental

Foi realizado a “V Jornada de Prevenção do Suicídio”, de 05 a 06 de setembro de 2016, com carga horária 16 horas, sendo capacitados 573 profissionais que atuam nos serviços de saúde mental do DF.

Foi elaborado o Protocolo de Uso do Cloridrato de Metilfenidato para ser submetido à Comissão Permanente de Protocolos de Atenção à Saúde – CPPAS. Além disso elaborou-se termo de referência para contratação de estabelecimento para internação compulsória de usuários de drogas judicializados, projeto básico para locação de imóveis para funcionamento de serviços de saúde mental, além de ter autuado o processo para chamamento público.

COBERTURA DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL HABILITADOS - 2016											
REGIÃO DE SAÚDE	REGIÃO ADMINISTRATIVA	População por RA, em 2015	População por Região, em 2015	CAPS I	CAPS II	CAPS III	CAPS INFANTO/JUVENIL	CAPS AD	CAPS AD III	Cob. de CAPS por Região Administrativa (%)	Cob. de CAPS por Região de Saúde (%)
Norte	RA VI. Planaltina	192.637	372.582							0,00	0,54
	RA V. Sobradinho (RA XXVI. Sobradinho II e RA XXXI. Fercal)	179.945		1	1	1,11					
Sul	RA II. Gama	152.600	285.147							0,00	0,35
	RA XIII. Santa Maria	132.547				1	0,75				
Leste	RA VII. Paranoá (RA XXVIII. Itapoã)	112.075	229.682		1			1		1,78	0,87
	RA XIV. São Sebastião	94.949					0,00				
	RA XXVII. Jardim Botânico	22.658					0,00				
Oeste	RA IV. Brazlândia	64.810	518.985							0,00	0,29
	RA IX. Ceilândia	454.175					1	0,33			
Sudoeste	RA XV. Recanto das Emas	139.983	779.433							0,00	0,64
	RA XII. Samambaia	224.021					1	1,12			
	RA III. Taguatinga (RA XX. Águas Claras e RA XXX. Vicente Pires)	415.429			1		1	0,60			
Centro-Norte	RA I. Brasília - Asa Norte	140.289	285.644				1			0,71	0,35
	RA XI. Cruzeiro	40.160							0,00		
	RA XVIII. Lago Norte	37.573							0,00		
	RA XXII. Sudoeste e Octogonal	57.231							0,00		
	RA XXIII. Varjão	10.391							0,00		
Centro-Sul	RA XIX. Candangolândia	18.093	443.358							0,00	0,68
	RA X. Guarã (RA XXV. SCIA/Estrutural)	156.526						1	0,64		
	RA VIII. Núcleo Bandeirante (RA XXIV. Park Way)	50.233							0,00		
	RA XVII. Riacho Fundo (RA XXI. Riacho Fundo II)	80.905		1					0,62		
	RA I. Brasília - Asa Sul	100.015						1	1,50		
	RA XVI. Lago Sul	34.830							0,00		
RA XXIX. SIA	2.756							0,00			
Total			2.914.830	1	3	0	2	4	4	0,53	

COBERTURA DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL EM FUNCIONAMENTO - 2016											
REGIÃO DE SAÚDE	REGIÃO ADMINISTRATIVA	População por RA, em 2015	População por Região, em 2015	CAPS I	CAPS II	CAPS III	CAPS INFANTO/JUVENIL	CAPS AD	CAPS AD III	Cob. de CAPS por Região Administrativa (%)	Cob. de CAPS por Região de Saúde (%)
Norte	RA VI. Planaltina	192.637	372.582		1					0,52	0,81
	RA V. Sobradinho (RA XXVI. Sobradinho II e RA XXXI. Fercal)	179.945					1	1	1,11		
Sul	RA II. Gama	152.600	285.147							0,00	0,35
	RA XIII. Santa Maria	132.547						1	0,75		
Leste	RA VII. Paranoá (RA XXVIII. Itapoã)	112.075	229.682		1			1		1,78	0,87
	RA XIV. São Sebastião	94.949							0,00		
	RA XXVII. Jardim Botânico	22.658							0,00		
Oeste	RA IV. Brazlândia	64.810	518.985							0,00	0,29
	RA IX. Ceilândia	454.175						1	0,33		
Sudoeste	RA XV. Recanto das Emas	139.983	779.433		1					0,71	0,77
	RA XII. Samambaia	224.021			1			1	1,12		
	RA III. Taguatinga (RA XX. Águas Claras e RA XXX. Vicente Pires)	415.429			1			1	0,60		
Centro-Norte	RA I. Brasília - Asa Norte	140.289	285.644				1	1		1,78	0,88
	RA XI. Cruzeiro	40.160								0,00	
	RA XVIII. Lago Norte	37.573								0,00	
	RA XXII. Sudoeste e Octogonal	57.231								0,00	
	RA XXIII. Varjão	10.391								0,00	
Centro-Sul	RA XIX. Candangolândia	18.093	443.358							0,00	0,68
	RA X. Guarã (RA XXV. SCIA/Estrutural)	156.526						1	0,64		
	RA VIII. Núcleo Bandeirante (RA XXIV. Park Way)	50.233							0,00		
	RA XVII. Riacho Fundo (RA XXI. Riacho Fundo II)	80.905		1					0,62		
	RA I. Brasília - Asa Sul	100.015						1	1,50		
	RA XVI. Lago Sul	34.830							0,00		
RA XXIX. SIA	2.756							0,00			
Total			2.914.830	1	5	1	2	4	4	0,65	

Se forem comparadas as duas planilhas acima observa-se que a cobertura de CAPS, tendo como base os serviços em funcionamento é muito maior do que quando comparou-se com os serviços habilitados junto ao MS. Observa-se que os CAPS das regiões Sul, Leste, Oeste e Centro – Sul estão todos habilitados. A região que tem a maior cobertura do serviço habilitado é a Centro – Sul e a região com a menor cobertura é a Oeste.

Objetivo Específico: 004 – Assistência Farmacêutica.

No ano de 2016, a assistência farmacêutica desenvolveu ações para promover a oferta de medicamentos e produtos para a saúde e a melhoria nos serviços farmacêuticos prestados à população. No âmbito da assistência farmacêutica hospitalar, foi mantido o projeto para ampliar e melhorar o fornecimento de nutrição parenteral, com a contratação de empresa para prestar o serviço de manipulação das fórmulas, tendo como requisito o atendimento diário, incluindo feriados e domingos, o que não era possível de ser realizado de forma própria pela SES/DF, devido a falta de recursos humanos e deficiências estruturais das farmácias da rede. Um novo processo foi autuado sob o nº 0060.007402/2015 objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manipulação e fornecimento de nutrição parenteral, como forma complementar, enquanto a SES/DF estiver impossibilitada de atender de forma própria, a demanda dos pacientes internados que necessitam de terapia nutricional parenteral nas unidades hospitalares da SES/DF.

Quanto ao projeto de implantação do sistema de distribuição por dose individualizada nos hospitais, em 2016, não houve melhoras significativas quando comparado a 2015, e a meta em implantar o serviço em 60% dos leitos não foi alcançada (54,08%). Fatores que impactaram negativamente no projeto de implantação da dose individualizada foram a falta de recursos humanos lotados nas farmácias dos hospitais, e sobretudo morosidade na tramitação dos processos para aquisição de equipamentos e mobiliários para equipar as farmácias da SES/DF, quais sejam: refrigeradores, carrinho hidráulico para pallets, estação de trabalho com bins para materiais e medicamentos, pallets em polietileno de alta densidade, estantes, longarinas, plataformas, seladora, estação de trabalho, armários e caixas para medicamentos, carrinho para transporte de medicamentos em dose unitária e ar condicionado.

Apesar das dificuldades, foi possível informatizar as farmácias satélites do Pronto Socorro do HRC, da farmácia de dose individualizada - UTI do HRT, da farmácia do CAPS III Rodoviária e da farmácia do pronto socorro do HRBZ, o que permitiu melhorar o controle de estoque por parte das unidades de saúde, que consequentemente oferecem melhores informações para a programação dos medicamentos, cujo consumo pode ser rastreado em virtude das baixas feitas pelo sistema. O uso racional decorrente do melhor controle dos medicamentos que são movimentados por essas unidades gera maior economia aos cofres públicos uma vez que consumo, pedidos e transferências são monitorados via sistema, permitindo o desenvolvimento de indicadores sobre o uso de cada medicamento e suas variantes ao longo do ano.

De certa forma houve grandes avanços nas informações obtidas por meio dos sistemas informatizados, uma vez que foram inseridos dados das monografias de todos os antibióticos no sistema de prescrição TrakCare, além de informações sobre via de administração, concentração, estabilidade, além de orientações especiais como fotoproteção e velocidade de infusão no cadastro de todos os antimicrobianos. Estes dados aparecem nas prescrições dos profissionais médicos e enfermeiros, melhorando a qualidade do serviço e segurança do paciente. Nada disso seria possível se não houvesse tido a padronização do perfil de acesso ao TrakCare para farmacêuticos clínicos e hospitalares, possibilitando maior agilidade e integralidade no cuidado farmacêutico dos pacientes.

Outra atividade que passou a ser desenvolvida pela Diretoria foi o acompanhamento mensal do consumo de medicamentos padronizados da SES/DF, de modo geral e por nível de atenção. Este indicador é alimentado mensalmente, e ao final do ano é utilizado no planejamento da aquisição de medicamentos para o ano subsequente, cuja planilha de sugestões calculadas é remetida à Diretoria de Programação de forma a subsidiá-la na tomada de decisões.

Além da definição do elenco mínimo de medicamentos nos CAPS com farmacêuticos, a assistência farmacêutica concluiu a elaboração de mais dois projetos: criação da Central de Unitarização de medicamentos; implementação e expansão dos serviços de farmácia clínica em todas as unidades hospitalares da SES-DF.

No âmbito da Atenção Primária, vale ressaltar o impacto causado pela alteração da estrutura administrativa no início do ano de 2016. Com a publicação do Decreto nº 37.057, de 14 de janeiro de 2016, foram criados 7 núcleos de logística farmacêutica na atenção primária, sendo um núcleo em cada Região de Saúde. O escopo de atuação dos núcleos é prestar apoio e suporte às ações de estruturação e organização dos serviços farmacêuticos na rede de atenção primária.

Outra mudança que o referido Decreto provocou na assistência farmacêutica foi a reorganização da gestão e territórios de abrangência, sendo que os centros de saúde, clínicas da família e postos de saúde urbanos e rurais, que antes eram subordinados às Gerências de Centros de Saúde ou às Gerências de Saúde da Família, passaram a ser geridos pelas Gerências de Serviços da Atenção Primária. Assim, ao todo, somam cento e cinco gerências (105) de serviços que são responsáveis por 162 unidades básicas de saúde e 7 unidades de saúde prisionais.

Diante do exposto, a meta “Atender 100% da necessidade de recursos humanos em número e qualificação adequada na Atenção Básica da Assistência Farmacêutica da SES/DF” teve de ser modificada para 2017 devido a imprevisibilidade de concursos visando novas contratações. No ano de 2016, a cobertura de profissionais farmacêuticos foi de 31,95%, 54 farmacêuticos lotados e déficit de 115. O quantitativo de profissionais foi reformulado, visto que, na nova proposta de organização da SES/DF, a Assistência Farmacêutica passou a ter foco na prestação de serviços clínicos como o cuidado farmacêutico, fortalecendo o uso racional de medicamentos e, consequentemente, melhorando a qualidade de vida dos usuários. Como não foi possível a nomeação de farmacêuticos para os serviços de atenção primária por não haver concurso válido para o cargo, o indicador não avançou. Entretanto, foi solicitada a nomeação de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos – AOSD FARMÁCIA, que possibilitou a lotação de 2 novos servidores no Núcleo de Logística da Atenção Primária da Região Centro-Sul e Sudoeste.

Acerca da meta “Percentual da estrutura física e organizacional das farmácias das Unidades Básicas de Saúde da SES/DF adequadas (80% 4 anos)”, cumpre-nos informar que apesar dos esforços da GCBAF para informatiza-las, trabalho realizado junto com a CTINF, muitas das farmácias estão pendentes de reformas e adequação estrutural, atividades estas que fogem da competência técnica desta Diretoria. A análise desta meta não resultou na verificação de avanço nas reformas, uma vez que das 169 unidades básicas de saúde, apenas 14 delas apresentam estrutura física adequada (8,2%). Devido às limitações orçamentárias e dificuldades na execução das reformas, a meta foi retirada do PPA 2016-2019.

Com o objetivo da implantação do Cuidado Farmacêutico nos serviços de atenção primária, foi firmada uma parceria com a Coordenação-Geral de Assistência Farmacêutica Básica do Ministério da Saúde, por meio de uma Oficina de Qualificação da Assistência, que subsidiou a construção do questionário de avaliação das unidades, bem como das etapas necessárias para elaboração do Plano de Reorganização da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica. Após a apresentação do plano de reorganização da assistência farmacêutica com ênfase no cuidado farmacêutico, a Coordenação de Atenção Primária/SAIS, conjuntamente com a DIASF, escolheu a Região Leste, especificamente a Unidade Básica de Saúde nº01 do Itapoã, como região piloto para execução do plano. Essa escolha servirá como modelo no processo de reorganização, pois a farmácia desta unidade está com estrutura física adequada e executa as ações e atividades de gestão de estoque previstas na Carteira de Serviços da Atenção Primária.

Outro avanço importante na reestruturação das farmácias foi a informatização da gestão dos estoques. No início de 2016, eram 39 farmácias de unidades básicas informatizadas. Com o apoio dos núcleos de logística farmacêutica, foi possível reformar, adequar e informatizar mais 20 unidades básicas de saúde. Desta forma, de 24% de unidades informatizadas passou-se à 36,4%.

No que tange as Unidades Prisionais, após verificar a existência de superávit financeiro destinados à aquisição de medicamentos às Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Penitenciário, foi feito um levantamento do consumo nas unidades prisionais que subsidiou a utilização do recurso para a compra dos medicamentos para o sistema penitenciário, o que também permitiu utilizar o recurso oriundo do repasse regular, conforme previsto na Portaria 2.765, de 12 de dezembro de 2014.

Em parceria com a Comissão Central de Farmácia e Terapêutica, a Gerência do Componente Básico da Assistência Farmacêutica promoveu a revisão do elenco de medicamentos padronizados da Atenção Primária com o objetivo de otimizar os recursos financeiros destinados à compra de medicamentos essenciais, além de ampliar a oferta dos medicamentos injetáveis nessas unidades.

Houve, ainda, a ampliação do acesso aos medicamentos sujeitos a controle especial pela Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998 na região sudoeste, que antes contava com apenas uma unidade dispensadora em Taguatinga, e agora conta com 3 farmácias dispensadoras localizadas em Samambaia, Recanto das Emas e Vicente Pires.

No componente estratégico, foi realizado treinamento para o uso do Hórus para a gestão do estoque de Talidomida desde a entrega pelo Ministério até a saída para os pacientes, além da ampliação de mais unidades com a dispensação deste medicamento. Também foi realizada palestra para atualização dos farmacêuticos sobre o programa da Hanseníase. Apesar de tudo, vale ressaltar que esta Diretoria vem sofrendo diariamente com a falta de Regimento Interno atualizado após alteração da estrutura administrativa da SES-DF. Dessa forma, pela falta de atribuições e funções bem estabelecidas, principalmente no que tange às etapas do processo licitatório, esta Diretoria tem acumulado diversas funções que antes eram exercidas por outras áreas da SES-DF, bem como: resposta a requerimentos administrativos (PROSUS), resposta à Defensoria Pública, recebimento dos Mandados de Intimação, os quais eram anteriormente executados pelo Núcleo de Judicialização – NJUD/AJL; pesquisa de Atas para possível adesão e elaboração de Termo de Referência, antes executados pela antiga Gerência de Programação, hoje Diretoria de Programação.

Nota-se que em praticamente todas as etapas do ciclo da assistência farmacêutica – seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, dispensação e orientação quanto ao uso racional do medicamento – há insuficiência de servidores para execução dos serviços. Importante ressaltar que cerca de 40% das UBS não possuem farmacêuticos, o que, além de estar em desacordo com a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 e Lei nº 13.021, de 8 agosto de 2014, as quais exigem a presença de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento, podem comprometer o uso racional de medicamentos.

Execução orçamentária da Assistência Farmacêutica

Verificou-se que, ao longo dos últimos três anos, a Assistência Farmacêutica foi uma área da saúde bastante afetada com os cortes orçamentários, dentre contingenciamentos e bloqueio de recursos. Apesar da demanda crescente principalmente por medicamentos, a despesa autorizada declinou nos últimos anos. Isso merece destaque, pois, a população cresce, a quantidade de idosos que necessitam da maior quantidade de medicamentos aumenta, a procura por tratamento dispara, e os recursos destinados à saúde reduzem consideravelmente.

Em meio a essa contradição, percebe-se que, no ano de 2014, apesar da grande quantia autorizada para este setor, houve baixo percentual empenhado (65,88%). Essa situação foi provocada pelo resultado das eleições governamentais, quando se instalou um cenário difícil na SES-DF com a troca de gestão, o que resultou no cancelamento de diversas notas de empenho a partir de outubro de 2014. Em 2015, com despesa autorizada já inferior à do ano anterior, houve melhor gestão dos

recursos, no entanto manteve-se o baixo percentual de liquidação, 72,68%. Em 2016, constata-se um falso cenário de melhora, uma vez que os percentuais empenhados e liquidados foram maiores, 96,22% e 81,50% respectivamente, no entanto, os recursos destinados à Assistência Farmacêutica foram menores. Dessa forma, mantendo a eficiência dos anos anteriores, foi possível elevar esse valor percentual.

É de extrema importância destacar que boa parte dos recursos são liberados no final do ano, o que compromete todo o planejamento realizado, tendo em vista que a demanda por medicamentos é contínua e muitas vezes regular ao longo dos 12 meses. Diante disso, solicita-se que nos próximos anos sejam despendidos maiores esforços para liberação do recurso solicitado no início do ano, para que haja melhor gestão deles, a ser feita de maneira mais racional e eficiente, a fim de manter os estoques de medicamentos regularizados ao longo de todo o ano. Cumpre-nos informar que no PLOA 2016 foram solicitados R\$ 315.341.237,00 para a compra de medicamentos, e em 31 de agosto de 2016 haviam sido autorizados apenas R\$ 166.502.397,52.

No ano de 2016, a execução orçamentária dos programas relativos à Assistência Farmacêutica na aquisição de medicamentos foi correspondente a 81,47% do valor liquidado em relação à despesa autorizada. Entretanto, há que se ressaltar que a despesa autorizada foi inferior ao valor demandado pela Assistência Farmacêutica para 2016, e que apesar dos incessantes pedidos de suplementações que ocorreram durante todo o ano, houve desabastecimento. Ademais, apesar de percentualmente os 81,47% serem superiores aos 73,05% de 2015, analisando os valores, no ano de 2016 houve menos recursos gastos com medicamentos, quando comparados com os R\$ 176.627.764,24 de 2015.

O programa de trabalho destinado a compra de medicamentos de FINGOLIMONE, empenho de R\$ 999.327,28, foi criado por meio de emenda parlamentar para tratamento dos pacientes portadores de esclerose múltipla residentes no Distrito Federal. Dessa forma, como haviam processos de aquisição do medicamento em andamento, inclusive ata vigente para adquiri-lo, foi possível executar o recurso disponibilizado a tempo, uma vez que o desbloqueio dos recursos ocorreu em novembro de 2016.

No que se refere ao programa de trabalho “Desenvolvimento das Ações de Assistência Farmacêutica - DF”, observa-se que houve execução de 82,08% do orçamento autorizado. Tal programa é utilizado para financiamento do fornecimento de nutrição parenteral aos pacientes hospitalizados na rede SES/DF e para a aquisição de equipamentos e mobiliários para equipar as farmácias da SES/DF, quais sejam: refrigeradores, carrinho hidráulico para pallets, estação de trabalho com bins para materiais e medicamentos, pallets em polietileno de alta densidade, estantes, longarinas, plataformas, seladora, estação de trabalho, armários e caixas para medicamentos, carrinho para transporte de medicamentos em dose unitária, ar condicionado.

No entanto, os valores demonstrados no quadro acima representam apenas o que foi utilizado com nutrição parenteral, uma vez que não foi possível concluir os processos de aquisição dos materiais e equipamentos no ano de 2016. É necessário ressaltar que esses processos foram sobrestados no ano de 2015 tendo em vista os Decretos nº 36.245/2015, 36.246/2015 e 36.471/2015, os quais dispunham sobre o adiamento de procedimentos licitatórios e contratações; sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, o que comprometeu a conclusão dos mesmos até o momento.

No programa de trabalho “Construção da Unidade de Assistência Farmacêutica-Construção de Unidades de Assistência Farmacêutica-DF”, observa-se que no segundo quadrimestre de 2016 não houve execução do orçamento destinado para o programa, visto que a gestão atual da SES/DF está avaliando a viabilidade econômica de se construir prédio próprio ou alugar imóveis específicos para o armazenamento de medicamentos e insumos para a saúde. Provavelmente pelo fato de não haver posição certa quanto a construção da unidade, o orçamento disponibilizado nos anos anteriores foi reduzido a zero.

Execução orçamentária de todos os programas de trabalho da assistência farmacêutica.

Somatório PTs destinados à assistência farmacêutica	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	DISPONÍVEL	EMP/DESP	LIQ/EMP	DISP/DESP	LIQ/DESP
Total	220.431.408,90	212.105.697,16	179.651.204,78	8.325.711,74	96,22%	84,70%	3,78%	81,50%

Fonte: FSDF/SES (mês de referência dezembro/2016 – Posição em 04/01/2017)

Legenda: EMP - Empenhado DESP - despesa autorizada LIQ – Liquidado DISP – Disponível

Destaca-se que, apesar da boa porcentagem, o orçamento autorizado demonstra-se insuficiente para atender a demanda, quando, por exemplo, comparando-se aos R\$ 252.097.383,00 autorizados em 2014 e aos R\$ 315.341.237,00 solicitados no PLOA 2016.

Outras Atividades

No início de 2016, a Assistência Farmacêutica enfrentou dificuldades no que diz respeito a falta de clareza das atribuições dos setores na rede SES-DF. Desse modo, percebe-se que ainda são necessárias mudanças estruturantes em todos os níveis envolvidos nas aquisições geridas por esta SES/DF, incluindo alterações de fluxos, aumento do número de

pessoal, capacitação e mudança de paradigma, para que as aquisições de itens necessários à assistência à saúde sejam operacionalizadas de maneira técnica e eficiente.

No âmbito assistencial, cumpre-nos informar que atualmente, o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF atende cerca de 30 mil pacientes, sendo 17.097 na Farmácia da Asa Sul e 12.088 na unidade da Ceilândia. No ano de 2016, as farmácias do componente especializado (antigo Alto Custo) realizaram 279.738 atendimentos, 25% a mais que no ano anterior. O quadro a seguir demonstra o quantitativo de Autorização de Procedimento de Alta Complexidade – APAC e Autorização Especial de Procedimento de Alta Complexidade – AEPAC emitidas no ano 2016.

Atendimentos realizados pelas farmácias do CEAF no ano de 2016.

Período	Nº de APAC	Nº de AEPAC
Janeiro de 2016	21.278	694
Fevereiro de 2016	20.909	986
Março de 2016	21.340	892
Abril de 2016	21.756	1.114
Mai de 2016	22.261	1.325
Junho de 2016	22.241	1.308
Julho de 2016	22.121	1.176
Agosto de 2016	22.573	1.140
Setembro de 2016	22.775	2.217
Outubro de 2016	22.782	2.068
Novembro de 2016	22.030	1.557
Dezembro de 2016	21.504	1.691
TOTAL	263.570	16.168

Fonte: Relatório enviado pela Gerencia do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

O quadro abaixo demonstra o quantitativo de agendamentos realizados no Sistema de Call-Center (FAE) em 2016. O atendimento inicial é realizado nas unidades com data e horários agendados no intuito de prestar atendimento personalizado e humanizado aos pacientes. Nesse serviço, houve pequeno aumento quando comparado aos 38.118 agendamentos realizados em 2015.

Agendamentos realizados no Sistema de Call-Center (FAE) em 2016.

Período	Nº de agendamentos - FAE
Janeiro de 2016	3.132
Fevereiro de 2016	2.972
Março de 2016	4.465
Abril de 2016	3.796
Mai de 2016	3.766
Junho de 2016	3.943
Julho de 2016	2.920
Agosto de 2016	3.908
Setembro de 2016	2.994
Outubro de 2016	2.344
Novembro de 2016	2.313
Dezembro de 2016	2.853
TOTAL	39.406

Fonte: Relatório enviado pela Gerencia do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

No serviço, são executados cerca de 100 protocolos clínicos do Ministério da Saúde e outros protocolos estaduais, tais como asma, insuficiência renal crônica, esquizofrenia, artrites, transplantes, dislipidemias, epilepsia, entre outros. É importante destacar o significativo incremento de medicamentos dispensados no CEAF, principalmente no ano de 2016, com incorporações de novas tecnologias pela SES-DF e Ministério da Saúde, que aumentaram de sobremaneira a quantidade de usuários cadastrados, sem a devida contrapartida de servidores.

Quanto ao Núcleo de Farmácia Viva, o qual é responsável pelo cultivo, produção e distribuição de fitoterápicos, no ano de 2016, foram produzidos e distribuídos 25.277 fitoterápicos. Atualmente, o Núcleo de Farmácia Viva possui abrangência de distribuição de seus 13 fitoterápicos farmacopéicos à 21 Unidades de Saúde da SES-DF assim distribuídas: 01 Hospital, 17 Centros de Saúde; 01 Clínica da Família, 01 Estratégia Saúde da Família e o SAMU.

Produção de fitoterápicos na SES-DF em 2016.

Produção De Fitoterápicos na SES/DF em Janeiro a Dezembro de 2016								
Produto	Alecrim Pimenta 30, 200g	Babosa 30, 200g	Erva Baleeira 30, 200g	Confrei 30, 200g	Boldo 30mL	Guaco 100mL, 30g, 30mL	Funcho 30ml	Total
Quantidade (Unidades)	1.076	1.841	4.161	695	2.348	14.985	171	25.277

Fonte: Relatório enviado pelo Núcleo de Farmácia Viva / DIASF.

A despeito do Núcleo de Farmácia de Ações - NUFAJ, o qual está vinculado diretamente a esta Diretoria, em maio de 2014, iniciou-se a apuração mensal dos atendimentos realizados pela Farmácia Ambulatorial Judicial. Foi dada continuidade a esse trabalho e os números dispostos no quadro abaixo representam uma estimativa do número de pessoas atendidas pela unidade no ano de 2016, sendo 2.449 atendimentos a usuários de medicamento que foram adquiridos para atendimento de Ação Judicial, resultando uma média de 204 pessoas atendidas por mês. Verifica-se que, em 2016, houve diminuição no número de atendimentos quando comparado ao ano de 2015, principalmente por conta do corte das contas telefônicas, uma vez que o contato com o paciente informando sobre a chegada do medicamento e reagendamentos eram feitos preferencialmente via telefone.

Número de atendimentos realizados pela Farmácia de ações Judiciais.

PERÍODO	Nº DE ATENDIMENTOS
Janeiro/2016	212
Fevereiro/2016	205
Março/2016	201
Abril/2016	175
Maió/2016	205
Junho/2016	200
Julho/2016	174
Agosto/2016	200
Setembro/2016	185
Outubro/2016	212
Novembro/2016	282
Dezembro/2016	198
Total	2449

Fonte: Relatório enviado pelo Núcleo de Farmácia de Ações Judiciais.

A Comissão Central de Farmácia e Terapêutica - CCFT desempenhou um papel muito importante na avaliação dos itens padronizados pela SES DF a fim de otimizar os gastos referentes à aquisição de medicamentos, acoplado a melhoria do acesso aos tratamentos de forma mais efetiva. Dessa forma foram revisados os itens padronizados da Atenção Básica, Média Complexidade e do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. Foi definido juntamente com a GCBAF o elenco de medicamentos dos carrinhos de parada das unidades básicas de saúde, onde foram inseridos medicamentos injetáveis no rol de produtos padronizados para Atenção Básica.

A Comissão de Pareceristas, a qual é encarregada de emitir parecer técnico sobre os processos licitatórios de todos os medicamentos, sejam eles padronizados ou não, respostas às impugnações de edital, pedidos de esclarecimentos, pedidos de troca de marca, está totalmente deficitária ao que tange a quantidade de servidores destinados a essas atividades. Grande quantidade dos servidores nomeados para a função não conseguem liberação de seus superiores nas regionais para executar tal atividade semanalmente. Cumpre-nos informar que o deslocamento de cada servidor é feito sob financiamento próprio, não recebendo nenhum incentivo para isso. Vale ressaltar que haviam servidores de Planaltina, Gama, Paranoá nomeados que vinham para a sede da SES-DF emitir pareceres, mas no momento, não possuem mais condições de se deslocar, seja pela falta de servidores para cobrir seus serviços, tempo e gastos despendido com o deslocamento, e pela falta de incentivos.

Destacam-se as seguintes atividades finalísticas concluídas e realizadas em 2016:

- Mapeamento e diagnóstico da Assistência Farmacêutica na Atenção Primária à Saúde, com visita a 90% das Unidades Básicas de Saúde;
- Promoção da reestruturação física e de material das farmácias das Unidades Básicas de Saúde;
- Definição do elenco de medicamentos para os Carros de Emergência na Atenção Primária;
- Elaboração dos formulários, fluxos e instrumentos para a realização da Clínica Farmacêutica na Atenção Primária à Saúde (Grupo de Trabalho publicado pela Portaria nº 267, de 29/10/2015 – DODF nº 210, de 03/11/2015);
- Publicação da Portaria nº 10, de 28 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre o regimento interno da Comissão Central de Farmácia e Terapêutica do Distrito Federal;
- Desenvolvimento de ações para a qualificação da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica em parceria com Ministério da Saúde;
- Mapeamento dos serviços prestados nos CAPS, qual o elenco dos medicamentos, como é feito seu controle, a fim de normatizar e padronizar essas unidades de saúde;
- Diagnóstico situacional por meio de visitas técnicas em 144 Unidades Básicas de Saúde - UBS com o preenchimento do questionário de Mapeamento e Avaliação da Assistência Farmacêutica;
- Revisão da Relação de Medicamentos Padronizados na Atenção Básica;
- Implantação do Sistema Hórus para a gestão do estoque da Talidomida nas unidades de referência para a dispensação e ampliação das unidades dispensadoras;
- Informatização de 4 farmácias de unidades básicas de saúde (UBS 11 Vicente Pires, UBS 3 Recanto das Emas, UBS 4 Recanto das Emas e UBS 5 Samambaia);

- Informatização da farmácia satélite do Pronto Socorro do HRC, da farmácia de Dose individualizada - UTI do HRT, da farmácia do CAPS III Rodoviária;
- Projeto de criação da Central de Unitarização;
- Projeto de implementação e expansão da Farmácia Clínica;
- Elaboração do Manual da Qualidade da Assistência Farmacêutica;
- Organização do processo de trabalho dos Núcleo de Logística farmacêutica na atenção primária para apoio nos aspectos logísticos e assistenciais dos serviços farmacêuticos nas unidades básicas de saúde.

No ano de 2016 foram conduzidos e concluídos os seguintes projetos na CCFT:

- Revisão dos medicamentos padronizados da Atenção Básica, Componente Especializada, Média Complexidade, seguida da Inclusão de medicamentos injetáveis na Atenção Básica;
- Seleção de medicamentos para compor do carro de emergência da Atenção Básica
- Palestra sobre plantas medicinais durante a Semana do Diabético, promovida pelo CSGu 03;
- Lançamento do folder sobre o uso fitoterápico da goiabeira na diarreia aguda e enterite provocada pelo rotavírus;
- Treinamento a farmacêuticos sobre o uso fitoterápico da goiabeira na diarreia aguda e enterite provocada pelo rotavírus;
- Lançamento do folder: “Cuidado, você está usando corretamente a sua planta medicinal?“, em parceria com o Conselho Federal de Farmácia.
- Palestra sobre chás aromáticos durante a Semana da Primavera promovida pelo Instituto de Saúde Mental;

Projetos em andamento:

- Promoção da reestruturação física e de equipamentos nas farmácias das Unidades Básicas de Saúde;
- Criação de centros de custo para controle de estoque em cada unidade;
- Normatização dos serviços farmacêuticos nas Unidades Básicas de Saúde;
- Padronização, organização e normatização dos processos de trabalho dos Núcleos de Logística Farmacêutica na Atenção Primária nas 7 regiões de saúde;
- Implantação do serviço clínico com o cuidado farmacêutico na Atenção Primária no Itapoã;
- Reorganização da logística da farmácia do Centro de Saúde do Paranoá;
- Capacitação de tutores em cuidado farmacêutico para ampliar o serviço clínico na Atenção Primária, em parceria com o Ministério da Saúde e UnB;
- Projeto para ampliar a divulgação da Relação de Medicamentos Padronizados na SES/DF (REME/DF) para toda equipe multidisciplinar de saúde e para a sociedade;
- Projeto de Arranjo Produtivo Local (Edital APL-MS Nº 01/2013) – “Núcleo de Farmácia Viva da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal: Ampliação da Oferta de Plantas Mediciniais Fitoterápicos à Atenção Básica em Saúde e Promoção da Reintegração Social no Desenvolvimento da Cadeia Produtiva” contemplado pela Portaria nº GM/MS nº 2461, de 22 de outubro de 2013;
- Estudos de viabilidade dos projetos de descentralização do Componente Especializado nas regiões Gama e Sobradinho. Previsão de inauguração da farmácia do Gama em fevereiro de 2017.
- Criação da página do Componente Especializado, visando ampliar o acesso dos profissionais e da sociedade aos documentos pertinentes à execução do Componente Especializado, bem como disponibilização da lista dos medicamentos fornecidos;
- Elaboração junto as coordenações de especialidade médicas da SES de protocolos estaduais para medicamentos dispensados por Autorização Especial de Procedimento de Alta Complexidade - AEPAC;
- Projeto de padronização e consolidação de normas e procedimento dos serviços de Assistência Farmacêutica nos hospitais da SES/DF, por meio de Grupo de Trabalho;
- Informatização das Farmácias das Unidades Básicas de Saúde;
- Análise dos dados levantados no Mapeamento da Assistência Farmacêutica e elaboração de Projeto de Reestruturação da Assistência Farmacêutica no âmbito da Atenção Primária a Saúde;
- Informatização do Pronto Socorro do HRBZ e outras unidades da assistência farmacêutica especializada;
- Elaboração da Portaria da Política Distrital da Assistência Farmacêutica;
- Elaboração de Nota Técnica que regulamenta a dispensação de antimicrobianos na alta hospitalar;
- Expansão da Dose Individualizada nos hospitais;
- Disponibilizar no sistema informatizado Tracker os laudos dos antimicrobianos prescritos;
- Inclusão de informações de fácil acesso sobre os antimicrobianos no sistema informatizado Tracker;
- Revisão dos Termos de Referência e Projeto Básicos referente à aquisição de medicamentos;
- Revisão dos medicamentos padronizados no âmbito Hospitalar e dos polivitamínicos;

- Avaliação de medicamentos utilizados no tratamento da Degeneração Macular e outras retinopatias;
- Elaboração do Formulário Terapêutico Distrital;
- Autuação de processos para todos os medicamentos padronizados;
- Criação da página do Componente Especializado, visando ampliar o acesso dos profissionais e da sociedade aos documentos pertinentes à execução do Componente Especializado, bem como disponibilização da lista dos medicamentos fornecidos;
- Estudos de viabilidade dos projetos de descentralização do Componente Especializado nas regiões Gama e Sobradinho;
- Elaboração junto as coordenações de especialidade médicas da SES protocolos estaduais para medicamentos dispensados por AEPAC

OBJETIVO ESPECÍFICO: 005 – Vigilância em Saúde

Saúde do Trabalhador

Em referência às ações em Saúde do Trabalhador no SUS/DF, o Cerest/DF trabalhou na institucionalização de metas e indicadores pactuados interna e externamente; no desenvolvimento e capacitação dos servidores, no aprimoramento do processo de gestão de pessoas; na implantação no prontuário eletrônico de três campos relativos à Saúde do Trabalhador, além de iniciar parceria com a SUPLANS, para realizar o mapeamento dos processos de trabalho.

Em 2016, foram realizadas 121 ações de saúde do trabalhador, sendo estas referente à orientação e direcionamento do trabalhador para serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), da Previdência Social, Ministério do Trabalho e/ou Sindicatos; investigação e notificação de agravos relacionados ao trabalho, com destaque para aqueles que são objetos de Notificação Compulsória; realização de inspeção sanitária de ambientes e processos de trabalho e atividades educativas sobre temas relacionados à saúde do trabalhador.

O público alvo das ações foram os trabalhadores pertencentes aos diversos ramos de atividades produtivas: trabalhadores rurais, indústria e comércio, construção civil, motoristas rodoviários, dentistas e professores da Rede entre outros. O principal objetivo das Ações Educativas foi a abordagem de temas como agravos de pele relacionados ao trabalho, intoxicação exógena, perda auditiva induzida pelo ruído, transtornos mentais relacionados ao trabalho e o combate ao trabalho infantil.

As inspeções sanitárias em ambiente de trabalho tiveram como objetivo a redução da exposição dos trabalhadores aos riscos ocupacionais em diversos ramos de atividades do DF, tais como: agências bancárias, canteiros de obra, lavanderias, supermercados, terminal rodoviário, centro de distribuição dos Correios e unidades de saúde. Por último, as Análises de Situação de Saúde objetivaram conhecer a situação de saúde dos trabalhadores e seu perfil epidemiológico, para propor um planejamento de ações em saúde.

Vigilância Ambiental

A vigilância ambiental atua nos fatores de risco biológicos (controle de vetores e zoonoses) e não biológicos, vigilância da qualidade da água para consumo humano, do solo, do ar, em situações de catástrofes com produtos químicos perigosos e desastres naturais.

Em 2016, houve atuação intensa nas ações de inspeção, prevenção, controle, assim como ações de Mobilização Social visando a redução das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Outro destaque foi a Campanha de Vacinação de cães e gatos, na qual foi alcançado o maior número de animais vacinados desde de 2002.

Para o controle, intervenção, monitoramento e orientações quanto aos vetores *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* foram previstos ao longo do ano pelo menos 4 ciclos de visitas aos imóveis existentes do Distrito Federal. Considerando que o total de imóveis, conforme dados do programa de visitas domiciliares da Dengue no Distrito Federal, é de aproximadamente 950.000, para os 4 ciclos, o total de visitas previstas é de 3.800.000 no ano. A meta estabelecida foi de 80% das visitas previstas, totalizando, para os 4 ciclos, 3.040.000 visitas no ano.

Ações realizadas para controle da dengue, comparativo 2015 e 2016

Ações	Resultados		Variação
	2015	2016	
Número de imóveis inspecionados para monitoramento e controle do <i>Aedes aegypti</i> e <i>Aedes albopictus</i>	2.049.060	2.273.314	10,95%
Número de imóveis tratados com larvicida (tratamento focal)	173.223	78.927	-54,43%
Número de imóveis tratados no peridomicílio com UBV costal	179.677	39.739	-77,88%
Número de imóveis tratados com UBV pesado	807.699	1.150.971	42,49%
Número de imóveis tratados no intradomicílio com inseticida em aerossol	0	3.289	0%
Número de pontos estratégicos inspecionados	10.393	15.647	50,53%
Número de armadilhas entomológicas instaladas	111	7.230	6.413,51%

Fonte: DIVAL, DEZ/2016

Em 2016, foram contabilizados cerca de 950.000 imóveis existentes no DF, de acordo com os dados da Sala de Situação para Enfrentamento ao *Aedes aegypti* do DF. Em 2015 eram 750.000 imóveis conforme dados do IBGE 2010. Assim o percentual de 2016 foi inferior ao de 2015, embora o número de visitas tenha sido maior em 2016 (2.273.314 visitas em 2016 e 2.049.060 visitas em 2015).

Foram adotadas novas metodologias; uma delas foi a aplicação do inseticida em aerossol (Aero System) para o bloqueio de transmissão intradomiciliar, priorizando os imóveis próximos aos hospitais e residências de grávidas. Além disso também se utilizou-se de armadilhas entomológicas para larva e mosquito adulto, e a utilização de biolarvicidas tanto na formulação líquida e em pastilhas.

Para o Manejo Ambiental, foram recolhidos cerca de 15.000 pneus do Autódromo de Brasília e enviados para reciclagem ou incineração (queima para alimentar forno industrial) e, posteriormente, 20.000 pneus do Regimento de Cavalaria de Guarda RCG, Brasília. As atividades foram realizadas em parceria com o SLU, Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap). Cem (100) detentos do sistema penitenciário do DF também participaram das ações de manejo. Na região de Sobradinho I, Sobradinho II e Fercal foi realizado o recolhimento de pneus diariamente, totalizando 36.050 pneus recolhidos no ano.

Adicionalmente, foi possível a implementação, nas áreas do Lago Norte e Varjão, do mapeamento geodemográfico, o qual consiste na identificação e numeração de quarteirões, bem como na localização e especificação do tipo de imóvel dentro de cada quarteirão e quantidade de imóveis da região.

Proporção de imóveis inspecionados Indicador pactuado PPA comparativo 2015 e 2016

Indicador	Meta	Resultado		Variação
		2015	2016	
Proporção de imóveis inspecionados em pelo menos 4 ciclos de visitas domiciliares para o controle da Dengue	80% dos imóveis visitados/ano	85,37%	59,82%	-29,92%

Fonte: DIVAL, DEZ/2016

Nas ações de Levantamento de Índice Rápido para *Aedes aegypti* (LIRAA), foram realizadas 26.340 visitas para o primeiro ciclo, as ações aconteceram no período de 11 a 15/04/2016. Para o segundo quadrimestre, não foi possível a realização, uma vez que a programação para junho/2016 teve que ser adiada para setembro/2016 em virtude de orientação Ministerial para que todos os esforços fossem centrados no combate de campo e nas visitas domiciliares. O segundo ciclo foi realizado de 26 a 30/09/2016 com 26.480 imóveis visitados. O terceiro ciclo aconteceu de 05 a 09/12/2016 com 25.386 imóveis visitados. Não foi possível a realização dos 4 LIRAs devido a priorização das visitas domiciliares no primeiro quadrimestre deste ano.

Atividades realizadas para controle da dengue comparativo 2015 e 2016

Atividades	Resultado		Variação
	2015	2016	
Número de LIRAA realizados	4	3	-25%
Número de imóveis visitado no LIRAA	106.403	78.206	-26,50%

Fonte: DIVAL, DEZ/2016

As atividades de vigilância entomológica e controle vetorial da doença de Chagas são realizadas nos 64 Postos de Informações de Triatomíneos – PIT para recolhimento de insetos suspeitos.

Atividades realizadas para controle de chagas comparativo 2015 e 2016

Atividades	Resultado		Variação
	2015	2016	
Número de visitas aos Postos de Informações de Triatomíneos - PITs	759	559	-26,35%
Quantidade de triatomíneos identificados/examinados	54	186	244,44%
Quantidade de domicílios com triatomíneos positivos para doença de Chagas	0	4	0%
Número de borrições domiciliares para o controle vetorial da doença de Chagas	9	17	88,88%

Fonte: DIVAL, DEZ/2016

A Vigilância e controle da Leishmaniose Visceral – LV e da Leishmaniose Tegumentar Americana - LTA é feita por meio de instalação de armadilhas luminosas para coletas dos flebotomíneos (mosquito palha) e realizados levantamentos e monitoramento entomológico que consistem em verificar a presença e o comportamento dos vetores, inclusive na ocorrência de casos humanos para identificar o Local Provável de Infecção – LPI. Em 2016, 15 casos humanos foram notificados, sendo 01 de Leishmaniose Tegumentar Americana, encerrado como importado (recidiva), 02 de Leishmaniose Visceral, encerrados como indeterminados e 01 ainda em investigação.

Atividades realizadas para controle de Leishmaniose comparativo 2015 e 2016

Atividades	Resultado		Variação
	2015	2016	
Número de investigações realizadas para LV e LTA	23	13	-43,47%
Número de armadilhas instaladas (esforço amostral)	75	774	932%

Fonte: DIVAL, DEZ/2016

A Vigilância entomológica de Febre Amarela é feita por meio de capturas de culicídeos em áreas silvestres vulneráveis à transmissão do vírus amarelo. São realizadas ações de monitoramento e de investigação entomológica. Consiste em verificar a presença dos vetores, o comportamento, bem como identificar a circulação viral nestes. Foram realizadas 100% das inspeções previstas mensalmente em 2016 e não foi registrado nenhum resultado positivo quanto ao isolamento do vírus amarelo ou outro flavivírus a partir dos exemplares de culicídeos capturados oriundos das atividades de vigilância entomológica.

Atividades realizadas para controle da febre amarela comparativo 2015 e 2016

Atividades	Resultado		Variação
	2015	2016	
Número de inspeções realizadas em áreas de risco para transmissão de febre amarela	149	227	52,34%
Número de capturas de culicídeos realizadas	149	227	52,34%
Número de áreas com registro de morte de primata não humanos onde foi realizada investigação entomológica	15	15	0%

Fonte: DIVAL, DEZ/2016

As ações de Vigilância e Controle de Animais Peçonhentos no DF são realizadas durante as inspeções domiciliares, com capturas nos ambientes internos e externos dos imóveis, visando reduzir a infestação. Em 2016 das atividades que abrangem os animais peçonhentos, destacaram-se aquelas relacionadas aos escorpiões, mais precisamente da espécie *Tityus serrulatus*, de importância médica por estar relacionada a ocorrência de acidentes.

Atividades realizadas para controle de animais peçonhentos comparativo 2015 e 2016

Atividades	Resultado		Variação
	2015	2016	
Número total de imóveis inspecionados para escorpião	970	776	-20%
Número total de espécies de escorpiões recebidos/coletados e identificados	219	208	-5,02%
Número total de espécimes de <i>Tityus serrulatus</i> recebidos/coletados e identificados	101	271	168,31%
Número de imóveis inspecionados para aranhas	9	4	-55,55%

Fonte: DIVAL, DEZ/2016

A Vigilância Ambiental de Zoonoses é responsável pelo desenvolvimento das ações de controle de zoonoses como leishmaniose visceral, leptospirose, hantavirose, febre amarela, doenças transmitidas por pombos e especialmente as medidas para o controle da Raiva, com monitoramento e orientações, bem como campanha de vacinação antirrábica.

Atividades realizadas para a vigilância de Zoonoses comparativo 2015 e 2016

Atividades	Resultado		Variação
	2015	2016	
Número de gatos vacinados com a vacina antirrábica (rotina + campanha)	1.430	26.050	1.721,67%
Número de cães vacinados com a vacina antirrábica (rotina + campanha)	8.351	172.767	1.968,81%
Número de animais (cães e gatos) recolhidos, entregues ou capturados suspeitos de raiva, agressivos, com suspeita de outras zoonoses ou em estado de sofrimento	1.093	869	-20,49%
Número de diagnósticos para raiva realizada na população canina e felina	229	108	-52,83%
Número de diagnósticos para raiva realizada na população bovina, equina, ovina, morcego, primata não humano e outros	341	222	-34,89%
Número de diagnóstico para raiva realizada de outras UF na população canina felina, bovina, equino, morcego, ovino, primata não humano e outras espécies	878	25	-97,15%

Fonte: DIVAL, DEZ/2016

Em 2016, foram realizados 404 procedimentos de eutanásia em cães e gatos. No que tange à doação, 290 animais (cães e gatos) foram doados. Foram 06 diagnósticos positivos para raiva realizados na população bovina, equina, ovina, morcego, primata não humano e outros.

Quanto à solicitação referente à morcegos, foram recolhidos 76 morcegos, e realizados 127 atendimentos das 130 solicitações recebidas pela DIVAL, seguida de orientação dos procedimentos e riscos oferecidos por esse animal.

Dentre as atividades de Biotério com camundongos, foram utilizados para diagnóstico da Raiva a produção de camundongos em número de 12.944.

Para a Vacinação antirrábica, o Ministério da Saúde preconiza que sejam vacinados 80% da população de animais (cães e gatos) ao ano. Para uma população de 2.570.160 (IBGE 2010), a população estimada de cães é de 308.419 e de gatos é de 30.841. Totalizando um número de 339.260 animais (cães e gatos) existentes no Distrito Federal.

A meta para a vacinação de cães e gatos é de 80%, totalizando 271.408 cães e gatos. Para a vacinação somente de cães o total é de 246.735. A campanha de 2016 foi realizada em três etapas, uma na área rural e duas na área urbana, nos meses de agosto e setembro, resultando em 164.644 cães vacinados e 24.521 gatos, totalizando 189.165 animais vacinados e obteve o maior número de animais vacinados para **etapas de campanha** desde 2002.

Atividades de campanha realizadas para a vigilância de Zoonoses comparativo 2015 e 2016

Indicador	Meta	Resultado		Variação
		2015	2016	
Proporção de população canina e felina vacinada	Total: 339.260 - Meta: 80%	3,32%	65,29%	1.866,56%
Proporção de cães vacinados na campanha de vacinação antirrábica canina	Total: 308.419 - Meta: 80%	0%	63,88%	0%

Fonte: DIVAL, DEZ/2016

Para a vigilância e controle da Leishmaniose Visceral Canina são realizadas inspeções nos imóveis das regiões endêmicas do Distrito Federal, inquéritos sorológicos e amostrais, com monitoramento dos casos humanos e caninos confirmados.

Atividades realizadas para a vigilância de Zoonoses comparativo 2015 e 2016

Atividades	Resultado		Variação
	2015	2016	
Número de casos humanos de Leishmaniose visceral notificados investigados pela DIVAL	4	3	-25%
Número de inspeções realizadas em imóveis a partir de casos humanos de Leishmaniose visceral notificados para a DIVAL	3.819	2.984	-21,86%
Número de inquéritos sorológicos caninos realizados em áreas com caso humano de Leishmaniose Visceral notificados	21	14	-33,33%
Número de amostras analisadas para diagnóstico de Leishmaniose Visceral	3.892	2.596	-33,29%
Número de animais reagentes e Leishmaniose Visceral	450	414	-8%
Número de animais reagentes a Leishmaniose Visceral recolhidos e entregues	347	291	-16,13%

Fonte: DIVAL DEZ/2016

Para o acompanhamento de casos humanos e fatores ambientais para leptospirose, febre amarela, hantavirose e doenças transmitidas por pombos, o objetivo é atender 100% das demandas da população relativas às zoonoses.

Atividades realizadas para a vigilância de Zoonoses comparativo 2015 e 2016

Atividades	Resultado		Variação
	2015	2016	
Número de casos humanos de leptospirose notificados e investigados pela DIVAL	24	15	-37,5%
Número de casos humanos de hantavirose notificados e investigados para a DIVAL	2	4	100%
Número de primatas não humanos coletados com suspeita de febre amarela, necropsiados, enviados para o IEC*.	77	54	-29,87%

Fonte: DIVAL, DEZ/2016; *Instituto Evandro Chagas

Para os fatores não biológicos as ações são voltadas para a vigilância por meio do monitoramento da exposição de agravos decorrentes de fatores químicos e físicos, com parâmetros baseados na qualidade do ar, do solo e da água para consumo humano, bem como aqueles decorrentes de acidentes com produtos químicos perigosos e desastres naturais.

Ações realizadas para controle da água comparativo 2015 e 2016

Ações	Resultado		Variação
	2015	2016	
Monitorar 100% dos mananciais (27 pontos/ano). Coletar 1 amostra por manancial programado.	102	27	-73,52%
VIGISOLO: realizar vigilância em áreas cadastradas com suspeita de contaminação química no DF (60 cadastradas/ano)	33	41	24,24%

Fonte: DIVAL DEZ/2016

Indicador pactuado PPA comparativo 2015 e 2016

Indicador 2015	Meta 2015	Resultados 2015	Indicador 2016	Meta 2016	Resultados 2016	Varição
Realizar coleta de amostra de água para os parâmetros de CRL, turbidez, coliformes totais	2.029 amostras	59,53% 1.216 amostras recolhidas	Ampliar, em 10% ao ano, o número de coletas e análises de amostras de água para consumo humano, em relação aos parâmetros nacionais	1.913 amostras	62,62% 1.198 amostras recolhidas	5,19%

Fonte: DIVAL DEZ/2016

Em relação à Mobilização Social as principais atividades desenvolvidas pela equipe foram palestras, capacitações de multiplicadores, exposições dialogadas (stands), apresentações teatrais (com fantoches ou encenação diante da plateia), apresentações de paródias e elaboração de projetos de cursos. Vale destacar que as atividades abaixo não contabilizam as ações preventivas e educativas da Amisden, da Sala Distrital de Controle ao Aedes, e da Sala Interfederativa de combate ao Aedes GO-DF.

Ações educativas comparativo 2015 e 2016

Atividades	Reunião	Palestras	Stands	Teatros	Capacitação de Multiplicador mirim
2015	33	179	139	115	1
2016	18	309	227	572	7
Varição	-45,45%	72,62%	63,30%	353,91%	600%

Fonte: DIVAL, DEZ/2016

Vigilância Epidemiológica - DIVEP

A Vigilância Epidemiológica realiza ações de vigilância e controle das doenças transmissíveis, não transmissíveis e agravos que proporcionam o conhecimento, a detecção e prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos.

Casos de Doenças Imunopreveníveis notificados e investigados em moradores do DF- 2016

Doenças	Notificados	Investigados
Sarampo	5	5
Rubéola	37	37
Síndrome da Rubéola Congênita	20	20
Tétano Acidental	0	0
Doença Meningocócica	14	14
Outras Meningites	73	73
Paralisia Flácida Aguda	9	9
Síndrome Respiratória Aguda Grave	531	531
Coqueluche	27	27
Varicela*	1.888	-
Caxumba**	2.106	-
Total	4.710	716

Dados de 2016 parciais, acesso em 27/11/2016.

* Agravo somente de notificação; ** Dados FormSUS, avaliado até a SE 43, agravo somente de notificação

Fonte de dados: SINAN e SINAN_INFLUENZA

Casos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar notificados e investigados em moradores do DF- 2016

Doenças	Notificados	Investigados
Hepatite A	13	13
Febre Tifoide	03	03
Rotavirus	07	07
Total	23	23

Dados de 2016 parciais, acesso em 13/12/2016

Fonte: SINAN_NET

A Vigilância das Doenças Diarreicas Agudas (DDA) é realizada por meio do SIVEP-DDA. No ano de 2016, 30.432 (trinta mil quatrocentos e trinta e dois) casos de DDA foram atendidos nas unidades de saúde da SES/DF.

Quanto aos surtos de diarreia e doenças transmitidas por alimento foram notificados 17 surtos e investigados 8.

Em 2016, a Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza aconteceu no período de 18 de abril a 20 de maio 2016. Nesta campanha, além de indivíduos com 60 anos ou mais de idade, foram vacinados os trabalhadores de saúde, os povos indígenas, as crianças na faixa etária de 6 meses a menores de 5 anos de idade (4 anos, 11 meses e 29 dias), as gestantes, as puérperas (até 45 dias após o parto), os grupos portadores de doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais, a população privada de liberdade e os funcionários do sistema prisional. Ao todo foram vacinadas 666.130 (seiscentos e sessenta e seis mil e cento e trinta) pessoas, 106,5 % da meta estipulada pelo Ministério da Saúde.

Em 2016 não houve Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite. Foi realizada, de 19 a 30 de setembro de 2016, a Campanha de Multivacinação para atualização de Caderneta de Vacinação em menores de 19 anos, com vacinas do calendário de vacinação da rotina.

Com o objetivo de capacitar profissionais que atuam nas salas de vacina, na Atenção Primária à Saúde e na Vigilância Epidemiológica da SES/DF, de acordo com as mudanças ocorridas no Calendário Básico de Vacinação, foi realizado no dia 6 de dezembro o III Fórum Distrital de Imunização, de iniciativa desta GEVEI/DIVEP/SES-DF.

Total de doses de vacinas aplicadas no DF em 2016

Vacinas	2016*
Vacinas de Rotina*	1.414.448
Vacinas Especiais	136.224
Campanhas*	645.503
Total Geral	2.196.175

*Dados parciais, acesso em 13/12/2016

Fonte: SIPNI/APIWEB

Doses de vacinas aplicadas na população do DF em 2016

MÊS	2016	MÊS	2016
Janeiro	120.709	Julho	139.223
Fevereiro	110.785	Agosto	137.922
Março	131.563	Setembro	271.415
Abril*	837.840	Outubro	117.860
Maio	164.508	Novembro**	74.067
Junho	144.283	Dezembro	-
TOTAL DE DOSES APLICADAS: 2.196.175			

* Além da vacinação rotineira, foi realizada a campanha de Influenza, que isoladamente foi responsável por 645.503 doses de vacina.

** Em novembro foi realizada a campanha de multivacinação. Os dados de novembro e dezembro devem estar fechados até o começo de março de 2017.

Atualmente, a distribuição dos imunobiológicos e insumos ocorre da Rede de Frio para as 07 Superintendências (Regiões de Saúde), e destas para as salas de vacina dos Centros de Saúde, totalizado 123 salas de vacina no Distrito Federal.

No ano de 2016 foram distribuídas 8.127 ampolas de soros e imunoglobulinas, 1.904.810 doses de vacinas que complementaram os estoques das salas de vacinas dos centros de saúde e 2.554.648 insumos, como impressos para estatística, seringas e termômetros.

Para o efetivo controle do estoque de imunobiológicos e insumos, a Rede de Frio utiliza o Sistema de Informações de Insumos Estratégicos (SIES), do Ministério da Saúde, cujo objetivo geral é agilizar, facilitar e aprimorar o abastecimento de imunobiológicos e insumos estratégicos, por meio da gestão eficiente dos processos logísticos.

Por isso, em fevereiro de 2016 foi iniciada a implantação nas 07 regiões de saúde, que já realizam todas as movimentações pelo sistema. De março a novembro de 2016 começou a implantação do SIES nas 123 salas de vacina, totalizando 200 servidores capacitados e aptos a utilizarem o sistema.

Total de pessoas treinadas no SIES por Região de Saúde em 2016

Região	Número de pessoas Treinadas	Região	Número de pessoas Treinadas
Região Centro Norte	12	Região Leste	19
Asa Norte	12	Paranoá	14
Região Centro Sul	33	São Sebastião	5
Asa Sul	6	Região Oeste	38
Guará	17	Brazlândia	6
Núcleo Bandeirante	10	Ceilândia	32
Região Norte	27	Região Sudoeste	40
Planaltina	13	Recanto das Emas	11
Sobradinho	14	Samambaia	11
Região Sul	31	Taguatinga	18
Gama	27		
Santa Maria	4		
Total: 200 pessoas treinadas			

Em referência à vigilância das doenças e agravos não transmissíveis, foram realizadas as seguintes ações:

Ação	Resultados Alcançados	Público Alvo Beneficiado
Elaboração de Boletim Epidemiológico dos fatores de risco e mortalidade das principais doenças crônicas não transmissíveis - DCNT	01 Relatório elaborado e divulgado	Gestores e profissionais de saúde
Monitoramento do Projeto Distrital para o Enfrentamento das DCNT 2012-2016 e Elaboração do conteúdo preliminar do Plano Distrital para o Enfrentamento das DCNT 2017-2022	01 Projeto elaborado e minuta do Plano Distrital para o Enfrentamento das DCNT 2017-2022	Gestores e profissionais de saúde
Capacitação dos profissionais de saúde para implementação do Projeto Jogo de Cintura	01 capacitação realizada	Gestores e profissionais de saúde da Região Norte
Elaboração de Boletim Epidemiológico de mortalidade de acidentes no DF.	01 Relatório elaborado e divulgado	Gestores e profissionais de saúde
Coordenação do Comitê de Prevenção da Morbimortalidade de Acidentes de Trânsito – CPMAT no DF do Projeto Vida no Trânsito	01 Decreto publicado 01 Relatório elaborado 06 Eventos intersetoriais de prevenção de acidentes realizados	Gestores e profissionais de saúde, Ministério da Saúde, População em geral

Foram realizadas diversas ações de promoção e prevenção tais como 13 palestras na Rede de Proteção do DF, 08 campanhas de mobilização e sensibilização para a temática da violência realizada durante o ano nas datas alusivas à temática nas unidades de saúde, bem como nas mídias sociais da SES (Campanhas virtuais). Destaque para a criação em Parceria com o GAB/SES de uma equipe de apoio matricial e suporte assistencial na temática da violência para apoiar a Rede PAV na condução dos casos. A equipe é composta por dois psiquiatras, um ginecologista, um psicólogo, um assistente social e um técnico administrativo no PAV Jardim. Este PAV será referência para os demais PAVs da Rede e irá dar o suporte na perspectiva de referência e contra referência. A inauguração está agendada para janeiro de 2017. Adicionalmente, destacam-se o fortalecimento do PAV Alecrim, e o serviço à Rede dos PAVs referência para atendimento ao autor adulto de violência sexual.

No que tange a regionalização, ocorreu a implantação dos Núcleos de Prevenção e Assistência às pessoas em Situação de Violência – NUPAV nas sete Regiões de Saúde. Foram realizadas capacitações para a atuação nas situações de violência e notificação compulsória das violências interpessoais e autoprovocadas (15 cursos e um total de 840 servidores).

Em 2016, o Núcleo de Estudos e Programas na Atenção de Vigilância à Violência da SES/DF foi agraciado na 6ª edição do Prêmio Neide Castanha, na categoria Sistematização do Conhecimento, pela publicação *MANUAL DO GRUPO MULTIFAMILIARES*. O prêmio é uma homenagem a reconhecida defensora dos direitos humanos, que dedicou parte de sua vida a lutar contra a violência a que são submetidas crianças e adolescentes no Brasil.

Distribuição das notificações de violência segundo faixa etária e sexo. DF, 2015-2016*.

Faixa Etária	2015			2016			Total
	M	F	Total	M	F	Total	
<1 Ano	31	34	65	32	35	67	132
1 a 4 anos	77	100	177	59	68	127	304
5 a 9 anos	74	106	180	62	78	140	320
10 a 19 anos	123	464	587	119	376	495	1.082
20 a 39 anos	124	467	591	90	329	420	1.011
40 a 59 anos	39	121	160	22	84	106	266
60 e + anos	29	61	90	20	34	54	144
Total	497	1.353	1.850	404	1.004	1.409	3.259

Fonte: SINAN-DF. *Dados provisórios atualizados em 07/11/2016

No que concerne à vigilância de Doenças Crônicas e Agravos Transmissíveis foram realizadas as seguintes ações:

Áreas	Ações Realizadas	Nº	Total	Público alvo
Publicação de Boletins Epidemiológicos	Informes epidemiológicos, de dengue, Chikungunya e Zika,	52	58	Gestores da DIVEP/SVS, profissionais de saúde da atenção primária, gestores das DIRAPS/SAIS, profissionais das unidades hospitalares, médicos residentes da SES/DF Público em Geral Os informes epidemiológicos estão disponíveis eletronicamente no Portal da SES-DF www.saude.df.gov.br
	Informe epidemiológico da Leishmaniose Visceral e Tegumentar	02		
	Informe epidemiológico da Hanseníase	02		
	Informe epidemiológico da Tuberculose	02		
Elaboração e divulgação notas técnicas	Nota Técnica sobre vacinas de dengue	1	3	Gestores da DIVEP/SVS, profissionais de saúde da atenção primária, gestores das DIRAPS, profissionais das unidades hospitalares.
	Nota Técnica de controle vetorial das arboviroses sobre inseticidas	1		
	Nota técnica sobre exames laboratoriais de dengue	1		
Capacitações e Atividades educativas	Campanha Dia Mundial de Combate à Tuberculose realizada em março nas estações do metrô: rodoviária do Plano Piloto, Taguatinga, Águas Claras e Ceilândia.	2.500 pessoas	6.575	População usuária do transporte público no DF.

Áreas	Ações Realizadas	Nº	Total	Público alvo
	Capacitação da Atenção Primária a Saúde da região sudoeste para o diagnóstico precoce e manejo clínico adequado da tuberculose	80 participantes		Nível superior da Atenção Primária (médicos e enfermeiros).
	Campanha do Dia Mundial da Hanseníase – Evento anual em parceria com o MS na Rodoviária do Plano Piloto, realização de exame clínico de 434 pessoas com manchas suspeitas, diagnosticados 33 casos de hanseníase.	2500 pessoas		População usuária do transporte público no DF.
	Capacitação em hanseníase aos profissionais nas Regiões Norte, Centro-Sul, Sul e Sudeste	200 servidores		Profissionais de nível superior da Atenção Primária (médicos, odontólogos, enfermeiros e fisioterapeutas).
	Capacitação em hanseníase para Graduação do curso de Medicina da FEPECS	30 estudantes		Estudantes do curso de medicina da FEPECS
	Capacitação em hanseníase aos profissionais na Região Sudoeste	80 servidores		Profissionais de nível médio da Atenção Primária (Técnicos de Enfermagem e Agentes de Saúde)
	Apresentação da situação epidemiológica das arboviroses (dengue, Chikungunya e Zika) no DF	20 profissionais		Gestores do entorno e equipe de vigilância de Goiânia
	Capacitação em hanseníase para farmacêuticos	25 servidores		Profissionais farmacêuticos da rede de saúde do DF
	Capacitação em Arboviroses (dengue, Chikungunya e Zika) para os infectologistas no Hospital Dia	40 servidores		Profissionais de nível superior da Atenção Primária (médicos)
	Capacitação em classificação e manejo clínico das Arboviroses (dengue, Chikungunya e Zika) na Região Centro Sul	20 profissionais		Profissionais de nível superior e médio da Atenção Primária (médicos)
	Capacitação em Arboviroses (dengue, Chikungunya e Zika) para Graduação do curso de Medicina da FEPECS	30 estudantes		Estudantes do curso de medicina da FEPECS
	Oficina de implementação da VE na Atenção Primária da região Norte e entorno do DF tendo como tema as arboviroses	350 profissionais		Profissionais de nível médio e nível superior da Atenção Primária do DF e profissionais do entorno
	Capacitação em arboviroses (dengue, Chikungunya e Zika) no centro de convenções	300 profissionais		Profissionais de nível médio e nível superior da Atenção Primária
	Capacitação em arboviroses (dengue, Chikungunya e Zika) no centro de convenções	400 profissionais		Agentes de Saúde Ambiental e Agentes Comunitários de Saúde

Tuberculose - O Distrito Federal destaca-se por apresentar no período de 2006 a 2015 um dos menores coeficientes de incidência de tuberculose do país, oscilando entre o mínimo de 10,9 e o máximo de 16,5, com média de 13,1 casos por 100 mil habitantes, portanto bem abaixo da média nacional de 30,9/100 mil habitantes em 2015. A base de cálculo dos indicadores das doenças crônicas sempre se refere ao ano anterior ao da avaliação, portanto, no ano de 2015, o DF obteve uma proporção de cura de casos novos de tuberculose de 73,0%, porém abaixo da meta pactuada pelo Ministério da Saúde que é de 85% de cura.

Hanseníase - Por ser uma doença crônica, usa como base de cálculo os indicadores do ano anterior ao da avaliação. Portanto, em 2015 o coeficiente de detecção anual de casos novos de hanseníase foi de 7,3 casos novos por 100 mil habitantes.

Dengue, Chikungunya e Zika - Em 2016 houve um aumento significativo de 74,69% no número de casos confirmados de dengue em relação ao ano anterior. O número de casos confirmados de chikungunya e zika no DF, em relação ao ano anterior, também teve um aumento importante, porém dentro do esperado visto que a circulação viral desses agravos já está estabelecida no Brasil e no DF. Durante o ano de 2016, foram priorizadas as atividades de treinamento das equipes de saúde da rede pública visando a melhoria do diagnóstico e manejo clínico dos casos de dengue produzindo uma redução significativa no coeficiente de letalidade por esse agravo. Esse coeficiente, em 2015 era de 0,49% e em 2016 baixou para 0,23%.

Incidência mensal de casos prováveis de dengue, em residentes do DF, por localidade de residência.

Localidade de residência	Incidência mensal (/100 mil hab.)												Incidência acumulada (/100 mil hab.)
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Águas Claras	45,73	72,83	53,35	31,34	26,25	5,08	1,69	1,69	1,69	2,54	2,54	2,54	247,29
Asa Norte	36,80	50,69	45,83	20,14	9,03	5,55	0,00	0,00	0,69	0,69	0,00	1,39	170,81
Asa Sul	43,64	65,94	58,18	20,36	9,70	10,67	0,97	0,97	0,00	0,97	0,97	0,00	212,37
Brazlândia	895,84	1.024,47	547,80	334,43	102,90	16,65	10,59	3,03	1,51	1,51	0,00	0,00	2.938,73
Candangolândia	86,52	259,56	173,04	264,97	102,74	10,82	5,41	27,04	0,00	0,00	5,41	0,00	935,51
Ceilândia	40,80	120,02	105,34	86,99	36,91	13,82	4,53	2,16	1,94	1,08	1,94	0,65	416,19
Cruzeiro	24,29	26,71	21,86	17,00	31,57	12,14	4,86	0,00	0,00	0,00	2,43	0,00	140,86
Fercal	186,89	226,23	147,54	137,71	59,02	0,00	0,00	0,00	9,84	0,00	9,84	0,00	777,07
Gama	33,96	104,46	80,10	45,50	28,84	16,02	3,84	5,77	3,84	5,13	0,64	4,49	332,59
Guará	42,01	104,62	108,58	63,40	38,83	19,81	5,55	2,38	3,96	2,38	3,17	4,76	399,44
Itapoã	58,95	316,38	339,96	253,50	202,40	51,09	7,86	7,86	1,97	3,93	0,00	0,00	1.243,90

Localidade de residência	Incidência mensal (/100 mil hab.)												Incidência acumulada (/100 mil hab.)
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Jardim Botânico	73,28	116,39	125,01	34,49	34,49	21,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405,22
Lago Norte	75,05	219,96	240,66	54,34	18,11	18,11	5,18	0,00	2,59	2,59	0,00	2,59	639,18
Lago Sul	47,30	144,69	72,34	36,17	64,00	2,78	2,78	5,56	0,00	2,78	0,00	2,78	381,20
Núcleo Bandeirante	97,60	230,06	146,40	80,17	87,14	13,94	13,94	6,97	6,97	0,00	0,00	17,43	700,64
Paranoá	39,63	180,72	209,26	142,68	88,78	53,90	15,85	7,93	1,59	1,59	0,00	4,76	746,68
Park Way	79,05	96,62	65,87	35,13	39,52	17,57	4,39	4,39	0,00	0,00	0,00	4,39	346,94
Planaltina	82,04	122,80	244,58	212,48	43,82	9,17	1,53	1,53	1,53	3,06	2,04	0,00	724,58
Recanto das Emas	47,74	178,31	133,38	120,74	70,90	21,76	7,02	4,91	1,40	2,81	5,62	0,00	594,60
Riacho Fundo I	57,85	134,98	106,06	113,29	60,26	28,93	16,87	9,64	12,05	9,64	4,82	2,41	556,81
Riacho Fundo II	14,63	121,96	95,13	92,69	58,54	21,95	19,51	2,44	2,44	0,00	4,88	4,88	439,04
Samambaia	47,32	134,08	124,00	135,40	99,03	35,49	14,46	3,94	5,70	3,07	3,51	2,63	608,62
Santa Maria	44,44	88,15	93,33	69,63	39,26	8,15	2,96	2,96	0,00	3,70	1,48	5,93	360,00
São Sebastião	200,92	412,20	647,30	208,17	199,89	98,39	33,14	2,07	2,07	1,04	2,07	9,32	1.816,59
Scia (Estrutural)	138,37	309,13	294,41	241,42	55,94	20,61	5,89	0,00	2,94	2,94	5,89	2,94	1.080,49
SIA	0,00	71,18	106,78	284,74	0,00	35,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	498,29
Sobradinho	54,63	93,66	152,75	131,57	34,56	8,92	0,00	1,11	4,46	0,00	2,23	5,57	489,48
Sobradinho II	40,49	95,28	98,85	125,05	57,17	1,19	0,00	0,00	3,57	1,19	1,19	3,57	427,55
Sudoeste/Octogonal	30,70	34,11	15,35	6,82	8,53	5,12	0,00	1,71	0,00	0,00	0,00	0,00	102,33
Taguatinga	78,35	178,08	157,13	105,17	55,73	25,14	7,54	5,03	5,03	1,26	6,70	2,10	627,25
Varjão	9,47	94,73	142,10	75,79	28,42	18,95	9,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	378,94
Vicente Pires	48,42	193,68	142,33	85,10	52,82	26,41	8,80	1,47	0,00	1,47	2,93	0,00	563,44
Total DF	77,69	160,04	153,16	109,73	57,77	21,59	7,08	3,25	2,58	2,08	2,58	2,51	600,12

Fonte: SINAN Online. Dados atualizados em 02/01/2017 (até a SE 52 de 2016). Dados sujeitos a alteração

Incluídos no total: 574 casos em branco

Baixa incidência = < 100 casos/100 mil habitantes/mês; Média incidência = entre 100 e 300 casos/100 mil habitantes/mês; Alta incidência = > de 300 casos/100 mil habitantes/mês, podendo em caso de tendência crescente, caracterizar uma situação epidêmica por dengue.

Em relação a dengue, 42% de óbitos que ocorreram no DF são provenientes de municípios do entorno, por isso os nossos esforços estão voltados em promover parcerias com esses municípios. Historicamente, esses municípios possuem deficiências para o tratamento de pacientes graves além de contar com dificuldades ainda maiores como a falta regular de abastecimento de água e coleta de lixo. O encerramento oportuno da notificação compulsória de doenças tem o objetivo à redução de riscos à saúde da população.

Em 2016 foram realizadas 55.220 notificações compulsórias de doenças na SES:

MÊS	ANO (2016)	MÊS	ANO (2016)
Janeiro	4.907	Julho	3.275
Fevereiro	9.195	Agosto	3.086
Março	10.125	Setembro	2.985
Abril	7.056	Outubro	2.519
Mai	5.223	Novembro	2.158
Junho	3.877	Dezembro	814
55.220 notificações compulsórias			

Fonte: SAG- SESPLAN

Dados são parciais e provisórios e a data de extração 19/12/2016

No que tange as Doenças Sexualmente Transmissíveis, identificou-se tendência de aumento de detecção de casos de HIV, quando comparado com os casos de AIDS, tal como se observa desde 2014. Isto significa incremento do diagnóstico precoce, antes do desenvolvimento da síndrome, e contribui significativamente para a qualidade do tratamento. Esses dados também apontam para a predominância no sexo masculino, alcançando quase 7 novos casos de HIV para cada caso feminino. Considerando que a forma de transmissão predominante entre os homens é a homossexual, deve-se considerar a vulnerabilidade deste segmento da população.

Casos de AIDS e HIV notificados, segundo Região de Saúde, 2016.

Região	AIDS	HIV
Centro-Norte	30	42
Centro-Sul	38	89
Leste	17	31
Norte	25	45
Oeste	24	76

Região	AIDS	HIV
Sudoeste	93	148
Sul	25	39
Em Branco	7	11
Total	259	481

Fonte: SINAN. Dados parciais e provisórios, sujeitos à alteração.
Extraídos em 15/12/16

No âmbito da transmissão vertical do HIV, foram detectadas 63 gestantes com HIV. Em média, 80 crianças expostas ao HIV receberam fórmula infantil mensal ao longo do ano, tendo somente um caso de criança com HIV detectado em 2016, evidenciando a eficiência das medidas de prevenção neste segmento e a possibilidade de reduzir ainda mais os casos de transmissão vertical.

Segundo dados do Ministério da Saúde (Boletim Epidemiológico HIV/AIDS, 2015), 93% dos pacientes com HIV/Aids em tratamento no DF possuem carga viral considerada indetectável. Em 2016 foram intensificados os esforços para ampliação da oferta de testagem rápida. Até o final de novembro, foram repassados mensalmente para a rede de serviços de saúde da SES/DF e instituições parceiras, cerca de 15.000 testes rápidos para HIV (SISLOG-LAB, 2016).

No campo da prevenção das DST, foram disponibilizados insumos para ações da rede de serviços de saúde. Em média, foram distribuídas mensalmente cerca de 800 mil unidades de preservativos masculinos, 40 mil unidades de preservativos femininos e gel lubrificante.

Para a Campanha de Carnaval, em 2016 foi realizada a produção de peças para TV, rádio e rede social e intervenções em blocos de carnaval, com fornecimento de preservativos, materiais educativos e oferta de testagem rápida (fluido oral) com apoio da ONG Elos;

Para o dia Mundial Contra as Hepatites Virais foram realizadas ações de prevenção e testagens, nos meses de julho e setembro em Planaltina, Guarã, Feira dos Importados, Metrô e no evento “Moto Capital”. Realizados em parcerias com a ONG “Candangos da Esperança”, SESI e Sociedade Brasileira de Infectologia/DF, mais de 29.000 testes rápidos para hepatites.

Na semana Distrital de Prevenção das DST e Dia Mundial de Luta contra AIDS 2016 foram realizadas uma série de atividades articuladas e executadas por um colegiado de órgãos do GDF (Saúde, Educação, Direitos Humanos, CREAS, Casa Civil), Metrô/DF, UnB, organizações da sociedade civil (Fórum de ONG/Aids, Movimento das Cidadãs Posithivas, Coletivo de Mulheres, entre outras), organismos internacionais e Ministério da Saúde.

No âmbito da vigilância epidemiológica, em 2016 foi intensificada a notificação dos casos detectados de hepatites B e C. Foram notificados 371 casos de hepatite B e 444 casos de hepatite C, com uma predominância de 64,7% de casos do sexo masculino. As regiões que apresentam mais casos notificados foram: Sudoeste, Centro-Sul e Centro-Norte.

No segundo semestre deste ano iniciou-se processo de farmacovigilância dos pacientes em tratamento, com objetivo de monitorar seus efeitos. Já em relação ao HIV/AIDS, atualmente cerca de 11.000 pacientes estão recebendo medicamentos antirretrovirais, fornecidos pelo Ministério da Saúde, com atendimento em 10 serviços de referência no DF.

Em relação à sífilis, identifica-se crescimento de casos de sífilis adquirida, que acaba refletindo também no aumento de casos de sífilis em gestantes e sífilis congênita.

Casos notificados de sífilis adquirida, em gestante e congênita, por Região de Saúde. Distrito Federal. 2016

Região	Sífilis Adquirida	Sífilis Gestante	Sífilis Congênita
Centro-Norte	41	6	4
Centro-Sul	125	30	24
Leste	110	28	18
Norte	121	30	34
Oeste	256	80	29
Sudoeste	369	57	65
Sul	104	42	25
Em Branco	45	9	5
Total	1.171	282	204

Fonte: SINAN. Dados parciais e provisórios, sujeitos à alteração. Extraídos em 15/12/16

No que tange à Epidemiologia de Campo, trata-se de uma gerência que funciona 24h por dia, todos os dias da semana incluindo os feriados, de forma a prestar informações preciosas para o conjunto da população e profissionais do SUS. Diariamente são recebidos contatos e ligações do país inteiro solicitando apoio técnico especializado. Orientações muitas vezes cruciais para a tomada de decisão do profissional de saúde em sua atuação, prevenindo danos e muitas vezes salvando vidas.

Considerando o período de janeiro a dezembro de 2016, foram realizados um total de 1.637 atendimentos pela equipe do CIT DF, sendo os quais 42,8% (701) foram por acidentes/intoxicações por medicamentos, 12,1% (198)

domissanitários, 7,6% (125) produtos químicos industriais, e 7,1% (116) animais peçonhentos e agrotóxicos de uso agrícola 4,4% (72 casos).

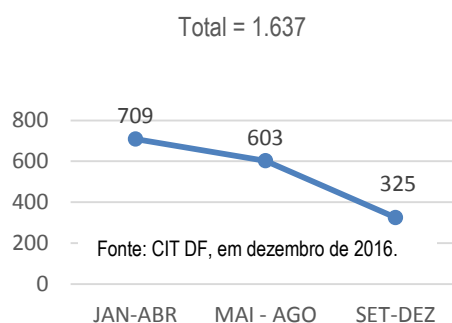
A variação percebida entre os quadrimestres se refere às dificuldades técnicas enfrentadas pela equipe sobretudo relacionadas ao corte dos telefones fixos. A principal fonte de notificação se dá pelo número 0800 que está disponibilizado nas bulas de todos os remédios do país. Para tentar equacionar parte do problema foi disponibilizada uma linha de telefonia celular.

Quantitativo de atendimentos referentes ao ano de 2016 realizados pela equipe do CIT DF.

CIT DF - janeiro a dezembro de 2016	Total Geral	
	Agente Causal	Número
Medicamentos	701	42,8%
Domissanitários	198	12,1%
Produtos Químicos Industriais	125	7,6%
Animais Peçonhentos/Escurpiões	116	7,1%
Agrotóxicos/Uso Agrícola	72	4,4%
Agrotóxicos/Uso Doméstico	67	4,1%
Raticidas	64	3,9%
Animais peçonhentos/serpentes	64	3,9%
Cosméticos	46	2,8%
Animais peçonhentos/aranhas	36	2,2%
Plantas	32	2,0%
Drogas de Abuso	27	1,6%
Animais não peçonhentos	25	1,5%
Outros	15	0,9%
Produtos Veterinários	14	0,9%
Outros animais peçonhentos/venenosos	14	0,9%
Metais	9	0,5%
Desconhecido	7	0,4%
Animais peçonhentos/lonomia	4	0,2%
Alimentos	1	0,1%
Subtotal	1.637	100,0%

Fonte: CIT DF, em dezembro de 2016.

Quantitativo total de atendimentos realizados pela equipe do CIT DF, considerando os 3 quadrimestres do ano 2016.



No que tange a Microcefalia, em fevereiro de 2016, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estendeu o alerta, caracterizando essa situação como de importância internacional, o que persistiu até o mês de novembro de 2016.

A SES DF instituiu por meio da Portaria SES DF, nº 25, de 29 de fevereiro de 2016, publicada no DODF nº41, de 02/03/2016, o Comitê Técnico Operacional para o enfrentamento das microcefalias no âmbito da SES DF. Até o momento, o Comitê Técnico da SES analisou 69 casos suspeitos de microcefalia relacionados às infecções congênitas segundo as definições dos protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Destes casos, 51 foram descartados por critérios clínicos, epidemiológicos e de imagem, 05 casos estão sob investigação, e 13 casos foram confirmados de microcefalia e ou alterações do Sistema Nervoso Central. Dos casos confirmados, 02 foram por alterações genéticas, 03 por zika vírus e 08 por outras infecções relacionadas a STORCH - sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes simples.

Número de Casos Suspeitos e em Investigação de Microcefalia, segundo o Registro de Eventos de Saúde Pública – Período janeiro a dezembro de 2016.

UF	Regiões e Unidades da Federação	Total de casos notificados segundo definições (2015/2016)	Casos notificados em investigação	Casos confirmados de microcefalia e ou alterações do SNC relacionados à infecção congênita			Microcefalia por outras causas	Descartados para microcefalia relacionada à infecção congênita
				Casos com exame de imagem com alteração típica	Casos com amostra positiva para vírus Zika	Casos Confirmados como sugestivos de infecção congênita por STORCH		
DISTRITO FEDERAL		69	05	4	3**	4	2	51***

***casos descartados = critérios fora da definição de caso estabelecido no protocolo do MS E/OU perímetro cefálico dentro da curva de normalidade na investigação E/OU exames de imagem sem alterações sugestivas de infecção congênita E/OU PIGs simétrico (pequenos para a idade gestacional) E/OU microcefalias por outras causas (alterações genéticas, fatores externos álcool e drogas, etc.).

Fonte: Registro de Eventos de Saúde Pública- RESP/MS, em dezembro de 2016.

Vigilância Sanitária

A Vigilância Sanitária realiza atividades normativas, de fiscalização e educação visando eliminar, reduzir ou prevenir riscos à saúde da população do DF e tem como público alvo a pessoa física ou jurídica que compra, vende, consome,

presta serviços ou requer produtos e serviços de interesse direto ou indireto da saúde. Para tanto, destacam-se as principais atividades desenvolvidas no ano de 2016.

As atividades desenvolvidas na área de serviços de saúde e medicamentos nos hospitais do DF estão consolidadas nos dados abaixo.

Serviços hospitalares privados de alta complexidade:

Atividade	2015	2016	Variação
Inspeções em Controle de infecções hospitalares, em atendimento à Lei 9.431-1997 PORT_GMMS_2616_1998, portaria1377_2013, RDC 36.2013, RDC 63.2011 e RDC Nº 48, de 02 de junho de 2000.	21	28	33,33
Inspeções nos fornecimentos de água para Diálise	24	24	0
Inspeções em Clínicas de Cirurgias Plásticas	27	8	-70,37
Inspeções em Serviços de Diálise	19	54	184,21
Inspeções em Ressonância Nuclear Magnética	11	18	63,64
Inspeções nos demais serviços hospitalares	105	114	8,57

Fonte: GERIS e GESES/DIVISA, Data da Extração: Janeiro de 2017

Serviços hospitalares públicos de alta complexidade:

Atividade	2015	2016	Variação
Inspeções nos demais serviços hospitalares	109	57	-47,70
Inspeções em Controle de infecções hospitalares, em atendimento à Lei 9.431-1997 PORT_GMMS_2616_1998, portaria1377_2013, RDC 36.2013, RDC 63.2011 e RDC Nº 48, de 02 de junho de 2000.	20	26	30

Fonte: GESES/DIVISA, Data da Extração: Janeiro de 2017

Todas as inspeções geram relatórios técnicos que são encaminhados aos fiscalizados e instâncias superiores da DIVISA. Além do planejamento anual, existe a demanda espontânea de atendimento às denúncias, solicitações do Ministério Público do DF e Territórios, da ANVISA, dos Conselhos Profissionais e da própria Secretaria de Saúde do DF.

Na área de alimentos desenvolveram-se diferentes atividades relacionadas ao controle sanitário dos alimentos no âmbito do Distrito Federal, organizadas sob a continuidade dos Programas elaborados no ano de 2015. Foram destaques:

Atividade	2015	2016	Variação
Inspeções em atendimento ao Programa Distrital de Inspeção em Cozinhas Industriais do Sistema Penitenciário	17	05	-70,59
Inspeções em atendimento ao Programa Distrital de Inspeção em Indústrias de Águas Minerais	16	15	-6,25
Inspeção em atendimento aos estabelecimentos alimentares na Torre de TV	1	4	300
Investigações em Apoio às Investigações Epidemiológicas de Surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos	6	3	-50
Inspeções realizadas em atendimento às unidades da rede de Restaurantes Comunitários do DF	17	7	-58,82
Inspeções em atendimento aos eventos de grande porte realizados no DF	25	287	1048
Atendimentos de denúncias em estabelecimentos de grande porte	4	4	0
Reuniões para discussão da regulamentação da Lei 5.321/2014	6	23	283,33

Fonte: GEALI/DIVISA, Data da Extração: janeiro de 2017

Os Jogos Olímpicos 2016 justificam a concentração das vitorias em segmentos que possuíam influência direta nas atividades do evento.

Em conclusão às ações geradoras de Autos de Infrações, a foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Atividade	2015	2016	Variação
Processos julgados em 1ª instância	632	1.524	141,14
Processos enviados à Dívida Ativa	555	245	-55,86
Processos em re-exame do julgamento em 1ª instância	156	168	7,69
Comunicados de intempetividade	91	0	-100

Fonte: GEPAS/DIVISA, Data da Extração: janeiro de 2017

As ações de fiscalização da VISA estão apresentadas abaixo:

Tipo de Apreensão	Especificação do Produto	Unidade de Medida	2015	2016	Variação
Alimentos	--	Quilo	8.512,67	2.493,73	-70,70
	--	Litro	29598,24	448,16	-98,48
Medicações	--	Comprimido	8431	28.918	70,84
	--	Frasco	29943	1.480	-95,06
	--	Ampola	33	184	82,06
	Insumo e manipulado	Quilo	13286	69319,6	80,83
Outros setores	Produto para saúde	Unidade	02	445	99,55
	Cosméticos	Unidade	166	82	-50,60
	Higiene	Unidade	0	23	100
	Saneante domissanitários	Unidade	243	0	-100

Fonte: Relatório Numérico/GEAF/DIVISA, Data da Extração: janeiro de 2017 (Dados de janeiro a novembro/2016)

Ações desenvolvidas pela fiscalização da DIVISA/SVS.

Programas	2015	2016	Variação
Licenças sanitárias	5.531	5.597	1,17
Denúncias e reclamações	2.998	2.717	-9,37
Inspeções sanitárias	29.728	29.673	-0,19
Interdições	227	220	-3,08
Relatório Técnico	575	520	-9,57
Procedimentos Administrativos Autuados	632	892	41,13

Fonte: Relatório Numérico/GEAF/DIVISA, Data da Extração: Janeiro de 2017 (Dados de janeiro a novembro/2016)

As variações bruscas no número de apreensões, para maior ou para menor, dependem das demandas apresentadas pela população por intermédio da Ouvidoria e demais meios de reclamações. Os programas regionais também justificam o aumento em determinados segmentos e diminuição nos outros considerados como menos prioritário para o período, de acordo com a análise de cada Unidade Administrativa da DIVISA.

Indicador	2015	2016	Variação
Número de aparelhos emissores de radiação ionizante cadastrados em uso no DF.	8	17	52,94
Número de licenças sanitárias emitidas para estabelecimentos de interesse da vigilância sanitária do DF.	5.531	5.597	1,18
Número de inspeções em estabelecimentos de interesse à saúde realizadas pela VISA-DF.	6.141	7.643	19,65
Número de serviços de alimentação selecionados pela VISA_DF vistoriados para implantação do selo de qualidade	12	15	20
Percentual de municípios que executam as ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios	100%	100%	0

Fonte: Relatório Numérico/GEAF/DIVISA - Data da Extração: Janeiro de 2017 (Dados de janeiro a novembro/2016)

Inspeções Sanitárias em estabelecimentos afetos à saúde pública do DF:

Mês	2015	2016	VARIAÇÃO
Janeiro	3.154	2.174	-30,07
Fevereiro	2.173	2.540	16,89
Março	2.885	2.889	0,14
Abril	2.102	2.898	37,87
Mai	3.008	2.970	-1,26
Junho	2.632	2.996	13,83
Julho	2.540	2.756	8,5
Agosto	2.501	2.798	11,88
Setembro	2.520	2.710	7,54
Outubro	2.180	2.577	18,21
Novembro	2.283	2.365	3,59
Dezembro	2.750	2.783*	1,2
TOTAL	29.728	32.456	9,18

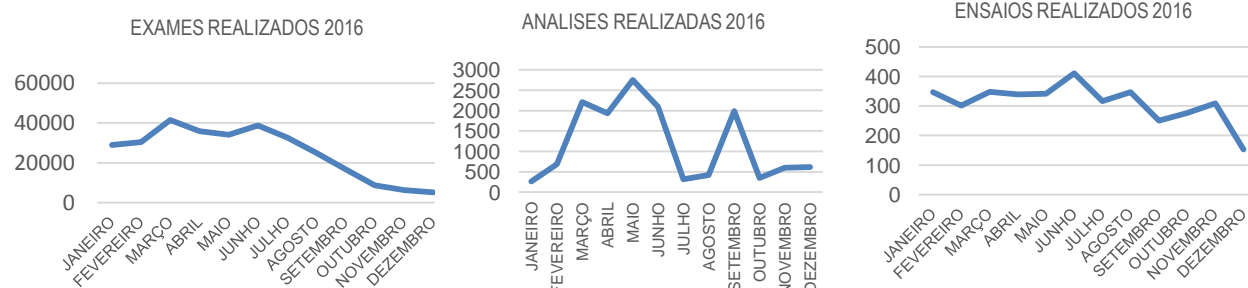
Fonte: Relatório Numérico/GEAF/DIVISA, Data da Extração: janeiro/2017

Variações consideradas dentro da normalidade das atividades da DIVISA, ressaltando que as variações estão relacionadas aos jogos olímpicos ocorridos em Brasília dentro do período. Os dados de dezembro/2016 são parciais em decorrência da conclusão dos levantamentos das informações só ocorrerem na segunda semana de janeiro/2017, pois a GEAF/DIVISA depende da complementação das planilhas trabalhadas pelas unidades administrativas regionais.

Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal – LACEN

O Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal (LACEN) é o coordenador da Rede Distrital de Laboratórios, constituída por laboratórios públicos e privados, que realiza análises de interesse à saúde pública e possui as competências de Laboratório de Referência Estadual – LRE definidas no art. 12 da Portaria GM/MS 2.031/2004. Não obstante, um ambiente de maior dificuldade no decurso do exercício de 2016, com reflexos sobre o desempenho de suas atividades finalísticas, em razão de procedimentos de revisão e renegociação dos contratos firmados, inclusive com os fornecedores de insumos laboratoriais estratégicos, o LACEN realizou 303.733 exames, 3.738 ensaios, 14.226 análises no ano de 2016. O laboratório tem como clientes os laboratórios de assistência primária do Distrito Federal, a DIVISA, DIVEP e DIVAL.

Mês	Exames Realizados	Análises Realizadas	Ensaio Realizados
Janeiro	28.932	264	347
Fevereiro	30.415	688	301
Março	41.459	2.207	348
Abril	35.815	1.935	339
Mai	34.074	2.753	341
Junho	38.717	2.094	411
Julho	32.572	317	316
Agosto	24.972	419	347
Setembro	16.713	1.986	250
Outubro	8.614	347	276
Novembro	6.249	600	309
Dezembro	5.201	616	153
Total	303.733	14.226	3.738



O Laboratório Central, durante o ano de 2016, apesar de ter sido sensibilizado diretamente por muitos problemas que refletiram nos resultados de suas principais atividades, mostrou atuação fundamental nas parcerias com as vigilâncias sanitária, ambiental e epidemiológica colaborando para a detecção, prevenção e monitoramento de doenças e agravos à saúde da população do Distrito Federal.

A SES-DF tem assumido um importante papel em relação às discussões estabelecidas no cenário nacional pelo Ministério da Saúde. Além do alinhamento com as demais Secretarias de Estado da Saúde tem adotado todas as recomendações instituídas refletindo na qualidade do atendimento prestado às crianças e gestantes que têm sido vítimas de um dos mais desafiadores problemas de saúde pública dos últimos tempos.

Analisar os padrões de ocorrência, distribuição e confirmação dos casos suspeitos de microcefalia pós-infecciosa ocorridos no território do Distrito Federal tem exigido ampla articulação entre as equipes de vigilância, laboratório e assistência à saúde. Esta-se diante de uma situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional onde novos achados pela ciência são diariamente produzidos num desafio que envolve gestores, profissionais de saúde, pesquisadores e população em geral no sentido de enfrentar uma situação nova, complexa e com desfecho ainda desconhecido.

Outra ação destaque foi a aprovação pelo Conselho de Saúde do DF e inclusão no Plano Distrital de Saúde 2016 - 2019 da Implantação da Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde da Pessoa em Situação de Violência na SES/DF. O Objetivo é organizar e fortalecer o atendimento às pessoas em situação de violência e suas famílias em toda a Rede

da SES/DF, em consonância com as dimensões da linha de cuidado preconizadas pelo Ministério da Saúde: acolhimento, atendimento humanizado, notificação e articulação com a Rede de Proteção intra e intersetorial.

No concernente à imunização, pode-se destacar a Campanha de Multivacinação para atualização de Caderneta de Vacinação, ocorrida em setembro/2016.

OBJETIVO ESPECÍFICO: 006 – Gestão do Sistema Único de Saúde

Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF

O CSDF é composto por 28 Conselheiros titulares e 01(um) suplente para cada titular, que representam os segmentos do governo e prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários do SUS-DF. Têm como finalidade deliberar sobre a Política de Saúde do DF, inclusive sobre assuntos concernentes à promoção, proteção e recuperação da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde e as decisões, são consubstanciadas em Recomendações/ Resoluções homologadas pelo Secretário de Saúde do DF. Além dos conselheiros, o Conselho de Saúde do Distrito Federal é composto por seis servidores estatutários, sendo uma Secretária Executiva, dois assessores técnicos e três administrativos.

A sua atuação dar-se-á por meio de fórum de discussão sobre a política de Educação Permanente para o controle social do SUS e na elaboração de estratégias para fortalecer a organização e funcionamento do SUS no âmbito do Distrito Federal. É responsabilidade de o CSDF elaborar em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde a Política Nacional de Educação Permanente para controle social do SUS e elaborar planos de ação para sua implementação apoiado pelos gestores do Distrito Federal.

A Capacitação de Pessoas – Conselho de Saúde – DF não obteve liberação de recurso financeiro da SES/DF a ser empenhado, não obstante foi realizado em setembro de 2016 Curso de Capacitação para conselheiros do DF – capacitação em Direitos Humanos, evento realizado em parceria com o Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, capacitando 585 pessoas.

O Conselho de Saúde do Distrito Federal realizou 12 reuniões ordinárias e 20 reuniões extraordinárias, além de três reuniões do CSDF na Câmara Legislativa do DF com o tema “Saúde em Movimento”.

O Plano de Ação de Educação Permanente está sendo desenvolvido pela Comissão de Educação Permanente do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

O Conselho de Saúde do Distrito Federal editou e publicou vinte resoluções de saúde no âmbito do DF dentre as quais destacam-se a Resolução nº 462, que, entre outras proposições, trata da recomendação à criação de assento representativo do CSDF no Conselho de Saúde e Segurança do Trabalho; Resolução nº 464, que aprovou a criação e constituição, em caráter temporário, da Comissão de Reforma do Modelo Assistencial/Gestão da Atenção Primária à Saúde do DF, que teve papel importante no desenvolvimento das políticas de saúde no DF; Resolução nº 465, que trata da Estratégia de Saúde da Família, especificando medidas para a melhorias e ordenamento das políticas públicas e ações referentes à Saúde da Família e condições de trabalho; Resolução nº 470, que aprovou com ressalvas o Relatório Anual de Gestão 2015; Resolução nº 471, que aprovou a pactuação interfederativa 2016; Resolução nº 472, que aprovou a criação e constituição, em caráter permanente, da Comissão de Reforma do Modelo Assistencial/Gestão da Atenção Primária à Saúde do DF. Foram aprovadas e publicadas pelo CSDF duas recomendações importantes para a saúde do DF por tratarem da manutenção de serviços essenciais à saúde e ao quadro de servidores da SES/DF.

A dinâmica do funcionamento do CSDF é estabelecida nas relações entre usuários, gestores, prestadores de serviços e trabalhadores de Saúde sendo, portanto, suas deliberações, em geral resultado de negociações que contemplam as diferenças de interesses de cada segmento e representações.

Considerando o papel, o caráter deliberativo e a relevância do CSDF na descentralização das ações do SUS, no controle do cumprimento de seus princípios e na promoção da participação da população na gestão, é possível observar que o desempenho do Conselho – espaço de consolidação da cidadania – está relacionado à maneira como seus integrantes se articulam com as bases sociais, como transformam os direitos e as necessidades de seus segmentos em demandas e projetos de interesse público e como participam da deliberação da política de saúde a ser adotada em cada esfera de governo.

Assessoria de Comunicação

A Assessoria de Imprensa da Secretaria de Saúde recebeu, no ano de 2016, uma média de 778 demandas mensais, com as mais variadas solicitações de informação sobre a pasta, sua atuação e gestão, atendendo a 9.327 pedidos da imprensa, o que corresponde a uma média de 26 demandas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados, uma vez que o serviço é prestado de forma contínua. Durante o ano, para o atendimento destas demandas, foram emitidas inúmeras notas oficiais e disponibilizadas mais de 1,5 mil fontes para entrevistas. Pelo atendimento à imprensa foram atendidos mais de 500 pedidos de matérias positivas em televisão, até então um dos principais meios de comunicação de massa.

Pela Agência de Notícias foram produzidas 993 matérias positivas, uma média de 83 pautas por mês, que renderam 810.583 acessos ao site da secretaria. Estes textos se referem às melhorias realizadas na rede e foram publicadas no site da pasta, disponibilizadas nas redes sociais oficiais, oferecidas com exclusividade a alguns veículos de comunicação de acordo com a estratégia de divulgação adotada e, as não exclusivas (99%), foram enviadas por e-mail a um mailing com mais de 500 jornalistas da imprensa local e nacional. Para cada uma destas matérias a dupla de fotógrafos da Ascom realizou cobertura e disponibilizou imagens para compor o conteúdo positivo.

Em 2016 foram produzidas 719 peças – média de 60 por mês de artes gráficas. Entre os materiais estão folders, cartazes, infográficos para reportagens especiais, banners, manuais, cartilhas, dentre outros.

A produção do Cerimonial, por sua vez, fechou o ano de 2016 com 101 eventos realizados. Entre eles, posse de servidores, formaturas de turmas da Escs, além de seminários e workshops desenvolvidos pelos mais diversos setores da rede.

Na área de Endomarketing e Comunicação Interna, foi implantado o programa de Marketing Interno (Endomarketing) da Secretaria de Saúde, que tem por intuito incorporar o público interno ao processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e serviços, além de valorizar e capacitar as habilidades dos servidores e criar um ambiente no qual todos trabalhem com o mesmo foco e, conseqüentemente, os tornem agentes propagadores da instituição.

Foi criado o canal de comunicação interna Fique Ligado, como uma alternativa inovadora de comunicação interna, e que tem como missão levar aos servidores informações e assuntos que possam facilitar e valorizar a sua vida, como benefícios, incentivos e conveniências, dicas de serviços, cursos e atividades que permitam melhorias em sua vida pessoal e profissional, ou seja, tudo o que for do seu interesse. Em janeiro de 2017 chegou à 10ª edição. Nesse ano busca-se incentivar uma participação maior dos servidores e setores da SES, estendendo o seu alcance por meio de novas mídias, como o aplicativo WhatsApp e o Twitter, cadastrando quem quiser receber mensagens por esses canais digitais.

Realizada pela primeira vez em 2016, a **Semana do Servidor** teve como objetivo integrar as relações do servidor com a SES, numa prática de humanização da gestão, dando visibilidade às inúmeras atividades desenvolvidas na instituição. O formato usado foi: Ciclo de palestras, Cine-debate, Feira de Ciências/Serviços aos servidores e atividades práticas, lúdicas e didáticas. Terá sua reedição em outubro de 2017.

Em relação ao setor de Novas Mídias, suas principais atividades concentram em promover a gestão integrada da informação multicanal, sob demanda, compreendendo a criação e desenvolvimento de hot sites de programas e campanhas, desenvolvimento de aplicativos mobile, a coleta e análise de informações multicanais, o planejamento de estratégias de comunicação em plataformas internacionais e a gestão e atualização dos canais de comunicação em redes de relacionamento na internet.

A secretaria que tem atuado nas redes Facebook, Twitter, Google+, YouTube e Flickr. Somadas, a pasta tem uma base de 70 mil fãs, sendo a terceira página de secretaria de Saúde com maior número de fãs no Facebook e a segunda do GDF, perdendo apenas para a página do Governo de Brasília. No SAC 2.0, atendimento ao cidadão nas redes, atende-se cerca de 330 internautas por mês, além das respostas destinadas à Interação Social da Casa Civil do Governo de Brasília.

Em 2016 foram realizados pelas Novas Mídias, a criação do site Amamenta Brasília (amamentabrasilia.saude.df.gov.br), a criação do site Brasília Saudável e o **Aplicativo mobile** Amamenta Brasília para entrar em teste. Além disso, foram realizados, 240 demandas da Casa Civil – Interação social, 52 Campanhas de Comunicação em Saúde com foco educativo e de utilidade pública, 1.197 atualizações do site institucional, o alcance de 9.934.385 pessoas nas redes sociais, 70.009 seguidores na Base de relacionamento, 2.204 Publicações e 2.662 Atendimentos no SAC 2.0.

Lavanderia Hospitalar

Considerando os processos para contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de natureza contínua de lavanderia hospitalar, os quais devem ser prestados no **Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF), na Hospital Regional Sobradinho (HRS) e na Hospital Regional do Gama (HRG) e Hospital Regional de Santa Maria (HRSM)**, reformulado em 2015, a contratação emergencial para as unidades HRS, HRG e HBDF estão concluídos.

Tratamento e Manejo de Resíduos de Saúde

Os Resíduos do Serviço de Saúde - RSS possuem uma grande quantidade de substâncias prejudiciais ao meio ambiente e ao homem, principalmente por conterem materiais potencialmente infectantes. A SES/DF trabalha em parceria com o SLU/DF, para que esse realize a coleta, transporte, tratamento e destinação final do RSS.

Promover a coleta, o transporte e a destinação adequada aos resíduos (RSS) provenientes de todos os estabelecimentos da rede SES/DF. A média de resíduos em saúde por mês é de 297.979 Kg.

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	0	0	0	0
3213 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-ELABORAÇÃO DO PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DO POLO DA ACADEMIA DA SAÚDE- PLANO PILOTO .	0	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	30.200.000	16.333.201	12.636.490	5.440.552
5303 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SES-DISTRITO FEDERAL	30.000.000	16.281.335	12.636.490	5.440.552
5339 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	200.000	51.866	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	449.000	20.253	0	0
0021 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SES-DISTRITO FEDERAL	15.000	4.692	0	0
5776 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FHB - AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB.- PLANO PILOTO .	374.000	1	0	0
5825 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-PESSOAL MÉDICO-SES-DISTRITO FEDERAL	60.000	15.560	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4.400.824.608	4.262.108.482	3.063.993.417	2.745.251.469
0050 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SES-DISTRITO FEDERAL	4.364.101.921	4.225.645.795	3.042.151.464	2.723.409.516
0068 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	36.622.687	36.362.687	21.841.953	21.841.953
8859 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROFISSIONAIS EM ATIVIDADES ALHEIAS A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SES-DISTRITO FEDERAL	100.000	100.000	0	0
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	159.283.891	159.283.891	158.097.253	98.642.277
6988 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	157.457.891	157.457.891	157.295.678	97.840.871
6990 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	1.826.000	1.826.000	801.575	801.406
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	192.320.160	311.860.473	252.400.318	224.525.182
0052 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SES-DISTRITO FEDERAL	5.960.404	2.391.029	2.301.186	1.212.544
0063 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AÇÃO EXECUTADA PELA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	3.394.000	2.571.424	1.696.232	1.420.225
3722 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA-SES-DISTRITO FEDERAL	31.650.341	120.896.444	78.734.357	77.040.482
6991 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA - SES-DISTRITO FEDERAL	34.339.680	75.598.877	62.278.627	62.278.527
7261 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SES-DISTRITO FEDERAL	25.000.000	26.470.461	26.238.943	3.873.052
9677 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FROTA DE VEÍCULOS - SES-DISTRITO FEDERAL	10.500.000	7.566.265	4.784.999	3.264.846
9680 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS COMPLEMENTARES SES-DISTRITO FEDERAL	4.000.000	0	0	0
9807 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA-HOSPITAIS DE ENSINO-SES-DISTRITO FEDERAL	40.117.017	39.415.264	39.415.264	38.843.349
9808 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTRATOS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA-HOSPITAIS DE ENSINO-SES-DISTRITO FEDERAL	37.358.718	36.950.710	36.950.710	36.592.157
TOTAL DO PROGRAMA 6002	4.783.077.659	4.749.606.301	3.487.127.477	3.073.859.480

Administração de Pessoal

Foram realizados 480 atos de concessão de ampliação de jornada de trabalho, mediante a opção pelo Regime de 40 horas de trabalho, bem como 130 atos de retratação do Regime de 40 horas de trabalho.

A partir das ações realizadas pela SUGEP, foi possível recompor a Força de Trabalho da SES com um incremento de 938 servidores, o que representa um acréscimo de 3,01% ao quadro de pessoal da SES, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Tabela de Evolução da Força de Trabalho (jan-dez/2016):							
Carreira	Total jan/2016	Admitidos 2016	Desligados 2016	Aposentados 2016	Total dez/2016	Varição	Varição percentual
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	1075	0	2	1	1072	-3	↓-0,28%
AGENTE DE VIGILANCIA AMBIENTAL EM SAUDE	368	0	1	0	367	-1	↓-0,27%
ANALISTA EM POL PUBL E GESTAO GOVERNAMENTAL	429	0	2	21	406	-23	↓-5,36%
AUDITOR DE ATIVIDADES URBANAS	162	0	1	7	154	-8	↓-4,94%
AUXILIAR EM SAUDE	2.233	36	8	160	2.101	-132	↓-5,91%
CIRURGIAO-DENTISTA	471	8	0	4	475	4	↑0,85%
ENFERMEIRO	3.202	158	15	56	3.289	87	↑2,72%
ESPECIALISTA EM SAUDE	2.648	61	13	36	2.660	12	↑0,45%
GESTOR EM POL PUBL E GESTAO GOVERNAMENTAL	58	0	2	5	51	-7	↓-12,07%
MEDICO	4.855	729	130	118	5336	481	↑9,91%
TECNICO EM POL PUBL E GESTAO GOVERNAMENTAL	244	0	1	8	235	-9	↓-3,69%
TECNICO EM SAUDE	15.425	1101	132	432	15.962	537	↑3,48%
TOTAL	31.170	2093	307	848	32.108	938	↑3,01%

NUAM, 27/12/2016 - Os dados foram retirados do SIGRH

Foram feitas algumas mudanças na composição da equipe de trabalho e uma reformulação na proposta de distribuição das tarefas. No intervalo de 10 dias, foi realizado um mutirão para a conclusão da análise de aproximadamente 300 processos que estavam acumulados na DIAP, aguardando publicação em Diário Oficial para serem despachados para lançamento em folha de pagamento.

Do ponto de vista da visibilidade e da transparência passou-se a adotar, desde 2016, mecanismos para melhorar a comunicação com as unidades da SES/DF, com o auxílio de recursos da tecnologia da informação e, a partir de 2017, busca melhorar a comunicação com a sociedade, em parceria com a Ouvidoria e a Assessoria de Comunicação, além de promover a transparência dos atos de controle e de gestão de profissionais, aprimorando a relação com os órgãos fiscalizadores e demais órgãos do GDF.

Concessão de Ampliação da Carga Horária (40 Horas):

Em 2016 foram feitas diversas análises para elaboração de listas de prioridade para concessão das 40 horas. Sendo analisados itens como: faltas, licenças, atestados médicos entre outros. Esses critérios foram utilizados para o gestor analisar o perfil do servidor solicitante da ampliação da carga horária. Sendo concedidas 479 ampliações de 40 Horas nesse período. Além disso, outro critério utilizado foi a definição de áreas onde estavam ocorrendo déficit de pessoal e categorias específicas de servidores.

Diante disso, ficou definido pela alta gestão que os processos de Ampliação de Carga Horária que seriam dados prioridade aos servidores que estivessem lotados em áreas consideradas “vermelhas” (UTI, PS, Centro Cirúrgico, Neurocardio, Trauma e Sala vermelha).

Até o momento existe catalogada uma lista de prioridade aguardando definição da alta gestão da SES/DF e do Governo do Distrito Federal. Devido a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal e do impedimento por força do Decreto nº. 36.007 de 12/11/2014, que trata, entre outros pontos, da permissão para que o Governo de Brasília nomeasse e concedesse ampliação de carga horária, em caráter de emergência, para suprir apenas as demandas provenientes de vacâncias, oriundas de exonerações, sem gerar aumento de despesa

Foram 2.264 pedidos consolidados de Ampliação de Carga Horária por especialidade até dezembro de 2016 que estão catalogadas no Banco de Dados da SES.

Abaixo, segue um comparativo da Concessão ao Regime de 40 Horas no 1º Quadrimestre de 2015, 2º Quadrimestre de 2015, 3º Quadrimestre de 2015, 1º Quadrimestre de 2016, 2º Quadrimestre de 2016 e 3º Quadrimestre de 2016.

Quadro: Comparativo de Ampliação de Carga Horária 1º, 2º e 3º Quadrimestre de 2015 com 1º, 2º e 3º Quadrimestre de 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DAS REGIÕES DE SAÚDE	JAN a ABR 2015	MAI a AGO 2015	SET a DEZ 2015	TOTAL - JAN a DEZ 2015	JAN a ABR 2016	MAI a AGO 2016	SET a DEZ 2016	TOTAL - JAN a DEZ 2016
ADMC	0	0	9	9	107	15	7	129
HAB	0	0	0	0	33	0	0	33
HBDF	0	0	29	29	23	13	3	39
HSVP	0	0	0	0	6	0	0	6
SRSCN	0	0	4	4	9	5	0	14
SRSCS	0	0	28	28	26	9	3	38
SRSLE	0	0	18	18	7	2	1	10
SRSNO	0	0	30	30	11	22	2	35
SRSOE	0	0	29	29	25	14	1	40
SRSSO	0	0	50	50	18	12	3	33
SRSSU	0	0	3	3	83	18	1	102
Total Geral	0	0	200	200	349	110	21	479

Fonte: DIPMAT/SUGEP/SES e DODF

No 1º e 2º quadrimestre de 2015 não foram concedidas ampliações de carga horária por força do Decreto nº. 36.007 de 12/11/2014 acima mencionado.

Dentre as ações realizadas, destacam-se a força de trabalho da Atenção Primária e Domiciliar, 100% dimensionadas, o dimensionamento do CAPS Samambaia, Instituto de Saúde Mental, Enfermagem HBDF e CEO; articulação com OPAS e Ministério da Saúde para desenvolvimento de metodologia de Dimensionamento da Rede de urgência e Emergência.

Dados Específicos	
Atenção Primária à Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Unidades Básicas de Saúde, Equipes e Servidores Vinculados mapeados; • Instrumento de monitoramento de pessoal de forma compartilhada e em tempo real elaborado; • Inconsistências de informações do SIGRH identificadas; • Planejamento de pessoal para conversão ESF de 171 UBS realizado; • 100% da força de trabalho dimensionada (6.476 servidores); • Dados do relatório consolidados e apresentados no Conselho Distrital de Saúde.

Destacam-se dentre os principais desafios encontrados a falta de clareza no fluxo de lotação de pessoal; a baixa especificidade do SIGRH sobre a real lotação dos servidores; processo de trabalho pouco articulado com Gestores de Pessoas Regionalizados; necessidade de maior articulação com outras subsecretarias

Segue abaixo o quantitativo de concessões realizados pela Gerência de Carreiras e Cargos:

Gerência de Carreiras e Cargos	
Quantitativo (período de janeiro a dezembro de 2016)	
- Quantitativos de concessões de Progressão Funcional (servidores que foram progredidos)	18.816
- Quantitativos de concessões de homologação e Progressão de Estágio Probatório	3.674
- Quantitativos de concessões de Adicional de Qualificação	93
- Quantitativos de concessões de Gratificação de Titulação	70
- Quantitativos de concessões de Gratificação de GHPP –	23
- Quantitativos de concessões de Gratificação de GHPU	01
- Quantitativos de concessões de Gratificação de Titulação- ACS E AVAS	0

Fonte: GECC/DIPMAT/SUGEP/SES

Nomeações ocorridas no ano de 2016 (todas em substituição a contratos temporários encerrados, nomeações tornadas sem efeito e de servidores que tiveram publicadas suas exonerações e vacâncias):

Cargo/Especialidade	Nomeados Em 2016
Enfermeiro	169
Técnico em Enfermagem	1051
Médico Pediatria	54
Médico Ginecologia e Obstetrícia	86
Médico Alergia e Imunologia	07
Médico Anatomia Patológica	07
Médico Cirurgia Cabeça e Pescoço	01
Médico Anestesiologia	76
Médico Broncoesofagologia	01
Médico Oncologia/ Cancerologia	18
Médico Cardiologia	75
Médico Cirurgia Geral	168
Médico Cirurgia Oncológica	06
Médico Cirurgia Pediátrica	09
Médico Cirurgia Plástica	02
Médico Cirurgia Vascular Periférica	03
Médico Clínica Médica	386
Médico Coloproctologia	02
Médico Dermatologia	05
Médico Endocrinologia	03
Médico Família e Comunidade	49
Médico Gastroenterologia	10
Médico Geriatria	05
Médico Infectologia	05
Médico Hematologia/Hemoterapia	09
Médico Homeopatia	04
Médico Mastologia	02
Médico Física e Reabilitação	01
Médico Nefrologia	26
Médico Neurologia	24
Médico Neurologia Pediátrica	03
Médico Neurocirurgia	07
Médico Oftalmologia	03
Médico Psiquiatra	16
Médico Pneumologia	16
Médico Ortopedia e Traumatologia	79
Médico Otorrinolaringologia	17
Médico Radiologia	09
Médico Radioterapia	03
Médico do Trabalho	07
Médico Sanitarista	01
Médico Terapia Intensiva Pediátrica	24
Médico Urologia	07
Técnico de Lab. – Anatomia Patológica	02
Técnico Administrativo	75

Cargo/Especialidade	Nomeados Em 2016
Técnico de Lab. Patologia Clínica	23
Técnico Radiologia	20
Técnico em Higiene Dental	54
Assistente Social	05
Cirurgião Dentista	08
Biomédico	03
Farm. Bioq. Laboratório	18
Físico (Radioterapia)	02
Nutricionista	06
AOSD Anatomia Patológica	14
AOSD Ortopedia e Gesso	17
AOSD Farmácia	09
AOSD Patologia Clínica	11
Fisioterapeuta	24
Psicólogo	12
Terapeuta Ocupacional	02
TOTAL DE NOMEADOS EFETIVOS	2761

Fonte: GESP/DIPMAT/SUGEP/SES

Realização de Processo Seletivo Simplificado:

No fim de novembro/2016 foi autorizado e publicado o Processo Seletivo Simplificado para a contratação temporária de médicos. A presente seleção ainda está em fase de julgamento e classificação. O certame ofereceu o número de vagas abaixo:

ESPECIALIDADE	N.º DE VAGAS
MEDICINA INTENSIVA ADULTO	106
PEDIATRIA	107
NEONATOLOGIA	124

Fonte: GESP/DIPMAT/SUGEP/SES

Os aprovados serão convocados para trabalhar após a publicação do resultado final do certame, em DODF, até o início de fevereiro/2017.

Realização de Concursos Públicos:

Está em fase de autorização o processo para a realização de novo concurso público para o cargo efetivo de Médico, nas especialidades de Pediatria, Medicina Intensiva e Neonatologia. Os aprovados neste certame servirão para substituir os profissionais contratados temporariamente por meio do Processo Seletivo Simplificado para a contratação temporária de médicos, nas mesmas especialidades dispostas no item anterior.

Foi atuado o processo que trata da autorização de concurso público para suprir demandas urgentes da SES. Os cargos beneficiados nesse são os que não participaram do concurso anterior, bem como aqueles que participaram do concurso anterior, mas, no entanto, não possuem mais cadastro reserva para nomeações.

Para o ano de 2017, tem-se como meta a publicação de dois concursos públicos. Um para demandas urgentes e o outro para substituir contratos temporários. Outra meta importante é contribuir para que consiga-se nomear mais candidatos para cargos efetivos, principalmente para aqueles que ainda não atingiram o número de vagas oferecidas em edital normativo.

A área de educação em saúde é responsável pelo desenvolvimento e capacitação dos servidores da SES/DF e realiza o planejamento e execução dos processos educativos. Em 2016, foram capacitados 13.681 servidores, com carga horária de 8.092 horas.

Segundo o Plano Distrital de Saúde – PDS (2015-2019), a média de horas de capacitação por servidor está prevista em 60 horas, considerando que a média de horas por servidor foi 12h, alcançou-se 20% desta meta. Entretanto, a justificativa para não alcançar esta meta por causa da falta de participação dos gestores em apresentar suas demandas de capacitação, liberar os servidores para as ações educativas divulgadas e a falta de adesão dos servidores.

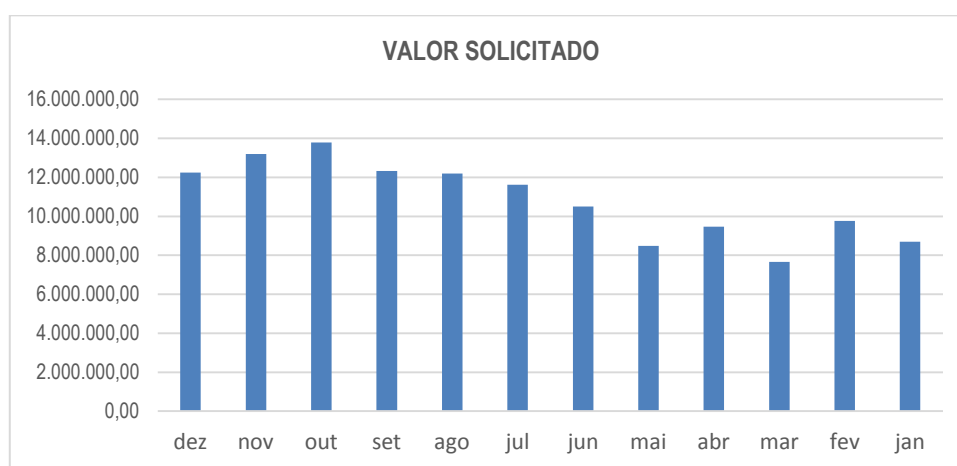
No final de 2016, foi realizado um levantamento de necessidade de capacitação para os servidores da ADMC, a fim de elaborar e executar o Plano Ações Educativas em 2017.

Monitoramento do processo de concessão de horas extras

O monitoramento tem como objetivo avaliar as solicitações de realização de hora extra. A avaliação considera o déficit de recursos humanos e a necessidade para atender a demanda, apresenta por cada unidade.

É feito um controle de horas solicitadas com base no valor do teto estipulado pela SEPLAG. Em 2016, com o intuito de normatizar e regulamentar as horas extras, foi dado início a elaboração do manual de regras para a utilização de horas extras na SES/DF. A SES/DF tem feito um trabalho de conscientização na utilização de hora extra junto as regionais, buscando sanar com qualquer irregularidade.

O gráfico abaixo apresenta os **valores solicitados** pelas regionais no período de janeiro a dezembro de 2016.



Fonte: HORAS EXTRAS/GERENCIA DE FREQUENCIA/DIPMAT/SUGEP/SES

Fundação Hemocentro de Brasília - FHB

A meta do Planejamento Estratégico da FHB é capacitar 30% dos servidores com 20 horas ou mais de capacitação/ano. Até o dia 31 de dezembro de 2016, 12,19 % dos servidores obtiveram 20 horas ou mais de capacitação e 67,04% dos servidores dessa instituição foi treinado ou capacitado.

Melhoria nas Estruturas Físicas

Os Contratos de Manutenção Predial em todos os edifícios da Secretaria de Saúde, dividido em 16 lotes, por Região Administrativa, segue em andamento.

Descrição da Obra – Manutenção Predial - Regular	RA / LOCAL	Porcentagem Estimada Entre Valor Empenhado e Valor do Contrato Anual
Manutenção Predial HBDF e NCPC – Lote I	I	87,00 %
Manutenção Predial Brasília Centro – Lote II	I	23,00 %
Manutenção Predial Brasília Asa Sul – Lote III	I	100,00%
Manutenção Predial Brasília Asa Norte. – Lote IV	I	37,00%
Manutenção Predial Gama – Lote V	II	93,00 %
Manutenção Predial HRT – Lote VI	III	82,00 %
Manutenção Predial Taguatinga (Centro) – Lote VII	III	97,00 %
Manutenção Predial LACEN e Brazlândia – Lote VIII	I, IV	57,00 %
Manutenção Predial Sobradinho – Lote IX	V	100,00%
Manutenção Predial Planaltina – Lote X	VI	86,00%
Manutenção Predial Paranoá – Lote XI	VII	62,00 %
Manutenção Predial Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro e Candangolândia – Lote XII	VIII, X, XI, XIX	100,00 %
Manutenção Predial Ceilândia – Lote XIII	IX	81,00 %
Manutenção Predial Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo e Águas Claras – Lote XIV	XII, XV, XVII, XX	96,00 %
Manutenção Predial Santa Maria – Lote XV	XIII	66,00 %
Manutenção Predial Administração Central, Lago Sul, Lago Norte, Varjão e São Sebastião – Lote XVI	I, XVI, XVIII, XXIII, XIV	100,00 %

Vigilância

Os serviços de vigilância armada e desarmada, diurna e noturna, foram mantidos nas Unidades da SES/DF, além de vigilância ao patrimônio público, os serviços possuem como alvo beneficiado os servidores da SES/DF, a população do Distrito Federal, bem como todos os usuários dos mais variados serviços de saúde ofertados nas unidades da SES/DF.

Ressalta-se que os serviços acima descritos foram mantidos por dispensa de licitação desde 2010 até 2015, todavia, configuraram despesas indenizatórias, por falta de cobertura contratual em 2016, para correção desta problemática foi autuado o processo para contratação emergencial dos serviços elencados. No que concerne a contratação regular, está em tramitação o processo o qual foi autuado em razão do conhecimento e estrutura técnica daquela Pasta, e encontra-se em fase de elaboração de Edital.

Quadro demonstrativo- Quantidade de postos de Vigilância por lote (Distribuição 2016)

Lotes Regionalizados	Quantidade postos	Região Administrativa
Lote 01	236	Paranoá, DIVAL, Núcleo Bandeirante, Parque Way, Candangolândia e Riacho Fundo, São Sebastião, Asa sul, Gama, Santa Maria, CS-04-Estrutural, Samambaia.
Lote 02	53	Santa Maria- Hospital Regional de Santa Maria
Lote 03	176	Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Parque Way, Candangolândia e Riacho Fundo, Sebastião, Asa Sul, Ceilândia, Taguatinga, Recanto das Emas, Samambaia, Gama.
Lote 04	174	Paranoá, Planaltina, Sobradinho, Asa Norte, Núcleo Bandeirante, Parque Way, Candangolândia e Riacho Fundo, São Sebastião, Ceilândia, Taguatinga, Braslândia, Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Samambaia, Guará
Lote 05	388	Braslândia, Ceilândia, Samambaia, ISM, S.I.A, STRC/Sul, Asa Sul, Núcleo Bandeirante, Parque Way, Candangolândia e Riacho Fundo, Recanto das Emas, Taguatinga, Guará.
Lote 06	260	Núcleo Bandeirante Planaltina, Sede. HBDF, COMPP, FEPECS, FHB, LACEN, Sobradinho
Total Geral	1.287	

Limpeza

Os contratos para a prestação de serviços de limpeza têm por objeto a higienização e conservação hospitalar, limpeza de bens móveis e imóveis, com fornecimento de materiais e equipamentos, nas unidades de saúde da SES-DF.

Os serviços de limpeza estavam sendo mantidos por dispensa de licitação desde 2010 até 2015, todavia, configuraram despesas indenizatórias, por falta de cobertura contratual em 2016. O processo regular n.º 060.009.636/2016, está em tramitação sendo desmembrados os serviços de jardinagem, carregador, lavagem de caixa d'água, desratização, desbaratização e dedetização e lavagem de ambulância para atender legislação vigente.

Quadro Demonstrativo de Funcionários do Serviço de Limpeza por lote

Lotes Regionalizados	Quantidade Funcionários	Região Administrativa
Lote 01	847	Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, São Sebastião, Asa Sul, Ceilândia, Taguatinga, Samambaia
Lote 02	993	Guará, Núcleo Bandeirante, Parque Way, Candangolândia e Riacho Fundo, São Sebastião, Asa Sul, Cruzeiro Velho, Ceilândia, Taguatinga, Braslândia, Samambaia,
Lote 03	945	Paranoá, Planaltina, Sobradinho, Asa Norte, SVS, Sede, SIG
Lote único	396	Asa Sul, HBDF, S.I.A., S.T.R.C/Sul
Total Geral de funcionários do serviço de limpeza		3.181

Cabe ressaltar que além da manutenção dos serviços de vigilância e limpeza, foram acompanhados a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva com reposição de maquinário gráfico, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de máquinas de lavar, secadoras, calandras e centrifugas, com fornecimento de peças de equipamentos.

Contratada	Contrato N°	Objeto
Alfa Comércio e Serviços LTDA	006/2013	Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva ,com fornecimento de peças de equipamentos marca Heidelberg
Brasília Médico Hospitalar LTDA	133/2012	Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva de máquinas de lavar, secadoras, calandras e centrifugas ,com fornecimento de peças de equipamentos marca Suzuki

Telefonia

Os serviços de telefonia são fundamentais para a execução das atividades das unidades, o aludido serviço de telefonia fixa está sendo prestado sem cobertura contratual, pela complexidade do tipo de serviço ofertado, está sendo instruído processo para contratação e regularização dos serviços de telefonia com o intuito de manter o bom funcionamento da infraestrutura básica das unidades administrativas e de atendimento à saúde pública, outrossim, procedemos à instrução de termo de referência para a contratação emergencial dos serviços de telefonia fixa e móvel para suas unidades até que o certame do processo regular tenha logrado êxito

Manutenção e Conservação da Frota de Veículos da SES

Em 2016, foi realizada a manutenção de 277 veículos oficiais de propriedade da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, distribuídos nas diversas Unidades de Saúde, dentre: ambulâncias, caminhões e veículos operacionais, com abertura de, aproximadamente 676 ordens de serviços. As manutenções desses veículos foram realizadas nas oficinas Credenciadas junto à Ticket-CAR, por meio contrato 002/2015 – SEPLAG/DF.

Quantidade de manutenção realizada

Mês	Caminhão	Ônibus	Ambulância	Veículo Operacional	Total Mensal
jan/16	7	0	21	12	40
fev/16	10	0	43	26	79
mar/16	8	0	38	12	58
abr/16	4	0	40	24	68
mai/16	3	0	24	16	43
jun/16	4	1	40	33	78
jul/16	5	0	47	23	75
ago/16	4	3	29	21	57
set/16	2	0	20	22	44
out/16	5	0	26	14	45
nov/16	5	0	21	14	40
dez/16	8	0	20	21	49
Total	65	4	369	238	676
Total Geral					676

Série Histórica – 2013 a 2016 - Consumo de Combustíveis litros/\$**2013**

Combustível	Quantidade (Litros)	Valor \$
ETANOL	5.258,014	11.780,98
GASOLINA COMUM	612.378,375	1.800.279,64
DIESEL	897.413,259	2.144.237,94
Total	1.515.049,648	3.956.298,56

2014

Combustível	Quantidade (Litros)	Valor Líquido \$
ETANOL	4.548,275	11.115,81
GASOLINA COMUM	627.233,236	1.922.689,07
DIESEL	877.367,431	2.233.834,23
Total	1.509.148,942	4.167.639,11

2015

Combustível	Quantidade (Litros)	Valor \$
ETANOL	3.053,422	8.260,36
GASOLINA COMUM	559.659,290	1.930.626,31
DIESEL	750.656,148	2.160.911,30
TOTAL	1.313.368,860	4.099.797,97

2016

Combustível	Quantidade (Litros)	Valor \$
ETANOL	4.772,018	14.666,48
GASOLINA COMUM	561.959,343	2.017.350,28
DIESEL	805.790,276	2.559.563,42
TOTAL	1.372.521,637	4.591.580,18

Contratos vigentes

Contrato Nº	Objeto
049/2016	Prestação de serviços de sistema de monitoramento e rastreamento veicular.
121/2014	Prestação de serviços de intermediação, administração e gerenciamento informatizados e integrados de gestão de frota com gerenciamento de despesas de abastecimentos, com fornecimento dos insumos

Foram recebidas e distribuídas 85 ambulâncias para rede/SES, oriundas do contrato **109/2015**, no final do terceiro quadrimestre de 2015.

A Secretaria conta com acervo de 137 ambulâncias, sendo que 52 encontram-se inativas para avaliação de baixa patrimonial e reserva técnica (excluindo-se SAMU), para transporte de pacientes estabilizados, e as ambulâncias do SAMU, executam atendimentos de urgências e emergências.

Conta com uma frota de 728 veículos, incluindo-se veículos locados, veículos da Vigilância Sanitária e SAMU, estes veículos atendem as demandas da administração central e todas as unidades de saúde da SES/DF.

	Veículos (caminhões, motos, operacionais)	Ambulâncias
SVS	202	
SAMU	66	77
GETR	133	137
LOCADOS	114	
TOTAL	728	

Diariamente são disponibilizados em média 02 caminhões com motoristas para a farmácia central, 02 para o almoxarifado e 2 caminhões para o patrimônio, bem como veículos operacionais com motorista para: malote, SUPLANS, DEA/SINFRA, DITEC, DECEM, Farmácia Alto Custo 102 Sul e Ceilândia, duas vezes por semana uma Kombi para farmácia viva e farmácia de nutrição. Constantemente é necessário o empréstimo de veículos tipo van ou ônibus junto a FEPECS e SVS, para atender a demanda no transporte de servidores para as cumprimento de ações e agendas efetuadas pela SES/DF.

PROGRAMA TEMÁTICO:6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	3.200.000	3.431.003	3.285.043	1.425.029
8527 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SES-DISTRITO FEDERAL	3.200.000	3.431.003	3.285.043	1.425.029
TOTAL DO PROGRAMA 6211	3.200.000	3.431.003	3.285.043	1.425.029

O Governo do Distrito Federal criou o programa “REINTEGRA CIDADÃO”, por meio do Decreto nº 24.193, de 05 de novembro de 2003, que tem como objetivo proporcionar oportunidades aos sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, no seu processo de ressocialização e inserção social, pelo aprendizado de novas práticas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado.

O Projeto tem por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades de auxiliar de lavanderia, técnico administrativo e serviços gerais a serem desempenhadas por sentenciados, em regime semi-aberto, aberto e livramento condicional, geridos pelo Sistema Penitenciário do Distrito Federal, assistidos pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, obedecida à qualificação e aptidão de cada sentenciado.

O referido Contrato, através de seu Quinto Termo Aditivo, tem por objetivo a contratação de 262 reeducandos distribuídos em três níveis. O quantitativo de reeducandos nas unidades Regionais de Saúde e na Sede SES/DF, estão distribuídos conforme tabela abaixo:

Regional de Saúde	Qdte.
Total de Reeducandos Contratados	128
Vagas Disponíveis	134

O Programa de Trabalho Extramuros da Fundação de Amparo ao Trabalhador - FUNAP preenche a vacância produzida pela extinção total ou parcial de diversos cargos do quadro geral do Serviço Público, que provoca um déficit no quadro de pessoal de diversos setores da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Dentre estes, destacam-se o Núcleo de lavanderia (não podendo ser resolvido por concurso público) e a área administrativa.

Desse modo, ao tempo em que a SES/DF contribui significativamente neste processo de reinserção social, é beneficiada também com as atividades laborais dos reeducandos que vem suprir a carência de servidores atualmente existente nos Núcleos de Lavanderia e Rouparia e Apoio Administrativo nas diversas Regionais de Saúde.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Execução Orçamentária e Financeira

No decorrer do exercício de 2016, o FSDF emitiu um total de 704 Notas de Crédito orçamentário; 619 solicitações de Notas de Crédito Adicional (totalizando R\$ 351.535.638,00 milhões de reais suplementares), emitiu 6.689 notas de empenho; 14.236 previsões de pagamento, 16.137 notas de lançamento e 14.236 ordens bancárias.

No exercício, foi realizada a apuração de superávit financeiro de convênios e repasses fundo a fundo superiores a R\$ 300 milhões e conciliação da “Conta Única da SES” no BRB.

No exercício de 2016 ingressaram no FSDF R\$ 5.947.533.440,36 oriundas das fontes de receita destacadas abaixo:

Fontes do GDF ¹	Fundo Constitucional ²	132 ³	138 ⁴	Total
2.491.622.948,25	2.359.400.642,81	100.000,00	729.579.209,79	5.580.702.800,85
Fontes De Receitas / Rendimentos + SUPERÁVIT				
Fontes do GDF	Fundo Constitucional	132	138	Total
14.557.204,42	0	33.918.561,12	318.354.873,97	366.830.639,51
TOTAIS				
2.506.180.152,67	2.359.400.642,81	34.018.561,12	1.047.934.083,76	5.947.533.440,36
Comparativo por Fontes em Relação ao Total				
42,1%	39,7%	0,6%	17,6%	100%

Verifica-se que a proporção da composição da receita desta unidade orçamentária se dá seguinte forma: 42,1% oriundo do tesouro do GDF, 39,7% do FCDF, 17,6% do Ministério da Saúde e 0,6% de convênios.

A Composição dos Repasses financeiros por Bloco de Financiamento, sem os rendimentos financeiros e superávit:

Bloco	Valor Total	%
Assistência Farmacêutica	27.044.166,91	3,71%
Atenção Básica	112.069.970,14	15,36%
Gestão do SUS	466.600,00	0,06%
Investimento	4.298.196,00	0,59%
Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	558.759.343,75	76,59%
Vigilância em Saúde	26.940.932,99	3,69%
Total Geral	729.579.209,79	100%

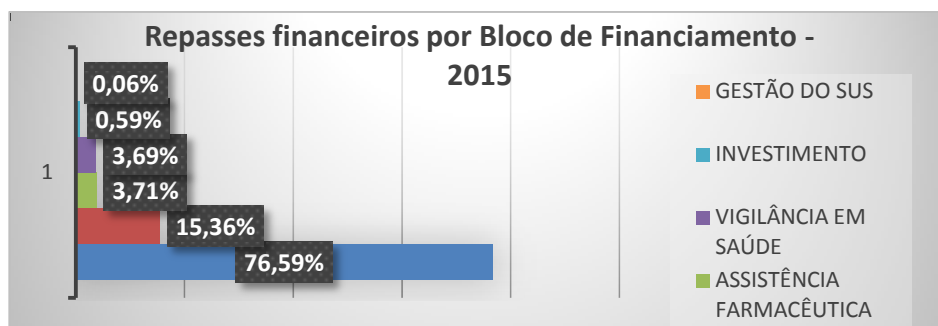
¹ O DF repassou recursos nas fontes 100 (Ordinário não Vinculado), 101 (Cota parte do FPE e do DF), 102 (Cota Parte do FPM), 105 (Transf. De ITR), 109 (Transf. de IPI-Exportadores) e 300 (Ordinário não Vinculado).

² Fonte 130 (Fundo Constitucional do Governo Federal).

³ As fontes 121 e 132 indicam recursos provenientes de Convênios com a União. Foram considerados os valores de rendimentos e superávit financeiro.

⁴ A Fonte 138 indica recursos provenientes do MS (Repasses Fundo a Fundo). Foram considerados os valores de rendimentos e superávit financeiro

Em relação à receita relativa aos recursos fundo a fundo por blocos de financiamento, tem-se seguinte composição:



Em relação ao exercício de 2011, que a receita realizada representou um montante de R\$ 2.562.892.260,00 evidenciou-se que a receita do FSDF obteve um acréscimo nominal de 9%, tendo em vista que no exercício de 2012 a receita foi de R\$ 2.804.422.410,00, ou seja, um crescimento de R\$ 241.530.150,00.

Ainda, em relação ao exercício de 2011, observa-se que a receita do FSDF obteve um acréscimo nominal de 23%, tendo em vista que no exercício de 2013 a receita foi de R\$ 3.151.621.816,58, ou seja, um crescimento de R\$ 588.729.556,58.

Comparando o exercício de 2011 com 2014, e sabendo que a receita arrecada em 2014 foi de R\$ 3.443.571.603,95, identificou-se acréscimo nominal de 34%, ou seja, um crescimento de R\$ 880.679.343,95.

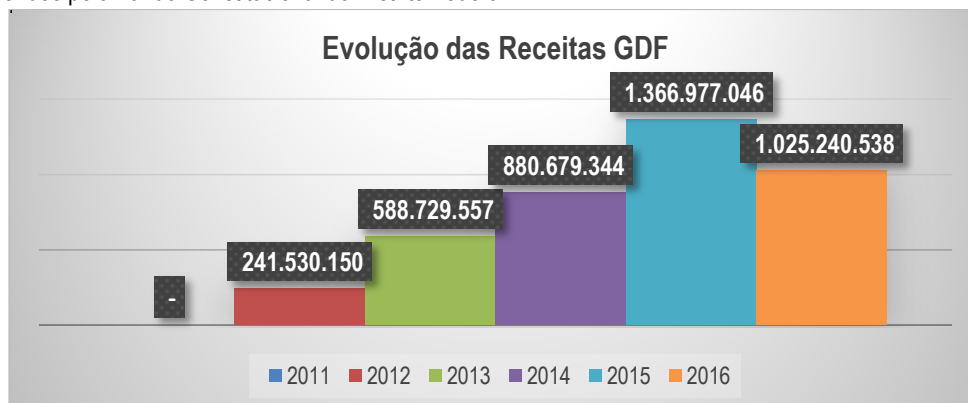
A receita realizada em 2015, R\$ 3.929.869.305,74, em paralelo também com a de 2011, R\$ 2.562.892.260,00, demonstra acréscimo nominal de 53%, crescimento de R\$ 1.366.977.045,74.

Finalmente, se for comparada a receita realizada no exercício 2011, R\$ 2.562.892.260,00, com a receita de 2016, R\$ 3.588.132.797,55, evidenciou-se um acréscimo nominal de 40%, que representa crescimento de R\$ 1.025.240.537,55. Entretanto, cabe ressaltar que o comparativo da receita de 2016 com a de 2015, demonstra uma redução de 9%, ou seja, receita reduzida num total de R\$ 341.736.508,19.

Objetivando melhor identificação da evolução da receita real do FSDF, sem contabilizar os recursos transferidos pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal, apresenta-se tabela explicativa abaixo:

Exercício	Receita	Comparativo	%
2011	2.562.892.260,00	-	-
2012	2.804.422.410,00	241.530.150,00	9%
2013	3.151.621.816,58	588.729.556,58	23%
2014	3.443.571.603,95	880.679.343,95	34%
2015	3.929.869.305,74	1.366.977.045,74	53%
2016	3.588.132.797,55	1.025.240.537,55	40%

O gráfico abaixo demonstra a evolução da receita real do FSDF no período de 2011 a 2016, sem incluir os recursos transferidos pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal.



Planejamento e Programação em Saúde

Os principais processos de trabalho da área de planejamento são o planejamento e orçamento plurianual, as programações anuais, monitoramento e avaliação das ações estratégicas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

No exercício de 2016 foram entregues diversos produtos além das participações em projetos e processos da SES/DF no matriciamento da gestão.

Construção participativa do Regimento Interno em conformidade com a atual estrutura da SES-DF em sua totalidade, administração central e unidades executoras.

Realizado a elaboração do Plano Distrital de Saúde - PDS 2016-2019 que segundo o artigo 3º da portaria GM/MS nº 2.135 de 25/09/2013, é o instrumento central do planejamento em Saúde. Foi construído a partir de uma análise situacional que refletiu as necessidades da população do DF, atuando diretamente na definição de diretrizes, objetivos e metas para o planejamento em saúde no quadriênio 2016-2019. O PDS 2016-2019 foi aprovado pelo Colegiado de Gestão e Conselho de Saúde do DF, conforme resolução do CSDF nº457 de 05/04/2016.

Foi elaborado a Programação Anual de saúde – PAS 2016, instrumento de planejamento que operacionaliza as intenções expressas no PDS com os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das ações programadas para o ano. Aprovada pelo CSDF- Resolução nº 467 de 11/10/2016.

Avaliação dos indicadores do **Pacto pela Saúde - 2013-2015** com todas as informações comprobatórias referentes as metas pactuadas armazenadas no SISPACTO/MS e seus resultados no Relatório Anual de Gestão (RAG), registrados e disponibilizados no Sistema de Apoio a Elaboração do RAG (SARGSUS/MS) e site da SES-DF.

Visando alcançar os tempos do planejamento e orçamento foi elaborado a minuta da PAS- 2017 para subsidiar a PLOA 2017, objetivando a coerência das necessidades programadas e disponibilidade orçamentária. Com a aprovação da LOA 2017, serão feitas as correções na PAS – 2017 para aprovação do CSDF.

Orientação, condução, monitoramento e avaliação do processo de **Pactuação Interfederativa** do ano de 2016 da SES-DF com o Ministério da Saúde, definidos pela Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº 02, de 02/08/2016, publicada no DOU nº 166, de 29/08/2016, onde estão estabelecidos 29 indicadores, sendo pactuados 28 indicadores para o DF, sendo 19 **universais** (obrigatórios nacionalmente e comuns para os entes federados) e 09 **específicos** (não obrigatórios e respeitam as características epidemiológicas locais e de organização do sistema de saúde dos entes federados).

Visando a sistematização do monitoramento e avaliação dos instrumentos de planejamento e orçamento da SES/DF, registrados e acompanhados nos sistemas SIGGO/GDF e SARGSUS/MS, foi desenvolvida a ferramenta SESPLAN-SES-DF, que necessita ainda de uma solução de Tecnologia da Informação para sua operabilidade.

Resultados de Monitoramento e Avaliação: (RAG) - Relatório Anual de Gestão exercício 2015 Apresentado para o CSDF e aprovado por meio da Resolução CSDF nº 470, de 08/11/2016, publicada no DODF nº 224, de 29/11/2016, p. 10. **(RAQ) - Relatório de Atividade Quadrimestral 2016 (1º e 2º Quadrimestres)** Elaborado e apresentado na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle (CFGTC) da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), em Audiência Pública nos dias 28/09/2016 e 06/12/2016, respectivamente, com a presença de representantes do Controle Social e Controle Externo.

Adequação dos critérios e parâmetros de ações e serviços de saúde da Portaria GM/MS nº 1.631 de 01/10/2015 para a população SUS/DF.

Conclusão do mapeamento e modelagem do processo de monitoramento e avaliação em Saúde.

Processos iniciados em 2016 previsto para finalização em 2017: Elaboração do Manual dos Processos de Planejamento, Orçamento, Monitoramento e Avaliação; Elaboração do Caderno de Indicadores da SES-DF; Plano de Monitoramento e Avaliação da SES-DF (SESPLAN); Orientação e condução do processo da **Pactuação Interfederativa (2017-2021)** Processo de pactuação orientado por indicadores universais e específicos em conformidade com a Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº 08, de 24/11/2016, publicada no DOU nº 237, de 12/12/2016, contempla 23 indicadores, sendo 20 **universais** (obrigatórios nacionalmente e comuns para os entes federados) e 3 **específicos** (não obrigatórios, respeitando as características epidemiológicas locais e de organização do sistema de saúde dos entes federados).

Acompanhamento da execução orçamentária e financeira da SES.

Conforme quadro abaixo, na Lei Orçamentária Anual da SES/DF para o exercício de 2016, a dotação inicial aprovada foi de R\$ 6.215.162.837,00.

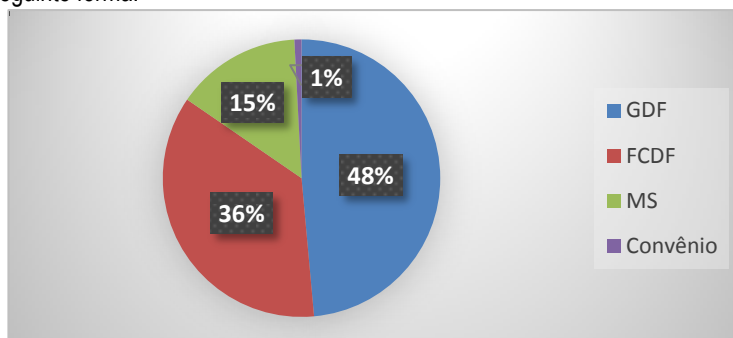
Comparando com a lei orçamentária aprovada de 2015, que foi de R\$ 4.569.225.740,00, observa-se que ocorreu um aporte inicial maior de recursos para este exercício de R\$1.645.937.097,00. No entanto, apesar desse aumento de recursos iniciais, estes ainda estão inferiores aos recursos empenhados em 2015 que foram de R\$ 6.612.346.398,66.

Resumo do Orçamento SES-DF

Descrição	Recursos
Dotação inicial (Lei)	6.215.162.837,00
Alterações orçamentárias	335.650.673,74
Dotação autorizada	6.550.813.510,74
Despesa empenhada	6.051.171.198,99
Despesa liquidada	5.595.177.610,82
Despesa paga*	5.384.741.677,96
Saldo orçamentário (disponível)	499.642.311,75

*Extraído do SIGGO em 17/01/2017
QDD posição em 24/01/2017

A seguir, apresenta-se a composição do orçamento autorizado desta unidade orçamentária, no final do exercício, que se comportou da seguinte forma:



Considerando os recursos autorizados, observou-se que a maior parte destes, 48%, são provenientes do tesouro do GDF.

Conforme planilha abaixo, no encerramento do exercício de 2016, verificou-se que 92% desse recurso estava empenhado e 85% liquidado. A SES apresenta um histórico de dificuldade de execução dos repasses do MS, no entanto, comparado ao exercício anterior, destacou-se o aumento da execução da fonte 338 (superávit de repasse fundo a fundo) de 15% para 32% de liquidação da despesa autorizada. Esse aumento foi resultado de ações realizadas de forma a otimizar os recursos disponíveis para a melhoria da execução.

Observou-se, ainda uma melhora significativa na execução orçamentária com um empenho total de 92,37% e uma liquidação total de 85,41%.

Execução por fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Despesa Autorizada	Despesa Empenhada	% (Empenho x Autorizada)	Despesa Liquidada	% (Liquidado x Autorizada)	Saldo Orçamentário (Disponível)
GDF	3.181.021.302,74	3.015.679.020,16	94,80%	2.697.920.653,62	84,81%	165.342.282,58
FCDF	2.359.560.104,00	2.359.548.721,99	100,00%	2.359.400.642,81	99,99%	11.382,01
MS	138	682.592.708,00	81,47%	448.590.821,22	65,72%	126.507.558,90
	338	273.782.743,00	116.911.532,33	42,70%	87.586.638,41	31,99%
Convênio	53.856.653,00	2.946.775,41	5,47%	1.678.854,76	3,12%	50.909.877,59
Total	6.550.813.510,74	6.051.171.198,99	92,37%	5.595.177.610,82	85,41%	499.642.311,75

QDD posição em 09/01/2017

Vale ressaltar que até o ano de 2014 os recursos do FCDF eram executados no orçamento da União via o sistema SIAFI e estavam sob gestão da SES/DF. Além disso nos anos de 2015 e 2016 os elementos referentes aos pagamentos de inativos e pensionistas compoem o orçamento do IPREV.

A seguir apresenta-se os recursos provenientes do MS, através de repasse fundo a fundo, considerando apenas a fonte 138, detalhando a execução por bloco de financiamento:

Demonstrativo da execução orçamentária por bloco de financiamento do SUS – Fonte 138

Blocos	Despesa Autorizada (A)	Empenhado (B)	% Emp./Aut. (B/A)	Liquidado (C)	% Liq./Emp. (C/B)	Pagos
Atenção Básica	81.817.543,53	65.203.360,88	79,69%	46.490.445,21	71,30%	13.426.537,55
Média e Alta Complexidade	507.430.327,59	447.716.409,70	88,23%	362.023.653,76	80,86%	359.603.787,48
Assistência Farmacêutica	28.746.878,00	26.213.099,07	91,19%	23.936.663,65	91,32%	23.243.753,05
Vigilância em Saúde	30.757.359,67	16.910.136,67	54,98%	16.097.915,82	95,20%	14.574.973,64
Gestão SUS	19.694.327,58	6.739,37	0,03%	6.739,37	100,00%	6.739,37
Investimento	14.146.271,63	35.403,41	0,25%	35.403,41	100,00%	35.403,41
Total	682.592.708,00	556.085.149,10	81,47%	448.590.821,22	80,67%	410.891.194,50

Fonte: SIGGO/SIAC 14/01/2017

Dentre os blocos de financiamento, o bloco da média e alta complexidade é o que possui o maior quantitativo de recursos, tendo em vista sua natureza.

Considerando-se o orçamento da SES-DF, por categoria de gasto, observa-se que mais da metade da despesa autorizada, empenhada e liquidada refere-se à despesa com Pessoal e encargos sociais, conforme os últimos exercícios. No entanto, verifica-se que em 2016, houve um aumento da liquidação no que tange à despesas de categoria 3- Outras despesas correntes (27%), em relação ao exercício de 2015 (23%).

Execução por categoria de gasto

Categoria de Gasto	Dotação Autorizada		Empenhado		Liquidado		Saldo orçamentário (Disponível)
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
1-Pessoal e Encargos Sociais	4.295.877.024,00	66%	4.116.970.372,84	68%	4.045.987.666,47	72%	178.906.651,16
3-Outras Despesas Correntes	2.104.885.880,96	32%	1.894.684.673,31	31%	1.525.469.211,78	27%	210.201.207,65
4-Investimentos	150.050.605,78	2%	39.516.152,84	1%	23.720.732,57	0,4%	110.534.452,94
Total	6.550.813.510,74	100%	6.051.171.198,99	92%	5.595.177.610,82	85%	99.642.311,75

QDD posição em 09/01/2017

Conforme observado acima, mais da metade da despesa da SES-DF se refere à categoria 1-Pessoal e Encargos Sociais. A referida despesa é custeada com recursos provenientes do FCDF (58%), Tesouro do GDF (41%) e Repasse Fundo a Fundo do MS (1%), conforme detalhamento abaixo:

Despesa com Pessoal e Encargos Sociais

Elemento de Despesa	Liquidado			
	FCDF	GDF	MS	Total
04-Contrat.por T.Determinado	-	1.161.945,09	6.068.867,78	7.230.812,87
11-Vencimentos e Vant.Fixas	1.912.807.365,37	1.310.967.537,22	37.329.856,95	3.261.104.759,54
13-Obrigações Patronais	348.868.231,37	220.948.937,56	0	569.817.168,93
16-Outras Despesas Variáveis	78.672.607,55	38.636.817,17	15.515,24	117.324.939,96
92-Despesas de Ex.Anteriores	-	36.185.541,45	-	36.185.541,45
94-Inden.e Restit.Trabalhistas	12.983.570,74	39.866.061,32	-	52.849.632,06
96-Ressarc.Desp.Pes. Requisitado	-	1.474.811,66	-	1.474.811,66
Total	2.353.331.775,03	1.649.241.651,47	43.414.239,97	4.045.987.666,47
%	58%	41%	1%	100%

OBS:Os elementos 01,03,05 a partir do exercício 2015, passaram a ser executado no orçamento do IPREV.

Consulta por Elemento e Fonte de Recurso, posição em 17/01/2017

O ano de 2016 foi o primeiro ano de vigência do novo Plano Plurianual- PPA 2016-2019. Neste Plano, o Programa Temático destinado à saúde é o 6202- Brasília Saudável que está dividido em 6 Objetivos Específicos- OE. Constam ainda no PPA 2016-2019 ações de outros programas temáticos como o 6211- Direitos Humanos e Cidadania, 6228 – Famílias Fortes e o 6002- Gestão, manutenção e serviços ao Estado.

No Programa de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado estão as ações voltadas para o complexo administrativo de todo o GDF. Na SES, os recursos deste programa são alocados para custear serviços administrativos gerais (limpeza, vigilância, lavanderia, serviços públicos de fornecimento de energia, água e coleta de esgoto, telefonia e demais contratos para prestação de serviços administrativos e aquisição de materiais com o mesmo fim), conservação das estruturas físicas e edificações públicas e ainda, administração de pessoal e concessão de benefícios a servidores.

Dessa forma, considerando que tais ações são globais e atendem a totalidade da folha de pessoal, concessão de benefícios a servidores e a prestação de serviços à SES, em sua maioria, serviços continuados, não concorre com o percentual dos demais Objetivos Específicos.

Execução por Objetivo Específico do PPA 2016-2019

Objetivo Específico no PPA 2016-2019	Lei (A)	Despesa Autorizada (B)	Dotação Disponível (C)	Empenhado (D)	Liquidado (D)	(D)/(B)
OE 1- Atenção Primária à Saúde	191.332.131,00	115.812.373,00	68.614.247,44	47.198.125,56	18.704.776,16	16,2%
OE 2- Atenção especializada à Saúde	795.956.811,00	892.278.226,85	119.949.372,84	772.328.854,01	585.934.024,30	65,7%
OE 3- Redes de Atenção à Saúde	63.114.808,00	104.128.602,55	60.834.393,80	43.294.208,75	27.293.727,15	26,2%
OE 4- Assistência Farmacêutica	202.926.429,00	221.771.408,90	8.666.384,46	213.105.024,44	180.613.907,50	81,4%
OE 5- Vigilância em Saúde	29.422.990,00	61.421.073,06	39.498.513,49	21.922.559,57	17.675.757,33	28,8%
OE 6- Gestão do SUS	117.779.732,00	156.761.306,52	15.917.585,85	140.843.720,67	126.922.255,90	81,0%
Outros *	4.814.784.936,00	4.998.640.519,86	186.161.813,87	4.812.478.705,99	4.638.033.162,48	92,8%
Total	6.215.317.837,00	6.550.813.510,74	499.642.311,75	6.051.171.198,99	5.595.177.610,82	85,4%

*Outros: estão consideradas as ações dos programas temáticos: Direitos Humanos e Cidadania, Famílias Fortes, Manutenção, Gestão e Serviços ao Estado e Educação Superior.

QDD posição em 09/01/2017

Considerando apenas os Objetivos Específicos - OE do programa 6202- Brasília Saudável, o OE que teve a maior dotação autorizada é o OE 02 - Atenção Especializada em saúde, seguido do OE 04- Assistência Farmacêutica e do OE 6- Gestão do SUS. Destaca-se o aumento da liquidação do OE 06- Gestão do SUS, em relação ao exercício anterior de 72,8% para 81% em 2016.

Cumprimento da Emenda Constitucional 29

Conforme estabelecido na Emenda Constitucional 29/2000, verificou-se que o percentual mínimo exigido para aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde- ASPS no ano de 2016 foi de 13,03% da receita do Tesouro do GDF. No entanto, no exercício de 2016, foram aplicados um total de R\$2.531.329.519,88 (16,49%) em despesas consideradas ASPS, ou seja, um superávit de 3,46% em relação ao percentual obrigatório.

Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde- ASPS- EC 29/2000

Origem dos Recursos	Valor Acumulado	Participação Mínima	
		%	R\$ 1,00
1) Base de Cálculo Estadual	10.084.986.290,36	12,00	1.210.198.354,84
2) Base de Cálculo Municipal	5.264.878.167,49	15,00	789.731.725,12
3) Total: (1) + (2)	15.349.864.457,85	13,03	1.999.930.079,97
Descrição das Despesas		Valor (R\$)	%
4) Total Aplicado nas Funções 10 e 28		2.603.425.974,51	
5) Exclusões (ODC função 28)		72.096.454,63	
6) Total: (4) - (5)		2.531.329.519,88	16,49%

Diário Oficial do DF nº 21, de 30/01/2017, pg.39-40

Restos a pagar

Em 2016, foram inscritos um total de R\$ 603.915.681,57 em restos a pagar. Destaca-se que nesse quesito houve redução de R\$ 44.363.588,38 quanto aos restos a pagar inscritos no exercício de 2017, montante de R\$ 559.552.093,19. Estima-se que esse valor seja reduzido para os próximos exercícios numa demonstração de otimização da execução orçamentária.

2016					
Restos A Pagar	Inscrito	Pago	Cancelado	Retenção	A Pagar
PROCESSADO	238.682.496,68	230.175.982,88	3.934,40	-	7.419.947,35
NÃO PROCESSADO	365.233.184,89	197.382.327,08	88.939.195,63	3.198.832,77	1.334.662,06
TOTAL	603.915.681,57	427.558.309,96	88.943.130,03	3.198.832,77	7.419.947,35
2017					
Restos A Pagar	Inscrito	Pago	Cancelado	Retenção	A Pagar
PROCESSADO	106.016.253,54	90.767.368,05	-	-	15.248.885,49
NÃO PROCESSADO	453.535.839,65	49.603.030,52	3.425.029,42	1.960.492,05	398.547.287,66
TOTAL	559.552.093,19	140.370.398,57	3.425.029,42	1.960.492,05	413.796.173,15

Extraído do SIGGO em 02/02/17

É importante ressaltar que parte dos recursos dispendidos para pagamento dos restos a pagar são arrecadados no ano corrente, para as situações de inscrição superior ao lastro financeiro. Ou seja, a existência de restos a pagar não processados pode comprometer os escassos recursos do exercício, pois além de garantir a liquidação e pagamento das despesas legalmente empenhas em 2017, o cronograma de desembolso também precisa prever repasses para garantir liquidação e pagamento das despesas que não completaram todos os estágios no exercício anterior.

Controle de Credenciamento e Habilitação de Serviços de Saúde

Em 2016 foram realizadas vistorias técnicas de controle, credenciamento e habilitação de serviços de saúde de média e alta complexidade em estabelecimentos de saúde públicos e privados, conforme quadro abaixo:

Distribuição de vistorias técnicas em serviços de saúde, janeiro a dezembro de 2016

Vistorias Técnicas para Controle de Serviços de Saúde <u>JÁ CREDENCIADOS</u> em Estabelecimentos de Saúde Privados		
Objetivo: Manutenção de Credenciamento		
Estabelecimento	Especialidade	Quantidade
Clínica Brasília de Radiologia e Radiograph.	Ressonância Magnética	02
Seane, Renal Care, CDRT, Soclimed, Nephron Taguatinga, e Renal Vida.	Nefrologia – Terapia Renal Substitutiva	06
Hospital São Mateus, ICDF.	UTI Adulto	02
Instituto Brasília de Arritmia Cardíaca	Eletrofisiologia pelo método Carto	01
CEAL	Centro Especializado em Reabilitação II - CER - Saúde Auditiva e Saúde Intelectual	01
ICDF - Instituto de Cardiologia do DF	Cardiologia	01
CBV	Oftalmologia	01
SUBTOTAL		14
Vistorias Técnicas para Controle de Serviços de Saúde <u>JÁ CREDENCIADOS</u> em Estabelecimentos de Saúde Públicos		
Objetivo: Manutenção de Credenciamento		
Estabelecimento	Especialidade	Quantidade
HBDF - Hospital de Base do Distrito Federal	Oncologia	01
HRAN - Hospital Regional da Asa Norte, HRT - Hospital Regional de Taguatinga, HMIB - Hospital Materno Infantil, HRPa - Hospital Regional de Paranoá e HRS - Hospital Regional de Sobradinho, HRSM - Hospital Regional de Santa Maria.	UCIN	06
HRSM - Hospital Regional de Santa Maria, HRT - Hospital Regional de Taguatinga, HMIB - Hospital Materno Infantil e HRS - Hospital Regional de Sobradinho, HRSM - Hospital Regional de Santa Maria	UTI Neo	05
SUBTOTAL		12
Total Geral Para Manutenção De Credenciamento		26
Vistorias Técnicas para Credenciamento/Habilitação de <u>NOVOS</u> Serviços de Saúde em Estabelecimento de Saúde Privados		
Estabelecimento	Especialidade	Quantidade
DOMED LTDA.	UTI Adulto	01
Politécnica Saúde (03), NEPHRON Gama	Nefrologia – Terapia Renal Substitutiva	04
Subtotal		05
Vistorias Técnicas para Credenciamento/Habilitação de <u>NOVOS</u> Serviços de Saúde em Estabelecimento de Saúde Públicos		
Estabelecimento	Especialidade	Quantidade
HUB - Hospital Universitário de Brasília	UTI Coronariana	01
HAB - Hospital de Apoio de Brasília	Doenças Raras	01
HUB - Hospital Universitário de Brasília	UTI Adulto	01
HUB - Hospital Universitário de Brasília	Gestação de Alto Risco	01
HAB – Hospital de Apoio de Brasília	CER TIPO II	01
HRS – Hospital Regional de Sobradinho	CER TIPO II	01
HRC – Hospital Regional de Ceilândia	Cuidados Prolongados Neurológico	01
HCB – Hospital da Criança de Brasília	Oncologia - UNACON	01
HRT – Hospital Regional de Taguatinga	Oncologia - UNACON	01
HMIB - Hospital Materno Infantil, HRT - Hospital Regional de Taguatinga e HRAN - Hospital Regional da Asa Norte, HRC – Hospital regional da Ceilândia, HRG – Hospital Regional do Gama, HRPL – Hospital Regional de Planaltina.	PAV	06
Oficina Ortopédica - SIA	Oficina Ortopédica	01
CAPS Infanto-Juvenil Sobradinho	CAPS	01
Subtotal		17
Total Geral Para Credenciamento De Novos Serviços		22

Fonte: Gerência de Controle de Credenciamento e Habilitação- GCCH/DICS/CRCS/SUPLANS/SES-DF, jan a dez/ 2016.

No ano de 2016 foram realizadas 40 vistorias para manutenção de credenciamento/habilitação, sendo 14 em estabelecimentos de saúde privados e 26 em estabelecimentos de saúde públicos. Foram realizadas ainda 27 vistorias para credenciamento/habilitação de novos serviços, sendo 5 em estabelecimentos privados e 22 em estabelecimentos públicos. Com isso foram realizadas um total de 67 vistorias.

Comparativo das vistorias técnicas de credenciamento/habilitação 2015 - 2016

Comparativo 2015/2016			
DESCRIÇÃO	Ano 2015	Ano 2016	%
Vistorias Técnicas de Controle de Serviços de Saúde <u>já Credenciados</u> em Estabelecimentos Públicos	25	14	- 44
Vistorias Técnicas de Controle de Serviços de Saúde <u>já Credenciados</u> em Estabelecimento Privados	28	12	- 57,14

TOTAL	53	26	- 50,95
DESCRIÇÃO	Ano 2015	Ano 2016	%
Vistórias Técnicas de Credenciamento/Habilitação Novos em Estabelecimentos Públicos	04	05	25
Vistórias Técnicas de Credenciamento/Habilitação Novos em Estabelecimentos Privados	17	17	00
TOTAL	21	22	4,76

Fonte: Gerência de Controle de Credenciamento e Habilitação- GCCH/DICS/CRCS/SUPLANS/SES-DF, jan a dez/ 2016.

Houve uma diminuição de 50,95% nas vistórias de manutenção de serviços de credenciamento privados e públicos ao comparar com o mesmo período de 2015.

Verifica-se diminuição nas vistórias técnicas de controle de serviços de saúde já credenciados em estabelecimentos privados de 44%, pois, empresas que prestavam serviço de terapia intensiva, três, não quiseram renovar contrato com a SES-DF.

Nos estabelecimentos públicos, houve a diminuição de 57,14% no número de vistórias. A falta de equipe técnica contribuiu para que as vistórias técnicas acontecessem nos estabelecimentos que necessitavam de maior urgência para manutenção das habilitações.

Houve também aumento de credenciamentos de novos serviços nos estabelecimentos privados de 25%, enquanto que na rede pública, manteve (17 novos serviços credenciados) como no ano anterior. Portanto, os novos serviços de credenciamento privado e público sofreu um aumento de 4,76% ao comparar com o ano de 2015.

Publicações de Portarias Ministeriais das Habilitações:

- **PRT SAS/MS nº 2.858 de 23/12/2016** - habilita o Distrito Federal a receber recursos no Bloco de MAC – incremento temporário – HBDF e HRPL.
- **PRT SAS/MS nº 2.323 de 23/12/2016** – habilita leitos de UCIN Co do HRSM.
- **PRT SAS/MS nº 3.115 de 28/12/2016** - concede recurso do bloco MAC a ser incorporado ao componente limite financeiro do DF.
- **PRT SAS/MS nº 2.503 de 28/12/2016** – altera a habilitação de hospital geral do HRT para Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON.
- **PRT SAS/MS nº 3.208 de 29/12/2016** – habilita oficina ortopédica do DF, CNES 7382243.
- **PRT SAS/MS nº 3.247 de 29/12/2016** – habilita o Hospital de Apoio como serviço de referência em Doenças Raras.
- **PRT SAS/MS nº 2.565 de 29/12/2016** – habilita oficina ortopédica itinerante terrestre.
- **PRT SAS/MS nº 2.620 de 29/12/2016** – habilita CAPS Sobradinho (CNES 7552).
- **PRT GM/MS 3.115, de 28/12/16** - Estabelece recurso anual do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal – CAPS AD II Candango.
- **PRT GM/MS nº 2.062, de 21/10/2016** – Estabelece antecipação dos incentivos financeiros destinados à implantação CEO - Brasil Sorridente – HUB.
- **PRT MS/GM nº 1830, de 11/10/2016** – Estabelece recurso anual do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal.
- **PRT GM/MS 1.814, de 07/10/16** – homologa e reconstrutaliza 10 CEOS no DF – Ceilândia, Santa Maria, HRAN, HRT, HRS, HUB, HRPI, HMIB, Policlínica Taguatinga.
- **PRT SAS/MS 1.355, de 04/10/16** – habilita a Casa de Parto de São Sebastião.
- **PRT MS/GM nº 963, de 10/05/2016** - Estabelece recurso anual a ser adicionado aos limites financeiros do Distrito Federal destinado ao custeio da Nefrologia - Bloco de Atenção da média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. R\$ 1.625.521,92 (um milhão seiscentos e vinte cinco mil quinhentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos).

A publicação das referidas portarias no DOU tem o potencial de gerar faturamento anual de R\$10.562.000,00, aproximadamente.

Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares

No ano de 2016 foram realizadas visitas técnicas em todas as unidades de faturamento dos hospitais, assim como reuniões com os diretores de hospitais visando à apuração de informações dos principais obstáculos encontrados para o correto processamento de informações de faturamento, assim como dar orientações quanto ao fluxo da informação nas unidades da SES.

Da mesma forma, foram realizados 8 fóruns itinerantes de faturamento, com 36 palestras, atingindo um público de mais de 700 servidores, onde foram esclarecidas dúvidas sobre fluxo da informação na SES-DF, principais fatores para o aumento de faturamento SUS, principais dúvidas nas telas do TrakCare, além de detalhamento do processo de faturamento

automático via TrakCare. As unidades onde ocorreram os fóruns foram HRT, HRG, HSVP, HRSAM, HRGU, HAB, HMIB e HRSM.

Foram realizadas também capacitações na sala de informática da FEPECS para os chefes e demais servidores envolvidos com o processo de faturamento nos sistemas SIA, SIH, RAAS e Tabwin.

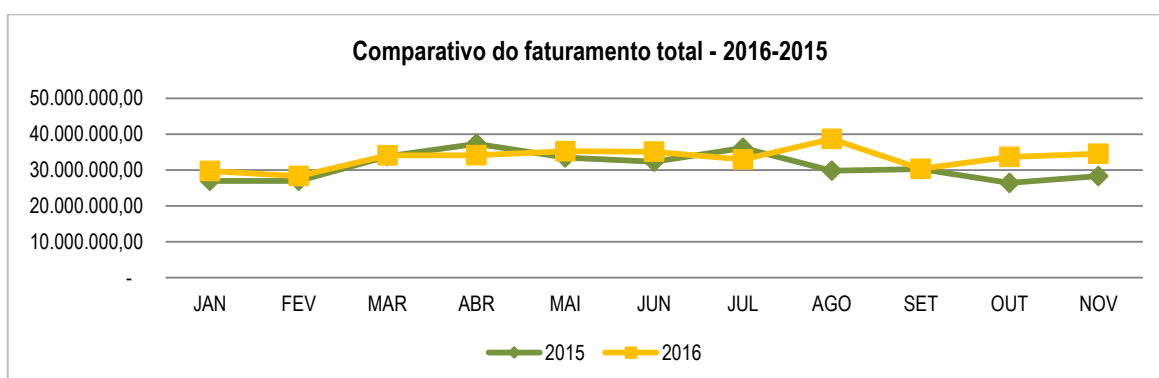
No período de janeiro a novembro de 2016, o processamento das informações relacionadas aos atendimentos ambulatoriais e hospitalares gerou um faturamento de **R\$ 367.153.618,59** (trezentos e sessenta e sete milhões cento e cinquenta e três mil seiscentos e dezoito e cinquenta e nove centavos). Segue abaixo quadro demonstrativo de faturamento por tipo de financiamento e complexidade dos procedimentos:

Comparativo do faturamento hospitalar (SIH) e ambulatorial (SIA) da SES/DF no período de jan a nov de 2015 e 2016.

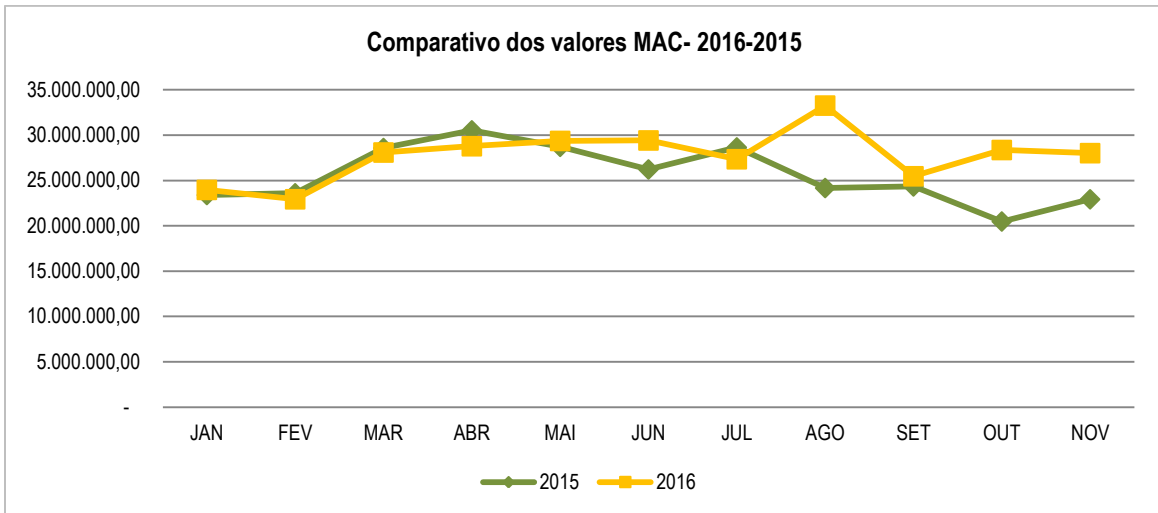
Tipo de financiamento	Ano	Sistema de processamento	Total faturado no período
Assistência Farmacêutica	2015	SIA	11.664.251,83
	2016		10.602.658,18
	Dif % (2016-2015)		-9%
FAEC	2015	SIA	36.656.691,71
		SIH	12.319.265,02
		TOTAL	48.975.956,73
	2016	SIA	38.078.814,74
		SIH	13.490.312,04
		TOTAL	51.569.126,78
	DIF % (2016-2015)	SIA	4%
		SIH	10%
		TOTAL	5%
MAC	2015	SIA	137.919.228,51
		SIH	143.675.619,80
		TOTAL	281.594.848,31
	2016	SIA	145.035.635,91
		SIH	159.946.197,72
		TOTAL	304.981.833,63
	DIF % (2016-2015)	SIA	5%
		SIH	11%
		TOTAL	8%
Total	2015	SIA	186.240.172,05
		SIH	155.994.884,82
		TOTAL	342.235.056,87
	2016	SIA	193.717.108,83
		SIH	173.436.509,76
		TOTAL	367.153.618,59
	DIF % (2016-2015)	SIA	4%
		SIH	11%
		TOTAL	7%

Fonte: SIA e SIH/MS - Jan a Nov/2016. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CRCS/SUPLANS/SES).

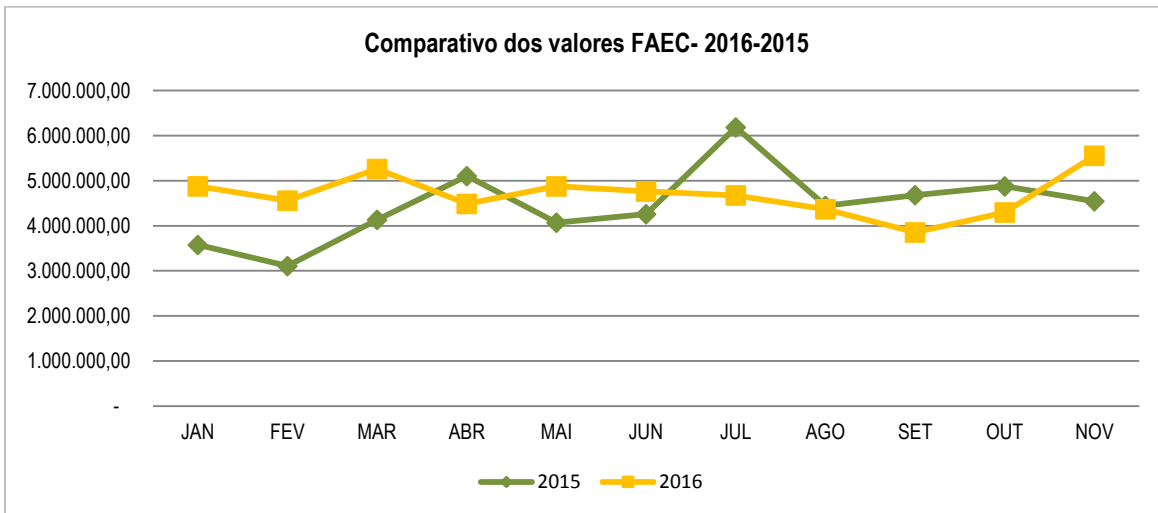
Observa-se que houve aumento no faturamento geral de recursos provenientes do Ministério da Saúde de 7% quando comparado ao mesmo período em 2015. Os financiamentos MAC e FAEC apresentaram um aumento de 8% e 5% respectivamente. Apesar de a assistência farmacêutica ter apresentado ainda uma queda de 9% em relação ao acumulado dos períodos, houve crescimento nos últimos meses, conforme gráficos abaixo, superando no mês de novembro o montante processado no mesmo período em 2015.



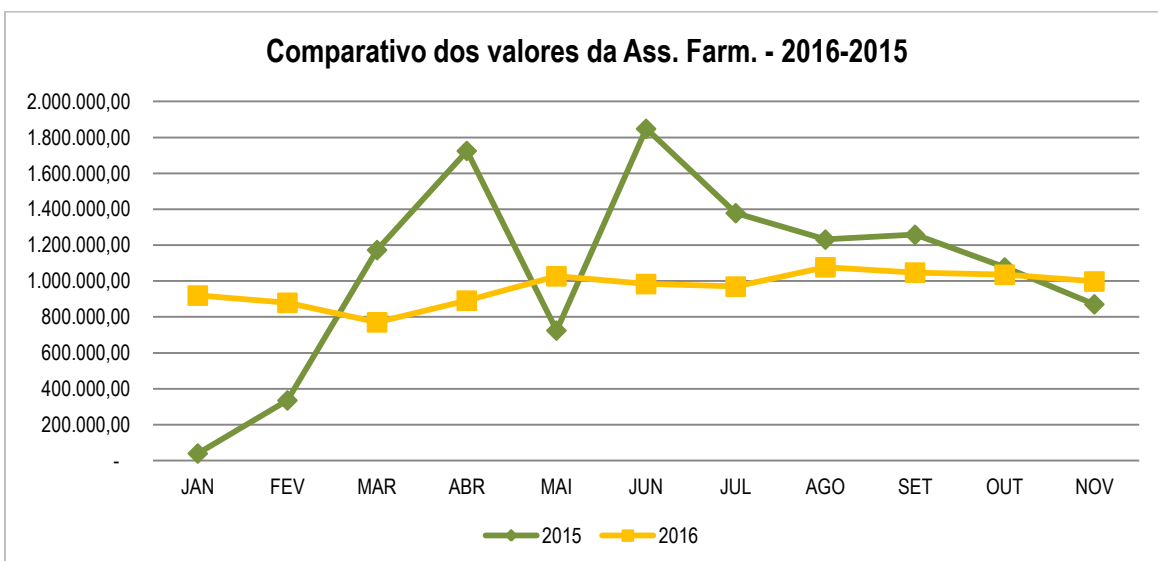
Fonte: SIA e SIH/MS - Jan a Nov/2015 e Jan a Nov/2016. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CRCS/SUPLANS/SES).



Fonte: SIA e SIH/MS - Jan a Nov/2015 e Jan a Nov/2016. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CRCS/SUPLANS/SES).



Fonte: SIA e SIH/MS - Jan a Nov/2015 e Jan a Nov/2016. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CRCS/SUPLANS/SES).



Fonte: SIA e SIH/MS - Jan a Nov/2015 e Jan a Nov/2016. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CRCS/SUPLANS/SES).

Varição das internações por estado de origem (residentes no DF e fora do DF) de janeiro a novembro 2015 e 2016

Unid da Federação de Residência	2015	% UF de origem 2015	2016	% UF de origem 2016	Dif do nº de intern. 2016-2015	% Crescimento
Distrito Federal	121.184	80,07%	129.630	79,47%	8.446	6,97%
Outros Estados	30.169	19,93%	33.487	20,53%	3.318	11,00%
Total	151353	100,00%	163117	100,00%	11764	7,77%

Fonte: SIH/MS - Jan a Nov/2015 e Jan a Nov/2016. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CRCS/SUPLANS/SES).

O maior contingente de pacientes não residentes internados em unidades hospitalares do DF continua sendo oriundo do Estado de Goiás, seguido por Minas Gerais e Bahia, tendo havido um crescimento de 11% (3.318 internações a mais) no número de internações de pacientes residentes fora do DF.

Detalhamento da variação das internações por estado de origem (residentes no DF e fora do DF) de janeiro a novembro 2015 e 2016

Unid da Federação de Residência	2015	% UF de origem do total em 2015	2016	% UF de origem do total em 2016	Dif. do nº de internações 2016-2015	% Crescimento
52 Goiás	28.391	18,76%	31.386	19,24%	2.995	10,55%
31 Minas Gerais	1.244	0,82%	1.444	0,89%	200	16,08%
29 Bahia	159	0,11%	201	0,12%	42	26,42%
17 Tocantins	73	0,05%	101	0,06%	28	38,36%
35 São Paulo	40	0,03%	93	0,06%	53	132,50%
22 Piauí	31	0,02%	39	0,02%	8	25,81%
41 Paraná	28	0,02%	33	0,02%	5	17,86%
14 Roraima	41	0,03%	17	0,01%	-24	-58,54%
21 Maranhão	27	0,02%	27	0,02%	-	0,00%
15 Pará	19	0,01%	27	0,02%	8	42,11%
11 Rondônia	23	0,02%	20	0,01%	-3	-13,04%
27 Alagoas	14	0,01%	15	0,01%	1	7,14%
33 Rio de Janeiro	10	0,01%	18	0,01%	8	80,00%
51 Mato Grosso	14	0,01%	13	0,01%	-1	-7,14%
23 Ceará	6	0,00%	11	0,01%	5	83,33%
12 Acre	10	0,01%	4	0,00%	-6	-60,00%
25 Paraíba	5	0,00%	8	0,00%	3	60,00%
32 Espírito Santo	6	0,00%	4	0,00%	-2	-33,33%
43 Rio Grande do Sul	5	0,00%	5	0,00%	-	0,00%
24 Rio Grande do Norte	6	0,00%	3	0,00%	-3	-50,00%
26 Pernambuco	3	0,00%	5	0,00%	2	66,67%
42 Santa Catarina	1	0,00%	7	0,00%	6	600,00%
50 Mato Grosso do Sul	7	0,00%	-	0,00%	-7	-100,00%
13 Amazonas	3	0,00%	2	0,00%	-1	-33,33%
16 Amapá	2	0,00%	3	0,00%	1	50,00%
28 Sergipe	1	0,00%	1	0,00%	-	0,00%
53 Distrito Federal	121.184	80,07%	129.630	79,47%	8.446	6,97%
Total	151.353	100,00%	163.117	100,00%	11.764	7,77%

Fonte: SIH/MS - Jan a Nov/2015 e Jan a Nov/2016. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CRCS/SUPLANS/SES).

Em relação ao total de internações ocorridas no mesmo período em 2015, houve um aumento de 10,55% para paciente de Goiás, 16,08% para pacientes de Minas Gerais e 26,42% para pacientes da Bahia.

Valores em R\$ processados pelas UPAS de janeiro a novembro 2015 e 2016

Estabel-CNES-DF	2015	2016	DIF R\$	DIF %
UPA TIPO III Samambaia	1.222.600,02	872.090,02	- 350.510,00	-29%
UPA Recanto das Emas	532.534,89	691.600,57	159.065,68	30%
UPA Núcleo Bandeirante	944.717,92	728.172,89	- 216.545,03	-23%
UPA São Sebastião	502.590,52	917.442,60	414.852,08	83%
UPA Cinelândia	832.599,36	452.995,04	- 379.604,32	-46%
UPA Sobradinho	603.909,55	932.343,69	328.434,14	54%
Total	4.638.952,26	4.594.644,81	- 44.307,45	-1%

Fonte: SIA/MS - jan-nov/2015 e jan-nov/2016. Dados sujeitos a alterações. (Dados controlados pela Gerência de Processamento de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI/DICS/CRCS/SUPLANS/SES).

As Unidades de Pronto Atendimento apresentaram queda nos valores faturados em relação ao mesmo período de 2015, com exceção da UPA de São Sebastião, que teve um desempenho 83% superior ao ano anterior. Com isso, apesar da queda das demais Unidades, o acumulado do ano apresentou queda de apenas 1% nos valores processados. Cabe ressaltar que muitas unidades tiveram problemas com falta de recursos humanos em suas unidades.

Varição dos valores em R\$ processados para as cirurgias realizadas de janeiro a novembro 2015 e 2016

Sistema	Tipos De Cirurgias	2015	2016	DIF R\$	DIF %
SIH	Total das Cirurgias nas Internações	71.339.503,95	78.310.274,60	6.970.770,65	9,8%
SIA	Total das Cirurgias Ambulatoriais	3.387.448,46	4.987.153,12	1.599.704,66	47,2%
Total		74.726.952,41	83.297.427,72	8.570.475,31	11,5%

Fonte: GEPI/DICS/CRCS/SUPLANS/SES, jan-nov/2015 e jan-nov/2016. Dados extraídos do SIA E SIH/DATASUS/SES.

Tendo-se por base o acumulado nos meses de 2015 e 2016, percebe-se um aumento de 11,5% nos valores totais faturados em cirurgias. Destaca-se que a maior parte desse aumento foi registrada na parte ambulatorial, com aumento de 47% em relação ao ano anterior.

Detalhamento da variação das cirurgias realizadas de janeiro a novembro 2015 e 2016 em R\$

	Subgrupos cirúrgicos	2015	2016	DIF R\$
Cirurgias Hospitalares (Com Internação) - SIH	0401 Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa	289.246,21	294.748,95	5.502,74
	0402 Cirurgia de glândulas endócrinas	37.052,77	74.195,44	37.142,67
	0403 Cirurgia do sistema nervoso central e periférico	3.717.634,22	5.343.950,29	1.626.316,07
	0404 Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço	2.079.343,33	3.562.099,66	1.482.756,33
	0405 Cirurgia do aparelho da visão	839.462,80	1.070.412,12	230.949,32
	0406 Cirurgia do aparelho circulatório	19.297.235,67	17.666.294,86	- 1.630.940,81
	0407 Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal	7.425.241,38	9.006.939,63	1.581.698,25
	0408 Cirurgia do sistema osteomuscular	7.557.990,28	9.843.217,58	2.285.227,30
	0409 Cirurgia do aparelho geniturinário	2.532.258,39	2.631.206,82	98.948,43
	0410 Cirurgia de mama	384.629,54	428.842,88	44.213,34
	0411 Cirurgia obstétrica	11.880.038,08	11.925.310,83	45.272,75
	0412 Cirurgia torácica	1.996.395,88	2.246.950,00	250.554,12
	0413 Cirurgia reparadora	572.765,73	541.348,25	- 31.417,48
	0414 Bucomaxilofacial	14.368,58	23.819,65	9.451,07
	0415 Outras cirurgias	7.601.791,62	8.367.071,52	765.279,90
	0416 Cirurgia em oncologia	5.114.049,47	5.283.866,12	169.816,65
	Total	71.339.503,95	78.310.274,60	6.970.770,65
Cirurgias Ambulatoriais - SIA	0401 Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa	1.242.800,80	1.524.742,49	281.941,69
	0404 Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço	93.215,86	204.505,47	111.289,61
	0405 Cirurgia do aparelho da visão	1.216.894,86	1.993.775,81	776.880,95
	0406 Cirurgia do aparelho circulatório	20.407,48	15.814,21	- 4.593,27
	0407 Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal	25.379,32	54.564,69	29.185,37
	0408 Cirurgia do sistema osteomuscular	12.372,51	16.943,22	4.570,71
	0409 Cirurgia do aparelho geniturinário	127.084,75	65.340,48	- 61.744,27
	0410 Cirurgia de mama	1.431,06	2.022,32	591,26
	0411 Cirurgia obstétrica	-	59,37	59,37
	0412 Cirurgia torácica	54,97	33,97	- 21,00
	0413 Cirurgia reparadora	7.650,00	328.381,23	320.731,23
	0414 Bucomaxilofacial	256.961,94	322.459,65	65.497,71
	0415 Outras cirurgias	4.269,98	8.889,28	4.619,30
	0417 Anestesiologia	72.504,82	44.289,74	- 28.215,08
	0418 Cirurgia em nefrologia	306.420,11	405.331,19	98.911,08
		Total	3.387.448,46	4.987.153,12

Fonte: GEPI/DICS/CRCS/SUPLANS/SES, jan-nov/2015 e jan-nov/2016. Dados extraídos do SIA E SIH/DATASUS/SES.

Cadastramento de Estabelecimentos de Saúde no Distrito Federal

É o processo de captação, análise e processamento das informações fornecidas pelos estabelecimentos de saúde públicos e privados, que após validação são transmitidas ao DATASUS e disponibilizadas na base de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), possibilitando ao gestor e à população o conhecimento da rede assistencial existente e suas potencialidades, visando também auxiliar o gestor no planejamento em saúde.

Alerta-se que a categoria Esfera Administrativa informada no relatório de prestação de contas de 2015 não é mais disponibilizada para tabulação, e por isso não consta neste relatório.

O Distrito Federal atualmente possui 5.346 estabelecimentos com o cadastro ativo. Os Tipos de Estabelecimentos de saúde no DF estão relacionados na abaixo. A maioria dos estabelecimentos cadastrados são do tipo Consultórios Isolados.

Quantidade de estabelecimentos de saúde públicos e privados por tipo, do ano de 2015 e novembro 2016.

Tipo de Estabelecimento	Qtd. 2015	Qtd. 2016
POSTO DE SAÚDE	16	02
CENTRO DE SAÚDE/UNIDADE BÁSICA	170	178
POLICLÍNICA	62	59
HOSPITAL GERAL	32	27
HOSPITAL ESPECIALIZADO	23	18
UNIDADE MISTA	1	0
PRONTO SOCORRO GERAL	1	1
CENTRO CASA DE PARTO	0	1
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	2	3
CONSULTÓRIO ISOLADO	3.200	3.019
UNIDADE MÓVEL FLUVIAL	2	0
CLÍNICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	1.375	1.635
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	182	211
UNIDADE MÓVEL TERRESTRE	4	8
UNIDADE MÓVEL DE NÍVEL PRÉ-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	60	62
FARMÁCIA	3	3
UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	18	20
COOPERATIVA	8	16
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	9	19
CENTRAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	1	1
LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA LACEN	1	1
SECRETARIA DE SAÚDE	1	1
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	0	1
CENTRO DE ATENÇÃO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLÓGICA	11	9
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	17	17
PRONTO ATENDIMENTO	6	7
CENTRAL DE REGULAÇÃO MÉDICA DAS URGÊNCIAS	1	1
SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR ISOLADO (HOME CARE)	16	22
OFICINA ORTOPÉDICA	1	1
CENTRAL DE NOTIFICAÇÃO, CAPTAÇÃO E DISTR. DE ÓRGÃOS ESTAD	2	2
UNIDADE DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA	0	1
TOTAL	5.225	5.346

Fonte: CNES/DATASUS ano de 2015 e novembro de 2016. Dados atualizados mensalmente e controlado pela Gerência de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde e Usuários do SUS – GECAD/DICS/CRCS/SUPLANS/SES-DF.

Na a seguir é apresentada a quantidade de leitos cirúrgicos, clínicos, complementares, obstétricos, pediátricos, outras especialidades e hospital/dia cadastrados nos estabelecimentos de saúde do Distrito Federal.

Quantidade de leitos por especialidade Existente, SUS e Não SUS, cadastrados nos estabelecimentos de saúde do Distrito Federal, Brasília, Brasil, 2017.

Tipo/Especialidade	Existente	Leitos SUS	Leitos Não SUS
1-Cirúrgico	1922	1354	568
2-Clínico	2211	1395	816
3-Complementar	1117	310	807
4-Obstétrico	723	561	162
5-Pediátrico	629	518	111
6-Outras Especialidades	794	283	511
7-Hospital/DIA	65	16	49
Total	7461	4437	3024

Fonte: CNES/DATASUS competência nov/2016. Dados atualizados mensalmente e controlado pela Gerência de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde e Usuários do SUS – GECAD/DICS/CRCS/SUPLANS/SES-DF.

O total de leitos complementares próprios, contratados e conveniados da rede SES-DF é de 400, dos quais 310 estão habilitados pelo Ministério da Saúde conforme tabela acima.

Nas tabelas a seguir são apresentadas a capacidade instalada de leitos gerais e complementares cadastrados nos estabelecimentos de saúde das Regiões de Saúde e das Unidades de Referência Distrital, respectivamente, próprios da rede SES-DF. Como leitos complementares entende-se a soma dos leitos de UTI adulto, de UTI pediátrica, de UTI neonatal, de UTI coronariana e unidades de isolamento, uma vez que essas são as categorias apresentadas no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde.

Quantidade de leitos gerais e complementares próprios da rede SES-DF por Região de Saúde, Brasília, Brasil, 2017.

Região	Leitos Gerais	Leitos Complementares	Total
Centro Norte	347	16	363
Centro Sul	291	93	384
Sul	739	141	880
Sudoeste	527	55	582
Oeste	531	44	575
Norte	404	44	448
Leste	218	27	245
Total Geral	3.057	420	3.477

Fonte: CNES/DATASUS competência nov/2016. Dados atualizados mensalmente e controlado pela Gerência de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde e Usuários do SUS – GECAD/DICS/CRCS/SUPLANS/SES-DF.

Quantidade de leitos gerais e complementares próprios da rede SES-DF por Unidade de Referência Distrital, Brasília, Brasil, 2017.

URD	Leitos Gerais	Leitos Complementares	Total
HBDF Hospital de Base	650	87	737
Hospital São Vicente	83	0	83
Hospital de Apoio	56	0	56
Hospital da Criança	17	0	17
Total Geral	806	87	893

Fonte: CNES/DATASUS competência nov/2016. Dados atualizados mensalmente e controlado pela Gerência de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde e Usuários do SUS – GECAD/DICS/CRCS/SUPLANS/SES-DF.

Salienta-se que o CNES tem por finalidade ofertar para a sociedade informações sobre a disponibilidade de serviços nos territórios, formas de acesso e funcionamento, bem como fornecer informações que apoiem a tomada de decisão, o planejamento, a programação e o conhecimento pelos gestores, pesquisadores, trabalhadores e sociedade em geral acerca da organização, existência e disponibilidade de serviços, força de trabalho e capacidade instalada dos estabelecimentos de saúde e territórios. Não é finalidade do CNES ser instrumento de indução política ou mecanismo de controle, constituindo-se somente como um cadastro que permita a representação mais fidedigna das realidades locorregionais.

Desenvolvimento Organizacional

A nova arquitetura organizacional da SES/DF foi formalizada por meio de decretos do Governador do Distrito Federal. O Decreto Nº 36.918, de 26/11/2015 (publicado no DODF de 27/11/2015, republicado no DODF de 18/01/2016), dispõe sobre a estrutura da Administração Central da SES/DF e o Decreto Nº 37.057, de 14/01/2016, dispõe sobre a estrutura das Superintendências das Regiões de Saúde (SRS), Unidades de Referência Assistencial (URA) e Unidades de Referência Distrital (URD) (publicado no DODF de 15/01/2016, republicado no DODF de 29/04/2016).

Alguns ajustes na estrutura foram necessários ao longo do ano para melhor funcionamento da Secretaria e foram formalizados pelos seguintes decretos: Decreto Nº 37.289, de 27/04/2016 (publicado no DODF de 28/04/2016); Decreto Nº 37.292 de 28/04/2016 (publicado no DODF de 29/04/2016); Decreto Nº 37.581 de 29/08/2016 (publicado no DODF de 30/08/2016); Decreto Nº 37.627 de 15/09/2016 (publicado no DODF de 16/09/2016), Decreto Nº 37.760 de 07/11/2016 (publicado no DODF de 08/11/2016).

Além disso, no ano de 2016, foram realizadas oficinas de elaboração dos Regimentos Internos. A referência normativa para elaboração dos regulamentos foi a Portaria nº 25, de 24/02/2012, que aprovou o Guia para Elaboração de Regimento Interno das Secretarias de Estado do Governo do Distrito Federal. Os Regimentos da SES/DF foram elaborados com ampla participação de servidores e gestores, sendo aprovado pelo Colegiado de Gestão da SES/DF.

Segue abaixo, quadro demonstrativo dos trabalhos realizados:

Trabalhos referentes à Reestruturação Organizacional e elaboração dos Regimentos Internos da Secretaria de Saúde do Distrito Federal	
Evento	Quantidade
REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL	
Reuniões	33
Proposta de estrutura	70
Organogramas	40
Resultado: Confecção das minutas e publicação dos Decretos	
REGIMENTO INTERNO	
Oficinas	100
Participantes	1.060
Regimento Interno das SRS, URA e URD	350 artigos
Reuniões de validação com alta administração	15
Resultado: Elaboração da minuta de Decreto de Regimento Interno, com revisão e modernização da estrutura administrativa, e aprovação pelo Colegiado de Gestão	

Destaca-se a previsão, no Regimento Interno, da vinculação técnica orientada por processos de trabalho entre unidades orgânicas da Administração Central da SES e das Superintendências, Unidades de Referência Assistencial e Unidades de Referência Distrital. Essa vinculação foi amplamente discutida e trabalhada em oficinas coordenadas pela DIORG.

Foram realizados cursos e reuniões para mapeamento dos seguintes processos finalísticos e de apoio: abastecimento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME, fluxo de credenciamento e habilitação de serviços públicos de saúde, fluxo de vistoria técnica e habilitação do processo de credenciamento, fluxo da Linha de Cuidado da Obesidade, fluxo da Linha de Cuidado da Pessoa com Demência e fluxo de inspeção em ambiente de trabalho (CEREST), o que resultou na **elaboração de sete fluxos e entrega aos demandantes**.

Por fim, o grupo de trabalho designado para executar o projeto de “Sistematização das Contratações da SES/DF”, aprovado pelo Colegiado de Gestão em 14/12/2016, **gerou a organização dos processos de compras para melhor utilização dos recursos públicos e prestação de melhores serviços à população, com a diagramação dos fluxos e elaboração do Manual com os indicadores de processo**.

Gestão de Custos na SES/DF

A Gestão de Custos na SES/DF está institucionalizada por meio da Portaria nº 79, de 29 de abril de 2015 e tem como objetivo macro conhecer os custos dos serviços prestados, bem como demonstrar os processos de trabalho que compõem esses serviços de modo a auxiliar os gestores na tomada de decisão, visando à melhoria na gestão dos recursos.

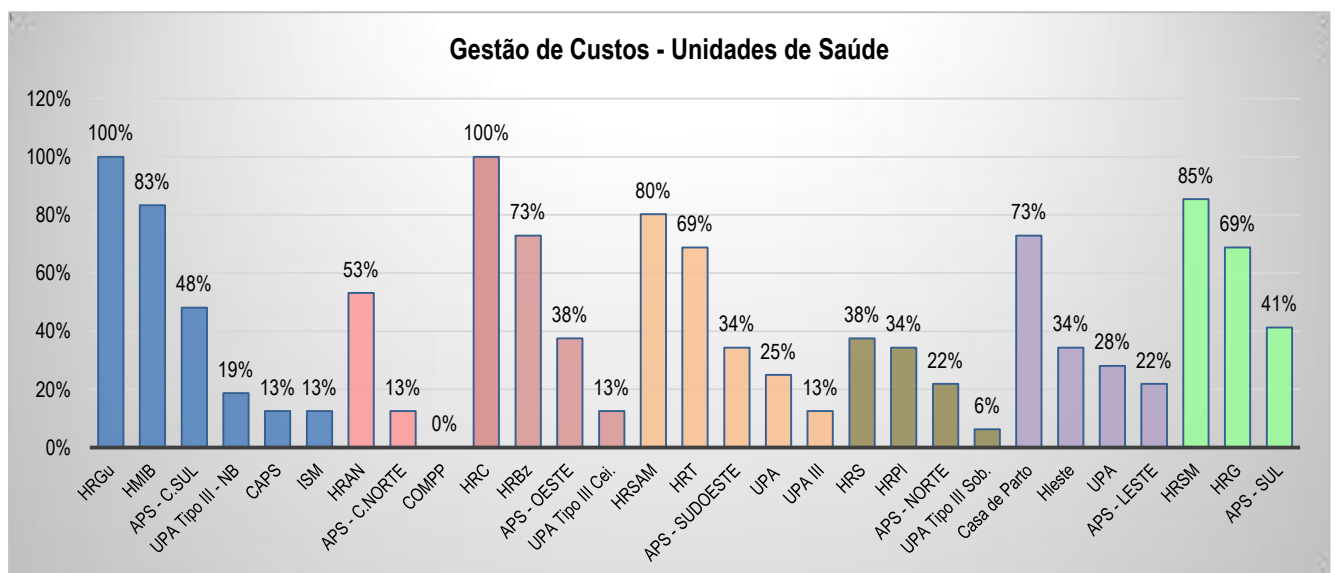
Tendo como norteador o objetivo estratégico do Plano de Saúde 2016 – 2019, de implantar a gestão de custos em todas unidades de saúde da SES-DF, o ano de 2016 foi de avanço nesse sentido. Com a reestruturação orgânica da SES-DF, foram criados Núcleos de Gestão de Custos em todas unidades hospitalares e também nos serviços de atenção primária das Regiões de saúde. Fato que contribuiu para o início da implantação da gestão de custos nas unidades hospitalares que ainda não haviam iniciadas e também nas unidades básicas de saúde da atenção primária.

Com os novos atores na gestão de custos da SES-DF e a necessidade de avanços, foram realizados cursos de capacitação, que resultou em 30 servidores capacitados na área. Foram realizadas também palestras de sensibilização com os gestores das Regiões de saúde, com intuito de disseminar a importância de ser implantada a gestão de custos nas unidades e de solicitar colaboração para a coleta de informações de custos.

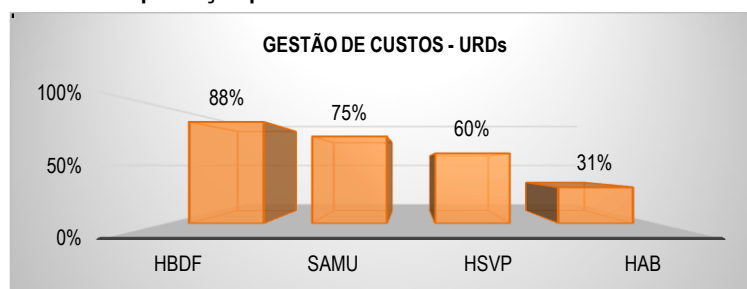
Em 2016, foi realizada a reestruturações e organização dos fluxos de trabalho das unidades de saúde e avanço na implantação da gestão de custos nas unidades de saúde, contando atualmente, com 13 unidades hospitalares, 02 unidades de saúde básica, 03 Unidades de Pronto Atendimento e 01 Casa de Parto, com custo total apurado no sistema de apuração de custos APURASUS.

A implantação se dá por meio de pontuação conferida conforme avanço nas quatro fases da implantação. O produto do monitoramento demonstra o status das Regiões de Saúde e suas respectivas unidades de saúde.

Status de Implantação por Superintendências



Status de Implantação por Unidades de Referência Distritais – URDs



Os resultados possibilitaram conhecer o custo total das diversas unidades que alcançaram a fase “Preenchimento APURASUS” e que obtiveram o relatório de custo total da unidade. Os custos das unidades que não alcançaram a referida fase, foram estimados, consolidando na tabela abaixo, que demonstra o custo médio mensal por Região de Saúde, diferenciando os custos da Atenção Especializada, Atenção Primária e das Superintendências:

Local	REGIÃO SUL	REGIÃO SUDOESTE	REGIÃO OESTE	REGIÃO LESTE	REGIÃO NORTE	REGIÃO CENTRO NORTE	REGIÃO CENTRO SUL
Superintendência	R\$ 711.806,59	R\$ 1.345.818,28	R\$ 848.686,30	R\$ 1.477.776,63	R\$ 532.022,73	R\$ 1.085.651,77	R\$ 975.877,93
At. Especializada	R\$ 47.310.601,56	R\$ 42.169.210,98	R\$ 30.397.508,02	R\$ 14.551.552,20	R\$ 30.083.492,25	R\$ 25.576.404,33	R\$ 33.267.568,62
At. Primária	R\$ 8.807.480,94	R\$ 20.289.100,07	R\$ 13.760.955,49	R\$ 7.092.951,04	R\$ 13.742.439,77	R\$ 6.073.909,73	R\$ 13.979.329,33
Custo médio Mensal	R\$ 56.829.889,10	R\$ 63.804.129,33	R\$ 45.007.149,80	R\$ 23.122.279,87	R\$ 44.357.954,75	R\$ 2.735.965,82	R\$ 48.222.775,88

Para 2017, o cronograma prevê o avanço na implantação das demais unidades e serviços de saúde que ainda não iniciaram, entre elas: Unidades Mistas, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Serviço Móvel de Urgência – SAMU; Centro de Orientação Médico Psicopedagógica – COMPP, Instituto de Saúde Mental – ISM, e unidades básicas de saúde. Além de fomentar a disseminação da gestão de custos como importante ferramenta de gestão aos gestores das unidades de saúde da SES/DF.

Contratualização em Saúde

Em março de 2016 foi iniciado o Projeto Estrela - Implementação da Gestão Regionalizada na Saúde do DF, com o objetivo de dotar as Regiões e URD's de capacidade de gestão de seus territórios para a conformação de Redes de Atenção à Saúde para a população do Distrito Federal.

Em julho de 2016 foi publicado o Decreto 37.515 que instituiu o PRS – Programa de Gestão Regional da Saúde, determinando as diretrizes de contratualização e estabelecendo o Acordo de Gestão Regional - AGR como instrumento jurídico para efetivação do Programa. No AGR são estabelecidas metas e indicadores a serem contratualizados entre a ADMC, Regiões e URD's, fomentando a autonomia local e corresponsabilização das partes.

Para construção do AGR, uma das estratégias adotada foi a realização de um curso de Aperfeiçoamento em parceria com a EAPSUS e Subsecretarias, o Curso de Gestão Regional da Saúde, com um público alvo de 240 gestores de Regiões e URD's, objetivando uma ação educacional de capacitação e construção conjunta dos anexos do acordo. O curso está em fase de conclusão, com carga horária prevista de 180 horas, abordando módulos referentes à Gestão da Atenção à Saúde, Gestão de Pessoas, Gestão Financeira-Orçamentária, Gestão da Infraestrutura e Serviços e Planejamento em Saúde.

Na ADMC, foram realizadas Oficinas de Construção de Metas e Indicadores, tendo como público alvo os gestores das Subsecretarias, pautando a construção da matriz de metas para o AGR sob a perspectiva dos processos prioritários a serem descentralizados.

Foi realizado o acompanhamento das contratualizações externas, apoiando a renovação do contrato do Instituto de Cardiologia do DF- ICDF, o gerenciamento do contrato do Hospital da Criança e o desenvolvimento de metodologia do projeto básico, contrato e metas para o Hospital Universitário de Brasília.

Para 2017, está prevista a conclusão do Curso de Gestão Regional com a assinatura dos Acordos de Gestão Regional e seus respectivos fluxos de monitoramento e avaliação. Na sequência, será iniciada a próxima etapa de implantação do projeto, a composição dos Acordos de Gestão Local – AGL's, estabelecendo as diretrizes de contratualização entre as Regiões e URD's com suas Unidades de Saúde.

Regulação em Saúde

A escassez de recursos públicos em relação à crescente demanda por serviços cada vez mais especializados e os altos custos dos tratamentos em saúde têm exigido rigor e racionalização na alocação dos recursos financeiros, como também, na utilização dos bens e serviços do SUS.

A finalidade da política pública de regulação do acesso aos serviços de saúde é contribuir para o aprimoramento da utilização dos serviços, não em uma lógica meramente financeira, mas de maneira a buscar a qualidade da ação, a resposta adequada aos problemas clínicos e a satisfação do usuário em tempo oportuno.

A Central de Marcação de Consulta e Exames (CMCE) é a unidade responsável pelo agendamento das consultas e exames que estão sob regulação. O acesso ofertado corresponde à primeira consulta na especialidade, estando os retornos sob a gestão local de cada Superintendência em Saúde. A CMCE funciona no horário das 7h às 18h, de segunda a sexta-feira. Atualmente o processo de agendamento eletrônico pela CMCE acontece apenas nas especialidades reguladas.

O processo regulatório ambulatorial se inicia por meio da inserção de uma solicitação médica (procedimento ou consulta) via Núcleo de Regulação, Controle e Avaliação (NRCA) ou Gerência de Regulação, Controle e Avaliação (GRCA), em qualquer unidade de saúde do DF. Nestes locais, através do sistema SISREG, é inserida a solicitação do paciente que automaticamente entra nas filas de espera dos procedimentos. Na CMCE, os médicos reguladores, baseado em diretrizes clínicas de regulação, o qual preconizam a priorização da solicitação e da oferta de vagas, e nas informações fornecidas pelos solicitantes; avaliam, priorizam e autorizam as solicitações. Quando autorizada (marcada) a solicitação, a operação (videofonistas) identifica, automaticamente, e informa ao usuário sobre o agendamento. Atualmente, o serviço de videofonia é terceirizado, contratado pela CODEPLAN.

O sistema utilizado para regulação ambulatorial é o SISREG III, ferramenta disponibilizada gratuitamente pelo Ministério da Saúde. Todas as unidades de saúde da rede SES/DF que possuem tecnologia de informação e acesso à internet, são habilitadas para realizar solicitações através do SISREG.

As especialidades não reguladas observam um fluxo de atendimento estabelecido pelas Coordenações de Especialidade cuja gestão está vinculada à SAIS. A regulação do acesso das especialidades não reguladas promoveria a disponibilização do recurso de forma mais equânime e adequada às necessidades do usuário, preservando a transparência e a priorização clínica no acesso aos serviços de saúde.

As especialidades Reguladas são: Consultas em dermatologia; Consultas e procedimentos em Oftalmologia; Consultas em Cardiologia; Exames cardiológicos: ecocardiografias, cateterismo cardíaco, angioplastia, estudo eletrofisiológico, holter 24 horas, MAPA, teste de esforço e tilt test; Consultas em radioterapia; Consultas em Especialidades Pediátricas: alergologia, cardiologia, cirurgia pediátrica, endocrinologia, gastroenterologia, homeopatia, imunologia, nefrologia, neurocirurgia, neurologia, onco-hematologia, pneumologia e reumatologia; Consultas em Endocrinologia; Consultas em Otorrinolaringologia; Consultas em Saúde Auditiva; Consultas em Alergologia e Imunologia Adulto; Consultas em Cirurgia Vasculare; Consultas em Cirurgia Plástica; Consultas em Oncologia Clínica; Consulta em Radioterapia; Consultas em Mastologia; Exames radiológicos: mamografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e densitometria óssea; e Exames otorrinolaringológicos.

Apresenta-se, na tabela abaixo, a produtividade referente às especialidades reguladas até 31 de dezembro de 2016, em um quadro comparativo com o ano de 2015:

Estatística SISREG III – Produtividade e Fila de Espera				
Especialidades	Produtividade em 2015	Fila 05/01/2016	Produtividade em 2016	Fila 11/01/2017
Alergologia - Consultas	2.331	1.319	4.093	0
Cardiologia - consultas	24.901	31.180	23.042	33.880
Cardiologia - exames	44.052	31.047	50.305	26.595
Dermatologia - consultas	22.255	18.511	24.251	19.725
Oftalmologia - consultas	35.653	31.047	29.221	51.880
Oftalmologia - procedimentos	10.177	5.284	6.592	6.433
Radioterapia - consultas	820	713	442	1.291
Consultas pediátricas	12.423	29.798	15.662	31.886
Cirurgia vascular - consultas	2.136	21.758	1.919	26.486
Cirurgia Plástica - consultas	2.294	1058	2.592	31.886
Oncologia clínica – consultas	1.031	787	1.722	311
Endocrinologia	2.084	2940	3.465	1.945
Mastologia - consultas	4.022	88	4.092	190
Saúde Auditiva - consultas	1.904	0	2.253	0
Otorrinolaringologia - consultas	14.113	16.271	22.058	13.795
Mamografia	14.985	5.716	12.262	10.799
Ressonância Magnética	40.167	1.050	32.298	8.510
Tomografia Computadorizada	34.151	9.426	31.954	15.456
Densitometria óssea	10.139	3.832	7.684	7.083
TOTAL	279.638	199.522	275.907	288.151

Fonte: Sistema informacional SISREGIII/DATASUS

No segundo quadrimestre de 2016, iniciou-se a regulação dos exames otorrinolaringológicos, impossibilitando uma comparação referente a produtividade e fila com o ano anterior.

Nota-se diminuição na produtividade em 2016, que conseqüentemente ocasionou aumento na demanda reprimida. Tal situação pode ser justificada pela redução da oferta em virtude do remanejamento de profissionais para outras frentes de serviço, como pronto socorro, déficit na manutenção de aparelhos (tomógrafos, ressonância, radioterapia, vitreófago, etc) e desabastecimento de insumos.

Com o intuito de dar celeridade ao acesso às especialidades, e proporcionar melhor qualificação das filas, garantindo assim o acesso do paciente de acordo com o grau de necessidade; durante o ano de 2016 a Gerência de Regulação Ambulatorial trabalhou junto aos coordenadores de especialidade, buscando aperfeiçoar as diretrizes clínicas de regulação. Tal processo deverá ser continuado no ano de 2017.

A Central de Regulação de Internação Hospitalar – CRIH é o setor responsável pela regulação dos leitos de UTI e UCIN dos estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS no DF. Além dos leitos próprios da rede SES/DF, a CRIH conta com unidades conveniadas e contratadas para ampliar o acesso. É regulamentada por protocolos operacionais e clínicos previstos nas Portarias SES/DF nº 199 e 200, atualizadas em 06 de agosto de 2015, as quais determinam o funcionamento da CRIH, as atribuições dos profissionais integrantes da equipe e os critérios de admissão e alta das UTIs. A CRIH funciona 24 horas ininterruptas, em esquema de plantão, e utiliza a ferramenta informacional Trakcare/InterSystems.

Ressalta-se que a fim de assegurar maior transparência no processo de regulação da internação hospitalar, sem violar a privacidade do paciente e o sigilo profissional, o acesso às informações referentes à regulação dos leitos foi disponibilizado ao poder judiciário, Defensoria Pública da União e do DF e Ministério Público do DF.

De acordo com os parâmetros indicados na Portaria GM/MS nº 1.101/2002 para a cobertura assistencial, 4% a 10% do total de leitos gerais devem ser destinados como leitos de terapia intensiva. A SES/DF disponibilizou em 2014, segundo o Resumo dos Serviços Médicos Hospitalares e Consultas - 2014, um total de 4.885 leitos gerais. Desta forma, aplicando-se os parâmetros e considerando apenas a população do DF (estimativa de população do IBGE em 01/07/2016: 2.977.216 habitantes), a necessidade mínima para leitos de UTI seria de 297 leitos (4% de cobertura) e a máxima de 744 leitos (10% de cobertura).

No ano de 2016, por quadrimestres a SES-DF disponibilizou os seguintes quantitativos de leito por quadrimestre:

		Nº Leitos De Uti Rede SES – 1º Quadrimestre de 2016		Nº Leitos de UTI Rede SES por Quadrimestre de 2015	Variação %
		Leitos Existentes	Quantidade		
1º Quadrimestre	SES		357	353	1,10%
	Contratado		38	36	5,50%
	Conveniada		11	11	0%
	SUB-TOTAL		406	400	1,50%
2º Quadrimestre	SES		362	353	2,50%
	Contratado		38	36	5,50%
	Conveniada		11	11	0%
	SUB-TOTAL		411	400	2,75%
3º Quadrimestre	SES		354	353	2,80%
	Contratado		38	36	5,50%
	Conveniada		11	11	0%
	SUB-TOTAL		403	400	0,75%

Fonte: Sistema Trakcare/ Intersystems

Em relação ao mesmo período de 2015, nota-se aumento de 0,75% no total de leitos de UTI, fato justificado principalmente pelo acréscimo de leitos na rede contratada (Hospital São Mateus - UTI Oxtal).

O abaixo demonstra o quantitativo de leitos de UCIN regulados no ano de 2016 por quadrimestre.

		Nº Leitos De Ucin Rede SES – 1º Quadrimestre de 2016		Nº Leitos de UCIN Rede SES – 1º Quadrimestre de 2015	Variação %
		Leitos Existentes	Quantidade		
1º QUADRIMESTRE	SES		87	107	-18,70%
	Contratado		0	0	-
	Conveniada		0	0	-
	Sub-Total		87	107	-18,70%
2º Quadrimestre	Nº Leitos De UCIN Rede SES – 2º Quadrimestre de 2016			Nº Leitos de UCIN Rede SES – 2º Quadrimestre de 2015	Variação %
	Leitos Existentes		Quantidade		
	SES		98	107	-8%
	Contratado		0	0	-
Conveniada		0	0	-	
Sub-Total		98	107	-8%	
3º Quadrimestre	Nº Leitos De UCIN Rede SES – 3º Quadrimestre de 2016			Nº Leitos de UCIN Rede SES – 3º Quadrimestre de 2015	Variação %
	Leitos Existentes		Quantidade		
	SES		98	107	-8%

1º QUADRIMESTRE	Nº Leitos De Ucin Rede SES – 1º Quadrimestre de 2016		Nº Leitos de UCIN Rede SES – 1º Quadrimestre de 2015		Variação %
	Leitos Existentes	Quantidade			
	SES	87	107		-18,70%
	Contratado	0	0		-
	Conveniado	0	0		-
	Sub-Total	87	107		-18,70%
	Contratado		0	0	-
	Conveniado		0	0	-
	Sub-Total		98	107	-8%

Fonte: Sistema Trakcare/Intersystems

Em relação ao mesmo período de 2015, mesmo com o aumento de sete (07) leitos da UCIN do HRSM, nota-se diminuição de 8% no total de leitos de UCIN, ocasionado pelo fechamento dos 16 leitos do HRG.

Os leitos de UTI (próprios, contratados e conveniados) e UCIN são disponibilizados aos pacientes gravemente enfermos que estão internados nas unidades solicitantes e, após análise da solicitação de internação hospitalar à CRIH (online), são encaminhados às unidades executantes quando do surgimento da vaga que atenda às necessidades dos mesmos. De acordo com a Portaria SES/DF N° 199, de 06/08/2015, entende-se por unidade solicitante os estabelecimentos assistenciais de saúde vinculados ao SUS, responsáveis por qualquer solicitação de internação em leitos hospitalares. Unidades executantes são todas as unidades assistenciais que realizam os serviços necessários ao cumprimento do fluxo regulatório.

A rede de unidades solicitantes da SES/DF é composta por 13 hospitais e 06 Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) próprios, 01 hospital conveniado e 02 contratado, conforme ilustra o Quadro abaixo.

Unidades Solicitantes de internação em terapia intensiva na rede SES/DF	
Unidade Solicitante	Vínculo com a SES/DF
Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF	Próprio
Hospital Regional da Asa Norte - HRAN	
Hospital Regional da Asa Sul - HRAS	
Hospital Regional de Brazlândia - HRBz	
Hospital Regional de Ceilândia - HRC	
Hospital Regional do Guarã - HRGu	
Hospital Regional do Gama - HRG	
Hospital Regional do Paranoá - HRPa	
Hospital Regional de Planaltina - HRPI	
Hospital Regional de Samambaia - Hrsam	
Hospital Regional de Santa Maria - HRSM	
Hospital Regional de Sobradinho - HRS	
Hospital Regional de Taguatinga - HRT	
UPA Samambaia	
UPA Recanto das Emas	
UPA São Sebastião	
UPA Núcleo Bandeirante	
UPA Ceilândia	
UPA Sobradinho	
Hospital Universitário de Brasília - HUB	
Instituto de Cardiologia do DF - ICDF	Contratado
Hospital São Mateus (OXTAL)	
Oxtal – Hospital São Mateus	

Fonte: Diretoria de Regulação/SUPLANS

Todas as solicitações de internação em UTI são avaliadas pelos médicos reguladores da CRIH, conforme protocolos vigentes de regulação, para que se dê o encaminhamento sistemático dos pacientes gravemente enfermos às unidades de terapia intensiva da rede SES/DF.

O sistema Trakcare, até a presente data, não gera relatórios gerenciais fidedignos quando realizou-se pesquisa para:

- Número de solicitações de UTI/mês por solicitante;
- Número de óbitos na fila de espera da CRIH;
- Histórico da ocupação dos leitos de UTI;
- Internação sob mandado judicial (MJ) ou fora de fluxo (FF).

Outros dados, tais como, tempo médio de permanência na fila, total de direcionamentos, total de internações em UTI reguladas, não são fornecidos pelo sistema informacional vigente, ocasionando óbices ao monitoramento e avaliação dos processos internos.

O processo de regulação da internação hospitalar sofre interferência do poder judiciário por meio dos mandados judiciais, que determinam a pronta internação em leito de terapia intensiva. O quadro abaixo demonstra o quantitativo de ações judiciais recebidas na CRIH para cumprimento em unidades de terapia intensiva.

Mandados Judiciais UTI - 1º Quadrimestre de 2016

MÊS				Cumpridos			Não Cumpridos			Total MJ	MJ UTI - 1º Quad. de 2015	Variação %
	Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3	Prioridade 4A****	Prioridade 4B****	Não Priorizado*	Óbito**	Melhora Clínica***	Pendente****			
Janeiro	33	35	19	2	0	0	29	12	0	130	180	-27,70%
Fevereiro	17	23	24	2	0	0	43	17	1	127	162	-21,60%
Março	30	27	25	0	0	0	36	15	0	133	123	8,10%
Abril	45	48	14	0	0	0	51	16	7	181	196	-7,60%
SUB-TOTAL	125	133	82	4	0	0	159	60	8	571	661	-13,60%
	Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3	Prioridade 4A****	Prioridade 4B****	Não Priorizado*	Óbito**	Melhora Clínica***	Pendente****	TOTAL MJ	MJ UTI - 2º Quad. de 2015	Variação %
Maio	32	29	13	2	0	0	35	22	0	133	161	-17,40%
Junho	26	36	20	1	0	0	37	17	0	137	150	-8,70%
Julho	36	36	7	1	0	0	43	18	0	141	128	10,10%
Agosto	43	34	10	0	0	0	51	20	9	167	160	-4,40%
SUB-TOTAL	137	135	50	4	0	0	166	77	9	578	599	-3,50%
	Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3	Prioridade 4A****	Prioridade 4B****	Não Priorizado*	Óbito**	Melhora Clínica***	Pendente****	TOTAL MJ	MJ UTI - 3º Quad. de 2015	Variação %
Setembro	33	26	19	1	0	0	35	15	0	129	148	-12,80%
Outubro	37	26	10	1	0	0	34	9	0	117	137	-14,60%
Novembro	28	27	8	0	1	0	38	13	0	115	80	43,70%
Dezembro	47	42	13	2	1	0	35	16	2	158	86	83,70%
SUB-TOTAL	145	121	50	4	2	0	142	53	2	519	451	15,00%

***Casos retirados da fila de espera por melhora clínica/não indicação de UTI.

**** Até a data de fechamento deste relatório não haviam sido cumpridos devido à indisponibilidade de leitos.

*****Prioridades acrescidas a partir da Portaria nº 200, de 6 de agosto de 2015.

De acordo com os dados apresentados neste quadrimestre, em 62,0% dos casos houve cumprimento da decisão judicial, 27,4% evoluíram para óbito antes da internação em UTI, 10,2% apresentaram melhora clínica e não precisaram se beneficiar com a terapia intensiva; e 0,4% aguardam disponibilização de leito para cumprimento da ação. A média mensal foi de 129,5 mandados judiciais. Em relação ao mesmo período de 2015, houve aumento de 15,0% dos casos judicializados.

Apesar de não ser responsável pelo provimento do leito pós-alta e remoção dos pacientes egressos das UTIs, a CRIH empreende esforços para evitar a permanência de pacientes em leitos de terapia intensiva após a alta médica. O tempo de permanência do paciente na UTI, após a sinalização da alta médica, e os custos aproximados dessas diárias no ano de 2016 foram:

		Diárias Em Uti Após Alta Médica		Diárias Em Uti Após Alta Médica	
1º QUADRIMESTRE	MÊS	Tempo de Permanência Após Alta Médica em Dias (período entre a alta médica e a vacância do leito)	Custo com Diárias Pós-Alta Médica (nº de diárias após a alta médica x valor da diária*)	Tempo de Permanência Após Alta Médica em Dias (período entre a alta médica e a vacância do leito)	
	1º QUADRIMESTRE	Janeiro	463	R\$ 1.811.719,00	419
Fevereiro		479	R\$ 1.874.327,00	257	
Março		650	R\$ 2.543.450,00	318	
Abril		408	R\$ 1.596.504,00	277	
Sub-Total		2.000	R\$ 7.826.000,00	1.271	
2º QUADRIMESTRE	Mês	Tempo de Permanência Após Alta Médica Em Dias (período entre a alta médica e a vacância do leito)	Custo com Diárias Pós-Alta Médica (nº de diárias após a alta médica x valor da diária*)	Tempo de Permanência Após Alta Médica Em Dias (período entre a alta médica e a vacância do leito)	
	E	Maio	400	R\$ 1.565.200,00	300
		Junho	459	R\$ 1.796.067,00	283
		Julho	473	R\$ 1.850.849,00	423
		Agosto	426	R\$ 1.666.938,00	444
Sub-Total		1.758	R\$ 6.879.054,00	1.450	
3º QUADRIMESTRE	L	Setembro	586	R\$ 2.293.018,00	315
		Outubro	374	R\$ 1.463.462,00	398
		Novembro	587	R\$ 2.296.931,00	344
		Dezembro	452	R\$ 1.768.676,00	376
Sub-Total	1.999	R\$ 7.822.087,00	1.433		

* Considerado o valor da diária de R\$ 3.913,00, conforme valor médio estimado.

Fonte: Diretoria de Regulação/SUPLANS

Em comparação ao ano de 2015, houve aumento de 39% do tempo de permanência (em dias) do paciente após alta médica.

Regulação da Alta Complexidade Interestadual

A Regulação da Alta Complexidade Interestadual responde pela operacionalização do benefício do tratamento fora de domicílio instituído pelo Ministério da Saúde aos pacientes atendidos pelo SUS no Distrito Federal.

É providenciado o agendamento do paciente em serviços de saúde de outras unidades federativas, concedendo as passagens terrestres ou aéreas para deslocamento do paciente, bem como ajuda de custo ao paciente. As passagens e a ajuda de custo são fornecidas ainda a acompanhantes e doadores, quando necessário, de acordo com o que determina a legislação.

Custos de Passagens Aéreas e Terrestres em 2016

Mês	Passagens Aéreas			Passagens Terrestres		
	Qtde de Bilhetes Emitidos	Custo (Em Reais) Das Passagens Aéreas	Custo Médio (Em Reais) Passagens Aéreas	Qtde de Bilhetes Emitidos	Custo (em Reais) das Passagens Terrestres	Custo Médio (em Reais) Passagens Terrestres
Jan	313	258.523,27	825,95	210	32.527,58	154,89
Fev	276	222.733,69	807,01	102	15.045,98	147,51
Mar	347	260.127,54	749,65	172	25.308,21	147,14
Abr	378	319.618,32	845,55	194	28.618,81	147,52
Mai	334	330.047,75	988,17	200	31.068,00	155,34
Jun	317	335.698,99	1.058,59	186	29.807,27	160,25
Jul	347	381.017,62	1.098,03	121	21.892,13	180,93
Ago	279	249.448,61	894,08	195	34.636,34	177,62
Set	282	271.394,42	962,39	151	26.627,10	176,34
Out	325	308.751,85	950,01	137	21.828,29	159,33
Nov	298	296.363,54	994,51	95	18.191,94	191,49
Dez	212	194.885,82	919,27	100	16.860,62	168,61
Total Geral	3.708	3.428.611,42	924,47	1.863	302.412,27	163,91

1º QUAD	1.162.503,40
2º QUAD	1.413.616,71
3º QUAD	1.154.903,58
Custo Total de Passagens (TFD) - 2016	R\$ 3.731.023,69

Ajuda de Custo - 2016

MÊS	AJUDA DE CUSTO
1º QUAD	398.009,40
2º QUAD	262.537,90
3º QUAD	280.464,40
Total Geral	941.011,70

Destacam-se ainda no ano de 2016 a elaboração do modelo para o novo sistema do TFD, sendo que atualmente este projeto encontra-se no setor de Informática/Desenvolvimento, para homologação do contrato com a empresa que irá executar a implantação do sistema; a formalização da participação da GERAC, na Câmara técnica dos Grupos de Transplantes no Distrito Federal e a formatação e desenvolvimento do Termo de Referência para o novo processo de licitação da empresa que será responsável pela aquisição de bilhetes aéreos e terrestres dos pacientes que fazem tratamento via TFD.

Patrimônio

Em 2016, foi realizado o I Fórum de Gestão Patrimonial da SES/DF, na FEPECS, com a participação de aproximadamente 200 convidados, dentre eles Superintendentes, Diretores Administrativos, Diretores Geral de Unidades de Referência, Gerentes de Apoio Operacional e Chefes de Núcleo de Material e Patrimônio, além de outros interessados. Esse evento contou também com a participação de representantes dos órgãos de fiscalização patrimonial do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como de representantes da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Foram incorporados 8655 bens permanentes na SES/DF, oriundos de aquisições e doações, totalizando o valor de R\$ 25.176.427,33. Além disso, foi realizada a distribuição de 11.364 bens novos, encaminhados aos setores demandantes, conforme grade de distribuição.

Visando uma melhor gestão patrimonial, foram realizadas ações de mapeamento de processos e reestruturação do fluxo das tarefas que envolvem o recebimento, a distribuição e o tombamento dos bens adquiridos pela SES/DF, ações essas que favoreceram assertivamente a gestão desses procedimentos administrativos.

Entretanto, vale frisar que existem fatores que trazem morosidade à distribuição dos bens permanentes às áreas demandantes, a saber: o fato da distribuição só ser realizada com a devida incorporação desses bens junto à Secretaria de Estado de Fazenda-DF, o que ocorre somente após a liquidação e o pagamento da SES/DF em favor da empresa, bem como a dependência de transporte e mão de obra adequada para a efetivação da entrega.

No tocante ao recolhimento de bens inservíveis e ociosos nas Unidades de Saúde da SES/DF, destaca-se que essa pasta produziu muitos materiais inservíveis para recolhimento, visto que a vida útil dos bens é bem diminuída pelo uso severo destes durante a prestação de serviço aos usuários.

Assim, conforme dados abaixo extraídos do SISGEPAT, foram transferidos, em 2016, para leilão, o total de 5966 bens inservíveis à Secretaria de Estado, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal-SEPLAG, órgão responsável pela alienação dos inservíveis do GDF, totalizando o valor de R\$ 3.630.791,38 desses bens.

Vale considerar que alguns fatores contribuíram sobremaneira para que os resultados obtidos dessa tarefa de recolhimento ficassem aquém do esperado, em especial a necessidade de conciliação entre o agendamento para entrega dos inservíveis junto à SEPLAG, o agendamento para recolhimento dos inservíveis junto aos setoriais patrimoniais e a disponibilização de transporte, pelo setor competente.

Ressalta-se também que, quanto à movimentação interna de bens ociosos, criou-se uma comunicação mais aproximada com os setoriais de patrimônio da SES/DF para fins de favorecimento quanto à troca de informação e consequente aproveitamento e remanejamento desses bens ociosos às outras Superintendências.

Também foram efetivadas ações para melhor definição de fluxogramas referentes às atividades do inventário de todos os bens móveis e imóveis da SES/DF. Entretanto, ressalta-se a notória dificuldade no controle e na localização dos bens materiais da SES/DF, visto tratar-se de uma pasta com grande quantidade x pluralidade de bens pertencentes ao acervo patrimonial (300.049 bens permanentes, em consulta atual, pelo SISGEPAT, dentre eles os bens em Processo de Tomada de Contas Especial, os não localizados e os localizados, e os em Cessão de Uso) e do procedimento precário atualmente adotado para levantamento desses, sendo realizado de forma manual, mediante contato visual, *in loco*, um por um, às plaquetas afixadas nos bens.

Sabe-se que há muitos anos, esse procedimento de identificação e rastreamento de materiais localizados nas dependências internas da SES/DF é inconscientes e insuficiente para atender com eficácia as demandas básicas da Pasta para o devido controle, bem como para manter, de maneira fidedigna e realística, a base de dados do então utilizado SISGEPAT.

Como consequência, tem-se um quantitativo elevado de bens objetos de processo de Tomada de Contas Especial devido a sua não localização nos respectivos setores detentores da carga geral. Tem-se também a notória dificuldade em efetivar o controle das movimentações internas, tanto de equipamentos quanto de mobiliários. E, com isso, ressalta-se a ineficiência oriunda da indisponibilidade de relatórios gerenciais com dados precisos e coerentes ao contexto presencial.

Nesse sentido, a área técnica tem insistido junto às hierarquias superiores para a modernização do sistema gerencial de patrimônio, inclusive, a fim de atender a Decisão nº 2688/2015, de 30 de junho de 2015, sobre gestão de equipamentos hospitalares, em que se recomendou a essa SES/DF a atualização do sistema de controle patrimonial dos bens, de modo a garantir maior eficiência no inventário patrimonial e facilitar o controle da movimentação desses. Entretanto, apesar dos esforços e estudos, há empecilhos financeiros que retardam a priorização a esse tipo de investimento em um sistema de automação, trazendo, em contrapartida, um prejuízo relevante ao devido controle dos bens pertencentes ao acervo dessa Secretaria.

Ainda no contexto da gestão patrimonial da SES-DF, em 2016 priorizou-se ações para melhoria do controle das Cargas Patrimoniais dos bens. Assim, foram elaborados fluxos de trabalho, elaborou e publicou a Portaria nº 211, de 19 de setembro de 2016, e a Ordem de Serviço nº 29, de 22 de setembro de 2016, que regula as normas de controle patrimonial junto aos responsáveis pela guarda e responsabilidade de bens; essa normativa promoveu uma melhor conscientização aos detentores de Cargas patrimoniais e ações de regularização dessas pelos seus responsáveis, ao longo de 2016.

Em resumo, no ano de 2016, as atividades mais expressivas em relação à documentação, destaca-se a modernização do sistema de gestão patrimonial, com implantação de sistema de radiofrequência ou de códigos de barras, a implantação de procedimentos que viabilizem o acompanhamento dos bens permanentes em comodato, cessão de uso e empréstimos; prioridade na elaboração dos trabalhos relativos ao Inventário Anual de Bens Móveis e Imóveis, dentre outras.

Documentação

No âmbito da Documentação, destacam-se entre as atividades realizadas: o I Fórum sobre Gestão de Documentos e da Informação da Secretaria de Estado de Saúde, com o objetivo de debater a importância da gestão documental e as ferramentas disponíveis para tal fim na SES/DF.

Vale destacar que no ano de 2016, foram autuados 7261 processos de capa azul (ordinários), 138 processos de capa vermelha (ações judiciais), 2755 de capa rosa (aquisição de medicamentos/materiais médico-hospitalares através do PAM), 60 bege (processos suplementares das demandas da Judicialização), 28 de capa amarela (processos relativos aos convênios) e 435 de capa laranja (processos específicos oriundos da Judicialização).

Durante o exercício, foram autuados 12.708 processos da Administração Central-SES/DF, arquivamento de 7.511 processos cuja tramitação foi concluída e arquivamento de 16.750 processos que voltaram a tramitar para inserção de novas peças ou por pedido vistas aos autos, totalizando 24.261 processos arquivados.

Devido a mudança da estrutura administrativa da SES/DF, no primeiro quadrimestre de 2016 houve diminuição do total de malotes entregues, e redistribuição das rotas desses para realocação, de forma mais eficiente e lógica, do fluxo de documentação. Essa alteração foi importante para dar maior controle e celeridade aos documentos deslocados às Superintendências de Saúde e para reduzir os gastos com deslocamento da frota. Além disso, a reorganização do serviço de malote proporcionou ao setor melhorias ao atendimento às unidades e aumento de dedicação ao sistema DocControl.

Foi realizada ainda a capacitação e treinamento de 1231 servidores da SES/DF, realizados no auditório da ADMC e em algumas regionais de saúde, para atualização sobre as melhorias do SICOP WEB e do Sistema DocControl (o qual conta atualmente com 2.488 usuários ativos).

Instrução para Aquisição

Além das atividades rotineiras, área técnica vem atuando na elaboração de Manual que padronizará os procedimentos de contratação da SES/DF. Ainda neste sentido de Planejamento, esta Unidade orientou os setores demandantes quanto à imprescindibilidade de planos de aquisição que contemplem a demanda de toda a SES.

Em 2016, foi realizado o 1º Fórum para Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico, abordando aspectos críticos com relação à elaboração dos referidos documentos, além de mesclar conhecimentos teóricos com a execução de atividades práticas.

Foram definidos Procedimentos Operacionais Padrões, que além de facilitar o processo de formação de novos servidores, está contribuindo para a Padronização do processo de aquisição/contratação da Pasta.

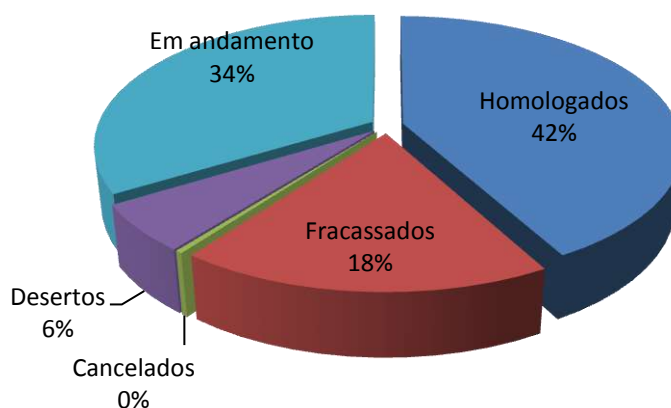
Dentre as atividades relacionadas à instrução processual para aquisições, destacam-se:

Ação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Análises e reanálises	149	169	144	110	139	201	143	157	138	111	177	213
Procedimentos de estimativa de preços	86	80	131	130	190	181	133	192	166	126	153	196
Procedimentos relacionados a preparação	617	576	522	408	497	556	524	434	456	343	531	275
Enviados para abertura de licitação	14	13	26	22	28	20	26	23	19	22	38	25
Enviados para aquisições Especiais *	30	19	36	39	57	46	36	46	77	60	73	97
Instruções Processuais Diversas	45	55	88	53	14	9	9	8	12	4	-	17
Processos instruídos	651	516	643	520	635	615	563	550	585	460	578	582
Quantitativo de Instruções	911	893	911	723	868	967	835	814	791	606	899	726

* Não entram na contagem de Processos instruídos ou Quantitativo de Instruções, pois os números já estão diluídos nas outras ações.

Durante o exercício, foram realizados 231 pregões, no total de 2002 itens, sendo destes, homologados 841 itens.

Pregões realizados em 2016:



Dos pregões realizados 64% referiam-se a material médico hospitalar, 31% medicamentos e 5% referente à serviços:

Quantitativo de Pregões por Objeto 2016							
Mês	Pregões	Total de Itens	Itens Homologados	Itens Fracassados	Itens Desertos	Itens Cancelados	Itens Andamento
Material	150	1070	465	202	25	6	372
Medicamento	70	867	357	162	90	1	257
Serviço	11	65	19	0	0	0	46
Total	231	2002	841	364	115	7	675

Fonte: Diretoria de Aquisições/SUAG/SES/DF, atualizado até 30/12/2016.

Quanto as demais modalidades, durante 2016, foram realizadas 289 Adesão às Atas de Registro de Preços, 59 Inexigibilidades, 11 credenciamentos e 543 Dispensa de Licitações.

Foram realizados o total de 70 Pregões Eletrônicos para aquisição de medicamentos e 161 pregões para as demais aquisições que compreendem serviços, materiais médico-hospitalares, odontológicos e OPME.

Dos pregões realizados, 364 itens foram fracassados, sendo os principais motivos a apresentação de proposta pelas empresas com valor a maior que o estimado na pesquisa de preço, a falta de atendimento das licitantes às exigências técnicas requeridas em Edital, a divergência entre a especificação do objeto ofertado e a requerida pela área técnica demandante, apurada em parecer técnico, dentre outras.

No sentido de dar celeridade ao processo licitatório foi realizada a implementação de controle na distribuição dos processos de aquisições; atualização das minutas de Edital atendendo a apontamentos sugeridos pela Assessoria Jurídica em virtude de análise realizadas pela Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF; elaboração de 27 relatórios Notícias De Fatos em relação a ocorrências de irregularidades cometidas por empresas e descumprimento de cláusulas do Edital no decorrer do processo licitatório e comunicá-las à SUAG, dentre outras atividades.

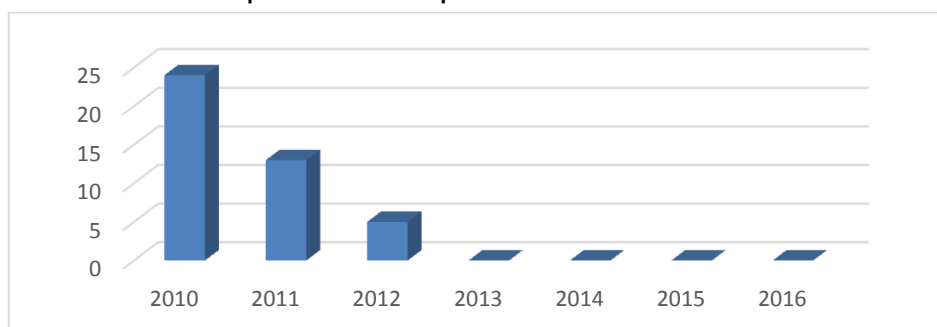
Contratos e Convênios

No que tange a contratos e convênios, no exercício de 2016, foram realizados Workshop com os executores de contratos de todas as Superintendências da SES/DF, visando esclarecer dúvidas e orientá-los sobre suas atribuições na execução dos contratos, sendo inclusive, distribuídas cartilhas aos executores.

Foram formalizados 117 contratos, 90 termos aditivos referentes a contratos realizados, foram formalizadas 552 atas de registro de preço, 24 termos de registro a atas e 13 ajustes diversos.

No que diz respeito à Convênios, foi mantida a regularidade de todos os Convênios Federais fora da inadimplência, conforme abaixo:

Comparativo da Inadimplência de Convênios Federais



Fonte: Gerência de Convênios/DCC/SUAG/SES/DF, período atualizado desde JAN/2010 até 31/12/2016.

Além disso, a gestão processual de Convênios Federais, Contratos de Repasse, Convênios em que a SES/DF é parte Concedente e Termos de Cooperação Técnica vigentes no dia 31 de dezembro de 2016 se deu conforme o quadro a seguir:

Gestão Processual de Convênios da DCC – exercício de 2016		
Convênio/Descrição		VIGENTES
Convênios federais (com a União) SES/DF como CONVENENTE		08
Contrato de Repasse (congênere a convênio)		12
Outros convênios com recurso	Convênios	03
	Termos de Cooperação Técnica	07
Total		30

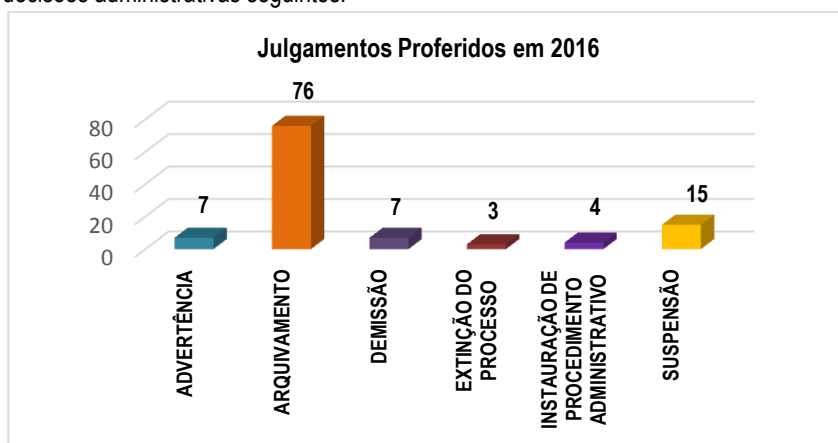
Fonte: Gerência de Convênios/DCC/SUAG/SES/DF, na data de 31/12/2016.

Além disso, a área técnica vem atuando na ampliação da divulgação do SIS Materiais, sistema informatizado que permite aos executores e servidores em geral, ter acesso às informações dos contratos celebrados com SES, bem como, pretende-se até o final do ano de 2017, fazer a publicação de um FAQ (Frequently Asked Questions) no portal da Saúde para auxílio geral (servidores, executores, fornecedores). Os contratos e atas digitalizados a partir de 2016, são disponibilizados no Portal da Saúde visando ter uma maior transparência nas contratações da SES/DF.

Corregedoria

No ano de 2016, a Corregedoria da Saúde procedeu a apuração de 154 denúncias por meio de investigações preliminares, tendo concluído 118 investigações. No mesmo exercício também foram instaurados 151 Processos Administrativos Disciplinares e 48 Sindicâncias.

O Corregedor-Geral da Corregedoria da Saúde proferiu o julgamento de 112 procedimentos disciplinares, resultando nas decisões administrativas seguintes:



Fonte: DIPD/CORGE/SES

Há um passivo de 287 procedimentos administrativos disciplinares concluídos para julgamento.

Durante o exercício de 2016 foram respondidas 415 denúncias advindas da Ouvidoria da Saúde por meio do Sistema TAG – Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública.

Capacitação:

No exercício de 2016, a Corregedoria da Saúde encaminhou 33 servidores para treinamento: 19 servidores participaram do curso de Procedimento Administrativo Disciplinar, ministrado pela E-GOV; 12 servidores do curso de Mediação Básica, ministrado pelo NUPMEC/TJDFT; 1 servidor do curso de Licitações e Contratos; e 1 servidor do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos, ambos ministrados pela E-GOV.

Ouvidoria

A Ouvidoria da Secretaria de Estado de Saúde, no ano de 2016, realizou o cadastramento de 40 (quarenta) servidores, dos Núcleos de Vigilância Ambiental/DIVAL/SVS no sistema da Ouvidoria, proporcionando integração e celeridade nas respostas às manifestações. Treinou 25 (vinte e cinco) servidores da SULIS/SES, no Sistema de Ouvidoria, com o intuito de garantir condições de resposta ao alto número de manifestações relacionadas à falta de insumos e medicamentos. Fez um Projeto-piloto para Ampliação da Rede, cadastrando e treinando 30 (trinta) servidores do Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF, no Sistema de Ouvidoria, como parte do projeto que tem por escopo, a ramificação do sistema em subunidades hospitalares, afim de promover economia e celeridade nas respostas.

Na Administração Central cadastrou e treinou servidores nos sistemas TAG e Ouvidor SUS. Capacitou servidores da Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SUGEP/SES, para responder os pedidos da Lei de Acesso à Informação, tendo em vista o alto índice de manifestações endereçadas à Subsecretaria.

Em 2016 foi realizada a parceria entre a Ouvidoria da Saúde e Ouvidoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, com o propósito de dar celeridade aos recebimentos dos ofícios por meio digital, possibilitando que demandas registradas naquela Ouvidoria, possam ser encaminhadas à Ouvidoria da Saúde em tempo real, contribuindo na redução do prazo de resposta. Fez ainda parceria entre a Ouvidoria da Saúde, Subsecretaria de Vigilância Sanitária – SVS e CODEPLAN, para promover ações de educação e combate ao mosquito Aedes Aegypti, tais como: capacitação dos atendentes da central telefônica que registra as manifestações pelos canais de atendimento 160 e 162; fornecimento semanal do itinerário do UBV – Pesado (Fumacê), nas Regiões Administrativas, com o propósito de informar à população a previsão de cobertura de sua área no ato da ligação. Realizou pesquisa através de ligações ativas, 4.000 (quatro mil) ligações, relacionadas a assuntos da dengue, nas cidades de Ceilândia, Brazlândia e São Sebastião, áreas com maiores índices de casos e foco de Dengue. Implantou o áudio educativo sobre combate e cuidados relacionados ao mosquito Aedes Aegypti, durante o tempo de espera

nas ligações das Centrais de Atendimento 160 e 162. Coordenou a Equipe de monitoramento e divulgação da Carta de Serviços da Secretaria de Saúde, onde constam os serviços disponibilizados ao cidadão.

Com o intuito de aprimorar o serviço de Ouvidoria e com base em demanda do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal, a Ouvidoria Geral implantou o novo Sistema OUV-DF. A ferramenta funciona em ambiente web e será utilizada por todas as Ouvidorias das Secretarias, Administrações Regionais e Entidades do Governo do Distrito Federal e poderá ser acessada pelo [site www.ouvidoria.df.gov.br](http://www.ouvidoria.df.gov.br), em Registre sua Manifestação.

Ressalta-se que o Projeto foi inicialmente implantado na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, como “Projeto Piloto”, em 18 de julho de 2016 e só após 05 de setembro de 2016, foi estendido a todo o Governo do Distrito Federal.

Foi realizada a divulgação da pesquisa a ser respondida pelos servidores e entregue como produto do trabalho realizado, os compromissos da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, a Ouvidoria Geral do Distrito Federal.

Em 2016, foi aprovada e publicada a Portaria nº 175/2016 de 01/09/2016, que institui novo fluxo para as manifestações da tipologia “Informação”, no sistema OUV/DF. Foi realizada ainda, a revisão, atualização da página da Carta de Serviços no site da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Foram realizados treinamentos de Procedimentos de Ouvidoria no Hospital Regional de Sobradinho – HRS, na Gerência de Regulação e Internação Hospitalar – GERIH, na Gerência de Regulação Ambulatorial – GERA, na Superintendência da Região de Saúde Centro Sul, na Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde – SAIS, no Núcleo de Inspeção de Taguatinga, no Núcleo de Inspeção de Samambaia e na Diretoria de Vigilância ambiental em Saúde – DIVAL, no Hospital Regional de Planaltina – HRPa, gerando um total de 32 novos interlocutores foram treinados para atuarem com as manifestações da Ouvidoria.

Quanto as demandas pendentes da Lei de Acesso à Informação, conseguiu-se através de várias ações de cobrança junto as áreas demandadas, baixar o número de demandas vencidas de 80 para 32 demandas.

Durante esse ano, houve uma maior Integração entre as equipes de Ouvidorias Regionais da Saúde e a Ouvidoria Geral da Saúde, onde foi possível trocas de informações em tempo real, proporcionando melhor acompanhamento das atividades desenvolvidas e das dificuldades locais, fortalecendo a Ouvidoria, como instrumento de gestão estratégica na identificação de oportunidades de melhorias no aprimoramento dos serviços prestados pela SES-DF e ainda promovendo reuniões para planejamento e decisões unificadas com os Ouvidores das Unidades Regionais de Saúde, além de supervisões técnicas das atividades realizadas pelos Ouvidores.

A SES atuou ainda na sensibilização dos gestores quanto à importância do cumprimento dos prazos para respostas as manifestações e prosseguiu-se com a realização do controle de qualidade das respostas às manifestações recebidas dos usuários.

Os resultados obtidos, referentes ao número de manifestações acolhidas e registradas nos sistemas de informações utilizados pela Ouvidoria da Saúde, TAG, OUV/DF e OUVIDOR/SUS, no ano de 2016 foi de:

Tipos de Manifestações	
Tipo	Quantidade
Elogio	2.441
Denúncia	1.495
Informação	1.013
Reclamação	13.739
Solicitação	8.727
Sugestão	112
TOTAL	27.527

* Fonte: Sistema TAG, OUV/DF e Ouvidor SUS.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Perspectivas

Como perspectiva e desafio para o exercício seguinte, 2017, a SES-DF de uma forma geral e sintética a abertura de novos serviços, bem como o aprimoramento da capacidade instalada e otimização de pessoal e ainda a estruturação administrativa e gerencial das Regiões de Saúde como executoras das ações normatizadas pela ADMC e uma maior participação do controle social, por meio da regularização de conselhos regionais pendentes.

Pode-se listar como alguns pontos mais específicos:

➤ Implantação da Central de Laudos Radiológicos, aumentando a eficácia diagnóstica dos exames de imagens, aprimoramento tecnológico, celeridade aos resultados, otimização de RH dos médicos radiologistas ao concentrar em uma unidade; realização de protocolos de imagens RM e TC; finalização da aquisição de aparelhos de RM e TC.

- Criação do serviço de cuidados paliativos na Região Oeste (HRC), elaboração do Plano Distrital da especialidade oncológica, Implantação da Residência Médica em Fisiatria no Hospital de Apoio, implantação dos centros especializados de reabilitação conforme plano de ação da rede da pessoa com deficiência do DF.
- Criação de um centro específico e com profissionais especializados em oftalmologia, devidamente aparelhado para estimulação tanto de pacientes adultos quanto crianças. Há ainda, a previsão da Oftalmologia fazer parte do CER, ampliando a cobertura oftalmológica dos CERs, bem como a instituição de centros de referência para avaliação e controle de retinopatia diabética em conjunto com a endocrinologia; criação de três pólos de tratamento de retina clínica com aquisição do fotocoagulador a laser, para o HBDF, HRT e HRAN; e inclusão da especialidade dentre as contempladas no atendimento clínico e cirúrgico no Hospital da Criança.
- Em relação à Terapia Renal substitutiva, espera-se a elaboração de cartilha sobre as vantagens da diálise peritoneal para divulgação entre profissionais de saúde e pacientes;
- Criação de uma Unidade de Estimulação Cardíaca Artificial, com leitos na enfermaria da cardiologia, para internação pré e pós-operatória dos pacientes eletivos e de baixo risco, ao invés de pronto socorro;
- Reativar a UTI de pós-operatório de Cirurgia Cardíaca com leitos regulados específicos e implantar regulação específica dos leitos de UTI para a cirurgia cardíaca;
- Na assistência farmacêutica pretende-se incorporar informações a todos os medicamentos do sistema de prescrição do TrakCare, cria uma Central de Unitarização de medicamentos, junto à Farmácia Central, para realizar a unitarização de medicamentos (fracionamento + identificação correta), assinatura de sistema de base de dados (Up To Date ou semelhante) para apoiar as investigações dos farmacêuticos e corpo clínico, além de auxiliar análises da Comissão Central de Farmácia e Terapêutica; estruturar as Centrais de Abastecimento Farmacêutico Regionais, referente aos Núcleos de Logística Farmacêutica da Atenção Primária, dentre outras atividades.

13.1. FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 23.202

A Fundação Hemocentro de Brasília - FHB, fundação pública com personalidade jurídica de direito público, de caráter científico-tecnológico, educacional e de prestação de serviços de saúde, no campo da Hemoterapia, órgão do Sistema Único de Saúde vinculado à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, instituída nos termos do Decreto nº 14.598, de 04 de fevereiro de 1993, com base na autorização concedida pela Lei nº 206, de 13 de dezembro de 1991, integra a Administração Indireta do Distrito Federal.

Em primeiro de agosto de 2013, a Fundação passou a ter uma nova estrutura administrativa, conforme Decreto Nº 34.538, de 31 de julho de 2013.

De acordo com o novo Estatuto, aprovado por meio do Decreto Nº 34.539, também de 31 de julho de 2013, compete à Fundação Hemocentro de Brasília, na qualidade de órgão gestor do Sistema de Sangue, Componentes e Hemoderivados - SSCH:

I - promover a conscientização da comunidade no que concerne à doação voluntária de sangue, de medula óssea e de sangue de cordão umbilical e placentário;

II - promover a captação, a seleção de doador, as coletas de sangue, a realização dos exames de triagem, o armazenamento e a distribuição de hemocomponentes, garantindo o seu abastecimento nos hospitais públicos ou privados conveniados e contratados do Distrito Federal;

III - manter estoques estratégicos de sangue e hemocomponentes para atender as emergências ou situações de calamidade pública;

IV - promover a captação, seleção de candidatos a doador para transplante de medula óssea e a coleta de sangue para a realização de exames para o Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea – REDOME;

V - promover a captação e seleção de doadoras grávidas, realizar as coletas de sangue, os exames de triagem, o armazenamento e a distribuição do sangue de cordão umbilical e placentário no Distrito Federal;

VI - realizar exames especializados pré-transplantes de órgãos, pelo Laboratório de Imunologia de Transplante;

VII - realizar exames especializados para diagnóstico e acompanhamento dos pacientes com coagulopatias hereditárias, por intermédio do Laboratório de Hemostasia;

VIII - realizar exames especializados visando à segurança das transfusões em pacientes especiais, por intermédio do Laboratório de Imunohematologia de Pacientes;

IX - manter atualizado o cadastro único de doadores de sangue e de pacientes com Coagulopatias Hereditárias e Hemoglobinopatias Hereditárias;

X - manter atualizado os cadastros do Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea - REDOME e do sangue de cordão umbilical e placentário;

XI - armazenar os medicamentos destinados aos pacientes com coagulopatias hereditárias, recebidos do Ministério da Saúde ou da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, bem como regular a sua distribuição e transporte para os hospitais da rede;

XII - dispensar na FHB ou por meio de entrega domiciliar os medicamentos constantes do inciso anterior aos pacientes com coagulopatias hereditárias ou aos seus responsáveis legais em conformidade com os protocolos do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;

XIII - manter estoques estratégicos de medicamentos recebidos do Ministério da Saúde ou da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para tratamento das coagulopatias hereditárias;

XIV - elaborar, de acordo com os regulamentos nacionais vigentes, normas técnicas aplicáveis às atividades de Hemoterapia;

XV - coordenar, supervisionar e dar suporte técnico às atividades nos Serviços de Hemoterapia do Distrito Federal, visando ao cumprimento da legislação vigente;

XVI - normatizar, harmonizar e padronizar as demandas da Coordenação de Captação de Órgãos com os laboratórios de imunologia de transplantes e de sorologia;

XVII - oferecer suporte hemoterápico para os transplantes de órgãos, tecidos e células no Distrito Federal;

XVIII - promover integração entre as equipes atuantes na área de hemoterapia da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e da Fundação Hemocentro de Brasília;

XIX - elaborar protocolos para o tratamento dos pacientes com Coagulopatias e Hemoglobinopatias Hereditárias;

XX - coordenar, em articulação com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a política de Atenção à Saúde aos pacientes com Coagulopatias e Hemoglobinopatias Hereditárias;

XXI - participar da atenção integral aos pacientes com doenças hematológicas hereditárias no componente da atenção ambulatorial por meio de abordagem multiprofissional;

XXII – realizar o acolhimento, orientação, tratamento ou encaminhamento dos doadores e dos candidatos à doação que apresentarem alterações clínicas ou laboratoriais;

XXIII - capacitar e treinar de forma continuada os profissionais que atuam na área de hemoterapia na rede do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal;

XXIV - realizar suprimento e gestão dos insumos utilizados nas atividades hemoterápicas e transfusionais na Hemorrede Pública do Distrito Federal;

XXV - realizar aquisição e gestão de equipamentos utilizados na Hemorrede Pública do Distrito Federal, incluindo equipamentos de informática relacionados a esta área de atuação;

XXVI – promover e coordenar ações de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados na área de Hemoterapia da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e da Fundação Hemocentro de Brasília;

XXVII - realizar o transporte de hemocomponentes para os Hospitais Públicos do Distrito Federal, dentro dos padrões de qualidade exigidos, em conformidade com os preceitos nos regulamentos sanitários;

XXVIII - realizar ações de hemovigilância e retrovigilância e zelar pela rastreabilidade dos registros referentes à Hemoterapia na Hemorrede Pública do Distrito Federal;

XXIX - regulamentar o ressarcimento pelos custos operacionais dos produtos hemoterápicos repassados aos hospitais públicos ou privados, conforme legislação vigente;

XXX - constituir e manter a Câmara Técnica para prestar consultoria para o Sistema de Sangue, Componentes e Hemoderivados no Distrito Federal;

XXXI – coordenar os Comitês Técnicos de Coagulopatias e Hemoglobinopatias Hereditárias a fim de propor, acompanhar e implementar modelos de atenção à saúde desses pacientes no Distrito Federal;

XXXII - garantir a realização dos procedimentos acima, dentro dos padrões de qualidade e normas sanitárias vigentes, implantando novas tecnologias que visem aumentar a qualidade e segurança para a obtenção, armazenamento, transporte e transfusão dos hemocomponentes e a atenção à saúde dos pacientes;

XXXIII – promover a implantação de sistemas de gestão da qualidade nos serviços públicos de hemoterapia do Distrito Federal.

Na construção do Planejamento Estratégico da FHB, ficaram estabelecidas a Missão e a Visão que seguem:

Missão da FHB: Formular, coordenar e, no que compete executar a política de sangue, seus componentes e derivados, no âmbito do DF, garantindo à população serviços e produtos seguros, em quantidade e qualidade, de acordo com as normas sanitárias vigentes e os princípios do SUS.

Visão de Futuro: Ser reconhecida como instituição pública de saúde com alta credibilidade para a população do DF, sendo considerada uma das melhores hemorredes do país.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	4
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	2
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	301
Estatutário - afastado	4
Sem vínculo – em exercício	11
Semvínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	314
Total ativos - afastado	4

Fonte: GEPES/FHB – 31/12/2016.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO:6202 – BRASÍLIA SAÚDÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1141 - REFORMA DO HEMOCENTRO	2.000	2.973.199	0	0
0003 - REFORMA DO HEMOCENTRO-FHB- PLANO PILOTO	2.000	2.973.199	0	0
2454 - ATENÇÃO AOS PACIENTES COM COAGULOPATIAS HEREDITÁRIAS E DOENÇA FALCIFORME	170.000	140.250	0	0
0002 - ATENÇÃO AOS PACIENTES COM COAGULOPATIAS HEREDITÁRIAS E DOENÇA FALCIFORME-FHB-DISTRITO FEDERAL	170.000	140.250	0	0
2811 - CAPTAÇÃO DE DOADORES, COLETA E PROCESSAMENTO DE SANGUE	7.929.000	7.377.368	6.089.351	6.047.649
0001 - CAPTAÇÃO DE DOADORES, COLETA E PROCESSAMENTO DE SANGUE-FHB-DISTRITO FEDERAL	7.929.000	7.377.368	6.089.351	6.047.649
2812 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE DOADORES	12.293.000	9.267.503	6.185.113	6.077.440
0001 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE DOADORES-FHB-DISTRITO FEDERAL	12.293.000	9.267.503	6.185.113	6.077.440
3109 - REFORMA DO NÚCLEO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	2.000	297.576	295.576	295.576
0002 - REFORMA DO NÚCLEO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA-FHB- PLANO PILOTO	2.000	297.576	295.576	295.576
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	50.000	41.250	0	0
6164 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO	50.000	41.250	0	0
4054 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE PACIENTES	13.326.717	10.633.368	6.172.505	6.159.528
0002 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE PACIENTES-FHB-DISTRITO FEDERAL	13.326.717	10.633.368	6.172.505	6.159.528
4060 - BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO	1.389.000	1.213.621	392.767	387.990
0001 - BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO-FHB-DISTRITO FEDERAL	1.389.000	1.213.621	392.767	387.990
4081 - PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE	3.864.000	4.226.269	2.806.780	2.753.519
0001 - PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE-FHB-DISTRITO FEDERAL	3.864.000	4.226.269	2.806.780	2.753.519
4091 - APOIO A PROJETOS	10.000	0	0	0
0001 - APOIO A PROJETOS DE INCENTIVO À DOAÇÃO DE SANGUE	10.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6202	39.035.717	36.170.403	21.942.093	21.721.701

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp.
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Percentual de doações pela população	%	1,97	31-dez-14	Anual	2	2	2	2	FHB / UO 23202 / OE 8
Percentual de Transusão	%	91,80	31-dez-14	Anual	85	85	85	85	FHB / UO 23202 / OE 8

➤ Captação de Doadores, Triagem Clínica e Coleta de Sangue

A Fundação Hemocentro de Brasília, com o objetivo de acolher, registrar e orientar os candidatos à doação de sangue, de forma humanizada e de acordo com os procedimentos operacionais padrão, bem como realizar ações planejadas de captação e fidelização de doadores, em especial de doadores voluntários e ampliação do público feminino, atendendo às políticas e diretrizes do Ministério da Saúde, visando à manutenção do estoque estratégico de hemocomponentes, desenvolveu as seguintes atividades:

- Campanhas Internas: constituem-se de grupos de pessoas que são previamente agendados pela equipe de captação para a doação de sangue. Esses grupos recebem orientações dos multiplicadores, devidamente capacitados.

Atividades	Resultados		
	2012 - 2015	2015	2016
Quantidade de campanhas	431,5	519	588
Público alcançado	3946,5	4680	4.876

Fonte: GECD/DIREX/FHB

– **Palestras Institucionais:** realizadas pela equipe da FHB nas instituições parceiras, visando à sensibilização do público e a mobilização de candidatos à doação de sangue. A partir de agosto as palestras passaram a ser ministradas mediante agendamento de campanha interna.

Atividades	Resultados		
	2012 - 2015	2015	2016
Quantidade de palestras	35,25	33	32
Público alcançado	1.129	1.106	1.491

Fonte: GECD/DIREX/FHB

– **Treinamento Semanal de Multiplicadores:** para pessoas/grupos que atuam como multiplicadores em suas comunidades (escola, empresa, igreja, etc.).

Atividades	Resultados		
	2012 - 2015	2015	2016
Quantidade de treinamentos	232,5	226	261
Público alcançado	334,75	357	368

Fonte: GECD/DIREX/FHB

– **Projeto: Doador do Futuro:** realizado junto a professores e alunos do ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas do DF. São realizadas palestras específicas e visitas programadas à FHB (hemotur).

Atividades	Resultados		
	2012 - 2015	2015	2016
Palestras ministradas	26,75	28	19
Público alcançado	822,25	1.066	564

Fonte: GECD/DIREX/FHB

Metas Nacionais para o Núcleo de Captação - Região Centro Oeste

Doações	Metas – Ministério da Saúde	Metas Alcançadas - FHB		
		2012 - 2015	2015	2016
Espontânea	85%	73,7%	69 %	84,85%
Feminina	35%	38%	40 %	42,53%

Fonte: SISTHEMO/FHB, acesso em 11/01/2017

A tabela anterior reflete importantes avanços na conquista de doadores voluntários, isto é que não são provenientes de captação intra-hospitalar, considerados doadores de reposição e ampliação do público feminino no universo de candidatos a doação de sangue, com crescimento de 2,53% e 15%, respectivamente.

Triagem Clínica

Com o objetivo de evitar ou minimizar as intercorrências e danos aos doadores e receptores de sangue, orientar e conscientizar doadores com alterações sorológicas e oferecer amparo clínico e suporte médico emergencial antes, durante e após a doação, a Fundação Hemocentro de Brasília realizou as seguintes atividades:

Triagem Clínica de Candidatos à Doação

Aptidão e Inaptidão Clínica	Resultados		
	2012 - 2015	2015	2016
% Inaptos	26,5%	26,96%	24%
% Aptos	73,45%	73,04%	76%
TOTAL	306.735	77.116	76.385

Fonte: SISTHEMO/FHB, acesso em 11/01/2017

Atendimento de 2ª Amostra e Extra

Tipo de Atendimento	Resultados		
	2012 - 2015	2015	2016
2ª amostra	4.569	984	991
Extras	5.110	1.197	1.162
Total	9.679	2.181	2.153

Fonte: SISTHEMO/FHB, acesso em 11/01/2017

- 2ª Amostra: coleta de nova amostra de sangue do doador para esclarecimento de exames alterados na doação;
- Extra: atendimentos excepcionais para os casos que não foram esclarecidos com a 2ª Amostra e outros.

Serviço de Coleta

Coletas Realizadas

Bolsas Coletadas	Ano		
	2012 - 2015	2015	2016
Sangue Total (Coleta Interna e Externa)	54.348	54.877	56.811
Aférese (Plaquetas e Concentrados de Hemácias)	1.504,75	1.611	994
Total	55.853,25	56.488	57.805

Fonte: SISTHEMO/FHB, acesso em 11/01/2017

Apesar da queda do número total de candidatos a doação de sangue no ano de 2016, quando comparado a 2015, houve um aumento do número de bolsas coletadas devido a uma redução percentual da inaptidão clínica e um melhor aproveitamento das doações com redução das perdas no momento da coleta por motivos diversos, muitas vezes relacionadas a características do próprio doador, como inacessibilidade venosa ou perda de acesso venoso durante a extração sanguínea. Este aumento de 2,3% do número de bolsas coletadas acompanhou o percentual de aumento da população no período analisado.

Com o objetivo de melhorar o atendimento prestado, a Fundação Hemocentro de Brasília acompanha diariamente a pesquisa de satisfação dos doadores. Em 2016, o índice de satisfação obtido foi de **95,2%** de doadores muito satisfeitos ou satisfeitos, em escala crescente, com pico de **98,1%** ao longo do ano. As ações realizadas ao longo do ano de 2016 para acompanhar o grau de satisfação do doador, promovendo melhoria no atendimento e otimização das ações midiáticas de captação de doadores foram: manutenção da rotina de transporte de usuários (doadores e pacientes) FHB-Rodoviária-FHB; manutenção do lanche do doador e fortalecimento da equipe da copa do doador; gestão de reclamações, elogios e sugestões, manutenção do serviço de acesso a internet via wi-fi para aumentar o bem estar dos usuários durante o tempo de permanência no serviço, participação em entrevistas na mídia e eventos de promoção da doação de sangue.

➤ Produção e Distribuição de Hemocomponentes

As atividades de processamento do sangue coletado pela Fundação Hemocentro de Brasília englobam os procedimentos de processamento, rotulagem e conferência, armazenamento, procedimentos especiais e distribuição das unidades de hemocomponentes para os hospitais da rede pública de saúde do Distrito Federal, conveniados e contratados.

Hemocomponentes Produzidos (De acordo com o período de coleta: 01/01 a 31/12)

Hemocomponentes	Ano		
	2012-2015	2015	2016
Concentrado de Hemácias	19.939,75	19.683	20.517
Concentrado de Hemácias Pobres em Leucócitos	16.653,75	15.375	15.235
Concentrado de Hemácias Filtrado	13.091,25	14.719	16.292
Concentrado de Hemácias por Aféreses			4
Plasma fresco congelado	47.131,25	46.536	48.620
Plasma comum	53,4	116	12
Plasma remanescente/Plasma Isento de Crio	2.458,25	3.125	3.116
Crioprecipitado	2.479,25	3.125	3.116
Concentrado de Plaquetas em Pool	2.277	2.676*	2.821*

Hemocomponentes	Ano		
	2012-2015	2015	2016
Concentrado de Plaquetas de Plasma Rico em Plaquetas - CP	47,5	187	0
Concentrado de Plaquetas de <i>BuffyCoat</i> - CPBC	16.292,25	15.208	15.036
Concentrado de Plaquetas Duplo por Aférese	494,5	922	1.130
Concentrado de Plaquetas por Aférese - simples	1084	1.017	343
TOTAL de PRODUÇÃO	121.254	122.841	126.242

Fonte: SistHemo/FHB – Versão 10.2 de 24/08/2016, acessado em 11/01/2017.

– Em 2016: (*) Concentrado de Plaquetas em Pool = **2.821**, que correspondem a **12.172** unidades randômicas de concentrado de plaquetas de *BuffyCoat* (CPBC), totalizando **27.212** Concentrados de Plaquetas. Ainda foram produzidas **1.473** bolsas de CP por Aférese.

– O pequeno crescimento total da produção de hemocomponentes em 2016, em relação às produções dos anos anteriores, foi devido ao aumento da demanda da HEMORREDE do DF.

– Acompanhando o crescimento do número de coleta de bolsas verificado em 2016, quando comparado a 2015, nota-se um aumento de **4,6%** no número de concentrado de hemácias produzidos, demonstrando que as coletas mantiveram regularidade quanto aos procedimentos, refletindo um aproveitamento adequado apesar do crescimento deste serviço.

Procedimentos Especiais

Procedimentos Especiais	Ano		
	2012 - 2015	2015	2016
Irradiação	21.797,75	22.102	23.259
Lavagem de Hemácias	57,25	68	89
Desleucocitação de Concentrado de Plaquetas	-	2.221	2.449
Aliquotagem de Hemácias	0	0	0
TOTAL	22.460,25	24.391	25.797

Fonte: SistHemo/FHB – Versão 10.2 de 24/08/2016, acessado em 11/01/2017.

No ano de 2016, verificou-se:

– Diminuição da coleta de Concentrado de Hemácias por aférese, em relação aos anos anteriores. Este fato relaciona-se ao fato de ter sido implantada uma nova rotina para coleta de hemocomponentes por aférese, priorizando-se a disponibilidade das bolsas de coleta para duplo concentrado de plaquetas, reservando a coleta de hemácias por aférese apenas aos procedimentos que exigem coleta de concentrado duplo de hemácias mediante a necessidade dos serviços assistenciais;

– Diminuição proporcional da coleta de Concentrado de Plaquetas por aférese, em relação a 2015, devido ao número reduzido de kits de aférese;

– Aumento na produção de Concentrado de Hemácias Filtrado, em relação os anos anteriores, devido à demanda da HEMORREDE do Distrito Federal;

– Diminuição da produção do plasma comum e de plaquetas de PRP, em relação aos anos anteriores;

– Aumento da produção de Plasma Fresco Congelado direcionado para a HEMOBRÁS - PFCI, devido ao direcionamento do plasma feminino dos grupos A, B,e O para a indústria, como medida preventiva, para evitar ou minimizar a ocorrência de reações transfusionais, com ênfase na Lesão Pulmonar Aguda relacionada à transfusão - TRALI devido à sua alta morbimortalidade;

– Diminuição na produção de Crioprecipitado, em relação a 2015, devido à demanda da HEMORREDE do Distrito Federal, como consequência houve uma diminuição da produção de Plasma Isento de Crio;

– Procedimentos especiais (irradiação, lavagem e desleucocitação de plaquetas) apresentaram um aumento de 5,8%, em relação a 2015, justificado pela demanda da HEMORREDE do DF.

Hemocomponentes: Produzidos X Liberados

Hemocomponentes	2015			2016		
	Produzido	Liberado	%	Produzido	Liberado	%
Concentrado de Hemácias	19.683	18.191	92,4	20.517	18.911	92,2
Concentrado de Hemácias Pobres em Leucócitos	15.375	14.424	93,8	15.235	13.898	91,2
Concentrado de Hemácias Filtrado	14.719	14.024	95,4	16.292	15.562	95,5
Plasma fresco congelado	46.536	42.826	92,0	48.620	28.955	59,6
Plasma comum	116	0	0	12	0	0
Plasma Isento de Crio	3.125	2.680	85,8	3.116	745	23,9
Crioprecipitado	3.125	2.589	82,8	3.116	2.148	68,9
Concentrado de Plaquetas em Pool	2.676	2.007	75,0	2.821*	2.178*	77,2
Concentrado de Plaquetas de BuffyCoat - CPBC	15.208	8.875	58,4	15.036	9.775	65,0
Concentrado de Plaquetas de Plasma Rico em Plaquetas - CP	187	89	47,6	0	0	-
Concentrado de Hemácias Duplo por Aférese	54	51	94,4	4	4	100
Concentrado de Hemácias por Aférese - simples	98	103	105,1	0	0	-
Concentrado de Plaquetas Duplo por Aférese	922	891	96,6	1.130	1.103	97,6
Concentrado de Plaquetas por Aférese - simples	1.017	985	96,9	343	330	96,2
TOTAL	122.841	107.753	87,7	126.242	93.609	74,2

Fonte: SistHemo/FHB – Versão 10.2 de 24/08/2016, acessado em 11/01/2017.

Observações:

1. Observa-se que ao longo de 2016, **74,2%** dos hemocomponentes produzidos foram disponibilizados para transfusão ou para HEMOBRÁS, sendo que 10.658 unidades de plasmas (PFC e PIC), que corresponde a **8,44%** dos hemocomponentes produzidos, foram descartadas por falta de recolhimento pela HEMOBRÁS e falta de local para armazenamento;
2. Os outros motivos de descarte foram apurados e considerados inerentes ao processo, tais como os bloqueados pela sorologia ou imunohematologia, pela inspeção visual (coloração plasmática), por motivos técnicos, entre outros;
3. A partir do segundo semestre de 2011, a FHB passou a utilizar os critérios para envio de Plasmas para a Hemobrás constantes no Caderno de Especificações Técnicas para o Plasma de Fracionamento Industrial, obtendo redução do descarte;
4. Em 2012, a FHB começou a enviar também o PIC (Plasma Isento de Crio) excedente à Hemobrás;
5. A liberação de Plasmas para a Hemobrás ocorre de acordo com o cronograma da Hemobrás e, portanto, a liberação não é realizada de acordo com o mês ou ano de produção;
6. Desde 2012, a FHB passou a produzir mais concentrados de plaquetas com o intuito de manter estoque estratégico para os transplantes, pois este hemocomponente tem prazo de validade de apenas 05 dias pós coleta;
7. Os hemocomponentes liberados em um determinado ano não são necessariamente produzidos neste mesmo ano, devido ao prazo de validade;
8. Em relação a 2015, houve uma diminuição de descarte de concentrados de plaquetas randômicas e de Pool de plaquetas.

Liberação (expedição) de Hemocomponentes

Expedição de Hemocomponentes	Ano		
	2012 - 2015	2015	2016
Liberadas por EMERGÊNCIA (Fora de rotina)	25.956,75	26.939	29.214
Liberadas por ROTINA	46.624,5	45.472	44.737
Liberadas para pesquisa		22	18
TOTAL	72.581,25	72.433	73.969

Fonte: SistHemo/FHB – Versão 10.2 de 24/08/2016, acessado em 11/01/2017.

Observa-se que o número de hemocomponentes distribuídos, de acordo com a tabela “Hemocomponentes: produzidos X liberados”, foi menor em relação a 2015, principalmente relacionado aos descartes gerados pelo não recolhimento pela HEMOBRÁS e a falta de local para armazenamento dos plasmas excedentes.

Na tabela de expedição de hemocomponentes por rotina ou fora da rotina, apesar de o número absoluto de concentrados de plaquetas ser inferior ao de concentrados de hemácias, há influência do primeiro em relação ao cômputo geral, pois aplica-se um fator de conversão em seu cálculo, multiplicando-se o valor absoluto por 03 a 08, a depender de sua equivalência. E este é liberado somente mediante solicitação, ou seja, fora da rotina, devido ao curto prazo de validade de apenas 05 dias.

➤ Análises Laboratoriais nas Amostras de Sangue

A Fundação Hemocentro de Brasília realiza exames laboratoriais em amostras de sangue de doadores, conforme legislação vigente, em amostras de doadores de órgãos e tecidos da Central Nacional de Captação e em amostras de pacientes da rede pública de saúde e conveniados do DF, conforme demanda da hemodiálise, da oncohematologia, da coagulopatia e da hemoglobinopatia.

Os resultados comparativos de 2015 e 2016 podem ser observados nas tabelas a seguir.

Laboratórios de Sorologia/Nat

Comparativo		Ano					
		2015			2016		
		Doador	Extra	Total	Doador	Extra	Total
(PAC)	(PAC)						
Tipo de Exame	Chagas	55.383	6.390	61.783	56.541	4.431	60.972
	Sífilis	55.383	7.194	62.577	56.541	4.608	61.149
	HBsAg	55.383	6.282	61.665	56.541	4.071	60.612
	HIV ½	55.383	6.244	61.627	56.541	4.655	61.196
	HCV	55.383	6.850	62.233	56.541	4.853	61.394
	HBc	55.383	7.553	62.936	56.541	5.279	61.820
	HTLV ½	55.383	5.421	60.804	56.541	3.596	60.137
	NAT HCV	55.383	134.206	189.589	56.541	154.359	210.900
	NAT HBV	41.355	103.308	144.663	56.541	154.359	210.900
NAT HIV	55.383	134.206	189.589	56.541	154.359	210.900	
Total		539.802	417.654	957.466	565.410	494.570	1.059.980

Fonte: GELAB/DIREX/FHB

Observações:

1. Para os exames sorológicos entendem-se como extra todos os testes realizados para pacientes, controles e repetições;
2. Para os exames NAT, entendem-se como “extra” todos os testes realizados em amostras de outros estados (Acre, Goiás e Tocantins), pacientes e repetições, conforme discriminado abaixo;
3. NAT HBV passou a ser realizado na FHB em abril 2015 e por isso apresenta discrepância numérica em relação aos demais exames sorológicos no ano de 2015.

Exames Complementares

Exame	2012 - 2015	2015	2016
VDRL ¹	3.552,5	7.194	1.537
Perfil Hepático: Anti-HBs	2.830,5	3.147	2.575
W. Blot (Anti-HIV)	84,5	140	114
W. Blot (Anti-HTLV)	147,25	187	176
Citomegalovírus (IGG)	469,25	950	598
Citomegalovírus (IGM)	403,5	804	568
Toxoplasmose (IGG)	444,25	950	598
Toxoplasmose (IGM)	403,25	804	568
TOTAL	8.046,5	14.176	6.734

Fonte: GELAB/DIREX/FHB

NOTA: Os exames de VDRL para diagnóstico de sífilis apresentam-se em queda ao longo dos anos, desde a implantação de nova metodologia (quimioluminescência) em 2013, embora no início da implantação da nova metodologia ele tenha apresentado um aumento, pois muitos doadores necessitaram realizar teste confirmatório. Este número já apresenta tendência de estabilização em 2016.

Exames NAT 2016

Tipo de Exame	Doador FHB	Pacientes e Repetições	Outros Estados – GO, AC,	TOTAL
NAT HIV	56.541	20.835	119.320	196.696
NAT HCV	56.541	20.835	119.320	196.696
NAT HBV	56.541	20.835	119.320	196.696
TOTAL	169.623	62.505	357.960	590.088

Fonte: Sisthemo e Planilhas internas GELAB/FHB

Laboratório de Imunohematologia de Doadores

Exame	2015	2015	2015	2016	2016	2016
	Doadores	Extra (pacientes)	Total	Doadores	Extra (pacientes)	Total
Tipagem direta e reversa – ABO	55.383	346	55.729	56.541	125	56.666
Tipagem RH	55.383	903	56.286	56.541	-	56.541
Pesquisa de Anti-corpos irregulares	55.383	-	55.383	56.541	-	56.541
Pesquisa de Hemoglobinas anormais	55.383	559	55.942	56.541	301	56.842
FenotipagemKell de Doadores	21.005	-	21.005	27.762	-	27.762
Pesquisa D fraco	8.017	17	8.034	8.344	6	8.350
Eletroferese de Hemoglobina	1.411	-	1.411	1.333	-	1.333
CDE	8.382	-	8.382	8.344	-	8.344

Fonte: GELAB/DIREX/FHB

Observação: Para os exames imunohematológicos entende-se como extra os testes realizados para pacientes e repetições.

Resultados Positivos/Patologia em Doadores da FHB (meta <2,5%)

		2015	2016
		Total	Total
Número de doadores		55.383	56.541
Tipo de Exame	Chagas	79 – 0,14%	55 – 0,10%
	Sífilis	389 – 0,70%	431 – 0,76%
	HBsAg	42 – 0,08%	41 – 0,07%
	HIV ½	40 – 0,07%	48 – 0,08%
	HCV	146 – 0,26%	142 – 0,25%
	HBc	334 – 0,60%	327 – 0,58%
	HTLV ½	67 – 0,12%	57 – 0,10%
	NAT HCV	6 – 0,01%	4 – 0,01%
	NAT HBV	14 – 0,03%	20 – 0,04%
NAT HIV	13 – 0,02%	23 – 0,04%	
Total de Resultados Positivos		1.130 – 2,04%	1.148 – 2,03%
Total de Positivos		1.037 – 1,87%	1.044 – 1,85%

Fonte: GELAB/DIREX/FHB

Como é possível observar, no ano de 2016, houve um acréscimo de **2%** no total de doadores de sangue na FHB. Este aumento veio também acompanhado de uma melhora na captação e triagem clínica dos candidatos, que pode ser verificada na queda do percentual de exames reagentes e, portanto, uma maior disponibilização, devido a uma menor perda, de hemocomponentes para a população do DF.

Análises Laboratoriais nas Amostras de Sangue de Pacientes

A Fundação Hemocentro de Brasília realiza também o atendimento terciário para diagnóstico e seguimento laboratorial das coagulopatias hereditárias (Hemofilias, Doença de Von Willebrand e Plaquetopatias) da população do Distrito Federal, bem como os exames imunohematológicos de pacientes da hemorrede SUS/DF, exames para cadastro de doadores de medula óssea (REDOME), exames para a Central de Captação de Órgãos e Tecidos da SES/DF, exames para o Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário e para o Transplante de Medula Óssea.

Laboratório de Imunohematologia de Pacientes

O Laboratório de Imunohematologia de Pacientes da Fundação Hemocentro de Brasília realiza exames complementares que auxiliam a Hemorrede a realizar transfusões mais seguras. Dentre os exames realizados por este laboratório, destacam-se os de fenotipagem eritrocitária estendida e identificação de anticorpos irregulares, que beneficiam pacientes com Anemia Falciforme, pacientes politransfundidos que necessitam de transfusões freqüentes, recém-nascidos em caso de Doença Hemolítica Perinatal, dentre outros.

Exames Imunohematológicos em pacientes da Rede

Exames	Ano		
	2012 - 2015	2015	2016
Tipagem ABO/RH	810,0	943	1.050
Fenotipagem de Doadores	703,5	1.375	1.616
Fenotipagem de Pacientes	392,5	512	645
Auto/aloadsorção	10,0	16	38
Auto-anticorpo	639,5	956	1.221
Bloqueio	5,25	8	0
CD	823	941	1.075
CD-Monoespecífico	239,25	314	429
Eluição	136	198	142
Referotipagem	200,5	167	54
PAI	1.432,75	1.906	1.348
Reversa e Lectinas	-	718	-
Painel de Hemácias	817,25	1.160	1.510
Pesquisa D Fraco	108,25	141	150
Titulação de ACs	35,25	42	115
Tratamento com Cloroquina	9,0	21	32

Fonte: GELAB/DIREX/FHB.

Laboratório de Hemostasia

O Laboratório de Hemostasia da FHB tem como objetivo atender à rede hospitalar da Secretaria de Saúde (SES) do Governo do Distrito Federal (GDF) no diagnóstico das doenças da coagulação hereditária como hemofilias, doença de Von Willebrand, dentre outras, além de dar suporte ao diagnóstico das coagulopatias raras, coagulopatias adquiridas e púrpura trombocitopênica trombótica com a finalidade de prestar assistência e apoio hemoterápico e/ou hematológico à rede de serviços de saúde, prestando serviços e assistência às áreas a que se propõe, de ensino e pesquisa, formação de recursos humanos, controle de qualidade e suporte técnico.

Exames de Hemostasia

Exames	Ano		
	2012 - 2015	2015	2016
Contagem de plaquetas	180,75	231	182
Determinação de tempo de trombina	289,5	378	287
Determinação de Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada(TTPA)	1.512	1.680	897
Determinação de Tempo e Atividade da Protrombina (TAP)	513	631	398
Dosagem de Anticoagulante Circulante	217,5	185	110
Dosagem de Fator IX	177,25	203	134
Dosagem de Fator VIII (Antígeno)	927,5	796	437
Dosagem de Fator VIII (Inibidor)	250,5	236	307
Dosagem de Fibrinogênio	474,25	595	342
Teste de Agregação de Plaquetas	298,25	693	467
Cofator de ristocetina	323,5	451	58
Dosagem de anticardiolipinalgG	212	199	0
Dosagem de anticardiolipinalqM	181	199	0
β -2 Glicoproteína1 IGM	203	169	0
β -2 Glicoproteína1 IGG	167	169	0
Determinação da ligação do Fator Von Willebrand ao Colágeno	247	396	40
Dosagem de Fator V	27,75	32	43
Dosagem de Fator VII	37,5	58	75
Dosagem de Fator XI	35,5	63	88
Dosagem de Fator XIII	40,25	76	47

Fonte: GELAB/DIREX/FHB

Nota: Os exames em destaque sombreado deixaram de ser realizados por decisão da Direção Executiva da FHB por apresentarem baixa demanda, com dificuldades para aquisição de reagentes e não trazerem prejuízos para o diagnóstico e acompanhamento dos pacientes.

Os exames laboratoriais de hemostasia dão suporte direto aos ambulatórios de assistência às coagulopatias e, portanto, são dependentes da demanda, que é variável e cíclica, pois o acompanhamento regular dos pacientes nestes ambulatórios faz com que a solicitação de exames seja apenas periódica ou sob demanda após intercorrências, que tendem a reduzir e estabilizar no decorrer dos anos após implantação.

Laboratório de Imunologia de Transplantes

O Laboratório de Imunologia de Transplantes (LIT) da Fundação Hemocentro de Brasília, credenciado pelo Serviço Nacional de Transplante do Ministério da Saúde como Laboratório Tipo II, atende aos programas de Transplante Renal Intervivo e Cadavérico, Transplante Cardíaco, Transplante de Medula Óssea, REDOME e REREME, além de realização de tipagens HLA e Transplante de Limbo. Habilitado para a realização de exames de Tipagem HLA por metodologias de biologia molecular.

Exames Realizados pelo LIT

Tipo de Exame	2015	2016
Reatividade contra painel	1.636	1.869
Prova Cruzada para Doador Vivo de Rim	70	84
Prova Cruzada para Doador Cadáver	62	71
Tipagem HLA Classe I e II	8.136	6.865*
Coleta e envio de amostras para HLA de Alta Resolução	61	-

Fonte: GELAB/DIREX/FHB

* **Observação:** a Tipagem HLA Classe I e II e a coleta e envio de amostras para HLA de Alta Resolução estão somados em apenas um tópico no ano de 2016.

Devido a restrição da força de trabalho da FHB e dificuldades na aquisição de reagentes, cujo processo foi normalizado em meados de 2016, fez-se necessário implantar sistema de agendamento para os candidatos ao cadastro de Doadores Voluntários de Medula Óssea, visando otimizar os serviços de forma a atender confortavelmente a todos os usuários, sem prejuízo de espera ou outros aos doadores de sangue e aos demais usuários, o que justifica a redução global do teste de tipagem HLA e o não alcance do teto estipulado pelo INCA para o DF.

Esta medida, no entanto, possibilitou uma melhora na satisfação dos usuários, bem como um cadastro de voluntários mais efetivo, tendo em vista que passou a ser ofertada uma orientação individualizada a cada pretendente, de forma a reduzir a evasão ou desistência do banco de dados inserido no REDOME.

Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário - BSCUP

Por meio da Portaria nº 630 de 2010, do Ministério da Saúde, o BSCUP/FHB foi incluído e habilitado na Rede Nacional de Bancos Públicos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplante de Células-Tronco Hematopoiéticas – **Rede BrasilCord**, que tem como finalidade a coleta, o processamento e o congelamento de células tronco hematopoiéticas obtidas de sangue de cordão umbilical e placentário para a utilização em pacientes que necessitam de transplante de medula óssea e que não encontram doador compatível.

Em 20 de abril de 2011, foi realizado o cadastro do BSCUP de Brasília como Laboratório de Processamento para Terapia Celular no ISBT 128 (*Identification Standard Blood Tissue*), por meio do registro da Fundação Hemocentro de Brasília junto ao *Internation Council for Commonality in Blood Banking Automation* (ICCBBA). Foi atribuído o código identificador B3035, com numeração impressa nas etiquetas que irão identificar as bolsas que serão armazenadas no equipamento *Bioarchive*.

Produtividade do BSCUP em 2016

Ano	Quantitativo de Prontuários de Gestantes Avaliados	Abordagem de Gestantes	Triagem de Gestantes	Coleta de Sangue de cordão umbilical
2012 - 2015	1.713	782,5	294	194
2015	1.791	650	254	191
2016	2.093	803	415	330

Fonte: GELAB/DIREX/FHB

Bolsas de SCUP Processadas e Bolsas Não Processadas (2015 X 2016)

Ano	Bolsas Processadas	Bolsas Não-Processadas*	Total
2015	146	45	191
2016	256	45	301

Fonte: GELAB/DIREX/FHB

Motivos de Exclusão de Processamento (Bolsas de SCUP Processadas X Bolsas Não-Criopreservadas) em 2016.

Baixa Celularidade Inicial	Baixa Celularidade Final	Baixo Volume	Sofrimento Fetal Grave	Problemas técnicos
40	10	28	-	4

Fonte: GELAB/DIREX/FHB

Bolsas de SCUP Processadas X Bolsas Criopreservadas em 2016

	Bolsas Criopreservadas	Bolsas Liberadas
256	227	134

Fonte: GELAB/DIREX/FHB

Exames Realizados (2015 X 2016)

Exames	2015	2016
Contagem de Glóbulos brancos (Hemograma completo) pré-processamento	214	322
Contagem de Glóbulos brancos (Hemograma completo) pós-processamento	149	262
Viabilidade Celular Tripan-Blue	142	231
Cultura Microbiológica	153	231

Fonte: GELAB/DIREX/FHB

O expressivo aumento dos resultados alcançados pelo BSCUP em 2016 é resultado de um incremento na força de trabalho, possibilitando uma atuação mais efetiva nas maternidades públicas do DF nas quais a FHB realiza a captação de gestantes e parturientes doadoras voluntárias de sangue do cordão umbilical.

Transplante De Celulas Tronco Hematopoiéticas - TMO

A Fundação Hemocentro de Brasília executa atividades com a finalidade de processar e congelar células-tronco hematopoiéticas obtidas de sangue periférico por meio de aférese para realização de transplantes autólogos em pacientes que necessitam de transplante de medula óssea e que se encontram na fila de transplante. Por meio do contrato 101/2013 – AJUR/FHB, firmado entre a FHB e Instituto de Cardiologia do distrito Federal, foi possível realizar os primeiros transplantes de medula óssea do DF.

Bolsas de TMO Processadas X Bolsas Não Processadas (2015 X 2016)

Ano	Número de coletas de aférese	Bolsas criopreservadas	Número de pacientes transplantados
2015	47	130	44
2016	70	198	51

Fonte: GELAB/DIREX/FHB

Exames Realizados (2015 X 2016)

Exame	2015	2016
Contagem de Glóbulos brancos (Hemograma completo) pré-processamento	94	122
Contagem de Glóbulos brancos (Hemograma completo) pós-processamento	86	85
Viabilidade Celular Tripan-Blue	88	85
Cultura Microbiologia	94	67

Fonte: GELAB/DIREX/FHB

O aumento dos exames realizados em 2016, quando comparado ao ano anterior, reflete um aumento da demanda do serviço que realiza transplante de medula óssea no DF, atualmente apenas o ICDF. Este aumento apresenta-se crescente desde a efetiva implantação do serviço de transplantes de medula óssea no DF em 2013, trazendo à sociedade e, em

especial, aos residentes do Distrito Federal o conforto do acesso a este serviço próximo de sua residência, sem a necessidade de longos deslocamentos e com a possibilidade de um melhor acompanhamento dos resultados destes procedimentos.

Cabe ressaltar que a FHB realiza apenas as tarefas de processamento e criopreservação das bolsas com células da medula óssea, sendo o trabalho de coleta realizado no próprio ICDF.

➤ Atenção Hematológica

Ao longo de 2016, foram cadastrados **31** novos pacientes, que tiveram seu diagnóstico confirmado em nosso serviço, totalizando **430** pacientes em acompanhamento. Destes, **340** são do Distrito Federal, **68** do Entorno (RIDE) e **21** são de outras unidades da Federação.

A atenção hematológica da FHB conta com equipe multidisciplinar formada por: 02 hematologistas, 01 hematologista pediátrico, 01 ortopedista, 02 enfermeiros, 01 assistente social, 01 farmacêutica, 02 fisioterapeutas, 06 técnicas de enfermagem, 02 técnicos de laboratório e 02 técnicos administrativos, que garantem o atendimento em caráter ambulatorial aos pacientes acompanhados.

Além dessa equipe, o ambulatório conta com o apoio de profissionais do Laboratório de Hemostasia para os exames específicos: 01 farmacêutico-bioquímico, 01 biomédico e 01 técnica de laboratório. A FHB conta também com a Gerência de Processamento e Distribuição de Hemocomponentes, que realiza dispensação de hemoderivados para outras instituições da rede de saúde no período noturno, finais de semana e feriados.

Esta estrutura permitiu, no período de 02/01/2016 a 31/12/2016, os seguintes atendimentos aos pacientes portadores de coagulopatias ou hemoglobinopatias:

Atendimento no Ambulatório FHB - 2016	
Consultas com Hematologista	1203
Consulta com Ortopedista	56
Atendimento de Fisioterapia	198
Atendimento de Enfermagem	58
Atendimento de Serviço Social	81
Coleta de sangue para exames	3653
Infusões de fatores da coagulação na FHB	749
Curativos	733
Número de pacientes com entrega domiciliar	36

Fonte: GEAMB/DIREX/FHB

Foi mantida a parceria com o Hospital da Criança José Alencar e o Hospital Materno Infantil de Brasília para atendimento infantil em diversas especialidades e com o Hospital de Base do Distrito Federal para atendimento às emergências hemorrágicas de maior gravidade em adultos e crianças.

Para facilitar o deslocamento dos pacientes com coagulopatias hereditárias, assim como dos doadores de sangue, a FHB continua a disponibilizar o transporte entre a Rodoviária do Plano Piloto e a FHB, de 30 em 30 minutos, de 2ª a 6ª feira, das 8 às 18 horas.

Durante o ano de 2016 a FHB realizou visitas técnicas e reuniões para orientação sobre o atendimento aos pacientes com coagulopatias hereditárias no Hospital de Base e no SAMU.

Para aprimoramento técnico/científico da equipe, houve participação de servidores em eventos nacionais e mundiais que versaram sobre Hematologia / Coagulopatias, entre eles o Simpósio *Novo Seven Essentials*, na Dinamarca; o IV Encontro de Hemofilia da América Latina, na Colômbia; o Congresso da *International Society on Thrombosis and Haemostasis* (ISTH), em novembro; o Congresso Brasileiro de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (*Hemo*) e o Simpósio sobre programa de Trabalho Multidisciplinar em Hemofilia, em Madri.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	27.906	25.472	367	367
6183 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR-FHB- PLANO PILOTO .	27.906	25.472	367	367
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	620.218	638.218	638.218	638.218
0015 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO .	620.218	638.218	638.218	638.218
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	990.000	960.000	69.581	14.193
0011 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA/FHB- PLANO PILOTO .	990.000	960.000	69.581	14.193

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000	342.000	310.369	310.369
0069 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO .	2.000	342.000	310.369	310.369
TOTAL DO PROGRAMA 0001	1.640.124	1.965.690	1.018.536	963.148

PROGRAMA:6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	66.000	64.900	0	0
0034 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO .	66.000	64.900	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	613.000	309.318	89.484	89.484
0026 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - FHB-DISTRITO FEDERAL	231.000	140.062	89.174	89.174
8717 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - FHB-DISTRITO FEDERAL	382.000	169.256	312	312
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	835.000	855.695	776.757	757.206
0077 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA- PLANO PILOTO	835.000	855.695	776.757	757.206
TOTAL DO PROGRAMA 6002	1.514.000	1.229.914	866.242	846.692

A meta do Planejamento Estratégico da FHB é capacitar 30% dos servidores com 20 horas ou mais de capacitação/ano. Até o dia 31 de dezembro de 2016, 12,19 % dos servidores obtiveram 20 horas ou mais de capacitação.

Em virtude do contingenciamento, no ano de 2016, foram realizados somente cursos sem ônus, ou seja, capacitações realizadas através de cursos/treinamentos ministrados pela EGOV, FEPECS, equipe da FHB, empresas parceiras e cursos realizados a expensas do servidor.

Meta/2016: 30% dos Servidores com = ou > de 20 horas de capacitação	
Percentagem de servidores que cursaram 20 horas ou + de capacitação/ano	12,19%
Percentagem de meta alcançada (20 horas de capacitação/servidor/ano)	14,34%
Percentagem de servidores que NÃO cursaram 20 horas ou + de capacitação/ano	87,81%
Percentagem de servidores treinados/capacitados/2016	67,04%

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CONTROLE DE QUALIDADE DE PRODUÇÃO E INSUMOS

As análises do Controle de Qualidade dos Hemocomponentes são realizadas nos hemocomponentes produzidos visando garantir a qualidade dos produtos finais obtidos no processamento e fracionamento do sangue total coletado, atendendo o que preconiza as legislações vigentes: RDC nº 34, de 11 de junho de 2014 da ANVISA, e a Portaria 158, de 04 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde.

Conforme as legislações vigentes o **Controle de Qualidade dos Concentrados de Hemácias e dos Concentrados de Plaquetas** deve ser realizado em, **pelo menos, 01% da produção ou 10 (dez) unidades / mês, o que for maior**, sendo realizados os testes em amostras individuais de unidades produzidas. Somente os hemocomponentes obtidos por aférese são reintegrados ao estoque da FHB.

A taxa de Conformidade dos hemocomponentes da FHB atingiu em média **98,2%** de aprovação nas análises realizadas pelo controle de qualidade, sendo que o índice exigido pela legislação para componentes filtrados é de 90% e para os componentes não filtrados é de 75%.

As análises do **Controle de Qualidade de Insumos Críticos** são realizadas visando garantir a qualidade dos produtos finais obtidos no processamento e fracionamento do sangue total coletado.

Analisa-se por amostragem 100% dos lotes de insumos críticos adquiridos pela FHB, atendendo o que preconiza as legislações vigentes: RDC nº3 e nº 5, de 04 de fevereiro de 2011, RDC nº 35, de 12 de junho de 2014, Portaria n.º 233, de 30 de junho de 2008.

Os insumos críticos analisados pela FHB são: Bolsas de coleta de sangue, de transferência e de sangue de cordão, Bolsas de Criopreservação de Células-Tronco, Kits de Aférese, Etiquetas de Identificação de Sangue e Hemocomponentes, Seringas e Agulhas Hipodérmicas Descartáveis e Soluções Parenterais (Solução Anticoagulante e Solução Fisiológica 0,9%).

A FHB manteve a participação como Hemocentro Coordenador no Grupo de Assessoramento Técnico do Programa de Avaliação Externa da Qualidade em Hemocomponentes da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados/DAE/SAS/Ministério da Saúde.

Trata-se de uma avaliação interlaboratorial, por meio de testes de proficiência, tendo como objetivo contribuir para a garantia dos resultados obtidos nos Serviços de Hemoterapia do País.

Em 2016, a FHB produziu e enviou aos Hemocentros participantes do programa, 02 Avaliações Práticas, totalizando aproximadamente 400 amostras.

Garantia da Qualidade

- A Fundação Hemocentro de Brasília estabelece, documenta, implementa e mantém um Sistema de Gestão da Qualidade que consiste num conjunto de elementos que interagem entre si e que são utilizados para dirigir e controlar esta Fundação, no que diz respeito à qualidade.

- Por meio do Sistema de Gestão da Qualidade da FHB, são gerenciados todos os processos desenvolvidos na instituição, com definição de responsabilidades e atribuições, padronização de todos os processos em procedimentos operacionais padrão, tratamento de não conformidades e produtos devolvidos, adoção de medidas corretivas e preventivas, qualificação de insumos, equipamentos, produtos e serviços, realização de auditorias internas da qualidade, elaboração, revisão e controle da documentação da qualidade e validação dos processos críticos, conforme preconizado na Resolução - RDC 34/2014, ANVISA/MS e Portaria MS 158/2016.

- Em maio de 2012, o Ciclo do Sangue da Fundação Hemocentro de Brasília recebeu da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT a certificação na Norma ISO 9001:2008 – Sistema de Gestão da Qualidade - Requisitos, demonstrando assim o compromisso da Instituição na busca da qualidade total, da melhoria contínua e da segurança dos produtos e serviços ofertados. Nos dias 07, 08 e 09 de março de 2016, a FHB foi auditada pelo organismo certificador Instituto de Certificação Qualidade Brasil - ICQ Brasil, que realizou auditoria de **Supervisão**, dando continuidade ao segundo Ciclo de Certificação da instituição e mantendo a certificação ISO 9001:2008.

- Nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2016, a instituição foi auditada pela Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás para qualificação dos fornecedores de plasma excedente e obteve **99,70%** de conformidade em relação aos itens de verificação, mantendo-se **Aprovada** para fornecimento de plasma para fracionamento industrial.

- No dia 05 de maio de 2016, foi realizada Inspeção pela VISA/DF no serviço de atendimento aos pacientes com coagulopatias, incluindo ambulatório, laboratório de hemostasia e farmácia. A auditora concluiu em seu relatório que a FHB possui condições técnicas, instalações físicas, equipamentos adequados e equipe multiprofissional qualificada e capacitada para a prestação de serviços aos pacientes com coagulopatias, estando de acordo com os parâmetros legais e normativos vigentes.

- No período de 21 a 23 de junho de 2016, ocorreu inspeção conjunta VISA/DF, Anvisa e VISA/ES, com a finalidade de avaliar as condições técnico-sanitárias de funcionamento do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e placentário (Rede BrasilCord) e Laboratório de processamento de células progenitoras hematopoéticas de medula óssea (CPH-MO) e de sangue periférico (CPH-SP) e de conceder treinamento prático para as inspetoras da Visa Estadual do Espírito Santo. De acordo com a análise estatística ponderada do total de itens, a FHB foi classificada como **médio-baixo risco potencial**, com pontuação alcançada de **89,9%**.

- Nos dias 11, 12 e 13 de julho de 2016, a FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA foi inspecionada pela equipe conjunta da VISA/DF e ANVISA para monitoramento e avaliação do risco sanitário nos serviços de hemoterapia, e obteve percentual de conformidade com a legislação vigente de **99,70%**. A instituição manteve o enquadramento na categoria de serviço de hemoterapia de BAIXO RISCO SANITÁRIO, atribuído a serviços que possuem percentual de conformidade superior a 95%.

- Nos dias 30 e 31 de julho e 01 de agosto de 2016, após um período de 3 anos, a FHB recebeu os visitantes do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede - PNQH para avaliação técnica e gerencial do serviço de hemoterapia e obteve **89,3%** de conformidade.

- No período de 28 a 30 de setembro, ocorreu a 1ª Visita Técnica para Gestão de Equipamentos de Hemocentros com o intuito de dar andamento às ações de Qualificação da Hemorrede, com foco na área de Gestão de Equipamentos, que resultou em um relatório de diagnóstico de situação e dará subsídios para o planejamento, em conjunto com a equipe de avaliação, de ações necessárias para melhoria dos processos.

- De junho à dezembro foi executado o Programa Anual de Auditorias Internas da Qualidade. Tal programa contemplou a realização do terceiro ciclo de Auditorias Internas em 12 (doze) das 13 (treze) Agências Transfusionais que compõem a Hemorrede Pública do Distrito Federal. A auditoria interna do HRAN, única pendente, será realizada em janeiro de 2017. As auditorias nas Agências Transfusionais são realizadas em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde para Qualificação da Hemorrede Estadual e buscam melhoria contínua dos processos de trabalho.

- Em Dezembro de 2016, o Laboratório de Imunohematologia de Transplantes – LIT recebeu avaliações “Excelente” nas 03 modalidades em que é analisado pela Avaliação Externa da Qualidade da Associação Brasileira de Histocompatibilidade – ABH.

- Ainda em cumprimento ao Programa Anual de Auditorias Internas da Qualidade, foram realizadas as auditorias em todos setores técnicos e administrativos da FHB, com a inclusão da ASPLAN da ASHEMO e Centro de Compras, aos quais não haviam sido auditados em anos anteriores. As auditorias internas da qualidade possuem o objetivo de determinar se o Sistema de Gestão da Qualidade da Fundação Hemocentro de Brasília está implementado e mantido eficazmente e em conformidade com requisitos técnicos e sanitários. Com exceção da ASPLAN, ASHEMO e Centro de Compras, foi avaliado se houve resolução das não conformidades identificadas nas auditorias internas de 2015. O índice de conformidade encontrado nas auditorias internas da qualidade foi de **83%** (20,43% melhor do que no ano de 2015).

Comunicação Institucional

No ano de 2016, a FHB focou suas ações na veiculação da “Campanha a Vida Precisa de Sangue” nos períodos de início de ano e final de ano, uma vez que as estatísticas mostravam uma redução no número de candidatos à doação nesses períodos.

Além disso, a FHB promoveu a realização de eventos no ano de 2016, dentre os quais se destacam: o Dia Internacional da Mulher; o Seminário do Protocolo do Uso Racional do Sangue que contou com a presença de mais de 130 participantes da comunidade hospitalar e o I Fórum de Governança em Saúde, evento que contou com a participação de autoridades de diversos setores da atividade pública e privada do Brasil.

Ainda no ano de 2016, a FHB firmou uma parceria com o DER/DF na campanha anual do Maio Amarelo, cujo tema foi: “Não derrame sangue. Doe”, na qual houve a distribuição de brindes e camisetas para os doadores, sem ônus para a FHB.

Entretanto, o destaque maior ficou com a Semana Nacional do Doador de Sangue com a campanha “Seja você também um Mestre doador – Doe Sangue”, referente ao fenômeno mundial Pokémon-Go, com a qual se observou um crescimento de exposição de mídia de 35% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na ocasião da Semana Nacional do Doador de Sangue, a FHB contou com a presença de uma campanha voluntária de doação de sangue promovida por autoridades do Governo do Distrito Federal, a qual contou com a doação de sangue do Governador do Distrito Federal, do Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, da Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal entre outras autoridades.

Nas inserções de mídia, a FHB promoveu de forma mais incisiva a “Linha Vermelha”, que é o transporte do Hemocentro- Rodoviária do Plano Piloto e a possibilidade de agendamento de doações por meio do serviço de call center.

Devido ao contingenciamento das despesas, a FHB não confeccionou folders e cartilhas educativas e institucionais, contudo, por meio de contatos da Assessoria de Comunicação com a Subchefia de Publicidade e Propaganda do Governo de Brasília, esta disponibilizou para a FHB, sem ônus, 5.000 cartazes, 20.000 folders, 100.000 cartões de agradecimento ao doador de sangue, que se encontram em posse do setor de captação de doadores da FHB para distribuição aos candidatos a doação de sangue e em programas de formação de multiplicadores na sociedade.

Nas mídias sociais, foram priorizadas as publicações de caráter informativo/educativo que pudessem dirimir e dissipar dúvidas referentes ao processo de doação de sangue.

Foi criada a conta do Hemocentro de Brasília na mídia Instagram, que tem ajudado a divulgar a instituição e sua missão.

Na internet as páginas do site referentes à Ouvidoria e à Lei de Acesso a Informação foram totalmente atualizadas, colocando a FHB entre as 10 melhores instituições no índice de transparência ativa. Foram disponibilizadas também as cartas de serviço da FHB, em suas versões completa e resumida, ofertando à população uma visão mais clara e direta sobre os serviços e produtos oferecidos pela instituição, de forma clara e objetiva e com a participação de usuário para o alinhamento a uma linguagem cidadã.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O planejamento estratégico vigente integra o modelo de gestão da Fundação Hemocentro de Brasília ao lado de outros instrumentos como Plano Plurianual – PPA, Plano de Saúde, Plano Estratégico da SES, inspeções sanitárias e auditorias internas, para o alinhamento e a integração da estratégia com o orçamento e as várias ações institucionais.

As definições do plano são realizadas e monitoradas de acordo com diretrizes da Secretaria de Estado de Saúde-Distrito Federal, Governo do Distrito Federal e Ministério da Saúde, bem como órgãos normativos e de controle competentes, tendo em vista o fortalecimento do SUS-DF.

No ano de 2016, conjuntamente e com importante auxílio da Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF), foi implementada a Gestão de Riscos da Fundação Hemocentro de Brasília para atuar de forma conjunta e complementar à

Gestão Estratégica e Gestão da Qualidade, dando suporte às decisões institucionais, tornando-as mais precisas e seguras, vislumbrando as possibilidades advindas de diversos ângulos, minimizando as incertezas e mitigando os riscos.

Informações (Realizações)

No ano de 2016, as ações realizadas pela FHB que merecem destaque, além do atendimento a 100% da demanda de componentes do sangue da rede SUS e outros serviços de assistência hemoterápica no Distrito Federal, foram:

- Correção de processos de trabalho em áreas administrativas, como o estabelecimento de prazos e normas para executores de contratos, trazendo maior agilidade e segurança para a área financeira e o novo fluxo para o recebimento de diplomas e certificados de conclusão de cursos para percepções de adicionais salariais, afastando o risco de fraudes neste processo;

- Mudança de uso do orçamento com redução de aproximadamente 50% dos recursos da fonte 100. As compras que pertenciam à área fim e que não utilizavam a fonte 138 (Fundo de Saúde) foram remanejadas à medida da contratação e da necessidade de renovação. Com a escassez de recursos, as mudanças na utilização dos recursos orçamentários da FHB foram essenciais para que não houvesse solução de continuidade nas atividades essenciais. Um bom exemplo foi a mudança de fonte do processo de licitação do transporte de hemocomponentes e doadores da Fundação Hemocentro, servindo como modelo para outros processos;

- Planejamento e início das atividades do futuro núcleo de contratos e convênios. A criação informal do núcleo já permitiu separar a área de Contratos da área jurídica. Isso trouxe melhoras no processo de *compliance* dos Contratos e aprimoramento do acompanhamento dos Termos de Referência (revisão) e dos processos. É de fundamental importância a regularização da estrutura da FHB, que formalizará o Núcleo de Contratos e Convênios. Com a implantação desse núcleo, haverá condições efetivas de acompanhar e prestar suporte aos executores de contratos, com melhorias da rotina de fiscalização e maior eficácia em vistorias, buscando aperfeiçoar a comunicação entre gestor, executores de contratos e contratado, bem como fazer um melhor acompanhamento da emissão de relatórios de execução, avaliação de resultados, dentre outros;

- Aquisição de software para realização de pesquisa de preço, solucionando um dos maiores gargalos da FHB, especificamente na área de Pesquisa de Preço e Análise de Viabilidade Econômica, que permitiu executar melhores pesquisas com maior agilidade;

- Planejamento e implantação de software específico para a área de Orçamento e Finanças (CEOFNET), permitindo acompanhamento das execuções orçamentárias por cada área de trabalho da FHB e conferindo maior agilidade na tramitação de notas fiscais e processos, mitigando o risco de atrasos nas liquidações;

- Renegociação de contratos, à medida de cada renovação, com adequação de valores quanto ao contrato original, permitindo uma redução total de valores renegociados de **R\$ 8.588.591,82**;

- Em novembro, foi realizado treinamento dos médicos lotados em Unidades Básicas de Saúde que cumprirão parte da carga horária semanal em Unidades de Pronto Atendimento para atendimento a pacientes portadores de coagulopatias hereditárias, em parceria com a FEPECS e SAMU. Este projeto de inclusão de treinamentos para equipes de atendimento a Urgências e Emergências será mantido ao longo do ano de 2017 para alcançar a totalidade dos profissionais, a fim de garantir atenção integral a esses pacientes;

- Transferência da distribuição de Fator IX Recombinante da coagulação a pacientes com ações judiciais à Farmácia de Judicializados da SES/DF;

- A qualidade dos serviços prestados pela FHB tem recebido atenção permanente da gestão e, por consequência, a Certificação ISO 9001:2008 para o ciclo do sangue foi mantida, cumprindo assim o compromisso assumido com o atendimento aos requisitos da Norma para seu Sistema de Gestão da Qualidade. Esta atenção especial à gestão da qualidade também resultou na obtenção do índice de 99,70% de conformidade nos itens verificados pela Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás para qualificação dos fornecedores de plasma. Devido à excelência dos serviços realizados, dos produtos disponibilizados e de seu corpo técnico, atua como Hemocentro Coordenador no Grupo de Assessoramento Técnico do Programa de Avaliação Externa da Qualidade em Hemocomponentes da CGSH/DAHU/SAS/Ministério da Saúde. A FHB vem recebendo visitas técnicas, não apenas para avaliação de seus serviços, mas também para conhecimento de sua prática e tem se preparado para a acreditação internacional pela *American Association of Blood Banks - AABB* e Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia – ABHH;

- No que concerne à assistência hematológica aos pacientes portadores de coagulopatias hereditárias, a FHB manteve a assistência integral e multiprofissional, inclusive com o fornecimento de hemoderivados a 100% dos pacientes que estão em profilaxia, seguindo, plenamente, os protocolos técnicos estabelecidos pela SES/DF e pelo MS para o adequado acompanhamento de tais pacientes;

- Realização da Gestão dos Equipamentos Críticos pela Assessoria de Infraestrutura com a execução das respectivas manutenções preventivas, corretivas e calibrações programadas;

- Celebração de Acordo de Cooperação com a NOVACAP para licitação e acompanhamento das obras de

reforma e ampliação das áreas de coleta e laboratórios da FHB.

PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017:

- Manter o atendimento a 100% das demandas de sangue da rede pela rotina e fora dela;
- Recuperação da força de trabalho com a nomeação de novos servidores provenientes do concurso público a ser realizado em março de 2017;
- Ampliar o treinamento de servidores da Rede a respeito da atenção aos portadores de coagulopatias hereditárias;
- Início das obras de reforma e ampliação das áreas do Laboratório e do Ciclo do Doador, com recursos federais, provenientes de convênios firmados com o Ministério da Saúde, com licitação e acompanhamento das obras pela NOVACAP;
- Aprimorar a Gestão da Qualidade com a ampliação do escopo das certificações para os laboratórios de pacientes, além da acreditação internacional da FHB pela Associação Americana de Bancos de Sangue;
- Aperfeiçoamento administrativo com a consolidação do Sistema de Custos, bem como a informatização contínua dos processos administrativos da FHB.

13.2. FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE – FEPECS UO: 23.203

A Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS) é uma entidade da administração indireta do Governo do Distrito Federal, com personalidade jurídica de direito público, de caráter científico-tecnológico e de educação profissional em saúde, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

Rege-se pelas seguintes normas:

- Lei de criação: Lei No 2.676, de 12/1/2001 (DODF N° 10, de 15/1/2001) — dispõe sobre a criação da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde;
- Estatuto: Anexo III do Decreto N° 26.128, de 19/8/2005 (DODF N° 159, de 22/8/2005) — estatuto social da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde;
- Estrutura Organizacional: Decreto N° 34.593, de 22/8/2013 (DODF N° 175, de 23/8/2013) — altera a estrutura administrativa da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, que especifica e dá outras providências.

Tem por finalidade promover, apoiar e executar a educação profissional (nível básico, técnico, de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, treinamento e capacitação) e o desenvolvimento científico e tecnológico do Sistema Distrital e Regional de Saúde, com base nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Para sua atuação, a Fundação adota sistema de ensino de acordo com as peculiaridades distritais e regionais, promovendo, subsidiando e auxiliando programas de desenvolvimento acadêmico, pesquisa e extensão, bem como treinamento e capacitação na área de saúde.

A FEPECS norteia-se, ainda, pelos seguintes princípios:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência em seus cursos;
- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- Valorização do profissional dedicado à educação;
- Gestão democrática do ensino, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- Garantia do padrão de qualidade;
- Valorização da experiência extraescolar;
- Vinculação entre a educação profissional, o trabalho e as práticas sociais.

No cumprimento de sua finalidade, a FEPECS atua na qualidade de mantenedora de instituições de ensino, considerando as características das atividades desenvolvidas, subordinadas a legislações específicas que orientam cada modalidade de ensino. São elas:

- **Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS)** — Instituição de Ensino Superior integrante do Sistema de Ensino do DF. É responsável em ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino-aprendizagem das Ciências da Saúde, mediante a oferta de cursos de graduação (medicina e enfermagem), pós-graduação *lato sensu* (especialização e residências) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado), pesquisa, extensão e outros na área da saúde;
- **Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB)** — Instituição de Ensino Profissional integrante do Sistema de Ensino do DF e da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS). É responsável pela oferta de cursos na educação profissional técnica e pós-técnica e a formação inicial e continuada de trabalhadores na área da saúde;
- **Escola de Aperfeiçoamento do SUS (EAPSUS)** — atua no desenvolvimento de atividades educativas em saúde, abrangendo a educação permanente e continuada dos servidores da SES/DF, profissionais de saúde e atores envolvidos com o controle social. É também responsável pelo gerenciamento de cenários de aprendizagem na SES/DF.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado – dentro do GDF	340
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	-
Estatutário – afastado	-
Sem vínculo – em exercício	13
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	353
Total ativos – afastado	-

Fonte: GEP/UAG/FEPECS, em 21/1/2017.

Obs.: incluída a linha "Requisitado – dentro do GDF":

338 – SES/DF, em razão da Lei nº 2.676/2001, que estatui que os recursos humanos necessários para o funcionamento da FEPECS, até a aprovação do Quadro de Pessoal próprio, serão cedidos da Secretaria de Estado de Saúde do DF;

01 – FAP/DF;

01 – SEE/DF.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6202 – BRASÍLIA SAUDÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1684 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	1.087.748	1.079.684	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO-FEPECS- SAMAMBAIA	1.087.748	1.079.684	0	0
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	50.000	386.681	376.849	376.849
0003 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO-ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	50.000	386.681	376.849	376.849
2119 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	250.000	250.000	27.120	27.120
0001 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DE BRASÍLIA - FEPECS- PLANO PILOTO	250.000	250.000	27.120	27.120
2175 - FOMENTO À PESQUISA	402.000	402.000	300.000	300.000
4368 - FOMENTO À PESQUISA EM SAÚDE-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	402.000	402.000	300.000	300.000
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	1.070.351	1.241.229	377.066	377.066
0001 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO-BIBLIOTECA CENTRAL - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	337.720	305.944	155.921	155.921
0002 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO-TELESSAÚDE BRASIL REDES - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	732.631	935.285	221.146	221.146
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	600.000	303.729	67.795	67.795
0001 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO-ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	600.000	303.729	67.795	67.795
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	393.000	274.615	107.473	107.473
2421 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CONVÊNIO 001/2011-MJ/FEPECS-DISTRITO FEDERAL	1.000	123.444	64.247	64.247
5744 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	392.000	151.171	43.226	43.226
9038 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR	354.000	1	0	0
0001 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	354.000	1	0	0
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	385.680	381.200	345.930	345.930
0001 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	385.680	381.200	345.930	345.930
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	777.062	484.509	462.055	462.055
0001 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-BOLSA PERMANÊNCIA P/ ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA ESCS-DISTRITO FEDERAL	777.062	484.509	462.055	462.055
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	86.400	64.320	55.680	55.680
0001 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA-BOLSA MONITORIA P/ ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA ESCS-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	86.400	64.320	55.680	55.680
TOTAL DO PROGRAMA 6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	5.456.241	4.867.969	2.119.967	2.119.967

Fonte: GDF - Sistema Integrado de Gestão Governamental-SIGGO, 5/1/2017.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp.
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Índice de satisfação dos participantes das ações educativas	%			Anual	≥70	≥70	≥70	≥70	EAPSUS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
Taxa de evasão escolar da Educação Profissional técnica	%			Anual	15	14	12	10	ETESB/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
Progressão de conhecimentos dos estudantes do curso de graduação em medicina	Ponto	5	31-dez-14	Anual	5	5	5	5	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
Progressão de conhecimentos dos estudantes do curso de graduação em enfermagem	Ponto	5	31-dez-14	Anual	5	5	5	5	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
Percentual de concluintes dos cursos de graduação	%	70	31-dez-14	Anual	87	93	100	100	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7

Educação Superior – Graduação

O ensino de graduação em medicina e enfermagem da ESCS/FEPECS está fundamentado em uma formação científica e humanista, com práticas inovadoras, tendo como pressupostos a aprendizagem baseada em problemas (ABP), com currículo centrado no estudante e orientado à comunidade. Os princípios pedagógicos baseiam-se em metodologias problematizadoras de ensino-aprendizagem, integração ensino-serviço e a docência realizada por servidores da SES/DF.

Em ambos os cursos, a práxis pedagógica ocorre nos serviços de saúde da SES/DF, que servem como cenários para a aprendizagem em uma ação coletiva, pactuada e integrada, envolvendo estudantes e docentes com as equipes da rede de atenção à saúde. Desta forma, a inserção dos estudantes em atividades práticas nos serviços de saúde desde o 1º ano permite contato com pacientes e comunidade, visando à formação de vínculo e a responsabilização do discente com o serviço e a comunidade.

Número de estudantes de graduação da ESCS/FEPECS, segundo o curso, no ano de 2016.

Cursos de Graduação	Ingresso na ESCS		Todas as séries	
	Sisu	Transferências <i>ex-officio</i>	Matrículas Ativas	Desligamentos
Medicina	80	2	505	12
Enfermagem	55	0	262	7
Total	135	2	767	19

Fonte: ESCS/FEPECS, 2/1/2017.

Para o ano de 2016, foram oferecidas 160 novas vagas para os cursos de graduação (80 medicina, 80 enfermagem), por meio do Sistema de Seleção Unificada-Sisu¹. Das vagas oferecidas, 84,3% foram preenchidas com ingresso dos estudantes nas 1^{as} séries dos cursos. O curso de graduação em medicina obteve aproveitamento de 100% das vagas, enquanto que o curso de graduação em enfermagem 68,7%.

Considerando-se todas as séries, a escola manteve 767 (setecentos e sessenta e sete) estudantes de graduação com matrículas ativas (atividades acadêmicas, reprovados, trancados e em mobilidade acadêmica).

Ao final do ano, registra-se 145 novos profissionais de saúde de nível superior formados pelo sistema educacional público do Governo do Distrito Federal-GDF –, sendo:

- 82 médicos;
- 63 enfermeiros.

Educação Superior – Pós-Graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*)

Os programas e/ou cursos de pós-graduação da ESCS/FEPECS têm por finalidade a ampliação da base do conhecimento científico e a qualificação de pessoal com aptidão ao exercício de atividades profissionais na área do ensino, da pesquisa e da extensão nos campos do conhecimento das Ciências da Saúde.

Cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* ofertados pela ESCS/FEPECS, segundo o público-alvo, em 2016.

Modalidade	Evento	Público-alvo	
		Clientela	Qtd.
Doutorado (<i>stricto sensu</i>)	Doutorado Interinstitucional (DINTER) Obs.: início em 2016; término em 2020 (NOVO)	Docentes, pesquisadores, preceptores de graduação/ESCS e preceptores de residência/SES/DF	25
Total – Doutorado			25
Mestrado Profissional (<i>stricto sensu</i>)	Ciências para a Saúde (4ª turma) Obs.: início em 2015; término em 2017 (em andamento)	Servidores da SES/DF: médicos, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas e odontólogos	12
	Ciências para a Saúde (5ª turma) Obs.: início em 2016; término em 2018 (NOVO)	Servidores da SES/DF: médicos, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, enfermeiros e especialistas em saúde	15
	Administração em Saúde: Gestão de Sistemas de Saúde Obs.: início em 2015; término em 2017 (em andamento)	Docentes e preceptores de graduação da ESCS e dos programas de residência da SES/DF	18
Total – Mestrado Profissional			45
Especialização (<i>lato sensu</i>)	Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (convênio Fiocruz) Obs.: início em 2015; término em 2017 (em andamento)	Servidores da FEPECS e SES/DF	29
	Nutrição Clínica Enteral e Parenteral Obs.: início em 2015; término em 2017 (em andamento)	Nutricionistas, médicos, farmacêuticos e enfermeiros da SES/DF (10) e profissionais de saúde (30)	40
	X Curso em Homeopatia Obs.: início em 2016; término em 2017 (NOVO)	Médicos (3 são servidores da SES/DF)	20

¹ Sisu é o sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem.

	Sistêmica Fenomenológica Familiar Obs.: início em 2016; término em 2017 (NOVO)	Profissionais das áreas da saúde (6 são servidores da SES/DF)	40
Total – Especialização			129
Total – Pós-Graduação			199

Fonte: ESCS/FEPECS, 2/1/2017.

A tabela mostra a oferta de cursos vinculados aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especialização) desenvolvidos no âmbito da ESCS/FEPECS em 2016, na qual se observa a participação de 25 doutorandos, 45 mestrandos e 129 especializandos.

Verifica-se que a escola ofertou, por meio de programas próprios ou em associação com outras instituições de ensino superior, cursos de pós-graduação *stricto sensu*, detalhados a seguir:

- **Doutorado Interinstitucional (DINTER)** na Área de Avaliação Medicina II da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desenvolvido a partir de parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB), como instituição promotora e a ESCS/FEPECS, como instituição receptora, tendo por objetivo a consolidação da pesquisa e dos programas de pós-graduação institucionais, bem como a viabilização de oferta futura de Curso de Doutorado próprio da ESCS/FEPECS;

- **Mestrado Profissional em Ciências para a Saúde** do Programa de Pós-Graduação em Ciências para a Saúde, na Área de Avaliação Enfermagem da CAPES, com entradas anuais de 18 (dezoito) estudantes, resultado de demanda da SES/DF para qualificação dos profissionais inseridos nos serviços de saúde do SUS. O curso se encontra em sua 5ª turma, caracterizando oferta contínua;

- **Mestrado Profissional em Administração em Saúde** na Área de Avaliação Saúde Coletiva da CAPES, ofertado pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no âmbito do convênio que possui como participantes a FEPECS e o Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva (CEPESC).

Ademais, em relação à oferta de vagas para cursos de pós-graduação, o MPCS (Mestrado Profissional em Ciências para a Saúde), até 2015, era o único curso ofertado no âmbito das instituições públicas vinculadas ao Governo do Distrito Federal, o que corrobora a necessidade de fortalecimento e de ampliação da Pós-Graduação da ESCS/FEPECS. A reforçar tal posição, há o Plano Distrital de Educação, recentemente promulgado, que prevê:

(1) Elevação da qualidade da educação superior do DF pela ampliação da atuação de mestres e doutores do corpo docente nas IES públicas do DF, estando previstas como estratégias (i) a instituição de programas de mestrado e doutorado por IES distritais, (ii) a instituição de Projetos de MINTER e DINTER com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) e (iii) a instituição de política de pessoal que assegure a docência/assistência, a formação em *stricto sensu*, a vinculação aos cenários de aprendizagem e às funções docente/pesquisador, docente/convidado e docente/substituto na universidade distrital;

(2) Elevação gradual do número de matriculados na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação de 4 doutores por mil habitantes no DF, estando previstas como estratégias (i) a instituição de programas de pós-graduação próprios em IES públicas do DF, (ii) a ampliação do investimento em pesquisa, iniciação científica e tecnológica com o aumento da capacidade de fomento da FAP-DF e foco no desenvolvimento das vocações econômicas do Distrito Federal, (iii) o estímulo à pesquisa e à extensão, aplicadas no âmbito do sistema próprio do DF, com a participação da FAP-DF, de modo a incrementar a inovação, a produção e o registro de patentes para o desenvolvimento social do DF e da RIDE-DF que o circunda.

Assim, ações no sentido de fortalecer a pesquisa, inovação tecnológica e pós-graduação institucionais têm sido implementadas nos últimos anos pela ESCS/FEPECS. A título de ilustração, podem ser citados os dois novos Programas e/ou Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, a serem iniciados em 2017, com os processos seletivos dos estudantes em andamento ou concluídos:

(1) **Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde** do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde: projeto aprovado pela CAPES em 25/4/2016. Apresenta estrutura multidisciplinar em consonância com o perfil predominante dos Programas e Cursos de Pós-Graduação da Área de Avaliação – Medicina I da CAPES. Tem previsão de início para o 1º semestre de 2017, com entradas anuais de 18 (dezoito) mestrandos;

(2) **Mestrado Profissional em Saúde da Família (ProfSaúde)** na Área de Avaliação de Saúde Coletiva da CAPES, iniciativa proposta pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), com sede administrativa no Rio de Janeiro e integrada por Instituições de Ensino Superior (IES) associadas em Rede Nacional no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNASUS). Foi aprovado pela CAPES em 27/10/2015, tendo seu início proposto para o 1º semestre de 2017, com ingresso de 200 mestrandos, sendo que 12 serão certificados pela ESCS. O ProfSaúde possibilitará a capacitação de profissionais da SES/DF, docentes e preceptores dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da ESCS/FEPECS, com a finalidade de atuarem nos Programas de Residência Médica em Saúde de Família em nível nacional.

Por sua vez, a pós-graduação *lato sensu*, modalidade especialização, teve por finalidade dar oportunidade ao graduado de prosseguir seus estudos, especializando-se em uma área específica do conhecimento, com foco principalmente no mercado de trabalho, conferindo competências de natureza teórica e prática na especialidade escolhida. Em 2016, 65% dos

estudantes de pós-graduação optaram por essa modalidade, desenvolvendo suas atividades acadêmicas nos quatro cursos ofertados.

Educação Superior – Pós-Graduação (*lato sensu*): Residências

A Residência em Saúde é uma modalidade de ensino em nível de pós-graduação *lato sensu* caracterizada pelo treinamento em serviço e supervisionada por profissionais habilitados. A ESCS/FEPECS apoia as atividades pedagógicas e administrativas das residências da SES/DF, em dois dos tipos habilitados pelo Ministério da Educação: Residência Médica e Residência em Área Profissional da Saúde (multiprofissional e uniprofissional).

RESIDÊNCIA MÉDICA

Residência Médica da SES/DF, segundo o hospital e a categoria, com coordenação pedagógica pela ESCS/FEPECS, em 2016.

Hospitais da SES/DF	Categorias					Total Residentes Hospital	Total Programas Hospital
	R1	R2	R3	R4	R5		
Hospital de Base do Distrito Federal-HBDF	115	87	72	22	03	299	49
Hospital Materno-Infantil de Brasília-HMIB	24	16	22	14	-	76	09
Hospital Regional da Asa Norte-HRAN	52	49	17	-	-	118	10
Hospital Regional de Ceilândia-HRC	21	21	09	-	-	51	04
Hospital Regional de Santa Maria-HRSM	04	03	02	-	-	09	01
Hospital Regional de Sobradinho-HRS	30	16	04	-	-	50	06
Hospital Regional de Taguatinga-HRT	58	60	16	-	-	134	09
Hospital Regional do Gama-HRG	32	32	14	-	-	78	05
Hospital Regional do Paranoá-HRPa	16	15	05	-	-	36	04
Hospital São Vicente de Paula-HSVP	06	05	05	-	-	16	01
Residência em Rede	38	-	-	-	-	38	05
Total	396	304	166	36	03	905	103

Fonte: ESCS/FEPECS, 2/1/2017.

A tabela mostra o número de profissionais médicos vinculados ao Programa de Residência Médica da SES/DF, segundo o hospital onde desenvolveram as atividades acadêmicas e a categoria (ano) em 2016. Observa-se que a escola apoiou as atividades pedagógicas e administrativas de 103 Programas, dos quais participaram 905 residentes, distribuídos em 10 hospitais da SES/DF e outras unidades.

Em 2016, foram iniciados os Programas de Residência Médica em Rede da SES/DF, que possuem como pressuposto a rotatividade do residente em vários tipos de cenários: hospitais, centros de saúde, clínicas de família e unidades de pronto atendimento (UPA). Esses programas abrangem especialidades estratégicas para o SUS, que apresentam carência de profissionais médicos especializados, sendo elas: (1) Anestesiologia, (2) Cirurgia Geral, (3) Psiquiatria da Infância, (4) Medicina do Trabalho, (5) Medicina Paliativa e (6) Medicina Geral de Família e Comunidade.

Especificamente em relação ao programa “Medicina Geral de Família e Comunidade”, foram ofertadas 24 novas vagas em 2016, havendo ainda necessidade de atuação da ESCS/FEPECS para que seja efetivada a ampliação dessas vagas, de modo a atender a determinação da Lei Federal 12.871, que instituiu o Programa Mais Médicos.

Residência em Área Profissional de Saúde

Programas de Residência em Área Profissional de Saúde da SES/DF desenvolvidos em Rede, 1º ano, coordenados pela ESCS/FEPECS, no ano de 2016.

Programas em REDE SES/DF 1º Ano	Total de Residentes
Multiprofissional em Atenção Cardíaca	11
Multiprofissional em Atenção Oncológica	18
Multiprofissional em Saúde Coletiva	23
Multiprofissional em Saúde da Criança	20
Multiprofissional em Saúde do Adulto e Idoso	33
Multiprofissional em Saúde Mental – Adulto	25
Multiprofissional em Saúde Mental – Infante-Juvenil	16
Multiprofissional em Terapia Intensiva	48
Multiprofissional em Urgência e Trauma	16
Uniprofissional em Cirurgia Bucomaxilofacial	3

Programas em REDE SES/DF 1º Ano	Total de Residentes
Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica	14
Uniprofissional Enfermagem em Centro Cirúrgico	21
Uniprofissional Enfermagem em Nefrologia	8
Total COREMU/ESCS	256

Fonte: ESCS/FEPECS, 2/1/2017.

Distribuição quantitativa de Residentes em Área Profissional de Saúde da SES/DF, 2º ano, por categoria profissional, coordenados pela ESCS/FEPECS, no ano de 2016.

Áreas de Saúde 2º Ano	Total de Residentes	Total de Programas
Enfermagem	88	07
Nutrição	51	04
Odontologia	6	01
Psicologia	6	01
Fisioterapia	16	01
Total	167	14

Fonte: ESCS/FEPECS, 2/1/2017.

As duas tabelas apresentam a Residência em Áreas Profissionais de Saúde, 1º e 2º anos, em 2016, em que é possível observar o total de 423 residentes.

O 1º ano (multiprofissional e uniprofissional), iniciado em 2016, está sendo desenvolvido em Rede, tendo como pressuposto a rotatividade do residente em vários tipos de cenários.

Educação Superior – Extensão Acadêmica

A Extensão Acadêmica, ofertada pela ESCS/FEPECS, compreende cursos, minicursos e projetos de curta e média duração, destinados a complementar os conhecimentos em áreas específicas que respondam a demandas não atendidas regularmente pelo ensino formal da graduação e/ou pós-graduação.

Cursos e Projetos de Extensão Acadêmica desenvolvidas pela ESCS/FEPECS, segundo público-alvo, no ano de 2016.

Tipo de evento	Discriminação do evento	Público-alvo	
		Clientela	Qtd.
Cursos e Minicursos	10º Curso De Iniciação À Prática Docente Em Enfermagem/EsCS	Enfermeiros Participantes Do Processo Seletivo Interno Simplificado E Candidatos À Docência No Curso De Graduação Em Enfermagem/EsCS.	40
	Atendimento Pré Hospitalar: uma vivência para o acadêmico de Enfermagem da ESCS	Estudantes da 4ª série do Curso de Graduação em Enfermagem /ESCS	67
	Atualização em Avaliação para Habilidades e Profissionalismo	Docentes dos 1º e 2º anos do Curso de Medicina/ESCS	30
	Atualização em Ensino de Saúde – metodologias ativas de ensino	Preceptores de Residência	40
	Atualização em Metodologias Ativas na Interação Ensino-Serviço-Comunidade	Docentes e Preceptores que atuam nas 1ª e 3ª séries e na Unidade Educacional Interação Ensino-Serviço-Comunidade do Curso de Medicina/ESCS	40
	Avaliação Formativa, feedback e elaboração de portfólio em Interação Ensino-Serviço-Comunidade	Docentes das 1ª e 3ª séries	30
	Bioética (1ª e 2ª edição)	Residentes da SES/DF	240
	Cardiopatia Isquêmica (2º curso)	Estudantes de medicina, médicos e outros profissionais de saúde	30
	Contação de História: uma arte que preserva e transmite valores culturais	Docentes, discentes e preceptores do curso de Graduação em Enfermagem/ESCS	25
	Elaboração de Projeto de Pesquisa Científica	Discentes e docentes do Curso de Graduação em Enfermagem/ESCS e enfermeiros preceptores de graduação e de residência de enfermagem/ESCS	20
	Exames Laboratoriais: valores e interpretação dos resultados	Estudantes da 4ª série do Curso de Graduação em Enfermagem/ESCS	69
	Fortalecendo a Atenção Primária à Saúde: educação em saúde voltada para os ACS	Agentes Comunitários de Saúde pertencentes à ESF e ao PACS	30
	Iniciação à Clínica Cirúrgica	Estudantes da 5ª série do Curso de Graduação em Medicina/ESCS no HRT	60
	INTERVISÃO – Encontro intergrupar para processo de alinhamento de experiências	Egressos dos cursos de Tratamento Comunitário oferecidos pelo CRRad/ESCS	172

Tipo de evento	Discriminação do evento	Público-alvo	
		Clientela	Qtd.
	Introdução ao Método Etnográfico na Saúde	Docentes do Curso de Medicina e Enfermagem /ESCS	24
	Medicina Narrativa enquanto Modalidade Etnográfica	Estudantes e Docentes dos Cursos da Área de Saúde do Distrito Federal e Goiás e servidores da SES/DF	40
	Metodologia Científica (1ª e 2ª edição)	Residentes da SES/DF	240
	O Despertar para o Cuidado na Morte e no Processo de Morrer	Estudantes do Curso de Graduação em Enfermagem /ESCS	20
	O Processo de Trabalho da Enfermagem no Centro de Material e Esterilização	Estudantes e docentes dos Cursos de Graduação/ESCS e de outras Instituições de Ensino Superior (IES), servidores do CME do Hospital Regional de Ceilândia (HRC) e outros CMEs dos Hospitais da SES-DF	20
	Planejamento e Organização de Evento Científico Interno da ESCS	Discentes das 1ª, 2ª e 3ª séries dos Cursos de Medicina e Enfermagem/ESCS e docentes pertencentes às Unidades Educacionais	20
	Prática Pedagógica para atuar em preceptoria na ESCS	Docentes e preceptores da ESCS que atuam nos cenários de prática dos estudantes do Curso de Graduação em Enfermagem/ESCS	50
	Processo formativo para implantação do Sistema Online Integrado de acompanhamento de casos (Convênio nº 01/2011/SENAD/MJ)	Profissionais da área da saúde, assistência social, segurança, justiça, educação e agentes das comunidades locais que atuam na atenção a usuários de álcool e outras drogas do DF	30
	Tratamento Comunitário – Articulando redes para agentes e trabalhadores no campo das políticas sobre drogas (Convênio nº 01/2011/SENAD/MJ)	Profissionais da área de saúde, assistência social, segurança, justiça, educação e agentes das comunidades locais que atuam na atenção a usuários de álcool e outras drogas do DF	40
	Um Olhar Humanizado na Gravidez, Parto e Nascimento	Estudantes dos Cursos de Graduação/ESCS e de outras Instituições de Ensino Superior (IES)	16
	Uso de Pacotes Estatísticos em Pesquisa Quantitativa	Docentes e preceptores da ESCS	50
Total – Cursos e Minicursos			1.443
Projetos de Extensão	Ampliação de Oferta de Módulos de Atualização em Eletivas, da 1ª a 4ª série do Curso de Graduação em Medicina/ESCS	Estudantes do Curso de Medicina/ESCS, da 1ª a 4ª série	28
	Análise e Aperfeiçoamento das Monitorias do Curso de Medicina/ESCS	Discentes das 1ª, 2ª e 3ª séries do Curso de Medicina/ESCS	20
	Compartilhamento de temas relevantes em Interação Ensino-Serviços- Comunidade (IESC)	Estudantes do Curso de Graduação em Medicina, docentes, preceptores e profissionais de saúde que atuam na Atenção Primária do DF	95
	Liga de Emergência e Trauma da ESCS	Estudantes do Curso de Graduação em Medicina/ESCS	24
	Trilhando os Caminhos das Neurociências	Comunidade escolar do CEM 09 da Ceilândia (alunos que cursam do 1º ao 3º ano do Ensino Médio)	16
Total – Projetos de Extensão			183
Total – Extensão Acadêmica			1.626

Fonte: ESCS/FEPECS, 2/1/2017.

Os dados da tabela referem-se aos 25 cursos/minicursos e aos 05 projetos de extensão ofertados pela escola em 2016, dos quais participaram 1.626 pessoas.

Bolsas de Estudo – Permanência

A ESCS/FEPECS oferece um programa de apoio aos estudantes de graduação que ingressaram pelo sistema de cotas (Lei Nº 3.361/2004²), visando garantir a permanência e conclusão destes, incluindo a concessão de bolsa permanência³ ao longo do curso.

² Lei Nº 3.361, de 15/6/2004 (DODF Nº 114, de 17/6/2004) – institui reserva de vagas, nas universidades e faculdades públicas do Distrito Federal, de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) por curso e por turno, para alunos oriundos de escolas públicas do Distrito Federal.

³ Instrução Nº 06, de 16 de março de 2015 (DODF Nº 53, de 17/3/2015) – regulamenta a Bolsa Permanência no âmbito da Escola Superior de Ciências da Saúde, mantida pela FEPECS, como forma de garantir a permanência e a conclusão da graduação dos estudantes beneficiados pela Lei Nº 3.361, de 15 de junho de 2004 e Instrução Nº 17, de 25/5/2015 (DODF Nº 100, de 26/5/2015) – acrescenta parágrafo único ao art. 4 da Instrução Nº 06/2015.

**Bolsas Permanência concedidas mensalmente aos estudantes de graduação da ESCS/FEPECS,
segundo o curso, no ano de 2016.**

Cursos de Graduação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Medicina	-	45	45	45	45	73	71	73	73	73	73	71
Enfermagem	-	0	38	38	38	65	61	61	58	57	56	49
Total Mensal de Bolsistas	-	45	83	83	83	138	132	134	131	130	129	120

Fonte: CPE/FEPECS, 2/1/2017.

A tabela apresenta, mensalmente e por curso de graduação, o número de estudantes cotistas que fizeram jus ao recebimento da bolsa permanência em 2016.

A variação do número de bolsas ao longo do ano ocorreu por três razões:

(1) Processos seletivos para admissão (1^{as} séries) e renovação (demais séries) dos bolsistas, que ocorreram em épocas distintas;

(2) Processo sistemático de reavaliação mensal de cada bolsista, no qual são considerados o aproveitamento escolar e a assiduidade. Neste caso, é possível a suspensão do benefício, que é reversível depois de restabelecidos os requisitos preconizados pelas normas;

(3) Reprovações, trancamentos, desligamentos e formaturas extemporâneas.

Bolsas de Estudo – Monitoria

A Bolsa Monitoria, no âmbito da ESCS/FEPECS, regulamentada pela Instrução N° 04/2012⁴, caracteriza-se como um incentivo concedido aos estudantes de graduação (medicina e enfermagem) da escola, previamente selecionados, com a finalidade de proporcionar-lhes oportunidade extracurricular de aprendizagem, estimular a formação de futuros docentes, bem como fornecer subsídios ao corpo docente visando ao melhor atendimento dos estudantes.

Bolsas Monitoria concedidas mensalmente aos estudantes de graduação da ESCS/FEPECS, segundo o curso e o eixo, no ano de 2016.

Curso/Eixo Meses	Medicina				Enfermagem			Total Mensal de Bolsistas
	Anatomia Humana	Histologia	Habilidades e Atitudes	Módulos Temáticos	Habilidades Profissionais em Enfermagem	Anatomia/Histologia	Módulos Temáticos	
Março	0	0	0	0	0	0	0	0
Abril	5	5	5	5	0	0	0	20
Mai	5	5	5	5	0	0	0	20
Junho	5	5	5	5	14	1	3	38
Julho	5	5	5	5	14	1	3	38
Agosto	5	5	5	5	14	1	3	38
Setembro	5	5	5	5	14	1	3	38
Outubro	5	5	5	5	14	1	3	38
Novembro	5	5	5	5	14	1	2	37

Fonte: CPE/FEPECS, 2/1/2017.

A tabela apresenta, mensalmente, por curso de graduação e eixo, o número de estudantes selecionados para recebimento da bolsa monitoria durante o ano de 2016.

Para o ano em análise foram disponibilizados recursos orçamentário para pagamento de 40 bolsas/mês durante 9 meses, sendo 50% (20) para cada curso de graduação.

Os dados permitem o cálculo da média mensal de concessões: 30 bolsas/mês. Significa o alcance de 75% da meta planejada (40 bolsas/mês).

⁴ Instrução N° 4, de 17/1/2012 (DODF N° 13, de 18/1/2012) – altera o artigo 3° da Instrução N° 7/2007, de 10/12/2007 (DODF N° 241, de 19/12/2007), que dispõe sobre a concessão de Bolsas Monitoria a estudantes matriculados na Escola Superior de Ciências da Saúde, mantida pela FEPECS.

Bolsas de Estudo – Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica da FEPECS (PIC/FEPECS), que concede bolsas de estudo de Iniciação Científica no âmbito da ESCS/FEPECS e da ETESB/FEPECS, constitui uma contrapartida ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq). O PIC/FEPECS, regulamentado por meio da Instrução FEPECS Nº 18/2005⁵, visa introduzir os estudantes de graduação (medicina e enfermagem) da ESCS e dos cursos técnicos da ETESB na metodologia científica aplicada a projetos de pesquisa, estimular o pesquisador-orientador a estruturar equipes de pesquisa, além de propiciar à instituição a formulação de políticas de pesquisa científica.

Em relação à importância estratégica do programa, vale salientar que, para o desenvolvimento social e econômico de um país, é fundamental que o mesmo possua uma sólida base científica e tecnológica. A ciência não é episódica nem instantânea, mas um processo gradual e incremental, que demanda tempo e maturação intelectual, possuindo três vertentes muito relevantes e indissociáveis: (i) capacitação contínua de pessoas, (ii) infraestrutura adequada e (iii) investimento permanente. O PIC/FEPECS insere-se neste processo, principalmente na capacitação de pessoas para o desenvolvimento científico do Distrito Federal e do País.

Bolsas de Iniciação Científica concedidas mensalmente aos estudantes de graduação da ESCS/FEPECS, segundo o curso, no ano de 2016.

Período de concessão	Meses	Graduação		Total Mensal de Bolsistas
		Medicina	Enfermagem	
Agosto/2015 a julho/2016	Janeiro	60	10	70
	Fevereiro	60	10	70
	Março	58	10	68
	Abril	58	10	68
	Maio	58	10	68
	Junho	58	10	68
	Julho	58	10	68
Agosto/2016 a julho/2017	Agosto	59	12	71
	Setembro	59	12	71
	Outubro	59	12	71
	Novembro	59	12	71
	Dezembro	59	12	71

Fonte: CPE/FEPECS, 2/1/2017.

A tabela apresenta, mensalmente e por curso de graduação, o número de estudantes que receberam a bolsa PIC em 2016. As concessões relacionadas a esta bolsa têm duração de 12 meses, com início em agosto de um ano e término em julho do ano seguinte.

Para a concessão relativa ao período agosto/dezembro 2015 (dados não constantes da tabela), finalizada em julho/2016, a média mensal de concessão foi de 69 bolsas/mês, considerando a disponibilização de 70 bolsas/mês. Neste caso, obteve-se um êxito de 98,5% no programa. Observa-se, ainda, uma maior concentração das bolsas para o curso de graduação em medicina.

Em agosto/2016, tiveram início as novas concessões, com seleção de 71 projetos de pesquisa para recebimento das bolsas, assim distribuídas: 83% (59) para os estudantes de graduação em medicina e 17% (12) para a graduação em enfermagem. Embora ainda persista maior concentração de bolsas na medicina, verifica-se um discreto aumento da enfermagem, a partir do acréscimo de mais duas bolsas.

Análise das Concessões

Bolsas de Estudo concedidas mensalmente pela FEPECS, segundo o tipo, no ano de 2016.

Meses	Tipos de Bolsas			Total de Bolsistas por Mês
	Monitoria (9 meses)	Permanência (11 meses)	Iniciação Científica (12 meses)	
Janeiro	-	-	70	70
Fevereiro	-	45	70	115
Março	0	83	68	151
Abril	20	83	68	171
Maio	20	83	68	171

⁵ Instrução – FEPECS Nº 18, de 23/11/2005 (DODF Nº 224, de 28/11/2005) – dispõe sobre a concessão de Bolsas de Iniciação Científica a alunos matriculados na Escola Superior de Ciências da Saúde e na Escola Técnica de Saúde de Brasília, ambas mantidas pela FEPECS, em contrapartida ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq).

Meses	Tipos de Bolsas			Total de Bolsistas por Mês
	Monitoria (9 meses)	Permanência (11 meses)	Iniciação Científica (12 meses)	
Junho	38	138	68	244
Julho	38	132	68	238
Agosto	38	134	71	243
Setembro	38	131	71	240
Outubro	38	130	71	239
Novembro	37	129	71	237
Dezembro	-	120	71	191
Média mensal de concessão	30	110	70	193
Percentual de êxito	75%	-	97%	-

Fonte: CPE/FEPECS, 2/1/2017.

A tabela apresenta uma visão geral dos tipos de bolsas de estudo concedidas pela FEPECS em 2016, evidenciando a política de concessão de bolsas de estudo com a finalidade de apoiar e preparar tecnicamente o corpo discente, favorecendo uma educação de qualidade para os estudantes de graduação.

A variação do quantitativo mensal ocorreu em razão de algumas situações, das quais destacamos: possibilidade de opção por outra bolsa, desistência, truncamento e reavaliação (assiduidade e rendimento). A tabela inclui, ainda, dois indicadores:

Média Mensal de Concessão – mede a relação entre o total de bolsas concedidas no ano e o número de meses de concessão, indicando a frequência mensal de concessões. Subsidiaria processos de planejamento e programação orçamentária.

Percentual de Êxito – mede a relação entre a Média Mensal de Concessão e o total de bolsas planejadas para concessão mensal. Consubstancia-se numa medida de eficiência/eficácia da ação de planejamento e execução. Esta Fundação considera a meta cumprida quando o Percentual de Êxito for $\geq 85\%$ (tolerância de 15%), quando, então, os determinantes que impactam na variação mensal são considerados e o esforço da instituição, reconhecido.

A Bolsa Monitoria planejou a concessão mensal de 40 bolsas x 9 meses. Conforme dados dos indicadores constantes da tabela, verifica-se que o planejamento para concessão de bolsas monitoria deve ser revisto.

A Bolsa de Iniciação Científica, por sua vez, planejou a concessão mensal de 72 bolsas x 12 meses (considerou-se o quantitativo de bolsas do edital mais recente - 2016). Meta atingida.

A Bolsa Permanência, por ter caráter de demanda espontânea e abranger alunos ingressantes e renovações, não se presta ao cálculo/análise.

Pesquisa em Saúde

A maior parte do fomento à pesquisa científica no Brasil é realizada por meio de recursos públicos. Assim, a responsabilidade do governo e demais órgãos públicos quanto ao repasse de verbas às instituições públicas (universidades, laboratórios etc.) e aos pesquisadores insere a política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) em uma questão estratégica mais ampla, abrangendo também as áreas econômica e social. Em relação à pesquisa específica para o setor saúde, desde 2004, o Ministério da Saúde financia pesquisas sobre temas prioritários para o sistema de saúde, cujos resultados sejam capazes de dar respostas aos principais problemas de saúde da população.

A ESCS/FEPECS, seguindo essa tendência de fomentar pesquisas para o desenvolvimento do sistema de saúde, criou a modalidade de fomento à pesquisa, regulamentada pela Instrução Nº 21/2008⁶ - FEPECS. Ao longo deste período (2008-2016), o fomento FEPECS tornou-se dispositivo relevante para o desenvolvimento local dos serviços de saúde.

Seguindo esta lógica, a atividade de apoio financeiro a projetos de pesquisa tem por finalidade fomentar pesquisas para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal, da educação em saúde e da qualidade de vida e saúde da população, em consonância com os eixos de pesquisa prioritários definidos pela FEPECS e SES/DF, quais sejam:

- I. Política de Atenção à Saúde: Gestão, Acesso, Qualidade e Financiamento;
- II. Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde;
- III. Doenças e Agravos;
- IV. Cuidados de Saúde de Grupos Populacionais Especificados;
- V. Promoção da Saúde; e
- VI. Meio Ambiente e Vigilância em Saúde.

Financiamento 2016

⁶ Instrução Nº 21, de 6/10/2008 (DODF Nº 207, de 16/10/2008) – dispõe sobre o fomento a pesquisas em saúde pela FEPECS.

Pesquisas financiadas pela FEPECS, segundo a linha prioritária, o local de execução e o valor, no ano de 2016.

Linhas Prioritárias	Nº	Título da Pesquisa	Local de Execução	Valor (R\$)
I - Política de Atenção à Saúde: Gestão, Acesso, Qualidade e Financiamento	1	Ambulatório Multidisciplinar de avaliação perioperatória de um hospital geral secundário: estudo transversal.	Hospital Regional do Gama (HRG)	36.937,50
	2	Atendimento a vítimas de violência sexual na emergência do HMB: analisando o modelo atual e prospectando mudanças com a cadeia de custódia no âmbito do SUS.	Hospital Materno Infantil de Brasília (HMB)	40.679,94
Subtotal Linha Prioritária I				77.617,44
II - Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde	3	Implantação de <i>Lean Healthcare</i> na linha de cuidado de cirurgias gerais de baixa e média complexidade.	Hospital Regional de Samambaia (HRSam)	60.000,00
	4	Incorporação da tecnologia de MLPA (<i>multiplex ligation dependent probe amplification</i>) no rastreamento para detecção de alterações genético-moleculares <i>Philadelphia-like</i> e amplificação intracromossômica do 21 em crianças com Leucemia Linfóide Aguda para intervenção precoce no tratamento.	Hospital da Criança de Brasília (HCB)	55.919,37
Subtotal Linha Prioritária II				115.919,37
IV - Cuidados de Saúde de Grupos Populacionais Especificados	5	Fatores preditivos clínicos, farmacológicos, laboratoriais e sociais no desfecho de úlcera de pé em indivíduos diabéticos assistidos no Sistema Único de Saúde do Distrito Federal.	Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	52.408,19
	6	Adesão à terapia nutricional por pessoas com diabetes mellitus.	Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	54.055,00
Subtotal Linha Prioritária IV				106.463,19
Valor total das novas pesquisas financiadas pela FEPECS				300.000,00

Fonte: ESCS/FEPECS, 5/1/2017.

A tabela apresenta os seis projetos de pesquisa selecionados para financiamento em 2016, com detalhamento acerca das linhas prioritárias, local de execução da pesquisa e respectivo valor.

Conforme se verifica, os projetos financiados estão inseridos em apenas três linhas prioritárias, com maior aporte financeiro na Linha II "Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde", 38,64%; seguida pela Linha IV "Cuidados de Saúde de Grupos Populacionais Especificados", 35,49%.

Monitoramento de Pesquisas em Execução

Pesquisas em execução financiadas pela FEPECS, com monitoramento pela ESCS/FEPECS, no ano 2016.

Linhas Prioritárias	Nº	Título da Pesquisa	Local de Execução	Valor (R\$)
I - Política de Atenção à Saúde: Gestão, Acesso, Qualidade e Financiamento	1	Monitoramento da potência de antibióticos utilizados na rede pública do Distrito Federal	Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal (LACEN)	67.635,15
	2	A cultura de segurança do paciente entre profissionais de saúde como melhoria na qualidade da assistência	Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	54.300,00
	3	Avaliação de interações medicamentosas e reações adversas a medicamentos em pacientes hospitalizados e em uso de nutrição enteral e parenteral em hospital geral de Brasília, Distrito Federal	Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	32.137,00
	4	Fatores associados ao tempo de acesso para o tratamento do câncer de mama no Distrito Federal, Brasil	Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	23.465,00
	5	Estudo de incidência e proposição de estratégias para redução dos índices de cesárea na Rede Pública do Distrito Federal - Brasil	Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	16.250,00
	6	Perfil epidemiológico de pacientes atendidos na sala vermelha do Centro de Trauma do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	58.394,10
Subtotal Linha Prioritária I				252.181,25
II - Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde	7	Desenvolvimento e validação de kit diagnóstico NAT para detecção de parasitas protozoários (<i>Trypanosoma cruzi</i> , <i>Leishmania SP.</i> , <i>Toxoplasma gondii</i> e <i>Plasmodium SP.</i>) em rotina de triagem de doadores de sangue do Distrito Federal	Laboratório de Biologia do Gene - Instituto de Biologia/UnB	69.300,00
	8	Genotipagem de Grupos Sanguíneos Eritrocitários em pacientes politransfundidos atendidos na rede pública de hospitais do DF, visando implementação futura de diagnóstico molecular de grupos sanguíneos eritrocitários na prática transfusional	Fundação Hemocentro de Brasília (FHB)	42.390,00
	9	Estudo comparativo entre duas fontes de laser para o tratamento de cicatriz por queimadura: laserterapia fracionada ablativa Er: YAG 2940nm versus não ablativa Er:YAP 1340nm associada à luz intensa pulsada - avaliação clínica, histopatológica e da qualidade de vida	Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	69.228,40
	10	Estimulação elétrica neuromuscular em pacientes com traumatismo crânio-encefálico sob ventilação mecânica	Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	49.547,00

Linhas Prioritárias	Nº	Título da Pesquisa	Local de Execução	Valor (R\$)
		prolongada: ensaio clínico randomizado		
	11	Desenvolvimento de software como ferramenta de gestão do tempo de espera da UPA	Unidade de Pronto Atendimento do Recanto das Emas	68.803,00
	12	Fluxo de pacientes e utilização de recursos na Unidade de Pronto Atendimento do Recanto das Emas - DF	Unidade de Pronto Atendimento do Recanto das Emas	35.100,00
Subtotal Linha Prioritária II				334.368,40
IV - Cuidados de Saúde de Grupos Populacionais Especificados	13	Síndrome de Apneia do Sono em Indivíduos com Síndrome de Down	Centro de Referência em Síndrome de Down do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	67.140,56
	14	A situação de saúde dos idosos residentes no DF	SES-DF (diversas Unidades de Saúde)	39.581,00
Subtotal Linha Prioritária IV				106.721,56
Valor total de pesquisas em execução financiadas pela FEPECS				693.271,21

Fonte: ESCS/FEPECS, 5/1/2017.

A tabela mostra as 14 pesquisas financiadas em anos anteriores, porém ainda em execução em 2016, demandando monitoramento sistemático. Destas, três foram finalizadas no exercício: itens 10, 11 e 14. No entanto, ainda se encontram em fase de prestação de contas.

Cooperação Internacional em Pesquisa na Área de Saúde

A *Marshall School of Business* / Universidade do Sul da Califórnia-USC e a ESCS, a FEPECS e a SES-DF assinaram o Termo de Cooperação Internacional, em 2014, regulamentando o prévio Memorando de Entendimento, que viabilizou o início da parceria com aquela Universidade.

Em 2016, em decorrência do ajuste, houve produção de pesquisa operacional no Hospital de Samambaia (HRSAM), culminando com a recepção de 03 (três) estudantes estrangeiros de mestrado da USC, que participaram de reuniões e visitas *in loco*, para fins de coleta de dados, avaliação e aplicação em prol de uma solução para os problemas relacionados, primordialmente, à criação de centro de referência em cirurgias de média e baixa complexidade.

Considerando os dados iniciais coletados e analisados pelos estudantes da USC, os encaminhamentos ocorreram no sentido de viabilizar a criação desse centro de referência. Atualmente, além da parceria com a USC, busca-se parceria com a Engenharia de Produção da Universidade de Brasília – UnB, a fim de fortalecer e ampliar o projeto. A implantação do centro foi iniciada em outubro de 2016, no Hospital Regional de Samambaia-HRSam.

Ética em Pesquisa

Um aspecto relevante para o planejamento de pesquisas na área da saúde diz respeito à questão ética em relação à participação de pessoas nos estudos.

No Brasil, os aspectos éticos envolvidos em atividades de pesquisa com seres humanos estão regulamentados pelas diretrizes da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Assim, a partir da referida norma, toda pesquisa a ser realizada no país envolvendo seres humanos deve, obrigatoriamente, ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa credenciado, sob a coordenação superior da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP/Ministério da Saúde. Desta forma, além de se evitar abusos e proteger os sujeitos das pesquisas, contribui-se para o desenvolvimento seguro de estudos que possam beneficiar a sociedade.

De acordo com a Portaria Nº 190/2011⁷, o Comitê de Ética em Pesquisa/FEPECS tem por finalidade a apreciação ética resguardando os princípios científicos dos projetos de pesquisa que envolvem seres humanos, a serem desenvolvidos no âmbito da SES/DF e entidades vinculadas (FEPECS e FHB), bem como o acompanhamento destes, preservando os aspectos éticos em defesa da integridade e dignidade dos sujeitos da pesquisa, individual ou coletivamente considerados.

No período em análise, 1.093 projetos de pesquisa envolvendo seres humanos submetidos ao CEP/FEPECS demandaram análise ética com emissão de parecer consubstanciado. Destes, 54,3% (594) foram aprovados para realização das pesquisas na SES/DF, sendo:

Grupos*		f	%
I	Áreas Temáticas Especiais	41	6,6
II	Área Temática Especial	3	0,5
III	Pesquisas não compreendidas nos grupos 1 e 2	550	92,6

Fonte: CEP/FEPECS, em 10/1/2017.

*Grupo 1: Genética Humana; Reprodução Humana; Novos equip., insumos e dispositivos; Novos procedimentos; Populações indígenas; Biossegurança; Pesquisa com cooperação estrangeira;

⁷ Portaria SES/DF Nº 190, de 23/9/2011 (DODF Nº 203, de 19/10/2011) – transfere o CEP/SES-DF para a FEPECS, que passa a denominar-se CEP/FEPECS, uma instância colegiada multiprofissional e transdisciplinar, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, independente, vinculado à Diretoria Executiva/FEPECS, registrado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde-CONEP/CNS.

Grupo 2: Novos fármacos, vacinas e testes diagnósticos;
Grupo 3: não se enquadram em áreas temáticas especiais.

Educação Profissional

A Educação Profissional caracteriza-se como modalidade de ensino integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, às ciências e às tecnologias. É voltada para o estudante matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio ou superior e para os trabalhadores em geral, jovens ou adultos.

A Escola Técnica de Saúde de Brasília – ETESB/FEPECS atua na formação de profissionais de nível técnico para a área da saúde, seguindo a legislação educacional vigente, os fundamentos norteadores e as necessidades de consolidação do SUS. O processo de Educação Profissional em Saúde instituído tem contribuído para a transformação das práticas de saúde e para a melhoria constante da resposta setorial às necessidades de saúde da população.

Cursos de educação profissional ofertados pela ETESB/FEPECS, segundo a modalidade e o público-alvo, no ano de 2016.

Modalidade	Curso	Público-Alvo (novos matriculados e em curso)	
		Cientela	Qtd.
Cursos Técnicos	Saúde Bucal	Pessoas da comunidade selecionadas por processo seletivo	33
	Análises Clínicas		31
	Técnico em Enfermagem		19
Total – Técnicos			83
Formação Inicial e Continuada	Refletindo sobre o Processo de Envelhecimento	Pessoas da comunidade e servidores da SES-DF	140
	Administração de Medicamentos e Protocolo de Sinais Vitais	Técnicos e Auxiliares de Enfermagem da comunidade e servidores da SES-DF	201
	Caminhos do Cuidado – Formação em Saúde Mental com ênfase em crack, álcool e outras drogas.	Agentes Comunitários de Saúde, Auxiliares e Técnicos em Enfermagem das Equipes de Estratégia em Saúde da Família.	61
	Qualificação Profissional Inicial para ACS	Agentes Comunitários de Saúde	166
	Qualificação para Auxiliares e Técnicos em Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização	Auxiliares e Técnicos em Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização da SES-DF	24
Total - Formação Inicial e Continuada			592
Total - Educação Profissional			675

Fonte: ETESB/FEPECS, 5/1/2017.

A tabela mostra os oito cursos de educação profissional ofertados pela escola no ano de 2016, agrupados em duas modalidades – cursos técnicos e formação inicial e continuada –, com participação de 675 pessoas. As duas modalidades são oferecidas em atendimento às demandas da SES/DF ou, mesmo, do Ministério da Saúde; os cursos técnicos também podem ser oferecidos por iniciativa da escola e têm duração de dois anos.

Destaca-se o curso *Caminhos do Cuidado – Formação em Saúde Mental com ênfase em crack, álcool e outras drogas*, iniciado em 2013 e que, até o momento, já formou 959 Agentes Comunitários de Saúde, Auxiliares e Técnicos em Enfermagem das Equipes de Estratégia em Saúde da Família (dados não incluídos na tabela). O curso, realizado no DF e sob a coordenação da ETESB, cumpre uma demanda do Ministério da Saúde. Devido à sua relevância, foi incorporado à Matriz Curricular do curso de *Qualificação Profissional Inicial e Continuada do Agente Comunitário de Saúde*, correspondendo as primeiras 60 horas/aula do itinerário formativo destes profissionais.

Aliás, a *Qualificação Profissional Inicial para o Agente Comunitário de Saúde* é uma das ações que favorecem o Programa de Agente Comunitário de Saúde – PACS, institucionalizado pelo Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde, em 1991, que, posteriormente, gerou o Programa Saúde da Família – PSF. O Programa constitui uma das mais significativas políticas para fortalecimento do SUS e atendimento ao novo ordenamento em saúde e cuja estratégia tornou-se importante ferramenta para reordenação do modelo assistencial, pois representa um mecanismo de intervenção concreta no contexto da mudança do modelo de atenção à saúde.

No ano em análise, a escola conseguiu executar cursos com recursos oriundos do Ministério da Saúde (repasso Fundo a Fundo – Fonte 138/338), disponibilizados no Fundo de Saúde do DF, tais como: *Qualificação Profissional Inicial para Agentes Comunitários de Saúde* e *Caminhos do Cuidado – Formação em Saúde Mental com ênfase em crack, álcool e outras drogas*.

O curso de *Complementação do Técnico em Enfermagem* e a *Especialização Pós-Técnica em Saúde da Família*, apesar dos editais terem sido publicados, não foram iniciados devido a fatores relacionados à pactuação com a gestão dos serviços de saúde, uma vez que os mesmos serão oferecidos na própria Regional onde se encontram os servidores.

Educação Permanente e Educação Continuada

A Educação Permanente em Saúde (EPS) compreende todas as ações educativas voltadas para o aprimoramento de competências dos profissionais e equipes de saúde. A EPS tem sido amplamente defendida como uma estratégia de formação e desenvolvimento de competências dos trabalhadores, sobretudo por que incorpora processos educativos que colocam o cotidiano do trabalho em saúde em análise e que possibilitam construir espaços coletivos para a reflexão e avaliação, ao mesmo tempo em que busca a atualização cotidiana das práticas, segundo os mais recentes aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Insere-se em uma necessária construção de relações e processos que vão do interior das equipes, em atuação conjunta, às práticas organizacionais e às práticas interinstitucionais e/ou intersetoriais, implicando as políticas nas quais se inscrevem os atos de saúde.

Na Secretaria de Estado de Saúde do DF (SES/DF), a Escola de Aperfeiçoamento do SUS (EAPSUS), mantida pela FEPECS, apresenta-se hoje como principal parceira para a efetivação da Política de Educação Permanente em Saúde e apoio ao fortalecimento de suas estruturas no que concerne à gestão da educação, tanto na administração central como nas regiões de saúde. A metodologia utilizada pela escola está pautada na pedagogia da problematização, sendo o processo de aprendizagem tomado a partir da realidade dos serviços nos quais os sujeitos estão inseridos. A EAPSUS atua tanto na execução de cursos, como apoiando projetos educativos propostos pelas áreas técnicas da SES/DF, por meio da construção de material pedagógico, facilitação pedagógica, certificação e/ou apoio logístico.

Dessa forma, norteadas pelas diretrizes da Política de Educação Permanente em Saúde e pautada na metodologia da problematização, a EAPSUS vem propondo ações educativas que têm por objetivo a mudança da realidade de trabalho dos participantes e que se organizam a partir de quatro eixos, a saber:

- **Ações regionalizadas** – cujo objetivo é agregar maior número de participantes de uma mesma região e/ou unidade de saúde;
- **Turmas reduzidas** – tendo como princípio o protagonismo dos participantes em seu processo de aprendizagem, a escola busca utilizar técnicas que promovam a discussão em grupos e compartilhamento de experiências e, para tanto, propõe o desenvolvimento de turmas com menor número de participantes;
- **Atividades de concentração e dispersão** – as sequências de aprendizagem são elaboradas para serem vivenciadas tanto em ambientes planejados de aprendizagem como na realidade dos serviços e, posteriormente, partilhadas no grupo;
- **Elaboração de Projetos de Intervenção** – com o objetivo de possibilitar ações concretas de mudanças nas práticas de trabalho, a escola vem propondo, nas ações educativas de maior duração, a elaboração de um projeto de intervenção, cuja complexidade está relacionada à natureza da atividade educativa.

Cursos

Cursos desenvolvidos pela EAPSUS/FEPECS no ano de 2016.

Cursos	Carga Horária	Nº Turmas	Vagas/ Turma	Inscritos	Concluintes
Capacitação de Habilitação em Laserterapia	60h	1	18	18	18
Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância - Neonatal	24h	3	25	90	71
Atualização em Odontopediatria para Cirurgiões-Dentistas	60h	1	30	31	29
Gestão de Custos	60h	1	20	20	19
Introdução à Tanatologia	60h	1	10	11	11
Multiplicador de Mediação de Conflitos	76h	1	20	17	11
Saúde da Mulher: Atenção ao Pré Natal, Puerpério e Cuidado ao Recém Nascido.	80h	1	30	40	38
Saúde do Idoso	85h	1	30	49	34
II Curso de Atualização em Farmacologia Clínica – Terapia Intensiva	68h	1	25	33	33
Total		11	258	309	264

Fonte: EAPSUS/FEPECS, 4/1/2017.

A tabela consolida as informações dos nove cursos desenvolvidos pela EAPSUS/FEPECS no ano de 2016, com detalhamento acerca de cada um deles.

Foram ofertadas, considerando todos os cursos, 258 vagas, com 309 inscritos. Concluíram as atividades 264 treinandos, entre servidores da SES/DF e discentes do Curso de Graduação em Enfermagem da EAPSUS/FEPECS, correspondendo a um acréscimo de 2% de vagas, por solicitação das áreas técnicas.

Além dos cursos constantes da tabela, a EAPSUS, em parceria com o SAMU/DF, ofertou os cursos *Suporte Avançado da Criança Grave* e *Suporte Avançado de Vida*, com vistas ao atendimento do art. 7º da Portaria SES/DF Nº

231/2016 (DODF Nº 193, de 11/10/2016 – pág. 20), que diz que a EAPSUS/FEPECS oferecerá treinamento para atualização e aperfeiçoamento em urgências e emergências dos servidores submetidos ao disposto nesta Portaria.

Em fase de execução, a escola está realizando o curso de *Gestão Regionalizada da SES/DF*, voltado aos seus gestores, com previsão de término no 1º semestre de 2017. Esta ação possui aproximadamente 240 inscritos e carga horária de 120 horas.

Atividades Temáticas Permanentes

As Atividades Temáticas Permanentes compreendem ações educativas desenvolvidas em encontros realizados ao longo do ano, contemplando atividades de concentração e dispersão, com foco na mudança das práticas.

Atividades Temáticas Permanentes desenvolvidas pela EAPSUS/FEPECS no ano de 2016.

Atividades Temáticas Permanentes	Carga Horária	Nº Turmas	Vagas/ Turma	Participantes
Educação Permanente em Comunidade que Sustenta a Agricultura como Estratégia de Promoção da Saúde	60h	1	30	16
Educação Permanente em Tai Chi Chuan	80h	1	24	21
Ação Educativa na temática de Redução de Danos: Estratégia de Intervenção na Rede de Atenção em Álcool e Outras Drogas	30h	1	200	165
Educação Permanente em Saúde – Reflexões Pedagógicas e Fortalecimento dos Núcleos Permanente em Saúde – NEPS.	44h	1	40	42
Total		4	294	244

Fonte: EAPSUS/FEPECS, 4/1/2017.

A tabela apresenta quatro atividades temáticas permanentes desenvolvidos pela EAPSUS/FEPECS no ano de 2016, com detalhamento acerca de cada uma delas. Verifica-se a participação de 244 pessoas, entre servidores da SES/DF, parceiros e comunidade.

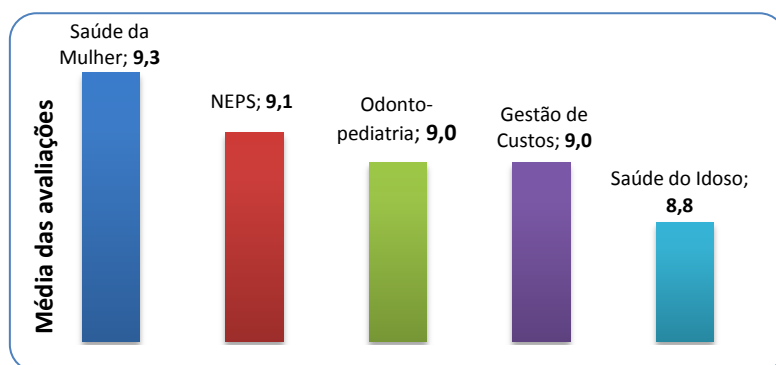
Avaliação das Ações Educativas

A EAPSUS/FEPECS tem buscado, por intermédio de formulário próprio aplicado aos participantes, avaliar suas ações educativas.

O instrumento utilizado possui, para cada questão, uma escala que varia de 1 a 10, exceto para o curso de Gestão de Custos, em que foi feita equivalência, haja vista que a escala do instrumento variava de 1 a 5. A seguir são apresentados os resultados das avaliações de quatro cursos e uma atividade temática permanente. A amostra foi selecionada em razão do material pedagógico desenvolvido e por serem de responsabilidade da escola, em parceria com as áreas técnicas, a saber:

- Saúde da Mulher: Atenção ao Pré Natal, Puerpério e Cuidado ao Recém-Nascido;
- Odontopediatria para cirurgiões-dentistas;
- Gestão de Custos;
- Saúde do Idoso;
- Educação Permanente em Saúde – Reflexões Pedagógicas e Fortalecimento dos Núcleos Permanente em Saúde – NEPS.

Média mensal das avaliações dos cursos/atividade temática permanente promovidos pela EAPSUS/FEPECS, em 2016.



Fonte: Formulários de avaliação de cursos/eventos EAPSUS/FEPECS, em 2/1/2017.

O gráfico apresenta a média geral das avaliações realizadas pelos participantes dos cursos/atividade temática permanente promovidos pela EAPSUS/FEPECS em 2016. Consoante os resultados, verifica-se um alto índice de satisfação dos participantes com as ações educativas selecionadas para a amostra.

Estágio Curricular e Atividade Prática Supervisionada

A EAPSUS/FEPECS é responsável por regulamentar e gerenciar as atividades práticas curriculares de estudantes de cursos de graduação e de ensino técnico de Instituições de Ensino conveniadas, com vistas ao fomento e fortalecimento da integração ensino e serviço no SUS/DF.

Conforme a Portaria Nº 281/2013⁸, o estágio curricular propicia ao estudante interação com usuários e profissionais da rede pública de saúde, mediante situações reais, visando à aquisição de habilidades técnicas e responsabilidades crescentes como agente prestador de cuidados na atenção à saúde, compatíveis com o seu grau de autonomia.

As atividades práticas supervisionadas, por sua vez, proporcionam aos estudantes uma vivência prática e/ou observacional, devendo estar previstas nos projetos pedagógicos dos cursos e voltadas para o aprendizado e desenvolvimento de competências e habilidades concernentes às respectivas profissões.

A parceria entre as instituições de ensino (IE), as estruturas orgânicas da SES/DF e as entidades vinculadas (FEPECS e FHB) objetiva contribuir para a melhoria da qualidade da prestação dos serviços e na formação dos profissionais para a saúde.

Análise dos Convênios

Os convênios têm como objeto a disponibilização de campos de estágio curricular e atividade prática supervisionada nas unidades de saúde e administrativas da SES/DF.

Número de instituições de ensino em que a FEPECS atuou como interveniente, segundo a personalidade jurídica e o nível acadêmico da IE, em 2016.

Nível Acadêmico-NA	Personalidade Jurídica-PJ				Total de IE por NA	
	Públicas		Privadas		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
Nível Superior	1	4,35	12	52,17	13	56,52
Nível Técnico	1	4,35	9	39,13	10	43,48
Total de IE por PJ	2	8,7	21	91,3	23	100

Fonte: EAPSUS/FEPECS, 5/1/2017.

A tabela apresenta o quantitativo de instituições de ensino – públicas e privadas, de nível superior e técnico – conveniadas, com interveniência da EAPSUS/FEPECS.

Analisando os dados relativos aos 23 convênios vigentes, pode-se dizer:

- Personalidade jurídica: maior incidência de instituições privadas (91,3%).
- Nível acadêmico: maior incidência de instituições de nível superior (56,52%).

Análise Dos Cursos e Termos de Compromisso

O encaminhamento dos estudantes aos campos/cenários da SES/DF é realizado de acordo com as vagas disponibilizadas para as instituições de ensino e pactuadas em Plano de Trabalho formalizado semestralmente.

Cursos relacionados aos convênios de estágio curricular e atividades práticas supervisionadas em 2016.

Nível Acadêmico	Discriminação do Curso	Qtd. de Cursos* (instituições diversas)	Nº de Termos de compromisso analisados**
Nível Superior	Medicina	4	4.314
	Enfermagem	14	7.961
	Nutrição	6	143
	Psicologia	6	216

⁸ Portaria Nº 281, de 18/10/2013 (DODF Nº 219, de 21/10/2013) – aprova, na forma do Anexo, a Instrução Operacional sobre as atividades curriculares desenvolvidas nas estruturas orgânicas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) e entidades vinculadas, por estudantes regularmente matriculados nos cursos técnicos e de graduação de instituições de ensino públicas e privadas, conveniadas, sediadas no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Nível Acadêmico	Discriminação do Curso	Qtd. de Cursos* (instituições diversas)	Nº de Termos de compromisso analisados**
	Fisioterapia	5	302
	Biomedicina	2	62
	Farmácia	5	236
	Ciências Farmacéuticas	1	10
	Odontologia	3	53
	Serviço Social	2	141
	Saúde Coletiva	1	78
	Gestão em Saúde Coletiva	1	53
	Terapia Ocupacional	1	70
	Pedagogia	2	0
Fonoaudiologia	2	47	
Subtotal Nível Superior		55	13.686
NÍVEL TÉCNICO	Técnico em Hemoterapia	1	10
	Técnico em Enfermagem	11	2.067
	Técnico em Radiologia	4	126
	Técnico em Nutrição	4	155
	Técnico em Análises Clínicas	3	184
	Técnico em Saúde Bucal	3	91
	Especialização Técnica em Instrumentação Cirúrgica	1	46
Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho	1	0	
Subtotal Nível Técnico		28	2.679
Total Geral		83	16.365

Fonte: EAPSUS/FEPECS, 2/1/2017.

* Cada curso da Instituição de Ensino conveniada poderá conter mais de uma turma em atividades na SES/DF.

** Cada termo de compromisso poderá conter mais de um cenário para o estudante.

A tabela apresenta os 83 cursos vinculados aos estágios curriculares e atividades práticas supervisionadas que utilizaram os campos da SES/DF, relacionados aos 23 convênios em vigência. Observa-se que 66% dos cursos são de nível superior, enquanto 34% são de nível técnico.

Para a atividade, foram analisados 16.365 Termos de Compromisso dos estudantes encaminhados pelas Instituições de Ensino conveniadas. Destes, 83,6% corresponderam a cursos de nível superior, enquanto 16,4% a cursos de nível técnico.

Treinamento em Serviço

O Treinamento em Serviço⁹ configura atividade de atualização ou aperfeiçoamento profissional proporcionada aos servidores da SES/DF e outros profissionais de saúde, nas unidades de saúde e administrativas da SES/DF e entidades vinculadas (FEPECS e FHB), envolvendo situações práticas de trabalho.

Número de profissionais que realizaram treinamento em serviço, segundo a Região de Saúde, no ano de 2016.

Região de Saúde e outros	Local	Qtd. Profissionais
ADMC	DIVEP	01
Centro Norte	Hospital Regional da Asa Norte - HRAN	24
	Centro de Orientação Médico Psicopedagógica - COMPP	05
Centro Sul	Instituto de Saúde Mental - ISM	04
	Adolescento	02
	Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF	41
	Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB	07
Leste	Hospital Regional do Paranoá - HRPa	04
Norte	Hospital Regional de Sobradinho - HRS	05
	Hospital Regional de Planaltina - HRPI	01
Oeste	Hospital Regional da Ceilândia - HRC	18
Sudoeste	Hospital Regional de Samambaia - HRSAM	02
	Hospital Regional de Taguatinga - HRT	16
Sul	Hospital Regional do Gama - HRG	06

⁹ Portaria Nº 126/2016 (DODF de 27/7/2016) - regulamenta a concessão de Treinamento em Serviço para servidores do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e para Profissionais de Saúde não pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal da SES/DF, nas Unidades administrativas e de Saúde, bem como Entidades Vinculadas à SES/DF.

Região de Saúde e outros	Local	Qtd. Profissionais
	Hospital Regional de Santa Maria - HRSM	01
Unidade de Referência Assistencial	Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	03
	Hospital de Apoio de Brasília - HAB	01
Total		141

Fonte: EAPSUS/FEPECS, 2/1/2017.

A tabela mostra o quantitativo de profissionais que ingressaram nas unidades de saúde e administrativas da SES/DF para desenvolvimento de treinamento em serviço no ano de 2016, por Região de Saúde e outros.

Verifica-se a concessão de treinamento em serviço a 141 profissionais, sendo 88,6% de nível superior e 11,4% com formação técnica (dados não incluídos na tabela).

A Região Centro Sul foi responsável pela maior incidência dos treinamentos, com 38,2% da demanda e, nesta, o Hospital de Base do Distrito Federal foi a unidade mais requisitada.

Relevante registrar que a atividade ficou suspensa por aproximadamente três meses (13/04 a 27/07/2016) para revisão e publicação da nova regulamentação.

Informação em Saúde

O gerenciamento de informação em saúde demanda um conjunto de ações orientadas a assegurar infraestrutura de informação técnico-científica e documental aos programas de formação, pós-graduação, pesquisa, extensão e capacitação.

No período em análise, 4.977 usuários (ativos) estiveram cadastradas na instituição, com acesso local a 11.270 títulos disponíveis (28.045 exemplares) na área de ciências da saúde e outras afins, bem como outros serviços, tais como pesquisa em periódicos científicos (nacionais e estrangeiras), treinamentos em bases de dados e normas da ABNT, localização de artigos científicos e empréstimo domiciliar.

Usuários cadastrados		
• Docentes da FEPECS		304
• Estudantes da FEPECS		921
• Internato da SES/DF		457
• Residentes da SES/DF		1.138
• Servidores da FHB		200
• Servidores da SES/DF		1.957

A FEPECS, por meio de sua Biblioteca Central, integra a Rede de Bibliotecas de Saúde da SES/DF (Rebis¹⁰), cuja finalidade é assegurar infraestrutura de informações técnico-científicas ao desempenho do profissional da saúde e aos programas de formação profissional e de pesquisa. Atualmente, a rede conta com 12 bibliotecas distribuídas entre hospitais e órgãos da SES/DF e 9 unidades de informação em centros de saúde. À Biblioteca da FEPECS cabe a responsabilidade exclusiva pela gestão do Sistema de Automação dessas bibliotecas.

Periódico: Comunicação em Ciências da Saúde

A publicação do periódico "Comunicação em Ciências da Saúde-CCS" objetiva divulgar trabalhos relacionados a todas as áreas de saúde e ciências afins que contribuam para a compreensão e resolução dos problemas de saúde. O periódico está aberto a contribuições nacionais e internacionais, na forma de artigos originais, artigos de revisão, relatos de caso, ensaios, resenhas, resumos de dissertações e teses, cartas ao editor, além de editoriais.

Sua periodicidade é de 04 fascículos (números) por ano, divulgados nas versões impressa e *online*. A versão impressa é distribuída gratuitamente para bibliotecas de instituições de ensino da área de saúde, hospitais de ensino, secretarias estaduais de saúde e órgãos da SES/DF. A versão *online* está disponível gratuitamente em www.FEPECS.edu.br a partir do volume 15 de 2004.

Em 2016, foram editados e publicados os quatro números do volume 26, relativo ao ano de 2015. Além disso, por meio do Termo de Cooperação Interinstitucional com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/Brasília, estão sendo produzidos os quatro números relativos ao ano de 2016 na versão eletrônica (processo de editoração em fase final).

Com a edição dos volumes de 2015 e 2016, a revista CCS está atualizada.

¹⁰ Portaria Nº 187, de 19/9/2014 (DODF Nº 197, de 22/9/2014) – regulamenta a Rede de Bibliotecas de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (Rebis).

Eventos Acadêmicos, Técnicos e Científicos

A FEPECS, por meio de suas escolas mantidas, promove eventos de natureza técnica, acadêmica ou científica, com o propósito de criar oportunidades de integração intra e interinstitucional, favorecendo a disseminação do conhecimento e divulgação das atividades de educação e pesquisa na área de saúde.

Eventos organizados/realizados pela FEPECS, segundo o público-alvo, no ano de 2016.

Escola	Evento	Público-alvo	
		Cientela	Qtd
EAPSUS	Ação Educativa em Dengue	Agentes de vigilância ambiental, agentes comunitários de saúde, técnicos de enfermagem, médicos e enfermeiros das Unidades Básicas de Saúde, UPAS e serviços de emergência para atendimento e manejo dos casos clínicos.	1.620
	V Jornada de Prevenção do Suicídio no DF	Servidores da SES/DF, acadêmicos, profissionais de saúde e de outros órgãos do GDF e comunidade em geral.	254
	III Seminário – Novos saberes em água e saúde: água, produção de alimentos e saúde na perspectiva transdisciplinar	Profissionais da atenção primária e da coordenação de resíduos da SES/DF; docentes/discentes da FEPECS; equipes de Saúde do Trabalhador; profissionais e instituições que atuam nas áreas envolvidas com a temática; instituições parceiras e comunidade em geral.	144
	Oficina de Regimento Interno NEPS, EAPSUS e Gerência de Educação em Saúde	Servidores de unidades que trabalham com a gestão da educação na SES/DF.	24
ESCS	I Jornada da Residência Multiprofissional em Saúde Mental Infanto-Juvenil	Estudantes, residentes, profissionais da SES/DF e demais interessados na temática	500
	Seminário – Tratamento Comunitário – Intervenção em Rede, Sofrimento Social e Uso Abusivo de Álcool e outras Drogas (Convênio nº 01/2011/SENAD/MJ)	Trabalhadores e agentes atuantes no campo de políticas sobre drogas e aberto ao público em geral	120
	11º Seminário de IESC 10ª Mostra de Iniciação Científica 8ª Mostra de Projetos de Intervenção de HPE	Estudantes, docentes, servidores da SES/DF e comunidade	527
Total			3.189

Fonte: ESCS e EAPSUS, 5/1/2017.

A tabela apresenta os eventos organizados pelas escolas mantidas da FEPECS, possibilitando 3.189 participações, entre profissionais de saúde, docentes e discentes.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9001 – EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	168.117	101.249	7.247	7.247
6173 – EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – FEPECS – PLANO PILOTO	168.117	101.249	7.247	7.247
9033 – FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	200.000	188.835	109.972	109.972
0007 – FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO – FEPECS – DISTRITO FEDERAL	200.000	188.835	109.972	109.972
9050 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	225.000	112.211	112.211	112.211
6990 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES – FEPECS – PLANO PILOTO	225.000	112.211	112.211	112.211
TOTAL DO PROGRAMA 0001	593.117	402.296	229.431	229.431

Fonte: GDF – Sistema Integrado de Gestão Governamental-SIGGO, 5/1/2017.

PROGRAMA: 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	150.000	137.055	16.620	16.620
5870 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	150.000	137.055	16.620	16.620
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	300.000	857.297	348.661	348.661
5196 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	300.000	857.297	348.661	348.661
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	84.000	237.404	169.293	0
9744 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	84.000	237.404	169.293	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	8.065.901	8.843.636	8.550.056	8.550.056

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
7006 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DOCENTES - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	5.063.901	6.168.901	6.080.053	6.080.053
7007 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	3.002.000	2.674.735	2.470.003	2.470.003
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	77.202	47.202	32.886	32.886
7009 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	77.202	47.202	32.886	32.886
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	190.000	160.080	131.265	131.265
6978 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - FEPECS-DISTRITO FEDERAL	190.000	160.080	131.265	131.265
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	6.044.129	792.576	111.326	111.326
9739 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	2.144.129	308.155	111.326	111.326
9801 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	1.700.000	484.420	0	0
9802 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA-FEPECS-DISTRITO FEDERAL	2.200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6002	14.911.232	11.075.250	9.360.108	9.190.815

Fonte: GDF – Sistema Integrado de Gestão Governamental-SIGGO, 5/1/2017.

Em 2016, por meio da Portaria Conjunta FEPECS/NOVACAP Nº 01, de 25 de agosto de 2016 (DODF Nº 161, de 25/8/2016 – pág. 11), a FEPECS descentralizou a execução de crédito orçamentário no valor de R\$ 235.370,00 (duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e setenta reais) para a UO 22.201 – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP (UG 190.201), tendo por finalidade atender despesa com obras de reforço estrutural no prédio da Fundação. O serviço teve início em dezembro de 2016.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Convênios Firmados Com a União E Vigentes em 2016			
Nº Siconv	Conveniando	Objeto	Vigência
759942/2011	Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas	Implantar o Centro Regional de Referência para formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares. Processo 064.000131/2012 – FEPECS.	16/6/2017
776576/2012	Ministério da Saúde-MS	Dar apoio técnico e financeiro para "promover a reorientação da formação profissional em saúde – PRÓ-SAÚDE e PET-SAÚDE", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS. Processo 064.000137/2013 – FEPECS.	Ago/2016
783698/2013	Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE	Reforma e ampliação da Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS/FEPECS, Unidade de Samambaia/DF, onde funciona o Curso de Graduação em Enfermagem. Processo nº 064.000228/2014 – FEPECS.	Ago/2016
792130/2013	Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde-FNS	Apoio técnico e financeiro para "implantação do Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS. Processo 064.0000430/2014 – FEPECS.	Ago/2016
808492/2014	Ministério da Educação - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação-FNDE	Aquisição de equipamentos de informática. Processo 064.000572/2014 – FEPECS.	18/5/2017

Fonte: Projur/FEPECS, 31/12/2016.

Convênios Vigentes em 2016			
Nº	Conveniando	Objeto	Vigência
01/2015	GANEP – Nutrição Humana Ltda.	Regular as relações entre as partes, estabelecendo direitos e obrigações, bem como as condições para que, por meio da conjugação de esforços e o desenvolvimento conjunto de atividades, viabilize-se o funcionamento do Curso de Especialização em Nutrição Clínica Enteral e Parenteral.	14/7/2019
02/2015	Hospital da Criança de Brasília José Alencar – HCB	Conceder campo de estágio e treinamento em serviço no HCB para os residentes pertencentes aos Programas de Residências da SES-DF, estudantes da ESCS/FEPECS, estudantes da ETESB/FEPECS e profissionais de saúde indicados pela EAPSUS/FEPECS.	06/10/2020
02/2016	Instituto de Saúde Integral – ISI	Regular as relações entre as partes estabelecendo direitos e obrigações, bem como as condições para que, por meio da conjugação de esforços e o desenvolvimento conjunto de atividades, viabilize-se a execução e certificação do Curso de Especialização em Homeopatia.	11/5/2019
s/nº	SESC/DF	Cooperação recíproca entre as partes visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar a plena operacionalização da Lei nº 11.788, de 25/09/2008, que dispõe sobre os estágios obrigatórios e não obrigatórios.	01/11/2020

Fonte: Projur/FEPECS, 31/12/2016.

Termos De Cooperação Vigentes em 2016			
Nº	Conveniado	Objeto	Vigência
01/2012	Secretaria de Estado de Saúde do DF	Instituir a cooperação geral entre as partes, destacando-se a cooperação técnica científica, a cessão de recursos materiais e a utilização das unidades de saúde e outras estruturas que forem acordadas.	09/7/2017
01/2014 (Internacional)	<i>Marshall School of Business (USC) – University of Southern California</i>	Estabelecer um canal de comunicação, oficial e irrestrito, relativamente a quaisquer projetos de natureza acadêmica que possam ser devidamente apresentados, analisados e, se acatados, executados por ambas as partes, através de Termos Aditivos/Acordo Subsidiário, de maneira a consolidar o intercâmbio científico, cultural e acadêmico entre as instituições.	18/9/2019
01/2014 (Técnico)	Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva – CEPESC	Estabelecer cooperação e intercâmbio para produção de conhecimento, visando à transformação da formação de profissionais de saúde, entre outras dimensões, na reconfiguração dos saberes e das práticas de cuidado e de ensino.	Abril/2018
02/2014 (Técnico)	Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU-DF)	Estabelecer o intercâmbio científico e tecnológico e a elaboração e execução de projetos de formação e capacitação de estudantes de nível técnico e superior e de servidores da SES/DF em urgências e emergências, com vistas à melhoria das condições de saúde da população, ao fortalecimento da capacidade técnico-operacional e ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde – SUS.	03/10/2019
03/2014 (Técnico)	Instituto de Cardiologia do Distrito Federal – ICDF	Estabelecer as normas de cooperação de atividades teórico-práticas entre os Programas de Residência Médica (PRMs) da SES/DF e do Instituto de Cardiologia do Distrito Federal (ICDF), por intermédio das respectivas Comissões de Residência Médica (COREME).	14/10/2019
01/2015 (Técnico)	FAIS/ Hospital Sofia Feldman-HSF	Estabelecer o intercâmbio entre os Programas de Residência Médica e em Área Profissional de Saúde – modalidade uniprofissional e multiprofissional, que têm como instituição formadora a ESCS/FEPECS, e executora a SES/DF e o Hospital Sofia Feldman-HSF, para complementar a sua formação educacional e profissional nas dependências do Hospital Sofia Feldman e dos Hospitais da SES/DF.	23/6/2020
01/2016	Universidade Federal de Goiás – UFG	Estabelecer o intercâmbio entre os Programas de Residência Médica e em Área Profissional de Saúde – modalidade uniprofissional e multiprofissional, que têm como instituição formadora, a ESCS/FEPECS, como cenários de ensino as Unidades de Saúde da SES/DF e a Universidade Federal de Goiás (UFG), para complementar a sua formação educacional e profissional nas dependências da Universidade Federal de Goiás (UFG) e nas Unidades de Saúde da SES/DF.	1º/11/2021

Fonte: Projur/FEPECS, 31/12/2016.

Termos de Outorga e Aceitação – Toa Vigentes em 2016			
Nº	Contratado	Objeto	Vigência
001/2014	Daphne Renata Tavares Amaral	Genotipagem de grupos sanguíneos eritrocitários em pacientes politransfundidos atendidos na rede pública de hospitais do Distrito Federal, visando implementação futura de diagnóstico molecular de grupos sanguíneos eritrocitários na prática transfusional.	19/12/2016
002/2014	Fábio Ferreira Amorim	Fluxo de pacientes e utilização de recursos na unidade de pronto atendimento do Recanto das Emas.	19/12/2017
003/2014	Leila Bernarda Donato Göttems	A cultura de segurança do paciente entre profissionais de saúde como melhoria na qualidade da assistência.	19/12/2017
004/2014	Luiz Augusto Casulari Roxo da Mota	Efetividade do controle de hipertensão arterial sistêmica pela atenção primária em idosos na Regional de Samambaia – DF.	19/12/2016
001/2015	Agenor de Castro Moreira dos Santos Júnior	Desenvolvimento e validação de kit diagnóstico NAT para detecção de parasitas protozoários (<i>Trypanosoma cruzi</i> , <i>Leishmania SP.</i> , <i>Toxoplasma gondii</i> e <i>Plasmodium SP.</i>) em rotina de triagem de doadores de sangue do Distrito Federal.	12/2017
002/2015	Carmélia Matos Santiago Reis	Estudo comparativo entre duas fontes de laser para o tratamento de cicatriz por queimadura: laserterapia fracionada ablativa Er: YAG 2940nm versus não ablativa Er: YAP 1340 nm associada à luz intensa pulsada – avaliação clínica, histopatológica e da qualidade de vida. Primeiro Termo Aditivo ao TOA nº 02/2015	24/7/2017
003/2015	Levy Aniceto Santana	Síndrome de Apneia do Sono em indivíduos com Síndrome de Down.	12/2017
004/2015	Sandra de Nazaré Costa Monteiro	Perfil epidemiológico de pacientes atendidos na sala vermelha do Centro de Trauma do Hospital de Base do Distrito Federal.	12/2017
005/2015	Polyana Araújo de Assis	Monitoramento da potência de antibióticos utilizados na rede pública do Distrito Federal.	12/2017
001/2016	Levy Aniceto Santana	Implantação de <i>Lean Healthcare</i> na linha de cuidado de cirurgias gerais de baixa e média complexidade.	12/2018
002/2016	Jacqueline Ramos de Andrade Antunes Gomes	Ambulatório multidisciplinar de avaliação perioperatória de um hospital geral secundário: estudo transversal.	12/2018
003/2016	Maria Rita Carvalho Garbi Novaes	Fatores preditivos clínicos, farmacológicos, laboratoriais e sociais no desfecho de úlcera de pé em indivíduos diabéticos assistidos no Sistema Único de Saúde do Distrito Federal.	12/2018
004/2016	Alessandra da Rocha Arrais	Atendimento a vítimas de violência sexual na emergência do HMIB: analisando o modelo atual e prospectando mudanças com a cadeia de custódia no âmbito do	12/2018

Termos de Outorga e Aceitação – Toa Vigentes em 2016			
Nº	Contratado	Objeto	Vigência
		SUS.	
005/2016	Lilian Barros de Sousa Moreira Reis	Adesão à terapia nutricional por pessoas com diabetes mellitus.	12/2017
006/2016	Ricardo Camargo	Incorporação da tecnologia de MLPA (<i>multiplex ligation dependent probe amplification</i>) no rastreamento para detecção de alterações genético-moleculares <i>Philadelphia-like</i> e amplificação intracromossômica do 21 em crianças com Leucemia Linfóide Aguda para intervenção precoce no tratamento.	12/2018

Fonte: Projur/FEPECS, 31/12/2016.

Contratos Vigentes em 2016			
Nº	Credor	Objeto	Vigência
11/2014	Empresa Copy Line Comércio e Serviços Ltda. EPP	Prestação de serviços de impressão/cópia/digitalização de documentos, com fornecimento de equipamentos multifuncionais para impressão e reprografia monocromática (preto e branco) e policromática (colorido), novos e sem uso, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com substituição de peças componentes e fornecimento de todos os insumos necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos, exceto papel, visando atender às necessidades da FEPECS e escolas.	28/10/2017
01/2015	Ariane Tiago Bernardo de Matos	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora do "IX Curso de Extensão em Atenção Domiciliar" para profissionais que compõem as equipes multidisciplinares dos Núcleos Regionais de Atenção Domiciliar.	04/1/2016
02/2015	Núbia dos Passos Souza Falco	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora do "IX Curso de Extensão em Atenção Domiciliar" para profissionais que compõem as equipes multidisciplinares dos Núcleos Regionais de Atenção Domiciliar.	04/1/2016
03/2015	Márcia Soares Evangelista	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora do "IX Curso de Extensão em Atenção Domiciliar" para profissionais que compõem as equipes multidisciplinares dos Núcleos Regionais de Atenção Domiciliar.	04/1/2016
14/2015	Ana Márcia Lunes Salles Gaudard	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora para o "Curso de Iniciação Pedagógica e Capacitação Docente em Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem" para o Curso de Graduação em Medicina.	17/1/2016
15/2015	Marta David Rocha de Moura	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora para o "Curso de Iniciação Pedagógica e Capacitação Docente em Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem" para o Curso Graduação em Medicina.	17/1/2016
16/2015	Paulo Roberto Silva	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutor para o "Curso de Iniciação Pedagógica e Capacitação Docente em Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem" para o Curso Graduação em Medicina.	17/1/2016
18/2015	Denise Leite Ocampos	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora do "Curso de Extensão de Atualização em Ensino na Saúde - Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem para preceptores."	09/3/2016
19/2015	Ana Márcia Lunes Salles Gaudard	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora do "Curso de Extensão de Atualização em Ensino na Saúde - Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem para preceptores."	09/3/2016
20/2015	Cláudia Spinola Leal Costa	Prestação de serviço técnico especializado, como Instrutora do "Curso de Extensão de Atualização em Ensino na Saúde - Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem para preceptores."	09/3/2016
21/2015	Geisa Sant'Ana	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora do "Curso de Extensão de Atualização em Ensino na Saúde - Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem para preceptores."	09/3/2016
01/2016	Liliane Paula Guimarães de Oliveira	Prestação de serviço técnico especializado, como assessora técnica, para o "Curso de Extensão de Processo Formativo para Implantação de Sistema Online Integrado de Acompanhamento de Casos em Tratamento Comunitário". Processo nº 064.000.097/2016 – FEPECS.	10/6/2016
02/2016	EBSCO Brasil LTDA	Prestação de serviço de assinatura anual da plataforma <i>EbscoHealth</i> – Base de Dados de Periódicos especializada em ciências da saúde. Processo nº 064.000223/2016 – FEPECS.	30/6/2017
03/2016	Gislane Ferreira de Melo	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora técnica do "Mini Curso de Extensão em Bioética para Residentes da SES/DF". Processo nº 064.000247/2016 – FEPECS.	03/10/2016
04/2016	Vicente Paulo Alves	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora do "Mini Curso de Extensão em Bioética para Residentes da SES/DF". Processo nº 064.000247/2016 – FEPECS.	03/10/2016
05/2016	Luciana Rodriguez Teixeira de Carvalho	Prestação de serviço técnico especializado, como coordenadora técnica do "Mini Curso de Extensão em Bioética para Residentes da SES/DF". Processo nº 064.000247/2016 – FEPECS.	03/10/2016
06/2016	Ana Márcia Lunes Salles Gaudard	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora do "Mini Curso de Extensão em Metodologia Científica para Residentes da SES/DF". Processo nº 064.000246/2016 – FEPECS.	15/10/2016
07/2016	Cintia do Couto Mascarenhas	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora do "Mini Curso de Extensão em Metodologia Científica para Residentes da SES/DF". Processo nº 064.000246/2016 – FEPECS.	15/10/2016
08/2016	Rafael da Costa Sotero	Prestação de serviço técnico especializado, como coordenador técnico do "Mini	15/10/2016

Contratos Vigentes em 2016			
Nº	Credor	Objeto	Vigência
		Curso de Extensão em Metodologia Científica para Residentes da SES/DF. Processo nº 064.000246/2016 – FEPECS.	
09/2016	Carla Costa Teixeira	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora do "Curso de Extensão: Introdução ao Método Etnográfico na Saúde" para docentes e discentes da ESCS/FEPECS. Processo nº 064.000239/2016 – FEPECS.	24/11/2016
10/2016	Fernando Ferreira Natal	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutor do "Curso de Extensão: Introdução ao Método Etnográfico na Saúde" para docentes e discentes da ESCS/FEPECS Processo nº 064.000239/2016 – FEPECS.	24/11/2016
11/2016	ABO-DF – Regional Taguatinga	Compra de 18 (dezoito) vagas no curso "Habilitação em Laserterapia", oferecido pela Associação Brasileira de Odontologia do Distrito Federal – Regional Taguatinga (ABO Taguatinga), para cirurgiões-dentistas que atendem pacientes internados nas Unidades de Terapia Intensiva e pacientes em tratamento com radioterapia ou quimioterapia. Laserterapia. Processo nº 064.000327/2016 – FEPECS.	30/11/2016
12/2016	Fernanda Bezerra Queiroz Farias	Execução de Módulos do Curso de Qualificação Profissional Inicial para Agente Comunitário de Saúde da ETESB/FEPECS. Processo nº 064.000187/2016 – FEPECS.	17/12/2016
13/2016	Cássia Regina de Aguiar Nery Luz	Execução de Módulos do Curso de Qualificação Profissional Inicial para Agente Comunitário de Saúde da ETESB/FEPECS. Processo nº 064.000187/2016 – FEPECS.	30/2/2017
14/2016	Vanessa Gottschalk Nogueira de Sá Tini	Execução de Módulos do Curso de Qualificação Profissional Inicial para Agente Comunitário de Saúde da ETESB/FEPECS. Processo nº 064.000187/2016 – FEPECS.	08/11/2016
15/2016	Juliana Soares de França	Execução de Módulos do Curso de Qualificação Profissional Inicial para Agente Comunitário de Saúde da ETESB/FEPECS. Processo nº 064.000187/2016 – FEPECS.	30/3/2017
16/2016	Margareth Gonçalves de Magalhães Saad	Execução de Módulos do Curso de Qualificação Profissional Inicial para Agente Comunitário de Saúde da ETESB/FEPECS. Processo nº 064.000187/2016 – FEPECS.	18/11/2016
17/2016	Thais Branquinho Oliveira Fragelli	Execução de Módulos do Curso de Qualificação Profissional Inicial para Agente Comunitário de Saúde da ETESB/FEPECS. Processo nº 064.000187/2016 – FEPECS.	15/12/2016
19/2016	TECHNE Engenharia e Sistemas Ltda.	Prestação de serviço de atualização de versão, suporte técnico, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do Sistema de Gestão Acadêmica – LYCEUM, Consultoria e Relatório. Processo nº 064.000266/2016 – FEPECS.	20/9/2017
20/2016	Karla Queiroz Raggio de Castro	Contratação, como instrutor, para a execução do curso "Caminhos do Cuidado – Formação em Saúde Mental, com ênfase em Crack, Álcool e outras Drogas, da ETESB/FEPECS. Processo nº 064.000349/2016 – FEPECS.	22/12/2016
23/2016	Cristiana Monteiro Gomes da Silva	Contratação, como instrutor, para a execução do curso "Caminhos do Cuidado – Formação em Saúde Mental, com ênfase em Crack, Álcool e outras Drogas, da ETESB/FEPECS. Processo nº 064.000349/2016 – FEPECS.	22/12/2016
24/2016	Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES)	Prestação de serviços técnico-especializados de execução de processo seletivo público que visa ao ingresso de candidatos às vagas para curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , na forma de Residência Médica e Residência em Áreas Profissionais de Saúde da SES-DF. Processo nº 064.000336/2016-FEPECS.	06/10/2017
25/2016	Agencia AEROTUR Ltda.	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de agenciamento de viagens, que compreende a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, para servidores e convidados da FEPECS e escolas. Processo nº 064.000349/2016 – FEPECS.	27/10/2017
26/2016	Ana Paula Alves da Silva	Execução de Módulos do Curso de Qualificação Profissional Inicial para Agente Comunitário de Saúde da ETESB/FEPECS. Processo nº 064.000187/2016-FEPECS.	30/7/2017
27/2016	Glória Regina de Souza Pereira	Contratação de instrutor para executar a atividade de revisor de material instrucional para a ETESB/FEPECS. Processo nº 064.000270/2016 – FEPECS.	30/12/2016
28/2016	Jacqueline Ramos de Andrade Antunes Gomes	Contratação de instrutoria teórica para a ETESB/FEPECS. Processo nº 064.000270/2016 – FEPECS.	30/12/2016
29/2016	Arte Foto Serviços Fotográficos Ltda.	Prestação de serviços de cerimonial para organização e execução das cerimônias de colação de grau dos formandos dos cursos de graduação da ESCS, nos dias 28/11/2016 e 06/12/2016, do tipo não oneroso. Processo nº 064.000450/2016 – FEPECS.	18/5/2017
30/2016	Lourdete Rejane Ferro Zago	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora, do "Mini Curso de Extensão em Metodologia Científica para Residentes da SES/DF". Processo nº 064.000466/2016 – FEPECS.	05/12/2016
31/2016	Rafael da Costa Sotero	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutor, do "Mini Curso de Extensão em Metodologia Científica para Residentes da SES/DF". Processo nº 064.000466/2016 – FEPECS.	05/12/2016
32/2016	Vanessa Resende Nogueira Cruvinel	Prestação de serviço técnico especializado, como instrutora, do "Mini Curso de Extensão em Metodologia Científica para Residentes da SES/DF". Processo nº 064.000466/2016 – FEPECS.	05/12/2016

Contratos Vigentes em 2016			
Nº	Credor	Objeto	Vigência
33/2016	Companhia de Seguros Previdência do Sul (PREVISUL)	Prestação de serviços de seguro de acidentes pessoais coletivos para 1.200 estudantes da ESCS/FEPECS e ETESB/FEPECS. Processo nº 064.000472/2016 – FEPECS.	Em formalização.
34/2016	Cosmopolitan Transportes Ltda.	Prestação de serviços de realocação/remanejamento de bens patrimoniais (móveis, acervo documental e demais mobiliários) da Biblioteca Central – BCE/FEPECS. Processo nº 000512/2016 – FEPECS.	09/6/2017

Fonte: Projur/FEPECS, 31/12/2016.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Dificuldades / problemas que interferiram na execução dos programas

As dificuldades/problemas que dificultaram um melhor desempenho da instituição, considerando suas três escolas mantidas (ESCS, ETESB e EAPSUS), ocorreram nos âmbitos interno e externo.

Dificuldades internas:

- Escassez de recursos humanos, com dificuldades de nomeação devido à Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000);
- Interdição da Biblioteca Central e lanchonete para obras de reforço estrutural do prédio. O serviço teve início em dezembro de 2016, com previsão de conclusão no 1º quadrimestre de 2017;
- Estrutura física inadequada da Unidade de Samambaia, onde funciona o Curso de Graduação em Enfermagem;
- Manutenção predial inadequada na Unidade da Asa Norte;
- Ausência de solução de rede *wireless* (wifi).

Dificuldades externas:

- Sistema eletrônico do Ministério da Saúde – Plataforma Brasil, que apresentou muita instabilidade no acesso, dificultando o trabalho de relatoria e pareceres do Comitê de Ética em Pesquisa-CEP;
- Mudança na agenda de prioridades das áreas técnicas da SES/DF para ações educativas já pactuadas com a EAPSUS/FEPECS;
- Decreto Nº 37.121, de 16/2/2016 (DODF Nº 34, de 22/2/2016), que vetou, às autarquias e fundações públicas, entre outros, assunção de compromissos que implicassem em gastos com participação em cursos, congressos, seminários e eventos afins. A norma impactou na atividade finalística da instituição. A vedação contida na norma foi de encontro ao cumprimento das finalidades institucionais.

Perspectivas para 2017

As perspectivas estão relacionadas aos cursos inéditos a serem ofertados pelas escolas mantidas da FEPECS, ressaltando que estes serão acrescidos ao portfólio de cursos já ofertados regularmente, conforme demonstrado no relatório. Serão apresentados por modalidades. Outras perspectivas dizem respeito a iniciativas na área de pesquisa, informação e administrativa.

PÓS-GRADUAÇÃO

Cursos de Especialização (*lato sensu*):

(1) **Docência na Educação Profissional Técnica em Saúde**

Objetivo Geral: oferecer formação docente capaz de desenvolver competências e habilidades necessárias às especificidades da educação profissional de nível técnico.

Público alvo: servidores efetivos da SES/DF e Unidades Vinculadas (FEPECS e FHB) que trabalham na área de gestão do trabalho e educação na saúde e áreas tecnicamente subordinadas e servidores do Ministério da Saúde.

(2) **Medicina de Família e Comunidade**

Objetivos: formar profissionais de saúde para exercerem atividades de docência, preceptoria, gestão no âmbito da estratégia de saúde da família e atividades de investigação e de ensino na Estratégia de Saúde da Família.

Público Alvo: médicos da SES/DF que trabalham no âmbito da Estratégia de Saúde da Família.

Mestrado (*stricto sensu*):

(1) Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde

Objetivo: formar pessoal qualificado em nível elevado para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos diversos campos do conhecimento das Ciências da Saúde.

Público alvo: portadores de diploma de curso superior de graduação na área da saúde ou áreas afins.

(2) Mestrado Profissional em Saúde da Família (ProfSaúde)

O ProfSaúde é uma iniciativa proposta pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e integrada por 27 Instituições de Ensino Superior (IES) associadas em Rede Nacional, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNASUS), sendo a ESCS uma das IES certificadoras. Na 1ª turma prevê-se que a ESCS certifique 12 mestres. Foi desenvolvido de modo a proporcionar a formação em Saúde da Família para profissionais atuantes na área de Atenção Básica à Saúde (ABS), articulada com suas práticas, bem como os exercícios na docência e na supervisão dos profissionais da rede básica de saúde egressos dos projetos estratégicos dos Ministérios da Educação e da Saúde. Desta forma, está em sintonia com as propostas governamentais de melhoria ao atendimento dos usuários do SUS, que prevê, entre outros aspectos, o aperfeiçoamento de profissionais para atuar nas políticas públicas de saúde do País e na organização e funcionamento do SUS.

Público alvo: portadores de diploma de curso superior na área da saúde ou áreas afins.

Educação Profissional

Cursos Técnicos – proporcionam habilitação profissional e devem observar os objetivos contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas normas do Sistema Distrital de Educação. Os cursos têm duração de dois anos.

- (1) Vigilância em Saúde
- (2) Hemoterapia
- (3) Manutenção de Equipamentos Biomédicos

Especialização Pós-Técnica: destinam-se àqueles que já possuem o curso técnico completo.

- (1) Saúde da Pessoa Idosa
- (2) Saúde da Família

Educação Permanente: as perspectivas refletem-se na oferta das seguintes ações educativas já pactuadas com a SES/DF, além de outras a serem definidas ao longo do ano:

- Saúde da Mulher: Atenção ao Pré Natal, Puerpério e Cuidado ao Recém Nascido – 2ª turma
- Odontopediatria para cirurgiões-dentistas – 2ª turma
- Prevenção e Manejo de Sobrepeso e Obesidade
- Introdução à Tanatologia
- Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância – AIDPI Criança
- IV Seminário “Novos Saberes em Água e Saúde”
- II Seminário “Adoecimento e Morte”
- Atividade de Educação Permanente para as áreas gestoras da Educação na SES/DF
- Atividade de Educação Permanente para profissionais facilitadores de Tai Chi Chuan.

Pesquisa

Implantação de nova plataforma eletrônica do Comitê de Ética em Pesquisa-CEP, com interface gráfica mais amigável ao pesquisador para elaboração e submissão de seus projetos, bem como *link* para dirimir as dúvidas mais frequentes dos pesquisadores.

Informação Em Saúde: criação da editora FEPECS.

Administrativo

- Projeto de implantação de TI com rede *wireless* para todo o complexo.
- Segregação e apropriação específica, por contratos próprios, das despesas custeadas pela SES/DF, tais como: limpeza, segurança, água, energia elétrica, telefonia, correios, abastecimento de veículos e conservação do patrimônio público.

13. 3. FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – UO 23.901

O Fundo de Saúde do Distrito Federal é um instrumento de administração e suporte financeiro para as ações do Sistema Único de Saúde – SUS/DF, coordenadas ou executadas pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, sua vinculação à Secretaria de Saúde é estabelecida pelo parágrafo IV, artigo 151, da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como supervisionado diretamente pelo Conselho de Saúde do Distrito Federal.

1. REALIZAÇÕES

Execução Orçamentária e Financeira

No decorrer do exercício de 2016, o FSDF emitiu um total de 704 Notas de Crédito orçamentário; 619 solicitações de Notas de Crédito Adicional (totalizando R\$ 351.535.638,00 milhões de reais suplementares), emitiu 6.689 notas de empenho; 14.236 previsões de pagamento, 16.137 notas de lançamento e 14.236 ordens bancárias.

No exercício, foi realizada a apuração de superávit financeiro de convênios e repasses fundo a fundo superiores a R\$ 300 milhões e conciliação da “Conta Única da SES” no BRB.

No exercício de 2016 ingressaram no FSDF R\$ 5.947.533.440,36 oriundas das fontes de receita destacadas abaixo:

Fontes do GDF ¹	Fundo Constitucional ²	132 ³	138 ⁴	Total
2.491.622.948,25	2.359.400.642,81	100.000,00	729.579.209,79	5.580.702.800,85
FONTES DE RECEITAS / RENDIMENTOS + SUPERÁVIT				
Fontes do GDF	Fundo Constitucional	132	138	Total
14.557.204,42	0	33.918.561,12	318.354.873,97	366.830.639,51
TOTAIS				
2.506.180.152,67	2.359.400.642,81	34.018.561,12	1.047.934.083,76	5.947.533.440,36
COMPARATIVO POR FONTES EM RELAÇÃO AO TOTAL				
42,1%	39,7%	0,6%	17,6%	100%

Verifica-se que a proporção da composição da receita desta unidade orçamentária se dá seguinte forma: 42,1% oriundo do tesouro do GDF, 39,7% do FCDF, 17,6% do Ministério da Saúde e 0,6% de convênios.

A Composição dos Repasses financeiros por Bloco de Financiamento, sem os rendimentos financeiros e superávit:

Bloco	Valor Total	%
Assistência Farmacêutica	27.044.166,91	3,71%
Atenção Básica	112.069.970,14	15,36%
Gestão Do Sus	466.600,00	0,06%
Investimento	4.298.196,00	0,59%
Média E Alta Complexidade Ambulatorial E Hospitalar	558.759.343,75	76,59%
Vigilância Em Saúde	26.940.932,99	3,69%
Total Geral	729.579.209,79	100%

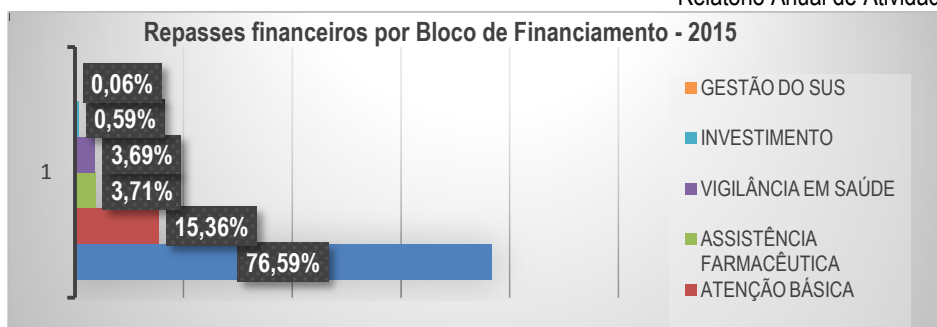
Em relação à receita relativa aos recursos fundo a fundo por blocos de financiamento, temos a seguinte composição:

¹ O DF repassou recursos nas fontes 100 (Ordinário não Vinculado), 101 (Cota parte do FPE e do DF), 102 (Cota Parte do FPM), 105 (Transf. De ITR), 109 (Transf. de IPI-Exportadores) e 300 (Ordinário não Vinculado).

² Fonte 130 (Fundo Constitucional do Governo Federal).

³ As fontes 121 e 132 indicam recursos provenientes de Convênios com a União. Foram considerados os valores de rendimentos e superávit financeiro.

⁴ A Fonte 138 indica recursos provenientes do MS (Repasses Fundo a Fundo). Foram considerados os valores de rendimentos e superávit financeiro



Em relação ao exercício de 2011, que a receita realizada representou um montante de R\$ 2.562.892.260,00 evidenciamos que a receita do FSDF obteve um acréscimo nominal de 9%, tendo em vista que no exercício de 2012 a receita foi de R\$ 2.804.422.410,00, ou seja, um crescimento de R\$ 241.530.150,00.

Ainda, em relação ao exercício de 2011, observamos que a receita do FSDF obteve um acréscimo nominal de 23%, tendo em vista que no exercício de 2013 a receita foi de R\$ 3.151.621.816,58, ou seja, um crescimento de R\$ 588.729.556,58.

Comparando o exercício de 2011 com 2014, e sabendo que a receita arrecada em 2014 foi de R\$ 3.443.571.603,95, identificamos acréscimo nominal de 34%, ou seja, um crescimento de R\$ 880.679.343,95.

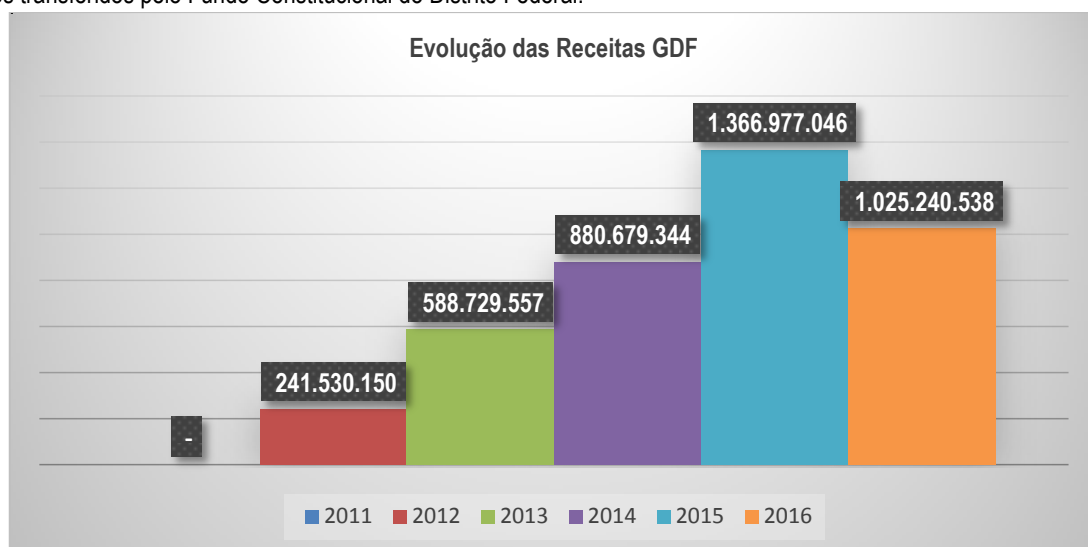
A receita realizada em 2015, R\$ 3.929.869.305,74, em paralelo também com a de 2011, R\$ 2.562.892.260,00, demonstra acréscimo nominal de 53%, crescimento de R\$ 1.366.977.045,74.

Finalmente, se compararmos a receita realizada no exercício 2011, R\$ 2.562.892.260,00, com a receita de 2016, R\$ 3.588.132.797,55, evidenciamos um acréscimo nominal de 40%, que representa crescimento de R\$ 1.025.240.537,55. Entretanto, cabe ressaltar que o comparativo da receita de 2016 com a de 2015, demonstra uma redução de 9%, ou seja, receita reduzida num total de R\$ 341.736.508,19.

Objetivando melhor identificação da evolução da receita real do FSDF, sem contabilizar os recursos transferidos pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal, apresentamos tabela explicativa abaixo:

Exercício	Receita	Comparativo	%
2011	2.562.892.260,00	-	-
2012	2.804.422.410,00	241.530.150,00	9%
2013	3.151.621.816,58	588.729.556,58	23%
2014	3.443.571.603,95	880.679.343,95	34%
2015	3.929.869.305,74	1.366.977.045,74	53%
2016	3.588.132.797,55	1.025.240.537,55	40%

O gráfico abaixo demonstra a evolução da receita real do FSDF no período de 2011 a 2016, sem incluir os recursos transferidos pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal.



14. SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.101

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal é órgão central do Sistema de Segurança Pública subordinado diretamente ao Governador do Distrito Federal. Conforme publicação do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, artigo 8º, § 1º, alínea IV, foi renomeada de Secretaria de Estado de Segurança Pública para Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. A Secretaria tem como finalidade promover a segurança pública no Distrito Federal, destinada à preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Dentro de uma visão atual e moderna no contexto de segurança pública, este órgão, promoveu uma série de atividades visando proporcionar à população do Distrito Federal paz, tranquilidade, qualidade de vida e segurança.

O Regimento Interno da Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 28.691, de 17/01/2008, publicado no DODF nº 13, de 18/01/2008, define:

Art. 1º A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida nos termos da legislação, para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Art. 2º O Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal é composto pelos seguintes órgãos:

- I. Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal;
- II. Polícia Civil do Distrito Federal;
- III. Polícia Militar do Distrito Federal;
- IV. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Parágrafo único. A Secretaria é o órgão central do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal.

Art. 3º À SSP compete:

I - propor e implementar a política de segurança pública fixada pelo Governador do Distrito Federal;
 II - planejar, coordenar e supervisionar o emprego operacional dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal;

III - integrar as ações dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal e do DETRAN, objetivando a racionalização do emprego dos meios e a maior eficácia operacional.

§ 1º O Departamento de Trânsito do Distrito Federal, autarquia integrante do Sistema Nacional de Trânsito, é vinculado à Secretaria para os fins do disposto neste artigo e na forma do art. 1º do Decreto nº 28.222, de 23/08/2007.

§ 2º A competência contida no inciso II deste artigo não exclui a dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal e do DETRAN, no desempenho de suas atribuições.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	9
Cedidos – fora GDF	01
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	10
Estatutário – em exercício	1.446
Estatutário - afastado	23
Sem vínculo – em exercício	134
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	1.600
Total ativos - afastado	23

Obs.: Dados de 31/12/2016.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	450.000	153.762	151.991	151.991
0025 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SSP - (PPV)-DISTRITO FEDERAL	450.000	153.762	151.991	151.910
1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	22.000.000	57.472.019	14.204.733	14.204.733
0001 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA-SSP-DISTRITO FEDERAL	22.000.000	57.472.019	14.204.733	14.204.733
2773 - MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE REGIONAL - CICCRR	4.550.000	0	0	0
2775 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA PREVENTIVA DE SEGURANÇA CIDADÃ	4.050.000	99.041	51.087	51.087
0001 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA PREVENTIVA DE SEGURANÇA CIDADÃ-SSP-(PPV)-DISTRITO FEDERAL	4.050.000	99.041	51.087	51.087
2776 - PREVENÇÃO E REPOSTAS AS EMERGÊNCIAS E DESASTRES	277.343	0	0	0
2779 - ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE DESORDEM PÚBLICA (INCIVILIDADES)	50.000	0	0	0
3138 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA	355.000	0	0	0
3139 - APRIMORAMENTO DA EFETIVIDADE POLICIAL E DA PREVENÇÃO - SEGURANÇA CIDADÃ	23.559.000	21.950.000	0	0
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	1.197.822	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	650.000	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	900.000	113.979	113.979	113.979
6163 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-SSP-(PPV)-DISTRITO FEDERAL	900.000	113.979	113.979	113.979
4031 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO	1.826.564	338.263	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	450.000	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	526.860	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6217	60.842.589	80.127.065	14.521.790	14.521.790

Obs.: Dados até 31/12/2016.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Operações de Combate ao comércio ilegal e pirataria	Unidade	15	30-jun-15	Mensal	40	40	40	40	SOPS/SSP / UO 24101 / OE 1
Operações de combate à ocupação irregular do solo	Unidade	60	30-jun-15	Mensal	130	130	130	130	SOPS/SSP / UO 24101 / OE 1
Chamadas atendidas na CIADE	%	78	31-jul-14	Anual	80	85	90	95	SOPS/SSP / UO 24101 / OE 1
Índice de Produção de Conhecimento de Inteligência	%	72,70	31-jul-15	Semestral	80	80	85	85	SI/ SSP / UO 24101 / OE 2
Taxa de mapeamento de áreas de risco	%	90	31-dez-14	Anual	15	50	75	100	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3
Quantidade de cidadãos capacitados para prevenção de desastres	Unidade	2.279	31-dez-14	Anual	3.279	4.279	5.279	6.279	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3
Redução da vulnerabilidade (social e criminal) (VSC) - jovens	%	71,50	31-dez-12	Anual	61,5	51,5	41,5	26,5	MS/SVS/DASIS, SNJ/PR, UNESCO, SGI/SSP, SECRIA e Redes Sociais de Apoio / UO 24101 / OE 5
Redução da vulnerabilidade (social e criminal) (VSC) – reincidência de egressos	%	85	31-dez-10	Anual	75	65	55	40	SE, IUS, MPDFT, TJDF, DPDF, MJE OUTROS / UO 24101 / OE 5
Adequação metodológica dos Projetos Estratégicos	%	0	30-jun-15	Trimestral	50	75	80	90	AGEPRO/ SSP / UO 24101 / OE 6
Índice de aquisições para renovação tecnológica da SSP	%			Anual	80	85	90	95	SMT/SSP / UO 24101 / OE 6
Produção de conhecimento para a gestão da segurança pública	Unidade	255	31-jul-15	Mensal	255	255	255	255	SGI/SSP / UO 24101 / OE 6
Índice de execução orçamentária	%	99,82	30-jun-15	Semestral	85	90	90	90	SUAG/SSP / UO 24101 / OE 6
Produção de conhecimento para a gestão da segurança pública	Unidade	255	31-jul-15	Mensal	255	255	255	255	SGI/SSP / UO 24101 / OE 6

1. Comércio Ilegal e Ocupação Irregular do Solo

As ações realizadas no combate ao Comércio Ilegal foram realizadas em operações conjuntas: equipes formadas estrategicamente com servidores da SOPS (a qual era responsável pelo planejamento das ações a serem desenvolvidas), servidores da Agência de Fiscalização – AGEFIS (órgão que detêm a competência de autuação por intermédio dos Auditores Fiscais) e, ainda, com a presença da Polícia Militar (representada pelos Policiais Militares fardados), que ofereceram a segurança e integridade físicas das partes envolvidas, (servidores do Estado e fiscalizados). Quanto às “Operações Presença” (ações que visam preservar a ordem pública, mediante um policiamento ostensivo de excelência), estas foram realizadas para manutenção da ordem pública.

Com o intuito de diminuir o enfrentamento e prevenir o crescimento das ocupações irregulares, mantendo o controle das áreas de maior incidência de grilagens, destacam-se as seguintes ações: Pronta Resposta (operação conjunta, voltada ao enfrentamento à ocupação irregular do solo); Junta Operacional (desencadeadas em áreas definidas pelo Comitê de Governança do Território – Decreto 36.694/2015, voltadas ao enfrentamento do uso, ocupação ou parcelamento irregular do solo e das áreas de interesse ambiental, com características de grande porte, envolvendo diversos órgãos de policiamento e fiscalização do Distrito Federal); e, Parcelamento Ilegal (operações desencadeadas em áreas objetos de parcelamento irregular, voltada ao enfrentamento direto ao crescimento da ocupação ilegal do solo e grilagem de terras no Distrito Federal.

2. Viva Brasília, o nosso Pacto pela Vida

O Programa Viva Brasília é um conjunto de estratégias e ações do Governo do Distrito Federal, voltados a segurança pública e à paz social, denominado “Viva Brasília, Nosso Pacto pela Vida”, tendo os seguintes objetivos específicos:

I – redução dos crimes violentos letais intencionais - CVLI;

II – redução dos crimes violentos contra o patrimônio - CCP;

III – aumento da confiança da população nas instituições de segurança pública e melhoria da prestação do serviço público de segurança; e

IV – diminuição da vulnerabilidade social por meio da paz social e de políticas de prevenção de violência.

Com o programa “Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida”, a SSP/DF pretende reduzir as taxas de crimes violentos letais intencionais no DF, de crimes contra o patrimônio e também aumentar a sensação de segurança dos brasilienses, melhorando a avaliação dos serviços e a confiança nas organizações de segurança pública.

3. Resultados Alcançados por Objetivo Específico:

Redução dos Crimes Violentos Letais Intencionais e Redução dos Crimes contra o Patrimônio – conforme quadro do tópico - Indicadores na página 8.

Visando o aumento da Confiança da População nas Instituições de Segurança Pública, a Melhoria da Prestação do Serviço Público de Segurança e também medir a percepção da população sobre o serviço prestado pelos órgãos da SSPDF, foi criado um sistema de monitoramento da qualidade do atendimento, estruturado a partir de duas fontes distintas de coleta de dados:

– Pesquisas Semestrais de Vitimização aplicada em toda população do DF e

– Pesquisas Trimestrais de Qualidade do Atendimento aplicada em pessoas que buscaram apoio emergencial e foram atendidas pelo CIADE – Central Integrada de Atendimento e Despacho.

A relação entre polícia e comunidade no contexto do Distrito Federal se destaca positivamente quando comparamos com a situação vivida em outras unidades da federação. No Distrito Federal, no que concerne à confiança em 2015, 82% da população confia na Polícia Militar e 87% da população confia na Polícia Civil; no que concerne à conduta dos policiais em 2015, dentre as pessoas que estabeleceram contato com a Polícia Militar nos últimos 12 meses, 84% declararam que a polícia agiu dentro da lei, 81% declararam que os policiais foram educados, prestativos e interessados e apenas 7% declararam que os policiais foram violentos ou agressivos; e no que concerne a qualidade do atendimento prestado em 2016, dentre as pessoas que buscaram apoio emergencial na Polícia Militar, pelo telefone 190, 73% considerou ótimo o atendimento presencial recebido e dentre aqueles que buscaram apoio emergencial no Corpo de Bombeiros, pelo telefone 193, 84% consideraram ótimo o atendimento presencial recebido.

A diminuição da Vulnerabilidade Social por Meio da Paz Social e de Políticas de Prevenção de Violência – as ações de prevenção à criminalidade, com foco na redução das vulnerabilidades sociais e criminais, são coordenadas primordialmente, na SSPDF, pela Subsecretaria de Segurança Cidadã (SUSEC) que, por meio de gerências temáticas, organizadas através de recortes etários (crianças, adolescentes, jovens e idosos), de gênero (mulheres vítimas de violência) e de orientação sexual (grupos LGBT), tem realizado ações de cuidado e empoderamento desses grupos.

Tais recortes respondem pela estratégia de monitoramento das vulnerabilidades sociais do DF, realizado por meios dos seguintes índices desenvolvidos pela SGI:

– Índice de Vulnerabilidade Social Geral – mede o grau de vulnerabilidade social calculado com base na agregação de dimensões padronizadas relativos à infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho.

– Índice de Vulnerabilidade Feminino – mede o grau de vulnerabilidade social calculado com base na agregação de dimensões padronizadas relativos à infraestrutura urbana, capital humano, renda, trabalho e insegurança e vitimização feminina.

– Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil – mede o grau de vulnerabilidade social calculado com base na agregação de dimensões padronizadas relativos à infraestrutura urbana, capital humano, renda, trabalho e insegurança e vitimização juvenil e autoria.

4. Intervenções nas Regiões e Áreas Integradas de Segurança Pública

O modelo de gestão do “Viva Brasília” foi idealizado a partir de compilação de diferentes estratégias de políticas nacionais e internacionais de segurança pública consideradas exitosas. A adequação e aprovação dos indicadores da divisão territorial em áreas (AISPs) e regiões integradas (RISPs) de segurança pública e do monitoramento e avaliação do programa foram realizadas mediante a implantação de grupos de trabalho com representantes dos órgãos de segurança pública, de vários outros órgãos do governo e da sociedade civil.

A Região Integrada de Segurança Pública – RISP consiste na divisão geográfica do território do Distrito Federal para fins de segurança pública que permite a articulação e integração regional, no nível tático e operacional, das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e o Departamento de Trânsito, entre si e com os demais atores internos e externos que possuam interfaces com o tema.

A Área Integrada de Segurança Pública – AISP consiste na divisão geográfica de uma RISP e se caracteriza por um espaço geográfico comum, urbano ou rural, destinado à articulação e à integração.

Tabela 1 – Regiões e Áreas de Segurança Pública

RISP	AISPs
1. Metropolitana	Plano Piloto, Cruzeiro, Octogonal, Sudoeste, Guará, SIA, SCIA, Estrutural e Lago Sul
2. Sul	Gama, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Park Way, Santa Maria e Jardim Botânico
3. Oeste	Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Águas Claras e Vicente Pires
4. Leste	Planaltina, Lago Norte, Varjão, Paranoá, Itapoá, São Sebastião, Jardim Botânico, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal.

Assim, para cada uma das AISPs considerada prioritária, foi elaborado um Plano Integrado de Ação, em que foram especificados: a situação-problema, a ação-resposta, o responsável e o prazo. Com a pactuação dos Planos, a equipe da UCPPV passou a realizar o monitoramento de todas as ações, fazendo, operacionalizando reuniões e realizando bilaterais, quando os órgãos responsáveis tinham dificuldades nessas articulações, ao mesmo tempo em que monitorava, junto a SGI, o efeito das ações sobre os índices de segurança a cada dez dias.

Por isso, vale retomar aqui os resultados positivos encontrados a partir da elaboração, pactuação e monitoramento dos Planos Integrados de Segurança (“intervenção”):

Tabela 2 – Comparação CCP nas AISPs Prioritárias (Antes e Depois da Implementação do Plano Integrado, atualizado em 21/11/2016)

Área crítica	Crime com maior incidência	Antes da intervenção	Após a intervenção	Diferença percentual
Estrutural	Roubo a transeunte	164	73	-55,50%
Samambaia	Roubo a transeunte	736	595	-19,20%
Santa Maria	Roubo a transeunte	475	388	-18,30%
Taguatinga	Roubo a transeunte	511	442	-13,50%
Ceilândia	Roubo a transeunte	881	784	-11,00%
Brasília	Furto em veículo	847	768	-9,30%
São Sebastião	Roubo a transeunte	221	205	-7,20%
Planaltina	Roubo a transeunte	371	417	12,40%

Fonte: SGI/SSP/DF

5. Projetos Especiais do Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida

Por meio da Portaria nº 32, de 27 de junho de 2016 foram criados, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social:

Núcleo de Enfrentamento ao Femicídio (NEF), diretamente subordinado ao Comitê Executivo do “Viva Brasília: Nosso Pacto pela Vida”, com a função de desenvolver, fomentar e articular políticas, programas e ações para prevenir, investigar, processar e julgar, com a perspectiva de gênero, a morte violenta de mulheres e .

Câmara Técnica para Análise da Violência de Gênero, visando oferecer subsídios técnico e científico à análise da violência de gênero, com atribuições atinentes à:

I. Consolidação e análise de dados estatísticos oriundos dos sistemas operacionais do Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Judiciário, Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal e Companhia de Planejamento do Distrito Federal, para fins de diagnóstico, planejamento, avaliação das ações a serem desenvolvidas;

II. Orientação a projetos e estratégias para formação dos profissionais de Segurança Pública e da Rede de Atendimento das Mulheres em Situação de Violência e ao aperfeiçoamento das atividades preventivas, ostensivas e investigativas desempenhadas pelas unidades de Segurança Pública do Distrito Federal, responsáveis pelos procedimentos que envolvam mulheres e meninas em situação de violência de gênero; e

III. Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas destinadas ao planejamento e execução de pesquisas, diagnósticos e projetos orientados para a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero.

6. Participação em Eventos, Comitês e Grupos de Trabalhos.

A equipe do Pacto pela Vida participou, durante o ano de 2016, de eventos, comitês e grupos de trabalho que dialogam com os objetivos, princípios e diretrizes do Pacto. Foram eles:

- 10º Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública;
- Comitê Gestor Intragovernamental para Políticas de Juventude da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIA);
- Comitê Gestor Sistema Socioeducativo da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIA);
- Plenárias do Conselho Distrital de Direitos da Criança e Adolescentes; e
- Oficinas Abertas para elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do DF.

7. Prevenção à Violência e à Criminalidade

Em 2016, a SSP/DF atuou na perspectiva das ações preventivas de controle, não descartados o rigoroso acompanhamento da sociedade e a utilização de meios democráticos, legais e alinhados aos direitos humanos. Desta forma, a Subsecretaria de Segurança Cidadã – SUSEC ampliou seu escopo de atuação da Secretaria também para o desenvolvimento simultâneo de projetos e programas preventivos, de natureza social.

8. Programas Comunitários e Sociais

Ao longo do período, no **Projeto Esporte à Meia Noite**, foram desenvolvidas atividades em 10 núcleos, nas seguintes Regiões Administrativas: Ceilândia; Estrutural; Gama; Itapoã; Jardim Roriz (Planaltina); Vila Buritis (Planaltina); Samambaia; Santa Maria; São Sebastião; e Sobradinho II. De acordo com os dados fornecidos pela Gerência de Programas de Prevenção à Violência e à Criminalidade, estão sendo atendidas 300 adolescentes e jovens, em média, mensalmente.

Durante o ano de 2016, foi realizada parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, de modo a expandir as atividades do Projeto para as Unidades de Meio Aberto do Sistema Socioeducativo - UAMAS, sendo os atendimentos ampliados para os jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. Atualmente, cerca de **60 adolescentes** aderiram às atividades e são vinculados a **07 UAMAS**, quais sejam: Ceilândia (2), Estrutural, São Sebastião, Samambaia, Santa Maria e Paranoá. Com exceção da Região Administrativa do Paranoá, as atividades são desenvolvidas em Centros Olímpicos.

No **Projeto Picasso Não Pichava**, seis Núcleos estão em funcionamento nas seguintes Regiões Administrativas: Planaltina; Ceilândia; Estrutural; Itapoã; Cruzeiro; e Plano Piloto. Por meio de oficinas de serigrafia, desenho e pintura/grafite, DJ, audiovisual/cinema e capoeira, o projeto atendeu cerca de **165 adolescentes**, jovens e mulheres sob medida protetiva por mês.

Também por meio de parceria firmada por meio desta Secretaria com a Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente foi realizada oficina de audiovisual, com duração de 3 meses, para **17 jovens atendidos** pelas seguintes UAMA's do Distrito Federal: Samambaia, Taguatinga, Recanto das Emas, São Sebastião, Paranoá, Ceilândia, Gama e Santa Maria.

A realização da **Corrida Tiradentes Pela Cidadania** foi uma ação compartilhada entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, a Secretaria de Esporte e Lazer, a Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, a Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF e o Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF como uma estratégia de ação de aproximação à comunidade. Neste sentido, aproveitando o mês de aniversário da PMDF, com a participação de mais de **3.000 pessoas**.

No dia 07/12/2016, houve a assinatura do Protocolo de Intenções entre a SSP, MPDFT e TJDF, o qual prevê o trâmite de dados das mulheres em MPU (Medida Protetiva de Urgência) e respectivos agressores para alimentar o sistema SGO 2.0. Este é o primeiro passo para implantar o Dispositivo de Segurança Preventiva para Mulheres em situação de Medida Protetiva de Urgência.

Esta Secretaria apoiou o projeto “Peça de Teatro/Cena Fórum”– Incorporação no Pacto Integrador de Segurança Pública que teve o financiamento do Fundo de Apoio à Cultura do DF – FAC/DF, com 17 apresentações na região

do Entorno do Distrito Federal: Águas Lindas, Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama (GO) e Planaltina (GO), Santo Antônio do Descoberto e Luziânia, nos meses de novembro e dezembro do ano de 2016. Foi realizada também uma apresentação em Brasília, no Auditório do DETRAN-DF e a última no Centro Cultural do Paranoá – CEDEP. Cerca de 1.000 pessoas foram alcançadas no Entorno e em Brasília

O programa Viva Brasília nas Escolas iniciou em setembro de 2016 e foi finalizado nas escolas CEF 18 de Ceilândia e CEM 02 de Planaltina. Foram formados dois Núcleos de Articulação Territorial Escolar – NATE e criados dois Comitês de Paz. O Comitê de Paz de cada escola conta com 40 jovens e já realizaram 9 palestras sobre Direitos Humanos, 12 sessões de terapia comunitária, 2 oficinas de teatro dos oprimidos e 2 escolas compartilhadas. Como entrega do “Viva Brasília” nas Escolas, cerca de 1.100 alunos da Escola Classe 2 do Arapoanga/Planaltina foram beneficiados com a revitalização do parquinho, das salas de aula, do pátio e da faixa externa da unidade.

Por fim, em dezembro de 2016 esta pasta tornou público Aviso de Abertura de Prazo para Manifestação de Interesse por parte de Organizações da Sociedade Civil na apresentação de propostas de parcerias em ações de segurança pública, abordando os seguintes temas:

- Segurança Pública – Egressos e Pessoas em Conflito com a Lei;
- Segurança Comunitária – Cooperação Social e Prevenção das Violências;
- Segurança – Pessoas em Situação de Rua e Drogas;
- Segurança – Gênero e LGBT;
- Segurança – Paz nas Escolas;
- Segurança e Pessoas com Deficiência; e
- Segurança – Juventude e Igualdade Racial.

9. Cooperação Internacional

A Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social e a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), com sede em Maputo, Moçambique, assinaram um protocolo de intenções no dia 02 de maio de 2016. O objetivo da parceria é promover a cooperação técnica, científica e educacional entre a pasta e a organização não governamental presidida por uma ativista moçambicana, mundialmente conhecida pelo trabalho em prol da justiça social, do empoderamento feminino e da cultura de paz.

As entregas do “Viva Brasília” reverberam também internacionalmente. A política pública que prevê a gestão integrada entre o Sistema de Segurança Pública, a população e órgãos do governo para a construção de soluções conjuntas contra a violência é elemento primordial para a escolha de Brasília como Capital Ibero-americana da Paz para o biênio de 2017-2018. O anúncio foi feito dia 14 de junho, durante a realização da Assembleia Plenária da União das Cidades e Capitais Ibero-americanas (UCCI), em La Paz, na Bolívia.

Também foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Organização das Nações Unidas (ONU) por seu Escritório sobre Drogas e Crimes – UNODC no Brasil, com o objetivo de estabelecer cooperação e entendimento, e facilitar a colaboração entre os Partícipes, para promover seus objetivos compartilhados no que diz respeito à prevenção do crime e das drogas, bem como à reforma do Sistema de Justiça Criminal, por meio de:

- Encontros para diálogos regulares entre UNODC e GDF; e
- Celebração de instrumentos específicos entre os Partícipes para definir e implementar projetos, programas ou outras ações.

10. Conselhos Comunitários de Segurança

As reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança ocorreram regularmente desde janeiro de 2016, totalizando 214 reuniões ordinárias de CONSEG, com **8.390 participações**.

Ações realizadas:

- Elaboração do novo Decreto do CONSEG nº 37.462/2016, publicado no DODF nº 128, de 06 de julho de 2016;
- Organização de 11 Reuniões entre a Secretária de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e os membros das Diretorias dos CONSEGs, com média de público em torno de **85 participantes** por reunião;
- Capacitação dos Coordenadores Setoriais;
- Capacitação dos Conselhos Comunitários de Segurança voltada para as diretorias do CONSEG bem como as lideranças comunitárias em parceria com a Escola de Governo - EGOV. O evento reuniu um público de aproximadamente 200 pessoas; e
- Elaboração de editais de chamamento, cronograma e auxílio às comissões eleitorais do processo eleitoral do CONDISP.

11. Indicadores

Os indicadores monitorados por esta Secretaria, foram divididos nos dois grupos priorizados pelo “Viva Brasília”, a saber: **CVLI** – Crimes Violentos Letais Intencionais e **CCP** – Crimes Contra o Patrimônio. O CVLI é um indicador composto de três naturezas: Homicídio; Latrocínio; Lesão corporal seguido de morte e o CCP, composto de seis naturezas: Roubo a transeunte; Roubo de veículo; Roubo em transporte coletivo; Roubo em comércio; Roubo em Residência; e Furto em veículo. Para esses indicadores as metas previstas para 2016 foram: a redução de 6% no CVLI e 4% no CCP.

O balanço da criminalidade referente ao ano de 2016, mostra que foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes.

Quando analisado o grupo dos três crimes contra a vida monitorados pelo “Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida” – homicídio, latrocínio e lesão seguida de morte – também se verifica reduções. Foram 21,3 mortes para cada 100 mil habitantes. O número está abaixo da média nacional, que atualmente é de 25,7/ 100mil, segundo o 10º Anuário de Segurança Pública de 2016. A aplicação desse tipo de taxa é uma metodologia recomendada pelas Organizações das Nações Unidas para aferir o nível de violência de determinado lugar, relativizando o número da criminalidade com a população.

Os Crimes Contra o Patrimônio não apresentaram queda em 2016, quando comparados aos anos anteriores. Mas razões para tais índices precisam ser buscadas no cenário de crise econômica, na pressão sofrida por Brasília ser a capital política do país e em variações específicas de cada AISP.

Foram monitorados, ainda, outros crimes, dos quais destacam-se: Tentativa de Homicídio; Tentativa de Latrocínio; Estupro, bem como a Produtividade Policial: Tráfico de drogas; Uso e porte de drogas; Posse/Porte de arma de fogo; Localização de veículo furtado ou roubado.

Tabela 3 – Comparativo Anual – Período Jan/Dez 2015/2016

	Natureza	TOTAL		Variação Quantit.	Variação (%)
		2015	2016		
1. CVLI - Crimes Violentos Letais Intencionais	Homicídio	618	588	-30	-4,9%
	Latrocínio	46	42	-4	-8,7%
	Lesão Corporal Seg. De Morte	7	5	-2	-
	1. TOTAL C.V.L.I.	671	635	-36	-5,4%
2. C.C.P. - Crimes Contra O Patrimônio	Roubo A Transeunte	30.280	38.206	7.926	26,2%
	Roubo De Veículo	4.808	5.663	855	17,8%
	Roubo Em Transporte Coletivo	2.397	3.130	733	30,6%
	Roubo Em Comércio *	2.646	2.773	127	4,8%
	Roubo Em Residência	684	919	235	34,4%
	Furto Em Veículo	11.327	12.799	1.472	13,0%
2. TOTAL C.C.P.		52.142	63.490	11.348	21,8%
TOTAL CRIMES (1+2) - PACTO PELA VIDA		52.813	64.125	11.312	21,4%
3. Outros Crimes	Tentativa De Homicídio	996	948	-48	-4,8%
	Tentativa De Latrocínio	189	261	72	38,1%
	Estupro	624	666	42	-6,7%
3. TOTAL OUTROS CRIMES		1.809	1.875	66	3,6%
4. Produtividade Policial	Tráfico De Drogas	2.911	2.300	-611	-21,0%
	Uso E Porte De Drogas	7.301	6.037	-1.264	-17,3%
	Posse/Porte De Arma De Fogo	1.543	1.405	-138	-8,9%
	Localização De Veículo Furtado Ou Roubado	7.408	7.910	502	6,8%

FONTE: Banco Millenium – COOAFESP/SGI/SSP/DF

12. Pesquisas

13. - Pesquisa de Vitimização

A pesquisa de vitimização foi concluída em junho de 2016, com apresentação dos resultados da Pesquisa de Vitimização aos Comandantes e Dirigentes das Forças de Segurança e com a entrega de relatórios específicos para cada instituição. Lembrando que todos os relatórios estão disponíveis para os órgãos de governo. É importante mencionar também que, como a pesquisa de vitimização foi pensada para ser um instrumento de gestão, os dados da pesquisa continuarão servindo para orientar as ações da segurança pública e para balizar a análise do resultado das ações. Nas reuniões do Programa Viva Brasília os achados da pesquisa de vitimização já são ao lado das estatísticas criminais os principais subsídios técnicos na formulação das estratégias de enfrentamento ao crime e a insegurança.

14. 121.2 - Pesquisa Violência e Percepção de Segurança no Perímetro das Instituições de Ensino

Outro dado relevante a ser destacado é a considerável queda das ocorrências criminais no entorno das escolas do DF. A pesquisa Violência e Percepção de Segurança no Perímetro das Instituições de Ensino do Distrito Federal, elaborada pela SSP, identificou queda considerável nas ocorrências de roubo a transeunte, furto em interior de veículo, furtos diversos, ameaças, furto de celular, lesão corporal, injúria e outros crimes, sendo que a redução das ocorrências foi da ordem de 39% em relação ao ano de 2015.

15. Videomonitoramento

O projeto Videomonitoramento prevê a implantação de uma solução de tecnologia da informação para monitoramento de imagens feito por meio de **835 câmeras** de vídeo, dez Centrais de Monitoramento Remoto – CMRs e uma Central de Monitoramento Centralizado – CMC. Trata-se de projeto prioritário e estruturante para o GDF, segundo o Plano Plurianual 2012-2015 e as últimas Leis Orçamentárias. Está entre as demandas mais cobradas nas reuniões de primeira e segunda instância (Áreas e Regiões Integradas de Segurança Pública, AISPs e RISPs, respectivamente) do “Viva Brasília, o nosso Pacto pela Vida”.

Em 2016 foi realizado o diagnóstico das câmeras e demais equipamentos já instalados. Realizou-se também o mapeamento dos pontos necessários à instalação de novas câmeras.

A SSP por meio da Portaria nº 89, de 19 de outubro de 2016, designou Gestor e Instituiu Comissões de Acompanhamento de Execução e Fiscalização Técnica, de Fiscalização Administrativa e de Fiscalização Requisitante para o monitoramento, o controle e a avaliação do Contrato para Aquisição de Bens pelo Distrito Federal nº 049/2013- SSP/DF, firmado entre o Distrito Federal e a empresa REDECOM EMPREENDIMENTOS LTDA, em 12 de setembro de 2013.

16. Aquisições importantes

As ações abaixo discriminadas foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSP, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

Tabela 4 – Outras Aquisições

Descrição	Quantidade	Valor Total	Convênio
Impressora multifuncional	08	80.000	FUNDO PENITENCIÁRIO DO DF
Extintores Diversos	1.393	1.286.866	
Terminal de radiocomunicação digital	272	858.976	
Terminal de radiocomunicação digital tetra portátil	100	374.200	SENASP/MJ
Terminal de radiocomunicação	37	194.583	SENASP/MJ
Terminal de radiocomunicação	640	2.021.120	SENASP/MJ
Correlacionador Ominiespectrais de radiofrequência	02	484.666	SENASP/MJ
Detector de junção não linear com 2,4GHZ de frequência de transmissão	02	264.588	SENASP/MJ
Veículo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2016	01	265.729	SENASP/MJ
Veículo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2016	01	16.271	SENASP/MJ-CONTRAPARTIDA
Lancha de salvamento e combate a incêndio medindo	01	1.000.000	SENASP/MJ
Lancha de salvamento e combate a incêndio	01	424.970	SENASP/MJ-CONTRAPARTIDA
Veículo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER	09	1.136.782	SENASP/MJ
Veículo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2015/2016	01	132.218	SENASP/MJ-CONTRAPARTIDA
Móveis Diversos (Cadeiras, Mesas, Gaveteiros, Armários, Outros)	1.301	1.117.836	

FONTE: SUAG/SSP/DF

17. Operações de Segurança Pública Realizadas

Durante o exercício de 2016, a SSP/DF planejou e executou as seguintes ações integradas de segurança pública, com a finalidade de promover a segurança da população durante os eventos que ocorreram em datas comemorativas e em ações específicas de repressão ao crime no Distrito Federal, tais como: Carnaval 2016, Via Sacra no Morro da Capelinha, Aniversário de Brasília, Olimpíadas, Votação do Impeachment, Desfile Cívico Militar de 7 de setembro, “Ocupa Brasília”, Mobilização dos Caminhoneiros, ENEM e Manifestações Populares.

18. Atividades Realizadas pelo Núcleo de Acompanhamento e Avaliação Operacional – NUAVOP**Tabela 5 – Atividades NUAVOP**

Acompanhamentos	Quantidade
Assembleias e Manifestações Públicas	197
Coordenação de Segurança de Área – CSA	19
Eventos Carnavalescos	49
Eventos Esportivos	80
Eventos Religiosos	15
Exposições, Conferências e Congressos	22
Operação Segurança Integrada	20
Reuniões de Coordenação	98
Outros Eventos	173
Shows Diversos	65
Levantamentos Operacionais	19
Total	757

19. Atividades Realizadas pela Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE**Tabela 6 – Atividades CIADE**

Atividades	Quantidade
Chamadas Emergenciais atendidas CIADE -190/193/199 (SGO)	2.754.654
Chamadas não atendidas	1.144.909
Ocorrências geradas pela CIADE (SGO)	436.831
Solicitações de Gravações Telefônicas	21
Solicitações de Cópias de Ocorrências	282
Solicitação para Correção de Dados nas Ocorrências (Aditamento)	33
Veículos furtados divulgados e cadastrados (PCDF)	5.414
Veículos roubados divulgados e cadastrados (PCDF)	4.688
Veículos localizados divulgados e cadastrados (PCDF)	7.334
Solicitações de remoção de corpos (rabecão IML)	2.220
Divulgação de pessoas desaparecidas (PCDF)	1.878
Notificação para captação de córneas – HBB (CENTRAL DE CAPTAÇÃO)	786

20. Capacitação

A longo do ano foram **capacitados 4.607 servidores**, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização, presencial (844 servidores) e à distância (3.763 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais destacam-se: Curso de Prevenção e Repressão a Entorpecentes, Curso de Gestor de Unidades de Combate às Drogas, Curso de Investigações Cibernéticas e Crime Organizado, Curso de Análise Criminal, Curso de Sistema de Comandos e Incidentes, Curso de Investigação de Homicídios, Curso de Capacitação para Atendimento de Pessoas com Deficiência em Situação de Violência com Introdução à Libras, *Workshop* Lançamento do Plano Estratégico 2016-2019, Capacitação de Atendentes da CIADE e outros.

21. Ações de Valorização Profissional

Em 2016 foram realizadas as seguintes ações: Diagnóstico das Condições de Trabalho dos Atendentes da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE; Feira da Saúde (com aferição de pressão arterial, exame de glicemia, campanha do meio ambiente com a Defesa Civil, saúde bucal, palestras motivacionais, orientações sobre doação de órgãos, otorrinolaringologia); Prêmio Viva Brasília (identificação e disseminação de experiências praticadas que tenham caráter inovador nas situações de atendimento ao público); Estudo do Dimensionamento do Efetivo de Segurança Pública e iniciativas visando Institucionalizar o Programa de Prevenção do Estresse e cumprir com as atividades que constam no plano de trabalho pactuado no Convênio nº 760.179/2011 com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, .

22. Prevenção Gestão do Risco e Resposta a Desastres

No ano de 2016 foi executado o Projeto NUDEC JOVEM, com crianças (3 a 12 nos) e adolescentes (13 a 17 anos) de acordo com a tipificação, sendo utilizado o Teatro Infantil de Defesa Civil com o uso de fantoches, abordando assuntos diversos de prevenção de desastre e cidadania, e ainda para os adolescentes foram oferecidos 13 horas/aula sobre assuntos diversos de prevenção e cidadania.

Por meio de interface com outras ações e parcerias, destacam-se as seguintes ações da SUPROD, com foco no atendimento dos objetivos:

- O Distrito Federal possui 18 Regiões Administrativas – RA's com identificação de áreas de risco. Em 2016 foram vistoriadas 15 áreas de riscos em 8 RA's, sendo que o número total de residências em áreas de risco foi reduzido de 4.960 para 4.762, em decorrência das ações do Governo (pavimentação, implantação de rede de esgoto, água potável e drenagem de águas pluviais, melhora construtiva)

- Foram realizados treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil, para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e defesa Civil, totalizando **4.954 pessoas capacitadas** em 2016.

centralPROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	880.304	212.254	212.253	212.253
0013 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SSP-DISTRITO FEDERAL	880.304	212.254	212.253	212.253
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.025.000	860.092	801.118	752.118
0007 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SSP-DISTRITO FEDERAL	2.025.000	860.092	801.118	752.118
TOTAL DO PROGRAMA 0001	2.905.304	1.072.346	1.013.371	964.371

Obs Dados até 31/12/2016..

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3.271.736	1.104.929	1.104.928	1.104.928
0001 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SSP-DISTRITO FEDERAL	3.271.736	1.104.929	1.104.928	1.104.928
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	510.805	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.649.119	2.939.122	2.939.121	2.939.121
2635 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SSP-DISTRITO FEDERAL	4.649.119	2.939.122	2.939.121	2.939.121
4052 - PLANO DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTE PESSOAL	1.758.240	1.349.757	1.347.553	1.347.553
0001 - PLANO DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTE PESSOAL-(PPV) PMDF-PCDF-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	1.758.240	1.349.757	1.347.553	1.347.553
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	96.000	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	23.000.000	134.893.586	131.119.386	131.119.386
1156 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SSP-DISTRITO FEDERAL	23.000.000	134.893.586	131.119.386	131.119.386
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.196.162	5.752.742	5.752.740	5.752.740
6974 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SSP-DISTRITO FEDERAL	1.196.162	5.752.742	5.752.739	5.752.739
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	33.005.800	18.641.215	18.549.366	18.141.559
0006 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SSP-DISTRITO FEDERAL	33.005.800	18.641.215	18.549.366	18.141.559
TOTAL DO PROGRAMA 6002	67.487.862	164.681.351	160.813.094	160.405.287

Obs.: Dados até 31/12/2016.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp/ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Média dos Presos assistidos nos estabelecimentos penais	Unidade	14.350	31-jul-15	Anual	16.751	18.541	20.482	22.572	SESIPE/SSP / UO 24101 / OE 4

23. Contratação de Seguro

Em 2016 esta SSP realizou a contratação de Seguro Coletivo de Acidentes Pessoais no exercício da função ou em razão desta, com cobertura de morte acidental, invalidez permanente, para os servidores ativos integrantes da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, valor total: R\$ 130.000,00.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1720 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	0	144.693	144.692	144.692
0015 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO-SSP-DISTRITO FEDERAL	0	144.693	144.692	144.692
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	144.000	144.000	68.149	68.149
8431 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SSP-DISTRITO FEDERAL	144.000	144.000	68.149	68.149
2540 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDIÁRIOS	0	60.908.931	60.908.930	60.908.930
0006 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDIÁRIOS-SSP-DISTRITO FEDERAL	0	60.908.931	60.908.930	60.908.930
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	0	173.444	162.083	162.083
0029 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-COPEN - SSP-DISTRITO FEDERAL	0	173.444	162.083	162.083
2726 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL	0	181.254	0	0
2727 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF	0	29.197.382	29.041.072	28.936.887
0002 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF-SSP-DISTRITO FEDERAL	0	29.197.382	29.041.072	28.936.887
3072 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO	0	600.000	0	0
3073 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS INTERNOS	0	0	0	0
3077 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP	0	4.714.658	0	0
3481 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA - SESIPE	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	144.000	96.064.362	90.324.928	90.220.742

Obs.: Dados até 31/12/2016.

24. Construções e Reformas**Tabela 7 – Status das Principais Obras**

Descrição	Região Administrativa	Etapa Realizada	Estágio
2 Blocos de Vivências – PPDF	Gama – RA II	100%	Concluída
2 Blocos de Vivências – CDP	São Sebastião	100%	Concluída
Galpão de Oficinas – PPDF	Gama – RA II	100%	Concluída
Reforma Bloco I – CDP	São Sebastião – RA XIV	20%	Em Andamento
Reforma de 2 Guaritas Externas – PDF I e II	São Sebastião – RA XIV	50%	Em andamento
Recepção e Revista – PPDF	Gama – RA II	40%	Em andamento

Fonte: SUAG/SSP/DF

25. Obras de Ampliação do CDP

As obras de ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP, no Complexo Penitenciário da Papuda, permitindo o acréscimo de 400 vagas, foram concluídas e entregues em 25 de dezembro de 2016.



Imagem 1: Obra CDP

26. Obras de Ampliação da PFD

As obras de ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFD, na Fazenda Colméia no Gama, permitindo o acréscimo de **400 vagas** foram concluídas e entregues em 14 de setembro de 2016.



Imagem 2: Obra PFD

27. Construção do Galpão na PFD

Trata-se da construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito federal, obra entregue em dezembro de 2016, objetivando capacitar **300 internas**.

28. Construção dos 4 (quatro) CDP's

A obra de construção dos Centros de Detenção Provisória, CDP's 1, 2, 3 e 4, no Complexo da Papuda estão seguindo o cronograma previsto e se encontra na 17ª medição, realizada em 15/12/2016, com execução de 42% da obra.

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Ao longo do exercício de 2016 foi desenvolvido o processo de elaboração do Planejamento Estratégico e alinhamento deste com o PPA da Secretaria que compreendeu basicamente duas fases:

I - Qualitativa: construção da árvore de problemas com participação de pessoas das diversas unidades da SSP. A árvore foi organizada em torno de um problema central; e os demais problemas, foram definidos ou como causas ou como consequências do problema central. Sendo que para garantir a mudança pretendida na situação problema, as ações do programa deverão intervir em causas selecionadas como críticas. Tais propostas foram levantadas utilizando a técnica de “Árvore de Problemas”, uma das ferramentas da metodologia do “Modelo Lógico” criada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, do Governo Federal. O processo foi coordenado pela Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos – AGEPRO, em estreita colaboração com a Gerência Financeira – GEFIN/SUAG.

II - Quantitativa: a conclusão e implementação do Planejamento Estratégico, utilizando o BSC foi feito o alinhamento dos objetivos estratégicos existentes aos propostos pelo GDF, bem como dos indicadores de desempenho, para os quais as metas desdobradas por ano, até 2019, bem como dos recursos orçamentário-financeiros necessários à execução dos projetos priorizados.

Destacamos como perspectiva para 2016 (I) Efetiva atuação do Núcleo de Enfretamento ao Femicídio (NEF), com a função de desenvolver, fomentar e articular políticas, programas e ações para prevenir, investigar, processar e julgar, com a perspectiva de gênero, a morte violenta de mulheres; (II) Atuação da Câmara Técnica para Análise da Violência de Gênero, visando oferecer subsídios técnico e científico à análise da violência de gênero; (III) Intensificação de ações operacionais e de inteligência com foco na redução dos crimes contra o patrimônio; (IV) Implementação da Carta-Consulta para contratação de operação de crédito externo no segmento de “Segurança Cidadã” junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; e (V) Implementação do Programa Sigo Vivo – Subprograma voltado a redução das vulnerabilidades de adolescentes e jovens, por meio de estratégias específicas de proteção e acompanhamento deste público. O Sigo Vivo visa

reduzir os índices de reincidência infracional e criminal deste público por meio do apoio ao Sistema de Segurança Pública, ao Sistema Socioeducativo, ao Sistema Prisional e ao Sistema de Justiça Criminal.

Diante de tais considerações, entendemos que a Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social atingiu os objetivos propostos para o exercício de 2016, uma vez que levantamento realizado por esta Secretaria mostra que no ano passado foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes. Já os Crimes contra o Patrimônio não apresentaram queda em 2016, quando comparados aos anos anteriores. Destaco que os objetivos foram alcançados graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal.

14.1. POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.103

A Polícia Militar do Distrito Federal está constitucionalmente inserida no contexto da estrutura estatal de Segurança Pública. O art. 144 da Constituição Federal trata da Segurança Pública e assim dispõe acerca da polícia militar:

“Artigo 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I. Polícia federal;
- II. Polícia rodoviária federal;
- III. Polícia ferroviária federal;
- IV. Polícias civis;
- V. Polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Atualmente a Lei nº 12.086/2009 trata da organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal, sendo regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.165/2010, e pelo Decreto Distrital nº 31.793/2010, onde define-se ao Alto Comando composto pelo Comando Geral, Subcomando Geral Chefe do Estado Maior e seis Departamentos, e ainda define toda a estrutura da Corporação. O Decreto GDF Nº 37.321 de 06 de maio de 2016, altera o Decreto 31.793 de 2010, definindo uma nova estrutura para a Polícia Militar do Distrito Federal, com a finalidade de enxugar a atividade meio/administrativa e colocar mais Policiais Militares na atividade fim com o escopo de atender os reclames da sociedade por maior presença da Corporação nas ruas do Distrito Federal.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	425
Cedidos – fora GDF	170
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	03
Estatutário – em exercício	12.482 + 17 servidores civis (quadro da PM)
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	351 servidores civis
Sem vínculo – afastado	6 servidores civis
Total ativos – em exercício	13.080
Total ativos - afastado	59

Fonte: Departamento de gestão de Pessoal da PMDF

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	0	515.997	365.996	365.996
0011 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS-CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PMDF-DISTRITO FEDERAL	0	365.997	365.996	365.996
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	8.000.000	39.927.742	19.404.143	3.091.487
9511 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-POLICIAMENTO OSTENSIVO - PMDF-DISTRITO FEDERAL	8.000.000	39.927.742	19.404.143	3.091.487
3097 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	0	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6217	8.000.000	40.443.739	19.770.139	3.457.483

Fonte: Departamento de Logística e Finanças da PMDF

Neste programa, foram executadas ações de aprimoramento da segurança pública, em especial relacionadas à manutenção da frota veicular da corporação, locação de imóvel para instalação de UPM, manutenção de etilômetros, abastecimento de veículos e aquisição de equipamentos de proteção individual.

Não obstante a previsão de dotação inicial, algumas ações tiveram suas dotações canceladas, transferidas, contingenciadas ou bloqueadas, total ou parcialmente, levadas a efeito pelo GDF a fim de atender as necessidades de outros órgãos.

Diante deste cenário, a execução se deu basicamente com receitas próprias oriundas de seus convênios conforme pode ser visto no quadro acima, onde foram adquiridos novos veículos para renovação da frota oficial da PMDF. Houve ainda a utilização dos recursos para fazer frente às despesas com locação de imóvel para instalação da sede do 1º BPTAN/PMDF, manutenção de etilômetros, aquisição de 379 capacetes para motociclistas e manutenção com aplicação de peças em viaturas vinculadas aos convênios PMDFXDETRAN/DF e PMDFXDER/DF), a fim de possibilitar o desenvolvimento de atividades de fiscalização de policiamento de trânsito nas áreas urbana e rural.

Vale ressaltar que com os recursos dos convênios DER e DETRAN, foram adquiridas novos veículos a fim de renovar a frota oficial da PMDF, sendo empenhado para este fim o valor de R\$ 14.543.500,00, sendo o valor total inscrito em Restos a Pagar Não Processados, transformando em passivo financeiro para o exercício financeiro de 2017.

Dentro deste programa ainda, na fonte de recursos do DER, foram descentralizados por meio de portaria conjunta publicada no DODF, para o Departamento de Estrada e Rodagem o valor de R\$ 1.162.964,00, a fim de fazer um aditivo, em contrato gerido pelo DER, com o escopo de se adquirir novas viaturas Policiais Militares para o BPRV/PMDF.

Oportuno mencionar, que apesar das contingências orçamentárias e financeiras supramencionadas, as etapas foram concluídas e os objetivos alcançados com a utilização de recursos do FCDF.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp/ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Ocorrências policiais atendidas por RA	Unidade	4.155,53	31-jul-15	Trimestral	17.600	18.800	20.000	21.200	PMDF / UO 24103 / OE 1
Efetivo diário empregado no policiamento ostensivo	Unidade	2.924	31-dez-14	Anual	2.818	2800	2795	2834	DOP/PMDF / UO 24103 / OE 1
Quantidade de palestras PROVID (Policiamento de Prevenção Orientada a Violência Doméstica)	Unidade	1.353	31-dez-14	Anual	1.500	1500	1500	1500	UPM's/ PMDF / UO 24103 / OE 1
Operações policiais realizadas por Região Administrativa	Unidade	262,57	31-jul-15	Trimestral	1.050	1.100	1.150	1.200	PMDF / UO 24103 / OE 2
Apreensão de drogas	Kg	60,67	30-jun-15	Mensal	600	630	660	690	PMDF / UO 24103 / OE 2
Índice de aprovação de recursos com investimento	%	26,90	31-jan-15	Anual	100	100	100	100	PMDF / UO 24103 / OE 6

Indicador: 1576 – O número apresentado se origina da divisão do número total de ocorrências atendidas pela Polícia Militar do Distrito Federal pela quantidade de meses do ano. Foi possível superar a meta, tendo em vista várias ações desenvolvidas pelo Comando da Corporação de intensificação da ação de presença, com o enxugamento do efetivo administrativo, utilização das Cotas de Serviço voluntário gratificado, o que propiciou a otimização do processo finalístico gerando maior efetividade no serviço operacional.

Indicador: 1577 – O indicador foi obtido por meio da média do efetivo empregado diariamente pela Polícia Militar, tendo superado a meta prevista para o período, mesmo em detrimento da redução do efetivo da corporação.

Indicador: 1578 – Informamos que o resultado apresentado representa o público que assistiu às palestras ministradas. A meta foi superada devido à intensificação das palestras voltadas ao problema com a especialização e aumento do efetivo a fim de aumentar o alcance da atividade de prevenção primária do crime e da violência..

Indicador: 1583 – O resultado obtido foi superior à meta, em função da formalização das atividades operacionais policiais.

Indicador: 1584 – O indicador apresentado consiste na quantidade de drogas apreendidas no ano de 2016. A meta foi superada, face as várias ações proativas, desencadeadas pelas Unidades Policiais Militares, com o enxugamento da atividade administrativa com a implantação da nova estrutura administrativa proposta, o que gerou aumento de efetivo nas ruas, aumentando a sensação de segurança da população e inibindo as ações de tráfico e uso de drogas, com aumento da capacidade de abordagem a pessoas suspeitas.

Indicador: 1616 – Índice de aprovação de recursos com investimentos, teve o índice alcançado de 59,43. Devido à crise econômica enfrentada pelo País, os recursos apresentados na proposta orçamentária da PMDF, para investimento, não foram viabilizados integralmente na Lei Orçamentária Anual.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	500.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	500.000	0	0	0

Fonte: Departamento de Logística e Finanças da PMDF

Conforme se observa no quadro acima, inobstante haver dotação inicial, a despesa não foi autorizada em virtude do cancelamento de todo orçamento do programa, o qual foi suplementado em outros programas de trabalho de órgãos alheios a Corporação. Recurso destinado por meio de emenda parlamentar, que foi cancelado pelo Parlamentar.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.000.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6001	1.000.000	0	0	0

Fonte: Departamento de Logística e Finanças da PMDF

Conforme se observa no quadro acima, inobstante haver dotação inicial, a despesa não foi autorizada em virtude do cancelamento de todo orçamento do programa, o qual foi suplementado em outros programas de trabalho de órgãos alheios a Corporação. A respeito dos objetivos e finalísticos da ação, acrescenta-se que no decorrer do exercício houve a contratação de empresa especializada no ramo de manutenção predial com contrato já em execução, cujos recursos orçamentários e financeiros são oriundos do FCDF. Convém ainda esclarecer que devido o terreno aonde localiza-se a sede do 8º BPM não pertencer a PMDF a despesa não pode ser autorizada, o que foi informado ao Parlamentar pois trata-se de recursos captados por meio de emenda parlamentar do orçamento impositivo e cancelado pelo parlamentar por inviabilidade técnica.

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4057 - ASSISTÊNCIA MÉDICA	0	4.000.000	4.000.000	3.987.557
0024 - ASSISTÊNCIA MÉDICA-ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA - SERVIÇOS AMBULATORIAIS - POLICIAIS MILITARES E SEUS DEPENDENTES-DISTRITO FEDERAL	0	4.000.000	4.000.000	3.987.557
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	17.399.106	17.110.803	17.110.743	17.110.743
8765 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PMDF-DISTRITO FEDERAL	17.399.106	17.110.803	17.110.743	17.110.743
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2.865.610	2.025.198	2.025.166	2.025.166
9584 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-PMDF-DISTRITO FEDERAL	2.865.610	2.025.198	2.025.166	2.025.166
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	15.273.000	10.523.466	1.196.648	1.141.053
9685 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-PMDF-DISTRITO FEDERAL	15.273.000	10.523.466	1.196.648	1.141.053
TOTAL DO PROGRAMA 6002	35.537.716	33.659.467	24.332.557	24.264.519

Fonte: Departamento de Logística e Finanças da PMDF

1.2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES A CARGO DO DGP/DSAP/DLF PMDF

Na execução da despesa de pessoal e encargos sociais houve a necessidade de suplementar os recursos por meio da abertura de crédito adicional suplementar para fazer frente a despesas de exercícios anteriores/reconhecimento de dívida das obrigações patronais, em R\$ 1.241.000,00, sendo indicado como fonte de financiamento para cancelamento parte dos recursos, e parte dos benefícios.

A Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da PMDF, foram descentralizados por meio de portaria conjunta publicada no DODF, orçamento para aquisição de material de consumo, por meio de Sistema de Registro de Preços, para serem utilizados em pequenos reparos na estrutura do Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF, que não se caracteriza como reforma.

Com relação a assistência médica e odontológica ação, foram destinados por meio de emenda parlamentar individual o valor de R\$ 4.000.000,00, para complementar a assistência médica sendo utilizado para quitação de despesas de exercícios anteriores- DEA/Reconhecimento de dívidas, todo o valor foi empenhado, liquidado e pago.

PROGRAMA: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6003	200.000	0	0	0

Fonte: Departamento de Logística e Finanças da PMDF

Conforme se observa no quadro acima, inobstante haver dotação inicial, a despesa não foi autorizada em virtude do cancelamento de todo orçamento do programa, o qual foi suplementado em outros programas de trabalho de órgãos alheios a Corporação. Recurso destinado por meio de emenda parlamentar, que foi cancelado pelo Parlamentar.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Conforme já mencionado, no exercício de 2016, tivemos duas descentralizações de créditos, a fim de atender as necessidades da Corporação, sendo uma para aquisição de material de consumo e outra para equipamento e material permanente.

Os principais investimentos que foram realizados, com o pouco recurso que foi liberado dentro do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, foram os abaixo elencados:

Realizações Quadro Fundo Constitucioanal do Distrito Federal - FCDF		
Quantidade	Aquisição	Valor (\$)
3.052	Coletes Balísticos para renovação dos vencidos	3.343.121
12	Cães Belgas de Malinois	162.000
1.117	Computadores para renovação dos existentes desatualizados	4.694.893
03	Caminhões truncados para transporte de equinos	1.245.000
02	Caminhões/mecânico para transporte de equinos	574.000
01	Software para gerência de backup em disco com despublicação	1.500.000
-	Appliance para armazenamento de backup	1.990.000
Total		13.014.509

São essas as aquisições de importância estratégica realizada pela Corporação no exercício de 2016, é necessário ainda, informar que, no final do exercício foram adquiridos veículos para renovação da frota da PMDF, sendo utilizado para tal, os recursos dos convênios dentro Sistema de Gestão Governamental – SIGGO.

Produtividade do Centro de Políticas Públicas da PMDF**2.1. Programa Educacional de Resistência as Drogas – PROERD**

O PROERD é uma adaptação brasileira do programa norte-americano D.A.R.E – *Drug Abuse Resistance Education*, surgido em 1.983, desenvolvido e aplicado pelo Departamento de Polícia e o Distrito Escolar Unificado da Cidade de Los Angeles/EUA. No Brasil, o programa foi implantado em 1.992 pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e hoje é adotado em todo Brasil.

A Polícia Militar do Distrito Federal trabalha com o programa desde o ano de 1.998 nas escolas da rede pública e particular do Distrito Federal e adota os três currículos:

- PROERD para Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental;
- PROERD para 5º e 7º anos do ensino fundamental;
- PROERD para Pais e Responsáveis.

Neste programa, pedagogicamente estruturado em lições e com uma linguagem acessível às faixas etárias a que se destina, há uma variedade de atividades interativas que permitem o aprendizado cooperativo, ministradas obrigatoriamente por um policial militar fardado, que além da presença física em sala de aula, como educador social, tem ainda a oportunidade de fortalecer o trinômio: Polícia Militar, Escola e Família. Dessa forma, propicia a formação de uma rede protetiva crescente contra as drogas (lícitas e ilícitas), e possibilita a conscientização sobre possibilidades saudáveis para os estudantes e familiares a lidarem com os diversos temas vivenciados na fase do desenvolvimento ora experimentado, no ano de 2016 foi aplicado conforme as informações contidas nos grados abaixo elencados.

O PROERD atingiu um publico, no exercício de 2016, de 25.220 pessoas.

Atendimentos para Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 3º ano), de 5º a 7º anos, Pais e Responsáveis:

1º a 2º semestre		Público
Escolas Públicas Atendidas	106	18.922
Escolas Particulares Atendidas	58	
Total de Escolas	164	-
Palestras	58	6.298
Quantitativo de Espectadores		25.220

2.2. Programa de Educação Ambiental Lobo Guará – PREALG

As ações desenvolvidas pelo Programa de Educação Ambiental Lobo Guará no ano de 2016, ocorreram de duas formas, a saber:

a) Teatro Lobo Guará: O grupo de teatro é um dos currículos do Programa de Educação Ambiental e se desenvolve prioritariamente, com a apresentação de peça teatral aos alunos do Ensino Fundamental (crianças de 7 a 12 anos) de escolas públicas e particulares do Distrito Federal e, em excepcional, nos eventos sociais ou campanhas educativas. O foco dessa ação é a prevenção da prática de crimes ambientais onde aborda temas relacionados com tráfico de animais silvestres, contrabando e maus tratos de animais, caça e pesca predatória e queimadas, utilizando-se da prevenção primária por meio da conscientização e participação dos alunos e crianças na preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

b) Curso de Guardiões Ambientais: O curso, segundo currículo do Programa, é destinado aos alunos do 5º ano do ensino fundamental, com o intuito de proporcionar a prevenção aos crimes ambientais, bem como proporcionar atividades que levarão aluno a pensar e criar novos desafios e novas experiências com a preservação e conservação do meio ambiente sustentável. O programa é desenvolvido em 13 horas aulas, sendo 09 horas aulas expositivas (englobando atividades extraclasse e diversificadas), 02 horas aulas práticas (passeio a uma área ecológica), 01 hora aula para a apresentação da Peça Teatral do Programa e 01 hora aula para culminância da formatura do Curso. Durante o programa são abordados temas relacionados ao meio ambiente, biodiversidade, cadeia alimentar, fauna, flora, desmatamento e reflorestamento, tráfico de animais silvestres, crimes ambientais, importância da água, lixo, os 05 “R” (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e mudança de atitude frente ao meio ambiente. O PREALG atingiu, no ano de 2016, um quantitativo de 41.500 pessoas.

Produção Anual do Teatro Lobo Guará	
Escolas Públicas Atendidas	74
Escolas Particulares Atendidas	12
Eventos Sociais Atendidos	26
Total de Apresentações Teatrais	181
Quantitativo de Espectadores	39.585
Produção Anual do Curso de Guardiões Ambientais	
Escolas Públicas Atendidas	25
Escolas Particulares Atendidas	03
Quantitativo de Turmas do 3º Ano Fundamental	-
Quantitativo de Turmas do 4º Ano Fundamental	-
Quantitativo de Turmas do 5º Ano Fundamental	83
Quantitativo de Turmas do 6º Ano Fundamental	-
Quantitativo de Alunos Formados	1.915

2.3. Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito – Teatro Rodovia

As ações desenvolvidas pelo Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito (Teatro Rodovia) durante o ano de 2016, que desenvolve o projeto educativo de trânsito através de espetáculo teatral nas Escolas Públicas e Particulares do Distrito Federal para os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e em eventos sociais, além de apresentação do teatro de rua em campanhas educativas com uso de personagens alusivos aos temas relacionados ao trânsito (cinto de segurança, uso correto de cadeirinhas, faixa de pedestres, uso correto da via, uso do aparelho celular, entre outros), tendo como público alvo pedestres, ciclistas, motociclistas, motoristas e usuários da via em geral:

Grupo de Teatro Rodovia	Quantidade
Escolas Públicas Atendidas	49
Escolas Particulares Atendidas	14
Campanhas Educativas e Outros Eventos	20

Grupo de Teatro Rodovia	Quantidade
Total de Atendimentos	83
Público Total	22.259

O Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito (Teatro Rodovia) atendeu no ano de 2016 um quantitativo de 22.259 pessoas.

2.4. Divisão de Direitos Humanos – DDH

A Divisão é responsável pela pasta de Direitos Humanos da Corporação no atendimento ao público interno e externo, no público interno estão inclusos os cursos de aperfeiçoamento, extensão e profissionalizante na disciplina Direitos humanos e segurança:

	Atividades	Eventos	Público
1	Formação e aperfeiçoamento de operadores da segurança pública	15	1.575
2	Reuniões com a sociedade civil para os direitos humanos	16	112
3	Palestras em direitos humanos	07	850
4	Oficina para os direitos humanos	03	27
	total	41	2.564

2.5. Divisão de Polícia Comunitário – DPCOM

Público Atendido em 2016	
Cursos	Pessoas
Reuniões Comunitárias com a Participação da PMDF	210
Palestras Desenvolvidas por Policiais Militares Comunitárias	12
Curso de Promotor de Polícia Comunitária (PPMM e Comunidade)	-
Curso de Multiplicador de Polícia Comunitária	-
Total	222

2.6. Programa de Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica - PROVID

O Programa de Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica - PROVID é uma estratégia de policiamento, baseado na filosofia de polícia comunitária, com a abordagem orientada para a solução do problema de violência doméstica, atuando na prevenção e enfrentamento desse problema, juntamente com a rede de apoio, por meio de ações de prevenção primária e secundária, dividido nos seguintes eixos orientadores:

a. Prevenção Primária: Ações de campanhas voltadas para prevenção a violência doméstica, em especial ações educativas;

b. Prevenção Secundária: Intervenção, acompanhamento e monitoramento nas famílias em contexto de violência doméstica e familiar, por meio de policiamento ostensivo e visitas solidárias e comunitárias;

c. Articulação em rede: Objetiva encaminhar e divulgar aos envolvidos no contexto de violência doméstica as políticas públicas e ações disponíveis na comunidade e órgãos governamentais para interromper o ciclo da violência.

O policiamento de Prevenção Orientada a Violência Doméstica – PROVID está regulamentado na Corporação pela Portaria PMDF N° 985, de 17 de novembro de 2015, que revogou a portaria anterior.

Diante da situação, e em conformidade com a iniciativa estratégica do Planejamento Estratégico da Corporação, desde o início do ano de 2014 vem sendo implementado gradativamente o policiamento em algumas unidades policiais militares, estando em plena execução atualmente em 12 unidades: 2º BPM (Taguatinga), 4º BPM (Guará), 9º BPM (Gama), 10º BPM (Ceilândia Norte), 11º BPM (Samambaia), 13º BPM (Sobradinho), 14º BPM (Planaltina), 16º BPM (Brazlândia), 21º BPM (São Sebastião), 25º BPM (Núcleo Bandeirante), 26º BPM (Santa Maria) e 27º BPM (Recanto das Emas) realizando todas as atividades estabelecidas na referida portaria.

Produtividade	Qtd	Qtd Público
Palestras Ministradas	50	2339
Participação em Reuniões Comunitárias	167	-
Visitas Solidárias e Comunitárias às Famílias em Contexto de Violência Doméstica	8.298	8.298

2.7. Equoterapia e Escola de Equitação

Equoterapia é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo numa abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência. No ano de 2016 houve um quantitativo de 3.815 atendimentos praticantes no Centro de Equoterapia e 5.840 atendimentos na escola de equitação.

2.8. Quadro síntese dos atendimentos em 2016

Programa	Público atendido
Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD	25.220
Programa de Educação Ambiental – Lobo Guará	41.500
Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito – Teatro Rodovia	22.259
Divisão de Polícia Comunitária	222
PROVID	10.637
Divisão de Direitos Humanos	2.564
Equoterapia e Escola de Equitação	9.655
TOTAL	112.057

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Destarte destaca-se que, durante o exercício financeiro de 2016, houveram vários cancelamentos de dotação dentro do orçamento da Corporação, sendo que parte foi para suportar as despesas de inativos. Foram cancelados na Corporação e suplementados nos órgãos que são assistidos pelos recursos do FCDF, conforme previsão legal da Lei nº 10.633 de 2002, que cria o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

A execução físico financeira de todo orçamento da PMDF, passou por problemas sérios de falta de recursos, na assistência médica, nas despesas de inativos e pensionistas no custeio da folha, o que fez com todo o investimento da corporação ficasse prejudicado, sendo colocado em segundo plano ações institucionais estratégicas, que refletem diretamente na qualidade dos serviços prestados a sociedade brasileira. Nesta esteira convém destacar ano após ano a proposta orçamentária da Corporação no que tange aos recursos dos FCDF, sofrem cortes ainda no seu nascedouro, o que vem prejudicando a execução de despesas essenciais da Corporação. Cabe destacar, que a proposta orçamentária da Corporação é feita com base no Plano Estratégico atualizado que define indicadores de gestão de risco, metas e iniciativas previamente definidas, com a definição de ações orçamentárias e não orçamentárias para cada projeto que busque alterar uma situação atual.

14.2. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.104

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, instituição permanente, essencial à segurança pública e às atividades de defesa civil, fundamentada nos princípios da hierarquia e disciplina, e ainda força auxiliar e reserva do Exército nos casos de convocação ou mobilização, organizada e mantida pela União nos termos do inciso XIV do art. 21 e dos §§ 5º e 6º do art. 144 da Constituição Federal, subordinada ao Governador do Distrito Federal, destina-se à execução de serviços de perícia, prevenção e combate a incêndios, de busca e salvamento, de atendimento pré-hospitalar e de prestação de socorros nos casos de sinistros, inundações, desabamentos, catástrofes, calamidades públicas e outros em que seja necessária a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	172
Cedidos – fora GDF	51
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício*	120
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	5.230
Estatutário – afastado	176
Sem vínculo – em exercício	42
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	5.791
Total ativos – afastado	176

Fonte: GECOPE (Sistema de Gestão e Controle de Pessoal) do CBMDF – Dados de 31/12/2016; SIGRH (Sistema de Gestão de Recursos Humanos do Governo do Distrito Federal); e SEPAG/DINAP-CBMDF. *Foram considerados temporário-em exercício os militares inativos nomeados para a prestação de tarefa por tempo certo, nos termos do Art. 114 da Lei nº 12.086 de 6 de novembro de 2009, regulamentada por meio do Decreto Distrital nº 31.856 de 30 de junho de 2010.

A Força de Trabalho do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal sofreu em 2016 uma redução de 6% no número de servidores ativos, descontados os servidores cedidos a outros órgãos, e de 37% no número de Militares do PTTC (inativos) em relação a 2015.

A prestação de tarefa por tempo certo, tratada no artigo 114 da Lei nº 12.086 de 6 de novembro de 2009 e regulamentada por meio do Decreto Distrital nº 31.856 de 30 de junho de 2010, é a execução de encargo, incumbência, tarefa ou missão de caráter voluntário e temporário, em organizações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelo bombeiro militar da inatividade que se encontre na reserva remunerada e, em caráter excepcional, reformado, conforme as regras estabelecidas na Portaria nº 39 de 21 de agosto de 2012, publicada no Boletim Geral nº 161 de 27 de agosto de 2012.

Os militares nomeados para a prestação de tarefa por tempo certo, em organizações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, destinam-se ao atendimento das atividades, de caráter voluntário e temporário, desde que inexistam no serviço ativo do CBMDF, pessoal militar habilitado e disponível para o exercício das seguintes atividades:

- I - Professores, instrutores e monitores em estabelecimento de ensino da Corporação;
- II - Administração, de saúde, de finanças, de informática e de ciência e tecnologia;
- III - Apoio e em complemento a atividade operacional; e
- IV - Realização de serviços ou atividades de natureza emergencial ou urgente, a critério do Comandante-Geral.

Com o intuito de diminuir o déficit na quantidade de militares, foi autorizada a contratação de 779 bombeiros para os diversos quadros e especialidades por meio de concurso público, lançado no dia 1º de julho de 2016. Esse é um anseio e uma necessidade dado o envelhecimento da tropa e a consequente inativação de militares. Atualmente o concurso está às vésperas da fase de aplicação de provas de conhecimento a ser iniciada em 5 de fevereiro de 2017. A incorporação dos novos militares ocorrerá de maneira gradual de 2017 a 2019.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1474 - CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS	500.000	0	0	0
2322 - BOMBEIRO AMIGO	145.000	20.339	0	0
2334 - COLETA DOMICILIAR DE LEITE MATERNO	19.000	19.000	0	0
2340 - BOMBEIRO MIRIM	605.000	16.390	15.853	7.545
0001 - BOMBEIRO MIRIM-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	65.000	16.389	15.853	7.545
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.567.718	10.816.461	8.792.662	1.777.237
9510 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	2.067.718	10.816.461	8.792.662	1.777.237
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	20.000	15.997	0	0
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	850.000	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	12.785	11.0007	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6217	4.719.503	10.899.189	8.808.515	1.784.782

Na ação.3029.9510, Há a dotação de R\$ 6.993.009,00, fonte 132, que diz respeito a parcela principal do Convênio CR nº 785634/2013/ME/CAIXA, com o Ministério do Esporte. A contrapartida desse convênio, fonte 100, ID 4, abarca o montante de R\$ 777.001,00.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Tempo-resposta do CBMDF para operações de APH, busca e salvamento, incêndios urbanos e acidentes de trânsito	Minuto	9,47	31-dez-16	Anual	9,26	8,57	8,29	8	SeGeo/ CBMDF / UO 24104/ OE 1
Incêndios Pericidados	Unidade	670	31-dez-16	Anual	278	308	338	368	DINVI/CBMDF / UO 24104/ OE 3
Ações Preventivas	Unidade	12.879	31-dez-16	Anual	3.977	4.558	5.140	5.721	COMOP e DESEG/CBMDF / UO 24104/ OE 3
Tempo resposta do CBMDF para Acidentes de Trânsito	Minuto	8,58	31-dez-16	Anual	08:00	07:40	07:20	07:00	SeGeo/ CBMDF / UO 24104/ OE 4
Disponibilidade da frota operacional	%	84,49	02-jan-17	Anual	87,6	89,6	91,6	93,6	CEMEV/ CBMDF / UO 24104 / OE 6
Acidentes de Serviço	%	8,7	31-dez-16	Anual	4,4	3,52	2,63	1,75	Diret.Saúde/ CBMDF / UO 24104 / OE 6

O exercício de 2016, como primeiro ano do PPA em vigor, caracterizou-se pelo impacto das medidas de enfrentamento das circunstâncias político-econômicas em andamento. Dos recursos do GDF destinados ao CBMDF inicialmente em lei, boa parte não foi autorizada, e o que não foi contingenciado não foi possível executar. A parcela mais representativa dos gastos ocorreu na forma do convênio como o Ministério do Esporte para a construção do auditório e do campo para treinamento de goleiros na área da Academia de Bombeiro Militar, repercutindo a dita herança da Copa do Mundo de 2014.

Em decorrência da execução do convênio entre a SSPDF e a SENASP, houve a aquisição de uma viatura tipo lancha de salvamento, resgate e combate a incêndio para o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Para execução das atividades previstas neste Convênio, os recursos foram na ordem de R\$ 1.424.970.

Essa aquisição permitirá a ampliação da eficiência e capacidade operacional da Corporação, além da otimização dos recursos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal em suas diversas ações no Lago Paranoá e terá como principal benefício a diminuição do tempo resposta no atendimento às ocorrências. Os resultados esperados incorporam uma expectativa positiva quanto à melhoria do serviço lacustre prestado aos cidadãos do Distrito Federal, aos usuários assíduos, aos comerciantes próximos às margens, aos frequentadores esporádicos, aos praticantes de esportes aquáticos e dos usuários de embarcações, tendo à sua disposição um sistema de segurança mais eficiente e estruturado para proteger pessoas e o patrimônio, bem como prevenir acidentes.

Percebe-se, na tabela de execução orçamentária e financeira, que neste programa os gastos limitaram-se aqueles oriundos dos citados convênios, às despesas com pessoal evidenciadas no programa de Gestão e Manutenção dos Serviços ao Estado – Social, sendo que a maior parte das realizações no CBMDF foram custeadas com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Nos últimos anos, o Distrito Federal apresentou um elevado crescimento populacional. Em vinte anos, a população do Distrito Federal aumentou em mais de 60%, hoje a população ultrapassa a faixa dos 2.800.000 habitantes. Como consequência dessa explosão demográfica, que trouxe a reboque uma elevação na demanda de ocorrências, o CBMDF se viu diante da premente necessidade de expansão de suas unidades operacionais para as regiões administrativas que ainda não possuem o serviço essencial do Corpo de Bombeiros.

A organização estrutural do Distrito Federal também variou muito nesses vinte anos. Existiam 12 regiões administrativas, número que saltou para 31 em duas décadas. Surgiram novas cidades satélites, novos condomínios, setores industriais e assentamentos. Houve também o aumento exponencial no número de veículos automotores, crescimento do número de motocicletas e decorrente disso, acréscimo no número de ocorrências para as diversas unidades da corporação.

Com a inserção do Decreto 31.817 houve um remodelamento dos órgãos de execução do CBMDF, sendo criados os Comandos de Área e os Grupamentos de Bombeiros Militar. Para regular o programa de expansão foi estabelecida a Matriz Operacional do CBMDF.

Nesse sentido, a construção do Grupamento de Bombeiro Militar de Águas Claras vem atender o anseio e necessidades da população (cerca de 136.000 habitantes). Águas Claras detém a maior quantidade de edificações verticalizadas do Distrito Federal, algo em torno de 720 edifícios habitados, este dado gera uma enorme demanda de serviços públicos, principalmente o de bombeiros.

O funcionamento da unidade de Bombeiros de Águas Claras permite que a Corporação aprimore o seu serviço no atendimento de 52.541 unidades habitacionais da região, mantendo-se na linha de sua visão e missão institucional de proteger vidas, patrimônio e meio ambiente e ser referência pela excelência dos serviços prestados.

As principais realizações do CBMDF para cumprir o objetivo do programa foram:

Quantidade	Aquisições
05	Viaturas Auto Tanque com capacidade para 10.000 litros d'água
10	Motocicletas tipo Moto resgate
01	Lancha de salvamento, resgate e combate a incêndio
10	Viaturas tipo Auto Operacional de Fiscalização
01	Ventilador de urgência
01	Tenda de descontaminação
03	Detectores de gases
100	Microcomputadores e diversos equipamentos de TI
70	Coletes balísticos
01	Tomógrafo computadorizado
25	Equipamentos fotográficos

Além das aquisições mencionadas acima, foram também realizados: aquisição de diversas ferramentas para manutenção de viaturas; aquisição de equipamentos para policlínica médica e odontológica; contratação de serviço de manutenção de viaturas tipo Auto Serviço de Emergência; contratação do fornecimento de peças para diversas linhas de veículos utilitários e também linha de veículos pesados; realização da obra de construção do 25º GBM em Águas Claras e também da obra em andamento da nova Policlínica (71% construída).

Com o início do novo plano plurianual, 2016 – 2019 foram elaborados novos indicadores relacionados aos objetivos dos programas temáticos, e mantidos e ou aperfeiçoados aqueles que refletem a atividade fim do CBMDF. Como por exemplo, o antigo indicador “Tempo-resposta Incêndio” evoluiu para “Tempo-resposta do CBMDF para operações de APH, busca e salvamento, incêndios urbanos e acidentes de trânsito” englobando as três principais frentes de atuação da corporação. Desta forma, alcançou-se o índice de 9,47 minutos se aproximando significativamente da meta estabelecida para 2016 de 9,26 minutos.

Assim também, aumentou a quantidade de incêndios periciados, sendo que pela primeira vez foi apresentado o relatório de retroalimentação do sistema, possibilitando que a instituição aprenda mais com a sua atuação.

Em conjunto com as ações orçamentárias, são empreendidas iniciativas e ações não orçamentárias que visam melhorar o serviço prestado pela corporação à sociedade, atendendo o objetivo do programa. Os esforços no ano de 2016 resultaram em 74.885 atendimentos registrados pela CIADE/SSP até 31/12/2016, que somados ao número de prevenções compõe o total de 77.173 atendimentos, conforme quadro a seguir:

Atendimentos	2012	2013	2014	2015	2016
Administrativas	7.537	8.229	7.314	9.341	9.274
Busca e Salvamento	2.156	1.728	2.512	2.980	2.504
Combate a Incêndio Urbano	4.527	3.966	8.528	7.277	3.180
Combate a Incêndio Florestal	6.238	4.391	3.110	6.617	6.917
Atendimento Pré-Hospitalar	34.168	26.864	24.812	24.355	24.934
Acidente de Trânsito	19.336	16.049	37.472	31.074	14.251

Atendimentos	2012	2013	2014	2015	2016
Prevenções	2.249	1.252	1.523	1.644	2.288
Ocorrências Diversas	4.953	13.452	20.461	25.924	12.038
Total	81.164	75.931	107.620	109.212	77.173

Fonte: SGO e COMOP/CBMDF

Além dos atendimentos emergenciais, o CBMDF desenvolve atividades preventivas relacionadas com a segurança contra incêndio e pânico. A partir da adoção do enfoque de retroalimentar o sistema de segurança houve o aumento no número de perícias, conforme verifica-se no quadro a seguir:

Atividades	2012	2013	2014	2015	2016
Vistoria para Alvará de Funcionamento	1.625	2.424	2.236	1.411	3.799
Vistoria para Habite-se	785	565	484	585	300
Outras Vistorias	1.310	1.112	809	1.894	1348
Atendimento ao Público	14.556	11.610	14.428	15.276	2.420
Consulta Prévia	3.393	2.810	2.505	592	1375
Projetos em Exigência e Aprovados	4476	3.291	3.135	1.669	1.726
Homologação de Certificado	3.505	3.747	4.166	4.094	3.690
Perícias de incêndio	190	132	268	615	765
Exames laboratoriais químicos e elétricos	50	51	100	161	255
Outros atendimentos DESEG	1897	5.862	6.717	7.770	6.507
Total	31.787	31.604	34.848	33.967	22.185

Fonte: DESEG/CBMDF

As muitas ações previstas no programa temático foram executadas de maneira não orçamentária e ou com os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que mantém os vencimentos dos militares designados para os programas Bombeiro Amigo, Coleta Domiciliar de Leite Materno e Bombeiro Mirim. Foram desenvolvidas também com recursos do FCDF, as demais ações de reequipamento, compra de viaturas e realização de eventos.

O Programa Bombeiro Mirim realizou em prol do público atendido atividades características da corporação com noções de combate a incêndio, primeiros socorros, ordem unida e salvamento; atividades educativas com música, artesanato, artes, aulas temáticas de cidadania, educação no trânsito, acidentes domésticos; atividades esportivas: futebol, futsal, voleibol, basquete, karatê, natação e atletismo; e atividades culturais e recreativas: visitas em espaços públicos e/ou culturais; passeios recreativos em espaços de lazer; brincadeiras; gincanas; torneios e comemorações de datas festivas.

O Programa atinge crianças e adolescentes na faixa etária dos 7 aos 14 anos, e funciona em 12 regiões administrativas do Distrito Federal. As atividades são realizadas nos períodos matutinos e vespertinos de segunda a sexta, realizadas por militares do CBMDF e voluntários da comunidade com habilidades específicas para as atividades realizadas no programa. Foram beneficiados pelas atividades um total de **1.728** brigadinos (crianças atendidas pelo programa).

O programa Bombeiro Amigo atende pessoas idosas de ambos os sexos, a partir de 60 anos, com inúmeras atividades educativas, recreativas, esportivas e culturais atendendo **931** pessoas em 2016.

O programa de Coleta Domiciliar de Leite Materno é realizado em todo o Distrito Federal em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde, tendo sido coletado no exercício em análise **16.387,1** litros de leite materno.

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5.006.167	5.111.167	5.104.676	5.104.676
0088 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	5.006.167	5.111.167	5.104.676	5.104.676
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	177.630	242.630	228.220	228.220
8671 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	177.630	242.630	228.220	228.220
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	179.817	136.883	111.983	111.983
0086 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CBMDF-DISTRITO FEDERAL	179.817	136.883	111.983	111.983
TOTAL DO PROGRAMA 6002	5.363.614	5.490.680	5.444.878	5.444.879

PROGRAMA: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6003	200.000	0	0	0

O Colégio Militar Dom Pedro II é uma entidade de ensino preparatório e assistencial do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, criado por meio da Lei Distrital nº 2.393, de 7 de junho de 1999 e regulamentado pelo Decreto nº 21.298, de 29 de junho de 2000. Está situado na área da Academia de Bombeiro Militar "Cel. Osmar Alves Pinheiro", no Setor de Áreas Isoladas Sul – Área Especial 03, Quadra 04 Lote 05.

Inaugurado no dia 21 de fevereiro de 2000 com o propósito de oferecer o ciclo completo de aprendizagem, ou seja, a educação infantil, o ensino fundamental e médio, visando assim, à promoção de um ensino de qualidade por intermédio de uma educação transformadora e inovadora, preservando os princípios de civismo e patriotismo, bem como as tradições históricas do CBMDF, contribuindo para o desenvolvimento e formação do educando e seu preparo para o exercício da cidadania.

O CMDP II mantém parceria com a Associação de Pais, Alunos e Mestres do Colégio Militar Dom Pedro II (APAM/CMDP II), para sua manutenção nos termos do convênio firmado com o CBMDF de forma a gerir os recursos provenientes do Acordo de Prestação de Serviços Educacionais com os responsáveis dos alunos. A arrecadação oriunda desse Acordo é revertida na manutenção do CMDP II e na contratação de funcionários (professores, coordenadores e administrativo).

Em 2016, o CMDP II **atendeu 2.523 crianças** e adolescentes distribuídos nos 14 níveis que compõem a educação básica.

Olimpiadas Científicas do conhecimento.

O projeto voltado para as Olimpíadas Científicas do Conhecimento desenvolvido pelo CMDP II, no ano de 2016, registrou 51 premiações, 21 na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica; 11 na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP – 2016; e 19 na Olimpíada de Física.

Os resultados iniciais de aprovação já indicam que 62 alunos do CMDP II foram aprovados no PAS, e 15 no ENEM.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O interesse institucional de prestar os melhores serviços à sociedade impõe o constante desenvolvimento de seu efetivo. A capacitação é um dos aspectos mais estratégicos para essa profissão. É imprescindível que não apenas o bombeiro da área fim esteja bem condicionado e capacitado, mas também aqueles da área meio. Mesmo diante dos óbices para a capacitação externa, a instituição permaneceu formando, aperfeiçoando e especializando os seus profissionais a partir de diversas iniciativas como vemos no quadro a seguir:

Curso	Concludentes	Carga Horária (h/a)
Curso de Altos Estudos para Oficiais Combatentes - CAEO/Comb.	18	600
Curso de Altos Estudos para Oficiais Complementares - CAEO/Compl.	1	420
Curso de Altos Estudos para Praças - CAEP	200	380
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do quadro de Combatentes - CAO/Comb.	13	600
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais dos quadros Complementar e Saúde - CAO/Compl e Saúde	15	436
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais dos quadros de Administração e Especialista - CAO/Adm.	11	436
Curso de Aperfeiçoamento de Praças - CAP	99	368
Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas - BREC	23	45
Curso de Atendimento Pré-Hospitalar Básico - CAPH-B Turma A	26	120
Curso de Atendimento Pré-Hospitalar Básico - CAPH-B Turma B	27	120
Curso de Atendimento Pré-Hospitalar Básico - CAPH-B Turma C	27	120
Curso de Atendimento Pré-Hospitalar Básico - CAPH-B Turma D	32	120
Curso de Busca, Resgate e Salvamento com Cães - CBRESC	10	540
Curso de Especialização em Prevenção de Incêndio - CEPI	14	275
Curso de Especialização em Salvamento em Altura - CESALT	18	180
Curso de Especialização em Inteligência - CESINT	24	240
Curso de Intervenção em Produtos Perigosos Nível Operações - CIPP-Operações/Convalidação	14	35
Curso de Intervenção em Produtos Perigosos Nível Operações - CIPP-Operações Turma A	22	100
Curso de Intervenção em Produtos Perigosos Nível Operações - CIPP-Operações Turma B	35	100
Curso de Motociclista Operacional - CMOPE	14	200
Curso de Métodos e Técnicas de Ensino Bombeiro Militar - CMTE Turma A	20	120

Curso	Concluintes	Carga Horária (h/a)
Curso de Métodos e Técnicas de Ensino Bombeiro Militar - CMTE Turma B	23	120
Curso de Operações de Busca e Salvamento - COBS	16	400
Curso de Operações em Incêndio - COI	22	360
Curso de Prevenção e Combate a Incêndio Florestal - CPCIF	40	424
Curso de Perícia de Incêndio - CPI	15	410
Curso de Resgate Veicular - CREVE Turma A	25	110
Curso de Resgate Veicular - CREVE Turma B	26	10
Curso de Salvamento Aquático - CSA	10	165
Curso de Sistema de Comando de Incidentes Nível Básico - CSCI Básico	15	28
Curso de Sistema de Comando de Incidentes Nível Básico - CSCI Básico Aeroporto	73	28
Curso de Sistema de Comando de Incidentes Nível Intermediário - Turma A	16	45
Curso de Sistema de Comando de Incidentes Nível Intermediário - Turma B	22	45h
Curso de Socorro de Urgência em Atendimento Pré-Hospitalar - CSU/APH	25	300
Curso de Técnica de Investigação de Incêndio - CTINVI	9	150
Estágio de Operação e Orientação com GPS - EEOGPS	18	50
Total	1018	8155

Fonte: SEPCT/EMG.

Houve ainda a capacitação de 595 condutores em 1.590 horas, e foram atendidos 802 alunos de instituições externas apenas quanto às atividades operacionais. Sem contar a criação de cursos, e principalmente a elaboração do Plano Geral de Cursos Plurianual.

No ano de 2016 por meio do contrato de serviço de Fábrica de software, houve o desenvolvimento e a evolução de vários sistemas que promoveram diversos ganhos administrativos para os seus usuários, pela celeridade processual e a própria organização das informações na forma digital.

Sistema	Realização
Controle de dependentes e pensionistas	Criação de módulo referente a pensionistas para inclusão e gestão de benefícios. Evolução em funcionalidades para apresentação de informações sobre dependentes e pensionistas. Evolução em funcionalidades do sistema afetadas.
Controladoria, Corregedoria e Auditoria	Foi concluído o módulo de Auditoria que tem a finalidade de gerenciar os processos, dando um maior controle, localização e andamento dos processos.
Sistema de Saúde	Pequenas alterações/ajustes em funcionalidades relacionadas a execução, data de atendimento e guias
Sistema de Segurança contra Incêndio	Funcionalidade de Anexo na Análise Anterior e Funcionalidade de Pesquisar Serviço em Pesquisa na Análise Anterior
Sistema de Materiais	Necessidade de automação do processo de devolução de material. Criação de relatórios automatizados que controlem entrada e saída de material.
Sistemas de Contratos	Necessidade de atendimento da Lei de Transparência N° 12.527 de 18 de Novembro de 2011, para exposição pública de dados na ABA Transparência/Contratos da Intranet
Gestão e Controle de Pessoal	Módulo de Comportamento, Relatórios e integração com sei para gerar automaticamente certidão e declaração de tempo de serviço
Controle de dependentes e pensionistas	Integração entre os sistemas para geração das publicações de forma a se evitar o retrabalho na confecção das notas de boletim do Sistema de Gestão de Dependentes.
Saudeweb/Perícias Médicas	Edição de Sessão Diária para controle de médicos peritos e juntas médicas. Alteração de módulo de relatório. Automação da contagem de tratamento ininterrupto. Integração com SEI para produção de diversos documentos.
Estatística de Voo Operacional Aeromédico	Evolução do sistema (caderneta de pilotos, controle de manutenção e relatórios)
Sistema de Viaturas	Funcionalidades de Manutenção preventiva para atendimento da agenda positiva de 2016. Desenvolvimento dos módulos de gestão de manutenção preventiva e de reposição de peças do Sistema de Gestão de Frotas do CBMDF

No plano de infraestrutura o CBMDF começou a compartilhar a rede de dados com a Subsecretaria de Tecnologia da Informação da Secretaria de Planejamento e Gestão (SUTIC) gerando, desta forma, economia para o CBMDF uma vez que não mais foi necessário contratar link de dados entre as unidades da Corporação e a DITIC. Em decorrência, as diversas unidades do CBMDF passaram a ter acesso à internet e intranet por meio da SUTIC.

Foi criado no ano de 2015 o Serviço Operacional de Informação Pública – SOINP e se baseia no acompanhamento e análise de conteúdos veiculados nos meios de comunicação envolvendo, direta ou indiretamente, a imagem institucional, bem como sobre o alcance das publicações institucionais nas mídias sociais, tendo como atribuições legais principais:

“I – assessorar as equipes de serviço, em particular o Comandante de Socorro, nos assuntos inerentes à Informação Pública, no que se refere ao incidente atendido pela equipe de socorro conforme preconizado pelo Sistema de Comando de Incidentes;

II – realizar registro de imagens por meio de fotografias e filmagens das ocorrências operacionais atendidas pelo

III – produzir para o Centro de Comunicação Social um banco de imagens relativo à atividade operacional do CBMDF, a fim destas serem utilizadas para:

- a) estudar a doutrina e o emprego tático-operacional das guarnições de socorro;
- b) auxiliar as instruções ministradas por militares do CBMDF;
- c) manter o registro histórico das atividades operacionais atendidas pelo CBMDF;
- d) promover e divulgar a instituição perante os órgãos interessados com suas atividades.

GDF - Programa de Prevenção e Combate a Dengue e CHIKUNGUNYA													
Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Imóveis Visitados	13.713	103.390	23.110	18.392	16.330	9.348	2.357	***	***	***	8.966	5.365	14.331
Imóveis com Focos Identificados	467	584	415	151	267	192	13	***	***	***	75	452	2.616
Imóveis Trabalhados	13.246	102.806	22.695	18.241	16.063	9.156	2.344	***	***	***	5.011	4.001	191.651

OBS: nos meses de agosto, setembro e outubro o efetivo de campo do CBMDF foi desmobilizado.

- Imóveis visitados: todo imóvel em que o bombeiro esteve presente, não necessariamente adentrou a residência.
- Imóveis trabalhados: imóveis em que o bombeiro foi autorizado a atuar no combate mosquito.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O ano de 2016 representou um grande desafio para o CBMDF. Suplantar as perspectivas orçamentárias e financeiras adversas, o déficit de efetivo além dos desafios cotidianos da atuação do Corpo de Bombeiros e continuar exercendo com excelência as atividades fins, manter as iniciativas de responsabilidade social e ambiental, aumentando o alcance da instituição pareciam tarefas demasiadamente difíceis.

No entanto, são os momentos de dificuldade que consolidam a instituição. Por exemplo, se não foi possível adquirir tantas viaturas e equipamentos quanto planejado, priorizou-se a manutenção do patrimônio já adquirido, sejam os imóveis ou as viaturas. Se por um lado as capacitações externas não foram possíveis, os esforços de desenvolvimento e aprendizagem internos funcionaram plenamente.

Com o encerramento do ciclo de planejamento de 2011 a 2016, a corporação passou por um momento único de construção do plano estratégico para o novo período de 2017 a 2024 de maneira participativa. As iniciativas de monitoramento das ações do plano, o mapeamento de processos e o fomento do escritório de projetos, caracterizaram o momento de amadurecimento institucional.

Foi concluído o Regimento Interno que normatiza as atribuições de todos os setores da corporação e foi estabelecido o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo, adequando a nova estrutura regulamentada pelo Decreto nº 31.817/2010.

Ainda caracteriza o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal o pioneirismo de iniciativas, com a adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a classificação como primeiro corpo de bombeiros “Verde” do país com a adoção de iniciativas de A3P entre outras.

Além de tudo o apoio e a coordenação exercidos diante da ameaça das doenças causadas pelo *Aedes Aegypti* denotam o extremo empenho e compromisso do CBMDF com o bem-estar da sociedade do Distrito Federal.

Desta forma o cenário desfavorável em momento algum impediu que a corporação continuasse seu desenvolvimento com o foco sempre voltado para o cidadão, oferecendo a cada dia os melhores serviços de sua esfera de atribuição e colaborando com o desenvolvimento do Distrito Federal como um todo. O compromisso com o lema institucional impõe não apenas a gestão mas principalmente cada Bombeiro Militar à extrema dedicação, como o juramento indica: “... mesmo com o sacrifício da própria vida”.

4. FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL (FCDF)

Em atendimento à Decisão TCDF Nº 5.002/2005 a qual determina que as contas anuais devem ser acompanhadas dos valores recebidos e executados pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal, apresenta-se a seguir o relatório resumido de toda a execução do FCDF da UG 170394, bem como, seus respectivos demonstrativos contábeis.

Orçamento do FCDF destinado ao CBMDF – Fonte SOF**

R\$1,00

Programa	Ação	Plano Orçamentário	GD*	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado
0903	00FM	0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Militares do Corpo de Bombeiros do DF e seus Dependentes.	3	85.126.420	85.125.919	48.657.851
0903	00FM	0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Militares do Corpo de Bombeiros do DF e seus Dependentes.	4	1.866.080	865.002	144.280
0903	00NR	0001 - Manutenção do Corpo de Bombeiros do DF	1	697.455.747	697.455.747	693.039.349
0903	00NR	0001 - Manutenção do Corpo de Bombeiros do DF	3	179.726.692	179.726.692	167.237.795
0903	00NR	0001 - Manutenção do Corpo de Bombeiros do DF	4	10.012.740	10.012.740	5.124.139
0903	00NS	0001 - Pessoal Inativo e Pensionistas do Corpo de Bombeiros do DF	1	468.628.193	468.628.193	467.447.890
0903	00NT	0001 - Auxílio-Alimentação aos Militares do Corpo de Bombeiros do DF	3	62.000.000	62.000.000	60.921.442
0903	00NT	0004 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Militares do Corpo de Bombeiros do DF	3	5.560.000	5.560.000	5.524.008
0903	00NT	0008 - Auxílio-Funeral e Natalidade do Corpo de Bombeiros do DF	3	1.567.236	1.567.236	1.239.940
Total				1.511.943.108	1.510.941.529	1.449.336.693

*GD: Grupo de Despesa

** www1.siof.planejamento.gov.br

4.1. Considerações sobre a execução do Fundo Constitucional do DF

Houve importante mudança na destinação dos recursos oriundos de Pensão Militar. Informamos que o Tribunal de Contas da União emitiu Acórdão TCU nº 1.633/2016-Plenário, determinando ao Ministério da Fazenda e às unidades gestoras do FCDF que, até o final do presente exercício (2016), passem a reter e a recolher aos cofres do Fundo Constitucional do Distrito Federal a contribuição previdenciária dos servidores e militares, mencionados no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, para a específica finalidade do custeio das aposentadorias dos policiais civis, policiais militares e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e das pensões por eles instituídas.

Declaramos que o CBMDF já está cumprindo estritamente o determinado pelo TCU, tendo modificado o procedimento em agosto de 2016. O financeiro, decorrente da Pensão Militar, é direcionado à COFIN/Ministério da Fazenda.

Em relação às limitações da execução orçamentária e financeira, o orçamento federal consignou ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal uma quantia de R\$ 30.000.000,00 para investimento. Os procedimentos internos para execução orçamentária e financeira para os investimentos seguem regularmente limitados pelas condições impostas pela **Subsecretaria do Tesouro – SUTES, Unidade Orçamentária do FCDF**, a qual repassa os repasses do orçamento de investimentos da Corporação por ela recebido.

Nos últimos três exercícios financeiros, sem qualquer anuência do CBMDF, esse órgão, sem motivação, vem reter recursos da Corporação para transferência a outras unidades do Fundo Constitucional do Distrito Federal, fato que gera um impacto direto na aplicação do planejamento orçamentário e financeiro da Caserna.

Além disso, ainda existem as limitações impostas pela burocracia de aprovação de investimentos pela Governança-DF. Esses dois pontos levam a atrasos na efetivação dos gastos de investimentos, ambas as situações sem possibilidade de ingerência desta unidade gestora.

14.3. POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL– UO: 24.105

A Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF - órgão permanente do Sistema de Segurança Pública – no âmbito suas funções, atribuições e competência, tem como missão precípua a promoção da segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária tendo como balizamento, a ética, o respeito aos Direitos e Garantias Individuais, o capital humano qualificado e, sobretudo, a motivação; as ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados, em suma, pilares institucionais e instrumentos que permeiam e busca o aprimoramento da atividade policial através do sagrado exercício da cidadania. Demais disso, cabe à Polícia Civil promover a integração policial com organizações congêneres, colaborando na execução dos serviços policiais relacionados com a prevenção e repressão à criminalidade interestadual.

Ademais, a Polícia Civil, embora fora da seara de atuação de sua competência, recebe requisições da Justiça para proceder a exames periciais na área cível e nos casos relacionados à investigação de paternidade.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	43
Cedidos – fora GDF	33
Requisitado fora GDF	01
Requisitados GDF	55
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício – Policiais Cíveis	4.772
Estatutário – afastado – Policiais Cíveis	28
Sem vínculo – em exercício – Cargo Comissionado	09
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	4.913
Total ativos - afastado	28

Fonte: SPDE/DGP- SIGRH

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6217	0	0	0	0

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Inquéritos concluídos com autoria definida	Unidade	16.708	31-ago-15	Mensal	13.765				CGP/DGI / UO 24105 / OE 2
Apreensão de drogas pela Polícia Civil do DF	Kg	5.214	30-jun-15	Mensal	4.204				CGP/DGI / UO 24105 / OE 2
Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios (IRCH)	%	40,17	31-dez-14	Anual	44,24				CGP/DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
Taxa de Inquéritos Relatados (TIR)	%	77,04	31-dez-14	Anual	52,79				CGP/DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
Índice de Assertividade Orçamentária	%			Anual	99,76				DOF/DAG//PCDF / UO 24105 / OE 7

Afigura-se-nos enfatizar um aspecto relevantíssimo que contribuiu para obtenção dos números dos Indicadores acima relacionados, que é crônica e preocupante falta de Recursos Humanos que grassa em nossa prestimosa instituição Policial Civil. Ressalte-se que, o último aumento do efetivo da PCDF ocorreu em 1993, ocasião em que o Distrito Federal possuía uma população aproximada de 1.600.000 habitantes; atualmente, repise-se, nossa população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2016, é estimada em 2.977.216 habitantes e figura como a quarta capital mais populosa do país. *In casu*, destaque-se que não houve evolução proporcional e compatível entre o número de policiais por grupo de habitantes. Em face de tanto, as Unidades Policiais que compõem a estrutura orgânica da PCDF vêm trabalhando com efetivo policial muito aquém do desejável para o exercício das multifacetadas tarefas, atribuições e missões ínsitas à Polícia Judiciária.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	100.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6001	100.000	0	0	0

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	29.480.783	27.954.226	27.954.225	27.954.225
8666 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-POLÍCIA CIVIL- PLANO PILOTO .	29.480.783	27.954.226	27.954.225	27.954.225
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.959.068	1.170.825	1.170.825	1.170.825
8668 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-POLÍCIA CIVIL- PLANO PILOTO .	1.959.068	1.170.825	1.170.825	1.170.825
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	425.000	83.037	13.218	13.218
0101 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	425.000	83.037	13.218	13.218
TOTAL DO PROGRAMA 6002	31.864.851	29.208.088	29.138.268	29.138.268

Dentre as ações finalísticas da Polícia Civil do Distrito Federal realizadas no exercício de 2016 destacam-se as seguintes operações:

Mês	Destaques
Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Operação Medusa apreende R\$ 400 mil em produtos de beleza contrabandeados (DCPIM); ▪ 3ª Delegacia de Polícia prende dupla no aeroporto por latrocínio; ▪ PCDF deflagra Operação Temes e prende quadrilha de drogas.
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dez traficantes são presos com mais de uma tonelada de maconha; ▪ Operação Ilusionista prende europeus golpistas; ▪ Operação prende autores de latrocínio de idosos.
Março	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudante que matou ex-namorada na UNB é preso; ▪ Operação Hi-Fi de combate sonegação fiscal; ▪ DRFV prende quadrilha de furto de veículos.
Abril	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Homem é preso pela 1ª Delegacia de Polícia com 140 kg de maconha; ▪ Operação Grajau prende grupo que praticava furto de caminhões; ▪ CORF combate venda ilegal de combustível.
Mai	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avô é preso pela DCPA por abusar sexualmente de netas; ▪ DCA e 6ª DP aprendem 17 adolescentes na Operação Paranoá Seguro; ▪ DRF prende autor de roubo a joalheria do Taguatinga Shopping.
Junho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PCDF prende trio com 1,4 toneladas de carne clandestina; ▪ PCDF prende dupla que furtava veículos zero km; ▪ Estuprador em série é preso por agentes da 23ª Delegacia de Polícia.
Julho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Operação Polímero apreende centenas de réplicas de arma de fogo (6ª DP). ▪ Golpistas são presos na Operação Calabouço (15ª DP). ▪ PCDF elucida caso Thalita Cacau (24ª DP).
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preso homem que matou dono de food truck (3ª DP). ▪ Homem é preso ao comprar iPhones com documento falso e cartão clonado (CORF). ▪ PCDF prende cambistas com ingressos para Olimpíadas 2016 (CORF).
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sete médicos são presos na Operação Mister Hyde (Deco). ▪ Homem é preso por abusar sexualmente das enteadas (DPCA). ▪ PCDF e MPDFT realizam 2ª fase da Operação Dracon (Decap).
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Operação Revés prende envolvidos em fraude contra BRB (DRF). ▪ PCDF e MPDFT deflagram 3ª fase da Operação Mister Hyde (Deco). ▪ PCDF visita hospitais para facilitar a realização do Registro Civil.
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Polícia prende acusados de matar e queimar adolescentes em Santa Maria (33ª DP). ▪ PCDF reforça efetivo com nomeação de 73 novos policiais.
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Operação Trackcare apura esquema de falsificação de atestados médicos e furto de medicamentos na Secretaria de Saúde (Decap e MPDFT). ▪ PCDF deflagra 3ª fase da Operação Specchio (DRF) ▪ 1ª DP elucida crime de corpo encontrado em mala.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	200.000	71.110	71.109	71.109
0012 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	200.000	71.110	71.109	71.109
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	110.000	13.992	13.992	13.992
7137 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	110.000	13.992	13.992	13.992
TOTAL DO PROGRAMA 0001	310.000	85.102	85.101	85.101

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Foram capacitados pela Academia de Polícia Civil – APC aproximadamente 1.866 servidores com vários cursos de especialização e aperfeiçoamento, que se apresentam de fundamental importância para esta Instituição Policial, posto constituir-se em excelente oportunidade para adquirir conhecimentos ligados à instrução de comandos táticos e congêneres e, situações de confrontos com o crime organizado, bem assim de princípios de organização, preparo, comando e tomada de fortalezas, além de operações de resgate de reféns e, demais disciplinas correlatas, dentre os quais podemos citar:

– Curso de técnicas invasivas em locais de cumprimento de mandados judiciais sem rompimento de obstáculos;

- Curso de análise de veículos;
- Curso de básico de investigação de crimes cibernéticos;
- Curso de armamento e tiro calibre 12, fuzil e metralhadora;
- Curso para Gerenciamento de Segurança para Grandes Eventos;
- Curso análise de vínculo – módulo pesquisa;
- Curso de Investigação de homicídio, dentre outros.

a) Com a realização dos diversos cursos anteriormente elencados, a Instituição se viu preparada para realizar várias operações desencadeadas ao longo do ano, as quais tiveram por objetivo a repressão/prevenção aos ilícitos de roubo, homicídio, porte ilegal de armas, tráfico/uso de substâncias entorpecentes, furtos entre outros, em todas as localidades do Distrito Federal. Foram apreendidas armas de fogo, cumpridos mandados de prisão, além da prisão de traficantes de drogas de alta periculosidade.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Durante o exercício de 2016 a Polícia Civil do Distrito Federal foi contemplada, por meio da Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal com recursos no valor de **R\$ 31.864.851,00**, destinados à manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal e às despesas com folha de pessoal dos servidores administrativo ativo, inativo e pensionistas e às despesas com benefícios aos servidores, deste montante foi executado o valor de R\$ 29.138.266, estabelecendo desta forma um excelente índice de assertividade orçamentária e financeira de **99,76%**.

Tais as considerações, entendemos que a Polícia Civil do Distrito Federal alcançou as metas traçadas para o exercício de 2016, vez que crimes de alta relevância foram elucidados graças ao trabalho harmonioso e responsável dos integrantes da carreira policial civil do Distrito Federal.

Sob esse prisma, a Polícia Civil do DF, espera para o exercício de 2017 que seja contemplada com mais Recursos Orçamentários e Financeiros, possibilitando assim, os meios necessários para cumprimento de sua missão Institucional, a saber: “Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados”.

14.4. DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.201

O Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF, criado pelo Decreto-Lei nº 315, de 13 de março de 1967, alterado pela Lei nº 6.296, de 15 de dezembro de 1975 e pelos artigos 117, IV, e 124, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e reestruturado pelo Decreto nº 33.235, de 30 de setembro de 2011, é entidade autárquica de administração superior integrante do Sistema Nacional de Trânsito, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e regida pela legislação federal sobre trânsito, por seu regimento próprio e pelas demais normas baixadas pelo Governo do Distrito Federal. Tem sede e foro em Brasília-DF e circunscrição sobre todas as vias públicas em áreas urbanas do Distrito Federal.

O DETRAN/DF tem as seguintes finalidades:

Planejamento, administração geral, normatização, pesquisa e tratamento de dados relacionados com o trânsito urbano do Distrito Federal;

- I. Registro e licenciamento de veículos;
- II. Formação, habilitação e reciclagem de condutores;
- III. Educação para o trânsito;
- IV. Engenharia de trânsito e operação do sistema viário urbano;
- V. Policiamento e fiscalização de trânsito;
- VI. Julgamento de infrações de trânsito e de recursos;
- VII. Aplicação de penalidades;
- VIII. Medicina e psicologia de trânsito;
- IX. Apoio técnico em parceria com órgãos e entidades cujas atividades se relacionem direta ou indiretamente com o trânsito, com vistas à melhoria no atendimento, tecnologia de ponta e segurança de trânsito.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	23
Cedidos – fora GDF	15
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	1.168
Estatutário - afastado	38
Sem vínculo – em exercício	21
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	1.189
Total ativos - afastado	76

Fonte: NUREF/GERPES/DIRAG/DETRAN-DF

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1564 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	1.000.000	700.000	689.707	689.707
0006 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO-DETRAN/DF- PLANO PILOTO	1.000.000	700.000	689.707	689.707
1571 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	660.000	312.250	257.500	122.115
0002 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO-DETRAN/DF- GAMA	300.000	278.750	257.500	122.115
2469 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO	39.036.827	49.173.036	45.592.615	42.064.216
9520 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO-DETRAN/DF- DISTRITO FEDERAL	39.036.827	49.173.036	45.592.615	42.064.216
2629 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO DETRAN-DF	25.400.000	23.870.000	20.878.343	19.282.452
0001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO DETRAN-DF-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	25.400.000	23.870.000	20.878.343	19.282.452
2698 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA	10.500.000	17.734.893	10.828.993	9.153.651
0001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA DO DETRAN-DF-DETRAN/DF- DISTRITO FEDERAL	10.500.000	17.734.893	10.828.993	9.153.651
2784 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	6.400.000	11.840.754	10.062.119	7.620.746
0001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO-DETRAN/DF- DISTRITO FEDERAL	6.400.000	11.840.754	10.062.119	7.620.746

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2801 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	10.000.000	18.465.000	15.784.254	10.659.686
0001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	10.000.000	18.465.000	15.784.254	10.659.686
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	500.000	0	0	0
4101 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	13.700.000	12.795.679	10.084.118	7.700.223
0033 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- PLANO PILOTO .	2.045.000	1.892.806	1.892.032	1.721.923
0034 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- GAMA	750.000	694.438	499.365	466.975
0035 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- TAGUATINGA	795.000	735.744	546.474	448.171
0036 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- BRAZLÂNDIA	290.000	269.863	269.863	74.228
0037 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SOBRADINHO	365.000	337.706	337.706	314.744
0038 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- PLANALTINA	535.000	520.419	418.107	325.427
0039 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- PARANOÁ	360.000	333.200	322.208	269.386
0040 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- NÚCLEO BANDEIRANTE	250.000	231.888	187.067	170.301
0041 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- CEILÂNDIA	775.000	717.344	568.050	243.460
0042 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- GUARÁ	585.000	541.481	399.951	217.106
0043 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- CRUZEIRO	430.000	398.013	282.670	104.560
0044 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SAMAMBAIA	645.000	617.831	447.523	135.330
0045 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SANTA MARIA	440.000	407.275	279.865	278.765
0046 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SÃO SEBASTIÃO	360.000	333.225	309.612	244.192
0047 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- RECANTO DAS EMAS	365.000	365.000	301.168	298.745
0048 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL--LAGO SUL	280.000	280.000	237.810	214.575
0049 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- RIACHO FUNDO	385.000	356.356	235.206	232.509
0050 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- LAGO NORTE	270.000	249.913	200.580	142.314
0051 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- CANDANGOLÂNDIA	185.000	171.231	154.277	138.618
0052 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- ÁGUAS CLARAS	500.000	462.813	339.964	323.698
0053 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- RIACHO FUNDO II	345.000	319.331	214.095	199.840
0054 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SUDOESTE/OCTOGONAL	330.000	305.448	246.374	218.607
0055 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- VARJÃO	135.000	124.919	124.919	47.948
0056 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- PARK WAY	285.000	263.781	172.867	125.517
0057 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	720.000	666.450	229.086	190.520
0058 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SOBRADINHO II	325.000	298.306	196.388	165.362
0059 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- JARDIM BOTÂNICO	120.000	111.075	92.110	79.941
0060 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- ITAPOÁ	125.000	115.657	88.630	88.630
0061 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- SIA	290.000	290.000	261.549	153.243
0062 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL-DETRAN-DF- VICENTE PIRES	315.000	291.544	196.765	46.764

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0063 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL- DETRAN-DF- FERCAL	100.000	92.625	31.835	18.825
TOTAL DO PROGRAMA 6217	107.196.827	134.891.612	114.177.865	97.293.012

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	1º Ano	Desejado em			Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
						2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Proporção de mortos por 10.000 veículos	Proporção	0,90	31-dez-14	Mensal	0,85	0,80	0,75	0,70	GEREST/ DETRAN / UO 24201 / OE 4
Abrangência das campanhas educativas - ACE	%			Trimestral	10	15	20	25	Direduc/ DETRAN / UO 24201 / OE 4
Satisfação do usuário (1 a 5)	Nota			Anual	4,5	4,5	4,5	4,5	Dirconv/ DETRAN / UO 24201 / OE 4, 6

Com a finalidade de Reduzir os índices de acidentes com vítimas fatais em todo Distrito Federal, aperfeiçoando a educação para o trânsito, a fiscalização, a engenharia e o atendimento ao público, o Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF implementou as seguintes realizações finalísticas:

A Educação de Trânsito realizou o acompanhamento, supervisão e fiscalização das atividades pedagógico-administrativas desenvolvidas pelas Instituições de Ensino de Trânsito credenciadas pelo Detran-DF, totalizando 17 análises de projetos pedagógicos, 09 análises de credenciamento e 3.165 registros de certificados das IETs.(Instituições de Ensinos de Trânsito). Foram realizados cursos na área de trânsito, totalizando 378 turmas e atendendo a **4.655 alunos**, realizou-se 843 coordenações pedagógicas, emitiu-se 28 segundas vias de certificados e reproduziu-se 339.872 materiais didáticos.

A Educação de Trânsito atendeu mais de 225 mil pessoas de forma direta no período de janeiro a dezembro, realizou 09 campanhas educativas atendendo a um público de 305.242 pessoas, 124 campanhas temáticas/comemorativas, 131 blitz educativas, 216 ações sociais, 105 ações do projeto Detran nas escolas e promoveu 24 eventos do tipo: congressos, seminários, feiras e workshops. Foram distribuídos 312.611 folders educativos e 418.579 brindes educativos. Foram atendidas 29.943 pessoas nas diversas palestras sobre segurança viária, legislação de trânsito, direção defensiva, primeiros socorros e relações interpessoais no trânsito.

Foram ainda formados 141 Agentes Mirins na Colônia de Férias do Detran-DF.

O Policiamento e Fiscalização de Trânsito, através de suas Coordenações, Gerências, Unidade e Núcleos e contando também com parcerias com órgãos, a exemplo PMDF, DER, ANTT e PRF entre outros, em suas centenas de ações planejadas e realizadas, contribuiu para que neste exercício se destacasse, entre outras, pelas duas metas alcançadas abaixo desenhadas.

Com uma frota atualmente de 1.664.135 veículos emplacados no Distrito Federal, através de atuação efetiva desta área e parceiros na fiscalização diária das vias do DF, foi possível reduzir a evasão da receita e, além disso, a frota do DF foi licenciada em mais de 75%, garantindo recursos ao Distrito Federal para realização de programas sociais e manutenção do próprio Estado.

O Policiamento de trânsito realizou: **99.397 atividades de policiamento** e fiscalização de trânsito em todas as regiões administrativas, **86.116 operações de trânsito**, **9.757 apreensões** de veículos em razão de irregularidades, 41.816 notificações manuais na base local, **670 atendimentos às vítimas de acidentes**, **44 veículos encaminhados à Delegacia de Roubos e Furtos** de Veículos e 9.518 guinchamento de veículos.

A Engenharia de Trânsito desenvolveu projetos de mudança viária visando melhorar a fluidez e a segurança dos veículos. As atividades rotineiras de pintura horizontal e sinalização vertical e semaforizada nas vias foram consideradas satisfatórias, atendendo praticamente a todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, exceto, àquelas em algumas vias dependiam de pavimentação asfáltica. Foram implantados **267.694,56 m² de Sinalização Horizontal**; **5.670 placas de Sinalização Vertical**; **55.781 unidades de Tacha e Tachão** e 09 novos cruzamentos semaforizados. Destaca-se ainda a execução das principais atividades este ano:

- Desenhos georreferenciados e cadastros dos equipamentos eletrônicos e cruzamentos semaforizados;
- Mapa com os pontos dos equipamentos eletrônicos e cruzamentos georreferenciados;
- Cadastros e atualizações das aferições realizadas pelo Inmetro;
- Inserções dos dados de movimentações e infrações fornecidos pelas empresas;
- Relatórios de funcionamentos dos equipamentos para os pagamentos de fatura;
- Fornecimento de consultas geradas pelo SIGDETRAN para usuários internos e externos;
- Inserções nos mapas georreferenciados dos pontos dos acidentes fatais.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	450.000	409.125	359.171	359.171
8435 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	450.000	409.125	359.171	359.171
TOTAL DO PROGRAMA 6211	450.000	409.125	359.171	359.171

Por meio do Programa Reintegra Cidadão, o Detran-DF tem colaborado para a reintegração e a socialização de 28 detentos do sistema carcerário, os quais têm desenvolvido atividades voltadas para a pintura e sinalização de vias, confecção de placas e outras atividades correlatas à área de engenharia de trânsito.

Os detentos têm aprendido ofícios novos e demonstram boa capacidade para o desenvolvimento de atividades que requerem muita habilidade e capacidade técnica. Desta forma é possível perceber grande expectativa dos mesmos em relação ao futuro.

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4.300.000	3.460.000	1.389.915	1.389.915
2485 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	4.300.000	3.460.000	1.389.915	1.389.915
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	2.700.000	1.590.875	356.667	132.017
5288 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	2.700.000	1.590.875	356.667	132.017
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	14.770.000	16.993.750	14.389.236	11.835.301
2564 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	14.770.000	16.993.750	14.389.236	11.835.301
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1.000.000	702.500	165.782	165.782
0045 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	702.500	165.782	165.782
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	181.500.000	188.551.000	187.084.702	187.084.702
8768 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	181.500.000	188.551.000	187.084.702	187.084.702
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	35.800.000	35.775.000	34.812.454	34.812.454
0022 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	35.800.000	35.775.000	34.812.454	34.812.454
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	16.100.000	16.026.250	15.567.672	14.390.993
0009 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	935.000	568.664	564.961
0958 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	13.500.000	13.500.000	13.499.008	12.432.657
8749 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA EM VEÍCULOS ALTERNATIVOS DE COMUNICAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.393.375
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	62.698.248	64.435.723	54.869.218	49.391.396
0022 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	62.698.248	64.435.723	54.869.218	49.391.396
TOTAL DO PROGRAMA 6002	318.868.248	327.535.098	308.575.645	299.202.559

Na área de gestão de pessoas, além das atividades rotineiramente desempenhadas, foram oferecidos 69 cursos profissionalizantes e contemplando 428 servidores, foram concedidos 124 auxílios-creche, 1.431 auxílios-alimentação, 1.039 auxílios-saúde e 120 auxílios-transporte. Tomaram posse 05 novos servidores, enquanto que 29 foram aposentados. Foram realizadas 55 visitas domiciliares por motivo de doença em servidores. Foram concedidas 985 gratificações de titulação e 914 adicionais de qualificação aos servidores que devidamente comprovaram.

A área de gestão de pessoas instituiu o projeto Humaniza Detran que visa acompanhar o servidor em momentos de vulnerabilidade social, contribuindo com o planejamento, a elaboração e a execução de ações que contribuam à valorização do servidor, sendo um instrumento de conscientização na busca de seus direitos.

São acompanhados servidores em licença por acidente de trabalho, licença por doença ocupacional e em licença para tratamento da própria saúde; servidores com aspectos da saúde biopsicossocial comprometida, mas sem afastamento do trabalho; servidores que apresentem dificuldades de integração à equipe ou às atividades laborativas na unidade de lotação; servidores que necessitem de troca de função ou unidade de trabalho, como forma de prevenção dos riscos relacionados ao trabalho.

São ações desempenhadas as visitas, sejam elas domiciliares ou hospitalares, acompanhamento em junta médica oficial ou nos locais de trabalho, oportunidade que se verifica “in loco” o ambiente em que vive o servidor, os relacionamentos interpessoais, o tipo de habitação e todos os aspectos a fim de desenvolver um trabalho de orientação, permitindo ao servidor e família participarem do diagnóstico/prognóstico e do plano de tratamento de maneira global.

A área de Programas e Ações Comunitárias participou de 322 reuniões formais do Conseg - (Conselho Estadual de Segurança Pública), sendo distribuídas na AISP - Áreas Integradas de Segurança Pública Metropolitana, 80 reuniões, na AISP Oeste 60 reuniões, na AISP Sul 90 reuniões e na AISP Leste 92 reuniões, acrescenta-se a participação às reuniões do Comitê de Transporte do Itapoã com 12 reuniões, além de visitas junto a comunidade para identificação dos locais demandados e de reuniões representando a Direção Geral junto a comunidade e Administrações Regionais e nas Rodas de Conversa das várias Regiões Administrativas, ao longo de 2016. A participação nas reuniões e documentos recebidos permitiu a esta Gerência produzir um total de 1.512 demandas que foram encaminhadas por meio de Despacho as áreas, sendo 1.227 para a Diretoria de Engenharia, 255 para a Diretoria de Policiamento e Fiscalização e 30 para a Diretoria de Educação. Com o acompanhamento das demandas conseguimos algumas respostas que foram encaminhadas aos solicitantes por meio de Ofício assinado pela Direção-Geral, totalizando 424 respostas das quais 352 repostas foram da Diretoria de Engenharia e 72 respostas da Diretoria de Policiamento e Fiscalização.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	200.000	900.000	789.493	789.493
6166 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	200.000	900.000	789.493	789.493
9009 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE MULTAS DE TRÂNSITO	300.000	273.750	70.760	70.760
0001 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE MULTAS DE TRÂNSITO--DISTRITO FEDERAL	300.000	273.750	70.760	70.760
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	4.330.000	4.430.000	4.240.000	3.754.821
9557 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	4.330.000	4.430.000	4.240.000	3.754.821
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	3.350.000	3.875.000	3.861.331	3.861.331
0010 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	3.350.000	3.875.000	3.861.331	3.861.331
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.100.000	312.500	231.890	229.525
0015 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DETRAN/DF-DISTRITO FEDERAL	1.100.000	312.500	231.890	229.525
TOTAL DO PROGRAMA 0001	9.280.000	9.791.250	9.193.474	8.705.930

O Detran-DF celebrou o convênio de cooperação mútua com o TJDF para o repasse de recursos financeiros por este órgão, com vistas à quitação de requisições de pequenos valores emitidas pela justiça.

Em relação às indenizações, restituições e ressarcimentos, destacamos que foi realizada a devolução de 731 multas de trânsito e de 877 taxas de serviços referentes a recursos administrativos deferidos em favor dos usuários.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

No ano de 2016, o número de vítimas mortas aumentou 10,7% nas vias do DF comparado ao ano anterior. Dados mostram que, em 2016, foram registradas 392 mortes em acidentes de trânsito, contra 354 ocorridas em 2015.

Nos últimos 03 anos, houve variação positiva e negativa nas mortes por acidentes de trânsito ocorridos no DF. Foram registrados 406 mortes em 2014, 354 em 2015 (redução de 12,8% em relação a 2015) e 392 em 2016 (aumento de 10,7% em relação a 2016).

Em relação ao tipo de envolvimento das vítimas fatais, em 2016 foi registrado uma redução no número de ciclistas mortos no trânsito. Foram 19 ciclistas mortos em 2016 contra 32 em 2015 (redução de 40,6%). Entretanto em relação aos motociclistas e pedestres mortos ocorreu aumento. Em 2016 foram 97 motociclistas mortos e em 2015 foram 86 (aumento de 12,8%). Para os pedestres em 2016 foram 133 e em 2015 foram 112 (aumento de 18,7%). E para os pedestres mortos em faixas não semaforizadas também ocorreu aumento, sendo 6 (seis) em 2016 e 4 (quatro) em 2015 (aumento de 50%).

Outro ponto a ser observado é o índice de mortos por 100 mil habitantes. Em dezembro de 2016, o DF apresentou um índice de 13,1.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O Detran-DF tem o entendimento de que as realizações de 2016 foram bem positivas para o anseio desta Autarquia que é o reconhecimento pela excelência no atendimento e na gestão de trânsito, por meio da promoção de um trânsito seguro e civilizado com o objetivo de proporcionar segurança e fluidez do trânsito viário à sociedade, contribuindo para melhor qualidade de vida.

Em se tratando da maior missão do Detran-DF que é a de salvar vidas, apresentamos o índice de mortos por 10 mil veículos, nas vias urbanas, em 0,88. Destacamos que este índice vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Para 2017 o Detran-DF tem a perspectiva de uma redução ainda mais significativa no índice de mortos por 10.000 veículos, bem como no número de mortos e vítimas de acidentes de trânsito, além da intensificação das ações de educação e engenharia de trânsito.

14.5. FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL– UO: 24.202

A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF – FUNAP/DF foi criada pela Lei nº 7.533, de 02/09/1986, vinculada à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUS, conforme Decreto nº 33.361 de 24/11/2011 integra a Administração Indireta do Governo do Distrito Federal e tem como principal finalidade contribuir para a recuperação social do preso e a melhoria de suas condições de vida.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	04
Estatutário – em exercício	-
Estatutário – afastado	-
Sem vínculo – em exercício	38
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	41
Total ativos – afastado	-

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	15.320.438	11.843.195	9.748.783
8538 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	15.320.438	11.843.195	9.748.783
4091 - APOIO A PROJETOS	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA - 6211	0	15.320.438	11.843.195	9.748.783

Com o projeto “liberdade sobre rodas” foram confeccionadas **30 cadeiras** de roda para serem doadas a rede pública de saúde do DF, elas foram construídas na oficina de serralheria, localizada no CIR/PAPUDA, por seis reeducandos, para isto foram utilizadas peças de bicicletas e outros materiais recicláveis que tínhamos a disposição junto com alguns novos, como rodas pequenas.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apura do em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Pessoas em privação de liberdade no sistema prisional do DF qualificados/capacitados em cursos profissionalizantes	%			Mensal	5	10	15	20	FUNAP / UO 24202 / OE 4
Atendimento às famílias das pessoas em privação de liberdade no sistema prisional do DF	%			Anual	5	10	15	20	FUNAP / UO 24202 / OE 4
Pessoas em privação de liberdade no sistema prisional do DF inseridos no mercado de trabalho	%			Mensal	10	15	20	25	FUNAP / UO 24202 / OE 4

Reeducandos Inseridos no Mercado de Trabalho em 2016

Mês	Nº de Contratos Em Vigência No Mês	Nº de Reeducando Trabalhando
Janeiro	59	941
Fevereiro	61	1.020
Março	61	1.061
Abril	62	1.037
Maior	62	1.032
Junho	65	1.079
Julho	64	1.198
Agosto	66	1.209

Mês	Nº de Contratos Em Vigência No Mês	Nº de Reeducando Trabalhando
Setembro	66	1.190
Outubro	66	1.201
Novembro	67	1.230
Dezembro	68	1.201

Cursos Profissionalizantes**Unidade CIR:**

- Pedreiro de Alvenaria, 20 internos atendidos - vespertino;
- Aplicação de Revestimento Cerâmico, 20 internos atendidos - Matutino;
- Aplicação de Revestimento Cerâmico, 20 internos atendidos - Vespertino;
- Operador de Computador, 20 internos atendidos - diurno;
- Práticas Agrícolas, internos 30 atendidos - matutino.

Unidade CPP:

- Pintor de obras imobiliária, 20 internos atendidos - noturno; (término em 2016)
- Aplicador de Revestimento Cerâmico, 20 internos atendidos - matutino; (término em 2016)
- Oficinas: SEI VENDER, 16 internos atendidos - matutino;
- SEI EMPREENDEDOR, 12 internos atendidos - matutino;
- SEI CONTROLAR O MEU DINHEIRO, 15 internos atendidos - matutino. (término em 2016)

Unidade PDF1:

- Padeiro, internos 20 atendidos - matutino; (término em 2016)
- Padeiro, 20 internos atendidos - matutino;
- Assistente Administrativo, 20 internos atendidos - matutino. (término em 2016)
- Informática Básica, 15 internos atendidos - matutino. (término em 2016)

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	0	30.000	8.198	0
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	100.000	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	14.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA - 0001	0	144.000	8.198	0

PROGRAMA: 6002 – PROGRAMA GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO- SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	2.041.092	1.845.277	1.845.277
8924 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	2.041.092	1.845.277	1.845.277
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	363.078	331.503	331.503
9724 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	61.600	53.881	53.881
9725 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	301.478	277.622	277.622
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0	0	0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	562.990	552.056	499.576
9811 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-FUNAP-DISTRITO FEDERAL	0	562.990	552.056	499.576
TOTAL DO PROGRAMA 6002	0	2.967.161	2.728.836	2.676.356

Foi necessário realizar descentralização de créditos DE outros Programas para realizar a ação Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família-FUNAP para o pagamento da bolsa reeducando.

As oficinas de marcenaria, serralheria, funilaria e alfaiataria, localizadas no CIR/PAPUDA, foram pintadas e realizada a manutenção nos equipamentos com defeito. Na oficina de alfaiataria foi realizada manutenção em vinte máquinas de costura que estavam paradas e, com isso a alfaiataria está funcionando no momento com a classificação de oito reeducandos e a tendência para 2017 é de que 30 (trinta) reeducandos estejam trabalhando e aprendendo o ofício. A marcenaria funcionou com dez reeducandos e, para o ano de 2016, foram adquiridos equipamentos novos e realizada a manutenção nos antigos, com a intenção de classificar mais reeducandos para aprendizagem do ofício de marceneiro. Na oficina de panificação, os equipamentos que estavam com defeitos foram enviados para a manutenção, para que no ano de 2017, sejam assinados novos contratos para produção de pães.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Na fazenda modelo localizada na PAPUDA, foi iniciada uma total reformulação das ações executadas em suas dependências, 5 (cinco) hectares de terra foram aradas e beneficiadas para o plantio de milho, abóbora, melancia e milho que servirão para ajudar na alimentação dos animais da fazenda. Já na horta existente, foi realizada uma limpeza completa no local e plantadas diversas espécies de hortaliças, leguminosas e verduras. Foi realizado um plantio de mudas fitoterápicas para o projeto farmácia viva e o viveiro de mudas nativas do cerrado foi totalmente limpo e foram plantadas mais 35.000 de mudas, em uma parceria com a TERRACAP. O curral passou por uma limpeza e manutenção em todas as cercas, todos os bovinos e equinos foram vacinados. Foi realizada a higienização e uma manutenção na pocilga, tornando se diária higienização tanto para a pocilga quanto para o curral e demais dependências onde há animais. O galpão foi limpo e houve seleção de tudo aquilo que poderia ser reciclado, e foram aproveitados seis caminhões de madeira e metais que estão sendo utilizados nas oficinas de marcenaria e serralheria do CIR/PAPUDA.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

As ações executadas no ano de 2016 foram realizadas na medida do possível, e para alguns Programas de Trabalho desta UO, foi necessário realizar remanejamentos orçamentários para a boa execução daquilo que já havia sido planejado para o ano de 2016, como o exposto nos itens anteriores.

As ações que foram elaboradas pela FUNAP/DF, nesta gestão, tiveram início em agosto de 2016, no entanto já havia sido elaborada o PLOA para o ano de 2017, desta forma não foi possível inserir na mesma, todas as ações planejadas para o ano de 2017, no entanto muitas ações que necessitarão apenas de mão de obra dos reeducandos devido ao baixo orçamento, serão realizadas neste ano de 2017, juntamente com as previstas no PLOA de 2017.

14.6. FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.901

O Fundo de Saúde da PMDF foi definido no § 3º do Art. 33, da Lei nº 24.574, de 06/05/2004 e tem por objetivo captar recursos financeiros provenientes de contribuições e indenizações obrigatórias dos policiais militares, da ativa e na inatividade, e dos pensionistas dos militares e, destina-se a complementar o custeio da assistência médico-hospitalar, médico-domiciliar, odontológica psicológica e social ao militar, pensionistas e seus dependentes legais.

O Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal da PMDF conta com um total de 516 servidores ativos em exercício e 42 servidores se encontra afastados.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
4057 - ASSISTÊNCIA MÉDICA	0	1.517.966	0	0
0010 - ASSISTÊNCIA MÉDICA-ODONTOLÓGICA AOS POLICIAIS MILITARES, PENSIONISTAS E SEUS DEPENDENTES LEGAIS-DISTRITO FEDERAL	0	21.517.966	20.000.000	0
0019 - ASSISTÊNCIA MÉDICA-SERVIÇOS AMBULATORIAIS - MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS AOS POLICIAIS MILITARES E SEUS DEPENDENTES LEGAIS DA PMDF-DISTRITO FEDERAL	0	20.000.000	20.000.000	0
TOTAL DO PROGRAMA 6002	0	41.517.966	40.000.000	0

Dentro do Fundo de Saúde da PMDF a dotação destina-se a complementar a assistência médica e odontológica da PMDF, que neste exercício recebeu para realizar outras despesas correntes – ODC, custeio da assistência médica R\$ 40.000.000,00, recursos ordinários do Tesouro Distrital. Devido a intempestividade da liberação dos recursos por parte do Governo do Distrito Federal e ainda, face a insuficiência do financeiro para liberação de recursos que pudessem serem liberados para a liquidação e pagamento da despesa empenhada.

Ainda foram recebidos de transferência voluntária da União para a Polícia Militar, por meio de convênio proveniente de emenda parlamentar para compras de material permanente e equipamentos para o Centro Odontológico da PMDF, no valor de R\$ 1.517.966,00. Ocorre que, devido à falta do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES, o valor muito embora já tenha orçamentário e financeiro, não foi empenhado, porém, o problema já está sendo sanado no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do DF. Desta forma, para 2017, será feita a apuração do superávit financeiro, a abertura do crédito adicional suplementar e o empenho da despesa com os recursos autorizados.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Cabe aqui informar que para receber estes recursos do Tesouro Distrital dentro do Fundo de Saúde a Polícia Militar ofereceu como fonte de financiamento para ser cancelada o valor de R\$ 40.000.000,00 dentro do Fundo Constitucional do Distrito Federal no Grupo de Natureza de Despesa GND 1 – Pessoal, portanto os recursos alocados aqui do Tesouro Distrital não vieram sem fonte de financiamento.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Polícia Militar do Distrito Federal vem recorrentemente ocorrendo por falta de recursos em sua assistência médica e odontológica, isto deve-se a um erro no cálculo do valor per capita da vida, no sistema de saúde da PMDF, e ainda há erro na quantidade de vidas que são beneficiadas pelo sistema de saúde da PMDF, por parte da Subsecretaria do Tesouro do GDF e gestora do Fundo Constitucional do Distrito Federal, quando da elaboração da proposta orçamentária da Corporação. Embora a PMDF, por meio do seu Estado Maior, informe o valor correto e a quantidade de vidas para o sistema, esses números não são levados em consideração, sendo impostos à Corporação, e estão muito aquém do valor proposto que não refletem a real necessidade corporação.

Assim, todos os anos, recorrentemente, a PMDF passa por dificuldade nesta área, inclusive com suspensão dos serviços de saúde, o que traz enormes prejuízos a toda família policial militar que fica sem atendimento digno e necessário à saúde dos servidores e de seus dependentes. Pelos argumentos expostos a Polícia Militar viu-se obrigada a fazer uso do Fundo de Saúde da forma aqui apresentada, o que deverá mais uma vez ocorrer em 2017, pois os recursos aprovados no FCDF para o exercício financeiro de 2017, foram exatamente iguais aos valores do exercício objeto da presente prestação de contas, o que não comportará toda a despesa da assistência médica e odontológica da PMDF para o referido exercício, sendo necessário a abertura de créditos adicionais.

14.7. FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.902

O Fundo de Saúde do CBMDF, na forma da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002 e da Lei nº 11.134, de 15/07/2005, bem como o estabelecido no Decreto nº 4.628, de 19 de abril de 1979, tem como finalidade custear as despesas referentes a atendimentos médicos e odontológicos dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes, de forma a complementar os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que também possuem tal destinação.

O Fundo de Saúde tem como estratégia exclusiva a previsão legal de complementar os recursos destinados pelo Fundo Constitucional do DF à assistência médica dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes. Com os recursos conjuntos busca-se o atendimento médico-hospitalar e ambulatorial por meio de credenciamento e contratações de clínicas, hospitais, aquisições de materiais médicos diversos, bem como a contratação e aquisição dos demais bens e serviços que se fizerem necessários.

Força de Trabalho da DISAU* em 31/12/2016**

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Oficiais-Médicos	2	31	-	-	33
Oficiais-Enfermeiros*	-	1	-	-	1
Oficiais-Dentistas	2	31	-	-	33
Oficiais-Nutrição*	-	1	-	-	1
Oficiais-Psicologia*	-	3	-	-	3
Oficiais-Farmácia*	-	3	-	-	3
Oficiais-Fisioterapeutas*	-	4	-	-	4
Praças- área de saúde**	1	73	-	-	74
Militares capacitados em Ed. Física	-	11	--	-	11
Total Geral	5	158	-	-	163

*Quadro de Oficiais Complementares;

**Militares oriundos do extinto quadro de saúde, QBMP-6, trata-se das praças com formação nas áreas: Técnico em enfermagem, Técnico em radiologia, Técnico em laboratório, Técnico de gesso, Técnico em Higiene dentária e Enfermeiros com formação superior. Todos auxiliam nas execuções dos serviços diários da área de saúde;

***O Sistema de Saúde da corporação é necessariamente uma área-meio.

1. REALIZAÇÕES**PROGRAMA: 6008 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEGURANÇA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4057 - ASSISTÊNCIA MÉDICA	0	0	0	0
0010 - ASSISTÊNCIA MÉDICA-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, POR HOSPITAIS E CLÍNICAS CREDENCIADAS AOS MILITARES, DEPENDENTES E PENSIONISTAS DO CBMDF-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6008	0	0	0	0

Desde o Acórdão TCU 2.631/2010-Plenário, o Fundo de Saúde do CBMDF (UG 220902 - FS-CBMDF) não recebe dotação inicial na lei orçamentária do GDF. Todo o orçamento destinado é oriundo de Superávit Financeiro apurado em balanços patrimoniais anteriores a 2011 e que vem sendo administrado como reserva desde então.

a) Nas policlínicas e unidades da DISAU do CBMDF

As ações executadas nas dependências dos órgãos subordinados à Diretoria de Saúde são realizadas para atender o disposto na alínea e, do Inciso IV do artigo 51 da lei 7479/1986 - Estatuto Bombeiro-Militar, conforme abaixo:

Art 51. São direitos dos bombeiros-militares:

...

IV - nas condições ou limitações impostas na legislação e regulamentação específica ou peculiar:

...

e) a assistência médico-hospitalar para si e seus dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, farmacêuticos e odontológicos, bem assim o fornecimento, a aplicação de meios e os cuidados e demais atos médicos e paramédicos necessários;

Assim, para atender ao previsto no Estatuto Bombeiro-Militar, a Diretoria de Saúde da Corporação gerencia cinco órgãos que prestam serviços de assistência à saúde dos militares, dependentes e pensionistas, função que foi estabelecida por meio do Decreto Federal nº 7.163/2010 que reorganizou a estrutura do CBMDF.

O referido decreto reafirmou que a DISAU é um órgão de direção que tem como incumbência as atividades relacionadas com a atenção à saúde do bombeiro militar, seus dependentes legais e pensionistas.

Assim, estão subordinados à DISAU os seguintes órgãos com as respectivas funções institucionais previstas na Portaria - CBMDF nº 93, de 21 de dezembro de 2011:

- Policlínica Médica - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência médico-hospitalar e, em caráter excepcional, a médico-domiciliar, aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.
- Policlínica Odontológica - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a assistência odontológica aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação.
- Centro de Assistência Bombeiro Militar - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade o assessoramento aos usuários do Sistema de Saúde da Corporação no atendimento às contingências sociais e às necessidades básicas, com vistas à garantia dos mínimos sociais.
- Centro de Capacitação Física - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização de atividades ligadas ao treinamento físico militar, avaliação física, treinamento desportivo e áreas correlatas à capacitação ao exercício da profissão bombeiro militar.
- Centro de Perícias Médicas - órgão de apoio subordinado à Diretoria de Saúde que tem por finalidade a realização das inspeções e perícias médicas, sendo responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e controle de todas as atividades médicos-periciais desenvolvidas no CBMDF.

Foram executadas consultas diversas ambulatoriais, exames de laboratório, consultas e procedimentos odontológicos, fisioterápicos e pequenas cirurgias, realizados no âmbito da Policlínica do CBMDF.

Procedimentos realizados nas unidades da DISAU em 2015

Discriminação dos procedimentos	Quantidade			
	2013	2014	2015	2016
Número de consultas ambulatoriais (POMED)	47.586	46.923	46.045	42.672
Procedimentos da Enfermaria (POMED)	3.179	3.697	3.904	4.859
Cirurgias (POMED)	598	593	688	475
Procedimento na Ortopedia/Gesso (POMED)	182	157	127	57
Eletrocardiograma (POMED)	22	145	36	-
Ecografia (POMED)	2.676	2.283	2.349	1728
Endoscopia (POMED)	648	618	779	790
Fluxometria (POMED)	8	-	-	-
Colonoscopia (POMED)	304	205	381	420
Exames de Laboratório (POMED)	151.746	193.604	198.604	218620
Atendimentos Fisioterápicos (POMED)	6.649	4.273	11.101	6.649
Exames Radiológicos* (POMED)	1.593	1.787	2.829	2.293
Colposcopia (POMED)	-	-	1.362	1.363
Procedimentos Odontológicos (PODON)	35.218	54.147	49.177	49.353
Psicologia e Psiquiatria (CEABM)**	616	620	507	697
Número de Perícias (CPMED)	15.183	21.041	37.206	31.861
Número de Inspeções em Saúde (CPMED)	4.025	4.509	25.335	24.115
Número de Pessoas Atendidas pelos programas do CECAF	225	155	793	1.308
Total de Procedimentos	270.458	334.757	381.223	387.260

b) Na rede credenciada

Dadas às limitações da POMED em termos de profissionais, equipamentos ou complexidade e à necessidade de assistência integral à saúde, os serviços na rede credenciada têm por finalidade prestar os serviços hospitalares eletivos, urgência e emergência, cirurgias diversas, internações, exames de imagem, clínicos, ressonâncias, oncologia, tratamentos psiquiátricos e de dependência química, entre outros.

Atualmente, o Sistema de Saúde do CBMDF, além de hospitais e clínicas credenciadas, conta também com fornecedores de materiais médicos, odontológicos, hospitalares e farmacêuticos. Todas as clínicas credenciadas são regidas pelo edital de credenciamento nº 001/2011-CBMDF.

Embora complementar, a prestação de serviços por meio de empresas credenciadas é a principal atividade da Diretoria de Saúde, em razão do grande volume de recursos dispensado, consumindo parte expressiva de todo o orçamento da diretoria, somando FCDF e FS-CBMDF, conforme tabela abaixo:

Valores empenhados para credenciamento

Ano	Valor Autorizado Custeio e Investimento	Valor Empenhado para Credenciamento (Incluindo DEA)	Percentual do Orçamento Destinado para Credenciamento
2016	86.992.500	81.129.480	93,26%

O credenciamento permite a aproximação dos serviços ofertados aos usuários do sistema de saúde, uma vez que descentraliza a oferta por meio da contratação de empresas em regiões diversas ao Plano Piloto.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Execução do Fundo Constitucional do Distrito Federal – UG 170495

Execução Orçamentária e Financeira no SIAFI fonte 106.

Ação/SubtítuloQ	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
0903 - Assistência Médica	0	8.120.069	8.119.568	6.950.029
00FI - Assistência Médica e Odontológica aos Bombeiros e Dependentes do CBMDF	0	8.120.069	8.119.568	6.950.029
TOTAL	0	8.120.069	8.119.568	6.950.029

Após a publicação do ACÓRDÃO Nº 2631/2010 - TCU – Plenário, aquela corte de Contas entendeu que o orçamento do Fundo de Saúde, por ser oriundo do Fundo Constitucional do Distrito Federal deveria ser executado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), conforme o Item 1.5.1 do acórdão:

“1.5.1. o registro da execução orçamentária e financeira dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi inicie-se a partir de 1º de janeiro de 2011”;

Com isso, os valores arrecadados anualmente não integram mais as ações executadas no Sistema de Gestão Governamental do GDF (SIGGO), somente o superávit apurado em exercícios anteriores, conforme o item 1.5.2 do acórdão:

“1.5.2. os superávits dos Fundos de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar do Distrito Federal, apurados em exercícios anteriores ou que vierem a ser apurados no exercício de 2010, sejam executados no âmbito do orçamento do Governo do Distrito Federal – GDF.”

Assim, todo o orçamento do exercício de 2016, referente à arrecadação do Fundo De Saúde do CBMDF foi executado através do sistema SIAFI, sob ação específica do *Fundo Constitucional Do Distrito Federal, - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Seus Dependentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - no Distrito Federal.*

A fonte de recursos nº 106 corresponde aos valores arrecadados pelo CBMDF referentes à contribuição dos militares ao Fundo de Saúde. Sua utilização ocorreu de acordo com a tabela abaixo:

Execução da Fonte 106 por Natureza de Despesa

Descrição	Empenhado	Liquidado
Serviço Médico-hospitalar, Odontológico e Laboratoriais	5.157.200	4.356.223
Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.960.706	2.592.144
Indenizações e Restituições	1.662	1.662
Total	8.119.568	6.950.029

Não houve o registro e o acompanhamento das etapas do SAG por serem incompatíveis com os recursos do FCDF.

Execução Orçamentária e Financeira no SIAFI – Fundo Constitucional do DF

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
00FM - Assistência Médica e Odontológica aos Bombeiros e Dependentes do CBMDF	0	78.872.431	77.871.353	41.852.102
0053 – Assistência Médica e Odontológica aos bombeiros e dependentes do CBMDF	0	78.872.431	77.871.353	41.852.102
Total	0	78.872.431	77.871.353	41.852.102

Gastos de Despesa do FCDF

Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
Combustível e Lubrificantes	2.159,60	560,00	560,00
Material Farmacológico	38.884,60	38.821,60	38.821,60
Material Odontológico	265.714,10	77.954,62	77.954,62
Material Químico	2.982,00	2.982,00	2.982,00
Material Educativo E Esportivo	13.430,00	13.430,00	13.430,00
Material de Expediente	290,00	290,00	290,00
Material de Acondicionamento e Embalagem	666,32	666,32	666,32

Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
Material P/ Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	353,09	353,09	353,09
Material P/ Manutenção de Bens Móveis	288.208,59	66.612,22	66.612,22
Material De Proteção e Segurança	6.122,00	6.122,00	6.122,00
Material Laboratorial	2.204.324,00	1.667,00	1.667,00
Material Hospitalar	92.701,68	63.251,68	63.251,68
Material P/ Reabilitação Profissional	280,00	280,00	280,00
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	906.245,28	826.373,04	826.373,04
Assinatura de Periódicos e Anuidades	7.622,12	7.622,12	7.622,12
Locação de Maquinas e Equipamentos	5657,92	5.057,92	5.057,92
Manut. e Conserv. de Maquinas E Equipamentos	102.641,42	56.548,90	56.548,90
Manut.e Cons.de B.Moveis de Outras Naturezas	405,00	405,00	405,00
Serviços Domésticos (Lavanderia Pomed)	27.500,00	21.365,15	21.365,15
Serviço de Seleção e Treinamento	29.772,04	29.772,04	29.772,04
Serv.Medico-Hospital.,Odontol. e Laboratoriais	72.168.457,95	39.834.840,64	39.834.840,64
Servicos Gráficos e Editoriais	480,00	480,00	480,00
Outros Serviços De Terceiros – PJ	841.453,29	652.366,75	652.366,75
Obras em Andamento	144.096,38	0	0
Apar.Equip.Utens.Med.,Odont.Labor.Hospit.	69.3831,34	125.949,98	125.949,98
Equipamentos para Audio, Vídeo e Foto	16.339,94	16.339,94	16.339,94
Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	8.744,24	0	0
Mobiliário em Geral	1.990,00	1.990,00	1.990,00
Total	77.871.352,90	41.852.102,01	41.852.102,01

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Com a progressão dos gastos com assistência médica aos usuários do sistema, o acompanhamento dos valores mensais com atendimentos nas credenciadas através de informações por elas prestadas, foi evidenciado, mediante planilhas próprias elaboradas pela Seção de Acompanhamento da Execução de Contratos, a necessidade de incremento do orçamento.

Assim, ficou apontado no mês de agosto de 2016 através da projeção dos gastos informados pelas credenciadas e ajustes internos no Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF), que para o fechamento do exercício o valor estimado para aporte no orçamento seria de R\$ 8.603.745,40 apresentando um valor total de R\$ 77.783.605,70 de recursos a serem destinados aos atendimentos dos beneficiários do sistema de saúde do CBMDF junto às empresas credenciadas.

Diante da crescente demanda e da possibilidade de os recursos não serem suficientes para cobrir as despesas ocorridas, desde o exercício de 2012 a DISAU estabeleceu métodos de controle, tais como:

- Qualquer autorização de procedimentos a serem realizados na rede credenciada deve ter a anuência de profissional de saúde da Corporação em atendimento nas unidades do CBMDF. Tal ação visa a utilização completa das unidades de saúde e evitar que procedimentos desnecessários sejam realizados.
- Ação mais criteriosa nos trabalhos da Seção de Auditoria em Saúde, em autorizações de procedimentos.
- Adoção de modalidade de pagamento por meio de ressarcimento, com o fito de coibir uso desnecessário de serviços médicos eletivos.
- Realização de palestras para executores de contratos de credenciamento orientando uma melhor execução orçamentária e financeira.
- Realização de curso de Gestão de Contratos na Escola de Governo, sendo uma turma de 30 militares no período de 5 a 9 de outubro de 2015 e outra de 27 militares de 23 a 27 de novembro de 2015.
- Instituição de comissão para realização de estudo de viabilidade de adoção de empenho para a própria Unidade Gestora, publicado no item VIII do Boletim Geral da Corporação de número 141, de 28JUL2015.
- Realização de trabalho monográfico sobre a implantação de Empenho único para a própria Diretoria de Saúde, do qual se concluiu ir contra a legislação vigente o uso de empenho único para a própria Unidade Gestora, contrariando normas da Secretaria do Tesouro Nacional, que rege todo o arcabouço normativo de orçamento e finanças públicas.

O objetivo é utilizar ferramentas no sentido de manter os gastos dentro da meta planejada anualmente, uma vez que o ingresso expressivo de militares nos exercícios de 2011 a 2016, aliado ao envelhecimento da tropa e reconhecimento de novos dependentes elevou-se consideravelmente os gastos.

A execução dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, com algumas alterações orçamentárias como o aporte financeiro, proporcionaram o regular andamento dos serviços junto às empresas credenciadas prestadoras de serviços de saúde, bem como fornecedores de materiais. Para alcançar este resultado foi realizado um aporte no orçamento de R\$ 9.987.260,00 além da mudança da natureza da despesa de investimento para custeio no valor de R\$ 2.465.174,38.

Dessa forma, o montante final disponibilizado para gastos com credenciamento ficou em R\$ 81.129.479,59 totalmente empenhado, destinado ao exercício de 2016 e Reconhecimento de Dividas de Exercício Anteriores.

O orçamento total disponibilizado para a Assistência Médica do CBMDF, após os aportes financeiros da SUTES/GDF de R\$ 86.992.500,00.

Em comparação com os exercícios anteriores, houve um aumento do valor da Provisão Recebida, onde se percebe que a cada ano há a necessidade de um maior aporte de Recursos Orçamentário-Financeiros, tendo em vista que os gastos em saúde se comportam de forma crescente, tanto pela inflação dos gastos médicos, ou pelos valores dos procedimentos, além de uma maior população de bombeiros militares e dependentes atendidos pela Diretoria de Saúde. Pode-se observar o aumento dos recursos recebidos conforme tabela abaixo:

	2013	2014	2015	2016
Provisão Recebida	45.505.204	57.005.204	69.005.204	86.992.500

Com o avançar do tempo somado às novas inclusões, e ainda com a análise do comportamento da demanda nos atendimentos médicos, vislumbra-se a necessidade de reavaliação do orçamento destinado à Assistência Médica do CBMDF, uma vez que este se encontra cada vez mais aquém da capacidade de cobertura dos gastos.

14.8. FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL– UO: 24.904

O Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Militar do Distrito Federal – FUNPM foi criado por meio da Lei nº 4.077, de 28/12/2007, com a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros para a Polícia Militar do Distrito Federal, objetivando sua modernização, reequipamento, manutenção, a aquisição de bens de consumo e a execução de serviços.

Compete à Polícia Militar do Distrito Federal gerir os recursos do FUNPM.

A Força de trabalho do Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Militar do Distrito Federal compõe o Quadro de servidores apresentado no Relatório da PMDF.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	2.000.000	1.300.000	0	0
0008 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNPMDF-DISTRITO FEDERAL	2.000.000	1.300.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6217	2.000.000	1.300.000	0	0

Fonte: Departamento de Logística e Finanças da PMDF

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Polícia Militar do Distrito Federal estimou arrecadar dentro do FUNPMDF, no exercício financeiro de 2016, valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), com a alienação de bens móveis, porém a receita estimada foi frustrada pois o leilão que estava previsto de ser realizado, não ocorreu, ficando para o exercício financeiro de 2017.

A Corporação ainda, no exercício financeiro de 2016, fez a apuração de superávit financeiro de referido fundo sendo apurado o financeiro de R\$ 1.836.000,00 (Hum milhão oitocentos e trinta e seis reais), porém quando solicitou ao Comitê de Governança/SEPLAG-GDF, a abertura de crédito adicional suplementar para utilização dos recursos foi negado por três vezes, conforme processo arquivado na Seção de Orçamento do Estado Maior da PMDF, sob a alegação de insuficiência orçamentária e financeira do GDF, e que os recursos do aludido fundo seria, conforme Lei distrital utilizado pelo IPREV para pagamento da folha dos Inativos Pensionistas do Governo do Distrito Federal, que em 2017 poderia a Corporação apurar novamente o superávit financeiro e solicitar a abertura do crédito adicional suplementar.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Com relação a esta Unidade Orçamentária a receita foi frustrada conforme já informado e ainda não foi autorizado a utilização dos recursos do superávit financeiro apurado também já informado.

14.9. FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO DISTRITO FEDERAL– UO: 24.905

O FUNCBM foi instituído a partir da sanção da Lei nº 4.076/2007 com a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros à Corporação objetivando sua modernização, reequipamento, manutenção, a aquisição de bens de consumo e a execução de serviços. Para isso a referida lei previu as suas fontes de recursos como sendo:

- Doações, auxílios e subvenções de pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo, e de direito privado;
- Dotações consignadas no orçamento do Distrito Federal;
- Produto resultante da alienação de bens materiais de utilização específica nas atividades de segurança pública no Distrito Federal;

O Fundo de Modernização não possui quadro de pessoal próprio, representando como afirma a lei de criação apenas a complementação dos recursos para o objetivo institucional.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.846.633	5.436.633	828.783	426.203
9512 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-FUNCBM-DISTRITO FEDERAL	1.846.633	5.436.633	828.783	426;203
TOTAL DO PROGRAMA 6217	1.846.633	5.436.633	828.783	426.203

Obs: Houve o recebimento de crédito adicional, aprovado pelo PL 1194. Crédito suplementar de R\$ 3.590.000,00, lançado em setembro. O objetivo foi recompor o orçamento do Fundo pelo ingresso das inscrições de taxa do concurso público, possibilitando os pagamentos das primeiras parcelas com a organizadora do concurso público externo do CBMDF.

De acordo com o planejamento institucional, e, com a característica do Fundo, de utilização do FMCBMDF para a arrecadação e dispêndio com o concurso público, houve o ingresso de crédito suplementar a partir do pagamento das taxas de inscrição referentes ao processo de ingresso às especialidades da corporação. No entanto, em decorrência de recomendação conjunta do Ministério Público do Distrito Federal e do Ministério Público de Contas, foram adiadas as fases do certame impondo que a segunda parcela prevista para o pagamento ainda em 2016 ficasse para o próximo exercício.

Sendo essas as receitas do FUNCBM previstas em lei, entende-se que todas as receitas acima listadas são receitas próprias do fundo, ou seja, receitas próprias dessa Unidade Orçamentária e, portanto, não passíveis de movimentação/transferência para outra conta corrente de outra unidade orçamentária ou mesmo para o caixa único do GDF ao longo do exercício financeiro atinente à sua arrecadação.

Entretanto, a partir março de 2015 foram feitas retiradas com destino ao Caixa Único do GDF de recursos oriundo da receita própria levando à quase totalidade da transferência até o final do exercício, contrariando o descrito da LC nº 872/2013.

Tal ocorrência tem gerado grave impacto ao CBMDF, uma vez que impede o devido acompanhamento e controle das receitas e, por conseguinte, o adequado cálculo do superávit financeiro. As contas contábeis do fundo, com permissão de acesso à unidade gestora do FUNCBM, não mais mantém correspondência com os dados de movimentação financeira do Fundo.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.199	779	0	0
7146 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNCBM-DISTRITO FEDERAL	1.199	779	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001	1.199	779	0	0

Obs.: Os ressarcimentos são destinados para restituir valores depositados de forma indevida no Fundo. Fato que não ocorreu em 2016, gerando a nula execução neste Programa Trabalho.

14.10. FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL– UO: 24.906

O Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal – FUNPCDF foi criado pela Lei Complementar nº 751, de 28 de dezembro de 2007, com a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros para a Polícia Civil do Distrito Federal, objetivando sua modernização, reequipamento, manutenção, aquisição de bens de consumo e a execução de serviços.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	10.409.763	9.746.346	2.869.309	2.833.487
0006 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNPCDF-DISTRITO FEDERAL	10.409.763	9.746.346	2.869.309	2.833.487
TOTAL DO PROGRAMA 6217	10.409.763	9.746.346	2.869.309	2.833.487

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000	26.500	13.288	13.288
7098 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNPCDF-DISTRITO FEDERAL	10.000	26.500	13.288	13.288
TOTAL DO PROGRAMA 0001	10.000	26.500	13.288	13.288

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Com os recursos gerenciados pelo FUNPCDF foram proporcionadas aos servidores da Polícia Civil, melhores condições de trabalho com a compra de equipamentos e contratação de serviços, dos quais podemos destacar:

- Aquisição de 200 pistolas calibre .40 para atividades táticas e operacionais de setores da Polícia Civil do Distrito Federal;
- Contratação de serviço especializado de reparação e adequação da Central de Vestígios Criminais do Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Distrito Federal;
- Contratação de serviço especializado para suporte tecnológico ao Sistema Informatizado que atende a área de Inteligência da PCDF

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Durante o exercício de 2016 o Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do Distrito Federal – FUNPCDF foi contemplado, por meio da Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal com recursos no valor de R\$ 10.409.763 destinados a sua Gestão, todavia, desses Recursos foram autorizados apenas o valor de R\$ 2.869.308, dos quais foram liquidados e pagos R\$ 2.833.486 estabelecendo desta forma um excelente índice de assertividade orçamentária e financeira de 98,75%.

Tais as considerações, entendemos que a Polícia Civil do Distrito Federal alcançou as metas traçadas para o exercício de 2016, vez que crimes de alta relevância foram elucidados graças ao trabalho harmonioso e responsável dos integrantes da carreira policial civil do Distrito Federal.

Sob esse prisma, a Polícia Civil do DF, espera para o exercício de 2017 que seja contemplada com mais Recursos Orçamentários e Financeiros, possibilitando assim, os meios necessários para cumprimento de sua missão Institucional, a saber: “Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados.”

14.11. FUNDO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 24.908

O Fundo Penitenciário do Distrito Federal – FUNPDF foi criado pela Lei Complementar n.º 761, de 05/05/2008, e suas alterações, e regulamentado pelo Decreto nº 32.106, de 25 de Agosto de 2010, que institui seu Regimento Interno.

O aludido Fundo é gerido por um Conselho de Administração, composto por 12 (doze) membros, sendo eles: o Titular da Pasta responsável pela Administração Penitenciária do Distrito Federal, que o presidirá ou designará seu Presidente; o Subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal; um membro do Conselho Penitenciário do Distrito Federal; o Diretor Executivo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal; dois diretores das Unidades Prisionais; três representantes da Sociedade Civil indicados pelo Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – CDPDDH, de que trata a Lei nº 3.797, de 06 de fevereiro de 2006; e três membros indicados pelas entidades representativas dos trabalhadores do Sistema Penitenciário.

A finalidade desta Unidade é financiar e apoiar, de forma complementar, atividades e programas de desenvolvimento, modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, por meio de investimentos, os quais incluem obras (construção, reforma, ampliação e aprimoramento dos estabelecimentos penais); aquisição de bens permanentes (móveis, computadores e equipamentos de informática, veículos especializados, dentre outros); e de custeio das atividades dos estabelecimentos penais, e compreende a manutenção dos serviços penitenciários, e aquisição de material de higiene e conservação e outros.

Ademais, também faz parte do rol de finalidades deste Fundo, a implantação de medidas pedagógicas relacionadas ao trabalho profissionalizante do preso e do internado, bem como a captura de presos foragidos dos Estabelecimentos Penais.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	1
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	12
Estatutário – em exercício	2
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	-
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	3
Total ativos - afastado	-

Conforme Regimento Interno do Fundo Penitenciário do Distrito Federal - FUNPDF, Decreto nº 32.106 de 25 de agosto de 2010, em seu art. 8º que diz que constituem a estrutura básica do FUNPDF, o Conselho de Administração e a Secretaria Executiva.

Os servidores que compõem a Secretaria Executiva (Núcleo de Execução do FUNPDF) fazem parte do quadro efetivo da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social do DF.

Os conselheiros são de acordo com o Regimento Interno aprovado pelo Decreto 32.598, de 2010.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

Objetivo: Promover a defesa e garantia dos direitos humanos, assegurando o exercício do direito à cidadania plena com dignidade por meio de oferta de informações e serviços integrados com qualidade.

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	4.562.715	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	0	3.585.316	110.586	110.586
0023 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNPDF-DISTRITO FEDERAL	0	3.585.316	110.586	110.586
TOTAL DO PROGRAMA 6211	0	8.148.031	110.586	110.586

Foram efetivadas, neste ano de 2016:

- Aquisição de material permanente: 08 máquinas de impressoras multifuncionais;
- Material de consumo: tonners para impressoras de todo o Sistema Penitenciário.

Tais realizações promoveram a melhoria, agilidade e aprimoramento do Sistema Penitenciário.

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A receita do FUNPDF constitui, dentre outras previstas em Lei, da venda de produtos das cantinas em funcionamento nos estabelecimentos prisionais.

Os projetos executados por esta unidade tem origem nas solicitações recebidas pela Secretaria Executiva, que são encaminhadas ao Conselho de Administração, e, após a deliberação, são aprovadas visando ao cumprimento das destinações previstas em Lei.

A Secretaria Executiva, Responsável pela gestão orçamentária e financeira e pela execução das atividades do FUNPDF, empenha-se no sentido de dar continuidade às atividades com celeridade, a fim de que sejam atendidas as prioridades, bem como realizar atividades e programas de desenvolvimento, modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário do Distrito federal, buscando o cumprimento das competências a ela delegadas.

No exercício do ano de 2016 a Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, da qual o Fundo Penitenciário do Distrito Federal - FUNPDF integra a estrutura, foi transferida da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania para a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, por força do Decreto nº 37.132, de 23 de fevereiro de 2016, que definiu a nova estrutura administrativa.

Quanto às dificuldades encontradas, citamos a falta de tempo hábil para conclusão dos procedimentos licitatórios e dificuldades na elaboração dos projetos.

15. SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS – UO: 25.101

A Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal - SEDESTMIDH foi instituída pelo Decreto nº 36.832, de 23 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 26 de outubro de 2015, Suplemento “B”, como órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, diretamente subordinada ao Governador, tendo atuação e competências nas seguintes áreas:

- I - trabalho, emprego, empreendedorismo e promoção de oportunidades de ocupação e renda para a população do Distrito Federal;
- II - sistema público de emprego;
- III - qualificação social e profissional, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional, para os beneficiários dos programas sociais e grupos sociais vulneráveis;
- IV - financiamento para pequenos empreendimentos urbanos e rurais;
- V - apoio a iniciativas de micro e pequenos empreendedores individuais ou organizados, em associações e cooperativas;
- VI - ações para os setores da economia solidária, com vistas à geração de trabalho e renda;
- VII - acompanhamento sistemático do mercado de trabalho no Distrito Federal.
- VIII - políticas para as mulheres;
- IX - proteção e promoção dos direitos das mulheres;
- X - promoção de políticas e defesa de direitos das pessoas idosas;
- XI - promoção de políticas e defesa de direitos das pessoas com deficiência;
- XII - políticas de promoção da igualdade racial;
- XIII - prevenção e combate do racismo, da homofobia, do sexismo e de outras formas de discriminação;
- XIV - promoção dos direitos humanos e da cidadania;
- XV - garantia dos direitos humanos de todos os cidadãos, com particular atenção sobre populações de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, em situação de privação de liberdade e vítimas de tráfico de pessoas.
- XVI - assistência social;
- XVII - transferência de renda;
- XVIII - inclusão social;
- XIX - segurança alimentar e nutricional;
- XX - gestão dos restaurantes comunitários, unidades de acolhimento e demais espaços e equipamentos públicos que lhe são afetos.

Para a elaboração do presente relatório foram considerados dados e informações do exercício de 2016, relativos a todas as unidades orgânicas que integram a Secretaria de Estado Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal.

No que concerne à força de trabalho, disponível para a execução das ações sob sua responsabilidade, a Secretaria conta com equipe composta por servidores efetivos da Carreira Pública de Assistência Social, da Carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do DF, servidores ocupantes de cargos em comissão, requisitados, entre outros, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Força de Trabalho

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	58
Cedidos – fora GDF	18
Requisitado fora GDF – PASUS	03
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro (titulares e suplentes)	378
Estatutário – em exercício	1.508
Estatutário - afastado	26
Sem vínculo – em exercício	307
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	2.272
Total ativos - afastado	26

Fonte: DIGEP/SUAG/SEDESTMIDH - Dados de 31/12/2016.

Estatutário – afastado: incluídas apenas licenças sem remuneração.

Total em exercício: inclui 79 servidores cedidos e requisitados

Visando complementar sua força de trabalho a Secretaria conta também com um pequeno quantitativo de estagiários (94) e pessoal terceirizado (36), bem como com servidores sem vínculos, demonstrados acima, que ocupam cargos em comissão e de natureza especial na SEDESTMIDH. Destaca-se que alguns cargos comissionados estão ocupados por servidores de carreira, o que promove a valorização dos trabalhadores da Secretaria com perfil adequado aos cargos e ampliação do nível de responsabilidade dos mesmos com o órgão e com as políticas de desenvolvimento social no DF, porém, gera também uma redução de pessoal para execução das atividades técnicas e administrativas.

O atual quantitativo do quadro de pessoal está aquém da demanda de atividades que são executadas pelo órgão, a partir de suas competências.

O último concurso público realizado não logrou recompor a defasagem do quadro de pessoal da Secretaria, advindo do desligamento de servidores por demissão, exoneração de cargo efetivo a pedido, falecimento, posse em outro cargo inacumulável, transferência IPREV – aposentadorias.

Tais circunstâncias continuam impactando, consideravelmente, no desempenho das atividades da Secretaria, gerando acúmulo para os atuais servidores, duplas funções, impossibilidade de expansão de unidades e serviços, etc.

Apesar disso, a SEDESTMIDH considera que o desenvolvimento das ações tem ocorrido dentro de uma normalidade aceitável, superando, algumas vezes as expectativas, vez que os servidores se mantêm comprometidos em seus locais de trabalhos.

Diante desse cenário e considerando o número de servidores que estão na iminência de se aposentar nos próximos anos, pode ocorrer o agravamento da situação exposta, caso não haja recomposição de pessoal efetivo.

Nesse sentido cabe registrar, que foi aprovado pelo Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH/SEAP, processo desta Secretaria, que trata da realização de concurso público, para contratação de 300 (trezentos) novos servidores de nível superior e médio, inicialmente previsto para o ano de 2014, mas que até a presente data não se realizou.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	310.000	0	0	0
6199 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS--DISTRITO FEDERAL	310.000	0	0	0
4180 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	100.000	0	0	0
0002 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS--DISTRITO FEDERAL	100.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6203	410.000	0	0	0

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp.
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Sistema de Informação, monitoramento e avaliação consolidado	%			Anual	60	40	100	100	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3

No ano de 2016 teve início a consolidação um processo mais definido de planejamento e desenhos estruturais para tomada de decisões. A gestão passou por etapas mais consistentes, que vão desde o mapeamento e diagnóstico das Unidades de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, até o eixo de reformulação de atuação das unidades finalísticas, diante a execução dos programas, projetos, serviços e benefícios, respeitando as especificidades vividas em relação à infraestrutura - tanto logística quanto operacional -.

Diante dessa trajetória da Modernização de Gestão, buscou-se identificar problemas nas unidades e estratégias de resolução, sobretudo trabalhando a necessidade de compor um caderno de terminologias para a padronização de conceitos (em execução).

As etapas iniciais ajudaram na formulação dos fluxogramas, aqui denominado de Modelo Estético da Assistência Social, sustentando uma modernização que passa pelas ações de melhorias nos procedimentos, rotinas, elaboração de formulários e instrumentais e alteração de fluxos e processos de Recepção, Acolhida e Acompanhamento.

Os fluxogramas iniciais de entrada e saída de processos de trabalho já estão definidos e com isso avançamos para a formulação do detalhamento de variáveis, produto que subsidiará o levantamento de requisitos para a implantação dos módulos do SIDS.

Para o levantamento estratégico já foi possível contar com uma visão mais clara do papel da Secretaria e de como esta se concretiza nas ações finalísticas das Unidades de Execução de Ponta, servindo de base para monitoramento e

avaliação das ações que compõem o Plano Plurianual (2016-2019). O eixo da dialogicidade se faz presente para que o sistema reflita a realidade.

Em relação ao escopo atual já foi possível definir algumas variáveis que podem sofrer alterações significativas numa proposta de Gerencial Estatístico que desabilite a função atual da Sinopse.

Para a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, a Secretaria vem num intenso processo de implantação de sistemas informatizados para acompanhamento, monitoramento e controle dos serviços dos Restaurantes Comunitários. Do total de 14 restaurantes, cinco deles já estão com o novo modelo implantado.

Quanto ao sistema de Monitoramento e Avaliação percebe-se a importância de avançar com o processo de trabalho, sobretudo focando na potencialização da Gestão da Informação como proposta de um modelo de atuação por simplificação e resultados.

Por ora, as variáveis que impactaram sobre o desenvolvimento de atividades e, conseqüentemente, sobre o alcance de metas e objetivos (recursos financeiros – inexistentes e/ou insuficientes, alteração de estrutura administrativa, redução da equipe de trabalho em termos quantitativos e qualitativos, dentre outros), não impediram o avanço no processo de construção de um Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais, observados o compromisso, empenho e criatividade dos servidores envolvidos direta e indiretamente neste desafio.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2661 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	150.000	0	0	0
0001 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA--DISTRITO FEDERAL	150.000	0	0	0
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	7.927.530	3.387.310	3.385.806	3.113.101
0001 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS-INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - FÁBRICA SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	7.927.530	3.387.310	3.385.806	3.113.101
2668 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO	250.000	2	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO-AÇÕES DE EMPREENDEDORISMO-DISTRITO FEDERAL	250.000	2	0	0
2900 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS	1.950.000	347.919	346.953	237.257
7551 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS-QUALIFICA DF-DISTRITO FEDERAL	950.000	347.919	346.953	237.257
7552 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DE QUALIFICAÇÃO DE JOVENS DE 18 A 29 ANOS .	1.000.000	0	0	0
7553 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS-APOIO AO DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DE ATIVIDADES DE QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	89.182	1	0	0
0018 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	89.182	1	0	0
3064 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF	250.000	2	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF--DISTRITO FEDERAL	250.000	2	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	343.749	49.723	49.687	10.696
5981 - APOIO A EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	343.749	49.723	49.687	10.696
4102 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO	7.080.060	7.499.386	3.141.376	2.572.036
0008 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-TRABALHADOR AUTÔNOMO-DISTRITO FEDERAL	20.000	17.207	0	0
0009 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-MODERNIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS DO TRABALHADOR-DISTRITO FEDERAL	525.000	7.304	0	0
0010 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-IMO-DISTRITO FEDERAL	2.894.320	3.934.135	348.166	305.783
0011 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO-DISTRITO FEDERAL	3.540.740	3.540.740	2.793.210	2.266.253
0012 - APOIO A IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS DOS TRABALHADORES QUALIFICADOS NO ÂMBITO DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO.	100.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	18.040.521	11.284.343	6.923.823	5.933.090

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Trabalhador inserido no mercado de trabalho	Pessoa	10.714	31-dez-14	Anual	9.000	11.000	13.000	15.000	MTE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6
Pessoa qualificada pela SEDESTMIDH	Pessoa	2.844	31-dez-14	Anual	5.000	6.500	8.450	10.945	SQP/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6
Taxa de Desemprego	%	14,20	30-jun-15	Mensal	13,5	13	12,5	12	DIEESE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6

A SEDESTMIDH tem a responsabilidade de promover e realizar as políticas públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda, com ações voltadas para a intermediação de emprego, a captação de vagas de emprego, o encaminhamento de trabalhadores aos postos de trabalho, a qualificação profissional, a concessão de crédito por intermédio de Programas de microcrédito orientado, o estímulo do empreendedorismo e demais formas de geração de renda, de maneira coletiva e/ou individual, ao trabalhador autônomo, a emissão da Carteira de Trabalho, a concessão do Seguro Desemprego, entre outras ações estratégicas importantes para o desenvolvimento social e econômico do Distrito Federal.

Nesse sentido, destacam-se ações como:

Regulamentação Food Trucks

A Secretaria, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo articulou e construiu a criação da lei que foi sancionada em março de 2016, que passou a ser legal a comercialização de alimentos em veículos automotores ou rebocáveis adaptados, os chamados *Food Trucks*, em áreas públicas de Brasília. Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, a Lei nº 5.627, de 15/03/2016, estipula locais, horários, regras de funcionamento, multas e outras normas para que a nova modalidade de negócio não conflite com as já regulamentadas, nem ofereça risco à população. No dia 21/12/2016 foi assinado pelo Governador o Decreto de Regulamentação.

Atualmente, existe cerca de 320 *Food Trucks* no Distrito Federal, com aproximadamente 1.000 empregos criados diretamente. O mercado fatura cerca de 8 milhões a 15 milhões de reais por mês.

Quinta Cultural

Revitalização noturna do Setor Comercial Sul. Movimentação média financeira de R\$ 7.000,00 por cada quinta-feira e o total da receita bruta no período de R\$ 203.000,00.

A Quinta Cultural teve 29 edições durante o ano, com público médio de 300 pessoas por edição, com duração de 6 horas e entrada gratuita. Presença de 8 *Food Trucks* em média por edição e 28 pessoas trabalhando diretamente no evento. Participaram 33 atrações musicais dos mais diversos ritmos.

Startups Brasília

A proposta do *Startups Brasília* é selecionar projetos que transformem ideias inovadoras em empreendimentos sustentáveis e que incorporem novas tecnologias, buscando formar um ambiente de inovação e empreendedorismo que estimule as pessoas a criar negócios, renda e empregos.

Já foram realizadas duas edições 2015 e 2016, oferecida pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF com apoio da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH com inscrições gratuitas.

Durante a sessão de mentoria realizada por esta Secretaria estiveram presentes mais de 100 empreendedores, 17 projetos que participaram foram aprovados na primeira fase do edital.

Resultado Edital Startups Brasília		
	2015	2016
Propostas de Startup - Etapa I:	375	456
Startups selecionadas - Resultado Final:	43	48
Valor do Investimento (milhões):	8,2	5

Coworking Público

Em Brasília, são mais de 10 espaços compartilhados, com cerca de 500 empresas formando um verdadeiro ecossistema de negócios.

O projeto do *Coworking* Público visa o fomento e o apoio ao ecossistema empreendedor no Distrito Federal, incentivando a criação, o desenvolvimento, e a consolidação de empreendimentos e projetos nas seguintes áreas: inovação tecnológica, social e cultural.

Nos últimos seis meses foram realizados 52 eventos com aproximadamente 800 pessoas em diversas atividades.

Campus Day

O evento aconteceu no dia 5 de novembro de 2016 com 8 horas de conteúdo, das 14h às 22h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Com público inscrito pelo *site* da Campus de 3.098 pessoas, com público presente de 1.700 pessoas.

O *Hackthon* do Banco de Brasília – BRB de FINTECH. Foram 67 pessoas inscritas para 25 vagas, participaram 16 pessoas distribuídas em quatro equipes e os vencedores ganharam R\$ 5 mil reais.

Número de *Pitch 's*, foram 21 *startups* inscritas e 5 se apresentaram durante o evento. Foram escolhidas 3 para serem premiadas.

Foram realizadas 24 horas de palestras com conteúdo em diversas áreas, como: robótica, games empreendedorismo, desenvolvimento, inovação e evolução tecnológica. Apresentações realizadas em três espaços: palco Principal, palco Experience e *Campus Drops*. Houve transmissão ao vivo de todas as palestras por meio do *site* da Campus.

Projeto “Saber Cooperativo”

O circuito de palestras “Saber Cooperativo” é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surge da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.

A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas. No 2º semestre de 2016, foram realizadas 4 palestras “Saber Cooperativo”, reunindo um total de 67 participantes, uma média de quase 17 pessoas por palestra.

Economia Solidária – ECOSOL

O circuito ECOSOL, Feira de Economia Solidária, surgiu da necessidade de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e REDES, que encontravam barreiras para expor em feiras tradicionais. Em 2016, foram realizados 15 circuitos ECOSOL em diversas regiões do Distrito Federal, reunindo uma média de 20 empreendimentos por circuito.

Outra importante iniciativa foi estabelecer o lugar onde será o Centro Público de Economia Solidária (CDEPS-DF), dando início a reforma estrutural do local. O espaço para o centro está localizado no Setor Comercial Norte, antigo SINE, e sua inauguração está prevista para abril de 2017.

Além disso, a Secretaria participa da Coordenação do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE) e da Comissão de análise do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL).

a) Ações de intermediação de mão de obra

No período de janeiro a dezembro de 2016, a SEDESTMIDH, por intermédio de suas 17 Agências do Trabalhador, localizadas nas Regiões Administrativas do DF, com maior concentração populacional e por meio da Agência Virtual atendeu e inscreveu, no sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho - MTE, mais de 58.171 trabalhadores.

Nesse mesmo período foram captadas, junto aos empregadores do Distrito Federal, 24.901 novas vagas de emprego e realizados 44.184 encaminhamentos ao mercado de trabalho.

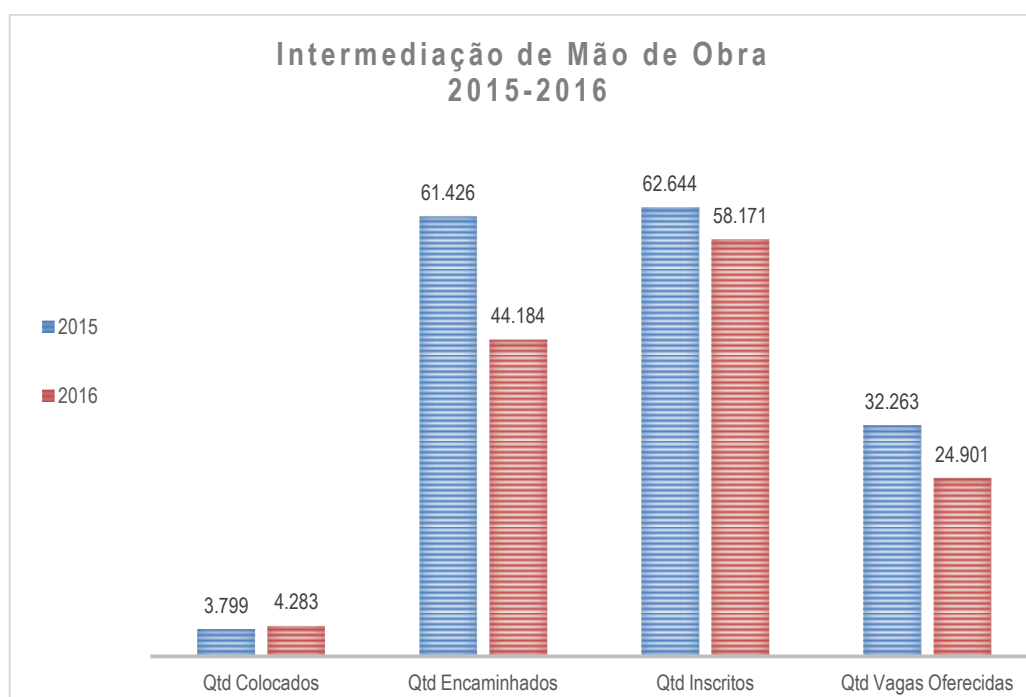
Do total de trabalhadores encaminhados, 4.283 foram efetivamente inseridos, o que corresponde a um aproveitamento de 17,2% das vagas ofertadas.

O percentual de pessoas que foram inseridas, encaminhadas pelas Agências do Trabalhador em 2016 foi de 29,1%, o que corresponde a um aumento de 10,6% quando comparado ao desempenho de 2015. Nesse sentido, podemos inferir que houve uma melhora na qualidade dos encaminhamentos realizados.

Indicadores IMO				
Informações sobre os indicadores de desempenho do IMO				
Ano Referência	Qtd Colocados	Qtd Encaminhados	Qtd Inscritos	Qtd Vagas Oferecidas
2015	3.799	61.426	62.644	32.263
2016	4.283	44.184	58.171	24.901
Total	8.082	105.610	120.815	57.164

• Consulta executada em 13-01-2017 às 15:53h

* Informações extraídas da BGIImo.



Destaca-se que com o contexto econômico desfavorável e condições adversas para novas contratações em 2016, houve uma redução de 7.362 novas vagas a serem oferecidas, o que corresponde a 23%, comparando-se com o ano anterior.

Mesmo assim, foram inseridos 484 novos trabalhadores no mercado de trabalho, por intermédio das Agências do Trabalhador.

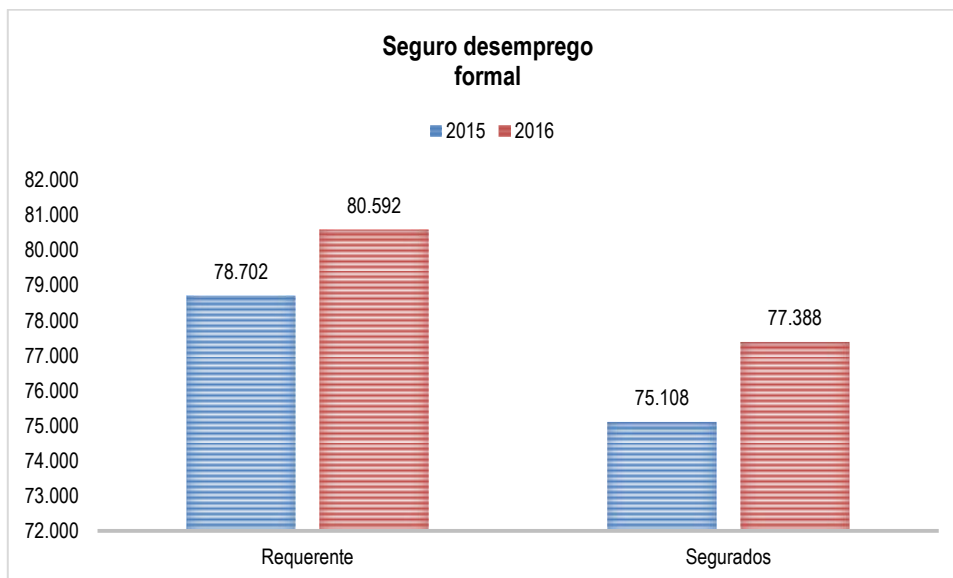
Seguro Desemprego

O Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social que tem por objetivo, além de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado sem justa causa, auxiliá-lo na manutenção e na busca de emprego, promovendo para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

Em relação ao Seguro Desemprego, que é um dispositivo importante para a garantia da proteção social do trabalhador, até 31 de dezembro de 2016, do número total de requerimentos, 96% foram habilitados a receberem o benefício, conforme dados abaixo.

Habilitação para o Seguro desemprego Formal	
Requerentes	80.592
Segurados	77.388

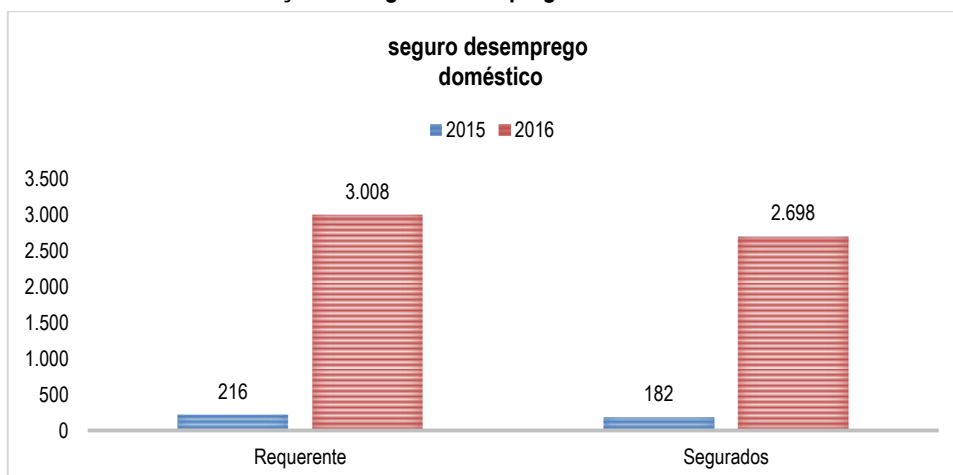
Evolução do Seguro desemprego Doméstico 2015-2016



Em relação ao ano de 2015, houve um acréscimo de 2,4% no número de requerentes, e 3% no número de segurados no ano de 2016.

Habilitação para o Seguro desemprego Trabalhador Doméstico	
Requerentes	3.008
Segurados	2.698

Evolução do Seguro desemprego formal 2015-2016



Já no que refere à concessão do benefício para o trabalhador doméstico, em relação ao ano de 2015, houve um acréscimo de 1.289% no número de requerentes, e um aumento 1.382% no número de segurados em 2016.

Podemos inferir que esse grande acréscimo pode ser em função da promulgação da Lei Complementar nº 150 de junho de 2015, que estabelece as diretrizes sobre o contrato de trabalho para várias categorias de trabalhadores domésticos.

Implantação da Central de Atendimento ao Empregador - CAE

A partir de setembro de 2016, em cumprimento ao Acordo de Resultados firmado com a SEDESTMIH e o Governador, foi implantada a Central de Atendimento ao Empregador - CAE.

O modelo adotado pela CAE, consiste em centralizar os captadores de vagas, reestruturando o modelo utilizado de gestão da vaga de emprego com o objetivo de potencializar, otimizar e padronizar os serviços de atendimento ao público empregador na IMO (Intermediação de mão de obra).

Além do objetivo acima exposto, a implantação da CAE pretende:

- Focar nas atividades desenvolvidas pelo Captador de Vagas;
- Estreitar o relacionamento com os empregadores;
- Ampliar a diversidade e a qualidade das vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador;
- Efetivar a administração das vagas ofertadas no Sistema Mais Emprego.

No modelo utilizado até setembro de 2016, as vagas eram captadas e de responsabilidade dos gerentes das Agências. No modelo atual proposto pela CAE, a captação e gestão das vagas foram centralizadas e realizadas por 08 captadores.

Como resultados da implantação da CAE podemos destacar:

- Diminuição de 76% de vagas não aproveitadas no sistema;
- Diminuição de 100% de erros no cadastro de vagas;
- Ampliação na diversidade do perfil de vagas ofertadas diariamente;
- Aumento de 5% do quadro de empregadores atendidos;
- 4169 vagas reais captadas no último trimestre de 2016, 60% da média mensal das agências ao longo de 2016 atuando com apenas 41% do número de captadores de vagas;
- Melhoria no acompanhamento e administração das vagas cadastradas;
- Maior efetivação na busca de resultados dos processos seletivos, gerando 771 colocados no mês de dezembro 2016 – Melhor desempenho mensal desde janeiro de 2015.

Após a implantação da CAE foi identificada uma melhora significativa no que tange a qualidade das vagas ofertadas, além de uma melhor gestão dessas vagas e relacionamento com o empregador, conforme resultados acima apresentados.

Implantação do Núcleo de Orientação ao Trabalhador e Empregador – NOTE

Também em cumprimento ao Acordo de Resultados, em outubro de 2016, foi implantado o Núcleo de Orientação ao Trabalhador e Empregador – NOTE. Inicialmente foi nomeado apenas uma profissional com formação em psicologia e disponibilizado o espaço físico necessário para desenvolvimento das atividades e serviços que serão ofertados ao cidadão.

O NOTE tem como principais objetivos e resultados a serem alcançados:

- Aumentar o índice de inserção no mercado de trabalho do público alvo atendido nas Agências do Trabalhador do Distrito Federal e entorno
- Humanizar o atendimento;
- Ampliar a possibilidade de colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho por meio da orientação aos mesmos e aos empregadores;
- Identificar perfil profissiográfico do Trabalhador e realizar pré-seleção antes do encaminhamento do mesmo à vaga ofertada, de modo a garantir melhor oportunidade de inserção no mercado de trabalho, aumentando a eficácia do serviço fornecido ao empregador quanto ao prazo, quantidade e qualidade dos candidatos encaminhados às vagas abertas;
- Orientar o trabalhador beneficiário do Seguro Desemprego para que este tenha a possibilidade de ser inserido nos demais programas de Qualificação Profissional da Secretaria, bem como estimular o empreendedorismo;
- Ofertar às empresas o serviço de entrevistas e seleção de candidatos para elevar a adesão dos trabalhadores no mercado, auxiliando as empresas na definição dos perfis dos candidatos desejados;

- Desenvolver ações de aperfeiçoamento para o trabalhador o qual oferecerá oficinas, cursos, palestras, workshop e seminários com o objetivo de atualizar, aprimorar e aperfeiçoar o trabalhador com vistas a ampliar e diversificar as possibilidades de inserção do mesmo no mercado de trabalho, tornando o recrutamento de pessoal mais atrativo para os trabalhadores;
- Criar planos de capacitação para os servidores, os quais compreenderão recursos de Mediação de Conflitos, Treinamento e Desenvolvimento profissional, desenvolvendo capacidades técnicas e pessoais dos servidores em articulação com a área de Gestão de Pessoas.
- Aumentar o nível de autoconfiança e autoconhecimento dos trabalhadores, por meio da orientação profissional.

Destacamos que em 2016, foi realizada apenas a implantação do NOTE, e que os resultados concretos poderão ser aferidos a partir de 2017, desde que cumprido o exposto no processo nº 431.001.846/2016.

Carteira de Trabalho informatizada

A Secretaria, em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, desde outubro de 2015 deu início a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS informatizada, por intermédio das Agências do Trabalhador.

Esse novo formato de carteira de trabalho, trouxe aos trabalhadores, mais segurança, por ser feita em papel-moeda e ser plastificada, evitando rasuras e fraudes contra o Seguro Desemprego, Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS) e benefícios previdenciários, além da integração das informações sobre a vida funcional do trabalhador e seus principais benefícios.

O atendimento ocorre por meio de agendamento, que pode ser realizado pela Agência Virtual ou pelo 156, para facilitar o acesso do cidadão aos serviços ofertados e contribuir para um melhor funcionamento das Agências do Trabalhador, além de diminuir o tempo de espera por quem procura esse serviço. Foram realizados aproximadamente 80.000 (oitenta mil) atendimentos, considerando o número de carteiras emitidas e entregues.

Apesar das dificuldades enfrentadas com a operacionalização do Sistema CTPSWEB - Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS Web 3.0, de gestão e propriedade do MTE, até final do mês de novembro de 2016, foram emitidas 51.969 carteiras em todas as Agências do Trabalhador.

Evento “DIA D”

É um dia totalmente voltado para inclusão social e profissional das pessoas com deficiência e dos beneficiários reabilitados do INSS.

Esse evento foi realizado dia 23 de setembro na Agência do Trabalhador do Plano Piloto, e de Taguatinga, tendo como principais parceiros o Ministério do Trabalho e Previdência Social, além de 33 (trinta e três) empresas, que disponibilizaram vagas de emprego para atender as demandas desse público.

Resultados obtidos:

- 289 vagas oferecidas para o público PCD – Pessoa com Deficiência do DF;
- 33 empresas participantes no dia da ação;
- 367 encaminhamentos para entrevistas e processos seletivos;
- 39 contratados através do Dia D;
- O Dia D promoveu a conscientização do trabalhador PCD, despertando o olhar do empregador e da população para as qualidades desse público;
- Na avaliação dos empregadores acerca do Dia D 2016, obtivemos 54,16 % em “ótimo”, 37,84% “bom” e 08% “regular”, não havendo manifestações nos quesitos “ruim” e “péssimo”;
- A ouvidoria esteve presente para atender e avaliar o público trabalhador que contou com inúmeros elogios e apenas 03 reclamações pontuais que puderam ser solucionadas no mesmo instante.

Participação em eventos para oferta dos serviços

Com o objetivo de expandir a oferta dos serviços da política de trabalho, emprego e renda no DF, durante o ano de 2016, a Secretaria participou de diversos eventos onde foram disponibilizados ao público, os serviços de intermediação de mão de obra e emissão de carteira de trabalho.

Essa oferta foi realizada em parceria com diversos órgãos e entidades tais como: Secretaria de Estado da Criança, Secretaria de Estado de Educação, Fundação de Amparo ao Preso – FUNAP, Administrações Regionais e instituições sociais, conforme abaixo descrito.

Eventos:

- Secretaria de Educação_Escola Compartilhada: espaço de encontro comunitário";
- Aniversário de São Sebastião;
- 20º Ação Geral Ebenezer (Sol Nascente);
- Dia "C";
- Evento em Comemoração ao Aniversário de Itapoã;
- Comunidade Café sem Troco;
- Aniversário do Recanto das Emas;
- Ação Social, Paróquia Bom Jesus;
- Formatura dos Jovens Candangos - Ulisses Guimarães;
- Ação Social, VI Conferência das Missões, Ministério Filadélfia de Jesus, Igreja Prebiteriana;
- Ação Social da Gerência Móvel da Mulher, Parque Ecológico Sucupira em Planaltina/DF;
- Ação Social Subsecretaria de Assistência Social /SEDESTMIDH -CRAS/FERCAL, Sobradinho – Fercal;
- Ação Social da SUBJUV/SECRIA _ Evento da Rua do Lazer;
- Ação Social - FUNAP - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF;
- Ação Social em Comemoração ao Aniversário do Lago Norte - Administração do Lago Norte;
- Ação Social - Núcleo das Unidades Móveis de Acolhimento às Mulheres do Campo e do Cerrado;
- Unidade de Internação - UNIRE _ Secretaria de Justiça Pública;
- Ação Social - Núcleo das Unidades Móveis de Acolhimento às Mulheres do Campo e do Cerrado;
- Unidade de Internação - UNIRE _ Secretaria de Justiça Pública;
- Dia "D" Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS e Secretária Adjunta do Trabalho;
- 2º Feira de Estágio e Emprego do IFB/Conecta;
- Ação Social - Mutirão da Cidadania Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania;
- Ação Social - Jesus Global;
- "XXIII Ação Social Rotary";
- I Feira Literária do Cruzeiro;
- II Ação Social você CONSEG;
- Ação Social - "Mutirão da Cidadania - CIEE";
- 1º Feira de Oportunidades da Estrutural.

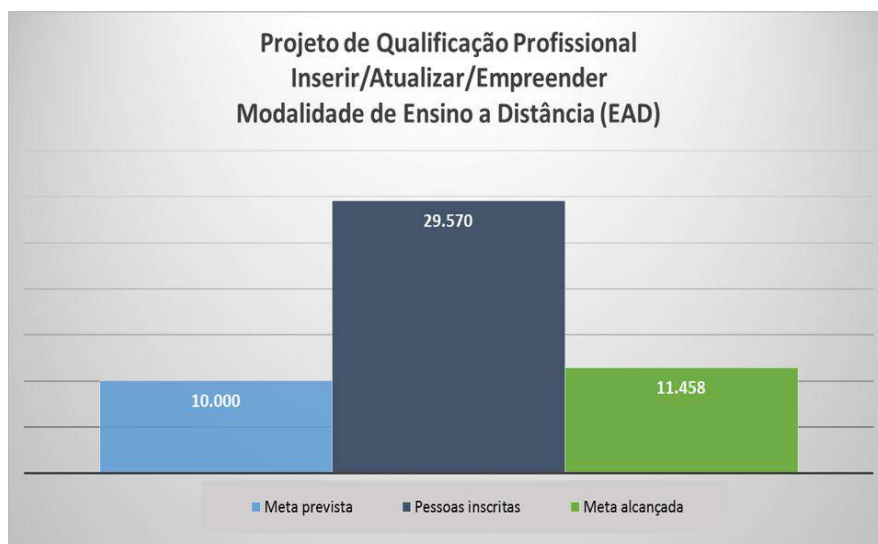
Programa Qualifica Mais Brasília

Tem por objetivo promover ações de qualificação profissional por meio da execução de projetos institucionais, gestados somente pela Secretaria, por meio da Secretaria Adjunta do Trabalho ou em parcerias com outras Secretarias Adjuntas e ou Secretarias do Governo de Brasília, bem como parcerias com entidades do Sistema S, tendo como foco a oferta de cursos, palestras e oficinas de qualificação profissional coerentes com os setores da economia local demandantes de vagas de emprego e de renda que estejam com perspectivas de crescimento. Por meio do Portal de Qualificação Profissional foram ofertados 21 cursos, na modalidade Ensino a Distância, com a meta prevista de 10.000 (dez mil) vagas em cursos de qualificação profissional para a população do Distrito Federal, com idade a partir de 16 anos, no período compreendido entre 2016/2018.

Assim, das 10.000 certificações previstas para fins de atingimento da meta estabelecida, foram certificadas 11.458 pessoas, superando em 14,58% o alcance da meta.

Ademais, quando se observa o número de inscritos, nota-se que a meta superou em 195,70%, ou seja, o Projeto EAD – Educação à Distância obteve uma aderência às necessidades do cidadão muito superior ao inicialmente planejado.

Eixo	Cursos	Inscritos (A)
EIXO 1 INSERIR	Assistente administrativo	8.375
	Auxiliar de pessoal	2.188
	Auxiliar de contabilidade	3.172
	Auxiliar de escritório	1.257
	Operador de micro	1.157
	Recepcionista	1.830
EIXO 2 ATUALIZAR	Análise de crédito e cobrança	294
	Assistente de marketing	476
	Atendimento ao público	920
	Gestão financeira	1.881
	Inglês básico instrumental para escritório e ferramentas de informática	1.755
	Microsoft excel	1.181
	Microsoft word	560
	Planejamento estratégico	672
	Recolocação profissional	520
	Telemarketing	1.060
EIXO 3 EMPREENDER	Abrindo um novo negócio	797
	Criando um novo negócio digital	263
	Formação do preço de venda	277
	Gerenciando micro e pequenas empresas	449
	Tornando-se um microempreendedor individual de sucesso	486
Total de Inscritos		29.570



Programa Pronatec Turismo:

Pronatec Turismo é um programa do Governo Federal, criado com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projeto e ações de assistência técnica e financeira (Parceria entre o Ministério do Turismo e o Ministério da Educação). Vale esclarecer que a Secretaria de Educação é a instituição ofertante dos cursos.

As vagas remanescentes do Programa Pronatec Turismo foram ofertadas para os cursos de: Inglês Básico, Libras Avançado, Libras Básico e Espanhol Básico.

Cemi-Gama

Curso Fic	Turno	Vagas Meta Prevista	Matrículas Pessoas Inscritas	Concluintes
Ingles Básico	NOTURNO	35	35	18
Libras Avançado	NOTURNO	35	31	27
Espanhol Básico*	NOTURNO	35	----	-----

*A Secretaria de Estado de Educação cancelou esta turma.

Setor Comercial Sul

Curso Fic	Turno	Vagas	Matrículas	Concluintes
Espanhol Básico	Vespertino	35	32	21
Ingles Básico	Vespertino	35	34	19
Libras Básico	Matutino	30	24	18

São Sebastião

Curso Fic	Turno	Vagas	Matrículas	Concluintes
Ingles Básico	Vespertino	35	28	11

Todas As Turmas	Vagas Meta Prevista	Matrículas Pessoas Inscritas	Concluintes
Total	240	184	114

*A Coordenação do Pronatec da SEDF informou que os dados foram extraídos do SISTEC, podem sofrer alguma alteração após a conferência dos diários de classe de cada professor.

Projeto de Recolocação Profissional:

Tem por objetivo prestar orientações aos alunos egressos dos cursos de qualificação profissional, promovidos pela Secretaria, e/ou trabalhadores acima de 16 anos cadastrados no Sistema Nacional de Emprego – SINE, em busca de inserção profissional. Tais orientações envolvem: elaboração de currículo, comportamento adequado para a entrevista de emprego, empregabilidade, meta prevista de 720 vagas em cursos e/ou palestras de recolocação profissional, no período de julho a novembro de 2016, superando em 5% a meta prevista.

Recolocação Profissional	Meta prevista	Meta alcançada
Cursos	4	4 (100%)
Palestras	29	29 (100%)
Participantes	720	754 (105%)



Os egressos, que porventura estivessem desempregados, eram encaminhados às Agências do Trabalhador para participarem do processo/rito de Intermediação de Trabalho, conforme as regras do SINE.

Programa Fábrica Social:

População Atendida:

São contemplados pelo Programa pessoas em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único dos programas de transferência de renda (CadÚnico), beneficiando as famílias de baixa renda de todo o Distrito Federal, principalmente os egressos do lixão da cidade Estrutural e residentes na Vila Santa Luzia.

Alunos qualificados:

Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil – com os módulos de instalação hidráulica, instalação elétrica, revestimento, alvenaria, pintura, acabamento, almoxarifado e telhado metálico; de Confeção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos – nas oficinas de bordado; serigrafia; corte e costura de laminados; confecção de bolas e de redes esportivas; corte e costura; operação e manuseio de máquinas e equipamentos industriais; de Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis – por meio de oficinas de metrologia, serralheria para a produção de estufas de hidroponia, montagem de estufas, produção de mudas e cultivo em canteiros verticais e horizontais e instalação e manutenção de placas fotovoltaicas – nas oficinas de elétrica predial, Equipamentos de Proteção Individual - EPI, metrologia, placas fotovoltaicas e Marcenaria – em planejamento.

Benefícios sociais pagos:

Durante o ano de 2016, foram pagos em benefícios sociais o valor de R\$ 1.687.781,14 (um milhão seiscentos e oitenta e sete mil, setecentos e oitenta e um reais e quatorze centavos), beneficiando diretamente 1.012 alunos, em situação de vulnerabilidade social.

Itens distribuídos pelo Programa Fábrica Social:

- Os materiais produzidos na Fábrica foram doados aos Órgãos Administração Direta e Indireta do DF.
- Foram confeccionados e distribuídos 63.843 itens doados para órgãos do Distrito Federal, nos quais destacamos: Governadoria; Coordenação da Residência Oficial do Governo, Casa Militar do Governo, Cerimonial, Secretarias de Estado de Saúde, de Esporte, de Educação, de Justiça e as Administrações Regionais, dentre outros.

Demonstrativo das Ações Implementadas:

Ações	Quantidade
Novo Processo Seletivo	2940 Inscritos
Implantação do Curso de Placas Fotovoltaicas	150 Alunos
Implantação do Curso de Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis em Meio Urbano	150 Alunos
Manutenção de 07 oficinas de confecção e de material esportivo	1000 Alunos
Implantação do Curso de Construção Civil	100 Alunos
Realização do Curso de Confeção de vestuários para Mulheres Vítimas de Violência em parceria com o PRONATEC	25 Alunas
Apoio ao Projeto Pró Catadora, em parceria com o INESC	60 Alunas
Apoio operacional na parceria com o PRONATEC, no curso de confecção de vestuários para Mulheres Vítimas de Violência;	25 Alunas
Implantação do Curso de Marcenaria – em planejamento;	50 Alunos

Fonte: COCAQ – SIAS/Fábrica Social

Demonstrativo da Execução dos Cursos:

Nº	Curso	Cursandos
1	Confeção de Vestuário e Materiais Esportivos (têxtil)	336
2	Construção Civil	50
3	Instalação e Manutenção de Placas Fotovoltaicas	50
4	Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis	50
TOTAL		486

Fonte: DICAD – SIAS/ Fábrica Social

Relatório Anual de Atividades 2016 – SEDESTMIDH

Demonstrativo da Movimentação Dos Alunos

Tabela Da Movimentação - 2016					
Data	Em Curso	Ingressos	Concluintes	Desistentes	Desligados
Janeiro	427	0	18	14	32
Fevereiro	386	4	36	23	59
Março	331	101	5	19	24
Abril	408	177	115	29	144
Maiο	441	110	13	15	28
Junho	303	5	16	16	32
Julho	266	13	4	19	23
Agosto	256	167	5	2	7
Setembro	416	64	36	72	108
Outubro	372	156	3	15	18
Novembro	510	3	1	26	27
Dezembro	486	0	2	22	24
TOTAL		800	254	272	526

Fonte: DICAD – SIAS/ Fábrica Social

Nota: Durante o ano de 2016, integraram o Programa Fábrica Social, 1012 (mil e doze) alunos. Destes 212 (duzentos e doze) não haviam concluído o processo formativo e foram reingressados, 410(quatrocentos e quatorze) ingressaram do cadastro de reserva do processo seletivo anterior, e 390(trezentos e noventa) foram selecionados no processo seletivo de 2016.

Demonstrativo do Processo Seletivo de 2016

Curso	Inscritos	Vagas	Matriculados	Efetivados	Desistentes	Efetivos	Espera
Confecção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos	1634	1000	564	284	85	199	280
Construção Civil	541	100	61	0	0	0	61
Instalação e Manutenção de Placas Fotovoltaicas	234	150	101	56	7	49	45 Alunos Efetivados 11/01/ 2017
Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis	329	150	74	50	8	42	24
Marcenaria	202	50	30	0	0	0	30
TOTAL	2940	1450	830	390	100	290	395

Fonte: DICAD – SIAS/ Fábrica Social

Desligamento do Programa:

Os alunos podem ser desligados do Programa Fábrica Social pelos seguintes motivos:

1. Conclusão do Curso;
2. A desistência ocorre principalmente por:
 - Mudança de domicilio do DF;
 - Emprego formal ou informal;
 - Falta de produtividade devido à escassez de insumos;
 - Doença grave do aluno ou na família;
 - Falta de creche/acompanhante para filhos menores, dentre outros.
3. Desligamento Compulsório – provocado por acima de 3 (três) faltas injustificadas.

Anexo de Fotografias

Curso de Instalação e Manutenção de Placas Fotovoltaicas



Fonte: COCAQ- SIAS/ Fábrica Social

Curso de Construção Civil – módulo alvenaria:



Fonte: COCAQ- SIAS/ Fábrica Social

Curso Confeção de Vestuário, Acessórios



Fonte: COCAQ- SIAS/ Fábrica Social

Confeção de Materiais Esportivos



Fonte: COCAQ- SIAS/ Fábrica Social

Curso de Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis em Meio Urbano:



Fonte: GECAPS – SIAS/ Fábrica Social

Curso de confecção de vestuários para Mulheres Vítimas de Violência – parceria PRONATEC:



Fonte: COCAQ- SIAS/ Fábrica Social

Projeto Pró Catador – parceria com o INESC



Fonte: COCAQ- SIAS/ Fábrica Social

Controle Social – Sessão Pública do Sorteio do Processo Seletivo/2016



Fonte: COCAQ- SIAS/ Fábrica Social

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2268 — ASSISTÊNCIA AO IDOSO	10.000	2.593	0	0
0001 — ASSISTÊNCIA AO IDOSO-APOIO ÀS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DA- CEILÂNDIA	0	0	0	0
8387 — ASSISTÊNCIA AO IDOSO—DISTRITO FEDERAL	10.000	2.593	0	0
8388 — ASSISTÊNCIA AO IDOSO-APOIO A IMPL. E DESENV. DO "PROG. UNIV. DO ENVELHECER" A SER DESENV. E ADMINIST. PELO CENTRO DE ESTUDOS ESP. E DESENV. DE PROJ. E PESQUISA — CEESP-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
2426 — FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	300.000	525.623	525.622	457.342
8534 — FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA—PLANO PILOTO.	300.000	525.623	525.622	457.342
2579 — MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	25.000	168.714	121.607	121.607
0023 — MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DEFESA DOS DIREITOS DO NEGRO-DISTRITO FEDERAL	5.000	1.297	0	0
0024 — MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA-DISTRITO FEDERAL	5.000	1.297	0	0
0025 — MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DIREITOS DA MULHER-DISTRITO FEDERAL	5.000	1.297	0	0
0026 — MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO—PLANO PILOTO.	5.000	1.297	0	0
0027 — MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DIREITOS DO IDOSO-DISTRITO FEDERAL	5.000	163.528	121.607	121.607
2628 — MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS	300.000	1.750	0	0
0002 — MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS—DISTRITO FEDERAL	300.000	1.750	0	0
3189 — REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA — CRE POP	300.000	0	0	0
0004 — REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA — CRE POP—DISTRITO FEDERAL	300.000	0	0	0
3678 — REALIZAÇÃO DE EVENTOS	10.000	1.995	0	0
6048 — REALIZAÇÃO DE EVENTOS—DISTRITO FEDERAL	10.000	1.995	0	0
4089 — CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	301.995	0	0
0001 — CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-APOIO AO DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ECONOMIA CRIATIVA E SOLIDÁRIA DO CTRR — CENTRO DE TRABALHO E RENDA RURAL-DISTRITO FEDERAL	0	300.000	0	0
0005 — CAPACITAÇÃO DE PESSOAS- APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E INCLUSÃO DE JOVENS- DISTRITO FEDERAL	0	200.000	0	0
5762 — CAPACITAÇÃO DE PESSOAS—DISTRITO FEDERAL	10.000	1.995	0	0
5767 — CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-APOIO A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA A SER REALIZADO E DESENV. PELO INST. CULTURAL, EDUCACIONAL E PROFISSIONALIZANTE DE PESSOAS COM DEF.- PLANO PILOTO.	0	0	0	0
5768 — CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-APOIO A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA A SER REALIZADO E DESENV. PELO INST. CULTURAL, EDUCACIONAL E PROFIS.E DE PESSOAS COM DEF. — ICEP- DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4091 — APOIO A PROJETOS	0	0	0	0
5849 — APOIO A PROJETOS-DE ADESTRAMENTO DE CÃES — TREINAMENTO DE CÃO GUIA E CÃO PARA CADEIRANTE-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4121 — ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	10.000	344.112	324.830	324.830
1683 — ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA—DISTRITO FEDERAL	10.000	344.112	324.830	324.830
1684 — ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA-APOIO A IMPLANTAÇÃO DO 1º CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA OS SURDOS DO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
1685 — ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA-IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA SURDOS-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4123 — PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	126.400	576.428	115.378	115.378
0001 — PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL-PERIFERIA 306°-DISTRITO FEDERAL	0	80.000	0	0
5772 — PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL—DISTRITO FEDERAL	126.400	496.428	115.378	115.378
4207 — AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA	10.000	2.593	0	0
5543 — AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA—DISTRITO FEDERAL	10.000	2.593	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
4240 — DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES	20.000	12.549	0	0
2282 — DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES—DISTRITO FEDERAL	20.000	12.549	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	1.121.400	2.138.352	1.087.437	1.019.157

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade De Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Taxa de inadimplência dos projetos de microcrédito para afro empreendedores e mulheres, acompanhados e orientados pelo GDF	%			Anual	18	15	12	10	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 1
Pessoas com deficiência inseridas no mundo do trabalho	Unidade			Anual	200	500	800	1000	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 1
Campanhas realizadas para sensibilização da população para temáticas de direitos humanos	Unidade			Anual	1	3	5	7	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
Servidores públicos do GDF capacitados/sensibilizados para temáticas de direitos humanos (especialmente das áreas de segurança pública, saúde e educação)	Unidade			Anual	600	600	600	600	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5

Direitos Humanos

A Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH é responsável por coordenar serviços, programas, projetos e ações no âmbito na promoção e defesa dos Direitos Humanos. Dentre suas competências destacamos:

- Articular, orientar e acompanhar políticas públicas que promovam e assegurem direitos humanos;
- Propor e subsidiar o monitoramento e a avaliação das ações de direitos humanos;
- Atuar nos macroprocessos de articulação e pactuação de parcerias e interfaces com a rede de políticas públicas, e órgãos de defesa de direitos, para efetivação da intersetorialidade nas ações dos direitos humanos;
- Participar da construção de indicadores, critérios e parâmetros que deverão orientar a definição, a expansão e a revisão dos serviços, programas, projetos e ações no âmbito dos direitos humanos;
- Apoiar estratégias de mobilização social pela garantia de direitos de grupos populacionais em situação de risco e de violação de direitos;
- Consolidar o levantamento das necessidades orçamentárias para subsidiar a elaboração e o monitoramento do orçamento anual das ações de direitos humanos; e
- Apoiar as coordenações sob sua gestão nas atividades de implementação das políticas públicas de direitos humanos.

Os objetivos principais são:

- Promover e coordenar ações para melhorar a acessibilidade no Distrito Federal para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida; promove a autonomia econômica por meio de auxílio na inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; auxilia na inclusão das pessoas com deficiência nas políticas de habitação, concessão do passe livre para o transporte coletivo; mantém uma Central de Intérpretes de Libras, entre outras iniciativas que buscam promover a valorização e o protagonismo na sociedade das pessoas com deficiência;
- Promover os direitos das pessoas LGBT por meio de ações educativas, de saúde, de segurança e de autonomia econômica e trabalho;
- Apoiar as instituições de longa permanência e centros-dia de convivência para as pessoas idosas, além de desenvolver políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, com o objetivo de garantir a dignidade das pessoas idosas; e
- Promover e coordenar políticas públicas para promover o respeito, a dignidade e a inclusão das pessoas que vivem, de alguma forma, em situação de vulnerabilidade, como pessoas em situação de rua, de privação de liberdade, refugiados, entre outros.

Atividades Desenvolvidas e em Andamento

- **Fortalecimento da Estação da Cidadania como espaço de referência para a pessoa idosa:** Realizada articulação para atendimento ao público idoso no espaço da 112 Sul, pelo Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa da União Planetária – Organização não governamental de Interesse Público. Elaboração de minuta de Termo de Cooperação para formalização da parceria com a entidade União Planetária para atendimento psicossocial. Formalização de demanda para a Defensoria Pública do DF com solicitação de parceria para oferta de trabalho de Mediação de Conflitos. Elaboração de parecer acerca da formalização da parceria com a FAJ/OAB-DF para atendimento jurídico de idosos na Estação da Cidadania. Realização de eventos em alusão aos direitos da pessoa idosa no espaço da 112 sul.

- **Reordenar e qualificar o trabalho dos Centros de Convivência para Idosos - CCIs:** O objetivo dos CCIs é proporcionar o encontro dos idosos e seus familiares, através do desenvolvimento de atividades planejadas e sistematizadas, que possibilitem a melhoria do seu convívio com a família e a comunidade e promover o atendimento de até 100 idosos diários, frequentes em quatro dias semanais e quatro horas/dia. Apesar de os Centros de Convivência de Idosos - CCIs não fazerem parte da estrutura da SEDESTMIDH, a Secretaria deve prestar apoio a eles, de maneira a viabilizar formas alternativas de participação, integração e convívio da Pessoa Idosa. Foram realizadas visitas em todos os CCIs, que funcionam em espaços públicos para mapeamento situacional, em cada visita é aplicado instrumental de coleta de dados; apresentação da proposta de reordenamento para o Conselho dos Direitos do Idoso; reuniões com Administrações e Entidades para apresentação da proposta de reordenamento e acompanhamento técnico do trabalho; elaboração de Cartilha: encontra-se em fase de diagramação; apoio técnico sistemático aos Centros de Convivência.

- **Fomentar a instalação de novas unidades para a pessoa idosa no DF:** Acompanhamento da construção e entrega no Centro de Convivência de Idosos de São Sebastião, bem como o fomento da instalação de Centro Dia para idosos no Distrito Federal. A Secretaria acompanhou o processo de construção do CCI de São Sebastião e participou ativamente das discussões sobre a utilização e gestão do espaço.

- **Acompanhamento da Implantação de Centro Dia:** O Centro Dia do Idoso, em consonância com a Política de Assistência Social, é um equipamento destinado a ofertar o serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade, classificado como Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional da Assistência Social, conforme resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 o serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados. Atualmente, não há um Centro Dia instalado no Distrito Federal. Sua instalação, constitui uma das principais demandas do Conselho dos Direitos do Idoso, tendo em vista que a integração do idoso ao Centro Dia, pode contribuir para a prevenção do seu acolhimento em Instituição de Longa Permanência.

- **Criação de Grupo Distrital de Articulação e Monitoramento da adesão do DF ao compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo:** O Decreto Nº 8.114/2013 estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e institui Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito e promover a articulação de órgãos e entidades públicas envolvidos em sua implementação. O Distrito Federal aderiu ao Compromisso Nacional em 09 de setembro de 2014, sendo o Termo de Adesão publicado no Diário Oficial da União - DOU Nº 77, de 24 de abril de 2015. Conforme o documento, o Distrito Federal compromete-se a instituir formalmente o Grupo Distrital de Articulação e Monitoramento das políticas, programas e ações voltadas para os direitos das pessoas idosas nos meios urbano e rural.

- Foi elaborada a minuta para o Decreto de criação de Grupo Distrital de Articulação e Monitoramento da adesão do DF ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e aguarda retorno do processo para prosseguimento das ações. O lançamento do Programa Distrital de Envelhecimento Ativo – PDEA está entre os objetivos para o ano de 2017, a partir da instalação do Grupo Intersecretorial.

- **Fortalecer e articular a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa:** No mês de maio/2016 foi realizada reunião intersecretorial para definição de agenda conjunta de ações, em alusão ao mês de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. Na reunião participaram a UNB – Universidade da Maturidade, a Coordenação de Proteção Social Especial e a Diretoria do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Subsecretaria de Assistência Social da SEDESTMIDH, o Núcleo da Saúde do Idoso – NAISI da Secretaria de Saúde do DF, O Núcleo de Estudos e Programas na Atenção e Vigilância em Violência – NEPAV da Secretaria de Saúde do DF, a Organização não governamental União Planetária e a Gerência de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação do DF. Além da campanha com a confecção de materiais de divulgação alusivos ao enfrentamento à violência contra as pessoas idosas, outra ação importante foi a retomada das reuniões da rede de Enfrentamento à Violência contra a pessoa idosa e a realização de eventos alusivos, como o Brasília nos Parques que ocorreu no parque Ezequias Heringer no Guará e teve como tema central a proteção ao idoso.

- **Articulação com Central 156, opção 8 (disque idoso):** O Disque Idoso é um serviço destinado ao repasse de informações e orientações sobre temas relacionados a pessoa idosa, tais como acesso a documentação civil, benefícios socioassistenciais e rede de atendimento a pessoa idosa no Distrito Federal. As atividades Desenvolvidas foram a atualização da Base de Conhecimentos da Central; realização de reuniões para alinhamento de informações e planejamento de ações e a capacitação de quatro turmas de operadores realizadas nos dias 10 e 11 de novembro/2016.

- **Acompanhar e fomentar a implementação do Fundo do Idoso no DF:** A Lei Nº 865/2013 dispõe sobre o Fundo dos Direitos do Idoso (FDI/DF) e estabelece que o FDI/DF se destina a financiar os programas e as ações relativos ao idoso com vistas a assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Conforme seu artigo 7º “O regulamento do Fundo, a ser sugerido pelo Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal no prazo de sessenta dias contados da publicação desta Lei Complementar, é aprovado por decreto”. Contudo, até a presente data o FDI/DF não foi regulamentado por Decreto, o que inviabiliza a utilização dos recursos nele disponíveis. A Secretaria tem contribuído para o andamento dos trâmites processuais e envidado todos os esforços para que esta demanda seja atendida. Até o momento foram realizadas as seguintes ações: acompanhamento do andamento do processo nº 0002.000448/2014, que trata da regulamentação do Fundo do Idoso do Distrito Federal; agendamento e participação em reunião com a Procuradoria do DF para sensibilização quanto à necessidade de regulamentação do FDI/DF; articulação com Governadoria/Casa Civil; promoção de reuniões conjuntas com a SEPLAG, CDI/DF e Casa Civil (onde atualmente está o processo) para superar os entraves da regulamentação.

- **Realização atividades de capacitação de servidores e eventos alusivos:** Uma das perspectivas é a formação de idosos e instituições que atuam com pessoas idosas sobre a temática relacionada a este ciclo da vida. As principais áreas de capacitação em que a coordenação atua são: envelhecimento ativo, direitos, excelência no atendimento, fatores de risco e proteção ao envelhecimento. Foram realizadas a capacitação de servidores do Centro Olímpico de Samambaia e Riacho Fundo I na temática da excelência ao atendimento ao idoso; palestra para Idosos de unidades do SESC sobre os direitos da pessoa idosa; palestra para idosos em visitação na Residência Oficial de Águas Claras (ROAC); palestra no Seminário sobre Preparação para a Aposentadoria, promovido pela Subsaúde – SEPLAG/DF; palestra em evento da Associação Brasileira de Alzheimer – seccional DF sobre a rede de atendimento ao idoso no DF; mobilização de idosos para eventos e ações conjuntas: visita à residência oficial de Águas Claras, Baile da Primavera, passeios em pontos turísticos da cidade, entre outros.

- **Fortalecimento do Conselho de Direitos do Idoso – CDI/DF:** Durante o período de novembro de 2015 a março de 2016 foram promovidas ações juntamente com a Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa – Projid, Defensoria Pública do Distrito Federal, Conselho de Direitos do Idoso, no sentido de retomar as atividades do CDI, para isso, foram realizadas diversas ações no sentido de viabilizar as publicações das designações dos Conselheiros do CDI, a fim de retomar o funcionamento daquele Conselho.

- **Regulamentação da Lei 2.615/2000:** Lei que determina sanções às práticas de discriminação em razão de orientação sexual das pessoas no âmbito do Distrito Federal. A regulamentação da Lei faz-se necessária pelo imperativo de sua instrumentalização, o qual prevê a aplicação de multas e sanções, obrigando a confecção de documento que oriente o devido procedimento administrativo constituindo-se em uma demanda de suma importância para a promoção dos direitos e da cidadania da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

- **Extensão do direito ao uso do nome social para travestis e transexuais:** A solicitação de extensão do direito ao uso do nome social para travestis e transexuais em todas as Secretarias de Estados e demais órgãos governamentais é decorrente de uma demanda histórica da sociedade civil organizada, do CREAS da Diversidade e mais recentemente da Coordenação de Promoção de Direitos da Diversidade, da Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos/SAMDIH/SEDESTMIDH, desde a sua criação e instalação, visto que tal extensão do direito atende a tais populações.

- **Criação do Conselho Distrital de Promoção dos Direitos da Cidadania da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais:** O Conselho possui autonomia política, orçamentária, observando o critério paritário para sua composição e o caráter deliberativo, seguindo as diretrizes pactuadas pelo Conselho Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT, é uma proposta apontada como prioritária no Relatório Final da II Conferência Distrital LGBT de 2011. A instalação desse mecanismo se traduz no fortalecimento das iniciativas e práticas institucionais, que se debruçam sobre a aplicabilidade de políticas públicas relacionadas à população LGBT. Além disso, a sua concretização propiciará maior celeridade na instalação de instrumentos que promovam tais políticas públicas. Após a tramitação necessária para a publicação, a Subsecretaria de Políticas Públicas, da Casa Civil, recomendou que os órgãos que integrarão o Conselho Distrital de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, fossem consultados e declarassem a anuência em compor o Conselho. Desta feita, a Secretaria está aguardando a anuência oficial de cada órgão, bem como indicação de titular e suplente que irá compor o Conselho, para dar prosseguimento ao processo de implementação do Conselho.

- **Criação do Comitê Intersetorial de Promoção dos Direitos e da Cidadania da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT:** É um instrumento que visa a construção de uma política integrada no âmbito do Governo do Distrito Federal de todos os órgãos que desenvolvem políticas públicas na perspectiva da garantia dos recortes de gênero, orientação sexual, raça/etnia, origem social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa

etária, situação migratória, especificidades regionais e particularidades das pessoas LGBT. O Comitê tem como atribuições articular, informar, sugerir, apoiar, promover, estimular, acompanhar e avaliar a implementação de Políticas Públicas de Enfrentamento a todas as formas de discriminação direcionadas à população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade das pautas. O Processo encontra-se na Casa Civil/SUBDODF para publicação.

- **Convênio para implementação de ações da Promoção de Defesa dos Direitos Humanos de LGBT na Região Administrativa XV – Recanto das Emas/DF:** Nos meses de abril e maio de 2016 foi construído o Termo de Referência para Implementação de Cursos de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos de LGBT no valor total de R\$ 315.000. As ações de capacitações, intervenções preventivas e educativas dar-se-ão por meio de atividades desenvolvidas, segundo 04 Eixos Orientadores: 01. Educação para a Diversidade e Cidadania; 02. Trabalho e Empreendedorismo; 03. Políticas de Saúde e; 04. Sistema de Segurança e Justiça. As atividades didático-pedagógicas serão realizadas em espaços físicos e ambientes preparados para formação, com materiais de consumo para organização didática, carteiras, telas de projeção, equipamentos de informática e audiovisual para execução das ações. Convênio celebrado e aguardando transferência de recursos para iniciar o Projeto.

- **Elaboração de calendário alusivo ao Dia Mundial de Luta Contra AIDS:** No dia 1º de dezembro, no Palácio do Burity na presença do Secretário da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; do Secretário da Secretaria de Estado de Saúde; do Secretário da Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais; o Governador de Brasília assinou a Declaração de Paris 2014, confirmando o empenho em Acelerar a Resposta para acabar com a epidemia de AIDS a partir de uma série de compromissos. Entre esses compromissos está o alcance das metas 90-90-90 do UNAIDS, o que significa ter:

- 90% das pessoas vivendo com HIV sabendo que têm o vírus (testadas)
- 90% das pessoas que sabem que têm o HIV recebendo tratamento antirretroviral
- 90% das pessoas em tratamento antirretroviral tendo carga viral indetectável, preservando sua saúde e reduzindo o risco de transmissão do HIV.

- **Criação do Comitê Distrital da Diversidade Religiosa:** Em março de 2013, a sociedade civil, com base no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), requereu à então Secretária de Justiça e Direitos Humanos a criação do Comitê Distrital de Diversidade Religiosa, que formulou proposta e encaminhou Minuta de Decreto à Casa Civil. Ao projeto somaram-se apoios de várias instituições religiosas de diversos credos que se concretizou por meio do Decreto Distrital nº 37.056, de 13 de janeiro de 2016.

- **Realização de ato público em alusão ao “Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa”:** No dia 21 de janeiro foi instituído, por meio da Lei Federal 11.065/07, o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Foi realizado ato público em alusão a essa data como forma de fortalecer a promoção dos direitos humanos para a área da diversidade religiosa.

- **Lançamento do Edital de Chamamento Público para a Diversidade Religiosa:** Edital para seleção de representantes da sociedade civil que comporão o Comitê Distrital da Diversidade Religiosa. Processo de seleção concluído, cuja posse dos selecionados ocorrerá em 20 de janeiro de 2017.

- **Reativação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal – CIAMP-Rua:** Foi instituído por meio do Decreto nº 33.779, de 06 de julho de 2012, cujo objetivo é implantar políticas públicas de forma intersetorial e transversal, garantindo a estruturação da rede de proteção às pessoas em situação de rua, conforme preceitua a Política Nacional para a População em Situação de Rua – Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Com a finalidade de reativar o CIAMP e restabelecer o seu pleno funcionamento, foram iniciadas as tratativas com os representantes da sociedade civil e com a Diretoria de Serviços Especializados às Famílias e Indivíduos – DISEF e Coordenação dos Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP desta SEDESTMIDH, sendo que foi acordado que a retomada das ações do CIMAP carece de nova recomposição dos membros do Comitê. Para tanto, foi realizado no segundo semestre de 2016 quatro (04) reuniões de articulação com os representantes da população em situação de rua e uma (01) reunião com as Unidades da Assistência Social que realizam o atendimento da referida população – os Centros de Atendimento da População em Situação de Rua (Centro PoP). A fim publicar Portaria com as designações dos novos representantes do Comitê, a Secretaria encaminhou Ofício às organizações sociais e órgãos do Poder Público solicitando indicação de membro titular e suplente para compor o CIAMP/RUA.

- **Central de Libras – CIL:** A CIL oferece o serviço gratuito de intérpretes de Libras (Língua Brasileira dos Sinais) a pessoas com deficiência auditiva. O serviço é previamente agendado e auxilia pessoas com deficiência em bancos, fóruns, delegacias, hospitais, universidades, escritórios, consultórios médicos, delegacias e órgãos do Governo Federal que ainda não contam com intérpretes de Libras. A CIL é parte da Política Nacional da Pessoa com Deficiência. A Central está implementando também um serviço de atendimento online e conta com computadores equipados com webcam e microfone. Entre outubro 2015 e outubro de 2016 foram realizados 13.135 atendimentos.

- **Encaminhamento a empregos:** A Gerência de Oportunidades de Trabalho encaminha currículos de pessoas com deficiência a empresas com mais de 100 funcionários, conforme orienta a legislação nacional para a temática (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, lei sobre contratação de pessoas com deficiência nas empresas e a Lei 8.213/91, que prevê cotas para pessoas com deficiência e dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência). Entre outubro 2015 e outubro de 2016 foi obtido 331 contratados e 3.687 currículos encaminhados.

- **Passage Livre:** O cartão do Passage Livre Especial, que garante a gratuidade do transporte público urbano para pessoas com deficiência, é concedido pelo DFTrans por intermédio da SEDESTMIDH, que recebe os pedidos e atesta que o (a) requerente tem direito ao benefício. Entre outubro 2015 a outubro de 2016 foram entregues 15.052 cartões.

- **Identificação visual e inauguração da Estação da Cidadania:** A Estação da Cidadania foi inaugurada em 19 de setembro de 2016.

- **Fortalecimento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CODDEDE:** Publicação do Decreto nº 34.647, de 20 de setembro de 2016, que regulamenta o CODDEDE, o conselho está em pleno funcionamento.

- **Fortalecimento do Conselho Distrital de Promoção e Defesa de Direitos Humanos – CDPDDH:** Durante a realização da “V Conferência Distrital de Direitos Humanos”, no período de 09 a 12 de março de 2016, ocorreu o processo de eleição dos membros da sociedade civil que ora integram o CDPDDH. Em 16 de junho de 2016 foi publicada no DODF a nomeação dos membros da sociedade civil e em 19 de agosto de 2016 os membros do Poder Público. E, em julho de 2016, o atual Presidente do CDPDDH foi empossado e, portanto, o Conselho foi composto e encontra-se em pleno funcionamento.

- **Realização da Conferência Distrital Conjunta de Direitos Humanos:** A SEDESTMIDH em parceria com a sociedade civil organizada, realizou, no período de 09 a 12 de março de 2016, a Conferência Distrital Conjunta de Direitos Humanos. Acolheu 3 Conferências Temáticas: 3ª Conferência Distrital de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais - LGBT; 4ª Conferência Distrital dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência e 5ª Conferência Distrital de Direitos Humanos.

Os eixos temáticos abordados pelas conferências foram: “A Transversalidade como Radicalidade dos Direitos Humanos: por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”; “Os Desafios na Implementação da Política da Pessoa com Deficiência: a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos”; e “Direitos Humanos para Todas e Todos: Democracia, Justiça e Igualdade”. Participaram cerca de 600 pessoas, dentre delegados e observadores, oportunidade em que foram eleitos delegados para participarem da Conferência Nacional de Direitos Humanos, que foi realizada em abril de 2016.

Mediação do processo de desocupação dos moradores de área irregular localizada na Região Administrativa de Brasília, próxima ao Noroeste: Foi iniciada no dia 09 de junho de 2016 a mediação do processo de desocupação da área irregular localizada na Região Administrativa de Brasília, próxima ao Noroeste.

Visando garantir os direitos fundamentais daquelas famílias e indivíduos, iniciou levantamento das documentações pessoais dos moradores da ocupação, com a finalidade de inscrever-los em Programa de Habitação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, quais sejam: Certidão de Nascimento; Carteira de Identidade; Carteira de Trabalho; CPF; Título de Eleitor; Nada Consta; Situação cadastral perante à CODHAB. Na ocasião, foi verificado que aproximadamente 60 pessoas estavam com pendência na documentação que foram direcionadas e acompanhadas aos órgãos de competência para a retirada dos documentos necessários.

- Seminário “A Atuação do Sistema de Justiça Criminal do Distrito Federal na Aplicação da Lei nº 9.455/97”: Lei que define os crimes de tortura. Importante destacar que a Secretaria respaldada pelas deliberações advindas da V Conferência Distrital de Direitos Humanos, realizada em março de 2016, desenvolveu análise do tema e das necessidades relativas ao Distrito Federal, optando por realizar uma série de encontros que possa congrega sociedade e Governo, bem como áreas diversas, para iniciar um aprofundamento de conhecimentos e discussão sobre os problemas inerentes à tortura.

Mobilização Social para o Centro de Artes e Esportes Unificados – “Céu das Artes” Recanto das Emas/DF: foi idealizado em conjunto pelos Ministérios da Cultura, Esporte, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Justiça, Trabalho e Emprego, Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja finalidade é a estruturação de um equipamento público para integrar atividades e serviços culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital em áreas de maior vulnerabilidade social.

O diferencial trazido para esse espaço se contempla na forma de gestão compartilhada e paritária entre a comunidade e órgãos públicos do Distrito Federal. A Secretaria é responsável pela realização das Oficinas de Mobilização Social, cujo objetivo é mobilizar e sensibilizar a comunidade para que possa ser elaborado o planejamento e a forma de condução das ações necessárias ao pleno funcionamento do equipamento público. Durante o ano de 2016 foram realizadas 07 oficinas de Mobilização Social, 01 intervenção artística e 01 Mobilização própria para o seguimento esportivo e de lazer. Como ações para 2017, já estão devidamente planejadas: 01 reunião para discussão do Estatuto e do Regimento Interno do Grupo Gestor, bem como 01 ação de caracterização do equipamento.

Igualdade Racial

A SEDESTMIDH, por intermédio da Secretaria Adjunta de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SAMIDH tem a responsabilidade de formular, implementar e avaliar políticas públicas tanto unilaterais quanto transversais de promoção da igualdade racial no Distrito Federal, com o fito de inserir as populações tradicionalmente marginalizadas (negros, quilombolas, indígenas e ciganos) quanto ao acesso às políticas universais devido às suas diferenças étnico-raciais e presença persistente do racismo e da discriminação étnico-racial como barreira ao acesso a bens e serviços públicos. A SAMIDH atua no enfrentamento ao racismo institucional e também no enfrentamento ao racismo na sociedade em geral, mediante promoção de palestras, cursos de capacitação para servidores públicos, campanhas de sensibilização para toda a sociedade e também realiza parcerias com instituições que atuam no combate ao racismo.

Atividades Desenvolvidas e em Andamento

- **Retomada das reuniões do Comitê Intersetorial do Disque Racismo:** O Comitê Intersetorial, instituído pelo Decreto 34.218, de 20 de março de 2013, possui objetivo de implementar o funcionamento do Disque Racismo, bem como desenvolver outras ações integradas para consecução dos objetivos institucionais, em especial a realização de ações afirmativas étnico-raciais destinadas às populações negra, cigana, indígena e povos tradicionais de matriz africana do Distrito Federal. As reuniões acontecem na terceira terça-feira de cada mês, desde março de 2016. Contudo ressalta-se que houve outras reuniões na gestão anterior. É composto por 13 Secretarias de Estado do Distrito Federal, e também pela Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (DECRIN), Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Controladoria Geral do Distrito Federal e Defensoria Pública do DF. No ano de 2016 foram realizadas 10 reuniões do Comitê.
- **Palestra sobre Racismo Institucional para os Titulares e Suplentes do Comitê Intersetorial:** No dia 03 de maio de 2016, no Auditório da Codeplan, ocorreu a primeira capacitação sobre racismo institucional aos titulares e suplentes do Comitê Intersetorial. Esta ação teve a proposta de socializar informações sobre a temática, a fim de subsidiar os integrantes na elaboração, execução e monitoramento das Políticas Públicas de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo.
- **Capacitação sobre os Povos Indígenas, Religião de Matriz Africana e Atuação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em Casos de Racismo e Injúria Racial:** No dia 7 de junho de 2016, o Comitê Intersetorial do Disque Racismo realizou a segunda reunião de formação, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, sobre questões relativas às religiões de matriz africana, povos indígenas e atuação do Ministério Público no combate à discriminação e ao racismo.
- **Palestra sobre a Questão Étnico-Racial no Brasil e os Desafios para Enfrentamento ao Racismo:** Esta ação ocorreu no dia 02 de agosto de 2016, com a finalidade de celebrar abertura do Curso de Igualdade Racial na Escola de Governo do Distrito Federal. Participaram desta atividade 40 servidores públicos do Distrito Federal.
- **Palestra sobre Racismo Institucional aos Servidores do Metrô-DF:** No dia 23 de novembro de 2016, foi realizada palestra sobre Racismo Institucional, na Sede da Companhia Metropolitana de Brasília - Metrô-DF, a fim de sensibilizar os servidores desta instituição acerca da temática étnico racial. A iniciativa tem o objetivo de combater ações de injúria racial e racismo, bem como prestar informações e orientar os servidores sobre promoção de igualdade racial e enfrentamento ao racismo institucional.
- **Curso de Igualdade Racial na Escola de Governo do Distrito Federal:** O Curso de Igualdade Racial, fruto da articulação entre Secretaria e a Escola de Governo do Distrito Federal – EGOV, ocorreu entre os dias 21 a 25 de novembro de 2016. Esta ação, pioneira na EGOV, possui objetivo de sensibilizar servidores, empregados públicos e militares do Governo de Brasília para acesso a informações pertinentes a questão racial no Brasil. Este curso está previsto para ser incluso na instrução normativa que aprova a programação de eventos de formação e capacitação da EGOV, e, disciplina os procedimentos administrativos para sua realização.
- **Projeto Oxalá:** O projeto se constitui em ações executadas pelo Núcleo de Enfrentamento à Discriminação - NED do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a fim de enfrentar o racismo através de curso de conscientização sobre igualdade racial aos réus de processos de racismo e injúria racial, bem como intervenção criminal e ressocializadora. A Secretaria participa deste projeto com espaço de fala na abertura do curso e oferecendo coffee break aos participantes. O curso está na 6ª edição e ocorre desde 2014 uma vez por semestre. No ano de 2016, foram realizadas duas edições, uma em junho e outra em novembro.
- **Abertura Mês da Consciência Negra:** No dia 01 de novembro de 2016, no Salão Nobre do Buriti, foi realizada palestra sobre “Empoderamento da Mulher Negra e Racismo Institucional” para celebrar abertura do Mês da Consciência Negra, com as palestrantes da Coordenação de Políticas de Igualdade Racial, e da presidenta da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil. O racismo e o machismo se somam para as mulheres negras, de acordo com a palestra da coordenadora de Políticas de Igualdade Racial. O discurso tratou sobre como as duas formas de preconceito estão enraizadas na cultura e devem ser debatidas.

- **Desfile Beleza Negra:** Sétima edição do Desfile Beleza Negra aconteceu dia 23 de novembro de 2016 na Estação Central do Metrô de Brasília. A participação da SEDESTMIDH foi no sentido de apoiar e divulgar o evento.
- **Visita no Setor Noroeste:** Em novembro de 2016, representantes do Comitê Intersetorial compareceram ao Setor Noroeste, onde está localizado o Santuário dos Pajés, a fim de conhecer in loco a realidade dos povos Cariri Xocó, Guajajara, e, assim, a partir das especificidades, formular, monitorar e avaliar as políticas públicas destinadas à população indígena.
- **Treinamento dos Atendentes do Disque Racismo:** A Secretaria realizou treinamento para os atendentes do Disque Racismo, serviço prestado pelo número de telefone 156, opção 07, e 162, no dia 12 de dezembro de 2016. O objetivo foi orientar os atendentes no acolhimento das demandas oriundas do Disque Racismo. Foram repassadas informações referente a questão racial no Brasil, racismo, injúria racial, racismo institucional, instrução normativa que regulamenta o fluxo de demandas e protocolo de atendimento. As turmas foram compostas por atendentes do 156 e 162, equipe de controle de qualidade, supervisores (as) e monitoria, totalizando colaboradores (as) capacitados (as).
- **Março – Vozes de Todas as Mulheres:** Participação na construção da publicação “Vamos Conversar? Cartilha de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres”, lançada em 08/03/2016 em parceria com a ONU Mulheres, Centro Judiciário da Mulher/TJDFT, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Governo do Distrito Federal e da Defensoria Pública do Distrito Federal.



- **Homenagem à Mãe Ruth de Oxalá no Ilê Axé Xaxará de Prata:** Em comemoração ao dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, a entidade da sociedade civil “Coletivo Mulheres de Axé do Distrito Federal e Entorno” realizou no dia 4 de março de 2015, com apoio da Subsecretaria de Políticas para Mulheres e da Subsecretaria de Igualdade Racial, a “Homenagem à Mãe Ruth de Oxalá”, evento de extrema importância no processo de empoderamento das Mulheres de Religiões de Matrizes Africanas e de conferência de visibilidade ao trabalho que desempenham.
- **Abril Indígena:** Realização de atividades entre 18 a 20 de abril de 2016 em homenagem ao dia 19 de abril, Dia do Índio, para reunir e divulgar conhecimento acerca das especificidades culturais e étnicas das populações indígenas por meio de visitas ao Santuário dos Pajés e ao Museu do Índio, as atividades do Projeto Abril Indígena se inserem nesse contexto de reconhecimento e de fomento à discussão e ao desenvolvimento de políticas públicas específicas, tais como:
 - Promoção da cultura indígena em suas especificidades;
 - Visibilidade do ser indígena por meio da visita ao Setor Noroeste (Santuário dos Pajés) e de divulgação cultural em suas diferentes manifestações, como artesanatos e danças tradicionais;
 - Ampliar a perspectiva acerca de quem são os indígenas para a sociedade e de como tantas influências de suas culturas fazem parte de nosso dia-a-dia; e

- Estimular a geração de renda para os participantes por meio do comércio de artesanato típico, uma vez que esse é uma de suas principais fontes de renda.

- **25 de julho - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha:** Em parceria com a Subseção Taguatinga da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal - OAB-DF, a Secretaria promoveu debate acerca do Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha e do Dia de Tereza de Benguela. O debate se deu na sede da Subseção, em Taguatinga, e contou com aproximadamente 50 participantes.

Ao abordar o tema “A mulher negra como símbolo de resistência”, as debatedoras destacaram a importância histórica de mulheres negras para o desenvolvimento das sociedades que se contaram com a escravização de pessoas africanas. Um dos pontos altos do evento foi a exibição do documentário de curta-metragem “Carolina, outras faces”, que relaciona a história da escritora Carolina Maria de Jesus com a trajetória de vida de duas reconhecidas militantes do movimento negro no Distrito Federal, Josefina Serra e Maria das Graças Santos.

- **Ações para Povos Ciganos do DF:** Apoio na realização de evento beneficente promovido pelo Acampamento Cigano. A Atividade, ocorrida em 28 de maio de 2016, contou com um almoço feito pelas mulheres que vivem no acampamento da etnia Calón e apresentações culturais, como as danças dos grupos: Deusas da Lua (dança cigana artística), Paixão Cigana e o grupo infantil Alegria Cigana e os grupos musicais: Cigano e Ciganito, Luan Calon e Charleson.

O Ônibus da Mulher também foi prestigiar a celebração junto com a oficina de alimentação saudável, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar, e o Projeto Mala do Livro, da Secretaria de Cultura –Secult.

- **Projeto Papo Reto:** Consiste na organização de rodas de conversas a serem realizadas em Regiões Administrativas que possuam oficialmente índices consideráveis de pessoas que componham as populações negra, indígena e cigana, tendo como foco a sensibilização da sociedade civil e do Governo de Brasília a respeito da Promoção da Igualdade Racial no Distrito Federal com vistas a prevenir os ciclos que venham culminar em violência urbana. Em 2016 o Projeto teve 8 edições que contaram com a participação de 520 pessoas.

- **Projeto Sexta de Equipe:** Em 22 de julho de 2016 a Secretaria participou do projeto “Sexta de Equipe”, na Casa da Mulher Brasileira. O Projeto, idealizado por servidoras e servidores da CMB, tem por intuito promover a troca de conhecimentos temáticos entre os servidores da SEDESTMIDH e promover debates afins aos abordados na CMB, em especial no que tange ao combate às discriminações. Neste sentido, foi ministrada uma palestra participativa intitulada “Interseções entre as questões de Raça e Gênero” na qual foram apresentados dados raciais das vítimas de violência doméstica e de feminicídio no Brasil.

- **Curso “Combate ao Racismo: Qual seu papel nessa história?”:** O Curso integra o Programa Justiça Comunitária - PJC promovido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios/TJDFT. Teve sua 3ª edição em 24/09/2016 no IESB Ceilândia, busca sensibilizar a comunidade para a temática do racismo, bem como abrir espaço de esclarecimentos, debate e reflexão sobre o preconceito racial e suas consequências em nosso cotidiano. Contou com a participação de cerca de 70 pessoas e gerou parceria com o Programa Justiça Comunitária para a participação das demais edições.

- **Programa Ubuntu:** A partir do compromisso do Governo de Brasília em atender com eficiência e efetividade sua população, com especial atenção às parcelas mais expostas às vulnerabilidades sociais e aos diversos processos de exclusão social que debilitam a qualidade de vida e a consolidação da igualdade e da equidade de condições entre todas e todos, a Secretaria, em parceria com a Secretaria de Estado das Cidades - SECID, propõem uma Portaria Conjunta, com vistas a capacitação de servidores para orientações sobre os serviços oferecidos pelo poder público e os atendimentos disponíveis nas Redes de Enfrentamento ao Racismo, bem como a Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência e ou Vulnerabilidade. O projeto foi lançado no dia 13/12/2016 no Salão Nobre do Palácio do Buriti e aguarda a publicação da Portaria.

- **Programa Afroempreendedor:** O Programa foi instituído pela Lei nº 5.447, de 12 de janeiro de 2015, visa oportunizar e empoderar a população negra do Distrito Federal. Regulamentada pelo Decreto nº 36.680 de 18 de agosto de 2015, instrumentaliza a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Igualdade Racial e Direitos Humanos a incidir com políticas de igualdade racial a fim de reduzir as disparidades econômicas na população. Em 2016 foi desenvolvido o Plano Operativo do Programa e também a abertura dos processos do plano operativo, da escola técnica aberta de afroempreendedorismo e da comissão de apoio ao programa afroempreendedor.

- **Plano Distrital de Igualdade Racial:** Foi realizado o processo de elaboração da minuta do PLADIPIR e desde 07/11/2016 está tramitando pelas diversas esferas do Governo de Brasília, e atualmente em consulta pública no endereço eletrônico www.sedestmidh.df.gov.br no período de 25 de novembro de 2016 à 25 de janeiro de 2017. A publicação está prevista para agosto de 2017.

- **Projeto de Lei de Cotas para Negros no Serviço Público do Distrito Federal:** O PL de Cotas (Processo 002.000552/2013) institui ação afirmativa nos concursos públicos para provimento de cargos e empregos públicos efetivos realizados pela Administração Direta e Indireta do Distrito Federal. O percentual a ser observado é de 20% (vinte por cento) das vagas à candidatos autodeclarados negros segundo o critério do IBGE. Também foi atualizado no mencionado PL a Comissão Especial de Verificação de Auto declaração”, a qual competirá decidir a respeito da auto declaração segundo instrumentos

normativos nacionais. Desde 19/01/2016 está tramitando pelas diversas esferas do Governo de Brasília, e atualmente encontra-se na Casa Civil (SPP/ADJCACI) para últimos ajustes, para posterior encaminhamento a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

- **Seminário Luiza Bairros:** Com a criação do Grupo de Trabalho Permanente de Combate ao Femicídio no Distrito Federal (GT CONTRA O FEMINICÍDIO) em março de 2016, firmou-se o compromisso por parte da SEDESTMIDH em promover ações de debates de forma coletiva e com apoio de representantes do Executivo, Legislativo, Judiciário e da Sociedade Civil para discutir alternativas ao crescente número de feminicídios no DF, assim, foi realizado o Seminário Luiza Bairros: Femicídio e a Questão Racial. A ação compôs o calendário do Mês da Consciência Negra e da Campanha Mundial 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

O objetivo foi consolidar o diálogo com a sociedade civil a partir de um espaço de troca e amadurecimento de ideias no que se refere à construção de políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres e ao racismo, visto que essa interface se apresenta nos dados que apontam as mulheres negras como o principal alvo de feminicídio no Brasil.

Mulheres

A Secretaria atua também, com vistas a planejar, estruturar, executar e acompanhar políticas públicas em prol da igualdade entre os gêneros, além de ações afirmativas de efetivação e proposição de direitos e enfrentamento a qualquer tipo de violência contra as mulheres.

A ampliação do acesso das mulheres aos seus direitos é promovida por meio do desenvolvimento de ações que visem contribuir no seu processo de emancipação no Distrito Federal, das políticas públicas voltadas às mulheres, sob a responsabilidade desta Secretaria. Nessa perspectiva é importante frisar que a população do Distrito Federal é de 2,8 milhões de habitantes, dos quais, aproximadamente, 53% são mulheres.

A sistematização, integração e publicização da política pública e seus contornos, a valorização dos servidores, mesmo em período de contenção de gastos, além da busca por melhores condições de trabalho foram a principal meta em 2016 e conseguimos evoluir na capilaridade e no fortalecimento da política para as mulheres do Distrito Federal, avançando, sobretudo, no enfrentamento à violência nos territórios.

Foi resgatado o monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – I PDPM, a fim de mapear os avanços da política e a entrega das metas para, consolidados os resultados, promover as fases preparatórias do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – II PDPM. Com vistas à integração e ao trabalho articulado a ser realizado em conjunto com órgãos governamentais, não governamentais, sociedade civil e segmentos de mulheres, em consonância com as metas previstas no Plano Plurianual do Governo do Distrito Federal (2016-2019), quanto às políticas públicas para as mulheres, devemos trabalhar para que ocorra a implementação de pelo menos 75% das ações previstas e ao menos 85% das metas ao término de vigência do II PDPM, por isso é fundamental entender os resultados alcançados por meio do I PDPM.

Outro avanço foi a articulação com o Senado Federal para a destinação de 2% das vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar (Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 4 de 2016). Entendemos que a autonomia econômica das mulheres é um fator de empoderamento e que contribui para o rompimento do ciclo de violência.

Destaca-se, também, o Projeto Ubuntu – Espaço de Referência em Raça e Gênero nas Administrações Regionais do Distrito Federal, implantado inicialmente, como piloto nas cidades do Varjão, Itapoã e Ceilândia.

Os Núcleos de Gênero e Raça vêm ao encontro do objetivo instituído no I PDPM - Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, de promover a igualdade de direitos e oportunidades no acesso das mulheres aos espaços de poder e decisão e fortalecer o protagonismo feminino nestes espaços, observando as questões de gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, classe social, local de moradia, geração e deficiência.

Ações Afirmativas

Como principais ações realizadas, destacamos:

- **Grupo de Trabalho de Combate ao Femicídio e outras Violências contra as Mulheres:** Conduzimos 8 reuniões e 02 seminários: Seminário: Lei do Femicídio, processo histórico, aplicação e desafios, que reuniu um público médio de 200 pessoas, e o Seminário: Luiza Bairros – Femicídio e a Questão Racial, que reuniu um público médio de 120 pessoas.

Essas atividades realizadas de enfrentamento à violência contra as mulheres cumprem com o objetivo disposto no I PDPM de reduzir os índices de todas as formas de violência contra as mulheres e as adolescentes e ampliar as ações preventivas com envolvimento do Poder Público e da sociedade no enfrentamento à violência contra as mulheres.

- **Projeto Por Dentro da Lei Maria da Penha:** Tem como objetivo informar e difundir a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) em parceria com as Administrações Regionais. Foram realizadas 15 palestras com público aproximado de 450 pessoas, cerca de 30 pessoas por palestras. Desse público total, cerca de 50%, em todos os ciclos, foram constituídos de servidores das administrações das Regiões Administrativas, totalizando o número aproximado de 225 servidores do Governo de Brasília sensibilizados na temática da Lei Maria da Penha – Violência Doméstica Contra à Mulher.

- **Tenda dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres:** Agenda Conjunta com a ONU Mulheres e a sociedade civil para realização, evento realizado na Fundação Nacional de Arte – FUNARTE com público aproximado de 150 pessoas.

- **Atividades no mês de outubro:** Diversas ações em alusão ao mês de combate ao câncer de mama, Caminhada Outubro Rosa com a Associação Brasileira de Apoio a Pessoas com Câncer – ABRAPEC no Parque de Águas Claras; caminhada em parceria com o Instituto Avon, Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – IBRAM, Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS e Universidade Paulista – UNIP no parque de Águas Claras; solenidade em comemoração ao Outubro Rosa no salão branco do Palácio do Buriti, bem como a participação em audiências públicas do Senado Federal: Lei dos 60 dias e Lei da Reconstrução Mamária; Principais Tipos de Câncer incidentes em Mulheres; Câncer de Mama: acessibilidade no atendimento às mulheres com deficiência. Essas ações ampliam o acesso das mulheres e adolescentes às políticas públicas de promoção da saúde e prevenção de agravos, proteção e atenção integral à saúde. Público médio da ação: 350 pessoas.

- **Oficinas relativas a saúde mental e gênero e seus desafios:** Público alvo são familiares e pacientes do Hospital São Vicente de Paula/Taguatinga com o objetivo de abordarmos as questões relativas a saúde mental e de gênero. Público médio da ação: 80 pessoas.

Assuntos Intersetoriais

- **Monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – IPDPM:** O monitoramento do I PDPM foi retomado com a elaboração de uma consolidação das ações realizadas pelos órgãos envolvidos que tem como objetivo ampliar o acesso das mulheres aos seus direitos por meio do desenvolvimento de ações multissetoriais que visem contribuir para a equidade de gênero e a emancipação das mulheres no âmbito do Distrito Federal.

Os projetos e ações elencados no I PDPM foram aprimorados e ampliados durante o processo participativo de elaboração do plano realizado por organizações governamentais e não governamentais, sociedade civil e segmentos de mulheres. O I PDPM contém 310 ações e 71 metas divididos em 10 capítulos com áreas temáticas e tem como princípios norteadores: igualdade, equidade, emancipação, autonomia, laicidade do Estado, universalidade de direitos, desenvolvimento sustentável, mulheres nas políticas públicas e transversalidade.

Atualmente 19 órgãos públicos estão envolvidos na execução das ações do I PDPM, sendo que 16 responderam ao monitoramento, porém não satisfatoriamente para gerarmos dados estatísticos de ações realizadas, não realizadas e em andamento.

Órgãos que responderam as ações: Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais; Secretaria de Estado de Saúde; Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude; Secretaria de Estado de Educação; Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; Escola de Governo do Distrito Federal; Companhia de Planejamento do Distrito Federal; Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal; Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal; Secretaria de Estado de Mobilidade; Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania; Secretaria de Estado de Cultura; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/DF.

Órgãos públicos que não enviaram resposta: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação; Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social e Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

- **Semana de Luta contra à AIDS:** A Secretaria integrou a comissão para a organização da Semana de Luta contra à Aids compondo o grupo de trabalho em 04 reuniões. Em 01/12/2016 estivemos presentes no Parque da Cidade com a Unidade Móvel de Atendimento às Mulheres do Campo e do Cerrado em comemoração ao Dia Mundial de Luta contra à AIDS.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2627 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA	6.749.722	11.224.021	242.195	201.007
0002 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA--DISTRITO FEDERAL	6.749.722	11.224.021	242.195	201.007
3051 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER	56.000	14.522	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER--DISTRITO FEDERAL	56.000	14.522	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	2.593	0	0
5763 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-INCLUSÃO SOCIAL MEDIANTE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO-DISTRITO FEDERAL	10.000	2.593	0	0
4211 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR	468.623	1.292.706	957.340	881.585
0008 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR--DISTRITO FEDERAL	468.623	1.292.706	957.340	881.585
4213 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO	1.516.400	1.123.305	351.544	336.518

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER				
3849 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – DISTRITO FEDERAL	1.416.400	1.123.305	351.544	336.518
3850 - APOIO AS AÇÕES DIRECIONADAS E RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO DISTRITO FEDERAL	100.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6217	8.800.745	13.657.147	1.551.079	1.419.109

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Taxa de Femicídios	%	13	31-mai-15	Anual	12	10	7	5	SSP/DF/ UO 25101/ OE5
Taxa de jovens negros de 15 a 29 anos assassinados	%	27	31-mai-15	Anual	26	22	17	12	SSP/DF/ UO 25101/ OE5
Taxa de mulheres vítimas de violência de gênero	%	1,50	30-set-15	Anual	1,40	1,30	1,20	1,10	SSP/SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
Taxa de pessoas idosas vítimas de violência	%	0,18	30-set-15	Anual	0,15	0,12	0,10	0,08	SSP/SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5

Casa da Mulher Brasileira – CMB

A Casa da Mulher Brasileira - CMB foi instituída pelo Decreto nº 8.086, 30 de agosto de 2013, como uma das ações do Programa Mulher, Viver sem Violência, constituindo-se de um espaço público que tem por objetivo integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados para as mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia econômica permitindo que elas saiam do ciclo da violência. No Distrito Federal, a CMB foi inaugurada no dia 02 de junho de 2015, como a segunda Casa do País.

De acordo com a legislação em vigor, a Casa da Mulher Brasileira está organizada e dispõe da seguinte estrutura: Recepção, Acolhimento e Triagem; Apoio Psicossocial; Delegacias Especializadas; Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres; Promotoria Especializada; Defensoria Pública; Serviço e Promoção de Autonomia Econômica; Espaço de Cuidado para Crianças – brinquedoteca; Alojamento de Passagem e Central de Transportes.

Os serviços da Casa da Mulher Brasileira de Brasília/DF são integrados com a rede especializada de atendimento às mulheres vítimas de violência de Brasília, dispo de 19 juizados/varas especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 41 promotorias especializadas do Ministério Público, Delegacia Especializada da Mulher (DEAM), Núcleo Especializado da Defensoria Pública, Casa Abrigo, 03 Centros de Atendimento às Mulheres (CEAMs) e 09 Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVDs).

Atividades Desenvolvidas e em Andamento CMB

- **Serviço de Promoção da Autonomia Econômica – SPAE:** Foi inaugurado em 14 de junho de 2016 na CMB com a entrega de 01 sala destinada a cursos profissionalizantes presenciais e à distância. O Projeto do Serviço de Promoção da Autonomia Econômica - SPAE propõe um trabalho em duas frentes: articulação e atendimento, onde na primeira frente estão as parcerias estabelecidas, os projetos e na segunda o atendimento às mulheres em situação de violência e em busca de sua autonomia econômica, por meio da educação financeira, qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho. Neste ano, foram qualificadas 130 mulheres por meio da parceria com a Secretaria de Educação e viabilização da CMB como unidade móvel para cursos advindos do Programa PRONATEC Mulheres Mil. Além disso, foram ofertadas duas turmas de recolocação profissional, contemplando 49 mulheres.

- **Gestão de Convênio:** Para a implementação dos serviços prestados pela Casa da Mulher Brasileira, foi firmado o Convênio nº 816307/2015 entre a Secretaria de Políticas das Mulheres, atualmente do Ministério da Justiça e Cidadania, e o Governo do Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal - SEDESTMIDH, cujo objeto é a “Manutenção da Casa da Mulher Brasileira do Distrito Federal” (Processo Administrativo nº 419.000.057/2015).

O Plano de Trabalho do convênio prevê um repasse financeiro total, entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Governo do Distrito Federal, no valor de R\$ 13.753.721,86, que deverão ser repassados em três parcelas.

Para a viabilidade da execução dos recursos financeiros disponibilizados, foram realizados no ano de 2016 dois ajustes do Plano de Trabalho. O primeiro ajuste foi aprovado pela SMP/MJ em 13 de setembro de 2016 e o segundo ainda está em fase de aprovação no SICONV.

Foram realizados os trâmites necessários para a contratação de serviços necessários para a CMB e previstos no novo Plano de Trabalho ajustado, são eles:

- Contratação do serviço de recepção e de transporte;
 - Contratação de empresa especializada no fornecimento de cursos de capacitação para o Serviço de Promoção da Autonomia Econômica – SPAE;
 - Adesão pela CMB à contratação global realizada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG do Governo do Distrito Federal do serviço de limpeza, asseio e conservação; e
 - Adesão pela CMB à contratação global realizada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG do Governo do Distrito Federal do serviço de vigilância patrimonial.
 - No decorrer de todo o ano de 2016 a CMB permaneceu com os blocos azul e amarelo interditados pela defesa civil, por apresentar avarias em sua estrutura, o que impediu a consecução plena do objeto do convênio. Embora a CMB/DF não esteja funcionando de forma ininterrupta, o objeto do convênio está sendo parcialmente cumprido, pois estão sendo realizados os atendimentos das mulheres encaminhadas como também outras ações e projetos.
- **Oficina de Diretrizes e Protocolos CMB:** Oficina oferecida aos servidores, em três encontros para estudo e discussão das Diretrizes da CMB. Proposta de extensão a todos os servidores da CMB.
 - **Apresentação e divulgação dos serviços CMB nas Redes Sociais:** Os serviços são apresentados nas redes sociais e equipamentos da rede de apoio. Em eventos a CMB se fez presente em stands com a divulgação do trabalho. Realização de capacitações sobre violência contra a mulher. Os serviços também foram apresentados e divulgados por meio da concessão de entrevistas sobre a CMB.
 - **Biodanza:** Projeto com aulas semanais de Biodanza para os servidores da CMB. Esta ação foi desdobrada na diretriz proposta por esta SEDESTMIDH "Cuidando de quem cuida", sendo uma proposta de bem-estar, benefício emocional e salutar aos servidores.
 - **Cursos de qualificação Pronatec Mulheres Mil:** A Secretaria de Educação propôs a pactuação de cursos ofertados pelo programa Pronatec Mulheres Mil no segmento de mulheres atendida pela CMB, como unidade móvel. Foram ministrados inicialmente 04 cursos até outubro. Estes cursos são um desdobramento do SPAE na CMB e envolvem também os demais equipamentos da Pasta de Mulheres. Foram formadas 50 mulheres em cursos de qualificação e estima-se a formação de mais 80 mulheres.
 - **Visitas Guiadas na CMB:** No decorrer do ano de 2016 foram realizadas mais de 85 visitas guiadas pela Casa, nos diversos segmentos (profissionais da rede, estudantes, equipamentos desta Secretaria, instituições, mulheres e público em geral). Torna-se uma maneira dinâmica de compreensão e visualização do equipamento. Recebem material de divulgação como folders e cartilhas.
 - **Roda de Conversa - O que é ser Mulher Brasileira:** A roda faz parte do projeto de intervenção do estágio supervisionado II da estagiária de Serviço Social da UNB, com a abordagem de diversas temáticas. Foram realizadas oficinas com o intuito de discutir o que é ser mulher brasileira, a partir do trabalho de conclusão de curso da estagiária da CMB, com os seguintes temas: Mulheres LBTTTs: Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros, Transsexuais e Travestis; Ser Mulher e Negra: impactos do machismo e do racismo; Saúde Mental e Gênero; e A construção da concepção do gênero feminino e da sexualidade brasileira.
 - **Projeto Curta Maria:** Iniciativa da Casa da Educação Anísio Teixeira, que visa o estímulo da produção de vídeos, durante as comemorações dos dez anos da Lei Maria da Penha- LMP, para alunos do ensino público. Foram selecionados cinco vídeos pela comissão julgadora composta. São vídeos inéditos sobre a LMP, com no mínimo, 03 (três) minutos e, no máximo, 05 (cinco) minutos, destinados à veiculação nas redes de difusão audiovisual e *online* das entidades. Como início do concurso houve uma jornada de 01 dia, coordenada pedagogicamente pela Casa da Educação Anísio Teixeira, para sensibilização, motivação e orientação quanto ao processo de participação. A CMB participou deste projeto em parceria com o CJM/TJDFT e com as mulheres do SPAE que participaram na comissão final de julgamento dos curtas.
 - **Grupo Vida Mulher:** São atendimentos em grupo de mulheres em situação de violência na CMB, em articulação com o Sistema Justiça e com outros serviços da rede de enfrentamento. Os encontros foram reiniciados em março de 2016 e são realizados uma vez por semana. A metodologia utilizada baseia-se na teoria socioeconômica e no uso de técnicas do psicodrama socioeducativo que visa a construção coletiva de significações pelo grupo. As participantes são motivadas não apenas a falar das experiências, mas a entrarem em contato com estas de uma forma vivencial, psicodramática. Temáticas como gênero, identidade, direitos, família, relacionamentos, autoestima, projetos pessoais serão abordados nos encontros. De acordo com a metodologia, outras temáticas serão definidas a partir do diálogo com as participantes. Este grupo está sendo conduzido pelos especialistas do núcleo psicossocial com a supervisão quinzenal da servidora do CJM/TJDFT.
 - **Projeto Casa Abrigo:** Projeto voltado para as mulheres da Casa Abrigo que envolveu a realização de visitas familiares (semanal) no espaço da Casa e a realização de uma manhã cultural por mês. Este projeto ocorreu até junho

de 2016, período em que foi interrompido em sua sistemática. Atualmente as mulheres da Casa Abrigo recebem os seus familiares na Casa em horários e dias diferenciados, sem a periodicidade semanal. Esta atividade é acompanhada pelo CEAM da CMB.

- **Capacita-Ação TJ/Psicossocial:** Realização de palestras nas temáticas: Gênero, Violência Doméstica, Rede, Avaliação de Risco e Grupo para servidores das Unidades Administrativas de atendimento às mulheres em situação de violências desta Secretaria e para todas as pessoas que façam parte da Rede de Proteção às Mulheres do Distrito Federal e Entorno, com objetivo de propiciar aos servidores visão geral, conceitual e prática das temáticas, objeto da capacitação.

- **SEMA I/ Ministério Público:** Foi apresentado um Projeto SEMA/CMB ao Setor de Controle de e Acompanhamento de Medidas Alternativas - SEMA I, para cadastro da CMB como instituição parceira no programa de prestação pecuniária, prestação de serviços à comunidade e alvará de levantamento da fiança. Este projeto foi aceito e cadastrado para o recebimento de doações nos moldes elencados.

- **Curta Criança na CMB:** O projeto trata de uma realização em parceria com a Casa da Educação Anísio Teixeira, cujo objetivo é de ofertar uma atividade de entretenimento para os filhos das mulheres atendidas pelo Serviço de Promoção da Autonomia Econômica - SPAE, e que atualmente são alunas de dois cursos profissionalizantes pelo programa Pronatec Mulheres Mil ofertado na CMB. A iniciativa parte da Brinquedoteca da Casa para ofertar um evento em comemoração ao Dia das Crianças e que pretende realizar dois piqueniques, um por turno, com entretenimentos e com a doação de brinquedos advindos do projeto Curta Criança assinado pela Casa da Educação Anísio Teixeira. Recebemos a doação de particulares e de entidades.

- **Comportamento Defensivo com Associação Vanessa Ribeiro:** Projeto em parceria que consiste em ações voltadas para a prevenção à violência contra a mulher. Serão realizadas atividades com as mulheres por meio de ações de conscientização, prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, com ensino de técnicas de autoproteção, somadas ao despertar da consciência motivadora e reforçadora da autoestima. Estas são ensinadas por meio de *workshops*, oficinas, cursos, além de acolhimento às atendidas, em que a mulher é ensinada a resgatar o seu valor como pessoa e a se defender em situações de risco real, contribuindo para sua segurança, autoestima e qualidade de vida.

- **Curso de Recolocação Profissional:** Projeto de cursos semestrais de recolocação profissional para mulheres acompanhadas pela CMB. Este projeto é um desdobramento do SPAE CMB e já teve duas turmas concluídas.

- **Sistema de Segurança para Mulheres com medida protetiva de urgência:** Projeto piloto para a implementação do Sistema de Segurança Preventiva para as mulheres vítimas de violência doméstica, também conhecidos como "Celular de Socorro" e "Botão do Pânico". Este programa de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, visa resguardar o atendimento priorizado às mulheres que estejam cadastradas neste programa, por meio da implantação de uma plataforma de fiscalização de acionamento dos dispositivos de segurança preventiva com captação, transmissão e gravação do áudio ambiente e localização dos acionamentos pela tecnologia GPS (Sistema de Posicionamento Global). O projeto encontra-se em detalhamento na SSP/DF.

- **Fluxo PAV:** Realizada reunião com o Núcleo de Estudos e Programas de Atenção e Vigilância em Violências - NEPAV da Secretaria de Saúde - SES, em maio de 2016, para alinhamento de fluxos de encaminhamentos com a Secretaria de Saúde. A ideia foi assegurar o encaminhamento das mulheres atendidas pela SES nestes Núcleos (localizados nos Postos de Saúde da SES) à CMB, para um atendimento mais qualificado.

- **Fluxo Estrutural com SUSEC:** A coordenação da CMB participou da construção de um fluxo de atendimento na Cidade Estrutural, com objetivo de alinhamento dos fluxos de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica nesta região, fato que contempla o projeto de prevenção de violência contra mulheres da SSP. Foi proposto pela Secretaria de Segurança Pública - SSP, com as contribuições pertinentes aos serviços ora ofertados pela Casa. Esta discussão resultante em três reuniões com a rede envolvida foi interrompida em razão de mudanças estruturais na SSP em meados de abril de 2016.

- **Capacitação dos servidores CMB:** Servidoras da CMB, que realizaram capacitação de Formação e Multiplicador de mediação de conflito, curso ofertado pelo NEPAV - Secretaria de Saúde, outros participaram dos cursos de formação de Gerentes da SEDESTMIDH realizada na Escola de Governo do Distrito Federal - EGOV.

- **Capacitação Permanente:** A CMB aprovou em reunião do Colegiado Gestor de setembro de 2016, um projeto de capacitação permanente em violência contra a mulher para os operadores da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. A metodologia é baseada em encontros divididos em dois momentos sendo o primeiro a exposição temática e o segundo a troca de conhecimentos. Serão realizadas duas capacitações ao ano, uma em cada semestre. A ideia é de que sejam trazidos profissionais especializados para as temáticas sugeridas. O curso terá 05 encontros de 04 horas, perfazendo um total de 20 horas com as seguintes temáticas abordadas: Gênero e Violência, características das relações violentas, introdução à Lei Maria da Penha, avaliação de risco e conhecimento da rede. Outro público pensado seriam os servidores do Disque 180, para que haja uma qualificação maior na triagem de denúncias e destinação mais precisa às áreas pertinentes. Em decorrência da interrupção do funcionamento da CMB em 23 de setembro de 2016, este projeto será retomado em 2017.

- **Oficina de Afirmação do Feminino:** A Trupe de Argonautas, companhia que, há 10 anos, desenvolve projetos e espetáculos na fusão das linguagens de circo, teatro, dança e música. Em 2015, a Trupe comemorou seus 10 anos de existência e foi contemplada com o Edital de Manutenção de Grupo do FAC (Fundo de Apoio à Cultura, da Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal). Entre as atividades propostas - esteve a realização de uma oficina gratuita de Afirmação do Feminino na CMB. Esta oficina foi desenvolvida pela CMB e COEVCOM com a inscrição de 12 mulheres em cinco encontros findados em dezembro deste ano.

- **Virada do Cerrado:** Entre os dias 7 e 11 de setembro de 2016 aconteceu a Virada do Cerrado, e a SEDESTMIDH esteve mobilizada para participar desse movimento. A Virada do Cerrado é um grande programa colaborativo de mobilização e educação ambiental que promove atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais em todo o DF. Na CMB tivemos as seguintes atividades: Oficina de Horta, exposição "Florescendo no cerrado" e apresentação de dança cigana "Deusas da Lua". Este evento contou com a participação dos servidores da Casa e com as mulheres do SPAE.

Campanhas realizadas

- **Abertura da V Semana Justiça pela Paz em Casa:** Projeto que faz parte da Campanha Nacional iniciada pela Ministra Carmem Lúcia e que objetiva maior conscientização e destaque para as questões voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher e implementação de todas as diretrizes preconizadas na Lei Maria da Penha. O evento é proposto pelo Centro Judiciário da Mulher com o envolvimento dos atores que compõem a rede de enfrentamento e de acolhimento às mulheres. Neste ano, tivemos duas aberturas na CMB, em março e agosto.

- **Março:** Dia Internacional da Mulher - Tarde Legal para mulheres com Oficina de Krav Maga, Campanha com que Bolsa eu vou?

- **Agosto:** Aniversário da Lei Maria da Penha - Calendário de atividades Decenário da LMP, Bate-Bola de Gênero, Filme Vidas Partidas.

- **Outubro:** Outubro Rosa - Roda de Conversa e Caminhada Outubro Rosa da ABRAPEC.

- **Novembro:** 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher - Seminário Luiza Bairros.

Atividades Continuadas

- **Grupo de Trabalho de Planejamento Estratégico:** Constituído para a elaboração de um plano de trabalho da CMB no ano de 2016. Resultou no Plano de ação 2016 para a CMB.

- **Grupo de Trabalho SPAE:** Constituído para a elaboração de ações conjuntas no SPAE. Reuniões semanais.

- **Grupo de Trabalho de Fluxos Internos:** Constituído para aprimoramento da operacionalização do trabalho. Fluxo iniciado pela recepção. Reuniões semanais.

- **Grupo de Trabalho do Convênio CMB:** Constituído com a nova gestão de abril de 2016, para a realização do ajuste do Plano de Trabalho na aplicação dos repasses do Convênio CMB.

- **Rede de Proteção às Mulheres do Distrito Federal e do Entorno:** Acompanhamento de assuntos e situações na temática violência contra a mulher. Os encontros são mensais e ocorrem na CMB.

- **Reunião com o Colegiado Gestor:** São encontros com os Gestores para assuntos previamente pautados no convite. Neste ocorrem deliberações desde a infraestrutura até processos de trabalho. Reuniões mensais.

- **Roda de Conversa:** Foi iniciada a 1ª Roda de Conversa na CMB em abril do ano de 2016. Esta atividade surgiu como encaminhamento na Reunião de Colegiado de Gestores para a aproximação dos servidores da CMB, nos diversos segmentos. Também foi provocada pelo anseio do núcleo psicossocial a fim de aumentar o diálogo com outros órgãos e serviços para melhor atendimento às mulheres na Casa. Trata-se de um momento de estudo de casos entre os diversos setores da CMB.

Unidades Móveis de Acolhimento às Mulheres do Campo e do Cerrado

O objetivo das Unidades Móveis é promover o atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres.

As mulheres do campo e do cerrado sempre foram colocadas em situação de desigualdades, tendo em vista que a localização das áreas rurais distancia a mulher dos equipamentos que atuam em prol dos seus direitos, dessa forma, as Unidades Móveis são fundamentais. Este serviço itinerante faz parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, somando-se ao Programa "Mulher, Viver sem Violência", e tem por objetivo promover acolhimento psicossocial, orientações e encaminhamentos às mulheres que vivem nas áreas rurais do DF, rodas de conversa, palestras, esclarecimentos jurídicos, oficinas sobre a Lei Maria da Penha e outros assuntos, além da distribuição de materiais informativos.

Também são realizadas parcerias com outras Secretarias, Órgãos e Instituições, para que mais serviços sejam levados às comunidades. São exemplos de parceiros, a Secretaria de Estado de Cultura, através do Projeto Mala do Livro, o Conselho Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que presta atendimento jurídico por meio da Comissão Especial de Combate à Violência Familiar, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, que realiza oficinas de alimentação saudável.

Para a implementação das Unidades Móveis no DF e sua manutenção, foi celebrado, em 2013, um convênio entre o Governo do Distrito Federal e a União, por meio da SEDESTMIDH e a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania.

Para a viabilidade da utilização dos recursos financeiros disponibilizados no referido convênio, em 2016 foram tomadas as seguintes providências:

- Elaboração de Termo de Referência, em processo específico, com a finalidade de realizar a contratação dos serviços de lavagem das unidades móveis;
- Solicitação por meio de ofício à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça - SPM/MJ para a realização da sub-rogação/subcontratação de contrato, para a realização do serviço de lavagem das unidades móveis. A SPM/MJ se manifestou desfavorável ao pleito; e
- Apresentação de novo Termo de Referência para contratação dos serviços de manutenção das unidades móveis.

Mesmo com as dificuldades de execução financeira do convênio, as Unidades Móveis estão em pleno funcionamento, e levaram atendimento psicossocial e jurídico às mulheres das áreas rurais do Distrito Federal, com a realização de 29 ações em diversas localidades do Distrito Federal, entre os meses de abril a novembro de 2016. Foram realizadas palestras, rodas de conversa e distribuição de materiais informativos, com vistas à divulgação da Lei Maria da Penha e fomento às discussões sobre gênero e direitos da mulher, atendendo cerca de 840 pessoas em 2016.

Houve o estabelecimento de contatos e parcerias com Instituições participantes da rede, tais como: Secretaria de Estado do Governo do Distrito Federal, MPDFT, Delegacias, Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, SENAR, OAB/DF e Mala do Livro/SECULT-DF.

Para otimizar o trabalho ofertado e definir o planejamento das ações/atividades, foram realizadas 08 reuniões internas, sendo 05 reuniões do Fórum de Mulheres do Campo e do Cerrado. Além disso, foi elaborado um Formulário específico para registro dos atendimentos e posterior evolução do caso junto à REDE, a fim de humanizar e padronizar o atendimento às mulheres, aumentar os índices de notificação por parte dos profissionais de saúde e fornecimento de dados estatísticos mais confiáveis.

Em 2016 destaca-se também como uma ação importante a elaboração do Regimento Interno das Unidades Móveis (não publicada no DODF), que visa nortear os serviços ofertados por tais equipamentos.

Programa Casa Abrigo

O Programa Casa Abrigo se constitui como um espaço de defesa de direitos e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e seus dependentes (meninas de todas as idades e meninos até 12 anos), em risco iminente de morte, por meio do acolhimento institucional, e oferece atendimento psicossocial, jurídico e pedagógico, além de oficinas e outras atividades planejadas através de parcerias.

É, portanto, um equipamento público de alta complexidade, com funcionamento ininterrupto e mantido sob sigilo de endereço, a fim de garantir a segurança do público acolhido. O acesso se dá por encaminhamento das delegacias, Casa da Mulher Brasileira – CMB ou por ordem judicial.

A Casa Abrigo foi criada pela Lei Distrital nº 434/1993, regulamentada pelo Decreto nº 22.949/2002, com fundamento no inciso II, artigo 276 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que determina o dever do Poder Público de criar mecanismos de prevenção e combate à violência, particularmente contra as mulheres e as minorias, proporcionando segurança e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar ou nas relações íntimas de afeto com risco de morte.

Em 2016 a Secretaria articulou a edição da portaria Nº 60/2016, que disciplinou o funcionamento da Casa Abrigo, assegurando a destinação destas vagas de acolhimento institucional somente para esse público alvo, em função de sua vulnerabilidade extrema.

Dentre os resultados da Casa Abrigo estão o acolhimento de 153 mulheres e 192 crianças e adolescentes, totalizando 345 pessoas, que foram acompanhadas pela equipe multidisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogas, Advogadas e Psicólogas, para realização do acompanhamento psicossocial, pedagógico e jurídico, bem como de orientações e encaminhamentos.

Atividades Desenvolvidas e em Desenvolvimento na Casa Abrigo

- **Oficinas de artesanatos:** Bijuterias com material reciclado, bordados, decoração de cadernos, culinária, contação de história, recreação, cuidados com a saúde e o corpo, e oficinas pedagógicas.
- **Eventos de festividades e comemorações:** Carnaval, Dia das Mães, Festa Junina, Dia das Crianças e Natal.

– **Aprimoramento da Gestão:** Em 2016 a Casa Abrigo realizou diversas reuniões, para reavaliação dos procedimentos internos, discussões de casos, planejamento e avaliação, e elaboração de documentos essenciais, tais como:

- Mapa e Planejamento Estratégico em conjunto com a equipe da AGEP;
- Regimento Interno (não publicado no DODF);
- Portaria Nº. 60, de 20 de maio de 2016, que disciplina o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, familiar ou nas relações íntimas de afeto com risco de morte, bem como de seus dependentes no âmbito da SEDESTMIDH; e
- Levantamento de necessidades para elaboração de protocolo de encaminhamento para a Casa Abrigo.

Visando garantir o atendimento integral aos acolhidos, foram realizadas reuniões sistemáticas com os equipamentos da rede, dentre eles, Educação (escolas, regionais de ensino, PRONATEC Mulheres Mil), Saúde (centros de saúde, Diretoria de Saúde Mental, Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência – PAV, CAPS, Adolescente, Instituto de Saúde Mental, Vigilância Epidemiológica), Assistência Social (CRAS, CREAS, COSE), Conselhos Tutelares, DEAM, Embaixadas, ONGs (Instituto Proeza, Apoena, Associação das Mulheres do Recanto das Emas, Aliança das Mulheres Internacionais, Agência Because), Secretaria de Estado de Cultura – SECULT-DF, Sistema Judiciário e Procuradoria Especial da Mulher do Senado e Diretoria do Senado.

Uma ação de sucesso na Casa Abrigo em 2016 foi a implementação do projeto de inclusão produtiva e geração de renda para as mulheres acolhidas, em parceria com o Instituto Proeza, uma vez que com a realização de oficinas de artesanato dentro da unidade, além de capacitar, geram renda durante e após o desligamento do serviço. Tal ação também melhorou a autoestima das mulheres e despertou a solidariedade entre elas, facilitando a convivência, e principalmente empoderando às mulheres assistidas para um recomeço de vida.

A Casa Abrigo, devido à necessidade da garantia do sigilo do endereço, funciona atualmente em imóvel alugado. Em 2016 foi elaborado Termo de Referência para nova locação de imóvel. A equipe da unidade participou no decorrer de 2016 de várias capacitações, destacando-se as realizadas pela Escola de Governo e o Curso de Mediação de Conflitos Coletivos, realizado pela Universidade de Brasília – UnB, que contou com a participação de 17 servidores.

Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica - NAFAVDs

Os NAFAVDs nasceram de um Termo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT e prestam atendimento aos autores de violência doméstica e também a outros familiares envolvidos, sendo um atendimento restrito a casos encaminhados pelo Sistema Judiciário. O serviço objetiva o empoderamento e a escuta qualificada das familiares vítimas da violência e, quanto aos agressores, busca a responsabilização pelas violências praticadas em um contexto reflexivo que favorece a construção de alternativas à violência para a resolução de conflitos. Além do atendimento individual, os 09 NAFAVDS em 2016 realizaram 37 grupos com os autores, e 08 grupos com mulheres.

Responsável por grande parte das pautas positivas da Secretaria no segundo semestre de 2016 e destinatário de dois elogios formais, um enviado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT e o outro pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, os NAFAVDs tem reforçado o pioneirismo do Distrito Federal, no que concerne a cumprir a Lei Maria da Penha institucionalmente e ainda na pioneira atuação, focada na responsabilização reflexiva masculina, com vistas a evitar novos ciclos de violência.

Além do acompanhamento psicossocial, os NAFAVDs promoveram palestras e rodas de conversas com as comunidades locais, a fim de divulgar a Lei Maria da Penha e discutir as questões de gênero envolvidas nos casos de violência contra as mulheres, colaborando, dessa forma, para a conscientização da população e, assim, para a prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar. Buscaram também o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, com vistas à responsabilização e reeducação de homens autores de violência doméstica. O objetivo da Rede é conhecer melhor o fluxo de atendimento às mulheres, identificando as lacunas para aprimorar o trabalho das instituições.

Merece destaque também o estreitamento das relações e ampliação do diálogo com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do DF, ratificando os protocolos de encaminhamentos e fluxos de trabalho.

Em 2016, os NAFAVDS do Gama, Santa Maria e Brasília participaram de um grupo de trabalho com o MPDFT (Dr. Tiago Pierobom), SSP/DF, TJDFT e outros parceiros, para a realização de um projeto piloto de aplicação de um questionário de Avaliação de Risco.

Com vistas à normatização do serviço e padronização das atividades, foram elaborados em 2016:

- O Mapa e Planejamento Estratégico dos NAFAVDs, com a AGEP; e
- O regimento interno (não publicado no DODF).

Ressalta-se que em 2015 os NAFAVDS possuíam um quantitativo maior de servidores, uma vez que existia o convênio com o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, que previa 27 profissionais. Com o encerramento do referido convênio, as equipes ficaram extremamente fragilizadas, visto que reduziu em 43% do quadro de recursos humanos, o que impactou diretamente no quantitativo de atendimentos realizados em 2016. A falta de recursos humanos, em especial de especialistas, gera longas e demoradas listas de espera (demanda reprimida) nas unidades. Com exceção do NAFAVD

Planaltina, que possui uma pedagoga, todos os demais possuem como especialistas apenas Psicóloga (o) s, o que dificulta o trabalho psicossocial com olhar multidisciplinar, por não haver outros especialistas (assistentes sociais, pedagogos, advogados).

A fim de otimizar os serviços, ampliar o quantitativo de atendimento e regularizar a jornada de trabalho dos servidores frente às normas vigentes, no segundo semestre de 2016 foi solicitado ao MPDFT avaliar e permitir a ampliação do horário de funcionamento dos NAFAVDs, bem como ampliar a cessão dos espaços físicos. Todavia, até o momento não houve resposta quanto ao pleito.

Para padronizar os atendimentos, visto que algumas unidades já atenderam crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência doméstica e familiar, em outubro de 2016 a Secretaria informou ao MPDFT e ao TJDF que os NAFAVDs possuíam metodologia para atendimento de mulheres, maiores de 18 anos, sugerindo que os casos que envolvem violência de crianças e adolescentes sejam direcionados aos CREAS e/ou órgãos da rede.

Apesar das dificuldades enfrentadas, principalmente a falta de servidores, as equipes dos 09 NAFAVDs realizaram 5.897 atendimentos.

Centros Especializados de Atendimentos às Mulheres – CEAMs

Assim como as Unidades Móveis, os CEAMs foram criados por meio de Convênio do GDF com a SPM/PR e oferecem acompanhamento psicossocial às mulheres que procuram o serviço de forma espontânea, independentemente do registro de ocorrência policial. Tem como objetivo contribuir para o empoderamento e para o resgate da cidadania das mulheres para que saiam do ciclo de violência em que se encontram, realizando diagnóstico e promovendo o acompanhamento e encaminhamentos necessários, bem como atuando na promoção de sua autonomia econômica.

Foi realizado o acompanhamento psicossocial e jurídico às mulheres envolvidas, ou não, em situações de violência doméstica e familiar, promovendo a equidade de gênero e empoderamento destas mulheres, totalizando 2.690 atendimentos. Além do acompanhamento psicossocial, os CEAMs promoveram palestras e rodas de conversas com as comunidades locais, a fim de divulgar a Lei Maria da Penha e discutir as questões de gênero envolvidas nos casos de violência contra as mulheres, colaborando, dessa forma, para a conscientização da população e, assim, para a prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar.

É importante mencionar que os CEAMs foram implementados no DF por meio do Convênio Nº 186/2013, celebrado entre o GDF e a SPM/MJ, cujo objeto era equipar 6 Centros de Especializados de Atendimento à Mulher no DF. O referido convênio findou-se em 2015, sendo que os serviços foram custeados a partir de então pelo GDF.

A manutenção das parcerias firmadas e maior atuação dentro das redes de atendimento locais foram metas norteadoras das atividades desenvolvidas pelos CEAMs em 2016, tais como: CREAS, CRAS, COSEs, Centros de Saúde, Núcleo de Estudos e Programas na Atenção e Vigilância em Violência - NEPAV, Delegacias, Sistema Judiciário, entre outros.

Os CEAMs inovaram ao oferecer, através de uma parceria, sem ônus para o GDF, aulas de Yoga para as mulheres que estavam em acompanhamento psicossocial. Este projeto foi de grande importância para estas mulheres, uma vez que a prática da Yoga tem sido indicada por diversos profissionais para o combate à depressão e situações relacionadas ao estresse, quadros psicológicos comuns em mulheres que sofreram violência doméstica. O projeto encontra-se ativo desde maio de 2016 e pretende-se dar continuidade no ano de 2017.

Também por meio de parcerias, foram oferecidas às mulheres acompanhadas oficinas de pintura em tecido e telas (Projeto Picasso não Pichava), confecção de bonecas de pano, alimentação saudável, biojóias, fabricação de puffs e bordados. Tais ações, além de ser uma forma de instrução, colaboram para o processo terapêutico e socializador.

Outra parceria importante foi firmada com Pronatec, que através do Programa Mulheres Mil, ofereceu cursos profissionalizantes às 200 mulheres, tais como, corte e costura, cuidadora de idosos, copeira e manicure.

Destaca-se também a elaboração:

- Do Regimento interno do equipamento (não publicado no DODF);
- Do Mapa e Planejamento Estratégico, com a AGEPE;
- Minuta do Manual de Procedimentos.

As unidades estão localizadas em três regiões administrativas (Plano Piloto, Ceilândia e Planaltina), sendo insuficientes candidatos para a cobertura e o georeferenciamento de todo Distrito Federal. Além disso, possui equipe escassa, insuficiente para formação de equipe multidisciplinar e atendimento das demandas.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – FAMÍLIAS FORTES**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1235 — CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL — CRAS	1.473.000	607.692	0	0
1888 — CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL — CRAS—PLANO PILOTO.	565.000	0	0	0
1889 — CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL — CRAS—SANTA MARIA	454.000	0	0	0
1890 — CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL — CRAS—DISTRITO FEDERAL	454.000	607.692	0	0
1968 — ELABORAÇÃO DE PROJETOS	10.000	0	0	0
3205 — ELABORAÇÃO DE PROJETOS—DISTRITO FEDERAL	10.000	0	0	0
2461 — APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	100.000	100.000	0	0
0001 — APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES-APOIO A PROJETOS — AÇÃO SOCIAL CRIANÇA FELIZ-DISTRITO FEDERAL	100.000	100.000	0	0
2579 — MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	30.000	7.723	0	0
0028 — MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO—DISTRITO FEDERAL	30.000	7.723	0	0
2623 — CUIDANDO DA VIDA	220.000	1.019.471	0	0
0002 — CUIDANDO DA VIDA—DISTRITO FEDERAL	220.000	1.019.471	0	0
3184 — CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.697.050	506.908	305.455	298.284
0003 — CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL—SAMAMBAIA	132.050	506.907	305.455	298.284
0004 — CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL—SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	1.565.000	1	0	0
3186 — CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO — UACS	2.362.000	4.990	0	0
0008 — CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO — UACS—PLANO PILOTO.	1.908.000	1	0	0
0009 — CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO — UACS—DISTRITO FEDERAL	454.000	4.989	4.988	0
3188 — REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — CREAS	30.000	3	0	0
3894 — REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — CREAS—GAMA	10.000	1	0	0
3895 — REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — CREAS—GAMA	10.000	1	0	0
3896 — REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — CREAS—SOBRADINHO	10.000	1	0	0
3189 — REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA — CRE POP	30.000	3.992	0	0
0004 — REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA — CRE POP—DISTRITO FEDERAL	10.000	1	0	0
0005 — REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA — CRE POP—TAGUATINGA	10.000	1	0	0
0006 — REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA — CRE POP—PLANO PILOTO.	10.000	3.990	0	0
3190 — REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO — UACS	110.000	31.318	0	0
0004 — REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO — UACS—TAGUATINGA	10.000	3.990	0	0
0005 — REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO — UACS—CEILÂNDIA	100.000	27.329	0	0
3678 — REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	80.000	0	0
6084 — REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AO IV ENCONTRO DE MULHERES DE TERREIRO DO CENTRO OESTE-DISTRITO FEDERAL	0	80.000	0	0
4154 — ABORDAGEM SOCIAL A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	200.000	0	0	0
0001 — IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS CASA DOS DIREITOS UNIÃO PLANETÁRIA	200.000	0	0	0
4162 — TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	59.261.950	59.180.850	59.180.850	34.110.355
0003 — TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO—DISTRITO FEDERAL	59.261.950	59.180.850	59.180.850	34.110.355
4172 — MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA	1.330.000	391.825	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL				
0003 — MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL—DISTRITO FEDERAL	1.329.000	4.254	0	0
0004 — MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL—PLANO PILOTO.	1.000	387.571	0	0
4173 — FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	7.700.000	9.572.963	8.355.636	7.603.602
0002 — FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS—DISTRITO FEDERAL	7.700.000	9.572.963	8.355.636	7.603.602
4174 — FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS	8.109.097	3.868.930	2.779.858	2.714.868
2940 — FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS—DISTRITO FEDERAL	8.109.097	3.868.930	2.779.858	2.714.868
4175 — FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS	42.000.000	21.379.762	13.821.284	12.267.343
0003 — FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS—DISTRITO FEDERAL	42.000.000	21.379.762	13.821.284	12.267.343
4187 — CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.150.000	300.001	0	0
0001 — APOIO ÀS ATIVIDADES DO GRUPO DA FRATERNIDADE CÍCERO PEREIRA	500.000	0	0	0
0002 — APOIO ÀS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL MENINO DE CEILÂNDIA	200.000	1	0	0
0003 — CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-APOIO ÀS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SÃO SEBASTIÃO-SÃO SEBASTIÃO	200.000	1	0	0
0004 — APOIO ÀS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO INSTITUTO APRENDER	100.000	0	0	0
0005 — APOIO ÀS ATIVIDADES DO INSTITUTO DE ESTUDOS E PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL — IEPIS	150.000	0	0	0
0006 — CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-APOIO A EXECUÇÃO DO PROJETO MÃOS DE OURO — INSTITUTO ACESSO-SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
0009 — CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-APOIO A PROJETOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL-DISTRITO FEDERAL	0	1	0	0
4188 — AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	400.000	0	0	0
0007 — AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – DF	0	1.096.987		
3845 — AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-APOIO A EVENTOS SOCIAIS NA R.A. DE PLANALTINA- PLANALTINA	100.000	0	0	0
3846 — AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-APOIO A EVENTOS SOCIAIS NA R.A. DO NÚCLEO BANDEIRANTE-NÚCLEO BANDEIRANTE	100.000	0	0	0
3847 — APOIO A EVENTOS SOCIAIS NO DISTRITO FEDERAL	200.000	0	0	0
4232 — AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	1.200.000	522.902	407.085	155.451
5340 — AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA—DISTRITO FEDERAL	1.200.000	522.902	386.385	202.432
5762 — CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	1.000.000	1.173.099	664.353	662.044
8588 — CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO—CEILÂNDIA	1.000.000	1.173.099	664.353	662.044
TOTAL DO PROGRAMA 6228	128.413.097	100.198.274	93.858.116	43.872.920

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
TAC: Taxa de atualização cadastral	%	0,42	31-dez-14	Anual	0,55	0,65	0,75	0,75	Cadastro Único/MDS / UO 25101 / OE 1
TAFE: Taxa de Frequência Escolar	%	0,81	31-dez-14	Anual	0,83	0,83	0,85	0,85	SICON/MDS / UO 25101 / OE 1
TAAS: Taxa de Acompanhamento da Agenda Saúde	%	0,37	31-dez-14	Anual	0,4	0,42	0,45	0,5	SICON/MDS / UO 25101 / OE 1
Domicílios em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – IAN	%	9,80	31-dez-14	Quadrienal	9,8	-	-	5,5	PNAD/IBGE / UO 25101 / OE 2
Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa de Provisão Alimentar Continuado	Unidade	24.000	30-abr-15	Mensal	26.000	26.000	30.000	30.000	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 2

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Número de Técnicos em Assistência Social – TAS e Especialistas em Assistência Social – EAS	Unidade	869	31-dez-14	Anual	1.005	1.103	1.198	1.238	FAS/DF / UO 25101 / OE 3
Atendimentos nos serviços socioassistenciais e ações complementares correlatas e afins	Unidade	301.922	30-jun-15	Anual	312.596	347.569	405.671	445.044	Sinopse Estatística/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3
Vagas e/ou referenciamento para atendimento à população nos serviços socioassistenciais	Unidade	278.940	30-jun-15	Anual	292.380	306.268	351.808	372.788	SUBSAS/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3
Cobertura de atenção ao usuário ou dependente de drogas	%			Anual	45	65	75	80	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
Inserção laboral ou produtiva	%			Anual	5	18	35	53	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
Inserção Habitacional	%			Anual	10	20	30	37	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5

A Gestão de Transferência de Renda e do Cadastro Único, no âmbito da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal é efetivada por meio da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social, diretamente pela Subsecretaria de Assistência Social. Tal atividade se concretiza por meio dos programas Bolsa Família-PBF; Programa DF sem Miséria-DFSM; Bolsa Alfa-BA; e Programa Vida Melhor-PVM, em fase de finalização.

Para que as famílias acessem os benefícios de transferência de renda, devem estar inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, além de cumprir com compromissos nas áreas de Educação e Saúde (condicionalidades). Desse modo, tanto a gestão do Cadastro Único quanto o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades são medidas realizadas sistematicamente.

O Programa Bolsa Família (PBF) atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, inseridas no Cadastro Único e com o seguinte perfil:

- Famílias com renda por pessoa de até R\$ 85 mensais;
- Famílias com renda por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 177 mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

A seleção para o Programa ocorre de forma automatizada, mediante informações contidas no Cadastro Único.

A estimativa de famílias pobres para o DF, conforme o Censo de 2010 é de 95.674 (noventa e cinco mil, seiscentas e setenta e quatro) famílias.

Em consonância com o PBF, desde julho de 2011, existe o Plano DF sem Miséria - DFSM, que sob a ótica da transferência de renda, repassa recursos financeiros do GDF a todas as famílias beneficiárias do PBF que apresentem renda mensal por pessoa, inferior a R\$ 140,00, após o recebimento dos valores do programa federal. Os valores desse suplemento variam de acordo com a situação de pobreza de cada família, proporcionando às mais pobres receberem mais recursos de suplementação do Plano DF sem Miséria. Desta forma, a política de transferência de renda do DF proporciona maior proteção às famílias mais vulneráveis, além de garantir o acesso aos mínimos sociais. Para sua manutenção como beneficiária, a família deve cumprir os compromissos, ou seja, atender às condicionalidades estabelecidas, que se enquadram nas áreas de educação e de saúde, quais sejam:

- Saúde
 - Crianças menores de 07 anos: manter atualizado o calendário de vacinação, pesar e medir, conforme o calendário do Ministério da Saúde;
 - Mulheres entre 14 e 44 anos: Pré-natal para gestantes e acompanhamento de nutrizes; e,
 - Gestantes e mães que amamentam: participar do pré-natal e ir às consultas nas unidades de Saúde. Após o parto, devem continuar o acompanhamento da saúde, própria e do bebê, além de participar das atividades educativas promovidas pelas equipes de Saúde sobre aleitamento e alimentação saudável.
- Educação
 - Manter frequência escolar mínima de 85% para alunos de 6 a 15 anos e 75% para jovens de 16 e 17 anos.

Número de Famílias Beneficiárias do PBF e DFSM em 2016

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS – ÚLTIMOS 12 MESES			
Mês	PBF SEM DFSM	PBF COM DFSM	TOTAL
12/2015	28.709	65.252	93.961
01/2016	23.019	62.152	85.171
02/2016	21.895	63.167	85.062
03/2016	20.849	58.647	79.496
04/2016	20.496	60.180	80.676
05/2016	19.104	61.290	80.394
06/2016	19.168	61.212	80.380
07/2016	25.705	59.064	84.769
08/2016	22.195	62.419	84.614
09/2016	24.821	60.601	85.422
10/2016	24.723	63.805	88.528
11/2016	24.966	62.096	87.062

No ano de 2016, foram retomadas as atividades do Comitê Gestor intersetorial do Programa Bolsa Família no DF, mediante a publicação da Portaria nº Portaria Nº 111, de 23 de agosto de 2016 – SEDESTMIDH. O objetivo do comitê gestor é fortalecer as ações intersetoriais do Programa Bolsa Família, junto à Saúde e Educação.

Para a Saúde foram iniciadas atividades de atualização do banco de dados para otimizar a busca ativa dos profissionais de Saúde. Aliado a isso no final da 1ª e 2ª vigência foram realizadas ligações às famílias público da Saúde para que comparecessem aos Centros de Saúde próximos de sua residência para acompanhamento e registro das condicionalidades do Programa. Tais medidas demonstraram um incremento entre as vigências de 5.747 novas famílias acompanhadas, atingindo o índice histórico para o DF, de 47,59% de registro do acompanhamento das condicionalidades de Saúde na 1ª vigência de 2016.

Acompanhamento da Saúde em 2016			
Período de Acompanhamento	Famílias perfil Saúde no Bolsa Família (2)	Famílias acompanhadas (3)	
		nº	% (Taxa Saúde para IGD)
1º Semestre/2016	69.626	33.133	47,59

Para a Educação foram iniciadas discussões acerca de projeto piloto, que visa qualificar as informações dos alunos infrequentes, bem como ajustar as informações escolares no Sistema Presença da Educação e no Cadastro Único, de forma que sejam reduzidos os alunos Não Localizados (NLoc) por inconsistência das informações entre essas duas bases.

Quadro 8 – Acompanhamento da Frequência Escolar em 2016			
Período de Acompanhamento	Beneficiários perfil Educação no Bolsa Família (2)	Beneficiários acompanhados (3)	
		nº	% (Taxa Educação para IGD)
Setembro/2016	121.930	107.306	88,01
Julho/2016	115.489	91.383	79,13
Maior/2016	115.464	83.295	72,14
Março/2016	121.226	88.997	73,41

Ainda sobre as condicionalidades é relevante mencionar o processo de orientação realizado para profissionais de CRAS e CREAS, no sentido de que efetuem o registro no SICON, do Acompanhamento Familiar das famílias que sofrem repercussões nos benefícios do Programa Bolsa Família – PBF, fruto do descumprimento das condicionalidades de saúde e educação, para que as famílias possam ser alcançadas mais rapidamente e não tenham o benefício cancelado.

Conforme descrito na Portaria nº 251/12, deverão ser priorizadas, no acompanhamento familiar com registro no SICON, as famílias com o maior número de suspensões e com registro de motivos relacionados à violação de direitos e extrema vulnerabilidade social/renda.

Diante disso, nos meses de repercussão do descumprimento de condicionalidades (meses ímpares à exceção de janeiro), os arquivos de suspensão são disponibilizados, para assegurar que as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social sejam acompanhadas pelos serviços de assistência social, bem como identificar a necessidade da ação de outras políticas sociais, como saúde e educação.

A Lei que dispõe sobre os benefícios eventuais da Política de Assistência Social do Distrito Federal, Lei nº 5.165/13, criou também o “Benefício Excepcional”, tendo por objetivo o auxílio financeiro destinado à pessoa em situação de vulnerabilidade temporária, em Razão do Desabrigo Temporário, ocasionada pela falta ou inadequação da moradia (art. 27, Lei n. 5.165/2013).

Em 2016, foram concedidos 8.459 (oito mil e quatrocentos e cinquenta e nove) benefícios excepcionais.

É importante ressaltar o papel da fiscalização, como forma de controle, que visa garantir eficiência, eficácia, efetividade e transparência na gestão do Programa Bolsa Família e da complementação financeira no Plano DF sem Miséria – DFSM. Dessa forma, é assegurado que os benefícios sejam disponibilizados às famílias que atendem aos critérios de elegibilidade do Programa, em conformidade com as normas vigentes. Mediante a fiscalização é feita a apuração de fornecimento de informações falsas no momento do cadastramento ou da atualização cadastral.

O objetivo da fiscalização é fortalecer o monitoramento e o controle das ações voltadas à execução do Programa Bolsa Família e da complementação financeira no Plano DF sem Miséria – DFSM. Todo esse processo é realizado sem qualquer interferência na autonomia e competência de cada uma das instituições envolvidas.

Atividades desenvolvidas em 2016

1. Visitas domiciliares

Foram realizadas 168 (cento e sessenta e oito) visitas domiciliares durante todo o ano de 2016. Dentre elas, nas Regiões Administrativas de origem das denúncias, conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 9 - Visitas Realizadas 2016		
Região administrativa	Quantidade	Origem
Brasília	5	CRAS
Ceilândia	27	CRAS/Ouvidoria/SENARC
Fercal	3	CRAS/Ouvidoria
Gama	8	CRAS/Ouvidoria
Guará	3	CRAS
Itapôa	4	Ouvidoria
Núcleo Bandeirante	1	Ouvidoria
Paranoá	12	Ouvidoria/SUBSAS
Planaltina	12	Ouvidoria/SENARC
Recanto das Emas	8	Ouvidoria/SENARC
Riacho Fundo	1	Ouvidoria
Riacho Fundo II	3	Ouvidoria/STC/SENARC
Samambaia	3	CRAS/Ouvidoria
Santa Maria	7	CRAS/Ouvidoria
São Sebastião	3	CRAS/ SENARC
Sobradinho II	63	Ouvidoria/TCDF
Taguatinga	1	SENARC
Varjão	4	CRAS
Total de visitas domiciliares	168	

Os procedimentos de visitas domiciliares foram realizados durante todo o ano, com tentativa de agendamento junto aos beneficiários. Cabe registrar que uma dificuldade enfrentada nesta atividade foi em relação ao transporte para deslocamento dos visitantes. Em razão da sensível falta de motoristas, foi preciso contar com o apoio de diversas unidades, que disponibilizavam carros e motoristas, como alternativa para realização do serviço. Isto também acarretou problemas em relação ao agendamento prévio de visitas com as famílias.

O quadro e o gráfico abaixo descrevem o quantitativo de denúncias recebidas e visitas realizadas no ano de 2016.

Quadro 10 - Quantitativo Mensal De Denúncias Recebidas E Número De Visitas Realizadas		
Mês	Número de entrada de denúncias	Visitas Realizadas
Janeiro	4	12
Fevereiro	11	12
Março	8	15
Abril	14	15
Mai	23	25
Junho	15	39
Julho	21	4*
Agosto	23	5**
Setembro	13	16
Outubro	20	20
Novembro	14	20
Total	166	168

Fonte: Planilha de denúncias GEAF – setembro/2016

*Período sem motorista.

** Retomada das visitas domiciliares a partir de 24/08/2016

2. Denúncia realizada pelo Tribunal de Contas do DF-TCDF

Do público incluído na análise realizada pelo TCDF verificou-se um número inicial de: Achado 1 - 814 famílias e Achado 2 – 46 famílias, totalizando 860 casos.

Tendo em vista que o relatório do TCDF considerou a folha de pagamento de beneficiários do DF sem Miséria (DFSM) de abril/2013 e a RAIS do ano de 2009, solicitou-se à Controladoria-Geral do DF (CGDF) a realização de batimento com a RAIS do ano de 2013. Foram também retiradas as duplicidades, culminando em redução dos casos. O Achado 1 passou a conter 577 famílias para averiguação, e o Achado 2, 44 famílias, totalizando 621 casos.

Anteriormente ao início das ações desse público foi necessário organizar os arquivos, bem como reunir e unificar a documentação, de acordo com a origem das demandas. Esse procedimento foi importante para que se pudesse compreender o histórico das ações adotadas até aquele momento. Outra medida significativa foi o início de estudo pelos novos servidores da equipe, pois os fluxos e procedimentos de Fiscalização lhes eram alheios, desde o modo de abordagem durante a realização de visitas e coleta de dados, até a análise dos processos.

Para os procedimentos relacionados a processos, buscou-se auxílio junto à Unidade de Controle Interno e Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria. Foram realizadas reuniões para apresentação de dúvidas e elaboração de questionamentos, visto que a omissão das normativas distritais em relação aos procedimentos, limites de atuação e fluxos, no âmbito da fiscalização de recebimento indevido de benefícios de transferência de renda repassados pelo Governo do Distrito Federal restringem as atividades dos servidores.

Paralelamente, para que a determinação do TCDF fosse cumprida, os procedimentos técnicos de apuração foram iniciados. Primeiramente foi realizada consulta à base dos seguintes sistemas: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Sistema de Gestão de Benefício (Sibec), Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) do DF e o Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (Sids).

No ano de 2016 foram realizadas três convocações para as famílias, público da denúncia para atualização cadastral, coleta de dados para análise posterior, cujo resultado está disposto no quadro abaixo:

QUADRO 10 - Público "Achado 1" TCDF	
Não foram localizados no Cadastro Único (transferido/excluído)	89
1ª Ação de Fiscalização e Coleta de Dados	40
2ª Ação de Fiscalização e Coleta de Dados	184
3ª Ação de Fiscalização e Coleta de Dados	70
Convocação por edital no DODF para 4ª Ação (em trâmite)	197

Das 448 famílias que possuíam dados no Cadastro Único, 65% (293 famílias) compareceram nas Ações, sendo possível o levantamento e a coleta de dados delas

3. Secretaria de Transparência e Controle – STC - 2012 e 2013

Os processos da Secretaria de Transparência e Controle – STC, atual Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, foram desmembrados, (individualizados) por orientação da UCI – SEDESTMIDH, com vistas à análise de cada beneficiário denunciado.

Cabe registrar que se encontra em fase final de análise, pela área jurídico-legislativa da Secretaria, o entendimento acerca do que se considera omissão e o que se considera má-fé, para fins de ressarcimento ao erário do DF, tendo em vista a omissão da legislação a esse respeito.

Com relação à concessão de Benefícios, a Lei nº. 5.165/2013, em seu artigo 27, cria também o Benefício Excepcional, tendo por objetivo o auxílio financeiro destinado à pessoa em situação de vulnerabilidade temporária em Razão do Desabrigo Temporário, ocasionada pela falta ou inadequação da moradia.

Tal Benefício é bastante demandado por alguns grupos de movimento sociais, tais como MTST, MRP, Nova Planaltina e Nova Jerusalém, para além das famílias acompanhadas pelos equipamentos da Política de Assistência Social.

Assim, em 2016 foram concedidos 4.277 (quatro mil e duzentos e setenta e sete) benefícios, com a finalidade de pagamento de aluguel.

Com relação à política de Segurança Alimentar e Nutricional é importante destacar que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (Lei Federal nº 11.346/2006) foi instituído na perspectiva de assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Estabeleceu que alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

O Decreto nº 7272/2010 regulamentou a Lei nº 11.346, instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN e, estabeleceu as diretrizes para elaboração dos Planos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Com a publicação da Lei nº 4.085, de 10 de janeiro de 2008, foi instituída a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal, que foi alterada pela Lei nº 4.725, de 28 de dezembro de 2011. A referida Lei estabelece como integrantes do SISAN/DF: a Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/DF, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional- CAISAN/DF e as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos que manifestem interesse na adesão ao SISAN/DF.

Manutenção e Funcionamento da Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e do Conselho

O CONSEA/DF é órgão de assessoramento imediato ao Governador do Distrito Federal e se constitui como espaço privilegiado de articulação entre governo e sociedade civil, com o objetivo de propor diretrizes para as ações na área da segurança alimentar e nutricional, apoiando a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal e à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada no Distrito Federal.

Em 2016, foram realizadas pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal – CONSEA DF seis (6) reuniões ordinárias, uma (1) reunião extraordinária, três (3) reuniões do GT sobre o Regimento Interno, duas (2) reuniões da Comissão de Transição e três (3) reuniões do GT PNAE.

Neste ano, foram aprovadas, em Plenária, alterações no Regimento Interno e no Decreto nº 35.944, de 24 de outubro de 2014 e, para tanto, o CONSEA/DF instruiu o Processo nº 431.001.747/2016, para que o novo Decreto seja publicado, estando, a matéria, em fase de análise jurídico-legislativa. Além disso, foi realizado o processo seletivo dos novos representantes da sociedade civil e estão sendo realizados os procedimentos administrativos necessários à designação dos mesmos pelo Governador do Distrito Federal.

A CAISAN/DF tem por objetivo promover a articulação e integração entre os órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, além de elaborar, monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e a aplicação de recursos em ações ou programas de interesse da área de segurança alimentar e nutricional.

Em 2016, a CAISAN atuou junto às Secretarias na avaliação do I PDSAN e na discussão de metodologia de elaboração do II PDSAN. Esta Câmara realizou uma (1) reunião do Pleno Secretarial e do Pleno Executivo, na qual foi apresentada um estudo realizado pela CODEPLAN e discutida a agenda de discussões para a elaboração do Plano Distrital e do Plano de Trabalho para cumprimento do Pacto Nacional pela Alimentação Saudável.

Acrescenta-se, ainda, a articulação da CAISAN e do Gabinete da Secretaria, junto à CAISAN Nacional, com vistas à prorrogação e alteração no Plano de Trabalho do Convênio nº 48/2012, que tem por objeto o fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal.

Em consonância com as discussões realizadas no âmbito do CONSEA/DF, foi proposta uma alteração no Decreto da CAISAN/DF e instruído o Processo nº 0431.001.489/2016. No dia 28 de dezembro de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.895 de 27 de dezembro de 2016, o qual alterou os artigos 6º, 7º e 10 do Decreto nº 33.142, de 19 de agosto de 2011.

Ações e Programas de Segurança Alimentar e Nutricional Executados pela Secretaria

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Art. 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN).

Os programas atualmente desenvolvidos pela Secretaria, na área de segurança alimentar e nutricional têm como objetivo contribuir para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Para isso, a Secretaria administra 14 Restaurantes Comunitários, o Programa de Provitamento Alimentar Institucional: modalidade leite e derivados, o Programa de Cestas Emergenciais, além de atividades de Educação Alimentar e Nutricional, como eixo transversal às demais ações. Também oferta lanches e refeições nutricionalmente balanceadas nas unidades de assistência social da Secretaria.

As ações de segurança alimentar e nutricional são desenvolvidas de maneira articulada ao Cadastro Único para Programas Sociais, ao Programa Bolsa Família e aos serviços socioassistenciais, para que as famílias em situação de vulnerabilidade social do Distrito Federal possam alcançar dignidade e autonomia, sendo sujeitos ativos em suas escolhas alimentares.

Lanches e Refeições – Unidades Socioassistenciais Do Df

A Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal - SEDESTMIDH, por meio da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social - SEADS, é responsável pela execução da política de assistência social no Distrito Federal. Promove a oferta de serviços que visam proteção social e garantia dos direitos socioassistenciais em 67 (Sessenta e Sete) Unidades: Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Convivência - COSE, Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, Centros de Referência Especializados de Atendimento à População em Situação de Rua - Centros Pop, Centro da Diversidade e Unidades de Acolhimento Institucional - Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias - UNAF, Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - UNAC, Unidade de Acolhimento para Mulheres – UNAM, Unidade de Acolhimento para Idosos – UNAI e Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – UNACAS.

O público atendido nestas unidades é composto de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de violação de direitos, ambos em sua maioria com insuficiência ou ausência de renda, tendo como uma das consequências o comprometimento da segurança alimentar e nutricional dessas famílias e indivíduos.

Especialmente nas Unidades de Acolhimento e nos Centros Pop, a garantia de alimentação do tipo refeição constitui-se como parte fundamental dos serviços ali prestados, garantindo assim o direito humano à alimentação adequada durante o tempo de permanência do indivíduo na unidade de atendimento, indivíduos estes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados e ou em situação de rua, ambos com insuficiência ou ausência de renda e que necessitam de proteção integral.

No contexto de proteção integral à família e indivíduos, é importante destacar alguns pressupostos básicos que permeiam a convergência entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), entre eles:

- A Política de Assistência Social deve prover mínimos sociais, com a finalidade de garantir o atendimento às necessidades básicas – art. 1º da LOA;
- O provimento do direito à alimentação adequada previsto no art. 6º da Constituição Federal é dever do Estado;
- A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, deve ser garantida por meio da política de assistência social, disposto no inciso I, do Art. 203 da Constituição Federal;
- A situação de insegurança alimentar e nutricional é uma vulnerabilidade presente na extensão dos Centros de Referência de Assistência Social identificada pelo Censo do Sistema Único de Assistência Social;
- A melhoria das condições de vida da população atendida no Sistema Único de Assistência Social exige ações coordenadas com a Segurança Alimentar e Nutricional, acesso a benefícios, renda e trabalho social para a superação das vulnerabilidades sociais e riscos pessoais e sociais.

Em 2016, a contratação dos serviços elencados acima, se deu por meio de chamamento público (contratação emergencial) formalizado por meio dos contratos de prestação de serviços nº. 030/2015 (Processo Técnico 380.001.435/2015), 014/2016 (Processo Técnico 431.000.546/2016) e 046/2016 (Processo Técnico 431.001.772/2016) Há de se destacar que se encontra em tramitação, no âmbito da SEPLAG, o procedimento licitatório referente ao Processo n.º 431.000.105/2016 de objeto idêntico, que atenderá de forma contínua, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, as unidades socioassistenciais do DF, conforme prescreve a Lei n.º 8.666/93.

I – Referente ao Contrato Emergencial n.º 030/2015, os quantitativos de lanches e refeições entregues às unidades nos meses de janeiro a junho de 2016 (até a vigência final 27/06) estão demonstrados na tabela 1:

Tabela 1:

Unidade	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	TOTAL
CRAS	4973	8268	12760	9905	15499	11249	62654
COSE	11000	12945	20673	17540	21915	21172	105245
CREAS	540	900	2275	1060	4700	1580	11055
CENTRO DIVERS.	100	150	150	15	0	180	595
UNACAS	10222	9594	9811	10140	3550	6292	49609
UNAM	5670	6160	5425	5250	5425	4725	32655
UNAI	3258	3480	3720	3720	3720	3240	21138
UNAF	29160	26400	30000	25200	21700	19400	151860
Centro Pop Brasília	7150	7660	9305	8245	8760	7880	49000
Centro Pop Taguatinga	2918	3670	4706	4587	5260	5377	26518
UNAC	4878	4640	4219	4260	5000	6292	11292
TOTAL	79869	83867	103044	89922	95529	87387	521621

II - O contrato emergencial n.º 014/2016 (Vigência até 25/12/2016) atendeu as Unidades Assistenciais do DF, conforme demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2

Unidade	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
CRAS	1405	11280	12742	13344	12974	1771	1310	54826
COSE	3004	23107	23505	23076	20709	4890	3950	102241
CPOP LANCHE	1806	13060	14700	13400	11200	5075	5380	64621
CPOP ALMOÇO	274	2350	3324	3140	2800	280	490	12658
CREAS	170	1425	2365	1695	2025	380	675	8735
UNAI	360	3714	3720	3600	3770	3600	3022	21786
UNAM	525	5425	5425	5250	5425	5250	4375	31675
UNAF	2100	21700	21700	21000	21700	21000	17700	126900
UNACAS	352	3720	3720	3600	3720	3600	3000	21712
CASAS LARES	756	8432	9430	12746	13054	12180	9871	66469
CENTRO DIVERS.	0	80	50	35	50	0	120	335
UNISUAS	0	0	0	0	1050	0	0	0
TOTAL	10752	94293	100681	100886	98477	58026	49893	511958

Restaurantes Comunitários

O Programa Restaurantes Comunitários (RC) do Distrito Federal foi responsável por servir mais de 13.422 (treze mil quatrocentas e vinte e duas) refeições por dia, totalizando 4.013.431 (quatro milhões, treze mil, quatrocentos e trinta e uma) refeições servidas ao longo do ano de 2016.

Em outubro de 2015, o Governo do Distrito Federal anunciou um pacote de medidas, incluindo o aumento do valor das tarifas para o consumo nos Restaurantes Comunitários para R\$ 3,00 (três reais), no que foi constatada queda significativa no número de refeições nos meses seguintes.

Contudo, em maio de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.355/2016 implementando a tarifa diferenciada no valor de R\$ 1,00 (um real) para as famílias cadastradas no Cadastro Único com renda familiar de três salários mínimos ou meio *per capita* e o valor de R\$ 2,00 (dois reais) para a população em geral. Com isso, o quantitativo de vendas a partir do referido mês teve um aumento significativo em todos os Restaurantes, conforme quadro abaixo.

Pode-se observar ainda que o Restaurante Comunitário do Itapoã ficou inoperante entre os meses de março a outubro, devido ao processo licitatório para a contratação de nova empresa gestora da unidade. No período em que esteve fechado, o Restaurante passou por reforma significativa.

Em 23 de maio do corrente ano, esta Secretaria de Estado inaugurou o 14º Restaurante Comunitário do Distrito Federal, o Restaurante Comunitário do Sol Nascente, que iniciou suas atividades ofertando a refeição almoço à população e passou a ofertar também o café da manhã a partir de 23 de novembro.

Os Restaurantes de Brazlândia e Paranoá estão inoperantes desde os dias 17 e 18 de outubro, respectivamente. A empresa gestora dessas unidades mostrou desinteresse em continuar prestando o serviço de preparação e oferta das refeições e anunciou a entrega dos equipamentos nas datas mencionadas. Assim, estão em andamento processos licitatórios emergenciais visando novas contratações.

Restaurante	Meses											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Brazlândia	14.931	8.055	16.244	16.245	18.374	24.060	27.633	26.551	16.723	9.138	0	0
Ceilândia	41.005	11.038	39.959	39.956	44.238	57.152	62.003	61.847	54.449	50.144	46.850	54.300
Estrutural	14.015	13.849	15.095	13.839	15.126	20.957	23.460	13.857	19.739	26.873	26.543	26.783
Gama	8.776	18.561	33.300	30.152	34.010	45.607	48.264	48.406	44.065	43.627	41.333	45.009
Itapoã	11.223	7.526	0	0	0	0	0	0	0	0	8.534	31.282
Paranoá	14.035	11.533	17.738	16.165	17.646	25.046	23.878	27.911	20.837	11.345	0	0
Planaltina	20.118	7.954	0	0	22.484	63.199	50.421	53.532	49.313	52.554	51.636	54.063
Recanto das Emas	12.695	13.251	14.465	14.451	15.202	24.144	27.759	17.682	20.070	24.639	24.267	33.594
Riacho Fundo	15.389	14.917	15.707	15.269	16.888	25.866	29.840	32.028	28.164	26.048	25.049	0
Samambaia	20.400	20.814	22.827	22.204	24.511	32.257	35.521	20.453	26.126	34.817	33.527	39.524
Santa Maria	17.978	17.003	16.916	17.670	18.875	26.403	28.161	15.766	11.133	26.752	28.110	31.743
São Sebastião	17.203	15.906	17.435	13.715	18.874	27.050	29.772	17.449	27.441	31.093	29.339	33.502
Sobradinho	18.249	16.626	0	13.028	19.017	28.815	32.798	35.037	34.362	33.086	32.397	34.250
Sol Nascente	0	0	0	0	9.290	42.972	45.566	39.930	34.943	34.684	32.819	37.794

OBS: Os valores referentes ao Restaurante Comunitário de Sol Nascente englobam, a partir do mês de novembro, almoço + café da manhã.

Em relação à gestão do fornecimento de refeições, foi instaurado em 2015, processo cujo objetivo foi a realização de pregão eletrônico para o registro de preço em Ata para todos os Restaurantes Comunitários. Esse processo contou com ampla divulgação em rede nacional, o que permitiu a participação de um número recorde de empresa nessa modalidade de pregão. O processo foi finalizado em 2016 e a conclusão do referido pregão eletrônico permitiu o encerramento dos processos emergenciais para contratação de empresas para operar os Restaurantes Comunitários. Como resultado, os termos de execução foram atualizados, assim como os preços praticados que, em geral, possuíam grande defasagem aos anteriores. Ainda, novas empresas adentraram ao rol de fornecedores, fomentando a concorrência e competitividade.

Outra ação importante realizada em 2016 foi a implementação do sistema de controle de acesso nos restaurantes comunitários.

O sistema de controle de acesso aos restaurantes comunitários tem por objetivo o controle de vendas das refeições realizadas pelas empresas, atualizando de forma tempestiva o banco de dados da SEDESTMIDH e fazendo com que as regras definidas para venda da refeição possam ser observadas, além do aumento do controle administrativo e da transparência da gestão.

Em 2016, o sistema foi implementado nos seguintes restaurantes: Sol Nascente, Ceilândia Centro, Gama, Sobradinho e Riacho Fundo II. A implementação dos demais está prevista para 2017.

Educação Alimentar e Nutricional

Em 2016, foram realizadas diversas atividades de **Educação Alimentar e Nutricional** pela Secretaria, entre as quais destacam-se as seguintes:

Projetos	Ação desenvolvida
Formação de Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional	Formação de 15 (quinze) Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional nos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Estrutural e Paranoá, nos dias 02 e 03/03/2016.
Projeto: Alimentando o Conhecimento e Fortalecendo Vínculos	Implantação do Projeto nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Estrutural e Paranoá.
Palestra Comemoração ao Dia Mundial da Alimentação	Atividade de Educação Alimentar e Nutricional junto aos alunos da Faculdade IESB, unidade da Ceilândia, em Comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, realizado em 18/10/2016.
Palestra FUNAP	Atividade de Educação Alimentar e Nutricional com foco em alimentação saudável e Direito Humano à Alimentação Adequada, em parceria com a FUNAP, realizado nos dias 1 a 8/09/2016.
Virada do Cerrado	Programa de mobilização e educação ambiental com atividades ambientais, educativas, esportivas e culturais. Sua principal característica foi unir entretenimento, mobilização social e responsabilidade ambiental e social, chamando atenção para a valorização do cerrado. Projeto executado nos Restaurantes Comunitários de Riacho Fundo II, Planaltina e Sol Nascente, onde foram servidas refeições típicas do Cerrado durante o mês de Setembro de 2016.
Coma Bem Viva Bem	Projeto de Política de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de promover o direito humano a alimentação adequada, foram desenvolvidas atividades e oficinas nos restaurantes comunitários da Estrutural, Planaltina e Samambaia em outubro de 2016. Em cada restaurante foram realizadas as seguintes atividades: 1) Chefe Comunitário: chefes de cozinha preparando pratos especiais durante um dia nos restaurantes comunitários. 2) Feira Agroecológica: irá funcionar durante um dia em cada um dos três Restaurantes Comunitários, comercializando alimentos orgânicos e produtos especiais com o maracujá do cerrado e o cajuzinho. 3) Oficina de horta: atividade para aprender a produzir horta em casa, em apartamento, ensinando a importância da produção de alimentos e como eles

Projetos	Ação desenvolvida
	<p>podem ajudar a cidade.</p> <p>4) Oficina de Cozinha Infantil: aula de cozinha para crianças atendidas nos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de 06 a 10 anos. O objetivo é envolver as crianças de forma lúdica, ensinando algumas receitas saudáveis e práticas.</p> <p>5) Oficina de Papel Reciclado: oficina para incentivar jovens de 12 a 16 anos a reaproveitarem restos de alimentos como casca de cebola e alho, ensinando a criarem lindos papéis reciclados.</p> <p>6) Oficina de Gastronomia Social: oficina para os moradores das regiões administrativas que queiram aprender um pouco sobre produção de pães artesanais, introdução a cozinha e segurança alimentar.</p>
<u>Jantar Solidário</u>	Jantar Solidário no Restaurante Comunitário da Estrutural em parceria com o Conselho Tutelar da Estrutural, com o intuito de promover a convivência familiar e comunitária, por meio da valorização de vínculos afetivos. Foram beneficiadas cerca de 50 famílias, aproximadamente 300 pessoas da Cidade Estrutural, especialmente moradores da chácara Santa Luzia local de maior vulnerabilidade social.
<u>Oficina sobre aproveitamento integral de alimentos nos CRAS Estrutural e Varjão</u>	Ação no CRAS Estrutural e no CRAS Varjão sobre o Aproveitamento Integral dos Alimentos com os seguintes objetivos: otimizar os recursos alimentares das famílias, incentivando a utilização e o consumo dos alimentos na sua totalidade; melhorar a qualidade nutricional da dieta; informar as propriedades nutricionais e os benefícios à saúde do consumo de cada parte dos alimentos; motivar a prática culinária em família; fortalecer vínculos sócioafetivos; incentivar a adoção de práticas e hábitos alimentares conscientes, sustentáveis, adequados e saudáveis; e resgatar a cultura alimentar local. Realizada em 16 de março de 2016 no CRAS Estrutural e em 17 de maio de 2016 no CRAS Varjão.

Provimento Alimentar Institucional – Modalidade Leite e Derivados

O Programa de Provimento Alimentar Institucional – PROVISAN foi formatado a partir de uma revisão do fornecimento de pão e leite, oriundo da extinta ação Nutrindo à Mesa – Nosso Pão e Nosso Leite. Atualmente, a Secretaria adquire leite, iogurte, queijos e manteiga por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar.

Por meio desse programa, que objetiva complementar a alimentação ofertada nas unidades cadastradas sob o escopo do Decreto Distrital nº 33.329, de 10 de novembro de 2011 e da Portaria nº 51, de 05 de outubro de 2012, foram atendidas cerca de **200 instituições e programas sociais** (um aumento de 5% de entidades cadastradas em relação à 2015). E, em 2016, o PROVISAN colaborou com a alimentação de aproximadamente **25.627**-média mensal.

Portanto, observa-se que essa ação integrou duas estratégias no período: colaborar com as entidades e programas sociais e contribuir com a redução da pobreza rural, uma vez que os alimentos são adquiridos de agricultores familiares.

Desde novembro de 2016, as entregas foram interrompidas pela contratada, que alegou dificuldades em cumprir o contrato por defasagem nos preços praticados. A Procuradoria Geral do Distrito Federal negou o pedido de realinhamento dos preços dos produtos, feito pela Secretaria, por entender que os motivos alegados pela contratada eram insuficientes. Com isso, a empresa não teve condições de manter as entregas regulares, motivando a adoção das medidas pertinentes pelos setores competentes da Secretaria.

Provimento Alimentar Emergencial – Cesta de Alimentos

As ações de provimento alimentar direto em caráter emergencial consistem na concessão de cestas de alimentos em caráter temporário e transitório, direcionadas às famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Em 2016, a Secretaria possuía três contratos referentes a Cestas de Alimentos:

i. A Empresa que faz a entrega das cestas de alimentos em domicílio; com a previsão mensal de entrega de 2.500 cestas ao mês (30 mil anuais).

ii. A Empresa com contrato para a aquisição de cestas verdes com a intenção de possibilitar o fomento à agricultura familiar. Como os produtos da cesta verde são originários da produção orgânica, podemos considera-los mais saudáveis para a população, por serem livres de agrotóxicos, hormônios e outros produtos químicos, contribuindo dessa forma, para a promoção do direito humano a alimentação adequada, além de promover a disseminação de sistemas de produção de menor impacto ambiental e contribuir para a Soberania Alimentar e Nutricional. Além disso, os produtos fornecidos pela Agricultura Familiar são uma garantia de comercialização para o mercado institucional, uma alternativa para o combate a pobreza rural e a promoção do desenvolvimento econômico local. Importante salientar, contudo, que o contrato já encerrou sua vigência no dia 22/12/2016 e estão sendo tomadas as providências para a realização de novo contrato. Foram entregues, em média, 2.000 cestas por mês.

iii. Por fim, temos o Contrato com a empresa fornecedora da cesta seca, com a previsão de entrega de até 60 mil cestas anuais (5.000 mensais), compostas obrigatoriamente por:

- a) 10 kg, Arroz beneficiado, polido, longo fino, tipo 1, em embalagem primária plástica;
- b) 1 kg, Açúcar Cristal, em embalagem primária plástica;
- c) 4 kg, Feijão Carioca, novo, tipo 1, em embalagem primária plástica;
- d) 2 kg, Macarrão cru, tipo espaguete, em embalagem primária plástica;
- e) 1 kg, Farinha de Mandioca, tipo 1, em embalagem primária plástica;
- f) 1 kg, Farinha de Milho, em embalagem primária plástica;
- g) 1,8 L, Óleo de soja refinado, tipo 1, em embalagem tipo PET;
- h) 2 kg, Carne Bovina, traseiro, salgada, curada, seca, tipo charque;
- i) 1kg, Sal refinado e iodado, em embalagem primária plástica;
- j) 2 kg, Leite em pó integral, em embalagem plástica flexível, com barreira à luz, ao oxigênio e ao vapor de água. Exemplo: PETmet (poliéster metalizado)/PEBD (polietileno de baixa densidade).

Em Agosto de 2016, foi assinado o novo Protocolo para Concessão de Cestas de Alimentos, com vistas a esclarecer as regras e formas da concessão referentes ao programa. Não obstante, a demanda de cestas é crescente e, atualmente, os referidos contratos são insuficientes para suprir a demanda, que alcançou uma média de 5.200 cestas solicitadas por mês, como podemos observar no quadro abaixo (devido à greve dos servidores, são considerados apenas os dados até outubro):

Solicitações no SIDS 2.0 em 2016			
Mês	Quantidade	Mês	Quantidade
Janeiro	3.685	Julho	5.400
Fevereiro	4.781	Agosto	6.408
Março	4.964	Setembro	5.638
Abril	4.419	Outubro	5.290
Maio	5.313	TOTAL	52.115
Junho	6.217	MÉDIA	5.200

Fonte: SIDS 2.0

Consequentemente, houve também um grande aumento no quantitativo de cestas entregues gerando a necessidade de realização de Força Tarefa para entrega além das 2.500 unidades previstas. As Forças Tarefas são organizadas pelos gerentes de segurança alimentar e nutricional e pelas unidades operativas de assistência social da Secretaria. Abaixo a quantidade total entregue em 2016:

CESTAS ENTREGUES EM 2016			
Mês	Quantidade de cestas entregues	Mês	Quantidade de cestas entregues
Janeiro	3364	Julho	4590
Fevereiro	3150	Agosto	6610
Março	4578	Setembro	4921
Abril	4296	Outubro	4744
Maio	3949	Novembro	4465
Junho	5380	Dezembro	4526
TOTAL		54543	

Fonte: SIDS 2.0/SUBSAN

Importante ressaltar que, para sanar a questão apontada acima, estão em andamento dois processos licitatórios para possibilitar o aumento na quantidade de cestas adquiridas e na capacidade de entrega destas cestas. Os processos encontram-se na SEPLAG para a realização do certame licitatório.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	8.788.000	1.673.215	135.314	135.314
0046 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	8.788.000	1.673.215	135.314	135.134
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.199.400	2.680.292	2.678.991	2.450.749
7205 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	4.199.400	2.680.292	2.678.991	2.450.749
TOTAL DO PROGRAMA 0001	12.987.400	4.353.507	2.814.305	2.586.063

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.220.000	76.360	76.355	7.955
0008 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1.220.000	76.360	76.355	7.955
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.677.504	1.551.980	1.551.979	1.341.238
2561 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1.677.504	1.551.980	1.551.979	1.341.238
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	120.000	1	0	0
0032 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	120.000	1	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	218.303.620	208.575.052	204.024.768	203.996.956
8919 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	218.303.620	208.575.052	204.024.768	203.996.956
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	8.975.761	9.775.036	9.287.808	9.287.414
9723 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	8.975.761	9.775.036	9.287.808	9.287.414
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	10.142.141	8.886.752	8.835.887	7.917.495
9805 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	10.142.141	8.886.752	8.835.887	7.917.495
TOTAL DO PROGRAMA 6001	240.439.026	228.865.181	223.776.797	222.551.058

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	100.000	0	0	0
9824 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	100.000	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	8.348.050	3.008.718	2.618.962	1.850.015
5370 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO.	8.348.050	3.008.718	2.618.962	1.850.015
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	60.000	10	0	0
6052 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	60.000	10	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	20.000	2	0	0
9798 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	10.000	1	0	0
9799 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	10.000	1	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6002	8.528.050	3.008.730	2.618.962	1.850.015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	0	1.754.944	997.875	657.941
0008 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA--QNR CEILÂNDIA DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS- CEILÂNDIA	0	329.129	264.803	226.021
0009 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA--RECANTO DAS EMAS DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS- RECANTO DAS EMAS	0	820.773	266.393	18.878
0010 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-QNM 28 CEILÂNDIA - SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO,	0	605.042	466.679	413.042

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DF- CEILÂNDIA				
4090 - APOIO A EVENTOS	0	600.000	0	0
0006 - APOIO A EVENTOS-APOIO ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DO PROJETO DA REVISTA TRAÇOS-DISTRITO FEDERAL	0	300.000	0	0
6027 - APOIO A EVENTOS-APOIO A AÇÕES DE ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DO PROJETO DA REVISTA TRAÇOS-DISTRITO FEDERAL	0	300.000	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	0	209.999	0	0
5857 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO RODAS DE MULHERES-DISTRITO FEDERAL	0	209.999	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219 - CAPITAL CULTURAL	0	2.564.943	997.875	657.941

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

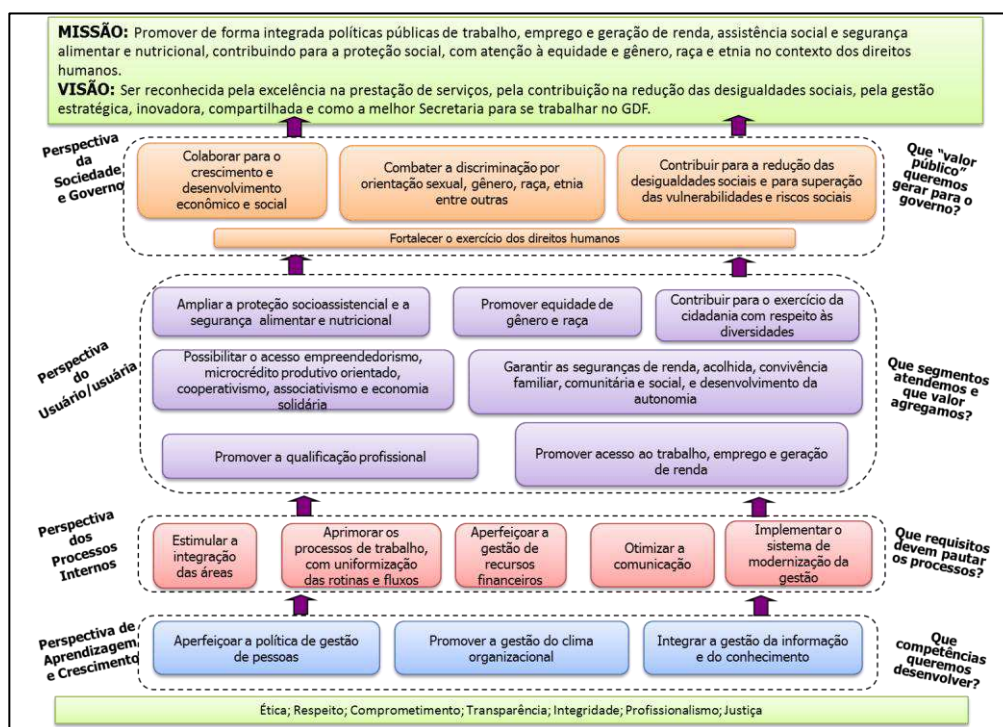
A SEDESTMIDH conduziu, em 2016, o processo de elaboração de um plano estratégico, tendo como objetivo principal fornecer direcionamento comum pra toda a organização, identificando responsabilidades, garantindo alinhamento e oferecendo meios para medição do sucesso da estratégia de modo focado, visando o alcance dos objetivos institucionais e a maximização dos resultados.

Foram definidas, também, a Missão e Visão Institucionais.

A compreensão de que um dos maiores desafios do setor público brasileiro é de natureza gerencial fez com que se buscasse um modelo de excelência em gestão focado em resultados e orientado para o cidadão.

A estratégia diz respeito à utilização dos recursos existentes na organização – pessoas, tecnológicos e financeiros – com o intuito de alavancar os melhores resultados possíveis em um cenário de constantes mudanças. Desta forma, a estratégia não deve ser considerada como um plano fixo ou determinado, mas um processo de orientação dentro de um cenário mutável.

Esta medida está traduzida no quadro a seguir apresentado.



A Secretaria investiu em aspectos como:

- reestruturação orgânica, para alinhamento às prioridades institucionais;
- reorganização e integração da equipe;
- regulamentação e normatização dos procedimentos;
- redução de gastos;

- eficácia na execução dos escassos recursos orçamentários e financeiros, entre outros.

Entre outras ações relevantes, ainda não abordadas no presente Relatório, merecem destaque algumas relacionadas à gestão das políticas públicas sob a responsabilidade desta Secretaria, a seguir apresentadas.

A Secretaria investiu no fortalecimento da boa governança e na solidificação da gestão das políticas públicas sob sua responsabilidade, incluindo medidas como: a reestruturação orgânica para alinhamento às prioridades institucionais; a reorganização, integração e valorização das equipes; a regulamentação e normatização dos procedimentos; a eficácia na execução dos recursos orçamentários e financeiros, reorganização, melhoria e inteligência na ocupação de espaços físicos, gerando economia para os cofres públicos e satisfação aos trabalhadores e usuários das ações.

Nesse sentido, muitos avanços já foram alcançados, entre eles:

Gestão de prédios e próprios: a Secretaria possui diversos imóveis nos quais estão localizadas sua sede principal e unidades de prestação direta de serviços aos usuários. Estes imóveis, ao longo do tempo, sofreram desgastes e muitos deles estavam em condições bastante precárias de funcionamento. A Secretaria realizou obras e reformas importantes, a partir das quais foi possível garantir estrutura adequada de trabalho para os servidores e melhoria no atendimento prestado. Destacamos:

Restaurante Comunitário do Gama – foi feita a troca do piso da cozinha, pintura interna do salão, recomposição das cerâmicas, troca das luminárias do salão, revisão da parte elétrica, pintura das esquadrias de ferro, colocação das telas de nylon.



Restaurante Comunitário de Ceilândia- troca de piso da cozinha, pintura interna do salão, recomposição das cerâmicas do açougue, troca das luminárias do salão, revisão da parte elétrica, desempenho da coifa, pintura das esquadrias de ferro, colocação de telas de nylon, pintura de piso externo, impermeabilização da caixa d'água, recomposição das cantoneiras de alumínio e fechamento das paredes com troca de porta de madeira: Depósito.



Restaurante Comunitário de Planaltina – neste Restaurante foi feita a troca do piso da cozinha, pintura interna do salão, pintura externa da unidade, recomposição de cerâmicas, revisão da parte elétrica, pintura de esquadrias de ferro, colocação de telas de nylon, pintura de piso externo, reparo de pia da área de lavagem das verduras, reparo em diversas esquadrias metálicas. A unidade esteve fechada por dois meses, reabrindo no dia 2 de maio. Além das melhorias físicas, o serviço esteve suspenso para readequar a licitação e trocar a empresa responsável pela administração da unidade. O contrato emergencial foi substituído por uma ata de registro de preço, firmada com uma empresa de Goiás.



Restaurante Comunitário de Sobradinho II - troca de piso da cozinha, pintura da área das rampas, reparo na bomba d'água da caixa inferior.





Construção do Restaurante Comunitário do Sol Nascente – esta nova unidade está localizada à QNR 01, Área Especial 02, Ceilândia. Há previsão de concessão de cerca de 3 mil refeições dia, além da previsão de ampliação futura de fornecimento de café da manhã e sopa a noite.



Gestão da frota - a frota de veículos da SEDESTMIDH, que era insuficiente para atender toda a demanda dos serviços prestados ganhou reforço em 20 de março de 2016, com 30 carros oriundos do Contrato de Aquisição nº 30/2015. Em solenidade que contou com a presença do Governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg e do Secretário Joe Valle, a pasta apresentou os novos carros que serão usados no sistema de assistência social do Distrito Federal, considerando tratar-se de recursos do Governo Federal, do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família.



Gestão de contratos e convênios – esta importante área gerencial também tem recebido atenção especial. Uma das medidas adotadas foi a regulamentação da instrução processual para celebração de ajustes, que, a partir da publicação da Ordem de Serviço nº 46, de 18 de fevereiro de 2016, no Diário Oficial do Distrito Federal nº 35, de 23 de fevereiro de 2016, p. 14, tem início com o envio dos Termos de Referências/Projetos Básicos para a unidade competente, por meio eletrônico, com a obrigatoriedade de descrição da necessidade da Administração e do interesse público envolvido. As demandas enviadas então sendo analisadas com enfoque no alinhamento dos Termos de Referência/Projetos Básicos aos modelos instituídos pela Subsecretaria de Logística/SEGAD, conforme Portaria nº 86, de 15 de julho de 2015, da Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, em 20 de julho de 2015.

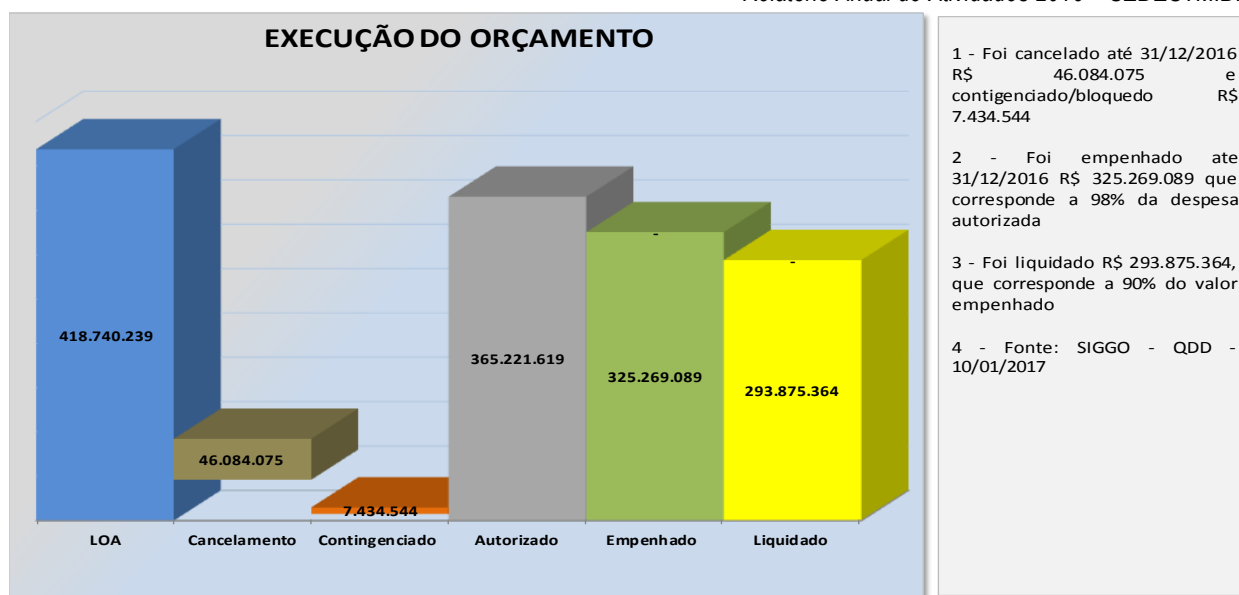
Com essa nova prática, verificou-se que: as demandas tiveram análise minuciosa, especialmente, com aprofundamento na justificativa para as aquisições, na verificação da melhor solução a ser escolhida, bem como adequação às legislações vigentes para cada caso específico; houve maior aproximação das áreas fins com a área meio, agilização e qualificação das soluções adotadas, evitando-se processos desnecessários, incompletos ou com instrução deficiente; houve redução de gasto decorrente da economia de papéis, pois os processos somente se iniciam com a demanda adequada ao modelo padrão da SEGAD e normativos legais aplicáveis a espécie; economia do tempo e trabalho dos servidores, pois seus esforços são traduzidos em resultado efetivo, sem a produção de processos com vícios em sua origem, fatalmente fadados ao insucesso.

Foram recebidos, até o momento, 40 (quarenta) Termos de Referências/Projetos Básicos, a maioria por meio eletrônico, abrangendo as demandas de toda a SEDESTMIDH, tais como, aquisições de bens, prestações de serviços, locação de imóveis, dentre outros ajustes.

Para futuras iniciativas, pretende-se investir na implementação de processos eletrônicos, tornando as demandas cada vez mais rápidas, e as ações públicas mais eficazes ao cumprimento da missão institucional da Secretaria.

Outro avanço importante na gestão de contratos e convênios tem relação com as prestações de contas dos ajustes celebrados. A prestação de contas é o instrumento que permite acompanhar e fiscalizar os atos e despesas realizados pelos gestores públicos. Promove a transparência dos atos administrativos que, como sabido, devem sempre se pautar pela legalidade, pela impessoalidade, pela moralidade, pela eficiência e pela publicidade, nos termos da Constituição Federal Brasileira.

Gestão orçamentária e financeira - a Secretaria alcançou boa execução, apesar das dificuldades vivenciadas ao longo de 2016, conforme se verifica no quadro a seguir:



Regimento Interno

O Regimento Interno da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal foi elaborado e submetido à SEPLAG, para análise, a qual solicitou alguns ajustes. Além disso, foi feita uma Consulta Pública, na rede interna da Secretaria, para que todos tivessem a oportunidade de opinar sobre o documento. As sugestões e/ou observações foram recebidas e o documento está sendo finalizado para retornar à SEPLAG.

O Regimento está em consonância com o disposto no Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, bem como o Decreto nº 36.334, de 28 de janeiro de 2015, que altera a estrutura administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal – SEDHS.

É um documento estruturante para a instituição e uma conquista histórica para a Secretaria, que a última vez que contou com esta norma formalizada foi em 2007.

Programa de Gestão do Clima Organizacional

A Secretaria instituiu um Comitê Gestor e o Programa de Gestão do Clima Organizacional, para aperfeiçoar a política de gestão de pessoas, promover a gestão do clima organizacional, e fortalecer e unificar valores organizacionais, especialmente em razão da fusão e reestruturação das Secretarias.

Projeto Dialog@ SEDESTMIDH

Diálogos transmitidos ao vivo, com a participação de servidores e convidados, sobre temas de interesse dos servidores e afetos às políticas sob a gestão da Secretaria.

Cerca de 900 pessoas assistiram às 04 edições do projeto, disponíveis no *YouTube*.

Tecnologia da informação

A área de tecnologia da informação da Secretaria atende 2000 servidores com 1600 computadores em aproximadamente 100 unidades distribuídas nas 31 regiões administrativas, no decorrer do exercício de 2016 alcançou avanços bastante significativos, o que repercutiu positivamente no funcionamento geral do órgão e na vida do trabalhador. Destacam-se:

- Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação- PDTI -2016-2019, com o objetivo de adequar a SEDESTMIDH à legislação vigente no GDF. Com a utilização de recursos próprios e com a organização do PDTI a Secretaria agilizou o acesso a dados sensíveis para os gestores, por meio de ferramentas gratuitas de informática e do melhor aproveitamento de talentos do quadro de pessoal.
- Serviços de suporte técnico para todas as unidades externas: manutenção dos computadores e suporte a usuários.
- SIDS - Sistema Integrado de Desenvolvimento Social em fase de realização da padronização de conceitos e mapeamento de processos;
- Instalação de internet e de 10 computadores nas sala de treinamento da Secretaria, localizada no Guará, para realização de eventos e capacitação dos servidores.
- Instalação/mudança de novas unidades (circuito de dados):
 - Restaurante Sol Nascente – pronto e em funcionamento
 - Praça Céu das Artes – pronto, aguardando inauguração

- GTEC – Guará – concluído e preparando sala de treinamento com a DIGEP
- Centro de Convivência do Idoso – São Sebastião – concluído, aguardando inauguração
- Casa Lar Guará – concluído
- Casa Lar M Norte – concluído
- Casa Lar Recanto das Emas – concluído
- Depósito da Gerência de Patrimônio – concluído
- Casa da Mulher Brasileira- devido aos problemas estruturais no seu prédio foi totalmente alocada no 8º andar do Anexo do Buriti e no final do ano de 2016 retornamos com alguns servidores.
- CREAS Samambaia – mudança e ações com a população local
- Integração da Secretaria do Trabalho e Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos - No prédio da 515 norte foi preciso acomodar todos os servidores da área administrativa dessas Secretarias. A Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos teve a sua rede de dados totalmente migrada para a rede da DITEC/SEADHS, assim todos os servidores receberam login, e-mail, pastas compartilhadas, computadores e impressoras.
- As unidades da Gerência de Transporte, UNACAS, CRAS Estrutural, CREAS Estrutural, COSE Estrutural foram tiveram as suas redes integradas a GDFNET (fibra ótica)
- CREAS ESTRUTURAL – O CRAS ESTRUTURAL foi provisoriamente instalado no CREAS Estrutural onde aguarda a reforma da sua unidade.
- COSE ESTRUTURAL – o local está adaptado para a realização do cadastro do bolsa família desde agosto/2016.
- CRAS APAROANGA - mudança do CRAS BURITIS IV para este novo local, com instalação de rede, elétrica, internet, computadores e impressoras.

Também na área de avaliação e gestão da informação, destaca-se a indisponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, assim como escassez de pessoal para atuar, como no caso da implantação dos Subsistemas de Segurança Alimentar e Nutricional, de Transferência de Renda e do Sistema Único de Assistência Social. Há também necessidade de implantação do Sistema de Vigilância Sócio Assistencial, com customização do software, integralização das bases de dados, utilização das interfaces e produção de relatórios gerenciais em tempo real.

Formação de Gerentes

Em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal, a SEDESTMIDH ofereceu o Curso de Formação de Gerentes para servidores, face à necessidade urgente de aprimorar a habilidade de gestão dos profissionais, que atuam em cargos de direção, chefia e assessoramento.

O curso teve por objetivo instrumentalizar os Gerentes e demais servidores interessados, para atuarem de forma alinhada ao planejamento estratégico da SEDESTMIDH, reconhecendo os instrumentos legais da Administração Pública, além dos aspectos conceituais das diversas políticas sob a gestão da Secretaria.

Possibilitou a troca de saberes e o acesso ao conhecimento atualizado sobre temas indispensáveis à gestão eficiente e eficaz desta Secretaria.

Foram capacitadas 3 turmas de 45 alunos, com uma carga horária total de 80 horas, distribuídas em tópicos relacionados à Administração Pública e Gestão, à Política de Assistência Social e Transferência de Renda, Política do Trabalho, Política de Segurança Alimentar e Nutricional, Política para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Organização das informações dos Órgãos Colegiados

Para organizar, dar suporte ao funcionamento e valorizar a atuação dos órgãos colegiados, foi criada uma Unidade de Órgãos Colegiados, vinculada ao Gabinete do Secretário e está sendo implantado sistema *online*, para organizar as informações desses órgãos, que estarão disponíveis na *internet*.

PERSPECTIVAS PARA 2017

Dando continuidade às ações voltadas a aprimorar a habilidade de gestão dos profissionais, que atuam em cargos de direção, chefia e assessoramento, a Secretaria, em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal vai oferecer em 2017, o Curso de Formação de Diretores, que abordará temas relevantes entre eles, instrumentos de gestão, liderança, relações interpessoais e mediação de conflito, processo de tomada de decisão, monitoramento e gestão de projetos.

Também para o ano de 2017, e em relação à política de trabalho, a Secretaria continuará a firmar seu compromisso da sua missão institucional e na formulação de Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda, para tanto as políticas de qualificação profissional serão adequadas conforme as tendências do cenário do mundo do trabalho e serão introduzidas novas metodologias de qualificação de maior alcance, no sentido de potencializar os resultados dos projetos desenvolvidos:

Dentre as ações previstas para 2017, estão:

- Desenvolver, em parceria com as entidades do Sistema “S” (SENAC, SENAI, SEBRAE e IEL) um programa de qualificação profissional para trabalhadores e empreendedores nos programas de gratuidade;
- Parcerias Institucionais (Sistema S e SEDF) para realização do Pronatec;
- Parcerias com as Administrações Regionais e outros órgãos do GDF para realização de cursos de qualificação profissional;
- Implementação e manutenção do Portal da Qualificação Profissional com os 21 cursos já existentes e a criação de novos cursos de acordo com a demanda do mundo do trabalho;
- Centros de Qualificação, com a criação de 3 centros de qualificação (laboratório de informática) em agências do trabalhador para realização de cursos de Tecnologia da Informação e cursos do EAD;
- Contratação de empresa para cursos de Qualificação Profissional para Inserir/Atualizar/Empreender (Modalidade Presencial);
- Implantação da Agência do Trabalhador Itinerante, possibilitando o atendimento em locais distantes do centro de Brasília;
- Implementação do Núcleo de Orientação ao Trabalhador e ao Empregador – NOTE, com o objetivo de ampliar a participação do DF no índice de colocações no mercado de trabalho;
- Revisão do projeto de implantação da Agência Modelo, utilizando como parâmetros as cartilhas de manuais do Ministério do Trabalho disponibilizadas em 2017;
- Ampliar a atuação da Central de Atendimento ao Empregador – CAE para resgatar e fortalecer o relacionamento com os empregadores que ofertam vagas de emprego nas Agências do Trabalhador;
- Ações, junto à CLDF, com vistas a aprovação da alteração do marco regulatório do Programa Fábrica Social – Centro de Capacitação Profissional, criando o Programa Fábrica Social - Centro de Inclusão Sócioprodutiva do Distrito Federal;
- Realizar novo processo seletivo para a integração e formação de lista de reserva de alunos do Programa Fábrica Social;
- Implantar a incubadora de cooperativas e empreendimentos solidários nas áreas de construção civil, confecção de vestuário e material esportivo, produção e cultivo de alimentos saudáveis e instalação e manutenção de placas fotovoltaicas, em parceria com o Senai/Sebrae/Sescoop/CEA/Cáritas Brasileira e financiamento da FBB/MTE-Senaes;
- Desenvolver e implantar o Projeto Fábrica Social Solar, em parceria com a UNB- e financiado pela SEDESTMIDH- ASSESUAS/Trabalho e pela SEMA-FUNAM;
- Implementar o Curso de Marcenaria com Madeiras Recicladas, em parceria com a SEAGRI e financiamento da SEDESTMIDH/SEAGRI/Emater-DF;
- GT de Cervejas Artesanais, visa discutir as demandas e dar apoio ao setor, além de, estudar os impactos que o fomento desse setor pode gerar na cadeia produtiva do Distrito Federal;
- Inauguração do 1º Espaço de Coworking Público do DF visa utilizar do espaço da Secretaria Adjunta do Trabalho visando a iniciativa ao fomento e apoio ao ecossistema empreendedor no Distrito Federal apoiando na criação, desenvolvimento, e consolidação de empreendimentos e projetos inovadores nas seguintes áreas: tecnologia e inovação, empreendedorismo social e cultural;
- Campus Party Brasília acontecerá de 14 a 18 de junho de 2017, em parceria com a Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH. A capital será a quarta no Brasil a receber um dos maiores encontros de tecnologia e inovação do mundo;
- Quinta Cultural a partir de abril, ações para revitalização do Setor Comercial Sul como um território de arte, cultura e aquecimento econômico, por meio de parcerias com o governo local e iniciativa privada;

- Edital Startup Brasília, visa conceder apoio financeiro para microempreendedores individuais, empreendedores de microempresas e de empresas de pequeno porte, de base tecnológica, sediadas no Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno.
- Inauguração do Centro Público de Economia Solidária;
- Publicação do decreto de regulamentação da Economia Solidária;
- Sub-rogar o Convênio MTE/SENAES nº 764174/2011 à Secretaria Adjunta do Trabalho para que, dessa forma, haja o desenvolvimento de políticas públicas e o fomento de projetos e ações de economia solidária no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE-DF);
- Prosseguir com o Circuito ECOSOL;
- Estruturar as ações do Saber Cooperativo;
- Fazer parcerias com Universidades e lideranças do setor para difusão do tema;
- Identificar novas oportunidades em setores promissores;
- CODCOOPA – Conselho Distrital do Cooperativismo e Associativismo.

Ainda em 2017, a Secretaria fortalecerá suas ações voltadas à missão desta Pasta, bem como seu aprimoramento, dentro da área de competência de cada unidade, principalmente para que o plano de governo e as metas estabelecidas sejam de fato cumpridos.

DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

É sabido que o Governo do Distrito Federal enfrenta, desde o início de 2015, uma séria crise econômica e financeira, em decorrência de déficit de recursos nos cofres públicos, que ainda não foi superada.

Entre as medidas emergenciais para reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, inclui-se a redução de despesas de todos os órgãos, o que dificultou a execução de algumas ações no âmbito da SEDESTMIDH.

Nesse sentido, a Secretaria enfrentou, também no ano de 2016, inúmeras dificuldades para cumprimento de suas metas, especialmente em razão do reduzido número de servidores. Este problema tem se agravado, ante a impossibilidade de realização de concurso público para recomposição de seu quadro de pessoal, pela alta rotatividade de servidores de cargos comissionados, pela insuficiência de qualificação de servidores comissionados ocupantes de cargos estratégicos, bem como pelo crescente número de aposentadorias e afastamentos.

Assim, mesmo diante da grave crise política e econômica, que atingiu todas as unidades da Federação, além dos problemas financeiros enfrentados no âmbito do Governo do Distrito Federal, a SEDESTMIDH, como agente público ativo de transformações, buscou, de forma criativa, organizar e otimizar suas estruturas para gerir as políticas públicas sob sua responsabilidade, na direção do maior alcance possível de resultados positivos para as demandas de seus usuários. Merecem destaque, ações voltadas para:

- Buscar a melhoria contínua no processo de qualidade de seu atendimento;
- Elevar as linhas de microcrédito;
- Fomentar o cooperativismo e o associativismo;
- Fomentar o empreendedorismo, para que os trabalhadores desempregados ou mesmo aqueles que tinham a intenção de aumentar a renda, buscassem uma forma de geração de renda;
- Adequar os cursos de qualificação, de forma a criar oportunidades de qualificação profissional em uma ocupação específica para potencializar a inserção do cidadão no mundo do trabalho;
- Qualificar com o objetivo de atualizar os trabalhadores, criando oportunidades de reciclagem, aprimoramento, aperfeiçoamento e crescimento profissional, para que este trabalhador permanecesse empregado;
- Oportunizar a qualificação profissional a empreendedores e trabalhadores que gerem sua própria renda, a fim de criar, desenvolver e evoluir suas atividades econômicas; entre outras ações.

Ao longo de 2016, o principal desafio enfrentado por esta SEDESTMIDH foi a construção da transversalidade das políticas sob sua responsabilidade, especialmente das temáticas de gênero, igualdade racial, direitos humanos, trabalho, assistência social, no entendimento de que a integralidade do atendimento aos indivíduos e famílias

O quadro a seguir traz um resumo da estrutura atualmente existente.



Entre as dificuldades enfrentadas na execução das ações no exercício de 2016, destacam-se:

- Crescimento de demandas da população por serviços da política de Assistência Social;
- Dificuldades na gestão de contratos e convênios;
- Centralização de compras na SULIC;
- Estrutura física e logística deficientes;
- Fragilidade do sistema de informações, monitoramento e avaliação das ações;
- Necessidade de redesenho de política adequada de gestão de pessoas;
- Carreira compartilhada;
- Quadro de pessoal defasado;
- Frequente adoecimento dos profissionais;
- Crescente onda de aposentadorias precoces;
- Impossibilidade de efetuar contratações, exceto por intermédio da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira, e Corporativa do DF – Governança-DF;
- Necessidade de fortalecimento da política de manutenção e reforma de prédios e próprios;
- Falta de sistema de gestão arquivística;
- Frota de veículos insuficiente para atendimento das demandas dos serviços;
- Necessidade de uniformização de procedimentos, fluxos e rotinas administrativas;
- Deficiência de monitoramento, avaliação e necessidade de registros informatizados (prontuários não são unificados);
- Pouca articulação com as demais políticas públicas;
- Alocação de recursos orçamentários com base em ações fragmentadas.

A SEDESTMIDH é o órgão gestor da política de assistência social no Distrito Federal, bem como das políticas de transferência de renda, de segurança alimentar e nutricional, de trabalho, de igualdade racial, de direitos humanos e de políticas para as mulheres. Desse modo, a organização das ações no âmbito da Secretaria deve considerar a complexidade da interdisciplinaridade e intersetorialidade entre essas políticas e ver as questões da gestão primordialmente a partir da perspectiva do usuário-cidadão.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento social, com foco na garantia de direitos e na superação das desigualdades sociais e

da extrema pobreza no Distrito Federal, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa do SUAS, SISAN e das demais políticas, que envolve um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento e avaliação, a manualização de fluxos e rotinas, a normatização dos esforços de melhoria dos processos; a ouvidoria e a auditoria, a avaliação de resultados e a revisão dos programas, com vistas a contemplar a melhoria da proteção social e dos serviços ofertados, a garantia dos direitos socioassistenciais e do direito humano à alimentação adequada conforme determinação governamental.

15.1. FUNDO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL– UO: 25.902

O Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – FUNGER/DF foi criado pela Lei Complementar nº 704, de 18/01/2005, alterada pelas Leis Complementares nº. 709, de 04/08/2005 e nº 868, de 11/06/2013, regulamentada, respectivamente, pelos Decretos, nº 25.745, de 11/04/2005, nº 26.109 de 12/08/2005 e alterados pelos Decretos nº 32.309, de 05/10/2010, nº 32.813, de 24/03/2011, nº 33.182, de 05/09/2011 e nº 34.720, de 07/10/2013.

Objetivo do FUNGER/DF é apoiar e conceder créditos produtivos a empreendedores econômicos que possam incrementar os níveis de emprego e renda no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE (art. 1º da LC/868, de 11/06/2013).

A destinação dos recursos do FUNGER/DF está amparada no art. 3º da Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2015, alterada pela Lei Complementar nº 868, de 11 de junho de 2013 e contempla os seguintes itens:

- Concessão de empréstimos e financiamentos;
- Capacitação, ao treinamento gerencial, à orientação e à assistência técnica de empreendedores econômicos e de cooperativas de produção e trabalho, incluindo os cooperados;
- Formação e qualificação de trabalhadores e a preparação de jovens para o primeiro emprego;
- Despesas de custeio e investimento destinadas à divulgação e à melhoria das condições operacionais e administrativas das atividades vinculadas ao Fundo;
- Apoio e ao fortalecimento das cooperativas de produção e trabalhos das instituições mencionadas no art. 10 da LC/868.

No que concerne à aplicação dos recursos do FUNGER/DF (art. 3º do Decreto nº 25.745, de 11/04/2005), os recursos serão aplicados em conformidade com seus objetivos e com o estabelecido na sua Lei Orçamentária Anual/LOA e no Plano Plurianual/PPA.

O FUNGER/DF é gerido por um Conselho de Administração/CONAF, criado para atender aos requisitos da Lei Complementar nº 292, de 02/06/2000, que dispõe acerca das condições de instituição e funcionamento de fundos públicos. Cabe ao Conselho de Administração a gestão do patrimônio do Fundo, o estabelecimento das taxas de juros por meio de resoluções, dos prazos, a emissão de normas sobre as condições de renegociação de dívidas e demais procedimentos relacionados com a execução dos recursos, observadas aos dispositivos das Lei Complementares nº 704 e nº 868.

O Programa de Microcrédito Prospera, executado com recursos do FUNGER/DF, oferece linhas de crédito para atividades produtivas, de fácil acesso e adequada à realidade dos micro e pequenos empreendedores, formais e informais. O crédito é destinado a capital de giro, custeio e investimento. São beneficiários do Programa os microempreendedores urbanos e rurais, microempreendedores individuais, artesãos, prestadores de serviços autônomos, feirantes e demais empreendedores do setor informal; cooperativas ou formas associativas de produção ou trabalho; microempresas ou empresas de pequeno porte e recém-formados, para atuar em sua área de formação. O Programa tem como princípio a sustentabilidade dos empreendimentos apoiados, sendo o crédito liberado de maneira progressiva de modo a evitar a inadimplência e garantir a possibilidade de renovação de créditos para o cliente. Em 2013 o Programa passou por significativas mudanças a partir da aprovação da Lei Complementar Nº 868, de 11 de junho de 2013, que alterou a legislação do FUNGER/DF, com foco na ampliação e na simplificação de suas atividades. O principal objetivo da mudança na legislação à época foi permitir que empreendedores, que trabalham na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do DF (RIDE/DF), também tivessem acesso às linhas de financiamento do Programa.

Na atual Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos a execução do FUNGER/DF está na competência da Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo – SME, da Coordenação de Microcrédito e de duas diretorias específicas: a Diretoria de Gestão de Fundos, responsável pela execução orçamentária e financeira do FUNGER/DF e a Diretoria de Concessão e Recuperação de Microcrédito, responsável pela concessão dos empréstimos e financiamentos, pelo acompanhamento e cobrança. As inscrições para as solicitações de crédito são realizadas nas Agências de Microcrédito do Plano Piloto e Taguatinga, e nas Agências de Atendimento ao Trabalhador, que também prestam informações sobre o Programa.

A gestão administrativa do FUNGER/DF (Força de Trabalho) está vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, de acordo com o Decreto nº 36.832, de 23/10/2015.

Em termos de equipe, o Fundo utiliza-se da força de trabalho da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	300.000	0	0	0
6166 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-FUNGER-DF ENTORNO	300.000	0	0	0
9081 - FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS	11.671.777	11.080.630	9.825.480	9.825.480
6203 - FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS--DF ENTORNO	10.671.777	11.080.630	9.825.480	9.825.480
6205 - FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS-FINANCIAMENTOS DE EMPREENDEDORES POR MEIO DE PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES (FUNDING)-DF ENTORNO	1.000.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	11.971.777	11.080.630	9.825.480	9.825.480

No exercício de 2016 o Programa de Microcrédito do Governo do Distrito Federal (Prospera), executado com recursos do FUNGER/DF, iniciou suas atividades de concessão de crédito em março e finalizou em dezembro. Entre julho e agosto houve uma interrupção na concessão para evitar reconhecimento de dívida, uma vez que o Contrato nº. 006/2011 terminou sua vigência em julho e ainda estava em fase final os procedimentos para a assinatura do novo contrato com o Banco de Brasília – BRB para operacionalização do Programa de Microcrédito. Em 2016 o Programa emprestou R\$ 9.816.479,80 (nove milhões, oitocentos e dezesseis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos). A diferença entre o valor liquidado e o efetivamente contratado deve-se a devolução de dois contratos de crédito no dia 27/12/2016 que ainda estão pendentes de regularização contábil.

No período foram realizadas 22 reuniões do Comitê de Crédito do FUNGER/DF, que aprovou 834 operações de crédito. Destas, foram efetivamente contratadas 814 operações, sendo 542 da Carteira Urbana e 272 da Carteira Rural, representando, respectivamente, 66,6% e 33,4% das operações contratadas. Na Carteira de Crédito Urbana foi emprestado o montante de R\$ 5.411.395,41 (cinco milhões, quatrocentos e onze mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos), o que corresponde a 55,1% do valor total emprestado. Na Carteira Rural foi emprestado o montante de R\$ 4.405.084,39 (quatro milhões, quatrocentos e cinco mil, oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos), representando 44,9% do total emprestado. Esses valores apresentam um tíquete médio de R\$ 9.984,12 para os empreendedores urbanos e R\$ 16.195,16 para os empreendedores rurais.

Quadro I

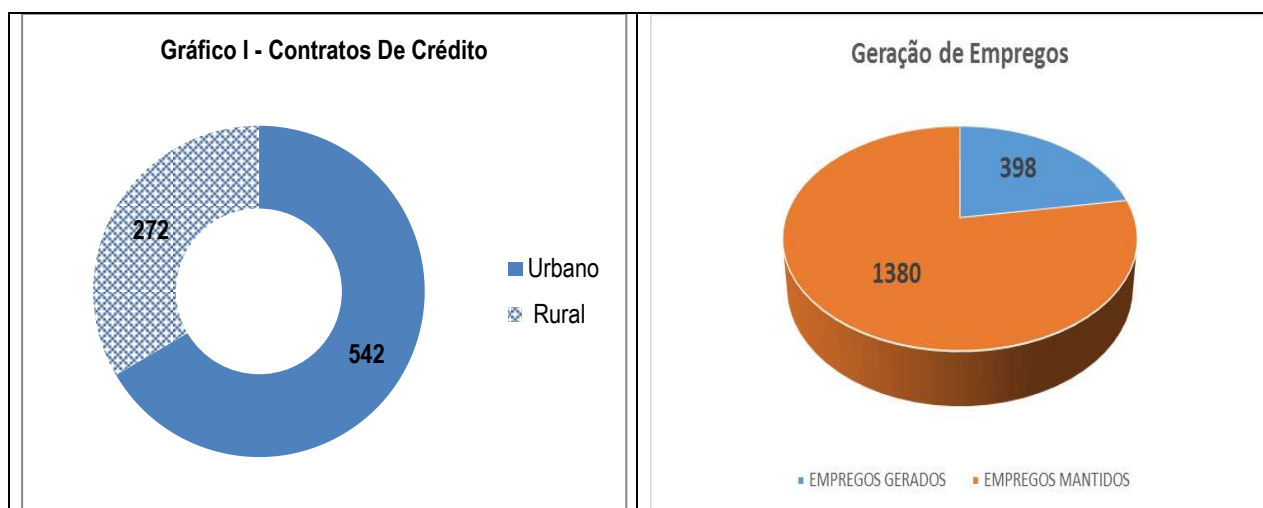
Processo	Comitê	Data	Contratos Efetivados		Créditos Contratados		Valor Pago
			Urbano	Rural	Crédito Urbano	Crédito Rural	
Renegociações	1	07/03/16	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
431.000.261/2016	2	09/03/16	19	4	R\$ 159.860,00	R\$ 80.428,41	R\$ 240.288,41
431.000.303/2016	3	16/03/16	20	8	R\$ 196.701,85	R\$ 143.457,02	R\$ 340.158,87
431.000.343/2016	4	23/03/16	24	4	R\$ 366.870,01	R\$ 69.535,10	R\$ 436.405,11
431.000.365/2016	5	30/03/16	14	7	R\$ 120.680,00	R\$ 120.869,83	R\$ 241.549,83
431.000.412/2016	6	06/04/16	24	10	R\$ 197.980,00	R\$ 164.545,66	R\$ 362.525,66
431.000.581/2016	7	29/04/16	50	25	R\$ 505.886,96	R\$ 393.668,33	R\$ 899.555,29
431.000.596/2016	8	04/05/16	24	0	R\$ 206.831,00	R\$ 0,00	R\$ 206.831,00
431.000.665/2016	9	20/05/16	34	13	R\$ 252.165,00	R\$ 203.070,52	R\$ 455.235,52
431.000.694/2016	10	27/05/16	15	0	R\$ 179.580,00	R\$ 0,00	R\$ 179.580,00
431.000.735/2016	11	03/06/16	11	19	R\$ 98.480,00	R\$ 285.318,85	R\$ 383.798,85
431.000.752/2016	12	10/06/16	17	8	R\$ 156.960,00	R\$ 126.681,39	R\$ 283.641,39
431.000.863/2016	13	17/06/16	20	20	R\$ 157.020,00	R\$ 310.486,96	R\$ 467.506,96
431.000.890/2016	14	24/06/16	14	9	R\$ 124.114,00	R\$ 157.539,47	R\$ 281.653,47
431.000.912/2016	15	01/07/16	9	5	R\$ 62.320,00	R\$ 108.709,28	R\$ 171.029,28
431.001.001/2016	16	06/09/16	34	42	R\$ 455.371,54	R\$ 725.309,37	R\$ 1.180.680,91

Processo	Comitê	Data	Contratos Efetivados		Créditos Contratados		Valor Pago
			Urbano	Rural	Crédito Urbano	Crédito Rural	
431.001.414/2016	17	16/09/16	25	3	R\$ 333.263,00	R\$ 38.536,45	R\$ 371.799,45
431.001.481/2016	18	07/10/16	30	26	R\$ 333.680,00	R\$ 423.767,33	R\$ 757.447,33
431.001.533/2016	19	17/10/16	17	3	R\$ 145.570,17	R\$ 46.743,31	R\$ 192.313,48
431.001.593/2016	20	08/11/16	42	20	R\$ 490.808,66	R\$ 308.435,45	R\$ 799.244,11
431.001.679/2016	21	22/11/16	29	26	R\$ 300.723,11	R\$ 428.242,62	R\$ 728.965,73
431.001.757/2016	22	07/12/16	70	20	R\$ 575.530,11	R\$ 269.739,04	R\$ 845.269,15
Valores Totais do Período			542	272	R\$ 5.411.395,41	R\$ 4.405.084,39	R\$ 9.816.479,80

Fonte: SIAST – Comitês de Crédito 2016

O Programa de Microcrédito Prospera foi concebido como um instrumento de política pública governamental destinada a garantir o direito ao crédito aos segmentos sociais historicamente marginalizados pelo sistema financeiro tradicional. Seu objetivo primordial é permitir, nestes segmentos, que as pessoas possam, por meio do trabalho empreendedor, desenvolver seus negócios, gerar renda, manter e gerar ainda novas ocupações de trabalho.

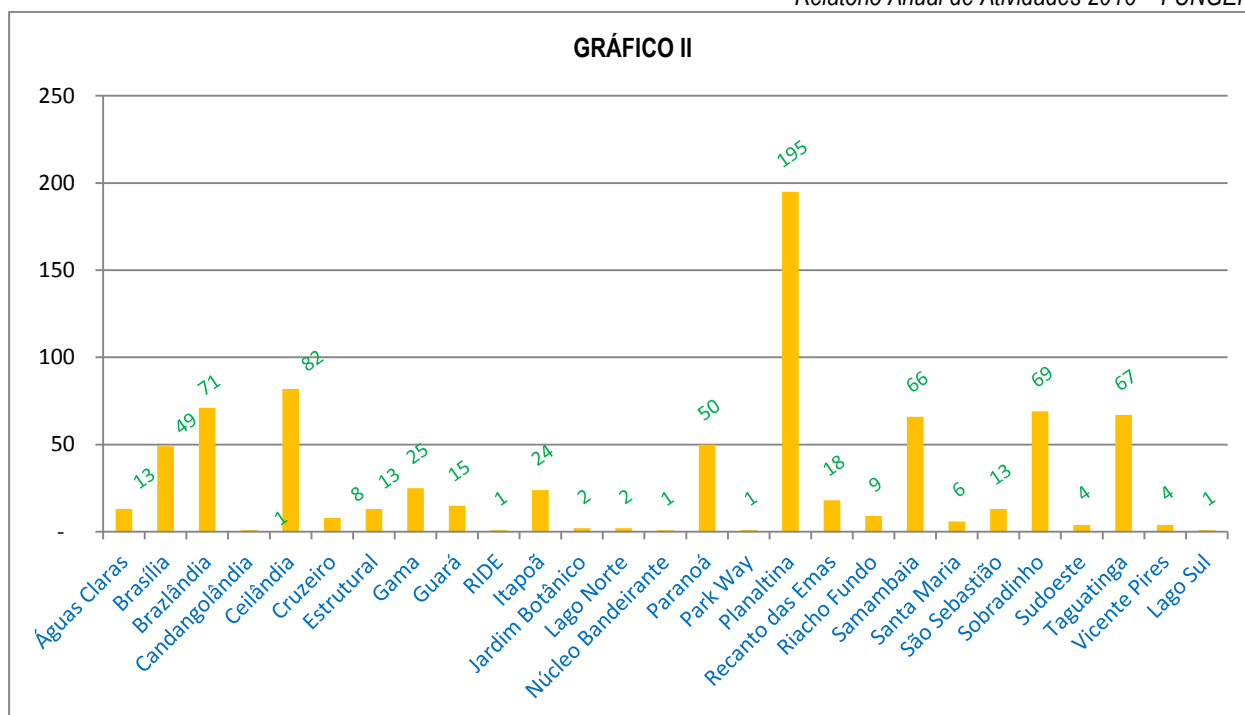
No período de março a dezembro de 2016 foram efetivadas 814 operações de crédito, com expectativa de geração de 398 novas ocupações e a manutenção de outras 1.380, totalizando 1.778 ocupações (Gráfico I).



Fonte: SIAST – Comitês de Crédito 2016

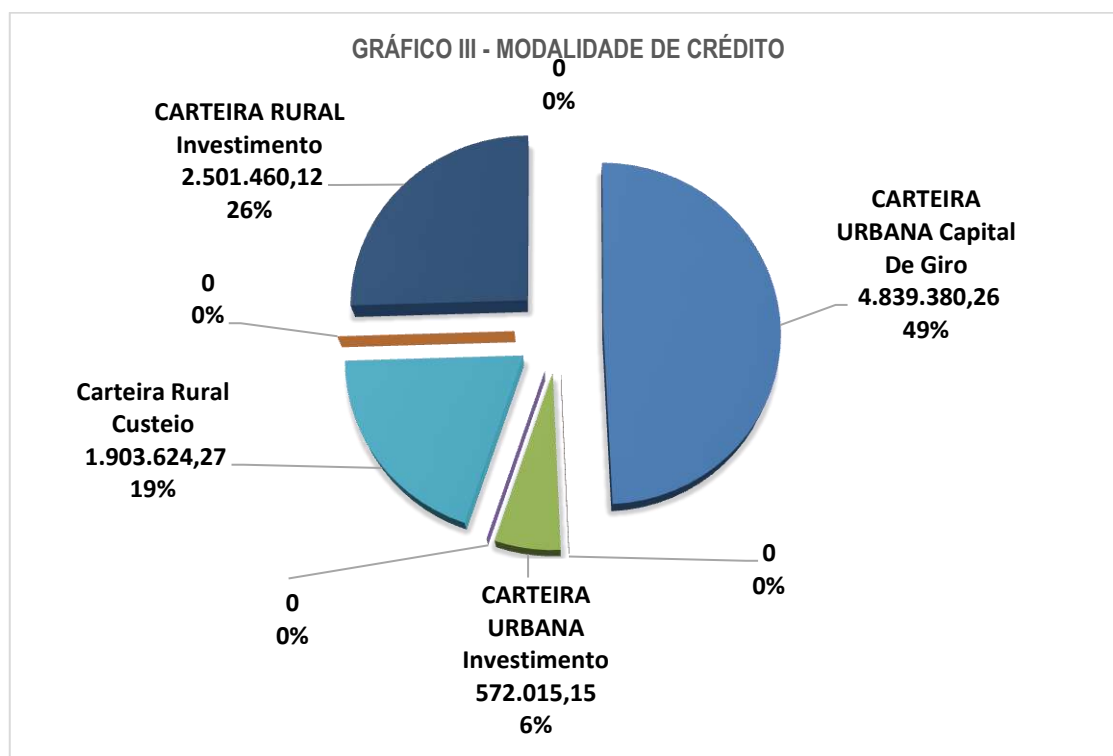
A distribuição dos empréstimos por localidade (Região Administrativa - RA) (Gráfico II) foi a seguinte: Planaltina liderou com 195 contratações (23,9%), seguida por Ceilândia com 82 (10%), Brazlândia com 71 (8,7%), Sobradinho com 69 (8,5%), Taguatinga com 67 (8,2%) e Samambaia com 66 contratações (8,1%). Seguem as RA'S de Brasília com 49 (6%) e Paranoá com 50 operações (6,1%) e as demais localidades, responsáveis por 165 contratações, ou 20,2% do total.

Ressaltamos que a concentração de créditos em Planaltina deve-se ao fato da Carteira Rural contemplar, em sua maioria, os produtores dos núcleos rurais daquela localidade.



Fonte: SIAST – Comitês de Crédito 2016

No que se refere a Modalidade de Crédito (Gráfico III), observa-se que do total dos recursos liberados na Carteira Urbana, 49% foram para Capital de Giro e 6% para Investimento. Já na Carteira Rural, 26% dos recursos foram destinados para Investimento e 19% para Custeio.

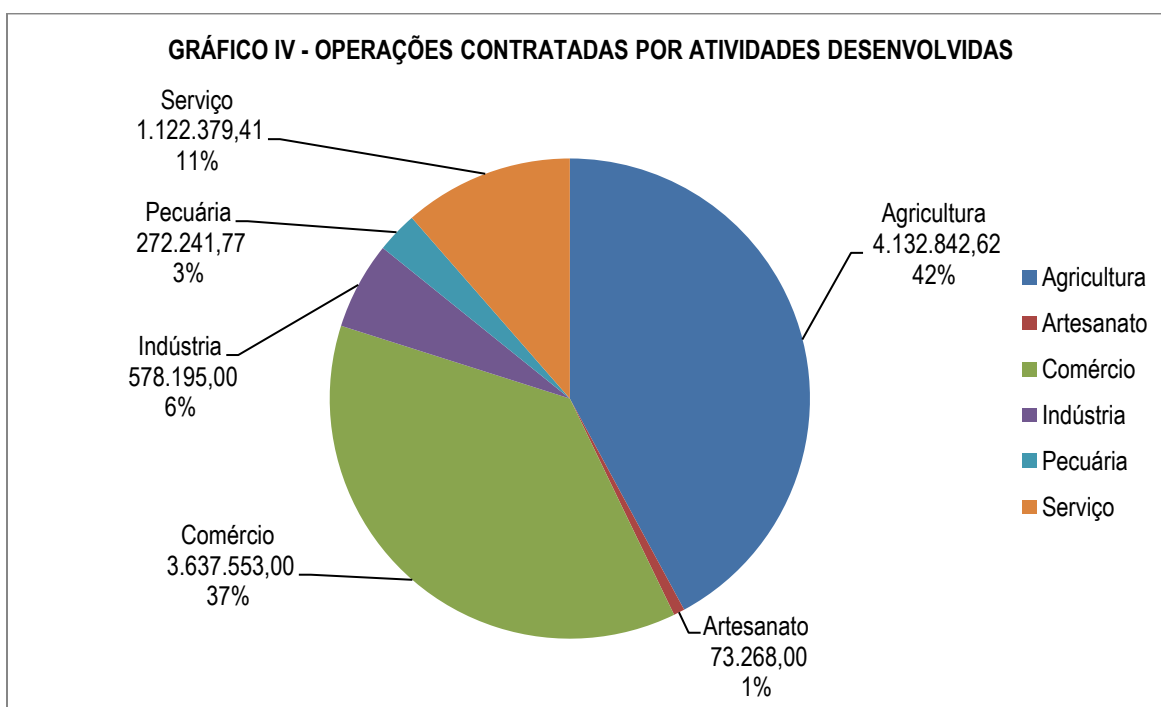


Fonte: SIAST – Comitês de Crédito 2016

Observa-se ainda pelos números apresentados que os empreendedores da área urbana concentram sua demanda por crédito na modalidade Capital de Giro. Os resultados indicam que a maior parte dos empreendimentos atendidos na Carteira Urbana é do setor de Comércio (Gráfico IV) que, sozinho, respondeu por 37% do montante emprestado no exercício. As atividades dos setores de Serviços (11%) e Indústria/Artesanato (7%), com participação menor no total das

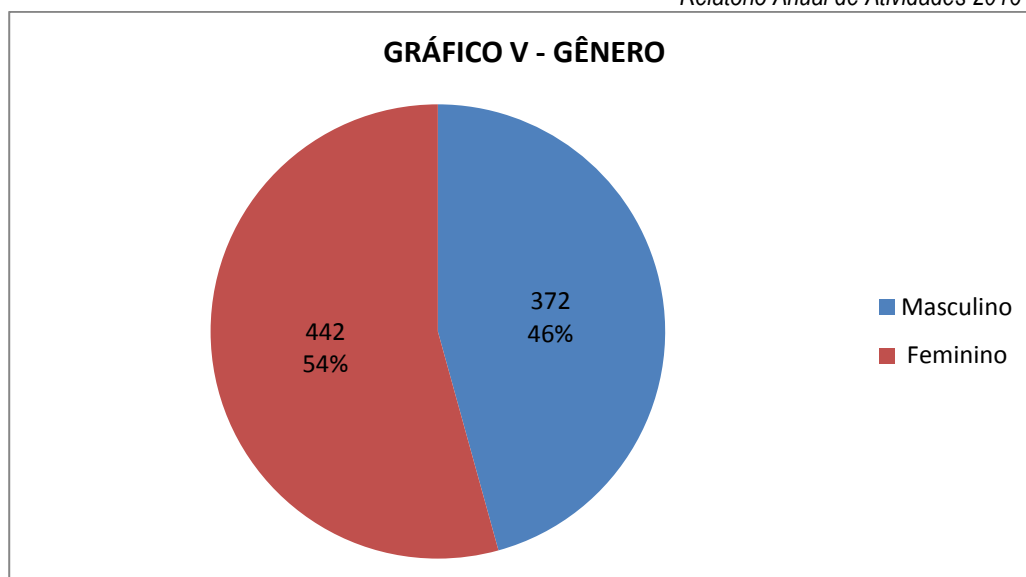
liberações, também tiveram diversas propostas aprovadas na modalidade Capital de Giro. Estes resultados indicam que os empreendimentos apoiados, em sua grande maioria dos setores de Comércio e Serviços, demandam maior crédito para repor seus estoques e dinamizar o fluxo financeiro de suas atividades. Refletem, também, na conjuntura atual, marcadamente recessiva e com sérias restrições ao crédito, com reflexos diretos nos pequenos negócios, a enorme importância do Programa de Microcrédito Prospera para essas iniciativas empreendedoras, na medida em que, com o apoio creditício recebido, podem se estruturar para enfrentar as dificuldades do momento e, assim, garantir a manutenção das ocupações e empregos do setor produtivo de pequeno porte, historicamente reconhecido como grande empregador de mão-de-obra, mas que não encontra apoio financeiro no sistema bancário tradicional.

Na Carteira Rural (Gráfico III), a liberação maior de recursos foi para a modalidade Investimento e menor para Custeio, porém indica um relativo equilíbrio na destinação dos recursos entre as duas modalidades, 26% para Investimento e 19% para Custeio, sendo ainda que 42% do total liberado foi para a Agricultura e 3% para a Pecuária. Na modalidade Investimento, manteve-se a tendência do produtor rural investir na aquisição de maquinário e implementos, matrizes leiteiras e equipamentos para irrigação e construção de estufas agrícolas. Para o Custeio Agrícola os recursos foram utilizados principalmente para a aquisição de sementes, adubos e outros insumos agrícolas, especialmente os utilizados em correção de solos. Segundo a Emater/DF, o Programa de Microcrédito Prospera, na área rural, tem contribuído para o aumento da renda dos produtores, para o aumento da área plantada no Distrito Federal e Entorno, na produtividade agropecuária pela adoção de novas tecnologias, na quantidade de máquinas e equipamentos voltados à produção, e ainda na geração/manutenção de empregos diretos e indiretos no Distrito Federal e Entorno. Ainda segundo a Emater/DF, o Prospera possui as linhas de crédito mais adequadas à realidade e necessidade dos produtores rurais da agricultura familiar, em comparação com as outras linhas de crédito existentes no mercado, por ser menos burocrática e mais ágil na liberação dos recursos.



Fonte: SIAST – Comitês de Crédito 2016

Como é tradicional em programas de microcrédito, a participação feminina nas concessões dos empréstimos/financiamentos no período foi maior que a masculina, 54% e 46% (Gráfico V), respectivamente. Na comparação entre as carteiras, na Carteira Urbana a presença feminina é mais forte que na Carteira Rural, com atuação destacada das mulheres nas atividades de confecção e do comércio de peças de vestuário e outros produtos predominantemente voltados ao público feminino, e na prestação de serviços relacionados à estética feminina. Nas áreas rurais, a maior presença masculina deve-se a que, tradicionalmente, a agricultura e a pecuária são atividades executadas por homens.



Fonte: SIAST – Comitês de Crédito 2016

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	50.000	9.974	0	0
2551 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNGER-DISTRITO FEDERAL	50.000	9.974	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	500.000	359.896	308.027	1.546
2637 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNGER-DISTRITO FEDERAL	500.000	359.896	308.027	1.546
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	1.067.216	376.584	142.076	132.076
0013 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNGER-DISTRITO FEDERAL	1.067.216	376.584	142.076	132.076
TOTAL DO PROGRAMA 6001	1.617.216	746.454	450.103	133.622

No Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado foi executada despesa referente ao pagamento dos serviços prestados pelo agente financeiro Banco de Brasília/BRB na execução e operacionalização dos empréstimos e financiamentos do Programa de Microcrédito “PROSPERA”, no valor de R\$ 133.622 (cento e trinta e três mil seiscentos e vinte e dois reais), referentes às faturas dos meses de janeiro a setembro/2016. Os demais meses de execução dos serviços, já referentes ao novo contrato assinado em agosto, encontram-se inscritos em Restos a Pagar, pois serão atestados apenas em 2017 pela Comissão Executora. Nas outras ações as dotações foram contingenciadas/bloqueadas e tornaram-se inexequíveis.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

É importante registrar algumas ações relativas ao Acompanhamento e Controle da Carteira de Crédito.

No exercício foram inscritos em Dívida Ativa da Fazenda Pública do Distrito Federal 105 contratos inadimplentes, no valor total de R\$ 901.684,59 (novecentos e um mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos) de saldo contábil, a inclusão de 330 CPFs e CNPJs na SERASA, e a recuperação acumulada de 120 contratos, representando cerca de R\$ 693.560,89 (seiscentos e noventa e três mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e nove centavos) de saldo devedor, de tomadores que quitaram ou colocaram em dia seus contratos ao longo de 2016.

Em relação à inadimplência, destaca-se que o ano de 2016 findou com somente 2,08% da carteira ativa dos empréstimos concedidos ao longo do exercício. O índice é muito positivo e vem se mantendo baixo desde a fase Prospera, iniciada no ano de 2012. A baixa inadimplência é resultante da constante melhora nas análises dos créditos a serem concedidos, em especial com a criação de uma instância anterior ao encaminhamento ao Comitê de Crédito, com a finalidade de analisar previamente e minuciosamente todas as propostas de empréstimos, com vistas a verificar a adequação às normas do Programa e a legislação do FUNGER/DF. Ressalta-se também o acompanhamento contínuo realizado pelos agentes de crédito em suas respectivas carteiras de clientes, principalmente no tocante as ações de checagem e de cobrança,

renegociação de dívidas, além da negativação dos tomadores inadimplentes junto à SERASA e as respectivas inscrições em Dívida Ativa da Fazenda Pública do DF dos devedores do Programa dentro do prazo legal.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

É sabido que o Governo do Distrito Federal enfrenta, desde o início de 2015, uma séria crise econômica e financeira, em decorrência de déficit de recursos nos cofres públicos, que ainda não foi superada.

Entre as medidas emergenciais para reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, inclui-se a redução de despesas de todos os órgãos, o que dificultou a execução de algumas ações no âmbito da SEDESTMIDH.

Nesse sentido, a Secretaria enfrentou, também no ano de 2016, inúmeras dificuldades para cumprimento de suas metas, especialmente em razão do reduzido número de servidores. Este problema tem se agravado, ante a impossibilidade de realização de concurso público para recomposição de seu quadro de pessoal, pela alta rotatividade de servidores de cargos comissionados, pela insuficiência de qualificação de servidores comissionados ocupantes de cargos estratégicos, bem como pelo crescente número de aposentadorias e afastamentos.

Assim, mesmo diante da grave crise política e econômica, que atingiu todas as unidades da Federação, além dos problemas financeiros enfrentados no âmbito do Governo do Distrito Federal, a SEDESTMIDH, como agente público ativo de transformações, buscou, de forma criativa, organizar e otimizar suas estruturas para gerir as políticas públicas sob sua responsabilidade, na direção do maior alcance possível de resultados positivos para as demandas de seus usuários. Merecem destaque, ações voltadas para:

- Buscar a melhoria contínua no processo de qualidade de seu atendimento;
- Elevar as linhas de microcrédito;
- Fomentar o cooperativismo e o associativismo;
- Fomentar o empreendedorismo, para que os trabalhadores desempregados ou mesmo aqueles que tinham a intenção de aumentar a renda, buscassem uma forma de geração de renda;
- Adequar os cursos de qualificação, de forma a criar oportunidades de qualificação profissional em uma ocupação específica para potencializar a inserção do cidadão no mundo do trabalho;
- Qualificar com o objetivo de atualizar os trabalhadores, criando oportunidades de reciclagem, aprimoramento, aperfeiçoamento e crescimento profissional, para que este trabalhador permanecesse empregado;
- Oportunizar a qualificação profissional a empreendedores e trabalhadores que gerem sua própria renda, a fim de criar, desenvolver e evoluir suas atividades econômicas; entre outras ações.

Ao longo de 2016, o principal desafio enfrentado por esta SEDESTMIDH foi a construção da transversalidade das políticas sob sua responsabilidade, especialmente das temáticas de gênero, igualdade racial, direitos humanos, trabalho, assistência social, no entendimento de que a integralidade do atendimento aos indivíduos e famílias

O quadro a seguir traz um resumo da estrutura atualmente existente.



Entre as dificuldades enfrentadas na execução das ações no exercício de 2016, destacam-se:

- Crescimento de demandas da população por serviços da política de Assistência Social;
- Dificuldades na gestão de contratos e convênios;
- Centralização de compras na SULIC;
- Estrutura física e logística deficientes;
- Fragilidade do sistema de informações, monitoramento e avaliação das ações;
- Necessidade de redesenho de política adequada de gestão de pessoas;
- Carreira compartilhada;
- Quadro de pessoal defasado;
- Frequentemente adoecimento dos profissionais;
- Crescente onda de aposentadorias precoces;
- Impossibilidade de efetuar contratações, exceto por intermédio da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira, e Corporativa do DF – Governança-DF;
- Necessidade de fortalecimento da política de manutenção e reforma de prédios e próprios;
- Falta de sistema de gestão arquivística;
- Frota de veículos insuficiente para atendimento das demandas dos serviços;
- Necessidade de uniformização de procedimentos, fluxos e rotinas administrativas;
- Deficiência de monitoramento, avaliação e necessidade de registros informatizados (prontuários não são unificados);
- Pouca articulação com as demais políticas públicas;
- Alocação de recursos orçamentários com base em ações fragmentadas.

Em 2016, a unidade apresentou resultados positivos. Foi efetivado um novo contrato entre a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH) e o BRB - Banco de Brasília (agente financeiro do FUNGER/DF e do Programa de Microcrédito Prospera). Este contrato prevê o desenvolvimento de um novo software para a operacionalização do Programa. Para tanto, foram realizadas 22 reuniões para o levantamento de requisitos necessários para o referido software, que propiciará mais confiabilidade, agilidade, produção de relatórios gerenciais

e estatísticos para o Prospera. Outro ponto que merece atenção foi a elaboração do Manual de Procedimentos do Programa de Microcrédito Prospera que envolveu a participação de todos os servidores da Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo. Finalmente, em que pese o reduzido quadro de servidores da SME, a execução orçamentária do FUNGER/DF em 2016 alcançou o percentual de 89%, com uma inadimplência de 2,08%.

No atual momento econômico do país, difícil e recessivo, o segmento de microcrédito torna-se um importante instrumento para a geração de renda e de combate ao desemprego. Essa importância pode ser destacada ao considerarmos que o microcrédito se destina, principalmente, às populações menos favorecidas economicamente e, portanto, com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal.

No âmbito da política de geração de emprego e renda da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, o Programa de Microcrédito Prospera destaca-se como um dos pilares de sustentação dessa política.

A SEDESTMIDH é o órgão gestor da política de assistência social no Distrito Federal, bem como das políticas de transferência de renda, de segurança alimentar e nutricional, de trabalho, de igualdade racial, de direitos humanos e de políticas para as mulheres. Desse modo, a organização das ações no âmbito da Secretaria deve considerar a complexidade da interdisciplinaridade e intersetorialidade entre essas políticas e ver as questões da gestão primordialmente a partir da perspectiva do usuário-cidadão.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento social, com foco na garantia de direitos e na superação das desigualdades sociais e da extrema pobreza no Distrito Federal, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa do SUAS, SISAN e das demais políticas, que envolve um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento e avaliação, a manualização de fluxos e rotinas, a normatização dos esforços de melhoria dos processos; a ouvidoria e a auditoria, a avaliação de resultados e a revisão dos programas, com vistas a contemplar a melhoria da proteção social e dos serviços ofertados, a garantia dos direitos socioassistenciais e do direito humano à alimentação adequada conforme determinação governamental.

15.2. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 25.904

Instituído por força da Lei Complementar nº. 08, de 19 de dezembro de 1995, o Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF é um mecanismo especial de captação de receitas vinculadas à realização de ações relevantes de Assistência Social no âmbito do Distrito Federal, tal como previsto no art. 14, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS).

Vinculado à SEDESTMIDH, o FAS/DF tem por objetivo prover recursos e meios capazes de garantir, de forma ágil, sistemática e continuada o financiamento de benefícios, serviços, programas e projetos de que trata a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Em termos de equipe, o Fundo utiliza-se da força de trabalho da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

1. REALIZAÇÕES**PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – FAMÍLIAS FORTES****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2411 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – IGDSUAS	100.000	660.606	0	0
0003 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS-FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO-DISTRITO FEDERAL	100.000	660.606	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	42.000	10.892	0	0
0013 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-DISTRITO FEDERAL	42.000	10.892	0	0
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	28.131.000	30.075.618	27.627.002	24.839.201
0005 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-PSE - ACOLHIMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	1.020.000	920.000	772.703	647.139
0006 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-PSE- ACOLHIMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE- RECONV-DISTRITO FEDERAL	9.100.000	9.195.259	8.011.042	7.260.243
0007 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-DISTRITO FEDERAL	3.911.000	2.566.400	1.887.359	1.507.171
0008 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-PSE - SERVIÇO EM REDE CONVENIADA-DISTRITO FEDERAL	14.100.000	17.393.959	16.955.899	15.424.648
4153 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	846.000	717.072	92.860	72.717
0003 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI-PSE-DISTRITO FEDERAL	846.000	717.072	92.860	72.717
4154 - ABORDAGEM SOCIAL A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	6.100.000	6.399.297	6.351.520	5.641.286
0001 - ABORDAGEM SOCIAL A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS-PSE-DISTRITO FEDERAL	6.100.000	6.399.297	6.351.520	5.641.286
4155 - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	723.000	1.081.493	822.624	663.748
0001 - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA-PSE - CENTRO POP-DISTRITO FEDERAL	593.000	1.081.493	822.624	663.748
3837 - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA - CASA SANTO ANDRÉ	130.000	0	0	0
4156 - ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA	20.000	20.000	0	0
0001 - ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA-PSE - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO-DISTRITO FEDERAL	20.000	20.000	0	0
4158 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS(AS) E SUAS FAMÍLIAS	8.970.000	10.008.447	9.589.159	8.713.595
0001 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS(AS) E SUAS FAMÍLIAS-PSE - RECONV-DISTRITO FEDERAL	8.970.000	10.008.447	9.589.159	8.713.595
4159 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	130.000	797.933	130.486	105.962
0001 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-PSE-DISTRITO FEDERAL	130.000	797.933	130.486	105.962
4161 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	4.200.000	15.190.257	0	0
0001 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA-IGD-DISTRITO FEDERAL	4.200.000	15.190.257	0	0
4179 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF	1.516.120	1.006.629	652.731	441.962
0001 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF-PSB-DISTRITO FEDERAL	1.516.120	1.006.629	652.731	441.962
4181 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS	60.000	51.267	0	0
0001 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS-SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS-DISTRITO FEDERAL	60.000	51.267	0	0
4182 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	144.000	625.733	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0001 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS--DISTRITO FEDERAL	144.000	625.733	0	0
4183 - DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	60.000	15.560	0	0
0001 - DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS--DISTRITO FEDERAL	60.000	15.560	0	0
4185 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	20.837.000	17.075.546	16.331.872	14.760.297
0003 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV-PSB - 06 A 17 ANOS - RECONV-DISTRITO FEDERAL	12.700.000	13.362.247	13.214.876	11.977.844
0004 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV-PSB-DISTRITO FEDERAL	4.997.000	1.850.970	1.548.638	1.335.478
0005 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV-PSB - RECONV-DISTRITO FEDERAL	2.000.000	1.575.473	1.565.128	1.443.745
0006 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV-CAMINHOS DA CIDADANIA - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO-DISTRITO FEDERAL	1.140.000	286.856	3.230	3.230
4187 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	10.100.000	10.100.000	7.156.433	7.156.433
0001 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-PSB - BENEFÍCIOS EVENTUAIS-DISTRITO FEDERAL	10.100.000	10.100.000	7.156.433	7.156.433
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	235.000	1.587.477	270.000	0
0001 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PSB-DISTRITO FEDERAL	205.000	453.704	270.000	0
0005 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO-DISTRITO FEDERAL	30.000	1.133.773	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6228	82.214.120	95.423.827	69.024.686	62.395.201

O Sistema Único de Assistência Social-SUAS, organiza as ações da política de pública de assistência social em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A primeira destina-se à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda se destina a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a Proteção Social Especial se subdivide em dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

1. Proteção Social Básica

Os serviços da Proteção Social Básica são o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, ofertados respectivamente nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

1.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF:

➤ **Descrição do Serviço:** Trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

➤ **Unidade Executora:** 27 CRAS distribuídos em todo o território do Distrito Federal.

➤ **Público Alvo Beneficiado:** Famílias em situação de vulnerabilidade social cujos vínculos familiares estão preservados.

➤ **Resultados Alcançados:**

– Em 2016 foram registrados 195.173 atendimentos pelo PAIF. Esses atendimentos resultaram em 156.036 atendimentos para Cadastro Único até o mês de Novembro; Concessão de 40.208 Cestas de Alimentos em Caráter Emergencial; Concessão de 8.842 auxílios natalidade, 118 auxílios por morte, 12.443 auxílios em situação de vulnerabilidade temporária e 8.459 benefícios excepcionais na modalidade auxílio em razão de desabrigo temporário.

– Capacitação dos servidores por meio do Projeto Rodas Qualifica SUAS, entre os meses de fevereiro e junho. A metodologia utilizada envolveu um cronograma de estudos com as equipes, a fim de propiciar momentos de reflexão e discussão sobre as orientações técnicas sobre o PAIF e sobre as terminologias técnicas do SUAS/DF, presentes na rotina de trabalho das unidades. De acordo com a avaliação da DAIF, 75% do planejamento estratégico elaborado fora cumprido;

– Revisão e qualificação de processos de trabalho: Reformulação de documentos; Revisão da instrução operacional dos benefícios eventuais e excepcional; Elaboração de roteiro para solicitação de Carteira do Idoso; Alinhamento de fluxo para atendimento de pessoas em situação de rua. Início da discussão para estabelecimento de fluxo com vistas ao atendimento à famílias egressas do Serviço de Acolhimento Institucional; Reformulação do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social – SIDS conjuntamente com a SUGIP para criação do sistema agenda, criação de campos para atender

a sinopse, campos para a Modernização da Gestão. Permanecendo em discussão a inserção de campos específicos para a realização do acompanhamento familiar.

– Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - PRONATEC: Em 2016 o Governo Federal reduziu a oferta de vagas para os cursos PRONATEC e a pactuação de vagas só ocorreu no mês de outubro, sendo ofertadas para gestão da SEDESTMIDH apenas 60 vagas vinculadas ao PRONATEC-Catador. Foram disponibilizados 7(sete) dias para divulgação e realização da pré-matrícula e, diante do tempo exíguo e do público a ser atendido, que era exclusivamente catadores de materiais recicláveis, não foi possível o fechamento das turmas por não haver número mínimo de inscritos para início dos cursos. Um grande dificultador para o preenchimento das vagas ofertadas foi a exigência mínima de escolaridade.

1.2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

➤ **Descrição do Serviço:** Serviço ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias com a finalidade de criar situações desafiadoras que estimulem e orientem os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

➤ **Unidade Executora:** Execução Direta: 17 Centros de Convivência, 7 CRAS do Distrito Federal.

Execução Indireta: 15 Organizações da Sociedade Civil Parceiras da SEDESTMIDH.

➤ **Público Alvo Beneficiado:** Crianças a partir de 6 anos, adolescente, adultos e idosos de famílias referenciadas aos CRAS e CREAS.

➤ **Resultados Alcançados:**

– Em 2016 foram registrados 34.127 atendimentos pelo SCFV de execução direta e 51.340 atendimentos na execução indireta.

– Revisão e qualificação de processos de trabalho: realinhamento para preenchimento do Sistema de Informação do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC/MDSA.

– Ampliação das ações de monitoramento e supervisão por meio da recomposição da equipe da Diretoria responsável, bem como por meio de acompanhamento in loco e realização de reuniões regionalizadas que auxiliaram no processo de compartilhamento de métodos e estratégias de trabalhos e oficinas de convivências.

– Desenvolvimento de ações volantes nos territórios para atendimento aos usuários do Serviço, que em virtude do término do contrato de transporte (ônibus), tiveram o deslocamento até os Centros de Convivência prejudicado.

1.3. Concessão de Benefícios Socioassistenciais:

➤ **Descrição do Serviço:** Benefícios eventuais de assistência social, previstos pelo art. 22 da Lei n. 8.742/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em especial com as alterações promovidas pela Lei n. 12.435/2011, instituídos no DF por meio da Lei n. 5.165/2013 (DODF nº 165, 05/09/2013), regulamentada pelo Decreto n. 35.191/2014 e pela Portaria SEDEST n. 39, de 07 de julho de 2014. São provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária, calamidade pública, e desabrigo temporário ocasionado pela falta ou pela inadequação da moradia, sendo destinado, exclusivamente, ao pagamento de aluguel de imóvel residencial.

➤ **Unidade Executora:** Unidades públicas de assistência social do DF.

➤ **Público Alvo Beneficiado:** Famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública

➤ **Resultados Alcançados:**

- Em 2016 foram concedidos: 8.965 auxílios natalidade; 124 auxílios por morte; 13.007 auxílios em situação de vulnerabilidade temporária 5.330 benefícios excepcionais na modalidade auxílio em razão de desabrigo temporário.

2. Proteção Social Especial

Os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade são ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e Centros de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua – CENTRO POP. Os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade são ofertados pelas Unidade de Acolhimento. São eles respectivamente:

2.1. Média Complexidade:

2.1.1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos- PAEFI:

➤ **Descrição do Serviço:** Serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

➤ **Unidade Executora:** 09 CREAS e 01 Centro da Diversidade

➤ **Público Alvo Beneficiado:** Famílias em situação de vulnerabilidade social com ocorrência de situação de violação de direitos, mas cujos vínculos familiares ainda estão preservados.

➤ **Resultados Alcançados:**

- Em 2016 foram registrados 11.488 atendimentos pelo PAEFI;
- Realização de oficinas e capacitações pelos CREAS e Centro da Diversidade, de acordo com as principais demandas da área de abrangência, especialmente: educação familiar com foco em população em situação de rua e trabalho infantil; grupos de acolhida com adolescentes encaminhados pelo NAI/UAI (adolescentes com medida socioeducativa)
- Desenvolvimento de campanhas educativas em todo o Distrito Federal, relacionadas às temáticas: mês da mulher, combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e combate ao Trabalho Infantil;
- Desenvolvimento de ações conjuntas na CEASA e no Lixão da Estrutural para combate ao Trabalho Infantil e ações com a rede do território envolvendo pessoas em situação de rua.
- Revisão e qualificação de processos de trabalho: construção de estratégias para lidar com a demanda reprimida; construção do Planejamento Estratégico dos CREAS; redefinição da sinopse estatística e do SIDS; redefinição do fluxo com os serviços do NAI/UAI; construção de fluxos com a DECRIN e PROJID para atendimentos a idosos; diálogos com a CTRAR para fomentar os sistemas como instrumento de trabalho e com a DIBES para esclarecimentos de dúvidas.
- Realização de oficinas, rodas de debate, capacitações e palestras para diversos órgãos sobre transversalidade das políticas públicas, respeito à diversidade sexual, étnico racial e religiosa (CRP, UnB, órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, órgãos de outras políticas públicas etc.), e para servidores da SEDESTMIDH;
- Realização do I Encontro sobre nome social para pessoas travestis, transexuais, transgêneras e intersexo do DF, com vistas a criação do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas de Promoção dos Direitos e Cidadania LGBT do DF;
- Participação nas ações sociais e datas em alusão a direitos sociais, como a Parada LGBT, Semana da Consciência Negra, Dia de combate à Homofobia, Dia de Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, Dia Mundial de Combate ao HIV/AIDS e outros.

2.1.2. Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS):

- **Descrição do Serviço:** Trabalho social de abordagem e busca ativa com a finalidade de identificar nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras, promover a inserção de pessoas em situação de rua na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos, bem como contribuir para a construção do processo de saída das ruas, possibilitando condições de acesso à rede de serviços.
- **Unidade Executora:** Serviço executado por meio de parceria com Organização da Sociedade Civil, a Associação Casa Santo André (CSA).
- **Público Alvo Beneficiado:** Pessoas em situação de rua em todo o Distrito Federal.
- **Resultados Alcançados:**
 - Em 2016 foram registrados 30.294 atendimentos pelo SEAS;
 - Ações realizadas conjuntamente com os CREAS e Centros POP para população de rua;
 - Participação em ações voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua, usuários de álcool e drogas em situação de rua.

2.1.3. Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua:

- **Descrição do Serviço:** Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, com a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Além disso, oferece acesso a espaços de guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação, de acesso à documentação civil, benefícios socioassistenciais e atendimento com psicólogos e assistentes sociais.
- **Unidade Executora:** 02 Centros Pop
- **Público Alvo Beneficiado:** Pessoas em situação de rua em todo o Distrito Federal.
- **Resultados Alcançados:**
 - Em 2016 foram registrados 80.865 atendimentos nos Centros Pop;
 - Realização de atividades em grupo para as pessoas em situação de rua: Grupo voltado para a preparação de usuários para a saída da rua e a organização de suas moradias; Grupo voltado para a redução de danos com dependentes de álcool e outras drogas; Grupo para oportunizar o autoconhecimento, autoestima, autonomia e a interação entre os demais usuários e servidores da Unidade.
 - Parceria com a Revista Traços com o objetivo promover autonomia das pessoas em situação de rua, contribuindo para o processo de saída das ruas.

2.1.4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias:

➤ **Descrição do Serviço:** Prevenção da institucionalização e a segregação de pessoas com deficiência, promovendo a inclusão social, com a oferta de atividades que possibilitem o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo à participação cidadã.

➤ **Unidade Executora:** Serviço executado por meio de parceria com Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do DF (APAE/DF); Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia (APAED); Centro de Ensino e Reabilitação (CER); Centro de Audição e Linguagem (CEAL); Pestalozzi de Brasília; e Associação de Mães, Pais e Reabilitadores de Excepcionais (AMPARE) e Abrigo dos Excepcionais da Ceilândia (AEC).

➤ **Público Alvo Beneficiado:** Pessoas com deficiência pertencentes à famílias referenciadas aos CREAS.

➤ **Resultados Alcançados:**

– Em 2016 foram registrados 11.760 atendimentos nas Organizações da Sociedade Civil Parceiras;

2.2. Alta Complexidade:

2.2.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes:

➤ **Descrição do Serviço:** acolhimento provisório e excepcional de Crianças e Adolescentes do Distrito Federal afastados do convívio familiar, por meio de Medida Protetiva de acolhimento institucional, disposta no Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

➤ **Unidade Executora:**

– Execução Direta: 02 Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (UNAC e UNACAS).

– Execução Indireta: 08 Organizações da Sociedade Civil Parceiras da SEDESTMIDH: Associação de mães, pais e reabilitadores de excepcionais – AMPARE, Casa de Ismael - CASEL, Lar São José, Obras Sociais do Centro Espírita Batuíra, Sociedade Cristã Maria e Jesus Nosso Lar – SOMAJE, Sociedade Espírita de Amparo ao menor Casa do Caminho, Casa Transitória de Brasília e Lar da Criança Padre Cícero.

➤ **Público Alvo Beneficiado:** Crianças e Adolescentes do Distrito Federal afastados do convívio familiar, por meio de Medida Protetiva de acolhimento institucional.

➤ **Resultados Alcançados:**

– Em 2016 foram registrados 774 acolhimentos na execução direta e 3.216 acolhimentos na execução indireta;

– Promoção do acesso ao lazer e cultura no período de férias escolares para as crianças e adolescentes acolhidos: Parque Nacional de Brasília-Água Mineral, Ermida Dom Bosco, Zoológico de Brasília, Parque Nicolândia;

– Articulação com a Rede de Educação dos territórios em que há acolhimento institucional de crianças e adolescentes que resultou em maior inclusão dos acolhidos na rede escolar e no melhor atendimento às suas particularidades pela política de educação;

– Parceria com embaixadas de países africanos com vistas a desenvolvimento de aspectos relacionados à identidade afrodescendente e autoestima;

2.2.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias:

➤ **Descrição do Serviço:** Atendimento integral e garantia de condições de estadia, convívio e endereço de referência para adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono ou calamidades, migração e/ou ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

➤ **Unidade Executora:**

Execução Direta: 03 Unidades de Acolhimento para Adultos e Famílias: Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias Areal (UNAF-Areal), Unidade de Acolhimento para Mulheres (UNAM) e Unidade de Acolhimento para Idosos (UNAI);

Execução Indireta: 01 Organização da Sociedade Civil Parceira da SEDESTMIDH: Associação Casa Santo André (CSA), com 06 Casas de Passagem.

➤ **Público Alvo Beneficiado:** Adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono ou calamidades, migração e/ou ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

➤ **Resultados Alcançados:**

– Em 2016 foram registrados 2.250 acolhimentos na execução direta e 3.120 acolhimentos na execução indireta;

– Promoção do acesso à convivência e lazer: confraternização de páscoa, comemoração junina; ações de educação financeira por meio de bazar humanitário (doação de roupas pela comunidade do Areal, confraternização do Dia do Idoso exposição de trabalhos de artes confeccionados pelos acolhidos no evento Virada do Cerrado, jantar natalino, Estádio Nacional de Brasília, Congresso Nacional, Museu de Valores do Banco Central, Jardim Botânico;

– Projeto CinePipoca com exibição de filmes com temas pertinentes a questão de ser idoso e demais temas relativos a cidadania;

– Parceria com a Universidade Católica de Brasília para execução do Projeto Ser + ;

- Viabilização do acesso dos acolhidos à Política de Saúde;
- Viabilização do acesso ao mundo do trabalho por meio de encaminhamentos para cursos de capacitação.

2.2.3. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos

➤ **Descrição do Serviço:** Acolhimento para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivências de situações de violência e negligência, em situação de rua e/ou de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e que necessitem de acolhimento integral de longa permanência, com grau de cuidados mais elevado e que não tenham quadros de transtorno mental.

➤ **Unidade Executora:** 04 Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI Parceiras da SEDESTMIDH: Associação São Vicente de Paulo de Belo Horizonte, Casa do Candango, Instituto Integridade, Obras Assistenciais Bezerra de Menezes.

➤ **Público Alvo Beneficiado:** idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivências de situações de violência e negligência, em situação de rua e/ou de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e que necessitem de acolhimento integral de longa permanência, com grau de cuidados mais elevado e que não tenham quadros de transtorno mental.

➤ **Resultados Alcançados:**

- Em 2016 foram registrados 2.558 acolhimentos na execução indireta;
- Parcerias com a comunidade para o desenvolvimento de atividades e a promoção de vínculos sociais e afetivos dos idosos.
- Visita de estudantes de escolas aos idosos e a parceria com instituições de Ensino Superior e/ou técnico para realização de atividades, especialmente na área da saúde.
- Inserção dos acolhidos em atividades das próprias Instituições de Longa Permanência, como produção culinária, atividades culturais, capacitação e inclusão digital.

2.2.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência

➤ **Descrição do Serviço:** Acolhimento de jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados e que não dispõem condições de autossustentabilidade.

➤ **Unidade Executora:** Execução indireta por meio de 05 Organizações da Sociedade Parceiras da SEDESTMIDH: Abrigos dos excepcionais de Ceilândia – AEC, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia – APAED, Vila São José Bento Cottolengo, Instituto Dom Orione, Vila do Pequeno Jesus.

➤ **Público Alvo Beneficiado:** Jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados e que não dispõem condições de autossustentabilidade.

➤ **Resultados Alcançados:**

- Em 2016 foram registrados 1.978 acolhimentos na execução indireta;

2.2.5. UNISUAS Central de Vagas de Acolhimento e Atendimento Emergencial

➤ **Descrição do Serviço:** Serviço de funcionamento ininterrupto, que tem como forte característica a prontidão no atendimento e o foco no atendimento emergencial e pontual. Também destina-se à realização de ações de levantamento socioeconômico nas situações de ocupações irregulares. Além disso, realiza a gestão e controle das vagas dos Serviços de Acolhimento Institucional da Política Nacional de Assistência Social.

➤ **Unidade Executora:** Execução direta por meio de 01 unidade: UNISUAS Central de Vagas de Acolhimento e Atendimento Emergencial.

➤ **Público Alvo Beneficiado:** Famílias e indivíduos acometidos por situações de calamidades públicas e de emergência social.

➤ **Resultados Alcançados:**

- Em 2016 foram registrados 8.071 atendimentos pela UNISUAS;
- Realização de levantamento socioeconômico em 57 áreas distintas do DF que gerou aproximadamente mais de 3 mil atendimentos à população;
- Participou de 105 operações da AGEFIS/SUOPS;

3. Gestão e Aprimoramento de Benefícios de Transferência de Renda:

➤ **Descrição do Serviço:** Coordenação da implementação da gestão das políticas de transferência de renda do Distrito Federal e a implementação da gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no Distrito Federal.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

➤ **Unidade Executora:** Coordenação de Gestão de Transferência de Renda e Cadastro Único – CTRAR/SUBSAS/SEADS/GAB/SEDESTMIDH.

➤ **Público Alvo Beneficiado:** Famílias e Indivíduos de todo o Distrito Federal.

➤ **Resultados Alcançados:**

- 230.003 (duzentas e trinta mil e três) famílias inseridas no Cadastro Único pelo Distrito Federal. Dessas, 87.062 (oitenta e sete mil e sessenta e duas) estão beneficiadas no Programa Bolsa Família, sendo que 62.096 (sessenta e duas mil e noventa e seis) são suplementadas no âmbito do programa DF sem Miséria.

- Quadro Geral de Atualização Cadastral 2016 – DF:

Histórico da Atualização das Famílias			
MÊS	FAMÍLIAS ATUALIZADAS	FAMÍLIAS DESATUALIZADAS	TOTAL
nov/15	109.739	122.665	232.404
dez/15	110.594	123.216	233.811
jan/16	111.565	103.081	214.646
fev/16	112.030	104.422	216.452
mar/16	112.381	105.585	217.966
abr/16	116.142	103.333	219.476
mai/16	114.862	105.714	220.577
jun/16	113.376	108.993	222.370
jul/16	113.892	110.602	224.495
ago/16	113.296	112.593	225.890
set/16	113.031	114.620	227.651
out/16	112.402	117.601	230.003

- Realização de três convocações de famílias, público de denúncias, para atualização cadastral e coleta de dados, subsidiando análise posterior:

Quadro 01 - Público “Achado 1” TCDF

Não foram localizados no Cadastro Único (transferido/excluído)	89
1ª Ação de Fiscalização e Coleta de Dados	40
2ª Ação de Fiscalização e Coleta de Dados	184
3ª Ação de Fiscalização e Coleta de Dados	70
Convocação por edital no DODF para 4ª Ação (em trâmite)	197

Das 448 famílias que possuíam dados no Cadastro Único, 65% (293 famílias) compareceram nas ações, sendo possível o levantamento e a coleta de seus dados.

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	89.872	46.285	0	0
0077 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FÓRUMS, CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS - SUAS - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO-DISTRITO FEDERAL	40.000	16.030	0	0
2799 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL ÀS ATIVIDADES DE CONTROLE SOCIAL - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO-DISTRITO FEDERAL	49.872	30.255	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5.000	4.125	0	0
8854 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO-DISTRITO FEDERAL	5.000	4.125	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6002	94.872	50.410	0	0

Em 2016, não foi realizado nenhum evento.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

➤ O Programa Agente de Cidadania - Inclusão ao Mundo do Trabalho na área Ambiental foi suspenso em janeiro de 2015, em virtude da necessidade de contenção de gastos em face da agravada crise financeira enfrentada pelo Governo do Distrito Federal.

De modo concomitante à suspensão do Programa, a implantação da Coleta Seletiva contribuiu para a redução do descarte de material que poderia ser coletado por catadores de material reciclável, e esses passaram a relatar dificuldades para obtenção de recursos financeiros.

Com a proximidade de possível inauguração do novo aterro sanitário, Aterro Sanitário Oeste, e consequente desativação do Aterro Sanitário do Jóquei (Lixão da Estrutural – maior aterro sanitário à céu aberto da América Latina), tal situação tende a se agravar, ocasionando também o agravamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas pelos catadores de material reciclável e suas famílias, que perderão sua fonte de renda.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos –INESC, os catadores de materiais recicláveis são responsáveis por cerca de 90% de todo o material reciclado no DF. Esta pesquisa identificou 2.816 (dois mil e oitocentos e dezesseis) catadores, a maior parte oriunda da Cidade Estrutural e vivendo em condições de vulnerabilidade social. Ainda de acordo com a pesquisa, o grupo de catadores é composto por mulheres (61%), negros (72%), adultos com idade entre 29 a 59 anos (68%) com baixo nível de escolaridade e oriundos de outros estados, especialmente do Nordeste.

A retomada do Programa Agente de Cidadania - Inclusão ao Mundo do Trabalho na área Ambiental, com o repasse de bolsa aos catadores participantes, somada às ações de capacitação por meio dos cursos ofertados pelo Programa Pró-Catador, tem como objetivo minimizar a insuficiência de renda dos catadores após o fechamento do Aterro Sanitário do Jóquei. Esse somatório de ações visa fomentar o empreendedorismo destas pessoas para a organização em cooperativas que atuem na coleta seletiva de materiais, promovendo desta maneira a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis.

Realizou-se no período de 7 a 16 de dezembro, chamamento e inscrição no programa para catadores de materiais recicláveis residentes na Cidade Estrutural. Esse chamamento contemplava a princípio 900 pessoas no programa.

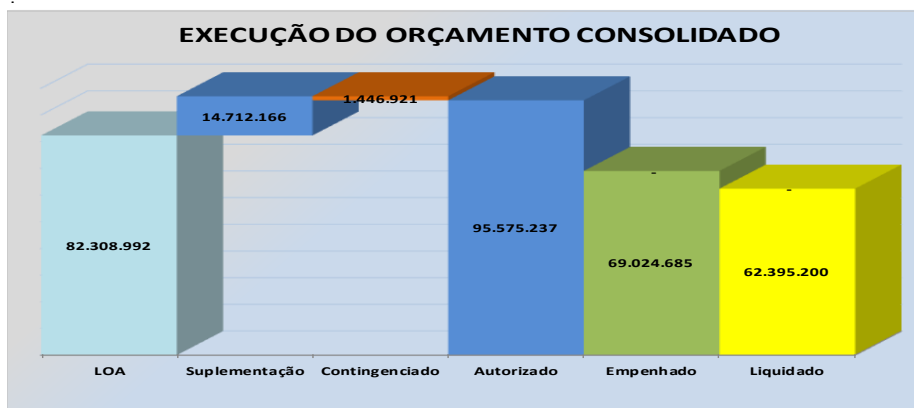
➤ O Programa Caminhos da Cidadania também foi suspenso em setembro de 2015, em virtude da necessidade de contenção de gastos. A suspensão do Programa resultou numa significativa evasão dos adolescentes de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A principal argumentação apresentada pelos adolescentes, quando questionados sobre o motivo da evasão, versou sobre o interesse em outras oportunidades de obtenção de recursos financeiros, que atendessem suas necessidades pessoais ou que lhes permitissem continuar colaborando com a manutenção de suas famílias.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV é um dos serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, tipificado nacionalmente, por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Esse Serviço possui articulação com os demais serviços socioassistenciais, garantindo o atendimento integral das famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, ou prevenido para que não ingressem nessas situações.

O SCFV caracteriza-se como uma forma de intervenção social planejada, com o objetivo de promover situações desafiadoras, estimulando e orientando os participantes na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, tanto na família como no território. Para isso, o Serviço se organiza de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolvendo o sentimento de pertença e de identidade, fortalecendo vínculos familiares e incentivando a socialização e a convivência comunitária. O SCFV possui, portanto, caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Assim visando o fortalecimento do serviço de convivência, em dezembro de 2016 o programa foi retomado e passou a ser ofertado nos 17 Centros de Convivência da Secretaria.

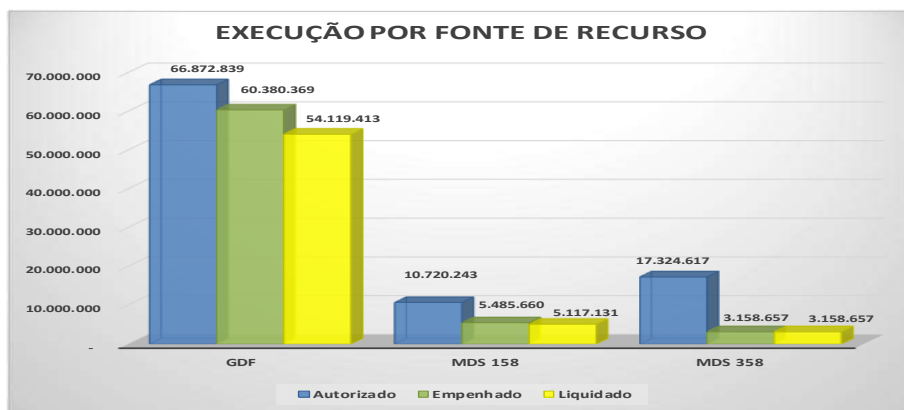
A Secretaria alcançou boa execução, apesar das dificuldades vivenciadas ao longo de 2016, conforme se verifica no quadro a seguir:



NOTA EXPLICATIVA

- 1 - Aprovação do Orçamento para 2016 foi no valor de R\$ 82.308.992
- 2 - A suplementação alcançada até 31/12/2016 foi no valor de R\$ 14.712.166.
- 3 - Foi contingenciado o valor de R\$ 1.446.921
- 4 - Foi liquidado R\$ 62.395.201, que corresponde a 90,40% do valor empenhado

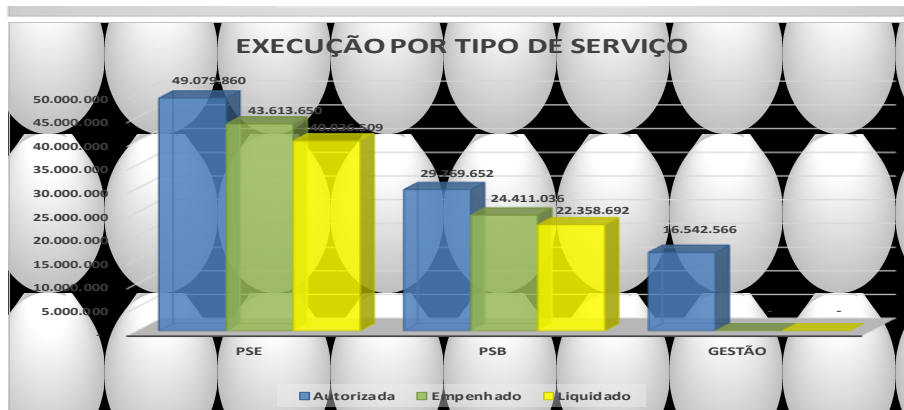
Fonte: SIGGO - QDD - 10/01/2017



NOTA EXPLICATIVA

- Foram empenhados com recursos:
- 1 - do GDF o valor de R\$ 60.380.369;
 - 2 - do MDS fonte 158 foram empenhados R\$ 5.485.660;
 - 3 - do superávit do MDS fonte 358 o valor de R\$ 3.158.657.

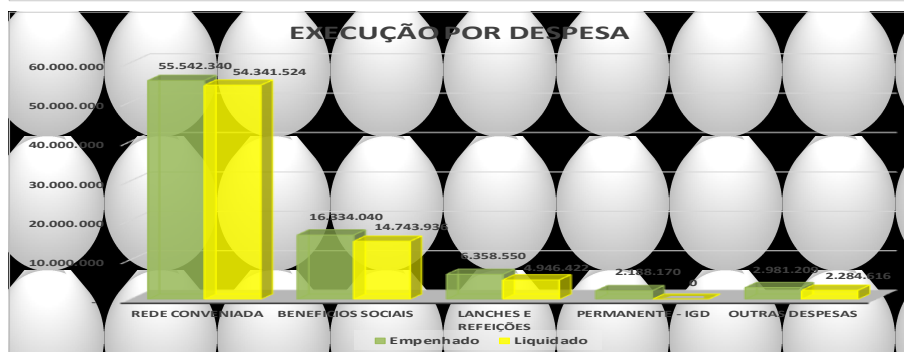
Fonte: SIGGO - QDD - 10/01/2017



NOTA EXPLICATIVA

- 1 - Total das despesas empenhadas com a Proteção Social Especial - PSE soma R\$ 43.613.650
- 2 - Proteção Social Basica foi empenhada no valor de R\$ 24.411.036
- 3 - Não houve empenho na Gestão do SUAS

Fonte: SIGGO - QDD - 10/01/2017



NOTA EXPLICATIVA

- 1 - Rede Conveniada foi liquidado R\$ 54.341.524
- 2 - Benefícios Sociais foi liquidado R\$ 14.743.936
- 3 - Lanches e refeições nas unidades administradas pela SEDHS foi liquidado R\$ 4.946.422
- 4 - Permanente - IGDPBF Empenho para aquisição de veículos R\$ 2.188.170,00
- 5 - Outras despesas como alugueis, energia elétrica totalizaram R\$ 2.284.616 de liquidação em 2015.

Fonte: SIGGO - QDD - 10/01/2017

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

É sabido que o Governo do Distrito Federal enfrenta, desde o início de 2015, uma séria crise econômica e financeira, em decorrência de déficit de recursos nos cofres públicos, que ainda não foi superada.

Entre as medidas emergenciais para reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, inclui-se a redução de despesas de todos os órgãos, o que dificultou a execução de algumas ações no âmbito da SEDESTMIDH.

Nesse sentido, a Secretaria enfrentou, também no ano de 2016, inúmeras dificuldades para cumprimento de suas metas, especialmente em razão do reduzido número de servidores. Este problema tem se agravado, ante a impossibilidade de realização de concurso público para recomposição de seu quadro de pessoal, pela alta rotatividade de servidores de cargos comissionados, pela insuficiência de qualificação de servidores comissionados ocupantes de cargos estratégicos, bem como pelo crescente número de aposentadorias e afastamentos.

Assim, mesmo diante da grave crise política e econômica, que atingiu todas as unidades da Federação, além dos problemas financeiros enfrentados no âmbito do Governo do Distrito Federal, a SEDESTMIDH, como agente público ativo de transformações, buscou, de forma criativa, organizar e otimizar suas estruturas para gerir as políticas públicas sob sua responsabilidade, na direção do maior alcance possível de resultados positivos para as demandas de seus usuários. Merecem destaque, ações voltadas para:

- Buscar a melhoria contínua no processo de qualidade de seu atendimento;
- Elevar as linhas de microcrédito;
- Fomentar o cooperativismo e o associativismo;
- Fomentar o empreendedorismo, para que os trabalhadores desempregados ou mesmo aqueles que tinham a intenção de aumentar a renda, buscassem uma forma de geração de renda;
- Adequar os cursos de qualificação, de forma a criar oportunidades de qualificação profissional em uma ocupação específica para potencializar a inserção do cidadão no mundo do trabalho;
- Qualificar com o objetivo de atualizar os trabalhadores, criando oportunidades de reciclagem, aprimoramento, aperfeiçoamento e crescimento profissional, para que este trabalhador permanecesse empregado;
- Oportunizar a qualificação profissional a empreendedores e trabalhadores que gerem sua própria renda, a fim de criar, desenvolver e evoluir suas atividades econômicas; entre outras ações.

Ao longo de 2016, o principal desafio enfrentado por esta SEDESTMIDH foi a construção da transversalidade das políticas sob sua responsabilidade, especialmente das temáticas de gênero, igualdade racial, direitos humanos, trabalho, assistência social, no entendimento de que a integralidade do atendimento aos indivíduos e famílias

O quadro a seguir traz um resumo da estrutura atualmente existente.



Entre as dificuldades enfrentadas na execução das ações no exercício de 2016, destacam-se:

- Crescimento de demandas da população por serviços da política de Assistência Social;
- Dificuldades na gestão de contratos e convênios;
- Centralização de compras na SULIC;
- Estrutura física e logística deficientes;
- Fragilidade do sistema de informações, monitoramento e avaliação das ações;
- Necessidade de redesenho de política adequada de gestão de pessoas;
- Carreira compartilhada;
- Quadro de pessoal defasado;
- Frequente adoecimento dos profissionais;

- Crescente onda de aposentadorias precoces;
- Impossibilidade de efetuar contratações, exceto por intermédio da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira, e Corporativa do DF – Governança-DF;
- Necessidade de fortalecimento da política de manutenção e reforma de prédios e próprios;
- Falta de sistema de gestão arquivística;
- Frota de veículos insuficiente para atendimento das demandas dos serviços;
- Necessidade de uniformização de procedimentos, fluxos e rotinas administrativas;
- Deficiência de monitoramento, avaliação e necessidade de registros informatizados (prontuários não são unificados);
- Pouca articulação com as demais políticas públicas;
- Alocação de recursos orçamentários com base em ações fragmentadas.

A SEDESTMIDH é o órgão gestor da política de assistência social no Distrito Federal, bem como das políticas de transferência de renda, de segurança alimentar e nutricional, de trabalho, de igualdade racial, de direitos humanos e de políticas para as mulheres. Desse modo, a organização das ações no âmbito da Secretaria deve considerar a complexidade da interdisciplinaridade e intersetorialidade entre essas políticas e ver as questões da gestão primordialmente a partir da perspectiva do usuário-cidadão.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento social, com foco na garantia de direitos e na superação das desigualdades sociais e da extrema pobreza no Distrito Federal, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa do SUAS, SISAN e das demais políticas, que envolve um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento e avaliação, a manualização de fluxos e rotinas, a normatização dos esforços de melhoria dos processos; a ouvidoria e a auditoria, a avaliação de resultados e a revisão dos programas, com vistas a contemplar a melhoria da proteção social e dos serviços ofertados, a garantia dos direitos socioassistenciais e do direito humano à alimentação adequada conforme determinação governamental.

15.3. FUNDO DE APOIO E ASSISTÊNCIA AO IDOSO DO DISTRITO FEDERAL- UO: 25.905

A Lei Complementar n.º 21, de 23 de julho de 1997, instituiu o Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal, anteriormente vinculado à Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal.

Em agosto de 2011, o Governador do Distrito Federal, por meio do Decreto n.º 33.116, acresceu novos artigos ao Decreto n.º 32.716, de 1º de janeiro de 2011, para criar a Secretaria Especial do Idoso do Distrito Federal, com a seguinte alteração: "(...) § 3º cabe à Secretaria de que trata esse artigo a Gestão do Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal."

A Secretaria Especial do Idoso, com atuação na área de políticas para o idoso, propôs projeto de lei para alterar a lei que instituiu o fundo, que versa sobre os recursos que serão destinados à implementação de programas e ações voltadas para atender as demandas dos idosos do Distrito Federal.

Em 27 de maio de 2013, a Lei Complementar n.º 865, revogou as Leis supracitadas e criou o Fundo dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, que prevê em seu artigo 7º que o Regulamento do Fundo seja sugerido pelo Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, no prazo de sessenta dias contados da publicação da referida Lei.

Conforme Decreto n.º 36.236 de 1º/01/2015, o Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal, passou a ser vinculado à Secretaria de Estado de Política para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal.

Por fim, com a publicação do Decreto n.º 36.832, de 23/10/2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, o Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal, passou a ser vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal.

Em termos de equipe, o Fundo utiliza-se da força de trabalho da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

1. REALIZAÇÃO POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	70.000	60.226	0	0
8386 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO--DISTRITO FEDERAL	70.000	60.226	0	0
TOTAL DO PROGRAMAS 6211	70.000	60.226	0	0

Conforme a Lei Complementar Nº 865, de 27 de maio de 2013, que o instituiu, o Fundo dos Direitos do Idoso - FDI/DF substituiu o Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal – FAAI/DF, criado pela Lei Complementar nº 21, de 23 de julho de 1997.

Seu objetivo é financiar os programas e as ações relativos ao idoso, com vistas a assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

A deliberação sobre a utilização dos recursos do Fundo requer consulta ao Conselho dos Direitos do Idoso, que tem como uma de suas competências acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária, no que se refere à destinação de recursos públicos às áreas relacionadas com a política do idoso.

Os recursos não foram utilizados, uma vez que não foi feita a regulamentação do FDI/DF.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

É importante esclarecer que, conforme o Art. 7º da Lei Complementar Nº 865/2013, o regulamento do Fundo, deveria ser sugerido pelo Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, no prazo de sessenta dias contados da publicação da citada Lei Complementar e aprovado por decreto.

Ocorre que, até a presente data, não houve regulamentação do Fundo, o que inviabiliza a utilização de seus recursos. Ainda em 2014, foi autuado o processo nº 0002.000448/2014 que trata da regulamentação do FDI/DF, contudo, o Decreto de Regulamentação não foi publicado, tornando inviável a utilização dos recursos.

A regulamentação do FDI/DF é, atualmente, a principal demanda do Conselho dos Direitos do Idoso – CDI/DF. Ressalta-se que a utilização dos recursos do Fundo do Idoso, sem que este estivesse regulamentado, já foi objeto de Tomada de Contas do TCDF, por meio do processo 0040-002002/2009, no qual o Conselho dos Direitos do Idoso afirma que os recursos do Fundo foram utilizados indevidamente no ano de 2008.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Além dos problemas enfrentados pelas demais unidades orçamentárias desta Secretaria, a utilização dos recursos do Fundo do Idoso foi inviabilizada em razão da ausência de regulamentação da Lei que o instituiu.

Com a publicação de regulamentação, será composto o Conselho de Administração do FDI/DF, conforme prevê a Lei nº 865/2013. É o Conselho de Administração que tem por objetivo aprovar as diretrizes de administração do Fundo e aprovar sua programação financeira.

No momento, o processo que trata da regulamentação do FDI/DF encontra-se na Subsecretaria de Políticas Públicas da Casa Civil para análise e, em caso de concordância, adoção de providências para publicação do Decreto de regulamentação.

15.4. FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 25.906

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Distrito Federal foi instituído como unidade orçamentária pela Lei nº 4.220, de 09 de outubro de 2008, cujos recursos devem ser aplicados em ações de capacitação para o trabalho e elevação do nível educacional e em atividades socioeducativas de convivência e socialização, tendo como foco principal a inclusão produtiva e a melhoria da qualidade de vida, conforme disposto no art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição Federal.

Vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal - SEDHES, esse Fundo somente foi efetivado no âmbito do GDF, com alocação de recursos específicos, a partir de 2014.

Com a publicação do Decreto nº 36.832, de 23/10/2015, artigo 1º, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Distrito Federal, passa a integrar a Secretaria de Estado Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal - SEDESTMIDH.

Em termos de equipe, o Fundo utiliza-se da força de trabalho da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – FAMILIAS FORTES****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	50.506.714	54.451.540	54.451.041	52.729.940
0002 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO- FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA DO-DISTRITO FEDERAL	50.506.714	54.451.540	54.451.041	52.729.940
4187 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	18.050.099	3.797.349	2.799.518	2.799.518
0003 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS-PSB - BENEFÍCIOS EVENTUAIS - FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA DO-DISTRITO FEDERAL	18.050.099	3.797.349	2.799.518	2.799.518
TOTAL DO PROGRAMA 6228	68.556.813	58.248.889	57.250.559	55.529.458

A Gestão de Transferência de Renda e do Cadastro Único, no âmbito da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal é efetivada no âmbito da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social, diretamente pela Subsecretaria de Assistência Social. Tal atividade se concretiza por meio dos programas Bolsa Família-PBF; Programa DF sem Miséria-DFSM; Bolsa Alfa-BA; e Programa Vida Melhor-PVM, em fase de finalização.

Para que as famílias acessem os benefícios de transferência de renda, devem estar inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, além de cumprir com compromissos nas áreas de Educação e Saúde (condicionalidades). Desse modo, tanto a gestão do Cadastro Único quanto o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades são medidas realizadas sistematicamente.

O Programa Bolsa Família (PBF) atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, inseridas no Cadastro Único e com o seguinte perfil:

- Famílias com renda por pessoa de até R\$ 85 mensais;
- Famílias com renda por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 177 mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

A seleção para o Programa ocorre de forma automatizada, mediante informações contidas no Cadastro Único.

A estimativa de famílias pobres para o DF, conforme o Censo de 2010, é de 95.674 (noventa e cinco mil, seiscentas e setenta e quatro) famílias.

Em consonância com o PBF, desde julho de 2011, existe o Plano DF sem Miséria - DFSM, que sob a ótica da transferência de renda, repassa recursos financeiros do GDF a todas as famílias beneficiárias do PBF que apresentem renda mensal por pessoa, inferior a R\$ 140,00, após o recebimento dos valores do programa federal. Os valores desse suplemento variam de acordo com a situação de pobreza de cada família, proporcionando às mais pobres receberem mais recursos de suplementação do Plano DF sem Miséria. Desta forma, a política de transferência de renda do DF proporciona maior proteção às famílias mais vulneráveis, além de garantir o acesso aos mínimos sociais. Para sua manutenção como beneficiária, a família deve cumprir os compromissos, ou seja, atender às condicionalidades estabelecidas, que se enquadram nas áreas de educação e de saúde, quais sejam:

- Saúde

Relatório Anual de Atividades 2016 – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do DF

- ✓ Crianças menores de 7 anos: manter atualizado o calendário de vacinação, pesar e medir, conforme o calendário do Ministério da Saúde;
- ✓ Mulheres entre 14 e 44 anos: Pré-natal para gestantes e acompanhamento de nutrizes; e,
- ✓ Gestantes e mães que amamentam: participar do pré-natal e ir às consultas nas unidades de Saúde. Após o parto, devem continuar o acompanhamento da saúde, própria e do bebê, além de participar das atividades educativas promovidas pelas equipes de Saúde sobre aleitamento e alimentação saudável.
 - Educação
- ✓ Manter frequência escolar mínima de 85% para alunos de 6 a 15 anos e 75% para jovens de 16 e 17 anos.

Número de Famílias Beneficiárias do BPF e DFSM em 2016

Mês	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS – ÚLTIMOS 12 MESES		
	PBF SEM DFSM	PBF COM DFSM	TOTAL
12/2015	28.709	65.252	93.961
01/2016	23.019	62.152	85.171
02/2016	21.895	63.167	85.062
03/2016	20.849	58.647	79.496
04/2016	20.496	60.180	80.676
05/2016	19.104	61.290	80.394
06/2016	19.168	61.212	80.380
07/2016	25.705	59.064	84.769
08/2016	22.195	62.419	84.614
09/2016	24.821	60.601	85.422
10/2016	24.723	63.805	88.528
11/2016	24.966	62.096	87.062

No ano de 2016, foram retomadas as atividades do Comitê Gestor intersetorial do Programa Bolsa Família no DF, mediante a publicação da Portaria nº Portaria Nº 111, de 23 de agosto de 2016 – SEDESTMIDH. O objetivo do comitê gestor é fortalecer as ações intersetoriais do Programa Bolsa Família, junto à Saúde e Educação.

Para a Saúde foram iniciadas atividades de atualização do banco de dados para otimizar a busca ativa dos profissionais de Saúde. Aliado a isso no final da 1ª e 2ª vigência foram realizadas ligações às famílias público da Saúde para que comparecessem aos Centros de Saúde próximos de sua residência para acompanhamento e registro das condicionalidades do Programa. Tais medidas demonstraram um incremento entre as vigências de 5.747 novas famílias acompanhadas, atingindo o índice histórico para o DF, de 47,59% de registro do acompanhamento das condicionalidades de Saúde na 1ª vigência de 2016.

Acompanhamento da Saúde em 2016			
Período de Acompanhamento	Famílias perfil Saúde no Bolsa Família (2)	Famílias acompanhadas (3)	
		nº	% (Taxa Saúde para IGD)
1º Semestre/2016	69.626	33.133	47,59

Para a Educação foram iniciadas discussões acerca de projeto piloto, que visa qualificar as informações dos alunos infrequentes, bem como ajustar as informações escolares no Sistema Presença da Educação e no Cadastro Único, de forma que sejam reduzidos os alunos Não Localizados (NLoc) por inconsistência das informações entre essas duas bases.

Quadro 8 – Acompanhamento da Frequência Escolar em 2016			
Período de Acompanhamento	Beneficiários perfil Educação no Bolsa Família (2)	Beneficiários acompanhados (3)	
		nº	% (Taxa Educação para IGD)
Setembro/2016	121.930	107.306	88,01
Julho/2016	115.489	91.383	79,13
Maior/2016	115.464	83.295	72,14
Março/2016	121.226	88.997	73,41

Ainda sobre as condicionalidades é relevante mencionar o processo de orientação realizado para profissionais de CRAS e CREAS, no sentido de que efetuem o registro no SICON, do Acompanhamento Familiar das famílias que sofrem

repercussões nos benefícios do Programa Bolsa Família – PBF, fruto do descumprimento das condicionalidades de saúde e educação, para que as famílias possam ser alcançadas mais rapidamente e não tenham o benefício cancelado.

Conforme descrito na Portaria nº 251/12, deverão ser priorizadas, no acompanhamento familiar com registro no SICON, as famílias com o maior número de suspensões e com registro de motivos relacionados à violação de direitos e extrema vulnerabilidade social/renda.

Diante disso, nos meses de repercussão do descumprimento de condicionalidades (meses ímpares à exceção de janeiro), os arquivos de suspensão são disponibilizados, para assegurar que as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social sejam acompanhadas pelos serviços de assistência social, bem como identificar a necessidade da ação de outras políticas sociais, como saúde e educação.

A Lei que dispõe sobre os benefícios eventuais da Política de Assistência Social do Distrito Federal, Lei nº 5.165/13, criou também o “Benefício Excepcional”, tendo por objetivo o auxílio financeiro destinado à pessoa em situação de vulnerabilidade temporária, em Razão do Desabrigo Temporário, ocasionada pela falta ou inadequação da moradia (art. 27, Lei n. 5.165/2013).

Em 2016, foram concedidos 8.459 (oito mil e quatrocentos e cinquenta e nove) benefícios excepcionais.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

É importante ressaltar o papel da fiscalização, como forma de controle, que visa garantir eficiência, eficácia, efetividade e transparência na gestão do Programa Bolsa Família e da complementação financeira no Plano DF sem Miséria – DFSM. Dessa forma, é assegurado que os benefícios sejam disponibilizados às famílias que atendem aos critérios de elegibilidade do Programa, em conformidade com as normas vigentes. Mediante a fiscalização é feita a apuração de fornecimento de informações falsas no momento do cadastramento ou da atualização cadastral.

O objetivo da fiscalização é fortalecer o monitoramento e o controle das ações voltadas à execução do Programa Bolsa Família e da complementação financeira no Plano DF sem Miséria – DFSM. Todo esse processo é realizado sem qualquer interferência na autonomia e competência de cada uma das instituições envolvidas.

i. Atividades desenvolvidas em 2016

1. Visitas domiciliares

Foram realizadas 168 (cento e sessenta e oito) visitas domiciliares durante todo o ano de 2016. Dentre elas, nas Regiões Administrativas de origem das denúncias, conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 9 - Visitas Realizadas 2016		
Região administrativa	Quantidade	Origem
Brasília	5	CRAS
Ceilândia	27	CRAS/Ouvidoria/SENARC
Fercal	3	CRAS/Ouvidoria
Gama	8	CRAS/Ouvidoria
Guará	3	CRAS
Itapõa	4	Ouvidoria
Núcleo Bandeirante	1	Ouvidoria
Paranoá	12	Ouvidoria/SUBSAS
Planaltina	12	Ouvidoria/SENARC
Recanto das Emas	8	Ouvidoria/SENARC
Riacho Fundo	1	Ouvidoria
Riacho Fundo II	3	Ouvidoria/STC/SENARC
Samambaia	3	CRAS/Ouvidoria
Santa Maria	7	CRAS/Ouvidoria
São Sebastião	3	CRAS/ SENARC
Sobradinho II	63	Ouvidoria/TCDF
Taguatinga	1	SENARC
Varjão	4	CRAS
Total de visitas domiciliares	168	

Os procedimentos de visitas domiciliares foram realizados durante todo o ano, com tentativa de agendamento junto aos beneficiários. Cabe registrar que uma dificuldade enfrentada nesta atividade foi em relação ao transporte para deslocamento dos visitantes. Em razão da sensível falta de motoristas, foi preciso contar com o apoio de diversas unidades, que disponibilizavam seus carros e motoristas, como alternativa para que o serviço não fosse prejudicado. Isto também acarretou problemas em relação ao agendamento prévio de visitas com as famílias.

O quadro e o gráfico abaixo descrevem o quantitativo de denúncias recebidas e visitas realizadas no ano de 2016.

Quadro 10 - Quantitativo Mensal de Denúncias Recebidas e Número de Visitas Realizadas		
Mês	Número de entrada de denúncias	Visitas Realizadas
Janeiro	4	12
Fevereiro	11	12
Março	8	15
Abril	14	15
Maió	23	25
Junho	15	39
Julho	21	4*
Agosto	23	5**
Setembro	13	16
Outubro	20	20
Novembro	14	20
Total	166	168

Fonte: Planilha de denúncias GEAF – setembro/2016

*Período sem motorista.

** Retomada das visitas domiciliares a partir de 24/08/2016

2. Denúncia realizada pelo Tribunal de Contas do DF-TCDF

Do público incluído na análise realizada pelo TCDF verificou-se um número inicial de: Achado 1 - 814 famílias e Achado 2 – 46 famílias, totalizando 860 casos.

Tendo em vista que o relatório do TCDF considerou a folha de pagamento de beneficiários do DF sem Miséria (DFSM) de abril/2013 e a RAIS do ano de 2009, solicitou-se à Controladoria-Geral do DF (CGDF) a realização de batimento com a RAIS do ano de 2013. Foram também retiradas as duplicidades, culminando em redução dos casos. O Achado 1 passou a conter 577 famílias para averiguação, e o Achado 2, 44 famílias, totalizando 621 casos.

Anteriormente ao início das ações desse público foi necessário organizar os arquivos, bem como reunir e unificar a documentação, de acordo com a origem das demandas. Esse procedimento foi importante para que se pudesse compreender o histórico das ações adotadas até aquele momento. Outra medida significativa foi o início de estudo pelos novos servidores da equipe, pois os fluxos e procedimentos de Fiscalização lhes eram alheios, desde o modo de abordagem durante a realização de visitas e coleta de dados, até a análise dos processos.

Para os procedimentos relacionados a processos, buscou-se auxílio junto à Unidade de Controle Interno e Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria. Foram realizadas reuniões para apresentação de dúvidas e elaboração de questionamentos, visto que a omissão das normativas distritais em relação aos procedimentos, limites de atuação e fluxos, no âmbito da fiscalização de recebimento indevido de benefícios de transferência de renda repassados pelo Governo do Distrito Federal restringem as atividades dos servidores.

Paralelamente, para que a determinação do TCDF fosse cumprida, os procedimentos técnicos de apuração foram iniciados. Primeiramente foi realizada consulta à base dos seguintes sistemas: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Sistema de Gestão de Benefício (Sibec), Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) do DF e o Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (Sids).

No ano de 2016 foram realizadas três convocações para as famílias, público da denúncia para atualização cadastral, coleta de dados para análise posterior, cujo resultado está disposto no quadro abaixo:

QUADRO 10 - Público “Achado 1” TCDF	
Não foram localizados no Cadastro Único (transferido/excluído)	89
1ª Ação de Fiscalização e Coleta de Dados	40
2ª Ação de Fiscalização e Coleta de Dados	184
3ª Ação de Fiscalização e Coleta de Dados	70
Convocação por edital no DODF para 4ª Ação (em trâmite)	197

Das 448 famílias que possuíam dados no Cadastro Único, 65% (293 famílias) compareceram nas Ações, sendo possível o levantamento e a coleta de dados delas

3. Secretaria de Transparência e Controle – STC - 2012 e 2013

Os processos da Secretaria de Transparência e Controle – STC, atual Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, foram desmembrados, (individualizados) por orientação da UCI – SEDESTMIDH, com vistas à análise de cada beneficiário denunciado.

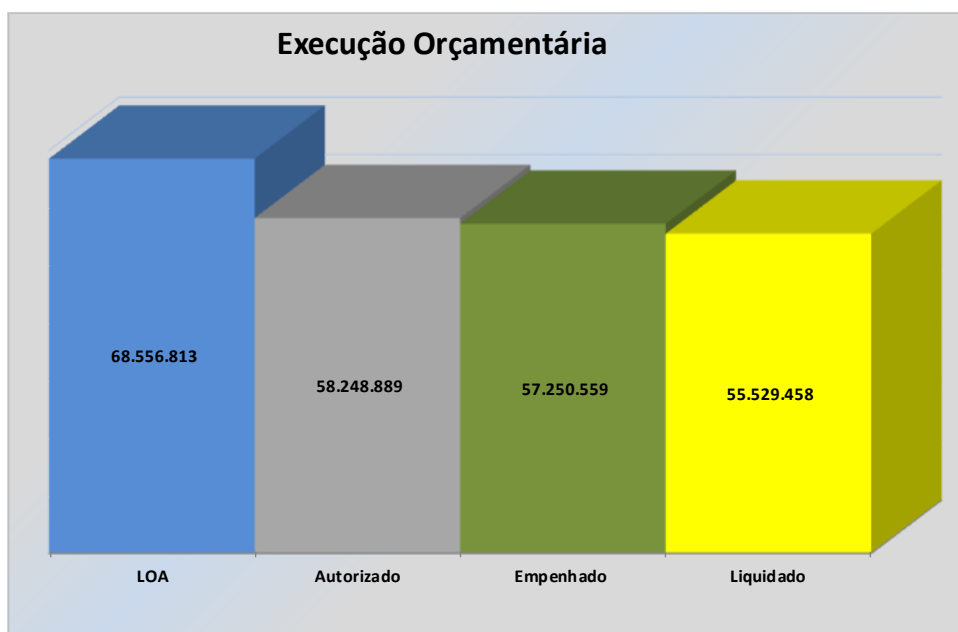
Cabe registrar que se encontra em fase final de análise, pela área jurídico-legislativa da Secretaria, o entendimento acerca do que se considera omissão e o que se considera má-fé, para fins de ressarcimento ao erário do DF, tendo em vista a omissão da legislação a esse respeito.

Com relação à concessão de Benefícios, a Lei nº. 5.165/2013, em seu artigo 27, cria também o Benefício Excepcional, tendo por objetivo o auxílio financeiro destinado à pessoa em situação de vulnerabilidade temporária em Razão do Desabrigo Temporário, ocasionada pela falta ou inadequação da moradia.

Tal Benefício é bastante demandado por alguns grupos de movimento sociais, tais como MTST, MRP, Nova Planaltina e Nova Jerusalém, para além das famílias acompanhadas pelos equipamentos da Política de Assistência Social.

Assim, em 2016 foram concedidos 4.277 (quatro mil e duzentos e setenta e sete) benefícios, com a finalidade de pagamento de aluguel.

A Secretaria alcançou boa execução, apesar das dificuldades vivenciadas ao longo de 2016, conforme se verifica no quadro a seguir



Fonte: SIGGO - QDD - 10/01/2017

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

É sabido que o Governo do Distrito Federal enfrenta, desde o início de 2015, uma séria crise econômica e financeira, em decorrência de *déficit* de recursos nos cofres públicos, que ainda não foi superada.

Entre as medidas emergenciais para reestabelecer o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder Executivo do Distrito Federal, inclui-se a redução de despesas de todos os órgãos, o que dificultou a execução de algumas ações no âmbito da SEDESTMIDH.

Nesse sentido, a Secretaria enfrentou, também no ano de 2016, inúmeras dificuldades para cumprimento de suas metas, especialmente em razão do reduzido número de servidores. Este problema tem se agravado, ante a impossibilidade de realização de concurso público para recomposição de seu quadro de pessoal, pela alta rotatividade de servidores de cargos comissionados, pela insuficiência de qualificação de servidores comissionados ocupantes de cargos estratégicos, bem como pelo crescente número de aposentadorias e afastamentos.

Assim, mesmo diante da grave crise política e econômica que atingiu todas as unidades da Federação, além dos problemas financeiros enfrentados no âmbito do Governo do Distrito Federal, a SEDESTMIDH, como agente público ativo de transformações, buscou, de forma criativa, organizar e otimizar suas estruturas para gerir as políticas públicas sob sua responsabilidade, na direção do maior alcance possível de resultados positivos para as demandas de seus usuários.

O quadro a seguir traz um resumo da estrutura atualmente existente.



Entre as dificuldades enfrentadas na execução das ações no exercício de 2016, destacam-se:

- Crescimento de demandas da população por serviços da política de Assistência Social;
- Dificuldades na gestão de contratos e convênios;
- Centralização de compras na SULIC;
- Estrutura física e logística deficientes;
- Fragilidade do sistema de informações, monitoramento e avaliação das ações;
- Necessidade de redesenho de política adequada de gestão de pessoas;
- Carreira compartilhada;
- Quadro de pessoal defasado;
- Frequente adoecimento dos profissionais;
- Crescente onda de aposentadorias precoces;

- Impossibilidade de efetuar contratações, exceto por intermédio da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira, e Corporativa do DF – Governança-DF;
- Necessidade de fortalecimento da política de manutenção e reforma de prédios e próprios;
- Falta de sistema de gestão arquivística;
- Frota de veículos insuficiente para atendimento das demandas dos serviços;
- Necessidade de uniformização de procedimentos, fluxos e rotinas administrativas;
- Deficiência de monitoramento, avaliação e necessidade de registros informatizados (prontuários não são unificados);
- Pouca articulação com as demais políticas públicas;
- Alocação de recursos orçamentários com base em ações fragmentadas.

A SEDESTMIDH é o órgão gestor da política de assistência social no Distrito Federal, bem como das políticas de transferência de renda, de segurança alimentar e nutricional, de trabalho, de igualdade racial, de direitos humanos e de políticas para as mulheres. Desse modo, a organização das ações no âmbito da Secretaria deve considerar a complexidade da interdisciplinaridade e intersetorialidade entre essas políticas e ver as questões da gestão primordialmente a partir da perspectiva do usuário-cidadão.

Os resultados apresentados neste Relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e parceiros, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento social, com foco na garantia de direitos e na superação das desigualdades sociais e da extrema pobreza no Distrito Federal, reflexo de um modelo de gestão participativa, horizontal, democrática, transparente e formadora de cidadania.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa do SUAS, SISAN e das demais políticas, que envolve um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o apoio ao controle social, a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade, o monitoramento e avaliação, a manualização de fluxos e rotinas, a normatização dos esforços de melhoria dos processos; a ouvidoria e a auditoria, a avaliação de resultados e a revisão dos programas, com vistas a contemplar a melhoria da proteção social e dos serviços ofertados, a garantia dos direitos socioassistenciais e do direito humano à alimentação adequada conforme determinação governamental.

16. SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL – UO: 26.101

A Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, órgão de direção superior, diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, para a execução de suas atividades, nos termos do artigo 22, do Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, teve a sua estrutura regimental atual aprovada pelo Decreto nº 33.420, de 15 de dezembro de 2011 e a sua estrutura administrativa alterada em 27 de outubro de 2015, por meio do Decreto nº 36.841, de 26 de outubro de 2015, publicado no Suplemento B do DODF nº 207, de 27 de outubro de 2015.

Em conformidade com o Decreto nº 36.236, de 01 de janeiro de 2015, publicado na Edição Extra Especial nº 01 do DODF, esta Secretaria tem atuação e competência nas seguintes áreas: I - sistemas de transporte de passageiros; II - sistema viário; III - planejamento e gestão de trânsito; IV - estacionamentos públicos; V - carga e descarga em áreas urbanas; VI – calçadas e ciclovias; VII – regulação e normatização dos serviços e das infraestruturas de transportes; VIII – fiscalização dos serviços e das infraestruturas de transporte.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	8
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	35
CLT – afastado	0
Conselheiro	4
Estatutário – em exercício	190
Estatutário - afastado	4
Sem vínculo – em exercício	52
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	289
Total ativos - afastado	4

Fonte: Memorando SEI-GDF nº 4/2017 – SEMOB/SUAG, de 05/01/17.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1226 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	1.436.566	1.675.696	476.376	437.349
0003 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	1.436.566	1.675.696	476.376	437.349
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	8.291.431	8.062.189	0	0
9487 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA NAS RODOVIAS DF 095 E DF 003-DISTRITO FEDERAL	8.291.431	8.062.189	0	0
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	650.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS NAS REG. ADM. DO DF	300.000	0	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS EM BRAZLÂNDIA	350.000	0	0	0
1794 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL	85.000.000	81.500.000	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL-EXTENSÃO DO CORREDOR SUL- REGIÃO SUL	85.000.000	81.500.000	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	2.813.664	2.777.306	0	0
0023 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SECRETARIA DE MOBILIDADE-PLANO PILOTO	2.813.664	2.777.306	0	0
2458 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	4.744.159	10.550	0	0
0003 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO--DISTRITO FEDERAL	4.744.159	10.550	0	0
3014 - IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE - VLT	400.000	0	0	0
0004 - REDE INTEGRADA DE METRÔ LEVE - CEILÂNDIA	400.000	0	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	2.800.000	0	0	0
3880 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE--DISTRITO FEDERAL	2.800.000	0	0	0
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	5.000.000	0	0	0
0007 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	5.000.000	0	0	0
3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)	800.000	800.000	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0005 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)-- REGIÃO OESTE	800.000	800.000	0	0
3128 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO	5.568.344	6.775.861	4.226.705	3.783.786
0001 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO--DISTRITO FEDERAL	5.568.344	6.775.861	4.226.705	3.783.786
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	7.685.222	1,45	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	7.685.222	1,45	0	0
3182 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	10.792.331	16.334.074	9.704.606	8.911.233
0001 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS--DISTRITO FEDERAL	10.792.331	16.334.074	9.704.606	8.911.233
3207 - AMPLIAÇÃO DA DF-047- ESTRADA PARQUE AEROPORTO	30.764.120	25.142.458	0	0
0004 - AMPLIAÇÃO DA DF-047- ESTRADA PARQUE AEROPORTO-OBAS ESTRUTURANTES- LAGO SUL	30.764.120	25.142.458	0	0
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	2.398.720	4.236.588	0	0
4362 - CONSTRUÇÃO DE PONTES-CONSTRUÇÃO DE PONTES NA VIA ESTRADA PARQUE TAGUATINGUA GUARÁ-DISTRITO FEDERAL	2.398.720	4.236.588	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.000.000	161	0	0
6192 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	161	0	0
4234 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	80.000	2.000	0	0
0001 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	80.000	2.000	0	0
5024 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	1.500.000	5.000	0	0
0003 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS-SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	1.500.000	5.000	0	0
5071 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	2.000.000	0	0	0
5337 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS-SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	2.000.000	0	0	0
7220 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	5.028.744	10.346.641	5.772.174	5.422.898
7909 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS--DISTRITO FEDERAL	3.599.744	10.346.641	5.772.174	5.422.898
7914 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE SAMAMBAIA NORTE - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA	195.000	0	0	0
7915 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE SAMAMBAIA SUL - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA	234.000	0	0	0
7916 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DO ARAPOANGAS	1.000.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	178.753.301	157.668.526	20.179.862	18.555.266

Do total dos recursos autorizados e não empenhados (R\$137.488.664) no Programa Temático "Mobilidade Integrada e Sustentável", destes, R\$106.642.458, que correspondem a 77,56%, referem-se aos seguintes subtítulos:

- 1) Implantação de Veículo Leve sobre Pneus – VLP Eixo Sul;
- 2) Ampliação da DF-047 – Estrada Parque Aeroporto – Obras Estruturantes – Lago Sul.

Ressalta-se que a execução orçamentária da Implantação de Veículo Leve sobre Pneus – VLP Eixo Sul ficou prejudicada em virtude de posicionamento técnico do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e, posterior, recomendação da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, para que não fossem realizados pagamentos ao Consórcio responsável pela execução da obra, uma vez que haveria eventuais dúvidas acerca do real valor a ser pago.

Com relação à execução orçamentária da Ampliação da DF-047 – Estrada Parque Aeroporto – Obras Estruturantes – Lago Sul do Programa Pro – Transporte – Pac Copa, informamos que a obra está 100% concluída e já foi entregue. No entanto, o GDF solicitou a utilização dos recursos remanescentes para ampliação de metas (viaduto de acesso ao terminal 2 do aeroporto e faixas de rolamento). O que já foi licitado pelo Departamento de Estradas de Rodagem – DER. Tais recursos serão, portanto, transferidos para aquela autarquia, uma vez se tratar da entidade executora do empreendimento.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Ampliação de ciclovias	Km	135	31-dez-14	Anual	155	175	195	215	SEMOB / UO 26101 / OE 2
Implantação do Corredor Linha Verde	%			Trimestral	38	64	89	100	SEMOB / UO 26101 / OE 3
Implantação do Corredor Sul – 2º Trecho	%			Trimestral	-	47	100	100	SEMOB / UO 26101 / OE 3
Implantação de Corredor Norte	%			Anual	10	30	70	100	SEMOB / UO 26101 / OE 3
Fortalecimento Institucional	Unidade			Anual	25	50	90	100	SEMOB / UO 26101 / OE 5

OBJETIVO GERAL:

Promover a mobilidade das pessoas com qualidade, segurança e sustentabilidade.

A ação finalística da Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB está orientada pelo programa **Circula Brasília**.

Lançado em maio de 2016, o primeiro programa estruturante de mobilidade do Distrito Federal prioriza investimentos para os meios de transporte coletivo e os não motorizados, tendo como objetivo a integração multimodal, o desenvolvimento sustentável, a melhoria na prestação dos serviços e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população de Brasília.

Como Programa de Estado, o Circula Brasília foi estruturado em três pilares principais:

- Transporte coletivo atual: Melhorias operacionais e de serviços; Implantação em tecnologia aplicada à mobilidade; Obras emergenciais;
- Infraestrutura de transporte: BRT (*Bus Rapid Transit*); Metrô; VLT (Veículo Leve sobre Trilhos);
- Mobilidade Ativa: Priorização dos modais não motorizados, através da melhoria das condições de tráfego e segurança para pedestres e ciclistas, com maior integração com o transporte coletivo;

Dentre as ações previstas no Circula Brasília, apresenta-se aquelas que tiveram destaque em 2016:

Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (PTU/DF)

A Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal possui a atribuição de coordenação geral e execução do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF, decorrente do Contrato de Empréstimo 1957/OC-BR, firmado entre o BID e o Distrito Federal, que tem por finalidade melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade da população do DF, aumentando a integração entre os núcleos urbanos locais, com destaque para construção e reforma de terminais rodoviários.

Em 2016, o pacote de entregas das obras de construção e de reforma nos terminais rodoviários inclui 2 (duas) novas unidades (em operação no Recanto das Emas I, Recanto das Emas II) e 7 (sete) reformados, nas seguintes cidades: Guará II, Paranoá, Guará I, Cruzeiro Novo, Taguatinga Sul, P Sul (Ceilândia) e M Norte (Taguatinga). Adicionalmente, estão em execução as obras de reforma dos terminais do Núcleo Bandeirante (99%) e de Planaltina (23%), com conclusão prevista, respectivamente, para janeiro/2017 e abril/2017 e dos novos terminais de Samambaia Norte e Samambaia Sul, que serão entregues no primeiro trimestre de 2017.

A seguir, algumas imagens dos terminais entregues à população nos períodos indicados abaixo:

TERMINAL RECANTO DAS EMAS I

Figura 1 – Terminal Recanto das Emas I – inaugurado em julho/2016



TERMINAL RECANTO DAS EMAS II

Figura 2 – Terminal Recanto das Emas II – inaugurado em agosto/2016



TERMINAL SAMAMBAIA NORTE

Figura 3 – Terminal Samambaia Norte – concluído em 2016 e inaugurado em janeiro/17



TERMINAL SAMAMBAIA SUL

Figura 4 – Terminal Samambaia Sul – concluído em 2016, a ser inaugurado em 2017



TERMINAL GUARÁ II

Figura 5 – Terminal Guarú II – inaugurado em junho/2016



TERMINAL PARANOÁ

Figura 6 – Terminal Paranoá - inaugurado em julho/2016



TERMINAL GUARÁ I

Figura 7 - Terminal Guará I – inaugurado em agosto/2016



TERMINAL CRUZEIRO NOVO

Figura 8 - Terminal Cruzeiro Novo – inaugurado em setembro/2016



TERMINAL TAGUATINGA SUL

Figura 9 – Terminal Taguatinga Sul – inaugurado em novembro/2016



TERMINAL P SUL- CEILÂNDIA

Figura 10 – Terminal P Sul – inaugurado em novembro/2016



TERMINAL M NORTE - TAGUATINGA

Figura 11 – Terminal M Norte – inaugurado em dezembro/2016



Objetivando a supervisão do recebimento definitivo de obras já concluídas, incluindo a elaboração de “as-builts”, bem como à supervisão de obras em andamento e a se iniciarem, deu-se continuidade ao processo licitatório para contratação de serviços de “Execução de Supervisão, Acompanhamento Técnico e Controle Tecnológico das Obras Civas, dos Projetos e dos Fornecimentos para as Obras de Construção e de Reforma de Terminais de Ônibus Urbano e Obras Complementares do PTU/DF” (SDP Nº 005/2015). As propostas técnicas foram abertas e analisadas, e o processo deverá ser concluído até maio/2017.

Visando à compensação ambiental do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF, em atendimento às demandas dos órgãos de fiscalização ambiental relativas às obras dos terminais de ônibus, que inclui licenças, autorizações, outorgas e demais procedimentos administrativos e legais referentes ao tema, foram realizados o gerenciamento, o acompanhamento e controle dos processos de licenciamento e autorizações ambientais necessárias junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que é um órgão federal responsável pelas políticas de proteção do meio ambiente no Brasil, e ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM), órgão executor de políticas públicas ambientais e de recursos hídricos no Distrito Federal.

Em cumprimento ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal Nº 100.000.005/2012-IBRAM e ao PGAS/ RAAE (Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica), foi realizado o plantio de 67.164 mudas de espécies nativas do cerrado no Jardim Botânico de Brasília, de um total de 87.885 mudas previstas, conforme contrato nº 01/2015 – SEMOB, em andamento. A figura 12 ilustra o resultado alcançado com essa iniciativa.

PLANTIO DE MUDAS NATIVAS NO JBB

Figura 12 – Plantio de Mudas Nativas no Jardim Botânico de Brasília



Como componente de Custos Diretos do PTU/DF, visando à Melhoria da Segurança Viária para Transporte Motorizado e Não Motorizado (As informações sobre mobilidade de pedestres e ciclistas do componente de Estudos e Projetos do PTU/DF integrarão o tópico “Mobilidade Ativa” deste relatório), foi concluído em 2016 o processo de contratação de serviços de “Elaboração de Projeto Executivo e Construção das Passarelas nº 6 e 7 na DF-095 (EPCL) e Passarela nº 4 na DF-003 (EPIA)”, com a assinatura do contrato nº 08/2016-SEMOB em dezembro/2016. Dessa forma, estima-se que essas passarelas estejam implantadas até julho de 2017.

1.1. Mobilidade Ativa

A mobilidade ativa é a forma de mobilidade das pessoas por meios não-motorizados – bicicleta (ciclomobilidade) ou a pé, principalmente. Em acordo com a Política Nacional de Mobilidade, incorporada ao Programa Mobilidade Integrada e Sustentável do Plano Plurianual 2016-2019 e priorizadas no Programa Circula Brasília, é diretriz de atuação desta Semob a “prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados” (Lei nº 12.587/12, Art. 6º).

Assim, expõe-se a seguir as principais ações da Secretaria ao longo de 2016 na área da mobilidade ativa.

Ciclomobilidade

A Secretaria de Estado e Mobilidade vem trabalhando no intuito de ampliar a Infraestrutura cicloviária para todo o Distrito Federal e integrar a bicicleta ao sistema de transporte coletivo, bem como estabelecer formalmente as diretrizes dessa política pública, gerando inclusão social e propiciando acesso à cidade à população.

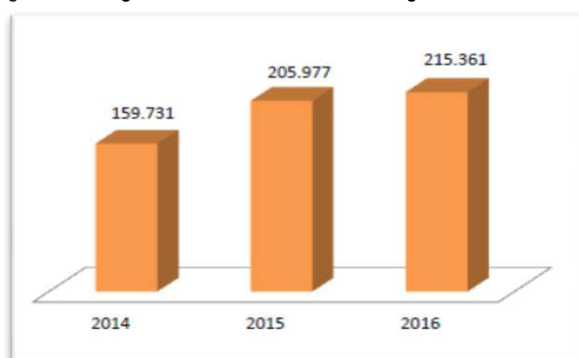
Assim, concluiu-se, em 2016, a minuta do Projeto de Lei que formalizará a Política de Ciclomobilidade do Distrito Federal, incorporando todos os conceitos atuais de infraestruturas cicloviárias e prevendo o Plano de Ciclomobilidade como o instrumento para sua efetivação. Será a primeira Lei no campo da ciclomobilidade elaborada pelo Poder Executivo. A ação preparatória incluiu a elaboração de pesquisa junto à sociedade através de questionário via internet, com o objetivo de buscar sugestões que embasassem a minuta do Projeto de Lei, a qual será submetida à consulta pública posteriormente.

Vale destacar, ainda, a elaboração de minuta de Decreto para instituição do Projeto Zona 30, que regulamenta a delimitação de ruas compartilhadas entre carros e bicicletas com velocidade máxima permitida de 30km/h, com prioridade para a bicicleta.

Tendo em vista tanto a ampliação do modal quanto a integração da bicicleta com os demais modais de transporte, a Semob preparou o Plano de Ampliação do Sistema Bicicletas Compartilhadas (Bike Brasília), que hoje compreende 40 estações no Plano Piloto. Ao longo do ano, o acompanhamento da execução do Termo de Cooperação com a empresa Serttel, operadora do Bike Brasília, mostrou ser viável a instalação de mais estações de bicicletas em regiões onde há metrô e BRT. Desse modo, foi elaborado novo edital para a ampliação do Sistema, a ser publicado.

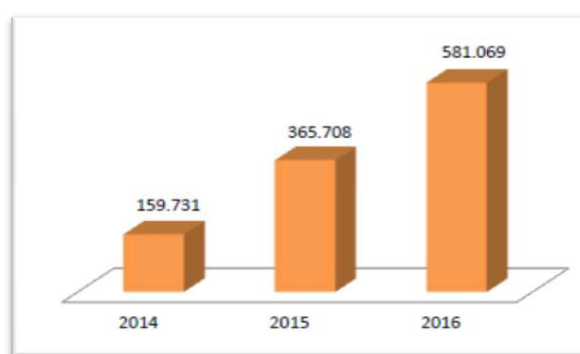
Sobre o Programa Bike Brasília, o ano de 2016 registrou, de forma consolidada, 120.656 (cento e vinte mil, seiscentos e cinquenta e seis) usuários cadastrados. Com isso, já deixaram de ser emitidas 217.18 toneladas de CO₂ na atmosfera. Abaixo, seguem gráficos com os dados de viagens realizadas por ano, nos quais se percebem a evolução consistente do Programa.

Figura 13 – Viagens realizadas a cada ano no Programa Bike Brasília



Fonte: Programa Bike Brasília, dados de Novembro/2016

Figura 14 – Gráfico Crescimento consolidado de viagens no Programa Bike Brasília



Fonte: Programa Bike Brasília, dados de Novembro/2016

Destaca-se, ainda, a condução de diagnóstico da malha cicloviária, componente do Programa de Transporte Urbano (PTU-BID), que permitirá indicar, de maneira mais adequada, as soluções para as ciclovias implantadas no DF, bem como as prioridades de locais que devem receber esse tipo de infraestrutura. Em 2016, deu-se início ao processo licitatório de contratação desse estudo, que produzirá um diagnóstico da malha cicloviária do DF.

No tocante à orientação estratégica exercida pela SEMOB, pode-se citar os seguintes projetos em que a Secretaria atuou: ciclovia na BR-040/BR-050 (trecho do entroncamento de acesso ao Gama com entroncamento com a rodovia); na DF-047 (EPAR), na rodovia DF-001 (Lago Oeste) e na DF-085 (EPTG). Cabe destacar, ainda, a implantação de ciclofaixas em Águas Claras, com quase 8km de extensão, e da ciclovia no Setor Comercial Sul, como parte da revitalização das vias S1 e S2.

No caso da ciclovia prevista no projeto do Trevo de Triagem Norte, cujas obras foram iniciadas no segundo semestre de 2016, a Semob conduziu a revisão do trajeto cicloviário projetado. O projeto da ciclovia foi alvo de críticas de organizações da sociedade civil, as quais foram, após diversas oitivas, recepcionadas pela Semob. A adequação da ciclovia do TTN foi incorporada ao projeto da obra. Essa infraestrutura oferecerá mais comodidade ao ciclista, com cerca de 10 km a mais de ciclovias na região norte de Brasília.

Ressalta-se, por fim, o progresso no desenvolvimento do Plano de Mobilidade Ativa em Brasília em parceria com a SEGETH para a definição de prioridades em projetos e na aplicação de recursos para a Política Cicloviária, bem como para a Política de Mobilidade A Pé, como se observará a seguir.

Mobilidade a pé

Foi elaborada a Minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Mobilidade a Pé no DF. Tal qual a política de ciclomobilidade, a ação preparatória incluiu o desenvolvimento de questionário para pesquisa via internet, com o objetivo de buscar sugestões para embasar texto final da minuta do Projeto de Lei.

Ademais, no âmbito do PTU-BID, deu-se início ao processo de contratação de estudo para definição de diretrizes do Plano de Mobilidade a pé do Distrito Federal, instrumento de implementação da política.

Dada a interface das ações de gestão do território com a mobilidade a pé, a Semob acompanhou as discussões sobre rotas acessíveis e avançou, em parceria com a Segeth, no desenvolvimento do Plano de Mobilidade Ativa em Brasília, para a definição de prioridades no desenvolvimento de projetos e aplicação de recursos para a Política de Mobilidade a Pé.

Junto a outros órgãos, a Semob também tem atuado na elaboração do Plano de Acessibilidade do DF – um estudo global sobre as condições gerais de acessibilidade nas Edificações e Áreas Urbanas das diversas unidades Administrativas do Governo do Distrito Federal, com vistas à criação de um plano de ação para elaboração de projetos executivos e realização de obras para adequação das edificações, vias, acessos e áreas urbanas às normas técnicas vigentes.

Destaca-se, ainda, a realização da Oficina Técnica de Mobilidade a Pé, em parceria com o Instituto de Energia e Meio Ambiente - IEMA, dia 30 de julho de 2016.

Cooperação técnica

As parcerias com renomadas instituições na área de mobilidade ativa são importante instrumento para a atualização e o aperfeiçoamento do conhecimento técnico, além de permitir expansão da capacidade de atuação da Secretaria.

Desse modo, em 2016, buscou-se fortalecê-las, por meio das seguintes ações:

Termo de Cooperação Técnica entre a SEMOB e a Universidade de Brasília – UNB. Análise técnica sobre a proposição de Plano de Trabalho com o objetivo de intercâmbio de informações e realizações de estudos e pesquisas voltados à construção de: política de estacionamento; estudos e proposição de medidas para uma política tarifária; estudos visando à implantação de Estrutura Organizacional para a gestão integrada das linhas do DF/Entorno; desenvolvimento de estudos e proposições de ações para uma política voltada aos modos não-motorizados de transporte; e pesquisa de avaliação do transporte público coletivo do DF e Entorno.

Termo de Cooperação Técnica SEMOB e ITDP: elaboração de Minuta de Termo de Cooperação e Plano de Trabalho, para a conjugação de esforços e intercâmbio de informações e conhecimentos técnicos com vistas ao desenvolvimento de ações nas áreas de: ciclomobilidade, mobilidade a pé e participação social.

Termo de Cooperação Técnica SEMOB e World Resources Institute - WRI: foi discutido novo Plano de Trabalho para 2017, com vistas ao acompanhamento de projetos de corredores de BRT e integração com os demais modos de transporte.

Participação em Eventos

Foram realizadas atividades com a comunidade civil organizada por meio de: (I) Oficinas Colaborativas, reuniões e uma visita técnica; (II) Reuniões com representantes de entidades de ciclistas; (III) Organização do “Dia de bike ao trabalho” em 8 de maio de 2016; (IV) Organização de ida ao trabalho de bicicleta no Dia Nacional do Ciclista, dia 19 de agosto de 2016.

Foi desenvolvido o projeto Centro Vivo, na Semana Nacional de Trânsito, ocorrida entre 19 e 27 de setembro de 2016. Na ocasião, sob coordenação da SEMOB, foi fechado o estacionamento da Quadra 6 do Setor Comercial Sul para demonstração da possibilidade de múltiplos usos daquele espaço público. Contou-se com a participação de diversos órgãos do governo.

Também, foi realizada oficina de mobilidade ativa na Estrutural. A atividade foi desenvolvida, em setembro de 2016, por meio de uma dinâmica com a população para identificar as principais rotas feitas a pé e por bicicleta; envolver a população no desenvolvimento de diretrizes de intervenção; abrir um diálogo com a população; identificar atores locais que tenham interesse em dar continuidade aos estudos e ao Programa Mobilidade Ativa. Como resultado, foram criados dois mapas, ilustrados abaixo, sendo o primeiro com as principais rotas de ciclistas e o segundo com a proposta de infraestrutura para a Região.

Figura 15 – Mapa com principais rotas de ciclistas



Fonte: Subsecretaria de Planejamento da Mobilidade

Figura 16 – Mapa com proposta de infraestrutura para a RA - Estrutural



Fonte: Subsecretaria de Planejamento da Mobilidade

Ressalta-se, ainda, a participação da SEMOB na “Open Week CEFTRUnb 2016”, promovida pelo Centro Interdisciplinar de Estudos em Transporte da Universidade de Brasília. Nesse evento, a SEMOB realizou palestra sobre o Programa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal, Circula Brasília, que contempla um conjunto de 80 ações, entre gestão, projetos e obras.

1.2. Transporte Público Coletivo

Ao longo de 2016, investiu-se na melhoria do transporte coletivo no DF principalmente por meio do direcionamento e acompanhamento dos projetos e obras relacionados aos corredores de ônibus (Expressos) e alterações na operação.

Implantação de corredores de ônibus Expressos

Eixo Norte – Além do acompanhamento técnico do Projeto Executivo, sob responsabilidade do DER, a Semob definiu as diretrizes operacionais do ITS e acompanhou as definições do corredor exclusivo e do modelo operacional (definição de linhas troncais, alimentadoras e de ligação, especificação do perfil da frota operante, definição do sistema de controle operacional e informação ao público e da infraestrutura de apoio, terminais e estações).

Eixo Sudoeste – Além do acompanhamento técnico do Projeto Executivo, sob responsabilidade do DER, a Semob acompanhou as definições operacionais, que contemplam corredor exclusivo e modelo operacional (definição de linhas troncais, alimentadoras e de ligação, especificação do perfil da frota operante, definição do sistema de controle operacional e informação ao público e da infraestrutura de apoio, terminais e estações).

BRT Sul – Para a melhoria da operação do BRT-Sul, a Semob realizou visita técnica aos terminais do Gama e Santa Maria, com pesquisa operacional neste último. Buscou-se dar maior fluidez à circulação de ônibus e à organização de filas.

Eixo Oeste – Em 2016 a Semob analisou proposta técnica apresentada por empresa operadora da Bacia 4 para adequação de pontos de parada do corredor da EPTG, visando à operação com veículos com porta à direita. O posicionamento defendido, no entanto, foi de manutenção da proposta original, com veículos com porta à esquerda, o que demanda apenas adequação dos veículos, frente à complexa e onerosa adequação dos pontos de parada.

A Secretaria também definiu diretrizes, junto à SINESP, quanto a obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na via de ligação da Avenida Hélio Prates à Avenida Principal do Sol Nascente, parte do Eixo Oeste.

BRT Aeroporto – Em consonância com o importante empreendimento que se dará no sítio aeroportuário de Brasília, a SEMOB definiu a solução de mobilidade urbana para o aeroporto. Utilizando a tecnologia BRT, logrou-se encontrar uma alternativa de impacto ambiental insignificante e de baixo custo.

Demais Ações

Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV. No âmbito da Comissão Permanente interinstitucional, coordenada pela SEGETH, a Semob participou da elaboração de minuta do Termo de Referência, dos seguintes empreendimentos: Praça Capital/DF; Túnel e *Boulevard* na Avenida Central de Taguatinga; e Projeto de Parcelamento de Solo para área localizada na Região Administrativa de Sobradinho RAV, Paranoazinho.

Estudo conceitual do Eixo de Transporte que ligará Águas Lindas-GO ao DF – Termo de Referência elaborado e entregue na Caixa Econômica Federal em face da Operação de Crédito nº 445.439-01. Com financiamento aprovado, o estudo terá um valor estimado de R\$ 800 mil.

1.3. Transporte Individual

O transporte individual era, até recentemente, categorizado apenas como público, em referência, notadamente, aos serviços de táxi. No entanto, a oferta do serviço de transporte de pessoas com veículo particular por meio do desenvolvimento de novas tecnologias revelou nova categoria desse serviço.

As principais ações da Secretaria no ano de 2016 nas duas categorias estão apresentadas a seguir.

Público

Foi elaborada Proposta de Decreto com o reajuste da tarifa do Serviço de Táxi em março de 2016 (DECRETO Nº 37.189, de 16 de março de 2016) e realizado recadastramento de todos os autorizatários e motoristas auxiliares.

A coleta da documentação dos taxistas, primeira fase do recadastramento, compreendeu o período de 6 de junho a 30 de setembro. Dos 3400 (três mil e quatrocentos) autorizatários do Serviço de Táxi, 3363 (três mil, trezentos e sessenta e três) compareceram para a entrega da documentação exigida. O recadastramento teve suas diretrizes definidas na Portaria SEMOB n.º 19, de 02 de junho de 2016.

Importante destacar que todos os processos e procedimentos da SEMOB relativos ao transporte público individual e de pequenas cargas em 2016 tiveram registro no Sistema Eletrônico de Informações, trazendo agilidade, transparência e eficiência a todos os processos.

Os principais resultados no período foram:

- cerca de 1500 (mil e quinhentos) autorizatários foram avaliados;
- concluídos 204 (duzentos e quatro) processos de transferência de autorização do Serviço de Táxi. Esses processos geraram uma arrecadação de R\$ 221.000,00 (duzentos e vinte e um mil reais);
- após adoção do Sistema de Gerenciamento de Atendimento – SGA, gratuito, a SEMOB trouxe maior eficiência ao procedimento de atendimento aos taxistas, reduzindo o tempo de espera de atendimento de 25 minutos para 6 minutos, em média. A partir da adoção do SGA, foi possível contabilizar de modo exato os atendimentos realizados, conforme tabela abaixo:

Mês	Atendimentos
julho/2016	2.276
agosto/2016	2.198
setembro/2016	1.034
outubro/2016	1.005
novembro/2016	838
dezembro/2016	1.049

- assessoramento para aprovar a sanção da Lei Distrital n.º 5.691, de 03 de agosto de 2016, que regulamenta o Sistema de Transporte Individual Remunerado de Passageiros.

Regulamentação do Sistema de Transporte Individual Privado/DF

A Lei Distrital nº 5.691, de 02 de agosto de 2016, disciplinou a prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal – STIP/DF. Trata-se dos serviços de transporte realizados por meio de aplicativos, nos moldes daqueles prestados pela empresa Uber.

A Portaria SEMOB nº 41, de 03 de outubro de 2016, publicada no DODF 189 de 05/10/2016, pág.39, instaurou o Grupo de Trabalho destinado a formular minuta de decreto de regulamentação do serviço de STIP/DF.

1.5 Recusos e Infrações

Em 2016 a SEMOB, por meio da Junta de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos administrativos atinentes à aplicação de penalidades por infrações à legislação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, bem como dos serviços de táxi e mototáxi do DF, realizou análise e julgamento de 2.315 (dois mil, trezentos e quinze) processos relativos a recursos e infrações, sendo 153 (cento e cinquenta e três) processos referentes a operadores de táxi e 2.162 (dois mil, cento e sessenta e dois) processos referentes ao Sistema de Transporte Público Coletivo – STPC.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	1.000.000	1.000.000	0	0
0024 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	1.000.000	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.000.000	4.799.469	4.533.033	4.413.689
0019 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	4.000.000	4.799.469	4.533.003	4.413.689
TOTAL DO PROGRAMA 0001	5.000.000	5.799.469	4.533.003	4.413.689

Em 2016 não foi convertida nenhuma licença prêmio em pecúnia.

Com relação a Ressarcimentos, Indenizações e Restituições, foi realizado o quantitativo de 1.745 (mil setecentos e quarenta e cinco) indenizações e restituições de transportes. Em média, 145 servidores beneficiados por mês.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4.699.515	10.161	5.880	5.880
2544 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	4.699.515	10.161	5.880	5.880
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100.000	25.932	0	0
5291 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	100.000	25.932	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	400.000	103.729	0	0
0017 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	400.000	103.729	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.300.000	37.797	0	0
9709 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	1.300.000	37.797	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	100.000	25.932	0	0
0063 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	100.000	25.932	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	45.999.287	48.063.881	46.193.723	46.193.723
6987 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	45.999.287	48.063.881	46.193.723	46.193.723
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2.000.000	1.200.000	1.113.987	1.113.987
0010 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	2.000.000	1.200.000	1.113.987	1.113.987
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	15.165.960	1.654.473	1.540.977	1.029.133
0009 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE MOBILIDADE- PLANO PILOTO .	15.165.960	1.654.473	1.540.977	1.029.133
TOTAL DO PROGRAMA 6001	69.764.762	51.121.905	48.854.567	48.342.723

Com relação ao programa 6001 “Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Desenvolvimento”, em 2016, na Administração de Patrimônio, houve a conferência da carga patrimonial de 1.408 (hum mil e quatrocentos e oito) bens móveis da SEMOB, utilizados nos terminais rodoviários.

Foi criado um grupo de trabalho para viabilizar a transferência desses bens acima citados, como também daqueles bens constantes do almoxarifado da SEMOB, que correspondem a mais de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), que ficaram sem movimentação no exercício de 2015, e que, portanto, acarretaram em uma observação por parte da Auditoria.

Na área de Gestão de Pessoas, foi iniciado o programa de ginástica laboral que visa a prevenção de doenças ocupacionais, tais como LER/DORT, a redução dos acidentes de trabalho, bem como o aumento da produtividade e a diminuição dos gastos com assistência médica.

Na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, podemos destacar as seguintes realizações em 2016:

- Elaboração da rotina de backup de arquivos da SEMOB no Datacenter do GDF.
- Cabeamento estruturado no bloco G da TCB.
- Atualização do site da SEMOB.
- Implantação do sistema de chamados técnicos.
- Instalação de fibra óptica na TCB para fornecimento de internet para o arquivo da SEMOB.
- Ajustes no sistema de cadastro dos taxistas – SIGDTI.

Já na gestão de contratos, foi formalizado o reajuste aplicado aos contratos de construção e reforma de terminais rodoviários, o que demandou uma análise acurada de todos os processos para a oficialização em Termo de Apostilamento, regularizando o respectivo saldo contratual e as formalidades legais exigidas.

Com relação às atividades fiscalização, auditoria e controle, seguem os quadros-resumo com as atividades desenvolvidas em 2016:

Controle Operacional

Atividade	Finalidade/Objetivo	Quantidade	Impacto	Situação Atual
Análise de Manifestações TAG	Avaliação das solicitações apresentadas ao Estado que demandem ações	697 manifestações	Priorização de ações baseada nos anseios da sociedade	Desenvolvimento constante
Análise de Manifestações Ouvidoria GDF	Avaliações das solicitações apresentadas ao Estado que demandem ações fiscais	315 manifestações	Priorização de ações baseadas nos anseios da sociedade	Desenvolvimento constante
Compilação de Pleitos	Compilação de solicitações similares gerando demandas de ações	307 pleitos	Otimização de recursos	Desenvolvimento constante
Elaboração de Programações de Ações	Planejamento de ações	89 programações	Eficiência na execução de ações fiscais	Desenvolvimento constante
Combate ao transporte irregular de passageiros	Coibição de fraudes ao STPC/DF	277 autos de infração lavrados	Redução de evasão de receitas do STPC/DF; Segurança dos cidadãos	Desenvolvimento constante
Fiscalização do Serviço de Táxi	Garantia da qualidade do serviço prestado	569 autos de infração lavrados	Maior segurança e conforto ao usuário	Desenvolvimento constante
		188 termos de auditoria fiscal emitidos		
Fiscalização do STPC/DF	Garantia da qualidade do serviço prestado	9934 autos de infração lavrados	Maior segurança e conforto ao usuário	Desenvolvimento constante
		2921 veículos recolhidos		
		110 veículos apreendidos		
Operação Chico Bento	Assegurar transporte público coletivo em áreas rurais do Distrito Federal.	888 autos de infração lavrados	Manter a oferta de transporte público coletivo em áreas rurais do Distrito Federal; Maior segurança e conforto ao usuário	Desenvolvimento constante
Operação Hefesto	Assegurar a acessibilidade no Sistema de Transporte Público do Distrito Federal – STPC/DF	461 autos de infração lavrados	Acesso ao transporte público por pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e/ou idosas	Desenvolvimento constante

Coordenação de Auditoria e Avaliação

Atividade	Finalidade/Objetivo	Quantidade	Impacto	Situação Atual
Auditoria de Qualificação Econômico-Financeira (2013/2015)	Verificação da manutenção das condições estabelecidas nos editais de concorrência	1 processo para cada operador	Avaliação qualitativa e prevenção de riscos	Em fase de conclusão
Auditoria de Regularidade Fiscal	Verificação do cumprimento das obrigações cadastrais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias das Concessionárias e Permissionárias do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF (2015)	1 processo para cada operador	Avaliação qualitativa e prevenção de riscos	Em fase de conclusão
Auditoria de Conformidade – Permissionários do Serviço Complementar Rural – STPC/DF	Verificação quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais relacionadas à delegação dos serviços (pagamento de valores relativos à outorga, desempenho operacional. Condições da frota)	1 processo para cada operador	Avaliação qualitativa e reestruturação do serviço	Em fase de conclusão
Elaboração de proposta para Sistema de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados – Índice de Desempenho	Estabelecimento de sistemática adequada para verificação do nível de qualidade dos serviços prestados	Única	Avaliação qualitativa; Maior segurança e conforto ao usuário	Em andamento
Auditoria Operacional – Operação Irregular – STPC/DF	Apuração da ocorrência de operação irregular no âmbito do STPC/DF, visando retenção de receitas apuradas indevidamente	136 processos (R\$ 8.484.982,85)	Maior segurança e conforto ao usuário	Desenvolvimento constante
Auditoria Operacional – Permissionárias Concorrência 001/2007	Avaliação do desempenho operacional	única	Avaliação qualitativa; Maior segurança e conforto ao usuário	Em fase de conclusão
Auditoria Operacional – Linhas 0.206, 206.0 e 206.5	Verificação do grau de cumprimento de ordens de serviço de linha ativas	única	Avaliação qualitativa	Em fase de conclusão
Auditoria Operacional – Linhas 0.638, 638.1 e 638.2	Verificação do grau de cumprimento de ordens de serviço de linha ativas	única	Avaliação qualitativa	Em fase de conclusão
Auditoria Operacional – Linhas 0.510, 510.1, 510.2, 510.3, e 510.4	Verificação do grau de cumprimento de ordens de serviço de linha ativas	única	Avaliação qualitativa	Em fase de conclusão
Auditoria Operacional – Regularidade – Bacia 2	Verificação do grau de cumprimento de ordens de serviço de linha ativas	única	Avaliação qualitativa	Concluída
Auditoria Operacional – Procedimentos de Inspeção/Vistoria	Verificação de ocorrências de desconformidades relacionadas à documentação (CRLV) e descumprimento de ordens de recolhimento/apreensão	única	Maior segurança e conforto ao usuário	Desenvolvimento constante

Coordenação de Suporte

Atividade	Finalidade/Objetivo	Quantidade			Impacto	Situação Atual	
Controle de Inspeções/Vistorias de Veículos	Verificação da conformidade dos procedimentos de inspeção/vistoria dos veículos que integram a frota do Sistema de Transporte do Distrito Federal	SERVIÇO		Qtde.	Maior segurança e conforto ao usuário	Desenvolvimento constante	
		STPC/DF – Serviço Básico		11068			
		STPCDF – Serviço Complementar		402			
		Serviço de Táxi		6006			
		Serviço de Transporte Coletivo Privado		357			
		TOTAL		17833			
Registro e Processamento de Penalidades	Aplicação das penalidades decorrentes da lavratura de autos de infração	SERVIÇO	AI's	PROC.	VALOR ESTIMADO	Eficiência e eficácia na execução de ações fiscais	Desenvolvimento constante
		SB	8.863	2.327	7.005.870,00		
		SC	793	345	538.560,00		
		Táxi	569	569	131.523,60		
		Não Autorizado	277	277	554.000,00		
		TOTAL	10.502	3.518	8.229.953,6		
		INCLUSÃO EM DÍVIDA ATIVA					
		SERVIÇO	AI's	VALOR ESTIMADO			
		SB	1879	1.185.750,00			
		SC	32	3.510,00			
TOTAL	1911	1.189.260					

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	300.000	468.742	330.168	292.377
8514 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	300.000	468.742	330.168	292.377
TOTAL DO PROGRAMA 6211	300.000	468.742	330.168	292.377

Contribuindo para a inclusão social de presos e egressos, desenvolvendo seus potenciais como indivíduos, cidadãos e profissionais, a SEMOB firmou novo contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP. Em 2016, em média, foram 19 pessoas reassistidas por mês, desenvolvendo atividades operacionais internas, que, sem dúvida, contribuirão para o desenvolvimento desses cidadãos.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

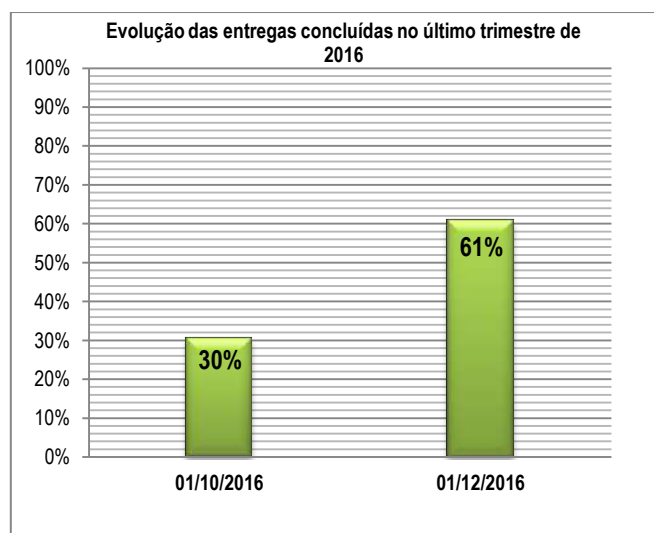
Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	3.000.000	210.000	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO-SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	3.000.000	210.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6217	3.000.000	210.000	0	0

Não houve execução orçamentária nesse programa em 2016.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**2.1 - Monitoramento de Projetos Estratégicos**

Entre os projetos da SEMOB pactuados no Acordo de Resultados, houve crescimento de 34% na porcentagem de entregas concluídas em relação a 2015^[1], uma evolução impulsionada pelas entregas realizadas no último trimestre^[2]. Tal resultado é reflexo do monitoramento realizado pelos gerentes dos projetos e das ações de gerenciamento estratégico, que envolveram maior controle de cronogramas e alinhamento entre as partes envolvidas, mitigando a ocorrência de entraves à execução e encerramento de cada projeto.



Fonte: Unidade Especial de Planejamento e Gestão Estratégica

^[1] Segundo o balanço efetuado pela SEPLAG e disponível no sistema Gestão DF, em 2015 a SEMOB concluiu 26,6% das entregas pactuadas no Acordo de Resultados.

^[2] Para este cálculo, considerou-se o total de 23 entregas pactuadas após o Aditivo ao Acordo de Resultados, realizado ao fim do primeiro semestre de 2016.

Ainda como resultado das ações de monitoramento, alguns projetos da mobilidade foram reestruturados para alcançarem seus objetivos e serem colocados em prática de forma viável. Entre eles, estão a implantação do Conselho de Mobilidade do Distrito Federal e do “Mobilidade em Discussão”, observatório constituído por grupo de especialistas, instituições da sociedade civil e da área pública do DF e Entorno, com vistas ampliar o debate, acompanhar os resultados e contribuir para os estudos e ações voltadas para a construção da política de mobilidade urbana sustentável.

São ações que estavam previstas no Acordo de Resultados no ano de 2016, porém ao longo dos trabalhos estes projetos apresentaram necessidade de alterações em seus escopos, tornando-se inviáveis no que tange à parte operacional técnica e recursos financeiros necessários para concluí-los. Por este motivo, tais projetos foram realinhados e estão em processo de reestruturação.

Ambos os projetos, os quais serão implementados em 2017, compõem o Sistema de Participação Popular da Mobilidade (SPPM), instituído pelo **Decreto nº 36.772/2015**.

Entre as realizações no campo da Participação Social, a SEMOB apresentou a atualização da Carta de Serviços ao Cidadão e implantou dois Comitês Regionais de Mobilidade (Regionais II e IV). Estes últimos, também como parte do Sistema de Participação Popular da Mobilidade.



Fonte: site da SEMOB

2.2 - Ações de Controle Interno

- Controle e ajustes das Contas Contábeis com o acompanhamento dos registros das receitas e despesas no SIGGO.
- Monitoramento de Contratos, prazo de aditivos e da vigência e legalidade dos Contratos da Secretaria.
- Avaliação preliminar dos processos de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).
- Orientações quanto a apurações em Sindicâncias e Tomadas de Contas Especiais.

2.3 - Resultados da Ouvidoria da SEMOB

A Secretaria de Estado de Mobilidade, por meio de sua Ouvidoria, segue monitorando o tratamento da informação desde a entrada, aplicando rigoroso controle de qualidade na classificação das manifestações e no cumprimento dos prazos de resposta definitiva. Paralelamente ao trabalho feito junto às empresas operadoras, a equipe da Ouvidoria/Semob também trabalha em conjunto com a Subsecretaria de Fiscalização - Sufisa, informando as maiores incidências de queixas e solicitando operações de fiscalização nos locais apontados pelos usuários.

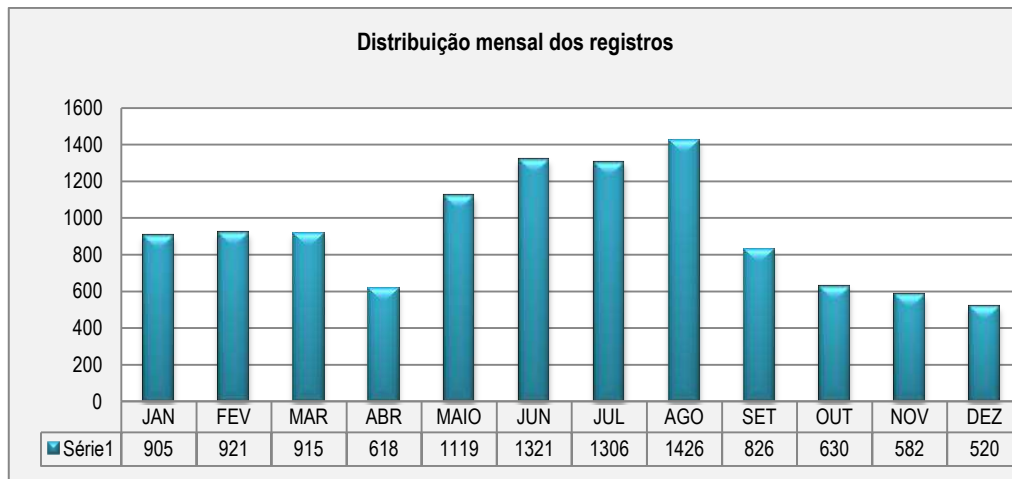
Ao longo do exercício de 2016 a Secretaria de Mobilidade recebeu 54 pedidos com fundamento na Lei de Acesso à Informação – LAI (lei n.º 4990/2012, regulamentada pelo decreto n.º 34.276/2016).

No último exercício, a Secretaria de Mobilidade destacou-se no atendimento dos pedidos de informação e passou a ocupar o 2º lugar no ranking de transparência passiva, dentre todos os órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal, de acordo com a avaliação do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.

As tabelas e gráficos abaixo indicam o número total de manifestações processadas no período, distribuídas mensalmente (fig. 1), considerando o destinatário, operadores do STPC/DF ou unidades administrativas da Semob (fig. 2 e 3):

Total de manifestações: 11.089

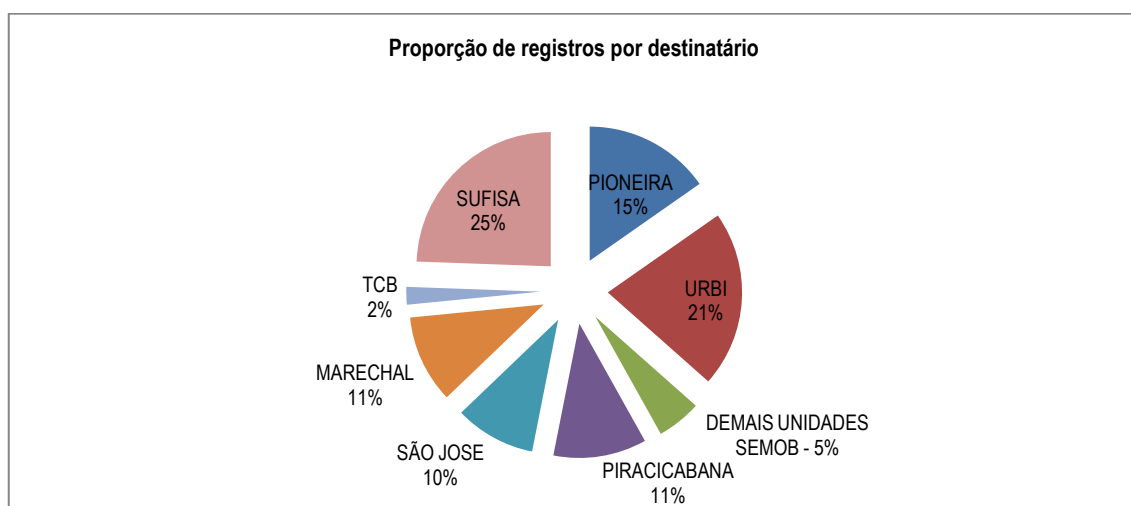
Figura 19 – Gráfico de Distribuição mensal dos registros da Ouvidoria



FONTE: Sistema de Gestão de Ouvidorias – SIGO/DF, plataformas TAG e OUV-DF

Destino	Pioneira	Urbi	Piracicabana	São Jose	Marechal	Tcb	Sufisa	Demais UNDS/SEMOB	Total
Percentual	15%	21%	11%	10%	11%	2%	25%	5%	100%
Quantidade	1.695	2.356	1.245	1.079	1.175	236	2.709	594	11.089

Figura 20 – Gráfico com Proporção de registros por destinatário



Fonte: Sistema de Gestão de Ouvidorias – SIGO/DF, plataformas TAG e OUV-DF

2.4 – Publicidade e transparência

Em 2016, a SEMOB empenhou-se em divulgar diversas de suas ações à população. Para isso, desenvolveu linguagem de comunicação em formato simples e acessível à sociedade, como ilustram as artes gráficas abaixo.



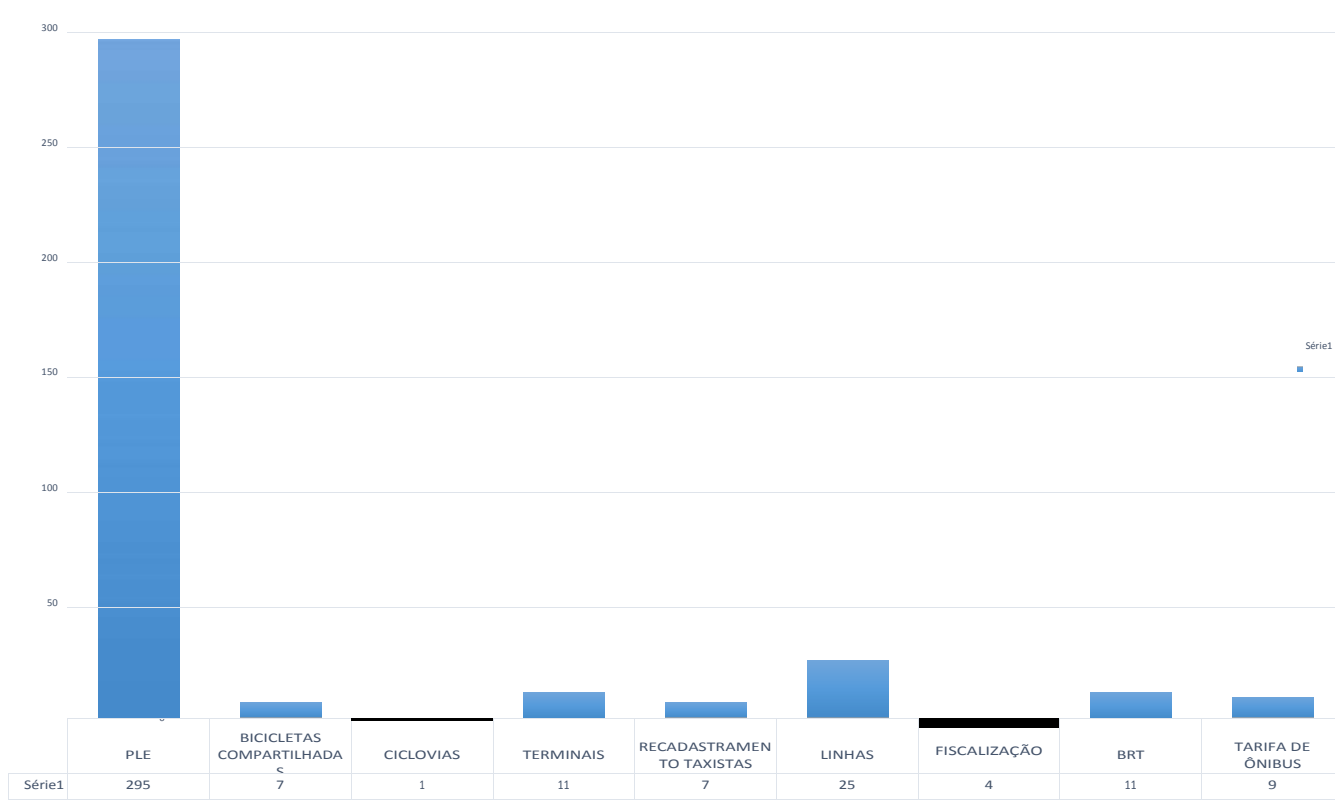
Com um formato mais descontraído de postagens, notou-se que a página da Secretaria ganhou mais seguidores e, conseqüentemente, mais curtidas e compartilhamentos, conforme gráficos abaixo:



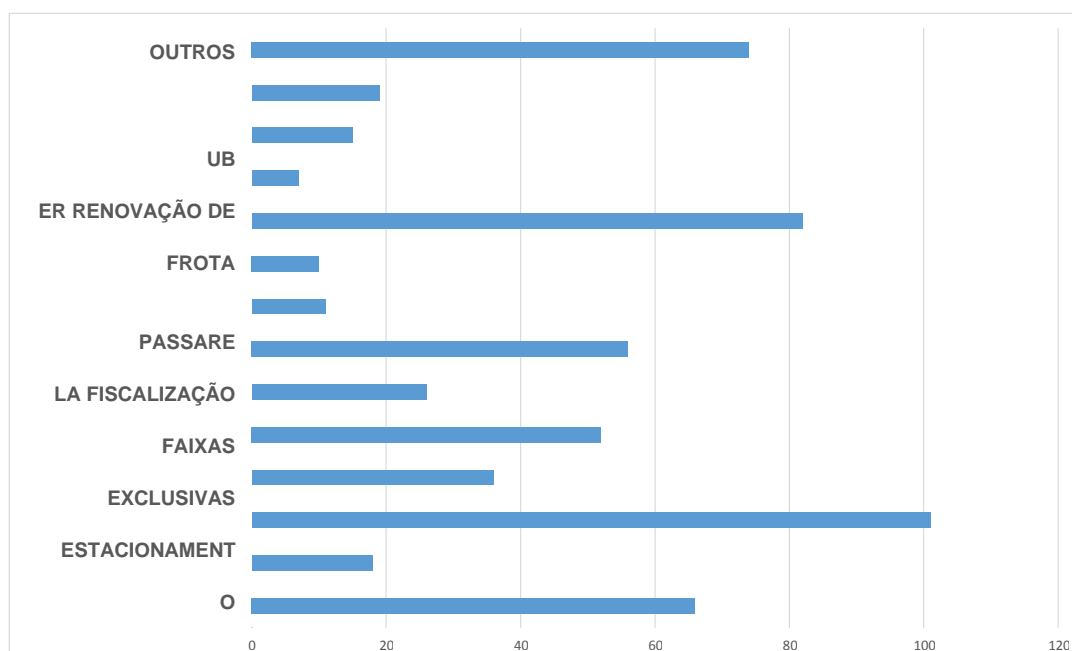
3.791 curtidas em 30 de dezembro de 2016



Com o crescimento de seguidores, a página da Mobilidade transformou-se em uma ferramenta para sanar dúvidas da população de uma maneira mais rápida. Cada demanda de usuário foi encaminhada ao órgão responsável para o auxílio na resposta. Ao todo, 382 perguntas foram respondidas no ano passado. Abaixo, o Gráfico representa o total das respostas organizadas por tópicos



Com relação às demandas da imprensa, foram respondidas 633 solicitações sobre os mais diversos assuntos, discriminados no gráfico a seguir.



Em conjunto com órgãos vinculados, a SEMOB também auxiliou na promoção de importantes ações do Governo de Brasília, como por exemplo, o recadastramento do Passe Livre Estudantil, que teve que ser reajustado para trazer mais comodidade e segurança para o estudante, bem como combater fraudes no sistema. Em 2015, 285 mil usuários utilizavam o benefício. Devido à realização do novo processo, esse número passou para 244 mil cartões ativos.



A SEMOB também divulgou o Programa de Mobilidade do Distrito Federal, o Circula Brasília, lançado em maio de 2016. A iniciativa contempla mais de 80 ações voltadas para a melhoria da mobilidade urbana – gestão, projetos e obras.

Desde então, todas as atividades da área de mobilidade passaram a ser planejadas e executadas de forma integrada, para que as mudanças impactem na vida e no dia a dia das pessoas.



Ainda, a SEMOB definiu o plano de comunicação do Programa Brasília Vida Segura, lançado em agosto do ano passado. A ação tem como objetivo reduzir o número de óbitos e feridos em acidentes de trânsito e identifica ações que promovam a melhoria da saúde da população.



Essas ações, que facilitam o acesso da população a dados públicos, foram avaliadas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, que analisou os conteúdos divulgados nos sites dos órgãos e entidades governamentais, tais como: resultados alcançados com ações promovidas, despesas (diárias e passagens, entre outras), auditorias e remuneração de servidores. Também foram considerados, por exemplo, contratos, convênios firmados, horário de funcionamento, licitações e perguntas frequentes.

No ranking divulgado em 07/12/2016, a SEMOB ficou entre os órgãos governamentais que atingiram 100% de transparência no fornecimento da informação.

2.5 - Operações de Mobilidade para Grandes Eventos

Enquanto órgão de planejamento e gestão das ações relacionadas à mobilidade no âmbito do Distrito Federal, a SEMOB participa de grupos e comitês que visam viabilizar a realização de grandes eventos na cidade. Para isso, cuida-se da logística do ponto de vista não só dos realizadores e do público destes eventos, mas também do restante da cidade, de modo a minimizar os impactos destes eventos sobre a circulação de pessoas e cargas pelo território.

Em 2016, Brasília recebeu diversos eventos de grande porte, com destaque para a realização dos eventos Olímpicos na cidade, que demandaram grande esforço de planejamento, operacionalização e cooperação entre diversos órgãos do GDF.

A SEMOB integrou o Comitê Executivo dos Jogos Olímpicos 2016 (instituído por meio do Decreto 37.086/2016), ficando responsável por ações que visaram garantir a livre circulação na cidade, isto é, permitir a facilidade de deslocamentos

de pessoas e bens dentro do espaço urbano, de modo eficiente, seguro e acessível. Além das intervenções realizadas nos dias dos jogos e no dia da passagem das Tochas Olímpica e Paraolímpica pela cidade, foram realizadas outras ações nas datas de chegada e partida de delegações e autoridades, nos dias de treinamento das equipes, na garantia da privacidade e preservação das equipes e atletas, na promoção de uma boa percepção de mobilidade aos turistas, entre outras.

Dentre as ações implementadas, podemos destacar: isolamento de áreas no entorno dos locais de eventos, hotéis e centros de treinamento; escolta de equipes, delegações, árbitros, autoridades; disponibilização de linhas especiais de transporte público e reforço em outras linhas de ônibus e metrô, incluindo linha especial para pessoas com locomoção reduzida; disponibilização de bolsões de estacionamento para público; sinalização permanente e temporária de vias, para melhor orientação de público, turista, etc.; melhoria nas calçadas e condições de mobilidade a pé ou por bicicleta; alterações de tempos semaforicos para melhorar fluidez no trânsito, reforço na fiscalização e gestão do tráfego de veículos; centro de controle operacional com a participação das diversas instituições e órgãos envolvidos; reuniões de briefing para levantamento dos problemas enfrentados e alinhamento dos ajustes necessários.

As ações de mobilidade foram planejadas e executadas de modo integrado, envolvendo diversas pastas e instituições, em especial: Secretaria de Mobilidade, Secretaria de Segurança Pública, Bombeiros, Secretaria de Esportes, Turismo e Lazer, DETRAN, DER, DFTRANS, TCB, Metrô e Novacap.

Ainda em 2016, a SEMOB participou do grupo coordenado pela Casa Civil para dar apoio aos trâmites necessários à realização das Olimpíadas do Conhecimento, que ocorreu entre 10 e 13 novembro. A Olimpíada do Conhecimento é a maior competição de educação profissional das Américas. Ocorre a cada dois anos e reúne estudantes de cursos técnicos e de formação profissional do SENAI e dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IF). Em Brasília foram pouco mais de 1000 competidores. O público esperado era de 80.000 pessoas.

Para a realização das Olimpíadas do Conhecimento, foram analisados e viabilizados os isolamentos de trânsito e estacionamentos necessários nos dias de eventos, bem como reforço nas linhas de ônibus que tinham potencial de trazer o público até o local de realização das competições e exposições. Também foi propiciado reforço nas linhas de ônibus executivas da TCB, que fazem o trajeto aeroporto-setor hoteleiro, nos dias de chegada e partida dos competidores. O apoio logístico foi dado aos organizadores nos dias de eventos e no período de chegada e partida das delegações e nas visitas realizadas aos pontos turísticos da cidade.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Em 2016, as despesas realizadas foram aquém dos valores autorizados em razão, principalmente, dos Programas de Trabalho relativos às obras do BRT-Sul e da DF-047, que juntos corresponderam a 77,56% dos recursos autorizados e não empenhados. No caso do BRT-SUL, há o posicionamento técnico do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e, posterior, recomendação da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, para a não realização dos pagamentos ao Consórcio responsável pela obra, como já exposto.

Por outro lado, pela primeira vez no Distrito Federal, logrou-se reunir os esforços antes dispersos da área de mobilidade em um único programa, o Circula Brasília. No âmbito do Circula, destaque positivo em 2016 para a conclusão das obras de construção de dois novos terminais rodoviários (em operação no Recanto das Emas I, Recanto das Emas II,) e sete reformados, nas seguintes cidades: Guará II, Paranoá, Guará I, Cruzeiro Novo, Taguatinga Sul, P Sul (Ceilândia) e M Norte (Taguatinga).

Ademais, destaca-se a importância da operação de “pente-fino” nos cadastros do PLE, que revelou 50 mil cadastros irregulares que oneravam o Sistema de Transporte Público Coletivo.

Ressaltam-se, ainda, os avanços na regulamentação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede, um serviço inovador e polêmico em todas as cidades brasileiras. A mera decisão de regulamentação, apoiada em fundamentos consistentes, permitiu maior tranquilidade da convivência desse serviço com o tradicional transporte público individual. O DF é a primeira unidade federativa a regulamentar o serviço de transporte individual por meio de aplicativos.

Em 2017, prevê-se a conclusão dessa regulamentação. Além disso, a entrega de mais três terminais, dentre novas obras e reformas, bem como a licitação de trechos do BRT-SUL e do Expresso Norte.

16.1.SOCIEDADE DE TRANSPORTE COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA. – UO: 26.201

A Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB é uma Empresa Pública de Direito Privado, criada em 1.º de junho de 1961, sob a forma de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, tendo como sócios cotistas o Distrito Federal (majoritário) e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

O Capital Social da Empresa é de R\$ 28.723.580,00 (vinte e oito milhões, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e oitenta reais), distribuídos da seguinte forma: Distrito Federal: R\$ 28.723.332,00 – 99,9999% e NOVACAP: R\$248,00 – 0,0001%.

A Empresa é vinculada à Secretaria de Estado de Mobilidade e tem por objetivo a exploração dos serviços de transportes coletivos urbanos na área do Distrito Federal.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
CEDIDOS – DENTRO GDF	334
CEDIDOS – FORA GDF	25
REQUISITADO FORA GDF – PASUS	0
TEMPORÁRIO – EM EXERCÍCIO	0
TEMPORÁRIO – AFASTADO	0
CLT – EM EXERCÍCIO	241
CLT – AFASTADO	191
CONSELHEIRO	6
ESTATUTÁRIO – EM EXERCÍCIO	0
ESTATUTÁRIO - AFASTADO	0
SEM VÍNCULO – EM EXERCÍCIO	26
SEM VÍNCULO – AFASTADO	1
TOTAL ATIVOS – EM EXERCÍCIO	632
TOTAL ATIVOS - AFASTADO	192

Fonte: Seção de Administração de Pessoal da TCB.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	2.028.403	1.761.399	1.177.469	1.177.469
6154 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-TCB- PLANO PILOTO	2.028.403	1.761.399	1.177.469	1.177.469
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	130.000	107.250	106.286	106.286
6967 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-TCB- PLANO PILOTO	130.000	107.250	106.286	106.286
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	70.000	32.750	6.028	6.028
7201 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- RESSARCIMENTOS TCB-DISTRITO FEDERAL	70.000	32.750	6.028	6.028
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	8.306.561	8.328.561	8.324.273	8.324.273
0005 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP-TCB- PLANO PILOTO	8.306.561	8.328.561	8.324.273	8.324.273
TOTAL DO PROGRAMA 0001	10.534.964	10.229.960	9.614.057	9.614.057

Os recursos inerentes às ações discriminadas acima foram utilizados para pagamento de débitos judiciais, cíveis e trabalhistas, do PASEP e dos débitos inerentes aos impostos atrasados negociados junto ao Governo Federal. A empresa cumpriu com todos os compromissos referentes a estas ações.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	500.000	87.500	0	0
9815 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-TCB- PLANO PILOTO .	500.000	87.500	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.300.000	163.447	99.764	99.764
5313 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	1.300.000	163.447	99.764	99.764
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	200.000	0	0	0
9680 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-TCB- PLANO PILOTO .	200.000	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	80.000	16.000	1.160	1.160
0050 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-TCB- PLANO PILOTO .	80.000	16.000	1.160	1.160
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3.450.963	3.200.963	2.270.562	2.270.562
0082 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-TCB- PLANO PILOTO .	3.450.963	3.200.963	2.270.562	2.270.562
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	780.678	780.678	621.890	621.890
0074 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-TCB- PLANO PILOTO .	780.678	780.678	621.890	621.890
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	120.000	111.250	32.210	32.210
0027 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - TCB-DISTRITO FEDERAL	120.000	111.250	32.210	32.210
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	3.055.656	7.207.591	7.084.406	7.084.406
0079 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-TCB- PLANO PILOTO .	3.055.656	7.207.591	7.084.406	7.084.406
TOTAL DO PROGRAMA 6001	9.487.297	11.567.429	10.109.991	10.109.991

Os recursos dos Programas de Trabalho identificados acima foram utilizados pela empresa para cumprir com os compromissos inerentes ao pagamento de salários, encargos sociais, ticket alimentação, creche e outros benefícios aos empregados comissionados, com e sem vínculo empregatício com a TCB. A empresa realizou pagamento das despesas relativas aos serviços continuados, como: energia elétrica, água e serviço de esgoto, serviços de limpeza predial e da frota de veículos, estagiários, menores aprendizes, e demais contratos referentes à prestação de serviços e impostos em geral. Todos os compromissos assumidos pela empresa foram regularmente quitados, não registrando pendências relativas a estas ações.

PROGRAMA TEMÁTICO:6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	2.021.936	2.868.097	0	0
0004 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS-TCB- PLANO PILOTO	2.021.936	2.868.097	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	500.000	204.500	204.466	26.746
9559 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-TCB- PLANO PILOTO	500.000	204.500	204.466	26.746
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	3.810.000	5.303.499	4.534.274	4.534.274
0001 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS-TCB- PLANO PILOTO	3.810.000	5.303.499	4.534.274	4.534.274
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	120.000	99.000	0	0
8708 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - TCB-DISTRITO FEDERAL	120.000	99.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	6.451.936	8.475.096	4.738.741	4.561.021

Os recursos específicos da Ação Manutenção de Veículos foram utilizados pela TCB na aquisição de óleo diesel, peças e contratação de serviços para realização da manutenção dos veículos.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**Idade Média da Frota**

ANO	IDADE MÉDIA (EM ANOS)
2010	0,97 anos
2011	1,95 anos
2012	2,72 anos
2013	3,50 anos
2014	3,81 anos
2015	5,05 anos
2016	6,24 anos

Produção Quilométrica realizada em linhas tarifadas

ANO	PRODUÇÃO QUILOMÉTRICA REALIZADA linhas tarifadas
2010	1.455.464
2011	1.697.605
2012	1.673.576
2013	1.971.707
2014	1.993.949
2015	2.054.617
2016	1.923.654

Produção Quilométrica realizada em serviços de transportes especiais

ANO	Produção Quilométrica Realizada transportes especiais
2010	160.751
2011	147.119
2012	141.274
2013	147.134
2014	133.743
2015	132.861
2016	149.954

Passageiros Transportados

NATUREZA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
INTEGRAL	4.572.782	4.407.790	4.776.833	5.001.664	4.896.699	4.487.747	3.963.000
ESTUDANTIL	11.298	22.445	38.181	0	0	0	
TOTAL	4.584.080	4.430.235	4.815.014	5.001.664	4.896.699	4.487.747	3.963.000

Índice de Regularidade Operacional (IRO) = KM Produzido em linhas tarifadas/KM Programado

ANO	KM Realizada linhas tarifadas	KM Programado linhas tarifadas	IRO
2010	1.455.464	1.385.992	1,050
2011	1.697.605	1.764.075	0,962
2012	1.673.576	1.761.746	0,950
2013	1.971.707	1.987.983	0,958
2014	1.993.948	1.994.595	0,999
2015	2.054.617	2.157.566	0,952
2016	1.923.654	2.130.087	0,903

**Índice de Passageiros por Km (IPK) =
Passageiros Transportados/Km produzido em linhas tarifadas**

ANO	Passageiro Transportado	KM Produzido Em Linhas	IPK
2010	4.584.080	1.455.464	3,15
2011	4.430.235	1.697.605	2,61
2012	4.815.014	1.673.576	2,88
2013	5.001.664	1.971.707	2,54
2014	4.896.699	1.993.949	2,45

ANO	Passageiro Transportado	KM Produzido Em Linhas	IPK
2015	4.487.747	2.054.617	2,18
2016	3.963.000	1.923.654	2,06

IPK - Índice que estabelece uma relação entre a demanda por transporte coletivo, número de passageiros transportados e a oferta, representada pela quilometragem percorrida ou produção quilométrica.

Índice Homem/Veículo (IHV) =

Quantidade de Empregados em Efetivo Exercício / Frota de Veículos em operação

Área	Empregado Dez / 2014	Empregado Dez / 2015	Empregado Dez / 2016	Frota 2014	Frota 2015	Frota 2016	IHV em Dez/14	IHV em Dez/15	IHV em Dez/16
Administração	59	51	50				1,09	0,83	0,82
Manutenção	43	28	20				0,76	0,46	0,32
Operação	221	181	171	56	61	61	4,09	2,97	2,80
Total	321	260	241	56	61	61	5,94	4,26	3,94

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No tocante ao diagnóstico da unidade, destacam-se os seguintes pontos:

Com o envelhecimento da frota houve a necessidade de ampliar os gastos com aquisição de peças, equipamentos e serviços de manutenção dos veículos.

A empresa deflagrou processo licitatório para Registro de Preço de 04 (quatro) novos ônibus, tipo padron, com piso baixo, motor traseiro, câmbio automático, ar condicionado, rampa de acesso, etc., para renovação da frota que atende as linhas da Esplanada dos Ministérios. O Pregão Eletrônico foi realizado no dia 16 de dezembro de 2016, porém, o processo está, nesse momento, sob o exame do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

A TCB celebrou convênio em dezembro de 2016 com a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal e com outros órgãos, no sentido de implementar o Projeto "Turismo Cívico", que tem como objetivo proporcionar o acesso de estudantes, crianças, adolescentes e idoso a visita dos principais atrativos de Brasília com valores cívicos e patrióticos, proporcionando educação, cultura, turismo e cidadania. Para realização desse serviço, que teve o início, em caráter experimental, desde o mês de abril de 2016, a TCB disponibilizou um veículo, tipo micro-ônibus executivo, que já percorreu 7.690 kms. A execução desse projeto e o atendimento de outras demandas dos órgãos públicos do DF contribuíram para ampliação da quilometragem dos serviços de transportes especiais;

Foi constatada no exercício de 2016 uma redução na ordem de 11,69% do n.º de passageiros, pelas seguintes razões: crise econômica, redução do n.º de passageiros que utilizam o aeroporto; constantes manifestações no decorrer do exercício de 2016 no eixo monumental, principalmente na Esplanada dos Ministérios, provocando interrupções na operação das linhas e inclusive a queima de um veículo no dia 13/12/2016, por vândalos. Essas paralisações contribuíram para redução do Índice de Regularidade Operacional – IRO da empresa, em relação aos exercícios anteriores;

Registre-se que a TCB passou a operar, por decisão governamental e em caráter provisório, 04 (quatro) linhas rurais em maio de 2015, a fim de melhorar o atendimento aos usuários do Serviço Complementar Rural, notadamente nas áreas rurais de Planaltina e do Paranoá, que estavam totalmente desassistidas com esse serviço, utilizando 04 (quatro) ônibus. Contudo, essa operação continuou em 2016 de forma precária. Tendo em vista que a quantidade de passageiros transportada nessas linhas rurais é muito baixa, bem como a redução em geral do n.º de passageiros mencionada anteriormente, houve redução do Índice de Passageiros por Quilometro - IPK de 2016, comparado ao exercício de 2015.

Registre-se que no decorrer do exercício de 2016 diversas medidas foram adotadas no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados pela TCB. As principais ações desenvolvidas nesse aspecto foram as seguintes:

- melhoria das instalações físicas da garagem central,
- reforma da sala de arrecadação e do setor de operação na rodoviária do Plano Piloto;
- implantação de programa de gestão das aquisições;

- estudos para a implantação do projeto TCBsocial, que tem como objetivo prestar um serviço especial de transporte, porta-a-porta, a pessoas com deficiência;
- providências para implantação completa do Sistema Integrado de Gestão de Frota de Ônibus da TCB;
- fortalecimento da comunicação interna e externa;
- fortalecimento do Plano de Demissão Voluntária – PDV;
- Implantação de limpeza a seco na parte interna da frota;
- entendimentos com a Inframerica para realização de melhoria da sinalização da linha executiva no aeroporto;
- definição da nova identidade visual da Linha Executiva do Aeroporto;
- divulgação junto à rede hoteleira da linha executiva;
- implantação do Pregão Eletrônico;
- implantação do Painel de Indicadores de IPK;
- celebração do contrato com a FUNAP;
- implantação da intranet;
- instalação de roteadores *wi-fi* nos ônibus da linha executiva do Aeroporto;
- distribuição de imagens QR CODE para orientação via smartphone sobre itinerários; e
- substituição do óleo diesel utilizado na frota, de comum para o S10, combustível com baixo teor de enxofre, em conformidade com as disposições da fase P7 do Proconve – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores, resultando em redução de fumaça e maior proteção dos motores com relação ao desgaste precoce.

16.2. TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS– UO: 26.204

O DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal – foi criado pelo Decreto nº 8.043, de 19 de junho de 1984, sob a denominação de Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos – DMTU, tendo como atribuições o planejamento, a avaliação de desempenho, a caracterização da demanda e da oferta de serviços, a elaboração dos estudos dos custos de serviços e dos níveis tarifários, a gestão, o controle e a fiscalização dos serviços públicos de passageiros, a administração e a operação de terminais.

Por meio da Lei nº 241, de 28 de fevereiro de 1992, o DMTU foi transformado em Autarquia, passando a ter personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira e relativa capacidade de gestão dos interesses a seu cargo.

Em 2003, por meio do Decreto nº 23.902, o DMTU teve sua denominação alterada para Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS.

O regimento interno do DFTRANS, aprovado pelo Decreto n.º 27.660, de 24 de janeiro de 2007, define como competência básica à administração direta das seguintes funções de governo:

- I. Planejar, gerir, controlar e fiscalizar os serviços de transporte coletivo, público e privado;
- II. Planejar, gerir, controlar e fiscalizar a infraestrutura de apoio ao sistema de transporte público coletivo;
- III. Executar políticas, programas e estudos definidos pela Secretaria de Estado de Transportes, referentes ao transporte público coletivo do Distrito Federal;
- IV. Cumprir e fazer cumprir a legislação referente aos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal, bem como supervisionar, controlar e fiscalizar a sua prestação;
- V. Assegurar a estabilidade nas relações entre o Poder Público, concessionários, permissionários e usuários;
- VI. Assegurar a prestação adequada dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal quanto à qualidade, regularidade, eficiência, segurança, conforto e modicidade da tarifa;
- VII. Exigir o cumprimento de critérios e parâmetros operacionais, tecnológicos e demais normas e instrumentos, legalmente estabelecidos;
- VIII. Assessorar a Secretaria de Estado de Transportes sempre que solicitada;
- IX. Elaborar e promover a aplicação de normas e procedimentos operacionais referentes ao funcionamento dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal, da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos e do Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;
- X. Gerir e operacionalizar o funcionamento da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos;
- XI. Gerir o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;
- XII. Promover a eficiência técnica e econômica dos serviços de transporte público coletivo delegados, submetidos à sua competência de gestão, controle e fiscalização;
- XIII. Acompanhar o desempenho dos delegatários e demais contratados, tornando públicos os relatórios de atividades dos serviços prestados;
- XIV. Celebrar convênios e contratos com entidades públicas ou privadas destinados à implementação de melhorias na prestação de serviços de transporte público coletivo no Distrito Federal;
- XV. Analisar e se manifestar sobre propostas de legislação e normas relativas ao controle, fiscalização e gestão dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal;
- XVI. Estabelecer critérios para obter informações referentes aos delegatários e prestadores de serviços terceirizados;
- XVII. Promover, quando necessário, a realização de auditoria técnico-operacional e econômico financeira nos delegatários;
- XVIII. Fixar normas complementares e disciplinares da prestação e utilização dos serviços de transporte público coletivo, determinando, inclusive, prazos para o cumprimento de obrigações;
- XIX. Definir procedimentos e rotinas de fiscalização dos elementos componentes do sistema de transporte coletivo do Distrito Federal;
- XX. Propor alterações em seu regimento interno;
- XXI. Aplicar, na forma da lei, as sanções regulamentares ou penalidades para infrações previstas nos regulamentos e códigos disciplinares do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;
- XXII. Elaborar sua proposta orçamentária;
- XXIII. Promover a integração entre o DFTRANS, órgãos do Distrito Federal e entidades representativas da sociedade e empresarial, visando ações que promovam a melhoria do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;
- XXIV. Relacionar-se com outros organismos públicos federais ou distritais no planejamento ou avaliação de planos, programas ou projetos de interesse do DFTRANS que envolvam participação comunitária;
- XXV. Promover a gestão da qualidade dos serviços de transporte público coletivo e do atendimento prestados pelos delegatários e pelo DFTRANS;
- XXVI. Exercer outras atribuições correlatas às suas finalidades.

Atualmente, as atividades desenvolvidas pela Autarquia estão pautadas nos seguintes pilares organizacionais:

Missão – Promover e gerir o transporte público do Distrito Federal, proporcionando melhoria na qualidade dos serviços prestados através de ações que garantam comodidade, eficácia e segurança para a população do Distrito Federal e Entorno.

Visão – Ser reconhecida pela sociedade como referência de gestão do transporte público coletivo do Distrito Federal e Entorno.

Objetivos Estratégicos

- Ampliar as facilidades de deslocamento da população residente nas Regiões Administrativas do DF e Entorno;
- Melhorar a qualidade dos deslocamentos na malha viária, nos transportes motorizados coletivos (modal rodoviário);
- Melhorar a gestão do sistema de transporte público coletivo no DF e no Entorno;
- Implementar o gerenciamento integrado de informações sobre transporte;
- Simplificar, modernizar e racionalizar os processos organizacionais; e
- Capacitar e profissionalizar os servidores com os conhecimentos alinhados à demanda da área.

O DFTRANS busca garantir à população um transporte eficiente e seguro, colocando em prática o direito de ir e vir do cidadão, com conforto e no menor tempo possível. O enfoque é o usuário e o objetivo é aumentar a oferta de transporte para que a população seja atendida satisfatoriamente, sempre tendo uma atenção particular com os idosos, portadores de deficiência ou necessidades especiais.

Para o período de 2016-2019, identificou-se a importância da consolidação da integração física, operacional e tarifária da mobilidade do DF, crucial para redução do tempo de deslocamento médio das viagens de transporte público coletivo. A grande meta é implantar o Bilhete Único, que fortalecerá a atratividade do transporte coletivo e deve acarretar em aumento do número de usuários, reduzindo os custos do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC.

No ano de 2016, nessa linha, o DFTRANS alterou novamente sua estrutura Administrativa, através do Decreto Nº 37.718, de 19 de outubro de 2016, publicada no DODF Nº 199, de 20 de outubro de 2016. Também, através da Instrução Nº 279, de 29 de setembro de 2016, publicada no DODF Nº 187, de 03 de outubro de 2016, foi instituído o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação do DFTRANS, para atender o disposto no Decreto Nº 37.574, de 26 de agosto de 2016 a qual cabe “estabelecer estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos de informação e tecnologias associadas”, dentre outros, visando o aperfeiçoamento do Sistema.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	19
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	83
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	141
Estatutário - afastado	5
Sem vínculo – em exercício	30
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	273
Total ativos - afastado	5

Dados consolidados em 31/12/2016.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	50.000	78.320	0	0
2490 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	50.000	78.320	0	0
1888 - IMPLANTAR SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROGRAMA DE MOBILIDADE	11.500	0	0	0
0001 - IMPLANTAR SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROGRAMA DE MOBILIDADE--DISTRITO FEDERAL	11.500	0	0	0
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	5.000.000	0	0	0
0001 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO-DFTRANS- PLANO PILOTO .	5.000.000	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	100.000	65.000	0	0
2522 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	100.000	65.000	0	0
2455 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC	274.000.000	247.732.385	241.940.798	241.940.798
0003 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC- RECOMPOR FAIXA-DISTRITO FEDERAL	274.000.000	247.732.385	241.940.798	241.940.798
2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	5.000.000	2.555.137	1.892.098	1.527.667
0004 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO-- PLANO PILOTO	5.000.000	2.555.137	1.892.098	1.527.667
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	0	0	0	0
3887 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-INSTALAÇÃO DE QUADRO INFORMATIVO SOBRE ITINERÁRIOS NOS PONTOS DE ÔNIBUS - (LEI 5.220/2013)-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	100.000	0	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS-- PLANO PILOTO	100.000	0	0	0
3181 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	1.000.000	650.000	0	0
0004 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	650.000	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	200.000	97.500	0	0
5880 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	200.000	97.500	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	50.000	32.500	0	0
6184 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	50.000	32.500	0	0
4002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	11.000.000	6.423.749	3.829.532	2.603.311
0003 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS--DISTRITO FEDERAL	11.000.000	6.423.749	3.829.532	2.603.311
4082 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA	17.000.000	18.339.317	13.507.116	12.196.577
0001 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA--DISTRITO FEDERAL	17.000.000	18.339.317	13.507.116	12.196.577
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	300.000	97.500	0	0
5748 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-REALIZAÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO-DISTRITO FEDERAL	300.000	97.500	0	0
4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE	123.000.000	397.071.495	396.821.370	396.256.889
0004 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE-ESTUDANTIL-DISTRITO FEDERAL	82.000.000	294.256.536	294.232.198	294.038.974
0005 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE-PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS-DISTRITO FEDERAL	41.000.000	102.814.959	102.589.172	102.217.915
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	500.000	195.001	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO-DE ENDEREÇAMENTO, INDICATIVA E DE UTILIDADE PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	500.000	195.001	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	200.000	104.000	0	0
7910 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA - DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	200.000	104.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	437.511.500	673.441.904	657.990.914	654.525.243

Dados consolidados em 31/12/2016

Características do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal



O Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF) é dividido em dois serviços:

1. Serviço Básico (SB) compreende os ônibus convencionais, o Metrô-DF e o Expresso-DF.
2. Complementares: Rural (SCR), Executivo (STCEE), Transporte de Vizinhança (SCV).

Compõem o Serviço Básico (SB) cinco bacias, que definem a operação dos ônibus convencionais:

Bacia 01 - Viação Piracicabana - Brasília, Cruzeiro, Lago, Norte, Varjão, Sobradinho e Planaltina;

Bacia 02 - Viação Pioneira - Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico, Gama, Sta Maria, Park Way ao longo da Epiá e Candangolândia;

Bacia 03 - Urbi Mobilidade Urbana - Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo I e II, Recanto das Emas e Samambaia;

Bacia 04 - Auto Viação Marechal - Guará, Park Way de Arniquireiras, Águas Claras, Taguatinga (ao sul da Hélio Prates) e Ceilândia;

Bacia 05 - Expresso São José - Sia, Saan, Sof Norte, vila Estrutural, Vicente Pires, Taguatinga (ao norte da Hélio Prates – M Norte), Ceilândia Norte e Brazlândia.

Além destas operadoras, existe também a TCB, empresa pública que opera na região central do Plano Piloto, e ainda, cooperativas responsáveis pelas linhas alimentadoras do Sistema que operam nas cidades satélites, são elas:

- Coobrataete
- Cootarde
- Coopertran
- Coopatag / DF

O Serviço Básico compreende linhas dos modos rodoviário (Decreto nº 26.501/05) que é o mais importante e significativo do STPC/DF e o metroviário (Decreto nº 26.516/05).

O modo rodoviário utiliza veículos do tipo micro-ônibus, convencional, alongado, padron e articulado, num total de 2.947 veículos alocados e é composto de 898 linhas que segundo suas características são classificadas em:

- - Metropolitana 1 (Ligação Curta):
 - Cidade-Satélite / Plano Piloto.
- - Metropolitana 2 (Ligação Longa):
 - Cidade-Satélite / Plano Piloto.
- - Metropolitana 3 (Ligação Intermediária):
 - Cidade-Satélite / Cidade-Satélite;
 - Cidade-Satélite / Plano Piloto.
- - Urbana 1 (Circular Curta):
 - Cidade-Satélite e Plano Piloto.

- Urbana 2 (Circular Longa):
 - Cidade-Satélite e Plano Piloto.
- Urbana 3 (Circular Interna):
 - Cidade-Satélite.

O Serviço Complementar Rural (Decreto nº 29.735/08), por sua vez, é composto por uma frota alocada de 132 veículos para operar 88 linhas com 34 permissionários cadastrados. O serviço é executado por operadores autônomos, conforme previsto na Lei n.º 407/1993.

O Serviço Complementar Executivo (Decreto nº 32.888/11, Decreto nº 34.103/13 e Resolução nº 4.736/10) é operado pela Sociedade de Transporte Coletivo de Brasília LTDA – TCB, em 3 linhas, com uma frota alocada de 3 veículos.

Dados operacionais do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal

O Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal transportou em média, 31.697.140 passageiros/mês em 2016, resultando em um aumento de aproximadamente 12,20% em relação ao número apresentado em 2015. Esse número refere à registros nos validadores dos ônibus do STPC/DF.

As tarifas do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal são divididas em duas: Urbanas e Metropolitanas. Com os seguintes valores:

- Urbana 1 (local curta) - R\$ 2,25
- Urbana 2 (local longa) - R\$ 3,00
- Urbana 3 (cooperativas) - R\$ 2,25
- Metropolitana 1 (ligação entre satélites próximas) - R\$ 3,00
- Metropolitana 2 (ligação entre satélites distantes e/ou para o Plano Piloto) - R\$ 4,00
- Metropolitana 3 (Metropolitana 1 promocional) - R\$ 3,00
- Rural 1 – R\$ 3,00
- Rural 2 – R\$ 3,00
- Rural 3 – R\$ 4,00
- Rural 4 – R\$ 3,00
- Executivo TCB (113) – R\$ 10,00

As atividades realizadas no exercício de 2016 referentes ao controle econômico-financeiro do STPC/DF basearam-se em:

- No cálculo diário dos valores a repassar às concessionárias;
- No controle da diferença entre os valores da tarifa técnica e da tarifa usuário, para permitir o cálculo do subsídio repassado pelo GDF;
- Na realização de estudos para o Reajuste das Tarifas Técnicas das operadoras concessionárias;
- No acompanhamento dos indicadores econômicos;
- Na prestação de contas mensal, relativos aos repasses dos subsídios dos Programas Passe para Portadores de Necessidades Especiais - PNE e Passe Livre Estudantil – PLE;
- No estudo técnico-jurídico da reestruturação das Instruções nºs 90/2015 e 91/2015;
- Na realização de estudos dos custos por quilômetro e efetivo total das operadoras, a partir do cálculo dos coeficientes básicos de consumo e parâmetros operacionais;
- No acompanhamento dos dados operacionais tais como demanda, quilometragem e IPK das operadoras;
- Na determinação da tarifa usuário média e da tarifa técnica média por mês, das operadoras;
- No estudo dos custos por quilômetro relativo ao transporte de estudantes portadores de necessidades especiais (PNE porta a porta);

Conforme Decreto nº 33.559/2014 e Instrução nº 150/2015, o DFTRANS tem a responsabilidade de apurar os valores relativos ao repasse do complemento tarifário, referente à diferença das tarifas técnicas e usuário, totalizando em 2016, o montante de R\$ 190.746.398,56.

A apuração dos valores relativos aos repasses dos cartões Cidadão e Vale Transporte – VT, das operadoras do STPC/DF foram os seguintes: R\$ 204.876.218,76

Também o DFTRANS procedeu à apuração dos valores no exercício de 2016 relativos aos subsídios PNE e PLE, das operadoras do STPC/DF sendo os seguintes valores apurados: PLE: R\$ 308.949.728,27 e PNE: R\$ 99.692.845,13

Com esse montante foram beneficiados uma média de 203.393 alunos com o Passe Livre Estudantil – PLE e 48.547 pessoas Portadoras de Necessidades Especiais – PNE.

Para a apuração dos subsídios PNE e PLE, foi realizado o acompanhamento dos acessos de forma geral, comparando-se as variações entre a quinzena apurada e a quinzena anterior, utilizando-se ferramenta para a detecção de possíveis inconformidades e/ou inconsistências, conforme determina a Instrução nº 90/2015 e evidenciado em todos os processos de pagamento dos subsídios PNE e PLE.

O DFTRANS elaborou também diversos estudos, visando o aprimoramento de suas ações:

- Simulação do valor da tarifa técnica com a substituição dos veículos com motor dianteiro para traseiro das concessionárias do STPC;
- Simulação da redução dos subsídios (complemento tarifário) com a publicação do Decreto nº 37.940/2016;
- Acompanhamento dos indicadores econômicos para a simulação do reajuste das tarifas técnicas do ano de 2017;
- Desenvolvimento de metodologia para o estabelecimento dos percentuais de repartição tarifária do movimento integrado do STPC/DF;
- Ajuste de metodologia para a simulação dos valores devidos pela operação branca do Expresso DF/Sul (BRT), conforme recomendação da Controladoria-Geral do DF.

Alterações Operacionais no Sistema de Transporte Público do Distrito Federal

Uma das iniciativas de ajuste no sistema de transporte público do DF foi tirar de circulação linhas pouco utilizadas e uni-las às opções já existentes. Cinco regiões administrativas tiveram a racionalização das linhas de ônibus durante o ano de 2016. O objetivo das alterações visou diminuir o tempo de espera dos passageiros nas paradas, a aumentar a quantidade de viagens e à inclusão de itinerários semelhantes em uma única linha.

As opções tornaram-se mais confiáveis e a oferta de transporte maior, porque os veículos ficaram concentrados em menos rotas. A mudança levou em conta os trajetos com pouca demanda.

Foram realizadas as seguintes intervenções no Sistema de Transporte Público Coletivo do DF:

Atividades	2016							Total
	Área 1	Área 2	Área 3	Área 4	Área 5	Área 6	Área 7	
Alteração de tabela horária e/ou frota, extensão, denominação, ponto de controle e tempo de percurso, atualização de box	376	188	231	209	349	11		1.364
Criação de Linhas	2	3	3	5	0	0		13
Operacionalização de linha	0	0	2	0	4	0		6
Suspensão/Desativação de operação de linha	3	3	23	2	19	1		51
Reativação de linha	0	0	0	0	0	0	0	0
Compartilhamento de linha	1	1	4	0	0	0		6

Registramos também outras alterações que resultaram em melhorias para os usuários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal:

Tipo de Intervenção	Discriminação
Ampliação de cobertura e do atendimento.	Águas Claras Balão do Periquito "Riacho Fundo II" Candangolândia Jardim Botânico Jardins Mangueiral "São Sebastião" Paranoá Parque Pôr do Sol "Ceilândia" Samambaia Sol Nascente "Ceilândia" Vila dos Deficientes Visuais "Riacho Fundo I" Vila Madureira "Ceilândia"
Criação de postos de atendimento ao Estudante	Na Hora de Ceilândia Na Hora do Gama Na Hora de Taguatinga Sul
Criação de mais um posto de entrega de cartões Passe Livre Estudantil	Rodoviária Plano Piloto
Melhoria na qualidade dos aplicativos do Sistema de Transporte Público	Google Transit – Pesquisa a origem e destino das linhas que passam no ponto. DF no Ponto – Pesquisa todas as linhas, Itinerários e Horários

Além dessas alterações realizadas no Sistema, foram atendidas também solicitações de sinalização de paradas de ônibus, bem como implantação de abrigos:

1. Implantação de 23 (vinte e três) placas de sinalização de parada de ônibus:

- Região Administrativa de Águas Claras – 02 (duas) placas de sinalização de parada de ônibus;

- Região Administrativa de Brasília – 02 (duas) placas de sinalização de parada de ônibus;
 - Região Administrativa do Itapoã – 01 (uma) placa de sinalização de parada de ônibus;
 - Região Administrativa do Lago Norte – 01 (uma) placa de sinalização de parada de ônibus;
 - Região Administrativa de Planaltina – 04 (quatro) placas de sinalização de parada de ônibus;
 - Região Administrativa do Recanto das Emas – 01 (uma) placa de sinalização de parada de ônibus;
 - Região Administrativa do Setor Complementar Indústria e Abastecimento – Cidade Estrutural – 10 (dez) placas de sinalização de parada de ônibus;
 - Região Administrativa de Taguatinga – 01 (uma) placa de sinalização de parada de ônibus;
 - Região Administrativa de Vicente Pires – 01 (uma) placa de sinalização de parada de ônibus;
2. Implantação de 27 (vinte e sete) abrigos de passageiros de ônibus, tipo “Cemusa”:
- Região Administrativa de Águas Claras – 01 (um) abrigo de passageiros de ônibus;
 - Região Administrativa de Brasília – 11 (onze) abrigos de passageiros de ônibus;
 - Região Administrativa do Jardim Botânico – 04 (quatro) abrigos de passageiros de ônibus;
 - Região Administrativa do Lago Norte – 03 (três) abrigo de passageiros de ônibus;
 - Região Administrativa de Taguatinga – 08 (oito) abrigos de passageiros de ônibus;

Atividades de Planejamento e Gestão do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal

Atividades	2016							Total
	Área 1	Área 2	Área 3	Área 4	Área 5	Área 6	Área 7	
Visitas técnicas realizadas	9	4	7	17	11	3	-	51
Pesquisas de campo realizadas pelos técnicos lotados nas Bacias	0	2	0	0	3	3	-	8
Participação em reuniões externas	2	4	3	11	32	5	-	53
TAG/OUV-DF respondidos durante o ano	-	-	-	-	-	-	-	886
Quantidade de documentos respondidos	118	104	100	98	114	210	-	744
Pesquisas realizadas pelo Núcleo de Monitoramento e Pesquisa	-	-	-				60	60
Monitoramentos realizados	-	-	-				144	144
Participação em reuniões externas pelo Núcleo de Monitoramento e Pesquisa	-	-					22	22
Quantidade de documentos respondidos pelo Núcleo Pesquisa	-	-					74	74
Quantidade de relatórios produzidos	-	-					60	60

Atividades realizadas:

Boxes na Rodoviária do Plano Piloto foram reorganizados

Com a nova disposição, os ônibus foram organizados por bacia, e, conseqüentemente, por empresa. Além de facilitar a localização das linhas pelos passageiros, facilitou também a fiscalização.

Criação do Comitê Regulamentador do Sistema de Bilhetagem Automática

O Comitê Regulamentador do Sistema de Bilhetagem Automática, criado por meio do Decreto nº 37.067/2016, elaborou normas para que as empresas de transporte público de Brasília assumam a comercialização de créditos do Sistema de Bilhetagem Automática. Atualmente está a cargo do DFTrans as atividades que inclui cadastros e emissão dos cartões.

Com a mudança, o DFTrans seguirá atuando como gestor do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF, visando proporcionar mais segurança e comodidade para o usuário.

Presidido pelo Secretário de Mobilidade, o Comitê é composto por mais dois representantes da SEMOB, dois do DFTrans, um da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (Metrô-DF) e um da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB). Estes dois últimos compõem o comitê como membros consultivos, sem direito a voto.

A criação do Comitê atende à Lei Distrital nº 4.011, de 2007. Nela estão previstas responsabilidades das empresas do transporte público, como a contratação, o aluguel ou o arrendamento mercantil do Sistema de Bilhetagem Automática sendo as operadoras responsáveis pela comercialização dos créditos em conjunto.

Recadastramento para o Passe Livre Estudantil

O DFTrans realizou um novo cadastro de estudantes das redes pública e particular de Brasília para que os mesmos tenham acesso ao benefício do Passe Livre Estudantil. Os interessados preencheram um formulário que foi disponibilizado via WEB. Com as informações fornecidas pelos estudantes, o DFTrans fez o cruzamento com os dados

enviados pelas instituições de ensino e, com a adoção dessa medida foram excluídos da base de dados 50.000 estudantes que não tinham direito ao benefício o que gerou economia aos cofres públicos do Distrito Federal.

Renovação de frota de micro-ônibus que opera em Brazlândia

Dez novos micro-ônibus foram disponibilizados para atender a região administrativa de Brazlândia. Os veículos antigos foram substituídos porque atingiram a idade de 7 anos, que é a idade máxima permitida determinada pela Resolução nº 176 do Conselho de Transporte Público Coletivo do DF.

Terminais Inaugurados

Foram inaugurados em 2016, 12 (doze) Terminais Rodoviários, sendo situados nas seguintes regiões administrativas: Guará I, Guará II, Cruzeiro, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Recanto das Emas I, Recanto das Emas II, Paranoá, Taguatinga - M Norte, Ceilândia - P Sul. Com a entrada desses novos terminais em operação, o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal conta atualmente com 38 (trinta e oito) terminais. Além da disponibilização de serviços de vigilância, limpeza e conservação, novas salas passaram a acomodar as empresas que operam regularmente as bacias.

Terminal Rodoviário da Asa Norte

Para atender as determinações do Ministério Público do Trabalho, em função das condições inadequadas que os rodoviários encontravam-se no ponto de soltura localizado no fim da Asa Norte, em outubro/2016 foram iniciadas as obras para a construção Terminal Provisório da Asa Norte.

Operações nas Estações BRT's e Terminais Rodoviários com apoio de outras Instituições da Administração Pública

Operações realizadas juntamente com órgãos parceiros, com o objetivo de combater o comércio ambulante e o transporte irregular, gerando maior conforto e segurança aos usuários e permissionários.

- 1) Terminal Rodoviário de Brazlândia – operação conjunta com a AGEFIS e a PMDF, no combate ao comércio ambulante;
- 2) Terminal Rodoviário do Gama – foram realizadas duas operações no Terminal, ambas executadas com êxito, resultando em várias apreensões de mercadorias irregulares e desocupação de espaço público;
- 3) Terminal Rodoviário de Planaltina – operação realizada em parceria com o Detran e a SUFISA, visando o combate ao transporte irregular na cidade.

Pode-se incluir também as operações de limpeza, realizadas em todos os Terminais Rodoviários e BRTs com o intuito de mantê-los limpos e conservados. Estas foram realizadas por meio de um cronograma planejado semanalmente com o apoio da SLU e da Administração Regional da Candangolândia, que cederam os caminhões pipas. Foram registrados o total de 40 operações realizadas entre julho/2016 e dezembro/2016.

Outras operações também foram realizadas com base nas notificações emitidas aos Permissionários dos Terminais Rodoviários, norteadas pela Lei 4954 de 29 de outubro de 2012, a fim de manter os padrões e regularização fiscal e legal para exercício de comércio nas dependências dos Terminais.

Em 2016 foram emitidas 107 notificações em todos os Terminais:

- 1) Operação M Norte – desocupação de loja com situação fiscal irregular a mais de 5 anos;
- 2) Operação Sobradinho – desmobilização com retirada de ocupante, com situação documental irregular;
- 3) Operação Brazlândia 1 – demolição de loja construída em espaço público e sem nenhum tipo de documentação regular;
- 4) Operação Brazlândia 2 – desocupação de loja com o intuito de melhorar a operação de empresa operadora local, feita a transferência e mudança para novas instalações.

Eventos realizados nos Terminais e autorizados pelo DFTRANS

Diversas entidades, comunidades, órgãos e usuários solicitaram autorizações para realizações de eventos nos Terminais Rodoviários, objetivando um ambiente mais social e diversificado com atendimento aos interesses dos usuários, rodoviários e público em geral. A UARB assiste aos eventos com realização autorizada na Rodoviária de Brasília, podendo ser de natureza variada, com ou sem fins lucrativos, de interesse público ou particular. Os eventos são regidos pela Instrução nº 269, de 26 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial nº 184, de 28 de setembro de 2016. Foram registradas 34 autorizações no período de jan/2016 a dez/2016, dentre elas podemos citar:

1) Termo de Autorização nº 26 – Para a realização da ação social “10 anos da Lei Maria da Penha”. Solicitado pelo presidente do CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL, DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB. O evento foi realizado na Rodoviária do Plano Piloto, no dia 25 de agosto de 2016.

2) Termo de Autorização nº 31 – Para a realização de um evento com o objetivo de levar orientação ao público que circula na Rodoviária em relação a importância de se preparar para o desligamento do sinal analógico de TV. Solicitada pela Diretora Executiva da Associação das Indústrias de Eletroeletrônico de base tecnológica nacional. O evento foi realizado na Rodoviária do Plano Piloto, no dia 20 de outubro de 2016.

3) Embarque Cultural – O Projeto oferece cultura e arte com a participação de artistas de várias Regiões Administrativas do Distrito Federal, tendo como palco principal os Terminais Rodoviários. Em 2016 foi desenvolvido seu projeto piloto no Terminal Guara II;

4) Projeto Ponto Final – confraternização realizada com o objetivo de unir e melhorar a comunicação entre órgãos da Administração Pública localizados no mesmo prédio, DFTrans, SEJUS e ADASA;

5) Inaugurações dos Terminais – realização de cafés da manhã nas inaugurações realizadas pela SEMOB, com apoio de empresas operadoras e Administrações Regionais locais;

6) Secretaria de Cultura do Distrito Federal – Virada Viva - 30/12/2016 e 31/12/2016;

7) Secretaria de Estado de Saúde – Campanha Dia Nacional de Combate ao Câncer - 28/11/2016;

8) Secretaria de Estado de Saúde – Dia Nacional de Combate ao Câncer – 28/11/2016;

9) Ordem dos Advogados do Brasil/OAB – 10 Anos da Lei Maria da Penha – 25/08/2016;

10) Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – Abertura Solene da Semana Nacional de Mobilização de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – 25/07/2016;

11) Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – Ação de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas – 07/07/2016;

12) Associação Brasileira de Enfermagem – Tenda da Saúde – 14/05/2016;

13) Ordem dos Advogados do Brasil/OAB – Dia da Cidadania – 04/05/2016;

14) Associação Médica de Brasília/AMBR – XII Feira da Saúde Brasília – 23 e 24/09/2016;

15) Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios/TJDFT – Campanha Nacional Justiça pela Paz – 07 a 11/03/2016;

16) Feiras de artesanato;

17) Instituições religiosas,

18) Cias de teatro;

19) Emissoras de Televisão;

20) Instituições educacionais;

21) Empresas privadas com fins lucrativos;

22) Empresas privadas sem fins lucrativos;

23) Organizações não-governamentais – ONGs;

24) Pessoas físicas.

Geração de Novos Parcelamentos de Dívidas dos Permissionários que Ocupam Espaço nos Terminais

Atividade precedida de auditoria dos pagamentos realizados pelos permissionários no período de Novembro/2009 ao último mês de 2016 com boletos gerados.

A auditoria torna-se necessária devido à antiga forma de geração de boletos, por meio do site da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, que permitia que o permissionário recolhesse qualquer valor, a qualquer tempo, para quitação das Cotas de Rateio e Preço Público de Ocupação.

Tal prática possibilitava o pagamento equivocado, tanto dos valores quanto das datas de vencimento, motivo pelo qual fez-se necessária a auditoria, para apuração de possíveis débitos advindos desses erros.

Portanto, as atividades desenvolvidas pelo DFTRANS para proceder à Geração de Novos Parcelamentos consistiram, dentre outras, na auditoria dos pagamentos realizados no período de 11/2009 a 2016, mês a mês, para cada um dos permissionários individualmente; até junho/2016 este trabalho era realizado manualmente no SINET e com a implementação do novo sistema, dentro do SIT, os dados foram migrados de um sistema para o outro, porém ainda apresentaram muitas inconsistências que precisaram ser corrigidas manualmente, sendo esta a fase mais demorada do processo, e mais suscetível a erros.

Registro Fotográfico da Implantação de Placas de Sinalização

Locais e tipos de placas implantadas:

Taguintatinga:



Terminal “M” Norte

- 10 (dez) placas especiais (BOX DE TERMINAIS)
- 01 (uma) placa exclusiva p/ônibus
- 01 (uma) placa proibida trânsito de pedestre
- 02 (duas) placa motociclista, veículo
- 02 (duas) placas proibido veículos automotores

Terminal “Tag. Sul”

- 08 (oito) placas especiais (BOX DE TERMINAIS)

Terminal “M Norte”

- 08 (oito) placas especiais (BOX DE TERMINAIS)

Cruzeiro:



- 08 (oito) placas especiais (BOX DE TERMINAIS)

Ceilândia :



- 01 (uma) placa ADM DFTRANS – SETOR “O”

Guará I:

- 06 (seis) placas especiais (BOX DE TERMINAIS)

Guara II:



- 01 (uma) placa Exclusivo ônibus
- 01 (uma) placa Proibido Retornar
- 01 (uma) placa Proibido Parar
- 01 (uma) placa Exclusivo ADM
- 08 (oito), placas especiais (Box De Terminais)

Gama:

- 10 (dez) placas especiais (Box De Terminais)
- 01 (uma) placa proibido pedestre BRT(Gama)

Recanto Das Emas:

- 20 (vinte) placas especiais (BOX DE TERMINAIS)

Riacho Fundo I:

- 08 (oito) placas especiais (Box De Terminais)

Riacho Fundo II:

- 10 (dez) placas especiais (Box De Terminais)

Paranoá:

- 08 (oito) placas especiais (Box De Terminais)
- 03 (três) placas (parada de ônibus)
- 02 (duas) placas (circulação exclusiva p/ônibus)

Samambaia Norte:

- 16 (dezesesseis) placas especiais (Box De Terminais)
- 01 (uma) placa Exclusiva de ônibus

Brazlândia:

- 02 (duas) placas proibido estacionar

Diversos Locais do DF:



- 40 (quarenta) Placas de parada de ônibus em diversos locais do Distrito Federal.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	400.000	225.000	111.756	111.757
6167 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DFTRANS- PLANO PILOTO	400.000	225.000	111.756	111.757
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	4.000.000	7.929.231	6.690.705	5.924.324
0010 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-DFTRANS- PLANO PILOTO	4.000.000	7.929.231	6.690.705	5.924.324
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	100.000	82.500	0	0
0025 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DFTRANS- DISTRITO FEDERAL	100.000	82.500	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	400.000	1.967.855	1.693.338	1.605.516
0055 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DFTRANS- PLANO PILOTO	400.000	1.967.855	1.693.338	1.605.516
TOTAL DO PROGRAMA 0001	4.900.000	10.204.586	8.495.799	7.641.596

Em 2016, o DFTRANS realizou Termo de Convênio com o Tribunal de Justiça do DF para quitação de Requisições de Pequeno Valor (RPVs), realizou o recolhimento para o PIS/PASEP dos servidores e ressarcimentos referente a requisição de servidores cedidos de outros Órgãos. Foram efetuadas 41 indenizações de transporte durante o ano.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	110.000	61.150	52.900	52.900
2496 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DFTRANS- PLANO PILOTO	110.000	61.150	52.900	52.900
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	6.500.000	1.300.000	0	0
5302 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	6.500.000	1.300.000	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.500.000	797.654	776.111	539.764
2631 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DFTRANS- PLANO PILOTO	2.500.000	797.654	776.111	539.764
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	53.000	248.434	2.730	2.730
9745 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DFTRANS- PLANO PILOTO	53.000	248.434	2.730	2.730
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	85.000	55.250	0	0
0083 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DFTRANS- PLANO PILOTO	85.000	55.250	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	24.893.247	23.330.011	23.126.484	23.126.484
0080 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DFTRANS- PLANO PILOTO	24.893.247	23.330.011	23.126.484	23.126.484
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.500.000	1.500.000	910.460	910.460
0072 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DFTRANS- PLANO PILOTO	1.500.000	1.500.000	910.460	910.460
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	400.000	217.965	98.165	85.805
0025 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - DFTRANS- PLANO PILOTO	400.000	217.965	98.165	85.805
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	17.916.864	13.978.481	7.391.603	6.199.145
0076 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- DFTRANS- PLANO PILOTO	17.916.864	13.978.481	7.391.603	6.199.145
TOTAL DO PROGRAMA 6001	53.958.111	41.488.945	32.358.452	30.917.287

Em 2016, 86 servidores do DFTRANS foram capacitados distribuídos em 84 cursos, 7 Workshops, 23 palestras, 1 Seminário e 1 Congresso.

Esta Unidade orgânica participou, coordenou e acompanhou ativamente o programa de recadastramento estudantil, iniciado em março de 2016.

Para ação de recadastramento do PLE não houve investimentos financeiros por parte do DFTRANS (a não ser a contratação do SERPRO para validação dos CPF's de estudantes), mesmo assim é importante destacá-lo no presente documento.

O DFTRANS, em busca da melhor qualidade dos dados armazenados no SBA, participou da elaboração da Portaria Conjunta nº 05 de 24/02/2016 que dispõe sobre o processo de cadastramento, recadastramento e atualizações de dados relacionados à prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, do Sistema de Bilhetagem Automática e de outras providências.

A Diretoria do DFTRANS, juntamente com os servidores tomaram a decisão de manter os serviços nos pontos do SBA, trabalhando das 5 horas da manhã às 22 horas, de segunda a sexta, até que fosse concluída licitação para contratação de uma nova empresa que daria continuidade aos serviços do SBA. Essa ação visou evitar uma nova renovação de contratação emergencial e evitar a interrupção dos serviços.

A publicação da Portaria Conjunta nº 05/2016, foi o primeiro passo para realizar uma limpeza na base de dados do Passe Livre Estudantil, criando rotinas e procedimentos que facilitaram o cruzamento dos dados com bases oficiais de Governo, dentre as quais a da Receita Federal do Brasil, através da validação dos CPFs e CNPJs, Ministério da Educação, através dos cursos e Instituições de Ensino aprovadas pelo MEC, Secretaria de Educação, através da constatação de registro de matrícula dos alunos matriculados na rede pública de ensino.

Buscamos parceria com o Consórcio RMTTC da cidade de Goiânia-Goiás, para entender a logística de cadastramento de estudantes e quais os sistemas utilizados. Além disso, foi implementado o SCIE – Sistema de Cadastro de Instituições de Ensino em que as Instituições necessitam dar cumprimento ao Inciso I, § 4º, Artigo I, conforme a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010 que dispõe sobre a concessão de direito ao Passe Livre Estudantil - PLE nas modalidades de transporte público coletivo: “a frequência do estudante será informada mensalmente ao órgão de que trata o § 3º, pelo estabelecimento de ensino, via web, na forma disciplinada pelo Poder Executivo.”

O DFTRANS implantou sistemas que informatizaram as solicitações de segunda via de cartão estudantil, assim como a solicitação de aumento de acesso de forma a apresentar a devida justificativa e documentação que comprove a necessidade. Ainda em 2016, foi implantado sistema para que todo cidadão que extravie o seu cartão que possibilita acesso ao STPC, possa solicitar o bloqueio imediato, impedindo assim evasão dos seus créditos.

Segue alguns dados sobre as ações acima citadas:

Ações	Solicitados	Atendidos/contemplados/Aprovados
Cadastrados de estudantes	298.524	240.000
Solicitações de segunda via de cartões estudantes	49.097	21.931
Solicitações de aumento de acesso para estudantes	27.501	18.636
Cadastrados de estudantes bloqueados - que não voltaram a fazer uso	*	50.000 (aproximadamente)
Solicitações de bloqueio de cartão por parte do usuário (implantado em novembro de 2016)	779	779

Paralelo a estas ações, iniciamos tratativas com a Controladoria Geral do DF – CGDF para implementação de ferramenta de Business Intelligence – BI, STRATEGY, com licença de uso compartilhado e perpétuo para este órgão, sem ônus para a Autarquia. Os servidores da DTI iniciaram o treinamento do uso da ferramenta na CGDF.

Internamente, foi implantado o Sistema de Demanda de Logística, o Sistema de demanda de infraestrutura de TI, Sistema de Demanda Interna (disponível para os setores que desejam fazer uso do mesmo) e está em fase de testes dos sistemas de solicitação de veículos institucional para serviços fora do DFTRANS.

Foi realizado um total de 10 Pregões Eletrônicos, dentre os mais relevantes o apoio operacional ao Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, serviços técnicos na área de Tecnologia da Informação, aquisição de cartões inteligentes (Smart Card Contactless).

Foram firmados em 2016 um total de 37 contratos, dentre eles Serviço de apoio operacional para atuar no SBA, fornecimento de energia elétrica, serviços a serem executados por sentenciados da Funap – Fundo de Amparo ao Trabalhador Preso, aquisição de material de expediente diversificados, aquisição de Ribbons e Kits de limpeza para impressora de cartão PVC para impressão dos cartões estudantis e gratuidades, serviço de consulta às bases de dados dos sistemas CPF e CNPJ da Receita Federal visando propiciar a credibilidade às informações prestadas pelos estudantes em relação ao passe livre estudantil, serviços de manutenção de extintores, ar condicionados e elevador e serviços técnicos especializados na área da Tecnologia da Informação.

Houve contratação do DFTrans para fornecimento de vales transportes no exercício de 2016, Entre esses contratos estão: Estado do Tocantins; Secretaria da Criança; CEB Distribuição S.A.; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Novacap e Comitê Rio 2016.

Foram renovados/firmados convênios, no exercício de 2016 com: TJDFT – Cooperação mútua de RPV's e Precatórios; BRB – Distribuição e recarga de Bilhete Único; Receita Federal – Validação de CPF e METRÔ – Cooperação técnica entre o Metrô e o DFTrans.

Foram firmadas as seguintes cessões no exercício de 2016: Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável – Cessão de bens móveis (armários); BRB – Equipamentos de POS para recarga de cartões; Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP/DF – Cessão de quatro aparelhos de ar condicionado e ASSETRANSP – Cessão de sala no subsolo da sede da DFTrans.

Foram realizados no exercício de 2016 os seguintes Termos de Cessão de Uso de Bem Imóvel: BRB – Cessão de uso de bem imóvel situado no Terminal Rodoviário de Brazlândia e BRB – Cessão de uso de bem imóvel situado no Terminal Rodoviário do Gama Centro.

Foi firmado no exercício de 2016 o Termo de Compromisso com a Associação Recicle à Vida para Coleta Seletiva em todas as unidades da DFTrans, englobando SBA e os Terminais Rodoviários.

No exercício financeiro de 2016 foram realizadas diversas pesquisas de preço com o objetivo de propiciar a renovação contratual dos seguintes objetos:

- Transporte de valores;
- Adesão a Ata para aquisição de água mineral;
- Adesão a Ata para aquisição de capa de processos;
- Aquisição de combustível;
- Dispensa de licitação para FUNAP;
- Serviço de limpeza e conservação;
- Adesão a Ata para aquisição de Material elétrico;
- Inexigibilidade para Serviços Postais;
- Inexigibilidade para contratação do SERPRO;
- Adesão a Ata para aquisição de copos descartáveis e de vidro;
- Adesão a Ata para Dedetização (não realizada a adesão);
- Aquisição de persianas;
- Dispensa de preço para aquisição de jornal e revista;
- Publicação em jornal de grande circulação;
- Aquisição de açúcar;
- Manutenção do ar condicionado;
- Credenciamento Público para Boleto de Cobrança;
- Inexigibilidade para Serviço de Manutenção Corretiva e Adaptativa do Site;
- Serviço de vigilância;
- Estágio de alunos;
- Manutenção do elevador;
- Aquisição de bobinas;
- Suporte Técnico para Solução em Tecnologia da Informação;
- Adesão à Ata para Extintores;
- Telefonia fixa;
- Aquisição de motor elétrico para ar condicionado;
- Manutenção de refrigeradores (arquivado sem contratar);
- Aquisição de brindes para semana de trânsito (arquivado sem contratar);
- Aquisição de desfibrilador;
- Construção de abrigos;
- Ferramenta de pesquisa de preços;
- Aquisição de relógio para ponto eletrônico;
- Aquisição de cartões inteligentes (Smart Card Contacless) que tem o objeto de atender as demandas por cartões do passe livre estudantil, PNE's e gratuidades;
 - Alamedado para cercamento dos terminais rodoviários, promovendo maior segurança para os passageiros do sistema de transporte público do DF;
 - Aquisição de película Insulfilm;
 - Aquisição de vidros laminados para reposição dos danificados nas estações dos BRT's;
 - Material de construção para reparo do telhado do DFTrans.

Campanhas de Comunicação com os Usários

Tendo em vista informar à população do DF sobre as inovações no transporte público, foram elaborados por este DFTRANS materiais gráficos realizados juntamente com a Secretaria de Publicidade do Distrito Federal, tais como:

NOVA LINHA NO POR DO SOL

uma conquista para a comunidade

933.2

a partir de

19/03

Por do Sol

Terminal P.Sul
Via P4
Guariroba
Feira dos Góios
Taguacenter

HORÁRIOS | DIAS ÚTEIS

5:00	5:26	5:52	6:18	6:44	7:10	7:36	8:02
8:28	8:54	9:20	9:46	10:12	10:38	11:04	11:30
11:56	12:22	12:48	13:14	13:40	14:06	14:32	14:58
15:24	15:50	16:16	16:42	17:08	17:34	18:00	18:26
18:52	19:18	19:44	20:10		21:02		21:54

SÁBADO | DOMINGO

5:00	5:51	6:42	7:33	8:24	9:15	10:06	10:57
11:48	12:39	13:30	14:21	15:12	16:03	16:54	17:45

www.marechalbrasil.com.br

APDIO
Administração Regional de Oatlandia
DFTRANS
Secretaria de Mobilidade
GOVERNO DE BRASÍLIA

DFTRANS informa:

NOVA DISTRIBUIÇÃO DE LINHAS NAS PLATAFORMAS DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO A PARTIR DO DIA 16/01 (SÁBADO).

Linhas que tiveram alterações afetadas

A

A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	A11	A12	A13	A14	A15	A16
108.5	108.8	0.108	0.108	0.115	0.620	136.7	0.768	0.764	0.761	0.751	197.1	180.1	0.126	0.104	
108.6	108.4			115.1	0.651	0.518				100.2	0.790	147.3	180.2	136.1	184.1
108.0	108.7			115.2	0.431	0.561				0.783	766.1	0.195	0.180	136.5	184.2
						759.1				100.3	0.759	0.147		136.3	0.111
						0.742									
						0.161									
						0.740									
						101.0									

Os boxes foram invertidos: Embarque do Gama - boxes 1 e 2
Embarque de Santa Maria - boxes 3 e 4

B

C

C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	C11	C12	C13	C14
15.1.2	0.338	154.3	0.300	0.582	0.106	0.136	166.8	0.122	0.814	0.110	0.132	183.1	0.164
162.1	0.162		300.1	0.383	306.1	0.554	0.400	0.324	314.1	0.382	0.331	343.2	0.385
			327.1	381.1	306.2	336.1	3.403	3.221	314.2	0.506	0.343	234.4	0.596
					306.3	324.6	0.404	3.222	314.3	0.588	0.552	343.3	0.592
							0.405			0.600	312.3	343.6	343.1
							0.420			920.1	311.2	363.9	381.1
							400.2			920.2	382.1		381.2
										316.1			
										920.4			

D

D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8
0.810	0.334	0.821	0.373	0.150	0.177	0.809	0.870
0.131	394.1	0.823	373.2	60.1	172.7		870.1
0.674	0.300		373.3				0.801
0.871	180.2						0.802

E

E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14
124.3	0.124	156.1	0.158	0.150	0.179	0.143	0.140	0.114	107.1	0.107	0.126	0.116	116.1
	124.2		158.5	0.152	152.1	143.1	140.1		179.1				116.2
			158.6	152.5	152.2		0.108						
					152.3								

Mais informações: www.dftrans.df.gov.br ou 156 opção 4

DFTRANS
Secretaria de Mobilidade
GOVERNO DE BRASÍLIA

ATENÇÃO USUÁRIO

Mudança no itinerário da linha 108.7 a partir do dia 15 de fevereiro.

TCB

Para melhorar o atendimento no Setor Militar Urbano e no SIG, a LINHA 108.7 (Rodoviária do Plano Piloto QGEx/SMU) terá o seu itinerário ampliado, com maior número de viagens.

Os horários e o itinerário da linha 108.4 serão atendidos pela linha 108.7.

TCB
Secretaria de Mobilidade
GOVERNO DE BRASÍLIA
DFTRANS

ATENÇÃO

A RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO PASSARÁ POR REFORMAS PARA MELHOR ATENDER O USUÁRIO DO STPC

A partir do dia 7 de maio, os **BOXES 9 a 14**, localizados na **PLATAFORMA E**, passarão por reformas e serão interditados temporariamente. O embarque e desembarque das linhas que paravam nesses boxes serão remanejados entre os **BOXES 1 e 8** da mesma plataforma. Confira alterações na tabela:

COMO ERA

Linha	Box	Embarque e desembarque
0.314	E09	Vai para o Box E06
107.1	E10	Vai para o Box E08
179.1	E10	Vai para o Box E06
0.109	E11	Vai para o Box E08
0.128	E12	Vai para o Box E03
0.316	E13	Vai para o Box E02
116.1	E14	Vai para o Box E01
116.2	E14	Vai para o Box E01
0.150	E05	Vai para o Box E04
0.152	E05	Vai para o Box E04
0.179	E06	Vai para o Box E05

Para melhorar o fluxo durante a reforma, serão criados 3 **BOXES** temporários na lateral da **PLATAFORMA E**, para o embarque e desembarque das seguintes linhas:

COMO ERA

Linha	Box	Embarque e desembarque
0.124	E02	Box 1 lateral
124.2	E02	
124.3	E01	
0.103	E03	Box 2 lateral
103.2	E08	
0.140	E08	Box 3 lateral (somente desembarque)
140.1	E08	

SECRETARIA DE MOBILIDADE
DFTRANS
Secretaria de Mobilidade
GOVERNO DE BRASÍLIA

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade
935

**ATENÇÃO
USUÁRIOS DO
TRANSPORTE PÚBLICO**

INVERSÃO DE TRÂNSITO EM TAGUATINGA

**PARADAS
DESATIVADAS**

A partir de 5 de junho, em razão da mudança no sentido da via, alguns pontos de parada serão desativados nas vias Comercial e Samdu.

Para mais informações, favor consultar o site www.dfrans.df.gov.br

* Não haverá alteração nas linhas

Pontos de Parada

- Abrijo Ativo
- Placa Ativa
- Habitual Ativo
- Abrijo Desativado
- Placa Desativada
- Habitual Desativado

DFTRANS Secretaria de Mobilidade **GOVERNO DE BRASÍLIA**

Atenção Estudante!

O Passe Livre Estudantil de quem não resolveu suas pendências será suspenso no dia 6 de junho.

Entre no site www.passelivreestudantil.df.gov.br e regularize sua situação.

DFTRANS Secretaria de Mobilidade **GOVERNO DE BRASÍLIA**

ÁGUAS CLARAS e ARNIQUEIRA

Itinerários alterados para melhor atender aos moradores

A partir do dia 11/06 (sábado), as linhas 0.951 e 959.1 terão os seus itinerários alterados, com melhor atendimento aos moradores de Águas Claras e Arniqueira. São linhas com traçado circular e que oferecem integração com o Metrô. A tarifa é R\$ 2.25. Veja o itinerário no mapa:

Linha 0.951: liga Águas Claras (quadra 301) ao Pistão Sul e chega ao centro de Taguatinga.

Linha 959.1: liga o Areal - Arniqueira a Águas Claras.

Para mais informações, ligue 156 ou consulte o site www.dfrans.df.gov.br

DFTRANS Secretaria de Mobilidade **GOVERNO DE BRASÍLIA**

Atenção, Estudante!

O DFTrans montou um esquema especial de entrega do cartão do Passe Livre Estudantil


Somente neste fim de semana: sábado e domingo (dias 2 e 3 de julho)

- Rodoviária do Plano Piloto (8h30 às 16h)
- Galeria dos Estados (8h30 às 16h)
- UnB - Minhocão Sul (8h30 às 14h)

Passe Livre Estudantil.
Sua conquista que fica.

Combater o fraude é garantir seu direito


DFTRANS Secretaria de Mobilidade **GOVERNO DE BRASÍLIA**



**Jogos Olímpicos
Atendimento Olimpíada**

linha 109.7

Plataforma F




CB **SECRETARIA DE MOBILIDADE** **DETRANS** **SECRETARIA DE MOBILIDADE** **GOVERNO DO BRASIL**

DETRANS INFORMA:

Integração Guarã I e II / SIA / Metrô

Para melhor atender os usuários do sistema que residem no Guarã I e II, a partir do dia 19/09 (segunda-feira), a linha 0.090 terá o seu itinerário alterado, passando pelas vias internas do SIA (trechos 2 e 3).

Veja no mapa o novo itinerário da linha:



Horários

Dias úteis

05:30	05:50	05:53	06:15	06:30	07:02	07:25	07:50	08:20	08:48	09:18	09:50	10:20
10:50	11:15	11:38	12:01	12:24	12:47	13:13	13:40	14:05	14:33	14:59	15:25	15:40
16:13	16:37	17:01	17:27	17:55	18:24	18:54	19:21	19:48	20:15	20:42	21:09	21:36

Sábados

05:30	05:52	06:14	06:35	06:58	07:20	07:42	08:04	08:26	08:48	09:10	09:32	09:54
10:16	10:38	11:00	11:22	11:44	12:06	12:28	12:50	13:12	13:34	13:56	14:18	14:40
15:02	15:24	15:46	16:08	16:30	16:52	17:14	17:36	17:58	18:20	18:42	19:04	19:26
19:48	20:20	20:32	20:54	21:16	21:40							

Domínios e feriados


05:30	05:55	06:20	06:45	07:10	07:35	08:00	08:25	08:50	09:15	09:40	10:05	10:30
10:55	11:20	11:45	12:10	12:35	13:00	13:25	13:50	14:15	14:40	15:05	15:30	15:55
16:20	16:45	17:10	17:35	18:00	18:25	18:50	19:15	19:40	20:05	20:30	20:55	21:20
21:54												

Essa linha permite integração com o Metrô, sendo necessária a utilização dos cartões do SISA, Cidadão e Vale Transporte.

Para mais informações, ligue 156 ou consulte o site www.detrans.df.gov.br


DETRANS **SECRETARIA DE MOBILIDADE** **GOVERNO DO BRASIL**

BRAZLÂNDIA
linha 401.1



Alteração de horários e itinerários

A partir do dia 14 de novembro, a linha 401.1 terá o itinerário e alguns horários alterados para melhor atender a população de Brazlândia - Rodeador (DF 430)



Horários:

Segunda a Sexta - Ida

05:30	11:40	17:10
-------	-------	-------

Segunda a Sexta - Volta

13:10	17:57	18:52	19:35	22:30
-------	-------	-------	-------	-------

Para mais informações, ligue 156 ou consulte o site www.detrans.df.gov.br

Atenção, usuário!



Itinerário alterado da linha 616.4 (Arapoangas - Buritis III - Eixo Norte e Sul)

A partir do dia 29/08 (segunda-feira), a linha 616.4 terá o seu itinerário alterado, para atender aos usuários do Buritis III, em Planaltina. A linha vai passar em frente ao Calc e no Corredor Central de Buritis II/IV; em frente à 31ª DP; subir a quadra 17 de Buritis III, quadra 16 e seguir normalmente até o Jardim Rizzi e Av. Independência, BR-020 com destino ao Eixo Norte/Sul.



Além disso, três novos horários serão acrescentados às linhas circulares 601.1 e 601.2 (os antigos horários seguem operando normalmente):

601.1: 04:20 05:00 05:40

601.2: 04:40 05:20 06:00

■ IDA
■ VOLTA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	390.000	251.261	210.725
8540 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS-DISTRITO FEDERAL	0	390.000	251.261	251.261
TOTAL DO PROGRAMA 6211	0	390.000	251.261	251.261

O DFTRANS assinou o Contrato 10/2016 com a FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso visando assistir e ressocializar sentenciados. Foram assistidas no ano de 2016 pelo DFTRANS 210 pessoas, numa média de 30 pessoas assistidas por mês a partir de junho de 2016.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Durante o ano de 2016 a Ouvidoria da DFTrans, esteve envolvida em trabalhos de divulgação e informação, campanhas educativas relativas ao Transporte Público Coletivo, informações referentes às mudanças ocorridas nas linhas do STPC/DF, nos Box de Parada da Rodoviária do Plano Piloto, esclarecimentos referentes à integração, recadastramento do Passe Livre Estudantil, bem como a participação em vários eventos junto à comunidade e em parceria com outros órgãos do Governo do Distrito Federal. Importante destacar que as demandas registradas pelos usuários, através dos canais de atendimento do TAG, Ouv/DF, Requerimentos, E-sic e E-mail, dentre outros, totalizaram em 2016, 12.502 manifestações, sendo desse total 12.453 respondidas e encerradas.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE**Problemas que Interferiram na Execução de Programas**

Além da insuficiência de recursos financeiros, pode-se citar a quantidade reduzida de recursos humanos que laboram na Autarquia; as limitações em relação ao espaço físico, que muitas vezes não obedecem aos requisitos de segurança do trabalho bem como a falta de manutenção constante do edifício, por impedimentos legais.

Perspectivas para 2017

Para 2017 foram definidos alguns projetos prioritários cujos esforços serão despendidos por parte da Autarquia, a saber:

- Construção de 150 unidades de abrigos;
- Reforma de 150 unidades de abrigos;
- Continuidade do processo de cadastramento e recadastramento de estudantes beneficiários de gratuidade

(PLE);

- Recadastramento de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais beneficiárias de gratuidade (PNE) em conjunto com a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH;

- Gestão do Bilhete Único;
- Gestão do novo Sistema de Bilhetagem Automática;
- Execução das atividades inerentes ao Centro de Supervisão Operacional – CSO/DF;
- Ativação de 04 (quatro) Estações do BRT localizadas em Vargem Bonita, SMPW Q8, Granja do Ipê e

Catetinho.

16.3. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – UO: 26.205

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF é uma autarquia integrante da estrutura administrativa do Distrito Federal e do Sistema Rodoviário Nacional e do Sistema Nacional do Trânsito, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, de acordo com o Decreto nº 36.236 de 01/01/2015 foi vinculada à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal.

Conforme o Decreto nº. 36.044, de 21 de novembro de 2014, que institui o Regimento Interno do DER-DF, e tem por finalidade:

- I - proporcionar a infraestrutura viária adequada para o deslocamento de veículos, pessoas e animais no SRDF;
- II - construir, manter, conservar, operar e fiscalizar as vias do SRDF e respectivas faixas de domínio;
- III - promover segurança e fluidez do trânsito e conforto dos usuários do SRDF;
- IV - contribuir para a educação no trânsito; e
- V - cumprir e fazer cumprir o Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503/97, e suas alterações.

Para o cumprimento de suas finalidades, compete ao DER/DF:

I - exercer, em caráter privativo, todas as atividades relacionadas com o planejamento, a expansão, a manutenção, a conservação, a operação, a fiscalização e o monitoramento do SRDF;

II - implementar ou supervisionar a execução das políticas e diretrizes rodoviárias estabelecidas pelo Governo do Distrito Federal - GDF;

III - executar obras rodoviárias no Distrito Federal e, mediante delegação, convênio ou acordo, em rodovias federais e em Estados e Municípios do Entorno;

IV - providenciar para que o SRDF se mantenha permanentemente integrado e compatibilizado com o Sistema Rodoviário Nacional;

V - manter entendimentos e colaborar com os órgãos e entidades rodoviários do Governo Federal, dos Estados e Municípios do Entorno do Distrito Federal para a consecução harmoniosa dos objetivos comuns, notadamente no que diz respeito à expansão e melhoria da rede rodoviária nacional;

VI - assistir tecnicamente e com equipamentos às populações e unidades agrícolas de produção ao longo das rodovias do SRDF, de acordo com a política do Governo do Distrito Federal;

VII - executar a política de tráfego e fiscalizar a sua implementação nas rodovias do SRDF e nas rodovias federais delegadas;

VIII - desenvolver atividades industriais inerentes ou relacionadas com a construção, conservação e sinalização de vias e obras de engenharia;

IX - elaborar a previsão de recursos para a execução das obras e dos serviços rodoviários em área de sua circunscrição;

X - administrar o SRDF, mediante o seu disciplinamento, imposição de pedágio, taxas de utilização e contribuição de melhoria, execução de servidões, controle de uso e de acesso a propriedades lindeiras, e praticar atos inerentes ao poder de polícia administrativa, de trânsito e de tráfego no âmbito de sua circunscrição;

XI - administrar as faixas de domínio das rodovias do SRDF, mediante fiscalização, exploração comercial, concessão de licença, cobrança do preço público, de taxas e aplicação e cobrança de multas, bem como praticar todos os atos inerentes à sua ocupação e desocupação;

XII - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito;

XIII - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de ciclistas, de pedestres e de animais nas rodovias do SRDF;

XIV - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

XV - coletar dados e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

XVI - estabelecer, em conjunto com os órgãos de policiamento, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

XVII - executar a fiscalização de trânsito, autuar, aplicar as penalidades de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

XVIII - arrecadar valores provenientes de estada e/ou remoção de veículos e objetos, emissão de autorização especial de trânsito e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou de produtos perigosos e para eventos e manifestações coletivas que possam ter interferência no fluxo e na segurança do SRDF;

XIX - implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;

XXI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas dos órgãos e entidades ambientais, quando solicitado;

XXII - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua circunscrição, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação; e

XXIII - executar outras atividades relacionadas com a política de transporte rodoviário no Distrito Federal.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	-
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	-
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	-
Total ativos - afastado	-

Fonte:

APOSENTADORIA		
Cargo	Possui requisitos para se aposentar em 2016	Aposentaram em 2016
Analista de Atividades Rodoviárias	7	2
Técnico de Atividades Rodoviárias	66	21
Agente de Atividades Rodoviárias	14	6
Agente de Trânsito	0	0
TOTAL	87	29

(Posição em 31/12/2016)

A área da Gerência de Pessoal e de Capacitação, GEPEC promoveu, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016, a capacitação de servidores com cursos em diversas áreas de interesse, o que resultou no seguinte quantitativo: 299 servidores alcançados e R\$ 16.011,00 gastos para esta capacitação.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	800.000	67.064	67.064
0011 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO ESTACIONAMENTO E DRENAGEM PLUVIAL NA UNB GAMA- GAMA	0	800.000	67.064	67.064
TOTAL DO PROGRAMA 6210	0	800.000	67.064	67.064

PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	3.030.000	6.109.703	6.058.252	5.259.252
0003 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DF- PLANO PILOTO	3.030.000	6.109.703	6.058.252	5.259.252
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	500.000	294	0	0
0003 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-EM RODOVIAS SOB A JURISDIÇÃO DO DER-DISTRITO FEDERAL	500.000	294	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1226 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	780.000	2.396.787	847.015	847.015
0001 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	780.000	2.396.787	847.015	847.015
1230 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	600.000	72.001	71.824	71.824
0001 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	600.000	72.001	71.824	71.824
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	5.492.132	1.500.000	0	0
9481 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1.492.132	0	0	0
9486 - CONTRUÇÃO DE PASSARELAS NAS REG. ADM. DO DF	4.000.000	1.500.000	0	0
1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	50.000	1	0	0
4745 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	50.000	1	0	0
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	12.950.810	38.417.994	16.012.171	16.012.171
1199 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS-RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO-DISTRITO FEDERAL	12.950.810	38.417.994	16.012.171	16.012.171
9567 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS-MELHORAMENTOS DA INFRAESTRUTURA DE CONTENÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS NA DF - 480.- DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
1689 - CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO	100.000	1	0	0
0004 - CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	100.000	1	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	11.535.000	26.166.480	4.617.310	4.617.310
0013 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-DE ENGENHARIA - DER-DISTRITO FEDERAL	10.735.000	26.166.480	4.617.310	4.617.310
0014 - ELABORAÇÃO DE PROJETO DA DUPLICAÇÃO DA DF-250 COM CONSTRUÇÃO DE VIADUTO - REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÁ	800.000	0	0	0
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	100.000	1	0	0
0001 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS- PREVENTIVA - EM RODOVIAS DO-DISTRITO FEDERAL	100.000	1	0	0
2319 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES - BUEIROS E CALHAS	250.000	344	0	0
0001 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES - BUEIROS E CALHAS-EM RODOVIAS DO DER-DISTRITO FEDERAL	250.000	344	0	0
2329 - DESAPROPRIAÇÃO EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER	50.000	304	0	0
0001 - DESAPROPRIAÇÃO EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DF-DISTRITO FEDERAL	50.000	304	0	0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.900.000	2.217.000	2.166.187	2.166.187
0001 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1.900.000	2.217.000	2.166.187	2.166.187
2886 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS	50.000	1	0	0
0001 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS-DF-DISTRITO FEDERAL	50.000	1	0	0
3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	550.000	30.764.121	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS-DF-DISTRITO FEDERAL	50.000	30.764.121	0	0
0002 - DUPLICAÇÃO DA BR 080 À DF 001 TRECHO DE LIGAÇÃO ENTRE BRAZLÂNDIA - TAGUATINGA	500.000	0	0	0
0003 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS-DUPLICAÇÃO DA BR 080/DF001 NO TRECHO ENTRE TAGUATINGA E BRAZLÂNDIA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3056 - CONSTRUÇÃO DO TREVO DE TRIAGEM NORTE	58.739.073	42.795.449	9.082.561	9.082.561
0004 - CONSTRUÇÃO DO TREVO DE TRIAGEM NORTE--DISTRITO FEDERAL	58.739.073	42.795.449	9.082.561	9.082.561
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	50.000	1	0	0
3883 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-EM RODOVIAS-DISTRITO FEDERAL	50.000	1	0	0
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	250.000	15.108.934	0	0
0008 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS-EM DIVERSAS RODOVIAS-DISTRITO FEDERAL	250.000	15.108.934	0	0
3125 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO SUDOESTE	50.000	1	0	0
0005 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO SUDOESTE--DISTRITO FEDERAL	50.000	1	0	0
3126 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE	323.131.100	258.529.332	9.133.309	9.133.309
0004 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE-BALÃO DO TORTO-COLORADO- REGIÃO NORTE	55.764.099	56.740.432	9.133.309	9.133.309
0005 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE-BRT NORTE-DISTRITO FEDERAL	267.367.001	201.788.900	0	0
3205 - REMANEJAMENTO DE REDE	150.000	148	0	0
0001 - REMANEJAMENTO DE REDE-EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-	150.000	148	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
DF ÁGUA/ESGOTO/TELEFÔNIA/ELÉTRICA-DISTRITO FEDERAL				
3276 - ADEQUAÇÃO TÉCNICA DAS RODOVIAS EM SEUS PONTOS CRÍTICOS	100.000	1	0	0
0001 - ADEQUAÇÃO TÉCNICA DAS RODOVIAS EM SEUS PONTOS CRÍTICOS-DISTRITO FEDERAL	100.000	1	0	0
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	530.000	3.191.860	0	0
4359 - CONSTRUÇÃO DE PONTES-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	100.000	3.191.860	0	0
4361 - CONSTRUÇÃO DE PONTE NO INCRA 06 BRAZLÂNDIA	150.000	0	0	0
4362 - AMPLIAÇÃO DA PONTE SOBRE O RIBEIRÃO DO RODEADOR NA DF-445	280.000	0	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.230.000	1.950.599	1.030.930	1.030.930
9549 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	2.230.000	1.950.599	1.030.930	1.030.930
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.000.000	201.334	52.622	52.622
6148 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ESTUDOS SOBRE FISCALIZAÇÃO ELETRONICA DE TRÂNSITO-DISTRITO FEDERAL	200.000	500	0	0
6150 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-REALIZ. DE CONTAGEM DE TRÁFEGO E ATUAL. SÉRIE HIST-DISTRITO FEDERAL	50.000	0	0	0
6161 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ESTUDOS AMBIENTAIS-DISTRITO FEDERAL	500.000	200.833	52.622	52.622
6162 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	250.000	1	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	10.000	10.000	0	0
6072 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-DER-DF-PLANO PILOTO	10.000	10.000	0	0
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	8.700.000	8.351.875	7.056.870	6.876.861
0002 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	8.700.000	8.351.875	7.056.870	6.876.861
4195 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	7.330.000	8.994.328	8.938.994	8.938.994
0001 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	7.330.000	8.994.328	8.938.994	8.938.994
4233 - SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM RODOVIAS	50.000	48	0	0
0001 - SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM RODOVIAS-EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DISTRITO FEDERAL	50.000	48	0	0
4993 - LICENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS	210.000	246.822	212.389	212.389
0001 - LICENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	210.000	246.822	212.389	212.389
5745 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	1.100.000	811	0	0
0001 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA-DISTRITO FEDERAL	100.000	811	0	0
0002 - DUPLICAÇÃO DA DF001	1.000.000	0	0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	750.000	1	0	0
7782 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	550.000	1	0	0
7783 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO NA AVENIDA CENTRAL DE TAGUATINGA	200.000	0	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	800.000	605.678	304.629	279.629
0006 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DER-DF- PLANO PILOTO	650.000	512.480	281.489	256.489
7904 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA DER- PLANO PILOTO	150.000	93.198	23.140	23.140
TOTAL DO PROGRAMA 6216	443.118.115	447.632.254	65.585.063	64.581.054

No exercício de 2016, o DER/DF atuou de acordo com as diretrizes governamentais, sendo o responsável pela administração de uma expressiva carteira de obras de construção totalizando, 16 contratos de obras, projetos rodoviários e serviços de engenharia administrados ao mesmo tempo.

O Órgão é responsável por 1.015,1 km de rodovias distritais pavimentadas, conforme dados constantes do (SRDF) de 2016, e por uma malha rodoviária total de 1.912 km, e não somente em termos de obras, serviços de expansão ou recuperação, pois lhe cabe ainda, contribuir para a educação no trânsito, zelar pela segurança viária, julgar infrações de trânsito e aplicar penalidades.

Cabe-lhe também, eliminar os pontos considerados “críticos” de forma a possibilitar a melhoria operacional e promover a fluidez do trânsito; com economia, conforto e principalmente, a segurança dos usuários do SRDF.

A Lei Orçamentária Anual nº 5.601, de 30 de dezembro de 2015, publicada no DODF nº 250 – Suplemento A, de 31/12/2015, aprovou, para o DER/DF, no exercício de 2016, recursos no valor de R\$ 679.402.861,00. Em face das alterações orçamentárias ocorridas durante o ano, a despesa autorizada até 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 701.093.159,44, o valor total empenhado foi de R\$ 308.391.513,45 e o liquidado foi de R\$ 305.633.104,09.

Os programas temáticos de maior atuação do DER/DF são os seguintes: 6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável e o 6217 - Segurança Pública com Cidadania.

O primeiro tem por objetivo geral promover a mobilidade das pessoas, com qualidade, segurança e sustentabilidade, tendo por finalidade a ampliação da mobilidade, tornando o transporte coletivo e o não motorizado mais

atrativos no Distrito Federal. Foi concebido com base em cinco objetivos específicos, sendo o de número três de responsabilidade direta do DER/DF, que é o de Promover a Segurança e Fluidez Viária, mediante a modernização e a manutenção da infraestrutura do Sistema Rodoviário do Distrito Federal, incluindo, em 2016, ações de adequação, melhoramento, aumento de capacidade nas rodovias, duplicação e restaurações. Estavam em andamento ou foram finalizadas em 2016 diversas obras nas Rodovias: DF-463, DF-480, VC-533, DF-440, DF-035, DF-001 (EPCT)-Lago Oeste, Ligação Torto-Colorado e no Eixo Norte com a implantação do Trevo de Triagem Norte. Em elaboração diversos projetos Executivos de Engenharia e de EIA/RIMA, destinados à implantação do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros denominados Corredor Eixo Norte, Consultoria em engenharia para análise e adequações nos produtos oriundos do contrato 040/2008 e a elaboração dos Projetos Básico e Executivo para implantação do Anel Viário, Elaboração do Plano de Controle Ambiental e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PCA/PRAD para a obra de pavimentação da DF-285, Elaboração do Plano de Controle de Recuperação de Áreas Degradadas – PCA/PRAD para a obra de pavimentação da DF-001 (EPCT), incluindo a construção de Ponte de concreto sobre o Rio da Palma, Gerenciamento Ambiental dos Programas Ambientais do Corredor de Transporte Público Coletivo Eixo Sul e Supervisão das obras de implantação do Trevo de Triagem Norte (TTN).

Os programas temáticos são avaliados e monitorados periodicamente.

Os investimentos e obras realizados durante estes últimos anos vêm sendo direcionados, principalmente ao atendimento do Programa de Governo 6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável e 6217 - Segurança Pública com Cidadania, na realização concreta de suas ações e respectivas metas, e na execução de serviços prestados diretamente pelos Distritos Rodoviários, que contam com pessoal especializado, veículos e equipamentos rodoviários, possibilitando realizar várias atividades como: construção, conservação e manutenção de rodovias; além de fiscalizar a execução das obras contratadas, respeitando o meio ambiente na programação e execução dos projetos, promovendo estudos, pesquisas e inovação tecnológica como fatores de qualidade das ações de engenharia e segurança rodoviária.

As prioridades e metas do DER/DF em 2016 foram decorrentes da programação estabelecida no PPA 2016-2019, LDO/2016, LOA/2016 e das diretrizes internas do Departamento. As realizações constam do Relatório das Ações Programadas para Execução do 6º Bimestre/2016, no Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG.

A grande diretriz para o período 2016-2019 é a priorização do transporte coletivo sobre o individual e do não motorizado sobre o motorizado. Todavia, dado o alto índice de motorização da capital do país, também são importantes ações para garantir a fluidez e a segurança viária.

A seguir são apresentadas as informações dos projetos que estavam em andamento ou foram finalizados em 2016, por tipo de obra ou serviço relativo ao programa temático 6216 – Mobilidade Integrada e Sustentável

1 .Obras de Restauração:

- Restauração da Rodovia DF-035 (EPCV), incluindo faixas da ciclofaixa (acostamento compartilhado com ciclofaixa), no trecho compreendido entre a DF- 025 (EPDB) e o entroncamento com a DF-001 (EPCT). Extensão aproximada de 4 km. (Obra Concluída).
- Restauração da Rodovia DF-001 (EPCT), entroncamento da DF-170 ao entroncamento BR-010/020/030/450/DF-001/003/150-Parque Rodoviário do DER/DF, trecho compreendido do km 119,3 ao km 131,8 (Lago Oeste – 1ª Etapa). (Contrato sendo finalizado).
- Restauração da Rodovia DF-440, no trecho compreendido entre a VC-263 e BR-020 (próximo a Sobradinho), do km 15,4 ao km 21,1, denominado Lote 01. (Obra Concluída).

2. Obras de Pavimentação:

- Pavimentação de toda a extensão da Rodovia Vicinal VC-533, além de implantação de ciclovia, no trecho compreendido entre o seu entroncamento com as rodovias BR-080/251/DF/180 e a divisa com estado do Goiás (acesso ao Núcleo Rural Padre Lúcio). Extensão de 3,852 km.

3. Obra de Duplicação:

- Duplicação da rodovia DF-463, adequação da rodovia e acessos aos Setores Habitacionais Mangueiral e Jardim Botânico. Extensão de 3,9 km.

4. Obras de Ciclovia:

- Ciclofaixa na Rodovia DF-035 (EPCV), no trecho compreendido entre a DF- 025 (EPDB) e o entroncamento com a DF-001 (EPCT). Extensão aproximada de 4 km. (Obra concluída junto com a restauração).
- Ciclovia na Rodovia Vicinal VC-533, no trecho compreendido entre o seu entroncamento com as rodovias BR-080/251/DF/180 e a divisa com estado do Goiás (acesso ao Núcleo Rural Padre Lúcio). Extensão de 3,852 km.
- 5. Obras de Implantação de Rodovia:
- Implantação do Trevo de Triagem Norte (TTN), remodelação da Ponte do Braghetto, reabilitação de pavimentos e adequação da capacidade de tráfego em 2,1 km da rodovia DF-007 (EPTT), no trecho compreendido entre a DF-002 e o entroncamento com a DF-003/BR-450 (Balão do Torto), e em 0,4 km da rodovia DF-002 (ERN), no trecho compreendido entre o seu entroncamento com a DF-007 (ponte do Braghetto) até o acesso às vias W1/W3, execução de

estrutura cicloviária, bem como a elaboração dos projetos executivos decorrentes das obras de artes especiais a serem implantadas e remodeladas.

- Implantação da marginal da Rodovia DF-480, trecho entre a DF-001 e a UNB, compreendendo eixo principal e acessos. Extensão de aproximadamente 6 km. (Obra Concluída).

-

- 6. Obras de reabilitação de pavimento e adequação de capacidade de Rodovias:

- Execução de obras de reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da rodovia DF-003 (EPIA), no trecho compreendido do entroncamento das rodovias DF-001 e DF-150 (Balão do Colorado) ao entroncamento com a DF-007 (Balão do Torto), do km 0,0 ao km 2,5, denominado Ligação Torto-Colorado – Lote 1 (Extensão de 2,5 km) ;

- Execução de obras de reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da rodovia DF-003 (EPIA), no trecho compreendido do entroncamento das rodovias DF-001 e DF-150 (Balão do Colorado) ao entroncamento com a DF-007 (Balão do Torto), do km 2,5 ao km 5,2, denominado Ligação Torto-Colorado – Lote 2 (Extensão de 2,7 km);

7. Elaboração do Plano de Controle Ambiental e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PCA/PRAD para a obra de pavimentação da DF-285, Trecho: Km 16,3- km 27,2 (Divisa de MG);

8. Elaboração do Plano de Controle de Recuperação de Áreas Degradadas – PCA/PRAD para a obra de pavimentação da DF-001 (EPCT), incluindo a construção de Ponte de concreto sobre o Rio da Palma, no trecho compreendido entre a DF-430 e a DF-170;

9. Gerenciamento Ambiental dos Programas Ambientais do Corredor de Transporte Público Coletivo Eixo Sul, ligação das cidades do Gama e Santa Maria ao Plano Piloto, na DF-480/DF-065/DF-040/DF-003/DF-025/DF-047 e acesso ao Terminal Asa Sul;

10. Projetos Executivos de Engenharia:

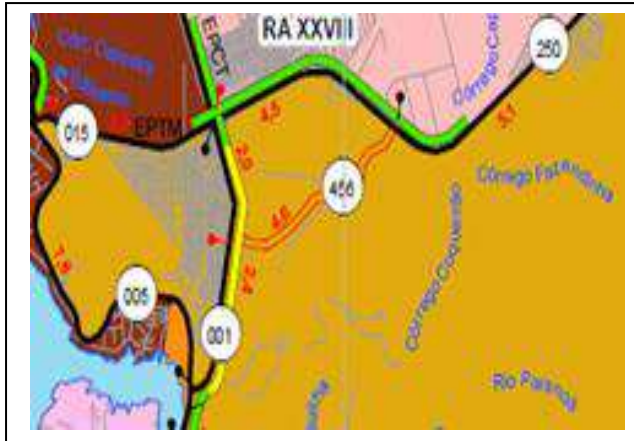
- Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia e de EIA/RIMA, destinados à implantação do sistema de transporte coletivo de passageiros entre as cidades de Planaltina, Sobradinho e Plano Piloto – Corredor Eixo Norte. (Projeto Concluído);

- Elaboração de projeto executivo de engenharia e EIA/RIMA, destinado a implantação do sistema de transporte coletivo de passageiros entre as cidades de Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, Samambaia, Taguatinga, Núcleo Bandeirantes e o Plano Piloto – Corredor Eixo Sudoeste. (Projeto Paralisado);

- Elaboração dos Projetos Básico e Executivo para implantação do Anel Viário do Distrito Federal;

11. Supervisão das obras de implantação do Trevo de Triagem Norte (TTN), remodelação da ponte do Braghetto, reabilitação de pavimentos e adequação da capacidade de tráfego nas rodovias DF-002 (ERN) e DF-007 (EPTT).





O DER executou no ano de 2016 diversos serviços e obras como pavimentação, terraplenagem, implantação de meios fios, acessos, retornos e as demais obras pertinentes à conservação e manutenção das rodovias do Distrito Federal e entorno para promover a segurança no tráfego. Executou serviços de sinalização horizontal e vertical, que consiste respectivamente na execução de marcas viárias no pavimento de acordo com projeto do DER/DF e a instalação de placas, sinais destinados a regulamentação, advertência, informação e educação e, marcos quilométricos.

Foram executados serviços diretamente pelos cinco Distritos Rodoviários (DR's) que contam com pessoal especializado, veículos e equipamentos rodoviários, possibilitando desenvolver uma atuação descentralizada com frentes de serviços de conservação, restauração, melhoramento, construção, sinalização, urbanização e obras complementares em rodovias e faixas de domínio, identificação das necessidades de recursos humanos, equipamentos e materiais necessários às suas atividades e estudo das medidas que possam contribuir para o aprimoramento técnico e a redução de custos de obras e serviços; realizar coordenar e promover a fiscalização de serviços contratados de construção, conservação, sinalização e melhoramentos das rodovias.

Os serviços prestados pelos Distritos Rodoviários são resumidos no quadro a seguir:

Nº	Grupo de Serviços	Valores
01	Terraplenagem	R\$ 41.785.570,29
02	Pavimentação	R\$ 21.143.829,40
03	Drenagem e Obras de Artes Correntes	R\$ 2.349.281,87
04	Serviços Diversos	R\$ 18.299.661,95
05	Sinalização	R\$ 1.113.209,94
06	Topografia	R\$ 2.504.174,06
07	Fornecimento de Materiais Diversos	Não informado
08	Horas de Equipamento	Não informado
09	Horas de mão-de-obra	Não informado
10	Elementos pré-moldados	Não informado
	Total	R\$ 87.195.727,51

(Posição: até 30/11/2016)

Fonte: Superintendência de Obras do DER/DF

Obras e Serviços realizados pela Superintendência de Operações, durante o ano de 2016:

Janeiro A Março				
Item	Discriminação	Quant	Unid	Valor
RESTAURAÇÃO VIÁRIA	Fornecimento de massa asfáltica (pré misturado a frio)	75	m³	13.085,25
	Fornecimento de emulsão asfáltica	13	t	22.851,68
	Placas de sinalização perfazendo 867 unidades	672	m²	315.679,11
	Sinalização horizontal	10.091	m²	429.775,69
SUBTOTAL		R\$ 781.391,73		
OUTROS	Serviços de reformas, reparos e pequenas obras civis			63464,69
	Serviços de pintura de imóveis e artefatos diversos			900,00
	Serviços de confecção, reparo e reforma de artefatos de madeira			12696,61
	SUBTOTAL		R\$ 77.061,30	
TOTAL GERAL		R\$ 1.716.906,06		

Abril A Novembro				
Item	Discriminação	Quant	Unid	Valor
RESTAURAÇÃO VIÁRIA	Fornecimento de massa asfáltica (pré misturado a frio)	3	m³	523,41
	Fornecimento de emulsão asfáltica	27,4	t	52.367,69
	Placas de sinalização perfazendo 2099 unidades	1653,7	m²	667.559,73
	Sinalização horizontal a frio	19.947	m²	323.739,81
	Sinalização horizontal a quente	3.429	m²	124.514,82
	Sinalização horizontal com laminado elastoplástico	2213,2	m²	231.872,76
SUBTOTAL		R\$ 1.400.578,22		
OUTROS	Serviços de reformas, reparos e pequenas obras civis			270327,16
	Serviços de pintura de imóveis e artefatos diversos			18108,94
	Serviços de confecção, reparo e reforma de artefatos de madeira			61794,71
	SUBTOTAL		R\$ 350.230,81	
TOTAL GERAL		R\$ 1.750.809,03		

(Posição: até 30/11/2016)

Fonte: Superintendência de Operações do DER/DF

Ocupação de Faixa de Domínio

O monitoramento e a fiscalização da ocupação das Faixas de Domínio das Vias e Rodovias integrantes do SRDF estão resumidos no quadro a seguir.

Renovações de licenças realizadas em 2016:

Tipo de Ocupação	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Quiosques, Trailers e/ou Similares	25	90	39	154
Engenhos Publicitários	175	254	152	581
Área para eventos, Estacionamento e Material de Construção	7	12	2	21
Placa de Localização	26	28	8	62
Total	233	384	201	818

(Posição: Até 31/12/2016)

Licenças novas concedidas / Regularização de ocupações em rodovias do SRDF em 2016

Tipo de Ocupação	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Área para eventos, Estacionamento e Material de Construção	2	1	1	4
Placa de Localização e Totem de Posto	0	0	2	2
Ícone de Divulgação	1	1	0	2
Engenheiros Publicitários	9	39	22	70
Total	12	41	25	78

(Posição: Até 31/12/2016)

Fiscalizações de Faixas de Domínio em 2016

Relatório	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Vistoria	138	124	45	307
Fiscalização	51	72	84	221
Notificação	35	76	58	169
Embargo	5	9	10	24
Apreensão/Remoção	86	54	58	225
Levantamento	3	0	0	3
Total	318	335	255	949

(Posição: Até 31/12/2016)

Arrecadação da Faixa de Domínio por Serviço

Arrecadação Faixa de Domínio por Serviço	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	TOTAL
Ocupações de Faixa de Domínio	1.317.577,27	1.735.916,23	1.911.733,68	4.965.227,18
Taxas de Vistoria	8.557,76	11.136,87	15.941,01	35.635,64
Taxas de Análise de Projetos	9.826,49	8.060,96	5.882,26	23.769,71
Taxas de Confrontação	8.655,04	10.182,40	10.182,40	29.019,84
Materiais Apreendidos	51.702,31	76.353,14	63.107,69	191.163,14
Total Arrecadado	1.396.318,87	1.841.649,60	2.006.847,04	5.244.815,51

(Posição: Até 31/12/2016)

Fonte: Superintendência de Operações do DER/DF

Estudos e Projetos de Engenharia Rodoviária – Atividades

– Realizados 63 Análises e Pareceres, 5 Estudos, 5 Grupos de Trabalho, 53 Consultas/Interferências/faixas de Domínio, 5 Projetos Rodoviários, 5 Projetos de OEA, 4 Projetos Cicloviários, 5 Projetos em Edificações, 26 Vistorias, 6 Relatórios, 18 Reuniões, 5 Execuções de Contratos, 1 Cadastro, 10 Termos de Referência, Quantitativos e Memórias de Cálculos, 2 Treinamentos, 14 Projetos em Andamento e outros.

Orçamento de Obras de Serviços de Engenharia

– Realizados 129 atividades entre orçamento de obras, tabelas, análise de preço, estudos, cotações, ressarcimento, estimativa inicial e respostas.

Topografia

Mês	Item	LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		
JANEIRO	1.0	DF-290	Unidade	Quantidade
	1.1	Análise do processo (113.016085/2015)	pç	1
	2.0	DF-250	Unidade	Quantidade
	2.1	Análise do processo (113.014531/2015)	pç	1
	3.0	DF-008 (DF001_DF-005)	Unidade	Quantidade
	3.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	2
	3.2	Levantamento altimétrico (Seç. Transversais/Varredura)	pt	445
	3.3	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100
	4.0	DF-290/VC-381	Unidade	Quantidade
	4.1	Análise do processo (113.018047/2015)	pç	1
	5.0	DF-180	Unidade	Quantidade
	5.1	Análise do processo (113.018050/2015)	pç	1
	5.2	Análise do processo (113.017861/2015)	pç	1
	5.3	Análise do processo (113.017862/2015)	pç	1
	6.0	DF-001 (TRECHO BR-020_DF-170)	Unidade	Quantidade
	6.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	21
	6.2	Automação de dados (Cálculos)	%	100
	7.0	DF-003	Unidade	Quantidade
	7.1	Análise do processo (113.0115513/2015)	pç	1
	8.0	DF-290/VC-381	Unidade	Quantidade
8.1	Reanálise do processo (113.018047/2015)	pç	1	
FEVEREIRO	9.0	DF-290	Unidade	Quantidade
	9.1	Análise do processo (113.0018219/2015)	pç	1
	10.0	DF-130	Unidade	Quantidade
	10.1	Análise do processo (113.000802/2016)	pç	1
	11.0	DF-180	Unidade	Quantidade
	11.1	Reanálise do processo (113.018050/2015)	pç	1
	12.0	DF-335	Unidade	Quantidade
	12.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	6
	12.2	Automação de dados (Cálculos)	%	100
	13.0	DF-075 (CALÇADA)	Unidade	Quantidade
	13.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	3
	13.2	Levantamento altimétrico (Seç. Transversais/Varredura)	pt	2243
	13.3	Levantamento planimétrico (Cadastro)	pt	768
	13.4	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100
	14.0	DF-010 (ACESSO AO AUTÓDROMO)	Unidade	Quantidade
	14.1	Levantamento altimétrico (Seç. Transversais/Varredura)	pt	280
	14.2	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100
	15.0	SEDE DER	Unidade	Quantidade
	15.1	Levantamento planimétrico (Cadastro)	pt	220
	15.2	Levantamento altimétrico (Seç. Transversais/Varredura)	pt	887
15.3	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100	

Mês	Item	LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS			
	16.0	DF-002 , DF-004 , DF-009 , DF-007 e DF-006 (TTN)	Unidade	Quantidade	
	16.1	Análise do processo (113.000802/2015)	pç	1	
	16.2	Ampliação da faixa de domínio para o projeto TTN	%	100	
	17.0	DF-206	Unidade	Quantidade	
	17.1	Análise do processo (113.000683/2016)	pç	1	
	18.0	DF-180	Unidade	Quantidade	
	18.1	Análise do processo (113.000941/2016)	pç	1	
	19.0	DF-075 (CALÇADA)	Unidade	Quantidade	
	19.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	2	
	19.2	Levantamento altimétrico (Seç. Transversais/Varredura)	pt	695	
	19.3	Levantamento planimétrico (Cadastro)	pt	124	
	19.4	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100	
	MARÇO	20.0	DF-009 (Paradas de Ônibus)	Unidade	Quantidade
		20.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	2
20.2		Levantamento planialtimétrico (Cadastro e Seção)	pt	2215	
20.3		Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100	
21.0		VC-311	Unidade	Quantidade	
21.1		Análise do processo (113.002155/2016)	pç	1	
22.0		DF-140	Unidade	Quantidade	
22.1		4ª Análise do processo (113.002155/2015)	pç	1	
23.0		DF-001	Unidade	Quantidade	
23.1		Análise do processo (113.000554/2016)	pç	1	
24.0		DF-140	Unidade	Quantidade	
24.1		Análise do processo (113.002502/2016)	pç	1	
25.0		DF-270	Unidade	Quantidade	
25.1		Análise do processo (113.002989/2016)	pç	1	
26.0		DF-180	Unidade	Quantidade	
26.1		Análise do processo (113.002148/2016)	pç	1	
27.0		VC-371	Unidade	Quantidade	
27.1		Análise do processo (113.002991/2016)	pç	1	
28.0		DF-130/DF-250	Unidade	Quantidade	
28.1		Análise do processo (113.002154/2016)	pç	1	
29.0		DF-230	Unidade	Quantidade	
29.1		Análise do processo (113.003109/2016)	pç	1	
30.0		DF-180	Unidade	Quantidade	
30.1		Análise do processo (113.002846/2016)	pç	1	
31.0		DF-440	Unidade	Quantidade	
31.1		Análise do processo (113.003196/2016)	pç	1	
31.2		Análise do processo (113.003197/2016)	pç	1	
31.3		Análise do processo (113.003198/2016)	pç	1	

Mês	Item	Localização e Descrição dos Serviços		
ABRIL	32.0	DF-290 CÓRREGO ALAGADO	Unidade	Quantidade
	32.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	3
	32.2	Levantamento planimétrico (Cadastro)	pt	93
	32.3	Levantamento altimétrico (Seç. Transversais/Varredura)	pt	2.369
	32.4	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100
	33.0	DF-290	Unidade	Quantidade
	33.1	Análise do processo (113.004873/2016)	pç	1
	34.0	DF-440	Unidade	Quantidade
	34.1	2ª Análise do processo (113.003197/2016)	pç	1
	34.2	2ª Análise do processo (113.003198/2016)	pç	1
	35.0	DF-140	Unidade	Quantidade
	35.1	Análise do processo (113.005004/2016)	pç	1
	35.2	Análise do processo (113.005005/2016)	pç	1
	36.0	DF-180	Unidade	Quantidade
	36.1	2ª Análise do processo (113.000941/2016)	pç	1
	37.0	DF-190	Unidade	Quantidade
	37.1	Análise do processo (113.0009439/2014)	pç	1
	38.0	DF-290	Unidade	Quantidade
	38.1	Análise do processo (113.004874/2016)	pç	1
	39.0	DF-270	Unidade	Quantidade
39.1	Análise do processo (113.002989/2016)	pç	1	
40.0	DF-180	Unidade	Quantidade	
40.1	2ª Análise do processo (113.002846/2016)	pç	1	
MAIO	41.0	DF-130/DF-250	Unidade	Quantidade
	41.1	Análise do processo (113.002154/2016)	pç	1
	42.0	DF-205	Unidade	Quantidade
	42.1	Análise do processo (113.009584/2015)	pç	1
	43.0	DF-250	Unidade	Quantidade
	43.1	Análise do processo (113.006074/2016 e 113.009585/2015)	pç	2
	44.0	CICLOVIA EPIA	Unidade	Quantidade
	44.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	38
	44.2	Levantamento planimétrico (Cadastro)	pt	6870
	44.3	Levantamento altimétrico (Seç. Transversais/Varredura)	pt	16172
	44.4	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100
	45.0	DF-290 (CÓRREGO ALAGADO)	Unidade	Quantidade
	45.1	Poligonal	m	597.80
	45.2	Levantamento planimétrico (Cadastro)	pt	107
	45.3	Levantamento altimétrico (Seç. Transversais/Varredura)	pt	622
	45.4	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100
	46.0	Ligação Df-005 Ao Bairro Taquari	Unidade	Quantidade
46.1	Levantamento altimétrico (Seç. Transversais/Varredura)	pt	3038	
46.2	Modelagem Digital do Terreno	%	100	
47.0	DF-250/VC-145	Unidade	Quantidade	
47.1	Análise do processo (113.006075/2016)	pç	1	

Mês	Item	Localização e Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade
	48.0	DF-150	Unidade	Quantidade
	48.1	Análise do processo (113.006972/2016)	pç	1
	49.0	DF-190	Unidade	Quantidade
	49.1	Análise do processo (113.016086/2015)	pç	1
	50.0	DF-140	Unidade	Quantidade
	50.1	Análise processo 113.007359/2016 ,113.007361/2016 e 113.007362/2016	pç	3
	51.0	DF-128	Unidade	Quantidade
	51.1	Análise do processo (113.007422/2016)	pç	1
JUNHO	52.0	DF-190	Unidade	Quantidade
	52.1	Reanálise do processo (113.016086/2015)	pç	1
	53.0	DF-445	Unidade	Quantidade
	53.1	Análise do processo (113.002553/2016)	pç	1
	54.0	DF-180	Unidade	Quantidade
	54.1	Análise do processo (113.002148/2015)	pç	1
	55.0	DF-001 (BR-020/DF-170)	Unidade	Quantidade
	55.1	Levantamento altimétrico (Sec. Transversais/Varredura)	pt	965
	55.2	Levantamento planimétrico (Cadastro)	pt	16
	55.3	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100
	56.0	DF-445/DF-435 (Sísdoc 7259/2015)	Unidade	Quantidade
	56.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	6
	56.2	Automação de dados (Cálculos, Desenhos)	%	100
	57.0	FAIXA DE DOMINIO TERRACAP	Unidade	Quantidade
	57.1	Análise do ofício 759/2015	pç	1
	58.0	DF-285 (km9.0/DF-100)	Unidade	Quantidade
	58.1	Levantamento altimétrico (Sec. Transversais/Varredura)	pt	2148
	58.2	Modelagem Digital do Terreno	%	100
	59.0	DF-440	Unidade	Quantidade
	59.1	Análise do processo (113.009577/2016)	pç	1
	60.0	DF-430	Unidade	Quantidade
60.1	Análise do processo (113.008748/2016)	pç	1	
61.0	DF-001/DF-440	Unidade	Quantidade	
61.1	Análise do processo (113.009577/2016)	pç	1	
62.0	DF-001/DF-440	Unidade	Quantidade	
62.1	2ª Análise do processo (113.009577/2016)	pç	1	
JULHO	63.0	DF-085 (PÓNTES)	Unidade	Quantidade
	63.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	2
	63.2	Levantamento planimétrico (Cadastro)	pt	158
	63.3	Automação de dados (Cálculos, Desenhos)	%	100
	64.0	DF-190	Unidade	Quantidade
	64.1	Análise do processo (113.010186/2016)	pç	1
	65.0	DF-180	Unidade	Quantidade
	65.1	Análise do processo (113.010036/2016)	pç	1
66.0	DF-430	Unidade	Quantidade	

Mês	Item	Localização e Descrição dos Serviços		
	66.1	1ª 2ª 3ª Análise do processo (113.008748/2016)	pç	1
	67.0	DF-130/DF-250	Unidade	Quantidade
	67.1	5ª Análise do processo (113.002154/2016)	pç	1
	68.0	DF-128	Unidade	Quantidade
	68.1	2ª Análise do processo (113.007422/2015)	pç	1
	69.0	DF-440	Unidade	Quantidade
	69.1	Análise do processo (113.010108/2016)	pç	1
	70.0	DF-440	Unidade	Quantidade
	70.1	Análise do processo (113.010109/2016)	pç	1
	71.0	DF-463 (JARDIM MANGUEIRAL)	Unidade	Quantidade
	71.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	4
	71.2	Levantamento planialtimétrico	pt	4661
	71.3	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100
	72.0	DF-430	Unidade	Quantidade
	72.1	3ª Análise do processo (113.008748/2016)	pç	1
	73.0	DF-180	Unidade	Quantidade
	73.1	2ª Análise do processo (113.008748/2016)	pç	1
	74.0	DF-430	Unidade	Quantidade
	74.1	Análise do processo (113.011593/2016)	pç	1
	AGOSTO	75.0	DF-003 (Colorado / Torto)	Unidade
75.1		Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	3
75.2		Poligonal	m	1206,00
75.3		Levantamento planimétrico (Cadastro)	pt	94
75.4		Automação de dados (Cálculos, Desenhos)	%	100
76.1		DF-150/DF-205	Unidade	Quantidade
76.1		Análise do processo (113.0006972/2016)	pç	1
76.1		SEDE - DER	Unidade	Quantidade
76.1		Análise do processo (113.012362/2015)	pt	4
77.0		DF-250/VC-145	Unidade	Quantidade
77.1		2ª Análise do processo (113.006075/2016)	pç	1
78.0		DF-180	Unidade	Quantidade
78.1		Análise do processo (113.011908/2016)	pç	1
79.0		DF-190	Unidade	Quantidade
79.1		Análise do processo (113.011795/2016)	pç	1
80.0		DF-180	Unidade	Quantidade
80.1		Análise do processo (113.011796/2016)	pç	1
81.0		DF-130	Unidade	Quantidade
81.1		Análise do processo (113.012584/2016)	pç	1
82.0		VC-401	Unidade	Quantidade
82.1		Análise do processo (113.011907/2016)	pç	1
83.0		DF-430	Unidade	Quantidade
83.1		4ª Análise do processo (113.008748/2016)	pç	1
84.0		DF-250	Unidade	Quantidade
84.1		Análise do processo (113.011793/2016)	pç	1

Mês	Item	LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		
SETEMBRO	85.0	DF-001 (PISTÃO SUL)	Unidade	Quantidade
	85.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	12
	85.2	Poligonal	m	1158.61
	85.3	Levantamento altimétrico (Seç. Transversais/Varredura)	pt	4480
	85.4	Levantamento planimétrico (Cadastro)	pt	2120
	85.5	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100
	86.0	DF-440 (CONDOMINIO RK/VC-249)	Unidade	Quantidade
	86.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	3
	86.2	Locação	m	1123.00
	86.3	Levantamento altimétrico (Seç. Transversais/Varredura)	pt	886
	86.4	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100
	87.0	DF-003 (PASSARELA PARK WAY QUDRA 06)	Unidade	Quantidade
	87.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	2
	87.2	Levantamento altimétrico (Seç. Transversais/Varredura)	pt	1122
	87.3	Levantamento planimétrico (Cadastro)	pt	572
	87.4	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100
	88.0	INTERSEÇÃO DF-003/DF-075	Unidade	Quantidade
	88.1	Poligonal (Imp. de Marcos com GPS)	pt	4
	88.2	Levantamento altimétrico (Seç. Transversais/Varredura)	pt	437
	88.3	Automação de dados (Cálculos, Desenhos e Modelagem Digital do Terreno)	%	100
	89.0	DF-430	Unidade	Quantidade
	89.1	5ª Análise do processo (113.008748/2016)	pç	1
	90.0	DF-128	Unidade	Quantidade
	90.1	Análise do processo (113.014730/2016)	pç	1
	91.0	DF-180	Unidade	Quantidade
	91.1	2ª Análise do processo (113.011796/2016)	pç	1
	92.0	DF-190	Unidade	Quantidade
	92.1	2ª Análise do processo (113.011795/2016)	pç	1
	93.0	DF-430	Unidade	Quantidade
	93.1	2ª Análise do processo (113.011593/2016)	pç	1
	94.0	DF-290/VC-371	Unidade	Quantidade
	94.1	Análise do processo (113.014363/2016)	pç	1
	95.0	DF- 001	Unidade	Quantidade
95.1	Análise do processo (113.0113971/2016)	pç	1	
96.0	DF-190	Unidade	Quantidade	
96.1	Análise do processo (113.011797/2016)	pç	1	
97.0	DF-190	Unidade	Quantidade	
97.1	Análise do processo (113.015149/2016)	pç	1	
98.0	DF-190/180	Unidade	Quantidade	
98.1	Análise do processo (113.015148/2016)	pç	1	

Mês	Item	Localização e Descrição dos Serviços		
OUTUBRO	99.0	DF-001 (PISTÃO SUL)	Unidade	Quantidade
	99.1	Levantamento planimétrico (Cadastro)	pt	1584
	99.2	Automação de dados (Cálculos, Desenhos)	%	100
	100.0	DF-140	Unidade	Quantidade
	100.1	2ª Análise do processo (113.015151/2016)	pç	1
	101.0	DF-180	Unidade	Quantidade
	101.1	Análise do processo (113.016103/2016)	pç	1
	102.0	DF-180/DF-190	Unidade	Quantidade
	102.2	2ª Análise do processo (113.01548/2016)	pç	1
	103.0	DF-230	Unidade	Quantidade
	103.1	Análise do processo (113.017940/2016)	pç	1
	104.0	DF-430	Unidade	Quantidade
	104.1	Análise do processo (113.017326/2016)	pç	1
	105.0	DF-290	Unidade	Quantidade
	105.1	2ª Análise do processo (113.004874/2016)	pç	1
	106.0	DF-190	Unidade	Quantidade
	106.1	Análise do processo (113.011797/2016)	pç	1
	107.0	MEMORANDO Nº100/2016	Unidade	Quantidade
107.1	GLEBA 3-403/D	pç	1	
108.0	VC-351	Unidade	Quantidade	
108.1	Análise do processo (113.019036/2016)	pç	1	
NOVEMBRO	109.0	DF-128	Unidade	Quantidade
	109.1	Análise do processo (113.018684/2016)	pç	1
	110.0	DF-205	Unidade	Quantidade
	110.1	Análise do processo (113.003519/2016)	pç	1
	110.2	Automação de dados (Cálculos, Desenhos)	m2	26896
	111.0	DF-445/DF-435	Unidade	Quantidade
	111.1	Análise do processo (113.017519/2016)	pç	1
	112.0	DF-483	Unidade	Quantidade
112.1	Análise do processo (113.019567/2016)	pç	1	
DEZEMBRO	113.0	DF-130	Unidade	Quantidade
	113.1	Análise do processo (113.020788/2016)	pç	1
	114.0	DF-270	Unidade	Quantidade
	114.1	Análise do processo (113.019814/2016)	pç	1
	115.0	DF-435/ DF-240	Unidade	Quantidade
	115.1	Análise do processo (113.020939/2016)	pç	1
	116.0	DF-140	Unidade	Quantidade
	116.1	Análise do processo (113.020787/2016)	pç	1
	117.0	295	Unidade	Quantidade
	117.1	Análise do processo (113.0008383/2016)	pç	1
	118.0	VC-351	Unidade	Quantidade
118.1	Análise do processo (113.018685/2016)	pç	1	

Mês	Item	Localização e Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade
	119.0	DF-290/VC-371		
	119.1	Análise do processo (113.017321/2016)	pç	1
	120.0	OFICIO Nº 637 TERRACAP		
	120.1	Confrontação de faixa de domínio	pç	1

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Índice de acidente fatais em rodovias (10.000/veículos)	Coefficiente/10.000	1,07	31-dez-14	Anual	0,95	0,91	0,87	0,83	DER / UO 26101 / OE 3
Expansão das faixas de rolamento pavimentadas	Km	2.706	31-dez-14	Anual	2.756	2.781	2.806	2.831	DER / UO 26101 / OE 3
Índice da malha viária pavimentada em estado ótimo ou bom/total da malha pavimentada	%	58	31-dez-14	Anual	64	67	70	73	DER / UO 26101 / OE 3
Índice da malha viária sinalizada em estado ótimo ou bom/total da malha pavimentada	%	68	31-dez-14	Anual	74	77	80	83	DER / UO 26101 / OE 3

PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2460 - CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	1.500.000	2.700.000	2.466.102	2.466.102
0001 - CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1.500.000	2.700.000	2.466.102	2.466.102
2541 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	19.254.992	38.389.224	35.246.226	35.246.226
0001 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DE TRÂNSITO - DER- DF-DISTRITO FEDERAL	16.347.417	30.461.761	29.382.673	29.382.673
0004 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	2.407.575	7.922.464	5.863.553	5.863.553
0005 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-FISCALIZAÇÃO DE EXCESSO DE PESO-DISTRITO FEDERAL	500.000	4.999	0	0
2904 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO	1.420.000	362.250	274.008	274.008
0001 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO-DER-DF-SOBRADINHO	1.420.000	362.250	274.008	274.008
3208 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	400.000	70.000	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA-EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DF-DISTRITO FEDERAL	400.000	70.000	0	0
3209 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	2.000.000	2.458.000	2.457.299	2.457.299
0001 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DF-DISTRITO FEDERAL	2.000.000	2.458.000	2.457.299	2.457.299
4034 - INTEGRAÇÃO DER/DETRAN - GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE	50.000	0	0	0
0001 - INTEGRAÇÃO DER/DETRAN - GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE--DISTRITO FEDERAL	50.000	0	0	0
4197 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	12.784.583	12.327.489	8.506.167	8.506.167
0001 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-HORIZONTAL E VERTICAL - PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	12.784.583	12.327.489	8.506.167	8.506.167
4198 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	1.800.000	1.700.000	1.617.517	1.617.517
0001 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA-PREVENTIVA E CORRETIVA - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1.800.000	1.700.000	1.617.517	1.617.517
TOTAL DO PROGRAMA 6217	39.209.575	59.469.926	51.730.212	50.567.258

O programa 6217- Segurança Pública com Cidadania tem ênfase na preservação dos direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio, de educação, fiscalização e engenharia de trânsito, de prevenção e resposta a desastres e de melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública em geral, incluindo a perspectiva cidadã às intervenções. Constituído de sete objetivos, sendo o DER responsável por diferentes ações nesse contexto, como Campanhas Educativas de Trânsito, Fiscalização de Trânsito e Implantação e Manutenção de Sinalização Semafórica, Horizontal e Vertical.

Cabe observar que algumas ações não foram efetuadas ou não foram alcançados os objetivos propostos, tendo em vista o contingenciamento e a limitação de recursos que foram destinados ao DER/DF, comprometendo a execução do Programa de Trabalho como foi proposto inicialmente pelo DER/DF ao GDF.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.200.000	200.000	0	0
6159 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-OUTRAS SENTENÇAS - DER-DF- PLANO PILOTO	550.000	41.250	0	0
6171 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR- PLANO PILOTO	650.000	158.750	0	0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	2.950.000	3.094.309	3.019.775	2.438.142
6972 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-PAGAMENTO PASEP SOBRE RECEITAS E REPASSES/TRANSFERÊNCIAS-DER-DF- PLANO PILOTO	2.950.000	3.094.309	3.019.775	2.438.142
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	2.000.000	143.983	98.707	98.707
0026 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	2.000.000	143.983	98.707	98.707
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	710.000	1.412.768	1.337.382	1.337.382
0011 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DIVERSAS - DER-DF- PLANO PILOTO	695.000	1.387.768	1.322.468	1.322.468
0012 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DEVOLUCAO MULTAS TRANSITO-DER- PLANO PILOTO	15.000	25.000	14.914	14.914
TOTAL DO PROGRAMA 0001	6.860.000	4.851.060	4.455.863	3.874.230

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	40.000	656.499	337.785	337.785
0022 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	40.000	656.499	337.785	337.785
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.030.000	29.999	0	0
9792 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1.030.000	29.999	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	600.000	66.162	61.439	61.439
5323 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	600.000	66.162	61.439	61.439
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7.102.039	4.855.259	4.496.627	4.496.627
2569 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DER-DF- PLANO PILOTO	7.102.039	4.855.259	4.496.627	4.496.627
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	10.000	10.000	0	0
0006 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	10.000	10.000	0	0
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.870.000	36.047	15.990	15.990
0003 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	1.870.000	36.047	15.990	15.990
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	565.000	870.042	652.603	652.603
9710 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DER- PLANO PILOTO	565.000	870.042	652.603	652.603
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	150.000	69.972	66.011	66.011
0019 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	150.000	69.972	66.011	66.011
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	9.124	0	0
0006 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-DER-DISTRITO FEDERAL	10.000	9.124	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	133.120.132	126.691.992	125.656.222	125.656.222
0018 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DER-DF- PLANO PILOTO	133.120.132	126.691.992	125.656.222	125.656.222
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	26.807.000	25.167.000	25.106.473	25.106.473
0016 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DER-DF- PLANO PILOTO	26.807.000	25.167.000	25.106.473	25.106.473
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	18.911.000	31.040.788	29.551.977	29.299.733
0014 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DF-DISTRITO FEDERAL	12.905.000	17.111.286	15.784.307	15.664.016
9672 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DE PRÓPRIOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	6.006.000	13.929.502	13.767.669	13.635.718
TOTAL DO PROGRAMA 6001	190.215.171	189.502.884	185.945.126	185.692.883

Serviço de Manutenção de Conexões de Rádio- Serviços especializados de engenharia, contemplando a manutenção de sistema de comunicação de dados com todos os equipamentos de infraestrutura e serviços necessários para interligação das Unidades que compõem o complexo administrativo do DER/DF e BPRv (Batalhão de Policiamento Rodoviário). Farão parte da prestação dos serviços a manutenção, inspeção periódica dos rádios e switches e manutenção das torres de comunicação de micro-ondas que interligam os 5 Distritos Rodoviários e os postos do BPRv com a sede do Órgão.

Foi realizada manutenção da conexão nos equipamentos do 1ºDR, 3ºDR, 4ºDR e na repetidora Arrozal.



2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Controle Tecnológico de Obras

Laboratório de Asfalto e Concreto e de Acompanhamento de Campo

Especificação – Ensaio / Atividade	Unidade	Quantidade
Massa específica de agregados e gráúdo e miúdo	Ensaio	46
Emulsão – resíduo por evaporação	Ensaio	6
Rompimento de corpo de prova de concreto	Ensaio	18
Densidade de corpos de provas CBUQ	Ensaio	218
Corte de asfalto (m)	M	582
Equivalente de areia	Ensaio	15
Extração de betume	Ensaio	290
Compressora Diametral de CP de CBUQ	Ensaio	554
Compressora Marshall de CP de CBUQ	Ensaio	196
Extração de C de Prova de CBUQ	Ensaio	363
Restauração de furos de broca	Atividade	363
Granulometria de Agregados	Ensaio	64
Água destilada (L)	L	180
Destilação/aproveitamento de solvente (percloroetileno) (L)	L	310
Pêndulo Britânico	Ensaio	3
Verificação da Retrorefletividade	Ensaio	80
Mancha de Areia	Ensaio	6
Levantamento de áreas a recuperar (Km)	Km	28
Levantamento com treliça (Km)	Km	28
Controle de aplicação de asfalto diluído	Ensaio	5
Destilação/aproveitamento de solvente (percloroetileno) (L)	L	310
Viga Benkelmann (Km)	Km	105,58
Ensaio de Tinta		
Flexibilidade		13
Sangria		13

Tempo de secagem	13
Peso específico	22
Resistência à água	17
Ensaio de Microesferas	
Peso específica da microesfera de vidros	30
Granulometria da microesfera de vidros	44

CP's = Corpos de Prova

Fonte: NULAC (31/12/2016)

Laboratório de Solos e de Acompanhamento de Campo

Especificação – Ensaio / Atividade	Unidade	Quantidade
Sondagem e Coleta de Materiais	UND	352
Preparação de Amostras de Solos	UND	332
Índice de Suporte Califórnia	UND	330
Compactação de Solos	UND	330
Granulometria	UND	352
Limite de Liquidez	UND	330
Limite de Plasticidade	UND	330
Densidade <i>In Situ</i>	UND	171
Densidade Real dos Solos	UND	33
Densidade Solta	UND	21
Sedimentação	UND	04
Lençol D'Água	UND	01

Fonte: NULSO (31/12/2016)

Meio Ambiente

- Manutenção e alimentação do Sistema de Gerenciamento de Documentos e Licenças Ambientais ;
- Elaboração do Programa de Monitoramento da Faixa de Domínio da DF-005.
- Elaboração de 22 Relatórios de Monitoramento Ambiental diversos: BRT-Sul (02 Relatórios), DF-001 (02 Relatórios), DF-003 (02 Relatórios), DF-079 (Plantio nas APP's dos córregos Arniqueiras e Vereda Grande), DF-085, DF-128, DF-140, DF-180 (Ponte sobre o Rio Melchior), DF-495, VC-533, Via de acesso ao Polo JK, Cascalheira J-281 (DF-100), Cascalheira J-306 (DF-410), Cascalheira J-335, Cascalheira J-338 (BR-060), Cascalheira J-370, Cascalheira J-412 (VC-113), Cascalheira Sr. Diego (DF-206) e Plantio no Parque Urbano do Paranoá.
 - Elaboração de 06 Relatórios de Cumprimento de Condicionantes de licenças ambientais de obras rodoviárias: DF-005 (02 Relatórios), DF-440, BRT-Sul (02 Relatórios) e Ligação Torto/Colorado.
 - Elaboração de Relatório Técnico com orientação para passagem de fauna sob a ponte do Rio Alagado na DF-290.
 - Elaboração de projeto de passagem de fauna sugeridas para a DF-100
 - Análise de 20 solicitações de ocupação de faixa de domínio de rodovias: DF-001 (03 pedidos), DF-002 (03 pedidos), DF-003 (03 pedidos), DF-004, DF-011, DF-015, DF-085, DF-095, DF-128, DF-150/DF-425, DF-205, DF-440 (02 pedidos) e BR-020
 - Elaboração de 08 Pareceres Técnicos diversos.
 - Elaboração de 12 Termos de Referência para pagamento de taxas ambientais.
 - Elaboração de Termo de referência para execução do EIA/RIMA para a obra de pavimentação da rodovia DF-131 e a duplicação da rodovia DF-128.
 - Elaboração de Termo de referência para execução do EIA/RIMA para a obra de duplicação da rodovia DF-001, no trecho compreendido entre o entroncamento das rodovias BR010/020/030/DF-003(EPIA)/DF-150 (Parque Rodoviário DER/DF) até o entroncamento da rodovia DF-025 (A)/Barragem do Paranoá.
 - Termo de Referência para execução de plantio de mudas nativas para revitalização da vegetação nas APP's dos córregos localizados às margens da Rodovia DF-005.
 - Elaboração de Termo de Referência para aquisição de Aparelho Receptor GNSS.
 - Elaboração de Termo de Referência para a contratação de serviços de calibração de medidor de nível sonoro (decibelímetro).

- Elaboração de Termo de Referência para contratação de empresa especializada para promover a regularização dos postos de combustíveis do DER-DF.
- Elaboração de Termo de Referência do Componente Ambiental dos Projetos de Pavimentação Rodoviária e Implantação de Ciclovia.
- Elaboração de 10 Planos de Supressão Vegetal e Levantamentos Florísticos (realizados em parceria com a SUOBRA): Ciclovia do Lago Oeste, Ligação Torto/Colorado, complementação da via marginal sul da DF-095, caixa de empréstimo na DF-435 para a obra de restauração da DF-001 (DF-095/BR-080), obra de alargamento da DF-047, drenagem do campus da UNB no Gama (obras do BRT Sul), caixas de empréstimo na DF-001 (para as obras da Ligação Torto-Colorado), caixa de empréstimo em área no Parque Rodoviário, DF-280 (indivíduos arbóreos com risco de queda) e ciclovia da DF-085 (EPTG).
- Elaboração do PRAD para áreas de empréstimo na DF-435 para restauração da DF-001 (DF-095/BR-080), da DF-001 para uso na Ligação Torto/Colorado e para áreas de empréstimo TTN.
- Elaboração de Nota Técnica apresentando posicionamento quanto à emissão de LO para a marginal da DF-480
- Levantamento das áreas para plantio de grama no BRT-Sul.
- Elaboração de 04 Memoriais Descritivos de áreas de empréstimo: DF-047, DF-190, Ciclovia DF-085 e Ciclovia DF-290.
- Acompanhamento do Estudo Ambiental para a implantação do Corredor Eixo Sudoeste
- Acompanhamento do Estudo Ambiental para a implantação do Corredor Eixo Norte.
- Acompanhamento do Contrato nº 006/2015, cujo objeto é a contratação de serviços de consultoria em engenharia para análise e adequações nos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA e Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA (Produtos oriundos do Contrato nº 040/2008), e a elaboração dos projetos básico e executivo para implantação do Anel Viário do Distrito Federal.
- Acompanhamento do Contrato nº 004/2016, para a elaboração de PCA/PRAD para as obras de pavimentação da rodovia DF-285.
- Acompanhamento do Contrato nº 007/2016, para a elaboração de PCA/PRAD para as obras de pavimentação da rodovia DF-001 (no trecho compreendido entre a DF-430 e a DF-170).
- Acompanhamento do Contrato nº 009/2016, para a execução do Plano Básico Ambiental – PBA relativo às obras de implantação do Corredor Eixo Sul / BRT Sul.
- Acompanhamento dos processos e Termos de Compromisso assinados com o IBRAM para pagamento de Compensação Ambiental e Compensação Florestal pela implantação de obras rodoviárias.
- Acompanhamento junto ao IBRAM dos processos de licenciamento ambiental de obras rodoviárias e de jazidas de materiais naturais de construção.
- Acompanhamento, juntamente com a equipe do 2º Distrito Rodoviário, da manutenção de mudas nativas e replantio no Parque Urbano do Paranoá.
- Participação como membro do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Brasília (FLONA).
- Participação como representante do DER/DF no Grupo de Trabalho “Produtor de Água – Projeto Pípiripau”.
- Participação como representante do DER/DF no acompanhamento da elaboração do “Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF”.
- Participação como representante do DER/DF no Grupo de Trabalho: Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2).
- Requerimento junto ao IBRAM de 06 Autorizações Ambientais para as seguintes obras: Drenagem do Campus da UNB – Gama (BRT Sul); Supressão Vegetal para as Áreas de Empréstimo das obras do TTN, Torto-Colorado e Ciclovia do Lago Oeste; Áreas de empréstimo das obras do TTN e Torto-Colorado.
- Recebimento junto ao IBRAM de 05 Autorizações Ambientais: nº 04/2016 (Área de Empréstimo na DF-445), 12/2016 (Execução de PRAD na DF-005), 28/2016 (Supressão Vegetal para a obra do Torto-Colorado), 29/2016 (Supressão Vegetal para a obra do TTN) e 38/2016 (Supressão Vegetal nas Áreas de Empréstimo da obra do TTN).
- Requerimento de Licença Ambiental Simplificada para as atividades realizadas na Serraria do DER-DF.
- Requerimento de prorrogação da Licença Prévia da obra de pavimentação da rodovia DF-131 e da Licença de Instalação da obra de alargamento da rodovia DF-047.
- Recebimento junto ao IBRAM de 01 Licença Ambiental Simplificada: LAS 005/2016 para a DF-463.
- Recebimento junto ao IBRAM de 01 Licença Ambiental: LI 005/2016 para o TTN.
- Recebimento junto ao ICMBio da Prorrogação da Autorização para Manutenção da DF-001 e DF-220.

Quadro Resumo das Atividades

ATIVIDADE	Quantidade
Programa de Monitoramento da Faixa de Domínio	01
Relatórios de Monitoramento Ambiental de obras de pavimentação rodoviária	22
Relatórios de Cumprimento de Condicionantes de licenças ambientais de obras rodoviárias	06
Relatório e Projeto de Passagem de Fauna	02
Análise de solicitações de ocupação de faixa de domínio de rodovias	20
Pareceres Técnicos diversos	08
Termos de Referência	19
Planos de Supressão Vegetal e Levantamentos Florísticos	10
Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD	01
Nota Técnica	01
Levantamento de Área para Plantio de Grama	01
Memoriais Descritivos de áreas de empréstimo	04
Acompanhamento da elaboração de Estudos Ambientais de Contratos executados pela DIREP	02
Acompanhamento de Contratos executados pela DIMAM para elaboração de Estudos Ambientais	04
Participação em Conselhos e Grupos de Trabalho	04
Requerimento de Autorização Ambiental no IBRAM	06
Recebimento de Autorização Ambiental do IBRAM	05
Requerimento de Licença Ambiental no IBRAM	03
Recebimento de Licença Ambiental do IBRAM	02
Recebimento de Autorização do ICMBio	01

Força de Trabalho – Área de Meio Ambiente

Servidores	Atividade Fim		Total
	Com cargo em Comissão	Sem cargo em Comissão	
Quadro do GDF	01 Eng. Civil 01 Geólogo 01 Eng. Civil	01 Biólogo 01 Eng. Civil 01 Geógrafo* 01 Geólogo 01 Arquiteta ** 01 Motorista 01 Técnico em Edificações	09
Estagiários	-	01 Ciências Naturais *** 01 Geografia ****	02
Total Geral	03	08	11

Operação de Trânsito

Engenharia de Tráfego

Planejamento

- Definição de políticas públicas relativas às áreas de estacionamento e de carga e descarga, a segurança de trânsito (de pedestres, de veículos motorizados, de duas rodas, de tração animal), entre outras.
- Políticas públicas de destinação e uso do solo urbano, relativas à geração de viagens.

Estudos e diagnósticos

- 37 contagens de veículos e 3 contagens de pedestres. 14 estudos de velocidade/tráfego/pedestre.
- Estudo de impacto e intervenção no Balão da ESAF e estudo lei do Farol.
- Geração de relatórios estatísticos em resposta às manifestações de usuários à ouvidoria.
- Geração de dados estatísticos para a assessoria de comunicação.
- 275 Respostas à ação judicial referente aos recursos de notificação de infração de trânsito (PROCADS).

- Vistorias realizadas pelo Núcleo de Estatística com vistas a solucionar dúvidas quanto aos recursos de infrações de multas.
- Vistorias realizadas pelo Núcleo de Estatística com vistas a dar suporte à área de engenharia de tráfego.
- Participações em comissões para redução do número de acidentes com vítima.
- Geração de índices para fins de avaliação de resultados da Gerência de Estatística.

As informações utilizadas nos estudos e coletas de dados devem ser sistematizadas em bancos de dados para que possam servir de subsídios para o acompanhamento e o monitoramento de projetos existentes e para que se tenha um amplo conhecimento para um bom planejamento de projetos futuros.

Projetos Viários

Neste segmento, realizaram-se atividades de vistorias de campo, como:

- Sinalização vertical e horizontal das vias,
- Acostamentos,
- Faixas/marcas de canalização,
- Georreferenciamento.

Dentre as ações realizadas durante o ano de 2016, destacamos:

- Execução de projetos e obras do estacionamento do comércio situado na DF-001 (EPCT) Km 27 lado esquerdo da Rodovia sentido crescente;
- Execução de várias Baias de ônibus, situadas na DF-003 (EPIA), DF-001 (EPCT);
- Instalação de quatro conjuntos de semáforos no Balão do Colorado e na DF-001 (EPCT) Km 25,4;
- Prorrogação do Contrato dos Equipamentos de Fiscalização Eletrônica Tipo Barreiras Eletrônicas por mais 30 meses;
- Análise de vários projetos de acessos à rodovia, como: Atacadão dia a dia, Super Mercado Belavia, Super Adegas, Pionner, Hotel Barrigão, Vila Basevi, entre outros em várias rodovias do SRDF;
- Solicitação de instalação de várias ondulações transversais nas Rodovias do DF;
- Análise e solicitação de vários equipamentos de fiscalização eletrônica tipo Pardal nas Rodovias do DF;
- Solicitação para execução e fechamentos de vários retornos nas Rodovias do DF;
- Acompanhamento de vários projetos viários como o do Pistão Sul em Taguatinga DF, Aterro Sanitário de Brasília, entre outros;
- Solicitação de defensas metálicas em várias Rodovias do DF;
- Solicitação de balizadores em vários pontos críticos do DF;

Em relação às Barreiras Eletrônicas, informamos que no ano de 2016 foram instaladas 39 Barreiras Eletrônicas nas rodovias elencadas abaixo, totalizando um investimento de R\$ 320.466,12.

- DF-001, DF-003,DF-004,DF-005, DF-006,DF-035,DF-075,DF-079,DF-128,DF-130,DF-150,DF-250 e DF-290

Em 2016 foram instaladas 25 câmeras de monitoramento, 135 equipamentos de fiscalização eletrônica do tipo “pardal” e 39 barreiras eletrônicas. O DER passou a utilizar-se de Painéis de Mensagens Variadas (PMV) como ferramenta de auxílio às operações de tráfego e obras. No total, dispomos de 30 PMVs para esta finalidade.

Fiscalização de Trânsito

Convênio com o BPRv e o DETRAN/DF

Foram planejadas ações conjuntas desenvolvidas pelo BPRv, juntamente com o DER/DF e o DETRAN/DF, mediante Convênio existente entre o DER/DF e o BPRv, bem como do Convênio em entre o DER/DF e o DETRAN/DF, para as atividades discriminadas a seguir:

- I) Processamento de Dados – referentes às infrações de trânsito ocorridas nas vias urbanas e rodovias do Distrito Federal utilizando sistemas e equipamentos das duas Autarquias, a partir da interligação dos computadores das duas autarquias, de forma a reduzir custos e possibilitar melhor controle e fiscalização do tráfego no Distrito Federal;
- II) Engenharia de Tráfego – a utilização de produtos, serviços, materiais e equipamentos de Engenharia de Tráfego de uma autarquia por outra;
- III) Educação de Trânsito – desenvolvimento e execução em conjunto de programas educativos pelas duas autarquias.

IV) Fiscalização de Trânsito – nas rodovias e nas vias urbanas, visando aumentar a segurança e a melhoria das condições de trânsito no Distrito Federal, observando-se as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes;

V) Estatística – manutenção de um banco de dados referente a acidentes de trânsito no Distrito Federal, nas vias sob circunscrição do DETRAN/DF e do DER/DF, que possibilite o cadastramento de seus pontos críticos e alimentação dos dados estatísticos referentes aos acidentes de trânsito, ocorridos nas vias e rodovias do Distrito Federal, para possibilitar medidas necessárias a serem tomadas com vistas à diminuição do índice de acidentes;

VI) Monitoramento aéreo – sobrevoo de monitoramento aéreo nas rodovias urbanas e rurais do DF visando identificar pontos de congestionamento para fins de planejamento conjunto das duas Autarquias.

Outras atividades

No ano de 2016, foram autuados e enviadas aos proprietários dos veículos infratores, cerca de 789.052 notificações de infrações, considerando tanto as notificações emitidas pelos equipamentos de fiscalização eletrônicos, bem como pelo BPRV e pelos Agentes de Trânsito Rodoviários do DER/DF.

Por meio do sistema informatizado de Autorização de Tráfego para Cargas (Perigosas, Especiais e Indivisíveis), bem como para Eventos Desportivos e Não-Desportivos, foram emitidas de forma on-line, 60 autorizações de eventos.

O DER/DF conta com um Sistema para Acompanhamento dos Acidentes ocorridos nas Rodovias do DF, com a emissão de relatórios para atendimento às demandas existentes relacionados com: a) resposta aos meios de comunicação, b) a Polícia Civil e Militar, c) os interessados, mediante respectiva localização dos mesmos.

Com o uso destas informações, temos condições de definir os pontos críticos nas rodovias do DF, buscando-se desta forma a efetivação de projetos para a minimização dos acidentes em locais que estão com maior incidência.

Foram realizados, em 2016, os seguintes cursos:

- Curso de Defesa Pessoal aplicada à atividade fiscalização para 50 Agentes de Trânsito Rodoviários, realizado pela Escola de Governo do Distrito Federal - Egov;

- Curso Prático de Produtos Perigosos para 50 Agentes de Trânsito Rodoviários, realizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;

- Curso de Movimentação de Produtos Perigosos – MOPP para 15 motoristas realizado pelo SEST/SENAT;

- Curso de Técnicas Operacionais de Direção ON/OFF Road, realizado pela Academia de Polícia Federal – ANP com a participação de 6 Agentes de Trânsito Rodoviários;

- Curso de Especialização de Policiamento de Trânsito - CPTran, realizado pelo Comando de Policiamento de Trânsito da Polícia Militar do Distrito Federal – CPTRAN/PMDF com a participação de 2 Agentes de Trânsito Rodoviários;

- Participação no 1º Seminário de Mobilidade, Trânsito e Desfazimento de Local de Acidente de Trânsito, realizado pelo Batalhão de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do Distrito Federal – BPRV/PMDF, com a participação de 20 Agentes de Trânsito Rodoviários;

- Curso de Técnicas de Imobilização e Algemamento, curso de Utilização de Equipamentos de Menor Potencial Ofensivo, curso de Gerenciamento de Crise realizados durante o 1º Fórum Rodoviário, de Trânsito e Mobilidade.

Operação de revezamento da Tocha Olímpica das Olimpíadas Rio 2016, realizada pelos Agentes de Trânsito Rodoviários.

O DER/DF visando dinamizar as atividades de fiscalização e operação no trânsito do SRDF, implantou o grupo de Motopatrulhamento, visando mais agilidade na prestação de serviços à comunidade. E como destaque a participação nas Olimpíadas RIO 2016, mediante a realização de escoltas dos árbitros das partidas realizadas em Brasília.

Em relação às atividades dos agentes de trânsito do DER/DF, destacamos as seguintes operações por eles realizadas:

- a) Operação do “Eixão do Lazer”, que consiste no fechamento daquela via aos domingos e feriados nacionais para o lazer da população;

- b) Apoio aos Distritos Rodoviários e demais unidades do DER/DF em operações de vias, desvios, sinalização, campanhas educativas, etc.;

- c) Operação fluidez na DF-085 (EPTG), DF-075 (EPNB), DF-095 (ESTRUTURAL), DF-003 (EPIASul);

- d) Reforço na operação de segurança da DF-002 (Eixo Rodoviário), visando à minimização dos acidentes de trânsito no trecho;

- e) Operação de reversão da descida do Colorado (DF-003), que ocorre nos dias úteis, das 06:00 às 9:00 horas;

- f) Operação de reversão da subida do Colorado (DF-003), que ocorre nos dias úteis, das 17:30 às 19:45 horas;

Foram realizados também:

- Ficha de Missão emitida: 10.000;
- Operação de Fiscalização nas vias do SRDF: 2.555;
- Operação Fluidez: 1.848;
- Apoio a Distrito Rodoviário: 418 apoios;
- Apoio à Diretoria de Faixa de Domínio: 11 apoios;
- Apoio ao Laboratório: 38 apoios;
- Outros Apoios (CEB/CAESB/ENGEBRÁS): 157 apoios;
- Apoio ao Núcleo de Sinalização: 200 apoios;
- Veículos Abordados: 12.786 veículos;
- Veículos Removidos ao Depósito: 2.269 veículos;
- Veículos Vistoriados: 364 veículos;
- Número de Autos de Infração Lavrados: 47.768.

Educação de Trânsito

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, criado em 1960, busca em suas múltiplas funções e atividades, propiciar à sociedade um trânsito mais seguro. Com a Escola Vivencial de Trânsito – Transitolândia, ao longo dos anos tem conseguido resultados significantes. No entanto frente ao contínuo crescimento da relação veículos / pedestres /ciclistas no DF, vê-se obrigado a vencer desafios cada vez mais complexos e que exigem ações eficazes e ágeis.

Ressalta-se que são elevados os números de crianças e jovens vítimas em acidentes de trânsito tendo como fator determinante desconhecimento de regras de conduta enquanto pedestres e também ao baixo índice de comprometimento em relação ao trânsito seguro.

Nesse contexto é que se tornam oportunos o incremento de campanhas educativas e a implementação de ações que resultem no fortalecimento de uma consciência cidadã, com mudanças de atitudes que venham a minimizar significativamente os alarmantes índices de acidentes de trânsito no DF e Entorno, índices esses que seriam maiores ainda sem o trabalho e comprometimento do DER-DF.

Escola Vivencial de Trânsito (Transitolândia)

O desenvolvimento das atividades da Transitolândia em 2016 poderá ser observado nos quadros a seguir:

Campanha Educativa / Número de Pessoas Atingidas

Mês	Pedestre	Ciclista	Motociclista	Motorista
Janeiro	1.170	2.000	-	-
Fevereiro	46.541	-	3.620	-
Março	-	-	612	-
Abril	1.620	200	-	-
Maiο	31.010	1.350	2.040	9.280
Junho	600	-	-	1.865
Julho	-	-	12.000	22.600
Agosto	-	-	-	-
Setembro	830	-	-	-
Outubro	1.480	-	83	-
Novembro	218	-	76	-
Dezembro	150	-	27	-
Total	83.619	3.550	18.458	33.745
Total Geral	139.372			

Quantidade de Pessoas e Escola Atendidas – Externamente – Palestra

Mês	Quantidade de Instituição	Pedestre	Ciclista	Motociclista	Motorista
Outubro	2	450			65
Novembro	1	100			
Total		550			65
Total Geral		615			

Quantidade de Pessoas e Escolas Atendidas – Internamente

Mês	Quantidade de Visitas	Quantidade de Alunos	Quantidade de Profissionais
Março	11	906	71
Abril	14	1389	96
Maio	34	2749	211
Julho	18	1826	191
Agosto	9	945	69
Setembro	19	1727	199
Outubro	24	2527	200
Novembro	25	2538	202
Dezembro	13	1497	103
Total	167	16.104	1.342
Total Geral		17.613	

Quantidade de Pessoas Atingidas - Campanhas Externas

MÊS	PEDESTRE/ MOTORISTA	CAMPANHA
FEVEREIRO	250	Volta às Aulas
MARÇO	4.132	Volta às Aulas
JUNHO	100	DER nas Cidades
JULHO	150	DER nas Cidades
AGOSTO	250	Praça do Buriti
SETEMBRO	1.850	ENACOR/SNT
OUTUBRO	1.550	Escola Compartilhada/Campanha Farol
NOVEMBRO	314	Encontro Entre Quadras/Visita à Transitolândia
DEZEMBRO	6.185	1ª Corrida dos Engenheiros/Visita à Transitolândia
TOTAL	14.781	

Atendimento Final Efetuado- Educação de Trânsito

Durante o ano de 2016 foi realizada campanhas de rua com atendimento de 139.372 pessoas sendo destas: 83.619 Pedestres, 18.458 Motociclistas, 3.550 Ciclistas e 33.745 Motoristas. Com palestras atendeu mais 615, totalizando 139.987 pessoas abordadas.

A Escola Vivencial de Trânsito atendeu in loco 16.104 crianças e 1.342 profissionais, em atividades externas para Escolas Públicas e Particulares e campanhas educativas 14.781 (pedestres e motoristas), totalizando 32.227. Além disso, cabe destacar que participou de campanhas de massa em apoio às Campanhas atingindo 18.965.

Total Geral de pessoas atendidas pela Educação de Trânsito de janeiro a dezembro do ano de 2016 foi de 172.214 (cento e setenta e dois mil e duzentos e quatorze pessoas), todos devidamente aferidos.

Foram realizadas as seguintes campanhas educativas nas vias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal - SRDF:

- DER nas Cidades, Viagem Segura, Palestra Escolas, Palestra Empresas, Eventos Diverso, Escola Compartilhada, Bora Bike, Carnaval, Volta às Aulas, Semana Santa, Maio Amarelo, Operação Farol Baixo – Lei 13.290/2016, Brasília Capital Moto Week, Capacitação para Motociclistas, Semana Nacional de Trânsito, 1ª Corrida dos Engenheiros, Encontro entre Quadras, ENACOR, Passeios Ciclísticos e Passeios Motociclisticos.

Planejamento

- Conclusão do Planejamento Estratégico 2015;
- Atualização em conjunto com a área de Geoprocessamento das planilhas referentes à malha e à sinalização rodoviária;
- Elaboração, encaminhamento, acompanhamento e consolidação das planilhas referentes à pavimentação e sinalização encaminhadas pelos Distritos Rodoviários;
 - Elaboração, encaminhamento, acompanhamento e consolidação das informações referentes aos indicadores do Planejamento Estratégico;
 - Reuniões setoriais onde foram discutidos os objetivos estratégicos, indicadores propostos e iniciativas estratégicas desenvolvidas pelos diversos setores;
 - Diversas reuniões para a criação e a manutenção de indicadores;
 - Criação de novos indicadores para as áreas do DER;
 - Alteração dos indicadores;
 - Coleta das informações do Sistema de Acompanhamento Governamental e lançamento no Relatório do Planejamento Estratégico – 2016;
 - Revisão permanente de Relatórios;

- Mapeamento, análise e modelagem das rotinas de trabalho em diversas áreas do DER/DF;
- Participação no Grupo de Trabalho da Carta de Serviço ao Cidadão;
- Participação em comissões criadas pelo DG: Promoção dos Técnicos, Comissão de Hora Extra, Comissão do PDTI e Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório dos Analistas referente ao concurso 001/2008;
- Atualização do Mapa Estratégico e dos Objetivos Estratégicos do DER/DF - aprovado dia 20 de dezembro de 2016;
- Atualizações e correções do Organograma do DER/DF;
- Participação no curso do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, na EGOV;
- Atualização dos arquivos do Planejamento Estratégico na Intranet;
- Instrução e análise de processos;
- Acompanhamento e atualização da planilha do Painel de Gestão da Mobilidade;
- Início dos trabalhos de Mapeamento do SGF;
- Apresentação da proposta de alteração dos Valores do DER/DF;
- Atualização do Relatório das Obras Executadas pelo DER/DF de 1960 a 2016;
- Participação dos servidores da coordenação no 19º ENACOR, em Brasília;
- Participação dos servidores da GEGEO no Seminário Sobre Uso de Software Livre Para Informações Geoespaciais - realizado pelo IBAMA;
- Participação de três servidores no Curso de QGIS do Básico ao Avançado (software livre), realizado entre os dias 24 a 27 de outubro - Cursos de Geotecnologias;
- Revisão do Sistema Rodoviário do DF (SRDF), para o ano de 2016 e disponibilização na intranet e na internet;
- Atualização dos Mapas Rodoviário do Distrito Federal, versão 2016 e sua impressão para distribuição gratuita, com destaque para a versão do mapa pequeno com os principais pontos turísticos do DF;
- Distribuição de Mapas Rodoviários versão 2016 para órgãos públicos no âmbito Distrital e Federal, para Deputados e Senadores, para entidades de Classe da Sociedade Civil e para usuários das rodovias do DER/DF;
- Atualização dos arquivos de mapas e do texto da legislação do SRDF para publicação na INTRANET/INTERNET;
- Atualização e disponibilização às várias áreas do DER e à sociedade da base de dados geoespaciais gerada no âmbito das atividades rodoviárias;
- Revisão metodológica para o cálculo das interseções rodoviárias e complementação de geometrias que não constavam no SRDF;
- Atualização de dados do SRDF no Sistema de Cadastro Rodoviário – SCR/SIDER;
- Atualização do Sistema de Cadastro Rodoviário (SCR) para rodovias coincidentes;
- Ampla revisão e correção de dados do Sistema de Cadastro Rodoviário - SCR, desenvolvido pela SOFTPLAN, com o intuito de equalizar as informações rodoviárias para publicação da versão 2016 do SRDF no ambiente SIDER;
- Definição de parâmetros mínimos para a construção do Geovisualizador de Informações Espaciais do DER/DF, no âmbito da solução SIDER;
- Confecção de Mapas para documentação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico– CIDE;
- Elaboração de mapas para atender a demanda da Diretoria de Meio Ambiente do DER/DF.
- Apoio na localização dos engenhos publicitários nas Rodovias do Distrito Federal para atender a Diretoria de Faixa de Domínio;
- Atualização do Mapa do Caminho das Escolas – 2016
- Elaboração de dados complementares referentes a processos relacionados à área de Georreferenciamento;
- Continuação dos estudos de viabilização e implantação do I3Geo, para publicação dos dados espaciais gerados pelo DER/DF na ferramenta de geovisualização;
- Elaboração de diferentes cartogramas com os "Pontos Críticos" das Rodovias do Distrito Federal e para o Programa "Caminho das Escolas";
- Elaboração do Relatório de Obras de Artes Especiais – versão 2016;
- Elaboração de 134 (cento e trinta e quatro) cartogramas para fins diversos;
- Participação ativa de servidores em reuniões das Comissões e Grupos Técnicos do DER/DF (Hora Extra, Escala de Trabalho, Rodovias Planejadas e o Inventário da BR-020) e do GDF (ZEE-DF).
- Elaboração e Acompanhamento da Proposta Orçamentária para o ano de 2017 do DER-DF, dentro da metodologia da SEPLAG, em relação aos investimentos;
- Acompanhamento da execução dos projetos constantes da LOA 2016.
- Acompanhamento da Agenda Positiva de Governo e análise de execução da entrega das obras relacionadas no Acordo de Resultados GDF/SEMOB nas ações relativas ao DER-DF 2016.

- Participação na Gestão Estratégica 2015-2018 da Secretaria de Projetos Estratégicos e Contribuição na Contratualização de Resultados para Implantação da Estratégia da SEMOB/DF: auxiliar como membro da equipe da SEMOB na implementação do Modelo de Acompanhamento e Gestão e no Desenho e Implementação do Modelo de Governança Colaborativa em relação aos assuntos pertinentes as contribuições do DER/DF fazendo parte do Grupo de Gestão para Resultados.
- Elaboração, Revisão e Acompanhamento do Planejamento Estratégico Institucional 2012-2022, com a avaliação dos indicadores previstos e realizados;
- Acompanhamento dos Contratos de Obras e Serviços e outras atividades do DER/DF;
- Acompanhamento e monitoramento da execução dos projetos estratégicos no DER/DF, bem como a elaboração de relatórios dos planos, programas e ações, observando as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Mobilidade, com o objetivo de dar maior transparência e garantir eficiência às ações do DER/DF;
- Acompanhamento Governamental com os Relatórios Bimestrais dos Projetos e Atividades do DER/DF, analisado criticamente as distorções e desvios identificados na execução do plano orçamentário, com os ajustes, revisão e medidas corretivas consideradas adequadas para o ano de 2016;
- Análise periódica da posição das disponibilidades financeiras e das necessidades de alocação de recursos, com o controle do pagamento das parcelas dos contratos e convênios e de atestados da sua regularidade no que concerne ao cumprimento das cláusulas e condições que foram pactuadas;
- Efetuado o acompanhamento sistemático e periódico da execução do plano e do orçamento anual do DER/DF com a elaboração dos relatórios correspondentes;
- Elaboração da documentação para a obtenção de recursos da Contribuição de Domínio Econômico (CIDE), junto ao Ministério dos Transportes;
- Finalização dos trabalhos da Comissão para adequação no Regimento Interno do DER/DF, para publicação no Diário Oficial;
- Gerenciamento, controle e fiscalização de contratos e convênios e seus aditivos, firmados pelo DER/DF com entidades públicas e privadas, mantendo atualizados os dados pertinentes e observando o cumprimento dos prazos e demais obrigações pactuadas;
- Respostas aos Órgãos de Controle do GDF;
- Participação do Coordenador de Planejamento como Coordenador do Grupo de Trabalho de Dispositivos Auxiliares e Sinalização de Obras do DENATRAN, desde março de 2009, com a finalização dos dois Manuais;
- Participação do Coordenador de Planejamento como representante da ABDER na Câmara Temática de Engenharia de Tráfego, da Sinalização e da Via do DENATRAN, no período de 2010 a 2016 (três mandatos consecutivos), tendo sido escolhido como Secretário Executivo da Câmara;
- Participação do Coordenador de Planejamento como Membro Efetivo do Conselho de Trânsito do Distrito Federal, e Vice-Presidente do Conselho, no período de junho de 2011 a junho de 2017 (três mandatos consecutivos);
- Participação do Coordenador de Planejamento como Membro do Conselho Fiscal da ABDER, Gestão 2013 a 2015, e posteriormente a partir de 2015, como Secretário Geral da ABDER;
- Participação do Coordenador de Planejamento como Coordenador da Comissão Organizadora da 45ª RAPV / 19º ENACOR / 5ª Expopavimentação e do 1º Fórum Rodoviário, de Trânsito e de Mobilidade.

Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI tem sido o instrumento fundamental para os avanços alcançados, refletido em uma melhor organização dos projetos, de suas ações, e de um melhor alinhamento estratégico institucional. Para os próximos anos é esperado um refinamento desse instrumento por conta da recente instituição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI do DER/DF - Instrução 237, de 23 de novembro de 2016, publicada no DODF de 25/11/2016, p. 6.

Hoje o DER/DF possui um PDTI alinhado com o Planejamento Estratégico Institucional – PEI, sendo a TI, a área responsável pelo objetivo estratégico 9 – Aperfeiçoar e Adequar a Infraestrutura Tecnológica Adotando as Melhores Práticas de Governança de TI. As diversas ações, para se atingir esse objetivo, são compiladas por meio de quatro indicadores específicos: 9.1 - Índice de modernização de sistemas em TI; 9.2 - Índice de investimento em hardware e software; 9.3 - Índice de investimento em infraestrutura; 9.4 - Índice de prestação de serviço técnico.

Importante destacar que TI conta atualmente com um quadro reduzido de colaboradores. No total são 22 (vinte e dois) colaboradores, sendo 12 (doze) efetivos, os quais estão incumbidos da missão de gerir e manter a estrutura e os recursos de TI do DER/DF para um quadro de usuários internos da ordem de 1.200 (mil e duzentas) pessoas. Para fins de comparação, pela Resolução nº 211 do Conselho Nacional de Justiça, de 15/12/2015, a quantidade mínima desejada é de 55 (cinquenta e cinco) colaboradores sendo que 35 (trinta e cinco) devem ser efetivos.

Apesar desse contexto, em função da organização e planejamento (PDTI – PEI), a TI tem conseguido responder a diversas demandas do DER/DF, bem como tem mantido sempre a preocupação de atualizar tecnologicamente esta

Autarquia, garantindo a salvaguarda e disponibilidade de dados, sistemas e serviços. Abaixo estão relatadas as atividades desenvolvidas durante o período de Janeiro a Dezembro de 2016.

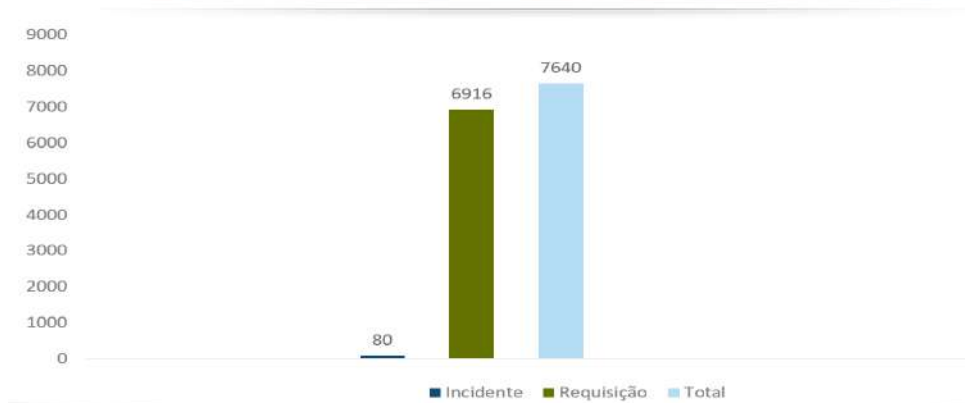
Redes, Infraestrutura e Suporte aos Usuários

Foram realizados atendimentos de diversas demandas, auxiliando os usuários nos setores do DER/DF e também no Batalhão de Polícia Rodoviária - BPRV.

Com a instalação e implementação do Sistema CitsMart (plataforma Free), a equipe de informática conseguiu organizar as chamadas “ocorrências”, através da implementação das melhores práticas preconizadas na Information Technology Infrastructure Library – ITIL.

No período de Janeiro a Dezembro de 2016, a equipe efetuou 7.640 (sete mil, seiscentos e quarenta) atendimentos de suporte aos usuários do DER/DF e BPRV.

Quantitativos de Chamados 2016



Atividades realizadas:

- ✓ Cabeamento na nova sede do 4º Distrito Rodoviário;
- ✓ Mudanças das antenas do Parque Rodoviário para as torres da PM para atender do 1º Distrito Rodoviário e o 4º Distrito Rodoviário;
- ✓ Troca de Baterias do Nobreak;
- ✓ Implantação do proxy, maior controle da internet;
- ✓ Implantação do Firewall – WatchGuard;
- ✓ Segmentação da Rede;
- ✓ Instalação de novos computadores 65 unidades;
- ✓ Ligação por fibra ótica o parque rodoviário na GDFNET;
- ✓ Proxy Reverso;
- ✓ Instalação e organização de um novo rack no *Datacenter* da Sede;
- ✓ Implantação do suporte presencial ao usuário no Parque Rodoviário, 3º Distrito Rodoviário e no 1º Distrito Rodoviário;
- ✓ Reorganização do Nágios (Monitoração);
- ✓ Reorganização do Bacula (Backup);
- ✓ Redundância de fitas de Backup armazenadas no Parque Rodoviário;
- ✓ Cabeamento estruturado na sede administrativa do 3º Distrito Rodoviário;
- ✓ Migração de arquivos de um servidor para o outro;
- ✓ Manutenção da Rede de Computadores;
- ✓ Manutenção de computadores;
- ✓ Acompanhamento e instalação de 67 computadores na Sede e Distritos;
- ✓ Configuração do sistema de Back-up;
- ✓ Instalação e configuração de switch;
- ✓ Instalação e configuração dos novos Storage;
- ✓ Divulgação do PSI (Termo de compromisso para Login);
- ✓ Apoio Técnico presencial juntamente com o SERPRO na Infraestrutura de rede, comunicação e multimídia no evento ENACOR/2016 conforme quadro a seguir:

Sistemas

O DER/DF possui diversos sistemas informatizados que dão suporte tanto a atividade meio quanto a atividade fim, desenvolvidos e mantidos tanto pela equipe própria, quanto adquiridos e mantidos em parceria com terceiros. As imagens a seguir resumem esses sistemas e sua distribuição nas diversas áreas:

Desenvolvidos na Casa

✓ **13 Soluções próprias**

- **SISPES** (Gestão de Pessoal)
- **SISCAS** (Gestão do Auxílio Saúde)
- **SISMAT** (Gestão de Material)
- **SISPAT** (Gestão de Patrimônio)
- **SISDOC** (Gestão de Documentos)
- **SISEVI** (Gestão de Educação Viária - Transitolândia)
- **SISPLAC** (Gestão de Placas)
- **SISCOP** (Gestão Operacional – Agentes de Trânsito)
- **SISMAE** (Gestão de Máquinas e Veículos)
- **SISVISITANTE** (Controle Acesso)
- **Licitação** (Pregão/TF)
- **Intranet**
- **Site** Transitolândia

✓ **03 Sistemas de consultas**

- **SISPRO** (Consulta de Processos antigos)
- **SGEODIMAM** (Controle Licenciamento ambiental) – parceria com SUTEC/DIMAM
- **Arquivo Digital** (Consulta a documentos digitalizados)

Adquiridos de Terceiros

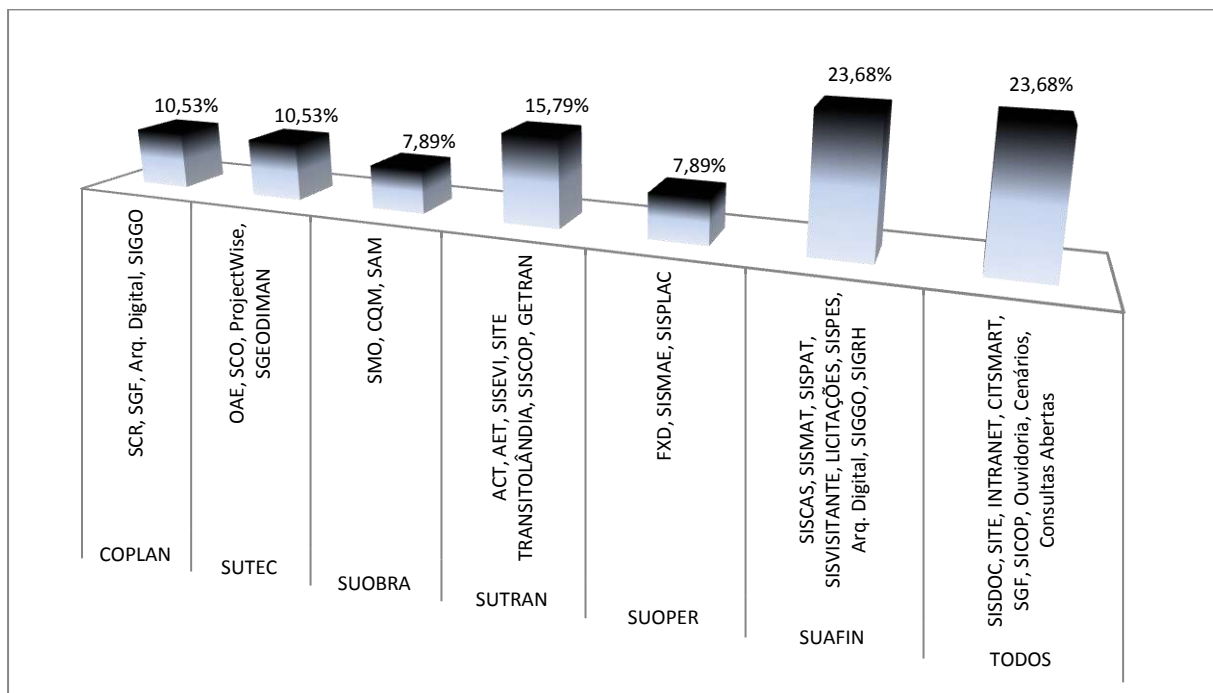
✓ **13 Soluções em parceria**

- Solução SIDER (Poligraph/Softplan)
 - **10 módulos**
 - **ACT** (Acidente de Trânsito)
 - **AET** (Autorização Especial de Trânsito)
 - **CQM** (Quantitativo de Medição de Obra)
 - **FXD** (Faixa de Domínio)
 - **SFO** (Gestão de Financeira de Contrato)
 - **SMO** (Gestão operacional de Contrato)
 - **OAE** (Obra de Arte Especial)
 - **SCO** (Custo e Orçamento)
 - **SCR** (Cadastro Rodoviário)
 - **SAM** (Administração da Manutenção)
- Bentley ProjectWise (GED Eng.)
- Sirgeo (Geoprocessamento)
- CitSmart (Governança – ITIL)

Sistemas de Governo

- SIGGO, SIGRH, Ouvidoria, Site DER, SICOP e GETRAN (Detran)

Quantidade de Sistemas Próprios, de Terceiros, e de Governo.



Distribuição de Sistemas Por Área

Importante destacar que todas as atividades estão alinhadas com o PDTI e com o PEI. Em 2016 o PEI estipulava um avanço de 5,26% no índice de modernização de sistemas, entretanto foi alcançado 23,29% por conta de uma

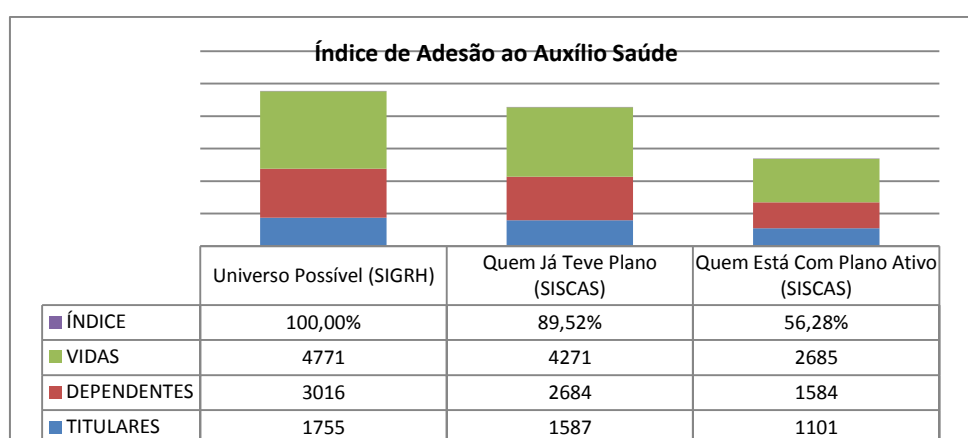
concentração de esforços, forçado pela necessidade de melhor organização dos ambientes de produção, desenvolvimento, e homologação/treinamento, o que acabou acelerando o processo de unificação de várias bases de dados de sistemas.

Abaixo destacamos as principais ações desenvolvidas relacionadas a novas funcionalidades dos sistemas atualmente em produção, ou novas soluções implantadas:

a) Distribuição total da verba e controle de pagamentos retroativos pelo SISCAS

✓ A partir de Outubro/2016, o SISCAS teve sua fórmula de distribuição do Auxílio Saúde alterada. Agora o sistema distribui toda a verba disponível para esse fim, permitindo assim uma melhor e mais justa utilização deste benefício. Por ocasião desta alteração, foi implementado também o controle de pagamentos retroativos. Todas essas alterações decorreram de regras definidas na Instrução 225 de 20 de outubro de 2016, publicada no DODF nº 202, de 25 de outubro de 2016, p. 8 e 9. Importante destacar que o SISCAS, inicialmente meramente cadastral, tem ganhado peso financeiro, o que tem requerido refinamentos técnicos.

✓ Como ocorrem todos os anos, por ocasião da revisão da Tabela de Referência do SISCAS, base de concessão do Auxílio Saúde, foram feitas diversas consultas à base de dados a pedido das Associações, dos Gestores e da Direção Geral. A figura abaixo é um exemplo desse tipo de consulta, onde se cruzou dados do SISCAS juntamente com dados do SIGRH, no sentido de se verificar o potencial da carteira DER/DF, visando assim uma melhor negociação junto a Administradoras e Operadoras de planos de saúde:



Exemplo de consulta direta à base de dados do SISCAS – Setembro/2016

b) Unificação das bases de dados e organização dos ambientes de banco de dados e de aplicações

✓ Em 2016 foram realizadas importantes ações visando a unificação das bases de dados dos diversos sistemas, e a organização dos ambientes de produção, desenvolvimento, homologação/treinamento, bem como a distribuição das aplicações em ambientes independentes. As ações, que contaram com a parceria da GEOPE, envolveram a criação de máquinas virtuais específicas para esses ambientes, com política de cópia diária de segurança, a padronização da versão do gerenciador de banco de dados (SQLServer 2014), e a criação de base de dados única segmentada em esquemas. Essas ações também têm por objetivo eliminar redundância de dados, e são combinadas com as ações de atualização tecnológica dos sistemas legados e com a análise e desenvolvimento de novas soluções.

- ✓ Os sistemas migrados para a base de dados única foram os seguintes:
 - SISDOC, 100%;
 - SISEVI, 100%;
 - ARQUIVO DIGITAL, 100%;
 - SISMAE, 50% (apenas em ambiente de desenvolvimento);
 - SISPAT, 50% (apenas em ambiente de desenvolvimento);
 - SISMAT, 50% (apenas em ambiente de desenvolvimento);
 - SUBMAT, 50% (apenas em ambiente de desenvolvimento).

c) Atualização tecnológica do SISMAE

✓ Em abril 2016 foi iniciado o processo de atualização tecnológica do SISMAE, o que implica a migração da linguagem Active Server Page – ASP, para linguagem JAVA por meio da ferramenta de desenvolvimento rápido de sistemas MAKER All, com reanálise da solução. Destacamos como pontos fortes dessa migração a descentralização do SISMAE, atualmente utilizado apenas pela SUOPER/DEMAT. Nesse sentido o NOVO SISMAE contempla:

- Controle das Ordens de Serviço de Manutenções;
- Controle dos Abastecimentos;
- Oficinas descentralizadas nos Distritos Rodoviários;
- Requisição de transporte online;
- Controle de Orçamentos;
- Pedidos de Manutenção online;
- Integração com outras bases de dados – Pessoal, Unidades Administrativas, Patrimônio, Material,

Financeiro.

✓ O NOVO SISMAE ficou 90% pronto em 2016, o que já contempla ações de homologação e treinamento de usuários. Importante destacar que o NOVO SISMAE, já desenvolvido em ambiente computacional mais organizado, foi o principal motor para a unificação de várias bases de dados conforme especificado no item anterior. Entretanto, essa unificação acabou por atrasar o cronograma inicialmente proposto que previa a implantação completa ainda em 2016.

d) Atualização tecnológica do SISPAT

✓ Em abril 2016 foi iniciado o processo de atualização tecnológica do SISPAT, o que implica a migração da linguagem Active Server Page – ASP, para linguagem JAVA por meio da ferramenta de desenvolvimento rápido de sistemas MAKER All, com reanálise da solução. Destacamos como pontos fortes dessa migração as seguintes regas de negócio:

- Depreciação patrimonial;
- Valorização patrimonial;
- Empréstimo de bens patrimoniais online;
- Transferência de bens patrimoniais online;
- Sub responsabilidade por carga patrimonial.

✓ O novo SISPAT ficou 30% pronto em 2016. Não foi possível avançar mais por conta da implantação da NOVA INTRANET. De todo modo, o cronograma não restou prejudicado por conta de mudanças administrativas ocorridas e revisado do módulo Leitor de Código de Barras, funcionalidade disponível já na nova tecnologia desde Abril de 2014.

e) Atualização tecnológica da INTRANET

✓ Em 15 de julho de 2016, foi lançada a NOVA INTRANET. Desenvolvida com utilização do popular sistema de gerenciamento de conteúdo JOOMLA, plataforma livre muito utilizada para construir e gerenciar sites e portais. Com essa atualização tecnológica, foi possível construir uma INTRANET organizada por temas, bem mais visual, moderna e funcional;

✓ A principal característica da NOVA INTRANET é sua descentralização. É possível flexibilizar para cada área concentradora de informações ou serviços uma gestão específica por meio de usuário e senha, o que melhora e agiliza a circulação da informação. Ao mesmo tempo, retira da TI a carga operacional de publicação de conteúdo, atividade recorrente diária.

✓ Outra importante característica da NOVA INTRANET é ser uma concentradora de serviços. Além de notícias e galerias de fotos, os usuários contam com acesso a sistemas e seus materiais de apoio; informações e formulários relacionados a gestão de pessoas, cursos e eventos, medicina e saúde, e legislação; consultas abertas relacionadas a servidores, processos, documentos, contratos, patrimônio, materiais e a publicações oficiais;

✓ O projeto da NOVA INTRANET foi iniciado em Junho de 2013 com a escolha tecnológica e com a discussão e elaboração do layout. Apesar dos avanços (65%), esse foi um período de pesquisa, estudo e aprendizado para a equipe. O projeto restou prejudicado durante o ano de 2014, sendo retomado em 2015 e concluído em 2016.

f) Disponibilização de consulta dinâmica de contratos no SITE

- ✓ Em outubro de 2016 foi disponibilizado no SITE do DER/DF a consulta dinâmica de contrato. A consulta está estruturada por ano, e exibe para cada contrato um extrato, bem como disponibiliza para download os artefatos jurídicos firmados. Os dados, oriundos do Sistema de Gestão Financeira, são atualizados de forma automática uma vez por dia. Essa medida visa aprimorar o módulo LAI (Lei de Acesso a Informação) do SITE, e manter uma boa colocação do DER/DF no ranking de transparência estabelecido pela Controladoria Geral do Distrito Federal - CGDF;
- ✓ Abaixo alguns números do SITE:

Mês do ano	Acessos	Acessos
	475.384 Porcentagem do total: 100,00% (475.384)	475.384 Porcentagem do total: 100,00% (475.384)
1. 201607	74.996	15,78%
2. 201610	48.633	10,23%
3. 201609	43.226	9,09%
4. 201608	42.320	8,90%
5. 201611	39.896	8,39%
6. 201606	38.112	8,02%
7. 201612	37.956	7,98%
8. 201603	35.155	7,40%
9. 201605	34.503	7,26%
10. 201604	31.293	6,58%

Visitas ao site do DER em 2016 – Google Analytics (SEPLAG)

Página	Acessos
	475.384 Porcentagem do total: 100,00% (475.384)
1. /	231.965 (48,80%)
2. /servicos/multas/recursos.html	41.070 (8,64%)
3. /component/k2/item/2881-consulta-de-processos.html	33.909 (7,13%)
4. /o-der/mapa-rodoviario.html	12.733 (2,68%)
5. /noticias/item/3130-transito-sera-alterado-no-final-da-asa-norte-a-partir-de-terca-feira-01.html	12.664 (2,66%)
6. /o-der/institucional/secoes-e-telefones.html	11.449 (2,41%)
7. /transparencia-publica/licitacoes/concorrencias.html	11.245 (2,37%)
8. /lei-farol-baixo.html	10.465 (2,20%)
9. /servicos/obras/projetos/item/2830-df-002-df-007-trevo-de-triagem-norte-ttn.html	5.996 (1,26%)
10. /o-der/unidades/sede.html	4.692 (0,99%)

Páginas mais visitadas no site do DER em 2016 – Google Analytics (SEPLAG)

g) Desenvolvimento do sistema ARQUIVO DIGITAL

✓ Em 2016 o sistema ARQUIVO DIGITAL, que controla documentos digitalizados, passou por alterações significativas. Sua estrutura de banco de dados foi redesenhada objetivando melhorar o controle a que ele se propõe, qual seja, ser uma ferramenta que controle a produção e a consulta de documentos digitalizados. Nesse sentido foram incorporados os seguintes controles:

- Indexação e reindexação automática de imagens digitalizadas;
- Contagem automática de imagens digitalizadas;
- Auditoria que permite verificar a produtividade de imagens digitalizadas no período com controle de inconsistências no processo de cadastro;
- Refinamento da rotina de cadastro de documentos com restrições de alterações e de exclusões.

✓ A utilidade final do sistema ARQUIVO DIGITAL é proporcionar a pesquisa e recuperação na tela de documentos digitalizados, bem como informar sua localização física. Nesse sentido a rotina que pesquisa documentos na base de dados está sendo reformulada de modo a permitir a busca em todo o corpo do documento. Restam ainda 20% para que essa atividade seja concluída.

h) Desenvolvimento do sistema BANCO DE HORAS

✓ Em julho de 2016 foi iniciado o desenvolvimento do sistema de BANCO DE HORAS o qual se fundamenta no resultado do trabalho realizado por Comissão interna específica que tratou do tema e que também participa diretamente do projeto. Apesar do pouco tempo, foi possível um avanço significativo de 50% no projeto, cujas principais funcionalidades são:

- Mapa de previsão de horas extras;
- Mapa de pagamento coletivo;
- Comprovação de horas extraordinárias executadas;
- Solicitação de compensação de horas;
- Solicitação de pagamento individual;

i) Implantação do módulo SAM no ambiente SIDER (Sistema de Administração da Manutenção do SRDF)

✓ Foi realizada a implantação do SAM conforme sugestão do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF de forma que, após o cadastro de todos os elementos rodoviários e suas respectivas situações, será possível à Superintendência de Obras – SUOBRA gerar todo o planejamento para o próximo ano fiscal;

✓ O SAM incorpora Manual de Planejamento e Procedimentos das Atividades de conservação rodoviária executadas pelos Distritos Rodoviários do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, elaborado pela SUOBRA.

Abaixo destacamos as principais ações desenvolvidas relacionadas a manutenção dos sistemas atualmente em produção:

SISDOC V3

✓ Sistema de controle de Documentos. Tem por finalidade controlar de forma contextualizada a produção de memorandos, circulares, ofícios, cartas, e de cadastro de documentos externos. O SISDOC é hoje uma das soluções mais utilizadas no DER/DF, uma vez que afeta o cotidiano de todos;

- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

SISCAS

✓ Sistema de Controle do Auxílio Saúde. Tem por finalidade o controle dos valores que são repassados aos servidores que possuem planos de saúde a título de subsídio do Governo, o Auxílio Saúde. Seus dados, em níveis de detalhes, guardam relação direta com os valores consolidados recebidos pelos servidores, através do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos do Governo – SIGRH. Logo, o SISCAS é o responsável pelas entradas no SIGRH referentes ao benefício Auxílio Saúde. Sistema submetido a constantes mudanças de regras de negócios, a estudos de impactos econômicos e a simulações;

- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

SISPES

- ✓ Sistema de Controle de Pessoal. Tem por finalidade o controle dos servidores ativos e inativos desta Autarquia. Apesar da existência do SIGRH, a razão de ser do SISPES pode ser justificada, dentre outros aspectos, pelo nível de detalhes e flexibilidade que o mesmo contempla, haja vista a solução ter sido desenvolvida por equipe do próprio DER/DF. Entretanto, tais características, não o deixam em rota de colisão com o SIGRH;
- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

SISMAT

- ✓ Sistema de Controle de Material. Tem por finalidade o controle do estoque de materiais da Autarquia. Por conta disso, requisições de materiais e pedidos de compra são igualmente controlados. Atualmente conta com integração de dados com o módulo “LICITAÇÕES”, fornecendo informações dos Pedidos de Compra de Materiais – PCM’s, para serem utilizadas nos pregões eletrônicos;
- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

SUBMAT

- ✓ Módulo do SISMAT para controle de estoque descentralizado. Tem por finalidade controlar os estoques nos Distritos Rodoviários. A solução é uma importante ferramenta de gestão de materiais especialmente por proporcionar transparência ao estoque de materiais da Autarquia;
- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas, com destaque para:

SISPAT

- ✓ Sistema de Controle de Patrimônio. Tem por finalidade o controle de todos os bens da Autarquia, tanto móveis quanto imóveis, consolidados na carga patrimonial. Atualmente contem módulo que permite a leitura de código de barras para identificação e localização de bens;
- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

SISMAE

- ✓ Sistema de Manutenção de Máquinas e Equipamentos. Tem por finalidade o controle das Ordens de Serviço envolvidas no controle das manutenções de máquinas e equipamentos do DER/DF, e do Batalhão de Polícia Rodoviária – BPRV;
- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

SISVISITANTE

- ✓ Sistema de Controle de Visitantes. Tem por finalidade o controle das entradas e saídas de pessoas no Ed. Sede do DER/DF;
- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

SISEVI

- ✓ Sistema de Educação Viária. Tem por finalidade o controle das atividades da Transitolândia, tais como visitas à minicidade, campanhas e cartilhas educativas. Possui integração com a comunidade a partir de dois acessos externos disponíveis no site da Transitolândia, <http://transitolandia.der.df.gov.br/>, um destinado as Escolas e outro aos estudantes;
- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas, com destaque para:
 - Adequação e revisão das rotinas de cadastro de campanhas e de cadastro de eventos de campanha

SISPLAC

- ✓ Sistema de Placas. Tem por finalidade o controle do processo de fabricação, instalação e manutenção de placas de sinalização de trânsito que são demandadas e produzidas por equipe própria. Possui dois públicos alvos, aqueles que fabricam as placas no Núcleo de Sinalização – NUSIN, e aqueles que instalam e mantêm as placas, os Distritos Rodoviários;

- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

SITE DA TRANSITOLÂNDIA

- ✓ Solução disponível na Internet através do endereço <http://transitolandia.der.df.gov.br>, que tem por objetivo divulgar as funções e atividades da Escola Vivencial de Trânsito – Transitolândia. Além do conteúdo estático, com textos informativos e fotos das diversas campanhas educativas promovidas, o site possui integração com o SISEVI, permitindo assim que escolas atualizem dados, agendem visitas à minicidade, e que crianças naveguem e preencham virtualmente cartilhas educativas de trânsito, inclusive com emissão de certificado ao final;
- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

Licitações

- ✓ Módulo sistêmico desenvolvido para gerar os anexos dos pregões eletrônicos do DER/DF. A solução captura todas as informações dos Pedidos de Compra de Material – PCM's do SISMAT, gerando e controlando os anexos das licitações;
- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas.

Portal Intranet

- ✓ Solução que integra notícias, informações e serviços relevantes a comunidade interna do DER/DF, tais como acesso a sistemas, formulários, contracheque, carga patrimonial setorial, lista de materiais, lista de e-mails, telefones, aniversariantes, contratos, dentre outros;
- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas, com destaque para:
 - Implantação da NOVA INTRANET.

Portal Internet – SITE.

- ✓ Solução que integra notícias, informações e serviços relevantes ao cidadão, tais como licitações, pedidos de autorização especial de tráfego, pedidos de ocupação de faixa de domínio, procedimentos relativos a multas de trânsito, dentre outros. Atualmente o conteúdo referente a notícias disponibilizado no site do DER/DF é alimentado pelo próprio gestor, ou seja, a Assessoria de Comunicação – ASCOM, que foi devidamente qualificada pela equipe da CTINF. Ficando a equipe de TI a cargo dos demais conteúdos.;
- ✓ Prestação de suporte contínuo aos usuários e realização de manutenções corretivas e evolutivas, com destaque para:
 - Reestruturação do módulo ouvidoria, conforme solicitado pela Controladoria-Geral do DF, com destaque para a implantação do conteúdo da Carta de Serviços ao Cidadão do DER/DF;
 - Implantação de consulta dinâmica de contratos no módulo LAI (Lei de Acesso à Informação);
 - Revisão e reestruturação do módulo LAI.

Principais ações SIDER:

- ✓ SGF
 - Revisão de informações contábeis dos contratos cadastrados no sistema;
 - Revisão da forma de cadastro de aditivos de contrato e customização do sistema para contemplar essa atual necessidade;
 - Revisão e alteração do fluxo de cadastro de contratos no SGF;
 - Está sendo redefinido o fluxo de cadastro de processos e contratos no Sistema de Gerenciamento Financeiro – SGF. Vários setores da Autarquia estão sendo envolvidos, fazendo com que a gestão do sistema seja compartimentada de forma a maximizar os resultados;
 - Criação de novo relatório de execução de serviços, a ser implementado no SGF de forma que os pagamentos serão viabilizados apenas com apresentação do relatório emitido pelo sistema.
- ✓ ACT
 - Homologação de integração entre sistema de talonário de multas e sistema ACT.
- ✓ FXD

- Levantamento de requisitos e desenvolvimento de módulo de fiscalização mobile para implementação no Sistema de Faixa de Domínio – FXD;
- Revisão de utilização do portal de faixa de domínio.

- ✓ SMO
- Atualização do cenário de obras. Foi disponibilizada uma nova versão do cenário de obras com novas funcionalidades de apresentação melhoradas.

- ✓ CQM
- Suporte continuado na utilização do módulo CQM. Após definição da SUOBRA indicando que todas as novas obras deverão ter seus registros cadastrados no CQM, foi reforçado o apoio aos executores no cadastro de medições e demais informações referentes a contratos;
- Levantamento de requisitos para implantação de funcionalidade de importação de arquivos de memória de cálculo geradas pelo Topograph e registradas em planilhas eletrônicas.

- ✓ SCR
- Suporte a COPLAN na correção de informações do SRDF cadastradas no Sistema de Cadastro Rodoviário, de forma a viabilizar a geração do relatório anual entregue ao DNIT.

- ✓ Ambiente SIDER
- Levantamento de necessidades junto aos usuários de todos os módulos visando planejamento de ações de melhoria continuada e previsão orçamentaria para atendimento das demandas recebidas.

Projetos

Digitalização de documentos e mapeamento de processo

- ✓ Adesão à Ata de registro de preço através do processo nº 113.009012/2016, contrato 33/2016, para suprir as necessidades de tratamento, digitalização, mapeamento dos processos da área administrativa.

Bentley Topograph

- ✓ Projeto em andamento desde 2015 e com grandes avanços em 2016. Foram adquiridas 8 (oito) novas licenças do software Bentley Topograph, e atualizadas as 2 (duas) licenças já existentes. Para 2017 estão programados treinamentos, tanto para os produtos recém adquiridos, quanto para a plataforma PowerCivil já em utilização. Os novos produtos atendem a uma demanda antiga dos Distritos Rodoviários para atividades de topografia, e contará também com integração ao ambiente SIDER.

Utilização das torres da PM

- ✓ Através do convênio assinado com a PM, conforme consta no processo 113.0005776/2012. O DER está utilizando as torres para instalar antenas de comunicação para interligar os distritos rodoviários com a sede.

Interligação da rede de dados do DER por meio de fibra ótica

- ✓ Interligação entre a sede do DER com o Parque Rodoviário por fibra ótica utilizando a rede de comunicação da GDFNET.
- ✓ Estudo em andamento para interligar os outros Distritos Rodoviários.

Novo procedimento para contratar suporte técnico especializado de TI

- ✓ Tendo em vista a necessidade de continuidade dos serviços de suporte técnico especializado de TI e de governança de TI, está em andamento um novo procedimento de contratação desses serviços, uma vez que o ciclo contratual atual está no seu limite temporal legal.

CTINF descentralizada

- ✓ Visando um melhor atendimento aos usuários de TI do DER/DF, bem como a característica de descentralização física do DER/DF, a partir de 2016 a CTINF não está apenas na SEDE (Asa Norte). Atualmente o Parque Rodoviário (Sobradinho) e o 3º Distrito Rodoviário (Samambaia) contam cada um com um colaborador local, o que melhorou a qualidade do atendimento, reduziu custos e aproximou mais a TI de seus usuários finais. Apesar da escassez de recursos humanos, para 2017 estão programados suportes locais no 1º (Planaltina), 4º (Paranoá) e 5º (Brazlândia) Distritos rodoviários.

Aquisição de Switches

✓ Processo em andamento para aquisição de novos switches para melhorar e modernizar a comunicação de dados. (processo aguardando disponibilidade orçamentária)

Certificação digital

✓ Continuidade no estudo de viabilidade iniciado em 2014, para a aquisição de certificação digital pela entidade.

Aquisição computadores

✓ Encontra-se em andamento à aquisição de ativos para a melhoria da infraestrutura da Superintendência de Trânsito processo nº 113008263/2016 com previsão de instalação em 2017.

Projeto de ampliação do sistema VOIP/Equipamento

✓ Em andamento por meio do processo nº 113.003946/2015, através da aquisição de mais equipamentos.

Gerador de Energia

✓ Em andamento por meio do processo nº 113.006317/2015, através da aquisição de equipamento gerador de energia (processo aguardando disponibilidade orçamentária).

Parceria Com Terceiros

Tendo em vista a reduzida equipe de técnicos capacitados em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, servidores desta Autarquia, foram firmados alguns contratos com empresas especializadas visando um melhor atendimento das demandas de TIC. Ademais, em determinadas situações, tais parcerias se apresentam de fato como a melhor solução. Abaixo estão listados os contratos de parceria.

A solução é composta pelos módulos listados abaixo:

- **ACT** – Sistema de Estatística de Acidentes de Trânsito
 - ✓ Tem como objetivo principal disponibilizar visualmente as estatísticas de acidentes e possibilitar a emissão de diversos tipos de relatórios estatísticos de todos os acidentes ocorridos nas rodovias do Distrito Federal.
- **AET** – Sistema de Controle da Autorização Especial de Trânsito
 - ✓ Tem como objetivo principal a informatização do processo de emissão da AET, via sistema e Internet.
- **CQM** – Sistema de Cálculo do Quantitativo de Medições de Obras Rodoviárias
 - ✓ Tem como objetivo auxiliar os executores de contratos na elaboração da memória de cálculo da medição de obras rodoviárias.
- **FXD** – Sistema de Faixa de Domínio
 - ✓ Tem como objetivo controlar a utilização e exploração das faixas de domínio das rodovias sob jurisdição do DER/DF.
- **MIG** – Módulo de Informações Gerenciais
 - ✓ Tem como objetivos emitir relatórios e consultas a partir de informações pertinentes às atividades de administração física e financeira de contratos de obras e orçamentos.
- **SGF** – Sistema de Gestão Físico-Financeira de Contratos
 - ✓ Tem por objetivo auxiliar os usuários no gerenciamento de contratos e montantes orçamentários.
- **SMO** – Sistema de Gestão de contratos de Obras e Medições
 - ✓ Tem como objetivo fazer a gestão de contratos por meio de: Acompanhamento dos saldos contratuais; Cálculo da medição dos serviços contratados; Controle e cálculo do reajuste; Provimento e controle de aditivos; Acompanhamento de cronogramas de execução; Gerenciamento do andamento físico de obras em execução; Controle da emissão de Atestados de Capacidade Técnica.
- **OAE** – Sistema de Obras de Artes Especiais
 - ✓ Tem como objetivo registrar as principais características das obras de arte especiais.

- **SCO** – Sistema de Custos e Orçamento
 - ✓ Tem como objetivo facilitar e agilizar os trabalhos dos profissionais que elaboram composições de serviços e orçamentos de obras rodoviárias e de edificações.
- **SAM** – Sistema de Administração da Manutenção
 - ✓ Tem por objetivo gerenciar o planejamento e controle da manutenção periódica e preventiva da malha rodoviária, com o cadastro detalhado dos elementos rodoviários e suas condições físicas, a partir do qual são determinadas as quantidades de serviços e respectivos orçamentos para a manutenção estando diretamente integrados aos módulos SCR e SCO.

MICROSOFT – Solução que contempla o uso de licenças de sistemas operacionais, aplicativos e soluções para rede, dados, servidores e estações de trabalhos, executada pelo contrato 019/2016. Produtos e quantidades atualmente contratados:

Governo do Distrito Federal – Disponibilização de sistemas que são centralizados. São eles:

- ✓ SIGGO – Sistema Integrado de Gestão Governamental;
- ✓ SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos;
- ✓ SICOP – Sistema Integrado de Controle de Processos;
- ✓ Ouvidoria - Sistema de Ouvidoria;
- ✓ E-Compras - Sistema de Controle e Acompanhamento de Compras e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal.
- ✓ GETRAN – Gestão de Multas de Trânsito (DETRAN)

Procuradoria Jurídica

No decorrer do exercício de 2016, a Procuradoria Jurídica do DER/DF, promoveu os seguintes atos administrativos e judiciais:

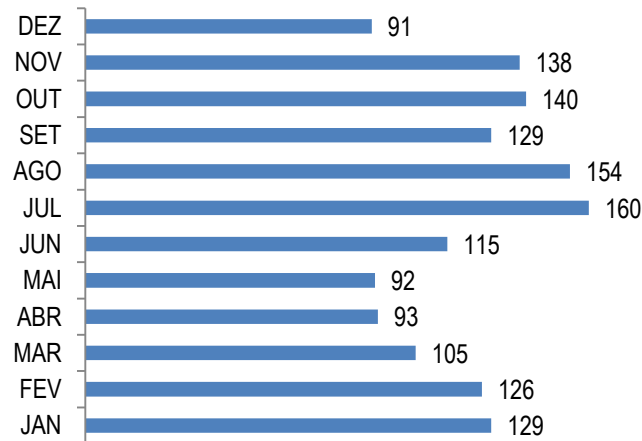
Atos		Quantidade
Administrativo	Contratos	36
	Convênios	1
	Termos Cooperação	1
	Atas	19
	Termos doação	2
	Pareceres	102
	Ofícios	236
	Memorandos	17
	Cartas de cobrança	8
Judicial	Ações ajuizadas	48
	Ações recebidas	185
	Requisições de Pequeno Valor Recebidas	8
	Requisições de Pequeno Valor pagas	21
	Precatórios recebidos	1
	Audiências	57

OUVIDORIA

Em 2016 foram contabilizadas 1472 demandas recebidas, a saber: manifestações através do Sistema de Ouvidoria TAG – 890, OUV-DF – 348, pedidos de acesso à informação através do e-SIC – 103 e outros registros - 131 (e-mails, Ofícios de outros Órgãos e Cartas/Requerimentos), bem como 226 documentos expedidos por esta Ouvidoria. Os dados foram coletados no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Demandas recepcionadas por mês

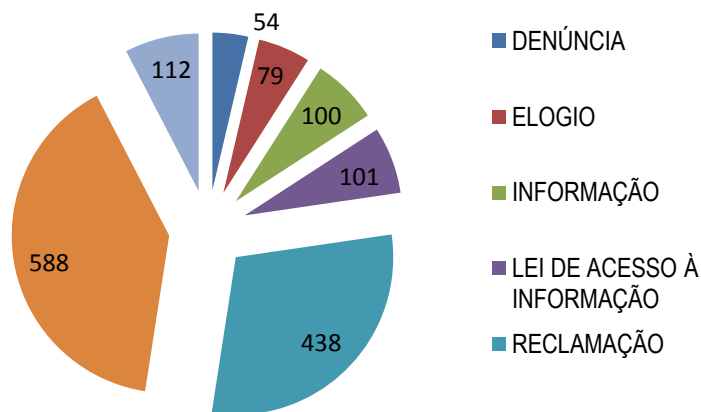
Durante o ano de 2016, obteve destaque o mês de julho com o maior número de demandas e em dezembro um número menor.



Demandas por tipo de manifestação

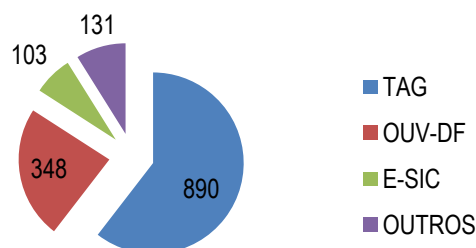
A Ouvidoria acolhe pedido de informação, reclamações, denúncias, elogios, sugestões e solicitação.

A manifestação mais recorrente foi a solicitação, que neste ano atingiu a marca de 39,94% das ocorrências, seguindo da reclamação, com 29,75%.



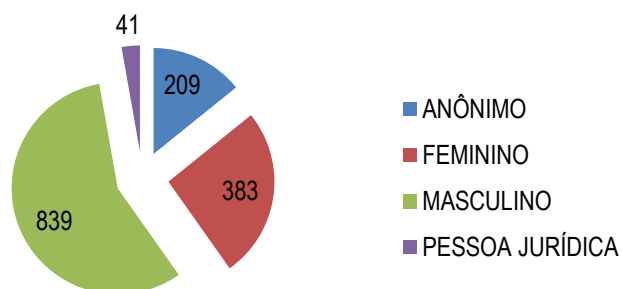
Demandas formalizadas por acesso

A forma de acesso mais utilizada foi o Sistema de Ouvidoria TAG, que até o mês de agosto era o sistema oficial das Ouvidorias do GDF. Vale ressaltar que a partir de setembro/2016 o OUV-DF passou a ser o sistema oficial das Ouvidorias do GDF.

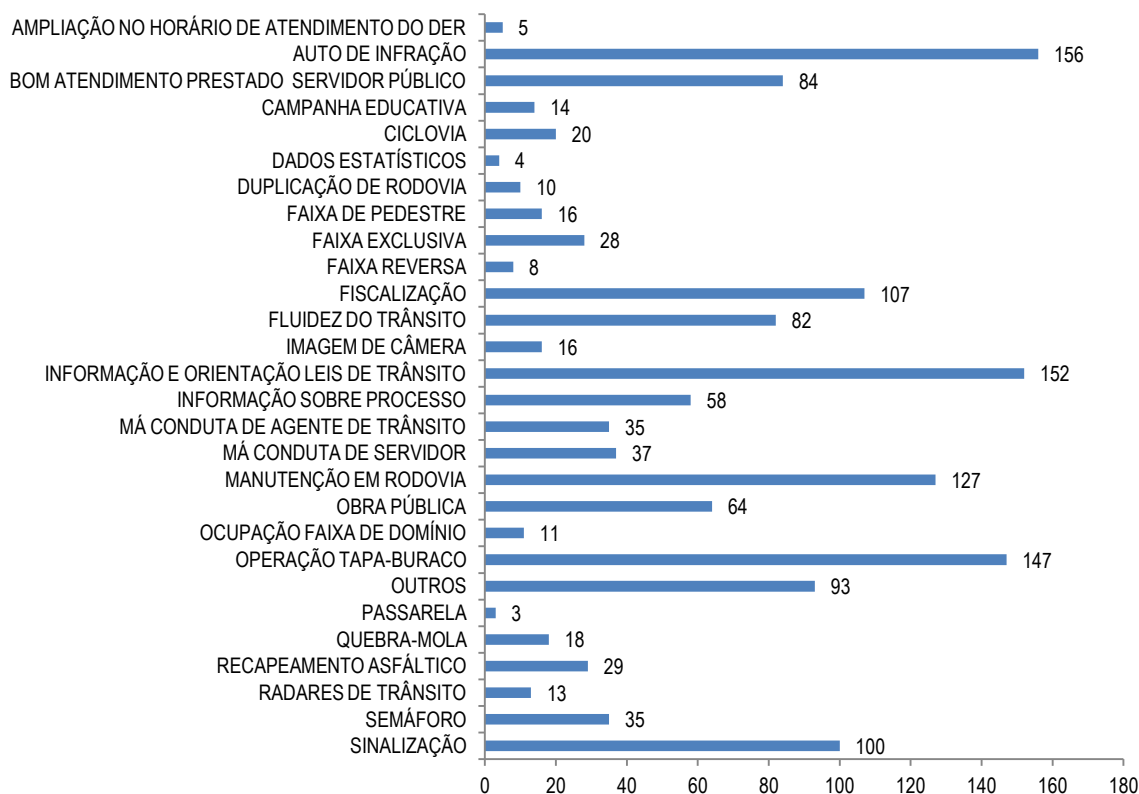


Demandas por Público

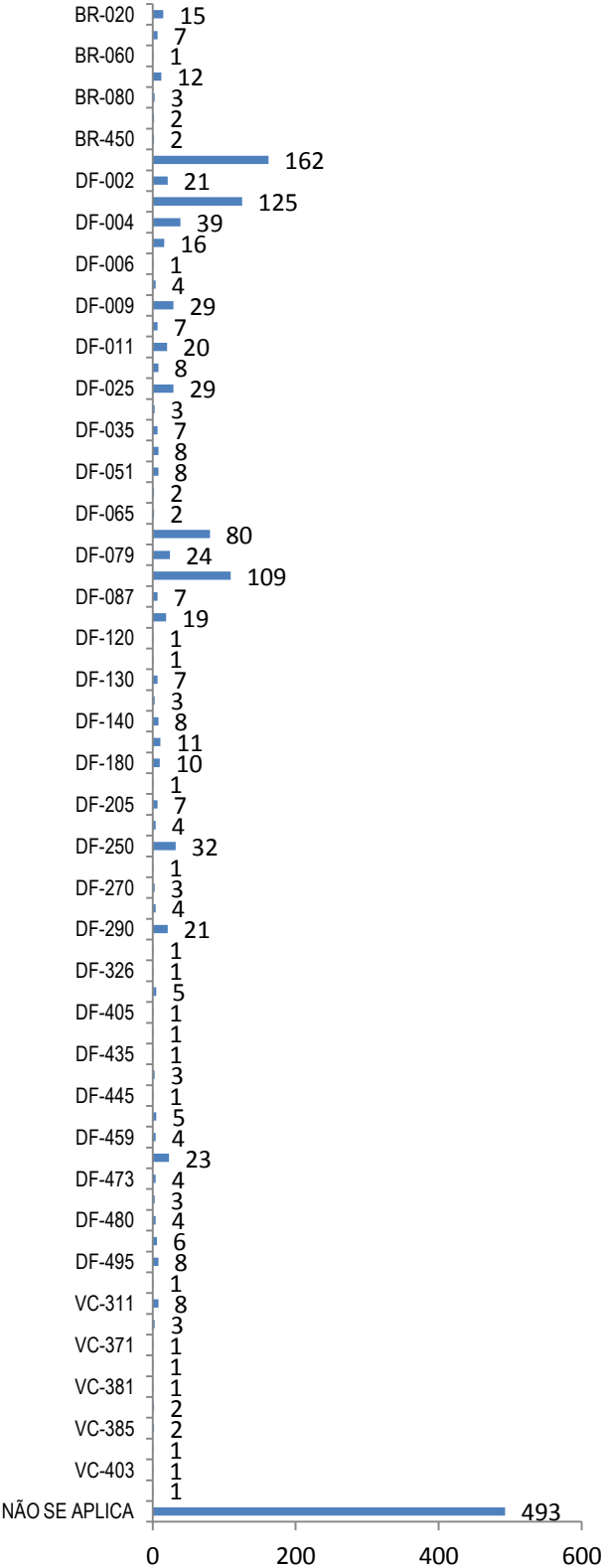
Os dados apresentados foram computados considerando as categorias: masculino, feminino, anônimo e pessoa jurídica. O público masculino foi o destaque neste item com 56,99%.



Demandas por Assunto

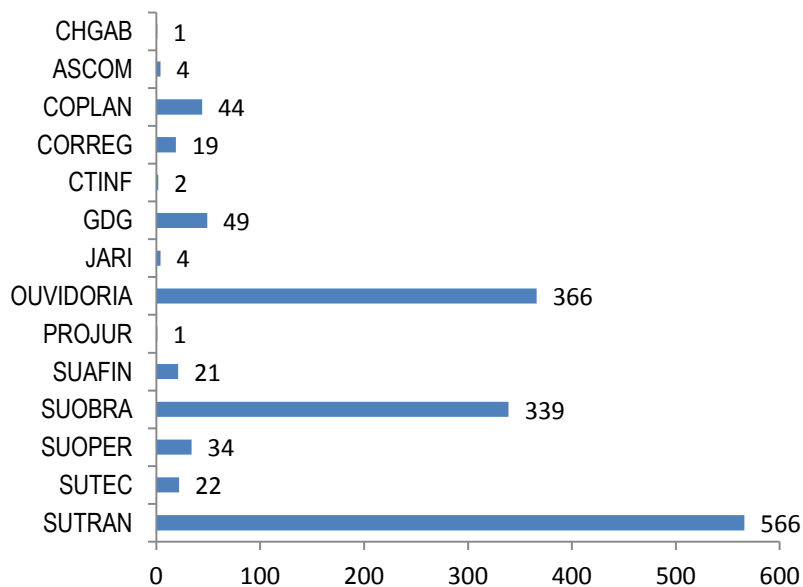


Demandas por Rodovia

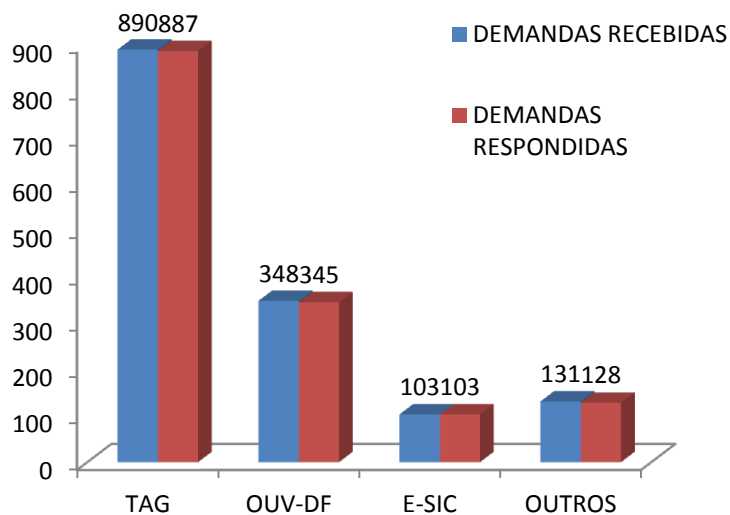


Setores Demandados

A Superintendência de Trânsito figurou como a maior demandada com 38,45% das manifestações, Em seguida tem-se a Ouvidoria 24,86%, tendo em vista que a mesma conseguiu finalizar as manifestações, sem necessidade de tramitá-las para outros setores e Superintendência de Obras 23,02%.



Resolubilidade



3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A atuação do DER/DF estimulando e promovendo melhoria e desenvolvimento do Sistema Rodoviário do DF, conforme os destaques mencionados neste relatório visaram à cooperação com o Governo no alcance da melhoria do funcionamento do Estado por meio do compartilhamento de recursos e conhecimento, da diminuição do desperdício em suas ações e discussões com vista ao bom funcionamento das vias públicas, na construção, conservação e restauração das rodovias do SRDF e dos Municípios limítrofes que fazem parte da Região Integrada de desenvolvimento do DF e entorno e de forma mais efetiva na implementação das políticas públicas.

Por intermédio dos 5 (cinco) Distritos Rodoviários/SUOBRA, o DER-DF vem efetuando a manutenção rotineira e periódica dos 1912 km de rodovias do SRDF, bem como atendendo a diversos pleitos externos.

O Distrito Federal constitui um importante centro de distribuição de cargas pelos corredores de transporte interligados no seu território. Hoje, não somente o DF, mas também o entorno, dispõe de uma rede de rodovias que, mantidas pelo DER/DF, atende as necessidades de transporte de pessoas, de mercadorias e de cargas, especialmente no que se refere ao escoamento da produção agropecuária.

Para a melhoria da infraestrutura viária foram realizadas obras de pavimentação de rodovias, duplicação, restauração, ciclovias, adequação de interseções, e outras intervenções que conduzam ao aumento de capacidade das rodovias com elevado Volume Médio Diário; construção de novas ligações rodoviárias; pavimentação de algumas rodovias vicinais; conservação e manutenção do patrimônio já existente, além da sinalização, controle de tráfego e fiscalização eletrônica.

Por meio dos resultados obtidos, podemos avaliar e gerar subsídios para a formulação das políticas públicas do GDF dirigidas para a redução cada vez maior do índice de acidentes fatais de trânsito rodoviário no Distrito Federal e dos seus custos, como: atuando na definição de prioridades de investimento; no tratamento dos Pontos Críticos de Trânsito; na restauração e melhoramento da rede rodoviária existente; na moderação do tráfego visando reduzir a velocidade dos veículos e na educação para mudar o comportamento dos condutores, melhorar a segurança do tráfego e a qualidade de vida da população; na melhor avaliação econômica dos projetos de segurança rodoviária como: controle eletrônico da velocidade nas rodovias, intensificação da fiscalização de trânsito, educação para o trânsito; tudo isto tem contribuído para a diminuição da frequência e da gravidade dos acidentes e retrata também a mudança no comportamento dos motoristas.

Em 2016, os investimentos previstos em infraestrutura foram direcionados à construção, duplicação e recuperação de rodovias e objetivaram melhorar o trânsito da Saída Norte – com a finalização dos projetos do BRT-Norte, e início das obras no trecho do Torto ao Colorado, bem como o início da implantação do Trevo de Triagem Norte.

Além disso, também elaborou relatórios de cumprimento das condicionantes de licenças ambientais; de monitoramento ambiental; de acompanhamento de recuperação ambiental; recuperação de áreas degradadas; levantamentos florísticos e plano de desmate.

A área de Engenharia de Tráfego desenvolveu levantamento estatístico de tráfego e de velocidades sobre a localização de pontos críticos de acidentes de trânsito nas rodovias do DF. Executou diversos projetos de engenharia de tráfego, visando à segurança dos veículos e pedestres.

A nossa responsabilidade envolve, portanto o alcance de resultados concretos e temos realizado gestões junto as Secretarias de Planejamento e de Governo para que os tetos orçamentários estabelecidos sejam factíveis, que não sejam promovidos cortes de despesa quando da consolidação da proposta orçamentária, principalmente relativos a obras e instalações; que os fluxos de liberação de recursos sejam compatíveis com o cronograma físico-financeiro das obras e serviços; que as despesas de custeio sejam atendidas nos valores e prazos pactuados; e que possamos contar com os recursos adicionais solicitados quando da elaboração da proposta orçamentária para atendimento às demandas da sociedade. Nossa contribuição em 2016 não foi maior devido às limitações orçamentárias e financeiras.

Entendemos que o DER/DF tem sempre contribuído e se empenhado no sentido de cumprir com efetividade para a consecução das Políticas Públicas e incluir-se entre as organizações que perseguem o caminho da excelência.

As perspectivas para 2017 são muitas. São propósitos maiores e permanentes do DER-DF, tais como: controle efetivo das faixas de domínio das rodovias do DF; fortalecimento da imagem institucional da Autarquia junto aos servidores e a comunidade; integração com outros órgãos públicos para a consecução de programas e atividades que concorram para a melhoria da infraestrutura rodoviária do DF; redução do número de acidentes nas rodovias do DF; aprimoramento das atividades de construção e manutenção das rodovias, tendo sempre por visão promover maior conforto, segurança e fluidez do trânsito e garantir padrões de qualidade nos serviços prestados à sociedade.

São também expressos projetos para 2017 principalmente para: atender a problemas estratégicos de infraestrutura rodoviária, com a continuidade da implantação dos corredores de transporte, aprovação de estudos de impacto de polos geradores de tráfego, a construção de ciclovias ao longo das rodovias, o aumento da segurança de trânsito, garantindo a fluidez no trânsito com a construção de viadutos/pontes, alargamentos, duplicação, pavimentação e restauração de rodovias; bem como o início dos projetos fundamentais para o GDF como a pavimentação e aumento de capacidade das rodovias constantes do Anel Viário, e do Projeto de pavimentação denominado “Caminho das Escolas”; tudo isto realizado, preservando-se as nascentes, a fauna e a flora existentes na região.

16.4. COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ/DF– UO: 26.206

A Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF é uma Empresa Pública de Direito Privado, sob a forma de sociedade de ações, instituída pelo artigo 1º da Lei GDF nº 513, de 28 de julho de 1993, regida pela Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, integra a Administração Indireta do Distrito Federal na forma do artigo 3º, inciso II e parágrafos, da Lei Federal nº 4545, de 10 de dezembro de 1964 e é vinculada à Secretaria de Mobilidade, tendo as competências de planejar, projetar, construir, operar e manter o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal Sobre Trilhos, assim como explorar comercialmente marcas, patentes, tecnologia e serviços técnicos especializados, vinculados ou decorrentes de sua atividade produtiva.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	08
Cedidos – fora GDF	08
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	967
CLT – afastado	19
Conselheiro	10
Estatutário – em exercício	-
Estatutário – afastado	-
Sem vínculo – em exercício	52
Sem vínculo – afastado	00
Total ativos – em exercício	1.033
Total ativos - afastado	19

Tabela 1 – Força de Trabalho

* 13 Servidores do GDF de órgãos prestando serviços ao Metrô-DF;

* 02 Celetistas da Novacap prestando serviço ao Metrô-DF;

* 01 Diretor em exercício, requisitado do Ministério do Planejamento.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1077 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA METROVIÁRIA	1.000.000	0	0	0
5681 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA METROVIÁRIA - ÁGUAS CLARAS	1.000.000	0	0	0
1816 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	44.265.659	44.265.659	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ-DISTRITO FEDERAL	44.265.659	44.265.659	0	0
1873 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF	12.745.000	12.745.000	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF-DISTRITO FEDERAL	12.745.000	12.745.000	0	0
2756 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO	162.536.655	150.105.766	140.104.811	129.312.779
6136 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO-DISTRITO FEDERAL	162.536.655	150.105.766	140.104.811	129.312.779
3007 - AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	72.325.000	58.156.500	50.000	0
0003 - AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ-DISTRITO FEDERAL	72.325.000	58.156.500	50.000	0
3014 - IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE - VLT	72.513.900	72.513.900	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE - VLT-W3 SUL-DISTRITO FEDERAL	44.013.900	44.013.900	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE - VLT-AQUISIÇÃO DE TRENDS-DISTRITO FEDERAL	28.500.000	28.500.000	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	1.672.580	643.825	213.177	213.177
0002 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	100.000	411.035	0	0
0003 - EXECUÇÃO DE OBRAS E URBANIZAÇÃO DE ACESSIBILIDADE - PROJETO DE ACESSIBILIDADE NAS ESTAÇÕES TIPO I - ÁGUAS CLARAS, ASA, CENTRAL, FEIRA DO GUARÁ, FURNAS, GALERIA, PRAÇA DO RELÓGIO, SAMAMBAIA SUL, SHOPPING, TAGUATINGA SUL, TERMINAL SAMAMBAIA	1.238.580	232.790	213.177	213.177
0004 - PROJETO DE ACESSIBILIDADE NAS ESTAÇÕES 102 SUL, 108 SUL, 112 SUL E GUARÁ	334.000	0	0	0
3134 - AQUISIÇÃO DE TRENS	21.621.098	21.843.002	0	0
0001 - AQUISIÇÃO DE TRENS-DISTRITO FEDERAL	21.621.098	21.843.002	0	0
3277 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO	63.925.141	52.870.184	9.515	9.515
0001 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO-DISTRITO	63.925.141	52.870.184	9.515	9.515

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
FEDERAL				
0003 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO-IMPLANTAÇÃO PAINÉIS FOTOVOLTAICOS, BATERIAS E POSTES, CALÇADAS NA ESTAÇÃO ÁGUAS CLARAS- ÁGUAS CLARAS	0	0	0	0
0004 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO-MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO - ESTAÇÕES GUARÁ, ASA, SHOPPING-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	5.000.000	3.519.456	3.312.115	3.312.115
6182 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TRANSPORTE URBANO SOBRE TRILHOS-DISTRITO FEDERAL	4.000.000	3.519.456	3.312.115	3.312.115
6183 - ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DO METRÔ NA SAÍDA NORTE	1.000.000	0	0	0
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	2.300.000	763.458	39.500	39.500
6077 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	2.300.000	763.458	39.500	39.500
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	200.000	165.000	14.310	14.310
0061 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ÁREA FIM DO METRÔ- ÁGUAS CLARAS	200.000	165.000	14.310	14.310
5002 - REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO	50.000	43.017	0	0
0001 - REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO--DISTRITO FEDERAL	50.000	43.017	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	460.155.033	417.634.767	143.743.428	132.901.396

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Índice de satisfação do usuário do Metrô	%	86	31-dez-14	Anual	86	86	86	90	METRÔ / UO 26101 / OE 1
Taxa de usuários do transporte coletivo - Metroviário	%			Semestral	15,6	12,5	0	16,6	METRÔ / UO 26101 / OE 1
Índice de satisfação do usuário do Metrô	%	86	31-dez-14	Anual	86	86	86	90	METRÔ / UO 26101/ OE 4
Número de passageiros do Metrô (mês x 1000)	Unidade	3.594	31-dez-14	Mensal	4.160	4.680	4.680	5.460	METRÔ / UO 26101/ OE 4

Caracterização do Sistema

A rota servida pelo sistema metroviário se estende por 42 quilômetros de via comercial, em uma configuração em Y, permitindo que a circulação ocorra com dois destinos diferentes a partir da estação Central (CTL): a Linha Verde, com 32,6 km de extensão e oito estações operacionais, que atende ao ramal Ceilândia, e a linha Laranja, com 27,5 km de extensão e quatro estações operacionais, que atende ao ramal Samambaia. O trecho comum aos dois ramais, denominado de Tronco, possui 19,4 km e 12 estações operacionais, compreendendo o trecho de via entre a estação Central (CTL) e a estação Águas Claras (CLA).

A alimentação elétrica do sistema é realizada por 17 subestações retificadoras, que provêm a alimentação de tração de 750 Vcc e a alimentação de corrente alternada em 13,8 Kvca para as estações, os pátios e o Complexo Administrativo e Operacional.

Usuários transportados

O METRÔ-DF transportou, em 2016, média de 2,97 milhões de usuários ao mês, contra uma média mensal de 3,42 milhões em 2015, conforme dados repassados pela Divisão de Arrecadação Tarifária - FCAT. Verificou-se, portanto, redução de 12,4% entre os dois períodos, explicada em grande fato da greve dos metroviários nos meses de junho, julho e agosto.

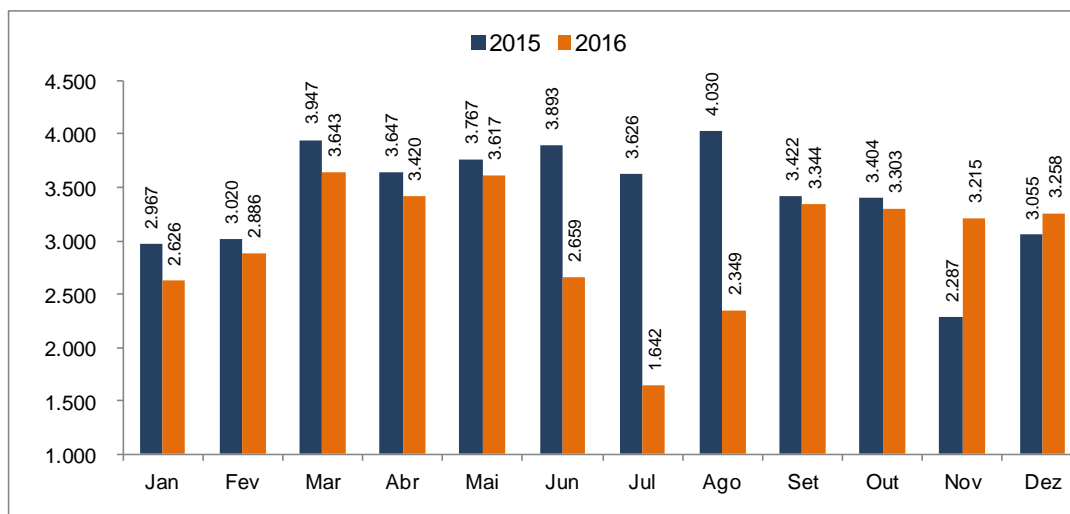


Gráfico 1 – Usuários transportados (em milhares).

Conclui-se que a greve da categoria, cuja duração foi de 72 (setenta e dois) dias, teve grande impacto no desempenho anual do METRÔ-DF. Além disso, os demais meses de 2016 apresentaram uma demanda ligeiramente menor que a observada em 2015 com possível influência do aumento da tarifa ocorrido em setembro de 2015. A exceção foram os meses de novembro e dezembro, com acréscimos de 28,9 e 6,6%, respectivamente, no total de usuários em comparação ao mesmo mês de 2015. Esse comportamento pode ser explicado pela greve ocorrida no mês de novembro de 2015.

O índice de passageiros por quilometro rodado (IPK) apresentou variação negativa ao longo de 9 meses, registrando variação positiva nos meses de janeiro, novembro e dezembro. O IPK para os meses do período de greve apresentaram variação menor que 10% em relação aos demais meses, podemos atribuir este fato à oferta de trens que, por determinação judicial, foi mantida em 100% nos horários de pico, em detrimento da circulação nos demais horários, que não houve, mantendo assim a ocupação em níveis próximos do habitual.

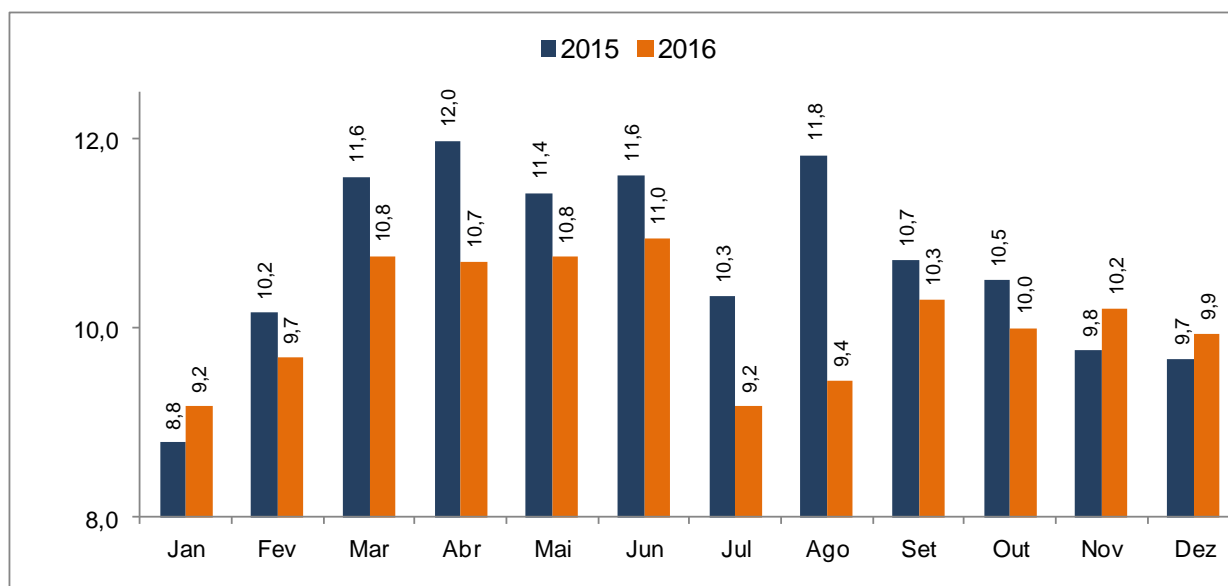


Gráfico 2 – Índice de passageiros por quilometro rodado (em milhares).

1. Projetos em Andamento

Destacam-se, aqui, as atividades relacionadas aos diversos projetos sob responsabilidade do METRÔ-DF.

Construção da Escola Metroviária e 3903 – Reforma de Prédios Próprios

A Companhia está concluindo a elaboração do Ante Projeto de Arquitetura da Escola Metroviária, bem como do Arquivo Central, Almoxarifado e do setor de atendimento de Medicina do Trabalho.

2. Implementação da Linha 1

Restaram não finalizadas as Estações e respectivas Passagens de Pedestres das Quadras 104, 106 e 110 da Asa Sul, as quais serão objeto de uma nova licitação. Tais empreendimentos estão previstos a execução no ano de 2017, com recursos oriundos de contratos de financiamento junto ao Banco do Brasil. Valor previsto do Empreendimento: R\$ 78.950.000,00.

3. Implementação da Linha 2

Foi concluído o Projeto Básico de Licitação e orçamento de referência. A Contratação dos Estudos de Modelagem e Macrossimulação na área Central de Brasília faz parte do Termo de Compromisso n.º 445.443-62, pactuado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério das Cidades.

4. Ampliação da Linha 1 do Metrô-DF – Asa Norte, Ceilândia e Samambaia

Aguarda-se a liberação do Termo de Compromisso N° 409.748-80, assinado com o Ministério das Cidades. Valor previsto do Empreendimento: R\$ 755.670.947,55.

Os contratos vigentes no atual Projeto em 2016, foram:

a) **Contrato n° 015/2013** – Elaboração do Relatório de Impacto Ambiental Complementar – RIAC, valor contratual de R\$ 272.712,37 (duzentos e setenta e dois mil setecentos e doze reais e trinta e sete centavos). O Metrô-DF aguarda parecer da Secretaria de Estado de Território e Habitação – SEGETH, que possibilite a liberação da última parcela do Contrato no valor de R\$ 47.300,00 (quarenta e sete mil e trezentos reais).

b) **Contrato n° 019/2016** – Contratação das Investigações Geológicas e Geotécnicas da Expansão, Trecho Samambaia, no valor de R\$ 67.988,99 (sessenta e sete mil novecentos e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos), os faturamentos ocorrerão em de 2017.

5. Implantação do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT

Há expectativa de liberação de recursos, no ano vindouro, por parte do Ministério das Cidades da Síntese do Projeto Aprovado – SPA, referente ao Termo de Compromisso n.º 445.450-67, formalizado com o Governo do Distrito Federal em dezembro/2015, para desenvolver Estudos e Projetos Rede de Transporte sobre Trilhos VLT – W3 – Terminal Asa Sul ao Terminal Asa Norte (TAS/TAN). O Termo de Compromisso prevê repasse de R\$ 26.000.000,00.

Já o Termo de Compromisso n.º 445.443-62, também firmado entre o Ministério das Cidades e o GDF, tem por finalidade desenvolver Estudos de Transporte sobre Trilhos Área Central de Brasília - VLT Eixo Monumental.

6. Execução de Obras de Acessibilidade

Em virtude do quadro de escassez financeira e da crise econômica vivenciada pelo Governo do Distrito Federal, e no intuito de realizar as melhorias necessárias à população usuária do Sistema Metroviário, a meta que inicialmente previa a reforma e adequação de 21 Estações Operacionais foi reavaliada.

Dessa forma, foi concluído o Termo de Referência e o Orçamento de engenharia que contempla a primeira etapa das intervenções, visando atender às Normas de Acessibilidade Universal, que abrange 11 (onze) Estações Operacionais, com o fornecimento e a implantação de corrimãos, Guarda-corpos e pisos táteis, bem como a reforma e adequação de acessibilidade nas Estações Amigueiras e Concessionárias com previsão de execução em 2017.

a) **Contrato n° 007/2016** - implantação corrimãos e guarda-corpos na Estação 114 Sul, no valor de R\$ 213.177,31 (duzentos e trinta e dois mil, setecentos e noventa reais), em atendimento a legislação de acessibilidade universal, concluído no exercício.

7. Aquisição de Trens

Os recursos para compra dos referidos trens e suas peças sobressalentes, no montante de R\$ 231.580.000,00, são previstos pela assinatura de novo contrato de financiamento entre o Banco do Brasil e GDF.

8. Modernização do Sistema Metroviário

Em virtude das restrições orçamentárias do Governo Federal, não foram disponibilizados os recursos previstos no Termo de Compromisso Nº 409.748-80, pactuado entre o Ministério das Cidades e o Governo do Distrito Federal. Entretanto, visando possibilitar a realização das Metas de Modernização o Governo do Distrito Federal assumiu com recursos da Fonte 100 o início da execução, garantindo o prosseguimento com a pactuação de Contrato de Financiamento junto ao Banco do Brasil. Os contratos firmados em 2016 no Projeto foram:

a) **Contrato nº 015/2015** – Modernização do Sistema de Radiotelefonia, valor total de R\$ 12.200.000,00 (Doze milhões e duzentos mil reais), valor faturado de R\$ 9.514,85 (nove mil quinhentos e quatorze reais e oitenta e cinco centavos).

b) **Contrato nº 027/2016** - Modernização a Rede de Transmissão de Dados, no valor de R\$ 2.350.000,00 (Dois milhões e trezentos e cinquenta mil reais), os faturamentos ocorrerão a partir de 2017.

c) **Contrato nº 028/2016** - Modernização o Sistema de Sonorização, no valor de R\$ 1.743.999,89 (um milhão setecentos e quarenta e três mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos), os faturamentos ocorrerão a partir de 2017.

d) **Contrato nº 029/2016** - Modernização do Sistema de Telefonia, no valor de R\$ 2.985.890,00 (Dois milhões novecentos e oitenta e cinco mil oitocentos e noventa reais), os faturamentos ocorrerão a partir de 2017.

9. Realização de Estudos e Pesquisas

O Contrato nº 005/2015 - Elaboração do Plano de Desenvolvimento de Transporte sobre Trilhos – PDDT e a Pesquisa de Mobilidade Urbana – PMU, valor contratual de R\$ 5.262.048,62 (cinco milhões duzentos e sessenta e dois mil quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos), total faturado R\$ 3.461.974,49 (três milhões quatrocentos e sessenta e um mil novecentos e setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), representando aproximadamente 66% de execução contratual.

Vale destacar que 2016 também foram enviados projetos ao Corpo de Bombeiros Militar do DF para análise e apontamento quanto as necessidades de readequação do Sistema de Combate e Detecção de Incêndio no âmbito desta Companhia.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	2.640.000	9.313.465	7.840.239	7.840.239
0002 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	2.640.000	9.313.465	7.840.239	7.840.239
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.020.000	3.757.500	3.266.110	3.249.901
6140 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	2.020.000	3.757.500	3.266.110	3.249.901
9096 – AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	0	204.165	204.164	204.164
0011 – AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	0	204.165	204.164	204.164
TOTAL DO PROGRAMA 0001	4.660.000	12.670.965	11.310.513	11.294.304

Ao longo de 2016 foram efetuados pagamentos no Programa para Operação Especial, conforme detalhado abaixo:

Sentenças Judiciais, garantias de execução, recursos ordinários, depósito recursais e custas processuais – por Unidade	242
Ressarcimentos efetuados ao GDF – por servidor	88
Ressarcimentos efetuados à UNIÃO – por servidor	21
Indenizações de transporte – por servidor	4.556

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	8.500.000	2.519.956	1.904.634	1.168.366
2497 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-METRÔ- ÁGUAS CLARAS	8.000.000	1.519.956	1.112.307	1.112.307
2498 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO METRÔ	500.000	500.000	411.628	0
5891 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DA REDE WI-FI ARNIQUEIRA, CONCESSIONÁRIA, RELÓGIO- ÁGUAS CLARAS	0	500.000	380.699	56.059
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	7.000.000	5.499.999	5.297.249	4.716.623
5286 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	7.000.000	5.499.999	5.297.249	4.716.623
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.500.000	1.500.000	1.380.215	1.164.344
2577 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	1.500.000	1.500.000	1.380.215	1.164.344
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	97.500	200.285	0	0
9700 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-METRÔ- ÁGUAS CLARAS	97.500	200.285	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	150.000	123.750	0	0
0020 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	150.000	123.750	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	173.688.268	161.958.268	157.379.586	157.379.586
6139 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	173.688.268	161.958.268	157.379.586	157.379.586
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	27.000.000	26.100.000	25.445.613	25.441.818
6138 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-METRÔ- ÁGUAS CLARAS	27.000.000	26.100.000	25.445.613	25.441.818
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	5.000.000	1.555.843	682.711	543.646
6131 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - METRÔ- ÁGUAS CLARAS	1.500.000	1.237.500	524.511	396.258
7909 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA - METRÔ- ÁGUAS CLARAS	3.500.000	318.343	158.200	147.388
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	10.290.498	6.865.280	4.875.381	4.708.849
6137 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-METRÔ- ÁGUAS CLARAS	10.290.498	6.865.280	4.875.381	4.708.849
TOTAL DO PROGRAMA 6001	233.226.266	206.323.381	196.965.389	195.123.232

A contratação de serviços das estruturas físicas por meio do Contrato Nº 026/2016, foi concluída neste exercício, e também efetivou-se a contratação de infraestrutura de rede para instalação de Videowall em 15 estações, e atualização tecnológica dos equipamentos de informática.

Quanto à Publicidade, destacamos as campanhas de utilidade pública, como: regras de conduta no Metrô, uso da faixa amarela e outras, também foram desenvolvidas campanhas de cunho social pelo Grupo de Trabalho Metrô Solidário, abordando temas como doação de cabelos, bicicletas, frascos para amamentação, conscientização do câncer de próstata, arrecadação de doativos destinados à ABRACE, assim como arrecadação de agasalhos, brinquedos e alimentos não perecíveis destinados à instituições carentes.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER**Execução Orçamentária e Financeira - 2016**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
4177 - INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS EM EVENTOS ESPORTIVOS	100.000	82.500	0	0
2265 - INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS EM EVENTOS ESPORTIVOS-DISTRITO FEDERAL	100.000	82.500	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	100.000	82.500	0	0

Tal ação objetiva o apoio ao desenvolvimento do esporte entre os empregados da Companhia do Metropolitano do DF. A principal ação de incentivo é no fomento das equipes de atletas metroviários que participam dos Jogos Poliesportivos do SESI – JOPESE, competição que conta em média com 100 empregados representando o Metrô-DF. Esta competição realiza-se anualmente pelo SESI, no entanto não ocorreu em 2016.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1866 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL	580.000	112.500	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL-DISTRITO FEDERAL	500.000	112.500	0	0
0002 - INSTALAÇÃO DE SUPORTES PARA BICICLETAS DENTRO DOS TRENS DO METRÔ	80.000	0	0	0
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	100.000	25.932	0	0
3894 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL-METRÔ-DISTRITO FEDERAL	100.000	25.932	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	680.000	138.432	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	200.000	0	0
8541 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ-DISTRITO FEDERAL	0	200.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	0	200.000	0	0

Em 2016 ocorreu a inclusão desta Atividade na LOA com o intuito de contratar a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF, tendo por finalidade contribuir para a recuperação social do interno e melhoria de suas condições de vida, além de propiciar oportunidades de aprendizado de novas práticas profissionais e o oferecimento de trabalho remunerado.

Tal contratação será concluída em 2017, onde abrangerá serviços de jardinagem, conforme previsto no projeto de revitalização nas Estações Operacionais e no Complexo Administrativo e Operacional – CAO.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em parceria com a coordenação da Controladoria Geral do Distrito Federal – CGDF, o Metrô criou e implantou a Gestão de Riscos do METRÔ-DF, que objetiva a identificação, mensuração, administração e tratamento dos riscos nos controles internos, garantindo-se bases sólidas para a tomada de decisões. Em função desta implantação, pode-se construir inicialmente a primeira matriz de riscos do Metaprocesso de Aquisição de Bens e Prestação de Serviços, onde foi possível identificar 105 riscos que propiciará os controles para minimizá-los. Inclusive houve a elaboração do mapeamento do Macroprocesso de Aquisição de Bens e Prestação de Serviços, na fase de acompanhamento e execução dos contratos do METRÔ-DF, onde foram gerados fluxos que têm como objetivo o detalhamento e a padronização dos procedimentos, indicando o caminho para a execução isenta, legal e impessoal das atividades no METRÔ-DF.

O Termo Aditivo previsto para data base intermediária do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2015/2017 não foi assinado em virtude de impedimentos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

É importante destacar ainda que há necessidade de contratação de 324 empregados, sendo 221 para a Área Fim e 103 para Área Meio, previstas no concurso de 2013, que há expectativa de realização tão logo o GDF saia do limite prudencial de gastos com pessoal, conforme previsto na LRF. O desfalque no quadro de empregados que atuam principalmente na Operação está comprometendo a arrecadação de bilhetagem, pois devido a falta de empregados para abertura de caixa resulta a abertura de diária de cancelas. O problema poderá ser minorado com a implantação do bilhete único, previsto pela SEMOB para o início de 2017.

Destacamos a importância da atuação da área financeira e comercial da Companhia nos demonstrativos abaixo, nos quais expõem o afino pela elevação de receita própria, com o propósito de atenuar a dependência financeira desta empresa junto ao Tesouro Local.

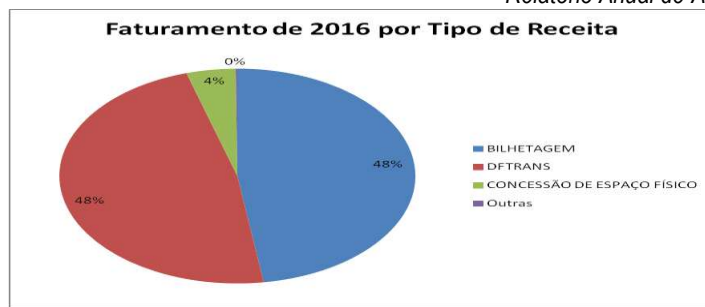


Gráfico 3 – Total faturado por Tipo de Receita

O faturamento de 2016, que foi de R\$ 133,8 milhões, atesta a paridade entre as receitas geradas a partir do Sistema de Bilhetagem gerido pelo DFTRANS (SBA), incluindo gratuidades e integração, e o sistema gerido pelo METRÔ (SBE).

No Gráfico 4 apresentamos o faturamento e a arrecadação total do período de 2013 a 2016. Tornou-se rotina a limitação de repasses das gratuidades pelo DFTRANS no decorrer dos anos, com exceção do exercício de 2016 onde aquela Autarquia repassou R\$ 36,8 milhões em pagamento a débitos dos exercícios de 2012 a 2015, o que explica a maior parte da diferença entre as medidas registradas no gráfico, com arrecadação menor do que o faturamento, até 2015, e o inverso em 2016.



Gráfico 4 – Demonstrativo da Receita – Faturado X Arrecadado

Observa-se ainda no Gráfico 4, que a arrecadação do Metrô anualmente apresentou uma discreta elevação no período de 2013 a 2015, contudo se consideramos o incremento de R\$ 7,5 milhões que houve em 2016, e ainda a perda de receita em virtude da greve da categoria, ocorrida no período de junho a agosto, estimada em R\$ 15,4 milhões, a receita total seria de R\$ 149,2 milhões. Esse comportamento pode ser explicado pelo reajuste de tarifas, em setembro de 2015, após vários anos de congelamento.

Na oportunidade, expomos abaixo os débitos do DFTRANS, no período de 2013 a 2016, que permanecem mesmo após as quitações realizadas em 2016:

Em R\$ 1,00

Exercícios	Valor
2013	2.960.734,63
2014	8.049.197,05
2015	4.341.661,50
2016	21.005.984,18
TOTAL	36.357.577,36

Tabela 10 – Débitos do DFTRANS

A Atividade Manutenção e Funcionamento do Sistema financia toda a operação e manutenção do sistema metroviário, e por iniciativa da atual administração do Metrô iniciaram gestões pela redução dos maiores contratos da Companhia e a repactuação de contratos com diminuição de escopo, conforme determinado pela Governança-DF, portanto neste exercício destaca-se o empenho pela busca da economia de 39,9% em relação ao exercício de 2015, vide tabela 11.

Atividade	FONTES	2015	2016
2756 – Manutenção e Funcionamento do Sistema	100	98.723.935,15	53.968.962,64
	220	95.740.503,38	84.959.886,99
TOTAL		194.464.438,53	138.928.849,63

Outra iniciativa da atual diretoria do Metrô-DF foi a elevação da receita extratarifária, como a locação de espaços publicitários e ações comerciais, onde angariou R\$ 4,6 milhões em 2016, um aumento de 43% em relação a 2015. A locação de espaços tem como alvo atrair empresários que desejam divulgar suas marcas. O envelopamento de trens é a opção de maior visibilidade atingindo o público que utiliza o transporte metroviário diariamente e a população que frequenta e vive nas imediações das linhas do METRÔ. Durante o ano foram realizadas 7 (sete) campanhas de envelopamento de trens.

Outra modalidade de receita extratarifária é a utilização de painéis publicitários e o adesivamento ou pintura de paredes, teto ou até mesmo o chão das estações. As próximas etapas envolvem locação de espaços para máquinas dispensadores, aquelas em que a pessoa deposita moedas ou notas e o equipamento ejetta bebidas, alimentos e até brinquedos, além do aluguel de lojas e quiosques.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Apesar da pouca execução em projetos relevantes ao crescimento e progresso do Sistema Metroviário, a avaliação é positiva, em razão de pontos também fundamentais como a redução considerável nos gastos com manutenção, a receita de recursos financeiros oriundos de repasse pelo DFTRANS, relativo a dívida do período de 2012 a 2015. Tal repasse assegurou grande parte a continuidade dos pagamentos aos fornecedores em Fonte 220 – Recursos Próprios, apesar do movimento grevista de 72 dias, que reduziu consideravelmente o fluxo de caixa no exercício de 2016.

O Metrô trabalha com uma projeção ainda maior para arrecadação para 2017. “Os empresários estão percebendo que vale a pena investir em publicidade no metrô. Esperamos elevar em pelo menos mais 50% a arrecadação em 2017.” O objetivo para 2017 é ampliar em até 50% a receita com publicidade. A companhia oferece diversas possibilidades para quem quer tornar a marca mais conhecida. São 400 painéis publicitários nas 24 estações em operação, 700 painéis laterais, 1,3 mil sancas (as partes de cima das portas e das janelas) e 260 cabeceiras (as paredes internas frontais e traseiras de cada vagão) no interior dos 29 trens que circulam pelos 42 quilômetros de via.

O METRÔ-DF tem como perspectivas para o exercício de 2017 os seguintes itens:

- Reinício das obras de conclusão das três Estações na Asa Sul – 104, 106 e 110 Sul e respectivas Passagens de Pedestres;
- Concluir os Estudos prévios à Expansão da Linha 2 do Metrô-DF na Asa Norte;
- Contratar a elaboração de Projetos de reforma para 11 Estações Operacionais visando à adequação às Normas de Acessibilidade Universal;
- Contratar reforma e adequação de Acessibilidade das Estações Concessionárias e Arniqueiras;
- Concluir os estudos e Projetos Rede de Transporte sobre Trilhos VLT – W3 – Terminal Asa Sul ao Terminal Asa Norte (TAS/TAN) e Eixo Monumental;
- Concluir a elaboração do RIAC – Relatório de Impacto Ambiental da Ampliação da Linha 1;
- Obter financiamento ao Banco do Brasil, a fim de possibilitar os trâmites iniciais a contratação de aquisição de Material Rodante (10 Trens e Sobressalentes);
- Finalizar a versão preliminar do Projeto Básico de Engenharia que visa Modernizar o Circuito Fechado de TV - CFTV;
- Conclusão do processo licitatório para contratação de serviços para Modernizar e Expandir os Sistemas de Energia, Telecomunicações, Sinalização e Controle;
- Contratação da Modernização da Infraestrutura do Bloco “B” para abrigar o *datacenter*;
- Obter e Monitorar Licenças Ambientais;
- Incentivar os empregados atletas na participação dos Jogos Poliesportivos.

16.5. FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 26.905

Instituído por força da Lei nº. 239, de 10 de fevereiro de 1992, alterada pela Lei n.º 4.011, de 12 de setembro de 2007, e pelo Decreto nº 32.716, de 01 de janeiro de 2011, e alterado pelo Decreto nº 34.702, de 30 de setembro de 2013, o Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF é um mecanismo especial que se destina a prover recursos para a execução de programas de investimento e de manutenção do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

No exercício de 2015, o Decreto n.º 36.236, de 1º de janeiro, que dispôs sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, transferiu à Secretaria de Estado de Mobilidade a gestão do FTPC. No entanto, o Decreto n.º 36.286 de 20 de janeiro de 2015 retornou a gestão a esta DFTRANS.

Os recursos do FTPC/DF, estabelecidos no art. 15, da Lei n.º 239, de 10/02/1992, devem ser utilizados, exclusivamente para:

- I. Desenvolvimento, implantação e acompanhamento de projetos, programas e intervenções para a melhoria e o aperfeiçoamento do STPC/DF;
- II. Equipamentos destinados ao controle e à fiscalização dos serviços do STPC/DF, à acessibilidade dos usuários aos veículos e terminais, ao sistema de informações gerenciais e ao sistema de informações aos usuários;
- III. Encargos financeiros e amortização de financiamento de projetos de infraestrutura de transporte contratado pelo Distrito Federal ou pela entidade gestora à conta do FTPC/DF;
- IV. Despesas com a emissão e a comercialização de vales transporte, passes integrais e com desconto e cartões sem contato;
- V. Promoção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema, com vistas à efetivação das políticas tarifárias.

Os trabalhos relativos ao Fundo de Transporte Público Coletivo do DF são realizados pelos servidores da DFTRANS, desde setembro de 2013. Além dessa força de trabalho, foi criado um Conselho de Administração do Fundo de Transporte Coletivo do Distrito Federal para gerenciar o fundo de transporte, publicado através do Decreto nº. 34.814, de 07 de novembro de 2013, em que pese sua previsão desde o dia 12 de setembro de 2007, por meio da publicação da Lei n. 4.011.

A esse Conselho compete definir as normas operacionais do Fundo de Transporte, estabelecer critérios e prioridades na aplicação dos recursos, aprovar a proposta anual do orçamento, alocar seus recursos em projetos e programas, observando a viabilidade econômico-financeira e a disponibilidade orçamentária, acompanhar, avaliar e fiscalizar suas ações, sem prejuízos dos controles internos e externos pelos Órgãos competentes, acompanhar sua aplicação visando à continuidade das ações e programas, acompanhar a atualização e organização de seus demonstrativos de contabilidade e de escrituração fiscal, manter banco de dados disponíveis para consulta pública com informações claras e específicas sobre ações, programas e projetos desenvolvidos.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 - TRANSPORTE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	63.000	18.900	0	0
0239 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS-FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO-DISTRITO FEDERAL	63.000	18.900	0	0
2455 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC	20.000	13.000	0	0
0002 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC-FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO-DISTRITO FEDERAL	20.000	13.000	0	0
2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	450.000	303.293	0	0
0003 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO-FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO- PLANO PILOTO	450.000	303.293	0	0
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	10.000	3.000	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS-FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO- PLANO PILOTO	10.000	3.000	0	0
3181 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	100.000	30.000	0	0
0002 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS-FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO-DISTRITO FEDERAL	100.000	30.000	0	0
4002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	1.323.810	1.759.734	993.336	976.956
0002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS-FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO-DISTRITO FEDERAL	1.323.810	1.759.734	993.336	976.956
TOTAL DO PROGRAMA 6216	1.966.810	2.127.926	993.336	976.955

Em 2016, a única realização do Fundo de Transporte Público Coletivo do DF – FTPC/DF foi manter os serviços administrativos dos Terminais Rodoviários do Distrito Federal com pagamento de prestação de Serviços de Vigilância e Segurança, através do processo 098.002.072/2015.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000	3.000	0	0
7097 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO DO DF-DISTRITO FEDERAL	10.000	3.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001	10.000	3.000	0	0

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Realizações em 2016

Em 2016 houve apenas a manutenção dos serviços administrativos dos Terminais Rodoviários do Distrito Federal com pagamento de prestação de Serviços de Vigilância e Segurança.

Dificuldades encontradas e os problemas que interferiram na Execução dos Programas

- **Recursos na Lei Orçamentária Anual:** Os recursos orçamentários disponibilizados na Lei Orçamentária do Exercício de 2016 foram escassos. A dotação inicial foi de R\$ 1.976.810,00 (um milhão noventa e seis mil oitocentos e dez reais). A previsão das receitas levou em consideração as entradas dos últimos 18 meses das arrecadações nas contas correntes vinculadas ao FTPC referentes a remuneração de depósitos bancários (rendimentos de aplicação financeira), as multas por infrações às normas de prestação de serviços de transporte público coletivo e pelo exercício de transporte ilegal e pela concessão de direito real de uso e concessão de uso.

- **Poucas entradas de recursos financeiros nas contas correntes do FTPC:** Em 2016, os recursos provenientes da remuneração de depósitos bancários totalizaram aproximadamente R\$ 52.735,25 (cinquenta e dois mil setecentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos) e das multas aplicadas aos operadores do STPC/DF somaram aproximadamente R\$ 346.659,55 (trezentos e quarenta e seis mil seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos). Já a receita pela concessão de direito real de uso totalizou R\$ 561.410,09 (quinhentos e sessenta e um mil quatrocentos e dez reais e noventa e nove centavos).

- **Não atuação do Conselho de Administração do FTPC:** No início de 2015, a Presidência do Conselho foi exonerada. Dessa forma, desde esse período, não ocorreram deliberações.

O Fundo de Transporte - FTPC DF não conta com uma estrutura de cargos responsáveis pela execução orçamentária e financeira.

Perspectivas para 2017

Espera-se aumentar a arrecadação das receitas destinadas ao FTPC com a efetivação dos pagamentos das multas aos operadores aplicadas pela Subsecretaria de Fiscalização, Auditoria e Controle – SUFISA da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal e exploração de propaganda em elementos fixos do STPC, com maior controle das concessões de exploração das publicidades, como por exemplo, dos monitores multimídia da Estação Rodoviária do Plano Piloto. Assim como, a nomeação dos membros do Conselho de Administração do FTPC para retomar suas atividades de caráter consultivo, destinando os gastos para as intervenções objetivando a melhoria e aperfeiçoamento do sistema.

17. SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 28.101

A Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH é fruto da estratégia de Governo em promover a articulação e coordenação das políticas de habitação, desenvolvimento urbano e regularização, dada a sua confluência de ações.

A partir da publicação do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, e alterações, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, a Secretaria passou a denominar-se Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal e absorveu as competências da extinta Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios – SERCOND, da Coordenadoria das Cidades – Coorcidades e da Diretoria de Análise e Aprovação de Projetos – DIAAP, abrangendo como atuação e competência o(a):

- I. ordenamento, uso e ocupação do solo;
- II. planejamento, desenvolvimento e intervenção urbana;
- III. gestão de Brasília como patrimônio cultural da humanidade;
- IV. estudos, projetos e criação de áreas habitacionais;
- V. política habitacional;
- VI. política de regularização fundiária de áreas ocupadas;
- VII. aprovação de projetos arquitetônicos, urbanísticos, de parcelamento do solo, e licenciamento de atividades urbanas temporárias de ocupação do território.

No ano de 2016, o Governo do Distrito Federal visando um melhor equacionamento e integração das ações de planejamento habitacional e de gestão urbana, de forma participativa, democrática e transparente, com visto no aprimoramento e agilidade no atendimento ao cidadão, a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH foi reestruturada, a partir da publicação do Decreto nº 37.224 de 31 de março de 2016.

Com a criação da Secretaria de Estado das Cidades - SECID por meio do Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016, a Subsecretaria de Ordenamento das Cidades que integrava a estrutura da SEGETH, foi transferida para a SECID, além da coordenação e supervisão das ações das Administrações Regionais.

Com isso, os vinculados à estrutura da SEGETH atualmente são: o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN; Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB; Conselho de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CONDHAB; e o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Sisplan.

Cabe ressaltar que o Fundo Habitacional do Distrito Federal – FUNDHABI foi extinto pela Lei nº 4.854, de 15 de junho de 2012, restando apenas o Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS e Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB sob a gestão da SEGETH.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	42
Cedidos – fora GDF	07
Requisitado fora GDF – PASUS	05
Conselheiro	39
Estatutário – em exercício	246
Estatutário - afastado	02
Sem vínculo – em exercício	182
Total ativos – em exercício	521
Total ativos – afastado	02

Fonte: DIGEP/SUAG/SEGETH em 31/12/2016

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	10.000	10.000	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	27.500	22.867	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	568.825	653.226	581.692	581.692
0015 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	568.825	653.226	581.692	581.692
3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	10.000	10.000	0	0
3285 - INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E	10.000	10.000	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
FISCALIZAÇÃO				
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	20.000	1	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000	6.009	0	0
4142 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS	20.000	1	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	676.325	712.106	581.692	581.692

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Período de Apuração	Desejado Em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Efetivação do Planejamento Territorial	%			Anual	20	26,6	40	13,4	SEGETH / UO 28101 / OE 1
Domicílios em Projetos de Regularização Fundiária/total de domicílio no DF	Unidade	120.730	30-abr-12	Bianual	108.657	97.791	88.012	79.210	PDAD/ CODEPLAN / UO 28101 / OE 2
Famílias em déficit habitacional beneficiadas com domicílios novos/qualificados	Unidade	201.998	30-abr-12	Bianual	10.100	20.200	24.240	30.300	PDAD/ CODEPLAN / UO 28101 / OE 3

No que se refere a capacitação de pessoas da SEGETH, todas as ações se pautaram na execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento de pessoas de acordo com o planejamento estratégico do Órgão, visando não somente a valorização, motivação, integração, troca de experiências, qualificação e capacitação, bem como o engajamento do servidor aos objetivos, metas e resultados institucionais, que fortaleçam uma cultura organizacional com foco na melhoria da gestão pública.

Não houve capacitação de servidores com utilização de recursos orçamentários, pois, além do orçamento autorizado ser insuficiente para tal finalidade, por força da edição do Decreto nº 37.121, de 16/02/2016, que dispõe sobre a racionalização e controle da despesa, em seu inciso III, do art. 7º, ficou vedada a assunção de obrigações que implicassem em gastos relativos à participação dos servidores em cursos, congressos, seminários e eventos afins.

De toda sorte, devido à disponibilização de cursos e seminários por algumas entidades, foi possível realizar a capacitação dos servidores da Secretaria, sem a utilização de recursos orçamentários, conforme quadro a seguir:

Cursos Presenciais pela EGOV

Cursos	Quantidade de Servidores Capacitados
Treinamento no Sistema Integrado de Controle de Processos – SICOPWEB	45
Sistema Eletrônico de Informações	15
Inglês Instrumental Básico	01
Capacitação e aperfeiçoamento no SIGRH – Manutenção de cadastro	06
Gestão e Fiscalização de Contratos	03
Tratamento de Acervos Arquivísticos	03
Lei Complementar nº 769/2008 – Aposentadorias e Pensões	01
Regime Próprio de Previdência Social	02
Metodologia para pesquisa e análise de preço	02
Formação para Subsecretários de Administração Geral	04
Licitações e Contratos – Lei 8.666/93	04
Administração Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Contábil com foco no SIGGO	01
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	05
Capacitação em Cooperação Técnica Internacional	01
Acompanhamento de Serviços de Ouvidoria (intermediário)	01
Media Training	01
Lei Complementar nº 840/2011	01
Contratação Direta - Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	01
Cerimonial e Protocolo de Eventos	01
Processo Disciplinar	02
Tomada de Contas Especiais (módulos I e II)	02
Educação Financeira pessoal	01
Total	103

Cursos à Distância pela EGOV

CURSOS	Quantidade de Servidores Capacitados
Ética e Serviço Público	2
Sistema Integrado de Normas jurídicas do DF	2
Atendimento ao cidadão	1
Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	3
Transparência, ética e controle social	3
Gestão Estratégica com uso do BSC	4
Gestão de Projetos	2
TOTAL	17

Palestras, Congressos e Seminários pela EGOV

CURSOS	Quantidade de Servidores Capacitados
Congresso de Gestão Pública – CONSAD	10
Palestra: Inteligência Relacional	02
Seminário de Gestores Governamentais do DF (Gestão para resultados e sustentabilidade)	06
Seminário de orientação para aposentadoria do GDF	01
1º Workshop de TI do CGTIC	01
I Semana de capacitação e aperfeiçoamento técnico em controle interno	01
Palestra: Cooperação Técnica Internacional e o engajamento de entes subnacionais	04
Palestra – Ouvidoria: lugar de comunicação	01
TOTAL	26

Capacitação Promovida pelo TCDF

CURSOS	Quantidade de Servidores Capacitados
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	04

Quanto à aprovação de projetos arquitetônicos, urbanísticos e de parcelamento do solo, a SEGETH, por meio de capital humano próprio, aprimorou a metodologia de trabalho com a implantação de mecanismos de gestão e monitoramento, com o objetivo de melhorar o acompanhamento e o controle da ocupação e a utilização dos espaços existentes na cidade, conforme descrito nos quadros a seguir:

Exame e Aprovação de Projetos – 2016

Uso			Projetos Novos (A)		Projetos Modificação sem alteração de área (D)		Acréscimos (B)		Decréscimo (C)		Total (A+B+C+D)	Total (A+B-C + D)
			Qtd	Área (m²)	Qtd	Área (m²)	Qtd	Área (m²)	Qtd	Área (m²)	Qtd	Área (m²)
Restrito	Residencial	Unifamiliar	94	49.382,35	08	5.651,35	19	8.665,63	01	498,65	122	64.197,98
		Habitação Coletiva	116	850.330,76	103	1.005.945,72	10	85.092,92	04	37.062,73	233	1.978.432,13
	Comercial		102	264.269,60	49	426.686,55	27	87.836,09	08	9.331,70	186	788.123,94
	Industrial		02	2.818,23	01	5.738,84	04	27.701,86	0	0	07	36.259,36
	Institucional		35	81.224,23	05	150.441,44	19	427.135,98	01	8.240,68	60	667.042,33
Misto	Residencial/Comercial		23	121.117,16	13	250.382,18	05	78.039,67	02	1.310,15	43	450.849,16
	Outros		02	1881,00	0	0	0	0	0	0	02	1.881,00
Total aprovado			374	1.371.023,76	179	1.844.846,08	84	714.472,15	16	56.443,91	653	3.986.785,90

Uso	Alvarás De Construção		
	Quantidade	Área (m²)	
Residencial	Unifamiliar	122	62.588,70
	Habitação Coletiva	102	814.029,98
Comercial / Industrial		93	232.802,85
Institucional		26	402.449,79
Misto		18	141.548,22
Total Expedido		361	1.653.419,54

Arrecadação - 2016

Código	Discriminação da Arrecadação	Valor Arrecadado (R\$)	Valor Inscrito na Dívida Ativa (R\$)	Valor Total (R\$)
3695	CCDRU	165.879,22	-	165.879,22
4120	ODIR	2.447.921,17	-	2.447.921,17
4132	ONALT	7.933.467,19	67.594.815,32	75.528.282,51
5907	CMU	4.226.541,24	-	4.226.541,24
TOTAL:		17.773.808,82	67.594.815,32	82.368.624,14

* os dados foram consolidados sem os valores arrecadados no mês de dezembro, vez que essa informação foi solicitada à SEF e não foi respondida até a data de fechamento do relatório.

* CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

* ODIR – Outorga de Direito de Construir

* ONALT – Outorga Onerosa de Alteração de Uso

* CMU – Contrapartida de Mobilidade Urbana

Urbanismo - 2016

Atividades	Analisados		Aprovados		Total	
	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)	Quant	Área (m²)
Processos Parcelamentos Novos	151	78.179.863,00	4	4.038.900,00	130	82.218.763,00
Requerimentos Parcelamentos Novos	50	-	-	-	50	-
Processos Regularização	191	39.805.090,00	17	1.097.488,00	208	40.902.528,00
Processos Área Pública	41	-	*45	-	86	-
Processos Paisagismo	33	8.087.820,00	6	46.240,00	39	8.134.060,00
Processos Infraestrutura	276	-	16	-	292	-
Expedientes Respondidos	-	-	-	-	2.052	-
Total					2857	131.255.351,00

*37 aprovados e 8 indeferidos totalizando 45

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	2.150.000	609.016	489.769
0055 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA–DISTRITO FEDERAL	0	2.150.000	609.016	489.769
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.965.079	2.359.887	1.788.923	1.683.855
0052 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	3.965.079	2.359.887	1.788.923	1.683.855
TOTAL DO PROGRAMA 0001	3.965.079	4.509.887	2.397.940	2.173.625

Na Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia, houve execução de 28% do orçamento liberado, tendo sido pagas algumas despesas do exercício de 2015. Os pagamentos foram realizados conforme demandados pela Diretoria de Gestão de Pessoas da SEGETH. O orçamento remanescente atenderia todas as solicitações realizadas no decorrer do exercício de 2016, porém, não foram pagas devido às restrições implementadas pelo governo.

Foram executadas despesas com ressarcimento de servidores oriundos de 04 (quatro) órgãos distintos, além do pagamento com indenização de transporte.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100.734	937	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	90.000	41.228	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	40.000	1	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	62.159.802	56.235.884	51.398.644	51.398.644
6982 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	62.159.802	56.235.884	51.398.644	51.398.644
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2.897.054	2.831.054	1.793.155	1.793.155
7010 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2.897.054	2.831.054	1.793.155	1.793.155
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.100.100	637.064	556.368	516.347
0131 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1.100.100	637.064	556.368	516.347
TOTAL DO PROGRAMA 6001	66.387.690	59.746.169	53.748.168	53.708.147

Esse Programa abarca as ações necessárias à manutenção administrativa da SEGETH, englobando pagamento com folha de pessoal, concessão de benefícios aos servidores, gestão e modernização das informações e do sistema de tecnologia e reforma e conservação de prédios próprios.

Por força da Lei Orçamentária Anual, relativa ao exercício de 2016, para o programa: 6001, a Segeth teve um orçamento autorizado no valor de R\$ 59.746.166,00 (cinquenta e nove milhões, setecentos e quarenta e seis mil, cento e sessenta e seis reais). Desse montante foi executado o valor de R\$ 53.705.146,00 (cinquenta e três milhões, setecentos e cinco mil, cento e quarenta e seis reais), que resultou em um percentual de execução de 89,88%.

Em relação às ações de conservação das estruturas físicas e reforma dos prédios e próprios, informamos que não houve execução, uma vez que esta Secretaria não possui prédio próprio para alocar seus servidores, sendo que o prédio, atualmente ocupado pela Segeth, pertence à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, desde dezembro de 2015, fato que justifica a não realização de despesas.

Quanto às ações de administração de pessoal e concessão de benefícios a servidores, o valor ora autorizado foi suficiente para pagamento com a folha de pessoal, encargos, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio funeral, dentre outros benefícios.

Vale destacar que embora com orçamento insuficiente para realizar as atividades voltadas à ação de manutenção de serviços administrativos, pode-se dizer que foi possível pagar todas as despesas referentes aos contratos continuados, além disso, concretizar as seguintes aquisições e contratações, no âmbito da Comissão Permanente de Licitações – CPL, muito embora, algumas aquisições/contratações tenham sido realizadas com recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – FUNDURB/DF:

Pregões Eletrônicos

Processo	Número do PE	Descrição	Valor Estimado	Valor Homologado	Economia*	% de economia
390.000.482/2015	001/2016	Serviço de confecções, modelagens, cópias, concertos, troca de segredos.	9.491,00	8.640,50	850,50	8,86
390.000.009/2016	002/2016	Aquisição de Cartões de Proximidade e Molas de Balancim do sistema de giro da catraca de Marca Wolpac.	16.316,80	8.840,00	7.476,80	45,82
390.000.263/2016	003/2016	Aquisição dos suprimentos (cartucho do tambor, bastão de cera e cartucho de toner) para impressoras da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH.	8.212,64	8.016,00	196,64	2,39
390.000.459/2016	004/2016	Contratação de Empresa especializada em mudança, desmontagem, encaixotamento, movimentação, carregamento, descarregamento e montagem em devida conservação e segurança do acervo urbanístico da Diretoria de Geoinformações Urbanas e Territoriais. Transportado em caminhão (tipo baú).	12.027,73	8.300,00	3.727,73	30,99
390.000.258/2016	005/2016	Aquisição de estação total eletrônica de alta precisão com acessórios e equipamentos de radiocomunicação portátil.	133.729,30	133.325,00	404,30	0,30

Relatório Anual de Atividades 2016 – SEGETH

Processo	Número do PE	Descrição	Valor Estimado	Valor Homologado	Economia*	% de economia
390.000.594/2016	006/2016	Contratação de empresa especializada em seguro total automotivo com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo/furto), cobertura à terceiros-danos materiais e danos pessoais, acidentes pessoais por passageiros, com assistência 24 horas, com guincho, vidros laterais, faróis, lanternas, retrovisores, para-brisas dianteiro e traseiro, dos veículos pertencentes à frota da SEGETH.	21.602,60	9.850,00	11.752,60	54,40
390.000.505/2016	007/2016	Aquisição de 60 (sessenta) assinaturas de licença usuário único do Autodesk AutoCAD LT 2017 com suporte avançado e aquisição de 2 (duas) assinaturas de licença para usuário único do Autodesk AutoCAD Civil 3D 2017 com suporte básico. Ambas as assinaturas com vigência de pelo menos 3 (três) anos.	217.061,14	146.744,80	70.316,34	32,39
390.000.565/2016	008/2016	Aquisição de estações de trabalho (usuário final e avançado) e monitores.	2.100.000,00	1.943.500,00	6.500,00	0,33
390.000.506/2016	009/2016	Aquisição e atualização tecnológica que consiste no fornecimento para a SEGETH de todas as versões e releases dos produtos ArcGIS da empresa Environmental Systems Research Institute (ESRI), de forma a manter a versão mais recente disponível, bem como o fornecimento de suporte técnico, suporte proativo e especialista, treinamento, manuais e informativos que assegurem a plena utilização dos produtos licenciados, pelo período de 36 meses.	2.400.000,00	2.400.000,00	-	0,00
390.000.705/2016	010/2016	Aquisição de material de consumo - suprimentos para Impressoras e Plotters - a fim de atender necessidades emergenciais da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH.	27.710,00	11.232,40	3.967,53	26,10
Total			4.946.151,21	4.678.448,70	105.192,44	2,13

Cotações Eletrônicas

Processo	Número da Cotação	Descrição	Valor Estimado	Valor Homologado	Economia*	% de economia
390.000.075/2016	001/2016	Açúcar Cristal	2.805,00	2.805,00	-	0,00
390.000.175/2016	002/2016	Adaptador de núcleo HP Desingjet - plotter	740,32	740,00	0,32	0,04
390.000.037/2016	003/2016	Aquisição de cartões de visita	998,00	928,00	70,00	7,01
390.000.141/2015	004/2016	Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de fornecimento de jornais (Correio Braziliense, Jornal de Brasília, O Globo, Valor Econômico e Folha de São Paulo) e a revista Veja para a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação.	6.412,27	2.308,88		
390.000.183/2016	005/2016	Aquisição de material de copa e cozinha. (Garrafa Térmica, Xícara para Café, Colher de Café, Xícara para Chá, Colher de Chá, Jarra para água).	987,89	350,52	153,84	30,50
390.000.038/2016	006/2016	Aquisição de baterias recarregáveis e carregadores, modelo BDC46A/B, para uso da equipe de Topografia da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH.	5.803,00	5.800,00	3,00	0,05
390.000.453/2016	007/2016	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de Impressoras Plotters, com fornecimentos e substituição de peças. Com o objetivo de restabelecer o funcionamento dos equipamentos que se encontram inoperantes de forma a atender as necessidades da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH.	4.278,45	3.623,99	654,46	15,30

Processo	Número da Cotação	Descrição	Valor Estimado	Valor Homologado	Economia*	% de economia
390.000.517/2012	008/2016	Contratação de empresa especializada em sinalização visual para prestação de serviço de fabricação, impressão e instalação de banners com os nomes dos órgãos Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, as respectivas siglas SEGETH e CODHAB, e os respectivos logotipos, para a área externa do Edifício Sede da CODHAB.	736,00	736,00	-	0,00
390.000.582/2016	009/2016	Contratação de empresa especializada para a confecção de SELO de autenticidade personalizado.	4.300,00			
Total			27.060,93	17.292,39	881,62	3,26

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	108.501	142.776	142.776	129.526
0021 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	108.501	142.776	142.688	129.526
TOTAL DO PROGRAMA 6211	108.501	142.776	142.688	129.526

A SEGETH renovou contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF (contrato nº 04/2016 FUNAP/SEGETH), que tem por objetivo contribuir para a recuperação social do preso e a melhoria de suas condições de vida mediante a ressocialização a partir do desenvolvimento de trabalhos administrativos no órgão. O contrato conta com a disponibilização de 8 (oito) reeducandos que exercem atividades nas áreas de reprografia, auxiliar administrativo, suporte na área de transporte e patrimonial, auxiliar de eletricitista e copeiragem.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3279 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP	1.020.000	322	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	1.020.000	322	0	0

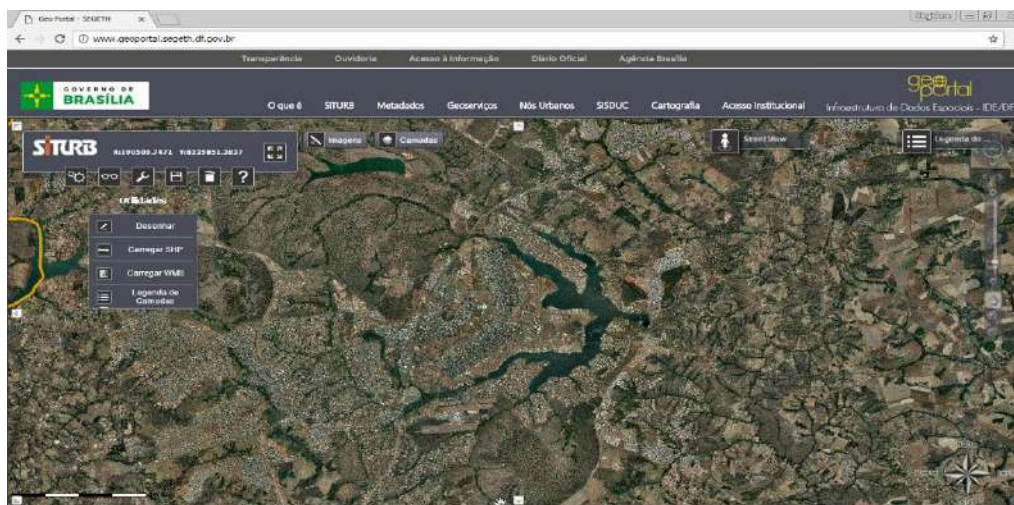
No ano de 2016 foram realizadas as seguintes atividades no âmbito da emissão de Diretrizes Urbanísticas para a Via Transbrasilândia:

- Confecção de mapas e elaboração de diagnósticos normativo e ambiental para subsidiar proposta.
- Análise de Integração Global Metropolitana com cenários antes e depois da implantação da Via Transbrasilândia.
- Realização de Oficina de Trabalho com metodologia para construção colaborativa da proposta de Diretrizes Urbanísticas, com participação de dirigentes e técnicos da SEGETH, TERRACAP, Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas no dia 05/11/2016
 - Consolidação de contribuições da Oficina e elaboração de minuta de Diretrizes Urbanísticas para apreciação da equipe técnica da SEGETH.
 - Reuniões entre a equipe da Subsecretaria de Gestão Urbana e Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas para alinhamento de definições das Diretrizes Urbanísticas

Por fim, cabe ressaltar que o documento que subsidiará a implantação da via Transbrasilândia se encontra em fase final de elaboração e análise pela equipe técnica da SEGETH.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

No Ano de 2016 a SEGETH lançou oficialmente o Geoportal (<http://www.geoportal.segeth.df.gov.br/>) com sua abertura ao público externo. O Geoportal permite o acesso a todos os dados georreferenciados do território e da população do Distrito Federal. Isso foi possível graças à Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal (IDE/DF), que determina que todos os órgãos do DF forneçam seus dados no mesmo padrão.



Com isso, o Geoportal, consegue reunir as mais variadas informações, que vão desde a malha cicloviária, até lotes escriturados, áreas passíveis de regularização, obras públicas, redes de infraestrutura e muito mais. Desse modo, o Geoportal consegue conjugar todas as informações em um único local facilitando assim o acesso aos dados.

De modo geral, todas as informações que são passíveis de divulgação estão disponibilizadas por meio do sistema conforme previsto no Artigo 233, paragrafo II do PDOT (Lei Complementar 854/12) e no Artigo 5, inciso 4º da Lei 37.612/16.

O Geoportal proporciona acesso institucional com senha de restrito para as informações que, devido a sua natureza, ainda não estejam disponíveis ao público externo, seja por não estarem ainda aprovadas ou por conterem informações particulares e confidenciais de contribuintes.

Outro ponto importante foi a atualização do portal Nós Urbanos (<http://www.nosurbanos.segeth.df.gov.br/>) que reúne as ações e projetos de planejamento e gestão urbana do Distrito Federal desenvolvidos pela Secretaria de Gestão do Território e Habitação - SEGETH.

O portal Nós Urbanos permite que o cidadão possa entender como o trabalho da SEGETH impacta o cotidiano da vida urbana. Para isso, o site usa pontos no mapa em que é possível conhecer as ações em desenvolvimento por Região Administrativa e tipo de obra.



O portal Nós Urbanos também é um canal institucional para a difusão de conceitos e princípios urbanísticos, constituindo instrumento de educação urbana e patrimonial, privilegiando, assim, o diálogo com a comunidade.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No ano de 2016, foram desenvolvidas atividades de gestão urbana, normatização, implementação do Estudo de Impacto de Vizinhança, de auditoria e controle urbanos, de elaboração de diretrizes urbanísticas, elaboração de projetos de parcelamento do solo urbano, projetos para regularização de áreas de terminais rodoviários e de estações do Metrô, projetos de mobilidade e acessibilidade, projeto de urbanização e paisagismo da Orla Livre e Projeto do Parque Urbano do Sol Nascente.

Nesse processo de reestruturação, as atividades relacionadas aos instrumentos complementares de planejamento, em especial a elaboração de Projeto de Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo – LUOS, puderam ser desenvolvidas com maior articulação e coordenação, o que permitiu grande avanço nos trabalhos, alcançando em dezembro de 2016 a realização da primeira audiência pública da LUOS.

Na proposição de atos normativos, a formulação de novo Código de Edificações do Distrito Federal foi concluída, além de outros instrumentos complementares relativos ao uso de espaço público.

A verificação quanto à pertinência e emissão de diretrizes urbanísticas para projetos de parcelamento do solo, desenho urbano, sistema viário e paisagismo de espaços públicos, inseridos na Unidade de Planejamento Territorial I – Central, bem como de questões pertinentes à Área de Entorno do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB, definida por legislação do órgão federal de patrimônio histórico; e as atividades de elaboração e desenvolvimento dos respectivos projetos.

A atuação da SEGETH demanda, portanto, estreita articulação com órgãos competentes locais e o Órgão Federal de Preservação, além de buscar promover o intercâmbio permanente com instituições de pesquisa, universidades e outros órgãos e entidades afetos à temática da preservação, e desenvolver ações conjuntas objetivando garantir mecanismos e instrumentos de gestão participativa do CUB.

Cabe destacar o grande número de demandas recebidas envolvendo o Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB, documentos e processos de variadas naturezas perfazem um total de 712 questionamentos diversos com registro de entrada em 2016, conforme tabela apresentada, destes 419 foram despachados, restando 293 a serem analisados e respondidos, constata-se que a saída de documentos é menor do que a entrada

Soma-se a essa demanda o passivo herdado de outras gestões, equivalente a 79 documentos não respondidos de 2015 e 698 anteriores a 2015, que perfazem um total de 777 documentos. Tal situação reflete a situação da normatização da área do CUB, com muitas lacunas, defasagem, ambiguidades, dependendo de interpretação quase que caso a caso.

Entretanto, a elaboração de Diretrizes Urbanísticas teve grande progresso, com a criação de uma Diretoria específica dedicada a essa atividade. Foram elaborados 49 documentos em 2016, entre Diretrizes Urbanísticas para porções territoriais e Diretrizes Urbanísticas Específicas.

As dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das atividades de competência da SEGETH, em 2016, estão relacionadas aos cortes no orçamento, à falta de pessoal e, principalmente, à complexidade e amplitude dos trabalhos elaborados e em andamento, que envolvem a realização de estudos técnicos, o conhecimento de uma legislação extensa e com sobreposições, a estruturação de uma base de dados, cujas informações se encontram dispersas, a utilização de ferramentas de geoprocessamento nem sempre disponíveis, bem como a dificuldade de acesso e utilização de software. Muitos trabalhos também demandam articulação com outras secretarias e órgãos do governo do Distrito Federal, constituindo por vezes obstáculos a superar.

Nas perspectivas para 2017, uma das prioridades a conclusão da LUOS com o encaminhamento do anteprojeto de Lei Complementar ao Governador do DF. Estão também na pauta a elaboração e conclusão de instrumentos urbanísticos de apoio à gestão, a implementação de programa de monitoramento da gestão territorial das UPT, além da continuidade na elaboração de diretrizes urbanísticas e implementação de programa de controle urbano. Um dos desafios para próximo ano, é modernizar a base de dados de sua área de atuação, trabalhando em sistema georreferenciado de modo que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB realmente equacione e supere as deficiências atuais.

17.1. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO - RA I -UO: 28.103

A Administração Regional do Plano Piloto foi criada pela Lei nº 408, de 13/01/1993, vinculada à Secretaria da Gestão do Território e Habitação, de acordo com art. 8º, §2º, do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015. Com a criação da Secretaria de Estado das Cidades, por meio da publicação do Decreto 37.625 em 15 de setembro de 2016, as Administrações Regionais do Distrito Federal passaram a ser vinculadas a esta nova Secretaria.

A Administração Regional do Plano Piloto tem por competência, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa I, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação, que compreende: Asa Nortel, Asa Sul, SAAN, SIG, SOF Sul, SOF Norte, SGON, Setor de Clubes Norte, Setor de Clubes Sul, Setor de Hotéis e Turismo Norte e Sul, Setor Noroeste, Vila Planalto, Vila Telebrasil, Granja do Torto e Setor Militar Urbano.

Esta administração regional desempenhou trabalhos relevantes no exercício de 2016, entre eles podemos destacar:

- Revitalização de 32 de parques infantis;
- Revitalização de 2000 metros de calçadas;
- Instalação de pontos de encontro comunitários – PECs,
- O Programa Entrequadras, que busca a aproximação do poder público com a comunidade, com ações que objetivam a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da RA – I ;
- A coordenação da operação Centro Legal iniciada em novembro de 2015;
- Revitalização do Setor Comercial Sul com diversas ações de melhoria como a instalação de nova iluminação, reforma da praça central, restauração das pedras portuguesas, reordenamento do trânsito local com a instalação de semáforos e mudança de sentido de vias, além do Projeto Cultural Arte na Capital - Quarta Musical;
- O mapeamento das áreas de públicas destinadas a exploração de atividades econômicas (Mercado das Flores, Galeria dos Estados. Parque da Cidade, Feira da Torre e Shopping Popular);
- A construção de um novo fluxo para emissão das licenças de funcionamento o que contribuiu com a agilidade processual do setor;
- O contínuo trabalho de recolhimento das faixas de propagandas espalhadas pela RA – I (Operação Faixa Zero);
- A limpeza de bocas de lobo, com intuito de desobstruir as linhas de águas pluviais;
- A continua coleta de inservíveis em ruas e praças e orientações à população sobre o descarte de resíduos sólidos;
- e sobretudo, a construção intersetorial e participativa do Decreto 37.951, de 2017 que dispõe sobre o Uso e Ocupação do Comércio Local Sul (Puxadinhos), para concretizar a regularização e padronização das ocupações contribuindo com o ordenamento territorial do conjunto urbanístico de Brasília.

Os serviços prestados a comunidade, conforme competência definida por norma legal, são executados por duas coordenações: Coordenação de Desenvolvimento, Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, além da Junta do Serviço Militar. A Administração Regional ainda conta com a Coordenação de Administração Geral, responsável execução orçamentária, financeira, gestão administrativa e de pessoas.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF - Quadro Novacap/ Na Hora/ TCDF	03
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício - FUNAP/CIEE	32
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício - TCB	02
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício – Quadro/ SLU/ SEDESTMID	22
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	50
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	109
Total ativos - afastado	-

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIA	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0	100.000	0	0
0021 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-INFRAESTRUTURA E MELHORIAS- PLANO PILOTO .	0	100.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	0	100.000	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIA	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1.120.000	94.639	0	0
9872 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO	110.000	94.639	0	0
9873 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DO PLANO PILOTO	1.010.000	0	0	0
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0	0	0	0
5134 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-- PLANO PILOTO .	0	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	451.000	189.158	0	0
9171 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO	451.000	189.158	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	1.571.000	283.798	0	0

No Subtítulo **9171 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas**, foi realizada a descentralização de créditos orçamentários para a NOVACAP no valor de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), destinados a custear despesas com a aquisição de material de consumo, para reforma e construção de calçadas no âmbito desta RA –I.

Nas Ações **1110 – Execução de Obras e Urbanização** e **8508 – Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas**, e, no Subtítulo **9872 – Execução de Obras de Urbanização – Administração Regional do Plano Piloto**, apesar da dotação ter sido autorizada não foram empenhados recursos para execução das ações. Contudo as atividades foram realizadas por meio de parcerias com outros órgãos e as comunidades locais, conforme o quadro a seguir:

Serviços de Manutenção e Recuperação

Discriminação das Obras	Parceiro	Unid.	Quantidade
Operação Tapa Buraco	NOVACAP	M ³	50
Desobstrução de bocas de lobo	FUNAP	Unid.	2.500
Reposição de tampas de PV e bocas de lobo	NOVACAP	Unid.	12
Recuperação de calçadas	FUNAP e COMUNIDADE	M ²	2.000
Reforma de equipamentos públicos	FUNAP, COMUNIDADE e NOVACAP	Unid.	40
Capina, varrição e rastelagem	FUNAP	M ²	7.200
Remoção de entulhos	SLU	M ³	5250
Coleta lixo verde e inservíveis	SLU	M ³	4.475
Reposição de meios fios	NOVACAP	Unid.	30
Roçagem manual	FUNAP	M ²	600
Reposição dos postes, luminárias e suportes para luminárias	CEB	Unid.	781
Podas de árvores	DPJ/NOVACAP	Unid.	45.000
Demarcação de vagas especiais e sinalização horizontal e vertical	DETRAN	*	*

*as solicitações demarcações oriundas das lideranças e prefeituras comunitárias foram encaminhadas ao DETRAN que fez o atendimento de acordo com seu respectivo cronograma de trabalho.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIA	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	612.000	655.777	589.906	535.523
8487 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO .	612.000	655.777	589.906	535.523
TOTAL DO PROGRAMA 6211	612.000	655.777	589.906	535.523

No subtítulo **8487 – Fortalecimento das Ações de Apoio ao Interno e sua Família** – Administração Regional Plano Piloto, conjunto de ações diversificadas de recuperação e manutenção da cidade com a colaboração dos sentenciados assistidos pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP. Entre os trabalhos realizados estão pinturas de meio fio, reparos em calçadas, podas de árvores, remoção de entulhos, capina, recolhimentos das faixas (média de 400 faixas semanalmente recolhidas), limpezas de terrenos baldios, entre outros. Ressalta-se a atuação dos colaboradores também na área administrativa.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIA	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	50.000	0	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA UNB- CAMPUS DARCY RIBEIRO	50.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	50.000	0	0	0

No subtítulo **0001 – Ampliação da Rede de Iluminação Pública da UNB – Campus Darcy Ribeiro** - Ação não autorizada.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIA	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	258.000	144.577	7.800	0
5942 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-DISTRITO FEDERAL	10.000	8.250	0	0
5943 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS- PLANO PILOTO	248.000	136.327	7.800	7.800
TOTAL DO PROGRAMA 6219	258.000	144.577	7.800	7.800

No subtítulo **5943 – Realização de Eventos Culturais – Plano Piloto** – foi realizada a “3º Edição do Circuito Praia do Cerrado de Futevôlei”, entre os dias 07 a 11 de setembro de 2016, no estacionamento 13 do Parque da Cidade Sara Kubitschek

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIA	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	200.000	279.985	244.845	244.845
7160 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO	200.000	279.985	244.845	244.845
TOTAL DO PROGRAMA 0001	200.000	279.985	244.845	244.845

No subtítulo **9050 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições**, os recursos destinados foram utilizados para restituição e ressarcimentos aos órgãos cedentes dos servidores em exercício nesta Administração Regional.

PROGRAMA 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50.000	12.725	0	0
5364 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	50.000	12.725	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	6.132.452	5.946.254	5.239.051	5.239.051
8878 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO	6.132.452	5.946.254	5.239.051	5.239.051
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	949.000	782.925	408.023	408.023
9684 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO	949.000	782.925	408.023	408.023
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5.281.810	6.782.127	6.429.382	6.390.132
9760 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANO PILOTO	5.281.810	6.782.127	6.429.382	6.390.132
TOTAL DO PROGRAMA 6001	12.413.262	13.524.031	12.076.456	12.037.205

No subtítulo **8878, Administração de Pessoal – Administração Regional Plano Piloto**, os recursos destinados aos 109 servidores desta Administração foram utilizados de modo satisfatório para o pagamento da folha no período de janeiro a dezembro de 2016.

No subtítulo **9684 – Concessão de Benefícios a Servidores - Administração Regional Plano Piloto**, tem como função a implementação de benefícios assistenciais aos servidores, proporcionando o recebimento de auxílios referentes a vale-transporte, auxílio-creche, auxílio alimentação, dentre outros benefícios sociais estabelecidos em legislação própria.

No subtítulo **9760 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais-Administração Regional- Plano Piloto**, a administração é mantida com locação de imóveis, prestação de serviços gerais e pagamento de consumo de água e esgoto, energia elétrica, serviços postais e telegráficos, materiais de consumo, expediente, bem como, aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados a melhoria dos serviços administrativos. Em 2016, como medidas de redução de gastos, a Administração Regional do Plano Piloto, por meio da repactuação contratual, conseguiu uma redução de R\$ 622.840,92 (seiscentos e vinte e dois mil, oitocentos e quarenta reais e noventa e dois centavos) no valor do aluguel.

Foi realizado o processo de Tomada de Conta Especial dos bens não localizados no exercício de 2015, bem como o levantamento e distribuição setorial de bens imóveis, colocando em ordem todo o setor de patrimônio e almoxarifado.

2. OUTRAS REALIZAÇÕES

As tabelas a seguir dão ênfase as atividades desenvolvidas no âmbito da RA- I:

Análises, Exames, Licenciamentos e Outros Serviços.

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	1.200
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	-
Total Expedido	1.200

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	15	-
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	3	-
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	1	-
Misto	1	-
Total Expedido	20	-

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	-	-
Habitação coletiva	4	-
Industrial	-	-
Comercial	7	-
Institucional	-	-

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Coletivo – Público/Privado	4	-
Total Expedido	15	-

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	32	-
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	15	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	77	-
Elaboração de Croquis	24	-
Levantamento para Carta de Habite-se	49	-

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	136
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	2
Misto – Outros - Puxadinhos	108
Engenho publicitário	29
Pequenas intervenções urbanísticas	01

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.92
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.807
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	707
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	23
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	06
Atestado de desobrigação	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	41
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	-
Transferência de domicílio	-
Averbações de certificado de alistamento	1.925
Outros	170

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Articulação e Parcerias

As ações estruturais de manutenção, culturais e esportivas foram objetos de iniciativas e parcerias com diversos órgãos e segmentos da sociedade, visando a otimização do gasto público e ampliando a oferta de benefícios e serviços à população da Região Administrativa I. Entre tais ações, destacam-se:

- **Aquisição de materiais de reforma e construção** - Em parceria com a comunidade revitalizamos aproximadamente 2000m² de calçadas. Realizada ainda a reconstrução de calçadas em 7 quadras residenciais em parceria com as prefeituras e comunidade, garantindo acessibilidade à comunidade (208 Sul, 312 Sul, 409 Norte, 210 Norte, 114 Sul, 103 Sul e 113 Sul).



- **Palestra para ambulantes em parceria com SEBRAE** - A Administração promoveu palestra para os ambulantes no dia 31/03/2016, em parceria com o Sebrae, visando o incentivo para que estes se cadastrassem como

microempreendedores individuais e aprendessem um pouco sobre empreendedorismo. O resultado foi um sucesso, pois desde este dia os ambulantes se organizaram e associações e, na sua grande maioria, estão cadastrados como microempreendedores individuais, recolhendo o imposto devido.



- Curso de redação oficial para os servidores – Foi realizado em maio de 2016, um curso de redação oficial para os servidores da Administração Regional do Plano Piloto objetivando o aperfeiçoamento do quadro de pessoal.



- **Dia da Beleza** - Nos dias 03/10/2016 e 05/12/2016 foi realizado o dia da Beleza Administração Regional do Plano Piloto, em parceria com o Instituto de Beleza Hélio Diff Coiffeur. O evento foi voltado para o atendimento dos servidores e teve como principal objetivo o resgate e a valorização e a autoestima dos servidores.



- **Ações de combate ao mosquito Aedes Aegypt** – Foram realizadas atividades de prevenção e combate ao mosquito Aedes Aegypt no Parque Olhos d'Água, Shopping Popular, Setor Noroeste, Hospital São Brás, Asa Sul, Asa Norte, Vila Planalto, Vila Telebrasília e Granja do Torto.



A ações culturais também foram objetos de parcerias, o que resultou numa economia no exercício de 2016 de R\$ 136.777,00 (cento e trinta e seis mil, setecentos e setenta e sete reais). Por meio das parcerias foram realizados diversos eventos na Região Administrativa I, beneficiando a população residente e transeuntes.

- **Programa Entrequadras** – é um programa de conscientização e participação comunitária em ações que acarretam a melhoria de vida da comunidade, cujo principal objetivo é aproximar governo-comunidade na busca de soluções para as necessidades e demandas. O Programa é realizado em parceria com órgãos do Governo de Brasília, entre eles: SLU, a AGEFIS, Secretaria de Saúde, NOVACAP, além da participação social representada pelos Prefeitos, lideranças comunitárias, síndicos, comerciantes e toda a comunidade.

A primeira edição ocorreu no dia 22/10/2016, na Asa Norte, abrangendo as quadras 209, 210, 409, 410. Na ocasião houve a prestação de serviços públicos (plantio de mudas, e revitalização de calçadas e parques), atividades culturais e de lazer (brinquedos infláveis, lanches e palestras) e o lançamento da cartilha de orientações sócio ambientais. A segunda edição, que ocorreu em 26/10/2016 na praça Nelson Corso, Vila Planalto, e contou com uma grande participação popular. A agenda cultural contou com atrações locais, como roda de capoeira, apresentação musical e aula de dança.

A composite image showing a flyer for the 'Programa Entrequadras Plano Piloto' and a photograph of a tree-planting activity in a park. The flyer is on the left and features a blue header with the text 'Programa Entrequadras', a green bar with 'Plano Piloto' and a right-pointing arrow, and another green bar with 'Ações governo-comunidade' and a right-pointing arrow. Below this are eight circular icons representing different activities: 'PALESTRAS EDUCATIVAS', 'OBRAS DE MANUTENÇÃO', 'PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS', 'FEIRA DE ORGÂNICOS', 'FOOD TRUCKS', 'CULTURA E LAZER', 'ESPAÇO KIDS', and 'FITDANCE'. At the bottom of the flyer, it says '22/10, 9H às 17H, PRAÇA DA QUADRA 209 NORTE' and includes logos for 'Administração Regional do Plano Piloto' and 'GOVERNO DE BRASÍLIA'. The photograph on the right shows a large pile of soil and a person working in a park area with trees.



• **Programa Arte na Capital – Quarta Musical** – foi idealizado como parte do processo de revitalização do Setor Comercial Sul. O programa trata-se de apresentações culturais privilegiando os artistas locais, ocorrendo as quartas-feiras no horário de almoço na Praça Central do Setor. Foram realizadas 19 edições.



• **1º Arraiá Solidário do Setor Comercial Sul** - A Administração do Plano Piloto, em parceria com o CEPAS – Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social, realizou o 1º Arraiá Solidário do SCS, nos dias 28 e 29/07. O evento contou com a participação de diversas entidades de Assistência Social e toda a renda do evento foi destinada a estas entidades. Este evento fez parte do processo de revitalização do Setor Comercial Sul.



- **Evento “Mulheres em ação”** - realizado na Rodoviária do Plano Piloto, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher com a parceria Instituto Embelleze, Escola Nacional de Acunputura, Lojistas do Conjunto Nacional e da Rodoviária, e artistas locais.



- **Como é bom ser criança** – evento realizado no dia 15 de outubro em parceria com o Conselho Tutelar do Plano Piloto, o Corpo de Bombeiros Militar do DF, o DETRAN e Cia Mapati, em comemoração ao dia das crianças na Vila Telebrasília.



Além dos eventos supramencionados a Administração Regional do Plano Piloto apoiou outras iniciativas esportivas e culturais no centro da capital, ente elas:

- Participação nas reuniões 79ª corrida do fogo simbólico da pátria.

- Participação na organização da Vila Virada Cultural;
- Participação na organização da Virada do Cerrado;
- Participação na organização do desfile cívico de 7 de setembro;
- Participação na organização da Copa SESC de futebol de salão;
- Participação na organização das atividades sediadas em Brasília durante os Jogos Olímpicos - Rio 2016;

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Em uma breve análise a Administração Regional do Plano Piloto no ano de 2016 estabeleceu uma relação mais próxima com a comunidade, lideranças e Prefeituras Comunitárias, entidades sociais e representativas, o que refletiu na participação efetiva da população nas ações realizadas.

Isso se deve a uma visão de gestão mais aberta ao diálogo com a população, no intuito de recepcionar as demandas e tornar mais célere o atendimento e a resposta as solicitações recebidas. A articulação com os outros órgãos de Governo também foi fundamental para otimizar os encaminhamentos na gestão da RA – I.

É importante considerar que houveram limitações institucionais que ainda se apresentam como fatores que dificultam a prestação de serviços ao cidadão no prazo desejado. Dentre eles podemos destacar o número reduzido de servidores em exercício, a insuficiência de equipamentos e insumos para execução de pequenas obras, e o grande volume processual que requer uma análise minuciosa e contínua para atendimento de todas as demandas que se apresentam no dia a dia desta RA.

Apesar de todas essas limitações, consideramos que a Administração Regional do Plano Piloto deu um importante salto de qualidade em sua carta de serviços e atendimento, e esperamos que em 2017 as atividades administrativas, políticas, de gestão e de planejamento sejam ainda mais eficazes, contando sempre com o apoio da comunidade e dos órgãos parceiros.

Para este ano que se inicia, os programas já implementados que apresentaram uma receptividade positiva terão continuidade, como o Programa Entrequadras e Arte na Capital. Outra pauta importante para este ano é a regularização das áreas públicas (Puxadinhos e Ordenamento dos espaços públicos), o Projeto Orla Livre, a construção do Deck Sul, a melhoria da mobilidade e acessibilidade com as calçadas do Eixo Monumental, e todas as ações contínuas anteriormente mencionadas neste relatório que contribuem diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população da Região Administrativa I.

17.2. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA – RA II – UO: 28.104

A Administração Regional do Gama é um órgão da Administração Direta Regionalizada, anteriormente vinculada à Casa Civil da Governadoria, de acordo com art. 2º, §3º do Decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

De acordo com seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29/12/94, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administrativa II, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público na sua área de atuação.

As competências supracitadas cumprem-se através do planejamento da supervisão, do contrato, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	4
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	63
Estatutário - afastado	2
Sem vínculo – em exercício	49
Sem vínculo – afastado	1
Total ativos – em exercício	116
Total ativos - afastado	3

Fonte:

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	40.000	0	0	0
0001 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS - CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO COM BANHEIROS CAMPO SINTÉTICO DA QUADRA 50 SETOR LESTE DO GAMA	40.000	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	50.000	6	0	0
9623 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-GAMA	50.000	6	0	0
9641 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL - GAMA- GAMA	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	200.000	0	0	0
5931 - APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA	200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	290.000	6	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2661 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	50.000	0	0	0
0001 - APOIO AO ARTESANATO E AGRICULTURA FAMILIAR NO FINANCIAMENTO DE ESTRUTURA MOVÉIS PARA EXPOSIÇÃO	50.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	50.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERROTÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	3.250.000	0	0	0
9883 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO INFRAESTRUTURA E MELHORIAS NO GAMA	300.000	0	0	0
9885 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA - RA II	150.000	0	0	0
9886 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO - DUPLICAÇÃO DE VIA NO SETOR CENTRAL, SENTIDO SHOPPING DO GAMA ATÉ O COLÉGIO JK - REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA	800.000	0	0	0
9890 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA NAS VIAS VC 379 E VC 383, NUCLEO RURAL PONTE ALTA DE BAIXO - COMUNIDADE NOSSA SENHORA ROSA MÍSTICA	2.000.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	3.250.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	4.135.514	625.348	255.677	255.677
0009 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-URBANIZAÇÃO DA QUADRA 8 DO SETOR SUL- GAMA	0	57.000	0	0
4481 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - AVENIDA COMERCIAL DOS BOMBEIROS- GAMA	0	0	0	0
4516 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-- GAMA	0	0	0	0
4531 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- DA QUADRA 8 DO SETOR SUL DO GAMA - CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS- GAMA	0	100.000	0	0
9882 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	256.514	89.348	89.290	89.290
9884 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA RA II	2.000.000	0	0	0
9887 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	1.000.000	0	0	0
9888 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA NA VILA DOS BOMBEIROS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA - RA II	500.000	0	0	0
9889 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA	379.000	379.000	166.386	166.386
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	45.000	44.629	0	0
6959 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	45.000	44.629	0	0
6971 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-APOIO A EXECUÇÃO DO PROJETO ILUMINAÇÃO PÚBLICA FRENTE A IGREJA NOSSA SENHORA APARECIDA - ÁREA ESPECIAL - UEB 10.291- GAMA	0	0	0	0
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	50.000	0	0	0
6470 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	30.000	0	0	0
6473 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-INSTALAÇÃO E RETIRADA DE PONTOS DE ENERGIA- GAMA	20.000	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	50.000	0	0	0
9173 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	50.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	4.280.514	669.977	255.677	255.677

Realizações - obra de urbanização:**Construção de Estacionamento e Calçadas com Acessibilidade, em frente a Creche Menino Jesus**

A Administração Regional do Gama entregou este estacionamento em bloco intertravado com calçadas acessíveis, rampas, piso tátil e plantio de gramas para os moradores do Setor Oeste do Gama. Trata-se de uma importante obra, pois fica localizado na Av. Contorno em frente a creche, onde tem uma grande movimentação de crianças no local, e foi construída uma baía para carros e vans. A obra tem área construída de 1.588,94m².



Construção de Estacionamento, em frente ao Posto de Saúde Nº 01, Setor Sul, Gama/DF

A Administração Regional do Gama entregou esta obra que traz qualidade de vida para os moradores da cidade. Trata-se de uma importante obra há tempos aguardada pela comunidade do Setor Sul, que é a urbanização na área externa do Posto de Saúde nº 01, na Área Especial 12, Entre Quadras 06/12. O local era improvisado e usado como estacionamento, mas causava muitos transtornos para os usuários, que tinham que se deslocar sobre cascalho e poeira em época de seca e com lama em época de chuvas. No local de 2.558,96 m², foram construídos estacionamentos com blocos sextavados, calçadas com acessibilidade, plantio de grama, assentamento de meios-fios, urbanizando de forma ecologicamente correta, já que os blocos permitem a drenagem das águas pluviais para o lençol freático.



PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2094 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA	6.500	413	0	0
9758 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	6.500	413	0	0
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	180.000	122.854	109.754	109.754
8518 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- GAMA	180.000	122.854	109.754	109.754
TOTAL DO PROGRAMA 6211	186.500	123.267	109.754	109.754

PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
5071 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	0	0	0	0
5339 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS-NO CAMPUS DA UNB- GAMA	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	0	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	0	99.999	0	0
0015 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-XV ENCONTRO DE FOLIA DE REIS DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	99.999	0	0
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	600.000	600.000	256.753	85.272
0001 - REFORMA DO CENTRO CULTURAL ITAPUÃ	600.000	257.000	256.753	85.272
5774 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-REFORMA DA PRAÇA DO CENTRO CULTURAL ITAPUÃ- GAMA	0	343.000	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	546.000	190.817	151.134	151.134
5944 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	18.000	12.375	0	0
5945 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	110.000	31.286	22.681	22.681
5947 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	18.000	8.156	0	0
5949 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS NA R.A. DO GAMA	250.000	139.000	128.453	128.453
5950 - APOIO A REALIZAÇÃO DO "ARRAIA SOLIDÁRIO" DA CASA SANTO ANDRÉ NO GAMA - RA II	150.000	0	0	0
6117 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS E A CULTURA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	43.000	57.138	51.656	51.656
0002 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO FOLIA DE REIS- GAMA	0	0	0	0
5929 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	30.000	52.071	51.656	51.656
5930 - APOIO A EVENTOS-ESPORTIVOS: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	13.000	5.067	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	1.189.000	947.955	459.543	288.062

Evento Apoiado:

12 horas de Rock

No sábado, dia 17 de dezembro de 2016, a comunidade do Gama recebeu o Evento com 12 horas de muito Rock And Roll, na Praça do Cine Itapuã, recebendo público de cerca de 2.000 pessoas.



56º Aniversário da Cidade do Gama

Nos dias 12 a 16 de outubro de 2016, a Administração Regional do Gama apoiou o Evento 56º Aniversário da Cidade do Gama, onde reuniram cerca de 100.000 pessoas, tendo diversas atrações, brincadeiras e show.



PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	0	0	0	0
5538 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA NA ESCOLA CLASSE 21- GAMA	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6221	0	0	0	0

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.300	1.544	0	0
5850 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA MODERNIZAÇÃO DO CENTRO DE DADOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- GAMA	10.300	1.544	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	90.000	23.340	0	0
5332 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- GAMA	90.000	23.340	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.000	413	0	0
5181 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	2.000	413	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	240.000	36.271	25.647	25.647
9777 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	240.000	36.271	25.647	25.647
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	30.000	0	0	0
5795 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	30.000	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	9.952.305	10.518.781	10.497.483	10.497.483
8879 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	9.952.305	10.518.781	10.497.483	10.497.483
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	883.893	560.893	550.807	550.807
9685 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	883.893	560.893	550.807	550.807
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	632.841	625.654	412.766	395.346
9761 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	632.841	625.654	412.766	395.346
TOTAL DO PROGRAMA 6001	11.841.339	11.766.895	11.486.704	11.469.284

PROGRAMA: 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO - SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	750.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DA CASA DE CULTURA DO GAMA	750.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6002	750.000	0	0	0

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	266.000	0	0	0
0035 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	266.000	0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000	288.821	286.815	286.815
7161 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GAMA	5.000	288.821	286.815	286.815
TOTAL DO PROGRAMA 0001	271.000	288.821	286.815	286.815

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Durante o exercício de 2016, a Administração Regional do Gama, apesar do quadro financeiro que Brasília vivenciou, pôde realizar diversas atividades, como:

- Eventos (2º Encontro de Folia do Gama, Dia de lazer contra a violência à mulher, Circuito de Vôlei, Expo Mult Gama, Virada do Cerrado, Lazer do Trabalhador, Apoio à Expo AMPA, Apoio à 5ª Copa Brasília de Futebol de Base, Apoio à Torneio de Futebol do Eldorado, MIOG e Juramento da Bandeira em frente a Administração do Gama com entrega de Certificado pela Junta Militar);
- Campanhas (Operação Parada Limpa, Administração em Ação, Itinerante, Operação Gama limpo e Dia “D” contra a dengue);
- Projetos e Desfiles (Desfile Cívico);
- Audiências Públicas, Cerimônias e Reuniões (Reuniões com CDRS, Encontro e Líderes Comunitários, Entrega de 510 escrituras para lotes com becos, CONSEG, PPA, LUOS, Reforma do Centro Cultural Cine Itapuã e Reforma da Praça de Cine Itapuã);
- Obras Diversas (Operação Tapa-Buraco, Limpeza da Cidade e Desobstrução de Bocas de Lobo e Construção de Duas Pontes em Ponte Alta).

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	22
Confeção de quebra molas/ Unidade	18
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	132
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	12
Recuperação de calçadas/ M²	0
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	2
Capina, varrição e rastelagem/ M²	2.500
Remoção de entulhos/ M³	5.120
Reposição de meios-fios/ Unidade	48
Serviços de terraplanagem/ M³	13.800
Roçagem manual/ M²	680
Serviços de roçagem mecânica/ M²	1.800
Recapeamento asfáltico/ M²	0
Passeios (construção) / M²	0
Rede de águas pluviais/ M	0

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	0
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	0
Encaminhamento - CDS/ Na hora	0
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	0
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	0
Trabalho com Grupos - Gestantes	0
Trabalho com Grupos - Idosos	0
Trabalho com Grupos – Mulheres	20
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	2
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	0
Trabalho com Grupos - Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	30
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	150
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	20
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	0

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	2	500
Teatro	6	1.500
Música	2	100.000
Dança	2	800
Artes Plásticas	0	0
Literatura	2	1.300
Outros eventos	0	0

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	4	2.000
Eventos esportivos	6	4.000
Outros	0	0

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	17
Habitação Coletiva	0
Comercial	54
Industrial	0
Área Rural	7
Outros (Eventual)	71
Total Expedido	149

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	45	11.215,12
Habitação Coletiva	0	0
Industrial	0	0
Comercial	4	5.277,12
Institucional Público	0	0
Institucional Privado	0	0
Total Expedido	49	16.492,14

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	22	7.329,40
Habitação coletiva	3	235.049,24
Industrial	0	0
Comercial	4	4.308,96
Institucional	0	0
Total Expedido	29	246.687,60

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	169	41.891,39
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	41	68.903,86
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	84	86.815,83
Elaboração de Croquis	0	0
Levantamento para Carta de Habite-se	87	46.385,90

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	61
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	4
Feiras Permanentes	3
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	240

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	23

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m²) - Estradas recuperadas	170
Vistorias realizadas	60
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	110
Associações	0

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Cooperativas	0
Outros	185

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	2.410
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.443
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	466
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	1.510
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	386
Atestado de desobrigação	10
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	4
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	53
Transferência de domicílio	702
Averbações de certificado de alistamento	2.984
Outros	18.917

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O exercício de 2016 para a Administração Regional do Gama continuou tendo algumas dificuldades, não tão intensas como em 2015, quando tivemos uma austeridade muito grade em Brasília. Mas com a experiência de um ano difícil, a Administração conseguiu aparar as arestas e realizar muitas benfeitorias em prol da população do Gama. Além dos recursos do QDD, a Unidade obteve muitas parcerias com empresários da cidade e moradores, executando várias ações beneficentes, social e estrutural para Cidade.

As execuções governamentais de responsabilidade desta Administração Regional – RA II esbarram em situações relacionadas, principalmente, às demandas que dependem do posicionamento de outros órgãos. Porém, dentro das atribuições, ressalta-se a importância da majoração da autonomia das Administrações Regionais, buscando dar maior celeridade aos trâmites burocráticos.

Para o ano de 2017, há a certeza que será o ano mais promissor da gestão atual, pois existem vários processos de licitação prontos. Com as minutas dos editais, são, pelo menos, 8 processos, obras estas que farão toda a diferença para a cidade do Gama, dentre elas, estacionamentos, calçadas, praças, casa de cultura, quadras, campos sintéticos, instalações de novos pontos de iluminação, etc., além das outras áreas do social, empreendedorismo, administrativo, licenciamento, desenvolvimento, comunicação, conservação e patrimônio.

17.3. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA – RA III - UO: 28.105

A Administração Regional de Taguatinga – RA-III compõe a Administração Direta do Distrito Federal, foi criado pelo do Decreto nº 488, de 08 de fevereiro de 1966, anteriormente vinculada à Casa Civil por força do Decreto nº 33.583, artigo 2º, §3º desde 16/03/2012.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

O Decreto nº 16.247 de 29/12/1994 determina que as Administrações Regionais representem o Governo do Distrito Federal no âmbito de suas respectivas Regiões Administrativas e executem atividades e serviços de interesse público.

Taguatinga é considerada a capital econômica do Distrito Federal, com 12 mil empresas, 100 mil trabalhadores e uma população estimada em 221 mil habitantes é uma cidade que desenvolveu atividades diversificadas.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	18
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	64
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	50
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	132
Total ativos - afastado	-

Fonte:

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2.750.000	0	0	0
5142 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA - RA III	300.000	0	0	0
5144 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO SETOR QNE 26 A 32 DE TAGUATINGA	300.000	0	0	0
5145 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO SETOR QND 28 A 46 DE TAGUATINGA	300.000	0	0	0
5146 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO NO SETOR C NORTE PRÓXIMO AO HOSPITAL ANCHIETA TAGUATINGA	210.000	0	0	0
5147 - REFORMA DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO NO SETOR CNF 02/03 TAGUATINGA	170.000	0	0	0
5148 - IMPLANTAÇÃO DE CIRCUITO DE MOBILIDADE URBANA NO TAGUAPARQUE TAGUATINGA	170.000	0	0	0
5149 - REFORMA DO PLAYGROUND E PEC DO SMT CONJUNTO 19/20 TAGUATINGA	150.000	0	0	0
5150 - REFORMA DE ESTACIONAMENTO PRÓXIMO A FEIRA DOS IMPORTADOS TAGUATINGA	150.000	0	0	0
5151 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA	500.000	0	0	0
5152 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS NO SETOR H NORTE - TAGUATINGA	300.000	0	0	0
5162 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA NA REGIÃO DA QSC - 19, EM TAGUATINGA, RUA LIGAÇÃO PRINCIPAL CHACARAS 28 / 25	200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	2.750.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	11.370.000	4.570.000	3.998.856	1.998.856
0018 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA- TAGUATINGA	0	2.000.000	2.000.000	0
0019 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-- TAGUATINGA	0	570.000	0	0
4511 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS- TAGUATINGA	0	0	0	0
5140 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	140.000	0	0	0
5141 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DE TAGUATINGA	200.000	0	0	0
5143 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA EM TAGUATINGA	500.000	0	0	0
5153 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS NO SETOR M NORTE	525.000	0	0	0
5154 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS NO SETOR L NORTE	1.100.000	900.000	898.943	898.943
5155 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS NO SETOR J NORTE	900.000	0	0	0
5156 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS NO SETOR QI NORTE	400.000	0	0	0
5157 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS EM TAGUATINGA NORTE	2.375.000	450.000	450.000	450.000
5158 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS EM TAGUATINGA CENTRO	1.600.000	0	0	0
5159 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS EM TAGUATINGA	350.000	350.000	350.000	350.000
5160 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS EM TAGUATINGA SUL	1.300.000	0	0	0
5161 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS NO TAGUAPARQUE	1.450.000	300.000	299.914	299.914
5163 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	400.000	0	0	0
5164 - REFORMA DO ESTACIONAMENTO DA FEIRA DOS IMPORTADOS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA	130.000	0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	150.000	98.236	0	0
6963 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	150.000	98.236	0	0
6969 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--TAGUATINGA	0	0	0	0
6970 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA--TAGUATINGA	0	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	418.000	210.788	162.865	162.865
9202 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	418.000	210.788	162.865	162.865
TOTAL DO PROGRAMA 6210	11.938.000	4.879.024	4.161.721	2.161.721

Parte dos recursos empenhados neste Programa de Trabalho foram utilizados na compra de material para a manutenção, reparos e reformas de áreas urbanizadas e ajardinadas de Taguatinga tais como praças, parques, áreas de lazer, entre outras.

A obra empenhada e executada refere-se à instalação de equipamentos para prática de atividades esportivas, calistenia, no Taguaparque.

Ações:

- Aquisição de material de construção (areia, brita, cimento etc.) para manutenção de áreas públicas de Taguatinga.
- Contratação de obra de instalação de equipamentos para prática de atividades esportivas.
- Contratação de serviços de tapa-buracos para diversos setores de Taguatinga (através de descentralização de recursos para a NOVACAP/Portarias-Conjuntas).

Os objetivos das ações realizadas com os recursos deste Programa de Trabalho foram alcançados uma vez que manteve limpa e em boas condições as áreas urbanizadas, conservação das vias, e, a obra executada proporcionou prática esportiva à população que mora e frequenta o Taguaparque.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIRETOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	650.000	448.742	445.988	385.412
8513 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	650.000	448.742	445.988	385.412
TOTAL DO PROGRAMA 6211	650.000	448.742	445.988	385.412

Os recursos empenhados neste Programa de trabalho foram utilizados com as despesas de contratação dos serviços de mão de obra de sentenciados da FUNAP. A quantidade de sentenciados que prestaram serviço na Administração, durante o ano, variou de 21 a 25 contratados/mensal.

Ações:

– Utilização da mão de obra dos sentenciados nos serviços de manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas (praças, parque Taguaparque e outras áreas públicas) em Taguatinga, bem como nos serviços de manutenção dos prédios, uma vez que não temos servidores no quadro de pessoal para execução desses trabalhos.

Os objetivos das ações realizadas com os recursos deste Programa de Trabalho foram alcançados uma vez que assegurou a manutenção de áreas urbanizadas e do bom funcionamento dos prédios da RA-III.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	203.000	30.225	5.340	5.340
6023 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	53.000	30.225	5.340	5.340
6024 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS NA R.A. DE TAGUATINGA	150.000	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	86.000	19.398	17.731	17.731
5966 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	86.000	19.398	17.731	17.731
6025 - APOIO A EVENTOS-CONGRESSO DA FAMÍLIA E SEUS OBJETIVOS- DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
5928 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS	0	0	0	0
9281 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS-REFORMA E MELHORIAS DA BIBLIOTECA- TAGUATINGA	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219 - CAPITAL CULTURAL	289.000	49.623	23.071	23.071

As ações empenhadas neste Programa de trabalho foram utilizadas para o apoio ao Aniversário de Taguatinga, festa de Pentecostes, que tradicionalmente acontece na cidade e Circuito de Quadrilhas.

Ações:

– Custeio das instalações de pontos provisórios de energia e refletores que possibilitaram a iluminação da área do Taguaparque para acontecimento dos eventos.

– Aquisição de materiais para distribuição gratuita das comemorações do aniversário da cidade.

Os objetivos das ações realizadas com os recursos deste Programa de Trabalho foram alcançados uma vez que os eventos acima contou com grande participação da comunidade de Taguatinga, contribuindo para que os eventos ocorressem com o máximo de organização e segurança para os cidadãos.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	30.000	16.516	0	0
5868 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	30.000	16.516	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	150.000	22.727	15.150	15.150
5341 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- TAGUATINGA	150.000	22.727	15.150	15.150
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30.000	16.516	0	0
5195 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- TAGUATINGA	30.000	16.516	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	301.000	76.602	41.317	41.317

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9789 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	301.000	76.602	41.317	41.317
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	30.000	19.510	0	0
5811 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	30.000	19.510	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	13.508.029	12.920.028	12.625.097	12.625.097
8914 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	13.508.029	12.920.028	12.625.097	12.625.097
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.131.411	1.131.411	594.540	594.540
9720 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	1.131.411	1.131.411	594.540	594.540
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2.020.437	1.330.083	1.064.469	942.929
9797 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	2.020.437	1.330.083	1.064.469	942.929
TOTAL DO PROGRAMA 6001	17.200.877	15.533.394	14.340.572	14.219.032

Os recursos empenhados neste Programa de Trabalho foram utilizados para garantir as condições básicas de funcionamento do órgão e de todos os seus prédios, sendo os recursos gastos com manutenção, reparos e reformas dos prédios e próprios da RA-III/Taguatinga e pagamento de servidores.

Ações:

- Aquisição de material de construção para reforma dos prédios desta RA-III/Taguatinga;
- Pagamento da Folha de pessoal e concessão de benefícios a servidores;
- Pagamento das despesas com consumo de energia e água, tratamento de esgoto, serviços postais, serviços de internet, serviços de telefonia fixa e móvel, aquisição de material de consumo, material permanente e manutenção da frota de veículos.

Os objetivos das ações realizadas com os recursos deste Programa de Trabalho foram alcançados uma vez que possibilitou o funcionamento do órgão, proporcionando condições adequadas de trabalho aos servidores e a continuidade dos serviços prestados à comunidade.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	500.000	277.500	2.837	2.837
0034 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	500.000	277.500	2.837	2.837
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	110.000	250.000	99.812	99.812
7196 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-TAGUATINGA	110.000	250.000	99.812	99.812
TOTAL DO PROGRAMA 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	610.000	527.500	102.649	102.649

Os recursos empenhados neste Programa de Trabalho foram utilizados para pagamento das indenizações de transporte, licença prêmio pecúnia e outras indenizações devidas a servidores lotados nesta RA-III.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	13.000 T
Confecção de quebra molas/ Unidade	-
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	50
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	50
Recuperação de calçadas/ M²	1.600
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	4.800
Capina, varrição e rastelagem/ M²	15.000
Remoção de entulhos/ M³	1.000
Reposição de meios-fios/ Unidade	480
Serviços de terraplanagem/ M³	33.800
Roçagem manual/ M²	-
Serviços de roçagem mecânica/ M²	-
Recapeamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	-
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	-
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	-
Encaminhamento - CDS/ Na hora	-
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	-
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	-
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos - Idosos	-
Trabalho com Grupos – Mulheres	-
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	-
Trabalho com Grupos - Remoções	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	-

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	-	-
Teatro	23	2.400
Música	62	5.600
Dança	38	3.800
Artes Plásticas	-	-
Literatura	28	630
Outros eventos	22	8.800

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	6	3.000
Eventos esportivos	88	9.000
Outros	32	3.200

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	441
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	67
Total Expedido	508

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	83	19.983,07
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	3	2.723,30
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	86	22.706,37

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	20	73.171,16
Habitação coletiva	7	363.882,10
Industrial	-	-
Comercial	9	10.475,468
Institucional	-	-
Total Expedido	36	447.528,728

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	110	-
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	110	-
Elaboração de Croquis	9	-
Levantamento para Carta de Habite-se	93	-

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	86
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	-
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	-
Misto - Outros	-

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	5
Feiras Permanentes	4
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	240

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	49
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	27

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m²) - Estradas recuperadas	-
Vistorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.815
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	2.544
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	2.544
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
Atestado de desobrigação	10
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	8
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	-
Transferência de domicílio	-
Averbações de certificado de alistamento	-
Outros	-

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Tomamos por satisfeitos a planilha de preenchimento dos dados, levando em consideração a objetividade em relação aos mesmos. Não vemos necessidade de alteração.

17.4. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA – RA IV - UO: 28.106

A Administração Regional de Brazlândia, criada pela Lei nº 4.545 de 10/12/64 é um órgão da Administração Direta Regionalizada, vinculada à Secretaria de Estado das Cidades.

De acordo com seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29/12/94, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa IV, assim como coordenar executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta de atividades delas decorrentes.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	1
Cedidos – fora GDF	1
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	34
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	37
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	73
Total ativos - afastado	-

Fonte: Gerência de Pessoas

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	0	89.810	89.809	0
9561 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-- BRAZLÂNDIA	0	89.810	89.809	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	0	0	0	0
9506 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-- BRAZLÂNDIA	0	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	65.000	619.918	569.262	282.952
9632 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-- BRAZLÂNDIA	65.000	50.655	0	0
9635 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-- BRAZLÂNDIA	0	475.398	475.397	189.087
9504 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-- BRAZLÂNDIA	0	93.865	93.865	93.865
TOTAL DO PROGRAMA 6206	65.000	709.728	659.072	282.952

Obras em andamento normal, licitação com êxito, TP nº 01/2016-CPL/RA IV, objeto: Reforma de 6(seis) Quadras Esportivas e Construção de 1(uma) Quadra Esportiva. Convite nº 01/2016-CPL/RA IV, objeto: Reforma dos Parques Infantis concluída.



PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	450.000	0	0	0
9900 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA - RA IV	150.000	0	0	0
9902 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA	300.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	450.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	10.449.000	899.183	553.835	116.758
4515 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-PLACAS DE ENDEREÇAMENTO- BRAZLÂNDIA	0	348.701	329.627	0
9894 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DE BRAZLÂNDIA.- BRAZLÂNDIA	65.000	16.857	0	0
9901 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM BRAZLÂNDIA 2016	9.884.000	533.625	224.208	116.758
9903 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	500.000	0	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	90.956	2.413.213	2.194.675	1.128.666
9535 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- BRAZLÂNDIA	90.956	13.213	13.163	13.163
9537 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- INSTALAÇÃO DE POSTES DE ILUMINAÇÃO- BRAZLÂNDIA	0	1.900.000	1.682.967	1.115.503
9540 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-INSTALAÇÃO DE POSTES DE ENERGIA- BRAZLÂNDIA	0	500.000	498.545	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	70.000	18.153	17.311	17.311
9174 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	70.000	18.153	17.311	17.311
TOTAL DO PROGRAMA 6210	10.609.956	3.330.548	2.765.821	1.262.736

Obra de Ampliação da Rede de Iluminação Pública na DF- 180 (concluída) e Obra de implantação de 542 Placas de Endereçamento em Brazlândia e Inkra 08 com êxito, TP nº 02/2016-CPL/RA IV (andamento normal). Ampliação da Rede de Iluminação nas áreas rurais: Curralinho, Almécegas, BR 080, acesso a Pedra Preta, Núcleo Rural Bela Vista e Inkra 08 Escola Classe Chapadinha (andamento normal).

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	95.000	112.556	69.290	54.289
8524 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- BRAZLÂNDIA	95.000	32.556	11.292	11.292
8543 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- BRAZLÂNDIA	0	80.000	57.998	42.997
TOTAL DO PROGRAMA 6211	95.000	112.556	69.290	54.289

Contratação de mão-de-obra de 10 (dez) reeducandos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, através da FUNAP, para execução de serviços de manutenção e conservação de áreas públicas e serviços gerais.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0	410.000	297.000	0
9582 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS- BRAZLÂNDIA	0	410.000	297.000	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	0	410.000	297.000	0

Aquisição de uma Mini Pá Carregadeira, através do Pregão Eletrônico nº 62/2016-SCG/SEPLAG, a ser entregue em 2017.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	965.090	141.383	124.974	124.974
5951 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	150.000	27.879	27.873	27.873
5952 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-EVENTOS CULTURAIS- BRAZLÂNDIA	450.000	67.608	67.607	67.607
5954 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	115.090	45.896	29.494	29.494
5955 - APOIO À REALIZAÇÃO DO XV ENCONTRO DE VIOLEIROS DE BRAZLÂNDIA	250.000	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	81.000	284.815	284.176	202.026
5931 - APOIO A EVENTOS-FESTA DO MORANGO- BRAZLÂNDIA	46.000	2.440	2.438	2.438
5932 - APOIO A EVENTOS-REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS E SOCIAIS- BRAZLÂNDIA	35.000	12.375	12.020	12.020
5995 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS E ESPORTIVOS- BRAZLÂNDIA	0	120.000	119.937	119.937
6023 - APOIO A EVENTOS-FESTA DO MORANGO NA RA IV- BRAZLÂNDIA	0	0	0	0
6040 - APOIO A EVENTOS-APOIO À FESTA DO MORANGO- BRAZLÂNDIA	0	150.000	149.781	67.631
TOTAL DO PROGRAMA 6219	1.046.090	426.198	409.150	327.000

Eventos em comemoração ao 83º aniversário da cidade, com destaque para o desfile cívico militar, eventos esportivos com destaque para a Copa de Futsal (Quadradão) e a 21ª Festa do Morango de Brasília, cujas estruturas e serviços acessórios foram licitadas através de pregão eletrônico.

**PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.000	8.604	0	0
5854 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	10.000	8.604	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	80.000	20.746	20.551	20.551
5344 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- BRAZLÂNDIA	80.000	20.746	20.551	20.551
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20.000	12.376	0	0
5184 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	20.000	12.376	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	70.000	115.000	0	0
0001 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS	70.000	0	0	0
9588 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-E MATERIAIS- BRAZLÂNDIA	0	115.000	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	121.000	15.687	0	0
9794 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- BRAZLÂNDIA	121.000	15.687	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	30.000	1	0	0
5799 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	30.000	1	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5.500.726	5.824.026	5.732.090	5.732.090
8887 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	5.500.726	5.824.026	5.732.090	5.732.090
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	494.092	330.092	321.885	321.885
9693 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	494.092	330.092	321.885	321.885
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	509.785	501.595	387.939	387.049
9770 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	509.785	401.595	387.939	387.049
9816 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-AQUISIÇÃO DE CONTAINERS E LIXEIRAS- BRAZLÂNDIA	0	100.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6001	6.835.603	6.828.126	6.462.465	6.461.575

Aquisição de materiais para conservação das estruturas físicas, de consumo e permanente e serviços diversos, bem como a manutenção do órgão com despesas de natureza contínuas e remuneração de servidores e encargos sociais.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	110.000	0	0	0
0036 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	110.000	0	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.000	0	0	0
7169 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	22.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001	132.000	0	0	0

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizamos vários eventos culturais e esportivos: Aniversário da Cidade, Baile da 3ª Idade, Copa de Futsal (Quadrado), com destaque a realização do Desfile Cívico-Militar, com êxito, qualidade, custo muito inferior aos registrados nos exercícios anteriores e recorde de público, com a participação de órgãos públicos, entidades e escolas e a XXI Festa do Morango de Brasília, também com custo muito inferior em comparação aos exercícios anteriores.

Alcançamos redução nos gastos com água e energia elétrica, com a criação do grupo de trabalho, que realizou um levantamento e identificação dos bens imóveis, promoveu alterações de titularidade, apontou possíveis irregularidades e procedeu à regularização dos bens não incorporados desta Unidade Administrativa.

Realizamos com êxito, duas licitações na modalidade Tomada de Preço nº 01/2016-CPL/RA IV e 02/2016-CPL/RA IV, respectivamente, para Reforma de 6(seis) Quadras de Esporte, Construção de 1 (uma) Quadra de Esporte e Implantação de 542 Placas de Endereçamento em Brazlândia e Incra 08 e, uma Licitação na Modalidade Convite nº 01/2016-CPL/RA IV, para reforma do Parques Infantis. Ampliamos a Rede de Iluminação Pública da DF – 180 Incra 08/09 e, está em andamento a ampliação da rede de iluminação em várias áreas rurais de Brazlândia e Incra 08. Adquirimos equipamentos e uma Mini Pá carregadeira Pregão Eletrônico nº 62/2016-SCG/SEPLAG com êxito.

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	45.000
Confeção de quebra molas/ Unidade	20
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	250
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	70
Recuperação de calçadas/ M²	-
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	-
Capina, varrição e rastelagem/ M²	-
Remoção de entulhos/ M³	6.442
Reposição de meios-fios/ Unidade	400
Serviços de terraplanagem/ M³	1000
Roçagem manual/ M²	50.000
Serviços de roçagem mecânica/ M²	-
Recapamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	-
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	12
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	08
Encaminhamento - CDS/ Na hora	05
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	15
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	09
Trabalho com Grupos - Gestantes	06
Trabalho com Grupos - Idosos	10
Trabalho com Grupos – Mulheres	07
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	18
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	14
Trabalho com Grupos - Remoções	16
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	22
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	13
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	11
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	23

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	03	300
Teatro	03	300
Música	04	5.000
Dança	04	12.000
Artes Plásticas	-	-
Literatura	02	100
Outros eventos	04	220.000

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	15	4.500
Eventos esportivos	20	25.000
Outros	02	1.500

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	16
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	16
Total Expedido	32

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	07	1.061,66
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	-	-

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	01	136,00
Habitação coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional	-	-
Total Expedido	-	-

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	07	1.061,66
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	-	-
Elaboração de Croquis	-	-
Levantamento para Carta de Habite-se	04	861,68

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	16
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	-
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	-
Misto - Outros	-

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	01
Feiras Permanentes	01
Recadastramento de Feiras	01
Fiscalização de Feiras	01

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	01

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	4.000.000
Vitorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	876
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	822
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	23
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	03
Atestado de desobrigação	35
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	01
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	40
Transferência de domicílio	70
Averbações de certificado de alistamento	-
Outros	06

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Na condição de gestores da Administração Regional de Brazlândia, procuramos agir em consonância com o Regimento Interno e orientações superiores no intuito de bem representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa IV, buscando coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta de atividades delas decorrentes com finalidade de promover o bem-estar e o desenvolvimento econômico, social, esportivo e cultural da coletividade como um direito de todos e dever do estado.

Nesse tempo, praticamos o princípio do tratamento igualitário, da probidade administrativa, do apoio à saúde e à segurança pública, da prioridade aos programas sociais e educacionais, da atuação articulada, do estímulo e apoio aos produtores rurais, aos trabalhadores urbanos e empresários em geral, do respeito hierárquico, do atendimento com qualidade e da colaboração mútua de tal maneira que alcançamos a eficácia que nos permitiu as condições de trabalho.

Dentre os principais problemas destacamos a invasão de áreas públicas que enfrentamos com firmeza juntamente com outros órgãos. O maior desafio, no momento, é reverter essa cultura perniciosa que se disseminou em relação ao uso e à ocupação do solo para fins urbanos nas áreas rurais no Distrito Federal, fruto do descaso, da omissão e, muitas

vezes, da convivência de diversos setores da sociedade, que incentiva as pessoas a edificar suas casas ou a investir suas economias em imóveis irregulares, apostando na impunidade.

Permitir a continuidade desse processo é, além de um ato irresponsável, um atentado contra o futuro de uma região responsável pelo fornecimento de aproximadamente 65% da água consumida no DF.

O contingenciamento de recursos orçamentários e as limitações financeiras, abriram espaço para a criatividade e otimização dos recursos disponíveis, mas são nesses momentos de crises que aprendemos a crescer, ver as boas oportunidades e trabalhar muito com pouco.

A redução do quadro funcional e da força de trabalho restrita, foi em muito compensada com a contratação de reeducandos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, através da FUNAP, para suprir a deficiência com pessoal que realizam trabalhos de manutenção predial, serviços de manutenção de áreas públicas, serviços gerais e de preservação de praças.

17.5. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO – RA V -UO: 28.107

A Administração Regional de Sobradinho, órgão da administração direta regionalizada, criada por meio da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com regimento interno aprovado pelo decreto Nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, é vinculada à Secretaria de Estado das Cidades, de acordo com Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016 e representa o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa V, tendo por competência coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	1
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	32
Estatutário – afastado	4
Sem vínculo – em exercício	27
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	60
Total ativos - afastado	4

Fonte: SUGEP/SEPLAG

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6202 – BRASÍLIA SAUDÁVEL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0	0	0	0
9589 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE FILTRAGEM DE AGUA PARA A FEIRA DE- SOBRADINHO	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6202	0	0	0	0

Não houve execução nesse programa.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	0	0	0	0
9573 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE CAMPO SINTÉTICO- SOBRADINHO	0	0	0	0
9574 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-NO D'NOCS- SOBRADINHO	0	0	0	0
9575 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-- SOBRADINHO	0	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	200.000	0	0	0
0001 - REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO DA QUADRA 06 DE SOBRADINHO	200.000	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	400.000	0	0	0
5962 - APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS EM SOBRADINHO - DF	400.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	600.000	0	0	0

Não houve execução nesse programa.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	300.000	0	0	0
2771 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO	300.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	300.000	0	0	0

Não houve execução nesse programa.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	8.390.000	0	0	0
1751 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SOBRADINHO	7.890.000	0	0	0
2772 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	500.000	0	0	0
4493 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016- SOBRADINHO	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	8.390.000	0	0	0

Não houve execução nesse programa

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	270.000	212.719	212.718	169.527
8511 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	270.000	212.719	212.718	169.527
TOTAL DO PROGRAMA 6211	270.000	212.719	212.718	169.527

Os trabalhos desenvolvidos pelos reeducandos da FUNAP, em média 13, vem atendendo as demandas dos serviços da Administração de Sobradinho na área de manutenção, conservação e reparo dos prédios próprios e em mobiliários urbanos da RA-V, prestado em serviço relevante aos moradores da cidade. A contratação, por intermédio da FUNAP, é de suma importância e tem cunho social, pois contribui com a ressocialização dos sentenciados.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4090 - APOIO A EVENTOS	900.000	307.478	161.163	161.163
5960 - APOIO AO EVENTO RECITAL LÍRICO	300.000	0	0	0
5961 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS EM SOBRADINHO-DF	600.000	207.478	161.163	161.163
6039 - APOIO A EVENTOS-APOIO A FEIRA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO- FEICOTUR- SOBRADINHO	0	100.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	900.000	307.478	161.163	161.163

Os eventos realizados formam um alicerce de cultural para a população de Sobradinho, a qual teve o privilégio de ser beneficiada com o evento “Dia das Crianças”.

Outros eventos realizados que serviram para divulgação de artistas da cidade e entorno, diversões e entretenimentos: Eventos do Aniversário de Sobradinho (Feira de artesanato - 2000 pessoas; Encontro de carros antigos - 3000 pessoas; Desfile cívico militar - 5000; Baile da cidade - 1200 pessoas; Desafio córrego do ouro - 800 pessoas e Festividades do Aniversário de Sobradinho 2016.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – FAMÍLIAS FORTES**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4091 - APOIO A PROJETOS	0	0	0	0
5852 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO DE CASAMENTO COMUNITÁRIO- SOBRADINHO	0	0	0	0
5853 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO DO VOTO- SOBRADINHO	0	0	0	0
5854 - APOIO A PROJETOS-SOCIAIS- SOBRADINHO	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6228	0	0	0	0

Não houve execução nesse programa.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	60.000	15.560	3.359	3.359
5867 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	60.000	15.560	3.359	3.359
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	128.543	33.334	33.155	33.155
5324 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO- SOBRADINHO	128.543	33.334	33.155	33.155
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	0	0	0
9804 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10.000	2.593	0	0
5810 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	10.000	2.593	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5.855.402	6.074.652	6.003.601	6.003.601
8912 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	5.855.402	6.074.652	6.003.601	6.003.601
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	470.453	450.624	301.696	301.696
9719 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	470.453	450.624	301.696	301.696
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.487.850	837.610	661.469	588.187
9796 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO	1.487.850	837.610	661.469	588.187
TOTAL DO PROGRAMA 6001	8.012.248	7.414.373	7.003.280	6.929.998

A Administração Regional de Sobradinho, norteada pelas suas atividades e competência institucional, prosseguiu desenvolvendo um conjunto de ações e atividades que tiveram como escopo o aperfeiçoamento e modernização do processo orçamentário, a sistematização, otimização e aprimoramento das atividades de natureza operacional e a capacidade de seus serviços.

Visando melhorar as condições de trabalho, a Administração Regional utilizou recursos dos programas de conservação de estruturas físicas das edificações, manutenção de serviços administrativos e modernização da informação, objetivando melhorar as condições de trabalho e o atendimento à população.

Em cumprimento aos direitos legais dos servidores lotados neste órgão, realizou as remunerações e benefícios aos servidores no exercício de 2016.

PROGRAMA: 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	500.000	0	0	0
0001 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	500.000	0	0	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	300.000	0	0	0
9797 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	300.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6003	800.000	0	0	0

Não houve execução nesse programa

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	360.000	207.882	0
0053 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-- SOBRADINHO	0	360.000	207.882	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	540.000	538.871	538.871
7220 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- SOBRADINHO	0	540.000	538.871	538.871
TOTAL DO PROGRAMA 0001	0	900.000	746.753	538.871

A Administração Regional de Sobradinho, visando os cumprimentos legais de direitos trabalhistas, realizou ressarcimentos, indenizações e restituições no exercício de 2016.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	436
Confecção de quebra molas/ Unidade	8
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	59
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	8
Recuperação de calçadas/ M²	0
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	3
Capina, varrição e rastelagem/ M²	3.000
Remoção de entulhos/ M³	80.000
Reposição de meios-fios/ Unidade	30
Serviços de terraplanagem/ M³	104.000
Roçagem manual/ M²	24.000
Serviços de roçagem mecânica/ M²	46.000
Passeios (construção) / M²	0
Rede de águas pluviais/ M	0

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	6
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	4
Encaminhamento - CDS/ Na hora	8
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	6
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	4
Trabalho com Grupos - Gestantes	2
Trabalho com Grupos - Idosos	5
Trabalho com Grupos - Mulheres	1
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	1
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	1
Trabalho com Grupos - Remoções	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	8
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	3
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	50
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	5
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	2

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	0	0
Teatro	0	0
Música	50	150.000
Dança	0	0
Artes Plásticas	3	100
Literatura	0	0
Outros eventos	2	10.150

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	0	0
Eventos esportivos	120	10.000
Outros	0	0

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	9
Habitação Coletiva	0
Comercial	54
Industrial	5
Área Rural	2
Outros (Eventual)	55
Total Expedido	125

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	83	22.892,97
Habitação Coletiva	0	0
Industrial	0	0
Comercial	0	0
Institucional Público	0	0
Institucional Privado	0	0

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Total Expedido	83	22.892,97

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	33	8.227,81
Habitação coletiva	0	0
Industrial	0	0
Comercial	7	2.067,54
Institucional	0	0
Total Expedido	40	10.295,35

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	0	-
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	81	-
Elaboração de Croquis	0	-
Levantamento para Carta de Habite-se	40	-

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	81
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	7
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	10

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	0
Vistorias realizadas	0
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	0
Associações	0
Cooperativas	0
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1919
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1405
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	300
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	07
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	02
Atestado de desobrigação	01
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	05
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	50
Transferência de domicílio	503
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	04

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Administração de Regional de Sobradinho, apesar dos problemas financeiros por que passa o país e o Governo do Distrito Federal, conseguiu, dentro de suas competências, atender demandas e executar suas funções.

A coordenação da equipe, empenho pessoal, dedicação e esforços foram imprescindíveis para alcançar os objetivos propostos para o ano de 2016.

Portanto, com a realização de programas, empenho, dedicação e esforço dos servidores conseguiu-se alcançar parte dos objetivos das competências desta Administração Regional, conforme estabelecido em seu Regimento Interno.

17.6. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA – RA VI - UO: 28.108

A Administração Regional de Planaltina, criada pela lei nº 4545, de 10/12/1964, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, anteriormente vinculada à Casa Civil da Governadoria, de acordo com art. 2º, §3º do Decreto nº 33.583, de 16 de março de 2012.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão o Território e Habitação do Distrito Federal.

A Administração tem por competência coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	06
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	27
Estatutário - afastado	02
Sem vínculo – em exercício	62
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	95
Total ativos - afastado	2

OBS. A RA VI – Planaltina possui 01 (um) servidor requisitado de outro órgão.

Os serviços primordiais prestados pela Administração Regional de Planaltina envolvem o atendimento direto à comunidade da região, conforme competência definida por norma legal, sendo esses serviços executados por diversos setores como, por exemplo, o Núcleo de Licenciamento, Obras e Atividades Econômicas, Gerencia de Cultura e Esportes, Gerencia de Agricultura, Gerencia de Obras, Gerencia de Articulação, Ouvidoria, Junta Regional do Serviço Militar.

Existem outros órgãos agregados no prédio para viabilizar o melhor atendimento à população, como o Instituto de Defesa do Consumidor - PROCON e a Secretaria do Trabalho com o SINE. O SEBRAE com a sala do empreendedor.

A Administração Regional agrega trabalho humano, com a participação do Programa Jovem Candango. Nesta data são 15 adolescentes lotados, revezando em dois turnos diários no horário contrário ao escolar.

A estrutura física para trabalho dos servidores pode ser muito melhorada. Pois o prédio é antigo, e os móveis estão velhos, embora ainda funcionando. Não existe nenhum conforto. Não tem ar condicionado, e a estrutura para atendimento ao público é muito singela, carecendo de ser reformada ou substituída. A aquisição de equipamentos e móveis e latente.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	150.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA REGIÃO DE MESTRE DARMAS CONJUNTO D	150.000	0	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	40.000	1	0	0
9499 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA- PLANALTINA	40.000	1	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	500.000	0	0	0
0001 - COBERTURA DE QUADRA DE DO CEF ARAPOANGAS - PLANALTINA DF	500.000	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	800.000	0	0	0
6041 - APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EM 2016	800.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1.490.000	1	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	50.000	0	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	150.000	21.218	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	200.000	21.218	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2.250.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	2.250.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	4.050.000	2.000.000	719.192	446.353
9779 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	4.000.000	2.000.000	719.192	446.353
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	25.000	106.483	86.028	0
0002 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA BR 020, KM 16, CONDOMÍNIO VIVENDAS NOVA PETRÓPOLIS- PLANALTINA	0	100.000	86.028	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	50.000	157.966	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	50.000	6.676	6.675	1.584
9201 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	50.000	6.676	6.675	1.584
TOTAL DO PROGRAMA 6210	4.175.000	2.271.125	811.894	447.937

A Administração Regional realizou diversas obras na cidade, a exemplo as calçadas públicas, reforma de quadra sintética, construção de muro, cobertura de quadra de esportes, construção de praça pública e reforma do posto do SAMU local.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	80.000	69.916	68.511	62.621
8512 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	80.000	69.916	68.511	62.621
TOTAL DO PROGRAMA 6211	80.000	69.916	68.511	62.621

Por meio do convênio com a FUNAP, houve a busca da valorização das pessoas que cometeram crimes no passado, mas agora estão dispostas a melhorar sua vida por meio da inclusão social, prestando serviços remunerados na comunidade e nos próprios da Administração Regional.

Contando com a colaboração dos sentenciados assistidos pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, entre as ações cabe ressaltar: pequenos reparos nas calçadas; construção de pequenas rampas de acessibilidade; operação tapa-buracos; operação de limpeza de bueiros e, especialmente serviços prestados de copa.

No exercício de 2017 a Administração quer dobrar o efetivo de pessoas atendidas, passando para 08 pessoas.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.420.000	171.241	128.804	125.426
6022 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	20.000	25.739	12.366	12.366
6038 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- PLANALTINA	100.000	29.082	25.949	22.571
6039 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS NA R.A. DE PLANALTINA	200.000	0	0	0
6040 - APOIO A REALIZAÇÃO DA FESTA DO DIVINO DE PLANALTINA	200.000	69.420	69.419	69.419
6042 - APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM 2016	900.000	47.000	21.069	21.069
5968 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	25.000	0	0	0
8999 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA- PLANALTINA	25.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219 - CAPITAL CULTURAL	1.445.000	171.241	128.804	125.426

A Gerência de Esporte e Cultura foi bem atuante no decorrer do ano de 2016. Especialmente no apoio a muitos eventos esportivos realizados por entidades desportivas e pessoas da cidade. Houve a distribuição de troféus e medalhas e montagem de palco e tenda. A demanda esportiva na cidade é muito alta, carecendo de mais verbas públicas para investimento no esporte. Sempre considerando que o esporte e o lazer são ótimos para inserir a pessoa na sociedade, melhorar a saúde e também para afastar o jovem e o adolescente da rua livrando-os de consumo de drogas e atos infracionais.

Listamos os eventos realizados pela Gerencia de Esporte e Cultura:

– Copa Marquinhos Vila Nova Society J.R. Futebol. Período: 10/11/2016 à 10/12/2016 realizado pela LITISFPU e apoio da Administração Regional de Planaltina com público estimado de 3.000 pessoas no Campo Sintético do Jardim Roriz.



– Campeonato De Verão Das Estâncias dia 06/11/2016 à 18/12/2016 Campo do Mestre D'armas com público de 2.500 pessoas realizado pelo grupo GFOPO e apoio da Administração Regional de Planaltina com troféus e medalhas.



– Copa Integrada De Planaltina dia 04/12/2016 à 24/12/2016 com público de 3.000 realizado pela LIDESP e apoio da Administração Regional de Planaltina com troféus e medalhas no Campo de Terra Rua Bariri.



– Campeonato De Futebol Das Estâncias dia 07/02/2016 à dia 27/03/2016 com público de 3.000 pessoas realizado pelo Grupo GFOPO com apoio da Administração Regional de Planaltina com troféus e medalhas.



PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	30.000	7.780	5.160	5.160
5866 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	30.000	7.780	5.160	5.160
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	50.000	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50.000	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20.000	0	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	100.000	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	20.000	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	7.656.855	7.225.898	7.030.322	7.030.322
8913 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-PLANALTINA	7.656.855	7.225.898	7.030.322	7.030.322
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.018.720	777.564	473.412	473.412
9718 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	1.018.720	777.564	473.411	473.411
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.600.343	991.232	951.466	878.065
9795 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	1.600.343	991.232	951.466	878.065
TOTAL DO PROGRAMA 6001	10.545.918	9.002.476	8.460.359	8.386.959

Os recursos destinados à administração de pessoal da Administração Regional foram utilizados de modo satisfatório para o pagamento da folha de janeiro a dezembro de 2016. Não houve atrasos nos pagamentos e nem carência de verbas.

Os servidores empenharam-se em zelar pela ética e transparência das atribuições sob nossa competência, e aprimorar a qualidade do atendimento ao público, que é a atividade fim desta Administração Regional. Para a melhoria das instalações, foi adquirido dois no break para sustentar a rede de informática.

Os benefícios assistenciais aos servidores compreendem ao vale transporte, auxílio creche e auxílio alimentação, dentre outros benefícios sociais estabelecidos em legislação própria. Assim como o desenvolvimento de pessoal incentivando crescimento profissional e o aperfeiçoamento do quadro de pessoal. Muitos servidores da casa então lotados em cargos comissionados, exercendo funções e chefias.

O órgão foi mantido com os serviços de prestação de serviços gerais, pagamento do consumo de água e esgoto, energia elétrica, serviços postais e telegráficos, materiais de consumo, expediente, bem como a aquisição de

equipamentos e materiais permanentes destinados a melhoria dos serviços administrativos. Durante o exercício de 2016, esta Unidade adotou medidas administrativas e operacionais, objetivando a diminuição dos gastos de energia, água e papel, buscando a melhoria contínua na qualidade das soluções administrativas.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	68.000	95.000	79.018	79.018
7195 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PLANALTINA	68.000	95.000	79.018	79.018
TOTAL DO PROGRAMA 0001	68.000	95.000	79.018	79.018

Este Programa colabora com pessoal humano requisitado de outro órgão, pois, notadamente outros servidores se dispõem em trabalhar na Administração Regional de Planaltina. E por sua vez, a Administração carece de algum tipo de mão de obra mais específica e qualificada.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	4000
Confeção de quebra molas/ Unidade	78
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	36
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	03
Recuperação de calçadas/ M²	300
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	-
Capina, varrição e rastelagem/ M²	2.000
Remoção de entulhos/ M³	1196
Reposição de meios-fios/ Unidade	-
Serviços de terraplanagem/ M³	3000
Roçagem manual/ M²	700
Serviços de roçagem mecânica/ M²	-
Recapeamento asfáltico/ M²	1200
Passeios (construção) / M²	-
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	70
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	08
Encaminhamento - CDS/ Na hora	25
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	50
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	58
Trabalho com Grupos - Gestantes	15
Trabalho com Grupos - Idosos	10
Trabalho com Grupos – Mulheres	06
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	30
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	25
Trabalho com Grupos - Remoções	20
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	20
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	25
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	45
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	90

A Promoção e a Assistência Social é área de atuação da Administração Regional de Planaltina, e é muito procurada pelas pessoas carentes locais, ou por pessoas em situação de risco social. A busca para minimizar as demandas desta natureza passa pelo fornecimento de cestas básicas e remédios, pedidos de viagens para visitar parentes doentes ou falecidos e outras regiões. É solicitado, ainda, auxílio funeral e também espaço no cemitério.

Nesse sentido, durante o ano de 2016, diversos encaminhamentos médicos, SINE, PROCON e ainda para escolas. Muitas famílias solicitaram para serem inseridas os seus jovens no Programa Jovem Candango, sabendo que ganha uma bolsa financeira e ocupação lícita. Foram realizados atendimentos a pessoas idosas e de gestantes, moradores de rua, e especialmente entrega de cestas básicas.

Não foi possível atender com qualidade todas as demandas por falta de recursos de transporte, e principalmente por falta dos produtos e bens pedidos. Necessário haver mais investimento na área social. Consciente disto, a Administração Regional alocou no orçamento de 2017 verbas para despesas.

Ainda mais, outros eventos religiosos aconteceram na cidade com o apoio da Administração Regional, a saber a Cruzada Evangélica, festa de Pentecostes, Via Sacra e festa do Divino Espírito Santo. No núcleo rural a Festa do Pimentão e do Produtor Rural de Tabatinga.

A Administração Regional apoiou diversos eventos culturais, vejamos a lista:

- TEATRO ABERTO - setembro/2017 - com público de 300 pessoas, realizado dentro de um ônibus móvel, e finalizado na praça do museu em Planaltina.
- MUSICAL BATALHA DE RIMAS MCS - 19/08/2016. Com público de 300 pessoas, realizado pela Administração Regional de Planaltina, com o apoio dos MCs – locais, na Praça dos Namorados, Setor Central.
- FESTIVAL DE MÚSICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PLANALTINA - 09/2016. Com público de 500 pessoas, realizado pela Regional de Ensino local com apoio da Administração Regional de Planaltina, no Ginásio de Funções Múltiplas.
- MOSTRA DE CINEMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PLANALTINA – M.O.B - 23/11//2016. Com público de 350 pessoas, realizado grupo MOB, com o apoio da Administração Regional de Planaltina. Local Praça do Museu.
- Literatura Escola Compartilhada No Centro Educacional 02 – 25/10/2016 - Com público de 500 pessoas. Realizado pela Secretaria de Segurança Pública, pelo Regional de Ensino e com o apoio Administração Regional de Planaltina, na Escola Centro Educacional 02.
- Virada do Cerrado - 10/2016 - Com público de 400 pessoas. Realizado pela Secretaria de Agricultura, Administração Regional de Planaltina e Secretaria do Meio Ambiente.
- Artes Plásticas - pintura dos tapumes da casa da cultura - 06/2016. Com público de 300 pessoas, realizado pelos artistas locais, na obra da Casa da Cultura de Planaltina.
- Dança Coutry - 07/2016. Com público de 300 pessoas. Realizado pelos artistas locais, Local, obra da Casa da Cultura de Planaltina.
- 3º Circuito de Break. - 10/2016. Com público de 500 pessoas. Realização do MC Calmom e participação de vários MCs e DJs. Local praça do museu.
- Dança Cigana - 07/2016. Com público de 400 pessoas, com o apoio da Administração Regional de Planaltina. Recursos do F.A.C. Local praça do museu.
- Festival Instrumental de Musica - 10/2016. Com público de 600 pessoas, com o apoiad a Administração Regional de Planaltina. Realizado na praça do museu, e Escola Centrão.

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	-	-
Eventos esportivos	4	12.500
Outros	-	-

A Gerência de Esportes e Cultura é um setor bem atuante na cidade, desenvolve diversas atividades, desde atendimento aos desportistas e a emissão de autorização para uso dos campos sintéticos.

A Administração Regional, por intermédio do Núcleo de Cultura, Esporte e Lazer apoiou diversos eventos futebolísticos em Planaltina. Cidade que tem número expressivo de atletas amadores organizados que jogam futebol nos finais de semana.

- Campeonato de Futsal Vale do Amanhecer – de 09/01/2016 à 30/01/16 com público estimado de 1.500 pessoas, realizado pela comunidade e apoiado pela Administração Regional de Planaltina com distribuição troféus e medalhas.
- Campeonato de Categorias de Base – de 06/02/2016 à 26/11/2016 realizado pela Administração Regional de Planaltina com público estimado de 3.500 pessoas, na Arena Ninin.
- Copa de Futebol Society do Jardim Roriz – de 05/03/2016 à 25/06/2016 com público estimado de 2.500 pessoas, realizado na EQ 6/7 Jardim Roriz, organizado pela LITISFPU , com o apoio da Administração Regional de Planaltina com troféus e medalhas.
- Taça das Quebradas de Futsal – de 15/03/2016 à 14/05/2016 com público de 1.500 pessoas, realizado no Bunitis II e organizado pela comunidade, com o apoio da Administração Regional de Planaltina.
- Batizado de Capoeira – em 17/04/2016 com público de 1.000 pessoas realizado na quadra da Vila de Fátima, organizado pelo Grupo Corpo e Mente e apoio.
- Torneio Dia do Trabalhador – em 01/05/2016 com público estimado de 1.500 pessoas, organizado pela Administração Regional de Planaltina no Campo Arena Aboirão.
- Copa dos Condomínios – de 05/06/2016 à 28/08/2016, realizado pelo Grupo GFOPO com apoio da Administração Regional de Planaltina, com distribuição de troféus e medalhas, com público estimado de 4.000 pessoas, no Campo Mestre D’armas

- Campeonato de Veterano Society – de 02/07/2016 à 10/09/2016, realizado pelo LITISFPU, com o apoio da Administração Regional de Planaltina e um público de 1.000 pessoas, no Campo Sintético do Jardim Roriz.
- Copa Guedes de Futebol – de 09/07/16 a 27/08/16, realizado pela comunidade e apoio da Administração Regional de Planaltina com público de 800 pessoas, na área rural Rajadinha.
- Campeonato de Futebol Society do Arapoanga – de 07/08/2016 à 30/10/2016, realizado pela comunidade e apoio da Administração Regional de Planaltina e com público estimado de 2.000 pessoas, no Campo do Sucupira.
- Campeonato da 2ª Divisão Das Estâncias – de 02/10/2016 à 27/11/2016, realizado pelo Grupo GFOPO com apoio da Administração Regional de Planaltina com público de 1.600 pessoas no Campo da Estância.

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	24
Habitação Coletiva	01
Comercial	92
Industrial	03
Área Rural	06
Outros (Eventual)	54
Total Expedido	180

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	34	5161,97
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional Público	1	116,91
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	-	6322,88

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	28	3266,90
Habitação coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional	-	-
Total Expedido	-	3266,90

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	20	18.352,30
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	28	32.089,16
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	09	94.756,00
Elaboração de Croquis	27	98.645,31
Levantamento para Carta de Habite-se	21	14.142,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	40
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	1
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	1
Misto - Residencial/Comercial	-
Misto - Outros	4

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	2
Feiras Permanentes	4
Recadastramento de Feiras	1.091
Fiscalização de Feiras	4

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	3

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	70
Vistorias realizadas	70
Produtores rurais cadastrados	120
Propriedades rurais	150
Associações	34
Cooperativas	3
Outros: Certidões de uso e ocupação de solo	32
Outros: Emissão de ligação de energia elétrica rural	30

O Setor de Apoio a Industrial Rural não tem medido esforços para atender as demandas com os recursos disponíveis. Os 70 km de estradas recuperadas foram nas vicinais e as propriedades rurais foram atendidas pelo Setor, para apuração das necessidades básicas. Também foram emitidas 62 certidões para ocupação de área e instalação de energia elétrica rural. Ocorreram também mais reuniões com a comunidade rural, no sentido de fomentar o investimento na terra e realizar vistorias de adequação.

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	2.157
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.228
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	435
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	9
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
Atestado de desobrigação	78
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	14
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	735
Transferência de domicílio	551
Averbações de certificado de alistamento	54
Outros	-

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No exercício de 2016 a Administração Regional de Planaltina otimizou muito os recursos financeiros previsto para o ano de 2016. Isto aconteceu devido à baixa arrecadação causada pela recessão financeira no país. Isto ocasionou bloqueios de verbas pelas secretarias de Governo, SEF, SEPLAG. A liberação das verbas orçamentárias previstas foi sedimentada em períodos trimestrais, inviabilizando realizações por longos períodos.

A Administração Regional procurou investir em pequenas obras e reformas relevantes, deixando em segundo plano os tradicionais gastos em festas religiosas, senão apoiando com verba oriunda de emenda parlamentar.

Neste sentido, o orçamento e o planejamento feito para o exercício de 2017 afastou estas previsões de despesas, direcionando as verbas para resultados fixos, por meio de obras públicas para a cidade. Além de que, muitas ações foram apoiadas pela Administração Regional de Planaltina sem nenhum custo aos cofres do Governo do Distrito Federal, com a logística e a divulgação, ou senão foram minimizados, a exemplo: o incessante trabalho como o futebol amador, o lazer e as atividades culturais. Estas sempre agregaram às pessoas jovens e adultas do sexo masculino e feminino com vistas à promoção social, à saúde coletiva e à inserção social e pensamento progressista.

Por fim, muito ainda há que fazer pela cidade de Planaltina DF. Mas com dedicação, sabedoria, visão progressista e principalmente com o investimento dos poucos recursos em coisas de verdadeiro interesse público, para que a cidade possa ser evoluída ano-a-ano. Apesar da carência de investimentos e a falta de regulamentação de terrenos, o administrador público deve sempre buscar o melhor para o seu povo, e o investimento na cidade é um dos melhores caminhos.

17.7. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ – RA VII -UO: 28.109

A Administração Regional do Paranoá, criada pela Lei nº 049, de 25/10/89, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, coordenada pela Casa Civil conforme Decreto nº 33.583 de 16/03/2012.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

De acordo com seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 22.338, de 24/08/01, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administração VII, assim como coordenador e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	1
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	09
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	42
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	52
Total ativos - afastado	-

OBS. A RA VII – Paranoá conta com 01 (um) servidor requisitado de outro Órgão.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	100.000	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	100.000	10.000	7.988	7.988
5978 - APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS NA R.A. DO PARANOÁ	100.000	10.000	7.988	7.988
TOTAL DO PROGRAMA 6206	200.000	10.000	7.988	7.988

“A Administração Regional apoio a Liga Desportiva do Paranoá a realizar a 27º Copa Paranoá de Futebol amador”, contando com a participação de 89 clubes filiados e mais de 2.000 participantes em varias categorias, o campeonato foi realizado as margens da DF 001/250, com quatro meses de duração e durante o período o evento recebeu em torno 25.000 pessoas.



Imagem: Copa Paranoá de Futebol de Campo

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	3.960.000	40.424	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	270.000	0	0
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEVS	150.000	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	100.000	8.717	8.717	8.717
9195 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	100.000	8.717	8.817	8.717
TOTAL DO PROGRAMA 6210	4.210.000	169.141	8.717	8.817

**PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	450.000	317.874	313.493	284.694
8519 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- PARANOÁ	450.000	317.874	313.493	284.694
TOTAL DO PROGRAMA 6211	450.000	317.874	313.493	284.694

A Administração Regional do Paranoá mantém contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF desde 2011, oferecendo oportunidade de recolocação profissional aos egressos do sistema penitenciário do Distrito Federal, contribuindo para a recuperação social e a melhoria de suas condições de vida. Hoje a administração possui 17 integrantes desenvolvendo diversas atividades interna e externa.



Imagem: Apoio ao Interno (FUNAP)

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	350.000	109.388	46.890	46.890
0010 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS – APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS – DISTRITO FEDERAL	0	50.000	38.950	35.950
6004 - APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NA R.A. DO PARANOÁ	100.000	7.940	7.940	7.940
4090 - APOIO A EVENTOS	120.000	3.192	2.730	2.730
5941 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-PARANOÁ	120.000	3.192	2.730	2.730
TOTAL DO PROGRAMA 6219	470.000	112.580	49.620	49.620

A Administração Regional do Paranoá apoiou diversos eventos na região. Estima-se que 45.000 pessoas participaram das atividades e dezenas de grupos de dança e escolas abrilhantaram os eventos. Destaca-se a realização do DFTV Cidadão no mês de Abril organizado pelo SESC e Rede Globo com apoio da Administração Regional, que garantiu a contratação de ponto de energia e na organização geral do evento. Em Dezembro foi realizado o “Paranoart”, com contratação de carreta palco para realização do evento que obteve a participação de 17 artistas da cidade, concurso de dança entre outros, estima-se que 4.000 pessoas participaram das atividades.



Imagem: Virada do cerrado



Imagem: Paranoart



Imagem: DF TV Cidadão

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.000	2.593	1.250	1.250
5877 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- PARANOÁ	10.000	2.593	1.250	1.250
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100.000	43.018	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.000	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	25.000	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3.371.076	3.290.076	3.096.465	3.096.465
8908 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-PARANOÁ	3.371.076	3.290.076	3.096.465	3.096.465
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	345.000	317.000	268.041	268.041
9714 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMISTRAÇÃO	345.000	317.000	268.041	268.041

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
REGIONAL- PARANOÁ				
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	614.667	275.481	230.433	202.952
9791 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	614.667	275.481	230.433	202.952
TOTAL DO PROGRAMA 6001	4.470.743	3.928.169	3.596.189	3.568.707

PROGRAMA: 0001- PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	190.000	293.593	279.613	251.614
7190 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARANOÁ	190.000	293.593	279.613	251.614
TOTAL DO PROGRAMA 0001	190.000	293.593	279.612	251.614

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Foram realizadas diversas intervenções na área de manutenção da cidade, devido à falta de um local apropriado para o descarte de entulho (área de transbordo), o setor teve a limpeza urbana como prioridade. Merece destaque o trabalho realizado junto à equipe de manutenção da cidade que contribui de forma acentuada no setor de obras, serviços de Manutenção e de recuperação.

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	380
Confecção de quebra molas/ Unidade	14
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	62
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	30
Recuperação de calçadas/ M²	1243
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	-
Capina, varrição e rastelagem/ M²	55.000
Remoção de entulhos/ M³	25.000
Reposição de meios-fios/ Unidade	85
Serviços de terraplanagem/ M³	5.000
Roçagem manual/ M²	1.164.730
Serviços de roçagem mecânica/ M²	3.574.654
Recapeamento asfáltico/ M²	2.000
Passeios (construção) / M²	-
Rede de águas pluviais/ M	-



Imagem: Funap



Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	30
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	109
Encaminhamento - CDS/ Na hora	68
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	150
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	50
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos - Idosos	3

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos – Mulheres	1
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	-
Trabalho com Grupos - Remoções	1
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	120
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	30
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	30
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	50
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	-



Imagem: Centro de Convivência do Idoso-CC



Imagem: Reunião Rede Social



Imagem: Casa da Mulher



Imagem: Casa da Mulher

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	150
Teatro	-	-
Música	4	6.000
Dança	2	3.000
Artes Plásticas	-	-
Literatura	3	1.200
Outros eventos	1	500



Imagem: Circuito Cultural Dança Afro Brasileira





Imagem: Miss Paranoá



Imagem: Brasília Junina

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	-	-
Eventos esportivos	5	10.000
Outros	-	-

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	39
Industrial	3
Área Rural	-
Outros (Eventual)	53
Total Expedido	95

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	20	4679,83
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	20	4679,83

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	-	-
Habitação coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional	-	-
Total Expedido	-	-

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	8	1.545
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	11	2.124
Elaboração de Croquis	9	12.500
Levantamento para Carta de Habite-se	-	-

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	70
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	-
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	-
Misto - Outros	-

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	2
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	40



Imagem: Feira do livro

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	96.000m ²
Vitorias realizadas	21
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	20
Cooperativas	2
Outros	138

nta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	820
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.016
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	160
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	2
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	5
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	1
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	820
Transferência de domicílio	155
Averbações de certificado de alistamento	2.001
Outros	-

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Devido à crise financeira que o GDF se encontra e com a falta de orçamento liberado para a RA VII, o planejamento realizado para o período de 2016 ficou prejudicado. E o problema se acentuou devida as diversas mudanças de Administrador e do quadro de funcionários, trazendo grande descontinuidade do serviço em diversos setores da administração. No orçamento de 2016, emendas foram devolvidas por falta de projeto, e referente aos recursos internos a Região Administrativa não recebeu a parcela da cota quadrimestral referente ao 3º Bimestre e tiveram que ser remanejados de outros programas orçamentários.

Para o ano de 2017 foi realizado um planejamento que requer em torno de 43 milhões em recursos financeiros, as solicitações foram encaminhados para Câmara Legislativa e os projetos estão em fase elaboração, entre eles a criação da Feira Permanente, as reformas do Estádio JK, criação do Centro Cultural, estão aguardando liberação de recursos orçamentários e financeiros. E importante enfatizar que o gestor da unidade deverá solicitar no período de 2017 a criação de área para construção de Equipamentos Públicos – EPI, no bairro Paranoá Parque que possa contemplar construções de escolas, postos de saúde, creches entre outros.

17.8. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE – RA VIII- UO: 28.110

A Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RAVIII é órgão da Administração Direta Regionalizada, vinculada anteriormente a Secretaria de Estado da Casa Civil.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º/01/2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, § 3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

De acordo com o Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29/12/1994, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa VIII, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, coordenação e execução direta das atividades delas decorrentes.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	20
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	28
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	48
Total ativos - afastado	-

Observação: O total de servidores ativos é de 48 mais 9 servidores requisitados fora do GDF que totalizam 57 servidores.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1.160.000	160.000	0	0
1993 - APOIO A EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO NÚCLEO BANDEIRANTE.	1.000.000	0	0	0
1994 - APOIO A MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS NO NÚCLEO BANDEIRANTE	160.000	160.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	1.160.000	160.000	0	0

Não houve execução no Programa por falta de liberação do financeiro.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1.740.000	1	0	0
1995 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DO NÚCLEO BANDEIRANTE	300.000	0	0	0
1996 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA	900.000	0	0	0
9991 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	540.000	1	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	100.000	25.932	13.736	5.659
9194 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	100.000	25.932	13.736	5.659
TOTAL DO PROGRAMA 6210	1.840.000	25.933	13.736	5.659

No Programa de Trabalho foi realizada a manutenção de 10m² de áreas urbanizada e ajardinadas;

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	200.000	143.928	143.928	129.604
8531 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- NÚCLEO BANDEIRANTE	200.000	143.928	143.928	129.604
TOTAL DO PROGRAMA 6211	200.000	143.928	143.928	129.604

No Programa de Trabalho foi realizado a contratação de mão-de-obra de reeducandos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, através da FUNAP, para prestarem serviços gerais, poda de árvores, capina e outros..

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	300.000	100.000	38.076	0
6001 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	100.000	100.000	38.076	0
6002 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS NA R.A. DO NÚCLEO BANDEIRANTE	200.000	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	0	0	0	0
6006 - APOIO A EVENTOS-APOIO A PREMIAÇÃO DE PEQUENOS PROJETOS CULTURAIS E SOCIAIS- NÚCLEO BANDEIRANTE	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	300.000	100.000	38.076	0

No Programa de Trabalho foi realizado eventos em Comemoração aos 60 Anos da Cidade do Núcleo Bandeirante, no período de 8 e 9, 15 a 19 de dezembro, com público alvo de 1.500 pessoas.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	200.000	4.210	0	0
5191 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	200.000	4.210	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5.555.318	5.148.988	4.298.278	4.298.278
8907 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	5.555.318	5.148.988	4.298.278	4.298.278
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	450.000	450.000	270.062	270.062
9713 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	450.000	450.000	270.062	270.062
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	416.311	428.628	419.773	356.617
9790 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	416.311	428.628	419.773	356.617
TOTAL DO PROGRAMA 6001	6.621.629	6.031.826	4.988.114	4.924.958

No Programa foi efetuado o pagamento de salários, concedidos os benefícios aos servidores e realizado a manutenção dos serviços administrativos.

PROGRAMA: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	150.000	79.950	69.674	69.674
9791 - APOIO A MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE.	150.000	79.950	69.674	69.674
6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO P	150.000	79.950	69.674	69.674
TOTAL DO PROGRAMA 6003	150.000	79.950	69.674	69.674

No Programa foi realizado apoio aos serviços administrativo, tais como, pagamento água, energia elétrica e telefonia.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	70.000	887.528	837.087	479.139
7189 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- NÚCLEO BANDEIRANTE	70.000	887.528	837.087	479.139
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	70.000	887.528	837.087	479.139

No Programa de Trabalho foi efetuado ressarcimento referente a servidores cedidos para essa Administração Regional.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	800
Confeção de quebra molas/ Unidade	2
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	260
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	15
Recuperação de calçadas/ M ²	60
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	03
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	6000
Remoção de entulhos/ M ³	2400
Reposição de meios-fios/ Unidade	20
Serviços de terraplanagem/ M ³	0
Roçagem manual/ M ²	5000
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	6000
Recapeamento asfáltico/ M ²	0
Passeios (construção) / M ²	30
Rede de águas pluviais/ M	46

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	-
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	-
Encaminhamento - CDS/ Na hora	-
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	-
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	-
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos - Idosos	-
Trabalho com Grupos - Mulheres	-
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	-
Trabalho com Grupos - Remoções	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	-

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	-	-
Teatro	-	-
Música	-	-
Dança	-	-
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	-	-

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	-	-
Eventos esportivos	-	-
Outros	-	-

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	11
Habitação Coletiva	0
Comercial	60
Industrial	0
Área Rural	0
Outros (Eventual)	13
Total Expedido	84

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	7	1423,31
Habitação Coletiva	0	0
Industrial	0	0
Comercial	2	769,91
Institucional Público	0	0
Institucional Privado	0	0
Total Expedido	9	2193,22

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	1	234,24
Habitação coletiva	0	0
Industrial	1	273,7
Comercial	2	0
Institucional	0	0
Total Expedido	4	507,94

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	2	120
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	0	0
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	0	0
Elaboração de Croquis	6	0
Levantamento para Carta de Habite-se	4	120

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	-
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	-
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	-
Misto - Outros	-

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	48
Feiras Permanentes	109
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	12

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m²) - Estradas recuperadas	-
Vistorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	791
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	380
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	270
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	40
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	10
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	20
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	232
Transferência de domicílio	303
Averbações de certificado de alistamento	830
Outros	-

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A grande dificuldade foi falta de projeto e posteriormente a liberação dos recursos.

17.9. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA – RA IX- UO: 28.111

A Administração Regional de Ceilândia - RA IX, órgão da Administração Direta, tem como função básica, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação, conforme previsto em seu regimento aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, Art. 1º.

A Administração Regional de Ceilândia - RA IX estava anteriormente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, conforme previsto no art. 2 § 3º do Decreto nº 33.583 de 16.03.2012 que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Casa Civil do Distrito Federal.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

Em função do Decreto 37.625, de 15 de setembro de 2016, a competência foi passada para Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal: I Coordenar e supervisionar as ações das Administrações Regionais; II -Estabelecer normas, padrões e procedimentos para a racionalização e o aperfeiçoamento do funcionamento e prestação de serviços pelas Administrações; III –Planejar e integrar as ações regionais de governo; IV – Coordenar projetos, programas e políticas públicas e executadas pelas Administrações Regionais, com suporte de órgãos e entidades governamentais ou não governamentais.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	13
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	3
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	59
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	67
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	142
Total ativos - afastado	-

Fonte:

Obs.: Acrescentamos na força de trabalho, a mão de obra dos Funapeiros 40 (quarenta), contratados através de recursos Institucionais e Emenda. Programa específicos destinados e alocados no orçamento do exercício de 2016, cujas ações estão listadas abaixo. Estes sentenciados, desenvolvem vários serviços gerais, auxiliando na manutenção e realização de vários serviços na cidade.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	2.270.000	1.027.354	0	0
9554 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA EM CEILÂNDIA- CEILÂNDIA	1.520.000	10.354	0	0
9556 - CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY NA QNN 23/25 DA CEILÂNDIA	450.000	0	0	0
9557 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA - VILA FELIZ	150.000	0	0	0
9558 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA - SOL NASCENTE	150.000	0	0	0
9562 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA- CEILÂNDIA				
-ESTÁGIO – EE: Construção de Campo de Futebol em Grama Sintética e Urbanização de Entorno – Quadra 501 Setor Habitacional Sol Nascente-Ceilândia/DF. Proc.138.000478/2016;			1.015.895	
_Estágio: EE - Urbanização de Área na EQNO 05/07 – Setor “O” – Ceilândia/DF, Proc. 138.000548/2016;			278.830	
-Estágio EE - Urbanização de Área na QNP 05 – Setor P Norte, Ceilândia/DF, Proc. 138.000548/2016.			488.363	
	0	1.017.000	248.700	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9563 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA EM FRENTE A CHÁCARA 111D, ABAIXO DA QNP 05 CONJUNTO X PRÓXIMO AO HOTEL SAN REMI- CEILÂNDIA	0	0	0	0
9564 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO TRECHO 01 SHSN 501 AO LADO DA PEC DO SOL NASCENTE- CEILÂNDIA	0	0	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1.480.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO FERROCK EM CEILÂNDIA	900.000	0	0	0
0002 - REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DO FERROCK NO QUADRADÃO NA QNP 13 DO SETOR P NORTE	300.000	0	0	0
0003 - REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA LOCALIZADA ENTRE A QNM 3/5 DE CEILÂNDIA SUL	280.000	0	0	0
9507 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA FERROCK- CEILÂNDIA	0	0	0	0
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	67.000	5.776	0	0
9589 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-- CEILÂNDIA	67.000	5.776	0	0
9594 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-REFORMA DA PISCINA DA ESCOLA PARQUE- CEILÂNDIA	0	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	100.000	0	0	0
9631 - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO 10º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA	100.000	0	0	0
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	400.000	0	0	0
8529 - CONSTRUÇÃO DO SKATE PARK NA PRAÇA DA BIBLIA EM CEILÂNDIA	400.000	0	0	0
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	100.000	100.000	0	0
9497 - REFORMA DA PRAÇA DA QNO-20 DA CEILÂNDIA	100.000	100.000	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	100.000	0	0	0
5983 - APOIO AO FUTEBOL AMADOR EM CEILÂNDIA (ARBITRAGEM)	100.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	4.517.000	1.133.130	1.015.894	0

O esporte tem grande importância para a qualidade de vida das pessoas. Assim como, o esporte faz a diferença no mundo, não será diferente na comunidade de Ceilândia. Afinal, o movimento está em nossas vidas como uma necessidade vital do ser humano, tanto em crianças como adolescentes, adultos ou idosos, o esporte proporciona momentos ricos em sua aprendizagem. Ao praticar um esporte as pessoas expressam sentimentos, crenças, valores enfim nosso modo de sentir e perceber o mundo.

Diante da importância do esporte para o público alvo citado, as gestões das ações voltadas a garantir os objetivos promovidos pela prática das atividades desportivas foram plenamente alcançadas com a execução de Campo de Futebol de Grama Sintética e Urbanização, localizado no Entorno da Quadra 501, no Setor Habitacional SOL NASCENTE – Ceilândia/Brasília/DF; Urbanização de Área na EQNO 05/07 no Setor “O” e na QNP 05, Setor P Norte, **Ceilândia/DF**.

Fotos da Quadra 501, Setor Habitacional Sol Nascente



Urbanização de Área EQNM 04/06 – Implantação PEC e Parque Infantil e Outros



Urbanização de Área Eqnm 04/06 – Implantação Pec E Parque Infantil E Outros



PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3247 - REFORMA DE FEIRAS	2.000.000	0	0	0
9229 - REFORMA DE DIVERSAS FEIRAS EM CEILÂNDIA	2.000.000	0	0	0
9231 - REFORMA DE FEIRAS-- CEILÂNDIA	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	2.000.000	0	0	0

Obs.: Conforme apresenta o Programa acima não executou nenhuma realização de ações, pois foram logo de imediato contingenciados e continuaram bloqueados.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2.950.000	0	0	0
9772 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS EM CEILÂNDIA	1.000.000	0	0	0
9773 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX	300.000	0	0	0
9775 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NA REGIÃO DE CEILÂNDIA, REGIÃO DO SOL NASCENTE E DO POR DO SOL.	1.650.000	0	0	0
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	150.000	0	0	0
0001 - REFORMA DA PRAÇA DA ENTREQUADRA 3/4 E REVITALIZAÇÃO DA PEC	150.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	3.100.000	0	0	0

Obs.: Conforme apresenta o Programa acima não executou nenhuma realização de ações, pois foram logo de imediato contingenciados e continuaram bloqueados.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	9.950.000	2.981.045	2.981.045	1.767.044
0007 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE CALÇADA NA EQNN 18/20- CEILÂNDIA	0	0	0	0
4502 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4510 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS-CEILÂNDIA	0	500.000	500.000	241.085
5414 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA	350.000	16.045	16.045	16.045
9774 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA IX	2.000.000	0	0	0
9776 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM CEILÂNDIA	7.300.000	2.465.000	2.465.000	1.509.914
9777 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	300.000	0	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.160.188	1.272.002	1.231.300	0
9531 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	160.188	2	0	0
9533 - IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA DF 180 NO INCRA 8 E INCRA 9 EM CEILÂNDIA	500.000	0	0	0
9534 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE CEILÂNDIA	500.000	1.272.000	1.231.300	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	365.000	244.026	69.543	44.105
9199 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	365.000	244.026	69.543	44.105
TOTAL DO PROGRAMA 6210	11.475.188	4.497.073	4.281.888	1.811.149

As várias realizações das ações executadas no Programa de Execução de Obra e Urbanização de Ceilândia foram implementada segundo avaliações, planejamento e a viabilidade do investimento nas localidades. Através das reivindicações da comunidade de cada setor relacionado acima no quadro demonstrativos. Tais projetos como: Instalação Sistema de Irrigação Automática do Gramado do Estádio Abadião; Instalação de Placas de Endereçamento em Diversos Locais no P Norte; Revitaliza Quadra e Construção de Cobertura na QNO 12, Área Especial "G", Ceilândia Norte/DF; Cobertura da Quadra poliesportiva na Escola Classe 01, na EQNM 23/25, Lote "B", Ceilândia/DF; Urbanização de Área com Implantação de

Ponto de Encontro Comunitário – PEC, na EQNN 18/20 e QNO 20, EQNP 08/12, Ceilândia/DF; Urbanização de Área na EQNM 05/07, EQNM 04/06, e EQNP 06/10, Ceilândia/DF, implantar Ponto de Encontro Comunitário – PEC, Parque Infantil, Construção de Calçadas, e Outros; Implantação Ponto de Encontro Comunitário – PEC, Academia para Cadeirantes – APC e Reforma de Quadra Poliesportiva na EQNP 10/14. Objetivando atender às expectativas do público-alvo beneficiado, os quais foram: crianças, jovens, o grupo da terceira idade, deficientes, as famílias, os comerciantes, os trabalhadores de baixa renda, ou seja, a sociedade de Ceilândia de modo geral, objetivando sanar e amenizar os problemas gerados nos anos anteriores pela ausência de infraestrutura, urbanização e lazer nos locais citados e solicitados pela população, as quais proporcionaram melhor qualidade vida.

Seguem abaixo FOTOS de algumas obras das realizações das ações acima:

Fotos do Sistema de Irrigação do Abadião



Fotos Revitalização e Cobertura De Quadra – EQNN 23/25 Lote B – CEF 01



EQNN 23/25 LOTE B – CEF 01



EQNN 23/25 LOTE B – CEF 01



Fotos Revitalização e Cobertura da Quadra – EQNM 23/25 Lote B – CEF 10



PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	650.000	805.364	793.565	440.127
8510 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA Estágio: CO – Contratação de mão de obra 20 (vinte), sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, Proc. 138.000.064/2015	500.000	155.364	143.565	143.565
8511 - REINTEGRA CIDADÃO – CEILÂNDIA Estágio: CO – Contratação de mão de obra 40 (vinte), sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, Proc. 138.000.240/2016	150.000	650.000	650.000	296.563
TOTAL DO PROGRAMA 6211	650.000	805.364	793.565	440.127

No início do ano de 2016, até o mês de maio estávamos com a contratação de 20 (vinte), sentenciados do Sistema Penitenciário do DF. Devido ao término da vigência do Contrato, foi instruído novos procedimentos para contratar esta mão de obra.

A Unidade atualmente está gerindo o Programa Reintegra Cidadão com a contratação de 40 (quarenta) sentenciados, com base nos recursos acima alocados no orçamento do exercício de 2016. Estes, desenvolvem vários serviços gerais, auxiliando no desempenho da manutenção das atividades urbanas e rurais. Contribuindo no saneamento de vários serviços de recuperação na cidade, através do desempenho de gerenciamento desta Administração. Portanto, esta mão de obra foi citada na Força de Trabalho da Unidade.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	19.882	85.746	0	0
3882 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE—CEILÂNDIA	19.882	10.746	0	0
3888 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE NO SETOR HABITACIONAL PÔR DO SOL- CEILÂNDIA	0	75.000	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0	0	0	0
9587 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-LEVES E PESADOS- CEILÂNDIA	0	0	0	0
5071 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	400.000	0	0	0
5337 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA ESTAÇÃO DO METRÔ NA CNN 02 EM CEILÂNDIA	400.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	419.882	85.746	0	0

Obs.: Conforme apresenta o Programa acima não executou nenhuma realização de ações, pois foram logo de imediato contingenciados e continuaram bloqueados.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	2.081.000	649.105	513.714	425.281
6013 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	141.000	75.075	9.477	9.477
6039 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- CEILÂNDIA	180.000	131.530	90.733	81.300
6040 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- CEILÂNDIA	100.000	82.500	53.504	50.504
6041 - APOIO À REALIZAÇÃO DA CARAVANA DA IGUALDADE RACIAL	300.000	0	0	0
6042 - APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS EM CEILÂNDIA	1.360.000	360.000	360.000	284.000
6116 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS NA RA IX- CEILÂNDIA	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	20.000	5.186	0	0
5982 - APOIO A EVENTOS-- CEILÂNDIA	20.000	5.186	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	350.000	0	0	0
0001 - APOIO AO PROJETO AÇÕES SOCIO CULTURAIS PARA A COMUNIDADE DO SETOR HABITACIONAL POR DO SOL - CEILÂNDIA	150.000	0	0	0
0002 - APOIO AO PROJETO ARRANJO PRODUTIVO DE ARTESANATO PARA AS MULHERES DA COMUNIDADE DO SOL NASCENTE - CEILÂNDIA	200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219 - CAPITAL CULTURAL	2.451.000	654.291	513.714	425.281

A cultura – somatória de costumes, tradições e valores – é um jeito próprio de ser, estar e sentir o mundo. 'Jeito' este que leva o indivíduo a fazer ou expressar-se, ou a expressar-se, de forma característica. Ora, SER é também PERTENCER – algum lugar, a alguma fé ou um grupo, seja família, amigos ou um povo, como por exemplo, os cidadãos da Ceilândia.

Daí ser a cultura um forte agente de identificação pessoal e social, um modelo de comportamento que integra segmentos sociais e gerações, uma terapia efetiva que desperta os recursos internos do indivíduo e fomenta sua interação com o grupo e um fator essencial na promoção da saúde, na medida em que o indivíduo se realiza como pessoa e expande suas potencialidades.

Diante dos benefícios proporcionados pela CULTURA, a Regional executou vários eventos, mediante locações de estrutura necessária para apoiar as atividades, as quais incentivaram a participação dos públicos alvos: crianças, jovens, adolescentes e os velhos da terceira idade com estimativas de Público: 2.000 a 10.000 pessoas de forma rotativa, no sentido de promover e fomentar a cultura da cidade.

Afinal, a percepção individual de cada cidadão de Ceilândia gera influência em outros grupos. Aquilo que é aprovado nos grupos tende a ser selecionado na percepção pessoal.

Os povos evoluem através de mudanças significativas em sua cultura e as mudanças acontecem rapidamente quando o clima político é de liberdade, caso contrário demora romper os grilhões da intolerância.

SEGUEM ALGUMAS FOTOS DESTE PROGRAMA



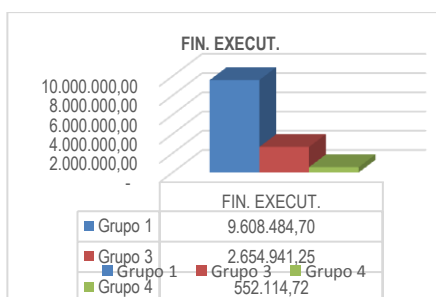
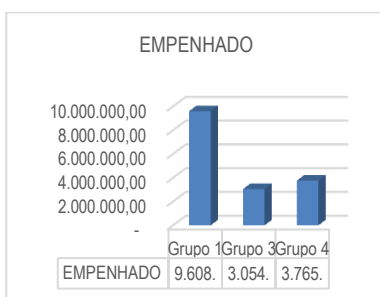
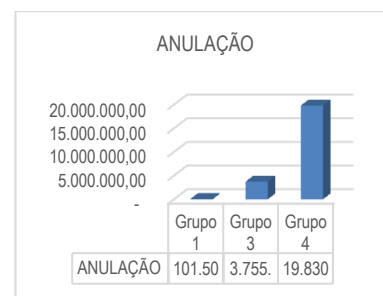
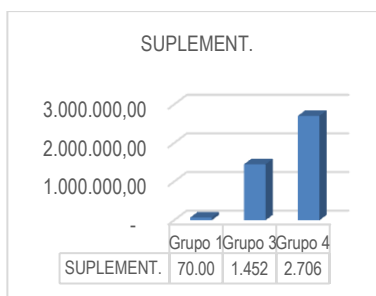
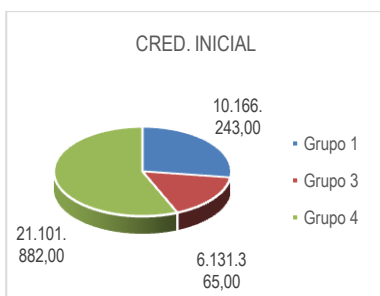
FOTOS FOGO SÍMBOLICO



Conforme dados abaixo, representamos por meio de Tabela e Gráficos todas as movimentações de execução Orçamentária ocorridas até 31/12/2016, das ações alocadas no Orçamento Anual da Unidade, baseado no Demonstrativo Geral Por Grupo e Fonte de Recursos desta Regional.

Demonstrativo Geral por Grupo e Fonte De Recursos Regional de Ceilândia - Dezembro/2016							
GP	FT	CRED. INICIAL	SUPLEMENT.	ANULAÇÃO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	FIN. EXECUT.
1	100	10.166.243,00	70.000,00	101.500,00	9.608.484,70	526.258,30	9.608.484,70
	TOTAL	10.166.243,00	70.000,00	101.500,00	9.608.484,70	526.258,30	9.608.484,70
3	100	5.321.728,00	1.177.553,15	3.475.104,78	2.378.587,58	645.588,79	1.996.121,10
	111	8.637,00	3.250,00	5.636,48	8.793,53	1.581,99	8.793,53
	120	801.000,00	271.314,56	275.124,76	666.839,43	78.858,56	650.026,62
TOTAL	6.131.365,00	1.452.177,71	3.755.866,02	3.054.220,54	773.396,15	2.654.941,25	
4	100	20.985.000,00	2.706.045,57	19.798.025,18	3.728.238,95	163.431,09	525.958,44
	120	116.882,00	-	32.954,35	36.780,78	47.146,87	26.156,28
TOTAL POR GP	1-3-4	21.101.882,00	2.706.045,57	19.830.979,53	3.765.019,73	210.577,96	552.114,72
	TOTAL	37.399.490,00	4.228.163,28	23.688.345,55	16.427.724,97	1.510.232,41	12.815.540,67
	100	36.472.971,00	3.953.598,72	23.374.629,96	15.715.311,23	1.335.278,18	12.130.564,24
	111	8.637,00	3.250,00	5.636,48	8.793,53	1.581,99	8.793,53
	120	917.882,00	271.314,56	308.079,11	703.620,21	173.372,24	676.182,90
TOTAL	FUNTE	37.399.490,00	4.228.163,28	23.688.345,55	16.427.724,97	1.510.232,41	12.815.540,67

Responsável Elaboração: Vandecy da Cruz



PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	50.000	1	0	0
5865 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	50.000	1	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	60.000	1	0	0
5333 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS—CEILÂNDIA	60.000	1	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	48.000	5.251	0	0
5193 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	48.000	5.251	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	50.000	15.604	0	0
9786 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	30.000	5.250	0	0
9787 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REFORMA DE FEIRAS-CEILÂNDIA	20.000	10.354	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	70.000	27.750	14.479	14.479
5809 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA -Estágio: CO – Capacitação de 07(sete) Servidores, Processos: 138.000304/2016 e 138.000521/2016	70.000	27.750	14.479	14.479
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	10.016.243	10.010.993	9.608.485	9.608.485
8911 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-CEILÂNDIA -Estágio: CO – Processos: 138.000.025/2016, 138.000.026/2016 e 138.000.028/2016	10.016.243	10.010.993	9.608.485	9.608.485
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	966.939	797.725	577.680	577.680
9717 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA -Estágio: CO	966.939	797.725	577.680	577.680
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.360.238	1.153.265	1.137.784	1.119.189
9794 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA -Estágio: CO – Processos: 138.000.035/2016, 138.000.036/2016, 138.000.037/2016 e 138.000.038/2016	1.360.238	1.153.265	1.137.784	1.119.189
TOTAL DO PROGRAMA 6001	12.621.420	12.010.590	11.338.427	11.319.831

Os valores liberados para o exercício foram limitados, e pelo fato dos recursos disponibilizados pela Lei Orçamentária Anual terem sido insuficientes para cobrir as despesas com a Manutenção Geral da Unidade para os meses finais do exercício de 2016. Em função da recorrência de contingenciamentos e bloqueios nas ações institucionais realizados pela Coordenadoria de Orçamento e Planejamento/SUOP, assim como, os acentuados atrasos dos pagamentos na liberação das Ordens Bancárias nos domicílios bancários dos fornecedores de compra e serviços pela Secretaria da Fazenda. Todos esses fatores dificultaram relativamente gerenciar e manter os serviços Administrativos Gerais da Regional. Entretanto, a Unidade fez a sua parte, controlando e maximizando os recursos disponíveis, no sentido de contribuir e aperfeiçoar a gestão e manutenção dos serviços administrativos gerais.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	150.000	123.750	0	0
0037 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA	150.000	123.750	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000	15.000	7.481	7.481
7193 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CEILÂNDIA SITUAÇÃO: CO - Processo: 138.000.113/2016	15.000	15.000	7.481	7.481
TOTAL DO PROGRAMA 0001	165.000	138.750	7.481	7.481

Segundo o que apresenta as ações constantes foram parcialmente executadas. Entretanto, foi possível Ressarcir neste Programa o custeio de Auxílio Funeral à família do Servidor falecido desta Unidade. Os restantes das programações orçamentárias deste Programa foram contingenciadas ou bloqueadas.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	810.490,00kg
Confeção de quebra molas/ Unidade	15 quebra molas
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	250 bocas de lobo
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	60tampas
Recuperação de calçadas/ M²	2.500m²
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	21 equipamentos
Capina, varrição e rastelagem/ M²	SLU OU NOVACAP
Remoção de entulhos/ M³	320.320,00kg
Reposição de meios-fios/ Unidade	50 meios fios
Serviços de terraplanagem/ M³	1.248km
Roçagem manual/ M²	-
Serviços de roçagem mecânica/ M²	-
Recapeamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	6.000m²
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	118
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	234
Encaminhamento - CDS/ Na hora	429
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	583
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	349
Trabalho com Grupos – Gestantes	01
Trabalho com Grupos – Idosos	03
Trabalho com Grupos – Mulheres	02
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	12
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	05
Trabalho com Grupos – Remoções	03
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	252
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	12
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	41
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	144
Outras Atividades de Desenvolvimento Social – Outros	-

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	01	90
Teatro	05	85
Música	05	5.215
Dança	04	5.215
Artes Plásticas	0	-
Literatura	1	120
Outros eventos	14	73.630

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	02	1.600
Eventos esportivos	89	114.140
Outros	-	-

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	20
Habitação Coletiva	-
Comercial	91
Industrial	17
Área Rural	02
Outros (Eventual)	211
Total Expedido	341

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	134 – RA IX	26.887,82
Residencial Unifamiliar	02 – CAP	632,64
Habitação Coletiva	01- CAP	6.035,04
Industrial	CAP	-
Comercial	07 - CAP	24.721,29
Institucional Público	-	-

Relatório Anual de Atividades 2016 – RA IX Ceilândia

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Institucional Privado	02 - CAP	1.563,38
Residencial/Comercial	01 - CAP	730,22
Comercial/Habitação Coletiva	01 - CAP	25.306,56
Total Expedido	148	85.876,95

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	23	3.522,67
Habitação coletiva	01	3.911,94
Industrial	-	-
Comercial	04	2.355,65
Residencial/Comercial	01	418,28
Institucional	-	-
Total Expedido	29	10.208,54

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	155	39.242,44
Demarcação para Alvará de Construção – Outras	100	16.479,6
Cota de Soleira - Levantamento de Definições		
Elaboração de Croquis	357	51.457,36
Levantamento para Carta de Habite-se	132	35.242,37

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos Anisados C/Exigência	Quantidade de Projetos Anisados e Aprovados
Restrito - Residencial – Unifamiliar	475	225
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	CAP	CAP
Restrito – Comercial	CAP	CAP
Restrito – Industrial	CAP	CAP
Restrito – Institucional	CAP	CAP
Misto - Residencial/Comercial	CAP	CAP
Misto – Outros	CAP	CAP

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	02
Feiras Permanentes	07
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	06

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m²) - Estradas recuperadas	860km
Vistorias realizadas	100
Produtores rurais cadastrados	300
Propriedades rurais	2.000
Associações	16
Cooperativas	01
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	5.272
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	4.100
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.500
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	87
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	76
Atestado de desobrigação	100
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	16
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	350
Transferência de domicílio	280
Averbações de certificado de alistamento	25
Outros	-

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No exercício de 2016, o Governo do Distrito Federal e a Administração Regional realizaram obras e eventos e outras atividades que contribuíram na melhoria da qualidade de vida e bem estar da comunidade de Ceilândia, nas quais, destacamos.

a) As Obras de urbanizações, revitalizações e substituições, Sistema de Irrigação no Estádio Abadião; Construção de Campo de Futebol de Grama Sintética, no Entorno da Quadra 501, no Setor Habitacional SOL NASCENTE, Coberturas de Quadras Poliesportivas: QNO 12 Área Especial “G”; QNM 10 da Ceilândia Norte e Escola Classe 01, EQNM 23/25, Lote “B”; Instalação de Placas de Endereçamento no Setor P Norte; Implantação Ponto de Encontro Comunitário – PEC, Academia para Cadeirantes - APC, e reforma de quadra poliesportiva na EQNP 10/14, Setor P Sul, Centro de Ensino Especial 01 – Ceilândia/DF; Urbanização de Área na EQNM 05/07, EQNM 04/06, e EQNP 06/10, Ceilândia/DF, Implantar Ponto de Encontro Comunitário, Parque Infantil, Construção de Calçadas, e Outros..., os quais foram projetos de investimentos realizados, no intuito de melhorar a qualidade de vida da comunidade, conservando, criando e revitalizando os espaços públicos;

b) A gestão também ressalta, a instalação de Pontos de Iluminação Pública, visando possibilitar e viabilizar tanto do ponto de vista de maior conforto com a nova infraestrutura, assim como de gerar melhores possibilidades de oportunidades e produção de investimentos com a implantação e distribuição de energia nas localidades: SHN QD. 501; QNP 28 Conjuntos B, X, V – Terminal Rodoviário do P Sul; Inbra 09 GL 4 BR 070, acesso ao Setor Bela Vista “Augustus”; Inbra 07, Greba 03 – Chácara 3/367 e 3/369 – Ceilândia/DF. Atuará também, como fator de segurança, prevenção de acidentes e qualidade de vida para as comunidades dos locais beneficiados.

c) A realização de eventos culturais, cujos trabalhos permitiram a integração da sociedade de Ceilândia e Governo, através do apoio aos EVENTOS: “Desfile Cívico”, “V Olimpíadas de Ceilândia”, em Comemoração aos 45º Aniversário da Cidade; “Festa das Crianças”; “Festa do Aniversário do Sol Nascente. Esclarecemos também que as obras e eventos foram licitadas em cumprimento aos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, nas Modalidades Dispensa, Pregão – ATA, Convites, Tomadas de Preço e Concorrência.

Conclui-se que no ano de 2016, a Administração de Ceilândia enfrentou desafios no gerenciamento das responsabilidades, bem como, as dificuldades envolvendo a insuficiência de recursos para executar e realizar projetos e atividades de interesse da comunidade. Entretanto, vale ressaltar que a Unidade diante das limitações do cenário apresentado, empenhou-se em definir na gestão as prioridades das ações a serem executadas com a participação da população, visando maximizar e alocar com qualidade os recursos, e gerir de forma eficiente diante das adversidades. Portanto, a Unidade exerceu suas competências, executando obras, eventos, promovendo lazer, emitindo Alvarás de Construção e de Licenciamento comercial, industrial, fiscalizando feiras e realizando concessões provisórias e definitivas, Manutenções de Áreas Urbanizadas e Ajudadas, através da equipe Técnica Operacional da Diretoria de Obra e a colaboração da população, no intuito de reforçar e buscar a cada gestão, eficiência e eficácia neste processo de gerenciar e administrar a Cidade em conjunto com os gestores, corpo técnico e operacional da Unidade e a comunidade desta Região Administrativa de Ceilândia, as quais serão as nossas perspectivas para 2017.

4. ANEXO – Análise da Execução Orçamentária das Realizações –Dezembro/ 2016

A Administração de Ceilândia durante o exercício, diante dos recursos disponibilizados apresentou, no que diz respeito a Execução Orçamentária das Realizações mencionadas, os seguintes resultados apurados neste breve comentário abaixo:

Demonstrativo Geral por Grupo e Fonte de Recursos Regional de Ceilândia - Dezembro/2016							
GP	FT	CRED. INICIAL	SUPLEMENT.	ANULAÇÃO	EMPENHADO	DISPONÍVEL	FIN. EXECUT.
1	100	10.166.243,00	70.000,00	101.500,00	9.608.484,70	526.258,30	9.608.484,70
	TOTAL	10.166.243,00	70.000,00	101.500,00	9.608.484,70	526.258,30	9.608.484,70
3	100	5.321.728,00	1.177.553,15	3.475.104,78	2.378.587,58	645.588,79	1.996.121,10
	111	8.637,00	3.250,00	5.636,48	8.793,53	1.581,99	8.793,53
	120	801.000,00	271.314,56	275.124,76	666.839,43	78.858,56	650.026,62
4	TOTAL	6.131.365,00	1.452.177,71	3.755.866,02	3.054.220,54	773.396,15	2.654.941,25
	100	20.985.000,00	2.706.045,57	19.798.025,18	3.728.238,95	163.431,09	525.958,44
	120	116.882,00	-	32.954,35	36.780,78	47.146,87	26.156,28
TOTAL POR GP	1-3-4	21.101.882,00	2.706.045,57	19.830.979,53	3.765.019,73	210.577,96	552.114,72
	TOTAL	37.399.490,00	4.228.163,28	23.688.345,55	16.427.724,97	1.510.232,41	12.815.540,67
	100	36.472.971,00	3.953.598,72	23.374.629,96	15.715.311,23	1.335.278,18	12.130.564,24
	111	8.637,00	3.250,00	5.636,48	8.793,53	1.581,99	8.793,53
	120	917.882,00	271.314,56	308.079,11	703.620,21	173.372,24	676.182,90
TOTAL	 FONTE	37.399.490,00	4.228.163,28	23.688.345,55	16.427.724,97	1.510.232,41	12.815.540,67

Responsável Elaboração: Vandey da Cruz

A Unidade Administrativa recebeu de Crédito Inicial o montante de R\$ 37.399.490,00 (Trinta e sete milhões, trezentos e noventa e nove mil e quatrocentos e noventa reais).

Em termos de alterações e movimentações realizadas pela Unidade e principalmente pela Subsecretaria de Orçamento e Planejamento – SUOP, realizaram no que tange às Suplementações o total de R\$ 4.228.163,28 (Quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil, cento e sessenta e três reais e vinte e oito centavos). Quanto as Anulações ficaram em torno de R\$ 23.688.345,55 (Vinte e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

As execuções dos valores empenhados sintetizaram no valor total de R\$ 16.427.724,97 (Dezesseis milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e setecentos e vinte e quatro reais e noventa e sete centavos). Restaram em termos de Disponibilidade Orçamentária no final do mês de Dezembro/2016, o valor de R\$ 1.510.232,41 (Um milhão, quinhentos e dez mil e duzentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos).

A parcela correspondente ao montante do financeiro executado, ou seja, liquidados e pagos finalizaram em R\$ 12.815.540,67 (Doze milhões, oitocentos e quinze mil, quinhentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos).

Do Crédito Inicial disponibilizado o valor de R\$ 10.166.243,00 (Dez milhões, cento e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e três reais), foram destinados aos gastos de Pessoal da Unidade, cujo montante representou 27,18% do montante total liberado do Crédito Inicial para a Unidade no início do exercício. Executamos financeiramente, no caso, liquidamos e pagamos até dezembro o valor de R\$ 9.608.484,70 (Nove milhões, seiscentos e oito mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos). Portanto, é fato que os recursos planejados e executados com pessoal para esta Unidade atenderam a demanda destinada e alocada para este grupo.

Considerando a parte reservada para os investimentos, referente as realizações das obras recebemos a parcela inicial de R\$ 21.101.882,00 (Vinte e um milhões, cento e um mil, e oitocentos e oitenta e dois reais).

As alterações e movimentações realizadas neste grupo de despesas de capital, à respeito das suplementações resultaram em R\$ 2.706.045,57 (Dois milhões, setecentos e seis mil e quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos). No entanto, tivemos de Anulações o total de R\$ 19.830.979,53 (Dezenove milhões, oitocentos e trinta mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta e três centavos).

As realizações destes projetos, conforme indica no quadro demonstrativo do grupo 4 – investimentos foram empenhados o montante de R\$ 3.765.019,73 (Três milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, dezenove reais e setenta e três centavos).

Independente do montante cancelado para investimento ter sido considerável. A sua execução representou 17,84%, da parcela inicial liberada para o grupo. Demonstrando que houve êxito, considerando os resultados da posição final dos montantes executados no exercício. Portanto, foi financeiramente executado neste período, ou seja, liquidado e pago o total de R\$ 552.114,72 (Quinhentos e cinquenta e dois mil, cento e quatorze reais e setenta e dois centavos).

Em relação as despesas correntes, as quais envolvem os gastos com benefícios aos servidores, os serviços da mão de obra dos sentenciados (Funap), a Manutenção da Unidade e da cidade, e outras despesas, os quais envolvem este grupo, compreenderam o valor inicial de R\$ 6.131.365,00 (Seis milhões, cento e trinta e um mil e trezentos e sessenta e cinco reais).

Quanto as alterações e movimentações realizadas, finalizaram em termos de Suplementações o total de R\$ 1.452.117,71 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil, cento e dezessete reais e setenta e um centavos). Enquanto, o montante de Anulações ficou em torno de R\$ 3.755.866,02 (Três milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e dois centavos).

Analisando os resultados da execução deste grupo 3, foram empenhados a quantia de 3.054.220,54 (Três milhões, cinquenta e quatro mil, duzentos e vinte reais e cinquenta e quatro centavos). Representando em termos percentuais 49,81%, dessas atividades realizadas em relação ao valor inicial liberado para este grupo.

Nota-se que o montante de Cancelamento e de Suplementações nas despesas correntes foram altas. Porém, foi possível observar que o valor, referente ao executado, no caso, empenhado foram consideráveis. Conseqüentemente, o valor total de financeiro executado, no caso, liquidados e pagos resultaram até dezembro em R\$ 2.654.941,25 (Dois milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos).

O alerta que se faz neste grupo 3, é com relação ao corte realizado pela Subsecretaria de Orçamento e Planejamento-SUOP, na ação de Manutenção de serviços Gerais da Regional na Fonte 100 – Ordinária do Tesouro por onde cobre as despesas com CEB e CAESB e os serviços de telefonia da Unidade, desde o exercício de 2014, tais cortes e bloqueios, tanto na Fonte 100, como na Fonte 120, estão dificultando o gerenciamento deste serviços, em função dos recursos alocados e destinados na Lei Orçamentária Anual já são insuficientes e no decorrer do exercício há a recorrência de contingenciamento e bloqueios. Em função do desequilíbrio deficitário apresentado, em grandes proporções entre a demanda das despesas orçamentárias lançadas em todo o Orçamento do Governo do Distrito Federal-GDF, sem a devida cobertura de realizações de receitas, haja visto, analisando o retrospecto da gestão fiscal, segundo os analistas do setor a arrecadação vem diminuindo consideravelmente.

Diante dessas dificuldades apresentadas, no sentido de amenizar estes gargalos, a Secretaria da Fazenda em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Orçamento, bem como, com outros Órgãos Institucionais do Distrito Federal, determinou a todas as Unidades Administrativas o Cancelamento dos seus Restos a Pagar Não Processados. Inclusive, o montante desta Regional, os quais ficaram em torno de R\$3.612.184,30 (Três milhões, seiscentos e doze mil e cento e oitenta e quatro reais e trinta centavos).

Deste acordo firmado, resultaria para cada Unidade Suplementações de Crédito logo no início do exercício de 2017, dos montantes equivalentes cancelados de Restos a Pagar. Consequentemente as Unidades executaram o orçamento e o financeiro dessas despesas lançadas no final do exercício de 2016, no exercício de 2017.

Resultados Apresentados na Análise Patrimonial da Unidade

Em decorrência das mudanças na contabilidade pública, o patrimônio assumiu novo papel dentro do cenário da administração pública, e em função dessa inserção do patrimônio tanto na gestão orçamentaria e financeira, bem como, nos atos dos movimentos contábeis há a necessidade de abordar de forma simplória algumas informações do patrimônio da Unidade.

Atualmente em conformidade com o Demonstrativo Financeiro com posição de Dezembro, emitido pelo Sistema integrado de Gestão de Material – SIGMA , e conciliado com o Sistema Integrado de Gestão Governamental Governamental/SIGGO/SIAC, temos:

Com relação ao saldo atual do mês o valor de R\$ 68.581,98 (Sessenta e oito mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos).

Considerando o saldo acumulado do exercício das Entradas de material tivemos o montante de R\$ 87.742,99 (Oitenta e sete mil, setecentos e quarenta e dois reais e noventa e nove centavos). No que tange as Saídas finalizamos com o saldo de R\$ 79.844,79 (Setenta e nove mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

Os resultados apresentados nos Demonstrativos dos Bens Patrimoniais do Sistema Geral de Patrimônio – SISGEPAT, conciliado com o Sistema de Gestão Governamental-SIGGO/SIAC, foram os montantes abaixo relacionados:

TERRENOS: R\$ 11.612.660,62 (Um milhão, seiscentos e sessenta e três mil, seiscentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos),

PRÉDIOS: R\$ 8.646.075,00 (Oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil e setenta e cinco reais)

MOBILIÁRIO URBANO: R\$1.893.551,88(Um milhão, oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos).

O montante de BENS IMÓVEIS Incorporados: R\$ 22.152.287,50 (Vinte e dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Obras em Andamento: R\$11.995.078,19 (Onze milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setenta e oito reais e dezenove centavos).

Em relação ao total de BENS IMÓVEIS a Regularizar temos: R\$ 30.663.167,39 (Trinta milhões, seiscentos e sessenta e três mil, cento sessenta e sete reais e trinta e nove centavos).

Temos como saldo atual de BENS MÓVEIS (Materiais Permanente), o montante de de R\$1.584.163,17 (Um milhão, quinhentos e oitenta e quatro mil e cento e sessenta e três reais e dezessete centavos)

17.10. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ – RA X- UO: 28.112

A Administração Regional do Guará, criada pela Lei nº 049, de 25.10.89, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, anteriormente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil.

Em 2016, o Decreto nº 37.206 de 23 de março de 2016, publicado no DODF em 24 de março de 2016, fixou a estrutura administrativa das Administrações Regionais do Distrito Federal e o Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016, publicado no DODF em 16 de setembro de 2016, vinculou as Administrações à Secretaria de Cidades.

De acordo com seu regimento interno, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29.12.94, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administrativa X, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes, de acordo com a nova estrutura da Administração Regional do Guará acima mencionada.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	2
Cedidos – fora GDF	2
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	44
Estatutário – afastado	-
Sem vínculo – em exercício	31
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	75
Total ativos – afastado	-

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	171.000	101.000	0	0
0001 - ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO ARTESÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ	171.000	101.000	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	50.000	0	0	0
5944 - APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS NA R.A. DO GUARÁ	50.000	0	0	0
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	250.000	0	0	0
0001 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE VIVENCIAL DENNER - REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ	250.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	471.000	101.000	0	0

Despesas com a elaboração de projeto para construção da praça do artesão na região administrativa do Guará

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	150.000	0	0	0
5514 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X	150.000	0	0	0
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	150.000	0	0	0
0001 - REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA QUADRA 38 DO GUARÁ	150.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	300.000	0	0	0

Não houve execução neste programa.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2.900.000	3.865.275	738.600	600.000
4514 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS- GUARÁ	0	0	0	0
5510 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	100.000	2.365.275	138.600	0
5511 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ	1.500.000	1.500.000	600.000	600.000
5512 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ RA X	1.000.000	0	0	0
5513 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DO GUARÁ	300.000	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	230.000	30.559	26.934	26.934
9198 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	230.000	30.559	26.934	26.934
TOTAL DO PROGRAMA 6210	3.130.000	3.895.834	765.534	626.934

Realizações:

- Descentralização de Crédito Orçamentário para a NOVACAP destinado a custear despesas com obras de calçadas na Região Administrativa do Guará;
- Descentralização de Crédito Orçamentário para o SLU destinado a custear despesas com a implantação de 02(dois) Pontos de Entrega Voluntária – PEV, na Região Administrativa do Guará;
- Descentralização de Crédito Orçamentário para a NOVACAP destinado a custear despesas com obras de pavimentação asfáltica na Via Coletora da QE 04 – Guará I, Via Coletora entre a QE 08 e QI 08 – Guará I, Via Coletora entre a QE 20 e QI 20 – Guará I e ampliação de rede coletora de águas pluviais;
- Descentralização de Crédito Orçamentário para a NOVACAP destinado a custear despesas com obras de calçadas na Região Administrativa do Guará;
- Obras de Iluminação Pública Na Região Administrativa do Guará.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	400.000	543.583	492.382	492.382
8509 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	400.000	543.583	492.382	492.382
TOTAL DO PROGRAMA 6211	400.000	543.583	492.382	492.382

Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, referente aos serviços prestados por sentenciados do sistema penitenciário do DF no mês de dezembro de 2014.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	150.000	1.684	1.684	1.684
6010 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS NA R.A. DO GUARÁ	150.000	1.684	1.684	1.684
4090 - APOIO A EVENTOS	0	0	0	0
6001 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTO CULTURAL DA PARÓQUIA SÃO PAULO APÓSTOLO- GUARÁ	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	150.000	1.684	1.684	1.684

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	113.344	16.941	2.800	2.800
5864 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	113.344	16.941	2.800	2.800
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100.000	933	0	0
5368 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- GUARÁ	100.000	933	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100.000	10.932	0	0
5192 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	100.000	10.932	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	400.000	81.797	43.244	43.244
9785 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	400.000	81.797	43.244	43.244
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	60.000	10.560	0	0
5808 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	60.000	10.560	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5.461.179	6.686.339	6.559.165	6.559.165
8910 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	5.461.179	6.686.339	6.559.165	6.559.165
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	497.380	351.380	340.260	340.260
9716 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	497.380	351.380	340.260	340.260
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2.201.240	1.087.383	761.603	723.577
9793 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- GUARÁ	2.201.240	1.087.383	761.603	723.577
TOTAL DO PROGRAMA 6001	8.933.143	8.246.265	7.707.072	7.669.047

Realizações:

- Aquisição de material permanente (compactadora para asfalto) na Região Administrativa do Guará;
- Reconhecimento de dívida com a CAESB, referente a uma obra de ampliação de rede de esgoto na QE 23 – ABRACE em 2013;
- Reconhecimento de dívida com a CEB referente ao fornecimento de energia elétrica para o Ginásio do CAVE e a Tribuna do Estádio do CAVE no mês de dezembro de 2014 (com atualização monetária);
- Reconhecimento de dívida com a CAESB referente ao consumo de água e tratamento de esgoto dos próprios nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	420.000	508.933	484.362	484.362
7203 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- GUARÁ	420.000	508.933	484.362	484.362
TOTAL DO PROGRAMA 0001	420.000	508.933	484.362	484.362

Além das despesas correntes normais com folha de pagamento (ressarcimento ao Fundo Constitucional de dois servidores requisitados da PMDF), houve pagamento de Licença Prêmio em Pecúnia para 02 (dois) servidores, e também Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, referente a 02 (dois) servidores requisitados da PMDF que prestaram serviços nesta RA em janeiro de 2015.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ T	153.801
Confecção de quebra molas/ Unidade	1
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	58
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	7
Recuperação de calçadas/ M ²	5
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	627
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	117.601
Remoção de entulhos/ M ³	18.836
Reposição de meios-fios/ Unidade	24
Serviços de terraplanagem/ M ³	153
Roçagem manual/ M ²	11.001
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	34.500
Recapeamento asfáltico/ M ²	4
Passeios (construção) / M ²	30
Rede de águas pluviais/ M	

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	4
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	
Encaminhamento - CDS/ Na hora	4
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	3
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	2
Trabalho com Grupos - Gestantes	
Trabalho com Grupos - Idosos	
Trabalho com Grupos – Mulheres	
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	6
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	
Trabalho com Grupos - Remoções	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	42
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	2

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema		
Teatro		
Música		
Dança	33	1.650
Artes Plásticas		
Literatura	12	1.050
Outros eventos	35	5.600

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer		
Eventos esportivos	13	1.795
Outros		

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	18
Habitação Coletiva	4
Comercial	127
Industrial	26
Área Rural	
Outros (Eventual)	56
Total Expedido	231

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	111	45.626,15
Habitação Coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional Público		
Institucional Privado		
Total Expedido		

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	11	46.358,70
Habitação coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional		
Total Expedido		

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar		
Demarcação para Alvará de Construção - Outras		
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	5	45.832,00
Elaboração de Croquis		
Levantamento para Carta de Habite-se	49	-
Levantamento para área pública	21	7.187,68

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	192
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	
Restrito - Comercial	
Restrito - Industrial	
Restrito - Institucional	
Misto - Residencial/Comercial	
Misto - Outros	3

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	
Fiscalização de Feiras	2

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	21

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m²) - Estradas recuperadas	
Vistorias realizadas	
Produtores rurais cadastrados	
Propriedades rurais	
Associações	
Cooperativas	
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.156
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	17
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	904
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	348
Atestado de desobrigação	64
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	1
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	198
Transferência de domicílio	209
Averbações de certificado de alistamento	2.577
Outros	138

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

3.1. Melhorias no asfalto

Nos últimos oito meses, a Administração do Guar4 atuou na prestação de serviços esperados há alguns anos pela comunidade guaraense. A exemplo disto, destacam-se a reforma e revitalização de asfalto, em parceria com a Novacap, que começaram em junho, em áreas críticas da região administrativa. Os trabalhos foram iniciados nas quadras internas do Guar4 que, segundo relatos dos moradores, há mais de dez anos aguardavam providências.

A recuperação asfáltica já foi realizada nas quadras QI 03, QI 05, QI 07 (conjunto V), QI 19 (em frente à futura Escola Técnica), QI 20, QE 01, QE 04 (Conjunto E), QE 09, QE 20, QE 26 (conjunto O), QE 32 (conjunto I). A aceleração dos trabalhos de execução para essas quadras contou com a destinação Emendas Parlamentares.

3.2. Nova sinalização de trânsito

Por meio de parceria com o Detran-DF ocorreram implantações de sinalização horizontal das vias. O serviço, que começou pelas QIs (Quadras Internas) 1, 3, 5, 7 e 9, é resultado de um levantamento feito pela própria administração, a partir de pedidos registrados pelos moradores que utilizaram o telefone 162, da Ouvidoria do Governo de Brasília. O Detran ainda avalia o projeto de troca e instalação das placas de sinalização que indicam passagem de pedestres, quebra-molas e retornos.

3.3. Terminais rodoviários entregues à população

Os moradores do Guar4 I e II receberam locais revitalizados pelo Governo de Brasília. No segundo semestre de 2016, o governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg, esteve na região administrativa para reinauguração das duas plataformas de embarque e desembarque que atende centenas de pessoas diariamente. As reformas promovem mais conforto e segurança para os usuários e trabalhadores do sistema de transporte coletivo com uma estrutura totalmente renovada. No Guar4 I, a estação conta com nove pontos de estocagem e sete salas administrativas, além de banheiros com acessibilidade, lanchonete e paraciclos. Sete linhas têm origem na estação. No Guar4 II, são seis boxes para ônibus adaptados com acessos com tampa, piso tátil, corrimão e meio-fio em altura adequada para embarque e desembarque de cadeirantes. Além disso, o terminal conta com sistema de combate a incêndio, banheiros com acessibilidade, oito salas administrativas, uma lanchonete, quatro paraciclos e espaço para até 20 coletivos ficarem estacionados.

3.4. Mudanças no itinerário da linha de ônibus 0.090

Houve mudança do trajeto, que sai do Terminal Rodoviário do Guar4 II, e inclui no percurso as vias internas do SIA nos Trechos 2/3. Atendendo aos pedidos dos trabalhadores que utilizam a linha 0.090, que sai do Terminal Rodoviário do Guar4 II com destino ao Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (Saan), desde 19 de setembro de 2016, entrou em vigor nova rota em que os ônibus passarão entre os Trechos 2 e 3 do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), antes de chegar à avenida em frente à Feira dos Importados, por onde já passam.

A modificação atende a reivindicações dos usuários e amplia a interligação entre o metrô e o SIA.

3.5. Melhorias na manutenção e conservação do Guar4

A Administração do Guar4 intensificou diversos serviços imprescindíveis à conservação e manutenção da cidade, especialmente, na resposta às demandas apresentadas pela comunidade. Além disso, apresentou aos órgãos responsáveis por outros serviços, mapeamentos das necessidades da região administrativa para a proposição de parcerias e atendimento às reivindicações populares.

3.6. Reforço na iluminação pública

A CEB - Companhia Energética de Brasília, em parceria com a Administração Regional do Guar4, iniciou o reforço da iluminação pública em várias quadras da região administrativa, no final de abril. O investimento atende a uma demanda da população que busca mais segurança para o Guar4. Dentre os locais que já receberam as benfeitorias, estão as QI's 31 e 33, localizadas nas proximidades do Ed. Consei, QI 25, QE 40 dentre outras. Para 2017, a região administrativa contará com novos investimentos oriundos de emenda parlamentar, os quais serão destinados para a ampliação de iluminação com o intuito de reduzir a criminalidade no Guar4.

3.7. Quase 2 mil podas de árvores este ano

A Administração do Guar4, com objetivo de proporcionar mais segurança ao cidadão, realizou 1.943 podas de árvores em 2016. O serviço de podas é essencial para a redução de crimes cometidos a pedestres e ao comércio, pois o corte

dos galhos garante mais visibilidade das vias, aumenta a segurança de quem est4 a p4, favorece a pr4tica de esportes nas quadras e diminui os riscos de acidentes envolvendo quedas de 4rvores sobre veiculos, principalmente, em 4pocas de chuva. A manutença3o das copas tamb4m contribui no desenvolvimento das esp4cies. Muitas vezes o serviço contou com a parceria da Novacap. Em 2017, o serviço segue um cronograma de trabalho em locais que ofereçam riscos.

3.8. Cidade mais limpa

Foram recolhidas, em 2016, quase cinco mil faixas irregulares espalhadas pelo Guar4, o que contribuiu significativamente na conservaça3o e manutença3o da regi3o administrativa. O elevado n4mero de faixas implantadas em locais proibidos, al4m de poluir f4sica e visualmente a cidade, ainda pode oferecer riscos de acidentes de tr4nsito ao desviar a atença3o de motoristas. Em raz3o disto, a Administraça3o Regional do Guar4 intensificou o serviço de coleta a fim de reduzir este tipo de infraça3o. De acordo com a Ag4ncia de Fiscalizaça3o – Agefis, a empresa ou o morador que fixar faixas em locais p4blicos fica suscet4vel 4 multa, que pode variar de R\$ 200 a R\$ 400.

3.9. Administraça3o Regional e SLU v4o implantar o primeiro PEV do Guar4

Com o intuito de reduzir o descarte irregular de res4duos nas ruas do Guar4, a Administraça3o Regional oficializou, em agosto, a descentralizaça3o de recurso para o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) para a implantaça3o do primeiro Ponto de Entrega de Pequenos Volumes (PEV) do Guar4. O processo licitatório iniciou em dezembro e a previs3o de entrega 4 para o primeiro semestre de 2017. A construça3o de um PEV 4 a resposta 4s demandas da populaça3o guaranaense para melhorias na manutença3o e conservaça3o da limpeza nas vias p4blicas da regi3o administrativa.

Os Pontos de Entrega de Pequenos Volumes (PEV) previstos para o Distrito Federal s3o instalaça33es com mil metros quadrados, destinados para o recebimento de res4duos da construça3o civil (RCC), podas, volumosos (m3veis) e res4duos da coleta seletiva. Restos de obras e demoliça33es como pisos, azulejos, cimento e terra, madeiras, sobras de poda, m3veis, papel, papel3o, pl4sticos, vidros, latas de tinta e metais s3o exemplos dos materiais que podem ser levados ao PEV. O objetivo 4 diminuir a quantidade de lixo descartado irregularmente em locais p4blicos, terrenos baldios e c3rregos, evitando assim a proliferaça3o de doenças, enchentes e de animais.

3.10. Guar4 sem buracos

Foram utilizadas, at4 outubro de 2016, 293.306 toneladas de asfalto destinadas a tapar buracos nas ruas. Os trabalhos seguem em 2017 com o prop3sito de facilitar cada vez mais o tr4nsito de autom3veis e pedestres nas ruas do Guar4.

3.11. Campanhas

Em 2016, a RA X realizou coleta de m3veis sem utilidade. Com a constante preocupaça3o dos 3rg3os p4blicos e populaça3o quanto 4 conservaça3o das vias p4blicas limpas, a Administraça3o Regional, desde maio de 2016, disponibiliza equipes de coleta na casa do morador. Os materiais inserv4veis, que geralmente n3o s3o coletados pelos caminh3es do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), quando descartados em qualquer lugar ou at4 deixados no quintal de casa, podem servir de criadouro para o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, chikungunya e zika v4rus.

A Administraça3o do Guar4, tamb4m, realizou a campanha de descartes eletr3nicos. A destinaça3o dos equipamentos eletr3nicos que n3o funcionam mais tamb4m 4 outra pauta importante apoiada pela Administraça3o do Guar4 que, em maio de 2016, passou a disponibilizar um cont4iner de descarte na Sede da Administraça3o e outro na Feira Permanente do Guar4. Uma parceria com a Organizaça3o N3o Governamental (ONG), Metarreciclagem. Televisores de tubos e demais eletr3nicos, semanalmente, s3o levados pela ONG para a reciclagem.

A Administraça3o Regional do Guar4 tem apoiado o Projeto Bigu4. Com objetivo de evitar que sobras de 3leo de fritura sejam despejados nas pias ou vasos sanit4rios, o que pode acarretar s4rios problemas ambientais, al4m de causar problemas nas tubulaça33es, a Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb) e a Administraça3o do Guar4 disponibilizam aos moradores e donos de estabelecimentos comerciais no Guar4 um recipiente para armazenamento e posterior descarte adequado do 3leo utilizado.

3.12. Novas quadras do Guar4 recebem autorizaça3o para construça3o

A primeira quadra a receber alvar4s foi a QE 56 e conta com 405 lotes. Em novembro de 2016, foram contemplados 14 grupos de associaça33es cadastrados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab). As cooperativas habitacionais de trabalhadores tiveram prioridade na aquisiça3o de 4reas p4blicas urbanas destinadas para moradias. Os locais destinados na cidade s3o as QE's 38, 44, 48, 50, 52, 54, 56 e 58 do Guar4 II.

Os terrenos designados para a construção das novas moradias, durante 2016, receberam um mutirão de limpeza com caminhões da Novacap para a retirada de entulhos e lixo verde. A Administração Regional do Guará executou serviços de roçagem na área.

Os trabalhos cumprem a exigência dos demais órgãos públicos envolvidos, como a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap), responsável pela medição dos lotes – uma das etapas para o início das construções. A ocupação do solo para essas áreas seguem os critérios urbanísticos legais.

3.13. Parcerias público-privadas para o Guará

A Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, da Secretaria de Fazenda, lançou em setembro de 2016 o procedimento de manifestação de interesse para revitalizar e modernizar o Complexo Esportivo e de Lazer do Guará, na QE 25. Interessados em administrar o Kartódromo Ayrton Senna, o Estádio Antônio Otoni Filho, o ginásio de esportes e o Clube Vizinhança receberam o prazo de até 11 de novembro de 2016 para requerer autorização de estudos técnicos. Os vencedores terão 60 dias para apresentar as informações para o Governo de Brasília. As informações estão no edital do chamamento público.

O Executivo local não descarta firmar mais de um contrato. Três possibilidades são levantadas: um concessionário para tomar conta das quatro estruturas; um parceiro para gerir todas, exceto o Kartódromo Ayrton Senna; e um apenas para o kartódromo – este foi alvo de uma manifestação de interesse privado, ponto de partida para uma parceria público-privada (PPP) no local. As pistas de bicicross e de motocross, as quadras esportivas e a administração do Centro Administrativo Vivencial e Esporte (Cave) não estão incluídas. O complexo não integra a lista prioritária de PPP's.

A ideia inicial do governo seria apenas o kartódromo, mas a Administração Regional demonstrou que os altos custos de manutenção poderiam inviabilizar o uso eficiente do espaço pela administração pública. “Conseguimos aporte para o estádio e teremos uma estrutura com gramado de primeiro mundo. Mas só a manutenção da grama custaria R\$ 400 mil por ano, algo incompatível com a contenção de gastos”, afirma. “É difícil para o Estado administrar complexos de esporte e lazer, uma PPP pode trazer investimentos e benfeitorias”. A intenção da RA X é firmar a parceria em 2017.

3.14. Desocupações de áreas públicas

A devolução de áreas públicas para a população foi um dos compromissos firmados ao longo do ano de 2016.

Alvo constante de tráfico de drogas, prostituição e degradação de áreas ambientais, as áreas públicas mapeadas com invasões na região administrativa estão sendo monitoradas pela Administração Regional do Guará e demais órgãos de fiscalização. Ações coordenadas pela administração sobre a retirada de barracos irregulares foram deflagradas em vários pontos da cidade.

Em agosto, a operação retirou cerca de 30 ocupações ilegais em uma área do Parque Ezechias Heringer, na altura do Setor de Oficinas Sul (SOF-Sul). Três meses depois, os órgãos de fiscalização do DF, mais uma vez, uniram-se para retiradas na QE 38, em uma área ambiental do Lúcio Costa e também na EQ 26/28 do Guará II.

O monitoramento e áreas públicas continua em 2017.

3.15. Emissão de autorizações de funcionamento

A Administração do Guará trabalha para acelerar entrega de documentos. Com apenas oito meses de trabalho, a administração emitiu 124 autorizações para diversos segmentos de negócios. Agilidade fundamental para que o desenvolvimento do comércio local não seja prejudicado no pleno funcionamento de suas atividades. Atualmente, as emissões possuem um prazo médio de entrega de até sete dias. Em outras épocas, esse mesmo serviço poderia demorar meses. Isto só foi possível com a implantação de novos fluxos e mapeamento de processos jurídicos feitos pela Assessoria Técnica junto à Gerência de Licenciamentos, responsável por emitir as autorizações.

O documento é imprescindível para a manutenção dos serviços prestados pelos estabelecimentos e pode ser solicitado de duas formas: acessando o endereço eletrônico do Registro de Licenciamento de Empresas – RLE (rle.empresasimples.gov.br) ou presencialmente, no balcão de atendimento da Administração Regional.

3.16. Arrecadação bate recorde em menos de um ano de trabalho

Para o pleno desenvolvimento de uma cidade como o Guará, é importante que as arrecadações se mantenham em ordem. Antes da nova gestão assumir a Pasta, os índices de inadimplência eram muito altos, conforme os relatórios de acompanhamento elaborados pela Coordenação de Desenvolvimento da Administração Regional. Com base nesses números, o desafio de conscientização dos empresários que fazem o uso de área pública para os seus negócios sobre a importância do repasse dos recursos foi colocado em ação.

Se forem comparados 2015 e 2016, observa-se um arranque e toda a arrecadação é remetida à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal e boa parte dos recursos são absorvidos para investimento em melhorias para o Guará.

Na Feira Permanente do Guará, o índice de inadimplência caiu pela metade. O mesmo pode ser observado com os quiosques e bancas de jornais e revistas.

3.17. Quase 100% das demandas enviadas por moradores foram solucionadas

A Ouvidoria Geral do Guará — departamento responsável por receber demandas, reclamações, elogios e denúncias dos moradores — registrou 322 manifestações, referentes a diversos tipos de solicitações de serviços, que incluem podas de árvores, operação tapa buracos, recuperação de vias, entre outras indicações de melhorias para a região administrativa.

O número refere-se às solicitações atendidas ou que motivaram providências junto a outros órgãos, ou, ainda, que foram incluídas no cronograma de ações das equipes de conservação e manutenção da Administração Regional. Apenas 3% ainda se encontram em análise de viabilidade para atendimento.

A Ouvidoria itinerante esteve em diversos eventos realizados na região administrativa. Além de registrar as demandas dos moradores e ouvir as suas reivindicações, o trabalho também teve como foco a ampliação deste canal de relacionamento direto com a comunidade.

O morador que desejar novamente o serviço, utilizando uma das três formas de contato com a Ouvidoria: via telefone pelo 162 (chamadas apenas realizadas de aparelho fixo), via internet, acessando ouvidoria.df.gov.br, ou pessoalmente, na Administração do Guará, que fica ao lado da Feira.

3.18. Cultura

Durante todo o ano, diversas atividades culturais foram propostas à comunidade. As festividades contaram com o apoio importante de entidades sociais e lideranças comunitárias, parceiros do Guará, que auxiliaram a Administração Regional na realização de 22 eventos com o alcance de quase sete mil pessoas.

Dedicação e muita criatividade para apresentar, a cada data comemorativa, novas maneiras de integrar a comunidade *guaraense*, em momentos de descontração e alegria que também serviram como oportunidades ao diálogo aberto e à aproximação dos moradores ao trabalho da administração.

Alguns momentos destacaram-se como a escolha de novos conselheiros regionais em um processo eleitoral que envolveu toda a comunidade. Em comemoração ao aniversário da cidade, em maio de 2016, a Administração contou com parcerias de empresários locais para realizar as festividades. Em junho foi realizado o 1º São João do Guará e contou com um público presente de aproximadamente 20.000 pessoas. A Virada do Cerrado, realizada em setembro, foi outra proposta marcante durante o ano sobre a participação de cada cidadão no processo de mudança climática no mundo.

3.19. Esporte

Com o intuito de estimular a prática esportiva no Guará, promover a manutenção das modalidades conhecidas e fortalecer as novas categorias, a Administração do Guará apoiou diversos campeonatos da cidade, colaborando no fornecimento de estrutura básica para o bom desempenho das competições e participando ativamente na realização dos eventos.

Junto à Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo do Distrito Federal, a Administração protocolou as demandas da comunidade e trabalha para as melhorias dos equipamentos públicos importantes para o desenvolvimento das atividades.

3.20. Prédios e Próprios

Com relação a Prédios e Próprios, de acordo com o orçamento disponível foram feitas manutenções corretivas, como, por exemplo, telhado, piso das salas e algumas instalações hidráulicas.

Está previsto a continuidade da manutenção para o exercício de 2017

3.21. Dificuldades

A Administração Regional vem sentindo grandes dificuldades quanto ao Regimento Interno desatualizado.

Diante de pouco recurso orçamentário, a Administração Regional buscou minimizar as dificuldades por meio de parcerias com o empresariado local e outros Órgãos do GDF.

17.11. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI- UO: 28.113

A Administração Regional do Cruzeiro foi criada pela Lei nº 49/89, de 25/10/89, órgão da Administração Direta anteriormente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, seu Regimento Interno foi aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29/12/1994.

As Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal.

A Administração Regional tem por competência representar o governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa, na coordenação e execução de atividades e serviços de interesse público na sua área de atuação.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	04
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	01
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	55
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	42
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	55
Total ativos - afastado	0

A Administração Regional do Cruzeiro vem organizando sua força de trabalho para atender de maneira mais eficiente e eficaz as atividades de sua competência.

A força de Trabalho, representada por todas as pessoas que contribuem para o funcionamento da Administração, é composta por 55 servidores, sendo 10 efetivos, 44 comissionados, 01 requisitado fora GDF, 04 requisitados do GDF para a Administração Regional do Cruzeiro e 21 conveniados da FUNAP. Os serviços de segurança e transporte são terceirizados.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	380.000	0	0	0
4453 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-- CRUZEIRO	380.000	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	202.745	10.515	0	0
9196 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	202.745	10.515	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	582.745	10.515	0	0

Não houve execução orçamentária no Programa de Trabalho.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	260.000	415.268	366.597	366.597
8508 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	260.000	415.268	366.597	366.597
TOTAL DO PROGRAMA 6211	260.000	415.268	366.597	366.597

No Programa de Trabalho foi realizado a contratação de mão-de-obra de 21 reeducandos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, através da FUNAP, que prestaram serviço para a Administração Regional.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	10.000	2.593	0	0
6004 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- CRUZEIRO	5.000	1.297	0	0
6041 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- CRUZEIRO	5.000	1.297	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	10.000	2.593	0	0

Não houve execução orçamentária no Programa de Trabalho.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	0	0	0	0
5539 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL- EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 01- CRUZEIRO	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6221	0	0	0	0

Não houve execução orçamentária no Programa de Trabalho.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	50.000	16.500	0	0
5863 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	50.000	16.500	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50.000	16.500	0	0
5325 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- CRUZEIRO	50.000	16.500	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3.393.373	3.818.373	3.743.467	3.743.467
8909 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	3.393.373	3.818.373	3.743.467	3.743.467
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	423.573	314.721	260.791	260.791
9715 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	423.573	314.721	260.791	260.791
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	359.877	282.732	251.135	251.135
9792 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	359.877	282.732	251.135	251.135
TOTAL DO PROGRAMA 6001	4.276.823	4.448.826	4.255.393	4.255.393

No Programa foi realizado remuneração de servidores, concessão de benefícios e manutenção dos serviços administrativos da Administração Regional do Cruzeiro.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	83.718	69.067	0	0
0032 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	83.718	69.067	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	136.282	224.932	207.328	207.328
7191 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CRUZEIRO	136.282	224.932	207.328	207.328
TOTAL DO PROGRAMA 0001	220.000	293.999	207.328	207.328

Foi efetuado ressarcimentos referente a 01 servidor cedido a essa Administração Regional.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O desenvolvimento urbano e a manutenção das áreas da cidade foram os principais objetivos cumpridos pela Administração Regional do Cruzeiro na gestão de 2016, alinhados com a política do governo em busca de alternativas para o desenvolvimento da cidade, dentro dos recursos disponíveis.

Mesmo sem disponibilidade orçamentária para execução total do programa, a Administração do Cruzeiro em parceria com a NOVACAP, SLU e os sentenciados da FUNAP, realizou obras de urbanização, infraestrutura, manutenção, limpeza e ajardinamento do Cruzeiro beneficiando a comunidade que mora e frequenta os espaços da cidade.

Seguem abaixo, algumas das ações e projetos realizados durante o ano de 2016.

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	62
Confecção de quebra molas/ Unidade	02
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	75
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	20
Recuperação de calçadas/ M²	80
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	10
Capina, varrição e rastelagem/ M²	2.000
Remoção de entulhos/ M³	5.760
Reposição de meios-fios/ Unidade	670
Serviços de terraplanagem/ M³	-
Roçagem manual/ M²	800
Serviços de roçagem mecânica/ M²	700
Recapeamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	81



Limpeza do Cruzeiro



Manutenção dos Parquinhos



Construção de Calçadas nas Praças



Construção de Quebra-Molas – Cruzeiro Velho



Construção de Drenagem para Escoamento de Águas Pluviais – Cruzeiro Novo



Recapeamento de Asfalto – Parceria Novacap



Revitalização das Paradas – Projeto Cruzeiro Arte na Parada



Roçagem – Parceria SLU



Recolhimento de Entulho



Plantação de Mudas



Roçagem



Limpeza de Bueiros



Troca de Tampa de Bueiros



Operação Tapa Buracos



Rastelagem



Retirada de Faixas



Reconstrução de Calçadas



Reparo em Calçadas

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	16
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	08
Encaminhamento - CDS/ Na hora	05
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	19
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	29
Trabalho com Grupos - Gestantes	08
Trabalho com Grupos - Idosos	02
Trabalho com Grupos – Mulheres	01
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	03
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	01
Trabalho com Grupos - Remoções	02
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	150
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	165
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	15
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	22
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	-
Outros – Desenvolvimento social – Totalizando as atividades	445



Acolhimento na Chácara Cristo Redentor, no Setor Leste Gama



Abordagem Social



Feira de Saúde



Ação – Combate a Dengue

Visando os interesses coletivos de melhor servir a população no desenvolvimento cultural como parte essencial da construção de valores morais e cívicos dentro da comunidade, a Administração Regional do Cruzeiro realizou em 2016, em parceria com a comunidade esportiva e cultural da cidade várias atividades socioculturais através de realizações de campeonatos, aniversário da cidade, apresentações artísticas culturais, sarau, apoio a 3ª idade, teatro, virada do Cerrado e eventos em prol da conscientização da sustentabilidade investindo no lazer e crescimento cultural no bairro do Cruzeiro.

O Salão de Múltiplas Funções e o Auditório são utilizados para ensaios de grupos culturais de Teatro, Música e Dança e o Auditório foi utilizado também para serem ministradas reuniões da Administração Regional do Cruzeiro e do conselho de Cultura do Cruzeiro e dos grupos culturais da cidade.

O Ginásio de Esportes do Cruzeiro foi utilizado para realização da copa candanga de futsal, jogos abertos e treinamento da comunidade.

Mesmo sem dotação orçamentária disponível para realização total do programa, a Administração Regional do Cruzeiro em parceria com a comunidade, realizou alguns eventos tais como a revitalização das paradas de ônibus com o Projeto “Cruzeiro arte na parada”, sarau, coroação do rei e rainha da 3ª idade, encontro de blocos do Cruzeiro no Carnaval e aniversário da cidade, proporcionando assim momentos de integração, estrutura e lazer para a população.

Dentre as realizações destacamos:

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	6	720
Teatro	26	170
Música	21	700
Dança	23	690
Artes Plásticas	1	40
Literatura	1	250
Outros eventos	214	11.856
Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	9	6.700
Eventos esportivos	17	8.500
Outros	-	-



Sarau da Academia Cruzeiroense de Letras



Oficina Lateando Ideias



Coroação do Rei e Rainha da Terceiridade – Grupo Paz e Amor



Coral Grupo Fraternidade



Aniversário 31 Anos Grupo Fraternidade



Teatro - Virada do Cerrado



Moda Sustentável - Virada do Cerrado



Feira de Doação de Animais



Ação Social – Combate a AIDS



Jogos Abertos no Ginásio de Esportes No Cruzeiro



Carnaval 2016 – Encontro de Blocos do Cruzeiro



Samba do Banquinho



Festa Julina - Arraiá do Cruzeiro



Dia das Crianças



Aniversário do Cruzeiro



Assinatura Simbólica para Cessão de Uso da ARUC – Aniversário da ARUC 55 Anos



Reinauguração do Terminal Rodoviário do Cruzeiro



Inauguração da Casa da Memória do Cruzeiro



Outubro Rosa

Alvará de Funcionamento		Quantidade	
Residencial			
Habitação Coletiva			
Comercial			
Industrial			
Área Rural			
Outros (Eventual)			
Total Expedido			
Alvará de Construção		Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar		08	1683,75
Habitação Coletiva			
Industrial			
Comercial			
Institucional Público			
Institucional Privado			
Total Expedido		08	1683,75
Carta de Habite-se		Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar		03	867,62
Habitação coletiva			
Industrial			
Comercial			
Institucional			
Total Expedido		03	867,62

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar		
Demarcação para Alvará de Construção - Outras		
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	05	760
Elaboração de Croquis	10	17500
Levantamento para Carta de Habite-se	02	240

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	11
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	
Restrito - Comercial	
Restrito - Industrial	
Restrito - Institucional	
Misto - Residencial/Comercial	
Misto - Outros	04

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	
Feiras Permanentes	01
Recadastramento de Feiras	
Fiscalização de Feiras	11

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	10
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	03

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	
Vistorias realizadas	
Produtores rurais cadastrados	
Propriedades rurais	
Associações	
Cooperativas	
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	
Atestado de desobrigação	
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	
Transferência de domicílio	
Averbações de certificado de alistamento	
Outros	

Informações Adicionais

Protocolo

Os serviços de protocolo procurou atender com Eficiência/ Clareza à comunidade, prestando informações a feirantes, ambulantes, artesões, comerciantes e população em geral.

Ouvidoria

A ouvidoria do Cruzeiro tem sido uma ferramenta auxiliar para sanarmos os problemas de infraestrutura da cidade. Todos os problemas relacionados a buracos, entulho, poda e outros problemas do gênero que são informados à ouvidoria, são automaticamente transferidos à nossa equipe que trabalha nas ruas executando a manutenção diária na nossa cidade.

Feira Permanente do Cruzeiro, Bancas de Jornais e Quiosques:

- Emissão e entrega de Documentos de Arrecadação (DAR);
- Recebimento dos comprovantes de pagamento do preço público;
- Arquivamento de documentos;
- Análise dos processos - (adimplência/inadimplência – regularidade da ocupação/irregularidade da ocupação);

de esgoto etc)

- Análise dos processos dos feirantes do Cruzeiro junto à SEGETH;
- Detecção e solução de problemas estruturais na feira. (Exemplo: vazamento de água, entupimento da rede

- Gestão de conflitos entre feirantes;
- Apoio e acompanhamento ao trabalho dos agentes da Vigilância Sanitária e Agefis na feira;
- Auxílio aos feirantes no cumprimento das determinações dos órgãos de fiscalização e controle. Ex:

Vigilância Sanitária;

- Auxílio e encaminhamento de pessoas em situação de rua, nos arredores da feira, à assistência social;
- Organização da FLIC;
- Emissão de documentos administrativos (circular, comunicados, ofício e memorandos);
- Atendimento ao cidadão (presencial, telefone, zap, e-mail);
- Organização de cursos e palestras pelo projeto Qualifeira (temas trabalhados: Segurança alimentar, Legislação de Feiras, Coleta de Lixo);

• Organização de palestras/cursos, em parceria com o SEBRAE, aos feirantes e demais (micro)empreendedores da região;

- Formalização de Microempreendedores;
- Emissão de documentos do SEBRAE;
- Relatório SEBRAE;

- Emissão das taxas do preço público e entrega dos quiosques e bancas de jornal e revista.
- Levantamento de Processos;
- Visitas regulares em quiosques e bancas de jornais e revistas;
- Emissão de notificação;
- Atualização de Tabela de juros e multa, do preço público.
- Entre outras atividades.

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Administração Regional do Cruzeiro realizou a finalidade designada nos programas não em sua totalidade, mas a cidade foi atendida em sua infraestrutura, urbanização, ajardinamento e limpeza, com a operação tapa buracos, limpeza dos passeios das vias centrais, conserto de tampas de esgoto, revitalização das praças e parquinhos, retirada diária de entulho, capina nos meios-fios, reconstrução dos becos e calçadas, limpeza de bueiros, obras de calçamento com acessibilidade, meio-fio, recapeamento – recuperação do pavimento, poda das árvores, entre outros serviços de manutenção e obras.

Os programas de eventos esportivos e culturais do bairro foram realizados com a finalidade de bem-estar, lazer e cidadania entre eles o carnaval com encontro de blocos, eventos para terceira idade, coral, Sarau, jogos abertos, copa candanga, samba do banquinho, Festa Julina – Arraiá do Cruzeiro, Dia das Crianças, Aniversário da Cidade, entre outros.

Os serviços, obras e eventos beneficiaram moradores, adultos, crianças, atletas e frequentadores do bairro. As dificuldades encontradas foram diversas entre elas a maior foi a falta de disponibilidade orçamentária e apenas com a parceria atuante da comunidade, comerciantes, moradores, profissionais do esporte da cidade, SLU, CEB, NOVACAP, DETRAN, sentenciados da FUNAP e servidores da Administração Regional do Cruzeiro que atuaram como ponte entre a Administração e seus parceiros, conseguimos atender ao máximo os programas supracitados.

Para 2017, a Regional Administrativa do Cruzeiro dará continuidade no desenvolvimento e melhorias nas áreas de infraestruturas urbanas, realizando a manutenção das áreas ajardinadas, quadras poliesportivas, parques, calçadas e praças, bem como buscará junto ao governo do DF reformar prédios públicos para melhor o atendimento ao público e aos moradores da cidade. A Administração Regional do Cruzeiro solicitou nota de crédito adicional no mês de dezembro para complementação do programa de administração de pessoas e concessão de benefícios, assim solucionamos a dificuldade para o cumprimento deste programa citado.

17.12. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA – RA XII- UO: 28.114

A Administração Regional de Samambaia, criada pela Lei nº 049 de 25/10/89 é um órgão da Administração Direta Regionalizada, anteriormente supervisionada pela Casa Civil do Governo do Distrito Federal de acordo com o art. 2º, § 3º do Decreto nº 33.583 de 16/03/2012.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

Conforme seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29/12/94 em seu art. 1º, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administrativa XII assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Salienta-se que embora haja uma minuta de alteração do regimento em vigor, ainda não há previsão acerca de quando essa nova versão será publicada.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	7
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	10
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	45
Estatutário – afastado	1
Sem vínculo – em exercício	57
Sem vínculo – afastado	3
Total ativos – em exercício	119
Total ativos - afastado	4

Fonte: GEPEs – Gerência de Pessoas

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	150.000	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	700.000	230.000	3.884	3.884
0001 - APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA	700.000	230.000	3.884	3.884
TOTAL DO PROGRAMA 6206	850.000	230.000	3.884	3.884

Não obstante a carência de recursos financeiros para atividades de esporte e lazer, múltiplas atividades movimentaram o cenário esportivo da cidade em 2016 graças a excelente estrutura esportiva disponível, ao entusiasmo de diversas entidades esportivas e ao indispensável apoio da Administração Regional e Secretaria de Esportes. Cerca de sete mil pessoas presenciaram os eventos realizados na cidade, dos quais destacamos:

- Campeonato Brasiliense de jiu-jitsu realizado em três etapas no Centro Olímpico Rei Pelé e no Ginásio do SEST/SENAT com 1500 participantes entre atletas e admiradores.
- Circuito de vôlei de praia etapa Samambaia, com 300 participantes, iniciativa da Federação de Vôlei e Secretaria de Esportes.
- Futebol de 1ª e 2ª divisão com 28 times, 100 jogos e 3000 participantes e presentes.
- Campeonato de Judô, duas etapas com 800 presentes;
- Encontro de Artes Marciais com 400 presentes;
- Futebol mirim com 23 eventos e 1000 participantes.

Os gastos financeiros realizados destinaram-se a aquisição de troféus e medalhas para premiação.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3247 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE FEIRAS	500.000	0	0	0
0001 – Reforma e Ampliação da Feira Permanente de Samambaia	500.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	500.000	0	0	0

Contemplada com emenda parlamentar, a reforma e ampliação da Feira Permanente, demanda dos comerciantes e da comunidade, deverá permanecer na pauta de prioridades da Administração e de indicações para nova emenda em 2017.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2.250.000	0	0	0
9948 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS EM SAMAMBAIA	500.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	2.250.000	0	0	0

Todas as ações deste Programa -“Território da Gente”, previstas no orçamento de 2016, constituíram-se de emendas parlamentares que destinavam recursos para obras de infraestrutura e urbanização na cidade. Diante da indisponibilidade financeira para todo o programa, as ações de urbanização restringiram-se a obras e serviços de manutenção e recuperação de vias, meios-fios, passeios, bocas de lobo, tapa buracos, etc. realizados com os recursos da própria administração e em parceria com a NOVACAP.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2.540.000	0	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	850.000	0	0
9538 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- SAMAMBAIA	0	600.000	0	0
9539 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-DAS QUADRAS 101, 102, 301 E 302- SAMAMBAIA	0	250.000	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	190.521	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	2.730.521	935.230	0	0

O Programa de Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental destinado a desenvolver soluções para investimento em obras de urbanização e sustentabilidade ambiental, por meio de ampliação dos serviços de iluminação pública e manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas, apresenta bloqueios em sua dotações inicialmente propostas, porem resgata sua finalidade ao apresentar emendas a execução, implantação e expansão de pontos de iluminação pública em mais de 15 quadras da cidade beneficiando diretamente escolas, praças, estacionamentos, dentre outras áreas carentes de iluminação pública, em atenção as demandas das comunidades interessadas. Essas ações continuam em execução e constam entre aquelas alcançadas pelas orientações do decreto 37.728/2016; onde os respectivos empenhos, cancelados para 2016, deverão compor a execução financeira de 207.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	50.000	214.508	200.188	180.502
8500 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	50.000	214.508	200.188	180.502
TOTAL DO PROGRAMA 6211	50.000	214.508	200.188	180.502

Originalmente conhecido como “Reintegra Cidadão” este programa chegou a contar com 15 participantes, culminando o ano de 2016 com 13 internos, alocados em atividades diversas. Vale ressaltar a importante participação desse capital humano tanto em áreas de apoio administrativo como em ações de recuperação e manutenção de áreas e equipamentos públicos submetidos a depreciação de toda natureza. Esta opção de mão de obra, associada à aquisição de materiais de construção, como areia, cimento e brita, tem revelado excelente alternativa para a recuperação de equipamentos

de infraestrutura viária, águas pluviais, a custo reduzido e com a celeridade dificilmente conseguidos nas contratações de empresas privadas.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	185.000	9.076	5.127	5.127
6034 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- SAMAMBAIA	5.000	1.297	0	0
6042 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSARIO DA CIDADE- SAMAMBAIA	15.000	7.580	5.127	5.127
6043 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS- SAMAMBAIA	15.000	200	0	0
6044 - APOIO A EVENTOS CULTURAIS NA R.A. DE SAMAMBAIA	150.000	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	0	0	0	0
6024 - APOIO A EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	0	0	0	0
5855 - APOIO A PROJETOS-EU FUI MARCADO, DROGAS, NÃO ROLA-SAMAMBAIA	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	185.000	9.076	5.127	5.127

O Programa Capital Cultural, executado por meio de ações relacionadas à execução ou apoio à realização de eventos, vem se caracterizando como dos mais penalizados diante da crise arrecadatória enfrentada pela atual gestão. Apresentou pequena realização financeira em 2014 e nula em 2015. Entretanto, neste exercício resgatou em parte a sua efetividade ao promover, juntamente com a Secretaria de Cultura, ao mais tradicional evento festivo da cidade: “A Paixão do Cristo Negro”, realizada durante as comemorações da semana santa; concretizou ainda a festividade de comemoração do aniversário da cidade cuja festejo mobilizou em torno de 1500 pessoas na praça em frente ao prédio da Administração Regional.

Ainda assim, mesmo sem aportes financeiros específicos para a cultura, acontecimentos relevantes de iniciativa de grupos culturais locais, foram apoiados pela Administração Regional, Secretaria de Cultura e empresários, mobilizando em torno de 35 mil pessoas durante o ano.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	40.000	33.000	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	8.380.001	7.274.691	6.540.214	6.540.214
8901 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-SAMAMBAIA	8.380.001	7.274.691	6.540.214	6.540.214
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	770.025	635.271	466.970	466.970
9706 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	770.025	635.271	466.970	466.970
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	474.090	398.681	276.492	256.571
9783 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SAMAMBAIA	474.090	398.681	276.492	256.571
TOTAL DO PROGRAMA: 6001	9.664.116	8.341.642	7.283.675	7.263.754

A drástica redução das receitas do DF nos últimos anos fez com que a racionalidade e a economicidade configurassem como a ordem do dia, em cada momento da gestão administrativa em 2016. Neste contexto, os recursos despendidos no Programa “Gestão Pública” na RA-XII destinaram-se exclusivamente a assegurar o desenvolvimento das atividades administrativas e finalísticas da administração regional garantindo a regularidade dos pagamentos de salários, encargos sociais e benefícios aos servidores. As ações centradas na economicidade contemplaram, sobretudo, a manutenção dos serviços administrativos gerais da Unidade, com excepcional redução de gastos, buscando ao mesmo tempo eficiência e efetividade. Como exemplo do esforço gerencial destinado a imperiosa diminuição dos gastos, pode ser observado no quadro abaixo: comparativo da execução financeira do principal programa de trabalho, no último ano da gestão anterior frente aos dois anos da gestão atual.

Programa – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Gestão Pública e Desenvolvimento Despesa Liquidada até 31 de dezembro

Valores nominais

Ação/Subtítulo	2014	2015	Var %	2016	Var %
Administração de Pessoal	8.850.823	7.427.805	(16,1)	6.540.214	(11,9)
Concessão de Benefício a Servidores	924.471	450.696	(51,2)	466.970	3,6
Manutenção de Serviços Administrativos	278.677	260.532	(6,5)	256.571	(1,5)
Reforma de Prédios e Próprios	266.757	-	(100)	-	-
TOTAL	10.320.728	8.139.033	(21,1)	7.263.755	(10,8)

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

.Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	624
Confecção de quebra-molas/ Unidade	51
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	862
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	27
Recuperação de calçadas/ M²	200
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	03
Capina, varrição e rastelagem/ M²	36
Remoção de entulhos e limpeza de área/ M³	8.962
Reposição de meios-fios/ Unidade	12
Serviços de terraplanagem/ M³	5.000
Roçagem manual/ M²	300
Serviços de roçagem mecânica/ M²	-
Recapeamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	40
Rede de águas pluviais/ M	-
Poda de árvores e retirada de galhos/ Unidade	852
Faixas recolhidas da via pública	258

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	40
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	50
Encaminhamento - CDS/ Na hora	60
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	180
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc.)	80
Trabalho com Grupos - Gestantes	10
Trabalho com Grupos - Idosos	20
Trabalho com Grupos – Mulheres	06
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	10
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	20
Trabalho com Grupos - Remoções	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	130
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	100
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	60
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	90
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	-

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	5	400
Teatro	18	10.000
Música	20	20.000
Dança		-
Artes Plásticas	2	200
Literatura		-
Outros eventos	Diversos	5.000

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer		-
Eventos esportivos	130	7.000
Outros		-

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	12
Habitação Coletiva	-
Comercial	39
Industrial	12
Área Rural	-
Outros (Eventual)	24
Total Expedido	87

Relatório Anual de Atividades 2016 – RA XII Samambaia

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	65	7.221,22
Habitação Coletiva	1	761,17
Industrial	-	-
Comercial	5	7.622,24
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	71	15.604,63

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	37	3.884,66
Habitação coletiva	21	226.382,11
Industrial	-	-
Comercial	12	5.230,45
Institucional	1	176,11
Total Expedido	71	235.673,33

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção – Habitação Unifamiliar	65	7.221,22
Demarcação para Alvará de Construção – Outras	6	8.383,41
Cota de Soleira – Levantamento de Definições	-	-
Elaboração de Croquis	-	-
Levantamento para Carta de Habite-se	71	235.673,33

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito – Residencial – Unifamiliar	166
Restrito – Residencial – Habitação Coletiva	-
Restrito – Comercial	-
Restrito – Industrial	-
Restrito – Institucional	-
Misto – Residencial/Comercial	-
Misto – Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	2.154
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	2.034
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	416
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	55
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	07
Atestado de desobrigação	101
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	05
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	79
Transferência de domicílio	297
Averbações de certificado de alistamento	4.931
Outros	12.515

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	04
Feiras Permanentes	01
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	-

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) – Estradas recuperadas	-
Vistorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O exercício administrativo de 2016 exigiu da equipe da Região Administrativa de Planaltina, toda sorte de medidas alternativas para a adequação dos recursos disponíveis, os mais escassos e às despesas, que, em grande parte, obrigatórias ou de difícil substituição. A concentração das disponibilidades financeiras em despesas imprescindíveis como pessoal e encargos, água, energia, vigilância, limpeza e conservação, obrigou a que cada unidade, sobretudo as de atuação finalística, redobrassem os esforços no sentido de atender as diretrizes de racionalização de gastos e ao mesmo tempo manter o padrão de bom atendimento historicamente reservado ao público em anos anteriores.

É importante salientar que a forte redução das despesas e a diminuição de quase 50% do quadro de servidores existente em 2014, aliado a necessidade de adequação das equipes ao novo regimento e as novas diretrizes de governo, constituíram-se em boa parte dos grandes obstáculos enfrentados em 2016 e que persistirão como desafios a superar nos próximos exercícios.

A constatação do grave quadro conjuntural enfrentado pela Administração Regional nos dois últimos exercícios, que certamente refletiu nos resultados dos serviços prestados à população, pode ser observada nos gráficos I e II abaixo, onde se vê os reflexos das medidas de contenção tanto em termos físicos quanto financeiros.

Grafico I

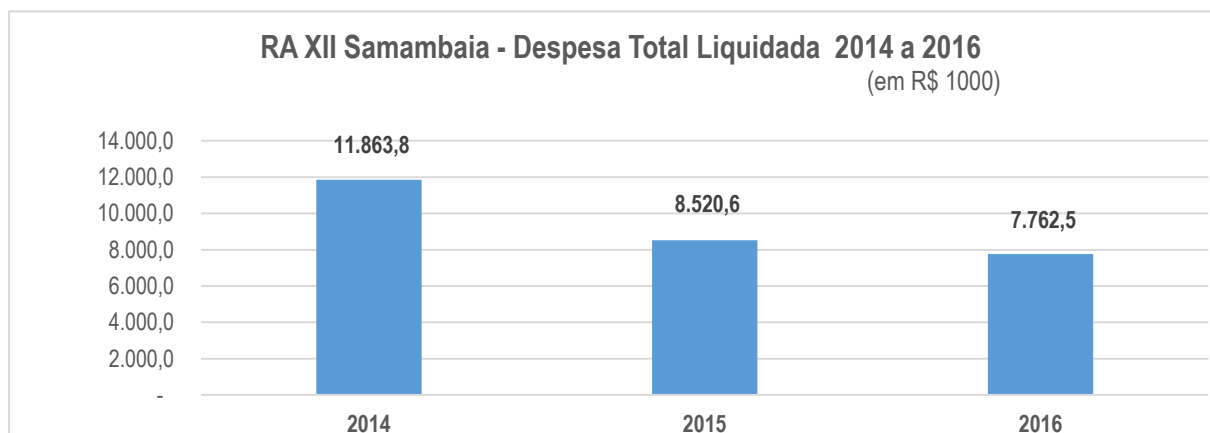
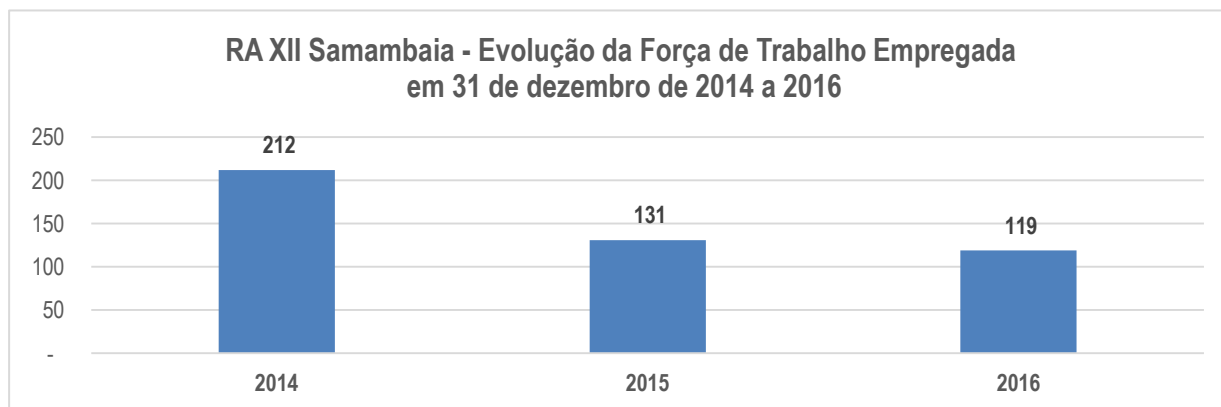


Gráfico II



Todas as dificuldades que permearam a gestão neste exercício, decorrentes dos inúmeros obstáculos de natureza econômica, física, financeira, dentre outras, podemos assegurar que a determinação de superar os desafios valendo-se de medidas criativas e no esforço pessoal de cada líder de unidade, propiciou que a gestão administrativa em 2016, seja avaliada como relativamente satisfatória. Tal compreensão se deve sobretudo à determinação de manter sempre abertas as portas da Administração Regional, o que possibilitou o constante contato do administrador com o cidadão em particular, com lideranças de comunidades carentes e instituições de naturezas diversas, que tiveram suas demandas total ou parcialmente atendidas sem qualquer manifestação pública de descontentamento pelo trabalho executado, cuja matéria prima foi acima de tudo a dedicação, a boa vontade e o espírito missionário que estimula o gestor público nomeadamente em momentos de crise.

Entretanto, não se pode omitir que muitos e melhores serviços deixaram de ser prestados à população em função das instabilidades decorrentes do processo de enxugamento de despesas e suas intercorrências. A nulidade de

recursos financeiros destinados a investimentos, como observada nos últimos dois anos, se persistir, conduzirá a que seja agravado o déficit em manutenção e ampliação de infraestruturas e equipamentos urbanos.

É imperativo ponderar, por oportuno, que mesmo que aportes financeiros para investimento tivessem sido carreados para a Administração de Samambaia em 2016, dificilmente teriam sido efetivamente aproveitados em alguma obra relevante. Isto se deve principalmente a inexistência de pessoal técnico qualificado para conduzir os processos executivos em suas diversas etapas.

Frente a este cenário, torna-se imprescindível que além de restabelecer as perdas financeiras da Administração de Samambaia acumuladas nos últimos dois anos, sobretudo as destinadas a investimentos, é inexorável que antes disso seja adotado como condição “sine qua non” a restauração da capacidade operacional da sua debilitada força de trabalho, restabelecendo sua autonomia administrativa e sua capacidade produtiva, com a incorporação de profissionais técnicos habilitados para a execução das questões jurídicas, dos processos licitatórios, dos projetos urbanísticos bem como de suas atividades sociais e culturais, dentre outros setores fortemente prejudicados, para cuja eficiência e efetividade faz-se cogente a atuação de equipe multidisciplinar tecnicamente preparada, tecnologicamente apoiada e profissionalmente motivada.

17.13. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA – RA XIII- UO: 28.115

A autorização para a criação da Região Administrativa de Santa Maria se deu por meio da Lei nº 348/92, de 04/11/92. Sua criação está vinculada ao Programa de Assentamento de Famílias de Baixa Renda, em lotes semi-urbanizados. O Governo loteou uma área do Núcleo Rural Santa Maria e transferiu os moradores das invasões do Gama e das demais localidades do Distrito Federal. Santa Maria é composta de área urbana, rural e militar.

Na área rural, estão os Núcleos Rurais Alagados e Santa Maria, onde predominam as atividades de agropecuária e a exploração de jazidas de cascalho. Na área militar, estão localizados o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo – Cindacta, do Ministério da Aeronáutica e a Área Alfa, pertencente ao Ministério da Marinha.

Regulamentada pelo Decreto nº 14.604/93, surgiu oficialmente no mapa do Distrito Federal, que a constituiu como RA XIII, Região Administrativa do Distrito Federal.

A Administração Regional de Santa Maria é vinculada a Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, conforme Decreto nº 37.625 de 16 de janeiro de 2016, art. 3º.

O órgão de direção superior, a Administração Regional de Santa Maria, foi criado por meio da Lei nº 423 de 23 de março de 1993, e, de acordo com o seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 22.338, de 24/08/01, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa XIII, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades dela decorrentes.

O nome Santa Maria originou-se do nome do rio que existia no local com nome de Rio Santa Maria. A Região Administrativa tem como Padroeira a Santa Mãe de Deus, com data de culto público em 1º de janeiro, sendo ponto facultativo na Região Administrativa, conforme a Lei nº 2.908, de 05.02.2002.

É uma região administrativa do Distrito Federal que compreende as áreas da Marinha, Saia Velha, Polo JK, além da própria Santa Maria, e se localiza a 26 km do centro de Brasília.

A cidade é rodeada por dois ribeirões, Alagados e Santa Maria, este originando o nome da cidade. As primeiras quadras foram ocupadas a partir de fevereiro de 1991.

O Polo JK é uma área de desenvolvimento econômico do Distrito Federal – PRO/DF, destinada a abrigar grandes indústrias. Localizado no centro do País, facilita o transporte para escoamento dos produtos com acesso a uma grande malha viária terrestre.

Uma das principais avenidas de Santa Maria, é a avenida Alagados, onde se concentra boa parte da economia de Santa Maria e algumas agências bancárias.

Estima-se que em pouco tempo Santa Maria se transformará em uma das principais Regiões Administrativas do Distrito Federal, por estar em uma região privilegiada e também por fazer um entroncamento entre vários municípios vizinhos ao Distrito Federal.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	08
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Requisitado dentro do GDF	15
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	24
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	49
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	96
Total ativos - afastado	-

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	150.000	111.000	110.857	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA QUADRA 516 DE SANTA MARIA	150.000	111.000	110.857	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	150.000	111.000	110.857	0

1745-0001 – Construção de Quadra Poliesportiva na Quadra 516 de Santa Maria – Execução de Obra em andamento. Processo n. 143.000.181/2016;

2024-5929 – (EP) Realização da “Copa da Amizade” evento com objetivo de fomentar a pratica de esportes com finalidade educativa, visando contribuir para o desenvolvimento social das crianças e adolescentes, afastando-os da criminalidade. Processo n.143.000.300/2016;

2024-5829 – (EP) Aquisição de troféus e medalhas para a “Copa da Amizade”



PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3247 - REFORMA DE FEIRAS	300.000	0	0	0
0001 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA FEIRA DE SANTA MARIA	300.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	300.000	0	0	0

* **Observação:** Do Programa temático 6207 – Brasília Competitiva, prevista para a ação abaixo relacionada, foi dotada apenas na previsão inicial, não tendo sido descontengenciado.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2.750.000	620.390	620.367	0
9954 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS EM SANTA MARIA	600.000	46.990	46.990	0
9957 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA - RA XIII	150.000	0	0	0
9958 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NO SETOR HABITACIONAL TORORÓ NA REGIÃO DE SANTA MARIA, RA XIII.	1.300.000	573.400	573.377	0
9959 - IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PARQUE ECOLÓGICO DO TORORÓ, NO SETOR HABITACIONAL TORORÓ, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA, RA- XIII.	700.000	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	0	0	0	0
5769 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-APOIO A FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAS NO ÂMBITO DE- SANTA MARIA	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	2.750.000	620.390	620.367	0

1110-9954 – Execução de Obra, complemento de cobertura em estrutura metálica na Escola Classe 100, Lote 01. Processo n. 143.000.225/2016.

1110-9958 – (EP) Execução de Obra, em andamento, no Setor Habitacional Tororó: instalação de postes, com luminárias; transformadores trifásicos; poste equipado com estrutura completa com vãos de baixa tensão sem postes e com postes. Processo n. 143.000.176/2016.

Observação: Do Programa temático 6208 – Território da Gente, prevista para as ações abaixo relacionadas, foram dotadas apenas na previsão inicial, não tendo sido descontengenciados:

9957 - Execução de Obras de Infraestrutura e Urbanização na Região Administrativa de Santa Maria - RA XIII;

9959 - Implantação de Iluminação Pública no Parque Ecológico do Tororó, no Setor Habitacional Tororó, Região Administrativa de Santa Maria, RA- XIII.

PROGRAMA TEMÁTICO : 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	3.772.985	101.413	71.649	23.878
0008 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REFORMA DA FEIRA DE SANTA MARIA- SANTA MARIA	0	0	0	0
4507 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4518 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-E MELHORIAS- SANTA MARIA	0	0	0	0
4525 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO- INFRAESTRUTURA E RECUPERAÇÃO EM SANTA MARIA- SANTA MARIA	0	20.000	0	0
9950 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM SANTA MARIA- SANTA MARIA	472.985	81.413	71.649	23.878
9955 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE NA R.A. DE SANTA MARIA	300.000	0	0	0
9956 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA RA XIII	2.000.000	0	0	0
9960 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	1.000.000	0	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	150.000	42.183	23.501	23.501
9536 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- SANTA MARIA	150.000	42.183	23.501	23.501
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	80.000	12.976	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9189 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	80.000	12.976	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	4.002.985	156.571	95.150	47.379

1110-9950 – (EP) Execução de Obra de Urbanização - implantação de estacionamentos na CL 103 e calçadas ligando a DF-290 A QR 100. Em andamento. Processo n. 143.000.498/2016.

1763-9536 - Ampliação da rede de Iluminação Pública - instalação de poste de concreto com luminárias e lâmpadas MVM 400 Watts. Processo n. 143.000.188/2016.

OBSERVAÇÃO: Do Programa temático 6210 – Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental, prevista para as ações abaixo relacionadas, foram dotadas apenas na previsão inicial, não tendo sido descontingenciado:

9955 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE NA R.A. DE SANTA MARIA;

9956 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA RA XIII;

9960 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2094 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA	70.000	152	0	0
9761 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA-- SANTA MARIA	70.000	152	0	0
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	140.000	191.455	191.451	165.464
8523 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- SANTA MARIA	140.000	191.455	191.451	165.464
TOTAL DO PROGRAMA 6211	210.000	191.608	191.451	165.464

2426-8523 – Fortalecimento das ações de apoio ao interno e sua família – Contrato celebrado com Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – Assistir e ressocializar sentenciados à disposição da Administração. Processo n. 143.000.259/2014.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	271.019	17.462	9.978	9.978
5990 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- SANTA MARIA	51.019	13.411	5.990	5.990
5991 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	140.000	4.005	3.988	3.988
5992 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	80.000	46	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	271.019	17.462	9.978	9.978

3678-5990 – 26º Aniversário da Cidade de Santa Maria, o evento faz parte do calendário oficial de atividades culturais, foi realizado a locação de equipamentos para diversas atividades esportivas, culturais e de lazer, beneficiando a população como forma de possibilitar saúde e bem estar social, propiciando qualidade de vida aos moradores da cidade de Santa Maria. Processo n. 143.000.101/2016.





3678-6065 – (EP) Natal para Todos – Dezembro é um mês de confraternização e renovação, foi realizado esse evento para promover momentos de harmonia, alegria entre as crianças e adultos, enfatizando o espírito natalino e solidário, fortalecendo a família, a educação, os valores morais e sociais. O público alcançado foi em torno de 4.000 pessoas, com isso o objetivo do evento foi alcançado.

3678-6065 – (EP) Aquisição de brinquedos para serem distribuídos no evento “NATAL PARA TODOS” visando aproximar e interagir a comunidade com a Administração Pública.



3678-6065 – (EP) CORRIDA SOLIDÁRIA – O objetivo é incentivar a prática corrida e adquirir uma vida saudável ao praticar atividades físicas, sendo que corrida de rua é uma das atividades mais praticadas em todo o mundo. Em Santa Maria, encontramos inúmeros corredores profissionais e amadores. A corrida teve 500 inscritos e 200 corredores, popularmente conhecidos como “pipocas”. Considerando o público presente, o evento alcançou o objetivo proposto, interagindo a sociedade e a Administração com uma gestão feita para o povo. Ressaltamos que através desse evento, foi possível arrecadar alimentos que foram distribuídos para a comunidade carente da cidade de Santa Maria.



3678-6109 – (EP) Formatura Social - A maior dificuldade dos pais é manter os jovens nas escolas, muitos fatores influenciam para que os adolescentes deixem de estudar, visando incentivar aqueles que não desanimaram e permaneceram nas escolas concluindo o Ensino Médio, sendo que os pais não possuem condições de proporcionar uma comemoração para aqueles que não desistiram e deram continuidade nos seus estudos, mesmo após muitas lutas tenham a tão sonhada RECOMPENSA que é o diploma de conclusão, e como vencedor, receber o esse prêmio em grande estilo. Ressaltamos que através da Formatura Social como forma de inclusão social, proporcionando aos alunos de baixa renda a oportunidade de ser agraciados, recebendo a honra por ter vencidos muitos obstáculos durante os estudos do Ensino Médio, poderá ainda, incentivar novos alunos a concluir os seus estudos. O evento contou a presença de 300 formando do ensino regular e 02 turmas do EJA, sendo que cada formando poderia levar dois convidados, além dos professores e diretores das escolas, totalizando 960 convidados.





3678-5991 – Festa Dias das Crianças – Objetivo do evento é promover diversas atividades interessantes, proporcionando as crianças a oportunidade de lazer, esporte e sociabilidade educativa, estimulando a autoestima infantil, evidenciando direitos e deveres das crianças.



A Administração Regional de Santa Maria realizou através de parceria o evento “VIRADA DO CERRADO” com 04(quatro) dias de atividades: Palestras, Ação Social, Equipe de saúde, Passeio Ciclístico, com foco na preservação do Meio Ambiente e prezando pela qualidade de vida. Não houve dispêndio financeiro pela Administração.



PROGRAMA 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	37.000	12.479	3.895	3.895
5342 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- SANTA MARIA	37.000	12.479	3.895	3.895
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	35.000	9.076	4.402	4.402
5189 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	35.000	9.076	4.402	4.402
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	70.000	153	0	0
5822 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- SANTA MARIA	70.000	153	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	6.895.962	5.891.469	5.860.255	5.860.255
8902 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	6.895.962	5.891.469	5.860.255	5.860.255
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	669.981	483.734	374.916	374.916
9707 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	669.981	483.734	374.916	374.916
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	305.891	300.454	257.277	240.292
9784 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	305.891	300.454	257.277	240.292
TOTAL DO PROGRAMA 6001	8.013.834	6.697.365	6.500.746	6.483.761

2396-5342 – Substituição de transformador de 120KVA por 150KVA, na Avenida Alagados, próximo à Administração Regional – Processo n. 143.000.148/2015;

2557-5189 - Aquisição de materiais para manutenção de equipamento da rede elétrica, telefônica e informática. Processo n. 143.000.420/2016;

8502.8902 – Remunerar Servidores Ativos da Administração Regional de Santa Maria. Processo n. 143.000.029/2016;

8504-9707 – Concessão de benefícios: auxílio alimentação, auxílio creche e auxílio transporte aos servidores ativos. Processo n. 143.000.029/2016;

8517-9784 – Aquisição de Materiais diversos para atender a demanda da Administração, visando o melhoramento do ambiente de trabalho e a segurança na rede elétrica. Processo n. 143.000.392/2016;

8517-9784 – Aquisição de No-break para atender a Administração. Processo n.143.000.314/2016;

8517-9784 – Aquisição de material de consumo visando o melhor andamento das atividades administrativas. Processo n. 143.000.425/2016;

8517-9784 – Aquisição de equipamentos de som para eventos culturais. Processo n. 143.000.439/2016;

8517-9784 – Compra de uniformes para os prestadores de serviços da FUNAP, visando oferecer as condições mínimas de salubridade a esses trabalhadores. Processo n. 143.000.440/2016;

8517-9784 – Manutenção dos serviços administrativos: CAESB – Processo n. 143.000.001/2015; CEB – Processo n. 143.000.003/2015 e 143.000.303/2015; Telefonia 143.000.186/2014;

8517-9784 – Aquisição de câmara fotográfica para o melhor andamento dos trabalhos da Assessoria de Comunicação Social. Processo n.143.000.475/2016;

8517-9785 – Aquisição de material – para melhor adequação do ambiente de trabalho. Processo n. 143.000.460/2016.

PROGRAMA: 0001- PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	137.735	369.194	362.429	362.429
7184 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SANTA MARIA	137.735	369.194	362.429	362.429
TOTAL DO PROGRAMA 0001	137.735	369.194	362.429	362.429

9050.7184 – Trata-se ressarcimento ao Fundo Constitucional de servidor cedido pelo CBM/DF com o ônus para Administração Regional, e de ressarcimento de servidora cedida da Secretaria de Estado de Educação do Tocantins com ônus, conforme consta no Processo n. 143.000.309/2016.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M ³	1252
Confeção de quebra molas/ Unidade	-
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	222
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	-
Recuperação de calçadas/ M ²	-
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	-
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	962
Remoção de entulhos/ M ³	16.378
Reposição de meios-fios/ Unidade	-
Serviços de terraplanagem/ M ³	-
Roçagem manual/ M ²	30
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	2.485
Recapeamento asfáltico/ M ²	336,40
Passeios (construção) / M ²	-
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	96
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	180
Encaminhamento - CDS/ Na hora	108
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	360
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	-
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos - Idosos	-
Trabalho com Grupos – Mulheres	67
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	03
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	14
Trabalho com Grupos - Remoções	08
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	50
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	64

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	420
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	66
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	-	-
Teatro	-	-
Música	28	10.000
Dança	05	2.000
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	02	500

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	06	8.000
Eventos esportivos	17	12.000
Outros	02	4.000

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	32
Habitação Coletiva	-
Comercial	72
Industrial	10
Área Rural	07
Outros (Eventual)	12
Total Expedido	123

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	68	12.300,28
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	68	12.300,28

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	29	2.928
Habitação coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	3	4.246,81
Institucional	-	-
Total Expedido	32	7.174,81

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	68	9.903
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	12	1.503
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	-	-
Elaboração de Croquis	25	55.145,50
Levantamento para Carta de Habite-se	-	-

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito – Residencial – Unifamiliar	95
Restrito – Residencial – Habitação Coletiva	-
Restrito – Comercial	-
Restrito – Industrial	-
Restrito – Institucional	-
Misto – Residencial/Comercial	-
Misto – Outros	-

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	01
Feiras Permanentes	01
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	84

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	02

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) – Estradas recuperadas	1.000m (linear)
Vistorias realizadas	2.000m (linear)
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.674
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.365
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	438
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	25
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
Atestado de desobrigação	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	01
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	20
Transferência de domicílio	30
Averbações de certificado de alistamento	1.674
Outros	185

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

É fato notório que a maioria das Administrações Regionais possuem poucos servidores estáveis e muitos servidores de livre provimento, com a mudança constante de administradores, a rotatividade de servidores é grande, alguns dos estáveis também mudam, o que acaba deixando as Administrações (pelo menos esta), sem “memória técnica”. Sofremos com a falta de pessoal, de logística e de recursos financeiros, e parte da solução encontrada foi utilizar a criatividade para promover diversas ações na Jurisdição Administrativa desta Regional, durante o ano 2016 sem que onerássemos o Erário;

Quase todas as ações desenvolvidas por esta RA–XIII, foram executadas com apoio de vários órgãos do GDF e sociedade civil, especialmente, nos eventos voltadas para as áreas de Esportes, Lazer e Cultura que realizamos durante o ano de 2016, dentre essas ações, estão a corrida de rua, diversos tipos campeonatos de futebol, de eventos musicais com apresentação de vários tipos de danças e corais, de eventos voltados para a comunidade local como dias das crianças e natal para todos;

Durante o ano de 2016, com o apoio da Secretaria das Cidades, NOVACAP, SLU, AGEFIS, CEB, CAESB, FUNAP e outros órgãos do GDF, esta Administração Regional conseguiu realizar várias ações de limpeza e manutenção de vias públicas, roçagens de matos, poda de árvores, recolhimento de entulho, operações tapa buraco, desobstrução de bocas de lobo, entretanto, estas ações não foram suficientes para solucionarmos os diversos problemas que a cidade enfrenta;

Foram dados prosseguimentos no ano 2016, as ações propostas pelo Grupo Executivo de Combate à Dengue, GEPLANDENG, foram promovidas ações de conscientização, visitas domiciliares, mutirões de limpeza, com o apoio da CRE, CRS, UHAMA, CRAS, CREAS, COSE, Conselhos tutelares, NOVACAP, SLU, AGEFIS, PM, Bombeiros, Associação de moradores dentre outros;

Nossa Coordenação de Desenvolvimento trabalhou intensamente durante o ano de 2016, tendo apoiado campeonatos de basquete, vôlei, bicicross, artes marciais, aeromodelismo, torneios de futebol de várias categorias que duraram o ano todo, com isso, ajudou a tirar nossos jovens das ruas, orientou disciplina e trabalho em equipe; Nas Políticas Sociais, realizou com extremo engajamento assistência a todos que procuraram a nossa Administração Regional, acolhendo, aconselhando, encaminhando suas demandas ou dando o devido encaminhando na maioria delas; Também na área Social, foram efetuados entregas e distribuições cestas básicas (com apoio dos diversos seguimentos comerciais), atendimento básicos e encaminhamentos à Saúde e distribuição de brindes (brinquedos para crianças);

Ademais, apesar de todas as dificuldades orçamentárias, foram desenvolvidas ações e intervenções importantes na cidade, onde houve o reconhecimento destas ações pela comunidade local. Todavia, de forma racional, foi efetuado um planejamento de ações respeitando os limites financeiros que atendeu as diversas demandas e pedidos da sociedade de Santa Maria;

Para o ano de 2017, dentro do planejamento efetuado estão previstas diversas ações e intervenções que proporcionará uma melhor qualidade de vida na cidade, tal como: Criação de dois Pontos de Entrega Voluntários (Sul e Norte) para mitigar os problemas relacionados a despejo irregular de lixo; Implantação do Centro de Convivência do Idoso – CCI, com o intuito atender essa porção da sociedade que cresce a cada ano; Ampliação e implantação de iluminação pública em diversos locais na Região Administrativa, conforme as demandas; Recuperação e manutenção dos parques e playgrounds, praças, Pontos de Entrega Voluntária – PEC, calçadas, meios-fios, e diversas intervenções urbanas solicitadas pela comunidade; Continuidade no projeto de implantação do Terminal Rodoviário, por se tratar de uma demanda antiga e recorrente; Revitalização da Feira Permanente, de acordo com o pleito recorrente da comunidade; Finalização das ciclovias; Implantação de Quadras Poliesportivas, Campo Sintético e reforma do Campo Sintético da 409, conforme pedido já realizados.

17.14. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO– RA XIV- UO: 28.116

A Administração Regional de São Sebastião, criada pela Lei nº 467 de 25/06/93 e estruturada por meio do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, de acordo com art. 29, §3º, alínea IV, do referido Decreto.

Conforme seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 22.338 de 24/08/01, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa XIV, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Força de Trabalho

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	03
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	01
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	09
Estatutário – afastado	02
Sem vínculo – em exercício	48
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	62
Total ativos – afastado	2

Fonte: GEPES/COAG/RAXIV

Até dia 31 de dezembro de 2016, a Administração Regional contou com uma força de trabalho de 92 servidores, sendo 62 do quadro, 15 terceirizados da Funape 13 do projeto jovem candango distribuídos em diversos setores desta RAXIV responsáveis pelas atividades meio e fim. A quantidade de servidores é insuficiente para as demandas, alguns setores funcionam de forma precária, principalmente nas áreas técnicas, onde as dificuldades se intensificam por falta de mão de obra qualificada, pois a alta rotatividade provocada pela influência política é intensa.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	150.000	38.899	0	0
9558 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	150.000	38.899	0	0
9568 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-NOVA QUADRA- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	0	0	0	0
9508 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENCONTRO COMUNITÁRIO- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	0	0	0	0
9636 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-NO BAIRRO SÃO JOSÉ- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	40.000	7.979	0	0
5994 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS - REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	40.000	7.979	0	0
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	150.000	188.898	0	0
9497 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	150.000	38.898	0	0
9511 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA DE PARQUES INFANTIS EM SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0	150.000	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	0	50.000	17.604	17.604
5996 - APOIO A EVENTOS-COPA SÃO SEBASTIÃO 2016- SÃO SEBASTIÃO	0	50.000	17.604	17.604
TOTAL DO PROGRAMA 6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	340.000	285.776	17.604	17.604

Ações/subitens referentes ao Programa temático 6206 – Cidade do Esporte e Lazer – Não foram realizadas ações na área de execução de obras tendo em vista não haver recurso disponível no quadro de Detalhamento de Despesa.

Quanto à ação Apoio a Eventos – Copa São Sebastião, foram adquiridos material de premiação (troféus e medalhas) para serem utilizados no referido evento esportivo, conforme fotos abaixo.



PROGRAMA TEMÁTICO 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	300.000	0	0	0
9984 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	100.000	0	0	0
9985 - REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO CONSELHO DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO	50.000	0	0	0
9986 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV	150.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	300.000	0	0	0

Programa temático – Ações não realizadas devido a indisponibilidade de recursos disponíveis no quadro de Detalhamento de Despesa.

PROGRAMA TEMÁTICO 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	8.450.000	349.999	49.064	0
4471 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
4492 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO DE POÇO ARTESIANO DO CENTRO COMUNITÁRIO DE CAVAS- SÃO SEBASTIÃO	0	50.000	49.064	0
4509 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE OBRAS DE REVITALIZAÇÃO, URBANISMO E INFRAESTRUTURA- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
4513 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
9961 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	150.000	0	0	0
9981 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE REVITALIZAÇÃO, URBANISMO E INFRAESTRUTURA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO-RA XIV	6.000.000	299.999	0	0
9982 - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE	300.000	0	0	0
9983 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO RA XIV	1.000.000	0	0	0
9987 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	1.000.000	0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	500.000	498.952	0
0014 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- SÃO SEBASTIÃO	0	500.000	498.952	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	60.000	8.378	0	0
9190 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	60.000	8.378	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	8.510.000	858.377	548.017	0

PROGRAMA TEMÁTICO 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	138.876	314.536	305.376	217.832
8515 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SÃO SEBASTIÃO - RAXIV- SÃO SEBASTIÃO	138.876	114.536	105.376	105.376
8544 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- SÃO SEBASTIÃO	0	200.000	200.000	112.457
TOTAL DO PROGRAMA 6211	138.876	314.536	305.376	217.832

Ações/subitens referentes ao Programa temático 6210 – Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental – Ação realizada para atender a população da área rural, na região de Cavas, iniciada no final do exercício de 2016, porém será concluída em 2017.

**PROGRAMA TEMÁTICO 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTABILIDADE****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3467 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	450.000	0	0	0
0001 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A ADMINISTRAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO- RA XIV	450.000	0	0	0
5071 – CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	0	0	0	0
5338 – CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS-SÃO SEBASTIÃO-DF- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	450.000	0	0	0

Ações/subitens referentes ao Programa temático 6216 – Mobilidade Integrada e Sustentabilidade – Não foram realizadas ações na área de mobilidade e sustentabilidade, tendo em vista não haver recurso disponível no quadro de Detalhamento de Despesa.

PROGRAMA TEMÁTICO 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	760.000	532.149	428.265	420.273
5993 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	50.000	12.149	4.748	4.748
5995 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS NO ANIVERSÁRIO DA CIDADE - SÃO SEBASTIÃO- RA XIV- SÃO SEBASTIÃO	200.000	110.000	108.185	108.185
5996 - APOIO A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV	80.000	80.000	80.000	80.000
5997 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV- SÃO SEBASTIÃO	80.000	80.000	77.344	77.344
5998 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE SÃO SEBASTIÃO - RA XIV- SÃO SEBASTIÃO	150.000	150.000	149.995	149.995
5999 - APOIO A REALIZAÇÃO DA "FESTA DO REI CRIXÁ" EM SÃO SEBASTIÃO - RA XIV	200.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
6092 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO ARRAIÁ DO BAIRRO ZUMBI DOS PALMARES EM SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
6093 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO ARRAIÁ DO BAIRRO MORRO DA CRUZ EM SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
6094 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS EM SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0	100.000	7.992	0
4090 - APOIO A EVENTOS	0	275.000	183.620	120.024
5997 - APOIO A EVENTOS-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	0	275.000	183.620	120.024
6004 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
6005 - APOIO A EVENTOS-- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	760.000	807.149	611.885	540.296

Ações/subitens referentes ao Programa temático 6219 – Capital Cultural – Foram realizadas ações referentes a eventos comemorativos como: Carnaval de Rua, na av. São Sebastião; alguns eventos em comemoração ao Aniversário da Cidade; Festa Agropecuária no Parque de Exposição e Feiras Agropecuária, realização do evento Via Sacra.



PROGRAMA TEMÁTICO 6228 – FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3246 – CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO	500.000	0	0	0
0001 – CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO DE CERIMÔNIAS FÚNEBRES EM SÃO SEBASTIÃO	250.000	0	0	0
0002 – CONSTRUÇÃO DE GALPÃO COMUNITÁRIO NO SETOR MANGUEIRAL DO PINHERAL BAIRRO AGUILHADA EM SÃO SEBASTIÃO-RA XIV	250.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6228	500.000	0	0	0

Ações/subitens referentes ao Programa temático 6216 – Mobilidade Integrada e Sustentabilidade – Não foram realizadas ações na área de mobilidade e sustentabilidade, tendo em vista não haver recurso disponível no quadro de Detalhamento de Despesa.

PROGRAMA 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.000	8.604	0	0
5862 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	10.000	8.604	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000	8.604	0	0
5190 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	10.000	8.604	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	140.000	0	0	0
9793 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO-RA XIV- SÃO SEBASTIÃO	140.000	0	0	0
9803 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SÃO SEBASTIÃO-DF- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10.000	8.604	0	0
5806 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	10.000	8.604	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4.419.747	4.468.847	4.467.257	4.460.485
8903 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE	4.419.747	4.468.847	4.467.257	4.460.485

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO				
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	407.133	358.033	331.154	331.154
9708 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	407.133	358.033	331.154	331.154
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	481.611	266.208	246.423	246.061
9785 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO- SÃO SEBASTIÃO	481.611	266.208	246.423	246.061
9814 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
9815 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-- SÃO SEBASTIÃO	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6001	5.478.491	5.118.899	5.044.833	5.037.700

Ações/subitens referentes ao Programa temático 6001 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Desenvolvimento – Não foram realizadas ações na área de modernização do sistema de informação tendo em vista a inexistência de projetos e a ausência de servidor capacitado para realizá-la. Alguns servidores foram capacitados pela Escola de Governo, sem ônus para esta Administração Regional e outros pelo Sebrae em diversos cursos.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.000	8.580	7.975	7.975
7185 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SÃO SEBASTIÃO	30.000	8.580	7.975	7.975
TOTAL DO PROGRAMA 0001	30.000	8.580	7.975	7.975

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

No final do exercício de 2016 foram disponibilizados recursos para realizar algumas ações, porém não foi possível fazer algumas realizações porque não houve tempo hábil para implementação de processo licitatório, uma vez que a disponibilização ocorreu somente no mês de dezembro de 2016.

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	6.540
Confecção de quebra molas/ Unidade	02
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	25
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	5
Recuperação de calçadas/ M²	0
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	0
Capina, varrição e rastelagem/ M²	1.800
Remoção de entulhos/ M³	280
Reposição de meios-fios/ Unidade	26
Serviços de terraplanagem/ M³	50.500
Roçagem manual/ M²	8.000
Serviços de roçagem mecânica/ M²	-
Recapamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	-
Rede de águas pluviais/ M	



Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento – Área Médica	24
Encaminhamento – Habitação, CEB, CAESB	38
Encaminhamento – CDS/ Na hora	26
Encaminhamento – SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	31
Encaminhamento – Outros (Escolas, creches, etc)	36
Trabalho com Grupos – Gestantes	10
Trabalho com Grupos – Idosos	3
Trabalho com Grupos – Mulheres	0
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	0
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	15
Trabalho com Grupos – Remoções	0
Outras Atividades de Desenvolvimento Social – Visitas a pessoas carentes	60
Outras Atividades de Desenvolvimento Social – Visitas a entidades assistenciais	40
Outras Atividades de Desenvolvimento Social – Entrega de cestas básicas	120
Outras Atividades de Desenvolvimento Social – Reuniões com outros órgãos	06
Outras Atividades de Desenvolvimento Social – Outros	02

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	-	-
Teatro	-	-
Música	-	-
Dança	-	-
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	-	-

Foram realizados alguns eventos culturais apoiados pelo Núcleo de Cultura desta Administração Regional como Contação de histórias, concurso de Desenho Digital na Biblioteca Pública de São Sebastião; eventos em comemoração à XXIII Aniversário de São Sebastião; Ruas de Lazer quinzenais na Avenida São Sebastião; Via Sacra – por ocasião da semana santa; Arraiá em vários pontos da cidade, apoio a eventos beneficentes/comunitários realizados por instituições filantrópicas da cidade, com a finalidade de beneficiar a comunidade local, tais como: Cavalgada no Parque de Exposição, Festa das Mães, Ação Social, eventos em comemoração ao Dia da Criança; Homenagem ao Dia da Mulher.



Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	-	-
Eventos esportivos	-	-
Outros	-	-

Foram realizados diversos eventos esportivos na cidade como Campeonatos de diversos esportes; Jogos escolares no Ginásio São Bartolomeu; Golzinho de rua

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	
Habitação Coletiva	
Comercial	
Industrial	
Área Rural	
Outros (Eventual)	
Total Expedido	

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	18	3.625,12 m ²
Habitação Coletiva	0	0
Industrial	0	0
Comercial	0	0
Institucional Público	0	0
Institucional Privado	0	0
Total Expedido	0	0

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	07	1.692,50 m ²
Habitação coletiva	0	0
Industrial	0	0
Comercial	0	0
Institucional	0	0
Total Expedido	0	0

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção – Habitação Unifamiliar	0	0
Demarcação para Alvará de Construção – Outras	0	0
Cota de Soleira – Levantamento de Definições	10	2.933,11 m ²
Elaboração de Croquis	14	9.394,23 m ²
Levantamento para Carta de Habite-se	09	2.699,36 m ²

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito – Residencial – Unifamiliar	29
Restrito – Residencial – Habitação Coletiva	0
Restrito – Comercial	0
Restrito – Industrial	0
Restrito – Institucional	0
Misto – Residencial/Comercial	0
Misto – Outros	0

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	0
Feiras Permanentes	02
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	0

A Região Administrativa de São Sebastião conta apenas com uma feira permanente, composta por 183 boxes.

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Atualmente não existem bancas de revistas e jornais credenciadas para o exercício da função.

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) – Estradas recuperadas	-
Vistorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

As cooperativas, associações e propriedades rurais são fontes de geração de renda e desenvolvimento econômico, bem com mantém o abastecimento agrícola da feira e grande parte dos mercados de São Sebastião.

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.544
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1.609
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	203
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	07

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	01
Atestado de desobrigação	30
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	04
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	274
Transferência de domicílio	217
Averbações de certificado de alistamento	1.544
Outros	-
	-

A Junta Militar averbou certificado de alistamento para mais de 1.500 jovens de São Sebastião que participaram da cerimônia de entrega de certificado de dispensa de incorporação do serviço militar. Participaram também da cerimônia o administrador regional de São Sebastião e o deputado distrital Lira que apoia os projetos da cidade. Os jovens fizeram o juramento à Pátria e logo depois participaram do canto do Hino Nacional.



3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Houve poucas realizações no exercício de 2016, tendo em vista a escassez de recursos orçamentários e financeiros para a efetivação de projetos e quando os recursos foram liberados, já no final do exercício, não houve mais tempo hábil para realizar as licitações. Porém, para o exercício de 2017, haverá grandes expectativas para a realização de obras de urbanização, revitalização e infraestrutura na região administrativa de São Sebastião.

17.15. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS– RA XV- UO: 28.117

A Administração Regional do Recanto das Emas, criada pela Lei n.º 510, de 28.07.1993, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da RAXV, na coordenação e execução de atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação. Estas competências cumprir-se-ão através do planejamento, da supervisão, do contrato, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes, conforme Decreto nº 22.338, de 24.08.2001.

A Administração Regional do Recanto das Emas, de acordo com o Decreto nº 33.583, de 16.03.2012, era anteriormente vinculada para fins de controle e supervisão à Secretaria de Estado da Casa Civil.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	04
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Requisitado Estatutário do GDF	15
Requisitado CLT do GDF	01
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	01
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	04
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	52
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	76
Total ativos - afastado	-

Fonte : GEPES 31/12/2015

Foi realizada a gestão de pessoal, no âmbito da composição administrativa a contento, na unidade administrativa onde consta os Requisitados Estatutários do GDF somente 2 entram na folha de pagamento da Administração Regional e o Estatutário em exercício são da próprio Administração, destaca-se a necessidade de concurso público para que se possa contar com um número considerável de servidores efetivos.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	300.000			
0001 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE ESPORTES COM PEC NAS QUADRAS 106 E 804 DO RECANTO DAS EMAS	300.000			
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	55.000	27.375	26.693	9.693
5997 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	55.000	27.375	26.693	9.693
TOTAL DO PROGRAMA 6206	355.000	27.375	26.693	9.693

Este programa promoveu atender despesa com a contratação artística de bandas para o evento “Cultura nas Escolas”, onde o foi realizado várias etapas nas Escolas dessa unidade administrativa contando com um público estimado de 200 alunos por cada etapa.



PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	650.000	1.029.000	1.016.875	1.016.875
4494 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-EXECUÇÃO DE DIVERSAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO- RECANTO DAS EMAS	0	579.000	579.000	579.000
9975 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS	500.000	450.000	437.875	437.875
9976 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RECANTO DAS EMAS - RA XV	150.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	650.000	1.029.000	1.016.875	1.016.875

Em 2016, por meio deste programa a Administração Regional realizou:

- Construção de parque infantil nas quadras 111, 303 e 407.
- Construção de campo de grama sintética na quadra 801.
- Reforma das quadras de esportes na quadra 509 e revitalização e iluminação nas quadras de esportes das 510/511 e 601.
- Cobertura do ponto de encontro (PEC) localizado nas quadras 300 e 102.
- Construção de calçadas e rampas de acessibilidade no setor Habitacional Água Quente.
- Revitalização na praça da Quadra 103.

- Construção de parque na Quadra 303 e 407



- Construção de campo de grama sintética na Quadra 801
- Cobertura de ponto de encontro comunitário (PEC), na quadra 300



- Cobertura de ponto de encontro comunitário (PEC), na quadra 102
- Construção de estacionamento na Av. Recanto das Emas Quadra 304



- Operação Tapa Buraco
- Desobstrução de bocas de lobo



- Reposição de tampas de PV e boca de lobo
- Reforma de Equipamentos públicos Quadra 509



- Reforma de Equipamentos públicos Quadra 510/511
- Reforma de Equipamentos públicos Quadra 601



- Revitalização da Praça da 103
- Remoção de Entulho



- Serviços de terraplanagem
- Passeios (construção) Setor Habitacional Água Quente



PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	4.980.000	11.346	3.244	3.244
4508 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS- RECANTO DAS EMAS				
4517 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-E MELHORIAS- RECANTO DAS EMAS				
9972 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	400.000	11.346	3.244	3.244
9973 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO	3.980.000			

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS RA XV				
9974 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DO RECANTO DAS EMAS	100.000			
9977 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	500.000			
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	150.000	898		
6961 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- RECANTO DAS EMAS	150.000	898		
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	20.000	16.500		
9191 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	20.000	16.500		
TOTAL DO PROGRAMA 6210	5.150.000	28.744	3.244	3.244

Administração por meio deste programa veio a parcialmente Suplementar a Construção do Estacionamento da quadra 304.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	342.020	391.518	384.567	350.673
8530 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- RECANTO DAS EMAS	342.020	391.518	384.567	350.673
TOTAL DO PROGRAMA 6211	342.020	391.518	384.567	350.673

No Programa foi realizada a contratação junto à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP de sentenciados reintegrados para prestação de diversos serviços tais como: roçagem, capinarem, limpeza dos jardins e da manutenção da infraestrutura urbana, operação tapa buraco, recuperação de calçadas, reposição de meios fios na Região Administrativa do Recanto das Emas.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	106.000	87.450	53.240	46.200
5995 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	56.000	46.200	46.200	46.200
5996 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	50.000	41.250	7.040	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219 - CAPITAL CULTURAL	106.000	87.450	53.240	46.200

PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL		400.000		
5540 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA NA ESCOLA CLASSE 102- RECANTO DAS EMAS		400.000		
TOTAL DO PROGRAMA 6221		400.000		

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	38.820	27	0	0
5887 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- RECANTO DAS EMAS	38.820	27	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	25.000	20.625	0	0
5367 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- RECANTO DAS EMAS	25.000	20.625	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	40.000	29.373	0	0
9783 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-	40.000	29.373	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
RECANTO DAS EMAS				
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	7.121	5.875	0	0
5807 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-RECANTO DAS EMAS	7.121	5.875	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4.449.640	4.088.456	3.854.239	3.854.239
8904 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-RECANTO DAS EMAS	4.449.640	4.088.456	3.854.239	3.854.239
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	376.223	366.748	330.311	330.311
9709 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	376.223	366.748	330.311	330.311
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.042.000	502.953	366.032	337.792
9786 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	1.042.000	502.953	366.032	337.792
TOTAL DO PROGRAMA 6001	5.978.804	5.014.056	4.550.583	4.522.343

Foram incluídos os auxílios: alimentação, transporte, creche, salário maternidade bem como custeio de materiais de escritório.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000			
7186 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RECANTO DAS EMAS	15.000	121.498	99.427	99.427
TOTAL DO PROGRAMA 0001	15.000	121.498	99.427	99.427

Inclusas somente as parcelas resultantes de acerto rescisório, indenização de transporte e outras parcelas de caráter indenizatório.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	1.605
Confecção de quebra molas/ Unidade	-
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	178
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	70
Recuperação de calçadas/ M²	-
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	04
Capina, varrição e rastelagem/ M²	2.000
Remoção de entulhos/ M³	20.664
Reposição de meios-fios/ Unidade	43
Serviços de terraplanagem/ M³	09
Roçagem manual/ M²	10.000
Serviços de roçagem mecânica/ M²	-
Recapeamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	2.000
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	53
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	350
Encaminhamento - CDS/ Na hora	195
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	102
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	156
Trabalho com Grupos - Gestantes	19
Trabalho com Grupos - Idosos	150
Trabalho com Grupos – Mulheres	25
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	15
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	08
Trabalho com Grupos - Remoções	570
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	280
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	35
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	450
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	18
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	42

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	02	50
Teatro	11	250
Música	63	1.500
Dança	63	1.500
Artes Plásticas	31	300
Literatura		-
Outros eventos	123	100

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer		-
Eventos esportivos	23	190
Outros	44	170

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	12
Habitação Coletiva	02
Comercial	21
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	27
Total Expedido	63

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	97	37.989,56
Habitação Coletiva		-
Industrial		-
Comercial	03	4.293,10
Institucional Público		-
Institucional Privado		-
Total Expedido	100	42.282,66

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	52	6.635,61
Habitação coletiva		-
Industrial		-
Comercial		-
Institucional		-
Total Expedido	52	6.635,61

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	97	37.989,56
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	03	4.293,10
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	52	6.635,61
Elaboração de Croquis		
Levantamento para Carta de Habite-se	52	6.635,61

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	82
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	01
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	-
Misto - Outros	535

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	01
Feiras Permanentes	01
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	10

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	-
Vistorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1563
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	1560
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	720
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	110
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	17
Atestado de desobrigação	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	25
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	390
Transferência de domicílio	570
Averbações de certificado de alistamento	1578
Outros	130

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No exercício de 2016, foram realizadas obras, eventos e outras atividades que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida e bem estar da comunidade do Recanto das Emas, entre as quais, destacam-se:

Obras de Urbanização, revitalização, estacionamento, construção de quadra de esporte, reforma de praças e pontos de encontro (PEC);

Em parceria com alguns órgãos do GDF como Novacap, SLU e outros, realizaram por toda a Região Administrativa, pinturas de meios-fios e capina, manutenção de postes de iluminação pública, reposição de lâmpadas nos postes, desobstrução de boca de lobo, retirada de entulhos e restos de podas.

Intensificou a retirada de 1200 faixas em áreas pública da cidade durante o ano de 2016.

Realização de eventos culturais tais como:

– Durante os dias 14 a 18 de dezembro de 2016 no Bairro de Águas Quentes a carreta Criar TV ofereceu cursos e oficinas para jovens e adultos de várias idades sobre Cinegrafia, Web Desing, Fotografia, Edição de Vídeo e apresentação jornalística, objetivando o desenvolvimento e envolvendo a comunidade para ampliação do conhecimento uma vez que a cultura é uma questão estratégica para o desenvolvimento elevando o potencial intelectual e como instrumento de inclusão social.

– 1 kilo de Rock realizado no dia 27 de novembro de 2016 foi um projeto cultural que valoriza a cultura popular formando novos talentos visando atingir crianças e adolescentes.



- Cantatas festiva na cidade.



- Natal solidário com uma ação social feita no Setor Habitacional Águas Quentes no dia 11 de dezembro onde podemos contar com a presença do papai Noel, brinquedos infláveis e entrega de presentes de natal à crianças da região.



- Natal das crianças no acampamento Rosa Luxemburgo que foi realizado no dia 17 de dezembro para uma média de 120 crianças onde teve distribuição de brinquedos e enxovais para as mulheres carentes grávidas da região.
- Evento Social no Colégio ALUB da Quadra 103 no dia 03 de dezembro onde foi promovida uma ação social com várias atrações artísticas culturais, jogos urbanos, cortes de cabelo, aferição de pressão, massoterapia, pintura em rosto, feira de artesanato e uma grande apresentação do bombeiro militar.
- É importante destacar as ações abaixo, que foram realizadas pela Administração Regional do Recanto das Emas como:
 - Sala do Empreendedor, que tem como objetivo orientar, regularizar, formalizar, fomentar e capacitar o empreendedor local, com intuito de acelerar seu crescimento de forma planejada e desburocratizar o processo de formação empresas e ter acesso, com facilidade às linhas de microcréditos para o próprio negócio. A nossa função é facilitar aos futuros empreendedores a abertura de suas empresas seja ele um pequeno ou grande empresário. Da gestão realizada junto ao SEBRAE/DF e parceria com microcrédito, INSS e SENAC bem como alguns serviços bancários com o BRB, BB(FCO) e CAIXA.
 - Atendimento as famílias solicitando orientação sobre o mosquito da Dengue e sua prevenção, solicitação de vagas em creche, escolas e estágio.
 - Eventos realizados no Centro de Convivência do Idoso (CCI) onde foram atendidos por semana 120 idosos em grupos de dança, 48 no curso de alfabetização e 40 no grupo de artesanato, este programa visa o fortalecimento do idoso em suas necessidades físicas, sociais e mentais objetivando o resgate da cidadania da população idosa e promovendo sua inserção na sociedade ativa, por meio de cafés da manhã, bailes, almoços, missas, cultos, passeios externos e a prática de atividades físicas que são realizadas três vezes por semana. Ainda contamos com visitas aos idosos acamados e comemoração ao aniversariante do mês.
 - Entrega de cestas básicas a famílias carentes que são angariadas através de doações e parcerias.
 - Eventos beneficentes com a comunidade e Igrejas.

17.16. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL – RA XVI- UO: 28.118

A Administração Regional do Lago Sul, criada pela Lei nº 643/1994, alterada pelo Decreto nº 27.982, de 28/05/2007, anteriormente vinculada à Casa Civil da Governadoria, de acordo com o art. 2º, §3º do Decreto nº 33.583, de 16/03/2012, logo depois, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º de janeiro de 2015 em seu art. 29 §3º, alínea IV passa seu vínculo à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH, sendo a responsável pela execução regionalizada de atividades do Governo do Distrito Federal na Região Administrativa do Lago Sul – R.A XVI.

De acordo com o Regimento Interno, ainda em vigor, aprovado pelo Decreto nº 16.244, de 28/12/1994, a Administração Regional tem por competência coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Conforme publicação do Decreto nº 37.625 de 15 de setembro de 2016, publicada no DODF do dia 16 de setembro de 2016 e através do Decreto nº 37.206 de 23 de março de 2016 no anexo I, inciso XVI que fixou a nova estrutura administrativa as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria das Cidades.

A reestruturação dos órgãos do GDF, a partir da decisão do Governador Rodrigo Rollemberg, visava reorganizar sua estrutura administrativa, com foco no enfrentamento da crise percebida no processo de transição. Com isso, o Governo determinou medidas de contenção financeiro-administrativas que, dentre outras particularidades, resultou na redução de pessoal do quadro das Administrações Regionais, inclusive a determinação de interinidades, em alguns casos, sem prejuízo da realização de todas as medidas que lhe são afetas.

No caso do Jardim Botânico, o Administrador Regional do Lago Sul assumiu também aquela Regional, com 18 servidores designados interinamente conforme o DODF nº 48 e nº 161/2015, somados aos 18 servidores efetivos já lotados naquela R.A XXVII.

A última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2016, realizada pela CODEPLAN, demonstrou que a Região Administrativa do Lago Sul tem uma população urbana estimada em 29.346 habitantes, com 9.491 domicílios. A região está distribuída em setores: Habitação Individual Sul, Mansões Urbanas Dom Bosco, Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, Base Aérea de Brasília, Jardim Botânico de Brasília e Campo Experimental Água Limpa da Universidade de Brasília. A pesquisa realizada no Lago Sul indica que 98,80% dos domicílios são residências individuais, das quais 87,40% são próprias. No que tange à infraestrutura domiciliar, 100% dos domicílios ocupados contam com abastecimento de energia elétrica; 99% com abastecimento de água pela rede geral e 67,20% com captação de rede geral de esgoto e 32,20% na fossa séptica. Das vias, 99,20% delas estão asfaltadas, 98,80% com meios-fios, 99% com iluminação pública e 84,20% contam com rede de água pluvial. A totalidade dos domicílios possui serviço de coleta de lixo, sendo que 71,60% contam com coleta seletiva e 4% afirmam que dão outro destino ao lixo. A PDAD/2016 levantou informações sobre a existência de problemas de ordem ambiental nas cercanias dos domicílios. Entre os domicílios pesquisados 5,60% afirmam ter problema com áreas em declive; 4,20%, com áreas alagadas, 0,80% com erosão e 1,60% com ruas esburacadas.

Mesmo sendo predominantemente residencial, o Lago Sul abriga 1.632 pontos de comércio que se refere a 12,30% da atividade remunerada, onde se encontram instaladas, além de atividades comerciais, outras como academias, bancos e diversos pontos de atração e interesse turístico.



Estão inseridas na região do Lago Sul, duas Áreas de Proteção Ambiental, a APA Gama Cabeça de Veado e a APA do Lago Paranoá. Ainda no Lago estão instituídas 7 Unidades de Conservação como Parques Ecológicos, Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIEs, Reserva Biológica do IBGE, Fazenda Água Limpa da UnB, além da Estação Ecológica do Jardim Botânico, área núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado (UNESCO).

Estudo realizado pela ONU classificou o Lago Sul com o maior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do país. Considerada a região mais nobre da capital federal, bairro ostenta índices europeus de qualidade de vida. Renda mais alta do Distrito Federal e menor índice de criminalidade são algumas das características.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do bairro chega a ser maior do que da Suíça, que tem o terceiro maior IDH do mundo. Baixos índices de criminalidade e a maior renda mensal da capital do país são alguns dos dados que fazem da região administrativa um verdadeiro “Nirvana” no DF – o termo entre aspas serve como referência à meta máxima de estágio espiritual dos budistas, metáfora para sensação de bem-estar que impera no bairro.

No país europeu, o IDH em 2015 chegou a 0,930 – considerado muito alto pela Organização das Nações Unidas (ONU). No Lago Sul, no mesmo período, o índice chegou a 0,933.

Tanto a renda domiciliar, cuja média é de R\$ 23.591, quanto a per capita, de R\$ 8.117,53, estão acima dos valores levantados em outras regiões de Brasília. Dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) mostram ainda que todas as residências do Lago Sul têm energia elétrica e 99% são ligadas à rede de abastecimento de água. O 1% restante usa poços artesianos.

A região está localizada às margens do Lago Paranoá, de onde origina seu nome.



Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Requisitados dentro do GDF	4
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	2
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	11
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	28
Sem vínculo – afastado	-
Terceirizado (Reeducando – FUNAP)	6
Jovem Candango	5
Total ativos – em exercício	56
Total ativos - afastado	-

Fonte: NUPES 31/12/2016

Computados até 31/12/2016, 17 servidores com vínculo e 28 servidores sem vínculo somam-se a 6 reeducando e 5 Jovens Candangos totalizando 56 cidadãos em sua força de trabalho disponíveis para esta Unidade.



1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	45.000	36.082	0	0
9503 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-- LAGO SUL	45.000	36.082	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	5.000	4.125	0	0
5940 - APOIO A EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL-LAGO SUL	5.000	4.125	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	50.000	40.207	0	0

Pelas características especiais do Lago Sul, a região é identificada como um importante polo de lazer e entretenimento, além de se prestar à realização de atividades esportivas ao ar livre, compreendendo competições de alto rendimento, corridas de rua, ciclismo, canoagem, stand up paddle, kite surf, dentre outras modalidades.

A Administração do Lago Sul tem atuado fortemente no apoio de eventos culturais, esportivos que possibilita na integração, convívio e bem-estar da comunidade. Através de sua geografia e a manutenção permanente de suas vias, calçadas e praças, o Lago Sul tem atraído atletas de alto nível para seus treinamentos.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	206.085	29.778	0	0
9973 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	206.085	29.778	0	0
1337 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS	30.000	30.000	0	0
0004 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS-- LAGO SUL	30.000	30.000	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	5.000	97	0	0
6966 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- LAGO SUL	5.000	97	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	25.000	14.294	0	0
9192 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	25.000	14.294	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	266.085	74.169	0	0

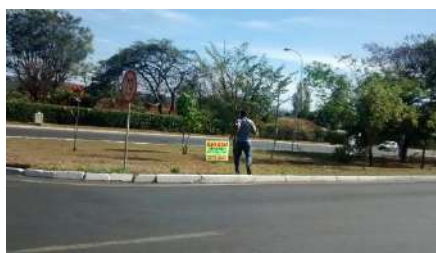
No decorrer do exercício, a Administração Regional desenvolveu um meio de parcerias com as empresas e secretárias públicas a execução de algumas obras essenciais em nosso bairro tais como, implantação de 3 rotatórias localizada na DF035 acesso ao Jardim Botânico, reforma do posto de saúde e aquisição de mobiliário, fechamento com alambrado dos acessos da QL 14 e 16, fechamento da poligonal com alambrado do parque copaíba da QL 28.

Foi instituído também através do PROGRAMA CIDADE LIMPA prevendo, dentre outras medidas, a retirada das faixas de propaganda e publicidade que costumemente poluíam a paisagem urbana. Após o recolhimento de 8.800 faixas só nas vias do Lago Sul e tendo constatado que a maioria delas se referia ao mercado imobiliário.



PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	90.000	118.000	100.324	100.324
8504 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	90.000	118.000	100.324	100.324
TOTAL DO PROGRAMA 6211	90.000	118.000	100.324	100.324



Dando continuidade ao projeto iniciado em 2013, de ressocialização do cidadão sentenciado, a Administração do Lago Sul, renovou convênio com a Fundação Nacional de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP e ainda hoje, mantém 6 reeducando contratados e prestando serviços de mão de obra, lotados na atividade fim e com desempenho satisfatório a ensejar novas alocações no próximo exercício.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	25.000	15.375	7.953	7.953
5998 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- LAGO SUL	25.000	15.375	7.953	7.953
4090 - APOIO A EVENTOS	5.000	207	0	0
5939 - APOIO A EVENTOS-CULTURAIS: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	5.000	207	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	30.000	15.582	7.953	7.953



As comemorações do Aniversário do Lago Sul – 56º Anos, realizado no mês de agosto, incluíram diversos e importantes eventos de natureza social, cultural e esportivos que movimentaram intensamente a grande maioria dos moradores da região, sem que para tanto, implicasse na realização de despesas significativas a cargo da unidade, considerando o forte apoio recebido da comunidade, empresariado local e secretária de cultura. Dentre elas destacam-se:

- XIII Copa Centro Oeste de Skate Long Bord
Local: Parque Ecológico Dom Bosco
Parceria: Realização Associação de Skate Longboard e Esportes Radicais de Brasília
Público: 500 pessoas
- XIII Campeonato Brasileiro de Wake Surf –
Local: Pontão do Lago Sul
Parceria: Realização Mormaii com apoio da Administração Regional do Lago Sul
Público: 1000 pessoas ao longo do evento
- I Passeio Ciclístico Bike Família
Percurso: Saída pontão do Lago / Gilberto Salomão / Administração Regional
Parceria: Adm. Regional do Lago Sul / Batalhão da PMDF / Pontão do Lago / DER
Público: 100 ciclistas
- Exposição de Carros Antigos
Local: Pontão do Lago Sul
Parceria: Administração Regional do Lago Sul / Veteran Car / Pontão do Lago Sul
Público: 3000
- Desfile Cívico
Local: Estacionamento Escola SHIS 1 / Hangar 5
Parceria: Adm. Reg.Lago Sul / PMDF / CBMDF / Escolas Públicas / Escola das Nações / Viação Pioneira / Empresários Locais
Público: 500 Pessoas
- Orquestra Sinfônica de Brasília
Local: Pontão do Lago Sul
Parceria: Administração Regional do Lago Sul / Sec. de Cultura / Pontão do Lago Sul / Empresários do setor de eventos
Público: 750 Pessoas
- Tradicional Missa Visão de Dom Bosco
Parque Ecológico Dom Bosco
Parceria: Realização Santuário Dom Bosco, apoio Administração Regional do Lago Sul
Público: 1000 pessoas



Todos em parceria com grupos de esportistas, empresários locais e secretária de cultura. Cabe registro ainda, a participação na Copa Brasília de Futsal, realizada pelo SESC /DF, com outras parceria, com equipes representando as Regiões Administrativas do Lago Sul e do Jardim Botânico e a ação do aleitamento materno em favor ao Banco de Leite.



Outro importante apoio desta Administração foi dado para os ensaios, apresentações e encontros para o Programa Curtindo a Vida com + 60, por meio do qual 20 idosos se reúnem semanalmente para atividades musicais, artísticas, físicas e de lazer, sob a coordenação de voluntárias de diferentes áreas de formação.



Semana do Empreendedor - em parceria com **SEBRAE – SESC – Sec. de Trabalho** a Administração do Lago Sul realizou a semana da desburocratização no Centro Comercial Gilberto Salomão, foram mais de 200 atendimentos, tais como: Abertura, Atualização e Fechamento de Empresas, Alvará de Funcionamento, Confecção de Carteirinha Social – SESC, Microcréditos, Cursos e Palestras, Emissão Guias de Pagamentos entre outros serviços.



PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	0	0	0	0
5541 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL-EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA NA ESCOLA COMUNITÁRIA ALTO INTERLAGOS VIA DAS HARPIAS ALTIPLANO LESTE- LAGO SUL	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6221	0	0	0	0

Obs: Crédito especial aprovado pelo projeto de lei nº 1110/2016 no valor de R\$ 107.675.747 (lei 5.665, art. 1º, II) Valor sancionado R\$ 74.550.474 sendo vetado R\$ 33.125,00 conforme veto para atender a emenda nº 7 ao PL 1.193.

Em que pese a escassez de recursos financeiros do Governo do Distrito Federal, especialmente da Secretaria de Estado de Educação, esta unidade promoveu entendimentos e parcerias com entidades e empresários comprometidos com o desenvolvimento da região, além do uso de mão de obra própria, para alcançar a superação de problemas emergenciais existentes nas escolas públicas do lago sul, tendo em vista a necessidade de início do ano letivo. Assim, foram realizadas intervenções nas escolas a saber:

- **Centro de Ensino Fundamental 06 - Dom Orione,**
Mutirão de Limpeza e retirada de lixo e entulho
- **Escola Classe 01 SHIS**
Recuperação de Quadra Poliesportiva

A valiosa parceria com os empresários locais foi de inestimável importância no que tange ao encaminhamento e execução das demandas da comunidade educacional que se traduziram em melhoria na qualidade do ensino e na prestação dos serviços à população do Lago Sul.

Mediante a nova gestão implantamos um programa de capacitação dos novos servidores, com parceria com a escola de governo, secret e o sebrae em 2016 foram formados:

- CIERH – 40 horas - 1 Servidor
- Licitações Lei 8.666 – 20h - 2 Servidores
- Administração Orçamentária / Financeira / Patrimonial e Contábil – 1 Servidor
- Modulo I – 20 Horas
- Modulo II – 20 Horas
- Subsecretário de Administração Geral – 20h - 1 Servidor
- Tecnologia / TI – 20h - 1 Servidor
- Compras Governamentais – 40h - 1 Servidor
- Agente de Desenvolvimento Territorial– 40h - 3 Servidores
- Gestão e Fiscalização de Contratos– 20h - 2 Servidores
- Termo de Referência e Projetos Básico– 20h - 2 Servidores
- Arquivologia– 20h - 2 Servidores



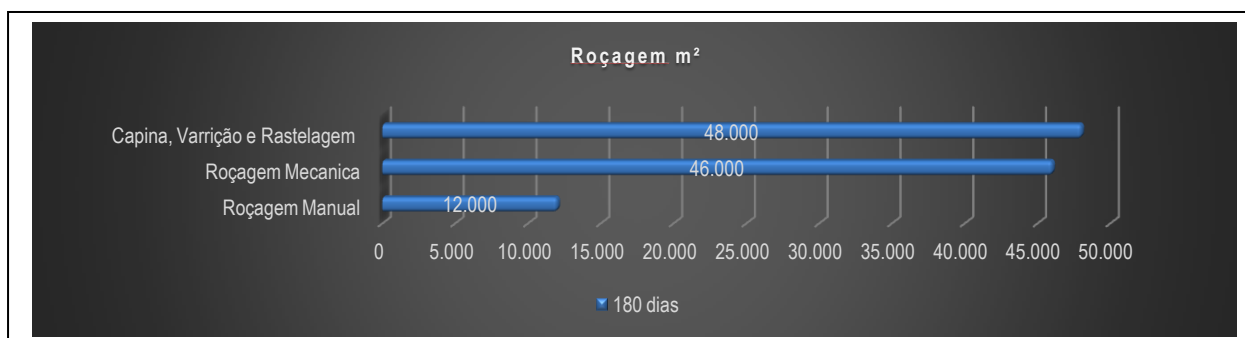
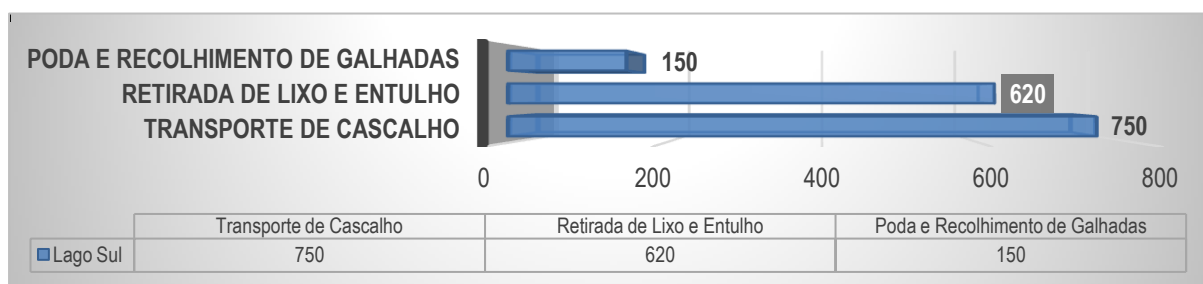
Realização de Oficinas de Capacitação
Palestras de Planejamento Estratégico
Mod. I
Para Microempreendedores
Locais Parceria com o **SEBRAE/DF**



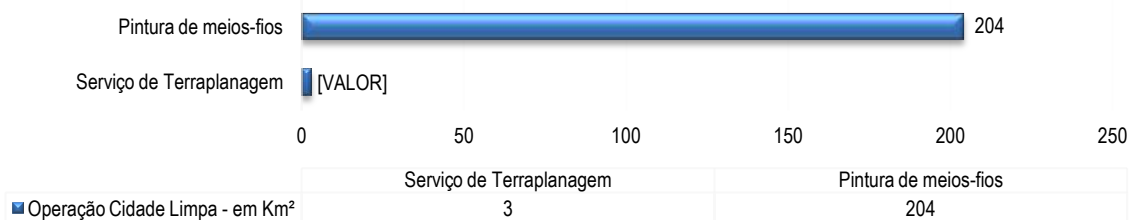
Projeto “Capacita Mais Brasília”
em Parceria com a Secretária de Trabalho
Curso De 20h Para Jovens e Adulto Recolocação No Mercado de Trabalho



Informações Complementares - Operação “Cidade Limpa” – Retirada em caminhões



Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	270 m³
Confeção de quebra-molas/ Unidade	
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	
Recuperação de calçadas/ M²	
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	1
Capina, varrição e rastelagem/ M²	48.000 m²
Remoção de entulhos/ M³	15.200 m³
Reposição de meios-fios/ Unidade	
Serviços de terraplanagem/ M³	
Rocagem manual/ M²	12.000 m²
Serviços de rocagem mecânica/ M²	46.000 m²
Recapeamento asfáltico/ M²	4.900 m²
Passeios (construção) / M²	
Rede de águas pluviais/ M	



Reuniões Estratégicas



Escritórios De Advogados
 Reunião com a atual gestão da OAB/DF
 Na pessoa do seu presidente,
 Dr. Juliano Costa Couto
 Tratando de assuntos tais como:
 Permanência dos Escritórios de Advocacia em
 residências do Lago Sul



Centro Comercial Gilberto Salomão
 Reunião com O Sr. Gilberto Salomão e a equipe
 jurídica da Administração
 Tratando de assuntos tais como:
 Regulamentação do Centro Comercial Alvarás de
 Funcionamento



Criação do Grupo de Trabalho
 Grupo formado por empresários, servidores e
 equipe técnica da administração
 Tratando de assuntos tais como:
 Regulamentação dos Espaços Publicitários
 Regulamentação e Destinação de quiosques,
 bancas de jornais etc.



Comunidade, entidades religiosas, setor privado e demais seguimentos da sociedade se reuniram com a equipe da Administração Regional do Lago Sul para conclusão das reuniões setoriais promovidas em parceria com a SEGETH e Secretaria das Cidades para debaterem a LUOS-DF.

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	1	20.000
Teatro	-	-
Música	1	750
Dança	-	-
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	1	3.000

MUSICA – Apresentação da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional



Apresentação cinematográfica no Pontão do Lago Sul (Maior tela de cinema do mundo)



Exposição de Carros Antigos



Promoção e Assistência social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	3
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	-
Encaminhamento - CDS/ Na hora	-
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	4
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc.)	2
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos - Idosos	1
Trabalho com Grupos – Mulheres	-
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	1
Trabalho com Grupos - Remoções	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	-



Houve a reinauguração da unidade básica de saúde nº 01 do Lago Sul e a entrega de 9 ambulâncias. Uma conquista mediante a situação que o sistema se encontra, a abertura do posto foi demanda apresentada pela comunidade, conselho comunitário e prefeituras do Lago Sul após 3 anos com a unidade fechada.

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	-	-
Eventos esportivos	7	700
Outros	-	-

Ciclistas do DF participam de pedal no Lago Sul, cerca de 200 atletas participaram do Pelotão Super 60. O evento que ocorre a cada três meses, teve a largada do Batalhão Rio Branco, na QI 11 do Lago Sul, onde os atletas percorreram um trajeto de 60 quilômetros com apoio da polícia militar.



PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	365.100	369.054	338.212	338.212
7187 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	365.100	369.054	338.212	338.212
TOTAL DO PROGRAMA 0001	365.100	369.054	338.212	338.212

Foram indenizados em média um servidor por mês, e feitos ressarcimentos ao Fundo Constitucional do DF por uso de 2 policiais militares na Administração da Regional.

PROGRAMA - 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	20.000	16.854	0	0
5880 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- LAGO SUL	20.000	16.854	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50.000	41.250	0	0
5346 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- LAGO SUL	50.000	41.250	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000	8.604	0	0
5207 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- LAGO SUL	10.000	8.604	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	80.000	36.000	0	0
9784 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	80.000	36.000	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4.079.917	4.079.917	3.866.890	3.866.890
8905 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	4.079.917	4.079.917	3.866.890	3.866.890
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	401.000	401.000	244.946	244.946
9710 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	401.000	401.000	244.946	244.946
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	204.759	195.516	108.369	104.069
9787 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO SUL	204.759	195.516	108.369	104.069
TOTAL DO PROGRAMA 6001	4.845.676	4.779.141	4.220.204	4.215.904

Em 14 de Novembro de 2014, a administração Regional do Lago Sul adquiriu um servidor de rede HP proliante ML350P G8 no valor de R\$ 18.714,28, o mesmo começou a ser implantado em novembro/2016 para atender essa unidade administrativa.

Alvará de Funcionamento	Quantidade	
Residencial	1	
Habitação Coletiva	0	
Comercial	54	
Industrial	0	
Área Rural	0	
Outros (Eventual)	77	
Total Expedido	132	
Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	54	42.170,68
Habitação Coletiva	0	
Industrial	0	
Comercial	0	
Institucional Público	0	
Institucional Privado	0	
Total Expedido	44	

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	55	40.537,95
Habitação coletiva	0	
Industrial	0	
Comercial	0	

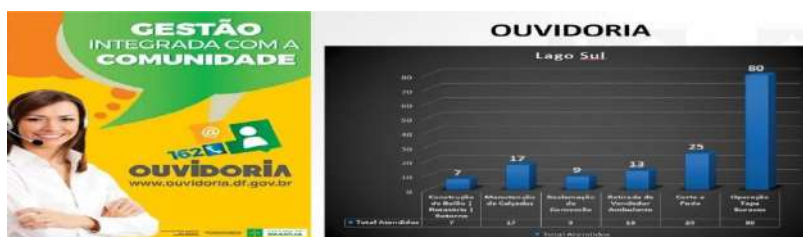
Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Institucional	0	
Total Expedido	55	

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	-	-
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	37	11.228,45
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	145	321.474,00
Cota de Soleira – Verificação de Alinhamento	11	7.832,10
Elaboração de Croquis	-	-
Levantamento para Carta de Habite-se	121	227.712,75

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Qtd. Projetos Analisados	Qtd. Projetos Aprovados
Restrito - Residencial - Unifamiliar	757	69
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva		-
Restrito – Comercial / Industrial / Institucional / Misto		-
Restrito – Plano de Ocupação		06
Restrito – Canteiros de Obras		01
Misto - Outros		

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	13
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Através do Decreto nº 37.206 de 23 de março de 2016 no anexo I, inciso XVI que fixou a nova estrutura administrativa as Administrações Regionais foram excluídas das regiões administrativas a estrutura de Junta Militar.



2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Em que pese os esforços despendidos para o perfeito funcionamento de todas as atividades incumbidas a esta unidade, não há de passar despercebidas as dificuldades enfrentadas no atendimento da totalidade das demandas. Para tanto, concorrem situações diversas que variam desde a restrição quantitativa de pessoal, que pela circunstância da lei de responsabilidade e reestruturação do organograma da administração, determinou a redução de 58,92% do seu quadro de servidores. No tocante à redução financeira, a mesma corresponde a 0,4%. A isso acresceu o fato desta Administração Regional do Lago Sul responder interina pela Administração Regional do Jardim Botânico, sem a necessária estruturação do quadro de pessoal daquela RA. Ressalte-se que aquela RA XXVII conta com apenas 18 (dezoito) servidores efetivos dos quais 9 exercem cargos comissionados, para o desempenho de todas as atividades regimentais.

No entanto, tem sido possível ultrapassar tais óbices e dificuldades, mediante a indispensável criatividade e o compromisso dos servidores, para o desenvolvimento e encaminhamento de iniciativas e providências, sem que implicasse no aumento de dispêndio de verbas ou gastos financeiros complementares.

Nessa linha, esta unidade segue dando continuidade ao funcionamento da Sala do Empreendedor, que tem como objetivo orientar, regularizar, formalizar, fomentar e capacitar o empreendedor local, facilitando aos futuros empreendedores a abertura de suas empresas.



17.17. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO – RA XVII- UO: 28.119

Administração Regional do Riacho Fundo, criada pela Lei nº 620, de 15/12/1993, que transformou o assentamento Granja do Riacho Fundo em Região Administrativa, segundo os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2015/CODEPLAN-SEPLAG, conta com uma população urbana estimada em 40.098 habitantes.

Anteriormente vinculada à Casa Civil de acordo com o art. 2º, § 3º, do Decreto nº 33.583 e tem por competência regimental representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da sua Região Administrativa XVII, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades dela decorrente.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

Em 2016, conforme publicação do Decreto nº 37.625 de 15 de setembro de 2016, publicada no DODF do dia 16 de setembro de 2016 e através do Decreto nº 37.206 de 23 de março de 2016 no anexo I, inciso XVI que fixou a nova estrutura administrativa as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria das Cidades.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	6
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	19
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	39
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	64
Total ativos - afastado	-

Fonte: SUGEP/SEPLAG

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	0	150.000	0	0
0004 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-URBANIZAÇÃO DA PRAÇA PÚBLICA DA QUADRA QS 2- RIACHO FUNDO II	0	75.000	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	0	205.000	0	0
0003 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO Nº 01- RIACHO FUNDO	0	75.000	0	0
9640 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE ENSINO Nº 1- RIACHO FUNDO	0	130.000	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	50.000	14.020	14.020	14.020
6031 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- RIACHO FUNDO	50.000	14.020	14.020	14.020
TOTAL DO PROGRAMA 6206	50.000	369.020	14.020	14.020

No ano de 2016, diversos projetos foram executados com sucesso entre os mais relevantes destacamos a caminhada da lua com a participação de 400 pessoas que tem a finalidade de promover a cidadania, o esporte e o lazer. Durante o ano foram realizados diversos campeonatos de futebol e de torneios de vôlei no ginásio de esportes, com a participação de crianças, adolescentes e adultos em todos os eventos.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	150.000	0	0	0
9981 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIACHO FUNDO - RA XVII	150.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	150.000	0	0	0

Não houve execução neste subtítulo.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	500.000	1	0	0
9975 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	350.000	1	0	0
9980 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DO RIACHO FUNDO	150.000	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	140.000	14.406	14.405	14.405
9193 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	140.000	14.406	14.405	14.405
TOTAL DO PROGRAMA 6210	640.000	14.407	14.405	14.405

Apesar do pouco recurso disponibilizado para este programa de trabalho, à Administração Regional realizou a ornamentação das áreas ajardinadas como: rotatórias e canteiros, além de alguns reparos em calçadas, meio-fio e estacionamentos.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	159.712	180.508	180.508	180.508
8526 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- RIACHO FUNDO	159.712	180.508	180.508	180.508
TOTAL DO PROGRAMA 6211	159.712	180.508	180.508	180.508

O convênio mantido entre a Administração Regional e a FUNAP possibilitou um melhor atendimento dos serviços operacionais, viabilizando a realização das demandas diárias. Resaltamos a satisfação e o sucesso deste programa na reintegração do cidadão com a sociedade local, através dos bons serviços prestados.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	56.000	7.892	7.890	7.890
6000 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-EVENTOS ESPORTIVOS- RIACHO FUNDO	56.000	7.892	7.890	7.890
TOTAL DO PROGRAMA 6219	56.000	7.892	7.890	7.890

Devido à contensão de gastos, algumas dificuldades foram encontradas no corrente ano para a execução de algumas atividades de teatro e de divulgação. Entretanto, mantendo parceria com a comunidade local, secretaria de cultura e demais órgãos do GDF, realizamos ações de grande relevância que promoveram a integração social e o aprimoramento da cidadania, tais como: Circuito de dança afro-brasileira, sarau literário, exposição de artes plásticas e cinema.

PROGRAMA : 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	20.000	0	0	0
5879 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- RIACHO FUNDO	20.000	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20.000	0	0	0
5206 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- RIACHO FUNDO	20.000	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10.000	8.604	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
5821 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- RIACHO FUNDO	10.000	8.604	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4.143.225	4.063.225	3.862.597	3.862.597
8906 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	4.143.225	4.063.225	3.862.597	3.862.597
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	516.519	516.519	292.510	292.510
9711 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	516.519	516.519	292.510	292.510
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	383.781	294.167	293.786	271.996
9788 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	383.781	294.167	293.786	271.996
TOTAL DO PROGRAMA 6001	5.093.525	4.882.516	4.448.892	4.427.103

No ano de 2016 a Administração Regional equipou o setor de informática com um aparelho nobreak de maior potência, realizou também reformas na sala de máquinas que necessitava de uma melhor refrigeração para o funcionamento adequado dos computadores servidores, hub e switch.

Quanto à administração de pessoal, a folha de pagamento se manteve estável durante todo o exercício sem necessidade de acréscimo no orçamento e sem qualquer necessidade de requisitar servidores de outros órgãos.

Os demais serviços de administração também foram realizados dentro do cronograma inicial, com a aquisição do material necessário para atender a demanda dos serviços administrativos e de campo.

PROGRAMA 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	500.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA PÚBLICA	500.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA -6002	500.000	0	0	0

Não houve execução neste subtítulo.

PROGRAMA : 0001 – PROGRAMA PARA OPERÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000	95.560	0	0
7188 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO	80.000	95.560	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001	80.000	95.560	0	0

Não houve execução neste subtítulo.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	450
Confecção de quebra molas/ Unidade	20
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	50
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	30
Recuperação de calçadas/ M²	50
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	25
Capina, varrição e rastelagem/ M²	5.000
Remoção de entulhos/ M³	2.000
Reposição de meios-fios/ Unidade	100
Serviços de terraplanagem/ M³	8.000
Roçagem manual/ M²	2.000
Serviços de roçagem mecânica/ M²	5.000
Recapeamento asfáltico/ M²	3.000
Passeios (construção) / M²	-
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	10
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	04
Encaminhamento - CDS/ Na hora	12
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	20
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	04

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos - Gestantes	02
Trabalho com Grupos - Idosos	04
Trabalho com Grupos - Mulheres	02
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	02
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	08
Trabalho com Grupos - Remoções	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	25
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	20
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	08
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	15
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	80

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	01	45
Teatro		
Música	02	150
Dança	02	200
Artes Plásticas	02	30
Literatura	01	250
Outros eventos		

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	02	300
Eventos esportivos	03	450
Outros		

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	
Habitação Coletiva	
Comercial	34
Industrial	
Área Rural	
Outros (Eventual)	25
Total Expedido	59

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	14	2.142,12
Habitação Coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional Público		
Institucional Privado		
Total Expedido	14	2.142,12

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	2	7.069,65
Habitação coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional		
Total Expedido	2	7.069,65

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar		
Demarcação para Alvará de Construção - Outras		
Cota de Soleira - Levantamento de Definições		
Elaboração de Croquis		
Levantamento para Carta de Habite-se		

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	68
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	01
Restrito - Comercial	
Restrito - Industrial	
Restrito - Institucional	

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Misto - Residencial/Comercial	
Misto - Outros	

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	
Feiras Permanentes	1
Recadastramento de Feiras	
Fiscalização de Feiras	Diária

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	5

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	
Vistorias realizadas	
Produtores rurais cadastrados	
Propriedades rurais	
Associações	
Cooperativas	
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1004
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	485
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	58
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	06
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	01
Atestado de desobrigação	
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	80
Transferência de domicílio	85
Averbações de certificado de alistamento	1004
Outros	994

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No ano de 2016, a Administração Regional utilizando os recursos disponíveis executou as políticas públicas programadas para a cidade do Riacho Fundo I, sendo que muitas destas ações foram realizadas em parceria com outros órgãos públicos, iniciativa privada e entidades representativas da cidade.

Devido ao cumprimento da lei de responsabilidade fiscal necessária ao equilíbrio orçamentário do GDF, encontramos algumas dificuldades na revitalização das calçadas, dos estacionamentos e na reforma das instalações públicas.

Para o ano de 2017 projetamos ampliar a aproximação com a população através de reuniões periódicas com as diversas lideranças comunitárias, promovendo a cidadania, a integração social e agilizando o atendimento das demandas dos serviços públicos. Inclusive intensificando o monitoramento e o combate as invasões de áreas públicas.

17.18. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE – RA XVIII- UO: 28.120

A Administração Regional do Lago Norte, criada pela Lei n.º 641 de 10/01/1994, regulamentada pelo Decreto nº 15.516/94, é um órgão da Administração Direta Regionalizada, anteriormente subordinada à Casa Civil, da Governadoria do Distrito Federal, de acordo com o Decreto n.º 33.583, de 16 de março de 2012, que tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da respectiva Região Administrativa, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no Art. 29, §3º, inc. IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal. Em 2016, após a reestruturação interna do Governo do Distrito Federal, foi criada por meio do Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016, a Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal com a função de coordenar e supervisionar as ações das Administrações Regionais, conforme Art. 3º, inc. I.

O Lago Norte é a Região Administrativa n.º XVIII, atualmente possui aproximadamente 37.400 habitantes, 3,09% a mais que em 2013 (34,2). Os dados fazem parte da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) 2016, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). A RA é dividida em quadras do lago (QL) com 2.237 lotes e quadras internas (QI) com 2.048 lotes. A região compreende ainda um setor de mansões (ML) com 161 lotes e (MI) com 180 lotes, o Setor Habitacional Taquari com 1065 lotes, o Centro de Atividades (CA) com 276 lotes e os núcleos rurais (Bananal, Torto, Urubu, Jerivá, Palha, Bálsamo, Taquari e Olhos D'água).

O Centro de Atividades (CA), que fica na entrada da RA é a principal área de comércio além de concentrar dois Shoppings Centers.

Juntamente com os Taquaris, os Núcleos Rurais foram delineados como áreas prioritárias por serem regiões de mananciais que abastecerão o Lago Paranoá, do qual no futuro próximo, será captada a água para o abastecimento do Distrito Federal.

Mesmo estando no rol do grupo das cidades consideradas mais nobres e desenvolvidas no Distrito Federal, o Lago Norte engloba bolsões de pobreza muitos significativos existentes nos núcleos rurais nomeadamente do Jerivá, Olhos D'água, Palha e Capoeira do Bálsamo, cujo os problemas fundiários são de ordem grave, ausência significativa de serviços elementares de segurança, educação e saúde pública, além de um alto índice de desemprego.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	04
Cedidos – fora GDF	01
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	09*
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	18
Estatutário – afastado	-
Sem vínculo – em exercício	32
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	66
Total ativos – afastado	-

Fonte: GEPES/ RAXVIII / *05 Requisitados do GDF com cargo em comissão / *02 requisitados do GDF sem cargo em comissão / *Estagiários CIEE (Temporários). OBS. Total de **59 servidores em exercício + 07 servidores requisitados = 66 servidores** no total

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	5.000	0	0	0
5960 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS –ESPORTIVOS – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL – LAGO NORTE	5.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	5.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	70.000	143.848	104.000	0
9907 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	70.000	143.848	104.000	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	21.000	5.446	2.904	2.904
9177 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	21.000	5.446	2.904	2.904
TOTAL DO PROGRAMA 6210	91.000	449.293	106.904	2.904

Ampliação do Viveiro Comunitário do Lago Norte

- Duplicação do espaço do viveiro, aumentando a produção de 20 mil para 40 mil espécies nativas do cerrado.

**PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	40.000	15.533	10.278	6.278
8521 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- LAGO NORTE	40.000	15.533	10.278	6.278
TOTAL DO PROGRAMA 6211	40.000	15.533	10.278	6.278

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	15.000	3.458	3.458	3.458
5961 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	5.000	1.158	1.158	1.158
5962 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DO- LAGO NORTE	10.000	2.300	2.300	2.300
TOTAL DO PROGRAMA 6219	15.000	3.458	3.458	3.458

Aniversário do Lago Norte

Evento de comemoração do aniversário do Lago Norte voltado para a população dos Núcleos Rurais, com a parceria de empresas e órgãos do governo para o atendimento e apoio aos cidadãos, inserindo-os nas políticas sociais do governo.

Virada do Cerrado - abertura nos 56 Anos do Lago Norte

Abertura da Virada do Cerrado e comemoração do aniversário de 56 anos do Lago Norte, com: Corrida do Lago Norte, Circuito Brasília de Natação Ecológica, Etapa Distrital do Circuito SOS Lago Paranoá de Stand Up Paddle (SUP), Feira de Tecnologias Sustentáveis e Projetos Sociais, Circuito de Saúde, Exposições Artísticas, Oficinas, Palestras, Food Bikes, Shows e Brinquedos para as crianças.

**PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	8.000	6.600	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10.000	8.604	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	4.484.262	5.047.262	4.779.587	4.779.587
8889 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	4.484.262	5.047.262	4.779.587	4.779.587
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	480.000	480.000	264.346	264.346
9695 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	480.000	480.000	264.346	264.346
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.160.439	743.801	736.161	730.161
9772 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	1.160.439	743.801	736.161	730.161
TOTAL DO PROGRAMA 6001	6.142.701	6.286.256	5.780.095	5.775.095

PROGRAMA TEMÁTICO: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	98.675	0	0
0056 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-- LAGO NORTE	0	98.675	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.000	56.549	50.744	50.744
7172 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- LAGO NORTE	24.000	56.549	50.744	50.744
TOTAL DO PROGRAMA 0001	24.000	155.224	50.774	50.774

*O crédito suplementar foi incluído no orçamento no dia 30/12/2016, impossibilitando assim a execução financeira dos recursos, tendo em vista que o fechamento do exercício financeiro foi no dia 31/12/2016.

Lista de eventos realizados / apoiados pela Administração Regional do Lago Norte:

CIDADANIA**Evento em Comemoração ao Dia das Mulheres**

Palestra sobre “A mulher do século XXI: Políticas Afirmativa para as mulheres”. com Psicóloga e Assessora da Coordenação de Políticas para as mulheres. Exposição de artesanato e representantes de artigos femininos, Oficina de pintura em Toalhinhas. Com parceria da Secretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, SENAR, Moção às mulheres da Administração Regional do Lago Norte.

**Doação de 500 quilos de alimentos para a Creche Tia Angelina e Zilda Arns**

No encontro de carros antigos que aconteceu na Torre Digital, foram arrecadados 500 quilos de alimentos doados para as instituições Creche Tia Angelina e Zilda Arns.

Doação de Agasalhos para o IMDH – Instituto de Migração e Direitos Humanos

Durante uma edição especial do Treino Corujão, corrida aberta de rua, foram arrecadados mais de 130 agasalhos, 10 cobertores e roupas, entregues à Irmã, destinados àqueles que são assistidos pelo IMDH.

Natal Solidário do Raia Norte

Pelo quarto ano seguido, a Raia Norte, realizou o Natal Solidário, com a chegada do Papai Noel Radical, às margens do Lago Paranoá, entregando presentes para crianças do Varjão. A Administração Regional do Lago Norte apoiou o evento com estrutura e organizou o plantio de 40 mudas com as crianças.

**ESPORTE****Espaço Eficiente: Demonstração de Tiro com Arco**

Demonstração de Tiro com Arco e Flecha realizada pelo atleta paraolímpico, em parceria com a Associação de Moradores MI 7 e 8.

Corrida do Corujão

Sete edições do treino gratuito mensal de corrida de rua noturna, com o apoio da Administração Regional do Lago Norte.



Treino de Natação em Águas Abertas

Treino ocorrido na Quebra da 13 do Lago Norte, de 24h de natação no Lago Paranoá. Realizado por Tiago Sato e apoiado pela Administração Regional do Lago Norte e pela CAESB.

Pedal Noturno

32 edições realizadas do encontro gratuito de ciclistas, toda quarta-feira às 20h, com a parceria do Bikers Conexão Cerrado, Administração Regional do Lago Norte e PMDF.



Encontro de Ciclistas – Lago Norte 56 anos

Como parte das comemorações do aniversário da cidade, foi realizado um grande Encontro de Ciclistas no Lago Norte, reunindo mais de 30 grupos do Distrito Federal, que fizeram uma trilha pelos núcleos rurais do Lago Norte.

Passagem da Tocha Paraolímpica

A tocha paraolímpica percorreu Brasília, saindo do Parque da Cidade e seguindo para o Parque das Garças, QI 15 do Lago Norte, onde ocorre o projeto SUPeração, de stand up paddle para pessoas com deficiência, após, na unidade da Rede Sarah, do Lago norte a tocha seguiu seu percurso.



Relatório Anual de Atividades 2016 – RA XVIII Lago Norte Corrida do Fogo

Revezamento da tocha olímpica em comemoração à semana da pátria com os atletas locais: e os alunos do CEDLAN. Realizado pela Casa Militar e Administração Regional do Lago Norte.

1º Campeonato de Bete – Taquari

Evento de promoção da integração comunitária, realizado para os moradores do Taquari, com torneio de Bete, demonstração de adestramento canino, brincadeiras lúdicas, food trucks e exposições artísticas.



CULTURA

Pedal com Luau

Atividade cultural, que reuniu os ciclistas na Administração Regional do Lago Norte, partindo para um passeio até o Viveiro Comunitário, onde aconteceu um semente simbólico e um Sarau Poético, com participação do grupo musical Fazendo Arte, os escoteiros Lis do Lago e o Administrador Regional e comunidade, em comemoração ao mês do Meio Ambiente.

Seminário para apresentação do Conselho de Cultura

O Conselho de Cultura tem como objetivo ampliar o diálogo com quem faz e vive cultura no Distrito Federal, assim como fortalecer a participação das lideranças locais no debate sobre o que queremos para a nossa cidade e para o Distrito Federal. É uma parceria das Administrações Regionais com a Secretaria de Cultura.

Intercâmbio artístico com trupe artística de Grenoble, França

Programa de Extensão do Laboratório Transdisciplinar de Cenografia da Universidade de Brasília - LTC/ UnB, em parceria com a Association Artistique et Culturelle Lado Brasil - Grenoble/France, que co-organizaram um conjunto de ações culturais selando uma parceria entre ambas. A Administração Regional do Lago Norte apoiou a iniciativa com organização das oficinas de formação, residência artística, debates, experiências performáticas e apresentação de criações artísticas.

LAZER

Encontro de Cães do Lago Norte

Encontro de cães realizado na EPPN 09/10, com grupos de veterinários, sorteio de brindes, rações e palestra de adestramento.

SAÚDE

Campanha de Combate ao mosquito *Aedes Aegypti*

Campanha de conscientização e prevenção de doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*, com palestras, mutirão de limpeza no Lago Norte, visitas a domicílios, campanha publicitária, capacitação de empregados e caseiros, etc. A campanha foi uma parceria da Administração Regional com a DIVAL, as Forças Armadas, NOVACAP, SLU, Associações de Moradores, Empresas Locais de Aluguel de Caçambas, Secretaria de Saúde, entre outros.

Campanha de vacinação contra o vírus H1N1

Campanha de vacinação dos grupos prioritários contra a gripe H1N1 realizado no Centro de Saúde nº 10 do Lago Norte.

Campanha de castração de cachorros, de vacinação contra a raiva e de conscientização sobre a leishmaniose

A campanha de castração e de vacinação de cães e gatos para combate a raiva, e conscientização dos donos contra a leishmaniose, ocorreu tanto nas áreas rurais do Lago Norte quanto na Península Norte.

Visita técnica ao Hospital de Medicinas Alternativas de Goiânia, para troca de experiência sobre Hortas Ayurvédicas e Medicinais

A visita realizada pela Administração Regional do Lago Norte, pela Secretaria de Saúde e por moradores da região, teve como objetivo conhecer a rotina e o funcionamento do Hospital de Medicinas Alternativas de Goiânia, com intuito de trazer as práticas alternativas para a região administrativa do Lago Norte.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1ª Rodada de Negócios do Lago Norte-Varjão entre Artesãos e Produtores de Feiras

Reunião para apresentação dos espaços e empresas que organizam as feiras de artesanato do DF para os artesãos locais, buscando a inserção dos mesmos no circuito comercial.

Inserção das Artesãs na FINNAR e em outros eventos da Administração Regional do Lago Norte

Parceira entre a Administração Regional do Lago Norte e a FINNAR para a inserção gratuita das artesãs locais na 10ª Feira Internacional do Artesanato, realizada

Relatório Anual de Atividades 2016 – RA XVIII Lago Norte no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. A FINNAR ofereceu ao público, além de estandes de mais de 700 diferentes artesãos, palestras, workshops, oficinas e shows. Buscando aumentar a sua inserção econômica, as artesãs locais também foram inseridas em diversos eventos promovidos pela Administração Regional, como o Aniversário do Viveiro, o Aniversário do Lago Norte, a Campanha de Vacinação e outras Feiras Privadas.

Sala do Empreendedor do Lago Norte

A Sala do Empreendedor da Administração Regional funciona de segunda a sexta-feira. Além de oferecer cursos de capacitação, o seu objetivo é orientar o pequeno empresário local sobre questões financeiras, qualificação profissional, microcrédito, abertura de conta, fortalecimento da economia local, fornecimento de serviços de regularização e desburocratização do processo de formalização do pequeno empreendedor. A iniciativa conta com a coordenação técnica do SEBRAE.



Curso de Inserção e Recolocação no Mercado de Trabalho – Adm Lago Norte e Adm Varjão

Moradores do Lago Norte e do Varjão tiveram aulas sobre a volta ao mercado de trabalho. O curso abordou técnicas para se sair bem em uma entrevista de emprego, manual de como fazer o currículo e várias outras dicas foram ensinadas no curso de recolocação profissional. As aulas foram ministradas pela Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e ocorreram na Casa da Cidadania, com o apoio das Administrações Regionais do Lago Norte e do Varjão.

Curso de Informática para a Comunidade do Lago Norte e do Varjão

Curso básico de informática gratuito oferecido para a comunidade do Lago Norte e Varjão, realizado em parceria da Administração Regional e do projeto "Seja um Voluntário", na Casa de Cidadania.

Organização do Grupo de CSA do Lago Norte – Comunidades que Sustentam a Agricultura com os produtores orgânicos do Lago Oeste

Reunião para organização do grupo de CSA com os produtores de produtos orgânicos e os co-agricultores da região administrativa.

Encontro com os Empresários do Lago Norte: Portal Qualifica + Brasília e Política de Microcrédito

Reunião com os empresários da região para apresentação do Portal Qualifica + Brasília e para a apresentação da política de microcrédito. O evento contou com a assinatura da parceria entre a Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e a Administração Regional do Lago Norte e do Varjão para a utilização da Casa da Cidadania para cursos profissionalizantes.

Organização de 03 grupos de certificação da produção orgânica na Serrinha do Paranoá

Organização de 3 grupos de certificação orgânica, em Parceria entre a Administração Regional do Lago Norte, a EMATER e o SindOrgânico: Grupo do Alto do Urubu, e Grupo do Palha e Grupo do Capoeira do Bálsamo.

MEIO AMBIENTE

Palestra de Intercâmbio com o Centro de Resiliência da Universidade de Estocolmo

Palestra sobre mudança climática, construção de cidades resilientes, estímulo à preservação ambiental, produção orgânica e o fator verde como ferramenta de planejamento urbano.



Assinatura do Acordo de Cooperação Internacional com o Centro de Resiliência de Estocolmo

Parceria para a promoção da agricultura orgânica e o emponderamento das mulheres no campo na Serrinha do Paranoá. Assim como a troca de tecnologias sociais de planejamento urbano para construção de cidades sustentáveis, por exemplo, o Fator Verde.



Parceria com a ONG Brasília é o Bicho para Monitoramento da Fauna da Serrinha do Paranoá

Parceria realizada entre a Administração Regional do Lago Norte com a ONG Brasília é o Bicho, para mapear a fauna existente na Serrinha do Paranoá.

Dia das Boas Ações

Apoio à Feira Brasília Criativa. Parceria com a Fundação Mais Cerrado, para divulgar a importância do Cerrado e a Serrinha do Paranoá. Apoio à realização de oficinas de doação de mudas nativas e de educação ambiental.

CAR – Cadastro Ambiental Rural

Reunião com moradores da Serrinha do Paranoá para a explicação sobre o CAR (Cadastro Ambiental Rural) e capacitação sobre como realizar o cadastramento das terras.

Complementação do Mapeamento das Nascentes da Serrinha do Paranoá

Continuação do mapeamento das nascentes que compõem a Serrinha do Paranoá, realizado pelos servidores da Administração Regional e pelos moradores. Já são 91 nascentes cadastradas.

Organização das Brigadas Comunitárias de Combate a Incêndios Florestais

Oficinas de reorganização das brigadas comunitárias de combate a incêndios florestais, localização dos equipamentos e planejamento das ações. Realização de oficina de capacitação dos brigadistas para o combate aos incêndios com o apoio do Corpo Militar de Bombeiros do Distrito Federal.

Plantio com os alunos do Colégio do Sol

Recuperação de área degradada do CA 06 com o plantio de mudas nativas do cerrado.

Plantio na Nascente Principal do Palha

Plantio de 400 mudas nativas do cerrado na área de recarga da nascente principal do Núcleo Rural do Palha, com a colaboração e participação da Secretaria do Meio Ambiente, IBRAM, DER, ADASA, Associação dos Moradores do Núcleo Rural do Palha, Escola Classe ASPALHA, Voluntários do Viveiro Comunitário do Lago Norte e comunidade.

Plantio na Serrinha do Paranoá

Intercâmbio Brasil-Suécia na Serrinha do Paranoá, apresentando a produção orgânica na região e realizando um plantio de recuperação de uma nascente no Núcleo Rural do Palha.

Mapeamento das Plantas Nativas do Parque das Garças

Mapeamento das espécies arbóreas existentes no Parque das Garças realizado pelos servidores da Administração para posterior sinalização.



Caderno de Espécies Nativas do Cerrado

Caderno para identificação das espécies nativas do cerrado, utilizado nas ações de educação ambiental do Viveiro Comunitário do Lago Norte.

Inauguração da Horta Comunitária do CA 05, Lago Norte.

A Horta Comunitária do CA 05 foi inaugurada com a parceria do Viveiro Comunitário do Lago Norte, Administração Regional, Síndicos do CA e moradores, visando oferecer aos moradores a oportunidade de cultivar seu próprio alimento, utilizando produtos saudáveis, orgânicos, e frescos. No mesmo dia tivemos também uma Feira de trocas entre os moradores.

Construção de Horta Medicinal e de Hortaliças no Centro de Saúde nº 10 do Lago Norte

Parceria da Administração Regional com a Secretaria de Saúde na criação da Horta Comunitária no Centro de Saúde nº 10, visando a melhoria na alimentação dos pacientes e da comunidade geral, assim como o desenvolvimento da medicina alternativa na região.

Plantio no Balão do Colorado

Plantio no Canteiro do Posto Colorado, com o objetivo de aumentar a área de sombra para alto fluxo de pedestres em circulação no local, e para os militares que lá esperam pelo transporte. Realizado pela Administração Regional do Lago Norte com o apoio da Novacap.

Plantio de Mudas no Córrego do Urubu

Plantio de reflorestamento de nascente no Alto do Urubu.

Consulta Pública sobre a Desocupação da Orla do Lago

Consulta pública com os moradores e usuários do Lago Paranoá, para apresentação do projeto Orla Livre e recolhimento de contribuições.

Plantio na Escola Classe 06 do Paranoá – Núcleo Rural do Balsamo

Ação com as crianças na Escola Classe 06 do Paranoá, com plantio de 40 mudas frutíferas e nativas do cerrado.



Plantio na Escola Classe do ASPALHA

Mutirão de reflorestamento com parceria entre a Administração Regional e a Direção da Escola Classe Aspalha, com plantio de 30 mudas nativas do cerrado na escola.



Plantio de Recuperação da Nascente do Juarez – Núcleo Rural do Bálamo

Reflorestamento da nascente situada no Núcleo Rural Capoeira do Bálamo realizada pela Administração Regional do Lago Norte.

Visita ao Viveiro Comunitário – Escola Classe 410 Sul

Os alunos tiveram aula sobre as plantas nativas do cerrado com o técnico agrícola e viveirista e o com o engenheiro florestal, onde foi doado um total de 180 mudas para as crianças.

Plantio no Alto Urubu

Reflorestamento de nascente no Alto do Urubu localizada na Chácara do Agenor.

Visita ao Viveiro: Escola Classe 304 Norte

Alunos da escola 304 Norte aprenderam, no Viveiro Comunitário do Lago Norte, a cultivar mudas nativas do cerrado e a sua importância para o ciclo das águas.

Plantio Bosque do Rosal

Mutirão de plantio e reflorestamento com a comunidade e com os voluntários do viveiro na Quebra da 13 em homenagem a um dos idealizadores. O local, que é bem frequentado pelos moradores, recebeu mais de 130 mudas frutíferas e nativas do cerrado. Parceria da Adm. Lago Norte, Movimento Ocupe o Lago, Raia Norte, Associação dos Amigos Quebra da 13.

Plantio no VI COMAR

Mutirão de plantio de reflorestamento na Nascente Cascalheira VI COMAR, com plantação de 450 mudas nativas do cerrado. Parceria da Administração Regional do Lago Norte e Aeronáutica.

Plantio na Reserva Ecológica do Varjão

Mutirão de reflorestamento, com plantio de 450 mudas, com a comunidade e com os voluntários do viveiro no Varjão para compensação das emissões de carbono da Virada do Cerrado 2016. Parceria: SEMA, NOVACAP e Administração Regional do Lago Norte e Varjão.



Plantio Núcleo Rural Urubu – Grota do Beija Flor

Mutirão de reflorestamento, com plantio de 300 mudas nativas do cerrado, com a comunidade e com os voluntários do viveiro na Grota do Beija Flor. Apoio do Instituto Oca do Sol, Prefeitura Comunitária do Taquari e Associação do Núcleo Rural do Urubu.

Plantio na Grota Barbatimão

Mutirão de reflorestamento, com plantio de 600 mudas nativas do cerrado, com a comunidade, voluntários do viveiro e colaboradores na Grota Barbatimão. Apoio: CEUB e NOVACAP.

Plantio da Cachoeira do Urubu

Mutirão de reflorestamento com o plantio de 250 mudas, e preservação da Cachoeira do Urubu, realizado pela Administração Regional, Voluntários do Viveiro Comunitário e comunidade.

Doação de mudas nativas do cerrado nas oficinas de alimentação saudável da SEDESTMIDH nos Restaurantes Comunitários

Promoção da alimentação saudável e da preservação ambiental por meio da doação de árvores nativas e frutíferas do Cerrado, ampliando a segurança alimentar da população do Distrito Federal. Parceria entre a SEDESTMIDH, CRATS e Administração Regional do Lago Norte.

Recepção dos Voluntários do Viveiro e apresentação do trabalho ambiental da Administração Regional do Lago Norte.

Reunião de apresentação do trabalho ambiental da Administração aos voluntários do Viveiro Comunitário do Lago Norte e Plantio de Reflorestamento da Nascente do Córrego Olhos D'Água.



Projeto Ecotrilhas da Serrinha do Paranoá

Inserção do Projeto Ecotrilhas da Serrinha do Paranoá no Programa de Voluntariado do Banco do Brasil, assegurando recursos da Fundação Banco do Brasil numa parceria da Administração Regional do Lago Norte com o Instituto Oca do Sol. O objetivo do projeto é estimular o ecoturismo na região e promover a educação ambiental por meio de técnicas inovadoras. Por meio da metodologia “Dragon Dreaming”, foi realizado o planejamento participativo do projeto Ecotrilhas da Serrinha do Paranoá.

Lançamento do Projeto Ecotrilhas da Serrinha

O evento reuniu a Administração Regional, voluntários do viveiro, grupo de escoteiros Lis do Lago, Juventude Missionária do Varjão, grupo Bikes Conexão Cerrado, moradores, Instituto Oca do Sol e a Paróquia Nossa Senhora do Lago, para a Apresentação do Projeto Ecotrilhas da Serrinha e um plantio coletivo de mais de 300 mudas às margens do lago.

Manutenção e Limpeza Desenvolvidos – RA XVIII . (Janeiro de 2016 a dezembro de 2016)

Reparo e limpeza de caixa de serviço - Serviço realizado pela CAESB. Varrição - Serviço realizado pelo SLU.



Roçagem e Capina - Serviço realizado pela NOVACAP.



Reparo e manutenção de rede elétrica - Serviço realizado pela CEB.



Reparo e limpeza de caixa de contenção - Serviço realizado por esta RA XVIII em parceria com NOVACAP.



Reparo e limpeza de meio fio e boca de lobo - Serviço realizado por esta RA XVIII em parceria com NOVACAP.



Limpeza e desobstrução de calçada - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Manutenção e instalação de placas - Serviço realizado pelo DER e DETRAN.



Poda de árvores – Serviço realizado por esta RA XVIII

Construção de estande de Tiro ao Alvo na MI 08 - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Retirada de entulho - Serviço realizado por esta RA XVIII em parceria com NOVACAP.

Construção de Quadra de Areia, na QI 02 - Serviço realizado por esta RA XVIII em parceria da NOVACAP.



Serviço de recuperação de Águas Pluviais na Sede do Corpo de Bombeiros - Lago Norte - Serviço realizado por esta RA XVIII.

Retirada de entulho - Serviço realizado por esta RA XVIII em parceria com NOVACAP.



Irrigação de área verde - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Limpeza de canaletas - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Limpeza de canaletas - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Reforma, limpeza e manutenção no Centro Comunitário do Palha - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Manutenção de estradas rurais - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Manutenção de redes pluviais no Núcleo Rural da Palha A - Serviço realizado por esta RA XVIII em parceria com a Associação comunitária.



Montagem de tendas - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Ação Social no Centro Comunitário do Palha - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Ação Social na Escola Classe do Varjão - Serviço realizado por esta RA XVIII em parceria com a Administração Regional do Varjão, VI COMAR e PM.



Implantação de Horta Comunitária no CA e no Posto de Saúde do Lago Norte - Serviço realizado por esta RA XVIII em parceria com a Comunidade e CBMDF.

Aniversario do Lago Norte – Serviço realizado por esta RA XVIII



Manutenção e ampliação do Viveiro do Lago Norte – Serviço realizado por esta RA XVIII.

Virada do Cerrado – Serviço realizado por esta RA XVIII em parceria com CAESB, SLU, EMATER, CRV, Comunidade e outros



Aberturas de Berços, para plantio – Serviço realizado por esta RA XVIII.

Reforma, pintura e jardinagem da Escola Classe do Varjão – Serviço realizado por esta RA XVIII com parceria com da Administração Regional do Varjão, VI COMAR e PM.



**Reflorestamento na área do Viveiro Comunitário –
Serviço realizado por esta RA XVIII**



**Plantios diversos - Serviço realizado por esta RA XVIII
em parceria com a comunidade.**



Plantio em área do VI COMAR –

680 mudas na nascente (em agradecimento ao apoio que o VI COMAR vem dando a RA XVIII e RA XXIII, inclusive no combate à Dengue e a Reforma da Escola Classe do Varjão) – Serviço realizado por esta RA XVIII e VI COMAR.

**Limpeza das nascentes no Núcleo Rural – Serviço
realizado por esta RA XVIII, Comunidade e ADASA.**



**Reflorestamento no Córrego do Urubu – Serviço
realizado por esta RA XVII e comunidade**



**Recolhimento de material - Serviço realizado por esta
RA XVIII.**



**Recolhimento de material - Serviço realizado por esta
RA XVIII.**



**Manutenção de escoamento de águas pluviais em
PEC's e parquinhos - Serviço realizado por esta RA
XVIII.**



Reparo de águas pluviais no Núcleo Rural do Palha - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Retirada de faixas e placas verticais e horizontais - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Reparo de águas pluviais no Núcleo Rural Jerivá B - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Retirada de faixas e placas verticais e horizontais - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Retirada de entulho e lixo no Núcleo Rural - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Retirada de ramagem - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Retirada de pneus nas borracharias do Lago Norte, Varjão e Núcleos Rurais - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Nivelamento para campo de futebol na Escola do Núcleo Rural Olhos D'água e Palha - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Tapa buraco - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Operação Limpeza – Serviço realizado por esta RA XVIII em parceria com “POLO”.



Levantamentos Topográficos - Serviço realizado por esta RA XVIII.



Decoração de Natal no Lago Norte - Serviço realizado por esta RA XVIII em parceria com a Comunidade.



Retirada de invasão em Núcleo Rural - Serviço realizado pela AGEFIS, PM, DEMA e IBRAM em parceria com esta RA XVIII.



Retirada de invasão em Núcleo Rural - Serviço realizado pela AGEFIS, PM, DEMA e IBRAM em parceria com esta RA XVIII.



2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	1.400
Confecção de quebra molas/ Unidade	15
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	80
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	56
Recuperação de calçadas/ M²	530,00
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	06
Capina, varrição e rastelagem/ M²	15.800,00
Remoção de entulhos/ M³	9.600m3
Reposição de meios-fios/ Unidade	230
Serviços de terraplanagem/ M³	960,00
Roçagem manual/ M²	12.600,00
Serviços de roçagem mecânica/ M²	86.300,00
Recapeamento asfáltico/ M²	640,00
Passeios (construção) / M²	250,00
Rede de águas pluviais/ M	12,00

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	02
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	-
Encaminhamento - CDS/ Na hora	-
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	08
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	-
Trabalho com Grupos - Gestantes	01
Trabalho com Grupos - Idosos	-
Trabalho com Grupos – Mulheres	04
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	10
Trabalho com Grupos - Remoções	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	12
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	73
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	05

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	-	-
Teatro	04	300
Música	05	500
Dança	04	750
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	05	1.200

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	-	-
Eventos esportivos	42	3.500
Outros	13	325

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	31
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	17
Total Expedido	48

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	22	8.700,00
Habitação Coletiva	*	-
Industrial	*	-
Comercial	*	-
Institucional Público	*	-
Institucional Privado	*	-
Total Expedido	22	8.700

*Processos (exame, aprovação e alvará de construção à cargo da CAP/SEGETH, conforme Dec. Nº 37.516 de 26/07/2016).

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	31	10.000,00
Habitação coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	02	15.000,00
Institucional	-	-
Total Expedido	33	35.000,00

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	01	600,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	02	9.100,00
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	48	-
Elaboração de Croquis	03	106.000,00
Levantamento para Carta de Habite-se	33	115.700,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial – Unifamiliar	9.971,10m
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	*
Restrito – Comercial	*
Restrito - Industrial	*
Restrito - Institucional	*
Misto - Residencial/Comercial	*
Misto - Outros	*

*Processos (exame, aprovação e alvará de construção à cargo da CAP/SEGETH, conforme Dec. Nº 37.516 de 26/07/2016).

** Demarcação para alvará de construção é realizada pela TERRACAP.

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	9.200,00
Vitorias realizadas	82
Produtores rurais cadastrados	30
Propriedades rurais	-
Associações	22
Cooperativas	02
Outros	-

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Em 2016, apesar dos grandes problemas enfrentados pelo Governo do Distrito Federal, tais como: falta de material, orçamento restrito e número de servidores insuficientes, a Administração Regional do Lago Norte realizou ações importantes, buscando sempre atender o interesse da comunidade. Estas ações foram realizada de várias formas como, apoiando diversos eventos esportivos, culturais, de empreendedorismo e educacionais, levando a integração entre os seus moradores, crianças, adultos e idosos, além dos atendimentos de rotinas que são: operação tapa-buraco, roçagem, campanha contra a dengue, reflorestamento e recuperação de nascentes, dentre outros, sempre contando com a parceria dos órgãos do Governo do Distrito Federal e das empresas parceiras, o que pode ser considerado positivo tanto para o governo quanto para a sociedade.

O espaço físico continua sendo uma questão de maior importância e urgência, haja vista que esta Unidade Administrativa ocupa um imóvel alugado que recentemente passou por uma substancial redução de valor, conseguida por meio de negociações junto ao proprietário do referido imóvel. Desta forma, sugerimos fortemente um investimento inicial com vistas a construção de uma sede própria. Investimento retornará aos cofres públicos em aproximadamente 3 ou 4 anos em forma de economia.

Deste modo, a construção da sede própria em muito valorizará a possibilidade de agregação de outros serviços públicos em uma mesma central de atendimento ao cidadão, focada inicialmente na futura sede da Administração Regional do Lago Norte.

Do orçamento aprovado para o exercício financeiro de 2016, a Administração Regional conseguiu utilizar 89% (oitenta e nove por cento) dos recursos aprovados.

17.19. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA – RA XIX - UO: 28.121

A Administração Regional da Candangolândia, criada pela Lei nº 658 de 27/01/1994, Órgão da Administração Direta, anteriormente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, de acordo com o Decreto nº 33.583 de 16/03/2012.

Em 2016, conforme publicação do Decreto nº 37.625 de 15/09/2016, publicado no dia 16/09/2016 no DODF nº 176, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 04, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal.

A Administração Regional tem como objetivo representar o Governo do Distrito Federal na área de sua jurisdição, visando implementar as ações de Governo em benefício da coletividade, atendendo aos anseios e necessidades da comunidade local na busca de melhor qualidade de vida.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	1
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Requisitado dentro GDF	6
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	0
Estatutário – afastado	0
Sem vínculo – em exercício	18
Servidores Efetivos	6
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	31
Total ativos - afastado	0

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	25.729	21.226,42	0	0
5957 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	25.729	21.226,42	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	25.729	21.226,42	0	0

Não houve execução no Programa de Trabalho.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
4090 - APOIO A EVENTOS	400.000	99.999,00	98.744,33	98.744,33
0001 - APOIO A EVENTOS - VII CIRCUITO DE VOLEIBOL DO DISTRITO FEDERAL 2016 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA	400.000	99.999,00	98.744,33	98.744,33
TOTAL DO PROGRAMA 6207	400.000	99.999,00	98.744,33	98.744,33

Foi realizado o 7º Circuito de Voleibol do Distrito Federal, entre os dias 30/04 a 12/05, com público presente de 3.000 pessoas.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1.170.000	0	0	0
9901 - APOIO A EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA CANDANGOLÂNDIA	1.000.000	0	0	0
9902 - APOIO A MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS DA CANDANGOLÂNDIA	170.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	1.170.000	0	0	0

Não houve execução no Programa de Trabalho.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	694.271	45.942	0	0
4504 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-APOIO A REALIZAÇÃO DE REFORMA DE ESPAÇOS FÍSICOS- CANDANGOLÂNDIA	40.000	40.000	0	0
9900 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	249.505,00	3.524,48	0	0
9903 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DA CANDANGOLÂNDIA	300.000	0	0	0
9904 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DA CANDANGOLÂNDIA..	100.000	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	45.000	483,05	481,11	481,11
9175 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	45.000	483,05	481,11	481,11
TOTAL DO PROGRAMA 6210	739.271	483,05	481,11	481,11

No Programa de Trabalho foram adquiridos materiais para manutenção de áreas ajardinadas e urbanizadas da Região Administrativa da Candangolândia.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	180.000	181.808	177.851,81	177.851,81
8490 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	180.000	181.808	177.851,81	177.851,81
TOTAL DO PROGRAMA 6211	180.000	181.808	177.851,810	177.851,81

No Programa de Trabalho foi realizado a contratação de 10 reeducandos do Projeto Reintegra Cidadão, através da FUNAP, para prestação de serviço nesta Administração Regional.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	60.000	30.000	29.926	29.926
5955 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINSTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	30.000	0	0	0
5956 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- CANDANGOLÂNDIA	30.000	30.000	29.926	29.926
4090 - APOIO A EVENTOS	0	0	0	0
6007 - APOIO A EVENTOS-APOIO A PREMIAÇÃO DE PEQUENOS PROJETOS CULTURAIS E SOCIAIS- CANDANGOLÂNDIA	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	60.000	30.000	29.926	29.926

No Programa de Trabalho foi realizada a comemoração do Aniversário da Cidade, com realização de show, festividade para crianças e adultos, homenagem aos pioneiros, logística, estruturas e com público alvo de 8.500 pessoas.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	25.000	4.367,77	4.321,29	4.321,29
5361 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--CANDANGOLÂNDIA	25.000	4.367,77	4.321,29	4.321,29
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3.648.345	2.981.262,70	1.600.770,70	1.600.608,98
8888 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	3.648.345	2.981.262,70	1.600.770,70	1.600.608,98
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	120.512	120.512	118.022,21	118.022,21
9694 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	120.512	120.512	118.022,21	118.022,21
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	252.057	236.059,42	235.772,40	226.857,51
9771 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	252.057	236.059,42	235.772,40	226.857,51
TOTAL DO PROGRAMA 6001	4.045.914	3.342.201,89	1.958.886,60	1.949.809,99

No Programa foi remunerado os servidores, concedidos auxílio creche, auxílio alimentação e auxílio transporte, realizado pagamento de energia, água e telefonia, aquisições de bebedouro, câmara fotográfica, projetor multimídia, conjunto de mesas plásticas e outros.

PROGRAMA: 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	100.000	100.000	68.423,60	68.423,60
9772 - APOIO A MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL - CANDANGOLÂNDIA	100.000	100.000	68.423,60	68.423,60
TOTAL DO PROGRAMA 6003	100.000	100.000	68.423,60	68.423,60

No Programa foi realizado para pagamento de água, esgoto e energia, aquisição de mesas e cadeiras plásticas, aquisição de fogões, bebedouro, TV, projetor e câmara.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	191.000	221.972,61	220.595,78	220.595,78
7170 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	191.000	221.972,61	220.595,78	220.595,78
TOTAL DO PROGRAMA 0001	191.000	221.972,61	220.595,78	220.595,78

Foi efetuado ressarcimentos referente a servidores cedidos para essa Administração Regional.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ m ³	72
Confeção de quebra molas/ Unidade	-
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	580
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	40
Recuperação de calçadas/ M ²	-
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	10
Capina, varrição e rastelagem/ M ²	2.000
Remoção de entulhos/ M ³	1.050
Reposição de meios-fios/ Unidade	-
Serviços de terraplanagem/ M ³	-
Roçagem manual/ M ²	600
Serviços de roçagem mecânica/ M ²	4.000
Recapeamento asfáltico/ M ²	-
Passeios (construção) / M ²	-
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	-
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	-
Encaminhamento - CDS/ Na hora	-
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	-
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	-
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos - Idosos	03
Trabalho com Grupos – Mulheres	04
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	08
Trabalho com Grupos - Remoções	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	12
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	-

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	-	-
Teatro	-	-
Música	16	30.000
Dança	02	2.000
Artes Plásticas	01	50
Literatura	-	-
Outros eventos	-	-

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	01	110
Eventos esportivos	16	5.000
Outros	-	-

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	17
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	22
Total Expedido	39

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	11	2.459,07
Habitação Coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional Público		
Institucional Privado		
Total Expedido	11	2.459,07

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar		
Habitação coletiva		
Industrial		
Comercial		
Institucional		
Total Expedido		

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	11	2.459,07
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	-	-
Elaboração de Croquis	-	-
Levantamento para Carta de Habite-se	01	97,68

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	30
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	-
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	-
Misto - Outros	-

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	12
Feiras Permanentes	01
Recadastramento de Feiras	1
Fiscalização de Feiras	12

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	03

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m²) - Estradas recuperadas	-
Vistorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	-
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
Atestado de desobrigação	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	-
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	-
Transferência de domicílio	-
Averbações de certificado de alistamento	-
Outros	-

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Administração Regional diante dos problemas enfrentado e das dificuldades apresentadas, ante ao cenário econômico e financeiro que atravessa o País, o que gerou redução de setores, carência de pessoal, carência de treinamento e capacitação dos servidores de diversas áreas, conservação das estruturas dos prédios próprios (goteiras, manutenção gerais: partes elétricas e eletrônicas, modernização e permutas dos móveis velhos e inservíveis), falta material básico de expediente, internet e rede de baixo suporte e não com funcionamento limitado. A RA XIX espera que no exercício de 2017 a provisão orçamentária seja disponibilizada e em condições temporal para que possa ser executada em sua totalidade.

17.20. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS– RA XX - UO: 28.122

A Administração Regional de Águas Claras, criada pela Lei nº 3.153 de 06/05/2003, é um órgão da Administração Direta, anteriormente coordenada e supervisionada pela Secretaria de Estado da Casa Civil do Distrito Federal, tendo por competências representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa de Águas Claras, bem como, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Em 2016, conforme publicação do Decreto nº 37.625 de 16/09/2016, que fixou na estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, a Secretaria de Estados das Cidades do Distrito Federal, onde definiu em seu Art. 3º I que Compete à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal coordenar e supervisionar as ações das Administrações Regionais.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	1
Cedidos – fora GDF	1
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	37
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	55
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	95
Total ativos - afastado	0

Observação: O total de servidores ativos é de 94 mais 1 servidores requisitados fora do GDF que totalizam 95 servidores

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	20.000	0	0	0
5950 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	20.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	20.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.250.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DO GALPÃO DA FEIRA PERMANENTE DE ARNIQUEIRAS	500.000	0	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DO GALPÃO DA FEIRA PERMANENTE DE ÁGUAS CLARAS	750.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	1.250.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	10.300.000	2.246.599	2.245.383	1.330.429
9893 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NA REGIÃO DE ÁGUAS CLARAS, ARNIQUEIRA, ADE E AREAL.	10.000.000	2.246.599	2.245.383	1.330.429
9894 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS CLARAS	300.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	10.300.000	2.246.599	2.245.383	1.330.429

Execução de obra de urbanização: calçadas, rampa de acessibilidade - PNE's, parquinhos infantis, equipamentos de ginástica, gramado, bancos, na Praça Canário, Quadra 106 - Águas Claras, 2.505 m²; Praça Estação 16 - Águas Claras, 8.367 m²; Praça QS 11 entre o conjunto F e J - Areal, 1.800 m²; 258 placas de endereçamento,; Revitalização do Acesso a Escola Técnica de Brasília – ETB, 1.244 m²; Construção de estacionamento em concregrama em frente à Estação Arniqueira – Águas Claras, 1.042 m²,; Construção de Quadra Poliesportiva na Praça entre as Ruas 34 e 35 sul – Águas Claras, 570 m; Construção e reforma de parquinhos na Praça da Arniqueira e ADE, 272 m².

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	640.000	11.355	11.354	11.354
9891 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	440.000	11.355	11.354	11.354
9892 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DE AGUAS CLARAS	200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	640.000	11.355	11.354	11.354

Pagamento referente à obra executada em exercício anterior (remanejamento de poste de alta tensão) conforme publicação no DODF nº 88, de 10 de maio de 2016, pág.36; DODF nº 146, de 01 de agosto de 2016, pág.45.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	108.772	133.772	125.337	125.337
8522 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- ÁGUAS CLARAS	108.772	133.772	125.337	125.337
TOTAL DO PROGRAMA 6211	108.772	133.772	125.337	125.337

No Programa de Trabalho foi realizado a contratação de mão-de-obra de oito reeducandos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, através da FUNAP, que prestaram serviço para a Administração Regional.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	20.000	8.096	6.761	6.761
5949 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	20.000	8.096	6.761	6.761
TOTAL DO PROGRAMA 6219	20.000	8.096	6.761	6.761

Realizado o Evento "Manhã da Criança em Águas Claras", no dia 29/10/2016, com a participação de 800 crianças.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	0	450.000	396.937	210.925
5542 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL- EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA NO CAIC, DO AREAL- ÁGUAS CLARAS	0	150.000	137.969	116.672
5544 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL- EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA NA ESCOLA CLASSE DO AREAL- ÁGUAS CLARAS	0	150.000	121.742	41.112
5545 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL- EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA NA ESCOLA CLASSE DE ARNIQUEIRA- ÁGUAS CLARAS	0	150.000	137.226	53.141
TOTAL DO PROGRAMA 6221	0	450.000	396.937	210.925

– Execução de obra de reforma na Creche do CAIC - Areal, tais como, reforma de pisos das salas e banheiros, troca de vidros quebrados, forro e pintura, 100m², concluída 84,56%.

– Execução de obra de manutenção no Centro de Ensino Fundamental Vila Areal - QS 06, tais com, recuperação do telhado, forro e instalação de reservatório de água, 528m², concluída 33,76%.

– Execução de obra de ampliação da Escola Classe Águas Claras - SHA - Colônia Agrícola Arniqueira - AR, tais como, construção de uma sala de aula e dois banheiros, 140 m², concluída 38,72%.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	20.000	0	0	0
5853 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	20.000	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	20.000	0	0	0
5315 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- ÁGUAS CLARAS	20.000	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA	15.000	9.016	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
DA INFORMAÇÃO				
5202 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- ÁGUAS CLARAS	15.000	9.016	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	45.000	0	0	0
5798 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	45.000	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	7.625.817	7.377.817	7.302.810	7.302.810
8885 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	7.625.817	7.377.817	7.302.810	7.302.810
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	485.000	485.000	470.440	470.440
9691 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	485.000	485.000	470.440	470.440
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.479.358	1.270.715	1.186.077	1.155.846
9768 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	1.479.358	1.270.715	1.186.077	1.155.846
TOTAL DO PROGRAMA 6001	9.690.175	9.142.548	8.959.327	8.929.096

No Programa foram remunerados 95 servidores ativos, concedidos 117 benefícios aos servidores, tais como, auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio creche e outros.

Realizada a manutenção dos serviços administrativos, tais como, locação de imóvel, fornecimento de energia elétrica, consumo de água e esgoto, telefonia fixa e outros.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	17.000	77.464	77.463	77.463
0033 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	17.000	77.464	77.463	77.463
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.000	315.489	295.816	295.816
7168 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ÁGUAS CLARAS	20.000	315.489	295.816	295.816
TOTAL DO PROGRAMA 0001	37.000	392.953	373.279	373.279

Foi pagas licenças e indenizações e efetuado ressarcimentos ao Fundo Constitucional do Distrito Federal referente a 01 servidor cedido a essa Administração Regional.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em 2016 foi executada obra de Ampliação de Iluminação Pública no Setor Habitacional Arnieiras- SHA- Águas Claras.

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	543 toneladas
Confeção de quebra molas/ Unidade	-
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	22
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	15
Recuperação de calçadas/ M²	-
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	-
Capina, varrição e rastelagem/ M²	12
Remoção de entulhos/ M³	81.545,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	-
Serviços de terraplanagem/ M²	-
Roçagem manual/ M²	5.300
Serviços de roçagem mecânica/ M²	81.700
Recapeamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	-
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	-
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	-
Encaminhamento - CDS/ Na hora	-
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	-
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	-
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos - Idosos	-
Trabalho com Grupos - Mulheres	-
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	-
Trabalho com Grupos - Remoções	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	-

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema		
Teatro	-	-
Música	20	1.800
Dança	-	-
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	-	-

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	2	1.200
Eventos esportivos	7	2.100
Outros		

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	188
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	21
Total Expedido	209

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	1	557,63
Habitação Coletiva	-	
Industrial	-	
Comercial	1	1.921,09
Institucional Público	-	
Institucional Privado	-	
Total Expedido	02	2.478,72

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	-	
Habitação coletiva	5	125289,15
Industrial	-	
Comercial	11	51.381,09
Institucional	1	2.262,57
Total Expedido	17	178.932,81

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	-	-
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	11	19.293,68
Elaboração de Croquis	-	-
Levantamento para Carta de Habite-se	22	26.563,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	-
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	-
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	-
Misto - Outros	-

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	-
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	-

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	-
Vistorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	1.402
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	749
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	414
1ª Via CI-Certificado de Isenção	04
2ª Via CI-Certificado de Isenção	0
Atestado de desobrigação	19
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	06
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	112
Transferência de domicílio	796
Averbações de certificado de alistamento	424
Outros	-

Área de atuação compreende Águas Claras, Arniqueira, Areal, Área de Desenvolvimento Econômico (ADE), e Vicente Pires.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Realizamos obras de construção de três praças, revitalização da Avenida Brasília e ainda em parceria com a NOVACAP e construtoras privadas, obras de recapeamento de vias, instalação de meios-fios, construção e reforma de praças, construção de equipamento públicos. No mês de maio foi comemorado o aniversário da cidade e com o apoio da comunidade e dos empresários locais, sem ônus para os cofres públicos, outros projetos não puderam ser executados em virtude dos recursos escassos.

Uma questão de extrema importância, conforme já informado nos relatórios dos anos anteriores, é a falta de publicação da poligonal desta RA-XX, definindo os limites de sua abrangência, o que dificulta o planejamento de novas obras para a cidade. Outro limitador é a falta de regularização do Setor Habitacional Arniqueira, o que inviabiliza a emissão de documentos como alvarás, aprovação, licenciamento, bem como a realização de obras de infra-estrutura pública no local.

Complementamos que a Região Administrativa de Águas Claras existe há 13 anos, no entanto, ainda possui carências na área de saúde, educação, infraestrutura, segurança, mobilidade urbana e de legalização de área.

Informamos que a Administração Regional de Águas Claras possui em seu patrimônio um terreno destinado à construção de sua sede e ressaltamos a importância de recurso para iniciar as obras.

Atualmente existe somente um posto de saúde e uma clínica da família no Areal, contudo há grande demanda por um posto de saúde e um posto de vacinação na área vertical.

Em relação à educação tivemos uma evolução com a inauguração de 3 creches, sendo duas no Areal e uma em Águas Claras vertical, entretanto a população demanda a construção de escolas públicas de Ensino Fundamental e médio na área vertical.

A mobilidade urbana continua sendo a questão mais exigida pela população, pois existem vários trechos da cidade sem calçadas, acessibilidade e ciclovia.

Por fim no âmbito da segurança, há necessidade de uma delegacia na área vertical, considerando uma população atual de 73.586 (setenta e três mil quinhentos e oitenta e seis pessoas).*

* Fonte: Codeplan Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílios – Águas Claras – PDAD 2013/14

17.21. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II- RA XXI- UO: 28.123

A Administração Regional de Riacho Fundo II - RAXXI foi criada por força da lei nº 3.153 de 06/05/2003, é um Órgão da Administração Direta, que integra a estrutura administrativa do Distrito Federal. Está previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal que cada Região Administrativa do Distrito Federal terá um Conselho de Representantes Comunitários, com funções consultivas e fiscalizadoras, na forma da Lei e a sua criação ou extinção somente ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais.

A Administração Regional de Riacho Fundo II anteriormente vinculada à Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal tem por competência representar o Governador do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa XXI, assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades dela decorrentes.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

Suas competências e atribuições das suas Unidades estão fundamentadas no Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, que aprova o regimento interno das Administrações Regionais e cumprir-se-ão através do planejamento da supervisão, do contrato, da fiscalização específica e da execução direta das atividades delas decorrentes.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	01
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	03
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	08
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	41
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	53
Total ativos - afastado	-

Fonte:

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	115.000	28.143	16.858	16.858
5958 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	15.000	12.905	1.620	1.620
5959 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	100.000	15.238	15.238	15.238
6096 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO AS ATIVIDADES DO PROJETO EXPO CONCERTO PARIS- RIACHO FUNDO II	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	500.000	117.138	116.038	116.038
0001 - APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO II	500.000	117.138	116.038	116.038
4091 - APOIO A PROJETOS	200.000	0	0	0
0001 - APOIO AO DESPORTO E LAZER PARA IDOSOS DO DISTRITO FEDERAL	200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	815.000	145.281	132.897	132.897

1 – Realização do Aniversário da Cidade no período de 20 a 29/05/2016 com um público de 2.800 pessoas. Processo nº 301.000.090/2016

2 – Realização de eventos: Encontro de Grupos de Pedais de Brasília e Entorno, Processo nº 301-000.026/2016; Vôlei 4x4 Processos nº 301.000.088/2016 e 1ª Etapa do Campeonato Brasiliense de Lutas, Processo nº 301.000.101/2016.

3 – Apoio a eventos esportivos na Região administrativa do Riacho Fundo II – 1ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Lutas (lanche e profissionais). Processo nº 301.000.090/2016.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	500.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE FEIRA PERMANENTE NO RIACHO FUNDO II	500.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	500.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 – EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1.150.000	137.130	137.130	137.130
9907 – EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO II	150.000	0	0	0
9909 – REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO II	1.000.000	137.131	137.131	137.131
1950 – CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	200.000	139.139	139.139	139.139
0001 – CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA NO RIACHO FUNDO II	200.000	139.139	139.139	139.139
TOTAL DO PROGRAMA 6208	1.350.000	276.270	276.270	276.270

1 – Contratação de empresa especializada para realizar construção de duas bases para PEC nas quadras QN 12B e QN 33. Processo nº 301.000.108/2016.

2 – Implantação de praça e parquinho QN 33. Processo nº 301.000.133/2016.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	890.000	14.892	14.891	14.891
4512 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS- RIACHO FUNDO II	0	0	0	0
9902 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	240.000	14.892	14.891	14.891
9906 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA R.A. DO RIACHO FUNDO II	150.000	0	0	0
9908 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	500.000	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	110.000	23.281	23.267	23.267
9176 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	110.000	23.281	23.267	23.267
TOTAL DO PROGRAMA 6210	1.000.000	38.173	38.158	38.158

1 – Manutenção e Reparo Iluminação Quadras Esportivas. Processo nº 301.000.082/2016.

2 – Aquisição de material para manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas, Processos nº: 301.000.037/2016, 301.000.067/2016 e 301.000.068/2016; Contratação de empresa para serviço de manutenção de obras e manutenção e infraestrutura de iluminação, Processo nº 301.000.267/2015; Aquisição de material de construção e equipamentos, Processos nº 301.000.148/2016 e 301.000.132/2016; Conserto de equipamentos Processo nº 301.000.115/2016; Aquisição de material de manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas 301.000.115/2016 e 227/2016; dez 2 Proc. 301.000.220.2016.

PROGRAMA: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 – FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO	122.580	129.080	129.080	115.743
8491 – FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL RIACHO FUNDO II	122.580	129.080	129.080	115.743
TOTAL DO PROGRAMA 6211	122.580	129.080	129.080	115.743

1 – Com o contrato firmado entre a Administração Regional do Riacho Fundo II e a FUNAP – Fundação de Amparo a Trabalhador Preso, foram assistidos de 05 (cinco) a 10 (dez) sentenciados, cujo objetivo é a prestação de serviços inerentes à manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas e na manutenção e preservação dos prédios e próprios desta RAXXI cujo resultado alcançado foi a melhoria da qualidade de vida da população do Riacho Fundo II, conforme Processos: 301.000.206/2014 E 2016NE00005; 301.000.085/2016 E 2016NE00182.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	30.000	19.801	3.288	3.288
5855 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	30.000	19.801	3.288	3.288
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	90.000	22.394	14.522	14.522
5358 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- RIACHO FUNDO II	90.000	22.394	14.522	14.522
2595 - ADMINISTRAÇÃO NA SUA QUADRA	0	0	0	0
0001 - ADMINISTRAÇÃO NA SUA QUADRA--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50.000	0	0	0
5800 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	50.000	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3.174.478	2.944.277	2.842.808	2.842.808
8886 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	3.174.478	2.944.277	2.842.808	2.842.808
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	327.686	327.686	255.236	255.236
9692 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	327.686	327.686	255.236	255.236
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	397.559	242.303	209.483	198.657
9769 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	397.559	242.303	209.483	198.657
TOTAL DO PROGRAMA 6001	4.069.723	3.556.460	3.325.337	3.314.512

1 – Aquisição de dispositivos de armazenamento. Processo nº 301.000.064/2016; Aquisição de Scanner Plustek. Processo nº 301.000.060/2016.

2 – Reforma do telhado edifício sede. Processo nº 301.000.062/2016.

3 – Foram realizados pagamentos de vencimento e vantagens fixas aos servidores ativos desta RAXXI, recolhimento referente INSS patronal, substituições, atualizações de INSS patronal, recolhimento ao Fundo Previdência – IPREV. Processo nº: 301.000.001/2016.

4 – Foram concedidos benefícios a servidores ativos desta Administração Regional, tais como: auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio creche. Processo: 301.000.003/2016

5 – Foram adquiridos materiais para manutenção de bens imóveis e móveis, materiais de expediente, assinatura de periódicos, serviços de manutenção dos próprios, como as despesas com o consumo de água e serviços de esgoto, despesas de consumo de energia elétrica, serviço de telefonia fixa, além de outros serviços indispensáveis para manutenção e funcionamento da Administração.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40.000	270.201	248.352	248.352
7171 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- RIACHO FUNDO II	40.000	270.201	248.352	248.352
TOTAL DO PROGRAMA 0001	40.000	270.201	248.352	248.352

1 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições referentes à transportes, salários e encargos e fundo constitucional, processos nº 301.000.001/2016; 301.000.144/2016; 301.000.145/2016; 301.000.175/2016;

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	M³ / 090
Confecção de quebra molas/ Unidade	Un / 013
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	Un / 031
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	Un / 015
Recuperação de calçadas/ M²	M² / 100
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	Un / 009
Capina, varrição e rastelagem/ M²	M² / 080
Remoção de entulhos/ M³	M³ / 1.920
Reposição de meios-fios/ Unidade	Mt / 030
Serviços de terraplanagem/ M³	Mt / 4.000
Roçagem manual/ M²	M² / 150
Serviços de roçagem mecânica/ M²	M² / 800
Recapamento asfáltico/ M²	M² / 250
Passeios (construção) / M²	Mt / 100
Rede de águas pluviais/ M	Mt / 000
Poda de Árvores	Un / 133

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	15
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	-
Encaminhamento - CDS/ Na hora	-
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	42
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	05
Trabalho com Grupos - Gestantes	02
Trabalho com Grupos - Idosos	62
Trabalho com Grupos - Mulheres	06
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	01
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	02
Trabalho com Grupos - Remoções	03
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	40
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas*	52
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	-

Nota (*): As cestas básicas foram doações de terceiros.

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	-	-
Teatro	-	-
Música	-	-
Dança	-	-
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	-	-

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	02	500
Eventos esportivos	04	1200
Outros	01	350

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	28
Industrial	-
Área Rural	01
Outros (Eventual)	10
Total Expedido	39

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	10	39.981,15
Habitação Coletiva	01	11.428,11
Industrial	-	-

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Comercial	-	-
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	11	51.409,26

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	252	11.913,87
Habitação coletiva	14	128.410,49
Industrial	-	-
Comercial	01	1.710,12
Institucional	-	-
Total Expedido	267	142.034,48

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	-	-
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	84	139.271,62
Elaboração de Croquis	-	-
Levantamento para Carta de Habite-se	84	139.271,62

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	-
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	-
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	-
Misto - Outros	-

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	01
Feiras Permanentes	01
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	Chamada aos finais de semana

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m²) - Estradas recuperadas	8
Vistorias realizadas	2
Produtores rurais cadastrados	0
Propriedades rurais	100
Associações	8
Cooperativas	48
Outros	0

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	-
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
Atestado de desobrigação	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	-
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	-
Transferência de domicílio	-
Averbações de certificado de alistamento	-
Outros	-

Observação: Em virtude da nova reestruturação, extinguiu-se a Junta Militar do quadro da estrutura dessa Administração Regional.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Em 2016 enfrentamos dificuldades por falta de combustíveis para as máquinas, como caminhões e tratores, dificultando o atendimento às demandas da população, bem como restrições orçamentárias e falta de recursos humanos, tecnológicos e materiais para a realização das obras no âmbito desta Administração Regional.

Para 2017, espera-se que esta Administração Regional do Riacho Fundo II/RAXXI seja fortalecida com recursos tecnológicos, humanos, materiais e principalmente de infraestrutura urbana, considerando o crescimento demográfico desta RA, oriundo da entrega das unidades habitacionais do Programa Morar Bem e que não haja bloqueio no orçamento para que os Contratos possam ser empenhados na sua totalidade, de forma que os serviços sejam prestados com excelência, eficiência e economicidade e esta Administração Regional possa cumprir sua missão institucional de atender bem a Comunidade.

17.22. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE / OCTOGONAL – RA XXII- UO: 28.124

A Administração Regional do Sudoeste/ Octogonal, Órgão de Administração Direta regionalizada, anteriormente vinculada à Casa Civil, de acordo com o Decreto nº. 33.583, de 16/03/2012, tem por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de respectiva Região Administrativa, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

A teor do Decreto nº 37.625, de 15.09.2016, as Administrações Regionais passaram a ser coordenadas e supervisionadas pela Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal.

A seguir, constam as competências da UO referentes ao relatório de 2016

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	02
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	18
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	39
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	59
Total ativos - afastado	-

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	20.000	0	0	0
9591 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS-REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS- SUDOESTE/OCTOGONAL	20.000	0	0	0
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	70.000	0	0	0
9564 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES-- SUDOESTE/OCTOGONAL	70.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	90.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	190.000	110.373	0	0
4520 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE- SUDOESTE/OCTOGONAL	0	100.000	0	0
9910 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	40.000	10.373	0	0
9911 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE-DISTRITO FEDERAL	150.000	0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	10.000	8.604	0	0
6960 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	10.000	8.604	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	268.703	0	0	0
9178 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	268.703	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	468.703	118.977	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	100.000	94.000	35.133	35.133
8492 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SUDOESTE/OCTOGONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	100.000	94.000	35.133	35.133
TOTAL DO PROGRAMA 6211	100.000	94.000	35.133	35.133

PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	50.000	0	0	0
3881 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-- SUDOESTE/OCTOGONAL	50.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	50.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	10.000	0	0	0
6029 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- SUDOESTE/OCTOGONAL	5.000	0	0	0
6030 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS- SUDOESTE/OCTOGONAL	5.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	10.000	0	0	0

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	15.000	0	0	0
5856 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	15.000	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50.000	43.018	0	0
5335 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- SUDOESTE/OCTOGONAL	50.000	43.018	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.000	0	0	0
5185 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	5.000	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10.000	8.604	0	0
5802 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	10.000	8.604	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2.646.399	2.986.399	2.931.678	2.931.678
8890 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	2.646.399	2.986.399	2.931.678	2.931.678
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	208.297	250.297	236.913	236.913
9696 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	208.297	250.297	236.913	236.913
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.446.091	771.649	697.950	697.950
9773 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	1.446.091	771.649	697.950	697.950
TOTAL DO PROGRAMA 6001	4.380.787	4.059.967	3.866.541	3.866.541

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	274.000	274.000	231.127	231.127
7173 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SUDOESTE/OCTOGONAL	274.000	274.000	231.127	231.127

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
TOTAL DO PROGRAMA 0001	274.000	274.000	231.127	231.127

2 . INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	100
Confecção de quebra molas/ Unidade	6
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	260
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	15
Recuperação de calçadas/ M²	50
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	18
Capina, varrição e rastelagem/ M²	5000
Remoção de entulhos/ M³	9600
Reposição de meios-fios/ Unidade	241
Serviços de terraplanagem/ M³	
Roçagem manual/ M²	11500
Serviços de roçagem mecânica/ M²	23400
Recapeamento asfáltico/ M²	
Passeios (construção) / M²	550
Rede de águas pluviais/ M	

Fotos dos Serviços de Manutenção e de Recuperação da Cidade





Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	01
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	
Encaminhamento - CDS/ Na hora	
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	05
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	
Trabalho com Grupos - Gestantes	
Trabalho com Grupos - Idosos	
Trabalho com Grupos – Mulheres	
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	15
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	
Trabalho com Grupos - Remoções	03
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	06
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	03
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	03
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	06
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	01

Durante o Ano de 2016, foi feito alguns encaminhamentos de pessoas em situações precárias de rua para área medica e para o CRAS (Centro de Referência de Assistente Social). Neste período trabalhamos com 15 pessoas em situação de rua obtivemos algumas informações, em saber de onde vieram e porque estão na rua. Conseguimos tirar 3 das ruas; tivemos várias reuniões com a Polícia Militar (PMDF) Subsecretaria de Segurança Cidadã (SUSEC), SES, CLDF, SOPS, SEDESTMIDH, DETRAN entre outros

Acolhimento a pessoa em situação de rua

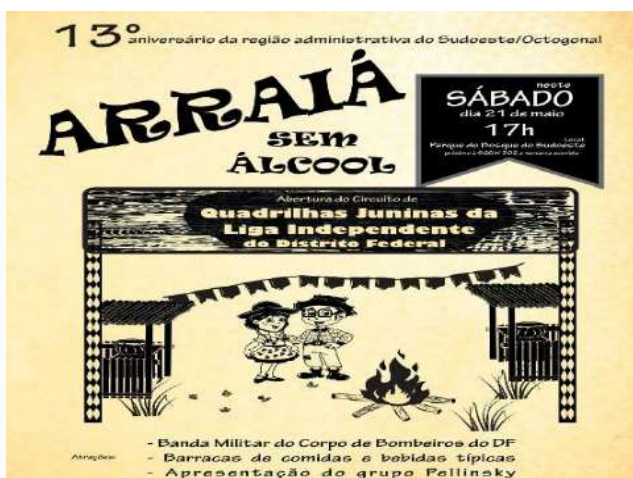


Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema		
Teatro		
Música		
Dança		
Artes Plásticas		
Literatura		
Outros eventos	01	2000

Festa Junina do Sudoeste/Octogonal: Realizada no interior do Parque do Bosque do Sudoeste, o evento foi realizado inteiramente com parcerias comunitárias, ou seja, sem uso de verbas públicas. Cerca de duas mil pessoas

pueram assistir, gratuitamente, a apresentação de quadrilhas Juninas vinculadas a Liga de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e aproveitar as barraquinhas de comidas típicas;

Aniversário do Sudoeste/Octogonal com Arraiá sem álcool



Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	01	200
Eventos esportivos	-	-
Outros	-	-

Eventos esportivos: Durante o ano de 2016, a administração regional apoiou a participação comunitária no esporte, com a equipe de Futsal Sudoeste/Octogonal na Copa Brasília de Futsal (realizada pelo Sesc e Rede Globo) que conseguiu patrocínios, por conta própria, de empresários do Sudoeste para disputar a competição. Houve ainda a participação nos jogos abertos de Brasília, realizados pela Secretaria de esportes, nas modalidades futsal feminino e masculino, voleibol masculino e feminino, tênis de mesa e basquete masculino.

Fotos das Equipes de Esportes do Sudoeste/Octogonal



Representante da equipe de Basquete



Equipe de vôlei Feminino



Equipe masculino de vôlei



Equipe de handebol masculino



Futebol feminino



Futebol masculino

Rua de Lazer do Dia das crianças: o espaço que normalmente é utilizado apenas por veículos foi fechado e disponibilizado ao lazer e a recreação das famílias presentes: Brinquedos infláveis, gincanas, algodão-doce e pipoca foram disponibilizados gratuitamente aos participantes. Houve ainda plantio de mudas nativas no Parque das Sucupiras, em parceria com a Associação do Parque das Sucupiras;

Fotos do Lazer



Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	-
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	21
Total Expedido	21

OBS; Licenciamento de atividades econômica, solicitados pelo RLE (Registro e licenciamento de empresas) e somente por meio de ofício formal à SEDES (Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável).

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	-	-
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	-	-

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	-	-
Habitação coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional	01	4.446,52 m²
Total Expedido	01	4.446,52 m²

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	-	-
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	-	-
Elaboração de Croquis	-	-
Levantamento para Carta de Habite-se	01	4.446,52 m²

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	-
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	01
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	-
Misto - Outros	-

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	-
Feiras Permanentes	-
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	-

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	05

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	-
Vistorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	-
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
Atestado de desobrigação	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	-
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	-
Transferência de domicílio	-
Averbações de certificado de alistamento	-
Outros	-

3 . DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDAD

Atualmente a Administração possui a sua disposição dois caminhões (um truck e um toco), uma pá carregadeira e em caráter transitório um caminhão carroceria 3/4. Esses equipamentos foram essenciais para o bom desenvolvimento dos serviços prestados de limpeza e manutenção do Sudoeste/Octogonal.

As obras como construção e reformas de calçadas, acessibilidade, Administração itinerante e eventos beneficiaram os moradores e a população que transita pela nossa cidade. Foram encontradas dificuldades, entre elas a falta de disponibilidade orçamentária, mas com parceria atuante da nossa comunidade, moradores, comerciantes, profissionais do esporte da cidade, sindicatos, prefeitos comunitários, SLU, CEB, NOVACAP, DETRAN, AGEFIS, sentenciados da FUNAP e servidores da Administração Regional do Sudoeste/Octogonal, que atuaram como ponte entre a administração e seus parceiros, conseguimos atender o máximo dos programas supracitados.

A programação da Administração Regional do Sudoeste/octogonal para 2017 é dar continuidade no desenvolvimento e melhorias nas áreas de infraestruturas urbanas e manutenção das quadras poliesportivas, parques, calçadas, acessibilidade e praças, e buscar junto ao governo do DF parceria para melhorar o atendimento ao público e moradores da cidade.

17.23. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO – RA XXIII- UO: 28.125

A Administração Regional do Varjão - RA XXIII, órgão da Administração Direta é uma Unidade que tem como função básica, coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua área de atuação, bem como representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da Região Administrativa.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

Em 2016 foi publicado o Decreto nº 37 625 de 15 de setembro de 2016, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado das cidades do Distrito Federal, onde em seu art. 5º as Administrações Regionais passaram a se vincular.

A cidade hoje comporta hoje em sua área urbana cerca de 13.000 habitantes, possui serviços de energia elétrica, águas pluviais, e de tratamento de esgoto, 100% implantados e em suas atribuições constam serviços de manutenção de próprios públicos, parques, jardins, equipamentos e estruturas esportivas, galpões comunitários, e sua gestão, licenciamento e fiscalização do uso do solo e espaços urbanos em conformidade com as leis e políticas de governo. Segue detalhamento 2016:

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	03
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	01
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	34
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	38
Total ativos - afastado	-

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	100.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	100.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	740.000	9.869	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	7.879	2.044	0	0
9179 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	7.879	2.044	298	298
TOTAL DO PROGRAMA 6210	747.879	11.913	298	298

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1.623.452	1.923.452	1.827.225	1.827.225
8891 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	1.623.452	1.923.452	1.827.225	1.827.254
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	151.107	187.913	181.641	181.641
9697 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO	151.107	187.913	181.641	181.641

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
REGIONAL- VARJÃO				
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	300.000	207.498	201.744	194.961
9774 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	300.000	207.498	201.744	194.961
TOTAL DO PROGRAMA 6001	2.074.559	2.318.864	2.210.610	2.203.826

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	120.000	165.000	152.435	144.636
7174 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VARJÃO	120.000	165.000	152.435	144.636
TOTAL DO PROGRAMA 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	120.000	165.000	152.435	144.636

2. OUTRAS REALIZAÇÕES

Serviços de manutenção e recuperação

Roçagem e Podas de Árvore



Serviço realizado periodicamente, visando à manutenção e melhorias na cidade

Revitalização de pintura



Serviço de revitalização realizado periodicamente, tendo por objetivo, melhorar a sinalização e a aparência da cidade.

Operação tapa buraco



Serviço realizado constantemente, para garantir uma melhor infraestrutura para cidade.

Capina dos parquinhos



Foram realizadas diversas manutenções e limpezas

Manutenção de alambrado



Revitalização do alambrado do Centro de Reciclagem do Varjão - CRV.

Limpeza de área pública



Serviços realizados em áreas públicas, com intuito de recolher lixo e entulho, conter a água da chuva, melhorar o aspecto da cidade, e diminuir foco de pragas, insetos e animais nocivos à saúde

Retirada de lixo e entulho



O entulho é um dos maiores problemas encontrados no Varjão, esse serviço vem sendo realizado constantemente com o intuito de evitar propagação de doenças.



Irrigação de vegetação em praça e áreas verdes



Manutenção de área verde feita constantemente.

Implantação de gaiola para proteção de mudas



Paisagismo da Escola Classe Varjão



Serviço realizado para melhorias dos canteiros da Escola Classe Varjão.

.Limpeza das canaletas



Serviço realizado constantemente, com maior frequência em período chuvoso, evitando o entupimento das redes de água pluviais pelos dejetos que descem pelo morro

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	320.171
Confeção de quebra molas/ Unidade	-
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	-
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	-
Recuperação de calçadas/ M²	-
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	-
Capina, varrição e rastelagem/ M²	28.950.00
Remoção de entulhos/ M³	2.560,00
Reposição de meios-fios/ Unidade	-
Serviços de terraplanagem/ M³	-
Roçagem manual/ M²	180.560
Serviços de roçagem mecânica/ M²	410.100
Recapeamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	-
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	-
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	-
Encaminhamento - CDS/ Na hora	-
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	-
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	-
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos - Idosos	-
Trabalho com Grupos – Mulheres	2
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	2
Trabalho com Grupos - Remoções	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	2
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	-

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	03	270
Teatro	01	70
Música	01	50
Dança	03	165
Artes Plásticas	-	-
Literatura	01	50
Outros eventos	04	350

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	02	550
Eventos esportivos	06	250
Outros	0	0

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	02
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	02
Total Expedido	04

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	4	563,33
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	4	563,33

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	1	351,53
Habitação coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional	-	-
Total Expedido	1	351,53

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	3	437,13
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	-	-
Elaboração de Croquis	2	270,00
Levantamento para Carta de Habite-se	-	-

- O setor de topografia ficou sem gerência do mês 5 ao mês 12/2016.

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	5
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	25
Restrito - Comercial	-
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	1
Misto - Outros	-

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	-
Feiras Permanentes	-
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	-

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	-
Vitorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	-
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
Atestado de desobrigação	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	-
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	-
Transferência de domicílio	-
Averbações de certificado de alistamento	-
Outros	-

As ações desenvolvidas pela Administração Regional do Varjão:

- Manutenção e recuperação das áreas comuns da cidade, algumas desenvolvidas em parceria com outros órgãos governamentais
- Capacitação profissional e empreendedorismo, promoção social e eventos esportivos. A intenção é a promoção do bem-estar social e da qualidade de vida.
- Retirada de lixo e entulho: O entulho é um dos maiores problemas encontrados no Varjão, esse serviço vem sendo realizado constantemente com o intuito de evitar propagação de doenças.
- Revitalização da Escola Classe Varjão: Serviço realizado com parceria da Administração Regional juntamente com a secretaria de Educação e igrejas locais.
- Fresado: Serviço realizado para melhorar o estacionamento da Escola Classe Varjão.
- Montagem de Tendas: Serviço de montagem e desmontagem de tendas para eventos regionais.
- Reparo na parede da Casa da Cidadania: Conserto realizado para melhoria do próprio da Administração desta RA XXIII.
- Caesb consertando vazamento: Serviço de manutenção da rede de água e esgoto, visando o bom funcionamento do mesmo.
- Árvore Ecológica: A Administração do Varjão com a colaboração de seus funcionários, confeccionaram e montaram a árvore de natal ecológica, sendo todos os itens recicláveis.

- Limpeza da Cascata: Serviço de limpeza realizado na Cascata, feito semanalmente, evitando o acúmulo de lixos e a --proliferação de mosquitos da dengue e chikungunya.
- Atividades com mulheres: Curso de Puff para mulheres na Virada do Cerrado dia 12 de Setembro; Café da manhã com as mulheres negras do Varjão DF, realizado no dia 29 de novembro de 2016 na casa de Cultura.
- Atividades com crianças e adolescentes: Evento do dia das crianças no dia 08 de Outubro de 2016 com brinquedos infláveis e sorteio de brinquedos doados pelos acadêmicos do 7º e 8º período de enfermagem da Faculdade Anhanguera de Ciência e -Tecnologia de Brasília – FACITEB.
- Café da manhã para as crianças do plantio dia 21 de Novembro de 2016;
- Distribuição de cestas Recebendo doações de cestas básicas e brinquedos dos acadêmicos de enfermagem da Faculdade - Anhanguera de Ciências e Tecnologia de Brasília – FACITEB no dia 22 de Setembro de 2016.
- Entrega das cestas básicas na casa de imigrações do Varjão, doada pelos alunos da Faculdade Anhanguera, campus FACITEB no dia 29 de Setembro de 2016.
- Reinauguração da sala do empreendedor no dia 08 de novembro de 2016.
- Participação no projeto “Escola Compartilhada” da Secretaria de Educação junto com a Escola Classe Varjão oferecendo o serviço de massoterapia à comunidade no dia 24 de Outubro de 2016.
- Posto de Saúde do Varjão em parceria com administração apresenta praticas integrativas em saúde (automassagem) e a terapia comunitária integrativa;

Revitalização da Escola Classe Varjão



Serviço realizado com parceria da Administração Regional juntamente com a secretaria de Educação e igrejas locais.

Fresado



Serviço realizado para melhorar o estacionamento da Escola Classe Varjão

Montagem de Tendas



Serviço de montagem e desmontagem de tendas para eventos regionais.

Reparo na parede da Casa da Cidadania



Conserto realizado para melhoria do próprio da Administração desta RA XXIII

Caesb consertando vazamento



Serviço de manutenção da rede de água e esgoto, visando o bom funcionamento do mesmo

Árvore Ecológica



A Administração do Varjão com a colaboração de seus funcionários, confeccionaram e montaram a árvore de natal ecológica, sendo todos os itens recicláveis.

Limpeza da Cascata



Serviço de limpeza realizado na Cascata, feito semanalmente, evitando o acúmulo de lixos e a proliferação de mosquitos da dengue e

Atividades Com Mulheres:



1- Curso de Puff para mulheres na Virada do Cerrado dia 12 de Setembro



2 -Café da manhã com as mulheres negras do Varjão DF, realizado no dia 29 de novembro de 2016 na casa de Cultura.

Atividades Com Crianças E Adolescentes:



1 - Evento do dia das crianças no dia 08 de Outubro de 2016 com brinquedos infláveis e sorteio de brinquedos doados pelos acadêmicos do 7º e 8º período de enfermagem da Faculdade Anhanguera de Ciência e Tecnologia de Brasília – FACITEB.



1 - Café da manhã para as crianças do plantio dia 21 de Novembro de 2016;

Distribuição de Cestas



1 - Recebendo doações de cestas básicas e brinquedos dos acadêmicos de enfermagem da Faculdade Anhanguera de Ciências e Tecnologia de Brasília – FACITEB no dia 22 de Setembro de 2016



2 - Entrega das cestas básicas na casa de imigrações do Varjão, doada pelos alunos da Faculdade Anhanguera, campus FACITEB no dia 29 de Setembro de 2016.

Outras Atividades de Desenvolvimento Social



1 - Reinauguração da sala do empreendedor no dia 08 de novembro de 2016.



2 - Participação no projeto "Escola Compartilhada" da Secretaria de Educação junto com a Escola Classe Varjão oferecendo o serviço de massoterapia à comunidade no dia 24 de Outubro de 2016

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Administração Regional do Varjão, no ano de 2016, desenvolveu diversas ações que corroboraram com os Programas de Governo do Distrito Federal, tendo como foco principal a promoção da qualidade de vida da população, redução da desigualdade social e um modelo de sustentabilidade. Muitas ações foram promovidas em parceria com os demais órgãos do DF, gerando integração governamental, fundamental para amenizar os problemas orçamentários enfrentados pelo GDF. Contudo, a equipe embora reduzida, conseguiu desempenhar com eficiência as suas atribuições, com o objetivo de atender aos interesses da comunidade do Varjão.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas por esta Administração, destaca-se o quadro reduzido de servidores e o contingenciamento de recursos financeiros, o que prejudicou os programas de governo, restringindo as ações da Unidade a ações pontuais de parceria com a comunidade, e também as paralizações dos serviços terceirizados e públicos e as condições inadequadas das instalações físicas da Sede da Administração e seus próprios.

Outra grande dificuldade encontrada foi a questão da regularização fundiária e o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta pelo Governo de Brasília que exige remoções na região (áreas dos oficineiros e chácaras em áreas de parque). Esse TAC tem mais de 10 anos faltando registros de negociações, centralização das informações e continuidades nas ações, ficando o Varjão com muitas áreas irregulares e edificações e moradias e comércios sem condições de expedição de Carta de Habite-se ou Alvarás de Funcionamento, que acabam por forçar os comerciantes a trabalharem na ilegalidade.

17.24. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY – RA XXIV- UO: 28.126

A Administração Regional do Park Way, criada pela Lei nº 3.255 de 29/12/2003, é um órgão da Administração Direta, anteriormente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil. Tem por competências representar o GDF no âmbito de sua Região Administrativa, coordenar e executar atividades de interesse público em sua jurisdição.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º/01/2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	1
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	7
Estatutário – afastado	-
Sem vínculo – em exercício	16
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	24
Total ativos - afastado	

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	80.000	0	0	0
9548 - CONCLUSÃO DA OBRA DO DEPÓSITO DO CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY DA VARGEM BONITA	80.000	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	25.000	0	0	0
5969 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	25.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	105.000	0	0	0

Não houve a execução por não terem sido desbloqueados os valores.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2.270.000	0	0	0
9956 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-APOIO A CONSTRUÇÃO DE CRECHE NA VARGEM BONITA - PARK WAY- DISTRITO FEDERAL	2.000.000	0	0	0
9957 - APOIO A MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS DO PARK WAY	270.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	2.270.000	0	0	0

Não houve a execução por não terem sido desbloqueados os valores.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	190.000	149.965	0	0
9916 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	190.000	149.965	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	283.990	193.042	0	0
9180 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	283.990	193.042	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	473.990	343.007	0	0

Não houve a execução por não terem sido desbloqueados os valores.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	180.000	167.156	158.093	143.093
8494 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	180.000	167.156	158.093	143.093
TOTAL DO PROGRAMA 6211	180.000	167.156	158.093	143.093

No Programa de Trabalho foi realizado a contratação de mão-de-obra de reeducandos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, através da FUNAP, que prestaram serviço de poda, capina e retirada de entulhos.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 - ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	10.000	6.830	6.830	6.830
5968 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- PARK WAY	10.000	6.830	6.830	6.830
4090 - APOIO A EVENTOS	0	0	0	0
6008 - APOIO A EVENTOS-APOIO A PREMIAÇÃO DE PEQUENOS PROJETOS CULTURAIS E SOCIAIS- PARK WAY	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	10.000	6.830	6.830	6.830

No Programa de Trabalho foi realizada a comemoração do Aniversário da Cidade, com publico alvo da comunidade do Park Way e de Vargem Bonita, estimado em 1.000 pessoas, teve como atração vários shows populares, food truck, brinquedos infláveis, corte do bolo, dia de lazer, festival de cinema, entre outros.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50.000	0	0	0
5362 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PARK WAY	50.000	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1.215.001	1.474.994	1.359.450	1.359.450
8892 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	1.215.001	1.474.994	1.359.450	1.359.450
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	94.119	115.219	106.392	106.392
9698 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	94.119	115.219	106.392	106.392
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	305.186	220.282	46.054	46.054
9775 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	305.186	220.282	46.054	46.054
TOTAL DO PROGRAMA 6001	1.664.306	1.810.495	1.511.896	1.511.896

No Programa foi realizado o pagamento de salários, concessão de benefícios aos servidores, pagamento de água e tratamento de esgoto, o consumo de energia, os serviços de telefonia, a aquisição de equipamentos e de prestação de serviços, entre outros.

PROGRAMA: 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	150.000	75.000	25.521	19.521
9776 - APOIO A MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	150.000	75.000	25.521	19.521
TOTAL DO PROGRAMA 6003	150.000	75.000	25.521	19.521

Os recursos do Programa foram utilizados para apoiar os serviços administrativos, tais como, pagamento de energia, água e serviço de telefonia.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.853	182.161	179.007	179.007
7175 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- PARK WAY	4.853	182.161	179.007	179.007
TOTAL DO PROGRAMA 0001	4.853	182.161	179.007	179.007

Foi efetuado ressarcimentos ao Fundo Constitucional do DF, referente a servidores do CBMDF cedidos para essa Administração Regional.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	2.000
Confecção de quebra molas/ Unidade	05
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	70
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	15
Recuperação de calçadas/ M²	-
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	15
Capina, varrição e rastelagem/ M²	12.000
Remoção de entulhos/ M³	7.680
Reposição de meios-fios/ Unidade	200
Serviços de terraplanagem/ M³	6.000
Roçagem manual/ M²	10.000
Serviços de roçagem mecânica/ M²	30.000
Recapeamento asfáltico/ M²	2.200
Passeios (construção) / M²	-
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	-
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	-
Encaminhamento - CDS/ Na hora	-
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	-
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	-
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos - Idosos	-
Trabalho com Grupos – Mulheres	-
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	-
Trabalho com Grupos - Remoções	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	-

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	-	-
Teatro	-	-
Música	-	-
Dança	-	-
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	-	-

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	-	-
Eventos esportivos	-	-
Outros	-	-

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	-
Industrial	-

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Área Rural	-
Outros (Eventual)	48
Total Expedido	48

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	46	24.529,00
Habitação Coletiva	--	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	46	24.529,00

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	60	44.210,00
Habitação coletiva	--	--
Industrial	--	--
Comercial	--	--
Institucional	--	--
Total Expedido	60	44.210,00

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	31	65.875,00
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	4	8.500,00
Elaboração de Croquis	60	127.500,00
Levantamento para Carta de Habite-se	90	191.250,00

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	--
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	--
Restrito - Comercial	--
Restrito - Industrial	--
Restrito - Institucional	--
Misto - Residencial/Comercial	--
Misto - Outros	--

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	--
Feiras Permanentes	--
Recadastramento de Feiras	--
Fiscalização de Feiras	--

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	--
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	--

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m²) - Estradas recuperadas	--
Vistorias realizadas	--
Produtores rurais cadastrados	--
Propriedades rurais	--
Associações	--
Cooperativas	--
Outros	--

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	--
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	--
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	--
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	--
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	--
Atestado de desobrigação	--
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	--
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	--

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Transferência de domicílio	--
Averbações de certificado de alistamento	--
Outros	--

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A grande dificuldade que enfrentamos no início foi por falta de projetos, entretanto após superarmos essa etapa, nos deparamos com a falta de orçamento por parte do Governo do Distrito Federal.

A perspectiva é que em 2017 tenhamos orçamento para execução dos nossos projetos, pois já detectamos a necessidade da cidade e elaboramos os respectivos projetos.

17.25. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO– RA XXV- UO: 28.127

A Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, criada pela Lei nº. 3.315 de 27/01/2004, anteriormente vinculada a Secretaria de Estado da Casa Civil de acordo com art. 2º, § 3º do Decreto nº 33.583, de 16/03/2012.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

A Administração Regional têm por competência representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa XXV (SCIA), assim como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização específica e da execução direta das atividades dela decorrente.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	1
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	3
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	43
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	47
Total ativos - afastado	-

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	150.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA QUADRA 07 DA ESTRUTURAL	150.000	0	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA - CIDADE ESTRUTURAL	150.000	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	40.000	23.143	23.078	20.031
5972 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	40.000	23.143	23.078	20.031
TOTAL DO PROGRAMA 6206	340.000	23.143	23.078	20.031

Foram realizados eventos para comemorar o Aniversário da Cidade, Dia Internacional das mulheres, torneio de futsal e Programa Administração na sua Quadra, com 3 edições.

Segue abaixo fotos relacionada aos eventos.









PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	100.000	0	0	0
9920 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESTRUTURAL	100.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	100.000	0	0	0

Não houve realização por motivo de estar contingenciado e o valor não foi liberado

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	440.000	635.317	408.482	125.789
0016 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	500.000	277.405	0
4519 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-E MELHORIAS- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	0	0	0	0
9919 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	140.000	135.317	131.076	125.789
9921 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	300.000	0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	150.000	1.054	0	0
6967 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	150.000	1.054	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	40.000	9.173	9.054	9.054
9181 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	40.000	9.173	9.054	9.054
TOTAL DO PROGRAMA 6210	630.000	645.544	417.535	134.843

– Realização de obras de revitalização das quadras poliesportivas nos Setores Leste e Oeste em frente ao Conjunto 03 na Quadra 03.

– Revitalização e implantação de bocas de lobo; revitalização de rotatória e aquisição de materiais de construção para manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas na RA XXV.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	50.000	142.048	142.048	48.239
8495 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	50.000	142.048	142.048	48.239
TOTAL DO PROGRAMA 6211	50.000	142.048	142.048	48.239

Foram realizadas no decorrer do exercício de 2016 muitas limpezas na cidade Estrutural com ajuda dos reeducando que desempenharam com competência as atribuições que foram repassadas, com isso a cidade e toda a população só tem a ganhar. Trazendo assim a prevenção de muitas doenças como o dengue entre outras.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	5.000	14.949	14.840	14.840
5970 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	5.000	14.949	14.840	14.840
TOTAL DO PROGRAMA 6219	5.000	14.949	14.840	14.840

Realizado eventos na cidade como feira de oportunidades e negócios, Hip Hop nas escolas, Administração na sua quadra, campeonato de jogos, entre outros.





PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50.000	66	0	0
5366 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	50.000	66	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.000	1.297	0	0
5186 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	5.000	1.297	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2.466.639	2.946.295	2.778.424	2.762.601
8894 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	2.466.639	2.946.295	2.778.424	2.762.601

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	165.213	286.213	248.445	248.445
9699 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	165.213	286.213	248.445	248.445
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	170.000	275.070	240.742	226.609
9776 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	170.000	275.070	240.742	226.609
TOTAL DO PROGRAMA 6001	2.856.852	3.508.941	3.267.611	3.237.654

Foram feitas alterações orçamentárias para custear outras despesas relevantes nesta RAXXV.

No Programa de Trabalho foram remunerados 47 servidores, concedidos benefícios e adquiridos material de expediente, consumo e protocolador para o setor do protocolo.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	350.000	585.014	579.197	579.197
7176 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	350.000	585.014	579.197	579.197
TOTAL DO PROGRAMA 0001	350.000	585.014	579.197	579.197

Foram cedido para esta Administração um servidor do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dois servidores da Polícia Militar do Distrito Federal, sendo necessário fazer o reconhecimento de dívida de exercícios anteriores, para fazer o repasse do ressarcimento ao Fundo Constitucional do Distrito Federal.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Administração Regional realizou vários eventos junto com os colaboradores da cidade Estrutural garantindo assim o entretenimento e o lazer para população.

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	25.000
Confeção de quebra molas/ Unidade	56.00
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	70
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	25.00
Recuperação de calçadas/ M²	-
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	-
Capina, varrição e rastelagem/ M²	-
Remoção de entulhos/ M³	12.000
Reposição de meios-fios/ Unidade	26 KM
Serviços de terraplanagem/ M³	-
Roçagem manual/ M²	-
Serviços de roçagem mecânica/ M²	-
Recapeamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	-
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	12
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	508
Encaminhamento - CDS/ Na hora	520
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	480
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	08
Trabalho com Grupos - Gestantes	05
Trabalho com Grupos - Idosos	10
Trabalho com Grupos - Mulheres	10
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	01
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	02
Trabalho com Grupos - Remoções	02
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	108
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	50
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	855
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	15
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	12

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	02	50
Teatro	01	50
Música	03	3.000
Dança	-	-
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	20	20.000

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	07	5.000
Eventos esportivos	05	2.000
Outros		

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	18
Industrial	30
Área Rural	-
Outros (Eventual)	07
Total Expedido	55

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	-	-
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	05	-
Comercial	-	-
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	05	-

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	-	-
Habitação coletiva	-	--
Industrial	03	-
Comercial	-	-
Institucional	-	-
Total Expedido	03	-

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	5	6.000 M²
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	04	-
Elaboração de Croquis	07	-
Levantamento para Carta de Habite-se	08	-
	-	-

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	03
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	CAP
Restrito - Industrial	CAP 1
Restrito - Institucional	CAP
Misto - Residencial/Comercial	CAP
Misto - Outros	CAP

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	290
Feiras Permanentes	-
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	24

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	02
Vistorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	06
Cooperativas	06
Outros	

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	700
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	480
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	500
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	2
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	2
Atestado de desobrigação	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	-
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	200
Transferência de domicílio	-
Averbações de certificado de alistamento	480
Outros	-

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O maior obstáculo encontrado foi na liberação de recursos orçamentários para realização de obras e eventos. Mesmo assim com tantas dificuldades encontradas, conseguimos realizar com dedicação e compromisso dos servidores, o que estava dentro do cronograma. Esperamos que em 2017 possamos realizar mais pela cidade Estrutural, que realmente necessita de muitos recursos para investimento e urbanização, dando a esta população mais dignidade e sobrevida.

17.26. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II - RA XXVI- UO: 28.128

No início de 1990 foi criado o Núcleo Habitacional Sobradinho II como parte integrante da Região Administrativa V – Sobradinho, como consequência do Programa de Assentamento de População de Baixa Renda, que tinha como objetivo transferir as famílias que residiam em um mesmo lote e também fixar os moradores das invasões do Ribeirão Sobradinho e Lixão.

O Decreto nº 13.362 de 07 de agosto de 1991, publicado no DODF de 12/8/1991, declarou ser de utilidade pública, as glebas de terras de particulares, e direitos de arrendamentos de chacareiros das fazendas Sobradinho e Paranoazinho, para ser desapropriado e para dar continuidade ao programa de assentamento da população de menor poder aquisitivo.

A Administração Regional de Sobradinho II, criada pela Lei nº 3.314 de 27/01/2004, é um órgão da administração direta regionalizada, anteriormente vinculada à Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal para fins de controle e supervisão. Embora não tenha sido aprovado o regimento interno até a presente data, a mesma, por analogia às demais Administrações Regionais, tem atuado representando o Governo do Distrito Federal por meio do planejamento, supervisão, coordenação, fiscalização específica e execução direta de atividades delas decorrentes.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	2
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	5
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	36
Sem vínculo – afastado	1
Total ativos – em exercício	43
Total ativos - afastado	1

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TÊMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	20.000	17.207	3.810	3.810
5973 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	20.000	17.207	3.810	3.810
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	0	0	0	0
9514 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA DE QUADRA E PARQUINHOS- SOBRADINHO II	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	20.000	17.207	3.810	3.810

Foram adquiridos material de premiação desportiva com troféu e medalhas para os campeonatos tradicionais de futebol em várias localidades da cidade em parceria com a Administração Regional.

PROGRAMA TÊMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	350.000	0	0	0
9922 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO II - RA XXVI	150.000	0	0	0
9924 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO II	200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	350.000	0	0	0

O orçamento foi liberado quadrimestralmente e depois bloqueado.

PROGRAMA TÊMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	500.000	145.000	0	0
9923 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	500.000	0	0	0
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0	0	0	0
5132 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INSTALAÇÃO E RETIRADA DE PONTOS DE ENERGIA-SOBRADINHO II	0	145.000	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	40.000	10.373	430	430
9182 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	40.000	10.373	430	430
TOTAL DO PROGRAMA 6210	540.000	165.373	430	430

Os orçamentos das obras foram bloqueadas. Para manutenção de áreas urbanizadas foi comprada apenas areia.

PROGRAMA TÊMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	540.000	373.749	69.904	69.904
8516 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE- SOBRADINHO II	240.000	73.750	69.904	69.904
8517 - REINTEGRA CIDADÃO	300.000	299.999	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	540.000	373.749	69.904	69.904

Devido à escassez de servidores, a colaboração dos sentenciados assistidos pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, foi de suma importância com a execução das tarefas de conservação, recuperação e manutenção das áreas de urbanização e ajardinadas na Cidade.

PROGRAMA TÊMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	80.000	70.746	17.744	17.744
0008 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS DESENVOLVIDAS PELO CRC DE SOBRADINHO II-DISTRITO FEDERAL	0	40.000	0	0
0009 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A PROJETO DE GRAFITTI-SOBRADINHO II	0	10.000	0	0
5974 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	40.000	10.373	9.754	9.754
5975 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	40.000	10.373	7.990	7.990
TOTAL DO PROGRAMA 6219	80.000	70.746	17.744	17.744

Todas as quintas-feiras é realizada a feira cultural de Sobradinho II no estacionamento da Administração, com locação de um equipamentos de Sonorização PA-04 para fomentação da feira com os cantores da cidade. Locação de Carro de Som para divulgação do evento do "SESC/DF TV Cidadão" para a comunidade de Sobradinho II e Fercal.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	40.000	16.686	0	0
5858 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	40.000	16.686	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES	50.000	12.966	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
PÚBLICAS				
5328 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE- SOBRADINHO II	50.000	12.966	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30.784	25.927	0	0
5187 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	30.784	25.927	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	115.000	14.823	0	0
9795 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE- SOBRADINHO II	115.000	14.823	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2.524.731	2.434.605	2.366.016	2.366.016
8920 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	2.524.731	2.434.605	2.366.016	2.366.016
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	231.000	190.575	189.740	189.740
9700 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	231.000	190.575	189.740	189.740
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	406.387	200.680	189.531	183.847
9777 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	406.387	200.680	189.531	183.847
TOTAL DO PROGRAMA 6001	3.397.902	2.896.263	2.745.286	2.739.603

O orçamento para reforma de prédios e próprios foi liberada quadrimestralmente. Foi solicitado desbloqueio e não foi autorizado, desta forma não foi possível fazer a reforma no prédio da Sede.

Os recursos destinados à administração de pessoal aos 34 servidores da Administração Regional de Sobradinho II foram utilizados de modo satisfatório para o pagamento da folha de janeiro a dezembro de 2016. Os gastos com material de consumo, tais como: Material de expediente, copa e cozinha, informática, elétrico, eletrônico, manutenção de bens moveis, Material Permanente Container, bebedouro elétrico, Cortinas para alguns setores, informática.

Também foram realizadas a manutenção dos ar condicionados, confecção de Banners em parceria com a Defensoria Pública instalada na RA, instalação de rede elétrica em alguns setores, manutenção de equipamentos do setor de obras, correspondem aproximadamente 35% do total dos recursos utilizados para o custeio da Administração Pública.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	323.000	208.778	45.175	45.175
7177 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SOBRADINHO II	323.000	208.778	45.175	45.175
TOTAL DO PROGRAMA 0001	323.000	208.778	45.175	45.175

O ressarcimento à servidores desta RA - XXVI foi motivado pela exoneração e substituição de alguns servidores no período anual.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	2.036
Confecção de quebra molas/ Unidade	-
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	672
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	144
Recuperação de calçadas/ M²	-
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	-
Capina, varrição e rastelagem/ M²	118,4
Remoção de entulhos/ M³	113,52
Reposição de meios-fios/ Unidade	-
Serviços de terraplanagem/ M³	-
Roçagem manual/ M²	38.400
Serviços de roçagem mecânica/ M²	84
Recapeamento asfáltico/ M²	4.560
Passeios (construção) / M²	-
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	21
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	20
Encaminhamento - CDS/ Na hora	4
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	16
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	9
Trabalho com Grupos - Gestantes	10
Trabalho com Grupos - Idosos	200
Trabalho com Grupos – Mulheres	-
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	-
Trabalho com Grupos - Remoções	4
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	32
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	07
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	116
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	16
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	170

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	-	-
Teatro	-	-
Música	28	5.450
Dança	3	420
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	-	-

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	6	1.390
Eventos esportivos	6	4.500
Outros	4	1.050

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	92
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	59
Total Expedido	151

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	30	162
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	01	1.513,36
Comercial	17	162
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	48	-

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	24	162
Habitação coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	10	162
Institucional	-	-
Total Expedido	34	-

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	-	-
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	-	-
Elaboração de Croquis	-	-
Levantamento para Carta de Habite-se	-	-

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	30
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	-
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	17
Misto - Outros	1

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	02
Feiras Permanentes	01
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	-

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	-
Vitorias realizadas	60
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	-
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
Atestado de desobrigação	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	-
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	-
Transferência de domicílio	-
Averbações de certificado de alistamento	-
Outros	-

Novos Conselheiros Tutelares

Reunião de boas-vindas aos novos conselheiros tutelares e conselheiros de segurança da região. Iniciando o ano de 2016 com interação entre conselhos e a administração regional de Sobradinho II, buscando mais eficiência nas soluções de problemas e respostas para a sociedade. Estiveram no evento conselheiros de Sobradinho I, Sobradinho II e Fercal.



Administração em Movimento

Tapa Buraco

Ao longo do ano a Administração Regional de Sobradinho II contou com o auxílio da população e mapeou vários pontos críticos com buracos de pequenos, médios e grande porte. Em parceria com a NOVACAP, e com este mapeamento iniciou a operação tapa buracos na cidade.

O trabalho iniciado em fevereiro beneficiou vários pontos da cidade que se encontravam com o asfalto comprometido, dificultando a mobilidade urbana. Além das melhorias no trânsito a operação tapa buracos trouxe mais segurança aos pedestres e condutores que através de suas solicitações foram contemplados em diversos trechos, de acordo com cronograma de serviços elaborados pela administração.

O serviço foi inspecionado pelos coordenadores de obras e pelo próprio Administrador que acompanhava a grande maioria das demandas. Algumas já eram reivindicações antigas dos moradores que não haviam sido sanadas em tempo.

Com a parceria com a NOVACAP foram solucionados vários problemas daqueles que sofriam com grande quantidade de buracos e falta de pavimentações de vários trechos, assim como proporcionado a comunidade ações duradouras e benéficas.

Villa Rabelo



Condomínio Vale das Acácias.

Vias internas do Setor de Mansões.



Avenida do contorno, AR 07 e AR 05.

Ruas da avenida principal próximo ao restaurante comunitário e em frente a AR 19, ruas internas da Ar 11, retornos da DF 420, entre outros.



Avenida Canela de Ema



QMS 60,



QMS 60, incluindo o recapeamento das áreas em que o asfalto se encontrava degradado.



Avenida São Francisco no Grande Colorado



Limpeza da Cidade

Com objetivo de prevenir a proliferação de insetos, principalmente do Aedes Aegypti, transmissor da dengue, febre amarela, chikungunya e zica, bem como evitar enchentes e para higienizar mais a cidade, a Administração de Sobradinho II junto com os sentenciados da FUNAP e em parceria com a NOVACAP, que disponibilizou vários maquinários e com serviço de limpeza urbano – SLU que enviou servidores foram efetivadas várias operações de limpeza em diversos pontos da cidade.

Em conjunto com as operações supracitadas houve um trabalho de conscientização com distribuição de materiais informativos de combate ao mosquito Aedes Aegypti realizado pela equipe da administração.

Visando que a comunidade não reincidisse em descartes que venham parar em áreas públicas foi criado um PEV (ponto de entrega voluntária) no pátio de obras desta regional, para receber lixos e entulhos de pequenos volumes realizados por carros particulares e carroças.

Comunidade da Vila Rabelo



Vários lugares da região



Desobstrução de bueiros, valas e canais de captação de águas pluviais do cemitério de Sobradinho II.



AR 11 e no Condomínio Buritis.



Buritinho.



AR 09 e AR 11



Vila Rabelo I e Vila Rabelo II.



AR 15, AR 07, entre outros locais



Mutirão de limpeza no Condomínio Buritis, Avenida Canela de Ema em todas as áreas da região



Comunidade do Basevi.



Avenida do Contorno



Avenida do Contorno



Instalação de Placas

Em Atendimento a solicitação da comunidade, a equipe da Administração Regional de Sobradinho II, realizou a instalação das placas de sinalização em pontos de paradas de ônibus, disciplinando o embarque e desembarque de passageiros e melhorando a mobilidade da população.



Combate ao Aedes Aegypti

Cerca de 200 homens do Exército Brasileiro esteve na região de Sobradinho II e Fercal, com a missão de orientar a população no combate ao mosquito transmissor do zica Vírus, dengue e chikungunya. A ação contou também com agentes da Vigilância Ambiental, PMDF, Superintendência de Saúde da Região Norte e servidores da Administração Regional de Sobradinho II e Fercal.

A Administração Regional de Sobradinho II também criou o COMITÊ POPULAR DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI, unindo sociedade e governo em ações para eliminar o mosquito. Setores da sociedade civil e autoridades como a Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputada Celina Leão, Subsecretário de saúde do DF Sr. Tiago Coelho, Superintendente de Saúde da Região Norte Dra. Andreia Kavamoto e o Presidente do Conselho de Saúde do DF. Sr. Helvécio Ferreira compareceram e contribuíram efetivamente com o comitê.



Saúde

A Administração Sobradinho II em parceria com o ITEB - e seus alunos da turma realizou um dia de saúde e quem compareceu pode aferir pressão arterial, medir o índice de massa corporal (IMC) e glicemia, receber orientações sobre DST, orientação e material preservativo. "O intuito desta ação de prevenção foi envolver os alunos que são da cidade com os moradores, ajudando também aqueles que necessitavam destes serviços básicos, porém precários nas redes e tão longe daquelas pessoas que são leigas no assunto.



Plantio de Árvores

Incentivando a conscientização da comunidade quanto a importância da preservação do meio ambiente, com objetivo de deixar a cidade mais arborizada e a melhora na qualidade de vida do cidadão.

A Administração de Sobradinho II em parceria com a NOVACAP realizou em toda a cidade o plantio e a distribuição de mudas, entre as espécies plantadas estão ipês coloridos, pau ferro, aroeira, jequitibá, jatobá, ingá e jacarandá mimoso. O administrador mostrou empenho neste plantio e ainda explicou sobre ser imprescindível a preservação do verde no meio urbano.



Via Sacra 2016

O tradicional evento, realizado pela comunidade católica e que já faz parte do calendário oficial do DF há 13 anos ganhou atenção especial da administração de Sobradinho II, com público estimado em 10 mil pessoas.



Incentiva Esporte na Região

Atendendo a solicitações da comunidade com a revitalização do campo de futebol do Verde Vale, visando fomentar o esporte amador e a prática de atividades físicas e o lazer na região. Foram investidos na preservação e reativação de diversos campos da cidade, onde houveram os jogos do campeonato de futebol amador e os moradores puderam desfrutar do desenvolvimento social.

A atual gestão preservou, revitalizou e melhorou diversos espaços esportivos repaginando e proporcionando a comunidade locais de convivências sociais, esportivas e desenvolvimento das relações sócio afetivas.



Pintura de Faixas

A Administração Regional de Sobradinho II, deu continuidade à revitalização da pintura da sinalização da região. O serviço visou proporcionar mais segurança e mobilidade à população, a pintura foi iniciada pelas lombadas, e logo após às faixas de pedestre.



Apoia DFTV Cidadão em Sobradinho II

Realizado o DFTV Cidadão em Sobradinho II em parceria com a Rede Globo e Sesc- DF, com o apoio da Administração Regional de Sobradinho II. O objetivo da ação comunitária foi proporcionar uma programação para integrar a população da cidade por meio de serviços e recreação de forma gratuita.

Os participantes contaram com orientações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, além da Sala de Ciências. A comunidade também participou dos aulas de kagoo jump, ritmos e zumba, receberam orientações nutricionais, cortes de cabelo, pintura de rosto, além de shows musicais e oficinas. As crianças se divertiram nos brinquedos infláveis, totô, pingue-pongue e muito mais.



Poda de Árvores

Com objetivo de melhorar a visibilidade das vias e proporcionar mais segurança aos moradores que transitam pela cidade, a Administração Regional de Sobradinho II, realizou poda das árvores na avenida do contorno. A ação teve uma parceria entre a Administração Regional de Sobradinho II, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP e o Serviço de Limpeza Urbana –SLU, que efetuou além da limpeza a pintura dos meios fios da cidade.



Evento Baile da 3ª Idade

Pensando no bem-estar da população, a Administração Regional de Sobradinho II realizou a Ação Social São José, o baile da terceira idade, voltado para a integração e valorização do idoso.

O evento que visou incentivar a inclusão e a qualidade de vida da melhor idade. Com entrada franca, a animação ficou por conta do cantor Alex Júnior.



I Campeonato Nacional de Slackline

O evento promovido pela Owl Slackline com apoio da Administração Regional de Sobradinho II, reuniu atletas nacionais e locais, e contou com a participação da comunidade, que compareceu em grande número para prestigiar os participantes. A administração acompanhou todo o evento e entregou as premiações aos vencedores.



Ação social "Vida e Saúde Basevi"

A Administração Regional de Sobradinho II apoiou a ação social "Vida e Saúde Basevi". Na oportunidade, a comunidade contou com atendimento jurídico, espaço de saúde, espaço infantil, cortes de cabelo, entre outros serviços.



Manutenção da ponte de madeira do Chão de Flores.

Manutenção preventiva da ponte de madeira do Chão de Flores. Os trabalhos compreendem a revisão geral na estrutura, bem como a troca de pranchões e vigas. A melhoria teve como objetivo garantir a segurança dos pedestres que transitam pelo local.



Asfalto na Vila Rabelo

A Administração Regional de Sobradinho II em parceria com a Novacap realizou a pavimentação de outros locais na região conforme cronograma de trabalho. O asfaltamento do estacionamento no balão da Vila Rabelo foi efetivado como mais uma benfeitoria da gestão, que trabalha para proporcionar a população mais qualidade de vida.



Dia das Crianças na Região

Promovendo uma reflexão sobre o dever da sociedade em cuidar para que todas as crianças tenham seus direitos garantidos e cresçam saudáveis e felizes, a Administração Regional de Sobradinho II, por orientação do Governo, realizou várias ações em comemoração ao Dia das Crianças!

Na oportunidade, as crianças usufruíram de momentos de lazer, onde contaram com brinquedos infláveis, cama elástica, distribuição de brinquedos, cachorro-quente, pipoca, algodão doce e muito mais!



Aniversário da Cidade

Em comemoração ao mês do idoso a Administração Regional de Sobradinho II realizou no ginásio de Sobradinho II, uma tarde dançante com música ao vivo e lanche para o público da terceira idade. O evento visa valorizar o idoso e faz parte da programação do 27º Aniversário de Sobradinho II.



Desfile Cívico

Com público estimado em mais 2000 pessoas, na avenida central o tradicional desfile cívico alusivo aos 27 anos de Sobradinho II evento impar que contou com a participação das escolas públicas e particulares da cidade, grupos de assistências sociais, grupo da guarda mirim, desbravadores, SLU, Detran e Bombeiros.



Corrida Infantil em Comemoração ao Aniversário da Cidade

Ainda em comemoração ao aniversário da cidade a Administração Regional de Sobradinho II promoveu a 1ª Corrida Prevencionista, este evento foi incentivado conforme orientação do Governo e promovido pela Administração Regional de Sobradinho II com o objetivo de motivar as crianças na prática de esportes e atividade física.



Iluminação Pública

Considerada área de risco intenso de segurança, principalmente durante a noite, onde o breu tomava conta colocando em risco a vida das dezenas de famílias que moram na localidade. O Governador a Administração Regional de Sobradinho II, através da Companhia Energética de Brasília - CEB, instalou iluminação pública no Setor Habitacional Coer Park, o que possibilitou uma melhor visualização do acesso e uma sensação maior de segurança por parte dos moradores.



Terraplanagem

Visando proporcionar mais qualidade de vida e trafegabilidade aos moradores da região, a Administração Regional de Sobradinho II foi realizada a terraplanagem do trecho de ligação do Condomínio Buritis com a Avenida Canela de Ema, serviço que beneficia a comunidade local que antes sofria com a grande quantidade de buracos e pedras.

Terraplanagem realizada pela equipe da Administração Regional de Sobradinho II no acesso as chácaras ao lado do Condomínio Vale do Sol, no Setor de Mansões. Foram executados os trabalhos de patrolamento e cascalhamento na via.



Combate à propaganda irregular e poluição visual.

Em combate a poluição visual e propaganda irregular na cidade foi efetuada uma operação de combate a essa pratica coibindo esse tipo de atitude, com retirada e recolhimento destes materiais.



Ação Social

A Administração Regional de Sobradinho II em parceria com a Igreja Assembleia de Deus - ADS, realizou uma ação social na DF 425, reunindo mais de 500 pessoas. O evento garantiu gratuitamente aos moradores corte de cabelo, exames oftalmológicos, atendimento jurídico, orientações financeiras, apresentações, entre outros serviços. As ações contaram com as parcerias dos empresários, instituições, associações, entre outros.



I Seminário do Voluntariado de Sobradinho II

A Administração Regional de Sobradinho II realizou o I Seminário do Voluntariado de Sobradinho II, que contou com a participação de entidades sociais e a sociedade civil.

O projeto idealizado pela Primeira Dama do Distrito Federal, visa fomentar a integração de políticas públicas, ações voluntárias, mecanismos de participação e controle social, tendo o cidadão como protagonista no desenvolvimento da cidade, com sustentabilidade, qualidade de vida e redução de desigualdades.



Campeonato de Futebol

Com objetivo da valorização do esporte pelos jovens a Administração Regional de Sobradinho II apoiou a final do Campeonato de Futebol Evangélico, no campo sintético de Sobradinho II. Proporcionando aos moradores e amantes do futebol momentos de lazer junto com suas famílias e amigos, destacou o administrador Estevão Reis, que participou do evento e realizou a entrega das premiações.



17.27. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO - RA XXVII- UO: 28.129

A Administração Regional do Jardim Botânico, órgão integrante da estrutura básica da Administração Direta Regionalizada, anteriormente coordenada e supervisionada pela Casa Civil, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 3.435, de 31/08/2004, compete, por analogia com o regimento de órgãos semelhantes, já que a unidade aguarda a publicação do seu regimento, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito da respectiva Região Administrativa, bem como coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua Jurisdição.

Segundo publicação de 2015 pela publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH. Já em 2016 conforme a publicação do Decreto nº 37.625 de 15 de setembro de 2016, publicada no DODF do dia 16 de setembro de 2016 e através do Decreto nº 37.206 de 23 de março de 2016 no anexo I, inciso XVI que fixou a nova estrutura administrativa as Administrações Regionais passaram a ser vinculadas à Secretaria das Cidades.

A reestruturação dos órgãos do GDF, a partir da decisão do Governador Rodrigo Rollemberg, visava reorganizar sua estrutura administrativa, com foco no enfrentamento da crise percebida no processo de transição. Assim, o Governo determinou medidas de contenção financeiro-administrativas que dentre outras particularidades, resultou na redução de pessoal do quadro das Administrações Regionais, inclusive a determinação de interinidades, como foi o caso desta Unidade, sem prejuízo da realização de todas as medidas que lhe são afetas.

Para atender às circunstâncias do momento, o Administrador Regional Interina do Jardim Botânico assumiu a gestão com 18 servidores efetivos já lotados na RA XXVII, dos quais APENAS 03 (três) ocupam Cargos Comissionados, o que implicou a designação posterior de 18 (dezoito) servidores do Lago Sul para exercerem interinamente cargos específicos complementares, conforme o DODF nº 48 e nº 161/2015.

A última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2015/2016, realizada pela CODEPLAN, demonstrou que a Região Administrativa do Jardim Botânico conta com uma população urbana estimada em 27.364 habitantes, com 8.172 domicílios, destacando a grande dinâmica de ocupação da região. A região abordada pela CODEPLAN é constituída predominantemente por condomínios horizontais e fechados, situados entre o Lago Sul, São Sebastião e as Fazendas Taboquinha e Papuda.

De acordo com a Portaria Conjunta nº 4 de 23/06/2015, entre a SEGETH e as Administrações Regionais de São Sebastião, Santa Maria, Lago Sul e Jardim Botânico, a RA XXVII passou a se responsabilizar pela expedição de Alvarás de Funcionamento de atividades econômicas e Cartas de Habite-se no Setor Habitacional Jardins Mangueiral. Segundo informação fornecida pela Associação de Moradores - AAMJM, o Setor Habitacional Jardins Mangueiral é constituído por 15 condomínios fechados composto por casas e apartamentos, totalizando 8.000 unidades, das quais 5.300 já ocupadas.

A Administração Interina, a exemplo das práticas dos Lago Sul e em concordância com a comunidade local, instituiu a realização de reuniões semanais com os representantes dos moradores, estabelecendo assim, a oportunidade de recolher as demandas e encaminhá-las para as soluções no seio dos órgãos apropriados. Em 2016 foram realizadas 50 reuniões com a comunidade do Jardim Botânico.

Nesse sentido, a Unidade logrou despertar o interesse da maioria da comunidade no sentido de identificá-la como o melhor endereço da intermediação de suas relações com o Governo de Brasília, a partir de uma relação de confiança construída conjuntamente com os representantes dos condomínios existentes, que constituem a principal característica da sua organização urbana. Essa relação estendeu-se aos representantes dos empreendimentos comerciais aqui instalados, especialmente aqueles estabelecidos ao longo da Avenida Comercial.

Mapa Estratégico – Jardim Botânico

MISSÃO: Prestar serviços de excelência de forma democrática e popular, por meio de ações educativas e de infra-estrutura pautadas na transparência, realizando a inclusão social e o desenvolvimento da RA do Jardim Botânico

VISÃO: Ser referência em inovação, transparência, legalidade e participação popular mediante a uma gestão integrada, visando a verdadeira transformação social da comunidade.



Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	2
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Requisitado dentro GDF – PASUS	4
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	1
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	9
Estatutário - afastado	2
Sem vínculo – em exercício	9
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	25
Total ativos - afastado	4

Fonte: NUPES 31/12/2016

Computados até 31/12/2016, 14 servidores com vínculo e 09 servidores sem vínculo totalizando 25 cidadãos em sua força de trabalho disponíveis para esta Unidade.



**Atualização Feita dia 29/11/2016 – 17:38h

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	0	0	0	0
9576 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES-CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	5.000	1.297	0	0
6044 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS- JARDIM BOTÂNICO	5.000	1.297	0	0
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	25.000	483	0	0
9563 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES-- JARDIM BOTÂNICO	25.000	483	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001 6206	30.000	1.780	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	200.000	0	0	0
9924 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PLAYGROUND DO JARDIM BOTÂNICO	200.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001 6208	200.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	40.000	10.372	0	0
9923 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	40.000	10.372	0	0
1337 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS	50.000	12.466	0	0
0003 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS-- JARDIM BOTÂNICO	50.000	12.466	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	50.000	1.504.966	1.487.628	0
9534 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- JARDIM BOTÂNICO	50.000	1.504.966	1.487.628	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	50.000	4.966	0	0
6965 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-- JARDIM BOTÂNICO	50.000	4.966	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	60.200	1.743	0	0
9183 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	60.200	1.743	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	250.200	1.534.514	1.487.628	0

Obs. A dotação inicial para o programa de trabalho 15.452.6210.1763.9534, referente a Ampliação da Rede de Iluminação Pública era de R\$ 50.000,00 e no DO/DF do dia 16/12/2016, foi publicado o Decreto nº 37.853, de 15/12/2016 liberando crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 para ampliação de pontos de iluminação pública na Avenida Sol no Residencial Jardim Botânico.



Os primeiros atos da gestão/16 foi reaproximar a população do jardim botânico a administração, através de uma nova linha de comunicação e implantação da gestão integrada, foi eliminada as burocracias excessivas e ouvindo as demandas, foram iniciadas e entregues obras paralisadas tais quais o estacionamento da avenida principal, reivindicação antiga da comunidade e a recuperação da erosão da estrada do sol



A Administração Regional do Jardim Botânico – RAXXVII realiza os serviços de manutenção e recuperação em parceria com os prestadores de serviço do Fundo de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, apesar de não existir previsão contratual para atendimento dessa modalidade de serviço e visando a melhoria do serviço público a administração regional desenvolve parcerias com demais órgãos do governo.



Reunião com Diretor CEB
Tratando sobre as questões sobre a:

- Substituição da iluminação da estrada do sol por lâmpadas
- Melhoria de toda iluminação bairro
- Iluminação da DF001 até o Mangueiral

Reunião com Diretor Geral do DER

Tratando sobre as Questões de Infraestrutura E mobilidade tais como: Duplicação da DF 001 a DF



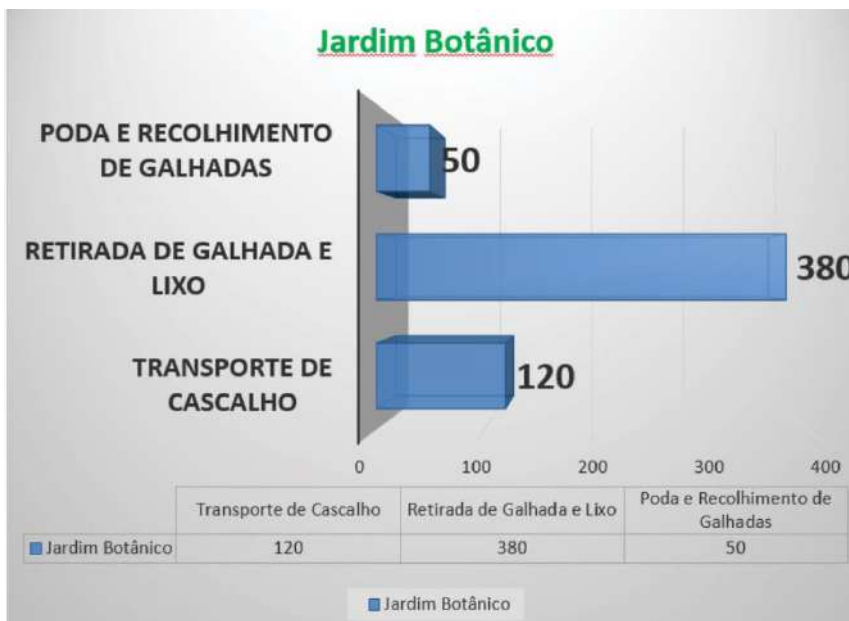
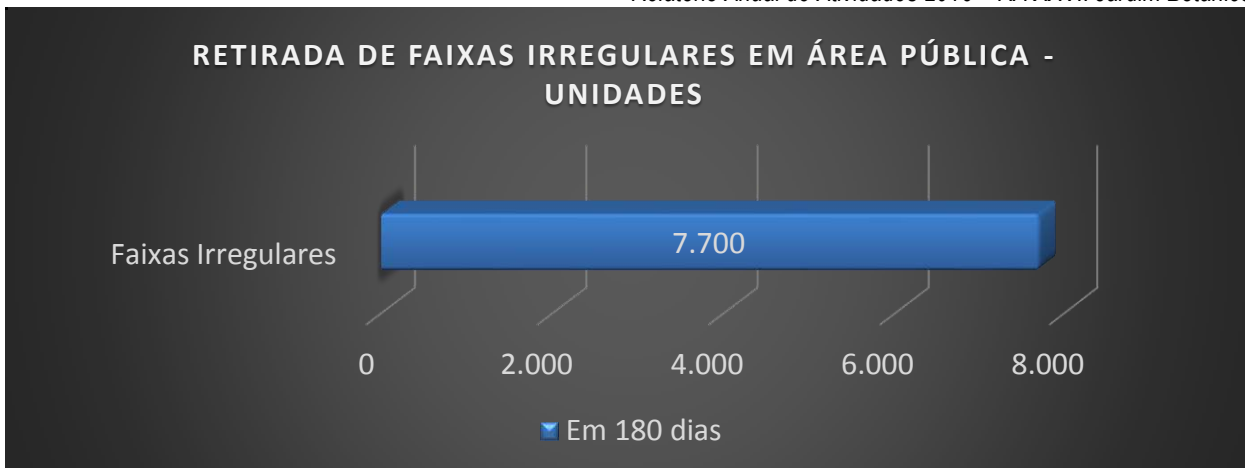
Reunião com Diretor NOVACAP
Tratando sobre as questões:



Reunião com Diretor TERRACAP



Foi instituído também através do PROGRAMA CIDADE LIMPA prevendo, dentre outras medidas, a retirada das faixas de propaganda e publicidade que costumemente poluíam a paisagem urbana. Após o recolhimento de 7.700 faixas só nas vias do Jardim Botânico e Mangueiral tendo constatado que a maioria delas se referia ao mercado imobiliário.






PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	30.000	9.874	0	0
8496 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	30.000	9.874	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	30.000	9.874	0	0

Mediante a nova gestão implantamos um programa de capacitação dos novos servidores, com parceria com a escola de governo, secretária do trabalho e o Sebrae em 2016 foram formados:

- CIERH – 40 horas - 1 Servidor
- Licitações Lei 8.666 – 20h - 2 Servidores
- Administração Orçamentária / Financeira / Patrimonial e Contábil – 1 Servidor
- Modulo I – 20 Horas
- Modulo II – 20 Horas
- Subsecretário de Administração Geral – 20h - 1 Servidor
- Tecnologia / TI – 20h - 1 Servidor
- Compras Governamentais – 40h - 1 Servidor
- Agente de Desenvolvimento Territorial– 40h - 3 Servidores
- Gestão e Fiscalização de Contratos– 20h - 2 Servidores
- Termo de Referência e Projetos Básico– 20h - 2 Servidores
- Arquivologia– 20h - 2 Servidores



Regularização do comércio do Jardim Botânico Resolução nº 20

Presidente Ad hoc
DECISÃO Nº 20/2016
Processo: 111.002.041/2008
Interessado: TERRACAP
Assunto: Alteração de Projeto Urbanístico do Setor Habitacional Jardim Botânico - 1ª ETAPA
Relatora: Ana Flávia Bittencourt de Lima - UNICA/DF

1. APROVAR relato e voto, buscando contribuir para o ordenamento da cidade, por meio da regularização urbanística, ambiental e fundiária que possibilite integrar num único processo a oferta de moradia regular e a garantia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a segurança da posse conforme prescrições o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e, ainda, pela necessidade de alterar processo já aprovado para sanar divergências apontadas, pelo acolhimento da Alteração de Projeto Urbanístico registrado da Etapa 1, do Setor Habitacional Jardim Botânico - URB 111/10, MDE 111/10 e NGB 111/10, processo administrativo nº 111.002.041/2008 para que seja dada

a devida continuidade aos procedimentos, com vistas à sua aprovação, com base em Lei Complementar a ser aprovada pela CLDF, para posterior alteração do registro no cartório competente, com as condicionantes:

a) Que o projeto só será aprovado de maneira definitiva na Central de Aprovação de Projetos após apresentação da Licença de Instalação Corretiva;

b) Que o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM dê prioridade na análise e expedição da Licença de Instalação Corretiva.

2. Dessa forma, registra-se a votação da plenária com 19 (dezenove) votos favoráveis, 02 (dois) votos contrários dos representantes Conselheiros Adriana Cordeiro da Rocha Abrão - SEPLAG e José Leme Galvão Junior - ICOMOS e 01 (uma) abstenção do Conselheiro Reinaldo Teixeira Vieira - FNE.

Distrito Federal Nº 198, segunda-feira, 17 de outubro de 2016

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO

DECRETO Nº 142/2016


Processo: 111.002.041/2008
Interessado: TERRACAP
Assunto: Alteração de Projeto Urbanístico do Setor Habitacional Jardim Botânico - 1ª ETAPA
Relatora: Ana Flávia Bittencourt de Lima - UNICA/DF

1. APROVAR relato e voto, buscando contribuir para o ordenamento da cidade, por meio da regularização urbanística, ambiental e fundiária que possibilite integrar num único processo a oferta de moradia regular e a garantia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a segurança da posse conforme prescrições o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e, ainda, pela necessidade de alterar processo já aprovado para sanar divergências apontadas, pelo acolhimento da Alteração de Projeto Urbanístico registrado da Etapa 1, do Setor Habitacional Jardim Botânico - URB 111/10, MDE 111/10 e NGB 111/10, processo administrativo nº 111.002.041/2008 para que seja dada a devida continuidade aos procedimentos, com vistas à sua aprovação, com base em Lei Complementar a ser aprovada pela CLDF, para posterior alteração do registro no cartório competente, com as condicionantes:

a) Que o projeto só será aprovado de maneira definitiva na Central de Aprovação de Projetos após apresentação da Licença de Instalação Corretiva;


b) Que o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM dê prioridade na análise e expedição da Licença de Instalação Corretiva.

2. Dessa forma, registra-se a votação da plenária com 19 (dezenove) votos favoráveis, 02 (dois) votos contrários dos representantes Conselheiros Adriana Cordeiro da Rocha Abrão - SEPLAG e José Leme Galvão Junior - ICOMOS e 01 (uma) abstenção do Conselheiro Reinaldo Teixeira Vieira - FNE.



Comunidade, entidades religiosas, setor privado e demais segmentos da sociedade se reuniram com a equipe da Administração Regional do Jardim Botânico para conclusão das reuniões setoriais promovidas em parceria com a SEGETH e Secretaria das Cidades para debaterem a LUOS-DF.





GESTÃO INTEGRADA COM A COMUNIDADE



@ 
162 
OUVIDORIA
www.ouvidoria.df.gov.br



PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	20.000	5.186	0	0
5976 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE- JARDIM BOTÂNICO	10.000	2.593	0	0
5977 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	10.000	2.593	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	20.000	17.207	0	0
5976 - APOIO A EVENTOS-- JARDIM BOTÂNICO	20.000	17.207	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	40.000	22.394	0	0



As comemorações do Aniversário do Jardim Botânico – 12º Anos, realizado no mês de setembro, incluíram diversos e importantes eventos de natureza social, cultural e esportivos que movimentaram intensamente a grande maioria dos moradores da região, sem que para tanto, implicasse na realização de despesas significativas a cargo da unidade, considerando o forte apoio recebido da comunidade, empresariado local e secretária de cultura. Dentre elas destacam-se:



O movimento Comunitário do Jardim Botânico em parceria Governo de Brasília, através da Administração Regional do Jardim Botânico, Secretaria de Esportes e Secretaria de Segurança Pública realizaram a 1ª Corrida e caminhada / Passeio Ciclístico desta região administrativa, evento contou com mais de 400 inscrições e teve um público de 800 pessoas no dia do evento, no passeio ciclístico foram mais de 400 ciclistas tornando o 2º maior evento ciclístico do Distrito Federal.

Em sua 5ª edição agregado ao aniversário do Jardim Botânico o Green Move em parceria com a Administração Regional convidou a cidade inteira a repensar as atitudes cotidianas relacionadas ao meio ambiente. Respeitando a tradição, o Festival promoveu ações que dialogam com a defesa do verde. Além das iniciativas costumeiras como o uso da bike, o plantio de árvores e a coleta de materiais recicláveis, o seminário Green voltou a ocupar o auditório do Museu Nacional para debater as questões mais urgentes em torno da água.



PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.000	8.604	0	0
5876 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- JARDIM BOTÂNICO	10.000	8.604	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	100.000	933	0	0
9820 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- JARDIM BOTÂNICO	100.000	933	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000	8.604	0	0
5203 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- JARDIM BOTÂNICO	10.000	8.604	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	15.000	12.905	0	0
5819 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- JARDIM BOTÂNICO	15.000	12.905	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2.059.268	1.997.894	1.958.835	1.958.835
8896 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	2.059.268	1.997.894	1.958.835	1.958.835
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	177.448	144.448	110.120	110.120
9701 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	177.448	144.448	110.120	110.120
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	90.059	101.241	89.578	89.107
9778 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	90.059	101.241	89.578	89.107
6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOL	2.461.775	2.274.628	2.158.533	2.158.061

Capacitação de Servidores

CURSO	CARGA HORÁRIA	QTD. SERVIDORES
CIERH	20 HORAS	1
LICITAÇÕES LEI 8.666	20 HORAS	2
ADM. ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA PATRIMONIAL E CONTÁBIL	MOD. I – 20 HORAS MOD. II – 20 HORAS	1
SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	20 HORAS	2
TECNOLOGIA / TI	20 HORAS	1
COMPRAS GOVERNAMENTAL	40 HORAS	1
AGENTE DE DESENVOLVIMENTO	40 HORAS	3
CURSO	CARGA HORÁRIA	QTD. SERVIDORES
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	20 HORAS	2
TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETOS BÁSICOS	20 HORAS	2
ARQUIVOLOGIA	20 HORAS	2

PROGRAMA TEMÁTICO: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	94.374	0	0
0052 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-- JARDIM BOTÂNICO	0	94.374	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.000	7.780	0	0
7178 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- JARDIM BOTÂNICO	30.000	7.780	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001	30.000	102.154	0	0

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	500
Confeção de quebra molas/ Unidade	-
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	-
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	-
Recuperação de calçadas/ M²	190
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	-
Capina, varrição e rastelagem/ M²	9.800
Remoção de entulhos/ M³	4.850
Reposição de meios-fios/ Unidade	980
Serviços de terraplanagem/ M³	225
Roçagem manual/ M²	18.500
Serviços de roçagem mecânica/ M²	235.000
Recapeamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	780
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	3
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	-
Encaminhamento - CDS/ Na hora	-
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	2
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	2
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos - Idosos	1
Trabalho com Grupos – Mulheres	-
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	1
Trabalho com Grupos - Remoções	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	50
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	-



Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	-	-
Teatro	-	-
Música	-	-
Dança	-	-

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	-	-

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	7	1780
Eventos esportivos	2	800
Outros		

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	-
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	77
Total Expedido	132

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	59	19.806,73
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	59	19.806,73

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	42	16.797,96
Habitação coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional	-	-
Total Expedido	42	16.797,96

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	15	7.115,45
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	122	121.401,00
Elaboração de Croquis	-	-
Levantamento para Carta de Habite-se	57	18.732,50

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	98
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	-
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	-
Misto - Outros	-

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	1
Feiras Permanentes	-
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	10

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

As Administrações Regionais, órgãos integrantes do complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal, atuam de forma descentralizada e com finalidades diversas, destacando-se a possibilidade de aproximação das comunidades e suas demandas junto ao poder público.

Em que pese os esforços despendidos para o perfeito funcionamento de todas as atividades incumbidas a esta Unidade, não há de passar despercebidas as dificuldades enfrentadas no atendimento da totalidade das demandas.

No entanto, tem sido possível ultrapassar tais óbices e dificuldades, mediante a indispensável criatividade e o compromisso dos servidores, para o desenvolvimento e encaminhamento de iniciativas e providências, sem que implicasse o aumento de dispêndio de verbas ou gastos financeiros complementares.

Até 31/12//2016 foram recebidas na Unidade e encaminhadas a outros órgãos do governo 260 demandas da comunidade, cuja média mensal é de 18 manifestações.

Uma iniciativa que trouxe resultados positivos foi a realização de reuniões semanais com a comunidade, ocasiões em que as pautas eram apresentadas previamente pelos moradores e discutidas com os representantes dos diversos órgãos governamentais envolvidos. Essa prática exitosa deve permanecer ao longo de toda essa gestão, o que aproxima a comunidade do poder público.

Cabe ressaltar algumas reivindicações e ações de maior relevância, apresentadas e discutidas no decorrer da maioria das reuniões realizadas com a comunidade do Jardim Botânico durante o exercício, tais como a construção da 1º Etapa (já concluída nesta gestão) e a 2º Etapa do estacionamento da av. comercial, implantação da iluminação pública da estrada do sol (1º via com iluminação total em LED do DF), construção no 1º semestre de 2017 da Feira do Produtor do Jardim Botânico.

17.28. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ – RA XXVIII- UO: 28.130

A Administração Regional do Itapoã – RA XXVIII, criada pela Lei 3.527/2005, é órgão da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, vinculada à Secretaria de Gestão do Território e Habitação.

Tem por competência, de acordo com o Decreto nº 16.247 de 29/12/1994, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua circunscrição.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	02
Cedidos – fora GDF	
Requisitado fora GDF – PASUS	
Temporário – em exercício	
Temporário – afastado	
CLT – em exercício	01
CLT – afastado	
Conselheiro	
Estatutário – em exercício	3
Estatutário - afastado	
Sem vínculo – em exercício	36
Sem vínculo – afastado	
Total ativos – em exercício	42
Total ativos - afastado	

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	100.000	15.933	0	0
9631 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES-- ITAPOÃ	100.000	15.933	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	20.000	0	0	0
5982 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- ITAPOÃ	20.000	0	0	0
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	0	0	0	0
0005 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-RECUPERAÇÃO DA PRAÇA DO CINE ITAPOÃ- GAMA	0	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	10.000	2.593	2.464	0
5938 - APOIO A EVENTOS-ESPORTIVOS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	10.000	2.593	2.464	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	130.000	18.526	2.464	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2.300.000	0	0	0
9927 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO NO ITAPOÃ	300.000	0	0	0
9928 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÃ - RA XXVIII	2.000.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	2.300.000	0	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1.470.000	2	0	0
9926 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	70.000	2	0	0
9929 - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPUÁ - RA XXXVIII	1.000.000	0	0	0
9930 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	400.000	0	0	0
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S	200.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S - REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ITAPOÃ	200.000	0	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	35.000	8106	0	0
9184 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	35.000	8106	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	1.705.000	8108	0	0

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	173.000	111.019	103.425	
8520 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-- ITAPOÃ	173.000	111.019	103.428	88.628
TOTAL DO PROGRAMA 6211	173.000	111.019	103.428	88.628

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	34.131	7.991	7.990	7.990
5982 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-- ITAPOÃ	34.131	7.991	7.990	7.990
4090 - APOIO A EVENTOS	10.000	2.989	2.987	2.987
5978 - APOIO A EVENTOS-- ITAPOÃ	10.000	2.989	2.987	2.987
TOTAL DO PROGRAMA 6219	44.131	10.980	10.977	10.977

PROGRAMA TEMÁTICO: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.608	559.395	536.346	536.946
7179 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	2.608	559.395	536.346	536.946
TOTAL DO PROGRAMA 0001	2.608	559.395	536.346	536.946

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.000	3	0	0
5878 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- ITAPOÃ	10.000	3	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	15.000		0	0
5340 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- ITAPOÃ	15.000	8700	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	90.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9793 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- ITAPOÃ	90.000	0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	15.000	0	0	0
5803 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- ITAPOÃ	15.000	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2.139.700	2.145.800	2.053.847	2.053.847
8897 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	2.139.700	2.145.800	2.053.847	2.053.847
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	239.000	234.000	190.234	190.234
9702 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	239.000	234.000	190.234	190.234
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	127.552	138.607	103.003	94.960
9779 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- ITAPOÃ	127.552	138.607	103.003	94.960
TOTAL DO PROGRAMA 6001	2.636.252	2.527.110	2.347.084	2.339.041

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	90
Confeção de quebra molas/ Unidade	-
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	405
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	15
Recuperação de calçadas/ M²	-
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	28.000
Capina, varrição e rastelagem/ M²	300
Remoção de entulhos/ M³	-
Reposição de meios-fios/ Unidade	20.000
Serviços de terraplanagem/ M³	-
Roçagem manual/ M²	-
Serviços de roçagem mecânica/ M²	-
Recapeamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	300
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	01
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	-
Encaminhamento - CDS/ Na hora	-
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	09
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	01
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos - Idosos	01
Trabalho com Grupos - Mulheres	-
Trabalho com Grupos - População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos - Crianças e Adolescentes	02
Trabalho com Grupos - Remoções	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	04
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	05
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	02
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	03
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	02

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	-	-
Teatro	01	100
Música	-	-
Dança	-	-
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	-	-

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	01	500
Eventos esportivos	01	200
Outros	-	-

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	-
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	-
Total Expedido	-

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	-	-
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	-	-

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	-	-
Habitação coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional	-	-
Total Expedido	-	-

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	-	-
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	58	7.424
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	-	-
Elaboração de Croquis	58	3.712
Levantamento para Carta de Habite-se	-	-

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	-
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	-
Restrito - Comercial	-
Restrito - Industrial	-

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	-
Misto - Outros	-

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	-
Feiras Permanentes	-
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	-

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	-
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	-
Vistorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	-
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
Atestado de desobrigação	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	-
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	-
Transferência de domicílio	-
Averbações de certificado de alistamento	-
Outros	-

17.29. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO -RA XXIX- UO: 28.131

A Administração Regional do SIA – RA-XXIX é um órgão da Administração Direta criada por meio da Lei nº 3.618, de 14/07/2005, anteriormente vinculada à Casa Civil de acordo com o art. 2º, § 3º, do Decreto nº 33.583. Tem por competência, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	5
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	23
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	28
Total ativos - afastado	-

Fonte: SIGrh

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	402.668	1.334.782	12.710	12.710
9928 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	402.668	1.334.782	12.710	12.710
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	60.000	47.172	13.256	13.256
9185 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	60.000	47.172	13.256	13.256
TOTAL DO PROGRAMA 6210 -	462.668	1.381.954	25.965	25.965

Foram executadas diversas obras de pavimentação em ruas e estacionamentos;

- Execução de recapeamento asfáltico;
- Promovida a recuperação de calçadas e passeios;
- Efetivado o plantio de gramas com execução de paisagismo e
- Executado a recuperação de áreas urbanizadas e ajardinadas.

A seguir fotos de alguns trabalhos executados pela Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento:



Recapeamento do estacionamento nas Quadras 2, 3 e 5C



Pavimentação asfáltica de ligação dos Trechos 04 ao 17



Alargamento de pista entre a EPTG e Trecho



Revitalização da Praça São Carlos



Revitalização do Canteiro Central sentido FIB

A Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento recebe com frequência, uma gama enorme de solicitações por parte do empresariado local, clamando pela execução de diversas obras, como as executadas e demonstradas nas fotos acima.

Abaixo segue cópia de um dos últimos pedidos recebidos por esta Administração.



PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	120.000	95.748	84.429	84.429
8497 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST. - SIA	120.000	95.748	84.429	84.429
TOTAL DO PROGRAMA 6211	120.000	95.748	84.429	84.429

Em parceria com a FUNAP, o trabalho externo proporcionado aos trabalhadores sentenciados e privados de liberdade, permitiu abrir postos de trabalho a esses presos e aproveitar assim a sua mão de obra em diversas áreas de atuação, propiciando a eles e suas famílias a oportunidade de inclusão social, geração de renda e experiência profissional.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	0	150.000	139.447	139.447
0005 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-REFORMA DO CENTRO CULTURAL E CERCAMENTO DO GALPÃO DE ARTESANATO DA CIDADE ESTRUTURAL- DISTRITO FEDERAL	0	150.000	139.447	139.447
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	20.000	7.922	0	0
5983 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	20.000	7.922	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219	20.000	157.922	139.447	139.447

Informação inconsistente presente em nosso quadro orçamentário, refere-se à execução de reforma do Centro Cultural e cercamento do Galpão de Artesanato da Cidade Estrutural, pertencente a área de atuação da Administração Regional do SCIA e não da Administração Regional do SIA.

PROGRAMA 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.000	2.501	0	0
5859 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	10.000	2.501	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	4.000	2.169	0	0
5804 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	4.000	2.169	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1.757.842	2.057.842	1.735.318	1.735.318
8898 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	1.757.842	2.057.842	1.735.318	1.735.318
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	270.000	270.000	131.316	131.316
9703 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	270.000	270.000	131.316	131.316
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.097.126	805.774	601.564	572.989
9780 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	1.097.126	805.774	601.564	572.989
TOTAL DO PROGRAMA 6001	3.138.968	3.138.286	2.468.198	2.439.623

Mantida de forma regular e integral, o pagamento da remuneração e dos benefícios à todos os servidores ativos da Administração; Promovido o pagamento regular do aluguel da sede da Administração e dos gastos necessários para sua manutenção e conservação; Promovido também os pagamentos das despesas com combustíveis, manutenção e locação de veículos da frota e a aquisição de material de consumo e expediente e gastos com serviços postais, comunicações administrativas, além de outras despesas administrativas.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	80.000	66.000	0	0
0039 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SIA	80.000	66.000	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	21.000	13.259	0	0
7180 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	21.000	13.259	192	192
TOTAL DO PROGRAMA 0001	101.000	79.259	192	192

Ressarcimento referente a infração de trânsito cometida por veículo locado para a prestação de serviços da Administração.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	90
Confecção de quebra molas/ Unidade	-
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	473
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	18
Recuperação de calçadas/ M²	-
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	1
Capina, varrição e rastelagem/ M²	-
Remoção de entulhos/ M³	7.790
Reposição de meios-fios/ Unidade	-
Serviços de terraplanagem/ M³	5.800
Roçagem manual/ M²	-
Serviços de roçagem mecânica/ M²	570
Recapeamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	-
Rede de águas pluviais/ M	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	-
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	-
Encaminhamento - CDS/ Na hora	-
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	-
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	-
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos - Idosos	-
Trabalho com Grupos – Mulheres	-
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	-
Trabalho com Grupos - Remoções	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	-
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	-

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	-	-
Teatro	-	-
Música	-	-
Dança	-	-
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	-	-

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	-	-
Eventos esportivos	-	-
Outros	-	-

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	57
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	-
Total Expedido	-

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m²)
Residencial unifamiliar	-	-
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	-	-

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m²)
Residencial Unifamiliar	-	-
Habitação coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	4	14.755,70
Institucional	-	-
Total Expedido	-	-

Topografia	Quantidade	Área (m²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	-	-
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	-	-
Elaboração de Croquis	-	-
Levantamento para Carta de Habite-se	-	-

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	-
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	--
Restrito - Comercial	-
Restrito - Industrial	-
Restrito - Institucional	-
Misto - Residencial/Comercial	-
Misto - Outros	-

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	-
Feiras Permanentes	174
Recadastramento de Feiras	-
Fiscalização de Feiras	-

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	4
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	-

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m²) - Estradas recuperadas	-
Vistorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	-
Associações	-
Cooperativas	-
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	-
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	-
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	-
Atestado de desobrigação	-
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	-
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	-
Transferência de domicílio	-
Averbações de certificado de alistamento	-
Outros	-

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento prima pela efetividade na execução de suas ações, mesmo com limitações orçamentárias, financeiras e humanas, a administração promove a todo custo e dentro da legalidade a implementação e realização dos objetivos a serem alcançados nestas ações com eficiência.

Otimizando tarefas com a agilização de seus recursos e explorando o potencial máximo de seus processos, espera alcançar em 2017 a eficácia em seus resultados, buscando atender de forma satisfatória, tanto os anseios do empresariado local quanto dos profissionais que aqui exercem suas atividades, alinhados aos desejos da população que se utiliza dos serviços aqui prestados e dos compromissos assumidos pelo Governo de Brasília.

17.30. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES - RA XXX- UO: 28.133

A Administração Regional de Vicente Pires – RA-XXX é um órgão da Administração Direta criada através da Lei n.º 4.327 de 26 de maio de 2009, anteriormente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

A Administração Regional tem por competência, de acordo com o Decreto nº 16.247 de 29/12/1994 (Regimento Interno), representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Estatuário – em exercício	22
Sem vínculo – em exercício	40
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	62
Total ativos - afastado	01

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	1.800.000	0	0	0
9937 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES - RA XXX	500.000	0	0	0
9938 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E MELHORIAS EM VICENTE PIRES	1.000.000	0	0	0
9939 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NA REGIÃO DE VICENTE PIRES, INCLUINDO A REGIÃO DE 26 DE SETEMBRO	300.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	1.800.000	0	0	0

Não houve execução no âmbito desse Programa por força de cancelamento de crédito, pela necessidade de recursos em outras ações mais prioritárias.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2.690.000	350.000	0	0
0004 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADA NA RUA 02- VICENTE PIRES	0	350.000	0	0
9936 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	690.000	0	0	0
9940 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM 2016	2.000.000	0	0	0
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0	150.000	0	0
0004 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-MELHORIAS DE ILUMINAÇÃO NAS RUAS 1B - CHÁCARA 10 - SETOR JÓQUEI - E RUA 2 DO SHVP- VICENTE PIRES	0	150.000	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	52.498	52.498	39.308	39.308
9186 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	52.498	52.498	39.308	39.308
TOTAL DO PROGRAMA 6210	2.742.498	552.498	39.308	39.308

Execuções desse Programa refere-se a aquisições de materiais e equipamentos para realizar a manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas da RA XXX.

As demais ações previstas no exercício de 2016 foram prejudicadas devido a não liberação de recurso financeiros. Com isso as diversas obras que foram planejadas no início e no decorrer do exercício de 2016 não foram executadas. A RA XXX tem enfrentado inúmeras dificuldades com a falta de infraestrutura, principalmente por ser uma área que ainda depende de regularização ambiental e fundiária. É de fundamental importância definir as regras de urbanização e edificações na cidade, para que a RA XXX possa ter um orçamento adequado.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	84.479	84.479	82.561	82.561
8498 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	84.479	84.479	82.561	82.561
TOTAL DO PROGRAMA 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	84.479	84.479	82.561	82.561

Os recursos realizados nesse Programa referem-se a prestação de serviço por sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com parceria da Administração Regional de Vicente Pires e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, no que concerne à reintegração social do preso, dando sua parcela de responsabilidade social no que couber.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
5745 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	0	0	0	0
0003 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA-- VICENTE PIRES	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6216	0	0	0	0

Não houve execução no âmbito desse Programa por força de cancelamento de crédito da emenda parlamentar.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	5.000	5.000	4.950	4.950
5984 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE VICENTE PIRES - RA XXX- VICENTE PIRES	5.000	5.000	4.950	4.950
6219 - CAPITAL CULTURAL	5.000	5.000	4.950	4.950

No âmbito desse Programa a Administração Regional realizou somente o evento relativo ao “Aniversário de Vicente Pires 2016”, realizados no período de 02 a 09 de junho de 2016, em comemoração ao 7º ano de aniversário de Vicente Pires. O evento foi realizado no intuito de levar a população entretenimento de qualidade e gratuito por meio de projetos propostos por essa RA XXX. A participação nos eventos da região é um direito do cidadão, e uma necessidade básica, estimula a criatividade, o desenvolvimento de pessoal, a valorização da diversidade, promove a inclusão social e motiva o desenvolvimento de uma sociedade. A participação da comunidade foi fundamental para realização das atividades pertinentes ao evento.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	20.000	20.000	5.601	5.601
5356 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- VICENTE PIRES	20.000	20.000	5.601	5.601
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	15.000	12.626	0	0
5805 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	15.000	12.626	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	3.330.365	4.123.360	3.761.245	3.761.245
8899 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	3.330.365	4.123.360	3.761.245	3.761.245
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	431.996	431.996	261.609	261.609
9704 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	431.996	431.996	261.609	261.609
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	208.000	123.520	88.255	87.255
9781 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- VICENTE PIRES	208.000	123.520	88.255	87.255
TOTAL DO PROGRAMA 6001	4.005.361	4.711.502	4.116.710	4.115.710

No intuito de promover a conservação das estruturas físicas de edificações públicas na sede da Administração de Vicente Pires foram adquiridos materiais de consumo: cabo elétrico e condutor, bem como a contratação de serviços de

manutenção e recarga de extintores. No que se refere manutenção da Unidade destacam-se as compras de Materiais de Consumo tais como: material de copa e cozinha, material de escritório e ainda aquisição de materiais permanentes: kit de máquina fotográfica, botijão de gás, furadeira, esmerilhadeira, inversor de solda, martelo, serra de corte, torno, compressor de ar, serra circular. A RA XXX também contratou serviços de terceiros, tais como: água, esgoto, energia, reprografia, chaveiro, correios.

Não houve recursos financeiros disponíveis para a realização de capacitação de servidores, contudo alguns servidores participaram de cursos de capacitação promovidos pela Escola de Governo do Distrito Federal.

Os servidores ativos, inativos e pensionistas da RA XXX foram remunerados mensalmente até o quinto dia útil do mês subsequente aos trabalhos.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	80.000	66.000	0	0
0039 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- SIA	80.000	66.000	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	21.000	13.259	192	192
7180 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABAST.- SIA	21.000	13.259	192	192
TOTAL DO PROGRAMA 0001	101.000	79.259	192	192

Nesse Programa os recursos utilizados foram para pagar Indenizações/ressarcimento de 02 ex-servidores grávidas exoneradas na folha pagamento, bem como o ressarcimento ao Fundo Constitucional de 03 servidores cedido do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e ainda 01 servidor cedido da Polícia Militar do Distrito Federal para Administração Regional de Vicente Pires.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	300 toneladas – 1,7 mil buracos
Confeção de quebra molas/ Unidade	08
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	65
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	15
Recuperação de calçadas/ M²	50 metros
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	01 Administração Regional
Capina, varrição e rastelagem/ M²	SLU
Remoção de entulhos/ M³	13 mil toneladas
Reposição de meios-fios/ Unidade	250
Serviços de terraplanagem/ M³	SECRETARIA DE OBRAS
Roçagem manual/ M²	NOVACAP
Serviços de roçagem mecânica/ M²	NOVACAP
Rede de águas pluviais/ M	SECRETARIA DE OBRAS
Remoção de faixas de publicidade	9.500
Revitalização e Construção de Jardins	10
Revitalização de Parque Infantil no Taguapark	01
Revitalização de Paradas de ônibus	06
Revitalização de Viaduto (Israel Pinheiro)	01

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	-
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	-
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos – Mulheres	01
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	01
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	02
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	03
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	07

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Teatro	02	02
Música	05	05
Dança	03	03
Artes Plásticas	01	01
Literatura	03	03

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Atendimento à eventos externos	04	04
Outros eventos – ARTESANATO	04	04

Educação – Biblioteca Pública	Quantidade	Público presente Total
Projetos de Teatro Externo	86	86
Visitantes	2.908	2.908
Livros Emprestados	2.026	2.026
Projeto de Incentivo à Leitura	02	02

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer – Aniversário da Cidade e Dia das Crianças	02	02
Eventos esportivos – I Corrida de Vicente Pires	01	01
Atendimento à eventos externos	02	02
Outros – Participação Jogos Externos	04	04

Acrescenta-se que foram emitidas 66 carteirinhas nacionais de artesãs, na Biblioteca Pública de Vicente Pires, parceria entre esta RA e a Subsecretaria de Turismo; Eleição do Conselho de Cultura, parceria entre esta RA e SECULT; Pintura do Viaduto Israel Pinheiro, parceria entre esta RA, o DER e o artista Diogo Santana;

Houve também a participação nos seguintes eventos: 6º Jogos dos Servidores do Distrito Federal (futsal feminino, futebol society, natação, dominó); 10ª Copa Sesc Rede Globo de Futsal; e 2º Jogos Abertos de Brasília (futsal masculino e feminino, e 37º Torneio Arimatéia, masculino – terceiro colocado.

Informações cedidas pela Gerência de Cultura, Esporte e Lazer-

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Comercial	71
Igrejas	16
Outros (Eventual)	20
Outros – Visita aos comércios	687
Outros - Processos de Licenças abertos	280
Total Expedido	107

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Permanentes	01

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O planejamento do exercício de 2016 ficou bastante prejudicado, devido à não liberação do recurso orçamentário. Com isso houve diversas obras e serviços que foram planejadas no início e no decorrer do exercício de 2016 que não foram executados.

Além disso, Região Administrativa de Vicente Pires está em processo de regularização fundiária e ambiental, o que dificultou a elaboração e execução dos projetos de implantação de infraestrutura na região. Todavia, na medida do possível a RA XXX procurou alternativas para melhorar as condições de vida da população de Vicente Pires/DF.

No decorrer do ano houve não só a falta de recurso orçamentário como também a falta de infraestrutura para realização dos trabalhos. Condições mínimas necessárias para os servidores desenvolverem seus trabalhos com melhor qualidade, como exemplo pode-se citar: falta de máquinas e equipamentos para atender as demandas dos moradores da cidade; insuficiência de recursos para realizar capacitação de servidores. Cita-se também falta de equipamentos e softwares de informatização, e ainda a insuficiência de mão-de-obra (servidores).

Espera-se para que em 2017, com o processo de regularização da Região de Vicente Pires em andamento, possa ter a possibilidade de arrecadar mais recursos financeiros para aplicar na infraestrutura da cidade com aquisição de novas máquinas e equipamentos para atender aos serviços inerentes às unidades orgânicas da RA-XXX. Esse processo é fundamental para dar continuidade ao crescimento da cidade, e com isso dar uma melhor qualidade de vida para a população.

17.31. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL - RA XXXI - UO: 28.135

A Fercal está situada às margens da APA Cafuringa, é muito rica em recursos minerais, a exemplo do calcário que contribui significativamente para o crescimento socioeconômico da região, complementado pela beleza geográfica e outras riquezas naturais e culturais que servem de atrações turísticas por meio das pequenas cachoeiras, grutas, cavernas, riachos, trilhas e áreas de preservação ambiental.

Os recursos naturais para a construção da Capital foram extraídos daqui. Atualmente, é a região maior geradora de impostos de todo o Distrito Federal, oriundo das grandes empresas produtoras de cimento, usinas de asfalto e derivados, instaladas em nossa região, que também dão preferência à mão-de-obra dos moradores das comunidades da Grande Fercal, contribuindo para a diminuição do desemprego na Região. Desta forma, a Fercal, é a 1ª Cidade Operária do Distrito Federal, considerando a sua existência em função das grandes e pequenas empresas instaladas.

A Fercal contribui, ainda, para o abastecimento de produtos agrícolas nas feiras da própria Região, Sobradinho I, Sobradinho II, Grande Colorado e CEASA.

É composta por 14 comunidades, das quais 06 são rurais e as demais são urbanas.

A Administração Regional da Fercal – RA-XXXI é um órgão da Administração Direta criada através da Lei nº 4.745, de 29.01.2012, anteriormente vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, conforme Decreto nº 33.583 no art. 2, § 3º.

Tem por competência, representar o Governo do Distrito Federal no âmbito de sua Região Administrativa, além de coordenar e executar atividades e serviços de interesse público em sua jurisdição.

Em 2015, conforme publicação do Decreto nº 36.236 de 1º janeiro de 2015, que fixou a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, no art. 29, §3º, alínea IV, as Administrações Regionais passaram a ser vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	0
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	1
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	5
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	6
Total ativos - afastado	0

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	26.000	21.779	5.974	5.974
5986 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CULTURAIS - ADMINSTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	10.000	8.013	2.000	2.000
6035 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ESPORTIVOS- FERCAL	16.000	13.766	3.974	3.974
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	0	0	0	0
9515 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES-REFORMA DE QUADRA E PARQUINHOS- FERCAL	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6206	26.000	21.778	5.974	5.974

- Foi realizada a compra de medalha e troféu para campeonatos da região.
- Locação um equipamentos de Sonorização PA-04 para fomento à ação da feira cultural da Fercal.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	180.000	30.979	0	0
4451 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-- FERCAL	180.000	30.979	0	0
4498 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-COLOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES- FERCAL	0	0	0	0
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0	620.000	0	0
5133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INSTALAÇÃO E RETIRADA DE PONTOS DE ENERGIA- FERCAL	0	620.000	0	0
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	20.000	19.127	7.082	7.082
9187 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	20.000	19.127	7.082	7.082
TOTAL DO PROGRAMA 6210	200.000	670.106	7.082	7.082

O orçamento para a execução de obras foi contingenciado, e o gasto para manutenção de áreas urbanizadas foram adquiridos tubos de concreto e meios fios.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	314.907	410.983	110.947	110.947
8499 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	14.907	110.983	110.947	110.947
8500 - REINTEGRA CIDADÃO	300.000	300.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	314.907	410.983	110.947	110.947

Devido à escassez de servidores, a colaboração dos sentenciados assistidos pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP foi de suma importância com a execução das tarefas de conservação, recuperação e manutenção das áreas de urbanização e ajardinadas na Cidade.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	15.000	13.670	6.350	6.350
5985 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-ANIVERSARIO DA CIDADE- FERCAL	15.000	13.670	6.350	6.350
TOTAL DO PROGRAMA 6219	15.000	13.670	6.350	6.350

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10.000	6.602	0	0
5860 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	10.000	6.602	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	15.000	10.811	0	0
5329 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA- FERCAL	15.000	10.811	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000	6.602	0	0
5188 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	10.000	6.602	0	0
3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	180.000	26.259	0	0
0005 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-- FERCAL	180.000	26.259	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	254.406	254.406	239.325	239.325
8900 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	254.406	254.406	239.325	239.325

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	60.554	49.957	28.107	28.107
9705 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	60.554	49.957	28.107	28.107
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	145.180	63.437	41.626	39.850
9782 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	145.180	63.437	41.626	39.850
TOTAL DO PROGRAMA 6001	675.140	418.075	309.058	307.282

O orçamento liberado quadrimestralmente para ampliação de prédios e próprios foi bloqueado, desta forma não foi possível realizar a ampliação no prédio da Sede.

Os recursos destinados à administração de pessoal aos 04 servidores da Administração Regional da Fercal foram utilizados de modo satisfatório para o pagamento da folha de janeiro a dezembro de 2016. Os benefícios assistenciais aos servidores da RA-XXXI proporcionam o recebimento de auxílios referentes a vale transporte, auxílio creche e auxílio alimentação.

Os gastos com material de consumo, tais como, manutenção de bens móveis, material permanente, bebedouro elétrico.

Na realização do aniversário foi realizada a locação de kit de sonorização, iluminação e som PA08, compra de material para ser confeccionado o bolo.

PROGRAMA: 0001 – PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	41.500	26.389	4.379	4.379
7182 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- FERCAL	41.500	26.389	4.379	4.379
TOTAL DO PROGRAMA 0001 -	41.500	26.389	4.379	4.379

O ressarcimento a servidores da Ra XXI foi motivado a exoneração e substituição de 03 servidores no período anual.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obras, serviços de manutenção e de recuperação/ Unidade de Medida	Quantidade
Operação tapa-buraco/ M³	1.450
Confecção de quebra molas/ Unidade	-
Desobstrução de bocas de lobo/ Unidade	250
Reposição de tampas de PV e boca de lobo/ Unidade	60
Recuperação de calçadas/ M²	-
Reforma de equipamentos públicos/ Unidade	-
Capina, varrição e rastelagem/ M²	120
Remoção de entulhos/ M³	180,33
Reposição de meios-fios/ Unidade	-
Serviços de terraplanagem/ M³	52-
Roçagem manual/ M²	26.400
Serviços de roçagem mecânica/ M²	84
Recapamento asfáltico/ M²	-
Passeios (construção) / M²	-
Rede de águas pluviais/ M	20

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Encaminhamento - Área Médica	21
Encaminhamento - Habitação, CEB, CAESB	19
Encaminhamento - CDS/ Na hora	-
Encaminhamento - SINE/ APEC/ CRAS/ CREAS	11
Encaminhamento - Outros (Escolas, creches, etc)	20
Trabalho com Grupos - Gestantes	-
Trabalho com Grupos - Idosos	-
Trabalho com Grupos – Mulheres	-
Trabalho com Grupos – População em Situação de Rua	-
Trabalho com Grupos – Crianças e Adolescentes	-

Promoção e Assistência Social	Quantidade
Trabalho com Grupos - Remoções	6
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a pessoas carentes	10
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Visitas a entidades assistenciais	06
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Entrega de cestas básicas	40
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Reuniões com outros órgãos	20
Outras Atividades de Desenvolvimento Social - Outros	110

Educação e Cultura	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Cinema	-	-
Teatro	-	-
Música	14	3.250
Dança	-	-
Artes Plásticas	-	-
Literatura	-	-
Outros eventos	5	1.200

Esporte e Lazer	Quantidade de Eventos	Público presente Total
Lazer	4	1.100
Eventos esportivos	3	1.120
Outros	3	800

Alvará de Funcionamento	Quantidade
Residencial	-
Habitação Coletiva	-
Comercial	-
Industrial	-
Área Rural	-
Outros (Eventual)	-
Total Expedido	-

Alvará de Construção	Quantidade	Área (m ²)
Residencial unifamiliar	-	-
Habitação Coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional Público	-	-
Institucional Privado	-	-
Total Expedido	-	-

Carta de Habite-se	Quantidade	Área (m ²)
Residencial Unifamiliar	-	-
Habitação coletiva	-	-
Industrial	-	-
Comercial	-	-
Institucional	-	-
Total Expedido	-	-

Topografia	Quantidade	Área (m ²)
Demarcação para Alvará de Construção - Habitação Unifamiliar	-	-
Demarcação para Alvará de Construção - Outras	-	-
Cota de Soleira - Levantamento de Definições	-	-
Elaboração de Croquis	-	-
Levantamento para Carta de Habite-se	-	-

Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos (novos, acréscimos, decréscimos)	Quantidade de Projetos
Restrito - Residencial - Unifamiliar	0
Restrito - Residencial - Habitação Coletiva	0
Restrito - Comercial	0
Restrito - Industrial	0
Restrito - Institucional	0
Misto - Residencial/Comercial	0
Misto - Outros	0

Administração de feiras	Quantidade
Feiras Livres	01
Feiras Permanentes	0
Recadastramento de Feiras	0
Fiscalização de Feiras	-

Bancas de Jornais e Revistas	Quantidade
Bancas de Jornais e Revistas Provisórias	0
Bancas de Jornais e Revistas Definitivas	0

Apoio Industrial e Rural	Quantidade
Sistema Viário (m ²) - Estradas recuperadas	05
Vistorias realizadas	-
Produtores rurais cadastrados	-
Propriedades rurais	25
Associações	14
Cooperativas	3
Outros	-

Junta Regional do Serviço Militar	Quantidade
Alistamentos efetuados	0
1ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
2ª Via CDI-Certificado de Dispensa de Incorporação	0
1ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
2ª Via CI-Certificado de Incorporação	0
Atestado de desobrigação	0
1ª Via CDSA-Certificado de Dispensa do Serviço Alternativo	0
2ª Via CAM-Certificado de Alistamento Militar	0
Transferência de domicílio	0
Averbações de certificado de alistamento	0
Outros	0

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Mobilização de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti

Cerca de 200 homens do Exército Brasileiro estiveram na região de Fercal e Sobradinho II, com a missão de orientar a população no combate ao mosquito transmissor do zika vírus, dengue e chikungunya.

A ação conta também com agentes da Vigilância Ambiental, PMDF, Superintendência de Saúde da Região Norte e servidores da Administração Regional de Sobradinho II e Fercal. O objetivo foi visitar todas as residências da região no mês de fevereiro.

No Centro de Ensino Fundamental 08 de Sobradinho II, espaço cedido pela equipe de direção da unidade educacional, e quando será lançado o Comitê de Mobilização Popular de Combate ao Aedes Aegypti em Sobradinho II. O evento contou ainda com comerciantes, pioneiros, religiosos, síndicos de condomínios, lideranças comunitárias e servidores da administração regional.



Incentivo ao Esporte

Com a preocupação de incentivar a prática do esporte amador e oferecer uma opção para a melhor utilização do tempo livre, a Administração Regional da Fercal realizou a retirada de todo o entulho do campo da ASCOF do Bananal, revitalizando o local para uso da comunidade. Além disso, todas as terças e quintas-feiras, é realizado no espaço cultural da feira permanente, o "Papo de Boleiro", onde moradores desfrutam de momentos de lazer através do futebol.



Administração em Movimento

Operação Limpeza

Em parceria com a NOVACAP, foram realizados os serviços de manutenção, roçagem e limpeza de vias e espaços públicos e ao lado do Centro de Referência de Assistência Social –CRAS, no Ponto de Encontro Comunitário - PEC e quadra poliesportiva da Fercal. A ação também tem por objetivo a erradicação de possíveis criadouros do mosquito *Aedes aegypti*.



Campanha de Combate ao Mosquito *Aedes aegypti*

Em ação conjunta com o Exército Brasileiro, Vigilância Ambiental, Serviço de Limpeza Urbana – SLU, Corpo de Bombeiros e Administração Regional da Fercal, foi lançada mais uma campanha de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da Dengue, Febre amarela, Chikungunya e Zika vírus. Será realizado trabalhos de conscientização e visitação em toda a cidade. Com tratamentos pontuais em diversos locais, inclusive em obras e terrenos abandonados.



Operação de Limpeza na DF 150

Para garantir à comunidade mais limpeza e saúde, foi realizada em parceria com o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), a retirada de lixo e entulho da DF 150 sentido Fercal.



Retirada de Cascalho e Terraplanagem

Intensificadas as ações em toda a região, em parceria com a Novacap para retirada do cascalho que estava obstruindo e causando transtornos na via principal da comunidade da Rua do Mato. Além disso foi realizada a terraplanagem no Morro do Piauí e operação tapa-buraco nas comunidades.



Retirada de Lixo e Entulhos

Em parceria com o Comitê de Bacia Hidrográficas do Maranhão – CBH Maranhão, composto pela Administração, ADASA, Caesb, IBRAM, ICMBio, Embrapa e Ibama, foi realizada a limpeza na grota do Capão Seco, também conhecido como Grota dos Garrinchas. A ação contou com monitoramento aéreo por drone, controlado pela ADASA, no intuito de verificar toda a área do córrego. Foram retiradas cerca de 14 toneladas de entulho e eletrodoméstico num trecho de 500 metros. O comitê deu continuidade na limpeza do local e conta com a participação de toda a comunidade.



Serviços de Roçagem

Atendendo a solicitação da comunidade, foram realizadas roçagem e limpeza da quadra de esportes da comunidade da Rua do Mato.



Realizada roçagem, limpeza e o acero da Escola do Catingueiro, proporcionando um ambiente mais agradável para os alunos e professores, além de evitar inúmeras doenças



Operação Tapa Buraco

Em parceria com a NOVACAP foi iniciada a operação tapa buraco na região da Fercal. Os serviços continuarão seguindo o cronograma realizado pela equipe da Administração, através das solicitações dos moradores.



Operação Limpeza



Operação Tapa Buraco, Manilhamento e Cascalhamento

Revitalização das vias da comunidade do Catingueiro com cascalhamento e manilhamento de grota. Além disso, ocorreu simultaneamente na cidade, operação tapa-buraco com o apoio da NOVACAP no Alto Bela Vista e ações de limpeza e roçagem em parceria com o Serviço de Limpeza Urbana - SLU.



Operação Tapa Buracos

Em parceria com a NOVACAP, está em execução operação tapa-buraco na comunidade do Queima Lençol. O serviço tem como objetivo melhorar a mobilidade e proporcionar mais segurança aos pedestres e motoristas que trafegam no local.



FERCAL 60 ANOS

Para comemorar os 60 anos da Fercal, foram organizados uma série de eventos esportivos, culturais, sociais e de lazer.



Ao final da competição, foi entregue pelo administrador da cidade, troféu e medalhas ao time Fercal 2 que se consagrou campeão. "O objetivo da competição foi alcançado graças à harmonização do trabalho da Administração Regional da Fercal, que agradece o apoio das equipes participantes, dos atletas e de todos que prestigiaram o evento e colaboraram para o sucesso da competição".



FERCAL 60 ANOS – Ação Social

Ação social realizada para a comunidade, foram oferecidos inúmeros serviços gratuitos para os participantes.



FERCAL 60 ANOS

Desfile cívico em comemoração aos 60 anos da Fercal.



Serviços de Terraplanagem

Realizados serviços de terraplanagem na comunidade do Bananal.



Operação Tapa Buracos

Realizada operação tapa-buraco na comunidade do Alto Bela Vista. Simultaneamente com a recuperação nas vias da comunidade do Bananal.



Iluminação da Via

Atendendo a mais uma reivindicação da comunidade, a Companhia Energética de Brasília - CEB, por solicitação da Administração Regional da Fercal, realizou a revitalização da iluminação no KM 6 da DF 205 leste. O serviço visou proporcionar mais segurança aos moradores da região, pedestres e motoristas que trafegam no local.



Revitalização

Dando continuidade às ações desenvolvidas na região com a revitalização das vias na comunidade da Boca do Lobo. Além disso, o local também está recebendo serviços de limpeza



Ações Sociais em Comemoração ao Dia das Crianças

Visando promover uma reflexão sobre o dever da sociedade em cuidar para que todas as crianças tenham seus direitos garantidos e cresçam saudáveis e felizes, foram realizadas várias ações em comemoração ao Dia das Crianças!

Na oportunidade, as crianças usufruíram de momentos de lazer, onde contaram com brinquedos infláveis, cama elástica, distribuição de brinquedos, cachorro-quente, pipoca, algodão doce e muito mais!



Operação Limpeza

Limpeza realizada em vários pontos da Fercal Oeste. O serviço teve como objetivo manter a cidade limpa e livre do mosquito da Dengue.



Limpeza realizada na comunidade do Lobeiral com serviços como roçagem, retirada de entulhos e capina.



Operação limpeza em toda a cidade realizada em parceria com a NOVACAP visando garantir melhor qualidade de vida e saúde aos moradores.



Iluminação Pública

Realizada pela Companhia energética de Brasília – Ceb, a substituição dos refratores e lâmpadas de várias comunidades da Fercal, entre elas o Engenho Velho, Alto Bela Vista, Fercal Oeste e Fercal Leste.



Incentivo e Apoio ao Esporte

Organizado pela Liga Desportiva da Fercal, o Campeonato Amador foi apoiado pela Administração da Fercal, com a premiação e encerrado com uma grande festa).



O som do berimbau tomou conta do galpão da feira da Fercal. A Associação de Capoeira Zumbi dos Palmares realizou a graduação e troca de graduação dos alunos e instrutores numa grande roda de capoeira.

Com o incentivo da Administração Regional, a roda de capoeira tem transformado a vida de jovens e adolescentes, tirando-os da rua e conscientizando-os através da prática esportiva.

A força do esporte é uma porta de entrada para outras possibilidades na vida dos jovens, em especial daqueles que não têm muita opção de lazer.



17.32. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 28.209

À Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, empresa pública integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal, vinculada à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH, compete o disposto na Lei n.º 4.020, de 26 de setembro de 2007, em suas alterações e regulamentações, no Estatuto Social da empresa e nas demais normas que deem amparo legal à execução da Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, em especial:

- I. Coordenar e executar as ações relativas à Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal;
- II. desenvolver planos, programas e projetos habitacionais, em consonância com as diretrizes definidas pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH;
- III. articular com os Estados e Municípios integrantes ou contíguos à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE as formas de participação na política habitacional daqueles entes políticos de modo a compatibilizar a Política de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal com as praticadas no Entorno, quando couber;
- IV. articular as ações dos diversos órgãos setoriais do Governo do Distrito Federal envolvidos na execução da política habitacional, com vistas à consolidação das diretrizes estabelecidas;
- V. promover a regularização urbanística, ambiental e fundiária de áreas declaradas integrantes de programas habitacionais de interesse social do Distrito Federal;
- VI. executar medidas que visem à remoção de aglomerados informais precários ou ilegais, quando não passíveis de regularização;
- VII. executar os programas habitacionais de interesse social com as seguintes linhas de ação: I – provisão de moradias; II – urbanização e regularização; III – requalificação e melhorias; IV – fornecimento de assistência técnica.
- VIII. priorizar projetos e programas que visem à implementação e à otimização das condições de qualidade das habitações do Distrito Federal, com ênfase no segmento de menor poder aquisitivo;
- IX. desenvolver projetos sociais e intervenções urbanas objetivando a fixação dos moradores;
- X. planejar, produzir, comercializar unidades habitacionais e intermediar repasses financeiros, para locação, aquisição, construção e melhorias habitacionais especialmente destinadas à população de baixa renda, obedecidas as diretrizes estabelecidas;
- XI. sistematizar as informações habitacionais, mantendo-as atualizadas no Banco de Dados do Sistema de Habitação do Distrito Federal – SIHAB/DF, de forma a planejar sua atuação nos diversos programas habitacionais;
- XII. propor e assinar convênios, contratos, participar de consórcios com autorização legislativa e efetivar outras formas de parcerias com os Estados e Municípios integrantes ou contíguos à RIDE, instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, organizações não-governamentais, cooperativas, associações e organizações da sociedade civil de interesse público, isoladamente ou em conjunto com o Distrito Federal, na forma do art. 11, VII, da Lei n.º 4.020/2007;
- XIII. garantir à população o acesso às informações pertinentes a sua área de atuação.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Requisitado fora GDF – PASUS	01
Conselheiro	06
Estatutário – em exercício	19
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	181
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	207
Total ativos - afastado	01

Fonte: GEPES/DAGES/CODHAB

1 - REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	127.056.072	141.018.026	28.256.425	24.337.719
9565 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	31.384.250	25.769.779	0	0
1213 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	31.384.250	25.769.779	0	0
0906 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	1.496.904	23.624.677	6.786.150	2.925.376
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1.496.904	23.624.677	6.786.150	2.925.376
3197 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-DISTRITO FEDERAL -	7.430.000	6.363.928	2.812.917	2.470.917

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
ELABORAÇÃO DE PROJETOS-DISTRITO FEDERAL				
3010 - REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	7.430.000	6.363.928	2.812.917	2.470.917
0001 - REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO- REALIZAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL- DISTRITO FEDERAL	6.000.000	3.893.656	274.112	68.812
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	6.000.000	3.893.656	274.112	68.812
0001 - MELHORIAS HABITACIONAIS--DISTRITO FEDERAL	100.000	1	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	100.000	1	0	0
0095 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS--DISTRITO FEDERAL	2.250.000	1.362.410	305.904	144.981
4011 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL	2.250.000	1.362.410	305.904	144.981
0003 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL-CODHAB- DISTRITO FEDERAL	3.300.000	3.332.658	3.332.658	2.743.694
4033 - MANUTENÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL - PPP	3.300.000	3.332.658	3.332.658	2.743.694
0002 - MANUTENÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL - PPP- CODHAB- SÃO SEBASTIÃO	176.500	59.498	45.000	34.919
4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	176.500	59.498	45.000	34.919
0005 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL-GESTÃO DO PROGRAMA MORAR BEM-DISTRITO FEDERAL	7.001.000	6.924.064	1.865.897	1.865.897
5035 - RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS - FCVS 0001 - RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS - FCVS-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	7.001.000	6.924.064	1.865.897	1.865.897

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Novas habitações entregues/total de candidatos habilitados Programa Morar Bem	%	1,50	31-dez-14	Anual	1,5	1,5	1,5	1,5	CODHAB / UO 28209 / OE 3
Número de moradias melhoradas	Unidade			Anual	500	500	500	500	CODHAB / UO 28209 / OE 3
Percentual de créditos novados	%			Anual	25	50	75	100	CODHAB / UO 28209 / OE 3

Por meio desse Programa foram realizados os serviços de implantação da infraestrutura externa aos empreendimentos habitacionais contratados no âmbito dos programas MORAR BEM/MCMV, denominados Parque do Riacho, localizado no Riacho Fundo II – 5ª etapa, PARANOÁ PARQUE, localizado na expansão do Paranoá, Riacho Fundo II 4ª Etapa, Recanto das Emas Quadras 117/118, Setor Central Gama e COER, localizado em Sobradinho II.

A implantação da infraestrutura contempla a execução dos serviços de: Drenagem, Terraplanagem, Pavimentação, calçadas, Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário e Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica de Alta e Baixa Tensão e iluminação pública, serviços necessários para dar habitabilidade aos empreendimentos previstos para atendimento habitacional a famílias, habilitadas segundo os critérios estabelecidos pela política habitacional do Distrito Federal.

Obras de Urbanização Realizadas - 2016		
Localidade	Obra	Valor Estimado
Riacho Fundo II (5ª etapa)	Drenagem, Terraplanagem, Pavimentação, Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Energia e Iluminação;	R\$ 67.182.791,93
Riacho Fundo II (4ª etapa)	Drenagem, Terraplanagem, Pavimentação, Sinalização, Iluminação Pública	R\$ 33.335.524,94
Paranoá	Drenagem, Terraplanagem, Pavimentação, Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Energia e Iluminação;	R\$ 50.516.904,55
Recanto das Emas QD 117/118	Drenagem, Terraplanagem, Pavimentação, Sinalização	R\$ 12.487.937,50
Riacho Fundo II – 3ª Etapa	Elaboração de Projetos de Drenagem, Terraplanagem, Pavimentação, Sinalização	R\$ 750.053,51
Setor Central Gama	Retirada de Postes	R\$ 39.109,73
TOTAL		R\$ 164.312.322,16

Em 2016 a CODHAB não produziu diretamente unidades habitacionais. A produção habitacional realizada foi promovida no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com recursos procedentes do FGTS e FAR, tendo sido concluído e entregues 4.901 unidades habitacionais.

Entregas Unidades Habitacionais 2016		
Localidade	Empreendimento	Quantidade (Uh)
Riacho Fundo II (5ª etapa)	Parque do Riacho	1.392
Riacho Fundo II (4ª etapa)	AMMVS	1.116
Paranoá	Paranoá Parque	2.304
Samambaia	H4 - ASMARF	56
Sobradinho II	COER	33

TOTAL	4.901
--------------	--------------

A CODHAB tornou efetiva as contratações para elaboração de projetos por meio da realização de Concursos Públicos Nacionais visando a seleção de projetos tanto de unidades habitacionais quanto de Equipamentos Públicos Comunitários - EPC para as regiões do Riacho Fundo II, Sobradinho, Samambaia, Santa Maria, Sol Nascente Trecho I, Sol Nascente Trecho II.

O intuito do Concurso Público é selecionar a melhor proposta para que seja desenvolvido um projeto executivo. Os concursos podem ocorrer em uma ou duas fases e são classificados tipologicamente em ideias, estudo preliminar ou anteprojeto, todos com o objetivo de proporcionar espaços de qualidade à população.

A prática do Concurso Público de Arquitetura e Urbanismo garante a construção de espaços de qualidade por meio de um processo transparente e democrático de escolha da proposta técnica, científica ou artística mais qualificada. O concurso público nesse segmento tem-se consagrado ao longo dos anos e é adotado tanto por órgãos públicos, como por empresas privadas e instituições do terceiro setor. A iniciativa tem contribuído para a qualidade estética e funcional urbana dos projetos através da introdução de conceitos e ideias inovadoras nos espaços urbanos ou edificáveis.

O primeiro concurso da CODHAB foi realizado em 2015. Foi um concurso público nacional de design gráfico, visando à escolha de uma nova marca para representar a Companhia a partir de 2015.

Tendo em vista o alto nível de especialização para escolha do melhor dentre dezenas de projetos inscritos a nível nacional, foi feita a contratação de corpo técnico composto por coordenador e júri para realização dos concursos públicos de projetos – objeto da Concorrência nº 01/2016-CODHAB.

Na sequência vieram outros concursos para selecionar o melhor e mais adequado Projeto para equipamentos públicos (escolas e unidades de saúde) e projetos de habitação, incluindo o desenvolvimento do Projeto Executivo Completo (Projeto de Arquitetura e Projetos Complementares) todos devidamente licenciados:

Valores pagos aos vencedores dos respectivos concursos, para pagamento do prêmio de vencedor e desenvolvimento dos projetos:

Projetos Contratados – Concurso Público Projetos		
Localidade	Projeto	Valor (R\$)
Riacho Fundo II (5ª etapa)	Centro de Ensino Infantil	614.479,54
Riacho Fundo II (5ª etapa)	Centro de Ensino Fundamental	908.962,59
Riacho Fundo II (5ª etapa)	Unidade Básica de Saúde	310.740,02
Sobradinho	420 unidades habitacionais	1.161.187,76
Samambaia	270 unidades habitacionais	1.095.234,93
Santa Maria	108 unidades habitacionais	306.980,28
Sol Nascente Trecho I	308 unidades habitacionais	545.479,39
Sol Nascente Trecho II	1.008 unidades habitacionais	1.885.609,77
TOTAL		6.828.674,28

Projetos Desenvolvidos pela Equipe

Em paralelo aos concursos públicos nacionais, também foram desenvolvidos, através da equipe de projetos da CODHAB, projetos de habitação para Sol Nascente, Samambaia, Vila Estrutural, e ainda projetos de calçadas para o Riacho Fundo II 4ª Etapa e Recanto das Emas Quadras 117/118.

O projeto trabalha com um módulo inicial de 22,5m² de área, podendo ser configurado ou somado de diversas formas. A área média das UHs é de 45m², podendo ser incrementada, o que garante variabilidade e qualidade espacial para os moradores que serão relocados.

Manutenção do Jardins Mangueiral

Trata-se de serviços executados conforme previsto na Cláusula Décima Nona do Contrato nº 007/2009, celebrado na modalidade Parceria Público Privada-PPP entre a CODHAB/DF e a empresa Jardins Mangueiral Empreendimentos Imobiliários S.A., que contempla a manutenção das áreas comuns (externas aos condomínios), incluindo áreas verdes, sistema viário e limpeza urbana;

O projeto Jardins Mangueiral é fruto da primeira Parceria Público-Privada (PPP) habitacional do país — um conceito único e inovador de moradia com qualidade de vida em um bairro totalmente planejado, com infraestrutura urbana de água, esgoto, iluminação pública, ruas pavimentadas e urbanizadas com lazer e segurança para os cerca de 30 mil moradores. O empreendimento conta construídas oito mil unidades no condomínio.

O Jardim Mangueiral— Implantado ao longo da DF-463, em São Sebastião, o Setor Habitacional Jardins Mangueiral ocupa uma área de 200 hectares, onde serão construídas oito mil unidades habitacionais, divididas em 15 quadras condominiais, com três tipos de habitação: casas de dois e três quartos e apartamentos de dois quartos.

Trabalho Técnico Social em Habitação

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizados a partir de estudos de diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e

político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados, conforme disposto na Portaria nº 21 do Ministério das Cidades (MCIDADES), de 22/01/2014, que dispõe sobre as orientações para execução do Trabalho Social.

O Trabalho Técnico Social tem por objetivo geral promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção.

Para o desenvolvimento dos projetos relacionados ao Trabalho Técnico Social podem ser relacionados os seguintes objetivos específicos:

- a) Promover a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção.
- b) Fomentar processos de liderança, a organização e a mobilização comunitária.
- c) Estimular o desenvolvimento da cidadania e dos laços sociais e comunitários.
- d) Apoiar a implantação da gestão condominial.
- e) Articular as políticas de habitação e saneamento básico com as políticas públicas, promovendo, por meio da intersetorialidade, a efetivação dos direitos e o desenvolvimento local.
- f) Fomentar processos de inclusão produtiva coerentes com o potencial econômico e as características culturais da região.
- g) Apoiar processos socioeducativos que englobem informações sobre os bens, equipamentos e serviços implantados.
- h) Fomentar o diálogo entre os beneficiários e o poder público local.
- i) Articular a participação dos beneficiários com movimentos sociais, redes, associações, conselhos mais amplos do que os das áreas de intervenção.
- j) Fomentar a constituição de organizações representativas dos beneficiários e fortalecer as já existentes.
- k) Contribuir para a sustentabilidade da intervenção.
- l) Gerir ações sociais associadas à execução das obras e dos reassentamentos, quando houver.

Em cumprimento às exigências do MCIDADES e seguindo as diretrizes da Política Habitacional, no que se refere ao comprometimento com a condição habitacional do beneficiado, foram elaborados Projetos de Trabalho Técnico Social dos seguintes empreendimentos:

Projetos de Trabalho Técnicos Sociais Desenvolvidos em 2016		
PTTS	Situação	Público Alvo
Paranoá Parque	<ul style="list-style-type: none"> • PTTS em execução desde agosto/15 até março/17; • 6.240 famílias residentes; 	Aprox. 20.000
Sol Nascente – Trecho I	<ul style="list-style-type: none"> • PTTS em execução até janeiro/17; • Aproximadamente 10.000 famílias residentes • 3.458 pessoas atendidas com os cursos de capacitação profissionalizantes por meio do SENAI; 	Aprox. 10.000
Sol Nascente – Trecho li E lii	<ul style="list-style-type: none"> • PTTS: Licitação em 2017; • Aproximadamente 30.000 famílias residentes; 	Aprox. 80.000
Varjão	<ul style="list-style-type: none"> • Reprogramação do PTTS concluído e aprovado pela Caixa Econômica Federal; • 10.000 famílias residentes; • Será executado em 2017. 	Aprox. 10.000
QNR	<ul style="list-style-type: none"> • PTTS em execução até novembro/17 	2.040
COER	<ul style="list-style-type: none"> • PTTS em execução até janeiro/17 	33
Público Alvo (Total)		122.073

A trajetória do trabalho social em habitação revela momentos importantes da construção de uma política habitacional e urbana conectadas com a democracia, cidadania, participação e atendimento às demandas da população, um processo permeado de contradições, limites e desafios. Deste modo, é de suma importância a realização de encontros comunitários promovidos por uma equipe social qualificada, a fim de harmonizar os novos moradores a um novo formato de convivência comunitária e de participação ativa e decisória, no meio em que residem.

Abaixo segue quadro relacionando as principais atividades realizadas no ano de 2016, contando com atendimentos individualizados aos beneficiários da Política Habitacional.

O Trabalho Social direcionado ao **Paranoá Parque**, localizado na região administrativa do Paranoá é amparado pelo Contrato 0394583-98, firmado entre a Caixa Econômica Federal - CEF e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional - CODHAB. A Fonte de recurso aplicada é do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR que condiz ao valor de R\$ 8.112.000,00. O Programa que atende essa área é o Minha Casa Minha Vida - MCMV e o público alvo que será atendido pelo Trabalho Social corresponde a aproximadamente 20.000 famílias.

Nº	Atividade Realizada	Descrição	Quant.	Data
1.	Projeto Juventude em movimento, ação e cidadania	Incentivar e apoiar a Criação do Fórum Permanente da	64	Janeiro a

Nº	Atividade Realizada	Descrição	Quant.	Data
	incentivar criação fórum da Juventude.	Juventude, como espaço democrático de diálogo, de formação e informação, bem como reivindicatório a serviço da Juventude.		Julho
2.	Interação Mulher Círculos do Saber Bem Viver Drogas e Dependências Químicas	Garantir acesso a informação por meio de discussão e reflexão sobre a temática das drogas.	129	Janeiro a Julho
3.	Oficina de Capoeira	Prover a orientação correta da capoeira como meio educacional cultural e social, evidenciando as noções de história e a parte rítmica instrumentada que coordena as diferentes formas de jogar capoeira.	284	Janeiro a Julho
4.	Curso de Gestão Condominial	Assessorar o processo de constituição dos condomínios, abrangendo a construção de Convenção e de Regimento Interno e a Eleição de Síndico, Subsíndico e Conselheiros de todos os edifícios do empreendimento; Capacitar os síndicos e conselheiros eleitos para administrar os condomínios; e, Realizar o acompanhamento da Gestão Condominial de todos os edifícios do empreendimento.	230	Janeiro a Julho
5.	Estação da brincadeira e da Cultura.	Criar um espaço de convivência para as crianças e adolescentes, como um espaço socioeducativo de permanência enquanto os pais participam das atividades do projeto.	1.420	Janeiro a Julho
6.	Ação continuada de esporte lazer e cidadania	Incentivar a prática de atividades esportivas e de lazer por meio de Ginásticas ao ar livre, caminhadas, Biodança, espaço de jogos de mesa e ciclismo.	508	Janeiro a Julho
7.	Centro de Acompanhamento aos Beneficiários- CABE e Plantão Social	Garantir um espaço de interlocução permanente da equipe técnica e a população por meio de um espaço permanente onde funcionará um Plantão Social para atendimento às famílias beneficiárias do projeto.	1244	Janeiro a Julho
8.	Estação do Melhor Viver e da Cidadania	Fomentar ações que possibilitem a criação de organizações comunitárias, bem como estimular a criação de associações de moradores e outras, o fortalecimento e a autonomia das organizações comunitárias existentes, ampliando os espaços participativos na comunidade.	307	Janeiro a Julho
9.	Círculos do Saber Bem Viver Tema: Educação Patrimonial, Manutenção e Conservação dos Imóveis.	Realizar Reunião Socioeducativa com objetivo de discutir e sensibilizar os beneficiários sobre a importância da Manutenção e Conservação dos Imóveis.	196	janeiro a Julho
10.	Inter-ação mulher círculos do saber bem viver sexualidade e DST/AIDS	Garantir acesso à informação por meio de discussão e reflexão com objetivo de informar as famílias quanto à questões de sexualidade e das doenças sexualmente transmissíveis/DST/AIDS.	86	Abril a Julho
11.	Círculos do Saber Bem Viver Tema: Doenças Epidêmicas	Conscientizar da necessidade de ações de prevenção das doenças epidêmicas transmitidas por animais e insetos, muito comuns em áreas urbanas.	154	Março a Julho
12.	Reunião Socioeducativa sobre Consumo Responsável, Meio Ambiente, Reciclar o Lixo Doméstico.	Realizar Reunião Socioeducativa com objetivo de discutir e sensibilizar os beneficiários sobre a importância do Consumo Responsável, Meio Ambiente e Reciclar o Lixo Doméstico.	41	Março a Julho
13.	Seminário de Apresentação dos Projetos PTTS e Engenharia, Sorteio de Unidades Habitacionais, Eleição da CAP e Aprovação do Calendário de Vistorias.	Apresentar os Projetos PTTS e de Engenharia aos beneficiários potenciais. Discutir e aprovar as normas para o sorteio. Sortear as unidades habitacionais. Discutir e aprovar minuta de calendário de visita da obra.	1.021	Março
14.	Projeto Juventude em Movimento, ação e cidadania curso de fotografia	O objetivo desse curso é ensinar sobre o conceito e história da fotografia, o fotojornalismo, a fotografia digital, o fotógrafo e o tratamento de imagem e mostrar como é o mercado de trabalho para o profissional do ramo.	57	Abril a Julho
15.	Inter-Ação Mulher Círculos do Saber Bem Viver Tema: Gravidez na Adolescência	Garantir acesso a informação por meio de discussão e reflexão com objetivo de informar e orientar as mães acerca das problemáticas que envolvem uma gravidez na adolescência.	208	Abril a Julho
16.	Círculos do Saber Bem Viver Grupos de Convivência e Vizinhanças Tema: O Direito de Vizinhança	Realizar reuniões e encontros de convivência para melhor convívio social estabelecendo as boas relações de vizinhança.	203	Abril a Julho
17.	Reunião mensal da equipe técnica com CAP Comissão do Acompanhamento de Obras e do Projeto	Reunião mensal da equipe técnica com a Comissão de Acompanhamento de Obras e do Projeto-CAOP	50	Abril a Julho
18.	Implementação da CAP – Comissão do Acompanhamento de Obras e do Projeto.	Capacitar os membros eleitos pela comunidade nas reuniões de apresentação do projeto para compor a Comissão de Acompanhamento do Projeto-CAP para atuarem como representantes do conjunto de moradores do empreendimento.	41	Abril
19.	Círculos do Saber Bem Viver Tema: Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar	Proporcionar o conhecimento necessário para que as pessoas sejam capazes de planejar sua vida financeira e organizar seu orçamento familiar. O participante deverá estar apto a planejar sua vida financeira, organizar o orçamento individual e familiar e aprender a organizar a	238	Abril a Julho

Nº	Atividade Realizada	Descrição	Quant.	Data
20.	Círculos do Saber Bem Viver Tema: Hábitos de Higiene e Saúde	Informar e estimular os bons hábitos de higiene corporal e doméstica nas famílias beneficiárias, com vistas a prevenção de doenças e melhoria na qualidade de vida das crianças e adultos	59	Maio a Julho
21.	Círculos do Saber Bem Viver Tema: Saúde Bucal	Garantir acesso a informação por meio de discussão e reflexão com objetivo de informar aos beneficiários sobre a Saúde Bucal.	66	Maio a Julho
22.	1º e 2º Versão - H Círculos do Saber Bem Viver Tema: Relações de Gênero e Práticas Sociais	Garantir acesso a informação por meio de discussão e reflexão com objetivo de informar, orientar e debater com os homens temas sobre relações de Gênero, comportamentos sexuais e práticas sociais.	58	Maio a Julho
23.	1º e 2º Versão - H Círculos do Saber Bem Viver Tema: Sexualidade do Homem e Comportamentos Sexuais	Garantir acesso a informação por meio de discussão e reflexão com objetivo de informar, orientar e debater com os homens temas sobre Sexualidade do Homem e Comportamentos Sexuais.	72	Maio a Julho
24.	Ação de Acolhimento e Apresentação dos Projetos Inter-Ação Mulher e Versão-H	Acolhida para mulheres, homens e sua família para apresentação e mobilização dos mesmos para participarem do Projeto Inter-Ação Mulher e Versão-H.	262	Maio a Julho
25.	1º Inter-Ação Mulher Círculos do Saber Bem Viver Tema: Oficinas de Segurança Alimentar	Garantir acesso a informação por meio de discussão e reflexão com objetivo de informar os beneficiários sobre a Segurança Alimentar e Nutricional, bem como ensinar o aproveitamento de alimentos.	69	Junho a Julho
26.	Círculos do Saber Bem Viver Tema: Palestras com a CAESB	Informar as famílias beneficiárias sobre a importância do uso racional dos serviços públicos de saneamento básico, água e esgoto e seus benefícios.	75	Junho a Julho
27.	Círculos do Saber Bem Viver Tema: Palestras com a CEB	Informar as famílias beneficiárias sobre a importância do uso racional dos serviços públicos de energia elétrica e seus benefícios.	49	Junho a Julho
28.	Grupo de Estudos sobre a Política Habitacional do Distrito Federal	Criar o Grupo de Estudos sobre a temática "Política Habitacional no Distrito Federal" como espaço democrático de diálogo, de formação e de informação, bem como reivindicatório.	37	Junho a Julho
29.	Círculos do Saber Bem Viver Grupos de Convivência e Vizinhanças 02 Tema: A Política da comunidade e o Pensar coletivamente	Realizar reuniões e encontros de convivência para melhorar convívio social estabelecendo as boas relações de vizinhança	61	Junho a Julho
30.	Seminário com os Beneficiários para vistoria dos apartamentos, assinatura de contrato e inscrição de chapas para constituição do condomínio E Seminário para apresentação da rede socioassistencial da RA, Orientações sobre as Tarifas Sociais, Constituição do Condomínio e Entrega das Chaves. 7º etapa	Realização da vistoria dos apartamentos pelos beneficiários, assinatura de contratos e inscrição de chapas para eleição do Grupo Gestor (síndico, subsíndico e conselheiros) de cada um dos 390 blocos do empreendimento. Apresentar a rede socioassistencial aos beneficiários, com objetivo de informar aos mesmos sobre os serviços existentes e disponíveis na rede, e apresentação e assinatura dos contratos.	1.237	Junho
31.	Seminário com os Beneficiários para vistoria dos apartamentos, assinatura de contrato e inscrição de chapas para constituição do condomínio E Seminário para apresentação da rede socioassistencial da RA, Orientações sobre as Tarifas Sociais, Constituição do Condomínio e Entrega das Chaves. 8º etapa	Realização da vistoria dos apartamentos pelos beneficiários, assinatura de contratos e inscrição de chapas para eleição do Grupo Gestor (síndico, subsíndico e conselheiros) de cada um dos 390 blocos do empreendimento. Apresentar a rede socioassistencial aos beneficiários, com objetivo de informar aos mesmos sobre os serviços existentes e disponíveis na rede e apresentação e assinatura dos contratos.	741	Junho
Total de Pessoas atendidas no Paranoá				9.267

O Trabalho Social direcionado ao **Sol Nascente Trecho I**, localizado na região administrativa de Ceilândia é amparado pelo Contrato 0262225-34 firmado entre a Caixa Econômica Federal - CEF e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional - CODHAB. A Fonte de recurso aplicada é do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e financiado pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, tendo o Trecho I valor de R\$ 353.341,19, disponibilizado pelo GDF como contrapartida. O Programa que atende essa área é o Pró-Moradia e o público alvo que será atendido pelo Trabalho Social corresponde a aproximadamente 10.000 famílias.

Nº	Atividade	Descrição	Quant.	Data
1.	Curso de Operador de Microcomputador	Capacitar os alunos para organizar a rotina de serviços e realizar entrada e transmissão de dados, operar impressoras e microcomputadores, registrar e transcrever informações, atender as necessidades do cliente interno e externo. Supervisionar o trabalho da equipe e negociar serviços com o cliente.	360	Janeiro a Dezembro
2.	Curso de Auxiliar Administrativo	Capacitar os alunos para executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; preparar relatórios e planilhas; e executar serviços gerais de escritório.	388	Janeiro a Dezembro
3.	Curso de Auxiliar	Habilitar os alunos para auxiliar serviços pertinentes à manutenção nos sistemas	220	Janeiro a

Nº	Atividade	Descrição	Quant.	Data
	Mecânico em manutenção em Automóveis	mecânicos dos veículos, contribuindo com a organização e conservação do ambiente de trabalho. Proporcionando ainda ao profissional da manutenção, o auxílio necessário ao desempenho da função, de acordo com normas e procedimento técnicos.		Agosto
4.	Curso de Eletricista de Instalação Predial	Capacitar para formar profissionais capazes de planejar serviços elétricos, realizar instalação de baixa tensão, montar e reparar instalações elétricas e equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Instalam e reparam equipamentos de iluminação de cenários ou palcos.	180	Janeiro a Agosto
5.	Plantão Social	Disponibilizar à população informações atualizadas sobre todos componentes do projeto, quais sejam: obras, regularização fundiária e trabalho social.	1699	Janeiro a Julho
6.	Curso de Padeiro	Capacitar os alunos e planejar e preparar massa de pães diversos e similares, bolachas e biscoitos, caldas, coberturas e cremes, além de adquirirem capacitação para redigir documentos técnicos de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.	78	Fevereiro a Julho
7.	Curso de Mestre de Obras	Os Alunos serão qualificados para supervisionar atividades desenvolvidas no canteiro de obras, participar de planejamento executivo e gerenciar equipes de trabalho, criando condições para garantir a qualidade, a segurança e a preservação ambiental no local de trabalho.	140	Abril, maio, junho, julho, setembro, outubro, novembro.
8.	Curso de Aplicador de Revestimento Cerâmico	Proporcionar aos alunos competência para executar marcação, corte, e aplicação de revestimento cerâmico seguindo um desenho pré-definido, observando disposição das placas e cores. O curso também capacitara os alunos para planejarem e prepararem o local de trabalho e ainda estabelecer os pontos de referência dos revestimentos e executar revestimentos em paredes, pavimentos, muros e outras partes de edificações utilizando materiais como ladrilhos, pastilhas, mármore, granitos, ardósia ou material similar, desenvolvendo desenhos, cortes e montagens de mosaicos planos ou 3D.	140	Maio a Novembro
9.	Curso de Instalador Hidráulico Predial	Capacitar os alunos a: identificar os componentes e os princípios de funcionamento dos sistemas prediais de água fria, de esgoto sanitário e de drenagem pluvial; Conceber especialmente a manutenção de sistemas prediais hidráulicos e sanitários compatíveis entre si e com os demais projetos; Conhecer os processos de dimensionamento dos sistemas prediais hidrossanitários descritos a execução de projetos hidrossanitários de manutenção predial.	140	Maio a Novembro
10.	Curso Montagem e Configuração de Microcomputador	Preparar aluno para atuar na montagem e configuração de microcomputadores, através da conexão entre os seus diferentes elementos (placas, discos, memórias etc.) e na configuração de sistemas operacionais para o uso das máquinas.	60	Maio a Julho
11.	Curso de Pedreiro de Alvenaria	Capacitar o profissional para planejar e executar os diversos tipos de alvenaria estrutural e de vedação, lajes pré-moldadas e concretagem. Os alunos adquirem noções de orçamento e de fundações, utilizando conhecimentos práticos e teóricos, analisando e interpretando os projetos, assegurando a execução dentro dos prazos pré-estabelecidos de acordo com os detalhes, especificações, normas e procedimentos executivos.	80	Junho a Setembro
Total de Pessoas Atendidas no Sol Nascente – Trecho I				3.458

O Trabalho Social direcionado ao **COER**, localizado na região administrativa de Sobradinho II é amparado pelo Contrato 0411386-59 firmado entre a Caixa Econômica Federal - CEF e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional-CODHAB. A Fonte de recurso aplicada é do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, que condiz ao valor de R\$ 27.670,50. O Programa que atende essa área é o Minha Casa Minha Vida- MCMV e o público alvo que será atendido pelo Trabalho Social corresponde 33 famílias.

Nº	Atividade	Descrição	Quant.	Data
1.	Seminário de Apresentação do PTS e Engenharia e Sorteio da UH.	Apresentação do Projeto Técnico Social aos beneficiários. E Sortear as Unidades habitacionais	61	Janeiro
2.	Plantão Social	Realização do Plantão Social, com utilização de metodologia itinerante e técnica de visitas domiciliares.	79	Agosto a Dezembro
3.	Palestra com Técnicos da CAESB	Realização de Palestra e Reunião com técnicos da CAESB	13	Novembro
Total de Pessoas Atendidas no COER				153

O trabalho técnico social realizado na QNR – Ceilândia foram os seguintes:

Nº	Atividade	Descrição	Quant.	Data
1	Atualização de dados socioeconômicos e territoriais	Mobilização e fortalecimento de lideranças; Treinamento dos pesquisadores; Aplicação de questionário por meio de visita domiciliar; Tabulação e análise dos dados obtidos.	330	Junho
2	Reunião de validação das atividades	A equipe convidou todas as lideranças conhecidas da localidade, no entanto, compareceram somente 07 líderes que demonstraram interesse no Projeto. Esta reunião foi realizada no período da noite.	7	Junho
3	Reunião de apresentação do Projeto à comunidade	Entrega de convites na Escola Classe nº 65 para que os professores colocassem na agenda dos alunos; também foi distribuído convite na saída da escola para os pais. Foi utilizado carro de som, bem como foram colocados convites e cartazes nos comércios locais.	117	Junho (sábado)

Relatório Anual de Atividades 2016 - CODHAB

4	Criação da Comissão de Acompanhamento do Projeto (CAP)	Para a criação da CAP, as famílias da localidade foram convidadas para reunião na Escola Classe nº 65 (localizada na QNR 02) no período da noite. Ressalta-se que 26 pessoas compareceram na atividade e foram eleitos 04 membros para a Comissão.	4	Julho
5	Capacitação da Comissão de Acompanhamento do Projeto (CAP)	Nesse momento, foi utilizada apresentação com slides para apresentar os objetivos, as responsabilidades e os direitos daqueles que iriam compor a CAP.	4	Julho
6	Reunião Mensal da Comissão de Acompanhamento do Projeto (CAP)	Não foi possível fazer uma única reunião com todos os membros da Comissão, considerando a incompatibilidade de agenda dos mesmos. Dessa forma, adotou-se a estratégia de reuniões individuais e de duplas conforme a disponibilidade dos membros. Durante as reuniões foi discutido o andamento do Projeto, bem como a necessidade da CAP em mobilizar as famílias da comunidade para participar das atividades previstas pelo Projeto.	9	Agosto e Setembro
7	Plantão Social	Essa atividade ocorreu de segunda a sexta em espaço exclusivo para o atendimento às famílias da comunidade. A coordenadora do MOC (assistente social) é a responsável pelo atendimento do plantão social. Para cada atendimento foi preenchido instrumental com dados pessoais e familiares, bem como observações relacionadas às demandas e indicação de encaminhamentos.	72	Junho a Agosto
Total de Pessoas Atendidas na QNR			543	

Foi realizado também em 2016 o Reassentamento de Famílias em Áreas de Interesse Social.

Reassentamentos		
Localidade	Situação	Público Alvo
Sol Nascente- Trecho I	● Negociações e reassentamentos para execução de obras de infraestrutura.	46
Sol Nascente - Trecho II	● Negociações e reassentamentos de famílias localizadas em área de risco.	60
Total de Famílias Atendidas		106

A Lei nº 4.020, em seu Art. 4º, estabelece que os programas habitacionais de interesse social, além de outras atribuições, devem abranger a melhoria habitacional e o fornecimento de Assistência Técnica. Atendendo essa determinação a CODHAB definiu regras para operacionalizar programa específico de Melhorias Habitacionais por meio da equipe da Diretoria de Assistência Técnica que atua em 11 (onze) comunidades do Distrito Federal.

O déficit habitacional qualitativo, formado pela precariedade construtiva, edificação insalubre, adensamento excessivo, cobertura inadequada ou condições precárias de áreas molhadas (cozinha e banheiro) é uma realidade em comunidades carentes em áreas de interesse social.

Nesse contexto, imbuída da obrigação legal em promover habitação de qualidade e com cidadania, a CODHAB/DF iniciou em 06 de outubro de 2016 o Programa de Melhorias Habitacionais com fornecimento de assistência técnica e subsídio de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a reforma.

O objetivo do programa é prover a unidade habitacional de condições de habitabilidade de forma a atender requisitos de salubridade e segurança.

O público-alvo são Famílias com renda de até três salários mínimos e que residam há mais de cinco anos no Distrito Federal e em lotes passíveis de regularização.

O Programa é desenvolvido exclusivamente pela **CODHAB com empresas contratadas**, entretanto as **comunidades** onde o programa está em operação são parceiras em potencial e está em operação em cinco comunidades: Porto Rico – Santa Maria/DF, Fercal/DF, QNR, Ceilândia/DF, Estrutural, SCIA/DF e Sol Nascente, Ceilândia/DF.

O Programa começou a operar em 31 de outubro de 2016, estando na etapa 6 – Desenvolvimento projetos orçados e especificados. A previsão é de início das reformas com subsídio em fevereiro de 2017. Está previsto o investimento de 2 milhões de reais. São 5 funcionários desenvolvendo as atividades como coordenadores dos postos de assistência técnica e executores de contratos.

São desenvolvidos projetos executivos orçados em até dez mil reais de reformas para as famílias, por meio de equipes contratadas e coordenadas pelo arquiteto responsável da localidade. Os projetos visam solucionar problemas de salubridade e segurança.

A partir de janeiro de 2017 serão iniciadas as obras de reformas com empresas que estão credenciadas com a CODHAB para executar os projetos que estão sendo desenvolvidos. Desde o início da operação do Programa em 31 de outubro de 2016, foram vistoriadas mais de 50 habitações/famílias e 26 projetos em fase de elaboração.

No âmbito do trabalho técnico social há ainda Ações Urbanas Comunitárias – AUCs realizadas por meio dos Postos de Assistência Técnica (PAT) desde outubro de 2015, cujo objetivo do programa é consolidar assentamentos precários e áreas verdes e públicas para os moradores das áreas de interesse social.

É a promoção da melhoria habitacional a partir da requalificação do espaço urbano somado à eficácia das ações em evitar a ocupação de áreas indevidas, a apropriação Comunitária de vazios urbanos, o empoderamento cidadão e zelo à cidade e a consequente redução de custos com a limpeza urbana e melhoria imediata dos espaços públicos.

Depois de mais de um ano de programa a CODHAB atuou em todas as onze comunidades em que a Assistência Técnica está presente com a execução de 26 mutirões do programa Ações Urbanas Comunitárias - AUCs. Foram mais de 40 ruas transformadas com mais de cem fachadas renovadas em todo o DF. Mais de 2.800 famílias foram beneficiadas pelas Ações, 11 painéis artísticos foram feitos e compõem a Galeria Urbana da CODHAB.

Atividades realizadas nos 26 mutirões:

- Reboco e pintura de fachadas;
- Pintura de painéis artísticos;
- Confecção de brinquedos infantis com materiais reaproveitados;
- Pintura de jogos infantis no piso;
- Confecção de mobiliário urbano com materiais reaproveitados;
- Construção de estrutura para evitar acúmulo de lixo;
- Plantio de mudas de árvores;
- Instalação de hortas Comunitárias;
- Plantio de agroflorestas;
- Instalação de canteiros de flores;
- Oficinas de construção de fossas;
- Limpeza de beiras de corpos hídricos;
- Mobilização Comunitária;

- Confeção de jardineiras para instalação em fachadas.

As ações de Regularização Fundiária aplicadas no DF reconhecem as ocupações irregulares, sem, contudo, uma visão mais abrangente de inserção da ocupação no bairro, na região e na metrópole. Apesar da preocupação em agir em diferentes dimensões: jurídica, urbanística, ambiental e social. É comum verificarmos assentamentos sem qualquer concessão de titulação aos beneficiários e títulos registrados apesar de anos de registro cartorial da área. É frequente também a instalação de infraestrutura básica em conflito com a fixação das edificações e com soluções de desenho que favorecem a desqualificação do espaço público.

Entende-se que o processo de regularização fundiária precisa regularizar juridicamente áreas e também produzir locais bons para se viver com qualidade. É essencial que tenham escolas, hospitais, parques, serviços, comércio. Não basta regularizar lotes e casas é necessário construir bairros, cidades.

As ações de regularização obedecem ao disposto na Lei nº 4.996, 19 de dezembro de 2012, marco legal da habitação social no Distrito Federal, regulamentada com advento do Decreto nº 34.210, de 14 de março de 2013, que dispõe sobre a regularização fundiária de interesse social.

Além disso, vários projetos de regularização que precisam ser contratados, para que outros moradores de áreas de interesse social que satisfaçam a Lei nº 4.996/2012 possam receber futuramente suas escrituras, tiveram seus termos de referência finalizados e seguiram para licitação. Com a elaboração e aprovação de projetos de regularização, compostos de projeto urbanístico, memorial descritivo e levantamento topográfico e cadastral, o passo considerado mais longo do processo de regularização é dado.

Todas as iniciativas tomadas desde 2015 cumprem o compromisso de dotar o Distrito Federal de legislação efetiva, com ações estáveis e permanentes. Nesse contexto relaciona-se a seguir as principais ações realizadas em 2016:

Foram disponibilizadas ao cidadão 11.771 Escrituras Públicas de Doação, distribuídas em 18 Regiões Administrativas do Distrito Federal, conforme tabela abaixo:

Nº	Cidade	Escrituras 2015	Escrituras 2016
01	ÁGUAS CLARAS	0	3
02	BRAZLÂNDIA	162	224
03	CANDANGOLÂNDIA	28	05
04	CEILÂNDIA	544	1.816
05	GAMA	12	405
06	ESTRUTURAL	1.109	967
07	GUARÁ II	104	10
08	PLANALTINA	881	70
09	RECANTO DAS EMAS	1.188	1.119
10	RIACHO FUNDO I	322	10
11	RIACHO FUNDO II	464	100
12	SAMAMBAIA	2.607	2.768
13	SÃO SEBASTIÃO	0	2.801
14	SANTA MARIA	770	25
15	SOBRADINHO II	1.023	1.336
16	TAGUATINGA	562	83
17	VILA TELEBRASÍLIA	29	3
18	VILA VARJÃO	415	26
Total		10.283	11.711

Foram disponibilizadas, ainda, as seguintes Escrituras Públicas de Reconhecimento de Ocupação (legitimação de posse):

Nº	CIDADE	ESCRITURAS 2015	ESCRITURAS 2016
01	BECOS DO GAMA	--	501
02	BRAZLÂNDIA	162	224
03	CANDANGOLÂNDIA	28	05
04	CEILÂNDIA	544	1.816
05	GAMA	12	405
06	ESTRUTURAL	1.109	967
07	GUARÁ II	104	10
08	PLANALTINA	881	70
09	RECANTO DAS EMAS	1.188	1.119
10	RIACHO FUNDO I	322	10
11	RIACHO FUNDO II	464	100
12	SAMAMBAIA	2.607	2.768
13	SÃO SEBASTIÃO	0	2.801
14	SANTA MARIA	770	25
15	SOBRADINHO II	1.023	1.105
16	TAGUATINGA	562	83
17	VILA TELEBRASÍLIA	29	3
18	VILA VARJÃO	415	26
Total		10.283	11.711

Sob a coordenação da CODHAB encontram-se os Projetos Integrados de Regularização das Áreas em Áreas de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade

Regularização de Interesse Social - ARIS. Em 2016, a CODHAB deu importantes passos para a consolidação de importantes projetos de regularização, concluindo 06 Projetos de Regularização Fundiária, contendo Planta Urbana, Memorial Descritivo, Norma Geral de Gabarito – NGT e Quadro Demonstrativo de Unidades Imobiliárias - QDUI conforme quadro a seguir:

Nº	Localidade	Projeto	Processo	Situação Aprovação	Licenciamento Ambiental
01	SOL NASCENTE, TRECHO 02, ETAPA 02. QUADRAS 105 E 209.	URB 031/2016	392-000.820/2016	PROJETO CONCLUÍDO E APROVADO. AGUARDANDO REGISTRO.	LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA VÁLIDA.
02	NOVA PLANALTINA.	URB 133/2010	030-017.316/1992 392-050.748/2013	PROJETO CONCLUÍDO. EM ANÁLISE NA CAP/SEGETH.	EXIGÊNCIAS DO IBRAM/DF SENDO ATENDIDAS.
03	PONTAS DE QUADRA DE SOBRADINHO II, 1ª ETAPA.	URB 009/2009	392-002.575/2009	PROJETO CONCLUÍDO. EM REVISÃO NA CODHAB.	EM ANÁLISE NO IBRAM SOBRE NECESSIDADE DE LICENCIAMENTO.
04	RECANTO DAS EMAS, QUADRA 406.	URB 030/2016	392-049.662/2011	PROJETO CONCLUÍDO. EM ANÁLISE NA CAP/SEGETH.	EM ANÁLISE NO IBRAM/DF SOBRE NECESSIDADE DE LICENCIAMENTO.
05	PONTAS DE QUADRA TAGUATINGA, QSC.	URB 047/2016	111-001.272/2006	PROJETO CONCLUÍDO. ENCAMINHADO PARA ANÁLISE NA CAP/SEGETH.	EM ANÁLISE NO IBRAM/DF SOBRE NECESSIDADE DE LICENCIAMENTO. OBS: EXISTEM INTERFERÊNCIAS COM REDES DE ÁGUA, ESGOTO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS.
06	BURITIZINHO, QUADRA 01, 02 E 03 CONJUNTO N.	URB 111/2009	390-004.503/2007	PROJETO CONCLUÍDO. EM REVISÃO NA CODHAB APÓS ANÁLISE DA CAP/SEGETH.	LICENÇA DE INSTALAÇÃO SOLICITADA AO IBRAM/DF.

No ano de 2016 foi realizada proposição e aprovação junto a Câmara Legislativa do Distrito Federal de Projeto de Lei (PL) que trata do Marco Legal de Reassentamento Involuntário, referente ao Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal e neste o Programa Brasília Sustentável II. Sua edição é condição inexorável para obtenção de financiamento internacional junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, estimado em US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos), dos quais US\$ 100 milhões serão financiados pelo BID enquanto os restantes US\$ 50 milhões pelo Governo do Distrito Federal, com ênfase à viabilizar o Plano de Reassentamento Involuntário (PRI) para as famílias instaladas no assentamento denominado Por do Sol, localizado no oeste de Brasília, especificamente no Trecho I, afetadas pelas obras, serviços e atividades de implantação de Projeto de Regularização Fundiária, e que há de submeter-se, irrestritamente, às salvaguardas exigidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em função de financiamento já assegurado.

A dívida fundada da CODHAB-DF com a CAIXA/FGTS refere-se às operações de financiamento para construção de unidades habitacionais efetuadas, à época, entre o extinto BNH, hoje incorporado à CAIXA, e a extinta SHIS, hoje incorporada à CODHAB-DF, consistindo de 63.946 imóveis hipotecados à CAIXA/FGTS. Vem sendo pagos, mensalmente, amortização e juros por 45 anos, desde a extinta SHIS.

Além dessas, outras 20.970 operações de construção de imóveis foram efetuadas com recursos próprios, totalizando, assim, 84.916 contratos de imóveis construídos nas diversas localidades do Distrito Federal.

Por se tratar de procedimento que requer conhecimentos técnicos especializados e possuir diversas fases até sua conclusão, foi necessária a contratação de empresa com a devida experiência no ramo, a partir de novembro de 2014, para a realização dos trabalhos, uma vez que a CODHAB não dispõe de estrutura de pessoal suficiente para atender a referida demanda.

Dos 82.448 contratos prometidos a venda a mutuários finais foram identificados, aproximadamente, 56.136 contratos que contam com a cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS. O FCVS foi criado para garantir o equilíbrio do Sistema Financeiro da Habitação e formalizado pela Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação – BNH, o qual gerou um montante de recursos ao final dos respectivos financiamentos.

No período 2015/2016, ocorreu a habilitação de outros 23.420 contratos junto ao FCVS, e foi dada celeridade aos trabalhos das etapas seguintes, quais sejam: a definição junto à CAIXA/FCVS da quantidade de processos a serem homologados, com a indicação de 2.500 mensais, a adoção de critérios para agilizar a validação de créditos homologados, além de monitoramento “on line” de diferenças porventura ocorridas na depuração pelo Agente Operador do FCVS, com vistas à pronta atualização de documentação requerida a par da manutenção da regularidade do Agente Financeiro/CODHAB no processo.

Dessa forma, no final de 2016 remanesciam 11.925 contratos com créditos a habilitar.

É importante ressaltar que após o procedimento de habilitação junto à CAIXA/FCVS, inicia-se a etapa de reconhecimento dos créditos (novação) por aquela entidade e só a partir desse momento ocorrerá a liberação dos respectivos créditos.

Assim, com o processo de recuperação dos créditos do FCVS, estimados em 371,7 milhões, considerando os créditos já habilitados. Desse valor, já foram reconhecidos pela CAIXA/FCVS 299,7 milhões de reais (posição em 31/12/2016 e

sujeita a atualizações), por meio das atividades Habilitação/Homologação/Novação onde será possível a efetiva quitação da dívida fundada com a CAIXA/FGTS, a qual gira em torno de 178,6 milhões de reais e ainda restar um saldo positivo para utilização no programa habitacional do Distrito Federal.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	60.000	98.598	83.598	75.513
8475 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA--DISTRITO FEDERAL	60.000	98.598	83.598	75.513
TOTAL DO PROGRAMA 6211	60.000	98.598	83.598	75.513

O Programa Reintegra Cidadão, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, é disponibilizado a todos os órgãos do Governo do Distrito Federal para fornecimento de mão de obra e oferece trabalho e qualificação técnica para réus condenados que cumprem pena em regime aberto e semiaberto, nos órgãos da administração direta, empresas e autarquias do GDF, por meio de contratação junto a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, o que constitui um importante passo para a reinserção do preso no mercado de trabalho.

A CODHAB tem hoje em seu quadro de pessoal 5 (cinco) assistidos, quantidade prevista para atendimento das demandas da Companhia. Conforme o contrato vem sendo executado é possível verificar a interação positiva desses cidadãos junto aos demais colaboradores, o que comprova a eficiência do programa na readaptação de ex-presidiários à sociedade.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	2.066.351	1.495.415	103.357	103.357
6181 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS--DISTRITO FEDERAL	2.066.351	1.495.415	91.117	91.117
9002 - RETORNO DE FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO	7.007.723	2.470.787	2.468.786	2.468.786
0003 - RETORNO DE FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	7.007.723	2.470.787	2.468.786	2.468.786
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	400.000	1.051.248	734.408	714.408
7026 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	400.000	1.051.248	734.408	714.408
TOTAL DO PROGRAMA 0001	9.474.074	5.017.450	3.306.551	3.286.551

O trabalho iniciado em 2015 e desenvolvido para novação dos 5.027 contratos com créditos FCVS (vide tab. 888) importou na quitação de R\$ 8.395.752,29 relativa à dívida de obrigação trimestral com o FCVS. Adicionalmente, foi efetivada renegociação do contrato CER-SB Caixa nº 46047-75, reduzindo a dívida fundada em 2014 de R\$ 182.402.788,00 para 173.703.202,00 em 2015, ou seja, em R\$ 8.699.586,00, o que se traduz em economia para a CODHAB.

Pagamento da Dívida Fundada

Item	Em R\$							
	2.009	2.010	2.011	2.012	2.013	2.014	2.015	2016**
Amortização	8.570.282	9.147.734	9.817.666	10.539.501	11.258.530	12.276.039	9.424.052	2.155.176
Juros	5.232.407	4.712.400	4.170.635	3.519.675	2.733.137	1.548.161	1.024.434	313.610
Total Prest.	13.802.689	13.860.134	13.988.301	14.059.176	13.991.667	13.824.201	10.448.486	1.468.786

Dívida Fundada da CODHAB-DF com a CAIXA/FGTS – Evolução 2009-2016

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016**
CER-SB/CAIXA nº 46047-75 (Dívida Renegociada)	128.533.597	91.232.370	82.805.918	73.226.277	63.606.105	58.420.474	41.949.960	40.437.093
Crédito Antecipado FCVS* CER-SB/CAIXA nº 344128-99	75.632.562	107.972.013	112.744.819	116.663.353	120.587.713	123.982.314	131.136.519	138.079.762
Saldo devedor	204.166.159	199.204.383	195.550.738	189.889.630	184.193.818	182.402.788	173.703.202	178.616.855

* Crédito no valor de R\$ 56,1 milhões antecipado em 2006 pela CAIXA, conforme Resolução 143/1994, a serem pagos quando da efetiva novação dos créditos habilitados junto ao FCVS.

** Pagamentos até março/2016.

É importante ressaltar que, com o grande empenho e várias rodadas de negociações propostas pela equipe técnica da CODHAB junto ao Agente Financeiro (CAIXA), foi possível suspender o pagamento mensal da dívida a partir de abril de 2016, situação que está gerando um grande alívio ao Tesouro, como pode ser verificado na tabela acima. Tal proposição foi aceita, uma vez que os créditos reconhecidos pela CAIXA/FCVS são muito superiores ao valor da dívida fundada.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	290.000	91.416	70.131	46.431

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
5319 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	290.000	91.416	70.131	46.431
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.000	1.500.825	338.700	338.700
2632 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	1.000	1.500.825	338.700	338.700
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	3.000.000	599.968	59.997
9800 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	0	3.000.000	599.968	59.997
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50.000	300	300	300
0073 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	50.000	300	300	300
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	17.002.656	13.619.515	13.619.495	13.619.495
8708 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	17.002.656	13.619.515	13.619.495	13.619.495
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.900.000	1.939.825	1.935.975	1.935.975
9547 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	1.900.000	1.939.825	1.935.975	1.935.975
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	130.000	126.489	121.620	101.166
8675 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INSTITUCIONAL-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	120.000	116.489	111.989	91.535
8723 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE E PROPAGANDA-DISTRITO FEDERAL	10.000	10.000	9.631	9.631
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2.990.552	4.059.328	2.806.049	2.090.591
9625 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CODHAB-DISTRITO FEDERAL	2.990.552	4.059.328	2.806.049	2.090.591
TOTAL DO PROGRAMA 6001	22.364.208	24.337.698	19.492.239	18.192.656

Os recursos alocados neste Programa são direcionados em ações realizadas de forma contínua e necessárias à manutenção da máquina administrativa e realização das atividades fim e meio da Companhia.

A CODHAB vem ao longo do tempo implementando estratégias para aperfeiçoar seus sistemas de tecnologia da informação elaborando e desenvolvendo projetos que tornem as atividades e processos mais céleres, eficientes e seguros.

Neste contexto, em 2016, a gerência de tecnologia adotou a metodologia scrum/agile como principal ferramenta de planejamento e acompanhamento das atividades de cada projeto. Esta implementação possibilitou maior efetividade organizacional e pleno acompanhamento do desempenho de cada recurso envolvido.

No segundo semestre deste ano, período da mudança de estratégia e planejamento, foi possível elaborar e implementar aproximadamente 16 projetos de alta complexidade destacando os desenvolvimentos do App, novo sistema chamado Extranet e migração total da base de dados.

Ressalte-se que tais projetos foram integralmente projetados pela equipe de tecnologia da informação da própria CODHAB, sem que tenha ocorrido a aplicação de grande volume de recursos financeiros.

O quadro de funcionários da CODHAB se manteve estável ao longo do ano de 2016, mas em número relativamente aquém das reais necessidades, principalmente, considerando o aumento das demandas e não realização do concurso público, o que vem a se tornar um entrave para o desenvolvimento dos grandes projetos propostos pela nova gestão.

Em 2016, a Companhia passou a contar com uma nova diretoria, denominada Diretoria de Assistência Técnica, permitiu a abertura, até o momento de 10 Postos de Assistência Técnica, instalados em diversas localidades carentes do DF.

Em 2016 foram realizados vários cursos de capacitação, onde a CODHAB proporcionou a aproximadamente 70 (setenta) empregados, a iniciação da língua Inglesa, sendo ministrada por um empregado da Companhia, foram promovidos 69 cursos pela Escola de Governo aos empregados da CODHAB, sendo eles: Gestão e Fiscalização Contratos, Elaboração de Termos de Referência e Projetos Básicos, Processo Disciplinar, Administração Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Contábil como foco no SIGGO, Excelência no Atendimento ao Público, Formação para Condutores de Veículos Oficiais, Excel e Word Básicos e SICOPWEB, e por fim a formação de 40 (quarenta) empregados no curso de Gestão Financeira, promovido pelo Banco de Brasília. Vale ressaltar que todas as capacitações promovidas foram sem custos operacionais para CODHAB/DF.

Tipo	Média de Empregados/servidores	Valor Total
Auxílio Transporte	1	719,21
Auxílio Alimentação	192	1.982.622,34
Jeton	6	123.448,20

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Programa Habita Brasília

O Governo do Distrito Federal estabeleceu como tripé fundamental para viabilizar uma política urbana mais efetiva: o combate à grilagem, a regularização fundiária e a oferta habitacional. Para isso, dentro do **Programa Habita Brasília** conta com cinco eixos de ação que visam articular as demandas geradas por esses três pilares de forma consequente.



O Programa Habita Brasília foi concebido para atender a inscritos nas listas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF (CODHAB/DF), cujo número ordem de pontuação gira atualmente em torno de 142 mil.

Dessa forma, o Habita Brasília vai atender as famílias já cadastradas na lista da CODHAB que tenham prioritariamente renda familiar de até três salários mínimos (R\$2.640,00), podendo ser estendido até o valor de R\$6.500,00 e referência ao programa do Minha Casa Minha Vida.

De acordo com as informações constantes no cadastro habitacional da CODHAB, há os seguintes números no ano de 2016:

- 141.564 candidatos habilitados;
- 6.701 Candidatos indeferidos;
- 45.170 Candidatos indicados à empreendimentos;
- 16.738 candidatos convocados com vistas à habilitação;
- 21.898 recusas de candidatos aos empreendimentos ofertados.

Seguindo os critérios previstos em legislação, os candidatos habilitados estão distribuídos conforme faixa de renda e áreas de reserva:

Faixa De Renda	RII	RIE	Deficientes	Idosos	Vulneráveis
1	50.310	15.043	633	5.470	146
2	34.170	9.918	111	1.880	24
3	9.939	2.998	26	607	2
4	7.910	1.883	15	477	2
Total	102.329	29.842	785	8.434	174

Este trabalho consiste na reordenação da classificação e segregação das listas dos candidatos dentro dos preceitos da Lei nº 3.877/2006, com a implementação e divulgação das listas de inscritos, habilitados fracionados por faixa de renda e contemplados.

Em observância ao disposto no art. 5º dessa Lei, que reservam as áreas destinadas à habitação de interesse social na proporção de 40% ao atendimento do cadastro geral de inscritos, 40% ao atendimento de cooperativas/associações habitacionais e 20% casos de interesse social e no intuito dar cumprimento integral à legislação específica e respectivos estatutos, a CODHAB fracionou o último percentual citado da seguinte forma: 8% para os portadores de deficiência; 5% para os idosos; e 7% para os casos de vulnerabilidade social.

Em complementação ao Termo de ajustamento de Conduta – TAC nº 01/2015, assinado entre a CODHAB e a 4ª PRODEP/MPDFT, foi acertado, em fevereiro de 2016, através de novo encontro na sede do MPDFT, que a CODHAB deveria realizar a repontuação dos candidatos na base de dados por meio da conferência documental, o que está sendo atendido conforme especificado e à medida que os candidatos habilitados se pronunciam.

Em consonância com a Lei Federal nº 13.146, de 06/07/2015 foi elaborada uma proposta de acessibilidade das pessoas com deficiência aos programas habitacionais da CODHAB. Visa tornar acessível as informações através do aprimoramento de ações e de tecnologia, tais como aperfeiçoamento do espaço físico e adequações da comunicação.

Nesse contexto, foi implementado o **Vlibras** no Portal da CODHAB, a participação em seminários e Gestões junto à Coordenação de Promoção de Direitos de Pessoas com Deficiência – PROMODEF e ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CODDEDE.

Com o intuito de certificar a qualidade dos dados cadastrais relativos às pessoas com deficiência foi feita uma revisão por amostragem dos processos desses candidatos, chegando-se a conclusão da necessidade de uma correção.

Em 2016, conforme demonstra o quadro abaixo, 4.901 unidades habitacionais foram entregues no período.

Entregas			
Localidade	Empreendimento	Datas	Qtd (UH)
Samambaia	H4	30/04/2016	56
Riacho Fundo II	Parque do Riacho	16/01/2016	1.392
Riacho Fundo II – 4ª Etapa	Coalizão	22/12/2016	1.116
Paranoá	Paranoá Parque	01/07/2016	2.304
Sobradinho II	COER	29/04/2016	33

O programa Habita Brasília, criado em 2016, atende prioritariamente famílias com renda de até 3 salários mínimos, já habilitadas na lista da CODHAB.

O Lote Legal é uma modalidade das ofertas da CODHAB de lotes urbanizados com infraestrutura básica completa e pavimentação de ruas, com disponibilização de projetos arquitetônicos para construção de moradia, podendo o valor de renda familiar do candidato ser estendido até R\$ 6.500,00.

Em 2016 foram entregues 179 lotes urbanizados, sendo 12 em Samambaia, 70 em Buritizinho – Sobradinho II, 01 em Brazlândia e outros 96 no Sol Nascente.

Em abril de 2016 foram estabelecidos os critérios para habilitação de entidades privadas sem fins lucrativos para produção e atuação nos programas habitacionais sob a gestão da CODHAB, previstos no Manual de entidades, resultando no credenciamento de 228 associações e cooperativas.

Após o processo de credenciamento e para que todo o Distrito Federal seja representado, a CODHAB recebeu a indicação de 10 diretores-presidentes para versarem sobre a política habitacional junto à Empresa, com o prazo de atuação até o final de dezembro de 2018.

O ano de 2016 foi marcado por muitas mudanças impactantes para o Atendimento Habitacional. Em razão das várias denúncias contra as cooperativas habitacionais, de cobranças irregulares e aliciamento, foi repensada toda logística de atendimento.

Dessa forma, buscando mais transparência no atendimento ao público e visando garantir mais segurança ao cidadão participante do Programa Habitacional do Governo, firmou-se parceria com a Secretaria de Justiça por meio de sua Subsecretaria de Modernização de Atendimento Imediato ao Cidadão – **Na Hora**.

A inauguração de Pontos de Atendimento da CODHAB nas Unidades do Na Hora trouxe uma série de vantagens significativas à população, como maior comodidade, segurança e acessibilidade às pessoas com deficiência – PcD e idosos. As Unidades do Na Hora oferecem também tradutor em libras, rompendo barreiras com as PcD e garantindo-lhes o direito a um atendimento digno.

Com as mudanças ocorridas, o Governo passa a oferecer mais um serviço essencial nas unidades do Na Hora, disponibilizado acesso à população brasiliense de 7 às 19 horas ininterruptamente, com agendamento do atendimento feito por meio do Canal 156 (central telefônica à serviço do Governo), e principalmente, oferecendo maior comodidade ao cidadão, que agora não precisa aguardar horas em filas para ser atendido.

No dia 7 de março de 2016, foi inaugurado o primeiro Ponto de Atendimento da Codhab no Na Hora Unidade de Taguatinga. O Posto tem capacidade para 5 atendentes por turno, um supervisor e 12 horas de funcionamento. No mês da inauguração foram treinados 10 atendentes e 02 supervisores para atender à demanda do novo PA, com horário de atendimento de 07h30 às 19h00.

Ainda no mês de março, foi inaugurado o Ponto de Atendimento - **PA em Ceilândia, na Unidade do Na Hora** localizada na Feira Popular, facilitando e muito o acesso da população daquela região como Pôr-do-Sol e Sol Nascente. O posto tem estrutura para 4 atendentes por turno e 1 supervisor.

A Unidade Na Hora Rodoviária é extremamente disputada pelos órgãos do governo, por ser localizada na área central do Plano Piloto e por ser lugar de passagem de milhares de cidadãos por dia. Após muitas negociações, a CODHAB conseguiu inaugurar seu Ponto de Atendimento em **22/07/2016**, na mais disputada e transitada unidade do Na Hora.

Além das mudanças físicas sofridas pelo atendimento da CODHAB em março de 2016, que exigiram muita articulação interna e externa com outros órgãos do governo, quebra de paradigmas e novas formas de comunicação com a população, ocorreram também mudanças estratégicas, conceituais e estruturais. O Núcleo de Atendimento Habitacional e o Núcleo de Atendimento em Regularização foram unidos em um mesmo Núcleo de Atendimento ao Público da CODHAB para possibilitar, com maior qualidade, a formalização de processos, recebimento de documentação e habilitação de candidatos. A nova estratégia exigiu meses em treinamentos, colegiados, uniformização de protocolos, uniformização de sistemas, criação de ferramentas de captação e tabulação de dados, além da delicadeza na questão de recursos humanos.

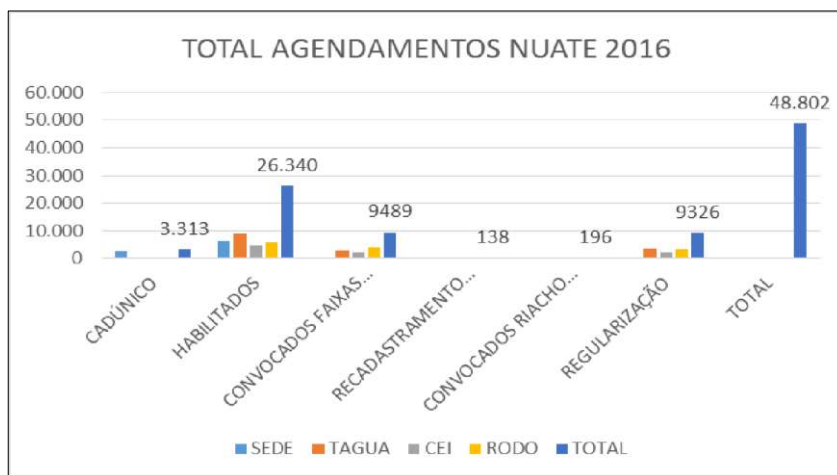
Um primeiro treinamento foi dado logo na inauguração dos novos PAs, visando capacitar os atendentes a operar os sistemas do Morar Bem e de Regularização e nivelar as orientações acerca dos procedimentos internos da Companhia, dos manuais, documentos exigidos e aceitos e da legislação em vigor.

O atendimento recebe pessoas dos mais diversos perfis e estados de vulnerabilidade, faixas de renda, naturalidade, criação, situação socioeconômica, idade, condição de saúde, de moradia e de salubridade, o que acarreta as mais variadas emoções, humores e expectativas.

Avaliando todas essas variáveis e buscando qualificar cada vez mais o atendimento prestado ao cidadão de Brasília toda a equipe foi capacitada no **“Curso de Excelência no Atendimento ao Cidadão”**, ministrado pela Escola de Governo do Distrito Federal, em duas turmas no período de 27/06 a 01/07 e de 04/07 a 08/07, com carga horária de 20 horas/aula, com a devida certificação pela EGOV.

O Núcleo de Atendimento e a **Central 156** possuem cronograma de treinamentos periódicos, pactuados para que quadrimestralmente recebam reforço na capacitação e atualização das informações da Companhia e da política habitacional do DF. Os treinamentos, ministrados pela própria equipe e por convidados, foram realizados em abril e agosto.

Outros treinamentos são aplicados periodicamente, como o de operação do Formulário do Cadastro Único – CADÚNICO, utilizado pela SEDEST MIDHT e de responsabilidade da Caixa. O CADÚNICO é utilizado para registro socioeconômico das famílias de baixa renda que vivem em condições de vulnerabilidade em vários níveis diferentes, para formalização de dossiê na aquisição do empreendimento do MCMV.



A Pesquisa de Satisfação “O que você achou do meu atendimento?” é um dos diferenciais do atendimento no Na Hora. Ligado diretamente no sistema do terminal de do Na Hora, o atendente ao finalizar o atendimento, pergunta ao cidadão a sua impressão sobre o atendimento prestado e este por sua vez aperta uma das teclas com carinhas felizes e tristes, representando o “Ótimo, Bom, Regular, Ruim”.

A equipe do Nuate recebeu **42.149 avaliações** dos cidadãos atendidos nos PA de março a dezembro de 2016. Desses 42.149, **40.602** cidadãos avaliaram o atendimento prestado pelo Nuate como “**ÓTIMO**” (**96,33%**), 1.482 pessoas avaliaram como “**BOM**”, 50 como “**REGULAR**” e 15 como “**RUIM**”.

A central de atendimento telefônico ao público 156 é o canal de comunicação do Governo com a população, prestando informações e realizando agendamentos para diversos órgãos do Governo como CODHAB, DFtrans, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Ouvidoria, entre outros. A gestão da empresa terceirizada de atendimento fica a cargo da CODEPLAN e a opção reservada à CODHAB é a opção 5.

Como já elencado, item “Treinamentos”, o Nuate e a **Central 156** possuem cronograma de treinamentos periódicos, pactuados para que recebam reforço acerca das informações da CODHAB e da política habitacional do DF. Os treinamentos são ministrados pela equipe do Nuate e convidados, e são realizados com toda equipe de supervisores e operadores que atendem CODHAB no Canal 156.

CENTRAL 156 - Números em 2016		Total
Total de Ligações Recebidas		96.813
Total de Ligações Atendidas		93.700
Tempo Médio de Atendimento (seg)		283

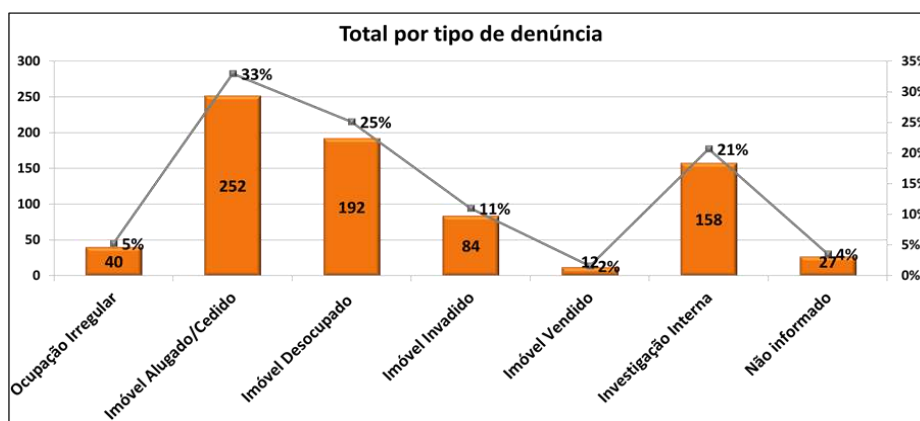
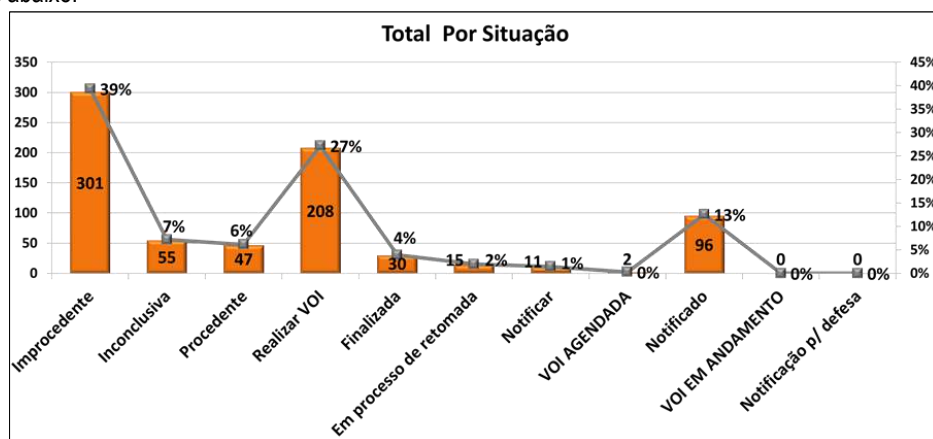
Ativo 156 CODHAB	L. Realizadas	L. Atendidas
Out	25.855	14.708
Nov	206.797	119.602
Dez	131.849	73.909

O Núcleo de Atendimento Habitacional – NUATE auxilia na organização e no trabalho de todos os eventos em que a CODHAB deva estar presente, como entregas habitacionais, assinatura de contratos habitacionais, recadastramento de entidades, eventos com as entidades, verificações de ocupação de imóvel - VOI, trabalhos sociais, mutirões da Companhia ou outros órgãos do governo.

A CODHAB vem atuando no pós-entrega com a realização de Verificações de Ocupações de Imóveis (VOIs) em todos os empreendimentos entregues, com objetivo de assegurar o direito daqueles que realmente precisam. São feitos alertas a todos os candidatos e contemplados do Habita Brasília que é proibido mudar a destinação dos imóveis adquiridos, por meio do Programa, pelo período mínimo de dez anos. Sendo assim, o proprietário que alugar, alienar, vender ou não ocupar estará sob pena de ação judicial de rescisão contratual com reintegração de posse.

A verificação teve como objetivo constatar se as unidades entregues estão devidamente ocupadas e se o morador é, realmente, o contemplado pelo Programa Habitacional Morar Bem. As unidades com irregularidades são notificadas e o proprietário é convocado a comparecer à CODHAB sob o risco de perda do imóvel. A Companhia está atuando para identificar possíveis irregularidades, tais como venda e aluguel de imóveis, a partir de ações motivadas a partir de denúncias, conforme gráficos abaixo:

Foram realizadas no período 685 ações de apuração de denúncias, detalhadas conforme os gráficos representativos abaixo:



Esta ação realizada com recursos procedentes do FGTS/FAR: construção de 4.901 unidades habitacionais aos candidatos do Programa Morar Bem, nas seguintes localidades:

Entregas 2016		
Localidade	Empreendimento	Quantidade (Uh)
Riacho Fundo II (5ª etapa)	Parque do Riacho	1.392
Riacho Fundo II (4ª etapa)	AMMVS	1.116
Paranoá	Paranoá Parque	2.304
Samambaia	H4	56
Sobradinho II	COER	33
Total		4.901

O Parque Urbano e Vivencial do Gama – RA II foi construído em cumprimento ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental do empreendimento PARANOÁ PARQUE - TCCA nº 100.000.006/2014, formalizado entre o IBRAM e a CODHAB, pela implantação do empreendimento habitacional de interesse social. As obras e serviços foram executados à conta do Contrato 15/2014 – CODHAB, celebrado entre a CODHAB e a Sociedade Terra Construtora e Incorporadora Ltda., assinado em 25/08/2014. Dotação Orçamentária UO 28901 – Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal –

FUNDURB – Programa de Trabalho 15451620830890001 – Natureza da Despesa 44.90.51 – Fonte de Recursos 370000000 – Valor R\$ 3.823.331,55.

Foram realizadas prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para fiscalização e acompanhamento de obras e serviços.

Trata-se do objeto do Contrato nº 003/2014-CODHAB, para fiscalização de obras e serviços relacionados à construção de empreendimentos habitacionais e celebrado entre a CODHAB e empresa GERIS ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA., assinado em março/2014, com dotação orçamentária do FUNDHIS UO 28905 – Programa de Trabalho 1620850062915 – Natureza da Despesa 33.90.39 – Fonte de Recursos 107 – Valor R\$ 12.976.411,20.

A contratação de empresas para o oferecimento de unidades de empreendimentos particulares ao cadastro da CODHAB, objeto do Edital de Chamamento nº 01/2016 alinhado ao Programa Habita Brasília e referente ao **Eixo Portas Abertas**. Teve como resultado o oferecimento de 117 unidades habitacionais de empreendimentos particulares aos interessados contidos no citado cadastro.

Com atribuições regimentais de assessorar a Presidência e demais unidades da Companhia nos assuntos de natureza jurídica, a PROJU tem a competência de orientar e emitir pareceres jurídicos, assistindo o Diretor-Presidente na assinatura de contratos, convênios, termos e outros instrumentos que gerem direitos e obrigações. Durante o exercício de 2016 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Atividades Recebidas	Qtde	Atividades Realizadas	Qtde.
Escrituras	1.245	Escrituras Analisadas	1.105
Processos p/Analisar e Parecer	2.280	Processos Liberados	2.164 *1
Ofícios	1.235	Ofícios Respondidos	1.468 *2
Memorandos	828	Memorandos Elaborados	2.590 *3
Publicações Judiciais	5.685	Petições Elaboradas	4.300
Mandado de Citação p/Contestar	455	Contestações Elaboradas	455
Sentenças Publicadas	1.448	Peças Recursais Elaboradas	1.448 (≅ 2.220) *4
Mandados de Reintegração de Posse	17	Reintegrações de Posse Cumpridas	≅ 17
Audiências Conciliação, Instrução e Julgamento	817	Audiências Realizadas	817
Audiências Promotorias	30	Audiências Promotorias	≅ 30
Audiências Delegacias (Civil e Federal)	50	Audiências Delegacias (Civil e Federal)	≅ 50
Reuniões Direx	61	Participação Direx	61
Reuniões Internas Gerências e Diretorias	144	Reuniões Realizadas	144
Atendimento Individual Servidor	360	Atendimentos Realizados	360
Total	14.655	Total:	15.009

Observação:

*1 - PROCESSOS - Considerar na diferença processos autuados que permanecem na PROJU AGUARDANDO SENTENÇA JUDICIAL

*2 - OFICIO - Encaminha análise jurídica para órgãos externos do Judiciário e Executivo

*3 - MEMORANDOS - Encaminha análise jurídica para órgãos internos

*4 - RECURSOS - Este número desconsidera a reiteração recursal, como: Embargos de Declaração, Agravos, Recurso Especial, Recurso Extraordinário, Recurso Ordinário, Recurso de Revista

No ano de 2016 foram acompanhados 11 Notas de Auditorias - NA. Abaixo segue a lista das Notas de

Auditorias:

NA's 2015 e 2016	Assunto
NA 03/2015	Auditoria Operacional, Planejamento Territorial e Regularização Fundiária.
NA 01/2016	Solicitação de informações (empreendimentos Habitacionais);
NA 02/2016	Solicitação de informações (Critérios Morar Bem);
NA 03/2016	Reitera a NA 01 e 02;
NA 04/2016	Solicitação de informações (alteração histórica da estrutura da AUDIN);
NA 07/2016	Reitera a NA 04;
NA 08/2016	Auditoria Operacional de ordenamento Territorial e Regularização Fundiária;
NA 09/2016	Reitera a NA 04 e 07;
NA 10/2016	Solicita Complementação de Informações da NA 08;
NA 11/2016	Informação referente à apresentação de estudo de demanda habitacional por faixa de renda e quantidade de lotes distribuídos por empreendimentos;
NA 12/2016	Relatório Técnico do Orçamento da Reprogramação do empreendimento Paranoá Parque;
NA 13/2016	Solicitação de informações (Unidade de Tecnologia);

Ressalta-se que foram emitidas pela Controladoria-Geral do DF, no ano de 2016, 12 (doze) Solicitações de Auditoria (S.A), abaixo relacionadas:

Solicitação de Auditoria	Assunto
SA 01 a 11	Consórcio do Jardins Mangueiral Empreendimentos Imobiliários.
SA 09, 11, 22	Solicitação do processo
SA 10	Solicitação de esclarecimentos sobre processo 392.002.698/2013
SA 18	Informações Referentes ao PPA 2012/2015.
SA 60	Solicitação de informações para composição da Prestação de Contas Anual do Governador do DF.-2015, regularização fundiária, e responsáveis por prestarem informações sobre assuntos elencados, conforme constante da tabela.
SA 137 e 148	Solicitação de informação sobre Regularização Fundiária

Processos de Sindicância em andamento:

Resolução	DODF	Comissão	Processo
100.000.253/2016 de 04/08/2016	nº 150 de 08/08/2016	Comissão de Sindicância Investigativa	392.000.582/2011
100.000.285/2016 de 18/08/2016	nº 158 de 22/08/2016	Comissão de Sindicância Investigativa	392.011.401/2015

Processos de Sindicância Concluída:

Resolução	DODF	Comissão	Processo
100.000.286/2016 de 18/08/2016	nº 158 de 22/08/2016	Comissão de Sindicância Investigativa	392.011.400/2015
100.000.288/2016 de 22/08/2016	nº 159 de 23/08/2017	Investigação preliminar	392.001.128/2016

Documentos de Expedientes:

Tipo de documento	Quantidade
Despachos	110
Nota Técnica	0
Ofício	47
Memorando	176
Total	333

No âmbito da Auditoria Interna aconteceram também em média 31 Reuniões internas da AUDIN com os demais setores da CODHAB e 28 Reuniões externas da AUDIN, junto à Controladoria-Geral do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, para explicações e elucidações dos questionamentos operacionais da CODHAB/DF.

A tarefa da ouvidoria, explicitada pelo Governo, é "garantir a participação popular na prestação de serviços públicos e contribuir para desenvolver a cultura de cidadania e também aprimorar os serviços públicos prestados pelo Poder Executivo".

Após a estabilização das demandas de 2015, foi realizado um estudo visando melhorar o controle e fornecer uma maior transparência dos fluxos de manifestações por meio de planilhas de monitoramento, desde o recebimento pelos canais de atendimento ao cidadão até as respostas prestadas pelas áreas responsáveis, resultando em um expressivo número de manifestações respondidas.

Manifestações respondidas em 2016	
Total de manifestações atendidas – Ouv-DF	603
Total de manifestações atendidas - TAG	3.052
Média mensal de atendimentos	382

Marco histórico em matéria de transparência pública, a Lei Distrital nº 4.990, 12 de dezembro de 2012, que regula o direito ao acesso à Informação, entrou em vigor no dia 12 de abril de 2013. Qualquer interessado poderá pedir informações a qualquer órgão público sem a necessidade de uma justificativa para seu pedido. A Lei inaugura a cultura do acesso, com a superação da cultura do sigilo.

Considerado o órgão mais demandado desde a inauguração do serviço, de acordo com levantamento feito pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle Interno, a CODHAB apresentou no ano de 2016 resultados expressivos nos índices de responsividade e accountability governamental.

Pedidos de Informação atendidos em 2016	
Total de pedidos recebidos – E-SIC	240
Média mensal de atendimentos	12

Durante o exercício de 2016, foram realizados pela Comissão Permanente de Licitação 20 pregões eletrônicos, para atender as demandas da área meio e também das áreas finalísticas da CODHAB, 05 Concursos Públicos, 03 Concorrências, 01 Edital de Chamamento e 01 Cotação Eletrônica.

Principais Pregões e Chamamento Realizados	
392.000.071/2016	Registro de preços para contratação eventual e futura de empresa de engenharia especializada em geotécnica para execução de serviços de investigação/prospecção geológico-geotécnica, através de furos de sondagem em solos e execução de ensaios geotécnicos "in-situ" e em laboratório.
392.000.290/2016	Aquisição de material de construção, visando suprir as necessidades do programa de assistência técnica da companhia de desenvolvimento habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, a ser desenvolvidos em diversas regiões administrativas do Distrito Federal.
392.000.498/2016	Aquisição de material permanente, veículos do tipo caminhonete cabine dupla para esta companhia de desenvolvimento habitacional do distrito federal – CODHAB/DF
392.000.489/2016	Contratação de empresa especializada em serviços de arquitetura, engenharia e assistência social para assessorar e auxiliar a CODHAB/DF nos serviços de assistência técnica em unidades habitacionais de interesse social;
392.000.964/2016	Contratação de empresa especializada para locação de contêineres para instalação de postos de assistência técnica;
392.000.155/2016	O objeto deste edital é o chamamento de empresas construtoras/incorporadoras, devidamente registradas no CREA/CAU, para apresentação de propostas de empreendimentos habitacionais que possuam unidades novas em estoque, localizados no distrito federal, que se enquadrem nos moldes dos programas habitacionais de interesse social do distrito federal e no programa minha casa minha vida, que tenham interesse em celebrar convênio de utilização do cadastro de candidatos habilitados da CODHAB em seus empreendimentos.

No aspecto economia, os pregões eletrônicos geraram uma redução de R\$ 2.878.047,60 com relação aos orçamentos estimados nos respectivos projetos básicos.

3 - DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Da perspectiva traçada para 2016, foram concluídas as entregas das unidades do Parque do Riacho, Paranoá Parque, Sobradinho II – COER e parcialmente Samambaia H4 2008 Entidades com 56 de 840 unidades.

Único caso que não foi possível entregar a meta em sua totalidade, os empreendimentos Samambaia H4 2008 Entidades tiveram bastante dificuldade na obtenção de Habite-se em função da ausência de implantação de energia elétrica aos respectivos lotes, pelo qual ocorreram diversas discussões junto à CEB e à Governadoria sobre a responsabilidade de implantação de transformadores que fornecerão energia elétrica, tendo somente sido pacificado em novembro/2016 que a CODHAB iria contratar a instalação de 04 transformadores, a atender 04 empreendimentos com obra em fase de vistoria para Habite-se. Os 09 empreendimentos restantes para instalação de transformadores dependerão da respectiva dotação orçamentária para serem executadas as obras de energia.

Com relação às contratações MCMV de novos empreendimentos, em função do cenário político e econômico do país as contratações de novos empreendimentos ficaram comprometidas ocasionadas tanto pela restrição de recursos federais como para os empreendimentos Faixa 01 (Itapoá Parque, Recanto das Emas Entidades, Riacho Fundo II 3ª Etapa Entidades, Nova Petrópolis), quanto pela dificuldade em obter demanda de beneficiários em função da incapacidade de renda para aquisição de unidades aos candidatos habilitados da CODHAB como no caso dos empreendimentos Faixa 02 (Gama, Samambaia Empresas, Samambaia Entidades), e ainda ações judiciais que tornaram nulos os Editais de Chamamento como no caso do Recanto das Emas Empresas, Riacho Fundo II 3ª Etapa Empresas, pelo qual a meta para o próximo exercício de 2017 deverá ser revisada.

Para operação em imóveis da CODHAB foi promovido a realização de concurso público de projetos, e tão logo os projetos habitacionais contratados estejam concluídos e aprovados no exercício 2017, será dado prosseguimento as licitações das respectivas obras.

Quanto à realização dos Concursos Públicos, apenas o de Equipamentos Públicos Comunitários no Paranoá Parque não foi realizado, em função de entendimento da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF entender que a realização do Concurso e a contratação do Projeto não pode ocorrer em ato contínuo, devendo se tratar de duas licitações diferentes, o que fora amplamente debatido com a PGDF e demais órgãos de controle, não tendo a PGDF alterado seu entendimento até a presente data.

A principal análise da atuação da CODHAB envolve um fator primordial que veem contribuindo para o sucesso da prática das melhorias habitacionais e ações urbanas comunitária, que é a imersão nas comunidades carentes o que possibilita atividades assertivas pautadas e envolvimento entre os técnicos e a comunidade contemplada.

A grande barreira que a CODHAB vem tentando vencer é o histórico distanciamento do Governo junto às comunidades mais empobrecidas. Isso se reflete em um quadro técnico que vem há anos construindo uma metodologia de trabalho pautada no planejamento distanciado do objeto a sofrer a intervenção. Este distanciamento faz com que os técnicos muitas vezes não compreendam as reais necessidades da população, nem a urgência de transformação do espaço público.

A falta de infraestrutura, também um reflexo do distanciamento dos órgãos públicos das comunidades, como carros adequados aos trabalhos de campo e transporte de materiais, para a solução desse problema a CODHAB vem buscando parcerias, o que demanda tempo para compatibilizar agendas.

Por ser uma prática nova dentro da gestão pública, não existe quantidade suficiente de recursos destinados especificamente a este tipo de iniciativa, dificultando avanços em qualidade arquitetônica e uma maior transformação da qualidade urbana.

Exatamente por ser uma prática inovadora, não existia metodologia e rotina definida. A metodologia assim como a rotina da gestão está sendo construída com os acúmulos e análises possibilitadas pela prática e imersão na realidade a ser transformadas.

Para 2017 a CODHAB tem como meta:

- Produção de Unidades Habitacionais

Produção Habitacional	Empreendimento	Nº UH
Contratação MCMV	Itapoá Parque	12.112
Contratação MCMV	Crixá	3.120
Contratação MCMV	Gama	2.400
Contratação MCMV	Riacho Fundo II 3ª Etapa - Entidades	603
Contratação MCMV	Recanto das Emas - Entidades	530
Contratação MCMV	Guará II	405
Contratação MCMV	Nova Planaltina	92
Obras - Projeto Concurso	Sobradinho	420
Obras - Projeto Concurso	Samambaia	270
Obras - Projeto Concurso	Santa Maria	108
Obras - Projeto Concurso	Sol Nascente Trecho I	308
Obras - Projeto Concurso	Sol Nascente Trecho II	1.008
Entrega de Unidades	H4 Samambaia	718
Entrega de Unidades	Riacho Fundo II – 4ª Etapa	2.564
Entrega de Unidades	Itapoá Parque	4.928
Entrega de Unidades	H4 Samambaia	718
Infraestrutura	Contratação obras de Instalação de transformadores de energia aos empreendimentos H4 em Samambaia	-

Infraestrutura	Contratação obras Implantação de Água e Esgoto no Recanto das Emas QD 117/118	-
Infraestrutura	Contratação obras Implantação de Energia no Recanto das Emas QD 117/118	-
Infraestrutura	Contratação obras CPAC Infraestrutura externa Itapoã Parque	-
Infraestrutura	Contratação obras CPAC Infraestrutura externa Crixá	-
Infraestrutura	Contratação obras CPAC Infraestrutura externa Riacho Fundo II 3ª Etapa	-
Projetos CODHAB	Aprovação Projetos Arquitetura e Complementares Samambaia	-
Projetos CODHAB	Aprovação Projetos Arquitetura e Complementares Unifamiliares e Casa Sobreposta Sol Nascente Trecho II	-

- Escrituras a serem emitidas por doação

Dos lotes urbanos passíveis de escrituração, estima-se a entrega de **15.000 escrituras** para o ano de 2017, conforme quadro a seguir:

Cidade	Lotes Distribuídos e Não Escriturados	Lotes em Fase de Escrituração	Escrituração de Lotes 2017
Brazlândia	297	284	13
Candangolândia	55	41	14
Ceilândia	868	586	282
Ceilândia – Sol Nascente Trecho 01	701	61	640
Ceilândia – QNP 22	242	91	151
Ceilândia – QNR	453	138	315
Ceilândia – Becos	1.985	946	1.039
Gama	52	35	17
Estrutural	1.413	933	480
Guará I	103	0	103
Guará II	202	154	48
Planaltina	3.438	1.106	2.332
Recanto das Emas	7.904	5.337	2.567
Riacho Fundo I	644	234	410
Riacho Fundo II – Etapa I	4.340	1.333	3.007
Riacho Fundo II – Etapa II	1.025	0	1.025
Samambaia	9.065	1.503	7.562
Santa Maria	2.291	789	1.502
São Sebastião	3.568	2.788	870
Vila Dnocs	130	108	22
Sobradinho – Ars	1.267	652	615
Taguatinga	878	334	544
Vila Planalto	117	1	116
Vila Telebrasilândia	55	28	27
Vila Varjão	458	153	305
Total	41.641	17.635	24.006

- Projetos de Regularização Fundiária

Para o ano de 2017, estima-se a conclusão de 03 Projetos de Regularização Fundiária, contendo Planta Urbana, Memorial Descritivo, Norma Geral de Gabarito - NGB e Quadro Demonstrativo de Unidades Imobiliárias - QDUI conforme quadro a seguir:

Nº	Localidade	Projeto	Processo nº	Situação Aprovação	Licenciamento Ambiental
01	Vila Cauhy.	URB 013/2009	392-006.679/2012	Projeto Em Elaboração.	Atendendo As Exigências Do IBRAM/DF.
02	Porto Rico.	URB 026/2009	392-005.118/2015	Atualização Do Projeto À Realidade Existente.	Licença De Instalação Corretiva Solicitada Ao IBRAM/DF.
03	Sol Nascente, Trecho 01, Etapa 02.	URB 023/2011	392-013.189/2009 392-048.879/2014	Atualização Do Projeto À Realidade Existente.	Licenciamento Ambiental Não Iniciado.

- Ações Urbanas Comunitárias

Quanto às Ações Urbanas Comunitárias a programação da equipe técnica da Assistência Técnica prevê para o ano de 2017 a realização de 32 intervenções em diversos locais carentes do Distrito Federal, além de 500 projetos de melhorias habitacionais desenvolvidos e no mínimo 100 reformas concluídas.

17.33. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 28.901

O Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB foi criado pela Lei Complementar nº 36, de 13/10/1997. Em 02/06/2000, a Lei Complementar nº 292 estabeleceu as condições para a instituição e funcionamento dos Fundos no Distrito Federal, regulamentando, em parte, o parágrafo 12 do artigo 149 da Lei orgânica.

A Lei Complementar que criou o FUNDURB foi regulamentada pelo Decreto nº 24.022, de 04/09/2003. Neste Diploma Legal o Fundo foi vinculado a então Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Com a criação da CODHAB e estruturação da SEHAB, existente à época, fez-se necessária a revisão do FUNDURB.

Em 27/01/2009, foram alteradas por meio da Lei Complementar Nº 800 as diretrizes que até então norteavam os objetivos do Fundo, adequando-o à nova configuração da Política de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial, em face da Lei 10.257/2001 – o Estatuto das Cidades - e à nova estrutura institucional do Poder Executivo local, consolidando o seu vínculo com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal – SEDUMA. Em 01/09/2009, foram aprovados o Decreto nº 30.765 – Regulamento Operacional e o Decreto Nº 30.766 - Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo.

De acordo com o artigo 1º da Lei-Complementar nº 800/2009, o FUNDURB, órgão de natureza contábil, tem como finalidade captar e destinar recursos para:

- I. Concretização dos objetivos, diretrizes, planos, programas, projetos urbanísticos e obras integrantes ou decorrentes do PDOT, em consonância com a Lei Federal nº 10.257, de 10/07/2001 – Estatuto da Cidade;
- II. Preservação, defesa e promoção do Conjunto Urbanístico de Brasília, tombado como patrimônio histórico nacional e distrital, considerando a singular condição de Brasília como Capital Federal e Patrimônio Cultural da Humanidade, na forma da Lei Orgânica do Distrito Federal;
- III. Estudos e projetos para regularização fundiária;
- IV. Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- V. Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VI. Proteção de áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico;
- VII. Fortalecimento, estruturação e desenvolvimento institucionais da Secretaria responsável pela condução da Política de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, podendo destinar até por cento do orçamento do FUNDURB para essa finalidade, com vistas à execução dos objetivos do Fundo (nova redação dada pela Lei Complementar nº 846, de 02/06/2012).

Com a publicação do Decreto nº 32.716, em 1º de janeiro de 2011, o FUNDURB ficou vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a qual passou a denominar-se Secretaria de Estado Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB, por força da reestruturação promovida pelo Decreto nº 33.267, de 17/10/2011. Em 1º de janeiro de 2015, o FUNDURB foi incorporado, juntamente com as suas atribuições, à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, criada por meio do Decreto nº 32.236, de 01/01/2015.

As atividades do FUNDURB são coordenadas pelo Secretário de Estado, dirigente máximo da SEGETH e Presidente do Conselho de Administração do Fundo. A operacionalização efetiva-se por intermédio da Unidade Gestora de Fundos – UGF, que conta com o apoio técnico, administrativo e operacional de outras unidades orgânicas da SEGETH.

1. REALIZAÇÕES**PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	6.600.050	4.168.458	1.108.855	1.108.855
0009 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-PLANEJAMENTO URBANO, TERRITORIAL E HABITACIONAL-DISTRITO FEDERAL	6.600.050	4.168.458	1.108.855	1.108.855
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	5.000.000	4.456.992	0	0
2579 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO - DISTRITO FEDERAL	500.000	475.000	0	0
2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	369.950	277.462	0	0
3678 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS – SEGETH - DISTRITO FEDERAL	2.500.000	2.228.616	1.444.277	192.645
0003 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	2.500.000	2.228.616	1.444.277	192.645
3089 - REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	10.716.182	10.164.461	1.778.108	1.778.108
0001 - REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	10.716.182	10.164.461	1.778.108	1.778.108
3145 – APRIMORAMENTO E INTEG. DOS INSTRUM. DE PLANEJ. TERRITORIAL – DISTRITO FEDERAL	250.000	220.000	0	0
3941 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES	4.500.000	2.611.400	0	0
4142 – OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZ. FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS - SEGETH – DISTRITO FEDERAL	1.050.000	812.500	0	0
4045 – GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL – DISTRITO FEDERAL	2.000.000	1.500.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6208	33.486.182	26.914.889	4.317.002	3.079.608

Detalhamento das ações implementadas no âmbito desse Programa:

- Aquisição de licenças do Softwares AutoCad LT 2017 e AutoCad Civil 3D e Aquisição de licenças do Software ArcGis e Tecnologia ESRI;
- Elaboração de projeto de combate a incêndio Edifício SEGETH e do projeto executivo centro de juventude em Sobradinho, São Sebastião e Ceilândia;
- Realização de concurso de arquitetura e projetos Executivos para construção de Centro de Ensino Fundamental no Paranoá Parque e do concurso de arquitetura e projetos executivos para construção de Unidade Básica de Saúde no Paranoá Parque;
- Realização de concurso de arquitetura e projetos executivos para construção de Centro de Ensino Infantil no Paranoá Parque;
- Realização de concurso de arquitetura para habitações de interesse social no Setor Habitacional Sol Nascente;
- Serviços de sonorização, elaboração gravação e transcrição de atas de reuniões de órgãos colegiados
- Serviços de Planejamento, Organização e Realização de 17 Eventos Institucionais;
- Execução 95% das obras de construção da primeira etapa do Complexo Cultural Samambaia;
- Reforma e implantação de equipamentos no Parque Urbano do Gama;
- Obras de intervenções urbanísticas para ajustes viários no SCS;
- Construção de centro de convivência do idoso em São Sebastião;
- Obras de Urbanização, revitalização e Paisagismo na Avenida Brasília QS 11, Areal – Águas Claras
- Manutenção de elevadores do edifício sede da SEGETH;

PROGRAMA TEMÁTICO: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.350.000	2.150.000	1.943.500	0
0010 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- SEGETH -DISTRITO FEDERAL	1.350.000	2.150.000	1.943.500	0
4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES SEGETH – DISTRITO FEDERAL	150.000	125.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6001 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	1.500.000	2.175.000	1.943.500	0

(1) Na Ação/Subtítulo 1471.0010 – Modernização de Sistema de Informação – SEGETH – Distrito Federal houve alteração/incremento orçamentário-financeiro de R\$ 800.000,00, por remanejamento autorizado pela SUOP/DF e GOVERNANÇA/DF, em 18/10/2016 (Processo nº 390.000.656/2016), oriundo do Programa de Trabalho 15.451.6208.1471.0009, sendo R\$ 400.000,00 da Natureza 33.90.39, fonte 169 e R\$ 400.000,00 da Natureza 44.90.52, fonte 169, para possibilitar a aquisição de CPUs e Estações de Trabalho.

No âmbito desse programa somente foi executado a aquisição de equipamentos de informática (CPUs e monitores e estações de trabalho).

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O valor do orçamento aprovado para o FUNDURB, por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA/2016 foi distribuído nos respectivos Programas de Trabalho no valor aproximado de R\$ 34.000.000,00.

Em consonância com o Artigo n.º 43 da Lei Federal n.º 4.320/1964, e de acordo com o Artigo n.º 24 do Decreto n.º 32.598, de 15/12/2010, em 15/05/2015, foi encaminhado o processo à Secretaria de Fazenda com o propósito de promover a Suplementação Orçamentária do Fundo por meio da Apuração do Superávit Financeiro.

Conforme conciliação bancária fornecida pela Subsecretaria do Tesouro da Secretaria de Fazenda, em 31/12/2015 o FUNDURB contava com o saldo bancário de R\$ 36.484.981,23. Conforme orientação da SUCON/SEFAZ, desse valor foi deduzido o montante de R\$ 33.343.547,31, referente a despesas conforme quadro abaixo:

Receitas (A)		Despesas (B)	
Origem	Valor R\$ (saldo 31/12/2015)	Origem (SIGGo – PSICA015)	Valor R\$ (saldo 31/12/2015)
111110201 – Banco de Brasília	34.953.077,04	218820430 – Valores a Reverter do Tesouro	8.715,48
		253210000 – Restos a Pagar – Inscritos	2.375,00
		218924004 – Repasse Maior a Devolver	33.268.913,85
		8271103022 – Valores Pagos de Retenções de Exercício Anterior	41.702,08
		827110304 – Valores Pagos de Receitas do GDF de Exercício Anterior	125,00
112320500 – Recursos a Receber	1.531.904,19	53110000 – Restos a Pagar não Processado - Inscritos	21.715,00
		Subtotal	33.343.547,31
Subtotal	36.484.981,23	Subtotal	3.150.251,00
Total do Superávit (A-B)			3.150.251,00

O resultado líquido de R\$ 3.141.433,92, foi distribuído nos Programas de Trabalho, conforme quadro a seguir:

Fonte dos Recursos	Valor R\$
320	836,00
368	12.810,00
369	262.114,00
370	2.874.491,00
Total	3.150.251,00

O saldo financeiro do FUNDURB, no valor de R\$ 34.952.727,00, está registrado contabilmente em conta específica no Sistema SIGGo, uma vez que esse recursos encontram-se centralizados em conta Única do tesouro do GDF, por força da Lei Complementar nº 894, de 02/04/2015.

Em que pese à referida Lei autorizar o Poder Executivo transferir o saldo dos Fundos Especiais para a Conta Única do Tesouro, e movimentá-los com finalidade definida no próprio normativo, a titularidade dos recursos foi garantida ao Fundo, mantendo-se a vinculação das arrecadações advindas da ODIR e ONALT.

As fontes ONALT e ODIR vinculadas ao FUNDURB arrecadaram em 2016 o total demonstrado a na tabela abaixo:

Arrecadação 2016 (*) em R\$		
Mês	Onalt	Odir
Janeiro	1.424.644,98	7.514,51
Fevereiro	1.237.553,84	27.226,10
Março	1.098.566,68	155.009,52
Abril	1.020.516,67	98.180,33
Maio	1.501.100,03	208.935,46
Junho	1.152.591,76	1.447.244,40
Julho	935.275,03	21.086,14
Agosto	1.819.891,25	26.411,31
Setembro	1.467.658,35	1.654,18
Outubro	726.388,35	1.032.758,36
Novembro	330.562,45	977.978,82
Dezembro	633.660,89	82.239,89
Subtotal	13.348.410,28	4.086.239,02
Total	17.434.649,30	

Fonte: Boletim de Arrecadação SIGEST/SEF

Durante o exercício 2016 foram efetuadas descentralizações de crédito a outras Unidades Gestoras para execução de projetos/contratos aprovados pelo Conselho de Administração do FUNDURB, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Portaria Conjunta nº	Unidade Gestora	Projeto	Valores em R\$		
			Nota de Crédito	Empenhado	Pago em 2016
01, de 03/02/2016	NOVACAP	Despesas com manutenção dos elevadores instalados na Sede da SEGETH – Valor Residual	18.600,00	18.600,00	18.600,00
02, de 29/02/2016	NOVACAP	Saldo residual a executar da obra do Centro de Convivência do Idoso de São Sebastião	47.003,83	47.003,83	37.001,78
03, de 29/02/2016	NOVACAP	Saldo residual da execução de obras da 1ª Etapa do Complexo Cultural de Samambaia	2.000.000,00	2.000.000,00	1.938.103,58
04, de 24/03/2016	NOVACAP	Reajustamento do Contrato 577/2014, referente a obras do Complexo Cultural de Samambaia.	90.000,00	90.000,00	90.000,00
			114.997,54	114.997,54	60.462,42
05, de 02/05/2016	NOVACAP	Termo de Aditamento do Contrato nº 557/2014, com a empresa Lago Tecnologia e Serviços	12.728,01	12.728,01	0,00
06, de 02/05/2016	RA XX – Águas Claras	Execução do Projeto de Revitalização da Avenida Brasília, QS 11, Areal – Águas Claras	725.245,37	725.245,37	725.245,37
07, de 28/07/2016	NOVACAP	Reconhecimento de Dívidas processo nº 390-000.149/2015, relativa à etapa de obras executadas em 2014 CCI - São Sebastião	62.402,16	58.675,82	58.675,82
10, de 21/09/2016	NOVACAP	Reconhecimento de Dívidas de Exercício Anterior – DEA, processo nº 390-000.150/2015, relativa a obras executadas em 2014, na Praça Linear 3 de São Sebastião, pela empresa Freitas Terraplanagens e Pavimentação Ltda.	112.032,89	112.032,89	112.032,89
11, de 24/11/2016	NOVACAP	Relativa a obras executadas entre março e abril/2016, no Setor Comercial Sul, pela empresa Central Engenharia e Construtora Ltda, processo nº 002-000.130/2011	262.870,28	262.870,28	142.198,67
Total			3.445.880,08	3.442.153,74	3.182.320,53

Fonte: Sistema SIGGo

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No decorrer do exercício 2016, foram operacionalizados recursos do FUNDURB envolvendo Projetos tanto dessa Secretaria, quanto de outras Unidades Orçamentárias, que se utilizam dos recursos do Fundo para financiar seus Projetos como é o Caso da NOVACAP, CODHAB e Administrações Regionais. A movimentação se deu por meio de lançamentos de Notas de Empenho, liquidação e descentralização.

Ainda, durante aquele exercício, foram entregues algumas obras que contaram com os recursos do FUNDURB, tais como, o Centro de Convivência do Idoso de São Sebastião, o Complexo Cultural de Samambaia, o Parque Vivencial do Gama, a finalização dos Ajustes Viários no Setor Comercial Sul, a Revitalização da Avenida Brasília QS 11 do Areal em Águas Claras.

Além disso, se encontra em fase de trâmites licitatórios o Projeto envolvendo as rotas Acessíveis em torno de 10 Hospitais Regionais: Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Gama, Santa Maria, Asa Norte, Guará, Paranoá, Samambaia e Ceilândia. Também adquiridos equipamentos topográficos, licenças de softwares que possibilitarão a elaboração de projetos arquitetônicos e de planejamento urbano com melhor qualidade e tempestividade.

Para 2017, já existem Projetos em várias fases (elaboração, executivo e orçamento pronto), atinentes a diversas áreas de relevância para o Distrito Federal, tais como, acessibilidade, revitalização, requalificação de espaços públicos, urbanização, dentre outros. Caso haja Disponibilidade Orçamentária no FUNDURB, alguns desses Projetos deverão ser encaminhados à apreciação do Conselho de Administração do FUNDURB.

No tocante ao Conselho de Administração do FUNDURB, foram realizadas 04 Reuniões Ordinárias, ocasiões em que foram empossados novos conselheiros e foi apresentado ao Colegiado o diagnóstico e o Orçamento do Fundo. Dos assuntos tratados para deliberação, houve a aprovação de projetos relativos às Rotas Acessíveis em torno de 10 Hospitais Regionais do DF e Aquisição de Equipamentos e Licenças de Softwares.

17.34. FUNDO DISTRITAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – UO: 28.905

O Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS foi criado por meio da Lei Complementar nº 762, de 23/05/2008, com o objetivo de centralizar e gerenciar os recursos orçamentários destinados à implementação de planos, programas e projetos habitacionais de interesse social no âmbito do Governo do Distrito Federal.

O Decreto nº 32.716, de 1º/01/2011, atualizado pelo Decreto nº 33.267, de 17/10/2011, vinculou o FUNDHIS a então Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB. Em 15/03/2012, por meio da Portaria nº 15 – SEDHAB formalizou-se a constituição do Conselho Gestor do FUNDHIS.

Em 15/05/2013 foram publicados os Decretos nº 34.364 e nº 34.365, os quais regulamentaram a Lei Complementar nº 762/2008, no que concerne à Operacionalização do Fundo e o Regimento Interno do Conselho Gestor, respectivamente.

Em 1º/01/2015, o FUNDHIS foi incorporado, juntamente com as suas atribuições, à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, criada por meio do Decreto nº 32.236, de 01/01/2015.

As atividades do FUNDHIS são coordenadas pelo Secretário de Estado, dirigente máximo da SEGETH e Presidente do Conselho Gestor do Fundo. A operacionalização efetiva-se por intermédio da Unidade Gestora de Fundos – UGF, que conta com o apoio técnico, administrativo e operacional de outras unidades orgânicas da SEGETH.

1. REALIZAÇÕES

PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	33.486.182	30.360.772	6.619.746	6.261.931
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	6.600.050	4.168.459	1.108.856	1.108.856
0009 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-PLANEJAMENTO URBANO, TERRITORIAL E HABITACIONAL-DISTRITO FEDERAL	6.600.050	4.168.459	1.108.856	1.108.856
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	5.000.000	4.456.993	0	0
0008 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	5.000.000	4.456.993	0	0
2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	369.950	277.463	0	0
0002 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL-	369.950	277.463	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	500.000	475.000	0	0
0016 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-DISTRITO FEDERAL	500.000	475.000	0	0
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	10.716.182	13.591.742	5.201.662	4.941.829
0001 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	10.716.182	13.591.742	5.201.662	4.941.829
3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	250.000	220.000	0	0
0003 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL-DISTRITO FEDERAL	250.000	220.000	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	2.500.000	2.228.616	290.628	192.646
0003 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	2.500.000	2.228.616	290.628	192.646
3941 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES	4.500.000	2.630.000	18.600	18.600
7290 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES-CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	4.500.000	2.630.000	18.600	18.600
4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	2.000.000	1.500.000	0	0
0007 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL-DISTRITO FEDERAL	2.000.000	1.500.000	0	0
4142 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS	1.050.000	812.500	0	0
0001 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS-SEGETH-DISTRITO FEDERAL	1.050.000	812.500	0	0

Em 2016, apenas a Ação Execução de Infraestrutura em Parcelamentos, conforme demonstrado no quadro acima houve execução. O contrato firmado em 20/03/2014 e com vigência até 20/03/2017 tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados em engenharia para assistir e subsidiar a contratante na fiscalização e acompanhamento técnico da execução das obras, serviços e garantia da qualidade de materiais e serviços de empreendimentos habitacionais, no âmbito do Distrito Federal, o qual teve execução orçamentária e financeira no valor total de R\$ 4.241.322,36.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A estimativa orçamentária do FUNDHIS é composta por dados fornecidos pela CODHAB, proveniente dos Editais de Chamamento que compõem a Política Habitacional de Interesse Social implementada pela Companhia, para construção de unidades habitacionais a serem comercializadas a mutuários inscritos em seu cadastro, por intermédio dos agentes financeiros vinculados ao Programa.

O valor do orçamento aprovado para o FUNDHIS, por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA/2016, foi distribuído nos respectivos Programas de Trabalho da seguinte forma:

Programa de Trabalho		LOA
01	Requalificação e Reabilitação de Espaços Urbanos	9.442.433
02	Execução de Infraestrutura em Parcelamentos - DF	18.884.870
03	Melhorias Habitacionais - DF	9.442.434
04	Gestão de Política Habitacional	17.244
Total		37.786.981

Fonte: Quadro Detalhamento Despesa SIGGo

A Unidade Gestora de Fundos – UGF-SEGETH promoveu à apuração do Superávit Financeiro, junto à Secretaria de Estado de Fazenda, com base no saldo existente em conta corrente do Fundo no final do exercício de 2015.

Em que pese à apuração do Superávit no valor de R\$ 13.575.559, em abril/2016, foi aprovado e autorizado pela Câmara de Governança/DF, a abertura de crédito suplementar de Superávit de modo parcial, no valor de R\$ 6.600.000,00, publicado no DODF, de 29/04/2016. O valor liberado parcialmente foi utilizado para honrar compromissos relativos ao contrato celebrado entre a CODHAB e a empresa UV Rheinland Serviços Industriais Ltda.

O FUNDHIS encerrou o exercício de 2016 com o seguinte saldo financeiro em contas corrente e poupança:

Banco	Conta	Saldo em 31/12/2016	Valores em R\$
BRB	041.281-1 – corrente		15.259,24
Caixa Federal	000.153-8 – corrente		264.482,02
Caixa Federal	018.451-1 – poupança		6.678,58
Total			286.419,84

Fonte: Sistema SIGGo

A seguir, quadro demonstrativo de arrecadação de recursos para o FUNDHIS em 2016:

Mês/2015	Alienação 1	Rendimentos 2	Total	Valores em R\$
Jan		2.027,60	2.076,60	
Fev	81.367,22	1.625,00	82.992,22	
Mar	78.272,81	42,26	78.315,07	
Abr	7.496,96	40,44	7.537,40	
Mai	12.465,01	42,02	12.507,03	
Jun	16.643,26	44,22	16.687,48	
Jul	17.839,69	43,35	17.883,04	
Ago	8.448,62	45,53	8.494,15	
Set	15.259,24	44,76	15.304,00	
Out	1.849,25	43,49	1.892,74	
Nov	18.836,97	43,49	18.880,46	
Dez	81.434,10	92,44	81.526,54	
Totais	339.913,13	2.107,00	342.020,13	

1- Percentual sobre contração de empreendimentos de Editais de Chamamento (CODHAB)

2 - Juros e Correção Monetária das Aplicações

Atualmente, a única fonte de arrecadação com potencial de gerar receitas ao FUNDHIS é constituída pelos Editais de Chamamento lançados pela CODHAB para construção de unidades habitacionais a serem comercializadas aos mutuários inscritos no Cadastro da Companhia, por intermédio dos agentes financeiros vinculados ao Programa.

Entretanto, a materialização dos projetos habitacionais concebidos pela CODHAB, que culminariam na construção e comercialização das unidades habitacionais capazes de gerar receitas para o FUNDHIS, não está ocorrendo conforme planejado.

De acordo com a Diretoria de Produção da CODHAB, os principais fatores que contribuíram para a baixa arrecadação do FUNDHIS, em 2016, foram as seguintes:

- problemas na aprovação das empresas nas análises de risco de crédito realizadas pelos agentes financeiros autorizados;
- problemas cadastrais das empresas nas análises realizadas pelos agentes financeiros autorizados;
- problemas de ordem fundiária e/ou judicial envolvendo o terreno;
- lentidão processual na transferência dos terrenos para o Distrito Federal, bem como lentidão na aprovação de projetos, e obtenção de licenciamentos dentre outros fatores;
- período em que o Conselho de Planejamento - CONPLAN - esteve impedido de operar, atrasando a aprovação de projetos urbanísticos;
- contingenciamento de recursos do Fundo de Arrendamento Residencial e do FSD.

Assim, as arrecadações efetivas previstas a serem transferidas ao FUNDHIS estão muito aquém dos valores estimados, que serviram de base para a elaboração das propostas orçamentárias do Fundo nos exercícios de 2016 e 2017.

Existem 05 projetos aprovados, em 2014, pelo Conselho Gestor do Fundo, por meio de Resoluções, publicadas no DODF que foram apreciados novamente por aquele Colegiado ao final de 2015, sendo que naquela ocasião decidiu manter as Resoluções vigentes, conforme quadro abaixo:

Resolução Conselho	Projetos	Comprometido	Valores em R\$
Nº 01/2014	Construção de Centro de Ensino Fundamental no Setor Habitacional Jardins Mangueiral	10.559.889,22	
Nº 02/2014	Construção de Centro de Ensino Infantil no Setor Habitacional Jardins Mangueiral	4.918.598,87	
Nº 03/2014	Construção de Centro de Ensino Fundamental no Paranoá Parque	9.427.831,40	

Resolução Conselho	Projetos	Comprometido
Nº 04/2014	Construção de Centro de Saúde no Setor Habitacional Jardins Mangueiral	8.495.125,63
Nº 05/2014	Construção de Centro de Artes e Esportes Unificados no Paranoá Parque	4.066.865,73
Total		37.508.310,85

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DO FUNDHIS

Conforme demonstrado neste Relatório, o maior desafio a ser enfrentado, visando o atingimento dos objetivos do FUNDHIS, definidos na Lei Complementar nº 762/2008, refere-se à questão da arrecadação de recursos financeiros.

Cabe destacar que as demais fontes de arrecadação do FUNDHIS, previstas no Artigo 3º da Lei Complementar nº 762, de 23/05/2008, não estão gerando receita para o Fundo, em que pese o Artigo 3º do referido Diploma Legal, apresentar, originalmente, diversas fontes de receita ao FUNDHIS, a situação para cada uma delas é a seguinte:

I – dotações do Orçamento Geral do Distrito Federal;

Situação: desde a criação do FUNDHIS, não houve aporte de recursos oriundos do Orçamento Geral do Distrito Federal para o Fundo.

II – Recursos oriundos de outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FUNDHIS;

Situação: com a extinção do Fundo Habitacional do Distrito Federal, por força da Lei nº 4.854, de 15/06/2012, procedeu-se a incorporação pelo FUNDHIS dos recursos financeiros existentes na conta corrente do extinto Fundo, no total de R\$ 11.938.239,03. Posteriormente, com a publicação da Lei Complementar nº 872, de 23/11/2013, esse valor foi transferido para a Conta Única do Tesouro do DF, para utilização definida pela Secretaria de Estado de Fazenda.

III – recursos provenientes de empréstimos internos ou externos para programas de habitação;

Situação: não foram realizados empréstimos desde a criação do FUNDHIS.

IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

Situação: não houve ingresso de recursos oriundos de doações no período de existência do Fundo.

V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FUNDHIS;

Situação: desde a criação do FUNDHIS, não se realizou nenhum empreendimento ou operação envolvendo patrimônio, capaz de gerar recursos para o Fundo, à exceção de rendimentos pela aplicação de recursos financeiros existentes em conta bancária, os quais foram incorporados ao saldo do Fundo.

VI – 10% do valor arrecadado com a emissão de Alvará de Construção e Aprovação de Projetos Habitacionais;

Situação: segundo informação prestada pela então Coordenadoria das Cidades, a emissão de Alvará de Construção e Aprovação de Projetos Habitacionais não está gerando receitas em pecúnia.

VII – receitas provenientes da Carteira Imobiliária;

Situação: a atual Política Habitacional de Interesse Social privilegia a intermediação entre agentes financeiros e os mutuários adquirentes dos imóveis produzidos no âmbito do Programa Morar Bem, Minha Casa Minha Vida, inexistindo, até o momento, uma carteira imobiliária com possibilidade de aportar recursos ao FUNDHIS. A carteira herdada do FUNDHABI gera pequenos valores a título de amortização.

VIII – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

Situação: em face da adesão pelo Governo do Distrito Federal a Programas Habitacionais, alguns fatos geradores de recursos para o FUNDHIS foram viabilizados, respaldados instrumentos normativos mencionados a seguir:

a) Decreto nº 33.043, de 14/04/2011 (destina ao FUNDHIS receitas provenientes da alienação de terrenos por meio da Política Habitacional de Interesse Social);

b) Súmula CPTTS/DIMOB nº 001/2012 – (Define percentual a ser repassado ao FUNDHIS com a finalidade de executar Trabalhos Técnicos Sociais em parcelamentos de Interesse Social);

c) Súmula DIPRO/CODHAB Nº 305.000.039/2013 – (destina ao FUNDHIS receitas provenientes da alienação de terrenos por meio da Política Habitacional de Interesse Social).

A análise dos dados descritos acima, revela que, atualmente, a única fonte geradora de receita para o FUNDHIS é aquela proveniente dos Projetos Habitacionais implementados pela CODHAB, por meio de Editais de Chamamento.

No decorrer do exercício 2016, a movimentação/operacionalização do Fundo ocorreu por meio de lançamentos de Notas de Empenho, liquidação e pagamentos, exclusivamente para honrar compromissos relativos ao contrato celebrado entre a CODHAB e a empresa TUV Rheinland Serviços Industriais Ltda., conforme demonstrado nos itens anteriores deste Relatório.

Para 2017, existem Projetos em várias fases (elaboração, executivo e orçamento pronto), atinentes a Habitação de Interesse Social no Distrito Federal, tais como, Construção de Edificações, Requalificação de Praças e Espaços Públicos. Caso haja Disponibilidade Orçamentária no FUNDHIS, alguns desses Projetos deverão ser encaminhados à apreciação do Conselho Gestor do Fundo.

No tocante ao Conselho Gestor do FUNDHIS, aquele Colegiado reuniu-se ordinariamente 02 vezes em 2016, ocasiões em que foram empossados novos conselheiros, foi apresentado o orçamento do Fundo, deliberado sobre a manutenção das resoluções aprovadas pelo Colegiado em 2014, apreciado e aprovado o Orçamento 2017 e o Calendário de Reuniões para 2017.

18. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 32.101

A Secretaria, anteriormente denominada Secretaria de Estado de Planejamento do Distrito Federal, Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, criada a partir da publicação do Decreto n.º 32.716 de 01 de janeiro de 2011, tem as seguintes competências, de acordo com os termos do Decreto nº 31.085, de 26 de novembro de 2009, e do Decreto nº 31.305, de 04 de fevereiro de 2010:

I – formular, definir e coordenar políticas e diretrizes relacionadas ao planejamento estratégico, modernização, desburocratização e avaliação da gestão dos órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Governo do Distrito Federal;

II – formular, orientar e coordenar o processo de elaboração e acompanhamento do planejamento anual, plurianual e da execução do orçamento do Governo do Distrito Federal;

III – definir políticas, diretrizes e promover a coordenação da gestão de suprimentos de materiais, transporte interno, comunicação e documentação administrativa, patrimônio e serviços dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal;

IV – estabelecer políticas, diretrizes e normas para a disponibilização de informações a cidadãos, empresas, governo, servidores sobre os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria;

V – coordenar e articular ações que subsidiem a formulação, implementação e avaliação de programas e projetos voltados para resultados e cumprimento das metas governamentais estratégicas;

VI – promover parcerias e estimular a interação entre os órgãos da Administração do Distrito Federal para o desenvolvimento de programas e projetos de gestão pública;

VII – gerenciar, controlar e acompanhar as atividades de implementação e produção dos sistemas corporativos de informação e gestão da infraestrutura de equipamentos e redes de processamento de dados.

Conforme o Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura Administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, alínea XV, foi alterada a denominação de Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento para Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria passa a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, cuja denominação foi mantida, com atuação e competências nas seguintes áreas:

I - planejamento, gestão e modernização administrativa;

II - elaboração orçamentária;

III - gestão estratégica governamental e gestão por resultados;

IV - gestão e monitoramento de programas e projetos estratégicos de Governo;

V - captação de recursos, bem como planejamento e estruturação das operações de crédito;

VI - relacionamento com organismos internacionais;

VII - gestão de pessoas;

VIII - formação e capacitação do servidor público distrital;

IX - saúde e previdência do servidor público distrital;

X - compras e logística no Distrito Federal;

XI - patrimônio do Distrito Federal;

XII - tecnologia da informação e comunicação do Distrito Federal;

XIII - avaliação de políticas públicas.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	87
Cedidos – fora GDF	06
Requisitado fora GDF – PASUS	10
Temporário – em exercício	00
Temporário – afastado	00
CLT – em exercício	09
CLT – afastado	00
Conselheiro	00
Estatutário – em exercício	862
Estatutário - afastado	20
Sem vínculo – em exercício	150
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	1021
Total ativos - afastado	21

Fonte: COGEP/SUAG/SEPLAG

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1072 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF	0	1.908.497	709.052	709.052
4008 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF- EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO- TAGUATINGA	0	1.908.497	709.052	709.052
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	46.724.410	15.698.719	10.346.776	10.346.776
0029 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	46.724.410	15.698.719	10.346.776	10.346.776
1692 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CETIC	45.000.000	6.500.000	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CETIC-- PLANO PILOTO .	45.000.000	6.500.000	0	0
2415 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA - CGI	42.006.896	0	0	0
8906 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA - CGI--DISTRITO FEDERAL	42.006.896	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13.529.512	7.290.024	2.535.890	2.535.890
0016 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	13.529.512	7.290.024	2.535.890	2.535.890
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	1.090.000	5.884.068	3.554.892	2.956.951
0003 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET--DISTRITO FEDERAL	1.090.000	5.884.068	3.554.892	2.956.951
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	12.280.000	248.000	244.375	244.375
6195 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS--DISTRITO FEDERAL	12.280.000	248.000	244.375	244.375
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	2.800.000	159.582	0	0
5826 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	2.800.000	159.582	0	0
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	48.490.000	9.582.893	2.421.089	2.421.089
0003 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET--DISTRITO FEDERAL	48.490.000	9.582.893	2.421.089	2.421.089
TOTAL DO PROGRAMA 6203	211.920.818	47.271.783	19.812.074	19.214.133

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp.
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Limite da Despesa de Pessoal/RCL	%	48,01	31-jan-15	Anual	≤ 49	≤ 48	≤ 47	≤ 46,55	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Total dos Investimentos/RCL	%	9,39	31-jan-15	Anual	10	10	10	10	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Resultado Primário Orçamentário (em mil)	R\$	-514	31-jan-15	Quadrimestral	-1.422	-610	-305	A DEFINIR	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
Taxa de execução orçamentária dos projetos estratégicos	%			Trimestral	75	80	85	90	Sistema Gestão DF/SEPLAG / UO 32101 / OE 3
Taxa de atingimento das metas dos acordos de resultados	%			Semestral	80	85	90	95	Sistema Gestão DF/SEPLAG / UO 32101 / OE 3
Servidores Capacitados	Pessoa			Anual	6000	7000	7000	7000	EGOV / SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 4
Atendimento ao Servidor	Pessoa			Anual	700	750	750	800	OUVISER/SE PLAG / UO 32101 / OE 4
Implementar, homologar o Novo Sistema de Recursos Humanos	%			Anual	5	35	40	20	SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 5
Implementar, homologar o Novo Sistema Eletrônico de Compras	%			Anual	70	80	90	100	SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 5

A seguir são apresentados os resultados das atividades desenvolvidas pelas diversas áreas de atuação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão-SEPLAG, com as principais realizações executadas ao longo do exercício de 2016 e demonstra, em especial, o compromisso do Governo do Distrito Federal em concretizar a estratégia voltada em promover a eficiência e eficácia da máquina administrativa.

1.1. Tecnologia da Informação

A atuação da área de Tecnologia da Informação focou em quatro pontos estratégicos:

- Manutenção e continuidade dos serviços corporativos prestados pelo Centro de Dados e pela Rede GDFNet ao complexo administrativo do Distrito Federal. No período de janeiro a dezembro, a disponibilidade dos sistemas e serviços foi de 99,91%;
- Expansão do Centro de Dados e da Rede GDFNet a fim de atender as demandas de segurança e de implantação de novos sistemas, tais como o Sistema Eletrônico de Informação - SEI e novo SIGRH;
- Informatização da Secretaria, foram implementados no ano de 2016 diversos sistemas, tais quais: o SEI, o Sistema de Atendimento da SUBSAÚDE, o Portal do Voluntariado, Sistema de Chamados, Sistema de Perícias Médicas, dentre outros.
- Coordenação das ações da Secretaria Executiva do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação a fim de atualizar os normativos, a Estratégia Geral de TI e propor grupos temáticos para o aprimoramento da TI.

Nesse entendimento, o primeiro, o terceiro e o quarto itens foram executados de forma satisfatória. O segundo está em andamento, sendo a conclusão desta fase prevista para o primeiro quadrimestre de 2017.

A manutenção e continuidade dos serviços e sistemas corporativos, a hospedagem de sistemas do Centro de Dados – CeTIC e a manutenção do serviço de fornecimento de acesso à Rede GDFNet a seus usuários atenderam aos requisitos do negócio, havendo durante todo o exercício pequenas ocorrências que não trouxeram prejuízos à administração pública.

Para que haja a expansão dos serviços prestados, estão em andamento a expansão da sala segura, com o aumento da área de alocação de equipamentos e dos sistemas de sustentação do ambiente (condicionadores de ar de precisão, nobreak e sistema de geração de energia), possibilitando a expansão das unidades atendidas pelo SEI! e a expansão do segmento de fibra ótica da Rede GDFNet, provendo nesta fase acesso de qualidade à rede e à internet a escolas e hospitais definidos em conjunto com as Secretarias de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Saúde, respectivamente.

No tocante ao desenvolvimento e implantação de sistemas, o ano foi extremamente produtivo. Foram colocados em produção diversos sistemas como o Sistema Eletrônico de Informação – SEI!, utilizado a pleno vapor na SEPLAG. As estatísticas indicam a criação de 1207 processos apenas na Secretaria, gerando redução na impressão de papel e no tempo de tramitação de processos.

As ações da Secretaria Executiva do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, coordenada pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SUTIC, merecem grande destaque. No presente ano foi aprovada a Estratégia Geral de TI, documento norteador das ações de TIC dos órgãos e entidades da Administração Distrital. Foram criados também diversos grupos de trabalho com temas críticos à área, tendo sido concluídos os de Rubricas Orçamentárias e Minimizando os Riscos na Recepção de Software.

Principais Resultados Rede GDFNet (Jan – Dez/2016)

A Rede Corporativa Metropolitana do GDF – GDFNet é uma rede de dados que atende aos Órgãos e Unidades Administrativas do Governo Distrital disponibilizando acessos para comunicação entre as Unidades e das Unidades à rede mundial Internet. Atualmente é formada por fibras óticas, rádios comunicadores e serviços contratados de acesso à internet e links contratados na tecnologia MPLS para atendimento a várias Unidades do Complexo Administrativo do Governo de Brasília.

Evolução da Rede GDFNet

GDFNET REDE PRÓPRIA (FIBRA ÓTICA)	
Até 2014	141
2015 – 2016	52
Da Secretaria de Saúde	12
Da Secretaria de Educação	13
Demais Órgãos	27
Total de Órgãos atendidos	193

GDFNET REDE TERCEIRIZADA (MPLS)	
Até 2014	200
Total 2015 - 2016	71
Da Secretaria de Saúde	19
Da Secretaria de Educação	0
Demais Órgãos	52
Total de Órgãos Atendidos por essa Tecnologia	271

GDFNET GERAL (PRÓPRIA E TERCEIRIZADA)	
Até 2014	341
Total 2015 - 2016	123
Da Secretaria de Saúde	31
Da Secretaria de Educação	13
Demais Órgãos	79
Total de Órgãos Atendidos por essa Tecnologia	464

Unidades que foram atendidas até final de dezembro:

1. Backbone SCIA (Estrutural);
 2. Administração do SCIA (Estrutural);
 3. Agência do Trabalhador - Galeria Oeste;
 4. Agência 108 SUL da SEF;
 5. ETA BRASÍLIA DA CAESB;
 6. 20º BPM;
 7. CAESB Águas Claras;
 8. 17º BPM;
 9. DER Colorado;
 10. BPRV da PMDF no Colorado;
 11. Data Center Secundário da SEF no SIA;
 12. Administração Regional de Sobradinho;
 13. Biblioteca Pública de Sobradinho;
 14. EMATER Sobradinho;
 15. Agência da Receita de Sobradinho;
 16. Agência do Trabalhador de Sobradinho;
 17. 2º GBM de Taguatinga (Bombeiros);
 18. 2º BPM de Taguatinga (PM)
 19. 17ª DP de Taguatinga
- Da Secretaria de Saúde:**
20. HMIB – Asa Sul;
 21. Laboratório Central – Asa Norte;
 22. Hospital de Base;
 23. Hospital de Sobradinho;
 24. HRAN – Asa Norte;
 25. FEPECS – Asa Norte;
 26. Hemocentro – Asa Norte;
 27. Sede da Saúde (final da Asa Norte, antigo prédio da CLDF);
 28. Farmácia de alto Custo do Gama;
 29. Hospital Dia – Asa Sul;
 30. Centro de Saúde na Cidade Estrutural;
 31. Farmácia de Alto Custo – Asa Sul – Estação 102 do metro;
 32. Unidade de órteses e Próteses – Asa Sul – Estação 114 do metro;
 33. Hospital Regional de Ceilândia, link principal;
 34. Hospital Regional de Planaltina, link principal;
 35. Redundância do Hospital Regional de Sobradinho I;
- Da Secretaria de Educação:**
36. Sede I – Ed. Phenícia Asa Norte;
 37. Sede II – 607 Norte;
 38. Sede III – SIA;
 39. Centro Educacional 01 da Cidade Estrutural (CED-01);
 40. Escola Classe 02 da Cidade Estrutural (EC-02);
 41. Centro de Educação Infantil 01 da Cidade Estrutural (CEI-01);
 42. Centro de Ensino Fundamental 02 da Cidade Estrutural (CEF-02);
 43. Biblioteca Pública da Estrutural;
 44. Centro Educacional Gisno – Asa Norte;
 45. Escola Rural Várzea – Planaltina;
 46. Escola Rural Pipiripau – Planaltina;
 47. Regional de Ensino de Taguatinga;
 48. Biblioteca Pública de Taguatinga

Foram construídos até o momento 58 km de rede ótica entre expansões de backbone, subanéis e acessos. Até 31/12/2016 atingiu-se 71 km de rede ótica construída neste governo.

Com isso a rede GDFNet atingiu em 31/12/2016 221 km de rede ótica construída, além de aproximadamente 300 km de rede compartilhada com RNP e MPOG por meio dos acordos de cooperação técnica.

Outros Resultados Obtidos no período:

Projeto
Manutenção dos serviços de comunicação prestados pela Rede GDFNet
Manutenção da rede de rádios
Novo protocolo de roteamento no backbone e Data Center
Aquisição de novos switches de borda, permitindo a ativação de novos pontos de fibra ótica
Manutenção dos contratos de links de internet, assegurando acesso à internet aos usuários da Rede GDFNet

Principais Resultados Datacenter (Jan – Dez/2016)

O Centro de Dados – CeTIC é o ambiente corporativo da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, onde estão armazenados todos os dados sistemas corporativos de governo. No período janeiro/dezembro, o CeTIC teve um percentual de disponibilidade de 99,90% do tempo, estando fora do ar apenas durante o total de 8 horas.

Outros Resultados obtidos no período:

Nome do Projeto
Manutenção dos serviços prestados pelo CeTIC
Aquisição de Storages (equipamentos de armazenamento de dados), que propiciarão o aumento de unidades que utilizam o SEI! no GDF
Reforma/Expansão da infraestrutura do CeTIC – em andamento
Envio de intenção de Participação em Registro de Preços Federais, buscando menores custos para a sustentação dos serviços prestados pelo CeTIC
Configuração de armazenamento de dados - AGEFIS
Configuração de armazenamento de dados - ARPDF
Configuração de armazenamento de dados - CEB
Criação de VMs para CGU para acesso ao SIGRH
Criação de VMs para hospedagem de aplicações da Defensoria Pública
Criação de VMs para hospedagem do Passe Livre Estudantil - DFTRANS
Configuração de armazenamento de dados - ESPORTE
Criação de VMs para hospedagem do novo Portal do Governo, devido a mudança de tecnologia e gestão do referido Portal
Configuração de armazenamento de dados – SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do Pergamum - SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do PowerCenter- SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do CitSmart – SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do Portal de Relatórios - SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do MicroStrategy - SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do Concurso Temporário de Médicos - SAÚDE
Criação de VMs para hospedagem do Banco de Talentos - SEAGRI
Configuração de armazenamento de dados – SEGETH
Criação de VMs para hospedagem do Mapa Service - SEGETH
Criação de VMs para hospedagem do GeoNetwork - SEGETH
Criação de VMs para hospedagem do ArcMap - SEGETH
Criação de VMs para hospedagem do Servidor de Imagens - SEGETH
Configuração de armazenamento de dados – SLU
Criação de VMs para hospedagem do Rastreador de - SLU
Criação de VMs para hospedagem do Rastreador de CitSmart - SLU
Configuração de armazenamento de dados – Controladoria
Criação de VMs para hospedagem do Novo Portal da Ouvidoria do GDF - Controladoria
Criação de VMs para hospedagem de novas versões para o SEI - GDF
Publicação de Serviços na Intranet e Internet para todo GDF (Serviço de DNS) - Tal ação envolve esforços diários com correções, alterações e novas publicações.
Serviço de Backup - Tal ação envolve esforços diários com correções, alterações e inserção de novas rotinas de backup, seja de servidor de arquivos, de datastores, objetos de AD, serviço de Exchange e demais serviços.
Serviço de Restauração de backup - Tal ação envolve esforços diários com restaurações de arquivos deletados/alterados, de servidores virtuais, objetos de AD, correios eletrônicos e demais serviços.
Gestão de Domínios - Tal ação envolve a criação de usuários no domínio, alteração de perfil, bloqueio e desbloqueio de contas, aplicação de políticas de grupos, alteração de senha e demais ações envolvidas a este serviço.
Gestão de Serviço de Mensageria - Tal ação envolve a criação de usuários no domínio de e-mail, alteração de perfil, bloqueio e desbloqueio de contas, criação de grupos de distribuição, alteração de senha e demais ações envolvidas a este serviço.

Principais Resultados Governança e Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC (Jan – Dez/2016)

Nome do Projeto	Status do Projeto
Capacitação de servidores na elaboração do PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação	Finalizado
EGTI – Estratégia Geral de TI	Publicado
Relatório de Gastos de TIC, compreendendo os anos de 2014-16 até maio.	Finalizado
Grupo de Trabalho para identificar formas de gerar relatório gerenciais dos gastos de TIC por meio das Rubricas Orçamentárias	Aguardando aprovação do CGTIC

Nome do Projeto	Status do Projeto
Grupo de Trabalho para elaboração de cartilha para minimizar os Riscos na Recepção de Software	Aguardando aprovação do CGTIC

Principais Resultados de Sistemas (Jan – Dez/2016)

Outros importantes sistemas que entraram em produção neste ano, além do SEI! citado anteriormente, foram: o Sistema de Agendamento de Perícia Médica - SIAPMED, que organizou os serviços de periciamento médico da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SUBSAUDE, reduzindo os prazos de marcação e espera dos agendamentos dos serviços médicos, facilitando a vida do servidor público; e o Portal do Voluntariado, o maior portal de serviços voluntários do mundo, que já atende a mais 600.000 beneficiados. O site é interativo e funciona como uma rede social que conecta perfis com oportunidades de serviços voluntários.

Outros Resultados obtidos no período:

Nome do Projeto
Manutenção dos sistemas corporativos e legados
Implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI! na SEPLAG
Apoio técnico a implantação do SEI! em outras unidades do GDF
Implementação do Sistema de Relatórios de Atividades Gerenciais - SISTRAG
Implementação do Módulo SUPERS – para cadastramento de perícias e juntas médicas
Implementação do SICOP – sistema de tramitação de processos na web
Implementação do Sistema de Chamados da SEMOB
Implementação do Sistema de Chamados da Administração Predial
Implementação do Sistema de Chamados dos Contratos Corporativos
Questionários em LimeSurvey para o Comitê Gestor de TIC
Questionários em LimeSurvey para a SEPLAG
Manutenção Evolutiva SFCC - Sistema de controle dos contratos corporativos de vigilância e limpeza do GDF
Manutenção Evolutiva SISCOPEP – Sistema de Controle de Emendas Parlamentares
Manutenção Evolutiva SISDC - Sistema de Controle de Datacenter
Desenvolvimento de Relatórios Gerenciais BI – SUBSAUDE
Desenvolvimento de Relatórios Gerenciais BI – SISCON
Desenvolvimento de Relatórios Gerenciais BI – SFCC

1.2. Realização de Estudos e Pesquisas

Relacionado à ação “Realização de Estudos e Pesquisas”, em abril de 2016 conduziu-se a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados visando precificação da folha de pagamentos dos servidores, aposentados e pensionistas da administração direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, bem como dos empregados das demais entidades dependentes do Tesouro Distrital, onde objetiva a demonstração da estimativa de valor do ativo distrital referente à folha de pagamentos, visando dar apoio técnico às decisões da alta gestão, bem como subsidiar a negociação de remuneração pelo Banco de Brasília S/A – BRB ao Governo do Distrito Federal relativas ao direito de exploração da folha de pagamentos como ativo econômico.

1.3. Execução da PPP do Centro Administrativo do DF

Quanto às ações relacionadas à Execução da PPP do Centro Administrativo do DF, destaca-se a gestão do contrato firmado em 08 de abril de 2009, por meio da então Secretaria de Estado de Obras¹, e a Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal (CENTRAD) que celebraram a parceria público-privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa, para a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF).

O Contrato prevê vigência por 22 (vinte e dois) anos, contados do início das obras, dos quais 21 (vinte e um) seriam dedicados à manutenção e operação do empreendimento. A sua ocupação está prevista para ocorrer em duas fases, iniciando-se a segunda em 12 (doze) meses após o início da sua operação e manutenção.

Com a finalidade de deliberar sobre as questões atinentes ao Contrato em questão, em 02 de fevereiro de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.097, o qual deu nova estrutura do Conselho Deliberativo do CADF. O Decreto transferiu a gestão da parceria a esta Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). Todavia, em 18 de outubro de 2016, o Decreto foi revogado pelo de nº 37.713, o qual, em que pese dissolvendo referido Conselho, manteve a gestão do Contrato nesta Pasta.

Com a revogação, a competência para o tratamento da parceria retornou ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGP), o qual, por meio da Resolução nº 81, de 28 de setembro de 2016, criou, em sua estrutura, o Comitê Deliberativo do CADF (CD-CADF), com competência para deliberar sobre as questões afetas ao Contrato do CADF. Também a coordenação deste Conselho é atribuída a SEPLAG. Assim, atribuiu-se a Unidade de Parceria Público-Privada (UPPP) subsidiar a SEPLAG na gestão do Contrato ora em comento.

Em 2016, ainda, a SEPLAG firmou com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), Agência da Organização das Nações Unidas (ONU), em 11 de agosto de 2016, Acordo de Cooperação Técnica Internacional

¹ O Decreto nº 36.236, de 2015, renomeou a Secretaria de Estado de Obras para Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos.

(Projeto UNOPS 16/01). O acordo visa à avaliação do Contrato, permeando a avaliação do seu equilíbrio econômico-financeiro, a ocupação racional do CADF e a capacitação de servidores tanto para lidar com reequilíbrios em PPPs, quanto para gerir o empreendimento.

No desiderato de subsidiar a gestão do Contrato em comento, bem como do Projeto UNOPS 16/01, diversos temas foram acompanhados por esta UPPP, dos quais se destacam os seguintes:

Tema	Situação atual	Próximos passos	Órgãos envolvidos/Responsáveis
Mobiliário e Informática	Por meio da Portaria Seplag nº 531/2016, foi instituído grupo de trabalho para tratar das soluções de mobiliário, informática e meio de mudança para o CADF.	Definição objetiva das necessidades de mobiliário/TIC para ocupação do CADF	SEPLAG (UPPP e SCG) e CD-CADF
Gestão documental	Por meio da Portaria Conjunta SEPLAG/Casa Civil nº 8 de 23 de setembro de 2016, foi instituído grupo de trabalho para tratar das soluções de gestão documental passíveis de serem implementadas no CADF (inclusive arquivos funcionais).	Apresentar relatório conclusivo	SEPLAG (UPPP e SUAG), Arquivo Público e CD-CADF
Almoxarifado	Consulta à SCG sobre a possibilidade de se implementar almoxarifado virtual no CADF	Definição de modelo de almoxarifado no CADF	SEPLAG (UPPP e SCG) e CD-CADF
Plano de Ocupação	Levantamento do número de servidores dos órgãos que migrarão para o CADF. Elaboração de plano de ocupação.	Compilação de informações solicitadas às unidades que irão para o CADF	SEPLAG e CD-CADF
Mobilidade Urbana	Em atendimento a pedido da Seplag, a Secretaria de Mobilidade (SEMOB) confeccionou estudo sobre mobilidade urbana (incluindo incremento da malha cicloviária). O estudo da SEMOB em resposta ao Processo nº 410.002.246/2016 está em análise pela SINESP, SEGETH.	Aguarda-se posicionamento da SINESP e da Secretaria de Gestão do Território e Habitação (SEGETH) sobre o estudo da SEMOB. Elaboração de plano de investimento em mobilidade urbana atendendo ao estudo.	NOVACAP, SINESP, SEGETH, SEPLAG, SEMOB, CD-CADF
Medidas Mitigadoras do RIT	RIT para Fase I aprovado pelo DETRAN/DF. Seplag questionou a Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF) sobre o atendimento do Decreto nº 19.915/98.	Manifestação da PGDF e definição de responsabilização das medidas mitigadoras da Fase II	DETRAN, PGDF e CD-CADF
Energia Elétrica – Infraestrutura	Seplag questionou a Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF) sobre o atendimento das exigências feitas pela CEB quando do aval ao Habite-se do CADF.	Manifestação da PGDF	CEB, PGDF e CD-CADF
Energia Elétrica – Pagamento de faturas	Notificação à CENTRAD para pagamento das faturas futuras de consumo de energia elétrica do CADF, ressarcimento ao erário pelo pago pelo poder público deste o início de 2015 e, também à CEB para alteração do polo do contrato da CEB, em atendimento ao Parecer nº 625/2016-PRCON/PGDF. Notificação à Subsecretaria de Administração Geral (SUAG) para apurar responsabilidades pelo pagamento indevido das faturas.	Atendimento pela CENTRAD das recomendações constantes do Parecer nº 625/2016-PRCON/PGDF. Apuração de responsabilidades	CEB e CENTRAD
Avaliação do Empreendimento	Solicitação de avaliação do CADF pela TERRACAP e pela Caixa Econômica do Distrito Federal (CEF)	Apresentação das avaliações	TERRACAP e CEF
Garantia	Garantias contestadas administrativa e judicialmente pela TERRACAP.	Definição de garantias, baseando-se em estudos do UNOPS	SEPLAG, TERRACAP e CD-CADF
Arbitragem	Revisão da minuta de aditivo contratual para alteração da câmara de arbitragem prevista no Contrato do CADF, conforme pedido pela TERRACAP.	Revisão do aditivo	SEPLAG e TERRACAP
Obras Cíveis	Levantamento, por parte do UNOPS e da SEPLAG, de alterações na execução da obra, das necessidades de ajustes e dos erros do projeto do CADF	Conclusão do relatório relativo ao diagnóstico da situação das obras cíveis feitas e a serem feitas no empreendimento	SEPLAG, SINESP e CD-CADF
Avaliação Geral do Contrato	Acordo de Cooperação técnica firmado com o UNOPS com entrega do Produto 1.1.	Subsidiar a análise, trabalhar em conjunto com o UNOPS, aferir os produtos do Projeto UNOPS 16/01 e aprova-los.	SEPLAG (UPPP) e CD-CADF
Teletrabalho	Após proposição de Projeto de Lei pela UPPP para a implementação de teletrabalho no âmbito do Executivo do Distrito Federal, o processo está em análise na AJL	Aguardar manifestação da AJL	SEPLAG e CD-CADF

Estão relacionados a seguir os principais resultados da atuação das unidades da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Distrito Federal, no decorrer do exercício de 2016.

1.4. Orçamento Público

Por meio da Subsecretaria de Orçamento Público – SUOP foram desenvolvidos trabalhos visando à orientação e elaboração do orçamento no âmbito da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão - SEPLAG, através das seguintes ações:

- Orientações preliminares para captação de dados e informações com vistas à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017 e demais normas concernentes à matéria orçamentária;
- Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO2017;

- Realização de audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal para apresentação e discussão da LDO2017;
- Atualização do Manual Técnico de Orçamento e sua disponibilidade por meio do endereço eletrônico da SEPLAG para ser utilizado pelas Unidades quando da elaboração e lançamento de suas Propostas para o exercício de 2017;
- Estudos de receita e despesa do Distrito Federal, com vistas à definição de tetos e limites para composição do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e posterior elaboração do texto do projeto de lei e encaminhamento à Câmara Legislativa;
- Realização de audiências públicas na Câmara Legislativa do Distrito Federal, em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças, apresentando os números da Lei Orçamentária para o exercício 2017, a representantes de comunidades ligadas às Regiões Administrativas;
- Realização de duas audiências públicas na Câmara Legislativa do DF para apresentação das Metas Fiscais ao 1º e 2º quadrimestre em atendimento ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF;
- Disponibilização nos sítios eletrônicos do GDF, da Lei Orçamentária Anual e aos Quadros de Detalhamento das Despesas dos orçamentos fiscal, da Seguridade e investimento relativos ao exercício de 2016;
- Elaboração de documentos, pareceres e procedimentos diversos em respostas a questionamentos formulados pelo Ministério Público do Distrito Federal, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, pela Câmara Legislativa Distrital, pelos setoriais, pela Ouvidoria SEPLAG, pela Governança e pela sociedade do Distrito Federal sobre matéria orçamentária;
- Acompanhamento e controle dos recursos aplicados na Educação do Distrito Federal, objetivando o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no processo de elaboração do orçamento para o exercício de 2017, quanto na execução orçamentária para o exercício de 2016;
- Acompanhamento e controle dos recursos aplicados na área de Saúde do Distrito Federal, objetivando o cumprimento dos limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 29/2000, no processo de elaboração do orçamento para o exercício de 2017, quanto na execução orçamentária para o exercício de 2016;
- Ajuste, quando necessário, nos Anexos de Metas Fiscais e textos constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Projeto de Lei do Orçamento, na forma da legislação concernente;
- Estudo e análise sobre propostas de classificações orçamentárias;
- Orientação e apresentação de pronunciamento sobre a matéria orçamentária do Distrito Federal;
- Análise de solicitações de créditos orçamentários e alterações ao orçamento de 2016;
- Orientação às unidades quanto às alterações do orçamento e sua execução;
- Elaboração de minutas de Projetos de Lei, Decretos de Créditos Adicionais (especiais e suplementares) e Portarias de alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa para aprovação e publicação;
- Encaminhamento à Câmara Legislativa do Distrito Federal de projetos de lei de crédito adicional;
- Elaboração das projeções de pessoal, concessão de benefícios e manutenção necessários ao acompanhamento e controle da execução orçamentária para o exercício de 2016;
- Controle de abertura de crédito suplementares até o limite de 25% do total de recursos aprovados para as unidades orçamentárias na Lei Orçamentária;
- Verificação da conciliação de fontes de recursos quando das suplementações e cancelamentos efetivados no SIGGO;
- Ajustes, por meio de Projetos de Lei e de Decretos, das impropriedades ocorridas na Lei Orçamentária Anual;
- Aperfeiçoamento e implementação do sistema de execução orçamentária – elaboração dos créditos adicionais constante do sistema SIGGO.

As maiores dificuldades encontradas para a realização das ações acima citadas, envolveram a necessidade informatização do processo, haja vista o número elevado agentes atuantes na elaboração e a dependência de planilhas e documentos não integrados digitalmente.

1.5. Planejamento, Acompanhamento e Avaliação das Ações do Governo

➤ Elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019

O Plano Plurianual PPA, instrumento de planejamento governamental obrigatório (art. 165 da Constituição Federal; e art. 149, inciso I e §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal) define diretrizes, programas, ações, objetivos, metas e indicadores do governo para o período de quatro anos, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

Elaborado no primeiro ano de cada mandato do governador, o PPA orienta a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Por essa razão, deve ser compatível com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e inclui obrigatoriamente os investimentos e despesas de caráter continuado que serão efetuadas no período de sua vigência.

A Lei nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015, dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019.

A Lei nº 5.787, de 22 de dezembro de 2016, dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015.

A tabela abaixo apresenta os Programas, Objetivos, Metas, Indicadores e Ações que compõem o PPA 2016-2019:

Fonte: Lei 5602/2015, alterada pelo decreto 37517, de 26/07/16/2016

PROGRAMAS TEMÁTICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES			
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS	VALORES
VIVER BEM, DIREITO DE TODOS	44	377	160	412	15.572.027.439	200	-
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	68	38	84	6.298.032.158	30	-
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	21	7	31	466.743.056	5	-
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	47	15	45	782.682.154	68	-
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	94	38	76	1.824.499.252	47	-
6219 - CAPITAL CULTURAL	5	36	11	45	637.947.750	12	-
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	51	27	61	3.907.366.300	25	-
6228 - FAMÍLIAS FORTES	7	60	24	70	1.654.557.769	13	-
ECONOMIA MAIS COMPETITIVA	7	57	27	92	3.124.240.656	83	-
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	7	57	27	92	3.124.240.656	83	-
TERRITÓRIO PLANEJADO E ESTRUTURADO	14	145	44	234	17.788.743.191	100	-
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	3	37	9	46	1.281.840.020	34	-
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	6	66	21	111	8.989.823.318	52	-
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	42	14	77	7.517.079.853	14	-
TODOS POR BRASÍLIA E GOVERNO ÉTICO, TRANSPARENTE E COM FOCO EM RESULTADOS	8	65	40	43	2.416.059.852	41	-
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	7	62	32	40	2.409.383.266	33	-
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1	3	8	3	6.676.586	8	-
TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS	73	644	271	781	38.901.071.138	424	-

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES			
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS	VALORES
6001 - DESENVOLVIMENTO	-	-	-	24	8.925.313.635	-	-
6002 - SOCIAL	-	-	-	22	68.724.438.439	-	-
6003 - GESTÃO PÚBLICA	-	-	-	32	12.683.312.072	-	-
TOTAL GERAL	-	-	-	78	90.333.064.146	-	-

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES			
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS	VALORES
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	2	561.515.118	-	-
TOTAL GERAL	-	-	-	2	561.515.118	-	-
TOTAL GERAL	73	644	271	861	129.795.650.402	424	-

* O PPA 2016-2019 totaliza 674 ações orçamentárias (679 - 5 EP vetadas) que se repetem nos programas, totalizando 861.

Destaca-se, dentre os Programas que compõe a referida lei, o Programa Temático 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS, que diz respeito diretamente às atividades da área de planejamento da SEPLAG:

➤ **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2017**

Participação na elaboração da Lei nº 5.695, de 03 de agosto de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências e formulação dos seguintes anexos:

- Anexo de Metas e Prioridades;
- Anexo das Ações de Conservação do Patrimônio Público;
- Elaboração do Anexo dos Projetos em Andamento.

➤ **Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017**

Participação na elaboração da Lei Orçamentária de 2017² e formulação dos seguintes anexos:

- a. Anexo das Ações de Conservação do Patrimônio Público;
- b. Elaboração do Anexo dos Projetos em Andamento.

➤ **Acompanhamento das Ações de Governo**

Determina o Art. 153 da LODF que o Poder Executivo Publicará, até o Trigésimo Dia após o Encerramento de Cada Bimestre, Relatório Resumido da Execução Orçamentária³.

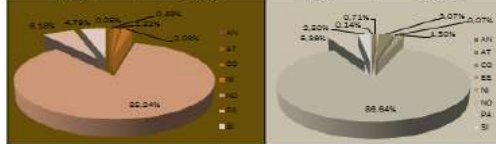
² Lei nº 5.796, de 29 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2017.

³ Do relatório resumido da execução orçamentária a que se refere o art. 153 da Lei Orgânica do Distrito Federal devem constar as seguintes informações: I – as receitas, despesas e a evolução da dívida pública da administração direta e indireta em seus valores mensais; II – os valores realizados desde o início do exercício até o último bimestre objeto da análise financeira; III – relatório de desempenho físico-financeiro.

Em razão disso, a SUPLAN Realizou, por Meio do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG, o Acompanhamento das Ações de Governo Relativas ao 6º Bimestre de 2015 e do 1º ao 5º Bimestres de 2016, a Análise de Informações e a Publicação dos Respectivos Relatórios de Desempenho Físico-Financeiro no Sítio da SEPLAG na Internet.

INDICADOR DO SAG DO 1º E 2º BIMESTRE

Estágio	SAG 1º Bimestre		SAG 2º Bimestre	
	Etapas	Percentual	Etapas	Percentual
AN	1	0,081%	2	0,143%
AT	6	0,487%	10	0,714%
CO	15	1,217%	43	3,071%
EE	0	0,000%	1	0,071%
NI	25	2,028%	21	1,500%
NO	1.051	85,239%	1.213	86,645%
PA	76	6,164%	75	5,357%
SI	50	4,033%	35	2,500%
Total Geral	1.233	100%	1400	100%

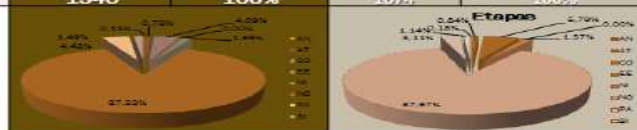


SI – A ser iniciada
NO – Andamento Normal
NI – Não Iniciada
CO - Concluída
AT - Atrasada
PA – Paralisada
AN – Anulada
EE – Empenhado a Executar

QDD	1º Bimestre	2º Bimestre	Indicador SAG	1º Bimestre	2º Bimestre
Nº de PTs	2.705	2.615	Nº de PTs	2.705	2.615
PTs Empenhados	817	978	PTs em Execução no SAG	905	1.051
Percentual	29,23%	33,88%	Percentual	32,49%	36,42%

INDICADOR DO SAG DO 3º E 4º BIMESTRE

Estágio	SAG 3º Bimestre		SAG 4º Bimestre	
	Etapas	Percentual	Etapas	Percentual
AN	2	0,130%	1	0,179%
AT	12	0,779%	14	0,856%
CO	53	4,091%	97	5,795%
EE	0	0,000%	0	0,000%
NI	24	1,858%	23	1,374%
NO	1.348	87,632%	1.456	87,575%
PA	85	6,410%	57	3,105%
SI	23	1,494%	12	0,714%
Total Geral	1.640	100%	1.674	100%

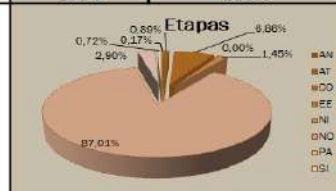


SI – A ser iniciada
NO – Andamento Normal
NI – Não Iniciada
CO - Concluída
AT - Atrasada
PA – Paralisada
AN – Anulada
EE – Empenhado a Executar

QDD	3º Bimestre	4º Bimestre	Indicador SAG	3º Bimestre	4º Bimestre
Nº de PTs	2.627	3.150	Nº de PTs	2.627	3.150
PTs Empenhados	1.144	1.288	PTs em Execução no SAG	1.224	1.527
Percentual	39,08%	40,06%	Percentual	41,72%	42,02%

INDICADOR DO SAG DO 5º BIMESTRE

Estágio	SAG 5º Bimestre	
	Etapas	Percentual
AN	3	0,167%
AT	16	0,892%
CO	123	6,856%
EE	0	0,000%
NI	26	1,449%
NO	1.561	87,012%
PA	52	2,899%
SI	13	0,725%
Total Geral	1794	100%



QDD	5º Bimestre
Nº de PTs	3.263
PTs Empenhados	1.374
Percentual	42,11%

Indicador SAG	5º Bimestre
Nº de PTs	3.263
PTs em Execução no SAG	1.420
Percentual	43,52%

SI – A ser iniciada
NO – Andamento Normal
NI – Não Iniciada
CO - Concluída
AT - Atrasada
PA – Paralisada
AN – Anulada
EE – Empenhado a Executar

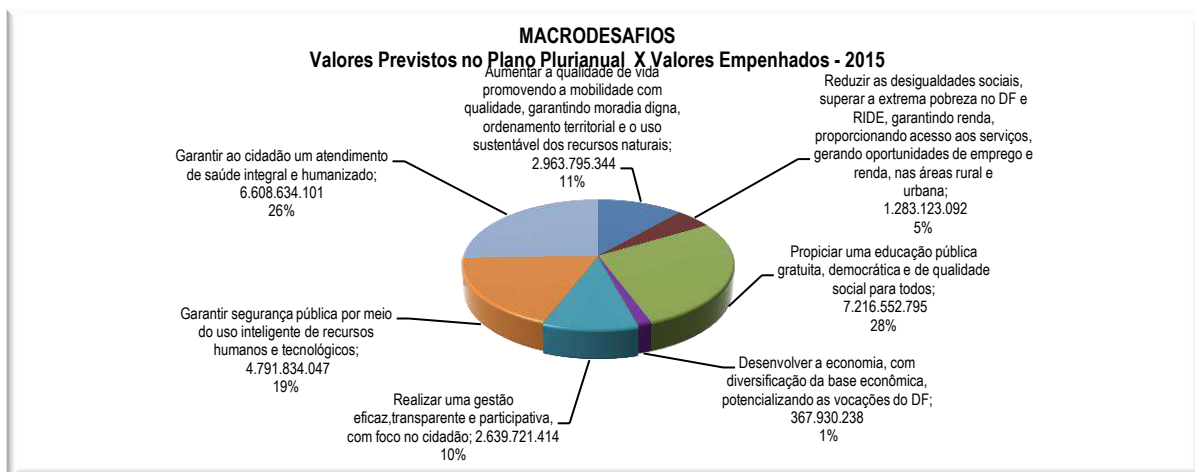
➤ Avaliação do Plano Plurianual – PPA

A Avaliação do Plano Plurianual – PPA referente ao exercício de 2015 foi enviada à CLDF em 30/08/2016. A avaliação referente ao exercício de 2016 será enviada à CLDF até 30/06/2017.

Da Avaliação Anual do Plano, na qual foram apresentados os resultados do exercício de 2015, participaram todas as Unidades Orçamentárias encaminhando à SUPLAN as informações relativas à sua respectiva área de atuação: índices alcançados ao término do exercício anterior; e expectativa de alcance do índice final previsto. A SUPLAN procede à análise e consolidação das informações em relatório único.

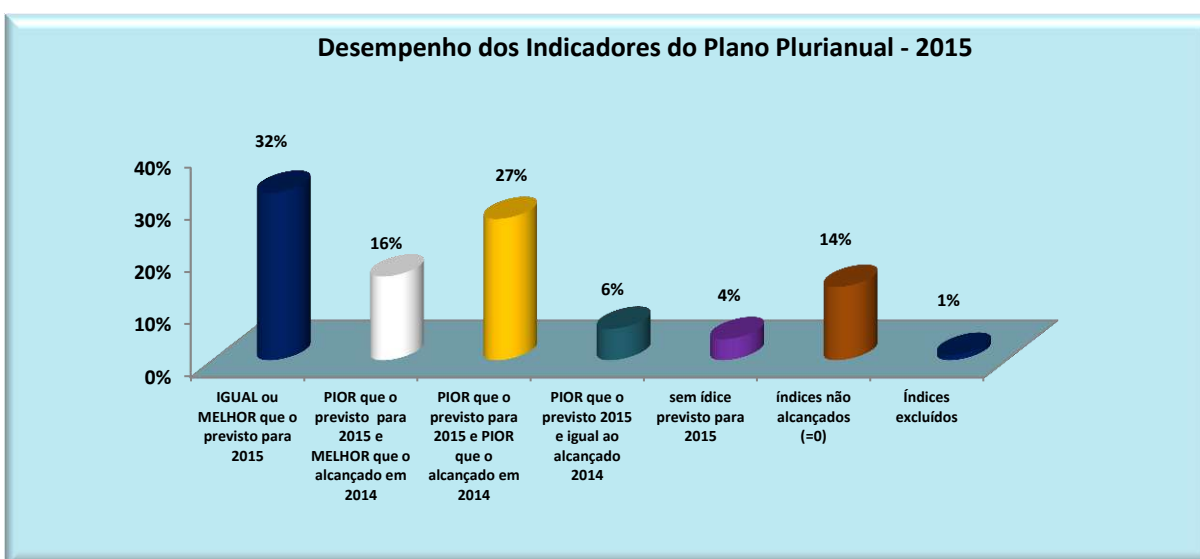
Esse documento apresenta também análise da conjuntura macroeconômica, em termos nacional e local, a fim de subsidiar a avaliação do comportamento dos principais indicadores de desempenho, suas relações com a gestão governamental e os reflexos sobre o bem-estar da população de modo geral.

O Gráfico a seguir compara os valores previstos no PPA para o exercício de 2015 com sua respectiva execução orçamentária e financeira:

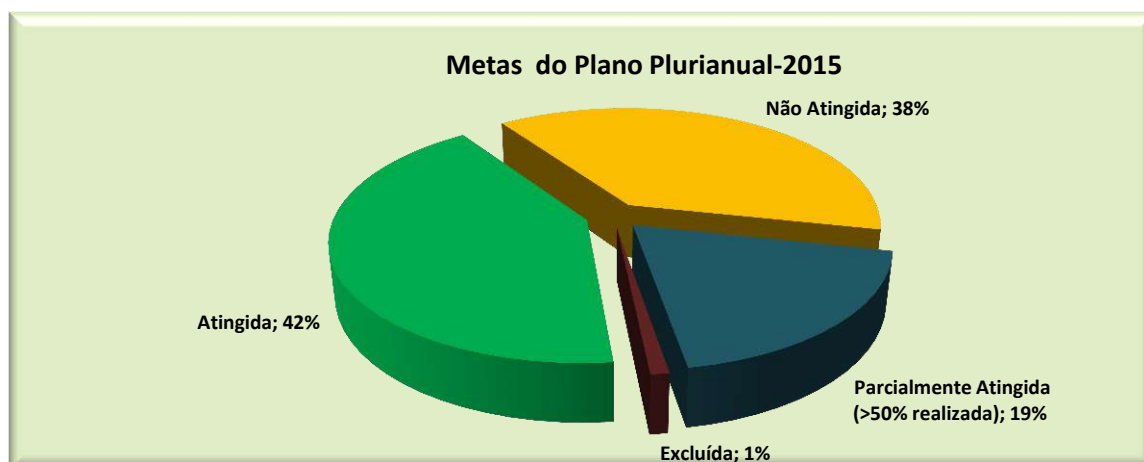


Conforme quadro demonstrativo a seguir, dos 477 indicadores apresentados no PPA para 2015, 32% tiveram desempenho melhor ou igual ao previsto, 15% apresentaram índices alcançados piores que os previstos para 2015 e melhores que os alcançados em 2014 e 28% apresentaram índices piores que os previstos para 2015 e, ainda, piores que os índices alcançados em 2014:

Quantidade			Índices dos Indicadores Quantidade/(%)							
Prog. Temáticos	Metas	Indicadores	IGUAL ou MELHOR que o previsto para 2015	PIOR que o previsto para 2015 e MELHOR que o alcançado em 2014	PIOR que o previsto para 2015 e PIOR que o alcançado em 2014	PIOR que o previsto 2015 e igual ao alcançado o 2014	Outros		Índices excluídos	Total Geral
							Sem índice previsto para 2015	Índices não alcançados (=0)		
32	538	477	155	76	131	27	18	67	03	477
			32%	16%	27%	6%	4%	14%	1%	100%



Alcance das Metas 2012-2015			
Atingida	Não Atingida	Parcialmente Atingida (>50% Realizada)	Excluída
232	208	102	4
42%	38%	19%	1%



➤ Prestação de Contas do Governador

Cabe à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Subsecretaria de Planejamento, consolidar o Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal e o Relatório de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo para compor a Prestação de Contas Anual do Governador.

O Relatório de Atividades do Governo e o Demonstrativo de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo, previstos no art. 138 da Resolução 38/90 – TCDF, alterado pela Emenda Regimental 24, de 08/07/2008, substituídas pela Resolução 296, de 15 de setembro de 2016, são elaborados anualmente e compõem a Prestação de Contas Anual do Governador.

O Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal tem por objetivo demonstrar as realizações governamentais e os resultados alcançados no exercício. Serve, também, de subsídio para avaliação da eficiência e eficácia da gestão.

O Relatório de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo tem por objetivo demonstrar a evolução anual de cada indicador em relação ao índice desejado para o exercício e é um instrumento que permite identificar e aferir aspectos relacionados aos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos previstos no Plano Plurianual.

▪ Relatórios de Atividades e Relatório de Indicadores de Desempenho para Prestação de Contas Anual do Governador (2015)

Encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, em conformidade com o disposto no Inciso XVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal⁴.

Esses dois Relatórios foram enviados a Subsecretaria Geral de Contabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda, para, em conjunto com os demais relatórios, comporem a Prestação de Contas Anual do Governador, encaminhada à CLDF.

▪ Relatórios de Atividades e Relatório de Indicadores de Desempenho para Prestação de Contas Anual do Governador (2016)

Iniciado o processo de elaboração do Relatório de Atividades do Governo e Análise do Desempenho dos índices alcançados pelos Indicadores dos Programas do PPA para compor a Prestação de Contas Anual do Governador referente ao exercício de 2016, os quais serão enviados à CLDF até março de 2017.

➤ Diretrizes, Normas e Procedimentos

Orientações aos servidores que atuam nos órgãos e entidades da administração pública do Distrito Federal quanto à elaboração dos instrumentos de planejamento, acompanhamento, avaliação e prestação de contas anual do Governador buscando a homogeneização e a qualidade das informações. As orientações às Unidades Orçamentárias foram

⁴ Art. 100. Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal: [...] XVII – prestar anualmente à Câmara Legislativa, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

realizadas por meio da elaboração de instruções, realização de oficinas e/ou reuniões técnicas, além de atendimentos individualizados. A quantidade aproximada de servidores participantes nas últimas reuniões técnica, realizadas no auditório da Escola de Governo, nos dias 24 e 25/11/2016, foi de 145 pessoas em cada dia.

➤ Planejamento Estratégico

A SUPLAN contribui para o Planejamento Estratégico da SEPLAG com vistas a dotar o governo de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados e a consolidar a gestão dos instrumentos de planejamento, execução e monitoramento. Assim, propôs o seguinte Plano de Ação:

O quê? (Ação ou Projeto)	Por quê? (Justificativa)	Como? (Descrição da Ação/Projeto em etapas ou entregas)
Aprimorar o módulo de elaboração do PPA, adicionar funcionalidade de Avaliação do PPA no SIGGO e/ ou adquirir novas ferramentas	Necessidade de aprimorar e sistematizar o processo de elaboração e avaliação do PPA	Análise e definição quanto a ferramenta a adotar (melhorar SIGGO, adotar SIOP ou outro Sistema).
		Levantamento das necessidades para aprimoramento do SIGGO, nos módulos utilizados pela SUPLAN, redefinido as funcionalidades existentes e incluindo novas.
		Estudo do modelo a ser desenvolvido para elaboração e avaliação do PPA, no SIGGO ou na ferramenta escolhida.
		Estudo/ contratação de consultoria para definição de metodologia e técnicas de avaliação de resultados das políticas públicas
		Implementação das melhorias/ funcionalidades no SIGGO ou ferramenta escolhida
Aprimorar o módulo de acompanhamento das ações governamentais - SAG/ SIGGO	Necessidade de aprimorar e criar novas funcionalidades no sistema SAG	Levantamento das necessidades para aprimoramento do SAG, identificação dos erros nos relatórios existentes e da criação de novos, com funcionalidades que melhorem a gestão das Unidades
		Elaboração de análise da execução das Unidades e publicidade de forma mais sintética das principais realizações do Governo
		Desenvolvimento de metodologia que permita mensurar o desempenho da Unidade
		Implementação das demandas no sistema
Sistematizar o processo de Prestação de Contas	Necessidade de automatizar o processo de elaboração de relatórios que compõem a Prestação de Contas Anual do Governador	Estudo e definição quanto a ferramenta a adotar, bem como do modelo
		Informatizar a Prestação de Contas Anual do Governador (Relatório de Atividades)

Dados: SUPLAN/SEPLAG

▪ Ações em Andamento:

PROFISCO-DF – A Portaria Conjunta SEF/SEPLAG Nº 06, de 15 de setembro de 2016, estabelece o procedimento de cooperação técnica destinado a permitir a inclusão de ações de interesse da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como define as rotinas para a sua respectiva operacionalização, entre os componentes elegíveis constantes do Programa de Desenvolvimento Fazendário no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PRODEFAP/PROFISCO-DF), programa financiado com recursos de Contrato de Subempréstimo celebrado em 29 de fevereiro de 2016, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no contexto do Contrato de Empréstimo nº 3040/OC-BR. Processo Administrativo nº 040-002343/2016.

▪ Ações Previstas:

III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLE INTERNO DA GESTÃO FISCAL
6. Melhoria da Eficiência e da Eficácia da Administração Financeira
6.4. Melhoria da Gestão de Planejamento e Orçamento
6.4.1. Aprimorar o módulo de elaboração do PPA, adicionar funcionalidade de avaliação do PPA no SIGGO e/ ou adquirir novas ferramentas
6.4.2. Aprimorar o módulo de acompanhamento das ações governamentais - SAG/ SIGGO
6.4.3. Sistematizar o processo de Prestação de Contas
6.4.4. Aprimorar os módulos de elaboração da lei orçamentária e da execução e informatizar a LDO
6.4.5. Aprimorar projeções e análise de cenários
6.4.6. Capacitar os servidores na área de planejamento e orçamento

➤ **Articulação Institucional**

Participação nos seguintes Conselhos e Grupo de Trabalho:

- Conselho de Desenvolvimento do Turismo – CONDETUR;
- Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA;
- Comissão Distrital do ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico;
- Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do DF;
- Grupo de Trabalho para proceder a levantamento dos processos administrativos referentes a incidência de

Outorga Onerosa de Alteração de Uso – ONALT;⁵

- Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Comissão Setorial do Leite coordenado pela Secretaria.

➤ **Aperfeiçoamento Técnico e Operacional da Equipe de Planejamento Da SEPLAG**

- Planejamento no Brasil Contemporâneo EGOV/ENAP, no período de 07 a 11/11/2016;
- Avaliação de Programas e Políticas Públicas EGOV/ENAP no período de 28/11 a 02/12/2016.

1.6. Gestão Estratégica

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão tem atuação e competência nas áreas de “Gestão Estratégica Governamental-Gestão por Resultados e Gestão e monitoramento de programas e projetos Estratégicos de Governo”.

Durante o ano de 2016, foram confeccionados, em conjunto com os órgãos e instituições vinculadas, os Acordos de Resultados para o ano de 2016, instrumento de contratualização de metas de realizações para o ano. O trabalho da subsecretaria foi de articulação para pactuação das metas relativas aos projetos estratégicos do Governo.

No total, foram celebrados 19 Acordos, assinados em 29 de fevereiro de 2016 por todas as secretarias e órgãos vinculados, totalizando 522 metas.

No início do segundo semestre de 2016 foram articuladas reuniões de revisão dos Acordos para repactuação das metas propostas. Com isso, o total pactuado passou para 574 entregas - acompanhadas mensalmente pela equipe da Subsecretaria de Gestão de Programas, Processos e Projetos Estratégicos - SUPPE e que compuseram reuniões de avaliação dos acordos de resultados coordenadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador e da Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão.

No período de repactuação, o Procon foi desvinculado da Secretaria de Justiça e pactuou o próprio Acordo de Resultados – totalizando 20 (vinte) Acordos.

Foram preparadas e realizadas 44 (quarenta e quatro) reuniões de monitoramento dos Acordos de Resultados, todas presididas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal.

Destaca-se que para as Reuniões de Avaliação dos Acordos de Resultados – RARs, a SUPPE realiza pelo menos uma reunião prévia no órgão monitorado, com a presença dos dirigentes e principais colaboradores dos projetos.

Foram realizadas mais de 400 (quatrocentas) agendas com representantes dos órgãos do DF e instituições diversas para:

- Articulação para realização de projetos;
- Orientação sobre as ferramentas de gestão;
- Levantamento de informações;
- Preparação para as reuniões de avaliação dos Acordos de Resultados;
- Reuniões para tratar de obras sob responsabilidade da NOVACAP e de interesse de diversos órgãos do

DF;

- Levantamento e demanda de ajustes e melhorias no Sistema Gestão DF.

Do total de acordos monitorados durante o ano de 2016, que previram 574 metas para projetos, os resultados foram os seguintes:

- 292 (duzentos e noventa e dois) concluídos até 31 de dezembro de 2016.
- 281 (duzentos e oitenta e uma) entregas a concluir em 2017.

Em 2016, a Secretaria por meio da Subsecretaria de Gestão de Programas, Processo e Projetos Estratégicos - SUPPE também realizou o acompanhamento de obras e ações prioritárias de Governo, além das previstas nos acordos de resultados.

A Subsecretaria realizou o Seminário em conjunto com a SUBSAÚDE "A Política sobre Drogas no Contexto Laboral – A Saúde Mental do Servidor do Governo de Brasília", com participação de representantes de diversos órgãos, tendo o objetivo de construir proposta de política para a prevenção ao uso de drogas pelo servidor público e de mecanismos de tratamento. Além do seminário, foram coordenadas diversas reuniões bilaterais para levantamento das ações que vão compor o plano Super-Ação, a ser lançado no início do próximo ano e que prevê ações de prevenção e tratamento a usuários de crack e outras drogas.

⁵Decreto nº 36.723, de 31/08/2015.

Também foram articuladas diversas reuniões para a execução do projeto da Segurança Pública, que prevê a implantação de sistema de vídeo-monitoramento em toda a cidade.

A equipe coordenou a construção do plano de comunicação relativa à divulgação das normas a respeito dos grandes geradores de resíduos sólidos.

Foram realizadas, ainda, diversas reuniões com a Secretaria de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal - SEGETH para transpor dificuldades relativas a licenciamento edilício em obras prioritárias.

Foram realizadas agendas com equipes do GDF e Caixa Econômica para avaliação dos contratos de repasse e pactuação de ações necessárias à celeridade dos projetos.

Dentre as obras/ações prioritárias acompanhadas, destacam-se: a carteira do PAC, como obras de saneamento, educação, infraestrutura e moradia; construção de unidades de internação, reforma e ampliação de penitenciárias.

Com base nos projetos estratégicos e priorização indicada pelas áreas de Governo, foram confeccionados os cadernos de emendas para o Congresso Nacional e para a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Por fim, tendo em vista a concentração de informações relevantes sobre os projetos estratégicos do Governo, a Subsecretaria trabalhou no levantamento de informações para compor balanços de Governo.

1.7. Relacionamento com o Terceiro Setor

No período de 2016, esta Secretaria por meio da Unidade de Relacionamento com o Terceiro Setor - URTS analisou 61 (sessenta e um) processos de entidades sem fins lucrativos para qualificação como Organização Social, principalmente em decorrência da demanda do Governo do Distrito Federal para a utilização dessa forma de gestão na área de Saúde.

Com o apoio do Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP foi realizado o Seminário Acadêmico “As Organizações Sociais e a Gestão de Serviços Públicos” realizado no dia 10 de outubro de 2016. O seminário, aberto pelo Governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg, contou com a participação do Ministro Gilmar Mendes e do Ministro Carlos Ayres Brito, que salientaram a importância de melhorar a eficiência do serviço público. Estiverem presentes, também, integrantes de órgãos de controle como o Conselheiro Presidente do TCDFT, Renato Rainha e o Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Weder de Oliveira. Deputados Distritais e membros do Governo do Distrito Federal também marcaram presença no evento, bem como representantes de Organizações Sociais que atualmente possuem contratos de gestão assinados com estados da federação apresentando modelos de sucesso.

Outra linha de ação da URTS refere-se ao Projeto de Lei nº 1186/2016 que tramita na Câmara Legislativa do Distrito Federal com vistas à substituição da atual lei de Organizações Sociais. A propositura objetiva aprimorar o sistema de outorga da qualificação de entidades sem fins lucrativos, tornando o processo mais célere e eficiente, aproximando o modelo distrital daquele previsto na Lei Federal nº 9637/1998.

1.8. Capacitação de Servidores

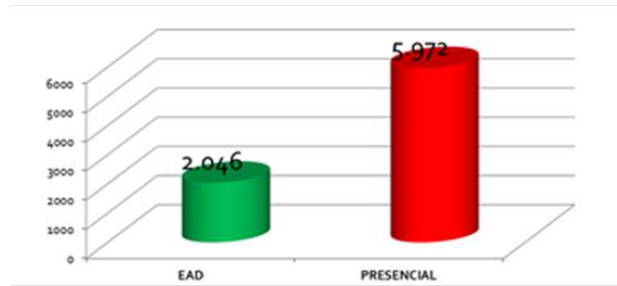
A Escola de Governo Distrito Federal (EGOV) tem como finalidade promover, elaborar e executar programas de capacitação, formação e desenvolvimento dos servidores do Governo do Distrito Federal (GDF), em conformidade com a Política de Formação, Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores Públicos do GDF.

Por meio da Ordem de Serviço no 1, de 6 de janeiro de 2016 (publicada no DODF no 4, de 7 de janeiro de 2016), foi aprovada, pelo Diretor-Executivo da EGOV, a Programação de Eventos de Formação e Capacitação da Escola de Governo do Distrito Federal para o biênio 2016-2017, pautada nos eixos gestão de pessoas, gestão de processos e gestão de logística e de suprimentos e orientada ao aperfeiçoamento de conhecimentos, de habilidades e de atitudes dos servidores do GDF, para o enfrentamento dos principais problemas da gestão, visando ao alcance de resultados qualitativos.

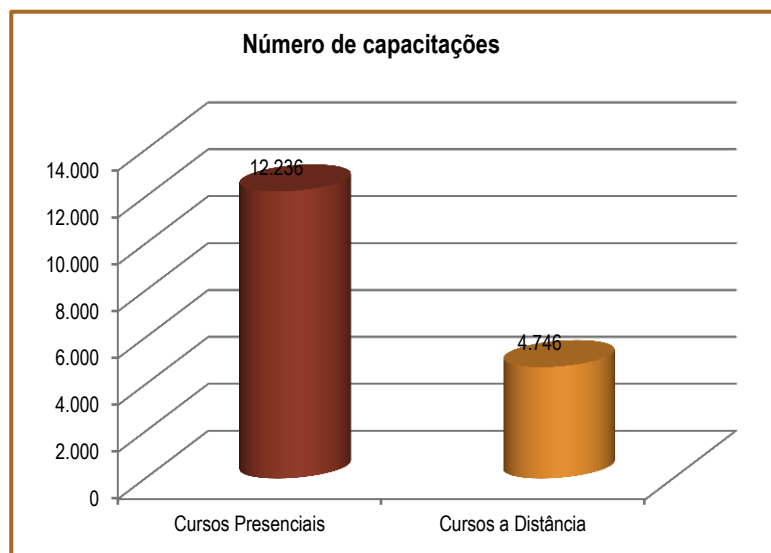
Quanto à capacitação de servidores, a Escola de Governo do Governo do Distrito Federal (EGOV) buscou suprir as necessidades de capacitação dos órgãos do Governo, conforme dados e gráfico mostrando o total de servidores certificados no exercício de 2016:

Modalidades de curso	De novembro/2015 a novembro/2016
Cursos presenciais	12.236
Cursos à distância	4.746
Total de capacitações	16.982

Número de capacitações realizadas em 2015



Número de capacitações realizadas em 2016



1.9. Atendimento ao Servidor - Ouvidoria

A Ouvidoria da SEPLAG tem realizado um importante trabalho no intuito de levar ao conhecimento das áreas técnicas e dos demais órgãos que compõem o complexo administrativo do Governo de Brasília, as solicitações de adoção de providências para a melhoria do serviço prestado de modo específico e geral, com a finalidade de possibilitar à gestão superior a solução pontual dos problemas apresentados via manifestações dos usuários de ouvidoria.

Durante o exercício de 2016 as manifestações direcionadas a Ouvidoria atingiu o total de 1.088 (mil e oitenta e oito), superando em 64% (sessenta e quatro por cento) os resultados esperados.

Comparativo das Demandas SEPLAG 2015/2016		
Sistemas de Acesso à Informação-e-SIC/TAG/OUV-DF		
Tipologias	Demandas 2015	Demandas 2016
Denúncia	30	116
Elogio	4	24
Informação	290	635
Reclamação	66	238
Solicitação	0	64
Sugestão	5	11
Total	395	1.088

Cabe ressaltar que como resultado do trabalho realizado pela Ouvidoria no Biênio 2015-2016, o reconhecimento veio por meio de Auditoria Operacional nos autos do Processo nº 5137/2016 – TCDF, objeto do Despacho Singular nº 267/2016-GCMA, o qual espelha o Mapa de Transparência Passiva da Administração Direta do Distrito Federal, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão ficou classificada em 1º Lugar, com um percentual de 9,53 em uma escala que vai de 0 a 10.

1.10. Novo Sistema de Recursos Humanos

A Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP vem atuando no desenvolvimento do novo sistema corporativo de gestão de pessoas em substituição ao atual sistema SIGRH. O novo sistema proporcionará a atualização das tecnologias utilizadas, implicando na integridade dos dados e segurança da informação.

Entende-se ainda que essa ação promova melhoria da *performance* do sistema, atualização dos dados cadastrais de servidores, facilidade de utilização, portabilidade de acesso em diversos dispositivos, facilidades de cruzamentos diversos de informação para relatórios de gestão, implementação de regras diversas para verificação de direitos a benefícios e por fim, economia aos cofres públicos.

O trâmite de contratação para o desenvolvimento do referido projeto encontra-se no bojo do processo 414.000.869/2015. Em 2016, ocorreu a produção do termo de referência, mas a publicação do Pregão Eletrônico apenas ocorreu no dia 02 de janeiro de 2017, ficando para o novo exercício a aquisição do novo sistema.

1.11. Novo Sistema Eletrônico de Compras

Inicialmente a Subsecretaria de Compras Governamentais – SCG estava com suas atenções voltadas para o desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Compras, porém devido à mudança da estrutura da unidade, acontecida em março de 2016, o projeto não teve continuidade.

Entretanto, encontra-se em processo de implantação uma nova solução de Sistema de Compras Governamentais (ComprasDF), instituído pelo Decreto nº 37.729 de 2016, que visa o gerenciamento eficiente, eficaz e efetivo da cadeia integrada de suprimentos dos órgãos e instituições integrantes da estrutura administrativa do poder executivo do Governo do Distrito Federal, com os seguintes objetivos:

- Contribuir na gestão da despesa, visando à redução dos custos e a melhoria da qualidade dos gastos nas compras públicas.
- Eliminar o desabastecimento e o desperdício na distribuição de materiais adquiridos pelos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal.
- Padronizar e racionalizar as compras governamentais, com a centralização das compras de itens comuns e a normatização das compras descentralizadas.
- Monitorar indicadores de desempenho para uma efetiva gestão por resultados, visando prestar melhores serviços ao cidadão.
- Garantir maior transparência e participação da sociedade no ciclo de compras pública.
- Promover o desenvolvimento da economia local e a sustentabilidade nas compras públicas.
- Ampliar a participação das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos empreendedores Individuais nas compras governamentais do Distrito Federal.

1.12. Sistema Eletrônico de Informação – SEI-GDF

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é um software de governança utilizado por diversos órgãos da administração pública para padronizar processos administrativos. Partindo das necessidades das mais diversas rotinas administrativas, o Governo do Distrito Federal (GDF) implementa o SEI, modernizando trâmites de processos, procedimentos e sistemas.

Entre os meses de janeiro ao final do mês de novembro de 2016 ocorreu a fase de implantação nos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal do Sistema Eletrônico de Informação SEI!. Essas ações partiram e foram focadas especialmente na parametrização desse sistema, na elaboração de normativas, manuais e instrumentos de gestão internas, no planejamento e acompanhamento do projeto nos órgãos e entidades aderentes ao SEI!.

Implantação do Processo Eletrônico de Informações SEI-GDF

Revisão e elaboração dos instrumentos legais publicados:

- Decreto Nº 37.565, de 23/08/2016, altera o Decreto nº 36.756, de 16/09/2015, que estabelece o Sistema Eletrônico de Informações - SEI como sistema oficial para a gestão de documentos e processos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal; (altera alguns artigos e a metodologia de implantação);
- Portaria SEPLAG nº 389 de 10/10/2016 - Estabelece procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF), no âmbito da SEPLAG, institui o Comitê Setorial de Gestão do Sistema e dá outras providências.

Portarias Conjuntas que estabelecem procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF), institui os Comitês Setoriais de Gestão do SEI-GDF e dá outras providências:

- Portaria Conjunta SEPLAG e CACI nº31, de 14/10/2016;
- Portaria Conjunta SEPLAG e CGDF nº26, de 16/09/2016;
- Portaria Conjunta SEPLAG e SEMOB nº25, de 09/09/2016;
- Portaria Conjunta SEPLAG e IBRAM nº30, de 27/09/2016;
- Portaria Conjunta SEPLAG e IBRAM nº30, de 27/09/2016;
- Portaria Conjunta SEPLAG e SEGETH, nº 34 de 28/11/2016.

Além desses atos, a SEPLAG já preparou e fez os encaminhamentos dos seguintes produtos:

- Portaria SEPLAG nº 459, de 25/11/2016. Define parâmetros para uso e gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF) no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal.
- Minuta Decreto do Processo Administrativo Eletrônico no âmbito do GDF - Processo SEI nº 00410-00010247/2016-97;
- Minuta Portaria Conjunta SEPLAG e CBMDF, SICOP 410.001839/2016 - (sob análise do CBMDF);
- Minuta Decreto do Número Único de Protocolo - NUP – SICOP nº410.3253/2016 (1º. Processo inserido no SEI pela CACI – em trâmite);
- Minuta novo Acordo de Cooperação com o Ministério do Planejamento enviada por e-mail ao MP para análise. (MP informou que está no GAB do Ministro para tramitar à SEPLAG) – O Acordo vigente é de 2013;
- Minuta de Portaria Conjunta SEPLAG e PGDF – Processo SEI nº 00410-00010063/2016-27 (na AJL/SEPLAG).

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9035 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94	25.300.000	17.865.905	17.863.097	17.863.097
0002 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94--DISTRITO FEDERAL	25.300.000	17.865.905	17.863.097	17.863.097
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	15.000.000	6.000.000	100.803	100.803
0048 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	15.000.000	6.000.000	100.803	100.803
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	26.593.000	26.108.034	25.017.916	24.595.671
7007 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	16.593.000	17.523.937	16.486.987	16.064.742
7216 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-PROMOÇÃO DE PDV DOS ÓRGÃOS DA ADM. DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL-DISTRITO FEDERAL	10.000.000	8.584.097	8.530.929	8.530.929
9099 - REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES	58.341.912	0	0	0
0004 - REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	58.341.912	0	0	0
9100 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS	24.426.627	3.566.896	0	0
0005 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	24.426.627	3.566.896	0	0
9106 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO	5.000.000	0	0	0
0002 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	5.000.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001	154.661.539	53.540.835	42.981.816	42.559.571

Observação.: Posição em 31/12/2016.

As ações relacionadas ao programa para operação especial foram, em sua maioria, bem sucedidas, tendo em vista a situação econômico-financeira do Governo do Distrito Federal no presente exercício. Dentre as atividades mais importantes desenvolvidas no ano de 2016 estão:

- Publicação do Decreto nº 37.699/2016 que amplia a licença-paternidade para até 30 dias, beneficiando diretamente o servidor público do GDF;
- Decreto nº 37.770/2016 que aprova nova sistemática de promoção funcional;
- Manifestação Técnica em processos relativos ao provimento de cargos em comissão no âmbito da Administração Pública Distrital, em cumprir as determinações impostas pelas Decisões nº 534/2015 e 1.111/2015, emitidas pelo TCDF. Assim, foram analisadas 757 minutas de decretos contendo atos de nomeações e exonerações de cargos em comissão, funções de confiança e designações para outros órgãos, objetivando contribuir com o retorno dos gastos com pessoal aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Desenvolvimento e implementação de rotina no sistema SIGRHNET para concessão de progressão funcional e o registro de cursos realizados pelos servidores;
- Criação do Prêmio INOVADF por meio do Decreto nº 37.648/2016, com o objetivo de premiar equipe de servidores que tenham apresentado resultados que melhorem a qualidade dos serviços públicos prestados;

- Realização da 6ª edição dos Jogos Esportivos e Atividades Culturais do Servidor realizados em comemoração ao Dia do Servidor, com a participação de 1.544 servidores de 50 órgãos do governo.

- Nomeação de servidores aprovados em concurso público, num total de 3795 nomeações, das quais 740 tornadas sem efeito. Os 3.055 candidatos nomeados entraram em exercício nos Órgãos/entidades do Complexo Administrativo do GDF, conforme tabela abaixo:

Relatório de Nomeações 2.016 (Mês a Mês)												
ÓRGÃO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	Total
CBMDF			4			1	2					7
DETRAN				2								2
DPDF				31				30		11	3	75
PCDF	3	122	3	18	3	165	7	143	5	2	73	544
PMDF	49		3									52
PROCON						1	1					2
SEE	70	160	22	2	38	3	9		4	11	2	321
SEJUS			1									1
SES	1485	14	608	11		298	2		191		167	2776
SSP			1			2			1			4
DFTRANS		3										3
SEPLAG				2		1			1			4
SECRI					1							1
ADASA							3					3
Total	1607	299	642	66	42	471	24	173	202	24	245	3795

Relatório de sem efeito 2.016 (Mês a Mês)												
ÓRGÃO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	Total
CBMDF							-1					-1
DPDF				-6				-15		-1		-22
PCDF	-2	-13			-1	-16	-2					-34
PMDF	-12											-12
SEE	-24	-24	-5	-1	-7		-1					-62
SES	-305	-4	-150			-95			-53			-607
SSP			-1			-1						-2
Total	-343	-41	-156	-7	-8	-112	-4	-15	-53	-1	0	-740

PROGRAMA: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.000.000	0	0	0
5373 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	1.000.000	0	0	0
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	17.600.000	13.560.134	9.949.510	9.749.510
9639 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO--DISTRITO FEDERAL	17.600.000	13.560.134	9.949.510	9.749.510
2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	8.590.000	19.500	0	0
9712 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA--DISTRITO FEDERAL	8.590.000	19.500	0	0
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	36.592.298	32.281.205	29.551.552	28.412.573
0009 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS--DISTRITO FEDERAL	36.592.298	32.281.205	29.551.552	28.412.573
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	334.225.134	421.077.786	403.451.737	402.975.666
3874 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF--DISTRITO FEDERAL	7.995.702	5.999.927	2.661.263	2.375.702
3875 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-VIGILÂNCIA-DISTRITO FEDERAL	252.621.307	312.884.020	302.051.205	302.051.205
3876 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-LIMPEZA-DISTRITO FEDERAL	73.608.125	102.193.839	98.739.269	98.548.758
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	4.632.664	0	0	0
9797 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS--DISTRITO FEDERAL	4.632.664	0	0	0
3943 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI	6.387.940	2.191.679	1.389.481	616.709
0003 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI-REVITALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO- PLANO PILOTO .	6.387.940	2.191.679	1.389.481	616.709
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1.500.000	378.849	377.220	377.220
0054 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	1.500.000	378.849	377.220	377.220
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	122.581.701	198.580.571	173.119.922	173.118.985
7024 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	122.581.701	198.580.571	173.119.922	173.118.985
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	22.288.606	14.278.313	11.921.940	11.921.940

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
7024 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	22.288.606	14.278.313	11.921.940	11.921.940
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	47.202.400	10.189.316	5.361.299	4.889.616
7897 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	47.202.400	10.189.316	5.361.299	4.889.616
9044 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL	1.900.000	2.850.000	1.900.000	1.900.000
0001 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL--REGIÃO CENTRO OESTE	1.900.000	2.850.000	1.900.000	1.900.000
TOTAL DO PROGRAMA 6003	604.500.743	695.407.353	637.022.661	633.962.219

Dentre as atividades relacionadas ao planejamento da ocupação e manutenção dos imóveis sob responsabilidade desta Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão destacamos abaixo as principais realizações no exercício de 2016:

➤ Elaboração e estudos de ocupação das Secretarias ocupantes da edificação – suporte de execução de layouts e remanejamento de pontos elétricos e de rede;

➤ Contratação e acompanhamento de empresa especializada na demolição e reconstrução da laje da garagem - adequação do projeto arquitetônico e começo da obra em parceria com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, que licita e fiscaliza as reformas do Ed. Anexo - (início da obra out/2016, a qual encontra-se em fase de execução);

➤ Elaboração do plano de emergência contra incêndio para formação de brigadistas voluntários - até hoje foram ministradas duas palestras de orientação geral sobre segurança e dois cursos formando 26 brigadistas voluntários. A finalização é prevista para o final de 2017 quando poderá ser executada a primeira simulação; aquisição de bombas de recalque (bomba d'água); aquisição/instalação de quadro elétrico para as bombas e Recarga de extintores.

Quanto a fiscalização da ocupação dos imóveis foi realizado o Acompanhamento de Termos de Cessão de Uso e manutenção dos imóveis institucionais e funcionais sob responsabilidade desta SEPLAG.

Dos Contratos Corporativos

A Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização manteve durante o exercício de 2016 a execução dos Contratos relativos à Manutenção de bens imóveis do Governo do Distrito Federal na área de vigilância, Contratos relativos à Manutenção de bens imóveis do Governo do Distrito Federal na área de limpeza e os Contratos relativos à Frota Oficial de Veículos do Governo do Distrito Federal.

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão manteve durante o exercício de 2016 a execução de 06 (seis) Contratos relativos à Manutenção de bens imóveis do Governo do Distrito Federal na área de vigilância e brigada, 10 (dez) Contratos relativos à Manutenção de bens imóveis do Governo do Distrito Federal na área de limpeza e 06 (seis) Contratos relativos à Frota Oficial de Veículos do Governo do Distrito Federal.

Relativo aos contratos corporativos de vigilância e limpeza de responsabilidade desta Secretaria foram suprimidos postos atendendo ao determinado nos Decretos n.º 36.757/2015 e 37.121/2016, e, ainda, considerando a Decisão n.º 01/2016 da Câmara de Governança Orçamentária e Corporativa do Distrito Federal.

Quanto aos serviços de vigilância, a supressão de postos e respectiva redução de valor foram efetuadas em 05 (cinco) Contratos firmados com esta Secretaria.

Contrato Vigilância		Postos Reduzidos		Percentual Redução (B/A)
Nº	Valor Mensal (R\$) A	Quantidade	Valor Mensal (R\$) B	
36/2010	4.702.554,70	32	391.827,84	8,33
53/2010	5.669.222,96	44	545.586,30	9,62
08/2011	4.826.047,40	20	248.898,26	5,16
09/2011	5.098.851,26	21	263.302,24	5,16
23/2014	4.487.964,52	97	1.205.564,56	26,86

Dados: SUCORP/SEPLAG

Além dos postos registrados na tabela anterior, foram suprimidos, dos contratos firmados com a SEPLAG, 69 postos na Secretaria de Estado de Educação do DF (SEE). Tais postos foram objeto do contrato de vigilância firmado pela SEE.

Contrato Vigilância		Postos Reduzidos Na SEE		Percentual Redução (B/A)
Nº	Valor Mensal (R\$) A	Quantidade	Valor Mensal (R\$) B	
36/2010	4.702.554,70	2	24.568,00	0,52
53/2010	5.669.222,96	33	410.886,20	7,25
08/2011	4.826.047,40	12	148.191,24	3,07
09/2011	5.098.851,26	4	49.136,00	0,96
23/2014	4.487.964,52	18	221.112,00	4,93

Dados: SUCORP/SEPLAG

No que se refere aos serviços de limpeza, a supressão de postos e respectiva redução de valor foram efetuadas em 08 Contratos firmados com esta Secretaria.

Contrato Limpeza		Postos Reduzidos		Percentual Redução (B/A)
Nº	Valor Mensal (R\$) A	Quantidade	Valor Mensal (R\$)	
17/2013	861.832,29	28	90.990,66	10,56
19/2013	803.513,91	20	64.888,45	8,08
20/2013	1.309.572,07	20	109.195,99	8,34
25/2013	533.222,36	2	6.344,42	1,19
26/2013	500.021,73	14	44.773,33	8,95
13/2014	454.543,11	19	70.817,36	15,58
14/2014	212.103,32	3	9.968,04	4,70
16/2014	492.230,63	33	105.863,89	21,51

Dados: SUCORP/SEPLAG

A concessão da bolsa estágio foi mantida durante o exercício de 2016. O Contrato nº 162/2012-SES, com o quantitativo total em 31 de dezembro de 2016 na marca dos 1.547 (mil quinhentos e quarenta e sete) estagiários contratados distribuídos nos diversos Órgãos do Governo do Distrito Federal.

Dos Contratos Não Corporativos

Relacionado à Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais destacamos a locação de outro imóvel de terceiros para instalação da sede da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SUBSAÚDE, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG. A Coordenação de Gestão Interna está desempenhando papel importante no apoio e condução de todo o processo de contratação iniciado em setembro de 2016.

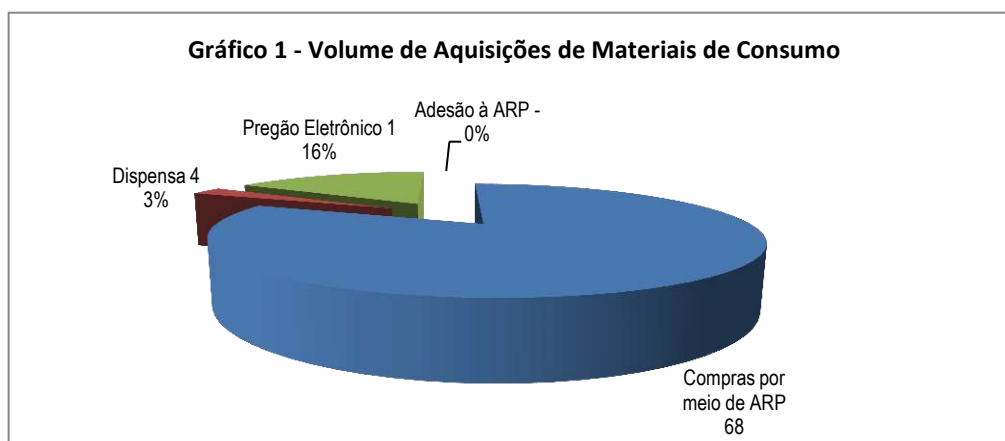
As unidades administrativas que compõem a Diretoria de Gestão Administrativa/CGI/SUAG/SEPLAG sofreram mudanças estruturais de modo a adequar as atividades requeridas às disponibilidades de recursos tanto tecnológicos quanto de pessoas.

Nessa esteira a modernização do setor de compras e contratações na SEPLAG iniciou-se com o Decreto nº 37.484, de 14 de julho de 2016, publicado no DODF Nº 135, de 15 de julho de 2016, que altera a estrutura da área de Compras, objetivando o foco no Planejamento de Compras. Desse modo, objetiva-se assegurar um procedimento que garanta plenamente a efetivação de boas compras.

Com a implantação do SEI, o fluxo do processo de compras está sendo remodelado constantemente. No início de 2016 a extinta Diretoria de Suprimentos realizou visita técnica ao TCDF para conhecer o fluxo do processo de compras implantado (procedimento todo eletrônico) naquele Órgão. Os achados da visita estão balizando a determinação do fluxo mais adequado às características dos requisitantes desta Secretaria.

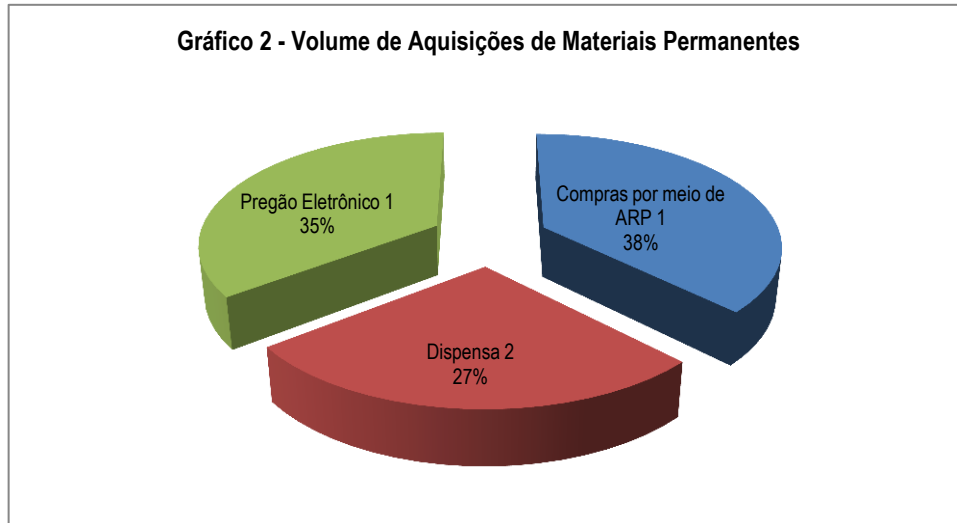
Apresentamos a seguir o resultado das atividades relacionadas às compras e contratações, observado o escopo de atuação da gestão interna, conforme gráficos:

Aquisições de Materiais de Consumo Realizadas entre Janeiro a Dezembro de 2016



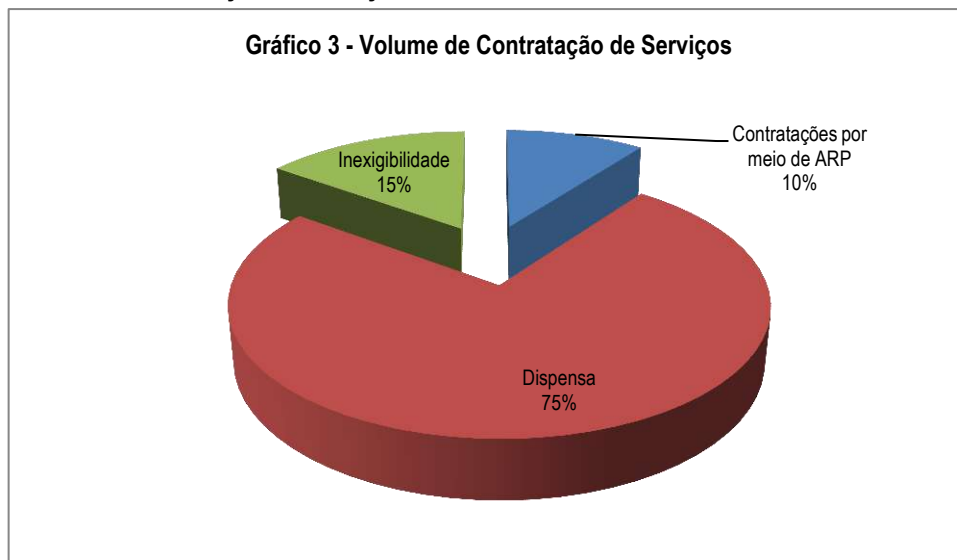
Dados: CGI/SUAG/SEPLAG

Aquisições de Materiais Permanentes Realizadas entre Janeiro a Dezembro de 2016



Dados: CGI/SUAG/SEPLAG

Contratações de Serviços Realizadas entre Janeiro a Dezembro de 2016



Dados: CGI/SUAG/SEPLAG

Referente às ações relacionadas à "Atenção à Saúde e Qualidade de Vida" não puderam ser realizadas devido ao contingenciamento e/ou insuficiência de dotações orçamentárias.

Quanto às ações relacionadas à Administração de Pessoal, Concessão de Benefícios a servidores e Consórcio Brasil Central, foram desenvolvidas as atividades propostas e podemos considerar que, em sua maioria, bem sucedidas, tendo em vista a situação econômico-financeira do Governo do Distrito Federal no presente exercício.

Diversos eventos foram realizados com o intuito da promoção do Programa de Qualidade de Vida do Servidor, como:

- Dia da mulher: com diversas ações e oficinas em homenagem/comemoração ao dia da mulher;
- Palestra Motivação para Carreiras Públicas;
- Dia do Homem: com diversas ações e oficinas em homenagem/comemoração ao dia do homem;
- Evento na Praça – Transitolândia: montagem da Escola Vivencial de Trânsito aberta à população e aos servidores;
- Na Hora na praça: serviços do Na Hora ofertados na Praça do Buriti;
- Palestra Inteligência Emocional e o papel da PNL no Ambiente Organizacional e palestra sobre segurança na rede: ofertadas aos servidores da SEPLAG;

PROGRAMA: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	61.233.439	0	0	0
9205 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-- DISTRITO FEDERAL	61.233.439	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	61.233.439	0	0	0

Observação.: Posição em 31/12/2016.

A gestão e a execução financeira e orçamentária dos contratos de serviços relacionados à Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas do Distrito Federal foram transferidas da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACP, por meio do Decreto nº 37.264, de 19 de abril de 2016.

PROGRAMA: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	598.063	611.683	465.500	465.500
0026 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-DISTRITO FEDERAL	598.063	611.683	465.500	465.500
TOTAL DO PROGRAMA 6211	598.063	611.683	465.500	465.500

Observação.: Posição em 31/12/2016.

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão manteve a execução do contrato nº 028/2012-SEPLAN, firmado junto à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, com o objetivo de suprir a Secretaria com serviços de manutenção predial, conservação, copeiragem e serviços gerais, com um total de 40 (quarenta) sentenciados.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Governo do Distrito Federal instituiu o Programa de Gestão de Compras Governamentais – ComprasDF, aplicável às aquisições e à contratação de serviços, sob a responsabilidade da SEPLAG e o planejamento e coordenação à cargo da SCG. O mérito da decisão, nada trivial, está no compromisso da criação da “cadeia integrada de suprimentos dos órgãos e instituições integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal”.

A Subsecretaria de Compras Governamentais/SEPLAG foi criada com a desafiadora missão de planejar e implementar as mudanças almejadas pelo atual governo, a se iniciar pelo compromisso de centralizar e normatizar as compras públicas do Governo do Distrito Federal, de forma que a compra com qualidade contribua para a redução das despesas e o equilíbrio financeiro do GDF.

Tal desafio pode ser avaliado, considerando as dimensões estruturais da administração direta e indireta do GDF, que meritoriamente reduzida, por determinação do atual governo, ainda é formada por 20 Secretarias, 30 Administrações Regionais, 28 entidades e 5 órgãos especializados, que, para se manterem operantes e atenderem as demandas da sociedade, realizam suas compras e contratações, embora ao rigor da lei, segundo suas próprias orientações, utilizando sistemas distintos alguns dos quais com defasagem tecnológica de uma década.

A adoção de tecnologias de gestão consolidadas pelo mercado (Business Process Management - BPM) foi uma decisão consciente, embora ousada, da SCG, face aos recursos financeiros reduzidos pelas contingências do momento, ao iniciar o mapeamento de seus processos rumo a melhorias com base no fluxograma otimizado do ciclo de compras e em indicadores quantitativos, projeto apenas iniciado, conduzido a custo zero, em parceria com a academia (Departamento de Engenharia de Produção da UNB) e a Casa Civil do GDF, mas que já evidencia sua relevância – a lógica que orienta a iniciativa é: “O que não pode ser medido, não pode ser gerenciado.” (W. E. Deming).

O Programa COMPRASDF que preconizou uma nova metodologia para o ciclo de compras está em desenvolvimento e será doravante aperfeiçoada, pela melhoria das consultorias - a contribuição motivada das partes interessadas. Será este o legado da SCG/SEPLAG para as futuras administrações das compras do GDF.

A Coordenação de Documentação, Informação e Conhecimento (CDOC), unidade orgânica diretamente subordinada à Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), durante o exercício de 2016 atuou ativamente em várias ações internas voltadas ao âmbito da SEPLAG, além, e sobretudo, para os públicos externos, visando atender necessidades de gestão de documentação, informação e conhecimento de entes do Governo de Brasília e de parte de sua população. Também participou com muita presença em comunidades especializadas do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, em vários entes do Governo Federal.

Com a implementação do Sistema Integrado de Controle de Processos – SICOPWEB, em 16 de maio de 2016 e a implementação do Sistema SEI!, os servidores da SEPLAG foram capacitados para a utilização dos programas.

Também relevante foi a adesão da Escola de Governo do DF ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), que existe para apoiar o desenvolvimento e a implantação de soluções que permitam o contínuo aperfeiçoamento dos sistemas de gestão das organizações públicas e de seus impactos junto aos cidadãos.

O GESPÚBLICA defende a cultura do método, a cultura da excelência e o senso de comunidade e conceitos essenciais ao trabalho que é desenvolvido:

- foco no valor público entregue ao cidadão;
- simplicidade;
- agilidade;
- economicidade;
- escalabilidade e disponibilidade das soluções propostas;
- adaptabilidade e aprendizado social;
- abertura e transparência;
- cooperação radical e intersetorial.

Um dos maiores objetivos do GESPÚBLICA é a mobilização da administração pública brasileira na direção da geração de resultados.

Realizou-se a Oficina da Autoavaliação 250 pontos da Escola de Governo do Distrito Federal, nos dias 30 e 31 de agosto e 1º e 6 de setembro de 2016.

Destaca-se, no ano de 2016, a Gestão de Documentos Administrativos que teve diversas mudanças com implantação de melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais. O foco principal da mudança foi tornar os serviços de protocolo, antes rotineiros e operacionais, em gerenciais e estratégicos.

Inicialmente, por meio do Decreto nº 37.335, de 13 de maio de 2016, publicado no DODF de 16/05/2016, p. 3, foi criada a Rede Integrada de Protocolos do Distrito Federal - REPROT-DF tem por objetivo reunir, articular e integrar as Unidades Protocoladoras dos órgãos da administração Direta e Indireta do Distrito Federal a fim de padronizar, potencializar e agilizar o intercâmbio, o uso, o acesso e a disponibilidade de informações acerca dos Serviços de Protocolo.

Novas atribuições advieram da criação da REPROT-DF. Com isso a Gerência de Protocolo - GEPROT passou a gerenciar, no âmbito da SEPLAG, o acesso e as solicitações de alterações no Sistema Integrado de Controle de Processos – SICOP, centralizando o atendimento dos usuários da SEPLAG.

Com advento do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no DODF de 17/09/2015, p. 1, que estabelece o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial para a gestão de documentos e processos administrativos no âmbito dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, a GEPROT passou, por definição, a integrar a Unidade Setorial de Gestão do SEI, pois é unidade orgânica responsável pela gestão de documentos, protocolos e arquivos no âmbito da SEPLAG, cuja competência iniciou-se a partir da implantação do SEI-GDF.

A implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) altera, substancialmente, as atividades de Protocolo e Arquivo, tornando necessária a definição de padrões de operação das funcionalidades próprias no sistema.

O SEI faz parte do processo de modernização da Administração Pública Federal, com objetivo de aprimorar a gestão documental e facilitar o acesso de servidores e cidadãos às informações institucionais, o que propiciará celeridade, segurança e economicidade.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Gestão Interna – CGI/SUAG, no âmbito da SEPLAG, relativas a gestão patrimonial foram:

- Foram realizados dois leilões de bens inservíveis;
- Leiloados 232 lotes;
- Arrecadado R\$ 1.3237.470,00;
- Vendidos nos dois leilões 129.769 bens;
- Retirada de 98 caminhões de lixo do depósito SIA, pós primeiro leilão – NOVACAP;
- Apenas um lote de bens para leilão ficou a céu aberto no depósito do SAI;
- 99% dos lotes para leilão ficaram abrigados dentro do depósito;
- Retirada de 10 caminhões de madeiras para reciclagem no CIR – Papuda;
- Emitidos 2084 Termos de Movimentação de Bens Patrimoniais;
- Emitidos 252 Termos de Guarda e Responsabilidade;
- Emitidos 175 Termos de Recolhimento de bens Patrimoniais (inservíveis);
- Foram recolhidos 897 bens inservíveis;
- Valor total dos bens inservíveis recolhidos de R\$ 822.202,08;
- Possuímos em nosso centralizador 312 bens;
- Valor total dos bens no centralizados R\$ 243.863,58;
- 98% dos bens no centralizador vão para SUBSAÚDE, oriundos da Secretaria de Saúde;
- Execução de 07 contratos continuados;
- Execução de 03 contratos de prestadoras (água e luz);
- Execução local de 01 contrato de serviços (FUNAP);

- Execução de 02 contratos de aquisição;
 - Recebimento e teste de 21 fragmentadoras adquiridas;
 - Solicitação de bens ociosos junto ao Ministério do Comércio Exterior, Indústria e Serviço.
- SUBSAÚDE.

A Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SUBSAÚDE atuou em 2016 de maneira proativa e buscando um atendimento ágil no cumprimento de suas obrigações. O foco dos trabalhos da Subsecretaria foi a saúde do servidor, através de inovações como: o agendamento das perícias por meio eletrônico e informatizado; atendimento aos periciandos por perfis (sistema senhas); a ampliação do horário de atendimento dos servidores para homologação de licenças; e por meio de uma Gestão participativa e compartilhada.

A atuação da SUBSAÚDE ao longo do período de 2016 consubstanciou-se em ações que visaram, de um modo geral, assegurar aos servidores do Distrito Federal as garantias que lhe são assegurados pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis, com vistas a redução das demandas judiciais e, conseqüente, resolução das demandas no âmbito administrativo, parametrizando os processos de trabalho e focando na humanização do atendimento.

O processo de unificação das Unidades de Perícias Médicas do GDF regulamentou uma série de ações que devem ser seguidas, das quais exige a mudança de uma cultura organizacional, que deve acontecer nos próximos anos. Os principais gargalos foram: o reduzido número de consultórios, falta de digitalização dos prontuários, carência de sistema informatizado, restrito número de médicos, assistentes sociais e servidores administrativos. Há também a necessidade de Equiparação Salarial dos servidores dessa Subsecretaria, uma vez que houve a unificação das Unidades de Perícias Médicas do GDF, com servidores das Secretarias da Educação e da Saúde, laborando juntamente com os servidores desta Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão em um mesmo ambiente, nas mesmas atividades, contudo com remunerações e direitos diferenciados o que, por sua vez, gera inconformismo por parte, especialmente, daqueles cuja carreira ganham a menor em comparação com os demais colegas.

Dentre as atividades mais relevantes em 2016, destacam-se:

- Implantação do Sistema de Triagem de Atendimento, ocorrido a partir de agosto de 2016: Visa à agilidade das avaliações médico-periciais, à redução do tempo de espera e permanência dos servidores na unidade e, conseqüentemente à melhoria da qualidade no atendimento geral. Após a triagem, os periciandos são direcionados para o atendimento pericial, observando o fluxo, conforme o tipo de senha: Senha tipo A – Homologações de licenças médicas de 01 (um) a 10 (dez) dias; Senha tipo B – Homologação de licenças médicas de 11(onze) a 30 (trinta) dias; Senha tipo C – Homologação de licenças médicas acima de 30 dias.

- Ampliação do horário de atendimento ao público: permitiu o comparecimento do servidor na Unidade de atendimento para homologação de atestado no decorrer das 13 horas de funcionamento. Iniciado a partir da 1ª quinzena do mês de setembro, a homologação de atestados – perícia singular, das 7h30 às 20h30, viabilizando as conclusões das avaliações médico-periciais até às 22h.

- Agendamento das perícias através de *Call Center* (156 – opção: 9): essa implementação permitiu a opção de escolha do horário mais adequado para o servidor se submeter à avaliação médico-pericial, mediante observação das exigências previstas na legislação vigente. Permitindo, assim, a redução do tempo de espera e permanência dos servidores na unidade pericial.

- Agendamento das perícias através do site da SEPLAG: iniciado na 2ª quinzena de setembro de 2016, permitiu a escolha do horário mais adequado para o servidor se submeter à avaliação médico-pericial.

- Realização de Auditoria de atestados de até 03 (três) dias, encaminhados para homologação: estes poderão ser dispensados da avaliação médico-pericial, a critério da SUBSAÚDE, conforme previsto no Decreto nº 37.629, de 15 de setembro de 2016. É atribuição da Equipe Técnica, composta por servidores designados pela SUBSAÚDE/SEPLAG, auditam os atestados médicos e/ou odontológicos, emitidos no Distrito Federal e/ou municípios que compõem a RIDE/DF – Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno, tão somente quando se tratar de licença para tratamento da própria saúde de até 03 (três) dias e que não tenham ultrapassado os 06 (seis) dias no bimestre do ano civil. A Equipe Técnica observa o nome legível do servidor, a data de emissão, a aposição da assinatura do profissional assistente e do carimbo constando o número de registro no respectivo Conselho da classe profissional, CRM ou CRO, o número de dias sugeridos de afastamento ao trabalho, a CID – Classificação Internacional de Doenças e a existência de possíveis rasuras.

- Implantação de informatização de atendimento pericial da SUBSAÚDE: ainda em estágio de conclusão, o sistema buscará agilizar a realização da avaliação médico-pericial, viabilizando os registros de informação acerca do histórico clínico do servidor através de prontuário on-line pelo sistema SUPERS – Sistema Unificado de Perícias Médicas.

A Secretaria por meio da Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP atuou na atividade de captação de recursos financeiros, nas modalidades de transferências voluntárias do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União e de operações de créditos (internas e externas), para suporte financeiro aos projetos do Governo de Brasília, em benefício à população do Distrito Federal e áreas de influência.

Destaca-se, também, a articulação entre os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, no sentido de manterem regularizadas suas situações de natureza jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa, de forma a atender a todas as exigências previstas no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC/SIAFI, com fulcro no Decreto nº 35.109, de 28 de janeiro de 2014.

As operações de crédito sob tutela da Coordenação de Captação de Recursos Internacionais (COREI) demandam aval da União e, a despeito da grave contração na economia do País, cujos reflexos derrubaram a classificação do DF para “D” e impedindo novas operações, perseverou-se na manutenção daquelas consideradas prioritárias pelo Governo de Brasília. Programas como PRODETUR, Drenar-DF, VLT e DF Rural Sustentável foram suspensos, assim como participações em eventos de interesse da SUCAP (Festival ABCR, Encontro Anual do BID, BIRD, etc.).

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Ao longo de 2016 a área de Planejamento da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão-SEPLAG, em cumprimento à legislação vigente, realizou as atividades de sua competência conforme detalhadas nesse Relatório.

O público alvo beneficiado são todas as Unidades Orçamentárias do Complexo Administrativo do GDF, uma vez que os produtos elaborados por essa Área em geral consolidam as informações de todas as unidades e refletem a atuação do Governo do Distrito Federal.

As dificuldades enfrentadas no exercício de 2016 dizem respeito a recursos humanos e tecnologia da informação.

No que se refere à informatização, os módulos do SAG e PPA integrantes do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO carecem de manutenção e de aperfeiçoamento para recuperar não só funcionalidades e relatórios como também promover atualizações e inovações visando melhorar a qualidade das informações que integram os instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação do Governo do Distrito Federal. Com os recursos do PROFISCO-DF e apoio da SUTIC/SEPLAG, espera-se aperfeiçoar os trabalhos desenvolvidos na Área de Planejamento dessa Pasta.

Ressalte-se também a carência de pessoal técnico para desenvolvimento das atividades tanto no Órgão Central de Planejamento quanto nas Unidades Orçamentárias. No Órgão Central, a equipe técnica é constituída por apenas dez servidores efetivos que desenvolvem atividades de coordenação, análise e consolidação das informações de todas as Unidades do Governo do Distrito Federal. Essas atividades englobam desde a elaboração e revisão do Plano Plurianual, seu acompanhamento e avaliação, até a confecção dos relatórios que integram a Prestação de Contas Anual do Governador.

Esse quadro mínimo de pessoal resulta em:

- Sobrecarga de trabalho, o que prejudica uma análise mais apurada das informações e o aperfeiçoamento do conteúdo encaminhado à CLDF e disponibilizado na Internet;
- Dificuldade em propor inovações, novas metodologias etc;
- Limitação das oportunidades de capacitação;
- Preocupação da equipe quanto à capacidade de desenvolver os produtos e dar continuidade ao trabalho decorrente do PROFISCO-DF.

Outro fator que vem dificultando a elaboração dos instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação do GDF, refere-se à alta rotatividade dos servidores que atuam na área de planejamento das Unidades Orçamentárias, o que causa descontinuidade e pode comprometer a qualidade das informações prestadas ao Órgão Central.

Para 2017, as principais expectativas dizem respeito à mitigação e/ou resolução dos problemas enfrentados ao longo dos últimos exercícios, a saber: capacitação dos servidores; modernização das ferramentas de trabalho, em especial dos sistemas de informática; adequação do quadro técnico tanto no Órgão Central de Planejamento quanto nas Unidades Orçamentárias e continuidade dos cursos de capacitação na área de planejamento para o aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos na Área de Planejamento.

Outra expectativa para 2017 refere-se à avaliação dos Objetivos Específicos dos Programas do PPA 2016-2019, pois, espera-se demonstrar os avanços conseguidos em seus indicadores ao longo do processo de elaboração e execução do PPA 2016-2019.

Na área de Tecnologia da Informação a manutenção e continuidade dos serviços e sistemas corporativos, a hospedagem de sistemas do Centro de Dados – CeTIC e a manutenção do serviço de fornecimento de acesso à Rede GDFNet a seus usuários atenderam aos requisitos do negócio, havendo durante todo o exercício pequenas ocorrências que não trouxeram prejuízos à administração pública. Para o exercício de 2017, a SUTIC traz as seguintes perspectivas:

Perspectivas e Projetos Estratégicos da SUTIC para 2017

Visão Geral dos Principais Projetos de TIC – 2017	
Nome do Projeto	Status do Projeto
Expansão do CeTIC	Obras em andamento.
Contínua Expansão da Rede GDFNet	Obras em andamento. Será necessária nova contratação em 2017.
Solução de Monitoramento	O Termo de Referência para aquisição será elaborado até fevereiro de 2017, após o envio para a SEF estima-se que em 03 meses seja preparado o edital e realizada a licitação
Aquisição de Servidores High End	A SEPLAG é partícipe da licitação que será realizada pela ANEEL, com contratação prevista para o exercício de 2017.

Visão Geral dos Principais Projetos de TIC – 2017	
Nome do Projeto	Status do Projeto
Novo Sistema de Recursos Humanos	Em fase de elaboração do edital (SULIC). Previsão de licitação para o 1º semestre de 2017, a depender dos trâmites processuais e disponibilidade orçamentária.
Sistema de Controle de Diárias e Passagens – SCDP	Em fase de homologação pela área de negócio.

Na sequência, destacam-se também as ações da EGOV que visam a aumentar a capacidade do governo na gestão das políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da gestão e para a melhoria dos serviços públicos.

A estrutura atual dos órgãos do governo e a assunção de novas atribuições pelos servidores torna necessária a promoção dessas ações de capacitação, a fim de instrumentalizar os agentes públicos para enfrentarem os desafios que lhe são apresentados, por meio da atualização em ferramentas e técnicas de planejamento e de gestão pública, para o alinhamento dos órgãos às propostas do governo e à efetividade das ações relacionadas ao gasto público.

Nesse sentido e para cumprimento da referida programação, a EGOV apresenta os resultados do obtidos no ano de 2016 bem como os resultados da gestão nesse período:

- O quantitativo de servidores atendidos em cursos e eventos presenciais realizados com instrutoria interna e cursos na modalidade de ensino a distância (EaD);
- A qualidade da nossa instrutoria;
- O acolhimento de eventos de outros órgãos/entidades nas instalações da EGOV, como forma de prestação dos serviços públicos, com profissionais voltados ao interesse do cidadão e à aplicação de ferramentas que proporcionem a disseminação de novos métodos de trabalho em todo o governo e, ainda, a valorização da função pública;
- A inclusão da EGOV no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), rede de apoio à gestão pública brasileira.

No exercício de 2016 a Escola de Governo encontrou as dificuldades para a concretização dos objetivos pretendidos, tais como:

- Rito estabelecido para aquisição de bens e serviços, aliado à morosidade dos processos, o que impactou na melhoria da qualidade das atividades de capacitação oferecidas pelas diversas áreas da EGOV. Embora a EGOV tenha alcançado a maioria das metas estipuladas com relação à capacitação, esse item comprometeu a meta prevista de melhoria de qualidade, tanto para realização de instrutoria interna quanto para o desenvolvimento de novos cursos e projetos bem como para a melhoria de ambiente físico de trabalho para os servidores;
- A reduzida estrutura administrativa e a pouca quantidade de servidores existentes, prejudicam a missão institucional. A EGOV fica prejudicada devido aos problemas acarretados pelo deficiente número de servidores do quadro próprio. Para suprir a falta de mão de obra, a Escola conta com a colaboração de três servidores requisitados que, em vista do vínculo precário, acabam por intensificar a alta rotatividade de servidores e a evasão do conhecimento adquirido;
- Pela necessidade de alterar a estrutura organizacional, com aumento de coordenações e gerências.
- Não ter autonomia administrativa, financeira e operacional. Atualmente, a Escola de Governo é uma unidade ligada ao Gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, de acordo com o Decreto no 36.825, de 22 de outubro de 2015.

No ano de 2017 serão implementados o seguintes projetos pela Escola de Governo:

- Em janeiro/2017, será realizado junto aos órgãos e entidades do Distrito Federal o levantamento de necessidades, com o objetivo de definir o cronograma de atividades de capacitação dos servidores dos diversos órgãos e entidades no Distrito Federal, para o 1º semestre de 2017. Embora já esteja previsto a elaboração desse projeto de execução da capacitação, ao longo do exercício a Coordenação de Desenvolvimento e Formação - CODEF é demandada de inúmeros pedidos específicos, ou seja, fora da programação, e que necessitarão ser atendidos;
- Apoiar e participar na Rede de Escolas de Governo, cujo objetivo é o aumento da eficácia das instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo, visando ao compartilhamento de conhecimentos e experiências das escolas de governo, além do incentivo à parceria e à otimização dos esforços para capacitação de servidores;
- Desenvolver capacitações específicas (graduação e pós-graduação);
- Promover concurso de prêmios para inovações na gestão pública visando à consolidação e à divulgação de informações e de conhecimentos relativos à gestão pública;
- Adquirir bens e serviços, como: circuito fechado de televisão (CFTV), projeto de sonorização do Auditório Paulo Freire e das salas de aula, compra de mobiliário, manutenção de ar-condicionado (blocos “A” e “B”); adquirir software de gerenciamento de cursos;
- Montar sala para gravação de videoaulas a serem usadas na educação a distância, com o objetivo de ilustrar, reforçar e complementar o conteúdo dos cursos da EGOV, utilizando importante recurso didático que auxilia na fixação de conteúdos;

- Implementar projeto de gestão sustentável, diminuindo a utilização de papel, certificados, apostilas, material instrucional, com a aquisição de software que atue como gerenciador de cursos e emissão de certificados.

Na gestão de pessoas, busca-se construir um cenário favorável ao servidor público do Distrito Federal considerando ser sua missão “promover políticas em gestão de pessoas que assegurem direta contribuição para a realização da estratégia do governo do Distrito Federal, com ênfase no desenvolvimento de competências, na garantia dos direitos e deveres, no equilíbrio de interesses e na qualidade de vida e que assegurem a valorização, qualificação e a motivação dos servidores”.

Este Governo, por meio do PPA 2016-2019 instituído pela Lei nº 5.602/2015, definiu como um de seus objetivos estratégicos “tornar o servidor público elemento fundamental para a implementação da estratégia do Governo”. Esse objetivo se desdobra no objetivo específico “implementar uma política que vise a readequação de pessoas com base no perfil de competências e necessidades das unidades, buscando ainda a valorização por resultado, mérito e qualidade dos serviços prestados”.

Buscou-se, por isso, neste ano de 2016, a execução de um projeto com apoio de consultoria contratada, cujo objetivo visa cumprir a readequação de pessoas com base no perfil de competências, porém, não houve como executar a ação por falta de recursos financeiros.

Consideramos oportunidade de melhorias, a aquisição e uso de novo sistema corporativo de gestão de pessoas, em substituição ao atual SIGRH e o redimensionamento do pessoal mediante a adoção dos critérios de competências em vista da execução das finalidades institucionais nos termos definidos pela norma acima citada.

Foram executadas de forma satisfatória todos os projetos estratégicos sob responsabilidade da Subsecretaria de Gestão de Pessoas que eram para o ano de 2016: Aprovação de Decreto instituindo a Política de Valorização de Servidores; realização dos jogos dos servidores, elaboração de cartilhas tratando de temas de interesse dos servidores; instituição do Prêmio INOVADF.

Dentre as metas a serem realizadas no ano de 2017 pela SUBSAÚDE, destacam-se a capacitação de servidores propiciando a integração e parametrização dos processos de trabalho; realização de curso de capacitação de médicos e Assistentes Sociais, vinculados à SUBSAÚDE, para a aplicação do Instrumento IF-BrA nos servidores portadores de deficiência, para fins de aposentadoria especial; manter a Integração da análise dos processos junto à Procuradoria Geral do Distrito Federal para diminuir a judicialização, afeta à perícia médica, no âmbito do Distrito Federal.

Enfim, esses são alguns resultados decorrentes das principais realizações executadas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Distrito Federal no decorrer do ano de 2016, que demonstram e reafirmam o compromisso e o empenho desta Secretaria e do seu quadro de servidores no intuito de contribuir com o aperfeiçoamento Administração Pública do Governo de Brasília.

18.1. COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 32.201

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN – empresa pública de direito privado, instituída pela Lei no 4.545, de 10/12/1964, é constituída sob a forma de Sociedade por Ações. Integra a Administração Indireta do Governo do Distrito Federal - GDF e vincula-se à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG.

Tem por finalidade estatutária:

I. Realizar e promover pesquisas e estudos econômicos, sociais, demográficos, cartográficos, georreferenciados, urbanos e ambientais para subsidiar o Governo do Distrito Federal na formulação de políticas públicas, do planejamento governamental, de programas para o desenvolvimento do Distrito Federal, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e de outras áreas de influência do território distrital;

II. Disseminar o conhecimento e as informações resultantes das pesquisas e estudos realizados, atinentes à área de competência da Companhia;

III. Analisar as políticas públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal a fim de subsidiar os processos decisórios governamentais;

IV. Fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas e para a preparação de planos e programas de governo;

V. Analisar, identificar e diagnosticar os problemas estruturais, econômicos, sociais, urbanos e ambientais do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do território distrital, fornecendo elementos técnicos visando à elaboração de medidas saneadoras pelos órgãos competentes;

VI. Articular e promover a cooperação técnica visando o intercâmbio de informações e conhecimentos com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;

VII. Produzir e organizar as informações sociais e econômicas relativas ao território do Distrito Federal;

VIII. Participar do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – SISPLAN e oferecer subsídios e apoio ao Sistema de Informação Territorial e Urbano do Distrito Federal – SITURB;

IX. Prestar consultoria técnica a outros órgãos e entidades da administração do Distrito Federal e da iniciativa privada e contratar com órgãos e entidades públicas ou privadas serviços e estudos, bem como realizar concursos, respeitada a legislação pertinente;

X. Hospedar e dar suporte operacional à Central Única de Atendimento Telefônico do Governo do Distrito Federal, viabilizando sua disponibilidade, sustentação e segurança das informações, em conformidade com o Decreto Distrital nº 24.110, de 1º de outubro de 2003, e Decreto Distrital nº 34.410, de 29 de maio de 2013.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	153
Cedidos – fora GDF	11
Requisitado fora GDF – PASUS	2
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	274
CLT – afastado	19
Conselheiro	10
Estatutário – em exercício	6
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	29
Semvínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	485
Total ativos - afastado	19

Fonte: GEPES/CODEPLAN

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2912 - ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS	201.000	7.226	2.527	2.527
0013 - ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF-DISTRITO FEDERAL	201.000	7.226	2.527	2.527
3042 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIAS TÉCNICAS EM GESTÃO PÚBLICA	54.500	0	0	0
0001 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIAS TÉCNICAS EM GESTÃO PÚBLICA-ENTORNO	54.500	0	0	0
3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	54.000	0	0	0
0001 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE	54.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS--DISTRITO FEDERAL				
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	50.000	0	0	0
5875 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF-DISTRITO FEDERAL	50.000	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	351.000	79.801	0	0
6181 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	351.000	79.801	0	0
4105 - ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS	161.000	0	0	0
0001 - ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	161.000	0	0	0
4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	14.690.000	20.269.542	20.260.920	20.260.920
0003 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	14.690.000	20.269.543	20.260.921	20.260.921
TOTAL DO PROGRAMA 6203	15.561.500	20.356.570	20.263.448	20.263.448

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp.
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Estudos e pesquisas de natureza social, econômica, demográfica e cartográfica	Unidade	14	31-jan-15	Anual	12	12	12	12	CODEPLAN/ DIEPS / UO 32201 / OE 3
Estudos, análises e acompanhamento das políticas sócias de governo	Unidade	12	31-jan-15	Anual	13	11	12	12	CODEPLAN/ DIPOS / UO 32201 / OE 3
Estudos e Pesquisas Urbano e Ambientais	Unidade	5	31-jan-15	Anual	5	6	7	6	CODEPLAN/ DEURA / UO 32201 / OE 3

Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Durante o exercício de 2016 foram desenvolvidas diversas atividades relacionadas a estudos e pesquisas na área socioeconômica, conforme se segue:

- Elaboração de 7 pesquisas por CATI (pesquisa por telefone), via Central de Atendimento ao Cidadão, para diversos órgãos do GDF, como a Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Limpeza Urbana, Secretaria de Mobilidade, Secretaria de Fazenda, entre outros.
- Auxílio na coleta de informações sobre educação ambiental, via formulário de internet. (demanda conjunta da Secretaria de Educação e Secretaria de Meio Ambiente).
- Elaboração do cenário macroeconômico e socioeconômica do DF e versão preliminar do Boletim de Conjuntura da Codeplan, com a apresentação em seminário realizado no auditório da Codeplan.
- Assessoria direta às secretarias e órgãos de governo na análise e avaliação do programa Brasília Solar; auxílio na definição e coleta de indicadores do programa Cidades Sustentáveis; elaboração de estudo sobre disponibilidade de vagas de estacionamento no plano piloto; definição de área de influência de postos de atendimento da Secretaria da Criança, Adolescentes e Juventude; revisão de texto e dados para o Projeto Orla Livre, entre outros.
- Apresentação de artigos e trabalhos em congressos e eventos internacionais como no VII Congresso de laAsociación Latinoamericana de Población e no XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais ou o XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais (ENABER).
- Participação em eventos externos como no seminário conjunto com o Instituto Mauro Borges, apresentação em Audiência Pública da Câmara Legislativa, entre outros.
- Publicação de artigo para a Revista Brasília em Debate no. 15 “Aspectos Desiguais do Mercado de trabalho” (Cruz, B.; Silva, A. Ribeiro, L. e Barbosa, J, 2016 p. 38-45).
- Organização de mesa “O uso de registros administrativos para o planejamento do Distrito Federal” no XXI Encontro Nacional da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES) em Brasília, Outubro/2016.
- Assessoramento à SEPLAG e demais órgãos do Governo do Distrito Federal, com a elaboração de notas técnicas, informações estatísticas e georeferenciadas; auxílio ao planejamento de diversos órgãos e apoio no processo de avaliação de projetos e programas.
- Acompanhamento e sistematização dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, relativos ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC para avaliar os impactos da dinâmica do nível geral de preços sobre a economia do Distrito Federal, conjugados com outros indicadores conjunturais da economia local e nacional.

- Divulgação mensal, em parceria com a CEASA-DF, dos resultados das análises produzidas pelo IBGE, relativas ao comportamento dos preços hortifrutigranjeiros, denominado ICDF. Ao longo do ano de 2016 foram produzidas as análises de resultado de dezembro de 2015 e de janeiro a novembro de 2016. No âmbito dos trabalhos procurou-se aperfeiçoar aspectos metodológicos de análise, apresentação e divulgação dos produtos mensais, objetivando maior clareza para a sociedade na compreensão dos impactos da inflação sobre a economia do Distrito Federal, sempre procurando apontar causas e consequências socioeconômicas. Assim, seguindo metodologia nacional do IBGE, ancorada na POF, Pesquisa de Orçamentos Familiares, as análises do Banco Central do Brasil, particularmente no que tange às Atas do COPOM, que explicam as razões de definição da Taxa Básica de Juros para o Brasil e as tendências anunciadas pelos Boletins FOCUS, divulgados semanalmente, também divulgado pela autoridade monetária Brasileira, o NUPRE-Gecon analisa, cerca de 400 produtos/serviços pesquisados, pelo IBGE, mensalmente, em nível de DF e Brasil que compõem os itens de consumo das famílias brasileiro, grupados conforme o quadro a seguir.

Índice Geral e Grupos	Quantitativo		
	Subgrupos	Itens	Subitens
Índice Geral	0	0	0
Alimentação e Bebidas	2	17	161
Habituação	2	5	29
Artigos de residência	3	6	34
Vestuário	4	6	35
Transportes	1	3	29
Saúde e cuidados pessoais	3	6	38
Despesas pessoais	2	4	27
Educação	1	4	19
Comunicação	1	1	1
TOTAL	19	52	373

- Definição de abordagens e elaboração de análises sobre as finanças públicas do Distrito Federal com vistas a compor o Boletim de Conjuntura Econômica do Distrito Federal, em estudo.
- Elaboração de análises sobre a evolução da receita e a qualidade do gasto público no DF com foco em sugestões e subsídios indicativos de possibilidades de aprimoramento.
- Captação junto às fontes oficiais dos dados necessários a elaboração dos seguintes identificadores da conjuntura do DF no âmbito das finanças públicas:

a. Quadros e gráficos comparativos da Receita Orçamentária Prevista e Realizada Bimestralmente em 2014 e 2015.

b. Quadros e gráficos comparativos da Despesa Orçamentária Prevista e Liquidada Bimestralmente em 2014 e 2015.

c. Quadros e gráficos comparativos da Receita Tributária (por tributo) bimestralmente em 2014 e 2015.

d. Quadro comparativo das Transferências da União para o Distrito Federal no bimestre e até o bimestre, em 2014 e 2015.

Produção de quadros e textos analíticos, com foco na observação do gasto público, para uso interno, com vistas a subsidiar a Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas – DIEPS na participação da elaboração do Plano plurianual 2016/2019 e na produção de estudos específicos.

Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB/DF

A Codeplan é a responsável pelo cálculo e divulgação do PIB local, em parceria com o IBGE. O PIB mede, em níveis agregados, todos os bens e serviços finais produzidos no país, nos estados e nos municípios, em determinado período. Atualmente é o principal indicador de acompanhamento da atividade econômica. O PIB do DF e dos demais Estados da federação são divulgados segundo a aferição da Produção e da Renda, numa objetividade do projeto Contas Regionais de construção de um sistema regional o mais completo possível. A Conta de Produção e a Conta da Renda são as duas primeiras de um conjunto de contas que estruturam um Sistema de Contas Nacional ou Regional. Pela ótica da produção são apresentadas estimativas do valor adicionado bruto por atividade econômica, expressas em valor corrente e em volume (taxa real), além do PIB a preços de mercado e PIB per capita. Pelo lado da renda, são apresentados os rendimentos obtidos no processo de produção de bens e serviços. O conjunto desses resultados possibilita ao governo, às empresas e estudiosos efetuarem análises sobre a capacidade produtiva e competitiva da economia do Distrito Federal. As bases de dados das Contas Regionais estão completamente integradas à série das Contas Nacionais do Brasil.

No âmbito do projeto “Produto Interno Bruto do Distrito Federal”, executado anualmente, foram realizadas as seguintes atividades até 31 de dezembro de 2016:

a. Solicitação e análise dos balanços contábeis de 2014 das empresas geradora e distribuidoras de energia elétrica, água e gás no Distrito Federal, para construção dos valores correntes do valor bruto da produção e consumo intermediário para a atividade econômica Geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana do PIB-DF, enviados ao IBGE.

b. Projeção do PIB-DF, a preço de mercado, para os exercícios de 2014 a 2020 para atender solicitação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Realizada em abril de 2016.

c. PIB-DF 2014 - Análise dos resultados preliminares das atividades econômicas.

- d. Análise dos resultados preliminares do ano de 2014 e da estimativa de retroposição da série de 2002 a 2009, com referência no ano de 2010.
- e. Análise dos resultados do PIB ajustados ao nacional e recalculado para os anos de 2010 a 2013.
- f. Participação da equipe no Encontro Nacional de Contas Regionais e PIB dos Municípios no período de 26 a 30 de setembro de 2016, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para analisar os resultados preliminares do PIB/DF de 2010 a 2014 e a série retropositada de 2002 a 2009 das Contas Regionais.
- g. Elaboração da publicação anual do Produto Interno Bruto do Distrito Federal – 2010-2014 e Série retropositada 2002 -2009.
- h. Elaboração de relatório referente ao desempenho econômico do DF em 2014 para composição da publicação anual das Contas Regionais do Brasil - IBGE.
- i. Divulgação do PIB/DF 2010-2014 e Série retropositada 2002-2009, em 28 de novembro de 2016.

Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECON

O IDECON-DF consiste em um indicador de acompanhamento trimestral da atividade econômica local ao longo do ano, fornecendo informações sobre a expansão, estabilidade ou contração da economia do Distrito Federal, expressa pela variação da estimativa do volume produzido em cada trimestre, em relação à estimativa de igual período do ano anterior. É elaborado pela Codeplan com o objetivo de preencher a falta de informações atualizadas do desempenho da economia local, dada a defasagem da divulgação dos resultados das Contas Regionais do Distrito Federal, relativas ao PIB/DF. A metodologia tem por objetivo produzir um índice síntese da produção de curto prazo no Distrito Federal. Com a divulgação do IDECON – DF na periodicidade trimestral, a sociedade brasileira conta com indicadores atualizados da produção, possibilitando subsidiar tomadas de decisões por parte do governo, setor privado e demais atores, na promoção do crescimento e desenvolvimento da economia local. Trata-se de relevante instrumento para subsidiar o planejamento governamental, assim como o planejamento empresarial.

Até 31 de dezembro de 2016 foram realizadas as seguintes atividades:

- a. Cálculo do Idecon-DF referente ao 4º trimestre e ao acumulado no ano de 2015 em comparação com os mesmos períodos de 2014. Divulgado em março de 2016.
- b. Texto sobre o Idecon-DF relativo ao 1º trimestre de 2016, para a Revista Brasília em Debate, publicada pela Codeplan.
- c. Cálculo do Idecon-DF referente ao 1º trimestre de 2016 em comparação com o mesmo trimestre de 2015. Divulgado em julho de 2016.
- d. Cálculo do Idecon-DF referente ao 2º trimestre e 1º semestre de 2016 em comparação a iguais períodos de 2015. Divulgado em setembro de 2016.
- e. Cálculo do Idecon referente ao 3º trimestre de 2016, na comparação com igual trimestre do ano anterior, divulgado em dezembro de 2016. www.codeplan.df.gov.br.

Distrito Federal - Síntese de Informações Socioeconômicas 2014

Conclusão do trabalho “Distrito Federal - Síntese de Informações Socioeconômicas 2014”. Foi idealizado para proporcionar aos estudantes e a comunidade uma melhor compreensão do Distrito Federal, fornecendo informações históricas e socioeconômicas da população e do território.

Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2015/16

A pesquisa, cuja unidade de investigação é o Domicílio Particular, levantou a situação socioeconômica, demográfica e de moradia dos residentes nas áreas urbanas das Regiões Administrativas, atualizando as informações levantadas pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/2004, 2011 e 2013.

As informações decorrem de uma amostra de cerca de 25 mil domicílios e referem-se às características da unidade domiciliar e ao inventário de bens, serviços domiciliares e benefícios sociais, características gerais e de migração, características de educação, trabalho e rendimento dos moradores.

Foram realizadas pesquisas nas 31 regiões administrativas do Distrito Federal, a saber: Plano Piloto, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Park Way, SCIA/Estrutural, Sobradinho II, Jardim Botânico, Itapoã, SIA, Vicente Pires e Fercal.

- Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente, desde 1984 na Região Metropolitana de São Paulo. A pesquisa foi implantada no Distrito Federal em novembro de 1991.

Seu propósito é o de construir indicadores com vistas à elaboração de políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho.

A PED é realizada em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal – SETRAB e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

Nesta parceria cabia à Codeplan a coordenação técnica, o sorteio da amostra, a crítica, a digitação e a consistência dos dados levantados e elaboração de tabelas (Núcleo de Estatística). O DIEESE responde pela análise e a SETRAB pela coleta de dados.

A partir de outubro a PED passou por mudança metodológica com a inserção de novos indicadores. Neste novo modelo a pesquisa é realizada com o auxílio de tablet não havendo necessidade de digitação e consistência por parte da Codeplan.

Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílio – PMAD

A Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD) tem como objetivo fornecer uma base de dados abrangendo os aspectos socioeconômicos dos municípios que compõem, em conjunto com o DF, a denominada Área Metropolitana de Brasília (AMB), composta por 12 municípios goianos próximos ao Distrito Federal e que com este têm alto nível de integração: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Atividade realizada desde 2013, ferramenta fundamental para diversos órgãos distritais, federais e estaduais na elaboração de políticas públicas, uma vez que revela a dinâmica existente entre o DF e municípios da Área Metropolitana de Brasília.

A Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD vem suprir a carência de dados e informações com vistas a subsidiar o Governo do Distrito Federal e de Goiás no planejamento na tomada de decisões, bem como os demais órgãos públicos, privados e organismos envolvidos com a questão do desenvolvimento socioeconômico da área metropolitana da capital do país.

Para realizar a PMAD foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan, a Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal do Estado de Goiás e a Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília (AMAB). Neste acordo coube à Codeplan a coordenação da pesquisa, crítica dos dados coletados, digitação consistência e análise. Às prefeituras realizaria a coleta de dados.

Para tanto, constituíram objeto de investigação da pesquisa, as áreas urbanas de 12 municípios goianos próximos ao DF, a saber: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Cocalzinho, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás, com uma amostra de 11.000 domicílios.

Em 2015/16 foram realizadas as coletas de dados de Águas Lindas, Valparaíso de Goiás Cocalzinho, Padre Bernardo, Planaltina, Cristalina e Formosa. Os dados foram criticados e digitados pela Gerência de Pesquisa Socioeconômicas-GEREPS

A análise dos dados está sendo realizada pela Gerência de Estudos Regional e Metropolitano - GEREM

A coleta dos dados não foi realizada pelas Prefeituras dos municípios de Cidade Ocidental, Alexânia, Novo Gama, Santo Antonio do Descoberto e Luziânia, conforme previsto no Acordo de Cooperação Técnica. Os resultados de Cristalina e Formosa apresentam inconsistências que requerem aplicação de novos questionários em parcela da amostra.

Para a conclusão do trabalho de campo a Codeplan realizou licitação em novembro de 2016 e os trabalhos deverão ser entregues pela firma contratada no início de 2017.

Pesquisa sobre Conselhos Tutelares do Distrito Federal

Cumprindo o papel de subsidiar o Governo do Distrito Federal com estudos e pesquisas nas áreas do planejamento e monitoramento das políticas públicas, propusemos à Secretaria de Estado da Criança, do Adolescente e da Juventude do Distrito Federal – SECRIANÇA, uma agenda de diálogo com os segmentos da Política de Atenção a Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal. Esta agenda tem como objetivo dar visibilidade e fortalecer as redes de serviço, proteção e defesa dos interesses das crianças e adolescentes. Possibilitando uma melhor compreensão de seu funcionamento e das informações para subsidiar a execução das políticas públicas.

- Levantamento sobre o perfil dos novos conselheiros tutelares, eleitos para a gestão 2016/2019,
- Mapeamento das áreas de abrangência e localização dos Conselhos.
- TD sobre Conselhos Tutelares

Avaliações sobre Gasto Público no DF.

O Laboratório de Avaliação da Gestão Pública (LAG Codeplan) é uma iniciativa da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan visando à criação de um espaço público de debates e uma rede de pesquisadores voltada para a análise de questões fiscais, tributárias, de políticas e serviços públicos e seus impactos na qualidade de vida da população. O LAG Codeplan é composto por pesquisadores de diversas instituições locais, nacionais e internacionais, comprometidos com a avaliação científica e criteriosa do conjunto de elementos que compõem o gasto público. Os interesses convergem no sentido de produzir conhecimento aprofundado, rigoroso e sistemático sobre as características do gasto público e seus impactos. Para tanto, e dada a complexidade do objeto de estudo proposto, são utilizadas metodologias diversas e aparato conceitual e teórico variado.

- Pesquisa sobre Impactos do Gasto Público do GDF no Mercado do DF - Nota técnica elaborada
- Pesquisa sobre Impactos do Gasto Público do GDF no nível de emprego e salários do DF - Nota Técnica Interativa elaborada

- Pesquisa sobre Impactos de Compras Públicas do Brasil Central - Nota técnica interativa elaborada.

Estudos e Análises de Políticas Sociais

Estudos

- **Perfil do Afroempreendedor no Distrito Federal**

O objetivo desse trabalho foi traçar o perfil do afroempreendedor no Distrito Federal. Para tanto, foram utilizadas informações da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2013, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 e da Pesquisa de Emprego e Desemprego de 2015.

- **Trajatória das mulheres no Distrito Federal – 50 anos de conquistas**

O trabalho apresentou a composição populacional no Distrito Federal no período analisado, trazendo informações sobre o total da população por gênero e por raça/cor. Também foram apresentadas informações sobre as condições de moradia, abordando a posse de casa própria, o acesso a serviços públicos básicos e a posse de bens duráveis selecionados. Por fim, foram analisadas informações sobre o número médio de filhos tidos, escolarização, rendimento e desigualdade.

- **Aplicação do Critério Brasil aos dados da PDAD 2013 e 2015.**

O objetivo desse trabalho foi aplicar o Critério Brasil, proposto pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, aos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, edições de 2013 e 2015.

- **Motivações para o Consumo de Alimentos Orgânicos - Possibilidades do Distrito Federal.**

O estudo tem por objetivo detectar determinantes da demanda local, evidenciando e sugerindo potenciais de mercado com vistas a apresentar elementos capazes de colaborar para a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico da Capital Federal.

- **Levantamento de base de dados/2º semestre de 2016 - Notas Fiscais Eletrônicas**

O objetivo desse trabalho foi levantar, junto à Secretaria de Estado de Fazenda, uma base dos registros das Notas Fiscais Eletrônicas que permita futuros estudos a respeito do comércio realizado pelo Distrito Federal, mas organizado de modo a não comprometer o sigilo fiscal.

- **O perfil dos Conselheiros Tutelares eleitos para o mandato 2015-2019.**

O objetivo deste estudo foi recuperar o contexto histórico da atuação destes agentes, entender como tem sido o processo de eleição dos mesmos e mapear as interações institucionais que permeiam a atividade dos Conselhos.

- **Estrutura dos Conselhos Tutelares do DF**

Este estudo buscou a partir da aplicação de questionários e visitas a todos os Conselhos Tutelares do Distrito Federal coletar informações sobre estrutura física da unidade, sua articulação com a rede e sobre o seu processo de trabalho. Neste trabalho, também foram realizadas entrevistas com coordenadores de seis unidades escolhidas segundo critérios estabelecidos pela Secria e Codeplan, levantando informações sobre a estrutura, organização, atuação e trajetória do Conselheiro no DF e a sua percepção sobre o Estatuto da Criança e Adolescente.

- **Perfil da Juventude do DF – uma análise a partir dos dados da PDAD 2015/2016.**

O estudo levantou o perfil do jovem do Distrito Federal e identificou as principais diferenças entre as regiões administrativas, de forma a colaborar para o ajuste de oferta de políticas, buscando o rompimento de padrões de desigualdade e vulnerabilidade presentes no Distrito Federal.

- **Conhecimento, tecnologia e inovação para o desenvolvimento de Brasília**

Texto propositivo, que poderia constituir-se em um Plano de Desenvolvimento, dada sua envergadura e poder de transformação. Propõe-se aproveitar as oportunidades da fase vivida pela economia e sociedade mundiais, investindo em conhecimento, na mobilização da inteligência da população e nas tecnologias que permitem sua produção e disseminação. Propõem-se como eixos principais: a educação em todos os níveis, principalmente o fundamental; a produção de conhecimentos relacionados à realidade local, em termos econômicos, territoriais, sociais e políticos; a criação de conteúdos diversos relacionados ao Distrito Federal como história, território, cultura e etc. a serem disponibilizados na web; o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação na gestão pública permitindo salto qualitativo; aproximação da sociedade com o governo melhorando os canais de comunicação; envolvimento da população na solução de problemas; pesquisa e inovação.

Projetos em andamento

- **Projeto de Capacitação Interativa e de Colaboração Social**

Projeto elaborado pela Universidade de Brasília e a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal que visa a identificação de procedimentos a serem implementados com o objetivo de melhorar a convivência social entre os diversos segmentos, em particular a polícia e a população. Diversas reuniões foram realizadas, assim como o Seminário Direitos Humanos, Participação Social e Polícia Cidadã. Um Plano deverá ser elaborado até fevereiro de 2017.

- **Pesquisa sobre o Programa de Atenção ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa**

O objetivo desta pesquisa é analisar o funcionamento da política de atenção ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

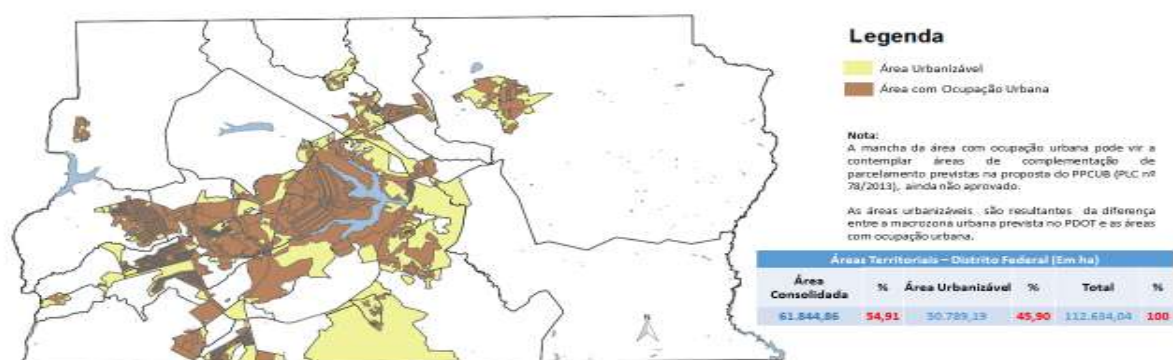
Estudos e Pesquisas Urbanas e Ambientais

- Estudos Urbanos e Ambientais de 18 Regiões Administrativas do DF e Estudo Urbano Ambiental Consolidado do DF

a) Elaboração de dezoito estudos de caracterização urbana e ambiental das Regiões Administrativas (RAs) de Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Estrutural, Fercal, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Park Way, Plano Piloto, São Sebastião, SIA, Sudoeste/Octogonal, Taguatinga, Varjão, Vicente Pires, em continuidade aos treze estudos de caracterização urbana e ambiental realizados em 2015, completando, assim, as 31 RAs do DF. Os estudos contêm informações sobre o histórico, a localização, a inserção nas Unidades de Planejamento Territorial – UPTs, a evolução urbana, a ocupação territorial, os vetores de expansão urbana, o zoneamento de acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, as áreas consolidadas e urbanizáveis, as áreas de regularização urbana, as tendências de verticalização, as unidades de conservação, os parques, a hidrografia, os equipamentos públicos, a infraestrutura urbana, o sistema viário, o transporte urbano, as ciclovias, tudo ilustrado por meio de mapas, gráficos e figuras, além de fotos de áreas residenciais, comerciais, equipamentos públicos e de lazer.

b) Elaboração do Estudo Urbano Ambiental Consolidado do DF, sintetizando informações das 31 RAs do DF. A seguir, apresentam-se alguns exemplos de mapas e gráficos produzidos neste trabalho.

DISTRITO FEDERAL



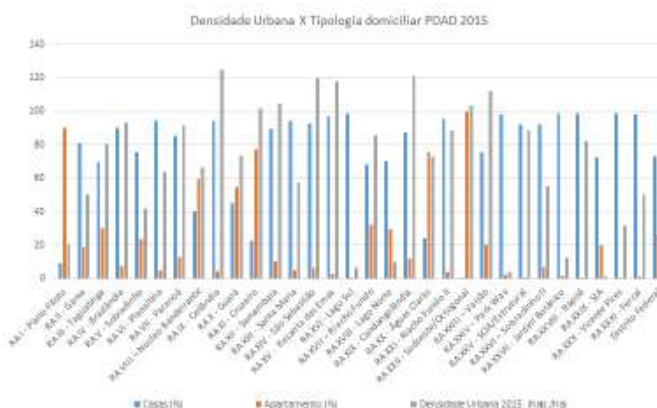
Fonte: Elaboração DEURACODEPLAN a partir de base de dados da SEGETH 2015. Poligonal definida de acordo com a PDAD



ÁREAS COM OCUPAÇÃO URBANA E URBANIZÁVEIS

Evolução da Verticalização e Densidade Urbana			
Regiões Administrativas (RAs)	Casas (%)	Apartamentos (%)	Densidade Urbana 2011 (hab./ha)
RA I - Plano Piloto	9,28	90,14	20,81
RA II - Guara	80,92	18,71	50,88
RA III - Taguatinga	69,78	30	80,43
RA IV - Brasília	89,85	7,4	93,46
RA V - Sobradinho	75,45	23,57	41,78
RA VI - Planaltina	94,31	4,86	83,7
RA VII - Paranoá	85,28	12,98	91,4
RA VIII - Núcleo Bandeirante	40,4	59,6	66,28
RA IX - Collândia	94,27	4,24	124,8
RA X - Gama	45,25	54,49	79,39
RA XI - Cruzeiro	22,8	77,2	102,44
RA XII - Sudoeste	89,29	10,49	104,68
RA XIII - Santa Maria	94,35	5	57,58
RA XIV - São Sebastião	92,86	6,44	119,75
RA XV - Recanto das Emas	96,98	2,76	117,87
RA XVI - Lago Sul	88,8	0,4	8,66
RA XVII - Riacho Fundo	68	32	86
RA XVIII - Lago Norte	70	29,8	8,81
RA XIX - Carandá/Brasília	87,2	12	120,82
RA XX - Águas Claras	24,14	75,75	73,11
RA XXI - Riacho Fundo II	95,6	4	88,4
RA XXII - Sudoeste/Octogonal	0,11	99,89	103,22
RA XXIII - Varjão	75,75	20,44	111,87
RA XXIV - Park Way	97,8	2,2	3,66
RA XXV - SIA/Estrutural	92,4	0,6	88,69
RA XXVI - Sobradinho II	92,37	7,26	55,24
RA XXVII - Jardim Botânico	98,4	1,8	12,27
RA XXVIII - Itapoã	98,8	0,8	81,93
RA XXIX - SIA	72,24	20	0,94
RA XXX - Vicente Pires	98,3	0,76	51,84
RA XXXI - Fercal	97,8	1	50,61
Distrito Federal	72,71	26,6	52,18

Fonte: Elaboração GEURBOEURA/CODEPLAN a partir de base de dados da SEGETH 2015

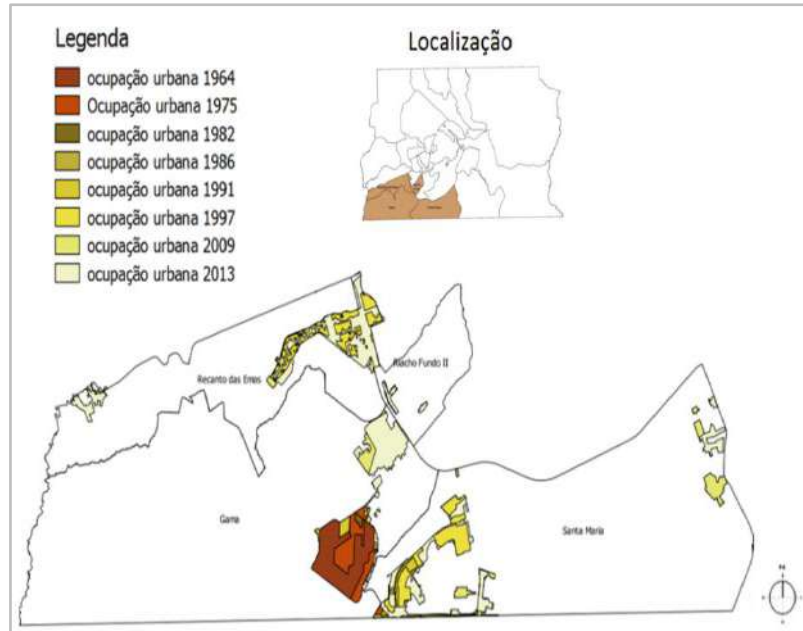


- Estudo Urbano e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial – UPT Sul

O Estudo Urbano e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial – UPT Sul é o primeiro de sete estudos de caracterização e análise urbana e ambiental das 7 Unidades de Planejamento Territorial – UPT do DF. Estes estudos contêm dados detalhados sobre o histórico da UPT e das Regiões Administrativas que a integram; dados e análises de população,

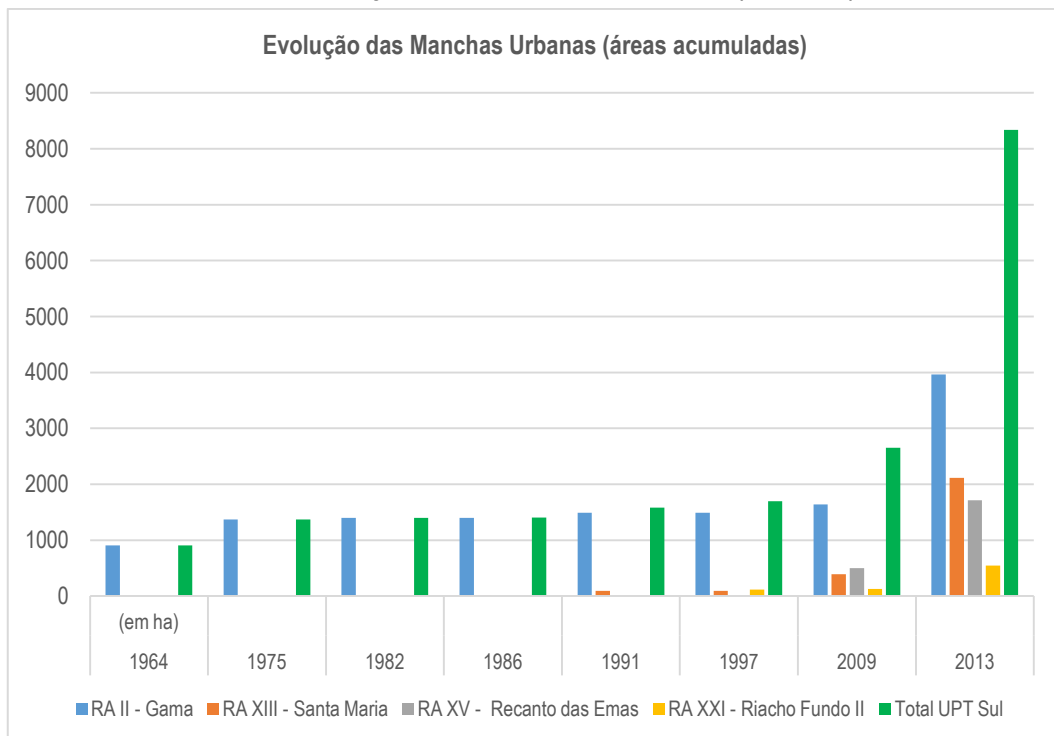
renda e emprego; dados e análises da ocupação urbana, evolução da ocupação, zoneamento territorial, áreas consolidadas e urbanizáveis, áreas de regularização urbana, vetores de crescimento, verticalização e densidades urbanas; caracterização física e ambiental incluindo dados de geomorfologia, geologia, vegetação, hidrografia, unidades de conservação, parques, áreas de proteção de mananciais; dados e análises da infraestrutura urbana, caracterização de domicílios e mobilidade urbana. O Estudo da UPT Sul está em fase final de revisão e formatação. A seguir, apresentam-se alguns exemplos dos mapas e gráficos produzidos no Estudo Urbano e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial – UPT Sul.

Figura – Evolução da Ocupação Urbana UPT Sul (1964-2013)



Fonte: DEURA/CODEPLAN a partir de base de dados da SEGETH 2015

Gráfico - Evolução da Mancha Urbana na UPT Sul (1964-2013)



Fonte: DEURA/CODEPLAN a partir de base de dados da SEGETH 2015

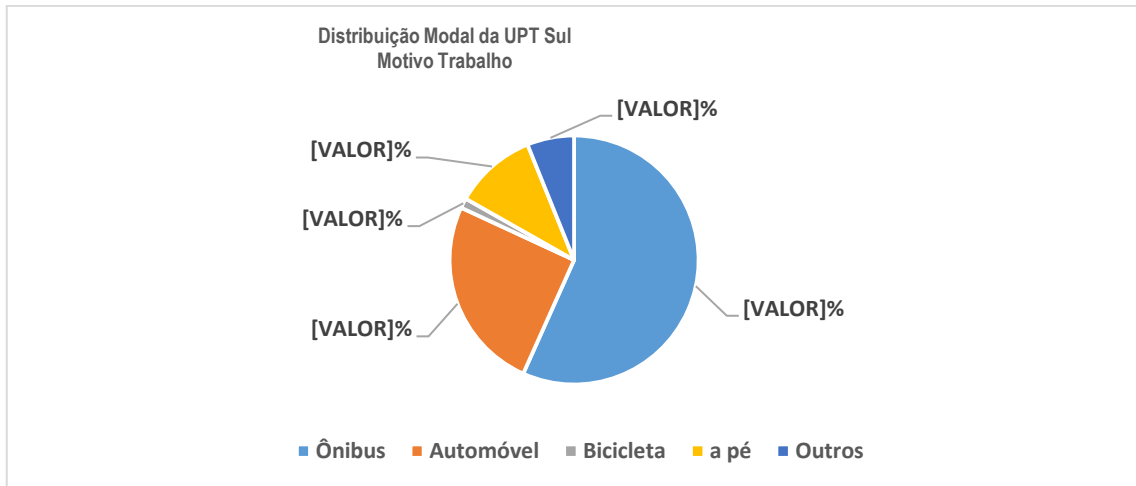


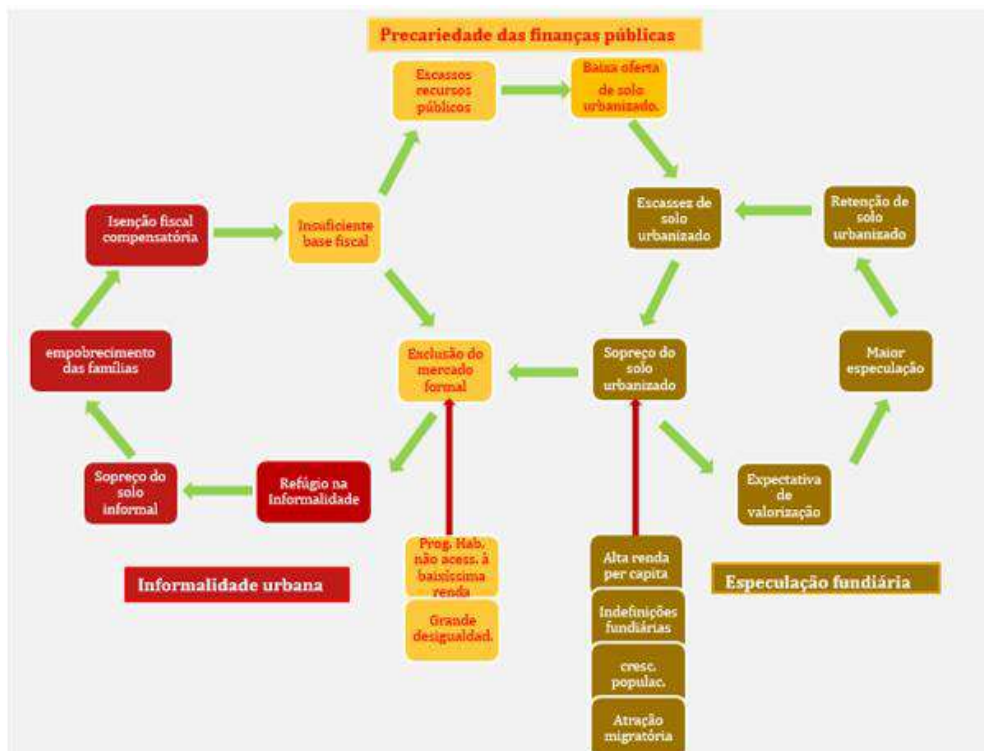
Gráfico - Modo de Transporte pendular utilizado pelas pessoas que moram na UPT Sul.

Fonte: DEURA/CODEPLAN a partir de base de dados da PDAD/2015

Informalidade Territorial e Mercado de Terras Urbanas no DF

Foi elaborado o Texto para Discussão/TD N° 18 Informalidade Territorial e Mercado de Terras Urbanas No DF, abordando a informalidade territorial urbana em Brasília-DF sob a ótica do funcionamento do mercado de terras urbanas. Na América Latina, a sua imperfeição e oferta inelástica são agravados por uma escassez de terra formal que faz com que a oferta de terrainformal seja atipicamente crescente e maior. Ações de regularização, ao invés de corrigirem essa distorção, têm agravado o quadro da informalidade, gerando um círculo vicioso que acarreta grande dificuldade para a gestão territorial. No DF, algumas particularidades se agregam a esse quadro geral, como a situação fundiária, o histórico da ocupação urbana e fatores socioeconômicos. Conclui-se que políticas preventivas, que incluem uma oferta crescente de terraformal, desestimulam a informalidade e são mais efetivas que as políticas meramente curativas. A seguir, apresenta-se os esquemas dos círculos viciosos e virtuosos da informalidade territorial urbana no DF.

Figura – Círculos viciosos da informalidade territorial urbana no DF



Fonte: Elaboração própria com base em Morales e Smolka (2005)

Figura – Círculos virtuosos da informalidade territorial urbana no DF

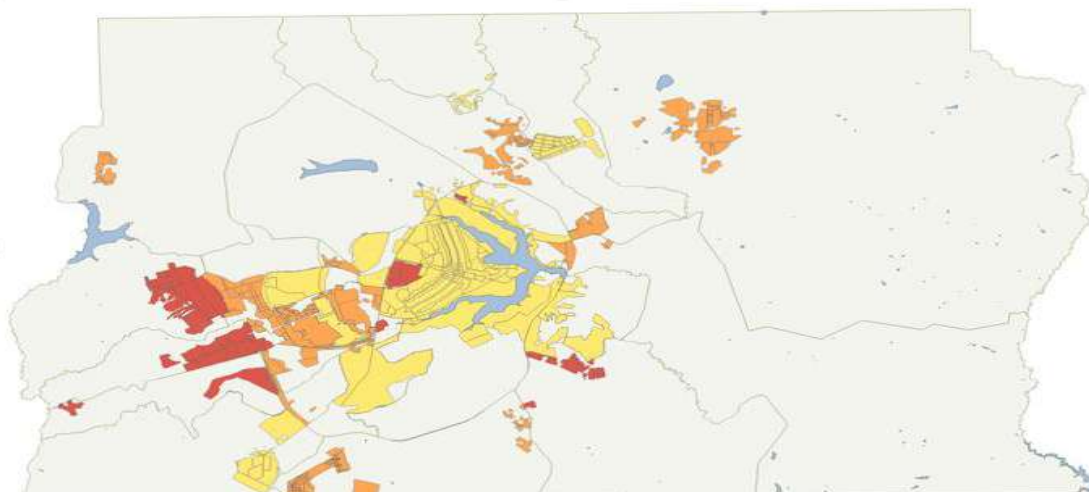


Fonte: Elaboração própria com base em Morales e Smolka (2005)

Densidades Urbanas das Regiões Administrativas do DF

O objetivo do estudo foi calcular a densidade urbana das Regiões Administrativas - RAs do DF comparando-as entre si e relacionando-as com: a) a distância à área central – CBD do DF; b) o percentual de casas e apartamentos/quintinetes; c) a renda domiciliar per capita e d) o valor médio dos imóveis. A densidade urbana, calculada para as Regiões Administrativas - RAs do DF, é a relação entre a população urbana estimada pela PDAD e a área com ocupação urbana da RA. Difere-se da densidade demográfica da RA, que é a relação entre população total e a área total da RA e não expressa a densidade das áreas efetivamente ocupadas com características urbanas, formal e informal. Foram utilizados dados populacionais, de renda e dos domicílios segundo o tipo da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio - PDAD 2013 e 2015. O estudo encontra-se em fase de revisão para publicação como Texto para Discussão/TD.

Figura – Densidades Urbanas no DF



Fonte: Elaboração DEURA/CODEPLAN

Legenda
 0 a 50 hab./ha
 51 a 100 hab./ha
 101 a 150 hab./ha
 Lagos e Represas



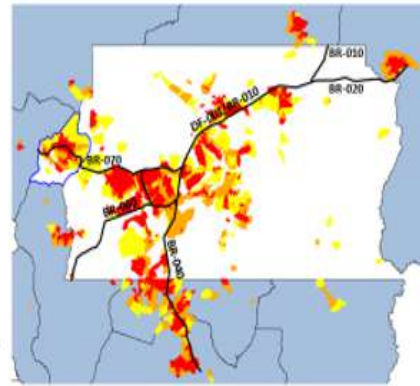
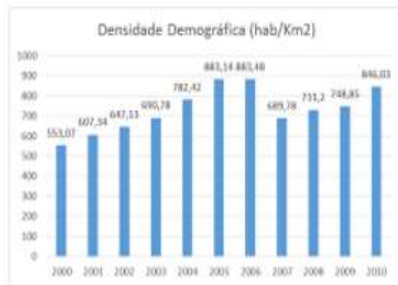
Estudos Urbanos e Ambientais dos Municípios da Periferia Metropolitana de Brasília

Elaboração dos estudos de caracterização urbana e ambiental dos municípios goianos de Águas Lindas e Padre Bernardo. Os estudos apresentam dados sobre o histórico, a localização, as informações geográficas, a evolução urbana, a setorização, os equipamentos públicos, a infraestrutura urbana, o sistema viário, as tendências de verticalização, as unidades de conservação e os parques. Os estudos são ilustrados por meio de mapas, gráficos e figuras, além de fotos de áreas

residenciais, comerciais, equipamentos públicos e de lazer das cidades. A seguir, apresentam-se alguns exemplos dos mapas e gráficos produzidos no Estudo Urbano Ambiental de Águas Lindas.

Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
População Estimada	105.740	116.122	123.790	132.070	149.598	159.294	168.919	131.884	139.804	143.179	159.378
Taxa de Crescimento Populacional (%)	-	-	-	-	-	8,54	8,12	3,21	3,55	3,42	4,19
Densidade Demográfica (hab/Km ²)	553,07	607,54	647,13	690,78	782,42	883,14	883,48	689,78	731,2	748,85	846,03

Fonte: Instituto Mauro Borges /GO www.imb.go.gov.br/



codeplan

Fonte: Elaboração DEURA/CODEPLAN

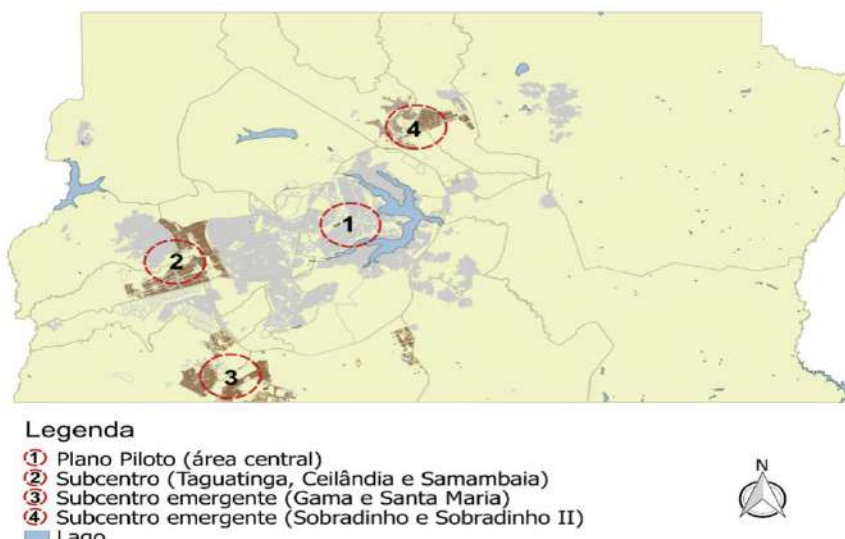
INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

Estudos e Pesquisas de Mobilidade

Novas áreas de Centralidade e Mobilidade Urbana no DF

O estudo se propôs a refletir sobre novas áreas de centralidade do Distrito Federal (DF) e sua relação com a mobilidade e o transporte urbano da região. As conclusões apontaram que o Plano Piloto se mantém como a principal centralidade da Área Metropolitana de Brasília, mas a participação percentual da sua população no DF é decrescente. Observa-se uma tendência de criação de postos de trabalho nas demais RAs, especialmente no setor terciário (comércio e serviços), ocupados por trabalhadores de escolaridade mais baixa (ensino fundamental incompleto e ensino médio), o que pode significar uma desconcentração progressiva desse tipo de emprego no Plano Piloto. Os resultados do estudo foram publicados na Revista Brasília em Debate Nº 13, em maio de 2016. A seguir, apresenta-se figura com a indicação dos subcentros estudados.

Figura – Localização da área central e dos subcentros no DF.



Fonte: Elaboração dos autores (Velloso e Jatobá, 2016)

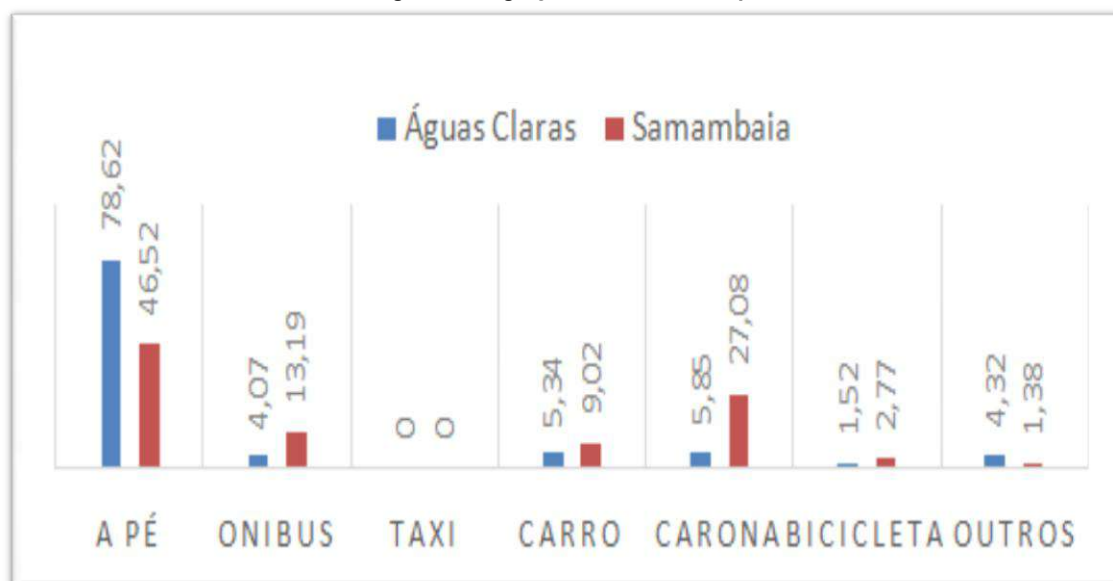
Estudo de diagnóstico físico, de acessibilidade e demográfico na região de influência da rodoferroviária de Brasília para possível instalação de posto de atendimento do NA HORA

O estudo teve como objetivo apresentar o diagnóstico físico, de acessibilidade e demográfico da Região da Rodoferroviária de Brasília, do Shopping Popular e de suas possíveis áreas de influência, para subsidiar o Governo do Distrito Federal na tomada de decisão sobre a instalação de um novo posto do NA HORA na localidade. Este estudo foi publicado na Codeplan como Nota Técnica.

Identificação da intermodalidade nas estações do Metrô em Águas Claras e Samambaia

Este estudo apresentou o resultado da pesquisa de campo realizada em estações do metrô localizadas nas Regiões Administrativas de Águas Claras e de Samambaia, no Distrito Federal (DF), fruto do trabalho de conclusão do Curso “Mobilidade Urbana: Princípios e Desafios”, ministrado na Universidade UniCEUB em parceria com a Codeplan. O objetivo do estudo foi conhecer o perfil do usuário do metrô dessas estações e o tipo de integração modal escolhido ao embarcar e desembarcar. Este trabalho foi publicado na Revista Brasília em Debate Nº 13, em maio de 2016.

Figura – Integração Modal - Embarque



Estacionamento em Quadras Comerciais do Plano Piloto. O caso da Entrequadra 207/208 Norte “Rua da Informática”

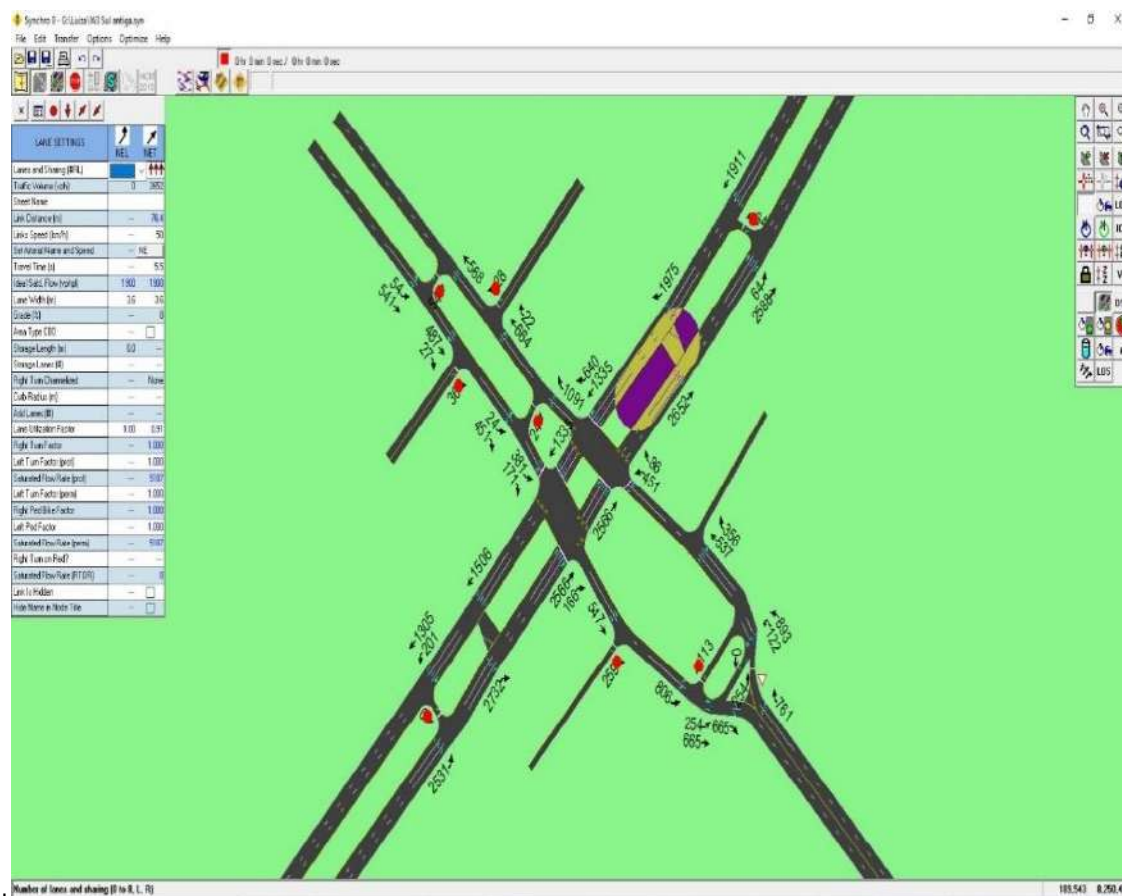
As quadras comerciais do Plano Piloto, que em geral são bem recebidas pela população de Brasília, abrigam várias lojas de pequena dimensão e de alto grau de especialização que dificultam o tráfego e o estacionamento para os usuários, pois esses locais se transformaram em polos geradores de tráfego, sem nunca terem sido submetidos a qualquer análise de impacto de trânsito. Por este motivo, é cada vez mais necessário que esses comércios locais sejam alvo de gerenciamento do governo, pois a dificuldade encontrada pelos clientes para estacionarem, aliado ao incômodo gerado aos residentes, propicia um conflito entre moradores e consumidores, além de ocasionar a perda de clientela pelos comerciantes. Com o intuito de conhecer melhor esta realidade, foi realizada uma pesquisa de campo na “Rua da Informática”, localizada na Entrequadra 207/208 Norte, que tinha como objetivo levantar a demanda por vagas de estacionamento pelos comerciantes, em um dia útil da semana, em horário comercial, e comparar com a oferta de vagas de estacionamento na região. Este estudo foi publicado na Codeplan como Nota Técnica.

Estudo das paradas de ônibus na via W3 Sul após implantação da faixa exclusiva de ônibus utilizando software demicrosimulação de tráfego

Este trabalho pretendeu avaliar a situação de operação das paradas de ônibus localizadas na via urbana W3 Sul, importante via arterial da cidade, após implantação da faixa exclusiva que ocorreu em 2012. Para tanto, foi escolhida uma interseção típica da via para ser alvo de análise por meio de microsimulação de tráfego. Foram então realizadas pesquisas de campo como contagem volumétrica e classificatória de veículos, identificação do horário de pico, tempo de deslocamento, entrada e saída de usuários do transporte coletivo, índice de carregamento, número de linhas na via, locação das paradas de ônibus e tempo semafórico. A partir dos levantamentos, foi realizada uma simulação microscópica de tráfego utilizando o software Syncro. O estudo considerou que a implantação da faixa exclusiva permitiu uma operação com fluxo mais estável ao longo do dia, entretanto, observou-se que na hora pico o fluxo de ônibus opera com graves retenções nas regiões de parada de ônibus, fazendo com que muitos deles saiam deliberadamente da faixa exclusiva e migrem para a faixa adjacente, criando sérios problemas, tanto no que se refere à fluidez quanto à segurança da via. Observou-se também existirem conflitos com os veículos que fazem conversão à direita, pois as paradas de ônibus se encontram próximas aos cruzamentos. Desta forma,

concluiu-se que promover alterações na locação e distribuição das paradas de ônibus são medidas necessárias para melhorar as condições de operação da via.

Figura - Rede analítica microssimulada



Transporte noturno para pessoas que trabalham nos bares e restaurantes do Plano Piloto – Transporte da Madrugada

Este estudo teve como objetivo reportar a dificuldade que os trabalhadores de estabelecimentos noturnos enfrentam para se deslocarem do seu local de trabalho até sua residência na volta do trabalho. Trabalho apresentado na XXX ANPET, Congresso sediado no Rio de Janeiro, entre os dias 16 e 19 de novembro.

Estudo das crenças salientes e da intenção do condutor em respeitar a velocidade limite em vias urbanas

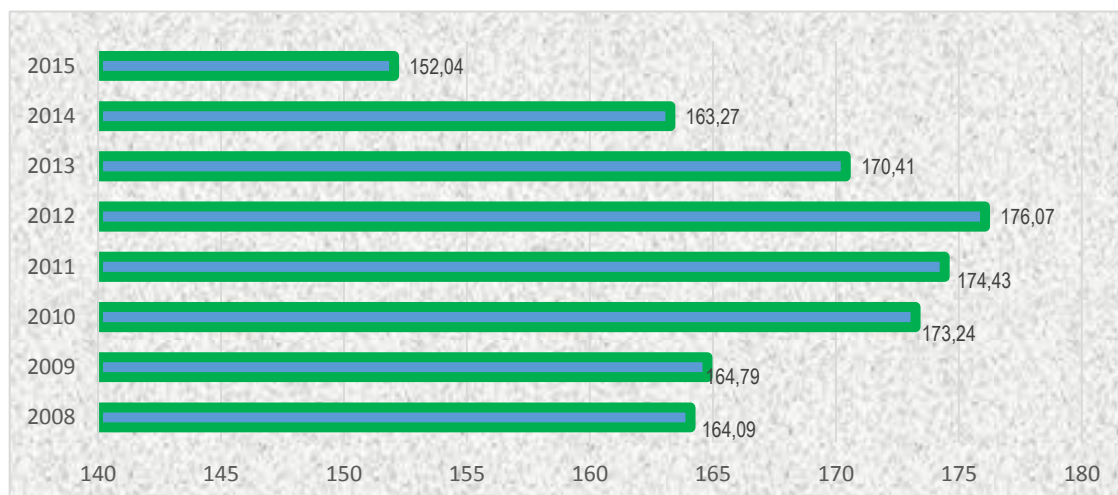
Este estudo, fundamentado na Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (TCP), teve como objetivo conhecer com profundidade as crenças do condutor de Brasília relacionadas ao respeito à velocidade limite em vias urbanas da cidade. A partir de um levantamento inicial com 35 condutores, foi identificado um conjunto de 39 crenças que foram, posteriormente, submetidas à verificação de 914 condutores quanto à concordância ou não com cada uma delas. Essas crenças foram então submetidas a uma análise fatorial que permitiu identificar os principais fatores ligados ao respeito à velocidade limite. Dentre eles, dois fatores se destacaram: o ligado às crenças de fiscalização e o das crenças de atitude positiva. Trabalho apresentado na XXX ANPET, Congresso sediado no Rio de Janeiro, entre os dias 16 e 19 de novembro.

Estudos e Pesquisas Ambientais

Pesquisa: Análises sobre Recursos Hídricos no DF

A pesquisa resultou na publicação do Texto para Discussão “Consumo de Água em Brasília: Crise e Oportunidade”. Esta pesquisa de longo prazo, na sua 2ª etapa, atualizou os números relativos aos aspectos socioeconômicos do consumo de água em Brasília por meio de uma abordagem exploratória das características da demanda. Os estudos realizados foram divulgados através da palestra “Consumo de água no DF” proferida no 2º Seminário Águas Acima promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico em março de 2016. A pesquisa possibilitou o parecer sobre artigo “Regras urbanísticas [...] na sustentabilidade urbana e ambiental” para Revista “Brasília em Debate” nº 14 de outubro de 2016. Os estudos em andamento resultaram na colaboração como representante da CODEPLAN/DEURA na Câmara Temática ÁGUA do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do DF – CEDS/DF.

Figura - Consumo médio per capita - Distrito Federal litros/hab./dia

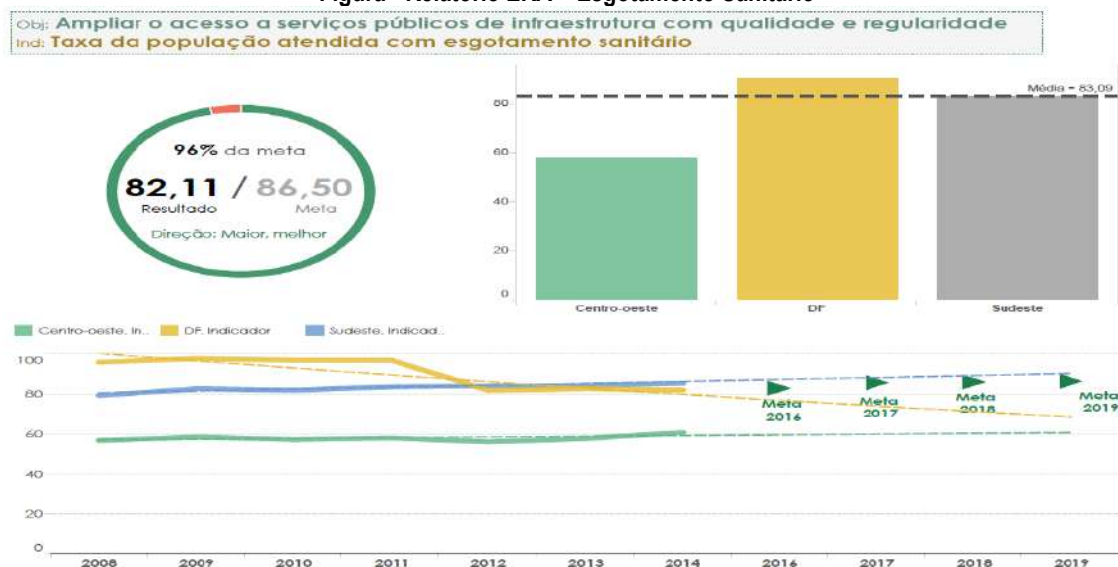


Fonte: Relatório de Indicadores de desempenho da CAESB 2016

Pesquisa - Construção de Indicadores de Qualidade Ambiental e Urbana

Na 2ª etapa desta pesquisa, de longo prazo, foram divulgados um conjunto de indicadores denominado **Indicador de Desempenho Ambiental Urbano – IDAU-DF 2013-2016**. O objetivo foi o de testar que pode ser utilizado como subsídio ao desenho de políticas públicas no Distrito Federal. Foi divulgado um quadro de indicadores piloto, para os períodos 2013/2016, com 28 indicadores agrupados em seis dimensões que permitem obter uma pontuação para cada RA em cada variável, em cada dimensão que resulta no indicador sintético para cada RA e para o DF. Procurou-se tornar disponível um sistema de indicadores para as 31 Regiões Administrativas que pudesse servir de contraponto para outros indicadores quantitativos que estão disponíveis ou em processo de construção. As atividades da pesquisa resultaram na celebração de **Acordo de Cooperação Técnica CODEPLAN-SEGETH** em dezembro de 2016 com o objeto “Construção de indicadores de qualidade e sustentabilidade urbana”. Os estudos permitiram a colaboração na elaboração dos indicadores do **Mapa Estratégico do Governo de Brasília** e a colaboração no estudo “Avaliação e Recomendações para o Mapa Estratégico e Indicadores estratégicos” encomendados pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF-DF. As atividades da pesquisa possibilitaram a colaboração na **Pesquisa de mapeamento das ações de Educação Ambiental** encomendada pela SEMA-DF e a colaboração na pesquisa de opinião sobre **“Práticas de separação de resíduos e de coleta seletiva”** encomendada pela Governadoria. As atividades da pesquisa foram divulgadas na oficina de trabalho **Instituto Mauro Borges-CODEPLAN**, dia 14 de setembro em Goiânia-GO. As informações analisadas permitiram a colaboração no **1º RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA SEPLAG**, de junho de 2016, relativo aos indicadores esgoto, drenagem, energia, resíduos, coleta seletiva e reciclagem.

Figura - Relatório ERA – Esgotamento Sanitário



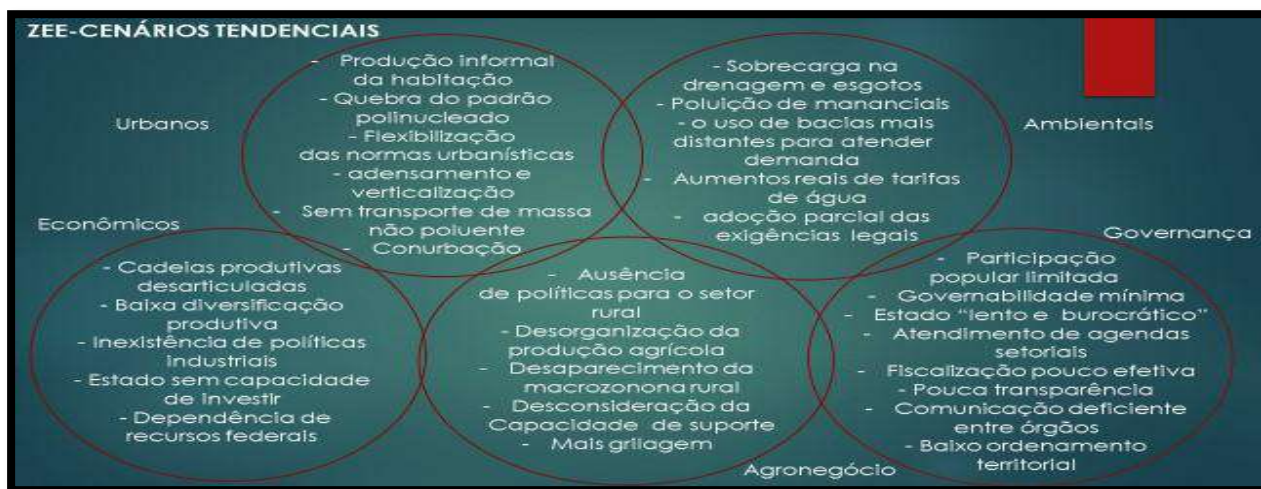
Pesquisa: Zoneamento Ecológico Econômico do DF

Esta atividade visa dar suporte às discussões técnicas que procuram relacionar o desenvolvimento econômico à Capacidade de Suporte Ambiental no Distrito Federal. As atividades desenvolvidas como representante da Codeplan na Comissão Distrital do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE-DF resultaram na participação nos seguintes estudos:

- o Elaboração do anteprojeto de lei do ZEE;
- o Relatório Cenários de longo prazo para o DF;
- o Relatório Alternativas locacionais; e
- o Relatório Diversificação da Base Produtiva.

A colaboração na elaboração do **Livro BRASIL 2035** com a participação como relator da temática Tendências “Territoriais” na perspectiva “socioeconômica” foi fruto do estudo sobre Cenários. Destes estudos resultaram o parecer para o Texto para Discussão “**Padrões [...] das bacias hidrográficas do Distrito Federal**” da Codeplan. A pesquisa resultou na elaboração do box “**ZEE-DF e Planejamento Territorial**” para a Revista Brasília em Debate nº 14 de outubro de 2016 e também em palestra proferida no Seminário “Perspectivas para o desenvolvimento da Área Metropolitana de Brasília” promovido pela UNB/IRD/Codeplan em 28029 de setembro de 2016.

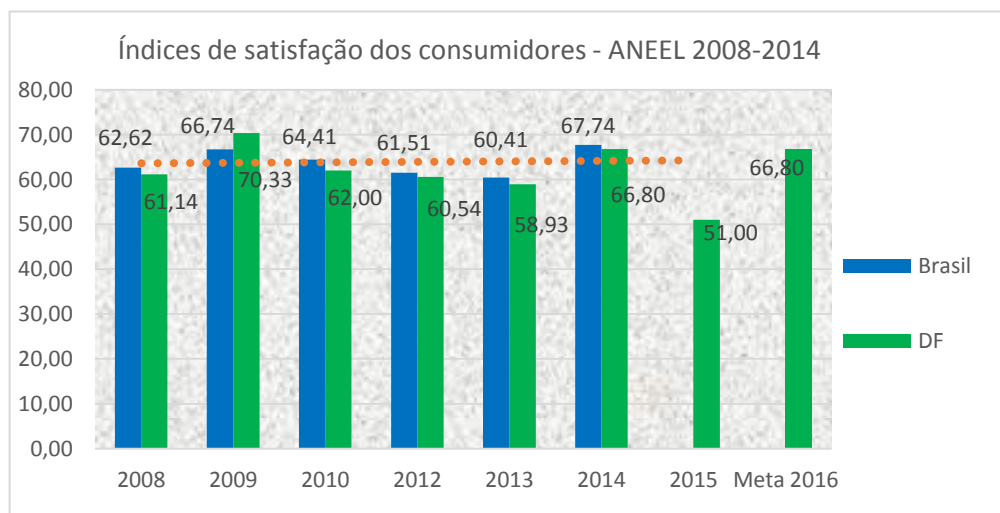
Figura 3: Cenários tendenciais de longo prazo para o DF (ZEE/DF)



Fonte: Apresentação realizada no Seminário "Perspectivas para o desenvolvimento da Área Metropolitana de Brasília"

Pesquisa: Análises sobre energia e uso de energias alternativas no DF

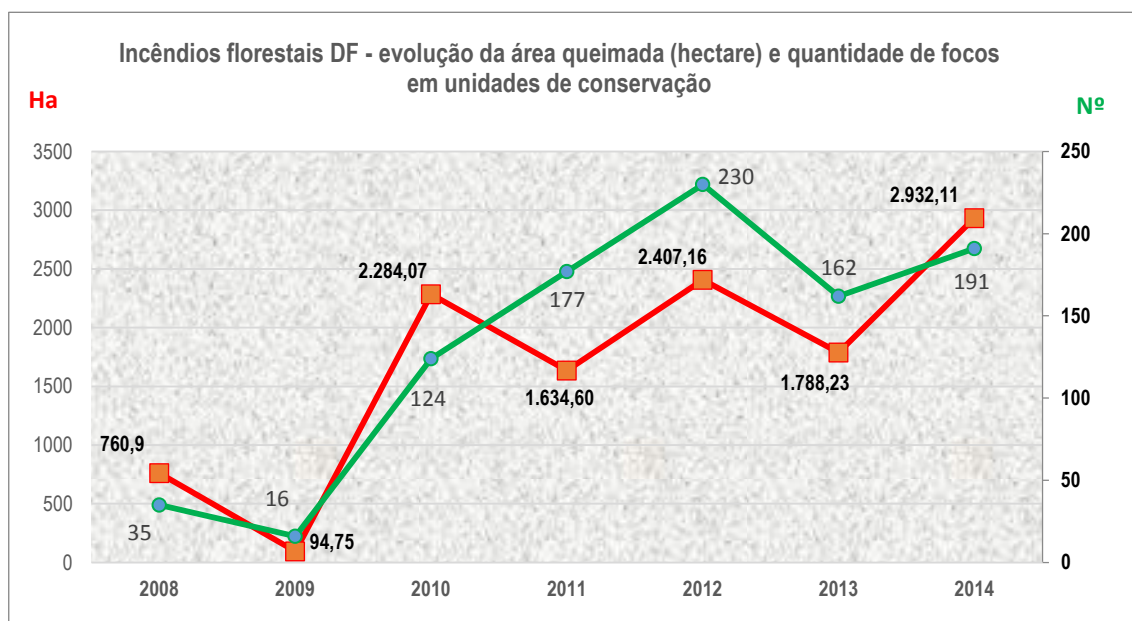
Esta pesquisa teve como objetivo analisar a oferta e a distribuição do consumo de energia no DF e nas RAs, as possibilidades de produção e uso de energias renováveis e estudos e projeções sobre as consequências das mudanças no clima. Este estudo contribuiu para a atuação como representante da CODEPLAN no “**Fórum de mudanças climáticas**”, coordenado pela Unidade estratégica de clima da SEMA-DF. Estas atividades contribuíram para a atuação como representante da CODEPLAN no **GT Brasília Solar**. Coordenado pela SEMA-DF e também na colaboração no Estudo Codeplan “**Análise da proposta de instalação residencial de sistema de energia solar fotovoltaica**” encomendado pela SEMA_DF.



Fonte: ANEEL RELATÓRIO IASC 2015 - CEB-Distribuição.

Pesquisa: BRASÍLIA RESILIENTE – Desastres Ambientais no DF

O objetivo deste estudo é analisar as estratégias que possam tornar o Distrito Federal mais resiliente, identificando quais seriam os desastres ambientais que Brasília hoje já sofre e que poderão nos impactar no futuro. Em termos ambientais, as vulnerabilidades na economia estariam especificamente na atividade agrícola, por sua estreita suscetibilidade aos eventos hidrológicos extremos, e de um modo mais geral na dependência das fontes de energia elétrica por estas se basearem nas usinas hidrelétricas, que dependem dos ciclos hidrológicos. As estatísticas para Brasília indicam que 97% dos desastres naturais são Incêndios Florestais, que têm aumentado em número de ocorrências e na extensão das áreas queimadas. Por conta dos números observados, cresce a importância dos investimentos em monitoramento e prevenção de desastres e no planejamento e a gestão de riscos.



Fonte: IBRAM - Relatório do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais 2016

Estudos e Atividades em Andamento

- Elaboração de Atlas temático do Distrito Federal. Coordenação – Elza Parreiras.
- Pesquisa de opinião sobre as atividades da ADASA. Coordenação – Alexandre Brandão.
- Estudo Urbano e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial – UPT Oeste – Gerência de Estudos Urbanos.

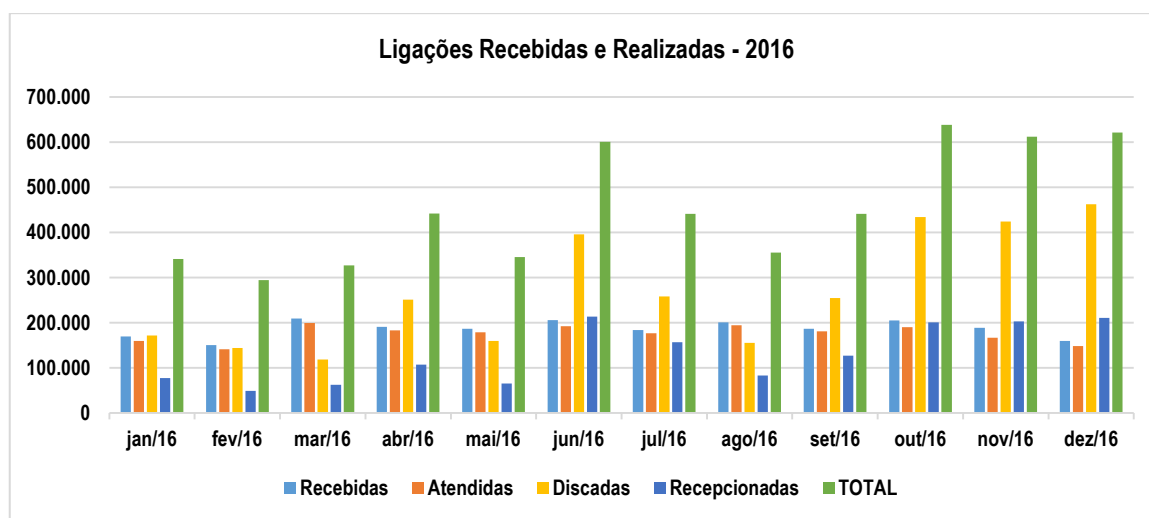
Manutenção do Serviço de Atendimento ao Cidadão

Serviço realizado através de contrato com a empresa VANERVEN SOLUTION, cujo objeto é o fornecimento de solução global de Call Center, para atender aos serviços da Central Única de Atendimento Telefônico ao Cidadão do Distrito Federal, envolvendo todos os recursos tecnológicos e humanos, incluindo pesquisa, desenvolvimento de métodos, técnicas, padrões de interação e relacionamento com os usuários por meio de multicanais (telefone, e-mail, chat, web, mídias sociais, etc.) Também, há um contrato celebrado com a empresa Oi S/A, para prestação de serviços de transmissão de dados entre a Central de Atendimento telefônico ao Cidadão e a Rede de Serviços GDFNET e os serviços de transmissão de voz para atendimento à população, através das centrais 156, 160 e 162.

Ligações Recebidas / Atendidas

Ano/Mês	Recebidas	Atendidas	Ano/Mês	Ligações Ativas Discadas	Ligações Ativas Recepcionadas	Total Geral
jan/16	169.546	159.421	jan/16	171.366	77.321	340.912
fev/16	150.040	141.086	fev/16	143.999	48.410	294.039
mar/16	208.926	199.383	mar/16	117.953	62.224	326.879
abr/16	190.466	182.800	abr/16	251.173	106.878	441.639
mai/16	186.182	178.564	mai/16	159.321	65.212	345.503
jun/16	205.285	191.819	jun/16	395.656	213.449	600.941

Ano/Mês	Recebidas	Atendidas	Ano/Mês	Ligações Ativas Discadas	Ligações Ativas Recepcionadas	Total Geral
jul/16	183.535	176.580	jul/16	257.744	156.635	441.279
ago/16	200.341	194.315	ago/16	154.983	82.604	355.324
set/16	186.471	180.468	set/16	254.871	127.135	441.342
out/16	204.618	189.874	out/16	434.097	200.562	638.715
nov/16	188.245	166.690	nov/16	424.065	202.903	612.310
dez/16	159.160	148.155	dez/16	462.381	210.378	621.541
Total	2.232.815	2.109.155		3.227.609	1.553.711	5.460.424



Revista Brasília em Debate

Tem como objetivo estimular o debate e a reflexão sobre temáticas locais e nacionais, além de dar visibilidade às pesquisas com aspectos populacionais, socioeconômicos, sustentabilidade ambiental, planejamento urbano e territorial e indicadores. Os textos contam com a colaboração de economistas, professores, pesquisadores, cientistas políticos e sociais, entre outros especialistas. Trazem, prioritariamente, abordagens da conjuntura econômica e social. Em 2016 foram publicadas as edições nºs 13, 14 e 15.

-Carta de Serviços

A Carta de Serviços da Codeplan, elaborada sob a orientação da Ouvidoria Geral do Distrito Federal, foi disponibilizada no site da Codeplan, permitindo, desta forma, maior publicidade aos trabalhos elaborados pela Companhia.

PROGRAMA: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.000.000	88.663	80.683	80.683
5330 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO- PLANO PILOTO .	1.000.000	88.663	80.683	80.683
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	480.000	312.780	312.780	312.780
9635 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	480.000	312.780	312.780	312.780
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	300.000	1	0	0
2589 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	300.000	1	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	314.000	1	0	0
3879 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-- PLANO	314.000	1	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
PILOTO .				
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	600.000	1	0	0
9706 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	600.000	1	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	30.000	6.000	6.000	6.000
0049 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	30.000	6.000	6.000	6.000
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	107.049.387	106.429.639	106.191.875	106.191.875
8727 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF- PLANO PILOTO .	107.049.387	106.429.639	106.191.875	106.191.875
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	18.630.882	13.902.856	13.415.148	13.415.148
9557 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF- PLANO PILOTO .	18.630.882	13.902.856	13.415.148	13.415.148
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	40.000	15.958	15.958	14.145
8688 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF- PLANO PILOTO .	40.000	15.958	15.958	14.145
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5.741.878	2.411.792	2.324.165	2.239.053
9646 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF- P.PILOTO	5.741.878	2.411.792	2.324.165	2.239.053
TOTAL DO PROGRAMA 6003	134.186.147	123.167.691	122.346.609	122.259.684

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	4.401.001	9.102.326	8.019.035	8.019.035
6172 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	4.401.001	9.102.326	8.019.035	8.019.035
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.001.000	4.080.222	3.427.708	3.427.708
7031 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF- PLANO PILOTO .	1.001.000	4.080.222	3.427.707	3.427.707
TOTAL DO PROGRAMA 0001	5.402.001	13.182.548	11.446.743	11.446.743

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Notas Técnicas e Estudos

- “Análise Custo-Benefício e Estimação de Demanda: Considerações sobre o Caso da Realocação do Posto de Atendimento do ‘Na Hora’”. Realizada indicação de metodologia adequada para um estudo de viabilidade técnica-econômica para análise da mudança de local de um posto de atendimento do Na Hora.
- “Análise dos Empregos Formais no Distrito Federal a Partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)”. Analisa dados da RAIS de 2006 a 2015 para o DF como um todo e de 2006 e 2014 para cada RA. (Em revisão de texto final)
 - Empregos Formais Técnico-Científicos por RA
 - Analisa dados da RAIS por RA considerando as CBOs, tendo como objetivo identificar a localização das carreiras classificadas como “técnico-científicas”. (Em revisão de texto final)
 - “Avaliação da Qualidade do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) no Distrito Federal”
 - Estudos de cadastros/dados administrativos de endereços.
 - Estudo de compatibilização de dados cadastrais georreferenciados para uso interno. (Em andamento)
 - “Impacto da demografia nas taxas de desemprego no DF, São Paulo e Porto Alegre: a decomposição das taxas de participação por grupos etários”
 - Trabalho selecionado para seção de “posters” do XX ABEP e VII ALAP, realizado em Foz do Iguaçu entre 17 e 22 de outubro de 2016.
 - “Mães primíparas de 30 a 49 anos na área metropolitana de Brasília - 1996-2013”
 - Trabalho selecionado para seção de “Programação Científica” do XX ABEP e VII ALAP, realizado em Foz do Iguaçu entre 17 e 22 de outubro de 2016.
 - Estudos temáticos sobre a PDAD 2015: características da população idosa; movimentos de trabalho e emissão de CO₂; domicílios unipessoais e monoparentais; uso de energia solar.
 - Texto para Discussão: “Somos tão jovens? Impacto da demografia nas taxas de desemprego no DF, São Paulo e Porto Alegre: a decomposição das taxas de participação por grupos etários de 1992 a 2015”
 - Artigo em Revista: “Aspectos desiguais do mercado de trabalho”
 - Publicado na revista Brasília em Debate, disponível no site da Codeplan.

Desenvolvimentos de Aplicações e Infraestrutura de Dados

- Portal “Brasília em Números” - Reúne dados socioeconômicos do Distrito Federal. O objetivo do portal é prover informações relevantes para gestores públicos, imprensa e cidadãos em geral, com fácil usabilidade.
- Portal “Brasília em Números”: melhorias. A seção do Brasília em Números concluída no primeiro semestre se chamará “Brasília em Números – PAINEIS” e ganhará novos dados, além de um novo modelo de gestão. Além disso, passará a ser composto também pelo SIGA, MMT e um novo produto, denominado preliminarmente de “AMB”. Todos esses produtos estão passando por revisão e melhorias.
- Portal “Brasília em Mapas”. Disponibiliza ferramentas para visualizar e analisar dados espaciais do Distrito Federal. Na sua primeira versão disponibiliza dados do mapeamento da cobertura da terra com imagens de satélite de 1984 a 2015.
 - Portal “Brasília em Mapas”: melhorias. Tal como o Brasília em Números, o Brasília em Mapas irá incorporar, além de outras camadas de dados (como a do relevo), outras aplicações já desenvolvidas ou em desenvolvimento, a saber: Geoserviço das Ortofotos e Catálogo. (Em andamento)
 - AMB - Aplicação que apresenta resumo das informações mais solicitadas das RAs e municípios da AMB. (Em andamento).
 - OpenLBS - Serviço de localização de endereços desenvolvido a pedido da CGDF, atualmente utilizado pela Ouvidoria-DF. Status: melhorias em teste.
 - Codeplan na Web - Serviço que busca na WEB de menções sobre a Codeplan. Auxilia a ASCOM a dimensionar o impacto das ações da empresa sobre o público externo.
 - Listagem PDAD - Interface para inserção de dados pela equipe de digitação da GEREPS. A primeira utilização foi com novos domicílios listados pela equipe.
 - Questionários Codeplan - Desenvolvido para atender demanda externa a partir do Lime Survey. Poderá ser utilizado em outras pesquisas de consulta online à população.

Palestras do projeto Quintas Codeplane outras

- Políticas Públicas
- Indicadores de Políticas e Serviços
- Um Olhar Sobre o Desenvolvimento Regional da Área Metropolitana de Brasília
- Distrito Federal, o desafio de romper com a “monocultura” do serviço público
- Os ricos e a desigualdade de renda no Brasil
- Mobilidade Urbana: Tendências e Perspectivas
- Atividades Inteligentes e Humanas
- O impacto da formalidade do emprego e da inserção urbana no desenvolvimento casa-trabalho: O caso da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal
 - Oferta de mão de obra no DF - determinantes da participação na força de trabalho, impactos demográficos e efeitos da recessão econômica
 - Crise econômica e mercado de trabalho no Brasil: uma interpretação
 - Esperanças e Frustrações - Em busca de novos caminhos para a solução dos conflitos federativos
 - Perspectivas para o Plano Nacional de Educação - PNE - 2014/2024.
 - Desafios para implantação da política para a primeira infância.
 - “Missão Cruls: Uma Estratégia de Divulgação”.
 - “Missão Cruls: O Futuro das Águas Subterrâneas”.
 - “Missão Cruls: Projeto Carona Phone”.
 - Eficiência técnica nas escolas brasileiras: a situação do Distrito Federal no contexto nacional
 - Avaliação da Qualidade do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) no Distrito Federal

II Prêmio Codeplan de Trabalhos Técnicos-Científicos (Em parceria com a FIBRA/DF)

Trabalhos Premiados:

- 1º Lugar – TEMA: Diferencial Salarial Público-Privado no Distrito Federal
- 2º Lugar – TEMA: Caracterização de Consumidores, Atributos de Mercado e Estratégias para o crescimento da Cadeia Produtiva de Hortaliças Orgânicas no Distrito Federal e Entorno
- 3º Lugar – TEMA: Avaliação da Implementação de um Programa de Desenvolvimento Social: O caso do Serviço Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF)
- Menção Honrosa – TEMA: Atendimento da Vida Urbana por Meio da Morfologia dos Espaços
- Menção Honrosa – TEMA: Plano Brasil sem Miséria – Geração Autônoma de Renda para Redução da Extrema Pobreza na Área Rural do Distrito Federal

Encontros Urbanos—O projeto teve início em abril de 2016. Abaixo, as temáticas apresentadas:

1. “Mobilidade Urbana na Área Metropolitana de Brasília”, em 05/04/2016
2. “Brasília Resiliente— Desastres Naturais”, por Alexandre Brandão, em 26/04/2016
3. “Informalidade Territorial e Mercado de Terras Urbanas no Distrito Federal”, por Sérgio Jatobá, em 21/06/2016
4. “Desafios da interação entre Planejamento Urbano e do Transporte Metroviário: um olhar para as Áreas de Influência das Estações de Metrô do Distrito Federal”, por Fernanda Gomes, Arquiteta Urbanista/METRÔ-DF, em 22/11/2016
5. “Ranking de cidades verdes do DF – 2016 com base no Indicador de Desempenho Ambiental para o Distrito Federal – IDAU/DF 2016”, por Alexandre Brandão, em 06/12/2016.

Laboratório de Avaliação da Gestão Pública (LAG Codeplan)

É uma iniciativa da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan visando à criação de um espaço público de debates e uma rede de pesquisadores voltada para a análise de questões fiscais, tributárias, de políticas e serviços públicos e seus impactos na qualidade de vida da população. O LAG Codeplan é composto por pesquisadores de diversas instituições locais, nacionais e internacionais, comprometidos com a avaliação científica e criteriosa do conjunto de elementos que compõem o gasto público.

Workshop

O planejamento territorial e o ordenamento do uso do solo foram temas de debate na sexta-feira (26/08) na Residência Oficial de Águas Claras. Um workshop reuniu representantes do governo de Brasília e especialistas em arquitetura e urbanismo da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. O encontro fortaleceu a ideia de uma proposta de cooperação técnica para desenvolvimento urbano e design no Distrito Federal.

Portal Brasília em Mapas- Desenvolvido pela Codeplan, o site foi lançado dia 18/08/2016.

A análise da situação das terras do Distrito Federal ganhou uma ferramenta nova. A Companhia de Planejamento do DF (Codeplan) apresentou, nesta quinta-feira (18), na sede da empresa, o [Brasília em Mapas](#), portal que concentrará informações detalhadas sobre regiões da cidade. Ele subsidiará estudos acadêmicos e contribuirá para a elaboração de políticas públicas referentes à ocupação do solo.

Portal Brasília em Números

Idealizado pela Seplag e desenvolvido pela Codeplan, o portal reúne dados que mapeiam as áreas de demografia, economia, educação e trabalho no DF e possibilita realizar estudos a partir de várias séries históricas da Codeplan. Também visa a ampliar o acesso dos dados por gestores públicos, acadêmicos e população em geral.

Os relatórios impressos ganharam recursos visuais com gráficos e mapas. A interface, lançada durante as atividades da Semana da Educação para a Vida, compila os dados das Pesquisas Distritais por Amostra de Domicílio (PDADs), a série histórica de salários no Distrito Federal, os dados de emprego e desemprego e demais levantamentos temáticos.

Estudos técnicos apresentados por especialistas externos

Para contribuir com a solução para o congestionamento do tráfego, em especial com o transporte urbano de cargas, nas principais cidades brasileiras, Evandro Manzano dos Santos, mestre e doutor em Transportes Urbanos, esteve na Codeplan, onde realizou apresentação do estudo sobre o *Uso de dados de documentos fiscais eletrônicos para o planejamento do transporte urbano de cargas*.

Outros eventos realizados

- Treinamento: Tableau Public - Oferta de 1 edição do curso.
- Divulgação Mensal da PED - Em parceria com Secretaria do Trabalho e DIEESE.
- Lançamento do Mapeamento da Cobertura da Terra do DF - 1984 a 2015 e do Portal Brasília em Mapas.
- Divulgação do Brasília em Números em escolas públicas do DF - Em parceria com SEPLAG.

Notas Técnicas e Artigos

- **Cartografia das compras públicas de bens e serviços privados no DF: uma visão a partir das ordens bancárias.**

O objetivo desse trabalho foi localizar as compras públicas do Distrito Federal no período de 2010 a 2015, a partir das ordens bancárias emitidas pelo GDF e do cruzamento dessas informações com diversas bases de dados, como RAIS, CEB, CAESB e IPEA. Foram analisadas as compras levando em consideração várias características, como categoria de despesa e função de governo.

- **Impactos das Compras Públicas do GDF no Setor Privado do DF**

O objetivo desse trabalho foi estimar o impacto das compras públicas na geração de empregos do setor produtivo privado formal do Distrito Federal. Para tanto, foi utilizada a base de ordens bancárias emitidas, cruzadas com as informações da RAIS, para o período de 2010 a 2014.

- **Compras públicas no Brasil Central – 2015**

O objetivo desse trabalho foi analisar as características das compras públicas nos estados do Brasil Central (Distrito Federal, Tocantins, Goiás, Roraima, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), como categoria de despesa e função de governo, participação na economia e fluxos de compras por municípios e unidades da Federação. Foram utilizadas informações das ordens bancárias emitidas por cada UF no ano de 2015, cruzadas com informações da RAIS.

- **A importância do quesito raça/cor nos registros administrativos para estudos relativos ao Programa Afroempreendedor**

O objetivo dessa nota foi fazer considerações a respeito da importância da existência e continuidade de registros administrativos para possibilitar a realização de estudos mais aprofundados acerca do tema no futuro.

- **Artigo para a edição nº15 da Revista Brasília em Debate**

As estratégias de oportunidades na Área Metropolitana de Brasília (AMB)

O objetivo do trabalho foi apresentar como se dá o acesso a equipamentos e serviços públicos, bem-estar urbano, qualidade da educação e oportunidades no mercado de trabalho pela Área Metropolitana de Brasília.

- **Contextualização para embasar o projeto de pesquisa sobre socioeducação no Distrito Federal**

Considerando a relevância e o interesse por parte do Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIA), em aprofundar estudos no que diz respeito à gestão e avaliação do Sistema Socioeducativo local, se coloca como prioridade a realização de pesquisas qualitativas e quantitativas sobre a socioeducação e se levantou neste documento os principais conceitos e problematizações levantadas pela literatura sobre o funcionamento do sistema socioeducativo.

- **Subsídios para pesquisa sobre violência de gênero – os homens como atores**

Foi realizado uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de levantar estudos já realizados sobre os homens como atores de ações machistas e agressivas em relação às mulheres.

- **Análise sobre os Migrantes a partir dos dados da PDAD 2015**

O objetivo do texto foi analisar os dados sobre imigrantes do DF, por Região Administrativa, identificando sua origem, razão da migração, sexo, cor da pele e renda a partir dos dados da PDAD 2015.

- **Criação do Índice que mede a Vulnerabilidade Juvenil na Área Metropolitana de Brasília – AMB – os índices de vulnerabilidade juvenil encontrados para os municípios da AMB mostraram uma grande discrepância entre o centro de Brasília, as regiões administrativas periféricas e os municípios goianos.**

- **Realização do 1º Encontro Urbanos na Codeplan – para discutir análises e propostas de melhorias para o transporte público local.**

- **Estudo sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal – segundo o estudo, a população mais jovem no Distrito Federal figura como a maior consumidora de alimentos de baixo grau nutritivo, entre eles, doces, guloseimas, refrigerantes e lanches, mas, também, aponta que o DF é - na comparação com os demais estados e capitais do País - a unidade federativa onde a população acima de 18 anos tem os melhores resultados em relação ao consumo recomendado de frutas, verduras e hortaliças.**

- **Estudo sobre a Eficiência Técnica nas Escolas Públicas – com o objetivo de estimar, a partir dos dados da Prova Brasil e Censo escolar 2013, a eficiência técnica das escolas públicas brasileiras, para o 5º e 9º ano do ensino fundamental, e fazer um paralelo com a situação no Distrito Federal, sua Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) e suas Regiões Administrativas.**

- **Estudo sobre População Cigana no DF – com o objetivo de identificar as principais demandas e dar visibilidade ao povo cigano.**

- **Brasília em Números – Ferramenta desenvolvida pelo Núcleo de Geoinformação da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas da Codeplan, que a partir de uma plataforma mostrar os gráficos sobre dados demográficos da população por idade e sexo, a evolução dos salários dos setores público e privado, desigualdade social, evolução da inflação no Distrito Federal e dados do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) por Região Administrativa.**

- **Mobilidade Urbana é tema de Brasília em Debate – Edição nº 13 da se volta para este debate, com o intuito, de colaborar sempre para o processo de construção de soluções.**

- **Portal Brasília em Mapas – Portal que concentrará informações detalhadas sobre regiões da cidade. Ele subsidiará estudos acadêmicos e contribuirá para a elaboração de políticas públicas referentes à ocupação do solo.**

Demais Atividades: Parcerias, Trabalhos Internos.

- Celebração de cooperação técnica com a SEGETH, SECRIANÇA, CGDF.

- Participação na análise de indicadores e consolidação de relatórios de gestão da estratégia do governo – a pedidos da SEPLAG.

- Divulgação de dados para órgãos do governo, imprensa ou cidadãos em geral, conforme demandas.

- Definição de desenhos amostrais: pesquisas em parceria e pesquisas de opinião (via Sistema 156).

- Participação no GT Geoinformação CGTI.

- Programa de Desligamento Voluntário para os empregados da Codeplan. Em 2016 foram 121 adesões ao PDV.

- Aprovação e implantação do Regimento Interno da Codeplan – criado Grupo de Trabalho para adequações.

- Planejamento Estratégico da Codeplan – Criado o Comitê Gestor; definido o Mapa Estratégico e a Agenda Estratégica.

- Encaminhado à SEPLAG, estudo para criação do Instituto de Planejamento do Distrito Federal-IPEDF-Codeplan.

- II Prêmio Codeplan de trabalhos Técnicos-científico, em parceria com a Federação das Indústrias de Brasília -

FIBRA

Textos para Discussão:

- **Eficiência Técnica nas Escolas Públicas Brasileiras: A Situação do Distrito Federal no Contexto**

Nacional

O objetivo do trabalho foi estimar a eficiência técnica das escolas públicas brasileiras, tendo como viável de produto as médias das notas de português e matemática da Prova Brasil 2013 e como insumos informações presentes nessa mesma fonte de informações e no Censo Escolar. O estudo foi aplicado as informações referentes ao 5º e 9º ano.

- **Invisibilidade e Preconceito: Um Estudo Exploratório dos Ciganos no Distrito Federal**

O objetivo desse trabalho foi realizar uma análise do povo cigano residente no Distrito Federal. Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura acerca da história desse povo e utilizada informações do Cadastro Único e Munic/IBGE, únicas fontes de informações sobre o tema. Além disso, foram realizadas entrevistas com ciganos residentes na capital Federal.

- **Oferta de Mão de Obra no Distrito Federal: Determinantes da Participação na Força de Trabalho e**

Efeitos da Recessão Econômica

O objetivo do trabalho foi identificar os fatores que determinam a participação da população do Distrito Federal na População Economicamente Ativa e investigar quanto disso ocorre devido às características individuais dos trabalhadores e quanto diz respeito ao ciclo econômico.

- **Aspectos da Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal**

O texto tratou o tema da Segurança Alimentar em quatro momentos: o primeiro apresentando informações sobre o consumo de alimentos saudáveis, o segundo, sobre o consumo de alimentos pouco nutritivos, o terceiro apresentando dados do índice de Massa Corporal da população, e o quarto, apresentou uma análise dos resultados da escala de insegurança alimentar no DF.

- **Brasília uma Cidade Centenária**

Entender a dinâmica de uma cidade é um processo complexo, que exige conhecimento sobre sua formação histórica e a rede de relações que estabelece com outras cidades. Brasília, enquanto objeto do presente estudo, tem sua formação ligada à história do País, assumindo desde sua inauguração a função de alterar os eixos político e econômico nacional, integrando povos dispersos dentro de um único conjunto urbano.

- **Somos tão Jovens? Impacto da Demografia nas Taxas de Desemprego No DF, São Paulo e Porto**

Alegre: A Decomposição das Taxas de Participação Por Grupos Etários De 1992 a 2015

A Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese/Seade fornece uma rica gama de informações sobre o mercado de trabalho em diversas regiões metropolitanas do Brasil. O Distrito Federal (DF) tem historicamente apresentado taxas de desemprego muito acima das observadas em Porto Alegre (POA) e ligeiramente acima de São Paulo (SP).

- **Informalidade Territorial e Mercado de Terras Urbanas no DF**

O texto propõe uma abordagem da informalidade territorial urbana em Brasília-DF sob a ótica do funcionamento do mercado de terras urbanas. Na América Latina, a sua imperfeição e oferta inelástica são agravados por uma escassez de terra formal que faz com que a oferta de terra informal seja atipicamente crescente e maior.

- **Padrões das Mudanças da Cobertura da Terra no Contexto das Grandes Bacias Hidrográficas do DF**

O Distrito Federal (DF) está localizado na região central do Brasil, abrangendo três das oito grandes bacias hidrográficas do país (Paraná, Tocantins e São Francisco). Nota-se que essas bacias hidrográficas possuem diferentes padrões de uso.

- **Análise da Gestão Ambiental Municipal por Meio da Utilização da Metodologia PEIR: um Estudo de caso na Lagoa Feia em Formosa-GO**

O presente estudo busca analisar a Gestão Ambiental em uma instância menor de poder público na organização político-administrativa brasileira: os municípios. Trata-se de uma análise da gestão ambiental pública em Formosa-GO, na Lagoa Feia, importante patrimônio ambiental da cidade, cujo principal objetivo foi verificar como se dá a gestão ambiental municipal no âmbito desse local por meio da aplicação da Metodologia PEIR (Pressão-Estado-Impacto-Resposta).

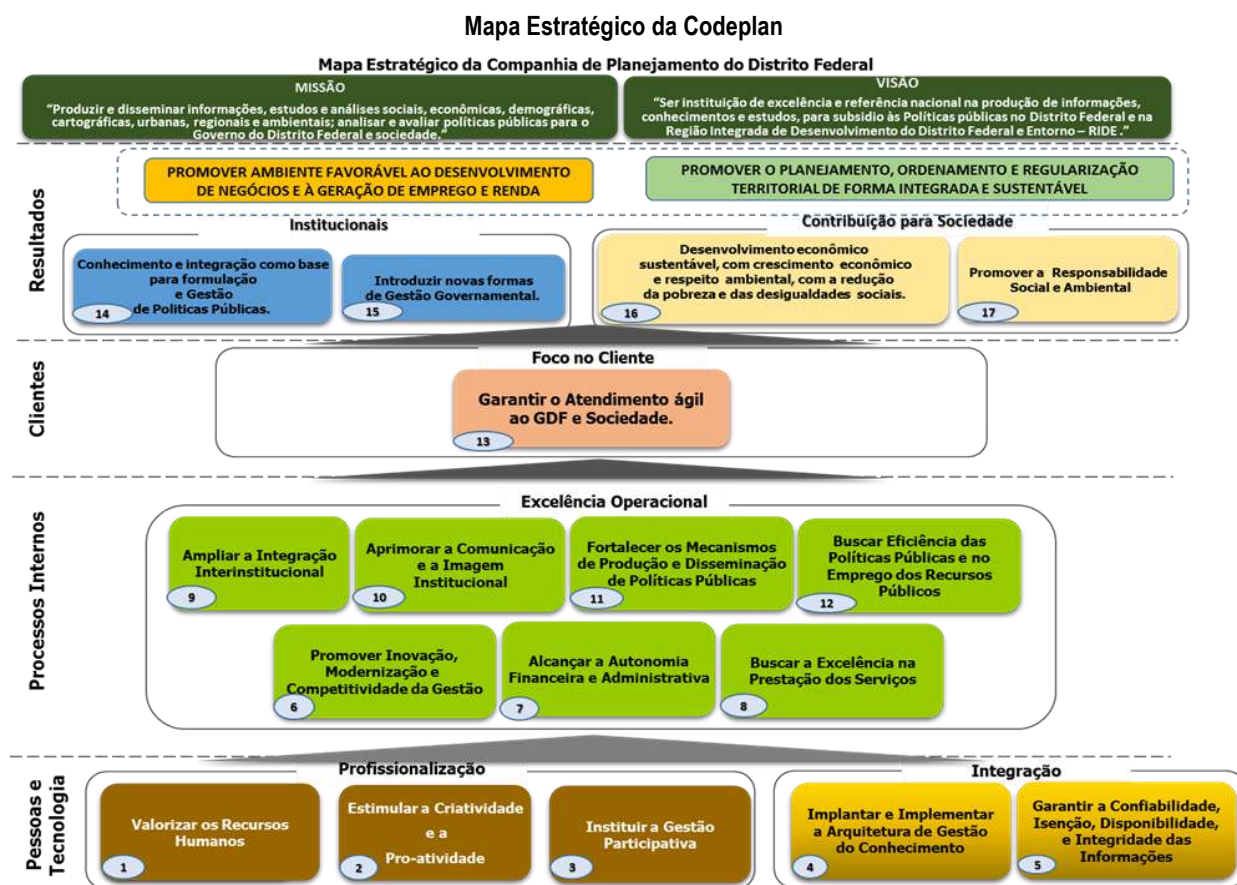
3 .DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No decorrer do exercício de 2016, dando continuidade ao processo de consolidação e expansão do papel da CODEPLAN como instituição de pesquisa, análise e estudos voltados à implementação de políticas públicas, foram realizados inúmeros eventos, publicados vários relatórios de pesquisa, desenvolvidos diversos estudos e análises, realizadas parcerias e acordos de colaboração técnica com órgãos do Governo do Distrito Federal e outras instituições.

Foram tomadas medidas de gestão, tanto na área-fim, quanto na área-meio, visando à reestruturação da Codeplan, de modo a adequá-la à sua missão institucional, definida durante o processo de elaboração de Planejamento Estratégico da Companhia, desenvolvido pelos empregados e diretoria, qual seja: "Produzir e Disseminar Informações, Estudos e Análises Sociais, Econômicas, Cartográficas e Demográficas, Urbanas, Regionais e Ambientais, Analisar e Avaliar Políticas Públicas para o Governo do Distrito Federal e Sociedade.

- **Planejamento Estratégico 2016-2019 - "Gestão pública informada."** – com objetivo de definir novos caminhos a serem tomados pela Companhia, diante de cenários adversos frequentemente apresentados à gestão pública, na busca de melhores níveis de eficiência, eficácia e efetividade. O planejamento foi elaborado a partir da metodologia do

Balanced Scorecard – BSC. Foi construído Mapa Estratégico e definido um conjunto de Projetos Estratégicos, dos quais se destacam:



Projetos Estratégicos

- I. IPEDF-CODEPLAN – Instituto de Pesquisa e Planejamento do DF
- II. SIEDF – Sistema de Informações Estatística do DF
- III. RENAESPP – Rede de Altos Estudos de Políticas Públicas
- IV. PPCC – Plano Permanente de Capacitação Continuada

Projetos em andamento e com entregas significativas em 2016 a 2019

- Programa de Desligamento Voluntário - PDV
- Informatização do Controle e Gerenciamento de Frequência dos Empregados
- Elaboração da Proposta de Atualização do PCCS
- Novo Regimento Interno
- Caracterização Urbana e Ambiental do DF
- Estudos de Mobilidade na AMB
- Recursos Hídricos no DF
- Elaboração de Estudos de Políticas Sociais
- Resultados do PIB e do IDECON/DF
- Relatório de Avaliação do Desempenho da Economia do DF
- LAG – Laboratório de Avaliação do Gasto Público
- Topografia do Gasto Público no DF
- Monitoramento das Finanças Públicas do DF
- Avaliação da Execução de Transferência Voluntárias ao DF
- Mapeamento das Carreiras no Executivo Distrital: Padrões e Remuneração
- Avaliação da Qualidade dos Serviços Públicos – 156/Ouvidoria
- Automatização de Relatórios das Pesquisas por Amostra de Domicílio (PMAD/PDAD)
- SIEDF – Sistema de Informações Estatística do DF
- IPEDF-CODEPLAN

Estudos preparatórios foram realizados durante 2016 visando a elaboração de documentos de extrema importância para a Empresa, os quais serão implementados em 2017, como: a proposta de mudança da natureza jurídica da CODEPLAN, com o objetivo de propor a criação de um instituto de pesquisa no âmbito do GDF; a minuta de Decreto para a consolidação do SIEDF como sistema a ser coordenado pela Codeplan no âmbito do GDF; e, a Agenda Estratégica da Codeplan para o período de 2016 a 2019.

Comissões foram constituídas para revisar o Estatuto e Regimento Interno, para elaborar proposta de revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, e para apresentar proposta de mudança da natureza jurídica da CODEPLAN.

Concluindo, durante o exercício de 2016, avançou-se, significativamente, na construção de propostas viáveis à transformação institucional da Codeplan, procurando melhor adequá-la às características das atividades por ela desenvolvidas, cumprindo com antigas determinações advindas dos órgãos de controle externo.

Para 2017, pretende-se alcançar os objetivos propostos no Planejamento Estratégico da Companhia, possibilitando, desta forma, fornecer as informações necessárias à implementação de políticas públicas pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

18.2 INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - UO: 32.202

O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, autarquia em regime especial, foi criado por meio da Lei nº. 3.831, de 14 de março de 2006, vinculado à Secretaria de Estado de Administração Pública – SEAP e tem por finalidade proporcionar aos servidores ativos e inativos do Distrito Federal, inclusive os ocupantes de cargo em comissão e os ocupantes de cargos de natureza especial, assistência à saúde suplementar.

Desde o início de 2015, o INAS passou a ser vinculado à Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização.

Com a publicação do Decreto nº 36.825, republicado no Suplemento – A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 4º, o Instituto passou a ser vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja denominação foi mantida.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	1
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	1
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	1
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	3
Total ativos - afastado	-

Obs.: Dados de 31/12/2016.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	4.050.000	2.930.651	0	0
6005 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES-INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF-DISTRITO FEDERAL	4.050.000	2.930.651	0	0
TOTAL DO PROGRAMA - 6203	4.050.000	2.930.651	0	0

O objetivo do INAS é auxiliar a Administração Pública na melhoria das políticas públicas no que se refere a propiciar um plano de assistência à saúde dos servidores públicos do Distrito Federal, nesse sentido, apresenta-se a seguir informações finalísticas realizadas no exercício de 2016 em cumprimento aos objetivos definidos no Plano Plurianual.

Em abril de 2016 a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão incumbiu ao INAS a responsabilidade de buscar organizar, equacionar e solucionar as pendências administrativas, orçamentárias e patrimoniais do INAS, que naquele momento estava com vários questões a serem resolvidas. Ao mesmo tempo, havia a incumbência de traçar novos cenários econômico-financeiros e operacionais para o ano em curso.

Simultaneamente reiniciou-se no Governo nova discussão sobre a adequabilidade dos modelos de contratação instituídos pelas leis 3.831 de 14 de março de 2006 e 4.330 de 08 de junho de 2009 às novas realidades econômicas, operacionais e fiscais do GDF. Bem como, sobre a prioridade de se voltar para investimento na rede pública de saúde, voltada para o atendimento universal de seus cidadãos, sobretudo preventivo.

No decorrer do ano de 2016 implementou-se a organização técnico-administrativa com a adequação e racionalização da execução orçamentária, financeira e de pessoal (Processo nº 410.000.557/2016), efetuando um balanço orçamentário e financeiro consoante à apreciação da Câmara de Governança (Processo nº 410.001.695/2016). Realizou-se o registro e levantamento dos bens patrimoniais (Processo nº 410.001.914/2016), bem como publicação de Decreto (nº 37.694/2016) que normalizou dispositivo legal que conferiu atribuições e responsabilidades ao Presidente do Instituto. Sob a cooperação da Subsecretaria de Gestão de Pessoas/SEPLAG o Instituto coletou dados de perfil dos servidores do DF (quantitativo de servidores, faixa de idade, quantidade de dependentes) de forma a viabilizar as pesquisas técnicas e de mercado. Foram realizados levantamentos de informações junto à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS), entidade associativa sem fins lucrativos, representante do segmento de autogestão no Brasil, à GEAP Autogestão em Saúde, administradora de planos de saúde e visita técnica ao Plano de Assistência à Saúde da Caixa Econômica Federal.

PROGRAMA: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	150.000	247.400	187.371	184.907
8741 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF-DISTRITO FEDERAL	150.000	247.400	187.371	184.907
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	65.180	15.174	3.533	3.533
9565 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF-DISTRITO FEDERAL	65.180	15.174	3.533	3.533
TOTAL DO PROGRAMA- 6003	215.180	262.574	190.903	188.440

PROGRAMA ESPECIAL : 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	184.290	92.685	92.137	92.137
7038 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERV. DO DF-DISTRITO FEDERAL	184.290	92.685	92.137	92.137
TOTAL DO PROGRAMA - 0001	184.290	92.685	92.137	92.137

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Destarte, em 2016, com fito na Lei Complementar nº 840/2011, quando dispõe sobre a saúde dos servidores, a SEPLAG entendeu que o momento era oportuno para lançar tijolos de contribuição com a devida busca pela racionalização das diretrizes e, diante da restrição orçamentária vigente, propor instrumentos capazes de identificar modelagens condizentes com a realidade fiscal do Governo, com premissas para sanear o Instituto e alcançar os objetivos que se pautam na própria organização técnico-administrativa, adequação financeira, orçamentária e patrimonial, análise dos achados de auditoria, cooperação técnica para maior alcance de resultados esperados, modelagens de cenários e um plano de ação e implementação.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O Instituto foi criado com a finalidade de proporcionar, sem fins lucrativos, aos seus beneficiários titulares e dependentes, em regime de autogestão¹, o Plano de Assistência Suplementar à Saúde para os servidores do Distrito Federal. Desde a referida criação do INAS (2006), sucessivas leis, decretos, resoluções e portarias concorreram ao longo dos anos para estabelecer diversas diretrizes estruturais de modelagem e metodológicas. Contudo, o diagnóstico realizado no INAS identificou que os resultados ao longo dos anos ainda não foram efetivos para a concretização do seu objeto.

Os desafios e complexidades para o alcance da finalidade não são irrelevantes, assim o Instituto racionalizou as questões administrativas, orçamentárias e financeiras, está em plena atividade de levantamento de dados para possibilidades de outras modelagens, tais como convênios, viabilização de descontos (devido o modelo concorrencial de mercado de planos de saúde), entre outras formas.

¹Modalidade que necessita de reavaliação quanto à viabilidade e aplicabilidade, bem como estudos técnicos sobre o assunto. As complexidades da modalidade podem ser vistas à luz da RESOLUÇÃO NORMATIVA – RN nº 137, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2006, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que dispõe sobre as entidades de autogestão no âmbito do sistema de saúde suplementar.

18.3. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - UO: 32.203

A Lei Complementar nº 769/2008, de 30 de junho de 2008, normatizou os preceitos das Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005 no ordenamento jurídico do Distrito Federal e reorganizou a unificação do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

Por meio da supramencionada Lei foi instituído o Órgão Gestor Único do Regime Próprio de Previdência sob a denominação de Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV-DF, Autarquia de Regime Especial, composta de um Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal, órgãos internos que deliberam as linhas gerais da administração sujeitos à fiscalização e supervisão de órgãos reguladores.

Por intermédio do Decreto nº 33.475, de 03 de janeiro de 2012, publicado no dia 04 de janeiro de 2012, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV-DF, entidade da administração indireta, como autarquia de regime especial, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira vinculada à Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal, teve sua estrutura aprovada por meio do decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, para execução de suas atividades.

Base Legal: Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98; Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03; Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/05; Lei Federal nº 9.717, de 27/11/98; Portaria MPS nº 916, de 15 de julho de 2003; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, atualizada até 19/07/2012; Portaria do MPS nº 154/155, de 15/05/08; Portaria do MPS nº 204, de 10/07/08; Portaria do MPS nº 402, de 10/12/2008; Portaria do MPS nº 403, de 10/12/2008; Portaria do MPS nº 519 de 24/08/2011; Portaria do MPS nº 440, de 09.10.2013; Portaria do MPS nº 746, de 27 de dezembro de 2011; Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008; Lei Complementar nº 790, de 05/09/2008; Lei Complementar nº 818, de 18/11/2009; Lei Complementar nº 840, de 26/12/2011; Lei Complementar nº 899, de 30/09/2015; e Resolução BACEN Nº 3.922, de 25/11/2010 e atualizações.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV-DF é o gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF, regime que constitui a visão, as políticas e a ação do Distrito Federal, com o objetivo de proteger e atender os seus servidores públicos de cargo efetivo, contra os riscos existentes na relação de trabalho, provendo a principal garantia dos servidores, contra os riscos laborais, sendo os mais importantes: a proteção na idade avançada, doenças, acidentes de trabalho, invalidez e no caso de morte, protegendo os seus dependentes.

Missão: “Garantir os benefícios previdenciários dos servidores efetivos e seus dependentes com qualidade e eficiência visando um futuro sustentável para o Distrito Federal”.

Visão: “Ser reconhecido pela excelência no atendimento ao beneficiário e na gestão do sistema previdenciário”.

Valores: caráter contributivo, solidário, democrático, eficiente e transparente da gestão, autonomia administrativa e financeira frente ao Ente, preservação do equilíbrio financeiro e atuarial e proibição de benefícios sem a correspondente fonte de custeio.

Objetivos da Gestão

- gerir os benefícios previdenciários oriundos de aposentadorias e pensões dos segurados e dependentes pela cobertura dos eventos a que estão sujeitos na relação de trabalho, tais como: meios de subsistência nos eventos de invalidez, acidente em serviço, idade avançada, reclusão, morte e proteção à família;
- gerir dos ativos financeiros originários das contribuições e demais receitas previdenciárias, visando rentabilizar esses ativos por meio de aplicações no mercado financeiro, em conformidade com as normas legais e específicas, tendo como finalidade o cumprimento de suas obrigações previdenciárias;
- gerir o custeio da previdência dos servidores distritais, mediante contribuições do Governo do Distrito Federal e dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- compatibilizar a viabilidade e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial, seguindo padrões técnicos, profissionais e socialmente justos.
- Em cumprimento ao que estabelece a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Lei Complementar Distrital nº 769, de 30 de junho de 2008, este relatório tem por objetivo:
 - Apresentar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal como a ação do Estado para proteger, atender e garantir aos seus servidores contra os riscos laborais.
 - Elencar as principais políticas previdenciárias desenvolvidas pelo seu órgão gestor o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV-DF, representadas pela gestão de benefícios, gestão de ativos e componentes atuariais.
 - Demonstrar o panorama da gestão do IPREV-DF, no exercício de 2016, e as ações empreendidas pela Administração do Instituto de acordo com as políticas orçamentárias traçadas no Planejamento Governamental do Distrito Federal.
 - Evidenciar informações qualitativas e quantitativas sobre as principais atividades desenvolvidas pelas diversas frentes de trabalho e os fatores determinantes que afetaram e/ou impactaram o alcance das suas metas.

– Fundamentar as ações gerenciais empreendidas frente aos desafios apresentados pela conjuntura econômica brasileira, base normativa existente, especificidades da gestão pública, no Distrito Federal e pela necessidade de efetivar controles e mitigação dos riscos previdenciários.

A estrutura administrativa do IPREV foi alterada conforme Decreto nº 36.341 de 29/01/2015, publicado no Suplemento do DODF de 29/01/2015, página 25.

Com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22/10/2015, republicado no Suplemento–A do DODF nº 205 de 23/10/2015, artigo 4º, o Instituto passa a ser vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja denominação foi mantida.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)	-	-	-	-	-
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	11	-	09	-	20
Requisitados	Órgãos do GDF	04	-	06	10
	Órgãos Estaduais	-	-	-	-
	Órgãos do Governo Federal	01	-	03	04
Outros	Estagiários	-	04	-	07
	Terceirizados (FUNAP)	-	02	-	02
Subtotal (Força de Trabalho)	-	-	-	-	-
(-) Cedidos para outros órgãos	-	-	-	-	-
Total Geral	16	06	18	07	47

Obs.: Dados de 31/12/2016.

Fonte: COAD/DIFAD/IPREV-DF

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA: 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.022.946	856.360	23.262	23.262
6170 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	537.946	449.235	22.394	22.394
6178 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDO CAPITALIZADO-CLDF-DISTRITO FEDERAL	20.000	20.000	0	0
6179 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDO CAPITALIZADO-TCDF-DISTRITO FEDERAL	20.000	20.000	0	0
6180 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-FUNDO CAPITALIZADO - EXECUTIVO-DISTRITO FEDERAL	35.000	28.875	0	0
6187 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-SAUDE-DISTRITO FEDERAL	200.000	165.000	0	0
6188 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	210.000	173.250	868	868
9004 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL	5.645.264.512	6.977.469.281	5.676.017.383	5.676.017.383
9712 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	1.599.241.403	2.359.804.498	1.603.945.900	1.603.945.900
9714 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-INATIVOS E PENSIONISTAS - FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	5.500.000	6.800.000	6.571.188	6.571.188
9715 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO CAPITALIZADO - CLDF-DISTRITO FEDERAL	19.999	19.999	0	0
9716 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO CAPITALIZADO - TCDF-DISTRITO FEDERAL	20.000	20.000	0	0
9720 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA CÂMARA LEGISLATIVA - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	72.575.934	101.704.892	55.070.651	55.070.651
9721 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA CÂMARA LEGISLATIVA - FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	510.000	510.000	0	0
9722 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	159.586.410	205.706.290	145.888.559	145.888.559
9723 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS - FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	5.200.000	5.200.000	0	0
9724 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO	1.508.782.108	1.616.447.348	1.497.622.520	1.497.622.520

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
FINANCEIRO SAÚDE-DISTRITO FEDERAL				
9725 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO CAPITALIZADO SAÚDE-DISTRITO FEDERAL	100.000	100.000	0	0
9726 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO FINANCEIRO EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2.262.878.000	2.634.505.596	2.326.295.610	2.326.295.610
9727 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-FUNDO CAPITALIZADO EDUCAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	100.000	100.000	0	0
9728 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS CBMDF E PMDF-DISTRITO FEDERAL	30.750.658	39.850.658	35.306.692	35.306.692
9729 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA DEFENSORIA PÚBLICA - FUNDO FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	0	6.500.000	5.316.263	5.316.263
9730 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL-PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA DEFENSORIA PÚBLICA - FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	0	200.000	0	0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	52.338.479	64.338.479	61.293.062	61.293.062
9552 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	52.338.479	64.338.479	61.293.062	61.293.062
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.090.000	1.725.000	935.472	862.634
7054 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	1.635.000	935.472	862.634
7135 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDO CAPITALIZADO-CLDF-DISTRITO FEDERAL	30.000	30.000	0	0
7136 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDO CAPITALIZADO-TCDF-DISTRITO FEDERAL	30.000	30.000	0	0
7138 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-FUNDO CAPITALIZADO-EXECUTIVO-DISTRITO FEDERAL	30.000	30.000	0	0
9097 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	454.533.364	372.076.025	0	0
0003 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS--DISTRITO FEDERAL	454.533.364	372.076.025	0	0
TOTAL DO PROGRAMA	6.154.249.301	7.416.465.145	5.738.269.179	5.738.196.342

Fonte: QDD – SIGGO e SAG – COFIN/DIFAD/IPREV-DF

A ação 9001 – Execução de Sentenças Judiciais – IPREV-DF, subtítulo 6170, alocou despesas relativas a decisões judiciais transitadas em julgado, proveniente de revisão de aposentadoria, auxílio reclusão e recálculo de diferença do índice de reajuste da pensão civil, integrantes do Orçamento de Seguridade Social, as quais foram objeto do programa "Operações Especiais", e classificadas na Função "28 - Encargos Especiais", na subfunção "846 - Outros Encargos Especiais" no montante de R\$ 22.393,00 (vinte e dois mil e trezentos e noventa e três reais).

As despesas com pagamentos de tributos e contribuições sociais (PASEP) foram empenhadas na ação 9033 (FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO), subtítulo 9552, no montante de R\$ 64.338.479,00 (sessenta e quatro milhões trezentos e trinta e oito mil e quatrocentos e setenta e nove reais), no período de janeiro a dezembro de 2016.

No tocante à ação 9004 (Encargos Previdenciários do Distrito Federal), foram apropriadas e pagas, as despesas com pessoal: inativos civis e militares reformados; pensionistas civis e militares, pensões concedidas por lei específica ou por sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores, em cumprimento ao Art.37 da Lei nº 4.320/64, totalizando no período de janeiro a dezembro de 2016 o montante de R\$ 5.645.165.512,00 (cinco bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil e quinhentos e doze reais).

PROGRAMA: 6211 – DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	40.000	37.458	34.794	31.669
8430 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SERVIDORES DO DF - IPREV-DISTRITO FEDERAL	40.000	37.458	34.794	31.669
TOTAL DO PROGRAMA 6211	40.000	37.458	34.794	31.669

Fonte: QDD – SIGGO e SAG – COFIN/DIFAD/IPREV-DF

PROGRAMA: 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.000.000	1.599.816	921.560	921.560
5883 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	1.000.000	1.599.816	921.560	921.560
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	150.000	20.920	0	0
5359 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	150.000	20.920	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	150.000	8.899	0	0
0005 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	150.000	8.899	0	0
2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	0	300.000	0	0
0001 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF-IPREV - DO FUNDO CAPITALIZADO-DISTRITO FEDERAL	0	300.000	0	0
7325 - REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA	50.000	43.017	0	0
0003 - REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	50.000	43.017	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	5.600.000	4.790.000	2.474.163	2.474.163
8746 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	5.600.000	4.790.000	2.474.163	2.474.163
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	3.620.968	3.880.968	3.648.175	3.648.175
9581 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	858.847	258.847	115.280	115.280
9582 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES-LC 840/2011-DISTRITO FEDERAL	2.752.121	3.612.121	3.527.094	3.527.094
9663 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-AUXILIO FUNERAL-IPREV/DF-FUNDO CAPITALIZADO-LC 840/2011-DISTRITO FEDERAL	10.000	10.000	5.800	5.800
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	150.000	150.000	108.570	104.595
8701 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL- INSTITUTO PREVIDÊNCIA SERVIDORES DF-DISTRITO FEDERAL	150.000	150.000	108.570	104.595
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	8.708.264	1.523.850	1.246.568	1.084.975
9660 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF-DISTRITO FEDERAL	8.708.264	1.523.850	1.246.568	1.084.975
TOTAL DO PROGRAMA 6003	19.429.232	12.317.470	8.399.036	8.233.468

Fonte: QDD – SIGGO e SAG – COFIN/DIFAD/IPREV-DF

Na ação 8746 – Administração de Pessoal Instituto de Previdência dos Servidores do DF – Plano Piloto: apropriam-se os gastos com remuneração do pessoal ativo e encargos sociais. A folha de pagamento dos servidores é elaborada, mensalmente, mediante alimentação dos dados no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, pela Unidade Administrativa, sob a coordenação da Secretaria de Administração Pública – SEAP e, nesta ação, foram apropriados e pagos o montante de R\$ 2.482.737,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil setecentos e trinta e sete reais) no período de janeiro a dezembro de 2016.

Ação 8504 – Concessão de Benefícios a Servidores – subtítulo 9581: foram alocadas despesas referentes ao auxílio transporte, auxílio alimentação, no montante de R\$ 74.746,00 (setenta e quatro mil e setecentos e quarenta e seis reais); e no subtítulo 9582 – Concessão de Benefícios a Servidores – Instituto de Previdência dos Servidores do DF – Plano Piloto, o montante de R\$ 3.527.094,00 (três milhões, quinhentos e vinte e sete mil, noventa e quatro reais), equivalente a 530 auxílios concedidos até 31.12.2016, referentes ao auxílio funeral devido às famílias dos servidores efetivos aposentados, em valor equivalente a um mês da remuneração, subsídio ou provento conforme preceitua o artigo 97 da Lei Complementar Nº 840/2011 e o montante de R\$ 940,50 (novecentos e quarenta reais e cinquenta centavos), referente ao pagamento de Auxílio Creche.

Em relação à ação 8517 – Manutenção dos Serviços Administrativos – subtítulo 9660 (manutenção dos serviços administrativos – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal) foi apropriado e pago o montante de R\$ 1.246.568,00 (um milhão, duzentos e quarenta e seis mil e quinhentos e sessenta e oito reais), referentes a despesas administrativas, tais como: aluguel de imóvel, condomínio, telefonia, taxas e impostos, concessão de diárias, pagamento de serviços prestados por terceiros, aquisição de material de consumo, exceto aquelas que são próprias das ações de transporte, recursos humanos e informática.

1.1.Despesas Orçamentárias com Folha de Pagamento de Inativos e Pensionistas

Contemplam os dispêndios com folha de pagamentos de aposentadorias, pensões e outros benefícios do Regime Financeiro do Poder Executivo, Legislativo e pagamentos de gratificações aos militares distribuídos a seguir:

Despesas Orçamentárias – Pagamentos e Inativos e Pensionistas

CATEGORIA	PLANOS				TOTAIS	
	FINANCEIRO		CAPITALIZADO		FINANCEIRO	CAPITALIZADO
	Aposentadorias e Reformas	Pensões	Aposentadorias e Reformas	Pensões	Aposentadorias e Reformas	Pensões
GDF	1.161.433.998	442.488.055	4.521.482	2.049.705	1.165.955.480	444.537.760
SES	1.361.182.708	136.439.449			1.361.182.708	136.439.449
SEE	2.159.046.051	167.249.560			2.159.046.051	167.249.560
DPDF	4.928.480	387.783			4.928.480	387.783
EXECUTIVO	4.686.591.237	746.564.847	4.521.482	2.049.705	4.691.112.719	748.614.552
TCDF	118.957.514	26.915.506			118.957.514	26.915.506
CLDF	50.971.622	3.927.318			50.971.622	3.927.318
LEGISLATIVO	169.929.135	30.842.823			169.929.135	30.842.823
PMDF / CBMDF	30.362.547	4.944.145			30.362.547	4.944.145
MILITAR	30.362.547	4.944.145			30.362.547	4.944.145
TOTAL GERAL	4.886.882.919	782.351.816	4.521.482	2.049.705	4.891.404.401	784.401.521

Fonte: SIGGO – Consulta de Execução Orçamentária

Base de dados: Levantamento 31.12.2016 – COOFIN/DIFAD/IPREV-DF

1.2.Execução da Despesa Orçamentária por Categoria de Gastos

As despesas correntes do IPREV-DF registram os gastos com pessoal do Instituto, material de consumo, serviços de terceiros, gastos com folha de pagamentos de aposentadorias, pensões e outros benefícios do regime financeiro do Poder Executivo e Legislativo, pagamentos de gratificações aos militares e do regime previdenciário do órgão gestor, e as despesas de capital registram os gastos com aquisição de bens.

Despesas Orçamentárias – Por Categoria de Gastos

Categoria da Despesa	Autorizada		Executada		%
	A		B		B/A
Pessoal e Encargos Sociais	6.972.421.204	93,01%	5.672.790.060	98,83%	81,36%
Despesas Correntes	72.040.481	0,96%	67.087.976	1,17%	93,13%
Investimentos	2101	0,00%	0	0,00%	0,00%
Reserva de Contingência	451.619.364	6,02%	0	0,00%	0,00%
Totais	7.496.083.150	100,00%	5.739.878.035	100,00%	76,57%

Fonte: SIGGO – Consulta Execução Orçamentária por Categoria

Base de dados: Levantamento 31.12.2016 – COOFIN/DIFAD/IPREV-DF

1.3. Realização da Receita

Receitas Orçamentárias: No quadro a seguir são apresentadas as receitas previdenciárias provenientes da Contribuição de Pessoal Civil e Militar (Ativos, Inativos e Pensionistas), repasses decorrentes da Compensação Previdenciária entre Regimes (RGPS e RPPS) - COMPREV, Contribuições Patronais, Receitas de Valores Mobiliários, Serviços Administrativos, Indenizações e Restituições, Multas e Juros de Mora das Contribuições e as decorrentes de Repasses do Tesouro para o Fundo Financeiro.

Detalhamento das Receitas

Receita	Financeiro	%	Capitalizado	%
Correntes	1.402.002.430	27,23%	820.635.641	46,45%
Patrimonial	8.342.558	0,16%	531.715.383	30,10%
Outras Receitas Correntes	213.227.165	4,14%	0	0,00%
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.284.744.679	24,95%	414.364.610	23,45%

Repasso	2.241.131.476	43,52%	5800,36	0,00%
TOTAIS	5.149.448.308	100,00%	1.766.721.434	100,00%

Fonte: SIGGO – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada
Base de dados: Levantamento 31.12.2016 – COOFIN/DIFAD/IPREV-DF

1.4. Atividades Administrativas

A Coordenação Administrativa, integrante da Diretoria de Finanças e Administração atua no sentido de proporcionar a todas as unidades do Instituto os meios para que suas atividades sejam exercidas de forma efetiva, oferecendo subsídios nas áreas de gestão de pessoas, de logística, de tecnologia da informação, de material, de patrimônio e de contratos e convênios. No ano de 2016, as principais ações foram:

- **Almoxarifado:** Melhoria na gestão dos materiais de consumo, adequando as compras às reais necessidades de reposição de estoque; realização dos inventários trimestrais, que proporcionam maior efetividade no controle do estoque.
- **Contratos:** Visando o aprimoramento contínuo da gestão dos contratos do Instituto foi publicada a Portaria nº 25/2016, que dispõe sobre os procedimentos licitatórios e na execução de contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres e contratos de gestão.
- **Gestão de Pessoas:** Os registros funcionais nas pastas individuais de cada servidor e no Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH foram realizados tempestivamente, obedecendo a cronologia das ocorrências. Com isso, todas as versões de folha de pagamento foram lançadas nas datas estabelecidas pelo cronograma da SEPLAG, bem como todas as informações aos diversos órgãos foram repassadas nas datas apropriadas. Houve incremento na capacitação dos servidores, por meio da Escola de Governo do Distrito Federal e iniciou-se a elaboração do Plano de Capacitação para 2017.
- **Informática:** Implantou solução de comunicação *on line (chat)* entre os servidores via computador, facilitando a troca de informações entre os servidores; colocou a disposição da Subsecretaria de Tecnologia da Informação, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SUTIC/SEPLAG, dois equipamentos servidores para atender exclusivamente o IPREV-DF, visando à implantação do banco de dados de inativos e pensionistas.
- **Logística:** Os 2 veículos que servem ao Instituto foram substituídos e o controle sobre os mesmos foi melhorado, em especial, quanto aos pernoites fora da garagem da sede.
- **Suporte à Governança:** Auxiliou na divulgação de informações, melhorando a transparência do Instituto.
- **Telefonia Fixa:** O Instituto firmou contrato com a empresa Oi S.A. objetivando a prestação do serviço de telefonia fixa e obteve a titularidade das 11 linhas utilizadas, após transferência da Casa Civil.

2. - Informações Previdenciárias

A Lei Complementar nº 769/2008, que criou o IPREV-DF, definiu um marco estratégico para o Distrito Federal, ao estabelecer que o Instituto congregasse todo o esforço do Ente público (seus poderes, órgãos e fundações) na gestão plena do processo de concessão, administração, organização e custeio da previdência do DF. Essa diretriz visava unificar, padronizar, harmonizar, planejar, investir e melhor controlar, a gestão previdenciária dos servidores públicos do Distrito Federal.

O IPREV-DF, atualmente, exerce de forma parcial essas etapas. Com relação à gestão dos recursos previdenciários, administra a poupança e a aplicação da carteira de investimentos e dos recursos provenientes da compensação previdenciária, resultante da arrecadação das contribuições totais de servidores e do Ente.

Com relação ao processo de Gestão e concessão de benefícios, o IPREV-DF promove apenas o pagamento das folhas de aposentados e pensionistas, uma vez que o cadastro, a elaboração e a manutenção da folha de pagamento, está sob a responsabilidade dos RH's – Departamento de Recursos Humanos dos Órgão de Origem dos servidores, portanto, cada Unidade vinculada ao Governo do DF que compõe o RPPS, é quem promove a concessão, manutenção e atualização dos benefícios de aposentadoria e pensão.

Distribuição do universo de participantes do RPPS do DF

	Capitalizado	Financeiro	Total
Ativos	31.322	61.518	92.840
Aposentados	51	40.976	41.027
Pensionistas	19	9.391	9.410
Total	31.392	111.885	143.277

Fonte: Avaliação Atuarial de 2016.

Elaboração: IPREV-DF - Estudo Atuarial 2016.

OBS: Os dados só poderão ser atualizados quando do fechamento do relatório atuarial de 2017 (serão identificados quando do fechamento da Prestação de Contas do IPREV-DF – 2016).

O Governo do Distrito Federal possui um contingente de servidores em atividade em cargos efetivos da carreira pública na ordem de 92.840. Dessa forma, do total de participantes ativos e inativos, e dos seus pensionistas, somam 143.277.

Distribuição dos tipos de aposentadorias do RPPS do DF

Tipo de Aposentadoria	Quantidade
Invalidez	5.190
Voluntária por Tempo de Contribuição e Idade	33.321
Voluntária por Idade	1.039
Compulsória	1.477
Total	41.027

Fonte: Avaliação Atuarial 2016.

Elaboração: IPREV-DF - Estudo Atuarial 2016.

OBS: Os dados só poderão ser atualizados quando do fechamento do relatório atuarial de 2016 (serão identificados quando do fechamento da Prestação de Contas do IPREV-DF – 2016).

Os benefícios de aposentadoria serão concedidos de acordo com seu fato gerador, sendo 33.321 aposentadorias voluntárias por tempo de contribuição e idade, sendo um total geral de 41.027 do qual 69% foram concedidas para servidores do sexo feminino e 31% para servidores do sexo masculino.

O IPREV-DF administra dois fundos previdenciários: o Fundo Financeiro (responsável pelos servidores admitidos, por concurso público, até 31/12/2006) e o Fundo Capitalizado (responsável pelos servidores que ingressaram no serviço público, após 01/01/2007).

2.1. Atividades Previdenciárias

Uma particularidade do Órgão Gestor – IPREV-DF é que diante da sua estrutura de pessoal e física, não foi possível até a presente momento, exercer de forma efetiva as suas funções de Órgão Gestor Único de Previdência, pois, para o grupo do fundo financeiro, dos servidores admitidos até 31/12/06, cadastro e elaboração da folha de pagamento continua nos RH's – Departamento de Recursos Humanos dos Órgãos de Origem, ficando o IPREV-DF responsável pelo pagamento das referidas folhas.

O IPREV-DF recebe as contribuições dos Órgãos de todas as Secretarias, Autarquias e Fundações, Câmara Legislativa e Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como as contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Segurança (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, cujo os valores foram transferidos para este Instituto até a competência do mês 07/2016 recebida no mês 08/2016), os quais são utilizados para pagamento das folhas.

2.2. Folha de Pagamento

Responsável pela gestão da Folha de Pagamento dos Aposentados e Pensionistas, a Diretoria de Previdência conta com duas Gerencias, uma responsável pelo Acompanhamento das Folhas de Pagamento Fundo Financeiro, que por sua peculiaridade e devido a Decisão nº 06 do Tribunal de Contas, têm suas rotinas de folha executadas pelas secretarias/órgãos, **não tendo no momento, gerente nomeado para desempenhar as atividades de suporte e gestão junto aos devidos órgãos.** Essa folha está composta hoje com 9415 (nove mil, quatrocentos e quinze) aposentados e 6.273 (seis mil, duzentos e setenta e três) pensionistas.

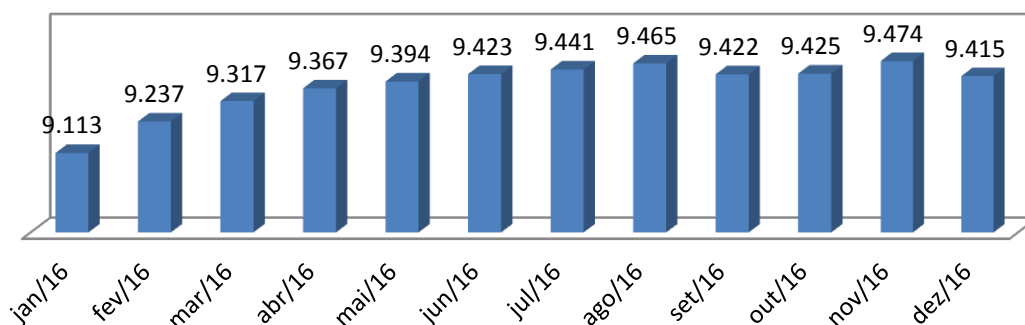
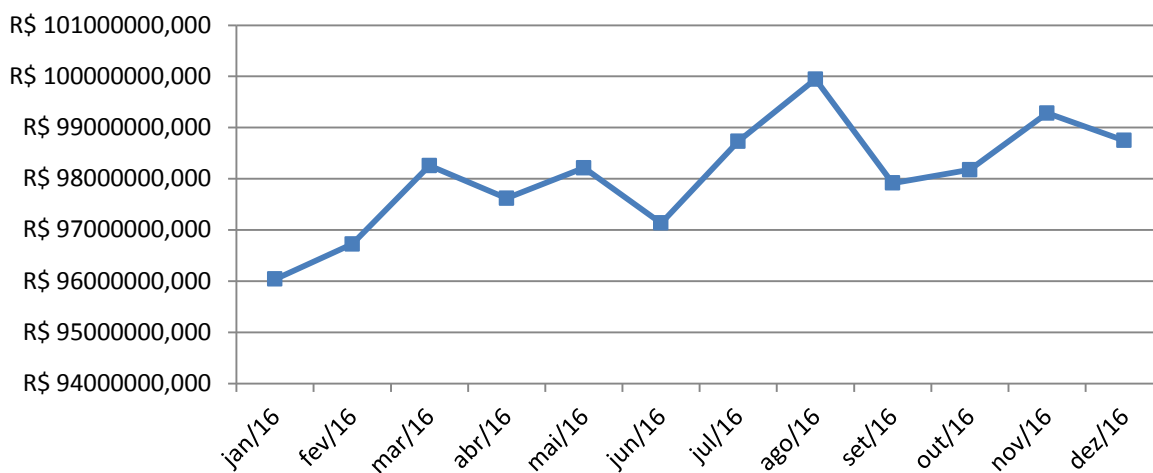
Aposentados Grupo Financeiro - Tesouro

Mês Folha	VI. Bruto	Diferença	Percentual	Quant.	Diferença
dez/15	R\$ 96.769.735,27			9.102	
jan/16	R\$ 96.039.185,48	-R\$ 730.549,79	-0,75%	9.113	11
fev/16	R\$ 96.722.829,64	R\$ 683.644,16	0,71%	9.237	124
mar/16	R\$ 98.255.031,42	R\$ 1.532.201,78	1,58%	9.317	80
abr/16	R\$ 97.617.264,49	-R\$ 637.766,93	-0,65%	9.367	50
mai/16	R\$ 98.212.037,80	R\$ 594.773,31	0,61%	9.394	27
jun/16	R\$ 97.134.347,36	-R\$ 1.077.690,44	-1,10%	9.423	29
jul/16	R\$ 98.731.340,50	R\$ 1.596.993,14	1,64%	9.441	18
ago/16	R\$ 99.946.241,20	R\$ 1.214.900,70	1,23%	9.465	24
set/16	R\$ 97.916.323,83	-R\$ 2.029.917,37	-2,03%	9.422	-43
out/16	R\$ 98.175.318,93	R\$ 258.995,10	0,26%	9.425	3
nov/16	R\$ 99.281.597,07	R\$ 1.106.278,14	1,13%	9.474	49

Mês Folha	VI. Bruto	Diferença	Percentual	Quant.	Diferença
dez/16	R\$ 98.746.346,09	-R\$ 535.250,98	-0,54%	9.415	-59
	Total	Média	Média Percentual	Aumento	
	R\$ 1.273.547.599,08	R\$ 164.717,57	0,17%	313	

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Financeiro

Gráfico 1 – Evolução da Folha Mensal de Pagamento/Aposentadoria – Fundo Financeiro 2016



Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Financeiro

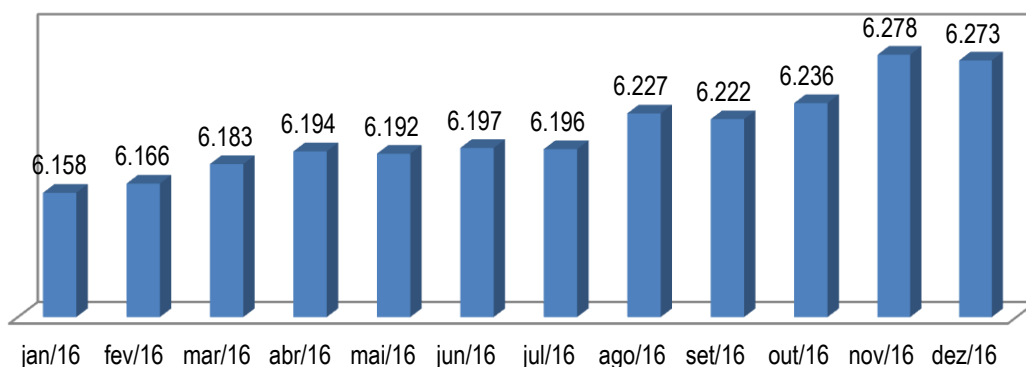
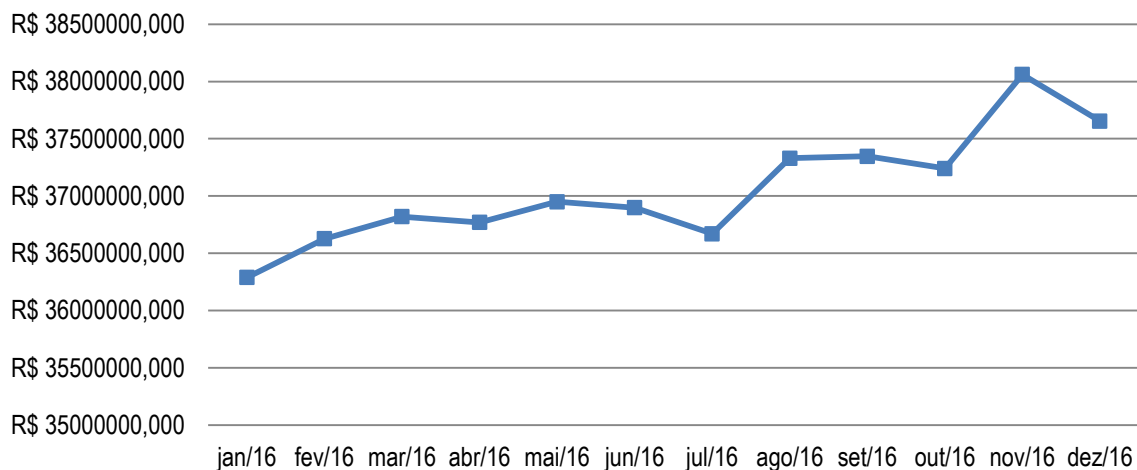
Pensionistas Grupo Financeiro - Tesouro

Mês Folha	VI. Bruto	Diferença	Percentual	Quant.	Diferença
dez/15	R\$ 35.532.417,50			6159	
jan/16	R\$ 36.288.605,17	R\$ 756.187,67	2,13%	6.158	-1
fev/16	R\$ 36.626.978,91	R\$ 338.373,74	0,93%	6.166	8
mar/16	R\$ 36.820.620,13	R\$ 193.641,22	0,53%	6.183	17
abr/16	R\$ 36.769.329,57	-R\$ 51.290,56	-0,14%	6.194	11
mai/16	R\$ 36.949.568,37	R\$ 180.238,80	0,49%	6.192	-2
jun/16	R\$ 36.898.906,46	-R\$ 50.661,91	-0,14%	6.197	5
jul/16	R\$ 36.670.919,54	-R\$ 227.986,92	-0,62%	6.196	-1
ago/16	R\$ 37.330.707,19	R\$ 659.787,65	1,80%	6.227	31
set/16	R\$ 37.346.955,23	R\$ 16.248,04	0,04%	6.222	-5
out/16	R\$ 37.240.190,00	-R\$ 106.765,23	-0,29%	6.236	14

Mês Folha	VI. Bruto	Diferença	Percentual	Quant.	Diferença
nov/16	R\$ 38.060.982,04	R\$ 820.792,04	2,20%	6.278	42
dez/16	R\$ 37.654.884,16	-R\$ 406.097,88	-1,07%	6.273	-5
	Total	Média	Média Percentual	Aumento	
	R\$ 480.191.064,27	R\$ 176.872,22	0,49%	114	

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Financeiro

Gráfico 2 – Evolução da Folha Mensal de Pagamento/Pensões – Fundo Financeiro 2016



Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Financeiro

A Gerência de Acompanhamento da Folha de Pagamento do Fundo Previdenciário efetua o mesmo controle para os benefícios de aposentadoria e pensão, dos servidores que ingressaram no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2007. Nesse fundo, por se tratar de benefícios recentes, ainda é pequeno o número de beneficiários, mas existe a necessidade de se estabelecer um processo eficiente, com vistas a uma efetiva segregação dos beneficiários e das obrigações pagas.

A gestão e o acompanhamento do Fundo Previdenciário é fundamental para garantir as obrigações futuras dos próximos 85 anos. Os dados de acompanhamento e o monitoramento sistemático da referida folha visa promover medidas de apuração e convalidação para ratificação dos benefícios concedidos.

A Gerência de Acompanhamento da Folha de Pagamento do Fundo Previdenciário conta com um gerente que atua na gestão, controle e análise da folha, com suporte junto às secretarias e órgãos, absorvendo atualmente 87 (oitenta e sete) aposentados e 51 (cinquenta e um) pensionistas.

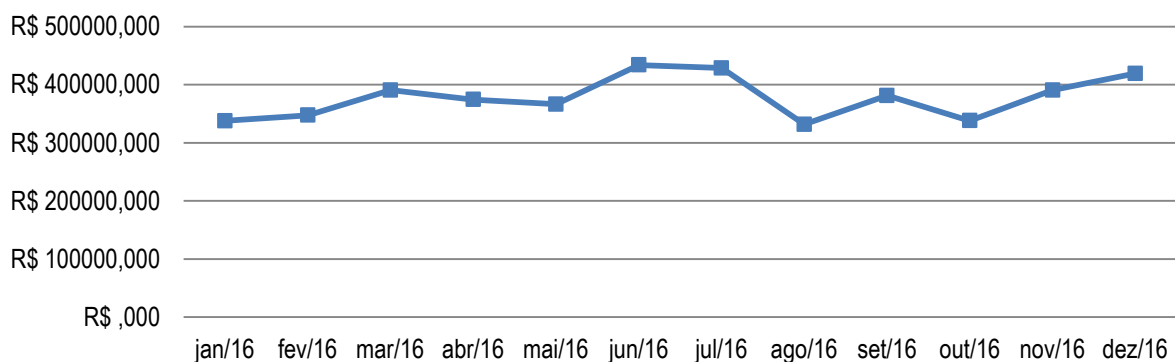
Abaixo está descrita a evolução da folha em 2016:

Aposentados Grupo Previdenciário - Tesouro

Mês Folha	VI. Bruto	Diferença	Percentual	Quant.	Diferença
dez/15	R\$ 324.120,20			73	
jan/16	R\$ 337.757,18	R\$ 13.636,98	4,21%	72	-1
fev/16	R\$ 347.366,27	R\$ 9.609,09	2,84%	73	1
mar/16	R\$ 390.476,18	R\$ 43.109,91	12,41%	74	1
abr/16	R\$ 374.344,75	-R\$ 16.131,43	-4,13%	74	0
mai/16	R\$ 366.346,08	-R\$ 7.998,67	-2,14%	73	-1
jun/16	R\$ 433.707,39	R\$ 67.361,31	18,39%	78	5
jul/16	R\$ 428.684,45	-R\$ 5.022,94	-1,16%	78	0
ago/16	R\$ 331.593,38	-R\$ 97.091,07	-22,65%	73	-5
set/16	R\$ 381.316,34	R\$ 49.722,96	15,00%	76	3
out/16	R\$ 337.952,56	-R\$ 43.363,78	-11,37%	77	1
nov/16	R\$ 390.546,18	R\$ 52.593,62	15,56%	86	9
dez/16	R\$ 419.267,15	R\$ 28.720,97	7,35%	87	1
	Total	Média	Média Percentual	Aumento	
	R\$ 4.863.478,11	R\$ 7.928,91	2,86%	14	

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Previdenciário

Gráfico 3 – Evolução do número de Aposentadorias – Fundo Previdenciário 2016



Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Previdenciário

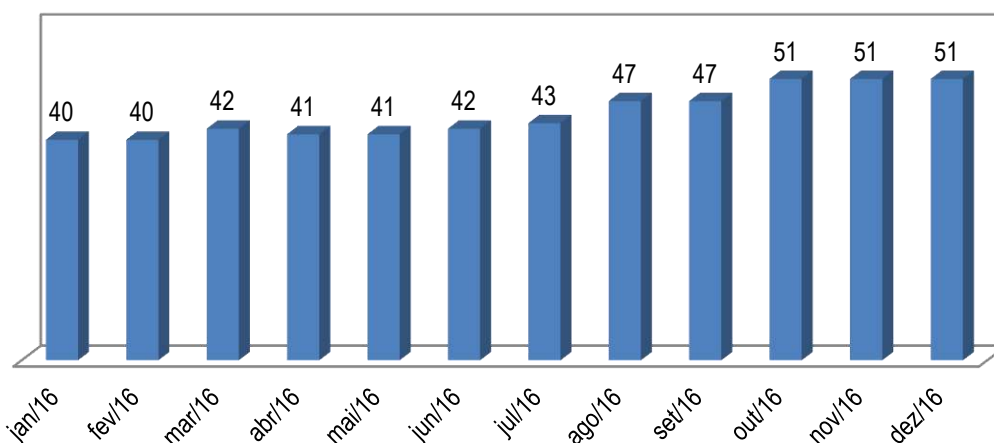
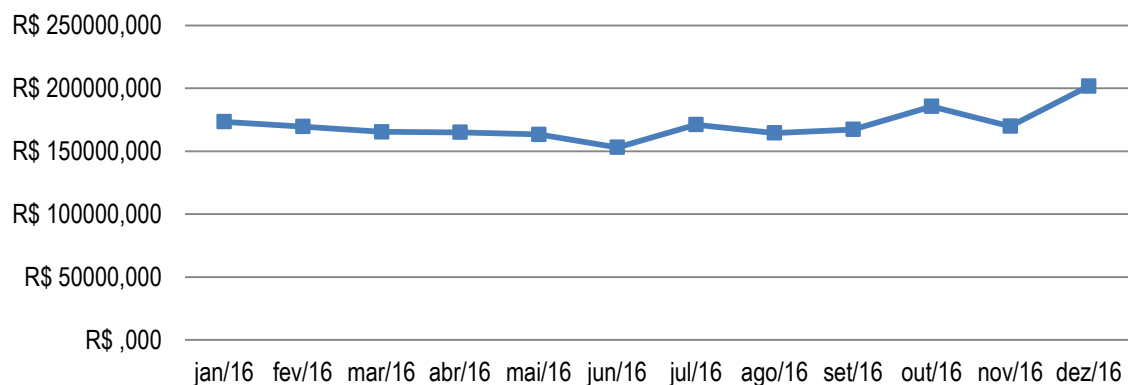
Pensionistas Grupo Previdenciário - Tesouro

Mês Folha	VI. Bruto	Diferença	Percentual	Quant.	Diferença
dez/15	R\$ 147.935,98			40	
jan/16	R\$ 173.325,00	R\$ 25.389,02	17,16%	40	0
fev/16	R\$ 169.505,10	-R\$ 3.819,90	-2,20%	40	0

Mês Folha	Vi. Bruto	Diferença	Percentual	Quant.	Diferença
mar/16	R\$ 165.323,69	-R\$ 4.181,41	-2,47%	42	2
abr/16	R\$ 165.031,84	-R\$ 291,85	-0,18%	41	-1
mai/16	R\$ 163.376,02	-R\$ 1.655,82	-1,00%	41	0
jun/16	R\$ 153.070,36	-R\$ 10.305,66	-6,31%	42	1
jul/16	R\$ 171.111,33	R\$ 18.040,97	11,79%	43	1
ago/16	R\$ 164.506,35	-R\$ 6.604,98	-3,86%	47	4
set/16	R\$ 167.316,82	R\$ 2.810,47	1,71%	47	0
out/16	R\$ 185.557,51	R\$ 18.240,69	10,90%	51	4
nov/16	R\$ 169.789,94	-R\$ 15.767,57	-8,50%	51	0
dez/16	R\$ 201.791,06	R\$ 32.001,12	18,85%	51	0
	Total	Média	Média Percentual	Aumento	
	R\$ 2.197.641,00	R\$ 4.487,92	2,99%	11	

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Previdenciário

Gráfico 4 – Evolução do Número de Pensões – Fundo Previdenciário 2016



Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Previdenciário

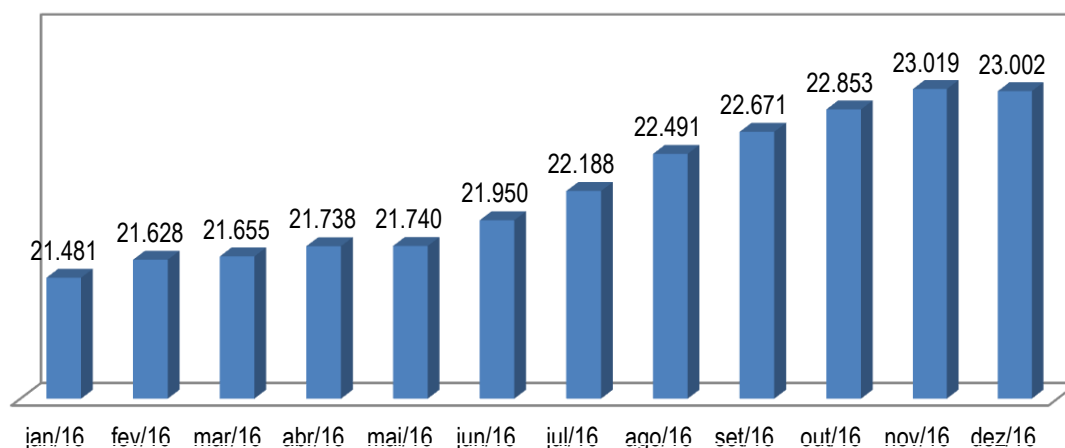
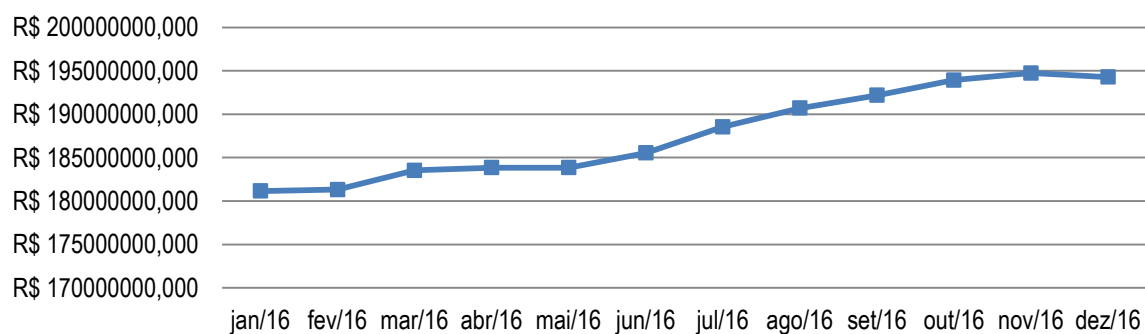
A partir do exercício de 2015 o IPREV passou a realizar o pagamento de forma efetiva dos benefícios previdenciários das Secretarias de Estado de Educação e Saúde, que até outubro de 2014 era de responsabilidade dos referidos órgãos.

Aposentados Grupo Financeiro - Educação (Grupo 60)

Mês Folha	VI. Bruto	Diferença	Percentual	Quant.	Diferença
dez/15	R\$ 181.971.062,65			21.496	
jan/16	R\$ 181.159.217,32	-R\$ 811.845,33	-0,45%	21.481	11
fev/16	R\$ 181.314.103,93	R\$ 154.886,61	0,09%	21.628	124
mar/16	R\$ 183.536.951,75	R\$ 2.222.847,82	1,23%	21.655	80
abr/16	R\$ 183.847.460,63	R\$ 310.508,88	0,17%	21.738	50
mai/16	R\$ 183.853.474,89	R\$ 6.014,26	0,00%	21.740	27
jun/16	R\$ 185.547.797,38	R\$ 1.694.322,49	0,92%	21.950	29
jul/16	R\$ 188.540.030,08	R\$ 2.992.232,70	1,61%	22.188	18
ago/16	R\$ 190.713.275,27	R\$ 2.173.245,19	1,15%	22.491	24
set/16	R\$ 192.180.311,18	R\$ 1.467.035,91	0,77%	22.671	-43
out/16	R\$ 193.939.697,95	R\$ 1.759.386,77	0,92%	22.853	3
nov/16	R\$ 194.735.881,88	R\$ 796.183,93	0,41%	23.019	49
dez/16	R\$ 194.280.716,14	-R\$ 455.165,74	0,09%	23.002	-59
	Total	Média	Média Percentual	Aumento	
	R\$ 2.435.619.981,05	R\$ 1.025.804,46	0,58%	1504	

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Financeiro

Gráfico 5 – Evolução do Número de Aposentadorias – Educação 2016



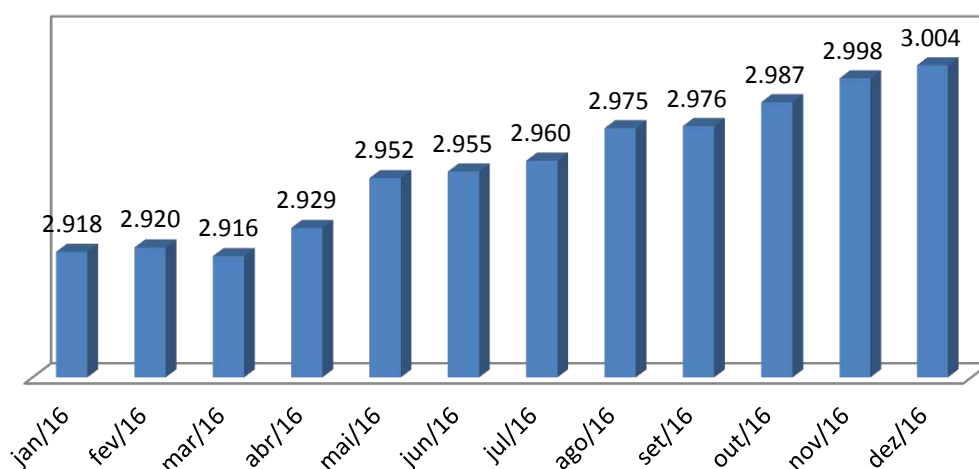
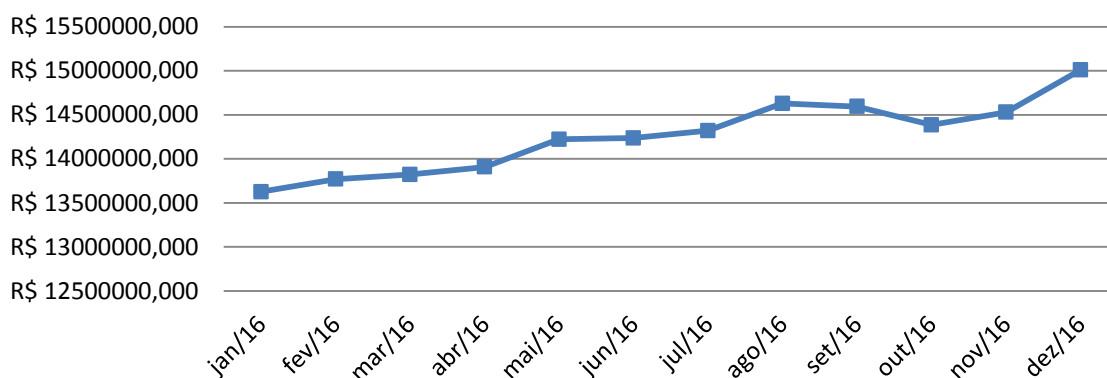
Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Financeiro

Pensionistas Grupo Financeiro - Educação (Grupo 65)

Mês Folha	VI. Bruto	Diferença	Percentual	Quant.	Diferença
dez/15	R\$ 13.278.100,62			2.904	
jan/16	R\$ 13.625.865,86	R\$ 347.765,24	2,62%	2.918	14
fev/16	R\$ 13.769.657,73	R\$ 143.791,87	1,06%	2.920	2
mar/16	R\$ 13.821.588,98	R\$ 51.931,25	0,38%	2.916	-4
abr/16	R\$ 13.907.830,67	R\$ 86.241,69	0,62%	2.929	13
mai/16	R\$ 14.221.822,42	R\$ 313.991,75	2,26%	2.952	23
jun/16	R\$ 14.237.043,37	R\$ 15.220,95	0,11%	2.955	3
jul/16	R\$ 14.319.526,02	R\$ 82.482,65	0,58%	2.960	5
ago/16	R\$ 14.628.709,58	R\$ 309.183,56	2,16%	2.975	15
set/16	R\$ 14.594.421,18	-R\$ 34.288,40	-0,23%	2.976	1
out/16	R\$ 14.384.484,07	-R\$ 209.937,11	-1,44%	2.987	11
nov/16	R\$ 14.529.645,78	R\$ 145.161,71	1,01%	2.998	11
dez/16	R\$ 15.009.232,94	R\$ 134.445,52	1,02%	3.004	9
	Total	Média	Média Percentual	Aumento	
	R\$ 184.327.929,22	R\$ 115.499,22	0,84%	103	

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Financeiro

Gráfico 6 – Evolução do Número de Pensões – Educação 2016



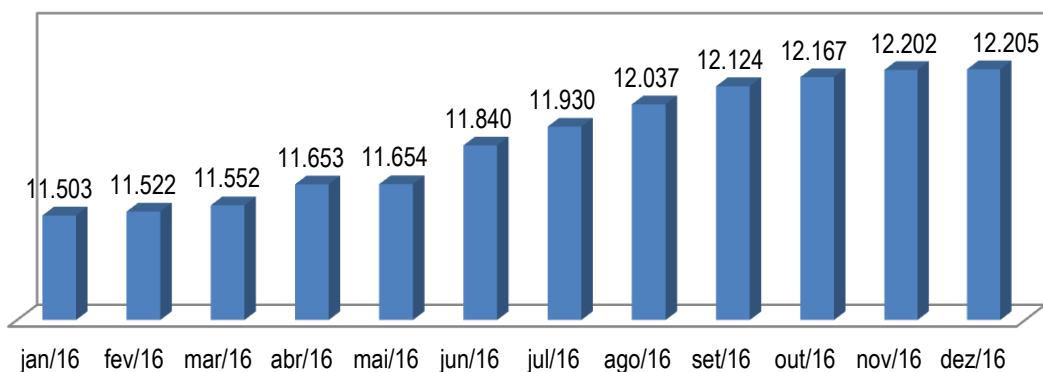
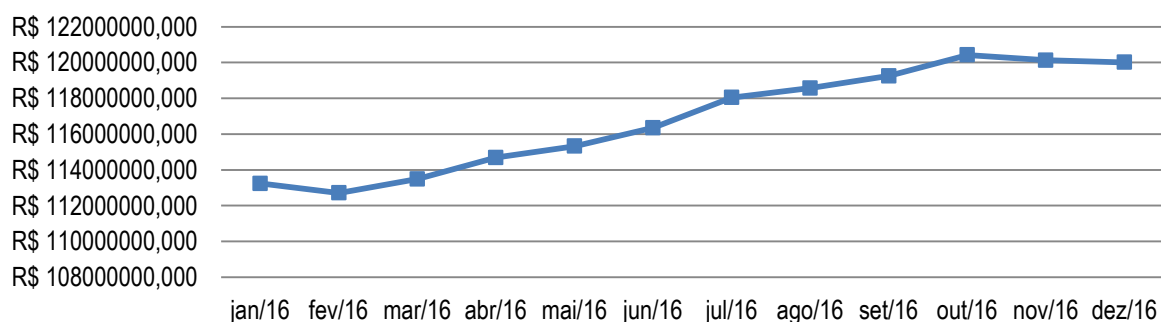
Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Financeiro

Aposentados Grupo Financeiro - Saúde (Grupo 60)

Mês Folha	Vi. Bruto	Diferença	Percentual	Quant.	Diferença
dez/15	R\$ 112.615.987,71			11.518	
jan/16	R\$ 113.241.106,29	R\$ 625.118,58	0,56%	11.503	-15
fev/16	R\$ 112.706.448,99	-R\$ 534.657,30	-0,47%	11.522	19
mar/16	R\$ 113.489.366,22	R\$ 782.917,23	0,69%	11.552	30
abr/16	R\$ 114.685.776,85	R\$ 1.196.410,63	1,05%	11.653	101
mai/16	R\$ 115.325.374,20	R\$ 639.597,35	0,56%	11.654	1
jun/16	R\$ 116.349.862,49	R\$ 1.024.488,29	0,89%	11.840	186
jul/16	R\$ 118.039.812,87	R\$ 1.689.950,38	1,45%	11.930	90
ago/16	R\$ 118.568.901,36	R\$ 529.088,49	0,45%	12.037	107
set/16	R\$ 119.251.499,53	R\$ 682.598,17	0,58%	12.124	87
out/16	R\$ 120.422.502,15	R\$ 1.171.002,62	0,98%	12.167	43
nov/16	R\$ 120.131.738,81	-R\$ 290.763,34	-0,24%	12.202	35
dez/16	R\$ 120.016.263,93	-R\$ 277.649,16	-0,25%	12.205	0
	Total	Média	Média Percentual	Aumento	
	R\$ 1.514.844.641,40	R\$ 603.175,16	0,52%	684	

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Financeiro

Gráfico 7 – Evolução do Número de Aposentadorias – Saúde 2016



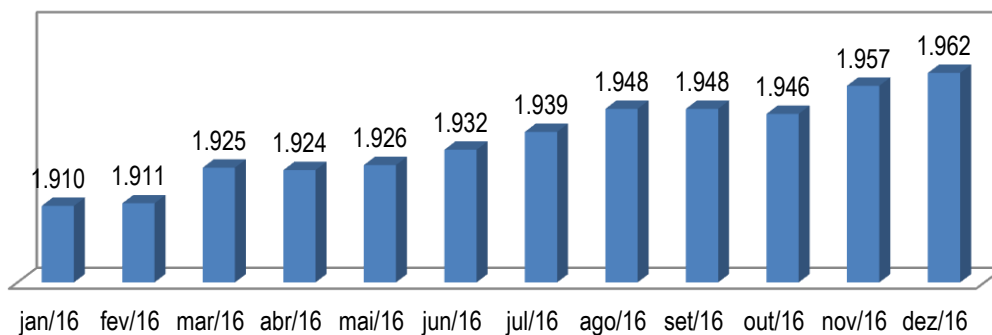
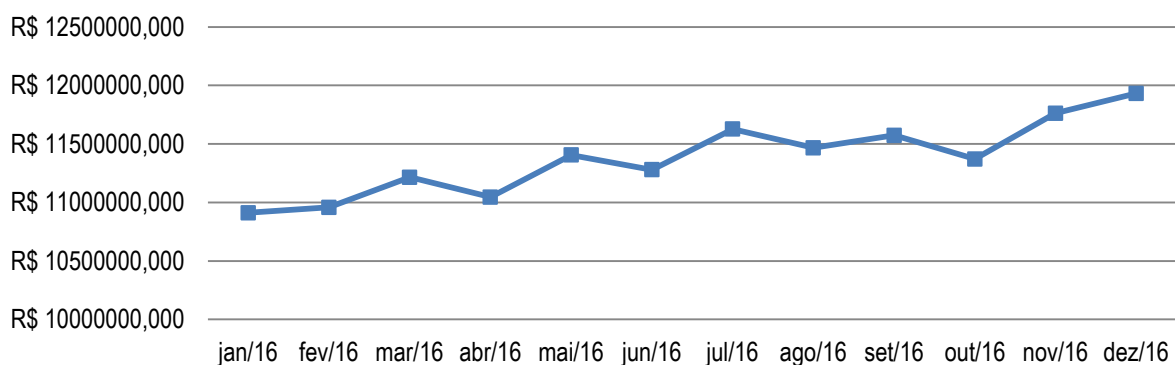
Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Financeiro

Pensionistas Grupo Financeiro - Saúde (Grupo 65)

Mês Folha	VI. Bruto	Diferença	Percentual	Quant.	Diferença
dez/15	R\$ 10.529.361,97			1.903	
jan/16	R\$ 10.911.479,64	R\$ 382.117,67	3,63%	1.910	7
fev/16	R\$ 10.957.332,48	R\$ 45.852,84	0,42%	1.911	1
mar/16	R\$ 11.214.888,12	R\$ 257.555,64	2,35%	1.925	14
abr/16	R\$ 11.045.956,18	-R\$ 168.931,94	-1,51%	1.924	-1
mai/16	R\$ 11.404.614,38	R\$ 358.658,20	3,25%	1.926	2
jun/16	R\$ 11.279.791,16	-R\$ 124.823,22	-1,09%	1.932	6
jul/16	R\$ 11.627.401,10	R\$ 347.609,94	3,08%	1.939	7
ago/16	R\$ 11.467.228,47	-R\$ 160.172,63	-1,38%	1.948	9
set/16	R\$ 11.574.103,62	R\$ 106.875,15	0,93%	1.948	0
out/16	R\$ 11.371.062,06	-R\$ 203.041,56	-1,75%	1.946	-2
nov/16	R\$ 11.761.862,40	R\$ 390.800,34	3,44%	1.957	11
dez/16	R\$ 11.931.692,93	-R\$ 60.834,59	-0,57%	1.962	5
	Total	Média	Média Percentual	Aumento	
	R\$ 147.076.774,51	R\$ 97.638,82	0,90%	59	

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Financeiro

Gráfico 8 – Evolução do Número de Pensões – Saúde 2016



Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Folha do Fundo Financeiro

2.3. Homologação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição

Outra atividade realizada pela Diretoria de Previdência é a homologação das Certidões de Tempo de Serviço/Contribuição, em atendimento aos ditames legais - Lei Complementar nº 769/2008, em seus Artigos 101 a 103, da Portaria do MPS nº 154/2008 e da Lei nº 10.887/2004.

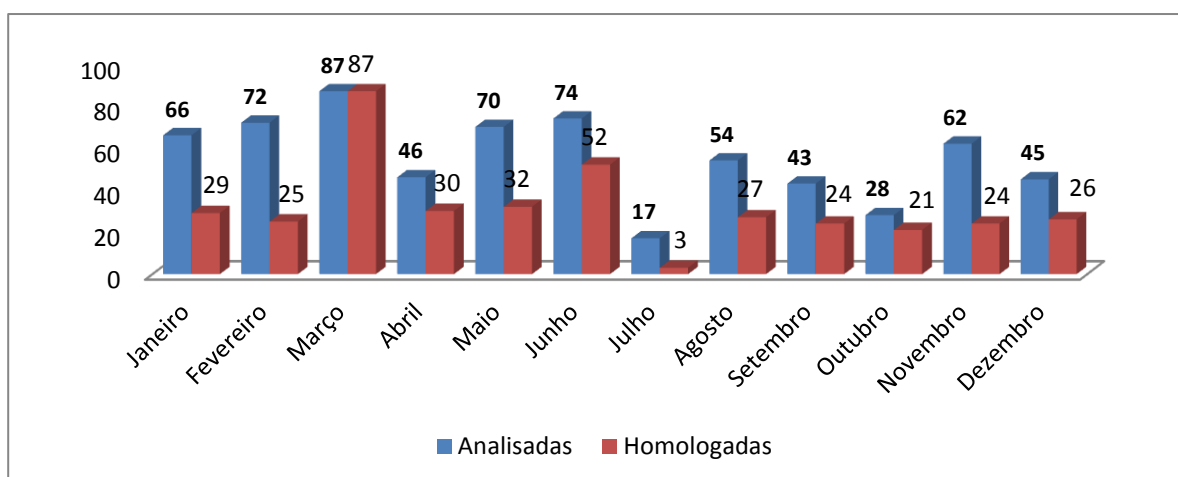
A homologação das CTC's tem por objetivo disponibilizar aos ex-servidores exonerados do Distrito Federal um documento que lhes permita a averbação do tempo trabalhado e contribuído ao RPPS/DF em outros regimes previdenciários, para fins de contagem e comprovação de tempo de contribuição.

Homologação de CTC's – Pelo IPREV-DF – 2016

Mês	Analisadas	Homologadas
Janeiro	66	29
Fevereiro	72	25
Março	87	87
Abril	46	30
Maió	70	32
Junho	74	52
Julho	17	3
Agosto	54	27
Setembro	43	24
Outubro	28	21
Novembro	62	24
Dezembro	45	26
Ref. 2015	3	
TOTAIS	667	380

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

Gráfico 9 – Certidões de Tempo de Contribuição - 2016



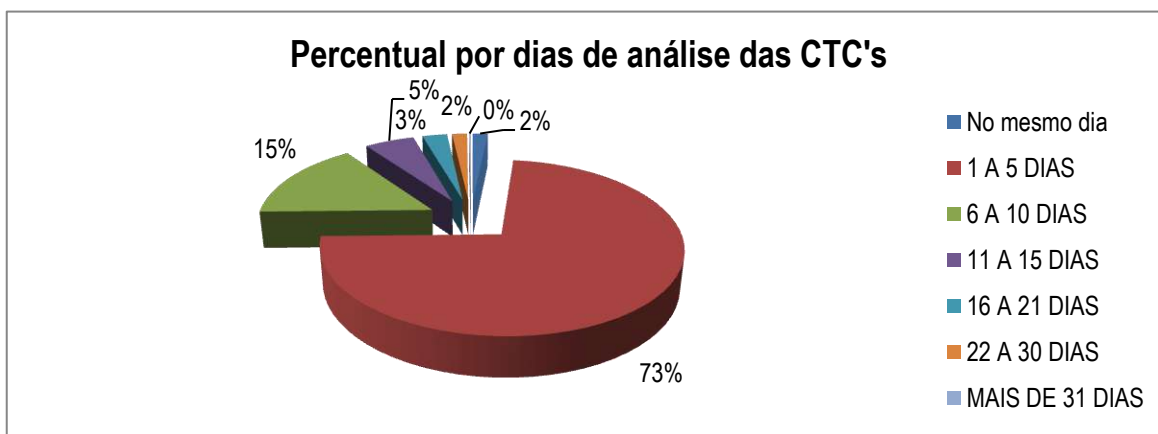
Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

Tempo de análise de CTC's – Pelo IPREV-DF – 2016

Dias Análise	Analisadas	Homologadas
No mesmo dia	11	1,65%
1 A 5 DIAS	487	73,01%
6 A 10 DIAS	103	15,44%
11 A 15 DIAS	36	5,40%
16 A 21 DIAS	18	2,70%
22 A 30 DIAS	11	1,65%
MAIS DE 31 DIAS	1	0,15%

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

Gráfico 10 – Evolução da Análise de Certidões



Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

Destaque-se que atualmente somente 1 (uma) servidora realiza a conferência de TODAS as certidões do Distrito Federal.

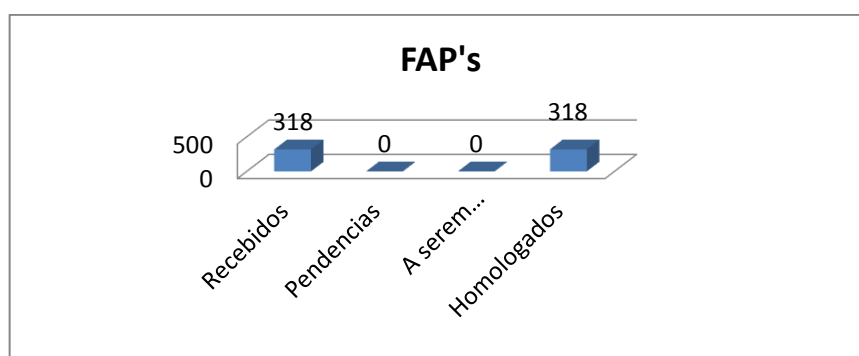
2.4. Análise e Homologação dos Formulários Obrigatórios de Aposentadoria - FAP

O FAP não se constitui em um instrumento impeditivo ou obstáculo jurídico, uma vez que este documento tem por objetivo oferecer condições para a realização de um trabalho, de conformidade e eficiência técnica por parte do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, criando mecanismos para a efetivação do Instituto como órgão Gestor Único da Previdência do Distrito Federal.

FAP's

Recebidos	318
Com Pendências	0
A serem analisados	0
Homologados	318

Gráfico 11 – FAP's

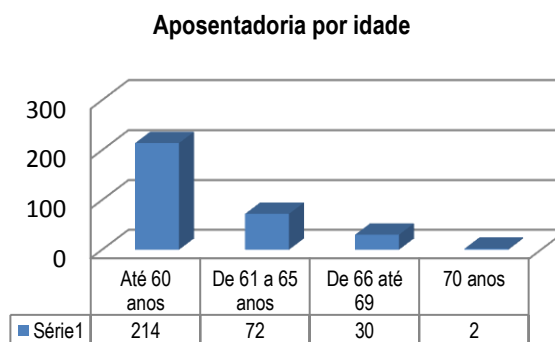


Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

FAP's Faixa Etária e Sexo

Faixa Etária	Quant.
Até 60 anos	214
De 61 a 65 anos	72
De 66 até 69	30
70 anos	2
TOTAL	318
Sexo	Quant.
Feminino	163
Masculino	155
TOTAL	318

Gráfico 12 – Aposentadorias por idade



FAP's por Legislação

LEGISLAÇÃO	QUANT.
ART. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", e §§ 3º, 8º e 17, da CRFB, na redação da Emenda Constitucional nº 41/03, e artigos 1 e 15 da Lei nº 10.887/04.	0
ART. 40, § 1º, inciso I, e §§ 3º e 17, da redação da Emenda Constitucional nº 41/03, e artigos 1º e 15 da lei nº 10.887/04	4
Art.3º, inc. I, II, III, § único da EC nº47/2005, art.5º da Lei nº 4.584/11.	0
Art.3º, inc. I, II, III, § único da EC nº47/2005, e, art.2º da Emenda Constitucional nº47/05	0
Art.40 §1º, inciso I, in fine, da CRFB, na redação dada pela EC nº41/03, c/c art.6º-A da EC nº41/03, Incluído pela EC nº 70/12, e o art.18 § 5º, da Lei Complementar nº769/08.	18
Artigo 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/03 e artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47/05	53
Artigo 3º, incisos I, II e III, e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/05, combinado com o artigo 44, inciso I,II e III, da Lei Complementar nº 769.	243
TOTAL	318

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

2.5.. Contribuições Previdenciárias para Servidores em Licença sem Vencimentos

O Instituto mantém o acompanhamento e controle dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos servidores cedidos, com ônus para outros órgãos das esferas federal, estadual e municipal, além dos licenciados para acompanhamento de cônjuge ou interesse particular. Atualmente, existem 165 servidores em LAC (Licença para Acompanhar o Cônjuge) e 225 em LIP (Licença de Interesse Particular). Desse total, efetua-se o acompanhamento de 31 processos de recolhimento voluntário de contribuição previdenciária.

Licenças concedidas no GDF - Acumulado

Tipo Afastamento	Quantidade
LAC	165
LIP	225

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

2.6. . Contribuições Previdenciárias de Servidores Cedidos sem ônus para o Distrito Federal

No que se refere ao Pessoal Cedido, o instituto realiza acompanhamento sistemático do contingente de servidores nesta situação junto às Unidades Administrativas, do Distrito Federal.

Número de servidores cedidos – classificação por tipo - Acumulado

TIPO CESSÃO	CEDIDOS
Para órgãos ou entidades do GDF	1914
Para órgãos e Entidades Fora do GDF	413
TOTAL	2327

Fonte: Os dados extraídos são relativos ao 3º Trimestre de 2016, conf. Portaria n° 407, de 19 de outubro de 2016, publicada no DODF n° 200, de 21/10/2016, que apresenta o Quadro de Composição de Preenchimento de Cargos/Empregos em Comissão e De Funções e Confiança.

A Coordenação de Benefícios no objetivo de acompanhar a gestão dos servidores cedidos pelos órgãos em 2016 promoveu o controle de 33 (trinta e três) processos tendo as seguintes estatísticas atuais:

Estatística de encaminhamento dos Processos

Localização dos Processos	Quant.
Processos encaminhados aos órgãos em 2016	33
Processos devolvidos à DIPREV com informações dos órgãos	7
Processos em tramitação nos órgãos	26

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

2.7. Atualização Monetária das Contribuições Previdenciárias

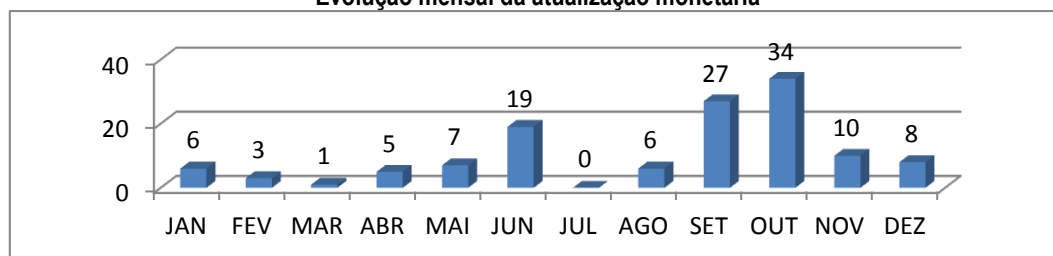
Estas atualizações monetárias são referentes às contribuições previdenciárias, dos servidores cedidos sem ônus para o GDF, tendo por finalidade estabelecer acertos junto aos órgãos para o qual os servidores encontram-se cedidos. Atualiza-se também as contribuições dos servidores que se encontram em licença sem vencimento (LAC e LIP), que desejam realizar as contribuições de forma voluntária, referente períodos já usufruídos e não recolhidos.

Quantitativa de atualizações monetárias

PERÍODO	QUANT.
Janeiro	6
Fevereiro	3
Março	1
Abril	5
Mai	7
Junho	19
Julho	0
Agosto	6
Setembro	27
Outubro	34
Novembro	10
Dezembro	8

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

Evolução mensal da atualização monetária



Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

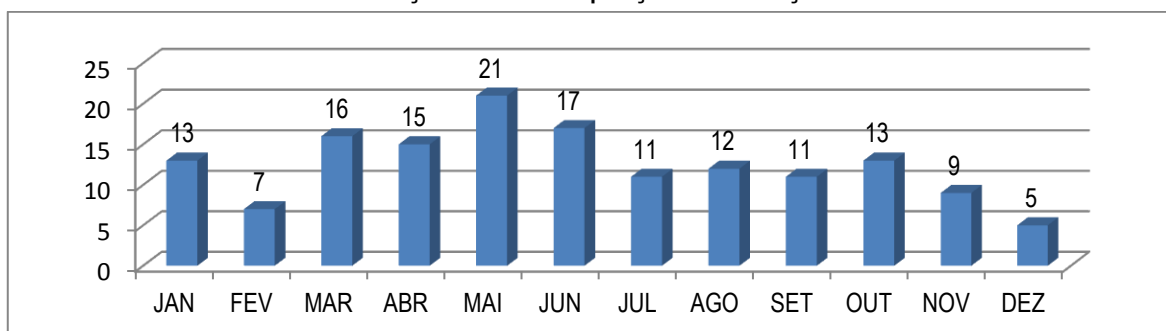
2.8. Emissão de Declarações – Caixa Econômica Federal - CEF

Em atendimento as exigências da Agência Nacional de Saúde - ANS, relativos à inclusão e renovação de dependentes indiretos dos titulares do Plano de Saúde CAIXA, Programa de Assistência Médica Supletiva da Caixa Econômica Federal e solicitada pela Caixa Econômica Federal. O Instituto emitiu declarações aos solicitantes, atestando se há algum tipo de vínculo com o GDF ou benefício percebido. Até dezembro de 2016, foram realizadas pesquisas junto ao Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH e emitidas declarações, conforme abaixo:

Levantamento de Declarações expedidas	
MÊS	QUANT.
Janeiro	13
Fevereiro	7
Março	16
Abril	15
Mai	21
Junho	17
Julho	11
Agosto	12
Setembro	11
Outubro	13
Novembro	9
Dezembro	5
TOTAL	150

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

Evolução mensal da expedição de Declarações



Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

2.9. Análise e Homologação de Declaração de Tempo Especial

O Distrito Federal vem estabelecendo esforços no sentido contemplar os pedidos de Aposentadoria Especial por parte de diversos servidores, em especial atenção ao estabelecido pela Decisão Extraordinária nº 6.611/2010, do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e determinações judiciais.

A análise e a homologação das Declarações de Reconhecimento de Tempo Especial observa estritamente o que prescreve a Legislação relativa ao Regime Geral, uma vez que o RPPS do DF não conta com legislação específica para trato da matéria.

Após a definição do papel e a construção de uma política interna para o enfrentamento dessa demanda, o IPREV-DF elaborou uma nota técnica, demonstrando os impactos e afetações que a concessão de direitos não contributivos, bem como a geração de aposentadorias especiais, considerando tempos sem média e com a possibilidade de se manter no serviço público ou ainda com benefícios distintos dos que a Lei estabelece. Nessa linha foi constituída uma Declaração para os períodos especiais que apenas demonstra esses períodos e condiciona para as Secretarias e órgãos a análise para os pedidos de aposentadorias, nos termos da Decisão nº 6.611/2010, ficando a cargo dos órgãos de origem dos servidores interessados a conversão do tempo em especial.

Do exame da Súmula Vinculante nº 33, para promover a adequada aplicação de seus termos, verificou-se que o STF adotou, na sua formulação, o entendimento de milhares de decisões proferidas em mandados de injunção, no sentido de que a Corte deveria emitir regra hábil a possibilitar o exercício do direito subjetivo em discussão: a concessão de aposentadoria especial. Em face da omissão da legislação e, cumpridos os requisitos exigidos, o Tribunal editou a norma abstrata, suficiente à concretização do direito constitucional do servidor à aposentadoria. Ocorre que, nem na edição, nem por interpretação da súmula, é possível ampliar seus efeitos para além do que foi decidido reiteradamente pela Corte nos casos concretos examinados.

A esse respeito, deve ser lembrado que, de acordo com a súmula em exame, somente serão utilizadas na aposentadoria do servidor as normas do RGPS que se mostrarem cabíveis em relação à disciplina vigente. Semelhante previsão contém o art. 40, § 12 da Constituição que determina a aplicação, na concessão de aposentadoria e pensão aos servidores, das normas do RGPS, no que lhes forem cabíveis, além do que dispõe o próprio artigo.

Considerando não ter havido alteração nas normas do RGPS relativas ao reconhecimento do tempo exercido sob condições especiais, traduzidas e organizadas pela IN SPPS/MPS nº 1, de 2010, todos os seus dispositivos permanecem aptos a serem empregados na análise dos pleitos de aposentadoria especial. No entanto, para adequação de seu conteúdo à aplicação da Súmula Vinculante nº 33, foram realizadas alterações para ampliação de seu objeto por meio da Instrução Normativa MPS/SPPS nº 03, de 23/05/2014, que deu nova redação à ementa, aos arts. 1º, 14, 16, e acréscimo do art. 16-A, que prescreve a necessidade de Decisão Judicial, para a conversão do tempo exercido pelo servidor sob condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física em tempo de contribuição comum, inclusive para fins de contagem recíproca de tempo de contribuição e para a revisão de benefício de aposentadoria em fruição.

Número de Declarações de Tempos Especiais

MÊS	QUANT.
Janeiro	2
Fevereiro	8
Março	2
Abril	2
Maiο	2
Junho	6
Julho	0
Agosto	0
Setembro	1
Outubro	3
Novembro	4
Dezembro	4
TOTAL	34

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

2.10. Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

A Diretoria de Previdência em conjunto com as demais diretorias do IPREV-DF tem o papel de prover plena adequação do GDF ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. Este certificado instituído pelo Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001 e Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008, serve de instrumento de controle para o Ministério da Previdência que verifica o cumprimento dos critérios e exigências previstos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Durante o exercício o IPREV-DF atuou diligentemente para manter a regularidade do Ente em todos os critérios, tendo acompanhado ao longo do ano e atuado para manter o atendimento aos critérios estabelecidos nos 34 critérios exigidos no Extrato Externo dos Regimes Previdenciários.

Manter o CRP vigente para o Ente é fundamental, uma vez que a sua ausência limita a capacidade do Distrito Federal de negociar e assinar acordos relacionados ao financiamento e/ou liberação de verbas por órgãos multilaterais e as de livre vinculação da União.

O último CRP emitido pelo MPS vencerá em 28 de maio de 2017, dentre as exigências para sua revalidação envio do DIPR – Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasse, sob a responsabilidade da Diretoria de Previdência. O Demonstrativo requerer as informações relativas à remunerações brutas, bases de cálculo, repasses efetuados, separadas por órgão/entidade, e não mais consolidadas para todo o Distrito Federal, encaminhado bimestralmente, para o Ministério da Previdência Social – MPS.

O DIPR exigirá ainda a informação da data do repasse das contribuições, aportes e transferências de recursos efetuadas à Unidade Gestora do RPPS, bem como da data do recebimento, pela Unidade Gestora, das demais receitas do RPPS, e do pagamento das despesas efetuadas com os benefícios previdenciários e com a administração do RPPS. Dessa

forma, se os repasses das contribuições forem efetuados após o vencimento legal (fora do prazo) serão exigidos os devidos acréscimos legais.

O DIPR, como os demais demonstrativos exigidos pelo MPS, não pode ser tratado como uma simples formalidade e ser preenchido de qualquer maneira, apenas para se criar a falsa impressão de cumprimento de uma exigência legal. Deve-se evitar o seu envio apenas nos últimos dias do prazo legal, ou pior ainda, depois de esgotado esse prazo, pois nestes casos normalmente será preenchido às pressas, com maior possibilidade de omissão de informações ou informações inexatas. O prazo para encaminhamento do DIPR vence no último dia do mês seguinte ao término de cada bimestre (31/03 para o 1º bimestre; 31/05 para o 2º bimestre; 31/07 para o 3º bimestre; 30/09 para o 4º bimestre; 30/11 para o 5º bimestre e 31/01 para o 6º bimestre). O gestor do RPPS deve acompanhar rigorosamente o cumprimento dessa obrigação exigindo que o DIPR seja informado tão logo as informações necessárias para tal já estejam disponíveis.

Convém destacar que o descumprimento em algum dos critérios exigidos para renovação do Certificado pode acarretar a suspensão do CRP, inviabilizaria a:

1. Celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;
2. Realizar transferências voluntárias de recursos pela União;
3. Obter liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; e
4. Receber os valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social, em razão do disposto na Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999.

2.11. Acompanhamento do Recadastramento de Servidores em Licença sem Vencimento

Após a realização do Censo Previdenciário, muitos servidores que se encontravam de Licença sem Vencimento ou Cedidos para outros Entes, com o retorno às atividades junto ao GDF, necessitavam atualizar suas informações cadastrais, desta forma, a Coordenação de Benefícios disponibiliza o atendimento a estes servidores, com vista à possibilidade de atualização do cadastro e posterior liberação do pagamento.

Levantamento de Recadastramentos pendentes por órgão

ÓRGÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
EDUCAÇÃO	5	4	7	2	7	7	6	3	7	1	2	7	58
SAÚDE	0	1	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0	5
TOTAIS/MÊS	5	5	8	2	9	7	6	3	8	1	2	7	63

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Benefícios

2.12. Compensação Previdenciária com o INSS

Trata-se da operacionalização da Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões.

A compensação foi instituída, desde julho de 1975, mas somente passou a ter eficácia, a partir da regulamentação da Lei nº. 9.796, de 05 de maio de 1999. A partir de 2010, em razão das limitações de pessoal para execução dos trabalhos de compensação previdenciária, o que veio comprometer o volume de valores arrecadados, resultando, assim, como a terceira fonte de recursos, após as contribuições e a rentabilidade dos investimentos, custeando parcela significativa das obrigações a pagar do Fundo Financeiro.

Convém destacar um o aumento de arrecadação do Valor do Fluxo, verificado no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014, que foi de R\$ 171.922.885,51 (Cento e setenta e um milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) para R\$ 183.715.551,19 (cento e oitenta e três milhões, setecentos e quinze mil, quinhentos e cinquenta e um reais e dezenove centavos), o que representa um crescimento aproximado de 7%, equivalente à R\$ 11.792.665,68 (onze milhões, setecentos e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos). Esse crescimento só se tornará constante e crescente, a partir do momento em que o Instituto contar com um efetivo quadro de pessoal, pois estará reduzido o risco evidenciado com os estagiários que é a rotatividade e encolhimento da mão de obra.

No ano de 2016, o valor relativo ao fluxo compensado foi de R\$ 188.310.024,55, com 456 processos aprovados, de um total de 1.235 processos enviados através do Sistema COMPREV. Desse montante, o fluxo médio mensal de pagamentos foi de R\$ 16.354.295,00. Outra parcela da compensação previdenciária é registrada, contabilmente, como Estoque

da Compensação Previdenciária, o qual fechou o exercício de 2016 no valor de R\$ 741.576.174,03, que o Governo Federal já reconheceu como devido ao Distrito Federal.

Sobre o referido estoque, o IPREV-DF, juntamente com os demais RPPS representados no Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios – CONAPREV, sistematicamente, tem apresentado solicitações ao INSS e Ministério da Fazenda para ajustes de procedimentos e critérios para a realização plena da compensação entre os regimes. Convém salientar que em relação ao estoque devido, permanecem pendentes de compensação cerca de 15 mil processos.

Mais adiante apresenta-se a evolução da compensação previdenciária, por regime de competência, observada até dezembro de 2016:

2.13. Levantamento da Expedição de Certidões de Tempo de Serviço Celetista

Elaboração de certidão de tempo de serviço celetista, prestado pelo servidor público no próprio ente, referente ao tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, para fins de Compensação Previdenciária.

Certidões Celetistas

Quantitativo de Certidões até DEZEMBRO 2016	1.221
---	-------

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Compensação Previdenciária

2.14. Proporcionalidade Entre Regime de Origem e Regime Instituidor de Compensação Previdenciária

Tendo em vista a redação dada ao Art. 19-B pela Portaria 288, de 30 de junho de 2015, que alterou a Portaria MPAS n 6.209, de 16 de dezembro de 1999, dispondo sobre a reciprocidade nas decisões dos requerimentos de compensação previdenciária disponibilizados no Sistema COMPREV pelos regimes instituidores aos Regimes de origem, conforme segue:

*"Art. 19-B. O repasse do fluxo mensal de compensação financeiramente regimes poderá ser suspenso quando o credor deixar de decidir ou decidir processos em quantidade proporcionalmente inferior aos decididos pelo devedor, considerando-se os requerimentos protocolados há mais de noventa dias, **ressalvados os casos em que o credor tiver decidido mais de oitenta por cento dos requerimentos protocolados há mais de noventa dias**, ou quando a diferença proporcional em relação à **quantidade de requerimentos decididos pelo devedor há mais de noventa dias for inferior a cinco pontos percentuais.**"*

A proporcionalidade é medida considerando a percentual de decisões dos requerimentos de compensação pelo INSS e RPPS como regimes de origem.

Os critérios utilizados para obtenção do percentual de decisão entre os regimes de origem são os seguintes:

1. Requerimentos enviados a mais de 90 dias.
2. A data inicial para contagem dos 90 dias, e a data em que foi incluída a última imagem obrigatória, conforme estabelecido no Art. 10 do Decreto nº 3.112, de 06 de julho de 1999;
3. Somente será considerado um requerimento decidido. Os reenviados não serão considerados na contagem de quantitativo em análise e no quantitativo;
4. Não serão considerados os requerimentos indeferidos automaticamente pelo Sistema COMPREV; e
5. São considerados como decididos os requerimentos indeferidos e deferidos.

A nova regra estabelecida na Portaria em comento institui a seguinte regra para o bloqueio por falta de reciprocidade na análise dos requerimentos pelos regimes de origens:

3. Caso o RPPS e o RGPS tenham decididos requerimentos em percentuais superiores a 80% (oitenta por cento) não haverá bloqueio dos valores devidos pelo RPPS ao INSS e dos valores devidos pelo INSS aos RPPS.

Regime de Origem e Regime Instituidor de Compensação Previdenciária

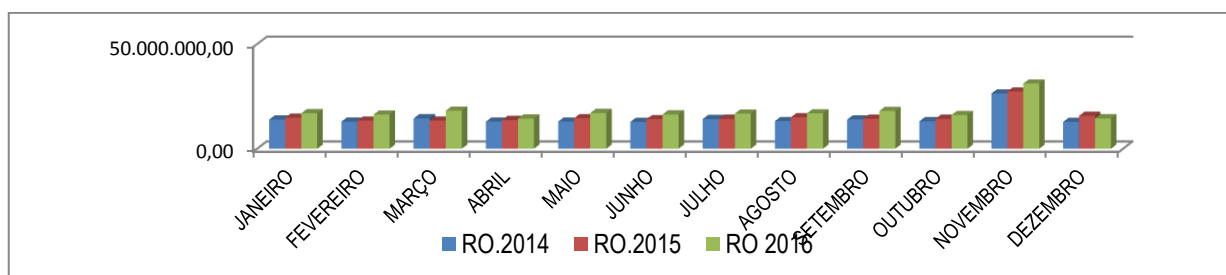
Competencia	RO.2014	RO.2015	RO 2016
Janeiro	13.928.558,31	14.801.748,67	16.952.502,58
Fevereiro	12.938.175,80	13.425.071,40	16.291.246,15
Março	14.493.690,18	13.420.988,59	18.152.918,47
Abril	12.954.666,62	13.706.115,26	14.385.172,47
Mai	12.937.292,33	14.594.996,38	17.060.301,87
Junho	12.858.826,83	14.079.160,59	16.374.314,00
Julho	14.166.156,52	14.279.548,78	16.739.271,32
Agosto	13.209.088,36	15.041.404,42	16.911.309,91
Setembro	13.951.160,43	14.330.766,32	18.010.344,82
Outubro	13.120.862,15	14.273.698,74	16.104.314,27
Novembro	26.404.773,90	27.326.973,31	31.142.946,54
Dezembro	12.810.130,85	15.691.547,67	14.500.869,73

Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Compensação Previdenciária

COMPETENCIA	RI.2015	RI.2016
Janeiro	17.373,36	38.992,21
Fevereiro	17.373,36	38.992,21
Março	17.373,36	91.790,19
Abril	134.747,28	43.919,87
Maió	558.149,23	43.919,87
Junho	34.413,81	51.901,27
Julho	34.413,81	44.507,59
Agosto	54.183,20	52.408,34
Setembro	35.820,83	49.125,29
Outubro	35.820,83	64.968,36
Novembro	71.641,66	91.330,84
Dezembro	36.120,17	45.459,54

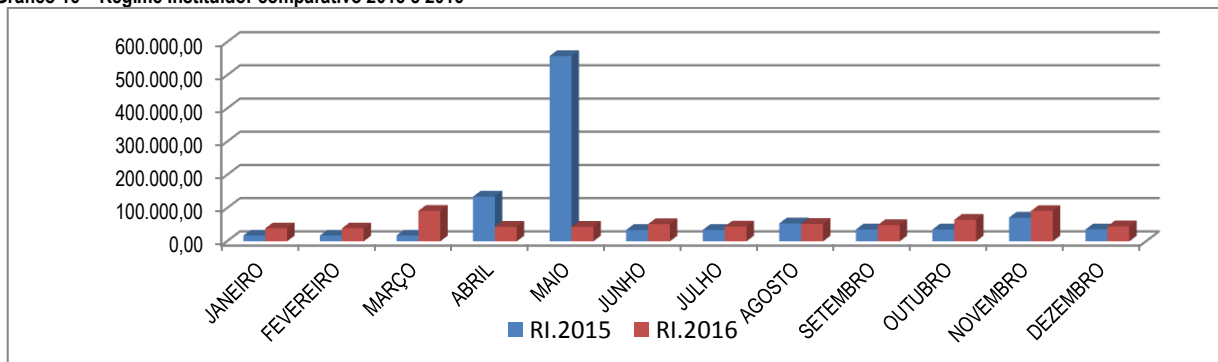
Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Compensação Previdenciária

Gráfico 15 – Regime de Origem comparativo 2014 a 2016



Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Compensação Previdenciária

Gráfico 16 – Regime Instituidor comparativo 2015 e 2016



Fonte: DIPREV/IPREV-DF – Coordenação de Compensação Previdenciária

Proporcionalidade RO – RI

RO				RI		
Requerimentos enviados com mais de 90 dias	Requerimentos Decididos	Proporc.	Qtd. Req. Reenviados	Requerimentos enviados com mais de 90 dias	Requerimentos Decididos	Proporc.
24566	26221	94,10%	10790	954	954	100%

Fonte: COMPREV/INSS

Dados relacionados Compensação Previdenciária.

Mês	Fluxo Mensal Pro rata	Fluxo Atrasado	(Glosa Fluxo)	Glosa Estoque	(Ressarcido ao INSS Fluxo)	Estoque ressarcimento INSS	(Juros) / Devolução	Total Líquido	Estoque	Total Geral	Enviados	Aprovados	Indeferidos	Cessados	Aprovados pela Média
JAN	14.377.971,96	2.349.588,62	0,00	0,00	-38.992,21	0,00	0,00	16.688.568,37	263.934,21	16.952.502,58	129	55	112	12	6
FEV	14.398.963,90	1.931.274,46	0,00	0,00	-38.992,21	0,00	0,00	16.291.246,15	0,00	16.291.246,15	116	26	67	12	24
MAR	14.434.425,79	3.742.848,41	0,00	0,00	-91.790,19	0,00	0,00	18.085.484,01	67.434,46	18.152.918,47	189	67	134	12	6
ABR	14.429.092,34	0,00	0,00	0,00	-43.919,87	0,00	0,00	14.385.172,47	0,00	14.385.172,47	128	0	16	12	0
MAI	14.461.374,70	2.616.214,77	0,00	0,00	-43.919,87	0,00	0,00	17.033.669,60	26.632,27	17.060.301,87	68	61	109	1	5
JUN	14.471.216,52	1.891.834,88	0,00	0,00	-51.901,27	0,00	0,00	16.311.150,13	63.163,87	16.374.314,00	105	50	121	12	14
JUL	14.496.238,06	2.267.591,53	0,00	0,00	-44.507,59	0,00	0,00	16.719.322,00	19.949,32	16.739.271,32	98	50	52	12	0
AGO	14.509.858,12	2.362.280,67	0,00	0,00	-52.408,34	0,00	0,00	16.819.730,45	91.579,46	16.911.309,91	107	37	81	12	0
SET	14.534.454,41	3.245.774,79	0,00	0,00	-49.125,29	0,00	0,00	17.731.103,91	279.240,91	18.010.344,82	82	50	100	12	0
NOV	14.537.531,56	1.631.751,07	0,00	0,00	-64.968,36	0,00	0,00	16.104.314,27	0,00	16.104.314,27	61	32	86	12	0
DEZ	29.112.567,92	2.126.814,39	-5.104,93	0,00	-91.330,84	0,00	0,00	31.142.946,54	0,00	31.142.946,54	58	34	93	4	0
TOTAL	188.310.024,55	24.165.973,59	-5.104,93	0,00	-657.315,58	0,00	0,00	211.813.577,63	811.934,50	212.625.512,13	1234	462	989	125	55

OBS: No mês de janeiro/2016 o estoque previdenciário teve uma correção sobre o valor acumulado ate Dez/2015 no valor de = R\$ 75.236.633,66 (INPC 11,27%)

No mês de abril/2016, devido licença médica da única analista do INSS (Inês), não houve análise dos processos, portanto não houve aprovação, não gerando Fluxo atrasado e 13°.

No mês de setembro/2016 foi detectado erro no lançamento, somente nesta planilha, do estoque mensal referente ao mês de março, sendo realizada a correção.

A Glosa no mês de novembro se refere a pagamentos efetivados após o óbito.

No mês de dezembro/2016, devido licença prêmio da única analista do INSS (Inês), não houve análise dos processos, portanto não houve aprovação, não gerando Fluxo atrasado e 13°.

Fonte: COMPREV/INSS

É importante destacar que a atuação da Diretoria de Previdência vai além das obrigações de se emitir documentos, homologar outros ou controlar os benefícios previdenciários, inseridos nas folhas de pagamento de aposentadorias e pensões pelos setoriais de RH das secretarias e órgãos da administração. Nessa linha são envidados esforços próprios da equipe e outros direcionados aos demais servidores com vistas a prover o adequado controle sobre os itens que impactam a vida dos servidores e, desses impactos decorrentes, o fazer previdenciário do Distrito Federal.

Entre as várias ações executadas pela Diretoria de Previdência em conjunto com a Presidência do Instituto que buscam complementar a atividade operacional, orientando as áreas e setores, informando aos profissionais e servidores das demais áreas e formando uma visão previdenciária que traga elementos para o fortalecimento das posições do Ente relacionadas às áreas jurídicas, financeiras, técnicas e de gestão das relações com os servidores ativos, destacam-se as seguintes:

1. Atualização da cartilha sobre a confecção de Certidões de Tempo de Contribuição;

Após uma reavaliação dos procedimentos e a publicação da Nota Técnica nº 12/2015/CGNAL/DRPSP/SPPS, que aborda a Averbção e Desaverbação de Tempo de Contribuição e consequentes efeitos da averbação, por segurado de Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, de tempo de contribuição com filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para viabilizar a contagem recíproca, foi realizada uma revisão da Cartilha de CTC, e o Instituto disponibilizou no site uma nova versão para consulta dos setoriais.

2. Criação do Grupo de Trabalho para viabilizar a assunção, pelo IPREV/DF, dos atos de concessão, cadastro e manutenção de aposentadorias e pensões, além da padronização e uniformização de procedimentos de concessão de benefícios.

Foi publicado o Decreto nº 37.746, de 1º de novembro de 2016, com o propósito de criação do Grupo de Trabalho que delimitará as providências e definirá os procedimentos para a implementação da Decisão Extraordinário nº 6 de 2010, do TCDF, com vistas a permitir ao IPREV-DFa assunção da competência para a concessão e manutenção dos benefícios previdenciários dos servidores vinculados ao RPPS do DF.

3. Continuidade ao Projeto de Ampliação do relacionamento entre o IPREV e os demais órgãos do GDF:

Esta diretoria entende que não há como fazer previdência sem a participação dos servidores públicos e dos órgãos envolvidos com a gestão de pessoas. Assim esse “estreitamento” resulta em um aprendizado recíproco e benéfico para ambos. Foram estruturadas reuniões de trabalho com as diversas áreas e estruturas do DF.

4. Atendimento com maior qualidade ao beneficiário:

Dentro dos pilares destacados pela Diretoria Executiva no planejamento estratégico, o atendimento ao beneficiário mereceu uma atenção especial, dada sua importância na missão de nosso Instituto e na acessibilidade aos segurados, que agora podem facilmente se deslocar para tratar das questões com o Instituto. Além do acesso a nova Sede possibilitou um ambiente mais acolhedor e adequado para o trabalho dos servidores do Instituto.

5. Implementação do Projeto de Educação Previdenciária do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal em parceria com a Escola de Governo do DF:

Com fundamento na atribuição de exercer a orientação, supervisão e acompanhamento dos RPPS e estabelecer e publicar parâmetros e diretrizes gerais, nos termos do art. 9º, I e II da Lei nº 9.717/1998, e objetivando auxiliar os entes federativos na melhoria da gestão dos RPPS, por meio do aprimoramento do controle dos ativos e passivos previdenciários e de uma maior transparência no relacionamento destes com os segurados e a sociedade, o Ministério da Previdência Social (atual Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS) editou a Portaria MPS nº 185/2015, que instituiu o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS.

O Programa de Educação Previdenciária tem como objetivo criar um processo de educação permanente por meio do reforço das ações de comunicação e relacionamento com os seus públicos-alvos, para ampliar os seus conhecimentos sobre previdência. A educação previdenciária diz respeito ao conjunto de ações de capacitação, qualificação, treinamento e formação específica ofertadas aos servidores públicos do ente federativo, da unidade gestora do RPPS, aos segurados e beneficiários em geral (servidores ativos, aposentados e pensionistas), aos gestores e conselheiros e aos diferentes profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao RPPS, a respeito de assuntos relativos à compreensão do direito à previdência social e de seu papel como política pública, à gestão, governança e controles do RPPS nos seus mais variados aspectos (gestão de ativos e passivos, gestão de pessoas, benefícios, investimentos, orçamento, contabilidade, finanças, estruturas internas e externas de controle, dentre outros).

A Educação Previdenciária está relacionada à instrução, transmissão de conhecimento, ensinamento e aprimoramento da capacidade do indivíduo. Previdência já é sinônimo de precaução, faculdade em prever, previsão, qualidade ou ato de ser previdente. A educação previdenciária pode ser definida como um conjunto de ações contínuas de comunicação para tornar todos os envolvidos no processo mais conscientes sobre a importância e segurança de um plano eficiente de previdência.

Portanto foram ministrados três cursos:

✓ Curso sobre o Tema: “REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL” – No objetivo de formar profissionais com uma visão crítica sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da análise do desenvolvimento histórico-legislativo, assim como da evolução dos julgados em matéria de RPPS e principalmente aplicar estes conhecimentos a situações práticas do cotidiano.

✓ Curso sobre o Tema: “A LEI COMPLEMENTAR Nº 769/2008 (APOSENTADORIAS E PENSÕES)” – Com o objetivo de atualizar os participantes sobre a legislação que disciplina o regime próprio de previdência social dos servidores públicos civil do Distrito Federal, no que diz respeito a aposentadoria e pensões.

✓ Curso sobre o Tema: “APOSENTADORIA ESPECIAL, FACE AO ART. 40, § 4 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL” – Com o objetivo de atualizar os participantes na legislação que disciplina a concessão de aposentadoria especial, face ao art. 40, § 4 da Constituição Federal.

3. Carteira De Investimentos

3.1. Estrutura de gestão e governança de investimentos

Os recursos do IPREV-DF encontram-se integralmente alocados em fundos de investimento regulados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e administrados por instituições com gestão profissional autorizada pela CVM. Embora a gestão de cada fundo de investimento seja realizada pelos gestores e administradores da instituição financeira, não atuando diretamente o IPREV-DF no mercado, cabe ao Instituto determinar os padrões de alocação globais da carteira consolidada de investimentos, os limites de risco e exposição e os referenciais de rentabilidade (benchmarks) a serem perseguidos pelos fundos nos quais aplica os recursos. Dessa forma, os investimentos do IPREV-DF contam com gestão própria, conforme definição do artigo 15, Parágrafo 1º, item I da Resolução nº 3.922/2010.

Anualmente, a Diretoria de Investimentos - DIRIN elabora a proposta de Política Anual de Investimentos e a encaminha aos ao Comitê de Investimentos e Análise de Riscos, Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Após a aprovação pelos órgãos colegiados, a Política segue para assinatura do Governador do Distrito Federal e registro na Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

Em conjunto com o Comitê de Investimentos e Análise de Riscos - CIAR, a Diretoria de Investimentos define mensalmente a estratégia de alocação de curto prazo ao longo do ano, em observação das diretrizes, limites e objetivos estabelecidos na Política Anual vigente. Compete ainda ao Comitê de Investimentos e Análise de Riscos a definição dos parâmetros de risco a serem observados nos investimentos e a avaliação da execução da Política realizada pela DIRIN, propondo realocações ou redirecionamentos com vistas a balizar a gestão e enquadrá-la aos adequados limites.

A Diretoria de Investimentos deve coordenar a gestão dos investimentos à luz da Política Anual e das diretrizes do CIAR, de forma a observar os limites por segmento e índices de referência, bem como monitorar os níveis de riscos de investimento, elaborando relatórios gerenciais para acompanhamento dos órgãos colegiados. Deverá, ainda, realizar as operações de investimentos e desinvestimentos entre os diferentes instrumentos financeiros disponíveis para o alcance dos objetivos definidos na Política de Investimento, e de forma a fazer face ao fluxo de caixa apontado pela Diretoria de Administração e Finanças. Nas suas atividades, a Diretoria de Investimentos adota controles e análises que busquem de forma prudencial o adequado nível de liquidez, segurança, rentabilidade, solvência e mitigação de riscos.

3.2. Estratégia da Política de Investimentos de 2016.

As diretrizes e estratégias de alocação para o exercício de 2016 foram definidas na Política de Investimentos elaborada para o biênio 2015-2016, aprovada originalmente pelo Conselho de Administração, em 19.12.2014, e cuja versão revisada para 2016 foi aprovada pelo CONAD em 12 de maio de 2016 e assinada pelo Governador do Distrito Federal em 20 de maio de 2016, quando então foi encaminhada à Secretaria de Políticas de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social.

O estudo atuarial do IPREV-DF para 2016 estabeleceu, com base nas hipóteses e premissas utilizadas, a taxa real de juros de 5,50% ao ano, acrescida do Índice de Inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A estratégia da gestão dos ativos do Instituto adotadas durante o exercício de 2016 teve por parâmetro a preservação da solidez do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, obedecendo às disposições da Política de Investimentos e às normas do Conselho Monetário Nacional, Resoluções CMN nº 3.922/2010 e nº 4.392/2014. A estratégia previa atuação mais conservadora na gestão dos investimentos, devido à expectativa de volatilidade no mercado financeiro. Dessa forma, a indicação da Política de Investimentos para 2016 foi de aplicações em fundos de investimento com referencial de rentabilidade vinculado os ativos de menor prazo e menor *duration*, dado seu menor risco de mercado.

3.3. Conjuntura econômica em 2016

No campo internacional, a conjuntura em 2016 foi marcada pelo avanço de propostas nacionalistas e contrárias ao movimento de globalização e suas consequências, o que trouxe volatilidade aos mercados internacionais nos dois momentos em que essa tendência se mostrou mais evidente.

Em junho de 2016, o Reino Unido decidiu por meio de referendo pela sua saída da União Europeia, no evento que passou a ser conhecido como Brexit. A decisão surpreendeu o mercado e o público em geral, e culminou com a renúncia do Primeiro-Ministro do partido trabalhista (Labour Party) David Cameron, que havia convocado a consulta por acreditar na vitória da permanência britânica na União Europeia. Analistas políticos veem no resultado o avanço do ideário nacionalista e

anti-imigração, que na Inglaterra é representado pelo Partido Independente (UKIP), e que é acompanhado de outros movimentos com a mesma tendência populista e sectária no continente europeu. Do ponto de vista econômico, o stress nos mercados veio da incerteza quanto ao crescimento da já frágil economia europeia quando da eventual saída do Reino Unido da união aduaneira. A oficialização da saída ainda não havia sido concluída até o fim de 2016, restando dúvidas sobre como se dará a relação política e econômica do Reino Unido com o restante do bloco europeu.

Já em novembro de 2016, em outro resultado surpreendente, Donald Trump, do Partido Republicano, saiu-se vitorioso das eleições presidenciais nos Estados Unidos, com uma plataforma em que defendeu ideias isolacionistas e anti-imigração. Do ponto de vista econômico, além das propostas protecionistas e de fechamento da economia americana ao comércio internacional, Trump prometeu durante sua campanha um forte programa de estímulos fiscais e redução de impostos. A volatilidade afetou os mercados financeiros globalmente, com dúvidas sobre as consequências para o crescimento econômico global de uma economia americana mais fechada, bem como o temor de que o expansionismo fiscal resulte em maior inflação e, conseqüentemente, maiores juros nos EUA. Este quadro resultaria em valorização do dólar frente às demais moedas e reduziria o fluxo de capitais para os países emergentes, afetando suas economias.

No Brasil, em 2016, assim como no ano anterior, os movimentos da economia e do mercado financeiro foram fortemente influenciados por fatores políticos, com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff representando o ponto de inflexão no cenário econômico em 2016. Apesar de o afastamento definitivo ter sido votado pelo Senado Federal ao final de agosto, a ex-presidente foi afastada já em maio de 2016, quando o plenário da Casa aprovou a abertura do processo e teve início o governo de Michel Temer, ainda em caráter interino até o final de agosto.

O novo governo assumiu com uma equipe fortemente comprometida com a correção dos desequilíbrios fiscal e monetário que marcaram o governo anterior, contando com uma equipe econômica tecnicamente reconhecida e com forte credibilidade junto ao mercado, tanto no Ministério da Fazenda como no Banco Central. A retomada do compromisso com o regime de metas de inflação, com a redução dos déficits públicos e a sustentabilidade da trajetória da dívida pública trouxe euforia ao mercado financeiro ainda no período de interinidade da gestão de Michel Temer, com forte valorização dos ativos domésticos, resultando em alta no mercado de ações e fechamento na curva de juros do mercado secundário.

A proposta de um novo regime fiscal apresentada pelo Poder Executivo em julho à Câmara de Deputados por meio da Proposta de Emenda à Constituição - PEC 241 (depois renomeada de PEC 55 quando transitou no Senado Federal) foi o destaque do segundo semestre e balizou o comportamento dos mercados financeiros, pois sinalizou um novo marco no trato das finanças públicas. Conhecida como a PEC do Teto dos Gastos, a proposta estabelece um limite anual para os gastos públicos, vinculado à inflação do ano anterior, por um período de 10 anos, extensível por mais 10 anos.

A PEC do Teto dos Gastos foi aprovada em dois turnos na Câmara e no Senado, e foi promulgada em dezembro de 2016, abrindo espaço para que o Executivo encaminhasse ao Congresso ainda naquele mês a PEC da Reforma da Previdência, o segundo pilar de seu programa de sustentabilidade fiscal. De uma maneira geral, a proposta do governo envolve a fixação de idade mínima de 65 anos para as aposentadorias em geral e uma regra de transição para trabalhadores com mais de 50 anos.

Do ponto de vista monetário, o Banco Central do novo governo, presidido por Ilan Goldfajn, obteve sucesso em reancorar as expectativas inflacionárias, resultando em um IPCA em 2016 de 6,29% ao ano, dentro do intervalo de tolerância do regime de metas e muito inferior ao registrado em 2015, de 10,67% a.a. O compromisso com a autonomia da autoridade monetária e o sucesso no monitoramento da taxa de juros de forma à obtenção do realinhamento de preços permitiu que o Banco Central iniciasse um ciclo de queda da taxa básica de juros da economia já em outubro de 2016, o primeiro corte da taxa SELIC em quatro anos.

Além de se observar que a trajetória inflacionária havia sido corrigida, segundo o Banco Central, na decisão de redução da taxa de juros tem pesado a contração econômica registrada nos últimos anos. Em 2016, pelo segundo ano consecutivo, o PIB brasileiro apresentou forte retração, estimando-se que encerre o ano em -3,49.

O fraco crescimento econômico fez-se sentir de forma mais aguda em 2016 no mercado do trabalho, com o aumento na taxa de desemprego, atingindo 11,9% no trimestre encerrado em novembro de 2016, representado por um número de 12,1 milhões de pessoas desocupadas.

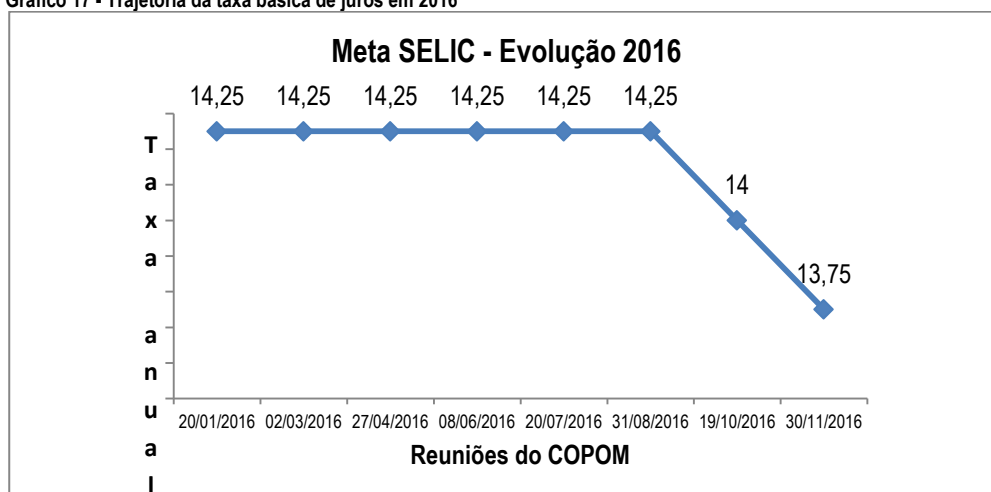
A crise fiscal nos Estados foi outro contraponto negativo no cenário econômico doméstico em 2016. Os governos estaduais pressionaram o Governo Federal em busca de renegociação de suas dívidas para com a União, obtendo troca de indexadores de suas dívidas, aumento no prazo e redução do valor das parcelas mensais. O pagamento das parcelas foi suspenso de julho a dezembro, e a dívida alongada para 20 anos. Entretanto, ao final de 2016 o Poder Executivo Federal ainda não havia chegado a um acordo sobre as contrapartidas do ponto de vista de austeridade a serem adotadas pelos Estados em troca da reestruturação definitiva de suas dívidas.

Com dificuldade em honrar compromissos, alguns Estados atrasaram o pagamento de salários a servidores públicos, e comprometeram a prestação de serviços básicos na área de saúde e segurança. No Rio de Janeiro, o caso mais grave de desequilíbrio fiscal, a queda do preço do petróleo agravou o quadro, tendo o governo estadual decretado calamidade financeira em julho, recebendo ajuda do governo federal de R\$ 2,9 bilhões para manutenção dos serviços básicos por ocasião dos jogos olímpicos na cidade. Em dezembro, Minas Gerais decretou emergência nas contas públicas, e o Rio Grande do Sul passa por dificuldades semelhantes.

Em que pese volatilidades momentâneas registradas ao longo de 2016, o desempenho dos indicadores de mercado teve um saldo positivo ao longo do ano, devido ao cenário de maior previsibilidade no Brasil em decorrência da

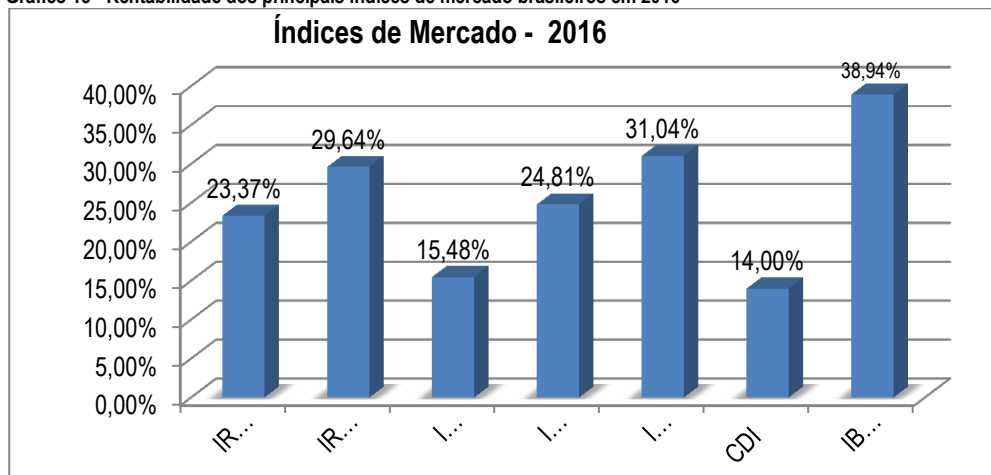
mudança no quadro político, como se pode observar nos gráficos com a evolução da taxa de juros de referência no Brasil e o desempenho dos índices de renda fixa e renda variável de referência no mercado.

Gráfico 17 - Trajetória da taxa básica de juros em 2016



Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 18 - Rentabilidade dos principais índices de mercado brasileiros em 2016



Fonte: Banco Central do Brasil

3.4. Execução da estratégia de investimentos

O Fundo Financeiro do IPREV-DF apresentava o valor de R\$ 529.430.060,16 ao final de 2015, passando a R\$ 184.121.089,77 ao final de 2016. Devido à sua natureza financeira, típica do regime de repartição, e ao seu caráter deficitário, o Fundo Financeiro apresenta flutuações importantes ao longo do tempo, uma vez que os recursos arrecadados são integralmente desembolsados para o pagamento de benefícios no mesmo exercício, permanecendo aplicados em fundos de curto prazo por um período reduzido de dias.

No caso do Fundo Capitalizado, o saldo ao final de 2015 atingiu o valor de R\$ 2.426.262.905,65, tendo encerrado o ano de 2016 em R\$ 2.994.826.822,68. O crescimento do saldo de investimentos do Fundo Capitalizado foi de 23,43% no ano, e pode ser explicado pelo valor das contribuições e compensações previdenciárias recebidas no período e incorporadas ao patrimônio sob gestão, bem como pela rentabilidade positiva da carteira de investimentos, que atingiu 18,36% a.a. em 2016, acima, portanto, da meta atuarial acumulada no período de 12,44% a.a.

Entretanto, o Fundo Capitalizado foi impactado negativamente pela operação de reversão de até 75% do superávit técnico atuarial do Fundo Capitalizado para o Fundo Financeiro, no valor total de R\$ 493,5 milhões ainda em 2016, objeto da Lei Complementar nº 920, de 1º de dezembro de 2016. A Lei prevê a recomposição do valor revertido por meio da cessão por parte do Governo do Distrito Federal de até 30% de ações do Banco de Brasília S/A BRB. A transferência, entretanto, não havia ocorrido até o encerramento do ano, uma vez que deve ser precedida de avaliação do valor de mercado do Banco para que se determine a participação acionária do IPREV-DF resultante.

Além da redução do valor total da carteira de investimentos do IPREV-DF, a reversão e utilização dos recursos do Fundo Capitalizado para o custeio das folhas de pagamentos do Fundo Financeiro afetou a composição da carteira de

investimentos no fechamento de 2016. Para que a rentabilidade total dos investimentos não fosse afetada no momento dos resgates dos recursos, considerando-se que as operações concentraram-se no início de mês de dezembro, quando o mercado apresentava volatilidade advinda do resultado das eleições norte-americanas, a estratégia de desinvestimento concentrou-se em fundos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI e IRF-M 1, que apresentaram o menor risco de mercado da carteira.

Em outro evento que provocou redução no valor dos investimentos do Fundo Capitalizado em 2016, foi a concluída em setembro de 2016 a operação de reenquadramento de servidores entre os Fundos administrados pelo IPREV-DF, conforme processo IPREVD/DIPREV nº 413-000.026/2016 e IPREVD/DIFAD nº 413-000.154/2016, sendo naquela data transferido o montante de R\$ 140.455.739,49 do Fundo Capitalizado para o Fundo Financeiro. Os valores foram resgatados de fundos com benchmark CDI e IRF-M 1.

Quanto à recomposição por meio de imóveis do superávit revertido em 2015 no contexto da Lei nº 866/2015, cabe mencionar que a autorização para a recomposição do valor foi objeto da Lei nº 5789/2016 e Lei Complementar nº 917/2016, e os valores originais foram corrigidos pela meta atuarial relativa ao período transcorrido entre sua edição e a transferência dos recursos. A efetivação da transferência dos imóveis para a carteira de investimentos do IPREV-DF deve, entretanto, ser precedida de avaliação por parte da Caixa Econômica Federal, além daquela já realizada pela TERRACAP, sendo que a avaliação da Caixa não foi concluída em 2016.

Observa-se na tabela abaixo as movimentações da carteira de investimento, contemplando recursos dos fundos financeiro e capitalizado:

Movimentações da carteira de investimentos

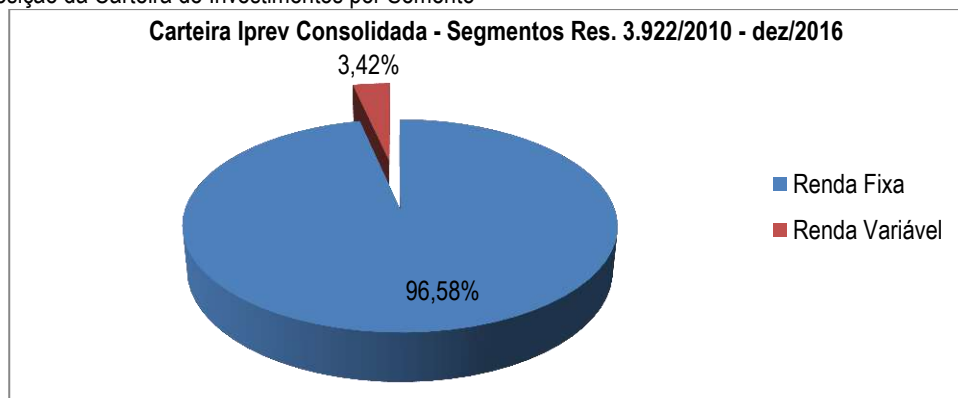
MOVIMENTAÇÕES MENSAIS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - 2016							
MÊS/ANO	SALDO ANTERIOR (A)	APLICAÇÕES (B)	RESGATES (C)	GANHO (+)	PERDA (-)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (D)	SALDO FINAL (A + B + D - C)
jan/16	2.955.692.965,81	802.360.544,67	952.973.270,92	48.968.276,38	-2.122.562,07	46.845.714,31	2.851.925.953,90
fev/16	2.851.925.953,90	282.241.756,97	453.069.050,32	45.275.559,82	-237.167,18	45.038.392,64	2.726.137.053,17
mar/16	2.726.137.053,17	129.871.274,82	161.308.325,50	78.698.105,27	-8.416.971,95	70.281.133,32	2.764.981.135,81
abr/16	2.764.981.135,81	184.403.239,47	141.772.922,50	69.360.233,32	-51.698,44	69.308.614,88	2.881.964.041,31
mai/16	2.881.964.041,30	193.797.669,09	127.620.551,85	17.078.033,81	-4.067.534,91	14.898.158,84	2.960.849.627,08
jun/16	2.960.849.627,08	146.265.812,61	187.648.160,78	43.576.320,54	-213.351,55	43.362.968,99	3.062.830.247,92
jul/16	3.062.830.247,92	217.620.928,70	154.545.821,82	55.199.703,91	-352.691,53	54.847.012,38	3.180.752.367,13
ago/16	3.234.960.020,37	972.266.652,08	909.708.920,33	32.149.492,82	-108.583,73	32.040.909,09	3.275.354.008,00
set/16	3.275.354.008,00	419.725.548,72	428.233.236,49	47.900.316,46	-41.213,98	47.859.102,48	3.245.201.711,27
out/16	3.245.201.711,27	314.988.773,45	261.566.764,92	27.576.276,46	-1.980,41	27.574.296,05	3.326.198.015,85
nov/16	3.326.198.015,85	206.349.217,93	143.464.307,63	11.175.375,41	-16.571.307,25	-5.395.931,84	3.383.686.994,30
dez/16	3.383.686.994,30	953.270.505,83	1.210.804.208,54	57.144.499,13	-4.349.878,30	52.794.620,83	3.178.947.912,44
TOTAIS NO ANO	4.823.161.924,34	4.823.161.924,34	5.132.715.541,60	534.102.193,33	-36.534.941,30	499.454.991,98	

Fonte: Coordenação de Investimentos/DIRIN/IPREV-DF

3.5. Composição da Carteira de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2016, considerando-se a carteira consolidada de investimentos sob gestão, ou seja, a soma dos investimentos dos Fundos Financeiro e o Capitalizado, os recursos investidos estavam distribuídos entre 34 fundos de investimentos, sendo 22 no segmento de renda fixa, no montante de R\$ 3.070.293.304,19, correspondente 96,58% do patrimônio total, e 12 fundos no segmento de renda variável, no montante de R\$ 108.654.608,29, representando 3,42% do patrimônio, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 19 - Composição da Carteira de Investimentos por Semente



Fonte: Coordenação de Investimentos/DIRIN/IPREV-DF

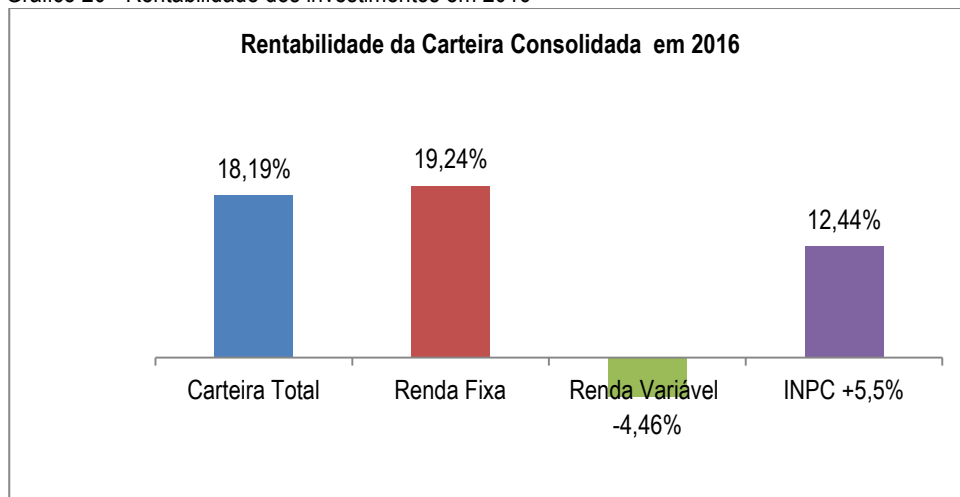
Cabe acrescentar que, segundo a classificação estabelecida pela Resolução 3.922/2010, classificam-se como Renda Variável tanto os fundos de ações como também fundos estruturados, tais como FIP, FII e Fundos Multimercado.

3.6. Desempenho dos investimentos

A carteira de investimentos do IPREV-DF consolidada apresentou rentabilidade significativa em 2016, tendo em vista o cenário apresentado, bem como a estratégia de redução da *duration* ao longo do ano, com decréscimo dos investimentos em fundos com referencial de rentabilidade mais longos, tais como IMA-B e IMA-B 5+ e direcionamento dos recursos para fundos de menor prazo, tais como IMA-B 5 e IRF-M e IRF-M 1, o que diminuiu o impacto na rentabilidade nos momentos de maior volatilidade, tais como novembro de 2016.

A rentabilidade dos investimentos em 2016 superou a meta atuarial de INPC + 5,5% a.a., bem como o CDI, que é o referencial mais comum de mercado, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 20 - Rentabilidade dos investimentos em 2016



Fonte: Coordenação de Investimentos/DIRIN/IPREV-DF

Cumprir destacar que a rentabilidade negativa do segmento Renda Variável não está relacionada ao desempenho de fundos de ações, mas aos fundos estruturados, visto que aqueles com maior peso na carteira encontram-se ainda em fases de investimento, em que os ativos alvo ainda não foram objeto de desinvestimento e rentabilizados e os recursos aportados são ainda consumidos com o pagamento das despesas do fundo (conhecido no jargão de mercado como curva J).

Na tabela abaixo, pode-se acompanhar a rentabilidade mensal dos investimentos dos Fundos Financeiro e Capitalizado individualmente, bem como da carteira consolidada.

Rentabilidade Mensal dos Investimentos em 2016

RENTABILIDADE MENSAL (%)										
Mês/Ano	Fundo Financeiro			Fundo Capitalizado			Carteira Total			Meta Atuarial (INPC +)
	Renda Fixa	Renda Variável	Total	Renda Fixa	Renda Variável	Total	Renda Fixa	Renda Variável	Total	
jan/16	1,14	*	1,14	1,93	-1,24	1,79	1,82	-1,24	1,70	1,96
fev/16	1,04	*	1,04	1,74	1,25	1,71	1,77	1,25	1,74	1,40
mar/16	0,55	*	0,55	3,01	-2,67	2,77	2,93	-2,67	2,70	0,89
abr/16	1,01	*	1,01	2,51	2,12	2,49	2,51	2,12	2,49	1,09
mai/16	1,15	*	1,15	0,54	0,71	0,57	0,54	0,71	0,57	1,43
jun/16	1,42	*	1,42	1,47	1,07	1,46	1,46	1,02	1,45	0,84
jul/16	1,11	*	1,11	1,71	2,92	1,76	1,71	2,92	1,76	0,97
ago/16	1,25	*	1,25	1,00	0,57	0,99	1,00	1,57	0,99	0,76
set/16	1,14	*	1,14	1,50	1,09	1,49	1,50	1,09	1,48	0,53
out/16	0,92	*	0,92	0,78	2,50	0,84	0,78	2,50	0,84	0,62
nov/16	0,89	*	0,89	-0,11	-3,01	-0,22	-0,11	-3,01	-0,21	0,52
dez/16	0,93	*	0,93	1,95	-3,29	1,77	1,93	-3,29	1,75	0,59
Acumulado 2016	13,30	*	13,30	19,47	-4,46	18,36	19,24	-4,46	18,19	12,44

* O Fundo Financeiro não possui investimentos em Renda Variável, conforme sua Política de Investimentos.

Fonte: Coordenação de Investimentos/DIRIN/IPREV-DF

3.7. Destaques da Gestão de Investimentos

1. Transparência:

Com vistas a atender determinações de órgãos de controle e proporcionar maior transparência ativa, o IPREV-DF promoveu, em agosto de 2016, a atualização do sítio eletrônico, incluindo informações mais detalhadas sobre a carteira de investimentos e em cumprimento pleno dos requisitos estabelecidos pela Portaria MPS 519/2011. Desta forma, encontram-se disponíveis, em caráter mensal, demonstrativos com as movimentações e os patrimônios de cada um dos fundos investidos bem como sua medida de risco pela metodologia de VaR (Valor em Risco) e os enquadramentos legais e relativos à Política de Investimentos vigente para o ano.

2. Credenciamento:

Em seu esforço por adequar as práticas de investimento do IPREV-DF ao disposto na Portaria MPS nº 519/2011 e tornar a gestão mais eficiente e econômica, além das medidas voltadas à divulgação dos investimentos, o Instituto iniciou em setembro de 2016 o processo de credenciamento de instituições financeiras e fundos de investimento. Nessa primeira etapa, o IPREV-DF comunicou, por meio de Ofício às instituições mantenedoras dos fundos nos quais o IPREV-DF aplica seus recursos, que a manutenção dos investimentos nesses instrumentos estaria condicionada ao cumprimento das exigências do credenciamento, segundo as orientações definidas pela Portaria MPS nº 300/2015.

Dessa forma, as instituições enviaram os Termos de Análise de Credenciamento das instituições financeiras e de cada um dos fundos de investimento, bem como toda a documentação acessória enumerada nos termos.

A análise envolveu aspectos quantitativos, entre os quais: (i) Porte, representado, entre outras métricas, pelo patrimônio sob gestão; (ii) Especialização, por meio da avaliação da quantidade de recursos de RPPS sob gestão; e (iii) Desempenho, por meio da avaliação do histórico de rentabilidade e da relação risco/retorno dos fundos.

Os critérios qualitativos considerados foram, entre outros, a formação profissional da equipe, política de risco, metodologia de marcação a mercado, segregação de funções na instituição, existência de plano de contingência e continuidade de negócios, histórico de atendimento das demandas do IPREV-DF etc.

Como a análise nessa primeira etapa focou nos fundos de investimento já existentes na carteira do IPREV-DF, foi avaliada também, além da rentabilidade histórica, as penalidades e custos no caso de descredenciamento, especialmente importantes nos casos de Fundos Estruturados, tais como FIP, FII e FIDC, pois há previsão de multas significativas no caso de cancelamento do fundo e não aporte de capital comprometido, bem como perda do capital já investido. Além disso, foram consideradas condições mercadológicas, tendo em vista que os recursos estão aplicados em prazo mais longo e o custo de desinvestimento pode afetar a rentabilidade da carteira.

Durante o processo de credenciamento e análise dos fundos, o IPREV-DF procedeu à eliminação de fundos pouco eficientes e redundantes, com vistas a otimizar a gestão da carteira, eliminou fundos com baixa relação custo e benefício e reduzir riscos operacionais, sempre observadas as condições de mercado e condições de desinvestimento, de forma a que não houvesse perdas financeiras.

O processo de credenciamento foi finalizado em 30 de novembro de 2016, tendo sido aprovados apenas os fundos de investimento considerados eficientes, com a expedição de Atestados de Credenciamento, os quais já se encontram disponíveis no sítio eletrônico do IPREV-DF, com texto explicativo sobre os critérios e procedimentos realizados.

3. Otimização operacional dos investimentos:

Até julho de 2016, os investimentos do IPREV-DF estavam distribuídos em 47 fundos de investimento, e tal pulverização dificulta a operacionalização da carteira, reduz a eficiência de gestão e acrescenta risco operacional e de desenquadramento. A partir da análise detalhada do perfil dos fundos, observaram-se redundâncias de instrumentos e vem-se realizando um processo de consolidação de fundos com o mesmo perfil, adotando-se também critérios melhor delimitados para a incorporação de novos investimentos. Conforme apontado, em dezembro de 2016 o número de fundos havia sido reduzido para 34, sendo importante salientar que o processo de consolidação e redução de instrumentos observa sempre o melhor momento de liquidação dos ativos subjacentes aos fundos, desta forma não afetando a rentabilidade dos recursos investidos.

4. Gestão Ativa dos Fundos Estruturados

O IPREV-DF conta atualmente com 8 fundos de investimento estruturados, entre Fundos de Participações, Fundos Imobiliários e Fundos de Direitos Creditórios (ainda que estes sejam classificados como Renda Fixa pela Resolução 3.922/2010, sob o ponto de vista da gestão pertencem à categoria de investimentos estruturados). Por serem investimentos ligados ao setor real da economia, com a desaceleração econômica brasileira recente, alguns desses fundos estavam apresentando atrasos nos projetos financiados e problemas de liquidez.

Diante desse cenário, o IPREV-DF passou a adotar uma política mais ativa junto a esses investimentos, participando de forma mais incisiva nas suas assembleias e estudando mais profundamente os ativos e empresas subjacentes, como forma de melhor avaliar criticamente as chamadas de capital e reduzir os custos de gestão em alguns deles.

A partir de setembro/2016, o IPREV-DF passou a elaborar um Relatório Trimestral específico registrando a evolução e os fatos relevantes a cada um destes fundos, que servirá também para mapear os setores da economia em que o

Instituto já vem atuando, e subsidiando de forma mais eficiente futuras decisões de investimento estruturado. O Relatório é encaminhado aos órgãos colegiados, que dessa forma podem acompanhar de maneira mais detalhada a gestão dessa carteira.

5. Avaliação Atuarial

A Avaliação Atuarial periódica de um Plano de benefícios de Regime Próprio de Previdência Social, além de ser uma exigência legal, prevista na Lei nº. 9.717/98 e Portaria MPS nº. 204/08 é essencial para a revisão dos planos de custeio e de benefícios do plano previdenciário, no sentido de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial. Como prevê o artigo 73 da Lei Complementar nº 769, de 30 de julho de 2008, transcrito a seguir, a massa de segurados está segmentada em dois grupos, a saber:

A avaliação atuarial é desenvolvida em quatro etapas, transcritas e detalhadas a seguir:

1. Análise crítica da base de dados dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas:

Toda a avaliação atuarial é realizada com base nos dados dos servidores do Distrito Federal, os quais são coletados em três etapas:

- I. - Extração de dados do SIGRH, coleta dos dados de todos os servidores do poder executivo do Distrito Federal;
- II. - Extração de dados do sistema MENTORH da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- III. - Extração de dados do sistema MENTORH do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Os dados são avaliados e, por meio de uma manipulação do banco de dados, apuram-se as inconsistências cadastrais, as quais são corrigidas ou alteradas por premissas atuariais quando impossibilitada a correção.

Após a manipulação dos dados, elabora-se o consolidado estatístico com informações gerais do plano capitalizado e financeiro.

2. Seleção das hipóteses financeiras e atuariais, regimes de financiamento e outros mecanismos de dimensionamento dos compromissos dos planos e a realização do Cálculo Atuarial:

A seleção das premissas atuariais e financeiras é de suma importância, pois impactam diretamente nos resultados dos planos previdenciários. Destaque-se que o IPREV-DF manteve as premissas atuariais utilizados no exercício anterior, tendo em vista as mesmas estarem devidamente atualizadas.

3. Análise dos resultados e realização de estudos acerca da viabilidade da manutenção dos planos de custeio; e, caso estejam em desequilíbrio, um ou mais planos de custeio serão discutidos e propostos, de forma a promover o equilíbrio de longo prazo do plano, sem desequilibrar as contas no curto e médio prazo:

A metodologia utilizada na avaliação atuarial para apurar os resultados dos planos é trazer os compromissos e as receitas futuros a valor presente e comparar com o ativo líquido do plano, adotando as premissas atuariais anteriormente detalhadas.

4. Comparação dos resultados das três últimas avaliações atuariais realizadas para os planos previdenciários do RPPS.

5. Abaixo comparam-se os resultados dos planos financeiro e capitalizado dos últimos três anos:

Comparativo de Resultados Atuariais

	2014		2015		2016	
Financeiro	-R\$	219.236.193.243,26	-R\$	298.783.583.440,63	-R\$	261.675.079.842,51
Capitalizado	R\$	2.900.034.759,87	R\$	1.787.381.915,46	R\$	658.086.105,45

Fonte: Assessoria Especial de Atuária/IPREV-DF

A análise dos últimos três anos do Plano Financeiro permite verificar um aumento anual considerável do déficit atuarial, o qual é resultante da política de reajuste de salários e benefícios adotados no GDF nos últimos anos, aumentando, assim, os valores estimados dos compromissos futuros e, conseqüentemente, o déficit atuarial.

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

É importante destacar que no exercício de 2016, ocorreram fatos que impactaram a Carteira de Investimentos do IPREV-DF conforme explicitado no item d) Execução da estratégia de investimentos; a exemplo foram os reflexos das seguintes ocorrências, a saber:

1. Cumprimento da Lei Complementar nº 899, de 30/09/2015, quanto a à recomposição por meio de imóveis, por meio da Lei nº 5.729/2016 e Lei Complementar nº 917/2016, ambas publicadas no DODF nº 201, de 24/10/2016.
2. Reenquadramento de servidores entre os Fundos, conforme processo IPREVD/DIPREV nº 413-000.026/2016, cuja o operação resultou na transferência do montante de R\$ 140.455.739,49 do Fundo Capitalizado para o Fundo Financeiro, para cobrir as despesas de pessoal com Inativos e Pensionistas do Fundo Financeiro..
3. Cumprimento da Lei Complementar nº 920/2016, com apuração de Superávit Financeiro, no montante de R\$ 493.564.579,09 (quatrocentos e noventa e três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e setenta e nove Reais

e nove centavos), para custeio das folhas de pagamento dos aposentados e pensionistas do Fundo Financeiro, decorrente da reversão de até 75% do superávit técnico atuarial do Fundo Capitalizado.

Quanto ao Reenquadramento de servidores, salienta-se que a Decisão TCDF nº 6641/2009, abordou o entendimento acerca do alcance da expressão “efetivo exercício no serviço público”, observado a Orientação Normativa MPS nº 02/2009, c/c Memorando nº 008/2016-DIPREV/IPREV, de 11/03/2016, Parecer nº 24/2016-DIJUR, de 29/03/2016 e demais despachos contidos no Processo nº 413.000.026/2016, foi solicitado a DIFAD a transferência de recursos no montante de R\$ 140.455.739,48 (cento e quarenta milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e oito centavos) do Fundo Capitalizado para o Fundo Financeiro, referente regularização de contribuições previdenciárias atualizadas de servidores que estão sendo migrados para o Fundo Financeiro do período de 2009 até agosto de 2016.

Resumo das Contribuições Atualizadas conf. ANEXO I

ANO	CONTRIBUIÇÕES SERVIDOR E PATRONAL	ATUALIZAÇÃO	TOTAL
2009	1.302.555,57	948.095,84	2.250.651,41
2010	6.295.094,52	4.283.078,79	10.578.173,31
2011	11.410.611,90	7.061.038,81	18.471.650,71
2012	13.305.380,61	8.373.100,92	21.678.481,53
2013	16.428.510,57	4.524.557,07	20.953.067,64
2014	19.835.555,46	7.018.834,82	26.854.390,28
2015	21.717.109,39	5.050.496,21	26.767.605,60
Superávit	90.294.818,02	37.259.202,46	127.554.020,48
até mês 08/2016	11.408.765,64	1.492.953,36	12.901.719,00
Ajuste da Receita	11.408.765,64	1.492.953,36	12.901.719,00
Totais	101.703.583,66	38.752.155,82	140.455.739,48

Fonte: Processo 413.000.026/2016, memória de cálculo acostada as fls. 895.

Os recursos transferidos foram efetivamente utilizados no pagamento de benefícios previdenciários do Fundo Financeiro com o pagamento de despesas com Inativos do GDF e das Secretarias de Estado de Educação e Saúde.

Cronograma de Desembolso dos Recursos

Competência da Folha de Pagamento	Data Pagamento	Valor
Agosto	06/09/2016	138.962.786,13
Setembro	06/10/2016	1.492.953,36
Total		140.455.739,49

Fonte: SIGGO – Sistema de Gestão Governamental

5. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O IPREV-DF procurou atuar, no exercício de 2016, de forma incessante na busca da excelência da gestão previdenciária, seja atuando na busca do cumprimento integral do normativo legal que disciplina o tema, seja no esforço para manter o CRP vigente, as demonstrações de natureza obrigatória, ao desenvolvimento institucional, da Educação Previdenciária e propiciar a plena informação e transparência sobre o estágio de funcionamento do Instituto.

É por intermédio do IPREV-DF que as políticas e as ações do Distrito Federal, em relação à previdência dos servidores públicos devem se desenvolver.

Os quadrantes fundamentais de atuação do IPREV-DF podem ser sintetizados da seguinte forma:

1. Gestão dos benefícios previdenciários decorrentes aposentadorias e pensões dos segurados e dependentes;
2. Gestão dos ativos financeiros originários das contribuições e demais receitas previdenciárias, buscando a constante rentabilização desses ativos por meio de aplicações no mercado financeiro, em conformidade com as normas legais e específicas, tendo como finalidade o cumprimento de suas obrigações previdenciárias;
3. Gestão do custeio da previdência dos servidores distritais, mediante fiscalização e controle das contribuições do Governo do Distrito Federal e dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;
4. Gestão das variantes que possam alterar a viabilidade e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos fundos administrados pelo IPREV-DF, seguindo padrões técnicos, profissionais e socialmente justos.

Com isso, a Instituição e seus servidores seguem no intuito maior de enfrentar a principal necessidade previdenciária: viabilizar a institucionalização do IPREV-DF, como o Gestor Único do RPPS, conforme preceitua a Lei Complementar nº 769/2008.

Diante das atividades desenvolvidas pelo Instituto, destacam-se algumas no período de 2016, tais como:

a) Conclusão do Processo de Reenquadramento entre fundos:

Em atenção à Decisão nº 6641/2009, proferida pelo Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, e diante do dever de se manter hígidos e com cadastros atualizados os fundos financeiro e capitalizado administrados pelo IPREV-DF, foi promovida uma detida análise em 1.491 casos em que poderia haver divergência de enquadramento dos servidores em fundo diverso daquele a que deveria estar vinculado. Houve uma meticolosa análise de forma individualizada, matrícula por matrícula,

e foi constatada a existência de 668 inconsistências. Ouvidos os órgãos de origem e analisada a documentação, foi promovido o acerto no enquadramento e, posteriormente, houve o necessário acerto financeiro entre os regimes.

Os valores referentes, que totalizaram mais de R\$ 140 milhões, foram obtidos levando-se em conta a correção monetária dos valores recolhidos mais os frutos que estes recursos geram enquanto aplicados no fundo capitalizado.

b) Assunção da concessão e manutenção dos benefícios, relativos ao fundo capitalizado:

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal passou, em setembro de 2016, a ser responsável pela concessão dos benefícios previdenciários de Pensão por morte e Aposentadoria dos servidores e agentes públicos com ingresso no serviço público desde 01/01/2007, vinculados ao Fundo Previdenciários (Empresa 991) em cumprimento à Decisão Extraordinária nº 6/2010, proferida pelo TCDF.

O IPREV-DF salientou por meio de Circulares e por meio eletrônico na internet que não haverá qualquer mudança na autuação e instrução processual, que hoje ocorre nos órgãos. Contudo, a Autarquia também, cujas orientações encontram-se disponibilizadas no sítio do IPREV-DF, bem como foram objeto de Ofícios encaminhados aos órgãos.

O IPREV-DF será responsável pela edição de atos normativos e manuais com vistas a permitir a uniformização de procedimentos, rotinas e documentos, relativos a todos os benefícios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

c) Chamamento público de servidores:

Diante da impossibilidade momentânea de realização de concursos públicos, e diante da necessidade de se profissionalizar a gestão do Instituto, consolidando internamente as competências e expertises do órgão em servidores titulares de cargos efetivos, o IPREV-DF realizou chamamento público.

Constaram do chamamento vagas para as áreas de benefício, logística, contabilidade, investimento e ouvidoria. Atenderam ao Chamamento 21 servidores.

d) Atendimento às demandas da ouvidoria e da LAI:

O IPREV-DF retomou, em agosto de 2016, o processo de atendimento às demandas da Ouvidoria e provenientes do e-SIC (LAI). Em junho de 2016 foi solicitada sua realização à SEPLAG em virtude da servidora responsável pelo atendimento da assessoria de comunicação e da ouvidoria do Instituto ter se afastado por motivo de licença maternidade. Houve a regularização de 6 (seis) demandas advindas do sistema TAG da Ouvidoria e 4 do sistema e-SIC (LAI), bem como a nova identificação dos responsáveis pela condução dos procedimentos da ouvidoria do IPREV/DF, apesar da Autarquia não possuir estrutura formal de Ouvidoria.

e) Mapeamento de Macroprocessos e estabelecimento de Fluxos Operacionais:

A nova direção do IPREV redefiniu fluxos e procedimentos a serem objeto de mapeamento e modelagem. Já houve, em 08/08/2016, o mapeamento do Fluxo de Aposentadoria da DIPREV (um macroprocesso identificado pelo IPREV-DF), estabelecendo, com isso, os fluxos de aposentadorias voluntárias, por invalidez e compulsórias, bem como a hierarquização de processos e o mapeamento de tais fluxos, com acesso WEB.

Atualmente, estão sendo objeto de mapeamento e modelagem o processo de Arrecadação da DIFAD, com sua hierarquização e mapeamento do fluxo, e o processo interno da área de investimento.

Foram mapeados os processos internos da área de investimento em agosto de 2016, em processo preparatório para a automatização das atividades de controle da carteira de investimentos.

Atualmente, estão sendo objeto de mapeamento e modelagem o processo de Arrecadação da DIFAD, com sua hierarquização e mapeamento do fluxo.

f) Índice de Transparência Ativa:

A Controladoria-Geral do Distrito Federal, todos os anos, analisa a transparência dos dados e das informações a serem divulgadas pelos órgãos públicos de Brasília em seus canais de comunicação.

No ano de 2016, a CGDF apontou o IPREV-DF como um dos 20 órgãos com o maior índice de transparência do Distrito Federal, com índice de 83%. A avaliação levou em conta conteúdos divulgados nos sites dos órgãos e entidades governamentais, tais como: resultados alcançados com ações promovidas, despesas (diárias e passagens, entre outras), auditorias e remuneração de servidores. Também foram considerados, por exemplo, contratos, convênios firmados, horário de funcionamento, licitações e perguntas frequentes.

O resultado alcançado pelo IPREV-DF decorreu de um esforço concentrado de toda a diretoria executiva e servidores do IPREV/DF, já que no fim do 1º semestre a autarquia esta ente os últimos colocados, com o índice de transparência de 26%, segundo os critérios apurados pela Controladoria.

A partir de junho de 2016, o Instituto estabeleceu metas mensais de transparência para cada uma das áreas. A evolução foi drástica e rápida. Em apenas cinco meses o índice de transparência subiu para 83%, resultado quatro vezes maior que a primeira avaliação.

g) Reestruturação do sítio do IPREV-DF: publicidade de relatórios, demonstrativos e atas dos conselhos:

Com vistas a atender determinações de órgãos de controle e promover maior transparência ativa, o IPREV-DF promoveu, em agosto de 2016, a atualização do sítio do IPREV/DF, incluindo informações mais detalhadas e de maior facilidade de consumo pelos cidadãos e órgãos. Entre as informações que passaram a ser divulgadas estão os Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, Demonstrativo da Política Anual de Investimentos – DPIN, Demonstrativos com as movimentações de cada fundo para apuração da rentabilidade ponderada e o V@R (Valor em Risco) e o Demonstrativo de Aplicações e Resgates de Recursos, bem como os Demonstrativos Contábeis (Financeiro e Capitalizado) e Previdenciários (Informações Previdenciárias e Repasse – DIPR; Consolidado dos Resultados Previdenciários; Acumulado da Compensação Previdenciária; e Evolução do Estoque da Compensação Previdenciária).

h) Otimização da Lógica de Investimentos:

Até julho de 2016, os investimentos do IPREV-DF estavam distribuídos em 47 fundos de investimento, e tal pulverização dificulta a operacionalização da carteira e reduz a eficiência de gestão. A partir da análise detalhada do perfil dos fundos, observaram-se redundâncias de instrumentos e vem-se realizando um processo de consolidação de fundos com o mesmo perfil, e também adotando-se critérios melhor delimitados para a incorporação de novos investimentos. No fechamento de novembro a carteira já passou a contar com 35 fundos, e pretende-se continuar com o processo paulatino de otimização da carteira, sempre observando o melhor momento de liquidação dos ativos subjacentes aos fundos, desta forma não afetando a rentabilidade dos recursos investidos.

i) Gestão ativa dos Fundos Estruturados:

O IPREV-DF conta atualmente com 9 fundos de investimento estruturados, entre Fundos de Participações, Fundos Imobiliários e Fundos de Direitos Creditórios. Por serem investimentos ligados ao setor real da economia, com a desaceleração da economia brasileira recente alguns desses fundos estavam apresentando atrasos nos projetos financiados e problemas de liquidez.

Diante desse cenário, o IPREV-DF passou a adotar uma política mais ativa junto a esses investimentos, participando de forma mais incisiva nas suas assembleias e estudando mais profundamente os ativos e empresas subjacentes, como forma de melhor avaliar criticamente as chamadas de capital e reduzir os custos de gestão em alguns deles. Em agosto, a Diretoria de Investimentos participou de assembleia de cotistas de um fundo que investe em imóveis no Paraná, e dadas as faltas de gestão identificadas propôs e obteve a redução dos custos de gestão em administração em 50%, exigindo dos gestores ações que mitigassem tais problemas.

A partir de outubro, o IPREV-DF passou a elaborar um Relatório Trimestral específico registrando a evolução e os fatos relevantes a cada um destes fundos, que servirá também para mapear os setores da economia em que o Instituto já vem atuando, e subsidiando de forma mais eficiente futuras decisões de investimento estruturado.

j) Credenciamento de instituições financeiras:

De forma a atender às disposições contidas na Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, o IPREV-DF iniciou em setembro de 2016 o processo de credenciamento das instituições financeiras e fundos de investimento que recebem as aplicações dos recursos administrados pelo Instituto.

Como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco de Brasília exercem a condição de administradora de fundos de investimento dos quais o IPREV-DF é cotista, foi solicitado aos Bancos o envio de Termos de Credenciamento, no modelo já disponibilizados pela Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPSS.

Após a entrega dos documentos, em outubro de 2016, o IPREV-DF passou a analisar o conteúdo de tais documentos, com vistas à expedição do Atestado de Credenciamento, o que ocorreu em 30 de novembro de 2016.

Apenas os fundos que possuam este Atestado estarão passíveis de recebimento de novas aplicações após o encerramento do período de análise dos documentos.

O credenciamento garante maior transparência na relação com os bancos, bem como é o primeiro passo para criar competição entre estas mesmas instituições financeiras.

k) Instituição do novo Código de Ética e Conduta – CEC e da Comissão de Ética e Conduta do IPREV-DF:

Diante do que dispõe o Decreto nº 37.297, de 29 de abril de 2016, que Aprova, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, o Código de Conduta da Alta Administração, o Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo e institui as Comissões de Ética do Poder Executivo do Distrito Federal, instituiu-se o novo Código de Ética e Conduta do IPREV/DF, que expressa a missão, os valores e a cultura do IPREV-DF e define as ações que norteiam a conduta ética e profissional de seus servidores, para garantir a eficiência dos serviços que executa. Reafirma seu compromisso com uma atuação responsável, transparente e sustentável, tendo como principal pilar, a credibilidade.

A responsabilidade pela criação e manutenção da credibilidade decorre, principalmente, da integridade pessoal de todos, pré-requisito indispensável às nossas atividades. Em todas as atividades busca-se dar em estrita observância às leis, normas e princípios éticos, que regem a Autarquia.

Este Código de Ética e Conduta aplica-se aos Conselhos, a Diretoria Executiva e a todo corpo funcional, bem como a todos que tenham relações diretas ou indiretas com a Autarquia. Sua leitura e plena compreensão devem ser encaradas como uma tarefa essencial para a prestação dos serviços e execução de todas as atividades do IPREV/DF.

O desconhecimento do mesmo não será considerado como justificativa para desvios éticos e de conduta.

Todo servidor tem a obrigação de reportar as Diretorias e/ou às Assessorias, qualquer ato suspeito, ilícito ou que viole os preceitos contidos neste Código, em ambiente de trabalho ou fora da Autarquia.

É impossível prever todas as situações em que os servidores do IPREV-DF possam ser confrontados com questões éticas. Assim o servidor também é responsável por este risco, devendo agir sempre de modo pró-ativo e íntegro.

O Código de Ética e Conduta constitui fator de segurança, tanto do administrador público, quanto dos servidores, norteando-os no seu comportamento enquanto no cargo e protegendo-os de acusações infundadas.

O Código de Ética e Conduta do IPREV-DF foi instituído pela Portaria IPREV-DF nº 39/2016, atualizada pela Portaria IPREV-DF nº 42/2016, e a Comissão de Ética e Conduta do IPREV-DF foi constituída pela Portaria IPREV-DF nº 40/2016.

l) Elaboração do Manual de Compliance/Conformidade, controles internos e risco nas atividades de investimentos do IPREV-DF:

O Manual de Compliance/Conformidade, Controles Internos e Riscos nas Atividades de Investimentos do IPREV-DF contém orientações gerais e regulamenta as atividades que devem ser executadas pelas dependências do Iprev/DF, visando à boa gestão dos controles internos, Compliance/Conformidade e dos riscos nas atividades relacionadas à gestão dos Investimentos da Instituição.

São objetivos do Manual de Compliance/Conformidade, Controles Internos e Riscos nas Atividades de Investimentos do Iprev/DF:

1. Definir a abrangência e as regras para execução das atividades do Controle Interno e de administração de riscos de investimentos;

2. Disseminar a cultura de controles internos e compliance, de forma a permitir que todo o corpo funcional possa assimilar os conhecimentos descritos nesta norma; e

3. Delimitar as atividades inerentes à gestão dos controles internos, compliance/ conformidade e administração de riscos, assegurando que todo o corpo funcional esteja trabalhando de forma a alcançar os objetivos da Instituição.

m) Elaboração da Cartilha sobre Certidão de Tempo de Contribuição – CTC do IPREV-DF:

Esta Cartilha, além de referir à emissão de Certidão de Tempo de Contribuição - CTC, apresenta orientações para a formação e instrução de processos referentes a pedidos de averbação e desaverbação de tempo de contribuição, bem como de declaração destinada à comprovação, perante o regime geral de previdência social, de vínculo funcional com o Estado, para fins de obtenção de benefício no INSS, além de certidão negativa de benefício previdenciário junto à Previdência social estadual.

O maior propósito é despertar o interesse dos servidores em conhecer, tirar dúvidas sobre as questões previdenciárias, acompanhar as constantes alterações na legislação e, sobretudo difundir a melhor prática na elaboração e homologação de Certidão de Tempo de Contribuição.

A idéia é buscar estabelecer um elo de constante comunicação entre o IPREV-DF e os servidores distritais para que estes fiquem permanentemente informados, em decorrência das frequentes mudanças no sistema previdenciário.

Nesta edição são abordadas de forma simples e rápida, as principais rotinas na dinâmica de concessão de CTC.

n) Portaria sobre procedimentos licitatórios e execução de contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres e contratos de gestão, celebrados no âmbito do IPREV-DF:

Foi publicada a Portaria IPREV-DF nº 25, de 02 de agosto de 2016, que institui procedimentos administrativos internos na para procedimentos licitatórios realizados no âmbito da Autarquia e na execução de contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres e contratos de gestão, celebrados pelo IPREV-DF.

o) Recomposição do Conselho Fiscal:

Desde o final de 2015, o Conselho fiscal do IPREV-DF esteve funcionado de forma parcial, já que não havia a indicação de nenhum dos três membros titulares, mas apenas dois suplentes indicados pelos segurados.

Diante da importância do referido Conselho, o IPREV-DF, com apoio da SEPLAG, conseguiu a recomposição do conselho, aguardando-se apenas a publicação da Portaria que formaliza a nova composição.

O Decreto nº 37.699, que designa os membros do Conselho Fiscal do IPREV-DF, foi publicado no DODF de 11/10/2016.

p) Retomada da edição e publicação dos Relatórios Trimestrais de Governança:

Desde o primeiro trimestre de 2015, até maio de 2016, o IPREV-DF não publicava seu Relatório Trimestral de Governança. Após maio de 2016, já foram produzidos e devidamente publicados dois relatórios de gestão referentes ao ano de 2016, atendendo, inclusive, às determinações do próprio TCDF. O Relatório referente ao 3º trimestre de 2016 encontra-se em fase de elaboração.

q) Retomada do encaminhamento das Atas dos Conselhos de Administração e Fiscal e dos Relatórios Trimestrais ao TCDF:

O Art. 113 da Resolução TCDF nº 38/1990 estabelece que deverão ser remetidas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, os relatórios trimestrais e as atas das reuniões de órgãos colegiados da Administração Indireta. Todavia, apesar da previsão, o IPREV-DF nunca havia mandado tais atas.

Desde agosto de 2016, o IPREV-DF regularizou os encaminhamentos dos dois primeiros trimestres de 2016. Atualmente o IPREV-DF encontra-se regular quanto ao atendimento de tal demanda estabelecida pela legislação.

r) Educação Previdenciária - Elaboração do curso sobre RPPS em parceria com a EGOV:

O IPREV/DF, a partir de junho de 2016, reformulou sua área de educação previdenciária, que antes era voltada, exclusivamente, para educação financeira.

A Educação Previdenciária agora elaborada está relacionada à instrução, transmissão de conhecimento, ensinamento e aprimoramento dos servidores que lidam com a matéria em cada uma das unidades setoriais e para os demais servidores com interesse na matéria.

Também são contempladas pela educação previdenciária as ações de divulgação das informações relativas ao resultado da gestão do RPPS para os diferentes órgãos e entidades integrantes do governo do ente federativo, para instituições públicas e privadas e para o conjunto da sociedade. O primeiro curso foi realizado entre os dias 12 e 16 de setembro (curso sobre Regime Próprio de Previdência Social); o segundo foi realizado de 26 a 30 de setembro de 2016 (curso sobre a Lei Complementar nº 769/2008, Aposentadorias e Pensões); e o terceiro curso foi realizado de 17 a 21 de outubro de 2016 (curso sobre Aposentadoria Especial, face ao Art. 40, §4º, da Constituição Federal), todos em parceria com a Escola de Governo.

s) Elaboração, em novembro de 2016 dos Projetos: IPREV-DF DEBATE e da TV/IPREV/DF.

O Objeto do IPREV-DF DEBATE, contido no processo nº 0413-000243/2016, é realização, por meio de seminários internos, de debates sobre temas de interesse do RPPS, tais como: previdenciárias, de investimentos financeiros e gestão administrativa, destinados servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, Membros dos Conselhos do IPREV-DF e Agentes Públicos que de forma direta ou indireta atuem em atividade relacionadas à Previdência Social, com vistas à oferecer aos servidores do Instituto conhecimentos no propósito de qualificar os debates relacionados à previdência, a atividades de investimentos e gestão administrativa, além de lhes propiciar capacitação e formação permanente, em especial atenção às metas de implementação do Projeto de Educação Previdenciária Autarquia.

Com relação ao projeto TV/IPREV/DF, contido no processo nº 0413.000242/2016, o objeto é a filmagem a realização, por meio de seminários internos, de debates sobre temas de interesse do RPPS, tais como: previdenciárias, de investimentos financeiros e gestão administrativa, destinados servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, Membros dos Conselhos do IPREV-DF e Agentes Públicos que de forma direta ou indireta atuem em atividade relacionadas à Previdência Social, com vistas à oferecer aos servidores do Instituto conhecimentos no propósito de qualificar os debates relacionados à previdência, a atividades de investimentos e gestão administrativa, além de lhes propiciar capacitação e formação permanente, em especial atenção às metas de implementação do Projeto de Educação Previdenciária Autarquia.

t) Identificação e normatização das rotinas internas das diretorias do IPREV-DF:

Em junho de 2016 foi editada a Portaria IPREV/PRESI nº 21, que consolidava e normatizava as rotinas, relatórios e ações de cada uma das diretorias do IPREV-DF.

Com a portaria, ficaram melhor identificados prazos e responsabilidades, aumentando a eficiência interna.

u) Curso de Certificação – CPA 10:

Diante da importância do IPREV-DF ser reconhecido como investidor qualificado, ficou definido em reunião do Comitê de Investimento – COMIN, realizada em 02 de agosto de 2016, que o Instituto custeará o curso de CPA-10 para os membros do COMIN e da Diretoria Executiva desta Autarquia. Já há recursos disponíveis para tal fim, já tendo sido devidamente ouvida a Governança.

v) Estruturação de operação contábil e jurídica com vistas a recuperação do estoque do COMPREV:

O IPREV-DF, entre os mais de dois mil órgãos de RPPS do Brasil, é o maior credor de estoque da compensação previdenciária devida pelo RGPS. Diante da ausência de ações nos últimos anos por parte do INSS, esta atual gestão do IPREV estruturou uma operação, com amparo legal e contábil, que possibilita o recebimento de cerca de R\$ 740 milhões de forma mais ágil.

Para isso, houve a apresentação da proposta ao GDF que já encaminhou à demanda ao Ministério da Fazenda.

w) Aprovação da taxa de administração pelo CONAD/IPREV-DF:

Com relação à criação da Taxa de Administração, vale dispor que tal medida foi aprovada pelo CONAD, em sua 54ª Reunião Extraordinária, dia 1º/11/2016, prevendo, portanto, encaminhamentos subsequentes para que haja a devida aprovação em Lei Distrital.

x) Regimento interno do IPREV-DF:

O Regimento Interno do IPREV-DF foi implementado por meio do Decreto nº 37.166/2016, de 8 de março de 2016.

y) Política de Investimentos 2017:

A Política de Investimentos para 2017 foi reformulada de modo a incluir análise aprofundada da atual carteira do IPREV-DF do ponto de vista quantitativo e qualitativo, o perfil do seu passivo, o cenário econômico doméstico e internacional e estratégia e limites para o ano de 2017. Além disso, a Política de Investimentos introduz parâmetros mais detalhados para a política de seleção e avaliação dos prestadores de serviços financeiros que atuarão junto ao IPREV-DF, especificamente quanto às regras de credenciamento, bem como a política de administração de risco a ser adotada no ano seguinte.

A Política de Investimentos é a peça central no planejamento da atuação do IPREV-DF na gestão dos seus investimentos, e orientará a todo tempo o trabalho da Diretoria de Investimentos.

A Política foi apresentada pela Diretoria de Investimentos aos órgãos colegiados e aprovada pelo Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – CIAR em 29 de novembro de 2016 e pelo Conselho de Administração do IPREV-DF-CONAD em 6 de dezembro de 2016. Após a assinatura pelo Governador do Distrito Federal, a Política segue para cadastro junto à Secretaria de Previdência. Com isso o IPREV-DF cumpre mais essa importante obrigação junto ao órgão fiscalizador dentro do prazo regulamentar.

z) Acompanhamento de propostas legislativas:

O Governo do Distrito Federal conseguiu aprovar, com o apoio da CLDF, projeto de lei que altera as leis Complementares 769/2008 e 840/2011, que previam que o servidor somente poderia usufruir licença para tratamento de saúde por até quinze dias. Excedido esse prazo, a legislação determinava que o servidor fosse encaminhado ao IPREV-DF para solicitar um benefício de auxílio-doença.

A legislação do Distrito Federal previa a existência simultânea da licença para tratamento de saúde (para afastamentos até quinze dias) e do benefício de auxílio-doença (para afastamento superiores a quinze dias). Com a alteração proposta pelo Governo e aprovada na CLDF, a licença para tratamento de saúde passa a não ter mais um prazo limite, cabendo a perícia médica estabelecer tecnicamente o prazo ideal de recuperação do servidor acometido por alguma enfermidade.

a) Conselho de Administração – CONAD

O Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – CONAD – IPREV-DF é órgão superior de deliberação colegiada, criado pelo Art. 88 da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, responsável pela definição da política geral de administração do IPREV-DF e do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal. O CONAD, tem as seguintes competências

- I. exercer a supervisão das operações do IPREV/DF;
- II. examinar e aprovar, anualmente, sua avaliação atuarial e o plano de custeio;
- III. autorizar a celebração de contratos, acordos e convênios que importem na constituição de ônus reais sobre os bens do IPREV/DF;
- IV. receber e apurar denúncias contra atos da Diretoria do IPREV/DF;
- V. determinar a sustação de atos da Diretoria do IPREV-DF que sejam lesivos ao Princípio da Economicidade e Eficácia, ou o contrariem.
- VI. estabelecer diretrizes gerais e apreciar as decisões de políticas aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social;
- VII. deliberar, observando a legislação de regência, sobre as diretrizes relativas à aplicação dos recursos financeiros e patrimoniais do Regime Próprio de Previdência Social, à política de benefícios e à adequação entre os planos de custeio e de benefícios;
- VIII. deliberar sobre a alienação ou gravame de bens integrantes do patrimônio imobiliário do IPREV/DF;
- IX. decidir sobre a aceitação de doações e legados com encargos dos quais resultem compromissos econômico-financeiros para o IPREV/DF, na forma da Lei;
- X. acompanhar e avaliar a gestão previdenciária;
- XI. apreciar e aprovar, anualmente, os planos de benefícios e custeio do Regime Próprio de Previdência Social;
- XII. apreciar e aprovar a proposta orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social;
- XIII. acompanhar e apreciar, mediante relatórios gerenciais elaborados pelas áreas competentes, a execução dos planos, programas e orçamentos do Regime Próprio de Previdência Social;
- XIV. acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social;
- XV. apreciar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF;

- XVI. aprovar e modificar o seu Regimento Interno;
- XVII. aprovar a contratação de consultoria externa técnica especializada para prestação de serviços desta natureza ao IPREV/DF.
- XVIII. dar publicidade, através do site do IPREV-DFe por meio de fixação, nas dependências do GDF e suas Autarquias e Fundações, da Câmara Legislativa e do TCDF, dos Resumos dos Balancetes mensais, bem como, do Balanço Anual do IPREV/DF, e dos respectivos pareceres;
- XIX. deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social;
- XX. solicitar à administração do IPREV/DF, pessoal qualificado para assessorar, secretariar e prestar o necessário apoio técnico ao CONAD - IPREV/DF;
- XXI. examinar e aprovar as alterações na estrutura organizacional do IPREV/DF.
- XXII. determinar periodicamente a atualização cadastral dos dados dos servidores ativos, inativos e pensionistas e outros beneficiários dos programas de seguridade funcional atualizando seus dados e possibilitando condições para avaliação e estudos atuariais.

O Plenário do CONAD é composto por 14 (quatorze) membros nomeados pelo Governador do Distrito Federal, a saber:

- I. o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão;
- II. o Secretário de Estado de Governo;
- III. o Secretário de Estado de Fazenda;
- IV. o Procurador-Geral do Distrito Federal;
- V. 01 (um) representante da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- VI. 01 (um) representante do Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- VII. 07 (sete) representantes dos segurados, participantes e beneficiários, indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Distrito Federal;
- VIII. o Diretor – Presidente do IPREV/DF.

O custo da remuneração com JETONS pago ao CONAD no exercício de 2016, equivale ao montante de R\$ 118.378,46 (cento e dezoito mil, trezentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos), conf. demonstrado supra.

b) Conselho Fiscal – CONFIS

O Conselho Fiscal é órgão de acompanhamento dos atos de gestão do IPREV-DF, para proteção dos interesses da entidade e dos beneficiários, configurado por reuniões ordinárias e extraordinárias, onde as deliberações do são tomadas por maioria de votos, cujas decisões proferidas são publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, conf. estabelece o Regimento Interno, aprovado pela Resolução CONFIS nº 01, de 01/06/2015, publicada no DODF nº 115, de 17/06/2015, págs. 05 à 09. O CONFIS, tem as seguintes competências:

- I. examinar as contas apuradas nos balancetes e emitir parecer sobre elas;
- II. dar parecer sobre o balanço anual, contas e atos da Diretoria Executiva, bem como sobre o cumprimento do plano de custeio e a coerência dos resultados da avaliação atuarial, inclusive em relação às hipóteses;
- III. examinar, a qualquer tempo, livros e documentos do IPREV/DF;
- IV. lavrar, em livro de atas e pareceres, os resultados dos exames a que se procedeu;
- V. relatar ao Conselho de Administração as irregularidades eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras;
- VI. solicitar, motivadamente, ao Conselho de Administração a contratação de assessoramento de técnico ou empresa especializada, sem prejuízo do controle de contas externo;
- VII. aprovar e modificar o seu Regimento Interno;
- VIII. solicitar à administração do IPREV/DF, pessoal qualificado para assessorar, secretariar e prestar o necessário apoio técnico e administrativo.

O Plenário do Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes nomeados pelo Governador do Distrito Federal, com mandato de 3 (três) anos, a saber:

- I. 4 (quatro) representantes dos segurados, participantes e beneficiários, indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Distrito Federal, sendo 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes.
- II. 2 (dois) indicados pelo Governador do Distrito Federal, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente.

O custo da remuneração com JETONS pago ao CONFIS no exercício de 2016, equivale ao montante de R\$ 27.296,93 (vinte e sete mil, duzentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos), conf. demonstrado supra.

18.4. SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S.A – UO: 32.204

A Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB foi criada em 1962, pela Prefeitura do Distrito Federal, como empresa pública. Em 1966, foi transformada em Sociedade Anônima de Direito Privado, sendo assim, regida pelas Leis nº 4.545/64 e 6.404/76.

De acordo com o seu Estatuto Social, a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB criada com a finalidade participar da execução de políticas de abastecimento, apoiar o desenvolvimento agropecuário e agro-industrial, do Distrito Federal e sua região geo-econômica, prestar serviços e fornecer gêneros alimentícios e outros produtos de sua linha de comercialização a pessoas jurídicas de direito público interno, e tem por objeto:

I - a comercialização de gêneros alimentícios e de outros produtos e materiais determinados por demanda de mercado e/ou finalidade social;

II - a prestação de serviços, dentro da sua área de atuação, coordenando e/ou executando programas;

III - a industrialização de gêneros e produtos destinados à consecução de seus objetivos;

IV - agir como instrumento regulador de mercado, no que tange a demanda e a oferta de produtos essenciais ou em carência, assim como servir supletivamente áreas desprovidas de abastecimento ou insuficientemente atendidas pela iniciativa privada;

V - executar Programas, individualmente ou em parceria, estimulando, apoiando e/ou executando projetos que viabilizem a auto-sustentação dos pequenos produtores, buscando a melhoria da qualidade de vida no meio rural;

VI - prestar assessoramento técnico ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, com referência aos assuntos voltados para o abastecimento.

Em 1998, por determinação do Governo do Distrito Federal, a Empresa iniciou o processo de paralisação de suas atividades comerciais. Todavia, somente em 10 de outubro de 2000, a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas deliberou pela liquidação da Empresa, passando a ser denominada Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A-SAB - Em Liquidação. Inicialmente foram adotadas as medidas previstas nos Artigos 210 e 219 da Lei 6.404, de 15 de Dezembro de 1976.

Em 2002, por intermédio da Lei nº 2.891, de 23 de janeiro de 2002, a Câmara Legislativa autorizou o Governo do Distrito Federal a proceder à liquidação da SAB, processo que se prolongou sem êxito por 10 anos.

A Lei previa a destinação dos imóveis da Empresa, por processo de transferência para patrimônio do Distrito Federal (doação aos órgãos ocupantes), e por alienação/licitação, a ser realizada pela TERRACAP com taxa de administração de 10%, revertendo o apurado ao Tesouro do Distrito Federal, após a liquidação do passivo da SAB.

De igual modo, previa a destinação dos empregados da Empresa, oferecendo duas alternativas, a saber:

– Serem aproveitados na forma da Lei nº 2.681/2001;

– Adesão ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, na forma da Lei nº 2.522/2000 e do Decreto nº 21.299/2000.

Diante das dificuldades encontradas, foi editada a Lei nº 3.863, de 30 de maio de 2006, que autorizava o Governo do Distrito Federal a incorporar a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB - Em Liquidação, às Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF), também em Liquidação.

Em 13 de setembro de 2010, a Direção da SAB e da CEASA chegaram a assinar protocolo de incorporação da primeira empresa pela segunda, o que não ocorreu, em especial por falta de interesse da CEASA em concretizar tal operação, bem como, por orientação da equipe de transição do Governo à época.

Assim, decorridos mais de 12 anos da paralisação das atividades comerciais, o processo de liquidação não avançou, o que comprometeu as finanças da Empresa gerando um ciclo de endividamento cada vez maior, ameaçando consideravelmente seu patrimônio.

Em novembro de 2012, o Governo do GDF, realizou nova mudança na gestão da Empresa, com a nomeação de novo Liquidante e também novos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, com o propósito de retomar o Plano de Liquidação da Empresa.

Com a aprovação do novo marco legal para o processo de liquidação, Lei 5.137/13, foi estabelecida, de forma precisa, a destinação dos imóveis, os procedimentos para licitação e doação, a situação funcional dos empregados da SAB dentre outros preceitos.

De igual sorte, a SAB passou a integrar o Orçamento Fiscal Seguridade de GDF, com recursos destinados ao pagamento dos salários dos Empregados (cedidos à diversos órgãos das Administrações Direta e Indireta), assim como para o pagamento das obrigações Fiscais, Previdenciárias e demais despesas para manutenção da Empresa, cessando o ciclo de endividamento constatado até então.

Em julho de 2015, foi nomeado novo liquidante para levar o processo de liquidação a termo. Desde então, foram tomadas diversas medidas, com resultados efetivos. A mais importante delas foi a Lei nº 5.565, de 09 de dezembro de 2015, publicada no DODF nº 236, de 10 de dezembro de 2015, págs. nºs 1 e 2. Tal Lei autoriza, principalmente:

- A incorporação da SAB por Empresa Estatal dependente e pertencente ao Distrito Federal;

- A criação da Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF;
- A doação dos imóveis constantes no Anexo Único da Lei ao Distrito Federal, tal doação implica a respectiva assunção das dívidas fiscais federais de responsabilidade desta Empresa pelo GDF;
- A alocação dos empregados em conformidade com o seu perfil profissional prévio, ou mediante treinamento;
- A extinção do passivo tributário com a Fazenda do DF com a dação em pagamento de qualquer dos imóveis constantes no Anexo Único da Lei - até o limite do débito tributário, sendo qualquer saldo remanescente revertido em favor do Distrito Federal;
- A Procuradoria-Geral do Distrito Federal a proceder a substituição processual da SAB nas causas judiciais em que a empresa seja autora, ré, assistente, oponente ou terceira interessada;

Em janeiro de 2016, do total de 35 (trinta e cinco) imóveis de propriedade desta SAB, 09 (nove) imóveis foram doados para o Distrito Federal, 4 (quatro) imóveis estão em andamento para efetivar as doações e os 22 (vinte e dois) imóveis restantes serão transferidos ao DF posteriormente. No mesmo mês foram nomeados 3 (três) servidores na Unidade de Manutenção de Pessoal da Empresas em Processo de Extinção, na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF.

Em fevereiro de 2016 o passivo previdenciário desta SAB foi assumido pelo Distrito Federal.

No suplemento do DODF nº 206 de 01 de novembro de 2016, págs. nºs 1 e 2, com base nas diretrizes emanadas pelo Comitê de Governança de Pessoal-CGP do Governo do Distrito Federal, contidas na Decisão nº 01, de 09 de outubro de 2015; nos termos do art. 35, inciso XI do Estatuto Social, conforme autorizado pelo Comitê de Governança de Empresas Públicas, na 11ª Reunião, em 17.10.2016 e aprovado pelo Conselho de Administração, na 406ª Reunião Ordinária, realizada em 24.10.2016, foi publicado o Programa de Desligamento Voluntário e Incentivado (PDVI), que estabeleceu as principais condições:

- Do prazo para inscrições: início em 01 de novembro de 2016 e término 30 de dezembro de 2016;
- Dos requisitos para adesão: ser ocupante de cargo de provimento efetivo da tabela de emprego permanente; estar em efetivo exercício; ter idade mínima de 50 anos; ter tempo mínimo de efetivo na empresa de 15 anos e não se encontrar em qualquer das condições impeditivas estabelecidas no PDVI/SAB;
- Dos procedimentos legais: preenchimento do Termo de Adesão ao Programa de Desligamento Voluntário e Incentivado – PDVI;
- Dos direitos, incentivos financeiros e incentivo social: o empregado que aderir e ratificar a adesão terá assegurado no ato da homologação do contrato de trabalho o recebimento do pagamento conforme estabelecido no PDVI/SAB.

Vinculação:

De janeiro de 2015 a outubro de 2015, a SAB ficou vinculada a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF, conforme Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, publicado no DODF nº 1, de 01/01/2015, págs. nºs 1, 5 e 6.

Em outubro, vincula-se a SAB a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, por meio do Decreto nº 36.825, de 22/10/2015, publicado no DODF nº 205, de 23/10/2015, pág. nº 09.

“Art. 4º São vinculados a SEPLAG:”

“Parágrafo único. São igualmente vinculadas à SEPLAG as empresas públicas dependentes do Tesouro do Distrito Federal em processo de liquidação ou extinção.”

Setor Financeiro e Contábil:

- **Contabilização das despesas** - A execução e o controle das contas atendem as normas e procedimentos do GDF, os lançamentos orçamentários e financeiros foram realizados no SIGGO - Sistema Integrado de Gestão Governamental, conforme recomendado pelos órgãos de controle do Governo do Distrito Federal.

Setor Administrativo:

- **Vistoria de Imóveis** - Os imóveis foram vistoriados, suas documentações catalogadas, com relatórios detalhados da situação de cada um contendo suas características, estando aptos a serem alienados e/ou doados ao DF.
- **Contratos, aquisição de materiais e prestação de serviços de pequeno vulto para a manutenção desta Empresa** – Ocorrem quando necessário e sempre obedecendo às normas e Leis para as realizações das despesas.
- **Controle de documentos em geral e processos administrativos** – Seguem os procedimentos uniformes das atividades relativas à gestão de documentos, conforme estabelecido no Decreto 31.017 de 11 de novembro de 2009, e de acordo com o Manual de Gestão de Documentos.

Setor de Pessoal:

- **Recadastramento dos Empregados da SAB** – Os empregados da SAB foram devidamente recadastrados, e conseqüentemente foram atualizadas as informações cadastrais, nas fichas funcionais dos mesmos.
- **Controle de Frequência dos Empregados Cedidos** – O controle das folhas de frequência de todos os empregados cedidos aos diversos órgãos do GDF, vem sendo rigorosamente acompanhado, principalmente quando ocorrem fatos, que impactam diretamente no pagamento do empregado (falta justificada não remunerada, faltas injustificadas, férias, abonos, atestados, dentre outros).

Setor Jurídico:

- **Dos Processos na Área Trabalhista:** Existem processos nas Varas Trabalhistas, referente a ações de gratificação por titulação, regida pela Lei nº 3.824/2006, e entre outras ações de caráter trabalhista.
- **Contratos de Prestação de Serviços:** Análises, pareceres, contratação e renovação de contratos, caso necessário, para o funcionamento das atividades desta Empresa.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	324
Cedidos – fora GDF	03
Requisitado fora GDF – PASUS	02
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	17
Conselheiro	6
Estatutário – em exercício	-
Estatutário – afastado	-
Sem vínculo – em exercício	10
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	345
Total ativos - afastado	17

Obs.: Dados de 31/12/2016.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA: 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10.000	8.250	0	0
5354 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - SAB-DISTRITO FEDERAL	10.000	8.250	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	36.292.622	35.488.575	33.962.691	33.962.691
8884 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - SAB-DISTRITO FEDERAL	36.292.622	35.488.575	33.962.691	33.962.691
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	6.016.075	6.019.004	5.410.940	5.410.940
9690 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - SAB-DISTRITO FEDERAL	6.016.075	6.019.004	5.410.940	5.410.940
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0	25.000	3.000	0
0002 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA--DISTRITO FEDERAL	0	25.000	3.000	0
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	1.352.697	837.369	339.739	339.529
9767 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - SAB-DISTRITO FEDERAL	1.352.697	837.369	339.739	339.529
TOTAL DO PROGRAMA 6001	43.671.394	42.378.198	39.716.370	39.713.161

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	500.651	414.186	13.061	13.061
6194 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - SAB-DISTRITO FEDERAL	500.651	414.186	13.061	13.061
9037 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA	600.000	495.000	249.876	249.876
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA-SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - SAB-DISTRITO FEDERAL	600.000	495.000	249.876	249.876
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	670.000	759.816	724.812	724.812
7167 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - SAB-DISTRITO FEDERAL	670.000	759.816	724.812	724.812
TOTAL DO PROGRAMA 0001	1.770.651	1.669.002	987.749	987.749

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O processo de liquidação está sendo levado a cabo de maneira condizente com o contexto político-institucional estabelecido, e está alinhada com a estratégia originalmente desenhada. Não se deparou com qualquer dificuldade digna de nota no espaço político-administrativo relevante.

Considerando a publicação da Lei 5.565, de 09 de dezembro de 2015, no DODF nº 236, de 10 de dezembro de 2015, todos os processos judiciais desta SAB continuam em tramite na Procuradoria-Geral do DF.

No que se refere aos imóveis relacionados no Anexo Único da mencionada Lei, do total de 35 (trinta e cinco) imóveis, 09 (nove) foram doados para o Distrito Federal, 4 (quatro) estão em andamento para efetivar as doações e os 22 (vinte e dois) restantes serão transferidos ao DF posteriormente.

A venda dos imóveis implicará a realização da abertura de créditos orçamentários, em programas de trabalho relacionados a encargos previdenciários do Distrito Federal.

A Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção que criada na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF, por meio do Decreto nº 37.054, de 12 de janeiro de 2016, publicado no DODF nº 08, de 13 de janeiro de 2016, págs. nºs 1, 2 e 3, teve 3 (três) servidores nomeados;

O Programa de Desligamento Voluntário e Incentivado – PDVI, publicado no suplemento do DODF nº 206 de 01 de novembro de 2016, págs. nºs 1 e 2, encontra-se em fase de adesão, podendo ser prorrogado por iguais ou superiores períodos, por deliberação do Comitê de Governança de Pessoal-CGP.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A empresa entrou, em meados de 2015, nos momentos finais do seu processo de liquidação. Desta sorte, s.m.j., não há qualquer iniciativa de desenvolvimento organizacional a ser relatada.

18.5. FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA – PRÓ GESTÃO - UO: 32.901

O Fundo PRÓ-GESTÃO, tem por finalidade propiciar a realização e o acompanhamento de projetos, programas e ações de desenvolvimento e de capacitação de recursos humanos, para o exercício da função pública, objetivando a melhoria do atendimento ao público, compreendendo os seguintes objetivos:

- I. qualificação profissional dos servidores dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional por meio de treinamento, especialização e/ou formação específica de servidores de carreiras de estado;
- II. desenvolvimento de programas e/ou projetos firmados com entidades públicas ou particulares de âmbito nacional ou internacional, com vistas à busca de novas tecnologias e metodologias, voltadas para a modernização administrativa;
- III. prestação de suporte didático-pedagógico de estudos, na elaboração e implantação dos programas e ações de desenvolvimento institucional e de pessoas, com vistas à permanente melhoria da prestação dos serviços e profissionalização da gestão pública;
- IV. implantação de programas voltados para a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão e das condições de vida e do trabalho dos servidores;
- V. modernização administrativa;
- VI. programas de desburocratização administrativa e aperfeiçoamento tecnológico;
- VII. aparelhamento das unidades voltadas para a gestão pública;
- VIII. realização de outras atividades relacionadas à gestão pública.

O PRÓ - GESTÃO/SEPLAG é administrado por um Conselho de Administração, composto dos seguintes membros:

- I. O Secretário de Estado
- II. O Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado;
- III. O Subsecretário de Gestão de Pessoas da Secretaria;
- IV. O Diretor-Executivo da Escola de Governo;
- V. O Subsecretário de Administração-Geral da Secretaria;

Um representante dos servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do DF.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	0
Cedidos – fora GDF	0
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	3
Estatutário - afastado	0
Sem vínculo – em exercício	0
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	3
Total ativos - afastado	0

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA: 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	2.759.148	1.793.446	743.037	743.037
0027 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	2.759.148	1.793.446	743.037	743.037
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	2.759.148	1.793.446	91.425,78	91.426

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0002 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA-DISTRITO FEDERAL	2.759.148	1.793.446	91.426	91.426
TOTAL DO PROGRAMA 6003	5.518.296	3.586.892	834.463	834.463

No exercício 2016, deu-se continuidade à política de valorização do servidor público, mediante o pagamento de instrutores da Escola de Governo, além de congressos e contratação de especialistas para atender ao Acordo de Cooperação Técnica com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, visando ao aperfeiçoamento da Carreira de Controle Interno.

Essa política reflete, de forma significativa, a visão moderna, qualitativa, com foco na uniformização dos serviços prestados pelo Governo de Brasília e suas Instituições.

No esforço em desenvolver uma rigorosa profissionalização do serviço público, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública/SEPLAG, obedecendo às diretrizes governamentais, no ano de 2016, proporcionou a qualificação de 7.463 (sete mil, quatrocentos e sessenta e três) servidores, com investimento da ordem de R\$ 743.036,88 (setecentos e quarenta e três mil, trinta e seis reais e oitenta e oito centavos).

Baseando-se nos dados acima citados, observa-se por oportuno que o valor investido no exercício de 2016 circunda o montante de R\$ 99,56 (noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos) por servidor capacitado.

Essa estratégia visa desenvolver formuladores de políticas públicas, de forma a contribuir para a melhoria dos serviços prestados, sendo, sem dúvida, um compromisso desta gestão.

Com a política de Modernização, o Fundo de Melhoria da Gestão Pública/SEPLAG direciona seus esforços no sentido de promover investimentos para equipar e modernizar a Escola de Governo do Distrito Federal, com vistas à melhoria dos serviços prestados, reconhecendo-os como foco da atenção do Estado, ao cidadão cliente.

No esforço de promover a uniformização, reaparelhamento e modernização das instalações da Escola de Governo, no ano de 2016 foi investido um montante de R\$ 91.425,78 (noventa e um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta e oito centavos), com aquisição de quadros brancos e cortinas – tipo rolo.

No exercício de 2016, houve contingenciamento no orçamento da ordem de R\$ 1.931.403,60 (um milhão, novecentos e trinta e um mil, quatrocentos e três reais e sessenta centavos).

2 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

No exercício de 2016 foram arrecadados R\$ 8.394.644,18 (oito milhões, trezentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos), sendo R\$ 540,24 (quinhentos e quarenta reais e vinte e quatro centavos) com serviços de inscrição em concursos públicos, R\$ 8.394.103,94 (oito milhões, trezentos e noventa e quatro mil, cento e três reais e noventa e quatro centavos) com taxa de administração de serviço.

No exercício de 2015 houve um Superávit financeiro na ordem de R\$ 8.149.984,53 (oito milhões, cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos).

3 DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O Fundo de Melhoria da Gestão Pública, em cumprimento às diretrizes e à missão institucional da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, que é “*promover com eficiência, transparência e efetividade a gestão de pessoas e dos recursos, comprometida com o alcance dos resultados institucionais e a excelência dos serviços prestados à sociedade*”, vem dando grande ênfase à melhoria da prestação dos serviços públicos, à qualificação profissional dos servidores do Distrito Federal, o desenvolvimento gerencial e a busca de instrumentos e mecanismos que assegurem melhores resultados com menor custo, maior eficiência e eficácia, mediante a implementação da Política de Valorização da Função Pública, da Melhoria da Gestão Pública e da Melhoria do Atendimento ao Cidadão.

Para auxiliar a SEPLAG no desenvolvimento destas Políticas, o Fundo Pró - Gestão em seu Planejamento Estratégico trabalha com duas ações que foram implementadas durante o exercício.

3.1. Projetos não Aprovados

Após esta explanação, é importante destacar os diversos projetos que não foram aprovados no exercício 2016, e que contribuem para uma baixa execução orçamentária e financeira do Fundo Pró-Gestão, como por exemplo:

- Aquisição de materiais permanentes (mobiliários), para modernização da Escola de Governo, no valor de R\$ 276.010,00 (duzentos e setenta e seis mil e dez reais);
- Aquisição de 03 (três) licenças educacionais de uso perpétuo do software Adobe Captivate, voltada ao aprendizado à distância dos servidores do Distrito Federal, no valor de R\$ 5.685,00 (cinco mil, seiscentos e oitenta e cinco reais);

- Contratação de Empresa Especializada para fornecimento e instalação de equipamentos e componentes de solução de monitoramento por imagens em Circuito Fechado de Televisão – CFTV, para as dependências da Escola de Governo do Distrito Federal – EGOV, no valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);
- Aquisição de 20 (vinte) Flip Charts para serem utilizados nas salas de aula da Escola de Governo do Distrito Federal – EGOV, no valor de R\$ 2.284,00 (dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais);
- Contratação de empresa especializada para ministrar mestrado profissional em administração pública, para servidores efetivos do Distrito Federal, no valor de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais); e,
- Complementação da Reforma do Bloco “A” da Escola de Governo do Distrito Federal – EGOV, no valor de R\$ 520.465,04 (quinhentos e vinte mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos).

O Fundo Pró-Gestão deixou de executar no exercício 2016 o valor estimado de R\$ 2.434.434,04 (dois milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quatro centavos), que corresponde aproximadamente a 44% do orçamento aprovado naquele exercício.

19. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL – UO: 34.101

A Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal, órgão de administração superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, criada pela Lei nº 2.301, de 21 de janeiro de 1999, inicialmente estruturada por meio do Decreto nº 20.616, de 21/09/1999, publicado no DODF nº 183, de 22/09/1999, e alterada pelos Decretos 26.688, de 29/03/2006, publicado no DODF de nº 63, de 30/03/2006 e Decreto 27.946, de 14/05/2007, publicada no DODF de nº 92, de 15/05/2008, alterado pelos Decretos de nºs 28.452, de 20/11/2007, publicado no DODF de 21/11/2007 e Decreto de nº 30.225, de 30/03/2009, publicado no DODF de 02/04/2009. Esta Secretaria passou por outra reestruturada administrativamente por meio do Decreto nº 33.213/2011, de 21/09/2011, e em 1º de janeiro de 2015, esta Secretaria foi mantida no novo Governo por meio do Decreto nº 36.236, com sua estrutura disposta no Decreto nº 36.285 de 20 de janeiro de 2015 e alterada pelo Decreto nº 37.141, de 29/02/2016, tendo como atuação e competências nas seguintes áreas:

- I - Atividades esportivas
- II - Espaços esportivos
- III - atividades físicas
- IV - formação e apoio ao atleta
- V - Integração esportiva e de apoio a ações sociais
- VI - integração e relações institucionais com as entidades esportivas
- VII - políticas públicas de lazer
- VIII - formação e capacitação de servidores
- IX - Turismo
- X - eventos e espetáculos
- XI - hotelaria e gastronomia
- XII - capacitação de profissionais na área de turismo
- XIII - formação e capacitação de servidores.

Vinculam-se a esta Secretaria o Conselho de Educação Física, Desporto e Lazer do Distrito Federal - CONEF/DF; Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte – CONFAE; Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal – CONDETUR; Conselho do Artesanato do Distrito Federal; Fundo de Apoio ao Esporte - FAE e o Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal - FITUR.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	04
Requisitado fora GDF – PASUS	01
CLT – em exercício	08
Conselheiro	16
Estatutário – em exercício	66
Sem vínculo – em exercício	213
Sem vínculo – afastado	06
Total ativos – em exercício	314
Total ativos - afastado	06

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – DIGEP

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	0	851.999	751.932	635.417
0001 - APOIO AO DESPORTO E LAZER-PROJETO BOLEIROS-DISTRITO FEDERAL	0	20.000	0	0
2536 - APOIO AO DESPORTO E LAZER-FOMENTO AO ESPORTE E LAZER NO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
5829 - APOIO AO DESPORTO E LAZER-REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PROMOÇÃO DE EVENTOS DO DESPORTO COMUNITÁRIO EM PROL DE TODAS AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	0	69.999	44.592	7.192
5830 - APOIO AO DESPORTO E LAZER-EM TODAS AS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	650.000	595.587	565.271
5831 - APOIO AO DESPORTO E LAZER--DISTRITO FEDERAL	0	112.000	111.753	62.955
5833 - APOIO AO DESPORTO E LAZER-APOIO AO DESPORTO E LAZER EM TODAS AS CIDADES DO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0	0	0	0
5345 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES	0	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
PÚBLICAS-CENTROS ESPORTIVOS-DISTRITO FEDERAL				
5350 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-AUTÓDROMO INTERNACIONAL-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
5379 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	0	0	0	0
2425 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS	0	1.098.019	1.098.019	987.689
0001 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	1.098.019	1.098.019	987.689
2474 - MANUTENÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	0	0	0	0
0001 - MANUTENÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA-PAC E CENTRO DE INICIAÇÃO ESPORTIVA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
2631 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA	0	2.667.217	2.448.854	2.051.611
0002 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA-UNIDADES ADMINISTRATIVAS-DISTRITO FEDERAL	0	2.667.217	2.448.854	2.051.611
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	0	0	0	0
0002 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	0	0	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU-- PLANO PILOTO .	0	0	0	0
3507 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA	0	16.244	0	0
0001 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA--DISTRITO FEDERAL	0	16.244	0	0
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	0	0	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA-NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
6669 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	288.563	261.198	255.235
1519 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER DO-DISTRITO FEDERAL	0	10.000	0	0
1522 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS EM TODO DF - 2016-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3979 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CIRCUITOS DE LAZER E MULTIESPORTIVO DE PARTICIPAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
5876 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-CORRIDA DE REIS-DISTRITO FEDERAL	0	87.955	86.045	86.045
6037 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS- CIRCUITO DE CORRIDAS-DISTRITO FEDERAL	0	165.608	156.254	150.292
6112 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS NO ÂMBITO DO-DISTRITO FEDERAL	0	25.000	18.898	18.898
4035 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS	0	31.423.812	31.413.827	26.772.590
0001 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	31.423.812	31.413.827	26.772.590
4090 - APOIO A EVENTOS	0	2.774.793	2.256.216	1.535.942
0042 - APOIO A EVENTOS-ESPORTIVOS-DISTRITO FEDERAL	0	1.205.745	1.205.277	556.451
0054 - APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS NA R.A DE SOBRADINHO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
1645 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO ESPORTE NO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3423 - APOIO A EVENTOS-ESPORTIVOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO-DISTRITO FEDERAL	0	100.001	97.098	71.297
3761 - APOIO A EVENTOS-APOIO ÀS ATIVIDADES ESPORTIVAS NAS REG. ADM. DO-DISTRITO FEDERAL	0	470.000	16.597	3.747
5808 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO PROGRAMA BOLEIROS NO-DISTRITO FEDERAL	0	999.047	937.244	904.447
4091 - APOIO A PROJETOS	0	792.054	710.617	710.617
0002 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROGRAMA JOVEM COMPETIDOR-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
0003 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROGRAMA ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	18.098	18.098	18.098
1663 - APOIO A PROJETOS-COMPETE BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL	0	540.001	538.179	538.179
1664 - APOIO A PROJETOS-BOLEIROS DO-DISTRITO FEDERAL	0	120.000	117.886	117.886
5839 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO CAMPEÕES DA VIDA E DO JUDÔ-DISTRITO FEDERAL	0	1	0	0
5840 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO DESPORTO E LAZER PARA IDOSOS DO DF-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
5841 - APOIO A PROJETOS-LIGAS DE FUTEBOL AMADOR-DISTRITO FEDERAL	0	23.952	23.611	23.611
5842 - APOIO A PROJETOS-ESPORTIVOS-DISTRITO FEDERAL	0	20.000	12.843	12.843
5843 - APOIO A PROJETOS-COMPETE BRASÍLIA PARAOLÍMPICO-DISTRITO FEDERAL	0	2	0	0
5856 - APOIO A PROJETOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO FEDERAL "GLADIATORS COMBATE"-DISTRITO FEDERAL	0	70.000	0	0
4170 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	0	2.392.288	2.389.827	2.083.563
0001 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS--DISTRITO FEDERAL	0	2.392.288	2.389.827	2.083.563

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
4178 - APOIO AO ESPORTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	0	10.000	8.803	8.803
0001 - APOIO AO ESPORTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA--DISTRITO FEDERAL	0	10.000	8.803	8.803
7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	0	0	0	0
5791 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	0	7.403.740	7.344.565	573.035
4163 - REFORMA DE ESTÁDIO--DISTRITO FEDERAL	0	7.403.740	7.344.565	573.035
9084 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA	0	805.000	795.293	795.293
0003 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	805.000	795.293	795.293
TOTAL DO PROGRAMA 6206	0	50.523.729	49.479.151	36.409.796

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade De Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade De Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Quantidade de árbitros	Unidade	10.200	2016	Anual	6.437	6.758	7.095	7.500	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 1
Escolas atendidas	Unidade	9	2016	Anual	5	3	8	4	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 1
Cursos realizados	Unidade	0	2016	Anual	9	9	9	9	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 1
Percentual de Projetos Apoiados e/ou Realizados	%	5	2016	Anual	5	10	15	20	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 2
Percentual de Projetos Apoiados e/ou Realizados	%	5	2016	Anual	5	10	15	20	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 3
Espaço Esportivo Implantado	Unidade	0	2016	Anual	1	10	15	5	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 4
Cursos Realizados/Apoiados	Unidade	5	2016	Anual	9	9	9	9	SAD ESP/ SEC ESP, TUR LAZER / UO 34101 / OE 4

As realizações do Programa Boleiros, de 2016, resultou em 10.200 serviços de arbitragem, beneficiando um público estimado de 102.000 pessoas, contemplando 27 regiões administrativas.

O Programa Escola Compartilhada, uma ação da secretaria de educação em parceria com outros órgãos do governo e sociedade civil, cujo objetivo é abrir as unidades de ensino aos sábados e oferecer diversos serviços públicos à comunidade local, em parceria com a Secretaria de Educação a SETUL, proporcionou aos participantes do programa atividades esportivas conforme tabela abaixo.

Escolas atendidas no Programa Escolas Compartilhadas

Data	Escolas	Público
30/04/2016	CEF 02 Estrutural	306
14/05/2016	CED 01 Estrutural	241
11/06/2016	CED 01 Estrutural	85
25/06/2016	CEF 02 Estrutural	460
09/07/2016	CED 01 Estrutural	90
11/08/2016	CED 01 Estrutural	85
17/09/2016	CEF 18 Ceilândia	253
22/10/2016	Escola Classe do Varjão	212
29/10/2016	CEM 02 Planaltina	48
Total		1.780

Fonte: Coordenação dos Centos Olímpicos e Paralímpicos

Cursos realizados /Apoiados

Data	Curso	Realizador	Público
01/02/2016	Tênis	Instituto do Tênis	111
23/05/2016			
25/07/2016			
14/03/2016	Soft golfe	Clube de Golfe	30
06/06/2016	Psicomotricidade	UNB	86
23/07/2016	Técnico em tênis de mesa	CETEFE	15
9 a 11/09/2016	Diversos	Brasília Capital Fitness	169*
Total			411

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

* Número de profissionais da SETUL capacitados em parceria com a Brasília Capital Fitness.

As ações voltadas ao esporte educacional foram realizadas no período de 01 a 12 de agosto de 2016 nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos do DF. O Projeto Esporte nas Férias teve como objetivo executar ações voltadas ao esporte (educacional e participação), de lazer e cultural, por meio de atividades dinâmicas, atendendo **43.110** (crianças, adolescentes, jovens e pessoas com deficiência de 04 a 17 anos) matriculados ou não nos COPs.

O projeto é realizado no período de férias nas sete Unidades de Internação com a realização de torneios esportivos voltados em média a 850 socioeducandos, por meio da atuação de estagiários de educação física do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos, com a orientação de atividades esportivas aos jovens de 12 a 17 anos no período de férias. O intuito é contribuir com a ressocialização dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa e proporcionar momentos de lazer e diversão. Em 2016 foram realizadas duas ações conforme tabela.

Data	Estagiários	Atendimentos	Atividades
11 a 29/01/2016	50	850	Futebol society, voleibol, basquete e handebol, e atividades voltadas para as pessoas com deficiência física, como bocha e parabadminton.
02 a 12/08/2016	40	820	
Total	90	1.670	

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

Diante da importância de ampliar o número de projetos e eventos esportivos no Distrito Federal e, assim melhorar a qualidade de vida, aumentar a sensação de bem-estar e incentivar a prática regular de atividades físicas, a Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, promoveu ações de livre acesso à prática de atividades esportivas e de lazer explorando os espaços públicos de maior concentração popular visando à democratização do acesso ao esporte e lazer nas RAs beneficiando pessoas Conforme tabela:

Data	Etapas	Regiões Administrativas	Público atendido
21/05/2016	1ª Etapa	Sol Nascente – Ceilândia	310
25/06/2016	2ª Etapa	São Sebastião	460
20/08/2016	3ª Etapa	Planaltina	51
28/08/2016	4ª Etapa	QNN 13 – Ceilândia	200
10/09/2016	5ª Etapa	Santa Maria	169
02/10/2016	6ª Etapa	Jardim Botânico	05
08/10/2016	7ª Etapa	Núcleo Bandeirante	254
12/10/2016	8ª Etapa	Sobradinho	169
15/10/2016	9ª Etapa	Vicente Pires	100
15/10/2016	10ª Etapa	São Sebastião	115
Total			1.833

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

O circuito de corridas de rua tem o intuito de estimular a prática de atividades físicas, o desenvolvimento de uma vida saudável, assim como o exercício da cidadania, por meio dos temas que serão abordados nas corridas. As principais corridas de rua no DF são realizadas no do Plano Piloto. No Distrito Federal existem mais de 400 km de ciclovias construídas e o número de adeptos da modalidade de ciclismo aumentam todos os dias, por isso se faz necessário uma ação do Governo para ampliar o apoio aos ciclistas e divulgar a modalidade.

Data	Evento	Público	Região Administrativa
31/01/2016	1ª. Etapa do circuito de corrida de – Corrida de Reis	8.000	Plano Piloto
19/03/2016	2ª Etapa do Circuito de Corrida de Rua – Corrida da Paz	1.000	Plano Piloto
11/05/2016	3ª Etapa do Circuito de Corrida de Rua – Corrida do gari	1.000	Plano Piloto
29/05/2016	4ª Etapa do Circuito de Corrida de Rua – Corrida Tiradentes	1.000	Plano Piloto
29/05/2016	5ª Etapa do Circuito de Corrida de Rua – Corrida pela Cidadania.	1.000	Plano Piloto
06/11/2016	1ª. Etapa do circuito de ciclismo	500 atletas	Plano Piloto
Total		12.500	

Fonte: Subsecretaria de políticas de esporte e lazer - SUPEL

As Olimpíadas Rio 2016 teve seu início na capital federal em três de maio com o revezamento da tocha Olímpica, em um percurso que passou por cinco regiões administrativas e mais de 15 pontos turísticos. Além do revezamento da tocha, a capital federal recebeu dez jogos do torneio de futebol, O Estádio Nacional Mané Garrincha foi palco de sete partidas do torneio masculino, incluindo os dois primeiros confrontos da seleção brasileira, e três do feminino. Assim como a passagem da tocha olímpica, Brasília recebeu em 1º de setembro o revezamento da tocha Paralímpica.

Ações realizadas pela Secretaria Adjunta de Esporte de Março a dezembro 2016

Entregas		Público Atendido
Estádio Valmir Campelo Bezerra - Bezerrão		83.438
Ginásio Nilson Nelson		105.506
Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos		415.859
Programa Apoio a Eventos		120.512
Programa Compete Brasília		2.160
Programa Bolsa Atleta	Olímpica	1.212
	Paralímpica	993
Programa Escola de Esportes		6.248
Programa Boleiro		102.000
Jogos Abertos de Brasília		3.200
Prêmio Esporte Brasília		47
Projeto Esporte Acesso de todos nas unidades de internação		1.670
Circuito de Corrida e Ciclismo		12.500
Circuito de Lazer		1.833
Esporte nas férias		43.110
Escola compartilhada		1.780
Total		902.068

O Estádio Waldir Campelo Bezerra, mais conhecido como Bezerrão, é um estádio multiuso localizado na cidade do Gama, no Distrito Federal, com capacidade para receber 20.000 pessoas. O estádio passou por uma grande reforma foi reinaugurado em 2008 suas medidas foram readequadas e hoje a arena tem sediado partidas do futebol profissional de Brasília, além de grandes competições nacionais.

Eventos realizados no Estádio Bezerrão de março a dezembro 2016

	Data	EVENTO	Publico
01	01/03/2016	Campeonato de Futebol – Aniversaria bombeiros do Gama	250
02	05/03/2016	Campeonato Brasiliense de Futebol série – A (Santa Maria X Formosa)	700
03	12/03/2016	Campeonato Brasiliense de Futebol série – A (Gama X Luziânia)	4.500
04	16/03/2016	Copa Verde (Gama X Interporto)	4.000
05	20/03/2016	Campeonato Brasiliense de Futebol série – A (Santa Maria X Gama)	2.700
06	27/03/2016	Campeonato Brasiliense de Futebol Americano (Tubarões X V8)	1.000
07	30/03/2016	Campeonato Brasiliense de Futebol série – A (Gama X Paracatu – MG)	1.800
08	02/04/2016	Campeonato Brasiliense de Futebol série – A (Gama X Taguatinga)	1.300
09	07/04/2016	Copa Verde (Gama X Vila Nova)	5.000
10	10/04/2016	Campeonato Brasiliense de Futebol série – A (Santa Maria X Gama)	3.000
11	14/04/2016	Campeonato Brasiliense de Futebol série – A (Gama X Santa Maria)	1.500
12	16/04/2016	Campeonato Brasiliense de Juniores (Gama X Planaltina)	100

	Data	EVENTO	Público
13	19/04/2016	Copa do Brasil (Brasília X Bragantino)	120
14	21/04/2016	Treino do Time feminino do Gama	50
15	23/04/2016	Copa Verde (Gama X Aparecidense)	4.000
16	27/04/2016	Campeonato Brasileiro de Futebol série – A (Gama X Luziânia)	7.000
17	29/04/2016	Campeonato Brasileiro de Juniores (Gama X Planaltina)	100
18	10/05/2016	Copa Verde (Gama X Paysandu)	15.000
19	14/05/2016	Campeonato Brasileiro de Juniores (Gama X Brasília)	200
20	14/05/2016	Copa do Brasil (Gama X América RN)	3.500
21	20/05/2016	Visita de alunos do Colégio Sagrada Família	600
22	01/06/2016	Copa do Brasil Gama X ABC	2.500
23	04/06/2016	Campeonato Brasileiro de Juniores (Paranoá X Dom Pedro)	0
24	17/06/2016	Visita de alunos da Escola Classe 21 do Gama	138
25	20/07/2016	Copa do Brasil Gama X Santos	20.000
26	06/10/2016	Amistoso PMDF X CBMDF	100
27	08/10/2016	Futebol amistoso em comemoração ao aniversário do Gama	200
28	13/10/2016	Copa do Brasil de Futebol Feminino	400
29	28/10/2016	Eliminatória PAN americano de futebol	300
30	12/11/2016	Final do campeonato sub 15 e 17 FFDF	300
31	15/11/2016	Treino time feminino do Gama	30
32	26/11/2016	6º Copa de futebol de base	200
33	26 e 27/11/2016	Campeonato Brasileiro de entidades sindicais de arbitragem	200
34	04/12/2016	Amistoso da Administração regional de Santa Maria	50
35	10/12/2016	Amistoso de atletas da federação de Karatê	50
34	11/12/2016	Campeonato Brasileiro de Juniores	800
35	15/12/2016	15º Encontro folia de reis	600
36	17/12/2016	Amistoso Senado Federal X TRE	50
37	17/12/2016	Amistoso Brasília X Trindade AC.	50
38	17/12/2016	Amistosa Administração Regional do Gama	50
39	18/12/2016	Copa Brasília Sub – 20	1000
		Total	83.438

Fonte: Subsecretaria dos Centros Olímpicos e Espaços Esportivos - SUBCOP

O Ginásio de Esporte Nilson Nelson é um ginásio multiuso, localizado no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna. Com capacidade para receber 11.015 espectadores, o espaço recebe partidas de diversas modalidades do esporte, principalmente de voleibol, basquetebol e futsal, além de também receber shows de artistas nacionais e internacionais.

Eventos realizados no Ginásio Nilson Nelson em 2016

	Data	EVENTO	Público
01	12/03/2016	Show do Iron Maiden	11.000
02	30/03/2016	Finais da superliga de Vôlei - Feminino	11.000
03	11/04/2016	Finais da superliga de Vôlei - Masculino	11.000
04	26/04/2016	Concurso da Marinha	1006
05	13/05/2016	Show – Larissa Manoela com você	11.000
06	19/05/2016	Show – Roupas Nova	8.000
07	08/06/2016	Disney on Ice Tour 2016	11.000
08	27/07/2016	Formatura EJA	2000
09	26/08/2016	Vigília - IPTD	3.000
10	03/09/2016	Gladiators Combat	3.000
11	28/09/2016	Shooto UFC	11.000
12	10/10/2016	Olimpiadas do conhecimento	5.000
13	25/11/2016	Copa Brasil de Taekwondo	500
14	02/12/2016	Show Zezé de Camargo e Vitor e Léo	7.000
15	11/12/2016	Evento XXXII vem louvar	5.000
16	15/12/2016	Solenidade Militar de colação de grau	3.000
17	17/12/2016	Formatura EJA	2.000
		Total	105.506

Fonte: Subsecretaria dos Centros Olímpicos e espaços esportivos - SUBCOP

O Autódromo Internacional de Brasília Nelson Piquet, localizado no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, foi inaugurado em 1974, com extensão de 5.475,58 km. Em novembro de 2014 foi iniciada a reforma no autódromo, passando então a responsabilidade da reforma do espaço para TERRACAP, que não foi iniciada em face de problemas com a contração

de Parceria Público Privada - PPP. Permanecendo a gestão do autódromo com a SETUL, a qual arca com todas as despesas com a manutenção de todo o espaço.

Cessões dos espaços do autódromo para treinamento

	Data	Órgão
01	02,03, 04, 14, 15 e 16/03/2016	Curso de pilotagem policial I – PMDF
02	07/03/2016	Instrução direção defensiva – Secretaria de segurança presidencial
03	08 e 09/03/2016	Treinamento – Secretaria de Saúde
04	04, 05 e 06/04/2016	Modulo CTOP – PMDF
05	12 e 13/04/2016	Instrução direção defensiva – Secretaria de segurança presidencial
06	13, 14 e 15/04/2016	Curso de pilotagem policial II – PMDF
07	18, 19, 28, e 29/04/2016	Curso de pilotagem policial VII – PMDF
08	25,26 e 27/04/2016	Curso de pilotagem policial II – PMDF
09	26 e 27/04/2016	Treinamento – Secretaria de Saúde
10	29 e 30/04/2016	Instrução direção – 7º Distrito Naval
11	02/05/2016	Treinamento Técnico Profissional – Secretaria de Segurança Institucional
12	06, 17 e 18/05/2016	Instrução de direção defensiva – Secretaria de Segurança Presidencial
13	10 e 11/05/2016	Treinamento – Secretaria de Saúde
14	18 e 25/05/2016	Estágio de motocicleta – Batalhão de Polícia do Exército
15	24, 25 e 26/05/2016	Curso de pilotagem policial III – PMDF
16	24 e 25/05/2016	Treinamento – Secretaria de Saúde
17	07 e 08/06/2016	Treinamento – Secretaria de Saúde
18	06/06/2016	Instrução de Pilotagem - CBMDF
19	06,07 e 08/06/2016	Curso de pilotagem policial III – PMDF
20	21 e 22-06-2016	Treinamento – Secretaria de Saúde
21	21 e 22-06-2016	Treinamento para as Olimpíadas – 11º grupo de artilharia antiaérea
22	06, 07, 08,19 e 20/07/2016	Curso de Pilotagem - PMDF
23	06 e 07/07/2016	Segurança e proteção de autoridade - Batalhão de Polícia do Exército
24	04, 07, 09, 10, 12 e 13/08/2016	Defesa Aérea dos Jogos Olímpicos - Batalhão de Polícia do Exército
25	24, 25 e 26/08/2016	Curso de pilotagem policial V – PMDF
26	05, 06 e 07/09/2016	Curso de pilotagem policial V – PMDF
27	05, 06, 07, 17, 18 e 19/10/2016	Curso de pilotagem policial VI – PMDF
28	09 e 10/11/2016	Curso de pilotagem da Polícia do Exército – Batalhão de polícia do Exército
29	16, 17, 18, 28, 29 e 30/11/2016	Curso de pilotagem policial VII – PMDF

Fonte: Subsecretaria dos Centros Olímpicos e espaços esportivos - SUBCOP

Os projetos desenvolvidos nos Centros Olímpicos e Paralímpicos tem a finalidade de assegurar o atendimento socioeducativo por meio da prática esportiva, de ações transversais, sociorrecreativas e de lazer contribuindo, assim, para o pleno desenvolvimento humano. A proposta do programa oferece, prioritariamente, às crianças e adolescentes, alternativa diferente de vida usando atividades em que os valores como cooperação, solidariedade, pensamento crítico, auto-estima, propiciem enriquecimentos internos, transformando assim as expressões da sua conduta. As unidades também oferecem atividades a adultos, idosos e pessoas com deficiência. Os projetos são desenvolvido pela Secretaria do Esporte, Turismo e Lazer, sob forma de parcerias (convênios com entidades sem fins lucrativos). As atividades são desenvolvidas por meio de convênio e supervisionadas pela SETUL que examina aspectos qualitativos e quantitativos, assim como seus respectivos controles. Essa abordagem possibilita uma análise global e o conhecimento das informações necessárias para ajustar o planejamento elaborado, com o objetivo de mantê-lo sempre atualizado aos interesses maiores do Programa. Os Centros Olímpicos e Paralímpicos têm em sua estrutura de funcionamento o desenvolvimento de três programas, construídos sobre a fundamentação, conceituação e classificação esportiva nacional, definidas em:

Esporte Educacional	Desenvolvimento Motor - I - 04 a 06 anos Desenvolvimento Motor - II - 07 e 08 anos Iniciação Esportiva – 09 a 11 anos
	Preparação Esportiva - I – 12 e 13 anos Preparação Esportiva - II – 14 a 17 anos
Esporte Participação	Participação -I – 18 a 35 anos Participação- II – 36 a 59 anos Participação –III – a partir de 60 anos Espaço de Convivência e Lazer
Esporte Rendimento	Programa Futuro Campeão (Objetivo do Programa é formar jovens atletas que estejam aptos a representar o Distrito Federal em competições locais, nacionais e internacionais.)

Fonte: Diretrizes básicas para os Centros Olímpicos e Paralímpicos

As atividades são realizadas em três turnos (Matutino, Vespertino e Noturno) abertas ao público participante dos programas, de terça à sexta-feira, podendo funcionar das 06h45 às 21h45, e sábado das 7h às 12h, de acordo com a necessidade e interesse da Secretaria. Aos finais de semana os Centros Olímpicos e Paralímpicos, disponibilizam a comunidade a sua infraestrutura como espaço de convivência e lazer, das 9 às 16 horas, para a prática de esportes com os amigos. As entidades conveniadas oferecem aos alunos e à comunidade, além das atividades esportivas, cursos de qualificação sociais desenvolvidos de acordo com o Plano de Trabalho.

Modalidades oferecidas nos Centros Olímpicos e Paralímpicos

Modalidades	Brazlândia	Riacho Fundo I	Ceilândia	Samambaia	Estrutural	Santa Maria	Gama	São Sebastião	Recanto das Emas	Setor "O"	Sobradinho
Futsal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Voleibol	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Karatê	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atletismo	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Natação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Basquetebol		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Futebol Society	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X
Futebol de areia	X	X	X		X	X	X	X	X	X	
Handebol		X		X	X	X	X		X	X	X
Ginástica localizada	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
Hidroginástica	X	X	X	X	X	X		X	X	X	
Atividade física orientada	X	X	X	X		X	X	X	X		
Jiu jitsu		X	X	X						X	
Ginástica rítmica			X	X						X	
Voleibol de areia				X							X
Tênis				X	X	X		X			
Judô					X			X			
Ginástica acrobática					X						
Ginástica artística					X						
Pilates			X	X							
Saltos ornamentais							X				
Boxe					X						
Dança							X				
Capoterapia			X								

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

As atividades nos COPs prevê, ainda, parcerias entre órgãos públicos e a SETUL, por meio da disponibilização de espaço físico dos COPs, especificamente da Estrutural, Gama, Recanto das Emas e São Sebastião, para o desenvolvimento de atividades dos Órgãos listados a seguir:

- Secretária de Estado de Saúde para as atividades relacionadas ao Programa Saúde da Família COPs que possuem o Programa Saúde da Família;
- Secretaria de Estado de Cultura para realização de atividades do Programa Mala do Livro, nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos do DF;
- Secretaria de Estado de Educação (Parceria com as Regionais de Ensino) para o Programa Escola Integral, nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos.
- Há, também as atividades realizadas pelo Centro de Iniciação Desportiva - CID, no COP de São Sebastião, que utiliza os espaços para treinamento e competições.
- Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude que realiza o Programa Prestação de Serviço a Comunidade-PSC, liberdade assistida -LA e Semi-Liberdade, que tem o objetivo de contribuir para a recuperação dos adolescentes/jovens que cumprem medidas sócio educativas, dando ao adolescente a oportunidade de estar em um ambiente saudável e familiar, onde os valores do esporte são vivenciados, com atuação nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos. Esse Secretaria também desenvolveu em 2016 nos COPs as ações relativas ao Projeto Esporte Acesso de Todos que consiste em realizar atividades esportivas para contribuir com a ressocialização dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa nas unidades de internação e proporcionar momentos de lazer e diversão no período das férias escolares;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social para desenvolvimento das atividades prestadas pelo Centro de Orientação Socioeducativa - COSE, que trabalha os aspectos biopsicossociais com crianças, jovens e adolescentes nas diversas modalidades esportivas, oferecidas nos COPs de Brazlândia, Estrutural e Santa Maria;
- A SETUL conta com outras parcerias por meio de termo de cooperação técnica, com instituições privadas, quais sejam:
 - Instituto do Tênis para o desenvolvimento do Projeto Instituto do Tênis, que consiste em implementar e realizar a modalidade de tênis, mediante a realização de eventos, cursos e múltiplas atividades nas instalações dos Centros

Olimpícos e Paralímpicos de forma gratuita e planejada direcionada aos alunos, funcionam em 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos;

- Clube de Golfe de Brasília para funcionamento do Projeto Soft Golfe, consiste em implementar e realizar a modalidade de Soft Golfe, mediante a realização de eventos, cursos e múltiplas atividades nas instalações dos Centros Olímpicos e Paralímpicos de forma gratuita e planejada direcionada aos alunos, desenvolvidas nos COPs de Ceilândia (parque da vaquejada), Gama, Santa Maria e Sobradinho;
- CETEFE - Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial para realizar ações de capacitação de Coordenações de Pessoas com Deficiência - CPD dos Centros Olímpicos e Paralímpicos, a realizar avaliação funcional para que as pessoas com deficiência possam fazer modalidades regulares ou específicas nos COPS, atendem nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos;
- Instituto Joaquim Cruz – IJC, parceria por intermédio de termo de cooperação técnica, visando o desenvolvimento dos Projetos Rumo ao Pódio Olímpico e Clube dos Descalços, com o objetivo de formação de atletas, na modalidade de atletismo.

Atendimentos realizados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos – março a dezembro - 2016

Entregas	Atendimentos
Alunos Matriculados	37.013
Usuários do Espaço de Convivência e Lazer	53.766
Atendimentos da Gerência de Apoio Social	5.299
Qualificação Social	2.498
Parcerias	88.368
Participação em eventos – Internos	97.294
Participação em eventos – Externos	19.990
Cessões de espaço	111.631
TOTAL GERAL	415.859

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

Atendimentos Realizados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos – COPS – ao final de dezembro.

COPS	Matriculados 1º e 2º modalidade			Programa Futuro Campeão (PFC)
	Regular	Idosos	Pessoas com Deficiência	
Brazlândia	2.181	179	69	0
Ceilândia	4.402	404	122	11
Estrutural	1.626	45	30	27
Gama	2.547	98	85	19
Recanto	3.276	301	326	31
Riacho Fundo	2.220	266	75	11
Samambaia	4.273	405	207	30
Santa Maria	2.568	306	134	20
São Sebastião	3.410	301	84	25
Setor O	4.168	826	211	40
Sobradinho	1.501	84	40	29
TOTAL	32.172	3.215	1.383	243
			37.013	

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

Atendimentos Realizados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos – março a dezembro - 2016

COPS	Atendimentos da Gerência de Apoio Social (GAS)		Qualificação Social	Participação em eventos Internos	Participação em eventos Externos.	Usuários Espaço Convivência e Lazer	Usuários - Cessão de espaço	Usuários - Cessão de espaço (Você no Centro)
	Internos	Externos						
Brazlândia	117	39	317	6.301	283	4.619	1.790	228
Ceilândia	524	0	304	12.141	2.284	8.762	2.954	2.877
Estrutural	394	0	494	5.043	2.100	4.840	5.716	2.978
Gama	2.198	0	157	7.339	2.835	5.895	13.869	3.701
Recanto	336	14	132	12.411	259	3.478	16.873	5.301
Riacho Fundo	322	2	158	4.505	1.207	2.546	6.146	22
Samambaia	264	0	126	9.627	1.843	6.903	13.799	360

COPS	Atendimentos da Gerência de Apoio Social (GAS)		Qualificação Social	Participação em eventos Internos	Participação em eventos Externos.	Usuários Espaço Convivência e Lazer	Usuários - Cessão de espaço	Usuários - Cessão de espaço (Você no Centro)
	Internos	Externos						
Santa Maria	106	0	175	7.464	1.573	4.456	1.083	5.315
São Sebastião	173	3	155	9.808	1.384	5331	11.728	2.847
Setor O	280	0	252	19.385	2.388	3.874	1.504	3.450
Sobradinho	527	0	228	3.270	3.834	3.062	0	9.090
TOTAL	5.241	58	2.498	97.294	19.990	53.766	75.462	36.169

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

Atendimentos Realizados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos – Parcerias

COPS	Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)	Secretaria de Estado de Saúde		Secretaria de Estado De Desenvolvimento Humano e Social Cose
		Programa Saúde da Família (PSF)		
		Atendimento a alunos	Atendimentos as famílias	
Brazlândia	13	0	0	135
Ceilândia	26	5	11.858	0
Estrutural	16	24	14.180	370
Gama	34	192	10.975	0
Recanto	24	1.158	30.841	0
Riacho Fundo	25	0	0	0
Samambaia	22	0	0	0
Santa Maria	32	0	0	0
São Sebastião	17	0	2.264	0
Setor O	10	0	0	0
Sobradinho	19	0	0	0
TOTAL	221	1378	70.118	505

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

Atendimentos Realizados nos Centros Olímpicos e Paralímpicos – Parcerias

COPS	Secretaria de Estado de Educação		Secretaria de Estado de Cultura	Outras Parcerias através de termo de cooperação técnico		
	Escola Integral	CID	Mala do Livro Empréstimos	Clube de Golfe de Brasília	Instituto Joaquim Cruz - IJC	Instituto do Tênis
				Projeto Soft Golfe	Rumo ao pódio olímpico	Projeto Tênis
Brazlândia	242	0	2.011	0	0	425
Ceilândia	592	0	124	525	19	150
Estrutural	155	0	130	0	0	527
Gama	317	0	661	161	0	436
Recanto	0	0	299	0	0	504
Riacho Fundo	0	0	603	0	0	575
Samambaia	203	0	1.309	0	0	174
Santa Maria	439	0	787	100	0	361
São Sebastião	134	76	702	0	0	965
Setor O	72	0	791	0	0	59
Sobradinho	101	0	527	0	0	705
TOTAL	2.255	76	7.944	786	19	4.881

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

Parceria com CETEFE

Atendimentos Realizados de março a dezembro 2016	
Meses	Total
Março	0
Abril	0
Maio	47
Junho	35
Julho	22
Agosto	17
Setembro	18
Outubro	23
Novembro	23
Dezembro	0
Total	185

Fonte: Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial – CETEFE

Eventos realizados nos COPS

COP	Data	Descrição do evento	Público
Brazlândia	05/03/2016	Comemoração do Dia Internacional das Mulheres	68
	02/04/2016	Reunião de Pais	125
	09/04/2016	Torneio de futebol dos colaboradores dos Centros Olímpicos	206
	07/05/2016	Festa da Família	836
	28/05/2016	Festival esportivo I	133
	11/06/2016	2º festival esportivo do Centro Olímpico e Paralímpico do Gama.	330
	24/06/2016	Festa junina.	280
	21/06/2016	transversalização de tema: Direito do Idoso, em parceria com Centro de convivência de idosos Obra Social Santa Izabel.	125
	23/07/2016	3º Festival Esportivo	285
	12/08/2016	Esporte nas Férias	2075
	05/08/2016	Palestras acerca da temática de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	85
	02/10/2016	Evento comemorativo ao dia das crianças.	782
	29/10/2016	Bailinho das crianças, em comemoração ao mês da criança.	78
	25/11/2016	Passeio Jardim Zoológico	32
	17/12/2016	Exame de faixa dos alunos de Karatê	65
18/12/2016	Evento comemorativo natal em família	796	
			6.301
COP	Data	Descrição do evento	Público
Ceilândia	16-18/03/16	Projeto Pipas da Paz (FAC)	220
	07/04/2016	Entrega do Jornal (Jovem Repórter)	8
	30/04/2016	Revezamento de natação 5 horas nadando.	150
	23/04/2016	Reunião de orientação do curso Jovem Árbitro	30
	07/07/2016	Seletiva do Programa Futuro Campeão referente a modalidade de tênis.	70
	30/04/2016	2ª 5 Horas Nadando	790
	14/05/2016	1ª etapa de Atletismo e Natação Paralímpico 2016 (CETEFE)	191
	12/05/2016	Festival Esportivo dia Olímpico e Paralímpico	1980
	19/05/2016	2ª etapa técnica de atletismo e natação para pessoas com deficiência.	70
	25/06/2016	Festival esportivo: Dia Olímpico e Paralímpico	475
	29/07/2016	Festa Julina	200
	12/08/2016	Esporte nas Férias	4233
	02/08/2016	Teatro de fantoches	714
	01/09/2016	Palestras acerca da temática de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	223
	25/09/2016	Torneio interno de karatê	335
	14/10/2016	Baile infantil em comemoração ao dia das crianças no Centro Olímpico e Paralímpico do Parque da Vaquejada	100
	26/11/2016	Seletiva do programa futuro campeão tênis	40
	18/12/2016	Festa de gratidão em família e festa de natal	1914
	10/12/2016	Festival de ginástica	283
	18/12/2016	Festival de karatê	65
23/12/2016	Festival de jiu jitsu	50	
			12.141
COP	Data	Descrição do evento	Público
Estrutural	16-18/03/16	Projeto Pipas da Paz (FAC)	189
	05/05/2016	Seletiva do programa futuro campeão referente a modalidade de ginástica acrobática	64
	07/05/2016	Aulão de Hidroginástica e Ginástica Localiza para comemorar o dia das Mães	40
	05/06/2016	Festival Esportivo dia Olímpico e Paralímpico	1050
	08/06/2016	Reunião Com Pais e/ou Responsáveis dos Atletas do Futuro Campeão	25
	16/06/2016	Reunião com pais dos alunos do Centro Olímpico e Paralímpico de São Sebastião, que foram selecionados para participar da escolinha do Real Madrid	40
	03/07/2016	Festival esportivo: Dia Olímpico e Paralímpico	290
	30/07/2016	Reunião com Pais e/ou Responsáveis	20
	30/07/2016	Aulão de Hidroginástica	35
	31/07/2016	2º Aberto de tênis de mesa do DF	4
	12/08/2016	Esporte nas Férias	850
	05/08/2016	Palestras acerca da temática de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	56
	28/08/2016	Festival Alimentação Saudável para DM-I E II	98
	01/10/2016	Encontro do Esporte Paralímpico.	215
	08/10/2016	Torneio de basquete no Centro Olímpico e Paralímpico da Estrutural.	40
	09/10/2016	Troca de faixa da modalidade de judô no Centro Olímpico e Paralímpico da Estrutural.	120
	09/10/2016	Festival infantil de natação das turmas de desenvolvimento motor I no Centro Olímpico e Paralímpico da Estrutural	40
	08/10/2016	Aulão de Hidro	61
	05/11/2016	Copas Esportivas Fase final	362
	29/10/2016	Entrega de certificado do curso oficina de roteiro e interpretação de áudio	19
11/12/2016	Festa de gratidão em família e festa de natal	1385	
18/12/2016	Exame de faixa de Karatê no Centro Olímpico e Paralímpico da Estrutural.	40	

COP	Data	Descrição do evento	Público
			5.043
COP	Data	Descrição do evento	Público
Gama	05/03/2016	Seletiva de saltos ornamentais do Programa Futuro Campeão.	65
	08/03/2016	Aulão de dança para comemorar o dia internacional da mulher	79
	29/03/2016	Jogo Treino de Futebol Society, do COPAG X Estrelinha do Sul.	61
	31/03/2016	Jogo Treino de Futebol Society, do COPAG X Estrelinha do Sul.	44
	22/03/2016	Reuniões com os Pais dos Alunos do Projeto Futuro Campeão de Saltos Ornamentais	52
	02/04/2016	Treinamento Interno de Vôlei Masculino e Feminino, do COPAG.	23
	09/04/2016	Reunião de Pais	222
	22/05/2016	Exame de Faixa COP GAMA	200
	16/05/2016	Festa Família 2016	1096
	03/06/2016	III Piquenique Literário do COP Gama.	364
	09/06/2016	Reunião com os pais dos alunos do Projeto Futuro Campeão de Saltos Ornamentais no Centro Olímpico e Paralímpico do Gama.	43
	11/06/2016	2º festival esportivo do Centro Olímpico e Paralímpico do Gama.	214
	28/05/2016	Festival esportivo I	486
	17/06/2016	Reunião de pais dos alunos da modalidade de Karatê, referente a troca de faixa	96
	24/07/2016	8º Exame de Faixa de Karatê	386
	23/07/2016	3º Festival Esportivo	472
	12/08/2016	Esporte nas Férias	374
	03/08/2016	Teatro de fantoches	309
	13/09/2016	Palestras acerca da temática de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	152
	18/09/2016	5º Inter centro no Centro Olímpico e Paralímpico do Gama, com a participação dos Cop's de Brazlândia, Santa Maria e Recanto das Emas.	1100
01/10/2016	Evento comemorativo ao dia das crianças.	596	
29/10/2016	Bailinho das crianças, em comemoração ao mês da criança.	107	
18/12/2016	Evento comemorativo natal em família	798	
			7.339
COP	Data	Descrição do evento	Público
Recanto das Emas	12/03/2016	Aulão de hidroginástica e atividade física orientada para comemorar o dia internacional da mulher.	75
	02/04/2016	Reunião de Pais	470
	07/05/2016	Festa da Família	1064
	18/05/2016	Atletas do time Brasília vôlei realizarão visita ao Centro Olímpico e Paralímpico	103
	28/05/2016	Festival esportivo I	196
	12/06/2016	2º festival esportivo do Centro Olímpico e Paralímpico do	150
	23/07/2016	3º Festival Esportivo	475
	12/08/2016	Esporte nas Férias	3420
	04/08/2016	Teatro de fantoches	413
	15/09/2016	Palestras acerca da temática de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	38
	17/09/2016	5º Inter centro no Centro Olímpico e Paralímpico do Recanto das Emas, com a participação dos Cop's de Brazlândia, Santa Maria e Gama.	782
	02/10/2016	Evento comemorativo ao dia das crianças.	920
	29/10/2016	Bailinho das crianças, em comemoração ao mês da criança.	274
	29/10/2016	Caminhada outubro rosa	114
	18/12/2016	Evento comemorativo natal em família	3.230
	16/12/2016	Boutique da Amizade	200
	10/12/2016	Exame de Faixa Caratê	447
	17/12/2016	Seletivo Futuro Campeão Vôlei	40
COP	Data	Descrição do evento	Público
Riacho Fundo I	16-18/03/16	Projeto Pipas da Paz (FAC)	200
	07/04/2016	Entrega do Jornal (Jovem Repórter)	7
	08/04/2016	Aulão de Hidroginástica	70
	07/05/2016	Seletiva do programa futuro campeão referente à modalidade de natação.	20
	11/06/2016	Festival Esportivo dia Olímpico e Paralímpico	900
	15/06/2016	Certificado do jovem árbitro de Futsal	25
	25/06/2016	Cerimônia de troca de faixa da modalidade de Karatê	80
	01/08/16	Filmagem metodológica	20
	12/08/2016	Esporte nas Férias	413
	11/08/2016	Palestra Nutricionista - Alimentação Saudável	100
	11/08/2016	Palestra Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	100
	13/08/2016	Certificação do Jovem Árbitro	50
	25/08/2016	Aulão de Mobilização para o curso jovem repórter	40
	04/10/2016	Curso de Graduação em Enfermagem da Escola Superior realizará visita ao Centro Olímpico e Paralímpico do Riacho Fundo I	100
	11/10/2016	Comemoração do Dia das Crianças com os alunos de DM-I e II	200
	21/10/2016	Palestra " Show" com os idosos, em comemoração ao dia do idoso.	300
	25/10/2016	Bombeiro nas quadras com apresentações de palestras, oficinas, demonstrações de viaturas e equipamentos.	400
	20/09/2016	Palestras acerca da temática de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	115

COP	Data	Descrição do evento	Público
	26/11/2016	Seletiva do programa futuro campeão referente a modalidade de natação.	95
	03/12/2016	Festa de gratidão em família e festa de natal	1120
	17/12/2016	Exame de faixa de Karatê	150
			4.505
COP	Data	Descrição do evento	Público
Samambaia	12- 13/03/2016	Copas Esportivas (futsal, futebol de areia, futebol society, ginástica rítmica, karatê, jiu-jitsu e gincana de desenvolvimento motor).	519
	16-18/03/16	Projeto Pipas da Paz (FAC)	326
	08/04/2016	Aulão de G. Localizada.	150
	07/04/2016	Entrega do Jornal Jovem Repórter	100
	08/04/2016	aulão de ginástica localizada	77
	07/04/2016	Entrega do Jornal (Jovem Repórter)	5
	23/04/2016	Reunião de pais referente ao curso jovem árbitro 2016.	20
	07/05/2016	Seletiva do programa futuro campeão referente à modalidade de natação.	11
	17/05/2016	Atletas do time Brasília vôlei realizarão visita ao Centro Olímpico e Paralímpico	150
	12/06/2016	Festival Esportivo dia Olímpico e Paralímpico	1150
	08/06/2016	Reunião com pais de atletas do Programa Futuro Campeão	12
	11/06/2016	Copa Candanguinha no COP do Setor O	15
	11/06/2016	JISESC 2016 na unidade do SESC de Taguatinga Sul	15
	12/06/2016	JISESC 2016 na unidade do SESC de Taguatinga Sul	15
	14/06/2016	Certificação jovem árbitro	35
	26/06/2016	Festival esportivo: Dia Olímpico e Paralímpico	542
	05/07/2016	Certificação jovem árbitro	50
	09 -10/07/16	Entrega dos Kits referentes à Clínica de Futebol Real Madrid.	44
	29/07/2016	Jogo jovem árbitro	30
	01/0816	Filmagem da metodologia	20
	12/08/2016	Esporte nas Férias	422
	12/08/2016	Palestras acerca da temática de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	80
	11/08/2016	Certificação jovem árbitro	35
	09/09/2016	Aulão p/ captação de alunos p/ jovem árbitro	60
	22/09/2016	Palestra sobre Drogas e Bullying	573
	07/10/2016	"Show" com os idosos, em comemoração ao dia do idoso	400
	08 e 09/10/16	Torneio Paulo Pernambuco de voleibol	394
	15 e 16/10/16	Torneio Paulo Pernambuco de voleibol	491
	19/10/2016	Aniversário 7 anos do COP- Samambaia	1012
	24/10/2016	Palestra sobre idosos	29
	03/11/2016	Certificações Curso jovem árbitro	27
	05/11/2016	Final Fase Local COPAS- Karatê	28
	20/11/2016	Copas Esportivas Fase final no Centros Olímpicos e Paraolímpicos de Samambaia, referente as modalidades de Futebol society, futsal, futebol de areia, karatê, jiu-jitsu e aquathlon	400
25/11/2016	Encerramento do Tema Transversal	954	
10/12/2016	Festa de gratidão em família e festa de natal	1391	
18/12/2016	Exame de faixa de Karatê	45	
			9.627
COP	Data	Descrição do evento	Público
Santa Maria	18/01/2016	Transversalização Dengue	564
	08/03/2016	Aulão de Ritmos/Ginástica e Hidroginástica para comemorar o dia internacional da mulher.	185
	12/03/2016	Reunião com pais dos atletas selecionados na seletiva de Basquete referente ao Programa Futuro Campeão.	48
	09/04/2016	Reunião de Pais	131
	16/05/2016	Festa Família 2016	1054
	21/05/2016	3° torneio de bocha	81
	28/05/2016	Festival esportivo	210
	12/06/2016	2º festival esportivo do Centro Olímpico e Paralímpico do Gama.	273
	16/07/2016	Arraia da Família	1435
	23/07/2016	3º Festival Esportivo	242
	01/08 a 12/08/2016	Esporte nas Férias	336
	11/08/2016	Teatro de fantoches	298
	01/10/2016	Evento comemorativo ao dia das crianças.	784
	12/09/2016	Abertura do JESM 2016	360
	29/10/2016	Bailinho das crianças, em comemoração ao mês da criança.	224
	18/11/2016	Torneio da amizade	66
	27/11/2016	II exame de faixas karatê	143
	17/12/2016	Evento comemorativo natal em família	1030
			7.464
COP	Data	Descrição do evento	Público
São Sebastião	10/03/2016	Roda de conversa do governador	550
	19- 20/03/2016	Copas Esportivas (futsal, futebol de areia, futebol society, ginástica rítmica, karatê, jiu-jitsu e gincana de desenvolvimento motor).	738
	16-18/03/16	Projeto Pipas da Paz (FAC)	268

COP	Data	Descrição do evento	Público
	07/04/2016	Entrega do Jornal (Jovem Repórter)	8
	23/04/2016	Reunião de pais referente ao curso Jovem Árbitro 2016.	12
	07/05/2016	Seletiva do programa futuro campeão referente a modalidade de tênis.	96
	30/04/2016	Aulão de Hidroginástica	86
	28/05/2016	Aulão de Hidroginástica	60
	11/06/2016	Festival Esportivo dia Olímpico e Paralímpico	914
	14/06/2016	Cerimonia de certificação dos alunos do Centro Olímpico e Paralímpico de São Sebastião, que concluíram o curso do Jovem árbitro.	26
	15/06/2016	Reunião com pais dos alunos do Centro Olímpico e Paralímpico de São Sebastião, que foram selecionados para participar da escolinha do Real Madrid.	51
	16/06/2016	Reunião no Centro Olímpico e Paralímpico de São Sebastião, com pais dos alunos que foram selecionados para a 2ª etapa do curso jovem árbitro.	38
	09/07/2016	Festival Olímpico e Paralímpico - Fase Final	1.100
	06/07/2016	Reunião com os alunos adultos do noturno, para alinhamentos e procedimentos do Centro Olímpico.	80
	07/07/2016	Reunião com os alunos adultos do noturno, para alinhamentos e procedimentos do centro Olímpico.	80
	21/07/2016	Arraia do DM I e DM II	200
	21/07/2016	Arraia do DM I e DM II	145
	28/07/2016	Arraia da GL e AO	100
	29/07/2016	Arraia da GL e AO	45
	12/08/2016	Esporte nas Férias	584
	09/08/2016	Teatro de fantoches	214
	18/08/106	Certificação jovem árbitro	40
	29/08/2016	Evento de lançamento do Esporte à Meia Noite com UAMAS.	150
	31/08/2016	Reunião com pais dos atletas do Programa Futuro Campeão de Tênis	31
	27/09/2016	Palestras acerca da temática de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	197
	6-09/09/2016	Semana Paralimpica	600
	17/09/2016	Aulão de Atividade Orientada	25
	13/09/2016	Festival Interno de Natação	380
	14/09/2016	Festival Interno de Natação	560
	14/09/2016	Palestra "Show" com os idosos, em comemoração ao dia do idoso.	315
	04/11/2016	Certificação jovem árbitro	6
	25/11/2016	Encerramento do Tema Transversal Alimentação Saudável	615
	26/11/2016	Copas Esportivas Fase final nos Centros Olímpicos e Paraolímpicos de São Sebastião, referente às modalidades de Futebol society, futsal, futebol de areia, karatê, jiu-jitsu e aquathlon	506
	04/12/2016	Festa de gratidão em família e festa de natal	918
	17/12/2016	Exame de faixa dos alunos de Karatê	70
			9.808
COP	Data	Descrição do evento	Público
Sobradinho	16-18/03/16	Projeto Pipas da Paz (FAC)	143
	16/04/2016	Desafio de futebol society	64
	27/04/2016	Seletiva do programa futuro campeão referente a modalidade de atletismo	261
	30/04/2016	Seletiva do programa futuro campeão referente a modalidade de atletismo	67
	07/05/2016	Aulão de ginástica e dança em comemoração ao dia das mães.	41
	04/06/2016	Festival Esportivo dia Olímpico e Paralímpico	942
	15/07/2016	Aulão Julino.	25
	12/08/2016	Esporte nas Férias	246
	10/08/2016	Teatro de fantoches	53
	12/09/2016	Formatura jovem repórter	21
	02/10/2016	Encontro do Esporte Paralímpico.	138
	08/10/2016	1º Festival de Karatê.	109
	01/10/2016	Aulão de Ginástica Localizada – Comemoração ao dia do IDOSO	49
	10/11/2016	Palestra sobre prevenção e combate ao Câncer de Próstata, referente ao novembro azul.	38
	11/11/2016	Palestra sobre prevenção e combate ao Câncer de Próstata, referente ao novembro azul.	25
	10/12/2016	Festa de gratidão em família e festa de natal	910
	17/12/2016	Exame de Troca de Faixa	138
			3.270
COP	Data	Descrição do evento	Público
Setor O	08/03/2016	Aulão de Hidroginástica e Ginástica Localiza para comemorar o dia internacional da mulher.	105
	16-18/03/16	Projeto Pipas da Paz (FAC)	145
	23-24/03/16	Semana da Pascoa	480
	21/03/2016	Futebol society do projeto da Polícia Militar para um amistoso contra o Centro Olímpico e Paralímpico do Setor O	18
	01/04/2016	Ação Semana do Autismo	125
	07/05/2016	Seletiva do programa futuro campeão referente à modalidade de vôlei sentado	8
	14/05/2016	Seletiva Programa Futuro Campeão referente à modalidade de ginástica rítmica.	116
	07/05/2016	Evento dia das Mães	715
	05/06/2016	Festival Esportivo dia Olímpico e Paralímpico	4.311
	02/07/2016	Festival Esportivo dia Olímpico e Paralímpico	725
	22/07/2016	Aulão de São João	1.002
	12/08/2016	Esporte nas Férias	2751

COP	Data	Descrição do evento	Público
	12/08/2016	Palestras acerca da temática de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	121
	27/08/2016	Aulão (Tenha uma vida Saldável) Palestra tabagismo	360
	01/10/2016	Aulão do Idoso.	315
	02/10/2016	Encontro do Esporte Paralímpico (Fase Final, Natação).	580
	11/10/2016	Festival esportivo dia das crianças	2136
	22/10/2016	Fase Final local das Copas Esportivas de Karatê e Jiu Jitsu	105
	06/11/2016	Copas Esportivas Fase final nos Centros Olímpicos e Paraolímpicos do Setor O, referente às modalidades de Futebol society, futsal, futebol de areia, karatê e jiu-jitsu.	430
	26/11/2016	Seletiva do programa futuro campeão tenis volei sentado	16
	04/12/2016	Festa de gratidão em família e festa de natal	4236
	11/12/2016	Exame de Troca de Faixa	105
Total Geral			19.385
Total Geral			97.294

Fonte: Coordenação dos Centros Olímpicos e Paralímpicos

No que tange as ações de apoiar eventos, promovidos tanto por pessoas jurídicas, órgãos públicos, entidades governamentais e não governamentais sem fins lucrativos, com recursos materiais de infraestrutura e logística, os quais poderão ser destinados ao fomento das práticas esportivas nos eixos: esporte de alto rendimento; esporte educacional e esporte de participação e lazer, de março a dezembro de 2016 foram apoiados 88 eventos conforme relação a seguir:

Qtd	Evento	Interessado	Público
Março			
01	1ª Corrida e Caminhada do Movimento Comunitário do Jardim Botânico	Movimento Comunitário do Jardim Botânico	700
02	4ª Rodada Liga Nacional de Futebol Americano	Associação de Futebol Americano Brasília Alligators	1.000
03	Taça Ouro de Futebol Society	Administração Regional do Riacho Fundo II	680
04	XVIII Campeonato Brasileiro de Atletismo Master	Instituto Escolinha de Atletismo Talento nas Ruas	550
05	Campeonato Brasileiro de Futsal	Federação Brasileira de Futebol de Salão	320
06	Corrida das Crianças Riacholândia	Administração Regional do Riacho Fundo II	480
Abril			
07	Copa Brasil - Centro Oeste e Clinica de Arbitragem	Federação de Basquetebol	400
08	Campeonatos de Basquete do DF	Federação de Basquetebol	1.500
09	Finais da Super Liga de vôlei	Confederação Brasileira de Voleibol	5.000
10	I Copa de Futsal LIFAG	Administração de Ceilândia	2.000
11	XXIV Copa Candanga de Futsal	Liga Candanga de Futsal do Distrito Federal	1.400
12	V Olimpíadas de Ceilândia	Administração de Ceilândia	1.200
13	II Copa Ceilândia de Voleibol	Administração de Ceilândia	300
Mai			
14	XXI Travessia Brasileira no Lago Paranoá	Federação de Desporto Aquático do Distrito Federal	1.200
15	Guará Race – Circuito Chicos Bike de MTB-XCO	Administração Regional do Guará	400
16	Festa do Divino Espírito Santo	Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer.	12.000
17	Confraternização SETUL	Secretaria Adjunta do Esporte e Lazer	300
18	42º Congresso Brasileiro de Cronistas Desportivos	Associação Brasileira de Cronistas Desportivos	800
Junho			
19	Taça das Quebradas	Administração Regional de Samambaia	8000
20	Regional Centro-Norte de futebol de 5	Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais - CBDV	300
21	50 Anos de aniversário da Quadra 312 Norte	Administração Regional do Plano Piloto	420
22	Campeonato Brasileiro de Wushu	Federação de Wushu do Distrito Federal	250
23	Campeonato Brasileiro de Hóquei em Linha Etapa I	Federação Brasileira de Hóquei e Patinação	350
24	II Encontro Feminino de Capoeira - Ginga Menina	Associação Sociocultural e desportiva Arte do Saber- ASDAS	550
25	Federação Hípica de Brasília	XXXI Concurso de Saltos Coronel Rabelo - CSCR	420
Julho			
26	Reunião Mobilização Céu das Artes Recanto das Emas	Secretaria de estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direito Humanos do DF	100
27	26ª Edição da Corrida do Fogo	Corpo de Bombeiros Militar do DF	8.000
28	Congresso Anual Brasileiro de fisiculturismo, Musculação e fitness e I Campeonato Brasileiro Estreantes de Fisiculturismo.	Federação Brasileira de Fisiculturismo e Musculação - FEBRAFIM	600
29	9ª Copa Minas Brasília de Basquetebol – Sub 17 Masculino	Federação de Basquetebol	300
30	12 horas de Capoeira	Instituto Ladainha - IL	750
31	1º Passeio Ciclístico do Movimento Comunitário do Jardim botânico.	Movimento Comunitário do Jardim Botânico	400
32	2º Aberto Distrital de Tênis de Mesa	Federação de Tênis de Mesa do DF	450
Agosto			
33	Esporte nas Férias	Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer.	1282
34	2º Oficina de Mobilização Social "Céu das Artes" Recanto das Emas	Secretaria de estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direito Humano do DF.	27
35	UAEJF Brasília Pro Internacional Championship	Federação de Jiu-Jitsu de Brasília	2300
36	1º Copa COPEV de Futsal	Igreja Comunidade Evangélica Vinho Novo	230

Qtd	Evento	Interessado	Público
37	2º Campeonato Brasileiro de Vôlei Indoor dos Surdos	Federação Brasileira Desportiva de Surdos - FBDS	230
38	3º Oficina de Mobilização Social "Céu das Artes" Recanto das Emas	Secretaria de estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direito Humano do DF.	200
39	Liga Nacional de Futebol Americano 2016 – 2º Rodada	Associação de Futebol Americano Brasília Alligators	1300
40	XIII Copa Centro Oeste de Skate Longboard Brasília Brasil	Administração Regional do Lago Sul	1200
Setembro			
41	Corrida do Fogo Simbólico da Pátria	Casa Militar do Governo do Distrito Federal	8.000
42	2º Corrida do Profissional de Educação Física	CREF7/DF	2.100
43	Lago Norte 56 anos	Administração Regional do Lago Norte	530
44	Praia do Cerrado - 3ª Edição	Federação Metropolitana de Futevôlei do DF	620
45	XXVII Campeonato Brasileiro de Kung Fu /Wushu	Federação de Wushu	1.200
46	Campeonato Brasileiro de Patinação Artística - II etapa Regional	Federação Brasileira de Hóquei e Patinação	750
47	4º Oficina de Mobilização Social "Céu das Artes" Recanto das Emas	Secretaria de estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direito Humano do DF.	150
48	9ª Copa Minas Brasília de Basquetebol – Sub -14 Masculino	Federação de Basquete do Distrito Federal - FBDF	480
49	Campeonato de Basquete do DF 2016 – 2ª Rodada de Copas (Sub 14, Sub 15 e Sub 17, Masculino Adulto e Feminino e Supercopas Sub – 19 Masculino).	Federação de Basquete do Distrito Federal - FBDF	520
50	Desafio Flona de Mountain Bike	Federação Metropolitana de Ciclismo	950
51	2º GIEEC - Gincana Interna Esportiva e Cultural da COMTER	CERAPE – Centro de Recuperação e Assistência ao Preso e ao Egresso	320
Outubro			
52	Corrida e Caminhada do Movimento Comunitário do Jardim Botânico	Movimento Comunitário do Jardim Botânico	900
53	Jogos Panamericanos de Futebol de Surdos 2016	CBDS- Confederação Brasileira de Desportos de Surdos.	850
54	29º Campeonato Brasileiro Grupos A e B de Saltos Ornamentais.	Federação de Desportos Aquáticos do Distrito Federal.	1.200
55	ASPER FC	Federação de Jiu-Jitsu Esportivo do DF	3.000
56	2º Treino Premiado Guarã Race - Circuito Chicos Bike - MTB XCO	Administração Regional do Guarã	800
57	Festa das Crianças	Administração Regional de Santa Maria	600
58	XIII Corrida do Gama	Associação de Corredores de Rua do Gama	1.200
59	2º Aniversário do Projeto campeão	Associação Desportiva cultura e educacional campeão no esporte e na vida	320
60	Torneio Centro Oeste de Clubes infantil - Juvenil - Júnior e Sênior de natação 2016	Federação de Desportos Aquáticos do DF	1.000
61	Campeonato Brasileiro de Handebol dos surdos	Federação Brasileira Desportiva dos Surdos	380
62	Liga Nacional de Futebol Americano 2016 - 4ª Rodada	Associação de Futebol Americano Brasília Alligators	250
63	11º Encontro das Crianças Carentes	Associação dos Moradores de Planaltina DF.	2.500
64	Aniversário de Sobradinho II	Administração Regional de Sobradinho	2.500
65	Campeonatos de Basquete do DF 2016 – Supercopas Ouro e Prata	Federação de Basquetebol do DF	720
66	Corrida das Crianças Riacholândia	Administração Regional do Riacho Fundo II	1.500
67	Ação Social Festas das Crianças	Administração Regional do Guarã	2.200
38	I Torneio de Futsal Lufas – Bom de Bola – Respeitoso na Escola	Administração Regional de Samambaia	450
69	III Copa Ceilândia de Voleibol	Associação Desportiva Capital de Voleibol - ADESCAVO	680
70	Taça Ouro	Administração Regional do Riacho Fundo II	520
71	XXVIII Campeonato Brasileiro de Atletismo Master	Instituto Escolinha de Atletismo talentos nas Ruas-Escot	800
72	Open de Jiu Jitsu	Administração Regional de Samambaia	900
Novembro			
73	6º Jogos Esportivos e Atividades Culturais dos Servidores Distritais - JECS	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.	1.508
74	1ª Etapa Circuito Brasília de Ciclismo	Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer.	1.500
75	Start Run	Instituição Cultural Black Psin Breaker's	250
76	2ª Edição do Federal Gladiators Combat (Evento de MMA)	Instituto Cidadania Jovens da Villa/ IAPF	600
77	I Corrida do Vicente Pires	Administração Regional de Vicente Pires.	400
78	Campeonato Brasileiro de Bicicross	Administração Regional do Guarã	420
79	Jogos Abertos de Brasília 2016	Caixa Beneficente dos Bombeiros Militares do DF	3.000
80	Campeonato Brasileiro de Categorias de Natação de Verão 2016	Federação de Desportos Aquáticos do Distrito Federal	1.000
81	XXV Copa Candanga de Futsal e III Copa Candanguinha de Futsal	Liga Candanga de Futsal do DF	580
82	XXVI Copa do Brasil de Taekwondo 2016	Federação de Taekwondo Olímpico do Distrito Federal	4.000
83	Olimpíadas do Futsal do DF	Liga Candanga de Futsal do DF	475
Dezembro			
84	3º Torneio Barbosa de Futsal Feminino	Administração Regional de Ceilândia	700
85	Step Up	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Gestão de Carbono – CO2 Zero	1.200
86	Brasília Internacional Open de Jiu Jitsu	Federação de Jiu Jitsu de Brasília	6.000

Qtd	Evento	Interessado	Público
87	18º Encontro das Américas, Europa e África de Capoeira.	Centro Cultural de Capoeira Raizes do Brasil	600
88	Campeonato Brasileiro de Vôlei Adulto	Federação de Vôlei do DF	1500
Total			120.512

Fonte: Subsecretaria dos Centros Olímpicos e Espaços Esportivos – SUBCOP

O Programa Compete Brasília tem como objetivo incentivar a participação de atletas e paratletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, por meio da concessão de transporte aéreo (destinos nacionais e/ou internacionais) e/ou transporte terrestre (destinos nacionais)

Programa Compete Brasília - 2016											
Atendimentos	Mar	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atletas	73	200	413	212	192	72	218	490	290	192	2.160
Comissão Técnica	25	66	89	44	26	7	40	115	75	51	487
TOTAL	98	266	502	256	218	79	258	605	365	243	2.647

Fonte: Subsecretaria de Políticas de Esporte e Lazer – SUPEL

O Programa Bolsa Atleta que patrocina individualmente atletas e Paratletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade e que não possuam patrocínio. O programa garante condições mínimas para que se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paraolímpicas. O benefício do Programa Bolsa Atleta será concedido no ano exercício, configurando até 12 recebimentos. O valor mensal do benefício será concedido de acordo com a classificação dos atletas e dos níveis da modalidade. Foram disponibilizadas em 2016, 120 bolsas paralímpicas e 147 convencionais mensalmente. Atendimentos realizados de março a dezembro 2016, conforme a seguir.

Bolsa Atleta – Convencional						
Modalidades	Qtd	Classificação				
		Estudantil	Estadual	Nacional	Internacional	Olímpico B
Basquetebol	110	64	20	26	0	0
Atletismo	147	68	32	17	20	10
Ciclismo	50	20	5	15	10	0
Ginástica artística	60	40	10	10	0	0
Ginástica Rítmica	53	40	10	3	0	0
Hipismo	50	20	14	10	6	0
Handebol	20	0	20	0	0	0
Natação	143	85	20	20	18	0
latismo / Vela	60	26	20	5	9	0
Judô	142	83	18	22	19	0
Taekwondo	59	19	20	10	10	0
Tênis	60	28	20	6	6	0
Tênis de mesa	62	26	10	16	10	0
Saltos Ornamentais	90	30	20	20	10	10
Vôlei de Praia	48	0	14	24	10	0
Vôlei de Quadra	40	40	0	0	0	0
Triatlo	18	0	0	12	6	0
TOTAL	1.212	589	253	216	134	20

Fonte: Subsecretaria de Políticas de Esporte e Lazer – SUPEL

Bolsa Atleta Paralímpica				
Modalidades	Qtd	Classificação		
		Estudantil A	Distrital	Nacional
Atletismo	144	54	60	30
Badminton	50	0	30	20
Basquete em cadeira de rodas	60	0	60	0
Bocha	40	10	30	0
Bocha Calheira	3	0	3	0
Futebol 5	30	0	0	30
Futebol 7	60	30	30	0
Futebol de Campo	70	0	50	20
Futsal	50	0	30	20
Goal Ball	90	0	50	40
Guia Calheiro	10	0	10	0
Natação	107	40	40	27

Bolsa Atleta Paralímpica				
Rúgbi	30	0	30	0
Tênis de Mesa	64	10	27	27
Tênis em cadeira de Rodas	32	12	20	0
Tiro com arco	40	0	40	0
Vela Adaptada	20	0	20	0
Vôlei de Praia	33	0	13	20
Vôlei Sentado	60	0	0	60
TOTAL	993	156	543	294

Fonte: Subsecretaria de Políticas de Esporte e Lazer – SUPEL

O Programa Escola de Esportes tem como objetivo incentivar a prática esportiva entre crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, integrar o adulto, o idoso e pessoas com deficiência em programas que estimulem um hábito de vida saudável e formar equipes esportivas que possam revelar talentos para o cenário esportivo. As matrículas são abertas a toda comunidade do DF e do Entorno e as vagas serão prioritariamente disponibilizadas aos alunos da rede pública do ensino regular: educação infantil e ensinos fundamental e médio do Distrito Federal.

As atividades da Escola de Esportes são desenvolvidas semestralmente. As aulas do 1º semestre acontecem de fevereiro a julho e as do 2º de julho/agosto a dezembro. São ofertadas, atualmente, 11 modalidades para a prática desportiva, sendo as aulas ministradas nas instalações físicas do Centro Poliesportivo Ayrton Senna (Complexo Aquático e Ginásio Nilson Nelson).

Modalidade	Público alvo	Alunos Matriculados 1º Semestre	Alunos Matriculados 2º Semestre
Ginástica Acrobática	6 a 17 anos	193	194
Alongamento	+ 14 anos	73	74
Deep Water	+ 14 anos	191	191
Judô	7 a 14 anos	162	164
Karatê	7 a 12 anos	151	153
Musculação	+ 14 anos	598	604
Nado Sincronizado	13 anos a Adulto	84	87
Natação	7 anos a Master	1.346	1.354
Polo Aquático	12 a + 16 anos	108	108
Saltos Ornamentais	+ 6 anos	105	106
Tênis	7 anos a Adulto	83	119
Total		3.094	3.154

Fonte: Subsecretaria dos Centros Olímpicos e Espaços Esportivos - SUBCOP

O Programa prevê, ainda, parcerias entre a SETUL, por meio da disponibilização de espaço físico, o qual foi realizado em 2016 com a AKROS - Associação sem fins lucrativos, formada por pais, técnicos, ginastas e simpatizantes da Ginástica Acrobática no Distrito Federal. A equipe de ginastas da AKROS/DF, atualmente formada por alunos da Secretaria de Esportes, Turismo e Lazer do DF, é a precursora da modalidade na Região Centro-Oeste do Brasil.

O Programa Boleiros tem como finalidade fomentar e apoiar o desenvolvimento do esporte amador praticado em qualquer região administrativa do Distrito Federal. O apoio é concedido a Entidades Provadas sem Fins Lucrativos (ligas ou associações) por meio da disponibilização de serviços de arbitragem, premiação e a compra de material de estrutura básica (bolas, redes, coletes e formulários de súmula). De março a dezembro de 2016, foram gerados 10.200 serviços de arbitragem, beneficiando um público estimado de 102.000 mil pessoas, contemplando 27 regiões administrativas.

Atendimentos - 2016					
Categoria		1º semestre	2º semestre	Total de atendimentos	Total de árbitros
Principal	Principal	1268	1257	2525	10.200
	Aux. A	1110	1215	2325	
	Aux. B	1038	1205	2243	
Base	Principal	432	608	1040	
	Aux. A	431	602	1033	
	Aux. B	432	602	1034	
Regiões Administrativas atendidas em 2016					
Brasília, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, Estrutural, Guará, Sia, Lago Norte, Lago Sul, Varjão, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro, Riacho Fundo I, Ceilândia, Samambaia, Taguatinga, Recanto das Emas, Santa Maria, Gama e Vila Dvo (novo Gama).					

Fonte: Subsecretaria de Políticas de Esporte e Lazer – SUPEL

Realizado em novembro de 2016, a 2ª edição dos Jogos Abertos de Brasília, teve como finalidade fomentar a participação em atividades esportivas no Distrito Federal e promover a ampla mobilização da comunidade em torno do esporte. As competições foram realizadas no período de 19 novembro a 4 de dezembro de 2016. Participaram das competições 3.200

atletas sendo que 197 são paratletas representando 20 regiões administrativas. As modalidades dos Jogos são: atletismo, judô, natação, basquetebol, handebol, tênis de mesa, futsal e voleibol nas categorias feminino e masculino. E basquete em cadeiras de rodas, tênis de mesa, atletismo e natação, que compõem as modalidades adaptadas, também nas categorias feminino e masculino.

O Prêmio Esporte Brasília que reconhece e premia atletas e paratletas, técnicos, equipes, jornalistas, patrocinadores, árbitros e agentes sociais que se destacaram no esporte em Brasília por meio de eleição popular e técnica, no período de 5 a 9 de dezembro de 2016, 8.680 pessoas escolheram o seu esportista preferido em enquete disponível na página do evento.

Resultado Final do Prêmio Brasília Esporte

Esporte Olímpico		
Modalidade	Atleta	Currículo
Atletismo	Caio Oliveira de sena Bomfim	4º lugar - Marcha Atlética nas Olimpíadas Rio 2016 Recordista Brasileiro de Marcha Atlética 20 km e 50 km.
Basquetebol	Guilherme Giovannoni	Participou Olimpíada Rio 2016 - Fases Classificatória NBB Caixa - Jogador mais eficiente nas estatísticas do Campeonato - 4º Lugar.
Boxe	Edson Carlos Ferreira foro	1 Rodada AOB, São Sebastião - Campeão Campeonato Brasileiro AOB Elite Masculino, UNB - Campeão Seletiva Brasileira, Campo Grande/MS - Vice-Campeão.
Canoagem velocidade	Gabriel pereira monteiro de oliveira	Campeão Sênior 100m, 200m e 500m 3º colocado Brasileiro de Maratonas e Brasileiro de Oceânica.
Ciclismo estrada	João Vítor Fernandes de oliveira	3º Colocado Gran Fondo Nova York de Ciclismo Campeão Torneio Regional 5º Colocado UCI Word Séries, Botucatu/SP.
Ciclismo BMX	Mateus Sampaio faria	Campeão da Etapa Copa Brasil de BMX 2º Colocado no ranking nacional 4º Colocado Etapa Copa Brasil de BMX Selecionado para o Campeonato Mundial da modalidade.
Ciclismo MTB	Gustavo Henrique Gonçalves	Campeão Brasileiro Etapa Ranking Nacional, SP Campeão Brasileiro de MTB Maratona Campeão Brasileiro de MTB Cross Country Olímpico Selecionado para Campeonato Brasileiro de MTB 3º Colocado no ranking nacional de MTB Cross Country Olímpico.
Futebol	Danyelle Helena da Silva Lima	3ª colocada na Copa do Brasil Feminino 2016 - Cresspom Vice-Artilheira da Copa do Brasil Feminino 2016 com nove (9) gols Campeã da Seletiva para a Liga do Desporto Universitário pelo IESB e vice do Regional.
Ginastica artística	Vinicius de oliveira Blackman Machado	Campeão Mundial Estudantil por Equipe - Turquia 3º lugar nas Paralelas, na Gymnasiade 2016 Vice-Campeão Brasileiro Juvenil no cavalo com alças e 3º nas paralelas, BH/2016.
Ginástica Rítmica	Ana Luísa passos Neiva	Campeão Aparelho Bola, Campeonato Brasileiro Campeã em todos os Aparelhos no Campeonato Brasileiro Campeã nos Jogos Escolares 2016.
Golfe	João Vítor Victor Toledo	2º Lugar Falds Series South America Championship 3º Lugar Brasileiro Amador Pré Juvenil e Juvenil 2º Lugar Sulamericano Pré Juvenil Campeão Tour Nacional Juvenil.
Handebol	Yasmim Rodrigues Melo	Campeão Aparelho Bola, Campeonato Brasileiro Campeã em todos os Aparelhos no Campeonato Brasileiro Campeã nos Jogos Escolares 2016.
Hipismo adestramento	Marcus Gerson cordeiro vinhas	Campeão no Campeonato Internacional de CN 4 Militar Bicampeão Brasiliense de Adestramento.
Hipismo Saltos	Thiago Rhavy de Sá e silva	Campeão Individual - Brasileiro Sênior Campeão CSN Copa JK Campeão do GP ASI AGROMEN - SP.
Hipismo CCE	Vinicius Albano Almeida Leal	Campeão Brasileiro de CCE Vice-Campeão Brasileiro de Exército - SP.
Judô	Geovanna Laysa de Souza Ferreira	Campeã Brasileira sub 13, RJ Campeã Panamericana sub 13 Campeã Brasileira sub 13.
Luta olímpica	Ana Luísa pereira França	3º Lugar nos Jogos Escolares da Juventude, João Pessoa/PB, melhor defesa de quedas da Competição Campeã Carioca 2016, 2ª Etapa da Copa Niterói de Wrestling, sem tomar nenhum ponto Campeã dos Jogos Escolares do DF, sem tomar nenhum ponto.
Natação	Aimê Louise Silva Lourenço	1º Lugar nas provas de 50m, 100m e 200m livre - Centro-Oeste de Clubes, Campo Grande/MS Recordista nos 50m livre e prata no 100m livre, Troféu Chico Piscina Recordista nos 50m e 100m livre e 1º na prova 200m livre e 3º lugar nos

Esporte Olímpico		
Modalidade	Atleta	Currículo
		100m costa Centro-Oeste de Clubes, Brasília/DF.
Nado sincronizado	Yasmim Yamamoto Chaves	2º na prova Combo Livre, Categoria Sênior, Argentina 3º na prova Duetto (Rotina Livre), Categoria Juvenil, Argentina 5º na prova Solo, Categoria Juvenil, Argentina Campeã Nacional diversas vezes.
Polo aquático	Gilberto Guimarães Mendes júnior	3º colocado no Troféu Brasil 3º colocado na Liga Nacional, Divisão I.
Saltos ornamentais	Hugo Pellicer Parisi	8o Lugar (Final) nos Jogos Olímpicos do Rio 2016 na plataforma sincronizada 16o Lugar (semifinalista) nos Jogos Olímpicos Rio 2016 na plataforma individual 1o Lugar no Troféu Brasil de Saltos Ornamentais – Brasília/DF.
Maratona Aquática	Julia Magalhães Mesquita	5a Colocada Júnior feminino, 5 km no XXI Campeonato Brasileiro Campeã Geral feminino e Campeã Júnior feminino, nos 10 km 4a Colocada Júnior feminino, nos 10 km.
Remo	Leandro Fellows Dourado	1º Lugar Barco 2x Todas as Etapas do Campeonato de Remo de Brasília 114º Ranking SNAR.
Tênis	Maria Luisa Ulhôa de Faria Oliveira	Campeã de Duplas, Banana Bowl, Lorena/SP Campeã de Duplas, Circuito Nacional Correios Etapa Porto Alegre/RS Campeã de duplas e vice-campeã de simples, Circuito Nacional Correios Etapa Aracaju/SE.
Tênis de mesa	Murilo Silva Rodrigues	1º Lugar Geral do DF 30º Lugar Geral Nacional.
Tiro com arco	Bernardo de Sousa Oliveira	2º do Ranking Nacional 1º Lugar na 3ª Etapa da Seletiva Olímpica 2º Lugar ao final de todo processo seletivo para os Jogos Olímpicos Rio 2016.
Tiro esportivo	Giovanna Carvalho Dantas	1º Colocada do Campeonato Brasileiro 1º Lugar do ranking de Brasília 5ª Colocada do Ranking Brasileiro Esteve na final do Campeonato Brasileiro de carabina.
Vela	Felipe de Santa Ritta e Rondina	Bicampeão do Campeonato Mundial Junior, como timoneiro do veleiro tripulado por dois velejadores brasileiros Vice-campeão Junior do 67º Campeonato Brasileiro da Classe Snipe.
Voleibol	Paula Renata Marques Pequeno	Capitã da Equipe Brasília Vôlei participando da Superliga 2016/2017.
Vôlei de praia	Bruno Oscar Schmidt	Melhor jogador do Mundo do ano de 2016 Campeão Olímpico - Rio 2016 Campeão Mundial Holanda Campeão do Circuito Brasileiro e Mundial de Vôlei de Praia.

Esporte Paralímpico		
Modalidade	Atleta	Currículo
Atletismo Paralímpico	Aniceto Antônio dos santos	1º lugar no campeonato mundial de maratona na classe t13 1º lugar na copa do mundo de maratona Londres - classe t13 1º lugar no ranking brasileiro de atletismo Paralímpico atual campeão mundial de maratona da classe t13.
Basquete em cadeira de rodas	Miley Nunes Lopes	Campeão do DF etapa Ceilândia 3º lugar no campeonato brasileiro eleito melhor atleta no campeonato brasileiro e convocado para a seleção brasileira de 2016 eleito melhor atleta do campeonato brasileiro, classificação funcional nº2 de 2016 - CBBC.
Canoagem Paralímpico	Andréa Pontes e Silva	Campeã brasileira, k1 I1 500m vice-campeã brasileira, k1 I1 200m 3ª colocada na copa Brasil, k1 I1 200m 1ª ranking.
Goalball	Thuanne Carolini de Souza	Campeã do regional centro-norte de Goalball, Belém/pa 4ª colocada na copa brasil loterias caixa de Goalball, Jundiaí/SP campeã da IV taça Brasília de Goalball, Brasília/DF convocada para a seleção brasileira de Goalball em 2016 ranking: 1º participou do torneio internacional de Malmo na Suécia com a seleção.
Hipismo adestramento Paraquestre	Marcos Fernandes Alves	Campeão Paralímpico - rio de janeiro 2016 campeão brasileiro Paraquestre, Brasília/DF - campeão individual e estilo livre 6º lugar do ranking vice-campeão CPDI - Inglaterra.
Natação Paralímpico	Wendell Belarmino Pereira	2º ranking do distrito federal; bronze nos 50m livre e 100m livre, circuito loterias caixa, 2ª etapa, são Paulo 7º lugar nos 50m livre, open internacional rio de janeiro

Esporte Paralímpico		
Modalidade	Atleta	Currículo
		pré-selecionado a uma vaga na seleção Paralímpica rio/2016.
Rúgbi Paralímpico	José Higino Oliveira Souza	8º colocado nas Paralimpiadas rio 2016 5º colocado metro CUP, Polônia, seleção brasileira 4º colocado - evento teste rio 2016 melhor 2.0/2.5 campeonatos brasileiro 1ª divisão, Guarapari/ES.
Tênis Paralímpico	Natalia Mayara	Ranking: 1ª nacional e 20ª internacional participou das paralimpiadas do rio 2016 campeã semana Guga kuerten campeã Gran prix wheelchair tennis, São Paulo/SP jogou o mundial BNP paribas world team cup, Tóquio/Japão
Tênis de mesa Paralímpico	Iranildo Conceição Espindola	13º ranking mundial 3º lugar Paralimpiadas rio 2016 por equipe classe 02 2º lugar individual no aberto da Romênia 3º lugar por equipe no aberto da Eslovênia.
Tiro com arco Paralímpico	Luciano Reinaldo Rezende	Ranking: 1º nacional e 17º mundial 4º lugar individual - jogos Paralímpicos rio 2016 1º lugar recurvo masculino open no Multi-Sites indoor Championships Of The Américas 2016.
Vela Paralímpico	Ana Paula Gonçalves marques	Campeonato mundial da classe Hansa 303, Holanda vice-campeã mundial na categoria feminina com deficiência física 3ª colocada feminina geral 12ª colocada na classificação geral do campeonato aberto campeã geral, campeonato do distrito federal campeã geral, taça Brasília de vela adaptada 1ª colocada do ranking.
Ciclismo Funcional	Jady Malavazzi	Campeã de estrada Cologne Classic – Alemanha prata contra o relógio e bronze estrada copa do mundo Espanha 2016 Pentacampeã Brasileira
Futebol de 5	Amauri Marques	Pré-classificado para Brasileiro série A 12º lugar no brasileiro série A

Melhores atletas do ano 2016		
Futebol	Danyelle Helena da Silva Lima	3ª colocada na Copa do Brasil Feminino 2016 - Cresspom Vice Artilheira da Copa do Brasil Feminino 2016 com nove (9) gols Campeã da Seletiva para a Liga do Desporto Universitário pelo IESB e vice do Regional.
Vôlei de Praia	Bruno Oscar Schimdt	Melhor jogador do Mundo do ano de 2016 Campeão Olímpico - Rio 2016 Campeão Mundial Holanda Campeão do Circuito Brasileiro e Mundial de Vôlei de Praia.
Tênis de Mesa Paralímpico	Iranildo Conceição Espindola	13º Ranking Mundial 3º Lugar Paralimpiadas Rio 2016 por equipe classe 02 2º Lugar individual no Aberto da Romênia 3º Lugar por equipe no Aberto da Eslovênia.
Vela Paralímpica	Ana Paula Gonçalves Marques	Campeonato Mundial da Classe Hansa 303, Holanda Vice-campeã Mundial na categoria feminina com deficiência física 3ª Colocada feminina geral 12ª Colocada na classificação geral do Campeonato Aberto Campeã Geral, Campeonato do Distrito Federal Campeã Geral, Taça Brasília de Vela Adaptada 1ª Colocada do ranking.

Fonte: Subsecretaria de políticas de esporte e lazer – SUPEL

O Conselho de Educação Física, Desporto e Lazer do Distrito Federal - CONEF-DF, criado pela Lei Orgânica do Distrito Federal/1993, instituído pela Lei nº 2.625, de 17 de novembro de 2000, teve o exercício do seu primeiro mandato em outubro de 2012, sendo atualmente regido pela Lei nº 4.879, de 09 de julho de 2012 e pelo Decreto nº 35.071, de 13 de janeiro de 2014. O CONEF-DF é um órgão colegiado, de caráter permanente e vinculado à estrutura da Administração Pública do DF responsável pela coordenação e execução da Política do Esporte do DF, atualmente a Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer - SETUL. O CONEF-DF tem competência consultiva para planejar, normatizar, fiscalizar e coordenar a Educação Física, Desporto e Lazer do Distrito Federal. O CONEF-DF tem em sua composição representante do Governo e da Sociedade Civil.

Apresenta-se as ações realizadas pelo Conselho durante o período de 01/01/2016 a 16/12/2016, nas reuniões plenárias e nas comissões permanentes e temporárias e as informações e avanços e os desafios para o ano de 2017.

A Plenária apreciou, discutiu e deliberou assuntos de sua competência, em Reuniões Ordinárias. Nas reuniões dentre vários assuntos tratados e deliberados podem-se destacar:

- Aprovação do Calendário de reuniões para 2016
- Elaboração de minuta da Lei da Bolsa Atleta a pedido da SETUL por fazer parte de uma das metas do Acordo de Resultado da SETUL junto ao Governador
- Acompanhamento do Processo da Lei de Incentivo ao Esporte nº 220.001.182/2012
- Discussão das alterações da Lei Complementar nº 26/1997
- Análise de diversos Projetos de Lei encaminhado pela SETUL:
 - 5.1. Apreciação do PL nº 12/2015 que dispõe sobre a Política de Desporto do Distrito Federal
 - 5.2. Apreciação do PL nº 92/2015 que institui diretrizes para o Programa Longevidade em Exercício
- Participação de representantes do CONEF no Grupo de Trabalho sobre as discussões do Sistema Nacional do Desporto a convite do Ministério do Esporte
- Participação de representantes nas Mesas Redondas promovidas pela Câmara Federal para discutir o Plano Nacional do Esporte
 - Funcionamento do Conselho em virtude das medidas administrativas adotadas pelo Governo do Distrito Federal, dentre elas a fusão com a Secretaria de Educação em outubro de 2015 e, com a Secretaria de Turismo em março de 2016 gerando duas reestruturações do Conselho e um período sem nomeação de Secretária Executiva.
 - Análise do Processo nº 002.000.065/2009 que versa sobre elaboração de Decreto Regulamentador da Lei nº 4.283/2008 que dispõe sobre a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional Brasileiro em todas as atividades esportivas oficiais no âmbito do DF
 - E como assuntos pendentes que ainda precisam ser deliberados:
 - Elaboração do Plano de Apoio ao Esporte - PAE
 - Mapeamento do orçamento do esporte no Distrito Federal
 - Revisão do Decreto com atribuições do cargo da Secretária Executiva do CONEF
 - Análise de Projetos de Lei encaminhados pela SETUL

As atividades do Conselho no ano de 2016 contou com a Comissão Temporária do Sistema Desportivo do DF, contudo, essa comissão foi dissolvida, visto que os integrantes da Comissão de Política do Esporte passaram a participar das discussões em nível nacional do Plano Nacional do Desporto (Câmara Federal) e do Sistema Nacional do Esporte (Ministério do Esporte) acreditando que a construção do Sistema Desportivo do DF só deveria ser discutida após a implantação das diretrizes nacionais.

Em 2016, foram realizadas 04 reuniões ordinárias da Comissão de Política do Esporte – CPE, onde pode ser destacada a discussão dos seguintes temas:

Temas Discutidos
Intercâmbio entre Conselhos de Esporte no território nacional para conhecimento do funcionamento e estrutura
Sistema Nacional do Esporte
Plano Nacional do Desporto
Sistema Desportivo do Distrito Federal
Aproximação com a Câmara Legislativa do Distrito Federal
Aproximação com Comissão do Esporte da Câmara Federal

Além das reuniões do Conselho, dois membros da Comissão participaram de reuniões na Câmara Federal para discutir o Plano Nacional do Desporto.

A Comissão de Orçamento e Finanças – COF realizou 05 reuniões ordinárias onde foram discutidos os seguintes temas:

Temas Discutidos
Orçamento da SETUL e do Fundo de Apoio ao Esporte - FAE: QDD e SAG
Aproximação com o Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte - CONFAE: participação em reuniões do Conselho
Plano Plurianual da SETUL - 2016/2019

A Comissão de Legislação e Normas – CLN realizou 06 reuniões ordinárias e 04 reuniões extraordinárias, as quais trataram, entre outros temas, os seguintes:

Temas Discutidos
Análise de diversos Projetos de Lei encaminhados pela SETUL
Elaboração de Minuta de Projeto de Lei de revisão da Lei da Bolsa Atleta - acordo de resultado da SETUL com o Governador para o ano de 2016
Análise do Processo nº 002.000.065/2009 que trata da elaboração de Decreto Regulamentador da Lei nº 4.283/2008 que dispõe sobre a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional Brasileiro em todas as atividades esportivas oficiais no âmbito do DF

A Comissão de Programas e Projetos – CPP realizou 03 reuniões ordinárias da Comissão com discussão dos seguintes temas:

Temas Discutidos
Retomada das ações da CPP e levantamento das competências segundo o Regimento Interno do CONEF
Análise do PL nº 305/2015 que trata do Programa Compete Brasília

Por fim, em 2016, a Comissão Temporária da Lei de Incentivo ao Esporte, realizou 04 reuniões ordinárias, que tem por objetivo: retirar o sobrestar processo e analisar a viabilidade de escalonamento da aplicabilidade dos recursos oriundos da renúncia fiscal.

Para o ano de 2017 é fundamental a Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer investir no apoio técnico e administrativo do Conselho com vistas a viabilizar um melhor andamento das atividades a serem realizadas, como por exemplo: recursos humanos, impressora, ar condicionado, geladeira, reparo e reforma das instalações físicas da sede, dentre outros. Além disto, garantir a continuidade das ações do Colegiado em virtude de posse de novos Conselheiros para o 3º mandato, buscando cada vez mais oportunizar o reconhecimento do papel do Conselho na elaboração de Políticas Públicas para a Educação Física, Desporto e Lazer do DF, bem como no exercício do controle social. É válido destacar a importância de propiciar aos membros do Conselho capacitação continuada para o melhor desempenho da atribuição de Conselheiro, principalmente na temática de Orçamento Público.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira -

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1758 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	0	0	0	0
0003 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	0	0	0	0
3207 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	0	0	0	0
0030 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3032 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DAS AVES	0	0	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DAS AVES-- PLANO PILOTO .	0	0	0	0
3035 - REVITALIZAÇÃO DA VILA PLANALTO	0	0	0	0
0003 - REVITALIZAÇÃO DA VILA PLANALTO-- PLANO PILOTO .	0	0	0	0
3036 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES	0	345.118	0	0
0003 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES-- PLANO PILOTO .	0	345.118	0	0
3039 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO E ARTE POPULAR BRASILEIRA	0	4.000	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO E ARTE POPULAR BRASILEIRA-- PLANO PILOTO .	0	4.000	0	0
3040 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE	0	10.000	0	0
0003 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE-- PLANO PILOTO .	0	10.000	0	0
3074 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	0	0	0	0
0003 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	0	0	0	0
3885 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE-ACESSIBILIDADE TURÍSTICA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3093 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	0	0	0	0
0003 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3213 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	0	4.000	0	0
5643 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO--DISTRITO FEDERAL	0	4.000	0	0
3507 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA	0	14.423.527	9.647.519	9.618.872
0005 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA--DISTRITO FEDERAL	0	14.423.527	9.647.519	9.618.872
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	0	0	0	0
1295 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA-- PLANO PILOTO .	0	0	0	0
3676 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS	0	0	0	0
0005 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS-FOMENTO AO TURISMO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	0	0	0	0
6200 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	0	10.000	0	0
0008 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV-- PLANO PILOTO .	0	10.000	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	0	10.000	0	0
5766 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS--DISTRITO FEDERAL	0	10.000	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	0	100.000	89.834	0
5985 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO EVENTO BRASÍLIA	0	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
CAPITAL FITNESS-DISTRITO FEDERAL				
5986 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO 7º HAIR BRASÍLIA AND BEAUTY - DF-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
5987 - APOIO A EVENTOS-APOIO À FEIRA INTERNACIONAL DE ARTESANATO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
5989 - APOIO A EVENTOS-SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	100.000	89.834	0
5998 - APOIO A EVENTOS-APOIO À FEIRA INTERNACIONAL DE ARTESANATO-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
6014 - APOIO A EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DO SALÃO INTERNACIONAL DA MULHER - SIM-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	0	0	0	0
5845 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO EVENTO BRASÍLIA SHOW GASTRONOMIA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4199 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO	0	2.097.498	1.871.499	1.435.035
2269 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO--DISTRITO FEDERAL	0	2.097.498	1.871.499	1.435.035
4200 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA	0	134.571	131.570	131.570
0003 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA--DISTRITO FEDERAL	0	134.571	131.570	131.570
TOTAL DO PROGRAMA 6207	0	17.138.714	11.740.421	11.185.477

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – DIPOF

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente (mil)	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte da Informação
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Taxa de turistas internacionais recebidos anualmente	%	308.636	2016	ANUAL	-11,2%	5	5	5	SETUR
Índice de competitividade geral	Unidade	72,8	2015	ANUAL	-	77,5	79	80	MTUR/SETUR
Taxa de arrecadação do ISS do Setor Turismo – Hotelaria e Turismo (arrecadação em relação ao ano anterior)	R\$, %	32.005.715,70	2016	ANUAL	-1.914.234,02 (-5,64%)	5	5	5	SEF/SETUR

Ressalta-se algumas informações acerca dos indicadores do Programa Temático Brasília Competitiva:

- Taxa de turistas internacionais recebidos anualmente: O total de passageiros internacionais que chegaram a Brasília em 2016 somam 308.636 (trezentos e oito mil seiscentos e trinta e seis) passageiros, conforme dados obtidos de voos internacionais e disponibilizados pela Inframérica à SAT. Ocorre que houve um decréscimo de 11,2% dos números de passageiros em 2016, mesmo com a ocorrência do evento Olímpico devido aos últimos meses do ano quando Brasília perdeu importantes voos internacionais, 06 (seis) voos no total, das empresas Aerolíneas Argentina, Air France, Delta, TAM e GOL.
- Índice de competitividade geral: A pesquisa anual realizada pelo Ministério do Turismo desde 2007 não foi realizada no ano de 2016, por isso, não foi possível avaliar se Brasília alcançou o índice projetado – 76,0, porém, na tabela acima foi inserido o dado mais recente que espelha o resultado alcançado pela capital federal em 2015, sendo a nota 72,8. Este resultado demonstra uma queda significativa da competitividade de Brasília em relação a 2014, ano que alcançou a nota de 75,2, mesmo assim, em 2015, a capital do país continuou com nota maior do que a média nacional (60,0) e do que a média das capitais (68,6).
- Taxa de arrecadação do ISS do Setor Turismo – Hotelaria e Turismo (arrecadação em relação ao ano anterior): A taxa de arrecadação de ISS no Setor – hotelaria e turismo apresentou um decréscimo, representando 5,64% a menos do que o valor arrecadado em 2015 devido à crise financeira que o país está enfrentando e o forte período de recessão.

No intuito de promover o “Destino Brasília” nacional e internacionalmente, um dos objetivos da SETUL, por meio da Secretaria Adjunta de Turismo - SAT, é aumentar o número de turistas visitando a Capital Federal, para tanto, é estratégico e necessária a participação em eventos que possuem como seu principal público os mercados geradores de fluxo para o Distrito Federal. A meta anual prevista de participação em 10 feiras nacionais ou internacionais ficou prejudicada considerando a escassez de recursos atual, assim SAT/SETUL participou de apenas 04 eventos. Nesse cenário a priorização dos eventos considerou sua importância e o melhor custo/benefício para o Destino, já que parte dos recursos a ser investida foi custeada por parceiros desta Secretaria, sendo:

- **ANATO (FEV/2016)** - Participação na feira de multissegmentos turísticos ANATO, realizada na cidade de Bogotá na Colômbia, onde foram realizadas 36 reuniões e três capacitações do Destino Brasília para operadores e agentes de viagem colombianos, além de atendimento ao trade e estudantes em sua grande maioria interessados no segmento de intercâmbio. O espaço foi garantido por meio de apoio da EMBRATUR e a empresa AVIANCA forneceu passagens aéreas gratuitas.



Entrega do livro do Bento Viana – Fotógrafo de Brasília / DF, para Gustavo Esusy – Gerente de Mercado da Copa Airlines.

- **WTM Latin America (MAR/2016)** - Participação na WTM Latin America maior feira internacional de turismo realizada no Brasil, em São Paulo, onde foram realizadas 43 reuniões com operadores e agentes de viagem, além da apresentação de Brasília com a tecnologia de vídeo em 360 graus, a mais moderna maneira de apresentar destinos turísticos. O espaço foi garantido por meio de apoio do MTUR.



Stand de Brasília

- **RIO MEDIA CENTER (AGO/2016)** - Participação no Rio Media Center no Rio de Janeiro, o centro de mídia dos Jogos Olímpicos, com o objetivo de promover Brasília para os jornalistas nacionais e internacionais no maior evento esportivo do mundo. O espaço foi garantido por meio de apoio do MTUR.



- **ABAV (SET/2016)** - Participação na 44ª ABAV, a ABAV Expo Internacional de Turismo, em São Paulo, a mais completa, tradicional e importante feira de turismo brasileira, com o objetivo de promover Brasília nacional e internacionalmente. Na ocasião foi apresentada Brasília com a tecnologia de vídeo em 360 graus, a mais moderna maneira de apresentar destinos turísticos. O espaço foi garantido por meio de apoio do MTUR.



Stand de Brasília, com os profissionais da Secretaria Adjunta de Turismo: Sandro Cunha, Lívia Carcute, Renato Faria e Caetana Franarin.

A Secretaria tem participado das principais discussões relacionadas à implementação do Projeto Orla, porém, em 2016 a competência da execução/gestão desse Projeto foi absorvida pela Casa Civil, tendo em vista a necessidade de envolvimento e investimentos de recursos financeiros e técnicos de diversos órgãos do Governo. Recentemente foi criado o

Comitê Gestor do Plano Orla Livre, conforme Decreto nº 37.860, de 16 de dezembro de 2016, no qual está Secretaria Adjunta possui representante titular e suplente.

Em 2016 a meta prevista de 50 eventos que representam oportunidades de comercialização, visando o escoamento da produção artesanal do DF, foi superada com sucesso. Foram quase 1.700 oportunidades aproveitadas por artesãos do DF, em 98 eventos, resultando num valor total comercializado de R\$ 934.722,44 (novecentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos). Vale destacar que todos os eventos realizados pela Secretaria têm um cunho social e visam disponibilizar espaços para que Artesãos e Trabalhadores Manuais, devidamente registrados no SICAB - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro -, possam expor e comercializar seus produtos gratuitamente.

A despeito dos esforços da SETUL para promover novas frentes de comercialização da produção artesanal do DF, em 2016, ainda não foi possível iniciar a implementação do Centro de Artesanato e da Arte Popular Brasileira, meta que provavelmente deva ser adequada devido a necessidade de alto investimento financeiro em infraestrutura, que estava previsto em parceria com o SEBRAE e, devido a enxugamento da receita da entidade, o projeto não será mais apoiado. Entretanto, serão feitas novas tentativas de parcerias, bem como, uma reformulação no Projeto original que é de propriedade do SEBRAE-DF.

Valor comercializado Rota do Artesanato Candango por Localidade (Jan/Dez 2016)



Valor comercializado Outros Eventos - período de Jan-Dez/2016



Em 2016 a SETUL/SAT elaborou um projeto de capacitação visando atender 200 artesãos inscritos no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB. Atualmente estão sendo realizadas articulações com deputados distritais visando à destinação de Emendas Parlamentares para este fim. O projeto prevê a capacitação dos artesãos de Brazlândia, Sol Nascente/Ceilândia, São Sebastião e outros.

Desta forma, visando aumentar o número de artesãos beneficiados, foi realizada uma agenda sistemática de cadastramento mediante demonstração de técnica, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa de Artesanato Brasileiro – PAB. No ano de 2016 foram emitidas 680 carteiras de artesão. A carteira de artesão também dá oportunidade de o artesão expor e comercializar seus produtos, gratuitamente, nos eventos apoiados ou realizados pela SAT.

Total de Carteiras de Artesãos no Distrito Federal



Além do cadastramento dos artesãos, a SAT também realiza o cadastramento dos Prestadores de Serviços Turísticos., o qual foi realizado por intermédio do Cadastur – sistema de cadastro de Ministério do Turismo (MTur). Trata-se de um cadastro que garante vantagens e oportunidades aos cadastrados e é também fonte de consulta para consumidores/turistas.

Panorama Geral das Atividades Realizadas no Cadastur em 2016

Procedimento	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	Total	%
Cadastro Inicial	18	19	20	25	29	27	33	25	25	19	22	16	278	29,4%
Renovação de Cadastro	24	27	40	24	21	28	26	19	19	27	24	24	303	32,0%
Alteração de Cadastro	1	2	7	2	9	10	5	7	3	0	3	0	49	5,2%
Em fase de Implantação ¹	4	10	4	5	13	8	8	7	5	10	1	0	75	7,9%
Suspensão de Cadastro	0	0	3	2	0	3	1	1	0	1	1	1	13	1,4%
Cancelamento de Cadastro	0	1	0	3	2	4	3	3	2	2	5	0	25	2,6%
Outros Procedimentos ²	8	27	30	9	22	11	9	28	32	20	5	2	203	21,5%
TOTAL	55	86	104	70	96	91	85	90	86	79	61	43	946	100,0%

1 - Cadastros para empreendimentos em fase de implantação: para empresas que ainda não estão abertas ao público e/ou desejam obter linhas de crédito especiais / financiamentos bancários.

2 - Outros Procedimentos: emissão de 2ª via de crachá de Guia de Turismo; emissão de declarações junto à DFTrans; Inclusão e exclusão de veículos; levantamento de Frota; comunicados de pendência; notificações oficiais, etc.

Quanto ao Projeto de Capitalidade de Brasília a SAT/SETUL convergiu suas ações para as realizações desse Projeto. Assim, ancorados nas estratégias desse Projeto, foram desenvolvidas diversas ações que corroboram com um novo e arrojado posicionamento de mercado, bem como criou instrumentos de gestão para execução das ações, dentre os quais se destacam:

- Acordo de Cooperação com a UNESCO - Projeto 914BRZ3032. Projeto de Cooperação Internacional para consolidação de uma agenda de turismo, esporte e legado no Distrito Federal em função dos Jogos Olímpicos de 2016;
- Termo de Cooperação Técnica nº03 para execução do Projeto Turismo Cívico, Projeto capitaneado por esta Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do DF e as seguintes instituições do Governo do Distrito Federal: Casa Militar; as Secretarias de Estado de Educação; de Cultura; de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; e a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB);
- Acordo de Cooperação SAT/SETUL/DF N°001 /2016 celebrado com o Comitê Olímpico Rio 2016 - O Acordo de Cooperação trata da colaboração entre a SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER e o COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016, quanto ao “CONCURSO VAI DAR JOGO”, que é de natureza cultural e teve por objetivo promover os Jogos Olímpicos no âmbito do Distrito Federal, estimulando as pessoas a decorarem a cidade

com o tema Olímpico e que vai premiar as 2 (duas) melhores decorações com o direito a assistir a um dos jogos de futebol realizados, dia 12 de agosto – quartas de final feminino e dia 13 de agosto – quartas de final masculino, no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha em um camarote, com capacidade para 20 pessoas cada, cedido pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos 2016.

- Convênio nº 39/2016 celebrado entre SETUL e a Terracap;
- Convênio com o MTur nº 826997/2016, com o objeto desenvolver o turismo, por meio do apoio à realização do Projeto intitulado “CELEBRAÇÃO DE CHEGADA E REVEZAMENTO DA TOCHA OLÍMPICA – BRASÍLIA 2016”, no âmbito do Programa de Promoção de Fortalecimento ao Desenvolvimento Turístico.
- Contrato CEB nº27/2016 para contratação de empresa especializada nos serviços de fornecimento de energia elétrica, instalação de equipamentos, manutenção e retirada de iluminação em áreas específicas para atender ao evento “Iluminação de Natal e Ano Novo 2016/17”, incluindo todos os serviços inerentes a montagem e a desmontagem eletromecânica e ao fornecimento de materiais.
- O Plano de Turismo Criativo de Brasília que é parte integrante do Programa de Governo Cidade, Cidadão, Cidadania e do Planejamento Estratégico da Secretaria Adjunta de Turismo resultante da sua parceria com o SEBRAE-DF. Reflete a integração com as políticas públicas do Governo Federal por meio de programas e projetos, a exemplo das estratégias e diretrizes do Plano Nacional de Turismo 2013-2016, do Programa de Regionalização do Turismo e da Produção Associada ao Turismo, coordenados pelo Ministério do Turismo. O Plano de Turismo Criativo de Brasília foi desenvolvido tendo como fonte inspiradora as diretrizes do Plano Capitalidade, transformando em projetos e ações tangíveis todo o escopo proposto pelo Plano Capitalidade. É importante frisar que a aferição do impacto das ações realizadas no âmbito do Plano de Turismo Criativo de Brasília refletem diretamente avanços da implementação do Plano Capitalidade.

Visando a melhoria da qualidade de vida e conforto do morador de Brasília e dos turistas que passam por esta Cidade, a SETUL, durante o ano de 2016, investiu em plano de gestão continuada do Parque da Cidade que inclui várias ações de manutenção, conservação e instalação de equipamentos, dentre os avanços alcançados por esta gestão, destaca-se: viabilização de uma agenda de evento diversificada e atraente para o usuário e melhorias nos procedimentos de locação do espaço público do Parque; término da obra da nova ciclovia; troca de toda iluminação do parque; metragem e pintura da ciclovia de 10 km; instalação de brinquedos para cadeirantes no parque Ana Lúcia; revitalização e finalização de novas calçadas.

A Secretaria Adjunta de Turismo visando diversificar a oferta de turística, por meio da promoção da cultura local e de realizações que agreguem valor ao destino Brasília, apoiou em 2016, com recursos técnicos e institucionais, diversos eventos que vêm apresentando crescimento qualitativo e quantitativo ao longo dos anos, como é o caso: Carnaval de Brasília (fev/2016), 55º Aniversário de Brasília (abr/2016), Festa do Divino Espírito Santo em Planaltina (mai/2016), Brasília Motocapital 2016 (jul/2016), Wings For Life World Run 2016 - Red Bull e prospecção da prova em Brasília em 2017 (mai/2106), Na Praia (jul e ago/2016), O Maior São João do Cerrado 201* e O Brasília Tatroo Festival (nov/2016). Alguns desses eventos receberam apoio por meio do fornecimento de itens de infraestrutura ou de repasse de recursos via Termo de Fomento, via emenda parlamentar.

Foram realizados eventos e ações promocionais com o objetivo de dar ao destino um posicionamento de imagem diferenciada, enaltecendo a beleza da cidade e os recursos culturais aqui disponíveis, como: a Celebração da Tocha Olímpica em Brasília (MAI/2016), Projeto completo do Look das Cidades durante os Jogos Olímpicos em Brasília (AGO/2016), produção de material gráfico para os Jogos Olímpicos (mapas da cidade, do Estádio Mané Garrincha e dicas para os turistas), realização do Concurso Vai dar Jogo, em parceria com o Comitê Olímpico Internacional dos Jogos Rio 2016, instalação dos Arcos Olímpicos, o maior símbolo das Olimpíadas, no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, realização de 03 eventos do Projeto Dançando na Praça nos meses de outubro, novembro e dezembro, sendo respectivamente em homenagem ao Dia Internacional dos Idosos, Street Dance e Natal.

Visando tornar Brasília uma cidade melhor reconhecida como uma cidade sede de grandes eventos, polo da gastronomia e arquitetura, capital cívica, da qualidade de vida e dos esportes, Essa Secretaria atuou, de forma contundente, em ferramentas de baixo custo de divulgação e promoção da cidade, tendo em vista pouca disponibilidade financeira para este fim. Desta forma, foram realizadas: a produção, em parceria com o SEBRAE, de um vídeo sobre Brasília em 360 graus, a mais moderna maneira de apresentar destinos turísticos, co-realização da PressTrip da revista francesa Grands Reportages para captar imagens para uma publicação de seis páginas sobre Brasília (JUL/2016), monitoramento e atuação na Fanpage da Secretaria Adjunta de Turismo no Facebook, o número de curtidas passou de 3 mil para 11 mil deste ano, um aumento de quase 400% (JAN a OUT/2016).

Outra ação em destaque realizada por esta SETUL em 2016 se refere ao Projeto Turismo Cívico que consiste em uma ação que visa oportunizar aos alunos do 4º ano da Rede Pública de Ensino Fundamental, além de crianças, adolescentes e idosos dos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o conhecimento das preciosidades dos antecedentes históricos da construção de Brasília, assim como da fundação de Brasília – que é um dos fatos históricos mais relevantes do desenvolvimento do Brasil -, e as belezas que a emolduram e as riquezas que constituem o seu patrimônio cultural, com passeios que envolvem atividades de educação patrimonial, cultura e cidadania. Para a execução do Projeto Turismo Cívico firmou-se um Termo de Cooperação Técnica entre diversos órgãos do GDF, quais sejam: a Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do DF; a Casa Militar; as Secretarias de Estado de Educação; de Cultura; de Trabalho,

Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; e a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB. Como resultado desta iniciativa, foram atendidas 52 turmas e 1447 alunos.

Lançado em 18 de novembro de 2016 o Plano de Turismo Criativo de Brasília é parte integrante do Programa de Governo Cidade, Cidadão, Cidadania e do Planejamento Estratégico da Secretaria Adjunta de Turismo e resultante da sua parceria com o SEBRAE-DF. Ele reflete a integração com as políticas públicas do Governo Federal por meio de programas e projetos, a exemplo das estratégias e diretrizes do Plano Nacional de Turismo 2013-2016, do Programa de Regionalização do Turismo e da Produção Associada ao Turismo, coordenados pelo Ministério do Turismo. É um Plano de Turismo Criativo revoluciona o turismo de Brasília, uma vez que apresenta projetos e ações em parceria com lideranças do setor turístico e cultural da cidade e visa posicionar a capital federal como uma cidade criativa, dentro do processo de fomento à economia criativa local.

No que se refere à alimentação do Observatório do Turismo de Brasília e a gestão dos Centros de Atendimento ao Turista - CATs. Desta forma de janeiro a dezembro de 2016 foram realizados 25.615 (vinte e cinco mil seiscentos e quinze) atendimentos nos três CATs atualmente em operação. Já quanto à produção de dados para subsidiar o Observatório do Turismo, esta Secretaria realizou em 2016 pesquisas em importantes eventos, quais sejam: Carnaval, 21 de Abril, Corpus Christi, 19º Parada do Orgulho LGBTs de Brasília e nas Olimpíadas Rio 2016.

Outra importante ação da SETUL diz respeito a gestão do Conselho de Desenvolvimento de Turismo do Distrito Federal – CONDETUR/DF, realizada de forma sistemática por esta Secretaria. Ao longo de 2016 foram realizadas 05 reuniões, com 89% de participação das entidades públicas e 80% da privada, 03 reuniões de Câmara Temática de Turismo e Hospitalidade na Fecomércio e 02 reuniões do Grupo de Trabalho Meio Ambiente para o Turismo.

No que concerne à modernização e a melhoria da infraestrutura turística e cultural da cidade a SAT/SETUL atuou estrategicamente na dinamização da agenda dos próprios que estão sob a sua gestão, o que tem sido refletido em resultados quantitativos, qualitativos e financeiros de cada equipamento, como pode ser observado nas tabelas a seguir:

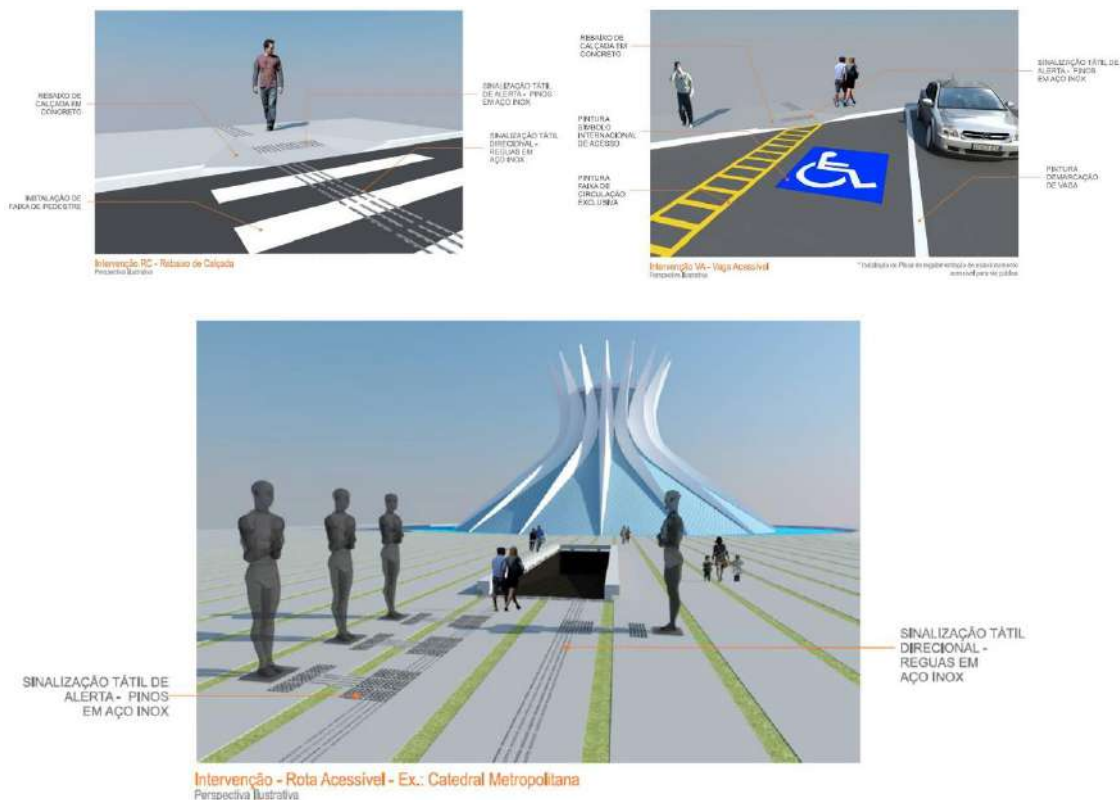
Centro de Convenções Ulysses Guimarães - CCUG

Meses	Número de eventos Realizados		
	2014	2015	2016
Janeiro	1	5	2
Fevereiro	113	9	7
Março	10	16	23
Abril	10	17	17
Mai	10	18	11
Junho	0	17	15
Julho	11	14	18
Agosto	11	21	12
Setembro	10	19	14
Outubro	9	25	19
Novembro	7	12	21
Dezembro	7	14	24
Total	99	187	183

Pavilhão de Exposição do Parque da Cidade

Meses	Número de eventos Realizados		
	2014	2015	2016
Janeiro	0	1	0
Fevereiro	2	1	2
Março	1	2	0
Abril	4	2	1
Mai	2	3	2
Junho	0	2	3
Julho	1	3	0
Agosto	3	0	1
Setembro	3	1	2
Outubro	0	2	1
Novembro	3	7	5
Dezembro	3	2	3
Total	22	26	20

- conservação das Estruturas Físicas de Edificações Públicas - acompanhamento da manutenção preventiva da Fonte Luminosa do Complexo da Torre de TV de Brasília e reprogramação dos horários de funcionamento da Fonte visando à redução dos gastos com água e luz.
- Acessibilidade do Distrito Federal, gestão de contrato de repasse, por meio do qual foi captado recurso junto ao Governo Federal para a elaboração de projetos de acessibilidade em cumprimento à legislação e visando garantir às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida o acesso universal à rota turística de dez principais atrativos turísticos e seus entornos imediatos, nos seguintes locais: Torre de TV/ Torre Digital/ Palácio do Planalto/ Palácio da Alvorada/ Itamaraty/Praça dos Três Poderes/ Catetinho/ Memorial JK/ Catedral/ Ponte JK; realizou também o monitoramento das ações no Sistema de Gestão de Convênios (SICONV); efetuado análises dos projetos executivos (3ª e última etapa) que foi elaborado por empresa contratada; e promovido interlocução com os órgãos responsáveis pela aprovação (IPHAN, SEGETH etc.);



- Revitalização e Modernização dos Atrativos Turísticos, com o desenvolvimento de ações que visam à revitalização e modernização dos atrativos turísticos do Centro de Convenções Ulysses Guimarães (CCUG) com a melhoria da segurança contra incêndio e pânico e ainda o acompanhamento das ações nesse sentido junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- Ações para a obtenção do Habite-se do CCUG, acompanhamento das ações junto à NOVACAP para atendimento às determinações judiciais referentes à Ação Civil Pública nº 2011.01.1.036816-3-3VPDF em desfavor do Distrito Federal.
- Instalação de Bicicletários, acompanhamento junto à Casa Civil da instalação de Bicicletários no CCUG estimulando a utilização de bicicletas na cidade.
- No que se refere ao Complexo da Torre de TV de Brasília, foi realizado: melhoria da segurança contra incêndio e pânico – a SAT promoveu o acompanhamento das ações para melhoria da segurança contra incêndio e pânico junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; acompanhamento junto à Casa Civil da instalação de bicicletários na Torre de TV; acompanhamento junto à NOVACAP para a construção da calçada para acesso ao Letreiro “EU AMO BRASÍLIA,

acompanhamento junto à CEB objetivando a instalação de refletores na cobertura do mezanino da Torre de TV, visando valorizar o atrativo turístico, inclusive no período de Natal.

- No Parque Dona Sarah Kubitschek (Parque da Cidade): melhoria da Segurança Contra Incêndio e Pânico do Pavilhão Expo Brasília; acompanhamento das ações para melhoria da segurança contra incêndio e pânico junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; acompanhamento das ações para a construção da pista de Cooper do Parque inaugurada em abril de 2016; acompanhamento da instalação dos brinquedos acessíveis no Parque Ana Lúcia, visando garantir o acesso ao Lazer a crianças com mobilidade reduzida.



- A SETUL garantiu a decoração de Natal nos seguintes locais: Cruzeiro, Vila Planalto, Sudoeste, Congresso Nacional, Palácio do Buriti, Torre de TV, Riacho Fundo I, Águas Claras, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Fercal, Gama, Guará, Itapuã, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho I, Sobradinho II, Taguatinga, Varjão, Vicente Pires e Cidade Estrutural.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	0	0	0
8474 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	0	0	0	0

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – DIPL0F

Não houve contratação com a FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, por meio do Programa Reintegra Cidadão, o qual promove ações no sentido de reintegração de sentenciados ao mercado de trabalho.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CAPITAL CULTURAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	0	267.762	267.569	261.818
6075 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS NO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	0	267.762	267.569	261.818
4090 - APOIO A EVENTOS	0	150.000	150.000	150.000
6031 - APOIO A EVENTOS-APOIO AO "FESTIVAL TATOO"-DISTRITO FEDERAL	0	150.000	150.000	150.000
6036 - APOIO A EVENTOS-TORRE CULTURAL-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6219 - CAPITAL CULTURAL	0	417.762	417.569	411.818

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – DIPL0F

PROGRAMA 6002 – PROGRAMA GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL.

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	10.247	0	0
2488 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	10.247	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	56.003	41.661	31.269
2571 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	56.003	41.661	31.269

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	0	10.000	0	0
0030 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	10.000	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	17.032.417	17.032.414	17.032.414
6983 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	17.032.417	17.032.414	17.032.414
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	1.845.739	1.105.803	1.105.679
6975 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	1.845.739	1.105.803	1.105.679
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	3.963.522	3.893.863	3.130.983
6982 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER- PLANO PILOTO	0	3.963.522	3.893.863	3.130.983
TOTAL DO PROGRAMA 6002	0	22.917.928	22.073.743	21.300.472

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – DIPLOF

PROGRAMA 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	88.000	0	0
0003 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	88.000	0	0
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	804.720	728.117	709.817
6992 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER-DISTRITO FEDERAL	0	804.720	728.117	709.817
TOTAL DO PROGRAMA 0001	0	892.720	728.117	709.817

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – DIPLOF

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Em março, houve a fusão da Secretaria de Esportes com a Secretaria de Turismo com isso, agregamos ao orçamento o programa de trabalho 6207- Brasília Competitiva. Sendo assim, os programas 6206 – Esportes e Grandes Eventos Esportivos e 6207 – Brasília Competitiva - foram contemplados com 69 subtítulos, entre eles, 21 subtítulos, os quais foram destinados às Emendas Parlamentares, o que representa aproximadamente 30,43% dos subtítulos disponibilizados para execução nesta Unidade, sendo executados apenas 06 subtítulos oriundos de emendas parlamentares.

As dificuldades encontradas foram à execução dos Programas já existentes e a realização de grandes eventos, por exemplo, Corrida de Reis que teve parceria da iniciativa privada.

Ficaram prejudicadas, por falta de recursos, a execução de várias ações previstas na proposta orçamentária, consideradas relevantes para o incentivo ao esporte e lazer. As ações que tiveram os recursos parcialmente cancelados foram:

- Modernização de Sistema de Informação;
- Capacitação de Servidores;
- Reforma de Espaços Esportivos;
- Apoio a Eventos;
- Circuito de corridas e ciclismo;
- Implantação de novos Espaços Esportivos.

Dentro as ações não orçamentárias as ações que esta secretaria teve dificuldade em executar podemos citar a realização de capacitações nos segmentos esportivos e orientação aos gestores.

A perspectiva da SETUL para o exercício 2017, é continuar mantendo os Centros Olímpicos, visando proporcionar uma melhora na qualidade de vida da população do Distrito Federal, além de apoiar os atletas do Distrito Federal, tanto no âmbito do desporto amador, como no esporte de alto rendimento nas mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, além de fomentar um aumento no Programa Bolsa Atleta, que é um programa de patrocínio individual de atletas e Paratletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade e que não possuam patrocínio; aprimorar o programa Compete Brasília que além das passagens para atleta irá custear a hospedagem, que tem como objetivo incentivar a participação de atletas e paratletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, por meio da concessão de transporte aéreo (destinos nacionais e/ou internacionais) e/ou transporte terrestre (destinos nacionais); e o Programa Boleiros, além do futebol amador irá contemplar outras modalidades, que tem como finalidade fomentar e apoiar o desenvolvimento do esporte amador praticado em qualquer região administrativa do Distrito Federal, apoiando e concedendo a Entidades Provadas sem Fins Lucrativos (ligas

ou associações) por meio da disponibilização de serviços de arbitragem, premiação e a compra de material de estrutura básica (bolas, redes, coletes e formulários de súmula).

A Secretaria Adjunta de Turismo, assim como todas as pastas do Governo, enfrentou restrição orçamentária no ano de 2016. Além disso, foram realizadas duas importantes mudanças desde o início da gestão, a primeira, quando deixamos de ter a estrutura de Secretaria de Turismo independente e passamos a compor uma Secretaria Adjunta na Secretaria de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo e a segunda, quando deixamos esta estrutura e passamos a compor a Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer. Foram ainda sentidas dificuldades de reestruturações internas, quando algumas áreas foram suprimidas, com o enxugamento considerável no quadro de pessoal, sobrecarregando a rotina dos outros servidores.

As perspectivas para 2017 são de continuidade na execução de Projetos e ações que já vêm sendo executadas com êxito, a exemplo do Plano de Turismo Criativo, que busca um posicionamento de Brasília como Destino Criativo. O Plano lançado em novembro de 2016 passa a ser norteador de projetos e ações desta SAT. Outros projetos de grande relevância continuarão a ser executados, tais como: Turismo Cívico; captação de grandes eventos; melhoria da conservação das estruturas físicas e modernização de Atrativos Turísticos como a Torre de TV e Parque da Cidade; fortalecimento da promoção do Destino Brasília, com a criação de um novo portal turístico e a produção de vídeos em 360°, bem como a realização de um esforço junto ao trade turístico para aumento dos índices de fluxo e gasto médio do turista no Destino Brasília.

19.1 - FUNDO DE APOIO AO ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL – UO: 34.902

O Fundo de Apoio ao Esporte – FAE - foi constituído por meio da Lei Complementar nº 326, de 04/10/2000, com publicação no DODF em 05/10/2000, alterada pela Lei Complementar nº 861 de 11/03/2013, com publicação no DODF de 13/03/2013, regulamentado por meio do Decreto de nº 34.522, de 16/07/2013 com publicação no DODF de nº 145 de 16/07/2013. Trata -se de uma Unidade Gestora: 340902- Fundo de Apoio ao Esporte - vinculada ao órgão 34101 – Secretaria de Estado de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal, **estrutura criada pelo Decreto nº 37.141, de 29/02/2016**. O FAE tem natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, tendo como objetivo o financiamento de projetos esportivos na forma estabelecida em legislação específica.

O FAE, conta em sua estrutura com o Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte – CONFAE – que se define como órgão colegiado de deliberação coletiva, cuja função é administrar os recursos capitalizados e recebidos pelo FAE. O FAE tem por objetivo o financiamento de projetos esportivos, na forma estabelecida em regulamento, de modo a captar e canalizar recursos para viabilizar o Programa de Apoio ao Esporte – PAE, tendo como fontes de recursos as dotações orçamentárias que lhe forem destinadas e as receitas provenientes de arrecadação direta de responsabilidade da Secretaria de Esporte, com a finalidade de captar e canalizar recursos para:

- I. Proporcionar a todas as camadas da população o livre acesso à prática de atividades esportivas;
- II. Difundir as manifestações esportivas do Distrito Federal e apoiar os seus respectivos praticantes;
- III. Promover e desenvolver o esporte amador do Distrito Federal, por meio de intercâmbio nacional e internacional;
- IV. Contribuir para a formação de hábitos permanentes de atividades físicas, desportivas e recreativas;
- V. Tornar o produto esportivo do Distrito Federal expressivo; e
- VI. Propagar a informação esportiva com qualidade.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Conselheiro	08
Total de Conselheiros	08

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	0	4.515.000	761.847	648.276
5832 - APOIO AO DESPORTO E LAZER-EDUCACIONAL OLÍMPICO E PARALÍMPICO-DISTRITO FEDERAL	0	4.515.000	761.847	648.276
2631 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA	0	8.250	0	0
0005 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE-DISTRITO FEDERAL	0	8.250	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	0	60.732	0	0
5764 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE DO-DISTRITO FEDERAL	0	60.732	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	0	2.880.892	0	0
5984 - APOIO A EVENTOS-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE DO-DISTRITO FEDERAL	0	2.880.892	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	0	2.631.750	0	0
5844 - APOIO A PROJETOS-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE DO-DISTRITO FEDERAL	0	2.631.750	0	0
9084 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA	0	960.060	894.660	876.761
0006 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE DO-DISTRITO FEDERAL	0	960.060	894.660	876.761
TOTAL DO PROGRAMA 6206	0	11.056.684	1.656.507	1.525.037

O Conselho de Administração de Apoio ao Esporte – CONFAE aprovou as descentralizações para a Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal – SETUL e Secretaria de Educação, para apoiar eventos do Programa Compete Brasília, as quais foram possíveis após a apuração de superávit dos anos 2013 e 2014 que totalizou de R\$ 7.620.891,84 (sete milhões, seiscentos e vinte mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos) fonte 325.

No âmbito desse Programa Temático também foram efetuados pagamentos da bolsa atleta paraolímpico, atendendo em média 100 beneficiários mensalmente durante o período de 12 meses.

PROGRAMA : 6002 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	107.162	960	0
5890 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE DO- PLANO PILOTO .	0	107.162	960	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	139.332	0	0
5219 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE DO- PLANO PILOTO .	0	139.332	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	0	280.800	186.860	175.775
0024 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNDO DE APOIO AO ESPORTE- PLANO PILOTO .	0	280.800	186.860	175.775
TOTAL DO PROGRAMA 6002	0	527.294	187.820	175.775

Nesse Programa foi realizado o pagamento do JETON de restos a pagar no mês de janeiro de 2016 das reuniões de novembro e dezembro de 2015, e das reuniões de fevereiro, março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2016. Os pagamentos das gratificações de JETON dos Conselheiros do Fundo de Apoio ao Esporte são de acordo com a Lei 4.585, de 13/07/2011. Nesse Programa também foi efetuado os ressarcimentos de taxas de matrícula e valores depositados indevidamente, e realizadas aquisição de software para transmissão da Guia de Recolhimento de Imposto de Pessoa Física -GFIP.

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

No exercício do ano de 2016 foi criado o grupo de trabalho – GT composto pelos os conselheiros do Fundo de Apoio ao Esporte - CONFAE com o objetivo de elaborar um projeto modelo de edital de chamamento público, o qual foi encaminhado a Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF. Até o final do exercício não retornou daquele Órgão, o que prejudicou o sua realização dentro do ano de 2016.

De acordo com o decreto nº 36.828 de 22/10/2015, publicado no DODF nº 205 de 23/10/2015, o CONFAE necessita de servidores capacitados para dar apoio ao FAE, principalmente nas áreas contábil e financeira, será necessário curso de capacitação para respectivas áreas do departamento tais como: liquidação, pagamentos e prestação de contas, que possam dominar o sistema SIGGO, para realizar as suas atividades com mais eficiência.

19.2.FUNDO DE FOMENTO À INDÚSTRIA DO TURISMO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 34.903

O Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal, criado pela Lei nº 3.982, de 25/04/2007, teve seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 34.660, de 12 de setembro de 2013. São objetivos do FITUR/DF:

I - incentivo a projetos, encaminhados pela Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF e aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento de Turismo do Distrito Federal - CONDETUR/DF, nos diversos campos do turismo;

II – preservar as condições de uso e criação de espaços turísticos;

III - promover e divulgar o turismo;

IV - criar e enriquecer o acervo turístico do Distrito Federal;

V - aplicar recursos em bolsas de estudo para aperfeiçoamento, na área do turismo, dos servidores do quadro efetivo de pessoal da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF;

VI – fornecer auxílios, totais ou parciais, à aquisição de mercadorias ou de bens destinados ao cumprimento da política de desenvolvimento do turismo, observando a legislação vigente;

VII - manter instalações e equipamentos destinados ao turismo;

VIII – preservar o patrimônio turístico;

IX - remunera, observada a legislação pertinente, serviços voltados para o cumprimento da política de desenvolvimento do turismo.

Os recursos do FITUR/DF deverão ser aplicados mediante apresentação de projeto, de acordo com a Lei nº 3.982, de 27 de abril de 2007, em:

I - incentivo a projetos, encaminhados pela Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF, nos diversos campos do turismo;

II - preservação das condições de uso e criação de espaços turísticos;

III - promoção e divulgação do turismo, incluindo-se:

a) concessão de prêmios, observada a legislação vigente, em concursos de ampla participação popular promovidos pela Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF;

b) ações que fortaleçam a captação de eventos por meio de materiais específicos;

c) realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore fora do Distrito Federal;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados a exposições públicas no País e no exterior;

IV - criação e enriquecimento do acervo turístico do Distrito Federal, incluindo-se:

a) realização de missões culturais e técnicas no País e no exterior, inclusive com o fornecimento de passagens;

b) contratação de serviços para elaboração de projetos culturais;

c) contratação de serviços para publicações de periódicos especializados;

V - bolsas de estudo para aperfeiçoamento, na área do turismo, dos servidores do quadro efetivo de pessoal da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR/DF, incluindo a instalação e manutenção de cursos de caráter turístico, destinados à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área do turismo, em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos;

VI - auxílios, totais ou parciais, à aquisição de mercadorias ou bens destinados ao cumprimento da política de desenvolvimento do turismo;

VII - manutenção de instalações e equipamentos destinados ao turismo;

VIII - preservação do patrimônio turístico;

IX - remuneração, observada a legislação pertinente, de serviços voltados para o cumprimento da política de desenvolvimento do turismo.

O conselho de Administração do FITUR/DF é órgão de deliberação coletiva, composto pelos seguintes membros:

I - do Poder Público do Distrito Federal:

a) o Secretário de Estado de Turismo do Distrito Federal, que o presidirá;

b) o Subsecretário de Políticas de Turismo, da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal;

c) o Subsecretário de Infraestrutura Turística, da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal;

II - do setor produtivo do turismo do Distrito Federal:

- a) um representante do Brasília e Região Convention & Visitors Bureau;
- b) um representante da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH/DF;
- c) um representante da Associação Brasileira das Agências de Receptivo – ABARE/DF.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	0	69.045	0	0
3206 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-FITUR-DISTRITO FEDERAL	0	69.045	0	0
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	0	41.250	0	0
0010 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE-FITUR-DISTRITO FEDERAL	0	41.250	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	0	24.750	0	0
0025 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FITUR-DISTRITO FEDERAL	0	24.750	0	0
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	0	198.000	0	0
0002 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES-DISTRITO FEDERAL	0	198.000	0	0
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	0	333.045	0	0

O Fundo de Fomento à Indústria do Turismo – FITUR/DF está em situação regular, com dotação orçamentária do tesouro do DF no valor de R\$ 333.045 (trezentos e trinta e três mil e quarenta e cinco reais), (posição em Dez/2016). Esta receita é proveniente da cota sobre arrecadação de ICMS referente ao fornecimento de bebidas e refeições. Contudo, não houve execução orçamentária e financeira no Fundo.

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal (FITUR/DF) foi criado pela Lei nº 3.982, de 25 de abril de 2007 e destina-se a “prover recursos às atividades de promoção do turismo no Distrito Federal”.

Por diversas ocasiões a execução do FITUR foi tema de discussões, sobretudo com as associações e entidades que compõem o CONDETUR – Conselho de Desenvolvimento do Turismo no DF, composto por representantes da cadeia produtiva do turismo, empreendedores cujos interesses convergem para a finalidade do FITUR. Entretanto, de acordo com as tratativas junto aos interessados, o Regimento do FITUR, ora vigente, não atende às condições da maioria das empresas e de empreendedores individuais do setor, razão de não ter havido execução orçamentária e financeira em 2016.

Nessas condições, busca-se por meio de uma câmara temática criada especificamente para tratar o assunto, no âmbito do CONDETUR, um consenso sobre a reformulação do Regimento Interno do FITUR, de modo a se estabelecer critérios de acesso aos recursos, considerando a situação dos empreendedores e em conformidade com a legislação vigente. Em razão dessas alterações, cujos encaminhamentos estão em prossecução, não houve execução orçamentária no ano de 2016.

Foi realizada, em 22 de novembro de 2016, reunião com lideranças de associações representativas da atividade turística, integrantes do CONDETUR, para que seja composto o novo Conselho de Administração do FITUR visando dar continuidade e necessária celeridade à efetiva operacionalização do Fundo.

20. SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 44.101

A Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, criada pelo Decreto nº 27.591 de 01/01/2007, cuja estrutura administrativa foi modificada pelos Decretos nº 32.716 de 01 de janeiro de 2011, 33.185 de 06 de setembro de 2011, 34.320 de 26 de abril de 2013, 36.236 de 01 de janeiro de 2015 e 37.032 de 30 de dezembro de 2015, é órgão de assistência direta e imediata ao Governador do Distrito Federal, e tem por finalidade básica a promoção do pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, mediante ação integrada entre o Governo do Distrito Federal e a sociedade, competindo-lhe:

- I - definir diretrizes para a política governamental, bem como a coordenação de sua execução nas áreas da proteção, da defesa, educação e orientação ao consumidor, da defesa dos direitos da cidadania;
- II - promover o relacionamento administrativo com os órgãos do Poder Judiciário;
- III - integrar ações com órgãos afins nos níveis federal, estadual, distrital, municipal e comunitário, visando à captação de recursos para o desenvolvimento de seus programas e o cumprimento de dispositivos institucionais;
- IV - estabelecer as diretrizes e a proposição da política sobre drogas no Distrito Federal;
- V - viabilizar e executar a política de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor no Distrito Federal, bem como promover sua divulgação;
- VI - promover a modernização do atendimento imediato ao cidadão;
- VII - promover assistência aos dependentes químicos e enfrentamento às drogas;
- VIII - promover a articulação, cooperação e integração das políticas públicas setoriais que garantem plena cidadania às vítimas ou testemunhas ameaçadas;
- IX - promover políticas públicas voltadas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- X - contribuir para a ressocialização de sentenciados, com reinserção no mercado de trabalho, na sociedade e na família, por meio de ações educativas, de formação e capacitação profissional e colocação no mercado de trabalho, contribuindo para uma mudança de vida;
- XI - administrar o sistema penitenciário do Distrito Federal;
- XII - coordenar e acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal, zelando pelo cumprimento das determinações provenientes da Vara de Execuções Criminais;
- XIII - desenvolver outras atividades correlatas.

Missão: Promover a justiça social e a defesa dos direitos humanos garantindo a cidadania da população no Distrito Federal.

Visão: Ser referência na promoção, proteção, defesa dos direitos humanos, justiça e inclusão social para a consolidação da cidadania.

Valores: Inovação, Comprometimento, Transparência, Integração, Ética, Excelência e Acolhimento.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	328
Cedidos – fora GDF	43
Requisitado fora GDF – FASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	378
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	177
Semvínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	558
Total ativos - afastado	-

Observação.: Dados de 31/12/2016. Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoa - DIGEP/SUAG/SEJUS- Não há informação sobre a Atividade exercida pelos servidores cedidos para outros órgão. Total de servidoresrequisitados de Órgãos fora do GDF: 03 + 555 (em exercício) = 558 servidores no total

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4090 - APOIO A EVENTOS	0	0	0	0
5993 - APOIO A EVENTOS-APOIO A REALIZAÇÃO DO EVENTO BRASILIA CAPITAL FITNESS- PLANO PILOTO .	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6207	0	0	0	0

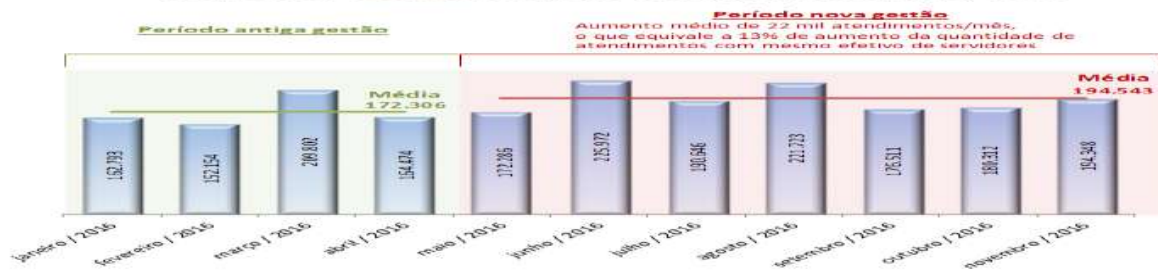
Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1ºAno	2ºAno	3ºAno	4ºAno	
Média Mensal de Atendimento	Unidade	308.506	31-mar-15	Anual	323.931	340.127	357.134	374.991	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1
Índice de Satisfação	%	97,59	31-mar-15	Anual	98	98,5	98,5	99	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1
Tempo Médio de Espera	Minuto	13	31-mar-15	Anual	11	10	8	7	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1
Tempo Médio de Atendimento	Minuto	6,27	31-mar-15	Anual	6	5,8	5,5	5	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1

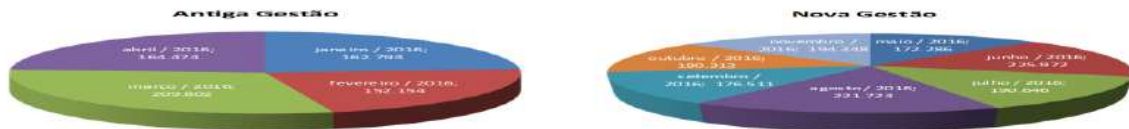
Qualifica DF

Evento	Atividades Recreativas/ Culturais e Diversas	Total
Palestra motivando você pra vencer	115	22
Cadastro de vítimas/ familiares	150	100
Encaminhados para cursos	18	98

Indicador: Qtde total de senhas atendidas/mês



Indicador: Qtde total de senhas atendidas/mês



Indicador: Tempo médio de espera/mês (todas as unidades)



Indicador: Tempo médio de espera por unidade/mês

Mês	Ceilândia	Gama	Riacho fundo	Rodoviária	Sobradinho	Taguatinga	Média geral das unidades
Janeiro	19:09	18:57	11:28	23:05	17:54	19:16	18:18
fevereiro	21:14	17:21	12:26	22:11	13:49	17:41	17:27
Março	18:13	10:21	12:42	20:03	10:56	19:08	15:13
Abril	14:12	15:01	10:33	14:08	5:23	13:49	12:01
Maio	12:43	11:04	6:17	16:49	5:00	12:22	10:42
junho	11:54	9:27	16:53	16:26	4:49	10:38	11:41
Julho	16:31	10:44	16:44	17:29	6:32	15:22	13:53
Agosto	11:29	6:25	12:52	17:13	6:35	11:47	11:04
setembro	10:00	6:13	18:20	17:33	5:20	12:20	11:37
Outubro	9:37	18:38	23:35	17:11	11:09	23:26	17:16
Novembro	10:15	10:15	15:39	19:37	13:05	15:39	14:05
Média do período - Antiga Gestão (Janeiro a Maio)	17:57	15:25	11:47	19:51	12:00	17:28	15:45
Média do período - Nova Gestão (Junho a Novembro)	11:47	10:23	15:45	17:28	7:30	14:30	12:54

Indicador: Tempo médio de espera por unidade



PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1720 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	365.000	0	0	0
0014 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	365.000	0	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	30.000	0	0	0
9807 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	30.000	0	0	0
2267 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	1.700.000	3.856	0	0
0005 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR-PROCON-DISTRITO FEDERAL	1.700.000	3.856	0	0
2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	47.000	284.594	255.169	255.169
0001 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA-ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO À DOCUMENTAÇÃO BÁSICA - SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	47.000	284.594	255.169	255.169
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	2.688.403	1.159.994	1.159.993	1.026.867
0001 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	2.688.403	1.159.994	1.159.993	1.026.867
2540 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDÁRIOS	29.695.816	12.443.617	12.443.617	12.443.617
0005 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDÁRIOS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	29.695.816	12.443.617	12.443.617	12.443.617
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	300.000	22.881	22.880	22.880
0011 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-COPEN-DISTRITO FEDERAL	300.000	22.881	22.880	22.880
2593 - PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES - PROVITA	700.000	777.433	130.000	130.000
7080 - PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES - PROVITA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	700.000	777.433	130.000	130.000
2726 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL	5.000.000	1.586.836	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	5.000.000	1.586.836	0	0
2727 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF	40.124.550	5.207.640	5.207.174	5.207.174
0001 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	40.124.550	5.207.640	5.207.174	5.207.174
2764 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA	200.000	51.501	0	0
0001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	200.000	1.501	0	0
0002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA-APOIO ÀS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	0	50.000	0	0
0003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA-APOIO ÀS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
2989 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	25.097.482	11.544.874	11.544.213	10.505.927
0004 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA-DISTRITO FEDERAL	25.097.482	11.544.874	11.544.213	10.505.927
3072 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO	500.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA- SÃO SEBASTIÃO	500.000	0	0	0
3073 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS INTERNOS	30.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS INTERNOS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA- SÃO SEBASTIÃO	30.000	0	0	0
3077 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP	4.714.658	52.347.917	47.475.510	42.581.411

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0001 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP--DISTRITO FEDERAL	4.714.658	52.347.917	47.475.510	42.581.411
3481 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA - SESIPE	30.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA - SESIPE-- SÃO SEBASTIÃO	30.000	0	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	335.000	0	0	0
5300 - MUTIRÃO DA CIDADANIA	100.000	0	0	0
5301 - APOIO AO PROJETO ALMA GÊMEA - REALIZAÇÃO DE CASAMENTO COMUNITÁRIO NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL	235.000	0	0	0
3779 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	2.000.000	1	0	0
0002 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA--DISTRITO FEDERAL	2.000.000	1	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	113.557.909	85.431.143	78.238.556	72.173.045

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Resolutividade das Reclamações Fundamentadas	%	42	31-dez-14	Anual	50	60	70	80	SINDEC/MJ;PROC ON/DF / UO 44101 / OE 3

Casamento Comunitário

A iniciativa é destinada a pessoas de baixa renda, por meio de parceria público privado, com objetivo de ampliar a garantia de direitos patrimoniais, sucessórios e previdenciários, por meio da oficialização do casamento. Durante a preparação, os casais participam de palestras motivacionais, de educação financeira, de orientação sobre violência doméstica e de planejamento familiar. **Público beneficiado:** 121 casais **Público alcançado:** 2.000 pessoas.

**Mutirão da Cidadania- Samambaia**

Por força da natureza ocorreu um vendaval que provocou diversos prejuízos para a população, o Mutirão da Cidadania levou apoio, serviços públicos e informações de incentivo à atuação cidadã consciente para a comunidade de Samambaia. A ação ocorreu no dia 22 de outubro, das 9h às 17h, no Centro de Ensino Fundamental 411. Durante o evento, foram prestados atendimentos de consultas médicas e odontológicas, orientação jurídica e psicológica, além de acesso direto a órgãos como DFTrans, INSS, CEB, Detran, Procon, Caesb, Conselho Tutelar e Defensoria Pública. Foram ainda distribuídos mantimentos e materiais de construção para a creche Casa Azul. **Público:** 2.400 pessoas.

**Fórum de Utilidade Pública e Cidadania:**

O evento ocorreu em 30 de setembro, no auditório do Instituto de Química da Universidade de Brasília, A iniciativa teve como objetivo reforçar o diálogo entre o governo, as entidades do terceiro setor e especialistas da área na busca por caminhos para desburocratizar as relações entre o poder público e as organizações da sociedade civil. O público alvo foram entidades filantrópicas particulares sem fins lucrativos do Distrito Federal, que atuam com finalidade educacional, cultural, de assistência social ou de saúde, bem como profissionais do terceiro setor e estudantes em geral. **Público:** 90 pessoas.



Ações desempenhadas do NA HORA no período de janeiro a dezembro de 2016

Chamamento para escolha de imóvel para Unidade de Sobradinho. realizado em 28/07/2016 após análises das condições técnicas dos imóveis, deu-se por encerrado sem sucesso devido a pendências de todos os proponentes; Reunião realizada em 11/11/2016 com o atual locatário da unidade de Sobradinho, Serra Shopping, para discussões sobre adequações do imóvel para permanência do mesmo através de novo contrato.

Chamamento para escolha de imóvel para Unidade do Gama. realizado em 02/08/2016 e após avaliação das propostas, definiu-se como melhor proposta o mesmo locatário que atualmente a unidade do Gama se encontra, o Gama Shopping. Contrato novo com o Gama Shopping foi confeccionado e aguardando assinatura do mesmo.

Renovação do contrato da Unidade de Taguatinga, 03/06/2016 findou-se o prazo de locação do atual imóvel onde se encontra a Unidade de Taguatinga. houve a necessidade de se renovar o contrato nesta data, por não ter havido tempo hábil para realização de novo chamamento para escolha de imóvel para unidade de Taguatinga. realizado em 28/11/2016 e atualmente em processo de análise das 4 propostas apresentadas de imóveis em Taguatinga que oferecem locação para a nova Unidade do Na Hora.

Estudos para viabilização de PPP - Na Hora - Shopping Popular. Finalizados estudos em junho de 2016. Em virtude de o projeto ter sido concorrente com iniciativas da Secretaria da Fazenda, optou-se por deixar que ela conduzisse o processo. O procedimento de manifestação de interesse (PMI) para a parceria público-privada (PPP) de gestão do Shopping Popular de Brasília foi divulgado em 13/07/2016, ficando a cargo da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, da Secretaria de Fazenda, receber as propostas dos interessados e conduzir o processo.

Planejamento para participação do Na Hora no aniversário das cidades (concretizado em São Sebastião) Na Hora presente, com alguns órgãos parceiros para atendimento ao público, realizado no dia 25/06/2016.

Início das atividades do DFTRANS no Gama. (inaugurado em 29/06/2016); e Taguatinga (inaugurada em 23/06/2016).

Planejamento para unidade do Na Hora nos imóveis do TRE (inicialmente no Riacho Fundo). Reunião realizada com TRE em 09/11/2016, onde foi acordada a cessão do imóvel do Posto de Atendimento do TRE no Riacho Fundo. Aguardando reunião com SPU – Secretaria de Patrimônio da União para tratar do processo de cessão, visto que o imóvel é da União; Confeccionado o Termo de Cooperação com o TRE e aguardando validação por parte do TRE. Bem como levantamento de todos os termos de cooperação e atualização dos mesmos. Início da revisão dos termos de cada órgão em julho de 2016.

Elaboração de Projetos Básicos para a modernização do Na Hora (Na Hora Online, Uniformes, Comunicação Visual). Termo de Referência do Na Hora Online foi concluído em 25/11/2016, onde posteriormente foi encaminhado à Seplag para apreciação.

Implantação do Escritório de Projetos do CBMDF na unidade da Rodoviária, inaugurado em 24/10/2016.; os serviços do Departamento de Segurança Contra Incêndio – DESEG nas dependências da unidade do Na Hora na Rodoviária; Desativação do posto da Polícia Federal na unidade e ampliação da unidade no Riacho Fundo. A Polícia Federal encerrou suas atividades na Rodoviária, mantendo apenas seus serviços na unidade de Riacho Fundo, a partir de 03/10/2016.

Extinção dos órgãos SEBRAE e Polícia Militar, e Coordenadoria das Cidades pela Subsecretaria devido estudos de baixa produtividade. As atividades do SEBRAE e Polícia Militar nas unidades do Na Hora, teve encerramentos em 31/10/2016.

Superação Cidadã em Samambaia. Evento realizado em 22/10/2016 onde o Na Hora participou junto às demais subsecretarias da SEJUS, com alguns órgãos parceiros para atendimento à população.

“Na Hora na Praça do Buriti” - evento realizado em 29/09/2016.

Implantação de arquivo morto nas dependências da SEJUS. Arquivo transferido das dependências do Na Hora para o depósito da GEPAT na SEJUS em novembro de 2016. Implantação de Ouvidoria em todas as unidades. inauguração em 24/11/2016.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – FAMÍLIAS FORTES

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2179 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL	400.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
4372 - APOIO AO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE JOVENS DROGADOS - DESAFIO JOVEM DE BRASÍLIA	400.000	0	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	410.000	433.572	417.848	417.848
0009 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-CONEN-DISTRITO FEDERAL	400.000	429.583	417.848	417.848
0010 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-CONDEL-DISTRITO FEDERAL	10.000	3.990	0	0
2737 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINserÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS	300.000	1.972.153	0	0
0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINserÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	300.000	1.972.153	0	0
0002 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINserÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS-APOIO AO EVENTO SOCIAL "CARAVANA DA SAÚDE E BEM ESTAR"-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
0003 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINserÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS-APOIO AO EVENTO SOCIAL CARAVANA DA SAÚDE E BEM ESTAR-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
0004 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINserÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS-APOIO AO EVENTO SOCIAL "CARAVANA DA SAÚDE E BEM ESTAR"-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	350.000	0	0	0
5741 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	200.000	0	0	0
5742 - APOIO A PROJETO SOCIAL "SONS DA CIDADANIA"	150.000	0	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	0	0	0	0
6010 - APOIO A EVENTOS-FORMATURA SOCIAL E 15 ANOS SOCIAL-SOBRADINHO	0	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	1.080.000	0	0	0
5805 - APOIO AO PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO AO VOTO	100.000	0	0	0
5806 - APOIO AO PROJETO DE CASAMENTO COMUNITÁRIO	230.000	0	0	0
5807 - APOIO AO PROJETO LAR DOS VELHINHOS	100.000	0	0	0
5808 - APOIO A PROJETOS SOCIAIS	250.000	0	0	0
5809 - APOIO AO PROJETO PRÓ-VÍTIMA	400.000	0	0	0
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	0	0	0	0
5729 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL-APOIO AS ATIVIDADES DA CASA DE JUSTIÇA DE- CEILÂNDIA	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6228	2.540.000	2.405.725	417.848	417.848

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Alunos alcançados pelas ações de prevenção contra o uso e abuso de drogas	Unidade			Anual	30.000	30.000	30.000	30.000	SUPRED/ SEJUS / UO 44101 / OE 5
Famílias alcançadas pelas ações do programa "Ame, mas não Sofra" (dependente químico)	Unidade			Anual	1.000	1.000	1.000	1.000	SUPRED/ SEJUS / UO 44101 / OE 5
Dependentes químicos inseridos em programas ou serviços de capacitação ou reinserção social	Unidade			Anual	1.000	1.000	1.000	1.000	SEJUS / UO 44101 / OE 5

Palestras e teatro de fantoches na prevenção às drogas:

Cabe ressaltar é uma das principais estratégias da Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus/DF) para combater o grave problema social. Para evitar que novos usuários sejam seduzidos pelo falso fascínio do mundo dos entorpecentes, são promovidas ações voltadas ao público juvenil, como exibição de peças teatrais com fantoches, palestras nas escolas e distribuição de materiais explicativos sobre os riscos relacionados ao uso de narcóticos. Cerca de 4.500 alunos da rede de ensino pública são atendidos por mês pela iniciativa da Sejus/DF.

Temos Cinco cartilhas temáticas que serve de apoio sendo: Conversando sobre drogas; Cartilha sobre tabaco; Cartilha para educadores; Cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes; e Cartilha para pais de adolescentes. Palestras: 34 eventos, com 6.085 pessoas atendidas; Teatro de fantoches: 39 eventos, com 10.669 pessoas atendidas.



Relançamento do programa “Ame, Mas Não Sofra”(Famílias em Superação)

O programa foi suspenso por cerca de um semestre, o programa “Ame, Mas Não Sofra” (Famílias em Superação) foi reativado oficialmente no dia 22 de junho, durante solenidade na sede da Sejus/DF. Destinada a apoiar os familiares de dependentes químicos, a iniciativa passou a oferecer o atendimento itinerante à comunidade e a realização de novos cursos de multiplicadores de apoio às famílias. Público: 150 pessoas.



Caminhada de Prevenção às Drogas pela Cultura de Paz:

Em 26 de junho – Dia Internacional contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas – foi dedicada a alertar a sociedade quanto aos riscos relacionados ao consumo de entorpecentes. Na altura das quadras 102/202 da Asa Sul, no Eixo Rodoviário Sul, ocorreu a 1ª Caminhada de Prevenção às Drogas pela Cultura de Paz. Os participantes percorreram um trecho de 2km até a 104/204 Sul. Durante o evento, havia estruturas fixas para atendimento à comunidade, com encaminhamento de casos de dependentes, exposição e distribuição de material informativo preventivo contra os narcóticos, além de apresentação da banda de música da Polícia Militar e aula de educação física. Público: 250 pessoas.



Palestra “Enfrentamento ao crack:

O evento ocorreu no dia 10 de outubro, de 14h30 às 18h, no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Palestraram o médico, ministro do Desenvolvimento Social e Agrário; e o promotor de Justiça do MPDFT. Os dois convidados têm histórica atuação na temática relativa à política sobre drogas. Público: 273 pessoas.



Projeto Escola Compartilhada

1º Curso de multiplicadores de apoio às famílias de 2016: O programa “Ame, mas não sofra” (Famílias em Superação), que se dedica a prestar assistência aos familiares de dependentes químicos, promoveu o 1º Curso de multiplicadores de apoio às famílias 2016 nos dias 28 e 29 de julho, das 14h às 18h, no auditório da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs).

Palestras Realizadas: “A família precisa de cuidados – Ame, mas não sofra”, com uma das idealizadoras do projeto; “O cérebro, a droga e a cura”, com, psiquiatra e mestre em dependência química; “Comunidades terapêuticas”, com o presidente

da Associação de Comunidades Terapêuticas do DF; “Tráfico e uso de drogas – aspectos legais”, com o promotor de justiça; “Depoimento de superação”, com o presidente da Associação de Dependentes Químicos do DF; “A família como fator de proteção”, especialista em psicologia transpessoal; e “O tratamento da dependência química e da família”, com o psiquiatra Público: 250 pessoas.



Unidade Itinerante de Apoio às Famílias:

A cidade Ceilândia foi a primeira cidade a receber a ação móvel do programa “Ame, mas não sofra” (Famílias em Superação), que tem como objetivo apoiar e fornecer orientações aos familiares de dependentes químicos, como forma de fortalecer o combate ao uso de drogas. A atividade ocorreu no dia 14 de julho, de 14h às 18h, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), localizado na QNM 16. Público: 27 pessoas (21 adultos e seis crianças)

No dia 10 de setembro, ocorreu em Samambaia, na Paróquia Santa Luzia, localizada na QS 304, conjunto 5, lote 1/3. A iniciativa oferece orientação individual, uma breve palestra informativa e terapia comunitária aos participantes. especialistas, há um espaço dedicado ao público infantil, com trabalho de prevenção ao uso de drogas por meio de fantoches. Público: 54 pessoas (33 adultos e 21 crianças).

No dia 29 de outubro, a ação ocorreu também no Paranoá, no Núcleo do Pró-Vítima (Quadra 5, conjunto 3, Área Especial D, Parque de Obras Público: 15 pessoas (13 adultos e 2 crianças)

No dia 1º de outubro, aconteceu em Taguatinga, no Centro Cultural Teatro da Praça (CNB 4, lote 3, Loja 1). A iniciativa ofereceu orientação individual, e uma breve palestra informativa e terapia comunitária aos participantes. Uma equipe multidisciplinar de profissionais tem a missão de orientar os familiares dos dependentes de drogas quanto aos cuidados consigo e à melhor maneira de abordar o ente querido em busca da superação do vício. Público: 12 pessoas.



PROGRAMA 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	527.000	29.650	29.650	29.650
0004 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	527.000	29.650	29.650	29.650
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	930.000	796.735	796.733	796.733
6978 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E	930.000	796.735	796.733	796.733

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL				
TOTAL DO PROGRAMA 0001	1.457.000	826.385	826.383	826.383

Atividades que foram produzidas, desenvolvidas e executadas Pela SEJUS, referentes às Concessão de Gratificação, tais como autuação de processos, instrução, análise, concessão e pagamento da gratificação de titulação, da gratificação por habilitação, do adicional de qualificação e da gratificação de libras observando as exigências constantes na legislação, relacionados a seguir:

Atividades	Quantidade
Análise, Manifestação e Concessão de Adicional de Qualificação- AQ.	146
Análise, Manifestação e Concessão de GHPP.	32
Análise, Manifestação e Concessão de Gratificação de Titulação-GTIT.	15
Autuação, instrução, análise e concessão de AQ, GTIT, GHPP (processos novos)	43
Processos removidos para outros órgãos	477
Análise, Manifestação e Concessão de GHAP.	31

Ações desempenhadas do NA HORA no período de janeiro a dezembro de 2016

Chamamento para escolha de imóvel para Unidade de Sobradinho. realizado em 28/07/2016 após análises das condições técnicas dos imóveis, deu-se por encerrado sem sucesso devido a pendências de todos os proponentes; Reunião realizada em 11/11/2016 com o atual locatário da unidade de Sobradinho, Serra Shopping, para discussões sobre adequações do imóvel para permanência do mesmo através de novo contrato.

Chamamento para escolha de imóvel para Unidade do Gama. realizado em 02/08/2016 e após avaliação das propostas, definiu-se como melhor proposta o mesmo locatário que atualmente a unidade do Gama se encontra, o Gama Shopping. Contrato novo com o Gama Shopping foi confeccionado e aguardando assinatura do mesmo.

Renovação do contrato da Unidade de Taguatinga, 03/06/2016 findou-se o prazo de locação do atual imóvel onde se encontra a Unidade de Taguatinga. houve a necessidade de se renovar o contrato nesta data, por não ter havido tempo hábil para realização de novo chamamento para escolha de imóvel para unidade de Taguatinga. realizado em 28/11/2016 e atualmente em processo de análise das 4 propostas apresentadas de imóveis em Taguatinga que oferecem locação para a nova Unidade do Na Hora.

Estudos para viabilização de PPP - Na Hora - Shopping Popular. Finalizados estudos em junho de 2016. Em virtude de o projeto ter sido concorrente com iniciativas da Secretaria da Fazenda, optou-se por deixar que ela conduzisse o processo. O procedimento de manifestação de interesse (PMI) para a parceria público-privada (PPP) de gestão do Shopping Popular de Brasília foi divulgado em 13/07/2016, ficando a cargo da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, da Secretaria de Fazenda, receber as propostas dos interessados e conduzir o processo.

Planejamento para participação do Na Hora no aniversário das cidades (concretizado em São Sebastião) Na Hora presente, com alguns órgãos parceiros para atendimento ao público, realizado no dia 25/06/2016.

Início das atividades do DFTRANS no Gama. (inaugurado em 29/06/2016); e Taguatinga (inaugurada em 23/06/2016).

Planejamento para unidade do Na Hora nos imóveis do TRE (inicialmente no Riacho Fundo). Reunião realizada com TRE em 09/11/2016, onde foi acordada a cessão do imóvel do Posto de Atendimento do TRE no Riacho Fundo. Aguardando reunião com SPU – Secretaria de Patrimônio da União para tratar do processo de cessão, visto que o imóvel é da União; Confeccionado o Termo de Cooperação com o TRE e aguardando validação por parte do TRE. Bem como levantamento de todos os termos de cooperação e atualização dos mesmos. Início da revisão dos termos de cada órgão em julho de 2016.

Elaboração de Projetos Básicos para a modernização do Na Hora (Na Hora Online, Uniformes, Comunicação Visual). Termo de Referência do Na Hora Online foi concluído em 25/11/2016, onde posteriormente foi encaminhado à Seplag para apreciação.

Implantação do Escritório de Projetos do CBMDF na unidade da Rodoviária, inaugurado em 24/10/2016.; os serviços do Departamento de Segurança Contra Incêndio – DESEG nas dependências da unidade do Na Hora na Rodoviária; Desativação do posto da Polícia Federal na unidade e ampliação da unidade no Riacho Fundo. A Polícia Federal encerrou suas atividades na Rodoviária, mantendo apenas seus serviços na unidade de Riacho Fundo, a partir de 03/10/2016.

Extinção dos órgãos SEBRAE e Polícia Militar, e Coordenadoria das Cidades pela Subsecretaria devido estudos de baixa produtividade. As atividades do SEBRAE e Polícia Militar nas unidades do Na Hora, teve encerramentos em 31/10/2016.

Superação Cidadã em Samambaia. Evento realizado em 22/10/2016 onde o Na Hora participou junto às demais subsecretarias da SEJUS, com alguns órgãos parceiros para atendimento à população.

“Na Hora na Praça do Buriti” - evento realizado em 29/09/2016.

Implantação de arquivo morto nas dependências da SEJUS. Arquivo transferido das dependências do Na Hora para o depósito da GEPAT na SEJUS em novembro de 2016. Implantação de Ouvidoria em todas as unidades. Inauguração em 24/11/2016.

PROGRAMA 6002 –PROGRAMA GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	150.000	538	536	536
0028 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	150.000	538	536	536
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	500.000	0	0	0
5355 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	500.000	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	150.000	22.919	22.919	22.919
2621 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	150.000	22.919	22.919	22.919
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	2.237.040	0	0	0
0043 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	2.237.040	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	216.381.787	114.472.498	114.472.496	114.472.357
7019 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	216.381.787	114.472.498	114.472.496	114.472.357
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	13.000.000	5.821.827	5.821.824	5.821.824
6968 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	13.000.000	5.821.827	5.821.824	5.821.824
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	6.598.391	1.627.149	1.627.131	1.291.125
7250 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	6.598.391	1.627.149	1.627.131	1.291.125
9682 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-PROCON-DISTRITO FEDERAL	40.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6002	239.017.218	121.944.931	121.944.906	121.608.760

Ações realizadas em Parcerias/Convênios

Contratos Vigentes em 2016			
Contrato	Empresa	Vigência	Saldo R\$
09/2011	CLARO S/A (TELEFONIA FIXA)	30/09/2017	550.382,12
02/2012	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	Rescisão em 26/08/2016	0,00
11/2013	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DF - CAESB	31/10/2017	168.997,92
01/2014	TELEFÔNICA BRASIL S.A. (VIVO)	01/02/2016	0,00
9912348717/2014	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	16/04/2017	351.220,03
05/2014	P&P TURISMO LTDA-ME	27/08/2016	0,00
05/2015	CONSÓRCIO TIISA-CMT	09/11/2017	72.813.458,53
06/2015	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP	09/03/2017	873.204,63
01/2016	ATP TECNOLOGIA E PRODUTOS S.A	21/02/2017	2.608.012,72
02/2016	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	26/08/2021	2.255.292,15
03/2016	W&E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA - EPP	01/09/2017	1.155,69
04/2016	R & J COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO, EPI E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP	15/09/2017	55.811,20
04/2011	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO GAMA SHOPPING	20/05/2016	0,00
03/2013	AMÉRICA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS S/A	04/06/2017	798.964,86
07/2013	PETROLCONTROL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-ME	18/09/2016	0,00
01/2014	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CEASA	03/04/2019	173.118,65
40/2014-SSP	O UNIVERSITÁRIO REST. INDUS. COM. E AGROP. LTDA	11/04/2016	33.920.520,14
41/2014-SSP	CIAL COMÉRCIO INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	11/04/2016	44.644.670,71
57/2014-SSP	CONFERE COM. E SERV. DE A. E P. DE SEG. ELET. LTDA	11/04/2016	239.782,39
02/2015	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DF – CAESB (SESIPE)	08/06/2016	2.026.244,94
38/2013-SSP	SERVEGEL APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA	13/06/2016	0,00
33/2013-SSP	SMITHS DETECTION BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS	01/06/2016	221.774,92
13/2012-SSP	SINTREX ENG. ELETRO ELETRÔNICA	16/05/2016	8.629,07
136/2015	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	24/06/2016	3.682.309,17
135/2015	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	16/06/2016	3.556.515,84
134/2015	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	08/06/2016	812.652,89
133/2015	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	08/06/2016	1.012.142,85
132/2015	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	06/07/2016	3.909.505,96
53/2014-SSP	INFRA SOLO ENGENHARIA DE SOLOS E INFRAESTRUTURA	06/07/2016	76.787,78
13/2012-SSP	SINTREX ENG. ELETRO ELETRÔNICA	16/05/2016	0,00

Fonte: GECONV/SEJUS

Acompanhamento de Convenios - 2016

Contratos Vigentes Em 2016				
Assunto	Empresa	Valor (\$) em Dez/2016	Vigencia	Observação
Projeto Piloto sobre Reabilitação e Reinserção Sustentáveis - Metas I,II,III e IV	Fundo Nacional Antidrogas	310.475 (Saldo atual)	31/12/2013 a 12/03/2018	Convênio em execução, porém nenhuma das metas foram implementadas até o momento.
Estruturação e o Fortalecimento do Conselho de Políticas sobre Drogas do DF e dos Conselhos Distritais de Políticas sobre Drogas a serem instalados nas regiões do DF e entorno -CONEN	Fundo Nacional Antidrogas	145.900 (Saldo atual)	08/10/2013a 08/12/2017	Ajuste no plano de trabalho aprovado. (Convênio apto a execução, mas até o momento não houve execução)
Projeto Ame, mas não sófra	Fundo Nacional Antidrogas	555.536 (Saldo atual)	31/12/2013a 22/02/2017	Plano de Trabalho sendo ajustado na área técnica
PROVITA - Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas	SDH/PR	570.000.000 (Contrapartida)	21/08/2015a 20/08/2016	Convênio foi encerrado em 08/11/2016. (Convênio em fase de prestação de contas)
PROVITA - Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas	SEJUS/DF	570.000.000 (Contrapartida)	21/08/2015 a 20/08/2016	Convênio em fase de prestação de contas
Comunidades terapêuticas	Ministério da Justiça / Fundo Nacional Antidrogas	1.056.335 (Saldo atual)	08/01/2016a 31/10/2018	Convênio em execução, porém nenhuma das metas foram implementadas até o momento
Construção dos Centros de Detenção Provisória- SESIPE	Ministério da Justiça / DEPEN	32.981.861 (Contrapartida)	19/12/2013 a 31/03/2018	Contrapartida empenhada, inscrita em resto a pagar, referente a 16ª, 17ª e 18ª medição do exercício de 2016. Quanto ao restante da contrapartida foi solicitado junto a Governança suplementação orçamentária.
Acordo de Cooperação Técnica NOVACAP	Acompanhamento da obra do CDP e licitação dos projetos de ampliação da rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário	Sem transferência de Recurso financeiro		Aguardando assinatura

PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
3088 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	100.000	19.833	0	0
0001 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	100.000	19.833	0	0
4122 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO - PROVÍTIMA	480.000	0	0	0
0001 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO - PROVÍTIMA--DISTRITO FEDERAL	180.000	0	0	0
0002 - APOIO AO PROJETO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO - DF	100.000	0	0	0
0003 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO - PRÓ-VÍTIMA - DISTRITO FEDERAL	100.000	0	0	0
0004 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO	100.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6217	580.000	19.833	0	0

Ação de prevenção ao tráfico de pessoas na BR-020 :

Em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, no dia 25 de maio, véspera do feriado de Corpus Christi ,servidores da Sejus/DF abordaram condutores e passageiros de veículos, com o objetivo de oferecer informações contra o tráfico humano e incentivar a denúncia de casos por meio dos canais do Disque 100 e do Ligue 180. O público que passou pelo local recebeu material impresso e assistiu a uma breve palestra e a um vídeo sobre o tema.Público alcançado: 120 pessoas.

Oficinas de capacitação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas:

Realizadas em 15 e 16 de junho, das 14h30 às 17h30, servidores das Agências do Trabalhador participaram de treinamento para identificar e prevenir a prática delituosa. Ao focar a capacitação de agentes que prestam atendimento direto à população, o Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas age estrategicamente, aumentando a possibilidade de identificação de atos criminosos dessa natureza. Público: 50 pessoas.

Palestra “Motivando você para vencer”

O coach, programador neurolinguístico e educador financeiro, proporcionou um dia diferenciado na rotina do público atendido pelo programa Pró-Vítima. Em 24 de junho,no Auditório Burity, localizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o especialista ministrou a palestra “Motivando você para vencer”, na qual abordou, de forma descontraída e emocional, técnicas para o realinhamento da mente humana diante da busca pela superação de traumas sofridos. Público: 115 pessoas.



Capacitação para o enfrentamento ao Tráfico de pessoas;

Possuo objetivo de alertar a população que busca inserção no mercado de trabalho. A Diretoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Apoio ao Migrante Refugiado (DETP), vinculada à Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus/DF), promoveu, no mês de outubro, uma série de palestras nas turmas de aprendizagem do Programa Jovem Aprendiz (Senac). Foram mais de 10 horas de orientações, atendendo ao público de Sobradinho (5), Ceilândia (dias 18 e 25), Taguatinga (19) e Gama (20 e 27). Público: 743 pessoas

Semana de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas:

Realizou-se 25 a 30 de julho de 2016, a Semana de Mobilização para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A primeira ação ocorreu na Rodoviária do Plano Piloto, em uma sessão solene com a presença de autoridades governamentais, marcando a abertura da semana temática. Na ocasião, servidores da Sejus/DF e dos órgãos parceiros distribuíram material informativo sobre o tráfico de pessoas ao público que circulava no local. Público alcançado: 300 pessoas.



Simpósio Distrital da Rede de Atenção ao Migrante Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Realizado nos dias 26 e 27 de julho de 2016. Foi o segundo evento da semana temática, no auditório da Defensoria Pública da União. A conferência reuniu a comunidade acadêmica para discutir produções científicas acerca dos temas propostos. Participaram representantes da Universidade de Brasília (UnB); do Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas de Migração; do Ministério da Justiça e Cidadania; e da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados, entre outros órgãos públicos e entidades. Público: 120 pessoas.

Seminário “Feminicídio: fortalecendo o trabalho em rede com foco na prevenção

Evento promovido pela Promotoria de Justiça do Riacho Fundo, no dia 19 de agosto, no Fórum do Riacho Fundo. O Pró-Vítima participou da iniciativa e realizou 70 atendimentos jurídicos e 30 atendimentos psicossociais. O objetivo do encontro era discutir o aperfeiçoamento da integração entre diversos setores que atuam na área de promoção dos direitos das mulheres, estabelecendo estratégias integradas que auxiliem na prevenção de casos de feminicídio. Total de atendimentos: 100 casos.

Projeto Escola Compartilhada,

O Programa de Proteção às Vítimas de Violência (Pró-Vítima) em 9 de julho participou de uma ação no Centro de Ensino 01 da Estrutural. O público presente no evento ouviu uma breve palestra sobre a importância do amparo às vítimas de violência e como recorrer ao atendimento prestado pelo programa. Foram prestados ainda 10 atendimentos jurídicos e 12

atendimentos psicossociais. A ação foi promovida pelo Projeto Escola Compartilhada, da Secretaria de Educação, que conta com a parceria de diversos órgãos do Governo de Brasília. .Público: 400 pessoas.



Superando a Violência.

Quanto aos direitos humanos dos cidadãos atingidos por crimes violentos e seus familiares, foram realizadas ações que oferecem assistência multidisciplinar na área psicossocial e jurídica às famílias vitimadas por crimes: homicídio, tentativa de homicídio, estupro, estupro de vulnerável, violência no trânsito, sequestro, violência doméstica, desaparecimento, latrocínio, tentativa de latrocínio e feminicídio. Tais ações tem como foco, cumprir a obrigação do estado de dar assistência às vítimas de violência e seus familiares e suprir a falta de atendimento aos que necessitam.

No que se refere à proteção às vítimas, testemunhas e seus familiares, a SEJUS realizou atendimentos judiciais, comparecendo às audiências nas Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em diversos Fóruns do Distrito Federal, totalizando **875 audiências** realizadas, bem como realizou acompanhamento processual e prestou **117 atendimentos jurídicos** aos acolhidos do programa em sua sede e nos postos estabelecidos nas Cidades do Distrito Federal (Posto da 114 Sul, Ceilândia, Guará e Paranoá). Nestes postos e também na sede foram contabilizados também **1.786 atendimentos psicossociais** às vítimas de violência doméstica e familiar, sendo 296 no Posto da 114 Sul, 774 em Ceilândia, 311 no Guará, 341 no Paranoá e 137 na Sede.

Alguns eventos foram realizados ao longo do ano, e prestados 127 atendimentos jurídicos e 62 atendimentos psicossociais, totalizando 180 atendimentos, como se pode observar na tabela a seguir:

Eventos e atendimentos jurídicos e psicossociais de vítimas de violência doméstica e familiar, testemunhas e familiares

.Evento	Atendimentos Jurídicos	Atendimento Psicossociais	Atividades Recreativas/ Culturais e Diversas	Total
Ação Social TJDFT - Sobradinho	20	20	0	40
J m Ação Social VOZ & VIDA	20	25	0	45
Escola Compartilhada - Estrutural	10	12	0	22
Seminário Feminicídio - Riacho Fundo	70	30	0	100
Ação Global (SESC/Rede Globo) - Itapoã	50	48	0	98
Evento "Sim Para a Família" - Ceilândia	8	10	0	18
Papo de Mulher para Mulher (palestra) - Ceilândia	0	0	63	63
Palestra na Faculdade LS - Taguatinga	0	0	305	305
Papo de Mulher Para Mulher 114 Sul - Asa Sul	0	0	14	14
Evento "Sim para a Família" - Ceilândia	20	8	0	28
Superação Cidadã - Samambaia	15	10	0	25
Aniversário da escola Caique Santa Paulina - Paranoá	5	10	0	15
Passeio Ciclístico "Pedala Superando a Violência" - Jardim Botânico	0	0	42	42
Papo de Mulher para Mulher - Guará	0	0	23	23
Escola WGS (palestra) - Ceilândia	0	0	230	230
Total				1.068

Superando a Violência nas Escolas

Evento	Atendimentos Jurídicos	Atendimento Psicossociais	Atividades Recreativas/ Culturais e Diversas	Total
Corpo Técnico (palestra) - Itapoã	20	14	0	34
Ação Social - Recanto das Emas	100	132	260	492
Corpo técnico (palestra) - Ceilândia	0	0	45	45
Corpo Técnico (palestra) - Arapoanga	0	0	67	67
Ação Social CE Maria do Rosário - Ceilândia	200	74	248	522
Total				1.160

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

SEJUS, por meio de seus agentes da Subsecretaria de Políticas para Justiça e Cidadania, espera garantir e proporcionar o acesso à certidão de nascimento e documentação básica e apoiar e atender as Entidades Sociais que buscam o título de Utilidade Pública, nos termos da Lei Distrital nº 1.617/1997.

Tem-se como objetivo, ainda, a continuidade do projeto de “Alma Gêmea”, sendo este baseado na realização de casamentos comunitários que buscam regularizar o estado civil de casais hipossuficientes, que já vivem em união estável ou não, com propósito de promover a proteção da família, gerando direitos em relação aos efeitos patrimoniais, sucessórios e previdenciários do casal. A realização desses casamentos comunitários se revela uma experiência bem sucedida de inclusão social por meio da regulamentação do estado civil de casais hipossuficientes, concorrendo também para o cumprimento do art. 226, §3º da Constituição Federal, o qual preconiza ser do Estado o papel de facilitar a conversão das uniões em casamento, para fins de proteção da família.

Espera-se ainda, em decorrência da consolidação desse modelo, que seja aprimorada a gestão de atendimento integrado mediante a aplicação de ferramentas inovadoras de gestão e disseminação de práticas bem sucedidas, o desenvolvimento de técnicas e recursos de avaliação ou desempenho institucional, bem como do aperfeiçoamento dos sistemas informatizados de gestão capazes de fornecer informações gerenciais que permitam a gestão do atendimento e da prestação dos serviços.

A SEJUS deu início à construção de 4 (quatro) novas unidades prisionais de detenção provisória (CDP1, CDP2, CDP3 e CDP4). A obra em questão é o objeto do Convênio nº 787.683 (Contrato de Repasse nº 1003.119-15/2012) e está avaliada em R\$ 112.981.861,34. já foram executados 3,3% dos recursos correspondendo financeiramente a R\$ 3.537.453,29.

A construção das referidas unidades proporcionará a criação de mais 3.200 vagas para o sistema penitenciário do DF.

Durante o exercício de 2016, foram realizadas várias atividades voltadas para o pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos da pessoa humana e considera-se, de forma geral, positivos os índices alcançados nas atividades realizadas.

No que se refere à questão orçamentária, observou-se que a SEJUS, conforme LOA de 2016, teve dotação no valor inicial de R\$ 359.952.127,00. Com as alterações estruturais ocorridas ; Deste valor, conforme registros extraídos, ao final do exercício, do Quadro de Detalhamento de Despesa da unidade orçamentária da SEJUS, foram empenhados e liquidados R\$ 211.08.110,320, atingindo aproximadamente 70% de execução orçamentária.

Os contingenciamentos, bloqueios e cancelamentos ao orçamento previamente planejado trouxeram prejuízos ao andamento normal das atividades, tornando inviável a execução de algumas delas e dificultando o cumprimento de alguns compromissos assumidos pela SEJUS. Soma-se a isto a escassez de servidor e alta rotatividade nos diversos cargos de gestores, atos estes que prejudicaram a continuidade dos projetos. Por fim, observa-se também a necessidade de capacitação dos servidores nas áreas de contabilidade, administração, licitações, contratos, convênios de forma a se evitar erros, retrabalho e se obter maior celeridade nos processos.

A Secretaria de Justiça e Cidadania, por meio de suas unidades orgânicas, tem como expectativa desenvolver ações que visem tornar o Distrito Federal uma referência de desenvolvimento de uma cultura de excelência, assegurando, na prestação dos serviços, alto padrão de qualidade, eficiência, agilidade e respeito ao cidadão.

Até dezembro de 2016 pretende-se concluir a execução de 45% da obra dos 4CDP's, e em 2017, o Lançamento do NA HORA Online; o Lançamento do NA HORA Itinerante; a Implantação dos 3 Conselhos Regionais de Políticas sobre Drogas; a Implantação do projeto Re-construindo em Taguatinga e Ceilândia; a Implantação do projeto de reinserção social para usuários de Crack e; o Superação Cidadã em Arapoanga.

Cabe ressaltar, que atualmente o índice de aproveitamento da Secretaria em relação ao Acordo de Resultados pactuado é de 75% e que no dia 24 de agosto de 2016 ocorreu a RAR – Reunião de Acordo de Resultados com o Governador no qual o mesmo elogiou a postura da Secretaria e apreciou o projeto NA HORA Online.

Em relação aos indicadores acordados no Acordo de Resultados de 2016, nos indicadores de processo foi alcançado um total de: 1124 audiências jurídicas assistidas ou acompanhadas; 1954 atendimentos psicossociais do programa Superando a Violência; e, referente aos indicadores estratégicos, foi alcançado: 60% de taxa de adesão ao programa.

Projetos Previstos para modernização do Na Hora no exercício de 2017

- Na Hora Online (Serviços online - Agendamento de Serviços, Acompanhamento de Agendamento, Guia de Serviços, Unidades e Horários de Atendimento, Notícias, Fotos, Vídeos, Redes Sociais, Achados e Perdidos, Disque Na Hora / Ouvidoria, Fale com o Na Hora, Parceiros, Dados estatísticos, Totens de serviço/informações).
- Na Hora Itinerante.
- Instalação de Unidade Modelo em Taguatinga.
- Uniformes para os servidores das Unidades.
- Elaboração de concurso para eleição dos modelos de uniformes.
- Nova comunicação visual para as unidades (layout, sinalização).
- Expansão do número de unidades Na Hora – Samambaia.
- Desmembramento da conta de água da Caesb para a unidade de Ceilândia.
- Projeto de manutenção dos ar condicionados nas unidades próprias (Ceilândia e Rodoviária).

20.1. INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO DISTRITO FEDERAL – UO: 44.202

Criado em 1986 como Grupo Executivo de Defesa do Consumidor/PROCON-DF, transformado, em 1993, pela Lei Distrital 426/93, em Subsecretaria de Defesa do Consumidor, da Secretaria de Governo do Distrito Federal e, por fim, em Autarquia, em regime especial, pela Lei Distrital 2.668/2001 e, desde 2007, vinculada à Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal ao Instituto de Defesa do Consumidor/PROCON-DF compete:

I – normatizar e executar ações de defesa do consumidor na forma da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, e de leis correlatas;

II – receber, analisar e encaminhar as reclamações, sugestões ou proposições apresentadas pelas entidades representativas da população e por consumidores individuais ou coletivos;

III – informar, conscientizar e motivar o consumidor por meio de programas específicos, inclusive com a utilização dos meios de comunicação de massa;

IV – estimular, por intermédio dos meios de comunicação de massa ou do contato direto com a população e associações, a defesa do consumidor;

V – elaborar e implantar programas especiais de defesa e proteção do consumidor;

VI – acompanhar e informar sobre os aperfeiçoamentos legais e institucionais afetos à defesa e proteção do consumidor;

VII – agir junto às instituições de ensino e pesquisa para mútua colaboração na averiguação da qualidade de produtos;

VIII – empreender, sempre que necessário, gestões junto a entidades privadas, visando à colaboração na execução de programas referentes à defesa e proteção do consumidor;

IX – alertar as autoridades competentes e a comunidade sobre os atos lesivos que estejam sendo cometidos contra o consumidor em geral;

X – firmar convênios com entidades públicas ou privadas, visando à capacitação técnica do Instituto.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	04
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	06*
CLT – afastado	-
Conselheiro	*
Estatutário – em exercício	65
Estatutário - afastado	01
Sem vínculo – em exercício	52
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	132
Total ativos - afastado	02

*Os 06 servidores CLT em exercício no Instituto tratam-se dos empregados da Sociedade de Transporte Coletivos de Brasília – TCB e estão com status de requisitados no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH. A Unidade conta também com 09 servidores requisitados de outros órgãos que estão em exercício que soma-se um total de 132 servidores em exercício.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO 6211 : DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2267 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	0	507.339	312.525	227.738
0001 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR-PROCON-DISTRITO FEDERAL	0	507.339	312.525	227.738
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	0	96.889	0	0
0002 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-PROCON-DISTRITO FEDERAL	0	96.889	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6211	0	604.328	312.526	227.739

PROGRAMA 6002 : GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	1.583.242	1.368.375	1.368.375
0002 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-PROCON-DISTRITO FEDERAL	0	1.583.242	1.368.375	1.368.375
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	112.272	112.272	112.272

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
0002 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-PROCON-DF	0	112.272	112.272	112.272
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	1.805.932	1.799.602	1.786.102
0002 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-PROCON-DISTRITO FEDERAL	0	1.805.932	1.799.602	1.786.102
TOTAL DO PROGRAMA	0	3.501.446	3.280.249	3.266.749

PROGRAMA: 0001–PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	19.000	5.566	5.566
0002 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-PROCON-DISTRITO FEDERAL	0	19.000	5.566	5.566
TOTAL DO PROGRAMA 0001	0	19.000	5.566	5.566

No âmbito do plano de trabalho implementado pelo PROCON, no período de janeiro a dezembro de 2016, podem ser destacados os seguintes resultados:

Instrumentos de Fiscalização	Quantidade
Autos de Infração(Ai)	1.976
Autos de Constatação(AC)	3.128
Relatórios de Visita(RV)	1.031
Total de Documentos Fiscais	6.135
Media Mensal de Documentos Fiscais	511,25

- **Total de Atividades Fiscalizatórias:** 6135
- **Quantidade de Operações Especiais realizadas no período:** 19

Relação de Operações Especiais Realizadas em 2016

- Ponta do Lápis (janeiro);
- Volta às aulas (janeiro);
- De Olho na Validade (março);
- Acessibilidade (março);
- Páscoa (março);
- Lei da Fila nos Bancos (abril);
- Origem da Carne/em conjunto com a ANVISA (abril);
- Blitz da Meia-Entrada (abril);
- Dia das Mães (maio)
- Cupido (junho);
- Mercado na Linha (junho);
- Operação nos Bancos (julho);
- Operação Aeroporto (julho);
- Viagem Legal Rodoviárias (julho),
- Operação Amigos do Procon (agosto),
- Coleta de Preços em Papelarias (novembro);
- Na ponta do Lápis (novembro);
- Operação nos Estacionamentos (dezembro); e
- Operação Especial de Natal.

Controle Geral dos Atendimentos - Estatístico Período 01/01/2016 a 31/12/2016

Tipo de Atendimento	Quantidade
Abertura Direta da Reclamação	43
Atendimento Cancelado	2.351
CIP (Carta de Informações Preliminares)	26.970
Encaminhamento a Fiscalização	455
Extra Procon	9.413
Inicial JEC	02
Reclamação de Ofício	1.688
Simple Consultas	34.800
Total Geral - PROCON DF	75.722

20.2. FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR DO DISTRITO FEDERAL – UO: 44.902

O Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor, instituído pela Lei Complementar nº 50, de 23 de dezembro de 1997, vinculado ao Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal – PROCON/DF, tem por finalidade precípua o desenvolvimento de atividades voltadas à proteção e defesa dos direitos do consumidor.

Constituem receitas do FDDC/DF os valores oriundos de sanções pecuniárias resultantes das condenações, multas ou indenizações determinadas ou aplicadas em razão de quaisquer ações judiciais que impliquem a obrigação de ressarcimento de danos morais ou patrimoniais a direito ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos de consumidores; das multas e rendimentos auferidos da aplicação dos recursos do Fundo; das dotações orçamentárias; das receitas de convênios, consórcios e contratos celebrados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras e outros recursos.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.530.000	630.000	0	0
2267 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	1.700.000	2.600.000	1.949.071	0
0004 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONUMIDOR-DISTRITO FEDERAL	1.700.000	2.600.000	1.949.071	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	390.000	390.000	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	200.000	200.000	38.765	19.663
0017 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONUMIDOR-DISTRITO FEDERAL	200.000	200.000	38.765	19.663
TOTAL DO PROGRAMA 6211	3.820.000	3.820.000	1.987.835,21	19.663

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Convênios consumidor/sociedade civil	Unidade			Anual	2	2	2	2	FDDC / UO 44902 / OE 3

O Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor – FDDC tem como objetivo principal financiar atividades voltadas à melhoria das relações entre consumidores e fornecedores, seja através de projetos que contemplem a educação para o consumo, seja estruturando os órgãos de defesa do consumidor. No ano de 2016, foram apresentados 05 projetos, dos quais 04 foram aprovados pelo Conselho de Administração do FDDC – CA/FDDC. Dois projetos envolviam a melhoria na estrutura do IDC-PROCON/DF, pendentes de finalização, na reforma do espaço da Sede. Um dos projetos envolveu a melhoria no Núcleo Telefônico do PROCON (telefone 151), com a aquisição de novos conjuntos de fone de ouvido (*headset*) para os atendentes. Por fim, em ação civil pública que buscou regularizar projeto de engenharia, o FDDC aprovou o pagamento de perícia para determinar se houve falha no projeto, prejudicando centenas de consumidores.

No ano de 2016, o CA/FDDC lançou o primeiro edital de chamamento público para seleção de projetos para entidades sem fins lucrativos. O objetivo era firmar convênios com entidades que tivessem fins voltados a atividades de defesa do consumidor. O edital foi publicado no mês de dezembro de 2015 e republicado no mês de março de 2016. Foram previstos oito temas de direito do consumidor e o objetivo era firmar, no mínimo, dois convênios no ano de 2016. No entanto, não houve qualquer proposta apresentada, não tendo sido alcançado o objetivo inicial. As empresas relataram a dificuldade na publicidade do edital e o pouco tempo que tiveram para apresentar propostas, sugestões estas que deverão ser acatadas para o edital de 2017.

PROGRAMA 6002 – PROGRAMA GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	80.000	52.000	0	0
5818 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONUMIDOR-DISTRITO FEDERAL	80.000	52.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6002	80.000	52.000	0	0

No programa específico para capacitação de servidores, o CA/FDDC não recebeu qualquer projeto relacionado ao tema, não tendo havido execução no programa de trabalho. Para o ano de 2017, o objetivo é capacitar os servidores na área de projetos, objetivando alcançar a correta execução orçamentária.

2. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O FDDC encontrou duas grandes dificuldades em 2016: a falta de projetos apresentados e a qualidade naqueles que, de fato, chegaram na unidade. Em que pese tenha sido a maior execução orçamentária da unidade desde 2012 (ainda que pendente de liquidação e pagamento em 2017), ainda restou abaixo das expectativas geradas. Dos cinco programas de trabalho previstos em 2016, somente dois foram usados, não tendo havido projetos nas áreas de tecnologia da informação e capacitação de servidores. Há enorme necessidade de que o PROCON se aperfeiçoe nas áreas de projetos básicos para que haja a correta execução orçamentária anual. Sobram ideias, porém, pecam na execução dos projetos.

O principal objetivo da unidade também não foi alcançado, não tendo sido firmado qualquer convênio, sendo que os indicadores previstos eram de dois convênios. Objetivo no ano de 2017 é melhorar a publicidade na publicação do edital de chamamento e atrair maiores entidades, possibilitando firmar convênios.

20.3. FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL - UO: 44.906

O Fundo Antidrogas do Distrito Federal criado pela Lei Complementar nº 819, de 26 de novembro de 2009, sob a gestão da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, é instrumento de natureza contábil, que tem por finalidade captar e administrar recursos voltados à implementação de políticas públicas de prevenção do uso de drogas, de fiscalização e repressão do tráfico ilícito, de tratamento, reabilitação e reinserção social de dependentes químicos.

O Conselho Administrativo do FUNPAD é exercido pelo Conselho de Política sobre Drogas do Distrito Federal – CONEN/DF, conforme Lei Complementar nº 844, de 09 de maio de 2012.

Constituem recursos do FUNPAD as dotações específicas do orçamento do Distrito Federal; recursos advindos de convênios, consórcios, contratos e/ou outros ajustes celebrados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; recursos do Fundo Nacional Antidrogas, saldo financeiro apurado no balanço anual; doações, bens móveis e imóveis que o Fundo venha a receber de organismos nacionais, estrangeiros e demais pessoas físicas ou jurídicas e ainda outros recursos que lhe forem destinados.

Os recursos do FUNPAD destinam-se a programas de formação profissional voltados à elaboração e à gestão de políticas públicas na área de redução da oferta, de danos e demanda de drogas; à prevenção do uso, ao tratamento e à recuperação de dependentes químicos e ao controle e fiscalização do uso e do tráfico de drogas; à subvenção a entidades que mantenham programas de tratamento e recuperação de dependentes ou de apoio a seus familiares; à confecção e distribuição de mídia impressa sobre prevenção, riscos do uso de drogas e tratamento da dependência e outros.

Os recursos do FUNPAD são movimentados em conta corrente bancária específica, aberta para esse fim, obedecendo à programação de desembolso aprovada por seu Conselho de Administração

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – FAMÍLIAS FORTES.****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2179 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL	1.998.000	1.998.000	1.530.061	1.366.122
3696 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL- ENFRENTAMENTO AS DROGAS-DISTRITO FEDERAL	1.998.000	1.998.000	1.530.061	1.368.122
TOTAL DO PROGRAMA 6228	1.998.000	1.998.000	1.530.061	1.638.122

O Fundo Antidrogas do Distrito Federal disponibilizou **152 leitos** em instituições que prestam serviço de atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas.

Os recursos do FUNPAD foram utilizados apenas com contratos das Comunidades Terapêuticas. Atualmente existem **cinco Comunidades Terapêuticas** com contratos firmados com a SEJUS, conforme descrição abaixo, o custo mensal dos contratos é de R\$ 152.000,00, que se multiplicado por 12 meses totaliza o valor de R\$ 1.824.000.

Cumprir ressaltar que existe um Edital de Credenciamento de novas Comunidades Terapêuticas, já habilitadas e editais homologadas, para adimplir novos contratos visando o aumento de mais 116 leitos. Para a efetividade do Edital e cumprimento no PPA 2016-2019, em consonância com a Política Distrital sobre Drogas, exige-se uma programação de aumentos anuais de 116 vagas, que corresponde ao valor de R\$ 116.000,00 mensais e R\$ 1.392.000,00 anuais

Comunidade Terapêutica	Nº De Vagas Contratadas
Abba Pai	15
Assoc. Beneficente Caverna de Adulão	50
Instituto Crescer – Nova Vida	15
RAV – Renovando a Vida	12
ONG – Salve a Si	60
Total	152

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Houve redução do número de 227 leitos disponibilizados no ano de 2015, sendo iniciado o exercício de 2016 com apenas 152 leitos contratados, haja vista, que duas comunidades terapêuticas conhecidas como (Casa de Recuperação Leão de Judá – 60 vagas; e Casa do Sol Azul – AMAI – 15 vagas) não tiveram a prorrogação dos seus respectivos contratos.

Ressalta-se também, que em razão do contingenciamento de recursos no presente exercício, não foi possível uma maior ampliação dos serviços prestados.

Por oportuno, registra-se a necessidade de suplementação ao PLOA 2017 no que tange ao teto até então disponibilizado para a Unidade Orçamentária da funpad, qual seja, de R\$ 1.998.000,00, insuficientes para a manutenção dos contratos no próximo exercício orçamentário.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Consideram-se positivas as ações do FUNPAD no exercício de 2016, em face da destinação dos recursos financeiros para os contratos acima citados.

A expectativa para o ano de 2017 é a manutenção e ampliação do número de comunidades terapêuticas credenciadas e conseqüentemente o aumento do quantitativo de vagas a serem oferecidas, majorando o número de leitos/internações.

O Conselho de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal – CONEN/DF, foca na regulamentação, capacitação e estruturação de instituições que desejam participar de futuro edital de credenciamento, possibilitando uma maior distribuição de vagas contratadas no que concerne ao aspecto geográfico.

21. CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL– UO: 45.101

A Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) rege-se pelo Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, Decreto nº 36.017, de 18 de novembro de 2014, Decreto nº 36.236 de 1º de janeiro de 2015, Decreto nº 36.877, de 16 de novembro de 2015, Decreto nº 37.472, de 08 de julho de 2016, Decreto nº 37.592, de 30 de agosto de 2016, e Decreto nº 37.712, de 18 de outubro de 2016. É órgão especializado de direção superior, diretamente subordinado ao Governador do Distrito Federal, responsável pela coordenação e execução das ações de governo asseguradoras da legalidade e moralidade administrativas, com atuação em macro funções como: controle interno; correição; transparência e controle social e ouvidoria.

A Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), e a legislação que a instituiu, traz como competências:

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Distrito Federal (DF);
- II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial nos órgãos e entidades da administração do DF, e quanto à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III. Exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante da remuneração, vencimento ou salário de seus membros ou servidores;
- IV. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como os dos direitos e haveres do DF;
- V. Avaliar a relação de custo e benefício das renúncias de receitas e dos incentivos, remissões, parcelamentos de dívidas, anistias, isenções, subsídios, benefícios e afins de natureza financeira, tributária, creditícia e outros;
- VI. Apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional;
- VII. Supervisionar, dar tratamento e orientação aos dados e informações disponibilizáveis no Portal da Transparência;
- VIII. Supervisionar e coordenar o sistema de controle interno;
- IX. Planejar, organizar e coordenar as atividades operacionais das áreas de correição e auditoria administrativa;
- X. Dar andamento às representações e denúncias relacionadas à ouvidoria;
- XI. Atuar na defesa do patrimônio público e da transparência;
- XII. Planejar, organizar e coordenar as atividades operacionais relativas à prevenção e combate à corrupção;
- XIII. Verificar a aplicação dos princípios constitucionais nos atos da Administração Pública;
- XIV. Apurar indícios de irregularidades.

A Controladoria-Geral do Distrito Federal teve sua denominação alterada, no lugar da então Secretaria de Estado de Transparência e Controle, consoante Decreto nº 36.236 de 1º de janeiro de 2015, artigo 8º, § 1º, alínea XII e Decreto nº 37.948, de 9 de janeiro de 2017.

Sua missão institucional é: “Orientar e controlar a gestão pública, com transparência e participação da sociedade”. Sendo a visão de futuro: “Ser reconhecido como órgão permanente de controle, cujas ações contribuem para melhorar a vida do cidadão”. E, para o cumprimento de suas atribuições institucionais, a CGDF definiu como valores que devem nortear a conduta dos seus servidores: “Ética, Transparência, Profissionalismo, Comprometimento”.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	36
Cedidos – fora GDF	9
Requisitado fora GDF – PASUS	0
Temporário – em exercício	0
Temporário – afastado	0
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	0
Estatutário – em exercício	194
Estatutário - afastado	2
Sem vínculo – em exercício	21
Sem vínculo – afastado	0
Total ativos – em exercício	260
Total ativos - afastado	2

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	16.000	89.556	77.195	77.195
2529 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE	16.000	89.556	77.195	77.195

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DO DF-DISTRITO FEDERAL				
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	380.000	614.717	423.299	421.192
0010 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	380.000	614.717	423.299	421.192
4093 - CONTROLE, CORREIÇÃO E TRANSPARÊNCIA NAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS PÚBLICOS	350.000	400.000	392.962	392.962
0001 - CONTROLE, CORREIÇÃO E TRANSPARÊNCIA NAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	350.000	400.000	392.962	392.962
TOTAL DO PROGRAMA 6203	746.000	1.104.273	893.456	891.349

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp.
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Nível do órgão central de controle interno do Distrito Federal na avaliação IA-CM do IIA, CONACI e Banco Mundial	Nível	1	31/10/2015	Anual	2	3	3	4	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1
Atendimento satisfatório das recomendações de auditoria consequentes de falhas graves	%			Anual	30	35	40	45	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1
Taxa de implementação de matrizes de risco	%			Anual	15	30	60	100	SUBCI / CGDF/ UO 45101/ OE 1
Implantação de unidades especializadas de correição	%	10	31/12/2015	Anual	30	50	80	100	SUCOR/ CGDF/ UO 45101/ OE 1
Implementação de comissão de ética nos órgãos e entidades do Distrito Federal	%			Anual	30	50	80	100	SUCOR/ CGDF/ UO 45101/ OE 1
Taxa de satisfação das respostas de ouvidoria	%	50	31/12/2015	Mensal	55	60	70	80	OUVIDORA GERAL/ CGDF/ UO 45101/ OE 1
Taxa de satisfação do cidadão em relação aos instrumentos de transparência	%			Anual	50	55	60	65	SUTCS/ CGDF/ UO 45101/ OE 1

No exercício de 2016, foi instituído o Plano Estratégico Institucional - PEI da Controladoria-Geral do DF para o quadriênio 2016-2019. Concebido com a participação de todas as unidades da CGDF, o PEI possui direta vinculação à estratégia do Governo e busca inovar as ações da CGDF de forma a atender às crescentes e legítimas demandas do cidadão brasileiro.

Com foco em resultados, o PEI 2016-2019 apresenta objetivos, metas e indicadores que agregam novos valores e metodologias de trabalho, indicando um esforço coletivo para aprimorar a atuação da CGDF, modernizando as atividades de controle interno baseada nas auditorias preventivas e concomitantes, tendo a prevenção como prioridade na atuação do órgão.

Aliadas à adoção de técnicas reconhecidas como boas práticas como forma de intensificar as ações de controle, estão a implementação de projetos para o fortalecimento das atividades de correição administrativa, somando um conjunto de iniciativas que vão contribuir para mais efetividade das políticas públicas.

Além disso, a CGDF objetiva oferecer múltiplos mecanismos de participação do cidadão no controle das ações governamentais e disponibilizar melhores canais de comunicação entre a sociedade e o governo. O compromisso com o fortalecimento dos espaços de participação popular e das instâncias de controle social também é encontrado no propósito de fomentar o papel e o serviço de ouvidoria, canal pelo qual o cidadão pode participar diretamente das políticas públicas, manifestando suas críticas, sugestões e denúncias.

Com vistas ao aperfeiçoamento de técnicas de auditoria e de controle interno, foi implantado na CGDF o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (Modelo IA-CM), projeto que faz parte do Acordo de Resultados firmado pela CGDF que consiste em uma estrutura que identifica os fundamentos necessários para uma auditoria interna eficaz no governo e no setor público em geral e ilustra os níveis e estágios por meio dos quais a atividade de auditoria interna deve evoluir. O Modelo traz uma autoavaliação, construção de capacidades e promoção da profissão, com vistas a melhorar a eficácia da auditoria interna,

e contempla macroprocessos-chaves (Key ProcessArea - KPA) de auditoria interna, constituídos por atividades que devem ser institucionalizadas para que o órgão de controle seja considerado eficaz no governo e no setor público em geral.

Esses macroprocessos também estão relacionados a seis elementos: serviços e papel da auditoria interna; gerenciamento de pessoas; práticas profissionais; gerenciamento do desempenho e *accountability*; cultura e relacionamento organizacional e estruturas de governança. Tais elementos correlacionam-se ainda com os cinco níveis de maturidade de auditoria interna propostos pelo Modelo: 1-Inicial, 2-Infraestrutura, 3-Integrado, 4-Gerenciado e 5-Otimizado. A Controladoria-Geral objetiva alcançar até 2019 o nível 4 do Modelo.

Além do Modelo IA-CM, iniciou-se o projeto de fomento e implantação da Gestão de Riscos no Poder executivo do DF, também integrante do Acordo de Resultados. A iniciativa busca integrar a gestão de riscos como elemento-chave da responsabilidade gerencial, de modo a promover a integridade e prevenir a improbidade, os desvios e a corrupção, com o desenvolvimento de atividades e ações destinadas a controlar os riscos da organização, neutralizando seu impacto. Em 2016, implantou-se a Gestão de Riscos em 6 órgãos/entidades do DF: Hemocentro, SEDESTMIDH, SEAGRI, Metrô, Emater e CGDF.

Buscando o aprimoramento contínuo da gestão pública no combate à corrupção, a transparência, a gestão de riscos e os mecanismos de controle adotados pelo Governo de Brasília, foram publicados o Decreto nº 37.296, de 29 de abril de 2016, que regulamenta a Lei Anticorrupção; o Decreto nº 37.297, de 29 de abril de 2016, que aprova os Códigos de Conduta da Alta Administração e de Ética; e o Decreto nº 37.302, de 29 de abril de 2016, estabelecendo os modelos de boas práticas gerenciais em gestão de riscos e controle interno a serem adotados no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal. A regulamentação dessas temáticas fizeram parte do Acordo de Resultados de 2016.

O decreto da Lei Anticorrupção trata da responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos ilícitos contra a Administração Pública, em especial por atos de corrupção e fraudes em licitações e contratos administrativos, definindo a Controladoria-Geral do DF como órgão essencial na apuração de ilícitos. Também, estabelece requisitos a serem seguidos para o processo administrativo e as condições para a celebração do Acordo de Leniência, fortalecendo a ética no comportamento público e a integridade nas empresas privadas.

A definição de padrões éticos para servidores, tema do segundo decreto, se dará por meio do código de conduta da alta administração, do código de ética dos servidores e empregados públicos civis do Poder Executivo do DF e das comissões de ética. O Decreto criou a Comissão-Geral de Ética Pública e as Comissões de Ética, responsáveis por aplicar e gerir os códigos implementados, além de orientar e aconselhar o gestor público no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Ele fortalece os compromissos éticos e morais dos servidores e empregados públicos, inclusive daqueles que ocupam cargos da Alta Administração, proporcionando elevado padrão de conduta capaz de assegurar a lisura e a transparência dos atos praticados.

O terceiro decreto estabelece os modelos de boas práticas gerenciais em gestão de riscos e controle interno a serem adotados no âmbito da Administração Pública do DF. Os critérios para a condução de processos administrativos terão de seguir normas internacionais de gestão, como a ISO 31000:2009 e a ISO 19011:2011. Pelo decreto, a CGDF é responsável por apoiar a implantação dos modelos de boas práticas gerenciais e fomentar a gestão de riscos e mecanismos de controle interno nos órgãos e entidades, atuando de forma sistemática e permanente com vistas à agregação de valor à gestão.

Somando a essas iniciativas, no dia 5 de dezembro, foi publicada a Portaria nº 247, instituindo o Programa de Estímulo à Integridade Pública da Controladoria-Geral do Distrito Federal - PREIP, para a administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal, que consiste num conjunto de mecanismos e procedimentos internos de prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e desvio de conduta.

Contribuindo para aperfeiçoamento dos espaços de participação do cidadão, durante o exercício de 2016, houve o lançamento do novo sistema informatizado de ouvidoria, o Ouv-DF e da nova versão do Portal da Transparência, ambos integrantes do Acordo de Resultados. Tais mecanismos permitem a avaliação de satisfação do cidadão com o serviço de ouvidoria e com instrumentos de transparência. Em 2016, os índices alcançados foram de 56% de satisfação das respostas de ouvidoria e 63% de satisfação do cidadão em relação aos instrumentos de transparência, ambas as medições superando o valor do estabelecido no Plano Plurianual.

PROGRAMA TEMÁTICO : 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	198.900	320.899	222.009	222.009
8384 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	198.900	320.899	222.009	222.009
TOTAL DO PROGRAMA 6211	198.900	320.899	222.009	222.009

PROGRAMA 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	440.661	599.661	454.274	454.274
9638 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	440.661	599.661	454.274	454.274
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	15.000	14.999	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
0029 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	15.000	14.999	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	73.066.701	66.913.175	60.112.374	60.112.374
6996 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	73.066.701	66.913.175	60.112.374	60.112.374
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	963.860	1.249.931	1.231.739	1.231.739
6991 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	963.860	1.249.931	1.231.739	1.231.739
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	483.572	499.346	440.953	425.154
8681 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	483.572	499.346	440.953	425.153
TOTAL DO PROGRAMA 6003	74.954.794	69.262.113	62.239.322	62.223.541

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	1.544.000	1.544.000	164.670	164.670
0042 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA--DISTRITO FEDERAL	1.544.000	1.544.000	164.670	164.670
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.900.000	3.398.332	2.888.359	2.888.359
6968 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1.900.000	3.398.332	2.888.359	2.888.359
TOTAL DO PROGRAMA 0001	3.444.000	4.942.332	3.053.029	3.053.029

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

De forma finalística, as ações de controle no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal, por meio de auditorias e inspeções, resultam na análise e fiscalização de ações e programas de governo, e são realizadas pela Controladoria-Geral do DF, em consonância com o que estabelece os arts. 70 e 74 da Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, que trata da Previsão Constitucional do Sistema de Controle Interno (SCI); os arts. 77, 80 e 88 da LODF de 1994, que trata da previsão do SCI no âmbito do Distrito Federal; os arts. 48 e 49 da Lei Complementar Distrital nº 1/1994, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) que determina a obrigatoriedade de realizar auditoria pelo Órgão de Controle Interno; Resolução nº926/2015 do TCDF, que regula a tomada e prestação de contas anuais dos dirigentes e ordenadores de despesas; Leis Distritais nºs 830/1994, que Cria o SCI do Distrito Federal; 3.105/2002 e 3.163/2003, que Atribuem competências e responsabilidades com a criação da Corregedoria Geral do DF, com Status de Secretaria de Estado e 4.448/2009, que cria a Carreira de Auditoria de Controle Interno e demais normas infraconstitucionais Distritais.

Além disso, os trabalhos foram executados com base na Portaria nº 226, de 26 de novembro de 2015, que disciplina a realização das ações de controle pela CGDF na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do DF, na condição de Órgão Central de Controle Interno com a aplicação das tendências mais modernas em termos de ações de controle para normatizar os trabalhos da CGDF, como por exemplo: ISO 31000:2009 – Gestão de Riscos; ISO 27001:2005 - Sistemas de Gerência da Segurança da Informação; ISO 19011:2011 – Diretrizes para Auditoria de Sistemas de Gestão; Controle Interno – Estrutura Integrada – 2013 do Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO); Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (PMBOK – 2014) do Instituto de Gerenciamento de Projetos (PMI); Modelo IA-CM (Avaliação de Capacidade de Auditoria Interna) do Banco Mundial.

Dentre as principais entregas da área de auditoria, sintetizadas no quadro abaixo, estão destacadas o quantitativo de auditorias especiais e inspeções realizados em 2016:

Tipo de Auditoria	Quantidade
Auditorias de Contas Anuais	103
Auditorias Especiais	32
Inspeções	18
Auditorias Operacionais para Prestação de Contas do Governador de 2016	11
Auditoria Contábil (RGF)	1
Ações De Controle Pontuais (IAC, PAPERS)	9
Total	169

Foram realizadas auditorias de atos de pessoal de 11.181 fichas de admissão e 7.144 processos de aposentadorias, reformas e pensões.

Os resultados das principais entregas realizadas pela CGDF demonstram grande potencial de oportunidade de recuperação de valores para o Governo do Distrito Federal, os quais chegam a R\$ 316.829.477,20 (trezentos e dezesseis milhões oitocentos e vinte e nove mil quatrocentos e setenta e sete reais e vinte centavos), conforme quadro sintético a seguir:

Ação de Auditoria	Observações	Valores Recuperáveis em R\$
Auditoria Especial na Construção do BRT Sul	Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede do Departamento de Estrada de Rodagem do Distrito Federal, no período de 25/11/2015 a 29/01/2016, objetivando verificar Análise de atos e fatos relacionados à construção do BRT Sul, no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/DF, e da Supervisora BRT Sul, no âmbito da Secretaria de Estado de	169.779.066,12

Ação de Auditoria	Observações	Valores Recuperáveis em R\$
	Mobilidade.) Foram verificados os seguintes pontos: Ineficiência no estudo de demanda de usuários do BRT-SUL; Inadequação na condução e implementação do objeto de contratação - BRT SUL EXECUÇÃO; Impedimento na apuração complementar do superfaturamento de preços apontado pelo TCDF; Prejuízo na construção inacabada da Estação 12 – CANDANGOLÂNDIA; Descaracterização do Projeto Básico; Ausência nos autos do contrato de elaboração do Projeto Básico de engenharia para implantação do BRT SUL (Contrato Nº 164/2007); Ausência de relatórios descritos no Contrato Nº 14/2013-ST/DF; Prejuízo pela não implantação do Sistema Inteligente de Transporte – ITS; Edificações que não atendem as condições de acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; Aditivos contratuais que ultrapassam os limites impostos pela LEI Nº 8.666/ 93; Desatendimento a Procuradoria Geral do Distrito Federal quanto ao aditivo do Contrato Nº 14/2013; Falta de atuação da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB-DF quanto ao funcionamento operacional regular do BRT SUL; Prejuízo ocasionado pela manipulação da planilha orçamentária;	
Auditoria Especial na execução de obras para atender o Comitê Olímpico Brasileiro	Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal, no período de 15/04/2016 a 01/07/2016, objetivando verificar Análise de atos e fatos relacionados à execução de obras para atender o evento denominado Olimpíadas Rio 2016. Foram verificados os seguintes pontos: Designação irregular de executor de contrato; Execução de serviço em desacordo com as especificações e orçamento do projeto básico; Pagamento de serviços não executados.	152.148,54
Auditoria Especial na Implantação do Aterro Sanitário Oeste	Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede do Serviço de Limpeza Urbana, no período de 02/05/2016 a 29/07/2016, objetivando verificar Análise de atos e fatos relacionados à execução do Aterro Sanitário Oeste. Foram verificados os seguintes pontos: Irregularidade nos termos de referência dos pregões; Não aplicação de multas na rescisão do Contrato nº 615/2013; Falta de implementação das condicionantes ambientais da licença de instalação; Superdimensionamento da área da escola para atendimento da condicionante ambiental nº 14; Ineficiência na gestão da construção do aterro sanitário; Ineficiência no Contrato nº 09/2015 – consultora e fiscalizadora das obras da célula de aterro.	Cancelamento do Pregão Eletrônico com economia de R\$80.000,00. Discussão da aplicação de multa e possível ingresso de R\$70.000,00. Apuração dos serviços efetivamente executados em contrato de valor igual a R\$323.980,00.
Inspeção na Drenagem Pluvial de Vicente Pires	Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, no período de 28/01/2016 a 26/02/2016, objetivando verificar Análise de atos e fatos relacionados à execução de pavimentação asfáltica, meios-fios, drenagem pluvial e execução de obras de artes especiais em Vicente Pires - DF. Foram verificados os seguintes pontos: Pagamento a menor de contribuições previdenciárias e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; Mão de obra da administração local em percentual elevado; Pagamento de percentual de administração local desproporcional a execução física da obra; Cláusulas abusivas de perda de direito à indenização de seguro garantia, em caso de inexecução contratual; Pagamento de serviços não executados.	1.832.434,38
Inspeção na Construção de Parques Infantis	Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Administração Regional do Guará, no período de 11/02/2016 a 26/02/2016, objetivando verificar Análise de atos e fatos relacionados à execução do Contrato nº 23/2014-RA X, cujo objeto trata de obras de Reforma de Parquinhos em diversos locais do Guará. Foram verificados os seguintes pontos: Execução parcial dos serviços ou em desacordo com o contrato; Projetos básicos sem aprovação da autoridade competente; Falta de comprovação da execução de serviços constantes da planilha de referência, Ausência de anotação de responsabilidade técnica – ART; Ausência de comprovação de execução de serviços de administração local.	68.886,18.
Inspeção na Administração de Águas Claras	Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Administração Regional de Águas Claras, no período de 28/06/2016 a 04/08/2016, objetivando verificar e analisar atos e fatos relacionados à contratação do objeto da Tomada de Preços nº 01/2015 e Tomada de Preços nº 02/2015. Foram verificados os seguintes pontos: Execução parcial dos serviços ou em desacordo com o contrato; Projetos básicos sem aprovação da autoridade competente; Falta de comprovação da execução de serviços constantes da planilha de referência; Ausência de anotação de responsabilidade técnica – ART; Ausência de comprovação de execução de serviços de administração local.	152.148,54.
Auditoria Especial na TI da Secretaria de Educação	Verificar a conformidade dos contratos de bens e serviços de Tecnologia da Informação à legislação vigente, bem como avaliar a execução desses contratos quanto aos aspectos de eficácia, eficiência e economicidade no âmbito da Secretaria de Estado de Educação.	2.861.273,34
Auditoria Especial na TI da Secretaria de Saúde	Trabalho de auditoria na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, objetivando verificar a conformidade de contratos de bens e serviços de Tecnologia da Informação à legislação	2.872.303,57.

Ação de Auditoria	Observações	Valores Recuperáveis em R\$
Auditoria Especial na TI e Telefonia Fixa da Secretaria de Saúde	Trabalho de auditoria na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, objetivando verificar a conformidade dos contratos de Telefonia Fixa da Unidade, bem como avaliar a execução desses contratos quanto aos aspectos de eficácia, eficiência e economicidade	Prejuízo mensal de 20.423,96.
Auditoria Especial na Administração Regional de Ceilândia	Contratações com sobrepreço, que resultam num prejuízo de R\$ 142.500,00, conforme Item 6 do Relatório nº 03/2016, Pagamento por eventos não executados, Execução parcial de contrato, foi verificada na auditoria pesquisa de preço deficiente, ausência de demonstração do interesse público e detalhamento insuficiente das demandas em prol do interesse público	212.944,44
Auditoria Especial em atos de pessoal	Pagamento irregular de Incorporação de Função Militar	2.385.494,67
Auditoria Especial em atos de pessoal	Abono de Permanência Concedido indevidamente	6.109,08
Auditoria Especial em atos de pessoal	Irregularidade no pagamento da Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - GCET	489.845,50
Auditoria Especial em atos de pessoal	Gratificação de Movimentação Paga Irregularmente	746.990,26
Auditoria Especial em atos de pessoal	Servidores recebendo Gratificação de Titulação por mais de um título de mesma natureza	76.042.385,55
Auditoria Especial em atos de pessoal	Pagamento Irregular da Gratificação por Habilitação em Políticas Públicas – GHPP	6.114,90
Auditoria Especial em atos de pessoal	Pagamento Irregular da Gratificação por Atividade de Risco – GAR	21.436,65
Auditoria Especial em atos de pessoal	Aumento dos valores recebidos nas Gratificações de Atividade Pedagógica - GAPED após a publicação da Portaria nº 47/2016	3.446.380,85
Auditoria Especial em atos de pessoal	Pagamento indevido de Gratificação de Atendimento Público – GAP	523.800,00
Auditoria Especial em atos de pessoal	Adiantamento de 13º não devolvido em época própria	1.052.600,47
Auditoria Especial em atos de pessoal	Incorporação de Quintos/Décimos paga indevidamente	21.351.083,85
Auditoria Especial em atos de pessoal	Pagamento de Vencimento não compatível com a opção de 40 horas	469.970,67
Auditoria Especial em atos de pessoal	Provento não compatível com a tabela 40 horas	200.664,62
Auditoria Especial em atos de pessoal	Adicional de Insalubridade Pago Indevidamente - DETRAN	7.950.097,08
Auditoria Especial em atos de pessoal	Adicional de Insalubridade Pago Indevidamente - SES	163.310,78
Auditoria Especial em atos de pessoal	Adicional de Periculosidade Pago Indevidamente - NOVACAP	3.700.000,00
Auditoria Especial em atos de pessoal	Cômputo indevido de período para Adicional por Tempo de Serviço	835.966,19
Auditoria Especial em atos de pessoal	Auxílio Alimentação Pago em Duplicidade	3.505.526,40
Auditoria Especial em atos de pessoal	Auxílio Transporte em Pecúnia para maiores de 65 anos	36.975,68
Auditoria Especial em atos de pessoal	Auxílio Transporte em Pecúnia pago indevidamente	124.739,60
Auditoria Especial em atos de pessoal	Pagamento indevido do Auxílio Saúde	1.411.885,08
Auditoria Especial em atos de pessoal	Pagamento de férias para ocupante de cargo de natureza política	72.152,48
Auditoria Especial em atos de pessoal	Indenização de Transporte paga para servidores da SEF/DF que possuem cargo em comissão	1.604.872,05
Auditoria Especial em atos de pessoal	Prejuízo na Cessão de Servidores	2.503.165,60
Auditoria Especial em atos de pessoal	Valor de pensão paga indevidamente	67.787,46
Auditoria Especial em atos de pessoal	Irregularidades nas consignações em Folha de Pagamento	4.746.416,75
Auditoria Especial em atos de pessoal	Servidores/pensionistas falecidos sem a suspensão do pagamento na competência do óbito	50.277,96

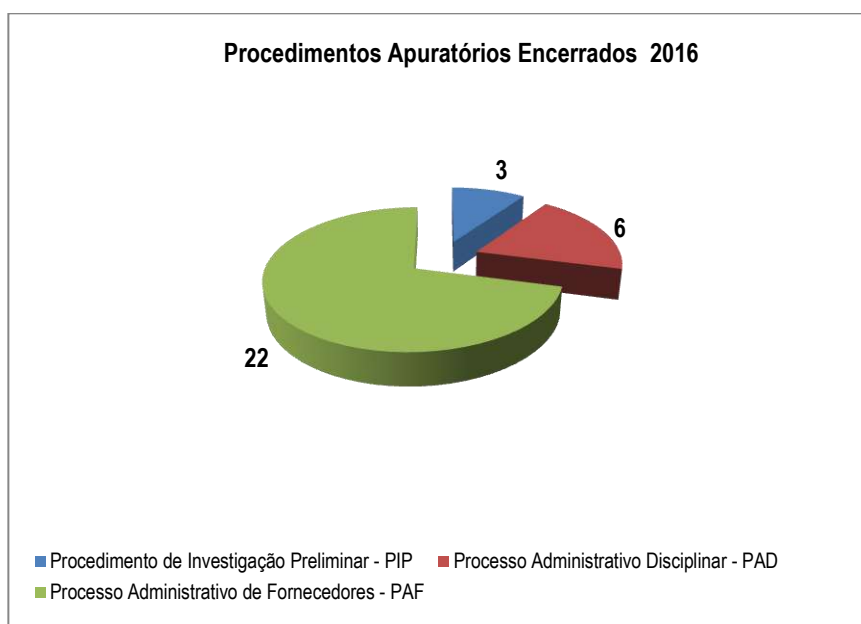
Cabe ainda esclarecer que os valores acima apresentados representam apenas parcialmente a economia gerada com ações de controle da CGDFI. É função precípua dos auditores de controle interno a proposição de melhorias e adoção de novos procedimentos por parte dos auditados, na exigência do atendimento às normas e ao interesse público e no apoio à melhoria da eficiência, eficácia e efetividade da administração pública. Assim, como resultados dos trabalhos de controle interno são obtidos ganhos de longo prazo que configuram economia e ganho de impacto ao Estado, sendo, todavia difícil de mensurar financeiramente esses ganhos.

No que tange à atividade correccional, a Controladoria-Geral do DF, Órgão Superior do Sistema de Correição do Poder Executivo do Distrito Federal (SICOR/DF), criado pela Lei nº 4.938, de 19 de setembro de 2012, é responsável por realizar as apurações de irregularidades no âmbito do Poder Executivo do DF e por coordenar a supervisão das unidades seccionais de correição integrantes do Poder Executivo do DF.

Em resumo, o quadro abaixo apresenta os procedimentos apuratórios em curso em 2016 na CGDF, em razão da complexidade do objeto e da relevância da matéria, que abarcam os requisitos elencados no inciso VI, art. 4º, da Lei nº 4.938, de 19 de setembro de 2012:

Procedimentos de Apuração de Infrações Disciplinares e de Fornecedores no ano de 2016					
	Investigação Preliminar - PIP	Sindicância	Sindicância Patrimonial	Processo Disciplinar	Processo Administrativo de Fornecedores
Instaurados	8	2	-	13	4

Procedimentos de Apuração de Infrações Disciplinares e de Fornecedores no ano de 2016					
Em andamento	11	3	1	29	26



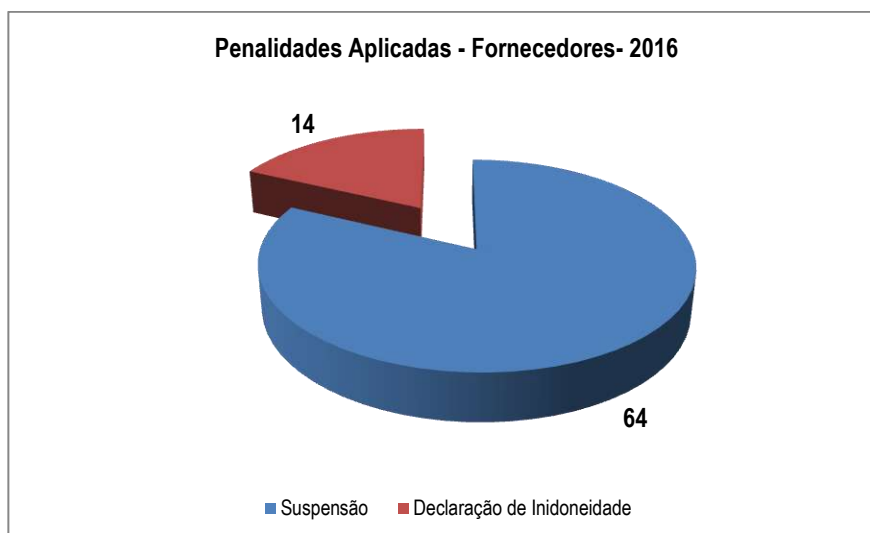
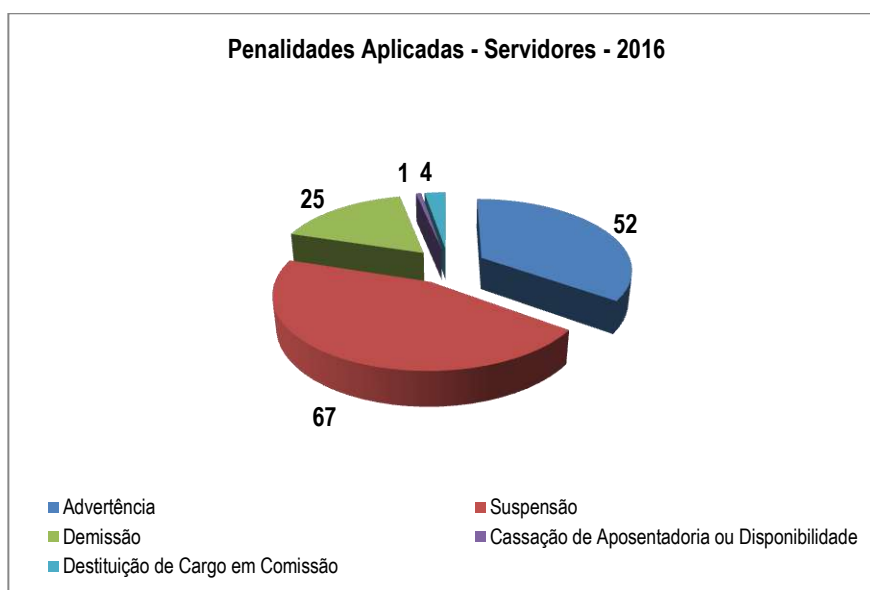
Além da apuração disciplinar e de responsabilização relevantes, é atribuição da CGDF acompanhar os procedimentos correccionais em andamento nos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Distrito Federal. Em 2016, um total de 1.318 (mil trezentos e dezoito) procedimentos de acompanhamento das apurações realizadas nos órgãos de origem se encontravam em curso na CGDF.

Diante desse cenário, foram empenhados esforços nas seguintes atividades:

- análise de 198 (cento e noventa e oito) processos antigos de acompanhamento dos quais 17 foram arquivados após conclusão das apurações; 175 foram instruídos e encontram-se sob acompanhamento e 6 foram conduzidos para instauração dos respectivos procedimentos neste Órgão de Correição;
- análise de 76 (setenta e seis) processos oriundos de outros órgãos e entidades do DF e 48 (quarenta e oito) manifestações, denúncias e expedientes, que culminaram no redirecionamento de 100 demandas para apuração nos órgãos de origem, tendo em vista não se enquadrarem nas hipóteses de avocação previstas no art. 4º da Lei 4.938/2012 (SICOR). Restando, assim, apenas 2 processos que terão suas apurações conduzidas no âmbito da CGDF;
- análise de 215 processos recentemente autuados, visando o juízo de admissibilidade da denúncia para o encaminhamento da apuração para condução dos trabalhos no órgão/entidade de origem ou para acompanhamento ou para apuração na CGDF, quando verificarem os requisitos de avocação descritos na Lei do SICOR;
- publicação da Instrução Normativa nº 02, de 25 de julho de 2016, a qual dispõe sobre a mediação de conflitos entre agentes públicos, como meio de solução de controvérsias, fato que possibilitou alcançar a meta prevista para o ano de 2016, de 30% de resolução consensual de conflitos nos casos conduzidos por esta Coordenação;
- orientação aos demais órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal acerca da utilização do procedimento de mediação de conflitos;
- realização de 04 visitas técnicas que visaram orientar os órgãos e entidades do DF sobre a atividade correccional nos seguintes órgãos prioritários:
 - Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais (08/08/2016);
 - Secretaria de Estado de Mobilidade (24 e 25/08/2016);
 - Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG (27/09/2016); e
 - Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal (iniciada em 03/11/2016).
- inspeção extraordinária realizada na Administração Regional do Cruzeiro, no período de 23 de setembro a 14 de outubro de 2016, em que foi recomendada a implantação de um sistema de gestão de documentos pela Secretaria das Cidades e a realização de parceria entre aquela Administração e a CGDF para o aperfeiçoamento prático, com troca de experiências entre as duas seccionais;
- capacitação, no ano de 2016, de 290 (duzentos e noventa) servidores em procedimentos disciplinares e procedimentos de fornecedores e de responsabilização.

Quanto ao registro de dados referentes às penalidades e sanções aplicadas a servidores e a fornecedores pelo Governo do Distrito Federal, os gráficos abaixo ilustram os dados disponibilizados pela CGDF no Portal da Transparência, no

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União:



Cumprе salientar que foi publicada a Portaria nº 238, de 3 de novembro de 2016, que dispõe sobre a indicação dos membros titulares e suplentes representantes do Comitê Ficha Limpa, presidido pela CGDF e que tem por finalidade deliberar sobre as hipóteses de impedimento para posse e exercício na Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal, em função de prática de ato tipificado como causa de inelegibilidade.

No que concerne à atividade de tomada de contas especial - TCE, houve a remodelagem dos procedimentos de TCE, conforme a publicação do Decreto nº 37.096, de 2 de fevereiro de 2016. Nesse sentido, a CGDF passou a realizar apuração de TCE em casos de complexidade e relevância da matéria, bem como deu início ao procedimento de supervisão dos trabalhos nas jurisdicionadas visando acompanhar, orientar e fiscalizar a condução das apurações de TCE no âmbito do Poder Executivo do DF.

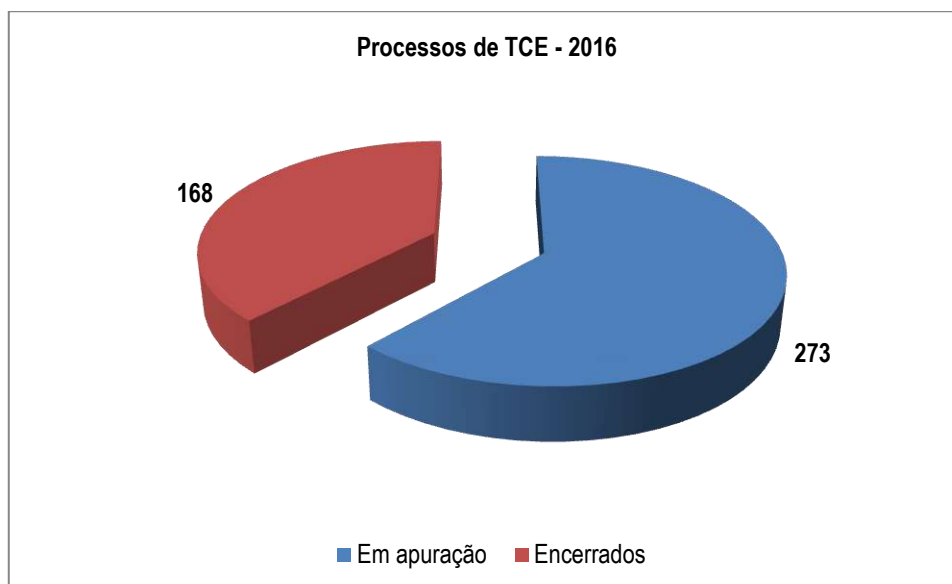
Todavia, parte do passivo de tomada de contas especiais foi mantido na CGDF, considerando as especificidades que justificaram a avocação desses processos, motivo pelo qual se encontram em andamento na CGDF um total de 316 (trezentos e dezesseis) processos. Além disso, as unidades jurisdicionadas disponibilizaram servidores para realizarem trabalhos apuratórios sob a supervisão da CGDF. Trata-se de uma espécie de treinamento na prática, capacitando os servidores das jurisdicionadas para atuarem posteriormente como multiplicador de conhecimento acerca de TCE.

Cabe ressaltar que foi publicada Portaria Conjunta entre a CGDF, SEPLAG e CODEPLAN que visa à cooperação nas apurações de processos da operação denominada “Caixa de Pandora”, culminando na instauração de 17 (dezessete) Processos de Tomada de Contas Especiais.

Em complementação, visando apurar as irregularidades que ocasionaram prejuízos ao Erário Distrital, bem como o seu ressarcimento, foram realizadas as seguintes atividades:

- implantação do “módulo auditado” dentro do Sistema de Auditoria do Distrito Federal - SAEWEB;

- realização de *workshop* para servidores designados pela Portaria Conjunta, visando instruí-los na realização das apurações;
- análise de 80 processos com indicativo de tomada de contas especial. Desses, 37 foram concluídos pela instauração, 27 pela não instauração, o que evitou instaurações desnecessárias, 6 eram pedidos de avocação, dos quais 2 foram avocados, e em 10 processos foram emitidos despachos com instrução para as jurisdicionadas, de como procederem;
- conclusão da apuração de 168 processos de TCE, que resultou no montante apurado de R\$ 56.346.032,93 (cinquenta e seis milhões, trezentos e quarenta e seis mil, trinta e dois reais e noventa e três centavos) em favor do Governo do Distrito Federal, sendo 153 processos encerrados no âmbito da CGDF e 15 finalizados pelos Órgãos que possuem Portaria Conjunta com esta Pasta. Encerrou-se o ano com um estoque de 273 TCEs em apuração:



Como atividade de supervisão de TCE, foram realizadas cinco visitas técnicas, levando em consideração os órgãos de maior incidência de Tomadas de Contas Especiais, os órgãos que tiveram os processos devolvidos em razão da descentralização e, ainda, as unidades identificadas durante auditorias realizadas por esta Pasta:

- Secretaria de Estado de Educação (08/15/16 de agosto 2016);
- Administração Regional de Taguatinga (04 e 05/10/2016);
- Polícia Militar do DF (12/09/2016 e 17/11/2016);
- Administração Regional de Sobradinho II (27/10/2016); e
- Polícia Civil do DF (07/12/2016).

Ademais, foram promovidas 133 capacitações, em parceria com a Escola de Governo, em curso de Tomada de Contas Especial.

No que tange às ações de transparência e controle social, em 2016, foram destaque iniciativas quanto a capacitações sobre transparência, acesso à informação e controle social.

O Governo de Brasília, por meio da Controladoria-Geral, baseado no Art. 46 da Lei Distrital de Acesso à Informação, nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, estabeleceu o Índice de Transparência Ativa (ITA) que busca mensurar o grau de cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal.

Com o escopo de desenvolver uma competição saudável entre os órgãos e entidades do governo, o índice de transparência foi criado para ranquear as instituições que mais se destacarem na publicação de informações de transparência ativa, ou seja, informações de interesse geral ou coletivo que devem ser disponibilizadas nos sítios oficiais dos órgãos e entidades.

Para estimular e facilitar a publicação das informações, foi publicada a Instrução Normativa nº 02, de 8 de dezembro de 2015, que traz o detalhamento de cada requisito exigido pela Lei de Acesso à Informação - LAI, e elaborou o Guia de Transparência Ativa, com o passo a passo da publicação.

Foram adotadas diversas iniciativas de acompanhamento e monitoramento durante as ações de implementação do conteúdo de transparência ativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo distrital, visando dirimir eventuais dúvidas e conscientizar os servidores da importância da disponibilização das informações.

Após as ações de monitoramento e acompanhamento, foram realizadas as avaliações do atendimento dos critérios de transparência ativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo do DF. Com o resultado, foi elaborado o Ranking de Transparência Ativa.

No dia 07 de dezembro de 2016, a Controladoria-Geral do Distrito Federal apresentou o resultado do índice de transparência ativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo do DF e homenageou aqueles que atenderam integralmente

aos critério da Lei de Acesso à Informação. Destaca-se, que por motivo de reformulação dos sítios institucionais as Administrações Regionais não foram avaliadas neste exercício e serão incluídas na próxima avaliação.

Em se tratando do monitoramento e acompanhamento dos prazos dos pedidos e recursos de acesso à informação encaminhados ao Governo do Distrito Federal, em 2016, conforme dados extraídos do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) foram 5.972 pedidos registrados dos quais 5.744 foram respondidos, ou seja, 96%. Dos 228 pedidos em tramitação, 187, 3%, ainda estão dentro do prazo para resposta.

Foram registrados, ainda, 752 recursos, sendo 509 de primeira instância, 81 de segunda instância e 66 de terceira instância. E 95 recursos se referem à reclamação por omissão do órgão.

A Lei Distrital de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 4.990/2012) atribui à Controladoria-Geral do Distrito Federal, dentre outras responsabilidades, a de treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública.

Sendo assim, foi criado o Espaço Aberto - Transparência e Gestão, ofertado a todos os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal. O evento oferece aos agentes públicos uma palestra interativa sobre a Lei de Acesso à Informação. A apresentação esclarece os impactos da LAI na gestão, a sua relevância no controle da administração pública e os procedimentos para sua aplicação, como a divulgação das informações nos sítios institucionais, prazo para respostas a pedidos de informação e classificações de informações sigilosas.

No exercício de 2016, foram realizados 14 eventos do Espaço Aberto, alcançando cerca de 660 servidores, conforme tabela abaixo:

Órgão	Data	Nº Participantes
Secretaria de Estado de Saúde I Encontro de Gestão de Documentos e Informação do Distrito Federal	15/mar	120
Fundação Jardim Zoológico de Brasília	12/abr	20
Serviço de Limpeza Urbana - SLU	11/mai	30
Fundação Hemocentro de Brasília	19/mai	20
Secretaria de Estado Planejamento e Gestão	30/mai	30
Administração Regional do Lago Norte	07/jun	30
Secretaria de Estado de Saúde	15/jun	20
Casa Militar	22/jun	17
Secretaria de Estado de Fazenda	06/jul	31
Terracap	27/jul	41
Arquivo Público I Encontro de Gestão de Documentos, Informação e Memória do Distrito Federal	31/ago	200
Secretaria das Mulheres e Igualdade Racial	05/set	13
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	13/set	49
Secretaria de Estado de Saúde - 2ª apresentação	21/nov	40
Total		661

A Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF tem, dentre suas competências, a supervisão, o tratamento e a orientação dos dados e das informações disponibilizáveis no Portal da Transparência do Distrito Federal, conforme Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, visando ao pleno atendimento da Lei Complementar nº 131/2009.

Orientada pela missão de promover cada vez mais a transparência dos gastos públicos, a CGDF tem atuado fortemente no sentido de incentivar o controle social para que as práticas da administração pública sejam pautadas pela legalidade e pela ética. A participação ativa da sociedade é imprescindível para garantir o bom uso dos recursos públicos.

O Portal da Transparência do Distrito Federal é uma ferramenta que visa assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos, na medida em que permite que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar.

Sendo assim, uma das principais ações no exercício de 2016, que fez parte do Acordo de Resultados, foi a reformulação do Portal da Transparência do Distrito Federal. A nova versão do Portal foi lançada em 09 de dezembro de 2016 e conta com uma das mais modernas tecnologias, facilitando a navegação e deixando as informações mais acessíveis ao cidadão. Na nova versão estão disponíveis novas consultas e uma melhor disponibilização dos dados, tornando essa ferramenta mais atrativa, amigável e interativa.

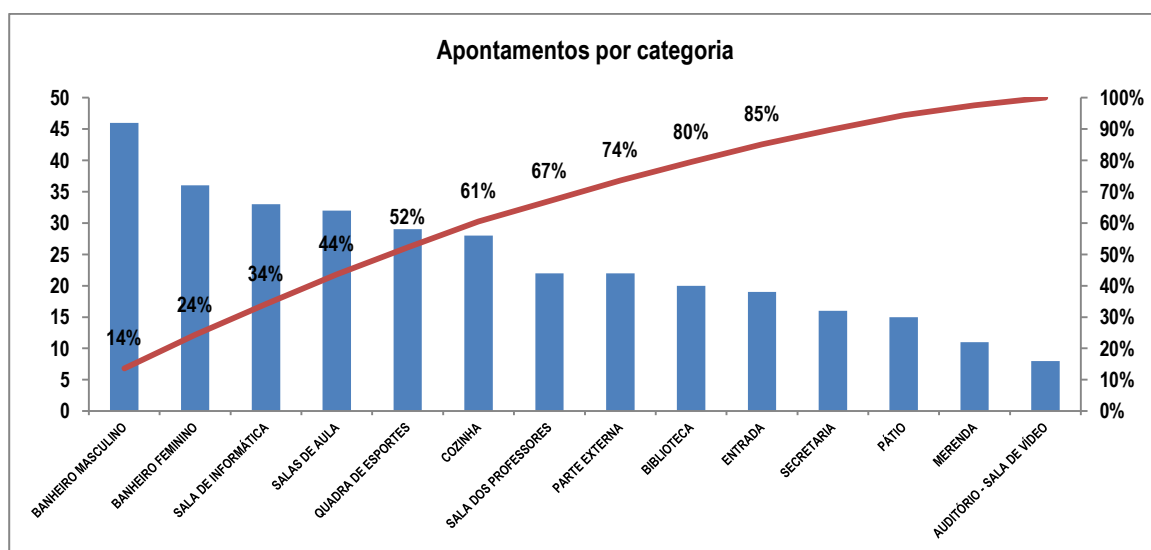
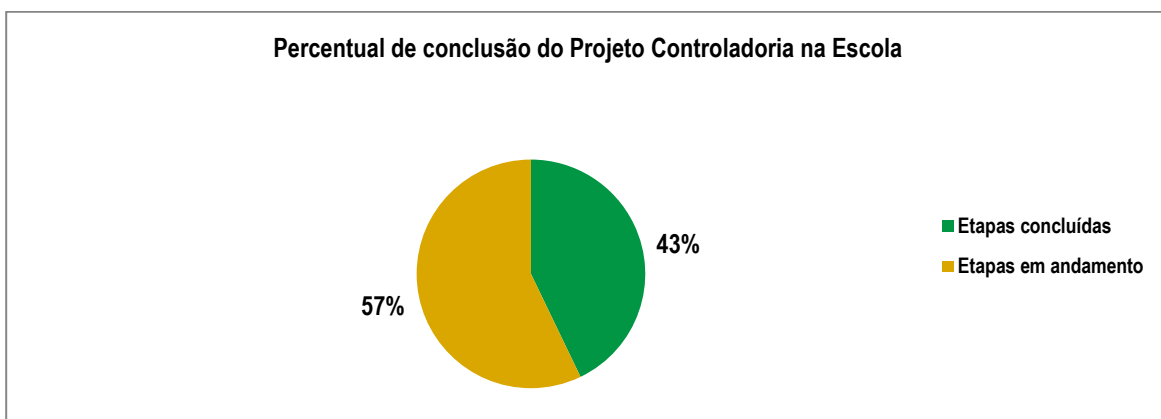
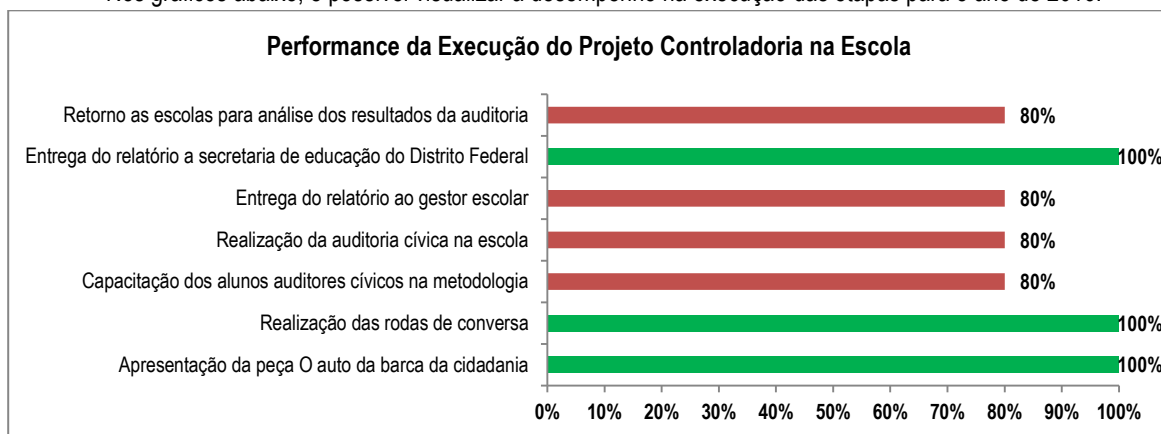
Nessa nova versão do Portal foi incluída, ainda, a Pesquisa de Satisfação do Cidadão, que se refere ao indicador “Taxa de satisfação do cidadão em relação aos instrumentos de transparência” do Programa Temático Gestão para Resultados. Desde o lançamento do Portal, 290 (duzentos e noventa) usuários responderam à pesquisa, dos quais 137 estão muito satisfeitos, 47 satisfeitos, 39 insatisfeitos e 67 muito insatisfeitos, totalizando uma taxa de satisfação de 63%.

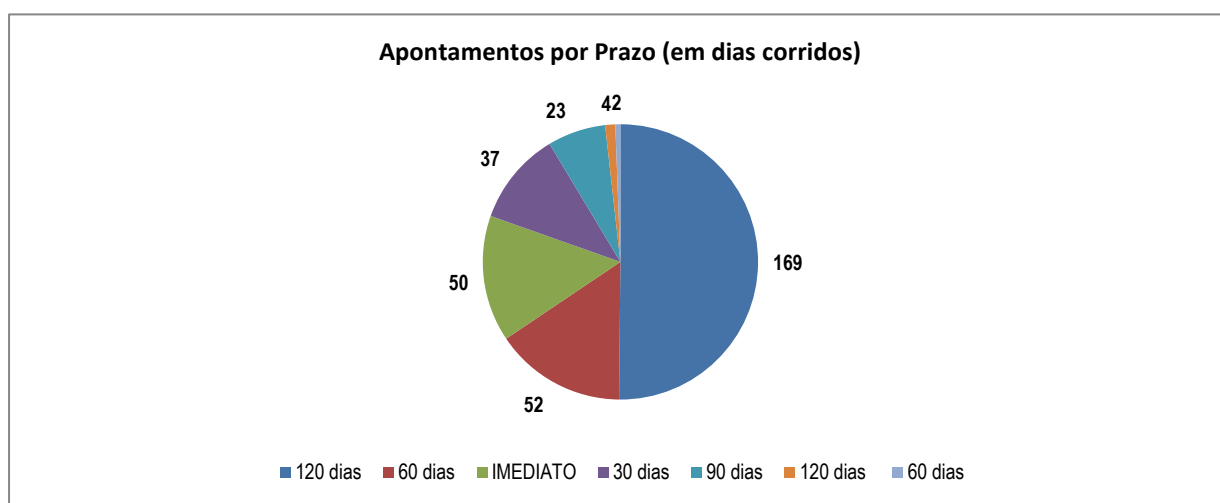
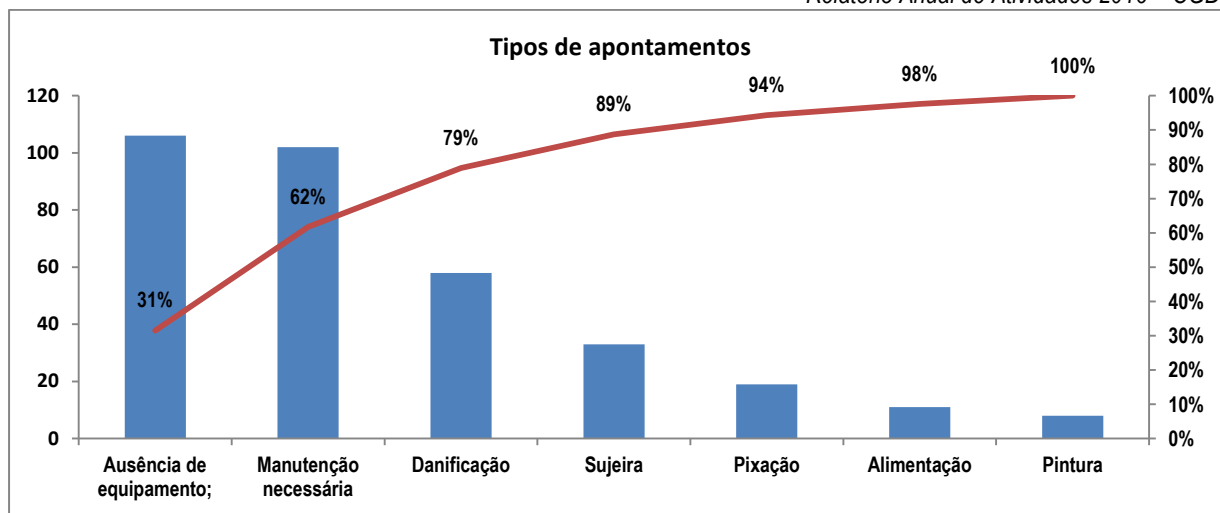
Além da reestruturação do Portal da Transparência, foram lançados os Painéis Digitais de Transparência, projeto também integrante do Acordo de Resultados. Os painéis foram lançados em conjunto com a reformulação do Portal de Transparência do Distrito Federal, no dia 9 de dezembro de 2016. Os painéis foram implementados no Metrô, Rodoviária e na EMATER, fruto da articulação realizada junto ao DFTRANS, SEAGRI E Metrô-DF.

Em relação às ações de controle social, em 2016, foram desenvolvidos os seguintes projetos: Controladoria nas Escolas do DF; Auditoria Cívica na Saúde; Um por todos e todos por um pela ética e cidadania, além da coordenação do Grupo de Educação Fiscal do Distrito Federal.

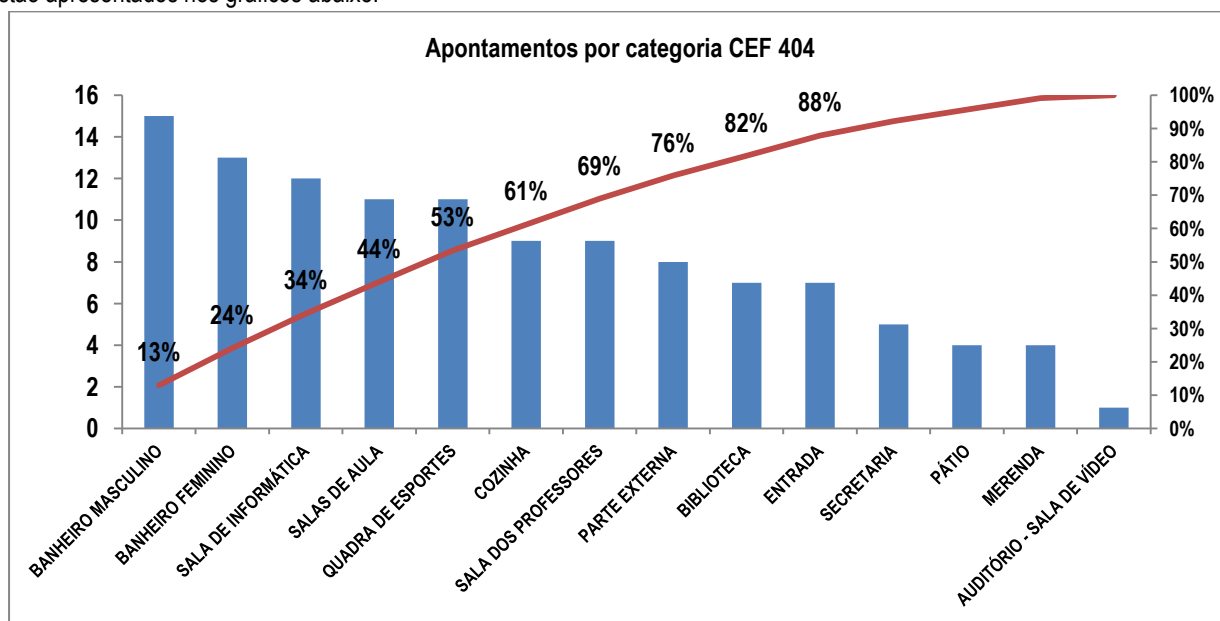
O projeto Controladoria nas Escolas do DF, integrante do Acordo de Resultados, teve como meta a implementação da metodologia de auditoria cívica em dez escolas do distrito federal. Em 2016, foram realizadas auditorias cívicas em 08 (oito) escolas. A referida metodologia está dividida nas seguintes etapas realizadas sequencialmente: “Sensibilização e Engajamento” que possui como entregas a apresentação da peça “O auto da barca da cidadania” e a realização das “rodas de conversa”, relacionadas aos temas abordados na mesma; a etapa “Capacitação e prática da auditoria cívica no ambiente escolar” que, por sua vez, têm como entregas a “Capacitação dos alunos auditores cívicos na metodologia” e, em seguida, a “Realização da auditoria cívica na escola”; E, por fim, a etapa “Produção de relatórios e aferição de resultados” que está subdividida nas entregas “Entrega do relatório ao gestor escolar”, “Entrega do relatório a secretaria de educação do Distrito Federal” e o “Retorno as escolas para análise dos resultados da auditoria”. Nesse processo, foram capacitados aproximadamente 1.022 (mil e vinte e dois) alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal, tanto nos anos finais do ensino fundamental quanto no ensino médio.

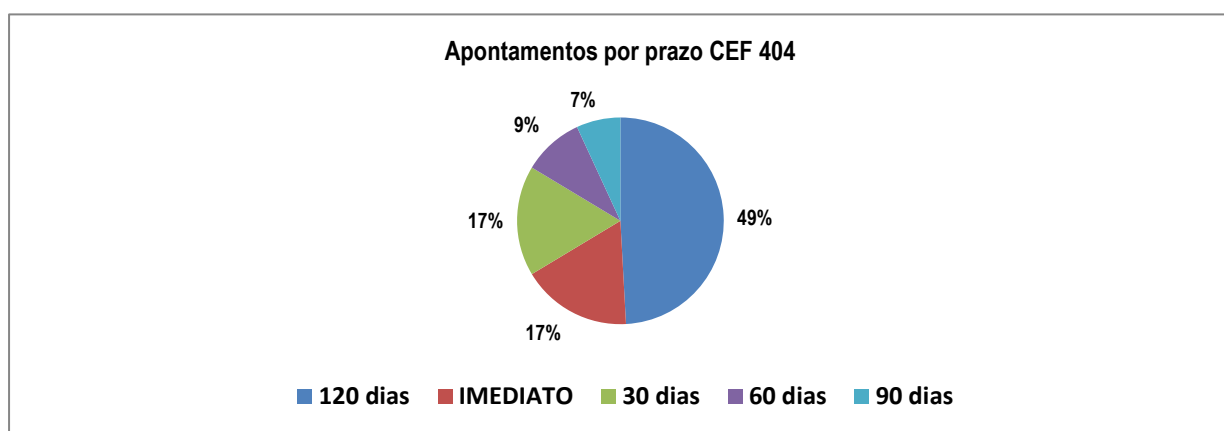
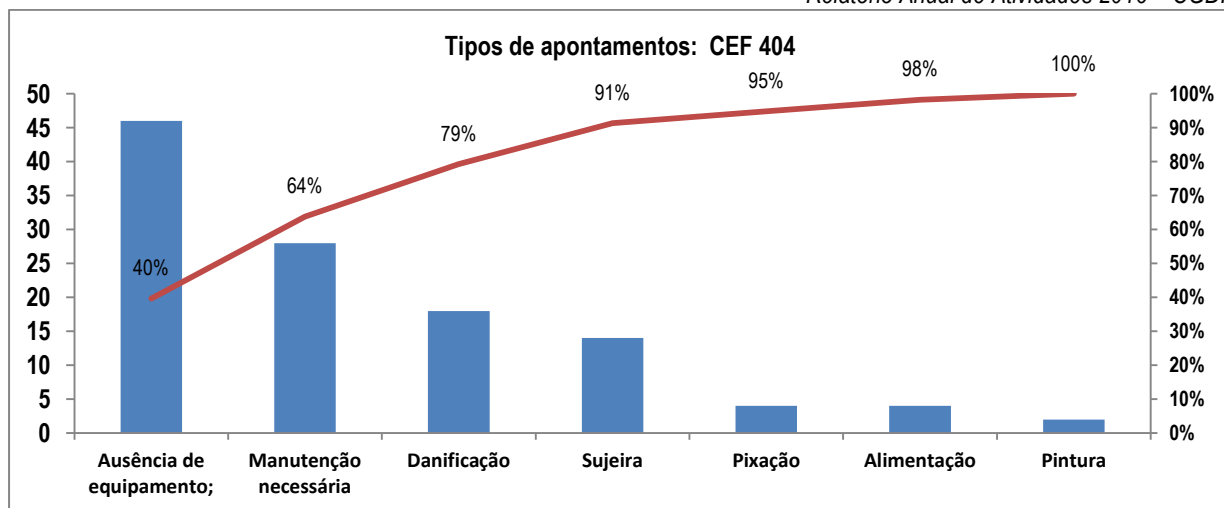
Nos gráficos abaixo, é possível visualizar a desempenho na execução das etapas para o ano de 2016:





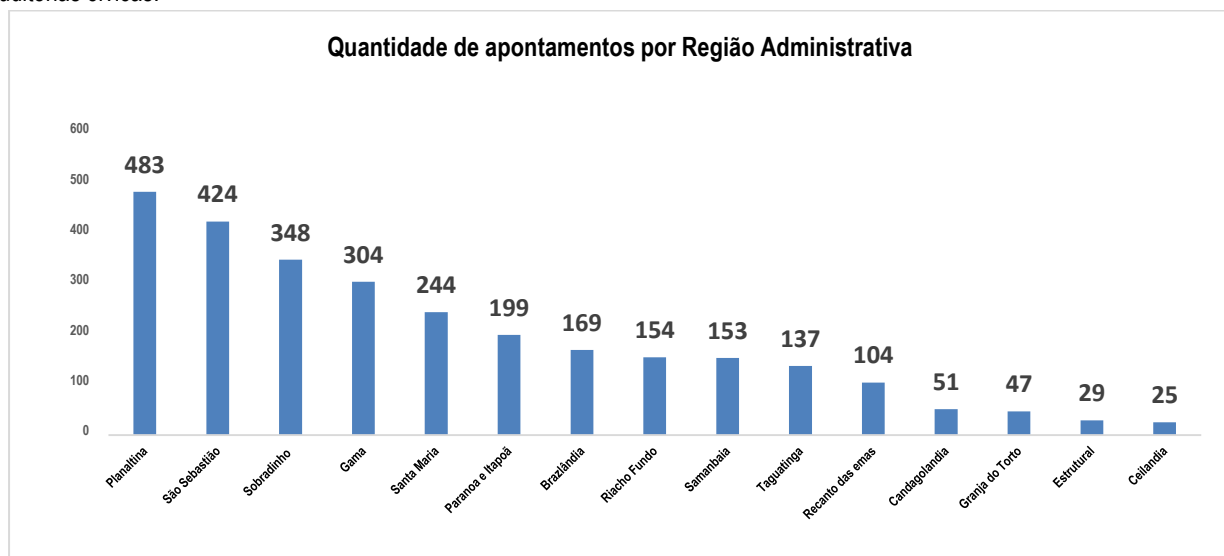
Ressalta-se a implantação do projeto no Centro de Ensino Fundamental CEF 404 de Samambaia. Após a realização da auditoria e retorno para verificação de resolução dos apontamentos, constatou-se que 51% dos apontamentos foram resolvidos na escola CEF 404 em Samambaia, 6% estão em andamento e 43% estão pendentes. O retorno para aferição dos resultados nas demais escolas está previsto para o mês de fevereiro de 2017. Os apontamentos registrados na auditoria estão apresentados nos gráficos abaixo:

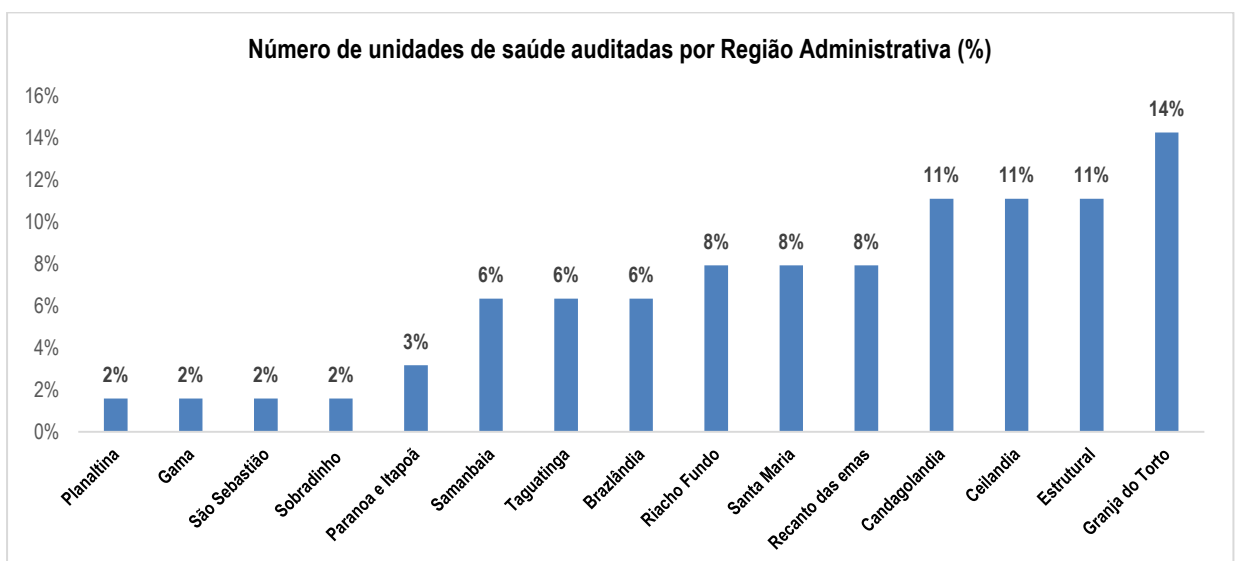
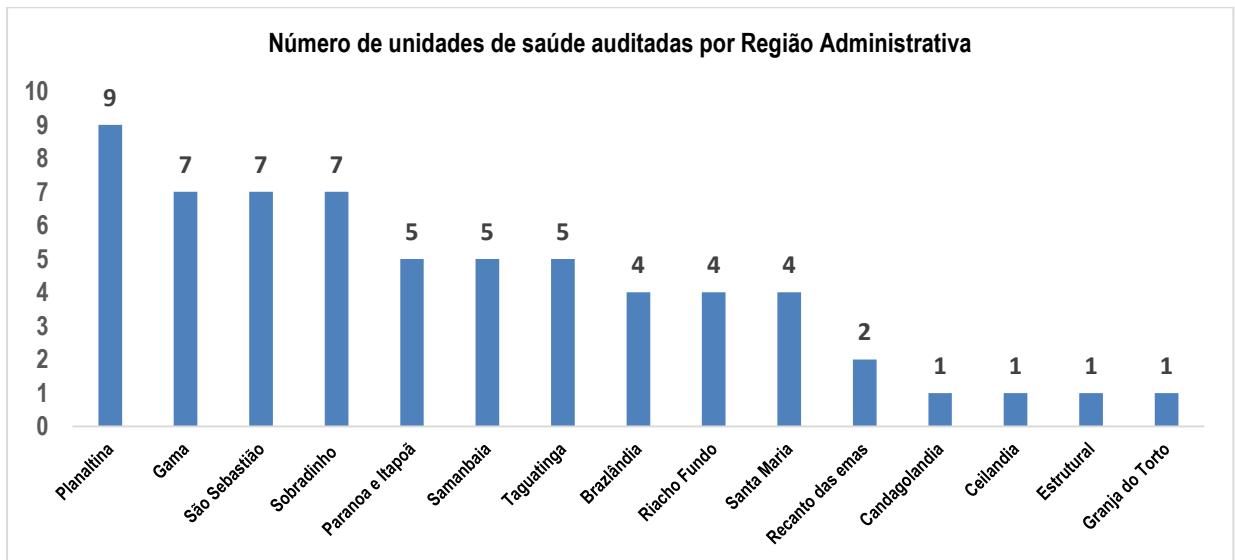
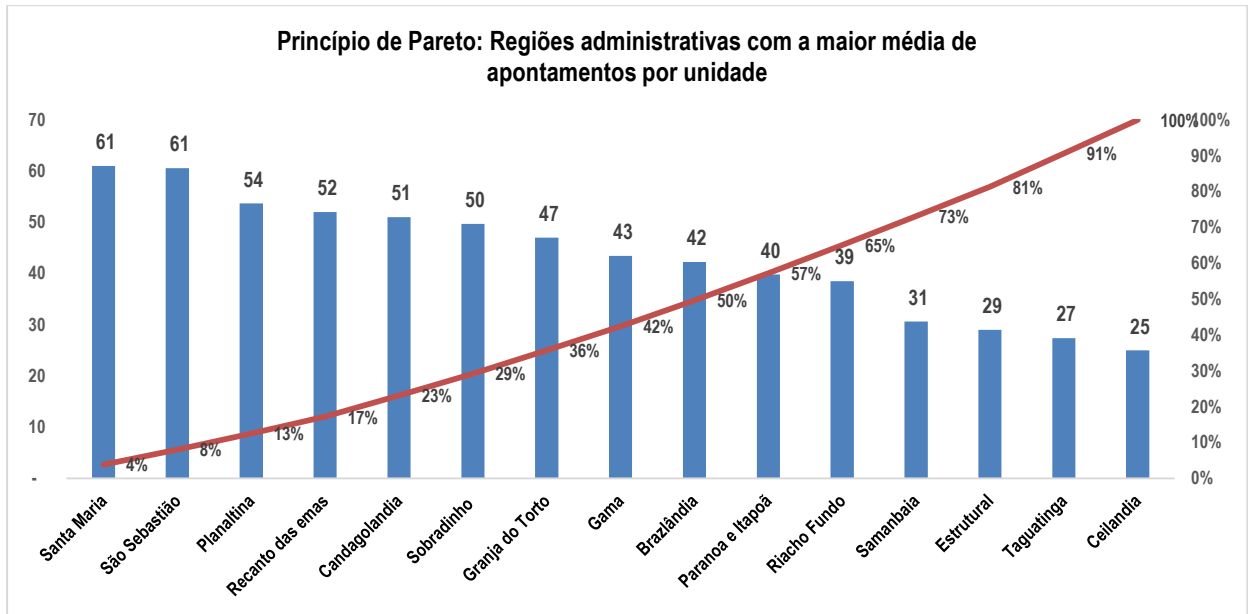


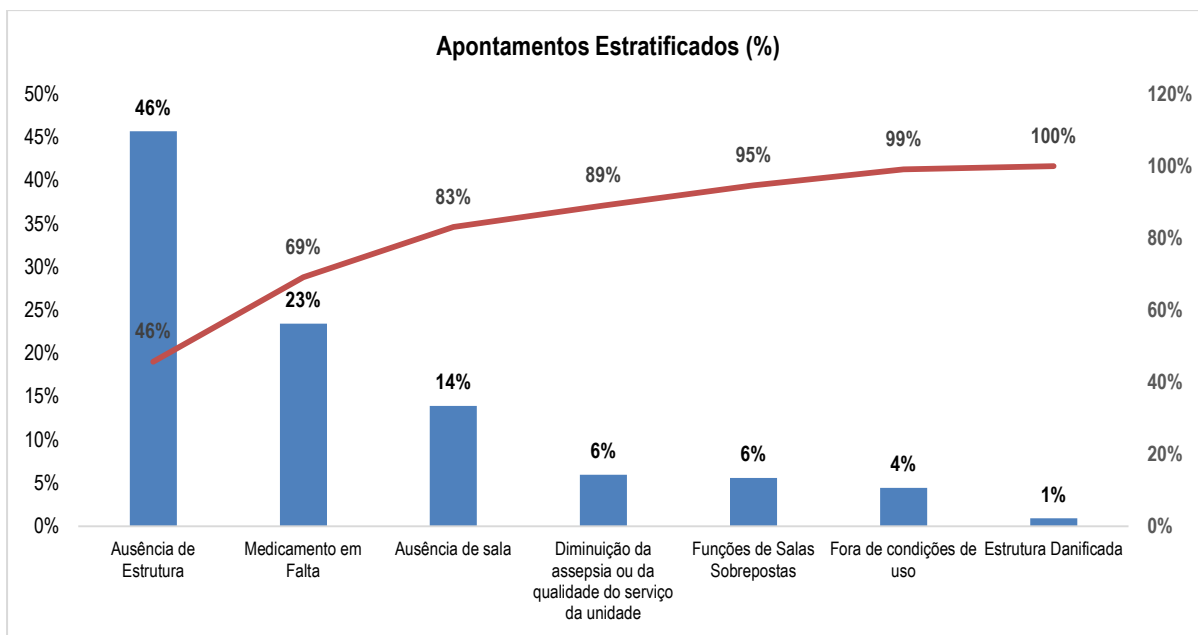
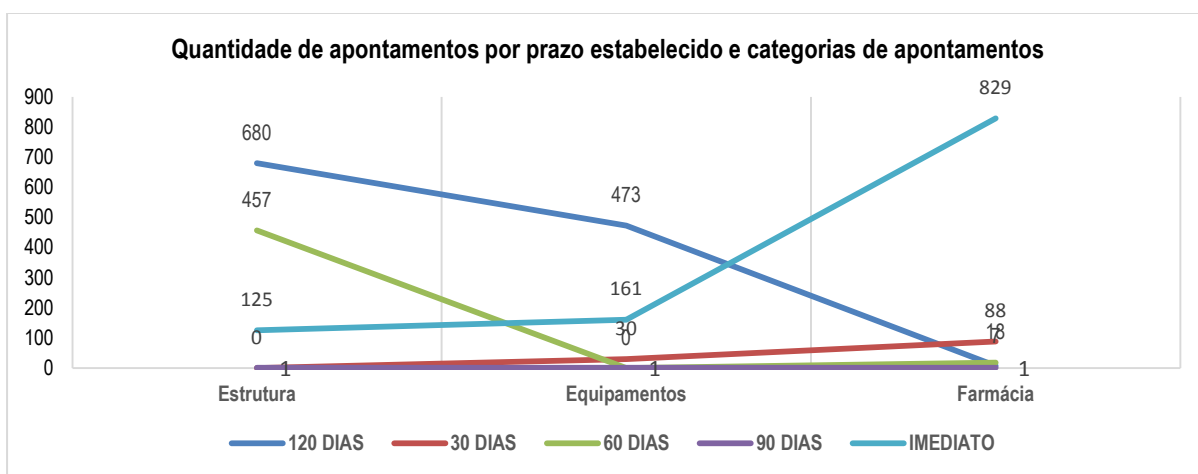
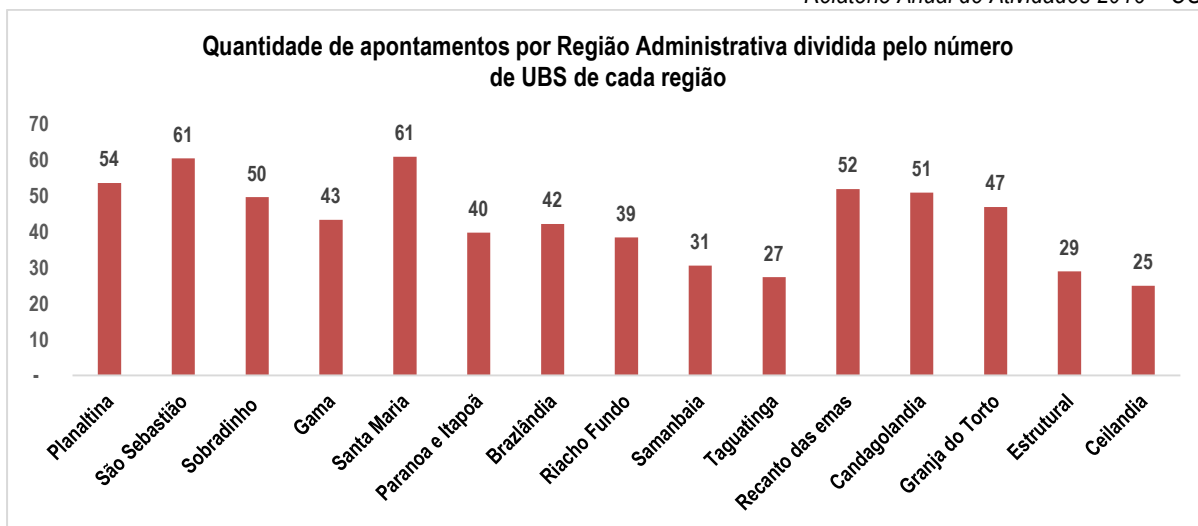


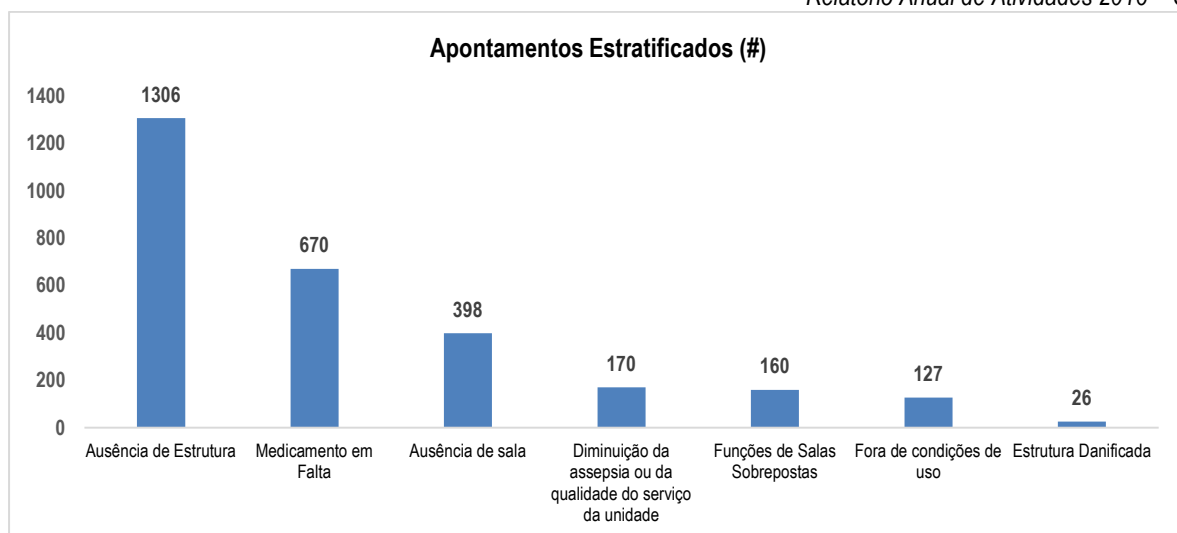
Conforme o projeto Auditoria Cívica na Saúde, também integrante do Acordo de Resultados, foram realizadas 63 (sessenta e três) auditorias nas unidades da saúde em 2016. Foram contempladas unidades de 15 (quinze) regiões administrativas do Distrito Federal e aproximadamente 500 (quinhentos) voluntários foram mobilizados. O Projeto está organizado de acordo com as seguintes etapas: Recrutamento e capacitação que contempla as entregas “Mobilização de voluntários para a realização da auditoria” e “Capacitação dos voluntários mobilizados”; Realização da auditoria cívica nas unidades básicas de saúde cuja entrega é a própria auditoria; a etapa Relatório de Resultados que possui como entrega a Elaboração do relatório de resultados, a Entrega formal do relatório a secretaria de saúde do Distrito Federal e o Retorno para aferição de resultados.

Nos gráficos abaixo, é possível contemplar algumas das análises realizadas com o material produzido nas auditorias cívicas:









O projeto realizado em parceria com o Ministério de Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, denominado “Um por todos e todos por um pela ética e cidadania” busca incentivar, por meio de atividades artísticas, científicas e lúdicas, da interação entre escola e comunidade, o desenvolvimento de uma cultura ética para crianças e jovens. Os alunos têm oportunidade de conhecer e trabalhar conceitos como cidadania, democracia, interesse público, inclusão social, participação e autoestima, com apoio de metodologia desenvolvida por especialistas do Instituto Cultural Mauricio de Sousa, incentivando o desenvolvimento de uma cultura ética e cidadã entre crianças e jovens através de mecanismo de parcerias.

O projeto atendeu 8.360 alunos da rede pública do 4º ano de 88 escolas públicas em todo o Distrito Federal e foi coordenado pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado de Educação e o Ministério Público do Distrito Federal. Com o objetivo de formalizar o projeto, foi realizado um evento que com a parceria do instituto Mauricio de Souza, criador do material da Turma da Mônica utilizado no Projeto.

Em dezembro de 2016, a CGDF promoveu eventos na Semana Internacional de Combate a Corrupção. O escopo contemplou a realização de atividades entre os dias 4 e 10 de dezembro de 2016:

- Desafio Hack: levantamento de requisitos da sociedade em relação ao projeto gameificação da educação fiscal. O evento contou com a presença de 30 participantes dentre membros da sociedade civil, até profissionais e especialistas na área de tecnologia da informação;
 - Prestação de contas da CGDF: o evento foi aberto a sociedade e consistiu na apresentação dos resultados das áreas da CGDF;
 - Balanço da Ouvidoria-Geral; o evento contou com a realização de palestra, apresentação da Agenda Estratégica do Sistema de Gestão de ouvidorias do DF e premiação dos vencedores do 1º Concurso de Melhores Práticas em Ouvidoria Pública;
 - Resultado do Índice de Transparência Ativa no DF: homenagem à CGDF aos 10 órgãos mais transparentes do DF;
 - Lançamento do novo Portal da Transparência, lançamento dos Painéis Digitais de Transparência e entrega de 5 (cinco) relatórios do projeto Controladoria nas Escolas do DF;
 - -Assinatura do termo de cooperação técnica criando a Rede de Combate à Corrupção entre os órgãos: Tribunal de Contas do DF, Ministério Público de Contas, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Polícia Civil do DF e a Secretaria de Fazenda.
 - Espaço Anticorrupção no evento Picnik: aberto ao público, com a realização de diversas atividades, comowork shops, painéis com diversos convidados, acesso ao portal de transparência lançado no dia anterior, o espaço da Ouvidoria-Geral do DF, onde foi realizada a ouvidoria itinerante e o espaço do Grupo de Educação Fiscal onde foi realizada a atividade “Teste sua cidadania” desenvolvida pelo grupo em parceria com a CGDF. O evento Picnik foi escolhido por seu caráter dinâmico, aberto e multicultural, sendo um conjunto de plataformas que aproximam o público da economia criativa. Em quatro anos de atividades, por meio de vinte e cinco edições, o evento vem resignificando comportamentos, ditando tendências e apresentando à Brasília uma realidade sorridente, livre e consciente. Apresenta em sua composição feira de produtores locais da economia criativa, música, apresentações teatrais e circenses, atividades infantis e espaços para o aprendizado e debates. As edições contam com o fluxo de um público de aproximadamente vinte mil pessoas ao longo do dia.

A CGDF forneceu, ainda, apoio para a realização das reuniões e o acompanhamento dos requerimentos do Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal, que possui natureza consultiva, deliberativa e de acompanhamento das políticas de transparência e de controle social.

No tocante às ações de ouvidoria, no exercício de 2016, foi lançado o novo sistema informatizado de ouvidoria, o Ouv-DF, inserindo uma nova etapa do Sistema de Gestão de Ouvidorias do Distrito Federal, potencializando o perfil de Ouvidoria Ativa e agregando ao sistema informatizado ao menos 05 elementos de inovação:

- visão única do cidadão: mudança de foco de produto para foco no cliente, considerando que agora ele é visto pelo Estado como uma pessoa e não apenas como mais um registro, além da oportunidade de avaliar a resposta recebida e o serviço de ouvidoria como um todo;
- georreferenciamento das solicitações, conferindo maior eficiência à resolução das demandas, uma vez que o georreferenciamento dos dados facilitou a identificação do local exato do problema apontado;
- transparência ativa: disponibiliza um resumo dos registros acolhidos em todas as formas de entrada (internet, presencial e telefone) logo na página inicial, a qualquer interessado, sem a necessidade de registro no sistema;
- coleta imediata da satisfação do cidadão com o serviço de ouvidoria, tanto na qualificação da resposta como resolvida e não resolvida, como na pesquisa de satisfação;
- pontos de controle inseridos ao longo do processo de atendimento: o sistema tem ferramentas de controle de prazos (email, avisos, advertências e bloqueio).

O Ouv-DF permite ao cidadão a possibilidade de qualificar tanto a resposta recebida como o serviço de ouvidoria. São dois momentos de consultas feitas ao cidadão após a resposta definitiva à sua solicitação. Ambas as consultas são voluntárias e a amostra de participação tem sido elevada, considerando o recente lançamento do sistema e dos recursos de pesquisa. Atualmente temos os seguintes índices de participação:

- Índice de qualificação das respostas: 12,62% (respostas qualificadas/total de manifestações registradas);
- Índice de resolatividade: 28,69% (resolvidas/respostas qualificadas);
- Índice de demandas respondidas: 87,67%(manifestações respondidas/total de manifestações).

Dados Gerais

Manifestações Registradas	
Ouv-DF: 43.350	TAG: 91.194
Manifestações respondidas	
Ouv-DF: 32.442	TAG: 85.515
Manifestações qualificadas	
Ouv-DF: 5.387	-

Em 2016, os sistemas informatizados de Ouvidoria (TAG e Ouv-DF) receberam e trataram 134.544 (centro e trinta e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove) manifestações de Ouvidoria, aproximadamente 11.200 manifestações/mês. Deste montante, 47% representam as reclamações e 35% de solicitações de serviços

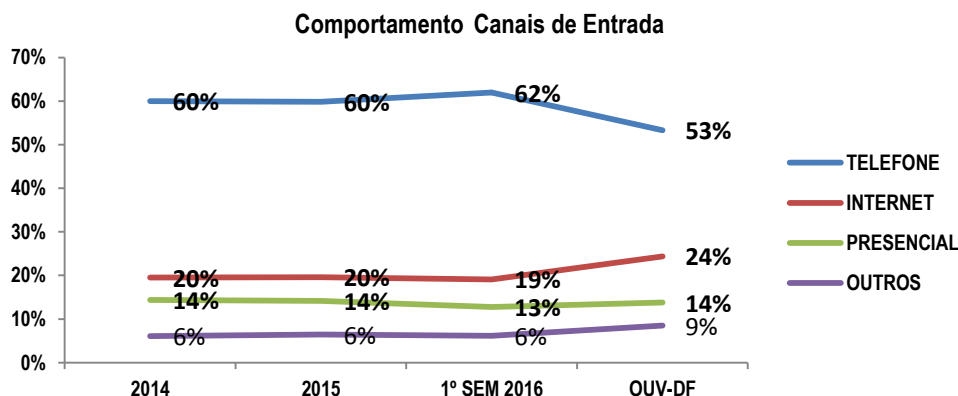


Dentre as manifestações mais recorrentes, os assuntos mais abordados são:

Reclamação	Solicitação	Denúncia	Informação	Elogio	Sugestão
Cartão Estudante - Passe Livre Estudantil - SBA	Solicitação de Combate ao Foco da Dengue	Invasão em Área Pública	Informação sobre Cartão - Sistema Bilhetagem – SBA	Atendimento de Profissionais de Saúde	Fluidez do trânsito nas vias públicas
Fiscalização - Poluição Sonora	Tapa buraco - manutenção de vias públicas	Construção Irregular em Área Pública	Exames, consultas e cirurgias agendadas	Atendimento Servidor Público	Sugestão de Incentivo para o Doador de Sangue
Atendimento em unidade de saúde pública	Solicitação de Poda de Árvore	Construção Irregular de Obras Privadas	Informação sobre Cooperação Técnica	Atendimento de professores da FEPECS	Sugestão de Ação de Governo
Conduta do motorista de ônibus	Fiscalização de Comércio Irregular	Servidor Público	Pedido de Audiência à Procuradoria-Geral do DF	Elogio ao Funcionamento do Órgão Público	Atendimento das Agências
Falta de Vagas para Atendimento em Unidade do CRAS	Cadastramento de Cartão	Denúncia de Irregularidade de Unidade Educacional	Programa habitacional	Restaurante Comunitário	Atendimento da Central de Teleatendimento

Com relação ao Ouv-DF, foi possível observar mudança de comportamento, por parte do cidadão, com relação aos canais de atendimento, observando-se que o canal de entrada “telefone” sofreu redução, ao passo que os demais, sobretudo o “internet” tiveram um acréscimo considerável. A tendência, se mantida, tende a comprovar que o sistema se tornou atrativo para uma parcela da população que utilizava o canal “162” apenas. Tal comportamento deve ser observado nos

próximos exercícios de forma a consolidar a tese de que o Ouv-DF é mais amigável e seus recursos são de interesse da população em geral.



Outro ponto relevante é que, com a mudança do sistema, o percentual de reutilização do sistema por parte dos cidadãos é mensurável. Tal monitoramento, expresso no Planejamento Estratégico Institucional da Controladoria-Geral pelo “Índice de confiabilidade no sistema de ouvidoria”, mede a reutilização do Sistema de Ouvidoria diretamente pelo cidadão, sem a intervenção de outros – ouvidor, atendimento pela central, etc. O cálculo é feito com base nos cidadãos que reutilizaram o sistema. Em 2016, o índice de reutilização foi de 22%, onde temos:

Cidadãos registrados no OUV-DF:	27.555
Cidadãos que registraram manifestações via internet	4633
Cidadãos que registraram ao menos 2 manifestações via internet:	1015.
Memória de Cálculo	$(1015/4633)*100\% = 22\%$

Em grande medida, um atendimento eficiente ao cidadão depende do nível de capacitação e de motivação do corpo técnico integrante das ouvidorias. Para acompanhar, capacitar e fornecer condições para a implementação das ações propostas na consecução dos objetivos estratégicos definidos o modelo de gestão, foi concebido programa de formação de servidores, tendo por fundamento ciclos tanto de monitoramento quanto da formação dos ouvidores e das equipes das ouvidorias especializadas, de forma a trabalhar os três objetivos concomitantemente, nos moldes abaixo descritos.

- Acompanhamento – 09 Turmas- 230 servidores capacitados
 - Módulo Básico (05 turmas) — composto por um treinamento inicial, voltado para a ambientação dos novos ouvidores e apresentação das ferramentas de trabalho, metodologias a serem utilizadas e normas aplicáveis. Trata-se de curso de curta duração (16h), ministrado pela equipe da OGDF, a todos os ouvidores de especializadas.
 - Módulo Intermediário (02 turmas) — composto por um treinamento diversificado, voltado para aqueles ouvidores ou membros das equipes de ouvidoria que já obtiveram um treinamento inicial, porém encontraram dificuldades em aplicar as noções aprendidas em seu ambiente de trabalho. Trata-se de curso de curta duração (16h), ministrado pela equipe da OGDF, a todos os ouvidores e servidores das ouvidorias especializadas.
 - Módulo Avançado (02 turmas) — composto por um treinamento aprofundado das questões de ouvidoria, com relatos, trocas de experiências e convidados externos. Com o intuito de propiciar ao ouvidor instrumentos e ferramentas gerenciais que o qualifiquem a fornecer subsídios efetivos ao aprimoramento da gestão pública. Trata-se de um curso de pequena duração (20h), ministrado basicamente pela equipe da OGDF, podendo contar, porém, com convidados externos.
- Treinamento (300 usuários): Com o lançamento do novo sistema informatizado, foram ministradas 10 (dez) turmas de ambientação e conhecimento do sistema. Considerando que a nova plataforma é mais intuitiva e amigável tanto para o cidadão como para o usuário, o tempo de treinamento da ferramenta foi reduzido para 1/3 do tempo comparado ao sistema anterior.

Com vistas a promover a integração real entre sociedade civil e instituições estatais, por meio da ação comunicativa, foi lançado o projeto Ouvidoria Itinerante no segundo semestre de 2016. Trata-se de uma iniciativa em que as ouvidorias integrantes do SIGO/DF poderão participar ou serem convocadas pela CGDF para atuarem como ouvidoria itinerante, com base no cronograma de eventos do órgão ou do governo - qualquer evento realizado pela administração pública distrital, desde que tenha finalidade relacionada à função legal das instituições e que proporcione oportunidade de contato direto com a sociedade. O objetivo do projeto é a aproximação do cidadão e a divulgação das Cartas de Serviços - esclarecer ao cidadão de forma presencial quais são os serviços prestados e como funcionam. No segundo semestre foram realizados 15 eventos em diversas regiões administrativas, facilitando o acesso do cidadão ao serviço de ouvidoria.



A Carta de serviços se consolidou enquanto Programa de Governo neste segundo ano, sendo incorporada como instrumento de Transparência Ativa dos órgãos, incrementado o rol de informações disponibilizadas ao cidadão. Como a perspectiva do programa é de longa duração, com avanços importantes a cada ano, a proposta para 2016 foi de finalização e revisão das informações apresentadas, além da divulgação à sociedade. Dentre as ações executadas neste exercício, merecem destaque:

- 82 Cartas de Serviços Publicadas, tanto em sítios governamentais como no Portal de Brasília;
- Convergência entre as atribuições das Cartas de Serviços e o sistema informatizado de ouvidoria, sobretudo em se tratando de conflito de atribuições;
- Auxílio na redefinição de processos e procedimentos de trabalho;
- 06 ciclos de revisão e monitoramento das cartas de serviços ao longo do exercício;
- Avanços na divulgação das cartas para o cidadão. Média de 40.383 acessos/mês, no exercício de 2016.

Explorador

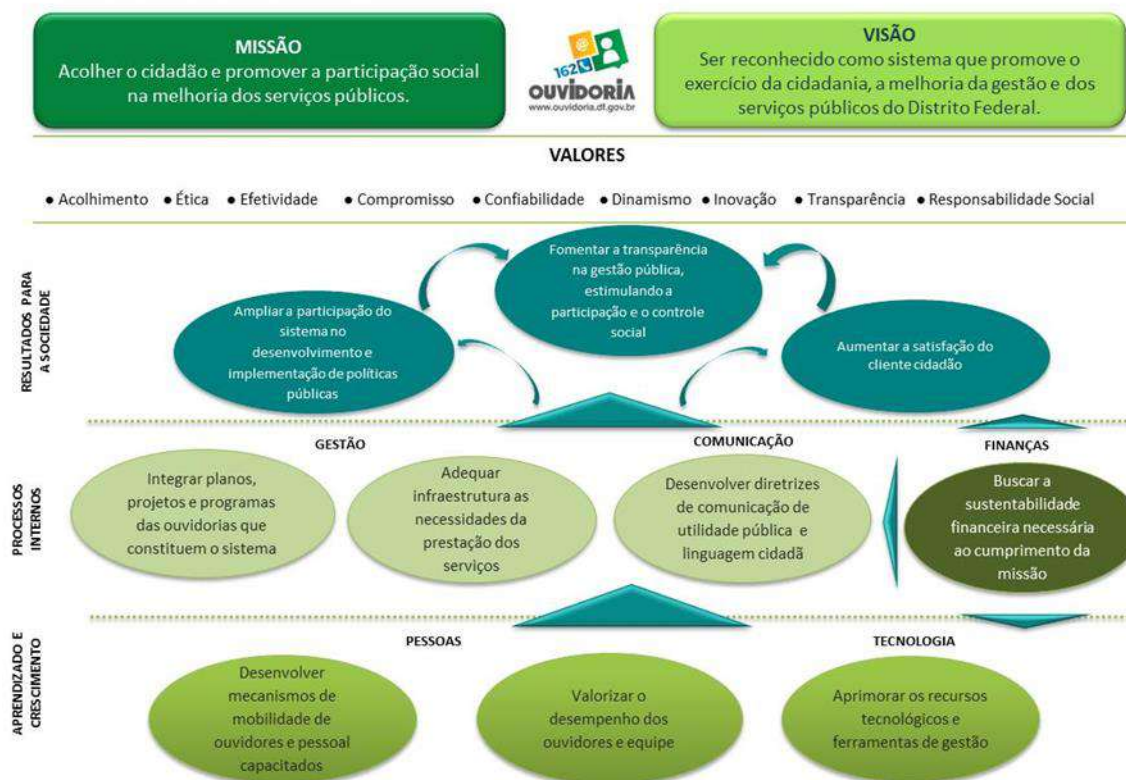
● Visualizações de página



No exercício de 2016, a CGDF atuou na construção de uma estratégia de fortalecimento do sistema de Gestão de Ouvidorias, alinhada ao Planejamento Estratégico do Governo e em consonância com os instrumentos de planejamento institucional, o Modelo IA-CM e a Gestão de Riscos da CGDF.

O processo de elaboração da primeira Agenda Estratégica do SIGO/DF iniciou-se no mês de outubro de 2016, contemplando 04 (quatro) encontros com os membros da rede, além de representantes das áreas de Planejamento e de Comunicação. Tal ação baseou-se no diagnóstico situacional das ouvidorias do GDF e busca atender aos principais desafios enfrentados em termos do atendimento, análise das demandas, respostas dadas e satisfação do cliente cidadão. A Agenda Estratégica tem por objetivo orientar as ações prioritárias a serem desenvolvidas no período compreendido entre os anos de 2017 e 2019, além de integrar os planos, projetos e programas do SIGO/DF, de forma integrada ao Plano Estratégico do Governo de Brasília. Os encontros ocorreram na Escola de Governo do DF e tiveram a participação de 57 ouvidores, 21 agentes de planejamento e 8 assessores de comunicação. Assim, desta proposta surgiu o Mapa Estratégico do Sistema de Ouvidorias para o período 2017-2019, abaixo:

MAPA ESTRATÉGICO DAS OUVIDORIAS DO GDF 2017 - 2019



Além disso, visando valorizar e incentivar o desenvolvimento das melhores práticas na Gestão e Prestação dos serviços de Ouvidoria Pública no âmbito do Governo do Distrito Federal, a Controladoria-Geral do Distrito Federal, em parceria com o Conselho de Transparência e Controle Social – CTCS, instituiu, por intermédio da Portaria CGDF nº 225, de 11 de novembro de 2016, o 1º concurso “Melhores Práticas em Ouvidoria”. Tal iniciativa contribui para o fortalecimento e a importância do papel das Ouvidorias enquanto mecanismo de participação e controle social, fortalecendo o papel de Ouvidoria Ativa na perspectiva dos órgãos e do Governo.

As práticas foram avaliadas segundo os critérios de Capacidade transformadora; Criatividade; Replicabilidade; Eficácia e Comunicação. Foram premiadas 04 iniciativas, listadas abaixo:

CATEGORIA	ÓRGÃO	PRÁTICA	COLOCAÇÃO
Secretaria de Estado	Secretaria de Educação	Curso “Excelência no Atendimento ao Cidadão”	1º Lugar
Administração Regional	Administração Regional de Santa Maria	Atendimento de demanda de ouvidoria (revitalização de pista de bicicross)	1º Lugar
Ações Em Parceria	SLU - Serviço de Limpeza Urbana do DF e Codeplan - Companhia de Planejamento do DF	Pesquisa de opinião sobre os serviços prestados pelo SLU	1º Lugar
Entidades – Autarquias e Empresas Públicas	SLU - Serviço de Limpeza Urbana do DF	Ouvidoria Junto - De olho na coleta	1º Lugar

A rede de ouvidorias também é responsável pelo registro e monitoramento dos pedidos de acesso à informação, realizados presencialmente. No exercício de 2016 foram registrados 5.972 pleitos, com taxa de resposta de 96%. Tal demanda tem crescido desde a promulgação da Lei de Acesso à Informação, e considera-se que a rede de ouvidorias desempenha um papel fundamental no sentido de ampliar e fortalecer a cultura de transparência no Governo do Distrito Federal.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Controladoria-Geral do DF, em 2016, buscou intensificar suas ações alinhadas à estratégia do Governo, às boas práticas de gestão, ao aperfeiçoamento da gestão pública voltada para resultados, primando pela qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

No tocante à busca pela excelência do controle e como resultados da reorganização da Controladoria-Geral do Distrito Federal por meio do Decreto nº 36.877, de 16 de novembro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa da CGDF, possibilitando, destacou-se o aumento de ações de controle concomitantes, o monitoramento de implementação das recomendações emitidas pelo controle e a efetivação de implementação da gestão de risco junto a outras unidades da Administração Direita e Indireta do DF.

Durante o exercício de 2016, houve a consolidação das disposições da Portaria nº 232, de 26 de novembro de 2015, que disciplina a realização das ações de controle pela CGDF na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal, na condição de Órgão Central de Controle Interno. Desse modo, foi possível desenvolver iniciativas mais modernas em termos de ações de controle, como por exemplo: ISO 31000:2009 – Gestão de Riscos; ISO 27001:2005 - Sistemas de Gerência da Segurança da Informação; ISO 19011:2011 – Diretrizes para Auditoria de Sistemas de Gestão; Controle Interno – Estrutura Integrada – 2013 do Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO); Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (PMBOK – 2014) do Instituto de Gerenciamento de Projetos (PMI); Modelo IA-CM (Avaliação de Capacidade de Auditoria Interna) do Banco Mundial.

Vale ressaltar que as atividades executadas resultaram em ganhos/economias diretos de R\$ 316.829.477,20 (trezentos e dezesseis milhões oitocentos e vinte e nove mil quatrocentos e setenta e sete reais e vinte centavos), além de ganhos indiretos obtidos com melhorias na eficácia, eficiência e efetividade das unidades auditadas. Tais resultados demonstram a relevância das ações de controle do âmbito do GDF e seu potencial de trabalho.

É importante salientar que o projeto de Gestão de Riscos, que compõe o nível 3 do IA-CM, será ampliado em 2017, inclusive com a previsão de criação de módulo informatizado vinculado ao Sistema SAEWEB.

No atual contexto de adequação ao Modelo IA-CM, embora dificuldades tenham sido encontradas no desenvolvimento do Modelo (falta de recursos financeiros para capacitações, funcionamento dos órgãos com número de servidores abaixo do mínimo estabelecido em Lei; falta de mão de obra para o desenvolvimento de mais sistemas e contratação de especialistas) ações foram realizadas com o objetivo de superá-las.

Houve a criação de uma unidade específica para coordenar a implantação do Modelo IA-CM na CGDF. A unidade possui integrantes de diversas áreas para facilitar a obtenção de informações necessárias ao desenvolvimento e institucionalização das atividades requeridas. Além disso, o desenvolvimento dos sistemas necessários para o desenvolvimento das atividades está sendo feito pela própria CGDF. Da mesma forma, será desenvolvido o sistema de custos e o de qualidade, pelos próprios servidores. Uma estratégia na atuação é a realização de benchmarkings com outros Órgãos e Entidades que avançaram em algumas práticas contempladas no Modelo IA-CM, bem como a construção de parcerias com stakeholders, inclusive de eventos de capacitação e conscientização.

Para o alcance do nível 2 do Modelo, foi necessário o desenvolvimento de atividades e entregas de produtos como, por exemplo, o mapeamento de competências, na área de gestão de pessoas; elaboração de Plano de Negócios; Plano Operacional; gestão de custos; publicação de decretos que tratam da regulamentação da Lei Anticorrupção, Códigos de Conduta da Alta Administração e de Ética, modelos de boas práticas gerenciais em gestão de riscos e controle interno a serem adotados no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal; e Programa de Avaliação de Qualidade dos trabalhos do controle interno.

Buscando o aprimoramento contínuo da gestão pública no combate à corrupção, a transparência, a gestão de riscos e os mecanismos de controle adotados pelo Governo de Brasília, foram publicados o Decreto nº 37.296, de 29 de abril de 2016, que regulamenta a Lei Anticorrupção; o Decreto nº 37.297, de 29 de abril de 2016, que aprova os Códigos de Conduta da Alta Administração e de Ética; e o Decreto nº 37.302, de 29 de abril de 2016, estabelecendo os modelos de boas práticas gerenciais em gestão de riscos e controle interno a serem adotados no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal. A regulamentação dessas temáticas fizeram parte do Acordo de Resultados de 2016.

Importante a CGDF continuar atuando no sentido de obtenção de recursos de organismos internacionais, concentração de esforços de TI para desenvolvimento de sistemas próprios, atividades de integração institucional, realização de benchmarking e trabalhos com parcerias e redes.

No aspecto correcional, considerando a necessidade de conferir maior racionalidade aos trabalhos desenvolvidos e de potencializar o aproveitamento dos escassos recursos humanos disponíveis, foram editados normativos com objetivo de diminuir as instaurações de procedimentos correccionais e de Tomada de Contas Especiais:

- Instrução Normativa nº 01, de 31/05/2016, que institui o Termo Circunstanciado Administrativo - TCA como alternativa ao processo administrativo disciplinar e à sindicância administrativa em casos de extravio ou dano à bem público, que implicar em prejuízo de pequeno valor;
- Instrução Normativa nº 02, de 25/07/2016, que dispõe sobre mediação de conflitos entre agentes públicos como meio de solução de controvérsias;
- Instrução normativa nº 03, de 26/09/2016, que institui o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Administrativo - TAC como medida alternativa a incidentes disciplinares em situações de infração leve, evitando gastos desnecessários com a instauração de processo investigatório;
- Instrução Normativa nº 04, de 21/12/2016, que estabelece normas de instauração, organização e processamento de tomadas de contas especiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal;
- Ordem de Serviço nº 105, de 14/09/2016, na qual foram definidos critérios para a seleção de procedimentos disciplinares que serão acompanhados pela CGDF.

Ademais, em cumprimento à missão instituída pela Lei do SICOR, foi editada a Portaria nº 235, de 26 de outubro de 2016, que dispõe sobre a criação do Cadastro de Presidentes, Membros, Assistente Técnicos e Peritos para atuarem em Procedimentos Correccionais, bem como em Processo de Tomada de Contas Especial no âmbito do Distrito

Federal. O objetivo dessa Portaria é formar um banco de servidores capacitados no ramo de correição, haja vista a carência de servidores efetivos com a qualificação necessária para compor as comissões apuratórias.

Com o atual cenário que tem enfoque na atuação preventiva, quebrando o paradigma de atuação *a posteriori*, que fundamentava-se somente na remediação das irregularidades e dos atos ilícitos detectados, para o ano de 2017, tem-se como perspectivas:

- realizar encontros técnicos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública do DF com vistas a integrar e fomentar os mecanismos de resolução consensual de conflitos, além de promover a capacitação dos agentes públicos que conduzirão os referidos procedimentos;
- buscar parcerias com os demais órgãos objetivando a qualificação em temas relacionados à celebração de Acordo de Leniência;
- atuar de forma preventiva no combate às irregularidades praticadas por agentes públicos, bem como no combate à corrupção por atos lesivos praticados por Pessoas Jurídicas contra a Administração Pública;
- reduzir o estoque de processos, com vistas a acompanhar somente os processos relevantes e de alta complexidade a serem avocados, o que viabilizará a supervisão efetiva das unidades seccionais, por meio da realização de inspeções e visitas técnicas preventivas;
- continuar a capacitação dos servidores dos órgãos e entidades do DF, em matéria correicional e de Tomada de Contas Especial, por meio de *workshops* e cursos oferecidos em parceria com a Escola de Governo para possibilitar a habilitação dos servidores na condução dos procedimentos apuratórios;
- implantar o módulo Sistema Correicional Integrado, em desenvolvimento no SAEWEB, que possibilitará o acompanhamento informatizado de procedimentos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos e entidades distritais em tempo real;
- estender a implantação do módulo de Tomada de Contas Especial no SAEWEB para as demais jurisdições, que possibilitará a supervisão das atividades de TCE mais célere e eficiente;
- uniformizar os procedimentos disciplinares instaurados no âmbito da Administração Distrital por meio da disponibilização do guia de modelos de documentos para processos disciplinares, sindicâncias e sindicâncias patrimoniais, elaborado por esta Casa Correicional.

A respeito do controle social, a realização do projeto Controladoria nas Escolas do DF foi, em muitos aspectos, bem-sucedida, mas é possível listar uma série de dificuldades encontradas e problemas que interferiram na execução do mesmo e que devem ser sanadas a fim de otimizar as perspectivas para 2017. O projeto foi implementado pela primeira vez em 2016, por isso, houve pouca clarificação quanto ao seu escopo, cronograma, riscos e execução. Disso surgiram dificuldades em relação à agenda e o calendário das escolas contempladas, dificuldades em relação à execução da peça teatral que foi realizada por meio do trabalho de voluntários e sempre com incerteza quanto ao local de sua realização. Ainda houve dificuldades de acesso aos gestores responsáveis pelas resoluções pendentes, fazendo com que a maioria dos apontamentos fossem resolvidos pelos próprios diretores das escolas. Em 2017, mais escolas devem ser contempladas com o projeto, de forma a contribuir para a formação cívica e de participação social dos alunos da rede pública de ensino do DF.

No contexto de ações de ouvidoria, a partir de uma realidade identificada por meio da constante descontinuidade do sistema informatizado de ouvidoria anterior (TAG); da necessidade de fortalecimento da Rede SIGO/DF; da racionalização de custos; e, por fim, da análise dos dados oriundos do sistema informatizado, foram desenvolvidas iniciativas em 2016 como o desenvolvimento do novo sistema informatizado de ouvidoria, o Ouv-DF; um programa de formação dos servidores da rede de ouvidorias; o projeto Ouvidoria Itinerante e a publicação das cartas de serviços.

Para 2017, temos como perspectivas em discussão:

- consolidação da Agenda Estratégica do SIGO/DF e do plano de ação;
- publicação das versões resumidas e online da Carta de Serviços;
- participação crescente do cidadão no novo sistema informatizado de ouvidoria – OUV-DF;
- Programa de Capacitação continuada dos membros da rede, com parcerias externas, que viabiliza a profissionalização dos ouvidores e equipes;
- Aplicativo móvel: Com o intuito de tornar o sistema informatizado de ouvidoria capaz de agregar valor ao processo decisório das diversas unidades que integram o Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal - SIGO/DF e trabalhar com o universo das solicitações dos cidadãos dando suporte à ação pública e ao planejamento estratégico a partir da coleta fidedigna de dados e informações estatísticas, aliada ao desenho e implementação de um novo sistema informatizado de ouvidoria, surge a proposta de disponibilização de um aplicativo desenhado especificamente para registro de manifestações de ouvidoria, em tempo real, com georreferenciamento de demandas e banco de dados de imagens. Assim, busca-se ampliar o acesso ao Governo do Distrito Federal, em canais oficiais de registro de demandas, ampliando os mecanismos de participação e controle social, além do acompanhamento online dos registros de manifestações.

22. DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL – UO: 48.101

A Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF é a Instituição Distrital responsável pelo cumprimento do dever constitucional de prestar assistência jurídica integral e gratuita à população carente ou vulnerável que não tenha condições financeiras de pagar as despesas destes serviços.

A Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, regulada pela Lei Complementar nº 80/1994, que lhe assegura “autonomia administrativa e financeira e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º”.

A Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, antes denominada de Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – CEAJUR, também é regulada, no que couber pela Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, publicada no DODF nº 143 de 27 de julho de 2010, e está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o número 12.219.624/0001-83.

Cumprir esclarecer que o decreto nº 31.654 de 06 de maio de 2010, publicado no DODF nº 91, de 13 de maio de 2010, Seção I, pág. 4, previu a alteração da estrutura do CEAJUR, sem aumento de despesas e em seu Parágrafo Único do Art. 1º estabeleceu que até a criação da unidade orçamentária própria e a completa estruturação da Unidade de Administração Geral da DPDF, a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal daria suporte ao órgão nas áreas administrativa, financeira, orçamentária, patrimonial e contábil esta Unidade Orçamentária.

A Unidade Orçamentária da DPDF teve a sua criação por meio da Lei nº 4.489, de 14 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF nº 135, na data de 15 de julho de 2010, Seção I, pág.3.

Contudo, a emenda à Lei Orgânica nº 61, publicada no DODF, 17 de dezembro de 2012, transformou o Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal - CEAJUR em Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, mantendo a finalidade da prestação de assistência jurídica gratuita e integral a quem comprovar insuficiência de recursos.

O seu papel configura-se direito e garantia fundamental de Cidadania, inserido no Art. 5º da Constituição da República, inciso LXXIV, que impõe à União, aos Estados e ao Distrito Federal o dever inafastável da sua prestação, diretamente pelo Poder Público e por meio da Defensoria Pública, determinando que esta seja instalada em todo o país, nos moldes da Lei complementar prevista no parágrafo único do Art. 134 da Constituição Federal (LC nº 80/94).

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	15
Cedidos – fora GDF	01
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Requisitado dentro GDF	151
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	624
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	138
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	929
Total ativos - afastado	-

Obs.: Dados de 31/12/2016.

Atualmente, a instituição conta com 929 servidores (força de trabalho) em atuação na Administração Geral, EASJUR, PRODEF e nos 32 diferentes Núcleos de Assistência Jurídica – NAJs em todo Distrito Federal.

Em 2016 foram nomeados e tomaram posse, 22 (vinte e dois) Analistas de Apoio à Assistência Judiciária, que realizaram o Concurso Público regido pelo Edital nº 01, de 15 de janeiro de 2014, de acordo com o DODF nº. 12, de 16/01/2014 e executado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, onde em 02 de julho de 2014, no DODF Nº 131, páginas 64/65, foi publicado o resultado final e homologação do concurso público em questão. Dentre os que tomaram posse, 03 (três) pediram exoneração.

No ano de 2016 também foram nomeados e tomaram posse, 18 (dezoito) Defensores Públicos, sendo que 01 (um) pediu exoneração, em razão do Edital Normativo nº 01-DPDF, publicado no DODF nº 74 de abril de 2013 e Edital de Resultado Final e Homologação nº 15-DPDF, publicado no DODF nº 80, de 23 de abril de 2014, em vagas derivadas, para exercerem o cargo de Defensor Público de Segunda Categoria, da Carreira de Defensor Público do Distrito Federal, respeitada a classificação final no concurso.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária - Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	454.647	454.647	337.746	295.655
8387 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	454.647	454.647	337.746	295.655
3030 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF	4.100.000	4.000.000	0	0
9630 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF-DISTRITO FEDERAL	4.000.000	4.000.000	0	0
9631 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR DE PASSAGEIROS E CARGAS - DPDF	100.000	0	0	0
4126 - MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	50.000	71.834	12.219	12.219
0002 - MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	50.000	71.834	12.219	12.219
4128 - SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO	50.000	50.000	0	0
0001 - SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	50.000	50.000	0	0
4129 - REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA	436.344	436.344	20.000	288
0001 - REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA- DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	436.344	436.344	20.000	288
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	45.414	45.414	45.414	2.604
2259 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	45.414	45.414	45.414	2.604
TOTAL DO PROGRAMA 6211	5.136.405	5.058.239	415.379	310.766

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Índice de acordos realizados	%			Anual	10	11	12	13	DPDF / UO 48101 / OE 6
Número de atuação extrajudicial	Unidade	1.123	31-dez-14	Anual	2.000	2.200	2.400	2.600	DPDF / UO 48101 / OE 6
Índice de Judicialização	%	18,43	31/12/2014	Anual	18	17	16	15	DPDF / UO 48101 / OE 6
Atendimentos realizados	Unidade	440.000	31-dez-14	Anual	500.000	600.000	700.000	800.000	DPDF / UO 48101 / OE 6

O **Índice de Acordo** - fundamenta-se no número de acordos judiciais e extrajudiciais bem como as mediações realizadas em todos os Núcleos de Atendimento Judiciário (NAJ). O índice estabelecido, como desejado, foi superestimado, em razão de não contemplar todos os serviços prestados por esta Defensoria, que além dos ajuizamentos de petições, também, prestamos atendimentos de orientação jurídica, bem como outros processos onde o acordo é juridicamente impossível (criminal, execução penal, etc).

O **Índice de Judicialização** - fundamenta-se no número de processos autuados, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: iniciais exame, iniciais medicamentos, iniciais propostas, iniciais tratamentos, iniciais UTI e proposituras. A meta prevista era de 18% sobre o total de atendimento, no entanto, a meta ficou abaixo do previsto, em 12%, o que justifica o excelente serviço prestado por esta Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos judiciais autuados no ano de 2016.

O quantitativo de **Atendimentos Realizados** - fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: atendimento externo, atendimento idoso, atendimento psicólogo, atendimento servidor, atendimento social, atendimento vítima doméstica e visitas; também contabiliza os atendimentos realizados nas Varas do Tribunal de Justiça onde, a Defensoria prestava serviço em torno de 60% da capacidade das Varas, e com as medidas implantadas no ano 2016, a capacidade aumentou para 94%. Acrescenta ainda, os atendimentos realizados através da Mediação pela Defensoria Pública do Distrito Federal.

Cabe ressaltar que o aumento da demanda dos nossos serviços deu-se em razão da incorporação dos servidores cedidos e redistribuídos de outros órgãos, bem como, a crise financeira que ocasionou o empobrecimento da população e a dificuldade ao acesso dos serviços públicos prestados (saúde, transporte, educação dentre outros).

Além disso, a Defensoria Pública do Distrito Federal vem tomando as devidas providências quanto à nomeação para o cargo de Defensor Público, viabilizando com isso, o aumento do número de defensores e, por conseguinte, aumento de atendimentos e possíveis acordos.

Dos Projetos Sociais: tem como objetivo realizar ações em lugares específicos ou comemorações específicas destinadas a incrementar o diálogo com a sociedade civil organizada, tendo o intuito de trabalhar na transformação social de cidadãos hipossuficientes por meio da prática de etapas estratégicas voltadas para a construção de efetivas políticas públicas. No ano de 2016 foram realizadas diversas atividades, dentre elas destacamos:

1. O projeto "Defensor na Comunidade": tem por objetivo levar assistência jurídica integral e gratuita ao cidadão carente de recursos financeiros. O atendimento itinerante é realizado por meio de veículo totalmente equipado e com equipe formada por defensores públicos, servidores e estagiários e, se faz presente em diversos locais ao longo do ano, além de participar de diversos eventos promovidos por órgãos do Governo do Distrito Federal e entidades sociais. Periodicamente, o cronograma das atividades do projeto é divulgado no site da Defensoria Pública do Distrito Federal. Em 2016 foram atendidas 2.348 pessoas nos mutirões realizados pela Defensoria Pública em diversas localidades do Distrito Federal.

Atendimento Itinerante DPDF - 2016	
Localidade	Quantidade De Atendimento
Águas Claras	10
Arapoangas	51
Brazlândia	16
Candangolândia	112
Casa Do Ceará	23
Ceilândia	42
Ceilândia – Pôr Do Sol	104
Ceilândia – Sol Nascente	82
Estrutural	158
Gama	83
Granja Do Torto	49
Itapoã	100
Lago Oeste	12
Núcleo Bandeirante	161
Paranoá	82
Penitenciária Feminina	41
Planaltina	32
Planaltina – Arapoangas	69
Planaltina – Vale do Amanhecer	106
Recanto Das Emas	94
Riacho Fundo II	56
Samambaia	103
Santa Maria	62
São Sebastião	07
Sobradinho – Fercal	130
Sobradinho – Lago Oeste	13
Sobradinho – Vila Basevi	71
Taguatinga	61
Taguatinga – Areal	72
Varjão	346
Total	2.348

2 - O Departamento de Atividade Psicossocial da Defensoria Pública do DF (DAP): tem o objetivo de aprimorar o atendimento destinado à garantia dos direitos da população em situação de vulnerabilidade social, assim como promover a qualidade do serviço por meio do atendimento técnico, formado por equipe multidisciplinar que prestam assistência integral à população assistida dos Núcleos de Assistência Jurídica da DPDF. Nesse sentido desenvolveu projetos como:

2.1 - Atendimento à População em Situação de Rua: O Departamento de Atividade Psicossocial (DAP), em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) e o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) realizam o projeto **"Atenção à População em Situação de Rua"**. Este projeto presta assistência jurídica, psicológica e social a essa população, com o intuito de garantir a possibilidade de um padrão de vida digno, redução da pobreza e das desigualdades sociais. Um dos objetivos é de resgatar a cidadania tendo acesso à documentação civil básica. Para tanto, foi firmado acordo de cooperação com a Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF que objetiva a união de esforços

para a expedição de 3ª via de carteira de identidade civil à população em situação de rua, sendo repassados pela DPDF os recursos financeiros necessários para às despesas de expedição da 3ª via da carteira de identidade civil.

2.2 - Grupo de apoio às famílias de usuários/dependentes químicos: faz parte do Projeto: Atenção à Saúde Mental, instituído pela Portaria 99 de 06 de dezembro de 2012, com o objetivo de oferecer acompanhamento sistemático àqueles que buscam a Defensoria no intuito de garantir atendimento especializado em saúde mental, especialmente uso nocivo de substâncias psicoativas, com vislumbre de garantir acesso na rede de saúde e socioassistencial. O projeto é executado pela equipe do Departamento de Atividade Psicossocial da Defensoria Pública do DF (DAP/DPDF) em conjunto com a equipe do Núcleo de Assistência Jurídica da Saúde (NAJ Saúde). O atendimento psicossocial integrado ao atendimento jurídico visa proporcionar uma visão ampliada da complexa demanda em saúde mental e favorece a construção coletiva de estratégias de intervenção com vistas a garantir o acesso, prioritariamente de forma extrajudicial, do assistido e família aos serviços especializados.

2.3 - Grupo de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência: tem o objetivo de oferecer apoio psicossocial e jurídico às mulheres vítimas de violência no decorrer do processo judicial.

2.4 - Jovens em Harmonia com a vida: o Projeto é fruto de um acordo de Cooperação Técnica e Operacional entre a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) e a Secretaria do Estado da Criança (SECRIANÇA) firmado em 03 de junho de 2013, com o objetivo de somar esforços para o resgate do laço social dos socioeducandos por meio do estágio remunerado aos adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida (LA), bem como propiciar espaço para cumprimento da determinação de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

2.5 - Paternidade Responsável: visa estimular, por meio de mediação, o reconhecimento voluntário de paternidade, sem a necessidade de ajuizamento de ação judicial. O projeto também disponibiliza aos interessados a realização do exame de DNA para os casos em que houver dúvida em relação à paternidade, sem custos para o assistido.

2.6 - Projeto Mediação e Conciliação: o objetivo principal do Projeto de Mediação é tentar evitar que conflitos cheguem a ser ajuizados, até como forma de cumprir uma das várias funções institucionais da Defensoria Pública, que é a de promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos. As sessões de mediação são realizadas de forma itinerante nos Núcleos de Assistência Jurídica, em local adequado e por mediadores capacitados.

3. A Escola de Assistência Jurídica – EASJUR: busca disseminar conhecimento em temas afetos à instituição e à cidadania, visando aprimorar a capacidade de atuação da Defensoria e de evolução da sociedade. No ano de 2016 foram realizadas diversas atividades, dentre elas destacamos:

3.1 - Projeto Conhecer Direito: é uma iniciativa social que difunde gratuitamente o conhecimento jurídico básico para alunos do 3º ano de ensino médio da rede pública de ensino do DF. O curso tem por objetivo proporcionar aos estudantes a oportunidade de conhecer e discutir temas relacionados à justiça e aos valores de cidadania. Em 2016 beneficiou 147 alunos com o Projeto Conhecer Direito.

3.2 - I Oficina de Recepção dos Estagiários do Viravida: o projeto conta com o apoio da Defensoria Pública do DF, fruto de um Termo de Cooperação Técnica, recebendo estagiários de nível médio e ministrações de palestras para os alunos. O objetivo é garantir o acesso ao mercado de trabalho, promover a defesa de direitos e o estímulo à participação cidadã mediante inclusão social de adolescentes que sofrem abuso ou exploração sexual.

3.3 - Curso sobre os Impactos da Lei Brasileira de Inclusão no Mundo Jurídico: o curso visa aprimorar o conhecimento dos técnicos que prestam atendimento às pessoas com deficiência quanto aos seus aspectos legais, sociais e pedagógicos e de saúde. Em 2016 foram treinados 53 técnicos.

3.4 - Outras Atividades/Eventos: Em 2016 a escola realizou outras atividades tais como: Treinamento Processo Judicial Eletrônico; Curso Avançado sobre o Novo CPC; Curso de Formação de Estagiários 2016; Semana da Defensoria Pública do DF; Seminário: Direito e Saúde II; Lançamento da Cartilha do Direito do Consumidor, dentre outros.

4 - Ouvidoria: Canal de comunicação entre o cidadão e a Defensoria, com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre o funcionamento da instituição, enviar reclamações, sugestões e elogios relativos à nossa atuação. Trata-se de uma atividade de pós-atendimento e seu trabalho não se confunde com o dos defensores públicos e demais servidores, com o propósito de melhorar os serviços prestados, levando em consideração a opinião da população assistida pela Defensoria.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária - Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	4.468.995	1.368.995	866.086	72.417
0007 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	4.468.995	1.368.995	866.086	72.417
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.082.386	10.352.828	9.115.310	6.838.731
7028 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	4.082.386	10.352.828	9.115.310	6.838.731

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
TOTAL DO PROGRAMA 0001	8.551.381	11.721.823	9.981.396	6.911.148

Foram pagas 5 licenças prêmios durante o ano de 2016, além de várias indenizações, restituições e ressarcimentos.

PROGRAMA 6002 – PROGRAMA GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO – SOCIAL

Execução Orçamentário - Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	100.000	0	0	0
0002 - ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DE SOBRADINHO	100.000	0	0	0
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	3.764.325	3.587.393	2.858.797	2.455.978
9623 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	3.614.325	3.587.393	2.858.797	2.455.978
9625 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO NA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	150.000	1	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.200.531	2.200.531	1.813.290	1.595.312
2626 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	2.200.531	2.200.531	1.813.290	1.595.312
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	225.393	225.393	61.461	61.461
0079 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DEFENSORIA PÚBLICA DO-DISTRITO FEDERAL	225.393	225.393	61.461	61.461
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	170.792.727	169.392.727	161.139.940	159.698.129
8711 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	170.792.727	169.392.727	161.139.940	159.698.129
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	6.046.672	4.346.672	3.830.941	3.830.941
9549 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	6.046.672	4.346.672	3.830.941	3.830.941
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	6.154.356	6.062.080	5.806.769	4.860.935
9632 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	6.154.356	6.062.080	5.806.769	4.860.935
TOTAL DO PROGRAMA 6002	189.284.004	185.814.797	175.511.198	172.502.756

Em 2016 a Defensoria Pública do Distrito Federal concedeu aposentadoria a defensores e servidores, lotados na DPDF, o que vem a reforçar a ausência de vinculação ou subordinação da DPDF a qualquer Secretaria de Estado, circunstância esta existente até o ano de 2010, fato que ratifica a autonomia administrativa alcançada pela Lei Complementar nº 828/2010, a DPDF, por ato do seu Defensor-Geral. A DPDF realiza suas próprias licitações e celebra seus contratos em decorrência de sua autonomia Administrativa.

Nesse sentido, cabe informar que os concursos públicos realizados pela DPDF também são totalmente administrados por ela, não necessitando de qualquer delegação do poder executivo.

PROGRAMA: 6003 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentário - Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	100.000	0	0	0
0001 - ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA A CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DE SOBRADINHO	100.000	0	0	0
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	500.000	200.000	198.818	198.818
9624 - CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTÁGIO - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	500.000	200.000	198.818	198.818
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	500.000	0	0	0
5116 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO NA DEFENSORIA PÚBLICA	500.000	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6003	1.100.000	200.000	198.818	198.818

As contratações de estagiários remunerados para a área jurídica e a adesão de colaboradores de outros órgãos contribuíram para a melhor fluidez do trabalho desenvolvido pela DPDF, corroborando assim, para ratificar a autonomia da Defensoria.

Importante destacar que, atualmente, os estagiários remunerados para a área jurídica são contratados via processo seletivo mediante aplicação de prova objetiva pelo CIEE. Quanto aos estagiários, não remunerados, os mesmos são selecionados via processo seletivo consistente na aplicação de provas objetivas. A DPDF também possibilita a participação de colaboradores, qual seja, àqueles inscritos ou não na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bem como os acadêmicos de Direito, que não preencham os requisitos para estágio e que desejarem adquirir a prática da advocacia ou

mesmo, aprimorarem os conhecimentos da profissão, também, poderão requerer a sua participação em Prática Forense Supervisionada.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma da lei.

Justamente por ser considerada sua função essencial à Justiça, a Constituição também lhe assegura autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias. Tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Tem como principais objetivos a busca da primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais, a afirmação do Estado Democrático de Direito, a prevalência e efetividade dos direitos humanos e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Suas atividades se desenvolvem para prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus; promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos; promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico; prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas Carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições; exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinários ou extraordinários, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses; representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos; promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes; exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor; impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução; promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela; exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado; acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado; patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública; exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei; atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais; atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas; atuar nos Juizados Especiais; participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública; convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Defensoria Pública do Distrito Federal no ano de 2016 teve mudança da sede administrativa. Contudo, surgiram algumas dificuldades de acesso da população assistida pelo Departamento Psicossocial – DAP que se localizava junto à sede. Diante disso, houve a necessidade de adequação da localidade desse setor para facilitar o acesso à comunidade. Devido a essas dificuldades, alguns projetos foram afetados na quantidade dos atendimentos prestados pelo departamento.

A estrutura administrativa passou por mudanças de gestão, tendo sido nomeado novo Subsecretário de Administração Geral – SUAG, que ocasionou algumas alterações, positivas, com intuito de aprimorar a administração geral, renovando os demais setores a ele vinculados.

No mesmo intuito, buscou-se a modernização da área administrativa / jurídica, onde, a Diretoria de Informática adquiriu 200 (duzentos) novos computadores para serem distribuídos aos núcleos de atendimento.

Para assegurar bons resultados a DPDF identificou que para o atendimento das metas e dos programas prioritários do Órgão, deveria estar presente em todos os Fóruns do Distrito Federal, ação esta de difícil cumprimento, pois a DPDF não possui prédios próprios, necessitando de locações de espaços para as instalações dos NAJs ou cessão de espaço. Nesse sentido em 2016 a DPDF inaugurou dois Núcleos de Assistência Jurídica: NAJ Recanto das Emas e NAJ Águas Claras.

Para melhor atender a essa necessidade, em algumas Regiões Administrativas do Distrito Federal, nos Fóruns construídos pelo TJDFT, a DPDF se faz presente ocupando salas, por meio de Termos Técnicos de Ocupação de Espaço Gratuito.

É imperioso ressaltar que a DPDF possui uma Sede Administrativa, localizada em prédio alugado, localizada no SIA Sul, Trecho 17, Rua 07 – Lote 45, bem como, possui um terreno cedido para construção de sua Sede nas proximidades da Ponte JK em Brasília, no Setor de Clubes Sul, porém, faltam recursos financeiros para a construção.

Outro ponto de estrangulamento da DPDF ainda é a carência de mão de obra, tanto na área meio quanto na área fim, como por exemplo, os Defensores Públicos e servidores da carreira de apoio, que, aos poucos, na medida da disponibilidade financeira, estão sendo nomeados.

22.1 FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL– UO: 48.901

O Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – PROJUR, instituído pela Lei nº 744, de 04/12/2007, publicada no DODF nº 231, de 05/12/2007, e regulamentada pelo Decreto nº 28.757, de 06/02/2008, publicado no DODF nº 25, de 7/02/2008, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº 09.396.049/0001-80, passou a ser denominado Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal -PRODEF, de acordo com o Artigo 3º da Lei Complementar nº 908, de 07 de janeiro de 2016. A composição do PRODEF está estabelecida na Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010. O Fundo é desenvolvido e coordenado pela Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, e tem por finalidade destinar recursos para programas e projetos relacionados à execução das finalidades institucionais deste órgão.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Requisitado dentro GDF	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	-
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	-
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	-
Total ativos - afastado	-

O quadro de pessoal do PRODEF é composto pelos membros do seu Conselho de Administração – CAPRODEF, formado por 07 (sete) Conselheiros Defensores, desta forma:

- ✓ Defensor Público Geral;
- ✓ 02 (dois) Subdefensores;
- ✓ Coordenador da Assessoria Jurídica;
- ✓ Corregedor Geral;
- ✓ um representante da Associação dos Defensores do DF;
- ✓ um representante do Conselho Superior da DPDF, e
- ✓ Chefe do Núcleo de Administração Financeira do PRODEF, que exerce a atividade administrativa do Fundo.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária-Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2965 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PRODEF	100.000	65.000	0	0
0001 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PROJUR-FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA-DISTRITO FEDERAL	100.000	65.000	0	0
3030 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF	2.549.983	3.493.898	383.756	311.816
9629 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF- MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF-DISTRITO FEDERAL	2.549.983	3.493.898	383.756	311.816
TOTAL DO PROGRAMA 6211	2.649.983	3.558.898	383.756	311.816

O Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal –PRODEF tem por objetivo destinar recursos ao custeio e aos investimentos para a conquista das finalidades institucionais. Em 2016 os recursos do PRODEF proporcionou melhorias nas instalações da Defensoria Pública do Distrito Federal, tais como, aquisição de bens materiais: computadores, mesas, cadeiras, divisórias, dentre outros; tudo com o objetivo de prestar um serviço de assistência jurídica de excelência à população vulnerável do Distrito Federal.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em 2016 ocorreram melhorias nas instalações lógicas em razão da aquisição de equipamentos de informática, bem como de mobiliários para a estruturação dos NAJs de Recanto das Emas e Águas Claras e a reestruturação da nova Sede da DPDF.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal – PRODEF tem exercido suas funções com o objetivo de prestar assistência jurídica integral de qualidade e gratuita a toda população do Distrito Federal que tenham insuficiência de recursos, em defesa da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social.

O orçamento do exercício financeiro de 2016 indicou as ações como: Funcionamento do Programa de Assistência Judiciária – PROJUR e Modernização e Reaparelhamento da DPDF.

Essas ações tiveram a perspectiva de possibilitar e melhorar o aparelhamento das instalações da Defensoria Pública do Distrito Federal, com aquisição de bens e serviços, bem como a realização de outras atividades vinculadas ao exercício da assistência judiciária.

Todavia, de forma indevida, por vários meses do ano, os recursos ficaram bloqueados, o que dificultou sua execução ao longo do ano.

23. SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL– UO: 51.101

A Secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude do Distrito Federal - SECRIANÇA-DF, atual responsável pelo Sistema Socioeducativo, Conselhos Tutelares, Políticas para Crianças e Adolescentes e Juventude, foi criada pelo Decreto nº 32.716 de 1º de janeiro de 2011.

Conforme Decreto nº 36.236 de 1º/01/2015 que fixou a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do Distrito Federal, a Secretaria tem competência e atuação nas seguintes áreas:

I – articulação, no âmbito distrital, dos programas e projetos destinados à proteção, defesa e promoção da criança, do adolescente e da juventude;

II – elaboração de políticas públicas para as crianças, adolescentes e jovens;

III – inserção do jovem no mercado de trabalho.

IV – conselhos tutelares;

V – proteção da criança e do adolescente;

VI – recuperação socioeducativa.

Vinculam-se à Secretaria o Conselho da Juventude; o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares.

Cabe ainda à Secretaria a gestão do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FDCA/DF.

Em 28/12/2016, por meio do Decreto nº 37.896, foi publicado no DODF o Regimento Interno da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude a fim de regulamentar suas atividades e funcionamento.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	32
Cedidos – fora GDF	08
Requisitado fora GDF – PASUS	01
Temporário – em exercício	402
Temporário – afastado	10
CLT – em exercício	0
CLT – afastado	0
Conselheiro	193
Estatutário – em exercício	1482
Estatutário - afastado	49
Sem vínculo – em exercício	287
Sem vínculo – afastado	01
Total ativos – em exercício	2365
Total ativos - afastado	100

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2205 - ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	200.000	0	0	0
5313 - ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES--DISTRITO FEDERAL	200.000	0	0	0
2412 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	355.950	120.337	57.788	33.327
0001 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL--DISTRITO FEDERAL	355.950	120.337	57.788	33.327
2783 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA	150.000	0	0	0
0001 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	150.000	0	0	0
3080 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	545.572	350	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	545.572	350	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	300.000	1	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL--DISTRITO FEDERAL	300.000	1	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	500.000	459.857	459.856	250.154
0103 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	500.000	459.857	459.856	250.154
6106 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS, OFICINAS DE PERCUSSÃO, TEATRO E EMPREENDEDORISMO DO "PROJETO NOTA 10"-DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	100.000	50.000	0	0
6175 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	100.000	50.000	0	0
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	0	3.000.000	3.000.000	3.000.000
9805 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	0	3.000.000	3.000.000	3.000.000
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50.000	3.200	3.200	3.200
1539 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	50.000	3.200	3.200	3.200
TOTAL DO PROGRAMA 6217	2.201.522	3.633.745	3.520.845	3.286.681

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Taxa de satisfação ao atendimento às vítimas de violência sexual no Centro de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes	%			Anual	70	75	80	85	SUBPOLÍTICA/ SECRIANÇA-DF/ UO 51101/ OE 5

1. Promoção de Políticas para Crianças e Adolescentes**1.1) Implantação do Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual.**

O Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio que visa o atendimento multidisciplinar e humanizado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Brasília, foi inaugurado em 25 de outubro, na 307 Sul. A unidade disponibiliza uma estrutura de profissionais que possibilitam a intersectorialidade e centralidade no atendimento de forma a evitar a revitimização com a repetição do relato dos fatos, aproximando os atendimentos protetivos, com enfoque psicossocial, da responsabilização do autor. O objetivo é a escuta especializada da criança e do adolescente, com profissionais extremamente capacitados, em que a oitiva ocorre sempre com o acompanhamento de um agente da polícia civil e é gravada. Em todas as etapas do processo — da oitiva da criança ou do adolescente à responsabilização do autor —, o foco é evitar a chamada revitimização, que acontece quando a pessoa que sofreu violação é obrigada a relembrar e recontar o fato. Os produtos do Centro são o relatório psicossocial encaminhado à rede após o estudo, o boletim de ocorrência para iniciar os processos investigativos, a oitiva gravada para fins legais e de consulta, quando necessário e respeitados os critérios de sigilo, o acompanhamento dessa família aos serviços emergenciais da rede e o monitoramento da situação da família.

O nome 18 de Maio é uma referência ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O Centro funciona onde antes ficava o antigo posto comunitário de segurança da Polícia Militar.

Nas primeiras semanas de funcionamento, o Centro ofereceu capacitação para servidores. Os atendimentos começaram em 6 de novembro de 2016, a partir dos encaminhamentos feitos pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e pelos Conselhos Tutelares do DF.

Os atendimentos de profilaxia, bem como os demais exames e tratamentos de saúde necessários às vítimas são feitos no Hospital Materno-Infantil de Brasília (HMIB) e no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), unidades de saúde de referência nesses casos.

O Laboratório Sabin, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a organização *Childhood* são parceiros na ludoteca do Centro, nos equipamentos e mobiliários e na capacitação, respectivamente.

A expectativa é atender cerca de 360 pessoas por ano, atendendo a demanda atual, conforme dados de denúncias do Disque 100 no Distrito Federal. O diferencial do Centro 18 de Maio em relação às demais instituições é a possibilidade que tem a vítima de violência sexual de prestar depoimento apenas uma vez. A escuta qualificada permite o atendimento qualificado e integrado para que a criança não tenha que contar o que lhe ocorreu a cada instância da rede, revitimizando-a nesse processo.

1.2) IV Curso de Formação Continuada em Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

O Curso foi executado em sua 4ª edição com o objetivo de possibilitar aos servidores, conselheiros tutelares, professores e demais membros da Rede o alinhamento teórico e prático sobre a atuação da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como entendimento dos conceitos básicos dos direitos humanos de crianças, adolescente e juventude e a perspectiva de enfrentamento a esta violação de direitos na abordagem de redes (carga-horária: 60 horas).

Com ele espera-se que o resultado seja o aumento da qualidade do serviço prestado à população do DF, o fortalecimento das instituições e das redes locais de enfrentamento das violações de direitos de crianças e adolescentes e o aumento da capacidade técnica da Secretaria em relação ao alcance de seus objetivos precípuos. Para a realização deste curso no ano de 2016 foram feitas 04 reuniões com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação.

O curso teve início em 12/09/2016 e término no dia 12/12/2016, tendo carga-horária total de 60 horas, quatorze (14) encontros presenciais correspondentes há 42 horas/aula e 18 horas indiretas destinadas à pesquisa e elaboração do trabalho final. Tratou a temática de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência sexual e a Rede de Proteção do DF, a responsabilização, além de temáticas como direitos humanos, diversidade sexual, dentre outros, ministrados por profissionais especialistas na área. As aulas iniciaram com 137 alunos e foram finalizadas com 105. O curso atendeu seus objetivos, mas avalia-se necessária a revisão da metodologia de trabalho para o próximo ano, além de destinação de recursos para que os professores possam ser remunerados.



1.3) Comitê pela Primeira Infância

O Comitê pela Primeira Infância, criado pelo Decreto nº 34.136 de 05/02/2013 e reestruturado pelo Decreto nº 36.509 de 22 de maio de 2015, possui a atribuição precípuca de aprimorar a integração das políticas distritais para criança de até seis anos de idade e monitorar, avaliar e fiscalizar a implementação do Plano Distrital pela Primeira Infância, aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente pela Resolução ordinária Nº 135/2013, de 28 de novembro de 2013.

Coordenado pela SECRIANÇA-DF, durante o ano de 2016, o Comitê realizou o mapeamento das ações para a primeira infância nas Secretarias de Estado, acompanhou o Projeto de Lei nº 821/2015 e organizou a 1ª Semana do Bebê do Distrito Federal.

Se bem estruturado, o Comitê tem potencial de contribuir para o aumento da qualidade do atendimento prestado a crianças de 0 a 6 anos, aumento do acesso dessas crianças a bens públicos e políticas de garantia de direitos fundamentais (educação, saúde, assistência social, dentre outras), redução no número de violações de direitos de crianças pequenas, aumento da participação de crianças de até 6 anos na formulação e consolidação de políticas públicas, dentre outros.

• Marco Legal da Primeira Infância do Distrito Federal Projeto de Lei nº 821/2015

O Projeto de Lei foi construído no âmbito do Comitê Distrital pela Primeira Infância em consonância com as discussões nacionais sobre a criação de um marco legal para primeira infância no Brasil, marco que nacionalmente foi aprovado em 08/03/2016, virando a Lei nº 13.257.

O Projeto de Lei que regularia o Marco Legal da Primeira Infância do Distrito Federal foi apresentado à Câmara Legislativa do DF em Dezembro de 2015 se tornando o Projeto de Lei nº 821/2015.

Desde o início do ano de 2016 foram realizados vários contatos telefônicos e 05 reuniões com a assessoria da Secretaria Adjunta de Assuntos Legislativos da Casa Civil, solicitadas reuniões com assessorias dos Deputados Distritais autores das propostas para construção de um entendimento sobre as alterações propostas. O trabalho foi finalizado com a

criação do Substitutivo nº 01 que não corresponde exatamente às expectativas e concepções da Secretaria e do Comitê, mas foi o documento possível para o contexto vivenciado na Câmara Legislativa do DF.

Aguarda-se o PL ser colocado para votação, mas segundo fomos informados o projeto estaria parado devido às dificuldades enfrentadas pela mesa diretora da Câmara Legislativa do DF.

- **Semana do Bebê**

Conforme orientação do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, uma das maneiras de provocar a reflexão, o debate e a tomada de atitude sobre a primeira infância (0 a 6 anos) de forma ampliada é a realização da **Semana do Bebê**. Ela é um importante instrumento para se pensar e avaliar as condições sociais, educacionais e de saúde que o Estado oferece aos bebês que nascem na cidade, e com isso melhorar os serviços oferecidos.

A Semana do Bebê foi organizada pela Secriança em parceria com Comitê pela Primeira Infância no mês de outubro de 2016.

Foram planejadas 396 atividades entre os dias 18 a 28/10/2016, envolvendo a comunidade, escolas de educação básica e os profissionais da rede de atendimento a primeira infância. As atividades foram promovidas pela SECRIANÇA-DF, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Turismo, Associação de Doulas do DF, ONG Casa Azul, Sistema Socioeducativo do DF, Secretaria da Saúde, Sistema de Justiça, Fórum de Educação Infantil, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Unicef, dentre outros.

A SECRIANÇA-DF esteve envolvida diretamente na organização da atividade de abertura no dia 24/10/2016, com a Apresentação e debate do Filme “O Começo da Vida” e Lançamento do Guia Metodológico de fomento à Participação Infantil nas Políticas Públicas, além da Audiência Pública “O Bebê Sujeito de Direitos no contexto do Plano Distrital pela Primeira infância”, no dia 27/10/16.

A organização dos eventos contou com banners, faixa e distribuição de cartazes, folders de programação, cartilha sobre o Comitê pela Primeira Infância e o Guia Metodológico de fomento à Participação Infantil nas Políticas Públicas.

Houve certa dificuldade para mobilizar as Secretarias de Estado quanto à adesão nas ações referentes à primeira infância, como nas reuniões do Comitê e nas atividades da Semana do Bebê. Acreditamos que com a participação e apoio de mais Secretarias poderemos iniciar um trabalho mais sistemático e efetivo na área.



1.4) Campanhas e Mobilização contra Violações de Direitos

As campanhas e mobilizações contra violação de direitos de crianças e adolescentes têm como objetivo sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil e o abuso e exploração sexual, dentre outras. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido e ampliado anualmente.

- **Campanha de Carnaval**

No dia 04/02/2016, foi lançada a campanha de proteção a crianças e adolescentes para o Carnaval 2016, em parceria com os Conselhos Tutelares e o Metrô DF, na Estação Praça do Relógio, Taguatinga. O trabalho aconteceu de forma articulada a Campanha Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Carnaval, realizada anualmente pela Secretaria de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que tem como tema os dizeres: “Não desvie o olhar. Fique atento. Denuncie. Proteja nossas crianças e adolescentes da violência”. Foi realizada divulgação do Disque Direitos Humanos, distribuição de materiais da Campanha para comunicação e sensibilização no alerta as situações de violações de direitos das crianças e adolescentes com a mobilização de órgãos de governo, conselhos tutelares e sociedade civil organizada.

A Secretaria também disponibilizou à população a Identidade Infantil para o Carnaval que estava disponível para download no site da SECRIANÇA-DF.



• **Campanha de Enfrentamento a Violência Sexual - 18 de maio: Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**

A SECRIANÇA realiza anualmente a mobilização entre órgãos de governo, sociedade civil e os Conselhos Tutelares para realização de eventos de rua, palestras e/ou seminários. Em 2016, foram realizadas quatro Reuniões de Mobilização da rede de Proteção à Criança e ao Adolescente nos dias 30/03/16; 13/04/16; 29/04/16 e 11/05/16. Durante todo o mês de maio de 2016, a Secretaria esteve apoiando 32 ações em 29 administrações regionais, com os Conselhos Tutelares e sua rede, bem como outras parcerias na RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), CT de Valparaíso de Goiás, CT do Novo Gama, além do DETRAN, SENAC, METRÔ, Polícia Rodoviária Federal, Comitê do Tráfico de Pessoas/ SEJUS, UNB, CEASA, com material gráfico, divulgação, palestras e conteúdo de trabalho.

Além disso, esteve diretamente envolvida com a organização da atividade do dia 17/05 - Show pela Vida contra a Violência, em parceria com o Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CDCA/DF e Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - Fórum Nacional PETI; e do dia 18/05 – “Trem da Proteção” na Plataforma Rodoviária do Metrô, em uma parceria com o METRÔ/DF e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF - CDCA/DF. Também foi efetivada a parceria com o Banco Regional de Brasília – BRB, para divulgação da Campanha nos terminais e na impressão dos extratos bancários.



Conforme tabela a seguir a Campanha do dia 18 de Maio sua divulgação por todo DF e grande adesão de diversas parcerias.

Tabela 01: Ações alusivas ao Dia 18 de maio no DF 2016.

Região Administrativa	Evento/Ação	Data do Evento	Parceiros
Show pela Vida Contra a Violência	Ato Simbólico em alusão ao Dia 18 de Maio	17/05 às 15h Estacionamento FUNARTE – Eixo Monumental	CDCA/DF, Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual, Fórum PETI, Governo Federal
Ação Central Trem da Proteção	Ação de sensibilização aos usuários do Metrô com participação dos adolescentes do Conselho Consultivo, Jovem Candango e Jovens Aprendizes.	18/05 às 11h Plataforma Central da Rodoviária (Na frente do Na Hora).	Metrô, CDCA/DF, Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual, Fórum PETI
Candangolândia	Caminhada e Blitz Educativa	14/05	Ad. Reg, CRAS, Escolas
Todos os CTs Ceilândia	O III Encontro Faça Bonito	18/05	Escolas e Instituições de Ceilândia Ginásio Escola Parque Ceilândia- CREAS, rede local
Estrutural	Ação Fazendo Bonito na Cidade da Estrutural	De 02 a 18/05	CRAS, COSE, CREAS, CT, Centros de Convivência, VIVER, Coletivo da Cidade
Fercal	Fercal em Ação contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescente	09/05 CEF Queima Lençol 11/05 Escola Classe Engenho Velho e CED Fercal 18/05 Escola Classe Ribeirão	CRAS Fercal, CEF Queima Lençol, EC Engenho Velho, Escola Classe Ribeirão, CED Fercal, CREAS, SCFV/COSE

Relatório de Atividades 2016 – Secriança

Região Administrativa	Evento/Ação	Data do Evento	Parceiros
Guara I e II	Rede Social do Guará em combate ao abuso e exploração sexual infantil - Caminhada	20/05 Caminhada e palestra nas escolas durante o mês	CRAS Guará, CREAS BSB, PAV Guara, PAV Centro Sul, Hospital do Guará, Posto de Saúde I e II Guará, HMB, CED 01, CED 03, CED 04, CEF 10, CEF 5, Regional de Ensino Guará, 4º Batalhão da Polícia Militar, 4º Delegacia de Polícia Civil, Bombeiros, Ad. Regional
Gama	1. Ciclo de Palestras SENAC Gama com jovens aprendizes sobre abuso sexual 2. Caminhada	10/05 23/05 Faça Bonito: Denunciar e Proteger Caminhada	SENAC Gama, Batalhão Escolar, Comunidade Escolar Rede de Proteção Intersetorial
Jardim Botânico	"18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Esquecer é Permitir. Lembrar é Combater"	10/05 a 20/05	Escola Classe do Jardim Botânico, Parque do Jardim Botânico, áreas comercial, São Sebastião
Lago Sul	Palestra – Diga Não a Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes	10/05 18/05	CT do Lago Sul e do Jardim Botânico CEF 06 de Brasília (Don Orione) Escola Classe 01 SHS – Sul (Gilbertinho) Escola Classe Jardim Botânico Escola Classe Alto Interlagos
Núcleo Bandeirante	Dia 18 de maio	18/05 (1º) Tenda Educativa 27/05 (2º) Cine Debate	Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Park Way CRAS, MP, Equipe SERVAV (TJDFT), Ad. Regional
Planaltina I	Palestra preventiva sobre Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual Infanto Juvenil	18/05 manhã e tarde	SEJUS, Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, CT, Regional de Ensino, CRAS, CREAS e COSE
	Dia Nacional da Luta Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	15 e 16/05 blitz educativa a definir 15/05 panfletagem na Feira 16 a 20/05 Conscientização nas escolas publicas 18/05 Carreata manhã 18/05 workshop tarde 19/05 Palestras Famílias 20 e 21/05 Conscientização Comercio local e/ou blitz educativa	Rede da assistência social, da educação e da saúde, Ad. Regional, PM, Brigada Mirim, CAESB, DETRAN, Radio Alternativa, DPCA
Recanto das Emas	1. Conscientização da Comunidade Contra Abuso e a Exploração Sexual da criança e do adolescente 2. Projeto Escolar Sobre Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes realizado pelo SOE "O Segredo que Incomoda"	18/05 Mês de Maio	Ad Regional, CRAS Recanto das Emas, CREAS Samambaia, CAPS ADI III – Taguatinga, PMDF, Bombeiro CEF 206
Samambaia	6º caminhada Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	18/05 (8h30)	Rede social de Samambaia, órgãos públicos e pela sociedade civil
Santa Maria	Dia 18 de maio	18/05 Palestra 19/05 Caminhada	Rede Socioassistencial
São Sebastião	Cine Debate 18 de Maio e Panfletagem nas Escolas	14/05	Fórum de Entidades de Saõ Sebastião e SINTIBREF/DF
	Caminhada para o Dia 18 de Maio	20/05	Fórum e entidades, CRE, Rede
SIA/Ceasa	Ceasa/DF Parceira da Infância – Em ação de combate a exploração sexual	19/05	Administração Regional do SIA, CT, CRAS Brasília, PM, FNPETI, CEREST
Sobradinho I	Sobradinho Lutando Contra o Abuso e a Exploração Sexual	19/05/2016	CREAS, CRAS, COSE, CT, AD. Regional, Escola Classe 16 Nova Colina
Sobradinho II	Lembrar é Combater, Esquecer é Permitir	16/05 a 20/05	CRAS Sobradinho II, Classe 17, Escola Morro de Sansão, CREAS, ACM, Igreja ADS, Paróquia São Mateus, Líderes Comunitários e ONG Cata Vento

Região Administrativa	Evento/Ação	Data do Evento	Parceiros
Sudoeste/Octogonal	Todos juntos Contra o Abuso Sexual – sensibilização dos comerciantes	16/05 a 20/05	Administração Regional Sudoeste/Octogonal
Taguatinga Norte	Palestra preventiva sobre Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual Infante Juvenil Ação no Taguacenter	16/05 18/05	Projeto Vira Vida, SEJUS, Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Rede parceira
Taguatinga Sul	Campanha 18 de Maio (Feira Livre, Alameda Shopping e Comunidade)	18/05 21/05	Taguatinga Sul e Centro
Varjão/Lago Norte	"Rua da Cidadania Contra a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes do Varjão"	22/05	Escola Classe do Varjão e do Lago Norte, CRAS, creches, Centro de Convivência, Ad. Regional do Lago Norte
Vicente Pires/Agua Claras E Taguatinga	Ação de Mobilização na Praça do Relógio de Taguatinga	19/05	Ad. Regional, MP, HRT/PAV, OAB/DF, CRAS, CREAS, UNAF, UNAI, UNAC, COSES
Paranoá/Itapua	VII Caminhada de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	20/05	Sec. Educação, Sedestmidh, Sec. Saúde, Promotora do Paranoá, PAV Paranoá, CASFA, UAMA Paranoá, Instituto Promocional Madalena Caputo, DETRAN, AD. Regional Paranoá e Itapua, Corpo de Bombeiros, 20º batalhão PM/DF, Conselhos Tutelares, DF em Movimento
Park Way (Vargem Bonita e Córrego da Onça)	Quem ama, protege e previne	17,18 e 19/05	Posto de Saúde vargem Bonita, CED Vargem Bonita, Rotary, Centro Judiciário da Mulher do TJDFT Núcleo Bandeirante, CRAS
Riacho Fundo I	Dia Nacional de Combate a Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes	11/05 Palestra Centro Educacional 02 16/05 Palestra com Promotor Thiago Pierobom 18/05 Caminhada na Avenida Central (08h)	Rede Social do Riacho Fundo I, Equipamentos públicos, ONGs, e governamentais,
Riacho Fundo II	O Riacho Fundo II no Combate da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	11/05 21/05 Caminhada	Rede do RF II (CRAS, CREAS, COSE, Paróquia Matriz, Casa Azul, Coletivo COCA COLA, Escolas, Centro de Saúde e Líderes Comunitários, Ad. Regional)
Brazlândia	"Contra o Abuso e a Exploração Sexual"	09 a 13/05 Concurso Frases e Desenhos 21/05 Ação	Parceiros da rede local
Detran	Ação de mobilização aos servidores do DETRAN e comunidade atendida	Maio	DETRAN e usuários
UNB/Violes	Mobilização para o Dia 18 de Maio Campus Darcy Ribeiro 12h – 14h	18/05	Comitê Nacional, PNEVESCA/SDH e ECPAT
BR 040, Km 0 Santa Maria	Ação do Comando de Saúde nas Rodovias (CSR) – atendimento aos caminhoneiros	18/05 BR 040 Posto do DER Santa Maria	Polícia Rodoviária Federal, CEREST/SES, SEST/SENAT, DER/DF, CNTT, SUFISA
Ação Central Trem da Proteção	Ação de sensibilização aos usuários do Metrô com participação dos adolescentes do Conselho Consultivo Palestras com Jovens aprendizes	18/05 às 11h Plataforma Central da Rodoviária Sede do Metrô	Metrô, CDCA/DF, Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual, Fórum PETI
Show Pela Vida Contra a Violência	Ato Simbólico em alusão ao Dia 18 de Maio	17/05 às 13h Estacionamento FUNARTE – Eixo Monumental	CDCA/DF, Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual, Fórum PETI, Governo Federal
Valparaíso	Ato na DF 20/290	18/05	Parceiros da rede local
Novo Gama/Lagoa Azul	Faça Bonito no Novo Gama	18/05	Secretaria da Assistência Social, da Educação, Saúde, Conselho Tutelar

● **Campanha de Mobilização para o Dia 12 Junho - Trabalho Infantil**

Durante o mês de junho a SECRIANÇA-DF e seus parceiros estiveram apoiando cerca de 20 ações que foram desenvolvidas nas Regiões Administrativas com a rede de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Foi realizado no dia 13/06/2016, uma solenidade na estação do metrô Praça do Relógio/Taguatinga, com **projeção de fotos de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil**, além da exposição "Trabalho infantil:

Labuta ou Ciranda?”, que envolve a mostra de desenhos produzidos por crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH.

Também foi feita a realização do Seminário - Trabalho Infantil - Diálogos sobre uma Experiência Coletiva, numa parceria com a CEASA, FNPETI - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e rede de proteção no dia 24/06/2016.



Conforme tabela a seguir a Campanha de 12 de Junho teve sua divulgação por todo DF e grande adesão de diversas parcerias.

Tabela 02: Ações alusivas ao Dia 12 de junho no DF 2016.

Região Administrativa	Evento/Ação	Data do Evento	Parceiros
Praça do Relógio Taguatinga	Ação Trem da Proteção – Dia 12 de Junho	13/06 às 14h	SECRIANÇA-DF, CDCA, Fórum Nacional PETI, SEDESTMIDH, Metrô
Seminário	Seminário Trabalho Infantil - Diálogos sobre uma Experiência Coletiva	24/06 às 8h30	SECRIANÇA-DF, CDCA, Fórum Nacional PETI, CEASA
Ações nos serviços da SEDESTMIDH	Distribuição de material informativo	Durante o período nos COSES e CREAS	SECRIANÇA-DF e SEDESTMIDH
Fórum Distrital de Aprendizagem	ISBET Concurso para produção de Gibi - A Erradicação do Trabalho Infantil. Reunião Fórum Distrital ESPRO	Oficinas com aprendizes e apresentação no dia 21/06 13 a 17 de junho Oficinas com os 260 aprendizes do Espro	Instituições que compõem o Fórum Distrital de Aprendizagem
Estrutural	"Diálogo sobre o Trabalho Infantil na Estrutural" com possíveis encaminhamentos através do "Diálogo com a mesa: Memórias e Trajetórias do trabalho infantil no lixão" e "Como avançar no combate ao trabalho infantil?". Fabrica Social com atividades para os pais e filhos da estrutural, com circuito saúde, atividades esportivas, culturais e educativas.	14 e 18 de junho, no horário 8h30 às 12h30 12/06	Rede Social da Estrutural para promover um grande dialogo entre autoridades e comunidade
Ceasa	Sensibilização local	Ação contínua	CEASA e rede local
Fercal	Não ao Trabalho Infantil	Palestras nas escolas, panfletagem na Feira Cultural e nas proximidades das fábricas da Região Administrativa da Fercal	EC Engenho Velho, Escola Classe Ribeirão
Lago Sul	Campanha 12 de Junho – Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil	Palestras nas escolas públicas e privadas	Parceiros locais
SIA/Ceasa	Ação Alusiva ao Dia 12 de junho	Ação contínua	Parceria com o CEASA
Sudoeste/Octogonal	Sensibilização Dia 12 de Junho	Durante a semana do 1 de junho	Rede local
Administração Regional do Sudoeste	"Não dê esmolas, dê Cidadania"	15 de junho a 15 de julho	CT Sudoeste, SEDESTMIDH, CBMDF, Polícia Civil, SOPS, Polícia Militar
Gama I	Não ao Trabalho Infantil nas Cadeias Produtivas	Ação sensibilização nas escolas	Rede
Recanto das Emas	Ação Contra o Trabalho Infantil	10/6 na praça principal do Recanto das Emas-DF	Rede local
Núcleo Bandeirante	Ação Contra o Trabalho Infantil		Rede local
Cerest/Saude	Divulgação e ação conjunta com a CEASA	Ação Contínua	Rede local
Jardim Botânico	Conscientização e panfletagem no Comercio Local.		Rede local
Planaltina II	Campanha Contra Trabalho Infantil		Rede local

Vicente Pires	Ação 12 de Junho - Não ao Trabalho Infantil	Dia: 12/06/2016 Hora: 08:30 às 11:30h Local: Feira do Produtor de Vicente Pires	Rede local
Riacho Fundo I	Dia 12 de Junho - Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil	Ação nas escolas e no comércio local	
11ª Região Militar	Montagem de stand e divulgação da Campanha		
Lago Norte	Campanha 12 de Junho		
Taguatinga Sul	Ação de Combate ao Trabalho Infantil	Durante o mês	Locais próximos ao CT
Unidades de Semiliberdade	Divulgação		
Diretoria de Internação	Divulgação		
Unidade de Santa Maria	Atividade pedagógica referente ao Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, a GESP Feminina promoverá a exibição de filme sobre a temática (Documentário "Brasil x trabalho infantil" (2014) e/ou Filme - Menino de Carvão - Violência Doméstica e Trabalho e Infantil) e levará para as adolescente dados gerais sobre o fenômeno estimulando a produção de uma redação.		

1.5) Mês da Criança

Com o objetivo de fortalecer as políticas públicas de defesa dos direitos infantis, o governo de Brasília lançou, no dia 10/10/2016, na Residência Oficial de Águas Claras, o Mês da Criança com o tema 'Direito de ser criança. Direito de ser feliz', sob a coordenação da SECRIANÇA-DF. As ações objetivam o direito a informação e ao entretenimento com a finalidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para a prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, e fomentar a implementação e o fortalecimento de políticas públicas visando à inclusão social.

No dia 12 de outubro de 2016, foi realizada a contratação de empresa especializada, para realização de evento na Escola Classe 32 /Pôr do Sol - Ceilândia (CEF 32). Na festa estiveram presentes aproximadamente 600 pessoas. A mobilização contou com a participação da SECRIANÇA-DF e demais parceiros de instituições públicas, privadas e sociedade civil.

As ações do Mês da Criança contemplaram ainda a Campanha de Arrecadação de Brinquedos 2016, coordenada pela SECRIANÇA-DF, para crianças atendidas por instituições de assistência cadastradas no Banco de Alimentos das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa-DF). O tema da campanha foi "Direito de Ser Criança, Direito de Ser Feliz", e o prazo da arrecadação ficou estabelecido até o dia 25/11/2016, com mais de 140 pontos de coleta das doações por toda a cidade.

A Campanha de Arrecadação de Brinquedos contou com a parceria de diversos órgãos de governo e sociedade civil. As contribuições dos parceiros durante a Campanha foram: arrecadação em vários pontos pela cidade e nos meios de transporte público, logística no transporte dos brinquedos arrecadados, triagem dos brinquedos, divulgação da Campanha em meio eletrônico e páginas sociais, divulgação em páginas de governo, armazenamento e distribuição final dos brinquedos.

A Campanha de Arrecadação de Brinquedos teve seu encerramento em novembro, tendo sido realizada no dia 22 de dezembro a Solenidade de entrega de brinquedos arrecadados a Campanha de 2016. A Cerimônia aconteceu no Banco de Alimentos do CEASA/DF e contou com a participação dos parceiros envolvidos na ação, algumas autoridades governamentais, dos representantes das entidades de assistência cadastradas e de demais colaboradores da sociedade civil. Nesse mesmo dia os brinquedos foram doados as entidades cadastradas no Ceasa.

A ação do Mês da Criança (parte do programa Brasília Cidadã, que estimula o voluntariado), coordenada pela Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA-DF), ao final arrecadou cerca de 17 mil brinquedos com o auxílio de diversos parceiros do governo e da sociedade civil,. Desses brinquedos arrecadados, cerca de 14.000 foram entregues às 71 entidades assistenciais cadastradas no Banco de Alimentos da Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa-DF), contemplando 14.839 crianças.

A SECRIANÇA-DF promoveu também a entrega de cerca de 1.500 brinquedos à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP-DF) para que fossem recuperados ou reciclados para serem entregues a creches na Estrutural. Como complementação a ação de arrecadação a Secretaria realizou a doação de cerca de 1.500 brinquedos para as brinquedotecas dos 40 Conselhos Tutelares, do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio e para atividades do Sistema Socioeducativo.

O Mês da Criança contou ainda com a realização de ações locais alusivas ao Mês da Criança em suas regiões administrativas. As ações envolveram eventos de ação local e mobilizações.

Participaram desse processo de promoção de eventos as Administrações Regionais e os Conselhos Tutelares.



1.6) Erradicar o Trabalho Infantil no Lixão da Cidade Estrutural

Participação da Secretaria de Estado da Criança, Adolescente e Juventude no Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Decreto nº 36.437, de 02 de abril e prorrogado pelo Decreto nº 36.618 de 20 de julho, ambos de 2015, com a finalidade de elaborar e de executar um Plano de Intervenção para o encerramento das atividades irregulares no Aterro Controlado do Jóquei.

Em 2015, a SECRIANÇA-DF participou do GT do Lixão da Estrutural. Como destaque a questão do Trabalho Infantil a SECRIANÇA-DF passou a realizar reuniões com todos os órgãos envolvidos na questão social com o objetivo de discutir e planejar ações para a erradicação do trabalho infantil oriundo das atividades de coleta de lixo. As discussões foram passadas para 2016, ano em que a SECRIANÇA-DF passou a compor grupo de trabalho não coordenando mais as reuniões.

O GT de Erradicação do Trabalho Infantil tem se encontrado regularmente para a viabilização das ações e programas que foram definidos como prioritários com os órgãos que podem contribuir para disponibilizar alternativas que favoreçam o afastamento de crianças e adolescentes da situação de violação de direitos no Aterro da Estrutural.

As proposições construídas pelo GT de Erradicação do Trabalho Infantil, anteriormente coordenado pela SECRIANÇA-DF, estão sendo trabalhadas no âmbito de Ação Civil Pública. Foram criadas linhas de ações para colaborar com as partes e o juiz para o combate ao trabalho infantil no lixão da Estrutural, sugeridas cinco áreas de atuação: 1ª – Ações para crianças e adolescentes em trabalho infantil; 2ª – Equipamentos públicos e recursos humanos, a ser dividida por eixos conforme áreas como educação, saúde, rede social; 3ª – Gestão e articulação da política de erradicação do trabalho infantil, 4ª - Segurança Pública e Privada e 5ª- Situações especiais. Até o corrente ano foram realizadas três audiências para tratar a situação.

Ao final de 2016, foi feita realização de Reuniões sob coordenação da Casa Civil objetivando a Retomada das atividades do Grupo de Trabalho voltado a desenvolver ações para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na Estrutural.

Em dezembro foram disponibilizadas 46 vagas do Programa Jovem Candango para jovens residentes na Cidade Estrutural indicados na questão do Trabalho Infantil na Estrutural.

A SECRIANÇA tratou ainda a questão do melhoramento do Conselho Tutelar da Estrutural como ferramenta de apoio para qualificação dos atendimentos, a infraestrutura do Conselho passará por melhorias em Janeiro de 2017. Outra ação que a SECRIANÇA estará promovendo em parceria com a SEDESTMIDH será a reativação da Comissão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do DF (CEPETI) para discussão da situação do Trabalho Infantil no DF.

Tabela 03: Planilha de Ações de Proteção Social 2016

Ações	Prazo	Órgão	Descrição da Ação	Situação Atual
Disponibilização de vagas no Programa Jovem Candango para adolescentes em situação de trabalho infantil no Aterro Controlado do Jóquei na cidade Estrutural.	De Nov/16 A Abr/18	SECRIANÇA-DF/ SLU/ SEDESTMIDH	Direcionamento de jovens detectados no aterro controlado do jóquei em situação de trabalho infantil na cidade Estrutural	Disponibilização de 46 vagas no Programa Jovem Candango pela SUBJUV.
Funcionamento do Centro da Juventude na Estrutural	De 2015 Permanente	SECRIANÇA-DF	Os Centros de Juventude ofertam políticas de qualificação profissional, atividades de convivência, inclusão digital, cultura, esporte, lazer, formação em empreendedorismo, assistência social, prevenção do uso de drogas, ação social e comunitária. Os jovens atendidos são encaminhados por meio dos CRAS, com prioridade para aqueles integrantes de famílias do Cadastro Único dos programas Sociais do Governo federal- CADÚNICO. Possibilidade de ampliação do atendimento aos finais de semana.	Equipamento em funcionamento. São atendidos cerca de 100 jovens por mês.
Reforma e reestruturação do Conselho Tutelar da Estrutural para apoio e fortalecimento da Rede de Assistência	De jan/17 A jun/17	SECRIANÇA-DF	Objetivando um melhor atendimento da comunidade da Cidade Estrutural serão realizadas obras de melhoramento da infraestrutura do Conselho Tutelar	Funcionando

Ações	Prazo	Órgão	Descrição da Ação	Situação Atual
local.			da região. A reestruturação possibilitará a prestação de um melhor serviço e apoio no fortalecimento da Rede de Assistência Local da Cidade Estrutural o que auxiliará uma melhor identificação de crianças e adolescentes em condições de Trabalho Infantil que estejam sem documentação básica, fora da escola por motivo de documentação escolar, auxiliar na inserção em Programa de Aceleração Escolar, em situação de Drogadição e sem situação de rua. Atualmente o CT permanece atuante nas ações e planejamentos que cercam a questão do trabalho infantil na Estrutural participando ativamente da Rede e das mobilizações e reuniões que buscam combater o trabalho infantil na RA.	
Reuniões sistemáticas do CEPETI	De jan/17 A definir	SEDESTMID H e SECRIANÇA- DF	Cria a Comissão Intersetorial de Enfrentamento ao Trabalho Infantil - CEPETI e retomada das ações	Em processo de publicação junto dos nomes que compõe o grupo junto a SEADS
Promoção da Campanha do 18 de Maio na Cidade Estrutural	De abr/17 A mai/17	SECRIANÇA- DF e parceiros	Realização de Campanha Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizada no 18 de maio, com o objetivo de mobilizar e envolver a sociedade contra uma das piores formas de trabalho infantil.	Campanha realizada Anualmente
Promoção da Campanha do 12 de Junho na Cidade Estrutural	De mai/17 A jun/17	SECRIANÇA- DF e parceiros	Realização de Campanha para Erradicação do Trabalho Infantil de Crianças e Adolescentes, realizada no dia 12 de junho, com o objetivo de mobilizar e envolver a sociedade no combate ao trabalho infantil.	Campanha realizada Anualmente

1.7) Enfretamento do Trabalho Infantil na Central de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA.

A CEASA coordena as ações para o enfrentamento a situações de trabalho infantil identificadas nas cadeias produtivas que circunscrevem as atividades ali desenvolvidas, em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta Inquérito Civil nº 000684.2013.10.000/8, e se colocam para construir e aperfeiçoar estratégias de fortalecimento da rede de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes e de desempenhar o controle social necessário para acompanhar e monitorar a situação.

Em 2015, a SECRIANÇA-DF participou dos operativos para sensibilização e erradicação do trabalho infantil na Ceasa. Ainda em apoio a Ceasa forneceu material informativo para a realização de campanhas de sensibilização da temática objetivando uma melhor atuação do Grupo de Trabalho. Para 2016, o Ceasa realizou palestras de sensibilização junto aos feirantes e continuou as reuniões do Grupo de Trabalho contando com a participação da SECRIANÇA-DF.

Em 2016, a Ceasa em parceria com SECRIANÇA-DF deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos, realizando 07 reuniões para tratar o Plano de Ação Erradicação ao Trabalho Infantil.

Para fortalecimento dos trabalhos desenvolvidos foi realizado uma ação de capilaridade nos territórios, com a realização de Seminário Trabalho Infantil - Diálogos sobre uma Experiência Coletiva, no dia 24 de junho.

Como últimos encaminhamentos de 2016, o Grupo de trabalho da Ceasa solicitou a SECRIANÇA-DF a elaboração de Ofício a ser encaminhado para o MPT objetivando um maior controle da situação da disponibilização de vagas para aprendizado de empresas no DF, objetivando a inclusão dos adolescentes detectados em situação de trabalho infantil na Ceasa. Essa questão está em discussão no Fórum de Aprendizagem e representa um entrave para as questões do trabalho infantil. A Ceasa junto com a SECRIANÇA-DF está em processo de revisão de Protocolo de Intenções, conforme Termo de Ajustamento de Conduta, onde serão estabelecidas as participações e atuações nas ações de Erradicação do Trabalho Infantil na Ceasa, as próximas discussões para fechamento dessa carta acontecerão em 10/01/2017 na reunião de Planejamento da Ceasa – Trabalho Infantil.

A Ceasa com o apoio do GT encaminhou os casos de crianças para o Conselho Tutelar objetivando o controle necessário.

1.8) 9ª Conferência Distrital dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Em 2016, foram realizadas quatro Conferências Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e uma Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente

O temário das Conferências foi a Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e os desafios postos, após as Conferências estão na construção do Plano Distrital de Direitos Humanos e sua implementação.

A metodologia de regionalizar as Conferências fez parte do compromisso em fortalecer a democracia, com a gestão participativa e com a transversalidade das políticas, buscando avanços ainda mais consistentes possibilitando a participação da população nas definições de prioridades para a política destinada as crianças e os adolescentes do DF.

Para realização das Conferências Regionais o DF foi dividido em quatro regiões: Conferência Norte em Sobradinho, no dia 19/02/16; Conferência Centro na Asa Sul, no dia 20/02/16; Conferência Sul em Ceilândia, no dia 26/02/16; e Conferência Oeste no Gama, no dia 27/02/16.

A Conferência Distrital aconteceu nos dias 11 e 12/03/16, na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE) – Asa Sul/Plano Piloto. Nela foram eleitos 30 delegados adultos e jovens e 10 delegados adolescentes para a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de 8 propostas referentes a fragilidades e estratégias para a implementação e Construção do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, e 10 propostas referentes ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente dentre reconhecimento às deliberações, participação de crianças e adolescentes, representatividade e diversidade em sua composição, autonomia administrativa e financeira, conforme orientação do Governo Federal.

Durante a Conferência Distrital também foram eleitos 36 adolescentes, delegados e suplentes, para comporem o Comitê Consultivo de Adolescentes do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal.

A Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente aconteceu em Brasília nos dias 24 e 27 de abril.

1.9) Plano Decenal dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Em abril de 2011, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) aprovou o Plano Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e de Adolescentes, conhecido como o “Plano Decenal”, devendo ser implementado ao longo de dez anos, com a finalidade de assegurar a doutrina da proteção integral à crianças e adolescentes a partir da articulação entre diversas políticas públicas. Como desdobramento deste Plano Nacional, as unidades da Federação devem elaborar seus planos locais levando em consideração suas realidades distintas, seja a partir do ponto de vista de suas demandas, seja dos seus recursos e estratégias de superação das vulnerabilidades e de promoção de direitos.

O Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e de Adolescentes se constitui como Plano articulador de várias políticas setoriais e, além de fortalecer os princípios da universalidade, da indivisibilidade e da interdependência dos direitos, contribuindo para dar maior efetividade das ações previstas nos diversos planos setoriais os quais o Distrito Federal tem publicado para esta área.

O Distrito Federal iniciou a discussão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e de Adolescentes no ano de 2014, por meio do Decreto nº 35.698 de 01 de agosto de 2014 que criou a Comissão Intersetorial para Discussão, Acompanhamento e Proposição do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Distrito Federal, mas não foi implementada a época. Assim, fez-se necessária a adequação da composição das instituições que compõem a referida Comissão que, dentre outros aspectos, se configura como a instância distrital de articulação da construção do referido Plano.

Dessa forma, em setembro de 2016, o grupo iniciou seus trabalhos, mas uma nova portaria, atualizando sua função e estrutura da comissão foi republicada somente em 03/11/2016, DODF nº 207, do dia 11/10/2016 até o dia 22/11/2016.

As reuniões de trabalho da Comissão estão acontecendo desde 01 de setembro de 2016, tendo sido realizadas no total cinco reuniões exclusivas da Comissão.

Cabe ressaltar que desde setembro de 2015 foram feitas também aproximadamente mais seis reuniões com o Instituto Berço da Cidadania para estruturar a metodologia de trabalho. Além disso, em maio de 2016 o Instituto organizou um seminário aberto e em outubro e novembro foram realizadas pela Secriança 04 Oficinas Abertas, ampliando a discussão sobre o Plano para toda a comunidade do DF.

O Plano está sendo elaborado pelo grupo de trabalho sob a coordenação da SECRIANÇA e a assessoria da ONG Berço da Cidadania que foi contratada pelo Governo Federal para tal atividade.



1.10) Ação Coletiva para as Olimpíadas de 2016

Foram realizadas 04 reuniões coordenadas pela SECRIANÇA (nos dias: 12/07/2016, 20/07/2016, 25/07/2016 e 28/07/2016) com os conselheiros tutelares e seus servidores que aderiram a Ação Coletiva para as Olimpíadas 2016, onde foram definidas e validadas as propostas de Fluxo de Proteção Referencial para Crianças e

Adolescentes Jogos Olímpicos 2016, o fechamento da escala/horário de permanência dos conselheiros tutelares, servidores e voluntários, a distribuição do material de campanha (banners, cartazes e folders), capacitação para as Olimpíadas (local, dia e programação).

A SECRIANÇA ficou encarregada: da elaboração do Projeto de Adesão à Campanha - “Respeitar, Proteger, Garantir - Todos Juntos pelos Direitos das Crianças e Adolescentes”; definir o material de propaganda, a quantidade e a distribuição; contatar os parceiros estratégicos; providenciar a capacitação dos conselheiros tutelares, voluntários e servidores que atuaram nas Olimpíadas, que aconteceram nos dias 18/07/2016 e 1/08/2016 na Escola de Governo - EGOV para os participantes da Ação Coletiva para a Olimpíada 2016; mobilização dos voluntários; montagem e organização do Box na Feira da Torre para distribuição de material para os jogos; divulgação das dicas de proteção para crianças, adolescentes e famílias criadas para a Copa do Mundo de 2014, nos meios de comunicação e parceiros.



A SECRIANÇA subsidiou o apoio técnico para elaboração dos materiais de atuação do coletivo validando o Fluxo de Proteção de Para Crianças e Adolescentes. A Secretaria realizou a produção de: 10.000 unidades cartazes, 50.000 unidades folders, 340 unidades bonés, 45 unidades banners, 01 faixa Stand, 320 unidades coletes.

Os materiais de divulgação foram distribuídos aos seguintes parceiros, conforme Tabela abaixo:

Tabela 04. Distribuição de Materiais: Campanha “Respeitar, Proteger, Garantir - Todos Juntos pelos Direitos das Crianças e Adolescentes” – Ação Coletiva para Olimpíadas 2016.

Campanha “Respeitar, Proteger, Garantir - Todos Juntos pelos Direitos das Crianças e Adolescentes” - Ação Coletiva para Olimpíadas 2016 -			
Parceiros	Cartaz	Folders	Banners
ABRASEL		6000 unidades	
ABHI	50 unidades	12000 unidades	
CAT (Aeroporto, Casa de Chá, Praça Três Poderes, Estádio, Catedral, Feira da Torre, Setor Hoteleiro Sul/Norte)	100 unidades	24000 unidades	
CREAS Brazlândia	100 unidades	500 unidades	01 unidade
SAÚDE	100 unidades		03 unidades
CT Valparaíso	60 unidades	300 unidades	01 unidade
CT Estrutural	100 unidades	500 unidades	01 unidade
CT Asa Norte	20 unidades	500 unidades	01 unidade
Parceiros	Cartaz	Folders	Banners
CT Jardim Botânico	25 unidades	600 unidades	01 unidade
CT Lago Sul	50 unidades	100 unidades	01 unidade
CT Paranoá	10 unidades	100 unidades	01 unidade
CT Asa Sul	50 unidades	200 unidades	01 unidade
CT Taguatinga I	30 unidades	200 unidades	01 unidade
CT Planaltina I	40 unidades	70 unidades	01 unidade
CT Brazlândia	40 unidades	200 unidades	01 unidade
CT Ceilândia IV	100 unidades		01 unidade
CT Park Way	100 unidades	300 unidades	01 unidade
CT Fercal	100 unidades	150 unidades	01 unidade

CT Sobradinho I	100 unidades	200 unidades	01 unidade
CT Candangolândia	100 unidades		01 unidade
CT Planaltina II	100 unidades		01 unidade
CT Ceilândia Sul	100 unidades	300 unidades	01 unidade
CT SAI	100 unidades	300 unidades	01 unidade
CT Riacho Fundo II	30 unidades	100 unidades	01 unidade
CT Águas Claras	30 unidades	100 unidades	01 unidade

1.11) Acompanhamento CDCA

A SECRIANÇA atuou em conjunto com o CDCA no sentido de construir instrumentos legais e processos de participação junto ao Conselho, apoiando-o na organização de algumas ações:

- Vice - presidência do Conselho;
- Reuniões Plenárias
- Reuniões extraordinárias
- Reuniões de comissões
- Reuniões da Diretoria Executiva
- Conferências Regionais e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente possibilitando a participação da população nas definições de prioridades para a política destinada as crianças e os adolescentes do DF;
- Audiência Pública da Semana do bebê;
- Visitas institucionais
- Participação em Audiências Públicas
- Confecção de parecer quanto a programas e inscrição/renovação de entidades no conselho

1.12) Elaboração do Projeto em parceria com a UFPA

A SECRIANÇA-DF em conjunto com o Fundo de Populações das Nações Unidas elaborou o Projeto de Cooperação Técnica Internacional, Brasília: + Juventude + Direitos.

Para a confecção do trabalho foram realizadas aproximadamente 05 reuniões e 02 dias de oficina, além de trocas de telefonemas e emails.

O projeto trata da realização de uma formação em direitos humanos e políticos para a participação dos adolescentes do Comitê Consultivo de Adolescentes do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, eleitos na última Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente para uma participação qualificada nas reuniões do Conselho, além de criação de metodologia para inserção dos adolescentes no Comitê e registro da experiência.

O projeto está em sua fase final de elaboração e passa agora pela aprovação da Agencia Brasileira de Cooperação Internacional.

1.13) Elaboração de Projeto em parceria com a UNESCO

Também foi elaborado o Projeto de Cooperação Técnica Internacional entre UNESCO e SECRIANÇA-DF. O projeto, "Fortalecendo direitos, garantindo o futuro", busca apoio técnico para implementar, avaliar e monitorar o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O projeto está em sua fase final de elaboração e passa agora pela aprovação da Agencia Brasileira de Cooperação Internacional.

1.14) Reuniões com UNICEF para a tentativa de implementar o Projeto Plataforma dos Centros Urbanos no DF.

Houve algumas reuniões para a possível implementação do Projeto Plataforma dos Centros Urbanos, numa parceria do GDF com a UNICEF. Foram feitas aproximadamente 03 reuniões entre SECRIANÇA-DF, UNICEF, CODEPLAN, SEDESTMIDH, Educação e Saúde, e iniciamos o mapeamento dos dados do DF para o trabalho.

1.15) Representação da Secretaria da Criança nos Conselhos, Fóruns, GT's e Comitês, Comissões designados pelo Gabinete. (Mulher, Enfretamento a Tortura, Mulheres presas, Pessoa com deficiência, Fórum de Aprendizagem, CIISC/Catadores, Programa Cultura de paz)

- Participação em 05 reuniões do Projeto da Secretaria de Segurança Pública, Cultura de Paz com foco nas Vulnerabilidades Criminais, Câmara Técnica – segurança: Criança, Adolescente e Idoso
- Participação em 02 reuniões do Conselho da Mulher
- Participação em 10 reuniões do Fórum de Aprendizagem do DF
- Participação do GT do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil no Aterro Controlado do Jôquei – Estrutural: em 2015 a SECRIANÇA-DF esteve presente em 16 reuniões sendo que em 2016 foram realizados 08 reuniões.
- Participação do GT do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil no CEASA: em 2015 a SECRIANÇA-DF iniciou sua participação estando presente em 03 operativos do GT no CEASA sendo que em 2016 a atuação pode ser mais participativa totalizando a presença em 09 reuniões do GT.
- Participação de 03 reuniões no Fórum Distrital de Aprendizagem que criou GT para tratar a questão do Trabalho Infantil na cultura da agricultura familiar no DF.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – FAMILIAS FORTES**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	8.200.000	1.339.077	352.272	352.272
2523 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	8.200.000	1.339.077	352.272	352.272
1754 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.	998.000	1.497.432	1.497.431	1.497.272
0001 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.-CONSELHOS TUTELARES DO-DISTRITO FEDERAL	798.000	370.300	370.299	370.299
0002 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.-CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇA E ADOLESCENTE --DISTRITO FEDERAL	200.000	227.132	227.131	227.131
0004 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.-REFORMA DE UNIDADES DA SECRETARIA DA CRIANÇA-DISTRITO FEDERAL	0	900.000	900.000	899.841
1825 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	2.700.010	3.739.463	0	0
0004 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	2.700.010	70.000	0	0
0005 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-DO-GAMA	0	3.669.463	0	0
2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1.950.000	1.750.000	1.450.000	1.450.000
0001 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES-PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE --DISTRITO FEDERAL	1.750.000	1.750.000	1.450.000	1.450.000
1955 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES-VIRA VIDA-DISTRITO FEDERAL	200.000	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	550.000	803.726	803.726	803.726
0024 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	550.000	803.726	803.726	803.726
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	2.147.642	4.252.509	4.140.194	3.996.557
0012 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	2.147.642	4.252.509	4.140.194	3.996.557
2754 - PROGRAMA RENDA JOVEM CIDADANIA	400.000	0	0	0
0001 - PROGRAMA RENDA JOVEM CIDADANIA-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	400.000	0	0	0
2794 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM	37.905.125	24.185.034	24.180.759	23.843.547
0001 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM--DISTRITO FEDERAL	0	950.000	946.060	946.060
0002 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM--DISTRITO FEDERAL	0	990.000	989.668	989.668
9728 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	100.000	4.789.999	4.789.999	4.789.998
9731 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-PROGRAMA JOVEM CANDANGO-DISTRITO FEDERAL	29.885.125	15.455.035	15.455.034	15.250.012
9732 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM-APOIO A AÇÕES DE ASSISTENCIA AO JOVEM-DISTRITO FEDERAL	7.920.000	2.000.000	1.999.998	1.867.809
3009 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO	1.000.000	70.000	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	70.000	0	0
3079 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS	100.000	5.977	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	100.000	5.977	0	0
3177 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	1.101.000	0	0	0
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	1.101.000	0	0	0

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
3233 - IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	200.000	70.000	0	0
5779 - IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	200.000	70.000	0	0
3270 - REFORMA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	100.000	170.759	170.759	170.759
0001 - REFORMA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	100.000	170.759	170.759	170.759
4072 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	1.230.000	187.151	183.975	166.607
0005 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	1.230.000	187.151	183.975	166.607
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.050.000	0	0	0
5754 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CAPACITAÇÃO DE SOCIOEDUCANDOS E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	0	0	0
5755 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-CURSO DE FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS DA JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	50.000	0	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	200.000	270.000	200.000	0
5831 - APOIO A PROJETOS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	200.000	70.000	0	0
5846 - APOIO A PROJETOS-APOIO AO PROJETO NOTA 10-DISTRITO FEDERAL	0	200.000	200.000	0
4217 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	31.889.910	21.123.137	21.050.318	19.599.706
0001 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	31.889.910	21.061.079	20.988.260	19.575.994
0003 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-MANUTENÇÃO DO SISTEMA SÓCIOEDUCATIVO-DISTRITO FEDERAL	0	62.058	62.058	23.712
5004 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	900.000	786.452	786.451	786.451
0001 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	900.000	786.452	786.451	786.451
TOTAL DO PROGRAMA 6228	92.621.687	60.250.717	54.815.884	52.666.896

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
1401 - Taxa de crianças e adolescentes protegidos pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do DF – PPCAAM/DF	%			Anual	60	70	85	90	Subproteca/ SECRIANÇA-DF / UO 51101 / OE 4
1402 - Taxa de conselheiros tutelares e conselheiros de direitos em formação continuada	%			Anual	60	80	90	100	Subproteca/ SECRIANÇA-DF / UO 51101 / OE 4
1403 - Taxa de socioeducandos atendidos nas oficinas profissionalizantes e ocupacionais	%			Anual	20	40	60	80	COORPS / SUBSIS/ SECRIANÇA-DF / UO 51101 / OE 4
1404 - Taxa de conselheiros da juventude capacitados	%			Anual	50	80	50	80	Subjuv/SECRIANÇA-DF / UO 51101 / OE
1405 - Taxa de jovens atendidos nos Centros de Juventude do DF	%			Anual	10	20	30	40	Subjuv/ Cadastro Único/ SECRIANÇA-DF / UO 51101 / OE 4
1409 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas de meio aberto	%			Anual	70	70	70	70	Coordema / SUBSIS/ SECRIANÇA-DF / UO 51101 / OE 6
1410 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas privativas ou restritivas de liberdade	%			Anual	30	30	30	30	SUBSIS/ SECRIANÇA-DF / UO 51101 / OE 6
1411 - Taxa de adolescentes atendidos em suas necessidades básicas	%			Anual	90	95	100	100	SUBSIS/ SECRIANÇA-DF / UO 51101 / OE 6
1412 - Taxa de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado	%			Anual	90	95	100	100	Dir Inform e Tecnologia/ SECRIANÇA-DF / UO 51101 / OE 6

2. CONSELHOS TUTELARES

A Secretaria de Estado de Políticas para Crianças Adolescentes e Juventude vem trabalhando diuturnamente para, em articulação com a rede de proteção, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, cumprindo o papel do poder público, conforme previsto no artigo 4º do Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA).

Os Conselhos Tutelares materializam a participação popular, representando a sociedade civil na política e na atenção a população. Com base na atuação comunitária, as ações dos Conselheiros Tutelares são voltadas à exigibilidade dos direitos previstos na legislação e na materialização dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Conselho Tutelar é serviço público de natureza essencial e permanente, sendo imprescindível ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

Atualmente, de acordo com a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, temos 40 Conselhos Tutelares no Distrito Federal, totalizando 200 Conselheiros. Eles encontram-se vinculados administrativamente à SECRIANÇA-DF. Todos os Conselhos Tutelares do DF contam com equipe técnica administrativa, carro, sede, telefone e internet.

2.1) Posse dos Novos Conselheiros Tutelares

A partir do processo único de escolha realizado dia 04 de outubro de 2015, foram eleitos os 200 os Conselheiros que atuaram nos 40 Conselhos Tutelares do DF, durante o prazo de 4 anos. A nomeação dos mesmos consta no Diário Oficial nº 05, de 08 de Janeiro de 2016.

No Dia 10 de Janeiro de 2016, foi dada posse organizada pela SECRIANÇA-DF aos Conselheiros Tutelares, em cerimônia no Museu Nacional da República, contando pela primeira vez na história do DF, com a presença e diplomação feita pelo excelentíssimo Governador do DF. Participaram do evento os 200 Conselheiros Tutelares eleitos, aprovados em prova seletiva e devidamente capacitados em curso de formação, além de seus familiares. Durante a posse, 20 (vinte) Conselheiros Tutelares foram diplomados simbolicamente pelo Governador e pelo Secretário de Estado. Todos os conselheiros presentes na cerimônia receberam diploma de posse.

A equipe da Secriança esteve presente durante as reuniões de organização do evento, produziram o diploma, organizaram a recepção dos presentes na cerimônia e ofereceram suporte técnico para a realização da mesma.

2.2) Melhorias Estruturais dos Conselhos Tutelares do DF

No início do ano de 2014, foi feito um grande mapeamento das condições físicas dos Conselhos Tutelares do DF, descrito em relatório técnico quantitativo e fotográfico, amplamente divulgado, sobre a precariedade dos Conselhos Tutelares do DF. A partir desse estudo, foram criadas prioridades para corrigir as distorções. O Trabalho começou imediatamente após a identificação dos problemas, com a articulação institucional para captação do orçamento necessário, identificação das situações mais graves e urgentes. Segue as informações sobre as ações realizadas no ano de 2016:

2.2.1) Reformas e Reparos em Conselhos Tutelares

Para este relatório compreendem-se reformas com a modificação do espaço existente, com a alteração do layout, construção de salas, ampliação da estrutura física, com a modificação completa do imóvel. Nesses casos houve a necessidade de transferência do atendimento do Conselho Tutelar para outro espaço físico durante todo o período de obras. Entendem-se reparos como manutenção corretiva do espaço físico, não necessitando de transferência do atendimento para outro imóvel.

Por meio de recursos do GDF e Emendas Parlamentares, foi possível reformar os seguintes Conselhos Tutelares:

- São Sebastião

No dia 11 de janeiro de 2016, foi reinaugurada a sede do Conselho Tutelar de São Sebastião que se encontrava em condições precárias. O espaço anterior estava muito antigo apresentava diversas debilidades como, por exemplo, defeitos nos sistemas hidráulico e elétrico, salas sem portas, ausência de saída de emergência, ausência de sala reservada para atendimento com privacidade e em alguns pontos a sede estava subdividida por divisórias improvisadas. Foi criada a brinquedoteca, uma inovação nos Conselhos Tutelares do DF.

A obra de reforma renovou todo o espaço em 150 m² que agora conta com cinco salas individuais para cada conselheiro, sala de reunião, sala específica para arquivo, brinquedoteca, cozinha, banheiros com acessibilidade além de recepção ampla para boa acomodação da população usuária.



- Brazlândia

A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude reinaugurou a sede do Conselho Tutelar de Brazlândia, no dia 06 de julho. O espaço passou por uma reforma completa, com troca de instalações elétricas, hidráulicas, piso, pintura e calçamento da área externa, com o propósito de atender melhor a população usuária dos serviços.

As mudanças seguem os padrões definidos pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos: salas de atendimento individualizadas, de reunião e espaços para as crianças, como um parquinho externo em vez de uma brinquedoteca fechada, por exemplo.



- Fercal

Além de ter sido transferido para um local mais acessível para comunidade também foi entregue à comunidade todo reformulado com sala de atendimentos individualizada, sala de reunião e espaço para crianças brincarem enquanto o atendimento dos responsáveis é realizado.

Iniciamos, ainda em 2016, as reformas do Conselho Tutelar do Riacho Fundo I e de Samambaia Sul, com previsão de termino das obras em 2017.



Todas as reformas seguem os padrões definidos pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, conforme o manual de orientações para atendimento do Conselho Tutelar.

No ano de 2016, foram realizados reparos também nos Conselhos Tutelares de Ceilândia Norte, Gama II, Planaltina II, Brazlândia, Riacho Fundo I, Samambaia I, Paranoá, Estrutural, Fercal, Varjão, Itapoã, Samambaia Norte, Cruzeiro, Taguatinga I, Planaltina II e Gama I, e pequenos consertos em todos os 40 conselhos do DF.

No ano de 2016, houve um gasto de R\$ 1.213.424,30, com reformas, reparos e consertos nos Conselhos Tutelares do DF.

2.3) Estímulo a Formação de Brinquedotecas em todos os Conselhos Tutelares

Tendo em vista que o Conselho Tutelar é um órgão fundamental para garantir o direito das crianças, se faz imprescindível que o espaço seja acolhedor e interessante para o público que é atendido nele. Assim, entendemos que é fundamental aproximar o espaço do Conselho Tutelar da temática infantil, assim foi incentivado à criação de brinquedotecas. Com este objetivo, a SECRIANÇA recebeu brinquedos durante todo o ano advindos de doação de voluntários, para doação aos Conselhos Tutelares. Participamos também da campanha do Mês da Criança, “Direito de Ser Criança, Direito de ser Feliz”, na qual foi possível arrecadar brinquedos para equipar as brinquedotecas dos Conselhos Tutelares do DF. Os Conselhos Tutelares receberam na data de 13 de dezembro de 2016, brinquedos da campanha. Os

Conselhos Tutelares reformados no decorrer do ano receberam espontaneamente doações de brinquedos de voluntários externos ou de servidores da SECRIANÇA-DF.



2.4) Acompanhamento Administrativo

A Secriança realiza o acompanhamento administrativo. Encerramos o ano de 2016, com o corpo técnico administrativo de cada Conselho Tutelar completo, conforme a legislação, com todos os aluguéis em dia. Encerramos o ano com todos os 40 conselhos tutelares com veículo próprio abastecido e com contrato de manutenção realizado pela SEPLAG, com telefone fixo e celular e internet em pleno funcionamento.

2.5) Parceria com o Arquivo Público

Em junho de 2016, a SECRIANÇA responsável pela gestão dos Conselhos, iniciou tratativas com o ArPDF - Arquivo Público do Distrito Federal, para estabelecer rotinas de arquivamento, para o melhor cuidado e preservação dos documentos dos 40 Conselhos Tutelares do DF.

Essa demanda é uma antiga reivindicação dos Conselheiros Tutelares a intenção é criar uma comissão de estudo de normas e procedimentos de arquivamento, com servidores do ArPDF e dos Conselhos, para estabelecer a melhor forma de conservação dos documentos.

2.6) Acompanhamento técnico aos Conselhos Tutelares:

2.6.1) Reunião Ordinária de Conselheiros Tutelares Coordenadores

No ano de 2016, foram realizadas Reuniões Ordinárias com 40 Conselheiros Tutelares Coordenadores, com o objetivo de tratar de pautas específicas da categoria. A reunião acontece a cada três meses e conta com a presença do Secretário de Estado, o Coordenador de Apoio Técnico Administrativo aos Conselhos Tutelares, além dos Conselheiros e Coordenadores de cada Conselho Tutelar do DF. A reunião é aberta para participantes da rede de apoio aos Conselhos Tutelares.

Durante a Reunião os Conselheiros trazem diversas demandas específicas de cada Conselho Tutelar que são repassadas à gestão para identificação de encaminhamento e soluções conjuntas. No ano de 2016, todas as demandas foram elencadas, acompanhadas e solucionadas.

2.6.2) Visitas aos Conselhos Tutelares e Atendimento Especializado

Durante todo o ano de 2016, a SECRIANÇA recebeu os Conselheiros Tutelares para reuniões a pedido ou espontaneamente, oferecendo auxílio técnico especializado para demandas complexas dos Conselhos Tutelares, bem como para ouvir reivindicações diversas.

A equipe diariamente faz visitas aos Conselhos Tutelares para acompanhar de perto as necessidades de cada Conselho Tutelar, por meio da COUNATA. No ano de 2016, a ida do Secretário de Estado para conhecer a realidade de cada Conselho Tutelar *in loco*, foi uma inovação que aproximou a área fim da área gestora.

Além disso, a SECRIANÇA realiza visitas técnicas as redes locais ou a outras Secretarias de Estado para articular a rede de proteção, em conjunto com os Conselheiros Tutelares. Um exemplo são as reuniões realizadas com os comandos dos batalhões da PM para realizar trabalho articulado na proteção das crianças e adolescente, e também na proteção para os conselheiros, durante as abordagens em casos específicos que podem colocar a sua vida em risco.

Também, são realizadas reuniões técnicas entre a equipe com outros Secretários de Estado de Políticas Públicas parceiras e de extrema necessidade para o trabalho do Conselho Tutelar, como por exemplo: Educação, Saúde e Assistência Social.

Tais visitas e reuniões foram planejadas atendendo necessidades identificadas durante as reuniões de coordenadores de Conselhos Tutelares do DF.

2.6.3) Suporte para discussão sobre o aprimoramento das legislações

Foi criado um Grupo de Trabalho com o objetivo de formular propostas de aperfeiçoamento das legislações distritais que regulamentam a atuação dos conselheiros tutelares do DF, com base na Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança

e do Adolescente. Conforme Portaria nº 186, de 24 de outubro de 2016, publicado no DODF nº 202 de 25 de outubro de 2016.

2.6.4) Regimento Interno dos Conselhos Tutelares do DF.

Em 2016, em atenção à solicitação dos Conselheiros Tutelares, a SECRIANÇA empenhou-se para realizar a publicação do Regimento Interno dos Conselhos Tutelares, que estava tramitando desde 2014 (Processo de nº 0417.000.482/2014 SECRIANÇA-DF). Houve diversas reuniões de alinhamento, além de consulta técnica aos órgãos internos. O processo foi devidamente saneado e encaminhado para a Casa Civil, objetivando a publicação do Regimento Interno, por meio de Decreto governamental, regulamentando assim a lei nº 5.294 que trata do funcionamento do Conselho Tutelar no âmbito do DF. Finalizando assim, um demanda antiga dos Conselheiros Tutelares do DF.

2.7) Sistema de Informações para Infância e Adolescência - SIPIA CT WEB

A SECRIANÇA participou de reuniões de alinhamento e construção da versão atualizada do SIPIA na Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, o sistema contará com uma plataforma mais simplificada para o registro de atendimento e cadastro das demandas nos Conselhos Tutelares.



No dia 15 de fevereiro de 2016, foi inaugurado o laboratório do SIPIA, na Sede da SECRIANÇA-DF, onde contamos com a presença dos representantes responsáveis do Governo Federal. O espaço foi reservado para Oficinas de Capacitação e Treinamento dos Conselheiros Tutelares para o cadastro e registro das demandas recebidas nos Conselhos, sob orientação, suporte e apoio da equipe do SIPIA CT WEB, uma vez que será resguardado rigorosamente o sigilo de tais informações, a fim de sistematizar as informações para o monitoramento, com disponibilidade de computadores, impressora e rede para utilização do Conselheiro.

A partir de fevereiro a junho de 2016, ocorreram as oficinas de capacitação do SIPIA no laboratório do SIPIA na Sede da SECRIANÇA-DF, com o apoio e suporte da Coordenadora Técnica Distrital do SIPIA, para os Conselheiros Tutelares de diversos Conselhos Tutelares, sendo:

- Park Way; Itapoã; SIA; Brasília I; Jardim Botânico; Lago Norte; Lago Sul; Ceilândia II; Ceilândia III; Ceilândia IV; Fercal e Varjão.

No dia 04 e 05 de abril e 17 de março de 2016, a Administradora Estadual do SIPIA, agora com nomenclatura de Coordenadora Estadual do SIPIA, participou do Encontro Nacional dos Coordenadores, onde contamos com a presença dos representantes dos Estados de MT; GO; PR; PA; BA; AM; SP; MS e RJ para discussão e levantamento de requisitos para a elaboração da nova plataforma do SIPIA, na Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH.

No dia 21 de junho de 2016, a Coordenadora Técnica do SIPIA participou do evento I Simpósio de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos em Caldas Novas – Goiás, onde a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lançou o Sistema de Informações para Infância e Adolescência, onde os Conselheiros participantes puderam realizar os cadastros mediante a entrega da documentação necessária. O sistema também contará com aulas em Ensino à Distância – EAD, para facilitar à aprendizagem a nova plataforma.



2.8) Formação Contínua dos Conselheiro Tutelares do DF.

2.8.1) Cursos de Capacitação para Conselheiros Tutelares – Parceria SECRIANÇA-DF, EASJUR e

ELEGIS

Foram realizados cursos de capacitação continuada para os Conselheiros Tutelares em parceria com Defensoria Pública do DF (EASJUR), a Escola do Legislativo (ELEGIS) e SECRIANÇA-DF, nos meses de Junho, Julho, Agosto, Setembro e Outubro alcançando a meta de 80% de Conselheiros Capacitados.

A grade curricular do curso atende diversos temas que são fundamentais para atuação do Conselheiro como agente de proteção, dentre eles estão: Noções básicas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, Noções básicas de Direito da Família; Políticas de proteção e rede de atendimento, assistência social e diversidade; Saúde mental: intervenções da Defensoria Pública, Gênero e violência doméstica; Conflito intergeracional: direitos da criança, do adolescente e do idoso; Políticas de proteção e rede de atendimento: saúde e educação; O Poder Legislativo na garantia dos direitos da criança e do adolescente, Orçamento Público e o Fundo dos direitos da criança e do adolescente.



2.8.2) Curso de Libras para Conselheiros Tutelares

Para garantir o pleno atendimento da população aos serviços oferecidos pelo Conselho Tutelar, a SECRIANÇA ofereceu aos conselheiros tutelares curso de LIBRAS.

A Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) foi regulamentada pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e representa a forma de comunicação mais utilizada pelos surdos brasileiros. Assim a SECRIANÇA capacitou os Conselheiros Tutelares com o curso introdutório de Libras ocorrido nos dias 07, 08 e 09 de novembro em sua sede.

Visando dar continuidade ao curso nos anos futuros, cadastramos um projeto no Portal do Voluntariado do Governo de Brasília, com o objetivo de captar professores voluntários interessados em capacitar conselheiros e interpretar libras em demandas específicas.

2.8.3) Curso de Mediação de Conflitos

Nos dias 5 e 7 de julho, a SECRIANÇA realizou o Curso de Mediação de Conflitos, exclusivo para Conselheiros Tutelares. O evento foi em parceria com o Centro Popular de Formação da Juventude – Vida e Juventude, atual executora do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/DF), com o objetivo de organizar e incentivar o exercício da cidadania e promover uma cultura de paz para lideranças comunitárias e profissionais de áreas que atuam com intervenção em situações de conflito, além de torná-los profissionais multiplicadores em suas respectivas áreas de atuação.

2.8.4) Curso de Primeiros Socorros

No ano de 2016, iniciamos a parceria entre o SAMU e a SECRIANÇA-DF, para a capacitação dos Conselheiros Tutelares do DF e equipe de plantonistas da Coordenação de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cisdeca). Ocorreu no Planetário de Brasília o curso de Suporte Básico de Vida e Primeiros Socorros para Conselheiros Tutelares, responsáveis pela proteção, garantia e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, onde diariamente recebe diversas solicitações de atendimentos da população e comunidade das regiões administrativas, desenvolvendo assim, um papel essencial no enfrentamento e combate contra as violações de direitos de crianças e adolescentes. O objetivo foi no intuito de informá-los por meio de palestras e curso prático sobre a aplicação correta da assistência de saúde de forma imediata, até o acionamento do socorro avançado, além de capacitar e desenvolver suas habilidades, para que em situações emergenciais possam contribuir para evitar complicações futuras e até mesmo salvar vidas.



2.8.5) Escola de Conselhos

No ano de 2016, a SECRIANÇA deu continuidade nas tratativas já iniciadas com o Governo Federal para a implantação da Escola de Conselhos no DF. As Escolas de Conselhos apresentam-se com relevantes estratégias para consolidação de núcleos de referência para formação continuada de conselheiros dos direitos e conselheiros tutelares, preparando-os para o exercício de suas funções.

O projeto básico da Escola de Conselhos foi minutado e apresentado ao Conselho da Criança e Adolescente – CDCA, para a construção conjunta da atividade, visando à implantação no ano de 2017.

2.9) Ações diversas de fortalecimento dos Conselhos Tutelares do DF.

2.9.1) Projeto Fortalecendo Direitos e Garantindo o Futuro.

Participamos da elaboração da proposta do Projeto de Cooperação Técnica Internacional entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, para elaboração de ações de enfrentamento a letalidade juvenil e outras ações referentes ao enfrentamento da evasão escolar, com foco na participação ativa dos Conselheiros Tutelares. Elaboramos um projeto apresentamos a UNESCO, houve diversas reuniões técnicas para moldá-lo de acordo com as expectativas dos parceiros, além da prospecção orçamentária. A ação terá continuidade em 2017.

2.9.2) Participação em comitês Intersetoriais.

A SECRIANÇA participa como membro permanente dos três comitês abaixo, com o objetivo de ampliar conhecimento, além de contribuir na construção de políticas públicas sobre os assuntos. São realizadas reuniões periódicas, com construção de agenda pública para o enfrentamento das questões.

- Comitê Intersetorial Disque Racismo
- Comitê Distrital de Enfrentamento Contra o Tráfico de Seres Humanos
- Comitê Distrital de Diversidade religiosa.

2.9.3) Dia Mundial de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

No dia 18 de Maio de 2016, foi celebrado o dia nacional de enfrentamento da violência sexual contra Crianças e Adolescentes; a SECRIANÇA elaborou uma série de eventos para comemorar este dia com mobilizações em vários seguimentos com atrações culturais, artísticas e distribuição de panfletos.

A equipe da SECRIANÇA incentivou e acompanhou as ações feitas pelos Conselhos Tutelares, nas várias regiões administrativas do Distrito Federal. Foram realizadas caminhadas, palestras e distribuição de material informativo.



2.9.4) Comemoração do Dia do Conselheiro Tutelar.

Tendo em vista o dia Nacional do Conselheiro Tutelar, foi realizado um café da manhã e ciclo de palestras. O evento ocorreu no dia 18 de novembro de 2016, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães e contou com os seguintes palestrantes:

- Professor e psicanalista Iran Lima, que ministrou palestra motivacional sobre “As dez atitudes das pessoas motivadas”.
- Secriança e também ex-conselheiro tutelar, Vitor Nunes fez uma fala sobre o papel do Conselheiro Tutelar junto à comunidade em relação à desigualdade social e racial.

2.9.5) Desocupação do Hotel Torre Palace

Em 2016, foi solicitado pelas forças de segurança do DF apoio operacional para a desocupação do Hotel Torre Palace. A ação de desocupação se deu em 04 (quatro) dias (compreendendo o período de 01 a 05 de junho de 2016), contando com a participação SECRIANÇA. Em razão da vulnerabilidade das crianças que se encontravam no local a equipe responsável pela Proteção da Criança e do Adolescente esteve presente durante todo o processo de negociações até que fosse finalizada a desocupação do Torre Palace Hotel.

Durante 4 dias, dia e noite, a SECRIANÇA manteve servidores, carros com motorista de plantão, para suporte aos Conselheiros Tutelares presentes. A atuação da equipe foi efetivada desde a retirada das crianças do hotel, o acompanhamento ao hospital e a entrega as suas respectiva famílias protetivas. Toda ação ocorreu em parceria com a Vara da Infância.

2.9.6) Participação nos Jogos Olímpicos

Durante os 10 (dez) jogos olímpicos da Olimpíada Rio 2016, que aconteceram em Brasília (período que corresponde do dia 04 de ao dia 13 de agosto de 2016), a Comissão das Olimpíadas formada pelas Subsecretarias da SECRIANÇA-DF, Conselheiros Tutelares e voluntários atuaram na garantia de direito das crianças e adolescentes do DF.

Durante todos os dias de jogo olímpico a SECRIANÇA manteve uma base de apoio com mantimentos, servidores e carros disponível, para a atuação plena dos Conselhos Tutelares, em caso de violação dos direitos da criança e do adolescente, no período de duas horas antes dos inícios dos jogos até duas horas depois do término dos jogos.

Durante esse período tivemos sete casos de intervenção dos conselheiros tutelares relacionados à violação dos direitos da criança e do adolescente, vinculados a trabalho infantil e alcoolismo de seus respectivos genitores ou cuidadores, todos solucionados com sucesso.



2.10) Quantitativo de Denúncias dos Conselhos Tutelares.

Durante todo o ano de 2016, a SECRIANÇA monitorou os atendimentos realizados nos 40 Conselhos Tutelares do DF. A tabela abaixo demonstra os dados escalonados mensalmente categorizados em denúncias recebidas, solucionada no CT, quando o atendimento se finda pelo atendimento do Conselho Tutelar, encaminhadas ou providenciadas, quando é acionada a rede para suprir a demanda trazida pela denúncia. As planilhas detalhadas constam em anexo:

Denúncias de Violações Conselhos Tutelares						
Denúncias	Janeiro a abril	Mai e junho	Julho e agosto	Setembro e outubro	Novembro e dezembro	Total
Recebidas	27.263	12.549	3.847	10.017	3612	57.288
Encaminhadas ou solucionadas	19.569	8.339	3.631	8.882	3393	43.814
Índice de denúncias encaminhadas ou solucionadas em relação ao total de denúncias recebidas : 76,48%						

2.11) Suporte administrativo em plantão aos Conselhos Tutelares durante o período noturno e finais de semana e feriados.

A CISDECA – Coordenação do Sistema de Denúncia de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente – foi criada através da Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, com o objetivo de dar retaguarda aos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, funcionando ininterruptamente (24h por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados). A CISDECA tem por finalidade contribuir para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes do Distrito Federal. Trata-se de um canal de comunicação entre a população e o poder público, onde o poder público recebe as denúncias referentes às violações de direitos sofridas por crianças e adolescentes, e as encaminha para os Conselhos Tutelares competentes, para que sejam garantidos a proteção e o acesso desses indivíduos aos seus direitos como cidadãos. O funcionamento ininterrupto garante ainda a rápida intervenção do Estado nos casos de violações de direito consideradas urgentes ou que necessitem de atendimento imediato.

A CISDECA é composta por equipe de 12 servidores, sendo uma Coordenadora, nove plantonistas e dois motoristas. E oferece o suporte administrativo necessário ao Conselheiro Tutelar, quando acionada por telefone próprio, pela ouvidoria ou pelo Disque 100. Os dados obtidos constam na planilha abaixo:

Denúncias de Violações Recebidos CISDECA				
Período – ano de 2016 (até 30/09)				
Violação	CISDECA	Ouvidoria	Disque 100	Total
Negligência	79	59	40	178
Violência Física	65	34	36	135
Violência Psicológica	45	22	33	100
Violência Sexual	11	13	12	36
Trabalho Infantil	13	03	01	17
Outros	01	01	01	03
Total Geral (até 30/09)	214	159	123	469

Podemos verificar que a maior incidência de denúncias recebidas dizem respeito à negligência, seguindo em segundo pela violência física e em terceiro fica a violência psicológica. O abuso fica em quarto lugar e o trabalho infantil em último lugar.

2.12) Programa de Proteção a Crianças e Adolescente Ameaçados de Morte – PPCAAM/DF (DECRETO Nº 34.142/2013)

O Programa tem como objetivo prover a proteção integral e a convivência familiar de 50 (cinquenta) pessoas, entre familiares e criança e/ou adolescente protegido no Distrito Federal e na RIDE (aumentado pelo Decreto Distrital Nº 35.485/2014), em conformidade com os termos da Lei Federal nº 8.069/90, do Decreto Federal nº 6.231/2007, do Decreto Distrital nº 34.142/2013 e de acordo com o Convênio nº 009/2014, celebrado entre a antiga Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR (atualmente denominada Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos) e o Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças e Adolescentes, e o Convênio nº 001/2014 celebrado entre a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças e Adolescentes e a atual entidade executora do PPCAAM – Centro Popular de Formação da Juventude – Vida e Juventude.

O Convênio com o Governo Federal foi estabelecido para 05 anos (até 2019), no valor de R\$ 8.750.000,00, sendo R\$ 2.000.000,00 de contrapartida do DF. O Programa Governamental foi aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente em Resolução nº 594/2014. Atualmente, a equipe da SECRIANÇA-DF, responsável pela coordenação do Programa tem envidado esforços para a publicação do Edital de Chamamento Público com seleção de entidade, a fim de garantir a continuidade da execução do PPCAAM, bem como, promover a proteção integral à pessoas ameaçadas de morte no âmbito no Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno e outros assuntos pertinentes ao Programa.

Tabela - Número de protegidos PPCAAM/DF referente a 2016

Meses/2016	Nº de Casos	Nº Pessoas
Janeiro	8	32
Fevereiro	9	41
Março	9	43
Abril	9	44
Mai	9	44
Junho	6	27

Julho	5	27
Agosto	5	26
Setembro	6	34
Outubro	9	44
Novembro	9	44
Dezembro	12	59

2.12.1) Atuação do Conselho Gestor do PPCAAM/DF

Em 2016, mensalmente, ocorreram as reuniões ordinária do Conselho Gestor do PPCAAM/DF. Houve consideráveis avanços na trajetória do programa neste ano, existindo um aumento significativo da gestão participativa e atuação dos conselheiros no Conselho Gestor. Os Conselheiros são designados para a deliberação sobre a construção e efetivação das ações relacionadas à proteção a vida dos ameaçados.

O Conselho Gestor do PPCAAM, trata-se de um órgão colegiado e intersetorial, não jurisdicional, de natureza permanente, não remunerado, de caráter deliberativo, consultivo, orientador e fiscalizador.

O Conselho Gestor do PPCAAM é formado por entidades e colaboradores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente do DF, além desses, existem os convidados permanentes para a participação das reuniões do Conselho Gestor, sendo o Poder Judiciário, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Sociedade Civil, que é de suma importância para o desenvolvimento e continuidade dos trabalhos, em busca no desenvolvimento e atuação para o fortalecimento das redes locais e defesa dos direitos humanos.

Sendo assim, de acordo com a execução da proteção do PPCAAM durante este período, foi possível estabelecer articulação e formação continuada para a rede protetiva.

2.12.2) Dados PPCAAM 2016

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Total
Nº de Casos	8	9	9	9	9	6	5	5	6	9	9	12	12
Nº de Pessoas	32	41	43	44	44	27	27	26	34	44	44	59	59
Avaliações	4	3	9	5	7	3	3	7	7	8	6	1	61
Inclusões	1	1	3	2	1	0	0	2	0	3	4	0	17
Transferências	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	3
Desligamentos	1	2	2	1	3	0	0	1	0	0	1	0	12

Políticas para a Juventude do Distrito Federal

O ano de 2016 foi um marco para a juventude do Distrito Federal, pois diversas políticas públicas direcionadas a este público puderam ser executadas. Com os projetos realizados pela SECRIANÇA foi possível atender diretamente cerca de 35 mil jovens, o que nos coloca mais próximo de atingir o objetivo de incluir, emancipar e proporcionar aos jovens de Brasília um cenário propício para o seu desenvolvimento e protagonismo.

Todos os projetos desenvolvidos pela SECRIANÇA têm como alicerce os preceitos da Política Distrital de Atenção ao Jovem que norteiam a elaboração e a execução de políticas públicas assertivas para a juventude, e os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Juventude.

3.1) Centros de Juventude

Os centros de juventude são equipamentos públicos de referência no atendimento aos jovens nas cidades do Distrito Federal. Por meio deles, são ofertadas políticas de qualificação profissional, atividades de convivência, inclusão digital, cultura, esporte, lazer, formação para o empreendedorismo, assistência social, prevenção do uso de drogas ilícitas, ação social e comunitária. É uma política pública para a juventude instituída pela Lei nº 5.142/2013 e regulamentada pelo Decreto nº 35.172/2014.

Atualmente, o Distrito Federal possui dois Centros de Juventude em funcionamento situados nas cidades de Ceilândia e Estrutural, juntos realizam por ano cerca de 4.000 (quatro mil) atendimentos permanentes, eventuais e familiar.

Além das oficinas de informática, música, artes marciais, dança e futebol, que são ofertadas três vezes por semana, os Centros de Juventude também realizam o acompanhamento escolar, psicossocial e familiar dos jovens atendidos.

No calendário de 2016, foram acrescentadas atividades extracurriculares a fim de proporcionar aos jovens participação social por meio de atividades culturais e cidadãs, estimulando assim o protagonismo juvenil. São elas:

- Participação nas atividades em comemoração ao Dia Internacional da Juventude.
- Realização da 1ª Gincana dos Centros de Juventude – Juventude em ação, Participação, Diversidade e Igualdade. Durante a Gincana foram realizadas competições entre as unidades dos Centros de Juventude e o Centro de Referência de Assistência Social -CRAS - da Estrutural, além das atividades esportivas, culturais e de conhecimentos gerais, houve também arrecadação de alimentos não perecíveis para doação.
- Noite de pizza para os ganhadores da Gincana.
- Realização do 1º festival de Música dos Centros de Juventude.

- Apresentação cultural dos alunos das oficinas de dança e canto durante a cerimônia de posse dos Conselheiros de Juventude do Distrito Federal.
- Café da Manhã do Dia da Mulher com oficinas e palestras direcionadas a saúde feminina, nutrição, culinária, dança e ginástica.
- Apresentação cultural dos alunos da oficina de dança no encontro anual do Comitê Permanente de Acompanhamento e Articulação de Políticas para a Juventude CPJ.
- Formatura dos alunos dos Centros de Juventude – 1º Semestre.
- Formatura dos alunos dos Centros de Juventude – 2º Semestre.
- Participação nas Passeatas Contra o Abuso aos Jovens.
- Realização de 4 reuniões com os pais para acompanhamento familiar.
- Realização de 3 saraus no Centro de Juventude da Estrutural.
- Realização de duas temporadas do “Arte na Praça” na Praça Central da Estrutural.
- Torneio de Xadrez no Centro de Juventude da Ceilândia.
- Participação na Palestra Juventude Segura realizada pela Secretaria Nacional de Juventude.
- Apoio na realização do “Ritmos da Juventude” – Praça Central da Estrutural.
- Confraternização de fim de ano no Clube ASSEF.

Em 2016, em virtude de cortes do orçamento, houve a redução da meta de atendimento em 50% o que acarretou a diminuição na quantidade de atendimentos. Também em 2016, foi iniciado o processo para realização da Chamada Pública para Operacionalização e Fortalecimento Institucional dos Centros de Juventude do Distrito Federal que ocorrerá em 2017.



3.2) Estude Aqui

O Estude Aqui é a concretização da demanda dos jovens de Brasília que trabalham e/ou estudam durante o dia e não têm ambientes propícios para estudar. O projeto piloto da SECRIANÇA visa ofertar aos jovens e a comunidade em geral um ambiente com mesas para estudo individual e coletivo, computadores com rede de internet gratuita, horário ampliado de funcionamento e vigilância para garantir a segurança dos usuários.

A criação destes espaços tem como ação estratégica, o desenvolvimento social e intelectual de jovens de baixa renda, a potencialização de iniciativas nos territórios de maior vulnerabilidade social, bem como o auxílio na implantação de novas experiências nos Centros da Juventude.

No ano de 2016, cerca de 4.800 pessoas acessaram o Estude Aqui da cidade Estrutural. A maior dificuldade encontrada neste período foi a insuficiência de recursos humanos e financeiros para otimização da utilização do espaço.

3.3) Conselho de Juventude do Distrito Federal – CONJUVE/DF:

O Conselho de Juventude do Distrito Federal foi instituído em 22 de janeiro de 2013, pela Lei Distrital nº 5.020 e regulamentado pelo Decreto 34.168/13. Em junho do 2013, o Conjuve-DF foi integralmente constituído.

O Conjuve é composto por representantes do poder público e da sociedade civil, contando com 31 membros, sendo 11 do Governo Federal e 20 da sociedade civil, respeitando a mesma proporção do CONJUVE Nacional que é 1/3 de representantes do Governo e 2/3 de representantes da sociedade civil.

Os membros do Governo são nomeados pelo Governador do Distrito Federal. A parcela da sociedade civil, que é maioria no Conjuve, reflete a diversidade dos atores sociais que contribuem para o enriquecimento desse diálogo. O conselho conta com representantes dos movimentos juvenis, organizações não governamentais, especialistas e personalidades com reconhecimento público pelo trabalho que executam nessa área. Os membros do Conselho são escolhidos para mandato de dois anos, mediante eleição direta, e os cargos de presidente e vice-presidente são alternados, a cada ano, entre governo e sociedade civil.

3.3.1) Atribuições do CONJUVE:

- Auxilia os órgãos do Governo do Distrito Federal na elaboração de políticas de juventude, assegurando a organização da oferta de bens e de serviços públicos especializados, atrativos ou universais que atendam à população jovem;

- Aprecia propostas de políticas públicas de juventude com vistas à articulação das relações de governo com a sociedade civil;
- Propõe a adoção ou a alteração de diretrizes, objetivos ou metas de atendimento dos programas distritais destinados à juventude;
- Acompanha e avalia as ações, os projetos e os programas governamentais voltados à juventude do Distrito Federal;
- Convoca, bienalmente, em conjunto com o Governo do Distrito Federal, as Conferências Distritais de Juventude, em caráter preparatório da Conferência Nacional;
- Atua em todos os assuntos, casos e questões que envolvam a violação de direitos dos jovens;
- Incentiva a criação de conselhos locais de juventude nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

3.3.2) Atividades do CONJUVE/DF em 2016:

a) 2ª Conferência da Sociedade Civil do Conselho de Juventude do DF

Realizou reunião com 20 das 31 regiões administrativas do DF no processo de mobilização para a 2ª Conferência da Sociedade Civil do Conselho de Juventude do DF, com o objetivo de garantir que o Poder Público participasse como protagonista da Conferência e, ao mesmo tempo, garantir a infraestrutura de deslocamento da sociedade civil até o local da Conferência.

Coordenou a Comissão organizadora da 2ª Conferência da Sociedade Civil do Conselho de Juventude do DF. Estabeleceu o fluxo de ações e encaminhamentos da Comissão no sentido de garantir a realização da Conferência da Sociedade Civil.

Realizou e Coordenou a 2ª Conferência da Sociedade Civil do Conselho de Juventude do DF, que mobilizou cerca de 600 jovens de todas as Regiões Administrativas. Durante o evento foram eleitos os 14 membros titulares e 6 suplentes da sociedade civil para o mandato de dois anos do Conselho de Juventude do Distrito Federal.

Coordenou o andamento processual da designação dos Conselheiros (as) Distritais de Juventude da Sociedade Civil.

Realizou a posse dos Conselheiros Distritais de Juventude da Sociedade Civil com a participação de agentes governamentais.

b) Comitê Permanente de Acompanhamento e Articulação das Políticas de Juventude

Participou ativamente das reuniões do CPJ – Comitê Permanente de Acompanhamento e Articulação das Políticas de Juventude, no sentido de fortalecer a construção do debate do Plano Distrital de Juventude.

Participa dos diálogos com a UNESCO para parceria institucional que tem como um dos objetivos a construção do Plano Distrital de Juventude. A UNESCO possui experiência e dinâmica de consolidar diretrizes e ações para documentos nacionais, estaduais e internacionais.

Participou da articulação que culminou no Perfil da Juventude do DF 2016, lançado pela CODEPLAN. Durante as reuniões do CPJ, o Conjuve, em parceria com a SECRIANÇA, articulou junto à Codeplan a realização de um estudo sobre o perfil do jovem do DF com o intuito de ter dados consolidados para o Plano Distrital de Juventude.

c) Mês da Juventude

Participação nas atividades do Mês da Juventude com o Lançamento da 2ª Conferência da Sociedade Civil do Conselho de Juventude do DF, marco inicial das mobilizações e campanha de candidaturas as vagas de Conselheiros de Juventude do DF.

d) #Boravencer

Participação das mobilizações do projeto #Boravencer nas escolas públicas do DF. Panfletagem de sala-sala nas escolas públicas do DF convidando os estudantes a participar do projeto.

Participou das edições do projeto #Boravencer, apresentando o CONJUVE – DF e o Estatuto da Juventude aos estudantes que fariam a prova do ENEM.

3.4) Novos Conselheiros da Juventude

Produção da Identidade Funcional do Conselheiro (a) de Juventude, para garantir um trânsito institucional nos órgãos do GDF;

Produção da Identidade Visual do Conselho de Juventude assim como da eleição e conferência.

Iniciou o diálogo para elaboração do curso de Políticas Públicas de Juventude, em parceria com a Escola de Governo.



3.5) #Boravencer:

O Programa #BORAVENCER surgiu como uma iniciativa da Secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescentes e Juventude que levou em consideração uma demanda eleita na Conferência Distrital de Juventude de 2015, que pedia por oportunidades de estudo para o Vestibular, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e para os concursos públicos.

Além disso, o projeto tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento integral desses jovens, garantindo-lhes igualdade de acesso e oportunidades, dentro de um espaço educativo, que lhes ofereçam as melhores ferramentas para a sua formação pessoal e profissional; condições mínimas, para que possam construir sua própria trajetória e que, especialmente, desconstrua a cultura de violência entre os jovens, que vem crescendo progressivamente. Outro objetivo relevante do projeto foi o de atender alunos da rede pública e de regiões de maior vulnerabilidade social.

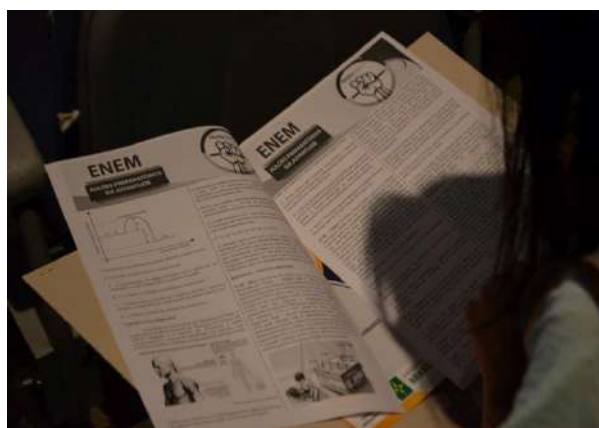
O #Boravencer se consolidou como uma marca importante do Governo do Distrito Federal e isso permitiu a criação de outros produtos derivados, tais como: #Boravencer Enem, #Boravencer Dicas #Boravencer Concursos e #Boravencer Intensivão a fim de continuar beneficiando e oportunizando a população do Distrito Federal interessada nas aulas preparatórias.

Em 2016, a Secretaria promoveu 08 Aulões do Programa #Boravencer ENEM, uma edição #Boravencer Concursos e uma edição do #Boravencer Dicas, com os Aulões preparatórios gratuitos. A edição do #Boravencer Intensivão teve um formato diferente, suas aulas aconteceram em diversas instituições do DF que ofereciam preparatório para o Enem.

É importante ressaltar que os professores que deram aula durante todo o projeto #Boravencer de 2016, foram todos voluntários e faziam parte do corpo docente dos melhores cursos preparatórios e da rede pública do Distrito Federal.

O projeto ofereceu, ainda, o transporte gratuito para todos os jovens. Foram disponibilizados ônibus que saíam da Rodoviária em direção ao Centro de Convenções, bem como faziam o caminho de volta, ao final do Aulão. Além disso, foi ofertado a todos os participantes um kit lanche e uma pasta contendo lista de exercícios e pesquisa de opinião.

No ano de 2016, reunindo todos os produtos da marca #Boravencer, chega-se a um público atendido de cerca de 12.000 (doze mil) jovens do Distrito Federal e Entorno. Esse número expressivo indica a assertividade de tal política pública.



Inscritos no #Boravencer 2016

As inscrições para o Programa eram feitas em cada Aulão por meio de um link disponibilizado no site da Secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescentes e Juventude. Normalmente, o link ficava disponível com 15 dias de antecedência de cada aula, e as inscrições se encerravam em poucos dias.

1º Semestre de 2016

Aulão / Dia	Inscritos Internet	Presentes	Inscritos no dia
1º Aulão - 09/04	1516	612	-
2º Aulão - 30/04	3117	2100	-
3º Aulão - 07/05	1.416	872	124
4º Aulão - 21/05	1.411	895	167

2º Semestre de 2016

Aulão / Dia	Inscritos Internet	Presentes	Inscritos no dia
1º Aulão - 18/09	1400	718	25
2º Aulão - 25/09	1398	787	42
3º Aulão - 09/10	1408	697	44
4º Aulão - 23/10	1362	809	76
5º Aulão - 30/10	3829	1722	102

Na edição #Boravencer Concursos tiveram aproximadamente 3.000 inscritos, e 1.000 presentes, e na do #BoravencerIntensivão foram aproximadamente 2.500 inscritos para participar do processo de seleção, sendo selecionados 1.750 jovens.

3.5.1) #BoraVencer ENEM

A princípio, a primeira edição do #Boravencer ENEM foi pensada para ofertar 250 vagas, no entanto, devido à grande procura pelo projeto, se fez necessário refazer o planejamento inicial e ofertar aproximadamente mais 1.000 vagas em todos os Aulões. Na segunda edição, a ideia era dobrar o número de vagas ofertadas, porém devido à indisponibilidade de datas/dias (sábado e domingo) para o maior auditório no Centro de Convenções, isso não foi possível.

Os Aulões preparatórios foram divididos nas linhas temáticas do Enem (Matemáticas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias e Linguagens e Códigos e suas Tecnologias). No 1º semestre os encontros aconteceram aos sábados, nos meses de abril e maio, e no 2º semestre, aos domingos, nos meses de setembro e outubro.

A primeira aula da primeira edição, aconteceu em 9 de abril, e foi das Ciências Humanas. Em 30 de abril, o tema foi Matemática. Em maio, Ciências da Natureza, dia 7; e Linguagens e Códigos e Redação, no último encontro. Na segunda edição a primeira aula em 18 de setembro foi de Matemática e suas tecnologias e dia 25 de setembro ocorreu aula de Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Em 09 de outubro Ciências Humanas e suas Tecnologias; e 23 de outubro, Linguagens e Códigos e suas Tecnologias.

**3.5.2) BoravencerConcurso**

Depois do sucesso das aulas do projeto #BoraVencer ENEM, a Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA-DF) lançou o #BoraVencer Concursos. A primeira edição teve foco na disputa por vagas para a Secretaria de Educação do Distrito Federal. A aula foi realizada no dia 18 de junho, das 8h às 17h, no auditório Máster do Centro de Convenções Ulisses Guimarães. A princípio o local era o auditório da Universidade Católica de Brasília, porém em virtude da grande demanda dos estudantes por mais vagas para o encontro, a SECRIANÇA-DF firmou novamente uma parceria com a Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer para que a aula acontecesse no auditório Máster do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, podendo ser ofertadas mais 2 mil vagas gratuitas.

Participaram do Aulão cerca de 1.000 pessoas que assistiram aulas de Português, Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), Direito Administrativo/Lei Complementar nº 840, Planejamento de Estudos, Estratégias e Conhecimentos Pedagógicos.



3.5.3) #Boravencer Intensivão

No segundo semestre de 2016, a Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA-DF) lançou uma ampliação do projeto com o #BoraVencer Intensivão. A ideia foi a de promover um preparatório intensivo para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de forma gratuita para 1.750 alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal.

O objetivo era ampliar o acesso dos jovens da rede pública à universidade, promovendo igualdade de condições, além de melhorar o desempenho do Distrito Federal nos resultados do Enem. As aulas do #BoraVencerIntensivão começaram no dia 5 de setembro e foram até 4 de novembro. O curso teve turmas nos períodos matutino, vespertino e noturno e duração de 200h/aula, ministrado em 4h/aula por dia nas áreas do conhecimento do Enem: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos, Redação e Matemática.

O público-alvo do #BoraVencerIntensivão foram exclusivamente para alunos, entre 15 e 29 anos, matriculados no 3º ano do ensino médio da rede pública ou bolsistas integrais da rede privada e os matriculados nos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) equivalente ao 3º ano do ensino médio. Os egressos, tanto do ensino regular, quanto do EJA também podem participar. Todos deviam, obrigatoriamente, estar inscritos no Enem 2016.

As 1.750 vagas foram distribuídas em quatro macrorregiões, com base na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) onde foi realizado o cruzamento dos de número de habitantes por cidade e percentual de pessoas que não têm nível superior.

MACRORREGIÃO	CIDADES QUE FAZEM PARTE
Taguatinga	Águas Claras Brazlândia Ceilândia Estrutural Taguatinga Vicente Pires
Gama	Santa Maria Recanto das Emas Park Way Gama
Sobradinho	Itapoá Paranoá Planaltina Sobradinho I Sobradinho II Varjão Fercal
Brasília	Cruzeiro Jardim Botânico São Sebastião Sudoeste Octogonal Plano Piloto Lago Norte Lago Sul Candangolândia Guará Riacho Fundo I Riacho Fundo II SIA Núcleo Bandeirante

Fora isso, sete regiões administrativas do Distrito Federal (Ceilândia, Estrutural, Planaltina, Plano Piloto, Samambaia, Santa Maria e Taguatinga) receberam 10% a mais de vagas. Nessas regiões, estão localizadas algumas áreas consideradas sensíveis pela política de segurança pública Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida, da Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social, pois representam, simultaneamente, situações de vulnerabilidade social e criminal. Do total de vagas de cada região, 5% são reservadas para pessoas com deficiência.



3.5.4)#Boravencer Dicas

O #Boravencer Dicas foi uma edição especial e contou com um formato pedagógico diferenciados dos demais Aulões, oferecendo revisão de conteúdo e dicas para a realização das provas do ENEM, com os melhores professores da cidade.

O evento contou com a presença de cerca de 3 mil jovens e aconteceu no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, uma semana antes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), dia 30 de outubro. Foi uma tarde de palestras e informações para que os estudantes obtivessem aproveitamento máximo nas provas.



3.5.5) Resultados

O Programa #Boravencer mostrou que sua proposta foi amplamente aceita e levada a sério pelos jovens do Distrito Federal, pois o número de alunos participantes foi crescendo gradativamente do primeiro ao último Aulão.

Os resultados alcançados em 2016 foram bastante positivos, levando o projeto #Boravencer a se tornar uma grande marca dentro do Governo, e a partir disso proporcionou uma ampliação significativa do projeto, que desencadeou em várias linhas de ações, como citamos anteriormente.

Além disso, pudemos constatar que no 1º semestre cerca de 50 alunos que participaram do #Boravencer ENEM foram aprovados em diversos cursos no Vestibular da Universidade de Brasília, o que demonstra que o principal objetivo que é oportunizar aos jovens a igualdade de acesso as universidades está sendo atingido. O número de participantes aprovados em diversos vestibulares e ENEM cresceu no 2º semestre, atingindo a marca de 133 aprovações. Totalizando em 2016, 183 alunos aprovados que participaram do programa.

3.5.6) Dificuldades encontradas na execução em 2016.

Percebeu-se ao longo do ano de 2016, que alguns itens podem ser aprimorados para alcançar o nível de excelência desejado pelo Programa. As principais dificuldades encontradas para que a execução do Projeto foram a falta de recursos/ recursos limitados, o que impactou em diversas partes do planejamento de 2016.

A indisponibilidade de local e datas para que os Aulões acontecessem aos sábados no 2º semestre foi outra dificuldade encontrada, pois impactou tanto no que se refere à expansão do Programa, quanto ao que se refere à locomoção dos participantes dos Aulões, uma vez que a frota de ônibus na cidade diminuiu consideravelmente aos finais de semana, em especial aos domingos, e além disso, os jovens ficaram impossibilitados de utilizar o passe estudantil (que só pode ser utilizado de segunda a sábado).

3.6) Mês da Juventude:

O Dia Internacional da Juventude é celebrado em 12 de agosto. Esta data representa um marco na conquista pelo reconhecimento dos jovens e foi instituída pela Assembleia Geral da ONU em 1999, em resposta à recomendação da Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude.

Para comemorar esta data tão importante a SECRIANÇA promoveu em 2016, parceria com vários órgãos e entidades do Distrito Federal a fim de proporcionar atividades lúdicas e voltadas para o fortalecimento e protagonismo do jovem.

O extrato desse mês foram 07 atividades diferentes desenvolvidas durante todo o mês de agosto. São elas:

- Primeira Gincana dos Centros de Juventude;
- Projeto Olimpíada;
- Formatura Jovem Candango;
- Palestra e Oficinas na Unidade de Internação;
- Campeonato de *StreetWorkout*;
- Rua do Lazer Ceilândia.

3.6.1) Gincana dos Centros de Juventude

A primeira atividade desenvolvida durante o Mês da Juventude em 2016, foi realizada em parceria com os Centros de Juventude das cidades de Ceilândia e Estrutural e com participação do Centro de Convivência – COSE Estrutural. A atividade, voltada aos alunos dos centros, foi uma Gincana disputada entre equipes formadas por cada unidade.

A 1ª Gincana dos Centros de Juventude teve como tema “Juventude em ação: participação, diversidade e igualdade” e foi realizada no período de 01 a 12 de agosto, com o objetivo de estimular o debate sobre igualdade, diversidade e a participação dos jovens nas políticas de juventude, promovendo oportunidades para a manifestação e desenvolvimento das potencialidades físicas e desportivas, bem como de outros aspectos necessários à formação global dos educandos, como por exemplo: liderança, disciplina, participação, respeito, sociabilização entre outros.

Após as diversas atividades da gincana a equipe vencedora foi premiada com um Rodízio de Pizza e os demais alunos ganharam um dia de lazer realizado em um clube.



3.6.2) Campanha Olimpíadas– Respeitar, Proteger, Garantir – Todos juntos pelos direitos das crianças e adolescentes

A segunda atividade do Mês foi realizada em Parceria com FNP – Frente Nacional de Prefeitos, que realiza desde a Copa do Mundo FIFA 2014, a campanha “Respeitar, Proteger, Garantir - Todos Juntos pelos Direitos das Crianças e Adolescentes” que é parte do projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

A proteção integral das crianças e adolescentes durante os Jogos Olímpicos de 2016 foi o foco da campanha conjunta, em âmbito nacional e internacional. A iniciativa envolveu diversas instituições, governos e organizações da sociedade civil durante a maior competição esportiva do mundo, na prevenção de cinco violações de direitos de crianças e adolescentes consideradas as mais recorrentes em grandes eventos: a exploração sexual infantil, o trabalho infantil, o uso de álcool e outras drogas, crianças e adolescentes em situação de rua e crianças e adolescentes perdidos ou desaparecidos. A campanha tinha o objetivo de promover uma atividade organizada, visando à sensibilização e mobilização para difusão de informações sobre os direitos da criança e do adolescente, para a população em geral e visitantes do DF, bem como alertar para possíveis situações de violações de direitos que podem ocorrer nesse período.

Além da atividade desenvolvida na cidade, o trabalho de inclusão social de crianças e adolescentes nos dois Centros de Juventude do Distrito Federal — na Estrutural e em Ceilândia — foi representado na cidade do Rio de Janeiro, durante os jogos olímpicos, através de colaboradores selecionados entre os pela Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF para participar do projeto Rio 2016.

Voluntários de todo o País viajaram para a capital carioca e tiveram a missão de abordar turistas e falar sobre os principais direitos das crianças e dos adolescentes durante os dias de competição, de 5 a 21 de agosto.

Os parceiros foram escolhidos por representar bem o serviço dos centros de juventude, além de preencher os pré-requisitos do projeto: ter de 18 a 29 anos, fazer parte da rede local de proteção de crianças e adolescentes e ter experiência em atividades sociais.



3.6.3) Certificação do Programa Brasília + Jovem Candango

A terceira ação aconteceu no dia 11 de agosto de 2016, onde cerca de 1,5 mil adolescentes de 14 a 18 anos receberam a certificação do Programa Brasília + Jovem Candango, da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude.

A cerimônia de entrega ocorreu no Auditório Máster do Centro de Convenções Ulysses Guimarães e contou com a presença de diversas autoridades governamentais.



3.6.4) Eventos nas Unidades de Internação

O evento realizado na Unidade de Internação de Santa Maria, no dia 16 de agosto de 2016, foi a quarta atividade dentro do Mês da Juventude e era especialmente pensada para o público feminino. Cerca de 20 internas da Unidade de Internação de Santa Maria – UISM, puderam participar da ação onde a Secriança, em parceria com o Coletivo Feminino “Maria Perifa” e a equipe dos Centros de Juventude, realizaram uma manhã de atividades dentro da unidade.

Após a roda de conversa foi realizada uma mini oficina de turbante, onde as internas aprenderam diversas maneiras de usar o tecido para fazer amarrações no cabelo e, quem sabe ao saírem da internação, poder ganhar uma renda extra com a atividade.

Ao final do evento a equipe de dança do Centro de Juventude fez uma performance para as internas, mostrando um pouco do trabalho realizado no Centro e convidando-as para, ao saírem da internação, procurarem o espaço para se candidatarem as vagas dos cursos. Na última apresentação, as internas foram convidadas ao palco para aprenderem uma das coreografias do grupo.



3.6.5) Campeonato de Street Workout

O Mês da Juventude também esteve presente no 1º Campeonato de Street Workout Brasília, evento realizado pela Equipe de Street Workout de Brasília, no dia 27 de agosto de 2016, no Parque Ecológico de Águas Claras. Nessa ocasião cerca de 100 jovens se reuniram no local para acompanhar as diversas modalidades do esporte apresentadas por cerca de 20 profissionais que batalhavam pelos melhores movimentos em busca das melhores premiações.



3.6.6) Rua do Lazer - CEILÂNDIA

A 1ª Rua do Lazer de Ceilândia foi realizada em 28 de agosto de 2016, contando com a parceria de diversos órgãos do governo e instituições privadas, que se juntaram para oferecer aos moradores de Ceilândia um dia de lazer completo para toda a família. O evento aconteceu em uma rua estratégica da cidade, onde estão localizados diversos equipamentos públicos como o Centro de Juventude, a Biblioteca Pública, unidades do Cras/Creas/Cose, o Conselho Tutelar de Ceilândia Norte, Estação do Metrô e, futuramente, a Praça da Juventude do DF.

O evento levou, durante toda a manhã do dia 28 de agosto, uma série de atividades a comunidade da região. Foram oferecidas ações esportivas, sociais, culturais e de recreação, onde, o público de todas as idades pôde aproveitar o espaço da via pública fechado especialmente para esse momento de lazer em família.

Dentre as diversas atividades do dia, uma em especial acabou sendo o destaque no evento. A disponibilização do equipamento de bicicletas públicas, pela primeira vez instalado na Ceilândia, ofereceu aos moradores da cidade a experiência de passear pelo seu bairro com um equipamento público sem custo algum. Durante todo o evento as bicicletas foram utilizadas pelos populares que demonstraram muito interesse em ter o equipamento fixo espalhado pela cidade.

Além das bicicletas, foram oferecidas diversas atividades esportivas (vôlei, queimada, futebol, tênis, tênis de mesa), atendimento médico com aferição de pressão e medicina preventiva, aconselhamento jurídico, apresentações de músicos locais, brinquedos infláveis, etc. O evento aconteceu das 8h às 13h.



3.7) PROGRAMA JOVEM CANDANGO:

Programa instituído pela Lei nº 5.216, de 14 de novembro de 2013, e regulamentado pelo Decreto nº 35.122, de 30 de janeiro de 2014. O Jovem Candango observa também a legislação federal do Ministério do Trabalho e Emprego, nos moldes da aprendizagem, promovendo a formação técnico-profissional do aprendiz por meio de atividades práticas e técnicas metodicamente organizadas, compatíveis com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz, em conformidade com a CLT (nos dispositivos que tratam da aprendizagem, alterados pela Lei 10.097/00).

O Programa Jovem Candango visa, prioritariamente, incluir socialmente jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, com elevação da autoestima oferecendo-lhes oportunidade e primeira chance de emprego, com dignidade e boas condições de trabalho. Atuando de forma impactante nos principais problemas causadores da vulnerabilidade e da exclusão social: evasão escolar, baixa renda, desemprego e violência dos jovens do Distrito Federal.

O público-alvo é formado por adolescentes em situação de risco social, de 14 a 18 anos, que deverão frequentar a escola e manter-se no ensino formal durante o tempo de permanência no Programa, salvo em caso de conclusão da educação básica. Esta limitação de idade não se aplica aos aprendizes com deficiência.

O Governo do Distrito Federal deposita em cada aprendiz integrante do Programa e em cada servidor do GDF, encarregado da supervisão/orientação do aprendiz, a responsabilidade de fazerem de Brasília e do Brasil uma cidade e país melhores.

Enquanto ação de política pública do Governo do Distrito Federal, o Jovem Candango atua de forma impactante nos principais problemas causadores da vulnerabilidade e da exclusão social: evasão escolar, baixa renda, desemprego e violência. Sua atuação tem como consequências:

- Qualificação do Mercado de trabalho;
- Garantia de permanência do adolescente na escola;
- Mudança social;
- Relação familiar fortalecida;
- Redução da vulnerabilidade;
- Desenvolvimento econômico;
- Fortalecimento de programas de profissionalização de adolescentes e jovens a
- Dialogo com CDCA/DF.

O Decreto 36.817, de 21 outubro de 2015, transferiu a gestão do Programa Jovem Candango para esta Pasta, compreendendo a indicação de executor para o contrato; recepção e alocação dos jovens contratados pelo programa nos diversos órgãos e entidades do DF. Em virtude disso, a partir de janeiro de 2016 o Programa passou a ser gerido pela Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude.

Contudo, por meio deste Decreto, a responsabilidade de execução do programa não foi declarada de forma expressa para esta Pasta, continuava a ser função da SEGAD a fiscalização da execução do contrato junto aos supervisores da SECRIA. Dessa forma ficou acordado que seria elaborado um novo decreto.

Sendo assim, ficou acertado em reunião entre os chefes de gabinete da SEPLAG e SECRIANÇA-DF que o decreto de transferência do Jovem Candango seria reformulado pela Assessoria Jurídico Legislativa – AJL, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG. O período aguardado para alteração do decreto acabou atrasando etapas que poderiam ter sido concluídas com brevidade, pois a inexistência de Decreto que expressasse a execução por essa pasta dificultou a criação da Coordenação de Estágio e Aprendizagem. Visando acelerar o processo, foram elaboradas: exposição de motivos, justificativa sobre a necessidade da proposição e manifestação técnica com intuito de fazer a proposição do novo Decreto pela SECRIANÇA-DF.

No dia 27/01/16, foi feita reunião com as instituições responsáveis pela execução do contrato, Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – RENAPSI e Organização Obras Sociais Jerônimo Candinho – OSJC, para que apresentassem a forma de execução do programa. Na ocasião, foram discutidas algumas peculiaridades do Programa, como a impossibilidade de contratação dos jovens inscritos no Bombeiro Mirim pela forma que consta no decreto; a diferença entre estágio e o programa de socioaprendizagem; bem como a formação dos supervisores.

Foi publicado o DECRETO Nº 37.107, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016, transferindo, a partir de janeiro de 2016, a gestão e a execução do Programa Jovem Candango, instituído por meio da Lei nº 5.216, de 14 de novembro de 2013, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão para a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude.

A vinda do programa, com 2.200 jovens ativos, acarretou a necessidade de criação de comissão para gestão do programa e também de estrutura para comportar o programa nesta Secretaria. Diante disso, foi encaminhado Ofício nº 1.327/2015, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF solicitando a criação de estrutura similar para esta Secretaria de Estado, uma vez que para a boa execução e continuidade do projeto é necessária uma estrutura de quadro de pessoal.

Em resposta ao referido Ofício, foi encaminhado pela GAB/SEPLAG o Ofício nº 04/2016, indeferindo a criação de unidades administrativas e cargos comissionados, com a justificativa de que não há compensação financeira com a extinção de cargos existentes, de modo que a criação da estrutura solicitada incorreria fatalmente em aumento de despesas, devendo aguardar momento mais oportuno para reformulação.

Visando garantir a efetividade e bom andamento do Programa, foi encaminhado aos Órgãos do GDF Ofício-Circular nº 58/2016 GAB/SECRIANÇA-DF e Ofício nº 71 GAB/SECRIANÇA-DF, solicitando a indicação dos INTERLOCUTORES de cada órgão para supervisionar o Programa e já informando sobre a execução do programa de forma exclusiva pela SECRIANÇA-DF.

Cerca de 70% dos Órgãos que participam do Programa Jovem Candango encaminhou a indicação de Supervisor e Suplente. Boa parte dos Órgãos tem equipamentos públicos em diferentes localidades. Dessa forma, toda vez que se tem contato direto com um destes, solicitamos indicação do Supervisor para representar a unidade.

O prazo de entrega de folha de ponto – 5º dia útil – não foi respeitado por parte significativa dos Órgãos e acredita-se que o atraso se deu por conta do feriado de carnaval. Em razão disso, foi prorrogada a entrega das folhas e foi informado sobre a necessidade de envio o quanto antes, sob pena de bloqueio do pagamento dos jovens.

A comissão executora da SEPLAG foi destituída do Programa através da Ordem de serviço nº 75, publicada no DODF de 18 de fevereiro, página 10. Sendo a nova comissão executora da SECRIANÇA-DF, publicada no DODF de 23 de fevereiro de 2016.

Faz parte da execução e coordenação do Programa a análise dos fatos apresentados pelos órgãos em relação aos Jovens. Diariamente recebemos reclamações em relação ao comportamento dos jovens e todos os casos são direcionados para atendimento junto a Instituição no qual estão ligados. Na gestão anterior, após 03 atendimentos (advertências) era feito o desligamento dos jovens. Contudo, o intuito da SECRIANÇA é gerar oportunidade e preparar os jovens para o mercado de trabalho, de forma que, antes de quaisquer desligamentos, primamos pelo remanejamento do jovem. Para isso, a atuação em conjunta com as instituições e os profissionais de assistência social e psicólogo foram fundamentais.

Com a nova coordenação do projeto, foi constatado uma errata nas folhas de ponto o que gerou uma economia de R\$100.000,00 (cem mil) para os cofres públicos. A Coordenação do Programa Jovem Candango é responsável pelo recebimento, conferência, digitalização e lançamento das folhas de ponto recebidas pelos órgãos sendo todas elas lançadas em uma planilha de controle para que posteriormente ao recebimento da fatura pelas Instituições seja feita a conferência por amostragem, analisando as faltas e os valores de pagamentos. Sendo aproximadamente 2.200 folhas de pontos dos jovens espalhadas pelos diversos órgãos do GDF.

Desde a assunção das novas competências, a SECRIANÇA-DF, vem buscando o aprimoramento da execução do Programa, a partir da identificação de aspectos cujo funcionamento requeira eventuais ajustes, observados os parâmetros normativos e contratuais incidentes sobre a matéria.

Foram solicitadas que a RENAPSI nos encaminhasse seu programa de aprendizagem, aprovado na forma da Portaria MTE nº 723/2012, onde constem as matérias e cargas horárias oferecidas aos aprendizes do Jovem Candango. Recebemos Ofício da OSJC informando que a partir do dia 31/03 todos os jovens ligados a instituição passariam a comparecer ao curso de aprendizagem 02 vezes por semana, para que pudessem fechar a carga horário do curso, visto que, pelo cronograma normal faltaria 60h/a.

Foi ajustado, conforme o plano de trabalho e previsões do contrato, os jovens devem cumprir 20h semanais, sendo 16h no curso prático trabalhando nos órgãos, e 04h no curso de aprendizagem, o que impossibilita a modificação para 08h semanais no curso de aprendizagem.

A área pedagógica da instituição não tinha conhecimento a respeito das decisões administrativas que constam no contrato, porém, apresentou como solução o cumprimento da carga horária nos 15 últimos dias do contrato.

Visando executar o programa dando uma nova cara ao projeto, busca-se sempre viabilizar uma “política de juventude”. Para isso, foram feitas modificações na forma de execução do programa, como a forma de desligamentos: priorizamos a permanência do Jovem no programa, dessa forma, mesmo que os jovens tenham mais de 3 advertências, buscamos primeiramente a transferência para outro órgão e/ou nova supervisão.

Foi realizada articulação com a Secretaria do Trabalho, visando uma parceria para encaminhamento dos jovens que serão desligados do Programa ao mercado de trabalho. Com a possibilidade de inclusão de jovens participantes do programa em cursos a distância que a Secretaria oferece, alegando que a participação dos jovens nos cursos poderia colaborar com a apresentação dos mesmos ao setor produtivo.

Foram realizadas atividades de sarau organizadas pelas instituições, onde ocorreram apresentações teatrais, musicais e depoimentos dos jovens participantes do Programa.

Foram definidos junto às instituições OSJC e RENAPSI os métodos de avaliações e a formatura dos jovens, visto que a 1ª etapa do programa teria conclusão em junho. Acertou-se que os supervisores fariam uma avaliação individual dos jovens, bem como uma avaliação do Programa. Os jovens também fizeram sua autoavaliação por meio de link disponibilizado pelo

google

driver;

Em relação a formatura, ficou acordado que a SECRIANÇA-DF, seria responsável pelos custos da certificação, por meio de adesão a ata, e que o *coffee break* ficaria a cargo das instituições.

No mês de junho iniciamos as atividades de conclusão da 1ª e 2ª etapas do programa. A 1ª reunião junto às instituições ocorreu no dia 07/06 onde foram levantadas as demandas da certificação, o roteiro da formatura e a quem competia cada atividade. Após as definições de organização da formatura, demos início aos agendamentos, que por indisponibilidade do Centro de Convenções da e agenda do Governador sofreram algumas alterações.

O último encontro dos jovens que estavam concluindo o programa, em 06/2016. O evento foi muito produtivo e serviu para demonstrar a importância do programa na vida dos jovens. Com a temática “viagem” foi feita uma retrospectiva dos principais momentos dos dois anos do programa.



Aula da Saudade – Jerônimo Candinho

Em Reunião do CDCA para apresentarmos a real situação do Programa Jovem Candango. Foram feitos diversos questionamentos a respeito da forma de contratação, lançamento do edital e execução do Programa, contudo, como o início do programa não diz respeito a nossa gestão, nos atentamos a explicar o andamento do programa após fevereiro de 2016.

Em reunião com a SETRAB-DF, e apresentamos as necessidades de uma parceria entre as Secretarias para que os jovens que estão se formando fossem encaminhados ao mercado de trabalho. A Setrab ofereceu uma Agência Itinerante no dia da formatura, onde os jovens pudessem se inscrever e possivelmente pudessem ser encaminhados para vagas de acordo com seu perfil. A hipótese de criar vagas juntamente ao setor produtivo aproveitando o conteúdo adquirido durante o programa está sendo estudada pela Setrab.

Durante o mês de agosto a Coordenação do programa empenhou-se em organizar a formatura da 1ª etapa Jovem Candango. Contudo, como o evento aconteceria no perímetro de realização das Olimpíadas, foi necessário o diálogo com a Secretaria de Mobilidade, para que em parceria organizasse o acesso ao Centro de Convenções.

Assim sendo, a Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude realizou a cerimônias de Certificação dos Jovens Candangos que concluíram o programa de aprendizagem (1ª, 2ª e 3ª etapa), no dia 11, de 09h30 às 12 horas, no Auditório Master do Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Na ocasião, foram entregues os certificados a cerca de 1.700 formandos, tendo como público total cerca de 2.200 pessoas, dentre autoridades, pais, e servidores que participaram do programa como supervisores. Para os jovens foi um dia festivo e de muita alegria, pois puderam celebrar a conquista do primeiro passo profissional.

Em setembro foi iniciada a certificação da quarta turma do Programa Jovem Candango, após 02 anos de participação dos jovens no Programa.

Na oportunidade, os eventos de certificações foram dinamizados com uma palestra elaborada pela SETRAB, abordando o tema Qualificação e Recolocação Profissional. Os eventos de certificação ocorreram para os Jovens da OSJC, na residência Oficial, do dia 14/09/2016, e para os jovens da RENAPSI, no salão nobre do Palácio do Buriti, no dia 16/09/2016.

Após a certificação da última turma, findos os contratos dos jovens no programa, a Coordenação deu início às tratativas para renovação dos contratos junto aos órgãos do governo e as instituições executoras do Programa, uma vez que teriam vencimento no dia 12/12/2016.



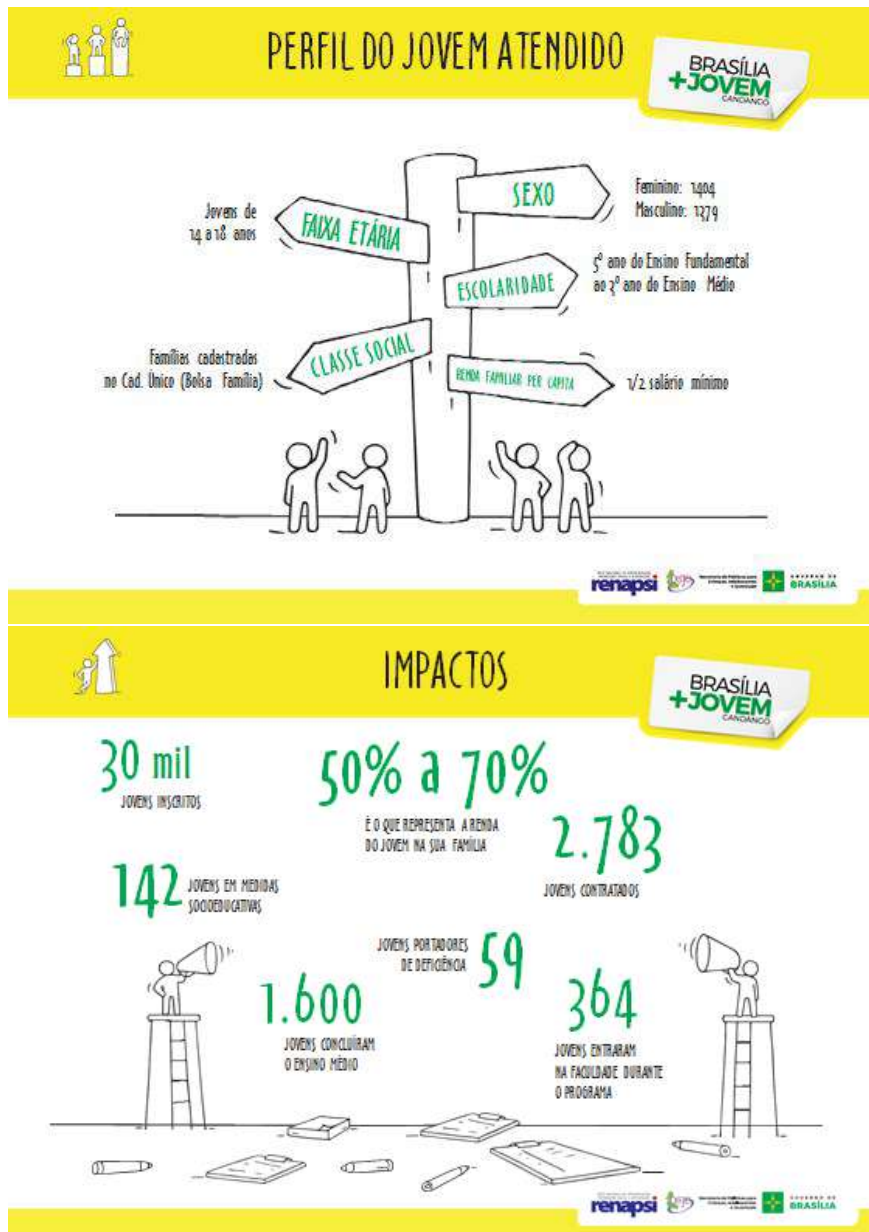
Formatura Residência Oficial



Formatura Palácio do Buriti



Com a conclusão do Programa, foi possível levantar dados que caracterizam o público-alvo do programa, por meio de questionário sistematizado aplicado aos jovens concluintes, bem como aos supervisores atuantes nos órgãos do Governo de Brasília. Compilando assim, o perfil dos jovens, como: renda, escolaridade, composição familiar e perspectivas para o futuro.



Com base no relatório gerado a partir do questionário, o governo pôde participar e apresentar o programa no VII Fórum Ibero-Americano, oportunidade em que diversos jovens tomaram conhecimento da importância e dimensão do programa, bem como das perspectivas para sua renovação.

Ao final do Programa, cerca de 1870 jovens receberam certificação pelo arco ocupacional administrativo e poderão exercer as seguintes atividades: Arquivista/arquivo; Almoxarife; Auxiliar de Escritório/administrativo; Contínuo/Office-boy/Office-girl. É importante ressaltar que após a transferência do Programa para a SECRIANÇA-DF, adotou-se a política de

reanejamentos e atendimentos direcionados, de forma que os jovens já não eram desligados por insuficiência ou inadaptação, ocorrendo desligamentos apenas a pedido dos jovens.

Em outubro, foi confirmada a continuidade do Programa, por meio da renovação do contrato com as instituições executoras, RENAPSI e OSJC. Considerando a renovação e continuidade do Programa, foram discutidos e criados os novos critérios de seleção do Programa, bem a aplicação de novos métodos de acompanhamento e atendimento dos jovens, visando aprimorar a 2ª edição do Programa, bem como a qualificação dos jovens.

Com intuito de antecipar a contratação dos jovens, o lançamento da segunda edição do Programa Brasília + Jovem Candango, teve seu calendário antecipado para que a contratação ocorresse de forma que no início de 2017, os jovens pudessem se apresentar aos órgãos.

Dessa forma, no dia 07/11/2016, foi realizado o evento de Lançamento da 2ª edição do Programa, no Salão Nobre do Buriti, contando com a presença de autoridades governamentais, além de servidores de órgãos que estão à espera dos jovens.

Após o lançamento, as inscrições para o Programa permaneceram abertas até o dia 18/11/2016 por meio do site: <https://jovemcandango.org.br>. No prazo estabelecido, cerca de 13 mil jovens se inscreveram para participar do Programa. Entre os dias 19/11/2016 e 30/11/2016 foi feita a seleção e convocação dos 1.591 jovens de acordo com os critérios previamente estabelecidos.

A SECRIANÇA-DF vem buscando mecanismos de aperfeiçoamento para melhor acompanhar a execução do programa. Para tanto, contamos com a colaboração e comprometimento de todos os órgãos que serão beneficiados, especialmente quanto ao imprescindível papel do supervisor/orientador, que são os interlocutores entre os órgãos que recebam os aprendizes e a Coordenação do Programa. Em virtude disso, encaminhamos ofício circular solicitando a demanda de cada órgão, pedimos, ainda, que os órgãos que possuem diversos equipamentos públicos ligados a ele nos informassem a demanda separadamente, para tal, encaminhamos o modelo a ser seguido.

A partir de 1º de dezembro, um contingente inicial de cerca de 1.500 jovens ingressou no programa, recebendo formação exclusivamente teórica nos 20 primeiros dias úteis de contrato. A partir de então, os aprendizes estavam prontos para o início das atividades práticas nos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal, previsto, assim, para o dia 2 de janeiro de 2017.

A SECRIANÇA ficou responsável por fazer o mapeamento e encaminhamento dos jovens para os órgãos do GDF. O trabalho envolveu separar as demandas enviadas previamente pelos órgãos (que não foram atendidas em sua plenitude, uma vez que temos uma quantidade reduzida de aprendizes) e separar o quantitativo de jovens para cada instituição. Para tanto, foram respeitados critérios como a proximidade e acessibilidade de transporte público para que o jovem possa fazer o trajeto escola-órgão-casa sem muito prejuízo. No dia 28/12/2016 foi enviado Ofício via malote e e-mail a todos os órgãos que haviam respondido a solicitação com as demandas, informando o quantitativo e o nome dos jovens que foram encaminhados às respectivas pastas.

Ainda em dezembro, a SECRIANÇA, em parceria com as instituições, organizou a recepção dos jovens durante a Aula Magna realizada no dia 20 de dezembro, no auditório Máster do Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Durante o evento que contou com a participação do governador, os jovens puderam assistir e participar de apresentações e palestras com foco na preparação para o mercado de trabalho.

Quantitativo de Jovens Atendidos	
Referência	Janeiro a Dezembro
RENAPSI	7.981
OSJC	7.730



Aula Magna – Centro de Convenções Ulysses Guimarães

3.8) Praças da Juventude:

O interesse político e social de ver uma sociedade mais justa e igualitária, para sua população, só se logra através da criação de novas oportunidades e vias de acesso ao conhecimento, formação e geração de renda, com este intuito foram criadas as praças para acolhimento dos jovens. As Praças da Juventude são locais destinados a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e de lazer que alia saúde, bem estar e qualidade de vida a atividades socioeducativas diversificadas. Atividades estas que, além de democratizarem o acesso ao esporte e ao lazer, incentivam a inclusão digital e a produção cultural e científica, constituindo-se em um amplo espaço de convivência comunitária.

O Distrito Federal conta hoje com 2 (duas) Praças da Juventude – PJ, todas em fase de construção, localizadas nas Regiões Administrativas de Ceilândia e Itapoã. As obras são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, em parceria com Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap.

Nesta fase de construção, cabe a Secriança acompanhar a execução dessas obras. Depois ela passa a gerir todas as ações que ocorrerão nesse local.

Durante o exercício de 2016, foram realizadas visitas periódicas nas obras das duas praças, além de contato permanente com os executores do contrato e fiscais, acompanhando de perto o desenvolvimento das construções.

Para definir o modelo de gestão das Praças da Juventude do DF foi realizada visita a Praça de Presidente Prudente, referência nacional para demais praças no Brasil. A visita aconteceu em abril e oportunizou conhecimentos relacionados ao funcionamento do equipamento, assim como dicas de inserção de cursos e oficinas.

Após a visita ao município, foi concluído o projeto básico que dará norte para elaboração do edital que abrirá concorrência pública para definir a entidade que irá gerir as Praças, no entanto, para tal ação faz-se necessária a conclusão das obras.

3.8.1) Itapoã:

A Praça da Juventude (Mini Vila Olímpica), localizada na Região Administrativa do Itapoã, Quadra 203, Área Especial, contemplará: Pista de Caminhada, Campo Society, Quadra Coberta, Vestiários.

Até o momento, a obra não foi finalizada, sendo que está com apenas 50% de conclusão. Este ano a empresa só executou a instalação da caixa d'água e, por meio de aditivo, realizou o cercamento do equipamento.

Por intermédio do executor da obra (Sinesp), tivemos informação de que a empresa não concluiu a obra por falta de repasse de recursos. Em contrapartida, a Sinesp alegou que a falta de pagamento era devido a não execução da obra por parte da empresa.

Em dezembro, a Novacap informou que a empresa Brasgo desistiu da obra e, em razão disso, seria contatada a segunda colocada na licitação para saber se há interesse em concluir a obra.



3.8.2) Ceilândia:

A Praça da Juventude em Ceilândia está localizada na QNN 13 - Módulo B - Área Especial, Ceilândia Norte, com uma área de aproximadamente 8.000 m², composto por: quadra poliesportiva coberta, pista para salto triplo, pista para salto a distância, pista para caminhadas, quadra de vôlei de praia, área de exercícios e alongamento, campo de futebol society, pista para skate, teatro de arena com palco, centro de convivência com salas para ginástica, terceira idade, administração, reuniões, sanitários e outros, quiosque de alimentação, vestiários/sanitários, arquibancadas, bebedouros, grama natural/sintética, sanitários com acesso para pessoas com deficiência, sistema de iluminação específico para cada pista, paisagismo, totem, mastro para bandeiras.

A obra foi inaugurada em de 15 de março de 2015, com presença do governador do Distrito Federal, entre outras autoridades.

Já nas primeiras semanas a empresa contratada para realização da obra encontrou algumas dificuldades, como a estrutura de concreto da obra antiga conhecida como castelo de grayskull, o alambrado da biblioteca pública que está invadindo parte do espaço da Praça da Juventude, entre outros.

No momento, a informação repassada pela Sinesp é de que a obra encontra-se paralisada devido à falta de repasse de recursos do governo Federal. A SECRIANÇA tem dialogado constantemente com a Sinesp e Novacap no intuito de colaborar para o bom andamento da obra. Como exemplo, a SECRIANÇA intermediou junto à Novacap os questionamentos da Federação de Skate do DF que informou que a pista de skate estava fora dos padrões. Neste caso, a Federação foi prontamente ouvida, refez e protocolou o projeto com as mudanças solicitadas.

Em relação às Praças da Juventude a maior dificuldade encontrada é a falta de informação por parte dos executores do contrato e os executores da obra.



3.9) COMITÊ INTRAGOVERNAMENTAL PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE – CPJ

Tem por objetivo promover a articulação e a integração entre os órgãos e entidades da Administração Pública do DF para a execução da Política Distrital de Atenção ao Jovem, nos termos dos artigos 14 e 15 da Lei nº 5.142, de 31 de julho de 2013.

O comitê tem como função elaborar e aprovar o Plano Anual de Trabalho com objetivos estratégicos, metas, indicadores, ações e programas da Política Distrital de Atenção ao Jovem, em consonância com as áreas de governo e com o Conselho de Juventude do Distrito Federal – CONJUVE – DF; Coordenar a execução da Política Distrital de Atenção ao Jovem, mediante interlocução permanente entre os órgãos públicos de gestão e execução das políticas, programas, ações e iniciativas, em diálogo com o Conselho de Juventude do Distrito Federal; Acompanhar a elaboração e tramitação dos atos normativos que compõem o ciclo orçamentário, propondo a inclusão de recursos no orçamento do Distrito Federal para ações voltadas à política; Monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos nas ações e programas de interesse da Política Distrital de Atenção ao Jovem no Plano Plurianual e nos orçamentos anuais.

3.9.1) Composição:

- Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal;
- Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal;
- Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal;
- Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;
- Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal;
- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;
- Secretaria adjunta de Desenvolvimento Social do Distrito Federal;
- Secretaria de Estado da Cultura do Distrito Federal;
- Secretaria Adjunta de Trabalho do Distrito Federal;
- Secretaria Adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direito Humanos do Distrito Federal;
- Secretaria de Estado do Esporte do Distrito Federal;
- Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal;
- Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN.
- Conselho de Juventude do Distrito Federal – CONJUVE - DF

Coube à Coordenadoria e a Secretaria Executiva do CPJ retomar as atividades do CPJ, assim como constituir estratégias para a formulação e criação do Plano Distrital de Juventude do Distrito Federal.

Diagnóstico:

O Comitê Intersetorial de Políticas para a Juventude foi instituído pelo Decreto nº 33.927, de 28 de setembro de 2012, e é constituído por 12 Secretarias de Estado (acima citadas) e pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, com membros titulares e suplentes, além de 02 (dois) representantes da sociedade civil indicados pelo Conselho de Juventude do Distrito Federal – CONJUVE – DF.

O CPJ realizou durante o ano de 2016, 5 (Cinco) reuniões. O extrato destes encontros se consolidou nas formas e estratégias para elaboração do Plano Distrital de Juventude.

As 12 (doze) Secretarias de Estado apresentaram suas Ações/Políticas/Projetos, que atendem o público de 15 a 29 anos, idade que compreende a juventude de acordo com Estatuto da Juventude. A Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, apresentou o perfil do Jovem do Distrito Federal - DF, fornecendo dados estatísticos para criação de um plano voltado para as necessidades da Juventude do DF. O Conselho de Juventude do Distrito Federal – CONJUVE – DF, esteve presente pra avaliar e exercer seu poder de controlador social das ações governamentais com interesse nos jovens.

Após o levantamento das Ações/Políticas/Projetos executadas pelo Governo de Brasília, e o levantamento de dados do perfil da juventude do DF pelo CPJ, o Grupo de trabalho decidiu realizar rodas de conversas nas Regiões Administrativas no ano de 2017, para ouvir os jovens e colher informações sobre quais ações são prioridade para juventude de cada região.

O CPJ enfrentou dificuldades em reunir seus membros e na entrega de documentos por parte das Secretarias. Até o momento não foi possível publicar a portaria que designam os membros por falta de documentação, portaria essa que já esta pronta, aguardando apenas algumas secretarias oficializarem seus participantes.

4. SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Foram realizadas as seguintes atividades e projetos socioeducativos com a finalidade de atender ao referido objetivo, todas beneficiando o público alvo: adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

- Atividade de Constelação Familiar nas UAMAs, oferecendo grupos terapêuticos de desenvolvimento pessoal aos jovens
- Encaminhamentos para programas de jovem aprendiz e estágio junto ao CIEE, Jerônimo Candinho e SENAC

- Reuniões intersetoriais com a SEDF e planejamento de nova rotina de acompanhamento escolas dos socioeducandos
- Atividades culturais e de lazer como visita a exposição de arte da Frida Kahlo e Feira do Livro
- Projeto Esporte à Meia Noite nas UAMAs
- Projeto de Futebol nas UAMAs Planaltina, Paranoá e Ceilândia e campeonato entre as Unidades
- Projeto CineUAMA, com oficina de apresentação de filmes e debates socioeducativos na UAMA Paranoá; e projeto de ampliação para todas as UAMAs
- Oficina de fotografia com celular para os jovens das UAMAs
- 1ª turma de PSC em audiovisual, na qual os jovens em cumprimento de medida produziram um curta-metragem a partir da reflexão sobre seu contexto social (parceria com a Secretaria de Segurança Pública)
- Articulação intersetorial com DFTrans para facilitar o acesso dos socioeducandos ao transporte
- Inclusão digital de adolescentes no projeto “PEDAGOGIA DA HORA: UMA APRENDIZAGEM CONECTADA”, através de uma parceria do IESB com ocioeducandos da UAMA Ceilândia
- Rodas de Conversa e Oficinas que abordam temáticas relacionadas às realidades juvenis através do projeto “OUTRAS EXPRESSÕES, NOVAS TRAJETÓRIAS” desenvolvido pela instituição Vida e Juventude.
- Atividades de fortalecimento de vínculos familiares e valorização da relação mãe-bebê, promovidas nas UAMAs durante a Semana do Bebê
- Incentivo às atividades coletivas na UAMAs e oferta de kit lanches
- Adequação da estrutura física das UAMAs

Ação	Resultados Alcançados	Público-alvo beneficiado
Reforma de Unidades do Sistema Socioeducativo	Foram reformadas as UAMAs Paranoá, Núcleo Bandeirante, São Sebastião, Santa Maria, Sobradinho, Recanto das Emas e Samambaia.	Adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, bem como os servidores das referidas Unidades.

4.1) Cursos de capacitação de Saúde Mental promovidos em 2016:

- Capacitação para o preenchimento da Ficha de Notificação de Violência do Ministério da Saúde, em parceria com NEPAV/SES-DF - 26/01 (dia todo) e 29/03 (dia todo) - 32 servidores das gerências de saúde das unidades de internação capacitados;
- Curso de educação continuada do SAMU/SES-DF - Suporte Básico de Vida (Primeiros Socorros), Procedimentos de Trauma, Procedimentos para acidentes com múltiplas vítimas - 18/02 (noite - UIP), 01/03 (noite), 03/03 (noite) e 08/03 (noite - NAI) - 40 servidores capacitados de todos os meios;
- Curso de tabagismo: abordagem mínima motivacional, em parceria com Núcleo de Tabagismo da SES-DF - 15/06 (manhã), 23/06 (manhã), 06/07 (manhã) e 14/09 (manhã) - 70 servidores capacitados de todos os meios, incluindo professores da Secretaria de Educação do DF que atuam nas unidades de internação;
- Curso de Intervenção em Crise: Emergências Psiquiátricas, Comunicação Terapêutica e Contenção Física, parceria com SAMU – 04 e 05/10 (dia todo), 20 horas duração – 34 servidores capacitados de todos os meios;
- Curso Prevenção do Suicídio e Valorização da Vida, parceria Centro de Valorização da Vida (CVV) – 14/10 (manhã), 21/10 (manhã), 04/11 (manhã), 11/11 (manhã), 18/11 (manhã) - 15 servidores capacitados de todos os meios.

4.2) Eventos que promoveram qualificação profissional de Saúde Mental promovidos em 2016:

- Oficina Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e sistema socioeducativo (17/03 – dia todo) - 81 participantes;
- 1º encontro de saúde mental do sistema socioeducativo (23 e 24/05 – dia todo) - 125 participantes;
- Palestra Prevenção ao Suicídio (professora Célia Ferreira) - 27/09 (tarde) - 67 participantes;
- Dialogando: troca experiências com o Núcleo de Saúde Mental do SAMU (08/09 – manhã) – 33 participantes;
- V Seminário de Atenção à Saúde de Adolescentes e Jovens em cumprimento de medida socioeducativa do DF (06/12 – dia todo) – 120 participantes;
- Oficina sobre saúde com as UAMAs, parceria SES/DF (07/04 - manhã) - 40 participantes;
- Oficina sobre saúde com as semiliberdades, parceria SES/DF (08/12 - manhã) - 16 participantes.
- Qualificação dos indicadores de saúde das unidades de internação do sistema socioeducativo;
- Parceria com a UnB/Secretaria de Educação do DF, desenvolvendo ações de saúde com os(as) adolescentes na Unidade de Internação de Santa Maria;
- Parceria com a ONG Transforme, desenvolvendo grupos sobre drogas e oficinas de audiovisual com os adolescentes nas Unidades de Internação de São Sebastião, Brazlândia, Santa Maria e Saída Sistemática;
- Articulação para a realização da Campanha de Vacinação H1N1 nas unidades socioeducativas de semiliberdade e internação;
- 03 encontros/oficinas com foco em saúde mental do servidor (UNISS, UIP e Piquenique 10/10);

- Coordenação e condução do Grupo de Trabalho: Protocolo das Gerências de Saúde das Unidades de Internação;
- Coordenação das ações envolvendo a temática tabaco e redução de danos no sistema socioeducativo;
- Coordenação da Pesquisa sobre Qualidade de Vida no Trabalho, saúde do servidor do sistema socioeducativo, em parceria com o psicólogo do trabalho, Vítor Barros;
 - Articulação para a implementação da Pesquisa sobre Uso de Drogas e Vulnerabilidades Associadas no sistema socioeducativo (ASSIST/MS) no NAI e internações provisórias;
 - Articulações com os diversos órgãos do sistema de garantia de direitos para a garantia da atenção integral à saúde de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa;
 - Participação no Comitê de Enfrentamento ao Crack, elaboração de Minuta de Decreto, planejamento de ações SECRIANÇA-DF 2017;
 - Planejamento do Curso de Redes e Prevenção de Drogas com CRR/UnB/Ceilândia para 2017.

Há no Distrito Federal cinco Unidades de Semiliberdade, sendo quatro (4) para atendimento ao público masculino e uma (1) para o feminino. As atividades realizadas no contexto das semiliberdades buscam a reinserção gradual dos socioeducandos(as) ao convívio comunitário e familiar. São desenvolvidas atividades divididas em oito (08) eixos, quais sejam, cultural, religioso, esporte e lazer, atendimento socioeducativo, saúde, profissionalização, educação formal e inserção no mercado de trabalho.

Tais atividades são planejadas em conjunto por toda a comunidade socioeducativa (Diretoria de Semiliberdade-DISEMI, gestores locais, servidores e socioeducandos) observando-se os recursos disponíveis nas redes locais públicas e da sociedade civil, na observância da condição de pessoa em desenvolvimento dos adolescentes preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas levando-se em conta também, questões de gênero na elaboração do projeto de atendimento.

Ressalte-se que, dadas as particularidades da semiliberdade, os projetos de atendimento e planos de ação não podem pretender serem estanques ou definitivos, mas, ao contrário, precisam ser maleáveis e capazes de se adaptarem a redução abrupta ou aumento inesperado do número de vinculações e evasões, situações essas que são próprias desse tipo específico de medida.

Os eixos que nortearam o atendimento no contexto das semiliberdades durante 2016 foram:

- **Eixo Cultural**

No contexto do atendimento em semiliberdade, a questão da inclusão cultural tem aspecto relevante, ao se entender que a cultura envolve um conjunto de aspectos, rituais, valores, hábitos e crenças que interferem significativamente no reconhecimento da identidade dos indivíduos na sociedade da qual fazem parte, mas que muitas vezes não é acessível democraticamente a todos os grupos sociais tornando-se assim “propriedade” das classes mais favorecidas financeiramente.

Esse quadro leva à necessidade premente de atuar visando a superação de situações que podem ser consideradas como dominação e com vistas a garantir o acesso dos/das jovens menos favorecidos (maioria absoluta do efetivo de adolescentes do sistema socioeducativo) em busca da ruptura com o ciclo de não acesso a cultura fora das manifestações ditas, próprias de suas comunidades e visando o pleno acesso às manifestações normalmente dominadas por jovens de setores mais privilegiados da sociedade. Conseqüente, buscou-se o alargamento cultural dos adolescentes do sistema socioeducativo, nomeadamente os da semiliberdade.

Nesse contexto, as Unidades organizaram visitas a importantes exposições de arte no Centro Cultural Banco do Brasil (*Mondrian e o Movimento de Sgtrijl* e o filme *Pérola Negra*), Caixa Cultural (*Frida Khalo*), visitas a *Olimpiada do Conhecimento/SENAI*, participação no projeto da *Orquestra Plena Harmonia*, ida ao teatro UNIP (espetáculo *Mosoró Dayo*, em comemoração ao dia da consciência negra), visitas a instituições públicas como a Câmara Legislativa e o Tribunal de Justiça, dentre outros.

Mas as ações culturais não se limitaram aos espaços externos. Foram desenvolvidas atividades com filmes temáticos onde aspectos pedagógicos relativos à socioeducação foram tratados de forma lúdica e de fácil compreensão, além do estímulo a jogos que desenvolvam o raciocínio lógico e matemático, como o xadrez.

- **Eixo Atendimento Religioso**

Dado o caráter laico do Estado, e observando-se os pressupostos estabelecidos em Lei, é oferecido nas Unidades de Semiliberdade atendimento religioso aos/as adolescentes que manifestarem expressamente seu interesse.

Tal atendimento foi realizado em 2016, por iniciativa de grupos ligados principalmente a Igreja Católica e Evangélica, mas também através da iniciativa de alguns servidores, observando-se a necessidade de não se aterem a questões dogmáticas específicas.

Alguns dos/das socioeducandos/as também solicitam serem levados a templos religiosos para participarem de celebrações religiosas, sendo atendidos sempre que haja efetivo de servidores e disponibilidade de transporte.

- **Eixo Esporte e Lazer**

Estudos demonstram que durante a adolescência o estímulo a práticas desportivas interferem no aumento da auto-estima, estimulam a socialização e colaboram sobremaneira para afastar os jovens das drogas.

Além da prevenção de doenças, a prática desportiva e as atividades de lazer colaboram na prevenção de doenças e ajudam a controlar a ansiedade do adolescente. Nesse sentido as semiliberdades têm proporcionado aos socioeducandos atividades físicas através de parceria com as Vilas Olímpicas, SESC, bem como atividades lúdicas no Parque Nacional da Água Mineral, no Zoológico de Brasília, no Parque Sarah Kubistchek, Planetário de Brasília dentre outros.

As quadras esportivas localizadas nas comunidades onde estão instaladas as Unidades são igualmente utilizadas para atividades de esporte e lazer.

Ressalte-se que foi realizado o 1º Campeonato de Futebol de Salão das Semiliberdades onde todas as Unidades competiram, inclusive a feminina, e, por ocasião do encerramento, foi feita uma confraternização com a presença das famílias dos socioeducandos (as).

Foi oferecido lanche para os presentes, obtido através das parcerias com a rede, numa articulação da Diretoria de Semiliberdade-DISEMI com empresas parceiras do Distrito Federal. Bolas e camisetas para os jogos foram fornecidos pela Fábrica Social através de negociações realizadas pelos responsáveis pela organização do evento.

As datas cívicas e as comemorações mais significativas do calendário oficial do Distrito Federal também foram contempladas em atividades lúdicas de confraternização nas Unidades, algumas delas com a presença dos familiares dos socioeducandos.

- **Eixo Atendimento Socioeducativo**

O atendimento individual e familiar por equipe interdisciplinar é o mote desse eixo.

Todos os socioeducandos das semiliberdades foram contemplados, visto que suas famílias foram encaminhadas às políticas públicas de assistência social e garantia de direitos, após a realização de estudos socioeconômicos com vistas à identificação das demandas e necessidades sociais destes. São identificados e mapeados pelas semiliberdades os equipamentos públicos e entidades da sociedade civil e do terceiro setor existentes na comunidade para encaminhamentos e acesso dos adolescentes e suas famílias à rede socioassistencial.

Têm sido realizados ainda atendimentos de grupos familiares dentro das Unidades, em alguns casos com frequência mensal, com vistas a promover a aproximação entre as equipes socioeducativas e as famílias dos socioeducandos, promovendo um espaço de acolhimento emocional dentro da instituição para as fragilizadas famílias do público alvo da medida. Tais atendimentos têm sido orientados também por professores e alunos da Universidade de Brasília com resultados muito satisfatórios.

Toda a documentação dos nossos jovens é providenciada nas Unidades, bem como segundas vias quando for o caso.

- **Eixo Saúde**

Todos os atendimentos de saúde dos/das adolescentes vinculados às semiliberdades são realizados através do Sistema Único de Saúde através dos centros de saúde, UPAS e hospitais situados nas regiões administrativas onde estão instaladas as Unidades.

Os encaminhamentos são feitos pela equipe interdisciplinar das semiliberdades e as consultas médicas marcadas conforme as normas e disponibilização de vagas da Secretaria de Saúde. O mesmo se aplica a saúde bucal.

Entretanto, nem sempre é possível conseguir atendimento médico, principalmente com odontólogos e emergencial. Outra dificuldade é a obtenção dos medicamentos prescritos após a consulta, haja vista que há defasagem na oferta dos mesmos na rede pública.

Servidores e adolescentes participaram de oficinas antitabagismo ofertada pela Secretaria da Criança como forma de combate ao hábito de fumar. No caso específico da semiliberdade feminina, após a devida capacitação através da Secretaria de Saúde, foi implementado um grupo terapêutico antitabagismo dentro da Unidade.

No âmbito da saúde mental e prevenção ao suicídio, servidores participaram de debates organizados sobre as temáticas ofertados pela Diretoria de Saúde Mental. Aos adolescentes foi oferecida a possibilidade de tratamento de sua drogadição, conforme a faixa etária, mas sem caráter compulsório. Nos atendimentos individuais e familiares buscou-se conscientizar adolescentes e familiares da importância de reconhecer os prejuízos causados pelo uso, seja recreativo ou abusivo, de drogas lícitas e ilícitas, a aceitação e o engajamento no acompanhamento médico e psicológico.

As Unidades realizaram rodas de conversa com todos os jovens para debaterem-se temas como sexualidade e reprodução, DST's AIDS, sexo seguro. Foram disponibilizados ainda preservativos para serem distribuídos entre os/as adolescentes.

O Instituto Federal de Brasília/IFB, Unidade do Gama, realizou curso de maternagem para as adolescentes gestantes da semiliberdade feminina com o intuito de prepará-las para os cuidados necessários com a gestação e com os nascituros.

Vale ressaltar que a Secretaria da Criança garantiu em 2016, a alimentação dos jovens através do fornecimento de seis refeições diárias (café da manhã, lanche matutino, almoço, lanche vespertino, jantar e ceia) através de contrato com empresa particular onde é exigida alimentação saudável e balanceada a todos, contemplando aqueles que apresentam algum tipo de alergia e/ou necessitem de dieta diferenciada segundo prescrição médica.

- **Eixo Profissionalização**

Nem todos os/as adolescentes das semiliberdades tiveram acesso a atividades profissionalizantes em 2016. Há dificuldade nas ofertas de vagas e, muitas destas, são limitadas a uma escolaridade mínima que exclui a maioria esmagadora dos jovens do sistema socioeducativo.

No âmbito governamental foram oferecidas vagas na Fábrica Social e PRONATEC, mas foi do terceiro setor que vieram as melhores oportunidades através do Programa de Gratuidade do Senac, SENAI, além de instituições como a Casa de Ismael, Instituto Ser Livre e IFB/Gama.

Um grupo formado por adolescentes de todas as semiliberdades participou de um curso de fotografia ministrado gratuitamente pelo fotógrafo Milton Moraes Júnior, com vistas a saberem otimizar o uso das máquinas fotográficas de seus celulares particulares. Esse aprendizado será útil em alguns projetos que já foram iniciados, como na Unidade de Semiliberdade Santa Maria (*A Cidade e Eu*) e em outros que terão início em 2017.

O Instituto Ser Livre articulou junto ao SENAI a realização de um curso de customização de camisetas que foi realizado em todas as Unidades com a participação maciça dos/das adolescentes, visando capacitá-los/las à geração de renda como artesãos em caso de desemprego.

A Casa de Ismael ofereceu vagas para o curso de auxiliar administrativo para alguns jovens das medidas de semiliberdade. Muitas são as empresas no Distrito Federal que contatam a instituição para obter mão de obra qualificada. Esse curso é certificado e reconhecido pelo MEC.

O Instituto Federal de Brasília, unidade do Gama, realizou curso de artesanato para meninas na Unidade do Guará trabalhando com materiais reciclados, bem como a produção de bijuterias, áreas de interesse das adolescentes e com potencial na geração de renda. Ainda no Guará, com orientação e custeio das servidoras ATRS's, foi realizada uma oficina de ovos de páscoa para capacitar as jovens a produzirem para consumo próprio, como fonte de renda, mas cujo produto final foi entregue como doação às crianças do *Nosso Lar* no Núcleo Bandeirante.

No Pronatec os cursos oferecidos aconteciam à noite, coincidindo com o horário escolar dos/das adolescentes, ou com exigência de escolaridade além da apresentada pelos socioeducandos.

Na Unidade de Taguatinga é desenvolvido o curso de horta orgânica onde os jovens cultivam hortaliças e legumes participando desde a seleção das sementes, passando pelo plantio e pela colheita, mas também sendo responsáveis pela venda da produção, a qual se dá todas as quartas-feiras no térreo da SECRIA e, quando possível, na rua de acesso à UST, que fica próxima a ao Centro de Saúde nº 05.

Em dezembro de 2016, 21 socioeducandos das semiliberdades foram inseridos no programa governamental Jovem Candango e estão fazendo estágio em órgãos da administração pública.

- **Eixo Educação Formal**

Todos (100%) os socioeducandos menores de 18 anos de idade, independentemente de sua faixa etária, preferencialmente, são matriculados nas Unidades de Ensino Público situadas o mais proximamente da semiliberdade de sua vinculação.

No caso específico de Taguatinga, que atende o público do sexo masculino com idade superior ou igual a 18 anos, houve, em 2016, um total de 29 socioeducandos sem estudar pelas mais variadas razões (jovens recém-chegados, socioeducandos que estão em fase de vida de maior priorização pelo trabalho, e outros que afirmam desinteresse quanto a voltar a estudar). A UST realizou por meio dos Planos Individuais de Atendimento/PIA's, estudos e estabelecimento de estratégias particulares para cada caso, que são encaminhados à VEMSE a fim de que, individualmente, possam ser adotadas as medidas cabíveis. Quanto aos socioeducandos que declaram desinteresse em estudar, é realizada uma intervenção pela equipe interdisciplinar e caso não se obtenha êxito, é enviada uma comunicação à Promotoria da Infância e da Juventude informando os nomes dos mesmos para os fins que se fizerem necessários.

Apesar da legislação que salvaguarda a matrícula de todos os socioeducandos na rede pública sem possibilidade de recusa, ainda existe nas escolas da rede pública resistência na concretização das mesmas, principalmente sob a justificativa de que não há vagas disponíveis. Nota-se, portanto, que os gestores dos estabelecimentos de ensino nem sempre estão interados das portarias ora vigentes e que há necessidade premente de maior articulação entre as duas políticas para aperfeiçoar e acelerar o início das atividades escolares dos jovens em cumprimento de medida de semiliberdade.

- **Eixo Inserção no Mercado de Trabalho**

Os adolescentes inseridos na medida de semiliberdade são oriundos, via de regra, de famílias de baixa renda e, não raro, em situação de penúria. A inserção no mercado de trabalho é uma preocupação recorrente dos mesmos e um ponto focal no trabalho socioeducativo desenvolvido nas Unidades de Semiliberdade, qualquer que seja o gênero.

Infelizmente, há dificuldades que emperram o processo e impedem que a totalidade dos/das jovens consigam ser inseridos no mercado formal de trabalho. Quais sejam: baixa escolaridade, necessidade de formação profissional específica, idade, drogadição.

As equipes interdisciplinares orientam os socioeducandos na confecção de currículos que são distribuídos no comércio e os encaminham as agências do trabalhador para fazerem seu cadastro.

Os jovens são encaminhados também para o CIEE- Centro de Integração Empresa Escola, com vista à obtenção de vagas como estagiários.

Apesar das dificuldades, em 2016 aproximadamente 70% dos jovens vinculados à medida de semiliberdade foram inseridos no mercado de trabalho, ainda que em atividades informais.

Para concluir, e desta vez relativamente aos servidores das Unidades de Semiliberdade, em 2016, foram realizadas capacitações na prevenção ao suicídio, no estabelecimento de estratégias antitabagismo e no combate a incêndio, sendo esse último uma parceria com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Nesse contexto, no que tange à medida de Internação, atualmente há oito Unidades de Internação (sendo a Unidade de Atendimento Inicial - UAI, a Unidade de Internação Provisória de São Sebastião – UIPSS, cinco Unidades de Internação estrita e a Unidade de Internação de Saídas Sistemáticas), as quais executam a medida em suas mais diversas fases.

A Unidade de Atendimento Inicial - UAI é a unidade de entrada no sistema socioeducativo, e acautela adolescentes e jovens que são apreendidos em flagrante ou em razão da existência de Mandados de Busca e Apreensão em aberto. A UAI é parte integrante do Núcleo de Atendimento Integrado – NAI, o qual, além da mencionada unidade, conta com uma multiplicidade de órgãos e políticas de atendimento aos adolescentes, dentre os quais se destacam o TJDF, o MPDF, a Defensoria Pública, sistema de saúde e SEDESTMIDH. Destaca-se que o adolescente recebe todo o atendimento social e jurídico, e passa pelo julgamento de forma muito mais célere, em regra deixando a Unidade em número pequeno de dias, rumo a uma das unidades de internação, semiliberdade, ou, no caso da aplicação de medidas de meio aberto, bem como nos casos de absolvição, sendo prontamente entregue à família.

A Unidade de Internação Provisória de São Sebastião – UIPSS é a Unidade que executa a medida de internação provisória (na esteira do artigo 108 do ECA). Nesse contexto, o adolescente acautelado permanece por, no máximo, 45 dias na Unidade, até que seja definitivamente julgado.

As Unidades de Internação Estrita (Unidade de Internação de Planaltina – UIP, Unidade de Internação de São Sebastião – UISS, Unidade de Internação do Recanto das Emas – UNIRE, Unidade de Internação de Santa Maria – UISM e Unidade de Internação de Brazlândia – UIBRA) executam a medida socioeducativa de Internação, na esteira do artigo 122 e seguintes do ECA.

Por fim, a Unidade de Internação de Saídas Sistemáticas – UNISS é unidade diferenciada, a qual pode ser considerada a porta de saída da medida de internação, eis que os adolescentes recebem a autorização judicial para realizar atividades externas e a possibilidade de deixarem a unidade em períodos específicos.

Quanto à medida de semiliberdade, atualmente há 05 unidades que atendem os adolescentes sentenciados ao seu cumprimento, sendo: Unidade de Semiliberdade Feminina do Guarã – UFSG, Unidade de Semiliberdade de Santa Maria – USSM, Unidade de Semiliberdade do Recanto das Emas – USRE, Unidade de Semiliberdade do Gama – USG e Unidade de Semiliberdade de Taguatinga – UST.

Elencam-se os projetos que estão em execução ou em fase de ajustes para a implementação:

Projeto	Descrição das Atividades
Reconstrução da história e da memória do Centro de Atendimento Juvenil Especializado – CAJE	Parceria da SUBSIS/DINT com a instituição ANIS, que recuperará arquivos e documentos do antigo CAJE.
Horticultura e Socioeducação	Projeto da SUBSIS que visa à implementação de hortas as unidades de internação, capacitando os adolescentes e jovens em produção agroecológica de hortaliças, flores e insumos orgânicos, promovendo uma alternativa de geração de renda.
Festival de Curta	Projeto da SUBSIS que tem por finalidade o estímulo aos socioeducandos no engajamento de atividades audiovisuais e que desenvolvam habilidades de comunicação e produção crítica e criativa.
UNESCO	Projeto da SUBSIS que contribui para a consolidação das políticas públicas da Secretaria, contemplando o aperfeiçoamento das ações prestadas, com a finalidade de promover os direitos que assegurem oportunidades para o desenvolvimento integral às crianças, aos adolescentes e aos jovens do Distrito Federal.
Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA	Projeto que visa à construção de uma cultura de paz no sistema socioeducativo e que propiciará vivências e aprendizagens de diversos conhecimentos e técnicas de administração de conflito. Além disso, favorece o protagonismo juvenil e o empreendedorismo, inovando os mecanismos e estratégias de inclusão no mundo do trabalho.
Oficina de música Plena Harmonia	Oferecer aulas de música para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A tabela acima mencionada explicita, em âmbito geral, as principais ações, em nível de macrogestão e macropolítica, realizadas pela DINT/SUBSIS.

No contexto de cada Unidade, ressaltam-se as ações abaixo demonstradas.

Unidade de Internação Provisória DE SÃO SEBASTIÃO – UIPSS	
GIBITECA	Criação, manutenção e empréstimo de Gibis com diversas temáticas para os adolescentes inseridos na Internação Provisória.
Outubro Rosa	Promoção de evento com vistas a tratar de temáticas sobre saúde biopsicossocial das servidoras atuantes nesta UIPSS.
Semana da Luta da Pessoa com Deficiência	Promoção dentro das atividades escolares de ações de conscientização sobre a vida de superação de pessoas com deficiência.
Brinquedoteca	Criar espaço humanizado para a realização da visita especial e de atendimentos com crianças
Palestra informativa sobre alistamento militar	Atividade educacional que apresenta a importância do alistamento militar, forma de ingresso na carreira e a necessidade de certificado de reservista para a vida cidadã.
Olimpíadas UIPSS	Ciclo de atividades esportivas

Unidade de Atendimento Inicial – UAI	
Projeto - UAI Convida	Trata-se de um Projeto de Palestras Socioeducativas, com frequência mensal.
Projeto - Criação do Espaço Gibiteca	Construção de um espaço que propicie o atendimento em grupo, por meio de oficinas temáticas.
Projeto - Acompanhamento Pontual	Acompanhamento pontual após a primeira apreensão, que se dará por meio de contato telefônico com a família.
Ação - Estudo de Caso	Realização de Estudo de Caso sobre adolescentes reincidentes liberados sem aplicação de medida socioeducativa, com a participação dos representantes das Secretarias de Saúde, Educação SEDESTMIDH e Conselhos Tutelares acionados.
Ação - Grupo Reincidentes	Atendimento em Grupo dos Adolescentes que possuem Medida de Meio Aberto, juntamente com os especialistas de referência da UAMA.
Ação - Grupos Multifamiliares	Reunião com os familiares ou responsáveis presentes.

Unidade de Internação do Recanto das Emas- UNIRE	
Grupo de Família	Acompanhamento das famílias nas visitas dos finais de semana, por meio de palestras, roda de conversa, dentre outros meios, a fim de promover a conscientização social.
Meu Lugar no Mundo	Promoção ao acesso ampliado à cultura, lazer, conscientização da realidade social, motivação para o estudo e escolarização, conscientização das diversas oportunidades profissionais (incluído teste vocacional), acesso às leis trabalhistas.
Grupo de Família	Acompanhamento das famílias nas visitas dos finais de semana, por meio de palestras, roda de conversa, dentre outros meios, a fim de promover a conscientização social.
Direitos Sexuais e Reprodutivos	Promoção ao acesso à informação sobre os direitos sexuais e reprodutivos os jovens acautelados; diferenciação dos direitos sexuais dos direitos reprodutivos; orientação geral voltada às práticas e prevenções sexuais.

Unidade de Internação de Brazlândia -UIBRA	
Operação Escola	Orientação e sensibilização dos educadores (Feita pela Direção, Gerentes GESEG e GESPP) para garantir o encaminhamento dos internos no horário adequado às aulas e ressaltar a escola como prioridade absoluta.
Literatura	Incentivar a doação de livros por parte dos servidores para formação do acervo literário UIBRA.
Profissionalização E A D	Promover o interesse dos socioeducandos para os cursos oferecidos no ambiente virtual.
Parceria Sebrae	Buscar parceria para favorecer a participação dos socioeducandos em cursos e atividades presenciais, com certificação.
Parceria Comunidade/Unidade	Buscar parcerias com a comunidade local visando a realização de atividades.
Ecolavagem Automotiva	Realizar atividade que propicie ao socioeducando uma perspectiva sobre o mercado de trabalho e novas técnicas de desenvolvimento.
ONG Casa de Paulo Freire	Trabalhar temas centrais ao processo socioeducativo dos jovens, buscando favorecer o desenvolvimento de novos conceitos e valores relacionados a Família, Escola, Trabalho, Esporte/Lazer, Sociedade e Liberdade. Também incentivando os jovens a expressarem seu raciocínio por meio da escrita.

Unidade de Internação de São Sebastião – UISS	
Projeto de Agroecologia e responsabilidade Social: Cultivar para reintegrar	O Projeto visa desenvolver um espaço de interação, socialização e iniciação profissional a partir da oferta de atividades realizadas através do plantio e colheita de hortaliças e legumes.
Oficina de Profissionalização: Operador de Micro Computador	A modalidade de cursos FIC é destinada a trabalhadores que desejam uma formação de curta duração para adquirir ou melhorar a sua qualificação. Curso oferecido pelo Pronatec, onde ao final os alunos recebem valor de bolsa em uma conta vinculada à sua participação no curso.
Projeto TRANSFORME - transformando a realidade de adolescentes no sistema socioeducativo	Atendimento individual aos adolescentes, grupos terapêuticos e oficina de áudio visual.
Projeto de Promoção da Saúde para os adolescentes com restrição de liberdade	Possibilitar o espaço de acolhimento escuta elaboração, produção e reflexão acerca da demanda focal; a essência do ser.

Unidade de Internação de Saída Sistemática – UNISS	
Acolhimento integral em saúde	A ação consiste na articulação com a rede externa de saúde a fim de viabilizar e realizar as rotinas internas e procedimentos estabelecidos pela Gerência de Saúde em conformidade com os Protocolos do POD, da SES e do Ministério da Saúde.

5) Tecnologia da Informação

Para efetivar o Sistema de Monitoramento Informatizado, no primeiro semestre de 2016 a DITI deu prioridade ao PDTI, atendimento das necessidades contínuas de informática e telefonia (atendimentos de suporte), levantamento do parque tecnológico e estruturação física visando o desenvolvimento de softwares para atender a SECRIANÇA-DF.

Com Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da Secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude publicado e o levantamento de parque tecnológico foram identificados que o sistema de monitoramento informatizado por câmeras está implantado em infraestrutura não adequada para comportar os equipamentos. Foi aberto o processo 417.001.303/2016 para aquisição de *nobreaks* para as unidades atendidas por este sistema e solicitação de ar condicionado para a sala dos equipamentos.

Visando economicidade na área de telefonia implantamos um software de gerenciamento de central telefônica, atualmente está sendo implantado na Sede e UIP – Unidade de Internação de Planaltina. A previsão é que até o final do ano seja concluída a instalação na UNIRE – Unidade de Internação do Recanto das Emas e UIPSS – Unidade de Internação Provisória de São Sebastião. É importante ressaltar que apenas estas unidades possuem centrais telefônicas devido a questões de viabilidade técnica.

Com o intuito de garantir a integridade e disponibilidade dos documentos gerados nas unidades fizemos a migração de procedimento de armazenamento de arquivos em pastas locais para o Servidor de Arquivos (CRIANCASV007) localizado na SEPLAG. Na questão de interligação da rede SECRIANÇA, migramos todos os computadores da SUAG para o domínio *crianca.gdfnet*.

Para garantir o monitoramento informatizado, criamos os Servidores de Aplicações (CRIANCASV008) e Banco de Dados (CRIANCASV009) e neste ano desenvolvemos 7 aplicações, descritas abaixo:

5.1) Sistema de Remanejamento de Servidores

No dia 27 de novembro de 2015 foi publicada PORTARIA Nº 236, com o intuito de constituir comissão com o objetivo de execução dos procedimentos previstos nas etapas do Concurso de Remanejamento de Servidores, no âmbito da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, incluindo a fase presencial.

Para a realização do concurso de remanejamento foi solicitada a criação de um sistema de inscrição, via WEB, para que os servidores interessados em participar pudessem se inscrever, acompanhar o processo e obtivessem sua colocação individual seguindo critérios estabelecidos no edital e portaria do certame.

O sistema foi elaborado em linguagem PHP com servidor de banco de dados MySQL. Todas as tecnologias utilizadas foram gratuitas, não havendo nenhum gasto com a produção do serviço final.

Para hospedar o sistema de remanejamento e outros sistemas criados, a Diretoria de Informática e Tecnologia da Informação, solicitou junto a Subsecretaria de Tecnologia da Informação do Distrito Federal SUTIC-DF, um servidor de banco de dados e de hospedagem, junto ao domínio www2.crianca.df.gov.br.

Funcionalidades

O sistema possui uma base de dados corporativa com todos os servidores que fazem parte do quadro da SECRIANÇA-DF.

A aplicação armazena *login* (matrícula do servidor) e senha padrão, podendo ser alterada posteriormente.

Depois da confirmação da inscrição e fim de período, o sistema calcula, sem a interferência de mãos humanas, a classificação dos servidores de acordo com os critérios estabelecidos pelas normas que regiram o remanejamento.

O sistema contou com a interface de administração, para consulta do número de inscritos e dados pessoais dos participantes.

O sistema exibe em tempo real, via WEB, a quantidade de vagas remanescentes para facilitar a escolha dos servidores.

O sistema emite automaticamente o memorando de apresentação do servidor, de acordo com a escolha da unidade.

Fases do Processo de Produção

Levantamento de requisitos: de 20/02/2016 a 10/03/2016.

Codificação do sistema: de 20/02/2016 a 28/03/2016.

Fase de testes: 28/03/2016 a 07/04/2016.

Fase de aplicação e manutenção do sistema: 07/04/2016 a 17/05/2016.

5.2) Sistema de Atendimento – DITI

Para facilitar, organizar e criar dados estatísticos para os chamados e serviços, de todas as unidades da SECRIANÇA-DF, realizados pela Diretoria de Informática e Tecnologia da Informação foi desenvolvido o Sistema de Atendimento da DITI que está em fase de implementação. O sistema foi elaborado em linguagem DELPHI (para desktop) e PHP (para Web), sendo que não houve custo algum para a sua realização.

Funcionalidades

A parte desktop da aplicação (desenvolvida em DELPHI) pode ser instalada em qualquer máquina das unidades da SECRIANÇA-DF, oferecendo diversos tipos de chamados como: Suporte de telefonia, instalação e configuração de programas, cadastramento de usuários na rede, solicitação a serviços de rede, impressoras, scanners, copiadora, mal funcionamento do computador, dentre outros.

O sistema desktop se conecta automaticamente com a internet enviando as requisições.

O sistema em PHP recebe as requisições pela WEB e as distribui para os membros da DITI.

Fases do Processo de Produção

Levantamento de requisitos: de 01/03/2016 a 10/04/2016.

Codificação do sistema: de 20/03/2016 a 28/04/2016.

Fase de testes: 28/04/2016 a 07/05/2016.

Fase de aplicação e manutenção do sistema: o sistema está sendo implementado nas unidades da secretaria e funcionará permanentemente.

5.3) Sistema de Inscrição para o #Boravencer Intensivão

Com o intuito de tornar público o processo seletivo simplificado para selecionar jovens para o preenchimento de 1.750 (um mil) vagas para o projeto #BoraVencer Intensivão, que ofertou curso preparatório intensivo gratuito para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 4 (quatro) macrorregiões do Distrito Federal, foi solicitado à DITI a criação de um sistema WEB de inscrição.

O sistema foi elaborado em linguagem PHP com servidor de banco de dados MySQL. Todas as tecnologias utilizadas foram gratuitas, não havendo nenhum gasto com a produção do serviço final.

Funcionalidades

Os interessados se inscrevem via WEB utilizando o CPF e o e-mail como chave de inscrição. Foi disponibilizada a inscrição via *login* com o *Facebook*.

Na área interna do sistema, depois de inscrito, o interessado pôde acessar comprovante de inscrição para facilitar

O sistema contou com a interface de administração, para consulta do número de inscritos e dados pessoais dos participantes.

Fases do Processo de Produção

Levantamento de requisitos: de 20/06/2016 a 29/06/2016.

Codificação do sistema: de 29/06/2016 a 15/07/2016.

Fase de testes: não houve fase de testes, devido ao prazo reduzido e a urgência de implementação do sistema.

Fase de aplicação e manutenção do sistema: 16/07/2016 a 06/09/2016.

5.4) Sistema de Portaria – SECRIANÇA-DF

Com o objetivo de controlar a entrada de visitantes na sede desta secretaria, em conjunto com o sistema de catracas e cartões, foi criado o Sistema de Portaria da SECRIANÇA-DF.

O sistema foi elaborado em linguagem PHP com servidor de banco de dados MySQL. Todas as tecnologias utilizadas foram gratuitas. Não houve gastos na produção da interface.

Funcionalidades

O usuário do sistema procura pelo visitante no banco de dados cooperativo da DITI, caso o usuário não seja servidor, é possível cadastrá-lo como visitante com a inserção de seus dados pessoais. Caso o visitante seja servidor o sistema o localiza utilizando dados como CPF, e nome.

O usuário do sistema libera um cartão para o visitante, liberando-lhe o acesso à catraca.

No retorno o visitante deposita o cartão na catraca e está liberado.

A interfase registra a data de entrada e saída do cartão.

Os cartões são recolhidos da catraca e o usuário pode dar baixa na entrada dos cartões.

Caso algum cartão não seja devolvido, é possível localizar o visitante que não o devolveu.

FASES DO PROCESSO DE PRODUÇÃO

Levantamento de requisitos: de 05/07/2016 a 21/07/2016.

Codificação do sistema: de 10/07/2016 a 09/12/2016.

Fase de testes: O sistema está atualmente em fase de teste e finalização.

Fase de aplicação e manutenção do sistema: o sistema está sendo implementado na secretaria e funcionará permanentemente.

5.5) Sistema de Inscrição para o I Fórum de Priorizaçãodo Meio Aberto

Com o objetivo de fortalecer a execução das medidas socioeducativas em Meio Aberto no DF, surge a proposta de convidar Profissionais envolvidos com o tema, Coletivos de Juventude, Gestores do Sistema Socioeducativo e Atores do Sistema de Justiça para discutir o assunto no I Fórum de Priorização do Meio Aberto - provocando reflexões que indiquem um horizonte de novas possibilidades de ação.

Para a participação do Fórum foi criado um sistema de inscrição via Web, onde os usuários se cadastraram para preencher as 240 vagas que foram disponibilizadas. O sistema foi desenvolvido em PHP, com banco de dados MySQL.

Funcionalidades

Os usuários se cadastram via Web (internet), informando os dados pessoais no site: <http://www2.crianca.df.gov.br/forumsubsis/> .

Um e-mail de confirmação é enviado ao usuário informando a confirmação do seu cadastro.

Um sistema de administrador serve como suporte à COORDEMA – Secriança para a consulta dos dados dos inscritos.

Fases do Processo de Produção

Levantamento de requisitos: de 24/10/2016 a 05/11/2016.

Codificação do sistema: de 05/11/2016 a 10/11/2016.

Fase de testes: 10/11/2016 a 12/11/2016.

Fase de aplicação e manutenção do sistema: 13/11/2016 a 24/11/2016.

5.6) Sistema de Intranet

Com o objetivo de promover a comunicação corporativa, além de disponibilizar futuros sistemas integrados em um único domínio foi criado o Sistema de Intranet da Secretaria de Políticas Públicas para Crianças, Adolescentes e Juventude.

A interface foi desenvolvida em linguagem HTML e PHP, utilizando do banco em versão MySQL.

Funcionalidades

O sistema conta com uma interface de administrador que será disponibilizada para a Assessoria de Comunicação da SECRIANÇA-DF (ASCOM). Os usuários da ASCOM poderão postar notícias corporativas, contendo imagens e diversos recursos, dando controle total para exclusão, publicação na página principal e na página de notícias.

A interface dá acesso à diversos canais para o servidor do GDF como: contracheque, SICOP, calendário, lista de notícias anteriores da própria intranet e webmail.

O sistema será a página inicial de todos os navegadores nas máquinas dos servidores nas unidades da SECRIANÇA-DF (como *Chrome* e *Internet Explore*). Quando o usuário não estiver dentro da secretaria ele poderá acessar a intranet utilizando *login* (usuário) e senha.

O sistema permitirá que notícias que podem ser visualizadas apenas por servidores sejam compartilhadas.

Fases do Processo de Produção

Levantamento de requisitos: de 24/05/2016 a 05/11/2016.

Codificação do sistema: de 10/06/2016 a 09/12/2016.

Fase de testes: O sistema está atualmente em fase de teste, junto à equipe da ASCOM.

Fase de aplicação e manutenção do sistema: Para que aplicação seja publicada, a DITI aguarda a disponibilização pela SUTIC de um novo domínio para a intranet, e assim que disponibilizado será implementado. O sistema terá uso contínuo.

5.7) Sistema Livro do Módulo

Em levantamento feito nas unidades de internação para a verificação da viabilidade de se desenvolver um sistema que melhorasse o desempenho das demandas dos servidores que trabalham dentro do módulo, assim como os que coordenam e suas respectivas diretorias surge a ideia do Livro do Módulo (versão C#). O levantamento mostrou que as informações principais partem da 'ponta' (os módulos das unidades).

Em diversas visitas às unidades foi verificado que em algumas delas é utilizada uma versão em ACCESS (*Visual Basic*) do livro, porém, devido ao número de campos a serem preenchidos, um rascunho prévio - feito em manuscrito - é utilizado para que o preenchimento do sistema seja feito posteriormente. Neste intervalo muitas informações acabam sendo perdidas, pelo fluxo constante de acontecimentos dentro do módulo. Cada unidade que apresentou um sistema em ACCESS do Livro tem um sistema diferente, pois estes são moldados de acordo com o que cada unidade determina.

Também existem unidades que não utilizam uma versão digitalizada do livro.

A diferenciação dos registros dos livros das unidades dificulta a padronização e a coleta de dados para a elaboração estatística de informações que podem auxiliar os setores hierárquicos superiores da secretaria na gestão e implementação de políticas públicas no sistema socioeducativo.

O sistema LIVRO DO MÓDULO foi elaborado na linguagem C# e será complementado por relatórios WEB gerados em PHP. Para a alimentação do sistema está sendo criando um sistema centralizado de cadastro que funcionará no NAI (Núcleo de Atendimento Inicial), também em linguagem C#, assim como outros sistemas auxiliares.

A aplicação utiliza o método de prototipagem, onde um protótipo inicial é desenvolvido e os atores envolvidos na modelagem vão acrescentando funcionalidades e melhorando o sistema. Cada versão sai melhorada e com mais funcionalidades.

Funcionalidades

O sistema conta com uma interface de carômetro em sua página principal, onde são visualizados os rostos, alas e quartos dos adolescentes, facilitando a identificação dos internos pelos servidores.

A interface funciona com a funcionalidade On-Click, ao clicar nos rostos dos adolescentes, selecionar o tipo de ação (como, por exemplo, o banho de sol) e o servidor que a supervisionará, é feito um registro automático no livro do plantão.

O sistema abrange todos os tipos de ações possíveis dentro da unidade, como troca de plantão por servidores, ações de adolescentes supervisionadas por servidores, entradas e saídas do módulo, ocorrências disciplinares e administrativas, dentre outras.

O sistema tem acesso ao banco de dados corporativo, gerando flexibilidade quando houver a falta de efetivo no módulo, permitindo a seleção de servidores de outros módulos para compor o quadro.

A interface gera dados em tempo real das ações realizadas no módulo, produzindo informações estatísticas para a gestão e implementação de políticas públicas.

Fases do Processo de Produção

Levantamento de requisitos: de 15/09/2016 a 11/10/2016.

Codificação do sistema: de 20/09/2016 a 03/12/2016.

Fase de testes: um protótipo do sistema está em teste. (Previsão Finalização dos testes: abril de 2017)

Fase de aplicação e manutenção do sistema: O sistema terá uso e manutenção contínuos.

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	107.063	179.263	179.263	158.910
8473 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	107.063	179.263	179.263	158.910
TOTAL DO PROGRAMA 6211	107.063	179.263	179.263	158.910

PROGRAMA 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	243.559.673	234.450.420	234.450.412	234.450.412
8770 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	243.559.673	234.450.420	234.450.412	234.450.406
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	20.232.659	12.237.507	12.237.506	12.237.506
9586 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	20.232.659	12.237.507	12.237.506	12.237.506
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	2.845.000	3.525.000	3.509.909	3.386.753
9694 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	2.845.000	3.525.000	3.509.909	3.386.753
TOTAL DO PROGRAMA 6002	266.637.332	250.212.927	250.197.827	250.074.671

PROGRAMA 0001–PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	4.600.520	875.244	875.243	875.243
0008 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	4.600.520	875.244	875.243	875.243
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.365.304	3.374.448	3.374.629	3.224.350
7060 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE-DISTRITO FEDERAL	1.365.304	3.374.448	3.374.446	3.224.350
TOTAL DO PROGRAMA 0001	5.965.824	4.249.692	4.249.689	4.099.593

6. Informações complementares

A Secretaria de Estado de Políticas para Crianças Adolescentes e Juventude, realizou grandes atividades principalmente devido a parcerias, ajuda da sociedade civil, recursos provenientes de emendas parlamentares que propiciaram a execução de projetos e atividades, de importância fundamental para as Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal.

7. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Em relação ao ano de 2016, como em todas as áreas do Governo do Distrito Federal a Secretaria enfrentou dificuldades orçamentárias o que impactaram diretamente na atividade executada por esta Pasta, ainda assim avançou-se bastante.

Foi realizado o concurso para contratação de novos servidores, que no momento encontra-se em fase de finalização para algumas carreiras e curso de formação para a carreira de agente de reintegração socioeducativo. A nomeação de servidores concursados fortalece a atividade desempenhada nesta Secretaria e amplia a atuação. Além de suprir um déficit há anos evidenciado por constantes problemas decorrentes de baixa mão de obra qualificada.

Espera-se que em 2017, a Secretaria possa realizar com normalidade suas atividades rotineiras, como manutenção dos sistemas que compõem esta Pasta, e possa expandir suas ações com a finalização e conservação das estruturas e realização de projetos de grande alcance e importância para a juventude do Distrito Federal.

23.1. FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FDCA – UO: 51.901

O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal é um fundo de natureza especial, vinculado à realização de determinados objetivos. Foi criado pela Lei nº 234, de 15/01/1992, e instituído pela Lei Complementar nº 151, de 30/12/1998, alterada pela Lei Complementar nº 849, de 09/07/2012, tem seu funcionamento normatizado pela Resolução Normativa nº 61, do CDCA/DF, de 1º de agosto de 2012, e pelo Decreto Nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016.

De acordo com o art. 2º da Lei Complementar nº 151/1998 o “FDCA-DF tem por objetivo prover de recursos financeiros e meios capazes de garantir, de forma ágil, o financiamento dos programas, projetos e serviços voltados para a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.”

Os recursos utilizados na execução das políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes podem ser originários de diversas fontes, tais como: consignação do orçamento anual, contribuições de governos e organismos internacionais; da rentabilidade do mercado financeiro; de multas e penalidades administrativas decorrentes de apurações de infrações administrativas e crimes; e principalmente de doações de pessoas físicas e jurídicas, dedutíveis do Imposto de Renda – IR (nos termos do art. 260, lei 8.069, de 13/7/90, alterado pela Lei 12.594, de 18/01/12). No ano de 2015, no âmbito do Distrito Federal, por força da alteração, em 25 de abril de 2014, à Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, em seu artigo 269-A, foi destinada dotação mínima de três décimos por cento da receita tributária líquida ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FDCA/DF.

O artigo 5º da Resolução Normativa Nº 61 – CDCA/DF, de 1/08/2012, rege que no financiamento de programas com recursos do FDCA/DF, dar-se-á prioridade, sem prejuízo de outras, às ações que visem: I - ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI da Constituição Federal e no art. 260, § 2º do ECA, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção, Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; II - à implantação e desenvolvimento de ações, programas, projetos e serviços para crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados;

Assim sendo, as referidas ações são realizadas com fundamento no regulamento jurídico do FDCA/DF e por meio da execução dos projetos sociais apresentados por instituições sem fins lucrativos: governamentais e não governamentais.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	-
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	2
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	3
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	5
Total ativos - afastado	-

Obs.: Posição em 31/12/2016.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA TEMÁTICO: 6228–FAMÍLIAS FORTES****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2102 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL	15.785.108	29.681.519	5.656.559	4.277.763
9722 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	15.785.108	29.681.519	5.656.559	4.277.763
2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	3.745.568	2.067.654	0	0
1958 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	3.745.568	2.067.654	0	0
3079 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS	924.370	924.370	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	924.370	924.370	0	0
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	462.185	462.185	292.007	188.714
0002 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E	462.185	462.185	292.007	188.714

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL				
3487 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO	6.505.665	9.506.606	537.200	537.200
0001 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	6.505.665	9.506.606	537.200	537.200
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.153.624	1.153.624	436.217	310.707
2714 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	1.153.624	1.153.624	436.217	310.707
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.865.442	1.865.442	0	0
6183 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	1.865.442	1.865.442	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6228	30.441.962	45.661.400	6.921.983	5.314.384

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em				Fonte/ UO Resp./ Obj. Esp
					1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
Crianças atendidas em parceria com instituições governamentais e não-governamentais	Unidade	2.400	30-jun-15	Anual	2800	3200	3600	4000	UNGEF/CDCA / UO 51901 / OE 7

O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – FDCA/DF, Unidade Orçamentária UO 51.901, é responsável pela operacionalização das demandas deliberadas pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF. No exercício financeiro do ano de 2016, por meio do PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – FAMÍLIAS FORTES, recepcionou 35 (trinta e cinco) projetos sociais de 4 (quatro) Ações/Subtítulos correlacionadas às atividades dos projetos sociais apresentados. Desse total de projetos, 30 (trinta) foram de instituições não governamentais (sem fins lucrativos) e 5 (cinco) governamentais, referente às propostas apresentadas para deliberação do CDCA/DF nos anos de 2010, 2013, 2014, 2015 e 2016. Esses projetos somados registraram um montante total de execução orçamentária de R\$ 6.921.983 (seis milhões novecentos e vinte e um mil novecentos e oitenta e três reais) e um montante total liquidado de R\$ 5.314.384,00 (cinco milhões trezentos e quatorze mil trezentos e oitenta e quatro reais). Esses valores representaram um percentual respectivo aproximado de 15% empenhado e 12% liquidado em relação ao montante total autorizado de R\$ 45.661.400,00 (quarenta e cinco milhões seiscentos e sessenta e um mil e quatrocentos reais) do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD.

Neste sentido, com o repasse de recursos financeiros do FDCA/DF às instituições da sociedade civil, contempladas pelos Editais de Chamada Pública, os projetos apresentados nos planos de trabalho estão sendo executando com períodos que variam entre 3 (três) e 12 (doze) meses de execução. Os referidos desembolsos dos projetos são destinados para custear despesas correntes (elemento de despesa subvenções sociais) os quais podem-se destacar a contratação de recursos humanos como profissionais na especialidade de odontologia; monitores nas áreas de criação de rádio, fotografia, artes, robótica e artesanos; monitores de jogos pedagógicos; e, equipe multidisciplinar formada por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. Registra-se também a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços específicos como o fornecimento de kit's lanches, serviços gráficos e de transportes; bem como aquisições de bens de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades lúdicas e pedagógicas; recursos, humanos e materiais, que viabilizaram o atendimento de projetos sociais como, por exemplo, o projeto “Novos vínculos afetivos para crianças e adolescentes – Preparação”, desenvolvido para realizar a preparação psicossocial de pretendentes à adoção e ao apadrinhamento afetivo; o projeto “Capacitando com produções audiovisuais”, que preparou adolescentes para o mercado de produções audiovisuais; e, o projeto “Transformando a realidade de adolescentes do Sistema Socioeducativo”, que buscou implantar projeto piloto no Distrito Federal para tratamento de dependência química e uso abusivo de substâncias psicoativas cujo público alvo foi os internos sentenciados das unidades de internação UISS, UIBRA, UISM e UNISS, proporcionando-os melhores condições de vida e, em consequência disso, garantindo a redução no índice de reincidência dos adolescentes em atos inflacionais.

Além disso, as instituições apresentaram projetos sociais com ênfase na linha de ação do Edital de Chamada Pública Nº 1/2015 – FDCA/DF denominada “fortalecimento institucional na perspectiva da qualificação dos serviços prestados à criança e ao adolescente” e executaram despesas de capital (elemento de despesa auxílio investimento), por meio da aquisição de bens permanentes diversos como, por exemplo, eletrodomésticos, equipamentos de informática, veículos automotivos, equipamentos de segurança, entre outros. Também houve a aquisição de instrumentos inovadores com soluções de tecnologia educacional para salas interativas, como o que atendeu o projeto “Conhecimento e tecnologia para o mundo do trabalho”, beneficiando crianças e adolescentes com deficiência intelectual e múltipla.

Dessa forma, os 30 (trinta) projetos sociais apresentados por 25 (vinte e cinco) organizações distritais da sociedade civil, atingiram o montante de R\$ 5.656.559,00 (cinco milhões seiscentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta e nove reais) e contemplou diretamente 6.563 (seis mil quinhentos e sessenta e três) crianças e adolescentes.

Por outro lado, o FDCA/DF financiou um total de 5 (cinco) projetos sociais de órgãos governamentais, são eles:

- ✓ 3 (três) propostos pela Secretaria Executiva do CDCA/DF, que atenderam um público de aproximadamente 2.584 (dois mil quinhentos e oitenta e quatro) pessoas:
 - realização da “IX Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal”, com hospedagem dos adolescentes envolvidos na “X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente”;
 - Seminários: “Os desafios no enfrentamento às violações de Direitos no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal”, “Os Conselhos Tutelares no Distrito Federal”;
 - “Encontros de Formação e Apoio ao Comitê Consultivo do Adolescente”.
- ✓ 2 (dois) projetos sociais apresentados pela Secretaria de Estado de Política para Crianças, Adolescentes e Juventude – SECRIANÇA:
 - 1º → aquisição de 4 (quatro) veículos TIPO VAN que atenderá todas Unidades do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, que comporta um efetivo diário de 972 (novecentos e setenta e dois) adolescentes e jovens, sendo 853 (oitocentos e cinquenta e três) em regime de internação e 119 (cento e dezenove) em regime de semiliberdade,;
 - 2º → implementação do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, criado em 25 de outubro de 2016, por força do Decreto 34.517, de 12 de julho de 2013, para atender crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, e tem a perspectiva de atendimento de 360 (trezentos e sessenta) casos de abuso sexual ao longo de cada ano.

Portanto, com a execução dos 35 (trinta e cinco) projetos sociais no *PROGRAMA TEMÁTICO 6228 – FAMÍLIAS FORTES* foi possível realizar as demandas autorizadas pelo CDCA/DF e alcançar um público total de 10.479 (dez mil quatrocentos e setenta e nove) pessoas, entre crianças e adolescentes do Distrito Federal.

PROGRAMA: 6002–GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – SOCIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	186.544	186.544	0	0
0019 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-DISTRITO FEDERAL	186.544	186.544	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6002	186.544	186.544	0	0

Em função da ausência de projetos sociais com finalidades específicas direcionadas para o Programa Temático: 6002 – Gestão, Manutenção E Serviços Ao Estado – Social, não foi executado despesas na referida ação.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Devido ao Edital nº 1/2016 e 2º/2016 estarem em andamento, até o fechamento de 2016, a previsão para 2017 será de uma execução mínima conforme a tabela demonstra a seguinte tabela:

PROJEÇÃO EXECUÇÃO PARA 2017	DESP. CORRENTE	INVESTIMENTO	TOTAL
23 (VINTE E TRÊS) PROJETOS NÃO GOVERNAMENTAIS HABILITADOS NO EDITAL 1/2016 – CDCA, até dezembro de 2016	5.201.305,65	2.055.449,17	7.256.754,82
4 (QUATRO) PROJETOS GOVERNAMENTAIS APROVADOS PELO CDCA	87.482,33	9.225.188,69	9.312.671,02
TOTAL	5.288.787,98	11.280.637,86	16.569.425,84

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

O FDCA encerra o exercício de 2016 com um montante aproximado de 65 (setenta) processos em análise na Gerência de Prestação de Contas, distribuídos entre prestação de contas que são apresentadas em sua totalidade, nos casos das execuções de apenas um desembolso, e a de forma parcial, nos casos dos projetos que são executados com desembolsos acima de duas parcelas.

Concernente à execução orçamentária e financeira, o Fundo trabalhou com 43 (quarenta e três) processos, sendo que 35 (trinta) tiveram os recursos efetivamente repassados às instituições convenientes (em parcela única para alguns e outros se encontram com parcelas em andamento), 7 (sete) foram arquivados em função de desistência por parte das proponentes e 1 (um) está em análise na Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF. Dessa maneira, houve uma execução de aproximadamente 80% das autorizações concedidas pelo CDCA/DF, com um percentual de 16,27% de desistência e 2,32% estão em andamento normal.

Embora o Fundo tenha registrado um alto índice na execução orçamentária e financeira das demandas apresentadas, as realizações na execução dos programas não corresponderam com as expectativas geradas para 2016, isso ocorreu em função de o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA/DF ter lançado o Edital de Chamada Pública Nº 01/2016 no segundo semestre do ano, período em que foi possível concluir o debate das novas regras do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, estabelecidas na Lei Nº 13.019, de 24 de julho de 2014.

A regulamentação no âmbito do Distrito Federal ocorreu somente em 14 de dezembro de 2016, com a publicação do Decreto Nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016, delineando de forma minuciosa o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública distrital e as organizações da sociedade civil do Distrito Federal, público alvo desta Unidade Gestora. Dessa forma, o planejamento do CDCA/DF foi alterado em função da necessidade de adaptações à regulamentação da norma federal com posteriores ajustes às deliberações do decreto distrital somente no final deste exercício financeiro. Essas e outras dificuldades, como a vinculação da aprovação da Comissão Nacional de Energia Nuclear à finalização do projeto social “Conjunto de inspeção corporal e de volumes por Raio X” apresentado pela SECRIANÇA e que atenderá todo Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, foram motivos de interferência direta na execução dos programas do FDCA/DF.

Embora as adaptações por parte do CDCA/DF à Lei 13.019, de 24 de julho de 2014 e ao Decreto Nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016, tenham protelado o lançamento dos instrumentos de convocação de chamada pública, tal medida foi imprescindível para direcionar os Planos de Ação dos anos subsequentes. Portanto, as ponderações no âmbito legal e os lançamentos dos Editais de Chamada Pública Nº 01 e 02/2016 geraram expectativas positivas para o ano de 2017, posto que o ano subsequente iniciará com 27 (vinte e sete) projetos sociais aprovados pelo CDCA/DF correspondendo a um montante total de R\$ 16.569.425,84 (dezesesseis milhões quinhentos e sessenta e nove mil quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos), sendo 23 (vinte e três) apresentados pelas organizações não governamentais (sem fins lucrativos) no valor de R\$ 7.256.754,82 (sete milhões duzentos e cinquenta e seis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) e 4 (quatro) por organizações governamentais no valor de R\$ 9.312.671,02 (nove milhões trezentos e doze mil seiscentos e setenta e um reais e dois centavos).

Dessa forma, após as alterações na legislação no âmbito federal e distrital, aliado as demanda existentes em função dos chamamentos públicos no ano de 2016, o Fundo atenderá de imediato 27 (vinte e sete) projetos sociais que, após apreciação dos órgãos competentes, entrarão em fase de execução, bem como atenderá a frente de trabalho relacionada à prestação de contas, que conta com 65 (sessenta e cinco) processos, e também acolherá todos os demais projetos sociais que serão recepcionados pelo gestor do FDCA/DF no decorrer do ano de 2017.

24. SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES DO DISTRITO FEDERAL - UO: 59.101

A Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, foi criada pelo Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016, tendo as seguintes competências:

- I. Coordenar e supervisionar as ações das Administrações Regionais;
- II. Estabelecer normas, padrões e procedimentos para a racionalização e o aperfeiçoamento do funcionamento e prestação de serviços pelas Administrações Regionais;
- III. Planejar e integrar as ações regionais de governo;
- IV. Coordenar projetos, programas e políticas públicas executadas pelas Administrações Regionais, com suporte de órgãos e entidades governamentais ou não governamentais, no que couber;
- V. Dar suporte, subsidiariamente, ao planejamento territorial, respeitadas as competências das Secretarias de Estado de Gestão do Território e Habitação e Planejamento, Orçamento e Gestão;
- VI. Coordenar, normatizar, orientar e acompanhar as ações relacionadas ao licenciamento de atividades econômicas e auxiliares, em parceria com demais órgãos competentes;
- VII. Promover a organização da participação social e do exercício da democracia participativa na gestão pública, em nível local;
- VIII. Promover a integração e a articulação das Administrações Regionais com os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, do Governo Federal e entidades da sociedade civil, com vistas ao desenvolvimento regional e à melhoria da qualidade devida das populações das regiões administrativas;
- IX. Coordenar, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos e autoridades destinatários da decisão, o atendimento e o cumprimento de decisões emanadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e demais órgãos de controle relativas ao conjunto das administrações regionais;
- X. Fomentar, no âmbito de sua competência, ações integradas e de desenvolvimento da Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE.

Conforme Decreto acima mencionado as Administrações Regionais passam a ser vinculadas à Secretaria de Estados das Cidades.

Quadro de Pessoal

Especificação	Total
Cedidos – dentro GDF	-
Cedidos – fora GDF	02
Requisitado fora GDF – PASUS	-
Temporário – em exercício	-
Temporário – afastado	-
CLT – em exercício	-
CLT – afastado	-
Conselheiro	-
Estatutário – em exercício	13
Estatutário - afastado	-
Sem vínculo – em exercício	63
Sem vínculo – afastado	-
Total ativos – em exercício	78
Total ativos - afastado	-

Observação: O total de servidores ativos é de 78 mais 2 servidores requisitados fora do GDF que totalizam 80 servidores.

Fonte: SUGEP/SEPLAG

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA**PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOL****Execução Orçamentária e Financeira**

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIA	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	0	0	0
0002 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	1.547.513	1.522.513	1.522.513
0007 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL--DISTRITO FEDERAL	0	1.547.513	1.522.513	1.522.513
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	380.000	91.417	91.417
0006 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	0	380.000	91.417	91.417
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	0	0	0
0007 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS--DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6001	0	1.927.513	1.613.930	1.613.930

No Programa foi executado, pagamento da folha de servidores ativos, pagamentos de pensão alimentícia, férias, 13º salário, gratificação natalícia, concedidos benefícios assistenciais, tais como, auxílios creche, transporte e alimentação.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIA	AUTORIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADO
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	378.192	224.648	224.648
0005 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	0	378.192	224.648	224.648
TOTAL DO PROGRAMA 6001	0	378.192	224.648	224.648

Realizada despesas com ressarcimentos de servidores requisitados da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, Polícia Civil do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Educação do Goiás.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Tendo em vista a recente criação da Secretaria de Estados das Cidades, poucas foram as ações que obtiveram execução orçamentária, porém devido a amplitude de sua competência atribuída por meio do Decreto nº 37.625, de 15 de setembro de 2016 apresentamos as atividades por esta Secretaria neste curto espaço de 4 meses de existência.

Essas ações consistem na retirada do lixo acumulado nas bocas de lobo e na identificação dos pontos obstruídos. A força-tarefa envolveu a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), a Administração Regional do Plano Piloto, o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), o Departamento de Trânsito (Detran-DF), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF) e a equipe do programa Mãos Dadas, da Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social, com o objetivo de reforçar uma ação rotineira para minimizar os problemas das chuvas intensas e evitar transtornos para a população.

Na primeira etapa, caminhões e trabalhadores percorreram as vias W3, L2 e os Eixinhos Norte e Sul e foram deslocadas para Taguatinga e Ceilândia.

O Programa Viva Brasília – Cidades Limpas está estruturado para implementar, nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, ações integradas e estratégicas de limpeza e conservação de áreas públicas.

A cidade do Gama (RA II) foi a primeira cidade contemplada com o programa desde a criação da Secretaria das Cidades - SECID, a quem compete sua coordenação. Ação realizada no período de 07 a 18 de novembro de 2016.

No âmbito da SECID, a operação na RA II foi coordenada pela Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Operações nas Cidades – SUDROC, e contou com a parceria de diversos órgãos do Distrito Federal, tais como: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), Serviço de Limpeza Urbana (SLU), Companhia Energética de Brasília (CEB), Departamento de Trânsito do DF (Detran-DF), Agência de Fiscalização do DF (AGEFIS), Vigilância Ambiental (DIVAL) e Administração Regional do Gama, na execução das diversas demandas identificadas pelos parceiros retro mencionados, tais como: limpeza de bueiros, trocas de lâmpadas, recolhimento de lixos, galhos e entulhos.

O Programa Viva Brasília – Cidades Limpas realizado no Gama, atendeu a todos os setores da cidade: Sul, Norte, Leste, Oeste, Central, Setor de Indústria, Setor de Múltiplas Atividades - Pro – DF e Área Rural. Foram executadas ações de substituição de lâmpadas queimadas, podas de árvores, recolhimento de galhos e entulhos, tapa buracos, desobstrução de bocas de lobo, dentre outros serviços, nas vias principais dos setores da cidade supracitados.

Os órgãos da Administração Pública, parceiros nesta programação, realizaram um trabalho de excelência e de grande monta, demonstrados a seguir. Importante observar ainda, como ponto forte na programação, a harmonia, a integração e a dedicação com as quais os servidores dos órgãos trabalharam na execução dos serviços.

Serviço	Quantidade
Recolhimento de entulhos	3.088.58 Toneladas
Recolhimento de galhos (lixo vegetal)	1.830.00 m³
Poda de árvores	693 Unidades
Eradicação de árvores	8 Unidades
Remoção de árvores caídas	5 Unidades
Roçagem de gramado	1.657.865,79 m²
Capina	46.000.00 m²
Tapa buraco	68.200 Toneladas
Desobstrução de rede pluvial	402 Metros
Limpeza de boca de lobo	33 Unidades
Reparo de boca de lobo	22 Unidades
Limpeza de poço de visita	19 Unidades
Reparo em poço de visita	07 Unidades
Reconstrução de poço de visita	01 Unidades
Substituição de lâmpadas queimadas	82 Unidades
Revitalização de faixas de pedestres	05 Unidades
Inspeção de depósitos potenciais criadouros de larvas do Aedes Aegypt	14.437 Unidades
Imóveis visitados, inspecionadas	5.302 Unidades

Recursos Empregados

Serviço de Limpeza Urbana - SLU

Frota	Mão-de-Obra
5 Caminhões Trucado	57
1 Caminhão Toco	
1 Pá Mecanizada	

Administração Regional do GAMA – RA II

Frota	Mão-de-Obra
8 Caminhões Trucado	18
2 Caminhão Toco	
1 Pá Mecanizada	
1 Motoniveladora (Patrol)	

Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP

Frota	Mão-de-Obra
8 Caminhões carroceria	18
19 Caminhões caçamba	
2 Pás mecanizadas	
1 Motoniveladora (Patrol)	

Vigilância Ambiental

Frota	Mão-de-Obra
3 utilitários Ford Currier	65
1 Fiat Pálio	
1 camionete Ford Ranger	

Companhia Energética de Brasília - CEB

Frota	Mão-de-Obra
8 Caminhões pesados	8
1 Veículo leve	

Resumo

Frota	Mão-de-Obra
45 Caminhões	226
1 Pá Mecanizada	
1 Motoniveladora (Patrol)	
5 Maquinas especiais (roçagem)	
2 Tratores (roçagem)	
16 roçadeiras costais	





2.2- Ações da Força Tarefa Vítimas de Samambaia

A Secretaria de Estado das Cidades participou ativamente da força-tarefa para atender os moradores da Samambaia, após destruição ocorrida em razão de um forte temporal que atingiu a cidade em outubro.

Integraram o grupo o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a Polícia Militar, a CEB, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), as Secretarias do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, da Segurança Pública e da Paz Social e das Cidades, o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e a Administração Regional de Samambaia. Cerca de mil casas em Samambaia Sul sofreram danos após chuvas e fortes ventos, foram registrados destelhamentos e quedas de estruturas, de postes e de árvores.

A SeCid reuniu de forma coordenada as áreas de infraestrutura e serviços públicos, de atendimento social e de segurança pública para que o trabalho fluísse na velocidade adequada à urgência da situação. Mais de 800 pessoas contribuíram para a recuperação da cidade, foram entregues 2 mil telhas para a reconstrução das moradias, e 87 famílias tiveram atendimento. A Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil calcula que 1 mil residências foram atingidas por chuvas e ventos fortes.

Foram doadas 2 mil telhas pelo governo às famílias atingidas pela chuva em Samambaia. Parte do material era de estoque do governo, mas a população recebeu doações de entidades que contribuíram com 5 mil telhas, e mais de 7 toneladas de cimento para ajudar a recuperar as edificações.

Além das casas, 22 escolas sofreram algum dano causado pela tempestade. Delas, nove tiveram estruturas abaladas. Nesse sentido contamos com o apoio da Fundação de Amparo ao Preso-FUNAP com o envio de reeducandos do Distrito Federal para auxiliar na retirada de entulhos, poda de árvores e limpezas em escolas. Ao todo, 60 presos colaboraram como voluntários e poderão ter redução de pena por causa da prestação do trabalho.

Com a finalidade de amenizar os transtornos causados pela chuva em áreas sujeitas a alagamento, as principais vias da cidade receberam uma operação especial de limpeza das bocas de lobo.





2.3 Desocupação Pacífica de Escolas

A Secid também liderou a comissão que buscou negociar a desocupação pacífica de escolas. A comissão participou da negociação para a desocupação pacífica das escolas com lideranças estudantis. A comissão foi formada pela secretária de Segurança Pública e Paz Social, Márcia de Alencar, o comandante-geral da PM, coronel Marcos Antônio Nunes de Oliveira, e representantes da Secretaria de Educação e das Relações Institucionais. Entre os líderes do protesto, participaram representantes do movimento de ocupação, da União dos Estudantes Secundaristas e da Frente de Juristas do DF pela Democracia.

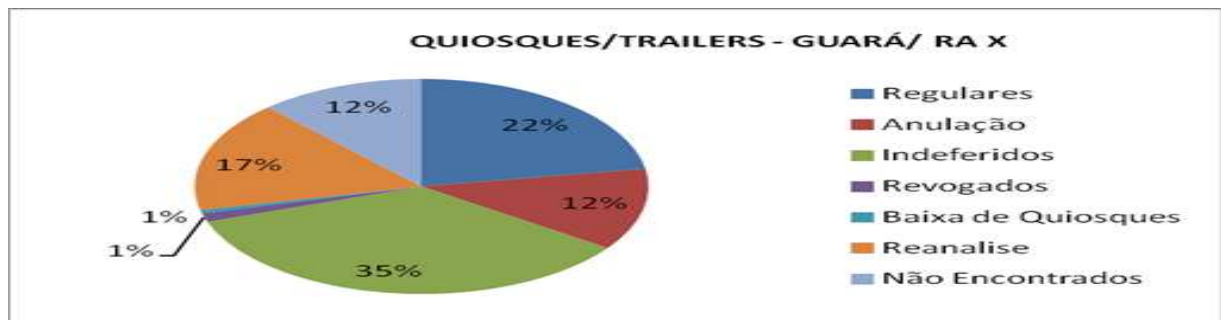
2.4 Regularização de Áreas Públicas Ocupadas por Mobiliários

A Secretaria de Estado das Cidades desenvolveu diversas ações com intuito de regularizar as ocupações de áreas públicas, ocupadas por mobiliários do tipo: quiosque, trailers, boxes em feiras, ambulantes eventuais, terminais rodoviários, parques e galerias, por meio de ações que identificaram os ocupantes das áreas públicas, a análise processual resultando num diagnóstico das áreas ocupadas, a fim de promover a regularização desses espaços públicos.

Quiosques/Trailers:

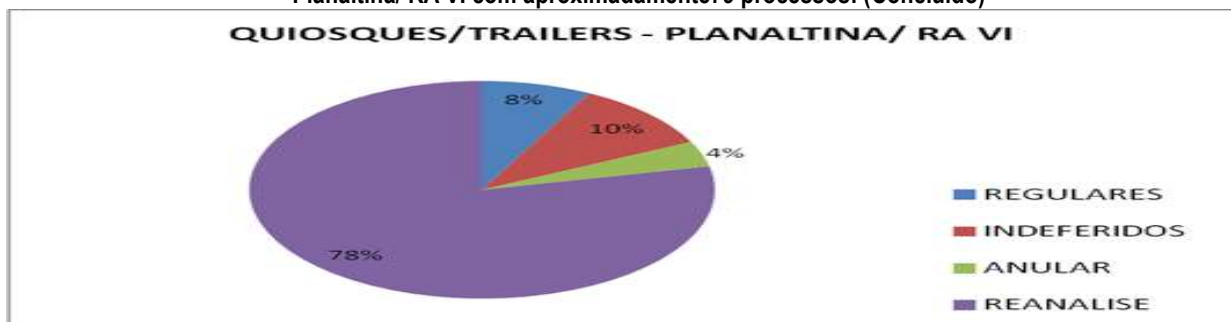
O diagnóstico das ocupações de áreas públicas por mobiliários do tipo quiosque/trailer, identificou e quantificou os ocupantes por Administração Regional, conforme resumos e gráficos abaixo:

Guará/RA X com aproximadamente 334 processos: (Concluído)



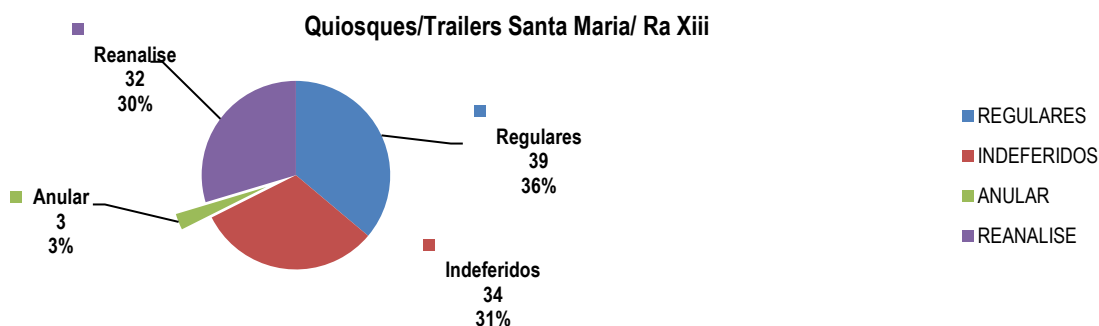
Processos	Permissionários Regulares	Requerimentos Indeferidos	Termos Anular	Revogar	Baixa	Nova Análise
334	87	136	48	05	02	65

Planaltina/ RA VI com aproximadamente 79 processos: (Concluído)



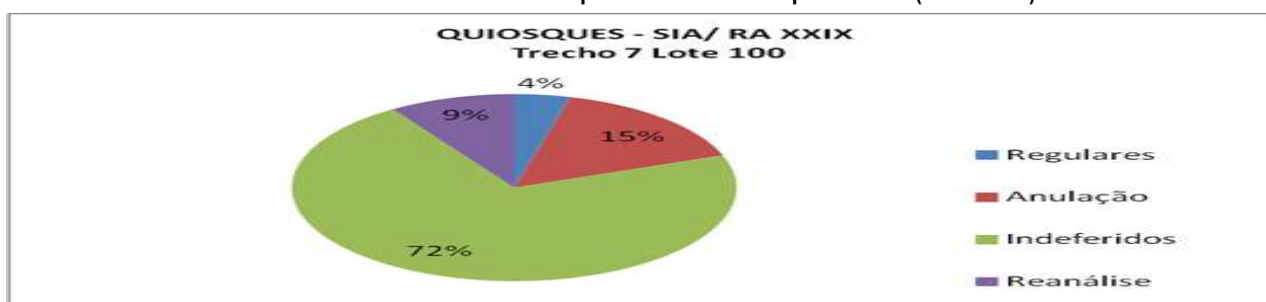
Processos	Permissionários Regulares	Requerimentos Indeferidos	Termos Anular	Removido	Nova Análise
79	06	08	03	00	62

Santa Maria/ RA XIII com aproximadamente 108 processos: (Concluído)



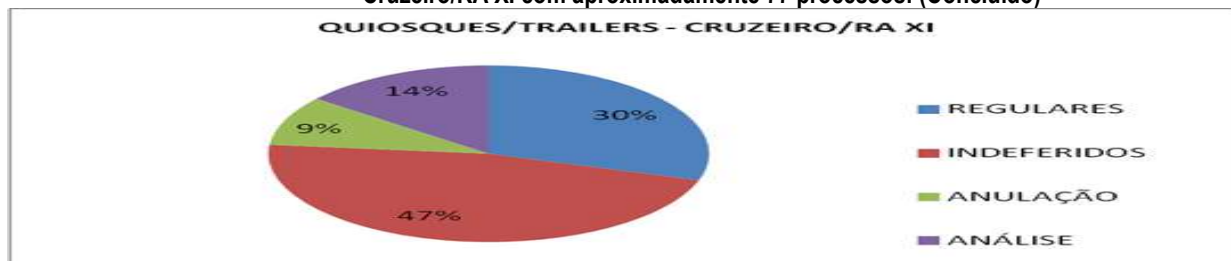
Processos	Permissionários Regulares	Requerimentos Indeferidos	Termos Anular	Removido	Nova Análise
108	39	34	03	00	32

SIA/RA XXXIX com aproximadamente 98 processos: (Concluído)



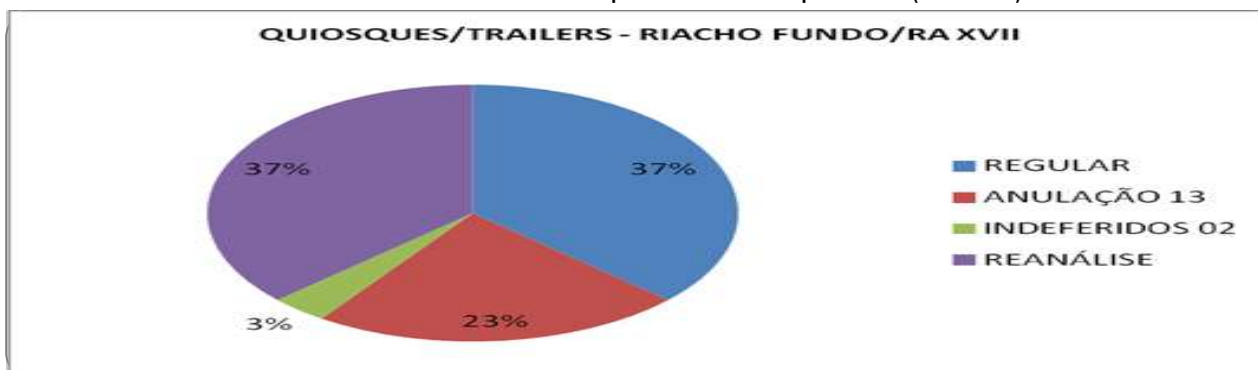
Processos	Permissionários Regulares	Requerimentos Indeferidos	Termos Anular	Removido	Nova Análise
98	04	70	15	00	09

Cruzeiro/RA XI com aproximadamente 77 processos: (Concluído)



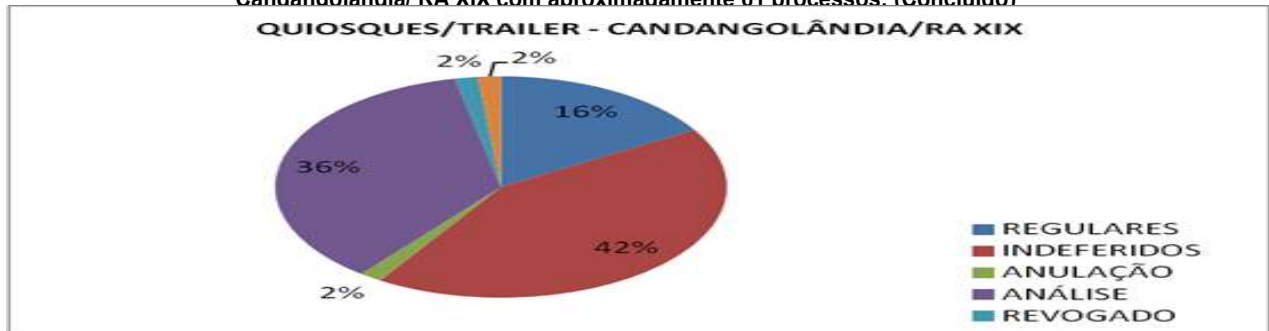
Processos	Permissionários Regulares	Requerimentos Indeferidos	Termos Anular	Removido	Nova Análise
77	23	34	08	00	32

Riacho Fundo I/ RA XVII com aproximadamente 57 processos: (Concluído)



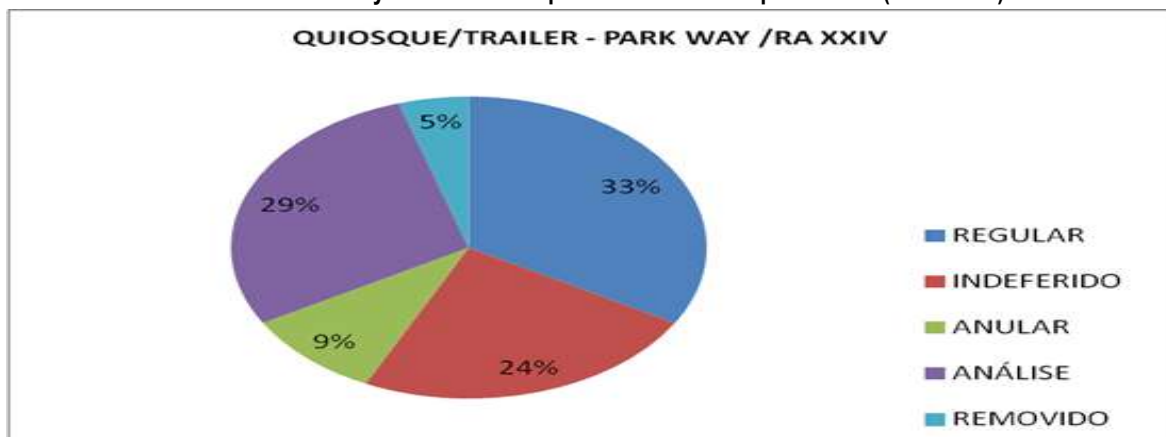
Processos	Permissionários Regulares	Requerimentos Indeferidos	Termos Anular	Removido	Nova Análise
57	21	02	13	00	21

Candangolândia/ RA XIX com aproximadamente 61 processos: (Concluído)



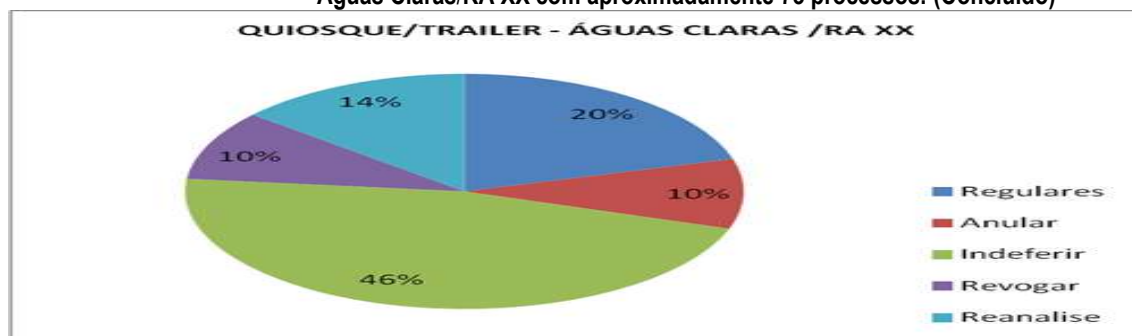
Processos	Permissionários Regulares	Requerimentos Indeferidos	Termos Anular	Revogar	Nova Análise
61	10	26	01	01	22

Park Way/RA XXIV com aproximadamente 21 processos: (Concluído)



Processos	Permissionários Regulares	Requerimentos Indeferidos	Termos Anular	Removido	Nova Análise
21	07	05	02	01	06

Águas Claras/RA XX com aproximadamente 73 processos: (Concluído)



Processos	Permissionários Regulares	Requerimentos Indeferidos	Termos Anular	Revogar	Nova Análise
73	15	34	07	07	10

O levantamento de identificação dos permissionários regulares pretende subsidiar a elaboração do plano de ocupação das administrações regionais. A SeCID iniciou o processo de regularização dos Planos de Ocupações de Quiosques – POQT, identificando os permissionários regulares e a sua localização no referido Plano, a fim de realocar a emissão dos novos Termos de Permissão de uso não-qualificada.

Terminais Rodoviários:

Inicialmente, foi realizado o levantamento “in loco” de todos os ocupantes dos espaços localizados nos terminais rodoviários com ocupações para fins comerciais, ou seja, dos 41 terminais existentes, apenas 14 possuem ocupações de áreas com fins comerciais.

Terminal de Taguatinga/QL					
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Ocupantes Passíveis	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Nova Análise
30	15	05	06	04	00

Terminal de Brazlândia					
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Ocupantes Passíveis	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Nova Análise
11	00	07	02	00	02

Terminal de Sobradinho					
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Ocupantes Passíveis	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Nova Análise
15	00	03	12	00	00

Terminal de Paranoá					
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Ocupantes Passíveis	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Nova Análise
01	00	00	01	00	00

Terminal de Ceilândia "P SUL					
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Ocupantes Passíveis	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Nova Análise
01	00	00	01	00	00

Terminal do Núcleo Bandeirante					
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Ocupantes Passíveis	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Nova Análise
01	00	00	01	00	00

Terminal do GUARÁ					
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Ocupantes Passíveis	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Nova Análise
01	00	01	00	00	00

Terminal da M NORTE					
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Ocupantes Passíveis	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Nova Análise
01	00	00	01	00	00

Terminal do Cruzeiro					
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Ocupantes Passíveis	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Nova Análise
01	00	00	01	00	00

Terminal de Taguatinga Sul					
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Ocupantes Passíveis	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Nova Análise
01	00	00	01	00	00

Terminal do Setor "O"					
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Ocupantes Passíveis	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Nova Análise
02	00	00	02	00	00

Terminal de Planaltina					
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Ocupantes Passíveis	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Nova Análise
55	10	31	08	04	00

Terminal do Gama					
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Ocupantes Passíveis	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Nova Análise
62	04	00	22	02	34

Parque da Cidade

A 1ª etapa consistiu no levantamento "in loco", pela Administração do parque, identificando um total de 45 ocupantes dos espaços para fins comerciais com o objetivo de instituir o cadastro único do Parque da Cidade Sarah Kubischek, no qual foi apresentado seguinte diagnóstico:

Processos dos ocupantes Parque da Cidade							
Processos Existentes	Permissionários Regulares	Requerimentos Indeferidos	Termos a Revogar	Cassado Revogado	Sem Processo	Em Análise	Possuem Processo não Estão no Parque
52	23	03	07	01	01	09	07

Instituído através da publicação no DODF nº 229, de 07 de dezembro de 2016, o CADASTRO ÚNICO dos 16 primeiros permissionários regulares, pertencentes ao Parque.

Galeria dos Estados

No levantamento "in loco", pela AGEFIS, identificou-se um total de 80 ocupantes dos espaços para fins comerciais com o objetivo de instituir o cadastro único da Galeria dos Estados.

Feiras Livres, Permanentes e Shopping Feiras:

No processo de regularização das ocupações nas Feiras (21) foram realizadas as seguintes ações:

- O levantamento com a identificação dos ocupantes da área pública de cada BOX DE FEIRA, conforme planilha abaixo;
- Análise processual em atendimento à legislação vigente, ou seja, Lei nº 4.748/2012 e Decreto nº 33.807/2012, para diagnosticarmos cada FEIRA, a fim de subsidiar quanto à licitação;
- Notificações dos espaços identificados.
- Elaboração da Minuta de alteração da Lei nº 4.748/2012, para assegurar aos feirantes a regularização dos boxes das feiras do Distrito Federal.

Ambulantes Eventuais:

Durante o processo de regularização do Comércio Ambulante Eventual, foi realizada a Emissão de 65 autorizações para os eventos do Reveillon na Esplanada dos Ministérios – com 50 autorizações e na Prainha – com 15 autorizações, por meio de:

1. Edital de Convocação nº 001, de 23 de dezembro de 2016 para convocação dos vendedores ambulantes eventuais para participação do sorteio dos Eventos – Reveillon na Esplanada e na Prainha;
2. Preenchimento do requerimento para participação do sorteio;
3. Sorteio para participação nos eventos citados;
4. Entrega do termo de autorização para os Ambulantes nos Eventos citados;

2.5 - Palestra de Apresentação da Secid às Administrações Regionais:

Com intuito de apresentar a nova estrutura da Subsecretaria de Mobiliário Urbano e Participação Social/SECID, foi realizada no período de 05 à 08 de dezembro de 2016, conforme tabela anexa, palestras ministradas pela SUBMUPS, apresentando a nova estrutura e competências da Subsecretaria, e em seguida, por tema, as legislações vigentes.

Na oportunidade, foram dirimidas dúvidas referente aos assuntos abordados e detectado a necessidade de realizarmos reuniões individuais, com cada Administração Regional, visando alinhar conhecimento, procedimentos e cobrança das informações necessárias, a fim de prosseguirmos com o objetivo de regularização das áreas públicas, ocupadas pelos mobiliários urbanos de competência desta Subsecretaria. Foi elaborado um cronograma de reuniões com as Administrações Regionais, que serão iniciando em janeiro de 2017, no período de 04 a 24/01/2017.

2.6 - Perspectivas

Dentre as atividades previstas para 2017 podemos citar a realização do Cadastro dos Permissionários de cada Administração Regional, referentes a Quiosques e Trailers, o Acompanhamento da execução dos Planos de Ocupação das Administrações Regionais com base no cadastro dos permissionários regulares, a Instituição do Cadastro Único dos Permissionários de cada Terminal Rodoviário, desenvolvendo o Plano de Ocupação dos mesmos, o Acompanhamento da execução dos Planos de Ocupação dos Terminais Rodoviários com base no cadastro dos permissionários regulares; a Instituição do Cadastro único da Galeria dos Estados, para promover a regularização dos ocupantes da referida área; o Levantamento das Bancas de Jornais e Revistas existentes nas RA's, para mapeamento e controle da arrecadação do preço público, a Análise processual em atendimento a legislação existente; fiscalização dos Termos emitidos por Gestões anteriores, a fim de cumprir a Legislação pertinente, a Instituição de um sistema de acompanhamento e pesquisa do permissionário por diversos órgãos no Distrito Federal, a Orientação às Administrações Regionais quanto aos procedimentos e rotinas relativas aos serviços públicos de quiosques, trailers, engenhos publicitários, feiras, comércio de ambulantes e bancas de jornais e revistas, e a Emissão do termo de autorização para os FoodTrucks.

3. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Criada por meio do Decreto Nº 37.625, de 15 de setembro de 2016, a Secretaria de Estado das Cidades, tem o objetivo de centralizar as demandas para agilizar a execução de políticas públicas. A pasta pretende funcionar como indutora, articulando as ações com todas as regiões administrativas, atuando ao lado dos administradores e dos demais órgãos no âmbito do GDF.

Ressalta-se que a criação da nova secretaria não representou gasto adicional ao GDF, considerando que a equipe foi formada por servidores integrantes de parte do quadro do governo, com cerca de 80 funcionários realocados.

A Secid, ao longo dos últimos três meses tem atuado na realização de obras, manutenção, recapeamento das vias e limpeza das calçadas, serviços que integram as competências Secretaria. As primeiras ações previstas pela secretaria em conjuntos com as administrações foram na área de limpeza urbana e saúde, auxiliando na articulação e na implementação desses serviços.

Dentre algumas ações, podemos citar que a Secretaria de Cidades atuou fortemente na mobilização de combate aos prejuízos causados pelas chuvas com a limpeza das bocas de lobo em todas as regiões do DF. A medida contou com o apoio da Caesb, do SLU e da Novacap e começou no Núcleo Bandeirante, com a desobstrução de 143 bueiros, por meio do

projeto “Mãos Dadas”, composto por presidiários em regime semiaberto (com autorização para trabalhar ajudam na limpeza). Ações de combate à dengue e outras políticas públicas ambientais também fazem parte da atuação da Secid.

Na realização do Programa Cidades Limpas na cidade do Gama, após avaliação feita pela equipe de coordenação, foram identificados os seguintes principais pontos fortes e pontos fracos. Tal avaliação objetiva permitir que a realização de iniciativas futuras possibilite que sejam aprimorados os pontos fortes e eliminados ou minimizados os pontos fracos.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Reuniões de planejamento	Pouco tempo para planejamento
Reunião de avaliação	Comunicação na cidade das ações em realização
Integração dos órgãos	Falta de maior envolvimento da comunidade (lideranças, clubes de serviço, veículos locais de comunicação etc.) por ocasião do planejamento e do lançamento do programa na cidade
Clareza na definição das demandas	Tempo de realização

A pasta busca ainda apoiar as áreas de recursos humanos, materiais e equipamentos para implementar as ações em parceria as administrações regionais que permanecem com autonomia.

Em suma, apresentamos aqui algumas das ações da Secretaria de Estado das Cidades, na busca de aprimorar rotinas e ampliar de forma eficaz e eficiente o campo de atuação, reafirmando o compromisso de melhoria da Gestão Pública, de modo a proporcionar economia de recursos ao Governo do Distrito Federal. É relevante citar também a realização do planejamento estratégico objetivando procedimentos para mapear, diagnosticar e desenvolver as competências da Secretaria bem como definir as estratégias que serão adotadas no acompanhamento das ações das RAs e assim viabilizar a efetiva implantação da gestão.

Verifica-se a necessidade de desenvolver e consolidar ainda mais as ações intersetoriais, evoluir no desenvolvimento de ações integradas com os demais componentes do setor público e contribuir para a efetivação de uma nova política de gestão estratégica e participativa.

4.EXPECTATIVAS

Para que esta Secid possa alcançar excelência no atendimento às suas demandas são necessários:

- Valorização dos servidores, essencial para o envolvimento de servidores que perpetuam a informação e o conhecimento de processos e procedimentos, colaborando para o êxito do serviço público;
- Maior disponibilidade de cursos de capacitação e aperfeiçoamento que prepare os servidores desta Secretaria para o exercício das mais variadas funções, considerando a alta rotatividade de servidores comissionados;
- Ampliação e aprimoramento das redes de informática e sistemas de informação e implantação de um sistema de gerenciamento administrativo;
- Realização de projetos conjuntos com a participação de RA's, promovendo encontros, cursos, palestras e eventos, na área de gestão, assistência médica e social, cultura, lazer, esporte e segurança, melhorando, principalmente, a qualidade de vida da população.

Por todo o exposto e pelas condições orçamentárias do Governo do Distrito Federal encontradas pela nova Secretaria, a gestão, o planejamento, a organização, a execução, e o monitoramento das ações devem ser articuladas de forma a proporcionar um espaço sinérgico, refletindo a finalidade da Secid que é o de apoiar as regiões administrativas num esforço único para melhorar a infraestrutura e prestação de serviços, implementando uma política pública coesa e exequível para o cumprimento de sua missão institucional na promoção de melhor qualidade de vida à população do Distrito Federal.